AMADOR PAES DE ALMEIDA

CLT

COMENTADA

8ª EDIÇÃO

100 ANOS
Saraiva

CLT

COMENTADA

www.editorasaraiva.com.br/direito
Visite nossa página

Igual atenção mereceu a Emenda Constitucional n. 45/2004, que, alterando substancialmente a competência material da Justiça do Trabalho, trouxe para o seu âmbito de atuação as ações oriundas das relações de trabalho, envolvendo, na nova sistemática, não somente os empregados celetistas, mas, igualmente, trabalhadores autônomos, representantes comerciais, profissionais liberais, empreitada, bem como os litígios sindicais, indenizações por danos morais e patrimoniais, na mais ampla reforma por que já passou a Justiça do Trabalho ao longo de sua história.

Esta 8ª edição traz as seguintes atualizações:

- Lei n. 12.619, de 30-4-2012 (motorista profissional);
- Lei n. 12.690, de 19-7-2012 (cooperativas de trabalho);
- Lei n. 12.740, de 8-12-2012 (atividades perigosas);
- Lei n. 12.761, de 27-12-2012 (vale-cultura);
- Resolução n. 189/2013 (Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST); e
- Emenda Constitucional n. 72, de 2-4-2013 (trabalhadores domésticos).

Amador Paes de Almeida

Social, devendo o juiz, nesta hipótese, mandar proceder, desde logo, àquelas sobre as quais não houver controvérsia. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

► Comentários

1. Recusa do empregador em anotar a Carteira Profissional

Não raras vezes, o empregador, ou por negligência, ou dolosamente, protela ou simplesmente recusa a levar a efeito as anotações necessárias na Carteira Profissional, malgrado as punições previstas em lei: pena pecuniária (arts. 53 a 55 da CLT), além da contravenção prevista na Lei n. 5.553/68.

2. Anotação na Delegacia Regional do Trabalho. Procedimento administrativo: remessa do processo à Justiça do Trabalho

Recusando-se o empregador a fazer as anotações obrigatórias na Carteira Profissional, pode o empregado valer-se do procedimento administrativo, movendo a competente reclamação perante a respectiva Delegacia Regional do Trabalho. Esta, por sua vez, providenciando as diligências necessárias, por meio de seus fiscais do trabalho, notificará o empregador (carta registrada) para que, em dia e hora previamente designados, preste esclarecimentos, efetue as anotações ou entregue a Carteira Profissional, na hipótese de sua retenção.

A ausência do empregador implica revelia, devendo a autoridade administrativa determinar, por despacho, que se processem as anotações na forma da reclamação.

Na eventualidade de o empregador contestar a reclamação, a autoridade administrativa, providenciando as diligências que se fizerem necessárias, decidirá a final.

Contestada a existência de relação empregatícia – fato que ocorre com frequência – deve o processo administrativo ser encaminhado à Justiça do Trabalho, seguindo-se a tramitação própria dos dissídios individuais, perante as Varas do Trabalho.

Na ocorrência de procedência da ação, com a consequente comprovação do vínculo empregatício, a anotação pode ser levada a efeito, *ex officio* (TST, RR 274.437/96.7 – Ac. 4ª T.).

► Jurisprudência

▷ **Prescrição. Interrupção. Reclamação para anotação da carteira de trabalho perante a delegacia do trabalho.** O legislador, através do art. 39 da CLT, facultou ao empregado que inicie a reclamação para anotação na Carteira de Trabalho perante a Delegacia do Trabalho, que, no caso de negativa por parte do empregador, deve determinar a remessa dos autos para a Justiça do Trabalho, considerando-se como petição inicial o próprio termo de comparecimento perante a autoridade administrativa. Ante tais peculiaridades, o termo administrativo de comparecimento interrompe a prescrição para a anotação na CTPS. (TRT/15ª R., Ac. 006436/2001, j. 5-3-2001, ROS 38.588, de 2000, 3ª T., Rel. Samuel Hugo Lima, *DOE*, 5-3-2001)

▷ (...) 2. **Contrato de Trabalho. Registro em CTPS.** Inadmissível a falta de registro do contrato na CTPS sob alegação de ter o empregado se recusado a apresentar a Carteira Profissional

Capítulo IV
DO TRABALHO DOS MÚSICOS ESTRANGEIROS

Art. 49. As orquestras, os conjuntos musicais, os cantores e concertistas estrangeiros só poderão exibir-se no território nacional, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias depois de legalizada sua permanência no país, na forma da legislação vigente.

§ 1º As orquestras, os conjuntos musicais e os cantores de que trata este artigo só poderão exibir-se:

a) em teatros, como atração artística;

b) em empresas de radiodifusão e de televisão, em cassinos, boates e demais estabelecimentos de diversão, desde que tais empresas ou estabelecimentos contratem igual número de profissionais brasileiros pagando-lhes remuneração de igual valor.

§ 2º Ficam dispensados da exigência constante da parte final da alínea *b*, do parágrafo anterior as empresas e os estabelecimentos que mantenham orquestras, conjuntos, cantores e concertistas nacionais.

§ 3º As orquestras, os conjuntos musicais, os cantores e concertistas de que trata este artigo não poderão exercer atividades profissionais diferentes daquelas para o exercício das quais tenham vindo ao país.

Art. 50. Os músicos estrangeiros aos quais se refere o § 2º do art. 1º desta Lei poderão trabalhar sem o registro na Ordem dos Músicos do Brasil, criada pelo art. 27, desde que tenham sido contratados na forma do art. 7º, alínea *d*, do Decreto-lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945.

Art. 51. Terminados os prazos contratuais e desde que não haja acordo em contrário, os empresários ficarão obrigados a reconduzir os músicos estrangeiros aos seus pontos de origem.

Art. 52. Os músicos devidamente registrados no país só trabalharão nas orquestras estrangeiras, em caráter provisório e em caso de força maior ou de enfermidade comprovada de qualquer dos componentes das mesmas, não podendo o substituto, em nenhuma hipótese, perceber proventos inferiores ao do substituído.

Art. 53. Os contratos celebrados com os músicos estrangeiros somente serão registrados no órgão competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, depois de provada a realização do pagamento pelo contratante da taxa de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato e o recolhimento da mesma ao Banco do Brasil em nome da Ordem dos Músicos do Brasil e do sindicato local, em partes iguais.

Parágrafo único. No caso de contratos celebrados com base, total ou parcialmente, em percentagens de bilheteria, o recolhimento previsto será feito imediatamente após o término de cada espetáculo.

Capítulo V
DA FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO

Art. 54. Para os feitos da execução e, consequentemente da fiscalização do trabalho dos músicos, os empregados são obrigados:

a) a manter afixado, em lugar visível, no local de trabalho, quadro discriminativo do horário dos músicos em serviço;

b) a possuir livro de registro de empregados destinados às anotações relativas à identidade, inscrição na Ordem dos Músicos do Brasil, número da carteira profissional, data de admissão e saída, condições de trabalho, férias e obrigações da lei de acidentes do trabalho, nacionalização, além de outras estipuladas em lei.

Art. 55. A fiscalização do trabalho dos músicos, ressalvada a competência privativa da Ordem dos Músicos do Brasil quanto ao exercício profissional, compete, no Distrito Federal, ao Departamento Nacional do Trabalho, e, nos Estados e Territórios, às respectivas Delegacias Regionais obedecidas as normas fixadas pelos artigos 626 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

Capítulo VI
DAS PENALIDADES

Art. 56. O infrator de qualquer dispositivo desta lei será punido com a multa de Cr$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) a Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), de acordo com a gravidade da infração e a juízo da autoridade competente, aplicada em dobro, na reincidência.

Art. 57. A oposição do empregado, sob qualquer pretexto, à fiscalização dos preceitos desta lei constitui infração grave, passível de multa de Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) aplicada em dobro, na reincidência.

Parágrafo único. No caso de habitual infração dos preceitos desta Lei será agravada a penalidade podendo, inclusive, ser determinada a interdição do estabelecimento ou suspensão da atividade exercida em qualquer local pelo empregador.

Art. 58. O processo de autuação por motivo de infração dos dispositivos reguladores do trabalho do músico, constantes desta lei, assim como o dos recursos apresentados pelas partes autuadas obedecerá às normas constantes do Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho.

Capítulo VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 59. Consideram-se empresas empregadoras para os efeitos desta lei:

a) os estabelecimentos comerciais, teatrais e congêneres, bem como as associações recreativas, sociais ou desportivas;

b) os estúdios de gravação, radiodifusão, televisão ou filmagem;

c) as companhias nacionais de navegação;

d) toda organização ou instituição que explore qualquer gênero de diversão, franqueada ao público, ou privativa de associados.

Art. 60. Aos músicos profissionais aplicam-se todos os preceitos da legislação de assistência e proteção do trabalho, assim como da previdência social.

Art. 61. Para os fins desta lei, não será feita nenhuma distinção entre o trabalho do músico e do artista músico a que se refere o Decreto n. 5.492, de 16 de julho de 1928, e seu Regulamento, desde que este profissional preste serviço efetivo ou transitório a empregador, sob a dependência deste e mediante qualquer forma de remuneração ou salário, inclusive *cachet*, pago com continuidade.

Art. 62. Salvo o disposto no art. 1º, § 2º, será permitido o trabalho do músico estrangeiro, respeitadas as exigências desta lei, desde que não exista no país profissional habilitado na especialidade.

Art. 63. Os contratantes de quaisquer espetáculos musicais deverão preencher os necessários requisitos legais e efetuar, no ato do contrato, um depósito no Banco do Brasil, à ordem da autoridade competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, da importância igual a uma semana dos ordenados de todos os profissionais contratados.

§ 1º Quando não houver na localidade agência do Banco do Brasil, o depósito será efetuado na Coletoria Federal.

§ 2º O depósito a que se refere este artigo somente poderá ser levantado por ordem da autoridade competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante provas de quitação do pagamento das indenizações decorrentes das leis de proteção ao trabalho, das taxas de seguro sobre acidentes do trabalho, das contribuições de previdência social e de outras estabelecidas por lei.

Art. 64. Os músicos serão segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários excetuados os das empresas de navegação, que se filiarão ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

§ 1º Os músicos cuja atividade for exercida sem vínculo de emprego contribuirão obrigatoriamente sobre salário-base fixado, em cada região do país, de acordo com o padrão de vida local, pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante proposta do Instituto e ouvido o Serviço Atuarial do Ministério.

§ 2º O salário-base será fixado para vigorar por um ano, considerando-se prorrogado por mais um ano, se, finda a vigência, não houver sido alterado.

Art. 65. Na aplicação dos dispositivos legais relativos à nacionalização do trabalho, será apenas computado, quanto às orquestras, o total dos músicos a serviço da empresa, para os efeitos do art. 354 e respectivo parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

Peão de rodeio

Lei n. 10.220,
de 11 de abril de 2001
(Publicada no *DOU*, 12-4-2001)

Institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional.

Art. 1º Considera-se atleta profissional o peão de rodeio cuja atividade consiste na participação, mediante remuneração pactuada em contrato próprio, em provas de destreza no dorso de animais equinos ou bovinos, em torneios patrocinados por entidades públicas ou privadas.

Parágrafo único. Entendem-se como provas de rodeios as montarias em bovinos e equinos, as vaquejadas e provas de laço, promovidas por entidades públicas ou privadas, além de outras atividades profissionais da modalidade organizadas pelos atletas e entidades dessa prática esportiva.

Art. 2º O contrato celebrado entre a entidade promotora das provas de rodeios e o peão, obrigatoriamente por escrito, deve conter:

I – a qualificação das partes contratantes;

II – o prazo de vigência, que será, no mínimo, de quatro dias e, no máximo, de dois anos;

III – o modo e a forma de remuneração, especificados o valor básico, os prêmios, as gratificações, e, quando houver, as bonificações, bem como o valor das luvas, se previamente convencionadas;

IV – cláusula penal para as hipóteses de descumprimento ou rompimento unilateral do contrato.

§ 1º É obrigatória a contratação, pelas entidades promotoras, de seguro de vida e de acidentes em favor do peão de rodeio, compreendendo indenizações por morte ou invalidez permanente no valor mínimo de cem mil reais, devendo este valor ser atualizado a cada período de doze meses contados da publicação desta Lei, com base na Taxa Referencial de Juros – TR.

§ 2º A entidade promotora que estiver com o pagamento da remuneração de seus atletas em atraso, por período superior a três meses, não poderá participar de qualquer competição, oficial ou amistosa.

§ 3º A apólice de seguro à qual se refere o § 1º deverá, também, compreender o ressarcimento de todas as despesas médicas e hospitalares decorrentes de eventuais acidentes que o peão vier a sofrer no interstício de sua jornada normal de trabalho, independentemente da duração da eventual internação, dos medicamentos e das terapias que assim se fizerem necessários.

Art. 3º O contrato estipulará, conforme os usos e costumes de cada região, o início e o término normal da jornada de trabalho, que não poderá exceder a oito horas por dia.

Art. 4º A celebração de contrato com maiores de dezesseis anos e menores de vinte e um anos deve ser precedida de expresso assentimento de seu responsável legal.

Parágrafo único. Após dezoito anos completos de idade, na falta ou negativa do assentimento do responsável legal, o contrato poderá ser celebrado diretamente pelas partes mediante suprimento judicial do assentimento.

.....

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pescadores – Seguro-desemprego

Lei n. 10.779,
de 25 de novembro de 2003
(Publicada no *DOU*, 26-11-2003)

Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

Art. 1º O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

§ 2º O período de defeso de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

Art. 2º Para se habilitar ao benefício, o pescador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego os seguintes documentos:

I – registro de pescador profissional devidamente atualizado, emitido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, com antecedência mínima de um ano da data do início do defeso;

II – comprovante de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS como pescador, e do pagamento da contribuição previdenciária;

III – comprovante de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio acidente e pensão por morte; e

IV – atestado da Colônia de Pescadores a que esteja filiado, com jurisdição sobre a área onde atue o pescador artesanal, que comprove:

a) o exercício da profissão, na forma do art. 1º desta Lei;

b) que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso; e

c) que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho e Emprego poderá, quando julgar necessário, exigir outros documentos para a habilitação do benefício.

Art. 3º Sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, todo aquele que fornecer ou beneficiar-se de atestado falso para o fim de obtenção do benefício de que trata esta Lei estará sujeito:

I – a demissão do cargo que ocupa, se servidor público;

II – a suspensão de sua atividade, com cancelamento do seu registro, por dois anos, se pescador profissional.

Art. 4º O benefício de que trata esta Lei será cancelado nas seguintes hipóteses:

I – início de atividade remunerada;

II – início de percepção de outra renda;

III – morte do beneficiário;

IV – desrespeito ao período de defeso; ou

V – comprovação de falsidade nas informações prestadas para a obtenção do benefício.

Art. 5º O benefício do seguro-desemprego a que se refere esta Lei será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Lei n. 8.287, de 20 de dezembro de 1991.

Porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de edifícios de apartamentos residenciais

Lei n. 2.757,
de 23 de abril de 1956
(Publicada no *DOU*, 26-4-1956)

Dispõe sobre a situação dos empregados porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de prédios de apartamentos residenciais.

Art. 1º São excluídos das disposições da letra *a* do art. 7º do Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e do art. 1º do Decreto-lei n. 3.078, de 27 de fevereiro de 1941, os empregados porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de prédios de apartamentos residenciais, desde que a serviço da administração do edifício e não de cada condômino em particular.

Art. 2º São considerados representantes dos empregadores nas reclamações ou dissídios movimentados na Justiça do Trabalho os síndicos eleitos entre os condôminos.

Art. 3º Os condôminos responderão, proporcionalmente, pelas obrigações previstas nas leis trabalhistas, inclusive as judiciais e extrajudiciais.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Portos – Exploração de portos organizados e instalações portuárias

Lei n. 12.815,
de 5 de junho de 2013
(Publicada no *DOU*, 5-6-2013)

Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis n. 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis n. 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis n. 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências.

Capítulo I
DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 1º Esta Lei regula a exploração pela União, direta ou indiretamente, dos portos e instalações portuárias e as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.

§ 1º A exploração indireta do porto organizado e das instalações portuárias nele localizadas ocorrerá mediante concessão e arrendamento de bem público.

§ 2º A exploração indireta das instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado ocorrerá mediante autorização, nos termos desta Lei.

§ 3º As concessões, os arrendamentos e as autorizações de que trata esta Lei serão outorgados a pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I – porto organizado: bem público construído e aparelhado para atender a necessidades de navegação, de movimentação de passageiros ou de movimentação e armazenagem de mercadorias, e cujo tráfego e operações portuárias estejam sob jurisdição de autoridade portuária;

II – área do porto organizado: área delimitada por ato do Poder Executivo que compreende as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e de acesso ao porto organizado;

III – instalação portuária: instalação localizada dentro ou fora da área do porto organizado e utilizada em movimentação de passageiros, em movimentação ou armaze-

nagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário;

IV – terminal de uso privado: instalação portuária explorada mediante autorização e localizada fora da área do porto organizado;

V – estação de transbordo de cargas: instalação portuária explorada mediante autorização, localizada fora da área do porto organizado e utilizada exclusivamente para operação de transbordo de mercadorias em embarcações de navegação interior ou cabotagem;

VI – instalação portuária pública de pequeno porte: instalação portuária explorada mediante autorização, localizada fora do porto organizado e utilizada em movimentação de passageiros ou mercadorias em embarcações de navegação interior;

VII – instalação portuária de turismo: instalação portuária explorada mediante arrendamento ou autorização e utilizada em embarque, desembarque e trânsito de passageiros, tripulantes e bagagens, e de insumos para o provimento e abastecimento de embarcações de turismo;

VIII – (*Vetado*):

a) (*Vetado*);

b) (*Vetado*); e

c) (*Vetado*);

IX – concessão: cessão onerosa do porto organizado, com vistas à administração e à exploração de sua infraestrutura por prazo determinado;

X – delegação: transferência, mediante convênio, da administração e da exploração do porto organizado para Municípios ou Estados, ou a consórcio público, nos termos da Lei n. 9.277, de 10 de maio de 1996;

XI – arrendamento: cessão onerosa de área e infraestrutura públicas localizadas dentro do porto organizado, para exploração por prazo determinado;

XII – autorização: outorga de direito à exploração de instalação portuária localizada fora da área do porto organizado e formalizada mediante contrato de adesão; e

XIII – operador portuário: pessoa jurídica pré-qualificada para exercer as atividades de movimentação de passageiros ou movimentação e armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, dentro da área do porto organizado.

Art. 3º A exploração dos portos organizados e instalações portuárias, com o objetivo de aumentar a competitividade e o desenvolvimento do País, deve seguir as seguintes diretrizes:

I – expansão, modernização e otimização da infraestrutura e da superestrutura que integram os portos organizados e instalações portuárias;

II – garantia da modicidade e da publicidade das tarifas e preços praticados no setor, da qualidade da atividade prestada e da efetividade dos direitos dos usuários;

III – estímulo à modernização e ao aprimoramento da gestão dos portos organizados e instalações portuárias, à valorização e à qualificação da mão de obra portuária e à eficiência das atividades prestadas;

IV – promoção da segurança da navegação na entrada e na saída das embarcações dos portos; e

V – estímulo à concorrência, incentivando a participação do setor privado e assegurando o amplo acesso aos portos organizados, instalações e atividades portuárias.

Capítulo II
DA EXPLORAÇÃO DOS PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Seção I
Da Concessão de Porto Organizado e do Arrendamento de Instalação Portuária

Art. 4º A concessão e o arrendamento de bem público destinado à atividade portuária serão realizados mediante a celebração de contrato, sempre precedida de licitação, em conformidade com o disposto nesta Lei e no seu regulamento.

Art. 5º São essenciais aos contratos de concessão e arrendamento as cláusulas relativas:

I – ao objeto, à área e ao prazo;

II – ao modo, forma e condições da exploração do porto organizado ou instalação portuária;

III – aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade da atividade prestada, assim como às metas e prazos para o alcance de determinados níveis de serviço;

IV – ao valor do contrato, às tarifas praticadas e aos critérios e procedimentos de revisão e reajuste;

V – aos investimentos de responsabilidade do contratado;

VI – aos direitos e deveres dos usuários, com as obrigações correlatas do contratado e as sanções respectivas;

VII – às responsabilidades das partes;

VIII – à reversão de bens;

IX – aos direitos, garantias e obrigações do contratante e do contratado, inclusive os relacionados a necessidades futuras de suplementação, alteração e expansão da atividade e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação das instalações;

X – à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos e dos métodos e práticas de execução das atividades, bem como à indicação dos órgãos ou entidades competentes para exercê-las;

XI - às garantias para adequada execução do contrato;

XII – à responsabilidade do titular da instalação portuária pela inexecução ou deficiente execução das atividades;

XIII – às hipóteses de extinção do contrato;

XIV – à obrigatoriedade da prestação de informações de interesse do poder concedente, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e das demais autoridades que atuam no setor portuário, inclusive as de interesse específico da Defesa Nacional, para efeitos de mobilização;

XV – à adoção e ao cumprimento das medidas de fiscalização aduaneira de mercadorias, veículos e pessoas;

XVI – ao acesso ao porto organizado ou à instalação portuária pelo poder concedente, pela Antaq e pelas demais autoridades que atuam no setor portuário;

XVII – às penalidades e sua forma de aplicação; e

XVIII – ao foro.

§ 1º (*Vetado*).

§ 2º Findo o prazo dos contratos, os bens vinculados à concessão ou ao arrendamento reverterão ao patrimônio da União, na forma prevista no contrato.

Art. 6º Nas licitações dos contratos de concessão e arrendamento, serão considerados como critérios para julgamento, de forma isolada ou combinada, a maior capacidade de movimentação, a menor tarifa ou o menor tempo de movimentação de carga, e outros estabelecidos no edital, na forma do regulamento.

§ 1º As licitações de que trata este artigo poderão ser realizadas na modalidade leilão, conforme regulamento.

§ 2º Compete à Antaq, com base nas diretrizes do poder concedente, realizar os procedimentos licitatórios de que trata este artigo.

§ 3º Os editais das licitações de que trata este artigo serão elaborados pela Antaq, observadas as diretrizes do poder concedente.

§ 4º (*Vetado*).

§ 5º Sem prejuízo das diretrizes previstas no art. 3º, o poder concedente poderá determinar a transferência das competências de elaboração do edital e a realização dos procedimentos licitatórios de que trata este artigo à Administração do Porto, delegado ou não.

§ 6º O poder concedente poderá autorizar, mediante requerimento do arrendatário, na forma do regulamento, expansão da área arrendada para área contígua dentro da poligonal do porto organizado, sempre que a medida trouxer comprovadamente eficiência na operação portuária.

Art. 7º A Antaq poderá disciplinar a utilização em caráter excepcional, por qualquer interessado, de instalações portuárias arrendadas ou exploradas pela concessionária, assegurada a remuneração adequada ao titular do contrato.

Seção II
Da Autorização de Instalações Portuárias

Art. 8º Serão exploradas mediante autorização, precedida de chamada ou anúncio públicos e, quando for o caso, processo seletivo público, as instalações portuárias localizadas fora da área do porto organizado, compreendendo as seguintes modalidades:

I – terminal de uso privado;

II – estação de transbordo de carga;

III – instalação portuária pública de pequeno porte;

IV – instalação portuária de turismo;

V – (*Vetado*).

§ 1º A autorização será formalizada por meio de contrato de adesão, que conterá as cláusulas essenciais previstas no *caput* do art. 5º, com exceção daquelas previstas em seus incisos IV e VIII.

§ 2º A autorização de instalação portuária terá prazo de até 25 (vinte e cinco) anos, prorrogável por períodos sucessivos, desde que:

I – a atividade portuária seja mantida; e

II – o autorizatário promova os investimentos necessários para a expansão e modernização das instalações portuárias, na forma do regulamento.

§ 3º A Antaq adotará as medidas para assegurar o cumprimento dos cronogramas de investimento previstos nas autorizações e poderá exigir garantias ou aplicar sanções, inclusive a cassação da autorização.

§ 4º (*Vetado*).

Art. 9º Os interessados em obter a autorização de instalação portuária poderão requerê-la à Antaq a qualquer tempo, na forma do regulamento.

§ 1º Recebido o requerimento de autorização de instalação portuária, a Antaq deverá:

I – publicar o extrato do requerimento, inclusive na internet; e

II – promover a abertura de processo de anúncio público, com prazo de 30 (trinta) dias, para identificar a existência de outros interessados na obtenção de autorização de instalação portuária na mesma região e com características semelhantes.

§ 2º (*Vetado*).

§ 3º (*Vetado*).

Art. 10. O poder concedente poderá determinar à Antaq, a qualquer momento e em consonância com as diretrizes do planejamento e das políticas do setor portuário, a abertura de processo de chamada pública para identificar a existência de interessados na obtenção de autorização de instalação portuária, na forma do regulamento e observado o prazo previsto no inciso II do § 1º do art. 9º.

Art. 11. O instrumento da abertura de chamada ou anúncio público indicará obrigatoriamente os seguintes parâmetros:

I – a região geográfica na qual será implantada a instalação portuária;

II – o perfil das cargas a serem movimentadas; e

III – a estimativa do volume de cargas ou de passageiros a ser movimentado nas instalações portuárias.

Parágrafo único. O interessado em autorização de instalação portuária deverá apresentar título de propriedade, inscrição de ocupação, certidão de aforamento, cessão de direito real ou outro instrumento jurídico que assegure o direito de uso e fruição do respectivo terreno, além de outros documentos previstos no instrumento de abertura.

Art. 12. Encerrado o processo de chamada ou anúncio público, o poder concedente deverá analisar a viabilidade locacional das propostas e sua adequação às diretrizes do planejamento e das políticas do setor portuário.

§ 1º Observado o disposto no regulamento, poderão ser expedidas diretamente as autorizações de instalação portuária quando:

I – o processo de chamada ou anúncio público seja concluído com a participação de um único interessado; ou

II – havendo mais de uma proposta, não haja impedimento locacional à implantação de todas elas de maneira concomitante.

§ 2º Havendo mais de uma proposta e impedimento locacional que inviabilize sua implantação de maneira concomitante, a Antaq deverá promover processo seletivo público, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 3º O processo seletivo público de que trata o § 2º atenderá ao disposto no regulamento e considerará como critério de julgamento, de forma isolada ou combinada, a maior capacidade de movimentação, a menor tarifa ou o menor tempo de movimentação de carga, e outros estabelecidos no edital.

§ 4º Em qualquer caso, somente poderão ser autorizadas as instalações portuárias compatíveis com as diretrizes do planejamento e das políticas do setor portuário, na forma do *caput*.

Art. 13. A Antaq poderá disciplinar as condições de acesso, por qualquer interessado, em caráter excepcional, às instalações portuárias autorizadas, assegurada remuneração adequada ao titular da autorização.

Seção III
Dos Requisitos para a Instalação dos Portos e Instalações Portuárias

Art. 14. A celebração do contrato de concessão ou arrendamento e a expedição de autorização serão precedidas de:

I – consulta à autoridade aduaneira;

II – consulta ao respectivo poder público municipal; e

III – emissão, pelo órgão licenciador, do termo de referência para os estudos ambientais com vistas ao licenciamento.

Seção IV
Da Definição da Área de Porto Organizado

Art. 15. Ato do Presidente da República disporá sobre a definição da área dos portos organizados, a partir de proposta da Secretaria de Portos da Presidência da República.

Parágrafo único. A delimitação da área deverá considerar a adequação dos acessos marítimos e terrestres, os ganhos de eficiência e competitividade decorrente da escala das operações e as instalações portuárias já existentes.

Capítulo III
DO PODER CONCEDENTE

Art. 16. Ao poder concedente compete:

I – elaborar o planejamento setorial em conformidade com as políticas e diretrizes de logística integrada;

II – definir as diretrizes para a realização dos procedimentos licitatórios, das chamadas públicas e dos processos seletivos de que trata esta Lei, inclusive para os respectivos editais e instrumentos convocatórios;

III – celebrar os contratos de concessão e arrendamento e expedir as autorizações de instalação portuária, devendo a Antaq fiscalizá-los em conformidade com o disposto na Lei n. 10.233, de 5 de junho de 2001; e

IV – estabelecer as normas, os critérios e os procedimentos para a pré-qualificação dos operadores portuários.

§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, o poder concedente poderá celebrar convênios ou instrumentos congêneres de cooperação técnica e administrativa com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive com repasse de recursos.

§ 2º No exercício da competência prevista no inciso II do *caput*, o poder concedente deverá ouvir previamente a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis sempre que a licitação, a chamada pública ou o processo seletivo envolver instalações portuárias voltadas à movimentação de petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis.

Capítulo IV
DA ADMINISTRAÇÃO DO PORTO ORGANIZADO

Seção I
Das Competências

Art. 17. A administração do porto é exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária do porto organizado.

§ 1º Compete à administração do porto organizado, denominada autoridade portuária:

I – cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos e os contratos de concessão;

II – assegurar o gozo das vantagens decorrentes do melhoramento e aparelhamento do porto ao comércio e à navegação;

III – pré-qualificar os operadores portuários, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder concedente;

IV – arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades;

V – fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;

VI – fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;

VII – promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto;

VIII – autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;

IX – autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;

X – suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;

XI – reportar infrações e representar perante a Antaq, visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos;

XII – adotar as medidas solicitadas pelas demais autoridades no porto;

XIII - prestar apoio técnico e administrativo ao conselho de autoridade portuária e ao órgão de gestão de mão de obra;

XIV – estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes da Secretaria de Portos da Presidência da República, e as jornadas de trabalho no cais de uso público; e

XV – organizar a guarda portuária, em conformidade com a regulamentação expedida pelo poder concedente.

§ 2º A autoridade portuária elaborará e submeterá à aprovação da Secretaria de Portos da Presidência da República o respectivo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto.

§ 3º O disposto nos incisos IX e X do § 1º não se aplica à embarcação militar que não esteja praticando comércio.

§ 4º A autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego pode intervir para assegurar aos navios da Marinha do Brasil a prioridade para atracação no porto.

§ 5º (*Vetado*).

Art. 18. Dentro dos limites da área do porto organizado, compete à administração do porto:

I – sob coordenação da autoridade marítima:

a) estabelecer, manter e operar o balizamento do canal de acesso e da bacia de evolução do porto;

b) delimitar as áreas de fundeadouro, de fundeio para carga e descarga, de inspeção sanitária e de polícia marítima;

c) delimitar as áreas destinadas a navios de guerra e submarinos, plataformas e demais embarcações especiais, navios em reparo ou aguardando atracação e navios com cargas inflamáveis ou explosivas;

d) estabelecer e divulgar o calado máximo de operação dos navios, em função dos levan-

para anotação. (TRT/15ª R., Ac. 026191/2000, j. 18-7-2000, RO 3.548, de 1999, 1ª T., Rel. Antonio Miguel Pereira, *DOE*, 18-7-2000)

▷ **Conflito de competência. Ação proposta por ex-empregado visando regularizar a carteira de trabalho e preenchimento de formulários exigidos pelo INSS. Fundamento da pretensão que repousa no vínculo laboral. Competência da Justiça do Trabalho.** I – Tratando-se de ação movida por ex-empregado contra empregador visando a regularização do tempo de serviço anotado na CTPS, bem como o preenchimento de formulários exigidos pelo INSS para concessão de aposentadoria, competente para dirimir a controvérsia é a Justiça do Trabalho, em face da circunstância de repousar a pretensão sobre vínculo laboral estabelecido entre as partes. II – Conflito conhecido para declarar competente a suscitante. (STJ, CComp 26.310/SP, 1999/0055286-5, j. 27-10-1999, S2 – Segunda Seção, Rel. Min. Waldemar Zveiter, *DJ*, 17-12-1999)

Seção VI
Do valor das anotações

Art. 40. As Carteiras de Trabalho e Previdência Social regularmente emitidas e anotadas servirão de prova nos atos em que sejam exigidas carteiras de identidade e especialmente:

I – nos casos de dissídio na Justiça do Trabalho entre a empresa e o empregado por motivo de salário, férias, ou tempo de serviço;

II – perante a Previdência Social, para o efeito de declaração de dependentes;

III – para cálculo de indenização por acidente do trabalho ou moléstia profissional. (*Caput* e incisos com redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

► *Comentários*

Jurisprudência sumulada do TST proclama não ser absoluto o valor probante das anotações na Carteira Profissional – Súmula 12: "As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção *juris et de jure*, mas apenas *juris tantum*".

No mesmo sentido a Súmula 225 do STF: "Não é absoluto o valor probatório das anotações da carteira profissional".

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 12 do Tribunal Superior do Trabalho. Carteira profissional.** As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção *juris et de jure*, mas apenas *juris tantum*. (RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969)

▷ **Súmula 225 do Supremo Tribunal Federal. Carteira Profissional. Valor Probatório.** Não é absoluto o valor probatório das anotações da carteira profissional.

▷ **Contrato. Unicidade contratual. Anotações da "CTPS".** As anotações constantes da Carteira de Trabalho só poderão ser infirmadas por prova de solidez inconteste, não se sensibilizando perante prova testemunhal inconsistente, desprestigiada pela realidade dos autos em sede probatória (princípio de valoração da prova). (TRT/SP, Ac. 20000369840, j. 18-7-2000, 5ª T., Proc. 02990318946, Rel. Francisco Antonio de Oliveira, *DOE/SP*, 4-8-2000)

tamentos batimétricos efetuados sob sua responsabilidade; e

e) estabelecer e divulgar o porte bruto máximo e as dimensões máximas dos navios que trafegarão, em função das limitações e características físicas do cais do porto;

II – sob coordenação da autoridade aduaneira:

a) delimitar a área de alfandegamento; e

b) organizar e sinalizar os fluxos de mercadorias, veículos, unidades de cargas e de pessoas.

Art. 19. A administração do porto poderá, a critério do poder concedente, explorar direta ou indiretamente áreas não afetas às operações portuárias, observado o disposto no respectivo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não afasta a aplicação das normas de licitação e contratação pública quando a administração do porto for exercida por órgão ou entidade sob controle estatal.

Art. 20. Será instituído em cada porto organizado um conselho de autoridade portuária, órgão consultivo da administração do porto.

§ 1º O regulamento disporá sobre as atribuições, o funcionamento e a composição dos conselhos de autoridade portuária, assegurada a participação de representantes da classe empresarial, dos trabalhadores portuários e do poder público.

§ 2º A representação da classe empresarial e dos trabalhadores no conselho a que alude o *caput* será paritária.

§ 3º A distribuição das vagas no conselho a que alude o *caput* observará a seguinte proporção:

I – 50% (cinquenta por cento) de representantes do poder público;

II – 25% (vinte e cinco por cento) de representantes da classe empresarial; e

III – 25% (vinte e cinco por cento) de representantes da classe trabalhadora.

Art. 21. Fica assegurada a participação de um representante da classe empresarial e outro da classe trabalhadora no conselho de administração ou órgão equivalente da administração do porto, quando se tratar de entidade sob controle estatal, na forma do regulamento.

Parágrafo único. A indicação dos representantes das classes empresarial e trabalhadora a que alude o *caput* será feita pelos respectivos representantes no conselho de autoridade portuária.

Art. 22. A Secretaria de Portos da Presidência da República coordenará a atuação integrada dos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e instalações portuárias, com a finalidade de garantir a eficiência e a qualidade de suas atividades, nos termos do regulamento.

Seção II
Da Administração Aduaneira nos Portos Organizados e nas Instalações Portuárias Alfandegadas

Art. 23. A entrada ou a saída de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas somente poderá efetuar-se em portos ou instalações portuárias alfandegados.

Parágrafo único. O alfandegamento de portos organizados e instalações portuárias destinados à movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou à exportação será efetuado após cumpridos os requisitos previstos na legislação específica.

Art. 24. Compete ao Ministério da Fazenda, por intermédio das repartições aduaneiras:

I – cumprir e fazer cumprir a legislação que regula a entrada, a permanência e a saída de quaisquer bens ou mercadorias do País;

II – fiscalizar a entrada, a permanência, a movimentação e a saída de pessoas, veículos, unidades de carga e mercadorias, sem prejuízo das atribuições das outras autoridades no porto;

III – exercer a vigilância aduaneira e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo das atribuições de outros órgãos;

IV – arrecadar os tributos incidentes sobre o comércio exterior;

V – proceder ao despacho aduaneiro na importação e na exportação;

VI – proceder à apreensão de mercadoria em situação irregular, nos termos da legislação fiscal;

VII – autorizar a remoção de mercadorias da área portuária para outros locais, alfandegados ou não, nos casos e na forma prevista na legislação aduaneira;

VIII – administrar a aplicação de regimes suspensivos, exonerativos ou devolutivos de tributos às mercadorias importadas ou a exportar;

IX – assegurar o cumprimento de tratados, acordos ou convenções internacionais no plano aduaneiro; e

X – zelar pela observância da legislação aduaneira e pela defesa dos interesses fazendários nacionais.

§ 1º No exercício de suas atribuições, a autoridade aduaneira terá livre acesso a quaisquer dependências do porto ou instalação portuária, às embarcações atracadas ou não e aos locais onde se encontrem mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas.

§ 2º No exercício de suas atribuições, a autoridade aduaneira poderá, sempre que julgar necessário, requisitar documentos e informações e o apoio de força pública federal, estadual ou municipal.

Capítulo V
DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA

Art. 25. A pré-qualificação do operador portuário será efetuada perante a administração do porto, conforme normas estabelecidas pelo poder concedente.

§ 1º As normas de pré-qualificação devem obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 2º A administração do porto terá prazo de 30 (trinta) dias, contado do pedido do interessado, para decidir sobre a pré-qualificação.

§ 3º Em caso de indeferimento do pedido mencionado no § 2º, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, dirigido à Secretaria de Portos da Presidência da República, que deverá apreciá-lo no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do regulamento.

§ 4º Considera-se pré-qualificada como operador portuário a administração do porto.

Art. 26. O operador portuário responderá perante:

I – a administração do porto pelos danos culposamente causados à infraestrutura, às instalações e ao equipamento de que a administração do porto seja titular, que se encontre a seu serviço ou sob sua guarda;

II – o proprietário ou consignatário da mercadoria pelas perdas e danos que ocorrerem durante as operações que realizar ou em decorrência delas;

III – o armador pelas avarias ocorridas na embarcação ou na mercadoria dada a transporte;

IV – o trabalhador portuário pela remuneração dos serviços prestados e respectivos encargos;

V – o órgão local de gestão de mão de obra do trabalho avulso pelas contribuições não recolhidas;

VI – os órgãos competentes pelo recolhimento dos tributos incidentes sobre o trabalho portuário avulso; e

VII – a autoridade aduaneira pelas mercadorias sujeitas a controle aduaneiro, no período em que lhe estejam confiadas ou quando tenha controle ou uso exclusivo de área onde se encontrem depositadas ou devam transitar.

Parágrafo único. Compete à administração do porto responder pelas mercadorias a que se referem os incisos II e VII do *caput* quando estiverem em área por ela controlada e após o seu recebimento, conforme definido pelo regulamento de exploração do porto.

Art. 27. As atividades do operador portuário estão sujeitas às normas estabelecidas pela Antaq.

§ 1º O operador portuário é titular e responsável pela coordenação das operações portuárias que efetuar.

§ 2º A atividade de movimentação de carga a bordo da embarcação deve ser executada de acordo com a instrução de seu comandante ou de seus prepostos, responsáveis pela segurança da embarcação nas atividades de arrumação ou retirada da carga, quanto à segurança da embarcação.

Art. 28. É dispensável a intervenção de operadores portuários em operações:

I – que, por seus métodos de manipulação, suas características de automação ou mecanização, não requeiram a utilização de mão de obra ou possam ser executadas exclusivamente pela tripulação das embarcações;

II – de embarcações empregadas:

a) em obras de serviços públicos nas vias aquáticas do País, executadas direta ou indiretamente pelo poder público;

b) no transporte de gêneros de pequena lavoura e da pesca, para abastecer mercados de âmbito municipal;

c) na navegação interior e auxiliar;

d) no transporte de mercadorias líquidas a granel; e

e) no transporte de mercadorias sólidas a granel, quando a carga ou descarga for feita por aparelhos mecânicos automáticos, salvo quanto às atividades de rechego;

III – relativas à movimentação de:

a) cargas em área sob controle militar, quando realizadas por pessoal militar ou vinculado a organização militar;

b) materiais por estaleiros de construção e reparação naval; e

c) peças sobressalentes, material de bordo, mantimentos e abastecimento de embarcações; e

IV – relativas ao abastecimento de aguada, combustíveis e lubrificantes para a navegação.

Parágrafo único. (*Vetado*).

Art. 29. As cooperativas formadas por trabalhadores portuários avulsos, registrados de acordo com esta Lei, poderão estabelecer-se como operadores portuários.

Art. 30. A operação portuária em instalações localizadas fora da área do porto organizado será disciplinada pelo titular da respectiva autorização, observadas as normas estabelecidas pelas autoridades marítima, aduaneira, sanitária, de saúde e de polícia marítima.

Art. 31. O disposto nesta Lei não prejudica a aplicação das demais normas referentes ao transporte marítimo, inclusive as decorrentes de convenções internacionais ratificadas, enquanto vincularem internacionalmente o País.

Capítulo VI
DO TRABALHO PORTUÁRIO

Art. 32. Os operadores portuários devem constituir em cada porto organizado um órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário, destinado a:

I – administrar o fornecimento da mão de obra do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso;

II – manter, com exclusividade, o cadastro do trabalhador portuário e o registro do trabalhador portuário avulso;

III – treinar e habilitar profissionalmente o trabalhador portuário, inscrevendo-o no cadastro;

IV – selecionar e registrar o trabalhador portuário avulso;

V – estabelecer o número de vagas, a forma e a periodicidade para acesso ao registro do trabalhador portuário avulso;

VI – expedir os documentos de identificação do trabalhador portuário; e

VII – arrecadar e repassar aos beneficiários os valores devidos pelos operadores portuários relativos à remuneração do trabalhador portuário avulso e aos correspondentes encargos fiscais, sociais e previdenciários.

Parágrafo único. Caso celebrado contrato, acordo ou convenção coletiva de trabalho entre trabalhadores e tomadores de serviços, o disposto no instrumento precederá o órgão gestor e dispensará sua intervenção nas relações entre capital e trabalho no porto.

Art. 33. Compete ao órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário avulso:

I – aplicar, quando couber, normas disciplinares previstas em lei, contrato, convenção

ou acordo coletivo de trabalho, no caso de transgressão disciplinar, as seguintes penalidades:

a) repreensão verbal ou por escrito;

b) suspensão do registro pelo período de 10 (dez) a 30 (trinta) dias; ou

c) cancelamento do registro;

II – promover:

a) a formação profissional do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso, adequando-a aos modernos processos de movimentação de carga e de operação de aparelhos e equipamentos portuários;

b) o treinamento multifuncional do trabalhador portuário e do trabalhador portuário avulso; e

c) a criação de programas de realocação e de cancelamento do registro, sem ônus para o trabalhador;

III – arrecadar e repassar aos beneficiários contribuições destinadas a incentivar o cancelamento do registro e a aposentadoria voluntária;

IV – arrecadar as contribuições destinadas ao custeio do órgão;

V – zelar pelas normas de saúde, higiene e segurança no trabalho portuário avulso; e

VI – submeter à administração do porto propostas para aprimoramento da operação portuária e valorização econômica do porto.

§ 1º O órgão não responde por prejuízos causados pelos trabalhadores portuários avulsos aos tomadores dos seus serviços ou a terceiros.

§ 2º O órgão responde, solidariamente com os operadores portuários, pela remuneração devida ao trabalhador portuário avulso e pelas indenizações decorrentes de acidente de trabalho.

§ 3º O órgão pode exigir dos operadores portuários garantia prévia dos respectivos pagamentos, para atender a requisição de trabalhadores portuários avulsos.

§ 4º As matérias constantes nas alíneas *a* e *b* do inciso II deste artigo serão discutidas em fórum permanente, composto, em caráter paritário, por representantes do governo e da sociedade civil.

§ 5º A representação da sociedade civil no fórum previsto no § 4º será paritária entre trabalhadores e empresários.

Art. 34. O exercício das atribuições previstas nos arts. 32 e 33 pelo órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário avulso não implica vínculo empregatício com trabalhador portuário avulso.

Art. 35. O órgão de gestão de mão de obra pode ceder trabalhador portuário avulso, em caráter permanente, ao operador portuário.

Art. 36. A gestão da mão de obra do trabalho portuário avulso deve observar as normas do contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Art. 37. Deve ser constituída, no âmbito do órgão de gestão de mão de obra, comissão paritária para solucionar litígios decorrentes da aplicação do disposto nos arts. 32, 33 e 35.

§ 1º Em caso de impasse, as partes devem recorrer à arbitragem de ofertas finais.

§ 2º Firmado o compromisso arbitral, não será admitida a desistência de qualquer das partes.

§ 3º Os árbitros devem ser escolhidos de comum acordo entre as partes, e o laudo arbitral proferido para solução da pendência constitui título executivo extrajudicial.

§ 4º As ações relativas aos créditos decorrentes da relação de trabalho avulso prescrevem em 5 (cinco) anos até o limite de 2 (dois) anos após o cancelamento do registro ou do cadastro no órgão gestor de mão de obra.

Art. 38. O órgão de gestão de mão de obra terá obrigatoriamente 1 (um) conselho de supervisão e 1 (uma) diretoria executiva.

§ 1º O conselho de supervisão será composto por 3 (três) membros titulares e seus suplentes, indicados na forma do regulamento, e terá como competência:

I – deliberar sobre a matéria contida no inciso V do *caput* do art. 32;

II – editar as normas a que se refere o art. 42; e

III – fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do órgão e solicitar informações sobre quaisquer atos praticados pelos diretores ou seus prepostos.

§ 2º A diretoria executiva será composta por 1 (um) ou mais diretores, designados e destituíveis na forma do regulamento, cujo prazo de gestão será de 3 (três) anos, permitida a redesignação.

§ 3º Até 1/3 (um terço) dos membros do conselho de supervisão poderá ser designado para cargos de diretores.

§ 4º No silêncio do estatuto ou contrato social, competirá a qualquer diretor a representação do órgão e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

Art. 39. O órgão de gestão de mão de obra é reputado de utilidade pública, sendo-lhe vedado ter fins lucrativos, prestar serviços a terceiros ou exercer qualquer atividade não vinculada à gestão de mão de obra.

Art. 40. O trabalho portuário de capatazia, estiva, conferência de carga, conserto de carga, bloco e vigilância de embarcações, nos portos organizados, será realizado por trabalhadores portuários com vínculo empregatício por prazo indeterminado e por trabalhadores portuários avulsos.

§ 1º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I – capatazia: atividade de movimentação de mercadorias nas instalações dentro do porto, compreendendo o recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para a conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e descarga de embarcações, quando efetuados por aparelhamento portuário;

II – estiva: atividade de movimentação de mercadorias nos conveses ou nos porões das embarcações principais ou auxiliares, incluindo o transbordo, arrumação, peação e despeação, bem como o carregamento e a descarga, quando realizados com equipamentos de bordo;

III – conferência de carga: contagem de volumes, anotação de suas características, procedência ou destino, verificação do estado das mercadorias, assistência à pesagem, conferência do manifesto e demais serviços correlatos, nas operações de carregamento e descarga de embarcações;

IV – conserto de carga: reparo e restauração das embalagens de mercadorias, nas operações de carregamento e descarga de embarcações, reembalagem, marcação, remarcação, carimbagem, etiquetagem, abertura de volumes para vistoria e posterior recomposição;

V – vigilância de embarcações: atividade de fiscalização da entrada e saída de pessoas a bordo das embarcações atracadas ou fundeadas ao largo, bem como da movimentação de mercadorias nos portalós, rampas, porões, conveses, plataformas e em outros locais da embarcação; e

VI – bloco: atividade de limpeza e conservação de embarcações mercantes e de seus tanques, incluindo batimento de ferrugem, pintura, reparos de pequena monta e serviços correlatos.

§ 2º A contratação de trabalhadores portuários de capatazia, bloco, estiva, conferência de carga, conserto de carga e vigilância de embarcações com vínculo empregatício por prazo indeterminado será feita exclusivamente dentre trabalhadores portuários avulsos registrados.

§ 3º O operador portuário, nas atividades a que alude o *caput*, não poderá locar ou tomar mão de obra sob o regime de trabalho temporário de que trata a Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974.

§ 4º As categorias previstas no *caput* constituem categorias profissionais diferenciadas.

Art. 41. O órgão de gestão de mão de obra:

I – organizará e manterá cadastro de trabalhadores portuários habilitados ao desempenho das atividades referidas no § 1º do art. 40; e

II – organizará e manterá o registro dos trabalhadores portuários avulsos.

§ 1º A inscrição no cadastro do trabalhador portuário dependerá exclusivamente de prévia habilitação profissional do trabalhador interessado, mediante treinamento realizado em entidade indicada pelo órgão de gestão de mão de obra.

§ 2º O ingresso no registro do trabalhador portuário avulso depende de prévia seleção

e inscrição no cadastro de que trata o inciso I do *caput*, obedecidas a disponibilidade de vagas e a ordem cronológica de inscrição no cadastro.

§ 3º A inscrição no cadastro e o registro do trabalhador portuário extinguem-se por morte ou cancelamento.

Art. 42. A seleção e o registro do trabalhador portuário avulso serão feitos pelo órgão de gestão de mão de obra avulsa, de acordo com as normas estabelecidas em contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Art. 43. A remuneração, a definição das funções, a composição dos termos, a multifuncionalidade e as demais condições do trabalho avulso serão objeto de negociação entre as entidades representativas dos trabalhadores portuários avulsos e dos operadores portuários.

Parágrafo único. A negociação prevista no *caput* contemplará a garantia de renda mínima inserida no item 2 do Artigo 2 da Convenção n. 137 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Art. 44. É facultada aos titulares de instalações portuárias sujeitas a regime de autorização a contratação de trabalhadores a prazo indeterminado, observado o disposto no contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Art. 45. (*Vetado.*)

Capítulo VII
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 46. Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que importe em:

I – realização de operações portuárias com infringência ao disposto nesta Lei ou com inobservância dos regulamentos do porto;

II – recusa injustificada, por parte do órgão de gestão de mão de obra, da distribuição de trabalhadores a qualquer operador portuário; ou

III – utilização de terrenos, área, equipamentos e instalações portuárias, dentro ou fora do porto organizado, com desvio de finalidade ou com desrespeito à lei ou aos regulamentos.

Parágrafo único. Responde pela infração, conjunta ou isoladamente, qualquer pessoa física ou jurídica que, intervindo na operação portuária, concorra para sua prática ou dela se beneficie.

Art. 47. As infrações estão sujeitas às seguintes penas, aplicáveis separada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da falta:

I – advertência;

II – multa;

III – proibição de ingresso na área do porto por período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias;

IV – suspensão da atividade de operador portuário, pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias; ou

V – cancelamento do credenciamento do operador portuário.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto nesta Lei, aplicam-se subsidiariamente às infrações previstas no art. 46 as penalidades estabelecidas na Lei n. 10.233, de 5 de junho de 2001, separada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da falta.

Art. 48. Apurada, no mesmo processo, a prática de 2 (duas) ou mais infrações pela mesma pessoa física ou jurídica, aplicam-se cumulativamente as penas a elas cominadas, se as infrações não forem idênticas.

§ 1º Serão reunidos em um único processo os diversos autos ou representações de infração continuada, para aplicação da pena.

§ 2º Serão consideradas continuadas as infrações quando se tratar de repetição de falta ainda não apurada ou objeto do processo, de cuja instauração o infrator não tenha conhecimento, por meio de intimação.

Art. 49. Na falta de pagamento de multa no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência pelo infrator da decisão final que impuser a penalidade, será realizado processo de execução.

Art. 50. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas previstas nesta Lei reverterão para a Antaq, na forma

do inciso V do *caput* do art. 77 da Lei n. 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 51. O descumprimento do disposto nos arts. 36, 39 e 42 desta Lei sujeitará o infrator à multa prevista no inciso I do art. 10 da Lei n. 9.719, de 27 de novembro de 1998, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 52. O descumprimento do disposto no *caput* e no § 3º do art. 40 desta Lei sujeitará o infrator à multa prevista no inciso III do art. 10 da Lei n. 9.719, de 27 de novembro de 1998, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Capítulo VIII
DO PROGRAMA NACIONAL DE DRAGAGEM PORTUÁRIA E HIDROVIÁRIA II

Art. 53. Fica instituído o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária II, a ser implantado pela Secretaria de Portos da Presidência da República e pelo Ministério dos Transportes, nas respectivas áreas de atuação.

§ 1º O Programa de que trata o *caput* abrange, dentre outras atividades:

I – as obras e serviços de engenharia de dragagem para manutenção ou ampliação de áreas portuárias e de hidrovias, inclusive canais de navegação, bacias de evolução e de fundeio, e berços de atracação, compreendendo a remoção do material submerso e a escavação ou derrocamento do leito;

II – o serviço de sinalização e balizamento, incluindo a aquisição, instalação, reposição, manutenção e modernização de sinais náuticos e equipamentos necessários às hidrovias e ao acesso aos portos e terminais portuários;

III – o monitoramento ambiental; e

IV – o gerenciamento da execução dos serviços e obras.

§ 2º Para fins do Programa de que trata o *caput*, consideram-se:

I – dragagem: obra ou serviço de engenharia que consiste na limpeza, desobstrução, remoção, derrocamento ou escavação de material do fundo de rios, lagos, mares, baías e canais;

II – draga: equipamento especializado acoplado à embarcação ou à plataforma fixa, móvel ou flutuante, utilizado para execução de obras ou serviços de dragagem;

III – material dragado: material retirado ou deslocado do leito dos corpos d'água decorrente da atividade de dragagem e transferido para local de despejo autorizado pelo órgão competente;

IV – empresa de dragagem: pessoa jurídica que tenha por objeto a realização de obra ou serviço de dragagem com a utilização ou não de embarcação; e

V – sinalização e balizamento: sinais náuticos para o auxílio à navegação e à transmissão de informações ao navegante, de forma a possibilitar posicionamento seguro de acesso e tráfego.

Art. 54. A dragagem por resultado compreende a contratação de obras de engenharia destinadas ao aprofundamento, alargamento ou expansão de áreas portuárias e de hidrovias, inclusive canais de navegação, bacias de evolução e de fundeio e berços de atracação, bem como os serviços de sinalização, balizamento, monitoramento ambiental e outros com o objetivo de manter as condições de profundidade e segurança estabelecidas no projeto implantado.

§ 1º As obras ou serviços de dragagem por resultado poderão contemplar mais de um porto, num mesmo contrato, quando essa medida for mais vantajosa para a administração pública.

§ 2º Na contratação de dragagem por resultado, é obrigatória a prestação de garantia pelo contratado.

§ 3º A duração dos contratos de que trata este artigo será de até 10 (dez) anos, improrrogável.

§ 4º As contratações das obras e serviços no âmbito do Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária II poderão ser feitas por meio de licitações internacionais e utilizar o Regime Diferenciado de Contrata-

ções Públicas, de que trata a Lei n. 12.462, de 4 de agosto de 2011.

§ 5º A administração pública poderá contratar empresa para gerenciar e auditar os serviços e obras contratados na forma do *caput*.

Art. 55. As embarcações destinadas à dragagem sujeitam-se às normas específicas de segurança da navegação estabelecidas pela autoridade marítima e não se submetem ao disposto na Lei n. 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

Capítulo IX
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 56. (*Vetado.*)

Parágrafo único. (*Vetado.*)

Art. 57. Os contratos de arrendamento em vigor firmados sob a Lei n. 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que possuam previsão expressa de prorrogação ainda não realizada, poderão ter sua prorrogação antecipada, a critério do poder concedente.

§ 1º A prorrogação antecipada de que trata o *caput* dependerá da aceitação expressa de obrigação de realizar investimentos, segundo plano elaborado pelo arrendatário e aprovado pelo poder concedente em até 60 (sessenta) dias.

§ 2º (*Vetado.*)

§ 3º Caso, a critério do poder concedente, a antecipação das prorrogações de que trata o *caput* não seja efetivada, tal decisão não implica obrigatoriamente na recusa da prorrogação contratual prevista originalmente.

§ 4º (*Vetado.*)

§ 5º O Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até o último dia útil do mês de março de cada ano, relatório detalhado sobre a implementação das iniciativas tomadas com base nesta Lei, incluindo, pelo menos, as seguintes informações:

I – relação dos contratos de arrendamento e concessão em vigor até 31 de dezembro do ano anterior, por porto organizado, indicando data dos contratos, empresa detentora, objeto detalhado, área, prazo de vigência e situação de adimplemento com relação às cláusulas contratuais;

II – relação das instalações portuárias exploradas mediante autorizações em vigor até 31 de dezembro do ano anterior, segundo a localização, se dentro ou fora do porto organizado, indicando data da autorização, empresa detentora, objeto detalhado, área, prazo de vigência e situação de adimplemento com relação às cláusulas dos termos de adesão e autorização;

III – relação dos contratos licitados no ano anterior com base no disposto no art. 56 desta Lei, por porto organizado, indicando data do contrato, modalidade da licitação, empresa detentora, objeto, área, prazo de vigência e valor dos investimentos realizados e previstos nos contratos de concessão ou arrendamento;

IV – relação dos termos de autorização e os contratos de adesão adaptados no ano anterior, com base no disposto nos arts. 58 e 59 desta Lei, indicando data do contrato de autorização, empresa detentora, objeto, área, prazo de vigência e valor dos investimentos realizados e previstos nos termos de adesão e autorização;

V – relação das instalações portuárias operadas no ano anterior com base no previsto no art. 7º desta Lei, indicando empresa concessionária, empresa que utiliza efetivamente a instalação portuária, motivo e justificativa da utilização por interessado não detentor do arrendamento ou concessão e prazo de utilização.

Art. 58. Os termos de autorização e os contratos de adesão em vigor deverão ser adaptados ao disposto nesta Lei, em especial ao previsto nos §§ 1º a 4º do art. 8º, independentemente de chamada pública ou processo seletivo.

Parágrafo único. A Antaq deverá promover a adaptação de que trata o *caput* no prazo de 1 (um) ano, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 59. As instalações portuárias enumeradas nos incisos I a IV do *caput* do art. 8º, localizadas dentro da área do porto organizado, terão assegurada a continuidade das suas atividades, desde que realizada a adaptação nos termos do art. 58.

Parágrafo único. Os pedidos de autorização para exploração de instalações portuárias enumeradas nos incisos I a IV do art. 8º, localizadas dentro da área do porto organizado, protocolados na Antaq até dezembro de 2012, poderão ser deferidos pelo poder concedente, desde que tenha sido comprovado até a referida data o domínio útil da área.

Art. 60. Os procedimentos licitatórios para contratação de dragagem homologados e os contratos de dragagem em vigor na data da publicação desta Lei permanecem regidos pelo disposto na Lei n. 11.610, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 61. Até a publicação do regulamento previsto nesta Lei, ficam mantidas as regras para composição dos conselhos da autoridade portuária e dos conselhos de supervisão e diretorias executivas dos órgãos de gestão de mão de obra.

Art. 62. O inadimplemento, pelas concessionárias, arrendatárias, autorizatárias e operadoras portuárias no recolhimento de tarifas portuárias e outras obrigações financeiras perante a administração do porto e a Antaq, assim declarado em decisão final, impossibilita a inadimplente de celebrar ou prorrogar contratos de concessão e arrendamento, bem como obter novas autorizações.

§ 1º Para dirimir litígios relativos aos débitos a que se refere o *caput*, poderá ser utilizada a arbitragem, nos termos da Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996.

§ 2º O impedimento previsto no *caput* também se aplica às pessoas jurídicas, direta ou indiretamente, controladoras, controladas, coligadas, ou de controlador comum com a inadimplente.

Art. 63. As Companhias Docas observarão regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens, observados os princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

Art. 64. As Companhias Docas firmarão com a Secretaria de Portos da Presidência da República compromissos de metas e desempenho empresarial que estabelecerão, nos termos do regulamento:

I – objetivos, metas e resultados a serem atingidos, e prazos para sua consecução;

II – indicadores e critérios de avaliação de desempenho;

III – retribuição adicional em virtude do seu cumprimento; e

IV – critérios para a profissionalização da gestão das Docas.

Art. 65. Ficam transferidas à Secretaria de Portos da Presidência da República as competências atribuídas ao Ministério dos Transportes e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT em leis gerais e específicas relativas a portos fluviais e lacustres, exceto as competências relativas a instalações portuárias públicas de pequeno porte.

Art. 66. Aplica-se subsidiariamente às licitações de concessão de porto organizado e de arrendamento de instalação portuária o disposto nas Leis n. 12.462, de 4 de agosto de 2011, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 67. Aplica-se subsidiariamente a esta Lei o disposto na Lei n. 10.233, de 5 de junho de 2001, em especial no que se refere às competências e atribuições da Antaq.

Art. 68. As poligonais de áreas de portos organizados que não atendam ao disposto no art. 15 deverão ser adaptadas no prazo de 1 (um) ano.

Art. 69. (*Vetado.*)

Art. 70. O art. 29 da Lei n. 5.025, de 10 de junho de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 29. Os serviços públicos necessários à importação e exportação deverão ser centralizados pela administração pública em todos os portos organizados.
>
> § 1º Os serviços de que trata o *caput* serão prestados em horário cor-

rido e coincidente com a operação de cada porto, em turnos, inclusive aos domingos e feriados.

§ 2º O horário previsto no § 1º poderá ser reduzido por ato do Poder Executivo, desde que não haja prejuízo à segurança nacional e à operação portuária.

.....»

Art. 71. A Lei n. 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 13. Ressalvado o disposto em legislação específica, as outorgas a que se refere o inciso I do *caput* do art. 12 serão realizadas sob a forma de:

.....»

"Art. 14. Ressalvado o disposto em legislação específica, o disposto no art. 13 aplica-se conforme as seguintes diretrizes:

.....

III – depende de autorização:

.....

c) a construção e a exploração das instalações portuárias de que trata o art. 8º da Lei na qual foi convertida a Medida Provisória n. 595, de 6 de dezembro de 2012;

.....

g) (*revogada*);

h) (*revogada*);

.....»

"Art. 20. .....

I – implementar, nas respectivas esferas de atuação, as políticas formuladas pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, pelo Ministério dos Transportes e pela Secretaria de Portos da Presidência da República, nas respectivas áreas de competência, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei;

.....»

"Art. 21. Ficam instituídas a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, entidades integrantes da administração federal indireta, submetidas ao regime autárquico especial e vinculadas, respectivamente, ao Ministério dos Transportes e à Secretaria de Portos da Presidência da República, nos termos desta Lei.

.....»

"Art. 23. Constituem a esfera de atuação da Antaq:

.....

II – os portos organizados e as instalações portuárias neles localizadas;

III – as instalações portuárias de que trata o art. 8º da Lei na qual foi convertida a Medida Provisória n. 595, de 6 de dezembro de 2012;

.....

§ 1º A Antaq articular-se-á com órgãos e entidades da administração, para resolução das interfaces do transporte aquaviário com as outras modalidades de transporte, com a finalidade de promover a movimentação intermodal mais econômica e segura de pessoas e bens.

.....»

"Art. 27. .....

I – promover estudos específicos de demanda de transporte aquaviário e de atividades portuárias;

.....

III – propor ao Ministério dos Transportes o plano geral de outorgas de exploração da infraestrutura aquaviária e de prestação de serviços de transporte aquaviário;

a) (*revogada*);

b) (*revogada*);

.....

VII – promover as revisões e os reajustes das tarifas portuárias, assegurada a comunicação prévia, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, ao poder concedente e ao Ministério da Fazenda;

.....

▷ **Carteira de Trabalho. Presunção de Veracidade das Anotações.** Não logrando o reclamante infirmar a validade das anotações contidas na CTPS, limitando-se a apresentar depoimento testemunhal inconsistente, é de ser mantida a presunção *juris tantum* de veracidade das informações ali registradas. (TRT/20ª Região, Ac. 300/99, j. 23-2-1999, RO 2.402, de 1998, Tribunal Pleno, Rel. Designado Eduardo Prado de Oliveira, *DJSE*, 15-3-1999)

Seção VII
Dos livros de registro de empregados

Art. 41. Em todas as atividades será obrigatório para o empregador o registro dos respectivos trabalhadores, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

Parágrafo único. Além da qualificação civil ou profissional de cada trabalhador, deverão ser anotados todos os dados relativos à sua admissão no emprego, duração e efetividade do trabalho, a férias, acidentes e demais circunstâncias que interessem à proteção do trabalhador. (Redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

Art. 42. (Revogado pela Lei n. 10.243, de 19-6-2001.)

Arts. 43 e 44. (Revogados pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

Arts. 45 e 46. (Revogados pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 47. A empresa que mantiver empregado não registrado nos termos do art. 41 e seu parágrafo único, incorrerá na multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional, por empregado não registrado, acrescido de igual valor em cada reincidência. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Parágrafo único. As demais infrações referentes ao registro de empregados sujeitarão a empresa à multa de valor igual à metade do salário mínimo regional, dobrada na reincidência. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 48. As multas previstas nesta Seção serão aplicadas pelas Delegacias Regionais do Trabalho.

► *Comentários*

Qualquer que seja a modalidade de trabalho prestado pelo assalariado, o registro do trabalhador é obrigatório. A norma é, inquestionavelmente, de ordem pública, imperativa e impostergável. Para isso, há livro próprio – o *Livro de Registro de Empregados*, que, todavia, pode ser substituído por fichas ou outros sistemas eletrônicos.

O livro em apreço deve conter, necessariamente: nome e qualificação do empregado; número e série da sua Carteira Profissional, data da admissão (e, obviamente, da demissão, se esta vier a ocorrer); função exercida; salário e sua forma de pagamento; número da conta vinculada do FGTS e PIS-Pasep, bem como as anotações que se fizerem necessárias, como férias etc.

Não se olvide o registro de horário de serviços e o Livro de Inspeção do Trabalho, documentos estes que deverão permanecer no estabelecimento da empresa. Tais documentos devem ser autenticados pela respectiva *Delegacia Regional do Trabalho*, providência essa que pode ser tomada, também, pelo fiscal do trabalho, *in loco*, e pela autoridade da Previdência Social do local.

XIV – estabelecer normas e padrões a serem observados pelas administrações portuárias, concessionários, arrendatários, autorizatários e operadores portuários, nos termos da Lei na qual foi convertida a Medida Provisória n. 595, de 6 de dezembro de 2012;

XV – elaborar editais e instrumentos de convocação e promover os procedimentos de licitação e seleção para concessão, arrendamento ou autorização da exploração de portos organizados ou instalações portuárias, de acordo com as diretrizes do poder concedente, em obediência ao disposto na Lei na qual foi convertida a Medida Provisória n. 595, de 6 de dezembro de 2012;

XVI – cumprir e fazer cumprir as cláusulas e condições dos contratos de concessão de porto organizado ou dos contratos de arrendamento de instalações portuárias quanto à manutenção e reposição dos bens e equipamentos reversíveis à União de que trata o inciso VIII do *caput* do art. 5º da Lei na qual foi convertida a Medida Provisória n. 595, de 6 de dezembro de 2012;

.....

XXII – fiscalizar a execução dos contratos de adesão das autorizações de instalação portuária de que trata o art. 8º da Lei na qual foi convertida a Medida Provisória n. 595, de 6 de dezembro de 2012;

.....

XXV – celebrar atos de outorga de concessão para a exploração da infraestrutura aquaviária, gerindo e fiscalizando os respectivos contratos e demais instrumentos administrativos;

XXVI – fiscalizar a execução dos contratos de concessão de porto organizado e de arrendamento de instalação portuária, em conformidade com o disposto na Lei na qual foi convertida a Medida Provisória n. 595, de 6 de dezembro de 2012;

XXVII – (*revogado*).

§ 1º .....

.....

II – participar de foros internacionais, sob a coordenação do Poder Executivo; e

.....

§ 3º (*Revogado.*)

§ 4º (*Revogado.*)"

"Art. 33. Ressalvado o disposto em legislação específica, os atos de outorga de autorização, concessão ou permissão editados e celebrados pela ANTT e pela Antaq obedecerão ao disposto na Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nas Subseções II, III, IV e V desta Seção e nas regulamentações complementares editadas pelas Agências."

"Art. 34-A. .....

.....

§ 2º O edital de licitação indicará obrigatoriamente, ressalvado o disposto em legislação específica:

....."

"Art. 35. O contrato de concessão deverá refletir fielmente as condições do edital e da proposta vencedora e terá como cláusulas essenciais, ressalvado o disposto em legislação específica, as relativas a:

....."

"Art. 43. A autorização, ressalvado o disposto em legislação específica, será outorgada segundo as diretrizes estabelecidas nos arts. 13 e 14 e apresenta as seguintes características:

....."

"Art. 44. A autorização, ressalvado o disposto em legislação específica, será disciplinada em regulamento próprio e será outorgada mediante termo que indicará:

....."

"Art. 51-A. Fica atribuída à Antaq a competência de fiscalização das

atividades desenvolvidas pelas administrações de portos organizados, pelos operadores portuários e pelas arrendatárias ou autorizatárias de instalações portuárias, observado o disposto na Lei na qual foi convertida a Medida Provisória n. 595, de 6 de dezembro de 2012.

§ 1º Na atribuição citada no *caput* incluem-se as administrações dos portos objeto de convênios de delegação celebrados nos termos da Lei n. 9.277, de 10 de maio de 1996.

§ 2º A Antaq prestará ao Ministério dos Transportes ou à Secretaria de Portos da Presidência da República todo apoio necessário à celebração dos convênios de delegação."

"Art. 56. .....

Parágrafo único. Cabe ao Ministro de Estado dos Transportes ou ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, conforme o caso, instaurar o processo administrativo disciplinar, competindo ao Presidente da República determinar o afastamento preventivo, quando for o caso, e proferir o julgamento."

"Art. 67. As decisões das Diretorias serão tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Diretor-Geral o voto de qualidade, e serão registradas em atas.

Parágrafo único. As datas, as pautas e as atas das reuniões de Diretoria, assim como os documentos que as instruam, deverão ser objeto de ampla publicidade, inclusive por meio da internet, na forma do regulamento."

"Art. 78. A ANTT e a Antaq submeterão ao Ministério dos Transportes e à Secretaria de Portos da Presidência da República, respectivamente, suas propostas orçamentárias anuais, nos termos da legislação em vigor.

....."

"Art. 78-A. .....

§ 1º Na aplicação das sanções referidas no *caput*, a Antaq observará o disposto na Lei na qual foi convertida a Medida Provisória n. 595, de 6 de dezembro de 2012.

§ 2º A aplicação da sanção prevista no inciso IV do *caput*, quando se tratar de concessão de porto organizado ou arrendamento e autorização de instalação portuária, caberá ao poder concedente, mediante proposta da Antaq."

"Art. 81. .....

.....

III – instalações e vias de transbordo e de interface intermodal, exceto as portuárias;

IV – (*revogado.*)"

"Art. 82. .....

.....

§ 2º No exercício das atribuições previstas neste artigo e relativas a vias navegáveis, o DNIT observará as prerrogativas específicas da autoridade marítima.

....."

Art. 72. A Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 24-A. À Secretaria de Portos compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres e, especialmente, promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e instalações portuárias marítimos, fluviais e lacustres.

.....

§ 2º .....

.....

III – a elaboração dos planos gerais de outorgas;

.....

V – o desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura aquaviária dos portos e instalações portuárias sob sua esfera de atuação, com a finalidade de promover a segurança e a eficiência do transporte aquaviário de cargas e de passageiros.

.....»

"Art. 27. .....

.....

XXII – .....

a) política nacional de transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário;

b) marinha mercante e vias navegáveis; e

c) participação na coordenação dos transportes aeroviários;

.....»

Art. 73. A Lei n. 9.719, de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

"Art. 10-A. É assegurado, na forma do regulamento, benefício assistencial mensal, de até 1 (um) salário mínimo, aos trabalhadores portuários avulsos, com mais de 60 (sessenta) anos, que não cumprirem os requisitos para a aquisição das modalidades de aposentadoria previstas nos arts. 42, 48, 52 e 57 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, e que não possuam meios para prover a sua subsistência.

Parágrafo único. O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória."

Art. 74. (*Vetado.*)

Art. 75. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 76. Ficam revogados:

I – a Lei n. 8.630, de 25 de fevereiro de 1993;

II – a Lei n. 11.610, de 12 de dezembro de 2007;

III – o art. 21 da Lei n. 11.314, de 3 de julho de 2006;

IV – o art. 14 da Lei n. 11.518, de 5 de setembro de 2007;

V – os seguintes dispositivos da Lei n. 10.233, de 5 de junho de 2001:

a) as alíneas *g* e *h* do inciso III do *caput* do art. 14;

b) as alíneas *a* e *b* do inciso III do *caput* do art. 27;

c) o inciso XXVII do *caput* do art. 27;

d) os §§ 3º e 4º do art. 27; e

e) o inciso IV do *caput* do art. 81; e

VI – o art. 11 da Lei n. 9.719, de 27 de novembro de 1998.

Decreto n. 1.035, de 30 de dezembro de 1993

(Publicado no *DOU*, 3-1-1994)

Dispõe sobre o recolhimento do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso, e dá outras providências.

Art. 1º O recolhimento do Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso – AITP será efetuado pelos operadores portuários responsáveis pelas cargas e descargas das mercadorias importadas ou a exportar, objeto do comércio na navegação de longo curso, à razão de:

I – sete décimos de Ufir, por tonelada de granel sólido, ou fração;

II – uma Ufir, por tonelada de granel líquido, ou fração;

III – seis décimos de Ufir, por tonelada de carga geral, solta ou unitizada, ou fração.

§ 1º O AITP será recolhido até dez dias após a entrada da embarcação no porto de carga ou descarga, em agência do Banco do Brasil S.A., na praça de localização do porto.

§ 2º Os operadores portuários, no prazo estabelecido no parágrafo anterior, deverão apresentar à Secretaria da Receita Federal o comprovante do recolhimento do AITP.

§ 3º As unidades da Secretaria da Receita Federal não darão seguimento a despachos

de mercadorias importadas ou a exportar, sem a comprovação do pagamento do AITP.

Art. 2º É facultado aos operadores portuários, para antecipar e agilizar o despacho aduaneiro das mercadorias, recolherem o AITP:

I – na importação, antes do registro da Declaração de Importação ou da Declaração de Trânsito Aduaneiro;

II – na exportação, antes da apresentação, à Secretaria da Receita Federal, dos documentos que instruem o despacho.

Parágrafo único. Nos casos de mercadorias destinadas à exportação, em trânsito aduaneiro até o porto de embarque, o recolhimento do AITP poderá ser efetuado até a conclusão do trânsito.

Art. 3º Para os fins previstos neste decreto ficam equiparados aos operadores portuários os importadores, exportadores ou consignatários das mercadorias importadas ou a exportar.

Art. 4º O AITP será recolhido por intermédio de guia própria, conforme modelo anexo a este decreto.

§ 1º Cada guia deverá corresponder a um único despacho de importação ou de exportação.

§ 2º Fica o Ministro dos Transportes autorizado a alterar o modelo da guia de que trata este artigo.

Art. 5º Observado o disposto no § 2º do art. 67 da Lei n. 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, o Ministro da Fazenda estabelecerá diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso (FITP).

§ 1º O Banco Central do Brasil fixará, em favor do Banco do Brasil S.A., taxa de remuneração pela gestão do Fundo.

§ 2º A taxa a que se refere este artigo deverá corresponder aos custos operacionais do Banco do Brasil S.A., podendo ser revista semestralmente, para mais ou para menos, caso se verifique variação dos referidos custos.

Art. 6º O FITP fica sujeito à auditoria da Secretaria de Controle Interno do Ministério dos Transportes.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Decreto n. 1.886,
de 29 de abril de 1996
(Publicado no *DOU*, 30-4-1996)

Regulamenta disposições da Lei n. 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.

Art. 1º A partir de 2 de maio de 1996, a requisição da mão de obra do trabalho portuário avulso só poderá ser realizada aos órgãos de gestão de mão de obra, salvo disposição em contrário pactuada em contrato, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

§ 1º Para os fins previstos no *caput* deste artigo, cabe aos órgãos de gestão de mão de obra arrecadar repassar, aos respectivos beneficiários, os valores devidos pelos operadores portuários, relativos a remuneração do trabalhador portuário avulso e providenciar o recolhimento dos encargos fiscais, sociais e previdenciários correspondentes.

§ 2º O descumprimento das disposições deste artigo, pelas concessionárias ou entidades delegadas do serviço público de exploração de portos marítimos, fluviais e lacustres, caracteriza infringência às normas do contrato de concessão ou de delegação, acarretando, respectivamente, a aplicação das penalidades cabíveis e a revogação da delegação.

§ 3º No caso do operador portuário, o descumprimento das disposições deste artigo acarretará a desqualificação do mesmo, mediante revogação do ato administrativo de pré-qualificação.

§ 4º O disposto neste artigo se aplica também aos titulares de instalações portuárias, localizadas dentro ou fora da área dos portos organizados, que utilizam a mão de obra do trabalhador portuário avulso, nos termos do parágrafo único do art. 56 da Lei n. 8.630, de 25 de fevereiro de 1993.

Art. 2º Os órgãos de gestão de mão de obra deverão ter disponíveis, para uso da fiscalização do Ministério do Trabalho, as listas de escalação diária dos trabalhadores

portuários avulsos, por tomadores da mão de obra e por navio.

§ 1º Caberá exclusivamente ao órgão de gestão de mão de obra a responsabilidade pela verificação da exatidão dos dados lançados nas listas diárias referidas neste artigo, assegurando que não haja simultaneidade de escalação no mesmo turno de trabalho.

§ 2º Os tomadores da mão de obra serão os responsáveis exclusivos pela verificação da presença, no local do trabalho, dos trabalhadores constantes das listas de escalação diária de cada navio.

Art. 3º A partir do dia 15 de junho de 1996, só poderão realizar operações portuárias, conforme definidas no inciso II do § 1º do art. 1º da Lei n. 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, os operadores portuários pré-qualificados pela Administração do Porto, desde que se mantenham em dia com as suas contribuições para os órgãos de gestão de mão de obra e no recolhimento dos encargos sociais relativos ao trabalho portuário avulso.

Art. 4º A partir de 1º de julho de 1996, somente serão escalados para a prestação do trabalho portuário avulso os trabalhadores que estejam devidamente registrados ou cadastrados nos órgãos locais de gestão de mão de obra.

Art. 5º A partir da data estabelecida no artigo anterior, o ingresso de trabalhador portuário avulso na área do porto organizado só será autorizada mediante a apresentação de carteira de identificação expedida pelo órgão local de gestão de mão de obra.

Parágrafo único. Cabe à Administração do Porto proceder à identificação dos operadores portuários e seus prepostos, bem como das demais pessoas, por ocasião do ingresso na área do porto organizado.

Art. 6º As autoridades aduaneira, marítima, sanitária de saúde e de polícia marítima ajustarão o despacho das mercadorias e embarcações e a concessão de livre prática às disponibilidades da mão de obra inscrita no órgão de gestão de mão de obra.

Art. 7º Compete ao Ministério do Trabalho a fiscalização das condições gerais do trabalho portuário, adotando as medidas regulamentares previstas na hipótese de descumprimento da legislação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lei n. 9.719,
de 27 de novembro de 1998
(Publicada no *DOU*, 30-11-1998)

Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos, e dá outras providências.

Art. 1º Observado o disposto nos arts. 18 e seu parágrafo único, 19 e seus parágrafos, 20, 21, 22, 25 e 27 e seus parágrafos, 29, 47, 49 e 56 e seu parágrafo único, da Lei n. 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, a mão de obra do trabalho portuário avulso deverá ser requisitada ao órgão gestor de mão de obra.

Art. 2º Para os fins previstos no art. 1º desta Lei:

I – cabe ao operador portuário recolher ao órgão gestor de mão de obra os valores devidos pelos serviços executados, referentes à remuneração por navio, acrescidos dos percentuais relativos a décimo terceiro salário, férias, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, encargos fiscais e previdenciários, no prazo de vinte e quatro horas da realização do serviço, para viabilizar o pagamento ao trabalhador portuário avulso;

II – cabe ao órgão gestor de mão de obra efetuar o pagamento da remuneração pelos serviços executados e das parcelas referentes a décimo terceiro salário e férias, diretamente ao trabalhador portuário avulso.

§ 1º O pagamento da remuneração pelos serviços executados será feito no prazo de quarenta e oito horas após o término do serviço.

§ 2º Para efeito do disposto no inciso II, o órgão gestor de mão de obra depositará as parcelas referentes às férias e ao décimo

terceiro salário, separada e respectivamente, em contas individuais vinculadas, a serem abertas e movimentadas às suas expensas, especialmente para este fim, em instituição bancária de sua livre escolha, sobre as quais deverão incidir rendimentos mensais com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança.

§ 3º Os depósitos a que se refere o parágrafo anterior serão efetuados no dia 2 do mês seguinte ao da prestação do serviço, prorrogado o prazo para o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em dia em que não haja expediente bancário.

§ 4º O operador portuário e o órgão gestor de mão de obra são solidariamente responsáveis pelo pagamento dos encargos trabalhistas, das contribuições previdenciárias e demais obrigações, inclusive acessórias, devidas à Seguridade Social, arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, vedada a invocação do benefício de ordem.

§ 5º Os prazos previstos neste artigo podem ser alterados mediante convenção coletiva firmada entre entidades sindicais representativas dos trabalhadores e operadores portuários, observado o prazo legal para recolhimento dos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários.

§ 6º A liberação das parcelas referentes a décimo terceiro salário e férias, depositadas nas contas individuais vinculadas, e o recolhimento do FGTS e dos encargos fiscais e previdenciários serão efetuados conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 3º O órgão gestor de mão de obra manterá o registro do trabalhador portuário avulso que:

I – for cedido ao operador portuário para trabalhar em caráter permanente;

II – constituir ou se associar a cooperativa formada para se estabelecer como operador portuário, na forma do art. 17 da Lei n. 8.630, de 1993.

§ 1º Enquanto durar a cessão ou a associação de que tratam os incisos I e II deste artigo, o trabalhador deixará de concorrer à escala como avulso.

§ 2º É vedado ao órgão gestor de mão de obra ceder trabalhador portuário avulso cadastrado a operador portuário, em caráter permanente.

Art. 4º É assegurado ao trabalhador portuário avulso cadastrado no órgão gestor de mão de obra o direito de concorrer à escala diária complementando a equipe de trabalho do quadro dos registrados.

Art. 5º A escalação do trabalhador portuário avulso, em sistema de rodízio, será feita pelo órgão gestor de mão de obra.

Art. 6º Cabe ao operador portuário e ao órgão gestor de mão de obra verificar a presença, no local de trabalho, dos trabalhadores constantes da escala diária.

Parágrafo único. Somente fará jus à remuneração o trabalhador avulso que, constante da escala diária, estiver em efetivo serviço.

Art. 7º O órgão gestor de mão de obra deverá, quando exigido pela fiscalização do Ministério do Trabalho e do INSS, exibir as listas de escalação diária dos trabalhadores portuários avulsos, por operador portuário e por navio.

Parágrafo único. Caberá exclusivamente ao órgão gestor de mão de obra a responsabilidade pela exatidão dos dados lançados nas listas diárias referidas no *caput* deste artigo, assegurando que não haja preterição do trabalhador regularmente registrado e simultaneidade na escalação.

Art. 8º Na escalação diária do trabalhador portuário avulso deverá sempre ser observado um intervalo mínimo de onze horas consecutivas entre duas jornadas, salvo em situações excepcionais, constantes de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Art. 9º Compete ao órgão gestor de mão de obra, ao operador portuário e ao empregador, conforme o caso, cumprir e fazer cumprir as normas concernentes a saúde e segurança do trabalho portuário.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho estabelecerá as normas regulamentadoras de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 10. O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes multas:

I – de R$ 173,00 (cento e setenta e três reais) a R$ 1.730,00 (um mil, setecentos e trinta reais), por infração ao *caput* do art. 7º;

II – de R$ 575,00 (quinhentos e setenta e cinco reais) a R$ 5.750,00 (cinco mil, setecentos e cinquenta reais), por infração às normas de segurança do trabalho portuário, e de R$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco reais) a R$ 3.450,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta reais), por infração às normas de saúde do trabalho, nos termos do art. 9º;

III – de R$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco reais) a R$ 3.450,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta reais), por trabalhador em situação irregular, por infração ao parágrafo único do art. 7º e aos demais artigos.

Parágrafo único. As multas previstas neste artigo serão graduadas segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, e aplicadas em dobro em caso de reincidência, oposição à fiscalização e desacato à autoridade, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação previdenciária.

Art. 11. O descumprimento dos arts. 22, 25 e 28 da Lei n. 8.630, de 1993, sujeitará o infrator à multa prevista no inciso I, e o dos arts. 26 e 45 da mesma Lei à multa prevista no inciso III do artigo anterior, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 12. O processo de autuação e imposição das multas prevista nesta Lei obedecerá ao disposto no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho ou na legislação previdenciária, conforme o caso.

Art. 13. Esta Lei também se aplica aos requisitantes de mão de obra de trabalhador portuário avulso junto ao órgão gestor de mão de obra que não sejam operadores portuários.

Art. 14. Compete ao Ministério do Trabalho e ao INSS a fiscalização da observância das disposições contidas nesta Lei, devendo as autoridades de que trata o art. 3º da Lei n. 8.630, de 1993, colaborar com os Agentes da Inspeção do Trabalho e Fiscais do INSS em sua ação fiscalizadora, nas instalações portuárias ou a bordo de navios.

Art. 15. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória n. 1.679-18, de 26 de outubro de 1998.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revoga-se a Medida Provisória n. 1.679-18, de 26 de outubro de 1998.

Postos de combustível (Empregados em)

Lei n. 9.956, de 12 de janeiro de 2000

(Publicada no *DOU*, 13-1-2000)

Proíbe o funcionamento de bombas de autosserviço nos postos de abastecimento de combustíveis e dá outras providências.

Art. 1º Fica proibido o funcionamento de bombas de autosserviço operadas pelo próprio consumidor nos postos de abastecimento de combustíveis, em todo o território nacional.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei implicará aplicação de multa equivalente a duas mil UFIR ao posto de combustível infrator e à distribuidora à qual o posto estiver vinculado.

Parágrafo único. A reincidência no descumprimento desta Lei implicará o pagamento do dobro do valor da multa estabelecida no *caput* deste artigo, e, em caso de constatação do terceiro descumprimento, no fechamento do posto.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Professores de educação física

***Vide* Educação física – Lei n. 9.696, de 1º-9-1998.**

Radialista

Lei n. 6.615, de 16 de dezembro de 1978

(Publicada no *DOU*, 19-12-1978)

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências.

Art. 1º O exercício da profissão de Radialista é regulado pela presente lei.

Art. 2º Considera-se Radialista o empregado de empresa de radiodifusão que exerça uma das funções em que se desdobram as atividades mencionadas no art. 4º.

Art. 3º Considera-se empresa de radiodifusão, para os efeitos desta Lei, aquela que explora serviços de transmissão de programas e mensagens, destinada a ser recebida livre e gratuitamente pelo público em geral, compreendendo a radiodifusão sonora (rádio) e radiodifusão de sons e imagens (televisão).

Parágrafo único. Considera-se, igualmente, para os efeitos desta lei, empresa de radiodifusão:

a) a que explore serviço de música funcional ou ambiental e outras que executem, por quaisquer processos, transmissões de rádio ou de televisão;

b) a que se dedique, exclusivamente, à produção de programas para empresas de radiodifusão;

c) a entidade que execute serviços de repetição ou de retransmissão de radiodifusão;

d) a entidade privada e a fundação mantenedora que executem serviços de radiodifusão, inclusive em circuito fechado de qualquer natureza;

e) as empresas ou agências de qualquer natureza destinadas, em sua finalidade, a produção de programas, filmes e dublagens, comerciais ou não, para serem divulgados através das empresas de radiodifusão.

Art. 4º A profissão de Radialista compreende as seguintes atividades:

I – Administração;

II – Produção;

III – Técnica.

§ 1º As atividades de administração compreendem somente as especializadas, peculiares às empresas de radiodifusão.

§ 2º As atividades de produção se subdividem nos seguintes setores:

a) autoria;

b) direção;

c) produção;

d) interpretação;

e) dublagem;

f) locução;

g) caracterização;

h) cenografia.

§ 3º As atividades técnicas se subdividem nos seguintes setores:

a) direção;

b) tratamento e registros sonoros;

c) tratamento e registros visuais;

d) montagem e arquivamento;

e) transmissão de sons e imagens;

f) revelação e copiagem de filmes;

g) artes plásticas e animação de desenhos e objetos;

h) manutenção técnica.

§ 4º As denominações e descrições das funções em que se desdobram as atividades e os setores mencionados nos parágrafos anteriores constarão do regulamento.

Art. 5º Não se incluem no disposto nesta Lei os Atores e Figurantes que prestam serviços a empresas de radiodifusão.

Art. 6º O exercício da profissão de Radialista requer prévio registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, o qual terá validade em todo o território nacional.

Parágrafo único. O pedido de registro, de que trata este artigo, poderá ser encaminhado através do sindicato representativo da categoria profissional ou da federação respectiva.

Art. 7º Para registro do Radialista, é necessário a apresentação de:

I – diploma de curso superior, quando existente para as funções em que se desdobram as atividades de Radialista, fornecido por escola reconhecida na forma da lei; ou

II – diploma ou certificado correspondente às habilitações profissionais ou básicas de 2º Grau, quando existente para as funções em que se desdobram as atividades de Radialista, fornecido por escola reconhecida na forma da lei; ou

III – atestado de capacitação profissional conforme dispuser a regulamentação desta lei.

Art. 8º O contrato de trabalho, quando por tempo determinado, deverá ser registrado no Ministério do Trabalho, até a véspera da sua vigência, e conter, obrigatoriamente:

I – a qualificação completa das partes contratantes;

II – prazo de vigência;

III – a natureza do serviço;

IV – o local em que será prestado o serviço;

V – cláusula relativa a exclusividade e transferibilidade;

VI – a jornada de trabalho, com especificação do horário e intervalo de repouso;

VII – a remuneração e sua forma de pagamento;

VIII – especificação quanto à categoria de transporte e hospedagem assegurada em caso de prestação de serviços fora do local onde foi contratado;

IX – dia de folga semanal;

X – número da Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 1º O contrato de trabalho de que trata este artigo será visado pelo sindicato representativo da categoria profissional ou pela federação respectiva, como condição para registro no Ministério do Trabalho.

§ 2º A entidade sindical deverá visar ou não o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, findos os quais ele poderá ser registrado no Ministério do Trabalho, se faltar a manifestação sindical.

§ 3º Da decisão da entidade sindical que negar o visto, caberá recurso para o Ministério do Trabalho.

Art. 9º No caso de se tratar de rede de radiodifusão, de propriedade ou controle de um mesmo grupo, deverá ser mencionado na Carteira de Trabalho e Previdência Social o nome da emissora na qual será prestado o serviço.

Parágrafo único. Quando se tratar de emissora de Onda Tropical pertencente à mesma concessionária e que transmita simultânea, integral e permanentemente a programação de emissora de Onda Média, serão mencionados os nomes das duas emissoras.

Art. 10. Para contratação de estrangeiro, domiciliado no exterior, exigir-se-á prévio recolhimento de importância equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do ajuste à Caixa Econômica Federal, a título de contribuição sindical, em nome da entidade sindical da categoria profissional.

Art. 11. A utilização de profissional, contratado por agência de locação de mão de obra, obrigará o tomador de serviço, solidariamente, pelo cumprimento das obrigações legais e contratuais, se se caracterizar a tentativa pelo tomador de serviço, de utilizar a agência para fugir às responsabilidades e obrigações decorrentes desta Lei ou do contrato de trabalho.

Art. 12. Nos contratos de trabalho por tempo determinado, para produção de mensagens publicitárias, feitas para rádio e televisão, constará obrigatoriamente do contrato de trabalho:

I – o nome do produtor, do anunciante e, se houver, da agência de publicidade para quem a mensagem é produzida;

II – o tempo de exploração comercial da mensagem;

III – o produto a ser promovido;

IV – os meios de comunicação através dos quais a mensagem será exibida;

V – o tempo de duração da mensagem e suas características.

Art. 13. Na hipótese de exercício de funções acumuladas dentro de um mesmo setor em que se desdobram as atividades mencionadas no art. 4º, será assegurado ao Radialista um adicional mínimo de:

I – 40% (quarenta por cento), pela função acumulada, tomando-se por base a função melhor remunerada, nas emissoras de potência igual ou superior a 10 (dez) quilowatts e, nas empresas equiparadas segundo o parágrafo único do art. 3º;

II – 20% (vinte por cento), pela função acumulada, tomando-se por base a função melhor remunerada, nas emissoras de potência inferior a 10 (dez) quilowatts e, superior a 1 (um) quilowatt;

III – 10% (dez por cento), pela função acumulada, tomando-se por base a função melhor remunerada, nas emissoras de potência igual ou inferior a 1 (um) quilowatt.

Art. 14. Não será permitido, por força de um só contrato de trabalho, o exercício para diferentes setores, dentre os mencionados no art. 4º.

Art. 15. Quando o exercício de qualquer função for acumulado com responsabilidade de chefia, o Radialista fará jus a um acréscimo de 40% (quarenta por cento) sobre o salário.

Art. 16. Na hipótese de trabalho executado fora do local constante do contrato de trabalho, correrão à conta do empregador, além do salário, as despesas de transportes e de alimentação e hospedagem, até o respectivo retorno.

Art. 17. Não será permitida a cessão ou promessa de cessão dos direitos de autor e dos que lhes são conexos, de que trata a Lei n. 5.988, de 14 de dezembro de 1973, decorrentes da prestação de serviços profissionais.

Parágrafo único. Os direitos autorais e conexos dos profissionais serão devidos em decorrência de cada exibição da obra.

Art. 18. A duração normal do trabalho do Radialista é de:

I – 5 (cinco) horas para os setores de autoria e de locução;

II – 6 (seis) horas para os setores de produção, interpretação, dublagem, tratamento e registros sonoros, tratamento e registros visuais, montagem e arquivamento, transmissão de sons e imagens, revelação e copiagem de filmes, artes plásticas e animação de desenhos e objetos e manutenção técnica;

III – 7 (sete) horas para os setores de cenografia e caracterização, deduzindo-se desse tempo 20 (vinte) minutos para descanso, sempre que se verificar um esforço contínuo de mais de 3 (três) horas;

IV – 8 (oito) horas para os demais setores.

Parágrafo único. O trabalho prestado, além das limitações diárias previstas nos itens acima, será considerado trabalho extraordinário, aplicando-lhe o disposto nos arts. 59 a 61 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Art. 19. Será considerado como serviço efetivo o período em que o Radialista permanecer à disposição do empregador.

Art. 20. Será assegurada ao Radialista uma folga semanal remunerada de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, de preferência aos domingos.

Parágrafo único. As empresas organizarão escalas de revezamento de maneira a favorecer o empregado com um repouso dominical mensal, pelo menos, salvo quando, pela natureza do serviço, a atividade do Radialista for desempenhada habitualmente aos domingos.

Art. 21. A jornada de trabalho dos Radialistas, que prestem serviços em condições de insalubridade ou periculosidade, poderá ser organizada em turnos, respeitada a duração semanal do trabalho, desde que previamente autorizado pelo Ministério do Trabalho.

Art. 22. A cláusula de exclusividade não impedirá o Radialista de prestar serviços a outro empregador, desde que em outro meio de comunicação, e sem que se caracterize prejuízo para o primeiro contratante.

.....

Art. 29. É assegurado o registro, a que se refere o art. 6º, ao Radialista que, até a data da publicação desta Lei, tenha exercido, comprovadamente, a respectiva profissão.

Art. 30. Aplicam-se ao Radialista as normas da legislação do trabalho, exceto naquilo que for incompatível com as disposições desta Lei.

.....

Radiologia (Técnico em)

Lei n. 7.394,
de 29 de outubro de 1985
(Publicada no *DOU*, 30-10-1985)

Regula o Exercício da Profissão de Técnico em Radiologia, e dá outras providências.

A inobservância dessas obrigações implica multas correspondentes a 15 ou 30 vezes o valor de referência – Portaria n. 290, de 11-4-1997.

► *Jurisprudência*

▷ **Contrato de experiência. Anotação na CTPS.** A existência de celebração de contrato escrito não supre a necessidade de anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social do contrato celebrado a título de experiência, haja vista que o empregado teve ciência da transitoriedade no estabelecimento. Recurso de revista a que se nega provimento. (TST, RR 343.364, de 1997, j. 10-11-1999, 4ª T., Rel. Min. Antônio José de Barros Levenhagen, *DJ*, 3-3-2000)

▷ **Contratos de prazo determinado.** Devem ser necessariamente estipulados por escrito (CLT, art. 445). Mas a falta de anotação na CTPS não gera nulidade de suas cláusulas, por ser infração administrativa que não vicia a vontade das partes. (TRT/SP, AC. 20000649958, j. 4-12-2000, 9ª T., Proc. 19990573045, Rel. Luiz Edgar Ferraz de Oliveira, *DOE/SP*, 19-12-2000)

Seção VIII
Das penalidades

Art. 49. Para os efeitos da emissão, substituição ou anotação de Carteiras de Trabalho e Previdência Social, considerar-se-á crime de falsidade, com as penalidades previstas no art. 299 do Código Penal:

I – fazer, no todo ou em parte, qualquer documento falso ou alterar o verdadeiro;

II – afirmar falsamente a sua própria identidade, filiação, lugar de nascimento, residência, profissão ou estado civil e beneficiários, ou atestar os de outra pessoa;

III – servir-se de documentos, por qualquer forma falsificados;

IV – falsificar, fabricando ou alterando, ou vender, usar ou possuir Carteiras de Trabalho e Previdência Social assim alteradas;

V – anotar dolosamente em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou registro de empregado, ou confessar ou declarar, em juízo ou fora dele, data de admissão em emprego diversa da verdadeira. (*Caput* e incisos com redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 50. Comprovando-se falsidade, quer nas declarações para emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social, quer nas respectivas anotações, o fato será levado ao conhecimento da autoridade que houver emitido a carteira, para fins de direito.

Art. 51. Incorrerá em multa de valor igual a 3 (três) vezes o salário mínimo regional aquele que, comerciante ou não, vender ou expuser a venda qualquer tipo de carteira igual ou semelhante ao tipo oficialmente adotado. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 52. O extravio ou inutilização da Carteira de Trabalho e Previdência Social por culpa da empresa sujeitará esta à multa de valor igual à metade do salário mínimo regional. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)

Art. 53. A empresa que receber Carteira de Trabalho e Previdência Social para anotar e a retiver por mais de 48 (quarenta e oito) horas ficará sujeita à multa de valor igual à metade do salário mínimo regional. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 54. A empresa que, tendo sido intimada, não comparecer para anotar a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seu empregado, ou cujas alegações para recusa tenham sido julgadas improcedentes, ficará

Art. 1º Os preceitos desta Lei regulam o exercício da profissão de Técnico em Radiologia, conceituando-se como tal todos os Operadores de Raios X que, profissionalmente, executam as técnicas:

I – radiológica, no setor de diagnóstico;

II – radioterápica, no setor de terapia;

III – radioisotópica, no setor de radioisótopos;

IV – industrial, no setor industrial;

V – de medicina nuclear.

Art. 2º São condições para o exercício da profissão de Técnico em Radiologia:

I – ser portador de certificado de conclusão do ensino médio e possuir formação profissional mínima de nível técnico em Radiologia; *(Redação dada pela Lei n. 10.508, de 10-7-2002.)*

II – possuir diploma de habilitação profissional, expedido por Escola Técnica de Radiologia, registrado no órgão federal (*vetado*).

Parágrafo único. (*Vetado*).

.....

Art. 10. Os trabalhos de supervisão das aplicações de técnicas em radiologia, em seus respectivos setores, são da competência do Técnico em Radiologia.

Art. 11. Ficam assegurados todos os direitos aos denominados Operadores de Raios X, devidamente registrados no órgão competente (*vetado*), que adotarão a denominação referida no art. 1º desta Lei.

.....

§ 2º Os dispositivos desta Lei aplicam-se, no que couber, aos Auxiliares de Radiologia que trabalham com câmara clara e escura.

.....

Art. 13. (*Vetado*).

Art. 14. A jornada de trabalho dos profissionais abrangidos por esta Lei será de 24 (vinte e quatro) horas semanais (*Vetado*).

Art. 15. (*Vetado*).

Art. 16. O salário mínimo dos profissionais, que executam as técnicas definidas no art. 1º desta Lei, será equivalente a 2 (dois) salários mínimos profissionais da região, incidindo sobre esses vencimentos 40% (quarenta por cento) de risco de vida e insalubridade.

Art. 17. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Secretário

Lei n. 7.377,
de 30 de setembro de 1985

(Publicada no *DOU*, 1º-10-1985)

Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Secretário, e dá outras providências.

Art. 1º O exercício da profissão de Secretário é regulado pela presente Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, é considerado:

I – Secretário-Executivo: *(Redação dada pela Lei n. 9.261, de 10-1-1996.)*

a) o profissional diplomado no Brasil por Curso Superior de Secretariado, legalmente reconhecido, ou diplomado no exterior por Curso Superior de Secretariado, cujo diploma seja revalidado na forma da lei; *(Redação dada pela Lei n. 9.261, de 10-1-1996.)*

b) portador de qualquer diploma de nível superior que, na data de início da vigência desta lei, houver comprovado, através de declarações de empregadores, o exercício efetivo, durante pelo menos trinta e seis meses, das atribuições mencionadas no art. 4º desta lei; *(Redação dada pela Lei n. 9.261, de 10-1-1996.)*

II – Técnico em Secretariado: *(Redação dada pela Lei n. 9.261, de 10-1-1996.)*

a) o profissional portador de certificado de conclusão de Curso de Secretariado, em nível de 2º grau; *(Redação dada pela Lei n. 9.261, de 10-1-1996.)*

b) o portador de certificado de conclusão do 2º grau que, na data da vigência desta lei,

houver comprovado, através de declarações de empregadores, o exercício efetivo, durante pelo menos trinta e seis meses, das atribuições mencionadas no art. 5º desta lei. *(Redação dada pela Lei n. 9.261, de 10-1-1996.)*

Art. 3º É assegurado o direito ao exercício da profissão aos que, embora não habilitados nos termos do artigo anterior, contem pelo menos cinco anos ininterruptos ou dez anos intercalados de exercício de atividades próprias de secretaria, na data da vigência desta lei. *(Redação dada pela Lei n. 9.261, de 10-1-1996.)*

Art. 4º São atribuições do Secretário Executivo:

I – planejamento, organização e direção de serviços de secretaria;

II – assistência e assessoramento direto a executivos;

III – coleta de informações para a consecução de objetivos e metas de empresas;

IV – redação de textos profissionais especializados, inclusive em idioma estrangeiro;

V – interpretação e sintetização de textos e documentos;

VI – taquigrafia de ditados, discursos, conferências, palestras de explanações, inclusive em idioma estangeiro;

VII – versão e tradução em idioma estrangeiro, para atender às necessidades de comunicação da empresa;

VIII – registro e distribuição de expedientes e outras tarefas correlatas;

IX – orientação da avaliação e seleção da correspondência para fins de encaminhamento à chefia;

X – conhecimentos protocolares.

Art. 5º São atribuições do Técnico em Secretariado:

I – organização e manutenção dos arquivos de secretaria;

II – classificação, registro e distribuição da correspondência;

III – redação e datilografia de correspondência ou documentos de rotina, inclusive em idioma estrangeiro;

IV – execução de serviços típicos de escritório, tais como recepção, registro de compromissos, informações e atendimento telefônico.

Art. 6º O exercício da profissão de Secretário requer prévio registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e far-se-á mediante a apresentação de documento comprobatório de conclusão dos cursos previstos nos incisos I e II do art. 2º desta Lei e da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

Parágrafo único. No caso dos profissionais incluídos no art. 3º, a prova da atuação será feita por meio de anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social e através de declarações das empresas nas quais os profissionais tenham desenvolvido suas respectivas atividades, discriminando as atribuições a serem confrontadas com os elencos especificados nos arts. 4º e 5º. *(Redação dada pela Lei n. 9.261, de 10-1-1996.)*

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Técnico industrial e técnico agrícola

Lei n. 5.524,
de 5 de novembro de 1968
(Publicada no *DOU*, 6-11-1968)

Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio.

Art. 1º É livre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio, observadas as condições de capacidade estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º A atividade profissional do Técnico Industrial de nível médio efetiva-se no seguinte campo de realizações:

I – conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;

II – prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;

III – orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;

IV – dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;

V – responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos, compatíveis com a respectiva formação profissional.

Art. 3º O exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio é privativo de quem:

I – haja concluído um dos cursos do segundo ciclo de ensino técnico industrial, tenha sido diplomado por escola oficial autorizada ou reconhecida, de nível médio, regularmente constituída nos termos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

II – após curso regular e válido para o exercício da profissão, tenha sido diplomado por escola ou instituto técnico industrial estrangeiro e revalidado seu diploma no Brasil, de acordo com a legislação vigente;

III – sem os cursos e a formação atrás referidos, conte na data da promulgação desta Lei, 5 (cinco) anos de atividade integrada no campo da técnica industrial de nível médio e tenha habilitação reconhecida por órgão competente.

Art. 4º Os cargos de Técnico Industrial de nível médio, no serviço público federal, estadual ou municipal ou em órgãos dirigidos indiretamente pelo poder público, bem como na economia privada, somente serão exercidos por profissionais legalmente habilitados.

Art. 5º O Poder Executivo promoverá expedição de regulamentos, para execução da presente Lei.

Art. 6º Esta Lei será aplicável, no que couber, aos técnicos agrícolas de nível médio.

Art. 7º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Decreto n. 90.922,
de 6 de fevereiro de 1985

(Publicado no *DOU*, 7-2-1985)

(Com alterações do Dec. n. 4.560, de 30-12-2002)

Regulamenta a Lei n. 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau.

Art. 1º Para efeito do disposto neste Decreto, entendem-se por técnico industrial e técnico agrícola de 2º grau ou, pela legislação anterior, de nível médio, os habilitados nos termos das Leis ns. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, 5.692, de 11 de agosto de 1971 e 7.044, de 18 de outubro de 1982.

Art. 2º É assegurado o exercício da profissão de técnico de 2º grau de que trata o artigo anterior, a quem:

I – tenha concluído um dos cursos técnicos industriais e agrícolas de 2º grau, e tenha sido diplomado por escola autorizada ou reconhecida, regularmente constituída, nos termos das Leis ns. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, 5.692, de 11 de agosto de 1971 e 7.044, de 18 de outubro de 1982;

II – seja portador de diploma de habilitação específica, expedido por instituição de ensino estrangeira, revalidado na forma da legislação pertinente em vigor;

III – sem habilitação específica, conte, na data da promulgação da Lei n. 5.524, de 5 de novembro de 1968, 5 (cinco) anos de atividade como técnico de 2º grau.

Parágrafo único. A prova da situação referida no inciso III será feita por qualquer meio em direito permitido, seja por alvará municipal, pagamento de impostos, anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou comprovante de recolhimento de contribuições previdenciárias.

Art. 3º Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2º grau observado o disposto nos arts. 4º e 5º, poderão:

I – conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;

II – prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;

III – orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;

IV – dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;

V – responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.

Art. 4º As atribuições dos técnicos industriais de 2º grau, em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e de sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:

I – executar e conduzir a execução técnica de trabalhos profissionais, bem como orientar e coordenar equipes de execução de instalações, montagens, operação, reparos ou manutenção;

II – prestar assistência técnica e assessoria no estudo de viabilidade e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes atividades:

1. coleta de dados de natureza técnica;

2. desenho de detalhes e da representação gráfica de cálculos;

3. elaboração de orçamento de materiais e equipamentos, instalações e mão de obra;

4. detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança;

5. aplicação de normas técnicas concernentes aos respectivos processos de trabalho;

6. execução de ensaios de rotina, registrando observações relativas ao controle de qualidade dos materiais, peças e conjuntos;

7. regulagem de máquinas, aparelhos e instrumentos técnicos.

III – executar, fiscalizar, orientar e coordenar diretamente serviços de manutenção e reparo de equipamentos, instalações e arquivos técnicos específicos, bem como conduzir e treinar as respectivas equipes;

IV – dar assistência técnica na compra, venda e utilização de equipamentos e materiais especializados, assessorando, padronizando, mensurando e orçando;

V – responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional;

VI – ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério, nesses dois níveis de ensino.

§ 1º Os técnicos de 2º grau das áreas de Arquitetura e de Engenharia Civil, na modalidade Edificações, poderão projetar e dirigir edificações de até 80m² de área construída, que não constituam conjuntos residenciais, bem como realizar reformas, desde que não impliquem em estruturas de concreto armado ou metálica, e exercer a atividade de desenhista de sua especialidade.

§ 2º Os técnicos em Eletrotécnica poderão projetar e dirigir instalações elétricas com demanda de energia de até 800 kva, bem como exercer a atividade de desenhista de sua especialidade.

§ 3º Os técnicos em Agrimensura terão as atribuições para a medição, demarcação e levantamentos topográficos, bem como projetar, conduzir e dirigir trabalhos topográficos, funcionar como peritos em vistorias e arbitramentos relativos à agrimensura e exercer a atividade de desenhista de sua especialidade.

Art. 5º Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos técnicos industriais de 2º grau, o exercício de outras atribuições, desde que compatíveis com a sua formação curricular.

Art. 6º As atribuições dos técnicos agrícolas de 2º grau em suas diversas modalidades, para efeito do exercício profissional e da sua fiscalização, respeitados os limites de sua formação, consistem em:

I – desempenhar cargos, funções ou empregos em atividades estatais, paraestatais e privadas;

II – atuar em atividades de extensão, assistência técnica, associativismo, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; *(Redação dada pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

III – ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino de 1º e 2º graus, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério, nesses dois níveis de ensino;

IV – responsabilizar-se pela elaboração de projetos e assistência técnica nas áreas de: *(Redação dada pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

a) crédito rural e agroindustrial para efeitos de investimento e custeio; *(Alínea incluída pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

b) topografia na área rural; *(Alínea incluída pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

c) impacto ambiental; *(Alínea incluída pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

d) paisagismo, jardinagem e horticultura; *(Alínea incluída pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

e) construção de benfeitorias rurais; *(Alínea incluída pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

f) drenagem e irrigação; *(Alínea incluída pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

V – elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias; *(Redação dada pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

VI – prestar assistência técnica e assessoria no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria, exercendo, dentre outras, as seguintes tarefas:

a) coleta de dados de natureza técnica; *(Redação dada pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

b) desenho de detalhes de construções rurais; *(Redação dada pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

c) elaboração de orçamentos de materiais, insumos, equipamentos, instalações e mão de obra; *(Redação dada pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

d) detalhamento de programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança no meio rural; *(Redação dada pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

e) manejo e regulagem de máquinas e implementos agrícolas; *(Redação dada pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

f) execução e fiscalização dos procedimentos relativos ao preparo do solo até à colheita, armazenamento, comercialização e industrialização dos produtos agropecuários; *(Redação dada pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

g) administração de propriedades rurais; *(Redação dada pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

VII – conduzir, executar e fiscalizar obra e serviço técnico, compatíveis com a respectiva formação profissional;

VIII – responsabilizar-se pelo planejamento, organização, monitoramento e emissão dos respectivos laudos nas atividades de: *(Redação dada pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

a) exploração e manejo do solo, matas e florestas de acordo com suas características; *(Alínea incluída pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

b) alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais; *(Alínea incluída pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

c) propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação; *(Alínea incluída pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

d) obtenção e preparo da produção animal; processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria-prima e dos produtos agroindustriais; *(Alínea incluída pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

e) programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos; *(Alínea incluída pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

f) produção de mudas (viveiros) e sementes; *(Alínea incluída pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

IX – executar trabalhos de mensuração e controle de qualidade;

X – dar assistência técnica na compra, venda e utilização de equipamentos e materiais especializados, assessorando, padronizando, mensurando e orçando;

XI – emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial;

XII – prestar assistência técnica na aplicação, comercialização, no manejo e regulagem de máquinas, implementos, equipamen-

tos agrícolas e produtos especializados, bem como na recomendação, interpretação de análise de solos e aplicação de fertilizantes e corretivos; *(Redação dada pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

XIII – administrar propriedades rurais em nível gerencial;

XIV – prestar assistência técnica na multiplicação de sementes e mudas, comuns e melhoradas;

XV – treinar e conduzir equipes de instalação, montagem e operação, reparo ou manutenção; *(Redação dada pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

XVI – treinar e conduzir equipes de execução de serviços e obras de sua modalidade;

XVII – analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas; *(Redação dada pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

XVIII – identificar os processos simbióticos, de absorção, de translocação e os efeitos alelopáticos entre solo e planta, planejando ações referentes aos tratos das culturas; *(Inciso incluído pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

XIX – selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de vetores e pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos; *(Inciso incluído pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

XX – planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita, responsabilizando-se pelo armazenamento, a conservação, a comercialização e a industrialização dos produtos agropecuários; *(Inciso incluído pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

XXI – responsabilizar-se pelos procedimentos de desmembramento, parcelamento e incorporação de imóveis rurais; *(Inciso incluído pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

XXII – aplicar métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético; *(Inciso incluído pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

XXIII – elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e agroindustrial; *(Inciso incluído pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

XXIV – responsabilizar-se pelas empresas especializadas que exercem atividades de dedetização, desratização e no controle de vetores e pragas; *(Inciso incluído pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

XXV – implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária; *(Inciso incluído pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

XXVI – identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos; *(Inciso incluído pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

XXVII – projetar e aplicar inovações nos processos de montagem, monitoramento e gestão de empreendimentos; *(Inciso incluído pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

XXVIII – realizar medição, demarcação de levantamentos topográficos, bem como projetar, conduzir e dirigir trabalhos topográficos e funcionar como perito em vistorias e arbitramento em atividades agrícolas; *(Inciso incluído pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

XXIX – emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial; *(Inciso incluído pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

XXX – responsabilizar-se pela implantação de pomares, acompanhando seu desenvolvimento até a fase produtiva, emitindo os respectivos certificados de origem e qualidade de produtos; *(Inciso incluído pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

XXXI – desempenhar outras atividades compatíveis com a sua formação profissional. *(Inciso incluído pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

§ 1º Para efeito do disposto no inciso IV, fica estabelecido o valor máximo de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por projeto. *(Parágrafo incluído pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

§ 2º As atribuições estabelecidas no *caput* não obstam o livre exercício das atividades correspondentes nem constituem reserva de mercado. *(Parágrafo incluído pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

Art. 7º Além das atribuições mencionadas neste Decreto, fica assegurado aos Técnicos Agrícolas de 2º grau o exercício de outras atribuições desde que compatíveis com a sua formação curricular.

Art. 8º As denominações de técnico industrial e de técnico agrícola de 2º grau ou, pela legislação anterior, de nível médio, são reservadas aos profissionais legalmente habilitados e registrados na forma deste Decreto.

Art. 9º O disposto neste Decreto aplica-se a todas as habilitações profissionais de técnico de 2º grau dos setores primário e secundário, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação *(Redação dada pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

Art. 10. *(Revogado pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

Art. 11. As qualificações de técnico industrial ou agrícola de 2º grau só poderão ser acrescidas à denominação de pessoa jurídica composta exclusivamente de profissionais possuidores de tais títulos.

Art. 12. Nos trabalhos executados pelos técnicos de 2º grau de que trata este Decreto, é obrigatória, além da assinatura, a menção explícita do título profissional e do número da carteira referida no art. 15 e do Conselho Regional que a expediu.

Parágrafo único. Em se tratando de obras, é obrigatória a manutenção de placa visível ao público, escrita em letras de forma, com nomes, títulos, números das carteiras e do CREA que a expediu, dos autores e coautores responsáveis pelo projeto e pela execução.

Art. 13. A fiscalização do exercício das profissões de técnico industrial e de técnico agrícola de 2º grau será exercida pelos respectivos Conselhos Profissionais.

Art. 14. Os profissionais de que trata este Decreto só poderão exercer a profissão após o registro nos respectivos Conselhos Profissionais da jurisdição de exercício de sua atividade.

Art. 15. Ao profissional registrado em Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional será expedida Carteira Profissional de Técnico, conforme modelo aprovado pelo respectivo Órgão, a qual substituirá o diploma, valendo como documento de identidade e terá fé pública.

Parágrafo único. A Carteira Profissional conterá, obrigatoriamente, o número do registro e o nome da profissão, acrescido da respectiva modalidade. *(Redação dada pelo Dec. n. 4.560, de 30-12-2002.)*

Art. 16. Os técnicos de 2º grau cujos diplomas estejam em fase de registro poderão exercer as respectivas profissões mediante registro provisório no Conselho Profissional, por um ano, prorrogável por mais um ano, a critério do mesmo Conselho.

Art. 17. O profissional, firma ou organização registrados em qualquer Conselho Profissional, quando exercerem atividades em outra região diferente daquela em que se encontram registrados, obrigam-se ao visto do registro na nova região.

Parágrafo único. No caso em que a atividade exceda a 180 (cento e oitenta) dias, fica a pessoa jurídica, sua agência, filial, sucursal ou escritório de obras e serviços, obrigada a proceder ao seu registro na nova região.

Art. 18. O exercício da profissão de técnico industrial e de técnico agrícola de 2º grau é regulado pela Lei n. 5.524, de 5 de novembro de 1968, e, no que couber, pelas disposições das Leis ns. 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e 6.994, de 26 de maio de 1982.

Art. 19. O Conselho Federal respectivo baixará as Resoluções que se fizerem necessárias à perfeita execução deste Decreto.

Art. 20. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Técnicos estrangeiros – Não aplicação da legislação vigente

Decreto-Lei n. 691,
de 18 de julho de 1969

(Publicado no *DOU*, 21-7-1969)

Dispõe sobre a não aplicação, aos contratos de técnicos estrangeiros, com estipulação de pagamento de salários em moeda estrangeira, de diversas disposições da legislação trabalhista, e dá outras providências.

Art. 1º Os contratos de técnicos estrangeiros domiciliados ou residentes no exterior, para execução, no Brasil, de serviços especializados, em caráter provisório, com estipulação de salários em moeda estrangeira, serão, obrigatoriamente, celebrados por prazo determinado e prorrogáveis sempre a termo certo, ficando excluídos da aplicação do disposto nos arts. 451, 452, 453, no Capítulo VII do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei n. 5.107, de 13 de setembro de 1966, com as alterações do Decreto-lei n. 20, de 14 de setembro de 1966, e legislação subsequente.

Parágrafo único. A rescisão dos contratos de que trata este artigo reger-se-á pelas normas estabelecidas nos arts. 479, 480, e seu § 1º, e 481 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º Aos técnicos estrangeiros contratados nos termos deste Decreto-lei serão assegurados, além das vantagens previstas no contrato, apenas as garantias relativas a salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias anuais, duração, higiene e segurança do trabalho, seguro contra acidente do trabalho e previdência social deferidas ao trabalhador que perceba salário exclusivamente em moeda nacional.

Parágrafo único. É vedada a estipulação contratual de participação nos lucros da empresa.

Art. 3º A taxa de conversão da moeda estrangeira será, para todos os efeitos, a da data do vencimento da obrigação.

Art. 4º A competência para dirimir as controvérsias oriundas das relações estabelecidas sob o regime deste Decreto-lei será da Justiça do Trabalho.

Art. 5º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às relações em curso.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Trabalhador avulso

Lei n. 5.085,
de 27 de agosto de 1966
(Publicada no *DOU*, 31-8-1966)

Reconhece aos trabalhadores avulsos o direito a férias.

Art. 1º É reconhecido aos trabalhadores avulsos, inclusive aos estivadores, conferentes e consertadores de carga e descarga, vigias portuários, arrumadores e ensacadores de café e de cacau, o direito a férias anuais remuneradas, aplicando-se aos mesmos, no que couber, as disposições constantes das Seções I a V, do Capítulo IV, do Título II, artigos 130 a 147, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 2º As férias serão pagas pelos empregadores que adicionarão, ao salário normal do trabalhador avulso, uma importância destinada a esse fim.

Art. 3º Os sindicatos representativos das respectivas categorias profissionais agirão como intermediários, recebendo as importâncias correspondentes às férias, fiscalizando o preenchimento das condições, legais e regulamentares, aquisitivas do direito, e efetuando o pagamento das férias aos trabalhadores, sindicalizados ou não, que fizerem jus a elas.

Art. 4º O Poder Executivo, dentro de 60 (sessenta) dias, regulamentará a presente lei, fixando o *quantum* percentual a ser acrescido ao salário para o pagamento das férias, que deverá ter em vista a relação existente entre o número de dias e horas trabalhadas e os referentes às férias, e estabelecendo a importância a ser recebida pelos sindicatos para atender às necessárias despesas de administração.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Decreto n. 80.271,
de 1º de setembro de 1977
(Publicado no *DOU*, 1º -9-1977)

Regulamenta a concessão de férias anuais remuneradas aos trabalhadores avulsos e dá outras providências.

Art. 1º Os trabalhadores avulsos, sindicalizados ou não, terão direito, anualmente, ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da respectiva remuneração, aplicando-se, no que couber as disposições constantes das Seções I, II e VIII e art. 142, do Capítulo IV do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação do Decreto-lei n. 1.535, de 13 de abril de 1977.

Art. 2º Para anteceder ao pagamento das férias de que trata o artigo anterior, os requisitantes ou tomadores de serviço contribuirão com um adicional de 10% (dez por cento), calculado sobre a remuneração do trabalhador.

§ 1º A contribuição referida neste artigo será recolhida até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da realização do serviço, diretamente pelos requisitantes ou tomadores de serviço, à Caixa Econômica Federal, para depósito em conta especial intitulada "Remuneração de Férias – Trabalhadores Avulsos", em nome do sindicato representativo da respectiva categoria profissional.

§ 2º Dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas após a efetivação do recolhimento referido no parágrafo anterior, ficarão os requisitantes ou tomadores de serviço obrigados a encaminhar ao sindicato beneficiário comprovante do depósito.

§ 3º Em se tratando de trabalhador avulso da orla marítima, a remessa do comprovante a que se refere o parágrafo anterior será acompanhada de uma via da folha-padrão de pagamento, emitida de acordo com o determinado pela Superintendência Nacional de Marinha Mercante.

Art. 3º A importância arrecadada na forma do art. 2º deste Decreto terá o seguinte destino:

I – 9% (nove por cento) para financiamento das férias dos trabalhadores avulsos e contribuições previdenciárias;

II – 1% (um por cento) para o custeio dos encargos de administração.

Art. 4º Do montante a que se refere o item II do artigo anterior, a Caixa Econômica Federal efetuará, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as seguintes transferências:

I – 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) para uma conta intitulada "Administração de Férias – Trabalhadores Avulsos", em nome do Sindicato respectivo;

II – 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) para a Federação a que estiver vinculado o sindicato, creditado sob o mesmo título referido no item anterior.

Art. 5º Inexistindo na localidade da sede do sindicato Filial ou Agência da Caixa Econômica Federal, o recolhimento a que se refere o art. 2º deste Decreto será feito na agência do Banco do Brasil S. A. ou em estabelecimento bancário integrante do sistema de arrecadação dos tributos federais.

Art. 6º Os sindicatos profissionais respectivos agirão como intermediários, recebendo o adicional na forma do art. 2º deste Decreto, apurando o preenchimento das condições legais e regulamentares de aquisição do direito às férias, e efetuando o pagamento das férias aos trabalhadores.

Art. 7º As férias dos trabalhadores avulsos serão de 30 (trinta) dias corridos, salvo quando o montante do adicional for inferior ao salário-base diário multiplicado por 30 (trinta), caso em que gozarão férias proporcionais.

Parágrafo único. Para efeito de controle o sindicato manterá registro específico, em fichas ou livro próprio, relativo a participação de cada trabalhador, sindicalizado ou não, no adicional a que se refere o item I do art. 3º.

Art. 8º Ao entrar o trabalhador em férias, o sindicato pagará ao trabalhador avulso importância equivalente à sua participação no adicional a que se refere o item I do art. 3º, previamente registrada em fichas ou livros de controle, deduzindo, nessa ocasião, a contribuição por este devida à Previdência Social.

Art. 9º O pagamento das férias ao trabalhador avulso será efetuado mediante cheque nominativo ou ordem de pagamento, contra recibo, contendo o respectivo número de inscrição ou matrícula do beneficiário.

Art. 10. O sindicato dividirá em grupos os profissionais em atividades, para efeitos de concessão de férias, considerando as neces-

sidades dos serviços que constituírem a atividade profissional respectiva.

Art. 11. Para os efeitos deste Decreto, compreendem-se entre os trabalhadores avulsos:

I – estivadores, inclusive os trabalhadores em estiva de carvão e minérios;

II – trabalhadores em alvarengas (alvarengueiros);

III – conferentes de carga e descarga;

IV – consertadores de carga e descarga;

V – vigias portuários;

VI – amarradores;

VII – trabalhadores avulsos do serviço de bloco;

VIII – trabalhadores avulsos de capatazia;

IX – arrumadores;

X – ensacadores de café, cacau, sal e similares;

XI – trabalhadores na indústria de extração de sal na condição de avulsos.

Parágrafo único. O Ministro do Trabalho, mediante solicitação do Sindicato e ouvida a Comissão de Enquadramento Sindical, poderá incluir outras categorias na relação constante deste artigo.

Art. 12. Sem prejuízo da atuação do Ministério do Trabalho, as Federações representativas das categorias profissionais avulsas fiscalizarão o exato cumprimento do disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo os sindicatos remeterão à Federação a que estiverem vinculados, mensalmente, relação dos depósitos efetuados pelos requisitantes ou tomadores de serviço.

Art. 13. Nas localidades não jurisdicionadas por sindicatos das categorias de trabalhadores avulsos, as atividades atribuídas pelo presente Decreto aos sindicatos ficarão a cargo das entidades em grau superior.

Art. 14. Os saldos apurados em função da arrecadação regulada pelo Decreto n. 61.851, de 6 de dezembro de 1967, serão transferidos para a conta especial referida no § 1º do art. 2º deste Decreto.

Parágrafo único. Os sindicatos providenciarão, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Decreto, as transferências referidas no *caput* deste artigo.

Art. 15. O Ministro do Trabalho expedirá as instruções complementares que se tornarem necessárias à execução deste Decreto.

Art. 16. O presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n. 61.851, de 6 de dezembro de 1967.

Decreto n. 90.927, de 7 de fevereiro de 1985

(Publicado no *DOU*, 8-2-1985)

Regulamenta a assiduidade profissional dos trabalhadores avulsos que menciona e dá outras providências.

Art. 1º Os trabalhadores avulsos nos serviços de estiva, de bloco, conserto, conferência e vigilância portuária, que exercem atividades nos portos, ficam sujeitos ao regime de assiduidade previsto neste Decreto.

Art. 2º Entende-se como assiduidade a obrigação dos trabalhadores avulsos, especificados no artigo anterior, de atender à escalação para realizar os serviços que lhes forem atribuídos, de acordo com o rodízio numérico organizado pelos sindicatos.

Art. 3º A cada sindicato representativo de categoria profissional cabe escalar os trabalhadores requisitados, obedecido o rodízio numérico estabelecido, de modo que as oportunidades de trabalho sejam obrigatoriamente distribuídas entre todos.

Art. 4º O rodízio numérico referido no artigo anterior será organizado obrigatoriamente pelos sindicatos de cada categoria, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da vigência deste Decreto e necessariamente aprovado pelos Conselhos Regionais do Trabalho Marítimo.

§ 1º Caso os sindicatos não o submetam à aprovação em tempo hábil, o rodízio refe-

sujeita à multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 55. Incorrerá na multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional a empresa que infringir o art. 13 e seus parágrafos. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 56. O sindicato que cobrar remuneração pela entrega de Carteira de Trabalho e Previdência Social ficará sujeito à multa de valor igual a 3 (três) vezes o salário mínimo regional. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

► Comentários

1. Crime de falsidade

Os fatos declinados nos arts. 49 e 50 envolvem, inquestionavelmente, crime de falsidade. "Fazer no todo ou em parte qualquer documento falso", caracteriza a *falsificação*, quando o agente "cria inteiramente um documento com todos os elementos exigidos para a sua existência", como ensina o clássico Bento de Faria[80].

"Alterar o verdadeiro" positiva *falsidade ideológica* – "é a mentira, que consiste na atestação não verdadeira ou em uma omissão, em ato formalmente verdadeiro, de fatos ou de declarações da vontade, cuja verdade o documento deveria provar"[81].

A falsificação, como preleciona o douto penalista, "exige uma intenção determinada – é, pois, mister que a verdade tenha sido alterada com intenção fraudulenta"[82].

2. Competência "ratione materiae" da Justiça Federal

O crime de falsificação, que envolve a prática dos atos declinados nos arts. 49 e 50, tanto pode ser constatado pela autoridade administrativa, nos atos de fiscalização, como, inclusive, pelo juiz do trabalho, nos dissídios levados à sua apreciação. Nessa última hipótese, oficiará o juiz ao Ministério Público para que este, se assim entender, ofereça denúncia contra aquele a quem aproveita o delito. A competência para o processamento é da Justiça Federal, *ex vi* do disposto no art. 109, VI, da Constituição Federal – "aos juízes federais compete processar e julgar:... IV – os crimes contra a organização do trabalho...".

Observe-se, porém, que os crimes contra a organização do trabalho são aqueles que "ofendem o sistema de órgãos e instituições que preservam, coletivamente, os direitos e deveres dos trabalhadores". Na ocorrência dessa hipótese, é que a competência é da Justiça Federal. Havendo violação a direito de um determinado empregado, a competência será da Justiça Estadual, perante o juiz de direito da Vara Criminal.

"A expressão 'crime contra a organização do trabalho', utilizada no referido texto constitucional, não abarca o delito praticado pelo empregador que, fraudulentamente, viola direito trabalhista de determinado empregado. Competência da Justiça Estadual. Em face do art. 125, VI, da Constituição Federal, são de competência da Justiça Federal apenas os crimes que ofendem o sistema de órgãos e instituições que preservam, coletivamente, os direitos e deveres dos trabalhadores" (STF, RE 90.042-0-SP, Ac. TP, Rel. Min. Moreira Alves).

80. *Código Penal Brasileiro*, v. V, p. 440.
81. Bento de Faria, ob. cit., p. 449.
82. Ob. e loc. cits.

rido no *caput* deste artigo será organizado e aprovado pelos Conselhos Regionais do Trabalho Marítimo.

§ 2º O disposto neste artigo não prejudica a aplicação das normas rodiziárias existentes, até que entrem em vigor as expedidas na forma deste Decreto.

Art. 5º A média aritmética das horas trabalhadas em cada categoria, no bimestre, fornecerá a base de aferição da assiduidade referida no art. 1º.

Parágrafo único. A média aritmética será calculada pelas respectivas Delegacias do Trabalho Marítimo a cada bimestre, na razão entre a soma das horas remuneradas constantes de folhas de pagamento e o número de trabalhadores sindicalizados do quadro fixado.

Art. 6º O trabalhador avulso, sujeito às normas deste Decreto, será considerado como assíduo se atingir no bimestre um número de horas de efetivo trabalho igual ou superior ao obtido pela aplicação de uma taxa percentual sobre a média aritmética referida no art. 5º.

Parágrafo único. A taxa percentual a que alude o *caput* deste artigo será fixada pelo Conselho Superior do Trabalho Marítimo através de resolução normativa, atendidas as peculiaridades regionais.

Art. 7º O trabalhador que, sem justa causa, deixar de atingir o mínimo de assiduidade estabelecido neste Decreto, ficará sujeito às seguintes penalidades:

I – pela 1ª (primeira) falta de assiduidade, exclusão do rodízio, a que se refere o art. 3º, por 4 (quatro) dias consecutivos, quando lhe couber ser engajado, respeitada a ordem de formação;

II – pela 1ª (primeira) e subsequentes reincidências, em falta de assiduidade, exclusão do rodízio, a que se refere o art. 3º, por um bimestre; e

III – cancelamento da matrícula, nos casos indicados e forma prevista no art. 8º.

§ 1º As penalidades estabelecidas nos incisos I e II do *caput* deste artigo serão aplicadas diretamente pelo Delegado do Trabalho Marítimo, mediante procedimento sumário, assegurando-se ao inassíduo amplo direito de defesa, conforme previsto no *caput* do art. 12.

§ 2º O prazo para o cumprimento das penalidades referentes à exclusão de rodízio começará a contar 72 (setenta e duas) horas após a data da publicação da decisão proferida, ocasião em que o sindicato da categoria recolher à DTM o cartão de matrícula do associado punido.

Art. 8º A pena de cancelamento de matrícula a que se refere o inciso III do art. 7º, será aplicada ao trabalhador que em 3 (três) bimestres consecutivos ou alternados, em 730 (setecentos e trinta) dias sucessivos não obtiver os índices de assiduidade mínima prescritos neste Decreto.

Parágrafo único. A penalidade de cancelamento de matrícula será aplicada pelo Conselho Regional do Trabalho Marítimo através de processo administrativo, em que seja assegurado ao inassíduo amplo direito de defesa.

Art. 9º Transcorridos 730 (setecentos e trinta) dias sucessivos de exercício profissional, com assiduidade, às faltas anteriormente registradas para efeito dos incisos I e II do art. 7º, serão automaticamente canceladas, iniciando-se nova contagem.

Art. 10. Desde que devidamente comprovadas junto à DTM, serão computadas na avaliação da assiduidade mínima, prevista neste Decreto, as seguintes situações:

I – ausência decorrente de licença concedida por escrito pelo Delegado do Trabalho Marítimo;

II – ausência decorrente de cumprimento de penalidade imposta pelo Delegado do Trabalho Marítimo ou Conselho Regional do Trabalho Marítimo;

III – ausência decorrente de doença comprovada por atestado da autoridade competente da Previdência Social;

IV – ausência decorrente de acidente de trabalho comprovada por guia autenticada por Fiscal em exercício na Delegacia do Trabalho Marítimo do local de trabalho do avulso;

V – ausência decorrente do exercício de cargo de administração sindical ou exercício de mandato em órgão colegiado oficial; e

VI – outras ausências legalmente permitidas.

Parágrafo único. Cada dia de ausência justificada na forma deste artigo será considerado para fins de obtenção de assiduidade mínima, como sendo jornada de 8 (oito) horas.

Art. 11. As entidades encarregadas do processamento das folhas de pagamento dos trabalhadores abrangidos por este Decreto, enviarão cópias ou resumo das mesmas, mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, às respectivas Delegacias do Trabalho Marítimo.

Art. 12. As justificativas previstas no art. 10 deverão ser apresentadas pelos interessados, em sua defesa, ao sindicato da categoria.

§ 1º Após o recebimento da relação dos trabalhadores inassíduos no respectivo bimestre, o sindicato da categoria terá prazo de 10 (dez) dias para enviar à Delegacia do Trabalho Marítimo as justificativas admitidas pelo art. 10 e referentes aos trabalhadores constantes da relação.

§ 2º Será considerado em falta com seus deveres sindicais, sujeitando-se às penalidades previstas na legislação em vigor, o dirigente sindical que deixar de cumprir o disposto no § 1º deste artigo.

Art. 13. Incorrerá nas penalidades previstas no Decreto-lei n. 3.346, de 12 de junho de 1941, o trabalhador que no exercício de função de direção ou chefia frustrar, impedir, ou por qualquer modo fraudar o regime de assiduidade estabelecido neste Decreto.

Art. 14. Todo trabalhador avulso que tiver sua matrícula cancelada, por infração às disposições deste Decreto, somente poderá ser readmitido após decorridos 730 (setecentos e trinta) dias do cancelamento, desde que:

I – requeira seu retorno ao Delegado do Trabalho Marítimo do porto onde se processou o cancelamento;

II – Comprove estar dentro da idade-limite, ter aptidão física e declare, de próprio punho, não estar condenado por sentença transitada em julgado a pena restritiva de liberdade; e

III – haja vaga no quadro fixado pela Delegacia do Trabalho Marítimo para a categoria.

Parágrafo único. O requerimento a que se refere este artigo será despachado pelo Delegado do Trabalho Marítimo, em ordem cronológica de entrada, uma vez preenchidos todos os requisitos legais para a readmissão.

Art. 15. O Conselho Superior do Trabalho Marítimo baixará as instruções complementares, que se fizerem necessárias para o adequado cumprimento deste Decreto.

Art. 16. O disposto neste Decreto não prejudicará a aplicação de outras sanções previstas em normas rodiziárias existentes ou que venham a ser estabelecidas em cada porto, em cumprimento ao art. 4º.

Art. 17. O presente Decreto entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trabalhador contratado no Brasil para trabalho no exterior

Lei n. 7.064,
de 6 de dezembro de 1982
(Publicado no *DOU*, 7-12-1982)

Dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior.

Capítulo I
INTRODUÇÃO

Art. 1º Esta Lei regula a situação de trabalhadores contratados no Brasil ou transferidos por seus empregadores para prestar serviço no exterior. (*Alterado pela Lei n. 11.962, de 3-7-2009.*)

Parágrafo único. Fica excluído do regime desta Lei o empregado designado para prestar

serviços de natureza transitória, por período não superior a 90 (noventa) dias, desde que:

a) tenha ciência expressa dessa transitoriedade;

b) receba, além da passagem de ida e volta, diárias durante o período de trabalho no exterior, as quais, seja qual for o respectivo valor, não terão natureza salarial.

Capítulo II
DA TRANSFERÊNCIA

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se transferido:

I – o empregado removido para o exterior, cujo contrato estava sendo executado no território brasileiro;

II – o empregado cedido à empresa sediada no estrangeiro, para trabalhar no exterior, desde que mantido o vínculo trabalhista com o empregador brasileiro;

III – o empregado contratado por empresa sediada no Brasil para trabalhar a seu serviço no exterior.

Art. 3º A empresa responsável pelo contrato de trabalho do empregado transferido assegurar-lhe-á, independentemente da observância da legislação do local da execução dos serviços:

I – os direitos previstos nesta Lei;

II – a aplicação da legislação brasileira de proteção ao trabalho, naquilo que não for incompatível com o disposto nesta Lei, quando mais favorável do que a legislação territorial, no conjunto de normas e em relação a cada matéria.

Parágrafo único. Respeitadas as disposições especiais desta Lei, aplicar-se-á a legislação brasileira sobre Previdência Social, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Programa de Integração Social – PIS/PASEP.

Art. 4º Mediante ajuste escrito, empregador e empregado fixarão os valores do salário-base e do adicional de transferência.

§ 1º O salário-base ajustado na forma deste artigo fica sujeito aos reajustes e aumentos compulsórios previstos na legislação brasileira.

§ 2º O valor do salário-base não poderá ser inferior ao mínimo estabelecido para a categoria profissional do empregado.

§ 3º Os reajustes e aumentos compulsórios previstos no § 1º incidirão exclusivamente sobre os valores ajustados em moeda nacional.

Art. 5º O salário-base do contrato será obrigatoriamente estipulado em moeda nacional, mas a remuneração devida durante a transferência do empregado, computado o adicional de que trata o artigo anterior, poderá, no todo ou em parte, ser paga no exterior, em moeda estrangeira.

§ 1º Por opção escrita do empregado, a parcela da remuneração a ser paga em moeda nacional poderá ser depositada em conta bancária.

§ 2º É assegurada ao empregado, enquanto estiver prestando serviços no exterior, a conversão e remessa dos correspondentes valores para o local de trabalho, observado o disposto em regulamento.

Art. 6º Após 2 (dois) anos de permanência no exterior, será facultado ao empregado gozar anualmente férias no Brasil, correndo por conta da empresa empregadora, ou para a qual tenha sido cedido, o custeio da viagem.

§ 1º O custeio de que trata este artigo se estende ao cônjuge e aos demais dependentes do empregado com ele residentes.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplicará ao caso de retorno definitivo do empregado antes da época do gozo das férias.

Art. 7º O retorno do empregado ao Brasil poderá ser determinado pela empresa quando:

I – não se tornar mais necessário ou conveniente o serviço do empregado no exterior;

II – der o empregado justa causa para a rescisão do contrato.

Parágrafo único. Fica assegurado ao empregado seu retorno ao Brasil, ao término do prazo da transferência ou, antes deste, na ocorrência das seguintes hipóteses:

a) após 3 (três) anos de trabalho contínuo;

b) para atender à necessidade grave de natureza familiar, devidamente comprovada;

c) por motivo de saúde, conforme recomendação constante de laudo médico;

d) quando der o empregador justa causa para a rescisão do contrato;

e) na hipótese prevista no inciso I deste artigo.

Art. 8º Cabe à empresa o custeio do retorno do empregado.

Parágrafo único. Quando o retorno se verificar, por iniciativa do empregado, ou quando der justa causa para rescisão do contrato, ficará ele obrigado ao reembolso das respectivas despesas, ressalvados os casos previstos no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 9º O período de duração da transferência será computado no tempo de serviço do empregado para todos os efeitos da legislação brasileira, ainda que a lei local de prestação do serviço considere essa prestação como resultante de um contrato autônomo e determine a liquidação dos direitos oriundos da respectiva cessação.

§ 1º Na hipótese de liquidação de direitos prevista neste artigo, a empresa empregadora fica autorizada a deduzir esse pagamento dos depósitos do FGTS em nome do empregado, existentes na conta vinculada de que trata o art. 2º da Lei n. 5.107, de 13 de setembro de 1966.

§ 2º Se o saldo da conta a que se refere o parágrafo anterior não comportar a dedução ali mencionada, a diferença poderá ser novamente deduzida do saldo dessa conta quando da cessação, no Brasil, do respectivo contrato de trabalho.

§ 3º As deduções acima mencionadas, relativamente ao pagamento em moeda estrangeira, serão calculadas mediante conversão em cruzeiros ao câmbio do dia em que se operar o pagamento.

§ 4º O levantamento pelo empregador, decorrente da dedução acima prevista, dependerá de homologação judicial.

Art. 10. O adicional de transferência, as prestações *in natura*, bem como quaisquer outras vantagens a que fizer jus o empregado em função de sua permanência no exterior, não serão devidas após seu retorno ao Brasil.

Art. 11. Durante a prestação de serviços no exterior não serão devidas, em relação aos empregados transferidos, as contribuições referentes a: Salário-Educação, Serviço Social da Indústria, Serviço Social do Comércio, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Capítulo III
DA CONTRATAÇÃO POR EMPRESA ESTRANGEIRA

Art. 12. A contratação de trabalhador, por empresa estrangeira, para trabalhar no exterior está condicionada à prévia autorização do Ministério do Trabalho.

Art. 13. A autorização a que se refere o art. 12 somente poderá ser dada à empresa de cujo capital participe, em pelo menos 5% (cinco por cento), pessoa jurídica domiciliada no Brasil.

Art. 14. Sem prejuízo da aplicação das leis do país da prestação dos serviços, no que respeita a direitos, vantagens e garantias trabalhistas e previdenciárias, a empresa estrangeira assegurará ao trabalhador os direitos a ele conferidos neste Capítulo.

Art. 15. Correrão obrigatoriamente por conta da empresa estrangeira as despesas de viagem de ida e volta do trabalhador ao exterior, inclusive a dos dependentes com ele residentes.

Art. 16. A permanência do trabalhador no exterior não poderá ser ajustada por período superior a 3 (três) anos, salvo quando for assegurado a ele e a seus dependentes o direito de gozar férias anuais no Brasil, com despesas de viagem pagas pela empresa estrangeira.

Art. 17. A empresa estrangeira assegurará o retorno definitivo do trabalhador ao Brasil quando:

I – houver terminado o prazo de duração do contrato, ou for o mesmo rescindido;

II – por motivo de saúde do trabalhador, devidamente comprovado por laudo médico oficial que o recomende.

Art. 18. A empresa estrangeira manterá no Brasil procurador bastante, com poderes especiais de representação, inclusive o de receber citação.

Art. 19. A pessoa jurídica domiciliada no Brasil a que alude o art. 13 será solidariamente responsável com a empresa estrangeira por todas as obrigações decorrentes da contratação do trabalhador.

Art. 20. O aliciamento de trabalhador domiciliado no Brasil, para trabalhar no exterior, fora do regime desta Lei, configurará o crime previsto no art. 206 do Código Penal Brasileiro.

Capítulo IV
DISPOSIÇÕES COMUNS E FINAIS

Art. 21. As empresas de que trata esta Lei farão, obrigatoriamente, seguro de vida e acidentes pessoais a favor do trabalhador, cobrindo o período a partir do embarque para o exterior, até o retorno ao Brasil.

Parágrafo único. O valor do seguro não poderá ser inferior a 12 (doze) vezes o valor da remuneração mensal do trabalhador.

Art. 22. As empresas a que se refere esta Lei garantirão ao empregado, no local de trabalho no exterior ou próximo a ele, serviços gratuitos e adequados de assistência médica e social.

Art. 23. Serão regulamentadas no prazo de 90 (noventa) dias as disposições dos arts. 5º, § 2º; 9º, §§ 1º e 4º; e 12.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Decreto n. 89.339,
de 31 de janeiro de 1984
(Publicado no *DOU*, 1º-2-1984)

Regulamenta o disposto nos arts. 5º, § 2º, 9º, §§ 1º a 4º e 12 da Lei n. 7.064, de 6 de dezembro de 1982, que dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior.

Art. 1º O empregado contratado no Brasil ou transferido por empresa prestadora de serviços de engenharia, inclusive consultoria, projetos, obras, montagens, gerenciamento e congêneres, para prestar serviços no exterior, enquanto estiver prestando serviços no estrangeiro, poderá converter e remeter para o local de trabalho, no todo ou em parte, os valores correspondentes à remuneração paga em moeda nacional.

Art. 2º As remessas referidas no art. 1º serão feitas através de instituição bancária autorizada a operar em câmbio, mediante requerimento escrito do empregado ou seu procurador, instruído com declaração da empresa empregadora indicando o valor da remuneração paga ao empregado, o local da prestação de serviços no exterior e os números da Carteira de Trabalho e de inscrição do empregado no cadastro de contribuintes.

Parágrafo único. As remessas a que se refere o artigo estarão sujeitas à fiscalização do Banco Central do Brasil.

Art. 3º Os valores pagos pela empresa empregadora prestadora dos serviços a que se refere o art. 1º, na liquidação de direitos determinados pela lei do local da prestação de serviços no exterior, poderão ser deduzidos dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, em nome do empregado, existentes na conta vinculada de que trata o art. 2º da Lei n. 5.107, de 13 de setembro de 1965.

§ 1º O levantamento, pela empresa empregadora, dos valores correspondentes à liquidação de direitos, efetuada de conformidade com a lei do local da prestação de serviços no exterior, efetivar-se-á à vista do alvará expedido em decorrência da homologação judicial.

§ 2º A homologação dos valores a serem deduzidos dar-se-á mediante a apresentação, pela empresa empregadora, de cópia autên-

tica da documentação comprobatória da liquidação dos direitos do empregado no exterior, traduzida oficialmente.

§ 3º Requerida a homologação, o juiz determinará ao Banco depositário da conta vinculada que informe, no prazo de 3 (três) dias úteis, o valor existente na conta vinculada do empregado, na data do pedido de homologação.

Art. 4º A homologação deverá consignar a importância, em moeda estrangeira, a ser deduzida e o alvará autorizará o levantamento do seu valor correspondente em cruzeiros, junto ao Banco depositário, que efetuará a conversão ao câmbio do dia em que efetivar o pagamento, utilizando o dólar dos Estados Unidos da América como moeda de conversão, nos casos em que a liquidação de direitos do empregado tenha sido efetuada em moeda com a qual o cruzeiro não tenha paridade direta.

Parágrafo único. A empresa empregadora deverá apresentar o alvará a que se refere o artigo no prazo de dois dias úteis da sua expedição, sob pena de correrem à sua conta as variações cambiais posteriores à data do alvará.

Art. 5º Caso o saldo existente na conta vinculada do FGTS, em nome do empregado, não seja suficiente para a dedução integral dos valores correspondentes aos direitos liquidados pela empresa no exterior, a diferença poderá ser levantada mediante nova dedução dessa conta, quando da cessação, no Brasil, do contrato de trabalho, mediante a expedição de novo alvará e independentemente de nova homologação.

Art. 6º A contratação de trabalhador por empresa estrangeira, para trabalhar no exterior, está condicionada à autorização do Ministério do Trabalho, nos termos de regulamento baixado pelo Ministro do Trabalho e observado o disposto no art. 7º deste Decreto.

Art. 7º A empresa requerente da autorização a que se refere o art. 6º deverá comprovar:

I – sua existência jurídica, segundo as leis do país no qual é sediada;

II – a participação de pessoa jurídica domiciliada no Brasil, em pelo menos 5% (cinco por cento) do seu capital social;

III – a existência de procurador legalmente constituído no Brasil, com poderes especiais de representação, inclusive o de receber citação;

IV – a solidariedade da pessoa jurídica a que se refere o inciso II deste artigo no cumprimento das obrigações da empresa estrangeira decorrentes da contratação do empregado.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trabalho nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo

Lei n. 5.811,
de 11 de outubro de 1972
(Publicada no *DOU*, 16-10-1972)

Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.

Art. 1º O regime de trabalho regulado nesta Lei é aplicável aos empregados que prestam serviços em atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, bem como na industrialização do xisto, na indústria petroquímica e no transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.

Art. 2º Sempre que for imprescindível à continuidade operacional, o empregado será mantido em seu posto de trabalho em regime de revezamento.

§ 1º O regime de revezamento em turno de 8 (oito) horas será adotado nas atividades

previstas no art. 1º, ficando a utilização do turno de 12 (doze) horas restrita às seguintes situações especiais:

a) atividades de exploração, perfuração, produção e transferência de petróleo do mar;

b) atividades de exploração, perfuração e produção de petróleo em áreas terrestres distantes ou de difícil acesso.

§ 2º Para garantir a normalidade das operações ou para atender a imperativos de segurança industrial, poderá ser exigida, mediante o pagamento previsto no item II do art. 3º, a disponibilidade do empregado no local de trabalho ou nas suas proximidades, durante o intervalo destinado a repouso e alimentação.

Art. 3º Durante o período em que o empregado permanecer no regime de revezamento em turno de 8 (oito) horas, ser-lhe-ão assegurados os seguintes direitos:

I – pagamento do adicional de trabalho noturno na forma do art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho;

II – pagamento em dobro da hora de repouso e alimentação suprimida nos termos do § 2º do art. 2º;

III – alimentação gratuita, no posto de trabalho, durante o turno em que estiver em serviço;

IV – transporte gratuito para o local de trabalho;

V – direito a um repouso de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas para cada 3 (três) turnos trabalhados.

Parágrafo único. Para os empregados que já venham percebendo habitualmente da empresa pagamento à conta de horas de repouso e alimentação ou de trabalho noturno, os respectivos valores serão compensados nos direitos a que se referem os itens I e II deste artigo.

Art. 4º Ao empregado que trabalhe no regime de revezamento em turno de 12 (doze) horas, ficam assegurados, além dos já previstos nos itens I, II, III e IV do art. 3º, os seguintes direitos:

I – alojamento coletivo gratuito e adequado ao seu descanso e higiene;

II – repouso de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas para cada turno trabalhado.

Art. 5º Sempre que for imprescindível à continuidade operacional durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, o empregado com responsabilidade de supervisão das operações previstas no art. 1º, ou engajado em trabalhos de geologia de poço, ou, ainda, em trabalhos de apoio operacional às atividades enumeradas nas alíneas *a* e *b* do § 1º do art. 2º, poderá ser mantido no regime de sobreaviso.

§ 1º Entende-se por regime de sobreaviso aquele em que o empregado permanece à disposição do empregador por um período de 24 (vinte quatro) horas para prestar assistência aos trabalhos normais ou atender a necessidades ocasionais de operação.

§ 2º Em cada jornada de sobreaviso, o trabalho efetivo não excederá de 12 (doze) horas.

Art. 6º Durante o período em que permanecer no regime de sobreaviso, serão assegurados ao empregado, além dos já previstos nos itens III e IV do art. 3º e I do art. 4º, os seguintes direitos:

I – repouso de 24 (vinte quatro) horas consecutivas para cada período de 24 (vinte quatro) horas em que permanecer de sobreaviso;

II – remuneração adicional correspondente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do respectivo salário-básico, para compensar a eventualidade de trabalho noturno ou a variação de horário para repouso e alimentação.

Parágrafo único. Considera-se salário-básico a importância fixa mensal correspondente à retribuição do trabalho prestado pelo empregado na jornada normal de trabalho, antes do acréscimo de vantagens, incentivos ou benefícios, a qualquer título.

Art. 7º A concessão de repouso na forma dos itens V do art. 3º, II do art. 4º e I do art. 6º quita a obrigação patronal relativa ao repouso semanal remunerado de que trata a Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949.

Art. 8º O empregado não poderá permanecer em serviço, no regime de revezamento previsto para as situações especiais de que tratam as alíneas *a* e *b* do § 1º do art. 2º, nem no regime estabelecido no art. 5º, por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos.

Art. 9º Sempre que, por iniciativa do empregador, for alterado o regime de trabalho do empregado, com redução ou supressão das vantagens inerentes aos regimes instituídos nesta Lei, ser-lhe-á assegurado o direito à percepção de uma indenização.

Parágrafo único. A indenização de que trata o presente artigo corresponderá a um só pagamento igual à média das vantagens previstas nesta Lei, percebidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, para cada ano ou fração igual ou superior a 6 (seis) meses de permanência do regime de revezamento ou de sobreaviso.

Art. 10. A variação de horários, em escalas de revezamento diurno, noturno ou misto, será estabelecida pelo empregador com obediência aos preceitos desta Lei.

Parágrafo único. Não constituirá alteração ilícita a exclusão do empregado do regime de revezamento, cabendo-lhe exclusivamente, nesta hipótese, o pagamento previsto no art. 9º.

Art. 11. Os atuais regimes de trabalho, nas atividades previstas no art. 1º, bem como as vantagens a eles inerentes, serão ajustados às condições estabelecidas nesta Lei, de forma que não ocorra redução de remuneração.

Parágrafo único. A aplicação do disposto neste artigo ao empregado que cumpra jornada inferior a 8 (oito) horas dependerá de acordo individual ou coletivo, assegurados, em tal caso, exclusivamente, os direitos constantes desta Lei.

Art. 12. As disposições desta Lei se aplicam a situações análogas, definidas em regulamento.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trabalho portuário

***Vide*, também, Portos – Exploração dos portos organizados e instalações portuárias – Lei n. 9.719, de 27-11-1998.**

Lei n. 7.002,
de 14 de junho de 1982
(Publicada no *DOU*, 15-6-1982)

Autoriza a implantação de jornada noturna especial nos portos organizados, e dá outras providências.

Art. 1º A administração do porto, mediante prévia aprovação da Empresa de Portos do Brasil S/A – PORTOBRÁS, poderá adotar, para serviços de capatazias realizados no período noturno, jornada especial de trabalho de 6 (seis) horas ininterruptas, de 60 (sessenta) minutos cada.

Art. 2º A remuneração básica da jornada especial será a mesma da jornada ordinária diurna, acrescida de adicional noturno de até 50% (cinquenta por cento), incidente sobre as 6 (seis) horas trabalhadas e sua eventual hora de prorrogação.

Parágrafo único. Os valores do adicional noturno e do acréscimo da hora extraordinária serão estabelecidos em acordo coletivo de trabalho, homologado pelo Conselho Nacional de Política Salarial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trabalho rural

Lei n. 5.889,
de 8 de junho de 1973
(Publicada no *DOU*, 11-6-1973)

Estatui normas reguladoras do trabalho rural.

Art. 1º As relações de trabalho rural serão reguladas por esta Lei e, no que com ela não colidirem, pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

Parágrafo único. Observadas as peculiaridades do trabalho rural, a ele também se aplicam as Leis n. 605, de 5 de janeiro de 1949; 4.090, de 13 de julho de 1962; 4.725, de 13 de julho de 1965, com as alterações da Lei n. 4.903, de 16 de dezembro de 1965 e os Decretos-leis n. 15, de 29 de julho de 1966; 17, de 22 de agosto de 1966, e 368, de 19 de dezembro de 1968.

Art. 2º Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.

Art. 3º Considera-se empregador rural, para os efeitos desta Lei, a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividade agroeconômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados.

§ 1º Inclui-se na atividade econômica, referida no *caput* deste artigo, a exploração industrial em estabelecimento agrário não compreendido na Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, embora tendo cada uma delas personalidade jurídica própria, estiverem sob direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico ou financeiro rural, serão responsáveis solidariamente nas obrigações decorrentes da relação de emprego.

Art. 4º Equipara-se ao empregador rural, a pessoa física ou jurídica que, habitualmente, em caráter profissional, e por conta de terceiros, execute serviços de natureza agrária, mediante utilização do trabalho de outrem.

Art. 5º Em qualquer trabalho contínuo de duração superior a 6 (seis) horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação observados os usos e costumes da região, não se computando este intervalo na duração do trabalho. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.

Art. 6º Nos serviços, caracteristicamente intermitentes, não serão computados, como de efetivo exercício, os intervalos entre uma e outra parte da execução da tarefa diária, desde que tal hipótese seja expressamente ressalvada na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Art. 7º Para os efeitos desta Lei, considera-se trabalho noturno o executado entre as 21 (vinte e uma) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, na lavoura, e entre as 20 (vinte) horas de um dia e as 4 (quatro) horas do dia seguinte, na atividade pecuária.

Parágrafo único. Todo trabalho noturno será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a remuneração normal.

Art. 8º Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno.

Art. 9º Salvo as hipóteses de autorização legal ou decisão judiciária, só poderão ser descontadas do empregado rural as seguintes parcelas, calculadas sobre o salário mínimo:

a) até o limite de 20% (vinte por cento) pela ocupação da morada;

b) até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) pelo fornecimento de alimentação sadia e farta, atendidos os preços vigentes na região;

c) adiantamentos em dinheiro.

§ 1º As deduções acima especificadas deverão ser previamente autorizadas, sem o que serão nulas de pleno direito.

§ 2º Sempre que mais de um empregado residir na mesma morada, o desconto, previsto na letra *a* deste artigo, será dividido proporcionalmente ao número de empregados, vedada, em qualquer hipótese, a moradia coletiva de famílias.

§ 3º Rescindido ou findo o contrato de trabalho, o empregado será obrigado a desocupar a casa dentro de trinta dias.

§ 4º O Regulamento desta Lei especificará os tipos de morada para fins de dedução.

§ 5º A cessão pelo empregador de moradia e de sua infraestrutura básica, assim como bens destinados à produção para sua subsistência e de sua família, não integram o salário do trabalhador rural, desde que caracte-

rizados como tais, em contrato escrito celebrado entre as partes, com testemunhas e notificação obrigatória ao respectivo sindicato de trabalhadores rurais. *(Incluído pela Lei n. 9.300, de 29-8-1996.)*

Art. 10. A prescrição dos direitos assegurados por esta Lei aos trabalhadores rurais só ocorrerá após dois anos de cessação do contrato de trabalho.

Parágrafo único. Contra o menor de 18 (dezoito) anos não corre qualquer prescrição.

Art. 11. Ao empregado rural maior de 16 (dezesseis) anos é assegurado salário mínimo igual ao de empregado adulto.

Parágrafo único. Ao empregado menor de 16 (dezesseis) anos é assegurado salário mínimo fixado em valor correspondente à metade do salário mínimo estabelecido para o adulto.

Art. 12. Na regiões em que se adota a plantação subsidiária ou intercalar (cultura secundária), a cargo do empregado rural, quando autorizada ou permitida, será objeto de contrato em separado.

Parágrafo único. Embora devendo integrar o resultado anual a que tiver direito o empregado rural, a plantação subsidiária ou intercalar não poderá compor a parte correspondente ao salário mínimo na remuneração geral do empregado, durante o ano agrícola.

Art. 13. Nos locais de trabalho rural serão observadas as normas de segurança e higiene estabelecidas em portaria do ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 14. Expirado normalmente o contrato, a empresa pagará ao safrista, a titulo de indenização do tempo de serviço, importância correspondente a 1/12 (um doze avos) do salário mensal, por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Parágrafo único. Considera-se contrato de safra o que tenha sua duração dependente de variações estacionais da atividade agrária.

Art. 14-A. O produtor rural pessoa física poderá realizar contratação de trabalhador rural por pequeno prazo para o exercício de atividades de natureza temporária. (*Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008.*)

§ 1º A contratação de trabalhador rural por pequeno prazo que, dentro do período de 1 (um) ano, superar 2 (dois) meses fica convertida em contrato de trabalho por prazo indeterminado, observando-se os termos da legislação aplicável. *(Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008.)*

§ 2º A filiação e a inscrição do trabalhador de que trata este artigo na Previdência Social decorrem, automaticamente, da sua inclusão pelo empregador na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, cabendo à Previdência Social instituir mecanismo que permita a sua identificação. *(Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008.)*

§ 3º O contrato de trabalho por pequeno prazo deverá ser formalizado mediante a inclusão do trabalhador na GFIP, na forma do disposto no § 2º deste artigo, e: *(Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008.)*

I – mediante a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social e em Livro ou Ficha de Registro de Empregados; ou

II – mediante contrato escrito, em 2 (duas) vias, uma para cada parte, onde conste, no mínimo:

a) expressa autorização em acordo coletivo ou convenção coletiva;

b) identificação do produtor rural e do imóvel rural onde o trabalho será realizado e indicação da respectiva matrícula;

c) identificação do trabalhador, com indicação do respectivo Número de Inscrição do Trabalhador – NIT.

§ 4º A contratação de trabalhador rural por pequeno prazo só poderá ser realizada por produtor rural pessoa física, proprietário ou não, que explore diretamente atividade agroeconômica. *(Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008.)*

§ 5º A contribuição do segurado trabalhador rural contratado para prestar serviço na forma deste artigo é de 8% (oito por cento) sobre o respectivo salário de contribuição definido no inciso I do *caput* do art. 28 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991. (*Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008.*)

3. ***Pena pecuniária***

As infrações declinadas nos arts. 51 a 56, por não se revestirem da gravidade das primeiras, são punidas com multas administrativas, a serem impostas na forma prevista nos arts. 626 a 629 da CLT – "Do Processo de Multas Administrativas".

► ***Jurisprudência***

▷ **Súmula 62 do Superior Tribunal de Justiça. Competência. Crime de Falsa Anotação na CTPS. Empresa Privada.** Compete à Justiça Estadual processar e julgar o crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído à empresa privada (*DJ*, 26-11-1992).

▷ **Competência. Conflito negativo. Justiça Federal e Trabalhista. Falsa anotação de carteira de trabalho. Tempo de serviço. Aposentadoria. Ex-empregada da Caixa Econômica Federal.** I – Compete à Justiça Federal julgar ação declaratória proposta pela Caixa Econômica Federal com o objetivo de se resguardar de possíveis implicações previdenciárias, advindas do falso encontrado na anotação da carteira de trabalho de ex-empregada, que, em convênio mantido com a empresa pública, solicitara à Previdência Social aposentadoria por tempo de serviço. II – Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal, o suscitante. (STJ, CComp 28.822/RJ, 2000/0014645-5, j. 27-9-2000, S2 – Segunda Seção, Min. Nancy Andrighi, *DJ*, 16-10-2000)

▷ **Dano moral. Anotações na CTPS. Cabimento.** Carteira de trabalho é documento de suma importância para o trabalhador e sua família. Com ela, o trabalhador tem acesso ao mercado de trabalho, ao crédito no comércio e à previdência social. O retardo do patrão em anotar a CTPS de seu empregado, bem como a inserção, no documento, de observações desairosas à pessoa do trabalhador, impõem a apenação do empregador com indenização por danos morais (Constituição da República, artigo 5º, inciso X). (TRT/15ª R., Ac. 005682/2000, j. 14-2-2000, RO 25.447, de 1998, 1ª T., Rel. Luiz Antonio Lazarim, *DOE*, 14-2-2000)

Capítulo II
Da Duração do Trabalho

Seção I
Disposição preliminar

Art. 57. Os preceitos deste Capítulo aplicam-se a todas as atividades, salvo as expressamente excluídas, constituindo exceções as disposições especiais, concernentes estritamente a peculiaridades profissionais constantes do Capítulo I do Título III.

► ***Comentários***

A Seção I do Capítulo II é, como o próprio nome indica, a disposição preliminar da *jornada de trabalho* que, salvo as expressas disposições em contrário (exceções), é aplicada a todas as atividades exercidas por trabalhadores assalariados.

As exceções são as seguintes: bancários, serviços de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, radiotelegrafia, radiotelefonia, músicos profissionais, operadores cinematográficos, serviços ferroviários, embarcadiços, serviços frigoríficos, serviços de estiva, portuários, capatazias, trabalho em minas de subsolo, jornalistas profissionais, professores, químicos (arts. 224 a 351 da CLT), geren-

§ 6º A não inclusão do trabalhador na GFIP pressupõe a inexistência de contratação na forma deste artigo, sem prejuízo de comprovação, por qualquer meio admitido em direito, da existência de relação jurídica diversa. *(Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008.)*

§ 7º Compete ao empregador fazer o recolhimento das contribuições previdenciárias nos termos da legislação vigente, cabendo à Previdência Social e à Receita Federal do Brasil instituir mecanismos que facilitem o acesso do trabalhador e da entidade sindical que o representa às informações sobre as contribuições recolhidas. *(Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008.)*

§ 8º São assegurados ao trabalhador rural contratado por pequeno prazo, além de remuneração equivalente à do trabalhador rural permanente, os demais direitos de natureza trabalhista. *(Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008.)*

§ 9º Todas as parcelas devidas ao trabalhador de que trata este artigo serão calculadas dia a dia e pagas diretamente a ele mediante recibo. *(Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008.)*

§ 10. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS deverá ser recolhido e poderá ser levantado nos termos da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990. *(Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008.)*

Art. 15. Durante o prazo do aviso prévio, se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, o empregado rural terá direito a um dia por semana, sem prejuízo do salário integral, para procurar outro trabalho.

Art. 16. Toda propriedade rural, que mantenha a seu serviço ou trabalhando em seus limites mais de cinquenta famílias de trabalhadores de qualquer natureza, é obrigada a possuir e conservar em funcionamento escola primária, inteiramente gratuita, para os filhos destes, com tantas classes quantos sejam os filhos destes, com tantas classes quantos sejam os grupos de quarenta crianças em idade escolar.

Parágrafo único. A matrícula da população em idade escolar será obrigatória, sem qualquer outra exigência, além da certidão de nascimento, para cuja obtenção o empregador proporcionará todas as facilidades aos responsáveis pelas crianças.

Art. 17. As normas da presente Lei são aplicáveis, no que couber, aos trabalhadores rurais não compreendidos na definição do art. 2º, que prestem serviços a empregador rural.

Art. 18. As infrações aos dispositivos desta Lei serão punidas com multa de R$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) por empregado em situação irregular.

§ 1º As infrações aos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislação esparsa, cometidas contra o trabalhador rural, serão punidas com as multas nelas previstas.

§ 2º As penalidades serão aplicadas pela autoridade competente do Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com o disposto no Título VII da CLT.

§ 3º A fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego exigirá dos empregadores rurais ou produtores equiparados a comprovação do recolhimento da Contribuição Sindical Rural das categorias econômica e profissional. *(Redação dada pela MP n. 2.164-40, de 27-7-2001.)*

Art. 19. O enquadramento e a contribuição sindical rurais continuam regidos pela legislação ora em vigor; o seguro social e o seguro contra acidente do trabalho rurais serão regulados por lei especial.

Art. 20. Lei especial disporá sobre a aplicação ao trabalhador rural, no que couber, do regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei n. 4.214, de 2 de março de 1963, e o Decreto-lei n. 761, de 14 de agosto de 1969.

Lei n. 11.718,
de 20 de junho de 2008
(Publicada no *DOU*, 23-6-2008)

Acrescenta artigo à Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabe-

lece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei n. 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis ns. 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 7.102, de 20 de junho de 1993, 9.017, de 30 de março de 1995, e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.

Art. 1º A Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 14-A[514]:

Art. 2º Para o trabalhador rural empregado, o prazo previsto no art. 143 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, fica prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2010.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo ao trabalhador rural enquadrado na categoria de segurado contribuinte individual que presta serviços de natureza rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.

Art. 3º Na concessão de aposentadoria por idade do empregado rural, em valor equivalente ao salário mínimo, serão contados para efeito de carência:

I – até 31 de dezembro de 2010, a atividade comprovada na forma do art. 143 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991;

II – de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, cada mês comprovado de emprego, multiplicado por 3 (três), limitado a 12 (doze) meses, dentro do respectivo ano civil; e

III – de janeiro de 2016 a dezembro de 2020, cada mês comprovado de emprego, multiplicado por 2 (dois), limitado a 12 (doze) meses dentro do respectivo ano civil.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo e respectivo inciso I ao trabalhador rural enquadrado na categoria de segurado contribuinte individual que comprovar a prestação de serviço de natureza rural, em caráter eventual, a 1 (uma) ou mais empresas, sem relação de emprego.

Art. 4º (*Vetado.*)

Art. 5º O art. 48 da Lei n. 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

"Art. 48. (...)

§ 1º Quando destinado a agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos do art. 3º da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, o crédito rural terá por objetivo estimular a geração de renda e o melhor uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários, desde que desenvolvidos em estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas, inclusive o turismo rural, a produção de artesanato e assemelhados.

§ 2º Quando destinado a agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos do art. 3º da Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, o crédito rural poderá ser destinado à construção ou reforma de moradias no imóvel rural e em pequenas comunidades rurais".

Art. 6º Fica autorizada a reclassificação das operações contratadas ao abrigo da Linha Especial de Crédito FAT Integral, de que trata a Lei n. 11.011, de 20 de dezembro de 2004, para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, observadas as seguintes condições:

I – a reclassificação será realizada mediante a celebração de termo aditivo ao instrumento de crédito;

II – a partir da data da reclassificação, as operações ficarão sujeitas às normas do FCO; e

III – as operações reclassificadas deverão manter as mesmas condições de prazo e de classificação de porte dos mutuários originalmente pactuadas.

Art. 7º O art. 1º da Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único para § 1º:

"Art. 1º (...)

§ 1º Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos

514. Texto do referido artigo já incorporado na Lei n. 5.889/73.

oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupança, suas agências, postos de atendimento, subagências e seções, assim como as cooperativas singulares de crédito e suas respectivas dependências.

§ 2º O Poder Executivo estabelecerá, considerando a reduzida circulação financeira, requisitos próprios de segurança para as cooperativas singulares de crédito e suas dependências que contemplem, entre outros, os seguintes procedimentos:

I – dispensa de sistema de segurança para o estabelecimento de cooperativa singular de crédito que se situe dentro de qualquer edificação que possua estrutura de segurança instalada em conformidade com o art. 2º desta Lei;

II – necessidade de elaboração e aprovação de apenas um único plano de segurança por cooperativa singular de crédito, desde que detalhadas todas as suas dependências;

III – dispensa de contratação de vigilantes, caso isso inviabilize economicamente a existência do estabelecimento.

§ 3º Os processos administrativos em curso no âmbito do Departamento de Polícia Federal observarão os requisitos próprios de segurança para as cooperativas singulares de crédito e suas dependências".

Art. 8º O Anexo da Lei n. 9.017, de 30 de março de 1995, passa a vigorar com a seguinte alteração no item 13 e inclusão do item 15, com a seguinte redação:

SITUAÇÃO	UFIR
(...)	(...)
13 – Vistoria de estabelecimentos financeiros, exceto cooperativas singulares de crédito, por agência ou posto	1.000
(...)	(...)
15 – Vistoria de cooperativas singulares de crédito	300".

Art. 9º A Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. (...)

V – (...)

a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade pesqueira, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos; ou ainda nas hipóteses dos §§ 10 e 11 deste artigo;

(...)

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de:

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade:

1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; ou

2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do *caput* do art. 2º da Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida;

b) pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e

c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas *a* e *b* deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo.

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.

(...)

§ 3º (*Revogado.*)

(...)

§ 7º Para serem considerados segurados especiais, o cônjuge ou companheiro e os filhos maiores de 16 (dezesseis) anos ou os a estes equiparados deverão ter participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar.

§ 8º O grupo familiar poderá utilizar-se de empregados contratados por prazo determinado ou trabalhador de que trata a alínea *g* do inciso V do *caput* deste artigo, em épocas de safra, à razão de no máximo 120 (cento e vinte) pessoas/dia no ano civil, em períodos corridos ou intercalados ou, ainda, por tempo equivalente em horas de trabalho.

§ 9º Não descaracteriza a condição de segurado especial:

I – a outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de até 50% (cinquenta por cento) de imóvel rural cuja área total não seja superior a 4 (quatro) módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer a respectiva atividade, individualmente ou em regime de economia familiar;

II – a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano;

III – a participação em plano de previdência complementar instituído por entidade classista a que seja associado, em razão da condição de trabalhador rural ou de produtor rural em regime de economia familiar;

IV – ser beneficiário ou fazer parte de grupo familiar que tem algum componente que seja beneficiário de programa assistencial oficial de governo;

V – a utilização pelo próprio grupo familiar, na exploração da atividade, de processo de beneficiamento ou industrialização artesanal, na forma do § 11 do art. 25 desta Lei; e

VI – a associação em cooperativa agropecuária.

§ 10. Não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de:

I – benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor não supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social;

II – benefício previdenciário pela participação em plano de previdência complementar instituído nos termos do inciso IV do § 9º deste artigo;

III – exercício de atividade remunerada em período de entressafra ou do defeso, não superior a 120 (cento e vinte) dias, corridos ou intercalados, no ano civil, observado o disposto no § 13 deste artigo;

IV – exercício de mandato eletivo de dirigente sindical de organização da categoria de trabalhadores rurais;

V – exercício de mandato de vereador do município onde desenvolve a atividade rural, ou de dirigente de cooperativa rural constituída exclusivamente por segurados especiais, observado o disposto no § 13 deste artigo;

VI – parceria ou meação outorgada na forma e condições estabelecidas no inciso I do § 9º deste artigo;

VII – atividade artesanal desenvolvida com matéria-prima produzida pelo respectivo grupo familiar, podendo ser utilizada matéria-prima de outra origem, desde que a renda mensal obtida na atividade não exceda ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social; e

VIII – atividade artística, desde que em valor mensal inferior ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.

§ 11. O segurado especial fica excluído dessa categoria:

I – a contar do primeiro dia do mês em que:

a) deixar de satisfazer as condições estabelecidas no inciso VII do *caput* deste artigo, sem prejuízo do disposto no art. 15 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, ou exceder qualquer dos limites estabelecidos no inciso I do § 9º deste artigo;

b) se enquadrar em qualquer outra categoria de segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, ressalvado o disposto nos incisos III, V, VII e VIII do § 10 deste artigo, sem prejuízo do disposto no art. 15 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991; e

c) se tornar segurado obrigatório de outro regime previdenciário;

II – a contar do primeiro dia do mês subsequente ao da ocorrência, quando o grupo familiar a que pertence exceder o limite de:

a) utilização de trabalhadores nos termos do § 8º deste artigo;

b) dias em atividade remunerada estabelecidos no inciso III do § 10 deste artigo; e

c) dias de hospedagem a que se refere o inciso II do § 9º deste artigo.

§ 12. Aplica-se o disposto na alínea *a* do inciso V do *caput* deste artigo ao cônjuge ou companheiro do produtor que participe da atividade rural por este explorada.

§ 13. O disposto nos incisos III e V do § 10 deste artigo não dispensa o recolhimento da contribuição devida em relação ao exercício das atividades de que tratam os referidos incisos".

"Art. 25. (...)

§ 4º (*Revogado.*)

(...)

§ 10. Integra a receita bruta de que trata este artigo, além dos valores decorrentes da comercialização da produção relativa aos produtos a que se refere o § 3º deste artigo, a receita proveniente:

I – da comercialização da produção obtida em razão de contrato de parceria ou meação de parte do imóvel rural;

II – da comercialização de artigos de artesanato de que trata o inciso VII do § 10 do art. 12 desta Lei;

III – de serviços prestados, de equipamentos utilizados e de produtos comercializados no imóvel rural, desde que em atividades turística e de entretenimento desenvolvidas no próprio imóvel, inclusive hospedagem, alimentação, recepção, recreação e atividades pedagógicas, bem como taxa de visitação e serviços especiais;

IV – do valor de mercado da produção rural dada em pagamento ou que tiver sido trocada por outra, qualquer que seja o motivo ou finalidade; e

V – de atividade artística de que trata o inciso VIII do § 10 do art. 12 desta Lei.

§ 11. Considera-se processo de beneficiamento ou industrialização artesanal aquele realizado diretamente pelo próprio produtor rural pessoa física, desde que não esteja sujeito à incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI".

"Art. 30. (...)

XII – sem prejuízo do disposto no inciso X do *caput* deste artigo, o produtor rural pessoa física e o segurado especial são obrigados a recolher, diretamente, a contribuição incidente sobre a receita bruta proveniente:

a) da comercialização de artigos de artesanato elaborados com matéria-prima produzida pelo respectivo grupo familiar;

b) de comercialização de artesanato ou do exercício de atividade artística, observado o disposto nos incisos VII e VIII do § 10 do art. 12 desta Lei; e

c) de serviços prestados, de equipamentos utilizados e de produtos comercializados no imóvel rural, desde que em atividades turística e de entretenimento desenvolvidas no próprio imóvel, inclusive hospedagem, alimentação, recepção, recreação e atividades pedagógicas, bem como taxa de visitação e serviços especiais;

XIII – o segurado especial é obrigado a arrecadar a contribuição de trabalhadores a seu serviço e a recolhê-la no prazo referido na alínea *b* do inciso I do *caput* deste artigo.

(...)

§ 7º A empresa ou cooperativa adquirente, consumidora ou consignatária da produção fica obrigada a fornecer ao segurado especial cópia do documento fiscal de entrada da mercadoria, para fins de comprovação da operação e da respectiva contribuição previdenciária.

§ 8º Quando o grupo familiar a que o segurado especial estiver vinculado não tiver obtido, no ano, por qualquer motivo, receita proveniente de comercialização de produção deverá comunicar a ocorrência à Previdência Social, na forma do regulamento.

§ 9º Quando o segurado especial tiver comercializado sua produção do ano anterior exclusivamente com empresa adquirente,

consignatária ou cooperativa, tal fato deverá ser comunicado à Previdência Social pelo respectivo grupo familiar".

"Art. 49. (...)

§ 5º A matrícula atribuída pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ao produtor rural pessoa física ou segurado especial é o documento de inscrição do contribuinte, em substituição à inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, a ser apresentado em suas relações com o Poder Público, inclusive para licenciamento sanitário de produtos de origem animal ou vegetal submetidos a processos de beneficiamento ou industrialização artesanal, com as instituições financeiras, para fins de contratação de operações de crédito, e com os adquirentes de sua produção ou fornecedores de sementes, insumos, ferramentas e demais implementos agrícolas.

§ 6º O disposto no § 5º deste artigo não se aplica ao licenciamento sanitário de produtos sujeitos à incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados ou ao contribuinte cuja inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ seja obrigatória".

Art. 10. A Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. (...)

V – (...)

a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade pesqueira, com auxílio de empregados ou por intermédio de prepostos; ou ainda nas hipóteses dos §§ 9º e 10 deste artigo;

(...)

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de:

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade:

1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais;

2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do *caput* do art. 2º da Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida;

b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e

c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas *a* e *b* deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo.

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.

(...)

§ 6º Para serem considerados segurados especiais, o cônjuge ou companheiro e os filhos maiores de 16 (dezesseis) anos ou os a estes equiparados deverão ter participação ativa nas atividades rurais do grupo familiar.

§ 7º O grupo familiar poderá utilizar-se de empregados contratados por prazo determinado ou de trabalhador de que trata a alínea *g* do inciso V do *caput* deste artigo, em épocas de safra, à razão de, no máximo, 120 (cento e vinte) pessoas/dia no ano civil, em períodos corridos ou intercalados, ou, ainda, por tempo equivalente em horas de trabalho.

§ 8º Não descaracteriza a condição de segurado especial:

I – a outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de até 50% (cinquenta por cento) de imóvel rural cuja área total não seja superior a 4 (quatro) módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer a respectiva

atividade, individualmente ou em regime de economia familiar;

II – a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano;

III – a participação em plano de previdência complementar instituído por entidade classista a que seja associado em razão da condição de trabalhador rural ou de produtor rural em regime de economia familiar; e

IV – ser beneficiário ou fazer parte de grupo familiar que tem algum componente que seja beneficiário de programa assistencial oficial de governo;

V – a utilização pelo próprio grupo familiar, na exploração da atividade, de processo de beneficiamento ou industrialização artesanal, na forma do § 11 do art. 25 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991; e

VI – a associação em cooperativa agropecuária.

§ 9º Não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de:

I – benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, cujo valor não supere o do menor benefício de prestação continuada da Previdência Social;

II – benefício previdenciário pela participação em plano de previdência complementar instituído nos termos do inciso IV do § 8º deste artigo;

III – exercício de atividade remunerada em período de entressafra ou do defeso, não superior a 120 (cento e vinte) dias, corridos ou intercalados, no ano civil, observado o disposto no § 13 do art. 12 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV – exercício de mandato eletivo de dirigente sindical de organização da categoria de trabalhadores rurais;

V – exercício de mandato de vereador do Município em que desenvolve a atividade rural ou de dirigente de cooperativa rural constituída, exclusivamente, por segurados especiais, observado o disposto no § 13 do art. 12 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991;

VI – parceria ou meação outorgada na forma e condições estabelecidas no inciso I do § 8º deste artigo;

VII – atividade artesanal desenvolvida com matéria-prima produzida pelo respectivo grupo familiar, podendo ser utilizada matéria-prima de outra origem, desde que a renda mensal obtida na atividade não exceda ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social; e

VIII – atividade artística, desde que em valor mensal inferior ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.

§ 10. O segurado especial fica excluído dessa categoria:

I – a contar do primeiro dia do mês em que:

a) deixar de satisfazer as condições estabelecidas no inciso VII do *caput* deste artigo, sem prejuízo do disposto no art. 15 desta Lei, ou exceder qualquer dos limites estabelecidos no inciso I do § 8º deste artigo;

b) se enquadrar em qualquer outra categoria de segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, ressalvado o disposto nos incisos III, V, VII e VIII do § 9º deste artigo, sem prejuízo do disposto no art. 15 desta Lei; e

c) tornar-se segurado obrigatório de outro regime previdenciário;

II – a contar do primeiro dia do mês subsequente ao da ocorrência, quando o grupo familiar a que pertence exceder o limite de:

a) utilização de terceiros na exploração da atividade a que se refere o § 7º deste artigo;

b) dias em atividade remunerada estabelecidos no inciso III do § 9º deste artigo; e

c) dias de hospedagem a que se refere o inciso II do § 8º deste artigo.

§ 11. Aplica-se o disposto na alínea *a* do inciso V do *caput* deste artigo ao cônjuge ou companheiro do produtor que participe da atividade rural por este explorada".

"Art. 17. (...)

§ 3º (*Revogado.*)

§ 4º A inscrição do segurado especial será feita de forma a vinculá-lo ao seu respectivo grupo familiar e conterá, além das informa-

ções pessoais, a identificação da propriedade em que desenvolve a atividade e a que título, se nela reside ou o Município onde reside e, quando for o caso, a identificação e inscrição da pessoa responsável pela unidade familiar.

§ 5º O segurado especial integrante de grupo familiar que não seja proprietário ou dono do imóvel rural em que desenvolve sua atividade deverá informar, no ato da inscrição, conforme o caso, o nome do parceiro ou meeiro outorgante, arrendador, comodante ou assemelhado.

§ 6º Simultaneamente com a inscrição do segurado especial, será atribuído ao grupo familiar número de Cadastro Específico do INSS – CEI, para fins de recolhimento das contribuições previdenciárias".

"Art. 29. (...)

§ 6º O salário de benefício do segurado especial consiste no valor equivalente ao salário mínimo, ressalvado o disposto no inciso II do art. 39 e nos §§ 3º e 4º do art. 48 desta Lei.

I – (*revogado*);

II – (*revogado*).

(...)

"Art. 38-A. O Ministério da Previdência Social desenvolverá programa de cadastramento dos segurados especiais, observado o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 17 desta Lei, podendo para tanto firmar convênio com órgãos federais, estaduais ou do Distrito Federal e dos Municípios, bem como com entidades de classe, em especial as respectivas confederações ou federações.

§ 1º O programa de que trata o *caput* deste artigo deverá prever a manutenção e a atualização anual do cadastro, e as informações nele contidas não dispensam a apresentação dos documentos previstos no art. 106 desta Lei.

§ 2º Da aplicação do disposto neste artigo não poderá resultar nenhum ônus para os segurados, sejam eles filiados ou não às entidades conveniadas".

"Art. 48. (...)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 1º deste artigo, o trabalhador rural deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido, computado o período a que se referem os incisos III a VIII do § 9º do art. 11 desta Lei.

§ 3º Os trabalhadores rurais de que trata o § 1º deste artigo que não atendam ao disposto no § 2º deste artigo, mas que satisfaçam essa condição, se forem considerados períodos de contribuição sob outras categorias do segurado, farão jus ao benefício ao completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher.

§ 4º Para efeito do § 3º deste artigo, o cálculo da renda mensal do benefício será apurado de acordo com o disposto no inciso II do *caput* do art. 29 desta Lei, considerando-se como salário de contribuição mensal do período como segurado especial o limite mínimo de salário de contribuição da Previdência Social".

"Art. 106. A comprovação do exercício de atividade rural será feita, alternativamente, por meio de:

I – contrato individual de trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II – contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural;

III – declaração fundamentada de sindicato que represente o trabalhador rural ou, quando for o caso, de sindicato ou colônia de pescadores, desde que homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

IV – comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no caso de produtores em regime de economia familiar;

V – bloco de notas do produtor rural;

VI – notas fiscais de entrada de mercadorias, de que trata o § 7º do art. 30 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, emitidas pela empresa adquirente da produção, com indicação do nome do segurado como vendedor;

VII – documentos fiscais relativos a entrega de produção rural à cooperativa agrícola, en-

treposto de pescado ou outros, com indicação do segurado como vendedor ou consignante;

VIII – comprovantes de recolhimento de contribuição à Previdência Social decorrentes da comercialização da produção;

IX – cópia da declaração de imposto de renda, com indicação de renda proveniente da comercialização de produção rural; ou

X – licença de ocupação ou permissão outorgada pelo Incra".

Art. 11. Na aquisição de produtos agropecuários no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, os preços de referência serão assegurados aos agricultores familiares, associações e cooperativas livres dos valores referentes às incidências do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e da contribuição do produtor rural pessoa física ou jurídica ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, cujo recolhimento, quando houver, será efetuado pela instituição executora do Programa, à conta do PAA. *(Redação dada pela Lei n. 11.775, de 2008)*

Art. 12. Ficam revogados:

I – o § 3º do art. 12 e o § 4º do art. 25 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991; e

II – o § 3º do art. 17 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de junho de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

Decreto n. 73.626, de 12 de fevereiro de 1974

(Publicado no *DOU*, 13-2-1974)

Aprova Regulamento da Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973.

.....

Regulamento das relações individuais e coletivas de trabalho rural

Art. 1º Este Regulamento disciplina a aplicação das normas concernentes às relações individuais e coletivas de trabalho rural estatuídas pela Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973.

Art. 2º Considera-se empregador rural, para os efeitos deste Regulamento, a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que explore atividade agroeconômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados.

§ 1º Equipara-se ao empregador rural a pessoa física ou jurídica que, habitualmente, em caráter profissional, e por conta de terceiros, execute serviços de natureza agrária, mediante utilização do trabalho de outrem.

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, embora tendo cada uma delas personalidade jurídica própria, estiverem sob direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico ou financeiro rural, serão responsáveis solidariamente nas obrigações decorrentes da relação de emprego.

§ 3º Inclui-se na atividade econômica referida no *caput*, deste artigo, a exploração industrial em estabelecimento agrário.

§ 4º Consideram-se como exploração industrial em estabelecimento agrário, para os fins do parágrafo anterior, as atividades que compreendem o primeiro tratamento dos produtos agrários *in natura* sem transformá-los em sua natureza, tais como:

I – o beneficiamento, a primeira modificação e o preparo dos produtos agropecuários e hortigranjeiros e das matérias-primas de origem animal ou vegetal para posterior venda ou industrialização;

II – o aproveitamento dos subprodutos oriundos das operações de preparo e modificação dos produtos *in natura*, referidas no item anterior.

§ 5º Para os fins previstos no § 3º não será considerada indústria rural aquela que, operando a primeira transformação do produto agrário, altere a sua natureza, retirando-lhe a condição de matéria-prima.

Art. 3º Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.

Art. 4º Nas relações de trabalho rural aplicam-se os arts. 4º a 6º; 8º a 10; 13 a 19; 21; 25 a 29; 31 a 34; 36 a 44; 48 a 50; 62 alínea *b* ; 67 a 70; 74; 76; 78 e 79; 83; 84; 86; 116 a 118; 124; 126; 129 a 133; 134 alíneas *a, c, d, e,* e *f* ; 135 a 142; parágrafo único do art. 143; 144; 147; 359; 366; 372; 377; 379; 387 a 396; 399; 402; 403; 405 *caput* e § 5º; 407 a 410; 414 a 427; 437; 439; 441 a 457; 458 *caput* e § 2º; 459 a 479; 480 *caput* e § 1º; 481 a 487; 489 a 504; 511 a 535; 537 a 552; 553 *caput* e alíneas *b, c, d* e *e*, e §§ 1º e 2º; 554 a 562; 564 a 566; 570 *caput*; 601 a 603; 605 a 629; 630 *caput* e §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º; 631 a 685; 687 a 690; 693; 694; 696; 697; 699 a 702; 707 a 721; 722 *caput*, alíneas *b* e *c* e §§ 1º, 2º e 3º; 723 a 725; 727 a 733; 735 a 754; 763 a 914; da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943; com suas alterações.

Parágrafo único. Aplicam-se, igualmente, nas relações de trabalho rural:

I – os arts. 1º, 2º *caput* e alínea *a*; 4º; 5º (este com as limitações do Decreto-lei n. 86, de 27 de dezembro de 1966); 6º; 7º; 8º; 9º; 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16 do Regulamento da Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949, aprovado pelo Decreto n. 27.048, de 12 de agosto de 1949;

II – os arts. 1º, 2º; 3º; 4º; 5º; 6º; 7º; do Regulamento da Lei n. 4.090, de 13 de junho de 1962, com as alterações da Lei n. 4.749, de 12 de agosto de 1965, aprovado pelo Decreto n. 57.155, de 3 de novembro de 1965;

III – os arts. 1º; 2º; 3º; 6º; 11; 12; da Lei n. 4.725, de 13 de junho de 1965, com as alterações da Lei n. 4.903, de 16 de dezembro de 1965;

IV – os arts. 1º; 2º; 3º; 5º; 7º; 8º; 9º; 10, do Decreto-lei n. 15, de 29 de julho de 1966, com a redação do Decreto-lei n. 17, de 22 de agosto de 1966.

Art. 5º Os contratos de trabalho, individuais ou coletivos, estipularão, conforme os usos, praxes e costumes, de cada região, o início e o término normal da jornada de trabalho, que não poderá exceder de 8 (oito) horas por dia.

§ 1º Será obrigatória, em qualquer trabalho contínuo de duração superior a 6 (seis) horas, a concessão de um intervalo mínimo de 1 (uma) hora para repouso ou alimentação, observados os usos e costumes da região.

§ 2º Os intervalos para repouso ou alimentação não serão computados na duração do trabalho.

Art. 6º Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.

Art. 7º A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre o empregador e o empregado ou mediante contrato coletivo de trabalho, observado o disposto no artigo anterior.

§ 1º Do acordo ou do contrato coletivo de trabalho deverá constar, obrigatoriamente, a importância da remuneração da hora suplementar que será, pelo menos, 20% (vinte por cento) superior à da hora normal.

§ 2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou contrato coletivo, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente redução em outro dia, de maneira que não exceda o horário normal de trabalho.

Art. 8º A duração da jornada de trabalho poderá exceder do limite legal convencionado para terminar serviços que, pela sua natureza, não possam ser adiados, ou para fazer face a motivo de força maior.

§ 1º O excesso, nos casos deste artigo, poderá ser exigido independentemente de acordo ou contrato coletivo e deverá ser comunicado, dentro de 10 (dez) dias, à Delegacia

tes (art. 62 da CLT), menor (art. 402 da CLT), turnos ininterruptos de revezamento (art. 58 da CLT), advogados (Lei n. 8.906/94), aeronautas (Lei n. 7.183/84), radialistas (Lei n. 6.533/78), cabineiros (Lei n. 3.270/57), empregados domésticos (Lei n. 5.859/72), fisioterapeutas e terapeutas (Lei n. 8.856/94), médicos/dentistas (Lei n. 3.999/61), petróleo e derivados (Lei n. 5.811/72), revisores (Dec.-lei n. 910/38), trabalhador rural (Lei n. 5.889/73), técnicos em radiologia (Lei n. 7.394/85), e tantas outras profissões que possam vir a ser contempladas com jornada especial, atendendo-se às peculiaridades que lhes sejam específicas.

► *Jurisprudência*

▷ (...) **3. Adicional de horas extras. Trabalho por produção.** A limitação do tempo de trabalho é resultado de uma concepção que atende ao aspecto da dignidade do homem, a par de configurar um princípio universal de amparo ao trabalhador. A natureza das regras de tutela do tempo de trabalho é de ordem pública, posto que ao indivíduo, ao poder público e ao estado é prejudicial o desgaste da saúde física e psíquica do trabalhador. Por outro lado, a Constituição Federal, ao instituir jornada máxima de trabalho, não excluiu aqueles que não auferem sua contraprestação financeira em consideração direta e exclusiva com o tempo despendido. Ademais, o resultado do trabalho do homem, após o decurso do tempo legal de duração da jornada, tende a decrescer, em face do desgaste do organismo, com mal-estar e fadiga subsequentes. Desta forma, correta a decisão do Regional, ao assegurar o adicional de horas extras ao Reclamante. Revista conhecida, mas a que se nega provimento, nesta matéria. (TST, RR 483.228, de 1998, j. 23-5-2001, 3ª T., Rel. Juíza Convocada Eneida Melo, *DJ*, 22-6-2001)

▷ **Advogado. Jornada de trabalho. Dedicação exclusiva.** O artigo 20, *caput*, da Lei n. 8.906/94 estabelece a jornada de trabalho do advogado empregado em duração máxima de 4 horas diárias ou 20 horas semanais, salvo em acordo ou convenção coletiva de trabalho ou em caso de dedicação exclusiva. O Regulamento geral do Estatuto da Advocacia e da OAB assim estabelece em seu artigo 12: "Art. 12 – Para os fins do art. 20 da Lei n. 8.906/94, considera-se dedicação exclusiva o regime de trabalho que for expressamente previsto em contrato individual de trabalho. Parágrafo único: Em caso de dedicação exclusiva, serão remuneradas como extraordinárias as horas trabalhadas que excederem a jornada normal de oito horas diárias". Sendo assim, o advogado que firmou contrato de trabalho antes da edição da Lei n. 8.906/94, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, não possui o direito à jornada reduzida de 4 horas, pois ficou configurada a hipótese de dedicação exclusiva. Recurso de revista conhecido e desprovido. (TST, RR 478.343, de 1998, j. 16-5-2001, 4ª T., Rel. Ministro Antônio José de Barros Levenhagen, *DJ*, 1º-6-2001)

Seção II
Da jornada de trabalho

Art. 58. A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 8 (oito) horas diá-

Regional do Trabalho, ou, antes desse prazo, justificado aos agentes fiscais, sem prejuízo daquela comunicação.

§ 2º Nos casos de excesso de horário por motivo de força maior, a remuneração da hora excedente não será inferior à da hora normal. Nos demais casos de excesso previsto neste artigo, a remuneração será, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) superior à da hora normal, e o trabalho não poderá exceder de 12 (doze) horas.

Art. 9º A duração da jornada de trabalho poderá igualmente exceder do limite legal ou convencionado, até o máximo de 2 (duas) horas, durante o número de dias necessários, para compensar interrupções do trabalho decorrentes de causas acidentais ou de força maior, desde que a jornada diária não exceda de 10 (dez) horas.

Parágrafo único. A prorrogação a que se refere este artigo não poderá exceder 45 (quarenta e cinco) dias por ano, condicionada à prévia autorização da autoridade competente.

Art. 10. Nos serviços intermitentes não serão computados, como de efetivo exercício, os intervalos entre uma e outra parte da execução da tarefa diária, devendo essa característica ser expressamente ressalvada na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo único. Considera-se serviço intermitente aquele que, por sua natureza, seja normalmente executado em duas ou mais etapas diárias distintas, desde que haja interrupção do trabalho de, no mínimo, 5 (cinco) horas, entre uma e outra parte da execução da tarefa.

Art. 11. Todo trabalho noturno acarretará acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a remuneração normal da hora diurna.

Parágrafo único. Considera-se trabalho noturno, para os efeitos deste artigo, o executado entre as 21 (vinte e uma) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, na lavoura, e entre as 20 (vinte) horas de um dia e as 4 (quatro) horas do dia seguinte, na atividade pecuária.

Art. 12. Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno.

Art. 13. Ao menor de 12 (doze) anos é proibido qualquer trabalho.

Art. 14. As normas referentes à jornada de trabalho, trabalho noturno, trabalho do menor e outras compatíveis com a modalidade das respectivas atividades aplicam-se aos avulsos e outros trabalhadores rurais que, sem vínculo de emprego, prestam serviços a empregadores rurais.

Art. 15. Ao empregado maior de 16 (dezesseis) anos é assegurado salário mínimo regional de adulto.

Parágrafo único. Ao empregado menor de 16 (dezesseis) anos é assegurado salário mínimo igual à metade do salário mínimo regional de adulto.

Art. 16. Além das hipóteses de determinação legal ou decisão judicial, somente poderão ser efetuados no salário do empregado os seguintes descontos:

I – até o limite de 20% (vinte por cento) do salário mínimo regional, pela ocupação da morada;

II – até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo regional, pelo fornecimento de alimentação;

III – valor de adiantamentos em dinheiro.

§ 1º As deduções especificadas nos itens I, II e III deverão ser previamente autorizadas pelo empregado, sem o que serão nulas de pleno direito.

§ 2º Para os fins a que se refere o item I deste artigo, considera-se morada, a habitação fornecida pelo empregador, a qual, atendendo às condições peculiares de cada região, satisfaça os requisitos de salubridade e higiene estabelecidos em normas expedidas pelas Delegacias Regionais do Trabalho.

Art. 17. Sempre que mais de um empregado residir na mesma morada, o valor correspondente ao percentual do desconto previsto no item I, do art. 15, será dividido igualmente pelo número total de ocupantes.

Parágrafo único. É vedada, em qualquer hipótese, a moradia coletiva de famílias.

Art. 18. Rescindido ou findo o contrato de trabalho, o empregado será obrigado a deso-

cupar a morada fornecida pelo empregador dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 19. Considera-se safreiro ou safrista o trabalhador que se obriga à prestação de serviços mediante contrato de safra.

Parágrafo único. Contrato de safra é aquele que tenha sua duração dependente de variações estacionais das atividades agrárias, assim entendidas as tarefas normalmente executadas no período compreendido entre o preparo do solo para o cultivo e a colheita.

Art. 20. Expirado normalmente o contrato de safra, o empregador pagará ao safreiro, a título de indenização do tempo de serviço, a importância correspondente a 1/12 (um doze avos) do salário mensal, por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Art. 21. Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato de trabalho, deverá avisar à outra da sua resolução com a antecedência mínima de:

I – 8 (oito) dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior;

II – 30 (trinta) dias, se o pagamento for efetuado por quinzena ou mês, ou se o empregado contar mais de 12 (doze) meses de serviço na empresa.

Art. 22. Durante o prazo do aviso prévio se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, o empregado rural terá direito a 1 (um) dia por semana, sem prejuízo do salário integral, para procurar outro emprego.

Art. 23. A aposentadoria por idade concedida ao empregado rural, na forma da Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971, e sua regulamentação, não acarretará rescisão do respectivo contrato de trabalho, nem constituirá justa causa para a dispensa.

Parágrafo único. Constitui justa causa, para rescisão do contrato de trabalho, além das apuradas em inquérito administrativo processado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, a incapacidade total e permanente, resultante de idade avançada, enfermidade ou lesão orgânica, comprovada mediante perícia médica a cargo da Delegacia Regional do Trabalho.

Art. 24. Aplicam-se ao empregado e empregador rural as normas referentes ao enquadramento e contribuição sindical, constantes do Decreto-lei n. 1.166, de 15 de abril de 1971.

Art. 25. A plantação subsidiária ou intercalar (cultura secundária), a cargo do empregado, quando de interesse também do empregador, será objeto de contrato em separado.

§ 1º Se houver necessidade de utilização de safreiros nos casos previstos neste artigo, os encargos decorrentes serão sempre de responsabilidade do empregador.

§ 2º O resultado anual a que tiver direito o empregado rural quer em dinheiro, quer em produto *in natura,* não poderá ser computado como parte correspondente ao salário mínimo na remuneração geral do empregado durante o ano agrícola.

Art. 26. O empregador rural que tiver a seu serviço, nos limites de sua propriedade, mais de 50 (cinquenta) trabalhadores de qualquer natureza, com família, é obrigado a possuir e conservar em funcionamento escola primária, inteiramente gratuita, para os menores dependentes, com tantas classes quantos sejam os grupos de 40 (quarenta) crianças em idade escolar.

Art. 27. A prescrição dos direitos assegurados aos trabalhadores rurais só ocorrerá após 2 (dois) anos da rescisão ou término do contrato de trabalho.

Parágrafo único. Contra o menor de 18 (dezoito) anos não corre qualquer prescrição.

Art. 28. O Ministro do Trabalho e Previdência Social estabelecerá, através de Portaria, as normas de segurança e higiene do trabalho a serem observadas nos locais de trabalho rural.

Art. 29. As infrações aos dispositivos deste Regulamento e aos da Consolidação das Leis do Trabalho, salvo as do Título IV, Capítulos I, III, IV, VIII e IX, serão punidas com multa de 1/10 (um décimo) do salário mínimo regional a 10 (dez) salários mínimos regionais, segundo a natureza da infração e sua gravidade, aplicada em dobro nos casos de

reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 1º A falta de registro de empregados ou o seu registro em livros ou fichas não rubricadas e legalizadas, na forma do art. 42, da Consolidação das Leis do Trabalho, sujeitará a empresa infratora à multa de 1 (um) salário mínimo regional por empregado em situação irregular.

§ 2º Tratando-se de infrator primário, a penalidade, prevista neste artigo, não excederá de 4 (quatro) salários mínimos regionais.

§ 3º As penalidades serão aplicadas pela autoridade competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social, de acordo com o disposto no Título VII, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 30. Aquele que recusar o exercício da função de vogal de Junta de Conciliação e Julgamento ou de juiz representante classista de Tribunal Regional, sem motivo justificado, incorrerá nas penas de multa previstas no artigo anterior além da suspensão do direito de representação profissional por 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Trabalho temporário

Lei n. 6.019,
de 3 de janeiro de 1974

(Publicada no *DOU*, 4-1-1974)

Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências.

Art. 1º É instituído o regime de trabalho temporário, nas condições estabelecidas na presente Lei.

Art. 2º Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou acréscimo extraordinário de serviços.

Art. 3º É reconhecida a atividade da empresa de trabalho temporário que passa a integrar o plano básico do enquadramento sindical a que se refere o art. 577, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 4º Compreende-se como empresa de trabalho temporário a pessoa física ou jurídica urbana, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores, devidamente qualificados, por elas remunerados e assistidos.

Art. 5º O funcionamento da empresa de trabalho temporário dependerá de registro no Departamento Nacional de Mão de Obra do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 6º O pedido de registro para funcionar deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) prova de constituição da firma e de nacionalidade brasileira de seus sócios, com o competente registro na Junta Comercial da localidade em que tenha sede;

b) prova de possuir capital social de no mínimo quinhentas vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País;

c) prova de entrega da relação de trabalhadores a que se refere o art. 360, da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como apresentação do Certificado de Regularidade de Situação, fornecido pelo Instituto Nacional de Previdência Social;

d) prova de recolhimento da Contribuição Sindical;

e) prova da propriedade do imóvel-sede ou recibo referente ao último mês, relativo ao contrato de locação;

f) prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. No caso de mudança de sede ou de abertura de filiais, agências ou escritórios é dispensada a apresentação dos documentos de que trata este artigo, exigindo-se, no entanto, o encaminhamento prévio ao Departamento Nacional de Mão de Obra de comunicação por escrito, com justificativa e endereço da nova sede ou das unidades operacionais da empresa.

Art. 7º A empresa de trabalho temporário

que estiver funcionando na data da vigência desta Lei terá o prazo de noventa dias para o atendimento das exigências contidas no artigo anterior.

Parágrafo único. A empresa infratora do presente artigo poderá ter o seu funcionamento suspenso, por ato do Diretor Geral do Departamento Nacional de Mão de Obra, cabendo recurso ao Ministro de Estado, no prazo de dez dias, a contar da publicação do ato no *Diário Oficial da União*.

Art. 8º A empresa de trabalho temporário é obrigada a fornecer ao Departamento Nacional de Mão de Obra, quando solicitada, os elementos de informação julgados necessários ao estudo do mercado de trabalho.

Art. 9º O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviço ou cliente deverá ser obrigatoriamente escrito e dele deverá constar expressamente o motivo justificador da demanda de trabalho temporário, assim como as modalidades de remuneração da prestação de serviço.

Art. 10. O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de três meses, salvo autorização conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Previdência Social, segundo instruções a serem baixadas pelo Departamento Nacional de Mão de Obra.

Art. 11. O contrato de trabalho celebrado entre empresa de trabalho temporário e cada um dos assalariados colocados à disposição de uma empresa tomadora ou cliente será, obrigatoriamente, escrito e dele deverão constar, expressamente, os direitos conferidos aos trabalhadores por esta Lei.

Parágrafo único. Será nula de pleno direito qualquer cláusula de reserva, proibindo a contratação do trabalhador pela empresa tomadora ou cliente ao fim do prazo em que tenha sido colocado à sua disposição pela empresa de trabalho temporário.

Art. 12. Ficam assegurados ao trabalhador temporário os seguintes direitos:

a) remuneração equivalente à percebida pelos empregados de mesma categoria da empresa tomadora ou cliente calculados à base horária, garantida, em qualquer hipótese, a percepção do salário mínimo regional;

b) jornada de oito horas, remuneradas as horas extraordinárias não excedentes de duas, com acréscimo de 20% (vinte por cento);

c) férias proporcionais, nos termos do artigo 25 da Lei n. 5.107, de 13 de setembro de 1966;

d) repouso semanal remunerado;

e) adicional por trabalho noturno;

f) indenização por dispensa sem justa causa ou término normal do contrato, correspondente a 1/12 (um doze avos) do pagamento recebido;

g) seguro contra acidente do trabalho;

h) proteção previdenciária nos termos do disposto na Lei Orgânica da Previdência Social, com as alterações introduzidas pela Lei n. 5.890, de 8 de junho de 1973 (art. 5º, item III, letra *c* do Decreto n. 72.771, de 6 de setembro de 1973).

§ 1º Registrar-se-á na Carteira de Trabalho e Previdência Social do trabalhador sua condição de temporário.

§ 2º A empresa tomadora ou cliente é obrigada a comunicar à empresa de trabalho temporário a ocorrência de todo acidente cuja vítima seja um assalariado posto à sua disposição, considerando-se local de trabalho, para efeito da legislação específica, tanto aquele onde se efetua a prestação do trabalho, quanto a sede da empresa de trabalho temporário.

Art. 13. Constituem justa causa para rescisão do contrato do trabalhador temporário os atos e circunstâncias mencionados nos arts. 482 e 483, da Consolidação das Leis do Trabalho, ocorrentes entre o trabalhador e a empresa de trabalho temporário ou entre aquele e a empresa cliente onde estiver prestando serviço.

Art. 14. As empresas de trabalho temporário são obrigadas a fornecer às empresas tomadoras ou clientes, a seu pedido, compro-

vante da regularidade de sua situação com o Instituto Nacional de Previdência Social.

Art. 15. A Fiscalização do Trabalho poderá exigir da empresa tomadora ou cliente a apresentação do contrato firmado com a empresa de trabalho temporário, e, desta última, o contrato firmado com o trabalhador, bem como a comprovação do respectivo recolhimento das contribuições previdenciárias.

Art. 16. No caso de falência da empresa de trabalho temporário, a empresa tomadora ou cliente é solidariamente responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, no tocante ao tempo em que o trabalhador esteve sob suas ordens, assim como em referência ao mesmo período, pela remuneração e indenização previstas nesta Lei.

Art. 17. É defeso às empresas de prestação de serviço temporário a contratação de estrangeiros com visto provisório de permanência no País.

Art. 18. É vedado à empresa do trabalho temporário cobrar do trabalhador qualquer importância, mesmo a título de mediação, podendo apenas efetuar os descontos previstos em Lei.

Parágrafo único. A infração deste artigo importa no cancelamento do registro para funcionamento da empresa de trabalho temporário, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

Art. 19. Competirá à Justiça do Trabalho dirimir os litígios entre as empresas de serviço temporário e seus trabalhadores.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor sessenta dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Decreto n. 73.841, de 13 de março de 1974

(Publicado no *DOU*, 13-3-1974)

Regulamenta a Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário.

Capítulo I
DO TRABALHO TEMPORÁRIO

Art. 1º Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços.

Capítulo II
DA EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO

Art. 2º A empresa de trabalho temporário tem por finalidade colocar pessoal especializado, por tempo determinado, à disposição de outras empresas que dele necessite.

Art. 3º A empresa de trabalho temporário, pessoa física ou jurídica, será necessariamente urbana.

Art. 4º O funcionamento da empresa de trabalho temporário está condicionado a prévio registro no Departamento Nacional de Mão de Obra do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

§ 1º O pedido de registro deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

I – prova de existência da firma individual ou da constituição da pessoa jurídica, com o competente registro na Junta Comercial da localidade em que tenham sede;

II – prova de nacionalidade brasileira do titular ou dos sócios;

III – prova de possuir capital social integralizado de, no mínimo, 500 (quinhentas) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País, à época do pedido do registro;

IV – prova de propriedade do imóvel sede ou recibo referente ao último mês de aluguel;

V – prova de entrega da relação de trabalhadores a que se refere o art. 360 da Consolidação das Leis do Trabalho;

VI – prova de recolhimento da contribuição sindical;

VII – prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda;

VIII – Certificado de Regularidade de Situação, fornecido pelo Instituto Nacional de Previdência Social.

§ 2º O pedido de registro a que se refere o parágrafo anterior é dirigido ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Mão de Obra e protocolado na Delegacia Regional do Trabalho no Estado em que se situe a sede da empresa.

Art. 5º No caso de mudança de sede ou de abertura de filiais, agências ou escritórios é dispensada a apresentação dos documentos de que trata o § 1º do artigo anterior, exigindo-se, no entanto, o encaminhamento prévio ao Departamento Nacional de Mão de Obra de comunicação por escrito com justificativa e endereço da nova sede ou das unidades operacionais da empresa.

Art. 6º No caso de alteração na constituição de empresa já registrada, seu funcionamento dependerá de prévia comunicação ao Departamento Nacional de Mão de Obra e apresentação dos documentos mencionados no item II do § 1º do art. 4º.

Art. 7º A empresa de trabalho temporário é obrigada a fornecer ao Departamento Nacional de Mão de Obra, quando solicitada, os elementos de informação julgados necessários ao estudo do mercado de trabalho.

Art. 8º Cabe à empresa de trabalho temporário remunerar e assistir os trabalhadores temporários relativamente aos seus direitos, consignados nos arts. 17 a 20 deste Decreto.

Art. 9º A empresa de trabalho temporário fica obrigada a registrar na Carteira de Trabalho e Previdência Social do trabalhador sua condição de temporário.

Art. 10. A empresa de trabalho temporário é obrigada a apresentar à empresa tomadora de serviço ou cliente, a seu pedido, Certificado de Regularidade de Situação, fornecido pelo Instituto Nacional de Previdência Social.

Art. 11. A empresa de trabalho temporário é obrigada a apresentar ao agente da fiscalização, quando solicitada, o contrato firmado com o trabalhador temporário, os comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias, bem como os demais elementos probatórios do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Decreto.

Art. 12. É vedado à empresa de trabalho temporário:

I – contratar estrangeiro portador de visto provisório de permanência no País;

II – ter ou utilizar em seus serviços trabalhador temporário, salvo o disposto no art. 16 ou quando contratado com outra empresa de trabalho temporário.

Art. 13. Executados os descontos previstos em lei, é defeso à empresa do trabalho temporário exigir do trabalhador pagamento de qualquer importância, mesmo a título de mediação, sob pena de cancelamento do registro para funcionamento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Capítulo III
DA EMPRESA TOMADORA DE SERVIÇO OU CLIENTE

Art. 14. Considera-se empresa tomadora de serviço ou cliente, para os efeitos deste Decreto, a pessoa física ou jurídica que, em virtude de necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou de acréscimo extraordinário de tarefas, contrate locação de mão de obra com empresa de trabalho temporário.

Art. 15. A empresa tomadora de serviço ou cliente é obrigada a apresentar ao agente da fiscalização, quando solicitada, o contrato firmado com a empresa de trabalho temporário.

Capítulo IV
DO TRABALHADOR TEMPORÁRIO

Art. 16. Considera-se trabalhador temporário aquele contratado por empresa de trabalho temporário, para prestação de serviço destinado a atender à necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de tarefas de outra empresa.

Art. 17. Ao trabalhador temporário são assegurados os seguintes direitos:

I – remuneração equivalente à percebida pelos empregados da mesma categoria da empresa tomadora ou cliente, calculada à base horária, garantido, em qualquer hipótese, o salário mínimo regional;

II – pagamento de férias proporcionais, em caso de dispensa sem justa causa ou término normal do contrato temporário de trabalho, calculado na base de 1/12 (um doze avos) do último salário percebido, por mês trabalhado, considerando-se como mês completo a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias;

III – indenização do tempo de serviço em caso de dispensa sem justa causa, rescisão do contrato por justa causa, do trabalhador ou término normal do contrato de trabalho temporário, calculada na base de 1/12 (um doze avos) do último salário percebido, por mês de serviço, considerando-se como mês completo a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias;

IV – benefícios e serviços da previdência social, nos termos da Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960, com as alterações introduzidas pela Lei n. 5.890, de 8 de junho de 1973, como segurado autônomo;

V – seguro de acidentes do trabalho, nos termos da Lei n. 5.316, de 14 de setembro de 1957.

Art. 18. A duração normal do trabalho, para os trabalhadores temporários é de, no máximo, 8 (oito) horas diárias, salvo disposições legais específicas concernentes a peculiaridades profissionais.

Parágrafo único. A duração normal do trabalho pode ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre a empresa de trabalho temporário e o trabalhador temporário, sendo a remuneração dessas horas acrescida de, pelo menos 20% (vinte por cento) em relação ao salário-horário normal.

Art. 19. O trabalho noturno terá remuneração superior a 20% (vinte por cento), pelo menos, em relação ao diurno.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se trabalho noturno o executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte.

Art. 20. É assegurado ao trabalhador temporário descanso semanal remunerado nos termos do disposto na Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949.

Capítulo V
DO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO

Art. 21. A empresa de trabalho temporário é obrigada a celebrar contrato individual escrito de trabalho temporário com o trabalhador, no qual constem expressamente os direitos ao mesmo conferidos, decorrentes da sua condição de temporário.

Art. 22. É nula de pleno direito qualquer cláusula proibitiva da contratação do trabalhador pela empresa tomadora de serviço ou cliente.

Art. 23. Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho temporário pela empresa:

I – ato de improbidade;

II – incontinência de conduta ou mau procedimento;

III – negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão da empresa de trabalho temporário ou da empresa tomadora de serviço ou cliente e quando constituir ato de concorrência a qualquer delas, ou prejudicial ao serviço;

IV – condenação criminal do trabalhador, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

V – desídia no desempenho das respectivas funções;

VI – embriaguez habitual ou em serviço;

VII – violação de segredo da empresa de serviço temporário ou da empresa tomadora de serviço ou cliente;

VIII – ato de indisciplina ou insubordinação;

IX – abandono do trabalho;

X – ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa ou ofensas nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa própria ou de outrem;

XI – ato lesivo da honra e boa fama ou ofensas físicas praticadas contra superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa própria ou de outrem;

XII – prática constante de jogo de azar;

XIII – atos atentatórios à segurança nacional, devidamente comprovados em inquérito administrativo.

Art. 24. O trabalhador pode considerar rescindido o contrato de trabalho temporário quando:

I – forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes ou alheios ao contrato;

II – for tratado pelos seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;

III – correr perigo manifesto de mal considerável;

IV – não cumprir a empresa de trabalho temporário as obrigações do contrato;

V – praticar a empresa de trabalho temporário ou a empresa tomadora de serviço ou cliente, ou seus prepostos, contra ele ou pessoa de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;

VI – for ofendido fisicamente por superiores hierárquicos da empresa de trabalho temporário ou da empresa tomadora de serviço ou cliente, ou seus prepostos, salvo em caso de legítima defesa própria ou de outrem;

VII – quando for reduzido seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a reduzir sensivelmente a importância dos salários;

VIII – falecer o titular de empresa de trabalho temporário constituída em firma individual.

§ 1º O trabalhador temporário poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço.

§ 2º Nas hipóteses dos itens IV e VII, deste artigo, poderá o trabalhador pleitear a rescisão do seu contrato de trabalho, permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo.

Art. 25. Serão considerados razões determinantes de rescisão, por justa causa, do contrato de trabalho temporário, os atos e circunstâncias mencionados nos arts. 23 e 24, ocorridos entre o trabalhador e a empresa de trabalho temporário e entre aquele e a empresa tomadora ou cliente, onde estiver prestando serviço.

Capítulo VI
DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

Art. 26. Para a prestação de serviço temporário é obrigatória a celebração de contrato escrito entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviço ou cliente, dele devendo constar expressamente:

I – o motivo justificador da demanda de trabalho temporário;

II – a modalidade de remuneração da prestação de serviço, onde estejam claramente discriminadas as parcelas relativas a salários e encargos sociais.

Art. 27. O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de 3 (três) meses, salvo autorização conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Previdência Social, segundo instruções a serem baixadas pelo Departamento Nacional de Mão de Obra.

Art. 28. As alterações que se fizerem necessárias, durante a vigência do contrato de prestação de serviços, relativas à redução ou ao aumento do número de trabalhadores colocados à disposição da empresa tomadora de serviço ou cliente deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato, observado o disposto nos arts. 26 e 27.

Capítulo VII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. Compete à Justiça do Trabalho dirimir os litígios entre as empresas de serviço temporário e seus trabalhadores.

Art. 30. No caso de falência da empresa do trabalho temporário, a empresa tomadora de serviço ou cliente é solidariamente responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias no tocante ao tempo em que o trabalhador esteve sob suas ordens, assim como em referência ao mesmo período, pela remuneração e indenização previstas neste Decreto.

Art. 31. A contribuição previdenciária é devida na seguinte proporcionalidade:

I – do trabalhador temporário no valor de 8% (oito por cento) do salário efetivamente percebido observado o disposto no art. 224 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 72.771, de 6 de setembro de 1973;

II – da empresa de trabalho temporário, em quantia igual à devida pelo trabalhador.

Art. 32. É devida pela empresa de trabalho temporário a taxa relativa ao custeio das prestações por acidente de trabalho.

Art. 33. O recolhimento das contribuições previdenciárias, inclusive as do trabalhador temporário, bem como da taxa de contribuição do seguro de acidentes do trabalho, cabe à empresa de trabalho temporário, independentemente do acordo a que se refere o art. 237 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 72.771 de 6 de setembro de 1973. De conformidade com instruções expedidas pelo INPS.

Art. 34. Aplicam-se às empresas de trabalho temporário, no que se refere às suas relações com o trabalhador, e perante o INPS, as disposições da Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960, com as alterações introduzidas pela Lei n. 5.890, de 8 de junho de 1973.

Art. 35. A empresa de trabalho temporário é obrigada a elaborar folha de pagamento especial para os trabalhadores temporários.

Art. 36. Para os fins da Lei n. 5.316, de 14 de setembro de 1967, considera-se local de trabalho para os trabalhadores temporários, tanto aquele onde se efetua a prestação do serviço, quanto a sede da empresa de trabalho temporário.

§ 1º A empresa tomadora de serviço ou cliente é obrigada a comunicar à empresa de trabalho temporário a ocorrência de acidente do trabalho cuja vítima seja trabalhador posto à sua disposição.

§ 2º O encaminhamento do acidentado ao Instituto Nacional de Previdência Social pode ser feito diretamente pela empresa tomadora de serviço, ou cliente, de conformidade com normas expedidas por aquele Instituto.

Art. 37. Ao término normal do contrato de trabalho, ou por ocasião de sua rescisão, a empresa de trabalho temporário deve fornecer ao trabalhador temporário atestado, de acordo com modelo instituído pelo INPS.

Parágrafo único. O atestado a que se refere este artigo valerá, para todos os efeitos, como prova de tempo de serviço e salário de contribuição, podendo, em caso de dúvida, ser exigida pelo INPS a apresentação pela empresa de trabalho temporário dos documentos que serviram de base para emissão do atestado.

Art. 38. O disposto neste Decreto não se aplica aos trabalhadores avulsos.

Capítulo VIII
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 39. A empresa de trabalho temporário, em funcionamento em 5 de março de 1974, data da vigência da Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, fica obrigada a atender aos requisitos constantes do art. 4º deste Decreto até o dia 3 de junho de 1974, sob pena de suspensão de seu funcionamento, por ato do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Mão de Obra.

Parágrafo único. Do ato do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Mão de Obra que determinar a suspensão do funciona-

mento da empresa de trabalho temporário, nos termos deste artigo, cabe recurso ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação do ato no *Diário Oficial*.

Art. 40. Mediante proposta da Comissão de Enquadramento Sindical do Departamento Nacional do Trabalho, o Ministro do Trabalho e Previdência Social incluirá as empresas de trabalho temporário e os trabalhadores temporários em categorias existentes ou criará categorias específicas no Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 41. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Trabalho voluntário

Decreto n. 4.519,
de 13 de dezembro de 2002
(Publicado no *DOU*, 16-12-2002)

Dispõe sobre o serviço voluntário em unidades de conservação federais, e dá outras providências.

Art. 1º Considera-se serviço voluntário em unidade de conservação federal, para os fins deste Decreto, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física, mediante celebração de termo de adesão com o órgão responsável pela administração da unidade de conservação federal, atendendo aos objetivos legais.

Art. 2º O serviço voluntário exercido por pessoa física em unidades de conservação federais não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, não substituindo cargo ou função prevista no quadro funcional das referidas unidades de conservação.

Art. 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias, desde que expressa e previamente autorizadas pelo órgão responsável pela administração da unidade de conservação.

Art. 4º Ficará a cargo do gestor da unidade de conservação federal determinar a necessidade de acompanhamento e supervisão da atividade voluntária.

Parágrafo único. O acompanhamento e a supervisão da atividade voluntária serão obrigatoriamente exercidos pelos servidores indicados e habilitados do quadro funcional da unidade de conservação.

Art. 5º Caberá ao Ministério do Meio Ambiente implantar o serviço voluntário em unidades de conservação federais, adotando as medidas necessárias à efetiva implementação deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Trabalho voluntário a instituições de fins não lucrativos

Lei n. 9.608,
de 18 de fevereiro de 1998
(Publicada no *DOU*, 19-2-1998)

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

rias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

§ 1º Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.243, de 19-6-2001.)

§ 2º O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.243, de 19-6-2001.)

§ 3º Poderão ser fixados, para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração. (Parágrafo acrescentado pela Lei Complementar n. 123, de 14-12-2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte)

Art. 58-A. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a 25 (vinte e cinco) horas semanais.

§ 1º O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

§ 2º Para os atuais empregados, a adoção do regime de tempo parcial será feita mediante opção manifestada perante a empresa, na forma prevista em instrumento decorrente de negociação coletiva. (Artigo incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)

► *Comentários*

1. *Jornada normal de trabalho*

A jornada normal de trabalho (salvo as exceções já especificadas) é de, no máximo, *8 horas diárias*. O art. 58 da CLT foi inteiramente recepcionado pelo art. 7º, XIII, da Constituição Federal, que assim dispõe:

> "São direitos dos trabalhadores...:
> (...)
> XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho".

A jornada diária de trabalho, pois, não pode exceder de 8 horas, limitada a 44 horas semanais.

A própria Constituição Federal admite a chamada *compensação de horários*, por acordo ou convenção coletiva, o que implica reconhecer a intervenção do sindicato respectivo.

Observe-se que, se, quando da admissão do trabalhador, convencionam (empregador e empregado) jornada diária inferior a 8 horas, e uma vez ajustada tal duração, inadmissível sua alteração por ato unilateral do empregador, e nula será a alteração, ainda que com o consentimento do empregado, se dela advém prejuízos a este último – art. 468 da CLT.

2. *Trabalho em regime de tempo parcial*

Trabalho em regime de tempo parcial é aquele que não excede a 25 horas semanais.

O regime mencionado foi introduzido na legislação social pela MP n. 2.164-41/2001, que acrescentou à CLT o art.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 3º-A. (*Revogado pela Lei n. 11.692, de 10-6-2008.*)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Decreto n. 5.313,
de 16 de dezembro de 2004
(Publicado no *DOU*, 17-12-2004)

Regulamenta o art. 3º-A da Lei n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário.

Art. 1º Este Decreto regulamenta o art. 3º-A da Lei n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que autoriza a União a conceder auxílio financeiro ao prestador de serviço voluntário com idade de dezesseis a vinte e quatro anos, integrante de família com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo.

Art. 2º O auxílio financeiro de que trata o art. 3º-A da Lei n. 9.608, de 1998, terá valor de até R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e será pago por um período máximo de seis meses.

Parágrafo único. Cabe ao órgão ou entidade pública responsável pelo custeio do auxílio financeiro estabelecer o valor e o número de parcelas que serão pagas.

Art. 3º A concessão do auxílio financeiro de que trata o art. 3º-A da Lei n. 9.608, de 1998, no âmbito do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE, obedecerá, além dos requisitos estabelecidos no art. 2º da Lei n. 10.748, de 22 de outubro de 2003, ao seguinte:

I – o voluntário deve estar em atividade de qualificação social e profissional; e

II – deve prestar de seis a dez horas semanais de serviço voluntário.

§ 1º É obrigação das entidades conveniadas fiscalizar e comprovar, perante o Ministério do Trabalho e Emprego, o cumprimento da carga horária ajustada com o voluntário.

§ 2º As demais condições de exercício do serviço voluntário serão fixadas no termo de adesão a ser celebrado entre a entidade, pública ou privada, e o voluntário.

Art. 4º O órgão ou entidade pública ou a instituição privada sem fins lucrativos, previamente cadastrado no Ministério do Trabalho e Emprego, efetuará o pagamento do auxílio financeiro de que trata o art. 3º-A da Lei n. 9.608, de 1998.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho e Emprego poderá firmar convênio com instituição financeira para que esta entregue o auxílio financeiro ao jovem voluntário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de dezembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

Treinador profissional de futebol

Lei n. 8.650,
de 22 de abril de 1993
(Publicada no *DOU*, 23-4-1993)

Dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências.

Art. 1º A associação desportiva ou clube de futebol é considerado empregador quando, mediante qualquer modalidade de remuneração, utiliza os serviços de Treinador Profissional de Futebol, na forma definida nesta lei.

Art. 2º O Treinador Profissional de Futebol é considerado empregado quando espe-

cificamente contratado por clube de futebol ou associação desportiva, com a finalidade de treinar atletas de futebol profissional ou amador, ministrando-lhes técnicas e regras de futebol, com o objetivo de assegurar-lhes conhecimentos táticos e técnicos suficientes para a prática desse esporte.

Art. 3º O exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol ficará assegurado preferencialmente:

I – aos portadores de diploma expedido por Escolas de Educação Física ou entidades análogas, reconhecidas na forma da lei;

II – aos profissionais que, até a data do início da vigência desta Lei, hajam, comprovadamente, exercido cargos ou funções de treinador de futebol por prazo não inferior a seis meses, como empregado ou autônomo, em clubes ou associações filiadas às Ligas ou Federações, em todo o território nacional.

Art. 4º São direitos do Treinador Profissional de Futebol:

I – ampla e total liberdade na orientação técnica e tática da equipe de futebol;

II – apoio e assistência moral e material assegurada pelo empregador, para que possa bem desempenhar suas atividades;

III – exigir do empregador o cumprimento das determinações dos órgãos desportivos atinentes ao futebol profissional.

Art. 5º São deveres do Treinador Profissional de Futebol:

I – zelar pela disciplina dos atletas sob sua orientação, acatando e fazendo acatar as determinações dos órgãos técnicos do empregador;

II – manter o sigilo profissional.

Art. 6º Na anotação do contrato de trabalho na Carteira Profissional deverá, obrigatoriamente, constar:

I – o prazo de vigência, em nenhuma hipótese, poderá ser superior a dois anos;

II – o salário, as gratificações, os prêmios, as bonificações, o valor das luvas, caso ajustadas, bem como a forma, tempo e lugar de pagamento.

Parágrafo único. O contrato de trabalho será registrado, no prazo improrrogável de dez dias, no Conselho Regional de Desportos e na Federação ou Liga à qual o clube ou associação for filiado.

Art. 7º Aplicam-se ao Treinador Profissional de Futebol as legislações do trabalho e da previdência social, ressalvadas as incompatibilidades com as disposições desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Vaqueiro

Lei n. 12.870,
de 15 de outubro de 2013
(Publicada no *DOU*, 16-10-2013)

Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de vaqueiro.

Art. 1º Fica reconhecida a atividade de vaqueiro como profissão.

Art. 2º Considera-se vaqueiro o profissional apto a realizar práticas relacionadas ao trato, manejo e condução de espécies animais do tipo bovino, bubalino, equino, muar, caprino e ovino.

Art. 3º Constituem atribuições do vaqueiro:

I – realizar tratos culturais em forrageiras, pastos e outras plantações para ração animal;

II – alimentar os animais sob seus cuidados;

III – realizar ordenha;

IV – cuidar da saúde dos animais sob sua responsabilidade;

V – auxiliar nos cuidados necessários para a reprodução das espécies, sob a orientação de veterinários e técnicos qualificados;

VI – treinar e preparar animais para eventos culturais e socioesportivos, garantindo que não sejam submetidos a atos de violência;

VII – efetuar manutenção nas instalações dos animais sob seus cuidados.

Art. 4º A contratação pelos serviços de vaqueiro é de responsabilidade do administrador, proprietário ou não, do estabelecimento agropecuário de exploração de animais de grande e médio porte, de pecuária de leite, de corte e de criação.

Parágrafo único. (*Vetado.*)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vendedores, viajantes ou pracistas empregados

Lei n. 3.207,
de 18 de julho de 1957
(Publicada no *DOU*, 22-7-1957)

Regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou pracistas.

Art. 1º As atividades dos empregados vendedores, viajantes ou pracistas serão reguladas pelos preceitos desta lei, sem prejuízo das normas estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 – no que lhes for aplicável.

Art. 2º O empregado vendedor terá direito à comissão avençada sobre as vendas que realizar. No caso de lhe ter sido reservada expressamente, com exclusividade, uma zona de trabalho, terá esse direito sobre as vendas ali realizadas diretamente pela empresa ou por um preposto desta.

§ 1º A zona de trabalho do empregado vendedor poderá ser ampliada ou restringida de acordo com a necessidade da empresa, respeitados os dispositivos desta lei quanto à irredutibilidade da remuneração.

§ 2º Sempre que, por conveniência da empresa empregadora, for o empregado viajante transferido da zona de trabalho, com redução de vantagens, ser-lhe-á assegurado, como mínimo de remuneração, um salário correspondente à média dos 12 (doze) últimos meses, anteriores à transferência.

Art. 3º A transação será considerada aceita se o empregador não a recusar por escrito, dentro de 10 (dez) dias, contados da data da proposta. Tratando-se de transação a ser concluída com comerciante ou empresa estabelecida noutro Estado ou no estrangeiro, o prazo para aceitação ou recusa da proposta de venda será de 90 (noventa) dias podendo, ainda, ser prorrogado, por tempo determinado, mediante comunicação escrita feita ao empregado.

Art. 4º O pagamento de comissões e percentagem deverá ser feito mensalmente, expedindo a empresa, no fim de cada mês, a conta respectiva com as cópias das faturas correspondentes aos negócios concluídos.

Parágrafo único. Ressalva-se às partes interessadas fixar outra época para o pagamento de comissões e percentagens, o que, no entanto, não poderá exceder a um trimestre, contado da aceitação do negócio, sendo sempre obrigatória a expedição, pela empresa, da conta referida neste artigo.

Art. 5º Nas transações em que a empresa se obrigar por prestações sucessivas, o pagamento das comissões e percentagens será exigível de acordo com a ordem de recebimento das mesmas.

Art. 6º A cessação das relações de trabalho, ou a inexecução voluntária do negócio pelo empregador, não prejudicará a percepção das comissões e percentagens devidas.

Art. 7º Verificada a insolvência do comprador, cabe ao empregador o direito de estornar a comissão que houver pago.

Art. 8º Quando for prestado serviço de inspeção e fiscalização pelo empregado vendedor, ficará a empresa vendedora obrigada ao pagamento adicional de 1/10 (um décimo) da remuneração atribuída ao mesmo.

Art. 9º O empregado vendedor viajante não poderá permanecer em viagem por tempo superior a 6 (seis) meses consecutivos. Em seguida a cada viagem haverá um intervalo para descanso, calculado na base de 3 (três) dias por mês da viagem realizada, não podendo, porém, ultrapassar o limite de 15 (quinze) dias.

Art. 10. Caracterizada a relação de emprego, aplicam-se os preceitos desta lei a quantos exercerem funções iguais, semelhantes ou equivalentes aos empregados viajantes, embora sob outras designações.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vigilantes

Lei n. 7.102,
de 20 de junho de 1983
(Publicada no *DOU*, 21-6-1983)

Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas

para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça, na forma desta Lei. *(Redação dada pela Lei n. 9.017, de 30-3-1995.)*[515]

§ 1º Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupança, suas agências, postos de atendimento, subagências e seções, assim como as cooperativas singulares de crédito e suas respectivas dependências. *(Renumeração do parágrafo único com nova redação dada pela Lei n. 11.718, de 2008.)*

§ 2º O Poder Executivo estabelecerá, considerando a reduzida circulação financeira, requisitos próprios de segurança para as cooperativas singulares de crédito e suas dependências que contemplem, entre outros, os seguintes procedimentos: *(Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008.)*

I – dispensa de sistema de segurança para o estabelecimento de cooperativa singular de crédito que se situe dentro de qualquer edificação que possua estrutura de segurança instalada em conformidade com o art. 2º desta Lei;

II – necessidade de elaboração e aprovação de apenas um único plano de segurança por cooperativa singular de crédito, desde que detalhadas todas as suas dependências;

III – dispensa de contratação de vigilantes, caso isso inviabilize economicamente a existência do estabelecimento.

§ 3º Os processos administrativos em curso no âmbito do Departamento de Polícia Federal observarão os requisitos próprios de segurança para as cooperativas singulares de crédito e suas dependências. *(Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008.)*

Art. 2º O sistema de segurança referido no artigo anterior inclui pessoas adequadamente preparadas, assim chamadas vigilantes; alarme capaz de permitir, com segurança, comunicação entre o estabelecimento financeiro e outro da mesma instituição, empresa de vigilância ou órgão policial mais próximo; e, pelo menos, mais um dos seguintes dispositivos:

I – equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes;

II – artefatos que retardem a ação dos criminosos permitindo sua perseguição, identificação ou captura; e

III – cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.

Parágrafo único. *(Revogado pela Lei n. 9.017, de 30-3-1995.)*

Art. 3º A vigilância ostensiva e o transporte de valores serão executados: *("Caput" com redação dada pela Lei n. 9.017, de 30-3-1995.)*

I – por empresa especializada contratada; ou

II – pelo próprio estabelecimento financeiro, desde que organizado e preparado para tal fim, com pessoal próprio, aprovado em curso de formação de vigilante autorizado pelo Ministério da Justiça e cujo sistema de segurança tenha parecer favorável à sua aprovação emitido pelo Ministério da Justiça.

Parágrafo único. Nos estabelecimentos financeiros estaduais, o serviço de vigilância ostensiva poderá ser desempenhado pelas Polícias Militares, a critério do Governo da respectiva Unidade da Federação. *(Redação dada pela Lei n. 9.017, de 30-3-1995.)*

Art. 4º O transporte de numerário em montante superior a vinte mil UFIR, para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos estabelecimentos financeiros, será obrigatoriamente efetuado em veículo especial da própria instituição ou de empresa especializada. *(Redação dada pela Lei n. 9.017, de 30-3-1995.)*

Art. 5º O transporte de numerário entre sete mil e vinte mil UFIR poderá ser efetua-

515. A competência estabelecida ao Ministério da Justiça será exercida pelo Departamento de Polícia Federal, conforme o art. 16 da Lei n. 9.017, de 30-3-1995.

do em veículo comum, com a presença de dois vigilantes. *(Redação dada pela Lei n. 9.017, de 30-3-1995.)*

Art. 6º Além das atribuições previstas no art. 20, compete ao Ministério da Justiça: *("Caput" com redação dada pela Lei n. 9.017, de 30-3-1995.)*

I – fiscalizar os estabelecimentos financeiros quanto ao cumprimento desta Lei;

II – encaminhar parecer conclusivo quanto ao prévio cumprimento desta Lei, pelo estabelecimento financeiro, à autoridade que autoriza o seu funcionamento;

III – aplicar aos estabelecimentos financeiros as penalidades previstas nesta Lei[516].

Parágrafo único. Para a execução da competência prevista no inciso I, o Ministério da Justiça poderá celebrar convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos respectivos Estados e Distrito Federal. *(Parágrafo único com redação dada pela Lei n. 9.017, de 30-3-1995.)*

Art. 7º O estabelecimento financeiro que infringir disposição desta Lei ficará sujeito às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração e levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator: *(Redação dada pela Lei n. 9.017, de 30-3-1995.)*[517]

I – advertência;

II – multa, de mil a vinte mil UFIR;

III – interdição do estabelecimento.

Art. 8º Nenhuma sociedade seguradora poderá emitir, em favor de estabelecimentos financeiros, apólice de seguros que inclua cobertura garantindo riscos de roubo e furto qualificado de numerário e outros valores, sem comprovação de cumprimento, pelo segurado, das exigências previstas nesta lei.

Parágrafo único. As apólices com infringência do disposto neste artigo não terão cobertura de resseguros pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

Art. 9º Nos seguros contra roubo e furto qualificado de estabelecimentos financeiros, serão concedidos descontos sobre os prêmios aos segurados que possuírem, além dos requisitos mínimos de segurança, outros meios de proteção previstos nesta lei, na forma de seu regulamento.

Art. 10. São consideradas como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de: *("Caput" alterado, incisos e parágrafos incluídos pela Lei n. 8.863, de 28-3-1994.)*

I – proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas;

II – realizar o transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga.

§ 1º Os serviços de vigilância e de transporte de valores poderão ser executados por uma mesma empresa.

§ 2º As empresas especializadas em prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas, além das hipóteses previstas nos incisos do *caput* deste artigo, poderão se prestar ao exercício das atividades de segurança privada a pessoas; a estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e residências; a entidades sem fins lucrativos; e órgãos e empresas públicas.

§ 3º Serão regidas por esta lei, pelos regulamentos dela decorrentes e pelas disposições da legislação civil, comercial, trabalhista, previdenciária e penal, as empresas definidas no parágrafo anterior.

§ 4º As empresas que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores, que utilizem pessoal de quadro funcional próprio, para execução dessas atividades, ficam obrigadas ao cumprimento do disposto nesta lei e demais legislações pertinentes.

§§ 5º e 6º (*Vetados.*)

Art. 11. A propriedade e a administração das empresas especializadas que vierem a se constituir são vedadas a estrangeiros.

Art. 12. Os diretores e demais empregados das empresas especializadas não poderão ter antecedentes criminais registrados.

---

516. A competência estabelecida ao Ministério da Justiça será exercida pelo Departamento de Polícia Federal, conforme o art. 16 da Lei n. 9.017, de 30-3-1995.

517. A aplicação das penalidades referidas neste artigo é da competência do Ministério da Justiça – Departamento de Polícia Federal –, conforme o art.16 da Lei n. 9.017, de 30-3-1995.

Art. 13. O capital integralizado das empresas especializadas não pode ser inferior a cem mil UFIR. *(Redação dada pela Lei n. 9.017, de 30-3-1995.)*

Art. 14. São condições essenciais para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal:

I – autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 desta lei; e

II – comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.

Art. 15. Vigilante, para os efeitos desta lei, é o empregado contratado para a execução das atividades definidas nos incisos I e II do *caput* e §§ 2º, 3º e 4º do art. 10. *(Redação dada pela Lei n. 8.863, de 28-3-1994.)*

Art. 16. Para o exercício da profissão, o vigilante preencherá os seguintes requisitos:

I – ser brasileiro;

II – ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III – ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;

IV – ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei; *(Inciso IV com redação dada pela Lei n. 8.863, de 28-3-1994.)*

V – ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

VI – não ter antecedentes criminais registrados; e

VII – estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Parágrafo único. O requisito previsto no inciso III deste artigo não se aplica aos vigilantes admitidos até a publicação da presente lei.

Art. 17. O exercício da profissão de vigilante requer prévio registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações enumeradas no artigo anterior. (Vide *MP n. 2.184-23, de 24-8-2001.*)

Parágrafo único. Ao vigilante será fornecida Carteira de Trabalho e Previdência Social, em que será especificada a atividade do seu portador.

Art. 18. O vigilante usará uniforme somente quando em efetivo serviço.

Art. 19. É assegurado ao vigilante:

I – uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;

II – porte de arma, quando em serviço;

III – prisão especial por ato decorrente do serviço;

IV – seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.

Art. 20. Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal: *("Caput", com redação dada pela Lei n. 9.017, de 30-3-1995.)*

I – conceder autorização para o funcionamento:

a) das empresas especializadas em serviços de vigilância;

b) das empresas especializadas em transporte de valores; e

c) dos cursos de formação de vigilantes.

II – fiscalizar as empresas e os cursos mencionados no inciso anterior;

III – aplicar às empresas e aos cursos a que se refere o inciso I deste artigo as penalidades previstas no art. 23 desta Lei;

IV – aprovar uniforme;

V – fixar o currículo dos cursos de formação de vigilantes;

VI – fixar o número de vigilantes das empresas especializadas em cada Unidade da Federação;

VII – fixar a natureza e a quantidade de armas de propriedade das empresas especializadas e dos estabelecimentos financeiros;

VIII – autorizar a aquisição e a posse de armas e munições;

IX – fiscalizar e controlar o armamento e a munição utilizados; e

X – rever anualmente a autorização de funcionamento das empresas elencadas no inciso I deste artigo. *(Inciso X acrescido pela Lei n. 8.863, de 28-3-1994.)*

Parágrafo único. As competências previstas nos incisos I e V deste artigo não serão objeto de convênio. *(Redação dada pela Lei n. 9.017, de 30-3-1995.)*

.....

Art. 27. Revogam-se os Decretos-leis n. 1.034, de 21 de outubro de 1969, e n. 1.103, de 6 de abril de 1970, e as demais disposições em contrário.

Índice da Legislação Atinente ao Processo do Trabalho
(alfabético por assunto)

Agravo de instrumento no Processo do Trabalho:

Lei n. 9.756, de 17-12-1998 1079

Alçada, processo de alçada, assistência judiciária e honorários advocatícios na Justiça do Trabalho:

Lei n. 5.584, de 26-6-1970 1080

Atestado de pobreza:

Lei n. 7.115, de 29-8-1983 1082

Bem de família:

Lei n. 8.009, de 29-3-1990 (impenhorabilidade) 1082

Comissões de Conciliação Prévia:

Portaria n. 329 (MTE), de 14-8-2002 1083

Competência da Justiça do Trabalho: cumprimento de convenções ou acordos coletivos de trabalho:

Lei n. 8.984, de 7-2-1995 1085

Conflito de competência; inconstitucionalidade; recurso extraordinário; agravo de instrumento; uniformização de jurisprudência dos TRT's; recurso de revista para o TST:

Vide Agravo de instrumento no Processo do Trabalho (Lei n. 9.756, de 17-12-1998) ... 1079

Correção monetária/juros de mora:

Lei n. 6.205, de 29-4-1975 (correção monetária – descaracterização do salário mínimo como fator de) 1085

Decreto n. 86.649, de 25-11-1981 (correção monetária nos débitos oriundos de decisão judicial) 1086

Custas e emolumentos da Justiça do Trabalho. Códigos de arrecadação:

Ato Declaratório Executivo n. 110 (SRF), de 21-10-2002 1086

Dissídio coletivo – Turmas especializadas nos TRT's:

Lei n. 4.725, de 13-7-1965 (dissídios coletivos – normas processuais) 1087

Lei n. 7.701, de 21-12-1988 1089

Lei n. 9.254, de 3-1-1996 (dissídios coletivos – competência do TRT da 2ª Região) 1091

Fac-símile: utilização de dados para a prática processual:

Lei n. 9.800, de 26-5-1999 1091

Idosos:

Lei n. 10.741, de 1º-10-2003 (profissionalização e trabalho) 1092

Greve – Direito de greve; serviços essenciais; greve abusiva; responsabilidade por atos ilícitos:

Lei n. 7.783, de 28-6-1989 1092

Medida cautelar contra o Poder Público:

Lei n. 8.437, de 30-6-1992 1094

Poder Público – Privilégios processuais nos processos que tramitam perante a Justiça do Trabalho:

Decreto-lei n. 779, de 21-8-1969 1096

Sindicato:

Lei n. 7.316, de 28-5-1985 (representação sindical) 1096

Transmissão processual prioritária:

Lei n. 12.008, de 29-7-2009 1096

Legislação sobre Processo do Trabalho

Agravo de instrumento no Processo do Trabalho

Lei n. 9.756,
de 17 de dezembro de 1998
(Publicada no *DOU*, 18-12-1998, e retificada em 5-1-1999)

Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais.

Art. 1º A Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 120. .....

Parágrafo único. Havendo jurisprudência dominante do tribunal sobre a questão suscitada, o relator poderá decidir de plano o conflito de competência, cabendo agravo, no prazo de cinco dias, contado da intimação da decisão às partes, para o órgão recursal competente".

"Art. 481. .....

Parágrafo único. Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão."

"Art. 511. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

§ 1º São dispensados de preparo os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios e respectivas autarquias, e pelos que gozam de isenção legal.

§ 2º A insuficiência no valor do preparo implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de cinco dias."

"Art. 542. .....

§ 3º O recurso extraordinário, ou o recurso especial, quando interpostos contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar, ou embargos à execução ficará retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contrarrazões."

58-A. Como se sabe, a medida provisória é providência excepcional atribuída ao Presidente da República pelo art. 84, XXVI, da Constituição Federal – "compete ao Presidente da República: editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62".

O art. 62, por sua vez, pressupõe relevância e urgência para a edição de tais medidas que, para serem convertidas em lei, devem ser apreciadas pelo Congresso Nacional. Na ausência de definição precisa do que se deva entender por relevância e urgência e, inegavelmente, pela omissão do Congresso Nacional, as medidas provisórias têm sido banalizadas pelo Executivo Federal que, através delas, na verdade, usurpou a função legislativa.

Assuntos os mais diversos têm sido objeto de medidas provisórias, muitas das quais sucessivas vezes reeditadas. E o que é mais grave, a cada reedição alteradas, muitas vezes com a inserção de matéria absolutamente estranha ao seu objeto.

A MP n. 2.164-41/01 define o trabalho em regime de tempo parcial, declarando: "considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais" (art. 58-A da CLT).

O salário a ser pago àqueles submetidos a tal regime é proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral. Os empregados submetidos à jornada normal de 44 horas semanais podem optar pelo regime parcial, consequentemente, com redução proporcional de salários (respeitado o mínimo legal), mediante acordo coletivo, com a necessária intervenção do seu respectivo sindicato – "para os atuais empregados, a adoção do regime de tempo parcial será feita mediante opção manifestada perante a empresa, na forma prevista em instrumento decorrente de negociação coletiva" (§ 2º do art. 58-A da CLT).

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho de há muito (a rigor após a promulgação da atual Constituição Federal) vem admitindo a flexibilização da jornada de trabalho:

> "Legal e jurídica a flexibilização da duração da jornada de trabalho diária, obedecido o comando constitucional, no concernente ao acordo coletivo de trabalho, e tendo em conta peculiaridades das atividades profissionais e econômicas que a requerem em nome do bem comum" (TST, RO-DC 218.804/93.5 – Ac. 704/96).

3. *Regime de compensação*

Caracteriza-se pela prorrogação da jornada diária, com a consequente supressão do trabalho num determinado dia, normalmente o sábado. É objeto de análise nos comentários ao art. 59.

4. *Trabalho em turnos ininterruptos de revezamento*

O trabalho executado em turnos ininterruptos de revezamento, nos termos do art. 7º, XIV, da Constituição Federal, não pode exceder de 6 horas diárias – salvo acordo ou convenção coletiva.

O trabalho por turno é aquele em que as turmas se revezam, ora trabalhando pela manhã, ora à tarde, ora à noite, ininterruptamente.

Sérgio Pinto Martins assim define o trabalho por turno: "O trabalho por turno é aquele realizado por grupo de trabalhadores que se sucedem nas mesmas máquinas do empregador, cumprindo horá-

"Art. 544. .....

§ 3º Poderá o relator, se o acórdão recorrido estiver em confronto com a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, conhecer do agravo para dar provimento ao próprio recurso especial; poderá ainda, se o instrumento contiver os elementos necessários ao julgamento do mérito, determinar sua conversão, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo ao recurso especial.

....."

"Art. 545. Da decisão do relator que não admitir o agravo de instrumento, negar-lhe provimento ou reformar o acórdão recorrido, caberá agravo no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 557."

"Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

§ 1º-A Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.

§ 1º Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento.

§ 2º Quando manifestamente inadmissível ou infundado o agravo, o tribunal condenará o agravante a pagar ao agravado multa entre um e dez por cento do valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor."

.....

Art. 3º A Lei n. 8.038, de 28 de maio de 1990, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 41-A. A decisão de Turma, no Superior Tribunal de Justiça, será tomada pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único. Em *habeas corpus* originário ou recursal, havendo empate, prevalecerá a decisão mais favorável ao paciente.

Art. 41-B. As despesas do porte de remessa e retorno dos autos serão recolhidas mediante documento de arrecadação, de conformidade com instruções e tabela expedidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. A secretaria do tribunal local zelará pelo recolhimento das despesas postais".

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alçada, processo de alçada, assistência judiciária e honorários advocatícios na Justiça do Trabalho

Lei n. 5.584,
de 26 de junho de 1970
(Publicada no *DOU*, 29-6-1970)

Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

Art. 1º Nos processos perante a Justiça do Trabalho, observar-se-ão os princípios estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º Nos dissídios individuais, proposta a conciliação, e não havendo acordo, o Presidente, da Junta ou o Juiz, antes de passar à instrução da causa, fixar-lhe-á o valor para a determinação da alçada, se este for indeterminado no pedido.

§ 1º Em audiência, ao aduzir razões finais, poderá qualquer das partes, impugnar o valor fixado e, se o Juiz o mantiver, pedir revisão da decisão, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente do Tribunal Regional.

§ 2º O pedido de revisão, que não terá efeito suspensivo deverá ser instruído com a petição inicial e a Ata da Audiência, em cópia autenticada pela Secretaria da Junta, e será julgado em 48 (quarenta e oito) horas, a partir do seu recebimento pelo Presidente do Tribunal Regional.

§ 3º Quando o valor fixado para a causa, na forma deste artigo, não exceder de 2 (duas) vezes o salário mínimo vigente na sede do Juízo, será dispensável o resumo dos depoimentos, devendo constar da Ata a conclusão da Junta quanto à matéria de fato.

§ 4º Salvo se versarem sobre matéria constitucional, nenhum recurso caberá das sentenças proferidas nos dissídios da alçada a que se refere o parágrafo anterior, considerado, para esse fim, o valor do salário mínimo à data do ajuizamento da ação. *(Redação dada pela Lei n. 7.033, de 5-10-1982.)*

Art. 3º Os exames periciais serão realizados por perito único designado pelo Juiz, que fixará o prazo para entrega do laudo.

Parágrafo único. Permitir-se-á a cada parte a indicação de um assistente, cuja laudo terá que ser apresentado no mesmo prazo assinado para o perito, sob pena de ser desentranhado dos autos.

Art. 4º Nos dissídios de alçada exclusiva das Juntas e naqueles em que os empregados ou empregadores reclamarem pessoalmente, o processo poderá ser impulsionado de oficio pelo Juiz.

Art. 5º Para exarar parecer, terá o órgão do Ministério Público da União, junto à Justiça do Trabalho, o prazo de 8 (oito) dias, contados da data em que lhe for distribuído o processo.

Art. 6º Será de 8 (oito) dias o prazo para interpor e contra-arrazoar qualquer recurso (CLT, art. 893).

Art. 7º A comprovação do depósito da condenação (CLT, art. 899, §§ 1º a 5º) terá que ser feita dentro do prazo para a interposição do recurso, sob pena de ser este considerado deserto.

Art. 8º Das decisões proferidas nos dissídios coletivos poderá a União interpor recurso, o qual será sempre recebido no efeito suspensivo quanto à parte que exceder o índice fixado pela política salarial do Governo.

Art. 9º No Tribunal Superior do Trabalho, quando o pedido do recorrente contrariar súmula de jurisprudência uniforme deste Tribunal já compendiada, poderá o Relator negar prosseguimento ao recurso, indicando a correspondente súmula. *(Redação dada pela Lei n. 7.033, de 5-10-1982.)*

Parágrafo único. A parte prejudicada poderá interpor agravo desde que à espécie não se aplique o prejulgado ou a súmula citada pelo Relator.

.....

Art. 13. Em qualquer hipótese, a remição só será deferível ao executado se este oferecer preço igual ao valor da condenação.

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Art. 14. Na Justiça do Trabalho, a assistência judiciária a que se refere a Lei n. 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, será prestada pelo Sindicato da categoria profissional a que pertencer o trabalhador.

§ 1º A assistência é devida a todo aquele que perceber salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ficando assegurado igual benefício ao trabalhador de maior salário, uma vez provado que sua situação econômica não lhe permite demandar, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

§ 2º A situação econômica do trabalhador será comprovada em atestado fornecido pela autoridade local do Ministério do Trabalho e Previdência Social, mediante diligência sumária, que não poderá exceder de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 3º Não havendo no local a autoridade referida no parágrafo anterior, o atestado deverá ser expedido pelo Delegado de Polícia da circunscrição onde resida o empregado.

Art. 15. Para auxiliar no patrocínio das causas, observados os arts. 50 e 72 da Lei n. 4.215, de 27 de abril de 1963, poderão ser designados pelas Diretorias dos Sindicatos Acadêmicos, de Direito, a partir da 4ª Série, comprovadamente, matriculados em estabe-

lecimento de ensino oficial ou sob fiscalização do Governo Federal.

Art. 16. Os honorários do advogado pagos pelo vencido reverterão em favor do Sindicato assistente.

Art. 17. Quando, nas respectivas comarcas, não houver Juntas de Conciliação e Julgamento ou não existir Sindicato da categoria profissional do trabalhador, é atribuído aos Promotores Públicos ou Defensores Públicos o encargo de prestar assistência judiciária prevista nesta Lei.

Parágrafo único. Na hipótese prevista neste artigo, a importância proveniente da condenação nas despesas processuais será recolhida ao Tesouro do respectivo Estado.

Art. 18. A assistência judiciária, nos termos da presente lei, será prestada ao trabalhador ainda que não seja associado do respectivo Sindicato.

Art. 19. Os diretores de Sindicatos que, sem comprovado motivo de ordem financeira, deixarem de dar cumprimento às disposições desta lei ficarão sujeitos à penalidade prevista no art. 553, alínea *a* da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Atestado de pobreza

Lei n. 7.115,
de 29 de agosto de 1983
(Publicada no *DOU*, 30-8-1983)

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interesse ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Bem de família

Lei n. 8.009,
de 29 de março de 1990
(Publicada no *DOU*, 30-3-1990)

Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei.

Parágrafo único. A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.

Art. 2º Excluem-se da impenhorabilidade os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos.

Parágrafo único. No caso de imóvel locado, a impenhorabilidade aplica-se aos bens móveis quitados que guarneçam a residência e que sejam de propriedade do locatário, observado o disposto neste artigo.

Art. 3º A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido:

I – em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias;

II – pelo titular do crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel, no limite dos créditos e acréscimos constituídos em função do respectivo contrato;

III – pelo credor de pensão alimentícia;

IV – para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar;

V – para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar;

VI – por ter sido adquirido com produto de crime ou para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento, indenização ou perdimento de bens.

VII – por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação. *(Incluído pela Lei n. 8.245, de 18-10-1991.)*

Art. 4º Não se beneficiará do disposto nesta lei aquele que, sabendo-se insolvente, adquire de má-fé imóvel mais valioso para transferir a residência familiar, desfazendo-se ou não da moradia antiga.

§ 1º Neste caso, poderá o juiz, na respectiva ação do credor, transferir a impenhorabilidade para a moradia familiar anterior, ou anular-lhe a venda, liberando a mais valiosa para execução ou concurso, conforme a hipótese.

§ 2º Quando a residência familiar constituir-se em imóvel rural, a impenhorabilidade restringir-se-á à sede de moradia, com os respectivos bens móveis, e, nos casos do art. 5º, inciso XXVI, da Constituição, à área limitada como pequena propriedade rural.

Art. 5º Para os efeitos de impenhorabilidade, de que trata esta lei, considera-se residência um único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente.

Parágrafo único. Na hipótese de o casal, ou entidade familiar, ser possuidor de vários imóveis utilizados como residência, a impenhorabilidade recairá sobre o de menor valor, salvo se outro tiver sido registrado, para esse fim, no Registro de Imóveis e na forma do art. 70 do Código Civil.

Art. 6º São canceladas as execuções suspensas pela Medida Provisória n. 143, de 8 de março de 1990, que deu origem a esta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Comissões de Conciliação Prévia

Portaria n. 329,

de 14 de agosto de 2002

(Republicada no *DOU*, 20-8-2002, por ter saído com incorreção, do original, no *DOU*, 15-8-2002)

Estabelece procedimentos para a instalação e o funcionamento das Comissões de Conciliação Prévia e Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista.

Art. 1º A Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito do sindicato terá sua constituição e funcionamento definidos em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Parágrafo único. A Comissão conciliará exclusivamente conflitos que envolvam trabalhadores pertencentes à categoria profissional e à base territorial das entidades sindicais que as tiverem instituído.

Art. 2º A Comissão instituída no âmbito da empresa ou grupo de empresas destina-se a conciliar conflitos envolvendo os respectivos empregados e empregadores.

Parágrafo único. A escolha de representantes dos empregados da Comissão instituída no âmbito da empresa será por meio de

eleição, fiscalizada pelo sindicato da categoria profissional.

Art. 3º A instalação da sessão de conciliação pressupõe a existência de conflito trabalhista, não se admitindo a utilização da Comissão de Conciliação Prévia como órgão de assistência e homologação de rescisão contratual.

Parágrafo único. A competência para prestar assistência ao trabalhador na rescisão contratual é do sindicato da categoria e da autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos do art. 477 da CLT.

Art. 4º A submissão de demanda de natureza trabalhista à Comissão de Conciliação Prévia é obrigatória quando houver Comissão instituída no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria, na localidade da prestação de serviços do trabalhador.

Art. 5º (*Revogado pela Portaria n. 617, de 19-3-2010.*)

Art. 6º A Comissão de Conciliação Prévia deverá dispor sobre a produção e guarda dos documentos relativos aos procedimentos de tentativa e de conciliação prévia trabalhista.

Parágrafo único. Todos os documentos produzidos no processo de conciliação, desde a formulação da demanda até seu resultado final, frustrado ou não, deverão ser arquivados pela Comissão, pelo período de 5 (cinco) anos.

.....

Art. 9º A paridade de representação na Comissão de Conciliação Prévia será mantida no funcionamento da sessão de conciliação.

Art. 10. A forma de custeio da Comissão será regulada no ato de sua instituição, em função da previsão de custos, observados os princípios da razoabilidade e da gratuidade ao trabalhador.

§ 1º A Comissão não pode constituir fonte de renda para as entidades sindicais.

§ 2º Não serão adotados, para o custeio das Comissões, os seguintes critérios:

I – cobrança do trabalhador de qualquer pagamento pelo serviço prestado;

II – cobrança de remuneração vinculada ao resultado positivo da conciliação;

III – cobrança de remuneração em percentual do valor pleiteado ou do valor conciliado.

§ 3º Os membros da Comissão não podem perceber qualquer remuneração ou gratificação com base nos acordos firmados.

§ 4º O custeio da Comissão de empresa ou empresas é de exclusiva responsabilidade dessas.

Art. 11. A conciliação deverá cingir-se a conciliar direitos ou parcelas controversas.

Parágrafo único. Não pode ser objeto de transação o percentual devido a título de FGTS, inclusive a multa de 40% sobre todos os depósitos devidos durante a vigência do contrato de trabalho, nos termos da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990.

.....

Art. 13. As partes devem ser informadas, no convite e ao início da sessão de conciliação, de que:

I – a Comissão tem natureza privada e não integra o Poder Judiciário;

II – o serviço é gratuito para o trabalhador;

III – a tentativa de conciliação é obrigatória, mas o acordo é facultativo;

IV – o não comparecimento do representante da empresa ou a falta de acordo implica tão somente a frustração da tentativa de conciliação e viabiliza o acesso à Justiça do Trabalho;

V – as partes podem ser acompanhadas de pessoa de sua confiança;

VI – o acordo firmado possui eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas;

VII – podem ser feitas ressalvas no termo de conciliação de modo a garantir direitos que não tenham sido objeto do acordo;

VIII – o termo de acordo constitui título executivo extrajudicial, sujeito, no caso de descumprimento, à execução na Justiça do Trabalho;

IX – as partes podem ser atendidas em separado pelos respectivos membros representantes para esclarecimentos necessários, assegurando-se a transparência do processo de conciliação.

Art. 14. Caso a conciliação não prospere, será fornecida ao Empregado e ao Empregador declaração da tentativa conciliatória

frustrada, com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros da Comissão.

Art. 15. A conciliação deverá ser reduzida a termo, que será assinado em todas as vias pelas partes e membros da Comissão, fornecendo-se cópias aos interessados.

Parágrafo único. O termo de conciliação deverá ser circunstanciado, especificando direitos, parcelas e respectivos valores, ressalvas, bem como outras matérias objeto da conciliação.

Art. 16. As instruções constantes desta Portaria aplicam-se aos Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Competência da Justiça do Trabalho: cumprimento de convenções ou acordos coletivos de trabalho

Lei n. 8.984,
de 7 de fevereiro de 1995
(Publicada no *DOU*, 8-2-1995)

Estende a competência da Justiça do Trabalho (art. 114 da Constituição Federal).

Art. 1º Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios que tenham origem no cumprimento de convenções coletivas de trabalho ou acordos coletivos de trabalho, mesmo quando ocorram entre sindicatos ou entre sindicato de trabalhadores e empregador.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Conflito de competência; inconstitucionalidade; recurso extraordinário; agravo de instrumento; uniformização de jurisprudência dos TRT's; recurso de revista para o TST

Vide **Agravo de instrumento no Processo do Trabalho – Lei n. 9.756, de 17-12-1998.**

Correção monetária/juros de mora

Lei n. 6.205,
de 29 de abril de 1975
(Publicada no *DOU*, 30-4-1975)

Estabelece a descaracterização do salário mínimo como fator de correção monetária e acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei n. 6.147, de 29 de novembro de 1974.

Art. 1º Os valores monetários fixados com base no salário mínimo não serão considerados para quaisquer fins de direito.

§ 1º Fica excluída da restrição de que trata o *caput* deste artigo a fixação de quaisquer valores salariais, bem como os seguintes valores ligados à legislação da previdência social, que continuam vinculados ao salário mínimo:

I – Os benefícios mínimos estabelecidos no art. 3º da Lei n. 5.890 de 8 de junho de 1973;

II – a cota do salário-família a que se refere o art. 2º da Lei n. 4.266 de 3 de outubro de 1963;

III – os benefícios do PRORURAL (Leis Complementares n. 11, de 26 de maio de 1971, e 16, de 30 de outubro de 1973), pagos pelo FUNRURAL;

IV – o salário base e os benefícios da Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972;

V – o benefício instituído pela Lei n. 6.179, de 11 de dezembro de 1974;

VI – (*Vetado.*)

§ 2º (*Vetado.*)

§ 3º Para os efeitos do disposto no art. 5º da Lei n. 5.890, de 1973, os montantes atualmente correspondentes a 10 e 20 vezes o maior salário mínimo vigente serão corrigidos de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor. *(Redação dada pela Lei n. 6.708, de 30-10-1979.)*

§ 4º Aos contratos com prazo determinado, vigentes na data da publicação desta Lei, inclusive os de locação, não se aplicarão, até o respectivo término, as disposições deste artigo.

Art. 2º Em substituição à correção pelo salário mínimo, o Poder Executivo estabelecerá sistema especial de atualização monetária.

Parágrafo único. O coeficiente de atualização monetária, segundo o disposto neste artigo, será baseado no fator de reajustamento salarial a que se referem os arts. 1º e 2º da Lei n. 6.147, de 1974, excluído o coeficiente de aumento de produtividade. Poderá estabelecer-se como limite, para a variação do coeficiente, a variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

Art. 3º O art. 1º da Lei n. 6.147, de 1974, fica acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

> "Parágrafo único. Todos os salários superiores 30 (trinta) vezes o maior salário mínimo vigente no País terão, como reajustamento legal, obrigatório, o acréscimo igual a importância resultante da aplicação àquele limite da taxa de reajustamento decorrente do disposto no *caput* deste artigo".

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Decreto n. 86.649,
de 25 de novembro de 1981
(Publicado no *DOU*, 26-11-1981)

Regulamenta a Lei n. 6.899, de 8 de abril de 1981, que determina a aplicação de correção monetária nos débitos oriundos de decisão judicial.

Art. 1º Quando se tratar de dívida líquida e certa, a correção monetária a que se refere o art. 1º da Lei n. 6.899, de 8 de abril de 1981, será calculada multiplicando-se o valor do débito pelo coeficiente obtido mediante a divisão do valor nominal reajustado de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) no mês em que se efetivar o pagamento (dividendo) pelo valor da ORTN no mês do vencimento do título (divisor), com abandono dos algarismos a partir da quinta casa decimal, inclusive.

Parágrafo único. Nos demais casos, o divisor será o valor da ORTN no mês do ajuizamento da ação.

Art. 2º A correção monetária das custas a serem reembolsadas à parte vencedora será calculada a partir do mês do respectivo pagamento.

Art. 3º Nas causas pendentes de julgamento à data da entrada em vigor da Lei n. 6.899/81 e nas ações de execução de títulos de dívida líquida e certa vencidos antes do advento da mesma lei, mas ajuizadas a partir do início de sua vigência, o cálculo a que se refere o art. 1º se fará a partir de 9 de abril de 1981.

Art. 4º Nos débitos para com a Fazenda Pública objeto de cobrança executiva ou decorrentes de decisão judicial, a correção monetária continuará a ser calculada em obediência à legislação especial pertinente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Custas e emolumentos da Justiça do Trabalho

Ato Declaratório Executivo n. 110,
de 21 de outubro de 2002
(Publicado no *DOU*, 22-10-2002)

Divulga códigos de arrecadação das custas e emolumentos da Justiça do Trabalho.

Art. 1º As custas e emolumentos da Justiça do Trabalho, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, com as modificações introduzidas pela Lei n. 10.537, de 27 de agosto de 2002, deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais – Darf, mediante a utilização dos seguintes códigos de receita:

8019 – Custas da Justiça do Trabalho – Lei 10.537/2002

8168 – Emolumentos da Justiça do Trabalho – Lei 10.537/2002

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Dissídio coletivo – Turmas especializadas nos TRTs

Lei n. 4.725,

de 13 de julho de 1965

(Publicada no *DOU*, 19-7-1965)

Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências.

Art. 1º A Justiça do Trabalho, no processo dos dissídios coletivos, entre categorias profissionais e econômicas, observará as normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (arts. 856 a 874), com as alterações subsequentes e as constantes desta lei.

Art. 2º A sentença tomará por base o índice resultante da reconstituição do salário real médio da categoria nos últimos 24 (vinte e quatro) meses anteriores ao término da vigência do último acordo ou sentença normativa adaptando as taxas encontradas às situações configuradas pela ocorrência conjunta ou separadamente dos seguintes fatores: *(Redação dada pela Lei n. 4.903, de 16-12-1965.)*

a) repercussão dos reajustamentos salariais na comunidade e na economia nacional;

b) adequação do reajuste às necessidades mínimas de sobrevivência do assalariado e de sua família;

c) (*vetado*);

d) perda do poder aquisitivo médio real ocorrido entre a data da entrada da representação e a da sentença;

e) necessidade de considerar a correção de distorções salariais para assegurar adequada hierarquia salarial, na categoria profissional dissidente e, subsidiariamente, no conjunto das categorias profissionais, como medida de equidade social.

§ 1º A partir de 1º de julho de 1966 se acrescentará ao índice referido neste artigo o percentual que traduza o aumento da produtividade nacional no ano anterior, segundo os dados do Conselho Nacional de Economia, observando o seu ajustamento ao aumento da produtividade da empresa ou empresas componentes da respectiva categoria econômica.

§ 2º (*Vetado*).

§ 3º As normas e condições estabelecidas por sentença terão vigência a partir da data da publicação de suas conclusões no órgão oficial da Justiça do Trabalho.

Art. 3º A Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho poderão solicitar a colaboração dos seguintes órgãos:

1 – Conselho Nacional de Economia;

2 – Fundação Getulio Vargas;

3 – Ministério do Trabalho e Previdência Social, por seus departamentos competentes, especialmente:

a) Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho;

b) Conselho Nacional de Política Salarial;

c) Departamento Nacional de Emprego e Salários.

Art. 4º Sendo partes, nos dissídios coletivos, empresas que dependam, para atendimento dos novos encargos salariais resultantes da sentença, da decisão de órgãos do Poder Executivo competentes para a fixação das tarifas e taxas, o Juiz solicitará àqueles órgãos os cálculos de incidência de majoração salarial nos valores de taxas, como elemento elucidativo da sentença a ser proferida.

Parágrafo único. O órgão competente, para efetuar o cálculo de que trata este artigo, terá o prazo de 15 (quinze) dias para atender à solicitação do Juiz.

Art. 5º Na apreciação de dissídios coletivos suscitados pelos empregados da Marinha Mercante, dos portos e da Rede Ferroviária Federal S/A, os Tribunais do Trabalho observarão as seguintes normas:

a) serão excluídos aqueles que não estão sujeitos aos preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho (Lei n. 3.115, de 1957, art. 15; Lei n. 3.780, de 1960; Lei n. 4.564, de 1964) e tenham a sua remuneração fixada por lei;

b) (*vetado*);

c) não será concedido aumento salarial, se a empresa se encontrar em regime deficitário, *vetado*.

Art. 6º Os recursos das decisões proferidas nos dissídios coletivos terão efeito meramente devolutivo.

§ 1º O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho poderá dar efeito suspensivo ao recurso, a requerimento do recorrente em petição fundamentada. Do despacho caberá agravo para o Pleno, no prazo de 5 (cinco) dias, de conformidade com o disposto no Regimento Interno do Tribunal. *(Redação dada pela Lei n. 4.903, de 16-12-1965.)*

§ 2º O Tribunal *ad quem* deverá julgar o recurso no prazo de 60 (sessenta) dias, improrrogavelmente.

§ 3º O provimento do recurso não importará na restituição dos salários ou vantagens pagos, em execução do julgado.

Art. 7º *(Revogado pela Lei n. 5.451, de 12-6-1968.)*

Art. 8º O Conselho Nacional de Política Salarial, que funcionará sob a presidência do Ministro do Trabalho e Previdência Social, como órgão de assessoria do Poder Executivo na formulação e execução de sua política salarial, e cuja composição e atribuições constarão de decreto do Presidente da República, poderá, para execução dos serviços de sua Secretaria Executiva, requisitar servidores públicos, nos termos da legislação em vigor, bem como admitir pessoal temporário, sujeito às normas da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. A remuneração do pessoal admitido nos termos deste artigo, bem como as gratificações a serem pagas ao pessoal requisitado, constarão de tabela anualmente aprovada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, dentro do limite dos recursos atribuídos ao Conselho Nacional de Política Salarial.

Art. 9º Para atender às despesas com o funcionamento da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Salarial, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Trabalho e Previdência Social o crédito especial de Cr$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros).

Art. 10. Os ajustamentos de salário fixados em decisões da Justiça do Trabalho, aprovados em julgamento de dissídios coletivos ou em acordos homologados, serão aplicados, automaticamente, nas mesmas condições estabelecidas para os integrantes das categorias profissionais litigantes ou interessadas, aos empregados das próprias entidades suscitantes e suscitadas, observadas as peculiaridades que lhes sejam inerentes, ficando, desde logo, autorizado o reajustamento das respectivas verbas orçamentárias.

Art. 11. A assistência aos trabalhadores prevista no art. 500 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e na Lei n. 4.066, de 28 de maio de 1962, será gratuita, vedada aos órgãos e autoridades a quem for solicitada a cobrança de qualquer importância para o atendimento de custas, taxas, emolumentos, remuneração ou a qualquer título.

Art. 12. Nenhum reajustamento de salário será homologado ou determinado pela Justiça do Trabalho antes de decorrido um ano do último acordo ou dissídio coletivo, não sendo possível a inclusão da cláusula de antecipação do aumento salarial durante o prazo de vigência da sentença normativa.

Parágrafo único. É facultado às entidades sindicais interessadas instaurar a instância do dissídio coletivo 30 (trinta) dias antes de esgotado o prazo de vigência do acordo ou senten-

ça; mas se a homologação da conciliação ou a sentença do Tribunal competente se verificar antes do decurso desse prazo, o reajustamento salarial só vigorará a partir do seu termo. *(Parágrafo acrescido pela Lei n. 4.903, de 16-12-1965 e revogado pelo Dec.-lei n. 424, de 21-1-1969.)*

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lei n. 7.701, de 21 de dezembro de 1988

(Publicada no *DOU*, 22-12-1988)

Dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos e dá outras providências.

Art. 1º O Tribunal Superior do Trabalho, nos processos de sua competência, será dividido em turmas e seções especializadas para a conciliação e julgamento de dissídios coletivos de natureza econômica ou jurídica e de dissídios individuais, respeitada a paridade da representação classista.

Parágrafo único. O Regimento Interno do Tribunal disporá sobre a constituição e o funcionamento de cada uma das seções especializadas do Tribunal Superior do Trabalho, bem como sobre o número, composição e funcionamento das respectivas Turmas do Tribunal. Caberá ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho presidir os atos de julgamento das seções especializadas, delas participando o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral, este quando não estiver ausente em função corregedora.

Art. 2º Compete à seção especializada em dissídios coletivos, ou seção normativa:

I – originariamente:

a) conciliar e julgar os dissídios coletivos que excedam a jurisdição dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever suas próprias sentenças normativas, nos casos previstos em lei;

b) homologar as conciliações celebradas nos dissídios coletivos de que trata a alínea anterior;

c) julgar as ações rescisórias propostas contra suas sentenças normativas;

d) julgar os mandados de segurança contra os atos praticados pelo Presidente do Tribunal ou por qualquer dos Ministros integrantes da seção especializada em processo de dissídio coletivo; e

e) julgar os conflitos de competência entre Tribunais Regionais do Trabalho em processos de dissídio coletivo.

II – em última instância julgar:

a) os recursos ordinários interpostos contra as decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho em dissídios coletivos de natureza econômica ou jurídica;

b) os recursos ordinários interpostos contra as decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho em ações rescisórias e mandados de segurança pertinentes a dissídios coletivos;

c) os embargos infringentes interpostos contra decisão não unânime proferida em processo de dissídio coletivo de sua competência originária, salvo se a decisão atacada estiver em consonância com precedente jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou da Súmula de sua jurisprudência predominante;

d) os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos e os agravos regimentais pertinentes aos dissídios coletivos;

e) as suspeições arguidas contra o Presidente e demais Ministros que integram a seção, nos feitos pendentes de sua decisão; e

f) os agravos de instrumento interpostos contra despacho denegatório de recurso ordinário nos processos de sua competência.

Art. 3º Compete à Seção de Dissídios Individuais julgar:

I – originariamente:

a) as ações rescisórias propostas contra decisões das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho e suas próprias, inclusive as anteriores à especialização em seções; e

b) os mandados de segurança de sua competência originária, na forma da lei.

rios que permitam o funcionamento ininterrupto da empresa"[83].

Ininterrupto, segundo Amauri Mascaro Nascimento, "é o sistema contínuo, habitual seguido de trabalho em turnos"[84].

Observe-se que os intervalos destinados a repouso e alimentação ou o repouso semanal não descaracterizam o turno de revezamento – Súmula 360 do TST; AgRg 182.406-9-SP/STF.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 90 do Tribunal Superior do Trabalho. Tempo de serviço.** I – O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho. II – A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas *in itinere*. III – A mera insuficiência de transporte público não enseja o pagamento de horas *in itinere*. IV – Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas *in itinere* remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público. V – Considerando que as horas *in itinere* são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo. (Com a redação dada pela Res. 129/2005)

▷ **Súmula 320 do Tribunal Superior do Trabalho. *Horas in itinere*. Obrigatoriedade de seu cômputo na jornada de trabalho.** O fato de o empregador cobrar, parcialmente ou não, importância pelo transporte fornecido, para local de difícil acesso, ou não servido por transporte regular, não afasta o direito à percepção do pagamento das horas *in itinere*. (Res. 12/93, *DJ*, 29-11-1993)

▷ **Súmula 360 do Tribunal Superior do Trabalho. Turnos ininterruptos de revezamento. Intervalos intrajornada e semanal.** "A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal, não descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 horas previsto no art. 7º, inciso XIV, da Constituição da República de 1988". (Res. 79/97, *DJ*, 13-1-1998)

▷ **Súmula 366 do Tribunal Superior do Trabalho. Cartão de ponto. Registro. Horas extras. Minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 23 e 326 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário do registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. Se ultrapassado esse limite, será considerada como extra a totalidade do tempo que exceder a jornada normal. (ex-OJs n. 23 – Inserida em 3-6-1996 – e n. 326, *DJ*, 9-12-2003)

▷ **Súmula 423 do Tribunal Superior do Trabalho. Turno ininterrupto**

83. *Comentários à CLT*, 3. ed., Atlas, p. 101.

84. *Direito do Trabalho na Constituição de 1988*, cit., p. 174.

II – em única instância:

a) os agravos regimentais interpostos em dissídios individuais; e

b) os conflitos de competência entre Tribunais Regionais e aqueles que envolvem Juízes de Direito investidos da jurisdição trabalhista e Juntas de Conciliação e Julgamento em processos de dissídio individual.

III – em última instância:

a) os recursos ordinários interpostos contra decisões dos Tribunais Regionais em processos de dissídio individual de sua competência originária;

b) os embargos das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais; *(Nova redação dada pela Lei n. 11.496, de 2007.)*

c) os agravos regimentais de despachos denegatórios dos Presidentes das Turmas, em matéria de embargos, na forma estabelecida no Regimento Interno;

d) os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;

e) as suspeições arguidas contra o Presidente e demais Ministros que integram a seção, nos feitos pendentes de julgamento; e

f) os agravos de instrumento interpostos contra despacho denegatório de recurso ordinário em processo de sua competência.

Art. 4º É da competência do Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho:

a) a declaração de inconstitucionalidade ou não de lei ou de ato normativo do Poder Público;

b) aprovar os enunciados da Súmula da jurisprudência predominante em dissídios individuais;

c) julgar os incidentes de uniformização da jurisprudência em dissídios individuais;

d) aprovar os precedentes da jurisprudência predominante em dissídios coletivos;

e) aprovar as tabelas de custas e emolumentos, nos termos da lei; e

f) elaborar o Regimento Interno do Tribunal e exercer as atribuições administrativas previstas em lei ou na Constituição Federal.

Art. 5º As Turmas do Tribunal Superior do Trabalho terão, cada uma, a seguinte competência:

a) julgar os recursos de revista interpostos de decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho, nos casos previstos em lei;

b) julgar, em última instância, os agravos de instrumento dos despachos de Presidente de Tribunal Regional que denegarem seguimento a recurso de revista, explicitando em que efeito a revista deve ser processada, caso providos;

c) julgar, em última instância, os agravos regimentais; e

d) julgar os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos.

Art. 6º Os Tribunais Regionais do Trabalho que funcionarem divididos em Grupos de Turmas promoverão a especialização de um deles com a competência exclusiva para a conciliação e julgamento de dissídios coletivos, na forma prevista no *caput* do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. O Regimento Interno disporá sobre a constituição e funcionamento do Grupo Normativo, bem como dos demais Grupos de Turmas de Tribunal Regional do Trabalho.

Art. 7º Das decisões proferidas pelo Grupo Normativo dos Tribunais Regionais do Trabalho, caberá recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho.

§ 1º O Juiz relator ou o redator designado disporá de 10 (dez) dias para redigir o acórdão.

§ 2º Não publicado o acórdão nos 20 (vinte) dias subsequentes ao julgamento, poderá qualquer dos litigantes ou o Ministério Público do Trabalho interpor recurso ordinário, fundado, apenas, na certidão de Julgamento, inclusive com pedido de efeito suspensivo, pagas as custas, se for o caso. Publicado o acórdão, reabrir-se-á o prazo para o aditamento do recurso interposto.

§ 3º Interposto o recurso na forma do parágrafo anterior, deverão os recorrentes comunicar o fato à Corregedoria-Geral, para as providências legais cabíveis.

§ 4º Publicado o acórdão, quando as partes serão consideradas intimadas, seguir-se-á o procedimento recursal como previsto em lei, com a intimação pessoal do Ministério Público, por qualquer dos seus procuradores.

§ 5º Formalizado o acordo pelas partes e homologado pelo Tribunal, não caberá qualquer

recurso, salvo por parte do Ministério Público.

§ 6º A sentença normativa poderá ser objeto de ação de cumprimento a partir do 20º (vigésimo) dia subsequente ao do julgamento, fundada no acórdão ou na certidão de julgamento, salvo se concedido efeito suspensivo pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 8º O disposto no art. 7º e respectivos parágrafos desta Lei aplica-se aos demais Tribunais Regionais do Trabalho não divididos em grupos de Turmas.

Art. 9º O efeito suspensivo deferido pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho terá eficácia pelo prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação, salvo se o recurso ordinário for julgado antes do término do prazo.

Art. 10. Nos dissídios coletivos de natureza econômica ou jurídica de competência originária ou recursal da seção normativa do Tribunal Superior do Trabalho, a sentença poderá ser objeto de ação de cumprimento com a publicação da certidão de julgamento.

Art. 11. Nos processos de dissídio coletivo, o Ministério Público emitirá parecer escrito, ou protestará pelo pronunciamento oral, na audiência ou sessão de julgamento.

.....

Art. 13. O depósito recursal de que trata o art. 899 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho fica limitado, no recurso ordinário, a 20 (vinte) vezes o valor de referência e, no de revista, a 40 (quarenta) vezes o referido valor de referência. Será considerado valor de referência aquele vigente à data da interposição do recurso, devendo ser complementado o valor total de 40 (quarenta) valores, no caso de revista.

Art. 14. O Regimento Interno dos Tribunais Regionais do Trabalho deverá dispor sobre a súmula da respectiva jurisprudência predominante e sobre o incidente de uniformização, inclusive os pertinentes às leis estaduais e normas coletivas.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário da Consolidação das Leis do Trabalho e da legislação especial.

Lei n. 9.254,
de 3 de janeiro de 1996
(Publicada no *DOU*, 4-1-1996)

Altera a redação do art. 12 da Lei n. 7.520, de 15 de julho de 1986.

Art. 1º O art. 12 da Lei n. 7.520, de 15 de julho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 12. Compete exclusivamente ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região processar, conciliar e julgar os dissídios coletivos nos quais a decisão a ser proferida deva produzir efeitos em área territorial alcançada, em parte, pela jurisdição desse mesmo Tribunal e, em outra parte, pela jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Fac-símile

Lei n. 9.800,
de 26 de maio de 1999
(Publicada no *DOU*, 27-5-1999)

Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais.

Art. 1º É permitida às partes a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou outro similar, para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita.

Art. 2º A utilização de sistema de transmissão de dados e imagens não prejudica o cumprimento dos prazos, devendo os origi-

nais ser entregues em juízo, necessariamente, até cinco dias da data de seu término.

Parágrafo único. Nos atos não sujeitos a prazo, os originais deverão ser entregues, necessariamente, até cinco dias da data da recepção do material.

Art. 3º Os juízes poderão praticar atos de sua competência à vista de transmissões efetuadas na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

Art. 4º Quem fizer uso de sistema de transmissão torna-se responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido, e por sua entrega ao órgão judiciário.

Parágrafo único. Sem prejuízo de outras sanções, o usuário do sistema será considerado litigante de má-fé se não houver perfeita concordância entre o original remetido pelo fac-símile e o original entregue em juízo.

Art. 5º O disposto nesta Lei não obriga a que os órgãos judiciários disponham de equipamentos para recepção.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Idosos

Lei n. 10.741,
de 1º de outubro de 2003
(Publicada no *DOU*, 3-10-2003)

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

.....

Capítulo VI
DA PROFISSIONALIZAÇÃO E DO TRABALHO

Art. 26. O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedade a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

Parágrafo único. O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

Art. 28. O Poder Público criará e estimulará programas de:

I – profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas;

II – preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de 1 (um) ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania;

III – estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.

.....

Art. 118. Esta Lei entra em vigor decorridos 90 (noventa) dias da sua publicação, ressalvado o disposto no *caput* do art. 36, que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2004.

Greve – Direito de greve; serviços essenciais; greve abusiva; responsabilidade por atos ilícitos

Lei n. 7.783,
de 28 de junho de 1989
(Publicada no *DOU*, 29-6-1989)

Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.

Art. 1º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Parágrafo único. O direito de greve será exercido na forma estabelecida nesta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador.

Art. 3º Frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho.

Parágrafo único. A entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados serão notificados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, da paralisação.

Art. 4º Caberá à entidade sindical correspondente convocar, na forma do seu estatuto, assembleia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços.

§ 1º O estatuto da entidade sindical deverá prever as formalidades de convocação e o *quorum* para a deliberação, tanto da deflagração quanto da cessação da greve.

§ 2º Na falta de entidade sindical, a assembleia geral dos trabalhadores interessados deliberará para os fins previstos no *caput*, constituindo comissão de negociação.

Art. 5º A entidade sindical ou comissão especialmente eleita representará os interesses dos trabalhadores nas negociações ou na Justiça do Trabalho.

Art. 6º São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos:

I – o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve;

II – a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento.

§ 1º Em nenhuma hipótese, os meios adotados por empregados e empregadores poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem.

§ 2º É vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.

§ 3º As manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho nem causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa.

Art. 7º Observadas as condições previstas nesta Lei, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. É vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos, exceto na ocorrência das hipóteses previstas nos arts. 9º e 14.

Art. 8º A Justiça do Trabalho, por iniciativa de qualquer das partes ou do Ministério Público do Trabalho, decidirá sobre a procedência, total ou parcial, ou improcedência das reivindicações, cumprindo ao Tribunal publicar, de imediato, o competente acórdão.

Art. 9º Durante a greve, o sindicato ou a comissão de negociação, mediante acordo com a entidade patronal ou diretamente com o empregador, manterá em atividade equipes de empregados com o propósito de assegurar os serviços cuja paralisação resulte em prejuízo irreparável, pela deterioração irreversível de bens, máquinas e equipamentos, bem como a manutenção daqueles essenciais à retomada das atividades da empresa quando da cessação do movimento.

Parágrafo único. Não havendo acordo, é assegurado ao empregador, enquanto perdurar a greve, o direito de contratar diretamente os serviços necessários a que se refere este artigo.

Art. 10. São considerados serviços ou atividades essenciais:

I – tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

II – assistência médica e hospitalar;

III – distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;

IV – funerários;

V – transporte coletivo;

VI – captação e tratamento de esgoto e lixo;

VII – telecomunicações;

VIII – guarda, uso e controle de substân-

cias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;

IX – processamento de dados ligados a serviços essenciais;

X – controle de tráfego aéreo;

XI – compensação bancária.

Art. 11. Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Parágrafo único. São necessidades inadiáveis da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Art. 12. No caso de inobservância do disposto no artigo anterior, o Poder Público assegurará a prestação dos serviços indispensáveis.

Art. 13. Na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação.

Art. 14. Constitui abuso do direito de greve a inobservância das normas contidas na presente Lei, bem como a manutenção da paralisação após a celebração de acordo, convenção ou decisão da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa não constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que:

I – tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição;

II – seja motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.

Art. 15. A responsabilidade pelos atos praticados, ilícitos ou crimes cometidos, no curso da greve, será apurada, conforme o caso, segundo a legislação trabalhista, civil ou penal.

Parágrafo único. Deverá o Ministério Público, de ofício, requisitar a abertura do competente inquérito e oferecer denúncia quando houver indício da prática de delito.

Art. 16. Para os fins previstos no art. 37, inciso VII, da Constituição, lei complementar definirá os termos e os limites em que o direito de greve poderá ser exercido.

Art. 17. Fica vedada a paralisação das atividades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados (*lockout*).

Parágrafo único. A prática referida no *caput* assegura aos trabalhadores o direito à percepção dos salários durante o período de paralisação.

Art. 18. Ficam revogados a Lei n. 4.330, de 1º de junho de 1964, o Decreto-lei n. 1.632, de 4 de agosto de 1978, e demais disposições em contrário.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Medida cautelar contra o Poder Público

Lei n. 8.437, de 30 de junho de 1992

(Publicada no *DOU*, 1º-7-1992)

Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.

Art. 1º Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal.

§ 1º Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos processos de ação popular e de ação civil pública.

§ 3º Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação.

§ 4º Nos casos em que cabível medida liminar, sem prejuízo da comunicação ao dirigente do órgão ou entidade, o respectivo representante judicial dela será imediatamente intimado. (*Parágrafo incluído pela MP n. 2.180-35, de 24-8-2001.*)

§ 5º Não será cabível medida liminar que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários. (*Parágrafo incluído pela MP n. 2.180-35, de 24-8-2001.*)

Art. 2º No mandado de segurança coletivo e na ação civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de setenta e duas horas.

Art. 3º O recurso voluntário ou *ex officio*, interposto contra sentença em processo cautelar, proferida contra pessoa jurídica de direito público ou seus agentes, que importe em outorga ou adição de vencimentos ou de reclassificação funcional, terá efeito suspensivo.

Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo à sentença proferida em processo de ação cautelar inominada, no processo de ação popular e na ação civil pública, enquanto não transitada em julgado.

§ 2º O Presidente do Tribunal poderá ouvir o autor e o Ministério Público, em setenta e duas horas. (*Redação da MP n. 2.180-35, de 24-8-2001.*)

§ 3º Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá agravo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição. (*Redação da MP n. 2.180-35, de 24-8-2001.*)

§ 4º Se do julgamento do agravo de que trata o § 3º resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário. (*Parágrafo incluído pela MP n. 2.180-35, de 24-8-2001.*)

§ 5º É cabível também o pedido de suspensão a que se refere o § 4º, quando negado provimento a agravo de instrumento interposto contra a liminar a que se refere este artigo. (*Parágrafo incluído pela MP n. 2.180-35, de 24-8-2001.*)

§ 6º A interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo. (*Parágrafo incluído pela MP n. 2.180-35, de 24-8-2001.*)

§ 7º O Presidente do Tribunal poderá conferir ao pedido efeito suspensivo liminar, se constatar, em juízo prévio, a plausibilidade do direito invocado e a urgência na concessão da medida. (*Parágrafo incluído pela MP n. 2.180-35, de 24-8-2001.*)

§ 8º As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o Presidente do Tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original. (*Parágrafo incluído pela MP n. 2.180-35, de 24-8-2001.*)

§ 9º A suspensão deferida pelo Presidente do Tribunal vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal. (*Parágrafo incluído pela MP n. 2.180-35, de 24-8-2001.*)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Poder Público – Privilégios processuais nos processos que tramitam perante a Justiça do Trabalho

Decreto-Lei n. 779,
de 21 de agosto de 1969
(Publicado no *DOU*, 25-8-1969)

Dispõe sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica.

Art. 1º Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica:

I – a presunção relativa de validade dos recibos de quitação ou pedidos de demissão de seus empregados ainda que não homologados nem submetidos à assistência mencionada nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho;

II – o quádruplo do prazo fixado no art. 841, *in fine*, da Consolidação das Leis do Trabalho;

III – o prazo em dobro para recurso;

IV – a dispensa de depósito para interposição de recurso;

V – o recurso ordinário *ex officio* das decisões que lhe sejam total ou parcialmente contrárias;

VI – o pagamento de custas a final salvo quanto à União Federal, que não as pagará.

Art. 2º O disposto no artigo anterior aplica-se aos processos em curso mas não acarretará a restituição de depósitos ou custas pagas para efeito de recurso até decisão passada em julgado.

Art. 3º Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sindicato

Lei n. 7.316,
de 28 de maio de 1985
(Publicada no *DOU*, 30-5-1985)

Atribui às entidades sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais o mesmo poder de representação dos sindicatos representativos das categorias profissionais diferenciadas, nas ações individuais e coletivas de competência da Justiça do Trabalho.

Art. 1º Nas ações individuais e coletivas de competência da Justiça do Trabalho, as entidades sindicais que integram a Confederação Nacional das Profissões Liberais terão o mesmo poder de representação dos trabalhadores-empregados atribuído, pela legislação em vigor, aos sindicatos representativos das categorias profissionais diferenciadas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Transmissão processual prioritária

Lei n. 12.008,
de 29 de julho de 2009
(Publicada no *DOU*, 30-7-2009)

Altera os arts. 1.211-A, 1.211-B e 1.211-C da Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e acrescenta o

art. 69-A à Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica.

Art. 1º O art. 1.211-A da Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, ou portadora de doença grave, terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.

Parágrafo único. (*Vetado*)".

Art. 2º O art. 1.211-B da Lei n. 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.211-B. A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

§ 1º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

§ 2º (*Vetado.*)

§ 3º (*Vetado*)".

Art. 3º O art. 1.211-C da Lei n. 5.869, de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.211-C. Concedida a prioridade, essa não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, em união estável".

Art. 4º A Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 69-A:

"Art. 69-A. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado:

I – pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II – pessoa portadora de deficiência, física ou mental;

III – (*Vetado*);

IV – pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

§ 1º A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade administrativa competente, que determinará as providências a serem cumpridas.

§ 2º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

§ 3º (*Vetado.*)

§ 4º (*Vetado*)".

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Índice Cronológico da Legislação

Constituição Federal de 1988:

art. 7º (Direitos sociais) 29

art. 7º-XXXIII (Menor) ..... 52 e 840

art. 8º (Organização sindical) 54

art. 9º (Direito de greve) 58

art. 10 (Representação dos trabalhadores nos órgãos públicos) 59

art. 11 (Representação dos trabalhadores nas empresas) 60

Emendas Constitucionais:

20, de 15-12-1998 (Menor) 840

24, de 9-12-1999 (Extinção da representação classista na Justiça do Trabalho) 777

Decretos:

27.048, de 12-8-1949 (Repouso semanal remunerado e feriados) 858

1.232, de 22-6-1962 (Aeroviário) 905

53.153, de 10-12-1963 (Salário-família) 874

57.155, de 3-11-1965 (Gratificação natalina) 836

63.912, de 26-12-1968 (Gratificação natalina) 837

71.885, de 9-3-1973 (Doméstico) 980

73.626, de 12-2-1974 (Trabalho rural) 1058

73.841, de 13-3-1974 (Trabalho temporário) 1064

80.271, de 1º-9-1977 (Trabalhador avulso – férias) 1037

86.649, de 25-11-1981 (Correção monetária nos débitos oriundos de decisão judicial) ... 1086

87.043, de 22-3-1982 (Salário-educação) 864

89.339, de 31-1-1984 (Trabalho no exterior) 1044

90.922, de 6-2-1985 (Técnico industrial e técnico agrícola) 1032

90.927, de 7-2-1985 (Trabalhador avulso) 1039

95.247, de 17-11-1987 (Vale-transporte) 888

99.684, de 8-11-1990 (FGTS) 807

5, de 14-1-1991 (Alimentação do trabalhador) 776

1.035, de 30-12-1993 (Portuário – trabalhador avulso) 1022

1.886, de 29-4-1996 (Portuário) 1023

2.490, de 4-2-1998 (Contrato de trabalho por prazo determinado) 780

Índice Geral

Nota à 8ª Edição 9

Livro I
Os Direitos Sociais na Constituição Federal

1. Direito do Trabalho 23
2. O Direito do Trabalho no Brasil 24
3. A Constituição Federal de 1988 e os direitos sociais 28
4. Os direitos sociais na Constituição de 1988 ..... [art. 7º] 29

Proteção contra dispensa arbitrária 29
Seguro-desemprego 30
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço 31
Salário mínimo 31
Piso salarial 32
Irredutibilidade do salário 33
Garantia de salário mínimo 34
Décimo terceiro salário 34
Adicional noturno 35
Proteção ao salário 36
Participação nos lucros 36
Salário-família 38
Jornada de oito horas diárias 39
Jornada de seis horas em turnos ininterruptos de revezamento 42
Repouso semanal 42
Horas extras com acréscimo 43
Férias anuais com gratificação de um terço 44
Licença à gestante 44
Prorrogação da licença-maternidade. Facultativa – mediante incentivo fiscal 45
Licença-paternidade 45
Proteção ao mercado de trabalho da mulher 45
Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço 46

de revezamento. Horas extras. (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 169). Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados, submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não têm direito ao pagamento da sétima e oitava horas como extras.

▷ **Precedente Normativo n. 92 do Tribunal Superior do Trabalho. Garantia de Repouso Remunerado. Ingresso com atraso (Positivo).** Assegura-se o repouso remunerado ao empregado que chegar atrasado, quando permitido seu ingresso pelo empregador, compensado o atraso no final da jornada de trabalho ou da semana.

▷ **Acordo coletivo. Horas extras. Contagem minuto a minuto. Validade.** O direito à percepção das horas extras decorrentes da contagem minuto a minuto resulta de uma construção jurisprudencial surgida a partir da interpretação do art. 4º da CLT, não estando tal direito previsto em norma legal. Não consta, pois, do rol dos direitos trabalhistas irrenunciáveis a contraprestação dos minutos que antecedem e/ou sucedem à jornada do trabalhador por ocasião do registro do cartão de ponto, inexistindo, portanto, qualquer óbice à negociação coletiva. Em sendo assim, é de se concluir pela decretação da validade das cláusulas normativas que estabeleceram que a marcação de ponto até 15 (quinze) minutos antes e 15 (quinze) minutos após o horário previsto para início e término da jornada laboral não serviria de base para alegação de serviço extraordinário, sendo impositiva a observância do pactuado, tendo em vista a previsão constitucional de reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho (art. 7º, inciso XXVI, da atual Carta Magna). Revista conhecida em parte e parcialmente provida. (TST, RR 656.510, de 2000, j. 25-4-2001, 2ª T., Rel. Min. José Luciano de Castilho Pereira, *DJ*, 24-5-2001)

▷ **I. Jornada de trabalho:** os intervalos fixados para descanso e alimentação durante a jornada de 6 horas não descaracterizam o sistema de turnos ininterruptos de revezamento, para efeito do disposto no artigo 7º, XIV, da Constituição (RE 205.815, Jobim, Pleno, 4-12-97, *DJ*, 2-10-98). II. Supremo Tribunal Federal: "o indesejável privilégio (...) de errar em último lugar". (STF, AgRg 298.848/MG, j. 20-3-2001, 1ª T., Rel. Min. Sepúlveda Pertence, *DJ*, 1º-5-2001)

▷ (...) **Horas *in itinere*: tempo de percurso superior a limite previsto em cláusula de convenção coletiva. Procedência do pedido.** Devidas as horas *in itinere* pleiteadas se o período alegado como de percurso era de uma hora, ultrapassando a duração prevista em cláusula de convenção coletiva como isenta de pagamento. (TRT/21ª R., Ac. 25.656, j. 22-6-1999, Turma: TP, RO 2.372, de 1996, *DJE/RN*, 29-7-1999)

▷ **Jornada de 12 x 36. Ausência de acordo coletivo.** A normatização da duração do trabalho surgiu da "luta humana pela vida ou da luta por uma vida humana". A extrapolação da jornada decorrente do regime de trabalho de 12 x 36 horas não havendo acordo coletivo para a compensação implica o pagamento das respectivas horas extras. (TRT/21ª R., Ac. 28.334, j. 30-9-1999, Turma TP, RO 6.456, de 1998, *DJE/RN*, 15-10-1999)

3.298, de 20-12-1999 (Deficiente físico) 944

3.361, de 10-2-2000 (Doméstico – FGTS e seguro-desemprego) 981

3.913, de 11-9-2001 (FGTS – liquidação dos complementos de atualização monetária dos saldos das contas vinculadas) 826

3.914, de 11-9-2001 (FGTS – regulamenta contribuição social devida em caso de dispensa sem justa causa ocorrida após 28-9-2001) 829

3.956, de 8-10-2001 (Deficientes – Discriminação) 952

4.519, de 13-12-2002 (Trabalho voluntário em unidades de conservação federais) 1069

4.560, de 30-12-2002 (Técnico Industrial e Técnico Agrícola) *Vide* Decreto n. 90.922, de 6-2-1985 1032

5.005, de 8-3-2004 (Trabalho noturno) 883

5.113, de 22-6-2004 (FGTS – regulamenta o art. 20, inciso XVI, da Lei n. 8.036/1990 – movimentação da conta vinculada em casos de urgência ou calamidade pública) 834

5.313, de 16-12-2004 (Regulamenta o serviço voluntário) 1070

5.598, de 1º-12-2005 (Aprendiz) 913

6.003, de 28-12-2006 (Salário-educação) 868

Decretos-leis:

691, de 18-7-1969 (Técnicos estrangeiros – não aplicação de diversas disposições da legislação trabalhista) 1036

779, de 21-8-1969 (Poder Público – privilégios) 1096

972, de 17-10-1969 (Jornalistas) 989

1.422, de 23-10-1975 (Salário-educação) 862

Instruções Normativas:

8 (SNT), de 1º-11-1991 (Diárias de viagem – natureza salarial) 787

3 (MTE), de 1º-9-1997 (Fiscalização do trabalho – empresas prestadoras de serviço a terceiros e de trabalho temporário) 782

25 (SIT), de 20-12-2001 (FGTS e Contribuições Sociais – Fiscalização) 821

26 (SIT), de 20-12-2001 (Programas de aprendizagem – Orientação e fiscalização) 918

Leis Complementares:

7, de 7-9-1970 (PIS) 843

8, de 3-12-1970 (PASEP) 845

26, de 11-9-1975 (PIS/PASEP) 846

103, de 14-7-2000 (Piso salarial – instituição pelos Estados e Distrito Federal) 843

110, de 29-6-2001 (FGTS – institui contribuição social em caso de dispensa sem justa causa) 822

123, de 14-12-2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) 787

Leis:

605, de 5-1-1949 (Repouso semanal remunerado e feriados) 856
2.757, de 23-4-1956 (Porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de edifícios de apartamentos residenciais) 1004
3.207, de 18-7-1957 (Vendedores, viajantes ou pracistas empregados) 1072
3.270, de 30-9-1957 (Cabineiros de elevador) 936
3.857, de 22-12-1960 (Músicos) 999
3.999, de 15-12-1961 (Médicos e cirurgiões-dentistas) 992
4.090, de 13-7-1962 (Gratificação natalina) 835
4.266, de 3-10-1963 (Salário-família) 872
4.725, de 13-7-1965 (Dissídios coletivos – normas processuais) 1087
4.749, de 12-8-1965 (Gratificação natalina) 836
4.950-A, de 22-4-1966 (Engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários) 984
5.085, de 27-8-1966 (Trabalhador avulso – férias) 1037
5.524, de 5-11-1968 (Técnico industrial de nível médio) 1031
5.559, de 11-12-1968 (Salário-família) 880
5.584, de 26-6-1970 (Processo do Trabalho – alçada) 1080
5.811, de 11-10-1972 (Trabalho nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo) 1045
5.859, de 11-12-1972 (Doméstico) 978
5.889, de 8-6-1973 (Trabalho rural) 1047
6.019, de 3-1-1974 (Trabalho temporário) 1062
6.205, de 29-4-1975 (Correção monetária – descaracterização do salário mínimo como fator de correção) 1085
6.321, de 14-4-1976 (Alimentação do trabalhador) 775
6.533, de 24-5-1978 (Artistas e técnicos em espetáculos de diversões) 921
6.615, de 16-12-1978 (Radialista) 1027
6.932, de 7-7-1981 (Médicos-residentes) 994
7.002, de 14-6-1982 (Jornada noturna nos portos) 1047
7.064, de 6-12-1982 (Trabalho no exterior) 1041
7.102, de 20-6-1983 (Vigilantes) 1072
7.115, de 29-8-1983 (Atestado de pobreza) 1082
7.183, de 5-4-1984 (Aeronauta) 897
7.195, de 12-6-1984 (Doméstico) 981
7.316, de 28-5-1985 (Representação sindical) 1096
7.377, de 30-9-1985 (Secretário) 1030

7.394, de 29-10-1985 (Técnico em radiologia) 1029
7.418, de 16-12-1985 (Vale-transporte) 887
7.644, de 18-12-1987 (Mãe social) 990
7.701, de 21-12-1988 (Turmas especializadas nos TRT's) 1089
7.713, de 22-12-1988 (Imposto de renda sobre gratificação de Natal) 838
7.783, de 28-6-1989 (Greve) 1092
7.853, de 24-10-1989 (Deficiente físico) 941
7.859, de 25-10-1989 (PIS/PASEP – Abono anual) 847
7.998, de 11-1-1990 (Seguro-desemprego e Fundo de Amparo ao Trabalhador) 788
8.009, de 29-3-1990 (Bem de família – impenhorabilidade) 1082
8.019, de 11-4-1990 (Fundo de Amparo ao Trabalhador) 793
8.036, de 11-5-1990 (FGTS) 795
8.213, de 24-7-1991 (Deficiente físico/acidentados) 936
8.437, de 30-6-1992 (Medida cautelar contra o Poder Público) 1094
8.542, de 23-12-1992 (Salário mínimo – definição) 881
8.650, de 22-4-1993 (Treinador profissional de futebol) 1070
8.662, de 7-6-1993 (Assistente social) 925
8.716, de 11-10-1993 (Garantia ao salário mínimo) 882
8.844, de 20-1-1994 (Cobrança judicial das contribuições e multas devidas ao FGTS) . 821
8.856, de 1º-3-1994 (Fisioterapeuta e terapeuta) 989
8.900, de 30-6-1994 (Seguro-desemprego) 882
8.984, de 7-2-1995 (Competência da Justiça do Trabalho) 1085
9.029, de 13-4-1995 (Admissão ao trabalho – discriminação) 848
9.254, de 3-1-1996 (Dissídios coletivos – competência do TRT da 2ª Região) 1091
9.279, de 14-5-1996 (Propriedade industrial – arts. 88 a 93) 839
9.504, de 30-9-1997 (Contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais) 983
9.601, de 21-1-1998 (Contrato de trabalho por prazo determinado) 778
9.608, de 18-2-1998 (Trabalho voluntário) 1069
9.615, de 24-3-1998 (Desportista profissional) 954
9.674, de 25-6-1998 (Bibliotecário) 934
9.696, de 1º-9-1998 (Professores de Educação Física) 982
9.719, de 27-11-1998 (Portuário) 1024
9.756, de 17-12-1998 (Processo do Trabalho) 1079
9.766, de 18-12-1998 (Salário-educação) 871
9.800, de 26-5-1999 (Fac-símile) 1091

9.956, de 12-1-2000 (Automação em postos de combustível) 1026
10.101, de 19-12-2000 (Participação nos lucros) 841
10.220, de 11-4-2001 (Peão de rodeio) 1002
10.508, de 10-7-2002 (Técnico em radiologia) *Vide* Lei n. 7.394, de 29-10-1985 1029
10.741, de 1º-10-2003 (Estatuto do Idoso) 1092
10.779, de 25-11-2003 (Pescadores – Seguro-desemprego) 1003
11.350, de 5-10-2006 (Agente Comunitário de Saúde) 909
11.718, de 20-6-2008 (Trabalho rural) 1050
11.788, de 25-9-2008 (Estágio de estudantes) 985
12.008, de 29-7-2009 (Tramitação processual prioritária) 1096
12.395, de 16-3-2011 (Atleta profissional de futebol) 929
12.619, de 30-4-2012 (Motorista profissional) 995
12.690, de 19-7-2012 (Cooperativas de Trabalho) 784
12.740, de 8-12-2012 (Eletricistas) 983
12.815, de 5-6-2013 (Portos – Exploração de portos organizados em instalações portuárias) 1004
Lei n. 12.870, de 15-10-2013 (Vaqueiro) 1071

Portarias:

329 (MTE), de 14-8-2002 (Comissões de Conciliação Prévia) 1083
366 (MTE), de 16-9-2002 (FGTS) 831
88 (SIT), de 28-4-2009 (Menor de 18 anos) 840
186 (MTE), de 10-4-2008 (Registro Sindical) 849

Resolução:

12, de 1971 (Servidor público — suspensão da execução da Lei n. 4.950-A/66) 984

Ato:

Declaratório Executivo n. 110 (SRF), de 21-10-2002 (Custas e emolumentos da Justiça do Trabalho. Códigos de arrecadação) 1086

Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho 1315

Enunciados aprovados na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho 1339

Livro IV

Súmulas, Orientações Jurisprudenciais, Precedentes e Instruções Normativas

Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho

Índice Alfabético das Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho

(Os números referem-se às súmulas)

ABANDONO DE EMPREGO
Configuração – 32
Inquérito. Decadência – 62
ABONO DE FALTAS
Serviço médico da empresa – 282
AÇÃO DE CUMPRIMENTO
Competência da Justiça do Trabalho. Desconto assistencial – 224
Desconto assistencial – 334
Sentença normativa. Trânsito em julgado dispensável – 246
Substituição processual. Desistência – 180 e 255
AÇÃO RESCISÓRIA
Ação de cumprimento – 397
Alçada. Inaplicabilidade – 365
Cabimento – 83, 411, 413
Cabimento na Justiça do Trabalho – 144
Competência do TRT – 192
Decadência – 100
Deserção. Prazo – 99
Em ação rescisória – 400
Impugnação de decisão homologatória de adjudicação ou arrematação – 399
Inépcia da petição inicial – 408
Legitimidade do Ministério Público para propor ação rescisória – 407
Prova do trânsito em julgado – 299
Prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda – 107
Questão processual – 412
Recurso ordinário para o TST. Cabimento – 158
Reexame de fatos e provas – 410
Revelia – 398
Termo de conciliação previsto no art. 831, parágrafo único, da CLT – 259
Violação à lei. Pronunciamento – 298
ACIDENTE DE TRABALHO
Estabilidade provisória. Art. 118 da Lei n. 8.213/91. Constitucionalidade – 378
Férias e gratificação natalina. Efeitos – 46
ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO
Atividade insalubre. Acordo coletivo. Validade – 349
ADICIONAL DE HORAS EXTRAS
Balconista. Comissionista – 56
Bancário. Pré-contratação de horas extras. Nulidade – 199
Percentual: 50% – 340
Prorrogação de jornada. Acordo escrito – 215
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE
Agente nocivo diverso do apontado na inicial – 293
Art. 3º do Decreto-lei n. 389/68. Constitucionalidade – 162
Base de cálculo. Salário profissional – 17
Base de cálculo. Salário básico – 228
Base de cálculo. Salário mínimo regional – 137
Caráter intermitente – 47
Caráter permanente. Integração. Remuneração – 139
Fornecimento de aparelhos protetores – 80
Fornecimento de aparelhos protetores. Fiscalização – 289
Reclassificação ou descaracterização da insalubridade. Efeitos – 248

Substituição processual – 271
Trabalhador rural. Necessidade da verificação de condições nocivas à saúde – 292
ADICIONAL DE PERICULOSIDADE
Caráter permanente. Integração. Indenização – 132
Eletricitários. Exposição intermitente – 361
Incidência sobre o salário-base – 191
Operadores de bomba de gasolina – 39
Substituição processual – 271
Tempo de exposição – 364
Triênio pago pela Petrobras. Incidência – 70
ADICIONAL NOTURNO
Alteração do turno de trabalho. Supressão – 265
Habitualidade. Integração ao salário – 60
Regime de revezamento – 130
Vigia – 140
ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO
FEPASA. Cálculo – 79
Integração. Cálculo. Gratificação de função. Bancário – 240
Quinquênio. Art. 19 da Lei n. 4.345/64 – 52
Quinquênios. RFFSA. Cálculo – 66
Reajuste semestral. Lei n. 6.708/79 – 181
ADICIONAL REGIONAL
Petrobras. Art. 7º, XXXII, da CF/88 – 84
AGRAVO DE INSTRUMENTO
Traslado deficiente. Não conhecimento do apelo – 272
ALÇADA
Inaplicabilidade em ação rescisória e mandado de segurança – 365
Valor dado à causa no seu ajuizamento – 71
Vinculação ao salário mínimo – 356
APOSENTADORIA
Gratificação natalina. Proporcionalidade. Aposentadoria do trabalhador – 3
Período anterior à aposentadoria. Cômputo – 21
Prêmio. Regulamento da empresa. Art. 14, § 2º, Lei n. 8.036/90 – 72
APOSENTADORIA ESPONTÂNEA
Indenização. Tempo anterior à opção – 295
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
Cancelamento. Retorno ao trabalho – 160
ARQUIVAMENTO DO PROCESSO
Ausência do reclamante. Adiamento da instrução – 9
ASSISTÊNCIA
Intervenção. Interesse jurídico – 82
ATESTADO MÉDICO
Elisão da revelia – 122
Validade – 15
ATOS INSTITUCIONAIS
Demissão. Incompetência da Justiça do Trabalho – 150
AUMENTO SALARIAL SETORIZADO
Tabela única. Legitimidade – 249
AUXILIAR DE LABORATÓRIO
Ausência de diploma. Efeitos – 301
AVISO PRÉVIO
Cessação da atividade da empresa – 44
Concessão na fluência da garantia de emprego – 348
Contrato de experiência. Rescisões antecipadas. Cabimento – 163
Culpa recíproca. Efeitos – 14
Despedida indireta – 31
Direito irrenunciável – 276
Falta grave. Efeitos – 73
Gratificação semestral. Repercussão – 253
Incidência no FGTS – 305
Indenização adicional – 182
Indenizado. Efeitos. Superveniência do auxílio-doença no seu curso – 371
Início da contagem. Art. 132 do CC de 2002 – 380
Integração das horas extras habituais – 94
Reajustamento salarial – 5
Redução da jornada. Pagamento – 230
BALCONISTA
Adicional de horas extras – 50% – 340
Comissionista. Adicional de horas extras. Revista pela Súmula 340 – 56
BANCÁRIO
Adicional por tempo de serviço. Gratificação de função. Integração – 240
Caixa. Cargo de confiança. Horas extras – 102
Cargo de confiança. Caracterização – 204

Cargo de confiança. Gratificação. Horas extras – 166
Cargo de confiança. Jornada. Horas extras – 232
Categoria diferenciada. Equiparação – 117
Chefe. Gratificação. Horas extras – 233
Empregado de empresa de processamento de dados – 239
Financeiras. Equiparação aos estabelecimentos bancários – 55
Gerente. Horas extras – 287
Gratificação de função. Compensação. Valor das horas extras – 109
Gratificação por tempo de serviço. Integração no cálculo das horas extras – 226
Pré-contratação de horas extras – 199
Quebra de caixa. Natureza salarial. Integração – 247
Sábado. Dia útil não trabalhado – 113
Salário-hora. Divisor 180 – 124
Salário-hora. Divisor 220 – 343
Salário-hora. Divisor 240. Revista pela Súmula 343 – 267
Subchefe. Gratificação. Horas extras – 234
Subgerente. Gratificação. Horas extras – 238
Tesoureiro. Gratificação. Horas extras – 237
Venda de papéis ou valores mobiliários. Vantagem auferida. Integração – 93

CARGO EM COMISSÃO
Reversão ao cargo efetivo. Cancelada pela RA 81/85, *DJ*, 3-12-1985 – 209

CARTEIRA PROFISSIONAL
Anotações. Presunção *juris tantum* – 12

COMISSIONISTA
Adicional de horas extras – 20%. Revista pela Súmula 340 – 56
Adicional de horas extras – 50% – 340
Balconista. Adicional de horas extras. Revista pela Súmula 340 – 56
Repouso semanal e feriados remunerados – 27

COMPENSAÇÃO
Arguição. Contestação – 48
Gratificação natalina. Lei n. 4.090/62 – 145
Gratificação por tempo de serviço. Cumulação. Mais benéfica – 202
Restrição a dívidas de natureza trabalhista – 18
Trabalho em domingos e feriados. Pagamento em dobro – 146

COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO
Acordo escrito. Necessidade. Cancelada pela Res. 85/98 – 108
Semanal. Desrespeito às exigências legais. Devido apenas adicional respectivo – 85

COMPETÊNCIA
Ação de cumprimento. Desconto assistencial – 224 e 334
Ação rescisória – 192
Dano moral. Justiça do Trabalho – 392
Descontos previdenciários e fiscais – 368
Execução por carta precatória – 419
Funcional – 420
Justiça do Trabalho. Art. 106 da CF – 123
Justiça do Trabalho. Atos institucionais. Demissão – 150
Justiça do Trabalho. Cadastramento no PIS – 300
Justiça do Trabalho. Complementação. Aposentadoria. RFFSA – 106
Justiça do Trabalho. Ferroviário – 75
Justiça do Trabalho. Greve – 189
Justiça do Trabalho. Inconstitucionalidade do art. 22 da Lei n. 5.107/66 – 179
Justiça do Trabalho. Levantamento do FGTS – 176
Justiça do Trabalho. Quadro de carreira – 19
Seguro-desemprego. Justiça do Trabalho. Direito a indenização – 389

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA
Benefício previdenciário – 92
Observância. Normas da empresa – 288
Petrobras. Manual de pessoal – 332
Proporcionalidade. Banespa – 313
Quinquênio. Art. 19 da Lei n. 4.345/64 – 52
Regulamento da empresa – 97
RFFSA. Incompetência da Justiça do Trabalho – 106

CONFISSÃO
Descaracterização – 404
Intimação. Não comparecimento à audiência – 74

▷ **Salário mínimo. Jornada reduzida. Pagamento proporcional.** Não ofende o art. 7º, IV, da Constituição Federal o pagamento da jornada de 4 horas diárias com 50% do salário mínimo, uma vez que a remuneração deve guardar proporcionalidade com a jornada de trabalho, como no regime de trabalho a tempo parcial. Recurso de revista não conhecido. (TST, RR 405.911, de 1997, j. 4-4-2001, 4ª T., Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, *DJ*, 24-5-2001)

.....

Art. 59. A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.

§ 1º Do acordo ou do contrato coletivo de trabalho deverá constar, obrigatoriamente, a importância da remuneração da hora suplementar, que será, pelo menos, 20% (vinte por cento) superior à da hora normal. (*Vide* art. 7º, XVI, da CF, que elevou o adicional de horas extras a 50%.)

§ 2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 1 (um) ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas diárias. (Redação dada pela Lei n. 9.601, de 21-1-1998, e alterada pela MP 2.164-41, de 24-8-2001.)

§ 3º Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma do parágrafo anterior, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão. (Parágrafo incluído pela Lei n. 9.601, de 21-1-1998.)

§ 4º Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras. (Parágrafo incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)

Art. 60. Nas atividades insalubres, assim consideradas as constantes dos quadros mencionados no capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho", ou que neles venham a ser incluídas por ato do Ministro do Trabalho, quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho, as quais, para esse efeito, procederão aos necessários exames locais e à verificação dos métodos e processos de trabalho, quer diretamente, quer por intermédio de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais, com quem entrarão em entendimento para tal fim.

Art. 61. Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

§ 1º O excesso, nos casos deste artigo, poderá ser exigido independentemente de acordo ou contrato coletivo e deverá ser comunicado, dentro de 10 (dez) dias, à autoridade competente em matéria de trabalho, ou, antes desse prazo, justificado no momento da fiscalização sem prejuízo dessa comunicação.

§ 2º Nos casos de excesso de horário por motivo de força maior, a remuneração da hora excedente não será inferior à da hora normal. Nos demais casos de excesso previstos neste artigo, a remuneração será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal, e o trabalho não

CONFLITO DE LEIS TRABALHISTAS NO ESPAÇO
Princípio da *lex loci executionis*. Leis vigentes no país da prestação de serviços – 207
CONSTITUCIONALIDADE
Alínea *b* do art. 896 da CLT – 312
Art. 2º da Lei n. 4.725/65. Dissídio coletivo – 141
Art. 3º do Decreto-lei n. 389/68 – 162
Art. 22 da Lei n. 5.107/66 – 179
Decretos-leis n. 2.012/83 e 2.045/83 – 273
§ 2º do art. 9º do Decreto-lei n. 1.971/82 – 336
CONTRATO DE EXPERIÊNCIA
Aviso prévio – 163
Prorrogação. Limite de 90 dias – 188
Salário-maternidade – 260
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Legalidade – 256 e 331
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
Indenização. Opção. FGTS. Art. 479 da CLT – 125
CONTRATO POR SAFRA
Gratificação natalina. Proporcionalidade. Devida – 2
CONVENÇÃO COLETIVA
Sindicato. Substituição processual – 286
Sociedade de economia mista – 280
CORREÇÃO AUTOMÁTICA DE SALÁRIOS
Distrito Federal e autarquias. Correção dos salários. Lei n. 6.708/79 – 235
CORREÇÃO MONETÁRIA
Empresas em liquidação extrajudicial – 304
Incidência. Débito do trabalhador – 187
Incidência. Débitos relativos a benefícios previdenciários – 311
Incidência. Empresas em liquidação extrajudicial – 185 e 284
Omissão no pedido inicial. Devida – 211
Pessoa jurídica de direito público – 193
Salário. Art. 459 da CLT – 381
CULPA RECÍPROCA
Aviso prévio, férias proporcionais e gratificação natalina devidos à base de 50% – 14
CUSTAS
Ações plúrimas – 36
Decisão reformada. Ônus – 25
Inquérito judicial – 49
Pessoas jurídicas de direito público. Depósito – 4
Prazo – 53
Prazo para comprovação do pagamento – 352
Sociedade de economia mista – 170
DECISÃO ADMINISTRATIVA
Recurso cabível – 321
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA
Irrecorribilidade – 214
DEMISSÃO
Pedido. Férias proporcionais. Vigência do contrato inferior a um ano – 261
DEPÓSITO RECURSAL
Ação rescisória. Depósito prévio – 169 e 194
Ação rescisória. Prazo – 99
Autenticação mecânica na relação de empregados – 216
Complementação – 128
Complementação. Majoração do salário mínimo – 35
Condenação em pecúnia inexistente – 161
Conta vinculada – 165
Credenciamento bancário. Prova dispensável – 217
Massa falida. Deserção – 86
Prazo para pagamento e comprovação – 245
DESCONTO SALARIAL
Descontos salariais. Autorização do empregado – 342
DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS
Competência. Responsabilidade. Forma de cálculo – 368
Sentença omissa – 401
DESISTÊNCIA DA AÇÃO
Substituição processual. Ação de cumprimento – 180
Substituição processual. Desistência – 255
DESPEDIDA
Férias proporcionais – 171
Ônus da prova – 212
DIÁRIAS
Base de cálculo para sua integração ao salário – 318
DIÁRIAS DE VIAGEM
Integração ao salário – 101
DIFERENÇAS SALARIAIS
Planos econômicos. Limite – 322
DIGITADOR
Intervalos intrajornada. Aplicação analógica do art. 72 da CLT – 346

DIRETOR ELEITO
Suspensão do contrato de trabalho. Tempo de serviço – 269
DIRIGENTES DE ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS
Despedida. Falta grave. Inquérito judicial. Necessidade – 379
Estabilidade provisória – 222
Estabilidade provisória. Dirigente sindical – 369
DISSÍDIO COLETIVO
Constitucionalidade do art. 2º da Lei n. 4.725/65 – 141
Sindicato. Representação para instauração de instância – 177
DOCUMENTO NOVO
Definição – 402
DOLO PROCESSUAL
Caracterização – 403
ELETRICITÁRIOS
Adicional de periculosidade. Exposição intermitente – 361
Sobreaviso – 229
EMBARGOS
Agravo de instrumento e regimental. Incabíveis – 353
Cabimento. Agravo regimental – 195
Cabimento. Interpretação de preceito legal – 221
Conhecimento – 23 e 42
Decisão em agravo de instrumento (em RR). Incabíveis – 183 e 335
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Decisão monocrática – 421
Efeito modificativo no julgado – 278
Omissão. Preclusão – 184
Suspensão do prazo recursal – 213
EMBARGOS INFRINGENTES
Notificação das partes. Varas do Trabalho – 133
EMPREGADO ESTÁVEL
Optante. Rescisão por acordo. Indenização em dobro – 54
EMPRESA
Cessação das atividades. Salário – 173
EQUIPARAÇÃO
Empregados de empresa de processamento de dados. Bancário – 239
Estabelecimentos de crédito. Bancário – 117
Financeira. Bancário – 55
Vigilante. Bancário – 257
EQUIPARAÇÃO SALARIAL
Cessão de empregados – 111
Contemporaneidade na função – 22
Desnível salarial originário de decisão judicial – 120
Ônus da prova – 68
Prescrição parcial – 274
Quadro de carreira – 127
Quadro de carreira homologado pelo CNPS. Eficácia – 231
Quadro de carreira homologado pelo Ministério do Trabalho. Tempo de serviço na função. Ônus da prova. Prescrição. Mesma localidade. Geral – 6
Tempo de serviço na função. Trabalho igual – 135
ESTABILIDADE
Art. 41 da CF/88. Celetista. Administração direta, autárquica e fundacional. Empresa pública e sociedade de economia mista – 390
CONAB. Aviso DIREH – 355
Despedida obstativa – 26
Equivalência jurídica. Regimes do FGTS e da estabilidade da CLT – 98
Provisória. Acidente do trabalho. Art. 118 da Lei n. 8.213/91. Constitucionalidade – 378
Provisória. Dirigente sindical – 369
Regulamento Interno de Pessoal. BANDEPE – 345
ESTABILIDADE PROVISÓRIA
Acidente do trabalho. Art. 118 da Lei n. 8.213/91. Constitucionalidade – 378
Dirigentes de associações profissionais – 222
Pedido de reintegração. Concessão do salário relativo ao período de estabilidade já exaurido. Inexistência de julgamento *extra petita* – 396
EXECUÇÃO DE SENTENÇA
Grupo econômico. Solidariedade – 205
Pessoa jurídica de direito público – 193
FALTA AO SERVIÇO
Justificativa. Cálculo. Férias – 89
FALTA GRAVE
Decurso do aviso prévio – 73
Dirigente sindical. Despedida. Inquérito judicial. Necessidade – 379
FATO SUPERVENIENTE
Art. 462 do CPC – 394
FAZENDA PÚBLICA
Duplo grau de jurisdição – 303
FERIADO
Local. Ausência de expediente forense. Prazo

recursal. Prorrogação. Comprovação. Necessidade – 385
Trabalho não compensado. Pagamento em dobro – 146
FÉRIAS
Escolares. Professor. Pagamento dos salários – 10
Falta ao serviço. Justificação. Cálculo – 89
Faltas decorrentes de acidente de trabalho – 46
Feriados e repousos semanais nas férias indenizadas – 147
Gozo após o período legal de concessão. Remuneração em dobro – 81
Gratificação semestral. Repercussão – 253
Indenização. Base de cálculo – 7
Integração das horas extras habituais – 151
Proporcionais. Extinção do contrato – 171
Proporcionais. Pedido de demissão. Contrato com vigência inferior a um ano – 261
Tarefeiro. Remuneração. Base de cálculo – 149
Terço constitucional – 328
Trabalhador rural – 104
FERROVIÁRIO
Chefe de trem. Gratificação do art. 110 do Decreto n. 35.530/59 indevida – 67
"Estação do interior". Horas extras indevidas – 61
Incompetência da Justiça do Trabalho. Funcionário público – 75
RFFSA. Quinquênio. Base de cálculo – 66
FGTS
Aviso prévio. Incidência – 305
Contrato por prazo determinado. Indenização do art. 479 da CLT – 125
Incidência. Remuneração, inclusive horas extras e adicionais – 63
Incidência sobre parcelas prescritas – 206
Indenização. Equivalência jurídica com a estabilidade da CLT – 98
Levantamento do depósito. Competência da Justiça do Trabalho – 176
Prescrição. Extinção do contrato de trabalho – 362
Prescrição trintenária. Recolhimento da contribuição – 95
FUNCIONÁRIO PÚBLICO
Cedido. Reajuste salarial – 116 e 252
Ferroviário. Incompetência da Justiça do Trabalho – 75
Gratificação de produtividade – 121
Opção pelo regime celetista. Supressão das vantagens estatutárias – 243
Quinquênios – 105
GARANTIA DE EMPREGO
Suplente. CIPA – 339
GESTANTE
Despedida. Salário-maternidade – 142
Garantia de emprego. Reintegração não autorizada – 244
Salário-maternidade. Contrato de experiência – 260
GORJETA
Integração da remuneração. Base de cálculo – 354
Integração. Remuneração – 290
GRATIFICAÇÃO
Ajuste tácito – 152
Ferroviário. Chefe de trem. Indevida – 67
Periódica. Integração – 78
GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO
Bancário. Adicional por tempo de serviço. Integração – 240
Bancário. Cargo de confiança. Horas extras – 166
Bancário. Chefe. Horas extras – 233
Bancário. Compensação. Horas extras – 109
Bancário. Subchefe. Horas extras – 234
Supressão ou redução. Limites – 372
GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE
Funcionário público – 121
GRATIFICAÇÃO NATALINA
Cálculo. Indenização – 148
Compensação – 145
Faltas decorrentes de acidente de trabalho – 46
Proporcional. Aposentadoria – 3
Proporcional. Contratos a prazo. Safra – 2
Resilição contratual – 157
Serviço suplementar habitual. Integração – 45
Servidor público cedido – 50
Trabalhador rural – 34
GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO
Bancário. Integra cálculo das horas extras – 226
Compensação – 202
Natureza salarial. Integração ao salário – 203

GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL
Congelamento. Prescrição parcial – 373
Horas extras habituais. Integração – 115
Repercussão nas férias, aviso prévio e horas extras – 253
GREVE
Justiça do Trabalho. Competência – 189
GRUPO ECONÔMICO
Execução. Solidariedade – 205
Prestação de serviços a diversas empresas. Múltiplos contratos de trabalho – 129
HONORÁRIOS DE ADVOGADO
Constituição Federal de 1988 – 329
Hipótese de cabimento – 219
Inaplicabilidade do art. 64 do CPC – 11
Substituição processual – 220
HONORÁRIOS DE PERITO
Assistente técnico – 341
Responsabilidade. Sucumbência – 236
HORAS EXTRAS
Apuração. Média física – 347
Cálculo – 264
Cartão de ponto. Registro. Minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho – 366
Ferroviário. "Estação do interior". Indevidas – 61
Gratificação semestral. Repercussão – 253
Habitualidade. Férias – 151
Habitualidade. Gratificação natalina. Integração – 45
Habitualidade. Gratificação semestral. Integração – 115
Habitualidade. Indenização. Antiguidade – 24
Habitualidade. Integração. Aviso prévio indenizado – 94
Habitualidade. Repouso remunerado. Integração – 172
Habitualidade. Supressão. Indenização – 76 e 291
Incidência. FGTS – 63
Intervalos não previstos em lei e acrescidos à jornada de trabalho – 118
Limitação. Art. 59 da CLT. Reflexos – 376
Petroleiros. Lei n. 5.811/72. Turno ininterrupto de revezamento. Alteração da jornada para horário fixo – 391
HORAS *IN ITINERE*
Insuficiência de transporte público – 324
Local de difícil acesso – 90
Obrigatoriedade de seu cômputo na jornada de trabalho – 320
Trecho não servido por transporte público – 325
INDENIZAÇÃO
Férias. Repousos semanais e feriados intercorrentes – 147
Horas extras habituais. Supressão – 291
Não liberação das guias do seguro-desemprego – 389
INDENIZAÇÃO ADICIONAL
Art. 9º da Lei n. 6.708/79. Aviso prévio. Tempo computado – 182
Art. 9º das Leis n. 6.708/79 e 7.238/84 – 306
Art. 9º das Leis n. 6.708/79 e 7.238/84. Valor – 242
Verbas rescisórias. Salário corrigido – 314
INDENIZAÇÃO EM DOBRO
Conversão da reintegração. Pagamento em dobro – 28
Empregado estável. Optante – 54
INDENIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO
Horas extras. Habitualidade – 24
Readmissão a curto prazo. Fraude à lei – 20
INQUÉRITO JUDICIAL
Custas. Prazo – 49
Decadência. Abandono de emprego – 62
Regulamento da empresa. Punição – 77
JORNADA DE TRABALHO
Distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários – 119
Gerente bancário – 287
Horas extras. Intervalos não previstos em lei, acrescidos à jornada – 118
Horas extras. Minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho. Cartão de ponto. Registro – 366
Intervalo interjornada – 88
Intervalo. Regime de revezamento – 110
Médico e engenheiro. Leis n. 3.999/61 e 4.950/66 – 370
Petroleiros. Lei n. 5.811/72. Turno ininterrupto de revezamento. Horas extras e alteração da jornada para horário fixo – 391
Telefonista. Aplicabilidade do art. 227, e parágrafos, da CLT – 178

JUIZ
Identidade física – 136
JUNTADA DE DOCUMENTOS
Fase recursal – 8
JUROS
Execução de sentença. Pessoa jurídica de direito público – 193
Incidência – 200
Inclusão na liquidação – 211
Irretroatividade do Decreto-lei n. 2.322/87 – 307
Liquidação extrajudicial – 185 e 284
JUS POSTULANDI
na Justiça do Trabalho. Alcance – 425
LICENÇA-PRÊMIO
Conversão em pecúnia. Regulamento de empresa – 186
Tempo de serviço. Opção pelo regime estatutário – 103
LIMINAR
Antecipação de tutela em ação rescisória – 405
Impugnação por mandado de segurança – 414
LITISCONSÓRCIO
Necessidade – 406
MANDADO DE SEGURANÇA
Alçada. Inaplicabilidade – 365
Cabimento – 33
Cabimento. Recurso ordinário. Prazo. *Cancelada pela Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003* – 154 e 201
Execução – 416
Liminar ou homologação de acordo – 418
Penhora em dinheiro – 417
Prova documental pré-constituída – 415
MARÍTIMO
Embarcado – 96
MASSA FALIDA
Arts. 467 e 477 da CLT. Inaplicabilidade – 388
MENOR
Não aprendiz. Salário mínimo – 134
MORA
Rescisão indireta – 13
MULTA
Administrativa. Depósito prévio – 424
Convencional. Cobrança – 384
Massa falida. Arts. 467 e 477 da CLT. Inaplicabilidade – 388
NORMA COLETIVA
Categoria diferenciada. Abrangência – 374
NOTIFICAÇÃO
Embargos infringentes. Notificação desnecessária – 133
Prazo. Presunção de recebimento – 16
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS
Natureza salarial – 251
PESSOAL DE OBRAS
Aplicação da legislação trabalhista – 58
PETIÇÃO INICIAL
Indeferimento. Instrução obrigatória deficiente – 263
PLANO DE CLASSIFICAÇÃO
Parcelas antiguidade e desempenho. Aglutinação ao salário – 250
PODER NORMATIVO
TST. Constitucionalidade. Decisões contrárias ao STF – 190
POLICIAL MILITAR
Reconhecimento de vínculo empregatício com empresa privada – 386
PRAZO JUDICIAL
Decadência. Ação rescisória – 100
Feriado local. Ausência de expediente forense. Prorrogação. Comprovação. Necessidade – 385
Intimação da sentença. Recurso – 30
Intimação ou publicação na sexta-feira – 1
Notificação ou intimação em sábado – 262
Notificação. Presunção do recebimento – 16
Parte ausente ao julgamento. *Cancelada pela Res. 32/94,* DJ, *12-5-1994 – 37*
Publicação da sentença. Recurso – 197
Recurso adesivo – 175, 196 e 283
Recurso ordinário em mandado de segurança – 154 e 201
PRECLUSÃO
Omissão. Embargos declaratórios – 184
PREPOSTO
Exigência da condição de empregado – 377
PREQUESTIONAMENTO
Ação rescisória. Violação à lei – 298
Oportunidade. Configuração – 297
PRESCRIÇÃO
Ação de cumprimento. Sentença normativa. Termo inicial – 350
Alteração contratual. Trabalhador urbano – 294
Anotação na carteira – 64
Anulação da opção pelo FGTS – 223
Arguição. Instância ordinária – 153

Bienal. Mudança de regime celetista para estatutário. Extinção do contrato – 382
Intercorrente. Inaplicabilidade – 114
Interrupção. Demanda trabalhista arquivada – 268
Marco inicial. Prazo – 156
Parcial. Prestações periódicas. Cancelada pela Súmula 294 – 198
Prestações periódicas. Contagem. Cancelada pela Súmula 294 – 168
Trintenária. Recolhimento. FGTS – 95

PRESCRIÇÃO QUINQUENAL
Aplicação imediata. CF/88 – 308

PRESCRIÇÃO TOTAL OU PARCIAL
Ação rescisória. Cabimento – 409
Complementação de aposentadoria. Diferença. Parcial – 327
Complementação de aposentadoria. Parcela nunca recebida – 326
Parcial. Desvio de função – 275
Parcial. Equiparação salarial – 274

PREVIDÊNCIA
Oficial. Aplicação da Lei n. 3.841/60 – 174
Privada. Regulamento da empresa – 87

PROCESSO ADMINISTRATIVO
Recurso para o TST – 40 e 302
Recurso para o TST. Cabível – 321

PROCURAÇÃO
Arts. 13 e 37 do CPC. Fase recursal. Inaplicabilidade – 383
Juntada – 164
Mandato e substabelecimento. Condições de validade – 395

PROFESSOR
Férias escolares. Pagamento. Salário – 10
Piso salarial – 281
Repouso semanal remunerado – 351

PROVA
Ônus. Equiparação salarial – 68
Ônus. Registro de horário – 338

QUADRO DE CARREIRA
Competência da Justiça do Trabalho – 19
Homologação pelo CNPS. Eficácia – 231
Homologação pelo MTE – 6
Reclamação. Preterição, enquadramento ou reclassificação – 127

QUITAÇÃO
Recibo. Valores discriminados. Revista pela Súmula 330 – 41
Validade – 330

RADIOLOGISTA
Salário profissional – 358

READMISSÃO
Cômputo do período anterior – 138

REAJUSTAMENTO SALARIAL
Curso do aviso prévio – 5
Distrito Federal e autarquias. Correção automática – 235
Funcionário público cedido – 116
Funcionário público cedido. RFFSA – 252
Gatilhos. Direito adquirido. Servidor público – 319
IPC de junho/87 – 316
IPC de março de 1990. Inexistência de direito adquirido – 315
Norma coletiva. Prevalência da legislação de política salarial – 375
URP de abril e maio de 1988 – 323
URP de fevereiro de 1989 – 317

RECURSO
Administrativo. Admissibilidade – 424
Cabimento contra decisão em processo administrativo. *Cancelada pela Res. 121/2003*, DJ, *19-11-2003* – 302
Comprovação da divergência – 337
Divergência jurisprudencial. Especificidade – 296
Divergência justificadora do recurso. *Cancelada pela Res. 121/2003*, DJ, *19-11-2003* – 38
Fac-símile. Lei n. 9.800/99 – 387
Ordinário. Efeito devolutivo em profundidade. Art. 515, § 1º, do CPC – 393
Processo administrativo. *Cancelada pela Res. 121/2003*, DJ, *19-11-2003*-40
TST. Cabível. *Cancelada pela Res. 135/2005*, DJ, *5-7-2005*
TST. Requisitos – 422

RECURSO ADESIVO
Art. 500 do CPC. Inaplicabilidade. *Cancelada pela Res. 121/2003*, DJ, *19-11-2003* – 175
Prazo – 196
Prazo. Pertinência no processo do trabalho. Correlação de matérias – 283

RECURSO DE REVISTA
Admissibilidade – 208 e 210
Admissibilidade. Execução de sentença – 266
Admissibilidade parcial pelo Juiz-Presidente do TRT. Efeito – 285
Cabimento. Agravo de instrumento – 218
Cabimento. Reexame de fatos e provas – 126
Cabimento. Violação à literalidade do preceito legal – 221
Comprovação da divergência – 337
Comprovação da divergência. *Cancelada pela Res. 121/2003*, DJ, *19-11-2003* – 38
Conhecimento – 23, 42 e 333
RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA
Cabimento. Prazo – 201
REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL
Mandato expresso. Firma reconhecida – 270
RESCISÃO DO CONTRATO
Culpa recíproca. Efeitos – 14
Empregado estável. Acordo. Indenização – 54
Indireta. Mora salarial – 13
Iniciativa do empregado. Gratificação natalina – 157
Readmissão – 20
Revelia. Salários incontroversos. Pagamento com acréscimo de 50% – 69
REVELIA
Validade. Atestado médico – 122
SALÁRIO
Cessação das atividades da empresa – 173
Complessivo – 91
Correção monetária. Art. 459 da CLT – 381
Substituição – 159
SALÁRIO-FAMÍLIA
Termo inicial da obrigação – 254
Trabalhador rural. *Cancelada pela Res. 121/2003*, DJ, *19-11-2003* – 227
SALÁRIO MÍNIMO
Menor não aprendiz – 134
Vigência – 131
SALÁRIO PROFISSIONAL
Médicos e dentistas – 143
SALÁRIO-UTILIDADE
Alimentação – 241
In natura. Habitação. Energia elétrica. Veículo. Cigarro. Não integração – 367
Percentuais – 258
SENTENÇA NORMATIVA
Efeito suspensivo. Cassação – 279
Vigência. Repercussão – 277
SERVIDOR PÚBLICO
Celetista. Estabilidade. Art. 41 da CF/88. Administração direta, autárquica ou fundacional. Empresa pública e sociedade de economia mista – 390
Contrato nulo. Efeitos – 363
SOBREAVISO
Eletricitários – 229
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
Convenção coletiva – 280
Custas. Isenção – 170
SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL
Ação de cumprimento. Desistência – 180
Ação de cumprimento. Federação. Legitimidade – 359
Adicionais de insalubridade e de periculosidade – 271
Desistência da ação – 255
Sindicato – 310
Sindicato. Convenção coletiva – 286
TAREFEIRO
Remuneração. Férias – 149
TELEFONISTA
Jornada de trabalho – 178
TEMPO DE SERVIÇO
Licença-prêmio. *Cancelada pela Res. 121/2003*, DJ, *19-11-2003* –103
TESTEMUNHA
Ação contra a mesma reclamada. Suspeição – 357
TRABALHADOR RURAL
Adicional de insalubridade – 292
Férias. *Cancelada pela Res. 121/2003*, DJ, *19-11-2003* – 104
Gratificação natalina. *Cancelada pela Res. 121/2003*, DJ, *19-11-2003* – 34
Salário-família. *Cancelada pela Res. 121/2003*, DJ, *19-11-2003* – 227
Usinas de açúcar. *Cancelada pela Res. 3/1993*, DJ, *6-5-1993* – 57
TRABALHO NOTURNO
Exploração de petróleo. Hora reduzida – 112
Vigia. Adicional – 140
Vigia. Hora reduzida – 65
TRANSFERÊNCIA
Abusiva. Necessidade de serviço – 43
Ato unilateral. Suplemento

salarial. Despesa de transporte – 29

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Poder normativo. Constitucionalidade. Decisões contrárias ao STF – 190

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

Intervalos intrajornadas e semanal – 360

Petroleiros. Lei n. 5.811/72. Horas extras e alteração da jornada para horário fixo – 391

VANTAGENS

Cláusulas regulamentares. Revogação – 51

VIGIA

Adicional noturno – 140

Banco. Jornada de trabalho. *Cancelada pela Res. 121/2003*, DJ, *19-11-2003* – 59

Noturno. Hora reduzida – 65

VIGIA PORTUÁRIO

Terminal privativo. Indicação do sindicato – 309

VIGILANTE

Equiparação. Bancário – 257

VOGAL

Investidura. Cabimento de recurso para o TST. *Cancelada pela Res. 121/2003*, DJ, *19-11-2003* – 167

Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho[518]

1 ***Prazo judicial.***
Quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial será contado da segunda-feira imediata, inclusive, salvo se não houver expediente, caso em que fluirá no dia útil que se seguir.

2 ***Gratificação natalina.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

3 ***Gratificação natalina.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

4 ***Custas.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

5 ***Reajustamento salarial.*** *(Cancelada – Res. 121/ 2003,* DJ, *19-11-2003)*

6 ***Equiparação salarial. Art. 461 da CLT.*** *(Redação do item VI alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*
I – Para os fins previstos no § 2º do art. 461 da CLT, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se, apenas, dessa exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional aprovado por ato administrativo da autoridade competente. (ex-Súmula 6 – Res. 104/2000, *DJ*, 18-12-2000)
II – Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego. (ex-Súmula 135 – RA 102/1982, *DJ*, 11-10-1982 e *DJ*, 15-10-1982)
III – A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm, ou não, a mesma denominação. (ex-OJ n. 328 – *DJ*, 9-12-2003)
IV – É desnecessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita. (ex-Súmula 22, RA 57/1970, *DO-GB* – 27-11-1970)
V – A cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante. (ex-Súmula 111 – RA 102/1980, *DJ*, 25-9-1980)
VI – Presentes os pressupostos do art. 461 da CLT, é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma, exceto se decorrente de vantagem pessoal, de tese jurídica superada pela jurisprudência de Corte Superior ou, na hipótese de equiparação salarial em cadeia, suscitada em defesa, se o empregador produzir prova do alegado fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito à equiparação salarial em relação ao paradigma remoto.
VII – Desde que atendidos os requisitos do art. 461 da CLT, é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, que pode ser

518. De acordo com a Res. TST n. 189/2013 (*DEJT*, 13, 14 e 15-3-2013).

poderá exceder de 12 (doze) horas, desde que a lei não fixe expressamente outro limite. (Adicional fixado pela CF de 1988, art. 7º, XVI. Na redação original o adicional fixado era de 25%.)

§ 3º Sempre que ocorrer interrupção do trabalho, resultante de causas acidentais, ou de força maior, que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do trabalho poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de 2 (duas) horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 10 (dez) horas diárias, em período não superior a 45 (quarenta e cinco) dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.

Art. 62. Não são abrangidos pelo regime previsto neste capítulo:

I – os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, devendo tal condição ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados;

II – os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam, para efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento ou filial. (*Caput* e incisos com redação dada pela Lei n. 8.966, de 27-12-1994.)

Parágrafo único. O regime previsto neste capítulo será aplicável aos empregados mencionados no inciso II deste artigo, quando o salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, for inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40% (quarenta por cento). (Parágrafo incluído pela Lei n. 8.966, de 27-12-1994.)

Art. 63. Não haverá distinção entre empregados e interessados, e a participação em lucros e comissões, salvo em lucros de caráter social, não exclui o participante do regime deste Capítulo.

Art. 64. O salário-hora normal, no caso de empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal correspondente à duração do trabalho, a que se refere o art. 58, por 30 (trinta) vezes o número de horas dessa duração.

Parágrafo único. Sendo o número de dias inferior a 30 (trinta), adotar-se-á para o cálculo, em lugar desse número, o de dias de trabalho por mês.

Art. 65. No caso do empregado diarista, o salário-hora normal será obtido dividindo-se o salário diário correspondente à duração do trabalho, estabelecido no art. 58, pelo número de horas de efetivo trabalho.

► *Comentários*

A jornada normal de 8 horas diárias, ou 6 horas nos turnos ininterruptos, não é, como deixa claro a própria Constituição Federal, inflexível. Ao revés, permite alteração. O art. 7º, XIII e XIV, é de absoluta clareza, admitindo alterações mediante acordo ou convenção, formas de negociação coletiva.

1. *Horas extras*

É o caso da jornada suplementar, vulgarmente denominada *horas extras*, expressamente prevista na legislação infraconstitucional – art. 59, *caput*, da CLT.

A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares – não excedentes de 2 diárias – mediante acordo ou convenção coletiva, não subsistindo, a nosso ver, o simples acordo escrito, sendo imprescindível a participação do respectivo sindicato.

É o que leva Sérgio Pinto Martins a afirmar, quando da análise da expressão "mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho" (art. 7º, XIII, da CF de 1988),

avaliado por sua perfeição técnica, cuja aferição terá critérios objetivos. (ex-OJ n. 298 – *DJ*, 11-8-2003)

VIII – É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial. (ex-Súmula 68 – RA 9/1977, *DJ*, 11-2-1977)

IX – Na ação de equiparação salarial, a prescrição é parcial e só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento. (ex-Súmula 274 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

X – O conceito de "mesma localidade" de que trata o art. 461 da CLT refere-se, em princípio, ao mesmo município, ou a municípios distintos que, comprovadamente, pertençam à mesma região metropolitana. (ex-OJ n. 252 – inserida em 13-3-2002)

7 *Férias.*

A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação ou, se for o caso, na da extinção do contrato.

8 *Juntada de documento.*

A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença.

9 *Ausência do reclamante.*

A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, não importa arquivamento do processo.

10 *Professor. Dispensa sem justa causa. Término do ano letivo ou no curso de férias escolares. Aviso prévio.* *(Redação alterada em sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

O direito aos salários do período de férias escolares assegurado aos professores (art. 322, *caput* e § 3º, da CLT) não exclui o direito ao aviso prévio, na hipótese de dispensa sem justa causa ao término do ano letivo ou no curso das férias escolares.

11 *Honorários de advogado.* *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

12 *Carteira profissional.*

As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção *juris et de jure*, mas apenas *juris tantum*.

13 *Mora.*

O só pagamento dos salários atrasados em audiência não ilide a mora capaz de determinar a rescisão do contrato de trabalho.

14 *Culpa recíproca.* *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.

15 *Atestado médico.*

A justificação da ausência do empregado motivada por doença, para a percepção do salário-enfermidade e da remuneração do repouso semanal, deve observar a ordem preferencial dos atestados médicos estabelecida em lei.

16 *Notificação.* *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

Presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem. O seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.

17 *Adicional de insalubridade.* *(Restaurada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*[519]

O adicional de insalubridade devido a empregado que, por força de lei, convenção coletiva ou sentença normativa, percebe salário profissional será sobre este calculado.

18 *Compensação.*

A compensação, na Justiça do Trabalho, está restrita a dívidas de natureza trabalhista.

19 *Quadro de carreira.*

A Justiça do Trabalho é competente para apreciar reclamação de empregado que tenha por objeto direito fundado em quadro de carreira.

---

519. *Vide* decisão do STF que não admite deliberação judicial para suprir omissão do legislador, nos comentários aos arts. 76 a 128, item 2.

20 ***Resilição contratual.*** *(Cancelada – Res. 106/2001, DJ, 21-3-2001)*

21 ***Aposentadoria.*** *(Cancelada – Res. 30/1994, DJ, 12-5-1994)*

22 ***Equiparação salarial.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à Súmula 6 – Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005)*

23 ***Recurso.***
Não se conhece de recurso de revista ou de embargos, se a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abranger a todos.

24 ***Serviço extraordinário.***
Insere-se no cálculo da indenização por antiguidade o salário relativo a serviço extraordinário, desde que habitualmente prestado.

25 ***Custas.***
A parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está obrigada, independentemente de intimação, a pagar as custas fixadas na sentença originária, das quais ficara isenta a parte então vencida.

26 ***Estabilidade.*** *(Cancelada – Res. 121/2003, DJ, 19-11-2003)*

27 ***Comissionista.***
É devida a remuneração do repouso semanal e dos dias feriados ao empregado comissionista, ainda que pracista.

28 ***Indenização.*** *(Nova redação – Res. 121/2003, DJ, 19-11-2003)*
No caso de se converter a reintegração em indenização dobrada, o direito aos salários é assegurado até a data da primeira decisão que determinou essa conversão.

29 ***Transferência.***
Empregado transferido, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, tem direito a suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte.

30 ***Intimação da sentença.***
Quando não juntada a ata ao processo em 48 horas, contadas da audiência de julgamento (art. 851, § 2º, da CLT), o prazo para recurso será contado da data em que a parte receber a intimação da sentença.

31 ***Aviso prévio.*** *(Cancelada – Res. 31/1994, DJ, 12-5-1994 – Referência Lei n. 7.108/1983)*

32 ***Abandono de emprego.*** *(Nova redação – Res. 121/2003, DJ, 19-11-2003)*
Presume-se o abandono de emprego se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de 30 (trinta) dias após a cessação do benefício previdenciário nem justificar o motivo de não o fazer.

33 ***Mandado de segurança. Decisão judicial transitada em julgado.***
Não cabe mandado de segurança de decisão judicial transitada em julgado.

34 ***Gratificação natalina.*** *(Cancelada – Res. 121/2003, DJ, 19-11-2003)*

35 ***Depósito recursal. Complementação.*** *(Cancelada – Res. 121/2003, DJ, 19-11-2003)*

36 ***Custas.***
Nas ações plúrimas, as custas incidem sobre o respectivo valor global.

37 ***Prazo.*** *(Cancelada – Res. 32/1994, DJ, 12-5-1994)*

38 ***Recurso.*** *(Cancelada – Res. 121/2003, DJ, 19-11-2003)*

39 ***Periculosidade.***
Os empregados que operam em bomba de gasolina têm direito ao adicional de periculosidade (Lei n. 2.573, de 15-8-1955).

40 ***Processo administrativo.*** *(Cancelada – Res. 121/2003, DJ, 19-11-2003)*

41 ***Quitação.*** *(Cancelada – Res. 121/2003, DJ, 19-11-2003)*

42 ***Recurso.*** *(Cancelada – Res. 121/2003, DJ, 19-11-2003)*

43 ***Transferência.***
Presume-se abusiva a transferência de que trata o § 1º do art. 469 da CLT, sem comprovação da necessidade do serviço.

44 ***Aviso prévio.***
A cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, não exclui, por si só, o direito do empregado ao aviso prévio.

45 ***Serviço suplementar.***
A remuneração do serviço suplementar, habitualmente prestado, integra o cálculo da gratificação natalina prevista na Lei n. 4.090, de 13-7-1962.

46 ***Acidente de trabalho.***
As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina.

47 ***Insalubridade.***
O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.

48 ***Compensação.***
A compensação só poderá ser arguida com a contestação.

49 ***Inquérito judicial.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

50 ***Gratificação natalina.***
A gratificação natalina, instituída pela Lei n. 4.090, de 13-7-1962, é devida pela empresa cessionária ao servidor público cedido enquanto durar a cessão.

51 ***Norma Regulamentar. Vantagens e opção pelo novo regulamento. Art. 468 da CLT.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 163 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
I – As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento. (ex-Súmula 51 – RA 41/1973, *DJ*, 14-6-1973)
II – Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro. (ex-OJ n. 163 – inserida em 26-3-1999)

52 ***Tempo de serviço.***
O adicional de tempo de serviço (quinquênio) é devido, nas condições estabelecidas no art. 19 da Lei n. 4.345, de 26-6-1964, aos contratados sob o regime da CLT, pela empresa a que se refere a mencionada lei, inclusive para o fim de complementação de aposentadoria.

53 ***Custas.***
O prazo para pagamento das custas, no caso de recurso, é contado da intimação do cálculo.

54 ***Optante.***
Rescindindo por acordo seu contrato de trabalho, o empregado estável optante tem direito ao mínimo de 60% (sessenta por cento) do total da indenização em dobro, calculada sobre o maior salário percebido no emprego. Se houver recebido menos do que esse total, qualquer que tenha sido a forma de transação, assegura-se-lhe a complementação até aquele limite.

55 ***Financeiras.***
As empresas de crédito, financiamento ou investimento, também denominadas financeiras, equiparam-se aos estabelecimentos bancários para os efeitos do art. 224 da CLT.

56 ***Balconista.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

57 ***Trabalhador rural.*** *(Cancelada – Res. 3/1993,* DJ, *6-5-1993)*

58 ***Pessoal de obras.***
Ao empregado admitido como pessoal de obras, em caráter permanente e não amparado pelo regime estatutário, aplica-se a legislação trabalhista.

59 ***Vigia.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

60 ***Adicional noturno. Integração no salário e prorrogação em horário diurno.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 6 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
I – O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos. (ex-Súmula 60 – RA 105/1974, *DJ*, 24-10-1974)
II – Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorro-

gadas. Exegese do art. 73, § 5º, da CLT. (ex-OJ n. 6 – inserida em 25-11-1996)

61 *Ferroviário.*
Aos ferroviários que trabalham em estação do interior, assim classificada por autoridade competente, não são devidas horas extras (art. 243 da CLT).

62 *Abandono de emprego.*
O prazo de decadência do direito do empregador de ajuizar inquérito em face do empregado que incorre em abandono de emprego é contado a partir do momento em que o empregado pretendeu seu retorno ao serviço.

63 *Fundo de garantia.*
A contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, inclusive horas extras e adicionais eventuais.

64 *Prescrição.* *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

65 *Vigia.*
O direito à hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos aplica-se ao vigia noturno.

66 *Tempo de serviço.* *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

67 *Gratificação. Ferroviário.*
Chefe de trem, regido pelo estatuto dos ferroviários (Decreto n. 35.530, de 19-9-1959), não tem direito à gratificação prevista no respectivo art. 110.

68 *Prova.* *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Súmula 6 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

69 *Rescisão do contrato.* *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*
A partir da Lei n. 10.272, de 5-9-2001, havendo rescisão do contrato de trabalho e sendo revel e confesso quanto à matéria de fato, deve ser o empregador condenado ao pagamento das verbas rescisórias, não quitadas na primeira audiência, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento).

70 *Adicional de periculosidade.*
O adicional de periculosidade não incide sobre os triênios pagos pela Petrobras.

71 *Alçada.*
A alçada é fixada pelo valor dado à causa na data de seu ajuizamento, desde que não impugnado, sendo inalterável no curso do processo.

72 *Aposentadoria.* *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*
O prêmio-aposentadoria instituído por norma regulamentar da empresa não está condicionado ao disposto no § 2º do art. 14 da Lei n. 8.036, de 11-5-1990.

73 *Despedida. Justa causa.* *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*
A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

74 *Confissão.* *(Nova redação do item I e inserido o item III à redação em decorrência do julgamento do processo TST-IUJEEDRR 801385-77.2001.5.02.0017 – Res. 174/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*
I – Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor. (ex-Súmula n. 74 – RA 69/1978, *DJ*, 26-9-1978)
II – A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta (art. 400, I, CPC), não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores. (ex-OJ n. 184 da SBDI-1 – inserida em 8-11-2000)
III – A vedação à produção de prova posterior pela parte confessa somente a ela se aplica, não afetando o exercício, pelo magistrado, do poder/dever de conduzir o processo.

75 *Ferroviário.* *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

76 *Horas extras.* *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

77 *Punição.*
Nula é a punição de empregado se não precedida de inquérito ou sindicância internos a que se obrigou a empresa por norma regulamentar.

78 ***Gratificação.*** *(Cancelada - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

79 ***Tempo de serviço.*** *(Cancelada - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

80 ***Insalubridade.***
A eliminação da insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo exclui a percepção do respectivo adicional.

81 ***Férias.***
Os dias de férias gozados após o período legal de concessão deverão ser remunerados em dobro.

82 ***Assistência.*** *(Nova redação - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*
A intervenção assistencial, simples ou adesiva, só é admissível se demonstrado o interesse jurídico e não o meramente econômico.

83 ***Ação rescisória. Matéria controvertida.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 77 da SDI-II - Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
I - Não procede pedido formulado na ação rescisória por violação literal de lei se a decisão rescindenda estiver baseada em texto legal infraconstitucional de interpretação controvertida nos Tribunais. (ex-Súmula 83 - RA 69/1978, *DJ*, 26-9-1978, Nova redação - Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003).
II - O marco divisor quanto a ser, ou não, controvertida, nos Tribunais, a interpretação dos dispositivos legais citados na ação rescisória é a data da inclusão, na Orientação Jurisprudencial do TST, da matéria discutida. (ex-OJ n. 77 - inserida em 13-3-2002).

84 ***Adicional regional.*** *(Nova redação - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*
O adicional regional, instituído pela Petrobras, não contraria o art. 7º, XXXII, da CF/1988.

85 ***Compensação de jornada.*** *(Inserido o item V - Res. 174/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*
I. A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva. (ex-Súmula 85, primeira parte - Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)
II. O acordo individual para compensação de horas é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário. (ex-OJ n. 182 - inserida em 8-11-2000)
III. O mero não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional. (ex-Súmula 85, segunda parte- Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)
IV. A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário. (ex-OJ n. 220 - inserida em 20-6-2001)
V. As disposições contidas nesta súmula não se aplicam ao regime compensatório na modalidade "banco de horas", que somente pode ser instituído por negociação coletiva.

86 ***Deserção. Massa falida. Empresa em liquidação extrajudicial.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 31 da SDI-I - Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
Não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação. Esse privilégio, todavia, não se aplica à empresa em liquidação extrajudicial. (Primeira parte - ex-Súmula 86 - RA 69/1978, *DJ*, 26-9-1978; segunda parte - ex-OJ n. 31 - inserida em 14-3-1994)

87 ***Previdência privada.***
Se o empregado, ou seu beneficiário, já recebeu da instituição previdenciária privada, criada pela empresa, vantagem equivalente, é cabível a dedução de seu valor do benefício a que faz jus por norma regulamentar anterior.

88 ***Jornada de trabalho. Intervalo entre turnos.*** *(Cancelada - Res. 42/1995,* DJ, *17-2-1995 - Lei n. 8.923/1994)*

89 ***Falta ao serviço.***
Se as faltas já são justificadas pela lei, consideram-se como ausências legais e não serão descontadas para o cálculo do período de férias.

90 ***Horas "in itinere". Tempo de serviço.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação das Súmulas 324 e 325 e das Orientações Jurisprudenciais n. 50 e 236 da SDI-I - Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
I - O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho. (ex-Súmula 90 - RA 80/1978, *DJ*, 10-11-1978)
II - A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas *in itinere*. (ex-OJ n. 50 - inserida em 1º-2-1995)
III - A mera insuficiência de transporte público não enseja o pagamento de horas *in itinere*. (ex-Súmula 324 - RA 16/1993, *DJ*, 21-12-1993)
IV - Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas *in itinere* remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público. (ex-Súmula 325 RA 17/1993, *DJ*, 21-12-1993)
V - Considerando que as horas *in itinere* são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo. (ex-OJ n. 236 - inserida em 20-6-2001)

91 ***Salário complessivo.***
Nula é a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos legais ou contratuais do trabalhador.

92 ***Aposentadoria.***
O direito à complementação de aposentadoria, criado pela empresa, com requisitos próprios, não se altera pela instituição de benefício previdenciário por órgão oficial.

93 ***Bancário.***
Integra a remuneração do bancário a vantagem pecuniária por ele auferida na colocação ou na venda de papéis ou valores mobiliários de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, se exercida essa atividade no horário e no local de trabalho e com o consentimento, tácito ou expresso, do banco empregador.

94 ***Horas extras.*** *(Cancelada - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

95 ***Prescrição trintenária. FGTS.*** *(Cancelada. - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

96 ***Marítimo.***
A permanência do tripulante a bordo do navio, no período de repouso, além da jornada, não importa presunção de que esteja à disposição do empregador ou em regime de prorrogação de horário, circunstâncias que devem resultar provadas, dada a natureza do serviço.

97 ***Aposentadoria. Complementação.*** *(Nova Redação - RA 96/1980,* DJ, *11-9-1980)*
Instituída complementação de aposentadoria por ato da empresa, expressamente dependente de regulamentação, as condições desta devem ser observadas como parte integrante da norma.

98 ***FGTS. Indenização. Equivalência. Compatibilidade.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 299 da SDI-I - Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
I - A equivalência entre os regimes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da estabilidade prevista na CLT é meramente jurídica e não econômica, sendo indevidos valores a título de reposição de diferenças. (ex-Súmula 98 - RA 57/1980, *DJ*, 6-6-1980)
II - A estabilidade contratual ou a derivada de regulamento de empresa são compatíveis com o regime do FGTS. Diversamente ocorre

com a estabilidade legal (decenal, art. 492 da CLT), que é renunciada com a opção pelo FGTS. (ex-OJ n. 299 – *DJ*, 11-8-2003)

99 ***Ação rescisória. Deserção. Prazo.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 117 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

Havendo recurso ordinário em sede de rescisória, o depósito recursal só é exigível quando for julgado procedente o pedido e imposta condenação em pecúnia, devendo este ser efetuado no prazo recursal, no limite e nos termos da legislação vigente, sob pena de deserção. (ex-Súmula 99 – RA 62/1980, *DJ*, 11-6-1980 e alterada pela Res. 110/2002, *DJ*, 11-4-2002 e ex-OJ n. 117 – *DJ*, 11-8-2003)

100 ***Ação rescisória. Decadência.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 13, 16, 79, 102, 104, 122 e 145 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

I – O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não. (ex-Súmula 100 – Res. 109/2001, *DJ*, 18-4-2001).

II – Havendo recurso parcial no processo principal, o trânsito em julgado dá-se em momentos e em tribunais diferentes, contando-se o prazo decadencial para a ação rescisória do trânsito em julgado de cada decisão, salvo se o recurso tratar de preliminar ou prejudicial que possa tornar insubsistente a decisão recorrida, hipótese em que flui a decadência a partir do trânsito em julgado da decisão que julgar o recurso parcial. (ex-Súmula 100 – Res. 109/2001, *DJ*, 18-4-2001).

III – Salvo se houver dúvida razoável, a interposição de recurso intempestivo ou a interposição de recurso incabível não protrai o termo inicial do prazo decadencial. (ex-Súmula 100 – Res. 109/2001, *DJ*, 18-4-2001).

IV – O juízo rescindente não está adstrito à certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória, podendo formar sua convicção através de outros elementos dos autos quanto à antecipação ou postergação do *dies a quo* do prazo decadencial. (ex-OJ n. 102 – *DJ*, 29-4-2003).

V – O acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecorrível, na forma do art. 831 da CLT. Assim sendo, o termo conciliatório transita em julgado na data da sua homologação judicial. (ex-OJ n. 104 – *DJ*, 29-4-2003).

VI – Na hipótese de colusão das partes, o prazo decadencial da ação rescisória somente começa a fluir para o Ministério Público, que não interveio no processo principal, a partir do momento em que tem ciência da fraude. (ex-OJ n. 122 – *DJ*, 11-8-2003).

VII – Não ofende o princípio do duplo grau de jurisdição a decisão do TST que, após afastar a decadência em sede de recurso ordinário, aprecia desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento. (ex-OJ n. 79 – inserida em 13-3-2002).

VIII – A exceção de incompetência, ainda que oposta no prazo recursal, sem ter sido aviado o recurso próprio, não tem o condão de afastar a consumação da coisa julgada e, assim, postergar o termo inicial do prazo decadencial para a ação rescisória. (ex-OJ n. 16 – inserida em 20-9-2000).

IX – Prorroga-se até o primeiro dia útil, imediatamente subsequente, o prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória quando expira em férias forenses, feriados, finais de semana ou em dia em que não houver expediente forense. Aplicação do art. 775 da CLT. (ex-OJ n. 13 – inserida em 20-9-2000).

X – Conta-se o prazo decadencial da ação rescisória, após o decurso do prazo legal previsto para a interposição do recurso extraordinário, apenas quando esgotadas todas as vias recursais ordinárias. (ex-OJ n. 145 – *DJ*, 10-11-2004).

101 ***Diárias de viagem. Salário.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 292 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que excedam a 50% (cinquenta por cento) do

salário do empregado, enquanto perdurarem as viagens. (Primeira parte – ex-Súmula 101 – RA 65/1980, *DJ*, 18-6-1980; segunda parte – ex-OJ n. 292 – inserida em 11-8-2003)

102 ***Bancário. Cargo de confiança.*** *(Mantida – res. 174/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*

I – A configuração, ou não, do exercício da função de confiança a que se refere o art. 224, § 2º, da CLT, dependente da prova das reais atribuições do empregado, é insuscetível de exame mediante recurso de revista ou de embargos. (ex-Súmula 204 – RA 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

II – O bancário que exerce a função a que se refere o § 2º do art. 224 da CLT e recebe gratificação não inferior a um terço de seu salário já tem remuneradas as duas horas extraordinárias excedentes de seis. (ex-Súmula 166 – RA 102/1982, *DJ*, 11-10-1982 e *DJ*, 15-10-1982)

III – Ao bancário exercente de cargo de confiança previsto no artigo 224, § 2º, da CLT são devidas as 7ª e 8ª horas, como extras, no período em que se verificar o pagamento a menor da gratificação de 1/3. (ex-OJ n. 288 – *DJ*, 11-8-2003)

IV – O bancário sujeito à regra do art. 224, § 2º, da CLT cumpre jornada de trabalho de 8 (oito) horas, sendo extraordinárias as trabalhadas além da oitava. (ex-Súmula 232- RA 14/1985, *DJ*, 19-9-1985)

V – O advogado empregado de banco, pelo simples exercício da advocacia, não exerce cargo de confiança, não se enquadrando, portanto, na hipótese do § 2º do art. 224 da CLT. (ex-OJ n. 222 – inserida em 20-6-2001)

VI – O caixa bancário, ainda que caixa executivo, não exerce cargo de confiança. Se perceber gratificação igual ou superior a um terço do salário do posto efetivo, essa remunera apenas a maior responsabilidade do cargo e não as duas horas extraordinárias além da sexta. (ex-Súmula 102 – RA 66/1980, *DJ*, 18-6-1980, e republicada *DJ*, 14-7-1980)

VII – O bancário exercente de função de confiança, que percebe a gratificação não inferior ao terço legal, ainda que norma coletiva contemple percentual superior, não tem direito às sétima e oitava horas como extras, mas tão somente às diferenças de gratificação de função, se postuladas. (ex-OJ n. 15 – inserida em 14-3-1994)

103 ***Tempo de serviço. Licença-prêmio.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

104 ***Férias. Trabalhador rural.*** *(Cancelada – Res. 121/2003 –* DJ, *19-11-2003)*

105 ***Funcionário público. Quinquênios.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

106 ***Aposentadoria. Ferroviário. Competência.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

107 ***Ação rescisória. Prova.*** *(Cancelada pela Súmula 299 – Res. 9/1989,* DJ, *14-4-1989)*

108 ***Compensação de horário. Acordo.*** *(Cancelada – Res. 85/1998,* DJ, *20-8-1998)*

109 ***Gratificação de função.*** *(Redação dada pela RA 97/1980,* DJ, *19-9-1980)*

O bancário não enquadrado no § 2º do art. 224 da CLT, que receba gratificação de função, não pode ter o salário relativo a horas extraordinárias compensado com o valor daquela vantagem.

110 ***Jornada de trabalho. Intervalo.***

No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de 24 horas, com prejuízo do intervalo mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional.

111 ***Equiparação salarial.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Súmula 6 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

112 ***Trabalho noturno. Petróleo.***

O trabalho noturno dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação do petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados, por meio de dutos, é regulado pela Lei n. 5.811, de 11-10-1972, não se lhe aplicando a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos prevista no art. 73, § 2º, da CLT.

113 ***Bancário. Sábado. Dia útil.***
O sábado do bancário é dia útil não trabalhado, não dia de repouso remunerado. Não cabe a repercussão do pagamento de horas extras habituais em sua remuneração.

114 ***Prescrição intercorrente.***
É inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente.

115 ***Horas extras. Gratificações semestrais.*** *(Nova redação - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*
O valor das horas extras habituais integra a remuneração do trabalhador para o cálculo das gratificações semestrais.

116 ***Funcionário público. Cedido. Reajuste salarial.*** *(Cancelada - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

117 ***Bancário. Categoria diferenciada.***
Não se beneficiam do regime legal relativo aos bancários os empregados de estabelecimento de crédito pertencentes a categorias profissionais diferenciadas.

118 ***Jornada de trabalho. Horas extras.***
Os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada.

119 ***Jornada de trabalho.***
Os empregados de empresas distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários não têm direito à jornada especial dos bancários.

120 ***Equiparação salarial. Decisão judicial.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Súmula 6 - Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

121 ***Funcionário público. Gratificação de produtividade.*** *(Cancelada - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

122 ***Revelia. Atestado médico.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 74 da SDI-I - Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
A reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, ainda que presente seu advogado munido de procuração, podendo ser ilidida a revelia mediante a apresentação de atestado médico, que deverá declarar, expressamente, a impossibilidade de locomoção do empregador ou do seu preposto no dia da audiência. (Primeira parte - ex-OJ n. 74 - inserida em 25-11-1996; segunda parte - ex-Súmula 122, redação dada pela Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

123 ***Competência. Art. 106 da CF.*** *(Cancelada - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

124 ***Bancário. Salário-hora. Divisor.*** *(Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-09-2012) - Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*
I - O divisor aplicável para o cálculo das horas extras do bancário, se houver ajuste individual expresso ou coletivo no sentido de considerar o sábado como dia de descanso remunerado, será:
a) 150, para os empregados submetidos à jornada de seis horas, prevista no *caput* do art. 224 da CLT;
b) 200, para os empregados submetidos à jornada de oito horas, nos termos do § 2º do art. 224 da CLT.
II - Nas demais hipóteses, aplicar-se-á o divisor:
a)180, para os empregados submetidos à jornada de seis horas prevista no *caput* do art. 224 da CLT;
b) 220, para os empregados submetidos à jornada de oito horas, nos termos do § 2º do art. 224 da CLT.

125 ***Contrato de trabalho. Art. 479 da CLT.***
O art. 479 da CLT aplica-se ao trabalhador optante pelo FGTS admitido mediante contrato por prazo determinado, nos termos do art. 30, § 3º, do Decreto n. 59.820, de 20-12-1966.

126 ***Recurso. Cabimento.***
Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, "b", da CLT) para reexame de fatos e provas.

127 ***Quadro de carreira.***
Quadro de pessoal organizado em carreira, aprovado pelo órgão competente, excluída a

hipótese de equiparação salarial, não obsta reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação.

128 ***Depósito recursal.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 139, 189 e 190 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – É ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção. Atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso. (ex-Súmula 128, redação dada pela Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003, que incorporou a OJ n. 139 – inserida em 27-11-1998)

II – Garantido o juízo, na fase executória, a exigência de depósito para recorrer de qualquer decisão viola os incisos II e LV do art. 5º da CF/1988. Havendo, porém, elevação do valor do débito, exige-se a complementação da garantia do juízo. (ex-OJ n. 189 – inserida em 8-11-2000)

III – Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide. (ex-OJ n. 190 – inserida em 8-11-2000)

129 ***Contrato de trabalho. Grupo econômico.***

A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.

130 ***Adicional noturno.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

131 ***Salário mínimo. Vigência.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

132 ***Adicional de periculosidade. Integração.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 174 e 267 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – O adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo de indenização e de horas extras. (ex-prejulgado n. 3). (ex-Súmula 132 – RA 102/1982, *DJ*, 11-10-1982/ *DJ*, 15-10-1982 e ex-OJ n. 267 – inserida em 27-9-2002)

II – Durante as horas de sobreaviso, o empregado não se encontra em condições de risco, razão pela qual é incabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas. (ex- OJ n. 174 – inserida em 8-11-2000)

133 ***Embargos infringentes.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

134 ***Salário. Menor não aprendiz.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

135 ***Salário. Equiparação.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Súmula 6 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

136 ***Juiz. Identidade física.*** *(Cancelada – Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

137 ***Adicional de insalubridade.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

138 ***Readmissão.***

Em caso de readmissão, conta-se a favor do empregado o período de serviço anterior, encerrado com a saída espontânea. Ex-prejulgado n. 9.

139 ***Adicional de insalubridade.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 102 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Enquanto percebido, o adicional de insalubridade integra a remuneração para todos os efeitos legais. (ex-OJ n. 102 – inserida em 1º-10-1997)

140 ***Vigia.***

É assegurado ao vigia sujeito ao trabalho noturno o direito ao respectivo adicional. Ex-prejulgado n. 12.

141 ***Dissídio coletivo.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

142 ***Gestante. Dispensa.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

143 ***Salário profissional.***

O salário profissional dos médicos e dentistas guarda proporcionalidade com as horas efetivamente trabalhadas, respeitado o mínimo

que "o constituinte, ao falar em acordo, quis referir-se a acordo coletivo e não a acordo escrito ou individual, até mesmo para prestigiar a participação dos sindicatos nas negociações coletivas"[85].

Prova eloquente do que afirmamos é o cancelamento da Súmula 108 do TST, que admitia o acordo escrito para a prorrogação da jornada de trabalho (RA 85, de 13-8-1998, *DJU*, 20-8-1998).

2. *Supressão das horas extras*

O empregado não está obrigado a prestar serviços extraordinários, e sua recusa não configura falta grave, salvo na ocorrência de necessidade imperiosa, em virtude de força maior ou serviços inadiáveis (art. 61).

O empregador, por sua vez, pode cancelar as horas extras (que normalmente são realizadas em virtude de aumento da demanda). A jurisprudência que entendia pela incorporação dos respectivos adicionais à remuneração foi substituída pela indenização, nos termos da Súmula 291 do TST:

"A supressão total ou parcial, pelo empregador, de serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão" (redação da Res. 174/2011, *DEJT*, 27, 30 e 31-5-2011).

85. Ob. cit., p. 109-10.

3. *Proibição de horas extras*

As horas extras estão proibidas: a) aos menores de dezoito anos (salvo a ocorrência de força maior); b) no trabalho em regime de tempo parcial.

O art. 376 da CLT, que vedava o trabalho em horas suplementares pela mulher (exceto na ocorrência de força maior), foi revogado pela Lei n. 10.244, de 27-6-2001: "Revoga o art. 376 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para permitir a realização de horas extras por mulheres".

4. *Remuneração das horas extras*

Em conformidade com o que dispõe o art. 7º, XVI, da Constituição Federal, a remuneração da hora suplementar é de, pelo menos, 50% superior à da hora normal. É o chamado *adicional de hora extra*. Isso significa que à hora normal deve ser acrescido tal adicional em percentual mínimo de 50%. A expressão "pelo menos", utilizada pelo constituinte, deixa claro que o acordo ou convenção coletiva que preveja a prestação de jornada suplementar pode estabelecer adicional superior.

Nos termos da Súmula 264 do TST:

"A remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, integrado por parcelas de natureza salarial e acrescido do adicional previsto em lei, contrato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa".

5. *Sistema de compensação*

As horas extras podem ser compensadas com a respectiva redução ou supressão da jornada em determinado dia da semana. É o que se chama de "semana inglesa" – trabalha-se mais de segunda a sexta-feira, com folga nos sábados,

de 50 (cinquenta) horas mensais. Ex-prejulgado n. 15.

144 ***Ação rescisória.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

145 ***Gratificação de Natal.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

146 ***Trabalho em domingos e feriados, não compensado.*** *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

O trabalho prestado em domingos e feriados, não compensado, deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.

147 ***Férias. Indenização.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

148 ***Gratificação natalina.***

É computável a gratificação de Natal para efeito de cálculo de indenização. Ex-prejulgado n. 20.

149 ***Tarefeiro. Férias.***

A remuneração das férias do tarefeiro deve ser calculada com base na média da produção do período aquisitivo, aplicando-se-lhe a tarifa da data da concessão. Ex-prejulgado n. 22.

150 ***Demissão. Incompetência da Justiça do Trabalho.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

151 ***Férias. Remuneração.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

152 ***Gratificação. Ajuste tácito.***

O fato de constar do recibo de pagamento de gratificação o caráter de liberalidade não basta, por si só, para excluir a existência de ajuste tácito. Ex-prejulgado n. 25.

153 ***Prescrição.***

Não se conhece de prescrição não arguida na instância ordinária. Ex-prejulgado n. 27.

154 ***Mandado de segurança.*** *(Cancelada – Res. 121/2003 –* DJ, *19-11-2003)*

155 ***Ausência ao serviço.***

As horas em que o empregado falta ao serviço para comparecimento necessário, como parte, à Justiça do Trabalho não serão descontadas de seus salários. Ex-prejulgado n. 30.

156 ***Prescrição. Prazo.***

Da extinção do último contrato começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação em que se objetiva a soma de períodos descontínuos de trabalho. Ex-prejulgado n. 31.

157 ***Gratificação.***

A gratificação instituída pela Lei n. 4.090, de 13-7-1962 é devida na resilição contratual de iniciativa do empregado. Ex-prejulgado n. 32.

158 ***Ação rescisória.***

Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho, em ação rescisória, é cabível recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho, em face da organização judiciária trabalhista. Ex-prejulgado n. 35.

159 ***Substituição de caráter não eventual e vacância do cargo.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 112 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído. (ex-Súmula 159 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

II – Vago o cargo em definitivo, o empregado que passa a ocupá-lo não tem direito a salário igual ao do antecessor. (ex-OJ n. 112 – inserida em 1º-10-1997)

160 ***Aposentadoria por invalidez.***

Cancelada a aposentadoria por invalidez, mesmo após cinco anos, o trabalhador terá direito de retornar ao emprego, facultado, porém, ao empregador, indenizá-lo na forma da lei. Ex-prejulgado n. 37.

161 ***Depósito. Condenação a pagamento em pecúnia.***

Se não há condenação a pagamento em pecúnia, descabe o depósito de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 899 da CLT. Ex-prejulgado n. 39.

162 ***Insalubridade.*** *(Cancelada – Res. 59/1996,* DJ, *28-6-1996)*

163 ***Aviso prévio. Contrato de experiência.***

Cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência, na forma do art. 481 da CLT. Ex-prejulgado n. 42.

164 ***Procuração. Juntada.*** *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*
O não cumprimento das determinações dos §§ 1º e 2º do art. 5º da Lei n. 8.906, de 4-7-1994, e do art. 37, parágrafo único, do Código de Processo Civil importa o não conhecimento de recurso, por inexistente, exceto na hipótese de mandato tácito.

165 ***Depósito. Recurso. Conta vinculada.*** *(Cancelada – Res. 87/1998,* DJ, *15-10-1998 – Referência: Circular CEF n. 149/1998)*

166 ***Bancário. Cargo de confiança. Jornada de trabalho.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 102 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

167 ***Vogal. Investidura. Recurso.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

168 ***Prescrição. Prestações periódicas. Contagem.*** *(Cancelada pela Súmula 294 – Res. 4/1989,* DJ, *14-4-1989)*

169 ***Ação rescisória. Justiça do Trabalho. Depósito prévio.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

170 ***Sociedade de economia mista. Custas.***
Os privilégios e isenções no foro da Justiça do Trabalho não abrangem as sociedades de economia mista, ainda que gozassem desses benefícios anteriormente ao Decreto-Lei n. 779, de 21-8-1969. Ex-prejulgado n. 50.

171 ***Férias Proporcionais. Contrato de Trabalho. Extinção.*** *(Nova Redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003. Republicada no* DJ, *de 27-4-2004 e de 5-5-2004 em razão de erro material na referência legislativa)*
Salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses (art. 147 da CLT). Ex-prejulgado n. 51.

172 ***Repouso remunerado. Horas extras. Cálculo.***
Computam-se no cálculo do repouso remunerado as horas extras habitualmente prestadas. Ex-prejulgado n. 52.

173 ***Salário. Empresa. Cessação de atividades.***
Extinto, automaticamente, o vínculo empregatício com a cessação das atividades da empresa, os salários só são devidos até a data da extinção. Ex-prejulgado n. 53.

174 ***Previdência. Lei n. 3.841/1960. Aplicação.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

175 ***Recurso adesivo. Art. 500 do CPC. Inaplicabilidade.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

176 ***Fundo de garantia. Levantamento do depósito.*** *(Cancelada – Res. 130/2005,* DJ, *13-5-2005)*

177 ***Dissídio coletivo. Sindicato. Representação.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

178 ***Telefonista. Art. 227, e parágrafos, da CLT. Aplicabilidade.***
É aplicável à telefonista de mesa de empresa que não explora o serviço de telefonia o disposto no art. 227, e seus parágrafos, da CLT. Ex-prejulgado n. 59.

179 ***Inconstitucionalidade. Art. 22 da Lei n. 5.107/1966.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

180 ***Ação de cumprimento. Substituição processual. Desistência.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

181 ***Adicional. Tempo de serviço. Reajuste semestral. Lei n. 6.708/1979.*** *(Cancelada – Res. 121/2003 –* DJ, *19-11-2003)*

182 ***Aviso prévio. Indenização compensatória. Lei n. 6.708, de 30-10-1979.***
O tempo do aviso prévio, mesmo indenizado, conta-se para efeito da indenização adicional prevista no art. 9º da Lei n. 6.708, de 30-10-1979.

183 ***Embargos. Recurso de revista. Despacho denegatório. Agravo de instrumento. Não cabimento.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

184 ***Embargos declaratórios. Omissão em recurso de revista. Preclusão.***

Ocorre preclusão se não forem opostos embargos declaratórios para suprir omissão apontada em recurso de revista ou de embargos.

185 ***Embargos sob intervenção do Banco Central. Liquidação extrajudicial. Juros. Correção monetária. Lei n. 6.024/1974.*** *(Cancelada - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

186 ***Licença-prêmio. Conversão em pecúnia. Regulamento da empresa.***
A licença-prêmio, na vigência do contrato de trabalho, não pode ser convertida em pecúnia, salvo se expressamente admitida a conversão no regulamento da empresa.

187 ***Correção monetária. Incidência.***
A correção monetária não incide sobre o débito do trabalhador reclamante.

188 ***Contrato de trabalho. Experiência. Prorrogação.***
O contrato de experiência pode ser prorrogado, respeitado o limite máximo de 90 (noventa) dias.

189 ***Greve. Competência da Justiça do Trabalho. Abusividade.***
A Justiça do Trabalho é competente para declarar a abusividade, ou não, da greve.

190 ***Poder normativo do TST. Condições de trabalho. Inconstitucionalidade. Decisões contrárias ao STF.***
Ao julgar ou homologar ação coletiva ou acordo nela havido, o Tribunal Superior do Trabalho exerce o poder normativo constitucional, não podendo criar ou homologar condições de trabalho que o Supremo Tribunal Federal julgue iterativamente inconstitucionais.

191 ***Adicional. Periculosidade. Incidência.***
O adicional de periculosidade incide apenas sobre o salário básico e não sobre este acrescido de outros adicionais. Em relação aos eletricitários, o cálculo do adicional de periculosidade deverá ser efetuado sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial.

192 ***Ação rescisória. Competência e possibilidade jurídica do pedido.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 48, 105 e 133 da SDI-II - Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
I – Se não houver o conhecimento de recurso de revista ou de embargos, a competência para julgar ação que vise a rescindir a decisão de mérito é do Tribunal Regional do Trabalho, ressalvado o disposto no item II. (ex-Súmula 192 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)
II – Acórdão rescindendo do Tribunal Superior do Trabalho que não conhece de recurso de embargos ou de revista, analisando arguição de violação de dispositivo de lei material ou decidindo em consonância com súmula de direito material ou com iterativa, notória e atual jurisprudência de direito material da Seção de Dissídios Individuais (Súmula 333), examina o mérito da causa, cabendo ação rescisória da competência do Tribunal Superior do Trabalho. (ex-Súmula 192 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)
III – Em face do disposto no art. 512 do CPC, é juridicamente impossível o pedido explícito de desconstituição de sentença quando substituída por acórdão de Tribunal Regional ou superveniente sentença homologatória de acordo que puser fim ao litígio. (Redação do item III alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 17-11-2008 – Res. 153/2008, *DJe* divulgado em 20, 21 e 24-11-2008)
IV – É manifesta a impossibilidade jurídica do pedido de rescisão de julgado proferido em agravo de instrumento que, limitando-se a aferir o eventual desacerto do juízo negativo de admissibilidade do recurso de revista, não substitui o acórdão regional, na forma do art. 512 do CPC. (ex-OJ n. 105 – *DJ*, 29-4-2003)
V – A decisão proferida pela SDI, em sede de agravo regimental, calcada na Súmula 333, substitui acórdão de Turma do TST, porque emite juízo de mérito, comportando, em tese, o corte rescisório. (ex-OJ n. 133 – *DJ*, 4-5-2004)

193 ***Correção monetária. Juros. Cálculo. Execução de sentença. Pessoa jurídica de direito público.*** *(Cancelada - Res. 105/2000,* DJ, *18-12-2000)*

194 ***Ação rescisória. Justiça do Trabalho. Depósito prévio.*** *(Cancelada – Res. 141/2007 – DJ, 10-10-2007)*

195 ***Embargos. Agravo regimental. Cabimento.*** *(Cancelada – Res. 121/2003, DJ, 19-11-2003)*

196 ***Recurso adesivo. Prazo.*** *(Cancelada – Res. 121/2003, DJ, 19-11-2003)*

197 ***Prazo.***
O prazo para recurso da parte que, intimada, não comparecer à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença conta-se de sua publicação.

198 ***Prescrição.*** *(Cancelada pela Súmula 294 – Res. 4/1989, DJ, 14-4-1989)*

199 ***Bancário. Pré-contratação de horas extras.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 48 e 63 da SDI-I – Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005)*
I – A contratação do serviço suplementar, quando da admissão do trabalhador bancário, é nula. Os valores assim ajustados apenas remuneram a jornada normal, sendo devidas as horas extras com o adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), as quais não configuram pré-contratação, se pactuadas após a admissão do bancário. (ex-Súmula 199, Res. 41/1995, *DJ*, 17-2-1995, e ex-OJ 48 – inserida em 25-11-1996)
II – Em se tratando de horas extras pré-contratadas, opera-se a prescrição total se a ação não for ajuizada no prazo de cinco anos, a partir da data em que foram suprimidas. (ex-OJ n. 63 – inserida em 14-3-1994)

200 ***Juros de mora. Incidência.***
Os juros de mora incidem sobre a importância da condenação já corrigida monetariamente.

201 ***Recurso ordinário em mandado de segurança.***
Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança cabe recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias, para o Tribunal Superior do Trabalho, e igual dilação para o recorrido e interessados apresentarem razões de contrariedade.

202 ***Gratificação por tempo de serviço. Compensação.***
Existindo, ao mesmo tempo, gratificação por tempo de serviço outorgada pelo empregador e outra da mesma natureza prevista em acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa, o empregado tem direito a receber, exclusivamente, a que lhe seja mais benéfica.

203 ***Gratificação por tempo de serviço. Natureza salarial.***
A gratificação por tempo de serviço integra o salário para todos os efeitos legais.

204 ***Bancário. Cargo de confiança. Caracterização.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 102 – Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005)*

205 ***Grupo econômico. Execução. Solidariedade.*** *(Cancelada – Res. 121/2003, DJ, 19-11-2003)*

206 ***FGTS. Incidência sobre parcelas prescritas.***
A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS.

207 ***Conflitos de leis trabalhistas no espaço. Princípio da "lex loci executionis".*** *(Cancelada – Res. 181/2012, DEJT, 19, 20 e 23-4-2012)*

208 ***Recurso de revista. Admissibilidade. Interpretação de cláusula de natureza contratual.*** *(Cancelada – Res. 59/1996, DJ, 28-6-1996)*

209 ***Cargo em comissão. Reversão.*** *(Cancelada – RA 81/1985, DJ, 3-12-1985)*

210 ***Recurso de revista. Execução de sentença.*** *(Cancelada – Res. 121/2003, DJ, 19-11-2003)*

211 ***Juros de mora e correção monetária. Independência do pedido inicial e do título executivo judicial.***
Os juros de mora e a correção monetária incluem-se na liquidação, ainda que omisso o pedido inicial ou a condenação.

212 ***Despedimento. Ônus da prova.***
O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador,

pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado.

213 ***Embargos de declaração. Suspensão do prazo recursal.*** *(Cancelada – Res. 46/1995,* DJ, *20-4-1995 – Lei n. 8.950/1994)*

214 ***Decisão interlocutória. Irrecorribilidade.*** *(Nova redação conferida pela Res. 127/2005,* DJ, *14-3-2005)*

Decisão interlocutória. Irrecorribilidade. Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão:

a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho;

b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal;

c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT.

215 ***Horas extras não contratadas expressamente. Adicional devido.*** *(Cancelada – Res. 28/1994,* DJ, *12-5-1994. Referência: art. 7º, XVI, CF/1988)*

216 ***Deserção. Relação de empregados. Autenticação mecânica desnecessária.*** *(Cancelada – Res. 87/1998,* DJ, *15-10-1998)*

217 ***Depósito recursal. Credenciamento bancário. Prova dispensável.***

O credenciamento dos bancos para o fim de recebimento do depósito recursal é fato notório, independendo da prova.

218 ***Recurso de revista. Acórdão proferido em agravo de instrumento.***

É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.

219 ***Honorários advocatícios. Hipótese de cabimento.*** *(Nova redação do item II e inserido o item III à redação – Res. 174/2011,* DEJT, *27, 30 e 31.05.2011)*

I – Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15% (quinze por cento), não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. (ex-Súmula n. 219 – Res. 14/1985, *DJ* 26-9-1985)

II – É cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória no processo trabalhista.

III – São devidos os honorários advocatícios nas causas em que o ente sindical figure como substituto processual e nas lides que não derivem da relação de emprego.

220 ***Honorários advocatícios. Substituição processual.*** *(Cancelada – Res. 55/1996,* DJ, *19-4-1996)*

221 ***Recurso de revista. Violação de lei. Indicação de preceito. Interpretação razoável.*** *(Alterada em decorrência da redação do inciso II do art. 894 da CLT, incluído pela Lei n. 11.496/2007 – Res. 181/2012,* DEJT, *19, 20 e 23-4-2012)*

I – A admissibilidade do recurso de revista por violação tem como pressuposto a indicação expressa do dispositivo de lei ou da Constituição tido como violado. (ex-OJ n. 94 da SBDI-1 – inserida em 30-5-1997)

II – Interpretação razoável de preceito de lei, ainda que não seja a melhor, não dá ensejo à admissibilidade ou ao conhecimento de recurso de revista com base na alínea *c* do art. 896 da CLT. A violação há de estar ligada à literalidade do preceito. (ex-Súmula n. 221 – alterada pela Res. 121/2003, *DJ*, 21-11-2003)

222 ***Dirigentes de associações profissionais. Estabilidade provisória.*** *(Cancelada – Res. 84/1998,* DJ, *20-8-1998)*

223 ***Prescrição. Opção pelo sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Termo inicial.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

224 ***Competência. Ação de cumprimento. Sindicato. Desconto assistencial.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

225 ***Repouso semanal. Cálculo. Gratificações por tempo de serviço e produtividade.***
As gratificações por tempo de serviço e produtividade, pagas mensalmente, não repercutem no cálculo do repouso semanal remunerado.

226 ***Bancário. Gratificação por tempo de serviço. Integração no cálculo das horas extras.***
A gratificação por tempo de serviço integra o cálculo das horas extras.

227 ***Salário-família. Trabalhador rural.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

228 ***Adicional de insalubridade. Base de cálculo.*** *(Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno em 26-6-2008 – Res. 148/2008, DJ 4 e 7-7-2008 – Republicada* DJ *8, 9 e 10-7-2008. SÚMULA CUJA EFICÁCIA ESTÁ SUSPENSA POR DECISÃO LIMINAR DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*
A partir de 9 de maio de 2008, data da publicação da Súmula Vinculante n. 4 do Supremo Tribunal Federal, o adicional de insalubridade será calculado sobre o salário básico, salvo critério mais vantajoso fixado em instrumento coletivo.

229 ***Sobreaviso. Eletricitários.*** *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*
Por aplicação analógica do art. 244, § 2º, da CLT, as horas de sobreaviso dos eletricitários são remuneradas à base de 1/3 sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial.

230 ***Aviso prévio. Substituição pelo pagamento das horas reduzidas da jornada de trabalho.***
É ilegal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.

231 ***Quadro de carreira. Homologação pelo Conselho Nacional de Política Salarial. Eficácia.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

232 ***Bancário. Cargo de confiança. Jornada. Horas extras.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Súmula 102 – Res. 129/ 2005,* DJ, *20-4-2005)*

233 ***Bancário. Chefe.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

234 ***Bancário. Subchefe.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

235 ***Distrito Federal e autarquias. Correção automática dos salários. Inaplicabilidade da Lei n. 6.708/1979.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

236 ***Honorários periciais. Responsabilidade.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

237 ***Bancário. Tesoureiro.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

238 ***Bancário. Subgerente.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

239 ***Bancário. Empregado de empresa de processamento de dados.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 64 e 126 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
É bancário o empregado de empresa de processamento de dados que presta serviço a banco integrante do mesmo grupo econômico, exceto quando a empresa de processamento de dados presta serviços a banco e a empresas não bancárias do mesmo grupo econômico ou a terceiros. (Primeira parte – ex-Súmula 239 – Res. 15/1985, *DJ*, 9-12-1985; segunda parte – ex-OJs n. 64 – inserida em 13-9-1994 e n. 126 – inserida em 20-4-1998)

240 ***Bancário. Gratificação de função e adicional por tempo de serviço.***
O adicional por tempo de serviço integra o cálculo da gratificação prevista no art. 224, § 2º, da CLT.

241 ***Salário-utilidade. Alimentação.***
O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.

242 ***Indenização adicional. Valor.***

A indenização adicional, prevista no art. 9º da Lei n. 6.708, de 30-10-1979, e no art. 9º da Lei n. 7.238, de 28-10-1984, corresponde ao salário mensal, no valor devido na data da comunicação do despedimento, integrado pelos adicionais legais ou convencionados, ligados à unidade de tempo mês, não sendo computável a gratificação natalina.

243 ***Opção pelo regime trabalhista. Supressão das vantagens estatutárias.***
Exceto na hipótese de previsão contratual ou legal expressa, a opção do funcionário público pelo regime trabalhista implica a renúncia dos direitos inerentes ao regime estatutário.

244 ***Gestante. Estabilidade provisória.*** *(Redação do item III alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 - Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*
I – O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, "b" do ADCT).
II – A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.
III – A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.

245 ***Depósito recursal. Prazo.***
O depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso. A interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.

246 ***Ação de cumprimento. Trânsito em julgado da sentença normativa.***
É dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento.

247 ***Quebra de caixa. Natureza jurídica.***
A parcela paga aos bancários sob a denominação "quebra de caixa" possui natureza salarial, integrando o salário do prestador de serviços, para todos os efeitos legais.

248 ***Adicional de insalubridade. Direito adquirido.***
A reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.

249 ***Aumento salarial setorizado. Tabela única.*** *(Cancelada - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

250 ***Plano de classificação. Parcelas antiguidade e desempenho. Aglutinação ao salário.*** *(Cancelada - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

251 ***Participação nos lucros. Natureza salarial.*** *(Cancelada - Res. 33/1994,* DJ, *12-5-1994. Referência: art. 7º, XI, CF/1988)*

252 ***Funcionário público. Cedido. Reajuste salarial.*** *(Cancelada - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

253 ***Gratificação semestral. Repercussões.*** *(Nova redação - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*
A gratificação semestral não repercute no cálculo das horas extras, das férias e do aviso prévio, ainda que indenizados. Repercute, contudo, pelo seu duodécimo na indenização por antiguidade e na gratificação natalina.

254 ***Salário-família. Termo inicial da obrigação.*** *(Res. 2/1986,* DJ, *2-7-1986)*
O termo inicial do direito ao salário-família coincide com a prova da filiação. Se feita em juízo, corresponde à data de ajuizamento do pedido, salvo se comprovado que anteriormente o empregador se recusara a receber a respectiva certidão.

255 ***Substituição processual. Desistência.*** *(Cancelada - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

256 ***Contrato de prestação de serviços. Legalidade.*** *(Cancelada - Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

257 ***Vigilante.***
O vigilante, contratado diretamente por banco ou por intermédio de empresas especializadas, não é bancário.

258 ***Salário-utilidade. Percentuais.*** *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*
Os percentuais fixados em lei relativos ao salário "in natura" apenas se referem às hipóteses em que o empregado percebe salário mínimo, apurando-se, nas demais, o real valor da utilidade.

259 ***Termo de conciliação. Ação rescisória.***
Só por ação rescisória é impugnável o termo de conciliação previsto no parágrafo único do art. 831 da CLT.

260 ***Salário-maternidade. Contrato de experiência.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

261 ***Férias proporcionais. Pedido de demissão. Contrato vigente há menos de um ano.*** *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*
O empregado que se demite antes de completar 12 (doze) meses de serviço tem direito a férias proporcionais.

262 ***Prazo judicial. Notificação ou intimação em sábado. Recesso forense.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 209 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
I – Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no subsequente. (ex-Súmula 262 – Res. 10/1986, *DJ*, 31-10-1986)
II – O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho (art. 177, § 1º, do RITST) suspendem os prazos recursais. (ex-OJ n. 209 – inserida em 8-11-2000)

263 ***Petição inicial. Indeferimento. Instrução obrigatória deficiente.*** *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*
Salvo nas hipóteses do art. 295 do CPC, o indeferimento da petição inicial, por encontrar-se desacompanhada de documento indispensável à propositura da ação ou não preencher outro requisito legal, somente é cabível se, após intimada para suprir a irregularidade em 10 (dez) dias, a parte não o fizer.

264 ***Hora suplementar. Cálculo.***
A remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, integrado por parcelas de natureza salarial e acrescido do adicional previsto em lei, contrato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa.

265 ***Adicional noturno. Alteração de turno de trabalho. Possibilidade de supressão.***
A transferência para o período diurno de trabalho implica a perda do direito ao adicional noturno.

266 ***Recurso de revista. Admissibilidade. Execução de sentença.***
A admissibilidade do recurso de revista interposto de acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiro, depende de demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal.

267 ***Bancário. Valor do salário-hora. Divisor.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

268 ***Prescrição. Interrupção. Ação trabalhista arquivada.*** *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*
A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos.

269 ***Diretor eleito. Cômputo do período como tempo de serviço.***
O empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço desse período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego.

270 ***Representação processual. Mandato expresso. Ausência de firma reconhecida.*** *(Cancelada – Res. 49/1995,* DJ, *30-8-1995 – Lei n. 8.952/1994)*

271 ***Substituição processual. Adicionais de insalubridade e de periculosidade.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

272 ***Agravo de instrumento. Traslado deficiente.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

273 ***Constitucionalidade. Decretos-Leis n. 2.012/1983 e 2.045/1983.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

274 ***Prescrição parcial. Equiparação salarial.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Súmula 6 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

275 ***Prescrição. Desvio de função e reenquadramento.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 144 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – Na ação que objetive corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento. (ex-Súmula 275 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

II – Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado. (ex-OJ n. 144 – inserida em 27-11-1998)

276 ***Aviso prévio. Renúncia pelo empregado.***

O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.

277 ***Convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo de trabalho. Eficácia. Ultratividade.*** *(Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho.

278 ***Embargos de declaração. Omissão no julgado.***

A natureza da omissão suprida pelo julgamento de embargos declaratórios pode ocasionar efeito modificativo no julgado.

279 ***Recurso contra sentença normativa. Efeito suspensivo. Cassação.***

A cassação de efeito suspensivo concedido a recurso interposto de sentença normativa retroage à data do despacho que o deferiu.

280 ***Convenção coletiva. Sociedade de economia mista. Audiência prévia do órgão oficial competente.*** *(Cancelada – Res. 2/1990,* DJ, *10-1-1991)*

281 ***Piso salarial. Professores.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

282 ***Abono de faltas. Serviço médico da empresa.***

Ao serviço médico da empresa ou ao mantido por esta última mediante convênio compete abonar os primeiros 15 (quinze) dias de ausência ao trabalho.

283 ***Recurso adesivo. Pertinência no processo do trabalho. Correlação de matérias.***

O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 (oito) dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

284 ***Correção monetária. Empresas em liquidação. Lei n. 6.024/1974.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

285 ***Recurso de revista. Admissibilidade parcial pelo Juiz-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho. Efeito.***

O fato de o juízo primeiro de admissibilidade do recurso de revista entendê-lo cabível apenas quanto a parte das matérias veiculadas não impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sendo imprópria a interposição de agravo de instrumento.

286 ***Sindicato. Substituição processual. Convenção e acordo coletivos.*** *(Nova redação – Res. 98/2000,* DJ, *18-9-2000)*

A legitimidade do sindicato para propor ação de cumprimento estende-se também à observância de acordo ou de convenção coletivos.

287 ***Jornada de trabalho. Gerente bancário.*** *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

A jornada de trabalho do empregado de banco gerente de agência é regida pelo art. 224, § 2º, da CLT. Quanto ao gerente-geral de agência bancária, presume-se o exercício de

encargo de gestão, aplicando-se-lhe o art. 62 da CLT.

288 ***Complementação dos proventos da aposentadoria.***
A complementação dos proventos da aposentadoria é regida pelas normas em vigor na data da admissão do empregado, observando-se as alterações posteriores desde que mais favoráveis ao beneficiário do direito.

289 ***Insalubridade. Adicional. Fornecimento do aparelho de proteção. Efeito.***
O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade. Cabe-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, entre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado.

290 ***Gorjetas. Natureza jurídica. Ausência de distinção quanto à forma de recebimento.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

291 ***HORAS EXTRAS. HABITUALIDADE. SUPRESSÃO. INDENIZAÇÃO.*** *(Nova redação em decorrência do julgamento do processo TST-IUJERR 10700-45.2007.5.22.0101 – Res. 174/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*
A supressão total ou parcial, pelo empregador, de serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.

292 ***Adicional de insalubridade. Trabalhador rural.*** *(Cancelada – Res. 121/2003 –* DJ, *19-11-2003)*

293 ***Adicional de insalubridade. Causa de pedir. Agente nocivo diverso do apontado na inicial.***
A verificação mediante perícia de prestação de serviços em condições nocivas, considerado agente insalubre diverso do apontado na inicial, não prejudica o pedido de adicional de insalubridade.

294 ***Prescrição. Alteração contratual. Trabalhador urbano.*** *(Cancela as Súmulas 168 e 198 – Res. 4/1989,* DJ, *14-4-1989)*
Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

295 ***Aposentadoria espontânea. Depósito do FGTS. Período anterior à opção.*** *(Cancelada pela Res. 152, de 17-11-2008)*

296 ***Recurso. Divergência jurisprudencial. Especificidade.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 37 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
I – A divergência jurisprudencial ensejadora da admissibilidade, do prosseguimento e do conhecimento do recurso há de ser específica, revelando a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, embora idênticos os fatos que as ensejaram. (ex-Súmula 296 – Res. 6/1989, *DJ*, 14-4-1989)
II – Não ofende o art. 896 da CLT decisão de Turma que, examinando premissas concretas de especificidade da divergência colacionada no apelo revisional, conclui pelo conhecimento ou desconhecimento do recurso. (ex-OJ n. 37 – inserida em 1º-2-1995)

297 ***Prequestionamento. Oportunidade. Configuração.*** *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*
1. Diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito.
2. Incumbe à parte interessada, desde que a matéria haja sido invocada no recurso principal, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão.
3. Considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese,

sem prejuízo, é claro, do domingo (repouso semanal). Como lembra Valentin Carrion, "a compensação foi inicialmente prevista para o sábado e é a corriqueira"[86].

Nos casos mencionados a jornada de segunda a sexta-feira não pode ultrapassar de 10 diárias.

O sistema de compensação descrito, como já assinalamos anteriormente, pressupõe acordo ou convenção coletiva, *ex vi* do disposto no art. 7º, XIII, da Constituição Federal.

6. *"Banco de horas"*

Por tal sistema, as horas extras trabalhadas podem ser compensadas em até o máximo de *um ano*. A compensação, nesse caso, não é, portanto, semanal, pois o empregador pode efetuá-la em qualquer dia, observado o limite de um ano. Portanto, "poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 horas diárias" (art. 59, § 2º, da CLT).

Na eventualidade de o empregado ser dispensado antes do decurso do prazo para a efetivação da compensação, as horas trabalhadas e não compensadas serão pagas como extraordinárias, ou seja, com o respectivo adicional de 50% (art. 7º, XVII, da CF).

7. *Integração das horas extras*

As horas extras habitualmente prestadas integram os seguintes títulos: *indenização* (Súmula 24 do TST), *13º salário* (Súmula 45 do TST); *FGTS* (Súmula 63 do TST); *gratificações semestrais* (Súmula 115 do TST); *repouso semanal* (Súmula 172 do TST).

8. *Horas "in itinere"*

Itineris do latim *iter*, significa percurso, caminho percorrido, marcha, viagem, estrada, passagem[87].

Horas *in itinere* são aquelas despendidas pelo empregado em transportes fornecidos pelo empregador, quando o local de trabalho se encontra em lugar de difícil acesso, ou não servido pelos meios normais de condução. O tempo despendido durante o percurso rumo aos serviços é computado na jornada de trabalho e, consequentemente, remunerado – Súmula 90 do TST:

I – O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho.

II – A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas *in itinere*.

III – A mera insuficiência de transporte público não enseja o pagamento de horas *in itinere*.

IV – Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas *in itinere* remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público.

86. Ob. cit., p. 106.

87. Francisco Torrinha, *Dicionário Latino-Português*, Porto Editora, 1942, p. 452.

não obstante opostos embargos de declaração.

298 ***Ação rescisória. Violação a disposição de lei. Pronunciamento explícito.*** *(Redação alterada pelo Tribunal Pleno na sessão realizada em 6-2-2012 – Res. 177/2012,* DEJT, *13, 14 e 15-2-2012)*

I – A conclusão acerca da ocorrência de violação literal a disposição de lei pressupõe pronunciamento explícito, na sentença rescindenda, sobre a matéria veiculada.

II – O pronunciamento explícito exigido em ação rescisória diz respeito à matéria e ao enfoque específico da tese debatida na ação, e não, necessariamente, ao dispositivo legal tido por violado. Basta que o conteúdo da norma reputada violada haja sido abordado na decisão rescindenda para que se considere preenchido o pressuposto.

III – Para efeito de ação rescisória, considera-se pronunciada explicitamente a matéria tratada na sentença quando, examinando remessa de ofício, o Tribunal simplesmente a confirma.

IV – A sentença meramente homologatória, que silencia sobre os motivos de convencimento do juiz, não se mostra rescindível, por ausência de pronunciamento explícito.

V – Não é absoluta a exigência de pronunciamento explícito na ação rescisória, ainda que esta tenha por fundamento violação de dispositivo de lei. Assim, prescindível o pronunciamento explícito quando o vício nasce no próprio julgamento, como se dá com a sentença "extra, citra e ultra petita".

299 ***Ação rescisória. Decisão rescindenda. Trânsito em julgado. Comprovação. Efeitos.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 96 e 106 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

I – É indispensável ao processamento da ação rescisória a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda. (ex-Súmula 299 – RA. 74/1980, *DJ*, 21-7-1980)

II – Verificando o relator que a parte interessada não juntou à inicial o documento comprobatório, abrirá prazo de 10 (dez) dias para que o faça, sob pena de indeferimento. (ex-Súmula 299 – RA. 74/1980, *DJ*, 21-7-1980)

III – A comprovação do trânsito em julgado da decisão rescindenda é pressuposto processual indispensável ao tempo do ajuizamento da ação rescisória. Eventual trânsito em julgado posterior ao ajuizamento da ação rescisória não reabilita a ação proposta, na medida em que o ordenamento jurídico não contempla a ação rescisória preventiva. (ex-OJ n. 106 – *DJ*, 29-4-2003)

IV – O pretenso vício de intimação, posterior à decisão que se pretende rescindir, se efetivamente ocorrido, não permite a formação da coisa julgada material. Assim, a ação rescisória deve ser julgada extinta, sem julgamento do mérito, por carência de ação, por inexistir decisão transitada em julgado a ser rescindida. (ex-OJ n. 96 – inserida em 27-9-2002)

300 ***Competência da Justiça do Trabalho. Cadastramento no PIS.***

Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ações ajuizadas por empregados em face de empregadores relativas ao cadastramento no Programa de Integração Social (PIS).

301 ***Auxiliar de laboratório. Ausência de diploma. Efeitos.***

O fato de o empregado não possuir diploma de profissionalização de auxiliar de laboratório não afasta a observância das normas da Lei n. 3.999, de 15-12-1961, uma vez comprovada a prestação de serviços na atividade.

302 ***Processo administrativo.*** *(Cancelada – Res. 121/2003 –* DJ, *19-11-2003)*

303 ***Fazenda Pública. Duplo grau de jurisdição.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 9, 71, 72 e 73 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo:

a) quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos; (ex-OJ n. 9 incorporada pela Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

b) quando a decisão estiver em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho. (ex-Súmula 303 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

II – Em ação rescisória, a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público, exceto nas hipóteses das alíneas "a" e "b" do inciso anterior. (ex-OJ n. 1 – inserida em 3-6-1996)

III – Em mandado de segurança, somente cabe remessa *ex officio* se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa. (ex-OJs n. 72 – inserida em 25-11-1996 e n. 73 – inserida em 3-6-1996)

304 ***Correção monetária. Empresas em liquidação. Art. 46 do ADCT/CF.***

Os débitos trabalhistas das entidades submetidas aos regimes de intervenção ou liquidação extrajudicial estão sujeitos a correção monetária desde o respectivo vencimento até seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão, não incidindo, entretanto, sobre tais débitos, juros de mora.

305 ***Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Incidência sobre o aviso prévio.***

O pagamento relativo ao período de aviso prévio, trabalhado ou não, está sujeito a contribuição para o FGTS.

306 ***Indenização adicional. Pagamento devido com fundamento nos artigos 9º da Lei n. 6.708/1979 e 9º da Lei n. 7.238/1984.*** *(Cancelada – Res. 121/2003 –* DJ, *19-11-2003)*

307 ***Juros. Irretroatividade do Decreto-Lei n. 2.322, de 26-2-1987.***

A fórmula de cálculo de juros prevista no Decreto-Lei n. 2.322, de 26-2-1987 somente é aplicável a partir de 27-2-1987. Quanto ao período anterior, deve-se observar a legislação então vigente.

308 ***Prescrição quinquenal.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 204 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I. Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da reclamação e, não, às anteriores ao quinquénio da data da extinção do contrato. (ex-OJ n. 204 – inserida em 8-11-2000)

II. A norma constitucional que ampliou o prazo de prescrição da ação trabalhista para 5 (cinco) anos é de aplicação imediata e não atinge pretensões já alcançadas pela prescrição bienal quando da promulgação da CF/1988. (ex-Súmula 308 – Res. 6/1992, *DJ*, 5-11-1992)

309 ***Vigia portuário. Terminal privativo. Não obrigatoriedade de requisição.***

Tratando-se de terminais privativos destinados à navegação de cabotagem ou de longo curso, não é obrigatória a requisição de vigia portuário indicado por sindicato.

310 ***Substituição processual. Sindicato.*** *(Cancelada – Res. 119/2003,* DJ, *1º-10-2003)*

311 ***Benefício previdenciário a dependente de ex-empregado. Correção monetária. Legislação aplicável.***

O cálculo da correção monetária incidente sobre débitos relativos a benefícios previdenciários devidos a dependentes de ex-empregado pelo empregador, ou por entidade de previdência privada a ele vinculada, será o previsto na Lei n. 6.899, de 8-4-1981.

312 ***Constitucionalidade. Alínea "b" do art. 896 da CLT.***

É constitucional a alínea *b* do art. 896 da CLT, com a redação dada pela Lei n. 7.701, de 21-12-1988.

313 ***Complementação de aposentadoria. Proporcionalidade. Banespa.***

A complementação de aposentadoria, previs-

ta no art. 106, e seus parágrafos, do regulamento de pessoal editado em 1965, só é integral para os empregados que tenham 30 (trinta) ou mais anos de serviços prestados exclusivamente ao banco.

314 ***Indenização adicional. Verbas rescisórias. Salário corrigido.***
Se ocorrer a rescisão contratual no período de 30 (trinta) dias que antecede à data-base, observada a Súmula 182 do TST, o pagamento das verbas rescisórias com o salário já corrigido não afasta o direito à indenização adicional prevista nas Leis n. 6.708, de 30-10-1979, e 7.238, de 28-10-1984.

315 ***IPC de março/1990. Lei n. 8.030, de 12-4-1990 (Plano Collor). Inexistência de direito adquirido.***
A partir da vigência da Medida Provisória n. 154, de 15-3-1990, convertida na Lei n. 8.030, de 12-4-1990, não se aplica o IPC de março de 1990, de 84,32% (oitenta e quatro vírgula trinta e dois por cento), para a correção dos salários, porque o direito ainda não se havia incorporado ao patrimônio jurídico dos trabalhadores, inexistindo ofensa ao inciso XXXVI do art. 5º da CF/1988.

316 ***IPC de junho/1987. Decreto-Lei n. 2.335/1987 (Plano Bresser). Existência de direito adquirido.*** *(Cancelada – Res. 37/1994,* DJ, *25-11-1994)*

317 ***URP de fevereiro/1989. Lei n. 7.730/1989 (Plano Verão). Existência de direito adquirido.*** *(Cancelada – Res. 37/1994,* DJ, *25-11-1994)*

318 ***Diárias. Base de cálculo para sua integração no salário.***
Tratando-se de empregado mensalista, a integração das diárias no salário deve ser feita tomando-se por base o salário mensal por ele percebido e não o valor do dia de salário, somente sendo devida a referida integração quando o valor das diárias, no mês, for superior à metade do salário mensal.

319 ***Reajustes salariais ("gatilhos"). Aplicação aos servidores públicos contratados sob a égide da legislação trabalhista.***
Aplicam-se aos servidores públicos, contratados sob o regime da CLT, os reajustes decorrentes da correção automática dos salários pelo mecanismo denominado "gatilho", de que tratam os Decretos-Leis n. 2.284, de 10-3-1986, e 2.302, de 21-11-1986.

320 ***Horas "in itinere". Obrigatoriedade de cômputo na jornada de trabalho.***
O fato de o empregador cobrar, parcialmente ou não, importância pelo transporte fornecido, para local de difícil acesso ou não servido por transporte regular, não afasta o direito à percepção das horas *in itinere*.

321 ***Decisão administrativa. Recurso.*** *(Cancelada – Res. 135/2005,* DJ, *5-7-2005)*

322 ***Diferenças salariais. Planos econômicos. Limite.***
Os reajustes salariais decorrentes dos chamados "gatilhos" e URPs, previstos legalmente como antecipação, são devidos tão somente até a data-base de cada categoria.

323 ***URP de abril e maio de 1988. Decreto-Lei n. 2.425/1988.*** *(Cancelada – Res. 38/1994,* DJ, *25-11-1994)*

324 ***Horas "in itinere". Súmula 90. Insuficiência de transporte público.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Súmula 90 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

325 ***Horas "in itinere". Súmula 90. Remuneração em relação a trecho não servido por transporte público.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Súmula 90 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

326 ***COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO TOTAL.*** *(Nova redação – Res. 174/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*
A pretensão à complementação de aposentadoria jamais recebida prescreve em 2 (dois) anos contados da cessação do contrato de trabalho.

327 ***COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO PARCIAL.*** *(Nova redação – Res. 174/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*
A pretensão a diferenças de complementação

de aposentadoria sujeita-se à prescrição parcial e quinquenal, salvo se o pretenso direito decorrer de verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já alcançadas pela prescrição, à época da propositura da ação.

328 ***Férias. Terço constitucional.***
O pagamento das férias, integrais ou proporcionais, gozadas ou não, na vigência da CF/1988, sujeita-se ao acréscimo do terço previsto no respectivo art. 7º, XVII.

329 ***Honorários advocatícios. Art. 133 da CF/1988.***
Mesmo após a promulgação da CF/1988, permanece válido o entendimento consubstanciado na Súmula 219 do Tribunal Superior do Trabalho.

330 ***Quitação. Validade.*** *(Nova redação dada pela Res.108/2001,* DJ, *18-4-2001)*
A quitação passada pelo empregado, com assistência de entidade sindical de sua categoria, ao empregador, com observância dos requisitos exigidos nos parágrafos do art. 477 da CLT, tem eficácia liberatória em relação às parcelas expressamente consignadas no recibo, salvo se oposta ressalva expressa e especificada ao valor dado à parcela ou parcelas impugnadas.
I – A quitação não abrange parcelas não consignadas no recibo de quitação e, consequentemente, seus reflexos em outras parcelas, ainda que estas constem desse recibo.
II – Quanto a direitos que deveriam ter sido satisfeitos durante a vigência do contrato de trabalho, a quitação é válida em relação ao período expressamente consignado no recibo de quitação.

331 ***Contrato de prestação de serviços. Legalidade.*** *(Nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação – Res. 174/2011,* DEJT, *divulgado em 27, 30 e 31-5-2011)*
I – A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei n. 6.019, de 3-1-1974).
II – A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).
III – Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei n. 7.102, de 20-6-1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.
IV – O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
V – Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n. 8.666, de 21-6-1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

332 ***Complementação de aposentadoria. Petrobras. Manual de pessoal. Norma programática.***
As normas relativas à complementação de aposentadoria, inseridas no Manual de Pessoal da Petrobras, têm caráter meramente programático, delas não resultando direito à referida complementação.

333 ***Recurso de revista. Conhecimento.*** *(Nova redação dada pela Res. 155/2009, DJe do TST, 26-2-2009)*
Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

334 ***Competência. Ação de cumprimento. Sindicato. Desconto assistencial.*** *(Cancelada – Res. 59/1996,* DJ, *28-6-1996)*

335 ***Embargos para a Seção Especializada em Dissídios Individuais contra decisão em agravo de instrumento oposto a despacho denegatório de recurso de revista.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

336 ***Constitucionalidade. § 2º do art. 9º do Decreto-Lei n. 1.971, de 30-11-1982.***
É constitucional o § 2º do art. 9º do Decreto-Lei n. 1.971, de 30-11-1982, com a redação dada pelo Decreto-Lei n. 2.100, de 28-12-1983.

337 ***Comprovação de divergência jurisprudencial. Recursos de revista e de embargos.*** *(Redação do item IV alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*
I – Para comprovação da divergência justificadora do recurso, é necessário que o recorrente:
a) Junte certidão ou cópia autenticada do acórdão paradigma ou cite a fonte oficial ou o repositório autorizado em que foi publicado; e
b) Transcreva, nas razões recursais, as ementas e/ou trechos dos acórdãos trazidos à configuração do dissídio, demonstrando o conflito de teses que justifique o conhecimento do recurso, ainda que os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso.
II – A concessão de registro de publicação como repositório autorizado de jurisprudência do TST torna válidas todas as suas edições anteriores.
III – A mera indicação da data de publicação, em fonte oficial, de aresto paradigma é inválida para comprovação de divergência jurisprudencial, nos termos do item I, "a", desta súmula, quando a parte pretende demonstrar o conflito de teses mediante a transcrição de trechos que integram a fundamentação do acórdão divergente, uma vez que só se publicam o dispositivo e a ementa dos acórdãos;
IV – É válida para a comprovação da divergência jurisprudencial justificadora do recurso a indicação de aresto extraído de repositório oficial na internet, desde que o recorrente:
a) transcreva o trecho divergente;
b) aponte o sítio de onde foi extraído; e
c) decline o número do processo, o órgão prolator do acórdão e a data da respectiva publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

338 ***Jornada de trabalho. Registro. Ônus da prova.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 234 e 306 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
I – É ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma do art. 74, § 2º, da CLT. A não apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário. (ex-Súmula 338 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)
II – A presunção de veracidade da jornada de trabalho, ainda que prevista em instrumento normativo, pode ser elidida por prova em contrário. (ex-OJ n. 234 – inserida em 20-6-2001)
III – Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir. (ex- OJ n. 306 – *DJ*, 11-8-2003)

339 ***CIPA. Suplente. Garantia de emprego. CF/1988.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 25 e 329 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
I – O suplente da CIPA goza da garantia de emprego prevista no art. 10, II, "a", do ADCT a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. (ex-Súmula 339 – Res. 39/1994, *DJ*, 20-12-1994 e ex-OJ n. 25 – inserida em 29-3-1996)
II – A estabilidade provisória do cipeiro não constitui vantagem pessoal, mas garantia para as atividades dos membros da CIPA, que somente tem razão de ser quando em ativi-

dade a empresa. Extinto o estabelecimento, não se verifica a despedida arbitrária, sendo impossível a reintegração e indevida a indenização do período estabilitário. (ex-OJ n. 329 – *DJ*, 9-12-2003)

340 ***Comissionista. Horas extras.*** *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*
O empregado, sujeito a controle de horário, remunerado à base de comissões, tem direito ao adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas no mês, considerando-se como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas.

341 ***Honorários do assistente técnico.***
A indicação do perito assistente é faculdade da parte, a qual deve responder pelos respectivos honorários, ainda que vencedora no objeto da perícia.

342 ***Descontos salariais. Art. 462 da CLT.***
Descontos salariais efetuados pelo empregador, com a autorização prévia e por escrito do empregado, para ser integrado em planos de assistência odontológica, médico-hospitalar, de seguro, de previdência privada, ou de entidade cooperativa, cultural ou recreativo-associativa de seus trabalhadores, em seu benefício e de seus dependentes, não afrontam o disposto no art. 462 da CLT, salvo se ficar demonstrada a existência de coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico.

343 ***Bancário. Hora de salário. Divisor.*** *(Cancelada – Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

344 ***Salário-família. Trabalhador rural.***
O salário-família é devido aos trabalhadores rurais somente após a vigência da Lei n. 8.213, de 24-7-1991.

345 ***BANDEPE. Regulamento Interno de Pessoal não confere estabilidade aos empregados.***
O Regulamento Interno de Pessoal (RIP) do Banco do Estado de Pernambuco – BANDEPE, na parte que trata de seu regime disciplinar, não confere estabilidade aos seus empregados.

346 ***Digitador. Intervalos intrajornada. Aplicação analógica do art. 72 da CLT.***
Os digitadores, por aplicação analógica do art. 72 da CLT, equiparam-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 10 (dez) minutos a cada 90 (noventa) de trabalho consecutivo.

347 ***Horas extras habituais. Apuração. Média física.***
O cálculo do valor das horas extras habituais, para efeito de reflexos em verbas trabalhistas, observará o número de horas efetivamente prestadas e a ele aplica-se o valor do salário-hora da época do pagamento daquelas verbas.

348 ***Aviso prévio. Concessão na fluência da garantia de emprego. Invalidade.***
É inválida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego, ante a incompatibilidade dos dois institutos.

349 ***Acordo de compensação de horário em atividade insalubre, celebrado por acordo coletivo. Validade.*** *(Cancelada – Res. 174/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*

350 ***Prescrição. Termo inicial. Ação de cumprimento. Sentença normativa.***
O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas da data de seu trânsito em julgado.

351 ***Professor. Repouso semanal remunerado. Art. 7º, § 2º, da Lei n. 605, de 5-1-1949 e art. 320 da CLT.***
O professor que recebe salário mensal à base de hora-aula tem direito ao acréscimo de 1/6 a título de repouso semanal remunerado, considerando-se para esse fim o mês de quatro semanas e meia.

352 ***Custas – Prazo para comprovação.*** *(Cancelada – Res. 114/2002,* DJ, *28-11-2002)*

353 ***Embargos. Agravo. Cabimento.*** *(Nova redação da letra f em decorrência do julgamento do processo TST-IUJ-28000-95.2007.5.02.0062 – Res. 188/2013,* DEJT, *13, 14 e 15-3-2013)*

Não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo, salvo:

a) da decisão que não conhece de agravo de instrumento ou de agravo pela ausência de pressupostos extrínsecos;

b) da decisão que nega provimento a agravo contra decisão monocrática do Relator, em que se proclamou a ausência de pressupostos extrínsecos de agravo de instrumento;

c) para revisão dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade do recurso de revista, cuja ausência haja sido declarada originariamente pela Turma no julgamento do agravo;

d) para impugnar o conhecimento de agravo de instrumento;

e) para impugnar a imposição de multas previstas no art. 538, parágrafo único, do CPC, ou no art. 557, § 2º, do CPC;

f) contra decisão de Turma proferida em agravo em recurso de revista, nos termos do art. 894, II, da CLT.

354 ***Gorjetas. Natureza jurídica. Repercussões.***

As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.

355 ***CONAB. Estabilidade. Aviso DIREH n. 2 de 12-12-1984.***

O aviso DIREH n. 2, de 12-12-1984, que concedia estabilidade aos empregados da CONAB, não tem eficácia, porque não aprovado pelo Ministério ao qual a empresa se subordina.

356 ***Alçada recursal. Vinculação ao salário mínimo.***

O art. 2º, § 4º, da Lei n. 5.584, de 26-6-1970, foi recepcionado pela CF/1988, sendo lícita a fixação do valor da alçada com base no salário mínimo.

357 ***Testemunha. Ação contra a mesma reclamada. Suspeição.***

Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador.

358 ***Radiologista. Salário profissional. Lei n. 7.394, de 29-10-1985.***

O salário profissional dos técnicos em radiologia é igual a 2 (dois) salários mínimos e não a 4 (quatro).

359 ***Substituição processual. Ação de cumprimento. Art. 872, parágrafo único, da CLT. Federação. Legitimidade.*** *(Cancelada – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

360 ***Turnos ininterruptos de revezamento. Intervalos intrajornada e semanal.***

A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal, não descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 (seis) horas previsto no art. 7º, XIV, da CF/1988.

361 ***Adicional de periculosidade. Eletricitários. Exposição intermitente.***

O trabalho exercido em condições perigosas, embora de forma intermitente, dá direito ao empregado a receber o adicional de periculosidade de forma integral, porque a Lei n. 7.369, de 20-9-1985 não estabeleceu nenhuma proporcionalidade em relação ao seu pagamento.

362 ***FGTS. Prescrição.*** *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho.

363 ***Contrato nulo. Efeitos.*** *(Nova redação – Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

364 ***Adicional de periculosidade. Exposição eventual, permanente e intermitente.*** *(Cancelado o item II e dada nova redação ao*

item I – Res. 174/2011, DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*
Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido. (ex-OJs da SBDI-1 n. 5 – inserida em 14-3-1994 e 280 – *DJ* 11-8-2003)

365 ***Alçada. Ação rescisória e mandado de segurança.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 8 e 10 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
Não se aplica a alçada em ação rescisória e em mandado de segurança. (ex-OJs n. 8 e 10, ambas inseridas em 1º-2-1995)

366 ***Cartão de ponto. Registro. Horas extras. Minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 23 e 326 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário do registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. Se ultrapassado esse limite, será considerada como extra a totalidade do tempo que exceder a jornada normal. (ex-OJs n. 23 – inserida em 3-6-1996 e n. 326, *DJ*, 9-12-2003)

367 ***Utilidades "in natura". Habitação. Energia elétrica. Veículo. Cigarro. Não integração ao salário.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 24, 131 e 246 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
I – A habitação, a energia elétrica e o veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares. (ex-OJs n. 131 – inserida em 20-4-1998 e ratificada pelo Tribunal Pleno em 7-12-2000 e n. 246 – inserida em 20-6-2001)
II – O cigarro não se considera salário utilidade em face de sua nocividade à saúde. (ex-OJ n. 24 – inserida em 29-3-1996)

368 ***Descontos previdenciários e fiscais. Competência. Responsabilidade pelo pagamento. Forma de cálculo.*** *(Redação do item II alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 16-4-2012 – Res. 181/2012,* DJET, *19, 20 e 23-4-2012)*
I. A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição. (ex-OJ n. 141 – inserida em 27-11-1998)
II. É do empregador a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais, resultante de crédito do empregado oriundo de condenação judicial, devendo ser calculadas, em relação à incidência dos descontos fiscais, mês a mês, nos termos do art. 12-A da Lei n. 7.713, de 22/12/1988.
III. Em se tratando de descontos previdenciários, o critério de apuração encontra-se disciplinado no art. 276, § 4º, do Decreto n. 3.048/99, que regulamenta a Lei n. 8.212/91 e determina que a contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, seja calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário de contribuição. (ex-OJ n. 32 – inserida em 14-3-1994 e OJ n. 228 – inserida em 20-6-2001).

369 ***Dirigente sindical. Estabilidade provisória*** *(Redação do item I alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*
I – É assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo previsto no art. 543, § 5º, da CLT, desde que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra na vigência do contrato de trabalho.
II – O art. 522 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Fica limitada, assim, a estabilidade a que alude o art. 543,

§ 3º, da CLT a sete dirigentes sindicais e igual número de suplentes.

III – O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente. (ex-OJ n. 145 – inserida em 27-11-1998)

IV – Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade. (ex-OJ n. 86 – inserida em 28-4-1997)

V – O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade, visto que inaplicável a regra do § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho. (ex-OJ n. 35 – inserida em 14-3-1994)

370 ***Médico e engenheiro. Jornada de trabalho. Leis n. 3.999/1961 e 4.950/1966.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 39 e 53 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Tendo em vista que as Leis n. 3.999/1961 e 4.950/1966 não estipulam a jornada reduzida, mas apenas estabelecem o salário mínimo da categoria para uma jornada de 4 horas para os médicos e de 6 horas para os engenheiros, não há que se falar em horas extras, salvo as excedentes à oitava, desde que seja respeitado o salário mínimo/horário das categorias. (ex-OJs n. 39 e 53 – inseridas respectivamente em 7-11-1994 e 29-4-1994)

371 ***Aviso prévio indenizado. Efeitos. Superveniência de auxílio-doença no curso deste.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 40 e 135 da SDI-1 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

A projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias. No caso de concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio, todavia, só se concretizam os efeitos da dispensa depois de expirado o benefício previdenciário. (ex-OJs n. 40 e 135 – inseridas respectivamente em 28-11-1995 e 27-11-1998)

372 ***Gratificação de função. Supressão ou redução. Limites.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 45 e 303 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira. (ex-OJ n. 45 – inserida em 25-11-1996)

II – Mantido o empregado no exercício da função comissionada, não pode o empregador reduzir o valor da gratificação. (ex- OJ n. 303 – *DJ*, 11-8-2003)

373 ***Gratificação semestral. Congelamento. Prescrição parcial.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 46 da SDI-1 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Tratando-se de pedido de diferença de gratificação semestral que teve seu valor congelado, a prescrição aplicável é a parcial. (ex-OJ n. 46 – inserida em 29-3-1996)

374 ***Norma coletiva. Categoria diferenciada. Abrangência.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 55 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria. (ex-OJ n. 55 – inserida em 25-11-1996)

375 ***Reajustes salariais previstos em norma coletiva. Prevalência da legislação de política salarial.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 69 da SDI-I e da Orientação Jurisprudencial n. 40 da SDI-II – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Os reajustes salariais previstos em norma coletiva de trabalho não prevalecem frente à legislação superveniente de política salarial. (ex-OJs n. 69 da SDI-I – inserida em 14-3-1994 e n. 40 da SDI-II – inserida em 20-9-2000)

376 ***Horas extras. Limitação. Art. 59 da CLT. Reflexos.*** *(Conversão das Orientações*

Jurisprudenciais n. 89 e 117 da SDI-I – Res. 129/2005, DJ, *20-4-2005)*

I – A limitação legal da jornada suplementar a duas horas diárias não exime o empregador de pagar todas as horas trabalhadas. (ex-OJ n. 117 – inserida em 20-11-1997)

II – O valor das horas extras habitualmente prestadas integra o cálculo dos haveres trabalhistas, independentemente da limitação prevista no *caput* do art. 59 da CLT. (ex-OJ n. 89 – inserida em 28-4-1997)

377 ***Preposto. Exigência da condição de empregado.*** *(Redação alterada pela Res. 146/2008, DJ, 2-5-2008)*

Exceto quanto à reclamação de empregado doméstico, ou contra micro ou pequeno empresário, o preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado. Inteligência do art. 843, § 1º, da CLT e do art. 54 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

378 ***Estabilidade provisória. Acidente do trabalho. Art. 118 da Lei n. 8.213/1991.*** *(Inserido item III – Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

I – É constitucional o artigo 118 da Lei n. 8.213/1991, que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado. (ex-OJ n. 105 – inserida em 1º-10-1997)

II – São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego. (Primeira parte – ex-OJ n. 230 – inserida em 20-6-2001)

III – O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia provisória de emprego decorrente de acidente de trabalho prevista no art. 118 da Lei n. 8.213/91.

379 ***Dirigente sindical. Despedida. Falta grave. Inquérito judicial. Necessidade.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 114 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

O dirigente sindical somente poderá ser dispensado por falta grave mediante a apuração em inquérito judicial, inteligência dos arts. 494 e 543, § 3º, da CLT. (ex-OJ n. 114 – inserida em 20-11-1997)

380 ***Aviso prévio. Início da contagem. Art. 132 do Código Civil de 2002.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 122 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Aplica-se a regra prevista no *caput* do art. 132 do Código Civil de 2002 à contagem do prazo do aviso prévio, excluindo-se o dia do começo e incluindo o do vencimento. (ex-OJ n. 122 – inserida em 20-4-1998)

381 ***Correção monetária. Salário. Art. 459 da CLT.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 124 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

O pagamento dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido não está sujeito à correção monetária. Se essa data limite for ultrapassada, incidirá o índice da correção monetária do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a partir do dia 1º. (ex-OJ n. 124 – inserida em 20-4-1998)

382 ***Mudança de regime celetista para estatutário. Extinção do contrato. Prescrição bienal.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 128 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

A transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança de regime. (ex-OJ n. 128 – inserida em 20-4-1998)

383 ***Mandato. Arts. 13 e 37 do CPC. Fase recursal. Inaplicabilidade.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 149 e 311 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – É inadmissível, em instância recursal, o oferecimento tardio de procuração, nos termos do art. 37 do CPC, ainda que mediante protesto por posterior juntada, já que a interposição de recurso não pode ser reputada ato urgente. (ex-OJ n. 311 – *DJ,* 11-8-2003)

II – Inadmissível na fase recursal a regularização da representação processual, na forma

V – Considerando que as horas *in itinere* são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo.

Tal princípio vem de ser convolado em lei, por força do que dispõe o § 2º do art. 58, vazado nos seguintes termos:

"O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução" (acrescentado pela Lei n. 10.243, de 19-6-2001).

Dois são, portanto, os pressupostos para o cômputo do percurso na jornada de trabalho:

a) que o local da prestação de serviços esteja em lugar de difícil acesso, ou não seja servido pelos meios normais de transporte público;

b) que o empregador forneça, com meios próprios, a condução.

A **microempresa** e a **empresa de pequeno porte**, por força do que dispõe o § 3º do art. 58 da CLT, acrescentado pela Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, mediante acordo ou convenção coletiva, podem fixar o tempo médio despendido pelo empregado, a forma e a natureza da remuneração, sempre que fornecerem transporte em local de difícil acesso ou não servido por transporte público.

9. *Trabalho extraordinário nas atividades insalubres*

Em conformidade com o disposto no art. 189 da CLT, atividades insalubres são aquelas que, por sua própria natureza, condições ou modo de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde. É o caso, entre outros, do médico ou enfermeiro que presta seus serviços em hospitais que cuidem de pacientes portadores de doenças contagiosas.

10. *Necessidade imperiosa: força maior; serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos manifestos*

A necessidade imperiosa, inarredável ou imediata, que não possa ser postergada, decorrente de *força maior, serviços inadiáveis* ou ainda que, se não executados, possam acarretar *prejuízos manifestos* à empresa, autoriza a convocação dos empregados à prestação de jornada suplementar.

a) Força maior – o art. 501 da CLT conceitua a força maior como todo acontecimento inevitável em relação à vontade do empregador e para a realização do qual este não haja concorrido, direta ou indiretamente.

No âmbito do Direito do Trabalho, a jurisprudência tem-se mostrado de extrema severidade na aceitação da força maior, rejeitando-a com firmeza, quando os fatos envolvam os riscos da atividade econômica, de inteira responsabilidade do empregador.

b) Serviços inadiáveis – como o próprio nome deixa entrever, são aqueles serviços que não podem ser postergados. Sérgio Pinto Martins é extremamente feliz quando dá como exemplo de serviços inadiáveis "o trabalho com produtos perecíveis que devem ser acondicionados em refrigeradores e não podem ser interrompidos, sob pena de deterioração do produto".

c) Serviços cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto – tais

do art. 13 do CPC, cuja aplicação se restringe ao Juízo de 1º grau. (ex-OJ n. 149 – inserida em 27-11-1998)

384 ***Multa convencional. Cobrança.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 150 e 239 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – O descumprimento de qualquer cláusula constante de instrumentos normativos diversos não submete o empregado a ajuizar várias ações, pleiteando em cada uma o pagamento da multa referente ao descumprimento de obrigações previstas nas cláusulas respectivas. (ex-OJ n. 150 – inserida em 27-11-1998)

II – É aplicável multa prevista em instrumento normativo (sentença normativa, convenção ou acordo coletivo) em caso de descumprimento de obrigação prevista em lei, mesmo que a norma coletiva seja mera repetição de texto legal. (ex-OJ n. 239 – inserida em 20-6-2001)

385 ***Feriado local. Ausência de expediente forense. Prazo recursal. Prorrogação. Comprovação. Necessidade. Ato administrativo do juízo "a quo".*** *(Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

I – Incumbe à parte o ônus de provar, quando da interposição do recurso, a existência de feriado local que autorize a prorrogação do prazo recursal.

II – Na hipótese de feriado forense, incumbirá à autoridade que proferir a decisão de admissibilidade certificar o expediente nos autos.

III – Na hipótese do inciso II, admite-se a reconsideração da análise da tempestividade do recurso, mediante prova documental superveniente, em Agravo Regimental, Agravo de Instrumento ou Embargos de Declaração.

386 ***Policial militar. Reconhecimento de vínculo empregatício com empresa privada.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 167 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Preenchidos os requisitos do art. 3º da CLT, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar. (ex-OJ n. 167 – inserida em 26-3-1999)

387 ***Recurso. Fac-símile. Lei n. 9.800/1999.*** *(Inserido o item IV à redação – Res. 174/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*

I – A Lei n. 9.800/1999 é aplicável somente a recursos interpostos após o início de sua vigência. (ex-OJ n. 194 – inserida em 8-11-2000)

II – A contagem do quinquídio para apresentação dos originais de recurso interposto por intermédio de fac-símile começa a fluir do dia subsequente ao término do prazo recursal, nos termos do art. 2º da Lei 9.800/1999, e não do dia seguinte à interposição do recurso, se esta se deu antes do termo final do prazo. (ex-OJ n. 337 – primeira parte – *DJ*, 4-5-2004)

III – Não se tratando a juntada dos originais de ato que dependa de notificação, pois a parte, ao interpor o recurso, já tem ciência de seu ônus processual, não se aplica a regra do art. 184 do CPC quanto ao *dies a quo*, podendo coincidir com sábado, domingo ou feriado. (ex-OJ n. 337 – *in fine* – *DJ*, 4-5-2004)

IV – A autorização para utilização do fac-símile, constante do art. 1º da Lei n. 9.800, de 26-5-1999, somente alcança as hipóteses em que o documento é dirigido diretamente ao órgão jurisdicional, não se aplicando à transmissão ocorrida entre particulares.

388 ***Massa falida. Arts. 467 e 477 da CLT. Inaplicabilidade.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 201 e 314 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

A Massa Falida não se sujeita à penalidade do art. 467 e nem à multa do § 8º do art. 477, ambos da CLT. (ex-OJs n. 201 – *DJ*, 11-8-2003 e n. 314 – *DJ*, 8-11-2000)

389 ***Seguro-desemprego. Competência da Justiça do Trabalho. Direito à indenização por não liberação de guias.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 210 e 211 da SDI-1 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – Inscreve-se na competência material da Justiça do Trabalho a lide entre empregado e empregador tendo por objeto indenização

pelo não fornecimento das guias do seguro-desemprego. (ex-OJ n. 210 – inserida em 8-11-2000)

II – O não fornecimento pelo empregador da guia necessária para o recebimento do seguro-desemprego dá origem ao direito à indenização. (ex-OJ n. 211 – inserida em 8-11-2000)

390 ***Estabilidade. Art. 41 da CF/1988. Celetista. Administração direta, autárquica ou fundacional. Aplicabilidade. Empregado de empresa pública e sociedade de economia mista. Inaplicável.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 229 e 265 da SDI-I e da Orientação Jurisprudencial n. 22 da SDI-II – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988. (ex-OJ n. 265 da SDI-I – inserida em 27-9-2002 e ex-OJ n. 22 da SDI-II – inserida em 20-9-2000)

II – Ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, não é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988. (ex-OJ n. 229 – inserida em 20-6-2001)

391 ***Petroleiros. Lei n. 5.811/1972. Turno ininterrupto de revezamento. Horas extras e alteração da jornada para horário fixo.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 240 e 333 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – A Lei n. 5.811/72 foi recepcionada pela CF/88 no que se refere à duração da jornada de trabalho em regime de revezamento dos petroleiros. (ex-OJ n. 240 – inserida em 20-6-2001)

II – A previsão contida no art. 10 da Lei n. 5.811/1972, possibilitando a mudança do regime de revezamento para horário fixo, constitui alteração lícita, não violando os arts. 468 da CLT e 7º, VI, da CF/1988. (ex-OJ n. 333 – *DJ*, 9-12-2003)

392 ***Dano moral. Competência da Justiça do Trabalho.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 327 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Nos termos do art. 114 da CF/1988, a Justiça do Trabalho é competente para dirimir controvérsias referentes à indenização por dano moral, quando decorrente da relação de trabalho. (ex-OJ n. 327 – *DJ*, 9-12-2003)

393 ***Recurso ordinário. Efeito devolutivo em profundidade. Art. 515, § 1º, do CPC.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 340 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

O efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário, que se extrai do § 1º do art. 515 do CPC, transfere automaticamente ao Tribunal a apreciação de fundamento da defesa não examinado pela sentença, ainda que não renovado em contrarrazões. Não se aplica, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença. (ex-OJ n. 340 – *DJ*, 22-6-2004)

394 ***Art. 462 do CPC. Fato superveniente.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 81 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

O art. 462 do CPC, que admite a invocação de fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito, superveniente à propositura da ação, é aplicável de ofício aos processos em curso em qualquer instância trabalhista. (ex-OJ n. 81 – inserida em 28-4-1997)

395 ***Mandato e substabelecimento. Condições de validade.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 108, 312, 313 e 330 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – Válido é o instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda. (ex-OJ n. 312 – *DJ*, 11-8-2003)

II – Diante da existência de previsão, no mandato, fixando termo para sua juntada, o instrumento de mandato só tem validade se anexado ao processo dentro do aludido prazo. (ex-OJ n. 313 – *DJ*, 11-8-2003)

III – São válidos os atos praticados pelo substabelecido, ainda que não haja, no mandato, poderes expressos para substabelecer (art. 667, e parágrafos, do Código Civil de 2002). (ex-OJ n. 108 – inserida em 1º-10-1997)

IV – Configura-se a irregularidade de representação se o substabelecimento é anterior à

outorga passada ao substabelecente. (ex-OJ n. 330 – *DJ*, 9-12-2003)

396 ***Estabilidade provisória. Pedido de reintegração. Concessão do salário relativo ao período de estabilidade já exaurido. Inexistência de julgamento "extra petita".*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 106 e 116 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – Exaurido o período de estabilidade, são devidos ao empregado apenas os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, não lhe sendo assegurada a reintegração no emprego. (ex-OJ n. 116 – inserida em 20-11-1997)

II – Não há nulidade por julgamento *extra petita* da decisão que deferir salário quando o pedido for de reintegração, dados os termos do art. 496 da CLT (ex-OJ n. 106 – inserida em 1º-10-1997)

397 ***Ação rescisória. Art. 485, IV, do CPC. Ação de cumprimento. Ofensa à coisa julgada emanada de sentença normativa modificada em grau de recurso. Inviabilidade. Cabimento de mandado de segurança.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 116 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

Não procede ação rescisória calcada em ofensa à coisa julgada perpetrada por decisão proferida em ação de cumprimento, em face de a sentença normativa, na qual se louvava, ter sido modificada em grau de recurso, porque em dissídio coletivo somente se consubstancia coisa julgada formal. Assim, os meios processuais aptos a atacarem a execução da cláusula reformada são a exceção de pré-executividade e o mandado de segurança, no caso de descumprimento do art. 572 do CPC. (ex-OJ n. 116 – *DJ*, 11-8-2003)

398 ***Ação rescisória. Ausência de defesa. Inaplicáveis os efeitos da revelia.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 126 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

Na ação rescisória, o que se ataca na ação é a sentença, ato oficial do Estado, acobertado pelo manto da coisa julgada. Assim sendo, e considerando que a coisa julgada envolve questão de ordem pública, a revelia não produz confissão na ação rescisória. (ex-OJ n. 126 – *DJ*, 9-12-2003).

399 ***Ação rescisória. Cabimento. Sentença de mérito. Decisão homologatória de adjudicação, de arrematação e de cálculos.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 44, 45 e 85, primeira parte, da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

I – É incabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação. (ex-OJs n. 44 e 45 – ambas inseridas em 20-9-2000)

II – A decisão homologatória de cálculos apenas comporta rescisão quando enfrentar as questões envolvidas na elaboração da conta de liquidação, quer solvendo a controvérsia das partes quer explicitando, de ofício, os motivos pelos quais acolheu os cálculos oferecidos por uma das partes ou pelo setor de cálculos, e não contestados pela outra. (ex-OJ n. 85, primeira parte – inserida em 13-3-2002 e alterada em 26-11-2002).

400 ***Ação rescisória de ação rescisória. Violação de lei. Indicação dos mesmos dispositivos legais apontados na rescisória primitiva.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 95 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

Em se tratando de rescisória de rescisória, o vício apontado deve nascer na decisão rescindenda, não se admitindo a rediscussão do acerto do julgamento da rescisória anterior. Assim, não se admite rescisória calcada no inciso V do art. 485 do CPC para discussão, por má aplicação dos mesmos dispositivos de lei, tidos por violados na rescisória anterior, bem como para arguição de questões inerentes à ação rescisória primitiva. (ex-OJ n. 95 – inserida em 27-9-2002 e alterada, *DJ*, 16-4-2004)

401 ***Ação rescisória. Descontos legais. Fase de execução. Sentença exequenda omissa. Inexistência de ofensa à coisa julgada.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 81 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

Os descontos previdenciários e fiscais devem ser efetuados pelo juízo executório, ainda que a sentença exequenda tenha sido omissa sobre a questão, dado o caráter de ordem pública ostentado pela norma que os disciplina. A ofensa à coisa julgada somente poderá ser caracterizada na hipótese de o título exequendo, expressamente, afastar a dedução dos valores a título de imposto de renda e de contribuição previdenciária. (ex-OJ n. 81 – inserida em 13-3-2002)

402 ***Ação rescisória. Documento novo. Dissídio coletivo. Sentença normativa.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 20 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

Documento novo é o cronologicamente velho, já existente ao tempo da decisão rescindenda, mas ignorado pelo interessado ou de impossível utilização, à época, no processo. Não é documento novo apto a viabilizar a desconstituição de julgado:

a) sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda;

b) sentença normativa preexistente à sentença rescindenda, mas não exibida no processo principal, em virtude de negligência da parte, quando podia e deveria louvar-se de documento já existente e não ignorado quando emitida a decisão rescindenda. (ex-OJ n. 20 – inserida em 20-9-2000)

403 ***Ação rescisória. Dolo da parte vencedora em detrimento da vencida. Art. 485, III, do CPC.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 111 e 125 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

I – Não caracteriza dolo processual, previsto no art. 485, III, do CPC, o simples fato de a parte vencedora haver silenciado a respeito de fatos contrários a ela, porque o procedimento, por si só, não constitui ardil do qual resulte cerceamento de defesa e, em consequência, desvie o juiz de uma sentença não condizente com a verdade. (ex-OJ n. 125 – *DJ*, 9-12-2003)

II – Se a decisão rescindenda é homologatória de acordo, não há parte vencedora ou vencida, razão pela qual não é possível a sua desconstituição calcada no inciso III do art. 485 do CPC (dolo da parte vencedora em detrimento da vencida), pois constitui fundamento de rescindibilidade que supõe solução jurisdicional para a lide. (ex-OJ n. 111, *DJ*, 29-4-2003)

404 ***Ação rescisória. Fundamento para invalidar confissão. Confissão ficta. Inadequação do enquadramento no art. 485, VIII, do CPC.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 108 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

O art. 485, VIII, do CPC, ao tratar do fundamento para invalidar a confissão como hipótese de rescindibilidade da decisão judicial, refere-se à confissão real, fruto de erro, dolo ou coação, e não à confissão ficta resultante de revelia. (ex-OJ n. 108, *DJ*, 29-4-2003)

405 ***Ação rescisória. Liminar. Antecipação de tutela.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 1, 3 e 121 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

I – Em face do que dispõe a MP 1.984-22/00 e reedições e o artigo 273, § 7º, do CPC, é cabível o pedido liminar formulado na petição inicial de ação rescisória ou na fase recursal, visando a suspender a execução da decisão rescindenda.

II – O pedido de antecipação de tutela, formulado nas mesmas condições, será recebido como medida acautelatória em ação rescisória, por não se admitir tutela antecipada em sede de ação rescisória. (ex-OJs n. 1 e 3 – inseridas em 20-9-2000, e ex-OJ n. 121, *DJ*, 11-8-2003)

406 ***Ação rescisória. Litisconsórcio. Necessário no polo passivo e facultativo no ativo. Inexistente quanto aos substituídos pelo sindicato.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 82 e 110 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

I – O litisconsórcio, na ação rescisória, é necessário em relação ao polo passivo da demanda, porque supõe uma comunidade de direitos ou de obrigações que não admite solução díspar para os litisconsortes, em face da indivisibilidade do objeto. Já em relação ao polo ativo, o litisconsórcio é facultativo,

uma vez que a aglutinação de autores se faz por conveniência, e não pela necessidade decorrente da natureza do litígio, pois não se pode condicionar o exercício do direito individual de um dos litigantes no processo originário à anuência dos demais para retomar a lide. (ex-OJ n. 82 – inserida em 13-3-2002)

II – O Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo descabida a exigência de citação de todos os empregados substituídos, porquanto inexistente litisconsórcio passivo necessário. (ex-OJ n. 110, *DJ*, 29-4-2003)

407 ***Ação rescisória. Ministério Público. Legitimidade "ad causam" prevista no art. 487, III, "a" e "b", do CPC. As hipóteses são meramente exemplificativas.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 83 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

A legitimidade *ad causam* do Ministério Público para propor ação rescisória, ainda que não tenha sido parte no processo que deu origem à decisão rescindenda, não está limitada às alíneas *a* e *b* do inciso III do art. 487 do CPC, uma vez que traduzem hipóteses meramente exemplificativas. (ex-OJ n. 83 – inserida em 13-3-2002)

408 ***Ação rescisória. Petição inicial. Causa de pedir. Ausência de capitulação ou capitulação errônea no art. 485 do CPC. Princípio "iura novit curia".*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 32 e 33 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

Não padece de inépcia a petição inicial de ação rescisória apenas porque omite a subsunção do fundamento de rescindibilidade no art. 485 do CPC ou o capitula erroneamente em um de seus incisos. Contanto que não se afaste dos fatos e fundamentos invocados como causa de pedir, ao Tribunal é lícito emprestar-lhes a adequada qualificação jurídica (*iura novit curia*). No entanto, fundando-se a ação rescisória no art. 485, inc. V, do CPC, é indispensável expressa indicação, na petição inicial da ação rescisória, do dispositivo legal violado, por se tratar de causa de pedir da rescisória, não se aplicando, no caso, o princípio *iura novit curia*. (ex-OJs n. 32 e 33 – ambas inseridas em 20-9-2000)

409 ***Ação rescisória. Prazo prescricional. Total ou parcial. Violação do art. 7º, XXIX, da CF/88. Matéria infraconstitucional.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 119 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

Não procede ação rescisória calcada em violação do art. 7º, XXIX, da CF/88 quando a questão envolve discussão sobre a espécie de prazo prescricional aplicável aos créditos trabalhistas, se total ou parcial, porque a matéria tem índole infraconstitucional, construída, na Justiça do Trabalho, no plano jurisprudencial. (ex-OJ n. 119, *DJ*, 11-8-2003)

410 ***Ação rescisória. Reexame de fatos e provas. Inviabilidade.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 109 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

A ação rescisória calcada em violação de lei não admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda. (ex-OJ n. 109, *DJ*, 29-4-2003)

411 ***Ação rescisória. Sentença de mérito. Decisão de Tribunal Regional do Trabalho em agravo regimental confirmando decisão monocrática do relator que, aplicando a Súmula 83 do TST, indeferiu a petição inicial da ação rescisória. Cabimento.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 43 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

Se a decisão recorrida, em agravo regimental, aprecia a matéria na fundamentação, sob o enfoque das Súmulas 83 do TST e 343 do STF, constitui sentença de mérito, ainda que haja resultado no indeferimento da petição inicial e na extinção do processo sem julgamento do mérito. Sujeita-se, assim, à reforma pelo TST, a decisão do Tribunal que, invocando controvérsia na interpretação da lei, indefere a petição inicial de ação rescisória. (ex-OJ n. 43 – inserida em 20-9-2000)

412 ***Ação rescisória. Sentença de mérito. Questão processual.*** *(Conversão da Orientação*

Jurisprudencial n. 46 da SDI-II – Res. 137/2005, DJ, *22-8-2005)*
Pode uma questão processual ser objeto de rescisão desde que consista em pressuposto de validade de uma sentença de mérito. (ex-OJ n. 46 – inserida em 20-9-2000)

413 ***Ação rescisória. Sentença de mérito. Violação do art. 896, "a", da CLT.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 47 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
É incabível ação rescisória, por violação do art. 896, "a", da CLT, contra decisão que não conhece de recurso de revista, com base em divergência jurisprudencial, pois não se cuida de sentença de mérito (art. 485 do CPC). (ex-OJ n. 47 – inserida em 20-9-2000)

414 ***Mandado de segurança. Antecipação de tutela (ou liminar) concedida antes ou na sentença.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 50, 51, 58, 86 e 139 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
I – A antecipação da tutela concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. A ação cautelar é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso. (ex-OJ n. 51 – inserida em 20-9-2000)
II – No caso da tutela antecipada (ou liminar) ser concedida antes da sentença, cabe a impetração do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio. (ex-OJs n. 50 e 58 – ambas inseridas em 20-9-2000)
III – A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão da tutela antecipada (ou liminar). (ex-OJs n. 86 – inserida em 13-3-2002 e n. 139, *DJ*, 4-5-2004).

415 ***Mandado de segurança. Art. 284 do CPC. Aplicabilidade.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 52 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
Exigindo o mandado de segurança prova documental pré-constituída, inaplicável se torna o art. 284 do CPC quando verificada, na petição inicial do "mandamus", a ausência de documento indispensável ou de sua autenticação. (ex-OJ n. 52 – inserida em 20-9-2000)

416 ***Mandado de segurança. Execução. Lei n. 8.432/92. Art. 897, § 1º, da CLT. Cabimento.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 55 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo. (ex-OJ n. 55 – inserida em 20-9-2000)

417 ***Mandado de segurança. Penhora em dinheiro.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 60, 61 e 62 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
I – Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC. (ex-OJ n. 60 – inserida em 20-9-2000)
II – Havendo discordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco, ainda que atenda aos requisitos do art. 666, I, do CPC. (ex-OJ n. 61 – inserida em 20-9-2000)
III – Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC. (ex-OJ n. 62 – inserida em 20-9-2000)

418 ***Mandado de segurança visando à concessão de liminar ou homologação de acordo.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 120 e 141 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
A concessão de liminar ou a homologação de acordo constituem faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança. (ex-OJs n. 120 – *DJ*, 11-8-2003 e n. 141, *DJ*, 4-5-2004)

419 ***Competência. Execução por carta. Embargos de terceiro. Juízo deprecante.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 114 da SDI-II - Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último. (ex-OJ n. 114, *DJ*, 11-8-2003)

420 ***Competência funcional. Conflito negativo. TRT e Vara do Trabalho de idêntica região. Não configuração.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 115 da SDI-II - Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
Não se configura conflito de competência entre Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho a ele vinculada. (ex-OJ n. 115, *DJ*, 11-8-2003)

421 ***Embargos declaratórios contra decisão monocrática do relator calcada no art. 557 do CPC. Cabimento.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 74 da SDI-II - Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
I – Tendo a decisão monocrática de provimento ou denegação de recurso, prevista no art. 557 do CPC, conteúdo decisório definitivo e conclusivo da lide, comporta ser esclarecida pela via dos embargos de declaração, em decisão aclaratória, também monocrática, quando se pretende tão somente suprir omissão e não, modificação do julgado.
II – Postulando o embargante efeito modificativo, os embargos declaratórios deverão ser submetidos ao pronunciamento do Colegiado, convertidos em agravo, em face dos princípios da fungibilidade e celeridade processual. (ex-OJ n. 74 – inserida em 8-11-2000)

422 ***Recurso. Apelo que não ataca os fundamentos da decisão recorrida. Não conhecimento. Art. 514, II, do CPC.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 90 da SDI-II - Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
Não se conhece de recurso para o TST, pela ausência do requisito de admissibilidade inscrito no art. 514, II, do CPC, quando as razões do recorrente não impugnam os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que fora proposta. (ex-OJ n. 90 – inserida em 27-5-2002)

423 ***Turno ininterrupto de revezamento.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 169 da SDI-I)*
Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não têm direito ao pagamento da sétima e oitava horas como extras.

424 ***Recurso administrativo. Pressuposto de admissibilidade. Depósito prévio da multa administrativa. Não recepção pela Constituição Federal do § 1º do art. 636 da CLT.*** *(Res. 160/2009 -* DEJT, *20-11-2009)*
O § 1º do art. 636 da CLT, que estabelece a exigência de prova do depósito prévio do valor da multa cominada em razão de autuação administrativa como pressuposto de admissibilidade de recurso administrativo, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, ante a sua incompatibilidade com o inciso LV do art. 5º.

425 ***Jus postulandi na Justiça do Trabalho. Alcance. (Res. 165/2010, DEJT, 30-4-2010 e 3 e 4-5-2010)***
O *jus postulandi* das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

426 ***Depósito recursal. Utilização DA GUIA GFIP. Obrigatoriedade.*** *(Editada em decorrência do julgamento do processo TST-IUJEEDRR 91700-09.2006.5.18.0006 - Res. 174/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*
Nos dissídios individuais o depósito recursal será efetivado mediante a utilização da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à

Previdência Social – GFIP, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 899 da CLT, admitido o depósito judicial, realizado na sede do juízo e à disposição deste, na hipótese de relação de trabalho não submetida ao regime do FGTS.

427 ***Intimação. Pluralidade de advogados. Publicação em nome de advogado diverso daquele expressamente indicado. Nulidade.*** *(Editada em decorrência do julgamento do processo TST-IUJERR 5400-31.2004.5.09.0017 – Res. 174/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*

Havendo pedido expresso de que as intimações e publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é nula, salvo se constatada a inexistência de prejuízo.

428 ***Sobreaviso.*** *(Conversão da OJ n. 49 da SBDI-1 – Res. 174/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*

O uso de aparelho de intercomunicação, a exemplo de BIP, "pager" ou aparelho celular, pelo empregado, por si só, não caracteriza o regime de sobreaviso, uma vez que o empregado não permanece em sua residência aguardando, a qualquer momento, convocação para o serviço.

429 ***Tempo à disposição do empregador. Art. 4º da CLT. Período de deslocamento entre a portaria e o local de trabalho.*** *(Res. 174/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*

Considera-se à disposição do empregador, na forma do art. 4º da CLT, o tempo necessário ao deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho, desde que supere o limite de 10 (dez) minutos diários.

430 ***Administração pública indireta. Contratação. Ausência de concurso público. Nulidade. Ulterior privatização. Convalidação. Insubsistência do vício.*** *(Res. 177/2012,* DEJT, *13, 14 e 15-2-2012)*

Convalidam-se os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública Indireta, continua a existir após a sua privatização.

431 ***Salário-hora. 40 horas semanais. Cálculo. Aplicação do divisor 200.*** *(Res. 177/2012,* DEJT, *13, 14 e 15-2-2012)*

Aplica-se o divisor 200 (duzentos) para o cálculo do valor do salário-hora do empregado sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

432 ***Contribuição sindical rural. Ação de cobrança. Penalidade por atraso no recolhimento. Inaplicabilidade do art. 600 da CLT. Incidência do art. 2º da Lei n. 8.022/1990.*** *(Res. 177/2012,* DEJT, *13, 14 e 15-2-2012)*

O recolhimento a destempo da contribuição sindical rural não acarreta a aplicação da multa progressiva prevista no art. 600 da CLT, em decorrência da sua revogação tácita pela Lei n. 8.022, de 12 de abril de 1990.

433 ***Embargos. Admissibilidade. Processo em fase de execução. Acórdão de Turma publicado na vigência da Lei n. 11.496, de 26-6-2007. Divergência de interpretação de dispositivo constitucional.*** *(Res. 177/2012,* DEJT, *13, 14 e 15-2-2012)*

A admissibilidade do recurso de embargos contra acórdão de Turma em Recurso de Revista em fase de execução, publicado na vigência da Lei n. 11.496, de 26-6-2007, condiciona-se à demonstração de divergência jurisprudencial entre Turmas ou destas e a Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho em relação à interpretação de dispositivo constitucional.

434 ***Recurso. Interposição antes da publicação do acórdão impugnado. Extemporaneidade.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 357 da SBDI-1 e inserção do item II à redação – Res. 177/2012,* DEJT, *13, 14 e 15-2-2012)*

I – É extemporâneo recurso interposto antes de publicado o acórdão impugnado. (ex-OJ n. 357 da SBDI-1 – inserida em 14-3-2008)

II – A interrupção do prazo recursal em razão da interposição de embargos de declaração pela parte adversa não acarreta qualquer prejuízo àquele que apresentou seu recurso tempestivamente.

435 ***Art. 557 do CPC. Aplicação subsidiária ao processo do trabalho.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 73 da SBDI-2 com nova redação - Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

Aplica-se subsidiariamente ao processo do trabalho o art. 557 do Código de Processo Civil.

436 ***Representação processual. Procurador da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas. Juntada de instrumento de mandato.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 52 da SBDI-I e inserção do item II à redação - Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

I – A União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação.

II – Para os efeitos do item anterior, é essencial que o signatário ao menos declare-se exercente do cargo de procurador, não bastando a indicação do número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

437 ***Intervalo intrajornada para repouso e alimentação. Aplicação do art. 71 da CLT.*** *(Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 307, 342, 354, 380 e 381 da SBDI-1 - Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

I – Após a edição da Lei n. 8.923/94, a não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.

II – É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), infenso à negociação coletiva.

III – Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei n. 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais.

IV – Ultrapassada habitualmente a jornada de seis horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruído como extra, acrescido do respectivo adicional, na forma prevista no art. 71, *caput* e § 4º da CLT.

438 ***Intervalo para recuperação térmica do empregado. Ambiente artificialmente frio. Horas extras. Art. 253 da CLT. Aplicação analógica.*** *(Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

O empregado submetido a trabalho contínuo em ambiente artificialmente frio, nos termos do parágrafo único do art. 253 da CLT, ainda que não labore em câmara frigorífica, tem direito ao intervalo intrajornada previsto no *caput* do art. 253 da CLT.

439 ***Danos morais. Juros de mora e atualização monetária. Termo inicial.*** *(Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

Nas condenações por dano moral, a atualização monetária é devida a partir da data da decisão de arbitramento ou de alteração do valor. Os juros incidem desde o ajuizamento da ação, nos termos do art. 883 da CLT.

440 ***Auxílio-doença acidentário. Aposentadoria por invalidez. Suspensão do contrato de trabalho. Reconhecimento do direito à manutenção de plano de saúde ou de assistência médica.*** *(Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

Assegura-se o direito à manutenção de plano de saúde ou de assistência médica oferecido pela empresa ao empregado, não obstante suspenso o contrato de trabalho em virtude

de auxílio-doença acidentário ou de aposentadoria por invalidez.

441 ***Aviso prévio. Proporcionalidade.*** *(Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

O direito ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço somente é assegurado nas rescisões de contrato de trabalho ocorridas a partir da publicação da Lei n. 12.506, em 13 de outubro de 2011.

442 ***Procedimento sumaríssimo. Recurso de revista fundamentado em contrariedade a orientação jurisprudencial. Inadmissibilidade. Art. 896, § 6º, da CLT, acrescentado pela Lei n. 9.957, de 12-1-2000*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 352 da SBDI-1 – Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação direta a dispositivo da Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial deste Tribunal (Livro II, Título II, Capítulo III, do RITST), ante a ausência de previsão no art. 896, § 6º, da CLT.

443 ***Dispensa discriminatória. Presunção. Empregado portador de doença grave. Estigma ou preconceito. Direito à reintegração.*** *(Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego.

444 ***Jornada de trabalho. Norma coletiva. Lei. Escala de 12 por 36. Validade.*** *(Res. 185/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012 – Republicada em decorrência do despacho proferido no processo TST-PA-S04.280/2012.2 –* DEJT, *26-11-2012)*

É válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas.

445 ***Inadimplemento de verbas trabalhistas. Frutos. Posse de má-fé. Art. 1.216 do Código Civil. Inaplicabilidade ao direito do trabalho.*** *(Res. 189/2013,* DEJT, *13, 14 e 15-3-2013)*

A indenização por frutos percebidos pela posse de má-fé, prevista no art. 1.216 do Código Civil, por tratar-se de regra afeta a direitos reais, mostra-se incompatível com o Direito do Trabalho, não sendo devida no caso de inadimplemento de verbas trabalhistas.

serviços, por sua própria natureza, têm absoluta identidade com os serviços inadiáveis. A sua inexecução, da mesma forma que ocorre com os primeiros, implica graves prejuízos para o empregador. É o caso, por exemplo, da limpeza que se processa em caldeiras de alta tensão que não podem ser desligadas ou desativadas, utilizadas normalmente em siderurgia.

11. *Adicional, na ocorrência de força maior*

A distinção entre força maior e as demais hipóteses de convocação para a prestação de horas extras, quanto ao respectivo adicional, contida no § 2º do art. 61, sob comento, não subsiste por força do que dispõe o art. 7º, XVI, da Constituição Federal. Em qualquer das hipóteses descritas no *caput* do art. 61, o adicional devido é de 50%. "O Constituinte, ao impor o adicional de 50% às várias modalidades do serviço extraordinário, não excepcionou as hipóteses de força maior, o que permite se possa entender que, nesse ponto, o art. 61, da Consolidação, está derrogado", observa Russomano[88].

12. *A convocação para a prestação de serviços na ocorrência de força maior*

A leitura atenta do *caput* do art. 61 da Consolidação deixa claro que a prestação de serviços extraordinários, nas hipóteses previstas no dispositivo legal nominado, independem da vontade do empregado, que poderá ser convocado pelo empregador.

Por isso, fazemos nossa a conclusão de Eduardo Gabriel Saad:

"Incorre em falta disciplinar empregado que se recusa a trabalhar horas extraordinárias, nos casos mencionados no artigo em epígrafe. Como já observamos, tais casos independem da anuência do empregado ou da celebração de um pacto coletivo. A decisão – por força de lei – é unilateral e do empregador"[89].

13. *Recuperação de tempo perdido em decorrência de causas acidentais ou força maior*

Os serviços (totais ou setoriais) de uma empresa podem sofrer interrupções em decorrência de acidentes ou força maior. Na ocorrência de tais fatos, os empregados podem ser convocados para jornada suplementar, observado o limite de 2 horas diárias, em período que não exceda de 45 dias por ano, havendo necessidade de prévia autorização da autoridade competente – a Delegacia Regional do Trabalho.

14. *Serviços externos, gerentes e diretores*

a) Serviços externos – o trabalho em serviços externos a que se refere o art. 62, sob comento, é aquele executado sem observância de horário ou fiscalização e *controle de ponto*.

Valentin Carrion, com inegável acerto, observa que "o que caracteriza este grupo de atividades é a circunstância de estarem fora da permanente fiscalização e controle do empregador; há impossibilidade de conhecer-se o tempo realmente dedicado com exclusividade à empresa"[90].

O que se constata, nos serviços externos, é a impossibilidade de controle efetivo do horário de trabalho. Enqua-

88. *Comentários à CLT*, cit., p. 103.

89. *CLT Comentada*, cit., p. 94.

90. Ob. cit., p. 110.

Índice Alfabético das Súmulas Trabalhistas do Supremo Tribunal Federal

(Os números referem-se às súmulas)

ABONO
Contribuição previdenciária. Incidência – 241
AÇÃO DECLARATÓRIA
Reconvenção – 258
AÇÃO JUDICIAL
Acidente de trabalho. Atraso na liquidação. Multa – 311
Acidente de trabalho. Controvérsia entre empregador e segurador. Pagamento – 337
Acidente de trabalho. Controvérsia entre seguradores. Pagamento – 434
AÇÃO RESCISÓRIA
Cabimento – 514
Cabimento. Interpretação da lei – 343
Competência – 249
Justiça do Trabalho – 338
ACIDENTE DE TRABALHO
Ação judicial. Atraso na liquidação. Multa – 311
Ausências motivadas. Férias – 198
Autarquia seguradora. Isenção de custas – 236
Competência. Justiça Cível Comum – 235
Competência. Justiça Ordinária Estadual – 501
Controvérsia entre empregador e segurador. Não suspensão do pagamento – 337
Controvérsia entre seguradores. Não suspensão do pagamento – 434
Depósito recursal – 240
Diárias. Indenização e auxílio-enfermidade – 232
Honorários advocatícios. Devidos – 234
Indenização – 35
Indenização. Base de cálculo – 314
Indenização. Cálculo – 464
Indenização. Direito comum. Dolo ou culpa grave do empregador – 229
Prescrição. Termo inicial – 230
Segurador. Atraso na liquidação. Multa – 238
Segurador em liquidação. Responsabilidade pela indenização – 529
ADICIONAL
Insalubridade. Base de cálculo. Salário mínimo da região – 307
Insalubridade. Perícia judicial. Enquadramento da atividade – 460
Noturno. Regime de revezamento – 213
Periculosidade. Postos de combustível – 212
ADICIONAL DE INSALUBRIDADE
Base de cálculo. Salário mínimo da região – 307
Perícia judicial. Enquadramento da atividade – 460
ADICIONAL NOTURNO
Regime de revezamento – 213
Trabalho diurno e noturno. Identidade. Devido – 313
AGRAVO
Deficiência na fundamentação – 287
Lei n. 4.348/64. Cabimento. Suspensão de liminar – 506
Recurso extraordinário. Admissão parcial. Limitação da apreciação – 528
Recurso extraordinário. Traslado de peças – 288
Traslado das razões da revista. Admissibilidade – 315

APELAÇÃO
Prazo – 428
APOSENTADORIA
Direito à aposentadoria pelo Tesouro Nacional – 37
Dupla. Ferroviário. Servidor autárquico – 371
Dupla. Servidores aposentados antes da Lei n. 2.752/56 – 372
Especial – Professores – 726
Recuperação da capacidade de trabalho – 217
APOSENTADORIA DEFINITIVA
Recuperação da capacidade de trabalho – 217
AUTARQUIAS
Reexame necessário. Execução de dívida ativa – 620
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
Servidores inativos – 680
AUXÍLIO-ENFERMIDADE
Acidente de trabalho. Diárias. Indenização – 232
CATEGORIA DO EMPREGADOR
Classificação do empregado, ainda que rural – 196
COMISSÃO
Vendedor pracista. Repouso semanal remunerado – 201
COMPETÊNCIA
Acidente de trabalho. Justiça Cível Comum – 235
Acidente de trabalho. Justiça Ordinária Estadual – 501
Atividades insalubres. Especificação. Ministro do Trabalho – 194
Mandado de segurança – 433
Recursos ordinário e extraordinário interpostos no mesmo mandado de segurança – 299
Segurança, higiene e saúde dos trabalhadores. Ação de descumprimento – 736
Vencimentos dos servidores públicos. Poder Judiciário – 339
CONCORDATA
Execução. Efeitos – 227
CONCURSO PÚBLICO
Inscrição. Limite de idade – 683
Veto não motivado – 684
CONTRATO DE TRABALHO
Por obra certa ou prazo determinado. Prorrogação – 195
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO OU POR OBRA CERTA
Prorrogação – 195
CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA
Exigibilidade – 666
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
Cobrança legítima – 659
CONTROVÉRSIA
Acidente de trabalho. Empregador e segurador. Não suspensão do pagamento devido – 337
Acidente de trabalho. Seguradores. Suspensão do pagamento devido – 434
Recurso Extraordinário. Admissibilidade – 284
CTPS
Anotações. Valor probante – 225
CUSTAS
Acidente de trabalho. Autarquia seguradora. Isenção – 236
Empregado isento. Sindicato representante – 223
DECADÊNCIA
Inquérito judicial. Empregado estável. Falta grave – 403
Representação de inconstitucionalidade – 360
DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO
Contribuição para a previdência social – 530
Incidência da contribuição previdenciária – 688
DEPOSITÁRIO JUDICIAL
Prisão. Ação de depósito – 619
DEPÓSITO RECURSAL
Acidente de trabalho. Devido – 240
DESPACHO SANEADOR
Trânsito em julgado – 424
DIREITO AUTORAL
Obra musical. Artistas remunerados e amadores – 386
DISPENSA
Imotivada. Indenização. Cálculo – 459
Indenização. Dispensa imotivada. Cálculo – 462
Indenização. Readmissão. Cálculo – 219
Indenização por despedida injusta. Férias proporcionais – 200
Readmissão. Tempo de serviço – 215
Representante sindical. Falta grave. Inquérito – 197
DOLO OU CULPA GRAVE
Empregador. Ato faltoso do empregado ou preposto – 341

Indenização acidentária. Direito comum – 229
EMBARGOS
Conhecimento – 401
de divergência. Não cabimento – 599
Declaratórios. Improcedência – 317
Declaratórios. Recurso extraordinário. Prequestionamento – 356
de terceiro à penhora. Promessa de compra e venda. Registro de imóveis – 621
Infringentes. Admissibilidade. Supremo Tribunal Federal – 294
Infringentes. Decisão embargada – 355
Infringentes. Divergência na votação – 354
Infringentes. Matéria constitucional – 293
Infringentes. Matéria não ventilada no julgamento – 296
ENTIDADES SINDICAIS
Registro – 677
EQUIPARAÇÃO SALARIAL
Trabalho igual. Tempo de serviço na função – 202
ESTABILIDADE
Indenização em dobro. Readmissão – 220
Indenização. Tempo de afastamento. Serviço militar obrigatório – 463
Inquérito judicial. Decadência. Falta grave – 403
Provisória. Suplente. CIPA – 676
EXECUÇÃO
Concordata. Efeitos – 227
Embargos de terceiro à penhora. Promessa de compra e venda. Registro de imóveis – 621
Prescrição – 150
Recurso Extraordinário pendente – 228
Reexame necessário. Autarquias. Dívida ativa – 620
Remição pelo executado – 458
EXTINÇÃO DO ESTABELECIMENTO
Transferência de empregado. Força maior – 221
FALTA GRAVE
Greve. Adesão – 316
Inquérito judicial. Decadência. Empregado estável – 403
Representante sindical. Dispensa. Inquérito – 197
FALTAS
Acidente de trabalho. Ausências motivadas – 198
FÉRIAS
Acidente de trabalho. Ausências motivadas – 198
Horista. Salário – 199
Proporcionais. Indenização por dispensa injusta – 200
FGTS
Incidência sobre as horas extraordinárias – 593
FORÇA MAIOR
Transferência de empregado – 221
FUNDAMENTAÇÃO
Recurso extraordinário. Admissibilidade – 284
GRATIFICAÇÃO
Habitual. Integração ao salário – 207
GREVE
Adesão. Falta grave – 316
HABEAS CORPUS
Recurso Ordinário para o Supremo Tribunal Federal. Prazo – 319
HABITUALIDADE
Salário-produção. Salário-prêmio. Habitualidade. Supressão – 209
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
Acidente de trabalho. Devidos – 234
Beneficiário da Justiça Gratuita – 450
HORA NOTURNA
Duração. Salário. Adicional – 214
HORAS EXTRAS
FGTS. Incidência – 593
HORISTA
Salário. Férias – 199
IMPOSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES
Imposto de indústrias e profissões. Exigibilidade – 350
INCIDÊNCIA
Contribuição previdenciária. Abono – 241
FGTS. Horas extras – 593
INDENIZAÇÃO
Acidentária. Direito comum. Dolo ou culpa grave – 229
Acidente de trabalho. Cálculo – 464
Acidente de trabalho. Diárias – 232
Acidente de trabalho ou de transporte – 35
Acidente de trabalho ou de transporte. Base de cálculo – 314
Acidente de trabalho. Segurador em liquidação. Responsabilidade – 529
Aposentadoria.

Recuperação da capacidade de trabalho – 217
Despedida injusta. Cálculo – 459
Despedida injusta. Férias proporcionais – 200
Dispensa imotivada. Cálculo – 462
Em dobro. Readmissão. Empregado estável – 220
Estabilidade. Tempo de afastamento. Serviço militar obrigatório – 463
Readmissão. Cálculo – 219

INQUÉRITO
Decadência. Empregado estável. Falta grave – 403
Representante sindical. Dispensa. Falta grave – 197

INSALUBRIDADE
Atividades insalubres. Especificação. Ministro do Trabalho – 194

INTEGRAÇÕES
Gratificações habituais. Salário – 207

INTIMAÇÃO
Prazo judicial – 310

JORNADA DE TRABALHO
Intervalo. Turno de revezamento – 675

JUIZ
Princípio da identidade física. Aplicação às Varas do Trabalho – 222
Substitutos. Provimento – 478

JUROS DE MORA
Contagem. Sentença de liquidação – 255
Contagem. Termo inicial – 224

JUSTIÇA COMUM
Acidente de trabalho. Competência – 235 e 501

JUSTIÇA GRATUITA
Honorários advocatícios – 450

LIQUIDAÇÃO
Acidente de trabalho. Ação judicial. Atraso. Multa – 311
Acidente de trabalho. Segurador. Atraso no pagamento. Multa – 238

MANDADO DE SEGURANÇA
Agravo. Lei n. 4.348/64. Cabimento. Suspensão de liminar – 506
Cabimento – 266, 267 e 268
Coletivo. Impetração – 629
Competência – 433
Decisão amparada em lei cujos efeitos foram anulados – 474
Denegação. Coisa julgada. Ação própria – 304
Embargos infringentes. Admissibilidade. Supremo Tribunal Federal – 294
Honorários advocatícios. Cabimento – 512
Legitimação – 630
Liminar. Efeitos – 405
Pedido de reconsideração. Prazo – 430
Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal. Prazo – 319
Recurso. Prazo – 392
Recursos ordinário e extraordinário interpostos – 299

MENOR
Não aprendiz. Salário – 205

MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO
Atividades insalubres. Especificação – 194

MULTA
Acidente de trabalho. Ação judicial. Atraso na liquidação – 311
Acidente de trabalho. Segurador. Atraso na liquidação – 238

MÚSICO
Direito autoral. Obra musical. Artistas remunerados e amadores – 386
Orquestra da empresa. Legislação aplicável – 312

NOTIFICAÇÃO
Juros de mora. Contagem. Termo inicial – 224

PAGAMENTO
Dias de descanso. Trabalho remunerado em dobro – 461

PENHORA
Embargos de terceiro. Promessa de compra e venda. Registro de imóveis – 621

PERÍCIA
Acidente de trabalho. Prescrição. Termo inicial – 230
Adicional de insalubridade. Perícia judicial. Enquadramento da atividade – 460

PERICULOSIDADE
Adicional. Postos de combustível – 212

PRAZO JUDICIAL
Intimação na sexta-feira – 310
Mandado de segurança. Pedido de reconsideração – 430
Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal – 319

PRÊMIOS
Salário-produção e prêmio. Habitualidade. Integração – 209

PREPOSTO
Culpa do empregador. Ato faltoso do empregado ou preposto – 341
PRESCRIÇÃO
Acidente de trabalho. Termo inicial – 230
Execução – 150
Intercorrente – 327
Intercorrente. Rescisória – 264
Prestações de mais de dois anos – 349
PREVIDÊNCIA
Contribuição. Abono. Incidência – 241
Contribuição. 13º salário – 530
Contribuições. Base de cálculo. Salário mínimo mensal – 467
Contribuintes obrigatórios. Firmas individuais – 466
Instituições de previdência social. Taxa de assistência médica – 128
Trabalhador rural. Pensão – 613
PRISÃO
Depositário judicial – 619
PROVAS
Carteira profissional. Anotações. Valor probante – 225
READMISSÃO
Indenização. Cálculo – 219
Indenização em dobro. Empregado estável – 220
Tempo de serviço – 215
RECURSO
Ação rescisória. Cabimento – 514
Ex officio. Omissão – 423
Extraordinário. Cabimento – 432
Ordinário e extraordinário interpostos no mesmo mandado de segurança – 299
Ordinário para o Supremo Tribunal Federal. Prazo – 319
Recurso de revista. Embargos de divergência – 401
Reexame necessário. Autarquias. Execução de dívida ativa – 620
Revista. Tribunal Superior do Trabalho – 457
STF. Cabimento. Ofensa à Constituição – 505
RECURSO DE REVISTA
Embargos de divergência. Conhecimento – 401
Tribunal Superior do Trabalho – 457
RECURSO EXTRAORDINÁRIO
Admissão parcial. Limitação da apreciação – 528
Admissibilidade – 284
Agravo. Traslado de peças – 288
Cabimento – 432
Execução. Recurso pendente – 228
Decisão impugnada – 281
Divergência jurisprudencial – 369
Inadmissibilidade – 272
Inadmissibilidade. Fundamento – 283
Interpretação de cláusulas contratuais. Cabimento – 454
Mandado de segurança em que foi interposto Recurso ordinário – 299
Prequestionamento necessário – 356
Questão federal – 282
Reexame de prova – 279
REEXAME NECESSÁRIO
Autarquias. Execução de dívida ativa – 620
REMIÇÃO
Execução trabalhista. Executado – 458
REPOUSO SEMANAL
Dias de descanso. Trabalho remunerado em dobro – 461
Indenização. Acidente de trabalho. Cálculo – 464
Indenização. Dispensa imotivada. Cálculo – 462
Vendedor pracista. Comissão – 201
REPRESENTANTE SINDICAL
Dispensa. Falta grave. Inquérito – 197
REVEZAMENTO
Adicional noturno – 213
RURAL
Benefícios da Lei n. 6.367/76 – 612
Categoria do empregador. Classificação do empregado – 196
Pensão previdenciária – 613
SALÁRIO
Contribuição previdenciária. Abono. Incidência – 241
Dias de descanso. Trabalho remunerado em dobro – 461
Gratificações habituais. Integração – 207
Hora noturna. Duração. Adicional – 214
Menor não aprendiz – 205
Salário-educação. Contribuição – 732
Salário-produção. Salário-prêmio. Habitualidade. Supressão – 209

Vencimentos dos servidores públicos. Poder Judiciário. Competência – 339
Vigia noturno – 402
SALÁRIO CONTRATUAL
Trabalhador substituto – 204
SALÁRIO MÍNIMO
Contribuições previdenciárias. Base de cálculo – 467
Horista. Salário. Férias – 199
Indexação. Proibição – Súmula vinculante n. 4
Trabalhador substituto – 204
Vigência – 203
SALÁRIO MÍNIMO DA REGIÃO
Adicional de insalubridade. Base de cálculo – 307
SALÁRIO PROFISSIONAL
Trabalhadores de transportes marítimos. Inconstitucionalidade do Decreto n. 51.668/63 – 531
SEGURADORA
Acidente de trabalho. Atraso na liquidação. Multa – 238
SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO
Indenização e estabilidade. Tempo de afastamento – 463
SERVIDORES PÚBLICOS
Anuênio e licença-prêmio. Contagem do tempo de serviço – 678
Atraso nos vencimentos. Correção monetária – 682
Direito à aposentadoria pelo Tesouro Nacional – 37
Dupla aposentadoria. Aposentadoria anterior – 372
Ferroviário. Servidor autárquico. Dupla aposentadoria – 371
Fixação de vencimentos – 679
Vencimentos. Poder Judiciário. Competência – 339
Vinculação de reajuste. Índices federais – 681
SINDICATO
Custas. Empregado isento – 223
SUBSTITUTO
Trabalhador substituto. Salário mínimo e contratual – 204
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Agravo. Lei n. 4.348/64. Cabimento. Suspensão de liminar – 506
Embargos infringentes. Admissibilidade – 294
Mandado de segurança. Decisão amparada em lei cujos efeitos foram anulados – 474
Recurso. Cabimento. Ofensa à Constituição – 505
Recurso extraordinário. Admissão parcial. Limitação da apreciação – 528
Recurso Ordinário. Prazo – 319
SUPRESSÃO UNILATERAL DE VANTAGENS
Salário-produção. Salário-prêmio. Habitualidade – 209
TAXAS
Instituições de previdência social. Taxas de assistência social – 128
TEMPO DE SERVIÇO
Readmissão – 215
TRABALHADOR RURAL
Benefícios da Lei n. 6.367/76 – 612
Pensão previdenciária – 613
TRABALHO NOTURNO
Identidade com o trabalho diurno. Adicional devido – 313
TRANSFERÊNCIA
Força maior – 221
TRANSPORTES MARÍTIMOS, FLUVIAIS E LACUSTRES
Salário profissional. Inconstitucionalidade do Decreto n. 51.668/63 – 531
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
Agravo. Traslado das razões da revista. Admissibilidade – 315
Recurso de revista – 457
URP
Servidores públicos e trabalhadores em geral. Proporcionalidade – 671
VARAS DO TRABALHO
Identidade física do juiz – 222
VENDEDOR
Pracista. Comissão. Repouso semanal remunerado – 201
VERBA HONORÁRIA
Condenação incabível – 633
VIGIA NOTURNO
Salário – 402

Súmulas Trabalhistas do Supremo Tribunal Federal[520]

35 ***Acidente de trabalho ou de transporte. Indenização.***
Em caso de acidente do trabalho ou de transporte, a concubina tem direito de ser indenizada pela morte do amásio, se entre eles não havia impedimento para o matrimônio.

37 ***Direito à aposentadoria pelo Tesouro Nacional.***
Não tem direito de se aposentar pelo Tesouro Nacional o servidor que não satisfizer as condições estabelecidas na legislação do serviço público federal, ainda que aposentado pela respectiva instituição previdenciária, com direito em tese, a duas aposentadorias.

128 ***Instituições de previdência social. Taxa de assistência médica.***
É indevida a taxa de assistência médica hospitalar das instituições de previdência social.

150 ***Execução. Prescrição.***
Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação.

194 ***Atividades insalubres. Especificação. Ministro do Trabalho.***
É competente o Ministro do Trabalho para a especificação das atividades insalubres.

195 ***Contrato de trabalho por obra certa ou prazo determinado. Prorrogação.***
Contrato de trabalho para obra certa, ou de prazo determinado, transforma-se em contrato de prazo indeterminado, quando prorrogado por mais de quatro anos.

196 ***Categoria do empregador. Classificação do empregado, ainda que rural.***
Ainda que exerça atividade rural, o empregado de empresa industrial ou comercial é classificado de acordo com a categoria do empregador.

197 ***Representante sindical. Dispensa. Falta grave. Inquérito.***
O empregado com representação sindical só pode ser despedido mediante inquérito em que se apure falta grave.

198 ***Acidente de trabalho. Ausências motivadas. Férias.***
As ausências motivadas por acidente do trabalho não são descontáveis do período aquisitivo das férias.

199 ***Horista. Salário. Férias.***
O salário das férias do empregado horista corresponde à média do período aquisitivo, não podendo ser inferior ao mínimo.

200 ***Indenização por despedida injusta. Férias proporcionais.***
Não é inconstitucional a Lei 1.530, de 26-12-51, que manda incluir na indenização por despedida injusta parcela correspondente a férias proporcionais.

201 ***Vendedor pracista. Comissão. Repouso semanal remunerado.***
O vendedor pracista, remunerado mediante comissão, não tem direito ao repouso semanal remunerado.

202 ***Equiparação salarial. Trabalho igual. Tempo de serviço na função.***
Na equiparação de salário, em caso de trabalho igual, toma-se em conta o tempo de serviço na função, e não no emprego.

---

520. Com o intuito de facilitar a consulta às Súmulas do STF, o autor lhes conferiu "títulos" que, resumidamente, traduzem seu conteúdo.

203 ***Salário mínimo. Vigência.***
Não está sujeita à vacância de sessenta dias a vigência de novos níveis de salário mínimo.

204 ***Trabalhador substituto. Salário mínimo e contratual.***
Tem direito o trabalhador substituto, ou de reserva, ao salário mínimo no dia em que fica à disposição do empregador sem ser aproveitado na função específica; se aproveitado, recebe o salário contratual.

205 ***Menor. Não aprendiz. Salário.***
Tem direito a salário integral o menor não sujeito a aprendizagem metódica.

207 ***Gratificações habituais. Integração ao salário.***
As gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário.

209 ***Salário-produção. Salário-prêmio. Habitualidade. Supressão.***
O salário-produção, como outras modalidades de salário-prêmio, é devido, desde que verificada a condição a que estiver subordinado, e não pode ser suprimido unilateralmente pelo empregador, quando pago com habitualidade.

212 ***Adicional de periculosidade. Postos de combustível.***
Tem direito ao adicional de serviço perigoso o empregado de posto de revenda de combustível líquido.

213 ***Adicional noturno. Regime de revezamento.***
É devido o adicional de serviço noturno, ainda que sujeito o empregado ao regime de revezamento.

214 ***Hora noturna. Salário. Adicional.***
A duração legal da hora de serviço noturno (52 minutos e 30 segundos) constitui vantagem suplementar, que não dispensa o salário adicional.

215 ***Readmissão. Tempo de serviço.***
Conta-se a favor de empregado readmitido o tempo de serviço anterior, salvo se houver sido despedido por falta grave ou tiver recebido a indenização legal.

216 ***Paralisação do processo. Absolvição de instância.***
Para decretação da absolvição de instância pela paralisação do processo por mais de trinta dias, é necessário que o autor, previamente intimado, não promova o andamento da causa.

217 ***Aposentadoria. Recuperação da capacidade de trabalho.***
Tem direito de retornar ao emprego, ou ser indenizado em caso de recusa do empregador, o aposentado que recupera a capacidade de trabalho dentro de cinco anos, a contar da aposentadoria, que se torna definitiva após esse prazo.

219 ***Indenização. Readmissão. Cálculo.***
Para a indenização devida a empregado que tinha direito a ser readmitido, e não foi, levam-se em conta as vantagens advindas a sua categoria no período do afastamento.

220 ***Indenização em dobro. Readmissão de empregado estável.***
A indenização devida a empregado estável, que não é readmitido ao cessar sua aposentadoria, deve ser paga em dobro.

221 ***Transferência do empregado. Força maior.***
A transferência de estabelecimento, ou a sua extinção parcial, por motivo que não seja de força maior, não justifica a transferência de empregado estável.

222 ***Identidade física do juiz. Aplicação às Varas do Trabalho.***
O princípio da identidade física do juiz não é aplicável às Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho.

223 ***Custas. Empregado isento. Sindicato representante.***
Concedida isenção de custas ao empregado, por elas não responde o sindicato que o representa em juízo.

224 ***Juros de mora. Contagem. Termo inicial.***
Os juros da mora, nas reclamações trabalhistas, são contados desde a notificação inicial.

225 ***Carteira profissional. Anotações. Valor probante.***
Não é absoluto o valor probatório das anotações da carteira profissional.

227 ***Concordata. Execução. Efeitos.***
A concordata do empregador não impede a execução de crédito nem a reclamação de empregado na Justiça do Trabalho.

228 ***Execução. Recurso extraordinário pendente.***
Não é provisória a execução na pendência de recurso extraordinário, ou de agravo destinado a fazê-lo admitir.

229 ***Indenização acidentária. Direito comum. Dolo ou culpa grave.***
A indenização acidentária não exclui a do direito comum, em caso de dolo ou culpa grave do empregador.

230 ***Acidente de trabalho. Prescrição. Termo inicial.***
A prescrição da ação de acidente do trabalho conta-se do exame pericial que comprovar a enfermidade ou verificar a natureza da incapacidade.

232 ***Acidente de trabalho. Diárias. Indenização e auxílio-enfermidade.***
Em caso de acidente do trabalho, são devidas diárias até doze meses, as quais não se confundem com a indenização acidentária, nem com o auxílio-enfermidade.

234 ***Acidente de trabalho. Honorários advocatícios. Devidos.***
São devidos honorários de advogado em ação de acidente do trabalho julgada procedente.

235 ***Acidente de trabalho. Competência. Justiça Cível Comum.***
É competente para a ação de acidente do trabalho a justiça cível comum, inclusive em segunda instância, ainda que seja parte autarquia seguradora.

236 ***Acidente de trabalho. Autarquia seguradora. Isenção de custas.***
Em ação de acidente do trabalho, a autarquia seguradora não tem isenção de custas.

238 ***Acidente de trabalho. Segurador. Atraso na liquidação. Multa.***
Em caso de acidente do trabalho, a multa pelo retardamento da liquidação é exigível do segurador sub-rogado, ainda que autarquia.

240 ***Acidente de trabalho. Depósito recursal. Devido.***
O depósito para recorrer, em ação de acidente do trabalho, é exigível do segurador sub-rogado, ainda que autarquia.

241 ***Contribuição previdenciária. Abono. Incidência.***
A contribuição previdenciária incide sobre o abono incorporado ao salário.

249 ***Ação rescisória. Competência do STF.***
É competente o STF para a ação rescisória quando, embora não tendo conhecido do recurso extraordinário, ou havendo negado provimento a agravo, tiver apreciado a questão federal controvertida.

254 ***Juros moratórios. Inclusão na liquidação.***
Incluem-se os juros moratórios na liquidação, embora omisso o pedido inicial ou a condenação.

255 ***Juros moratórios. Contagem.***
Sendo ilíquida a obrigação, os juros moratórios contra a Fazenda Pública, incluídas as autarquias, são contados do trânsito em julgado da sentença de liquidação.

258 ***Ação declaratória. Reconvenção.***
É admissível reconvenção em ação declaratória.

264 ***Prescrição intercorrente.***
Verifica-se a prescrição intercorrente pela paralisação da ação rescisória por mais de cinco anos.

266 ***Mandado de segurança. Cabimento.***
Não cabe mandado de segurança contra lei em tese.

267 ***Mandado de segurança. Cabimento.***
Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.

268 ***Mandado de segurança. Cabimento.***
Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado.

dram-se na hipótese em exame os vendedores, cobradores, motoristas etc.

Todavia, ponha-se em relevo que a atual redação do art. 62, ao revés do que ocorria anteriormente à Lei n. 8.966, de 27-12-1994, não arrola as profissões acima enumeradas, o que deixa ao prudente arbítrio do juiz do trabalho, em cada caso concreto, verificar a exata situação dos respectivos profissionais.

Na prática, não raras vezes, conquanto exercendo funções externas, está o empregado sujeito à fiscalização, como ocorre, por exemplo, com o transporte de produtos perecíveis, com horários de saída e chegada predeterminados pelo empregador, em percursos cujo tempo de duração se possa verificar. Constatada, em tais casos, a jornada suplementar, devidas serão as horas extraordinárias com os respectivos adicionais.

É o que deixa claro v. acórdão do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo:

> "Vendedor externo que exerce suas funções vinculado direta ou indiretamente a qualquer controle de horário de labor, faz jus a horas extras" (TRT/SP, RO 02940138170, Ac. 02950425520, Rel. Juiz Wagner José de Souza, *DOE/SP*, 4-10-1995, p. 41).

O que não se admite é a sumária exclusão da jornada suplementar tão somente escudado na circunstância de os serviços serem externos.

Eduardo Gabriel Saad, com a prudência que o faz um dos mais respeitados juslaboralistas do País, lembra que "nunca é demais recordar que a Constituição, no inciso XVI do art. 7º, ao assegurar o *plus* salarial na hora extra, não excepcionou qualquer categoria profissional"[91]. Em nosso entendimento, essa vantagem salarial só não é exigível nas atividades que impossibilitam o controle de horário.

b) Vigia – expressamente excluídos das jornadas suplementares (alínea *b*, da antiga redação dada ao art. 62), os vigias fazem jus às horas extras, assim consideradas aquelas que extravasam o limite de 8 horas.

c) Vigia e vigilante (distinção) – de todo conveniente pôr em relevo a distinção entre vigia e vigilante. O primeiro (vigia) limita-se a manter uma fiscalização local, sem formação adequada e disciplina própria, o que não sucede com os vigilantes, que, por força de lei, são submetidos a formação profissional e prestam seus serviços às empresas de segurança – Lei n. 7.102/83. Os denominados "*guardinhas de quarteirão*", como bem ressalta Valentin Carrion, e que vigiam as casas, não têm vínculo trabalhista. Recebem determinadas parcelas de diversos moradores, não se sujeitam a qualquer fiscalização, não recebem ordens e até mesmo a assiduidade fica a critério inteiramente pessoal de cada um.

O vigia de determinada residência, que ali permanece, prestando com pessoalidade seus serviços, é *doméstico*, a ele se aplicando os direitos que lhe são específicos.

d) Gerente – ao referir-se a *gerente*, a CLT distingue o empregado de confiança *stricto sensu*, com poderes de gestão, que substitui o empregador, fazendo-lhe as vezes. O gerente ocupa, portanto, um *cargo de confiança*.

Na definição de Octavio Bueno Magano, "empregado de confiança é o que

91. *CLT Comentada*, cit., p. 95.

272 ***Recurso extraordinário. Inadmissibilidade. Decisão denegatória.***
Não se admite como ordinário recurso extraordinário de decisão denegatória de mandado de segurança.

279 ***Recurso extraordinário. Reexame de prova.***
Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

280 ***Recurso extraordinário. Ofensa a direito local.***
Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.

281 ***Recurso extraordinário. Decisão impugnada.***
É inadmissível o recurso extraordinário quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.

282 ***Recurso extraordinário. Questão federal.***
É inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

283 ***Recurso extraordinário. Inadmissibilidade. Fundamento.***
É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

284 ***Recurso extraordinário. Admissibilidade.***
É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

287 ***Agravo. Deficiência na fundamentação.***
Nega-se provimento ao agravo quando a deficiência na sua fundamentação, ou na do recurso extraordinário, não permitir exata compreensão da controvérsia.

288 ***Agravo em recurso extraordinário. Traslado de peças.***
Nega-se provimento a agravo para subida de recurso extraordinário, quando faltar no traslado o despacho agravado, a decisão recorrida, a petição de recurso extraordinário ou qualquer peça essencial à compreensão da controvérsia.

293 ***Embargos infringentes. Matéria constitucional.***
São inadmissíveis embargos infringentes contra decisão em matéria constitucional submetida no Plenário dos Tribunais.

294 ***Embargos infringentes. Admissibilidade. Supremo Tribunal Federal.***
São inadmissíveis embargos infringentes contra decisão do Supremo Tribunal Federal em mandado de segurança.

296 ***Embargos infringentes. Matéria não ventilada.***
São inadmissíveis embargos infringentes sobre matéria não ventilada pela turma no julgamento do recurso extraordinário.

299 ***Recursos ordinário e extraordinário interpostos no mesmo mandado de segurança. Tribunal Pleno.***
O recurso ordinário e o extraordinário interpostos no mesmo processo de mandado de segurança, ou de "habeas-corpus", serão julgados conjuntamente pelo Tribunal Pleno.

304 ***Mandado de segurança. Denegação. Ação própria.***
Decisão denegatória de mandado de segurança, não fazendo coisa julgada contra o impetrante, não impede o uso da ação própria.

307 ***Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Salário mínimo da região.***
É devido o adicional de serviço insalubre, calculado à base do salário mínimo da região, ainda que a remuneração contratual seja superior ao salário mínimo acrescido da taxa de insalubridade.

310 ***Prazo judicial. Intimação na sexta-feira.***
Quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial terá início na segunda-feira imediata, salvo se não houver expediente, caso em que começará no primeiro dia útil que se seguir.

311 ***Acidente de trabalho. Ação judicial. Atraso na liquidação. Multa.***
No típico acidente do trabalho, a existência de ação judicial não exclui a multa pelo retardamento da liquidação.

312 ***Músico. Orquestra da empresa. Legislação aplicável.***
Músico integrante de orquestra da empresa, com atuação permanente e vínculo de subordinação, está sujeito à legislação geral do trabalho, e não à especial dos artistas.

313 ***Trabalho diurno e noturno. Identidade. Adicional devido.***
Provada a identidade entre o trabalho diurno e o noturno, é devido o adicional, quanto a este, sem a limitação do art. 73, § 3º, da CLT, independentemente da natureza da atividade do empregador.

314 ***Acidente de trabalho ou de transporte. Indenização. Base de cálculo.***
Na composição do dano por acidente do trabalho, ou de transporte, não é contrário à lei tomar para base da indenização o salário do tempo da perícia ou da sentença.

315 ***Agravo. Traslado das razões da revista. Admissibilidade.***
Indispensável o traslado das razões da revista, para julgamento, pelo Tribunal Superior do Trabalho, do agravo para sua admissão.

316 ***Greve. Adesão. Falta grave.***
A simples adesão à greve não constitui falta grave.

317 ***Embargos declaratórios. Improcedência.***
São improcedentes os embargos declaratórios, quando não pedida a declaração do julgado anterior em que se verificou a omissão.

319 ***Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal. Prazo.***
O prazo do recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal, em *habeas corpus* ou mandado de segurança, é de cinco dias.

327 ***Prescrição intercorrente.***
O direito trabalhista admite a prescrição intercorrente.

337 ***Acidente de trabalho. Controvérsia entre empregador e segurador. Não suspensão do pagamento devido.***
A controvérsia entre o empregador e o segurador não suspende o pagamento devido ao empregado por acidente do trabalho.

338 ***Ação rescisória. Justiça do Trabalho.***
Não cabe ação rescisória no âmbito da Justiça do Trabalho.

339 ***Vencimentos dos servidores públicos. Poder Judiciário. Competência.***
Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.

341 ***Culpa do empregador. Ato culposo do empregado ou preposto.***
É presumida a culpa do patrão ou comitente pelo ato culposo do empregado ou preposto.

342 ***Reconvenção. Agravo.***
Cabe agravo no auto do processo, e não agravo de petição, do despacho que não admite a reconvenção.

343 ***Ação rescisória. Cabimento. Interpretação da lei.***
Não cabe ação rescisória por ofensa a literal dispositivo de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais.

349 ***Prescrição. Prestações de mais de dois anos.***
A prescrição atinge somente as prestações de mais de dois anos, reclamadas com fundamento em decisão normativa da justiça do trabalho, ou em convenção coletiva de trabalho, quando não estiver em causa a própria validade de tais atos.

350 ***Imposto de indústrias e profissões.***
O imposto de indústrias e profissões não é exigível de empregado, por falta de autonomia na sua atividade profissional.

354 ***Embargos infringentes. Divergência na votação.***
Em caso de embargos infringentes parciais, é definitiva a parte da decisão embargada em que não houve divergência na votação.

355 ***Embargos infringentes. Decisão embargada.***
Em caso de embargos infringentes parciais, é tardio o recurso extraordinário interposto após o julgamento dos embargos, quanto à parte da decisão embargada que não fora por eles abrangida.

356 ***Recurso extraordinário. Prequestionamento.***
O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

360 ***Decadência. Representação de inconstitucionalidade.***
Não há prazo de decadência para a representação de inconstitucionalidade prevista no art. 8º, parágrafo único, da Constituição Federal.

369 ***Recurso extraordinário. Divergência jurisprudencial.***
Julgados do mesmo tribunal não servem para fundamentar o recurso extraordinário por divergência jurisprudencial.

371 ***Ferroviário. Servidor autárquico. Dupla aposentadoria.***
Ferroviário, que foi admitido como servidor autárquico, não tem direito a dupla aposentadoria.

372 ***Dupla aposentadoria. Servidores aposentados. Lei n. 2.752/56.***
A Lei 2.752, de 10-4-1956, sobre dupla aposentadoria, aproveita, quando couber, a servidores aposentados antes de sua publicação.

386 ***Direito autoral. Obra musical. Artistas remunerados e amadores.***
Pela execução de obra musical por artistas remunerados é devido direito autoral, não exigível quando a orquestra for de amadores.

392 ***Mandado de segurança. Recurso. Prazo.***
O prazo para recorrer de acórdão concessivo de segurança conta-se da publicação oficial de suas conclusões, e não da anterior ciência à autoridade para cumprimento da decisão.

401 ***Recurso de revista. Embargos de divergência. Conhecimento.***
Não se conhece do recurso de revista, nem dos embargos de divergência, do processo trabalhista, quando houver jurisprudência firme do Tribunal Superior do Trabalho no mesmo sentido da decisão impugnada, salvo se houver colisão com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

402 ***Vigia noturno. Salário.***
Vigia noturno tem direito a salário adicional.

403 ***Inquérito judicial. Decadência. Empregado estável. Falta grave.***
É de decadência o prazo de trinta dias para instauração do inquérito judicial, a contar da suspensão, por falta grave, de empregado estável.

405 ***Mandado de segurança. Liminar. Efeitos.***
Denegado o mandado de segurança pela sentença, ou no julgamento do agravo, dela interposto, fica sem efeito a liminar concedida, retroagindo os efeitos da decisão contrária.

423 ***Recurso "ex officio". Omissão.***
Não transita em julgado a sentença por haver omitido o recurso *ex officio*, que se considera interposto *ex lege*.

424 ***Despacho saneador. Trânsito em julgado.***
Transita em julgado o despacho saneador de que não houve recurso, excluídas as questões deixadas explícita ou implicitamente para a sentença.

428 ***Apelação. Prazo.***
Não fica prejudicada a apelação entregue em Cartório no prazo legal, embora despachada tardiamente.

430 ***Mandado de segurança. Prazo. Pedido de reconsideração.***
Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança.

432 ***Recurso extraordinário. Cabimento.***
Não cabe recurso extraordinário com fundamento no art. 101, III, *d*, da Constituição

Federal, quando a divergência alegada for entre decisões da Justiça do Trabalho.

433 ***Mandado de segurança. Competência.***
É competente o Tribunal Regional do Trabalho para julgar mandado de segurança contra ato de seu presidente em execução de sentença trabalhista.

434 ***Acidente do trabalho. Controvérsia entre seguradores. Não suspensão do pagamento.***
A controvérsia entre seguradores indicados pelo empregador na ação de acidente do trabalho não suspende o pagamento devido ao acidentado.

450 ***Honorários advocatícios. Beneficiário da Justiça Gratuita.***
São devidos honorários de advogado sempre que vencedor o beneficiário de justiça gratuita.

454 ***Recurso extraordinário. Interpretação de cláusulas contratuais. Cabimento.***
Simples interpretação de cláusulas contratuais não dá lugar a recurso extraordinário.

457 ***Recurso de revista. Tribunal Superior do Trabalho.***
O Tribunal Superior do Trabalho, conhecendo da revista, julgará a causa, aplicando o direito à espécie.

458 ***Execução trabalhista. Remição pelo executado.***
O processo da execução trabalhista não exclui a remição pelo executado.

459 ***Indenização por despedida injusta. Cálculo.***
No cálculo da indenização por despedida injusta, incluem-se os adicionais, ou gratificações, que, pela habitualidade, se tenham incorporado ao salário.

460 ***Adicional de insalubridade. Perícia judicial. Enquadramento da atividade pelo Ministro do Trabalho.***
Para efeito do adicional de insalubridade, a perícia judicial, em reclamação trabalhista, não dispensa o enquadramento da atividade entre as insalubres, que é ato da competência do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

461 ***Dias de descanso. Trabalho remunerado em dobro.***
É duplo, e não triplo, o pagamento do salário nos dias destinados a descanso.

462 ***Indenização. Dispensa imotivada. Cálculo.***
No cálculo da indenização por despedida injusta inclui-se, quando devido, o repouso semanal remunerado.

463 ***Indenização e estabilidade. Tempo de afastamento. Serviço militar obrigatório.***
Para efeito de indenização e estabilidade, conta-se o tempo em que o empregado esteve afastado, em serviço militar obrigatório, mesmo anteriormente à Lei 4.072, de 1º-6-62.

464 ***Indenização. Acidente de trabalho. Cálculo.***
No cálculo da indenização por acidente do trabalho inclui-se, quando devido, o repouso semanal remunerado.

466 ***Contribuinte obrigatório da previdência social. Firmas individuais.***
Não é inconstitucional a inclusão de sócios e administradores de sociedades e titulares de firmas individuais como contribuintes obrigatórios da previdência social.

467 ***Contribuições previdenciárias. Base de cálculo. Salário mínimo mensal.***
A base do cálculo das contribuições previdenciárias, anteriormente a vigência da Lei Orgânica da Previdência Social, é o salário mínimo mensal, observados os limites da Lei 2.755, de 1956.

474 ***Mandado de segurança. Decisão amparada em lei cujos efeitos foram anulados.***
Não há direito líquido e certo, amparado pelo mandado de segurança, quando se escuda em lei cujos efeitos foram anulados por outra, declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

478 ***Juízes substitutos do trabalho. Provimento.***
O provimento em cargos de juízes substitutos do trabalho, deve ser feito independentemente de lista tríplice, na ordem de classificação dos candidatos.

501 ***Acidente de trabalho. Competência. Justiça Ordinária Estadual.***
Compete à Justiça Ordinária Estadual o processo e o julgamento, em ambas as instâncias, das causas de acidente do trabalho, ainda que promovidas contra a União, suas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

505 ***Recurso para o STF. Cabimento. Ofensa à Constituição Federal.***
Salvo quando contrariarem a Constituição, não cabe recurso para o Supremo Tribunal Federal, de quaisquer decisões da Justiça do Trabalho, inclusive dos presidentes de seus tribunais.

506 ***Agravo. Lei n. 4.348/64. Cabimento. Suspensão de liminar.***
O agravo a que se refere o art. 4º da Lei 4.348, de 26-6-1964, cabe, somente, do despacho do Presidente do Supremo Tribunal Federal que defere a suspensão da liminar, em mandado de segurança, não do que a denega.

512 ***Honorários advocatícios. Mandado de segurança. Cabimento.***
Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança.

514 ***Ação rescisória. Cabimento.***
Admite-se ação rescisória contra sentença transitada em julgado, ainda que contra ela não se tenham esgotado todos os recursos.

528 ***Recurso extraordinário. Admissão parcial. Limitação da apreciação.***
Se a decisão contiver partes autônomas, a admissão parcial, pelo presidente do tribunal *a quo*, de recurso extraordinário que sobre qualquer delas se manifestar, não limitará a apreciação de todas pelo Supremo Tribunal Federal, independentemente de interposição de agravo de instrumento.

529 ***Acidente de trabalho. Segurador em liquidação. Responsabilidade pela indenização.***
Subsiste a responsabilidade do empregador pela indenização decorrente de acidente do trabalho, quando o segurador, por haver entrado em liquidação, ou por outro motivo, não se encontrar em condições financeiras de efetuar, na forma da lei, o pagamento que o seguro obrigatório visava garantir.

530 ***Contribuição para a Previdência Social. 13º salário.***
Na legislação anterior ao art. 4º da Lei 4.749, de 12-8-1965, a contribuição para a Previdência Social não estava sujeita ao limite estabelecido no art. 69 da Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960, sobre o 13º salário a que se refere o art. 3º da Lei 4.281, de 8-11-1963.

531 ***Salário profissional para trabalhadores de transportes marítimos, fluviais e lacustres. Inconstitucionalidade do Decreto 51.668/63.***
É inconstitucional o Decreto 51.668, de 17-1-1963, que estabeleceu salário profissional para trabalhadores de transportes marítimos, fluviais e lacustres.

593 ***FGTS. Incidência sobre as horas extraordinárias.***
Incide o percentual do fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS) sobre a parcela da remuneração correspondente a horas extraordinárias de trabalho.

599 ***Embargos de divergência. Não cabimento.***
São incabíveis embargos de divergência de decisão de Turma em agravo regimental.

612 ***Transporte rural. Benefícios da Lei n. 6.367/76.***
Ao trabalhador rural não se aplicam, por analogia, os benefícios previstos na Lei n. 6.367, de 19-10-76.

613 ***Trabalhador rural. Pensão previdenciária.***
Os dependentes de trabalhador rural não têm direito a pensão previdenciária, se o óbito ocorreu anteriormente à vigência da Lei Complementar n. 11/71.

619 ***Depositário judicial. Prisão.***
A prisão do depositário judicial pode ser decretada no próprio processo em que se constitui o encargo, independentemente da propositura de ação de depósito.

620 ***Reexame necessário. Autarquias. Execução de dívida ativa.***
A sentença proferida contra autarquias não está sujeita a reexame necessário, salvo quando sucumbente em execução de dívida ativa.

621 ***Embargos de terceiro à penhora. Promessa de compra e venda. Registro de imóveis.***
Não enseja embargos de terceiro à penhora a promessa de compra e venda não inscrita no registro de imóveis.

629 ***Mandado de segurança. Coletivo. Impetração.***
A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.

630 ***Mandado de segurança. Legitimação.***
A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

633 ***Verba honorária. Condenação incabível.***
É incabível a condenação em verba honorária nos recursos extraordinários interpostos em processo trabalhista, exceto nas hipóteses previstas na Lei 5.584/70.

659 ***Contribuições sociais. Cobrança legítima.***
É legítima a cobrança da COFINS, do PIS e do FINSOCIAL sobre as operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.

666 ***Contribuição confederativa. Exigibilidade.***
A contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.

671 ***URP. Servidores públicos e trabalhadores em geral. Proporcionalidade.***
Os servidores públicos e os trabalhadores em geral têm direito, no que concerne à URP de abril/maio de 1988, apenas ao valor correspondente a 7/30 de 16,19% sobre os vencimentos e salários pertinentes aos meses de abril e maio de 1988, não cumulativamente, devidamente corrigido até o efetivo pagamento.

675 ***Jornada de trabalho. Intervalo. Turno de revezamento.***
Os intervalos fixados para descanso e alimentação durante a jornada de seis horas não descaracterizam o sistema de turnos ininterruptos de revezamento para o efeito do art. 7º, XIV, da Constituição.

676 ***Estabilidade. Provisória. Suplente. CIPA.***
A garantia da estabilidade provisória prevista no art. 10, II, *a*, do ADCT, também se aplica ao suplente do cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes (CIPA).

677 ***Entidades sindicais. Registro.***
Até que lei venha a dispor a respeito, incumbe ao Ministério do Trabalho proceder ao registro das entidades sindicais e zelar pela observância do princípio da unicidade.

678 ***Servidores públicos. Anuênio e licença-prêmio. Contagem do tempo de serviço.***
São inconstitucionais os incisos I e III do art. 7º da Lei 8.162/91, que afastam, para efeito de anuênio e de licença-prêmio, a contagem do tempo de serviço regido pela CLT dos servidores que passaram a submeter-se ao Regime Jurídico Único.

679 ***Servidores públicos. Fixação de vencimentos.***
A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.

680 ***Auxílio-alimentação. Servidores inativos.***
O direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.

681 ***Servidores públicos. Vinculação de reajuste. Índices federais.***
É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

682 ***Servidores públicos. Atraso nos vencimentos. Correção monetária.***

Não ofende a Constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos.

683 ***Concurso público. Inscrição. Limite de idade.***

O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

684 ***Concurso público. Veto não motivado.***

É inconstitucional o veto não motivado à participação de candidato a concurso público.

688 ***Décimo terceiro salário. Incidência da contribuição previdenciária.***

É legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o 13º salário.

726 ***Professores - Aposentadoria especial.***

Para efeito de aposentadoria especial de professores, não se computa o tempo de serviço prestado fora da sala de aula.

732 ***Salário-educação - Contribuição.***

É constitucional a cobrança da contribuição do salário-educação, seja sob a carta de 1969, seja sob a constituição federal de 1988, e no regime da lei 9.424/96.

736 ***Segurança, higiene e saúde dos trabalhadores - Ação de descumprimento - Competência.***

Compete à justiça do trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.

Súmulas Trabalhistas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal

4 *Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial. (Publicada no* DJe *do STF de 8-5-2008)*

15 *O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo. (Publicada no* DJe *do STF de 1-7-2009)*

22 *A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, inclusive aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da Emenda Constitucional n. 45/2004. (Publicada no DJe do STF de 11-12-2009)*

23 *A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada. (Publicada no* DJe *do STF de 11-12-2009)*

Índice Alfabético das Súmulas Trabalhistas do Superior Tribunal de Justiça

(Os números referem-se às súmulas)

AÇÃO DECLARATÓRIA
Admissibilidade – 181
Cabimento – 242
AÇÃO DE CUMPRIMENTO
Justiça Comum. Competência – 57
AÇÃO RESCISÓRIA
INSS. Depósito prévio – 175
Prazo decadencial – 401
ACIDENTE DO TRABALHO
Ação acidentária. Via administrativa – 89
Benefício. Base de cálculo. Remuneração variável – 159
Competência. Justiça Estadual – 15
INSS. Ações acidentárias e de benefícios. Custas – 178
Ministério Público. Legitimidade – 226
ACORDO COLETIVO
Ação de cumprimento. Justiça Comum. Competência – 57
ADVOGADO
Acidente do trabalho. Ministério Público. Legitimidade – 226
Procuração. Instância especial. Necessidade – 115
AGRAVO
Art. 545 do CPC. Requisito – 182
de instrumento. Cálculo de liquidação – 118
Regimental. Interposição – 116
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Terceiro de boa-fé – 92
CARGO PÚBLICO
Reintegração em cargo público federal. Competência da Justiça Federal – 173
CEF
FGTS. Correção monetária. Legitimidade passiva – 249
PIS/PASEP. Polo passivo da ação – 77
CITAÇÃO
Prescrição ou decadência. Demora na citação – 106
CLÁUSULA CONTRATUAL
Ação declaratória. Admissibilidade – 181
COMPETÊNCIA
Ação de cumprimento. Justiça Comum. Competência – 57
Acidente do trabalho. Justiça Estadual – 15
Cobrança de honorários advocatícios. Incompetência da Justiça do Trabalho – 363
Conflito de competência. Juiz estadual e da Vara do Trabalho – 180
Conflito de competência. Sentença transitada em julgado – 59
Conflito de competência entre juiz federal e juiz estadual – 3
Contribuição sindical – 222
Cumulação de pedidos, trabalhista e estatutário – 170
Declinação – 224
Embargos de divergência. Admissibilidade – 158
Embargos do devedor. Carta precatória – 46
Falso testemunho em processo trabalhista. Justiça Federal – 165
FGTS. Movimentação do Fundo – 82
Fixação do horário bancário – 19

ocupa posições próprias do empregador, possuindo mandato e distinguindo-se dos demais empregados pelo padrão mais elevado de seus vencimentos. É o *alter ego* do empregador, colaborando estreitamente com ele na consecução dos objetivos da empresa"[92].

O mandato a que se refere o douto jurista, tanto pode ser escrito ou verbal, ou ainda tácito.

Note-se que a expressão "mandato, em forma legal" foi abolida da nova redação dada ao art. 62, II, sob análise.

Com efeito, assim dispunha a redação anterior:

"c) os gerentes, assim considerados os que, investidos de mandato, em forma legal, exerçam encargos de gestão, e, pelo padrão mais elevado de vencimentos, se diferenciem dos demais empregados, ficando-lhes, entretanto, assegurado o descanso semanal".

Veja-se a atual redação:

"II – os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam, para o efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento ou filial".

Exclui-se, como se percebe, a exigência do *mandato em forma legal*, ficando afastada, assim, a exigência de mandato escrito. O mandato, dentre os quais o de gerência, fundado na confiança, comporta, como lembra Carlos Alberto Bittar, "vinculação expressa ou tácita, verbal ou escrita"[93].

Assim, salvo procuração expressa, a verificação da prática dos atos de gerência é matéria fática a ser esclarecida em juízo.

A inclusão do diretor diz respeito à eleição de empregado para o exercício desse cargo, admitida pelo art. 143 da Lei n. 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas)[94].

O gerente ou diretor, como se sabe, não está sujeito a horário, por ele mesmo estabelecido. Daí dizer, com propriedade, Octavio Bueno Magano: "Sendo ele próprio ocupante de funções de mando, sofre com menor intensidade os efeitos do poder diretivo. Em verdade, fica em suas mãos a determinação concreta do conteúdo da respectiva prestação obrigacional. Do empregador não recebe senão diretrizes gerais, de acordo com as quais deve pautar o desenvolvimento de sua atividade. Mas trata-se apenas de parâmetro, dentro de cujo espaço goza de ampla liberdade de atuação. Ele próprio estabelece o horário e as demais condições de trabalho, a que se deve sujeitar, sendo mínimas ou inexistentes as interferências do empregador, no que concerne a tais determinações"[95].

Os gerentes ou diretores, portanto, não fazem jus a horas suplementares. Como escreve Valentin Carrion, "não se compreendem no regime deste capítulo: ou seja, não têm direito à jornada mínima, nem à remuneração de outras horas, além das normais, e nem de adicional por trabalho extraordinário"[96].

Contudo, como deixa claro o parágrafo único do dispositivo legal sob análise,

92. *Do Poder Diretivo na Empresa*, Saraiva.

93. *Curso de Direito Civil*, Forense Universitária, v. 2, p. 728.

94. O empregado eleito diretor tem o seu contrato de trabalho suspenso durante o período de gestão, que não pode ser superior a três anos, permitida a reeleição – art. 143, III, da Lei n. 6.404/76.

95. Ob. cit., p. 214.

96. Ob. cit., p. 110.

Incompetência relativa – 33
Instalação de Varas do Trabalho. Cessação da competência do juiz de direito – 10
Juízes do Trabalho. Conflito de competência – 236
Justiça do Trabalho. Servidor público – 97
Justificações judiciais – 32
Mandado de segurança – 41
PIS/PASEP e FGTS. Falecimento do titular. Levantamento – 161
Portuário. Trabalhador avulso. OGMO – 230
Processo eleitoral sindical – 4
Tribunal Regional do Trabalho – 225
Tribunal Regional Federal – 55
CONEXÃO
Reunião dos processos – 235
CÔNJUGE
Embargos de terceiro. Meação – 134
CONTRIBUIÇÃO
PIS/PASEP. CEF. Polo passivo da ação – 77
CONVENÇÃO COLETIVA
Ação de cumprimento. Justiça Comum. Competência – 57
CORREÇÃO MONETÁRIA
FGTS. Correção monetária. Legitimidade passiva da CEF – 249
FGTS. Termo inicial – 445
FGTS. Saldos das contas – 252
Honorários advocatícios. Termo inicial – 14
Salários de contribuição. Incabível – 456
CRÉDITOS
Natureza alimentícia. Preferência – 144
CUSTAS
Ações acidentárias e de benefícios. INSS – 178
DANO MORAL
Indenização inferior ao postulado. Sucumbência – 326
Não incidência do IR – 498
DECADÊNCIA
Prescrição ou decadência. Demora na citação – 106
DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
Programa de incentivo. Indenização. Imposto de Renda – 215
DEPOSITÁRIO JUDICIAL
Falência da empresa. Descabimento da prisão civil – 305
Prisão civil. Ilegalidade – 304
Recusa do encargo – 319
DEPÓSITO PRÉVIO
Honorários do perito – 232
INSS. Ação rescisória – 175
DEVEDOR
Execução fiscal. Leilão. Intimação pessoal – 121
DISACUSIA
Benefício previdenciário – 44
DISSÍDIO
Embargos de divergência. Admissibilidade – 158
EMBARGOS
à arrematação. Apelação. Efeitos – 331
Declaratórios. Prequestionamento – 98
de divergência. Não cabimento – 168
de terceiro. Cônjuge. Meação – 134
de terceiro. Fraude contra credores – 195
Devedor. Carta precatória. Competência – 46
Divergência. Admissibilidade – 158
Honorários advocatícios – 303
Infringentes. Inadmissibilidade – 169
Legitimidade para apresentação – 196
EXECUÇÃO
EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO
Multa cominatória – 372
Contra instituição financeira – 328
Execução fiscal. Leilão. Intimação pessoal – 121
Fundada em mais de um título – 27
Instalação de Varas do Trabalho. Cessação da competência do juiz de direito – 10
Título extrajudicial. Execução definitiva – 317
FALÊNCIA
Depositário. Descabimento da prisão civil – 305
Massa falida. Remuneração do síndico e outros. Privilégio trabalhista – 219
FAZENDA PÚBLICA
Reexame necessário – 45
FÉRIAS
Necessidade de serviço. Imposto de Renda – 125
Proporcionais indenizadas. Imposto de Renda – 386
FGTS
Ação de cobrança das contribuições. Prescrição – 210
CEF. Reembolso de custas – 462
Correção monetária. Legitimidade passiva da CEF – 249
Correção pela TR – 459
Liberação do salário na nulidade do contrato de trabalho – 466

Movimentação do Fundo. Competência – 82
PIS/PASEP e FGTS. Falecimento do titular. Levantamento – 161
Saldos das contas. Correção monetária – 252
FRAUDE
À execução. Reconhecimento – 375
Embargos de terceiro. Fraude contra credores – 195
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
Ações previdenciárias. Não incidência – 111
Correção monetária. Termo inicial – 14
Em ações coletivas – 345
Embargos de terceiro – 303
Sucumbência recíproca –306
Mandado de segurança. Cabimento – 105
Valor – 201
HORÁRIO BANCÁRIO
Fixação. Competência – 19
IMPOSTO DE RENDA
Demissão voluntária. Programa de incentivo. Indenização – 215
Férias. Necessidade de serviço – 125
Horas extras – 463
Licença-prêmio. Necessidade de serviço – 136
INSS
Ações acidentárias e de benefícios. Custas – 178
Depósito prévio. Ação rescisória – 175
INTIMAÇÃO
Embargos de terceiro. Cônjuge. Meação – 134
Execução fiscal. Leilão. Intimação pessoal – 121
JUIZ
Conflito de competência. Competência – 236
Conflito de competência. Juiz estadual e da Vara do Trabalho – 180
Conflito de competência entre juiz federal e juiz estadual. Competência – 3
Instalação de Varas do Trabalho. Cessação da competência do juiz de direito – 10
JUROS DE MORA
Benefícios previdenciários. Termo inicial – 204
JUSTIÇA DO TRABALHO
Ação de cumprimento. Justiça Comum. Competência – 57
Justiça do Trabalho. Servidor público. Competência – 97
JUSTIÇA ESTADUAL
Ação de cumprimento. Justiça Comum. Competência – 57
Ação de servidor. Competência – 218
Acidente do trabalho. Competência – 15
Ações acidentárias e de benefícios. INSS – 178
Contribuição sindical. Competência – 222
Falsa anotação na CTPS – 62
PIS/PASEP e FGTS. Falecimento do titular. Levantamento – 161
Processo eleitoral sindical. Competência – 4
Servidor Público Estadual. Vínculo estatutário – 137
JUSTIÇA FEDERAL
Falso testemunho em processo trabalhista. Competência – 165
FGTS. Movimentação do Fundo. Competência – 82
Justificações judiciais. Competência – 32
Reintegração em cargo público federal. Competência – 173
JUSTIÇA GRATUITA
Beneficiário – 481
JUSTIFICAÇÕES JUDICIAIS
Competência – 32
LEGITIMIDADE DE PARTE
FGTS. Correção monetária. CEF – 249
Ministério Público – 99
PIS/PASEP. CEF. Polo passivo da ação – 77
LEILÃO
Execução fiscal. Leilão. Intimação pessoal – 121
LICENÇA-PRÊMIO
Necessidade de serviço. Imposto de Renda – 136
MANDADO DE SEGURANÇA
Competência – 41
Honorários advocatícios. Cabimento – 105
MEAÇÃO
Embargos de terceiro. Cônjuge – 134
MINISTÉRIO PÚBLICO
Acidente do trabalho. Legitimidade – 226
Legitimidade – 99
PAGAMENTO
Férias. Necessidade de serviço. Imposto de Renda – 125
Licença-Prêmio. Necessidade de serviço. Imposto de Renda – 136
PENHORA
Embargos de terceiro. Cônjuge. Meação – 134
Embargos do devedor. Carta precatória. Competência – 46

PIS/PASEP
CEF. Polo passivo da ação – 77
e FGTS. Falecimento do titular. Levantamento – 161
PORTUÁRIO
Trabalhador avulso. OGMO. Competência – 230
PRAZO
Nulidade – 117
PRECATÓRIA
Carta precatória expedida. Intimação no juízo deprecado desnecessária — 273
Embargos do devedor. Competência – 46
PRECATÓRIOS
Créditos de natureza alimentícia. Preferência – 144
Processamento e pagamento. Atos do Presidente do Tribunal – 311
PREFERÊNCIA
Créditos de natureza alimentícia – 144
PREQUESTIONAMENTO
Embargos Declaratórios – 98
Questão federal ventilada no voto vencido – 320
PRESCRIÇÃO
FGTS. Ação de cobrança das contribuições – 210
ou decadência. Demora na citação – 106
PREVIDÊNCIA
Ação declaratória. Cabimento – 242
Acidente do trabalho. Benefício. Base de cálculo. Remuneração variável – 159
Ações acidentárias e de benefícios. Custas – 178
Benefício. Disacusia – 44
Benefícios previdenciários. Juros de mora. Termo inicial – 204
Pensão por morte – 340
Rurícola. Prova testemunhal. Benefício previdenciário – 149
PRIVILÉGIO
Trabalhista. Massa falida. Remuneração do síndico e outros – 219
PROCURAÇÃO
Instância especial. Necessidade – 115
PROVA
Falso testemunho em processo trabalhista. Competência. Justiça Federal – 165
Rurícola. Prova testemunhal. Benefício previdenciário – 149
RECURSO
Arguição de vício da sentença ilíquida – 318
Especial. Cabimento – 86
Especial. Inadmissibilidade – 207
Especial. Inadmissibilidade. Questão não apreciada pelo tribunal – 211
Impetração de segurança – 202
Procuração. Instância especial. Necessidade – 115
REEXAME NECESSÁRIO
Fazenda Pública – 45
Reexame de todas as parcelas – 325
REINTEGRAÇÃO
em cargo público federal. Competência da Justiça Federal – 173
REMUNERAÇÃO
Variável. Acidente do trabalho. Benefício. Base de cálculo – 159
SALÁRIO
Acidente do trabalho. Benefício. Base de cálculo. Remuneração variável – 159
Auxílio-creche. Integração – 310
SALÁRIO MÍNIMO
Honorários advocatícios. Valor – 201
SERVIDOR PÚBLICO
Desvio de função – 378
Estadual. Vínculo estatutário. Justiça Comum – 137
Justiça do Trabalho. Competência – 97
Reintegração em cargo público federal. Competência da Justiça Federal – 173
SINDICATO
Contribuição sindical. Competência – 222
Processo eleitoral sindical. Competência – 4
SÍNDICO
Massa falida. Remuneração do síndico e outros. Privilégio trabalhista – 219
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Justiça do Trabalho. Conflito de competência. Competência – 236
Mandado de Segurança. Competência – 41
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
FGTS. Saldos das contas. Correção monetária – 252
TERCEIRO
Alienação fiduciária. Boa-fé – 92

TESTEMUNHA
Falso testemunho em processo trabalhista. Competência. Justiça Federal – 165
Rurícola. Prova testemunhal. Benefício previdenciário – 149
TRABALHADOR RURAL
Aposentadoria — 272
Prova testemunhal. Benefício previdenciário – 149
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
Competência – 225
Conflito de competência. Juiz estadual e da Vara do Trabalho – 180
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
Competência – 55
Conflito de competência entre juiz federal e juiz estadual. Competência – 3
VARAS DO TRABALHO
Instalação. Cessação da competência do juiz de direito – 10
Tribunal Regional do Trabalho. Competência – 225
VÍNCULO
Servidor Público Estadual. Vínculo estatutário. Justiça Comum – 137

Súmulas Trabalhistas do Superior Tribunal de Justiça[521]

3 ***Conflito de competência entre juiz federal e juiz estadual. Competência.***
Compete ao Tribunal Regional Federal dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz federal e juiz estadual investido de jurisdição federal. *(DJ, 18-5-1990)*

4 ***Processo eleitoral sindical. Competência.***
Compete à Justiça Estadual julgar causa decorrente do processo eleitoral sindical. *(DJ, 18-5-1990)*

10 ***Instalação de Varas do Trabalho. Cessação da competência do juiz de direito.***
Instalada a junta de conciliação e julgamento, cessa a competência do juiz de direito em matéria trabalhista, inclusive para a execução das sentenças por ele proferidas. *(DJ, 1º -10-1990)*

14 ***Honorários Advocatícios. Correção monetária. Termo inicial.***
Arbitrados os honorários advocatícios em percentual sobre o valor da causa, a correção monetária incide a partir do respectivo ajuizamento. *(DJ, 14-11-1990)*

15 ***Acidente do trabalho. Competência. Justiça Estadual.***
Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho. *(DJ, 14-11-1990)*

19 ***Fixação do horário bancário. Competência.***
A fixação do horário bancário, para atendimento ao público, é da competência da União. *(DJ, 7-12-1990)*

27 ***Execução. Fundada em mais de um título.***
Pode a execução fundar-se em mais de um título extrajudicial relativos ao mesmo negócio.

32 ***Justificações judiciais. Competência.***
Compete à Justiça Federal processar justificações judiciais destinadas a instruir pedidos perante entidades que nela têm exclusividade de foro, ressalvada a aplicação do art. 15, II, da Lei 5.010/66. *(DJ, 29-10-1991)*

33 ***Incompetência relativa.***
A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício. *(DJ, 29-10-1991)*

41 ***Mandado de Segurança. Competência.***
O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos. *(DJ, 20-5-1992)*

44 ***Benefício previdenciário. Disacusia.***
A definição, em ato regulamentar, de grau mínimo de disacusia, não exclui, por si só, a concessão do benefício previdenciário. *(DJ, 26-6-1992)*

45 ***Reexame necessário. Fazenda Pública.***
No reexame necessário, é defeso, ao tribunal, agravar a condenação imposta à Fazenda Pública. *(DJ, 26-6-1992)*

---

521. Com o intuito de facilitar a consulta às Súmulas do STJ, o autor lhes conferiu "títulos" que, resumidamente, traduzem seu conteúdo.

46 ***Embargos do devedor. Carta Precatória. Competência.***
Na execução por carta, os embargos do devedor serão decididos no juízo deprecante, salvo se versarem unicamente vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens. *(DJ, 24-8-1992)*

55 ***Competência. Tribunal Regional Federal.***
Tribunal Regional Federal não é competente para julgar recurso de decisão proferida por juiz estadual não investido de jurisdição federal. *(DJ, 1º-10-1992)*

57 ***Ação de cumprimento. Justiça Comum. Competência.***
Compete à justiça comum estadual processar e julgar ação de cumprimento fundada em acordo ou convenção coletiva não homologados pela Justiça do Trabalho. *(DJ, 6-10-1992)*

59 ***Conflito de competência. Sentença transitada em julgado.***
Não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes. *(DJ, 14-10-1992)*

62 ***Justiça Estadual. Falsa anotação na CTPS.***
Compete à Justiça Estadual processar e julgar o crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído à empresa privada.

77 ***PIS/PASEP. CEF. Polo passivo da ação.***
A Caixa Econômica Federal é parte ilegítima para figurar no polo passivo das ações relativas às contribuições para o fundo PIS/PASEP. *(DJ, 12-5-1993)*

82 ***FGTS. Movimentação do Fundo. Competência.***
Compete à Justiça Federal, excluídas as reclamações trabalhistas, processar e julgar os feitos relativos a movimentação do FGTS. *(DJ, 2-7-1993)*

86 ***Recurso especial. Cabimento.***
Cabe recurso especial contra acórdão proferido no julgamento de agravo de instrumento.

89 ***Ação acidentária. Via administrativa.***
A ação acidentária prescinde do exaurimento da via administrativa. *(DJ, 26-10-1993)*

92 ***Alienação fiduciária. Terceiro de boa-fé.***
A terceiro de boa-fé não é oponível a alienação fiduciária não anotada no certificado de registro do veículo automotor. *(DJ, 3-11-1993)*

97 ***Justiça do Trabalho. Servidor Público. Competência.***
Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação de servidor público relativamente à vantagens trabalhistas anteriores à instituição do regime jurídico único. *(DJ, 10-3-1994)*

98 ***Embargos Declaratórios. Prequestionamento.***
Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório. *(DJ, 25-4-1994)*

99 ***Ministério Público. Legitimidade.***
O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, ainda que não haja recurso da parte. *(DJ, 25-4-1994)*

105 ***Mandado de Segurança. Honorários advocatícios. Cabimento.***
Na ação de Mandado de Segurança não se admite condenação em honorários advocatícios. *(DJ, 3-6-1994)*

106 ***Prescrição ou Decadência. Demora na citação.***
Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência. *(DJ, 3-6-1994)*

111 ***Honorários advocatícios. Ações previdenciárias. Não incidência.***
Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem nas prestações vincendas.

115 ***Procuração. Instância especial. Necessidade.***
Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos. *(DJ, 7-11-1994)*

116 ***Agravo regimental. Interposição.***
A Fazenda Pública e o Ministério Público têm prazo em dobro para interpor agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça.

117 ***Prazo. Nulidade.***
A inobservância do prazo de 48 horas, entre a publicação de pauta e o julgamento sem a presença das partes, acarreta nulidade.

118 ***Agravo de instrumento. Cálculo de liquidação.***
O agravo de instrumento é o recurso cabível da decisão que homologa a atualização do cálculo da liquidação.

121 ***Execução fiscal. Leilão. Intimação pessoal.***
Na execução fiscal o devedor deverá ser intimado, pessoalmente, do dia e hora da realização do leilão. *(DJ, 6-12-1994)*

125 ***Férias. Necessidade do serviço. Imposto de Renda.***
O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do imposto de renda. *(DJ, 15-12-1994)*

134 ***Embargos de terceiro. Cônjuge. Meação.***
Embora intimado da penhora em imóvel do casal, o cônjuge do executado pode opor embargos de terceiro para defesa de sua meação. *(DJ, 5-5-1995)*

136 ***Licença-prêmio. Necessidade de serviço. Imposto de Renda.***
O pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço não está sujeito ao imposto de renda. *(DJ, 16-5-1995)*

137 ***Servidor Público Estadual. Vínculo estatutário. Justiça Comum.***
Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar ação de servidor público municipal, pleiteando direitos relativos ao vínculo estatutário. *(DJ, 22-5-1995)*

144 ***Créditos de natureza alimentícia. Preferência.***
Os créditos de natureza alimentícia gozam de preferência, desvinculados os precatórios da ordem cronológica dos créditos de natureza diversa. *(DJ, 18-8-1995)*

149 ***Rurícola. Prova testemunhal. Benefício previdenciário.***
A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário. *(DJ, 18-12-1995)*

158 ***Embargos de divergência. Admissibilidade.***
Não se presta a justificar embargos de divergência o dissídio com acórdão de turma ou seção que não mais tenha competência para a matéria neles versada. *(DJ, 27-5-1996)*

159 ***Acidente do trabalho. Benefício. Base de cálculo. Remuneração variável.***
O benefício acidentário, no caso de contribuinte que perceba remuneração variável, deve ser calculado com base na média aritmética dos últimos doze meses de contribuição. *(DJ, 27-5-1996)*

161 ***PIS/PASEP e FGTS. Falecimento do titular. Levantamento (Competência).***
É da competência da Justiça Estadual autorizar o levantamento dos valores relativos ao PIS/PASEP e FGTS, em decorrência do falecimento do titular da conta. *(DJ, 19-6-1996)*

165 ***Falso testemunho em processo trabalhista. Competência. Justiça Federal.***
Compete à Justiça Federal processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista. *(DJ, 23-8-1996)*

168 ***Embargos de divergência. Não cabimento.***
Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado.

169 ***Embargos infringentes. Inadmissibilidade.***
São inadmissíveis embargos infringentes no processo de mandado de segurança.

170 ***Cumulação de pedidos, trabalhista e estatutário. Competência.***
Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo do ajuizamento

de nova causa, com o pedido remanescente, no juízo próprio. *(DJ, 31-10-1996)*

173 ***Reintegração em cargo público federal. Competência da Justiça Federal.***
Compete à Justiça Federal processar e julgar o pedido de reintegração em cargo público federal, ainda que o servidor tenha sido dispensado antes da instituição do regime jurídico único. *(DJ, 31-10-1996)*

175 ***INSS. Depósito prévio. Ação rescisória.***
Descabe o depósito prévio nas ações rescisórias propostas pelo INSS. *(DJ, 31-10-1996)*

178 ***INSS. Ações acidentárias e de benefícios. Custas.***
O INSS não goza de isenção do pagamento de custas e emolumentos, nas ações acidentárias e de benefícios, propostas na Justiça Estadual. *(DJ, 16-12-1996)*

180 ***Conflito de competência. Juiz Estadual e da Vara do Trabalho.***
Na lide trabalhista, compete ao TRT dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre Juiz Estadual e Junta de Conciliação e Julgamento. *(DJ, 17-2-1997)*

181 ***Ação Declaratória. Admissibilidade.***
É admissível ação declaratória, visando a obter certeza quanto a exata interpretação de cláusula contratual. *(DJ, 17-2-1997)*

182 ***Agravo do artigo 545 do CPC. Admissibilidade.***
É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. *(DJ, 17-2-1997)*

195 ***Embargos de terceiro. Fraude contra credores.***
Em embargos de terceiro não se anula ato jurídico, por fraude contra credores. *(DJ, 9-10-1997)*

196 ***Embargos. Legitimidade para apresentação.***
Ao executado que, citado por edital ou por hora certa, permanecer revel, será nomeado curador especial, com legitimidade para apresentação de embargos.

201 ***Honorários advocatícios. Valor.***
Os honorários advocatícios não podem ser fixados em salários mínimos. *(DJ, 2-2-1998)*

202 ***Recurso. Impetração de segurança.***
A impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona à interposição de recurso.

204 ***Benefícios previdenciários. Juros de mora. Termo inicial.***
Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida. *(DJ, 18-3-1998)*

207 ***Recurso especial. Inadmissibilidade.***
É inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra o acórdão proferido no tribunal de origem.

210 ***FGTS. Ação de cobrança das contribuições. Prescrição.***
A ação de cobrança das contribuições para o FGTS prescreve em 30 (trinta) anos. *(DJ, 5-6-1998)*

211 ***Recurso especial. Inadmissibilidade. Questão não apreciada.***
Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*.

215 ***Demissão voluntária. Programa de incentivo. Indenização. Imposto de Renda.***
A indenização recebida pela adesão a programa de incentivo à demissão voluntária não está sujeita à incidência do imposto de renda. *(DJ, 4-12-1998)*

218 ***Justiça Estadual. Ação de servidor. Competência.***
Compete à Justiça dos Estados processar e julgar ação de servidor estadual decorrente de direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão.

219 ***Massa falida. Remuneração do síndico e outros. Privilégio trabalhista.***
Os créditos decorrentes de serviços prestados à massa falida, inclusive a remuneração do síndico, gozam dos privilégios próprios dos trabalhistas. *(DJ, 25-3-1999)*

222 ***Contribuição Sindical. Competência.***

Compete à Justiça Comum processar e julgar as ações relativas à contribuição sindical prevista no art. 578 da CLT. *(DJ, 2-8-1999)*

224 ***Competência. Declinação.***
Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito.

225 ***Tribunal Regional do Trabalho. Competência.***
Compete ao Tribunal Regional do Trabalho apreciar recurso contra sentença proferida por órgão de primeiro grau da Justiça Trabalhista, ainda que para declarar-lhe a nulidade em virtude de incompetência. *(DJ, 25-8-1999)*

226 ***Acidente do trabalho. Ministério Público. Legitimidade.***
O Ministério Público tem legitimidade para recorrer na ação de acidente do trabalho, ainda que o segurado esteja assistido por advogado. *(DJ, 30-9-1999)*

230 ***Portuário. Trabalhador avulso. OGMO. Competência.***
Compete à Justiça Estadual processar e julgar ação movida por trabalhador avulso portuário, em que se impugna ato do órgão gestor de mão de obra de que resulte óbice ao exercício de sua profissão. *(DJ, 8-10-1999) Julgando os Conflitos de Competência n. 30.513-SP, 30.500-SP e 30.504-SP, na sessão de 11-10-2000, a Segunda Seção deliberou pelo cancelamento da Súmula 230 (DJ, 9-11-2000, p. 69).*

232 ***Depósito prévio. Honorários do perito.***
A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito.

235 ***Conexão. Reunião dos processos.***
A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.

236 ***Juízes do trabalho. Conflito de competência. Competência.***
Não compete ao Superior Tribunal de Justiça dirimir conflitos de competência entre juízes trabalhistas vinculados a Tribunais Regionais do Trabalho diversos. *(DJ, 14-4-2000)*

242 ***Ação Declaratória. Cabimento.***
Cabe ação declaratória para reconhecimento de tempo de serviço para fins previdenciários. *(DJ, 27-11-2000)*

249 ***FGTS. Correção monetária. Legitimidade Passiva da CEF.***
A Caixa Econômica Federal tem legitimidade passiva para integrar processo em que se discute correção monetária do FGTS. *(DJ, 22-6-2001)*

252 ***FGTS. Saldos das contas. Correção monetária. Perdas.***
Os saldos das contas do FGTS, pela legislação infraconstitucional, são corrigidos em 42,72% (IPC) quanto às perdas de janeiro de 1989 e 44,80% (IPC) quanto às de abril de 1990, acolhidos pelo STJ os índices de 18,02% (LBC) quanto às perdas de junho de 1987, de 5,38% (BTN) para maio de 1990 e 7,00% (TR) para fevereiro de 1991, de acordo com o entendimento do STF (RE 226.855-7-RS). *(DJU, 13-8-2001)*

272 ***Trabalhador rural. Aposentadoria.***
O trabalhador rural, na condição de segurado especial, sujeito à contribuição obrigatória sobre a produção rural comercializada, somente faz jus à aposentadoria por tempo de serviço se recolher contribuições facultativas. *(DJ, 19-9-2002)*

273 ***Expedição de carta precatória. Desnecessária intimação no juízo deprecado.***
Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado. *(DJ, 19-9-2002)*

278 ***Ação indenizatória. Prescrição.***
O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral.

303 ***Embargos de terceiro. Honorários advocatícios.***
Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios. (DJ, *22-11-2004*)

para que os gerentes ou diretores estejam excluídos do recebimento de horas suplementares, é fundamental que os seus salários (inclusive gratificação de função, se houver) sejam superiores, em 40%, ao seu salário base, anteriormente à promoção, ou dos demais empregados.

"Gerente – Horas extras. Para que fique o gerente excepcionado dos preceitos relativos à duração do trabalho, necessária a inequívoca demonstração de que exerça típicos encargos de gestão, pressupondo esta que o empregado se coloque em posição de verdadeiro substituto do empregador ou cujo exercício coloque em jogo – como diz Mario de la Cueva – a própria existência da empresa, seus interesses fundamentais, sua segurança e a ordem essencial do desenvolvimento de sua atividade" (TST, RR 17.988/90.3, Ac. 1ª T. 2.686/91, Rel. Min. Cnéa Moreira).

e) Gerente bancário – os bancários estão sujeitos a regime especial (arts. 224 a 226) e, por isso, serão objeto de comentários específicos.

Contudo, embora a jornada dos bancários seja de "seis horas contínuas nos dias úteis", e, portanto, com jornada semanal de trinta horas (Lei n. 7.430/85), excluídos os sábados, dispõe a Súmula 287 do TST, que "a jornada de trabalho do empregado de banco gerente de agência é regida pelo art. 224, § 2º, da CLT. Quanto ao gerente geral de agência bancária, presume-se o exercício de encargo de gestão, aplicando-se-lhe o art. 62 da CLT" (com a redação dada pela Res. 121/2003).

"**1. Gerente de agência. Horas extras. Art. 62, II, da CLT.** Sendo o gerente bancário a autoridade máxima na agência, dispondo livremente de seu horário de trabalho com vistas à consecução dos objetivos afetos às suas tarefas, horário esse que, segundo o enquadramento fático admitido pelo Regional, não era objeto de controle, não faz jus a horas extras. **2. Justa causa. Caracterização.** O art. 482 da CLT, ao enumerar os atos praticados pelo empregado como caracterizadores da justa causa, o fez de forma objetiva. Desse modo, verificado que a conduta faltosa do Reclamante (irregularidades em operações bancárias) encontra-se capitulada no rol do mencionado dispositivo consolidado, justifica-se a rescisão contratual por justa causa. O fato de outros empregados haverem colaborado com as irregularidades comprovadas pela perícia e não terem sido punidos ou terem recebido punição menor não afasta a falta grave ou a justa causa, na medida em que a responsabilidade do Reclamante, como gerente da agência, era maior. **3. Férias em dobro. Direito.** O direito às férias encontra-se assegurado no art. 7º, XVII, da Constituição da República e suas regras estão disciplinadas no art. 129 e seguintes da CLT. O art. 137, ao dispor que, se as férias forem concedidas após o prazo de que trata o art. 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração, impôs sanção cuja finalidade foi a de desencorajar a violação do instituto. Por isso mesmo, se o empregado, ao invés de usufruí-las, trabalhar no período correspondente, com o pagamento de um salário a mais, deve recebê-las com a dobra legal para evitar o desatendimento ao disposto na norma consolidada. Recurso de revista conhecido e provido" (TST, RR 733002/2001, 4ª T., Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, *DJ*, 22-8-2003).

f) Empregador e interessados – dispõe o art. 63 consolidado que "não haverá distinção entre empregados e interessados e a participação em lucros e comissões, salvo em lucros de caráter

304 ***Depositário judicial. Prisão civil. Ilegalidade.***
É ilegal a decretação da prisão civil daquele que não assume expressamente o encargo de depositário judicial. *(DJ, 22-11-2004)*

305 ***Depositário. Falência da empresa. Descabimento da prisão civil.***
É descabida a prisão civil do depositário quando, decretada a falência da empresa, sobrevém a arrecadação do bem pelo síndico. *(DJ, 22-11-2004)*

306 ***Sucumbência recíproca. Honorários advocatícios.***
Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte. *(DJ, 22-11-2004)*

310 ***Salário. Auxílio-creche. Integração.***
O auxílio-creche não integra o salário de contribuição. *(DJ, 23-5-2005)*

311 ***Precatórios. Processamento e pagamento. Atos do Presidente do Tribunal.***
Os atos do presidente do tribunal que disponham sobre processamento e pagamento de precatório não têm caráter jurisdicional. *(DJ, 23-5-2005)*

317 ***Execução. Título extrajudicial. Execução definitiva.***
É definitiva a execução de título extrajudicial, ainda que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos. *(DJ, 18-10-2005)*

318 ***Recurso. Arguição de vício da sentença ilíquida.***
Formulado pedido certo e determinado, somente o autor tem interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida. *(DJ, 18-10-2005)*

319 ***Depositário judicial. Recurso do encargo.***
O encargo de depositário de bens penhorados pode ser expressamente recusado. *(DJ, 18-10-2005)*

320 ***Prequestionamento. Questão federal ventilada no voto vencido.***
A questão federal somente ventilada no voto vencido não atende ao requisito do prequestionamento. *(DJ, 18-10-2005)*

325 ***Reexame necessário. Reexame de todas as parcelas.***
A remessa oficial devolve ao Tribunal o reexame de todas as parcelas da condenação suportadas pela Fazenda Pública, inclusive dos honorários de advogado. *(DJ, 16-5-2006)*

326 ***Dano moral. Indenização inferior ao postulado. Sucumbência.***
Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca. *(DJ, 7-6-2006)*

328 ***Execução contra Instituição Financeira.***
Na execução contra instituição financeira, é penhorável o numerário disponível, excluídas as reservas bancárias mantidas no Banco Central. *(DJ, 10-8-2006)*

331 ***Embargos à arrematação. Apelação. Efeitos.***
A apelação interposta contra sentença que julga embargos à arrematação tem efeito meramente devolutivo. *(DJ, 10-10-2006)*

340 ***Previdência. Pensão por morte.***
A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.

345 ***Honorários. Ações coletivas.***
São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.

363 ***Cobrança de honorários advocatícios. Incompetência da Justiça do Trabalho.***
Compete à Justiça Estadual processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente.

372 ***Exibição de documentos. Multa cominatória.***
Na ação de exibição de documentos, não cabe a aplicação de multa cominatória.

375 ***Fraude à execução. Reconhecimento.***
O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente. *(DJe, 30-3-2009)*

378 ***Servidor. Desvio de função.***
Reconhecido o desvio de função, o servidor faz jus às diferenças salariais decorrentes. *(DJe, 5-5-2009)*

386 ***Férias proporcionais indenizadas. Imposto de Renda***
São isentas de imposto de renda as indenizações de férias proporcionais e o respectivo adicional. *(DJe, 1º-9-2009)*

401 ***Ação rescisória. Prazo decadencial.***
O prazo decadencial da ação rescisória só se inicia quando não for cabível qualquer recurso do último pronunciamento judicial. *(DJe, 13-10-2009)*

445 ***Correção monetária. FGTS. Termo inicial.***
As diferenças de correção monetária resultantes de expurgos inflacionários sobre os saldos de FGTS têm como termo inicial a data em que deveriam ter sido creditadas. *(DJe, 13-5-2010)*

456 ***Correção monetária. Salários de contribuição. Incabível.***
É incabível a correção monetária dos salários de contribuição considerados no cálculo do salário de benefício de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pensão ou auxílio-reclusão concedidos antes da vigência da CF/1988. *(DJe, 8-9-2010)*

459 ***FGTS. Correção pela TR.***
A Taxa Referencial (TR) é o índice aplicável, a título de correção monetária, aos débitos com o FGTS recolhidos pelo empregador mas não repassados ao fundo. *(DJe, 8-9-2010)*

462 ***FGTS. Caixa Económica Federal. Reembolso de custas.***
Nas ações em que representa o FGTS, a CEF, quando sucumbente, não está isenta de reembolsar as custas antecipadas pela parte vencedora. *(DJe, 8-9-2010)*

463 ***Imposto de renda. Horas extras.***
Incide imposto de renda sobre os valores percebidos a título de indenização por horas extraordinárias trabalhadas, ainda que decorrentes de acordo coletivo. *(DJe, 8-9-2010)*

466 ***FGTS. Liberação do salário na nulidade do contrato de trabalho***
O titular da conta vinculada ao FGTS tem o direito de sacar o saldo respectivo quando declarado nulo seu contrato de trabalho por ausência de prévia aprovação em concurso público. *(DJe, 25-10-2010)*

481 ***Justiça gratuita***
Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais. *(DJe, 1º-8-2012)*

498 ***Danos morais. Não incidência do IR***
Não incide imposto de renda sobre a indenização por danos morais. *(DJe, 13-8-2012)*

Índice Alfabético das Súmulas Trabalhistas do Conselho da Justiça Federal

(Os números referem-se às súmulas)

APOSENTADORIA
- Aluno aprendiz de Escola Técnica Federal – 18
- Anotação na CTPS. Início de prova material – 31
- Equipamento de Proteção Individual. Insalubridade. Tempo de serviço especial – 9
- Exposição a ruído. Tempo de trabalho especial – 32
- Período trabalhado em condições especiais. Conversão em tempo de serviço comum – 16
- Por idade. Rural – 14

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL
- Concessão – 11

ENQUADRAMENTO
- Atividade de vigilante – 26

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
- Direito Processual. Incidente de uniformização. Não cabimento – 7

JUROS
- Ações contra a Fazenda Pública que versem sobre reajuste de servidores públicos – 39
- Moratórios. FGTS – 12

PLANOS ECONÔMICOS
- Atualização monetária da conta do PIS. Prescrição – 28

REAJUSTE SALARIAL
- Leis n. 8.622/93 e 8.627/93 (28,86%) – 13

RURAL
- Aposentadoria por idade – 14
- Comprovação de condição rurícola – 6
- Pensão por morte – 36
- Prestação de serviço rural por menor – 5
- Tempo de serviço anterior à Lei n. 8.213/91 – 24
- Tempo de serviço rural. Contagem recíproca – 10 e 34

Súmulas Trabalhistas do Conselho da Justiça Federal

5 ***Prestação de serviço rural.***
A prestação de serviço rural por menor de 12 a 14 anos, até o advento da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, devidamente comprovada, pode ser reconhecida para fins previdenciários. *(DJ, 25-9-2003)*

6 ***Comprovação de condição rurícola.***
A certidão de casamento ou outro documento idôneo que evidencie a condição de trabalhador rural do cônjuge constitui início razoável de prova material da atividade rurícola. *(DJ, 25-9-2003)*

7 ***Honorários advocatícios.***
Descabe incidente de uniformização versando sobre honorários advocatícios por se tratar de questão de direito processual. *(DJ, 25-9-2003)*

9 ***Aposentadoria especial - Equipamento de Proteção Individual.***
O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado. *(DJ, 5-11-2003)*

10 ***Tempo de serviço rural. Contagem recíproca.***
O tempo de serviço rural anterior à vigência da Lei n. 8.213/91 pode ser utilizado para fins de contagem recíproca, assim entendida aquela que soma tempo de atividade privada, rural ou urbana, ao de serviço público estatutário, desde que sejam recolhidas as respectivas contribuições previdenciárias. *(DJU, 3-12-2003 - Republicada* DJ, *23-12-2003)*

11 ***Benefício assistencial.***
A renda mensal, per capita, familiar, superior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo não impede a concessão do benefício assistencial previsto no art. 20, § 3º, da Lei n. 8.742 de 1993, desde que comprovada, por outros meios, a miserabilidade do postulante. *(DJ, 14-4-2004)*

12 ***Juros moratórios.***
Os juros moratórios são devidos pelo gestor do FGTS e incidem a partir da citação nas ações em que se reclamam diferenças de correção monetária, tenha havido ou não levantamento do saldo, parcial ou integralmente. *(DJ, 14-4-2004)*

13 ***Reajuste salarial. Leis n. 8.622/93 e 8.627/93.***
O reajuste concedido pelas Leis n. 8.622/93 e 8.627/93 (28,86%) constituiu revisão geral dos vencimentos e, por isso, é devido também aos militares que não o receberam em sua integralidade, compensado o índice então concedido, sendo limite temporal desse reajuste o advento da MP n. 2.131, de 28-12-2000. *(DJU, 10-5-2004)*

14 ***Rural. Aposentadoria por idade.***
Para a concessão de aposentadoria rural por idade, não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício.

16 ***Aposentadoria. Período trabalhado em condições especiais. Conversão em tempo de serviço comum.***
A conversão em tempo de serviço comum, do período trabalhado em condições espe-

ciais, somente é possível relativamente à atividade exercida até 28 de maio de 1998 (art. 28 da Lei n. 9.711/98). *(DOU, 24-5-2004)*

18 ***Aposentadoria. Aluno aprendiz de Escola Técnica Federal.***
Provado que o aluno aprendiz de Escola Técnica Federal recebia remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento da União, o respectivo tempo de serviço pode ser computado para fins de aposentadoria previdenciária. *(DJU, 7-10-2004)*

24 ***Rural. Tempo de serviço anterior à Lei n. 8.213/91.***
O tempo de serviço do segurado trabalhador rural anterior ao advento da Lei n. 8.213/91, sem o recolhimento de contribuições previdenciárias, pode ser considerado para a concessão de benefício previdenciário do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), exceto para efeito de carência, conforme a regra do art. 55, § 2º, da Lei n. 8.213/91. *(DJU, 10-3-2005)*

26 ***Enquadramento. Atividade de vigilante.***
A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64. *(DJU, 22-6-2005)*

28 ***Planos econômicos. Atualização monetária da conta do PIS. Prescrição.***
Encontra-se prescrita a pretensão de ressarcimento de perdas sofridas na atualização monetária da conta do Plano de Integração Social – PIS –, em virtude de expurgos ocorridos por ocasião dos Planos Econômicos Verão e Collor I. *(DJU, 5-1-2006)*

31 ***Aposentadoria. Anotação na CTPS. Início de prova material.***
A anotação na CTPS decorrente de sentença trabalhista homologatória constitui início de prova material para fins previdenciários. *(DJU, 13-2-2006)*

32 ***Exposição a ruído. Tempo de trabalho especial.***
O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 (1.1.6); superior a 90 decibéis, a partir de 5 de março de 1997, na vigência do Decreto n. 2.172/97; superior a 85 decibéis, a partir da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003. *(DJU, 4-8-2006)*

34 ***Labor rural. Comprovação.***
Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar. *(DJU, 4-8-2006)*

36 ***Trabalhador rural. Pensão por morte.***
Não há vedação legal à cumulação da pensão por morte de trabalhador rural com o benefício da aposentadoria por invalidez, por apresentarem pressupostos fáticos e fatos geradores distintos. *(DJ, 21-3-2007)*

39 ***Fazenda Pública. Ações referentes ao reajuste de servidores. Juros.***
Nas ações contra a Fazenda Pública, que versem sobre pagamento de diferenças decorrentes de reajuste nos vencimentos de servidores públicos, ajuizadas após 24/08/2001, os juros de mora devem ser fixados em 6% (seis por cento) ao ano (art. 1º-F da Lei 9.494/97). *(DJ, 20-6-2007)*

Índice Alfabético das Orientações Jurisprudenciais do TST – SDI-I

(Os números referem-se às orientações)

AÇÃO DE CUMPRIMENTO
Contribuição sindical patronal. Incompetência da Justiça do Trabalho – 290
Direitos deferidos em decisão normativa. Ação individual. Falta de interesse de agir – 188
Fundada em decisão normativa reformada após o trânsito em julgado da sentença condenatória. Coisa julgada – 277
AÇÃO RESCISÓRIA
Alçada. Aplicabilidade – 8
Réu Sindicato. Legitimidade passiva – 1
Réu Sindicato. Substituto processual – 80
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO
Abono de natureza indenizatória. Extensão aos inativos. Impossibilidade – 346
Cláusula de termo aditivo prorrogando o acordo por prazo indeterminado. Inválida – 322
ADICIONAL
AP, ADI e AFR. Banco do Brasil – 17
Caráter pessoal. Banco do Brasil – 16
de periculosidade. Devido. Armazenamento de líquido inflamável no prédio. Construção vertical – 385
de periculosidade. Pagamento espontâneo. Caracterização de fato incontroverso. Desnecessária a perícia de que trata o art. 195 da CLT – 406
de risco. Portuário – 316
de risco. Portuário. Terminal privativo. Arts. 14 e 19 da Lei n. 4.860, de 26-11-1965. Indevido – 402
Insalubridade. Base de cálculo – 2 e 3
Insalubridade. Base de cálculo. Hora extra – 47
Insalubridade. Deficiência de iluminamento – 153
Insalubridade. Integração na remuneração – 102
Insalubridade. Lixo urbano – 170
Insalubridade. Manipulação de óleos minerais – 171
Insalubridade. Perícia. Local de trabalho desativado – 278
Insalubridade. Raios solares – 173
Insalubridade. Relação de atividades insalubres. Ministério do Trabalho – 4
Insalubridade. Remuneração do repouso semanal e feriados – 103
Insalubridade. Substituição processual possível – 121
Insalubridade e periculosidade. Perícia realizada por profissional qualificado – 165
Insalubridade ou periculosidade. Condenação. Inserção em folha de pagamento – 172
Noturno. Base de cálculo. Adicional de periculosidade – 259
Noturno. Horas extras. Base de cálculo – 97
Noturno. Prorrogação em horário diurno – 6
Periculosidade. Acordo coletivo ou convenção coletiva. Prevalência – 258
Periculosidade. Eletricitários. Base de cálculo. Lei n. 7.369/85 – 279 e 324

Periculosidade. Exposição eventual – 280
Periculosidade. Exposição permanente e intermitente – 5
Periculosidade. Extensão aos cabistas, instaladores e reparadores de linhas e aparelhos em empresa de telefonia – 347
Periculosidade. Horas de sobreaviso. Indevido – 174
Periculosidade. Horas extras. Base de cálculo – 267
Periculosidade. Sistema elétrico de potência. Decreto n. 93.412/86 – 324
Transferência provisória. Cargo de confiança ou previsão contratual – 113

ADVOGADO
Atuação em Seção da OAB diversa. Nulidade. Infração disciplinar – 7
Bancário. Cargo de confiança – 222
Comparecimento à audiência. Ausência da reclamada. Revelia – 74
Empregado. Contratação anterior à Lei n. 8.906, de 4-7-1994. Jornada de trabalho mantida com o advento da lei. Dedicação exclusiva. Caracterização – 403
Honorários. Base de cálculo – 348
Mandato. Juntada de nova procuração sem ressalva. Efeitos – 349
Mandato expresso. Ausência de poderes para substabelecer – 108
Mandato tácito. Substabelecimento inválido – 200
Razões recursais sem assinatura – 120
Representação irregular. Procuração nos autos do agravo – 110

AGRAVO
de instrumento. Acórdão do TRT não assinado. Anterior à IN 16/99 – 281
de instrumento. Juízo de admissibilidade *ad quem* – 282
de instrumento. Peças essenciais. Traslado realizado pelo agravado – 283
de instrumento. Recurso de revista. Sumaríssimo. Processos em curso – 260
de instrumento. Representação processual. Regularidade. Procuração ou substabelecimento com cláusula limitativa de poderes ao âmbito do Tribunal Regional do Trabalho – 374
de instrumento. Traslado. Ausência de certidão de publicação – 284
de instrumento. Traslado. Carimbo de protocolo de recurso ilegível – 285
de instrumento. Traslado de peças – 90 e 217
de instrumento. Traslado. Mandato tácito. Ata de audiência. Configuração – 286
inominado. Interposição em face de decisão colegiada – 412
Regimental. Peças essenciais nos autos principais – 132

ALÇADA
Ação rescisória. Aplicabilidade – 8
Decisão contrária à entidade pública – 9
Mandado de Segurança. Aplicabilidade – 10
Vinculação ao salário mínimo – 11

ALIMENTAÇÃO
Bancário. Ajuda alimentação prevista em norma coletiva. Natureza indenizatória – 123
CEF. Supressão do pagamento. Complementação de aposentadoria – 250
PAT. Não integração ao salário – 133

ANISTIA
EC 26/85. Efeitos financeiros – 12
Efeitos financeiros. Termo inicial – 221
Lei n. 6.683/79. Tempo de afastamento – 176
Readmissão. Efeitos financeiros – 91

APOSENTADORIA
Complementação. Ação declaratória – 276
Complementação. Banco do Brasil – 19 e 136
Complementação. Banco do Brasil. Cálculo. Teto – 21
Complementação. Banco do Brasil. Horas extras – 18
Complementação. Banco do Brasil. Média trienal. Valorizada – 289
Complementação. Banco do Brasil. Proporcionalidade – 20

Complementação. Banco Itaú – 183
Complementação. Banco Itaú. Reajuste – 224
Complementação. Banco Real – 157
Complementação. BANRISUL – 155
Complementação. CEF. Auxílio-alimentação – 250
Complementação. Diferenças. Prescrição – 156
Espontânea. Efeitos – 177
Espontânea. Unicidade do contrato de trabalho. Multa de 40% do FGTS sobre todo o período – 361

AUTENTICAÇÃO
Documento comum às partes. Validade – 36
Documentos distintos. Despacho denegatório do recurso de revista e certidão de publicação – 287
Pessoa jurídica de direito público. Desnecessidade – 134

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
Alteração da natureza jurídica. Norma coletiva ou adesão ao PAT – 413

AUXÍLIO-DOENÇA
Aposentadoria por invalidez. Suspensão do contrato de trabalho. Prescrição. Contagem – 375

AVISO PRÉVIO
Baixa na CTPS. Data a ser anotada – 82
Cumprido em casa. Prazo para pagamento das verbas rescisórias – 14
De 60 dias. Elastecimento por norma coletiva. Projeção. Reflexos nas parcelas trabalhistas – 367
Estabilidade provisória. Dirigente sindical. Registro da candidatura – 35
Indenizado. Desconsideração para o cálculo da multa de 40% do FGTS – 254
Indenizado. Estabilidade adquirida em seu curso – 40
Indenizado. Superveniência de auxílio-doença em seu curso – 135
Início da contagem do prazo – 122
Prescrição. Termo inicial – 83
Projeção. Indenização adicional. Estabilidade provisória – 268
Proporcional ao tempo de serviço – 84

BANCÁRIOS
Advogado. Cargo de confiança – 222
Ajuda alimentação. Natureza indenizatória – 123
Banco do Brasil. Adicionais AP, ADI e AFR – 17
Banco do Brasil. Adicional de caráter pessoal – 16
Banco do Brasil. Complementação de aposentadoria. Média trienal. Valorizada – 289
BRDE. Entidade autárquica de natureza bancária – 22
Cargo de confiança. Gratificação. Pagamento a menor – 288
Empregado de cooperativa de crédito. Equiparação. Impossibilidade – 379
Empresa de processamento de dados ou mesmo grupo econômico – 126
Gratificação de função. Jornada extraordinária – 15
Intervalo de 15 minutos. Não computável na jornada de trabalho – 178
PROBAM. Enquadramento – 64

CARGO DE CONFIANÇA
Adicionais AP, ADI e AFR do Banco do Brasil. Jornada de 6 horas – 17
Bancário. Advogado – 222
Bancário. Gratificação. Pagamento a menor – 288

CATEGORIA PROFISSIONAL
Norma coletiva. Abrangência – 55

CIPEIRO
Suplente. Extinção do Estabelecimento. Indenização – 329

COMISSÃO
Alteração. Prescrição total. Aplicabilidade da Súmula 294 – 248
Correção monetária. Cálculo – 181
Incorporação do abono instituído pela Lei n. 8.178/91 – 180
Supressão. Alteração contratual. Prescrição – 175

COMISSIONISTA
Misto. Horas extras. Base de cálculo. Aplicação da Súmula 340 do TST – 397

COMPETÊNCIA
Complementação de pensão. Viúva de ex-empregado. Justiça do Trabalho – 26

Proteção contra riscos inerentes ao trabalho 46
Adicional para atividades penosas, insalubres ou perigosas 47
Aposentadoria 48
Creches e pré-escolas 48
Convenções e acordos coletivos 48
Proteção em face da automação 49
Seguro contra acidente de trabalho e indenização 49
Prescrição 50
Isonomia salarial 50
Discriminação contra deficientes físicos 51
Distinção entre o trabalho manual, técnico e intelectual 51
Trabalho do menor 52
Trabalhador avulso 52
Trabalhadores domésticos 53

5. Da organização sindical ..... [art. 8º] 54
I – Autonomia sindical 55
II – Unicidade sindical 55
III – A substituição processual pelo sindicato 55
IV – Contribuição sindical 57
V – Liberdade de associação 57
VI – Participação do sindicato na negociação coletiva (convenções ou acordos) ... 57
VII – Participação do aposentado nas organizações sindicais 58
VIII – Estabilidade sindical 58

6. Direito de greve ..... [art. 9º] 58
7. Representação dos trabalhadores nos órgãos públicos ..... [art. 10] 59
8. Representação dos trabalhadores nas empresas ..... [art. 11] 60

Livro II
A Consolidação das Leis do Trabalho Comentada

Título I Introdução ..... [arts. 1º a 12] 64

Título II Das normas gerais de tutela do trabalho ..... [arts. 13 a 223] 92

Capítulo I Da identificação profissional ..... [arts. 13 a 56] 92
Seção I Da Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... [art. 13] 92
Seção II Da emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... [arts. 14 a 24] 92
Seção III Da entrega das Carteiras de Trabalho e Previdência Social ..... [arts. 25 a 28] 93

social, não exclui o participante do regime deste Capítulo".

A redação não peca pela clareza. A palavra "interessados" é, aqui, sinônimo de empregado que, em lugar de salários, participa dos lucros e comissões, sem, entretanto, ser sócio. Daí a expressão "salvo em lucros de caráter social", visto que lucros de caráter social são próprios dos sócios que, obviamente, não são empregados.

Manifesto o acerto de Sérgio Pinto Martins quando este afirma que "o sentido do artigo 63 da CLT foi justamente dizer que o empregado e interessado tinham o mesmo significado"[97].

g) Cálculos das horas extras – como adverte Eduardo Gabriel Saad, o art. 64 da CLT foi redigido anteriormente à Lei n. 605/49, que instituiu a remuneração nos repousos semanais. Ademais disto, a Constituição Federal atual, em seu art. 7º, XIII, embora tenha mantido a jornada diária em 8 horas, reduziu a jornada semanal para 44 horas. Por isso que Valentin Carrion observa, com relação ao mensalista:

"O cálculo objetivo leva a dividir-se 44 horas semanais entre 6 dias úteis, que resultando em 7,20 diárias, e multiplicadas por 30 dias do mês, alcançam 220 horas mensais. Se a jornada é de menor número de horas, multiplica-se este por 30 dias.

Já o cálculo do tarefeiro e horista (art. 65), alternadamente leva em conta o número médio de horas extras trabalhadas como tarefeiro, multiplicado pela remuneração média horária efetivamente recebida, com as tarifas atualizadas, desprezando-se as anteriores aos aumentos, mais o número médio de horas trabalhadas, como horista, pela mais alta remuneração"[98].

Nos termos da Súmula 347 do TST, "o cálculo do valor das horas extras habituais, para efeito de reflexos em verbas trabalhistas, observará o número das horas efetivamente prestadas e sobre ele aplica-se o valor do salário-hora da época do pagamento daquelas verbas".

15. *Horas extras. Jornada de trabalho. Ônus da prova*

A jurisprudência do TST tem-se sedimentado no sentido de que, em se tratando de empregador com mais de dez empregados, o que torna obrigatório o registro da jornada de trabalho (art. 74, § 2º, da CLT), o ônus da prova é do empregador, com a exibição, em juízo, dos cartões de ponto ou controles equivalentes:

"Ônus da prova. Jornada de trabalho. Cartões de ponto. Presunção de veracidade. Súmula 338, do TST. 1. É ônus do empregador, se conta com mais de dez empregados, em serviço interno, o registro da jornada de trabalho, na forma do que estatui o art. 74, § 2º, da CLT. Trata-se de prova pré-constituída obrigatória, meio de prova da jornada por excelência, cuja produção a lei primordialmente atribui ao empregador porquanto ninguém dispõe de melhores condições que ele para fazê-lo. 2. A não exibição injustificada em juízo dos controles de frequência importa presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho alegada na petição inicial, conquanto possa ser infirmada por prova em contrário. 3. Decisão turmária em harmonia com essa diretriz consagrada pelo Tribunal Superior do Trabalho, por meio da

97. *Comentários à CLT*, cit., p. 129.

98. Ob. cit., p. 114.

Contrato por prazo determinado. Lei especial. Justiça do Trabalho. Incompetência – 263
Contribuição sindical patronal. Ação de cumprimento. Incompetência da Justiça do Trabalho – 290
Dano moral. Justiça do Trabalho – 327
Descontos previdenciários e fiscais. Justiça do Trabalho – 141
Professor. Contratação a título precário. Regime jurídico de natureza administrativa – 205
Residual. Direitos anteriores à edição da Lei n. 8.112/90 – 138
Residual. Substituição pelo regime estatutário. Execução limitada – 249
Seguro-desemprego. Justiça do Trabalho – 210

CONCURSO PÚBLICO
Professor-titular. Necessidade – 65
Servidor público. Celetista. Dispensa imotivada – 247

CONFISSÃO
Ficta. Produção de prova posterior – 184

CONTRATO DE TRABALHO
Administração Pública. Efeitos – 335
Alteração. Substituição dos avanços trienais por quinquênios – 76
Alteração. Supressão. Comissões. Prescrição – 175
APM. Inexistência de responsabilidade solidária ou subsidiária do Estado – 185
Bancos. Sucessão trabalhista – 261
Coexistência de regulamentos na empresa. Opção – 163
Competência residual. Regime Jurídico Único. Lei n. 8.112/90. Limitação – 249
Concessão de serviço público. Responsabilidade trabalhista – 225
Denunciação da lide. Processo do trabalho – 227
Desmembramento de Municípios. Responsabilidade trabalhista – 92
Empreitada. Dono da obra. Responsabilidade – 191
Experiência. Gestante. Estabilidade provisória não assegurada – 196
Extinção. Aposentadoria espontânea – 177
Jogo do bicho. Objeto ilícito. Nulidade – 199
Mudança de regime celetista para estatutário. Prescrição – 128
Nulo. Efeitos – 85
Projeção. Aviso prévio indenizado. Estabilidade – 40
Redução da carga horária do professor. Não constitui alteração contratual – 244
Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública – 338

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
Acordo homologado em juízo após o trânsito em julgado da sentença condenatória. Incidência sobre o valor homologado – 376
Acordo homologado em juízo sem reconhecimento de vínculo de emprego. Contribuinte individual. Recolhimento da alíquota de 20% a cargo do tomador e 11% a cargo do prestador de serviços – 398

CORREÇÃO MONETÁRIA
Comissões. Cálculo – 181
Diferenças salariais. FUB – 28
Execução trabalhista. Juros – 300
Não pagamento dos salários até o 5º dia útil. Incidência – 124
Plano Collor. Execução. Correção monetária – 203

CPC
Art. 462. Aplicabilidade – 81
Art. 920. Multa. Aplicabilidade – 54

CUSTAS
Agravo de instrumento. Traslado da guia respectiva – 217
APPA. Não isenção – 13
Comprovação. Prazo – 30
Comprovação do recolhimento. DARF Eletrônico – 158
Condenação acrescida. Pagamento ao final – 104
Diferença ínfima. Deserção – 140
Embargos de terceiro anteriores à Lei n. 10.537/2002. Inexigência de recolhimento – 291
Empresa em liquidação extrajudicial – 31

Inversão do ônus da sucumbência. Deserção – 186
Justiça gratuita. Despesas processuais. Requerimento. Momento oportuno – 269
Mandado de segurança. Recurso ordinário – 29
Recolhimento. Comprovação. Autenticação mecânica – 33
DANO MORAL
Competência da Justiça do Trabalho – 327
DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO
Dedução da 1ª parcela. Lei n. 8.880/94. URV – 187
Gratificação semestral. Repercussão – 197
DEPÓSITO RECURSAL
Agravo de instrumento. Traslado da comprovação do recolhimento – 217
Agravo de petição. Garantia do juízo – 189
APPA. Não isenção – 13
Complementação a cada novo recurso. Deserção – 139
Condenação solidária – 190
Diferença ínfima. Deserção – 140
Empresa em liquidação extrajudicial – 31
PIS/PASEP. Ausência de indicação na guia de depósito. Validade – 264
DESCONTOS SALARIAIS
Autorização na admissão. Validade – 160
Cálculo – 228
Contribuição previdenciária e fiscal – 32
Frentista. Cheque sem fundos – 251
Previdenciários. Acordo homologado em juízo. Inexistência de vínculo empregatício – 368
Previdenciários e fiscais. Competência – 141
Previdenciários e fiscais. Condenação do empregador em razão do inadimplemento de verbas remuneratórias. Responsabilidade do empregado pelo pagamento. Abrangência – 363
DESVIO DE FUNÇÃO
Quadro de carreira. Enquadramento. Diferenças salariais – 125
DIFERENÇA SALARIAL
Bimestrais e quadrimestrais. Simultaneidade – 68
Coisa julgada. Planos econômicos. Limitação à data-base na execução – 262
PCCS. Adiantamento. Lei n. 7.686/88 – 57
Plano Bresser. IPC de junho/87 – 58
Plano Collor. Correção Monetária. Aplicável – 203
Plano Collor. Inexistência de direito adquirido – 218
Plano Collor. Servidores celetistas de fundações e autarquias – 241
Plano de cargos e salários. Descumprimento. Critérios de promoção não observados. Prescrição parcial – 404
Plano Verão. URP de fevereiro de 1989 – 59
Prazo determinado. Lei especial. Incompetência da Justiça do Trabalho – 263
Previsão em legislação federal – 100
Previsão em norma coletiva. Plano Cruzado – 69
Servidor. Salário-base inferior ao mínimo – 272
Superveniência de sentença normativa – 212
URP de abril e maio de 1988. Cálculo – 79
URP de junho e julho de 1988. Data-base em maio – 214
DOENÇA PROFISSIONAL
Estabilidade. Instrumento normativo. Vigência – 41
EMBARGOS
à SDI contra decisão de turma do TST em agravo do art. 557, § 1º, do CPC – 293
à SDI contra decisão em recurso de revista não conhecido quanto aos pressupostos intrínsecos – 294
de declaração. Decisão denegatória de recurso de revista exarado por presidente do TRT. Descabimento. Não interrupção do prazo recursal – 377
Declaratórios. Efeito modificativo. Vista à parte contrária – 142
Declaratórios. Pessoa jurídica de direito público. Prazo em dobro – 192
de terceiro anteriores à Lei n. 10.537/2002. Custas. Inexigência de recolhimento – 291

Divergência. Conhecimento indevido da revista por divergência jurisprudencial – 147
Indicação do dispositivo legal violado – 94
Não conhecimento com base em Orientação Jurisprudencial – 336
Nulidade por negativa da prestação jurisdicional – 115
Revista não conhecida por má aplicação de enunciado ou de orientação jurisprudencial – 295
SDI. Divergência jurisprudencial na mesma Turma – 95
Violação ao art. 896 da CLT – 37

EQUIPARAÇÃO SALARIAL
Atendente e auxiliar de enfermagem – 296
Funções diferentes ou similares – 328
"Mesma localidade". Conceito. Art. 461 da CLT – 252
Planos de cargos e salários. Aprovação por instrumento coletivo – 418
Quadro de carreira. Homologação – 193
Servidor público da administração direta, autárquica e fundacional – 297
Sociedade de economia mista. Art. 37, XIII, da CF/1988. Possibilidade – 353
Trabalho intelectual – 298

ESTABILIDADE
Acidente ou doença profissional. Instrumento normativo. Vigência – 41
Aquisição no período do aviso prévio – 40
Art. 19 do ADCT. Servidor público de fundação regido pela CLT – 364
Art. 41 da CF/88. Celetista. Servidor público. Aplicabilidade – 265
CIPA. Suplente – 25
Cipeiro. Suplente. Extinção do estabelecimento – 329
CONAB. Norma interna – 27
Contratual e FGTS. Compatibilidade – 299
Decenal. Aquisição do direito anterior à opção pelo FGTS. Direito à Pensão – 166
Dirigente sindical. Categoria diferenciada – 145
Dirigente sindical. Extinção da atividade empresarial na base territorial do sindicato – 86
Dirigente sindical. Limitação. Art. 522 da CLT – 266
Doença profissional comprovada por atestado médico do INAMPS – 154
Empresa pública e sociedade de economia mista. Inaplicável – 229
Gestante. Comunicação ao empregador – 88
Interposição contra decisão monocrática. Não cabimento – 378
Lei n. 8.213/91. Auxílio-doença acidentário – 230
Procedimento sumaríssimo. Conhecimento. Recurso interposto após vigência da Lei n. 11.496, de 22-6-2007, que conferiu nova redação ao art. 894, II, da CLT – 405
Provisória. Ação trabalhista ajuizada após o término do período de garantia no emprego. Abuso do exercício do direito de ação. Não configuração. Indenização devida – 399
Provisória. Acidente de trabalho. Art. 118 da Lei n. 8.213/91 – 105
Provisória. Cooperativa. Suplentes do Conselho Fiscal – 253
Provisória. Delegado sindical. Inaplicável – 369
Provisória. Dirigente sindical. Aviso prévio – 35
Provisória. Dirigente sindical. Comunicação ao empregador – 34
Provisória. Gestante. Contrato de experiência – 196
Provisória. Indenização adicional. Aviso prévio. Projeção – 268
Provisória. Membro de Conselho Fiscal de sindicato. Inexistência – 365
Provisória. Período estabilitário exaurido. Reintegração não assegurada – 116
Provisória. Reintegração. Pedido de estabilidade já exaurido – 106

EXECUÇÃO
Agravo de petição. Garantia do juízo – 189
Cédula de Crédito Rural ou Industrial. Penhora – 226
Direta. Entidade pública – 87
Liquidação extrajudicial. Créditos trabalhistas – 143
Penhora. Sucessão. Art. 100 da CF/88 – 343

Plano Collor. Correção monetária – 203
Regime estatutário em substituição ao celetista. Execução limitada – 249
Trabalhista. Correção monetária. Juros – 300
FAC-SÍMILE
Apresentação de originais. Prazo – 337
Lei n. 9.800/99. Aplicabilidade – 194
FALÊNCIA
Dobra salarial. Art. 467 da CLT – 314
Multa do art. 477. Inaplicabilidade – 201
FÉRIAS
Gozo na época própria. Pagamento fora do prazo. Dobra devida. Arts. 137 e 145 da CLT – 386
FGTS
Diferenças. Ônus da prova – 301
Empregado transferido para o exterior. Incidência na remuneração – 232
Férias indenizadas. Não incidência – 195
Índice de correção monetária. Débitos trabalhistas – 302
Multa de 40%. Desconsideração da projeção do aviso prévio indenizado – 254
Multa de 40%. Diferenças decorrentes dos expurgos inflacionários – 341 e 344
Multa de 40%. Diferenças dos expurgos inflacionários. Prescrição – 370
Multa de 40%. Saques – 42
Multa de 40%. Saques. Atualização monetária – 107
Opção retroativa. Concordância do empregador – 146
GESTANTE
Contrato de experiência. Estabilidade provisória – 196
Estabilidade provisória. Conhecimento do empregador – 88
Salário-maternidade de 120 dias – 44
GRATIFICAÇÃO
Bancário. Cargo de confiança. Pagamento a menor – 288
Bancário. Jornada extraordinária – 15
Complementação SUDS. Natureza salarial – 168
Especial e/ou anuênios. Nossa Caixa – Nosso Banco – 56
Radiologista. Alteração da gratificação de raios X – 208
Recebida há 10 anos ou mais. Estabilidade financeira – 42
Redução. Impossibilidade – 303
Semestral. Prescrição – 46
Semestral. Repercussão no 13º salário – 197
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
Assistência judiciária. Declaração de pobreza. Comprovação – 304
Base de cálculo – 348
Requisitos. Justiça do Trabalho – 305
HONORÁRIOS PERICIAIS
Beneficiário da justiça gratuita. Responsabilidade da União pelo pagamento. Resolução n. 35/2007 do CSJT. Observância – 387
HORAS EXTRAS
Reconhecimento em juízo. Critério de declaração/abatimento dos valores pagos – 415
IMPOSTO DE RENDA
Base de cálculo. Juros de mora. Não integração. Art. 404 do Código Civil brasileiro – 400
INDENIZAÇÃO
Adicional. Aviso prévio. Projeção. Estabilidade provisória – 268
Demissão sem justa causa. Constitucionalidade do art. 31 da Lei n. 8.880/94 – 148
Estabilidade gestante. Conhecimento do empregador – 88
Não liberação das guias do seguro desemprego – 211
Programa de incentivo à demissão voluntária (PDV). Créditos trabalhistas reconhecidos em juízo. Compensação. Impossibilidade – 356
Programa de incentivo à demissão voluntária. Incidência do Imposto de Renda – 207
Reintegração convertida em indenização em dobro – 101
INSALUBRIDADE
Adicional. Base de cálculo – 2 e 3
Adicional. Base de cálculo. Hora extra – 47
Adicional. Inserção em folha de pagamento – 172
Adicional. Integração na remuneração – 102

Adicional. Perícia. Local de trabalho desativado – 278
Adicional. Relação de atividades insalubres. Ministério do Trabalho – 4
Adicional. Remuneração do repouso semanal e feriados – 103
Deficiência de iluminamento – 153
Lixo urbano – 170
Óleos minerais. Manipulação – 171
Perícia realizada por profissional qualificado – 165
Raios solares – 173

IRRETROATIVIDADE DA LEI
Contrato nulo. Efeitos. FGTS. Medida Provisória n. 2.164-41, de 24-8-2001, e art. 19-A da Lei n. 8.036, de 11-5-1990. Irretroatividade – 362

JORNADA DE TRABALHO
Acordo de compensação. "Semana Espanhola". Validade – 323
Acordo de compensação de horas – 220
Alteração. Retorno à jornada inicialmente contratada. Servidor público – 308
Bancário. Intervalo de 15 minutos. Não computável na jornada – 178
Cartão de ponto. Registro. Horas extras. Minutos que antecedem e sucedem a jornada – 326
Compensação. Acordo individual – 182
Compensação. Acordo individual tácito – 223
Domingos e feriados trabalhados. Pagamento em dobro – 93
Engenheiro – 39
especial. Professor. Art. 318 da CLT. Salário mínimo. Proporcionalidade – 393
Hora noturna reduzida – 127
Horas de sobreaviso. Adicional de periculosidade indevido – 174
Horas extras. Adicional de periculosidade. Base de cálculo – 267
Horas extras. Adicional noturno. Integração – 97
Horas extras. Bip. Sobreaviso – 49
Horas extras. Complementação de aposentadoria. Banco do Brasil – 18
Horas extras. Comprovação – 233
Horas extras. Folha individual de presença. Prevalência da prova oral – 234
Horas extras. Limitação legal – 117
Horas extras. Minutos que antecedem ou sucedem a jornada – 23
Horas extras. Ônus da prova. Registro invariável – 306
Horas extras. Petroleiros – 240
Horas extras. Portuários. Base de cálculo – 61
Horas extras. Pré-contratação – 48
Horas extras. Salário por produção – 235
Horas extras habitualmente prestadas. Reflexos – 89
Horas *in itinere* – 50
Horas *in itinere*. Açominas. Percurso interno – 98
Horas *in itinere*. Horas extras. Adicional devido – 236
Intervalo interjornada. Art. 71, § 4º, da CLT. Não concessão ou redução. Natureza jurídica salarial – 354
Intervalo interjornadas. Inobservância. Horas extras. Período pago como sobrejornada. Art. 66 da CLT. Aplicação analógica do art. 71 da CLT – 355
Intervalo intrajornada. Jornada contratual de seis horas diárias. Prorrogação habitual. Aplicação do art. 71, *caput* e § 4º, da CLT – 380
Intervalo intrajornada. Não concessão ou concessão parcial – 307
Intervalo intrajornada para repouso e alimentação. Não concessão ou redução. Previsão em norma coletiva – 342
Intervalo intrajornada. Rurícola. Lei n. 5.889, de 8-6-1973. Supressão total ou parcial. Decreto n. 73.626, de 12-2-1974. Aplicação do art. 71, § 4º, da CLT – 381
Jornada 12x36. Jornada mista que compreenda a totalidade do período noturno. Adicional noturno. Devido – 388
Jornalista. Empresa não jornalística. Jornada de trabalho reduzida. Arts. 302 e 303 da CLT – 407

Médico. Lei n. 3.999/61 – 53
Minutos que antecedem a jornada de trabalho. Lei n. 10.243, de 27-6-2001. Norma coletiva. Flexibilização. Impossibilidade – 372
Operador de "Telemarketing". Inaplicabilidade do art. 227 da CLT – 273
Petroleiros. Turno ininterrupto de revezamento. Alteração – 333
Professor. Horas extras. Adicional de 50% – 206
Prorrogação da jornada noturna. Adicional noturno – 6
Reduzida. Operador de Telex – 213
Tempo utilizado para uniformização, lanche e higiene pessoal. Tempo à disposição do empregador – 326
Turno ininterrupto de revezamento. Ferroviário. Horas extras devidas – 274
Turno ininterrupto de revezamento. Horista. Horas extras e adicional. Devidos – 275
Turno ininterrupto de revezamento. Jornada fixada em negociação coletiva – 169
Turnos ininterruptos de revezamento. Interrupção do trabalho – 78

JURISDIÇÃO
Imunidade. Organização ou organismo internacional – 416

JUROS DE MORA
Art. 1º-F da Lei n. 9.494, de 10-9-1997. Inaplicabilidade à Fazenda Pública quando condenada subsidiariamente – 382
Empresa em liquidação extrajudicial. Sucessão trabalhista – 408

JUSTIÇA GRATUITA
Declaração de insuficiência econômica. Mandato. Poderes específicos desnecessários – 331

JUSTIÇA DO TRABALHO
Competência. Execução de ofício – 414

LEGISLAÇÃO ELEITORAL
Celetistas em empresas públicas e sociedades de economia mista. Aplicabilidade – 51

LEGITIMIDADE DE PARTE
Ação rescisória. Réu Sindicato – 1
MinasCaixa. Liquidação extrajudicial. Legitimidade passiva *ad causam* – 109
Ministério Público. Arguição. Prescrição – 130
Petromisa. Sucessão. Petrobras – 202

LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Custas e depósito recursal – 31
Execução. Créditos trabalhistas – 143
MinasCaixa. Legitimidade passiva *ad causam* – 109

LITISCONSÓRCIO
Ação rescisória. Réu sindicato. Substituto processual – 80
Procuradores distintos. Prazo em dobro. Art. 191 do CPC. Inaplicável ao processo do trabalho – 310

MANDADO DE SEGURANÇA
Alçada. Aplicabilidade – 10
Recurso ordinário. Custas – 29

MINISTÉRIO DO TRABALHO
Classificação das atividades insalubres. Condição essencial – 170
Insalubridade. Relação de atividades insalubres – 4

MINISTÉRIO PÚBLICO
Arguição de nulidade do contrato de trabalho em favor de ente público – 350
Ilegitimidade para recorrer. Interesse patrimonial privado – 237
Ilegitimidade para recorrer. Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública – 338
Prescrição. Arguição. Ilegitimidade – 130

MULTA
Art. 477 da CLT – 162, 351
Art. 477 da CLT. Massa falida – 201
Art. 477 da CLT. Pessoa jurídica de direito público – 238
Convencional. Horas extras – 239
por litigância de má-fé. Recolhimento. Pressuposto recursal. Inexigibilidade – 409
Previsão em vários Instrumentos Normativos. Cumulação de ações – 150
prevista no art. 557, § 2º, do CPC. Recolhimento. Pressuposto recursal. Pessoa jurídica de direito público. Exigibilidade – 389

Valor. Art. 920 do CPC – 54
NULIDADE
Advogado. Atuação fora da Seção da OAB onde está inscrito – 7
Contrato de trabalho. Jogo do bicho. Objeto ilícito – 199
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS
Rescisão contratual anterior à data da distribuição dos lucros. Pagamento proporcional aos meses trabalhados. Princípio da isonomia – 390
PERÍCIA
Adicional de insalubridade. Local de trabalho desativado – 278
Honorários periciais. Atualização monetária – 198
Insalubridade. Relação de atividades insalubres. Ministério do Trabalho – 4
Profissional qualificado. Exigência – 165
PERICULOSIDADE
Adicional. Acordo coletivo ou convenção. Prevalência – 258
Adicional. Condenação. Inserção em folha de pagamento – 172
Adicional. Eletricitários. Base de cálculo. Lei n. 7.369/ 85 – 279
Adicional. Exposição eventual – 280
Adicional. Exposição permanente e intermitente – 5
Adicional. Horas extras. Base de cálculo – 267
Adicional. Radiação ionizante ou substância radioativa – 345
Adicional. Sistema elétrico de potência. Decreto n. 93.412/86 – 324
Integração. Adicional noturno. Base de cálculo – 259
Perícia realizada por profissional qualificado – 165
PORTUÁRIO
Adicional de risco – 316
Hora noturna – 60
Horas extras. Base de cálculo – 61
Petroleiros. Turno ininterrupto de revezamento – 333
Submissão prévia de demanda a comissão paritária. Lei n. 8.630, de 25-2-1993. Inexigibilidade – 391
PRAZO JUDICIAL
Custas. Comprovação do pagamento – 30
Em dobro. Embargos declaratórios. Pessoa jurídica de direito público – 192
Feriado local. Prorrogação. Necessidade de comprovação – 161
Recesso forense. Suspensão dos prazos – 209
PREPOSTO
Condição de empregado – 99
PREQUESTIONAMENTO
Adoção dos fundamentos da decisão de 1º grau. Ausência de prequestionamento – 151
Configuração. Tese explícita – 256
Pressuposto de recorribilidade – 62
Referência expressa do dispositivo legal. Tese explícita – 118
Violação nascida na própria decisão recorrida – 119
PRESCRIÇÃO
Alteração contratual. Supressão das comissões – 175
Alteração do contrato de trabalho – 76
Aviso prévio. Termo inicial – 83
Comissões. Alteração. Aplicabilidade da Súmula 294 – 248
Complementação da pensão e auxílio funeral – 129
Complementação de aposentadoria. Diferenças – 156
Extintiva. Enquadramento funcional – 144
Gratificação semestral. Congelamento – 46
Interrupção. Ajuizamento de protesto judicial. Marco inicial – 392
Marco inicial. Ação condenatória. Trânsito em julgado da ação declaratória com mesma causa de pedir remota ajuizada antes da extinção do contrato de trabalho – 401
Ministério Público. Arguição. Ilegitimidade – 130
Mudança de regime celetista para estatutário – 128
Quinquenal. Contagem do prazo – 204
Rurícola. EC n. 28/2000. Contrato de trabalho em curso – 417

Rurícola. EC n. 28/2000. Processo em curso. Inaplicabilidade – 271
Rurícola. Empregado em empresa de reflorestamento – 38
Supressão de horas pré-contratadas. Termo inicial – 63
Total. Incorporação ao salário do adicional de horas extras – 242
Total. Planos econômicos – 243
Trabalhador avulso. Prescrição bienal. Termo inicial – 384

PROCURAÇÃO
Advogado munido de procuração. Reclamada ausente – 74
inválida. Irregularidade de representação. Pessoa jurídica – 373
Irregularidade de representação – 330
Juntada do contrato social. Desnecessária – 255
Mandato. Art. 37 do CPC. Inaplicável na fase recursal – 311
Mandato. Cláusula com ressalva de vigência. Prorrogação até o final da demanda – 312
Mandato. Cláusula fixando prazo para juntada – 313
Mandato. Justiça gratuita. Poderes especiais desnecessários – 331
Mandato expresso. Ausência de poderes para substabelecer – 108
Mandato tácito. Substabelecimento inválido – 200
Procurador da União, Estados, Municípios etc. Juntada – 52
Regularização na fase recursal – 149
Representação irregular. Autarquia – 318
Representação irregular. Procuração apenas nos autos de agravo de instrumento – 110
Representação regular. Estagiário. Habilitação posterior – 319
Substabelecimento. Reconhecimento de firma – 75

PROTOCOLO
Sistema integrado. Norma interna. Eficácia limitada a recursos da competência do TRT que a editou – 320

PROVA
FGTS. Diferenças – 301
Horas extras. Condenação não limitada ao período pelas provas – 233
Horas extras. Prevalência da prova oral sobre a folha de presença – 234
Produção posterior – 184
Recolhimento de custas. Autenticação mecânica – 33
Testemunha que move ação contra a Reclamada. Suspeição – 77
Vale-transporte. Requisitos à obtenção do benefício – 215

RECURSO
de Revista. Remessa *ex officio*. Inexistência de recurso ordinário voluntário de ente público. Incabível – 334
Fundamentação. Violação legal. Desnecessidade de vocábulos específicos – 257
Interposição antes da publicação do acórdão impugnado. Extemporaneidade. Não conhecimento – 357
Ordinário. Efeito devolutivo. Profundidade. Art. 515, § 1º, do CPC. Aplicação – 340
Ordinário. Mandado de segurança. Custas – 29
Ordinário em Agravo Regimental interposto em reclamação correicional. Cabimento – 70
Remessa *ex officio*. Ação rescisória. Entes públicos – 71
Remessa *ex officio*. Alçada. Entidade pública. Cabimento – 9
Remessa *ex officio*. Mandado de segurança. Decisão favorável ao ente público – 73
Remessa *ex officio*. Mandado de segurança. Pessoas de direito privado – 72
Revista. Divergência da mesma Turma do Regional – 111
Revista. Lei Estadual, norma coletiva ou regulamento de empresa – 309
Revista. Repositório de jurisprudência autorizado após a interposição de recurso. Validade – 317
Revista. Sumaríssimo. Processos anteriores à Lei n. 9.957/2000 – 260
Revista ou embargos fundamentados em Orientação Jurisprudencial do TST – 220

Sem assinatura do advogado – 120
REINTEGRAÇÃO
Indenização em dobro. Efeitos – 101
Período de estabilidade já exaurido. Reintegração – 106
REPOUSO SEMANAL
Domingos e feriados trabalhados. Pagamento em dobro – 93
Professor – 66
remunerado. Concessão após o sétimo dia consecutivo de trabalho. Art. 7º, XV, da CF. Violação – 410
remunerado – RSR. Integração das horas extras. Não repercussão no cálculo das férias, do décimo terceiro salário, do aviso prévio e dos depósitos do FGTS – 394
RESCISÃO
Banco Meridional. Dispensa sem justa causa – 137
Dispensa sem justa causa. Constitucionalidade do art. 31 da Lei n. 8.880/94 – 148
Falta grave. Dirigente sindical. Inquérito judicial – 114
Programa de incentivo à demissão voluntária. Indenização – 207
Servidor público. Celetista concursado. Dispensa imotivada – 247
Verbas. Aviso prévio cumprido em casa. Prazo para pagamento – 14
REVELIA
Atraso no comparecimento à audiência. Inexistência de previsão legal – 245
Ausência da reclamada. Comparecimento de advogado – 74
Pessoa jurídica de direito público – 152
RURAL
Empregado em empresa de reflorestamento. Prescrição – 38
Motorista. Empresa. Atividade predominantemente rural. Enquadramento – 315
SALÁRIO
Ajuda alimentação. PAT. Não integração – 133
Aumento concedido pela empresa. Compensação no ano seguinte em antecipação sem a participação do sindicato profissional – 325
Conversão de Cruzeiros para Cruzados. Fundação do Serviço Social do DF – 43
Data de pagamento. Alteração – 159
Diárias. Integração – 292
Diferenças salariais. Correção monetária – 28
Férias. Abono por instrumento normativo e terço constitucional. Simultaneidade – 231
Não pagamento até o 5º dia útil. Incidência de correção monetária – 124
Produção. Horas extras. Somente o adicional – 235
Servidor. Salário-base inferior ao mínimo. Diferenças. Indevidas – 272
Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública. Teto remuneratório – 339
Substituição. Férias. Devido – 96
Utilidade – 24
Utilidade. Veículo – 246
Vacância do cargo. Sucessor. Inaplicabilidade da Súmula 159 – 112
Vantagem *in natura*. Integração – 131
SALÁRIO MÍNIMO
Alçada. Vinculação – 11
Base de cálculo do adicional de insalubridade – 103
Engenheiro. Salário mínimo da categoria – 39
e piso salarial proporcional à jornada reduzida. Possibilidade – 358
Médico. Lei n. 3.999/61 – 53
Radiologista – 67
SEGURO-DESEMPREGO
Competência da Justiça do Trabalho – 210
Não liberação das guias. Indenização substitutiva – 211
SINDICATO
Ação rescisória. Réu Sindicato – 1
Compensação por aumento salarial sem participação do – 325
Contribuição sindical patronal. Ação de cumprimento. Incompetência da Justiça do Trabalho – 290
Dirigente sindical. Despedida. Falta grave. Inquérito judicial – 114
Dirigente sindical. Estabilidade – 34
Dirigente sindical. Estabilidade. Base territorial. Extinção da atividade empresarial – 86

Dirigente sindical. Exercício de atividade pertinente à categoria profissional – 145
Dirigente sindical. Limitação. Art. 522 da CLT – 266
Dirigente sindical. Registro da candidatura – 35
Substituição processual. Legitimidade. Prescrição. Interrupção – 359
Substituto processual. Diferenças de adicional de insalubridade – 121

SOBREAVISO
Horas extras. Uso do Bip – 49

SUBSTABELECIMENTO
Irregularidade de representação. Substabelecimento não datado. Inaplicabilidade do art. 654, § 1º, do Código Civil – 371

SUBSTITUIÇÃO
Salário. Férias – 96

SUCESSÃO TRABALHISTA
Aquisição de empresa pertencente a grupo econômico. Responsabilidade solidária do sucessor por débitos trabalhistas de empresa não adquirida. Inexistência – 411

SUMARÍSSIMO
Agravo de instrumento. Recurso de revista. Lei n. 9.957/2000. Processo em curso – 260
Recurso de revista por contrariedade à Orientação Jurisprudencial. Inadmissibilidade – 352

TERCEIRIZAÇÃO
Empregados da empresa prestadora de serviços e da tomadora. Isonomia. Art. 12, *a*, da Lei n. 6.019, de 3-1-1974 – 383

TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Programa de Incentivo à Demissão Voluntária. Efeitos – 270

TRANSFERÊNCIA
Adicional. Cargo de confiança ou previsão contratual – 113
FGTS. Empregado transferido para o exterior. Incidência na remuneração – 232

TURNO
ininterrupto de revezamento. Alteração da jornada de 8 para 6 horas diárias. Empregado horista. Aplicação do divisor 180 – 396
Ininterrupto de revezamento. Dois turnos. Horário diurno e noturno. Caracterização – 360
ininterrupto de revezamento. Hora noturna reduzida. Incidência – 395
Ininterrupto de revezamento. Petroleiros. Alteração da jornada para horário fixo. Art. 10 da Lei n. 5.811/72 recepcionado pela CF/88 – 333

VALE-TRANSPORTE
Requisitos para a obtenção do benefício. Ônus da prova – 215
Servidor público celetista – 216

VÍNCULO
Administração pública. Período anterior à CF/88. Enunciado 256. Aplicável – 321
Estagiário. Desvirtuamento do contrato de estágio. Reconhecimento do vínculo empregatício com a Administração Pública direta ou indireta. Período posterior à Constituição Federal de 1988. Impossibilidade – 366
Oficial *ad hoc* – 164
Policial Militar. Vínculo com empresa privada – 167

Resolução n. 121/2003, mediante a qual se conferiu nova redação à Súmula n. 338, do TST (*DJU* de 19-11-2003). 4. Embargos não conhecidos" (TST-E-RR 425.034/98.9, SBDI-1, 2ª Região, Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 12-12-2003).

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 24 do Tribunal Superior do Trabalho.** Insere-se no cálculo da indenização por antiguidade o salário relativo a serviço extraordinário, desde que habitualmente prestado.

▷ **Súmula 45 do Tribunal Superior do Trabalho.** A remuneração do serviço suplementar, habitualmente prestado, integra o cálculo da gratificação natalina prevista na Lei n. 4.090, de 1962.

▷ **Súmula 63 do Tribunal Superior do Trabalho.** A contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, inclusive horas extras e adicionais eventuais.

▷ **Súmula 85 do Tribunal Superior do Trabalho. Compensação de jornada.** (Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 182, 220 e 223 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005. Item V inserido pela Res. 174/2011, *DEJT*, 27, 30 e 31-5-2011)

I. A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.

II. O acordo individual para compensação de horas é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.

III. O mero não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.

IV. A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário.

V. As disposições contidas nesta súmula não se aplicam ao regime compensatório na modalidade "banco de horas", que somente pode ser instituído por negociação coletiva.

▷ **Súmula 115 do Tribunal Superior do Trabalho.** Horas extras. Gratificações semestrais. Nova redação. O valor das horas extras habituais integra a remuneração do trabalhador para o cálculo das gratificações semestrais. (Redação original – RA 117/80, *DJ*, 3-11-1980 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 172 do Tribunal Superior do Trabalho.** Computam-se no cálculo do repouso remunerado as horas extras habitualmente prestadas (ex-Prejulgado n. 52).

▷ **Súmula 264 do Tribunal Superior do Trabalho. Cálculo.** A remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, integrado por parcelas de natureza salarial e acrescido do adicional previsto em lei, contrato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa. (Res. 12/86, *DJ*, 31-10-1986)

▷ **Súmula 287 do Tribunal Superior do Trabalho. Jornada de trabalho.**

Orientações Jurisprudenciais do TST – SDI-I

1 ***Ação rescisória. Réu sindicato. Legitimidade passiva "ad causam". Admitida.*** *(Convertida na Orientação Jurisprudencial n. 110 da OJ da SDI-II,* DJ, *29-4-2003)*

2 ***Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Mesmo na vigência da CF/88: salário mínimo.*** *(Cancelada pela Res. 148/2008, DJe do TST, 4-7-2008. Republicada no DJ de 8-7-2008 em razão de erro material)*

3 ***Adicional de insalubridade. Base de cálculo, na vigência do Decreto-lei n. 2.351/1987. Piso Nacional de Salários.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 33 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

4 ***Adicional de insalubridade. Lixo urbano.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 170 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – Não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho.

II – A limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo não podem ser consideradas atividades insalubres, ainda que constatadas por laudo pericial, porque não se encontram dentre as classificadas como lixo urbano na Portaria do Ministério do Trabalho. (ex-OJ n. 170 da SDI-I – inserida em 8-11-2000)

5 ***Adicional de periculosidade. Exposição permanente e intermitente. Inflamáveis e/ou explosivos. Direito ao adicional integral.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 364 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

6 ***Adicional noturno. Prorrogação em horário diurno.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 60 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

7 ***Advogado. Atuação fora da seção da OAB onde o advogado está inscrito. Ausência de comunicação (Lei n. 4.215/1963, § 2º, art. 56). Infração disciplinar. Não importa nulidade.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

A despeito da norma então prevista no artigo 56, § 2º, da Lei n. 4.215/1963, a falta de comunicação do advogado à OAB para o exercício profissional em seção diversa daquela na qual tem inscrição não importa nulidade dos atos praticados, constituindo apenas infração disciplinar, que cabe àquela instituição analisar.

8 ***Alçada. Ação rescisória. Não se aplica a alçada em ação rescisória.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 365 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

9 ***Alçada. Decisão contrária à entidade pública. Cabível a remessa de ofício. Decreto-lei n. 779/1969 e Lei n. 5.584/1970.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 303 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

10 ***Alçada. Mandado de segurança.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 365 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

11 ***Alçada. Vinculação ao salário mínimo. Duplo grau. Recorribilidade.*** *(Convertida na Súmula 356 – Res. 75/97,* DJ, *19-12-1997)*

12 ***Anistia. Emenda Constitucional n. 26/85. Efeitos financeiros da promulgação.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
Os efeitos financeiros decorrentes da anistia concedida pela Emenda Constitucional n. 26/85 contam-se desde a data da sua promulgação.

13 ***APPA. Decreto-Lei n. 779, de 21-8-1969. Depósito recursal e custas. Não isenção.*** *(Inserido dispositivo –* DEJT, *16, 17 e 18-11-2010)*
A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, vinculada à Administração Pública indireta, não é isenta do recolhimento do depósito recursal e do pagamento das custas processuais por não ser beneficiária dos privilégios previstos no Decreto-Lei n. 779, de 21-8-1969, ante o fato de explorar atividade econômica com fins lucrativos, o que descaracteriza sua natureza jurídica, igualando-a às empresas privadas.

14 ***Aviso prévio cumprido em casa. Verbas rescisórias. Prazo para pagamento. (Art. 477, § 6º, "b", da CLT)*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
Em caso de aviso prévio cumprido em casa, o prazo para pagamento das verbas rescisórias é até o décimo dia da notificação de despedida.

15 ***Bancário. Gratificação de função superior a 1/3 e inferior ao valor constante de norma coletiva. Inexistência de direito às 7ª e 8ª horas. Direito à diferença do adicional, se e quando pleiteada.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 102 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

16 ***Banco do Brasil. ACP. Adicional de caráter pessoal. Indevido.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
A isonomia de vencimentos entre servidores do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil, decorrente de sentença normativa, alcançou apenas os vencimentos e vantagens de caráter permanente. Dado o caráter personalíssimo do Adicional de Caráter Pessoal – ACP e não integrando a remuneração dos funcionários do Banco do Brasil, não foi ele contemplado na decisão normativa para efeitos de equiparação à tabela de vencimentos do Banco Central do Brasil.

17 ***Banco do Brasil. AP e ADI.***
Os adicionais AP, ADI ou AFR, somados ou considerados isoladamente, sendo equivalentes a 1/3 do salário do cargo efetivo (art. 224, § 2º, da CLT), excluem o empregado ocupante de cargo de confiança do Banco do Brasil da jornada de 6 horas.

18 ***Complementação de aposentadoria. Banco do Brasil.*** *(Redação do item I alterada em decorrência do julgamento dos processos TST-IUJ E-ED-RR-301900-52.2005.5.09.0661 e ERR 119900-56.1999.5.04.0751 – Res. 175/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*
I – O valor das horas extras integra a remuneração do empregado para o cálculo da complementação de aposentadoria, desde que sobre ele incida a contribuição à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, observado o respectivo regulamento no tocante à integração.
II – Os adicionais AP e ADI não integram o cálculo para a apuração do teto da complementação de aposentadoria. (ex-OJ n. 21 da SDI-I – inserida em 13-2-1995)
III – No cálculo da complementação de aposentadoria deve-se observar a média trienal. (ex-OJs n. 19 e 289, ambas da SDI-I – inseridas respectivamente em 5-6-1995 e 11-8-2003)
IV – A complementação de aposentadoria proporcional aos anos de serviços prestados exclusivamente ao Banco do Brasil somente se verifica a partir da Circular FUNCI n. 436/63. (ex-OJ n. 20 da SDI-I – inserida em 13-2-1995)
V – O telex DIREC do Banco do Brasil n. 5003/1987 não assegura a complementação de aposentadoria integral, porque não aprovado pelo órgão competente ao qual a instituição se subordina. (ex-OJ n. 136 da SDI-I – inserida em 27-11-1998)

19 ***Banco do Brasil. Complementação de aposentadoria. Média trienal.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação conferida à Orientação Jurisprudencial n. 18 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

20 ***Banco do Brasil. Complementação de aposentadoria. Proporcionalidade somente a partir da Circ. FUNCI 436/1963.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação conferida à Orientação Jurisprudencial n. 18 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

21 ***Banco do Brasil. Complementação de aposentadoria. Teto. Cálculo. AP e ADI. Não integração.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação conferida à Orientação Jurisprudencial n. 18 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

22 ***BRDE. Entidade autárquica de natureza bancária. Lei n. 4.594/1964, art. 17. Res. Bacen 469/1970, art. 8º. CLT, art. 224, § 2º. CF, art. 173, § 1º.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 34 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

23 ***Cartão de ponto. Registro.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 366 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

24 ***Cigarro não é salário-utilidade.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 367 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

25 ***CIPA. Suplente. Antes da CF/1988. Não tem direito à estabilidade.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 339 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

26 ***Competência da Justiça do Trabalho. Complementação de pensão requerida por viúva de ex-empregado.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

A Justiça do Trabalho é competente para apreciar pedido de complementação de pensão postulada por viúva de ex-empregado, por se tratar de pedido que deriva do contrato de trabalho.

27 ***CONAB. Estabilidade concedida por norma interna. Não assegurada. Aviso DIREH 02/84.*** *(Convertida na Súmula 355 – Res. 72/97,* DJ, *8-7-1997)*

28 ***Correção monetária sobre as diferenças salariais. Universidades Federais. Devida. Lei n. 7.596/1987.*** *Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Incide correção monetária sobre as diferenças salariais dos servidores das universidades federais, decorrentes da aplicação retroativa dos efeitos financeiros assegurados pela Lei n. 7.596/87, pois a correção monetária tem como escopo único minimizar a desvalorização da moeda em decorrência da corrosão inflacionária

29 ***Custas. Mandado de segurança. Recurso ordinário. Exigência do pagamento.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial n. 148 da SDI-II – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

30 ***Custas. Prazo para comprovação.*** *(Convertida na Súmula 352 – Res. 69/1997,* DJ, *30-5-1997)*

31 ***Depósito recursal e custas. Empresa em liquidação extrajudicial. Súmula 86. Não pertinência.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 86 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

32 ***Descontos legais. Sentenças trabalhistas. Contribuição previdenciária e imposto de renda. Devidos. Provimento CGJT 3/1984.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 368 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

33 ***Deserção. Custas. Carimbo do banco. Validade.***

O carimbo do banco recebedor na guia de comprovação do recolhimento das custas supre a ausência de autenticação mecânica.

34 ***Dirigente sindical. Estabilidade provisória.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 369 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

35 ***Dirigente sindical. Registro de candidatura no curso do aviso prévio. Não tem direito à estabilidade provisória (art. 543,***

§ 3º, CLT). *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 369 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

36 ***Instrumento normativo. Cópia não autenticada. Documento comum às partes. Validade.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

O instrumento normativo em cópia não autenticada possui valor probante, desde que não haja impugnação ao seu conteúdo, eis que se trata de documento comum às partes.

37 ***Embargos. Violação do art. 896 da CLT.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 296 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

38 ***Empregado que exerce atividade rural. Empresa de reflorestamento. Prescrição própria do rurícola. (Lei n. 5.889, de 8-6-1973, art. 10, e Decreto n. 73.626, de 12-2-1974, art. 2º, § 4º).*** *(Inserido dispositivo –* DEJT, *16, 17 e 18-11-2010)*

O empregado que trabalha em empresa de reflorestamento, cuja atividade está diretamente ligada ao manuseio da terra e de matéria-prima, é rurícola e não industriário, nos termos do Decreto n. 73.626, de 12-2-1974, art. 2º, § 4º, pouco importando que o fruto de seu trabalho seja destinado à indústria. Assim, aplica-se a prescrição própria dos rurícolas aos direitos desses empregados.

39 ***Engenheiro. Jornada de trabalho. Lei n. 4.950/ 1966.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 370 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

40 ***Estabilidade. Aquisição no período do aviso prévio. Não reconhecida.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 371 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

41 ***Estabilidade. Instrumento normativo. Vigência. Eficácia.***

Preenchidos todos os pressupostos para a aquisição de estabilidade decorrente de acidente ou doença profissional, ainda durante a vigência do instrumento normativo, goza o empregado de estabilidade mesmo após o término da vigência deste.

42 ***FGTS. Multa de 40%.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 107 e 254 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – É devida a multa do FGTS sobre os saques corrigidos monetariamente ocorridos na vigência do contrato de trabalho. Art. 18, § 1º, da Lei n. 8.036/1990 e art. 9º, § 1º, do Decreto n. 99.684/1990. (ex-OJ n. 107 da SDI-I – inserida em 1º-10-1997)

II – O cálculo da multa de 40% do FGTS deverá ser feito com base no saldo da conta vinculada na data do efetivo pagamento das verbas rescisórias, desconsiderada a projeção do aviso prévio indenizado, por ausência de previsão legal. (ex-OJ n. 254 da SDI-I – inserida em 13-3-2002)

43 ***Conversão de sálarios de cruzeiros para cruzados. Decreto-lei n. 2.284/1986.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

A conversão de salários de cruzeiros para cruzados, nos termos do Decreto-Lei n. 2.284/1986, não afronta direito adquirido dos empregados.

44 ***Gestante. Salário maternidade.***

É devido o salário maternidade, de 120 dias, desde a promulgação da CF/88, ficando a cargo do empregador o pagamento do período acrescido pela Carta.

45 ***Gratificação de função percebida por 10 ou mais anos. Afastamento do cargo de confiança sem justo motivo. Estabilidade financeira. Manutenção do pagamento.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 372 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

46 ***Gratificação semestral. Congelamento. Prescrição parcial.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 373 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

47 ***Hora extra. Adicional de insalubridade. Base de cálculo.***

A base de cálculo da hora extra é o resultado da soma do salário contratual mais o adicional de insalubridade. *(Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno em 26-6-2008 – Res. 148/2008,* DJ, *4 e 7-7-2008 – Rep.* DJ, *8, 9 e 10-7-2008)*

48 ***Horas extras pactuadas após a admissão do bancário não configura pré-contratação. Súmula 199. Inaplicável.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 199 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

49 ***Horas extras. Uso do BIP. Não caracterizado o "sobreaviso".*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 428 do TST – Res. 175/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*

50 ***Horas "in itinere". Incompatibilidade de horários. Devidas. Aplicável a Súmula 90.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 90 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

51 ***Legislação eleitoral. Empresas públicas e sociedades de economia mista.*** *(Título alterado e inserido dispositivo –* DEJT, *16, 17 e 18-11-2010)*

Aos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista regidos pela CLT aplicam-se as vedações dispostas no art. 15 da Lei n. 7.773, de 8-6-1989.

52 ***Mandato. Procurador da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas Autarquias e Fundações Públicas. Dispensável a juntada de procuração. (Lei n. 9.469, de 10 de julho de 1997).*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

A União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato.

53 ***Médico. Jornada de trabalho. Lei n. 3.999/1961.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 370 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

54 ***Multa. Cláusula penal. Valor superior ao principal.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

O valor da multa estipulada em cláusula penal, ainda que diária, não poderá ser superior à obrigação principal corrigida, em virtude da aplicação do artigo 412 do Código Civil de 2002 (art. 920 do Código Civil de 1916).

55 ***Norma coletiva. Categoria diferenciada. Abrangência.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 374 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

56 ***Nossa Caixa Nosso Banco (Caixa Econômica do Estado de São Paulo). Regulamento. Gratificação especial e/ou anuênios.*** Direito reconhecido apenas àqueles empregados que tinham 25 anos de efetivo exercício prestados exclusivamente à caixa.

57 ***PCCS. Devido o reajuste do adiantamento. Lei n. 7.686/1988, art. 1º.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

É devido o reajuste da parcela denominada "adiantamento do PCCS", conforme a redação do art. 1º da Lei n. 7.686/1988.

58 ***Plano Bresser. IPC jun/1987. Inexistência de direito adquirido.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Inexiste direito adquirido ao IPC de junho de 1987 (Plano Bresser), em face da edição do Decreto-Lei n. 2.335/1987.

59 ***Plano Verão. URP de fevereiro de 1989. Inexistência de direito adquirido.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Inexiste direito adquirido à URP de fevereiro de 1989 (Plano Verão), em face da edição da Lei n. 7.730/1989.

60 ***Portuários. Hora noturna. Horas extras. (Lei n. 4.860/1965, arts. 4º e 7º, § 5º).*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 61 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – A hora noturna no regime de trabalho no porto, compreendida entre dezenove horas e sete horas do dia seguinte, é de sessenta minutos.

II – Para o cálculo das horas extras prestadas pelos trabalhadores portuários, observar-se-á somente o salário básico percebido, excluídos os adicionais de risco e produtividade. (ex-OJ n. 61 da SDI-I – inserida em 14-3-1994)

61 ***Portuários. Horas extras. Base de cálculo: ordenado sem o acréscimo dos adicionais de risco e de produtividade. Lei n.***

4.860/1965, art. 7º, § 5º. *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação Jurisprudencial n. 60 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

62 ***Prequestionamento. Pressuposto de admissibilidade em apelo de natureza extraordinária. Necessidade, ainda que se trate de incompetência absoluta.*** *(Republicada em decorrência de erro material –* DEJT, *23, 24 e 25-11-2010)*

É necessário o prequestionamento como pressuposto de admissibilidade em recurso de natureza extraordinária, ainda que se trate de incompetência absoluta.

63 ***Prescrição total. Horas extras. Pré-contratadas e suprimidas. Termo inicial. Data da supressão.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 199 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

64 ***PROBAM. Súmula 239. Inaplicável. Não são bancários seus empregados.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 239 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

65 ***Professor adjunto. Ingresso no cargo de professor titular. Exigência de concurso público não afastada pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988, arts. 37, II, e 206, V).*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

O acesso de professor adjunto ao cargo de professor titular só pode ser efetivado por meio de concurso público, conforme dispõem os arts. 37, inciso II, e 206, inciso V, da CF/88.

66 ***Professor. Repouso semanal remunerado. Lei n. 605/1949, art. 7º, § 2º e art. 320, da CLT.*** *(Convertida na Súmula 351 – Res. 68/1997,* DJ, *30-5-1997)*

67 ***Radiologista. Salário profissional.*** *(Convertida na Súmula 358 – Res. 77/1997,* DJ, *19-12-1997)*

68 ***Reajustes salariais. Bimestrais e quadrimestrais (Lei n. 8.222/1991). Simultaneidade inviável.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 35 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

69 ***Reajustes salariais previstos em norma coletiva. Prevalência dos Decretos-leis n. 2.283/1986 e 2.284/1986. "Plano Cruzado".*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 375 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

70 ***Recurso ordinário. Cabimento.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial n. 5 do Tribunal Pleno – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

71 ***Remessa "ex officio". Ação rescisória. Decisões contrárias a Entes Públicos (art. 1º, inc. V, do Decreto-lei n. 779/1969 e inc. II, do art. 475, do CPC). Cabível.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 303 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

72 ***Remessa "ex officio". Mandado de segurança concedido. Impetrante e terceiro interessado pessoas de direito privado. Incabível, ressalvadas as hipóteses de matéria administrativa, de competência do Órgão Especial.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 303 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

73 ***Remessa "ex officio". Mandado de segurança. Incabível. Decisões proferidas pelo TRT e favoráveis ao Impetrante Ente Público. Inaplicabilidade do art. 12 da Lei n. 1.533/1951.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 303 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

74 ***Revelia. Ausência da reclamada. Comparecimento de advogado.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 122 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

75 ***Substabelecimento sem o reconhecimento de firma do substabelecente. Inválido (anterior à Lei n. 8.952/1994).*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Não produz efeitos jurídicos recurso subscrito por advogado com poderes conferidos em substabelecimento em que não consta o reconhecimento de firma do outorgante. Entendimento aplicável antes do advento da Lei n. 8.952/1994.

76 *Substituição dos avanços trienais por quinquênios. Alteração do contrato de trabalho. Prescrição total. CEEE.* *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

A alteração contratual consubstanciada na substituição dos avanços trienais por quinquênios decorre de ato único do empregador, momento em que começa a fluir o prazo fatal de prescrição.

77 *Testemunha que move ação contra a mesma reclamada. Não há suspeição.* *(Convertida na Súmula 357 – Res. 76/1997,* DJ, *19-12-1997)*

78 *Turnos ininterruptos de revezamento. Jornada de seis horas.* *(Convertida na Súmula 360 – Res. 79/1997,* DJ, *13-1-1998)*

79 *URP de abril e maio de 1988. Decreto-lei n. 2.425/1988.*

Existência de direito apenas ao reajuste de 7/30 (sete trinta avos) de 16,19% (dezesseis vírgula dezenove por cento) a ser calculado sobre o salário de março e incidente sobre o salário dos meses de abril e maio, não cumulativamente e corrigido desde a época própria até a data do efetivo pagamento, com reflexos em junho e julho.

80 *Ação rescisória. Réu sindicato. Substituto processual na ação originária. Inexistência de litisconsórcio passivo necessário.* *(Convertida no Tema n. 110 da Orientação Jurisprudencial da SDI-II,* DJ, *29-4-2003)*

81 *Art. 462, do CPC. Fato superveniente.* *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 394 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

82 *Aviso prévio. Baixa na CTPS.*

A data de saída a ser anotada na CTPS deve corresponder à do término do prazo do aviso prévio, ainda que indenizado.

83 *Aviso prévio. Indenizado. Prescrição.*

A prescrição começa a fluir no final da data do término do aviso prévio. Art. 487, § 1º, CLT.

84 *Aviso prévio. Proporcionalidade.*

A proporcionalidade do aviso prévio, com base no tempo de serviço, depende da legislação regulamentadora, posto que o art. 7º, inc. XXI, da CF/1988 não é autoaplicável.

85 *Contrato nulo. Efeitos. Devido apenas o equivalente aos salários dos dias trabalhados.* *(Convertida na Súmula 363 – Res. 97/2000,* DJ, *18-9-2000 – Rep.* DJ, *13-10-2000)*

86 *Dirigente sindical. Extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato. Insubsistência da estabilidade.* *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 369 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

87 *Entidade Pública. Exploração de atividade eminentemente econômica. Execução. Art. 883 da CLT.* *(Nova Redação –* DJ, *16-4-2004)*

É direta a execução contra a APPA e a MINAS-CAIXA (§1º do art. 173, da CF/88).

88 *Gestante. Estabilidade provisória.* *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 244 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

89 *Horas extras. Reflexos.* *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 376 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

90 *Agravo de instrumento. Traslado. Não exigência de certidão de publicação do Acórdão Regional. Res. 52/1996 – Instrução Normativa n. 6/1996.* *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida ao art. 897 da CLT pela Lei n. 9.756/98 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

91 *Anistia. Art. 8º, § 1º, ADCT. Efeitos financeiros. ECT.*

Em 19-5-1997, a SDI-Plena decidiu, pelo voto prevalente do Exmo. Sr. Presidente, que os efeitos financeiros da readmissão do empregado anistiado serão contados a partir do momento em que este manifestou o desejo de retornar ao trabalho e, na ausência de prova, da data do ajuizamento da ação.

92 *Desmembramento de municípios. Responsabilidade trabalhista.*

Em caso de criação de novo município, por desmembramento, cada uma das novas enti-

dades responsabiliza-se pelos direitos trabalhistas do empregado no período em que figurarem como real empregador.

93 ***Domingos e feriados trabalhados e não compensados. Aplicação da Súmula 146.*** *(Cancelada pela Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005, em decorrência da redação conferida à Súmula 146 pela Res. 121/2003, DJ, 19-11-2003)*

94 ***Embargos. Exigência. Indicação expressa do dispositivo legal tido como violado.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 221 – Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005)*

95 ***Embargos para SDI. Divergência oriunda da mesma turma do TST. Inservível.***
Em 19-5-1997, a SDI-Plena, por maioria, decidiu que acórdãos oriundos da mesma Turma, embora divergentes, não fundamentam divergência jurisprudencial de que trata a alínea "b", do artigo 894 da Consolidação das Leis do Trabalho para embargos à Seção Especializada em Dissídios Individuais, Subseção I.

96 ***Férias. Salário substituição. Devido. Aplicação da Súmula 159.*** *(Cancelada pela Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005, em decorrência da redação conferida à Súmula 159 pela Res. 121/2003, DJ, 19-11-2003)*

97 ***Horas-extras. Adicional noturno. Base de cálculo.***
O adicional noturno integra a base de cálculo das horas extras prestadas no período noturno.

98 ***Horas "in itinere". Tempo gasto entre a portaria da empresa e o local do serviço. Devidas. Açominas.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 36 da SDI-I – Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005)*

99 ***Preposto. Exigência da condição de empregado.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 377 – Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005)*

100 ***Salário. Reajuste. Entes públicos.*** *(Nova redação – Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005)*
Os reajustes salariais previstos em legislação federal devem ser observados pelos Estados-membros, suas Autarquias e Fundações Públicas nas relações contratuais trabalhistas que mantiverem com seus empregados.

101 ***Reintegração convertida em indenização dobrada. Efeitos. Aplicação da Súmula 28.*** *(Cancelada pela Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005, em decorrência da redação conferida à Súmula 28 pela Res. n. 121/2003, DJ, 19-11-2003)*

102 ***Adicional de insalubridade. Integração na remuneração.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 139 – Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005)*

103 ***Adicional de insalubridade. Repouso semanal e feriados.*** *(Nova redação – Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005)*
O adicional de insalubridade já remunera os dias de repouso semanal e feriados.

104 ***Custas. Condenação acrescida. Inexistência de deserção quando as custas não são expressamente calculadas e não há intimação da parte para o preparo do recurso, devendo, então, ser as custas pagas ao final.*** *(Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 17-11-2008 – Res. 150/2008, DJe, 20, 21 e 24-11-2008)*
Não caracteriza deserção a hipótese em que, acrescido o valor da condenação, não houve fixação ou cálculo do valor devido a título de custas e tampouco intimação da parte para o preparo do recurso, devendo, pois, as custas ser pagas ao final.

105 ***Estabilidade provisória. Acidente de trabalho. É constitucional o art. 118, da Lei n. 8.213/1991.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 378 – Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005)*

106 ***Estabilidade provisória. Pedido de reintegração. Concessão do salário relativo ao período de estabilidade já exaurido. Inexistência de julgamento "extra petita".*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 396 – Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005)*

107 ***FGTS. Multa de 40%. Saques. Atualização monetária. Incidência.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação na Orientação Jurisprudencial n. 42 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

108 ***Mandato expresso. Ausência de poderes para substabelecer. Válidos os atos praticados pelo substabelecido. (Art. 1.300, §§ 1º e 2º do CCB).*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 395 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

109 ***Minascaixa. Legitimidade passiva "ad causam" enquanto não concluído o procedimento de liquidação extrajudicial.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 37 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

110 ***Representação irregular. Procuração apenas nos autos de agravo de instrumento.*** *(Inserido dispositivo –* DEJT, *16, 17 e 18-11-2010)*

A existência de instrumento de mandato apenas nos autos de agravo de instrumento, ainda que em apenso, não legitima a atuação de advogado nos processos de que se originou o agravo.

111 ***Recurso de revista. Divergência jurisprudencial. Aresto oriundo do mesmo Tribunal Regional. Lei n. 9.756/1998. Inservível ao conhecimento.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Não é servível ao conhecimento de recurso de revista aresto oriundo de mesmo Tribunal Regional do Trabalho, salvo se o recurso houver sido interposto anteriormente à vigência da Lei n. 9.756/1998.

112 ***Vacância do cargo. Salário do sucessor. Súmula 159. Inaplicável.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 159 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

113 ***Adicional de transferência. Cargo de confiança ou previsão contratual de transferência. Devido. Desde que a transferência seja provisória.***

O fato de o empregado exercer cargo de confiança ou a existência de previsão de transferência no contrato de trabalho não exclui o direito ao adicional. O pressuposto legal apto a legitimar a percepção do mencionado adicional é a transferência provisória.

114 ***Dirigente sindical. Despedida. Falta grave. Inquérito judicial. Necessidade.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 379 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

115 ***Recurso de revista ou de embargos. Nulidade por negativa de prestação jurisdicional.*** *(Alterada em decorrência da redação do inciso II do art. 894 da CLT, incluído pela Lei n. 11.496/2007 – Res. 182/2012,* DEJT, *19, 20 e 23-4-2012)*

O conhecimento do recurso de revista, quanto à preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, supõe indicação de violação do art. 832 da CLT, do art. 458 do CPC ou do art. 93, IX, da CF/1988.

116 ***Estabilidade provisória. Período estabilitário exaurido. Reintegração não assegurada. Devidos apenas os salários desde a data da despedida até o final do período estabilitário.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 396 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

117 ***Horas extras. Limitação. Art. 59 da CLT.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 376 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

118 ***Prequestionamento. Tese explícita. Inteligência da Súmula 297.***

Havendo tese explícita sobre a matéria, na decisão recorrida, desnecessário contenha nela referência expressa do dispositivo legal para ter-se como prequestionado este. Inteligência da Súmula 297.

119 ***Prequestionamento inexigível. Violação nascida na própria decisão recorrida. Súmula n. 297 do TST. Inaplicável.*** *(Inserido dispositivo –* DEJT, *16, 17 e 18-11-2010)*

É inexigível o prequestionamento quando a violação indicada houver nascido na própria decisão recorrida. Inaplicável a Súmula n. 297 do TST.

120 ***Recurso. Assinatura da petição ou das razões recursais. Validade.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Gerente bancário. Nova redação. A jornada de trabalho do empregado de banco gerente de agência é regida pelo art. 224, § 2º, da CLT. Quanto ao gerente-geral de agência bancária, presume-se o exercício de encargo de gestão, aplicando-se-lhe o art. 62 da CLT. (Redação original – Res. 20/88, *DJ*, 18-3-1988 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 291 do Tribunal Superior do Trabalho. Horas extras. Habitualidade. Supressão. Indenização.** A supressão total ou parcial, pelo empregador, de serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão. (Nova redação – Res. 174/2011, *DEJT*, 27, 30 e 31-5-2011)

▷ **Súmula 340 do Tribunal Superior do Trabalho. Comissionista. Horas extras. Nova redação.** O empregado, sujeito a controle de horário, remunerado à base de comissões, tem direito ao adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas no mês, considerando-se como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas. (Revisão do Enunciado 56 – RA 105/74, *DJ*, 24-10-1974; redação original – Res. 40/95, *DJ*, 17-2-1995 – Res. 121/2003)

▷ **Súmula 347 do Tribunal Superior do Trabalho. Horas extras habituais. Apuração. Média física.** O cálculo do valor das horas extras habituais, para efeito de reflexos em verbas trabalhistas, observará o número das horas efetivamente prestadas e sobre ele aplica-se o valor do salário-hora da época do pagamento daquelas verbas. (Res. 57/96, *DJ*, 28-6-1996)

▷ **Súmula 461 do Supremo Tribunal Federal. Repouso Semanal Remunerado. Duplo.** É duplo, e não triplo, o pagamento do salário nos dias destinados a descanso.

▷ **Súmula 593 do Supremo Tribunal Federal. FGTS. Horas Extraordinárias.** Incide o percentual do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sobre a parcela da remuneração correspondente a horas extraordinárias de trabalho.

▷ **Precedente Normativo n. 32 do Tribunal Superior do Trabalho. Jornada do Estudante.** Proíbe-se a prorrogação da jornada de trabalho do empregado-estudante, ressalvadas as hipóteses dos artigos 59 e 61 da CLT.

▷ **Recurso de revista. Comissionista. Remuneração variável. Enunciado 340/TST.** Em relação ao trabalho extraordinário do comissionista, justifica-se o pagamento de apenas o adicional devido, porque a comissão é uma forma de remuneração estabelecida por percentagem, proporcional à quantidade de vendas ou negócios efetuados no tempo, tornando presumível que o trabalho em jornada suplementar é remunerado de forma simples mediante as comissões. Recurso de revista a que se dá provimento. (TST, RR 777844/2001, 4ª T., Rel. Juiz Convocado Vieira de Mello Filho, *DJ*, 24-9-2004)

O recurso sem assinatura será tido por inexistente. Será considerado válido o apelo assinado, ao menos, na petição de apresentação ou nas razões recursais.

121 ***Substituição processual. Diferença do adicional de insalubridade. Legitimidade.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
O sindicato tem legitimidade para atuar na qualidade de substituto processual para pleitear diferença de adicional de insalubridade.

122 ***Aviso prévio. Início da contagem. Art. 125, Código Civil.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 380 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
Aplica-se a regra prevista no art. 125, do Código Civil, à contagem do prazo do aviso prévio.

123 ***Bancários. Ajuda alimentação.*** *(Inserida em 20-4-1998)*
A ajuda alimentação prevista em norma coletiva em decorrência de prestação de horas extras tem natureza indenizatória e, por isso, não integra o salário do empregado bancário. Em 10-2-1998, a SDI-Plena, por maioria, decidiu que ajuda alimentação paga ao bancário, em decorrência de prestação de horas extras por prorrogação de jornada, tem natureza indenizatória e, portanto, não integrativa ao salário.

124 ***Correção monetária. Salário. Art. 459, CLT.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 381 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

125 ***Desvio de função. Quadro de carreira.***
O simples desvio funcional do empregado não gera direito a novo enquadramento, mas apenas às diferenças salariais respectivas, mesmo que o desvio de função haja iniciado antes da vigência da CF/1988.

126 ***Súmula 239. Empresa de processamento de dados. Inaplicável.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 239 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

127 ***Hora noturna reduzida. Subsistência após a CF/1988.***
O art. 73, § 1º, da CLT, que prevê a redução da hora noturna, não foi revogado pelo inciso IX do art. 7º, da CF/1988.

128 ***Mudança de regime celetista para estatutário. Extinção do contrato. Prescrição bienal.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 382 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

129 ***Prescrição. Complementação da pensão e auxílio funeral.***
A prescrição extintiva para pleitear judicialmente o pagamento da complementação de pensão e do auxílio-funeral é de 2 anos, contados a partir do óbito do empregado.

130 ***Prescrição. Ministério Público. Arguição. "Custos legis". Ilegitimidade.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
Ao exarar o parecer na remessa de ofício, na qualidade de "custos legis", o Ministério Público não tem legitimidade para arguir a prescrição em favor de entidade de direito público, em matéria de direito patrimonial (arts. 194 do CC de 2002 e 219, § 5º, do CPC).

131 ***Vantagem "in natura". Hipóteses em que não integra o salário.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 367 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

132 ***Agravo regimental. Peças essenciais nos autos principais.***
Inexistindo lei que exija a tramitação do AG em autos apartados, tampouco previsão no Regimento Interno do Regional, não pode o agravante ver-se apenado por não haver colacionado cópia de peças dos autos principais, quando o AG deveria fazer parte dele.

133 ***Ajuda alimentação. PAT. Lei n. 6.321/76. Não integração ao salário.***
A ajuda alimentação fornecida por empresa participante do programa de alimentação ao trabalhador, instituído pela Lei n. 6.321/1976, não tem caráter salarial. Portanto, não integra o salário para nenhum efeito legal.

134 ***Autenticação. Pessoa jurídica de direito público. Dispensada. Medida provisória n. 1.360, de 12-3-1996.***
São válidos os documentos apresentados, por pessoa jurídica de direito público, em fotocópia não autenticada, posteriormente à edição da Medida Provisória n. 1.360/1996 e suas reedições.

135 ***Aviso prévio indenizado. Superveniência de auxílio-doença no curso deste.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 371 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

136 ***Banco do Brasil. Complementação de aposentadoria. Telex DIREC 5003/1987. Não assegurada.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação Jurisprudencial n. 18 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

137 ***Banco Meridional. Circular 34046/1989. Dispensa sem justa causa.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 38 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

138 ***Competência residual. Regime jurídico único. Limitação da execução.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 249 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Compete à Justiça do Trabalho julgar pedidos de direitos e vantagens previstos na legislação trabalhista referente a período anterior à Lei n. 8.112/1990, mesmo que a ação tenha sido ajuizada após a edição da referida lei. A superveniência de regime estatutário em substituição ao celetista, mesmo após a sentença, limita a execução ao período celetista. (1ª parte – ex-OJ n. 138 da SDI-I – inserida em 27-11-1998; 2ª parte – ex-OJ n. 249 – inserida em 13-3-2002)

139 ***Depósito recursal. Complementação devida. Aplicação da Instrução Normativa 3/1993, II.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 128 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

140 ***Depósito recursal e custas. Diferença ínfima. Deserção. Ocorrência.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Ocorre deserção do recurso pelo recolhimento insuficiente das custas e do depósito recursal, ainda que a diferença em relação ao "quantum" devido seja ínfima, referente a centavos.

141 ***Descontos previdenciários e fiscais. Competência da Justiça do Trabalho.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 368 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

142 ***Embargos de declaração. Efeito modificativo. Vista à parte contrária.*** *(Inserido o item II à redação – Res. 178/2012,* DEJT, *13, 14 e 15-2-2012)*

I – É passível de nulidade decisão que acolhe embargos de declaração com efeito modificativo sem que seja concedida oportunidade de manifestação prévia à parte contrária.

II – Em decorrência do efeito devolutivo amplo conferido ao recurso ordinário, o item I não se aplica às hipóteses em que não se concede vista à parte contrária para se manifestar sobre os embargos de declaração opostos contra sentença.

143 ***Empresa em liquidação extrajudicial. Execução. Créditos trabalhistas. Lei n. 6.024/1974.***

A execução trabalhista deve prosseguir diretamente na Justiça do Trabalho mesmo após a decretação da liquidação extrajudicial. Lei n. 6.830/1980, arts. 5º e 29, aplicados supletivamente (CLT art. 889 e CF/1988, art. 114).

144 ***Enquadramento funcional. Prescrição extintiva.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 275 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

145 ***Estabilidade. Dirigente sindical. Categoria diferenciada.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 369 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

146 ***FGTS. Opção retroativa. Concordância do empregador. Necessidade.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 39 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

147 ***Lei Estadual, norma coletiva ou norma regulamentar. Conhecimento indevido do recurso de revista por divergência jurisprudencial. (Alínea "b" do art. 896 da CLT).*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 309 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

I – É inadmissível o recurso de revista fundado tão somente em divergência jurispruden-

cial, se a parte não comprovar que a lei estadual, a norma coletiva ou o regulamento da empresa extrapolam o âmbito do TRT prolator da decisão recorrida. (ex-OJ n. 309 da SDI-I – inserida em 11-8-2003)

II – É imprescindível a arguição de afronta ao art. 896 da CLT para o conhecimento de embargos interpostos em face de acórdão de Turma que conhece indevidamente de recurso de revista, por divergência jurisprudencial, quanto a tema regulado por lei estadual, norma coletiva ou norma regulamentar de âmbito restrito ao TRT prolator da decisão.

148 ***Lei n. 8.880/1994, art. 31. Constitucionalidade.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

É constitucional o art. 31 da Lei n. 8.880/1994 que prevê a indenização por demissão sem justa causa.

149 ***Mandato. Art. 13 do CPC. Regularização. Fase recursal. Inaplicável.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 383 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

150 ***Multa prevista em vários instrumentos normativos. Cumulação de ações.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 384 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

151 ***Prequestionamento. Decisão regional que adota a sentença. Ausência de prequestionamento.***

Decisão regional que simplesmente adota os fundamentos da decisão de primeiro grau não preenche a exigência do prequestionamento, tal como previsto na Súmula 297.

152 ***Revelia. Pessoa jurídica de direito público. Aplicável (art. 844 da CLT).*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Pessoa jurídica de direito público sujeita-se à revelia prevista no artigo 844 da CLT.

153 ***Adicional de insalubridade. Deficiência de iluminamento. Limitação.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 57 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

154 ***Atestado médico – INSS. Exigência prevista em instrumento normativo.*** *(Cancelada pela Res. 158/2009,* DEJT, *22-10-2009)*

155 ***Banrisul. Complementação de aposentadoria.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 40 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

156 ***Complementação de aposentadoria. Diferenças. Prescrição.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação da súmula n. 327 do TST – Res. 175/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*

157 ***Complementação de aposentadoria. Fundação Clemente de Faria. Banco Real.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 41 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

158 ***Custas. Comprovação de recolhimento. DARF eletrônico. Validade.***

O denominado "DARF ELETRÔNICO" é válido para comprovar o recolhimento de custas por entidades da administração pública federal, emitido conforme a IN-SRF 162, de 4-11-1988.

159 ***Data de pagamento. Salários. Alteração.***

Diante da inexistência de previsão expressa em contrato ou em instrumento normativo, a alteração de data de pagamento pelo empregador não viola o art. 468, desde que observado o parágrafo único, do art. 459, ambos da CLT.

160 ***Descontos salariais. Autorização no ato da admissão. Validade.***

É inválida a presunção de vício de consentimento resultante do fato de ter o empregado anuído expressamente com descontos salariais na oportunidade da admissão. É de se exigir demonstração concreta do vício de vontade.

161 ***Feriado local. Prazo recursal. Prorrogação. Comprovação. Necessidade.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 385 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

162 ***Multa. Art. 477 da CLT. Contagem do prazo. Aplicável o art. 132 do Código Civil***

de 2002. *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

A contagem do prazo para quitação das verbas decorrentes da rescisão contratual prevista no artigo 477 da CLT exclui necessariamente o dia da notificação da demissão e inclui o dia do vencimento, em obediência ao disposto no art. 132 do Código Civil de 2002 (art. 125 do Código Civil de 1916).

163 ***Norma regulamentar. Opção pelo novo regulamento. Art. 468 da CLT e Súmula 51. Inaplicáveis.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 51 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

164 ***Oficial de justiça "ad hoc". Inexistência de vínculo empregatício.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Não se caracteriza o vínculo empregatício na nomeação para o exercício das funções de oficial de justiça "ad hoc", ainda que feita de forma reiterada, pois exaure-se a cada cumprimento de mandado.

165 ***Perícia. Engenheiro ou médico. Adicional de insalubridade e periculosidade. Válido. Art. 195, da CLT.***

O art. 195 da CLT não faz qualquer distinção entre o médico e o engenheiro para efeito de caracterização e classificação da insalubridade e periculosidade, bastando para a elaboração do laudo seja o profissional devidamente qualificado.

166 ***Petrobras. Pensão por morte do empregado assegurada no Manual de Pessoal. Estabilidade decenal. Opção pelo regime do FGTS.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 42 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

167 ***Policial militar. Reconhecimento de vínculo empregatício com empresa privada.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 386 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

168 ***SUDS. Gratificação. Convênio da União com Estado. Natureza salarial enquanto paga.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 43 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

169 ***Turno ininterrupto de revezamento. Fixação de jornada de trabalho mediante negociação coletiva. Validade.*** *(Convertida na Súmula 423 pela Res. 139/2006,* DJ, *10-10-2006)*

170 ***Adicional de insalubridade. Lixo urbano.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação Jurisprudencial n. 4 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

171 ***Adicional de insalubridade. Óleos minerais. Sentido do termo "manipulação".***

Para efeito de concessão de adicional de insalubridade não há distinção entre fabricação e manuseio de óleos minerais – Portaria n. 3.214 do Ministério do Trabalho, NR 15, Anexo XIII.

172 ***Adicional de insalubridade ou periculosidade. Condenação. Inserção em folha de pagamento.***

Condenada ao pagamento do adicional de insalubridade ou periculosidade, a empresa deverá inserir, mês a mês e enquanto o trabalho for executado sob essas condições, o valor correspondente em folha de pagamento.

173 ***Adicional de insalubridade. Atividade a céu aberto. Exposição ao sol e ao calor.*** *(Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-201 – Res. 186/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

I – Ausente previsão legal, indevido o adicional de insalubridade ao trabalhador em atividade a céu aberto, por sujeição à radiação solar (art. 195 da CLT e Anexo 7 da NR 15 da Portaria n. 3.214/78 do MTE).

II – Tem direito ao adicional de insalubridade o trabalhador que exerce atividade exposto ao calor acima dos limites de tolerância, inclusive em ambiente externo com carga solar, nas condições previstas no Anexo 3 da NR 15 da Portaria n. 3.214/78 do MTE.

174 ***Adicional de periculosidade. Horas de sobreaviso. Indevido.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 132 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

175 ***Comissões. Alteração ou supressão. Prescrição total.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 248 da SBDI-I,* DJ, *22-11-2005)*

A supressão das comissões, ou a alteração quanto à forma ou ao percentual, em prejuízo do empregado, é suscetível de operar a prescrição total da ação, nos termos da Súmula 294 do TST, em virtude de cuidar-se de parcela não assegurada por preceito de lei.

176 ***Anistia. Lei n. 6.683/79. Tempo de afastamento. Não computável para efeito de indenização e adicional por tempo de serviço, licença-prêmio e promoção.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 44 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

177 ***Aposentadoria espontânea. Efeitos.*** *(Cancelada – Certidão de Deliberação,* DJ, *30-10-2007)*

178 ***Bancário. Intervalo de 15 minutos. Não computável na jornada de trabalho.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Não se computa, na jornada do bancário sujeito a seis horas diárias de trabalho, o intervalo de quinze minutos para lanche ou descanso.

179 ***BNDES. Arts. 224 a 226 da CLT. Aplicável a seus empregados.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na OJ n. 77 da SBDI-1 Transitória –* DEJT, *16, 17 e 18-11-2010)*

Até o advento da Lei n. 10.556, de 13-11-2002, era aplicável aos empregados do BNDES a jornada de trabalho dos bancários prevista nos arts. 224 a 226 da CLT.

180 ***Comissionista puro. Abono. Lei n. 8.178/1991. Não incorporação.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 45 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

181 ***Comissões. Correção monetária. Cálculo.***

O valor das comissões deve ser corrigido monetariamente para em seguida obter-se a média para efeito de cálculo de férias, 13º salário e verbas rescisórias.

182 ***Compensação de jornada. Acordo individual. Validade.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 85 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

183 ***Complementação de aposentadoria. Banco Itaú.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 46 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

184 ***Confissão ficta. Produção de prova posterior.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 74 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

185 ***Contrato de trabalho com a Associação de Pais e Mestres – APM. Inexistência de responsabilidade solidária ou subsidiária do Estado.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

O Estado-Membro não é responsável subsidiária ou solidariamente com a Associação de Pais e Mestres pelos encargos trabalhistas dos empregados contratados por esta última, que deverão ser suportados integral e exclusivamente pelo real empregador.

186 ***Custas. Inversão do ônus da sucumbência. Deserção. Não ocorrência.***

No caso de inversão do ônus da sucumbência em segundo grau, sem acréscimo ou atualização do valor das custas e se estas já foram devidamente recolhidas, descabe um novo pagamento pela parte vencida, ao recorrer. Deverá ao final, se sucumbente, ressarcir a quantia.

187 ***Décimo terceiro salário. Dedução da 1ª parcela. URV. Lei n. 8.880/1994.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 47 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

188 ***Decisão normativa que defere direitos. Falta de interesse de agir para a ação individual.***

Falta interesse de agir para a ação individual, singular ou plúrima, quando o direito já foi reconhecido através de decisão normativa, cabendo, no caso, ação de cumprimento.

189 ***Depósito recursal. Agravo de petição. IN/TST n. 3/1993.*** *(Cancelada em decorrência*

de sua incorporação à Súmula 128 – Res. 129/2005, DJ, *20-4-2005)*

190 ***Depósito recursal. Condenação solidária.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 128 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

191 ***Contrato de empreitada. Dono da obra de construção civil. Responsabilidade.*** *(Nova redação – Res. 175/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*

Diante da inexistência de previsão legal específica, o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora.

192 ***Embargos declaratórios. Prazo em dobro. Pessoa jurídica de direito público. Decreto-lei n. 779/ 1969.***

É em dobro o prazo para a interposição de embargos declaratórios por pessoa jurídica de direito público.

193 ***Equiparação salarial. Quadro de carreira. Homologação. Governo Estadual. Válido.*** *(Cancelada pela Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005, em decorrência da redação conferida à Súmula 6 pela Res. n. 104/2000,* DJ, *18-2-2000)*

194 ***Fac-símile. Lei n. 9.800/1999. Aplicável só a recursos interpostos na sua vigência.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 387 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

195 ***Férias indenizadas. FGTS. Não incidência.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Não incide a contribuição para o FGTS sobre as férias indenizadas.

196 ***Gestante. Contrato de experiência. Estabilidade provisória. Não assegurada.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 244 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

197 ***Gratificação semestral. Repercussão no 13º salário. Súmula 78 do TST. Aplicável.*** *(Cancelada pela Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005, em decorrência da redação conferida à Súmula 253 pela Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

198 ***Honorários periciais. Atualização monetária.***

Diferentemente da correção aplicada aos débitos trabalhistas, que têm caráter alimentar, a atualização monetária dos honorários periciais é fixada pelo art. 1º da Lei n. 6.899/1981, aplicável a débitos resultantes de decisões judiciais.

199 ***Jogo do bicho. Contrato de trabalho. Nulidade. Objeto ilícito.*** *(Título alterado e inserido dispositivo –* DJET, *16, 17 e 18-11-2010)*

É nulo o contrato de trabalho celebrado para o desempenho de atividade inerente à prática do jogo do bicho, ante a ilicitude de seu objeto, o que subtrai o requisito de validade para a formação do ato jurídico.

200 ***Mandato tácito. Substabelecimento inválido.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

É inválido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito.

201 ***Multa. Art. 477 da CLT. Massa falida. Inaplicável.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 388 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

202 ***Petromisa. Sucessão. Petrobras. Legitimidade.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 48 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

203 ***Plano econômico (Collor). Execução. Correção monetária. Índice de 84,32%. Lei n. 7.738/1989. Aplicável.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 54 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

204 ***Prescrição. Contagem do prazo. Art. 7º, XXIX, da CF.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à Súmula 308 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

205 ***Competência material. Justiça do Trabalho. Ente Público. Contratação irregular. Regime especial. Desvirtuamento.*** *(Cancelada pela Res. 156/2009,* DJe, *27-4-2009)*

206 ***Professor. Horas extras. Adicional de 50%.***
Excedida a jornada máxima (art. 318 da CLT), as horas excedentes devem ser remuneradas com o adicional de, no mínimo, 50% (art. 7º, XVI, CF/88)

207 ***Programa de Incentivo à Demissão Voluntária. Indenização. Imposto de renda. Não incidência.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
A indenização paga em virtude de adesão a programa de incentivo à demissão voluntária não está sujeita à incidência do imposto de renda.

208 ***Radiologista. Gratificação de raios X. Redução. Lei n. 7.923/89.***
A alteração da gratificação por trabalho com raios X, de quarenta para dez por cento, na forma da Lei n. 7.923/89, não causou prejuízo ao trabalhador porque passou a incidir sobre o salário incorporado com todas as demais vantagens.

209 ***Recesso forense. Suspensão dos prazos recursais (arts. 181, I, e 148 do RI/TST).*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 262 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

210 ***Seguro-desemprego. Competência da Justiça do Trabalho.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 389 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

211 ***Seguro-desemprego. Guias. Não liberação. Indenização substitutiva.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 389 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

212 ***Serpro. Norma regulamentar. Reajustes salariais. Superveniência de sentença normativa. Prevalência.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 49 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
Durante a vigência do instrumento normativo, é lícita ao empregador a obediência à norma coletiva (DC 8.948/1990), que alterou as diferenças intermíveis previstas no Regulamento de Recursos Humanos.

213 ***Telex. Operadores. Art. 227 da CLT. Inaplicável.***
O operador de telex de empresa, cuja atividade econômica não se identifica com qualquer uma das previstas no art. 227 da CLT, não se beneficia de jornada reduzida.

214 ***URP's de junho e julho de 1988. Suspensão do pagamento. Data-base em maio. Decreto-lei n. 2.425/1988. Inexistência de violação a direito adquirido.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 58 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

215 ***Vale-transporte. Ônus da prova.*** *(Cancelada – Res. 175/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-6-2011)*

216 ***Vale-transporte. Servidor público celetista. Lei n. 7.418/1985. Devido.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
Aos servidores públicos celetistas é devido o vale-transporte, instituído pela Lei n. 7.418/1985, de 16 de dezembro de 1985.

217 ***Agravo de instrumento. Traslado. Lei n. 9.756/ 1998. Guias de custas e de depósito recursal.***
Para a formação do agravo de instrumento, não é necessária a juntada de comprovantes de recolhimento de custas e de depósito recursal relativamente ao recurso ordinário, desde que não seja objeto de controvérsia no recurso de revista a validade daqueles recolhimentos.

218 ***Plano Collor. Servidores do GDF. Celetistas. Lei Distrital n. 38/1989.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 55 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

219 ***Recurso de revista ou de embargos fundamentado em Orientação Jurisprudencial do TST.***
É válida, para efeito de conhecimento do recurso de revista ou de embargos, a invoca-

ção de Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, desde que, das razões recursais, conste o seu número ou conteúdo.

220 ***Acordo de compensação. Extrapolação da jornada.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 85 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

221 ***Anistia. Lei n. 8.878/94. Efeitos financeiros devidos a partir do efetivo retorno à atividade.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 56 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

222 ***Bancário. Advogado. Cargo de confiança.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 102 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

223 ***Compensação de jornada. Acordo individual tácito. Inválido.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 85 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

224 ***Complementação de aposentadoria. Reajuste. Lei n. 9.069, de 29-6-1995.*** *(Nova redação.* DEJT, *16, 17 e 20-9-2010)*

I – A partir da vigência da Medida Provisória n. 542, de 30-6-1994, convalidada pela Lei n. 9.069, de 29-6-1995, o critério de reajuste da complementação de aposentadoria passou a ser anual e não semestral, aplicando-se o princípio *rebus sic stantibus* diante da nova ordem econômica.

II – A alteração da periodicidade do reajuste da complementação de aposentadoria – de semestral para anual –, não afeta o direito ao resíduo inflacionário apurado nos meses de abril, maio e junho de 1994, que deverá incidir sobre a correção realizada no mês de julho de 1995.

225 ***Contrato de concessão de serviço público. Responsabilidade trabalhista.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Celebrado contrato de concessão de serviço público em que uma empresa (primeira concessionária) outorga a outra (segunda concessionária), no todo ou em parte, mediante arrendamento ou qualquer outra forma contratual, a título transitório, bens de sua propriedade:

I – em caso de rescisão do contrato de trabalho após a entrada em vigor da concessão, a segunda concessionária, na condição de sucessora, responde pelos direitos decorrentes do contrato de trabalho, sem prejuízo da responsabilidade subsidiária da primeira concessionária pelos débitos trabalhistas contraídos até a concessão;

II – no tocante ao contrato de trabalho extinto antes da vigência da concessão, a responsabilidade pelos direitos dos trabalhadores será exclusivamente da antecessora.

226 ***Crédito trabalhista. Cédula de crédito rural. Cédula de crédito industrial. Penhorabilidade.*** *(Nova redação – inserida em 20-6-2001 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Diferentemente da cédula de crédito industrial garantida por alienação fiduciária, na cédula rural pignoratícia ou hipotecária o bem permanece sob o domínio do devedor (executado), não constituindo óbice à penhora na esfera trabalhista. (Decreto-lei n. 167/1967, art. 69; CLT, arts. 10 e 30 e Lei n. 6.830/1980)

227 ***Denunciação da lide. Processo do Trabalho. Incompatibilidade.*** *(Cancelada,* DJ, *22-11-2005)*

228 ***Descontos legais. Sentenças trabalhistas. Lei n. 8.541/1992, art. 46. Provimento da CGJT 3/1984 e alterações posteriores.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 368 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

229 ***Estabilidade. Art. 41 da CF/1988. Celetista. Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista. Inaplicável.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 390 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

230 ***Estabilidade. Lei n. 8.213/1991. Art. 118 c/c art. 59.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 378 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

231 ***Férias. Abono instituído por instrumento normativo e terço constitucional.***

Simultaneidade inviável. *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 50 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

232 ***FGTS. Incidência. Empregado transferido para o exterior. Remuneração.***
O FGTS incide sobre todas as parcelas de natureza salarial pagas ao empregado em virtude de prestação de serviços no exterior.

233 ***Horas extras. Comprovação de parte do período alegado.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
A decisão que defere horas extras com base em prova oral ou documental não ficará limitada ao tempo por ela abrangido, desde que o julgador fique convencido de que o procedimento questionado superou aquele período.

234 ***Horas extras. Folha individual de presença (FIP) instituída por norma coletiva. Prova oral. Prevalência.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 338 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

235 ***Horas extras. Salário por produção.*** *(Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 16-4-2012 – Res. 182/2012,* DEJT, *19, 20 e 23-4-2012)*
O empregado que recebe salário por produção e trabalha em sobrejornada tem direito à percepção apenas do adicional de horas extras, exceto no caso do empregado cortador de cana, a quem é devido o pagamento das horas extras e do adicional respectivo.

236 ***Horas "in itinere". Horas extras. Adicional devido.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 90 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

237 ***Ministério Público do Trabalho. Ilegitimidade para recorrer.***
O Ministério Público não tem legitimidade para recorrer na defesa de interesse patrimonial privado, inclusive de empresas públicas e sociedades de economia mista.

238 ***Multa. Art. 477 da CLT. Pessoa jurídica de direito público. Aplicável.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
Submete-se à multa do art. 477 da CLT a pessoa jurídica de direito público que não observa o prazo para pagamento das verbas rescisórias, pois nivela-se a qualquer particular, em direitos e obrigações, despojando-se do *jus imperii* ao celebrar um contrato de emprego.

239 ***Multa convencional. Horas extras.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 384 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

240 ***Petroleiros. Horas extras. Lei n. 5.811/1972. Recepcionada pela CF/1988.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 391 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

241 ***Plano Collor. Servidores de Fundações e Autarquias do GDF. Celetistas. Legislação Federal.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 55 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

242 ***Prescrição total. Horas extras. Adicional. Incorporação.***
Embora haja previsão legal para o direito à hora extra, inexiste previsão para a incorporação ao salário do respectivo adicional, razão pela qual deve incidir a prescrição total.

243 ***Prescrição total. Planos econômicos.***
Aplicável a prescrição total sobre o direito de reclamar diferenças salariais resultantes de planos econômicos.

244 ***Professor. Redução da carga horária. Possibilidade.***
A redução da carga horária do professor, em virtude da diminuição do número de alunos, não constitui alteração contratual, uma vez que não implica redução do valor da hora-aula.

245 ***Revelia. Atraso. Audiência.***
Inexiste previsão legal tolerando atraso no horário de comparecimento da parte na audiência.

246 ***Salário-utilidade. Veículo.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 367 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

247 ***Servidor público. Celetista concursado. Despedida imotivada. Empresa pública ou sociedade de economia mista. Possibilidade.***

1. A despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, mesmo admitidos por concurso público, independe de ato motivado para sua validade.
2. A validade do ato de despedida do empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) está condicionada à motivação, por gozar a empresa do mesmo tratamento destinado à Fazenda Pública em relação à imunidade tributária e à execução por precatório, além das prerrogativas de foro, prazos e custas processuais.

248 ***Comissões. Alteração. Prescrição total. Súmula 294. Aplicável.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à Orientação Jurisprudencial n. 175 da SBDI-I,* DJ, *22-11-2005)*

249 ***Competência residual. Regime Jurídico Único. Lei n. 8.112/1990. Limitação.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação conferida à Orientação Jurisprudencial n. 138 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

250 ***Complementação de aposentadoria. Caixa Econômica Federal. Auxílio-alimentação. Supressão. Súmulas 51 e 288. Aplicáveis.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 51 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

251 ***Descontos. Frentista. Cheques sem fundos.***
É lícito o desconto salarial referente à devolução de cheques sem fundos, quando o frentista não observar as recomendações previstas em instrumento coletivo.

252 ***Equiparação salarial. Mesma localidade. Conceito. Art. 461 da CLT.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 6 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

253 ***Estabilidade provisória. Cooperativa. Lei n. 5.764/71. Conselho fiscal. Suplente. Não assegurada.***
O art. 55 da Lei n. 5.764/71 assegura a garantia de emprego apenas aos empregados eleitos diretores de Cooperativas, não abrangendo os membros suplentes.

254 ***FGTS. Multa de 40%. Aviso prévio indenizado. Atualização monetária. Diferença indevida.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação conferida à Orientação Jurisprudencial n. 42 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

255 ***Mandato. Contrato social. Desnecessária a juntada.***
O art. 12, VI, do CPC não determina a exibição dos estatutos da empresa em juízo como condição de validade do instrumento de mandato outorgado ao seu procurador, salvo se houver impugnação da parte contrária.

256 ***Prequestionamento. Configuração. Tese explícita. Súmula 297.***
Para fins do requisito do prequestionamento de que trata a Súmula 297, há necessidade de que haja, no acórdão, de maneira clara, elementos que levem à conclusão de que o Regional adotou uma tese contrária à lei ou à súmula.

257 ***Recurso de revista. Fundamentação. Violação de lei. Vocábulo violação. Desnecessidade.*** *(Alterada em decorrência da redação do inciso II do art. 894 da CLT, incluído pela Lei n. 11.496/2007 – Res. 182/2012,* DEJT, *19, 20 e 23-4-2012)*
A invocação expressa no recurso de revista dos preceitos legais ou constitucionais tidos como violados não significa exigir da parte a utilização das expressões "contrariar", "ferir", "violar", etc.

258 ***Adicional de periculosidade. Acordo coletivo ou convenção coletiva. Prevalência.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 364 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

259 ***Adicional noturno. Base de cálculo. Adicional de periculosidade. Integração.***
O adicional de periculosidade deve compor a base de cálculo do adicional noturno, já que também neste horário o trabalhador permanece sob as condições de risco.

260 ***Agravo de instrumento. Recurso de revista. Procedimento sumaríssimo. Lei n. 9.957/2000. Processos em curso.***
I – É inaplicável o rito sumaríssimo aos pro-

▷ **Recurso de revista. I – Jornada de trabalho. Fixação. Norma coletiva. Validade.** É preciso prestigiar e valorizar a negociação coletiva assentada na boa-fé, como forma de incentivo à composição dos conflitos pelos próprios interessados. Condições de trabalho e de salário livremente ajustadas, com o objetivo de fixar o alcance de determinada norma, devem ser prestigiadas, sob pena de desestímulo à aplicação dos instrumentos convencionais, hoje alçados ao nível constitucional (art. 7º, XXVI, da CF). Sendo válida a cláusula que estabelece jornada superior a seis horas para o trabalho em **turnos ininterruptos**, válida também é aquela que reconhece como tempo não à disposição **minutos que antecedem ou excedem a jornada laboral**, bem como introduz **redução do intervalo intrajornada** em tempo inferior ao mínimo estipulado no artigo 71 da CLT. Revista conhecida e provida. (TST, RR 485.529, de 1998, j. 18-4-2001, 5ª T., Rel. Juiz Convocado Guedes de Amorim, *DJ*, 14-5-2001)

▷ **Regime de compensação irregular. Horas extraordinárias.** Tratando-se de sistema de compensação de horas de trabalho reputada ilegal a contraprestação salarial presta-se unicamente a remunerar a carga efetiva. De tal modo, as horas excedentes, extraordinárias, devem ter pagamento integral, e não, simplesmente, o adicional. (TRT/SP, Ac. 20010003180, j. 30-10-2000, RO01 19990369243, 8ª T., Rel. José Carlos da Silva Arouca, *DOE/SP*, 16-1-2001)

▷ **Trabalho do menor. Acordo de compensação nulo. Art. 413, I, da CLT. Extrapolação da jornada diária. Devidas as horas excedentes à oitava.** Decisão que considera nulo acordo de compensação realizado com empregado menor, mas determina a limitação da condenação em horas extras às que excederem a duração semanal de trabalho, ofende ao art. 413, I, da CLT. (TST, RR 372.131, de 1997, j. 16-5-2001, 2ª T., Rel. Juiz Convocado Aloysio Corrêa da Veiga, *DJ*, 22-6-2001)

▷ **1. Intervalo intrajornada de trabalhador rural.** Recurso de revista não conhecido porque não se vislumbram as violações apontadas. **2. Horas extras integrais sobre salário-produção.** O empregado que é remunerado à base de produção e que faz horas extras tem direito ao recebimento apenas do adicional de sobrejornada e reflexos, à semelhança do que ocorre com os vendedores que ganham à base de comissão (Enunciado n. 340 do TST), pois, na modalidade de salário por produção, o trabalhador já tem remuneradas as horas prestadas além de sua jornada normal, na medida em que percebe o respectivo pagamento pela produção realizada. Recurso conhecido e provido, no tópico. (TST, RR 622.179, de 2000, j. 23-5-2001, 3ª T., Rel. Juíza Convocada Eneida Melo, *DJ*, 29-6-2001)

▷ **Jornada. Compensação 12 x 36.** É legítimo o regime quando previsto em convenção ou acordo coletivo, uma vez respeitado o limite semanal e o intervalo intrajornada (art. 37, XIII, da CF). Na ausência da norma coletiva ou de ajuste escrito entre as partes, e uma vez cumprido (diante do costume e das funções), cabe a remuneração, pelo adicional, das horas excedentes de oito diárias, bem como o cômputo, pela integralidade, para o cálculo das demais verbas. Na hipótese de excesso

cessos iniciados antes da vigência da Lei n. 9.957/2000.

II – No caso de o despacho denegatório de recurso de revista invocar, em processo iniciado antes da Lei n. 9.957/2000, o § 6º do art. 896 da CLT (rito sumaríssimo), como óbice ao trânsito do apelo calcado em divergência jurisprudencial ou violação de dispositivo infraconstitucional, o Tribunal superará o obstáculo, apreciando o recurso sob esses fundamentos.

261 ***Bancos. Sucessão trabalhista.***

As obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para o banco sucedido, são de responsabilidade do sucessor, uma vez que a este foram transferidos os ativos, as agências, os direitos e deveres contratuais, caracterizando típica sucessão trabalhista.

262 ***Coisa julgada. Planos econômicos. Limitação à data-base na fase de execução.***

Não ofende a coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos, quando a decisão exequenda silenciar sobre a limitação, uma vez que a limitação decorre de norma cogente. Apenas quando a sentença exequenda houver expressamente afastado a limitação à data-base é que poderá ocorrer ofensa à coisa julgada.

263 ***Contrato por prazo determinado. Lei especial (estadual e municipal). Incompetência da Justiça do Trabalho.*** *(Cancelada pelo Tribunal Pleno em 2/9/2004, DJ, 14/9/2004)*

264 ***Depósito recursal. PIS/PASEP. Ausência de indicação na guia de depósito recursal. Validade.***

Não é essencial para a validade da comprovação do depósito recursal a indicação do número do PIS/PASEP na guia respectiva.

265 ***Estabilidade. Art. 41 da CF/1988. Celetista. Administração direta, autárquica ou fundacional. Aplicabilidade.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 390 – Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005)*

266 ***Estabilidade. Dirigente sindical. Limitação. Art. 522 da CLT.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 369 – Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005)*

267 ***Horas extras. Adicional de periculosidade. Base de cálculo.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 132 – Res. 129/2005, DJ, 20-4-2005)*

268 ***Indenização adicional. Leis n. 6.708/1979 e 7.238/1984. Aviso prévio. Projeção. Estabilidade provisória.***

Somente após o término do período estabilitário é que se inicia a contagem do prazo do aviso prévio para efeito das indenizações previstas nos arts. 9º da Lei n. 6.708/1979 e 9º da Lei n. 7.238/1984.

269 ***Justiça gratuita. Requerimento de isenção de despesas processuais. Momento oportuno.***

O benefício da justiça gratuita pode ser requerido em qualquer tempo ou grau de jurisdição, desde que, na fase recursal, seja o requerimento formulado no prazo alusivo ao recurso.

270 ***Programa de Incentivo à Demissão Voluntária. Transação extrajudicial. Parcelas oriundas do extinto contrato de trabalho. Efeitos.***

A transação extrajudicial que importa rescisão do contrato de trabalho ante a adesão do empregado a plano de demissão voluntária implica quitação exclusivamente das parcelas e valores constantes do recibo.

271 ***Rurícola. Prescrição. Contrato de emprego extinto. Emenda constitucional n. 28/2000. Inaplicabilidade.*** *(Nova redação, DJ, 22-11-2005)*

O prazo prescricional da pretensão do rurícola, cujo contrato de emprego já se extinguira ao sobrevir a Emenda Constitucional n. 28, de 26/5/2000, tenha sido ou não ajuizada a ação trabalhista, prossegue regido pela lei vigente ao tempo da extinção do contrato de emprego.

272 ***Salário mínimo. Servidor. Salário-base inferior. Diferenças. Indevidas.***

A verificação do respeito ao direito ao salário mínimo não se apura pelo confronto isolado do salário-base com o mínimo legal, mas deste com a soma de todas as parcelas de natureza salarial recebidas pelo empregado diretamente do empregador.

273 ***"Telemarketing". Operadores. Art. 227 da CLT. Inaplicável.*** *(Cancelada – Res. 175/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*

274 ***Turno ininterrupto de revezamento. Ferroviário. Horas extras. Devidas.***
O ferroviário submetido a escalas variadas, com alternância de turnos, faz jus à jornada especial prevista no art. 7º, XIV, da CF/1988.

275 ***Turno ininterrupto de revezamento. Horista. Horas extras e adicional. Devidos.***
Inexistindo instrumento coletivo fixando jornada diversa, o empregado horista submetido a turno ininterrupto de revezamento faz jus ao pagamento das horas extraordinárias laboradas além da 6ª, bem como ao respectivo adicional.

276 ***Ação declaratória. Complementação de aposentadoria.***
É incabível ação declaratória visando a declarar direito à complementação de aposentadoria, se ainda não atendidos os requisitos necessários à aquisição do direito, seja por via regulamentar, ou por acordo coletivo.

277 ***Ação de cumprimento fundada em decisão normativa que sofreu posterior reforma, quando já transitada em julgado a sentença condenatória. Coisa julgada. Não configuração.***
A coisa julgada produzida na ação de cumprimento é atípica, pois dependente de condição resolutiva, ou seja, da não modificação da decisão normativa por eventual recurso. Assim, modificada a sentença normativa pelo TST, com a consequente extinção do processo, sem julgamento do mérito, deve-se extinguir a execução em andamento, uma vez que a norma sobre a qual se apoiava o título exequendo deixou de existir no mundo jurídico.

278 ***Adicional de insalubridade. Perícia. Local de trabalho desativado.***
A realização de perícia é obrigatória para a verificação de insalubridade. Quando não for possível sua realização, como em caso de fechamento da empresa, poderá o julgador utilizar-se de outros meios de prova.

279 ***Adicional de periculosidade. Eletricitários. Base de cálculo. Lei n. 7.369/85, art. 1º. Interpretação.***
O adicional de periculosidade dos eletricitários deverá ser calculado sobre o conjunto de parcelas de natureza salarial.

280 ***Adicional de periculosidade. Exposição eventual. Indevido.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 364 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

281 ***Agravo de instrumento. Acórdão do TRT não assinado. Interposto anteriormente à Instrução Normativa n. 16/1999.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 52 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

282 ***Agravo de instrumento. Juízo de admissibilidade "ad quem".***
No julgamento de Agravo de Instrumento, ao afastar o óbice apontado pelo TRT para o processamento do recurso de revista, pode o juízo 'ad quem' prosseguir no exame dos demais pressupostos extrínsecos e intrínsecos do recurso de revista, mesmo que não apreciados pelo TRT.

283 ***Agravo de instrumento. Peças essenciais. Traslado realizado pelo agravado. Validade.***
É válido o traslado de peças essenciais efetuado pelo agravado, pois a regular formação do agravo incumbe às partes e não somente ao agravante.

284 ***Agravo de instrumento. Traslado. Ausência de certidão de publicação. Etiqueta adesiva imprestável para aferição da tempestividade.***
A etiqueta adesiva na qual consta a expressão "no prazo" não se presta à aferição de tempestividade do recurso, pois sua finalidade é tão somente servir de controle processual interno do TRT e sequer contém a

assinatura do funcionário responsável por sua elaboração.

285 ***Agravo de instrumento. Traslado. Carimbo do protocolo do recurso ilegível. Inservível.***
O carimbo do protocolo da petição recursal constitui elemento indispensável para aferição da tempestividade do apelo, razão pela qual deverá estar legível, pois um dado ilegível é o mesmo que a inexistência do dado.

286 ***Agravo de instrumento. Traslado. Mandato tácito. Ata de audiência. Configuração.*** *(Alterada – Res. 167/2010,* DEJT, *30-4-2010 e 3 e 4-5-2010)*
I – A juntada da ata de audiência, em que consignada a presença do advogado, desde que não estivesse atuando com mandato expresso, torna dispensável a procuração deste, porque demonstrada a existência de mandato tácito.
II – Configurada a existência de mandato tácito fica suprida a irregularidade detectada no mandato expresso.

287 ***Autenticação. Documentos distintos. Despacho denegatório do recurso de revista e certidão de publicação.***
Distintos os documentos contidos no verso e anverso, é necessária a autenticação de ambos os lados da cópia.

288 ***Bancário. Cargo de confiança. Art. 224, § 2º, CLT. Gratificação. Pagamento a menor.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 102 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

289 ***Banco do Brasil. Complementação de aposentadoria. Média trienal. Valorizada.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação conferida à Orientação Jurisprudencial n. 18 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

290 ***Contribuição sindical patronal. Ação de cumprimento. Incompetência da Justiça do Trabalho.*** *(Cancelada,* DJ, *5/7/2005)*

291 ***Custas. Embargos de terceiro interpostos anteriormente à Lei n. 10.537/2002. Inexigência de recolhimento.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Orientação Jurisprudencial Transitória n. 53 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

292 ***Diárias. Integração ao salário. Art. 457, § 2º, da CLT.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 101 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

293 ***Embargos à SDI contra decisão de turma do TST em agravo do art. 557, § 1º, do CPC. Cabimento.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na letra "f" da Súmula 353 do TST – Res. 171/2010 –* DEJT, *19, 22 e 23-11-2010)*
São cabíveis Embargos para a SDI contra decisão de Turma proferida em Agravo interposto de decisão monocrática do relator, baseada no art. 557, § 1º, do CPC.

294 ***Embargos à SDI contra decisão em recurso de revista não conhecido quanto aos pressupostos intrínsecos. Necessária a indicação expressa de ofensa ao art. 896 da CLT.***
Para a admissibilidade e conhecimento de embargos, interpostos contra decisão mediante a qual não foi conhecido o recurso de revista pela análise dos pressupostos intrínsecos, necessário que a parte embargante aponte expressamente a violação ao art. 896 da CLT.

295 ***Embargos. Revista não conhecida por má aplicação de súmula ou de orientação jurisprudencial. Exame do mérito pela SDI.***
A SDI, ao conhecer dos Embargos por violação do art. 896 – por má aplicação de súmula ou de orientação jurisprudencial pela Turma –, julgará desde logo o mérito, caso conclua que a revista merecia conhecimento e que a matéria de fundo se encontra pacificada neste Tribunal.

296 ***Equiparação salarial. Atendente e auxiliar de enfermagem. Impossibilidade.***
Sendo regulamentada a profissão de auxiliar de enfermagem, cujo exercício pressupõe habilitação técnica, realizada pelo Conselho Regional de Enfermagem, impossível a equiparação salarial do simples atendente com o auxiliar de enfermagem.

297 ***Equiparação salarial. Servidor público da administração direta, autárquica e fundacional. Art. 37, XIII, da CF/88.***
O art. 37, inciso XIII, da CF/88, veda a equiparação de qualquer natureza para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público, sendo juridicamente impossível a aplicação da norma infraconstitucional prevista no art. 461 da CLT quando se pleiteia equiparação salarial entre servidores públicos, independentemente de terem sido contratados pela CLT.

298 ***Equiparação salarial. Trabalho intelectual. Possibilidade.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 6 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

299 ***Estabilidade contratual e FGTS. Compatibilidade.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 98 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

300 ***Execução trabalhista. Correção monetária. Juros. Lei n. 8.177/1991, art. 39, e Lei n. 10.192/2001, art. 15.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
Não viola norma constitucional (art. 5º, II e XXXVI) a determinação de aplicação da TRD como fator de correção monetária dos débitos trabalhistas, cumulada com juros de mora previstos no art. 39 da Lei n. 8.177/1991 e convalidado pelo art. 15 da Lei n. 10.192/2001.

301 ***FGTS. Diferenças. Ônus da prova. Lei n. 8.036/90, art. 17.*** *(Cancelada – Res. 175/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*

302 ***FGTS. Índice de correção. Débitos trabalhistas.***
Os créditos referentes ao FGTS, decorrentes de condenação judicial, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicáveis aos débitos trabalhistas.

303 ***Gratificação. Redução. Impossibilidade.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 372 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

304 ***Honorários advocatícios. Assistência judiciária. Declaração de pobreza. Comprovação.***
Atendidos os requisitos da Lei n. 5.584/70 (art. 14, § 2º), para a concessão da assistência judiciária, basta a simples afirmação do declarante ou de seu advogado, na petição inicial, para considerar configurada a sua situação econômica (art. 4º, § 1º, da Lei n. 7.510/1986, que deu nova redação à Lei n. 1.060/1950)

305 ***Honorários advocatícios. Requisitos. Justiça do Trabalho.***
Na Justiça do Trabalho, o deferimento de honorários advocatícios sujeita-se à constatação da ocorrência concomitante de dois requisitos: o benefício da justiça gratuita e a assistência por sindicato.

306 ***Horas extras. Ônus da prova. Registro invariável.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 338 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

307 ***Intervalo intrajornada (para repouso e alimentação). Não concessão ou concessão parcial. Lei n. 8.923/94.***
Após a edição da Lei n. 8.923/1994, a não concessão total ou parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, implica o pagamento total do período correspondente, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT).

308 ***Jornada de trabalho. Alteração. Retorno à jornada inicialmente contratada. Servidor público.***
O retorno do servidor público (administração direta, autárquica e fundacional) à jornada inicialmente contratada não se insere nas vedações do art. 468 da CLT, sendo a sua jornada definida em lei e no contrato de trabalho firmado entre as partes.

309 ***Lei Estadual, norma coletiva ou regulamento de empresa. Interpretação. Art. 896, "b", da CLT.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação conferida à Orientação Jurisprudencial n. 147 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

310 ***Litisconsortes. Procuradores distintos. Prazo em dobro. Art. 191 do CPC. Inaplicável ao processo do trabalho.***

A regra contida no art. 191 do CPC é inaplicável ao processo do trabalho, em face da sua incompatibilidade com o princípio da celeridade inerente ao processo trabalhista.

311 ***Mandato. Art. 37 do CPC. Inaplicável na fase recursal.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 383 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

312 ***Mandato. Cláusula com ressalva de vigência. Prorrogação até o final da demanda.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 395 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

313 ***Mandato. Cláusula fixando prazo para juntada.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 395 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

314 ***Massa falida. Dobra salarial. Art. 467 da CLT. Inaplicável.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 388 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

315 ***Motorista. Empresa. Atividade predominantemente rural. Enquadramento como trabalhador rural.***

É considerado trabalhador rural o motorista que trabalha no âmbito de empresa cuja atividade é preponderantemente rural, considerando que, de modo geral, não enfrenta o trânsito das estradas e cidades.

316 ***Portuários. Adicional de risco. Lei n. 4.860/65.***

O adicional de risco dos portuários, previsto no art. 14 da Lei n. 4.860/65, deve ser proporcional ao tempo efetivo no serviço considerado sob risco e apenas àqueles que prestam serviços na área portuária.

317 ***Repositório de jurisprudência autorizado após a interposição do recurso. Validade.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 337 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

318 ***Representação irregular. Autarquia.***

Os Estados e os Municípios não têm legitimidade para recorrer em nome das autarquias detentoras de personalidade jurídica própria, devendo ser representadas pelos procuradores que fazem parte de seus quadros ou por advogados constituídos.

319 ***Representação regular. Estagiário. Habilitação posterior.***

Válidos são os atos praticados por estagiário se, entre o substabelecimento e a interposição do recurso, sobreveio a habilitação, do então estagiário, para atuar como advogado.

320 ***Sistema de protocolo integrado. Norma interna. Eficácia limitada a recursos da competência do TRT que a editou. Art. 896, § 2º, da CLT.*** *(Cancelada pelo Tribunal Pleno em 2/9/2004,* DJ, *14/9/2004)*

321 ***Vínculo empregatício com a administração pública. Período anterior à CF/1988.*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

Salvo os casos de trabalho temporário e de serviço de vigilância, previstos nas Leis n. 6.019, de 3-1-1974, e 7.102, de 20-6-1983, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços, inclusive ente público, em relação ao período anterior à vigência da CF/88.

322 ***Acordo coletivo de trabalho. Cláusula de termo aditivo prorrogando o acordo para prazo indeterminado. Inválida.***

Nos termos do art. 614, § 3º, da CLT, é de 2 anos o prazo máximo de vigência dos acordos e das convenções coletivas. Assim sendo, é inválida, naquilo que ultrapassa o prazo total de 2 anos, a cláusula de termo aditivo que prorroga a vigência do instrumento coletivo originário por prazo indeterminado.

323 ***Acordo de compensação de jornada. "Semana espanhola". Validade.***

É válido o sistema de compensação de horário quando a jornada adotada é a denominada "semana espanhola", que alterna a prestação de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra, não violando os arts. 59, § 2º, da CLT e 7º, XIII, da CF/1988 o seu ajuste mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

324 ***Adicional de periculosidade. Sistema elétrico de potência. Decreto n. 93.412/86, art. 2º, § 1º.***

É assegurado o adicional de periculosidade apenas aos empregados que trabalham em sistema elétrico de potência em condições de risco, ou que o façam com equipamentos e instalações elétricas similares, que ofereçam risco equivalente, ainda que em unidade consumidora de energia elétrica.

325 ***Aumento salarial concedido pela empresa. Compensação no ano seguinte em antecipação sem a participação do sindicato profissional. Impossibilidade.***
O aumento real, concedido pela empresa a todos os seus empregados, somente pode ser reduzido mediante a participação efetiva do sindicato profissional no ajuste, nos termos do art. 7º, VI, da CF/1988.

326 ***Cartão de ponto. Registro. Horas extras. Minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho. Tempo utilizado para uniformização, lanche e higiene pessoal.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 366 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

327 ***Dano moral. Competência da Justiça do Trabalho.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 392 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

328 ***Equiparação salarial. Cargo com a mesma denominação. Funções diferentes ou similares. Não autorizada a equiparação.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 6 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

329 ***Estabilidade. Cipeiro. Suplente. Extinção do estabelecimento. Indenização indevida.*** *(Cancelada em decorrência de sua incorporação à nova redação da Súmula 339 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

330 ***Irregularidade de representação. Substabelecimento anterior à procuração.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 395 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

331 ***Justiça gratuita. Declaração de insuficiência econômica. Mandato. Poderes específicos desnecessários.***
Desnecessária a outorga de poderes especiais ao patrono da causa para firmar declaração de insuficiência econômica, destinada à concessão dos benefícios da justiça gratuita.

332 ***Motorista. Horas extras. Atividade externa. Controle de jornada por tacógrafo. Resolução n. 816/86 do CONTRAN.***
O tacógrafo, por si só, sem a existência de outros elementos, não serve para controlar a jornada de trabalho de empregado que exerce atividade externa.

333 ***Petroleiros. Turno ininterrupto de revezamento. Alteração da jornada para horário fixo. Art. 10 da Lei n. 5.811/1972 recepcionado pela CF/1988.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 391 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

334 ***Remessa "ex officio". Recurso de revista. Inexistência de recurso ordinário voluntário de ente público. Incabível.***
Incabível recurso de revista de ente público que não interpôs recurso ordinário voluntário da decisão de primeira instância, ressalvada a hipótese de ter sido agravada, na segunda instância, a condenação imposta.

335 ***Contrato nulo. Administração pública. Efeitos. Conhecimento do recurso por violação do art. 37, II e § 2º, da CF/88.***
A nulidade da contratação sem concurso público, após a CF/88, bem como a limitação de seus efeitos, somente poderá ser declarada por ofensa ao art. 37, II, se invocado concomitantemente o seu § 2º, todos da CF/88.

336 ***Embargos interpostos anteriormente à vigência da Lei n. 11.496/2007. Recurso não conhecido com base em orientação jurisprudencial. Desnecessário o exame das violações de lei e da Constituição alegadas na revista.*** *(Redação alterada pelo Tribunal Pleno na sessão realizada em 6-2-2012 – Res. 178/2012,* DEJT, *13, 14 e 15-2-2012)*
Estando a decisão recorrida em conformidade com orientação jurisprudencial, desnecessário o exame das divergências e das violações de lei e da Constituição alegadas em embargos interpostos antes da vigência da Lei n. 11.496/2007, salvo nas hipóteses em que a

orientação jurisprudencial não fizer qualquer citação do dispositivo constitucional.

337 ***Fac-símile. Lei n. 9.800/1999, art. 2º. Prazo. Apresentação dos originais.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 387 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

338 ***Ministério Público do Trabalho. Legitimidade para recorrer. Sociedade de economia mista e empresa pública. Contrato nulo.***

Há interesse do Ministério Público do Trabalho para recorrer contra decisão que declara a existência de vínculo empregatício com sociedade de economia mista, após a CF/88, sem a prévia aprovação em concurso público.

339 ***Teto remuneratório. Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista. Art. 37, XI, da CF/1988 (anterior à Emenda Constitucional n. 19/1998).*** *(Nova redação – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

As empresas públicas e as sociedades de economia mista estão submetidas à observância do teto remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da CF/1988, sendo aplicável, inclusive, ao período anterior à alteração introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/1998.

340 ***Efeito devolutivo. Profundidade. Recurso ordinário. Art. 515, § 1º, do CPC. Aplicação.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 393 – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

341 ***FGTS. Multa de 40%. Diferenças decorrentes dos expurgos inflacionários. Responsabilidade pelo pagamento.***

É de responsabilidade do empregador o pagamento da diferença da multa de 40% sobre os depósitos do FGTS, decorrente da atualização monetária em face dos expurgos inflacionários.

342 ***Intervalo intrajornada para repouso e alimentação. Não concessão ou redução. Previsão em norma coletiva. Invalidade. Exceção aos condutores de veículos rodoviários, empregados em empresas de transporte coletivo urbano.*** *(Alterada em decorrência do julgamento do processo TST IUJEE-DEDRR 1226/2005-005-24-00.1 – Res. n. 159/2009 –* DEJT, *20-11-2009)*

I – É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1998), infenso à negociação coletiva.

II – Ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais de trabalho a que são submetidos estritamente os condutores e cobradores de veículos rodoviários, empregados em empresas de transporte público coletivo urbano, é válida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a redução do intervalo intrajornada, desde que garantida a redução da jornada para, no mínimo, sete horas diárias ou quarenta e duas semanais, não prorrogada, mantida a mesma remuneração e concedidos intervalos para descanso menores e fracionados ao final de cada viagem, não descontados da jornada.

343 ***Penhora. Sucessão. Art. 100 da CF/88. Execução.***

É válida a penhora em bens de pessoa jurídica de direito privado, realizada anteriormente à sucessão pela União ou por Estado-membro, não podendo a execução prosseguir mediante precatório. A decisão que a mantém não viola o art. 100 da CF/88.

344 ***FGTS. Multa de 40%. Diferenças decorrentes dos expurgos inflacionários. Prescrição. Termo inicial.*** *(Mantida – Res. 175/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*

O termo inicial do prazo prescricional para o empregado pleitear em juízo diferenças da multa do FGTS, decorrentes dos expurgos inflacionários, deu-se com a vigência da Lei Complementar n. 110, em 30-6-2001, salvo comprovado trânsito em julgado de decisão proferida em ação proposta anteriormente na Justiça Federal, que reconheça o direito à atualização do saldo da conta vinculada.

345 ***Adicional de periculosidade. Radiação ionizante ou substância radioativa. Devido.***

A exposição do empregado à radiação ionizante ou à substância radioativa enseja a percepção do adicional de periculosidade, pois a regulamentação ministerial (Portarias do Ministério do Trabalho n. 3.393, de 17-12-1987, e 518, de 7-4-2003), ao reputar perigosa a atividade, reveste-se de plena eficácia, porquanto expedida por força de delegação legislativa contida no art. 200, *caput*, e inciso VI, da CLT. No período de 12-12-2002 a 6-4-2003, enquanto vigeu a Portaria n. 496 do Ministério do Trabalho, o empregado faz jus ao adicional de insalubridade.

346 ***Abono previsto em norma coletiva. Natureza indenizatória. Concessão apenas aos empregados em atividade. Extensão aos inativos. Impossibilidade.*** *(DJ, 25-4-2007)*

A decisão que estende aos inativos a concessão de abono de natureza jurídica indenizatória, previsto em norma coletiva apenas para os empregados em atividade, a ser pago de uma única vez, e confere natureza salarial à parcela, afronta o art. 7º, XXVI, da CF/88.

347 ***Adicional de periculosidade. Sistema elétrico de potência. Lei n. 7.369, de 20-9-1985, regulamentada pelo Decreto n. 93.412, de 14-10-1986. Extensão do direito aos cabistas, instaladores e reparadores de linhas e aparelhos em empresa de telefonia.*** *(DJ, 25-4-2007)*

É devido o adicional de periculosidade aos empregados cabistas, instaladores e reparadores de linhas e aparelhos de empresas de telefonia, desde que, no exercício de suas funções, fiquem expostos a condições de risco equivalente ao do trabalho exercido em contato com sistema elétrico de potência.

348 ***Honorários advocatícios. Base de cálculo. Valor líquido. Lei n. 1.060, de 5-2-1950.*** *(DJ, 25-4-2007)*

Os honorários advocatícios, arbitrados nos termos do art. 11, § 1º, da Lei n. 1.060, de 5-2-1950, devem incidir sobre o valor líquido da condenação, apurado na fase de liquidação de sentença, sem a dedução dos descontos fiscais e previdenciários.

349 ***Mandato. Juntada de nova procuração. Ausência de ressalva. Efeitos.*** *(DJ, 25-4-2007)*

A juntada de nova procuração aos autos, sem ressalva de poderes conferidos ao antigo patrono, implica revogação tácita do mandato anterior.

350 ***Ministério Público do Trabalho. Nulidade do contrato de trabalho não suscitada pelo ente público no momento da defesa. Arguição em parecer. Possibilidade.*** *(Alterada em decorrência do julgamento do processo TST IUJERR 526538/1999.2 – Res. 162/2009 –* DEJT, *20-11-2009)*

O Ministério Público do Trabalho pode arguir, em parecer, na primeira vez que tenha de se manifestar no processo, a nulidade do contrato de trabalho em favor de ente público, ainda que a parte não a tenha suscitado, a qual será apreciada, sendo vedada, no entanto, qualquer dilação probatória.

351 ***Multa. Art. 477, § 8º, da CLT. Verbas rescisórias reconhecidas em juízo.*** *(Cancelada pela Res. 163/2009 –* DEJT, *20-11-2009)*

352 ***Procedimento sumaríssimo. Recurso de revista fundamentado em contrariedade a orientação jurisprudencial. Inadmissibilidade. Art. 896, § 6º, da CLT, acrescentado pela Lei n. 9.957, de 12-1-2000.*** *(Redação alterada pelo Tribunal Pleno na sessão realizada em 6-2-2012 – Res. 178/2012,* DEJT, *13, 14 e 15-2-2012)*

Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação direta a dispositivo da Constituição Federal ou contrariedade a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial deste Tribunal (Livro II, Título II, Capítulo III, do RITST), ante a ausência de previsão no art. 896, § 6º, da CLT.

353 ***Equiparação salarial. Sociedade de economia mista. Art. 37, XIII, da CF/1988. Possibilidade.*** *(DJ, 14-3-2008)*
À sociedade de economia mista não se aplica a vedação à equiparação prevista no art. 37, XIII, da CF/1988, pois, ao contratar empregados sob o regime da CLT, equipara-se a empregador privado, conforme disposto no art. 173, § 1º, II, da CF/1988.

354 ***Intervalo intrajornada. Art. 71, § 4º, da CLT. Não concessão ou redução. Natureza jurídica salarial.*** *(DJ, 14-3-2008)*
Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei n. 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais.

355 ***Intervalo interjornadas. Inobservância. Horas extras. Período pago como sobrejornada. Art. 66 da CLT. Aplicação analógica do § 4º do art. 71 da CLT.*** *(DJ, 14-3-2008)*
O desrespeito ao intervalo mínimo interjornadas previsto no art. 66 da CLT acarreta, por analogia, os mesmos efeitos previstos no § 4º do art. 71 da CLT e na Súmula 110 do TST, devendo-se pagar a integralidade das horas que foram subtraídas do intervalo, acrescidas do respectivo adicional.

356 ***Programa de incentivo à demissão voluntária (PDV). Créditos trabalhistas reconhecidos em juízo. Compensação. Impossibilidade.*** *(DJ, 14-3-2008)*
Os créditos tipicamente trabalhistas reconhecidos em juízo não são suscetíveis de compensação com a indenização paga em decorrência de adesão do trabalhador a Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PDV).

357 ***Recurso. Interposição antes da publicação do acórdão impugnado. Extemporaneidade. Não conhecimento.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 434 – Res. 178/2012, DEJT, 13, 14 e 15-2-2012)*

358 ***Salário mínimo e piso salarial proporcional à jornada reduzida. Possibilidade.*** *(DJ, 14-3-2008)*
Havendo contratação para cumprimento de jornada reduzida, inferior à previsão constitucional de oito horas diárias ou quarenta e quatro semanais, é lícito o pagamento do piso salarial ou do salário mínimo proporcional ao tempo trabalhado.

359 ***Substituição processual. Sindicato. Legitimidade. Prescrição. Interrupção.*** *(DJ, 14-3-2008)*
A ação movida por sindicato, na qualidade de substituto processual, interrompe a prescrição, ainda que tenha sido considerado parte ilegítima *ad causam*.

360 ***Turno ininterrupto de revezamento. Dois turnos. Horário diurno e noturno. Caracterização.*** *(DJ, 14-3-2008)*
Faz jus à jornada especial prevista no art. 7º, XIV, da CF/1988 o trabalhador que exerce suas atividades em sistema de alternância de turnos, ainda que em dois turnos de trabalho, que compreendam, no todo ou em parte, o horário diurno e o noturno, pois submetido à alternância de horário prejudicial à saúde, sendo irrelevante que a atividade da empresa se desenvolva de forma ininterrupta.

361 ***Aposentadoria espontânea. Unicidade do contrato de trabalho. Multa de 40% do FGTS sobre todo o período.*** *(DJ, 20-5-2008)*
A aposentadoria espontânea não é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador após a jubilação. Assim, por ocasião da sua dispensa imotivada, o empregado tem direito à multa de 40% do FGTS sobre a totalidade dos depósitos efetuados no curso do pacto laboral.

362 ***Contrato nulo. Efeitos. FGTS. Medida Provisória n. 2.164-41, de 24-8-2001, e art. 19-A da Lei n. 8.036, de 11-5-1990. Irretroatividade.*** *(DJ, 20-5-2008)*
Não afronta o princípio da irretroatividade da lei a aplicação do art. 19-A da Lei n. 8.036, de 11-5-1990, aos contratos declarados nulos

celebrados antes da vigência da Medida Provisória n. 2.164-41, de 24-8-2001.

363 ***Descontos previdenciários e fiscais. Condenação do empregador em razão do inadimplemento de verbas remuneratórias. Responsabilidade do empregado pelo pagamento. Abrangência.*** *(DJ, 20-5-2008)*

A responsabilidade pelo recolhimento das contribuições social e fiscal, resultante de condenação judicial referente a verbas remuneratórias, é do empregador e incide sobre o total da condenação. Contudo, a culpa do empregador pelo inadimplemento das verbas remuneratórias não exime a responsabilidade do empregado pelos pagamentos do imposto de renda devido e da contribuição previdenciária que recaia sobre sua quota-parte.

364 ***Estabilidade. Art. 19 do ADCT. Servidor público de fundação regido pela CLT.*** *(DJ, 20-5-2008)*

Fundação instituída por lei e que recebe dotação ou subvenção do Poder Público para realizar atividades de interesse do Estado, ainda que tenha personalidade jurídica de direito privado, ostenta natureza de fundação pública. Assim, seus servidores regidos pela CLT são beneficiários da estabilidade excepcional prevista no art. 19 do ADCT.

365 ***Estabilidade provisória. Membro de Conselho Fiscal de Sindicato. Inexistência.*** *(DJ, 20-5-2008)*

Membro de conselho fiscal de sindicato não tem direito à estabilidade prevista nos arts. 543, § 3º, da CLT e 8º, VIII, da CF/1988, porquanto não representa ou atua na defesa de direitos da categoria respectiva, tendo sua competência limitada à fiscalização da gestão financeira do sindicato (art. 522, § 2º, da CLT).

366 ***Estagiário. Desvirtuamento do contrato de estágio. Reconhecimento do vínculo empregatício com a Administração Pública direta ou indireta. Período posterior à Constituição Federal de 1988. Impossibilidade.*** *(DJ, 20-5-2008)*

Ainda que desvirtuada a finalidade do contrato de estágio celebrado na vigência da Constituição Federal de 1988, é inviável o reconhecimento do vínculo empregatício com ente da Administração Pública direta ou indireta, por força do art. 37, II, da CF/1988, bem como o deferimento de indenização pecuniária, exceto em relação às parcelas previstas na Súmula 363 do TST, se requeridas.

367 ***Aviso prévio de 60 dias. Elastecimento por norma coletiva. Projeção. Reflexos nas parcelas trabalhistas.*** *(DEJT, 3-12-2008)*

O prazo de aviso prévio de 60 dias, concedido por meio de norma coletiva que silencia sobre alcance de seus efeitos jurídicos, computa-se integralmente como tempo de serviço, nos termos do § 1º do art. 487 da CLT, repercutindo nas verbas rescisórias.

368 ***Descontos previdenciários. Acordo homologado em juízo. Inexistência de vínculo empregatício. Parcelas indenizatórias. Ausência de discriminação. Incidência sobre o valor total.*** *(DEJT, 3-12-2008)*

É devida a incidência das contribuições para a Previdência Social sobre o valor total do acordo homologado em juízo, independentemente do reconhecimento de vínculo de emprego, desde que não haja discriminação das parcelas sujeitas à incidência da contribuição previdenciária, conforme parágrafo único do art. 43 da Lei n. 8.212, de 24-7-1991, e do art. 195, I, "a", da CF/1988.

369 ***Estabilidade provisória. Delegado sindical. Inaplicável.*** *(DEJT, 3-12-2008)*

O delegado sindical não é beneficiário da estabilidade provisória prevista no art. 8º, VIII, da CF/1988, a qual é dirigida, exclusivamente, àqueles que exerçam ou ocupem cargos de direção nos sindicatos, submetidos a processo eletivo.

370 ***FGTS. Multa de 40%. Diferenças dos expurgos inflacionários. Prescrição. Interrupção decorrente de protestos judiciais.*** *(DEJT, 3-12-2008)*

O ajuizamento de protesto judicial dentro do biênio posterior à Lei Complementar n. 110, de 29-6-2001, interrompe a prescrição, sendo irrelevante o transcurso de mais de dois anos

do limite semanal (44 horas) também haverá a paga. En. 85 e 108. (TRT/SP, Ac. 20000666003, j. 11-12-2000, RO01 19990582982, 9ª T., Rel. Carlos Francisco Berardo, *DOE/SP*, 16-1-2001)

▷ **Horas extras. Acordo de compensação extrapolado.** Se houve expresso descumprimento das condições ajustadas em acordo coletivo, quanto ao regime de compensação, não há como subsistir o entendimento de que as horas prestadas além do regime compensatório não devem ser pagas sem o respectivo adicional. No que se refere às horas compensadas, ou seja, aquelas prestadas além da 8ª hora diária, até o limite de oito horas e quarenta e oito minutos, a conclusão é de que deve ser pago, tão somente, o adicional, em consonância com o Enunciado n. 85 desta Corte. Descaracterizado o regime de compensação, impõe-se a forma de remuneração acima adotada, considerando-se que as horas compensadas já foram devidamente remuneradas, de modo que apenas o excesso relativo a essa jornada comporta o pagamento do salário-hora e respectivo adicional. Recurso de revista parcialmente provido. (TST, RR 379.493, de 1997, j. 2-5-2001, 4ª T., Rel. Min. Milton de Moura França, *DJ*, 24-5-2001)

▷ **Horas extras. Gerente de jornalismo. Função de confiança não caracterizada.** Se a função do reclamante não se enquadra na exceção tipificada no art. 62, inciso II, da CLT, diante da ausência de poderes de mando ou gestão, o fato de ocupar o cargo de gerente de jornalismo em uma empresa do porte da reclamada, por si só, não caracteriza a existência do alegado cargo de confiança. Recurso a que se nega provimento. (TRT/10ª R., RO 3.308, de 2000, Ac. 3ª T., Rel. Juiz Leônidas José da Silva)

▷ **Horas extras. Trabalho em atividade externa.** A inexistência de controle da jornada de trabalho do empregado que trabalha em atividade externa afasta o direito a horas extras, em face da dificuldade de se apurar o quantitativo dessas horas extraordinárias, independente de haver sido cumprida a determinação constante do inciso I, do artigo 62 da CLT, qual seja, a anotação dessa condição na CTPS e no registro do empregado. Embargos providos. (TST, ERR 303.642, de 1996, j. 6-12-1999, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. Rider Nogueira de Brito, *DJ*, 4-2-2000)

▷ **Tacógrafo e a jornada de trabalho.** A existência de tacógrafo nos veículos da empresa não configura controle de jornada, haja vista ser o mesmo destinado, exclusivamente, ao registro do funcionamento do veículo. Não há, portanto, como utilizá-lo como controlador de jornada laborativa, uma vez que no trabalho externo torna-se impossível auferir se todo o período do veículo em movimento corresponde, efetivamente, ao tempo de prestação de serviço, bem como se os períodos em que se encontra parado denotam tempo à disposição ou ao descanso intrajornada. (TRT/SP, Ac. 20010035952, j. 5-2-2001, RO01 20000497236, 9ª T., Rel. Laura Rossi, *DOE/SP*, 20-2-2001)

Seção III
Dos períodos de descanso

Art. 66. Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.

da propositura de outra medida acautelatória, com o mesmo objetivo, ocorrida antes da vigência da referida lei, pois ainda não iniciado o prazo prescricional, conforme disposto na Orientação Jurisprudencial n. 344 da SBDI-1.

371 ***Irregularidade de representação. Substabelecimento não datado. Inaplicabilidade do art. 654, § 1º, do Código Civil.*** *(DEJT, 3-12-2008)*

Não caracteriza a irregularidade de representação a ausência da data da outorga de poderes, pois, no mandato judicial, ao contrário do mandato civil, não é condição de validade do negócio jurídico. Assim, a data a ser considerada é aquela em que o instrumento for juntado aos autos, conforme preceitua o art. 370, IV, do CPC. Inaplicável o art. 654, § 1º, do Código Civil.

372 ***Minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho. Lei n. 10.243, de 27-6-2001. Norma coletiva. Flexibilização. Impossibilidade.*** *(DEJT, 3-12-2008)*

A partir da vigência da Lei n. 10.243, de 27-6-2001, que acrescentou o § 1º ao art. 58 da CLT, não mais prevalece cláusula prevista em convenção ou acordo coletivo que elastece o limite de 5 minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho para fins de apuração das horas extras.

373 ***Representação. Pessoa jurídica. Procuração. Invalidade. Identificação do outorgante e de seu representante.*** *(Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 16-11-2010 – IUJ-85600-06.2007.5.15.0000 – Res. 170/2010,* DEJT, *19, 22 e 23-11-2010)*

É inválido o instrumento de mandato firmado em nome de pessoa jurídica que não contenha, pelo menos, o nome da entidade outorgante e do signatário da procuração, pois estes dados constituem elementos que os individualizam.

374 ***Agravo de instrumento. Representação processual. Regularidade. Procuração ou substabelecimento com cláusula limitativa de poderes ao âmbito do tribunal regional do trabalho.*** *(DEJT, 19, 20 e 22-4-2010)*

É regular a representação processual do subscritor do agravo de instrumento ou do recurso de revista que detém mandato com poderes de representação limitados ao âmbito do Tribunal Regional do Trabalho, pois, embora a apreciação desse recurso seja realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho, a sua interposição é ato praticado perante o Tribunal Regional do Trabalho, circunstância que legitima a atuação do advogado no feito.

375 ***Auxílio-doença. Aposentadoria por invalidez. Suspensão do contrato de trabalho. Prescrição. Contagem.*** *(DEJT, 19, 20 e 22-4-2010)*

A suspensão do contrato de trabalho, em virtude da percepção do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, não impede a fluência da prescrição quinquenal, ressalvada a hipótese de absoluta impossibilidade de acesso ao Judiciário.

376 ***Contribuição previdenciária. Acordo homologado em juízo após o trânsito em julgado da sentença condenatória. Incidência sobre o valor homologado.*** *(DEJT, 19, 20 e 22-4-2010)*

É devida a contribuição previdenciária sobre o valor do acordo celebrado e homologado após o trânsito em julgado de decisão judicial, respeitada a proporcionalidade de valores entre as parcelas de natureza salarial e indenizatória deferidas na decisão condenatória e as parcelas objeto do acordo.

377 ***Embargos de declaração. Decisão denegatória de recurso de revista exarado por presidente do TRT. Descabimento. Não interrupção do prazo recursal.*** *(DEJT, 19, 20 e 22-4-2010)*

Não cabem embargos de declaração interpostos contra decisão de admissibilidade do recurso de revista, não tendo o efeito de interromper qualquer prazo recursal.

378 ***Embargos. Interposição contra decisão monocrática. Não cabimento.*** *(DEJT, 19, 20 e 22-4-2010)*

Não encontra amparo no art. 894 da CLT, quer na redação anterior quer na redação posterior

à Lei n. 11.496, de 22-6-2007, recurso de embargos interposto à decisão monocrática exarada nos moldes dos arts. 557 do CPC e 896, § 5º, da CLT, pois o comando legal restringe seu cabimento à pretensão de reforma de decisão colegiada proferida por Turma do Tribunal Superior do Trabalho.

379 ***Empregado de cooperativa de crédito. Bancário. Equiparação. Impossibilidade.*** *(*DEJT, *19, 20 e 22-4-2010)*

Os empregados de cooperativas de crédito não se equiparam a bancário, para efeito de aplicação do art. 224 da CLT, em razão da inexistência de expressa previsão legal, considerando, ainda, as diferenças estruturais e operacionais entre as instituições financeiras e as cooperativas de crédito. Inteligência das Leis n. 4.594, de 29-12-1964, e 5.764, de 16-12-1971.

380 ***Intervalo intrajornada. Jornada contratual de seis horas diárias. Prorrogação habitual. Aplicação do art. 71, "caput" e § 4º, da CLT.*** *(*DEJT, *19, 20 e 22-4-2010)*

Ultrapassada habitualmente a jornada de seis horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruído como extra, acrescido do respectivo adicional, na forma prevista no art. 71, "caput" e § 4º, da CLT.

381 ***Intervalo intrajornada. Rurícola. Lei n. 5.889, de 8-6-1973. Supressão total ou parcial. Decreto n. 73.626, de 12-2-1974. Aplicação do art. 71, § 4º, da CLT.*** *(*DEJT, *19, 20 e 22-4-2010)*

A não concessão total ou parcial do intervalo mínimo intrajornada de uma hora ao trabalhador rural, fixado no Decreto n. 73.626, de 12-2-1974, que regulamentou a Lei n. 5.889, de 8-6-1973, acarreta o pagamento do período total, acrescido do respectivo adicional, por aplicação subsidiária do art. 71, § 4º, da CLT.

382 ***Juros de mora. Art. 1º-F da Lei n. 9.494, de 10-9-1997. Inaplicabilidade à Fazenda Pública quando condenada subsidiariamente.*** *(*DEJT, *19, 20 e 22-4-2010)*

A Fazenda Pública, quando condenada subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas devidas pela empregadora principal, não se beneficia da limitação dos juros, prevista no art. 1º-F da Lei n. 9.494, de 10-9-1997.

383 ***Terceirização. Empregados da empresa prestadora de serviços e da tomadora. Isonomia. Art. 12, "a", da Lei n. 6.019, de 3-1-1974.*** *(Mantida – Res. 175/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*

A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, não afastando, contudo, pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções. Aplicação analógica do art. 12, "a", da Lei n. 6.019, de 3-1-1974.

384 ***Trabalhador avulso. Prescrição bienal. Termo inicial.*** *(*DEJT, *19, 20 e 22-4-2010)*

É aplicável a prescrição bienal prevista no art. 7º, XXIX, da Constituição de 1988 ao trabalhador avulso, tendo como marco inicial a cessação do trabalho ultimado para cada tomador de serviço.

385 ***Adicional de periculosidade. Devido. Armazenamento de líquido inflamável no prédio. Construção vertical.*** *(*DEJT, *9, 10 e 11-6-2010)*

É devido o pagamento do adicional de periculosidade ao empregado que desenvolve suas atividades em edifício (construção vertical), seja em pavimento igual ou distinto daquele onde estão instalados tanques para armazenamento de líquido inflamável, em quantidade acima do limite legal, considerando-se como área de risco toda a área interna da construção vertical.

386 ***Férias. Gozo na época própria. Pagamento fora do prazo. Dobra devida. Arts. 137 e 145 da CLT.*** *(*DEJT, *9, 10 e 11-6-2010)*

É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.

387 ***Honorários periciais. Beneficiário da justiça gratuita. Responsabilidade da união pelo pagamento. Resolução n. 35/2007 do CSJT. Observância.*** *(*DEJT, *9, 10 e 11-6-2010)*
A União é responsável pelo pagamento dos honorários de perito quando a parte sucumbente no objeto da perícia for beneficiária da assistência judiciária gratuita, observado o procedimento disposto nos arts. 1º, 2º e 5º da Resolução n. 35/2007 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.

388 ***Jornada 12x36. Jornada mista que compreenda a totalidade do período noturno. Adicional noturno. Devido.*** *(*DEJT, *9, 10 e 11-6-2010)*
O empregado submetido à jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, que compreenda a totalidade do período noturno, tem direito ao adicional noturno, relativo às horas trabalhadas após as 5 horas da manhã.

389 ***Multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC. Recolhimento. Pressuposto recursal. Pessoa jurídica de direito público. Exigibilidade.*** *(*DEJT, *9, 10 e 11-6-2010)*
Está a parte obrigada, sob pena de deserção, a recolher a multa aplicada com fundamento no § 2º do art. 557 do CPC, ainda que pessoa jurídica de direito público.

390 ***Participação nos lucros e resultados. Rescisão contratual anterior à data da distribuição dos lucros. Pagamento proporcional aos meses trabalhados. Princípio da isonomia.*** *(*DEJT, *9, 10 e 11-6-2010)*
Fere o princípio da isonomia instituir vantagem mediante acordo coletivo ou norma regulamentar que condiciona a percepção da parcela participação nos lucros e resultados ao fato de estar o contrato de trabalho em vigor na data prevista para a distribuição dos lucros. Assim, inclusive na rescisão contratual antecipada, é devido o pagamento da parcela de forma proporcional aos meses trabalhados, pois o ex-empregado concorreu para os resultados positivos da empresa.

391 ***Portuários. Submissão prévia de demanda a comissão paritária. Lei n. 8.630, de 25-2-1993. Inexigibilidade.*** *(*DEJT, *9, 10 e 11-6-2010)*
A submissão prévia de demanda a comissão paritária, constituída nos termos do art. 23 da Lei n. 8.630, de 25-2-1993 (Lei dos Portos), não é pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, ante a ausência de previsão em lei.

392 ***Prescrição. Interrupção. Ajuizamento de protesto judicial. Marco inicial.*** *(*DEJT, *9, 10 e 11-6-2010)*
O protesto judicial é medida aplicável no processo do trabalho, por força do art. 769 da CLT, sendo que o seu ajuizamento, por si só, interrompe o prazo prescricional, em razão da inaplicabilidade do § 2º do art. 219 do CPC, que impõe ao autor da ação o ônus de promover a citação do réu, por ser ele incompatível com o disposto no art. 841 da CLT.

393 ***Professor. Jornada de trabalho especial. Art. 318 da CLT. Salário mínimo. Proporcionalidade.*** *(*DEJT, *9, 10 e 11-6-2010)*
A contraprestação mensal devida ao professor, que trabalha no limite máximo da jornada prevista no art. 318 da CLT, é de um salário mínimo integral, não se cogitando do pagamento proporcional em relação a jornada prevista no art. 7º, XIII, da Constituição Federal.

394 ***Repouso semanal remunerado – RSR. Integração das horas extras. Não repercussão no cálculo das férias, do décimo terceiro salário, do aviso prévio e dos depósitos do FGTS.*** *(*DEJT, *9, 10 e 11-6-2010)*
A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de "bis in idem".

395 ***Turno ininterrupto de revezamento. Hora noturna reduzida. Incidência.*** *(DEJT, 9, 10 e 11-6-2010)*

O trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento não retira o direito à hora noturna reduzida, não havendo incompatibilidade entre as disposições contidas nos arts. 73, § 1º, da CLT e 7º, XIV, da Constituição Federal.

396 ***Turnos ininterruptos de revezamento. Alteração da jornada de 8 para 6 horas diárias. Empregado horista. Aplicação do divisor 180.*** *(DEJT, 9, 10 e 11-6-2010)*

Para o cálculo do salário-hora do empregado horista, submetido a turnos ininterruptos de revezamento, considerando a alteração da jornada de 8 para 6 horas diárias, aplica-se o divisor 180, em observância ao disposto no art. 7º, VI, da Constituição Federal, que assegura a irredutibilidade salarial.

397 ***Comissionista misto. Horas extras. Base de cálculo. Aplicação da Súmula n. 340 do TST.*** *(DEJT, 2, 3 e 4-8-2010)*

O empregado que recebe remuneração mista, ou seja, uma parte fixa e outra variável, tem direito a horas extras pelo trabalho em sobrejornada. Em relação à parte fixa, são devidas as horas simples acrescidas do adicional de horas extras. Em relação à parte variável, é devido somente o adicional de horas extras, aplicando-se à hipótese o disposto na Súmula 340 do TST.

398 ***Contribuição previdenciária. Acordo homologado em juízo sem reconhecimento de vínculo de emprego. Contribuinte individual. Recolhimento da alíquota de 20% a cargo do tomador e 11% a cargo do prestador de serviços.*** *(DEJT, 2, 3 e 4-8-2010)*

Nos acordos homologados em juízo em que não haja o reconhecimento de vínculo empregatício, é devido o recolhimento da contribuição previdenciária, mediante a alíquota de 20% a cargo do tomador de serviços e de 11% por parte do prestador de serviços, na qualidade de contribuinte individual, sobre o valor total do acordo, respeitado o teto de contribuição. Inteligência do § 4º do art. 30 e do inciso III do art. 22, todos da Lei n. 8.212, de 24-7-1991.

399 ***Estabilidade provisória. Ação trabalhista ajuizada após o término do período de garantia no emprego. Abuso do exercício do direito de ação. Não configuração. Indenização devida.*** *(DEJT, 2, 3 e 4-8-2010)*

O ajuizamento de ação trabalhista após decorrido o período de garantia de emprego não configura abuso do exercício do direito de ação, pois este está submetido apenas ao prazo prescricional inscrito no art. 7º, XXIX, da CF/1988, sendo devida a indenização desde a dispensa até a data do término do período estabilitário.

400 ***Imposto de renda. Base de cálculo. Juros de mora. Não integração. Art. 404 do Código Civil brasileiro.*** *(DEJT, 2, 3 e 4-8-2010)*

Os juros de mora decorrentes do inadimplemento de obrigação de pagamento em dinheiro não integram a base de cálculo do imposto de renda, independentemente da natureza jurídica da obrigação inadimplida, ante o cunho indenizatório conferido pelo art. 404 do Código Civil de 2002 aos juros de mora.

401 ***Prescrição. Marco inicial. Ação condenatória. Trânsito em julgado da ação declaratória com mesma causa de pedir remota ajuizada antes da extinção do contrato de trabalho.*** *(DEJT, 2, 3 e 4-8-2010)*

O marco inicial da contagem do prazo prescricional para o ajuizamento de ação condenatória, quando advém a dispensa do empregado no curso de ação declaratória que possua a mesma causa de pedir remota, é o trânsito em julgado da decisão proferida na ação declaratória e não a data da extinção do contrato de trabalho.

402 ***Adicional de risco. Portuário. Terminal privativo. Arts. 14 e 19 da Lei n. 4.860, de 26-11-1965. Indevido.*** *(Mantida – Res. 175/2011, DEJT, 27, 30 e 31-5-2011)*

O adicional de risco previsto no artigo 14 da Lei n. 4.860, de 26-11-1965, aplica-se somente aos portuários que trabalham em portos

organizados, não podendo ser conferido aos que operam terminal privativo.

403 ***Advogado empregado. Contratação anterior à Lei n. 8.906, de 4-7-1994. Jornada de trabalho mantida com o advento da lei. Dedicação exclusiva. Caracterização.*** *(DEJT, 16, 17 e 20-9-2010)*

O advogado empregado contratado para jornada de 40 horas semanais, antes da edição da Lei n. 8.906, de 4-7-1994, está sujeito ao regime de dedicação exclusiva disposto no art. 20 da referida lei, pelo que não tem direito à jornada de 20 horas semanais ou 4 diárias.

404 ***Diferenças salariais. Plano de cargos e salários. Descumprimento. Critérios de promoção não observados. Prescrição parcial.*** *(DEJT, 16, 17 e 20-9-2010)*

Tratando-se de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é a parcial, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês.

405 ***Embargos. Procedimento sumaríssimo. Conhecimento. Recurso interposto após vigência da Lei n. 11.496, de 22-6-2007, Que conferiu nova redação ao art. 894, II, da CLT.*** *(DEJT, 16, 17 e 20-9-2010)*

Em causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, em que pese a limitação imposta no art. 896, § 6º, da CLT à interposição de recurso de revista, admite-se os embargos interpostos na vigência da Lei n. 11.496, de 22-6-2007, que conferiu nova redação ao art. 894 da CLT, quando demonstrada a divergência jurisprudencial entre Turmas do TST, fundada em interpretações diversas acerca da aplicação de mesmo dispositivo constitucional ou de matéria sumulada.

406 ***Adicional de periculosidade. Pagamento espontâneo. Caracterização de fato incontroverso. Desnecessária a perícia de que trata o art. 195 da CLT.*** *(DEJT, 22, 25 e 26-10-2010)*

O pagamento de adicional de periculosidade efetuado por mera liberalidade da empresa, ainda que de forma proporcional ao tempo de exposição ao risco ou em percentual inferior ao máximo legalmente previsto, dispensa a realização da prova técnica exigida pelo art. 195 da CLT, pois torna incontroversa a existência do trabalho em condições perigosas.

407 ***Jornalista. Empresa não jornalística. Jornada de trabalho reduzida. Arts. 302 e 303 da CLT.*** *(DEJT, 22, 25 e 26-10-2010)*

O jornalista que exerce funções típicas de sua profissão, independentemente do ramo de atividade do empregador, tem direito à jornada reduzida prevista no art. 303 da CLT.

408 ***Juros de mora. Empresa em liquidação extrajudicial. Sucessão trabalhista.*** *(DEJT, 22, 25 e 26-10-2010)*

É devida a incidência de juros de mora em relação aos débitos trabalhistas de empresa em liquidação extrajudicial sucedida nos moldes dos arts. 10 e 448 da CLT. O sucessor responde pela obrigação do sucedido, não se beneficiando de qualquer privilégio a este destinado.

409 ***Multa por litigância de má-fé. Recolhimento. Pressuposto recursal. Inexigibilidade.*** *(DEJT, 22, 25 e 26-10-2010)*

O recolhimento do valor da multa imposta por litigância de má-fé, nos termos do art. 18 do CPC, não é pressuposto objetivo para interposição dos recursos de natureza trabalhista. Assim, resta inaplicável o art. 35 do CPC como fonte subsidiária, uma vez que, na Justiça do Trabalho, as custas estão reguladas pelo art. 789 da CLT.

410 ***Repouso semanal remunerado. Concessão após o sétimo dia consecutivo de trabalho. Art. 7º, XV, da CF. Violação.*** *(DEJT, 22, 25 e 26-10-2010)*

Viola o art. 7º, XV, da CF a concessão de repouso semanal remunerado após o sétimo dia consecutivo de trabalho, importando no seu pagamento em dobro.

411 ***Sucessão trabalhista. Aquisição de empresa pertencente a grupo econômico. Responsabilidade solidária do sucessor por débitos trabalhistas de empresa não adquirida. Inexistência.*** *(DEJT, 22, 25 e 26-10-2010)*

O sucessor não responde solidariamente por débitos trabalhistas de empresa não adquirida, integrante do mesmo grupo econômico da empresa sucedida, quando, à época, a empresa devedora direta era solvente ou idônea economicamente, ressalvada a hipótese de má-fé ou fraude na sucessão.

412 ***Agravo inominado ou agravo regimental. Interposição em face de decisão colegiada. Não cabimento. Erro grosseiro. Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade recursal.*** *(DEJT, 14, 15 e 16-2-2012)*

É incabível agravo inominado (art. 557, § 1º, do CPC) ou agravo regimental (art. 235 do RITST) contra decisão proferida por Órgão colegiado. Tais recursos destinam-se, exclusivamente, a impugnar decisão monocrática nas hipóteses expressamente previstas. Inaplicável, no caso, o princípio da fungibilidade ante a configuração de erro grosseiro.

413 ***Auxílio-alimentação. Alteração da natureza jurídica. Norma coletiva ou adesão ao PAT.*** *(DEJT, 14, 15 e 16-2-2012)*

A pactuação em norma coletiva conferindo caráter indenizatório à verba "auxílio-alimentação" ou a adesão posterior do empregador ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT – não altera a natureza salarial da parcela, instituída anteriormente, para aqueles empregados que, habitualmente, já percebiam o benefício, a teor das Súmulas 51, I, e 241 do TST.

414 ***Competência da Justiça do Trabalho. Execução de ofício. Contribuição social referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT). Arts. 114, VIII, e 195, I, "a", da Constituição da República.*** *(DEJT, 14, 15 e 16-2-2012)*

Compete à Justiça do Trabalho a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que tem natureza de contribuição para a seguridade social (arts. 114, VIII, e 195, I, "a", da CF), pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho (arts. 11 e 22 da Lei n. 8.212/1991).

415 ***Horas extras. Reconhecimento em juízo. Critério de dedução/abatimento dos valores comprovadamente pagos no curso do contrato de trabalho.*** *(DEJT, 14, 15 e 16-2-2012)*

A dedução das horas extras comprovadamente pagas daquelas reconhecidas em juízo não pode ser limitada ao mês de apuração, devendo ser integral e aferida pelo total das horas extraordinárias quitadas durante o período imprescrito do contrato de trabalho.

416 ***Imunidade de jurisdição. Organização ou organismo internacional.*** *(DEJT, 14, 15 e 16-2-2012)*

As organizações ou organismos internacionais gozam de imunidade absoluta de jurisdição quando amparados por norma internacional incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, não se lhes aplicando a regra do Direito Consuetudinário relativa à natureza dos atos praticados. Excepcionalmente, prevalecerá a jurisdição brasileira na hipótese de renúncia expressa à cláusula de imunidade jurisdicional.

417 ***Prescrição. Rurícola. Emenda Constitucional n. 28, de 26-5-2000. Contrato de trabalho em curso.*** *(DEJT, 14, 15 e 16-2-2012)*

Não há prescrição total ou parcial da pretensão do trabalhador rural que reclama direitos relativos a contrato de trabalho que se encontrava em curso à época da promulgação da Emenda Constitucional n. 28, de 26-5-2000, desde que ajuizada a demanda no prazo de cinco anos de sua publicação, observada a prescrição bienal.

418 ***Equiparação salarial. Plano de cargos e salários. Aprovação por instrumento coletivo. Ausência de alternância de critérios de promoção por antiguidade e merecimento.*** *(DEJT, 12, 13 e 16-4-2012)*

Não constitui óbice à equiparação salarial a existência de plano de cargos e salários que, referendado por norma coletiva, prevê critério de promoção apenas por merecimento ou antiguidade, não atendendo, portanto, o requisito de alternância dos critérios, previsto no art. 461, § 2º, da CLT.

419 ***Enquadramento. Empregado que exerce atividade em empresa agroindustrial. Definição pela atividade preponderante da empresa.*** *(DEJT, 28 e 29-6-2012 e 2-7-2012)*

Considera-se rurícola empregado que, a despeito da atividade exercida, presta serviços a empregador agroindustrial (art. 3º, § 1º, da Lei n. 5.889, de 8-6-1973), visto que, neste caso, é a atividade preponderante da empresa que determina o enquadramento.

420 ***Turnos ininterruptos de revezamento. Elastecimento da jornada de trabalho. Norma coletiva com eficácia retroativa. Invalidade.*** *(DEJT, 28 e 29-6-2012 e 2-7-2012)*

É inválido o instrumento normativo que, regularizando situações pretéritas, estabelece jornada de oito horas para o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento.

421 ***Honorários advocatícios. Ação de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho ou de doença profissional. Ajuizamento perante a Justiça comum antes da promulgação da Emenda Constitucional n. 45/2004. Posterior remessa dos autos à Justiça do Trabalho. Art. 20 do CPC. Incidência.*** *(DEJT, 1º, 4 e 5-2-2013)*

A condenação em honorários advocatícios nos autos de ação de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho ou de doença profissional, remetida à Justiça do Trabalho após ajuizamento na Justiça comum, antes da vigência da Emenda Constitucional n. 45/2004, decorre da mera sucumbência, nos termos do art. 20 do CPC, não se sujeitando aos requisitos da Lei n. 5.584/70.

Índice Alfabético das Orientações Jurisprudenciais do TST – SDI-II

(Os números referem-se às orientações)

AÇÃO CAUTELAR
EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA – 113
Incidental em ação rescisória. Planos econômicos – 1
Mandado de segurança. Reintegração – 63
AÇÃO DE CUMPRIMENTO
Decisão normativa que sofreu reforma. Mandado de segurança cabível – 49
AÇÃO RESCISÓRIA
Ação cautelar incidental. Planos econômicos – 1
Ação cautelar para suspender execução da decisão rescindenda – 131
Acordo homologado. Alcance. Ofensa à coisa julgada – 132
Acordo prévio ao ajuizamento da reclamação. Quitação geral. Lide simulada. Possibilidade de rescisão da sentença homologatória de acordo apenas se verificada a existência de vício de consentimento – 154
Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Salário mínimo – 2
Antecipação de tutela. Medida acautelatória – 3
Apresentação de documento novo – 20
Ausência de defesa e revelia – 126
Ausência de dolo processual – 125
Ausência de formação de coisa julgada. Carência de ação – 96
Ausência de trânsito em julgado. Ação Rescisória preventiva. Descabimento – 106
Banco do Brasil. Adicionais – 5
Banco do Brasil. Adicional de caráter pessoal – 4
Cabimento – 25
Cabimento. Sentença homologatória de liquidação. Contraditório existente – 85
Certidão de trânsito em julgado. Presunção relativa de veracidade. Decadência – 102
Cipeiro-Suplente. Estabilidade – 6
Colusão. Fraude à lei. Reclamatória simulada extinta – 94
Competência. Criação de Tribunal Regional do Trabalho – 7
Complementação de aposentadoria. Banespa – 8
CONAB. Garantia de emprego – 9
Concurso público anulado – 128
Contradição no julgado. Erro de fato. Cabimento – 103
Contrato nulo. Administração Pública. Efeitos – 10
Correção monetária. Plano de classificação de cargos – 11
Cumulação de antecipações bimestrais e reajustes quadrimestrais – 39
Cumulação de pedidos – 78
Decadência – 14
Decadência. Ampliação do prazo – 17
Decadência. Duas decisões rescindendas – 15
Decadência. Exceção de incompetência – 16
Decadência. Ministério Público. Prazo. Colusão

das partes. Contagem – 122
Decadência. Não esgotamento das vias recursais. Prazo legal do Recurso Extraordinário – 145
Decadência. Sentença homologatória de acordo. Trânsito em julgado – 104
Decadência. União. Interrupção dos prazos – 18
Decisão de Tribunal Regional do Trabalho em agravo regimental – 43
Decisão em agravo regimental. Aplicação do Enunciado n. 333. Juízo de mérito – 134
Decisão homologatória de adjudicação – 44
Decisão homologatória de arrematação – 45
Decisão rescindenda que extingue o processo sem resolução de mérito por acolhimento da exceção de coisa julgada. Conteúdo meramente processual. Impossibilidade jurídica do pedido – 150
Decisões proferidas em fases distintas de uma mesma ação. Coisa julgada. Não configuração – 157
Declaração de nulidade de decisão homologatória de acordo em razão de colusão (art. 485, III, do CPC). Multa por litigância de má-fé. Impossibilidade – 158
E mandado de segurança. Irregularidade de representação processual verificada na fase recursal. Procuração outorgada com poderes específicos para ajuizamento de reclamação trabalhista. Vício processual insanável – 151
E mandado de segurança. Recurso de revista de acórdão regional que julga ação rescisória ou mandado de segurança. Princípio da fungibilidade. Inaplicabilidade. Erro grosseiro na interpretação do recurso – 152
E mandado de segurança. Valor atribuído à causa na inicial. Majoração de ofício. Inviabilidade – 155
Depósito recursal. Pedido rescisório procedente – 117
Desconstituição de sentença substituída por acórdão regional. Impossibilidade – 48
Descontos INSS e IR. Execução. Omissão. Ofensa à coisa julgada. Inexistência – 81
Deserção do recurso. Prazo para rescisória mantido – 80
Duplo grau de jurisdição. Trânsito em julgado – 21
Erro de fato. Caracterização – 136
Estabilidade. Período pré-eleitoral – 23
Estabilidade. Servidor público celetista – 22
Estabilidade provisória. Reintegração – 24
Execução. Multa. Art. 920 do CC – 31
Expressão "lei" do art. 485, V, do CPC. Contrariedade à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do TST – 118
Fundamento para invalidar confissão real – 108
Honorários advocatícios – 27
Imediato julgamento do mérito. Duplo grau de jurisdição – 79
Incidência do Imposto de Renda sobre abono pecuniário – 19
Incompetência funcional do Tribunal. Extinção do feito – 70
Indicação na petição inicial do dispositivo violado – 33
Inépcia da petição inicial – 32
Início do prazo para apresentação da contestação – 146
Instrução da cautelar. Juntada de provas documentais. Indispensável – 76
Interpretação do título executivo. Coisa julgada – 123
Litisconsórcio. Necessário no polo passivo e facultativo no ativo – 82
Matéria constitucional – 29
Matéria controvertida. Inserção nas Orientações Jurisprudenciais do TST. Efeitos – 77
Ministério Público. Legitimidade *ad causam*. Limitações – 83
Multa. Art. 920 do CC – 30
Ofensa à coisa julgada emanada de sentença normativa em grau de recurso – 116
Ofensa à coisa julgada. Fixação de tese na decisão rescindenda – 101

Pedido de antecipação de tutela. Descabimento – 121
Petição inicial. Peças essenciais. Ausência. Extinção do processo arguida de ofício – 84
Plano econômico – 34
Planos econômicos. Ofensa à coisa julgada – 35
Prazo. Decadência – 12
Prazo decadencial – 13
Prazo prescricional. Total ou parcial. Matéria infraconstitucional – 119
Prequestionamento. Necessidade – 36
Prequestionamento da matéria e do enfoque específico da tese debatida na ação – 72 e 124
Prescrição quinquenal. Matéria constitucional – 37
Princípios da legalidade e do devido processo legal – 97
Professor-titular. Exigência de concurso público – 38
Reajustes salariais previstos em norma coletiva – 40
Reexame de fatos e provas. Inviabilidade – 109
Remessa de ofício. Matéria prequestionada – 75
Rescisão de julgado em Agravo de Instrumento. Impossibilidade – 105
Restituição de parcela já paga ao empregado. Ação própria – 28
Réu sindicato. Substituto processual. Inexistência de litisconsórcio passivo necessário – 110
Segunda ação rescisória – 95
Sentença *citra petita*. Cabimento – 41
Sentença declaratória de extinção de execução. Cabimento – 107
Sentença de mérito. Art. 896-A – 47
Sentença de mérito. Competência do TST – 42
Sentença de mérito. Questão processual – 46
Sentença homologatória de acordo. Inviabilidade – 111
Servidor público. Salário vinculado ao salário mínimo – 71
SUFRAMA. Gratificação de nível superior – 26
Valor da causa – 147
Violação de lei. Decisão rescindenda por duplo fundamento – 112
Violação do art. 37, *caput*, da CF/88. Necessidade de prequestionamento – 135

ADICIONAL
De caráter pessoal. Banco do Brasil – 4
Horas extras. Banco do Brasil – 5
Insalubridade. Base de cálculo – 2

ADJUDICAÇÃO
Decisão homologatória. Ação rescisória – 44
Sentença homologatória. Mandado de segurança incabível – 66

ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
Ação rescisória. Descabimento – 121
Ação rescisória. Medida acautelatória – 3
Anterior à prolação da sentença. Impugnável por mandado de segurança – 50
Competência: Varas – Juiz Titular; Tribunal – Relator – 68
Concedida em sentença. Mandado de segurança incabível – 51
Mandado de segurança. Perda de objeto – 86

APOSENTADORIA
Complementação. Banespa – 8

ARREMATAÇÃO
Decisão homologatória. Ação rescisória – 45

COMPETÊNCIA
Ação rescisória. Criação de Tribunal Regional do Trabalho – 7
Ação rescisória. Sentença de mérito. Tribunal Superior do Trabalho – 42
Antecipação de tutela. Varas – Juiz Titular; Tribunal – Relator – 68
Conflito de competência. Incompetência territorial. Hipótese do art. 651, § 3º, da CLT. Impossibilidade de declaração de ofício de incompetência relativa – 149
Execução por carta precatória. Embargos de terceiro – 114
Funcional. Conflito negativo. TRT e Vara do Trabalho de idêntica região – 115
Originária. Ação anulatória – 129
Territorial. Ação civil pública – 130

CONCURSO PÚBLICO
Administração Pública. Contrato nulo. Efeitos – 10
Ingresso no cargo de professor-titular – 38

Art. 67. Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

Parágrafo único. Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização.

Art. 68. O trabalho em domingo, seja total ou parcial, na forma do art. 67, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho.

Parágrafo único. A permissão será concedida a título permanente nas atividades que, por sua natureza ou pela conveniência pública, devem ser exercidas aos domingos, cabendo ao Ministro do Trabalho expedir instruções em que sejam especificadas tais atividades. Nos demais casos, ela será dada sob forma transitória, com discriminação do período autorizado, o qual, de cada vez, não excederá de 60 (sessenta) dias.

Art. 69. Na regulamentação do funcionamento de atividades sujeitas ao regime deste Capítulo, os municípios atenderão aos preceitos nele estabelecidos, e as regras que venham a fixar não poderão contrariar tais preceitos nem as instruções que, para seu cumprimento, forem expedidas pelas autoridades competentes em matéria de trabalho.

Art. 70. Salvo o disposto nos arts. 68 e 69, é vedado o trabalho em dias feriados nacionais e feriados religiosos, nos termos da legislação própria. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 71. Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

§ 1º Não excedendo de 6 (seis) horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos quando a duração ultrapassar 4 (quatro) horas.

§ 2º Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho.

§ 3º O limite mínimo de 1 (uma) hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do Ministro do Trabalho quando, ouvida a Secretaria de Segurança e Higiene do Trabalho, se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios e quando os respectivos empregados não estiverem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.

§ 4º Quando o intervalo para repouso e alimentação, previsto neste artigo, não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho. (Parágrafo incluído pela Lei n. 8.923, de 27-7-1994.)

§ 5º Os intervalos expressos no *caput* e no § 1º poderão ser fracionados quando compreendidos entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, desde que previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais do trabalho a que são submetidos estritamente os motoristas, cobradores, fiscalização de campo e afins nos serviços de operação de veículos rodoviários, empregados no setor de transporte coletivo de passageiros, mantida a mesma remuneração e concedidos intervalos para descanso menores e fracionados ao final de cada viagem, não descontados da jornada. (Parágrafo incluído pela Lei n. 12.619, de 30-4-2012.)

CONTRATO DE TRABALHO
Nulidade. Administração Pública. Concurso público – 10
CORREÇÃO MONETÁRIA
Plano de classificação de cargos. Implantação tardia. Ação rescisória – 11
CUSTAS
Recurso Ordinário em Mandado de Segurança. Comprovação de recolhimento – 148
DECADÊNCIA
Ação rescisória. Ampliação do prazo – 17
Ação rescisória. Exceção de incompetência – 16
Ação rescisória. Prazo – 12, 13 e 14
Ação rescisória. União – 18
Afastada. Julgamento imediato do mérito. Duplo grau de jurisdição – 79
Certidão de trânsito em julgado. Presunção relativa de veracidade – 102
Duas decisões rescindendas – 15
Recurso deserto. Ação rescisória. Prazo – 80
Sentença homologatória de acordo. Momento do trânsito em julgado – 104
DOCUMENTO
Necessário para a instrução da cautelar – 76
Novo. Apresentação – 20
EMBARGOS
Decisão monocrática do relator – 74
Terceiro. Mandado de segurança. Cumulação de ações – 54
ESTABILIDADE
Ação rescisória. Servidor público celetista – 22
Cipeiro-suplente. Estabilidade – 6
CONAB. Aviso DIREH. Garantia de emprego – 9
Período pré-eleitoral – 23
Provisória. Reintegração em período posterior. Efeitos – 24
EXECUÇÃO
Ação rescisória. Violação do art. 920 do CC – 31
Habeas corpus. Depositário. Termo de depósito não assinado – 89
Habeas corpus. Penhora sobre coisa futura. Prisão. Depositário infiel – 143
Mandado de segurança. Penhora sobre renda de estabelecimento comercial – 93
Planos econômicos. Limitação à data-base. Ofensa à coisa julgada – 35
Por carta precatória. Embargos de terceiro. Competência – 114
Prosseguimento. Agravo de petição interposto – 55
Provisória. Reintegração. Impossibilidade. Mandado de segurança – 87
Recurso extraordinário pendente. Mandado de segurança – 56
Suspensão. Ação rescisória. Juntada de documentos indispensáveis – 76
Suspensão. Mandado de segurança. Cooperativa em liquidação extrajudicial – 53
GRATIFICAÇÃO
de nível superior. SUFRAMA – 26
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS
Ação rescisória. Indevidos – 27
Cobrança. Incompetência da Justiça do Trabalho. Contrato de natureza civil – 138
IMPOSTO DE RENDA
Incidência sobre abono pecuniário pago a título de desligamento incentivado – 19
INSALUBRIDADE
Adicional. Base de cálculo – 2
JORNADA DE TRABALHO
Adicional. Banco do Brasil – 5
LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Mandado de segurança incabível – 53
MANDADO DE SEGURANÇA
Ação de cumprimento fundada em cláusula excluída de sentença normativa – 49
Antecipação de tutela concedida em sentença. Incabível – 51
Antecipação de tutela. Sentença superveniente. Perda de objeto – 86
Art. 284 do CPC. Aplicabilidade – 52
Autenticação de peças para formação do agravo de instrumento – 91
Averbação ou reconhecimento do tempo de serviço. INSS – 57
Cabimento. Decisão passível de reforma mediante recurso próprio – 92

Cabimento. Depósito prévio de honorários periciais – 98
Cooperativa em liquidação extrajudicial. Inaplicabilidade – 53
Decadência. Marco inicial – 127
Dirigente sindical. Art. 494 da CLT. Aplicável – 137
Embargos de terceiro. Cumulação de ações. Inviabilidade – 54
Execução. Ordem de penhora sobre valores existentes em conta salário. Art. 649, IV, do CPC. Ilegalidade – 153
Execução. Recurso extraordinário pendente – 56
Impugnação de tutela antecipada concedida antes da prolação de sentença – 50
Incompetência da Justiça do Trabalho. Cobrança de honorários advocatícios. Contrato de natureza civil – 138
Liminar concedida em Ação Civil Pública. Cabível – 58
Liminar, concedida ou denegada em outra segurança. Incabível – 140
Liminar denegada em ação cautelar – 141
Liminar em ação civil pública. Sentença de mérito superveniente. Perda de objeto – 139
Penhora. Carta de fiança bancária – 59
Penhora em dinheiro. Execução definitiva – 60
Penhora em dinheiro. Execução definitiva. Arts. 612 e 666 do CPC – 61
Penhora em dinheiro. Execução provisória – 62
Penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial – 93
Prosseguimento da execução. Agravo de petição interposto – 55
Proibição de prática de atos futuros. Sentença genérica. Evento futuro. Incabível – 144
Recusa à homologação de acordo. Inexistência de direito líquido e certo – 120
Reintegração. Ação cautelar – 63
Reintegração em execução provisória. Impossibilidade – 87
Reintegração liminarmente concedida – 64 e 142
Reintegração liminarmente concedida. Dirigente sindical – 65
Sentença homologatória de adjudicação. Incabível – 66
Transferência. Art. 659, IX, da CLT – 67
Trânsito em julgado formal. Descabimento – 99
Valor da causa. Custas processuais. Cabimento – 88

MULTA
Art. 920 do CC. Ação rescisória. Cabimento – 30
Art. 920 do CC. Decisão rescindenda em execução – 31

PENHORA
Carta de fiança bancária. Mandado de segurança – 59
Em dinheiro. Banco. Mandado de segurança – 60
Em dinheiro. Execução definitiva. Mandado de segurança – 61
Em dinheiro. Execução provisória. Mandado de segurança – 62
Habeas corpus. Depositário. Termo de depósito não assinado pelo paciente – 89
Renda de estabelecimento comercial. Mandado de segurança – 93

PLANOS ECONÔMICOS
Ação rescisória – 34
Ação rescisória. Ação cautelar incidental – 1
Ação rescisória. Ofensa à coisa julgada – 35

PREQUESTIONAMENTO
Necessidade. Ação rescisória – 36
Relativo à matéria e ao enfoque da tese debatida. Ação rescisória – 72

PRESCRIÇÃO
Ação rescisória. Matéria constitucional – 37
Total ou parcial. Matéria infraconstitucional – 119

PUBLICIDADE
Decisão exarada pelo relator. Participação do colegiado. Acesso às partes – 73

REAJUSTE SALARIAL
Cumulação das antecipações bimestrais e reajustes quadrimestrais – 39
Previsão em norma coletiva – 40

RECURSO
Agravo de instrumento. Autenticação de peças – 91
Fungibilidade recursal – 69

Habeas corpus originário no TST. Substitutivo de recurso ordinário em *habeas corpus*. Cabimento contra decisão definitiva proferida por Tribunal Regional do Trabalho – 156
Ordinário. Conhecimento. Impugnação aos fundamentos da decisão recorrida – 90
Recurso ordinário para o TST. Cabimento – 100
Remessa de ofício. Ação rescisória. Prequestionamento – 75

REINTEGRAÇÃO
Concedida liminarmente. Dirigente sindical. Mandado de segurança – 65
Concedida liminarmente. Mandado de segurança – 64
Impossibilidade. Execução provisória. Mandado de segurança – 87
Mandado de segurança. Ação cautelar – 63
Posterior ao término da estabilidade. Direito limitado a salários e consectários – 24

SALÁRIO MÍNIMO
Adicional de insalubridade. Base de cálculo – 2
Salário do servidor público – 71

SERVIDOR PÚBLICO
Ação rescisória. Estabilidade – 22
Salário vinculado ao salário mínimo – 71

TRANSFERÊNCIA
Liminar obstativa de transferência de empregado. Mandado de segurança – 67

Orientações Jurisprudenciais do TST – SDI-II

1 ***Ação rescisória. Ação cautelar incidental. Planos económicos.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 405 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

2 ***Ação rescisória. Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Salário mínimo. Cabível.***
Viola o art. 192 da CLT decisão que acolhe pedido de adicional de insalubridade com base na remuneração do empregado.

3 ***Ação rescisória. Antecipação de tutela de mérito requerida em fase recursal. Recebimento como medida acautelatória. MP 1.906 e reedições.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 405 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

4 ***Ação rescisória. Banco do Brasil. Adicional de caráter pessoal. ACP.***
Procede, por ofensa ao art. 5º, XXXVI, da CF/88, o pedido de rescisão de julgado que acolheu adicional de caráter pessoal em favor de empregado do Banco do Brasil S.A.

5 ***Ação rescisória. Banco do Brasil. AP e ADI. Horas extras. Súmula 83 do TST. Aplicável.***
Não se acolhe pedido de rescisão de julgado que deferiu a empregado do Banco do Brasil S.A. horas extras após a sexta, não obstante o pagamento dos adicionais AP e ADI, ou AFR quando a decisão rescindenda for anterior à Orientação Jurisprudencial n. 17, da Seção de Dissídios Individuais do TST (7-11-1994). Incidência das Súmulas 83 do TST e 343 do STF.

6 ***Ação rescisória. Cipeiro suplente. Estabilidade. ADCT da CF/88, art. 10, II, "a". Súmula 83 do TST.*** *(Nova redação – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
Rescinde-se o julgado que nega estabilidade a membro suplente de CIPA, representante de empregado, por ofensa ao art. 10, II, "a", do ADCT da CF/88, ainda que se cuide de decisão anterior à Súmula 339 do TST. Incidência da Súmula 83 do TST.

7 ***Ação rescisória. Competência. Criação de Tribunal Regional do Trabalho. Na omissão da lei, é fixada pelo art. 678, I, c, item 2, da CLT.*** *(Nova redação – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
A Lei n. 7.872/89 que criou o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região não fixou a sua competência para apreciar as ações rescisórias de decisões oriundas da 1ª Região, o que decorreu do art. 678, I, "c", item 2, da CLT.

8 ***Ação rescisória. Complementação de aposentadoria. Banespa. Súmula 83 do TST.*** *(Nova redação – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
Não se rescinde julgado que acolheu pedido de complementação de aposentadoria integral em favor de empregado do BANESPA, antes da Súmula 313 do TST, em virtude da notória controvérsia jurisprudencial então reinante. Incidência da Súmula 83 do TST.

9 ***Ação rescisória. CONAB. Aviso DIREH 02/84. Súmula 83 do TST. Aplicável.***
Não se rescinde julgado que reconheceu garantia de emprego com base no Aviso DIREH 02/84 da CONAB, antes da Súmula 355 do TST, em virtude da notória controvérsia jurisprudencial então reinante. Incidência da Súmula 83 do TST.

10 ***Ação rescisória. Contrato nulo. Administração Pública. Efeitos. Art. 37, II e § 2º, da CF/88.***

Somente por ofensa ao art. 37, II e § 2º, da CF/88, procede o pedido de rescisão de julgado para considerar nula a contratação, sem concurso público, de servidor, após a CF/88.

11 ***Ação rescisória. Correção monetária. Lei n. 7.596/87. Universidades federais. Implantação tardia do plano de classificação de cargos. Violação de lei. Súmula 83 do TST. Aplicável.***

Não se rescinde julgado que acolhe pedido de correção monetária decorrente da implantação tardia do plano de classificação de cargos de Universidade Federal previsto na Lei n. 7.596/87, à época em que era controvertida tal matéria na jurisprudência. Incidência da Súmula 83 do TST.

12 ***Ação rescisória. Decadência. Consumação antes ou depois da edição da Medida Provisória n. 1.577/97. Ampliação do prazo.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 17 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

I – A vigência da Medida Provisória n. 1.577/97 e de suas reedições implicou o elastecimento do prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória a favor dos entes de direito público, autarquias e fundações públicas. Se o biênio decadencial do art. 495 do CPC findou após a entrada em vigor da referida medida provisória e até sua suspensão pelo STF em sede liminar de ação direta de inconstitucionalidade (ADIn 1753-2), tem-se como aplicável o prazo decadencial elastecido à rescisória. (ex-OJ n. 17 da SDI-II – inserida em 20-9-2000)

II – A regra ampliativa do prazo decadencial para a propositura de ação rescisória em favor de pessoa jurídica de direito público não se aplica se, ao tempo em que sobreveio a Medida Provisória n. 1.577/97, já se exaurira o biênio do art. 495 do CPC. Preservação do direito adquirido da parte à decadência já consumada sob a égide da lei velha. (ex-OJ n. 12 da SDI-II – inserida em 20-9-2000)

13 ***Ação rescisória. Decadência. "Dies ad quem". Art. 775 da CLT. Aplicável.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 100 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

14 ***Ação rescisória. Decadência. "Dies a quo". Recurso intempestivo.*** *(Cancelada devido à nova redação imprimida ao Enunciado n. 100, Res. 109/2001,* DJ, *18-4-2001)*

15 ***Ação rescisória. Decadência. Duas decisões rescindendas.*** *(Cancelada devido à nova redação imprimida ao Enunciado 100, Res. 109/2001,* DJ, *18-4-2001.)*

16 ***Ação rescisória. Decadência. Exceção de incompetência.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 100 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

17 ***Ação rescisória. Decadência. Não consumação antes da edição da MP n. 1.577/97. Ampliação do prazo.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação Jurisprudencial n. 12 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

18 ***Ação rescisória. Decadência. União. Lei Complementar n. 73/93, art. 67. Lei n. 8.682/93, art. 6º.***

O art. 67 da Lei Complementar n. 73/93 interrompeu todos os prazos, inclusive o de decadência, em favor da União no período compreendido entre 14-2-1993 e 14-8-1993.

19 ***Ação rescisória. Desligamento incentivado. Imposto de renda. Abono pecuniário. Violação de lei. Súmula 83 do TST. Aplicável.***

Havendo notória controvérsia jurisprudencial acerca da incidência de imposto de renda sobre parcela paga pelo empregador ("abono pecuniário") a título de "desligamento incentivado", improcede pedido de rescisão do julgado. Incidência da Súmula 83 do TST.

20 ***Ação rescisória. Documento novo. Dissídio coletivo. Sentença normativa.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 402 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

21 ***Ação rescisória. Duplo grau de jurisdição. Trânsito em julgado. Inobservância.***

Decreto-lei n. 779/69, art. 1º, V. Incabível. *(Nova redação – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
É incabível ação rescisória para a desconstituição de sentença não transitada em julgado porque ainda não submetida ao necessário duplo grau de jurisdição, na forma do Decreto-lei n. 779/69. Determina-se que se oficie ao Presidente do TRT para que proceda à avocatória do processo principal para o reexame da sentença rescindenda.

22 ***Ação rescisória. Estabilidade. Art. 41, CF/88. Celetista. Administração direta, autárquica ou fundacional. Aplicabilidade.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 390, Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

23 ***Ação rescisória. Estabilidade. Período pré-eleitoral. Violação de lei. Súmula 83 do TST. Aplicável.***
Não procede pedido de rescisão de sentença de mérito que assegura ou nega estabilidade pré-eleitoral, quando a decisão rescindenda for anterior à Orientação Jurisprudencial n. 51, da Seção de Dissídios Individuais do TST (25-11-1996). Incidência da Súmula 83 do TST.

24 ***Ação rescisória. Estabilidade provisória. Reintegração em período posterior. Direito limitado aos salários e consectários do período da estabilidade.***
Rescinde-se o julgado que reconhece estabilidade provisória e determina a reintegração de empregado, quando já exaurido o respectivo período de estabilidade. Em juízo rescisório, restringe-se a condenação quanto aos salários e consectários até o termo final da estabilidade.

25 ***Ação rescisória. Expressão "lei" do art. 485, V, do CPC. Não inclusão do ACT, CCT, Portaria, Regulamento, Súmula e Orientação Jurisprudencial de Tribunal.*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 118 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
Não procede pedido de rescisão fundado no art. 485, V, do CPC quando se aponta contrariedade à norma de convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo de trabalho, portaria do Poder Executivo, regulamento de empresa e súmula ou orientação jurisprudencial de tribunal. (ex-OJ n. 25 da SDI-II, inserida em 20-9-2000 e ex-OJ n. 118 da SDI-II, *DJ*, 11-8-2003)

26 ***Ação rescisória. Gratificação de nível superior. SUFRAMA.***
A extensão da gratificação instituída pela SUFRAMA aos servidores celetistas exercentes de atividade de nível superior não ofende as disposições contidas nos arts. 37, XIII, e 39, § 1º, da CF/88.

27 ***Ação rescisória. Honorários advocatícios.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 219 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

28 ***Ação rescisória. Juízo rescisório. Restituição da parcela já recebida. Deve a parte propor ação própria.*** *(Cancelada pela Res. 149/2008,* DJe, *20, 21 e 24-11-2008)*

29 ***Ação rescisória. Matéria constitucional. Súmula 83 do TST e Súmula 343 do STF. Inaplicáveis.*** *(Cancelada pela Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005, em decorrência da redação conferida à Súmula 83 pela Res. 121/2003,* DJ, *21-11-2003)*

30 ***Ação rescisória. Multa. Art. 920 do Código Civil de 1916 (art. 412 do Código Civil de 2002).*** *(Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 31 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
Não se acolhe, por violação do art. 920 do Código Civil de 1916 (art. 412 do Código Civil de 2002), pedido de rescisão de julgado que:
a) em processo de conhecimento, impôs condenação ao pagamento de multa, quando a decisão rescindenda for anterior à Orientação Jurisprudencial n. 54 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do TST (30-5-1994), incidindo o óbice da Súmula 83 do TST. (ex-OJ n. 30 da SDI-II – inserida em 20-9-2000)
b) em execução, rejeita-se limitação da condenação ao pagamento de multa, por inexistência de violação literal. (ex-OJ n. 31 da SDI-II – inserida em 20-9-2000)

31 ***Ação rescisória. Multa. Violação do art. 920 do Código Civil. Decisão rescindenda em execução.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à redação da Orientação Jurisprudencial n. 30 da SDI-II – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

32 ***Ação rescisória. Petição inicial. Causa de pedir. Ausência de capitulação, ou capitulação errônea no art. 485 do CPC. Princípio "iura novit curia".*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 408 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

33 ***Ação rescisória. Petição inicial. Violação literal de lei. Princípio "iura novit curia".*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 408 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

34 ***Ação rescisória. Planos econômicos.***
1. O acolhimento de pedido em ação rescisória de plano econômico, fundada no art. 485, inciso V, do CPC, pressupõe, necessariamente, expressa invocação na petição inicial de afronta ao art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal de 1988. A indicação de ofensa literal a preceito de lei ordinária atrai a incidência da Súmula 83 do TST e Súmula 343 do STF.
2. Se a decisão rescindenda é posterior à Súmula 315 do TST (Res. 7, *DJ*, 22-9-1993), inaplicável a Súmula 83 do TST.

35 ***Ação rescisória. Planos econômicos. Coisa julgada. Limitação à data-base na fase de execução.***
Não ofende a coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos, quando a decisão exequenda silenciar sobre a limitação, uma vez que a limitação decorre de norma cogente. Apenas quando a sentença exequenda houver expressamente afastado a limitação à data-base é que poderá ocorrer ofensa à coisa julgada.

36 ***Ação rescisória. Prequestionamento. Violação ocorrida na própria decisão rescindenda.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 298 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

37 ***Ação rescisória. Prescrição quinquenal. Matéria constitucional. Súmula 83 do TST e Súmula 343 do STF. Inaplicáveis.*** *(Cancelada pela Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005, em decorrência da redação conferida à Súmula 83 pela Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

38 ***Ação rescisória. Professor-adjunto. Ingresso no cargo de professor-titular. Exigência de concurso público (Lei n. 7.596/87, Decreto n. 94.664/87 e art. 206, V, CF/88).***
A assunção do professor-adjunto ao cargo de professor-titular de universidade pública, sem prévia aprovação em concurso público, viola o art. 206, V, da Constituição Federal. Procedência do pedido de rescisão do julgado.

39 ***Ação rescisória. Reajustes bimestrais e quadrimestrais. Lei n. 8.222/91. Súmula 83 do TST. Aplicável.***
Havendo controvérsia jurisprudencial à época, não se rescinde decisão que aprecia a possibilidade de cumulação das antecipações bimestrais e reajustes quadrimestrais de salários previstos na Lei n. 8.222/91. Incidência da Súmula 83 do TST.

40 ***Ação rescisória. Reajustes salariais previstos em norma coletiva. Prevalência da legislação de política salarial quando a norma coletiva é anterior à lei.*** *(Cancelada em decorrência de sua conversão na Súmula 375, Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

41 ***Ação rescisória. Sentença "citra petita". Cabimento.***
Revelando-se a sentença *citra petita*, o vício processual vulnera os arts. 128 e 460 do CPC, tornando-a passível de desconstituição, ainda que não opostos embargos declaratórios.

42 ***Ação rescisória. Sentença de mérito. Competência do TST. Acórdão rescindendo do TST. Não conhecimento de recurso. Enunciado 192. Não aplicação.*** *(Cancelada pela Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005, em decorrência da redação conferida à Súmula 192 pela Res. 121/2003,* DJ, *19-11-2003)*

43 ***Ação rescisória. Sentença de mérito. Decisão de Tribunal Regional do Trabalho em agravo regimental confirmando decisão***

monocrática do relator que, aplicando a Súmula 83 do TST, indeferiu a petição inicial da ação rescisória. Cabimento. *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 411 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

44 ***Ação rescisória. Sentença de mérito. Decisão homologatória de adjudicação. Incabível.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 399 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

45 ***Ação rescisória. Sentença de mérito. Decisão homologatória de arrematação. Incabível.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 399 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

46 ***Ação rescisória. Sentença de mérito. Questão processual.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 412 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

47 ***Ação rescisória. Sentença de mérito. Violação do art. 896, a, da CLT.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 413 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

48 ***Ação rescisória. Sentença e acórdão. Substituição.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação da Súmula 192 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

49 ***Mandado de segurança. Ação de cumprimento fundada em decisão normativa que sofreu posterior reforma, quando já transitada em julgado a sentença condenatória proferida na ação de cumprimento.*** *(Cancelada em decorrência da conversão da tese mais abrangente da Orientação Jurisprudencial n. 116 na Súmula 397 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

50 ***Mandado de segurança. Antecipação de tutela. Cabimento.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 414 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

51 ***Mandado de segurança. Antecipação de tutela concedida em sentença. Reintegração. Não cabimento.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 414 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

52 ***Mandado de segurança. Art. 284, CPC. Aplicabilidade.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 415 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

53 ***Mandado de segurança. Cooperativa em liquidação extrajudicial. Lei n. 5.764/71, art. 76. Inaplicável. Não suspende a execução.***

A liquidação extrajudicial de sociedade cooperativa não suspende a execução dos créditos trabalhistas existentes contra ela.

54 ***Mandado de segurança. Embargos de terceiro. Cumulação. Penhora. Incabível.*** *(Nova redação – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

Ajuizados embargos de terceiro (art. 1.046 do CPC) para pleitear a desconstituição da penhora, é incabível a interposição de mandado de segurança com a mesma finalidade.

55 ***Mandado de segurança. Execução. Lei n. 8.432/92. Art. 897, § 1º, da CLT. Cabimento.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 416 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

56 ***Mandado de segurança. Execução. Pendência de recurso extraordinário.***

Não há direito líquido e certo à execução definitiva na pendência de recurso extraordinário, ou de agravo de instrumento visando a destrancá-lo.

57 ***Mandado de segurança. INSS. Tempo de serviço. Averbação e/ou reconhecimento.***

Conceder-se-á mandado de segurança para impugnar ato que determina ao INSS o reconhecimento e/ou averbação de tempo de serviço.

58 ***Mandado de segurança para cassar liminar concedida em ação civil pública. Cabível.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 414 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

59 ***Mandado de segurança. Penhora. Carta de fiança bancária.***

A carta de fiança bancária equivale a dinheiro para efeito da gradação dos bens penhoráveis, estabelecida no art. 655 do CPC.

60 ***Mandado de segurança. Penhora em dinheiro. Banco.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 417 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

61 ***Mandado de segurança. Penhora em dinheiro. Execução definitiva. Depósito em banco oficial no Estado. Arts. 612 e 666 do CPC.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 417 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

62 ***Mandado de segurança. Penhora em dinheiro. Execução provisória.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 417 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

63 ***Mandado de segurança. Reintegração. Ação cautelar.***
Comporta a impetração de mandado de segurança o deferimento de reintegração no emprego em ação cautelar.

64 ***Mandado de segurança. Reintegração liminarmente concedida.***
Não fere direito líquido e certo a concessão de tutela antecipada para reintegração de empregado protegido por estabilidade provisória decorrente de lei ou norma coletiva.

65 ***Mandado de segurança. Reintegração liminarmente concedida. Dirigente sindical.***
Ressalvada a hipótese do art. 494 da CLT, não fere direito líquido e certo a determinação liminar de reintegração no emprego de dirigente sindical, em face da previsão do inciso X do art. 659 da CLT.

66 ***Mandado de segurança. Sentença homologatória de adjudicação. Incabível.***
Incabível o mandado de segurança contra sentença homologatória de adjudicação, uma vez que existe meio próprio para impugnar o ato judicial, consistente nos embargos à adjudicação (CPC, art. 746).

67 ***Mandado de segurança. Transferência. Art. 659, IX, da CLT.***
Não fere direito líquido e certo a concessão de liminar obstativa de transferência de empregado, em face da previsão do inciso IX do art. 659 da CLT.

68 ***Antecipação de tutela. Competência.*** *(Nova redação – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
Nos Tribunais, compete ao relator decidir sobre o pedido de antecipação de tutela, submetendo sua decisão ao Colegiado respectivo, independentemente de pauta, na sessão imediatamente subsequente.

69 ***Fungibilidade recursal. Indeferimento liminar de ação rescisória ou mandado de segurança. Recurso para o TST. Recebimento como agravo regimental e devolução dos autos ao TRT.***
Recurso ordinário interposto contra despacho monocrático indeferitório da petição inicial de ação rescisória ou de mandado de segurança pode, pelo princípio de fungibilidade recursal, ser recebido como agravo regimental. Hipótese de não conhecimento do recurso pelo TST e devolução dos autos ao TRT, para que aprecie o apelo como agravo regimental.

70 ***Ação rescisória. Manifesto e inescusável equívoco no direcionamento. Inépcia da inicial. Extinção do processo.*** *(Inserida em 8-11-2000 e dada nova redação em 26-11-2002,* DJ, *16-12-2002)*
O manifesto equívoco da parte em ajuizar ação rescisória no TST para desconstituir julgado proferido pelo TRT, ou vice-versa, implica a extinção do processo sem julgamento do mérito por inépcia da inicial.

71 ***Ação rescisória. Salário profissional. Fixação. Múltiplo de salário mínimo. Art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988.*** *(Dada nova redação em 4-11-2004,* DJ, *11-11-2004)*
A estipulação do salário profissional em múltiplos do salário mínimo não afronta o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, só incorrendo em vulneração do referido preceito constitucional a fixação de correção automática do salário pelo reajuste do salário mínimo.

72 ***Ação rescisória. Prequestionamento quanto à matéria e ao conteúdo da norma, não necessariamente do dispositivo legal tido por violado.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 298 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

73 ***Art. 557 do CPC. Constitucionalidade.*** *(Cancelada em decorrência da conversão da Súmula 435 – Res. 186/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

74 ***Embargos declaratórios contra decisão monocrática do relator, calcada no art. 557 do CPC. Cabimento.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 421 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

75 ***Remessa de ofício. Ação rescisória. Prequestionamento. Decisão regional que simplesmente confirma a sentença.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 298 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

76 ***Ação rescisória. Ação cautelar para suspender execução. Juntada de documento indispensável. Possibilidade de êxito na rescisão do julgado.***

É indispensável a instrução da ação cautelar com as provas documentais necessárias à aferição da plausibilidade de êxito na rescisão do julgado. Assim sendo, devem vir junto com a inicial da cautelar as cópias da petição inicial da ação rescisória principal, da decisão rescindenda, da certidão do trânsito em julgado e informação do andamento atualizado da execução.

77 ***Ação rescisória. Aplicação do Enunciado n. 83/TST. Matéria controvertida. Limite temporal. Data de inserção em Orientação Jurisprudencial do TST.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 83 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

78 ***Ação rescisória. Cumulação sucessiva de pedidos. Rescisão da sentença e do acórdão. Ação única. Art. 289 do CPC.***

É admissível o ajuizamento de uma única ação rescisória contendo mais de um pedido, em ordem sucessiva, de rescisão da sentença e do acórdão. Sendo inviável a tutela jurisdicional de um deles, o julgador está obrigado a apreciar os demais, sob pena de negativa de prestação jurisdicional.

79 ***Ação rescisória. Decadência afastada. Imediato julgamento do mérito. Inexistência de ofensa ao duplo grau de jurisdição.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 100 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

80 ***Ação rescisória. Decadência. "Dies a quo". Recurso deserto. Enunciado n. 100/TST.***

O não conhecimento do recurso por deserção não antecipa o *dies a quo* do prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória, atraindo, na contagem do prazo, a aplicação do Enunciado n. 100 do TST.

81 ***Ação rescisória. Descontos legais. Fase de execução. Sentença exequenda omissa. Inexistência de ofensa à coisa julgada.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 401 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

82 ***Ação rescisória. Litisconsórcio. Necessário no polo passivo e facultativo no ativo.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 406 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

83 ***Ação rescisória. Ministério Público. Legitimidade "ad causam" prevista no art. 487, III, a e b, do CPC. As hipóteses são meramente exemplificativas.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 407 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

84 ***Ação rescisória. Petição inicial. Ausência da decisão rescindenda e/ou da certidão de seu trânsito em julgado devidamente autenticadas. Peças essenciais para a constituição válida e regular do feito. Arguição de ofício. Extinção do processo sem julgamento do mérito.*** *(Inserido em 8-11-2000 e dada nova redação em 26-11-2002,* DJ, *16-12-2002)*

A decisão rescindenda e/ou a certidão do seu trânsito em julgado, devidamente autenticadas, à exceção de cópias reprográficas apresentadas por pessoa jurídica de direito público, a teor do art. 24 da Lei n. 10.522/2002, são peças essenciais para o julgamento da ação rescisória. Em fase recursal, verificada a ausência de qualquer delas, cumpre ao Relator do recurso ordinário arguir, de ofício, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do feito.

Art. 72. Nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), a cada período de 90 (noventa) minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 (dez) minutos não deduzidos da duração normal de trabalho.

► Comentários

1. Intervalo interjornada

Entre uma jornada de trabalho e outra, deve haver um período mínimo de 11 horas destinado ao repouso.

O período mencionado tem início a partir do fim da jornada de trabalho, seja a jornada normal ou extraordinária.

O repouso interjornada não se confunde com o repouso semanal, o que leva à soma de um e de outro, quando coincidem. Daí a advertência de Eduardo Gabriel Saad: "... de consequência, num dado dia da semana, o repouso se prolonga por 35 horas, isto é, as onze horas interjornadas somadas às 24 do repouso semanal"[99].

Há categorias profissionais que gozam de intervalos especiais: *telefonia e telegrafia* (17 horas para os que tenham horários variáveis – art. 229 da CLT); *operador cinematográfico* (12 horas – art. 235 da CLT); *cabineiro e ferroviário* (14 horas – art. 245 da CLT); *jornalista* (10 horas – art. 308 da CLT); *aeronautas* (Dec.-lei n. 18/66, 78/66 – variando segundo o número de horas de trabalho).

Nos termos da Súmula 110 do TST: "No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de 24 (vinte e quatro) horas, com prejuízo do intervalo mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional".

2. Repouso semanal remunerado

Mantido em texto constitucional desde a Carta Magna de 1934, é reiterado pela atual Constituição – art. 7º, XV – "repouso semanal remunerado, preferencialmente *aos domingos*".

Recepcionado pela Constituição, o art. 67 da CLT assegura a todo empregado um descanso semanal de 24 horas consecutivas, o qual, observado motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa de serviço, deverá recair no domingo.

A Lei n. 605, de 5-1-1949, veio disciplinar o repouso semanal remunerado, mantendo, praticamente, a mesma redação do art. 67, sob comento. O repouso mencionado será concedido ao empregado, *preferencialmente aos domingos*, nos limites das exigências técnicas da empresa – e nos feriados civis e religiosos.

A lei nominada – 605/49 – menciona as atividades em que é permitido o trabalho nos domingos e feriados, dividindo-os em I – indústria; II – comércio; III – transportes; IV – comunicações e publicidade; V – educação e cultura; VI – serviços funerários; VII – agricultura e pecuária.

Nos termos do parágrafo único do art. 67 da CLT e do art. 6º, § 2º, do Decreto n. 27.048, de 12-8-1949 (que regulamenta a Lei n. 605/49), "nos serviços que exijam trabalho em domingo, com exceção dos elencos teatrais e congêneres, será estabelecida escala de revezamento, previamente organizada e constante de quadro sujeito à fiscalização".

Na ocorrência de força maior ou execução de serviços inadiáveis, é permitido o trabalho em domingos e feriados.

99. *Constituição e Direito do Trabalho*, cit., p. 98.

85 ***Ação rescisória. Sentença homologatória de cálculo. Existência de contraditório. Decisão de mérito. Cabimento.*** *(Cancelada – 1ª parte convertida na Súmula 399 e parte final incorporada à nova redação da Súmula 298 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

86 ***Mandado de segurança. Antecipação de tutela. Sentença superveniente. Perda de objeto.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 414 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

87 ***Mandado de segurança. Reintegração em execução provisória. Impossibilidade.*** *(Cancelada – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

88 ***Mandado de segurança. Valor da causa. Custas processuais. Cabimento.***
Incabível a impetração de mandado de segurança contra ato judicial que, de ofício, arbitrou novo valor à causa, acarretando a majoração das custas processuais, uma vez que cabia à parte, após recolher as custas, calculadas com base no valor dado à causa na inicial, interpor recurso ordinário e, posteriormente, agravo de instrumento no caso de o recurso ser considerado deserto.

89 ***"Habeas corpus". Depositário. Termo de depósito não assinado pelo paciente. Necessidade de aceitação do encargo. Impossibilidade de prisão civil.***
A investidura no encargo de depositário depende da aceitação do nomeado que deve assinar termo de compromisso no auto de penhora, sem o que é inadmissível a restrição de seu direito de liberdade.

90 ***Recurso ordinário. Apelo que não ataca os fundamentos da decisão recorrida. Não conhecimento. Art. 514, II, do CPC.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 422 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

91 ***Mandado de segurança. Autenticação de cópias pelas secretarias dos Tribunais Regionais do Trabalho. Requerimento indeferido. Art. 789, § 9º, da CLT.***
Não sendo a parte beneficiária da assistência judiciária gratuita, inexiste direito líquido e certo à autenticação, pelas secretarias dos Tribunais, de peças extraídas do processo principal, para formação do agravo de instrumento.

92 ***Mandado de segurança. Existência de recurso próprio.***
Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial passível de reforma mediante recurso próprio, ainda que com efeito diferido.

93 ***Mandado de segurança. Possibilidade da penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial.***
É admissível a penhora sobre a renda mensal ou faturamento de empresa, limitada a determinado percentual, desde que não comprometa o desenvolvimento regular de suas atividades.

94 ***Ação rescisória. Colusão. Fraude à lei. Reclamatória simulada extinta.***
A decisão ou acordo judicial subjacente à reclamação trabalhista, cuja tramitação deixa nítida a simulação do litígio para fraudar a lei e prejudicar terceiros, enseja ação rescisória, com lastro em colusão. No juízo rescisório, o processo simulado deve ser extinto.

95 ***Ação rescisória de ação rescisória. Violação de lei. Indicação dos mesmos dispositivos legais apontados na rescisória primitiva.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 400 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

96 ***Ação rescisória. Vício de intimação da decisão rescindenda. Ausência da formação da coisa julgada material. Carência de ação.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 299 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

97 ***Ação rescisória. Violação do art. 5º, I, LIV e LV, da Constituição Federal. Princípios da legalidade, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.*** *(Nova redação – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*
Os princípios da legalidade, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa não servem de fundamento para a desconstituição de decisão judicial transitada em julgado, quando se apresentam sob a forma de pedido genérico e desfundamentado,

acompanhando dispositivos legais que tratam especificamente da matéria debatida, estes, sim, passíveis de fundamentarem a análise do pleito rescisório.

98 ***Mandado de segurança. Cabível para atacar exigência de depósito prévio de honorários periciais.*** *(Nova redação – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

É ilegal a exigência de depósito prévio para custeio dos honorários periciais, dada a incompatibilidade com o processo do trabalho, sendo cabível o mandado de segurança visando à realização da perícia, independentemente do depósito.

99 ***Mandado de segurança. Esgotamento de todas as vias processuais disponíveis. Trânsito em julgado formal. Descabimento.***

Esgotadas as vias recursais existentes, não cabe mandado de segurança.

100 ***Recurso ordinário para o TST. Decisão de TRT proferida em agravo regimental contra liminar em ação cautelar ou em mandado de segurança. Incabível.***

Não cabe recurso ordinário para o TST de decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho em agravo regimental interposto contra despacho que concede ou não liminar em ação cautelar ou em mandado de segurança, uma vez que o processo ainda pende de decisão definitiva do Tribunal *a quo*.

101 ***Ação rescisória. Art. 485, IV, do CPC. Ofensa a coisa julgada. Necessidade de fixação de tese na decisão rescindenda.***

Para viabilizar a desconstituição do julgado pela causa de rescindibilidade do inciso IV, do art. 485, do CPC, é necessário que a decisão rescindenda tenha enfrentado as questões ventiladas na ação rescisória, sob pena de inviabilizar o cotejo com o título executivo judicial tido por desrespeitado, de modo a se poder concluir pela ofensa à coisa julgada.

102 ***Ação rescisória. Certidão de trânsito em julgado. Descompasso com a realidade. Presunção relativa de veracidade.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 100 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

103 ***Ação rescisória. Contradição entre fundamentação e parte dispositiva do julgado. Cabimento. Erro de fato.***

É cabível a rescisória para corrigir contradição entre a parte dispositiva do acórdão rescindendo e a sua fundamentação, por erro de fato na retratação do que foi decidido.

104 ***Ação rescisória. Decadência. Sentença homologatória de acordo. Momento do trânsito em julgado.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 100 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

105 ***Ação rescisória. Decisão rescindenda. Agravo de instrumento. Não substituição. Impossibilidade jurídica.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 192 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

106 ***Ação rescisória. Decisão rescindenda. Ausência de trânsito em julgado. Descabimento de ação rescisória preventiva.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 299 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

107 ***Ação rescisória. Decisão rescindenda de mérito. Sentença declaratória de extinção de execução. Satisfação da obrigação.***

Embora não haja atividade cognitiva, a decisão que declara extinta a execução, nos termos do art. 794 c/c 795 do CPC, extingue a relação processual e a obrigacional, sendo passível de corte rescisório.

108 ***Ação rescisória. Fundamento para invalidar confissão. Confissão ficta. Inadequação do enquadramento no art. 485, VIII, do CPC.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 404 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

109 ***Ação rescisória. Reexame de fatos e provas. Inviabilidade.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 410 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

110 ***Ação rescisória. Réu sindicato. Substituto processual na ação originária. Legitimidade passiva "ad causam". Inexistência de litisconsórcio passivo necessário.*** *(Can-*

celada em decorrência da sua conversão na Súmula 406 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)

111 ***Ação rescisória. Sentença homologatória de acordo. Dolo da parte vencedora em detrimento da vencida. Art. 485, III, do CPC. Inviável.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 403 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

112 ***Ação rescisória. Violação de lei. Decisão rescindenda por duplo fundamento. Impugnação parcial.***

Para que a violação da lei dê causa à rescisão de decisão de mérito alicerçada em duplo fundamento, é necessário que o Autor da ação rescisória invoque causas de rescindibilidade que, em tese, possam infirmar a motivação dúplice da decisão rescindenda.

113 ***Ação cautelar. Efeito suspensivo ao recurso ordinário em mandado de segurança. Incabível. Ausência de interesse. Extinção.***

É incabível medida cautelar para imprimir efeito suspensivo a recurso interposto contra decisão proferida em mandado de segurança, pois ambos visam, em última análise, à sustação do ato atacado. Extingue-se, pois, o processo, sem julgamento do mérito, por ausência de interesse de agir, para evitar que decisões judiciais conflitantes e inconciliáveis passem a reger idêntica situação jurídica.

114 ***Competência. Execução por carta. Embargos de terceiro. Juízo deprecante.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 419 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

115 ***Competência funcional. Conflito negativo. TRT e Vara do Trabalho de idêntica região. Não configuração.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 420 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

116 ***Ação rescisória. Art. 485, IV, do CPC. Ação de cumprimento. Ofensa à coisa julgada emanada de sentença normativa modificada em grau de recurso. Inviabilidade.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 397 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

117 ***Ação rescisória. Depósito recursal. Pedido rescisório procedente. Condenação em pecúnia. IN 3/93, III.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 99 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

118 ***Ação rescisória. Expressão "lei" do art. 485, V, do CPC. Indicação de contrariedade a súmula ou orientação jurisprudencial do TST. Descabimento.*** *(Cancelada em decorrência da sua incorporação à nova redação da Orientação Jurisprudencial n. 25 da SDI-II – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

119 ***Ação rescisória. Prazo prescricional. Total ou parcial. Violação do art. 7º, XXIX, da CF/88. Matéria infraconstitucional.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 409 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

120 ***Mandado de segurança. Recusa à homologação de acordo. Inexistência de direito líquido e certo.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 418 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

121 ***Ação rescisória. Pedido de antecipação de tutela. Descabimento.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 405 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

122 ***Ação rescisória. Decadência. Ministério Público. "Dies a quo" do prazo. Contagem. Colusão das partes.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 100 – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

123 ***Ação rescisória. Interpretação do sentido e alcance do título executivo. Inexistência de ofensa à coisa julgada.*** *(DJ, 11-8-2003. Nova redação conferida ao título – Res. 137/2005, DJ, 22-8-2005)*

O acolhimento da ação rescisória calcada em ofensa à coisa julgada supõe dissonância patente entre as decisões exequenda e rescindenda, o que não se verifica quando se faz necessária a interpretação do título executivo judicial para se concluir pela lesão à coisa julgada.

124 ***Ação rescisória. Art. 485, II, do CPC. Arguição de incompetência absoluta. Prequestionamento inexigível.***

Na hipótese em que a ação rescisória tem como causa de rescindibilidade o inciso II do art. 485 do CPC, a arguição de incompetência absoluta prescinde de prequestionamento.

125 ***Ação rescisória. Art. 485, III, do CPC. Silêncio da parte vencedora acerca de eventual fato que lhe seja desfavorável. Descaracterizado o dolo processual.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 403 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

126 ***Ação rescisória. Ausência de defesa. Inaplicáveis os efeitos da revelia.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 398 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

127 ***Mandado de segurança. Decadência. Contagem. Efetivo ato coator.***

Na contagem do prazo decadencial para ajuizamento de mandado de segurança, o efetivo ato coator é o primeiro em que se firmou a tese hostilizada e não aquele que a ratificou.

128 ***Ação rescisória. Concurso público anulado posteriormente. Aplicação do Enunciado n. 363 do TST.***

O certame público posteriormente anulado equivale à contratação realizada sem a observância da exigência contida no art. 37, II, da Constituição Federal de 1988. Assim sendo, aplicam-se à hipótese os efeitos previstos no Enunciado n. 363 do TST.

129 ***Ação anulatória. Competência originária.***

Em se tratando de ação anulatória, a competência originária se dá no mesmo juízo em que praticado o ato supostamente eivado de vício.

130 ***Ação civil pública. Competência. Local do dano. Lei n. 7.347/1985, art. 2º. Código de Defesa do Consumidor, art. 93.*** *(Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 186/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*

I – A competência para a Ação Civil Pública fixa-se pela extensão do dano.

II – Em caso de dano de abrangência regional, que atinja cidades sujeitas à jurisdição de mais de uma Vara do Trabalho, a competência será de qualquer das varas das localidades atingidas, ainda que vinculadas a Tribunais Regionais do Trabalho distintos.

III – Em caso de dano de abrangência suprarregional ou nacional, há competência concorrente para a Ação Civil Pública das varas do trabalho das sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

IV – Estará prevento o juízo a que a primeira ação houver sido distribuída.

131 ***Ação rescisória. Ação cautelar para suspender execução da decisão rescindenda. Pendência de trânsito em julgado da ação rescisória principal. Efeitos.***

A ação cautelar não perde o objeto enquanto ainda estiver pendente o trânsito em julgado da ação rescisória principal, devendo o pedido cautelar ser julgado procedente, mantendo-se os efeitos da liminar eventualmente deferida, no caso de procedência do pedido rescisório ou, por outro lado, improcedente, se o pedido da ação rescisória principal tiver sido julgado improcedente.

132 ***Ação rescisória. Acordo homologado. Alcance. Ofensa à coisa julgada.***

Acordo celebrado – homologado judicialmente – em que o empregado dá plena e ampla quitação, sem qualquer ressalva, alcança não só o objeto da inicial, como também todas as demais parcelas referentes ao extinto contrato de trabalho, violando a coisa julgada, a propositura de nova reclamação trabalhista.

133 ***Ação rescisória. Decisão em agravo regimental. Aplicação do Enunciado n. 333. Juízo de mérito.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 192 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

134 ***Ação rescisória. Decisão rescindenda. Preclusão declarada. Formação da coisa julgada formal. Impossibilidade jurídica do pedido.***

A decisão que conclui estar preclusa a oportunidade de impugnação da sentença de liquidação, por ensejar tão somente a formação da coisa julgada formal, não é suscetível de rescindibilidade.

135 ***Ação rescisória. Violação do art. 37, "caput", da CF/88. Necessidade de prequestionamento.***

A ação rescisória calcada em violação do art. 37, *caput*, da Constituição Federal, por desrespeito ao princípio da legalidade administrativa, exige que ao menos o princípio constitucional tenha sido prequestionado na decisão.

136 ***Ação rescisória. Erro de fato. Caracterização.***

A caracterização do erro de fato como causa de rescindibilidade de decisão judicial transitada em julgado supõe a afirmação categórica e indiscutida de um fato, na decisão rescindenda, que não corresponde à realidade dos autos. O fato afirmado pelo julgador, que pode ensejar ação rescisória calcada no inciso IX do art. 485 do CPC, é apenas aquele que se coloca como premissa fática indiscutida de um silogismo argumentativo, não aquele que se apresenta ao final desse mesmo silogismo, como conclusão decorrente das premissas que especificaram as provas oferecidas, para se concluir pela existência do fato. Esta última hipótese é afastada pelo § 2º do art. 485 do CPC, ao exigir que não tenha havido controvérsia sobre o fato e pronunciamento judicial esmiuçando as provas.

137 ***Mandado de segurança. Dirigente sindical. Art. 494 da CLT. Aplicável.***

Constitui direito líquido e certo do empregador a suspensão do empregado, ainda que detentor de estabilidade sindical, até a decisão final do inquérito em que se apure a falta grave a ele imputada, na forma do art. 494, *caput* e parágrafo único, da CLT.

138 ***Mandado de segurança. Incompetência da Justiça do Trabalho. Cobrança de honorários advocatícios. Contrato de natureza civil.*** *(Cancelada conforme publicação no* DJ, *10-5-2006)*

139 ***Mandado de segurança. Liminar em ação civil pública. Sentença de mérito superveniente. Perda de objeto.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 414 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

140 ***Mandado de segurança contra liminar, concedida ou denegada em outra segurança. Incabível. (art. 8º da Lei n. 1.533/51)***

Não cabe mandado de segurança para impugnar despacho que acolheu ou indeferiu liminar em outro mandado de segurança.

141 ***Liminar denegada em ação cautelar.*** *(Cancelada em decorrência da sua conversão na Súmula 418 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

142 ***Mandado de segurança. Reintegração liminarmente concedida.***

Inexiste direito líquido e certo a ser oposto contra ato de Juiz que, antecipando a tutela jurisdicional, determina a reintegração do empregado até a decisão final do processo, quando demonstrada a razoabilidade do direito subjetivo material, como nos casos de anistiado pela Lei n. 8.878/94, aposentado, integrante de comissão de fábrica, dirigente sindical, portador de doença profissional, portador de vírus HIV ou detentor de estabilidade provisória prevista em norma coletiva. Legislação: CLT, art. 659, inciso X.

143 ***"Habeas corpus". Penhora sobre coisa futura. Prisão. Depositário infiel.*** *(Nova redação – Res. 151/2008)*

Não se caracteriza a condição de depositário infiel quando a penhora recair sobre coisa futura e incerta, circunstância que, por si só, inviabiliza a materialização do depósito no momento da constituição do paciente em depositário, autorizando-se a concessão de *habeas corpus* diante da prisão ou ameaça de prisão que sofra.

144 ***Mandado de segurança. Proibição de prática de atos futuros. Sentença genérica. Evento futuro. Incabível.*** *(Nova redação – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

O mandado de segurança não se presta à obtenção de uma sentença genérica, aplicável a eventos futuros, cuja ocorrência é incerta.

145 ***Ação rescisória. Decadência. Não esgotamento das vias recursais. Prazo legal do Recurso extraordinário.*** *(Cancelada em decorrência da nova redação conferida à Súmula 100 – Res. 137/2005,* DJ, *22-8-2005)*

Conta-se o prazo decadencial da ação rescisória, após o decurso do prazo legal previsto para a interposição do recurso extraordinário, apenas quando esgotadas todas as vias recursais ordinárias.

146 ***Ação rescisória. Início do prazo para apresentação da contestação. Art. 774 da CLT.***

A contestação apresentada em sede de ação rescisória obedece à regra relativa à contagem de prazo constante do art. 774 da CLT, sendo inaplicável o art. 241 do CPC.

147 ***Ação rescisória. Valor da causa.*** *(Cancelada pela Resolução n. 141 do TST, de 27-9-2007,* DJ, *10-10-2007)*

148 ***Custas. Mandado de Segurança. Recurso Ordinário. Exigência do pagamento.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 29 da SDI-I – Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*

É responsabilidade da parte, para interpor recurso ordinário em mandado de segurança, a comprovação do recolhimento das custas processuais no prazo recursal, sob pena de deserção. (ex-OJ n. 29 – inserida em 3-6-1996)

149 ***Conflito de competência. Incompetência territorial. Hipótese do art. 651, § 3º, da CLT. Impossibilidade de declaração de ofício de incompetência relativa.*** *(*DJe, *3, 4 e 5-12-2008)*

Não cabe declaração de ofício de incompetência territorial no caso do uso, pelo trabalhador, da faculdade prevista no art. 651, § 3º, da CLT. Nessa hipótese, resolve-se o conflito pelo reconhecimento da competência do juízo do local onde a ação foi proposta.

150 ***Ação rescisória. Decisão rescindenda que extingue o processo sem resolução de mérito por acolhimento da exceção de coisa julgada. Conteúdo meramente processual. Impossibilidade jurídica do pedido.*** *(*DJe, *3, 4 e 5-12-2008)*

Reputa-se juridicamente impossível o pedido de corte rescisório de decisão que, reconhecendo a configuração de coisa julgada, nos termos do art. 267, V, do CPC, extingue o processo sem resolução de mérito, o que, ante o seu conteúdo meramente processual, a torna insuscetível de produzir a coisa julgada material.

151 ***Ação rescisória e mandado de segurança. Irregularidade de representação processual verificada na fase recursal. Procuração outorgada com poderes específicos para ajuizamento de reclamação trabalhista. Vício processual insanável.*** *(*DJe, *3, 4 e 5-12-2008)*

A procuração outorgada com poderes específicos para ajuizamento de reclamação trabalhista não autoriza a propositura de ação rescisória e mandado de segurança, bem como não se admite sua regularização quando verificado o defeito de representação processual na fase recursal, nos termos da Súmula n. 383, item II, do TST.

152 ***Ação rescisória e mandado de segurança. Recurso de revista de acórdão regional que julga ação rescisória ou mandado de segurança. Princípio da fungibilidade. Inaplicabilidade. Erro grosseiro na interposição do recurso.*** *(*DJe, *3, 4 e 5-12-2008)*

A interposição de recurso de revista de decisão definitiva de Tribunal Regional do Trabalho em ação rescisória ou em mandado de segurança, com fundamento em violação legal e divergência jurisprudencial e remissão expressa ao art. 896 da CLT, configura erro grosseiro, insuscetível de autorizar o seu recebimento como recurso ordinário, em face do disposto no art. 895, *b*, da CLT.

153 ***Mandado de segurança. Execução. Ordem de penhora sobre valores existentes em conta salário. Art. 649, IV, do CPC. Ilegalidade.*** *(*DJe, *3, 4 e 5-12-2008)*

Ofende direito líquido e certo decisão que determina o bloqueio de numerário existente em conta salário, para satisfação de crédito trabalhista, ainda que seja limitado a determinado percentual dos valores recebidos ou a valor revertido para fundo de aplicação ou poupança, visto que o art. 649, IV, do CPC contém norma imperativa que não admite interpretação ampliativa, sendo a exceção prevista no art. 649, § 2º, do CPC espécie e

não gênero de crédito de natureza alimentícia, não englobando o crédito trabalhista.

154 ***Ação rescisória, acordo prévio ao ajuizamento da reclamação. Quitação geral. Lide simulada. Possibilidade de rescisão da sentença homologatória de acordo apenas se verificada a existência de vício de consentimento.*** *(*DEJT*, 9, 10 e 11-6-2010)*

A sentença homologatória de acordo prévio ao ajuizamento de reclamação trabalhista, no qual foi conferida quitação geral do extinto contrato, sujeita-se ao corte rescisório tão somente se verificada a existência de fraude ou vício de consentimento.

155 ***Ação rescisória e mandado de segurança. Valor atribuído à causa na inicial. Majoração de ofício. Inviabilidade.*** *(*DEJT*, 9, 10 e 11-6-2010)*

Atribuído o valor da causa na inicial da ação rescisória ou do mandado de segurança e não havendo impugnação, nos termos do art. 261 do CPC, é defeso ao Juízo majorá-lo de ofício, ante a ausência de amparo legal. Inaplicável, na hipótese, a Orientação Jurisprudencial da SBDI-2 n. 147 e o art. 2º, II, da Instrução Normativa n. 31 do TST.

156 ***"Habeas corpus" originário no TST. Substitutivo de recurso ordinário em "habeas corpus". Cabimento contra decisão definitiva proferida por Tribunal Regional do Trabalho.*** *(*DEJT*, 9, 10 e 11-6-2010)*

É cabível ajuizamento de "habeas corpus" originário no Tribunal Superior do Trabalho, em substituição de recurso ordinário em "habeas corpus", de decisão definitiva proferida por Tribunal Regional do Trabalho, uma vez que o órgão colegiado passa a ser a autoridade coatora no momento em que examina o mérito do "habeas corpus" impetrado no âmbito da Corte local.

157 ***Ação rescisória. Decisões proferidas em fases distintas de uma mesma ação. Coisa julgada. Não configuração.*** *(*DEJT*, 12, 13 e 16-4-2012)*

A ofensa à coisa julgada de que trata o art. 485, IV, do CPC refere-se apenas a relações processuais distintas. A invocação de desrespeito à coisa julgada formada no processo de conhecimento, na correspondente fase de execução, somente é possível com base na violação do art. 5º, XXXVI, da Constituição da República.

158 ***Ação rescisória. Declaração de nulidade de decisão homologatória de acordo em razão de colusão (art. 485, III, do CPC). Multa por litigância de má-fé. Impossibilidade.*** *(*DEJT*, 12, 13 e 16-4-2012)*

A declaração de nulidade de decisão homologatória de acordo, em razão da colusão entre as partes (art. 485, III, do CPC), é sanção suficiente em relação ao procedimento adotado, não havendo que ser aplicada a multa por litigância de má-fé.

Índice Alfabético das Orientações Jurisprudenciais do TST – SDC

(Os números referem-se às orientações)

AÇÃO DE CUMPRIMENTO
Norma coletiva. Greve abusiva – 1
ACORDO
Coletivo. Descumprimento. Greve abusiva – 1
Extrajudicial. Homologação. Justiça do Trabalho – 34
Homologado. Estabilidade do acidentado. Prevalência – 31
Homologado. Extensão às partes não subscreventes – 2
ARRESTO E APREENSÃO
Incompatibilidade com a natureza do dissídio coletivo – 3
ASSEMBLEIA
Deliberativa. Legitimação da entidade sindical – 13
Geral de Trabalhadores. Prazo entre a publicação e a realização – 35
Geral e edital de convocação. Instauração de dissídio coletivo. Requisitos – 29
Geral extraordinária. Edital de convocação – 28
Trabalhadores. Pauta reivindicatória registrada legitima atuação sindical – 8
CATEGORIA DIFERENCIADA
Reconhecimento por lei – 36
COMPETÊNCIA
Enquadramento sindical. Incompetência da Justiça do Trabalho – 9
Titularidade de representação. Disputa. Incompetência da Justiça do Trabalho – 4
CONTRATO DE EXPERIÊNCIA
Salário normativo. Tempo de serviço. Limitação – 25
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
Extensão a não associados. Inconstitucionalidade – 17
CUSTAS
Deserção. Caracterização – 27
DESCONTOS
Limite máximo de 70% do salário-base – 18
DISSÍDIO COLETIVO
Assembleia de trabalhadores e negociação coletiva imprescindíveis – 6
Contra empresa. Trabalhadores diretamente envolvidos no conflito – 19
Instauração. Requisitos essenciais. Edital de convocação e AGT – 29
Natureza jurídica. Interpretação de norma de caráter genérico – 7
Pauta reivindicatória não registrada em ata. Extinção – 8
Pessoa jurídica de direito público. Falta de previsão legal – 5
Pretensão de arresto, apreensão ou depósito. Incompatibilidade – 3
ENQUADRAMENTO SINDICAL
Incompetência material da Justiça do Trabalho – 9
ESTABILIDADE
Acidentado. Acordo homologado. Prevalência – 31
Gestante. Renúncia ou transação de direitos constitucionais. Impossibilidade – 30
GREVE
Abusiva. Cumprimento de norma coletiva. Ação própria – 1
Abusiva. Efeitos – 10
Etapa negocial prévia imprescindível – 11
Ilegitimidade do sindicato que deflagra o movimento – 12
Serviços essenciais. Abusividade – 38

INTIMAÇÃO
Deserção. Caracterização – 27
JUSTIÇA DO TRABALHO
Homologação. Acordo extrajudicial – 34
Incompetência. Disputa intersindical por titularidade de representação – 4
Incompetência. Enquadramento sindical – 9
LEGITIMIDADE DE PARTE
Greve deflagrada por sindicato sem legitimidade – 12
Sindicato. Correspondência entre as atividades exercidas pelas partes – 22
Sindicato. Indicação do total de associados da entidade sindical – 21
Sindicato representativo de toda a categoria – 23
MENOR
Salário normativo. Discriminação ao empregado menor – 26
MINISTÉRIO PÚBLICO
Legitimidade restrita. Ação rescisória – 33
Registro necessário para legitimação do sindicato – 15
NEGOCIAÇÃO PRÉVIA
Dissídio coletivo. Natureza jurídica. Necessidade – 6
Mesa redonda perante a DRT – 24
REIVINDICAÇÕES
Fundamentação das cláusulas. Necessidade – 32
RESCISÃO
Taxa de homologação. Ilegalidade – 16
SALÁRIO NORMATIVO
Contrato de experiência. Isonomia salarial. Tempo de serviço – 25
Menor empregado. Discriminação – 26
SERVIDOR PÚBLICO
Dissídio coletivo contra pessoa de direito público. Falta de previsão legal – 5
SINDICATO
Base territorial. Mais de um Município. Realização de múltiplas assembleias – 14
Empregados de entidades sindicais. Condições coletivas de trabalho – 37
Empregados sindicalizados. Admissão preferencial – 20
Ilegitimidade *ad causam*. Indicação do total de associados – 21
Legitimação. Assembleia de trabalhadores e negociação prévia. Necessidade – 6
Legitimidade *ad causam*. Atividades exercidas pelas partes. Semelhança – 22
Legitimidade *ad processum*. Registro no Ministério Público – 15
Profissional. Parte ilegítima para deflagrar a greve – 12
Representação sindical. Abrangência. Toda a categoria – 23

Orientações Jurisprudenciais do TST – SDC

(Comissão de Precedentes Normativos)

1 ***Acordo coletivo. Descumprimento. Existência de ação própria. Abusividade da greve deflagrada para substituí-la.*** *(Cancelada em 29-4-2004,* DJU, *22-6-2004)*

2 ***Acordo homologado. Extensão a partes não subscreventes. Inviabilidade.***
É inviável aplicar condições constantes de acordo homologado nos autos de dissídio coletivo, extensivamente, às partes que não o subscreveram, exceto se observado o procedimento previsto no art. 868 e seguintes, da CLT.

3 ***Arresto. Apreensão. Depósito. Pretensões insuscetíveis de dedução em sede coletiva.***
São incompatíveis com a natureza e finalidade do dissídio coletivo as pretensões de provimento judicial de arresto, apreensão ou depósito.

4 ***Disputa por titularidade de representação. Incompetência da Justiça do Trabalho.*** *(Cancelada,* DJ, *18-10-2006)*

5 ***Dissídio coletivo. Pessoa jurídica de direito público. Possibilidade jurídica. Cláusula de natureza social.*** *(Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 - Res. 186/2012,* DEJT, *25, 26 e 27-9-2012)*
Em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, cabe dissídio coletivo exclusivamente para apreciação de cláusulas de natureza social. Inteligência da Convenção n. 151 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Decreto Legislativo n. 206/2010.

6 ***Dissídio coletivo. Natureza jurídica. Imprescindibilidade de realização de assembleia de trabalhadores e negociação prévia.*** *(Cancelada pela SDC em 10 de agosto de 2000)*

7 ***Dissídio coletivo. Natureza jurídica. Interpretação de norma de caráter genérico. Inviabilidade.***
Não se presta o dissídio coletivo de natureza jurídica à interpretação de normas de caráter genérico, a teor do disposto no art. 313, II, do RITST.

8 ***Dissídio coletivo. Pauta reivindicatória não registrada em ata. Causa de extinção.***
A ata da assembleia de trabalhadores que legitima a atuação da entidade sindical respectiva em favor de seus interesses deve registrar, obrigatoriamente, a pauta reivindicatória, produto da vontade expressa da categoria.

9 ***Enquadramento sindical. Incompetência material da Justiça do Trabalho.***
O dissídio coletivo não é meio próprio para o sindicato vir a obter o reconhecimento de que a categoria que representa é diferenciada, pois esta matéria – enquadramento sindical – envolve a interpretação de norma genérica, notadamente do art. 577 da CLT.

10 ***Greve abusiva não gera efeitos.***
É incompatível com a declaração de abusividade de movimento grevista o estabelecimento de quaisquer vantagens ou garantias a seus partícipes, que assumiram os riscos inerentes à utilização do instrumento de pressão máximo.

3. *Trabalho em domingos e feriados nas atividades do comércio em geral*

A Lei n. 11.603, de 5-12-2007, ao alterar a Lei n. 10.101/2000, instituiu regras específicas para o trabalho em domingos e feriados nas atividades do comércio em geral.

Nos termos do art. 6º da Lei n. 10.101/2000:

"Fica autorizado o trabalho aos domingos nas atividades do comércio em geral, observada a legislação municipal, nos termos do inciso I do *caput* do art. 30 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho e outras a serem estipuladas em negociação coletiva".

O trabalho em feriados é igualmente permitido, mediante convenção coletiva conforme o disposto no art. 6º-A:

"É permitido o trabalho em feriados nas atividades do comércio em geral, desde que autorizado em convenção coletiva de trabalho e observada a legislação municipal, nos termos do inciso I do *caput* do art. 30 da Constituição Federal".

Como acentua parecer da Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho (n. 31/2008):

"Percebe-se que as disposições da Lei n. 11.603/2007 têm natureza especial enquanto as da CLT e as da Lei 605, de 1949, ostentam natureza geral, visto que se aplicam a todas as áreas da atividade econômica, não apenas ao comércio em geral. Observe-se que a novel legislação deixou expresso o seu âmbito de aplicação ao restringir o seu alcance ao comércio em geral, sendo esse o seu elemento especializante. Dessas constatações já se extrai a primeira consequência, qual seja, não houve revogação da CLT ou da Lei n. 605, de 1949, na matéria relativa às derrogações à vedação de trabalho aos domingos e feriados".

Vale dizer que continuam em vigor as regras gerais da CLT e da Lei n. 605/49, com a vigência da Lei n. 11.603/2007 (cujas disposições foram acima transcritas), exclusivamente para os trabalhadores nas atividades do comércio em geral, aqui incluídos os empregados de supermercados, como esclarece o parecer do Ministério do Trabalho, cuja ementa transcrevemos:

"Trabalho aos domingos e feriados. A natureza especial da Lei n. 11.603, de 5 de dezembro de 2007, autoriza a conclusão de que permanecem em vigor as normas constantes na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 – CLT e na Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949, relativas ao regramento das derrogações à vedação do trabalho nos domingos e feriados, exclusive em relação ao comércio em geral. Em consequência, suprimido o fundamento de validade dos dispositivos do Decreto n. 27.048, de 12 de agosto de 1949, que autorizavam o trabalho em atividades comerciais nesses dias, ficam revogadas implicitamente essas disposições. Por consequência, fica superada a questão dos supermercados, que devem seguir os ditames da Lei n. 11.603, de 2007".

4. *Pagamento em dobro*

Em conformidade com o disposto no art. 6º, § 3º, do Decreto n. 27.048/49

11 ***Greve. Imprescindibilidade de tentativa direta e pacífica da solução do conflito. Etapa negocial prévia.***
É abusiva a greve levada a efeito sem que as partes hajam tentado, direta e pacificamente, solucionar o conflito que lhe constitui o objeto.

12 ***Greve. Qualificação jurídica. Ilegitimidade ativa "ad causam" do sindicato profissional que deflagra o movimento.***
Não se legitima o sindicato profissional a requerer judicialmente a qualificação legal de movimento paredista que ele próprio fomentou. (*Cancelada pela Res. 166/2010*, DEJT, *30-4-2010 e 3 e 4-5-2010*)

13 ***Legitimação da entidade sindical. Assembleia deliberativa. "Quorum" de validade. Art. 612 da CLT.*** (*Cancelada*, DJ, *24-11-2003*)

14 ***Sindicato. Base territorial excedente de um município. Obrigatoriedade da realização de múltiplas assembleias.*** (*Cancelada*, DJ, *2-12-2003*)

15 ***Sindicato. Legitimidade "ad processum". Imprescindibilidade do registro no Ministério do Trabalho.***
A comprovação da legitimidade *ad processum* da entidade sindical se faz por seu registro no órgão competente do Ministério do Trabalho, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

16 ***Taxa de homologação de rescisão contratual. Ilegalidade.***
É contrária ao espírito da lei (art. 477, § 7º, da CLT) e da função precípua do Sindicato a cláusula coletiva que estabelece taxa para homologação de rescisão contratual, a ser paga pela empresa a favor do sindicato profissional.

17 ***Contribuições para entidades sindicais. Inconstitucionalidade de sua extensão a não associados.***
As cláusulas coletivas que estabeleçam contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado, e, portanto, nulas, sendo passíveis de devolução, por via própria, os respectivos valores eventualmente descontados.

18 ***Descontos autorizados no salário pelo trabalhador. Limitação máxima de 70% do salário-base.***
Os descontos efetuados com base em cláusula de acordo firmado entre as partes não podem ser superiores a 70% do salário-base percebido pelo empregado, pois deve-se assegurar um mínimo de salário em espécie ao trabalhador.

19 ***Dissídio coletivo contra empresa. Legitimação da entidade sindical. Autorização dos trabalhadores diretamente envolvidos no conflito.*** (*Inserido dispositivo* – DEJT, *16, 17 e 18-11-2010*)
A legitimidade da entidade sindical para a instauração da instância contra determinada empresa está condicionada à prévia autorização dos trabalhadores da suscitada diretamente envolvidos no conflito.

20 ***Empregados sindicalizados. Admissão preferencial. Condição violadora do art. 8º, V, da CF/88.*** (*Inserido dispositivo* – DEJT, *16, 17 e 18-11-2010*)
Viola o art. 8º, V, da CF/1988 cláusula de instrumento normativo que estabelece a preferência, na contratação de mão de obra, do trabalhador sindicalizado sobre os demais.

21 ***Ilegitimidade "ad causam" do sindicato. Ausência de indicação do total de associados da entidade sindical. Insuficiência de "quorum" (art. 612 da CLT).*** (*Cancelada*, DJ, *2-12-2003*)

22 ***Legitimidade "ad causam" do sindicato. Correspondência entre as atividades exercidas pelos setores profissional e econômico envolvidos no conflito. Necessidade.*** (*Inserido dispositivo* – DEJT, *16, 17 e 18-11-2010*)
É necessária a correspondência entre as atividades exercidas pelos setores profissional e econômico, a fim de legitimar os envolvidos no conflito a ser solucionado pela via do dissídio coletivo.

23 ***Legitimidade "ad causam". Sindicato representativo de segmento profissional ou patronal. Impossibilidade.***

A representação sindical abrange toda a categoria, não comportando separação fundada na maior ou menor dimensão de cada ramo ou empresa.

24 ***Negociação prévia insuficiente. Realização de mesa redonda perante a DRT. Art. 114, § 2º, da CF/88. Violação.*** *(Cancelada, DJ, 16-4-2004)*

25 ***Salário normativo. Contrato de experiência. Limitação. Tempo de serviço. Possibilidade.***

Não fere o princípio da isonomia salarial (art. 7º, XXX, da CF/88) a previsão de salário normativo tendo em vista o fator tempo de serviço.

26 ***Salário normativo. Menor empregado. Art. 7º, XXX, da CF/88. Violação.***

Os empregados menores não podem ser discriminados em cláusula que fixa salário mínimo profissional para a categoria.

27 ***Custas. Ausência de intimação. Deserção. Caracterização.***

A deserção se impõe mesmo não tendo havido intimação, pois incumbe à parte, na defesa do próprio interesse, obter os cálculos necessários para efetivar o preparo.

28 ***Edital de convocação da AGT. Publicação. Base territorial. Validade.***

O edital de convocação para a AGT deve ser publicado em jornal que circule em cada um dos municípios componentes da base territorial.

29 ***Edital de convocação e ata da assembleia geral. Requisitos essenciais para instauração de dissídio coletivo.***

O edital de convocação da categoria e a respectiva ata da AGT constituem peças essenciais à instauração do processo de dissídio coletivo.

30 ***Estabilidade da gestante. Renúncia ou transação de direitos constitucionais. Impossibilidade.*** *(Republicada em decorrência de erro material – DEJT, 19, 20 e 21-9-2011)*

Nos termos do art. 10, II, *a*, do ADCT, a proteção à maternidade foi erigida à hierarquia constitucional, pois retirou do âmbito do direito potestativo do empregador a possibilidade de despedir arbitrariamente a empregada em estado gravídico. Portanto, a teor do art. 9º da CLT, torna-se nula de pleno direito a cláusula que estabelece a possibilidade de renúncia ou transação, pela gestante, das garantias referentes à manutenção do emprego e salário.

31 ***Estabilidade do acidentado. Acordo homologado. Prevalência. Impossibilidade. Violação do art. 118, Lei n. 8.213/91.***

Não é possível a prevalência de acordo sobre legislação vigente, quando ele é menos benéfico do que a própria lei, porquanto o caráter imperativo dessa última restringe o campo de atuação da vontade das partes.

32 ***Reivindicações da categoria. Fundamentação das cláusulas. Necessidade. Aplicação do PN 37 do TST.***

É pressuposto indispensável à constituição válida e regular da ação coletiva a apresentação em forma clausulada e fundamentada das reivindicações da categoria, conforme orientação do item VI, *e*, da IN 4/93.

33 ***Ação rescisória. Ministério Público. Legitimidade restrita. Hipóteses do art. 487, I e III, do CPC.*** *(Cancelada pela Resolução 137/2005)*

34 ***Acordo extrajudicial. Homologação. Justiça do Trabalho. Prescindibilidade.***

É desnecessária a homologação, por Tribunal Trabalhista, do acordo extrajudicialmente celebrado, sendo suficiente, para que surta efeitos, sua formalização perante o Ministério do Trabalho (art. 614 da CLT e art. 7º, XXXV, da Constituição Federal).

35 ***Edital de convocação da AGT. Disposição estatutária específica. Prazo mínimo entre a publicação e a realização da assembleia. Observância obrigatória.***

Se os estatutos da entidade sindical contam com norma específica que estabeleça prazo mínimo entre a data de publicação do edital

convocatório e a realização da assembleia correspondente, então a validade desta última depende da observância desse interregno.

36 ***Empregados de empresa de processamento de dados. Reconhecimento como categoria diferenciada. Impossibilidade.***

É por lei, e não por decisão judicial, que as categorias diferenciadas são reconhecidas como tais. De outra parte, no que tange aos profissionais da informática, o trabalho que desempenham sofre alterações, de acordo com a atividade econômica exercida pelo empregador.

37 ***Empregados de entidades sindicais. Estabelecimento de condições coletivas de trabalho distintas daquelas às quais sujeitas as categorias representadas pelos empregadores. Impossibilidade jurídica. Art. 10 da Lei n. 4.725/65.*** *(Cancelada,* DJ, *18-10-2006).*

38 ***Greve. Serviços essenciais. Garantia das necessidades inadiáveis da população usuária. Fator determinante da qualificação jurídica do movimento.***

É abusiva a greve que se realiza em setores que a lei define como sendo essenciais à comunidade, se não é assegurado o atendimento básico das necessidades inadiáveis dos usuários do serviço, na forma prevista na Lei n. 7.783/89.

Índice Alfabético das Orientações Jurisprudenciais do TST – Pleno

(Os números referem-se às orientações)

MANDADO DE SEGURANÇA
Competência – 4
PRECATÓRIO
Crédito – 1
Execução – 6
Juros de mora. Fazenda Pública – 7
Mandado de segurança. Cabimento – 10
Matéria administrativa. Remessa necessária – 8
Pequeno valor – 9
Procedimento de natureza administrativa. Incompetência funcional do presidente do TRT para declarar a inexigibilidade do título exequendo – 12
Quebra da ordem de precedência. Não demonstração da posição do exequente na ordem cronológica. Sequestro indevido – 13
Revisão de cálculos – 2
Sequestro – 3
RECURSO EM MATÉRIA ADMINISTRATIVA
Prazo – 11
RECURSO ORDINÁRIO
Cabimento – 5

Orientações Jurisprudenciais do TST – Pleno

1 ***Precatório. Crédito trabalhista. Pequeno valor. Emenda Constitucional n. 37/02.***
Há dispensa da expedição de precatório, na forma do art. 100, § 3º, da CF/88, quando a execução contra a Fazenda Pública não exceder os valores definidos, provisoriamente, pela Emenda Constitucional n. 37/02, como obrigações de pequeno valor, inexistindo ilegalidade, sob esse prisma, na determinação de sequestro da quantia devida pelo ente público.

2 ***Precatório. Revisão de cálculos. Limites da competência do presidente do TRT.***
O pedido de revisão, em fase de precatório, previsto no art. 1º-E da Lei n. 9.494/97, apenas poderá ser acolhido desde que: *a*) o requerente aponte e especifique claramente quais são as incorreções existentes nos cálculos, discriminando o montante que seria correto, pois do contrário a incorreção torna-se abstrata; *b*) o defeito nos cálculos esteja ligado à incorreção material ou à utilização de critério em descompasso com a lei ou com o título executivo judicial; e *c*) o critério legal aplicável ao débito não tenha sido objeto de debate na fase de conhecimento, nem na fase de execução.

3 ***Precatório. Sequestro. Emenda Constitucional 30/2000. Preterição. ADIn 1.662-8. Art. 100, § 2º, da CF/88.***
O sequestro de verbas públicas para satisfação de precatórios trabalhistas só é admitido na hipótese de preterição do direito de precedência do credor, a ela não se equiparando as situações de não inclusão da despesa no orçamento ou de não pagamento do precatório até o final do exercício, quando incluído no orçamento.

4 ***Mandado de segurança. Decisão de TRT. Incompetência originária do Tribunal Superior do Trabalho.***
Ao Tribunal Superior do Trabalho não compete apreciar, originariamente, mandado de segurança impetrado em face de decisão de TRT.

5 ***Recurso ordinário. Cabimento.*** *(Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 70 da SDI-I, Res. 129/2005,* DJ, *20-4-2005)*
Não cabe recurso ordinário contra decisão em agravo regimental interposto em reclamação correicional ou em pedido de providência. (ex-OJ n. 70 – inserida em 13-9-1994)

6 ***Precatório. Execução. Limitação da condenação imposta pelo título judicial exequendo à data do advento da Lei n. 8.112, de 11-12-1990.*** *(*DJ, *25-4-2007)*
Em sede de precatório, não configura ofensa à coisa julgada a limitação dos efeitos pecuniários da sentença condenatória ao período anterior ao advento da Lei n. 8.112, de 11-12-1990, em que o exequente submetia-se à legislação trabalhista, salvo disposição expressa em contrário na decisão exequenda.

7 ***Juros de mora. Condenação da Fazenda Pública.*** *(Nova redação – Res. 175/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011)*
I – Nas condenações impostas à Fazenda Pública, incidem juros de mora segundo os seguintes critérios:
a) 1% (um por cento) ao mês, até agosto de 2001, nos termos do § 1º do art. 39 da Lei n. 8.177, de 1º-3-1991;

b) 0,5% (meio por cento) ao mês, de setembro de 2001 a junho de 2009, conforme determina o art. 1º-F da Lei n. 9.494, de 10-9-1997, introduzido pela Medida Provisória n. 2.180-35, de 24-8-2001.

II – A partir de 30 de junho de 2009, atualizam-se os débitos trabalhistas da Fazenda Pública, mediante a incidência dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, por força do art. 5º da Lei n. 11.960, de 29-6-2009.

III – A adequação do montante da condenação deve observar essa limitação legal, ainda que em sede de precatório.

8 ***Precatório. Matéria administrativa. Remessa necessária. Não cabimento.*** *(DJ, 25-4-2007)*

Em sede de precatório, por se tratar de decisão de natureza administrativa, não se aplica o disposto no art. 1º, V, do Decreto-lei n. 779, de 21-8-1969, em que se determina a remessa necessária em caso de decisão judicial desfavorável a ente público.

9 ***Precatório. Pequeno valor. Individualização do crédito apurado. Reclamação trabalhista plúrima. Execução direta contra a Fazenda Pública. Possibilidade.*** *(DJ, 25-4-2007)*

Tratando-se de reclamações trabalhistas plúrimas, a aferição do que vem a ser obrigação de pequeno valor, para efeito de dispensa de formação de precatório e aplicação do disposto no § 3º do art. 100 da CF/88, deve ser realizada considerando-se os créditos de cada reclamante.

10 ***Precatório. Processamento e pagamento. Natureza administrativa. Mandado de segurança. Cabimento.*** *(DJ, 25-4-2007)*

É cabível mandado de segurança contra atos praticados pela Presidência dos Tribunais Regionais em precatório em razão de sua natureza administrativa, não se aplicando o disposto no inciso II do art. 5º da Lei n. 1.533, de 31-12-1951.

11 ***Recurso em matéria administrativa. Prazo. Órgão colegiado. Oito dias. Art. 6º da lei n. 5.584, de 26-6-1970.*** *(DJ, 25-4-2007)*

Se não houver norma específica quanto ao prazo para interposição de recurso em matéria administrativa de decisão emanada de órgão Colegiado do Tribunal Regional do Trabalho, aplica-se, por analogia, a regra geral dos prazos adotados na Justiça do Trabalho, ou seja, oito dias, conforme estabelecido no art. 6º da Lei n. 5.584, de 26-6-1970. O prazo de dez dias a que alude o art. 59 da Lei n. 9.784, de 29-1-1999, aplica-se somente à interposição de recursos de decisões prolatadas monocraticamente.

12 ***Precatório. Procedimento de natureza administrativa. Incompetência funcional do presidente do TRT para declarar a inexigibilidade do título exequendo.*** *(DEJT, 16, 17 e 20-9-2010)*

O Presidente do TRT, em sede de precatório, não tem competência funcional para declarar a inexigibilidade do título exequendo, com fundamento no art. 884, § 5º, da CLT, ante a natureza meramente administrativa do procedimento.

13 ***Precatório. Quebra da ordem de precedência. Não demonstração da posição do exequente na ordem cronológica. Sequestro indevido.*** *(DEJT, 16, 17 e 20-9-2010)*

É indevido o sequestro de verbas públicas quando o exequente/requerente não se encontra em primeiro lugar na lista de ordem cronológica para pagamento de precatórios ou quando não demonstrada essa condição.

Índice Alfabético dos Precedentes Normativos do TST

(Os números referem-se aos precedentes)

ABONO
Afastamentos e salários – 8
Atestados médicos e odontológicos – 81
Falta para levar filho ao médico – 95
Pecuniário (Cancelado) – 2
ADICIONAL
Horas extras (Cancelado) – 43
Insalubridade (Cancelado) – 3
Insalubridade. Empregado rural (Cancelado) – 57
Noturno (Cancelado) – 90
Tempo de serviço (Cancelado) – 38
Transferência (Cancelado) – 101
ALIMENTAÇÃO
Auxílio-alimentação (Cancelado) – 9
APOSENTADORIA
Bonificação (Cancelado) – 11
Voluntária. Garantia de emprego – 85
AUXÍLIO-DOENÇA
Estabilidade ao beneficiário (Cancelado) – 26
AVISO PRÉVIO
Dispensa do cumprimento – 24
Redução da jornada (Cancelado) – 96
60 dias (Cancelado) – 76
CARREIRA DA EMPRESA
Comissão para disciplinar quadro de carreira na empresa (Cancelado) – 16
COBRANÇA DE TÍTULOS
Responsabilização do empregado – 61
COMISSÕES
Anotações na CTPS – 5
Cobrança – 15
Proibição de estorno – 97
Repouso semanal (Cancelado) – 40
COMPETÊNCIA
Dissídio coletivo do Banco do Brasil. Incompetência dos TRTs – 10
Greve. Declaração de abusividade – 29
COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA
Cabimento (Cancelado) – 17
CONSTITUCIONALIDADE
Decretos-lei n. 2.012/83, 2.024/83 e 2.045/83 – 56
CONTRATO DE TRABALHO
Escrito. Empregado rural – 20
Experiência (Cancelado) – 18
Experiência. Readmissão (Cancelado) – 75
Jornalista – 55
Mão de obra locada (Cancelado) – 35
Readmissão. Preferência (Cancelado) – 39
Rural. Rescisão do contrato de trabalho do chefe de família – 53
Transporte de acidentados, doentes e parturientes – 113
CRECHE
Necessidade de instalação – 22
CTPS
Anotação da função efetivamente exercida – 105
Comissões. Anotação obrigatória – 5
Retenção. Indenização – 98
DIRIGENTE SINDICAL
Acesso à empresa – 91
Frequência livre – 83
DISSÍDIO COLETIVO
Banco do Brasil como parte. Incompetência dos TRTs – 10
Fundamentação de cláusulas. Necessidade – 37
Garantia de salário e consectários – 82
ESTABILIDADE
Aposentadoria voluntária – 85
Beneficiário do auxílio-doença (Cancelado) – 26

CIPAs. Suplentes (Cancelado) – 51
Eleições das CIPAs (Cancelado) – 25
Empregado acidentado (Cancelado) – 30
Empregado que retorna de férias (Cancelado) – 27
Empregado transferido – 77
Gestante (Cancelado) – 49
Representante dos trabalhadores – 86
Serviço militar – 80

FERIADO
Criação (Cancelado) – 23
Trabalho em domingos e feriados. Pagamento dos salários – 87

FÉRIAS
Cancelamento ou adiamento – 116
Estabilidade ao empregado que retorna das férias (Cancelado) – 27
Início do período de gozo – 100
Proporcionais (Cancelado) – 28

GARRAFAS BICADAS
Garrafas bicadas e extravio de engradados – 66

GRATIFICAÇÃO
Gratificação de Caixa – 103

GREVE
Competência dos tribunais para declará-la abusiva – 29

HORAS *IN ITINERE*
Contagem do tempo gasto com transporte (Cancelado) – 114

JORNADA DE TRABALHO
Cursos e reuniões obrigatórias (Cancelado) – 19
Horário de caixa (Cancelado) – 12
Horas extras. Adicional (Cancelado) – 43
Jornada do estudante – 32
Professor. Janelas – 31
Repouso semanal do comissionista (Cancelado) – 40
Trabalho noturno. Adicional de 60% (Cancelado) – 90

JORNALISTA
Contrato de trabalho – 55
Seguro de vida – 112

LICENÇA
Estudante – 70
Prêmio (Cancelado) – 33

MULTA
Atraso do 13º salário (Cancelado) – 36
Atraso no pagamento de salário – 72
Obrigação de fazer – 73

PIS
Recebimento. Garantia ao salário do dia de afastamento – 52

PROFESSOR
Diminuição da carga horária. Redução salarial não configurada – 78
Janelas – 31

REPOUSO REMUNERADO
Comissionista (Cancelado) – 40
Garantia ao repouso. Entradas tardias – 92
Trabalhador temporário – 79

RESCISÃO
Aviso ao empregado dispensado – 47
Readmissão. Preferência (Cancelado) – 39
Rural. Contrato de trabalho do chefe de família – 53
Verbas rescisórias (Cancelado) – 46

RURAL
Abrigo no local de trabalho – 108
Aferição das balanças – 59
Atividade insalubre. Fornecimento de leite – 106
Caixa de medicamentos – 107
Concessão de terra (Cancelado) – 48
Conservação das casas – 62
Contrato escrito – 20
Defensivos agrícolas – 50
Faltas ao serviço. Compras – 68
Ferramentas. Fornecimento pelo empregador – 110
Ficha de controle de produção – 63
Horário e local de condução – 64
Insalubridade (Cancelado) – 57
Latão de café – 60
Moradia – 34
Pagamento de dia não trabalhado – 69
Pagamento de salário – 65
Rescisão do contrato de trabalho do chefe de família – 53
Salário-doença (Cancelado) – 94
Transporte. Condições de segurança – 71

SALÁRIO
Ajuda de custo por quilometragem rodada (Cancelado) – 4
Antecipação trimestral (Cancelado) – 1
Atraso no pagamento. Multa – 72
Comprovante de pagamento – 93
13º salário. Multa (Cancelado) – 36
Dedução do auxílio-doença para aquisição de férias (Cancelado) – 21

Desconto – 14
Desconto em folha (Cancelado) – 88
Desconto-moradia – 109
Empregado rural. Salário-doença (Cancelado) – 94
Nova função (Cancelado) – 99
Pagamento. Rural – 65
Pagamento ao analfabeto – 58
Pagamento com cheque – 117
Período de amamentação – 6
Professor. Redução salarial – 78
Quebra de material – 118
Reajuste trimestral (Cancelado) – 45
Reembolso de despesas – 89
Remuneração por produção – 67
Rural. Pagamento de dia não trabalhado – 69
Trabalhador temporário. Descanso semanal – 79
Trabalho em domingos e feriados. Pagamento – 87

SEGURO
de vida. Assalto – 84
Obrigatório – 42

SINDICATO
Assistência sindical (Cancelado) – 7
Contribuições sindicais. Inobservância dos preceitos constitucionais – 119
Desconto assistencial (Cancelado) – 74
Fornecimento de relação nominal de empregados – 41
Local para sindicalização (Cancelado) – 13
Quadro de aviso na empresa – 104
Relação de empregados – 111

TRANSFERÊNCIA
Garantia de emprego – 77

TRANSPORTE
Acidentados, doentes e parturientes – 113
Comparecimento à audiência (Cancelado) – 54
Fornecimento. Trabalho após as 22h (Cancelado) – 44

UNIFORMES
Fornecimento gratuito – 115

VIGIAS
Assistência jurídica – 102

(que regulamenta a Lei n. 605/49), nos serviços em que for permitido o trabalho aos domingos e feriados, a remuneração a ser paga ao empregado será dobrada.

No mesmo sentido a Súmula 461 do STF: "É duplo, e não triplo, o pagamento do salário nos dias destinados a descanso".

Contra tal entendimento insurge-se Valentin Carrion:

"Entretanto, esse entendimento é inaceitável. Primeiro porque, se assim fosse, a lei não necessitaria dizer qualquer coisa a mais: devido um salário sem trabalhar, o segundo seria devido, na hipótese de se prestarem serviços naquele mesmo dia. Em segundo lugar porque, em condições anormais, a lei impõe acréscimo para desestimulá-lo (férias não concedidas: 100%; noturno: 20% e hora reduzida; extraordinário: 50%; insalubridade: 10% a 40%; periculosidade: 30%); não se pode acreditar que o empregador que mantiver empregado trabalhando ilegalmente (pela lei e a Constituição), mesmo continuadamente, dia após dia, sem uma folga, em domingo ou em outra jornada, não pague adicional algum"[100].

A Súmula 146 do TST, com a redação dada pela Resolução n. 121/2003, está vazada nos seguintes termos:

"O trabalho prestado em domingos e feriados, não compensado, deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal".

5. *Perda de repouso semanal*

O direito ao repouso semanal remunerado está condicionado à assiduidade ao trabalho nos dias, ou na semana que o antecede. Assim considerando, o empregado que não faltar ao serviço de segunda a sábado (ou a sexta-feira, se adotado o regime de compensação), faz jus ao recebimento do repouso semanal. Não se incluem entre as faltas as ausências legais (arts. 471 a 473 da CLT) ou as decorrentes de doença (arts. 471 a 474 da CLT).

Diz a Súmula 15 do TST:

"A justificação da ausência do empregado motivada por doença, para a percepção do salário-enfermidade e da remuneração do repouso semanal, deve observar a ordem preferencial dos atestados médicos estabelecida em lei".

6. *Remuneração dos repousos*

Em conformidade com o art. 7º da Lei n. 605/49, a remuneração do repouso semanal é a seguinte:

"*a*) para os que trabalham por dia, semana, quinzena ou mês, à de 1 (um) dia de serviço, computadas as horas extraordinárias habitualmente prestadas;

b) para os que trabalham por hora, à de sua jornada de trabalho, computadas as horas extraordinárias habitualmente prestadas; (*A redação das alíneas* a *e* b *foi alterada pela Lei 7.415, de 9-12-1985.*)

c) para os que trabalham por tarefa ou peça, o equivalente ao salário correspondente às tarefas ou peças feitas durante a semana, no horário normal de trabalho, dividido pelos dias de serviço efetivamente prestado ao empregador;

d) para o empregado em domicílio, o equivalente ao quociente da divisão por 6 (seis) da importância total da sua produção na semana.

§ 1º Os empregados cujos salários não sofram descontos por motivo de feriados

100. Ob. cit., p. 117.

Precedentes Normativos do TST

1 ***Antecipação salarial trimestral*** *(negativo). Cancelado pela Res. 86/98 – DJU, 15-10-1998.*

2 ***Abono pecuniário*** *(negativo). Cancelado pela Res. 86/98 – DJU, 15-10-1998.*

3 ***Adicional de insalubridade*** *(negativo). Cancelado pela Res. 81/98 – DJU, 20-8-1998.*

4 ***Ajuda de custo por quilometragem rodada*** *(negativo). Cancelado pela Res. 81/98 – DJU, 20-8-1998.*

5 ***Anotações de comissões*** *(positivo).*
O empregador é obrigado a anotar, na CTPS, o percentual das comissões a que faz jus o empregado.

6 ***Garantia de salário no período de amamentação*** *(positivo).*
É garantido às mulheres, no período de amamentação, o recebimento do salário, sem prestação de serviços, quando o empregador não cumprir as determinações dos §§ 1º e 2º do art. 389 da CLT.

7 ***Assistência sindical*** *(negativo). Cancelado pela Res. 81/98 – DJU, 20-8-1998.*

8 ***Atestados de afastamento e salários*** *(positivo).*
O empregador é obrigado a fornecer atestados de afastamento e salários ao empregado demitido.

9 ***Auxílio-alimentação*** *(negativo). Cancelado pela Res. 86/98 – DJU, 15-10-1998.*

10 ***Banco do Brasil como parte em DC no TRT*** *(positivo). Redação alterada pela Res. 86/98 – DJU, 15-10-1998.*
Os Tribunais Regionais do Trabalho são incompetentes para processar e julgar Dissídios Coletivos em que sejam partes o Banco do Brasil S.A. e entidades sindicais dos bancários.

11 ***Bonificação a quem se aposenta*** *(negativo). Cancelado pela Res. 86/98 – DJU, 15-10-1998.*

12 ***Horário de caixa*** *(negativo). Cancelado pela Res. 81/98 – DJU, 20-8-1998.*

13 ***Local para sindicalização*** *(negativo). Cancelado pela Res. 86/98 – DJU, 15-10-1998.*

14 ***Desconto no salário*** *(positivo).*
Proíbe-se o desconto no salário do empregado dos valores de cheques não compensados ou sem fundos, salvo se não cumprir as resoluções da empresa.

15 ***Comissão sobre cobrança*** *(positivo).*
Se não obrigado por contrato a efetuar cobranças, o vendedor receberá comissões por esse serviço, respeitadas as taxas em vigor para os demais cobradores.

16 ***Comissão para disciplinar quadro de carreira da empresa*** *(negativo). Cancelado pela Res. 86/98 – DJU, 15-10-1998.*

17 ***Complementação de auxílio-doença*** *(negativo). Cancelado pela Res. 86/98 – DJU, 15-10-1998.*

18 ***Contrato de experiência*** *(negativo). Cancelado pela Res. 86/98 – DJU, 15-10-1998.*

19 ***Cursos e reuniões obrigatórios*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98 – DJU, 20-8-1998.*

20 ***Empregado rural. Contrato escrito*** *(positivo).*
Sendo celebrado contrato por tarefa, parceria ou meação, por escrito, obriga-se o empregador a fornecer uma via deste ao empregado, devidamente datada e assinada pelas partes.

21 ***Dedução do auxílio-doença para aquisição de férias*** *(negativo). Cancelado pela Res. 86/98 - DJU, 15-10-1998.*

22 ***Creche*** *(positivo).*
Determina-se a instalação de local destinado à guarda de crianças em idade de amamentação, quando existentes na empresa mais de 30 (trinta) mulheres maiores de 16 (dezesseis) anos, facultado o convênio com creches.

23 ***Criação de feriado*** *(negativo). Cancelado pela Res. 86/98 - DJU, 15-10-1998.*

24 ***Dispensa do aviso-prévio*** *(positivo).*
O empregado despedido fica dispensado do cumprimento do aviso prévio quando comprovar a obtenção de novo emprego, desonerando a empresa do pagamento dos dias não trabalhados.

25 ***Eleições das CIPAs*** *(negativo). Cancelado pela Res. 81/98 - DJU, 20-8-1998.*

26 ***Estabilidade ao beneficiário do auxílio-doença*** *(negativo). Cancelado pela Res. 86/98 - DJU, 15-10-1998.*

27 ***Estabilidade ao empregado que retorna de férias*** *(negativo). Cancelado pela Res. 86/98 - DJU, 15-10-1998.*

28 ***Férias proporcionais*** *(negativo). Cancelado pela Res. 81/98 - DJU, 20-8-1998.*

29 ***Greve. Competência dos tribunais para declará-la abusiva*** *(positivo).*
Compete aos Tribunais do Trabalho decidir sobre o abuso do direito de greve.

30 ***Empregado acidentado. Garantia no emprego*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98 - DJU, 20-8-1998.*

31 ***Professor (JANELAS)*** *(positivo).*
Os tempos vagos (janelas) em que o professor ficar à disposição do curso serão remunerados como aula, no limite de 1 (uma) hora diária por unidade.

32 ***Jornada do estudante*** *(positivo).*
Proíbe-se a prorrogação da jornada de trabalho do empregado estudante, ressalvadas as hipóteses dos arts. 59 e 61 da CLT.

33 ***Licença-prêmio*** *(negativo). Cancelado pela Res. 81/98 - DJU, 20-8-1998.*

34 ***Empregado rural. Moradia*** *(positivo).*
Ao empregado que residir no local de trabalho fica assegurada a moradia em condições de habitabilidade, conforme exigências da autoridade local.

35 ***Mão de obra locada*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98 - DJU, 20-8-1998.*

36 ***13º salário. Multa*** *(negativo). Cancelado pela Res. 81/98 - DJU, 20-8-1998.*

37 ***Dissídio coletivo. Fundamentação de cláusulas. Necessidade*** *(positivo).*
Nos processos de dissídio coletivo só serão julgadas as cláusulas fundamentadas na representação, em caso de ação originária, ou no recurso.

38 ***Adicional por tempo de serviço*** *(negativo). Cancelado pela Res. 86/98 - DJU, 15-10-1998.*

39 ***Readmissão. Preferência*** *(negativo). Cancelado pela Res. 86/98 - DJU, 15-10-1998.*

40 ***Repouso semanal do comissionista*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98 - DJU, 20-8-1998.*

41 ***Relação nominal de empregados*** *(positivo).*
As empresas encaminharão à entidade profissional cópia das guias de contribuição sindical e assistencial, com a relação nominal dos respectivos salários, no prazo máximo de 30 dias após o desconto.

42 ***Seguro obrigatório*** *(positivo).*
Institui-se a obrigação do seguro, por acidente ou morte, para empregados que transportem valores ou exerçam as atividades de vigia ou vigilante.

43 ***Horas extras. Adicional*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98 - DJU, 20-8-1998.*

44 ***Transporte*** *(negativo). Cancelado pela Res. 86/98 - DJU, 15-10-1998.*

45 ***Trimestralidade*** *(negativo). Cancelado pela Res. 81/98 - DJU, 20-8-1998.*

46 ***Verbas rescisórias*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98 - DJU, 20-8-1998.*

47 ***Dispensa do empregado*** *(positivo).*
O empregado despedido será informado, por escrito, dos motivos da dispensa.

48 ***Empregado rural. Concessão de terra*** *(positivo). Cancelado pela Res. 125/2004* – DJU, *10-9-2004.*

49 ***Gestante. Garantia de emprego*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98* – DJU, *20-8-1998.*

50 ***Empregado rural. Defensivos agrícolas*** *(positivo).*
O empregador rural é obrigado a possuir o receituário agronômico de defensivos agrícolas e a observar as medidas de prevenção nele contidas.

51 ***CIPAs. Suplentes. Garantia de emprego*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98* – DJU, *20-8-1998.*

52 ***Recebimento do PIS*** *(positivo).*
Garante-se ao empregado o recebimento do salário do dia em que tiver de se afastar para recebimento do PIS.

53 ***Empregado rural.*** *Rescisão do contrato de trabalho do chefe de família (positivo).*
A rescisão do contrato de trabalho rural, sem justa causa, do chefe da unidade familiar é extensiva à esposa, às filhas solteiras e aos filhos até 20 anos de idade, que exerçam atividades na propriedade, mediante opção destes.

54 ***Transporte para audiência*** *(negativo). Cancelado pela Res. 86/98* – DJU, *15-10-1998.*

55 ***Jornalista. Contrato de trabalho*** *(positivo).*
O empregador é obrigado a mencionar no contrato de trabalho o órgão de imprensa no qual o jornalista vai trabalhar.

56 ***Constitucionalidade*** *(positivo).*
São constitucionais os Decretos-lei n. 2.012/83, 2.024/83 e 2.045/83.

57 ***Empregado rural. Insalubridade*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98* – DJU, *20-8-1998.*

58 ***Salário. Pagamento ao analfabeto*** *(positivo).*
O pagamento de salário ao empregado analfabeto deverá ser efetuado na presença de 2 (duas) testemunhas.

59 ***Empregado rural. Aferição das balanças*** *(positivo).*
O instrumento de peso e medida, utilizado pelos empregadores para aferição das tarefas no regime de produção, deverá ser conferido pelo INPM.

60 ***Empregado rural. Latão de café*** *(positivo).*
O latão de café terá capacidade de 60 litros e será padronizado de acordo com as normas do INPM.

61 ***Cobrança de títulos*** *(positivo).*
Salvo disposição contratual, é vedado ao empregador responsabilizar o empregado pelo inadimplemento do cliente, até mesmo quanto a títulos.

62 ***Empregado rural. Conservação das casas*** *(positivo).*
Os empregadores são responsáveis pelos reparos nas residências que cedam aos empregados rurais, desde que os danos não decorram de culpa destes.

63 ***Empregado rural. Ficha de controle da produção*** *(positivo).*
Quando da colheita, o café será entregue na lavoura ou no monte, fornecendo-se ao trabalhador uma ficha com o valor da respectiva produção.

64 ***Empregado rural. Horário e local de condução*** *(positivo).*
Fornecendo o empregador condução para o trabalho, informará ele aos empregados, previamente, os locais e horários do transporte.

65 ***Empregado rural. Pagamento de salário*** *(positivo).*
O pagamento do salário será efetuado em moeda corrente e no horário de serviço, para isso permitido o seu prolongamento até duas horas após o término da jornada de trabalho.

66 ***Garrafas "bicadas"*** *(positivo).*
Constituem ônus do empregador aceitar a devolução de garrafas "bicadas" e o extravio de engradados, salvo se não cumpridas as disposições contratuais pelo empregado.

67 ***Remuneração por produção*** *(positivo).*
Quando o serviço for contratado por produção, a remuneração não poderá ser inferior à diária correspondente ao salário normativo.

68 ***Empregado rural. Faltas ao serviço. Compras*** *(positivo).*
Autoriza-se o chefe de família, se empregado rural, a faltar ao serviço um dia por mês ou meio dia por quinzena, para efetuar compras, sem remuneração ou mediante compensação de horário, mas sem prejuízo do repouso remunerado, desde que não tenha falta injustificada durante o mês.

69 ***Empregado rural. Pagamento de dia não trabalhado*** *(positivo).*
O empregado rural fará jus ao salário do dia, quando comparecer ao local de prestação de serviço ou ponto de embarque, se fornecida condução pelo empregador, e não puder trabalhar em consequência de chuva ou de outro motivo alheio à sua vontade.

70 ***Licença para estudante*** *(positivo).*
Concede-se licença não remunerada nos dias de prova ao empregado estudante, desde que avisado o patrão com 72 horas de antecedência e mediante comprovação.

71 ***Empregado rural. Transporte. Condições de segurança*** *(positivo).*
Quando fornecidos pelo empregador, os veículos destinados a transportar trabalhadores rurais deverão satisfazer as condições de segurança e comodidade, sendo proibido o carregamento de ferramentas soltas junto às pessoas conduzidas.

72 ***Multa. Atraso no pagamento de salário*** *(positivo).*
Estabelece-se multa de 10% sobre o saldo salarial, na hipótese de atraso no pagamento de salário até 20 dias, e de 5% por dia no período subsequente.

73 ***Multa. Obrigação de fazer*** *(positivo).*
Impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer, no valor equivalente a 10% do salário básico, em favor do empregado prejudicado.

74 ***Desconto assistencial*** *(positivo). Cancelado pela Res. 82/98 – DJU, 20-8-1998.*

75 ***Contrato de experiência. Readmissão*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98 – DJU, 20-8-1998.*

76 ***Aviso prévio de 60 dias*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98 – DJU, 20-8-1998.*

77 ***Empregado transferido. Garantia de emprego*** *(positivo).*
Assegura-se ao empregado transferido, na forma do art. 469 da CLT, a garantia de emprego por 1 (um) ano após a data da transferência.

78 ***Professor. Redução salarial não configurada*** *(negativo).*
Não configura redução salarial ilegal a diminuição de carga horária motivada por inevitável supressão de aulas eventuais ou de turmas.

79 ***Trabalhador temporário. Descanso semanal*** *(positivo).*
Concede-se ao trabalhador temporário o acréscimo de 1/6 ao seu salário diário, correspondente ao descanso semanal remunerado, por aplicação analógica do art. 3º da Lei 605/49.

80 ***Serviço militar. Garantia de emprego ao alistando*** *(positivo).*
Garante-se o emprego do alistando, desde a data da incorporação no serviço militar até 30 dias após a baixa.

81 ***Atestados médicos e odontológicos*** *(positivo).*
Assegura-se eficácia aos atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais do sindicato dos trabalhadores, para o fim de abono de faltas ao serviço, desde que existente convênio do sindicato com a Previdência Social, salvo se o empregador possuir serviço próprio ou conveniado.

82 ***Dissídio coletivo. Garantia de salários e consectários*** *(positivo).*
Defere-se a garantia de salários e consectários ao empregado despedido sem justa causa, desde a data do julgamento do dissídio coletivo até 90 dias após a publicação do acórdão, limitado o período total a 120 dias.

83 ***Dirigentes sindicais. Frequência livre*** *(positivo). Redação alterada pela Res. 123/2004 – DJU, 6-7-2004.*

Assegura-se a frequência livre dos dirigentes sindicais para participarem de assembleias e reuniões sindicais devidamente convocadas e comprovadas, sem ônus para o empregador. (Ex-PN n. 135)

84 ***Seguro de vida. Assalto*** *(positivo).*

Institui-se a obrigação do seguro de vida, em favor do empregado e seus dependentes previdenciários, para garantir a indenização nos casos de morte ou invalidez permanente, decorrentes de assalto, consumado ou não, desde que o empregado se encontre no exercício das suas funções.

85 ***Garantia de emprego. Aposentadoria voluntária*** *(positivo).*

Defere-se a garantia de emprego, durante os 12 meses que antecedem a data em que o empregado adquire direito à aposentadoria voluntária, desde que trabalhe na empresa há pelo menos 5 anos. Adquirido o direito, extingue-se a garantia.

86 ***Representantes dos trabalhadores. Estabilidade no emprego*** *(positivo).*

Nas empresas com mais de 200 empregados é assegurada a eleição direta de um representante, com as garantias do art. 543, e seus §§, da CLT.

87 ***Trabalho em domingos e feriados. Pagamento dos salários*** *(positivo).*

É devida a remuneração em dobro do trabalho em domingos e feriados não compensados, sem prejuízo do pagamento do repouso remunerado, desde que, para este, não seja estabelecido outro dia pelo empregador.

88 ***Desconto em folha*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98 – DJU, 20-8-1998.*

89 ***Reembolso de despesas*** *(positivo).*

Defere-se o reembolso das despesas de alimentação e pernoite a motorista e ajudante, quando executarem tarefas a mais de 100 km da empresa.

90 ***Trabalho noturno. Adicional de 60%*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98 – DJU, 20-8-1998.*

91 ***Acesso de dirigente sindical à empresa*** *(positivo).*

Assegura-se o acesso dos dirigentes sindicais às empresas, nos intervalos destinados a alimentação e descanso, para desempenho de suas funções, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva.

92 ***Garantia de repouso remunerado. Ingresso com atraso*** *(positivo).*

Assegura-se o repouso remunerado ao empregado que chegar atrasado, quando permitido seu ingresso pelo empregador, compensado o atraso no final da jornada de trabalho ou da semana.

93 ***Comprovante de pagamento*** *(positivo).*

O pagamento do salário será feito mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e do qual constarão a remuneração, com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, os dias trabalhados ou o total da produção, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para a Previdência Social, e o valor correspondente ao FGTS.

94 ***Empregado rural. Salário-doença*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98 – DJU, 20-8-1998.*

95 ***Abono de falta para levar filho ao médico*** *(positivo).*

Assegura-se o direito à ausência remunerada de 1 (um) dia por semestre ao empregado, para levar ao médico filho menor ou dependente previdenciário de até 6 (seis) anos de idade, mediante comprovação no prazo de 48 horas.

96 ***Aviso prévio. Redução da jornada*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98 – DJU, 20-8-1998.*

97 ***Proibição de estorno de comissões*** *(positivo).*

Ressalvada a hipótese prevista no art. 7º da Lei n. 3.207/57, fica vedado às empresas o desconto ou estorno das comissões do empregado, incidentes sobre mercadorias devolvidas pelo cliente, após a efetivação da venda.

98 ***Retenção da CTPS. Indenização*** *(positivo).*
Será devida ao empregado a indenização correspondente a 1 (um) dia de salário, por dia de atraso, pela retenção de sua carteira profissional após o prazo de 48 horas.

99 ***Nova função. Salário*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98 – DJU, 20-8-1998.*

100 ***Férias. Início do período de gozo*** *(positivo).*
O início das férias, coletivas ou individuais, não poderá coincidir com sábado, domingo, feriado ou dia de compensação de repouso semanal.

101 ***Adicional de transferência*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98 – DJU, 20-8-1998.*

102 ***Assistência jurídica aos vigias*** *(positivo).*
A empresa prestará assistência jurídica a seu empregado que, no exercício da função de vigia, praticar ato que o leve a responder a ação penal.

103 ***Gratificação de caixa*** *(positivo).*
Concede-se ao empregado que exercer permanentemente a função de caixa a gratificação de 10% sobre seu salário, excluídos do cálculo adicionais, acréscimos e vantagens pessoais.

104 ***Quadro de avisos*** *(positivo).*
Defere-se a afixação, na empresa, de quadro de avisos do sindicato, para comunicados de interesse dos empregados, vedados os de conteúdo político-partidário ou ofensivo.

105 ***Anotação na carteira profissional*** *(positivo).*
As empresas ficam obrigadas a anotar na carteira de trabalho a função efetivamente exercida pelo empregado, observada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

106 ***Empregado rural. Atividade insalubre. Fornecimento de leite*** *(positivo).*
Os empregadores que se dedicarem à pecuária leiteira fornecerão, diariamente, 1 (um) litro de leite aos trabalhadores que exerçam atividades insalubres.

107 ***Empregado rural. Caixa de medicamentos*** *(positivo).*
Nos locais de trabalho no campo serão mantidos pelo empregador medicamentos e materiais de primeiros socorros.

108 ***Empregado rural. Abrigo no local de trabalho*** *(positivo).*
Os empregadores rurais ficam obrigados a construir abrigos rústicos, nos locais de trabalho, para proteção de seus empregados.

109 ***Desconto-moradia*** *(positivo).*
Autoriza-se o desconto da moradia fornecida ao empregado somente quando o imóvel tiver o habite-se concedido pela autoridade competente.

110 ***Empregado rural. Ferramentas. Fornecimento pelo empregador*** *(positivo).*
Serão fornecidas gratuitamente, pelo empregador, as ferramentas necessárias à execução do trabalho.

111 ***Relação de empregados*** *(positivo).*
Obriga-se a empresa a remeter ao sindicato profissional, uma vez por ano, a relação dos empregados pertencentes à categoria.

112 ***Jornalista. Seguro de vida*** *(positivo).*
Institui-se a obrigação do seguro de vida em favor de jornalista designado para prestar serviço em área de risco.

113 ***Transporte de acidentados, doentes e parturientes*** *(positivo).*
Obriga-se o empregador a transportar o empregado, com urgência, para local apropriado, em caso de acidente, mal súbito ou parto, desde que ocorram no horário de trabalho ou em consequência deste.

114 ***Contagem do tempo gasto com transporte*** *(positivo). Cancelado pela Res. 81/98 – DJU, 20-8-1998.*

115 ***Uniformes*** *(positivo).*
Determina-se o fornecimento gratuito de uniformes, desde que exigido seu uso pelo empregador.

116 ***Férias. Cancelamento ou adiantamento*** *(positivo).*
Comunicado ao empregado o período do gozo

de férias individuais ou coletivas, o empregador somente poderá cancelar ou modificar o início previsto se ocorrer necessidade imperiosa e, ainda assim, mediante o ressarcimento, ao empregado, dos prejuízos financeiros por este comprovados.

117 ***Pagamento do salário com cheque*** *(positivo).*

Se o pagamento do salário for feito em cheque, a empresa dará ao trabalhador o tempo necessário para descontá-lo, no mesmo dia.

118 ***Quebra de material*** *(negativo).*

Não se permite o desconto salarial por quebra de material, salvo nas hipóteses de dolo ou recusa de apresentação dos objetos danificados, ou ainda, havendo previsão contratual, de culpa comprovada do empregado.

119 ***Contribuições sindicais. Inobservância de preceitos constitucionais*** *(positivo). Reformulação dada pela Res. 82/98* – DJU, *20-8-1998.*

A Constituição da República, em seus arts. 5º, XX, e 8º, V, assegura o direito de livre associação e sindicalização. É ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Sendo nulas as estipulações que inobservem tal restrição, tornam-se passíveis de devolução os valores irregularmente descontados.

120 ***Sentença normativa. Duração. Possibilidade e limites*** *(positivo). Res. 176/2011,* DEJT, *27, 30 e 31-5-2011).*

A sentença normativa vigora, desde seu termo inicial até que sentença normativa, convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo de trabalho superveniente produza sua revogação, expressa ou tácita, respeitado, porém, o prazo máximo legal de quatro anos de vigência.

Índice Alfabético das Instruções Normativas do TST

(Os números referem-se às instruções)

Adicional por tempo de serviço aos representantes classistas da Justiça do Trabalho – 13 – Revogada
Agravo de instrumento. Uniformiza a interpretação da Lei n. 9.756/98 – 16
Ampliação de competência da Justiça do Trabalho (EC n. 45/2004). Normas procedimentais aplicáveis ao processo do trabalho – 27
Audiência prévia de conciliação. Pedido de efeito suspensivo a recurso ordinário interposto à decisão normativa da Justiça do Trabalho – 24
Cargos de direção e de substituição dos Tribunais do Trabalho. Eleições. Interpretação das normas legais aplicáveis – 8
Custas e emolumentos na Justiça do Trabalho. Recolhimento. Procedimentos – 20
Custas processuais. Arbitramento. Procedimentos – 9
Depósito judicial. Guia para recolhimento – 33
Depósito prévio em ação rescisória – 31
Depósito prévio para ação anulatória de débito fiscal resultante de penalidade administrativa – 34
Depósito recursal na Justiça do Trabalho – 3 e 15
Depósito recursal na Justiça do Trabalho. Comprovação – 18
Depósito recursal na Justiça do Trabalho. Interpretação da Lei n. 8.542, de 23.12.92 – 3. Guia de recolhimento – 26
Informatização do processo judicial no âmbito da Justiça do Trabalho – 30
Magistrado da Justiça do Trabalho. Carteira de Identidade – 14
Orientações Jurisprudenciais do TST. Inserção de temas – 19
Portador de deficiência; prioridade na tramitação de processos – 29
Precatórios e requisições de pequeno valor – 32
Recolhimento de depósito recursal. Guia – 26
Recurso de Revista. Petições – 23
Recurso de Revista. Uniformiza a interpretação da Lei n. 9.756/98 – 17

civis ou religiosos são considerados já remunerados nesses mesmos dias de repouso, conquanto tenham direito à remuneração dominical.

§ 2º Consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal do empregado mensalista ou quinzenalista, cujo cálculo de salário mensal ou quinzenal, ou cujos descontos por faltas sejam efetuados na base do número de dias do mês ou de 30 (trinta) e 15 (quinze) diárias, respectivamente".

7. *Reflexos das horas extras*

Desde que habitualmente prestadas, as horas extras devem ser consideradas no repouso semanal, sobretudo diante da clareza das alíneas *a* e *b* do art. 7º da Lei n. 605/49.

No mesmo sentido a Súmula 172 do TST: "Computam-se no cálculo do repouso remunerado as horas extras habitualmente prestadas".

▷ **Repouso semanal remunerado. Cálculo. Horas extras. Reflexos.** 1. A remuneração do repouso semanal remunerado para os que trabalham por mês, por força do artigo 7º, alínea *a*, da Lei n. 605/49, corresponde a um dia de serviço prestado, computadas horas extras habitualmente prestadas. Incensurável, por conseguinte, decisão regional que determina a repercussão das horas extras no cálculo do repouso semanal remunerado de empregado mensalista. Aplicação da Súmula 172 do TST. 2. Recurso de revista que não se conhece. (TST, RR 588828/1999, 1ª T., Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 15-10-2004)

8. *Gorjetas*

Conquanto parcela ponderável de juslaboralistas vá, a pouco e pouco, repudiando o entendimento acadêmico de distinção entre remuneração e salário, a jurisprudência dominante é em sentido inverso e, em consequência, a gorjeta, compulsória ou facultativa, não é computada no repouso semanal remunerado:

"As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado" (Súmula 354 do TST).

9. *Trabalhador rural*

Como já acentuamos ao longo deste trabalho, o art. 7º, *caput*, da Constituição Federal equiparou o trabalhador rural ao urbano, razão por que também a ele se estende o repouso semanal remunerado.

10. *Comissionistas*

Conquanto não mencionado na Lei n. 605/49, faz jus ao repouso semanal remunerado, como dispõe a Súmula 27 do TST: "É devida a remuneração do repouso semanal e dos dias feriados ao empregado comissionista, ainda que pracista".

Com relação ao *vendedor pracista comissionado*, o Supremo Tribunal Federal tem entendimento diverso consubstanciado na Súmula 201: "O vendedor-pracista, remunerado mediante comissão, não tem direito ao repouso semanal remunerado".

Apura-se o valor do repouso semanal de acordo com as comissões auferidas nos dias trabalhados em processo análogo àquele aplicado aos que trabalham por tarefa ou peças – art. 7º, *c*, da Lei n. 605/49.

Instruções Normativas do TST

Instrução Normativa n. 3, de 1993

(Publicada no *DJ*, 12-3-1993)
(Atualizada pela Res. 168/2010, *DEJT*, 18-8-2010 e 7-10-2010)

*Interpreta o art. 8º da Lei n. 8.542, de 23-12-1992 (*DOU*, de 24-12-1992), que trata do depósito para recurso nas ações na Justiça do Trabalho.*

I – Os depósitos de que trata o art. 40, e seus parágrafos, da Lei n. 8.177/1991, com a redação dada pelo art. 8º da Lei n. 8.542/1992, e o depósito de que tratam o § 5º, I, do art. 897 e o § 7º do art. 899, ambos da CLT, com a redação dada pela Lei n. 12.275, de 29-6-2010, não têm natureza jurídica de taxa de recurso, mas de garantia do juízo recursal, que pressupõe decisão condenatória ou executória de obrigação de pagamento em pecúnia, com valor líquido ou arbitrado.

II – No processo de conhecimento dos dissídios individuais o valor do depósito é limitado a R$ 5.889,50 (cinco mil oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos), ou novo valor corrigido, para o recurso ordinário, e a R$ 11.779,02 (onze mil setecentos e setenta e nove reais e dois centavos), ou novo valor corrigido, para cada um dos recursos subsequentes, isto é, de revista, de embargos (ditos impropriamente infringentes) e extraordinário, para o Supremo Tribunal Federal, observando-se o seguinte:

a) para o recurso de agravo de instrumento, o valor do "depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar";

b) depositado o valor total da condenação, nenhum depósito será exigido nos recursos das decisões posteriores, salvo se o valor da condenação vier a ser ampliado;

c) se o valor constante do primeiro depósito, efetuado no limite legal, é inferior ao da condenação, será devida complementação de depósito em recurso posterior, observado o valor nominal remanescente da condenação e/ou os limites legais para cada novo recurso;

d) havendo acréscimo ou redução da condenação em grau recursal, o juízo prolator da decisão arbitrará novo valor à condenação, quer para a exigibilidade de depósito ou complementação do já depositado, para o caso de recurso subsequente, quer para liberação do valor excedente decorrente da redução da condenação;

e) nos dissídios individuais singulares o depósito será efetivado pelo recorrente, mediante a utilização das guias correspondentes, na conta do empregado no FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, em conformidade com os §§ 4º e 5º do art. 899 da CLT, ou fora dela, desde que feito na sede do juízo e permaneça à disposição deste, mediante guia de depósito judicial extraída pela Secretaria Judiciária;

f) nas reclamatórias plúrimas e nas em que houver substituição processual, será arbitrado o valor total da condenação, para o atendimento da exigência legal do depósito recursal, em conformidade com as alíneas anteriores, mediante guia de depósito judicial extraída pela Secretaria Judiciária do órgão em que se encontra o processo;

g) com o trânsito em julgado da decisão condenatória, os valores que tenham sido depositados e seus acréscimos serão considerados na execução;

h) com o trânsito em julgado da decisão que absolveu o demandado da condenação, ser-lhe-á autorizado o levantamento do valor depositado e seus acréscimos.

III – Julgada procedente ação rescisória e imposta condenação em pecúnia, será exigido um único depósito recursal, até o limite máximo de R$ 11.779,02 (onze mil setecentos e setenta e nove reais e dois centavos), ou novo valor corrigido, dispensado novo depósito para os recursos subsequentes, salvo o depósito do agravo de instrumento, previsto na Lei n. 12.275/2010, observando-se o seguinte:

a) o depósito será efetivado pela parte recorrente vencida, mediante guia de depósito judicial expedida pela Secretaria Judiciária, à disposição do juízo da causa;

b) com o trânsito em julgado da decisão, se condenatória, o valor depositado e seus acréscimos serão considerados na execução; se absolutória, será liberado o levantamento do valor do depositado e seus acréscimos.

IV – A exigência de depósito no processo de execução observará o seguinte:

a) a inserção da vírgula entre as expressões "... aos embargos" e "à execução..." é atribuída a erro de redação, devendo ser considerada a locução "embargos à execução";

b) dada a natureza jurídica dos embargos à execução, não será exigido depósito para a sua oposição quando estiver suficientemente garantida a execução por depósito recursal já existente nos autos, efetivado no processo de conhecimento, que permaneceu vinculado à execução, e/ou pela nomeação ou apreensão judicial de bens do devedor, observada a ordem preferencial estabelecida em lei;

c) garantida integralmente a execução nos embargos, só haverá exigência de depósito em qualquer recurso subsequente do devedor se tiver havido elevação do valor do débito, hipótese em que o depósito recursal corresponderá ao valor do acréscimo, sem qualquer limite;

d) o depósito previsto no item anterior será efetivado pelo executado recorrente, mediante guia de depósito judicial expedida pela Secretaria Judiciária, à disposição do juízo da execução;

e) com o trânsito em julgado da decisão que liquidar a sentença condenatória, serão liberados em favor do exequente os valores disponíveis, no limite da quantia exequenda, prosseguindo, se for o caso, a execução por crédito remanescente, e autorizando-se o levantamento, pelo executado, dos valores que acaso sobejarem.

V – Nos termos da redação do § 3º do art. 40, não é exigido depósito para recurso ordinário interposto em dissídio coletivo, eis que a regra aludida atribui apenas valor ao recurso, com efeitos limitados, portanto, ao cálculo das custas processuais.

VI – Os valores alusivos aos limites de depósito recursal serão reajustados anual-

mente pela variação acumulada do INPC do IBGE dos doze meses imediatamente anteriores, e serão calculados e publicados no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho por ato do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, tornando-se obrigatória a sua observância a partir do quinto dia seguinte ao da publicação.

VII – Toda decisão condenatória ilíquida deverá conter o arbitramento do valor da condenação. O acréscimo de condenação em grau recursal, quando ilíquido, deverá ser arbitrado também para fins de depósito.

VIII – O depósito judicial, realizado na conta do empregado no FGTS ou em estabelecimento bancário oficial, mediante guia à disposição do juízo, será da responsabilidade da parte quanto à exatidão dos valores depositados e deverá ser comprovado, nos autos, pelo recorrente, no prazo do recurso a que se refere, independentemente da sua antecipada interposição, observado o limite do valor vigente na data da efetivação do depósito, bem como o contido no item VI, salvo no que se refere à comprovação do depósito recursal em agravo de instrumento, que observará o disposto no art. 899, § 7º, da CLT, com a redação da Lei n. 12.275/2010.

IX – É exigido depósito recursal para o recurso adesivo, observados os mesmos critérios e procedimentos do recurso principal previsto nesta Instrução Normativa.

X – Não é exigido depósito recursal, em qualquer fase do processo ou grau de jurisdição, dos entes de direito público externo e das pessoas de direito público contempladas no Decreto-Lei n. 779, de 21.8.69, bem assim da massa falida, da herança jacente e da parte que, comprovando insuficiência de recursos, receber assistência judiciária integral e gratuita do Estado (art. 5º, LXXIV, CF).

XI – Não se exigirá a efetivação de depósito em qualquer fase ou grau recursal do processo, fora das hipóteses previstas nesta Instrução Normativa.

XII – Havendo acordo para extinção do processo, as partes disporão sobre o valor depositado. Na ausência de expressa estipulação dos interessados, o valor disponível será liberado em favor da parte depositante.

Instrução Normativa n. 8, de 1996

(Publicada no *DJ*, 29-8-1996)

Uniformiza a interpretação das normas legais aplicáveis às eleições para os cargos de direção e de substituição dos Tribunais do Trabalho.

1. São cargos de direção, nos Tribunais do Trabalho, para efeito das inelegibilidades a que se refere o art. 102 da Lei Complementar n. 35, de 14 de março de 1979, os exercidos pelo Presidente e pelo Corregedor.

2. São cargos de substituição, nos Tribunais do Trabalho, os exercidos pelos Vice-Presidentes e pelos Vice-Corregedores.

3. Os cargos de direção e de substituição serão preenchidos por eleição mediante escrutínio secreto e por dois anos, dentre os juízes mais antigos, em número correspondente ao dos cargos, proibida a reeleição.

4. Quem tiver exercido os cargos de direção por quatro anos, ou o de Presidente, não figurará mais entre os elegíveis, até se esgotarem todos os nomes, na ordem de antiguidade.

5. É elegível o juiz que tenha sido eleito para qualquer cargo de direção com a finalidade de completar período de mandato inferior a um ano, ou aquele que exerceu cargo de substituição por quatro anos.

6. São incompatíveis com o art. 102 da Lei Complementar n. 35, de 14 de março de 1979, os dispositivos do Regimento Interno de Tribunal do Trabalho que:

a) fixarem número maior de elegíveis do que o de cargos de direção ou substituição a serem preenchidos;

b) limitarem a sequência da antiguidade, para efeito da lista de elegíveis, aos juízes integrantes da Corte à época da eleição anterior.

7. É obrigatória a aceitação do cargo, salvo recusa manifestada e aceita antes da eleição.

8. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Instrução Normativa n. 9, de 1996

(Publicada no *DJ*, 17-1-1997)
(Revogada pela Resolução Administrativa n. 908/2002.)

Instrução Normativa n. 12/97

(Editada pela Resolução n. 73. Publicada no *DJ*, 3-7-1997)
(Revogada pela Emenda Constitucional n. 24/99, que extinguiu a representação classista.)

Instrução Normativa n. 13

(Editada pela Resolução n. 13)
(Publicada no *DJ*, 28-10-1997. Republicada no *DJ*, 3-11-1997)
(Revogada pela Emenda Constitucional n. 24/99, que extinguiu a representação classista.)

Instrução Normativa n. 14

(Editada pela Resolução n. 80. Publicada no *DJ*, 10-7-1998. Alterada pela Resolução n. 95. Publicada no *DJ*, 12-7-2000)

Aprova modelo de Carteira de Identidade de Magistrado da Justiça do Trabalho, as instruções para sua emissão e dá outras providências.

Art. 1º A Carteira de Identidade de Magistrado da Justiça do Trabalho será emitida pelas Presidências do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante a assinatura do respectivo Presidente e aposição da chancela do Tribunal.

Art. 2º A Carteira de Identidade confere ao seu titular as prerrogativas do cargo ocupado outorgadas por lei.

Parágrafo único. A carteira a ser adotada pelos Órgãos da Justiça do Trabalho, com as características e textos do modelo aprovado, conterá:

I – Armas da República;

II – órgão emitente;

III – fotografia em 3 por 4 do titular;

IV – assinatura do titular;

V – número do registro;

VI – nome completo do titular;

VII – cargo;

VIII – data da posse;

IX – naturalidade;

X – data de nascimento;

XI – filiação;

XII – número da carteira de identidade civil;

XIII – número no cadastro de pessoas físicas;

XIV – número do título eleitoral;

XV – local e data de emissão; e

XVI – assinatura e cargo da autoridade emissora.

Art. 3º A Carteira de Identidade de Magistrado será numerada sequencialmente, com registro em livro próprio de cada Tribunal e nos assentamentos funcionais do titular.

Art. 4º A nomenclatura dos cargos a ser inscrita em vermelho na tarja verde-amarela da carteira obedecerá:

I – no Tribunal Superior do Trabalho:

a) Ministro;

II – nos Tribunais Regionais do Trabalho:

a) Juiz;

III – nas Varas do Trabalho:

a) Juiz do Trabalho;

b) Juiz do Trabalho Substituto.

Art. 5º Os representantes classistas remanescentes e inativos terão suas carteiras emitidas nos termos da Instrução Normativa

n. 14, na redação original, publicada no *Diário da Justiça* de 10 de julho de 1998.

Parágrafo único. Constarão na tarja verde-amarela das carteiras dos representantes classistas inativos o cargo em que foi concedida a aposentadoria e o termo "inativo".

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Instrução Normativa n. 15

(Editada pela Resolução n. 88. Publicada no *DJ*, 15-10-1998)

Aprova normas relativas ao depósito recursal na Justiça do Trabalho.

O Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, no uso das suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o cancelamento dos Enunciados 216 e 165;

Considerando a nova regulamentação do depósito recursal constante da Circular n. 149/98, da Caixa Econômica Federal, publicada no *Diário Oficial da União* de 4-9-98;

Considerando a necessidade de uniformização de entendimentos quanto à regularidade do depósito recursal na Justiça do Trabalho;

Resolve

Que a validade do depósito recursal na Justiça do Trabalho condiciona-se à observância das exigências contidas no item 5 e seus subitens, da Circular n. 149/98, da Caixa Econômica Federal, a seguir transcrita:

"5. DO DEPÓSITO RECURSAL

5.1 Depósito, referente a causas trabalhistas, previsto no artigo 899 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, efetuado como condição necessária à interposição de recurso contra decisão proferida pela Justiça do Trabalho.

5.2 Deve ser efetivado em conta vinculada do FGTS, aberta para este fim específico, mediante GRE, avulsa e apresentada em 3 (três) vias, com a seguinte destinação:

1ª Via CAIXA/BANCO;

2ª Via EMPREGADOR;

3ª Via PROCESSO/JCJ.

5.3 Cada GRE abrigará o depósito recursal relativo a apenas um processo, identificado no campo 17, e poderá ser autenticada em qualquer agência bancária, no ato da efetivação do depósito.

5.4 São informações indispensáveis à qualificação dos recolhimentos referentes ao depósito recursal.

5.4.1 Do Depositante (Empregador)

Razão Social/Nome do Empregador (campo 03);

CGC/CNPJ/CEI (campo 04);

Endereço (campos 05 a 09).

5.4.1.1 Na inexistência por impossibilidade de cadastramento do empregador junto ao CGC/CNPJ/CEI, admite-se, excepcionalmente, a indicação do CPF do empregador.

5.4.1.2 No caso de empregado doméstico deverá ser indicado o número do CPF do empregador.

5.4.2 Do Trabalhador

Nome (campo 21);

Número PIS/PASEP (campo 23).

5.4.2.1 No caso de Sindicato, Federação ou Confederação atuando como substituto processual, deverá ser informado, no campo 21, o nome/razão social do mesmo.

5.4.2.2 Tratando-se de ação conjunta, deverá ser indicado, no campo 21, o nome de um dos reclamantes, seguido da expressão "E OUTROS".

5.4.2.3 Na hipótese da inexistência, por impossibilidade de cadastramento do trabalhador junto ao cadastro do PIS/PASEP e para aqueles cujas relações trabalhistas tenham encerrado anteriormente a 01/01/72, admite-se, excepcionalmente, a indicação do número do Processo/Juízo.

5.4.3 Do Processo

Informações complementares (campo 17): deverá ser preenchido com o número do processo, bem como do Juízo correspondente (na forma: n. do processo, Seção, Vara, etc.).

5.4.4 Do Depósito

Competência (campo 18) deverá ser preenchido no formato MM/AA correspondente ao mês/ano em que o recolhimento está sendo efetuado;

Código de recolhimento (campo 19): deverá ser preenchido sempre com o código 418;

Valor (campo 27): deverá ser preenchido com o valor determinado pelo Juízo.

5.5 A movimentação da conta aberta para abrigar depósito recursal dar-se-á, exclusivamente, através de Alvará Judicial, em qualquer Agência da CAIXA ou, não estando esta presente na localidade, em qualquer banco integrante da rede arrecadadora e pagadora do FGTS.

5.5.1 O Alvará deverá ser dirigido à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (mantenedora legal das contas vinculadas do FGTS), devendo nele constar:

identificação do processo;

identificação do depositante;

nome(s) do(s) beneficiário(s) e forma de rateio (percentual/valor), quando for o caso".

Instrução Normativa n. 16

(Editada pela Resolução n. 89. Publicada no *DJ*, 3-9-1999)
(Com as alterações da Res. Adm. n. 113/2002 e da Res. n. 930/2003 do TST)

Uniformiza a interpretação da Lei n. 9.756, de 17 de dezembro de 1998, com relação a agravo de instrumento.

I – O Agravo de Instrumento se rege, na Justiça do Trabalho, pelo art. 897, alínea *b*, §§ 2º, 4º, 5º, 6º e 7º, da Consolidação das Leis do Trabalho, pelos demais dispositivos do direito processual do trabalho e, no que omisso, pelo direito processual comum, desde que compatível com as normas e princípios daquele, na forma desta Instrução.

a) Não se aplicam aos agravos de instrumento opostos antes de 18 de dezembro de 1998, data da publicação da Lei n. 9.756, as disposições desse diploma legal, salvo aquelas relativas ao cancelamento da possibilidade de concessão de efeito suspensivo à revista.

II – Limitado o seu cabimento, no processo do trabalho, aos despachos que denegarem a interposição de recurso (art. 897, alínea *b*, da CLT), o agravo de instrumento será dirigido à autoridade judiciária prolatora do despacho agravado, no prazo de oito dias de sua intimação, e processado em autos apartados. *(Redação dada pela Res. n. 113/2002 do TST.)*

§ 1º (*Revogado.*)

§ 2º (*Revogado.*)

III – O agravo não será conhecido se o instrumento não contiver as peças necessárias para o julgamento do recurso denegado, incluindo a cópia do respectivo arrazoado e da comprovação de satisfação de todos os pressupostos extrínsecos do recurso principal.

IV – O agravo de instrumento, protocolizado e autuado, será concluso ao juiz prolator do despacho agravado, para reforma ou confirmação da decisão impugnada, observada a competência estabelecida nos arts. 659, inciso VI, e 682, inciso IX, da CLT.

V – Será certificada nos autos principais a interposição do agravo de instrumento e a decisão que determina o seu processamento ou a decisão que reconsidera o despacho agravado.

VI – Mantida a decisão agravada, será intimado o agravado a apresentar contrarrazões relativas ao agravo e, simultaneamente, ao recurso principal, juntando as peças que entender necessárias para o julgamento de ambos, encaminhando-se, após, os autos do agravo ao Juízo competente.

VII – Provido o agravo, o órgão julgador deliberará quanto ao julgamento do recurso destrancado, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo a tal recurso, com designação de relator e de revisor, se for o caso.

VIII – Da certidão de julgamento do agravo provido constará o resultado da deliberação relativa à apreciação do recurso destrancado.

IX – As peças trasladadas conterão informações que identifiquem o processo do qual foram extraídas, autenticadas uma a uma, no anverso ou verso. Tais peças poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade. Não será válida a cópia de despacho ou decisão que não contenha a assinatura do juiz prolator, nem as certidões subscritas por serventuário sem as informações acima exigidas. *(Redação dada pela Res. n. 930/2003 do TST.)*

X – Cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão em conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais.

XI – O agravo de instrumento não requer preparo.

XII – A tramitação e o julgamento de agravo de instrumento no Juízo competente obedecerão à disciplina legal e ao constante dos respectivos Regimentos Internos.

XIII – O agravo de instrumento de despacho denegatório de recurso extraordinário obedecerá à disciplina especial, na forma de Resolução da Suprema Corte.

XIV – Fica revogada a Instrução Normativa n. 06.

Instrução Normativa n. 17

(Editada pela Resolução n. 91/99. Publicada em 12-1-2000. Alterada pela Resolução n. 131/2005, *DJ*, 9-6-2005)

Uniformiza a interpretação da Lei n. 9.756, de 17 de dezembro de 1998, com relação ao recurso de revista.

I – Aplica-se ao Processo do Trabalho o disposto no parágrafo único do artigo 120 do Código de Processo Civil segundo a redação dada pela Lei n. 9.756/98, relativo ao conflito de competência, nos seguintes termos:

Havendo jurisprudência dominante no Tribunal sobre a questão suscitada, o relator poderá decidir de plano o conflito de competência, cabendo agravo, no prazo de oito dias, contado da intimação às partes, para o órgão recursal competente.

II – Aplica-se ao Processo do Trabalho o parágrafo único acrescido ao art. 481 do CPC, conforme redação dada pela Lei n. 9.756/98, no que tange à declaração de inconstitucionalidade, nos seguintes termos:

Os órgãos fracionários dos Tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

III – Aplica-se o *caput* do artigo 557 do Código de Processo Civil, segundo a redação dada pela Lei n. 9.756/98, ao Processo do Trabalho, salvo no que tange aos recursos de revista, embargos e agravo de instrumento que continuam regidos pelo § 5º do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que regulamenta as hipóteses de negativa de seguimento a recurso.

Assim, ressalvadas as exceções apontadas, o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

Outrossim, quanto ao mesmo tema, aplicam-se ao Processo do Trabalho os §§ 1ºA, e 1º do art. 557 do Código de Processo Civil, adequando-se o prazo do agravo à sistemática do Processo do Trabalho, portanto de oito dias, inaplicável o disposto no § 2º, porque alheio aos princípios que regem o processo do trabalho.

Assim, se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso, cabendo agravo, no prazo de oito dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator

apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento.

IV – Os beneficiários da justiça gratuita estão dispensados do recolhimento antecipado da multa prevista no § 2º do art. 557 do CPC.

As demais disposições oriundas da alteração do processo civil, resultantes da referida lei, consideram-se inaplicáveis ao processo do trabalho, especialmente o disposto no art. 511, *caput*, e seu § 2º.

Instrução Normativa n. 18/99

(Editada pela Resolução n. 92/99.
Publicada em 12-1-2000)

Considera-se válida para comprovação do depósito recursal na Justiça do Trabalho a guia respectiva em que conste pelo menos o nome do Recorrente e do Recorrido; o número do processo; a designação do juízo por onde tramitou o feito e a explicitação do valor depositado, desde que autenticada pelo Banco recebedor.

Revogam-se as disposições em contrário.

Instrução Normativa n. 19/2000

(Editada pela Resolução n. 94/2000.
Publicada no *DJ*, 9-5-2000)

Aprova normas relativas à inserção de tema na Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

O precedente jurisprudencial deve ser inserido pela Comissão de Jurisprudência na Orientação Jurisprudencial desta Corte quando:

1 – as 5 (cinco) Turmas decidirem no mesmo sentido quanto à matéria; ou

2 – houver 3 (três) acórdãos da Seção Especializada em Dissídios Individuais e, pelo menos, 3 (três) acórdãos de 3 (três) Turmas no mesmo sentido; ou

3 – houver, pelo menos, 2 (duas) decisões unânimes de cada uma das duas Subseções da Seção Especializada em Dissídios Individuais sobre a mesma matéria; ou

4 – o Tribunal Pleno, mediante provocação da Comissão Permanente de Jurisprudência, decidir conflito entre 5 (cinco) decisões reiteradas da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais sobre determinada tese, contrárias a decisões reiteradas de 3 (três) Turmas.

5 – os verbetes relativos a precedentes da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, após aprovados pela referida Subseção, serão encaminhados à Comissão Permanente de Jurisprudência para publicação na Orientação da Jurisprudência da Corte. Se a Comissão entender conveniente, submeterá a proposta da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais ao Egrégio Tribunal Pleno.

6 – Por moção subscrita por 8 (oito) Ministros e dirigida à Comissão Permanente de Jurisprudência, será submetida ao Egrégio Tribunal Pleno a proposta de retirada de tema inserto no repositório da Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

Instrução Normativa n. 20/2002

(Editada pela Resolução n. 112/2002.
Publicada no *DJ*, 27-9-2002.
Alterada pela Resolução n. 902/2002)

Dispõe sobre os procedimentos para o recolhimento de custas e emolumentos devidos à União no âmbito da Justiça do Trabalho.

O Tribunal Superior do Trabalho, em sua composição Plena, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro Vantuil Abdala, considerando o disposto na Lei n. 10.537, de 27 de agosto de 2002, que alterou os arts. 789

e 790 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, sobre custas e emolumentos na Justiça do Trabalho, resolveu expedir as seguintes instruções:

I – O pagamento das custas e dos emolumentos deverá ser realizado mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), em 4 (quatro) vias, adquirido no comércio local, sendo ônus da parte interessada realizar seu correto preenchimento.

II – As 4 (quatro) vias serão assim distribuídas: uma ficará retida no banco arrecadador; a segunda deverá ser anexada ao processo mediante petição do interessado; a terceira será entregue pelo interessado na secretaria do órgão judicante; a quarta ficará na posse de quem providenciou o recolhimento.

III – É ônus da parte zelar pela exatidão do recolhimento das custas e/ou dos emolumentos, bem como requerer a juntada aos autos dos respectivos comprovantes.

IV – As custas e os emolumentos deverão ser recolhidos nas instituições financeiras integrantes da Rede Arrecadadora de Receitas Federais.

V – As custas e emolumentos da Justiça do Trabalho deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional mediante a utilização dos seguintes códigos de receita:

8019 – Custas da Justiça do Trabalho – Lei n. 10.537/2002

8168 – Emolumentos da Justiça do Trabalho – Lei n. 10.537/2002

a) para estes códigos de arrecadação, os pagamentos efetuados na rede bancária não estão submetidos à restrição de valores inferiores a R$ 10,00 (dez reais), de conformidade com a Nota SRF/Corat/Codac/Dirar/n. 174, de 14 de outubro de 2002.

VI – As secretarias das Varas do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho informarão, mensalmente, aos setores encarregados pela elaboração da estatística do órgão, os valores de arrecadação de custas e de emolumentos, baseando-se nas guias DARF que deverão manter arquivadas.

VII – Efetuado o recolhimento das custas e dos emolumentos mediante transferência eletrônica de fundos (DARF Eletrônico), na forma autorizada pela Portaria SRF n. 2.609, de 20 de setembro de 2001, o comprovante a ser juntado aos autos deverá conter a identificação do processo ao qual se refere, registrada em campo próprio, nos termos do Provimento n. 4/1999 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

VIII – O comprovante de pagamento efetuado por meio de transferência eletrônica de fundos deverá ser apresentado pela parte em duas vias: a primeira será anexada ao processo, a segunda ficará arquivada na secretaria.

IX – Nos dissídios coletivos, as partes vencidas responderão solidariamente pelo pagamento das custas, não sendo permitido o rateio, devendo o pagamento ser feito no valor integral das custas (Provimento n. 2/87 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

X – Não serão fixadas, no processo de conhecimento, custas inferiores a R$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos), ainda que o resultado do cálculo seja inferior a este valor.

XI – As custas serão satisfeitas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão. Em caso de recurso, a parte deverá recolher as custas e comprovar o seu pagamento no prazo recursal.

XII – O preparo de recurso da competência do Supremo Tribunal Federal será feito no prazo e na forma do disposto no Regimento Interno daquela Corte e segundo a sua "Tabela de Custas".

XIII – No processo de execução, as custas não serão exigidas por ocasião do recurso, devendo ser suportadas pelo executado ao final.

XIV – A tabela de custas da Justiça do Trabalho, referente ao processo de execução, vigorará com os seguintes valores:

a) AUTOS DE ARREMATAÇÃO, DE ADJUDICAÇÃO E DE REMIÇÃO:

5% (cinco por cento) sobre o respectivo valor, até o máximo de R$ 1.915,38 (um mil, novecentos e quinze reais e trinta e oito centavos);

Seção IV Das anotações ..... [arts. 29 a 35] 96
Seção V Das reclamações por falta ou recusa de anotação ..... [arts. 36 a 39] 99
Seção VI Do valor das anotações ..... [art. 40] 101
Seção VII Dos livros de registro de empregados ..... [arts. 41 a 48] 102
Seção VIII Das penalidades ..... [arts. 49 a 56] 103

Capítulo II Da duração do trabalho ..... [arts. 57 a 75] 105
Seção I Disposição preliminar ..... [art. 57] 105
Seção II Da jornada de trabalho ..... [arts. 58 a 65] 106
Seção III Dos períodos de descanso ..... [arts. 66 a 72] 124
Seção IV Do trabalho noturno ..... [art. 73] 134
Seção V Do quadro de horário ..... [art. 74] 134
Seção VI Das penalidades ..... [art. 75] 135

Capítulo III Do salário mínimo ..... [arts. 76 a 128] 140
Seção I Do conceito ..... [arts. 76 a 83] 140
Seção II Das regiões e sub-regiões ..... [arts. 84 a 86] 141
Seção III Da constituição das comissões ..... [arts. 87 a 100] 141
Seção IV Das atribuições das comissões de salário mínimo ..... [arts. 101 a 111] 141
Seção V Da fixação do salário mínimo ..... [arts. 112 a 116] 141
Seção VI Disposições gerais ..... [arts. 117 a 128] 141

Capítulo IV Das férias anuais ..... [arts. 129 a 153] 150
Seção I Do direito a férias e da sua duração ..... [arts. 129 a 133] 150
Seção II Da concessão e da época das férias ..... [arts. 134 a 138] 152
Seção III Das férias coletivas ..... [arts. 139 a 141] 152
Seção IV Da remuneração e do abono de férias ..... [arts. 142 a 145] 153
Seção V Dos efeitos da cessação do contrato de trabalho ..... [arts. 146 a 148] 154
Seção VI Do início da prescrição ..... [art. 149] 155
Seção VII Disposições especiais ..... [arts. 150 a 152] 155
Seção VIII Das penalidades ..... [art. 153] 155

Capítulo V Da segurança e da medicina do trabalho ..... [arts. 154 a 223] 165
Seção I Disposições gerais ..... [arts. 154 a 159] 165
Seção II Da inspeção prévia e do embargo ou interdição ..... [arts. 160 e 161] 166
Seção III Dos órgãos de segurança e de medicina do trabalho nas empresas ..... [arts. 162 a 165] 167
Seção IV Do equipamento de proteção individual ..... [arts. 166 e 167] 168
Seção V Das medidas preventivas de medicina do trabalho ..... [arts. 168 e 169] 168
Seção VI Das edificações ..... [arts. 170 a 174] 169
Seção VII Da iluminação ..... [art. 175] 169
Seção VIII Do conforto térmico ..... [arts. 176 a 178] 170
Seção IX Das instalações elétricas ..... [arts. 179 a 181] 170
Seção X Da movimentação, armazenagem e manuseio de materiais ..... [arts. 182 e 183] 170
Seção XI Das máquinas e equipamentos ..... [arts. 184 a 186] 171
Seção XII Das caldeiras, fornos e recipientes sob pressão ..... [arts. 187 e 188] 171

11. *Intervalos para alimentação ou repouso*

a) No *trabalho contínuo*, com duração superior a 6 horas, o intervalo é de, no mínimo, *uma hora*, salvo acordo ou convenção coletiva, que, entretanto, não poderá ser superior a 2 horas.

b) Em trabalho que não exceda 6 horas, intervalo de *15 minutos*, após 4 horas de jornada.

c) No trabalho que não ultrapasse 4 horas, não há obrigatoriedade de concessão de intervalo, salvo liberalidade do empregador, quando os intervalos assim concedidos, por não serem obrigatórios, são considerados como tempo de serviço e, por isso mesmo, remunerados. "Os intervalos concedidos pelo empregador, na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada" (Súmula 118 do TST).

O Ministério do Trabalho poderá reduzir o intervalo para alimentação e repouso, via de regra de trinta minutos, verificando que o estabelecimento empresarial possui refeitórios que preencham os requisitos sanitários indispensáveis, não estando os empregados sujeitos à prestação de horas suplementares.

A não concessão dos intervalos obrigatórios implica o pagamento, pelo empregador, do período, como extra, com o adicional de cinquenta por cento.

12. *Intervalos especiais (mecanografia, digitação)*

Há determinadas profissões que, ao longo do tempo, provocam sequelas que chegam a implicar atrofia de certos órgãos, como ocorre, por exemplo, com a datilografia ou digitação, que, em razão do trabalho contínuo, acabam por provocar aleijões nos dedos ou nas mãos.

Com o propósito manifesto de preservar a saúde do trabalhador, o art. 72 da CLT, além dos intervalos obrigatórios de que tratamos, estabelece intervalos especiais – *dez minutos a cada período de noventa minutos de trabalho consecutivo*.

Este intervalo não é deduzido da jornada normal, o que implica concluir que deve ser remunerado.

O artigo sob comento (72 da CLT) faz menção aos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), mas é óbvio que a lista é apenas exemplificativa, e não exaustiva, como é o caso do *digitador*, como deixa claro a Súmula 346 do TST:

"Os digitadores, por aplicação analógica do art. 72 da CLT, equiparam-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de dez (10) minutos a cada noventa (90) de trabalho consecutivo".

O trabalho que não é contínuo, em que o empregado só se utiliza eventualmente de trabalhos de datilografia ou digitação, não é suficiente para a sua caracterização, não havendo falar, em tais casos, nos intervalos especiais.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 15 do Tribunal Superior do Trabalho. Atestado médico.** A justificação da ausência do empregado motivada por doença, para a percepção do salário-enfermidade e da remuneração do repouso semanal, deve observar a ordem preferencial dos

b) ATOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA, POR DILIGÊNCIA CERTIFICADA:

b1) em zona urbana: R$ 11,06 (onze reais e seis centavos);

b2) em zona rural: R$ 22,13 (vinte e dois reais e treze centavos);

c) AGRAVO DE INSTRUMENTO:

R$ 44,26 (quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos);

d) AGRAVO DE PETIÇÃO:

R$ 44,26 (quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos);

e) EMBARGOS À EXECUÇÃO, EMBARGOS DE TERCEIRO E EMBARGOS À ARREMATAÇÃO:

R$ 44,26 (quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos);

f) RESERVA DE REVISTA:

R$ 55,35 (cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos);

g) IMPUGNAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO:

R$ 55,35 (cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos);

h) DESPESA DE ARMAZENAGEM EM DEPÓSITO JUDICIAL:

por dia: 0,1% (um décimo por cento) do valor da avaliação;

i) CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO REALIZADOS PELO CONTADOR DO JUÍZO:

sobre o valor liquidado: 0,5% (cinco décimos por cento) até o limite de R$ 638,46 (seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos).

XV – A tabela de emolumentos da Justiça do Trabalho vigorará com os seguintes valores:

a) AUTENTICAÇÃO DE TRASLADO DE PEÇAS MEDIANTE CÓPIA REPROGRÁFICA APRESENTADA PELAS PARTES:

por folha: R$ 0,28 (vinte e oito centavos de real);

b) FOTOCÓPIA DE PEÇAS:

por folha: R$ 0,28 (vinte e oito centavos de real);

c) AUTENTICAÇÃO DE PEÇAS:

por folha: R$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos de real);

d) CARTAS DE SENTENÇA, DE ADJUDICAÇÃO, DE REMIÇÃO E DE ARREMATAÇÃO;

por folha: R$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos de real);

e) CERTIDÕES:

por folha: R$ 5,53 (cinco reais e cinquenta e três centavos de real).

XVI – Os emolumentos serão suportados pelo requerente.

XVII – Os órgãos da Justiça do Trabalho não estão obrigados a manter serviços de reprografia para atendimento ao público externo, tampouco autenticar fotocópias apresentadas pelas partes.

XVIII – As requisições de traslados serão atendidas sem o comprometimento das atividades normais das secretarias.

Instrução Normativa n. 23/2003

(Publicada no *DJ*, 14-8-2003)

Dispõe sobre petições de recurso de revista.

Considerando a necessidade de racionalizar o funcionamento da Corte, para fazer frente à crescente demanda recursal, e de otimizar a utilização dos recursos da informática, visando à celeridade da prestação jurisdicional, anseio do jurisdicionado;

Considerando a natureza extraordinária do recurso de revista e a exigência legal de observância de seus pressupostos de admissibilidade;

Considerando que a elaboração do recurso de maneira adequada atende aos interesses do próprio recorrente, principalmente na viabilização da prestação jurisdicional;

Considerando que o advogado desempenha papel essencial à administração da Justiça, colaborando como partícipe direto no esforço de aperfeiçoamento da atividade jurisdicional, merecendo assim atenção especial na definição dos parâmetros técnicos que racionalizam e objetivam seu trabalho;

Considerando que facilita o exame do recurso a circunstância de o recorrente indicar as folhas em que se encontra a prova da observância dos pressupostos extrínsecos do recurso;

Considerando que, embora a indicação dessas folhas não seja requisito legal para conhecimento do recurso, é recomendável que o recorrente o faça;

RESOLVE, quanto às petições de recurso de revista:

I – Recomendar sejam destacados os tópicos do recurso e, ao demonstrar o preenchimento dos seus pressupostos extrínsecos, sejam indicadas as folhas dos autos em que se encontram:

a) a procuração e, no caso de elevado número de procuradores, a posição em que se encontra(m) o(s) nome(s) do(s) subscritor(es) do recurso;

b) a ata de audiência em que o causídico atuou, no caso de mandato tácito;

c) o depósito recursal e as custas, caso já satisfeitos na instância ordinária;

d) os documentos que comprovam a tempestividade do recurso (indicando o início e o termo do prazo, com referência aos documentos que o demonstram).

II – Explicitar que é ônus processual da parte demonstrar o preenchimento dos pressupostos intrínsecos do recurso de revista, indicando:

a) qual o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia trazida no recurso;

b) qual o dispositivo de lei, súmula, orientação jurisprudencial do TST ou ementa (com todos os dados que permitam identificá-la) que atrita com a decisão regional.

III – Reiterar que, para comprovação da divergência justificadora do recurso, é necessário que o recorrente:

a) junte certidão ou cópia autenticada do acórdão paradigma ou cite a fonte oficial ou repositório em que foi publicado;

b) transcreva, nas razões recursais, as ementas e/ou trechos dos acórdãos trazidos à configuração do dissídio, demonstrando os conflitos de teses que justifiquem o conhecimento do recurso, ainda que os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso.

IV – Aplica-se às contrarrazões o disposto nesta Instrução, no que couber.

Instrução Normativa n. 24

(Publicada no *DJ*, 9-10-2003)

Dispõe sobre a faculdade de o Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho designar audiência prévia de conciliação, no caso de pedido de efeito suspensivo a recurso ordinário interposto à decisão normativa da Justiça do Trabalho.

O Tribunal Superior do Trabalho, em sua composição plena, no uso de suas atribuições legais e regimentais, sob a Presidência do Exmo. Sr. Ministro Francisco Fausto Paula de Medeiros,

Considerando o disposto no art. 14 da Lei n. 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, pelo qual foi concedida ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho a prerrogativa de suspender, "na medida e extensão" que entender convenientes, a eficácia de decisão normativa da Justiça do Trabalho, até o julgamento do recurso ordinário interposto em autos de dissídio coletivo;

Considerando a inexistência de regulamentação dos procedimentos a serem observados pela Presidência da Corte relativamente aos pedidos de efeito suspensivo;

Considerando a marcante característica conciliatória da Justiça do Trabalho, presente, sobretudo, na sua atuação nos dissídios coletivos;

Considerando os bons resultados alcançados com a praxe que vem sendo adotada no sentido de mediar os conflitos por ocasião do recebimento de pedido de efeito suspensivo de cláusula de sentença normativa;

Considerando a instrumentalidade do processo, resolve:

I – Ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho é facultada a designação de audiência de conciliação relativamente a pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso ordinário interposto à decisão normativa da Justiça do Trabalho.

II – Poderá o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, antes de designar audiência prévia de conciliação, conceder ao requerido o prazo de 5 (cinco) dias, para, querendo, manifestar-se sobre o pedido de efeito suspensivo.

III – O Ministério Público do Trabalho, por intermédio da Procuradoria-Geral do Trabalho, será comunicado do dia, hora e local da realização da audiência, enquanto as partes serão notificadas.

IV – Havendo transação nessa audiência, as condições respectivas constarão de ata, facultando-se ao Ministério Público do Trabalho emitir parecer oral, sendo, em seguida, sorteado Relator, que submeterá o acordo à apreciação da Seção Especializada em Dissídios Coletivos, na primeira sessão ordinária subsequente ou em sessão extraordinária designada para esse fim.

V – O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho poderá submeter o pedido de efeito suspensivo à apreciação da Seção Especializada em Dissídios Coletivos, desde que repute a matéria de alta relevância.

Instrução Normativa n. 26

(Publicada no *DJ*, 14-9-2004)

Dispõe sobre a guia de recolhimento do depósito recursal.

O Tribunal Superior do Trabalho, no gozo de suas prerrogativas constitucionais e legais,

Considerando que o depósito recursal, nos termos do art. 899 da CLT, deve ser feito em conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, aberta para fim específico;

Considerando que os recolhimentos, a título de depósito recursal, realizam-se por intermédio da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, de conformidade com o disposto no item 10.2 da Circular Caixa n. 321, de 20 de maio de 2004;

Considerando a possibilidade da emissão da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social pelo aplicativo da Caixa Econômica Federal denominado "Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP" (GFIP emitida eletronicamente), conforme previsto no item 4.1.1 da Circular Caixa n. 321, de 20 de maio de 2004;

Considerando a inovação trazida pela Circular Caixa n. 321, de 20 de maio de 2004, item 10.4, autorizando o recolhimento do depósito recursal mediante a utilização da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, emitida pelo aplicativo "SEFIP" (GFIP emitida eletronicamente), sem prejuízo do uso da GFIP avulsa;

Resolveu expedir as seguintes instruções:

I – O depósito recursal previsto no art. 899 da CLT poderá ser efetuado mediante a utilização da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, gerada pelo aplicativo da Caixa Econômica Federal denominado "Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – SEFIP" (GFIP emitida eletronicamente), conforme *(Anexo 1)*, ou por intermédio da GFIP avulsa, disponível no comércio e no sítio da Caixa Econômica Federal *(Anexo 2)*.

II – A GFIP emitida eletronicamente, para fins de depósito recursal, ostentará no seu cabeçalho o seguinte título "Guia de Recolhimento para Fins de Recurso Junto à Justiça do Trabalho".

III – O empregador que fizer uso da GFIP gerada eletronicamente poderá efetuar o recolhimento do depósito judicial via Internet Banking ou diretamente em qualquer agência da Caixa Econômica Federal ou dos bancos conveniados.

IV – A comprovação da efetivação do depósito recursal, dar-se-á obrigatoriamente das seguintes formas:

a) no caso de pagamento efetuado em agências da Caixa Econômica Federal ou dos bancos conveniados, mediante a juntada aos autos da guia GFIP devidamente autenticada, e

b) na hipótese de recolhimento feito via Internet, com a apresentação do "Comprovante de Recolhimento/FGTS – via Internet Banking" (Anexo 3), bem como da Guia de Recolhimento para Fins de Recurso Junto à Justiça do Trabalho (Anexo 2), para confrontação dos respectivos códigos de barras, que deverão coincidir.

Instrução Normativa n. 27

(Editada pela Resolução n. 126/2005. Publicada no *DJ*, 22-2-2005)

Dispõe sobre normas procedimentais aplicáveis ao processo do trabalho em decorrência da ampliação da competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional n. 45/2004.

Art. 1º As ações ajuizadas na Justiça do Trabalho tramitarão pelo rito ordinário ou sumaríssimo, conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, excepcionando-se, apenas, as que, por disciplina legal expressa, estejam sujeitas a rito especial, tais como o Mandado de Segurança, *Habeas Corpus*, *Habeas Data*, Ação Rescisória, Ação Cautelar e Ação de Consignação em Pagamento.

Art. 2º A sistemática recursal a ser observada é a prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, inclusive no tocante à nomenclatura, à alçada, aos prazos e às competências.

Parágrafo único. O depósito recursal a que se refere o art. 899 da CLT é sempre exigível como requisito extrínseco do recurso, quando houver condenação em pecúnia.

Art. 3º Aplicam-se quanto às custas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 1º As custas serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão.

§ 2º Na hipótese de interposição de recurso, as custas deverão ser pagas e comprovado seu recolhimento no prazo recursal (artigos 789, 789-A, 790 e 790-A da CLT).

§ 3º Salvo nas lides decorrentes da relação de emprego, é aplicável o princípio da sucumbência recíproca, relativamente às custas.

Art. 4º Aos emolumentos aplicam-se as regras previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, conforme previsão dos artigos 789-B e 790 da CLT.

Art. 5º Exceto nas lides decorrentes da relação de emprego, os honorários advocatícios são devidos pela mera sucumbência.

Art. 6º Os honorários periciais serão suportados pela parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária da justiça gratuita.

Parágrafo único. Faculta-se ao juiz, em relação à perícia, exigir depósito prévio dos honorários, ressalvadas as lides decorrentes da relação de emprego.

Art. 7º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Instrução Normativa n. 29

(Editada pela Resolução n. 136/2005. Publicada no *DJ*, 9-8-2005)

Dispõe sobre a prioridade na tramitação dos processos em que é parte pessoa portadora de deficiência.

Considerando o teor do Ofício n. 427/2005/PFDC/MPF, oriundo do Ministério Público Federal – Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, que requer prioridade de tramitação nos feitos em que estejam em causa direitos de pessoas com deficiência, e

Considerando o disposto no art. 9º da Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, estabele-

cendo que a "Administração Pública Federal conferirá aos assuntos relativos às pessoas portadoras de deficiência tratamento prioritário e apropriado, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, bem como sua integração social", resolve:

Art. 1º Assegurar, no Tribunal Superior do Trabalho, prioridade na tramitação dos processos cuja parte ou interveniente seja pessoa portadora de deficiência, desde que a causa discutida em juízo tenha como fundamento a própria deficiência.

Parágrafo único. Considera-se pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas categorias definidas no art. 4º do Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

Art. 2º A prioridade será concedida mediante requerimento da parte ou interveniente, que deverá juntar ao pedido atestado médico comprovando sua condição.

I – O pedido será dirigido ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ao Presidente de Turma ou ao relator do processo, conforme as normas de competência.

II – O atestado médico referido no *caput* deste artigo deverá indicar a deficiência, de acordo com os critérios constantes do art. 4º do Decreto n. 3.298/99 e art. 5º do Decreto n. 5.296/2004.

Art. 3º A garantia de prioridade estende-se ao atendimento imediato, nas Secretarias e Subsecretarias desta Corte, da pessoa portadora de deficiência.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Instrução Normativa n. 30, de 2007

(Editada pela Resolução n. 140/2007. Publicada no *DJ*, 18-9-2007)

Regulamenta, no âmbito da Justiça do Trabalho, a Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.

Capítulo I
INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Art. 1º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais, na Justiça do Trabalho, será disciplinado pela presente Instrução Normativa.

Art. 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho disponibilizarão em suas dependências e nas Varas do Trabalho, para os usuários dos serviços de peticionamento eletrônico que necessitarem, equipamentos de acesso à rede mundial de computadores e de digitalização do processo, para a distribuição de peças processuais.

Parágrafo único. Os Tribunais Regionais do Trabalho terão o prazo de um ano da publicação da presente Instrução Normativa para atenderem ao disposto no presente artigo.

Capítulo II
ASSINATURA ELETRÔNICA

Art. 3º No âmbito da Justiça do Trabalho, o envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica.

Art. 4º A assinatura eletrônica, no âmbito da Justiça do Trabalho, será admitida sob as seguintes modalidades:

I – assinatura digital, baseada em certificado digital emitido pelo ICP-Brasil, com uso de cartão e senha;

II – assinatura cadastrada, obtida perante o Tribunal Superior do Trabalho ou Tribunais Regionais do Trabalho, com fornecimento de *login* e senha.

§ 1º Para o uso de qualquer das duas modalidades de assinatura eletrônica, o usuário deverá se credenciar previamente perante o Tribunal Superior do Trabalho ou o

Tribunal Regional do Trabalho com jurisdição sobre a cidade em que tenha domicílio, mediante o preenchimento de formulário eletrônico, disponibilizado no Portal da Justiça do Trabalho (Portal-JT).

§ 2º No caso de assinatura digital, em que a identificação presencial já se realizou perante a Autoridade Certificadora, o credenciamento se dará pela simples identificação do usuário por meio de seu certificado digital e remessa do formulário devidamente preenchido.

§ 3º No caso da assinatura cadastrada, o interessado deverá comparecer, pessoalmente, perante o órgão do Tribunal no qual deseje cadastrar sua assinatura eletrônica, munido do formulário devidamente preenchido, obtendo senhas e informações para a operacionalização de sua assinatura eletrônica.

§ 4º Ao credenciado será atribuído registro e meio de acesso ao sistema, de modo a preservar o sigilo (mediante criptografia de senha), a identificação e a autenticidade de suas comunicações.

§ 5º Alterações de dados cadastrais poderão ser feitas pelos usuários, a qualquer momento, na seção respectiva do Portal-JT.

§ 6º O credenciamento implica a aceitação das normas estabelecidas nesta Instrução Normativa e a responsabilidade do credenciado pelo uso indevido da assinatura eletrônica.

Capítulo III
SISTEMA DE PETICIONAMENTO ELETRÔNICO

Art. 5º A prática de atos processuais por meio eletrônico pelas partes, advogados e peritos será feita, na Justiça do Trabalho, através do Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos (e-DOC).

§ 1º O e-DOC é um serviço de uso facultativo, disponibilizado no Portal-JT, na Internet.

§ 2º É vedado o uso do e-DOC para o envio de petições destinadas ao Supremo Tribunal Federal.

§ 3º O sistema do e-DOC deverá buscar identificar, dentro do possível, os casos de ocorrência de prevenção, litispendência e coisa julgada.

§ 4º A parte desassistida de advogado que desejar utilizar o sistema do e-DOC deverá se cadastrar, antes, nos termos desta Instrução Normativa.

Art. 6º As petições, acompanhadas ou não de anexos, apenas serão aceitas em formato PDF (*Portable Document Format*), no tamanho máximo, por operação, de 2 Megabytes.

Parágrafo único. Não se admitirá o fracionamento de petição, tampouco dos documentos que a acompanham, para fins de transmissão.

Art. 7º O envio da petição por intermédio do e-DOC dispensa a apresentação posterior dos originais ou de fotocópias autenticadas, inclusive aqueles destinados à comprovação de pressupostos de admissibilidade do recurso.

Art. 8º O acesso ao e-DOC depende da utilização, pelo usuário, da sua assinatura eletrônica.

Parágrafo único. Salvo impossibilidade que comprometa o acesso à justiça, a parte deverá informar, ao distribuir a petição inicial de qualquer ação judicial em meio eletrônico, o número no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso, perante a Secretaria da Receita Federal.

Art. 9º O Sistema Integrado de Protocolização e Fluxo de Documentos Eletrônicos (e-DOC), no momento do recebimento da petição, expedirá recibo ao remetente, que servirá como comprovante de entrega da petição e dos documentos que a acompanharam.

§ 1º Constarão do recibo as seguintes informações:

I – o número de protocolo da petição gerado pelo Sistema;

II – o número do processo e o nome das partes, se houver, o assunto da petição e o órgão destinatário da petição, informados pelo remetente;

III – a data e o horário do recebimento da petição no Tribunal, fornecidos pelo Observatório Nacional;

IV – as identificações do remetente da petição e do usuário que assinou eletronicamente o documento.

§ 2º A qualquer momento o usuário poderá consultar no e-DOC as petições e documentos enviados e os respectivos recibos.

Art. 10. Incumbe aos Tribunais, por intermédio das respectivas unidades administrativas responsáveis pela recepção das petições transmitidas pelo e-DOC:

I – imprimir as petições e seus documentos, caso existentes, anexando-lhes o comprovante de recepção gerado pelo Sistema, enquanto não generalizada a virtualização do processo, que dispensará os autos físicos;

II – verificar, diariamente, no sistema informatizado, a existência de petições eletrônicas pendentes de processamento.

Art. 11. São de exclusiva responsabilidade dos usuários:

I – o sigilo da assinatura digital, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de seu uso indevido;

II – a equivalência entre os dados informados para o envio (número do processo e unidade judiciária) e os constantes da petição remetida;

III – as condições das linhas de comunicação e acesso ao seu provedor da Internet;

IV – a edição da petição e anexos em conformidade com as restrições impostas pelo serviço, no que se refere à formatação e tamanho do arquivo enviado;

V – o acompanhamento da divulgação dos períodos em que o serviço não estiver disponível em decorrência de manutenção no sítio do Tribunal.

§ 1º A não obtenção, pelo usuário, de acesso ao Sistema, além de eventuais defeitos de transmissão ou recepção de dados, não serve de escusa para o descumprimento dos prazos legais.

§ 2º Deverão os Tribunais informar, nos respectivos sítios, os períodos em que, eventualmente, o sistema esteve indisponível.

Art. 12. Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu recebimento pelo sistema do e-DOC.

§ 1º Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.

§ 2º Incumbe ao usuário observar o horário estabelecido como base para recebimento, como sendo o do Observatório Nacional, devendo atender para as diferenças de fuso horário existente no país.

§ 3º Não serão considerados, para efeito de tempestividade, o horário da conexão do usuário à Internet, o horário do acesso ao sítio do Tribunal, tampouco os horários consignados nos equipamentos do remetente e da unidade destinatária, mas o de recebimento no órgão da Justiça do Trabalho.

Art. 13. O uso inadequado do e-DOC que venha a causar prejuízo às partes ou à atividade jurisdicional importa bloqueio do cadastramento do usuário, a ser determinado pela autoridade judiciária competente.

Capítulo IV
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS NO PORTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Art. 14. O Portal da Justiça do Trabalho (Portal-JT) é o sítio corporativo da instituição, abrangendo todos os Tribunais trabalhistas do país, gerenciado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e operado pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho, incluindo, entre outras funcionalidades:

I – o Diário da Justiça do Trabalho Eletrônico (DJT), para publicação de atos judiciais e administrativos dos Tribunais e Varas do Trabalho;

II – Sistemas de Pesquisa de Jurisprudência, de Legislação Trabalhista e Atos Normativos da Justiça do Trabalho, de acompanhamento processual, de acervo bibliográfico, com Banco de Dados Geral integrado pelos julgados e atos administrativos de todos os Tribunais trabalhistas do país;

III – Informações gerais sobre os Tribunais e Varas do Trabalho, incluindo memória da Justiça do Trabalho, dados estatísticos, magistrados, concursos e licitações, entre outros;

IV – Informações sobre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), incluindo seu Regimento Interno, suas resoluções e decisões, além de seus integrantes e estrutura do órgão;

V – Informações sobre a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), incluindo quadro diretivo, de professores, de alunos e de cursos, bem como disponibilizando ambiente para o ensino à distância;

VI – Sistemas de Assinatura Eletrônica, Peticionamento Eletrônico (e-DOC) e de Carta Eletrônica (CE);

VII – Informações sobre a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. O conteúdo das publicações de que trata este artigo deverá ser assinado digitalmente, na forma desta Instrução Normativa.

Art. 15. A publicação eletrônica no DJT substitui qualquer outro meio de publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

§ 1º Os atos processuais praticados pelos magistrados trabalhistas a serem publicados no DJT serão assinados digitalmente no momento de sua prolação.

§ 2º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no DJT.

§ 3º Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

Art. 16. As intimações serão feitas por meio eletrônico no Portal-JT aos que se credenciarem na forma desta Instrução Normativa, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 4º A intimação de que trata este artigo somente será realizada nos processos em que todas as partes estejam credenciadas na forma desta Instrução Normativa, de modo a uniformizar a contagem dos prazos processuais.

§ 5º Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinado pelo juiz.

§ 6º As intimações feitas na forma deste artigo, inclusive da Fazenda Pública, serão consideradas pessoais para todos os efeitos legais.

§ 7º Observadas as formas e as cautelas deste artigo, as citações, inclusive da Fazenda Pública, poderão ser feitas por meio eletrônico, desde que a íntegra dos autos seja acessível ao citando.

Art. 17. As cartas precatórias, rogatórias e de ordem, no âmbito da Justiça do Trabalho, serão transmitidas exclusivamente de forma eletrônica, através do Sistema de Carta Eletrônica (CE) já referido, com dispensa da remessa física de documentos.

§ 1º A utilização do Sistema de Carta Eletrônica fora do âmbito da Justiça do Trabalho dependerá da aceitação pelos demais órgãos do Poder Judiciário.

§ 2º Eventuais falhas na transmissão eletrônica dos dados não desobriga os magistrados e serventuários do cumprimento dos prazos legais, cabendo, nesses casos, a utilização de outros meios previstos em lei para a remessa das cartas.

Art. 18. As petições e demais documentos referentes às cartas precatórias, rogatórias e de ordem, não apresentados pelas partes em meio eletrônico, serão digitalizados e inseridos no Sistema de Carta Eletrônica.

Art. 19. Os documentos em meio físico, em poder do Juízo deprecado, deverão ser adequadamente organizados e arquivados, obedecidos os critérios estabelecidos na Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e no Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002.

Parágrafo único. Poderá o Juízo deprecante, em casos excepcionais, solicitar o documento físico em poder do Juízo deprecado.

Art. 20. Serão certificados nos autos principais todos os fatos relevantes relativos ao andamento da carta, obtidos junto ao sistema Carta Eletrônica (CE), com impressão e juntada apenas dos documentos essenciais à instrução do feito, nos casos de autos em papel.

Art. 21. Os Tribunais Regionais do Trabalho ficarão obrigados a comunicar à Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho qualquer alteração na competência territorial de suas Varas do Trabalho.

Capítulo V
PROCESSO ELETRÔNICO

Art. 22. Na Justiça do Trabalho, os atos processuais do processo eletrônico serão assinados eletronicamente na forma estabelecida nesta Instrução Normativa.

Art. 23. No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico.

§ 1º As citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.

§ 2º Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, que deverá ser posteriormente destruído.

Art. 24. A distribuição da petição inicial e a juntada da contestação, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, podem ser feitas diretamente pelos advogados públicos e privados, sem necessidade da intervenção do cartório ou secretaria judicial, situação em que a autuação deverá se dar de forma automática, fornecendo-se o recibo eletrônico de protocolo.

§ 1º Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, se o serviço respectivo do Portal-JT se tornar indisponível por motivo técnico que impeça a prática do ato no termo final do prazo, este fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.

Art. 25. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Instrução Normativa, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

§ 1º Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados aos autos pelos órgãos da Justiça do Trabalho e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pelas procuradorias, pelas autoridades policiais, pelas repartições públicas em geral e por advogados públicos e privados têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 2º A arguição de falsidade do documento original será processada eletronicamente na forma da lei processual em vigor.

§ 3º Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no § 1º deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou,

quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.

§ 4º Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.

§ 5º Os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa para suas respectivas partes processuais e para o Ministério Público, respeitado o disposto em lei para as situações de sigilo e de segredo de justiça.

Art. 26. A conservação dos autos do processo poderá ser efetuada total ou parcialmente por meio eletrônico.

§ 1º Os autos dos processos eletrônicos serão protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados de forma a preservar a integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares.

§ 2º Os autos de processos eletrônicos que tiverem de ser remetidos a outro juízo ou instância superior que não disponham de sistema compatível deverão ser impressos em papel e autuados na forma dos arts. 166 a 168 do CPC.

§ 3º No caso do § 2º deste artigo, o escrivão ou o chefe de secretaria certificará os autores ou a origem dos documentos produzidos nos autos, acrescentando, ressalvada a hipótese de existir segredo de justiça, a forma pela qual o banco de dados poderá ser acessado para aferir a autenticidade das peças e das respectivas assinaturas digitais.

§ 4º Feita a autuação na forma estabelecida no § 2º deste artigo, o processo seguirá a tramitação legalmente estabelecida para os processos físicos.

§ 5º A digitalização de autos em mídia não digital, em tramitação ou já arquivados, será precedida de publicação de editais de intimações ou da intimação pessoal das partes e de seus procuradores, para que, no prazo preclusivo de 30 (trinta) dias, se manifestem sobre o desejo de manterem pessoalmente a guarda de algum dos documentos originais.

Art. 27. O magistrado poderá determinar que sejam realizados por meio eletrônico a exibição e o envio de dados e de documentos necessários à instrução do processo.

§ 1º Consideram-se cadastros públicos, para os efeitos deste artigo, dentre outros existentes ou que venham a ser criados, ainda que mantidos por concessionárias de serviço público ou empresas privadas, os que contenham informações indispensáveis ao exercício da função judicante.

§ 2º O acesso de que trata este artigo dar-se-á por qualquer meio tecnológico disponível, preferentemente o de menor custo, considerada sua eficiência.

Capítulo VI
DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. Os credenciamentos de assinatura eletrônica já feitos pelos Tribunais Regionais do Trabalho antes da publicação desta Instrução Normativa e que estejam em desacordo com as regras nela estabelecidas terão validade por 180 (cento e oitenta) dias da última publicação desta Resolução, devendo os interessados promover o credenciamento adequado até essa data.

Art. 29. Os casos omissos desta Instrução Normativa serão resolvidos pelos Presidentes dos Tribunais, no âmbito de suas esferas de competência.

Art. 30. Para efeito do disposto no § 5º do art. 4º da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, a presente Instrução Normativa será publicada durante 30 (trinta) dias no Diário Oficial em uso, dando-lhe ampla divulgação.

Art. 31. A presente Instrução Normativa entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua última publicação, revogada a Instrução Normativa n. 28 desta Corte.

atestados médicos estabelecida em lei. (RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969)

- **Súmula 27 do Tribunal Superior do Trabalho. Comissionista.** É devida a remuneração do repouso semanal e dos dias feriados ao empregado comissionista, ainda que pracista. (RA 57/70, *DO/GB*, 27-11-1970)
- **Súmula 110 do Tribunal Superior do Trabalho. Jornada de trabalho. Intervalo.** No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de 24 horas, com prejuízo do intervalo mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional. (RA 101/80, *DJ*, 25-9-1980)
- **Súmula 118 do Tribunal Superior do Trabalho. Jornada de trabalho. Horas extras.** Os intervalos concedidos pelo empregador, na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada. (RA 12/81, *DJ*, 19-3-1981)
- **Súmula 146 do Tribunal Superior do Trabalho. Feriado. Trabalho.** O trabalho prestado em domingos e feriados, não compensado, deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal. (Com a redação dada pela Res. 121/2003)
- **Súmula 172 do Tribunal Superior do Trabalho. Repouso remunerado. Horas extras. Cálculo.** Computam-se no cálculo do repouso remunerado as horas extras habitualmente prestadas. Ex-prejulgado n. 52. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)
- **Súmula 346 do Tribunal Superior do Trabalho. Digitador. Intervalos intrajornada. Aplicação analógica do art. 72 da CLT.** Os digitadores, por aplicação analógica do art. 72 da CLT, equiparam-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de dez (10) minutos a cada noventa (90) de trabalho consecutivo. (Res. 56/96, *DJ*, 28-6-1996)
- **Súmula 354 do Tribunal Superior do Trabalho. Gorjetas. Natureza jurídica. Repercussões. Revisão do Enunciado n. 290.** "As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado". (Res. 71/97, *DJ*, 30-5-1997)
- **Súmula 201 do Supremo Tribunal Federal. Vendedor pracista. Repouso Semanal.** O vendedor pracista, remunerado mediante comissão, não tem direito ao repouso semanal remunerado.
- **Súmula 461 do Supremo Tribunal Federal. Repouso Semanal Remunerado. Duplo.** É duplo, e não triplo, o pagamento do salário nos dias destinados a descanso.
- **Precedente Normativo n. 87 do Tribunal Superior do Trabalho. Trabalho em domingos e feriados. Pagamento dos salários (Positivo).** É devida a remuneração em dobro do trabalho em domingos e feriados não compensados, sem prejuízo do pagamento do repouso remunerado, desde que, para este, não seja estabelecido outro dia pelo empregador.
- **I – (...) Horas Extras. Intervalo Intrajornada.** A questão do intervalo

Instrução Normativa n. 31, de 2007

(Editada pela Resolução n. 141/2007. Publicada no *DJ*, 9-10-2007. Alterada pela Resolução n. 154/2009)

Regulamenta a forma de realização do depósito prévio em ação rescisória de que trata o art. 836 da CLT, com redação dada pela Lei n. 11.495, de 22 de junho de 2007.

Art. 1º O depósito prévio em ação rescisória de que trata o art. 836 da CLT, com redação dada pela Lei n. 11.495, de 22 de junho de 2007, deverá ser realizado na forma preconizada na Instrução Normativa n. 21 desta Corte, observando-se as seguintes peculiaridades quanto ao preenchimento da guia de acolhimento de depósito judicial:

I – nos campos relativos à identificação do processo deverão ser informados os dados do processo em que foi proferida a decisão rescindenda;

II – o campo "Tipo de Depósito" deverá ser preenchido com o número 1 (primeiro depósito), ainda que outros depósitos judiciais tenham sido efetuados no processo originário;

III – o campo "Motivo do Depósito" deverá ser preenchido com o número 4 (Outros).

Art. 2º O valor da causa da ação rescisória que visa desconstituir decisão da fase de conhecimento corresponderá:

I – no caso de improcedência, ao valor dado à causa do processo originário ou aquele que for fixado pelo Juiz;

II – no caso de procedência, total ou parcial, ao respectivo valor arbitrado à condenação.

Art. 3º O valor da causa da ação rescisória que visa desconstituir decisão da fase de execução corresponderá ao valor apurado em liquidação de sentença.

Art. 4º O valor da causa da ação rescisória, quer objetive desconstituir decisão da fase de conhecimento ou decisão da fase de execução, será reajustado pela variação cumulada do INPC do IBGE até a data do seu ajuizamento.

Art. 5º O valor depositado será revertido em favor do réu, a título de multa, caso o pedido deduzido na ação rescisória seja julgado, por unanimidade de votos, improcedente ou inadmissível.

Art. 6º O depósito prévio não será exigido da massa falida e quando o autor perceber salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declarar, sob as penas da lei, que não está em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Instrução Normativa n. 32, de 2007

(Publicada no *DJ*, 10-1-2008)

Uniformiza procedimentos para a expedição de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor no âmbito da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Art. 1º Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, serão realizados exclusivamente na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, na forma da lei.

Parágrafo único. Não estão sujeitos à expedição de precatórios os pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor.

Art. 2º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de Direito Público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

Art. 3º Reputa-se de pequeno valor o crédito cuja importância atualizada, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I – 60 (sessenta) salários mínimos, se a devedora for a Fazenda Pública Federal;

II – 40 (quarenta) salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se as devedoras forem as Fazendas Públicas Estadual e Distrital; e

III – 30 (trinta) salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda Pública Municipal.

Art. 4º Ao credor de importância superior à estabelecida na definição de pequeno valor, fica facultado renunciar ao crédito do valor excedente e optar pelo pagamento do saldo dispensando-se o precatório.

§ 1º Não é permitido o fracionamento do valor da execução relativamente ao mesmo beneficiário, de modo que se faça o pagamento, em parte, por intermédio de requisição de pequeno valor e, em parte, mediante expedição de precatório.

§ 2º Na hipótese de crédito de valor aproximado ao de pequeno valor legalmente previsto, o Presidente do Tribunal ou o Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios consultará o credor quanto ao interesse em renunciar parcialmente ao crédito de modo a afastar a necessidade de expedição do precatório.

Art. 5º As requisições de pagamento que decorram de precatório ou as de pequeno valor, quando a devedora for a União, serão expedidas pelo Juiz da execução e dirigidas ao presidente do Tribunal, a quem compete:

a) examinar a regularidade formal da requisição;

b) corrigir, de ofício ou a requerimento das partes, inexatidões materiais ou retificar erros de cálculo, vinculados à utilização de critério em descompasso com a lei ou com o título executivo judicial, desde que o critério não haja sido objeto de debate quer na fase de conhecimento, quer na fase de execução;

c) expedir o ofício requisitório; e

d) zelar pela obediência à ordem de preferência de pagamento dos créditos, na hipótese de precatórios.

Art. 6º Nos casos de créditos de pequeno valor de responsabilidade das Fazendas Públicas Estadual, Distrital ou Municipal, as requisições serão encaminhadas pelo Juiz da execução ao próprio devedor.

Art. 7º Na hipótese de reclamação plúrima será considerado o valor devido a cada litisconsorte, expedindo-se, simultaneamente, se for o caso:

a) requisições de pequeno valor em favor dos exequentes cujos créditos não ultrapassam os limites definidos no art. 3º desta Instrução; e

b) requisições mediante precatório para os demais credores.

Parágrafo único. Os honorários advocatícios e periciais serão considerados parcela autônoma, não se somando ao crédito dos exequentes para fins de classificação do requisitório de pequeno valor.

Art. 8º É vedado requisitar pagamento em execução provisória.

Art. 9º O Juiz da execução informará na requisição os seguintes dados constantes do processo:

I – número do processo;

II – nomes das partes e de seus procuradores;

III – nomes dos beneficiários e respectivos números no CPF ou no CNPJ, inclusive quando se tratar de advogados, peritos e outros;

IV – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores; e

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão.

Parágrafo único. Ausentes quaisquer dos dados especificados, o Tribunal restituirá a requisição à origem, para regularização.

Art. 10. Os precatórios e as requisições de pequeno valor serão processados nos próprios autos do processo que os originaram.

Art. 11. O pagamento das requisições obedecerá estritamente à ordem cronológica de apresentação nos Tribunais.

Art. 12. Os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de re-

quisições de pequeno valor serão depositados em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.

Art. 13. Incumbirá ao Juiz da execução comunicar ao Presidente do Tribunal ou ao Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios, no prazo de 5 (cinco) dias, a efetivação do pagamento ao credor.

Art. 14. O Presidente do Tribunal, exclusivamente na hipótese de preterição do direito de precedência do credor, fica autorizado a proceder ao sequestro de verba do devedor, desde que requerido pelo exequente e depois de ouvido o Ministério Público.

Art. 15. As requisições de pequeno valor – RPV encaminhadas ao devedor deverão ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Na hipótese de não cumprimento da requisição judicial, o Juiz determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.

Art. 16. Os Tribunais Regionais do Trabalho instituirão Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios, com o objetivo de incluir em pauta, observada a ordem cronológica de apresentação, os precatórios e as requisições de pequeno valor (RPV) já consignadas em precatório, para tentativa de acordo.

Parágrafo único. Caberá ao Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios, sem prejuízo de outras atribuições, o controle da listagem da ordem preferencial dos credores, a realização de cálculos, o acompanhamento de contas bancárias e a celebração de convênios entre os entes públicos devedores e o Tribunal Regional do Trabalho, para repasse mensal de verbas necessárias ao pagamento dos precatórios.

Art. 17. Será designado pelo Presidente do Tribunal um Juiz do Trabalho substituto para atuar no Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios.

§ 1º O Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios determinará a inclusão em pauta de todos os precatórios, observada a ordem cronológica, para tentativa de conciliação.

§ 2º As partes e seus procuradores serão convocados para audiência de conciliação, que poderá ser realizada apenas com a presença dos procuradores, desde que possuam poderes para transigir, receber e dar quitação.

§ 3º O Ministério Público do Trabalho será comunicado do dia, local e horário da realização da audiência de conciliação.

Art. 18. As partes poderão, a qualquer tempo, solicitar a reinclusão do precatório em pauta, para nova tentativa de conciliação.

Art. 19. Os precatórios conciliados serão quitados, na ordem cronológica, observando-se o repasse realizado pelo ente público devedor.

Art. 20. Os precatórios que não foram objeto de conciliação serão pagos na ordem cronológica de apresentação.

Art. 21. Frustrada a tentativa de conciliação referente a precatório cujo prazo para pagamento já venceu os autos serão encaminhados à Presidência do Tribunal, para deliberar sobre eventual pedido de intervenção.

Art. 22. O Presidente do Tribunal deverá fundamentar a decisão relativa ao encaminhamento do pedido de intervenção, justificando a necessidade da adoção da medida excepcional.

Art. 23. O pedido de intervenção deverá ser instruído, obrigatoriamente, com as seguintes peças:

a) petição do credor, dirigida ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, requerendo o encaminhamento do pedido de intervenção ao Supremo Tribunal Federal ou ao Tribunal de Justiça, conforme o caso;

b) impugnação do ente público ao pedido, se houver;

c) manifestação do Ministério Público do Trabalho da Região;

d) decisão fundamentada do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho relativa à admissibilidade do encaminhamento do pedido de intervenção; e

e) ofício requisitório que permita a verificação da data de expedição do precatório e o ano de sua inclusão no orçamento.

Parágrafo único. O pedido de intervenção em Estado-membro será encaminhado ao Supremo Tribunal Federal por intermédio da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho,

enquanto o pedido de intervenção em município será enviado diretamente pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho ao Tribunal de Justiça do respectivo Estado.

Art. 24. Fica revogada a Resolução n. 67, de 10 de abril de 1997, que aprovou a Instrução Normativa n. 11.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2007.

Instrução Normativa n. 33, de 2008

(Publicada no *DJ*, 12-6-2008)

Estabelece, na Justiça do Trabalho, modelo único de guia de depósito judicial para pagamentos, garantia de execução, encargos processuais e levantamento de valores, excetuados os depósitos recursais, e regula a troca de arquivos eletrônicos com o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal para a efetivação desses depósitos.

Art. 1º Será de uso obrigatório, consoante anexo I desta Instrução Normativa, o modelo único padrão de guia para os depósitos trabalhistas, à exceção dos depósitos recursais, observando-se:

§ 1º Os Tribunais do Trabalho fornecerão ao depositante os valores atualizados até a data da realização do depósito.

§ 2º Os valores discriminados em campos próprios são exclusivamente informativos e de responsabilidade do depositante.

§ 3º As responsabilidades do Banco do Brasil S.A. e da Caixa Econômica Federal limitam-se ao processamento e à contabilização do valor global do depósito.

Art. 2º O depósito previsto nesta Instrução será efetivado diretamente pelo interessado, junto à instituição financeira depositária ou mediante Transferência Eletrônica Disponível – TED, utilizando-se da guia padronizada prevista no art. 1º e no modelo anexo, criada com a finalidade exclusiva de efetuar depósito judicial através de mensagem específica (STR0025).

Art. 3º O depositante, de posse da guia de depósito obtida na Secretaria da Vara do Trabalho ou no Tribunal ou, ainda, através do serviço de emissão de guia de depósito disponibilizado pelos Tribunais do Trabalho nos seus portais da Rede Mundial de Computadores – Internet, efetuará o recolhimento nas agências do Banco do Brasil S.A. ou da Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único. Observada a capacidade tecnológica de cada Tribunal, quando do fornecimento e preenchimento de guia de depósito eletrônico no portal da Rede Mundial de Computadores – Internet, as informações cadastrais e valores disponíveis nas respectivas bases de dados serão capturados automaticamente.

Art. 4º O depositante, ao optar pelo recolhimento via Transferência Eletrônica Disponível – TED, deverá obter o código "ID" (Identificação de Depósito) mediante o preenchimento da guia de depósito eletrônico no portal do Tribunal, do Banco do Brasil S.A. ou da Caixa Econômica Federal na Rede Mundial de Computadores – Internet.

§ 1º Nesta opção, o depositante deverá informar o "ID" ao Banco do seu relacionamento que, de posse dele, realizará a transferência do recurso via Transferência Eletrônica Disponível – TED.

§ 2º Realizada a transferência, o Banco do Brasil S.A. ou a Caixa Econômica Federal efetuará o depósito com todos os dados informados e tornará disponível o recibo respectivo via Rede Mundial de Computadores – Internet, no *site* do Banco do Brasil S.A. (www.bb.com.br) ou da Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br).

Art. 5º Uma vez disponível a guia de depósito eletrônico com "ID" no portal do respectivo Tribunal, as instituições financeiras ficam dispensadas de disponibilizá-la.

Art. 6º Obtido o "ID" no portal do Tribunal, os dados da guia de depósito eletrônico serão encaminhados por este, eletronicamente

e em arquivo próprio, com garantia de autenticidade, à instituição financeira encarregada do recebimento.

Parágrafo único. Os modelos dos arquivos e o cálculo do "ID" observarão os critérios estabelecidos no Manual anexo.

Art. 7º O recibo deverá ser apresentado pelo depositante nos autos do processo a que se referir o depósito.

Parágrafo único. A comprovação ficará dispensada quando o depósito for realizado na forma do art. 6º, hipótese em que o Banco do Brasil S.A. ou a Caixa Econômica Federal, imediatamente após o processamento bancário de cada dia útil, encaminhará aos Tribunais arquivo eletrônico consolidado contendo as informações de todos os depósitos do período, devendo a Secretaria da Vara do Trabalho ou o Tribunal juntar aos autos do respectivo processo, no mesmo dia do recebimento do arquivo, o comprovante das informações dos depósitos encaminhados eletronicamente pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal.

Art. 8º Os depósitos judiciais oriundos do Sistema Bacen Jud, bem como os depósitos em lote feitos por empresas conveniadas com o Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal, deverão ser encaminhados aos Tribunais do Trabalho em arquivo próprio, após o processamento bancário de cada dia útil, para juntada do comprovante nos autos do respectivo processo.

Parágrafo único Nas hipóteses descritas no *caput* o fornecimento do "ID" será de responsabilidade do Banco do Brasil S.A. e da Caixa Econômica Federal.

Art. 9º A Secretaria da Vara do Trabalho ou o Tribunal poderá, a qualquer momento, imprimir as respectivas guias de levantamento (valor total ou parcial), mediante a informação do número da conta judicial ou do processo, com a utilização de chave e senha a serem fornecidas pelo Banco do Brasil S.A. ou pela Caixa Econômica Federal.

Art. 10. Os Tribunais do Trabalho deverão, até o dia 31 de dezembro de 2008, adaptar os seus sistemas internos e Portais na Rede Mundial de Computadores – Internet para cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 11. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se a Instrução Normativa n. 21.

Brasília, 15 de maio de 2008.

Instrução Normativa n. 34, de 2009

(Publicada no *DEJT* do TST, de 20-11-2009)

Dispõe sobre a guia a ser utilizada, na Justiça do Trabalho, para o recolhimento do depósito prévio destinado à propositura de ação anulatória de débito fiscal resultante de penalidade administrativa imposta por autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 1º Na Justiça do Trabalho, o depósito prévio para o ajuizamento de ação anulatória de débito fiscal, resultante de penalidade administrativa imposta por autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego, será efetuado em guia definida em instrução normativa específica da Secretaria da Receita Federal do Brasil, presentemente objeto do Anexo I da Instrução Normativa n. 421/2004-SRF.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de novembro de 2009.

Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho

Versão atualizada e sistematizada de acordo com o art. 6º, V, do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, divulgada no *DEJT* de 17-8-2012.

Título I
DISPOSIÇÃO INICIAL

Art. 1º A Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho tem por finalidade o disciplinamento sistematizado de regras procedimentais a serem observadas no âmbito do Judiciário do Trabalho de primeiro e segundo graus de jurisdição.

Título II
DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo I
MAGISTRADO

Seção I
Vitaliciamento

Art. 2º Os tribunais regionais do trabalho editarão resolução administrativa regulamentando o procedimento de vitaliciamento de juiz do trabalho substituto.

Art. 3º O procedimento de vitaliciamento, sob a condução e responsabilidade do desembargador corregedor regional, será iniciado a partir do exercício na magistratura.

Parágrafo único. A corregedoria regional, para esse fim, formará autos de procedimento administrativo individualizado referente a cada juiz.

Art. 4º Constituem requisitos para o vitaliciamento:

I – a frequência e o aproveitamento no Curso de Formação Inicial, Módulo Nacional, ministrado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – Enamat;

II – a frequência e o aproveitamento no Curso de Formação Inicial, Módulo Regional, ministrado pela escola judicial da região respectiva;

III – a permanência, no mínimo, de 60 (sessenta) dias à disposição da escola judicial regional, com aulas teórico-práticas intercaladas e integradas com prática jurisdicional;

IV – a submissão à carga semestral de 40 (quarenta) horas-aula e anual de 80 (oitenta) horas-aula de atividades de formação inicial, conjugadas com aulas teóricas e práticas, sob a supervisão da escola judicial regional.

Art. 5º Compete ao desembargador corregedor regional avaliar permanentemente o juiz vitaliciando no que tange ao desempenho, à idoneidade moral e à adaptação para o exercício do cargo.

Parágrafo único. A avaliação de desempenho será realizada mediante a análise dos dados colhidos pela secretaria da corregedoria regional, cabendo ao desembargador corregedor regional determinar as providências necessárias junto aos diversos setores do tribunal para instrução do expediente.

Art. 6º O desembargador corregedor regional avaliará o desempenho do juiz vitaliciando levando em conta critérios objetivos de caráter qualitativo e quantitativo do trabalho desenvolvido.

§ 1º O critério qualitativo se valerá, dentre outros, dos seguintes parâmetros:

I – exame da estrutura lógico-jurídica dos pronunciamentos decisórios emitidos, bem como pela presteza e segurança no exercício da função jurisdicional;

II – cursos de que participou o magistrado, para aperfeiçoamento profissional, promovidos por instituições oficiais ou por instituições particulares reconhecidas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – Enamat, e grau de aproveitamento obtido;

III – número de correições parciais e pedidos de providências contra o magistrado e respectiva solução;

IV – elogios recebidos e penalidades sofridas.

§ 2º O critério quantitativo se valerá dos dados estatísticos referentes à produtividade e, ainda, pelo:

I – número de audiências presididas pelo juiz em cada mês, bem como o daquelas a que não compareceu sem causa justificada;

II – prazo médio para julgamento de processos depois de encerrada a audiência de instrução;

III – número de sentenças prolatadas em cada mês;

IV – número de decisões em liquidação de sentença que não seja meramente homologatória de cálculo e número de decisões prolatadas em embargos à execução, embargos à arrematação, embargos de terceiro e embargos à adjudicação;

V – uso efetivo e constante dos Sistemas BACEN JUD, INFOJUD e RENAJUD e de outras ferramentas tecnológicas que vierem a ser disponibilizadas pelo tribunal;

VI – uso regular do Sistema BACEN JUD, entendido como irregular se o magistrado, em relação aos valores bloqueados, abster-se, injustificadamente, de ordenar a transferência eletrônica para depósito em banco oficial ou de emitir ordem de desbloqueio.

Art. 7º No momento em que o juiz do trabalho substituto completar 1 (um) ano e 6 (seis) meses de exercício da magistratura, incumbe ao desembargador corregedor regional e ao desembargador diretor da escola judicial do respectivo tribunal regional do trabalho emitirem pareceres, no prazo comum de 60 (sessenta) dias, a respeito do vitaliciamento, submetendo-os prontamente à apreciação do Órgão Especial ou do Tribunal Pleno.

Parágrafo único. Faculta-se ao desembargador corregedor regional e ao desembargador diretor da escola judicial a emissão conjunta do parecer a que se refere o *caput* deste parágrafo.

Art. 8º O tribunal, antes de o juiz do trabalho substituto completar 2 (dois) anos de exercício, deliberará sobre o vitaliciamento.

Seção II
Local de Residência do Juiz

Art. 9º O juiz titular residirá na sede em que se encontra instalada a vara do trabalho, salvo autorização do Tribunal.

Art. 10. Os tribunais regionais do trabalho, em casos excepcionais, poderão conceder aos

magistrados autorização para fixar residência fora da sede da vara do trabalho, desde que não haja prejuízo à efetiva prestação jurisdicional.

Parágrafo único. As autorizações serão concedidas caso a caso.

Art. 11. Os tribunais regionais do trabalho disciplinarão os critérios objetivos de autorização, em caráter excepcional, para que o juiz titular resida fora da sede da respectiva vara (Resolução n. 37/2007 do CNJ), contemplando, exemplificativamente, os seguintes requisitos:

I – cumprimento dos prazos legais;

II – assiduidade do magistrado, compatível com o movimento processual da vara do trabalho.

Seção III
Impedimentos e Suspeições

Art. 12. Se o juiz de primeiro grau não reconhecer o impedimento ou a suspeição alegada, será aplicado o procedimento previsto nos arts. 313 e 314 do CPC, exceto, quanto a este último, na parte relativa à condenação às custas ao magistrado.

Parágrafo único. Acolhido o impedimento ou a suspeição do juiz, será designado outro magistrado para dar prosseguimento ao processo, incluindo-o em pauta de julgamento, se for o caso, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 13. Na hipótese de impedimento ou suspeição de desembargador do trabalho, contemporânea ao julgamento do processo, este será mantido em pauta com a convocação de outro desembargador para compor o *quorum* do julgamento.

Seção IV
Dever de Comunicação à OAB de Incompatibilidade ou Impedimento ao Exercício da Advocacia

Art. 14. O magistrado que tiver conhecimento de incompatibilidade ou impedimento para o exercício da advocacia, nos termos dos arts. 27 a 30 da Lei n. 8.906/94, comunicará à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Parágrafo único. A comunicação será limitada à descrição dos fatos ensejadores da incompatibilidade ou do impedimento, sendo vedado ao magistrado externar sobre eles juízo de valor.

Capítulo II
CORREGEDOR REGIONAL

Seção I
Deveres e Vedações

Art. 15. É dever do desembargador corregedor regional:

I – realizar correição ordinária anual presencial nas varas do trabalho e demais unidades judiciárias da região, sem prejuízo de correição extraordinária;

II – apurar e controlar a regularidade na utilização do Sistema BACEN JUD pelos juízes titulares de vara do trabalho e substitutos, em especial nas correições ordinárias, verificando se há casos em que, injustificadamente, o magistrado não emitiu ordem eletrônica de transferência de valores bloqueados ou de desbloqueio em tempo razoável, cumprindo-lhe adotar, se for o caso, as providências administrativas para orientação dos juízes e coibição de irregularidades detectadas;

III – promover a apuração de responsabilidade funcional de juízes de vara do trabalho da região, titulares e substitutos, em caso de infração disciplinar, observadas as disposições normativas a respeito.

Art. 16. É lícito aos presidentes, vice-presidentes e corregedores dos tribunais regionais do trabalho procederem à convocação de juízes de primeiro grau em auxílio às atribuições inerentes à Presidência, à Vice-Presidência e à Corregedoria Regional (Resolução n. 72 do CNJ).

Parágrafo único. É dado, também, ao presidente do tribunal convocar um juiz au-

xiliar para atuação exclusiva na gestão e supervisão dos procedimentos relacionados aos precatórios e requisições de pequeno valor (Resolução n. 149 do CNJ).

Art. 17. É vedado ao desembargador corregedor regional:

I – convocar juiz titular de vara do trabalho ou juiz do trabalho substituto para auxiliar nas correições;

II – permitir que magistrado de primeiro grau, estranho à vara do trabalho sob correição, acompanhe a atividade correicional ou manipule processos em trâmite na vara corrigenda;

III – delegar atribuições instrutórias a juiz auxiliar da Corregedoria, em procedimento, de qualquer natureza, instaurado contra magistrado de primeiro grau.

Seção II
Correições Ordinárias nas Varas do Trabalho

Art. 18. Por ocasião da correição ordinária anual em cada vara do trabalho, são aspectos de exame e registro obrigatório em ata:

I – a averiguação da existência ou não de pronunciamento explícito sobre a admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se reputando atendida a exigência em caso de despacho nos quais haja referência às locuções "Processe-se o recurso, na forma da lei" ou "Admito o recurso, na forma da lei";

II – a assiduidade na vara do trabalho do juiz titular ou substituto;

III – a quantidade de dias da semana em que se realizam audiências;

IV – os principais prazos da vara do trabalho (inicial, instrução e julgamento) e o número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de execução;

V – a análise de processos, por amostragem, na fase de execução, em especial para averiguar-se:

a) o exaurimento das iniciativas do juiz objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e a aplicação subsidiária dos arts. 599, 600 e 601 do CPC;

b) o registro, no sistema informatizado, de todos os atos processuais relevantes praticados, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos e data de conclusão ao juiz para sentença em processos incidentais;

c) a fiscalização do uso regular dos sistemas BACEN JUD e INFOJUD;

d) se o juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, haja ordenado a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento;

e) se há inclusão em pauta de processos na fase de execução;

f) se há registro fidedigno, no sistema informatizado, dos principais atos processuais praticados;

g) se foi determinada pelo juiz a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, indique bens da sociedade (art. 596 do CPC) ou, não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo à via dos embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

Capítulo III
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Art. 19. Os membros do Ministério Público do Trabalho serão cientificados pessoalmente das decisões proferidas pelo Judiciário do Trabalho nas causas em que o órgão haja atuado como parte ou como fiscal da lei.

Parágrafo único. As intimações serão pessoais, mediante o envio dos autos às respectivas sedes das procuradorias regionais do trabalho, ou da forma como for ajustado entre o Presidente do Tribunal e o Procurador-Chefe Regional.

Art. 20. Às Procuradorias Regionais do Trabalho serão enviados processos para parecer nas seguintes hipóteses:

I – obrigatoriamente, quando for parte pessoa jurídica de direito público, Estado estrangeiro ou organismo internacional;

II – facultativamente, e de forma seletiva, por iniciativa do relator, quando a matéria, por sua relevância, recomendar a prévia manifestação do Ministério Público;

III – por iniciativa do Ministério Público do Trabalho, quando este reputar presente interesse público que justifique a sua intervenção;

IV – por determinação legal, os mandados de segurança, de competência originária ou em grau recursal, as ações civis coletivas, os dissídios coletivos, caso não haja sido emitido parecer na instrução, e os processos em que forem parte indígena ou respectivas comunidades e organizações.

Parágrafo único. Os processos nos quais figure como parte pessoa jurídica de direito público, Estado estrangeiro ou organismo internacional serão encaminhados às Procuradorias Regionais do Trabalho imediatamente após os registros de autuação, salvo se houver necessidade de pronta manifestação do desembargador do trabalho relator.

Art. 21. É permitida a presença dos membros do Ministério Público do Trabalho em sessão convertida em conselho pelos Tribunais Regionais do Trabalho.

Art. 22. Será assegurado aos membros do Ministério Público do Trabalho assento à direita da presidência no julgamento de qualquer processo, judicial ou administrativo, em curso perante Tribunais Regionais do Trabalho.

Parágrafo único. Igual prerrogativa será assegurada nas audiências das varas do trabalho a que comparecer o membro do Ministério Público do Trabalho, na condição de parte ou na de fiscal da lei, desde que haja disponibilidade de espaço ou possibilidade de adaptação das unidades judiciárias (Resolução n. 7/2005 do CSJT).

Capítulo IV
NORMAS PROCEDIMENTAIS DO PROCESSO

Seção I
Autuação

Art. 23. Constarão dos registros de autuação dos processos judiciais do Judiciário do Trabalho de primeiro e segundo graus os seguintes dados, exceto se a informação não estiver disponível nos autos ou nos sistemas informatizados do tribunal:

I – Cadastro geral do processo:

a) classe do processo;

b) número do processo, na forma instituída pelas disposições normativas vigentes;

c) data de autuação;

d) número do processo de referência, se houver;

e) assuntos;

f) valor da causa;

g) tribunal regional do trabalho de origem;

h) vara do trabalho de origem;

i) comarca de origem;

j) quantidade de volumes, se for o caso;

l) quantidade de apensos, se for o caso;

m) quantidade de volume de documentos, se for o caso;

n) data de ajuizamento da ação;

o) data de envio do processo;

p) segredo de justiça, menor, falência, idoso, portador de doença grave, deficiente físico, procedimento sumaríssimo, Resolução Administrativa n. 874/2002 do TST e acidente de trabalho.

II – Registro das partes:

a) nome completo e endereço;

b) RG (e órgão expedidor);

c) CNPJ ou CPF;

d) CEI (número da matrícula do empregador pessoa física perante o INSS);

intrajornada, previsto no artigo 71 da CLT, não foi prequestionada na instância regional, sendo impostergável a aplicação do enunciado 297 do TST. Vale observar que não há confundir intervalo intrajornada com intervalo interjornadas ou entre jornadas, o primeiro previsto no artigo 71 da CLT e o segundo no artigo 66 da CLT. Recurso não conhecido. **Horas extras. Intervalo interjornada.** A tese de que a não concessão do intervalo mínimo entre jornadas implica pena administrativa não merece guarida em face do entendimento atual desta Corte, que pelo seu Órgão Especial resolveu – com a edição da Lei n. 8.923, publicada em 28/7/94, que acrescentou o § 4º ao art. 71 da CLT, obrigando o empregador a remunerar, com acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento), o período relativo ao intervalo para repouso e alimentação concedido – que se impõe o cancelamento do Enunciado n. 88, por dispor de forma contrária à norma legal (Resolução n. 42/95). Com efeito, dispunha o referido enunciado que o desrespeito ao intervalo mínimo entre dois turnos, sem que acarretasse excesso da jornada trabalhada, importaria apenas em infração administrativa, entendimento que, como dito, não subsiste mais, conforme se corrobora pelos precedentes: RR-457.010/98, *DJ* 4/4/2003, Min. José Simpliciano Fernandes; RR-446.121/98, *DJ* 22/3/2002, Min. Gelson de Azevedo; RR-365.999/97, *DJ* 17/8/2001, Min. Luciano de Castilho Pereira. Tal ilação é traduzida também no Enunciado n. 110/TST: No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de 24 horas, com prejuízo do intervalo mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional. Isso porque não é razoável que o empregador que não observa os intervalos exigidos pelos artigos 66 e 67 da CLT não tenha contra si qualquer penalidade, já que o empregado sofre duplo prejuízo, tanto pelo trabalho em jornada superior à devida, quanto por não gozar o descanso mínimo necessário à recomposição de suas energias. Nesse passo, ciente do registro plasmado pelo Regional de que em determinadas oportunidades o autor não teve assegurado o seu direito de usufruir integralmente o seu período destinado ao descanso, o deferimento das horas extras resguarda-se na contravenção ao art. 66 da CLT. Recurso provido. (...) (TST, AIRR e RR,74345/2003-900-02-00, 4ª T., Rel. Min. Barros Levenhagen, *DJ*, 15-10-2004)

▷ **Intervalo intrajornada. Desobediência. Pagamento restrito ao adicional de 50% sobre o período supresso.** O art. 71 da CLT traça os limites para repouso e alimentação em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda seis horas, por ser tal intervalo imprescindível à saúde do trabalhador. O parágrafo 4º do referido dispositivo legal estabelece sanção pecuniária ao empregador que não concede o intervalo, sanção esta que não se origina do trabalho excessivo e sim de desobediência ao direito do empregado de desfrutar de descanso durante sua jornada diária de trabalho. Assim, faz jus o obreiro tão somente ao adicional de 50% sobre o interregno temporal do intervalo supresso, ine-

e) NIT (número de inscrição do trabalhador perante o INSS);

f) PIS ou PASEP;

g) CTPS;

h) pessoa física ou pessoa jurídica;

i) empregado ou empregador;

j) ente público (União/estado-membro/Distrito Federal/município);

l) código do ramo de atividade do empregador;

m) situação das partes no processo (ativa/não ativa).

III – Registro de advogados e estagiários:

a) nome completo;

b) endereço;

c) número de registro na OAB, letra, unidade da federação;

d) situação no processo (ativo/não ativo, registro suspenso, data de início da suspensão, data do término da suspensão, registro cassado).

IV – Cadastro relativo às partes e advogados:

a) endereço;

b) complemento (sala, bloco, apartamento etc.);

c) bairro;

d) cidade;

e) unidade da federação;

f) CEP;

g) telefone;

h) fac-símile;

i) correio eletrônico.

Parágrafo único. Os códigos das atividades econômicas constam do Anexo I e os dados contidos nos incisos I, II, III e IV do *caput* deste artigo bem como o tamanho dos campos correspondentes constam do Anexo II, ambos desta Consolidação.

Art. 24. Os tribunais regionais do trabalho e as varas do trabalho manterão em suas bases de dados o histórico relativo aos registros das partes e advogados, sendo obrigatório o envio dessas informações ao órgão de destino do processo.

Parágrafo único. A transferência de dados entre os órgãos do Judiciário do Trabalho ocorrerá em meio digital, obedecendo aos critérios definidos pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Subseção I
Numeração Única

Art. 25. Os processos judiciais receberão numeração única, na forma das disposições normativas vigentes, vedando-se o registro e a publicidade de número diverso.

Subseção II
Classes Processuais e Assuntos – Tabelas Processuais Unificadas

Art. 26. O registro das classes processuais e dos assuntos observará as tabelas processuais unificadas aprovadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo único. As tabelas unificadas de classes processuais e de assuntos serão disponibilizadas aos tribunais regionais do trabalho e às varas do trabalho, pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, na página do Tribunal Superior do Trabalho na Internet.

Art. 27. É vedada a utilização de classes processuais não aprovadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Art. 28. Na ausência de classe processual específica na respectiva tabela unificada, o processo será classificado pelo gênero da ação, quando possível.

§ 1º Neste caso, cópia da inicial será imediatamente remetida ao Grupo Gestor Regional das Tabelas Processuais Unificadas, para exame da necessidade de se criar nova classe processual.

§ 2º O Grupo Gestor Regional, na hipótese de emitir parecer favorável, encaminhará ao Grupo Gestor Nacional a proposta de criação da nova classe processual.

Art. 29. Os tribunais regionais do trabalho, por intermédio dos respectivos Grupos Gestores Regionais, poderão propor ao Grupo Gestor Nacional o aperfeiçoamento da Tabela de Assuntos.

§ 1º Em caso de inexistência do assunto na respectiva tabela processual unificada, o classificador registrará o tema novo no sistema e comunicará imediatamente a providência ao Grupo Gestor Regional.

§ 2º O Grupo Gestor Regional das Tabelas Processuais Unificadas examinará a necessidade de criar o novo assunto e, em caso de parecer favorável, enviará a proposta ao Grupo Gestor Nacional para deliberação.

Subseção III
Registro do Nome das Partes e Advogados

Art. 30. No registro do nome de partes e advogados, serão observados os seguintes padrões:

I – o cadastramento de partes no processo deverá ser realizado, prioritariamente, pelo nome ou razão social constante do cadastro de pessoas físicas ou jurídicas perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, mediante alimentação automática, observados os convênios e condições tecnológicas disponíveis, vedado o uso dos tipos itálico e negrito;

II – as abreviaturas de palavras são vedadas, salvo se impossível identificar sua escrita completa ou fizerem parte do nome fantasia ou da razão social do empregador;

III – as seguintes siglas serão adotadas como padrão: S.A., Ltda., S/C, Cia. e ME;

IV – as siglas que não fazem parte da razão social serão grafadas após o nome da empresa, em letras maiúsculas e precedidas de hífen;

V – os registros complementares ao nome da parte serão grafados da seguinte forma, exemplificativamente: José da Silva (Espólio de), União (Extinto INAMPS), Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ (em Liquidação Extrajudicial), José da Silva e Outro;

VI – na grafia do nome de autoridades, não se utilizará pronome de tratamento.

Art. 31. O nome do sócio constará da autuação do processo sempre que incluído pelo juiz no polo passivo da execução.

Subseção IV
Identificação das Partes

Art. 32. O juiz zelará pela precisa identificação das partes no processo, a fim de propiciar o cumprimento das obrigações fiscais e previdenciárias, o levantamento dos depósitos de FGTS, o bloqueio eletrônico de numerário em instituições financeiras e o preenchimento da guia de depósito judicial trabalhista.

Art. 33. Salvo impossibilidade que comprometa o acesso à justiça, o juiz do trabalho determinará às partes a apresentação das seguintes informações:

a) no caso de pessoa física, o número da CTPS, RG e órgão expedidor, CPF e PIS/PASEP ou NIT (Número de Inscrição do Trabalhador);

b) no caso de pessoa jurídica, o número do CNPJ e do CEI (Cadastro Específico do INSS), bem como cópia do contrato social ou da última alteração feita no contrato original, constando o número do CPF do(s) proprietário(s) e do(s) sócio(s) da empresa demandada.

Parágrafo único. Não sendo possível obter das partes o número do PIS/PASEP ou do NIT, no caso de trabalhador, e o número da matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, relativamente ao empregador pessoa física, o juiz determinará à parte que forneça o número da CTPS, a data de seu nascimento e o nome da genitora.

Art. 34. À parte será assegurado prazo para apresentar as informações, sem prejuízo da continuidade da audiência.

Subseção V
Tramitação Preferencial

Art. 35. Os tribunais regionais do trabalho e as varas do trabalho, nos processos com tramitação preferencial, registrarão, na capa dos autos, em letras destacadas, os seguintes dizeres, conforme o caso:

a) "TRAMITAÇÃO PREFERENCIAL — Lei n. 12.008/2009";

b) "TRAMITAÇÃO PREFERENCIAL — Recuperação Judicial ou Falência";

c) "TRAMITAÇÃO PREFERENCIAL — Rito Sumaríssimo";

d) "TRAMITAÇÃO PREFERENCIAL — Resolução Administrativa n. 874/2002 do TST";

e) "TRAMITAÇÃO PREFERENCIAL – Acidente de Trabalho" (Recomendação Conjunta n. 1/GP.CGJT, de 3 de maio de 2011).

Subseção VI
Segredo de Justiça

Art. 36. Os processos protegidos pelo segredo de justiça receberão na capa dos autos a seguinte identificação: "SEGREDO DE JUSTIÇA".

Parágrafo único. A informação de que o processo está protegido pelo segredo de justiça constará, também, dos sistemas informatizados de acompanhamento processual das varas do trabalho e do tribunal.

Seção II
Procedimentos em Autos Físicos

Subseção I
Juntada de Documento de Tamanho Irregular

Art. 37. Para que todas as folhas dos autos do processo apresentem a mesma dimensão, os documentos de tamanho irregular serão previamente afixados em folha de papel proporcional aos autos.

Subseção II
Numeração das Folhas

Art. 38. As folhas serão numeradas em sequência, vedando-se a prática de repetir o número da folha anterior acrescido de letra do alfabeto.

Subseção III
Folhas em Branco

Art. 39. As folhas em branco de autos do processo serão inutilizadas mediante o registro dos dizeres "EM BRANCO", provendo-se a identificação do serventuário que o tiver lançado.

Subseção IV
Abertura de Novos Volumes

Art. 40. Sempre que os autos do processo atingirem cerca de 200 (duzentas) folhas, será aberto novo volume.

Parágrafo único. Na abertura do novo volume, não haverá desmembramento de petição nem de atos processuais.

Art. 41. A capa do volume de autos do processo não será numerada, iniciando-se a numeração das folhas do volume recém-aberto a partir da última folha do volume imediatamente anterior.

Subseção V
Autenticação de Cópias de Peças

Art. 42. As fotocópias de acórdãos expedidas pelos serviços competentes dos tribunais regionais do trabalho conterão a indispensável autenticação.

§ 1º Autenticada a cópia, a fotocópia que se extrair dessa peça também deverá estar autenticada.

§ 2º As cópias reprográficas, xerográficas e similares de peças processuais poderão ser autenticadas por chancela mecânica, indicativa do órgão emitente, servidor responsável, cargo e data, sendo desnecessária a existência de rubrica nas referidas peças processuais.

Art. 43. O documento em cópia oferecido para prova, a partir da vigência da Lei n.

11.926/2009, de 17/4/2009, poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

Subseção VI
Carga dos Autos – Prazo Comum

Art. 44. Os autos dos processos que não tramitem em segredo de justiça poderão ser confiados em carga temporária de até 45 (quarenta e cinco) minutos a advogado, mesmo sem procuração, para exame e obtenção de cópias, mediante exibição de documento de identificação profissional e registro no livro de carga (art. 7º, XIII, da Lei n. 8.906/94).

Parágrafo único. Idêntica providência poderá ser adotada em favor de advogado regularmente constituído nos autos, no caso prazo comum.

Subseção VII
Aposição de Assinatura e Rubrica

Art. 45. A assinatura e rubrica apostas nas decisões, termos, despachos, atos e documentos judiciais de autos físicos serão seguidas da repetição completa do nome do signatário e da indicação do respectivo cargo ou função.

Seção III
Notificação de Entes Públicos, Estado Estrangeiro ou Organismo Internacional

Art. 46. As secretarias das varas do trabalho velarão para que nas ações ajuizadas em desfavor de entes públicos (Decreto-Lei n. 779/69), inclusive Estado estrangeiro ou organismo internacional, observe-se lapso temporal para preparação da defesa de, no mínimo, 20 (vinte) dias entre o recebimento da notificação citatória e a realização da audiência.

Seção IV
Audiências – Normas Procedimentais no Dissídio Individual

Art. 47. Constarão da ata ou termo de audiência:

I – o motivo determinante do adiamento da audiência na vara do trabalho, inclusive daquele requerido de comum acordo pelas partes;

II – o registro da outorga, pela parte, em audiência, de poderes de representação ao advogado que a esteja acompanhando.

Parágrafo único. As secretarias dos tribunais regionais do trabalho e das varas do trabalho, quando solicitadas, fornecerão às partes certidão da outorga de procuração *apud acta*.

Seção V
Prova Pericial

Art. 48. Aplica-se à prova pericial o disposto no art. 420, parágrafo único, I a III, do CPC (art. 769 da CLT).

Parágrafo único. Sempre que ordenada a realização de perícia, o diretor de secretaria registrará o respectivo objeto no sistema.

Art. 49. Em caso de concessão do benefício da justiça gratuita, os honorários periciais a cargo do reclamante sucumbente arbitrados pelo juiz poderão ser suportados por recursos do orçamento dos tribunais regionais do trabalho, nos limites e condições estabelecidos nas normas regulamentares vigentes.

Seção VI
Anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social

Art. 50. Na falta de registros obrigatórios na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou nos casos de retificação de dados, o juiz determinará à secretaria da vara

do trabalho, na sentença ou no termo de homologação de acordo, que proceda às anotações ausentes.

Art. 51. Na hipótese de anotação de verba com repercussão no cálculo da contribuição previdenciária, a vara do trabalho comunicará o fato à Secretaria da Receita Federal do Brasil, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, mediante o preenchimento do formulário constante do Anexo III desta Consolidação.

Parágrafo único. Em caso de anotação decorrente de sentença judicial, a comunicação será feita apenas após o trânsito em julgado da decisão.

Seção VII
Termos e Certidões

Art. 52. Constarão dos termos e certidões a data e a assinatura do servidor que os tenha firmado.

Art. 53. Constarão da certidão de julgamento em segundo grau de jurisdição:

I – número do processo;

II – nome das partes e dos advogados que sustentaram oralmente;

III – nome do desembargador do trabalho que presidiu a sessão;

IV – nome do relator e do revisor, se for o caso, e dos desembargadores do trabalho que participaram da sessão;

V – situação do juiz, desde que convocado, apontando-se o dispositivo da Lei Orgânica da Magistratura Nacional que autorizou a convocação;

VI – nome do representante do Ministério Público do Trabalho presente à sessão;

VII – conclusão do julgamento, com a indicação dos votos vencidos, se houver;

VIII – registro da suspensão do julgamento em decorrência de pedido de vista regimental e dos votos já proferidos em sessão;

IX – designação do redator do acórdão, se for o caso;

X – impedimentos e suspeições declarados pelos desembargadores do trabalho;

XI – data da realização da sessão.

Seção VIII
Normas Procedimentais no Dissídio Coletivo

Subseção I
Lavratura de Acórdão

Art. 54. No dissídio coletivo, constará do acórdão o inteiro teor das cláusulas, deferidas ou não, bem como os fundamentos do deferimento ou indeferimento.

Parágrafo único. Modificada a redação da cláusula pelo Tribunal, o novo texto constará do acórdão.

Art. 55. A certidão de julgamento será publicada de imediato, independentemente da redação da ata final dos trabalhos e da lavratura do acórdão.

Art. 56. Do acórdão constará o valor das custas processuais.

Subseção II
Cláusulas Conciliadas – Remissão à Norma Anterior

Art. 57. Na hipótese de acordo submetido à homologação do tribunal em que conste apenas remissão a normas anteriores, o relator ordenará às partes que explicitem o teor das cláusulas conciliadas.

Seção IX
Custas Processuais

Art. 58. Constará das decisões proferidas pelo Judiciário do Trabalho de primeiro e segundo graus de jurisdição, nos dissídios individuais, o valor das custas processuais, a ser calculado, no caso de improcedência da reclamação, sobre o valor dado à causa, e, no caso de procedência sobre o valor arbitrado

à condenação, a cargo do reclamante ou do reclamado, dependendo de quem tenha sucumbido na ação.

§ 1º A isenção quanto ao pagamento de custas não exime o magistrado de fixar na decisão o respectivo valor.

§ 2º Nos acordos, o rateio das custas processuais será proporcional entre as partes, se de outra forma não for convencionado.

Art. 59. Nos dissídios coletivos, as partes vencidas responderão solidariamente pelo pagamento das custas.

Art. 60. Nos dissídios coletivos de natureza econômica em que for instituída norma ou condição de trabalho em favor da categoria profissional, o pagamento integral das custas processuais caberá à empresa ou à entidade sindical patronal que integrou a relação processual.

Seção X
Depósito Judicial Trabalhista – Guias

Art. 61. As guias de depósito judicial para pagamentos, garantia de execução, encargos processuais e levantamento de valores, excetuados os depósitos recursais, seguirão o modelo único padrão estabelecido na Instrução Normativa n. 33 do Tribunal Superior do Trabalho, ou outra que venha a substituí-la.

§ 1º Os valores relativos à atualização dos créditos exequendos serão recolhidos por meio da guia de depósito judicial.

§ 2º As guias de depósito judicial baixadas da Internet serão impressas em papel tamanho A4 com orientação no modo paisagem.

Art. 62. As vias destinadas ao alvará deverão ser preenchidas após a autorização judicial para o levantamento do depósito realizado.

§ 1º O juiz deverá dar ciência ao devedor-executado ou ao seu sucessor da decisão ou despacho que autorizar a liberação total ou parcial do depósito judicial a favor da parte vencedora.

§ 2º A decisão ou despacho que autorizar o levantamento, total ou parcial, do depósito judicial, deverá também autorizar o recolhimento, pela fonte pagadora, dos valores apurados a título de imposto de renda, de responsabilidade da parte vencedora, a serem deduzidos do seu crédito, destinados ao recolhimento na forma da lei.

Seção XI
Recurso de Revista

Art. 63. As decisões de admissibilidade do recurso de revista contemplarão a identificação da especificidade ou a inespecificidade dos arestos paradigmas e/ou a vulneração ou não de dispositivo de lei e/ou da Constituição da República, em atenção aos lindes do juízo de prelibação dos recursos, delineados no art. 896, § 1º, da CLT, tudo de tal modo que elas não se mostrem excessivamente concisas nem excessivamente elásticas.

Parágrafo único. Excetua-se do *caput* deste artigo a hipótese de admissão do recurso de revista por um dos itens que o integram, caso em que terá lugar a incidência do precedente da Súmula n. 285, relegando ao Tribunal Superior do Trabalho o exame dos demais tópicos das razões recursais.

Art. 64. Para efeito de intimação das decisões de admissibilidade dos recursos de revista, basta sua divulgação no órgão oficial.

Art. 65. Ao presidente do tribunal regional do trabalho caberá avaliar a conveniência e a oportunidade de implantação de juízo conciliatório em recurso de revista.

Seção XII
Execução

Subseção I
Normas Procedimentais na Fase de Execução

Art. 66. Cabe ao juiz na fase de execução:

I – ordenar a pronta liberação do depósito recursal, em favor do reclamante, de ofício

ou a requerimento do interessado, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, desde que o valor do crédito trabalhista seja inequivocamente superior ao do depósito recursal, prosseguindo a execução depois pela diferença;

II – promover a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

III – determinar a revisão periódica dos processos em execução que se encontrem em arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos Sistemas BACEN JUD, INFOJUD e RENAJUD, valendo-se, se for o caso, da aplicação subsidiária dos arts. 599, 600 e 601 do CPC.

Art. 67. Encetadas em vão as referidas medidas coercitivas, ultimadas de ofício pelo magistrado, a remessa ao arquivo provisório de autos de processo em execução será precedida de lavratura de certidão do diretor de secretaria, da qual constará o insucesso dessas medidas complementares e a inexistência de depósito judicial ou recursal, conforme modelo constante do Anexo IV.

Subseção II
Desconsideração da Personalidade Jurídica

Art. 68. Ao aplicar a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, por meio de decisão fundamentada, cumpre ao juiz que preside a execução trabalhista adotar as seguintes providências:

I – determinar a reautuação do processo, a fim de fazer constar dos registros informatizados e da capa dos autos o nome da pessoa física que responderá pelo débito trabalhista;

II – comunicar imediatamente ao setor responsável pela expedição de certidões no Judiciário do Trabalho a inclusão do sócio no polo passivo da execução, para inscrição no cadastro das pessoas com reclamações ou execuções trabalhistas em curso;

III – determinar a citação do sócio para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, indique bens da sociedade (art. 596 do CPC) ou, não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo à via dos embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

Art. 69. Comprovada a inexistência de responsabilidade patrimonial do sócio por dívida da sociedade, mediante decisão transitada em julgado, o juiz que preside a execução determinará ao setor competente, imediatamente, o cancelamento da inscrição no cadastro das pessoas com reclamações ou execuções trabalhistas em curso.

Subseção III
Normas Procedimentais Referentes à Execução contra Empresas em Recuperação Judicial

Art. 70. Deferida a recuperação judicial, caberá ao juiz do trabalho, que entender pela cessação da competência para prosseguimento da execução trabalhista, determinar a expedição de Certidão de Habilitação de Crédito para ser submetida à apreciação do administrador judicial *(Vide RE 583955/RJ, Relator Ministro Ricardo Lewandowski. Repercussão Geral. Acórdão divulgado no* DJE *de 27-8-2009 e publicado em 28-8-2009).*

Parágrafo único. Da Certidão de Habilitação de Crédito deverá constar:

I – nome do exequente, data da distribuição da reclamação trabalhista, da sentença condenatória e a de seu trânsito em julgado;

II – a especificação dos títulos e valores integrantes da sanção jurídica, das multas, dos encargos fiscais e sociais (imposto de renda e contribuição previdenciária), dos honorários advocatícios e periciais, se houver, e demais despesas processuais;

III – data da decisão homologatória dos cálculos e do seu trânsito em julgado (§ 3º do art. 884 da CLT);

IV – o nome do advogado que o exequente tiver constituído, seu endereço, para eventual intimação, e número de telefone a fim de facilitar possível contato direto pelo administrador judicial.

Art. 71. Expedida a Certidão de Habilitação de Crédito, os juízes do trabalho deverão se abster de encaminhar diretamente às secretarias dos juízes de direito ou dos juízes das varas especializadas em recuperações judiciais e falências ou mesmo ao administrador judicial os autos das execuções trabalhistas e/ou Certidões de Créditos Trabalhistas.

Art. 72. Os juízes do trabalho manterão em seus arquivos os autos das execuções trabalhistas que tenham sido suspensas em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convolada (art. 156 e segs. da Lei n. 11.101/2005), seja retomado o seu prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos.

Art. 73. O juiz do trabalho contrário à cessação da competência para prosseguimento da execução trabalhista contra a empresa recuperanda, deverá proferir decisão fundamentada, da qual dará ciência aos juízes de direito das comarcas ou aos juízes das varas especializadas, que tenham deferido o pedido de recuperação judicial, para adoção de medida judicial pertinente.

Art. 74. As disposições desta Subseção não se aplicam no caso de o juiz do trabalho determinar o direcionamento da execução contra sócio ou sócios da empresa, na esteira da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, ou determinar o seu direcionamento à empresa que integre grupo econômico do qual faça parte a empresa recuperanda.

Subseção IV
Arquivamento Provisório ou Definitivo do Processo de Execução

Art. 75. O arquivamento provisório do processo de execução, no âmbito do Judiciário do Trabalho, por não ter sido localizado o devedor nem encontrados bens penhoráveis, corresponde à suspensão da execução de que tratam os arts. 40 da Lei n. 6.830/80 e 791, III, do CPC.

Parágrafo único. É assegurado ao credor requerer, nos termos do § 3º do art. 40 da Lei n. 6.830/80, ou ao juiz o determinar de ofício, na conformidade do art. 878 da CLT, o desarquivamento do processo com vistas a dar seguimento à execução.

Art. 76. O arquivamento definitivo do processo de execução, no âmbito do Judiciário do Trabalho, decorre da declaração, por sentença, da extinção da execução, pela verificação de uma das hipóteses contempladas nos incisos I, II e III do art. 794 do CPC, por se achar exaurida a prestação jurisdicional.

Subseção V
Certidão de Crédito Trabalhista

Art. 77. Exauridos em vão os meios de coerção do devedor, deverá ser providenciada a atualização dos dados cadastrais das partes tanto quanto a situação do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, nos termos da Resolução Administrativa n. 1.470/2011 do TST, e, em seguida, expedida Certidão de Crédito Trabalhista.

Art. 78. A Certidão de Crédito Trabalhista observará o modelo constante do Anexo V e deverá conter:

I – o nome e o endereço das partes, incluídos eventuais corresponsáveis pelo débito, bem como o número do respectivo processo;

II – o número de inscrição do credor e do devedor no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Receita Federal do Brasil;

III – os títulos e os valores integrantes da sanção jurídica, imposta em sentença condenatória transitada em julgado, e os valores dos recolhimentos previdenciários, fiscais, dos honorários, advocatícios e/ou periciais, se houver, das custas e demais despesas processuais;

IV – cópia da decisão exequenda e da decisão homologatória da conta de liquidação, já transitada em julgado, para posterior incidência de juros e atualização monetária.

Art. 79. O credor será comunicado sobre a obrigatoriedade de comparecimento à secretaria da vara do trabalho para, no prazo de 30 (trinta) dias, retirar a Certidão de Crédito Trabalhista e os documentos de seu interesse.

Parágrafo único. A secretaria da vara do trabalho deverá criar arquivo, preferencialmente digital, para manutenção permanente das Certidões de Créditos Trabalhistas originais não entregues aos exequentes e das demais certidões expedidas.

Subseção VI
Conversão de Autos Físicos de Processos de Execução Arquivados Provisoriamente em Certidões de Créditos Trabalhistas

Art. 80. A localização do devedor ou de bens passíveis de penhora, por meio de requerimento do credor ou por iniciativa do juiz da execução, implicará, a qualquer tempo, o prosseguimento da execução (art. 40, § 3º, da Lei n. 6.830/80).

Art. 81. Para prevenir possível colapso organizacional das varas do trabalho, com a manutenção de processos físicos arquivados provisoriamente, o juiz do trabalho procederá a sua convolação em Certidões de Créditos Trabalhistas, preservada a numeração original, com base na qual se dará continuidade à execução.

Parágrafo único. Os autos físicos do processo de execução que não tenham sido arquivados provisoriamente, mas que estejam em via de o serem, expedida a certidão de que trata o art. 67 desta Consolidação, deverão também ser convertidos em Certidões de Créditos Trabalhistas.

Art. 82. Para fins de estatística, haverá, com a conversão de autos físicos arquivados provisoriamente em Certidões de Créditos Trabalhistas, um único processo em execução.

Art. 83. Os autos físicos de processos de execução que tenham sido arquivados provisoriamente ou que estejam prestes a sê-lo, quando reautuados em Certidões de Créditos Trabalhistas, terão movimentação regular, incumbindo ao juiz do trabalho os conduzir a partir das referidas certidões, permitido o encaminhamento dos autos físicos pretéritos a arquivo morto, inclusive para os fins da Lei n. 7.787/87.

Art. 84. Após a convolação dos autos físicos de processos arquivados provisoriamente em Certidões de Créditos Trabalhistas, as execuções passarão a tramitar com base naquelas certidões, mediante nova autuação, mantida a numeração do processo de execução original.

Parágrafo único. No prosseguimento das execuções, por meio das Certidões de Créditos Trabalhistas, caberá ao juiz do trabalho, de ofício ou a requerimento do exequente, se a tanto ainda for necessário, manejar periodicamente os Sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, sem distinção dos créditos dos exequentes e de terceiros, tampouco das despesas processuais, valendo-se, inclusive, da aplicação subsidiária dos arts. 599, 600 e 601 do CPC.

Subseção VII
BACEN JUD – Bloqueio, Desbloqueio e Transferência de Valores

Art. 85. Em execução definitiva por quantia certa, se o executado, regularmente citado, não efetuar o pagamento do débito nem garantir a execução, conforme dispõe o art. 880 da CLT, o juiz deverá, de ofício ou a requerimento da parte, emitir ordem judicial de

bloqueio mediante o Sistema BACEN JUD, com precedência sobre outras modalidades de constrição judicial.

Art. 86. Relativamente ao Sistema BACEN JUD, cabe ao juiz do trabalho:

I – abster-se de emitir ordem judicial de bloqueio promovida em face de Estado estrangeiro ou organismo internacional;

II – não encaminhar às instituições financeiras, por intermédio de ofício-papel, solicitação de informações e ordens judiciais de bloqueio, desbloqueio e transferência de valores quando for possível a prática do ato por meio do Sistema BACEN JUD;

III – velar diariamente para que, em caso de bloqueio efetivado, haja pronta emissão de ordem de transferência dos valores para uma conta em banco oficial ou emissão de ordem de desbloqueio;

IV – proceder à correta identificação dos executados quando da expedição das ordens de bloqueio de numerário em contas bancárias mediante o Sistema BACEN JUD, informando o registro do número de inscrição no CPF ou CNPJ, a fim de evitar a indevida constrição de valores de titularidade de pessoas físicas ou jurídicas homônimas.

Art. 87. O acesso do juiz ao Sistema BACEN JUD ocorrerá por meio de senhas pessoais e intransferíveis, após o cadastramento realizado pelo gerente setorial de segurança da informação do respectivo tribunal, denominado Máster.

Parágrafo único. As operações de bloqueio, desbloqueio, transferência de valores e solicitação de informações são restritas às senhas dos juízes.

Art. 88. O presidente do tribunal regional do trabalho indicará dois Másteres, no mínimo, ao Banco Central do Brasil.

§ 1º Os Másteres do Sistema manterão atualizados os dados dos juízes cadastrados junto ao Banco Central do Brasil.

§ 2º O descredenciamento de Máster ou de qualquer usuário do Sistema BACEN JUD será imediatamente comunicado, pelo presidente do tribunal regional do trabalho, ao Banco Central do Brasil.

Art. 89. O juiz, ao receber as respostas das instituições financeiras, emitirá ordem judicial eletrônica de transferência do valor da condenação para conta judicial, em estabelecimento oficial de crédito, ou providenciará o desbloqueio do valor.

Parágrafo único. O termo inicial do prazo para oposição de embargos à execução é a data da intimação da parte, pelo juiz, de que se efetivou bloqueio de numerário em sua conta.

Art. 90. É obrigatória a observância pelos juízes das normas sobre o BACEN JUD estabelecidas no regulamento que integra o convênio firmado entre o Banco Central do Brasil e os tribunais do trabalho.

Subseção VIII
BACEN JUD – Cadastramento e Conta Única

Art. 91. As pessoas físicas e jurídicas poderão requerer, por si ou por seus representantes estatutários, ou mesmo por advogado devidamente constituído, mediante exibição de instrumento de procuração, o cadastramento de conta única apta a acolher bloqueios eletrônicos realizados por meio do sistema BACEN JUD.

Art. 92. O requerimento será dirigido ao Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, conforme formulário eletrônico disponibilizado pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, na página do Tribunal Superior do Trabalho na Internet, do qual constará declaração expressa de ciência e concordância do requerente com as normas relativas ao cadastramento de contas previstas na presente Consolidação e na Resolução n. 61/2008 do CNJ.

§ 1º O requerimento de cadastramento de conta única será instruído com:

I – cópia do cartão do CNPJ ou do CPF;

II – comprovante da conta bancária indicada para acolher o bloqueio, expedido pela instituição financeira, contendo, obrigatoriamente:

xistindo obrigação do pagamento de horas extras acrescidas do adicional. (TRT/20ª R., Ac. 570/99, j. 23-3-1999, RO 246, de 1999, Tribunal Pleno, Rel. Juiz João Bosco Santana de Moraes, *DJ/SE*, 12-4-1999)

▷ **Supressão de intervalo intrajornada. Pagamento de horas extras.** Ocorrendo a supressão do intervalo destinado a descanso e refeição, o tempo a este destinado não poderá ser considerado como jornada extraordinária, uma vez que o § 2º, do art. 71, da CLT, estabelece que tais intervalos não serão acrescidos à duração do trabalho. Assim, seja o intervalo intrajornada usufruído ou não, as horas laboradas já estão pagas, não podendo ser, caso suprimido, considerado como elastecimento da jornada laboral, ensejando o pagamento de horas extras. Só cabe o respectivo adicional, como indenização. É que tal supressão é infração legal a ser indenizada nos termos do § 4º do artigo supramencionado. (TRT/15ª R., Ac. 39.305/2000, j. 19-10-2000, 5ª T., RO 35.638, de 1998, Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri, *DOE*, 19-10-2000)

▷ **Horas extras. Intervalo não usufruído.** A condenação ao pagamento de horas extras exclusivamente relativas ao intervalo para refeição e descanso não usufruído limita-se ao tempo correspondente à não concessão do mesmo e não àquelas excedentes da 6ª hora diária ou 44ª semanal. (TRT/15ª R., Ac. 13.608/2001, j. 19-4-2001, ROS 26.772, de 2000, 3ª T., Rel. Domingos Spina, *DOE*, 19-4-2001)

▷ **Intervalo não concedido. Proibição do empregado afastar-se do local de trabalho.** A possibilidade do empregado alimentar-se no local de trabalho, com a proibição de afastar-se, não supre a necessidade do repouso intrajornada mínimo e contínuo, de uma hora. O artigo 71, parágrafo 2º, da CLT determina que os intervalos não são computáveis na jornada e, assim, nos períodos em questão o empregado não deve permanecer à disposição do empregador, cumprindo determinações, inclusive no que respeita ao local da refeição. Seguindo esta linha de raciocínio, a alimentação – e não o necessário repouso – nos moldes determinados pelo empregador, caracteriza intervalo não concedido e, por isso, período à disposição, computável na jornada. Em consequência, o período trabalhado corresponde a jornada extraordinária, não se cuidando de mera indenização. (TRT/SP, Ac. 20010008360, j. 16-1-2001, RO01 19990535046, 10ª T., Rel. Homero Andretta, *DOE/SP*, 9-2-2001)

▷ **Horas extras. Vigilante. Intervalo intrajornada.** Convergindo prova oral e documental no sentido de que havia concessão do intervalo de 01h00, o fato de o reclamante exercer a função de vigilante, por si só, não induz a conclusão de que durante a fruição deste estaria à disposição da reclamada. Vale dizer, em constante vigilância, sem intervalo propriamente dito (art. 71 celetário). (TRT/PR, RO 11007/1999-PR, Ac. 04115/2001-1999, Rel. Juíza Rosemarie Diedrichs Pimpão, *DJPr*, 9-2-2001)

▷ **Intervalo intrajornada superior a duas horas.** O art. 71 e parágrafo 2º, da Consolidação, possibilita a concessão de intervalo intrajornada superior a duas horas, devendo esta condição constar em acordo escrito prevendo o tempo do intervalo, sob pena de o empregado ficar ao alvedrio do empre-

a) titularidade (nome da empresa e número do CNPJ ou do CPF);

b) nome do banco;

c) código da agência (com quatro dígitos, sem o dígito verificador);

d) número da conta corrente (com o dígito verificador);

III – instrumento de procuração que habilite o subscritor do pedido a atuar, ainda que administrativamente, em nome da empresa requerente, ou cópia do contrato social do qual constem os dados do representante legal da empresa.

§ 2º As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional que solicitarem cadastramento de conta única não estão obrigadas a fornecer o número da conta indicada para o bloqueio, podendo informar apenas o nome do Banco ou o número da agência que cumprirá a ordem.

Art. 93. Tratando-se de grupo econômico, empresa com filiais e situações análogas, faculta-se o cadastramento de uma conta única para mais de uma pessoa jurídica ou natural.

§ 1º Nessa hipótese, o titular da conta indicada apresentará:

I – cópias dos cartões do CNPJ ou do CPF;

II – declaração de plena concordância com a efetivação de bloqueio de valores decorrente de ordem judicial expedida contra as pessoas por ele relacionadas;

III – declaração dos representantes legais das pessoas jurídicas e das pessoas naturais de plena concordância com o direcionamento das ordens judiciais de bloqueio para a conta especificada;

IV – declaração de instituição financeira de que está ciente e apta a direcionar, para a conta especificada, as ordens judiciais de bloqueio expedidas contra as pessoas arroladas.

§ 2º No caso de grupo econômico, a empresa titular da conta deverá também apresentar:

I – requerimento explicitando se a conta única indicada, de sua própria titularidade, é extensiva às empresas relacionadas na declaração do banco;

II – documentação que comprove a existência do alegado grupo econômico em relação ao universo das empresas noticiadas na declaração apresentada.

Art. 94. O deferimento do cadastramento de conta única no Sistema BACEN JUD valerá para todos os órgãos da Justiça Comum dos Estados e Distrito Federal, Justiça Federal, Justiça Militar da União e Justiça do Trabalho.

Art. 95. A pessoa física ou jurídica obriga-se a manter na conta indicada numerário suficiente para o cumprimento da ordem judicial.

Subseção IX
BACEN JUD – Descadastramento, Recadastramento e Alteração de Conta Única

Art.96. Caberá Pedido de Providências de iniciativa do juiz que preside a execução ao constatar que a pessoa física ou jurídica não mantém numerário suficiente na conta única cadastrada no sistema BACEN JUD para o atendimento à ordem judicial de bloqueio.

§ 1º Em ofício dirigido ao Ministro Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, o juiz indicará os dados do executado que possui conta única cadastrada no Sistema BACEN JUD (nome e CNPJ ou CPF) e anexará cópia do Detalhamento da Ordem Judicial de Bloqueio de Valores que obteve resposta negativa da instituição financeira.

§ 2º Autuado o Pedido de Providências, será aberto o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de justificativa para a ausência de numerário.

Art. 97. Não cabe Pedido de Providências na hipótese de suposta recusa da instituição financeira em acatar a ordem judicial de transferência do numerário bloqueado.

Art. 98. Na ausência de numerário bastante para atender à ordem judicial de bloqueio, a ordem será direcionada às demais instituições financeiras e a conta única poderá ser descadastrada.

Parágrafo único. Ao responder à intimação para se manifestar no Pedido de Providências apresentado a Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, nos termos do § 2º do art. 96 desta Consolidação, a parte interessada apresentará as justificativas que entender cabíveis.

Art. 99. Na hipótese de a solicitação de cadastramento ter sido efetivada por outro Tribunal, o Corregedor Geral comunicará a desabilitação da conta única ao respectivo Tribunal.

Art. 100. O executado poderá requerer o recadastramento da conta ou indicar outra para o bloqueio após 6 (seis) meses da data de publicação da decisão de descredenciamento no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Art. 101. A reincidência quanto à ausência de fundos para o atendimento das ordens judiciais de bloqueio implicará novo descadastramento, desta vez pelo prazo de 1 (um) ano.

§ 1º O executado, após o prazo referido no *caput*, poderá postular novo recadastramento.

§ 2º Em caso de nova reincidência, o descadastramento será definitivo.

Art. 102. A inatividade da instituição financeira mantenedora da conta única cadastrada implicará a desabilitação automática do cadastramento.

Art. 103. Os pedidos de recadastramento, bem como os de alteração da conta cadastrada, serão dirigidos ao Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, instruindo-se a petição com os mesmos documentos exigidos para o cadastramento originário da conta.

Parágrafo único. No caso de pedido de alteração de conta única cadastrada em outro local, o interessado deverá dirigir-se ao órgão onde foi efetuado o cadastro originário.

Art. 104. O cadastramento poderá ser cancelado mediante requerimento do titular da conta única à autoridade que o tenha deferido, a qual determinará seu cancelamento em até 30 dias contados a partir da data do respectivo protocolo.

Art. 105. Constitui ônus da pessoa física ou jurídica titular de conta única cadastrada no Sistema BACEN JUD zelar pela regularidade dos dados cadastrados, requerendo em tempo oportuno as alterações que se fizerem necessárias, de forma a manter a conta apta ao recebimento de ordens judiciais de bloqueios eletrônicos.

Seção XIII
Contribuições Sociais – Reclamação Trabalhista ajuizada contra Massa Falida

Art. 106. Nas reclamações trabalhistas ajuizadas contra massa falida, apurados os valores devidos a título de contribuições sociais, será expedida certidão de habilitação de crédito previdenciário, que deverá conter:

I – indicação da vara do trabalho;

II – número do processo;

III – identificação das partes, com a informação dos números do CPF e CNPJ;

IV – valores devidos a título de contribuições sociais, discriminando-se os relativos à cota do empregado e do empregador;

V – data de atualização dos cálculos;

VI – indicação da vara em que tramita o processo falimentar;

VII – número do processo falimentar;

VIII – identificação e endereço do síndico ou administrador judicial.

Art. 107. À certidão de que trata o artigo anterior será anexada cópia dos seguintes documentos:

I – petição inicial;

II – acordo ou sentença e decisão proferida pelo tribunal regional do trabalho ou pelo Tribunal Superior do Trabalho;

III – certidão de trânsito em julgado ou do decurso do prazo para recurso;

IV – cálculos de liquidação da sentença homologados pelo juiz do trabalho;

V – decisão homologatória dos cálculos de liquidação da sentença;

VI – outros que o juiz do trabalho considerar necessários.

Parágrafo único. As cópias serão autenticadas pelas secretarias das varas do trabalho, sem prejuízo do que autoriza o art. 830 da CLT, com redação dada pela Lei n. 11.925/2009.

Art. 108. A certidão de habilitação de crédito previdenciário e os documentos que a instruem serão enviados, por ofício, ao administrador judicial do processo de falência, dando-se ciência do ato ao representante judicial da União.

Seção XIV
Intervenção nos Estados-Membros e Municípios

Art. 109. Os presidentes dos tribunais regionais do trabalho fundamentarão os pedidos de intervenção dirigidos ao Supremo Tribunal Federal e aos tribunais de justiça dos estados, justificando a necessidade da adoção da medida excepcional.

Parágrafo único. A intervenção deverá ser requerida pelo credor do estado-membro ou do município.

Art. 110. O pedido de intervenção em estado-membro será encaminhado ao Supremo Tribunal Federal por intermédio da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, enquanto o requerimento de intervenção em município será remetido diretamente ao tribunal de justiça local pelo presidente do tribunal regional do trabalho.

Art. 111. O pedido de intervenção em estado-membro ou em município será instruído com as seguintes peças:

I – petição do credor, dirigida ao presidente do tribunal regional do trabalho, requerendo o encaminhamento do pedido de intervenção ao Supremo Tribunal Federal ou ao tribunal de justiça local, conforme o caso;

II – impugnação do ente público, quando houver;

III – manifestação do órgão do Ministério Público que atua perante o tribunal regional do trabalho;

IV – decisão fundamentada do presidente do tribunal regional do trabalho admitindo o encaminhamento do pedido de intervenção;

V – ofício requisitório que possibilite a verificação da data de expedição do precatório e o ano de sua inclusão no orçamento.

Capítulo V
NORMAS PROCEDIMENTAIS ADMINISTRATIVAS

Seção I
Disponibilização dos Despachos e Decisões na Internet

Art. 112. Juntamente com o andamento do processo, os tribunais regionais do trabalho disponibilizarão, na Internet, o inteiro teor dos despachos, decisões e sentenças proferidas nos autos e as datas em que foram divulgados na imprensa oficial.

Parágrafo único. Os tribunais regionais do trabalho observarão, no mais, as disposições contidas nas Resoluções n. 121/2010 e n. 143/2011, do CNJ.

Seção II
Informações Estatísticas (Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão)

Art. 113. O Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão fica instituído no âmbito do Judiciário do Trabalho de primeiro e segundo graus, nos termos do disposto nesta Consolidação, em substituição aos boletins estatísticos.

Parágrafo único. O Sistema e-Gestão é ferramenta eletrônica de apoio destinada a disponibilizar aos usuários acesso às informações relativas à estrutura administrativa e ao

exercício da atividade judiciária dos órgãos do Judiciário do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Art. 114. O controle estatístico-processual do movimento judiciário e da atuação jurisdicional dos primeiro e segundo graus do Judiciário do Trabalho, por seus órgãos e juízes, de interesse da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, será realizado mediante as informações disponibilizadas no Sistema e-Gestão.

Art. 115. O Sistema e-Gestão é regido pelos princípios da obrigatoriedade e da presunção da veracidade das informações disponibilizadas.

Parágrafo único. É de responsabilidade dos presidentes dos tribunais regionais do trabalho a fidedignidade das informações estatísticas disponibilizadas no Sistema e-Gestão.

Art. 116. O Sistema e-Gestão será administrado pela Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, assessorada pelo Comitê Gestor Nacional.

§ 1º As atribuições e composição do Comitê Gestor Nacional serão instituídas por ato da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

§ 2º As comunicações com o Comitê Gestor Nacional deverão ser feitas por meio do *e-mail* "e-gestao@tst.jus.br".

Art. 117. Os presidentes dos tribunais regionais do trabalho deverão instituir comitês gestores regionais para receberem as orientações do Comitê Gestor Nacional quanto às regras para a coleta e disponibilização das informações, as quais serão repassadas aos respectivos tribunais regionais do trabalho e varas do trabalho da região.

Parágrafo único. A composição do comitê gestor regional com a indicação de um coordenador deverá ser informada à Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Art. 118. As informações disponibilizadas no Sistema e-Gestão pelos tribunais regionais do trabalho e as varas do trabalho deverão observar os modelos previamente aprovados pelo Ministro Corregedor Geral da Justiça do Trabalho.

§ 1º As informações contidas nos Anexos VI e VII desta Consolidação deverão ser disponibilizadas, semanalmente, às sextas-feiras, e, mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da realização das atividades.

§ 2º Os erros materiais porventura existentes nas informações disponibilizadas mensalmente no Sistema e-Gestão poderão ser corrigidos até 1º de março do ano subsequente ao ano de referência das informações.

Art. 119. O Manual do Usuário com o detalhamento das funcionalidades do Sistema e-Gestão e os Manuais de Orientações dos primeiro e segundo graus serão disponibilizados na página de acesso ao sistema.

Art. 120. São usuários do Sistema e-Gestão os magistrados e servidores do Judiciário do Trabalho.

§ 1º O acesso ao sistema será feito pela Internet para usuários credenciados.

§ 2º A autorização será concedida mediante solicitação de credenciamento à Corregedoria Geral ou ao Coordenador do Comitê Gestor Regional, conforme o caso.

Art. 121. A Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal Superior do Trabalho terá a atribuição de elaborar e disponibilizar os relatórios estatísticos oficiais, para fins de inspeção e correição permanentes, conforme modelos previamente estabelecidos pelo Ministro Corregedor Geral da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. O Comitê Gestor Nacional definirá os relatórios a serem disponibilizados para consulta aos usuários do sistema.

Art. 122. Os presidentes dos tribunais regionais do trabalho, para os efeitos do art. 37 da Lei Complementar n. 35/79 – Loman – publicarão, mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao de apuração, os dados estatísticos sobre os trabalhos do tribunal no mês anterior, de acordo com modelo previamente aprovado pelo Ministro Corregedor Geral da Justiça do Trabalho.

Título III
DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Art. 123. Enquanto não houver a substituição de que trata o *caput* do art. 113 desta Consolidação, as unidades jurisdicionais nele mencionadas deverão manter o envio do boletim estatístico para a Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal Superior do Trabalho.

Título IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 124. Esta Consolidação dos Provimentos entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Art. 125. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de agosto de 2012.

Índice dos Enunciados aprovados na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho

(Os números referem-se aos enunciados)

Ação civil pública. Interesses individuais homogêneos. Legitimação do Ministério Público – 75

Ação civil pública. Interesses individuais homogêneos. Legitimação dos sindicatos. Desnecessidade de apresentação de rol dos substituídos – 77

Ação civil pública. Reparação de dano moral coletivo. Trabalho forçado ou em condições degradantes. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho – 76

Ação de execução fiscal. Presunção de certeza e liquidez da existência da dívida – 58

Acesso à justiça. CLT, art. 651, § 3º. Interpretação conforme a Constituição. Art. 5º, inc. XXXV, da Constituição da República – 7

Acidente do trabalho. Competência. Ação ajuizada por herdeiro, dependente ou sucessor – 36

Acidente do trabalho. Indenização. Não compensação do benefício previdenciário – 48

Acidente do trabalho. Nexo técnico epidemiológico – 42

Acidente do trabalho. Prescrição. Suspensão do contrato de trabalho – 47

Acidente do trabalho. Prescrição. Termo inicial – 46

Ações civis públicas. Trabalho escravo. Reversão da condenação às comunidades lesadas – 12

Ações decorrentes da nova competência da Justiça do Trabalho. Procedimento da CLT – 65

Aplicação subsidiária de normas do processo comum ao processo trabalhista. Omissões ontológica e axiológica. Admissibilidade – 66

Art. 384 da CLT. Norma de ordem pública. Recepção pela CF de 1988 – 22

Art. 475-J do CPC. Aplicação no processo do trabalho – 71

Atividade insalubre. Prorrogação de jornada. Negociação coletiva. Invalidade – 49

Auditor fiscal do trabalho. Reconhecimento da relação de emprego. Possibilidade – 56

Competência da Justiça do Trabalho. Ação de cobrança de honorários advocatícios. Ausência de relação de consumo – 23

Competência da Justiça do Trabalho. Conflitos inter e intrassindicais – 24

Competência da Justiça do Trabalho. Prestação de serviço por pessoa física. Relação de consumo subjacente. Irrelevância – 64

Competência da Justiça do Trabalho. Procedimento de jurisdição voluntária. Liberação do FGTS e pagamento do seguro-desemprego – 63

Competência da Justiça do Trabalho. Sucessão na falência ou recuperação judicial – 8

Conduta antissindical. Criação de CCP sem o aval do sindicato laboral – 26

Conduta antissindical. Financiamento pelo empregador. Vedação – 27

Conduta antissindical. Participação em greve. Dispensa do trabalhador – 25

Contribuições devidas a terceiros. Incompetência da Justiça do Trabalho – 74

Depósito recursal administrativo. Recepção constitucional – 62
Direito administrativo sancionador (fiscalização do trabalho). Contraditório e ampla defesa. Interpretação conforme do art. 632 da CLT – 59
Direitos fundamentais. Força normativa – 2
Direitos fundamentais. Interpretação e aplicação – 1
Dissídio coletivo. Cláusulas preexistentes – 34
Dissídio coletivo. Comum acordo. Constitucionalidade. Ausência de vulnerabilidade ao art. 114, § 2º, da CRFB – 35
Dono da obra. Responsabilidade – 13
"*Dumping* social". Dano à sociedade. Indenização suplementar – 4
Embargos à execução (impugnação). Efeito suspensivo – 72
Fiscalização do trabalho. Reconhecimento de vínculo empregatício. Desconsideração da pessoa jurídica e dos contratos civis – 57
Entidade sindical constituída por categorias similares ou conexas. Formação de nova entidade com categoria mais específica – 31
Entidade sindical. Denominação. Resultado de sua real representatividade. Art. 572 da CLT. Explicitação da categoria e base territorial – 30
Entidades sindicais de grau superior. Requisitos para sua constituição. Arts. 534 e 535 da CLT – 32
Estabilidade acidentária. Ausência de emissão da CAT – 43
Execução de contribuições previdenciárias. Revisão da Súmula 368 do TST – 73
Execução provisória. Aplicabilidade do art. 475-O do CPC no processo do trabalho – 69
Execução. Penhora de rendimentos do devedor. Créditos trabalhistas de natureza alimentar e pensões por morte ou invalidez decorrentes de acidente do trabalho – 70
Férias. Aplicação da Convenção 132 da OIT – 21
Flexibilização – 9
Fontes do direito. Normas internacionais – 3
Greves atípicas realizadas por trabalhadores. Constitucionalidade dos atos – 6
Honorários sucumbenciais devidos na Justiça do Trabalho – 79
Imagem do trabalhador. Utilização pelo empregador. Limites – 14
Inexistência de litispendência entre ação coletiva e ação individual – 78
Insalubridade. Expedição de ofício à DRT – 50
Interdição de estabelecimento e afins. Ação direta na Justiça do Trabalho. Repartição dinâmica do ônus da prova – 60
Intervenção de terceiros – 68
Jus postulandi. Art. 791 da CLT. Relação de trabalho. Possibilidade – 67
Limitação da jornada. Repouso semanal remunerado. Direito constitucionalmente assegurado a todos os trabalhadores. Inconstitucionalidade do art. 62 da CLT – 17
Meio ambiente de trabalho. Saúde mental. Dever do empregador – 39
Ministério Público do Trabalho. Conflitos sindicais. Legitimidade – 28
Negociação coletiva. Supressão de direitos. Necessidade de contrapartida – 33
Pedido de registro sindical. Cooperativa. Impossibilidade diante do princípio da unicidade sindical – 29
Prescrição. Multas administrativas impostas pela DRT – 61
Princípio da proteção integral. Trabalho do adolescente. Ilegalidade da concessão de autorização judicial – 18
Prova pericial. Possibilidade de dispensa – 54
Reparação de danos. Honorários contratuais de advogado – 53
Responsabilidade civil objetiva no acidente de trabalho. Atividade de risco – 37
Responsabilidade civil. Acidente do trabalho. Empregado público – 40
Responsabilidade civil. Acidente do trabalho. Ônus da prova – 41
Responsabilidade civil. Acidente do trabalho. Prescrição – 45
Responsabilidade civil. Acidente do trabalho. Terceirização. Solidariedade – 44
Responsabilidade civil. Danos morais. Critérios para arbitramento – 51
Responsabilidade civil. Danos morais. Correção monetária. Termo inicial – 52

Responsabilidade civil. Doenças ocupacionais decorrentes dos danos ao meio ambiente do trabalho – 38
Revista de empregado – 15
Rurícola. Pagamento integral das horas extras. Não incidência da Súmula 340 do TST – 20
Salário – 16
Terceirização. Limites. Responsabilidade solidária – 10
Terceirização. Serviços públicos. Responsabilidade solidária – 11
Termo de ajuste de conduta. Alcance – 55
Trabalho do menor. Direitos assegurados sem prejuízo de indenização suplementar – 19
Unicidade sindical. Sentido e alcance. Art. 8º, II, da Constituição da República – 5

Enunciados aprovados na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho[522] (23-11-2007)

1 ***Direitos fundamentais. Interpretação e aplicação.***
Os direitos fundamentais devem ser interpretados e aplicados de maneira a preservar a integridade sistêmica da Constituição, a estabilizar as relações sociais e, acima de tudo, a oferecer a devida tutela ao titular do direito fundamental. No Direito do Trabalho, deve prevalecer o princípio da dignidade da pessoa humana.

2 ***Direitos fundamentais. Força normativa.***
I – ART. 7º, INC. I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. EFICÁCIA PLENA. FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO. DIMENSÃO OBJETIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEVER DE PROTEÇÃO. A omissão legislativa impõe a atuação do Poder Judiciário na efetivação da norma constitucional, garantindo aos trabalhadores a efetiva proteção contra a dispensa arbitrária.
II – DISPENSA ABUSIVA DO EMPREGADO. VEDAÇÃO CONSTITUCIONAL. NULIDADE. Ainda que o empregado não seja estável, deve ser declarada abusiva e, portanto, nula a sua dispensa quando implique a violação de algum direito fundamental, devendo ser assegurada prioritariamente a reintegração do trabalhador.
III – LESÃO A DIREITOS FUNDAMENTAIS. ÔNUS DA PROVA. Quando há alegação de que ato ou prática empresarial disfarça uma conduta lesiva a direitos fundamentais ou a princípios constitucionais, incumbe ao empregador o ônus de provar que agiu sob motivação lícita.

3 ***Fontes do direito. Normas internacionais.***
I – FONTES DO DIREITO DO TRABALHO. DIREITO COMPARADO. CONVENÇÕES DA OIT NÃO RATIFICADAS PELO BRASIL. O Direito Comparado, segundo o art. 8º da Consolidação das Leis do Trabalho, é fonte subsidiária do Direito do Trabalho. Assim, as Convenções da Organização Internacional do Trabalho não ratificadas pelo Brasil podem ser aplicadas como fontes do direito do trabalho, caso não haja norma de direito interno pátrio regulando a matéria.
II – FONTES DO DIREITO DO TRABALHO. DIREITO COMPARADO. CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA OIT. O uso das normas internacionais, emanadas da Organização Internacional do Trabalho, constitui-se em importante ferramenta de efetivação do Direito Social e não se restringe à aplicação direta das Convenções ratificadas pelo país. As demais normas da OIT, como as Convenções não ratificadas e as Recomendações, assim como os relatórios dos seus peritos, devem servir como fonte de interpretação da lei nacional e como referência a reforçar decisões judiciais baseadas na legislação doméstica.

522. Os enunciados acima transcritos e aprovados na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho declinaram tomada de posição dos juslaboralistas e do próprio TST sobre temas relevantes do direito material e processual do trabalho. Não possuem, contudo, força vinculativa, convindo acrescentar que o enunciado 8, que trata da sucessão em falência ou recuperação judicial, contraria fundamentalmente o art. 141, II, da Lei n. 11.101/2005, confrontando-se, inclusive, com jurisprudência do STJ.

gador, impossibilitado de organizar a sua vida particular, o que é vedado pelo art. 115, do Código Civil, de aplicação supletiva no Direito do Trabalho (art. 8º, parágrafo único, da Carta Trabalhista). (TRT/PR, RO 3.508/2000-PR, AC 26319/2000, 4ª T., Rel. Rosemarie Diedrichs Pimpão, *DJPr*, 24-11-2000)

▷ **Digitador. Intervalos intrajornada. Aplicação analógica do art. 72 da CLT.** Os digitadores, por aplicação analógica do art. 72 da CLT, equiparam-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de dez (10) minutos a cada noventa (90) de trabalho consecutivo. (TST, RR 334.360, de 1996, j. 2-2-2000, 4ª T., Rel. Min. Antônio José de Barros Levenhagen, *DJ*, 3-3-2000)

▷ **Intervalo. Operadora de radiochamada. Artigo 72, da CLT. Não incidência.** A função de operadora de radiochamada não se equipara à de digitador, que supõe extenuante atividade limitada à transcrição de dados datilografados durante toda a jornada de trabalho. Ao receber ligações telefônicas, colhendo e transmitindo mensagens aos clientes da ré, desenvolvia a empregada atividades diversas, o que exclui a continuidade e ininterruptividade da digitação. (TRT/15ª R., Ac. 45.428/2000, j. 4-12-2000, RO 20.206, de 1999, 5ª T., Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri, *DOE*, 4-12-2000)

Seção IV
Do trabalho noturno

Art. 73. Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20% (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 9.666, de 28-8-1946.)

§ 1º A hora do trabalho noturno será computada como de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 9.666, de 28-8-1946.)

§ 2º Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 9.666, de 28-8-1946.)

§ 3º O acréscimo a que se refere o presente artigo, em se tratando de empresas que não mantêm, pela natureza de suas atividades, trabalho noturno habitual, será feito tendo em vista os quantitativos pagos por trabalhos diurnos de natureza semelhante. Em relação às empresas cujo trabalho noturno decorra da natureza de suas atividades, o aumento será calculado sobre o salário mínimo geral vigente na região, não sendo devido quando exceder desse limite, já acrescido da percentagem. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 9.666, de 28-8-1946.)

§ 4º Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, aplica-se às horas de trabalho noturno o disposto neste artigo e seus parágrafos. (§ 3º renumerado e alterado pelo Dec.-lei n. 9.666, de 28-8-1946.)

§ 5º Às prorrogações do trabalho noturno aplica-se o disposto neste Capítulo. (§ 4º renumerado pelo Dec.-lei n. 9.666, de 28-8-1946.)

Seção V
Do quadro de horário

Art. 74. O horário do trabalho constará de quadro, organizado conforme modelo expedido pelo Ministro do Trabalho e afixado

4 *"Dumping social". Dano à sociedade. Indenização suplementar.*

As agressões reincidentes e inescusáveis aos direitos trabalhistas geram um dano à sociedade, pois com tal prática desconsidera-se, propositalmente, a estrutura do Estado social e do próprio modelo capitalista com a obtenção de vantagem indevida perante a concorrência. A prática, portanto, reflete o conhecido "*dumping* social", motivando a necessária reação do Judiciário trabalhista para corrigi-la. O dano à sociedade configura ato ilícito, por exercício abusivo do direito, já que extrapola limites econômicos e sociais, nos exatos termos dos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil. Encontra-se no art. 404, parágrafo único do Código Civil, o fundamento de ordem positiva para impingir ao agressor contumaz uma indenização suplementar, como, aliás, já previam os artigos 652, *d*, e 832, § 1º, da CLT.

5 *Unicidade sindical. Sentido e alcance. Art. 8º, II, da Constituição da República.*

A compreensão do art. 8º, II, da CF, em conjunto com os princípios constitucionais da democracia, da pluralidade ideológica e da liberdade sindical, bem como com os diversos pactos de direitos humanos ratificados pelo Brasil, aponta para a adoção, entre nós, de critérios aptos a vincular a concessão da personalidade sindical à efetiva representatividade exercida pelo ente em relação à sua categoria, não podendo restringir-se aos critérios de precedência e especificidade. Desse modo, a exclusividade na representação de um determinado grupo profissional ou empresarial, nos termos exigidos pelo art. 8º, II, da Constituição da República, será conferida à associação que demonstrar maior representatividade e democracia interna segundo critérios objetivos, sendo vedada a discricionariedade da autoridade pública na escolha do ente detentor do monopólio.

6 *Greves atípicas realizadas por trabalhadores. Constitucionalidade dos atos.*

Não há, no texto constitucional, previsão reducionista do direito de greve, de modo que todo e qualquer ato dela decorrente está garantido, salvo os abusos. A Constituição da República contempla a greve atípica, ao fazer referência à liberdade conferida aos trabalhadores para deliberarem acerca da oportunidade da manifestação e dos interesses a serem defendidos. A greve não se esgota com a paralisação das atividades, eis que envolve a organização do evento, os piquetes, bem como a defesa de bandeiras mais amplas ligadas à democracia e à justiça social.

7 *Acesso à justiça. CLT, art. 651, § 3º. Interpretação conforme a Constituição. Art. 5º, inc. XXXV, da Constituição da República.*

Em se tratando de empregador que arregimente empregado domiciliado em outro município ou outro Estado da federação, poderá o trabalhador optar por ingressar com a reclamatória na Vara do Trabalho de seu domicílio, na do local da contratação ou na do local da prestação dos serviços.

8 *Competência da Justiça do Trabalho. Sucessão na falência ou recuperação judicial.*

Compete à Justiça do Trabalho – e não à Justiça Comum Estadual – dirimir controvérsia acerca da existência de sucessão entre o falido ou o recuperando e a entidade que adquira total ou parcialmente suas unidades de produção.

9 *Flexibilização.*

I – FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS. Impossibilidade de desregulamentação dos direitos sociais fundamentais, por se tratar de normas contidas na cláusula de intangibilidade prevista no art. 60, § 4º, inc. IV, da Constituição da República.

II – DIREITO DO TRABALHO. PRINCÍPIOS. EFICÁCIA. A negociação coletiva que reduz garantias dos trabalhadores asseguradas em normas constitucionais e legais ofende princípios do Direito do Trabalho. A quebra da hierarquia das fontes é válida na hipótese de o instrumento inferior ser mais vantajoso para o trabalhador.

10 *Terceirização. Limites. Responsabilidade solidária.*

A terceirização somente será admitida na prestação de serviços especializados, de ca-

ráter transitório, desvinculados das necessidades permanentes da empresa, mantendo-se, de todo modo, a responsabilidade solidária entre as empresas.

11 ***Terceirização. Serviços públicos. Responsabilidade solidária.***

A terceirização de serviços típicos da dinâmica permanente da Administração Pública, não se considerando como tal a prestação de serviço público à comunidade por meio de concessão, autorização e permissão, fere a Constituição da República, que estabeleceu a regra de que os serviços públicos são exercidos por servidores aprovados mediante concurso público. Quanto aos efeitos da terceirização ilegal, preservam-se os direitos trabalhistas integralmente, com responsabilidade solidária do ente público.

12 ***Ações civis públicas. Trabalho escravo. Reversão da condenação às comunidades lesadas.***

Ações civis públicas em que se discute o tema do trabalho escravo. Existência de espaço para que o magistrado reverta os montantes condenatórios às comunidades diretamente lesadas, por via de benfeitorias sociais tais como a construção de escolas, postos de saúde e áreas de lazer. Prática que não malfere o artigo 13 da Lei n. 7.347/85, que deve ser interpretado à luz dos princípios constitucionais fundamentais, de modo a viabilizar a promoção de políticas públicas de inclusão dos que estão à margem, que sejam capazes de romper o círculo vicioso de alienação e opressão que conduz o trabalhador brasileiro a conviver com a mácula do labor degradante. Possibilidade de edificação de uma Justiça do Trabalho ainda mais democrática e despida de dogmas, na qual a responsabilidade para com a construção da sociedade livre, justa e solidária delineada na Constituição seja um compromisso palpável e inarredável.

13 ***Dono da obra. Responsabilidade.***

Considerando que a responsabilidade do dono da obra não decorre simplesmente da lei em sentido estrito (Código Civil, arts. 186 e 927) mas da própria ordem constitucional no sentido de se valorizar o trabalho (CF, art. 170), já que é fundamento da Constituição a valorização do trabalho (CF, art. 1º, IV), não se lhe faculta beneficiar-se da força humana despendida sem assumir responsabilidade nas relações jurídicas de que participa. Dessa forma, o contrato de empreitada entre o dono da obra e o empreiteiro enseja responsabilidade subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo apenas a hipótese de utilização da prestação de serviços como instrumento de produção de mero valor de uso, na construção ou reforma residenciais.

14 ***Imagem do trabalhador. Utilização pelo empregador. Limites.***

São vedadas ao empregador, sem autorização judicial, a conservação de gravação, a exibição e a divulgação, para seu uso privado, de imagens dos trabalhadores antes, no curso ou logo após a sua jornada de trabalho, por violação ao direito de imagem e à preservação das expressões da personalidade, garantidos pelo art. 5º, V, da Constituição. A formação do contrato de emprego, por si só, não importa em cessão do direito de imagem e da divulgação fora de seu objeto da expressão da personalidade do trabalhador, nem o só pagamento do salário e demais títulos trabalhistas os remunera.

15 ***Revista de empregado.***

I – REVISTA – ILICITUDE. Toda e qualquer revista, íntima ou não, promovida pelo empregador ou seus prepostos em seus empregados e/ou em seus pertences, é ilegal, por ofensa aos direitos fundamentais da dignidade e intimidade do trabalhador.

II – REVISTA ÍNTIMA – VEDAÇÃO A AMBOS OS SEXOS. A norma do art. 373-A, inc. VI, da CLT, que veda revistas íntimas nas empregadas, também se aplica aos homens em face da igualdade entre os sexos inscrita no art. 5º, inc. I, da Constituição da República.

16 ***Salário.***

I – SALÁRIO. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. Os estreitos limites das condições para a obtenção da igualdade salarial estipulados pelo art.

461 da CLT e Súmula 6 do Colendo TST não esgotam as hipóteses de correção das desigualdades salariais, devendo o intérprete proceder à sua aplicação na conformidade dos artigos 5º, *caput*, e 7º, inc. XXX, da Constituição da República e das Convenções 100 e 111 da OIT.

II – TERCEIRIZAÇÃO. SALÁRIO EQUITATIVO. PRINCÍPIO DA NÃO DISCRIMINAÇÃO. Os empregados da empresa prestadora de serviços, em caso de terceirização lícita ou ilícita, terão direito ao mesmo salário dos empregados vinculados à empresa tomadora que exercerem função similar.

17 ***Limitação da jornada. Repouso semanal remunerado. Direito constitucionalmente assegurado a todos os trabalhadores. Inconstitucionalidade do art. 62 da CLT.***

A proteção jurídica ao limite da jornada de trabalho, consagrada nos incisos XIII e XV do art. 7º da Constituição da República, confere, respectivamente, a todos os trabalhadores, indistintamente, os direitos ao repouso semanal remunerado e à limitação da jornada de trabalho, tendo-se por inconstitucional o art. 62 da CLT.

18 ***Princípio da proteção integral. Trabalho do adolescente. Ilegalidade da concessão de autorização judicial.***

A Constituição Federal veda qualquer trabalho anterior à idade de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (art. 7º, inciso XXXIII, CF, arts. 428 a 433 da CLT). Princípio da proteção integral que se impõe com prioridade absoluta (art. 227, *caput*), proibindo a emissão de autorização judicial para o trabalho antes dos dezesseis anos.

19 ***Trabalho do menor. Direitos assegurados sem prejuízo de indenização suplementar.***

A proibição de trabalho ao menor visa protegê-lo e não prejudicá-lo (exegese CF, art. 7º, *caput* e XXXIII, e art. 227). De tal sorte, a Justiça do Trabalho, apreciando a prestação de labor pretérito, deve contemplá-lo com todos os direitos como se o contrato proibido não fosse, sem prejuízo de indenização suplementar que considere as peculiaridades do caso.

20 ***Rurícola. Pagamento integral das horas extras. não incidência da Súmula 340 do TST.***

É devida a remuneração integral das horas extras prestadas pelo trabalhador rurícola, inclusive com o adicional de, no mínimo, 50%, independentemente de ser convencionado regime de "remuneração por produção". Inteligência dos artigos 1º, incisos III e IV, e 3º, 7º, XIII, XVI e XXIII, da CF/88. Não incidência da Súmula 340 do C. TST, uma vez que as condições de trabalho rural são bastante distintas das condições dos trabalhadores comissionados internos ou externos e a produção durante o labor extraordinário é manifestamente inferior àquela da jornada normal, base de cálculo de horas extras para qualquer tipo de trabalhador.

21 ***Férias. Aplicação da Convenção 132 da OIT.***

I – A época das férias será fixada pelo empregador após consulta ao empregado, salvo manifestação em contrário exteriorizada em acordo ou convenção coletiva.

II – As férias poderão ser fracionadas por negociação coletiva, desde que um dos períodos não seja inferior a duas semanas.

III – Qualquer que seja a causa de extinção do contrato de trabalho serão devidas férias proporcionais.

22 ***Art. 384 da CLT. Norma de ordem pública. Recepção pela CF de 1988.***

Constitui norma de ordem pública que prestigia a prevenção de acidentes de trabalho (CF, art. 7º, XXII) e foi recepcionada pela Constituição Federal, em interpretação conforme (artigos 5º, I, e 7º, XXX), para os trabalhadores de ambos os sexos.

23 ***Competência da Justiça do Trabalho. Ação de cobrança de honorários advocatícios. Ausência de relação de consumo.***

A Justiça do Trabalho é competente para julgar ações de cobrança de honorários advocatícios, desde que ajuizada por advogado na

condição de pessoa natural, eis que o labor do advogado não é prestado em relação de consumo, em virtude de lei e de particularidades próprias, e ainda que o fosse, porque a relação consumeirista não afasta, por si só, o conceito de trabalho abarcado pelo artigo 114 da CF.

24 ***Competência da Justiça do Trabalho. Conflitos inter e intrassindicais.***

Os conflitos inter e intrassindicais, inclusive os que envolvam sindicatos de servidores públicos (estatutários e empregados públicos), são da competência da Justiça do Trabalho.

25 ***Conduta antissindical. Participação em greve. Dispensa do trabalhador.***

A dispensa de trabalhador motivada por sua participação lícita na atividade sindical, inclusive em greve, constitui ato de discriminação antissindical e desafia a aplicação do art. 4º da Lei n. 9.029/95, devendo ser determinada a "readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas" ou "a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento" sempre corrigidas monetariamente e acrescida dos juros legais.

26 ***Conduta antissindical. Criação de CCP sem o aval do sindicato laboral.***

Na hipótese de o sindicato laboral simplesmente ignorar ou rejeitar de modo peremptório, na sua base, a criação de CCP, qualquer ato praticado com esse propósito não vingará, do ponto de vista jurídico. O referido juízo de conveniência política pertence tão somente aos legitimados pelos trabalhadores a procederem deste modo. Agindo ao arrepio do texto constitucional e da vontade do sindicato laboral, os empregadores e as suas representações, ao formarem Comissões de Conciliação Prévia sem o pressuposto da aquiescência sindical obreira, não apenas criam mecanismos desprovidos do poder único para o qual o legislador criou as Comissões de Conciliação Prévia, como também incidem na conduta antissindical a ser punida pelo Estado.

27 ***Conduta antissindical. Financiamento pelo empregador. Vedação.***

É vedada a estipulação em norma coletiva de cláusula pela qual o empregador financie a atividade sindical dos trabalhadores, mediante transferência de recursos aos sindicatos obreiros, sem os correspondentes descontos remuneratórios dos trabalhadores da categoria respectiva, sob pena de ferimento ao princípio da liberdade sindical e caracterização de conduta antissindical tipificada na Convenção n. 98 da OIT, ratificada pelo Brasil.

28 ***Ministério Público do Trabalho. Conflitos sindicais. Legitimidade.***

O Ministério Público do Trabalho possui legitimidade para promover as ações pertinentes para a tutela das liberdades sindicais individuais e coletivas, quando violados os princípios de liberdade sindical, nos conflitos inter e intrassindicais, por meio de práticas e condutas antissindicais nas relações entre sindicatos, sindicatos e empregadores, sindicatos e organizações de empregadores ou de trabalhadores, sindicatos e trabalhadores, empregadores e trabalhadores, órgãos públicos e privados e as entidades sindicais, empregadores ou trabalhadores.

29 ***Pedido de registro sindical. Cooperativa. Impossibilidade diante do princípio da unicidade sindical. Não configura categoria para fins de organização sindical, nos termos do art. 511 da CLT e art. 4º da Portaria MTE n. 343/2000.***

Não é possível a formação de entidade sindical constituída por cooperativas, uma vez que afronta o princípio da unicidade sindical, bem como a organização sindical por categorias.

30 ***Entidade sindical. Denominação. Resultado de sua real representatividade. Art. 572 da CLT. Explicitação da categoria e base territorial.***

Da inteligência do artigo 572 da CLT decorre a exigência de que as entidades sindicais, em sua denominação, explicitem a categoria e a base territorial que realmente representam, para assegurar o direito difuso de informação.

31 ***Entidade sindical constituída por categorias similares ou conexas. Formação de nova entidade com categoria mais específica. Possibilidade. Não ferimento da unicidade sindical. Invocação ao princípio da liberdade sindical.***

É possível a formação de entidade sindical mais específica, por desmembramento ou dissociação, através de ato volitivo da fração da categoria que pretende ser desmembrada, deliberada em Assembleia Geral amplamente divulgada com antecedência e previamente notificada a entidade sindical originária.

32 ***Entidades sindicais de grau superior. Requisitos para sua constituição. Arts. 534 e 535 da CLT. Manutenção desses requisitos para a permanência do registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.***

A permanência do número mínimo de entidades filiadas consubstancia-se condição *sine qua non* para a existência das entidades de grau superior.

33 ***Negociação coletiva. Supressão de direitos. Necessidade de contrapartida.***

A negociação coletiva não pode ser utilizada somente como um instrumento para a supressão de direitos, devendo sempre indicar a contrapartida concedida em troca do direito transacionado, cabendo ao magistrado a análise da adequação da negociação coletiva realizada quando o trabalhador pleiteia em ação individual a nulidade de cláusula convencional.

34 ***Dissídio coletivo. Cláusulas preexistentes.***

O § 2º do art. 114 da CF impõe aos Tribunais do Trabalho que, no julgamento dos dissídios coletivos, respeitem as disposições convencionadas anteriormente. Idêntico entendimento deve ser aplicado às cláusulas preexistentes previstas em sentenças normativas.

35 ***Dissídio coletivo. Comum acordo. Constitucionalidade. Ausência de vulnerabilidade ao art. 114, § 2º, da CRFB.***

Dadas as características das quais se reveste a negociação coletiva, não fere o princípio do acesso à Justiça o pré-requisito do comum acordo (§ 2º do art. 114 da CRFB) previsto como necessário para a instauração da instância em dissídio coletivo, tendo em vista que a exigência visa a fomentar o desenvolvimento da atividade sindical, possibilitando que os entes sindicais ou a empresa decidam sobre a melhor forma de solução dos conflitos.

36 ***Acidente do trabalho. Competência. Ação ajuizada por herdeiro, dependente ou sucessor.***

Compete à Justiça do Trabalho apreciar e julgar ação de indenização por acidente de trabalho, mesmo quando ajuizada pelo herdeiro, dependente ou sucessor, inclusive em relação aos danos em ricochete.

37 ***Responsabilidade civil objetiva no acidente de trabalho. Atividade de risco.***

Aplica-se o art. 927, parágrafo único, do Código Civil nos acidentes do trabalho. O art. 7º, XXVIII, da Constituição da República, não constitui óbice à aplicação desse dispositivo legal, visto que seu *caput* garante a inclusão de outros direitos que visem à melhoria da condição social dos trabalhadores.

38 ***Responsabilidade civil. Doenças ocupacionais decorrentes dos danos ao meio ambiente do trabalho.***

Nas doenças ocupacionais decorrentes dos danos ao meio ambiente do trabalho, a responsabilidade do empregador é objetiva. Interpretação sistemática dos artigos 7º, XXVIII, 200, VIII, 225, § 3º, da Constituição Federal e do art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81.

39 ***Meio ambiente de trabalho. Saúde mental. Dever do empregador.***

É dever do empregador e do tomador dos serviços zelar por um ambiente de trabalho saudável também do ponto de vista da saúde mental, coibindo práticas tendentes ou aptas a gerar danos de natureza moral ou emocional aos seus trabalhadores, passíveis de indenização.

40 ***Responsabilidade civil. Acidente do trabalho. Empregado público.***

A responsabilidade civil nos acidentes do trabalho envolvendo empregados de pessoas

jurídicas de Direito Público interno é objetiva. Inteligência do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal e do artigo 43 do Código Civil.

41 ***Responsabilidade civil. Acidente do trabalho. Ônus da prova.***
Cabe a inversão do ônus da prova em favor da vítima nas ações indenizatórias por acidente do trabalho.

42 ***Acidente do trabalho. Nexo técnico epidemiológico.***
Presume-se a ocorrência de acidente do trabalho, mesmo sem a emissão da CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho, quando houver nexo técnico epidemiológico conforme art. 21-A da Lei n. 8.213/1991.

43 ***Estabilidade acidentária. Ausência de emissão da CAT.***
A ausência de emissão da CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho pelo empregador não impede o direito à estabilidade do art. 118 da Lei n. 8.213/1991, desde que comprovado que o trabalhador deveria ter se afastado em razão do acidente por período superior a quinze dias.

44 ***Responsabilidade civil. Acidente do trabalho. Terceirização. Solidariedade.***
Em caso de terceirização de serviços, o tomador e o prestador respondem solidariamente pelos danos causados à saúde dos trabalhadores. Inteligência dos artigos 932, III, 933 e 942, parágrafo único, do Código Civil e da Norma Regulamentadora 4 (Portaria n. 3.214/77 do Ministério do Trabalho e Emprego).

45 ***Responsabilidade civil. Acidente do trabalho. Prescrição.***
A prescrição da indenização por danos materiais ou morais resultantes de acidente do trabalho é de 10 anos, nos termos do artigo 205, ou de 20 anos, observado o artigo 2.028 do Código Civil de 2002.

46 ***Acidente do trabalho. Prescrição. Termo inicial.***
O termo inicial do prazo prescricional da indenização por danos decorrentes de acidente do trabalho é a data em que o trabalhador teve ciência inequívoca da incapacidade laboral ou do resultado gravoso para a saúde física e/ou mental.

47 ***Acidente do trabalho. Prescrição. Suspensão do contrato de trabalho.***
Não corre prescrição nas ações indenizatórias nas hipóteses de suspensão e/ou interrupção do contrato de trabalho decorrentes de acidentes do trabalho.

48 ***Acidente do trabalho. Indenização. Não compensação do benefício previdenciário.***
A indenização decorrente de acidente de trabalho ou doença ocupacional, fixada por pensionamento ou arbitrada para ser paga de uma só vez, não pode ser compensada com qualquer benefício pago pela Previdência Social.

49 ***Atividade insalubre. Prorrogação de jornada. Negociação coletiva. Invalidade.***
O art. 60 da CLT não foi derrogado pelo art. 7º, XIII, da Constituição da República, pelo que é inválida cláusula de Convenção ou Acordo Coletivo que não observe as condições nele estabelecidas.

50 ***Insalubridade. Expedição de ofício à DRT.***
Constatada a insalubridade em ação trabalhista, o juiz deve oficiar à Delegacia Regional do Trabalho para que a autoridade administrativa faça cumprir o disposto no art. 191, parágrafo único, da CLT.

51 ***Responsabilidade civil. Danos morais. Critérios para arbitramento.***
O valor da condenação por danos morais decorrentes da relação de trabalho será arbitrado pelo juiz de maneira equitativa, a fim de atender ao seu caráter compensatório, pedagógico e preventivo.

52 ***Responsabilidade civil. Danos morais. Correção monetária. Termo inicial.***
O termo inicial de incidência da correção monetária sobre o valor fixado a título de indenização por danos morais é o da prolação da decisão judicial que o quantifica.

53 ***Reparação de danos. Honorários contratuais de advogado.***
Os artigos 389 e 404 do Código Civil autorizam o Juiz do Trabalho a condenar o vencido em

honorários contratuais de advogado, a fim de assegurar ao vencedor a inteira reparação do dano.

54 ***Prova pericial. Possibilidade de dispensa.***

Aplica-se o art. 427 do Código de Processo Civil no processo do trabalho, de modo que o juiz pode dispensar a produção de prova pericial quando houver prova suficiente nos autos.

55 ***Termo de ajuste de conduta. Alcance.***

A celebração de TAC não importa em remissão dos atos de infração anteriores, os quais têm justa sanção pecuniária como resposta às irregularidades trabalhistas constatadas pela DRT.

56 ***Auditor fiscal do trabalho. Reconhecimento da relação de emprego. Possibilidade.***

Os auditores do trabalho têm por missão funcional a análise dos fatos apurados em diligências de fiscalização, o que não pode excluir o reconhecimento fático da relação de emprego, garantindo-se ao empregador o acesso às vias judicial e/ou administrativa, para fins de reversão da autuação ou multa imposta.

57 ***Fiscalização do trabalho. Reconhecimento de vínculo empregatício. Desconsideração da pessoa jurídica e dos contratos civis.***

Constatando a ocorrência de contratos civis com o objetivo de afastar ou impedir a aplicação da legislação trabalhista, o auditor-fiscal do trabalho desconsidera o pacto nulo e reconhece a relação de emprego. Nesse caso, o auditor-fiscal não declara, com definitividade, a existência da relação, mas sim constata e aponta a irregularidade administrativa, tendo como consequência a autuação e posterior multa à empresa infringente.

58 ***Ação de execução fiscal. Presunção de certeza e liquidez da existência da dívida.***

Não é dado ao Juiz retirar a presunção de certeza e liquidez atribuída pela lei, nos termos dos arts. 204 do CTN e 3º da Lei n. 6.830/80, à dívida ativa inscrita regularmente. Ajuizada a ação de execução fiscal – desde que presentes os requisitos da petição inicial previstos no art. 6º da Lei n. 6.830/80 –, a presunção de certeza e liquidez da Certidão de Dívida Ativa somente pode ser infirmada mediante produção de prova inequívoca, cujo ônus é do executado ou do terceiro, a quem aproveite.

59 ***Direito administrativo sancionador (fiscalização do trabalho). Contraditório e ampla defesa. Interpretação conforme do art. 632 da CLT.***

Aplicam-se ao Direito Administrativo sancionador brasileiro, em matéria laboral, os princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, da CRFB), com projeção concreta no art. 632 da CLT. Nesse caso, a prerrogativa administrativa de "julgar da necessidade das provas" deve ser motivada, desafiando a aplicação da teoria dos motivos determinantes, sob pena de nulidade do ato.

60 ***Interdição de estabelecimento e afins. Ação direta na Justiça do Trabalho. Repartição dinâmica do ônus da prova.***

I – A interdição de estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, assim como o embargo de obra (artigo 161 da CLT), podem ser requeridos na Justiça do Trabalho (artigo 114, I e VII, da CRFB), em sede principal ou cautelar, pelo Ministério Público do Trabalho, pelo sindicato profissional (artigo 8º, III, da CRFB) ou por qualquer legitimado específico para a tutela judicial coletiva em matéria labor-ambiental (artigos 1º, I, 5º, e 21 da Lei n. 7.347/85), independentemente da instância administrativa.

II – Em tais hipóteses, a medida poderá ser deferida [a] "inaudita altera parte", em havendo laudo técnico preliminar ou prova prévia igualmente convincente; [b] após audiência de justificação prévia (artigo 12, *caput*, da Lei n. 7.347/85), caso não haja laudo técnico preliminar, mas seja verossímil a alegação, invertendo-se o ônus da prova, à luz da teoria da repartição dinâmica, para incumbir à empresa a demonstração das boas condições de segurança e do controle de riscos.

61 ***Prescrição. Multas administrativas impostas pela DRT.***

Aplica-se às ações para cobrança das multas administrativas impostas pela Delegacia Regional do Trabalho, por analogia, o prazo prescricional quinquenal, previsto no art. 174 do CTN.

62 ***Depósito recursal administrativo. Recepção constitucional.***

O depósito exigido pelo § 1º do artigo 636 consolidado não afronta qualquer dispositivo constitucional que assegure a ampla defesa administrativa, o direito de petição aos órgãos públicos e o direito aos recursos administrativos.

63 ***Competência da Justiça do Trabalho. Procedimento de jurisdição voluntária. Liberação do FGTS e pagamento do seguro-desemprego.***

Compete à Justiça do Trabalho, em procedimento de jurisdição voluntária, apreciar pedido de expedição de alvará para liberação do FGTS e de ordem judicial para pagamento do seguro-desemprego, ainda que figurem como interessados os dependentes de ex-empregado falecido.

64 ***Competência da Justiça do Trabalho. Prestação de serviço por pessoa física. Relação de consumo subjacente. Irrelevância.***

Havendo prestação de serviços por pessoa física a outrem, seja a que título for, há relação de trabalho incidindo a competência da Justiça do Trabalho para os litígios dela oriundos (CF, art. 114, I), não importando qual o direito material que será utilizado na solução da lide (CLT, CDC, CC etc.).

65 ***Ações decorrentes da nova competência da Justiça do Trabalho. Procedimento da CLT.***

I – Excetuadas as ações com procedimentos especiais, o procedimento a ser adotado nas ações que envolvam as matérias da nova competência da Justiça do Trabalho é o previsto na CLT, ainda que adaptado.

II – As ações com procedimentos especiais submetem-se ao sistema recursal do processo do trabalho.

66 ***Aplicação subsidiária de normas do processo comum ao processo trabalhista. Omissões ontológica e axiológica. Admissibilidade.***

Diante do atual estágio de desenvolvimento do processo comum e da necessidade de se conferir aplicabilidade à garantia constitucional da duração razoável do processo, os artigos 769 e 889 da CLT comportam interpretação conforme a Constituição Federal, permitindo a aplicação de normas processuais mais adequadas à efetivação do direito. Aplicação dos princípios da instrumentalidade, efetividade e não retrocesso social.

67 ***"Jus postulandi". Art. 791 da CLT. Relação de trabalho. Possibilidade.***

A faculdade de as partes reclamarem, pessoalmente, seus direitos perante a Justiça do Trabalho e de acompanharem suas reclamações até o final, contida no art. 791 da CLT, deve ser aplicada às lides decorrentes da relação de trabalho.

68 ***Intervenção de terceiros.***

I – Admissibilidade da intervenção de terceiros nos processos submetidos à jurisdição da Justiça do Trabalho.

II – Nos processos que envolvem crédito de natureza privilegiada, a compatibilidade da intervenção de terceiros está subordinada ao interesse do autor, delimitado pela utilidade do provimento final.

III – Admitida a denunciação da lide, é possível à decisão judicial estabelecer a condenação do denunciado como corresponsável.

69 ***Execução provisória. Aplicabilidade do art. 475-O do CPC no processo do trabalho.***

I – A expressão "... até a penhora..." constante da Consolidação das Leis do Trabalho, art. 899, é meramente referencial e não limita a execução provisória no âmbito do direito processual do trabalho, sendo plenamente aplicável o disposto no Código de Processo Civil, art. 475-O.

II – Na execução provisória trabalhista é admissível a penhora de dinheiro, mesmo que indicados outros bens. Adequação do postulado da execução menos gravosa ao executado

aos princípios da razoável duração do processo e da efetividade.

III – É possível a liberação de valores em execução provisória, desde que verificada alguma das hipóteses do artigo 475-O, § 2º, do Código de Processo Civil, sempre que o recurso interposto esteja em contrariedade com Súmula ou Orientação Jurisprudencial, bem como na pendência de agravo de instrumento no TST.

70 ***Execução. Penhora de rendimentos do devedor. Créditos trabalhistas de natureza alimentar e pensões por morte ou invalidez decorrentes de acidente do trabalho. Ponderação de princípios constitucionais. Possibilidade.***

Tendo em vista a natureza alimentar dos créditos trabalhistas e da pensão por morte ou invalidez decorrente de acidente do trabalho (CF, art. 100, § 1º-A), o disposto no art. 649, inciso IV, do CPC deve ser aplicado de forma relativizada, observados o princípio da proporcionalidade e as peculiaridades do caso concreto. Admite-se, assim, a penhora dos rendimentos do executado em percentual que não inviabilize o seu sustento.

71 ***Art. 475-J do CPC. Aplicação no processo do trabalho.***

A aplicação subsidiária do artigo 475-J do CPC atende às garantias constitucionais da razoável duração do processo, efetividade e celeridade, tendo, portanto, pleno cabimento na execução trabalhista.

72 ***Embargos à execução (impugnação). Efeito suspensivo.***

Em razão da omissão da CLT, os embargos à execução (impugnação) não terão efeito suspensivo, salvo quando relevantes seus fundamentos e o prosseguimento da execução seja manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação (art. 475-M do CPC).

73 ***Execução de contribuições previdenciárias. Revisão da Súmula 368 do TST.***

I – Com a edição da Lei n. 11.457/2007, que alterou o parágrafo único do art. 876 da CLT, impõe-se a revisão da Súmula 368 do TST: é competente a Justiça do Trabalho para a execução das contribuições à Seguridade Social devidas durante a relação de trabalho, mesmo não havendo condenação em créditos trabalhistas, obedecida a decadência.

II – Na hipótese, apurar-se-á o montante devido à época do período contratual, mês a mês, executando-se o tomador dos serviços, por força do art. 33, § 5º, da Lei n. 8.212/91, caracterizada a sonegação de contribuições previdenciárias, não devendo recair a cobrança de tais contribuições na pessoa do trabalhador.

III – Incidem, sobre as contribuições devidas, os juros e a multa moratória previstos nos artigos 34 e 35 da Lei n. 8.212/91, a partir da data em que as contribuições seriam devidas e não foram pagas.

74 ***Contribuições devidas a terceiros. Incompetência da Justiça do Trabalho.***

A competência da Justiça do Trabalho para a execução de contribuições à Seguridade Social (CF, art. 114, § 3º) nas ações declaratórias, condenatórias ou homologatórias de acordo cinge-se às contribuições previstas no art. 195, inciso I, alínea *a*, e inciso II, da Constituição, e seus acréscimos moratórios. Não se insere, pois, em tal competência, a cobrança de "contribuições para terceiros", como as destinadas ao "sistema S" e "salário-educação", por não se constituírem em contribuições vertidas para o sistema de Seguridade Social.

75 ***Ação civil pública. Interesses individuais homogêneos. Legitimação do Ministério Público.***

I – O Ministério Público do Trabalho detém legitimidade para defender direitos ou interesses individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum, nos exatos termos do artigo 81, inciso III, do CDC.

II – Incidem na hipótese os artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, pois a defesa de direitos individuais homogêneos quando coletivamente demandada se enquadra no campo dos interesses sociais previstos no artigo 127 da Magna Carta, constituindo os direitos individuais homogêneos em espécie de direitos coletivos *lato sensu*.

76 ***Ação civil pública. Reparação de dano moral coletivo. Trabalho forçado ou em condições degradantes. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho.***

I – Alegada a utilização de mão de obra obtida de forma ilegal e aviltante, sujeitando o trabalhador a condições degradantes de trabalho, a trabalho forçado ou a jornada exaustiva, cabe Ação Civil Pública de reparação por dano moral coletivo.

II – Legitimidade do Ministério Público do Trabalho para o ajuizamento da ação civil pública na tutela de interesses coletivos e difusos, uma vez que a referida prática põe em risco, coletivamente, trabalhadores indefinidamente considerados.

77 ***Ação civil pública. Interesses individuais homogêneos. Legitimação dos sindicatos. Desnecessidade de apresentação de rol dos substituídos.***

I – Os sindicatos, nos termos do art. 8º, III, da CF, possuem legitimidade extraordinária para a defesa dos direitos e interesses – individuais e metaindividuais – da categoria respectiva em sede de ação civil pública ou outra ação coletiva, sendo desnecessária a autorização e indicação nominal dos substituídos.

II – Cabe aos sindicatos a defesa dos interesses e direitos metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos) da categoria, tanto judicialmente quanto extrajudicialmente.

III – Na ausência de sindicato, é da federação respectiva a legitimidade extraordinária para a defesa dos direitos e interesses da categoria e, na falta de ambos, da confederação.

IV – O art. 16 da Lei da ação civil pública contraria toda a filosofia e sistemática das ações coletivas. A decisão proferida nas ações coletivas deve ter alcance, abrangência e eficácia em toda área geográfica afetada, seja em todo o território nacional (âmbito nacional) ou em apenas parte dele (âmbito suprarregional), conforme a extensão do ato ilícito e/ou do dano causado ou a ser reparado.

78 ***Inexistência de litispendência entre ação coletiva e ação individual.***

Às ações coletivas ajuizadas pelos sindicatos e pelo Ministério Público na Justiça do Trabalho aplicam-se subsidiariamente as normas processuais do Título III do Código de Defesa do Consumidor. Assim, não haverá litispendência entre ação coletiva e ação individual, devendo o juiz adotar o procedimento indicado no art. 104 do CDC: a) o autor da ação individual, uma vez notificado da existência de ação coletiva, deverá se manifestar no prazo de trinta dias sobre o seu prosseguimento ou suspensão; b) optando o autor da ação individual por seu prosseguimento, não se beneficiará dos efeitos da coisa julgada da ação coletiva; c) o autor da ação individual suspensa poderá requerer o seu prosseguimento em caso de decisão desfavorável na ação coletiva.

79 ***Honorários sucumbenciais devidos na Justiça do Trabalho.***

I – Honorários de sucumbência na Justiça do Trabalho. As partes, em reclamatória trabalhista e nas demais ações da competência da Justiça do Trabalho, na forma da lei, têm direito a demandar em juízo através de procurador de sua livre escolha, forte no princípio da isonomia (art. 5º, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil) sendo, em tal caso, devidos os honorários de sucumbência, exceto quando a parte sucumbente estiver ao abrigo do benefício da justiça gratuita.

II – Os processos recebidos pela Justiça do Trabalho decorrentes da Emenda Constitucional 45, oriundos da Justiça Comum, que nesta esfera da Justiça tramitavam sob a égide da Lei n. 9.099/95, não se sujeitam na primeira instância aos honorários advocatícios, por força do art. 55 da Lei n. 9.099/95 a que estavam submetidas as partes quando da propositura da ação.

em lugar bem visível. Esse quadro será discriminativo no caso de não ser o horário único para todos os empregados de uma mesma seção ou turma.

§ 1º O horário de trabalho será anotado em registro de empregados com a indicação de acordos ou contratos coletivos porventura celebrados.

§ 2º Para os estabelecimentos de mais de dez trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, devendo haver pré-assinalação do período de repouso. (Redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

§ 3º Se o trabalho for executado fora do estabelecimento, o horário dos empregados constará, explicitamente, de ficha ou papeleta em seu poder, sem prejuízo do que dispõe o § 1º deste artigo.

Seção VI
Das penalidades

Art. 75. Os infratores dos dispositivos do presente Capítulo incorrerão na multa de 3 (três) a 300 (trezentos) valores de referência regionais, segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, aplicada em dobro no caso de reincidência e oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

Parágrafo único. São competentes para impor penalidades as Delegacias Regionais do Trabalho.

► *Comentários*

1. *Trabalho noturno*

A Constituição Imperial de 1824, bem como as Republicanas de 1891 e 1934, nada dispôs acerca do trabalho noturno. A primeira Constituição a cuidar do tema foi a de 1937 (manifestamente sob a influência de Getúlio Vargas), que, no seu art. 137, *j*, dispunha que "o trabalho à noite, a não ser quando efetuado periodicamente por turnos, será retribuído com remuneração superior ao diurno".

O princípio foi mantido nas Constituições subsequentes: 1946 (art. 157, III); 1967 (art. 158, IV); Emenda n. 1/69 (art. 165, IV), e a atual, 1988 (art. 7º, IX) – "remuneração do trabalho noturno superior ao do diurno".

O trabalho noturno, à luz da medicina do trabalho e dos aspectos humanos e sociais, não só é mais penoso que aquele prestado durante o dia, como, inclusive, priva o trabalhador de convívio mais estreito com sua família.

Por isso, é objeto de tutela especial.

Com a propriedade que lhe é inerente, ressalta Arnaldo Süssekind que "o trabalho executado à noite, além de privar o trabalhador de horas normalmente destinadas à recreação e ao sono, é antifisiológico, esgotador e perigoso para a saúde, se praticado habitualmente. Requer um esforço maior do que o realizado durante o dia, sendo que o emprego da luz artificial torna o trabalho mais penoso e prejudica a vista"[101].

2. *Horário noturno*

O art. 73, § 2º, da CLT considera noturno o trabalho que se desenvolve das *22 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte*.

Estranhamos a fixação da jornada noturna a partir das 22 horas (que se justificaria nos países da Europa, em

101. Ob. cit., v. II, p. 61.

Índice Alfabético-Remissivo da CLT e legislação

ABANDONO DE EMPREGO
justa causa para rescisão contratual ..... art. 482, *i*, da CLT

ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS
conversão de férias em abono ..... art. 143 da CLT
férias coletivas ..... art. 143, § 2º, da CLT
não integra a remuneração do empregado para efeito da legislação trabalhista e previdenciária ..... art. 144 da CLT
percentual relativo às férias ..... art. 143 da CLT
prazo de pagamento ..... art. 145 da CLT
prazo para requerer ..... art. 143, § 1º, da CLT
quitação ..... art. 145, parágrafo único, da CLT

ABORTO
ausência da empregada no serviço; não será considerada falta ..... art. 131, II, da CLT
comprovação por atestado médico oficial; repouso semanal e retorno à função ..... art. 395 da CLT

ABREVIATURAS
inadmissibilidade em fichas de declaração e Carteiras de Trabalho e Previdência Social ..... art. 33 da CLT

AÇÃO EXECUTIVA
cobrança judicial da contribuição sindical ..... art. 606 da CLT
julgamento ..... art. 678 da CLT
multas administrativas ..... art. 642 da CLT
termo de ajuste de conduta celebrado com o Ministério Público do Trabalho ..... art. 876 da CLT
termo de conciliação firmado perante as Comissões de Conciliação ..... art. 876 da CLT

AÇÃO REGRESSIVA
de empreiteiro principal contra subempreiteiro e retenção de importâncias a este devidas ..... art. 455, parágrafo único, da CLT

AÇÃO RESCISÓRIA
prazo de sua admissibilidade ..... art. 836 da CLT

ACIDENTE DO TRABALHO
anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... arts. 30 e 40, III, da CLT
ausência no serviço por motivo de acidente do trabalho; não será considerada falta para efeito de férias ..... art. 131, III, da CLT
choque elétrico sofrido por empregado que trabalhe em serviços de eletricidade ou instalações elétricas; os demais empregados deverão estar familiarizados com o atendimento respectivo ..... art. 181 da CLT
competência ..... art. 643, § 2º, da CLT

cômputo na contagem do tempo de serviço do período em que o empregado estiver afastado do trabalho, para efeito de indenização e de estabilidade ..... art. 4º, parágrafo único, parte final, da CLT
direitos sociais ..... CF, art. 7º, XXVIII
indenização; cálculo, conforme anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... art. 40, III, da CLT
prevenção; comissão interna em cada empresa – CIPA .....arts. 163 a 165 da CLT
recebimento de prestações de acidente do trabalho ou de auxílio-doença por mais de seis meses; efeitos quanto às férias ..... art. 133, IV, da CLT

ACIDENTE FERROVIÁRIO
elevação da duração do trabalho do empregado ..... art. 240 da CLT

AÇÕES DE CUMPRIMENTO
substituído processualmente; desistência ..... art. 872, parágrafo único, da CLT

ACORDO(S)
acréscimo de horas suplementares à duração normal do trabalho ..... art. 59 da CLT
coletivo de trabalho ..... arts. 611 a 625 da CLT
coletivo de trabalho; empresas estatais ..... Decreto n. 908/1993
cumprimento; prazos e condições estabelecidos ..... art. 835 da CLT
dissídios coletivos .....arts. 863 e 864 da CLT
dissídios individuais; lavratura do termo ..... art. 847, §§ 1º e 2º, da CLT
não cumpridos; execução ..... art. 876 da CLT
seguir-se-á instrução de processo, se não houver acordo ..... art. 848 da CLT

ADIANTAMENTO DE SALÁRIO
descontos ..... art. 462 da CLT

ADICIONAL
cômputo no salário-base de cálculo da remuneração de férias .....art. 142, § 5º, da CLT
de insalubridade; cessação ..... art. 194 da CLT
de insalubridade; opção do empregado .....art. 193, § 2º, da CLT
de insalubridade; percentuais ..... art. 192 da CLT
de periculosidade; cessação ..... art. 194 da CLT
de periculosidade; empregado do setor de energia elétrica ..... Lei n. 7.369/85
de periculosidade; percentual .....art. 193, § 1º, da CLT
de periculosidade; regulamentação da Lei n. 7.369/85 ..... Decreto n. 93.412/86
média a ser computada no momento das férias .....art. 142, § 6º, da CLT
noturno ..... art. 73 da CLT
por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso; cômputo no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias.....art. 142, § 5º, da CLT
trabalhador portuário avulso; recolhimento; adicional de indenização .....Decreto n. 1.035/93
trabalho noturno da mulher .....art. 381, § 1º, da CLT

ADJUDICAÇÃO
preferência do exequente .....art. 888, § 1º, da CLT

ADMINISTRAÇÃO DE SINDICATO
intervenção do Ministro do Trabalho ..... art. 528 da CLT
prerrogativas do empregado eleito para o exercício de cargo da administração sindical ..... art. 543 da CLT

ADMISSÃO DE EMPREGADO
anotação falsa a respeito na Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... art. 49, V, da CLT
aprendiz; admissão em estabelecimento industrial; direito de preferência ... art. 430 da CLT
data de admissão na empresa; anotação obrigatória e prazo respectivo ..... art. 29 da CLT
exame médico obrigatório ..... art. 168 da CLT
exigências proíbidas ..... Lei n. 9.029/95
recusa da empresa a fazer as anotações respectivas ..... art. 36 da CLT
renovação de exame médico ..... art. 168, § 3º, da CLT

ADVOGADOS
assistência nos dissídios coletivos ..... art. 791, § 2º, da CLT
representação de empregado ou empregador em dissídios individuais ..... art. 791, § 1º, da CLT
vista dos autos ..... art. 778 da CLT

AERONAUTA
regulamento da profissão ..... Lei n. 7.183/84
AEROVIÁRIO
regulamento da profissão ..... Decreto n. 1.232/62

AFASTAMENTO DO EMPREGADO
contrato por prazo determinado; período do afastamento; não será computado ..... art. 471, § 2º, da CLT
prestação de serviço militar ..... art. 472 da CLT
segurança nacional ..... art. 471, § 3º, da CLT
volta ao trabalho; vantagens asseguradas ..... art. 471 da CLT

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
criação da função ..... Lei n. 11.350/2007
AGRAVO
admissibilidade ..... art. 893, IV, da CLT
cabimento ..... art. 897 da CLT
de instrumento; cabimento ..... art. 897, *b*, da CLT
de instrumento; interposição em caso de denegação de recurso de revista; prazo ..... art. 896, § 3º, da CLT
de petição; cabimento ..... art. 897, *a*, da CLT
prazo ..... art. 897, § 1º, da CLT

AGRAVO DE INSTRUMENTO
cabimento ..... art. 897, *b*, e §§ 2º e 4º, da CLT

AGRAVO DE PETIÇÃO
cabimento ..... art. 897, *a*, e §§ 1º e 3º, da CLT

AGRÔNOMOS
regulamentação ..... Lei n. 4.950-A/1996

AJUDAS DE CUSTO
não se incluem no salário ..... art. 457, § 2º, da CLT

ALÇADA
no Processo do Trabalho ..... Lei n. 5.584/70
procedimento sumaríssimo ..... arts. 852-A/852-I da CLT

ALIMENTAÇÃO
horários obrigatórios ..... art. 230 da CLT

imposto de renda; dedução pelas pessoas jurídicas ..... Lei n. 6.321/76
imposto de renda; dedução pelas pessoas jurídicas; regulamentação ..... Decreto n. 5/91
inclusão no salário ..... arts. 81 e 458 da CLT
regulamento; programa ..... Decreto n. 5/91

ALISTAMENTO ELEITORAL DO EMPREGADO
falta ao serviço por este motivo, sem prejuízo do salário ..... arts. 131, I, e 473, V, da CLT

ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
alteração do contrato ..... arts. 468 a 470 da CLT
mútuo consentimento ..... art. 468 da CLT
transferência de empregado; despesas; responsabilidade do empregador ..... art. 470 da CLT
transferência de empregado em caso de extinção do estabelecimento ..... art. 469, § 2º, da CLT
transferência de empregado que exerça cargo de confiança ..... art. 469, § 1º, da CLT
transferência de empregado sem anuência deste ..... art. 469 da CLT

ALTERAÇÃO NA ESTRUTURA JURÍDICA DA EMPRESA
não afetará os direitos adquiridos por seus empregados ..... arts. 10 e 448 da CLT

AMAMENTAÇÃO
do próprio filho; períodos de descanso ..... art. 369 da CLT

ANALFABETO
Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... art. 17, § 2º, da CLT
recibo de salário mediante impressão digital ..... art. 464 da CLT
rescisão contratual; pagamento em dinheiro ..... art. 477, § 4º, da CLT

ANALOGIA
utilização nas decisões das autoridades administrativas e da Justiça do Trabalho, em caso de falta de disposições legais ou contratuais ..... art. 8º da CLT

ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
arts. 29 a 34
acidentes do trabalho ..... art. 30 da CLT
anotação ..... art. 53 da CLT
anotação dos períodos aquisitivos das férias coletivas ..... art. 141, § 3º, da CLT
crime de falsidade ..... arts. 49 e 50 da CLT
empresa que não anota, apesar de intimada ..... art. 54 da CLT
falta ou recusa; reclamação ..... arts. 36 a 39 da CLT
relativas a alterações do estado civil ..... art. 32 da CLT
retenção ..... art. 53 da CLT
valor ..... art. 40 da CLT

APLICAÇÃO DA LEI
analogia ..... art. 8º da CLT

APOSENTADO
utilização deste critério nas promoções de empregados ..... art. 461, § 2º, da CLT

APOSENTADORIA
disposições; direitos sociais ..... CF, art. 7º, XXIV

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
empregado sindicalizado; vantagens ..... art. 540, § 2º, da CLT

APRENDIZAGEM

aprendiz ..... Decreto n. 5.598/2005
responsabilidades ..... arts. 424 a 433 da CLT

APRENDIZES
admissão em estabelecimento industrial; direito de preferência ..... art. 430 da CLT
contrato de aprendizagem ..... art. 428 da CLT
contrato de aprendizagem; extinção ..... art. 433 da CLT
duração do trabalho ..... art. 432 da CLT
fiscalização das condições de trabalho ..... IN do MTE n. 26/2001
número obrigatório nos estabelecimentos industriais ..... arts. 429 e 430 da CLT
requisitos para admissão ..... art. 431 da CLT

APRESENTAÇÃO PARA SERVIÇO MILITAR
cômputo do tempo de trabalho anterior, para efeito de aquisição do direito a férias ..... art. 132 da CLT

ARMAZÉM
da própria empresa; sua utilização pelo empregado não poderá ser obrigatória ..... art. 462, § 2º, da CLT
de gêneros alimentícios; serviços prestados por tais estabelecimentos; equiparação a serviços públicos ..... art. 910 da CLT

ARQUITETOS
regulamentação ..... Lei n. 4.950-A/66

ARQUIVAMENTO
de reclamação, caso o reclamante não compareça à audiência de julgamento ..... art. 844 e parágrafo único da CLT

ARREMATAÇÃO
anúncio mediante edital ..... art. 888 e § 1º da CLT
arrematante; garantia do lance ..... art. 888, § 2º, da CLT
falta de licitante; adjudicação não adquirida pelo exequente; venda dos bens por leiloeiros ..... art. 888, § 3º, da CLT
prazo para o arrematante pagar o preço da arrematação; perda do sinal de 20% se não o fizer ..... art. 888, § 4º, da CLT
quando será efetuada ..... art. 888 da CLT

ARRESTO
medida cautelar admissível no processo do trabalho ..... art. 813 do CPC

ARTISTA
menor; autorização judicial para o exercício da profissão em circos, teatros de revista, cinemas, boates e estabelecimentos análogos ..... art. 406 da CLT
regulamentação ..... Lei n. 6.533/78

ASSINATURA A ROGO
em Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... art. 17, § 2º, da CLT

ASSISTÊNCIA JUDICÁRIA
prestação por sindicatos ..... art. 514, *b*, da CLT

ASSISTENTE SOCIAL
regulamentação ..... Lei n 8.662/93

ASSOCIAÇÃO EM SINDICATO
categoria profissional diferenciada, conceito ..... art. 511, § 3º, da CLT

disposições iniciais ..... arts. 511 a 514 da CLT
licitude ..... art. 511 da CLT
prerrogativas dos sindicatos ..... art. 513 da CLT

ASSOCIAÇÕES RECREATIVAS
equiparação ao empregador para efeitos exclusivos da relação de emprego ..... art. 2º, § 1º, da CLT

ATA
dos trâmites de instrução e julgamento da reclamação ..... art. 851 e §§ da CLT

ATESTADO DE CAPACIDADE FÍSICA
obrigatoriedade ..... art. 380, *b*, da CLT

ATESTADO DE ESTERILIZAÇÃO
proibição de exigência para efeito admissional no trabalho ..... Lei n. 9.029/95

ATESTADO DE GRAVIDEZ
proibição de exigência para efeito admissional no trabalho ..... Lei n. 9.029/95

ATESTADO DE ROBUSTEZ FÍSICA
de operários estivadores ..... art. 257, § 1º, 3, da CLT

ATESTADO DE VACINAÇÃO
de operários estivadores ..... art. 257, § 1º, 2, da CLT

ATESTADO MÉDICO
em caso de aborto não criminoso; repouso remunerado da mulher e retorno à função anterior ..... art. 395 da CLT
rompimento do contrato por mulher grávida; admissibilidade, se apresentado ..... art. 394 da CLT

ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES
renovação de exame médico ..... art. 168, § 3º, da CLT

ATIVIDADES INDUSTRIAIS E COMERCIAIS
caracterização ..... art. 352, § 1º, da CLT

ATIVIDADES INSALUBRES OU PERIGOSAS
arts. 189 a 197 da CLT
adicionais; percentuais ..... art. 192 da CLT
arguição em juízo; designação de perícia ..... art. 195, §§ 2º e 3º, da CLT
caracterização ..... arts. 189 e 193 da CLT
efeitos pecuniários; contagem ..... art. 196 da CLT
explosivos ..... art. 193 da CLT
inflamáveis ..... art. 193 da CLT
insalubridade; eliminação por neutralização ..... art. 191 da CLT
normas a respeito emitidas pelo Ministério do Trabalho ..... art. 190 da CLT

ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL
normas gerais de desportos (Lei Pelé) ..... Lei n. 9.615/98
normas gerais de desportos; regulamento ..... Decreto n. 2.574/98
relações de trabalho ..... Lei n. 6.354/76

ATO DE IMPROBIDADE
do empregado; justa causa para rescisão contratual ..... art. 482, *h*, da CLT

ATO LESIVO DA HONRA E DA BOA FAMA
praticado por empregado; justa causa para rescisão contratual ..... art. 482, *j* e *k*, da CLT

praticado por empregador; rescisão contratual e pedido de indenização pelo empregado ..... art. 483, *e*, da CLT

ATOS ADMINISTRATIVOS
informação à fiscalização ..... art. 627, *a*, da CLT

ATOS ATENTATÓRIOS À SEGURANÇA NACIONAL
praticados por empregado; justa causa para dispensa ..... art. 482, parágrafo único, da CLT

ATOS E TERMOS PROCESSUAIS
firma a rogo ..... art. 772 da CLT
horário ..... art. 770 da CLT
normas gerais ..... arts. 770 a 782 da CLT
prazos; contagem ..... art. 774 da CLT
publicidade ..... art. 770 da CLT

AUDIÊNCIA(S)
de conciliação, em dissídios coletivos ..... arts. 860 a 864 da CLT
de julgamento ..... arts. 843 a 852 da CLT
de julgamento; não comparecimento do reclamado e do reclamante; efeitos ..... art. 844 e parágrafo único da CLT
de julgamento; quem deverá estar presente ..... art. 843 e §§ da CLT
de julgamento; resumo em ata ..... art. 851 e §§ da CLT
disposições gerais ..... arts. 813 a 817 da CLT
local ..... art. 813 da CLT
razões finais; prazo ..... art. 850 da CLT
registros em livro próprio ..... art. 817 e parágrafo único da CLT
será contínua; ressalva ..... art. 849 da CLT

AUDIÊNCIA DE JULGAMENTO
acordo entre as partes; lavratura de termo ..... art. 847, § 1º, da CLT
ata ..... art. 851 da CLT
conciliação proposta pelo juiz ..... art. 847 da CLT
disposições gerais ..... arts. 843 e 852 da CLT
inquérito para apuração de falta grave ..... arts. 853 a 855 da CLT
instrução do processo, caso não haja acordo ..... art. 848 da CLT
interrogatório dos litigantes ..... art. 848 da CLT
não comparecimento do reclamado; revelia e confissão quanto à matéria de fato ..... art. 844 da CLT
não comparecimento do reclamante; arquivamento da reclamação ..... art. 844 da CLT
notificação da decisão aos litigantes ..... art. 852 da CLT
presença do reclamante e do reclamado ..... art. 843 da CLT
razões finais, ao término da instrução ..... art. 850 da CLT
reclamado; tempo para aduzir a defesa ..... art. 846 da CLT
será contínua ..... art. 849 da CLT
testemunhas; acompanharão reclamante e reclamado ..... art. 845 da CLT

AUMENTO SALARIAL
ou reajuste; cláusula que implique elevação de tarifas ou preços sujeitos à fixação por autoridade pública ou repartição governamental; de que dependerá sua vigência ..... art. 624 da CLT

AUSÊNCIA
do empregado; justificação pela empresa; falta ao serviço não caracterizada ..... art. 131, IV, da CLT

AUTARQUIA(S)
paraestatais; servidores; inaplicabilidade da Consolidação das Leis do Trabalho; ressalva ..... art. 7º, *caput*, *d*, da CLT

AUTO DE INFRAÇÃO
lavratura em duplicata; entrega de uma via ao infrator ..... art. 629 e §§ da CLT
lavratura pelo agente da inspeção; responsabilidade administrativa ..... art. 628 da CLT
registro ..... art. 629, § 4º, da CLT

AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS
critérios de decisão, na falta de disposições legais ou contratuais ..... art. 8º da CLT

AUTORIDADES POLICIAIS
assistência a agentes de inspeção do trabalho ..... art. 630, § 8º, da CLT

AUTOS PROCESSUAIS
formação ..... art. 777 da CLT
responsabilidade a eles referente ..... art. 777 da CLT
retirada ..... art. 778 da CLT
vista ..... art. 778 da CLT

AUTUAÇÃO
multas administrativas ..... arts. 626 a 634 da CLT

AUXÍLIO-DOENÇA
incapacidade que propicie sua concessão; anuência do empregado; não será considerada falta ao serviço para efeito de férias ..... art. 131, III, da CLT
recebimento de prestações por mais de seis meses; efeitos quanto às férias ..... art. 133, IV, da CLT

AUXÍLIO-ENFERMIDADE
ou seguro-doença; licença não remunerada ..... art. 476 da CLT

AUXÍLIO-MATERNIDADE
disposições gerais ..... art. 393 da CLT

AVALIAÇÃO DE BENS PENHORADOS
prazo ..... art. 721, § 3º, da CLT

AVISO PRÉVIO
cabimento na despedida indireta ..... art. 487, § 4º, da CLT
contagem do prazo ..... arts. 487 a 491 da CLT
disposições gerais ..... arts. 487 a 491 da CLT
empregado; prática de falta considerada justa causa para a rescisão; perda de direito ..... art. 491 da CLT
empregador; prática de ato que justifique a rescisão imediata do contrato; sanção cabível ..... art. 490 da CLT
falta de aviso prévio por parte do empregado ..... art. 487, § 2º, da CLT
falta de aviso prévio por parte do empregador ..... art. 487, § 1º, da CLT
prazos ..... art. 487 da CLT
proporcional; direitos sociais ..... CF, art. 7º, XXI
reconsideração; aceitação; efeitos ..... art. 489, parágrafo único, da CLT
redução da jornada de trabalho permutada ..... art. 488, parágrafo único, da CLT
redução da jornada em duas horas, sem prejuízo do salário integral ..... art. 488 da CLT
salário pago na base de tarefa; cálculo do aviso prévio ..... art. 487, § 3º, da CLT

BANCÁRIOS
contínuos; regime especial ..... art. 226 da CLT
disposições gerais ..... arts. 224 a 226 da CLT
duração normal do trabalho ..... art. 224 da CLT
estabilidade; aquisição de tal direito ..... art. 919 da CLT
falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis; justa causa para rescisão contratual ..... art. 508 da CLT
porteiros; regime especial ..... art. 226 da CLT
prorrogação da duração do trabalho ..... art. 225 da CLT
quebra de caixa; integração de salário ..... Súmula 247/TST

BANCOS
equiparação de sua atividade a serviço público ..... art. 910 da CLT

BEBEDOUROS
instalação obrigatória pela empresa ..... art. 389, II, da CLT

BEBIDAS ALCOÓLICAS E DROGAS NOCIVAS
proibição do pagamento de empregado na forma de tais produtos ..... art. 458, parte final, da CLT

BENS IMÓVEIS
alienação, locação ou aquisição por entidades sindicais; requisitos ..... art. 549, § 1º, da CLT
de entidades sindicais; alienação; autorização ..... art. 549, § 2º, da CLT

BERÇÁRIO
em locais destinados à guarda dos filhos das operárias ..... art. 400 da CLT

BIBLIOTECÁRIO
disposições gerais ..... Lei n. 9.674/98

BOLSAS DE ESTUDO
aplicação da contribuição sindical ..... art. 592, I, *o*, da CLT

BRASILEIROS
proporcionalidade quanto a estrangeiros nas empresas ..... arts. 352 a 358 da CLT

CALDEIRAS, FORNOS E RECIPIENTES SOB PRESSÃO
disposições gerais ..... arts. 187 e 188 da CLT
inspeções de segurança ..... art. 188 da CLT
normas suplementares; competência a respeito ..... art. 187, parágrafo único, da CLT
projetos; aprovação ..... art. 188, § 3º, da CLT
prontuário de caldeiras; especificação ..... art. 188, § 1º, da CLT
registro de segurança ..... art. 188, § 2º, da CLT
válvulas e outros dispositivos de segurança ..... art. 187 da CLT

CARÊNCIA
relativa à aquisição do direito a férias ..... art. 130 da CLT

CARGO DE CONFIANÇA
cômputo do tempo de serviço ..... art. 409, parte final, da CLT
dispensa sem justa causa de empregado com mais de dez anos de serviço na mesma empresa; indenização proporcional ..... art. 499, § 2º, da CLT
estabilidade ..... art. 499 da CLT
reversão do empregado a cargo efetivo ..... arts. 468, parágrafo único, e 499, § 1º, da CLT
transferência do empregado ..... art. 469, § 1º, da CLT

época de verão, quando o sol se põe neste horário). A estranheza não é só nossa, já que estampada por Süssekind em obra clássica: "Parece-nos óbvio que ele deveria alcançar, pelo menos, o período compreendido entre as 22 horas de um dia e as 6 horas da manhã seguinte"[102].

O horário noturno das 22 horas às 5 horas do dia seguinte é estabelecido para o trabalhador urbano.

3. *Trabalhador rural*

A Constituição Federal não fixa o horário noturno, limitando-se a determinar a remuneração superior àquela paga ao trabalho executado no período diurno. Assim, a fixação do horário noturno fica a cargo da legislação infraconstitucional. Por isso subsiste, porque recepcionado pela Constituição Federal, o art. 7º da Lei n. 5.889, de 8-6-1973 (que dispõe sobre o trabalho rural), e que estabelece, no setor rural, o horário noturno das 21 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte, na lavoura, e das 20 horas de um dia às 4 horas do dia seguinte, na atividade pecuária.

4. *Hora reduzida*

A redução da hora noturna de *52 minutos e 30 segundos* é uma vantagem suplementar concedida àqueles que laboram no período noturno. Trabalhando das 22 às 5 horas, o empregado terá trabalhado *7 horas*, mas receberá 8 horas.

A Orientação Jurisprudencial n. 127, da Seção de Dissídios Individuais (SDI), considera subsistente a redução da jornada noturna, assim dispondo: "Hora noturna reduzida. Subsistência após a CF/88. O art. 7º, § 1º, da CLT, que prevê a redução da hora noturna, não foi revogado pelo inciso IX, do art. 7º, da CF/88".

5. *Adicional noturno*

A hora noturna reduzida não exclui o pagamento do denominado adicional noturno de 20%, pelo menos, sobre a hora diurna. Assim dispõe a Súmula 214 do STF: "A duração legal da hora de serviço noturno (52 minutos e 30 segundos) constitui vantagem suplementar, que não dispensa o salário adicional".

O adicional referido há de ser calculado sobre a hora diurna e não sobre o salário mínimo, como deixa claro o *caput* do art. 73 da CLT.

Na eventualidade de o empregado prestar horas extras no período noturno, o respectivo adicional (de horas extras) será calculado sobre o salário da hora noturna (52' e 30"); enquanto o adicional noturno deve ser computado sobre a hora diurna (art. 73, *caput*, da CLT).

Como lembra Sérgio Pinto Martins, "não se pode cumular o cálculo de adicional sobre adicional, nem para efeito de horas extras, muito menos para efeito do adicional noturno"[103].

Matéria objeto de controvérsia doutrinária e jurisprudencial é a de se saber se o trabalho em período noturno pode ser unilateralmente alterado pelo empregador.

Há quem entenda que o adicional noturno pago ao longo dos anos incorpora-se aos salários do empregado, tornando-se o seu recebimento um direito adquirido (TRT/SP, RO 02850200896, Ac. 8ª T., Rel. Juiz Valentin Carrion).

Dessa posição, ousamos divergir. A alteração de turno (da noite para o dia),

102. Ob. cit., v. II, p. 61.

103. *Comentários à CLT*, cit., p. 147.

CARGO EM COMISSÃO
contagem de tempo e volta ao cargo anterior ..... art. 450 da CLT

CARIMBO
para anotação de Carteira de Trabalho e Previdência Social, em caso de concessão de férias coletivas a mais de 300 empregados; aprovação pelo Ministério do Trabalho ..... art. 141 e § 1º da CLT

CARTA DE SENTENÇA
execução provisória ..... art. 896, § 2º, da CLT

CARTA PRECATÓRIA
atos processuais realizados fora dos limites territoriais da Comarca ..... art. 200 do CPC
executória ..... art. 747 do CPC

CARTEIRA DE IDENTIDADE SOCIAL
exibição obrigatória ..... art. 630 da CLT

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
anotação da concessão de férias ..... art. 135, § 1º, da CLT
anotação da interrupção da prestação de serviços ..... art. 133, § 1º, da CLT
anotação das datas dos períodos aquisitivos correspondentes às férias coletivas ..... art. 141, § 3º, da CLT
anotações ..... arts. 29 a 34 e 40 da CLT
anotações: falta ou recusa a efetuá-las; reclamações ..... arts. 36 a 39 da CLT
anotações relativas à alteração do estado civil e aos dependentes do portador; competência ..... art. 20 da CLT
assinatura a rogo ..... art. 17, § 2º, da CLT
conteúdo ..... art. 16 da CLT
declarações verbais para sua obtenção, na falta de documentos ..... art. 17 da CLT
emissão; competência ..... art. 14 da CLT
entrega ..... arts. 25 e 26 da CLT
entrega por sindicato; não poderá ser cobrada remuneração ..... art. 26, parágrafo único, da CLT
extravio ..... art. 52 da CLT
falsidade; caracterização de tal crime ..... arts. 49 e 50 da CLT
impressão digital ..... art. 17, § 2º, da CLT
imprestabilidade ou esgotamento do espaço destinado a registros e anotações ..... art. 21 da CLT
inutilização ..... art. 52 da CLT
modelos ..... art. 13, § 2º, da CLT
obrigatoriedade ..... art. 13 da CLT
providências que deve tomar o interessado em obtê-la ..... arts. 15 e 16 da CLT
retenção indevida pela empresa; multa ..... art. 53 da CLT
tipo igual ou semelhante; venda proíbida sob pena de multa ..... art. 51 da CLT

CARTÓRIO DOS JUÍZOS DE DIREITO
atribuições e obrigações ..... art. 716 da CLT
distribuição das reclamações ..... art. 716, parágrafo único, da CLT
escrivães; competência ..... art. 717 da CLT
funcionários; atribuições e obrigações ..... art. 717, segunda parte, da CLT

CATEGORIA PROFISSIONAL
diferenciada ..... art. 511, § 3º, da CLT

CERTIDÃO NEGATIVA
de Débitos Trabalhistas (CNDT) ..... art. 642-A da CLT

CERTIDÕES
de processos em curso ou arquivados ..... art. 781 da CLT
de processos que correrem em segredo de justiça ..... art. 781, parágrafo único, da CLT

CESSAÇÃO DA ATIVIDADE DA EMPRESA
empregados estáveis; indenização ..... art. 498 da CLT
por morte do empregador; indenização dos empregados ..... art. 485 da CLT

CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
efeitos ..... arts. 146 a 149 da CLT

CHAMAMENTO À AUTORIA
de pessoa de direito público responsável pela paralisação do trabalho ..... art. 486, § 1º, parte final, da CLT

CHEFES DE SECRETARIA
lavratura de certidões ..... art. 781 da CLT

CHEQUE VISADO
pagamento de empregado; ressalva quanto ao analfabeto ..... art. 477, § 4º, da CLT

CIPA (COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES)
vide ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DE MEDICINA DO TRABALHO NAS EMPRESAS

CIRURGIÃO-DENTISTA
disposições gerais ..... Lei n. 3.999/61

CITAÇÃO POR EDITAL
de executado não localizado ..... art. 880, § 3º, da CLT

COBRANÇA JUDICIAL
contribuições e multas devidas ao FGTS ..... Lei n. 8.844/94
de contribuição sindical; ação executiva ..... art. 606 da CLT

COMBUSTÍVEIS. INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS
disposições gerais ..... arts. 196 a 198 da CLT
proibição de postos com autoatendimento ..... Lei n. 9.956/2000

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA
composição ..... art. 625-B da CLT
conciliação; título executivo extrajudicial ..... art. 625-E, parágrafo único, da CLT
conciliador ..... art. 625-B, § 2º, da CLT
constituição ..... art. 625-A da CLT
demandas a serem submetidas ..... art. 625-D da CLT
execução do título executivo; competência ..... art. 877-A da CLT
membros da; garantia de emprego ..... art. 625-B, § 1º, da CLT
Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista ..... art. 625-H da CLT
prazo para conciliação ..... art. 625-F da CLT
prazo prescricional ..... art. 625-G da CLT
sindicato; constituição e funcionamento ..... art. 625-C da CLT

COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CIPA)
vide, também, ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DE MEDICINA DO TRABALHO NAS EMPRESAS

COMISSIONISTA
cálculo da indenização ..... art. 478, § 4º, da CLT

COMISSÕES
vide, também, COMISSIONISTA
integrarão o salário ..... art. 457, § 1º, da CLT
pagamento; período em que será feito ..... art. 459, parte final, da CLT
pagamento; quando será exigível ..... art. 466 e §§ da CLT

COMPARECIMENTO A JUÍZO
pelo empregado; falta ao serviço pelo tempo que se fizer necessário; sem prejuízo do salário ..... art. 473, VIII, da CLT

COMPENSAÇÃO
de excesso de horas de trabalho; dispensa de acréscimo de salário ..... art. 59, § 2º, da CLT
no pagamento, em caso de rescisão contratual ..... art. 477, § 5º, da CLT

COMPETÊNCIA
da Procuradoria-Geral da Justiça do Trabalho ..... art. 746 da CLT
da secretaria dos Tribunais Regionais do Trabalho ..... art. 719 da CLT
das Varas do Trabalho ..... arts. 650, parágrafo único, e 651 a 653
dissídios coletivos; conciliação e julgamento ..... Lei n. 9.254/96
do cartório dos juízes de direito ..... art. 716 da CLT
dos Tribunais Regionais do Trabalho ou suas turmas ..... art. 680 da CLT
dos Tribunais Regionais do Trabalho quando divididos em turmas ..... art. 678 da CLT
dos Tribunais Regionais do Trabalho quando não divididos em turmas ..... art. 679 da CLT
escrivães dos juízos de direito ..... art. 717 da CLT
fiscalização, apuração e cobrança judicial das contribuições e multas devidas ao FGTS ..... Lei n. 8.844/94

CÔMPUTO DE TEMPO DE SERVIÇO
do período de serviço militar e de afastamento por motivo de acidente do trabalho ..... art. 4º, parágrafo único, da CLT

CONCEITOS LEGAIS
de aprendiz ..... art. 80, parágrafo único, da CLT
de atividade preponderante ..... art. 581, § 2º, da CLT
de atividades ou operações insalubres ..... art. 189 da CLT
de atividades ou operações perigosas ..... art. 193 da CLT
de aviso prévio ..... art. 487 da CLT
de cargo de direção ou representação sindical ..... art. 543, § 4º, da CLT
de categoria profissional diferenciada ..... art. 511, § 3º, da CLT
de contrato de trabalho por prazo indeterminado ..... art. 452 da CLT
de contrato individual de trabalho ..... art. 442 da CLT
de convenção coletiva de trabalho ..... art. 611 da CLT
de empregado ..... art. 3º da CLT
de empregador ..... art. 2º, § 1º, da CLT
de empregados domésticos ..... art. 7º, *a*, da CLT
de empresas jornalísticas ..... art. 302, § 2º, da CLT
de estabilidade ..... art. 492 da CLT
de estiva de embarcações ..... art. 254 da CLT
de extranumerário ..... art. 244, § 1º, da CLT

de falta grave ..... art. 493 da CLT
de força maior ..... art. 501 da CLT
de gorjeta ..... art. 457, § 3º, da CLT
de grande estadia ..... art. 150, § 2º, da CLT
de jornalista ..... art. 302, § 1º, da CLT
de licença não remunerada ..... art. 543, § 2º, da CLT
de mão de obra na estiva de embarcações ..... art. 255, *a*, da CLT
de menor ..... art. 402 da CLT
de período de serviço efetivo ..... art. 4º da CLT
de prontidão (empregado em ferrovia) ..... art. 244, § 3º, da CLT
de regime de economia familiar ..... art. 13, § 1º, I, da CLT
de remuneração ..... art. 457 da CLT
de salário mínimo ..... art. 76 da CLT
de serviço de capatazia nos portos ..... art. 285, parágrafo único, da CLT
de serviço ferroviário ..... art. 236 da CLT
de sobreaviso (a empregado efetivo) ..... art. 244, § 2º, da CLT
de tempo de serviço efetivo ..... art. 492, parágrafo único, da CLT
de trabalhadores rurais ..... art. 7º, *b*, da CLT
de trabalho de igual valor ..... art. 461, § 1º, da CLT
de trabalho noturno ..... art. 73, § 2º, da CLT

CONCILIAÇÃO
prévia; obrigatoriedade ..... arts. 625-A a 625-H
proposta pelo juiz na audiência de julgamento ..... art. 847 e §§ da CLT

CONCORDATA
férias; crédito privilegiado ..... art. 144 da CLT
subsistência dos direitos oriundos da existência do contrato de trabalho ..... art. 499 e §§ da CLT

CONCORRÊNCIA AO EMPREGADOR
falta grave ..... art. 482 da CLT

CONCURSO DE CREDORES
falência; crédito dos empregados ..... art. 449 da CLT
férias; crédito privilegiado ..... art. 144 da CLT

CONDENAÇÃO CRIMINAL
falta grave ..... art. 482, *d*, da CLT

CONFEDERAÇÕES
agrupamento de sindicatos ..... art. 573 da CLT
contribuição sindical ..... arts. 590 e 591 da CLT
denominação ..... art. 562 da CLT
representação de classe ..... art. 920 da CLT e Lei n. 7.316/85

CONFLITOS DE JURISDIÇÃO
entre as Varas do Trabalho e juízes de direito investidos de jurisdição trabalhista ..... arts. 803 a 810 da CLT
entre juízes do trabalho e juízes federais ..... art. 808 da CLT
entre juízes e Tribunais do Trabalho com órgãos da Justiça Ordinária Estadual ..... art. 808 da CLT
entre Tribunais Regionais do Trabalho ..... art. 810 da CLT

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
casos em que não se aplicam seus dispositivos ..... art. 7º da CLT
normas que estatui ..... art. 1º da CLT

CONSÓRCIO DE EMPRESAS
disposições gerais ..... art. 2º, § 2º, da CLT

CONTÍNUOS
de bancos e casas bancárias; regime especial de horas de trabalho ..... art. 226 da CLT

CONTRAMESTRE
direito de receber proventos pelo serviço de mão de obra de estiva ..... art. 266, § 2º, da CLT

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA
indenização ..... art. 478, § 1º, da CLT

CONTRATO DE TRABALHO PARA OBRA CERTA OU DE PRAZO DETERMINADO
despedimento sem justa causa; indenização ..... art. 479 e parágrafo único da CLT
rompimento do contrato pelo empregado ..... art. 480 e §§ da CLT

CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO
alteração ..... arts. 468 a 470 da CLT
aviso prévio ..... arts. 487 a 491 da CLT
aviso prévio; prazos ..... art. 487 da CLT
bancário; falta contumaz de pagamento de dívidas; justa causa para rescisão ..... art. 508 da CLT
cessação; efeitos ..... arts. 146 a 148 da CLT
conceito ..... art. 442 da CLT
comprovação de experiência prévia por tempo igual ou inferior a seis meses ..... art. 443 da CLT
disposições especiais ..... arts. 505 a 510 da CLT
disposições gerais ..... arts. 442 a 510 da CLT
empregados em consultórios ou escritórios de profissionais liberais; não se aplicarão as disposições pertinentes à estabilidade ..... art. 507 da CLT
estabilidade ..... arts. 492 a 500 da CLT
força maior ..... arts. 501 a 504 da CLT
mudanças na propriedade ou estrutura jurídica da empresa ..... art. 448 da CLT
remuneração ..... arts. 457 a 467 da CLT
rescisão ..... arts. 477 a 486 da CLT
suspensão e interrupção ..... arts. 471 a 476-A da CLT
suspensão por enfermidade ..... arts. 471 a 476-A da CLT
trabalhadores rurais; dispositivos aplicáveis ..... art. 505 da CLT

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO
Decreto n. 2.490, de 4-2-1998
Lei n. 9.601, de 21-1-1998

CONTRATO POR PRAZO INDETERMINADO
rescisão e indenização ..... arts. 477 e §§ 1º a 5º e 478 e §§ 1º a 5º da CLT

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
aplicação ..... arts. 592 a 594 da CLT
aplicação e objetivos ..... art. 592 da CLT
desconto em folha de pagamento ..... art. 582 da CLT

disposições gerais ..... arts. 601 a 610 da CLT
dos empregadores; quando será efetuada ..... art. 587 da CLT

CONVENÇÃO 158 OIT
fixação e recolhimento ..... arts. 578 a 591 da CLT
penalidades ..... arts. 598 a 600 da CLT
por quem será devida ..... art. 579 da CLT
profissionais liberais ..... art. 584 da CLT
recolhimento anual ..... art. 580 da CLT
salário pago em utilidades ..... art. 582, § 2º, da CLT
trabalhadores avulsos ..... art. 586, § 3º, da CLT

CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO
conceito ..... art. 611 da CLT
convenção ou acordo; controvérsias resultantes da sua aplicação; competência da Justiça do Trabalho ..... art. 625 da CLT
convenções e acordos; conteúdo ..... art. 613 da CLT
convenções ou acordos coletivos de trabalho; celebração por sindicatos ..... art. 612 da CLT
disposições gerais ..... arts. 611 a 625 da CLT

COOPERATIVA
representante legal; anotação de Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... art. 34 da CLT

CORREÇÃO MONETÁRIA
Decreto n. 86.649, de 25-11-1981
Lei n. 6.205, de 29-4-1975

CORREGEDOR
Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho ... art. 889 da CLT
do Tribunal Superior do Trabalho; competência ..... art. 709 da CLT

COSTUMES
decisão pelo juiz quanto aos ..... art. 8º da CLT

CRECHES
disposições gerais ..... art. 397 da CLT

CULPA RECÍPROCA
redução da indenização ..... art. 484 da CLT

CUSTAS
cálculo progressivo nos dissídios individuais ou coletivos ..... art. 789 da CLT
códigos de receita ..... Ato Declaratório Executivo n. 110/2002
responsabilidade solidária das partes vencidas ..... art. 790 da CLT

DANO CAUSADO POR EMPREGADO
desconto no salário ..... art. 462, § 1º, da CLT

DÉBITOS TRABALHISTAS
prova de inexistência de ..... art. 642-A da CLT

DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS
apreciação; quando caberá ..... art. 893, § 1º, da CLT

DEFICIÊNCIA FÍSICA OU MENTAL
de trabalhador readaptado; não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial ..... art. 461, § 4º, da CLT

eliminação de todas as formas de discriminação ..... Decreto n. 3.956/2001
trabalhador; direitos sociais ..... CF, art. 7º, XXXI
trabalhador portador de; regulamento ..... Decreto n. 3.298/99

DELEGADOS SINDICAIS
designação ..... art. 523 da CLT

DEMISSÃO
pedido firmado por empregado com mais de um ano de serviço;
validade ..... art. 477, § 1º, da CLT
pedido formulado por empregado estável; requisito de validade ..... art. 500 da CLT

DEPENDENTES
assistência; direitos sociais ..... CF, art. 7º, XXV
declarações a eles referentes; registro em fichas ..... art. 32 da CLT

DESCONTOS NOS SALÁRIOS
adiantamentos ..... art. 462 da CLT
dano causado por empregado ..... art. 462, § 1º, da CLT
em salário mínimo, a título de compensação;
inadmissibilidade ..... art. 78, parágrafo único, da CLT
falta de aviso prévio pelo empregado ..... art. 487, §§ 2º e 3º, da CLT
fornecimento de mercadorias ..... art. 462, § 2º, da CLT

DESÍDIA
falta grave ..... art. 482, *e*, da CLT

DESOBEDIÊNCIA
autorização do funcionamento de estabelecimento, após interdição ou
embargo ..... art. 161, § 4º, da CLT

DESPEDIDA INDIRETA
cabimento de aviso prévio ..... art. 487, § 4º, da CLT

DESPEDIDA SEM JUSTA CAUSA
remuneração de férias ..... art. 147 da CLT

DESPEDIMENTO
ônus da prova ..... Súmula 212/TST

DESPESAS
de viagem e transportes de empregados de companhias ou empresas teatrais;
a cargo de quem ficarão ..... art. 509, parágrafo único, da CLT
transferência do empregado; responsabilidade do
empregador ..... art. 470, parágrafo único, da CLT

DESPORTOS
e bingos; disposições ..... Lei n. 9.615/98
INDESP ..... Lei n. 9.981/2000
jogos de bingo; disposições ..... Lei n. 9.981/2000
normas gerais (Lei Pelé) ..... Lei n. 9.615/98
treinador profissional de futebol ..... Lei n. 8.650/93

DIÁRIAS PARA VIAGEM
Instrução Normativa n. 8, de 1º-11-1991
integrarão o salário; ressalva ..... art. 457, §§ 1º e 2º, da CLT
que não excedam de 50% do salário percebido pelo empregado; não se incluem
neste ..... art. 457, § 2º, da CLT

DIARISTA
cálculo do salário-hora normal ..... art. 65 da CLT
indenização ..... art. 478, § 2º, da CLT

DINHEIRO
na homologação da rescisão contratual ..... art. 477, § 4º, da CLT

DIPLOMA
de benemerência a empregadores que se distinguirem pela organização e manutenção de creches e instituições de proteção aos menores em idade pré-escolar ..... art. 399 da CLT
de químicos, expedidos por institutos estrangeiros; revalidação ..... art. 325, § 4º, da CLT

DIREITO COMUM
fonte subsidiária do direito do trabalho ..... art. 8º, parágrafo único, da CLT

DIREITO DE RETENÇÃO
empreiteiro (garantia da subempreitada) ..... art. 455 da CLT
falta de aviso prévio do empregado ..... art. 487 da CLT

DIREITO DO TRABALHO
competência para legislar ..... CF, art. 22

DIREITOS ADQUIRIDOS
por empregado, em caso de alteração da estrutura jurídica da empresa ..... art. 10 da CLT

DIREITOS SOCIAIS
ação ..... CF, art. 7º, XXIX
aposentadoria ..... CF, art. 7º, XXIV
assistência aos filhos e dependentes ..... CF, art. 7º, XXV
associação profissional ou sindical ..... CF, art. 8º
atividades penosas, insalubres e perigosas; adicional ..... CF, art. 7º, XXIII
aviso prévio proporcional ..... CF, art. 7º, XXI
13º salário ..... CF, art. 7º, VIII
diferença de salários; proibição ..... CF, art. 7º, XXX
direito de greve ..... CF, art. 9º
disposições gerais ..... CF, art. 6º
dissídio coletivo; reconhecimento ..... CF, art. 7º, XXVI
distinção entre trabalhos ..... CF, art. 7º, XXXII
duração do trabalho ..... CF, art. 7º, XIII
empregada doméstica ..... CF, art. 7º, XXXIV, parágrafo único
férias ..... CF, art. 7º, XVII
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ..... CF, art. 7º, III
higiene, saúde e segurança do trabalho ..... CF, art. 7º, XXII
horas extras; remuneração ..... CF, art. 7º, XVI
irredutibilidade do salário ..... CF, art. 7º, VI
jornada de seis horas para o trabalho ..... CF, art. 7º, XIV
licença à gestante ..... CF, art. 7º, XVIII
licença-paternidade ..... CF, art. 7º, XIX
menor; trabalho noturno ..... CF, art. 7º, XXXIII
participação de trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos ..... CF, art. 10
participação nos lucros, ou resultados da empresa ..... CF, art. 7º, XI

piso salarial ..... CF, art. 7º, V
proteção de relação de emprego ..... CF, art. 7º, I
proteção do salário ..... CF, art. 7º, X
proteção em face da automação ..... CF, art. 7º, XXVII
repouso semanal remunerado ..... CF, art. 7º, XV
representante dos empregados junto à empresa ..... CF, art. 11
salário; garantia ..... CF, art. 7º, VII
salário-família ..... CF, art. 7º, XII
salário mínimo ..... CF, art. 7º, IV
seguro ..... CF, art. 7º, XXVIII
seguro-desemprego ..... CF, art. 7º, II
trabalhador avulso ..... CF, art. 7º, XXXIV
trabalhador com deficiência ..... CF, art. 7º, XXXI
trabalhadores urbanos e rurais ..... CF, art. 7º
trabalho da mulher; proteção ..... CF, art. 7º, XX
trabalho noturno; remuneração ..... CF, art. 7º, IX

DIRETORES
estabilidade ..... art. 499 da CLT

DIRIGENTES SINDICAIS
estabilidade provisória ..... art. 543, § 3º, da CLT
reintegração liminar ..... art. 659 da CLT

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA
vide RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS SOBRE DURAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO
arts. 224 a 351

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
arts. 911 a 922

DISSÍDIOS COLETIVOS
conciliação e julgamento ..... arts. 860 a 867 da CLT
conciliação e julgamento; competência ..... Lei n. 9.254/96
cumprimento das decisões ..... art. 872 da CLT
disposições gerais ..... arts. 856 a 875 da CLT
extensão das decisões ..... arts. 868 a 871 da CLT
instauração de instância ..... arts. 856 a 859 da CLT
instauração de instância mediante representação escrita ao presidente do tribunal ..... art. 856 da CLT
normas para o processo dos ..... Lei n. 4.725/65
que tenham por motivo novas condições de trabalho e nos quais figure apenas uma parte dos empregados da empresa; extensão da decisão aos demais empregados ..... arts. 868 e 869 da CLT
reconhecimento ..... CF, art. 7º, XXVI
revisão ..... arts. 873 a 875 da CLT
sentença normativa; termo inicial de sua vigência ..... art. 867, parágrafo único, da CLT

DISSÍDIOS INDIVIDUAIS
apresentação da reclamação; onde e por quem será efetuada ..... arts. 837 a 839 da CLT
audiência de julgamento ..... arts. 843 a 852 da CLT

disposições gerais ..... arts. 837 a 855 da CLT
distribuição da reclamação ..... art. 838 da CLT
forma da reclamação e da notificação ..... art. 837 a 842 da CLT
inquérito para apuração de falta grave ..... arts. 853 a 855 da CLT
procedimento sumaríssimo ..... arts. 852-A a 852-I, e §§ 1º a 3º da CLT
reclamação escrita ou verbal ..... art. 840 da CLT

DISSOLUÇÃO DE EMPRESA
subsistência dos direitos oriundos da existência de contrato de trabalho .... art. 449 da CLT

DISTRIBUIÇÃO DAS RECLAMAÇÕES
entre as Varas do Trabalho ou juízes de direito do Cível ..... art. 783 da CLT
registro em livro próprio ..... art. 784 da CLT

DISTRIBUIDOR(ES)
competência ..... art. 714 da CLT
designação ..... art. 715 da CLT
disposições gerais ..... arts. 713 a 715 da CLT
localidades em que existirá ..... art. 713 da CLT

DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SANGUE
pelo empregado; falta ao serviço; não prejudicará o salário ..... art. 473, IV, da CLT

DOCUMENTO
autenticação ..... art. 830 da CLT

DOENÇAS PROFISSIONAIS
notificação obrigatória a respeito ..... art. 169 da CLT

DOLO DO EMPREGADO
dano superveniente; desconto no salário ..... art. 462, § 1º, da CLT

DURAÇÃO DO TRABALHO
atividades insalubres ..... art. 60 da CLT
bancários ..... arts. 224 a 226 da CLT
cabineiros, nas estações de tráfego intenso ..... art. 245 da CLT
disposições gerais ..... arts. 57 a 75 da CLT
duração normal de trabalho; acréscimo de horas suplementares ..... art. 59 da CLT
empregados em minas no subsolo ..... arts. 293 e 295 e parágrafo único da CLT
empregados nos serviços de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, de radiotelegrafia e radiotelefonia ..... arts. 227 e 229 da CLT
empregados nos serviços externos; não inclusão no capítulo referente à duração do trabalho ..... art. 62, I, da CLT
gerentes; não inclusão no capítulo referente à duração do trabalho ..... art. 62, II, da CLT
jornada de trabalho ..... arts. 58 a 65 da CLT
jornalistas ..... arts. 303, 304 e parágrafo único e 306 da CLT
operadores cinematográficos ..... art. 234 da CLT
operadores telegrafistas nas estações de tráfego intenso ..... art. 246 da CLT
penalidades ..... art. 75 da CLT
períodos de descanso ..... arts. 66 a 72 da CLT
professores; período de exame ..... art. 322, § 1º, da CLT
prontidão; serviço ferroviário ..... art. 244, § 3º, da CLT
quadro de horário ..... art. 74 da CLT
serviços de capatazias nos portos ..... art. 291 da CLT

paradoxalmente, pode causar prejuízos insanáveis ao empregado, quando este, por exemplo, tem outra ocupação diurna consolidada.

Inexistindo tais prejuízos, lícita a alteração de turno, que, inequivocamente, beneficia o empregado, livrando-o dos inconvenientes do trabalho noturno.

Consensualmente, são admitidas hipóteses em que não há falar em direito adquirido, a teor do que dispõe a Súmula 265 do TST:

"A transferência para o período diurno de trabalho implica a perda do direito ao adicional noturno".

Não há, como se vê, direito adquirido sobre o citado adicional.

6. *Turmas de revezamento*

No sistema de revezamento, o empregado, em determinados dias (normalmente uma semana), trabalha no período noturno, e, em outros, no período diurno.

Nos termos do *caput* do art. 73 da CLT, não faria jus ao adicional noturno.

A Constituição Federal de 1988, tal como as anteriores, revogou parcialmente tal restrição, o que, a rigor, ocorreu a partir da Constituição de 1946, determinando seja o trabalho noturno remunerado de forma superior ao diurno (art. 7º, IX), independentemente de se tratar, ou não, de sistema de revezamento, ratificando, em consequência, a Súmula 213 do STF:

"É devido o adicional de serviço noturno ainda que sujeito o empregado a regime de revezamento".

7. *Quadro de horário*

As empresas, individuais ou coletivas, devem estampar, em lugar visível, em seu ou seus estabelecimentos (unidades técnicas dos empresários), um quadro de horário de seus respectivos empregados.

Tal quadro observa modelo predeterminado pelo Ministério do Trabalho, sendo, porém, dispensável quando houver registro individual de entrada e saída dos empregados.

Nos estabelecimentos com mais de *dez empregados*, é obrigatório o controle de horário de entrada e saída. São os chamados *cartões de ponto*, substituídos que podem ser por meios mecânicos ou eletrônicos.

A inobservância de tais obrigações implica multas, cujos valores são periodicamente atualizados – Título VII – Do Processo de Multas Administrativas (arts. 626 a 642 da CLT).

As **microempresas** e as **empresas de pequeno porte** estão dispensadas da afixação do quadro de horário de trabalho em suas dependências (art. 51, I, da Lei Complementar n. 123, de 14-12-2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 60 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional noturno. Integração no salário e prorrogação em horário diurno.** (Nova redação em decorrência da incorporação da OJ n. 6 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – O adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.

II – Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas. Exegese do art. 73, § 5º, da CLT.

trabalho noturno ..... art. 73 da CLT
tripulante ..... art. 248 da CLT
vendedores pracistas; não se incluem no capítulo referente à duração do trabalho ..... art. 62, I, da CLT
viajantes; não se incluem no capítulo referente à duração do trabalho ..... art. 62, I, da CLT

EDIFICAÇÕES
coberturas; requisitos ..... art. 174 da CLT
corredores; requisitos ..... art. 174 da CLT
disposições gerais ..... arts. 170 a 174 da CLT
escadas; requisitos ..... art. 174 da CLT
medidas mínimas dos locais de trabalho ..... art. 171 da CLT
paredes; requisitos ..... art. 174 da CLT
passarelas; requisitos ..... art. 174 da CLT
pisos; aberturas; proteção contra quedas ..... art. 173 da CLT
pisos; requisitos ..... arts. 172 a 174 da CLT
rampas de acesso; requisitos ..... art. 4º da CLT
requisitos técnicos ..... art. 170 da CLT

EDITAL
praça ..... art. 888 da CLT

EFEITOS DA CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
disposições gerais ..... arts. 146 a 148 da CLT

ELETRICISTAS
adicional de periculosidade ..... Decreto n. 93.412/86
disposições gerais ..... Lei n. 7.369/85

EMBARCADIÇOS
férias; pedido feito por escrito ..... art. 150, § 3º, da CLT

EMBARGO DE OBRA
em caso de grave e iminente risco de vida para o trabalhador ..... art. 161
requerimento; competência ..... art. 161, § 2º, da CLT
salários; recebimento normal ..... art. 161, § 6º, da CLT

EMBARGOS
art. 893, I
à execução; impugnação pelo exequente ..... art. 884, *caput*, parte final, da CLT
cabimento ..... art. 894 da CLT
julgamento; presença de todos os membros da Vara do Trabalho ..... art. 649, § 1º, da CLT

EMBARGOS À EXECUÇÃO
prazo; matéria de defesa; impugnação à sentença de liquidação ..... art. 884 da CLT
recurso; agravo de petição ..... art. 897, *a*, da CLT

EMBARGOS DECLARATÓRIOS
e procedimento sumaríssimo ..... art. 897-A da CLT

EMBRIAGUEZ
habitual ou em serviço; justa causa para despedimento ..... art. 482, *f*, da CLT

EMOLUMENTOS
cobrança, em caso de anotação em Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... art. 31 da CLT

EMPREGADO(S)
anotação da concessão de férias na Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... art. 135, § 1º, da CLT
ausência ao serviço; casos em que não será considerada falta ao serviço; ressalva ..... art. 131, VI, da CLT
ausência ao trabalho; quando não será considerada falta ao serviço ..... art. 131 da CLT
conceito ..... art. 3º da CLT
dependência e salário ..... art. 3º da CLT
direitos e obrigações; propriedade industrial; invenção e modelo de utilidade realizado por ..... Lei n. 9.279/96
domésticos; conceito ..... art. 7º, *a*, da CLT
domésticos; inaplicabilidade da Consolidação das Leis do Trabalho ..... art. 7º, *caput*, da CLT
do setor de energia elétrica; salário adicional ..... Lei n. 7.369/85
em consultório ou escritório; profissionais liberais ..... art. 507 da CLT
estável; extinção da empresa ..... art. 502, I, da CLT
estável; pedido de demissão ..... art. 500 da CLT
falta de aviso prévio por parte do empregado; efeitos ..... art. 487, § 2º, da CLT
férias ..... arts. 129 a 153 da CLT
férias; proporção ..... art. 130 da CLT
maiores de 50 anos; critério para concessão de férias ..... art. 134, § 2º, da CLT
menores de 18 anos; critério para concessão de férias ..... art. 134, § 2º, da CLT
nos serviços de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, de radiotelegrafia e radiotelefonia ..... arts. 227 a 231 da CLT
notificação da concessão de férias; requisitos e assinatura ..... art. 135 da CLT
paralisação dos serviços por mais de 30 dias, com percepção de salário; efeitos quanto às férias ..... art. 133, III, da CLT
percepção de salários por mais de 30 dias durante o período de licença; efeito quanto ao direito a férias ..... art. 133, II, da CLT
pessoa física ..... art. 3º da CLT
prestação de serviços mediante salário ..... art. 3º da CLT
requisito; livro ou fichas; anotação da concessão de férias ..... art. 135, § 2º, da CLT
rescisão do contrato e pedido de indenização ..... art. 483 da CLT
serviços de natureza não eventual ..... art. 3º da CLT
sindicalizado; direito de preferência; casos ..... art. 544 da CLT

EMPREGADO DOMÉSTICO
direitos sociais ..... CF, art. 7º, parágrafo único
disposições sobre a profissão ..... Lei n. 5.859, de 11-12-1972
recolhimento previdenciário, descontos, férias, repouso ..... Lei n. 11.324, de 19-7-2006
Regulamento ..... Decreto n. 71.885, de 9-3-1973
responsabilidade das agências ..... Lei n. 7.195, de 12-6-1984
Seguro-Desemprego e FGTS ..... Decreto n. 3.361/2000

EMPREGADO EM POSTOS DE GASOLINA
Lei n. 9.956, de 12-1-2000

EMPREGADOR(ES)
cessação da atividade da empresa por morte do empregador; indenização dos empregados cabível no caso ..... art. 485 da CLT
conceito ..... art. 2º da CLT

falta de aviso prévio por parte do empregador; efeitos ..... art. 487 da CLT
pessoas equiparadas ao empregador ..... art. 2º, § 1º, da CLT
que deixar de cumprir decisão passada em julgado sobre readmissão ou reintegração de empregado;
penalidade ..... art. 729 da CLT

EMPREITADA – EMPREITEIRO, OPERÁRIO OU ARTÍFICE
competência ..... art. 652, III, da CLT
individual ou coletiva; profissionais de qualquer atividade; por quem será anotada a Carteira de Trabalho e
Previdência Social ..... art. 34 da CLT

EMPREITEIRO
principal; direito de reclamação dos empregados contra este ..... art. 455, parágrafo único, da CLT

EMPRESA(S)
alteração na estrutura jurídica ..... art. 10 da CLT
de prestação de serviços a terceiros e de trabalho temporário; fiscalização ..... Instrução Normativa do MTE n. 3/97
individual ou coletiva considerada empregador ..... art. 2º da CLT
principal; responsabilidade solidária, para os efeitos da relação de emprego, com cada uma das empresas subordinadas ..... art. 2º, § 2º, parte final, da CLT
subordinadas; responsabilidade solidária para efeitos da relação de emprego quanto à empresa principal ..... art. 2º, § 2º, parte final, da CLT

EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – MICROEMPRESA
regime previdenciário e trabalhista; tratamento diferenciado e simplificado ..... LC n. 123/2006

EMPRESAS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
serviços prestados por tais estabelecimentos; equiparação a serviços públicos ..... art. 910 da CLT

ENGENHEIROS
Lei n. 4.950-A, de 22-4-1966

ENQUADRAMENTO SINDICAL
disposições gerais ..... arts. 570 a 574 e 577 da CLT

EQUIDADE
utilização nas decisões das autoridades administrativas e da Justiça do Trabalho, em caso de falta de disposições legais ou contratuais ..... art. 8º da CLT

EQUIPAMENTO(S)
de proteção individual ..... arts. 166 e 167 da CLT
de proteção individual; certificado de aprovação do Ministério do Trabalho; requisito para venda ou
utilização do equipamento de proteção ..... art. 167 da CLT
de proteção individual; fornecimento obrigatório e gratuito pela
empresa ..... art. 166 da CLT
de proteção individual; perfeito estado de conservação ..... art. 166 da CLT
fornecidos aos empregados; não serão considerados como salário ..... art. 458, § 2º, da CLT

EQUIPARAÇÃO SALARIAL
identidade de função e trabalho de igual valor ..... art. 461 e §§ da CLT
ESCALA DE REVEZAMENTO
em trabalho da mulher realizado aos domingos ..... art. 386 da CLT
nos serviços que exijam trabalho aos domingos ..... art. 67, parágrafo único, da CLT
ESCALA DE SERVIÇO DE BANCÁRIOS
disposições gerais ..... art. 226, parágrafo único, da CLT
ESCAVAÇÕES, TÚNEIS, GALERIAS E PEDREIRAS
disposições gerais ..... arts. 204 e 205 da CLT
ESCOLAS MATERNAIS
manutenção ou subvenção pelo SESI, SESC ou LBA ..... art. 397 da CLT
ESCRIVÃES
dos juízos de direito; atribuições ..... art. 717 da CLT
ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO
remuneração condigna e pontual dos professores ..... art. 323, parágrafo único, da CLT
ESTABILIDADE
vide, também, EMPREGADO(S)
cargos de diretoria, gerência ou outros de confiança imediata do empregador; não haverá estabilidade ..... art. 499 da CLT
cômputo na contagem do tempo de serviço, para efeito de indenização e de estabilidade, dos períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho ..... art. 4º, parágrafo único, da CLT
despedida verificada com a finalidade de obstar a aquisição de estabilidade ..... art. 499, § 3º, da CLT
disposições gerais ..... arts. 492 a 500 da CLT
empregado com mais de 10 anos de serviço na mesma empresa ..... art. 492 da CLT
falta grave; configuração ..... art. 493 da CLT
fechamento de estabelecimento, filial ou agência; direito a indenização ..... art. 498 da CLT
indenização em dobro, em caso de extinção da empresa, sem ocorrência de força maior ..... art. 497 da CLT
inquérito judicial; apuração de falta grave; empregado estável ..... arts. 492 a 500 da CLT
pedido de demissão de empregado estável; requisito para sua validade ... art. 500 da CLT
readmissão de empregado e pagamento de salários correspondentes ao período da suspensão, em caso de inexistência de falta grave ..... art. 495 da CLT
reintegração desaconselhável, em razão do grau de incompatibilidade entre empregador e empregado ..... art. 496 da CLT
suspensão do empregado acusado de falta grave; inquérito ..... art. 494 da CLT
ESTÁGIOS
de estudantes ..... Lei n. 11.788/2008 e Decreto n. 87.497/82
ESTATUTO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE
do regime previdenciário e trabalhista ..... LC n. 123/2006
ESTIVA DE EMBARCAÇÕES
conceito ..... art. 254 da CLT
fiscalização ..... art. 282 da CLT

horário de trabalho dos estivadores..... Lei n. 8.630/93
mão de obra de estiva; caracterização.....art. 255, *a*, da CLT
matrícula de trabalhadores; requisitos.....art. 257 e §§ da CLT
roubos e avarias; responsabilidade.....art. 264, § 2º, da CLT

ESTIVADORES
exclusão do capítulo referente à duração de trabalho..... Lei n. 8.630/93

ESTUDANTES
estágio.....Lei n. 11.788/2008 e Decreto n. 87.497/82

EXAME MÉDICO DO EMPREGADO
atividades insalubres.....art. 200, VI, da CLT
despesas por conta do empregador..... art. 168 da CLT
obrigatoriedade..... art. 168 da CLT

EXCEÇÕES
de incompetência e de suspeição.....arts. 799 a 802 da CLT

EXECUÇÃO
citação por oficiais de justiça.....art. 880, § 2º, da CLT
competência para a execução das decisões..... art. 877 da CLT
das Contribuições Previdenciárias..... arts. 831, 832, 876, 878, 879, 880, 884, 889, 897 da CLT
disposições preliminares.....arts. 876 a 879 da CLT
do julgado; não será prejudicada pela interposição de recurso junto ao Supremo Tribunal Federal.....art. 893, § 2º, da CLT
embargos ..... art. 884 da CLT
ex officio..... art. 878 da CLT
impugnação dos embargos ..... art. 884 da CLT
julgamento e trâmites finais.....arts. 885, 886 e 888 da CLT
mandado de citação; conteúdo.....art. 880, § 1º, da CLT
mandado e penhora.....arts. 880 a 883 da CLT
por prestações sucessivas.....arts. 890 a 892 da CLT
promoção por qualquer interessado..... art. 878 da CLT
sentença exequenda ilíquida; liquidação ..... art. 879 da CLT

EXECUTADO
citação por edital .....art. 880, § 3º, da CLT
garantia da execução ..... art. 882 da CLT
penhora de bens ..... art. 883 da CLT

EXPLOSIVOS
contato permanente com explosivos; caracterização de atividades ou operações perigosas ..... art. 193 da CLT
normas técnicas..... art. 200, parágrafo único, da CLT

EXTRANUMERÁRIOS
inaplicabilidade da Consolidação das Leis do Trabalho.....art. 7º, *caput*, *c*, e parte final, da CLT

FADIGA
prevenção .....arts. 198 e 199 da CLT

FALÊNCIA DA EMPRESA
subsistência dos direitos oriundos da existência de contrato de trabalho..... art. 449 da CLT

FALSIDADE
na emissão, substituição ou anotação de Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... art. 49 da CLT

FALTA AO SERVIÇO
casos em que a ausência do empregado não será considerada falta ao serviço ..... art. 131 da CLT
desconto no período de férias; inadmissibilidade ..... art. 130, § 1º, da CLT

FALTA GRAVE
de empregado; rescisão contratual ..... art. 482 da CLT
de empregado estável ..... art. 493 da CLT

FARMÁCIAS
serviços prestados por tais estabelecimentos; equiparação a serviços públicos ..... art. 910 da CLT

FEDERAÇÕES
associações sindicais de grau superior ..... art. 533 da CLT
constituição por Estados ..... art. 534, § 2º, da CLT
disposições gerais ..... arts. 533 a 539 da CLT

FERIADOS
pagamento de salários nos dias ..... Lei n. 605/49 e Decreto n. 27.048/49
penhora ..... art. 770, parágrafo único, da CLT
períodos de descanso ..... art. 385, parágrafo único, da CLT
prazos ..... art. 775, parágrafo único, da CLT
proibição do trabalho; ressalva ..... art. 70 da CLT
serviços de telefonia, telegrafia submarina ou fluvial, radiotelegrafia e radiotelefonia; trabalho nos dias ..... arts. 227, § 2º, 229, § 2º, e 249, § 1º, da CLT

FÉRIAS
anuais ..... arts. 129 a 153 da CLT
ausência do empregado; não será considerada falta ao serviço ..... art. 131 da CLT
carência para sua concessão ..... art. 130 da CLT
casos em que o empregado não terá o direito respectivo, no curso do período aquisitivo ..... art. 133 da CLT
coletivas ..... arts. 139 a 141 da CLT
coletivas; anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social, por ocasião da cessação do contrato de trabalho ..... art. 141, § 3º, da CLT
coletivas; comunicação a ser feita pelo empregador ao órgão local do Ministério do Trabalho e aos sindicatos; requisitos ..... art. 139, §§ 2º e 3º, da CLT
coletivas; concessão; situação dos empregados contratados há menos de 12 meses ..... art. 140 da CLT
coletivas; concessão a todos os empregados ou a setores determinados ..... art. 139 da CLT
coletivas; número de empregados superior a 300; anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social, mediante utilização de carimbo ..... art. 141 da CLT
coletivas; períodos anuais ..... art. 139, § 1º, da CLT
cômputo do período respectivo como tempo de serviço ..... art. 130, § 2º, da CLT
concessão; prescrição do direito de reclamá-la ..... art. 149 da CLT
concessão à família que trabalha no mesmo estabelecimento ..... art. 136, § 1º, da CLT
concessão e época ..... arts. 134 a 138 da CLT

concessão posterior ao prazo legal; pagamento em dobro ..... art. 137 da CLT
de tripulante transferido para o serviço de outro armador; cômputo de tempo de serviço ..... art. 150 da CLT
direito a férias e duração destas ..... arts. 129 a 133 da CLT
direitos sociais ..... CF, art. 7º, XVII
época de sua concessão ..... art. 136 da CLT
escolares, referentes a menores de 18 anos; direito de uni-las às férias trabalhistas ..... art. 136, § 2º, da CLT
faltas do empregado; não serão descontadas no período de férias ..... art. 130, § 1º, da CLT
forma de concessão ..... art. 134 da CLT
fracionamento ..... arts. 129 a 153 da CLT
início do decurso de novo período aquisitivo ..... art. 133, § 2º, da CLT
maiores de 50 anos; peculiaridades quanto à concessão de suas férias ..... art. 134, § 2º, da CLT
menores de 18 anos; peculiaridades quanto à concessão de suas férias ..... art. 134, § 2º, da CLT
natureza salarial para fins falimentares ..... arts. 129 a 153 da CLT
pagamento da remuneração respectiva; quando deverá ser realizado ..... art. 145 da CLT
prestação de serviços pelo empregado em férias a outro empregador ..... art. 138 da CLT
proporcionais ..... arts. 129 a 153 da CLT
reclamação pedindo sua fixação por sentença; quando ocorrerá ..... art. 137, § 1º, da CLT
remuneração; não será prejudicada durante as férias ..... art. 129 da CLT
remuneração; natureza ..... art. 148 da CLT
tripulante; remuneração no período de férias; acréscimo ..... art. 152 da CLT

FICHAS DE REGISTRO DE EMPREGADOS
conteúdo ..... art. 41, parágrafo único, da CLT
disposições gerais ..... arts. 41 e 42 da CLT
rubrica ..... art. 42 da CLT

FISCALIZAÇÃO, AUTUAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTAS
disposições gerais ..... arts. 626 a 634 da CLT

FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
nas empresas de prestação de serviços a terceiros e de trabalho temporário; fiscalização ..... IN do MTE n. 3/97

FISIOTERAPEUTA
Lei n. 8.856, de 1º-3-1994

FORÇA MAIOR
conceito ..... art. 501 da CLT
disposições gerais ..... arts. 501 a 504 da CLT
extinção da empresa ..... art. 502 da CLT
falsa alegação; consequências ..... art. 504 da CLT
redução de salários ..... art. 503 da CLT

FRAUDE
quanto à aplicação dos preceitos da CLT ..... art. 9º da CLT

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
inaplicabilidade da Consolidação das Leis do Trabalho ..... art. 7º, *caput*, *c*, da CLT

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT
disposições sobre o ..... Lei n. 8.019/90

instituição ..... Lei n. 7.998/90

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO
direitos sociais ..... CF, art. 7º, III
disposições sobre o ..... Lei n. 8.036/90
empregado doméstico ..... Lei n. 5.859/72, art. 3º-A
empregado doméstico; regulamento ..... Decreto n. 3.361/2000
fiscalização ..... IN do MTE n. 25/2001
normas para o saque de contas vinculadas ..... Portaria n. 366/2002
regulamento ..... Decreto n. 99.684/90

GERENTES
estabilidade ..... art. 499 da CLT
exclusão do capítulo referente à duração do trabalho ..... art. 62, II, da CLT

GORJETAS
conceito ..... art. 457, § 3º, da CLT
inclusão na remuneração ..... art. 457 da CLT

GRATIFICAÇÃO(ÕES)
integram o salário ..... art. 457, § 1º, da CLT

GRATIFICAÇÃO DE NATAL
Decreto n. 57.155/65
Decreto n. 63.912/68
direitos sociais ..... CF, art. 7º, VIII
Lei n. 4.090/62
Lei n. 4.749/65

GRAVIDEZ
proibição do trabalho da mulher ..... art. 392 da CLT

GREVE
vide, também, *LOCKOUT* E GREVE
direito ..... CF, art. 9º
nas atividades essenciais ..... Lei n. 7.783/89

GRUPO COMERCIAL
responsabilidade solidária, para os efeitos da relação de emprego de cada uma das empresas que o integrarem ..... art. 2º, § 2º, da CLT

GRUPO INDUSTRIAL
responsabilidade solidária, para os efeitos da relação de emprego, de cada uma das empresas que o integrarem ..... art. 2º, § 2º, da CLT

HABITAÇÃO
inclusão no salário ..... art. 458 da CLT

HIGIENE NOS LOCAIS DE TRABALHO
disposições gerais ..... art. 200, VII, da CLT

HOMOLOGAÇÃO
da rescisão contratual; prazo; pagamento em dinheiro ou cheque visado ..... art. 477, §§ 4º e 5º, da CLT

HONRA E BOA FAMA
ato lesivo; justa causa ..... arts. 482, *j*, e 483, *e*, da CLT

HORA DO TRABALHO NOTURNO
cômputo como de 52 minutos e 30 segundos ..... art. 73, § 1º, da CLT

HORAS EXTRAS
direitos sociais ..... CF, art. 7º, XVI

HORISTA
cálculo de indenização ..... art. 478, § 3º, da CLT

HOSPITAIS
serviços prestados por tais estabelecimentos; equiparação a serviços públicos ..... art. 910 da CLT

IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL
disposições gerais ..... arts. 13 a 56 da CLT
IDOSOS – PREFERÊNCIA PROCESSUAL
preferência processual ..... Lei n. 10.173/2001
profissionalização e trabalho ..... Lei n. 10.741/2003

ILUMINAÇÃO
adequação à natureza da atividade ..... art. 175 da CLT
distribuição uniforme ..... art. 175, § 1º, da CLT
natural ou artificial ..... art. 175 da CLT
níveis mínimos ..... art. 175, § 2º, da CLT

IMPRESSÃO DIGITAL
em Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... art. 17, § 2º, da CLT

IMPROBIDADE
falta grave ..... art. 482, *a*, da CLT

INCONTINÊNCIA DE CONDUTA OU MAU PROCEDIMENTO
de empregado; justa causa para rescisão contratual ..... art. 482, *b*, da CLT

INDENIZAÇÃO
contagem de tempo de serviço para efeito de indenização e de estabilidade; cômputo dos períodos de serviço militar e de afastamento por motivo de acidente do trabalho ..... art. 4º, parágrafo único, da CLT
devida ao empregado, em caso de contrato por prazo indeterminado ..... arts. 477 e 478 da CLT
dos empregados, em caso de cessação da atividade da empresa ..... art. 485 da CLT

INDISCIPLINA
falta grave ..... art. 482, *h*, da CLT

INFLAMÁVEIS
contato permanente com inflamáveis; caracterização de atividade perigosa ..... art. 193 da CLT

INQUÉRITO ADMINISTRATIVO
suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo; ausência do empregado; quando não será considerada falta ao serviço ..... art. 131, V, da CLT

INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE
disposições gerais ..... arts. 853 a 855 da CLT
empregado garantido com estabilidade ..... art. 853 da CLT
prazo para o empregado apresentar a reclamação ..... art. 853 da CLT

prévio reconhecimento da estabilidade do empregado; efeitos ..... art. 855 da CLT
procedência da acusação; despedida do empregado ..... art. 494 da CLT

INSALUBRIDADE
adicional ..... art. 192 da CLT
adicional; direitos sociais ..... CF, art. 7º, XXIII
arguição em juízo; perícia ..... art. 195, § 2º, da CLT
caracterização das atividades ..... arts. 189 a 193 da CLT
caracterização e classificação ..... art. 195 da CLT
cessação do adicional ..... art. 194 da CLT
efeitos pecuniários; a partir de quando serão devidos ..... art. 196 da CLT
eliminação ou neutralização ..... art. 191 da CLT

INSPEÇÃO
de estabelecimento industrial, em matéria de segurança e higiene do trabalho ..... art. 162 e parágrafo único da CLT
de saúde, em estivadores ..... Lei n. 8.630/93

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
disposições gerais ..... arts. 179 a 181 da CLT
disposições legais a respeito; atribuições do Ministério do Trabalho ..... art. 179 da CLT
métodos de socorro em caso de choques elétricos; conhecimento a respeito pelos empregados no setor elétrico ..... art. 181 da CLT

INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS
regime jurídico da exploração dos portos organizados e das ..... Lei n. 8.630/93

INSTAURAÇÃO DE INSTÂNCIA
em dissídio coletivo ..... art. 856 da CLT

INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS
equiparação ao empregador para os efeitos exclusivos da relação de emprego ..... art. 2º, § 1º, da CLT

INSUBORDINAÇÃO
falta grave ..... art. 482, *h*, da CLT

INTERDIÇÃO DE ESTABELECIMENTO
em virtude de grave e iminente risco para o trabalhador ..... art. 161 da CLT
levantamento; requisito ..... art. 161, § 5º, da CLT
requerimento; competência ..... art. 161, § 2º, da CLT
salário; recebimento normal ..... art. 161, § 6º, da CLT

INTERRUPÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... art. 133, § 1º, da CLT

INTERVALO PARA REPOUSO OU ALIMENTAÇÃO
trabalho contínuo cuja duração exceda de 6 horas ..... art. 71 da CLT

INTIMAÇÃO
sentença ..... arts. 834 e 852 da CLT

ISENÇÕES FISCAIS
do recolhimento da contribuição sindical ..... art. 609 da CLT

JARDINS DE INFÂNCIA
manutenção ou subvenção pelo SESI, SESC e LBA ..... art. 397 da CLT

▷ **Súmula 265 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional noturno. Alteração de turno de trabalho. Possibilidade de supressão.** A transferência para o período diurno de trabalho implica a perda do direito ao adicional noturno. (Res. 13/86, *DJ*, 20-1-1987)

▷ **Súmula 213 do Supremo Tribunal Federal. Adicional Noturno.** É devido o adicional de serviço noturno ainda que sujeito o empregado ao regime de revezamento.

▷ **Súmula 214 do Supremo Tribunal Federal. Adicional Noturno.** A duração legal da hora de serviço noturno (52 minutos e 30 segundos) constitui vantagem suplementar, que não dispensa o salário adicional.

▷ **Súmula 313 do Supremo Tribunal Federal. Adicional Noturno.** Provada a identidade entre o trabalho diurno e o noturno, é devido o adicional, quanto a este, sem a limitação do art. 73, § 3º, da CLT, independentemente da natureza da atividade do empregador.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 127 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Hora noturna reduzida. Subsistência após a CF/88.** O art. 73, § 1º, da CLT, que prevê a redução da hora noturna, não foi revogado pelo inciso IX do art. 7º da CF/88.

▷ **Hora noturna reduzida e a Constituição de 1988.** Não se pode dizer que a hora noturna reduzida prevista no § 1º do artigo 73 da CLT foi revogada pela atual Constituição. Em primeiro lugar, porque a Constituição não é expressa nesse sentido. Em segundo lugar, porque o inciso IX do artigo 7º da Lei Maior apenas menciona que a remuneração do trabalho noturno deve ser superior à do diurno, como já se verificava nas Constituições anteriores, abrindo espaço a que a lei ordinária fixe o adicional e a hora noturna reduzida. Em terceiro lugar, porque nada impede que sejam estabelecidos outros direitos na lei ordinária, pois a Constituição fixa direitos mínimos, conforme se verifica na parte final do artigo 7º da Lei Magna. Em quarto lugar, quando a Constituição determina a jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais ou os turnos ininterruptos de revezamento de 6 horas diárias, não está dizendo que a lei ordinária não possa fixar o adicional noturno, ou estabelecer a hora noturna reduzida. Logo, persiste vigente a hora noturna reduzida. (TRT/SP, Ac. 02990117576, j. 16-3-1999, RO01 02980203399, 3ª T., Rel. Sérgio Pinto Martins, *DOE/SP*, 30-3-1999)

▷ **Adicional noturno. Prorrogação da jornada além das cinco horas da manhã. Jornada mista.** O adicional noturno visa a compensar o trabalhador pelo sabido desgaste a que se sujeita quando labora em período noturno. Assim, tendo cumprido toda uma jornada em período noturno e, ainda, prorrogado a prestação de serviços para além das cinco horas da manhã, com maior propriedade lhe é devido o adicional noturno, por evidente aumento do desgaste físico e psicológico. Essa é a tese consubstanciada na Súmula 60, II, do Tribunal Superior do Trabalho. Com efeito, em momento algum há comando restritivo legal, para que esse ou aquele tipo de jornada seja excepcionado da Seção IV, do Capítulo II, da Consolidação das Leis do Trabalho. Pelo contrário, o comando do art. 73, § 5º, deixa claro que serão aplicadas às prorrogações do horário noturno as mesmas

JOGADOR DE FUTEBOL
vide ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL

JOGOS DE AZAR
prática constante pelo empregado; justa causa para rescisão contratual ... art. 482, I, da CLT

JORNADA DE TRABALHO
direitos sociais ..... CF, art. 7º, XIV
disposições gerais ..... arts. 58 a 65 da CLT
redução ..... Lei n. 4.923/65

JORNALISTAS PROFISSIONAIS
conceito ..... art. 302, § 1º, da CLT
descanso obrigatório; ressalva ..... art. 307 da CLT
disposições gerais ..... arts. 302 a 316 da CLT
duração do trabalho ..... arts. 303 a 306 da CLT
empresas jornalísticas; conceito ..... art. 302, § 2º, da CLT
intervalo mínimo de repouso ..... art. 308 da CLT

JUIZ DE PAZ
assistência ..... art. 477, § 3º, da CLT

JUÍZES
de direito ..... arts. 668 e 669 da CLT
de direito; competência trabalhista nas localidades não compreendidas
na jurisdição das Varas do Trabalho ..... art. 668 da CLT

JUÍZES DO TRABALHO
competência ..... art. 652 da CLT
deveres ..... art. 658 da CLT
direção do processo ..... art. 765 da CLT
suspeição e impedimento ..... art. 801 da CLT

JULGAMENTO
audiência ..... arts. 843 a 852 da CLT
e trâmites finais da execução ..... arts. 885 a 889 da CLT

(JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO) VARAS DO TRABALHO
composição e funcionamento ..... arts. 647 a 649 da CLT
disposições gerais ..... arts. 647 a 667 da CLT
jurisdição e competência ..... arts. 650 a 653 da CLT
presidentes ..... arts. 656 a 659 da CLT
vogais ..... arts. 660 a 667 da CLT

JURISDIÇÃO
competência da Justiça do Trabalho ..... art. 643 da CLT
competência das Varas do Trabalho ..... arts. 652 e 653 da CLT

JURISPRUDÊNCIA
utilização nas decisões das autoridades administrativas e da Justiça do Trabalho, em caso de falta de
dispoições legais ou contratuais ..... art. 8º da CLT

JUS POSTULANDI
faculdade de postular em juízo independentemente de advogado ..... art. 791 da CLT

JUSTA CAUSA PARA DESPEDIMENTO
abandono de emprego ..... art. 482, *i*, da CLT

atos atentatórios contra a segurança nacional ..... art. 482, parágrafo único, da CLT
condenação criminal ..... art. 482, *d*, da CLT
desídia ..... art. 482, *e*, da CLT
embriaguez no serviço ..... art. 482, *f*, da CLT
improbidade ..... art. 482, *a*, da CLT
incontinência de conduta ou mau procedimento ..... art. 482, *b*, da CLT
indisciplina e insubordinação ..... art. 482, *h*, da CLT
lesão da honra contra qualquer pessoa em serviço ..... art. 482, *j*, da CLT
negociação habitual ..... art. 482, *c*, da CLT
ofensa física praticada em serviço ..... art. 482, *k*, da CLT
para efeito de rescisão do contrato de trabalho ..... art. 508 da CLT
pelo empregador ..... art. 482 e parágrafo único da CLT
perda do direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias ..... art. 146, parágrafo único, da CLT
prática de jogos de azar ..... art. 482, I, da CLT
violação de segredo da empresa ..... art. 482, *g*, da CLT

JUSTIÇA DO TRABALHO
competência ..... Lei n. 8.984/95
critérios de decisão, na falta de disposições legais ou contratuais ..... art. 8º da CLT
depósito para recurso nas ações na ..... IN n. 3/93
disposições gerais ..... arts. 643 a 735 da CLT
dissídios oriundos das relações entre empregadores e empregados regulados na legislação social; competência a respeito ..... art. 643 da CLT
juízes de direito ..... arts. 668 e 669 da CLT
lockout e greve ..... arts. 722, 724 e 725 da CLT
órgãos; coordenação, regime de mútua colaboração ..... art. 646 da CLT
penalidades contra os membros da Justiça do Trabalho ..... arts. 726 a 728 da CLT
penalidades diversas ..... arts. 729 a 735 da CLT
serviço relevante e obrigatório ..... art. 645 da CLT
serviços auxiliares ..... arts. 710 a 721 da CLT
Tribunais do Trabalho; especialização de turmas dos ..... Lei n. 7.701/88
Tribunais Regionais do Trabalho ..... arts. 670 a 689 da CLT
Tribunal Superior do Trabalho ..... arts. 690 a 709 da CLT
Varas do Trabalho ..... arts. 647 a 667 da CLT

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA
manutenção ou subvenção de escolas maternais e jardins de infância .... art. 397 da CLT

LEGÍTIMA DEFESA
exercício de tal direito pelo empregado ..... art. 482, *k*, da CLT
exercício de tal direito pelo empregador ..... art. 482, *j*, da CLT

LICENÇA
percepção de salários por mais de 30 dias durante o período de licença; efeito quanto ao direito a férias ..... art. 133, II, da CLT

LICENÇA-GESTANTE
direitos sociais ..... CF, art. 7º, XVIII
prorrogação mediante concessão de incentivo fiscal ..... arts. 372 a 401-B da CLT

LICENÇA-PATERNIDADE
direitos sociais ..... CF, art. 7º, XIX

prazo ..... ADCT, art. 10, § 1º

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA EXEQUENDA ILÍQUIDA
formas: cálculos; arbitragem; artigos de liquidação ..... art. 879 da CLT
impugnação à decisão que fixa o valor da condenação; embargos à execução ..... art. 884, § 1º, da CLT
recurso de sentença que julga os embargos; agravo de petição ..... art. 897 da CLT

LIVRO DE REGISTRO DE EMPREGADOS
disposições gerais ..... arts. 41 a 48 da CLT
modelo obrigatório ..... art. 41, parte final, da CLT

LIVRO INSPEÇÃO DO TRABALHO
obrigatoriedade ..... art. 628, § 1º, da CLT

LOCAL DE TRABALHO
caracterização da relação de emprego; não dependerá de local de trabalho ..... art. 6º da CLT

LOCKOUT E GREVE
penalidades ..... art. 722 da CLT

LUCROS
participação dos empregados nos lucros das empresas ..... Lei n. 10.101/2000

MÁ-FÉ
de agente da inspeção; comprovação; pena de suspensão ..... art. 628, § 3º, da CLT

MAGISTRATURA DO TRABALHO
competência privativa dos presidentes das Varas do Trabalho ..... art. 659 da CLT
deveres dos presidentes das Varas do Trabalho ..... art. 658 da CLT

MAIORES DE 50 ANOS
critério para concessão de férias ..... art. 134, § 2º, da CLT

MAL CONSIDERÁVEL
falta grave do empregador ..... art. 483, *c*, da CLT

MANDADO DE CITAÇÃO
conteúdo ..... art. 880, § 1º, da CLT
do executado; expedição ..... art. 880 da CLT

MANDADO DE SEGURANÇA
competência dos Tribunais Regionais ..... art. 678, *b*, 3, da CLT

MANDATO
de membros eleitos da CIPA; duração ..... art. 164, § 3º, da CLT

MÃO DE OBRA
e pessoa jurídica; trabalho da mulher ..... art. 390-E da CLT
na estiva de embarcações; quem poderá executá-la ..... art. 257 e §§ da CLT
programas de incentivo e aperfeiçoamento; obrigatoriedade ..... art. 390-C da CLT

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
disposições gerais ..... arts. 184 a 186 da CLT
dispositivos de partida e de parada ..... art. 184 da CLT
normas adicionais sobre proteção e medidas de segurança ..... art. 186 da CLT
reparos, limpeza e ajustes; execução com as máquinas paradas; ressalva ..... art. 185 da CLT

MARÍTIMOS
férias; anotação ..... art. 151 da CLT

MATERIAIS NOCIVOS À SAÚDE
rótulo contendo sua composição ..... art. 197 da CLT

MATERNIDADE
ausência da empregada no período respectivo; não será considerada falta ao serviço ..... art. 131, II, da CLT

MATRÍCULA
de trabalhadores estivadores; requisitos ..... art. 257, § 1º, da CLT

MAU PROCEDIMENTO
falta grave ..... art. 482, *b*, da CLT

MEDICINA DO TRABALHO
vide SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

MEDIDAS PREVENTIVAS DE MEDICINA DO TRABALHO
disposições gerais ..... arts. 168 e 169 da CLT
exame médico do empregado; obrigatoriedade e responsabilidade do empregador ..... art. 168 da CLT
primeiros socorros; material obrigatório ..... art. 168, § 5º, da CLT
renovação do exame médico do empregado ..... art. 168, § 3º, da CLT

MEMBROS DE CONGREGAÇÃO RELIGIOSA
documentos exigidos para registro no Ministério do Trabalho e Previdência Social, para o exercício do magistério ..... art. 317, § 3º, da CLT

MENOR(ES)
vide, também, PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR
aprendiz ..... art. 403 da CLT
aprendiz; contrato ..... art. 428 da CLT
aprendiz; duração do trabalho ..... art. 432 da CLT
aprendiz; extinção do contrato de trabalho ..... art. 433 da CLT
de 18 anos; férias ..... art. 134, § 2º, da CLT
trabalho noturno; direitos sociais ..... CF, art. 7º, XXXIII

MENSALISTA
cálculo do salário-hora normal ..... art. 64 da CLT

MERECIMENTO
utilização de tal critério nas promoções ..... art. 461, § 2º, da CLT

MICROEMPRESA(S)
regime previdenciário e trabalhista ..... Lei Complementar n. 123/2006

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
arts. 736 a 754 da CLT
disposições gerais ..... arts. 736, 737 e 739 da CLT
Lei Complementar n. 75, de 20-5-1993 ..... arts. 83 a 115
Procuradoria da Justiça do Trabalho ..... arts. 740 a 762 da CLT

MOEDA CORRENTE DO PAÍS
pagamento em espécie do salário ..... art. 463 da CLT

MORTE DO EMPREGADOR CONSTITUÍDO EM EMPRESA INDIVIDUAL
direito à rescisão do contrato de trabalho pelo empregado ..... art. 483, § 2º, da CLT

MOTORISTA PROFISSIONAL
serviço do ..... arts. 235-A a 235-H da CLT

MOVIMENTAÇÃO, ARMAZENAGEM E MANUSEIO DE MATERIAIS
arts. 182 e 183 da CLT

MUDO
que não saiba escrever; depoimento por meio de intérprete ..... art. 819, § 1º, da CLT

MULHER
vide PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER e TRABALHO DA

MULTA(S)
às infrações referentes à medicina do trabalho ..... art. 201 da CLT
às infrações referentes à segurança do trabalho ..... art. 201 da CLT
extravio ou inutilização da Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... art. 52 da CLT
não comparecimento da empresa para anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... art. 54 da CLT
pela não concessão de férias ao empregado na época própria; remessa da decisão judicial que a determina ao órgão local do Ministério do Trabalho, para seu cumprimento ..... art. 137, § 3º, da CLT
relativa ao capítulo das férias anuais ..... art. 153 da CLT
retenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social, pela empresa, por prazo superior a 48 horas ..... art. 53 da CLT

MUNICÍPIOS
formados por desmembramento de outros; salário mínimo ..... art. 86, § 3º, da CLT

MÚSICOS
arts. 232 e 233 da CLT
Lei n. 3.857, de 22-12-1960

MÚTUO CONSENTIMENTO
na alteração de contrato individual de trabalho ..... art. 468 da CLT

NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO
arts. 352 a 371 da CLT
disposições especiais sobre a nacionalização da marinha mercante ..... arts. 368 a 371 da CLT
disposições gerais ..... arts. 365 a 367 da CLT
estrangeiro; carteira de identidade anotada; apresentação obrigatória ..... art. 359 da CLT
estrangeiros; proporcionalidade nas empresas ..... art. 354 da CLT
penalidades ..... arts. 363 e 364 da CLT
proporcionalidade de empregados brasileiros ..... arts. 352 a 362 da CLT
relações anuais de empregados ..... arts. 359 a 362 da CLT

NASCIMENTO DE FILHO
falta ao serviço sem prejuízo do salário ..... art. 473, III, da CLT

NEGOCIAÇÃO HABITUAL
por conta própria ou alheia, pelo empregado; justa causa para rescisão contratual ..... art. 482, *c*, da CLT

NORMAS ESPECIAIS DE TUTELA DO TRABALHO
arts. 224 a 441 da CLT

NORMAS GERAIS DE TUTELA DO TRABALHO
arts. 13 a 223 da CLT

NOTIFICAÇÃO
de concessão de férias; assinatura pelo empregado ..... art. 135 da CLT

de concessão de férias; requisitos ..... art. 135 da CLT
de decisão judicial, aos litigantes ..... art. 852 da CLT
do reclamado ..... art. 841 da CLT
do recorrido ..... art. 900 da CLT
por edital, em caso de recurso de decisão que impuser multa por infração das leis e disposições reguladoras do trabalho ..... art. 636, §§ 2º e 3º, da CLT

NULIDADE
de atos praticados com a finalidade de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na Consolidação das Leis do Trabalho ..... art. 9º da CLT

NULIDADE PROCESSUAL
declaração *ex officio* ..... art. 795, § 1º, da CLT
momento de arguição ..... art. 795 da CLT
quando não deve ser pronunciada ..... art. 796 da CLT

OFENSAS FÍSICAS
falta grave ..... arts. 482, *k*, e 483, *f*, da CLT

OFICIAIS DE JUSTIÇA
atribuições ..... art. 721 da CLT
falta ou impedimento ..... art. 721, § 5º, da CLT
oficiais de justiça avaliadores; atribuições ..... art. 721 da CLT
prazo para avaliação ..... art. 721, § 3º, da CLT

OPERADORES
cinematográficos ..... arts. 234 e 235 da CLT
cinematográficos; duração normal do trabalho ..... art. 234 da CLT
de radiotelefonia; duração do trabalho ..... art. 227 da CLT
de radiotelegrafia; duração do trabalho; ressalva quanto aos operadores embarcados em navios ou aeronaves ..... art. 227 da CLT
de telefonia; duração do trabalho ..... art. 227 da CLT
de telegrafia submarina ou subfluvial; duração do trabalho ..... art. 227 da CLT
portuários; disposições ..... Lei n. 8.630/93

ORGANIZAÇÃO SINDICAL
arts. 511 a 610 da CLT
administração do sindicato ..... art. 528 da CLT
associações sindicais de grau superior ..... arts. 533 a 539 da CLT
contribuição sindical ..... arts. 578 a 610 da CLT
direitos dos exercentes de atividades ou profissões e dos sindicalizados ..... arts. 540 a 547 da CLT
disposições gerais ..... arts. 511 a 569 da CLT
eleições sindicais ..... arts. 530 e 531 da CLT
enquadramento sindical ..... arts. 570 a 574 e 577 da CLT
gestão financeira do sindicato e fiscalização ..... arts. 548 a 552 da CLT
instituição sindical ..... arts. 511 a 568 da CLT

ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DE MEDICINA DO TRABALHO NAS EMPRESAS
arts. 162 a 165 da CLT
Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); composição ..... art. 164 da CLT
Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); constituição obrigatória ..... art. 163 da CLT

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); designação de seu presidente e de seu vice-presidente ..... art. 164, § 5º, da CLT
Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); despedida arbitrária ..... art. 165 da CLT
Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); regulamentação ..... art. 163, parágrafo único, da CLT
obrigatoriedade dos serviços especializados em segurança e medicina do trabalho ..... art. 162 da CLT

PAGAMENTO
de importância reclamada; como será feito ..... art. 881 da CLT
de salário; não deve ser estipulado por período superior a um mês; ressalva ..... art. 459 da CLT
de salário; prazo ..... art. 459, parágrafo único, da CLT
de salário; quando e como será feito ..... art. 465 da CLT
de salário; recibo ..... art. 464 da CLT

PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS
por mais de 30 dias, com percepção do salário; efeitos quanto às férias ..... art. 133, III, da CLT

PARALISAÇÃO DO TRABALHO
motivada por ato de autoridade; pagamento de indenização ..... art. 486 da CLT

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS
das empresas por empregados ..... Lei n. 10.101/2000

PEÃO DE RODEIO
equiparação a atleta profissional ..... Lei n. 10.220/2001

PENALIDADES
contra membros da Justiça do Trabalho ..... arts. 726 a 728 da CLT

PENHORA
avaliação ..... art. 887 da CLT
de bem de família ..... art. 883 da CLT
de bens do executado ..... art. 883 da CLT
de bens dos sócios ..... art. 883 da CLT
realizada aos domingos e feriados ..... art. 770, parágrafo único, da CLT

PEQUENAS CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO
vide PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

PERCENTAGENS
cessação das relações de trabalho; não prejudicará sua percepção ..... art. 466, § 1º, da CLT
integram o salário ..... art. 457, § 1º, da CLT
pagamento; quando será exigível ..... art. 466 da CLT

PERICULOSIDADE
vide, também, ADICIONAL(AIS) e ADICIONAL DE PERICULOSIDADE
adicional; direitos sociais ..... CF, art. 7º, XXIII
adicional; percentual ..... art. 193, § 1º, da CLT
arguição em juízo; perícia ..... art. 195, § 2º, da CLT
caracterização e classificação ..... art. 195 da CLT
cessação do adicional ..... art. 194 da CLT
efeitos pecuniários; a partir de quando serão devidos ..... art. 196 da CLT

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
contagem após retorno ao serviço ..... art. 133, § 2º, da CLT

PERÍODO DE FÉRIAS
cômputo como tempo de serviço ..... art. 130, § 2º, da CLT

PERÍODO DE SERVIÇO EFETIVO
caracterização ..... art. 4º da CLT

PERÍODOS DE DESCANSO
arts. 66 a 72 e 382 a 386 da CLT
da mulher; mínimo legal para refeição e repouso ..... art. 382 da CLT
da mulher; prorrogação do horário normal ..... art. 384 da CLT
descanso semanal da mulher ..... art. 385 da CLT
feriados; proibição do trabalho; ressalva ..... art. 70 da CLT
período mínimo de descanso entre duas jornadas de trabalho ..... art. 66 da CLT
trabalho dominical; permissão prévia da autoridade competente ..... art. 68 da CLT

PERÍODOS DESCONTÍNUOS
soma no tempo de serviço ..... art. 453 da CLT
Súmula 156/TST

PESSOA FÍSICA
empregado como ..... art. 3º da CLT

PISO SALARIAL
direitos sociais ..... CF, art. 7º, V
instituição ..... Lei Complementar n. 103/2000

PISOS DOS LOCAIS DE TRABALHO
requisitos ..... arts. 172 a 174 da CLT

PODER JUDICIÁRIO
Tribunais e Juízes do Trabalho. Constituição Federal ..... art. 92 da CLT

POLÍTICA NACIONAL DE SALÁRIOS
Lei n. 8.542, de 23-12-1992

PORTEIROS, ZELADORES, FAXINEIROS E SERVENTES DE APARTAMENTOS RESIDENCIAIS
Lei n. 2.757, de 23-4-1956

PORTOS
regime jurídico da exploração dos ..... Lei n. 8.630/93
regime jurídico da exploração; regulamento ..... Decreto n. 1.886/96

PORTUÁRIOS
Decreto n. 1.035, de 30-12-1993
Decreto n. 1.886, de 29-4-1996
Lei n. 8.630, de 25-2-1993
Lei n. 9.719, de 17-11-1998

PRACISTA
vide, também, VENDEDOR PRACISTA

PRAZO(S)
alegações orais finais das partes em audiência ..... art. 850 da CLT
apresentação, pelo perito, de laudo de avaliação ..... art. 888 da CLT

atraso do juiz no comparecimento à audiência.....art. 815 da CLT
audiência de embargos à execução ..... art. 884 da CLT
audiência de julgamento das exceções não suspensivas..... art. 802 da CLT
cumprimento dos atos pelos oficiais ..... art. 721, § 2º, da CLT
de avaliação, por oficial de justiça..... art. 721, § 3º, da CLT
defesa oral em audiência..... art. 846 da CLT
designação de audiência de dissídios coletivos..... art. 860 da CLT
devolução de notificação postal..... art. 774, parágrafo único, da CLT
juntada da ata de audiência aos autos .....art. 851 da CLT
pagamento das custas na interposição de recurso pelo vencido.....art. 789, § 4º, da CLT
pagamento de traslados e emolumentos.....art. 789, § 5º, da CLT
pagamento ou garantia da execução de sentença ..... art. 880 da CLT
para apresentação de recurso de revista .....art. 896, § 1º, da CLT
para interposição de agravo.....art. 897, § 1º, da CLT
para interposição de agravo de instrumento, em caso de denegação de recurso de revista .....art. 896, § 3º, da CLT
para interposição de recurso de decisão que impuser multa por infração das leis e disposições reguladoras do trabalho..... art. 636 da CLT
para o empregado comparecer ao estabelecimento, após a baixa no serviço militar, para efeito de cômputo de tempo de serviço .....art. 132, parte final, da CLT
para o empregador comunicar a órgão local do Ministério do Trabalho e a sindicatos a concessão de férias coletivas..... art. 139, §§ 2º e 3º, da CLT
para o exequente impugnar embargo..... art. 884 da CLT
para pagamento das custas nos processos de rescisão do contrato de trabalho dos estáveis .....art. 789, § 4º, da CLT
para recorrer a órgão competente em matéria de segurança e medicina do trabalho .....art. 161, § 3º, da CLT
postulação de processo de rescisão do contrato de trabalho do estável..... art. 853 da CLT
prescrição da ação .....art. 11 da CLT
propositura de ação rescisória..... art. 836 da CLT
recursos .....arts. 894, 895, *a*, 896, §§ 1º e 3º, e 897, § 1º, da CLT
redução a termo, pelo autor, da postulação..... art. 786, parágrafo único, da CLT
remessa de cópia da petição inicial ao reclamado .....art. 841 da CLT
vista dos autos ao exceto, nos casos de exceção de incompetência ..... art. 800 da CLT

PREPOSTO
substituição do empregador na audiência de julgamento.....art. 843, § 1º, da CLT

PRESCRIÇÃO
contra menores..... art. 440 da CLT
de ação para reaver diferença de salário mínimo .....art. 119 da CLT
do direito de pleitear a reparação de qualquer ato infringente de dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.....art. 11 da CLT
férias..... art. 149 da CLT
início.....art. 916 da CLT

PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
atribuições .....art. 707 da CLT
secretário e auxiliares.....art. 707, parágrafo único, da CLT

PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO
competência privativa ..... art. 682 da CLT

posse ..... art. 681 da CLT

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
fiscalização do trabalho em empresas ..... IN do MTE n. 3, de 29-8-1997

PRESTAÇÕES *IN NATURA*
inclusão no salário ..... art. 458 da CLT
valores a elas atribuídos ..... art. 458, § 1º, da CLT

PREVENÇÃO DA FADIGA
arts. 198 e 199
colocação obrigatória de assentos que assegurem a postura correta do trabalhador ..... art. 199 da CLT
peso máximo que o empregado deverá transportar ..... art. 198 da CLT

PREVIDÊNCIA SOCIAL
competência ..... art. 643, § 1º, da CLT

PRIMEIROS SOCORROS
equipamento; obrigatoriedade ..... art. 168, § 5º, da CLT

PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO
aplicação pelo juiz ..... art. 8º da CLT

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO
arquivamento; hipóteses ..... art. 852-B, § 1º, da CLT
ata de audiência; registros ..... art. 852-F da CLT
citação; vedações ..... art. 852-B, II, da CLT
conciliação ..... art. 852-E da CLT
embargos de declaração ..... art. 897-A da CLT
exclusão do ..... art. 852-A, parágrafo único, da CLT
incidentes e exceções; decisões de plano ..... art. 852-G da CLT
instrução e julgamento; audiência única ..... art. 852-C da CLT
intimação da sentença ..... art. 852-I, § 3º, da CLT
mudanças de endereço; comunicação ao juízo ..... art. 852-B, § 2º, da CLT
pedido ..... art. 852-B, I, da CLT
prazo de apreciação da reclamação ..... art. 852-B, III, da CLT
produção de provas ..... arts. 852-D e 852-H da CLT
prova técnica ..... art. 852-H, § 4º, da CLT
recurso de revista ..... art. 896, § 6º, da CLT
recurso ordinário ..... art. 895, § 1º, da CLT
sentença; elementos ..... art. 852-I da CLT
testemunhas; intimação ..... art. 852-H, § 3º, da CLT
testemunhas; número máximo ..... art. 852-H, § 2º, da CLT
valores de alçada ..... art. 852-A da CLT

PROCESSO DE MULTAS ADMINISTRATIVAS
arts. 626 a 642
cobrança judicial das multas impostas pelas autoridades administrativas do trabalho; normas a seguir ..... art. 642 da CLT
conversão do depósito em pagamento, se o recurso não for provido ..... art. 639 da CLT
depósito, inscrição e cobrança ..... arts. 639 a 642 da CLT
fiscalização, autuação e imposição de multas ..... arts. 626 a 634 da CLT
livro "Inspeção do Trabalho"; obrigatoriedade ..... art. 628, § 1º, da CLT

disposições aplicáveis ao horário noturno, ou seja, acréscimo legal de 20% e a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos. Precedentes. Recurso de revista não conhecido. (RR 149200-53.2008.5.15.0133, j. 27-10-2010, 5ª T., Rel. Min. Emmanoel Pereira, *DEJT*, 5-11-2010)

▷ **Trabalho noturno. Hora do rurícola.** É de 60 minutos a hora noturna do trabalhador rural, nos termos do art. 7º da Lei n. 5.889/73, não fazendo jus o Autor à hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos a que alude o art. 73, parágrafo único, da CLT. Revista conhecida e provida. (TST, RR 438.079, de 1998, j. 25-4-2001, 5ª T., Rel. Min. Rider Nogueira de Brito, *DJ*, 1º-6-2001)

▷ **CPTM. Adicional de risco estabelecido em norma coletiva. Natureza salarial, porém não se integra para cálculo do adicional noturno.** Este se apura sobre o valor da hora normal de trabalho (CLT, 73). (TRT/SP, Ac. 20010166968, j. 16-4-2001, RO 01 20000292871, 9ª T., Rel. Luiz Edgar Ferraz de Oliveira, *DOE/SP*, 4-5-2001)

▷ **Alteração contratual. Licitude.** Não há ilicitude no comando da empresa que transmuda o turno de trabalho, do noturno para o diurno, eis que este é mais benéfico para a higidez do trabalhador. Por outro lado, o C. TST firmou entendimento cristalizado no Enunciado 265 que "a transferência para o período diurno de trabalho implica a perda do direito ao adicional noturno". (TRT/15ª R., Ac. 013012/2001, j. 19-4-2001, RO 29.174, de 1999, Seção Especializada (Comp. Recursal), Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier, *DOE*, 19-4-2001)

▷ **Controle de frequência. Prova. Ônus.** O art. 74 da CLT impõe, para os estabelecimentos de mais de dez trabalhadores, o controle da duração da jornada de trabalho pelo empregador, exigindo anotação da hora de entrada e de saída, bem como pré-assinalação do período de repouso. Trata-se de obrigação legal, de maneira que, controvertida no bojo de processo judicial e duração do trabalho, cabe ao empregador exibir os documentos obrigatórios e bilaterais, tendo-se que, não o fazendo, intenta inversão do ônus da prova, devendo, em consequência, responder pelo horário de trabalho alegado pelo empregado. Apelo a que nega provimento. (TRT/1ª R., RO 26.582, de 1998, j. 8-11-2000, 2ª T., Rel. Juíza Glória Regina Ferreira Mello, *DO/RJ*, 29-11-2000)

▷ **Horas extras. Empresa com menos de 10 empregados. Art. 74, § 2º, da CLT. Enunciado n. 338/TST.** As instâncias ordinárias julgaram improcedente o pedido de horas extras. À luz do Enunciado n. 338/TST, a admissão da presunção relativa em favor do empregado ocorre na hipótese de o empregador, com mais de dez empregados, não apresentar, injustificadamente, os controles de frequência, que estava obrigado a manter, na forma do artigo 74, § 2º, da CLT, sendo desnecessária prévia determinação judicial. Consoante depreende-se do acórdão recorrido, inexistiu, na espécie, a obrigação fixada no artigo 74, § 2º, da CLT, diante da afirmativa feita pela empresa de não possuir mais de dez empregados. E o Reclamante não produziu provas para se desincumbir do ônus que lhe cabia. Recurso de Revista não conhecido. (TST, RR 448/2001-011-05-00, 3ª T., Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, *DJ*, 5-11-2004)

multa; redução, se o infrator renunciar ao recurso ..... art. 636, § 6º, da CLT
prazo para interposição de recursos ..... art. 636 da CLT
proteção ao trabalho; normas; fiscalização do cumprimento destas; competência ..... art. 626 da CLT
recursos ..... arts. 635 a 638 da CLT

PROCESSO DO TRABALHO
Decreto-lei n. 779, de 21-8-1969
depósitos recursais ..... IN n. 3, de 5-3-1993
Lei n. 5.584, de 26-6-1970

PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO
arts. 763 a 910 da CLT
atos, termos e prazos processuais ..... arts. 770 a 782 da CLT
audiências ..... arts. 813 a 817 da CLT
conflitos de jurisdição ..... arts. 803 a 812 da CLT
custas ..... arts. 789 e 790 da CLT
decisão e eficácia respectiva ..... arts. 831 a 836 da CLT
direitos e garantias individuais fundamentais ..... CF, art. 5º, LV
disposições preliminares ..... arts. 763 a 769 da CLT
distribuição ..... arts. 783 a 788 da CLT
partes e procuradores ..... arts. 791 a 802 da CLT
processo em geral ..... arts. 770 a 836 da CLT
provas ..... arts. 818 a 820 da CLT

PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO
atribuições ..... art. 748 da CLT

PROCURADORIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO
atribuições do procurador-geral ..... art. 748 da CLT
atribuições dos procuradores ..... art. 749 da CLT
atribuições dos procuradores regionais ..... arts. 750 e 751 da CLT
competência ..... art. 746 da CLT
competência das Procuradorias Regionais ..... art. 747 da CLT
organização ..... arts. 740 a 745 da CLT
secretaria da Procuradoria-Geral ..... arts. 752 a 761 da CLT

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO
atribuições dos procuradores com exercício na Procuradoria-Geral ..... art. 749 da CLT
secretaria; atribuições ..... art. 753 da CLT

PROCURADORIAS REGIONAIS
competência ..... art. 747 da CLT

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
Lei n. 9.696, de 1º-9-1998

PROFESSORES
arts. 317 a 324 da CLT
documentação para registro ..... art. 317, § 1º, da CLT
estabelecimento particular de ensino que não remunere condignamente seus professores; funcionamento proibido ..... art. 323 da CLT
estabelecimentos particulares; requisitos para o magistério ..... art. 317 da CLT
estrangeiros; documentação ..... art. 317, § 2º, da CLT

limite de aulas diárias ..... art. 318 da CLT
pagamento dos professores; pontualidade obrigatória ..... art. 323, parte final, da CLT
pagamento mensal ..... art. 320, § 1º, da CLT
registro no Ministério do Trabalho ..... art. 317 da CLT
remuneração condigna; fixação de critérios ..... art. 323, parágrafo único, da CLT
remuneração no período de exames e no de férias ..... art. 322 da CLT

PROFISSIONAIS LIBERAIS
contribuição sindical ..... art. 584 da CLT
equiparação ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego ..... art. 2º, § 1º, da CLT

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR
regulamento ..... Decreto n. 5/91

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS) E PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO (PASEP)
Decreto-lei n. 2.445, de 29-6-1988
Lei Complementar n. 7, de 7-9-1970
Lei Complementar n. 8, de 3-12-1970
Lei Complementar n. 26, de 11-9-1975

PROPRIEDADE INDUSTRIAL
direitos e obrigações; empregado ou prestador de serviços ..... Lei n. 9.279/96

PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR
vide, também, MENOR(ES)
arts. 402 a 441 da CLT
aprendizagem ..... arts. 424 a 433 da CLT
deveres dos responsáveis legais dos menores e dos empregadores ..... arts. 424 a 433 da CLT
dispensa de as microempresas empregá-lo ..... arts. 402 a 441 da CLT
disposições finais ..... arts. 439 a 441 da CLT
disposições gerais ..... arts. 402 a 410 da CLT
duração do trabalho ..... arts. 411 a 414 da CLT
frequência às aulas ..... arts. 402 a 441 da CLT
menor de 18 anos ..... Portaria n. 88/2009

PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER
arts. 372 a 401 da CLT
descanso semanal ..... art. 385 da CLT
duração e condições do trabalho ..... arts. 372 a 378 da CLT
e empresas; convênios para o incentivo ao trabalho da mulher ..... art. 390-E da CLT
intervalo entre duas jornadas de trabalho ..... art. 382 da CLT
intervalo para amamentação ..... arts. 372 a 401-B da CLT
métodos e locais de trabalho ..... arts. 388 a 390 da CLT
penalidades ..... art. 400 da CLT
período para refeição e repouso não inferior a uma hora; ressalva ..... art. 383 da CLT
períodos de descanso ..... arts. 382 a 386 da CLT
prorrogação do horário de trabalho; inadmissibilidade; ressalva ..... art. 376 da CLT
proteção à maternidade ..... arts. 391 a 400 da CLT
repouso remunerado em caso de aborto não criminoso ..... arts. 372 a 401 da CLT
revezamento no trabalho dominical ..... art. 386 da CLT

salário do período noturno; será superior ao do período diurno ..... art. 381 da CLT
trabalho noturno ..... art. 381 da CLT
vagas em cursos de formação de mão de obra ..... art. 390-B da CLT
vedações ao trabalho da mulher ..... art. 373-A da CLT

PROVAS
a quem cabe provar ..... art. 818 da CLT
arguição dos peritos compromissados e dos técnicos ..... art. 827 da CLT
depoimento das partes e testemunhas que não falem a língua nacional ..... art. 819 da CLT
depoimento de mudo que não saiba escrever ..... art. 819, §§ 1º e 2º, da CLT
depoimento de surdo-mudo ..... art. 819, §§ 1º e 2º, da CLT
depoimento resumido das testemunhas ..... art. 828, parágrafo único, da CLT
depoimento sigiloso ..... art. 824 da CLT
documento oferecido para prova; aceitação ..... art. 830 da CLT
indicação de testemunhas ..... art. 821 da CLT
inquirição ..... art. 820 da CLT
reinquirição ..... art. 820 da CLT
testemunha; qualificação ..... art. 828 da CLT
testemunha funcionário civil ou militar; requisição ..... art. 823 da CLT
testemunha parente ..... art. 829 da CLT
testemunhas; comparecimento à audiência independentemente de notificação ou intimação ..... art. 825 da CLT
testemunhas; desconto nas faltas ao serviço ..... art. 822 da CLT
testemunhas; não comparecimento ..... art. 825 da CLT

QUÍMICOS
arts. 325 a 351 da CLT
admissão obrigatória ..... art. 335 da CLT
Carteira de Trabalho e Previdência Social; características ..... art. 329 da CLT
Carteira de Trabalho e Previdência Social; obrigatoriedade para o exercício da profissão ..... art. 330 da CLT
Carteira de Trabalho e Previdência Social; requisição; documentos necessários ..... art. 326, § 1º, da CLT
Carteira de Trabalho e Previdência Social; valor de identidade ..... art. 330 da CLT
estrangeiros; limite ..... art. 349 da CLT
penalidades ..... art. 351 da CLT
profissão; atividades que compreenderá ..... art. 334 da CLT
suspensão de suas funções ..... art. 346 da CLT

QUITAÇÃO
âmbito de validade ..... art. 477, § 2º, da CLT
de contribuição sindical; documento essencial; casos ..... arts. 607 e 608 da CLT
de contribuição sindical; requisito de admissão de qualquer empregado ..... art. 601 da CLT
do recebimento de indenização por menor; requisito ..... art. 439 da CLT
remuneração de férias; indicação do início e termo ..... art. 141, parágrafo único, da CLT
validade restrita às parcelas especificadas ..... art. 477, § 2º, da CLT

RADIAÇÕES IONIZANTES
normas técnicas ..... art. 200, parágrafo único, da CLT

RADIALISTA
Lei n. 6.615, de 16-12-1978

RADIOLOGISTA
Lei n. 7.394, de 29-10-1985

RADIOTELEGRAFIA
vide OPERADORES

RAZÕES FINAIS
art. 850 da CLT

READMISSÃO DE EMPREGADO
empregador que deixar de efetuá-la; penalidades ..... art. 729 da CLT
prazo referente ao direito a férias ..... art. 133, I, da CLT

RECIBO
de quitação; conteúdo ..... art. 477, §§ 1º e 2º, da CLT
de quitação referente a férias, com indicação do início e do tempo destas; fornecimento de cópia visada ao empregado, em caso de férias coletivas..... art. 141, § 2º, da CLT

RECLAMAÇÃO(ÕES)
acumulação num só processo; quando poderá ocorrer..... art. 842 da CLT
apresentação; onde e por quem será feita.....arts. 837 e 839 da CLT
escrita; conteúdo .....art. 840, § 1º, da CLT
escrita ou verbal ..... art. 840 da CLT
notificação do reclamado .....art. 841 da CLT
plúrimas; representação dos empregados pelo sindicato..... art. 843 da CLT
verbal; redução a termo.....art. 840, § 2º, da CLT

RECLAMADO
prazo para aduzir a defesa na audiência de julgamento ..... art. 846 da CLT

RECLAMANTE
não comparecimento à audiência de julgamento; efeitos ..... art. 844 e parágrafo único da CLT

RECLAMATÓRIA
vide RECLAMAÇÃO(ÕES)

RECONSIDERAÇÃO
referente ao aviso prévio..... art. 489 da CLT

RECURSO(S)
arts. 893 a 902 da CLT
agravo ..... art. 893, IV, da CLT
decisões interlocutórias; apreciação.....art. 893, § 1º, da CLT
de decisão que impuser multa por infração das leis e disposições reguladoras do trabalho ..... art. 635 da CLT
de revista .....arts. 893, III, 895 e 896 da CLT
efeito meramente devolutivo; ressalva ..... art. 899 da CLT
embargos ..... art. 893, I, da CLT
embargos, no Tribunal Superior do Trabalho, para o Pleno; prazo ..... art. 894 da CLT
em matéria de segurança e medicina do trabalho; efeito suspensivo ..... art. 161, § 3º, parte final, da CLT
especificação ..... art. 893 da CLT
incidentes do processo; resolução pelo próprio Juízo ou Tribunal ..... art. 893, § 1º, da CLT

interposição junto ao Supremo Tribunal Federal; situação da execução do julgado ..... art. 893, § 2º, da CLT
interposição mediante simples petição ..... art. 899 da CLT
ordinário ..... art. 893, II, da CLT
súmulas impeditivas ..... arts. 893 a 902 da CLT

RECURSO DE REVISTA
cabimento ..... art. 896, *caput*, da CLT
caso de não cabimento e exceção ..... art. 896, § 4º, da CLT
declaração de efeito ..... art. 896, § 2º, da CLT
denegação; interposição de agravo de instrumento ..... art. 896, § 3º, da CLT
denegação de seguimento ..... art. 896, § 5º, da CLT
prazo de apresentação ..... art. 896, § 1º, da CLT
procedimento sumaríssimo; cabimento ..... art. 896, § 6º, da CLT

REDUÇÃO DO SALÁRIO POR PEÇA OU TAREFA
falta grave do empregador ..... art. 483, *g*, da CLT

REDUÇÃO GERAL DOS SALÁRIOS
em caso de força maior ou prejuízos comprovados ..... art. 503 da CLT

REGIÕES
divisão do território nacional, para efeito de jurisdição dos Tribunais Regionais do Trabalho ..... arts. 670 e 674 da CLT
divisão do território nacional, para efeito de jurisdição dos Tribunais Regionais do Trabalho; alteração pelo Presidente da República ..... art. 676 da CLT

REGISTRO DE EMPREGADOS
livros ..... arts. 41 a 48 da CLT

REGISTRO SINDICAL
disposições constitucionais ..... art. 8º da CF

REGULAMENTO(S)
instrução dos responsáveis no cumprimento das leis de proteção ao trabalho; utilização do critério de dupla visita pela fiscalização ..... art. 627, *a*, da CLT

REINTEGRAÇÃO
de empregado estável, em caso de falsa alegação de motivo de força maior ..... art. 504 da CLT
empregado integrante da CIPA ..... art. 165, parágrafo único, da CLT
empregador que deixar de efetuá-la; penalidades ..... art. 729 da CLT

RELAÇÃO DE EMPREGO
caracterização independente do local de trabalho ..... art. 6º da CLT
instituições equiparadas ao empregador para efeito exclusivo de relação de emprego ..... art. 2º, § 1º, da CLT

RELAÇÕES INDIVIDUAIS E COLETIVAS DE TRABALHO
normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho ..... art. 1º da CLT

REMUNERAÇÃO
arts. 457 a 467 da CLT
de férias; prescrição do direito de reclamar seu pagamento; contagem ..... art. 149 da CLT
e abono de férias ..... arts. 142 a 145 da CLT
gorjetas; incluem-se na remuneração ..... art. 457 da CLT

percepção, durante as férias, da remuneração devida na data da concessão destas ..... art. 142 da CLT
salário; importâncias que não o integram ..... art. 457, § 2º, da CLT
salário; importâncias que o integram ..... art. 457, § 1º, da CLT
salário pago por hora, com jornadas variáveis ..... art. 142, § 1º, da CLT
salário pago por tarefa ..... art. 142, § 2º, da CLT

REPOUSO DOMINICAL DA MULHER
escala de revezamento quinzenal que o favoreça ..... art. 386 da CLT

REPOUSO SEMANAL
Decreto n. 27.048, de 12-8-1949
direito dos empregados não compreendidos no capítulo referente à duração do trabalho ..... art. 67 da CLT
remunerado; direitos sociais ..... CF, art. 7º, XV
remunerado; trabalho em domingos e feriados nas atividades do comércio em geral ..... arts. 66 a 72 da CLT
Lei n. 605, de 5-1-1949

REPRESENTAÇÃO
em dissídio coletivo; conteúdo ..... arts. 858 e 859 da CLT

REPRESENTANTE LEGAL
de associação sindical; comunicação de infrações que verificar ..... art. 631 e parágrafo único da CLT
de cooperativa; anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... art. 34 da CLT

RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
arts. 477 a 486 da CLT
abandono de emprego; justa causa para rescisão contratual ..... art. 482, *i*, da CLT
ato de improbidade do empregado; justa causa para rescisão contratual ..... art. 482, *a*, da CLT
ato de indisciplina ou de insubordinação; justa causa para rescisão contratual ..... art. 482, *h*, da CLT
atos atentatórios contra a segurança nacional praticados por empregado ..... art. 482, parágrafo único, da CLT
compensação no pagamento da indenização; limite ..... art. 477, § 5º, da CLT
desídia do empregado; justa causa para rescisão contratual ..... art. 482, *e*, da CLT
embriaguez habitual ou em serviço por parte do empregado; justa causa para rescisão contratual ..... art. 482, *f*, da CLT
incontinência de conduta ou mau procedimento do empregado; justa causa para rescisão contratual ..... art. 482, *b*, da CLT
indenização ..... art. 477 da CLT
indenização de empregados que trabalhem por tarefa ou serviço feito; cálculo ..... art. 478, § 5º, da CLT
indenização devida pela rescisão de contrato por prazo indeterminado ..... art. 478 da CLT
jogos de azar; prática pelo empregado; justa causa para rescisão do contrato ..... art. 482, I, da CLT
pagamento da indenização ao empregado; quando será efetuado ..... art. 477, § 4º, da CLT
pedido de demissão firmado por empregado com mais de um ano de serviço; requisito de validade ..... art. 477, § 1º, IV, da CLT

pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de um ano de serviço; requisito para sua validade ..... art. 477, § 1º, da CLT
pelo empregado ..... art. 483 da CLT
recibo de quitação; conteúdo ..... art. 477, § 2º, da CLT
recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho firmado por empregado com mais de um ano de serviço; requisito de validade ..... art. 477, § 1º, da CLT
violação de segredo de empresa pelo empregado; justa causa para rescisão contratual ..... art. 482, *g*, da CLT

RESÍDUOS INDUSTRIAIS
tratamento; disposições a respeito; competência ..... art. 200, VII, da CLT

RESPONSABILIDADE CIVIL
agências de empregados domésticos ..... Lei n. 7.195/84

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA
da empresa principal e de cada uma de suas subordinadas, para os efeitos da relação de emprego ..... art. 2º, § 2º, parte final, da CLT

REVELIA
notificação de decisão judicial; como será feita em caso de revelia ..... art. 852 da CLT

RIGOR EXCESSIVO
falta grave do empregador ..... art. 483, *b*, da CLT

ROBUSTEZ FÍSICA
vide ATESTADO DE ROBUSTEZ FÍSICA

RURAIS
vide TRABALHADORES RURAIS

SALÁRIO(S)
controvérsia sobre a parte da importância devida em caso de rescisão contratual ..... art. 467 da CLT
13º salário ..... CF, art. 7º, VIII
diferença de ..... CF, art. 7º, XXX
família ..... CF, art. 7º, XII
garantia; direitos sociais ..... CF, art. 7º, VII
igualdade para todo trabalho de igual valor, sem distinção de sexo ..... art. 5º da CLT
importâncias que não o integram ..... art. 457, § 2º, da CLT
importâncias que o integram ..... art. 457, § 1º, da CLT
interdição de estabelecimento; recebimento normal ..... art. 161, § 6º, da CLT
irredutibilidade; direitos sociais ..... CF, art. 7º, VI
pago por hora, com jornadas variáveis; cálculo da remuneração de férias ..... art. 142, § 1º, da CLT
pago por percentagem, comissão ou viagem; cálculo da remuneração de férias ..... art. 142, § 3º, da CLT
pago por tarefa; cálculo da remuneração de férias ..... art. 142, § 2º, da CLT
parcela paga em utilidades; cômputo de acordo com a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... art. 142, § 4º, da CLT
piso salarial ..... CF, art. 7º, V
política nacional de ..... Lei n. 8.542/92
proteção ..... CF, art. 7º, X
redução e restabelecimento ..... art. 503, parágrafo único, da CLT

SALÁRIO ADICIONAL
empregados no setor de energia elétrica ..... Lei n. 7.369/85

SALÁRIO-EDUCAÇÃO
alteração da legislação ..... Lei n. 9.766/99
disposições sobre o ..... Decreto-lei n. 1.422/75
regulamentação do Decreto-lei n. 1.422, de 1975 ..... Decreto n. 87.043/82

SALÁRIO-FAMÍLIA
Decreto n. 53.153, de 10-12-1963
direitos sociais ..... art. 7º, XII, da CF
Lei n. 4.266, de 3-10-1963
Lei n. 5.559, de 11-12-1968

SALÁRIO-HORA
diarista ..... art. 65 da CLT
mensalista ..... art. 64 da CLT

SALÁRIO-MATERNIDADE
percepção; observação de requisitos ..... art. 131, II, da CLT

SALÁRIO MÍNIMO
arts. 76 a 126 da CLT
complementado; direito de reclamação do empregado ..... art. 118 da CLT
conceito ..... art. 76 da CLT
direitos sociais ..... CF, art. 7º, IV
fiscalização, instruções; competência do Ministério do Trabalho ..... art. 126 da CLT
fixação ..... art. 116 da CLT
fórmula ..... art. 81 da CLT
garantia do ..... Lei n. 8.716/93
menor aprendiz ..... art. 80 da CLT
multa, em caso de infringência de dispositivo concernente ao ..... art. 120 da CLT
nulidade de contrato ou convenção que estipular remuneração inferior ao ..... art. 117 da CLT
pagamento *in natura* de uma ou mais parcelas; determinação do salário em dinheiro, em tal caso ..... art. 82 da CLT
pago em dinheiro; limite mínimo ..... art. 82, parágrafo único, da CLT
parcela correspondente à alimentação; valor mínimo ..... art. 81, § 1º, da CLT
prescrição da ação para reaver a diferença ..... art. 119 da CLT
trabalhador em domicílio ..... art. 83 da CLT
vedação da utilização como fator de indexação ..... arts. 76 a 128 da CLT

SECRETARIA DAS VARAS DO TRABALHO
competência ..... art. 711 da CLT
competência dos chefes de secretaria ..... art. 712 da CLT
descontos nos vencimentos de serventuários pela não realização de atos em prazos fixados ..... art. 711, parágrafo único, da CLT

SECRETARIAS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO
competência ..... art. 719 da CLT
secretário; gratificação de função ..... art. 718 da CLT

SECRETÁRIO
exercício da profissão ..... Lei n. 7.377/85

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
arts. 154 a 223 da CLT
Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho; competência a respeito ..... art. 155, II, parte final, da CLT
delegação de atribuições a respeito; a quem poderá ser feita ..... art. 159 da CLT
Delegacias Regionais do Trabalho; competência ..... art. 156 da CLT
desobediência ..... art. 161, § 4º, da CLT
empregados; incumbências a respeito ..... art. 158 da CLT
empresas; incumbências a respeito ..... art. 157 da CLT
inspeção prévia do estabelecimento ..... art. 160 da CLT
interdição de estabelecimento; levantamento ..... art. 161, § 5º, da CLT
interdição de estabelecimento e embargo de obra ..... art. 161 da CLT
normas a respeito da aplicação do capítulo respectivo; competência ..... art. 155 da CLT
normas paralelas às da Consolidação das Leis do Trabalho; obrigatoriedade de seu cumprimento ..... art. 154 da CLT
recursos de decisões proferidas por delegados regionais do trabalho; competência para conhecê-los em última instância ..... art. 155, III, da CLT
recusa do empregado à observância das instruções expedidas pelo empregador e ao uso de equipamentos de proteção ..... art. 158, parágrafo único, da CLT

SEGURANÇA NACIONAL
atos atentatórios contra a segurança nacional praticados por empregado; justa causa para dispensa ..... art. 482, parágrafo único, da CLT

SEGURO-DESEMPREGO
concessão ..... Lei n. 8.900/94
direitos sociais ..... CF, art. 7º, II
empregado doméstico ..... Lei n. 5.859/72, arts. 6ºA, 6º B, 6ºC e 6ºD
empregado doméstico; regulamento ..... Decreto n. 3.361/2000
Leis n. 7.998, de 11-1-1990, e 8.019, de 11-4-1990

SEGURO-DOENÇA
ou auxílio-enfermidade; licença não remunerada ..... art. 476 da CLT

SENTENÇA
que fixar época de gozo de férias já vencidas; pena pecuniária diária a ser paga pelo empregador ..... art. 137, § 2º, da CLT
reclamação pleiteando a fixação da época de gozo das férias ..... art. 137, § 1º, da CLT

SEPARAÇÃO DE SEXOS
nos locais de trabalho; disposições a respeito; competência ..... art. 200, VII, da CLT

SERVIÇO EFETIVO
período respectivo; caracterização; ressalva ..... art. 4º da CLT

SERVIÇO FEITO
indenização; cálculo ..... art. 478, § 5º, da CLT

SERVIÇO FERROVIÁRIO
arts. 236 a 247 da CLT
categorias do pessoal ..... art. 237 da CLT
conceito ..... art. 236 da CLT
extranumerário; conceito ..... art. 244, § 1º, da CLT
sobreaviso; conceito ..... art. 244, § 2º, da CLT

trabalho efetivo; cômputo do tempo em que o empregado estiver à disposição da estrada ..... art. 238 da CLT

SERVIÇO MILITAR
cômputo do período respectivo na contagem do tempo de serviço ..... art. 4º, parágrafo único, da CLT
prestação pelo empregado; situação deste perante a empresa ..... art. 472 da CLT
tempo anterior à apresentação do empregado; cômputo no período aquisitivo; requisito ..... art. 132 da CLT

SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DO TRABALHO
arts. 710 a 721 da CLT
cartório dos Juízos de Direito ..... arts. 716 e 717 da CLT
distribuidores ..... arts. 713 a 715 da CLT
oficiais de justiça ..... art. 721 da CLT
secretaria das Varas do Trabalho ..... art. 710 da CLT
secretarias dos Tribunais Regionais do Trabalho ..... arts. 718 a 720 da CLT

SERVIÇOS FRIGORÍFICOS
art. 253 da CLT

SERVIÇOS NO EXTERIOR
situação de trabalhadores ..... Decreto n. 89.339/84

SERVIÇOS SUPERIORES ÀS FORÇAS DO EMPREGADO
falta grave do empregador ..... art. 483, *a*, da CLT

SERVIÇO VOLUNTÁRIO
Decreto n. 4.519, de 13-12-2002
Lei n. 9.608, de 18-2-1998

SERVIDORES DE AUTARQUIAS PARAESTATAIS
inaplicabilidade da Consolidação das Leis do Trabalho; ressalva .... art. 7º, *caput*, e *c*, da CLT

SEXOS
não haverá distinção de sexo para todo trabalho de igual valor ..... art. 5º da CLT
separação, nas instalações sanitárias ..... art. 200, VII, da CLT

SINALIZAÇÃO DE PERIGO
emprego de cores nos locais de trabalho ..... art. 200, VIII, da CLT

SINDICATO(S)
administração ..... arts. 522 a 528 da CLT
associações sindicais de grau superior ..... arts. 533 a 539 da CLT
contribuições a eles devidas; desconto na folha de pagamento ..... art. 545 da CLT
deveres ..... art. 514 da CLT
direitos dos exercentes de atividades ou profissões e dos sindicalizados ..... arts. 540 a 547 da CLT
eleições sindicais ..... arts. 529 a 532 da CLT
empregado sindicalizado; casos de preferência, havendo igualdade de condições ..... art. 544 da CLT
enquadramento sindical ..... arts. 570 a 577 da CLT
gestão financeira ..... arts. 548 a 552 da CLT
multa por cobrança de remuneração; entrega da carteira ..... art. 56 da CLT
patrimônio ..... art. 548 da CLT

Seção XIII Das atividades insalubres ou perigosas.....[arts. 189 a 197] 172
Seção XIV Da prevenção da fadiga .....[arts. 198 e 199] 173
Seção XV Das outras medidas especiais de proteção .....[art. 200] 174
Seção XVI Das penalidades.....[arts. 201 a 223] 174

Título III Das normas especiais de tutela do trabalho .....[arts. 224 a 441] 188

Capítulo I Das disposições especiais sobre duração e condições de trabalho.....[arts. 224 a 351] 188
Seção I Dos bancários.....[arts. 224 a 226] 188
Seção II Dos empregados nos serviços de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, de radiotelegrafia e radiotelefonia .....[arts. 227 a 231] 197
Seção III Dos músicos profissionais.....[arts. 232 e 233] 199
Seção IV Dos operadores cinematográficos .....[arts. 234 e 235] 200
Seção IV-A Do serviço do motorista profissional .....[arts. 235-A a 235-H] 201
Seção V Do serviço ferroviário.....[arts. 236 a 247] 203
Seção VI Das equipagens das embarcações da Marinha Mercante nacional, de navegação fluvial e lacustre, do tráfego nos portos e da pesca.....[arts. 248 a 252] 207
Seção VII Dos serviços frigoríficos .....[art. 253] 209
Seção VIII Dos serviços de estiva .....[arts. 254 a 284] 210
Seção IX Dos serviços de capatazias nos portos .....[arts. 285 a 292] 211
Seção X Do trabalho em minas de subsolo .....[arts. 293 a 301] 211
Seção XI Dos jornalistas profissionais.....[arts. 302 a 316] 212
Seção XII Dos professores.....[arts. 317 a 324] 216
Seção XIII Dos químicos.....[arts. 325 a 350] 220
Seção XIV Das penalidades.....[art. 351] 224

Capítulo II Da nacionalização do trabalho.....[arts. 352 a 371] 225
Seção I Da proporcionalidade de empregados brasileiros .....[arts. 352 a 358] 225
Seção II Das relações anuais de empregados.....[arts. 359 a 362] 226
Seção III Das penalidades.....[arts. 363 e 364] 227
Seção IV Disposições gerais.....[arts. 365 a 367] 228
Seção V Das disposições especiais sobre a nacionalização da Marinha Mercante .....[arts. 368 a 371] 228

Capítulo III Da proteção do trabalho da mulher ..... [arts. 372 a 401-B] 229
Seção I Da duração e condições do trabalho.....[arts. 372 a 378] 229
Seção II Do trabalho noturno.....[arts. 379 a 381] 230
Seção III Dos períodos de descanso.....[arts. 382 a 386] 230
Seção IV Dos métodos e locais de trabalho..... [arts. 387 a 390-E] 230
Seção V Da proteção à maternidade .....[arts. 391 a 400] 231
Seção VI Das penalidades .....[arts. 401 a 401-B] 233

Capítulo IV Da proteção do trabalho do menor.....[arts. 402 a 441] 240
Seção I Disposições gerais.....[arts. 402 a 410] 240
Seção II Da duração do trabalho ..... [arts. 411 a 414] 242
Seção III Da admissão em emprego e da Carteira de Trabalho e Previdência Social .....[arts. 415 a 423] 242

▷ **1. Horas extraordinárias. Registros de ponto. Invalidação.** A prova testemunhal pode ser suficiente para invalidar registros de ponto e comprovar trabalho em horário extraordinário. (TRT/15ª R., Ac. 005305/2001, j. 12-2-2001, RO 29.471, de 1999, 1ª T., Rel. Antonio Miguel Pereira, *DOE*, 12-2-2001)

▷ **Intervalo. Ausência de pré-assinalação. Presunção de não fruição do intervalo.** A ausência de pré-assinalação gera a presunção de que o intervalo não era fruído, cabendo à reclamada o ônus de produzir prova em sentido contrário. De fato, se o empregador se vale da faculdade de suprimir a anotação do intervalo e não cumpre a obrigação que a lei, nesse caso, lhe impõe – a pré-assinalação nos controles de ponto –, a presunção só pode ser a de que o intervalo não é concedido. (TRT/SP, Ac. 20010074532, j. 19-2-2001, AgI01 20000345002, 8ª T., Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 20-3-2001)

Capítulo III
Do Salário Mínimo

Seção I
Do conceito

Art. 76. Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Art. 77. (Revogado pelo art. 23 da Lei n. 4.589, de 11-12-1964.)

Art. 78. Quando o salário for ajustado por empreitada, ou convencionado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo por dia normal.

Parágrafo único. Quando o salário mínimo mensal do empregado à comissão ou que tenha direito à percentagem for integrado por parte fixa e parte variável, ser-lhe-á sempre garantido o salário mínimo, vedado qualquer desconto em mês subsequente a título de compensação. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 79. (Prejudicado pela Lei n. 4.589, de 11-12-1964.)

Art. 80. (Revogado pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

Parágrafo único. (Revogado pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

Art. 81. O salário mínimo será determinado pela fórmula Sm = a + b + c + d + e, em que *a*, *b*, *c*, *d* e *e* representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto.

§ 1º A parcela correspondente à alimentação terá um valor mínimo igual aos valores da lista de provisões, constantes dos quadros devidamente aprovados e necessários à alimentação diária do trabalhador adulto.

§ 2º Poderão ser substituídos pelos equivalentes de cada grupo, também mencionados nos quadros a que alude o parágrafo anterior, os alimentos, quando as condições da região o aconselharem, respeitados os valores nutritivos determinados nos mesmos quadros.

§ 3º O Ministério do Trabalho fará, periodicamente, a revisão dos quadros a que se refere o § 1º deste artigo.

Art. 82. Quando o empregador fornecer, *in natura*, uma ou mais das parcelas do salário mínimo, o salário em dinheiro será determinado pela fórmula Sd = Sm – P, em que

penalidades ..... arts. 553 a 557 da CLT
prerrogativas ..... art. 513 da CLT
reconhecimento e investidura sindical ..... arts. 515 a 521 da CLT
representação para instauração de instância; requisito ..... art. 859 da CLT

SOCORROS MÉDICOS
prestação pela empresa ..... art. 168, § 5º, da CLT

SUBEMPREITADA
responsabilidade contratual do subempreiteiro ..... art. 455 e parágrafo único da CLT

SUBSOLO
trabalho no subsolo; alimentação adequada ..... art. 297 da CLT

SUBTERRÂNEOS
proibição do trabalho da mulher ..... art. 387, *a*, da CLT

SUCESSÃO DE EMPRESAS
arts. 10 e 448 da CLT

SUSPEIÇÃO
exceção de suspeição ..... arts. 799, 801 e 802 da CLT

SUSPENSÃO
de empregado acusado de falta grave ..... art. 494 da CLT
para responder a inquérito administrativo; ausência do empregado em tal caso ..... art. 131, V, da CLT

SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
arts. 471 a 476-A da CLT
aposentadoria por invalidez do empregado; suspensão de seu contrato de trabalho ..... art. 475 da CLT
faltas do empregado sem prejuízo do salário; casos ..... art. 473 da CLT
seguro-doença ou auxílio-enfermidade; caracterização de licença não remunerada ..... art. 476 da CLT
serviço militar; prestação pelo empregado; situação deste ..... art. 472 da CLT
suspensão do empregado por mais de 30 dias consecutivos; rescisão injusta do contrato de trabalho ..... art. 474 da CLT
vantagens atribuídas à categoria funcional do empregado, concedidas durante a sua ausência, serão a ele asseguradas ..... art. 471 da CLT

TAREFA
salário pago por tarefa; cálculo da remuneração de férias ..... art. 142, § 2º, da CLT

TAREFEIRO
indenização; cálculo ..... art. 458, § 5º, da CLT

TÉCNICO INDUSTRIAL E TÉCNICO AGRÍCOLA
disposições sobre o exercício da profissão ..... Lei n. 5.524/68
regulamento ..... Decreto n. 90.922/85

TÉCNICOS ESTRANGEIROS
não aplicação, aos contratos de técnicos estrangeiros, de disposições trabalhistas ..... Decreto-lei n. 691/69

TELEFONIA
vide OPERADORES

TEMPO DE SERVIÇO
cômputo do período de férias como tempo de serviço ..... art. 130, § 2º, da CLT
cômputo dos períodos de serviço militar e de acidente do trabalho ..... art. 4º, parágrafo único, parte final, da CLT

TERAPEUTA
Lei n. 8.856, de 1º-3-1994

TERMOS PROCESSUAIS
arts. 770 a 782 da CLT
assinaturas a rogo ..... art. 772 da CLT
escritos a tinta, datilografados ou a carimbo ..... art. 771 da CLT

TESTEMUNHAS
comparecimento à audiência independentemente de notificação ou intimação ..... art. 825 da CLT
desconto por faltas ao serviço, ocasionadas pelo comparecimento para depor; inadmissibilidade ..... art. 822 da CLT
não comparecimento à audiência; efeitos ..... art. 825, parágrafo único, da CLT
número máximo ..... art. 821 da CLT
parente, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes; valor de seu depoimento ..... art. 829 da CLT
qualificação anterior à prestação de compromisso ..... art. 828 da CLT
que não falem a língua nacional; nomeação de intérprete ..... art. 819 da CLT
reinquirição ..... art. 820 da CLT

TRABALHADOR AVULSO
assiduidade profissional ..... Decreto n. 90.927/85
Decreto n. 80.271, de 1º-9-1977
Decreto n. 90.927, de 7-2-1985
direitos sociais ..... CF, art. 7º, XXXIV
férias ..... Lei n. 5.085/66

TRABALHADOR CONTRATADO NO BRASIL PARA TRABALHAR NO EXTERIOR
Decreto n. 89.339, de 31-1-1984
Lei n. 7.064, de 6-12-1982

TRABALHADORES RURAIS
art. 505 da CLT
aposentadoria ..... CF, art. 233
conceito ..... art. 7º, *b*, da CLT
Decreto n. 73.626, de 12-2-1974
direitos sociais ..... CF, art. 7º
inaplicabilidade da Consolidação das Leis do Trabalho ..... art. 7º, *caput*, da CLT
Lei n. 5.889, de 8-6-1973

TRABALHO
livre exercício ..... CF, art. 5º, XIII

TRABALHO DA MULHER
duração ..... arts. 373 a 376 da CLT
proteção ..... arts. 372 e s. da CLT
proteção; direitos sociais ..... CF, art. 7º, XX, da CLT

TRABALHO DE IGUAL VALOR
conceito ..... art. 461, § 1º, da CLT

TRABALHO EXTRAORDINÁRIO
adicionais; cômputo no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias ..... art. 142, § 5º, da CLT

TRABALHO INSALUBRE
adicionais; cômputo no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias ..... art. 142, § 5º, da CLT

TRABALHO INTELECTUAL, TÉCNICO E MANUAL
não haverá distinções entre estas três espécies de trabalho ..... art. 3º, parágrafo único, parte final, da CLT

TRABALHO NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO, PERFURAÇÃO, PRODUÇÃO E REFINAÇÃO DE PETRÓLEO
Lei n. 5.811, de 11-10-1972

TRABALHO NOTURNO
adicionais; cômputo no salário-base do cálculo da remuneração das férias ..... art. 142, § 5º, da CLT
da mulher; adicional ..... art. 381, § 1º, da CLT
delimitações ..... art. 73, § 2º, da CLT
direitos sociais ..... CF, art. 7º, IX, da CLT
horários mistos ..... art. 73, § 4º, da CLT
remuneração superior à do diurno; ressalva ..... art. 73 da CLT

TRABALHO PERIGOSO
adicionais; cômputo no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias ..... art. 142, § 5º, da CLT

TRABALHO PORTUÁRIO
normas e condições gerais de proteção ao ..... Lei n. 9.719/98
recolhimento do adicional de indenização ..... Decreto n. 1.035/93
regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias ..... Lei n. 8.630/93
regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias; regulamento ..... Decreto n. 1.886/96

TRABALHO TEMPORÁRIO
Decreto n. 73.841, de 13-3-1974
Lei n. 6.019, de 3-1-1974
fiscalização do trabalho em empresas de ..... IN n. 3/97
trabalhador agrícola ..... art. 443 da CLT

TRABALHO VOLUNTÁRIO A INSTITUIÇÕES DE FINS NÃO LUCRATIVOS
Lei n. 9.608, de 18-2-1998

TRANSPORTADORAS
vide EMPRESAS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TRANSPORTE DE VALORES
sistema de segurança; exercício da profissão ..... Lei n. 7.102/83

TRANSPORTES
equiparação a serviços públicos ..... art. 910 da CLT

TREINADOR PROFISSIONAL DE FUTEBOL
relações de trabalho ..... Lei n. 8.650/93

TRIBUNAIS DO TRABALHO
especialização de turmas dos ..... Lei n. 7.701/88

TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO
arts. 670 a 689 da CLT
competência, quando divididos em Turmas ..... art. 678 da CLT
composição e funcionamento ..... arts. 670 a 673 da CLT
decisões; voto da maioria dos juízes presentes; ressalva ..... art. 672, § 2º, da CLT
determinação da competência ..... art. 677 da CLT
disposições gerais – Constituição Federal ..... art. 111, II, da CLT
jurisdição e competência ..... arts. 674 a 680 da CLT
presidentes ..... arts. 681 a 683 da CLT
regiões; números de juízes para os Tribunais de cada uma destas ..... art. 670 da CLT
território nacional; divisão em regiões para efeito de jurisdição ..... art. 674 da CLT

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
arts. 690 a 709 da CLT
competência do Tribunal Pleno ..... art. 702 da CLT
composição e funcionamento ..... arts. 693, § 1º, 696, 697, 700 e 701 da CLT
corregedor; atribuições ..... art. 709 da CLT
instância superior da Justiça do Trabalho ..... art. 690 da CLT
ordem dos processos; regulamentação em regimento interno ..... art. 909 da CLT
presidente; atribuições ..... art. 707 da CLT
vice-presidente; atribuições ..... art. 708 da CLT

TRIPULANTE(S)
apresentação ao armador, ao término das férias ..... art. 150, § 4º, da CLT
gozo de férias; remuneração; acréscimo ..... art. 152 da CLT
transferência para o serviço de outro armador; cômputo do tempo de serviço prestado anteriormente, para efeito de férias ..... art. 150 da CLT

TUTOR
perda do pátrio poder ..... art. 437, parágrafo único, da CLT

USOS E COSTUMES
utilização como critério de decisão de autoridades administrativas e da Justiça do Trabalho, em caso de falta de disposições legais ou contratuais ..... art. 8º da CLT

UTILIDADES
parcela do salário paga em utilidades; cômputo de acordo com a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social ..... art. 142, § 4º, da CLT

VACINAÇÃO
vide ATESTADO DE VACINAÇÃO

VALE-TRANSPORTE
Decreto n. 95.247, de 17-11-1987
Lei n. 7.418, de 16-12-1985

VENDEDORES, VIAJANTES OU PRACISTAS
Lei n. 3.207, de 18-7-1957

VENDEDOR PRACISTA
exclusão do capítulo referente à duração do trabalho ..... art. 62, I, da CLT

VENTILAÇÃO
artificial ..... art. 176, parágrafo único, da CLT
natural ..... art. 176, *caput*, da CLT

VESTIMENTA
uso obrigatório ..... art. 177 da CLT

VESTUÁRIO
inclusão no salário; ressalva ..... art. 458 e § 2º da CLT

VETERINÁRIOS
Lei n. 4.950-A, de 22-4-1966

VIAJANTES
exclusão do capítulo referente à duração do trabalho ..... art. 62, *a*, da CLT

VICE-PRESIDENTE
do Tribunal Superior do Trabalho; atribuições ..... art. 708 da CLT

VIGILANTES
sistema de segurança; exercício da profissão ..... Lei n. 7.102/83

VIOLAÇÃO DE SEGREDO DA EMPRESA
pelo empregado; justa causa para rescisão contratual ..... art. 482, *g*, da CLT

VISTAS DOS AUTOS
em matéria recursal ..... art. 901 da CLT

VOTO
eleições sindicais; requisitos e obrigatoriedade ..... art. 529 e parágrafo único da CLT

Bibliografia

ALMEIDA, Amador Paes de. *Os Direitos Trabalhistas na Falência e Concordata do Empregador.* 2. ed. São Paulo, LTr, 1998.

_____. *Curso de Falência e Recuperação de Empresas.* 22. ed. São Paulo, Saraiva, 2006.

_____. *Curso Prático de Processo do Trabalho.* 14. ed. São Paulo, Saraiva, 2002.

_____.*Execução de Bens dos Sócios.* 6. ed. São Paulo, Saraiva, 2003.

_____. *O Procedimento Sumaríssimo na Justiça do Trabalho.* São Paulo, Saraiva, 2000.

ALMEIDA, André Luiz Paes de. *Direito do Trabalho.* 2. ed. São Paulo, Rideel, 2007.

ALMEIDA, Isis de. *Curso de Direito Processual do Trabalho.* São Paulo, Sugestões Literárias.

_____. *Manual da Prescrição Trabalhista.* 2. tir. São Paulo, LTr.

ALMEIDA JÚNIOR. *Lições de Medicina Legal.* 3. ed. Ed. Nacional, 1956.

AMARAL SANTOS, Moacyr. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil.* 5. ed. São Paulo, Saraiva.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil.* Rio de Janeiro, Forense.

AROUCA, José Carlos. *A Nova Constituição e os Trabalhadores.* Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Teoria Geral das Obrigações.* 3. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais.

BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil.* Rio de Janeiro, Forense.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Comentários ao Código de Processo Civil.* 6. ed. Rio de Janeiro, Forense.

BARROS, Hamilton de Moraes e. *Comentários ao Código de Processo Civil.* Rio de Janeiro, Forense.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Sindicato/Sindicalismo.* São Paulo, LTr, 1952.

_____. *Tratado de Direito Judiciário do Trabalho.* 2. ed. São Paulo, LTr.

BELTRAN, Ari Possidônio. *Globalização e Direitos Sociais.* São Paulo, LTr, 1998.

BENTO DE FARIA, Antonio. *Código Comercial Brasileiro Anotado.* 3. ed. Rio de Janeiro, Ed. Jacinto Ribeiro dos Santos, 1920.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Código Civil Comentado.* 6. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1940.

BITTAR, Carlos Alberto. *Curso de Direito Civil.* Rio de Janeiro, Forense Universitária.

BONHOMME, Carlos de. *Despedida Justa.* Ed. Guaíra, 1944.

BUENO, Cassio Scarpinella. *A nova etapa da reforma do Código de Processo Civil.* São Paulo, Saraiva, 2006.

BULGARELLI, Waldirio. *Sociedades Comerciais, Empresa e Estabelecimento.* 2. ed. São Paulo, Atlas.

CABANELLAS, Guillermo. *Derecho Sindical y Corporativo.* Buenos Aires, Ed. Atalaya, 1946.

CALDAS AULETE. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa.* Ed. bras. Ed. Delta, 1958.

CALHEIROS BONFIM & SILVÉRIO DOS SANTOS. *Dicionário de Decisões Trabalhistas.* 14. ed.

CARRION, Valentin. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho.* 26. ed. São Paulo, Saraiva, 2001; 29. ed., 2004.

CARVALHO DE MENDONÇA, J. X. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*. Freitas Bastos.

CARVALHO SANTOS, J. M. de. *Código Civil Brasileiro Interpretado*. 7. ed. Freitas Bastos, 1978.

CASTELO, Jorge Pinheiro. *O Direito Processual do Trabalho na Moderna Teoria Geral do Processo*. São Paulo, LTr, 1993.

CASTRO, Amílcar de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2. ed. Rio de Janeiro, Forense. v. 10.

CATHARINO, José Martins. *LTr*, 32/409.

_____. *Compêndio de Direito do Trabalho*. 2. ed. São Paulo, Saraiva, 1981.

_____. *Tratado Elementar de Direito Sindical*. São Paulo, LTr, 1977.

_____. *Tratado Jurídico do Salário*. Freitas Bastos, 1951.

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa & JORGE NETO, Francisco Ferreira. *Manual de Direito do Trabalho*. Lumen Juris, 2003.

CESARINO JÚNIOR, Antonio Ferreira. *Direito Social Brasileiro*. São Paulo, LTr, 1980.

_____. *Revista de Direito Social*, n. 22, 1994.

CHAVES, Antônio. *Tratado de Direito Civil*. São Paulo, Revista dos Tribunais.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*. 3. ed. São Paulo, Saraiva, 1969.

COQUEIJO COSTA, Carlos. *Direito Judiciário do Trabalho*. Rio de Janeiro, Forense, 1978.

CORTEZ, Julpiano Chavez. *Manual das Rescisões Trabalhistas*. 3. ed. São Paulo, LTr.

COSTA E SILVA, José Ajuricaba da. *LTr* 45-5/519.

CRETELLA JR., José. *Empresa Pública*. Bushatsky, 1973.

CUNHA, Sólon de Almeida. *Os Direitos Individuais do Trabalho: Impacto Sofrido ante a Eficácia Jurídica da Constituição Federal, nos Dez Anos de sua Vigência*. Tese de Doutorado.

DE LA CUEVA, Mario. *Derecho Mexicano del Trabajo*. 3. ed. México, Porrúa, 1949.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Princípios de Direito Individual e Coletivo do Trabalho*. São Paulo, LTr, 2001.

_____. *Alterações Contratuais Trabalhistas*. São Paulo, LTr.

DINIZ, José Janguiê Bezerra. *Os Recursos no Processo do Trabalho*. 3. ed. São Paulo, LTr.

FERREIRA, Waldemar. *Instituições de Direito Comercial*. Freitas Bastos, 1947.

FIORILLO, Celso A. Pacheco & RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Manual de Direito Ambiental e Legislação Aplicável*. Max Limonad.

FURTADO, Paulo. *Execução*. São Paulo, Saraiva, 1985.

GARCIA, Alonso. *Derecho del Trabajo*. Barcelona, 1960.

GASPARINI, Diogenes. *Direito Administrativo*. São Paulo, Saraiva.

GAVAZZONI, Aluisio José. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. Ed. Nacional, 1963.

GIGLIO, Wagner. *Direito Processual do Trabalho*. 10. ed. São Paulo, LTr, 1997.

_____. *Justa Causa para o Despedimento do Empregado*. Ed. Florença.

GOMES, Orlando & GOTTSCHALK, Elson. *Curso Elementar de Direito do Trabalho*. 7. ed. Rio de Janeiro, Forense.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. 6. ed. São Paulo, Saraiva. v. 3.

GUETZÉVITCH, Mirkine. *As Novas Tendências do Direito Constitucional*. Trad. Cândido Mota Filho. Ed. Nacional, 1933.

GUIMARÃES, Mario. *Recurso de Revista*. Livr. Martins, 1942.

HINZ, Henrique Macedo. *Direito Individual do Trabalho*, São Paulo, Saraiva, 2006.

HUSEK, Carlos Roberto. *Caderno Jurídico*, São Paulo, Amatra, set. 1998.

LACERDA, Dorval de. *A Falta Grave no Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro, Ed. Revista do Trabalho, 1947.

LAMARCA, Antonio. *Manual das Justas Causas*. São Paulo, Revista dos Tribunais.

_____. *Roteiro Judiciário Trabalhista*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1975.

MAGANO, Octavio Bueno. *Do Poder Diretivo na Empresa*. São Paulo, Saraiva.

_____. *Manual de Direito do Trabalho (Direito Coletivo do Trabalho)*. São Paulo, LTr.

MALLET, Estêvão. *Temas de Direito do Trabalho.* São Paulo, LTr, 1998.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. *Direito do Trabalho na Nova Constituição.* 5. ed. São Paulo, Atlas, 1989.

MARANHÃO, Délio. *Instituições de Direito do Trabalho.* 2. ed. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1961.

MARCUS, Gyula. *Manual Prático de Medicina Legal.* São Paulo, Sugestões Literárias.

MARQUES, Gerson. *Processo do Trabalho Anotado.* São Paulo, Revista dos Tribunais, 2001.

MARQUES, José Frederico. *Manual de Direito Processual Civil.* 8. ed. São Paulo, Saraiva.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Comentários à CLT.* 3. ed. São Paulo, Atlas.

_____. *Direito Processual do Trabalho.* São Paulo, Atlas, 1994.

_____. *Direito da Seguridade Social.* São Paulo, Atlas.

MAUAD, Marcelo José Ladeira. *As Cooperativas de Trabalho e sua Relação com o Direito Material do Trabalho.* Tese de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, 1997.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito.* Porto Alegre, Ed. Globo, 1925.

MELLO, José Luiz Lauria J. de. *LTr,* 59-09/1208.

MESQUITA, Luiz José de. *Comentários às Súmulas do Supremo Tribunal Federal.* São Paulo, LTr.

_____. *Direito Disciplinar do Trabalho.* 2. ed. São Paulo, LTr.

MONIZ DE ARAGÃO, E. D. *Comentários ao Código de Processo Civil.* Rio de Janeiro, Forense.

MONTEIRO, João. *Teoria do Processo Civil e Comercial.* São Paulo, Programa, 1905.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil.* São Paulo, Saraiva, 1958.

MORAES FILHO, Evaristo de. Anteprojeto do Código de Trabalho. *LTr,* 28/240.

_____. *Sucessão nas Obrigações e a Teoria da Empresa.* Rio de Janeiro, Forense, 1960.

MORGADO, Almir e GRAVATÁ, Isabelli. *Resumo de Direito Processual do Trabalho.* Impetus, 2007.

MUSSO, Enrico Spagna. *Justitia,* São Paulo, Ministério Público, 1966.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Compêndio de Direito do Trabalho.* São Paulo, LTr.

_____. *Curso de Direito Processual do Trabalho.* 21. ed. São Paulo, Saraiva, 2002.

_____. *Direito do Trabalho na Constituição de 1988.* São Paulo, Saraiva.

_____. *O Salário.* São Paulo, LTr, 1968.

NEGRÃO, Theotonio. *Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor* 28. ed. São Paulo, Saraiva, 1997.

NERY JR., Nelson & NERY, Rosa Maria A. *Código de Processo Civil Comentado.* 3. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais.

NEVES, Celso. *Comentários ao Código de Processo Civil.* Rio de Janeiro, Forense. v. 7.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. *Consolidação das Leis do Trabalho Comentada.* 2. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais.

OLIVEIRA, Sebastião Ribeiro de. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho.* Ed. Nacional de Direito, 1963. v. 5.

OLIVEIRA E CRUZ, João Claudino. *Dos Recursos no Código de Processo Civil.* 3. ed. Rio de Janeiro, Forense.

ORLANDO, Pedro. *Novíssimo Dicionário Jurídico Brasileiro.* São Paulo, Lep, 1959.

PAMPLONA, Rodolfo. *Processo do Trabalho.* São Paulo, LTr, 1997.

PEIXOTO, Bolívar Viegas. *Iniciação ao Processo Individual do Trabalho.* 4. ed. Rio de Janeiro, Forense.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil.* Rio de Janeiro, Forense.

PEREIRA, Pedro Barbosa. *Direito Comercial.* 1965.

PIMENTA BUENO. *Apontamentos sobre o Processo Criminal Brasileiro.*

PONTES DE MIRANDA. *Comentários à Constituição de 1967.*

PRADO, Roberto Barreto. *Curso de Direito Sindical.* 3. ed. São Paulo, LTr.

RAMOS FILHO, Wilson. *LTr,* 56-10/1206.

REIS, Nélio. *Alteração do Contrato de Trabalho.* 3. ed. Freitas Bastos, 1957.

_____. *Contratos Especiais de Trabalho.* Freitas Bastos, 1955.

REZENDE FILHO, Gabriel de. *Curso de Direito Processual Civil*. 6. ed. São Paulo, Saraiva.

RICO, Oswaldo da Silva. *Da Reconvenção e da Compensação no Direito Brasileiro*. São Paulo, Saraiva.

ROCCO, Alfredo. *Princípios de Direito Comercial*. Trad. Cabral de Moncada (Faculdade de Coimbra). São Paulo, Saraiva, 1931.

RODRIGUES PINTO, José Augusto. *A Modernização do CPC e o Processo do Trabalho*. LTr, 1996.

_____. *Curso de Direito Individual do Trabalho*. São Paulo, LTr, 1994.

_____. *Execução Trabalhista*. 9. ed. LTr, 2002.

_____. *Manual dos Recursos nos Dissídios do Trabalho*. São Paulo, LTr, 2006.

_____. *Processo Trabalhista de Conhecimento*. São Paulo, LTr.

RODRIGUEZ, Américo Plá. *Princípios de Direito do Trabalho*. São Paulo, LTr, 1978.

ROMITA, Arion Sayão. *O Poder Disciplinar do Empregador*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1983.

_____. *Os Direitos Sociais na Constituição e Outros Estudos*. São Paulo, LTr, 1991.

_____. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, Revista dos Tribunais, jan./mar. 2000.

ROSA, Eliézer. *Dicionário de Processo Civil*. Rio de Janeiro, Editora de Direito, 1957.

RUSSOMANO, Mozart Victor. *A Execução das Obrigações de Fazer no Processo do Trabalho*. Rio de Janeiro, Konfino, 1956.

_____. *Comentários à CLT*. 13. ed. Rio de Janeiro, Forense.

_____. *O Empregado e o Empregador no Direito Brasileiro*. 7. ed. Rio de Janeiro, Forense.

SAAD, Eduardo Gabriel. A Transcendência no Recurso de Revista. *Suplemento LTr*, 149/01.

_____. *Constituição e Direito do Trabalho*. LTr.

_____. *Suplemento Trabalhista LTr*, 092/00.

_____. *CLT Comentada*. 28. ed. São Paulo, LTr, 1995.

_____. *Constituição e Direito do Trabalho*. São Paulo, LTr.

SAMPAIO, Aluysio. *Dicionário Jurídico Trabalhista*. Ed. Fulgor.

SANSEVERINO, Riva. *Curso de Direito do Trabalho*. Trad. Elson Gottschalk. São Paulo, LTr, 1976.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. *As reformas de 2005 do Código de Processo Civil*. São Paulo, Saraiva, 2006.

SEGADAS VIANNA. *Instituições de Direito do Trabalho*. Freitas Bastos.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *O Direito do Trabalho como Instrumento de Justiça Social*. São Paulo, LTr, 2000.

SOUZA, Marcelo P. de. *A Nova Lei de Recuperação e Falência e as suas Consequências no Direito do Trabalho*. 2. ed., LTr, 2006.

_____. *Efeitos da Falência da Execução Trabalhista*. São Paulo, LTr, 2004.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Direito Constitucional do Trabalho*. Rio de Janeiro, Renovar, 2004.

SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio & SEGADAS VIANNA. *Instituições de Direito do Trabalho*. São Paulo, LTr, 1997.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. A Medida Provisória n. 2.226/01 — Transcendência em Recurso de Revista: Inconstitucionalidades e Inconveniências. *LTr*, 65-10/1159.

_____. *Execução no Processo do Trabalho*. 6. ed. São Paulo, LTr.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino-Português*. 2. ed. Porto Editora, 1942.

TOSTES MALTA, Christóvão Piragibe. *CLT Comentada*. Ed. Trabalhistas, 1980.

VENDRAMINI, Antônio Carlos. Insalubridade *versus* Periculosidade. *Suplemento Trabalhista LTr*, 162/98.

VIDAL NETO, Pedro. *Do Poder Normativo da Justiça do Trabalho*. Tese de Doutorado.

WINTER, Marilena Indira. Proteção Jurídica do Hipossuficiente no Direito do Trabalho e no Direito do Consumidor. In: *Estudos de Direito do Trabalho*. São Paulo, LTr, 1997.

Sd representa o salário em dinheiro, *Sm* o salário mínimo e *P* a soma dos valores daquelas parcelas na região.

Parágrafo único. O salário mínimo pago em dinheiro não será inferior a 30% (trinta por cento) do salário mínimo fixado para a região.

Art. 83. É devido o salário mínimo ao trabalhador em domicílio, considerado este como o executado na habitação do empregado ou em oficina de família, por conta de empregador que o remunere.

Seção II
Das regiões e sub-regiões

Art. 84. (Prejudicado pelo art. 7º da CF.)

Art. 85. (Revogado pelo art. 23 da Lei n. 4.589, de 11-12-1964.)

Art. 86. (Prejudicado pelo art. 7º da CF.)

Seção III
Da constituição das comissões

Arts. 87 a 100. (Revogados pelo art. 23 da Lei n. 4.589, de 11-12-1964.)

Seção IV
Das atribuições das comissões de salário mínimo

Arts. 101 a 111. (Revogados pelo art. 23 da Lei n. 4.589, de 11-12-1964.)

Seção V
Da fixação do salário mínimo

Arts. 112 a 115. (Revogados pelo art. 23 da Lei n. 4.589, de 11-12-1964.)

Art. 116. (Prejudicado pelo art. 7º, IV, da CF.)

Seção VI
Disposições gerais

Art. 117. Será nulo de pleno direito, sujeitando o empregador às sanções do art. 120, qualquer contrato ou convenção que estipule remuneração inferior ao salário mínimo estabelecido na região em que tiver de ser cumprido.

Art. 118. O trabalhador a quem for pago salário inferior ao mínimo terá direito, não obstante qualquer contrato ou convenção em contrário, a reclamar do empregador o complemento de seu salário mínimo estabelecido na região em que tiver de ser cumprido.

Art. 119. (Prejudicado pelo art. 7º, XXIX, da CF.)

Art. 120. Aquele que infringir qualquer dispositivo concernente ao salário mínimo será passível da multa de 3 (três) a 120 (cento e vinte) valores de referência elevada ao dobro na reincidência.

Art. 121. (Revogado pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Arts. 122 e 123. (Revogados pelo art. 23 da Lei n. 4.589, de 11-12-1964.)

Art. 124. A aplicação dos preceitos deste Capítulo não poderá, em caso algum, ser causa determinante da redução do salário.

Art. 125. (Revogado pelo art. 23 da Lei n. 4.589, de 11-12-1964.)

Art. 126. O Ministro do Trabalho expedirá as instruções necessárias à fiscalização do salário mínimo, podendo cometer essa fiscalização a qualquer dos órgãos componentes do respectivo Ministério, e, bem assim, aos fiscais do Instituto Nacional do Seguro Social, na forma da legislação em vigor.

Arts. 127 e 128. (Revogados pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

► *Comentários*

O art. 76, sob comento, foi parcial-

mente revogado pelo art. 7º da Constituição Federal de 1988, que assim dispõe:

"IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim".

O salário mínimo foi contemplado entre nós, pela primeira vez, no âmbito constitucional, na Carta Magna de 1934, sucedendo-se com as demais constituições, com a seguinte evolução:

Constituição Federal de 1934 – art. 121, *b* – "salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador".

Constituição Federal de 1937 – art. 137, *a* – "salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família".

Constituição Federal de 1946 – art. 157, I – "salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família".

Constituição Federal de 1967 – art. 158, I – "salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família".

Emenda Constitucional n. 1/69 – art. 165, I – "salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, suas necessidades normais e de sua família".

O salário mínimo previsto na Constituição Federal de 1988 é, como facilmente se percebe, de um alcance social bem mais amplo, numa manifesta tentativa do constituinte em elevar (ainda que pleonasticamente) as condições de vida do trabalhador brasileiro e de sua família.

"Como inovação, portanto, o texto constitucional: a) acrescentou ao conceito a obrigação do salário mínimo suprir as necessidades de educação, saúde, lazer e previdência social; b) também foi assegurado seu reajuste periódico; c) a fixação por lei (ou Medida Provisória); d) a proibição da sua vinculação para qualquer fim; e) tornando-se nacionalmente unificado"[104].

1. *Contraprestação mínima*

O contrato de trabalho é oneroso, implicando prestações recíprocas, das quais as fundamentais são: a) do empregado, a de prestar serviços ou colocar-se à disposição do empregador; b) do empregador, a de pagar salários.

Erigido em postulado constitucional, o salário mínimo é, como, aliás, ressalta o art. 76 da CLT, a contraprestação mínima, a que faz jus todo trabalhador, ou seja, nenhum empregado pode perceber salário inferior ao mínimo legal. É um direito que se estende do trabalhador urbano (inclusive o doméstico) ao trabalhador rural.

É de observar, porém, que o salário mínimo é a contraprestação a ser paga ao empregado que cumpre jornada normal de trabalho; admitido para jornada reduzida, facultado é ao empregador pagar-lhe proporcionalmente às horas trabalhadas.

O salário mínimo pode ser pago mensalmente, por dia ou por hora – "o salário

104. Sólon de Almeida Cunha, ob. cit., p. 136.

mínimo diário corresponderá a um trinta avos do salário mínimo mensal, e o salário mínimo horário a um duzentos e vinte avos do salário mínimo" (Lei n. 8.542/92, art. 6º, § 1º).

2. *Vedação da utilização do salário mínimo como fator de indexação*

A Constituição Federal de 1988, no seu art. 7º, IV, vedou a vinculação do salário mínimo "para qualquer fim". O objetivo era claro – impedir sua utilização como fator de indexação dos preços em geral, como alugueres, prestações e obrigações diversas, como até então se fazia, alimentando-se, com esse procedimento, a inflação.

Contudo, o Supremo Tribunal Federal assim não entendeu, dando à expressão, "para qualquer fim", sentido relativo, para admitir o salário mínimo como parâmetro das obrigações trabalhistas:

"A vedação da vinculação do salário mínimo, constante do inc. IV do art. 7º da Carta Federal, visa a impedir a utilização do referido parâmetro como fator de indexação para obrigações sem conteúdo salarial ou alimentar. Entretanto, não pode abranger as hipóteses em que o objeto da prestação expressa em salários mínimos tem a finalidade de atender as mesmas garantias que a parte inicial do inciso concede ao trabalhador e a sua família, presumivelmente capazes de suprir as necessidades vitais básicas" (RE 170203-6-GO, 1ª T., Rel. Min. Ilmar Galvão, *DJ*, 15-4-1994).

No mesmo sentido, o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, admitindo a vinculação como critério de cálculos de salários (profissional, piso ou normativo):

"Salário profissional – Radiologista – Vinculação ao salário mínimo. A parte final do artigo sétimo constitucional veda a vinculação do salário mínimo para 'qualquer fim'. Todavia, tal vedação não alcança a estipulação do piso salarial ou salário profissional, tendo como fator de indexação o mínimo legal, em razão do conteúdo salarial-alimentar do referido piso categorial, o que, sem dúvida alguma, atinge o seu primordial objetivo, qual seja, o de suprir as necessidades básicas do trabalhador, discriminadas no inciso quatro, do artigo sétimo constitucional" (TST, RR 133905/1994, 5ª T., Rel. Ministro Nelson Antonio Daiha, *DJU*, 8-8-1997).

Instituída pela Emenda Constitucional n. 45/ 2004, a Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal, em seu enunciado de número 4, decidiu que:

"Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial" (*DJe* do STF de 8-5-2008).

Fundado na Súmula Vinculante n. 4, acima transcrita, o TST, por sua vez, alterou as duas súmulas trabalhistas existentes em torno da questão, dando nova redação à Súmula 228 que assim foi redigida:

"Adicional de insalubridade. Base de cálculo. A partir de 9 de maio de 2008, data da publicação da Súmula Vinculante n. 4 do Supremo Tribunal Federal, o adicional de insalubridade será calculado sobre o salário básico, salvo critério mais vantajoso fixado em instrumento coletivo".

Contudo, concedendo liminar à Reclamação n. 6.266, ajuizada pela Confe-

deração Nacional da Indústria, o STF suspendeu parcialmente a aplicação da Súmula nominada (228/TST).

O argumento utilizado pelo Ministro Gilmar Mendes foi o de que o critério legal de cálculo do adicional de insalubridade, fixado no art. 192 da CLT, não poderia ser alterado senão pelo legislador.

Com isso, conquanto declarada inconstitucional a fixação do salário mínimo como base de cálculo do adicional de insalubridade, entendemos que, até que sobrevenha alteração legislativa do Congresso Nacional, o adicional fixado no art. 192 da CLT continuará sendo o salário mínimo ali fixado – o que, entretanto, não deixa de ser um paradoxo.

A solução, até lá, mais racional, seria a negociação coletiva que, a nosso ver, supriria a lacuna legislativa, não afastada a hipótese de Medida Provisória.

3. *Piso salarial ou salário profissional*

A expressão piso salarial, de que salário profissional é sinônimo, de há muito era utilizada no meio sindical, significando o salário-base (piso) de uma determinada categoria profissional. Dizia-se: "este é o piso da categoria".

Escreve Eduardo Gabriel Saad: "Piso salarial designa, a rigor, o que em doutrina se costuma chamar o salário mínimo profissional. É algo semelhante à remuneração mínima a que alude o inciso IV, do art. 7º, da Constituição e que, no art. 76 da Consolidação das Leis do Trabalho, se define como a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador"[105].

Enquanto o salário mínimo visa, presumidamente, atender às necessidades vitais do trabalhador e de sua família, o piso salarial, também denominado salário profissional, tem a mesma intenção, mas com relação a uma determinada categoria profissional.

É o caso, entre outros, dos médicos, advogados, técnicos em radiologia, engenheiros etc.

Pela Lei Complementar n. 103, de 14 de julho de 2000, os Estados e o Distrito Federal estão autorizados a instituir piso salarial, por força do disposto no parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal.

Em conformidade com o art. 1º da lei Complementar nominada, ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, a instituir o piso salarial de que trata o inciso V do art. 7º da Carta Magna, para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo.

O piso salarial fixado pelos Estados e Distrito Federal não pode ser estendido aos servidores públicos municipais.

4. *Salário por empreitada, tarefa ou peça*

I – Empreitada

A expressão não é adequada ao Direito do Trabalho. A empreitada é um instituto do Direito Civil, não envolvendo relação de emprego.

Na lição de Carvalho Santos, "empreitada é o contrato pelo qual uma das partes se encarrega de fazer certa obra, mediante retribuição determinada, ou proporcional ao trabalho executado".

Não raras vezes tem sido a empreitada confundida com a locação de serviços, esta última, sim, inequivocamente objeto do Direito do Trabalho. Daí dizer J. M. de Carvalho Santos:

105. *Constituição e Direito do Trabalho*, cit., p. 100.

"Na empreitada paga-se o produto do serviço; na locação de serviços remunera-se a pessoa, que pôs à disposição de outro sua atividade. A empreitada visa a produção de obra material; na locação de serviços remunera-se com *salários*, a força do trabalho, inseparável do operário"[106].

Como ressalta Francisco Antonio de Oliveira: "O termo usado pelo legislador não tem a informá-lo o rigor da terminologia jurídica, tendo aqui o significado de trabalho produzido por empregado por tarefa ou por peça (unidade de obra)"[107].

Na unidade de obra o que se objetiva é a execução de uma obra determinada durante um espaço de tempo.

II – Tarefa

O trabalho por tarefa considera a realização de um certo serviço no decorrer da jornada de trabalho.

III – Peças

Em tal modalidade de serviço o que é levado em consideração é a produção do trabalhador, que percebe pelo número de peças produzidas.

IV – Comissões ou percentagens

Nas comissões o empregado percebe um determinado valor pelas vendas; na percentagem é fixado um percentual (5% ou 10%), sobre suas vendas. É, normalmente, a forma salarial adotada para os comerciários.

Nos termos do art. 78 da CLT, qualquer que seja a forma de remuneração, há de ser garantido o *salário mínimo*. Na eventualidade de o empregado, sobretudo no caso das comissões, que é, aliás, o mais comum, não alcançar o mínimo legal, deve o empregador complementá-lo. O que não é admitido é que o trabalhador perceba salários inferiores ao mínimo.

5. *Salário mínimo em atividades insalubres*

Atividade insalubre é aquela desenvolvida em condições ou ambientes que exponham o trabalhador a agentes agressivos à sua saúde.

As comissões de salário mínimo, mencionadas no art. 79 da CLT, já não existem.

A fixação do salário mínimo é feita por lei – Constituição Federal de 1988, art. 7º, IV –, o que torna o dispositivo legal sob comento manifestamente revogado.

6. *Menor aprendiz*

O art. 80 da CLT está, inquestionavelmente, revogado, afastada por inconstitucional qualquer discriminação salarial em decorrência da *idade*, *ex vi* do inciso XXX do art. 7º da CF/88.

O conceito de aprendizagem está contido no art. 428 da CLT – "formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico".

Ao menor aprendiz – maior de 14 e menor de 18 anos – é garantido o *salário mínimo hora* (§ 2º do art. 428 da CLT, acrescentado pela Lei n. 10.097/2000).

7. *Composição do salário mínimo*

O art. 81 da CLT enumera os elementos que devem compor o salário mínimo, declinando *alimentação*, *habitação*, *ves-*

106. *Código Civil Brasileiro Interpretado*, 7. ed., XVII, p. 315.

107. *Consolidação das Leis do Trabalho Comentada*, 2. ed., Revista dos Tribunais, p. 121.

tuário, higiene e *transportes*. A Constituição Federal de 1988, no seu art. 7º, IV, acrescentou outros fatores: *lazer, saúde, educação* e *previdência social*.

a) *Alimentação* – quando fornecida pelo empregador, não pode ultrapassar de 25% do salário mínimo (Lei n. 3.030/1956).

Nos termos da Súmula 241 do Tribunal Superior do Trabalho, "o vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais".

Ressalte-se o Programa de Alimentação dos Trabalhadores – Lei n. 6.321, de 14-4-1976, que faculta dedução do Imposto de Renda sobre o lucro tributário, às empresas coletivas (pessoas jurídicas) que forneçam alimentação a seus empregados.

Tal fornecimento não tem natureza salarial e a participação do empregado é limitada a 20% do custo direto da refeição.

b) *Habitação* – o fornecimento de moradia ao trabalhador, objetivando dar-lhe melhores condições de exercício de suas funções, como ocorre, por exemplo, com os zeladores de edifícios, constitui-se em salário *in natura*. Não será, contudo, considerada salário *in natura*, quando indispensável ao exercício das suas funções, consoante Súmula 367 do TST: "I – A habitação, a energia elétrica e veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares. II – O cigarro não se considera salário utilidade em face de sua nocividade à saúde".

É de observar, porém, que a Lei n. 10.243, de 19-6-2001, alterando o § 2º do art. 458 da CLT, determina as utilidades que não são consideradas como salário, a saber:

"I – vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço;

II – educação, em estabelecimento de ensino, próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático;

III – transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público;

IV – assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde;

V – seguros de vida e de acidentes pessoais;

VI – previdência privada".

Inexistindo qualquer menção à moradia, é de concluir que, quando fornecida pelo empregador, sem cobrança de qualquer valor, há de ser considerada salário-utilidade.

O salário mínimo, ainda que fornecidas utilidades, não pode ser inferior a 30% em dinheiro. É o que ressalta o parágrafo único do art. 82 da CLT: "O salário mínimo pago em dinheiro não será inferior a 30% do salário mínimo fixado para a região"[108].

Os percentuais de descontos por fornecimento de utilidades são estabelecidos por Portarias do Ministério do Trabalho, não podendo o valor em dinheiro

108. O salário mínimo foi nacionalmente unificado – CF/88, art. 7º, IV.

ser inferior a 30%, ainda que o valor das utilidades possa ultrapassar 70%.

Em conformidade com a Súmula 258 do TST:

"Os percentuais fixados em lei relativos ao salário *in natura* apenas se referem às hipóteses em que o empregado percebe salário mínimo, apurando-se, nas demais, o real valor da utilidade".

c) *Vestuário* – nos termos da Lei n. 10.243, de 19-6-2001, que alterou o § 2º do art. 258 da CLT, os vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação de serviços, não são considerados como salário *in natura* e tampouco podem ser descontados da remuneração do empregado.

8. *Salário mínimo do trabalhador em domicílio*

Grandes contingentes de trabalhadores executam suas funções em seu próprio domicílio, o que é comum ocorrer com costureiras, alfaiates e outros profissionais, que comumente percebem por peças. Tais trabalhadores, em qualquer circunstância, não podem perceber menos que o salário mínimo, a teor do que dispõe o art. 83 da CLT.

9. *Salário mínimo proporcional à jornada de trabalho*

O salário mínimo é, como o define o art. 76 da CLT, a contraprestação mínima paga a todo trabalhador por jornada normal de trabalho.

Os empregados que tenham sido contratados para jornada reduzida – o denominado **regime de tempo parcial** – receberão salário proporcional à sua jornada, como, aliás, prevê o art. 58-A da CLT, objeto de nosso comentário no Título *Trabalho em regime de tempo parcial*.

É o que vem decidindo a mais alta Corte trabalhista:

"Salário mínimo – Jornada reduzida – Pagamento proporcional. A contratação de empregado com o pagamento do salário mínimo proporcional à jornada trabalhada encontra respaldo no art. 7º, IV, da Constituição da República. A remuneração fixada deve guardar proporcionalidade com a jornada de trabalho. Recurso de revista conhecido e provido em parte" (TST-RR 25870/2002-900-21-00.0 – 4ª T., 21ª Reg., Rel. Juiz Convocado Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, *DJU*, 21-5-2004)

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 143 do Tribunal Superior do Trabalho. Salário profissional.** O salário profissional dos médicos e dentistas guarda proporcionalidade com as horas efetivamente trabalhadas, respeitado o mínimo de 50 horas mensais. Ex-prejulgado n. 15. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 228 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional de insalubridade. Base de cálculo.** A partir de 9 de maio de 2008, data da publicação da Súmula Vinculante n. 4 do Supremo Tribunal Federal, o adicional de insalubridade será calculado sobre o salário básico, salvo critério mais vantajoso fixado em instrumento coletivo. (Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno em 26-6-2008 – Res. 148/2008, *DJ*, 4 e 7-7-2008 – Republicada *DJ*, 8, 9 e 10-7-2008)

▷ **Súmula 241 do Tribunal Superior do Trabalho. Salário-utilidade. Alimentação.** O vale para refeição, for-

necido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais. (Res. n. 15/85, *DJ*, 9-12-1985)

▷ **Súmula 258 do Tribunal Superior do Trabalho. Salário-utilidade. Percentuais.** Os percentuais fixados em lei relativos ao salário *in natura* apenas pertinem às hipóteses em que o empregado percebe salário mínimo, apurando-se, nas demais, o real valor da utilidade. (Res. n. 6/86, *DJ*, 31-10-1986)

▷ **Súmula 358 do Tribunal Superior do Trabalho. Radiologista. Salário profissional. Lei n. 7.394/1985.** "O salário profissional dos técnicos em radiologia é igual a dois salários mínimos e não a quatro". (Res. 77/97, *DJ*, 19-12-1997)

▷ **Súmula 367 do Tribunal Superior do Trabalho. Utilidades *in natura*. Habitação. Energia elétrica. Veículo. Cigarro. Não integração ao salário.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 24, 131 e 246 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – A habitação, a energia elétrica e veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares.

II – O cigarro não se considera salário-utilidade em face de sua nocividade à saúde.

▷ **Súmula 370 do Tribunal Superior do Trabalho. Médico e engenheiro. Jornada de trabalho. Leis n. 3.999/1961 e 4.950/1966.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 39 e 53 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

Tendo em vista que as Leis n. 3.999/1961 e 4.950/1966 não estipulam a jornada reduzida, mas apenas estabelecem o salário mínimo da categoria para uma jornada de 4 horas para os médicos e de 6 horas para os engenheiros, não há falar em horas extras, salvo as excedentes à oitava, desde que seja respeitado o salário mínimo/horário das categorias.

▷ **Súmula Vinculante 4 do Supremo Tribunal Federal.** Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial. (*DJe* do STF de 8-5-2008)

▷ **Súmula 203 do Supremo Tribunal Federal. Salário Mínimo. *Vacatio Legis*.** Não está sujeita à vacância de 60 dias a vigência de novos níveis de salário mínimo.

▷ **Súmula 204 do Supremo Tribunal Federal. Trabalhador substituto ou reserva.** Tem direito o trabalhador substituto, ou o reserva, ao salário mínimo do dia em que fica à disposição do empregador, sem ser aproveitado na função específica; se aproveitado, recebe o salário contratual.

▷ **Súmula 205 do Supremo Tribunal Federal. Menor não aprendiz. Salário.** Tem direito a salário integral o menor não sujeito à aprendizagem metódica.

▷ **Súmula 307 do Supremo Tribunal Federal. Salário. Adicional de insalubridade.** É devido o adicional de serviço insalubre, calculado à base do salário mínimo da região, ainda que a remuneração seja superior ao salário mínimo acrescido da taxa de insalubridade.

▷ **Súmula 467 do Supremo Tribunal Federal. Previdência. Contribuição. Cálculo.** A base de cálculo das contribuições previdenciárias, anteriormente à vigência da Lei Orgânica da Previdência Social, é o salário mínimo mensal, observados os limites da Lei n. 2.755, de 1956.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 26 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Salário normativo. Menor empregado. Art. 7º, XXX, da CF/88. Violação.** Os empregados menores não podem ser discriminados em cláusula que fixa salário mínimo profissional para a categoria.

▷ **Salário mínimo proporcional. Jornada de trabalho reduzida.** O salário mínimo a que se refere o art. 7º, IV, da Constituição Federal é fixado com base na jornada normal de trabalho, ou seja, 8 horas diárias ou 44 semanais, estabelecido pelos arts. 7º, XIII, da Carta Magna, e 58 da CLT. Daí por que o empregado que labora em jornada de apenas 4 horas diárias não faz jus ao salário mínimo integral, já que a retribuição pecuniária deverá ser proporcional à jornada trabalhada. Recurso de revista não conhecido. (TST, RR 504.958, de 1998, j. 23-5-2001, 2ª T., Rel. Min. Vantuil Abdala, *DJ*, 22-6-2001)

▷ **Salário mínimo proporcional.** É válida, mas somente mediante ajuste expresso, cláusula que estipule o pagamento de salário mínimo proporcional à jornada de labor. 2. Não comprovada, todavia, a existência de ajuste prévio e expresso, no sentido de pagar salário mínimo proporcional ao tempo de serviço prestado, inafastável o reconhecimento do direito a diferenças salariais decorrentes dos valores efetivamente pagos e o valor do salário mínimo. 3. Recurso de revista de que não se conhece. (TST, RR 568167/1999, 1ª T., Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 28-10-2004)

▷ **Salário mínimo. Cálculo. Salário básico. Demais parcelas de natureza salarial.** Esta Corte, na forma da Orientação Jurisprudencial n. 272 da SBDI-I, vem reiteradamente decidindo que o fato de o salário básico ser inferior ao salário mínimo não ofende o artigo 7º, IV, da Constituição Federal, quando a remuneração resulta de outras parcelas de natureza salarial, que, somadas ao salário básico, se iguala ou excede o valor do salário mínimo. Agravo não provido. (TST, A-E-RR 435298/1998, SBDI-I, Rel. Milton de Moura França, *DJ*, 5-11-2004)

▷ **Salário Mínimo e Salário-Base.** Quando o ente público contrata pessoal sob o regime celetista equipara-se, na esfera das relações de trabalho, ao típico empregador comum, pelo que, pagando aos empregados parcelas outras além do salário-base, este há de ser ao menos igual ao salário mínimo, nunca inferior, como ocorre, não obstante a somatória de todas as parcelas supere o mínimo legal, eis que a lei não menciona remuneração mínima e sim salário mínimo, sendo o expediente adotado ilegal, conducente à complessividade salarial repudiada pelo Direito. Apelos patronal e *ex officio* improvidos. (TRT/SP, Ac. 02970164110, j. 14-4-1997, RE02 02950454887, 7ª T., Rel. Anélia Li Chum, *DOE/SP*, 28-5-1997)

▷ **Salário-Habitação. Integração.** O desconto de um valor simbólico pelo fornecimento da utilidade-habitação não afasta a natureza salarial da par-

Seção IV Dos deveres dos responsáveis legais de menores e dos empregadores. Da aprendizagem ..... [arts. 424 a 433] 243
Seção V Das penalidades ..... [arts. 434 a 438] 245
Seção VI Disposições finais ..... [arts. 439 a 441] 245

Título IV Do contrato individual do trabalho ..... [arts. 442 a 510] 251

Capítulo I Disposições gerais ..... [arts. 442 a 456] 251

Capítulo II Da remuneração ..... [arts. 457 a 467] 296

Capítulo III Da alteração ..... [arts. 468 a 470] 312

Capítulo IV Da suspensão e da interrupção ..... [arts. 471 a 476-A] 317

Capítulo V Da rescisão ..... [arts. 477 a 486] 325

Capítulo VI Do aviso prévio ..... [arts. 487 a 491] 363

Capítulo VII Da estabilidade ..... [arts. 492 a 500] 375

Capítulo VIII Da força maior ..... [arts. 501 a 504] 385

Capítulo IX Disposições especiais ..... [arts. 505 a 510] 388

Título V Da organização sindical ..... [arts. 511 a 610] 392

Capítulo I Da instituição sindical ..... [arts. 511 a 569] 392
Seção I Da associação em sindicato ..... [arts. 511 a 514] 392
Seção II Do reconhecimento e investidura sindical ..... [arts. 515 a 521] 393
Seção III Da administração do sindicato ..... [arts. 522 a 528] 394
Seção IV Das eleições sindicais ..... [arts. 529 a 532] 396
Seção V Das associações sindicais de grau superior ..... [arts. 533 a 539] 398
Seção VI Dos direitos dos exercentes de atividades ou profissões e dos sindicalizados ..... [arts. 540 a 547] 400
Seção VII Da gestão financeira do sindicato e sua fiscalização ..... [arts. 548 a 552] 402
Seção VIII Das penalidades ..... [arts. 553 a 557] 405
Seção IX Disposições gerais ..... [arts. 558 a 569] 406

Capítulo II Do enquadramento sindical ..... [arts. 570 a 577] 407

Capítulo III Da contribuição sindical ..... [arts. 578 a 610] 409
Seção I Da fixação e do recolhimento da contribuição sindical ..... [arts. 578 a 591] 409
Seção II Da aplicação da contribuição sindical ..... [arts. 592 a 594] 413
Seção III Da comissão da contribuição sindical ..... [arts. 595 a 597] 414
Seção IV Das penalidades ..... [arts. 598 a 600] 414
Seção V Disposições gerais ..... [arts. 601 a 610] 415

Título VI Das convenções coletivas de trabalho ..... [arts. 611 a 625] 432

Título VI-A Das comissões de conciliação prévia ..... [arts. 625-A a 625-H] 440

Título VII Do processo de multas administrativas ..... [arts. 626 a 642] 451

Capítulo I Da fiscalização, da autuação e da imposição de multas ..... [arts. 626 a 634] 451

Capítulo II Dos recursos ..... [arts. 635 a 638] 453

cela, já que não se destina a reembolsar a empresa pelos gastos decorrentes do fornecimento dessa utilidade, denotando o intuito de mascarar o fornecimento gratuito. Assim, evidenciado o fornecimento ao longo de todo o contrato de trabalho, e não demonstrada a indispensabilidade da vantagem para o trabalho, é de se reconhecer a natureza salarial da parcela e a integração da mesma para todos os efeitos legais, nos termos do que dispõe o artigo 458 da CLT. Recurso de revista a que se nega provimento. (TST, RR 389.850, de 1997, da 4ª R., j. 7-2-2001, 3ª T., Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula, *DJ*, 2-3-2001)

▷ **Salário-utilidade no meio rural. Caracterização.** No meio rural, a caracterização do salário-utilidade, pelo fornecimento de moradia, não se rege pelo critério usual dele o ser para ou pelo serviço. É que, de acordo com § 1º, do art. 9º, da Lei 5.889/73, cabe ao empregador efetuar sua dedução do salário. Significa dizer que a ocupação da moradia é sempre onerosa, de sorte que, abstendo-se de proceder ao desconto, é incontrastável sua natureza salarial. (TRT/15ª R., Ac. 015384/1996, j. 1º-12-1999, RO 15.884, de 1994, 1ª T., Rel. Antonio José de Barros Levenhagen, *DOE/SP*, 1º-12-1999)

Capítulo IV
Das Férias Anuais

Seção I
Do direito a férias e da sua duração

Art. 129. Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Art. 130. Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:

I – 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;

II – 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;

III – 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;

IV – 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas. (*Caput* e incisos com redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 1º É vedado descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 2º O período das férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Art. 130-A. Na modalidade do regime de tempo parcial, após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:

I – 18 (dezoito) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 22 (vinte e duas) horas, até 25 (vinte e cinco) horas;

II – 16 (dezesseis) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 20 (vinte) horas, até 22 (vinte e duas) horas;

III – 14 (quatorze) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 15 (quinze) horas, até 20 (vinte) horas;

IV – 12 (doze) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 10 (dez) horas, até 15 (quinze) horas;

V – 10 (dez) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 5 (cinco) horas, até 10 (dez) horas;

VI – 8 (oito) dias, para a duração do trabalho semanal igual ou inferior a 5 (cinco) horas.

Parágrafo único. O empregado contratado sob o regime de tempo parcial que tiver mais de 7 (sete) faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período de férias reduzido à metade. (Artigo incluído pela MP 2.164-41, de 24-8-2001.)

Art. 131. Não será considerada falta ao serviço, para os efeitos do artigo anterior, a ausência do empregado: (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

I – nos casos referidos no art. 473; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

II – durante o licenciamento compulsório da empregada por motivo de maternidade ou aborto, observados os requisitos para percepção do salário-maternidade custeado pela Previdência Social; (Redação dada pela Lei n. 8.921, de 25-7-1994.)

III – por motivo de acidente do trabalho ou enfermidade atestada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, excetuada a hipótese do inciso IV do art. 133; (Redação dada pela Lei n. 8.726, de 5-11-1993.)

IV – justificada pela empresa, entendendo-se como tal a que não tiver determinado o desconto do correspondente salário; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

V – durante a suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo ou de prisão preventiva, quando for impronunciado ou absolvido; e (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

VI – nos dias em que não tenha havido serviço, salvo na hipótese do inciso III do art. 133. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Art. 132. O tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado para serviço militar obrigatório será computado no período aquisitivo, desde que ele compareça ao estabelecimento dentro de 90 (noventa) dias da data em que se verificar a respectiva baixa. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Art. 133. Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo:

I – deixar o emprego e não for readmitido dentro de 60 (sessenta) dias subsequentes à sua saída;

II – permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias;

III – deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 (trinta) dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa; e

IV – tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos. (*Caput* e incisos com redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 1º A interrupção da prestação de serviços deverá ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 2º Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o empregado, após o implemento de qualquer das condições previstas neste artigo, retornar ao serviço. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 3º Para os fins previstos no inciso III deste artigo a empresa comunicará ao órgão local do Ministério do Trabalho, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, as datas de início e fim da paralisação total ou parcial dos serviços da empresa, e, em igual prazo, comunicará, nos mesmos termos, ao sindicato representativo da categoria profissional, bem como afixará aviso nos respectivos locais de trabalho. (Parágrafo incluído pela Lei n. 9.016, de 30-3-1995.)

§ 4º (*Vetado*).

Seção II
Da concessão e da época das férias

Art. 134. As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 1º Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em 2 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 2º Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Art. 135. A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias. Dessa participação o interessado dará recibo. (Redação dada pela Lei n. 7.414, de 9-12-1985.)

§ 1º O empregado não poderá entrar no gozo das férias sem que apresente ao empregador sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, para que nela seja anotada a respectiva concessão. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 2º A concessão das férias será, igualmente, anotada no livro ou nas fichas de registro dos empregados. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Art. 136. A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 1º Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 2º O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Art. 137. Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o art. 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 1º Vencido o mencionado prazo sem que o empregador tenha concedido as férias, o empregado poderá ajuizar reclamação pedindo a fixação, por sentença, da época de gozo das mesmas. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 2º A sentença cominará pena diária de 5% (cinco por cento) do salário mínimo da região, devida ao empregado até que seja cumprida. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 3º Cópia da decisão judicial transitada em julgado será remetida ao órgão local do Ministério do Trabalho, para fins de aplicação da multa de caráter administrativo. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Art. 138. Durante as férias, o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador, salvo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Seção III
Das férias coletivas

Art. 139. Poderão ser concedidas férias coletivas a todos os empregados de uma empresa ou de determinados estabelecimentos

ou setores da empresa. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 1º As férias poderão ser gozadas em 2 (dois) períodos anuais desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias corridos. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 2º Para os fins previstos neste artigo, o empregador comunicará ao órgão local do Ministério do Trabalho, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, as datas de início e fim das férias, precisando quais os estabelecimentos ou setores abrangidos pela medida. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 3º Em igual prazo, o empregador enviará cópia da aludida comunicação aos sindicatos representativos da respectiva categoria profissional, e providenciará a afixação de aviso nos locais de trabalho. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Art. 140. Os empregados contratados há menos de 12 (doze) meses gozarão, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando-se, então, novo período aquisitivo. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Art. 141. Quando o número de empregados contemplados com as férias coletivas for superior a 300 (trezentos), a empresa poderá promover, mediante carimbo, anotações de que trata o art. 135, § 1º. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 1º O carimbo, cujo modelo será aprovado pelo Ministério do Trabalho, dispensará a referência ao período aquisitivo a que correspondem, para cada empregado, as férias concedidas. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 2º Adotado o procedimento indicado neste artigo, caberá à empresa fornecer ao empregado cópia visada do recibo correspondente à quitação mencionada no parágrafo único do art. 145. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 3º Quando da cessação do contrato de trabalho, o empregador anotará na Carteira de Trabalho e Previdência Social as datas dos períodos aquisitivos correspondentes às férias coletivas gozadas pelo empregado. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Seção IV
Da remuneração e do abono de férias

Art. 142. O empregado perceberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 1º Quando o salário for pago por hora com jornadas variáveis, apurar-se-á a média do período aquisitivo, aplicando-se o valor do salário na data da concessão das férias. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 2º Quando o salário for pago por tarefa tomar-se-á por base a média da produção no período aquisitivo do direito a férias, aplicando-se o valor da remuneração da tarefa na data da concessão das férias. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 3º Quando o salário for pago por percentagem, comissão ou viagem, apurar-se-á a média percebida pelo empregado nos 12 (doze) meses que precederem à concessão das férias. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 4º A parte do salário paga em utilidades será computada de acordo com a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 5º Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso serão computados no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 6º Se, no momento das férias, o empregado não estiver percebendo o mesmo adicional do período aquisitivo, ou quando o valor deste não tiver sido uniforme, será computada a média duodecimal recebida naquele período, após a atualização das importâncias pagas, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos salariais supervenientes. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Art. 143. É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 1º O abono de férias deverá ser requerido até 15 (quinze) dias antes do término do período aquisitivo. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 2º Tratando-se de férias coletivas, a conversão a que se refere este artigo deverá ser objeto de acordo coletivo entre o empregador e o sindicato representativo da respectiva categoria profissional, independendo de requerimento individual a concessão do abono. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos empregados sob o regime de tempo parcial. (Parágrafo incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)

Art. 144. O abono de férias de que trata o artigo anterior, bem como o concedido em virtude de cláusula do contrato de trabalho, do regulamento da empresa, de convenção ou acordo coletivo, desde que não excedente de 20 (vinte) dias do salário, não integrarão a remuneração do empregado para os efeitos da legislação do trabalho. (Redação dada pela Lei n. 9.528, de 10-12-1997.)

Art. 145. O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Parágrafo único. O empregado dará quitação do pagamento, com indicação do início e do termo das férias. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Seção V
Dos efeitos da cessação do contrato de trabalho

Art. 146. Na cessação do contrato de trabalho, qualquer que seja a sua causa, será devida ao empregado a remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Parágrafo único. Na cessação do contrato de trabalho, após 12 (doze) meses de serviço, o empregado, desde que não haja sido demitido por justa causa, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de acordo com o art. 130, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Art. 147. O empregado que for despedido sem justa causa, ou cujo contrato de trabalho se extinguir em prazo predeterminado, antes de completar 12 (doze) meses de serviço, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de conformidade com o disposto no artigo anterior. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Art. 148. A remuneração das férias, ainda quando devida após a cessação do contrato de trabalho, terá natureza salarial, para os efeitos do art. 449. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Seção VI
Do início da prescrição

Art. 149. A prescrição do direito de reclamar a concessão das férias ou o pagamento da respectiva remuneração é contada do término do prazo mencionado no art. 134 ou, se for o caso, da cessação do contrato de trabalho. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Seção VII
Disposições especiais

Art. 150. O tripulante que, por determinação do armador, for transferido para o serviço de outro, terá computado, para o efeito de gozo de férias, o tempo de serviço prestado ao primeiro, ficando obrigado a concedê-las o armador em cujo serviço ele se encontra na época de gozá-las. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 1º As férias poderão ser concedidas, a pedido dos interessados e com aquiescência do armador, parceladamente, nos portos de escala de grande estadia do navio, aos tripulantes ali residentes. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 2º Será considerada grande estadia a permanência no porto por prazo excedente de 6 (seis) dias. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 3º Os embarcadiços, para gozarem férias nas condições deste artigo, deverão pedi-las, por escrito, ao armador, antes do início da viagem, no porto de registro ou armação. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 4º O tripulante, ao terminar as férias, apresentar-se-á ao armador, que deverá designá-lo para qualquer de suas embarcações ou o adir a algum dos seus serviços terrestres, respeitadas a condição pessoal e a remuneração. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 5º Em caso de necessidade, determinada pelo interesse público, e comprovada pela autoridade competente, poderá o armador ordenar a suspensão das férias já iniciadas ou a iniciar-se, ressalvado ao tripulante o direito ao respectivo gozo posteriormente. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

§ 6º O Delegado do Trabalho Marítimo poderá autorizar a acumulação de 2 (dois) períodos de férias do marítimo, mediante requerimento justificado:

I – do sindicato, quando se tratar de sindicalizado; e

II – da empresa, quando o empregado não for sindicalizado. (Parágrafo e incisos com redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Art. 151. Enquanto não se criar um tipo especial de caderneta profissional para os marítimos, as férias serão anotadas pela Capitania do Porto na caderneta-matrícula do tripulante, na página das observações. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Art. 152. A remuneração do tripulante, no gozo de férias, será acrescida da importância correspondente à etapa que estiver vencendo. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 1.535, de 13-4-1977.)

Seção VIII
Das penalidades

Art. 153. As infrações ao disposto neste Capítulo serão punidas com multas de valor igual a 160 BTN por empregado em situação irregular. (Redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

Parágrafo único. Em caso de reincidência, embaraço ou resistência à fiscalização,

emprego de artifício ou simulação com o objetivo de fraudar a lei, a multa será aplicada em dobro. (Redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

► *Comentários*

1. *Direito às férias anuais*

Nos termos do art. 7º, XVII, da Constituição Federal de 1988, todos os trabalhadores têm direito ao "gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos um terço a mais do que o salário normal".

O direito às férias anuais vem sendo proclamado em disposições constitucionais desde a Carta Magna de 1934, seguindo-se-lhe as demais. Em todas elas, é prevista a respectiva remuneração.

A CLT, no seu art. 129, manifestamente recepcionado pela Constituição Federal de 1988, assegura idêntico direito: "Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração".

Inovou a Constituição Federal de 1988, ao acrescentar à remuneração das férias a *gratificação de um terço*.

A gratificação em apreço tem um alto significado social que, muito embora onere o empregador, possibilita ao empregado gozar efetivamente as férias, em seu lazer, de forma a não comprometer seu salário, normalmente destinado às despesas correntes, como aluguel, empório, tarifas públicas etc. Idêntico é o ponto de vista de Russomano – "sempre sustentamos a conveniência de que o valor da remuneração relativa a férias fosse superior ao salário que normalmente seria ganho durante o prazo da duração do repouso... Durante as férias, é natural que o empregado aproveite da melhor forma possível e mais intensamente as suas horas de lazer. Em consequência, seus gastos aumentam"[109].

2. *Remuneração das férias*

O art. 142 da CLT dispõe sobre a remuneração das férias: "... a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão".

Admitida a distinção entre salário e remuneração, inequívoca a natureza mais abrangente desta última, razão por que, durante a licença anual correspondente, perceberá o empregado tudo que aufere em decorrência do seu trabalho, inclusive as gorjetas e as horas extraordinárias, se habituais; como se depreende da Súmula 354 do TST:

> "As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado".

Integrando a remuneração como diz a Súmula transcrita, hão de ser consideradas para o valor a ser pago nas férias também as horas extraordinárias.

Aos horistas, tarefeiros e comissionistas, obtém-se a remuneração das férias nas formas declinadas no art. 142, §§ 1º, 2º e 3º, a saber:

a) Quando o salário for pago por *hora*, com jornadas variáveis, apura-se a média do período aquisitivo, aplicando-se o valor do salário na data da concessão das férias.

b) Em se tratando de *tarefeiros*, tomar-se-á por base a média da produção no período aquisitivo, aplicando-se o valor

109. *Comentários à CLT*, cit., v. 1, p. 180.

da remuneração da tarefa na data da concessão das férias.

c) Pago o salário por percentagem, comissão ou viagem, apurar-se-á a média percebida nos doze meses que precederam a concessão das férias.

As *utilidades*, nos termos do § 4º do art. 142 da CLT, devem ser computadas na remuneração das férias.

3. *Abono de férias*

O empregado *poderá* converter *um terço das suas férias* em *pecúnia*, nos termos do art. 143 da CLT. O abono mencionado incide sobre a remuneração. Facultativo, porque condicionado à vontade do empregado, o abono de férias, como é vulgarmente chamado, deve ser precedido de solicitação, até *15 dias antes* do término do período aquisitivo.

Ressalte-se que o abono de férias não se confunde com a gratificação prevista no art. 7º, XVII, da CF/88.

Direito do empregado, a que não pode opor-se o empregador, em se tratando de *férias coletivas*, o abono nominado condiciona-se à existência de acordo coletivo, entre sindicato e empregador, independente de requerimento individual.

O abono nominado consiste em um terço do período de férias a que tiver direito o empregado, no valor que lhe seria devido nos dias correspondentes.

Aos empregados contratados sob o regime de tempo parcial é vedada a concessão do abono – art. 143, § 3º, da CLT.

Ressalte-se que o abono de férias deve ser considerado acrescido da gratificação de um terço (art. 7º, XVII, da CF/88.)

4. *Período aquisitivo e concessivo*

Denomina-se período aquisitivo aquele em que o empregado presta serviços ao longo dos 12 meses que antecedem a concessão das férias.

O período concessivo, que sucede ao período aquisitivo, é aquele em que o empregador deve conceder as férias.

À guisa de exemplo: o empregado trabalha no decorrer de um ano, fazendo jus, após esse período, às suas férias – é o período aquisitivo.

Preenchida a exigência legal, dispõe o empregador de até um ano, após o período aquisitivo, para a concessão das férias.

Não deferidas no período mencionado, serão devidas em dobro – art. 134 da CLT: "As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito". Art. 137 da CLT: "Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o art. 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração".

Quanto à remuneração dispõe a Súmula 7 do TST:

> "A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado à época da reclamação ou, se for o caso, à da extinção do contrato".

As férias são, pois, concedidas nos 12 meses subsequentes ao período em que o obreiro adquire o direito de desfrutá-las.

Note-se que o empregador é quem determina a *data de concessão* (observado o período de 12 meses que sucedem ao aquisitivo), como manda o art. 136 da CLT: "A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregador".

Ressalte-se que, não concedidas as férias no período legal, facultado é ao

empregado ajuizar reclamação trabalhista, pedindo a fixação judicial da época e gozo das mesmas, com cominação, em sentença, de pena diária correspondente a 5% do salário mínimo.

5. *Período de gozo*

As férias são gozadas num só período, salvo em casos excepcionais, quando é admitida a sua concessão em dois períodos. Como o art. 130 da CLT prevê 30 dias de férias, a divisão deve ser de dois períodos de 15 dias cada um, ou 10 e 20 dias, já que não é admitido período inferior a 10 dias (art. 134 da CLT).

Não pode haver fracionamento, em se tratando de empregados menores de dezoito e maiores de cinquenta anos.

Os membros de uma mesma família, quando trabalham na mesma empresa, devem gozar as férias no mesmo período, se assim o desejarem e disso não resultar prejuízos para os serviços.

As férias são gozadas pelo empregado na seguinte proporção:

I – 30 dias – quando não houver faltado ao serviço mais de 5 dias;

II – 24 dias – quando houver cometido de 6 a 14 faltas;

III – 18 dias – quando haja faltado de 15 a 23 vezes;

IV – 12 dias – quando houver faltado de 24 a 32 vezes.

Aos empregados contratados em *tempo parcial*, a proporção é a seguinte:

a) 30 dias, corridos, quando não haja faltado ao serviço mais de 5 vezes;

b) 24 dias, corridos, quando houver tido de 6 a 14 faltas no período aquisitivo;

c) 18 dias, corridos, quando tenha faltado ao serviço de 15 a 23 dias;

d) 12 dias, corridos, quando houver faltado de 24 a 32 dias.

6. *Perda de direito às férias*

O empregado não faz jus às férias, nem mesmo às proporcionais, na ocorrência dos seguintes fatos:

a) deixar o emprego e não ser readmitido dentro dos 60 dias subsequentes à sua saída;

b) permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 dias;

c) deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa;

d) tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou auxílio-doença por mais de 6 meses, ainda que descontínuos.

7. *Ausências legais e férias*

São consideradas ausências justificadas por lei, impedindo o desconto por faltas e tampouco impedindo a concessão de férias, aquelas declinadas no art. 473 da CLT, a saber:

I – falecimento do cônjuge, ascendentes, descendentes, irmão ou pessoa sob sua dependência, declarada na Carteira de Trabalho – 2 dias;

II – casamento – 3 dias;

III – nascimento de filho – 5 dias, no decorrer da semana (art. 10, § 1º, do ADCT);

IV – doação voluntária de sangue – 1 dia, uma vez por ano (comprovadamente demonstrado);

V – alistamento militar – 2 dias;

VI – dia do reservista (Lei n. 4.375/64, art. 65, alínea *e*) – um dia;

VII – exame vestibular em faculdades (Lei n. 9.471/97), devidamente comprovado;

VIII – comparecimento a Juízo (inclusive na condição de jurado);

IX – maternidade ou aborto (Lei n. 8.291/94);

X – acidente do trabalho ou enfermidade (salvo quando perceba prestações de acidente ou auxílio-doença, por mais de 6 meses);

XI – ausências justificadas pelo empregador (quando o empregador aceita as explicações do empregado e não efetua o desconto do salário);

XII – período de suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo, ou de prisão preventiva, quando for impronunciado ou absolvido;

XIII – nos dias em que não haja serviço (observado o limite de 30 dias).

Súmula 46 do TST:

"As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina".

Súmula 89 do TST:

"Se as faltas já são justificadas pela lei, consideram-se como ausências legais e não serão descontadas para o cálculo do período de férias".

8. *Férias coletivas*

Com certa frequência o empresário se vê obrigado a conceder *férias coletivas*, no mais das vezes, em razão de retração do mercado, com a consequente queda nas vendas. A concessão de férias coletivas depende exclusivamente do empregador, segundo, pois, suas conveniências empresariais.

Tais férias podem ser concedidas em dois períodos – nenhum inferior a 10 dias.

O fracionamento é proibido aos empregados menores de 18 anos e maiores de 50 anos.

Os empregados com menos de 12 meses na empresa gozam férias proporcionais.

9. *Comunicação e anotação das férias*

As férias devem ser comunicadas ao empregado, *por escrito*, com antecedência mínima de 30 dias, anotando-se sua concessão na Carteira Profissional.

Em se tratando de *férias coletivas*, mister se faz a sua comunicação, com antecedência mínima de 15 dias, ao Ministério do Trabalho e ao respectivo sindicato dos empregados.

A **microempresa** e a **empresa de pequeno porte** estão dispensadas de anotação de férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro, bem como de comunicar ao Ministério do Trabalho a concessão de férias coletivas (art. 51, II e V, da Lei Complementar n. 123, de 14-12-2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

10. *Férias dos empregados domésticos*

A Constituição Federal de 1988 especificou os direitos trabalhistas que se estendem aos empregados domésticos (art. 7º, XXXIV, parágrafo único), a eles não concedendo o direito às férias de 30 dias.

Em consequência, entendiam doutrina e jurisprudência (com opiniões e julgados em sentido contrário) prevalecer a Lei n. 5.859, de 11-12-1972, que fixava as férias do empregado doméstico em vinte dias.

A lei em apreço, todavia, vem de sofrer alteração, com o reconhecimento do direito do doméstico a trinta dias de férias anuais. Com efeito, a Lei n. 11.324, de 19-7-2006, no seu art. 3º, estendeu aos

Capítulo III Do depósito, da inscrição e da cobrança ..... [arts. 639 a 642] 454

Título VII-A Da prova de inexistência de débitos trabalhistas ..... [art. 642-A] 455

Título VIII Da justiça do trabalho ..... [arts. 643 a 735] 457

Capítulo I Introdução ..... [arts. 643 a 646] 457

Capítulo II Das juntas de conciliação e julgamento ..... [arts. 647 a 667] 467

Seção I Da composição e funcionamento ..... [arts. 647 a 649] 467

Seção II Da jurisdição e competência das Juntas ..... [arts. 650 a 653] 468

Seção III Dos presidentes das Juntas ..... [arts. 654 a 659] 469

Seção IV Dos Juízes classistas das Juntas ..... [arts. 660 a 667] 471

Capítulo III Dos juízos de direito ..... [arts. 668 e 669] 473

Capítulo IV Dos tribunais regionais do trabalho ..... [arts. 670 a 689] 482

Seção I Da composição e do funcionamento ..... [arts. 670 a 673] 482

Seção II Da jurisdição e competência ..... [arts. 674 a 680] 484

Seção III Dos presidentes dos Tribunais Regionais ..... [arts. 681 a 683] 486

Seção IV Dos Juízes representantes classistas dos Tribunais Regionais ..... [arts. 684 a 689] 487

Capítulo V Do Tribunal Superior do Trabalho ..... [arts. 690 a 709] 494

Seção I Disposições preliminares ..... [arts. 690 a 692] 494

Seção II Da composição e funcionamento do Tribunal Superior do Trabalho ..... [arts. 693 a 701] 494

Seção III Da competência do Tribunal Pleno ..... [art. 702] 496

Seção IV Da competência da Câmara de Justiça do Trabalho .. [arts. 703 a 705] 496

Seção V Da competência da Câmara de Previdência Social ..... [art. 706] 496

Seção VI Das atribuições do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho ..... [art. 707] 496

Seção VII Das atribuições do Vice-Presidente ..... [art. 708] 496

Seção VIII Das atribuições do Corregedor ..... [art. 709] 497

Capítulo VI Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho ..... [arts. 710 a 721] 501

Seção I Da secretaria das Juntas de Conciliação e Julgamento [arts. 710 a 712] 501

Seção II Dos distribuidores ..... [arts. 713 a 715] 502

Seção III Do cartório dos Juízos de Direito ..... [arts. 716 e 717] 502

Seção IV Das secretarias dos Tribunais Regionais ..... [arts. 718 a 720] 502

Seção V Dos Oficiais de Justiça ..... [art. 721] 503

Capítulo VII Das penalidades ..... [arts. 722 a 733] 508

Seção I Do *lock-out* e da greve ..... [arts. 722 a 725] 508

Seção II Das penalidades contra os membros da Justiça do Trabalho ..... [arts. 726 a 728] 508

Seção III De outras penalidades ..... [arts. 729 a 733] 509

Capítulo VIII Disposições gerais ..... [arts. 734 e 735] 509

Título IX Do Ministério Público do Trabalho ..... [arts. 736 a 762] 514

Capítulo I Disposições gerais ..... [arts. 736 a 739] 514

empregados domésticos o direito a férias anuais de trinta dias, com um terço a mais do salário normal, após o período de doze meses de trabalho.

11. *Fracionamento das férias*

Em princípio, as férias devem ser gozadas num período único, só excepcionalmente sendo admitido o seu fracionamento – art. 134, § 1º: "Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em 2 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos".

Só excepcionalmente, pois, podem as férias ser fracionadas. A legislação, porém, não declina quais as hipóteses a serem consideradas excepcionais, podendo ser assim vistas aquelas decorrentes de *necessidade imperiosa*, por motivo de *força maior*, e *serviços inadiáveis*, de que fala o art. 61 da CLT.

Outrossim, nos termos do art. 134, § 2º, da CLT, é vedado o parcelamento das férias aos empregados menores de dezoito anos e maiores de cinquenta anos – disposição que, inegavelmente, está inteiramente ultrapassada pelo tempo, considerando-se, sobretudo, que aos cinquenta anos o trabalhador está, ainda, em pleno vigor físico e intelectual, sobretudo quando exercendo funções intelectuais, como é o caso dos professores.

Por isso que entendemos possível a adoção do fracionamento das férias a tais empregados, utilizando-se a força normativa das convenções coletivas, obviamente observados os períodos mínimos de dez dias corridos, previstos expressamente no § 1º do art. 134 da CLT.

12. *Férias proporcionais*

O empregado dispensado sem justa causa, antes de completar um ano de serviço, tem direito às férias proporcionais, a teor do que dispõe o art. 147 da CLT.

Obviamente, *dispensado por justa causa*, não fará jus às férias nominadas.

Todavia, ainda que reconhecida *culpa recíproca* para a rescisão, devidas serão as férias proporcionais, como deixa claro a Súmula 14 do TST:

"Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais".

Em se tratando de *contrato por prazo determinado*, que se extinga por força do tempo, devidas são, igualmente, as férias proporcionais, o mesmo ocorrendo na rescisão antecipada em decorrência da vontade do empregador.

A demissão espontânea do empregado, antes de completar doze meses de serviço, da mesma forma, concede-lhe o direito às férias proporcionais, como enfatiza a Súmula 261 do TST:

"O empregado que se demite antes de completar 12 (doze) meses de serviço tem direito a férias proporcionais".

Para o cômputo das férias proporcionais, cada período de quinze dias é contado como mês.

13. *Natureza salarial das férias para fins falimentares*

O art. 148 da CLT declara que a remuneração das férias, ainda quando após a cessação do contrato de trabalho, tem natureza salarial para os efeitos do art. 449 do mesmo Estatuto.

O art. 449 cuida dos direitos trabalhistas na ocorrência de falência ou recuperação de empresa, estabelecendo o privilégio dos créditos trabalhistas.

Contudo, é de se observar que a Lei n. 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falência) alterou sensivelmente tal disposição.

Os comentários ao art. 449 cuidam exaustivamente da questão.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 7 do Tribunal Superior do Trabalho. Férias.** A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado à época da reclamação ou, se for o caso, à da extinção do contrato. (RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969)

▷ **Súmula 10 do Tribunal Superior do Trabalho. Professor. Dispensa sem justa causa. Término do ano letivo ou no curso de férias escolares. Aviso prévio.** (Redação alterada em sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012, *DEJT*, 25, 26 e 27-9-2012)

O direito aos salários do período de férias escolares assegurado aos professores (art. 322, *caput* e § 3º, da CLT) não exclui o direito ao aviso prévio, na hipótese de dispensa sem justa causa ao término do ano letivo ou no curso das férias escolares.

▷ **Súmula 14 do Tribunal Superior do Trabalho. Culpa recíproca.** Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais. (Redação original – RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 46 do Tribunal Superior do Trabalho. Acidente de trabalho.** As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina. (RA 41/73, *DJ*, 14-6-1973)

▷ **Súmula 81 do Tribunal Superior do Trabalho. Férias.** Os dias de férias, gozados após o período legal de concessão, deverão ser remunerados em dobro. (RA 69/78, *DJ*, 26-9-1978)

▷ **Súmula 89 do Tribunal Superior do Trabalho. Falta ao serviço.** Se as faltas já são justificadas pela lei, consideram-se como ausências legais e não serão descontadas para o cálculo do período de férias. (RA 69/78, *DJ*, 26-9-1978)

▷ **Súmula 149 do Tribunal Superior do Trabalho. Tarefeiro. Férias.** A remuneração das férias do tarefeiro deve ser na base da média da produção do período aquisitivo, aplicando-se-lhe a tarifa da data da concessão. Ex-prejulgado n. 22. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 159 do Tribunal Superior do Trabalho. Substituição de caráter não eventual e vacância do cargo.** (Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 112 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

II – Vago o cargo em definitivo, o empregado que passa a ocupá-lo não tem direito a salário igual ao do antecessor.

▷ **Súmula 171 do Tribunal Superior do Trabalho. Férias proporcionais. Contrato de trabalho. Extinção. Nova redação.** Salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses (art. 142). (Redação original – RA 102/82, *DJ*, 11-10-1982, e *DJ*, 15-10-1982 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003, republicada no *DJ*, 27-4-2004)

▷ **Súmula 253 do Tribunal Superior do Trabalho. Gratificação semestral. Repercussão nas férias, aviso prévio e horas extras.** A gratificação semestral não repercute no cálculo das horas extras, das férias e do aviso prévio, ainda que indenizados. Repercute, contudo, pelo seu duodécimo na indenização por antiguidade e na gratificação natalina. (Redação original – Res. 1/86, *DJ*, 23-5-1986 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 261 do Tribunal Superior do Trabalho. Férias proporcionais. Pedido de demissão. Contrato vigente há menos de um ano. Nova redação.** O empregado que se demite antes de completar 12 (doze) meses de serviço tem direito a férias proporcionais. (Redação original – Res. 9/86, *DJ*, 30-10-1986, republicada com correção *DJ*, 6-11-1986 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 328 do Tribunal Superior do Trabalho. Férias. Terço constitucional.** O pagamento das férias, integrais ou proporcionais, gozadas ou não, na vigência da Constituição da República de 1988, sujeita-se ao acréscimo do terço previsto em seu art. 7º, inciso XVII. (Res. 20/93, *DJ*, 21-12-1993) Referência: CF/88, art. 7º, inc. XVII.

▷ **Súmula 198 do Supremo Tribunal Federal.** As ausências motivadas por acidente do trabalho não são descontáveis do período aquisitivo das férias.

▷ **Súmula 199 do Supremo Tribunal Federal.** O salário das férias do empregado horista corresponde à média do período aquisitivo, não podendo ser inferior ao mínimo.

▷ **Súmula 200 do Supremo Tribunal Federal.** Não é inconstitucional a Lei 1.530, de 26-12-51, que manda incluir na indenização por despedida injusta parcela correspondente a férias proporcionais.

▷ **Súmula 125 do Superior Tribunal de Justiça.** O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do imposto de renda.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 181 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Comissões. Correção monetária. Cálculo.** O valor das comissões deve ser corrigido monetariamente para em seguida obter-se a média para efeito de cálculo de férias, 13º salário e verbas rescisórias.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 195 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Férias indenizadas. FGTS. Não incidência.** Inserida em 8-11-2000. (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

Não incide a contribuição para o FGTS sobre as férias indenizadas.

▷ **Precedente Normativo n. 100 do Tribunal Superior do Trabalho. Férias. Início do período de gozo** (positivo). O início das férias, coletivas ou individuais, não poderá coincidir

com sábado, domingo, feriado ou dia de compensação de repouso semanal.

▷ **Precedente Normativo n. 116 do Tribunal Superior do Trabalho. Férias. Cancelamento ou adiantamento** (positivo). Comunicado ao empregado o período do gozo de férias individuais ou coletivas, o empregador somente poderá cancelar ou modificar o início previsto se ocorrer necessidade imperiosa e, ainda assim, mediante o ressarcimento, ao empregado, dos prejuízos financeiros por este comprovados.

▷ **Produção. Incidência.** A teor do art. 142, § 2º, da CLT, aquele que tem seu salário pago por tarefa deve receber as férias tomando por base a média da produção no período aquisitivo. O mesmo raciocínio deve ser aplicado ao 13º salário. Nesse passo, considerando que a empregadora apenas pagou as férias e os 13ºs salários com base tão somente no piso salarial da categoria, há de ser deferida ao obreiro diferenças de férias e 13ºs salários. (TRT/19ª R., RO 2000550953-69, j. 13-2-2001, Turma TP, Rel. Juiz Ricardo Gomes de Barros, *DOE/AL*, 1º-3-2001)

▷ **Férias. Artigo 133 da CLT.** A regra excludente prevista no artigo 133, inciso IV, da CLT é a de que não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos. A Lei n. 810/49, em seu artigo 2º, preleciona que se considera mês o período de tempo contado do dia do início ao dia correspondente do mês seguinte. Não ultrapassados os 6 (seis) meses, devido o direito às férias. Recurso de Revista conhecido e provido. (TST, RR 368331, de 1997, j. 14-11-2000, 5ª T., Rel. Ministro João Batista Brito Pereira, *DJ*, 1º-12-2000)

▷ **Férias proporcionais. Falta ao serviço.** Se o número de faltas descontadas do empregado, no período aquisitivo, supera o limite de 32 faltas, prevista no art. 130 da CLT, descabe deferir o pagamento de férias proporcionais, já que não teria direito a este benefício de natureza salarial se continuasse empregado. (TRT/1ª R., RO 21.761, de 1997, j. 6-10-1999, 4ª T., Rel. Juiz Raymundo Soares de Matos, *DO/RJ*, 25-10-1999)

▷ **Férias. Afastamento não remunerado por 60 dias.** Em depoimento pessoal a reclamante confessou que gozou férias em 1992 quando casou-se, por 30 dias; teve 60 dias de afastamento não remunerado quando seu marido foi acometido de hepatite. Logo, foi por seu interesse que houve afastamento não remunerado e não por imposição da empresa. As faltas não foram consideradas justificadas pela empresa, nem houve pagamento de salário no período de 60 dias. No período aquisitivo a reclamante teve mais 32 faltas. Assim, não faz jus a autora ao pagamento das férias postuladas. (TRT/SP, Ac. 20000520971, j. 3-10-2000, Proc. 19990485723, 3ª T., Rel. Sérgio Pinto Martins, *DOE/SP*, 17-10-2000)

▷ **Férias. Perda do Direito. Interrupção das Atividades. Supostos não verificados.** Para que seja possível o enquadramento da hipótese no inciso III, do art. 133, da CLT, imperioso é que tenham sido feitas as comunicações "ao órgão local do Ministério do Trabalho, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias" quanto aos termos

inicial e final da paralisação e, ao sindicato profissional, tudo consoante estabelece o parágrafo 3º, do mesmo dispositivo. A interrupção (total ou parcial) das atividades da empresa levada a efeito pela empregadora para atender a seus interesses e sem o cumprimento das formalidades legais não justifica a perda do direito de férias dos empregados. Fosse assim e seria fácil a qualquer empregador furtar-se ao pagamento do terço constitucional de férias bastando para tanto liberasse o empregado em determinado período antes de implementado o período aquisitivo anotando que estaria "abonada" a sua falta. (TRT/3ª R., RO 9.594, de 1999, j. 1º-12-1999, 3ª T., Rel. Juiz Carlos Augusto Junqueira Henrique, *DJMG*, 19-1-2000)

▷ **Greve abusiva. Faltas injustificadas. Perda do direito às férias. Art. 130 da CLT.** Correto está o entendimento regional no sentido de que os dias de paralisação devem ser considerados como faltas injustificadas em razão da declaração de abusividade da greve. A consequência da existência de mais de 32 ausências injustificadas é a perda do direito às férias, em conformidade com o art. 130 da CLT. Agravo de Instrumento a que se nega provimento. (TST, AIRR – 77920/2003-900-02-00, 3ª T., Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, *DJ*, 15-10-2004)

▷ **Férias. Concessão. Período inferior a 10 dias.** As férias constituem direito assegurado ao empregado, por lei, imodificável pela vontade das partes, sobretudo pelo empregador, a quem incumbe apenas designar, de acordo com o seu interesse, a época de sua fruição. Somente em hipóteses excepcionais admite-se o fracionamento das férias, mostrando-se ineficaz sua concessão por período inferior a 10 (dez) dias. Recurso de revista conhecido e provido. (TST, RR 351.296, de 1997, j. 17-5-2000, 1ª T., Rel. Ministro João Oreste Dalazen, *DJ*, 16-6-2000)

▷ **Férias. Menor de 18 anos. Proibição de fracionamento.** A teor do artigo 134, § 2º, da CLT, é proibido o fracionamento das férias do menor de 18 anos de idade e, sendo assim, sem validade o período diminuto concedido por ocasião das férias coletivas. (TRT/SP, Ac. 02960478775, j. 2-9-1996, RO01 02950152508, 8ª T., Rel. Miguel Parente Dias, *DOE/SP*, 26-9-1996)

▷ **Férias. Prescrição.** O início da contagem do prazo prescricional para reclamar a concessão de férias, ou o seu pagamento, é o fim do período concessivo, de acordo com o artigo 149 combinado com o 137 da CLT. Revista conhecida e provida. (TST, Ac. 386.306, j. 10-3-1999, RR 386.306, de 1997, 2ª T., Rel. Ministro José Braulio Bassini, *DJ*, 26-3-1999)

▷ **Férias não concedidas no prazo legal. Pagamento dobrado. Períodos de aquisição e fruição de férias. Inteligência (artigos 130-134 e 137 da CLT).** O art. 137 da CLT não condiciona o pagamento dobrado das férias, não concedidas no prazo fixado no art. 134 do mesmo estatuto, à extinção do contrato de trabalho. Assim, a vigência do pacto laboral não constitui óbice ao deferimento do pedido das férias em dobro. Recurso de revista não provido. (TST, RR 424.496, de 1998, j. 22-8-2001, 4ª T., Rel. Ministro Milton de Moura França, *DJ*, 14-9-2001)

▷ **Férias. Prestação de serviços no curso das férias. Direito ao pagamento contraprestativo do repouso**

legal não fruído. Há evidente equívoco na premissa de que ao trabalhar durante as férias que lhe foram concedidas em pecúnia o empregado se beneficie da própria torpeza, e isso não apenas porque a irregularidade é de quem tem o poder de mando e determinação para autorizá-la ou coibi-la, jamais de quem cumpre as ordens, como também ante o fato de que a remuneração, no caso, ressarce apenas a parte pecuniária do direito, deixando sem contraprestação o repouso legal concomitante. (TRT/SP Ac. 20000257030, j. 22-5-2000, Proc. 02990244276, 8ª T., Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 13-6-2000)

▷ **Férias. Terço Constitucional. Pedido implícito.** O terço constitucionalmente acrescido às férias uniu-se de forma indissolúvel ao instituto, por inexistir hipótese de sua exclusão, ao ponto de resultar inconcebível o cumprimento da lei sem o pagamento conjunto. Para a configuração de pedido pleno basta o autor enunciar a pretensão de férias, a que automaticamente se computa o valor de 1/3 agregado pela Constituição Federal de 1988. (TRT/SP, Ac. 20000424042, j. 14-8-2000, Proc. 02990154927, 8ª T., Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 12-9-2000)

▷ **Terço constitucional sobre férias indenizadas.** Como, por definição, toda indenização deve reparar integralmente o dano, quando do pagamento das férias indenizadas, que visa reparar a circunstância do rompimento contratual obstativo de sua fruição, tem-se que devida é a paga do terço constitucional, para a reparação plena do dano causado, eis que se permanecesse íntegro o contrato, tais férias teriam sido gozadas e pagas com esse acréscimo. Pretensão recursal patronal neste ponto improvida. (TRT/SP, Ac. 19990367461, j. 19-7-1999, Proc. 02980263561, 7ª T., Rel. Anelia Li Chum, *DOE/SP*, 6-8-1999)

▷ **Férias Coletivas. Possibilidade de desconto das férias normais e das verbas rescisórias.** Havendo o efetivo descanso dos empregados, coletivamente, no final do ano, já devidamente constatado e reconhecido pelo Fiscal do Trabalho, correto o desconto dos dias paralisados nas férias normais e nas verbas rescisórias. (TRT/SP, Ac. 02970674631, j. 24-11-1997, Proc. 02970098428, 7ª T., Rel. Gualdo Formica, *DOE/SP*, 16-1-1998)

Capítulo V
Da Segurança e da Medicina do Trabalho

Seção I
Disposições gerais

Art. 154. A observância, em todos os locais de trabalho, do disposto neste Capítulo, não desobriga as empresas do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios em que se situem os respectivos estabelecimentos, bem como daquelas oriundas de convenções coletivas de trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 155. Incumbe ao órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho:

I – estabelecer, nos limites de sua competência, normas sobre a aplicação dos pre-

ceitos deste Capítulo, especialmente os referidos no art. 200;

II – coordenar, orientar, controlar e supervisionar a fiscalização e as demais atividades relacionadas com a segurança e a medicina do trabalho em todo o território nacional, inclusive a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho;

III – conhecer, em última instância, dos recursos, voluntários ou de ofício, das decisões proferidas pelos Delegados Regionais do Trabalho, em matéria de segurança e medicina do trabalho. (*Caput* e incisos com redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 156. Compete especialmente às Delegacias Regionais do Trabalho, nos limites de sua jurisdição:

I – promover a fiscalização do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho;

II – adotar as medidas que se tornem exigíveis, em virtude das disposições deste Capítulo, determinando as obras e reparos que, em qualquer local de trabalho, se façam necessárias;

III – impor as penalidades cabíveis por descumprimento das normas constantes deste Capítulo, nos termos do art. 201. (*Caput* e incisos com redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 157. Cabe às empresas:

I – cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho;

II – instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais;

III – adotar as medidas que lhes sejam determinadas pelo órgão regional competente;

IV – facilitar o exercício da fiscalização pela autoridade competente. (*Caput* e incisos com redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 158. Cabe aos empregados:

I – observar as normas de segurança e medicina do trabalho, inclusive as instruções de que trata o item II do artigo anterior;

II – colaborar com a empresa na aplicação dos dispositivos deste Capítulo. (*Caput* e incisos com redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Parágrafo único. Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada:

a) à observância das instruções expedidas pelo empregador na forma do item II do artigo anterior;

b) ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 159. Mediante convênio autorizado pelo Ministério do Trabalho, poderão ser delegadas a outros órgãos federais, estaduais ou municipais atribuições de fiscalização ou orientação às empresas quanto ao cumprimento das disposições constantes deste Capítulo. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Seção II
Da inspeção prévia e do embargo ou interdição

Art. 160. Nenhum estabelecimento poderá iniciar suas atividades sem prévia inspeção e aprovação das respectivas instalações pela autoridade regional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 1º Nova inspeção deverá ser feita quando ocorrer modificação substancial nas instalações, inclusive equipamentos, que a empresa fica obrigada a comunicar, prontamente, à Delegacia Regional do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 2º É facultado às empresas solicitar prévia aprovação, pela Delegacia Regional do Trabalho, dos projetos de construção e respectivas instalações. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 161. O Delegado Regional do Trabalho, à vista do laudo técnico do serviço competente que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador, poderá interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargar obra, indicando na decisão, tomada com a brevidade que a ocorrência exigir, as providências que deverão ser adotadas para prevenção de infortúnios de trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 1º As autoridades federais, estaduais e municipais darão imediato apoio às medidas determinadas pelo Delegado Regional do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 2º A interdição ou embargo poderão ser requeridos pelo serviço competente da Delegacia Regional do Trabalho e, ainda, por agente da inspeção do trabalho ou por entidade sindical. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 3º Da decisão do Delegado Regional do Trabalho poderão os interessados recorrer, no prazo de 10 (dez) dias, para o órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho, ao qual será facultado dar efeito suspensivo ao recurso. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 4º Responderá por desobediência, além das medidas penais cabíveis, quem, após determinada a interdição ou embargo, ordenar ou permitir o funcionamento do estabelecimento ou de um dos seus setores, a utilização de máquina ou equipamento, ou o prosseguimento de obra, se, em consequência, resultarem danos a terceiros. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 5º O Delegado Regional do Trabalho, independente de recurso, e após laudo técnico do serviço competente, poderá levantar a interdição. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 6º Durante a paralisação dos serviços, em decorrência da interdição ou embargo, os empregados receberão os salários como se estivessem em efetivo exercício. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Seção III
Dos órgãos de segurança e de medicina do trabalho nas empresas

Art. 162. As empresas, de acordo com normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estarão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Parágrafo único. As normas a que se refere este artigo estabelecerão:

a) classificação das empresas segundo o número mínimo de empregados e a natureza do risco de suas atividades;

b) o número mínimo de profissionais especializados exigido de cada empresa, segundo o grupo em que se classifique, na forma da alínea anterior;

c) a qualificação exigida para os profissionais em questão e o seu regime de trabalho;

d) as demais características e atribuições dos serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho, nas empresas. (Parágrafo com redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 163. Será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes — CIPA, de conformidade com instruções expedidas pelo Ministério do

Trabalho, nos estabelecimentos ou locais de obra nelas especificadas.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho regulamentará as atribuições, a composição e o funcionamento das CIPAs. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 164. Cada CIPA será composta de representantes da empresa e dos empregados, de acordo com os critérios que vierem a ser adotados na regulamentação de que trata o parágrafo único do artigo anterior. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 1º Os representantes dos empregadores, titulares e suplentes, serão por eles designados. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 2º Os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 3º O mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de 1 (um) ano, permitida uma reeleição. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 4º O disposto no parágrafo anterior não se aplicará ao membro suplente que, durante o seu mandato, tenha participado de menos da metade do número de reuniões da CIPA. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 5º O empregador designará, anualmente, dentre os seus representantes, o Presidente da CIPA, e os empregados elegerão, dentre eles, o Vice-Presidente. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 165. Os titulares da representação dos empregados nas CIPAs não poderão sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Parágrafo único. Ocorrendo a despedida, caberá ao empregador, em caso de reclamação à Justiça do Trabalho, comprovar a existência de qualquer dos motivos mencionados neste artigo, sob pena de ser condenado a reintegrar o empregado. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Seção IV
Do equipamento de proteção individual

Art. 166. A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos empregados. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 167. O equipamento de proteção só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Seção V
Das medidas preventivas de medicina do trabalho

Art. 168. Será obrigatório exame médico, por conta do empregador, nas condições estabelecidas neste artigo e nas instruções complementares a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho:

I – na admissão;

II – na demissão;

III – periodicamente. (Redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

§ 1º O Ministério do Trabalho baixará instruções relativas aos casos em que serão exigíveis exames:

a) por ocasião da demissão;

b) complementares. (Redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

§ 2º Outros exames complementares poderão ser exigidos, a critério médico, para apuração da capacidade ou aptidão física e mental do empregado para a função que deva exercer. (Redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

§ 3º O Ministério do Trabalho estabelecerá, de acordo com o risco da atividade e o tempo de exposição, a periodicidade dos exames médicos. (Redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

§ 4º O empregador manterá, no estabelecimento, o material necessário à prestação de primeiros socorros médicos, de acordo com o risco da atividade. (Redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

§ 5º O resultado dos exames médicos, inclusive o exame complementar, será comunicado ao trabalhador, observados os preceitos da ética médica. (Redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

Art. 169. Será obrigatória a notificação das doenças profissionais e das produzidas em virtude de condições especiais de trabalho, comprovadas ou objeto de suspeita, de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Seção VI
Das edificações

Art. 170. As edificações deverão obedecer aos requisitos técnicos que garantam perfeita segurança aos que nelas trabalhem. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 171. Os locais de trabalho deverão ter, no mínimo, 3 (três) metros de pé-direito, assim considerada a altura livre do piso ao teto.

Parágrafo único. Poderá ser reduzido esse mínimo desde que atendidas as condições de iluminação e conforto térmico compatíveis com a natureza do trabalho, sujeitando-se tal redução ao controle do órgão competente em matéria de segurança e medicina do trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 172. Os pisos dos locais de trabalho não deverão apresentar saliências nem depressões que prejudiquem a circulação de pessoas ou a movimentação de materiais. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 173. As aberturas nos pisos e paredes serão protegidas de forma que impeçam a queda de pessoas ou de objetos. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 174. As paredes, escadas, rampas de acesso, passarelas, pisos, corredores, coberturas e passagens dos locais de trabalho deverão obedecer às condições de segurança e de higiene do trabalho estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e manter-se em perfeito estado de conservação e limpeza. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Seção VII
Da iluminação

Art. 175. Em todos os locais de trabalho deverá haver iluminação adequada, natural ou artificial, apropriada à natureza da atividade. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 1º A iluminação deverá ser uniformemente distribuída, geral e difusa, a fim de evitar ofuscamento, reflexos incômodos, sombras e contrastes excessivos. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 2º O Ministério do Trabalho estabelecerá os níveis mínimos de iluminamento a serem observados. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Capítulo II Da procuradoria da Justiça do Trabalho ..... [arts. 740 a 754] 514
Seção I Da organização ..... [arts. 740 a 745] 514
Seção II Da competência da Procuradoria-Geral ..... [art. 746] 515
Seção III Da competência das Procuradorias Regionais ..... [art. 747] 515
Seção IV Das atribuições do procurador-geral ..... [art. 748] 516
Seção V Das atribuições dos procuradores ..... [art. 749] 516
Seção VI Das atribuições dos procuradores regionais ..... [arts. 750 e 751] 516
Seção VII Da secretaria ..... [arts. 752 a 754] 517

Capítulo III Da procuradoria de Previdência Social ..... [arts. 755 a 762] 517
Seção I Da organização ..... [arts. 755 e 756] 517
Seção II Da competência da Procuradoria ..... [art. 757] 517
Seção III Das atribuições do procurador-geral ..... [art. 758] 517
Seção IV Das atribuições dos procuradores ..... [art. 759] 517
Seção V Da secretaria ..... [arts. 760 a 762] 517

Título X Do processo judiciário do trabalho ..... [arts. 763 a 910] 523

Capítulo I Disposições preliminares ..... [arts. 763 a 769] 523

Capítulo II Do processo em geral ..... [arts. 770 a 836] 527
Seção I Dos atos, termos e prazos processuais ..... [arts. 770 a 782] 527
Seção II Da distribuição ..... [arts. 783 a 788] 538
Seção III Das custas e emolumentos ..... [arts. 789 a 790-B] 540
Seção IV Das partes e dos procuradores ..... [arts. 791 a 793] 547
Seção V Das nulidades ..... [arts. 794 a 798] 549
Seção VI Das exceções ..... [arts. 799 a 802] 551
Seção VII Dos conflitos de jurisdição ..... [arts. 803 a 812] 555
Seção VIII Das audiências ..... [arts. 813 a 817] 559
Seção IX Das provas ..... [arts. 818 a 830] 561
Seção X Da decisão e sua eficácia ..... [arts. 831 a 836] 576

Capítulo III Dos dissídios individuais ..... [arts. 837 a 855] 589
Seção I Da forma de reclamação e da notificação ..... [arts. 837 a 842] 589
Seção II Da audiência de julgamento ..... [arts. 843 a 852] 600
Seção II-A Do procedimento sumaríssimo ..... [arts. 852-A a 852-I] 627
Seção III Do inquérito para apuração de falta grave ..... [arts. 853 a 855] 655

Capítulo IV Dos dissídios coletivos ..... [arts. 856 a 875] 658
Seção I Da instauração da instância ..... [arts. 856 a 859] 658
Seção II Da conciliação e do julgamento ..... [arts. 860 a 867] 658
Seção III Da extensão das decisões ..... [arts. 868 a 871] 659
Seção IV Do cumprimento das decisões ..... [art. 872] 660
Seção V Da revisão ..... [arts. 873 a 875] 660

Capítulo V Da execução ..... [arts. 876 a 892] 673
Seção I Das disposições preliminares ..... [arts. 876 a 879] 673
Seção II Do mandado e da penhora ..... [arts. 880 a 883] 674
Seção III Dos embargos à execução e da sua impugnação ..... [art. 884] 675

Seção VIII
Do conforto térmico

Art. 176. Os locais de trabalho deverão ter ventilação natural, compatível com o serviço realizado. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Parágrafo único. A ventilação artificial será obrigatória sempre que a natural não preencha as condições de conforto térmico. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 177. Se as condições de ambiente se tornarem desconfortáveis, em virtude de instalações geradoras de frio ou de calor, será obrigatório o uso de vestimenta adequada para o trabalho em tais condições ou de capelas, anteparos, paredes duplas, isolamento térmico e recursos similares, de forma que os empregados fiquem protegidos contra as radiações térmicas. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 178. As condições de conforto térmico dos locais de trabalho devem ser mantidas dentro dos limites fixados pelo Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Seção IX
Das instalações elétricas

Art. 179. O Ministério do Trabalho disporá sobre as condições de segurança e as medidas especiais a serem observadas relativamente a instalações elétricas, em qualquer das fases de produção, transmissão, distribuição ou consumo de energia. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 180. Somente profissional qualificado poderá instalar, operar, inspecionar ou reparar instalações elétricas. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 181. Os que trabalharem em serviços de eletricidade ou instalações elétricas devem estar familiarizados com os métodos de socorro a acidentados por choque elétrico. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Seção X
Da movimentação, armazenagem e manuseio de materiais

Art. 182. O Ministério do Trabalho estabelecerá normas sobre:

I – as precauções de segurança na movimentação de materiais nos locais de trabalho, os equipamentos a serem obrigatoriamente utilizados e as condições especiais a que estão sujeitas a operação e a manutenção desses equipamentos, inclusive exigências de pessoal habilitado;

II – as exigências similares relativas ao manuseio e à armazenagem de materiais, inclusive quanto às condições de segurança e higiene relativas aos recipientes e locais de armazenagem e os equipamentos de proteção individual;

III – a obrigatoriedade de indicação de carga máxima permitida nos equipamentos de transporte, dos avisos de proibição de fumar e de advertência quanto à natureza perigosa ou nociva à saúde das substâncias em movimentação ou em depósito, bem como das recomendações de primeiros socorros e de atendimento médico e símbolo de perigo, segundo padronização internacional, nos rótulos dos materiais ou substâncias armazenados ou transportados. (*Caput* e incisos com redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Parágrafo único. As disposições relativas ao transporte de materiais aplicam-se, também, no que couber, ao transporte de pessoas nos locais de trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 183. As pessoas que trabalharem na movimentação de materiais deverão estar familiarizadas com os métodos racionais de levantamento de cargas. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Seção XI
Das máquinas e equipamentos

Art. 184. As máquinas e os equipamentos deverão ser dotados de dispositivos de partida e parada e outros que se fizerem necessários para a prevenção de acidentes do trabalho, especialmente quanto ao risco de acionamento acidental. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Parágrafo único. É proibida a fabricação, a importação, a venda, a locação e o uso de máquinas e equipamentos que não atendam ao disposto neste artigo. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 185. Os reparos, limpeza e ajustes somente poderão ser executados com as máquinas paradas, salvo se o movimento for indispensável à realização do ajuste. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 186. O Ministério do Trabalho estabelecerá normas adicionais sobre proteção e medidas de segurança na operação de máquinas e equipamentos, especialmente quanto à proteção das partes móveis, distância entre estas, vias de acesso às máquinas e equipamentos de grandes dimensões, emprego de ferramentas, sua adequação e medidas de proteção exigidas quando motorizadas ou elétricas. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Seção XII
Das caldeiras, fornos e recipientes sob pressão

Art. 187. As caldeiras, equipamentos e recipientes em geral que operam sob pressão deverão dispor de válvulas e outros dispositivos de segurança, que evitem seja ultrapassada a pressão interna de trabalho compatível com a sua resistência.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho expedirá normas complementares quanto à segurança das caldeiras, fornos e recipientes sob pressão, especialmente quanto ao revestimento interno, à localização, à ventilação dos locais e outros meios de eliminação de gases ou vapores prejudiciais à saúde, e demais instalações ou equipamentos necessários à execução segura das tarefas de cada empregado. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 188. As caldeiras serão periodicamente submetidas a inspeções de segurança, por engenheiro ou empresa especializada, inscritos no Ministério do Trabalho, de conformidade com as instruções que, para esse fim, forem expedidas. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 1º Toda caldeira será acompanhada de "Prontuário", com documentação original do fabricante, abrangendo, no mínimo: especificação técnica, desenhos, detalhes, provas e testes realizados durante a fabricação e a montagem, características funcionais e a pressão máxima de trabalho permitida (PMTP), esta última indicada, em local visível, na própria caldeira. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 2º O proprietário da caldeira deverá organizar, manter atualizado e apresentar, quando exigido pela autoridade competente, o Registro de Segurança, no qual serão anotadas, sistematicamente, as indicações das provas efetuadas, inspeções, reparos e quaisquer outras ocorrências. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 3º Os projetos de instalação de caldeiras, fornos e recipientes sob pressão deverão ser submetidos à aprovação prévia do órgão regional competente em matéria de

segurança do trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Seção XIII
Das atividades insalubres ou perigosas

Art. 189. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 190. O Ministério do Trabalho aprovará o quadro das atividades e operações insalubres e adotará normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agentes. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Parágrafo único. As normas referidas neste artigo incluirão medidas de proteção do organismo do trabalhador nas operações que produzem aerodispersoides tóxicos, irritantes, alergênicos ou incômodos. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 191. A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá:

I – com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;

II – com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância. (*Caput* e incisos com redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Parágrafo único. Caberá às Delegacias Regionais do Trabalho, comprovada a insalubridade, notificar as empresas, estipulando prazos para sua eliminação ou neutralização, na forma deste artigo. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 192. O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: (Redação dada pela Lei n. 12.740, de 2012.)

I – inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; (Incluído pela Lei n. 12.740, de 2012.)

II – roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial. (Incluído pela Lei n. 12.740, de 2012.)

§ 1º O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 2º O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo. (Incluído pela Lei n. 12.740, de 2012.)

Art. 194. O direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, nos termos desta Seção e das normas expedidas pelo Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 195. A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 1º É facultado às empresas e aos sindicatos das categorias profissionais interessadas requererem ao Ministério do Trabalho a realização de perícia em estabelecimento ou setor deste, com o objetivo de caracterizar e classificar ou delimitar as atividades insalubres ou perigosas. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 2º Arguida em juízo insalubridade ou periculosidade, seja por empregado, seja por sindicato em favor de grupo de associados, o juiz designará perito habilitado na forma deste artigo, e, onde não houver, requisitará perícia ao órgão competente do Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

§ 3º O disposto nos parágrafos anteriores não prejudica a ação fiscalizadora do Ministério do Trabalho, nem a realização *ex officio* da perícia. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 196. Os efeitos pecuniários decorrentes do trabalho em condições de insalubridade ou periculosidade serão devidos a contar da data da inclusão da respectiva atividade nos quadros aprovados pelo Ministério do Trabalho, respeitadas as normas do art. 11. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 197. Os materiais e substâncias empregados, manipulados ou transportados nos locais de trabalho, quando perigosos ou nocivos à saúde, devem conter, no rótulo, sua composição, recomendações de socorro imediato e o símbolo de perigo correspondente, segundo a padronização internacional. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Parágrafo único. Os estabelecimentos que mantenham as atividades previstas neste artigo afixarão, nos setores de trabalho atingidos, avisos ou cartazes, com advertência quanto aos materiais e substâncias perigosos ou nocivos à saúde. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Seção XIV
Da prevenção da fadiga

Art. 198. É de 60 kg (sessenta quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Parágrafo único. Não está compreendida na proibição deste artigo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, carros de mão ou quaisquer outros aparelhos mecânicos, podendo o Ministério do Trabalho, em tais casos, fixar limites diversos, que evitem sejam exigidos do empregado serviços superiores às suas forças. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 199. Será obrigatória a colocação de assentos que assegurem postura correta ao trabalhador, capazes de evitar posições incômodas ou forçadas, sempre que a execução da tarefa exija que trabalhe sentado. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Parágrafo único. Quando o trabalho deva ser executado de pé, os empregados terão à sua disposição assentos para serem utilizados nas pausas que o serviço permitir. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Seção XV
Das outras medidas especiais de proteção

Art. 200. Cabe ao Ministério do Trabalho estabelecer disposições complementares às normas de que trata este Capítulo, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho, especialmente sobre:

I – medidas de prevenção de acidentes e os equipamentos de proteção individual em obras de construção, demolição ou reparos;

II – depósitos, armazenagem e manuseio de combustíveis, inflamáveis e explosivos, bem como trânsito e permanência nas áreas respectivas;

III – trabalho em escavações, túneis, galerias, minas e pedreiras, sobretudo quanto à prevenção de explosões, incêndios, desmoronamentos e soterramentos, eliminação de poeiras, gases etc. e facilidades de rápida saída dos empregados;

IV – proteção contra incêndio em geral e as medidas preventivas adequadas, com exigências ao especial revestimento de portas e paredes, construção de paredes contra fogo, diques e outros anteparos, assim como garantia geral de fácil circulação, corredores de acesso e saídas amplas e protegidas, com suficiente sinalização;

V – proteção contra insolação, calor, frio, umidade e ventos, sobretudo no trabalho a céu aberto, com provisão, quanto a este, de água potável, alojamento e profilaxia de endemias;

VI – proteção do trabalhador exposto a substâncias químicas nocivas, radiações ionizantes e não ionizantes, ruídos, vibrações e trepidações ou pressões anormais ao ambiente de trabalho, com especificação das medidas cabíveis para eliminação ou atenuação desses efeitos, limites máximos quanto ao tempo de exposição, à intensidade da ação ou de seus efeitos sobre o organismo do trabalhador, exames médicos obrigatórios, limites de idade, controle permanente dos locais de trabalho e das demais exigências que se façam necessárias;

VII – higiene nos locais de trabalho, com discriminação das exigências, instalações sanitárias, com separação de sexos, chuveiros, lavatórios, vestiários e armários individuais, refeitórios ou condições de conforto por ocasião das refeições, fornecimento de água potável, condições de limpeza dos locais de trabalho e modo de sua execução, tratamento de resíduos industriais;

VIII – emprego das cores nos locais de trabalho, inclusive nas sinalizações de perigo. (*Caput* e incisos com redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Parágrafo único. Tratando-se de radiações ionizantes e explosivos, as normas a que se refere este artigo serão expedidas de acordo com as resoluções a respeito adotadas pelo órgão técnico. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Seção XVI
Das penalidades

Art. 201. As infrações ao disposto neste Capítulo relativas à medicina do trabalho serão punidas com multa de 30 (trinta) a 300 (trezentas) vezes o valor de referência previsto no art. 2º, parágrafo único, da Lei n. 6.205, de 29 de abril de 1975, e as concernentes à segurança do trabalho com multa

de 50 (cinquenta) a 500 (quinhentas) vezes o mesmo valor. (Redação corrigida pela Lei n. 6.986, de 13-4-1982.)

Parágrafo único. Em caso de reincidência, embaraço ou resistência à fiscalização, emprego de artifício ou simulação com o objetivo de fraudar a lei, a multa será aplicada em seu valor máximo. (Redação dada pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Arts. 202 a 223. (Revogados pela Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

► *Comentários*

1. *Considerações gerais*

Conquanto a Constituição Federal de 1967 fizesse menção às atividades insalubres e perigosas e a legislação infraconstitucional dedicasse todo o Capítulo V da CLT à Segurança e Medicina do Trabalho, é na Constituição Federal de 1988 que encontramos os fundamentos do *Direito Ambiental*, *ex vi* do disposto no art. 225:

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

O conceito de ambiente não se limita à preservação da natureza (meio ambiente físico), pois como enfatizam Celso Antônio Pacheco Fiorillo e Marcelo Abelha Rodrigues:

"O conceito de meio ambiente é unitário, na medida em que é regido por inúmeros princípios, diretrizes e objetivos que compõem a Política Nacional do Meio Ambiente. Entretanto, quando se fala em classificação do meio ambiente, na verdade não se quer estabelecer divisões isolantes ou estanques do meio ambiente, até porque, se assim fosse, estaríamos criando dificuldades para o tratamento da sua tutela. Mas, exatamente pelo motivo inverso, qual seja, de buscar uma maior identificação com a atividade degradante e o bem imediatamente agredido é que podemos dizer que o meio ambiente apresenta pelo menos 4 significativos aspectos. São eles: 1) natural; 2) cultural; 3) artificial; 4) *do trabalho*"[110].

Nesse sentido, não se pode olvidar a *Convenção n. 155 da OIT* (Organização Internacional do Trabalho – ratificada pelo Brasil, pelo Decreto n. 1.254/94), que assim dispõe, no seu art. 4º:

"Todo membro deverá, em consulta com as organizações mais representativas de empregadores e empregados interessados, e considerando as condições e hábitos nacionais, formular e pôr em prática, reexaminando periodicamente, uma política nacional coerente, em matéria de seguridade e saúde dos trabalhadores, e *meio ambiente do trabalho*. Esta política terá por objetivo prevenir os acidentes e os danos para a saúde, consequentes do trabalho, e que guardem relação com a atividade laboral ou sobrevenham durante o trabalho, reduzindo ao mínimo, na medida da razoabilidade, as causas dos riscos inerentes ao *meio ambiente de trabalho*".

Uma das formas de proteção ao meio ambiente de trabalho é o denominado *termo de ajuste*, firmado perante o Ministério Público (CF/88, art. 129, III) e as empresas, obrigando-as a mais estreita

110. *Manual de Direito Ambiental e Legislação Aplicável*, Max Limonad, p. 53.

observância às exigências ambientais de natureza laboral.

A forma imediata de proteção ao meio ambiente de trabalho é objeto da legislação infraconstitucional – arts. 154 a 200 da CLT, no Capítulo denominado "Segurança e Medicina do Trabalho".

A segurança do trabalho visa, como facilmente se percebe, prevenir e evitar acidentes; a medicina, por seu turno, tem como objeto a preservação da saúde do trabalhador.

Com tais objetivos, a autoridade competente – *Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho*, órgão do Ministério do Trabalho – fixa normas, coordena, orienta, controla e fiscaliza as empresas, visando, como facilmente se percebe, o fiel cumprimento das normas de proteção à vida e à saúde de trabalhador, cumprindo aos empregados a observância das instruções expedidas pelo empregador.

Na esteira de tal disposição, nenhum estabelecimento fabril ou comercial pode iniciar suas atividades sem a prévia inspeção e aprovação das suas respectivas instalações.

Para o êxito de tais objetivos, ao Ministério do Trabalho é conferida autoridade para, se preciso, interditar estabelecimentos, embargar obras e setor de serviços – hipótese em que os empregados perceberão salários, como se estivessem em efetivo exercício (CLT, art. 161, § 6º).

2. *Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA*

As empresas privadas e públicas, com mais de *20 empregados*, são obrigadas a instalar as denominadas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, vulgarmente conhecidas pela sigla CIPA. A obrigatoriedade decorre da Lei n. 6.514, de 22-12-77.

O órgão mencionado compõe-se do Presidente (escolhido livremente pelo empregador), e de representantes deste último (o empregador) e dos empregados.

Os representantes dos empregados, independentemente de serem sindicalizados, devem ser escolhidos em escrutínio secreto, com seus respectivos suplentes.

O mandato é de um ano, permitida a reeleição. Aos titulares representantes dos empregados, a legislação confere estabilidade – "Art. 165. Os titulares da representação dos empregados nas CIPAs não poderão sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro".

De forma insofismável, declara o art. 10, II, das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, que fica vedada a dispensa arbitrária "do empregado eleito para cargo de direção das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato".

A Súmula 339 do TST estende a estabilidade ao suplente – "I – O suplente da CIPA goza da garantia de emprego prevista no art. 10, II, *a*, do ADCT a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. II – A estabilidade provisória do cipeiro não constitui vantagem pessoal, mas garantia para as atividades dos membros da CIPA, que somente tem razão de ser quando em atividade a empresa. Extinto o estabelecimento, não se verifica a despedida arbitrária, sendo impossível a reintegração e indevida a indenização do período estabilitário".

3. *Equipamentos de proteção individual*

É obrigação fundamental do empregador zelar pela integridade física de

seus empregados, fornecendo-lhes equipamentos de proteção individual, sobretudo em atividades em que os riscos são maiores, como, por exemplo, nas construções, onde os empregados devem usar capacetes, protetores de ouvido, nas atividades em que o barulho, muitas vezes ensurdecedor, possa provocar-lhes lesões irreparáveis.

Note-se que não basta o fornecimento de equipamentos, cumprindo ao empregador fiscalizar a sua efetiva utilização pelo empregado. O empregado que simplesmente recusa-se a usar equipamento de proteção, comete falta ensejadora de punição (art. 482 da CLT).

A indiferença do empregador, que age com displicência a respeito, enseja ao empregado indenização civil – Súmula 229 do STF: "A indenização acidentária não exclui a do direito comum, em caso de dolo ou culpa grave do empregador".

A Súmula 289 do TST dispõe que: "O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade, cabendo-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, dentre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado".

4. *Exames médicos*

O exame médico do empregado é, igualmente, obrigatório, em três oportunidades:

I – na admissão;

II – na demissão;

III – periodicamente.

Tais exames podem ser efetuados por médicos da empresa. A abreugrafia deixou de ser obrigatória.

5. *Locais de trabalho*

As edificações, iluminação, ventilação, instalações elétricas, armazenagem, máquinas e equipamentos, caldeiras e fornos obedecerão rigorosamente às especificações legais, evitando agentes agressivos à saúde do trabalhador – arts. 170 a 188 da CLT.

6. *Das atividades insalubres ou perigosas*

O art. 189 da CLT define como "atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos".

Com inequívoca propriedade, observa Antônio Carlos Vendramini que "o risco da insalubridade está associado a todo e qualquer agente, seja ele físico, químico ou biológico, que direta ou indiretamente produza dano à saúde do trabalhador de forma cumulativa e paulatina. Cumulativa porque, na sua grande maioria, os males que acometem os trabalhadores são progressivos e irreversíveis, a exemplo da perda auditiva, pneumoconioses e intoxicações por fumos de metais. Paulatina, já que, exceto em intoxicações agudas, o organismo do trabalhador vai sendo lesado aos poucos, como é o caso da silicose, que fica incubada por 30 anos, até se manifestar"[111].

Em conformidade com o art. 200 da CLT, cabe ao Ministério do Trabalho a verificação, constante e ampla, das situações concretas de atividades profissionais

111. Insalubridade *versus* periculosidade, *Suplemento Trabalhista LTr*, 162/98, p. 755.

a serem consideradas agressivas à saúde do trabalhador, atento às peculiaridades de cada atividade do setor de trabalho, deixando a seu cargo o enquadramento das atividades definidas como insalubres.

7. *Insalubridade e periculosidade apuradas na Justiça do Trabalho*

A verificação e classificação da insalubridade ou periculosidade faz-se por iniciativa do Ministério do Trabalho, que, como já assinalamos, elabora, por portaria, as atividades assim classificadas, como, aliás, proclama a Súmula 194 do STF:

"É competente o Ministro do Trabalho para a especificação das atividades insalubres".

Contudo, não raras vezes, mas até com frequência é solicitado, no juízo trabalhista, o pagamento do adicional respectivo, quando então, forçosamente, determinará o Juiz do Trabalho a competente perícia judicial – "arguida em Juízo insalubridade ou periculosidade, seja por empregado, seja por sindicato em favor de grupo de associados, o juiz designará perito habilitado na forma deste artigo, e, onde não houver, requisitará perícia ao órgão competente do Ministério do Trabalho" (art. 195, § 2º, da CLT).

Nos termos da Súmula 460 do STF, "para efeito do adicional de insalubridade, a perícia judicial, em reclamação trabalhista, não dispensa o enquadramento da atividade entre as insalubres, que é ato da competência do Ministro do Trabalho e Previdência Social".

8. *Adicional de insalubridade*

Em conformidade com o disposto no art. 192 da CLT, o trabalho executado em condições de insalubridade e, obviamente, acima dos índices de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura ao empregado o recebimento de um adicional de 40%, 20% ou 10% do salário, segundo a classificação da insalubridade em grau máximo, médio ou mínimo.

A Súmula Vinculante 4 do Supremo Tribunal Federal vedou a utilização do salário mínimo como indexador de cálculo de vantagens de servidor público ou de empregado, por inconstitucional (art. 7º, IV, da CF), não admitindo, outrossim, fixação de qualquer outro critério senão pelo legislador.

Na lacuna da lei ordinária entendemos admissível a medida provisória, de eficácia imediata, para a fixação, em definitivo, do adicional de insalubridade.

Nesse ínterim, aconselha-se o pagamento do adicional fixado no art. 192 da CLT como único parâmetro.

Ainda que o trabalho em condições insalubres seja intermitente e, portanto, não permanente, o adicional respectivo é devido:

Súmula 47 do TST:

"O trabalho executado, em caráter intermitente, em condições insalubres, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional".

Por outro lado, o adicional de insalubridade não se incorpora, em definitivo, à remuneração. O seu fato gerador é o trabalho em condições insalubres. Eliminadas essas, deixando de existir o agente agressivo à saúde ou fornecidos equipamentos de proteção que o anule, excluída está sua percepção:

Súmula 80 do TST:

"A eliminação da insalubridade, pelo fornecimento de aparelhos protetores aprovados

pelo órgão competente do Poder Executivo, exclui a percepção do adicional respectivo".

Súmula 248 do TST:

"A reclassificação ou descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial".

9. *Atividades perigosas*

Atividades perigosas são aquelas que, por sua natureza ou método de trabalho, impliquem o contato definitivo ou intermitente (Súmula 364 do TST) com inflamáveis ou explosivos.

Tal como ocorre com a insalubridade, a periculosidade pode ser declarada judicialmente, tornando a prova pericial indispensável à sua efetiva comprovação.

Súmula 39 do TST:

"Os empregados que operam em bomba de gasolina têm direito ao adicional de periculosidade".

Súmula 364 do TST:

Adicional de periculosidade. Exposição eventual, permanente e intermitente. Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido. (ex-OJs da SBDI-1 n. 5 – inserida em 14-3-1994 – e 280 – *DJ*, 11-8-2003; cancelado o item II e dada nova redação ao item I – Res. 174/2011, *DEJT*, divulgado em 27, 30 e 31-5-2011)

10. *Adicional de periculosidade*

A teor do que dispõe o art. 193, § 1º, da CLT – "o trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de *30% (trinta por cento)* sobre o *salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa*".

Súmula 191 do TST:

"O adicional de periculosidade incide apenas sobre o salário básico e não sobre este acrescido de outros adicionais. Em relação aos eletricitários, o cálculo do adicional de periculosidade deverá ser efetuado sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial".

Observe-se que a Súmula Vinculante 4 do Supremo Tribunal Federal veda a utilização do salário mínimo como base de cálculo por inconstitucionalidade (CF, art. 7º, IV), admitindo, outrossim, a alteração dos dispositivos da CLT a respeito somente por medida legislativa ou negociação coletiva.

Todavia, na ausência de legislação específica ou de convenção coletiva, subsiste o salário mínimo, naquilo que os juristas denominam "*técnica da declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade*" (*Revista LTr*, 72-07/774).

A Lei n. 12.740/2012 ampliou as hipóteses do benefício relativo aos adicionais de periculosidade, estendendo-o àqueles que trabalham com energia elétrica ou com atividades sujeitas a roubos ou outras violências físicas, nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

Contudo, admite o desconto pelo empregador, desconto ou compensação, dos adicionais de natureza idêntica já concedidos aos vigilantes, por meio de acordo coletivo.

Seção IV Do julgamento e dos trâmites finais da execução..[arts. 885 a 889-A] 676
Seção V Da execução por prestações sucessivas.....[arts. 890 a 892] 677
Capítulo VI Dos recursos.....[arts. 893 a 902] 717
Capítulo VII Da aplicação das penalidades.....[arts. 903 a 908] 762
Capítulo VIII Disposições finais.....[arts. 909 e 910] 765
Título XI Disposições finais e transitórias.....[arts. 911 a 922] 767

Livro III
Legislação

Índice da legislação sobre temas diversos (alfabético por assunto) 771
Legislação sobre temas diversos..... 775
Índice da legislação das profissões regulamentadas (alfabético por profissão) 893
Legislação das profissões regulamentadas..... 897
Índice da legislação atinente ao Processo do Trabalho (alfabético por assunto) 1077
Legislação sobre Processo do Trabalho..... 1079
Índice cronológico da legislação 1099

Livro IV
Súmulas, Orientações Jurisprudenciais, Precedentes e Instruções Normativas

Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho
Índice alfabético..... 1107
Súmulas – por ordem numérica..... 1119
Súmulas trabalhistas do Supremo Tribunal Federal
Índice alfabético..... 1161
Súmulas – por ordem numérica..... 1167
Súmulas vinculantes 1177
Súmulas trabalhistas do Superior Tribunal de Justiça
Índice alfabético..... 1179
Súmulas – por ordem numérica..... 1185
Súmulas trabalhistas do Conselho da Justiça Federal
Índice alfabético..... 1193
Súmulas – por ordem numérica..... 1195
Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Individuais – Subseção I do Tribunal Superior do Trabalho
Índice alfabético..... 1197

11. *Vedada a cumulação de adicionais de insalubridade e periculosidade*

A leitura do § 2º do art. 193 da CLT deixa clara a proibição de cumulação de ambos os adicionais. Na eventualidade do trabalho desenvolver-se em condições de insalubridade e periculosidade, cabe ao empregado escolher – "o empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido".

Os arts. 197 a 200 da CLT disciplinam: a manipulação e transporte de materiais e substâncias perigosas ou nocivas à saúde, obrigando o empregador a rotulá-los (art. 197); fixa o peso máximo (60 kg) que o empregado pode remover (art. 198); fixa competência do Ministério do Trabalho para estabelecer disposições complementares às normas sobre a insalubridade e periculosidade (art. 200).

O art. 201 declina as penalidades a que está sujeito o empregador por infrações às disposições legais sobre Segurança e Medicina do Trabalho. Os arts. 202 a 223 foram revogados.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 17 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional de insalubridade. Restaurada.** O adicional de insalubridade devido a empregado que, por força de lei, convenção coletiva ou sentença normativa, percebe salário profissional será sobre este calculado. (RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 39 do Tribunal Superior do Trabalho. Periculosidade.** Os empregados que operam em bomba de gasolina têm direito ao adicional de periculosidade (Lei n. 2.573, de 15-8-55). (RA 41/73, *DJ*, 14-6-1973) Referência: Lei n. 2.573/55

▷ **Súmula 47 do Tribunal Superior do Trabalho. Insalubridade.** O trabalho executado, em caráter intermitente, em condições insalubres, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional. (RA 41/73, *DJ*, 14-6-1973)

▷ **Súmula 70 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional de periculosidade.** O adicional de periculosidade não incide sobre os triênios pagos pela Petrobras. (RA 69/78, *DJ*, 26-9-1978)

▷ **Súmula 80 do Tribunal Superior do Trabalho. Insalubridade.** A eliminação da insalubridade, pelo fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo, exclui a percepção do adicional respectivo. (RA 69/78, *DJ*, 26-9-1978)

▷ **Súmula 132 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional de periculosidade. Integração.** I – O adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo de indenização e de horas extras. II – Durante as horas de sobreaviso, o empregado não se encontra em condições de risco, razão pela qual é incabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas.

▷ **Súmula 139 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional de insalubridade.** Enquanto percebido, o adicional de insalubridade integra a remuneração para todos os efeitos legais. (Nova redação – Res. 129/2005)

▷ **Súmula 191 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional. Periculosidade. Incidência. Nova redação.** O adicional de periculosidade incide apenas sobre o salário básico e não sobre este acrescido de outros adicionais. Em relação aos eletricitários, o cálculo do adicional de periculosidade

deverá ser efetuado sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial. (Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

- **Súmula 228 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional de insalubridade. Base de cálculo.** A partir de 9 de maio de 2008, data da publicação da Súmula Vinculante 4 do Supremo Tribunal Federal, o adicional de insalubridade será calculado sobre o salário básico, salvo critério mais vantajoso fixado em instrumento coletivo. (Res. 148/2008, *DJe* do TST 4-7-2008 – Republicada no *DJ*, 8-7-2008. Suspensa liminarmente pelo STF – Recl. 6266)
- **Súmula 248 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional de insalubridade. Direito adquirido.** A reclassificação ou descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial. (Res. 17/85, *DJ*, 13-1-1986) Referência: CLT, arts. 195 e 468, CF, art. 153, § 3º
- **Súmula 289 do Tribunal Superior do Trabalho. Insalubridade. Adicional. Fornecimento do aparelho de proteção. Efeito.** O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade, cabendo-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, dentre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado. (Res. 22/88, *DJ*, 24-3-1988) Referência: CLT, arts. 8º, 9º, 157, 191 e 192; CPC, arts. 476 a 479; RITST, art. 179; IUJ-RR n. 4016/86, *DJ*, 8-5-1987
- **Súmula 293 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional de insalubridade. Causa de pedir. Agente nocivo diverso do apontado na inicial.** A verificação mediante perícia de prestação de serviços em condições nocivas, considerado agente insalubre diverso do apontado na inicial, não prejudica o pedido de adicional de insalubridade. (Res. 3/89 *DJ*, 14-4-1989) Referência: CLT, arts. 769, 791 e 840; CPC, arts. 462 e 282, III
- **Súmula 339 do Tribunal Superior do Trabalho. CIPA. Suplente. Garantia de emprego. CF/1988.** (Nova redação dada pela Res. 129/2005) I – O suplente da CIPA goza da garantia de emprego prevista no art. 10, II, *a*, do ADCT a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. II – A estabilidade provisória do cipeiro não constitui vantagem pessoal, mas garantia para as atividades dos membros da CIPA, que somente tem razão de ser quando em atividade a empresa. Extinto o estabelecimento, não se verifica a despedida arbitrária, sendo impossível a reintegração e indevida a indenização do período estabilitário.
- **Súmula 361 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional de periculosidade. Eletricitários. Exposição intermitente.** "O trabalho exercido em condições perigosas, embora de forma intermitente, dá direito ao empregado a receber o adicional de periculosidade de forma integral, tendo em vista que a Lei n. 7.369/85 não estabeleceu qualquer proporcionalidade em relação ao seu pagamento." (Res. 83/98, *DJ*, 20-8-1998)
- **Súmula 364 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional de periculosidade. Exposição eventual, permanente e intermitente.** (Conversão das OJs 5 e 280 da SDI-1 – Res. 129/2005; cancelado o item II e dada nova redação ao item I – Res. 174/2011, *DEJT*, 27, 30 e 31-5-2011)

Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.

▷ **Súmula 194 do Supremo Tribunal Federal.** É competente o Ministro do Trabalho para a especificação das atividades insalubres.

▷ **Súmula 212 do Supremo Tribunal Federal.** Tem direito ao adicional de serviço perigoso o empregado de posto de revenda de combustível líquido.

▷ **Súmula 307 do Supremo Tribunal Federal.** É devido o adicional de serviço insalubre, calculado à base do salário mínimo da região, ainda que a remuneração contratual seja superior ao salário mínimo acrescido da taxa de insalubridade.

▷ **Súmula 460 do Supremo Tribunal Federal.** Para efeito do adicional de insalubridade, a perícia judicial, em reclamação trabalhista, não dispensa o enquadramento da atividade entre as insalubres, que é ato da competência do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 2 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional de Insalubridade.** (Cancelada pela Res. 148/2008)

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 4 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional de insalubridade. Lixo urbano.** Inserida em 25-11-1996 (Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 170 da SDI-1, Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – Não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho.

II – A limpeza em residências e escritórios e a respectiva coleta de lixo não podem ser consideradas atividades insalubres, ainda que constatadas por laudo pericial, porque não se encontram dentre as classificadas como lixo urbano na Portaria do Ministério do Trabalho.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 103 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional de insalubridade. Repouso semanal e feriados.** Inserida em 1º-10-1997 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

O adicional de insalubridade já remunera os dias de repouso semanal e feriados.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 121 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Substituição processual. Diferença do adicional de insalubridade. Legitimidade.** Inserida em 20-11-1997 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

O sindicato tem legitimidade para atuar na qualidade de substituto processual para pleitear diferença de adicional de insalubridade.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 165 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Perícia. Engenheiro ou médico. Adicional de insalubridade e periculosidade. Válido. Art. 195 da CLT.** O art. 195 da CLT não faz qualquer distinção entre o médico e o engenheiro para efeito de caracterização e classificação da insalubridade e periculosidade, bastando para a elaboração do laudo seja o profissional devidamente qualificado.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 171 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional de insalubridade. Óleos minerais. Sentido do termo "manipulação".** Para efeito de concessão de adicional de insalubridade não há distinção entre fabricação e manuseio de óleos minerais – Portaria n. 3.214 do Ministério do Trabalho, NR 15, Anexo XIII.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 172 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional de insalubridade ou periculosidade. Condenação. Inserção em folha de pagamento.** Condenada ao pagamento do adicional de insalubridade ou periculosidade, a empresa deverá inserir, mês a mês e enquanto o trabalho for executado sob essas condições, o valor correspondente em folha de pagamento.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 173 do Tribunal Superior do Trabalho.** Adicional de insalubridade. Atividade a céu aberto. Exposição ao sol e ao calor.

I – Ausente previsão legal, indevido o adicional de insalubridade ao trabalhador em atividade a céu aberto, por sujeição à radiação solar (art. 195 da CLT e Anexo 7 da NR 15 da Portaria n. 3.214/78 do MTE).

II – Tem direito ao adicional de insalubridade o trabalhador que exerce atividade exposto ao calor acima dos limites de tolerância, inclusive em ambiente externo com carga solar, nas condições previstas no Anexo 3 da NR 15 da Portaria n. 3.214/78 do MTE.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 253 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Estabilidade provisória. Cooperativa. Lei n. 5.764/71. Conselho fiscal. Suplente. Não assegurada.** O art. 55 da Lei n. 5.764/71 assegura a garantia de emprego apenas aos empregados eleitos diretores de Cooperativas, não abrangendo os membros suplentes.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 2 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. 2. Ação Rescisória. Adicional de Insalubridade. Base de Cálculo. Salário Mínimo. Cabível.** Viola o art. 192 da CLT decisão que acolhe pedido de adicional de insalubridade com base na remuneração do empregado.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 6 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação Rescisória. Cipeiro-Suplente. Estabilidade. ADCT da CF/88, art. 10, II, *a*. Súmula 83 do TST.** (Inserida em 20-9-2000. Nova redação – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) Rescinde-se o julgado que nega estabilidade a membro suplente de CIPA, representante de empregado, por ofensa ao art. 10, II, *a*, do ADCT da CF/88, ainda que se cuide de decisão anterior à Súmula 339 do TST. Incidência da Súmula 83 do TST.

▷ **Precedente Normativo n. 106 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Atividade insalubre. Fornecimento de leite.** (positivo). Os empregadores que se dedicarem à pecuária leiteira fornecerão, diariamente, 1 (um) litro de leite aos trabalhadores que exerçam atividades insalubres.

▷ **Recurso de revista. Adicional de insalubridade. Classificação pelo Ministério do Trabalho. Laudo pericial.** Não basta a constatação da insalubridade através de laudo pericial para que o empregado receba o respec-

tivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho. Inteligência da OJ n. 170 da SBDI-1. Recurso de revista conhecido e provido. (TST, RR 76143/2003-900-04-00, 2ª T., Rel. Min. Renato de Lacerda Paiva, *DJ*, 5-11-2004)

▷ **Adicional de periculosidade. Prova técnica. Impugnação. Valoração.** Tratando-se de matéria técnica que exige conhecimentos especializados na área da medicina ou engenharia do trabalho, como se infere da redação do artigo 195 da CLT, como é o caso da periculosidade, o laudo pericial quando revela critério científico em sua fundamentação, deve ser acolhido, a menos que prova de igual qualidade, partido de quem possua idêntica qualificação, o infirme. Adicional de periculosidade. Contrato permanente e ambiente de risco. Compreensão. O artigo 193 consolidado deve ser entendido diante do alcance pretendido, de proteção à integridade física do trabalhador. Por conseguinte, condições de risco significa a possibilidade real e efetiva de sofrer o dano a que se expõe e contato permanente, não a imobilidade diante do agente perigoso durante toda a jornada, mas a presença regular no ambiente perigoso. (TRT/SP, Ac. 20010334755, j. 11-6-2001, Proc. 19990630944, 8ª T., Rel. José Carlos da Silva Arouca, *DOE/SP*, 3-7-2001)

▷ **Adicional de insalubridade. Local desativado. Prova emprestada.** A desativação do local de trabalho não tem o condão de retirar do trabalhador o direito ao recebimento do adicional de insalubridade, sendo possível demonstrar a existência de condições nocivas através de prova emprestada, juntada pela empresa de laudo ambiental, até mesmo testemunhas, podendo ser investigados os agentes com os quais teve contato o trabalhador, para posterior avaliação técnica e enquadramento por perito habilitado. (TRT/SP, Ac. 20010431203, j. 17-7-2001, Proc. 20000249313, 6ª T., Rel. Sônia Aparecida Gindro, *DOE/SP*, 10-8-2001)

▷ **Adicional de insalubridade. Utilização dos equipamentos de proteção.** O fornecimento dos equipamentos de proteção, a fiscalização de seu uso e a substituição dos mesmos dentro do período de validade, fulminam o direito à percepção do adicional de insalubridade, desde que os mesmos reduzam ou eliminem os agentes insalutíferos existentes no ambiente de trabalho. (TRT/20ª R., Ac. 971/97, j. 27-5-1997, RO 495 de 1997, Turma: Tribunal Pleno, Rel. Juiz Eliseu Nascimento, *DJSE*, 16-6-1997)

▷ **Adicional de periculosidade. Cessação do agente perigoso.** O adicional de periculosidade é uma paga condicionada, a qual cessada perde a razão de ser. Sendo assim, ainda que seja vedada a redução salarial, nos casos de periculosidade e também insalubridade, cessada a causa, o salário pode perder esse acréscimo, sem que tal circunstância gere infringência à norma constitucional (TRT/SP, Ac. 20010066173, j. 20-2-2001, Proc. 19990635814, 10ª T., Rel. Vera Marta Públio Dias, *DOE/SP*, 9-3-2001)

▷ **Adicional de insalubridade. A partir de quando é devido.** O pagamento do adicional não é devido apenas a partir do ajuizamento da ação, mas sim no período trabalhado pelo reclamante na empresa. Do contrário, não haveria condenação, pois a ação foi

ajuizada em 15-4-96. Não se trata de elemento insalubre classificado neste momento para que fosse aplicado o artigo 196 da CLT, mas já existente no anexo 13 da NR 15 da Portaria 3.214/78. O pagamento a partir do ajuizamento da ação vigorava antes da vigência da Lei 6.514/77, que deu nova redação ao capítulo da CLT que versa sobre Segurança e Medicina do Trabalho, inclusive ao artigo 196 da CLT. (TRT/SP, Ac. 02990046385, j. 23-2-1999, Proc. 02980174615, 3ª T., Rel. Sérgio Pinto Martins, *DOE/SP*, 9-3-1999)

▷ **Adicional de periculosidade. Integração. Horas extras.** Na base salarial sobre a qual é calculado o adicional de periculosidade devem ser incluídas as horas extras prestadas. Entender em sentido contrário equivaleria a atribuir remuneração idêntica ao trabalho perigoso executado durante a jornada normal e aquele desempenhado durante o período de sobrejornada, quando as condições de risco são agravadas pelo desgaste físico, que torna o empregado mais propenso a acidentes. (TRT/SP, Ac. 20010198290, j. 5-3-2001, Proc. 19990583598, 8ª T., Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 22-5-2001)

▷ **Insalubridade. Níveis de ruído. Transmissão do som pelos ossos.** Não há demonstração científica dando conta de que o ruído conduzido através dos ossos alcance o sistema auditivo com os mesmos níveis de pressão que aquele que vem pela via aérea. Argumento meramente especulativo, sem base técnica e sem apoio na lei. Insalubridade não configurada. (TRT/SP, Ac. 20010562553, j. 27-8-2001, Proc. 20000530551, 1ª T., Rel. Eduardo de Azevedo Silva, *DOE/SP*, 11-9-2001)

▷ **Adicional de insalubridade. Lixo urbano. Limpeza geral e higienização de banheiros. Agentes biológicos.** A limpeza geral e de vasos sanitários bem como a respectiva coleta de lixo não são consideradas atividades insalubres, ainda que constatadas por laudo pericial, porque não estão classificadas como lixo urbano pela Portaria do Ministério do Trabalho (aplicação das Orientações Jurisprudenciais n. 4 e 170 da SBDI-1/TST). Recurso conhecido e provido. (TST, RR 794110/2001, 3ª T., Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, *DJ*, 5-11-2004)

▷ **Insalubridade. Contato com óleo mineral.** Utilização de luvas permeáveis ao óleo não neutralizam a ação do agente insalubre. (TRT/SP, Ac. 20010159244, j. 3-4-2001, Proc. 20000044053, 6ª T., Rel. Rafael E. Pugliese Ribeiro, *DOE/SP*, 27-4-2001)

▷ **Portuário. Adicional de risco. Insalubridade. Perícia.** I – A discriminação implantada pelas autoridades portuárias não tem caráter restritivo, existindo para o trabalhador, para quem a norma protetora é dirigida, o direito de postular o reconhecimento da atividade insalubre, tal como disciplinado pelo art. 195, § 2º, da CLT. II – Prevalência do laudo judicial, no sentido de suplantar as discriminações ministeriais, restritivas ao direito de apurar, em Juízo, a situação insalubre, perigosa ou de risco, no caso de portuário. (TRT/SP, Ac. 1998006606, j. 14-5-1998, Turma: SDI, Proc. 02028/1996-8, Rel. Argemiro Gomes, *DOE/SP*, 29-5-1998)

▷ **Adicional de insalubridade. Técnico em radiologia.** O adicional de insalubridade do Técnico em radiologia, a que se comparam os Técnicos

em tomografia, é de 40% sobre dois salários mínimos que é o salário profissional da categoria, por disposição expressa do artigo 16 da Lei 7.394/85, que, por ser específica, se sobrepõe à genérica estabelecida pela CLT. (TRT/SP, Ac. 02960636931, j. 11-12-1996, Proc. 02950380500, 3ª T., Rel. Décio Sebastião Daidone, *DOE/SP*, 16-1-1997)

▷ **Adicional de Insalubridade. Trabalhador Rural.** A possível intermitência no trabalho desenvolvido pelo reclamante, na entressafra, podendo alternar a tarefa de adubar com outras próprias à época, não afasta o direito ao adicional. É que, em se tratando de atividade insalubre, os males advindos ao organismo não são afastados com a interrupção em alguns dias ou semanas do trabalho com agentes químicos. (TRT/6ª R., RO 7.505, de 1999, j. 26-1-1999, 3ª T., Rel. Eneida Melo Correia de Araújo, *DOE/PE*, 17-2-2000)

▷ **Adicional de Insalubridade. Deficiência de iluminamento. Data limite para o deferimento da parcela.** O anexo 4 e o item 15.1.2 da NR 15 da Portaria n. 3.214/78 do Ministério do Trabalho, que previam a insalubridade por deficiência de iluminamento, foram expressamente revogados pela Portaria n. 3.751/90, cuja aplicação iniciou-se em 26-2-91. Assim, a partir desta data, o iluminamento deixou de ser um fator insalubre por não mais compor as normas do Ministério do Trabalho que dispõem sobre a caracterização e a classificação de insalubridade. Recurso parcialmente conhecido e provido. (TST, RR 622.527, de 2000, j. 6-6-2001, 2ª T., Rel. Min. Vantuil Abdala, *DJ*, 10-8-2001)

▷ **Eletricitários. Base de cálculo do adicional de periculosidade.** A iterativa, notória e atual jurisprudência deste Tribunal, consubstanciada na Orientação Jurisprudencial n. 278 da SDI, é de que, segundo a exegese do art. 1º da Lei n. 7.369/85, o adicional de periculosidade dos eletricitários deverá ser calculado sobre o conjunto de parcelas de natureza salarial, entendimento este ratificado pela recente redação imprimida ao Enunciado n. 191/TST (Resolução n. 121/2003, DJ 21/11/2003), exarado nos seguintes termos: O adicional de periculosidade incide apenas sobre o salário básico e não sobre este acrescido de outros adicionais. Em relação aos eletricitários, o cálculo do adicional de periculosidade deverá ser efetuado sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial. Recurso conhecido e provido. (TST, RR 893/2003-007-12-00, 4ª T., Rel. Min. Barros Levenhagen, *DJ*, 5-11-2004)

▷ **Periculosidade. Intermitência da exposição ao risco. Direito ao adicional integral.** Em momento algum a Lei n. 7.369/85 autoriza ao intérprete estabelecer distinção por intermitência ou período de exposição ao risco inferior à jornada normal. Ainda que intermitente, o contato com o risco já é o suficiente para gerar o direito ao adicional integral, considerando-se que o risco se oculta, por natureza, sob permanente imprevisibilidade, suscetível de se converter em sinistro sem previsão de hora e lugar. (TRT/SP, Ac. 20010149885, j. 2-4-2001, Proc. 20000410734, 8ª T., Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 24-4-2001)

▷ **Adicional de periculosidade. Recurso ordinário.** A Lei n. 7.369/85

não condiciona o direito ao adicional de periculosidade à permanência na área de risco por toda a jornada, ressaltando-se, ainda, que em se tratando de periculosidade o risco é sempre iminente, não podendo se precisar o momento em que o sinistro pode ocorrer, e o bem maior a ser preservado é a saúde e a própria vida do trabalhador. (TRT/1ª R., RO 226, de 1997, j. 13-1-1999, 2ª T., Rel. Juiz José Leopoldo Félix de Souza, *DO/RJ*, 8-2-1999)

▷ **I – Adicional de periculosidade. Pagamento proporcional ao tempo de exposição em área de risco. Impropriedade. Com efeito.** Decreto na hierarquia legal subordina-se à lei e não pode a ela sobrepor-se ou por casuísmo impróprio do Poder Executivo, anular ou reduzir o alcance pretendido pelo Legislativo. A Lei 7.369, de 1985, não permite a restrição imposta ilegalmente pelo Decreto n. 93.424/86. Sendo assim, não se mantém a pretensão em pagar de forma proporcional o adicional de periculosidade. **II – Adicional de periculosidade e horas extraordinárias.** Fere a lógica admitir que o trabalho extraordinário, por si só penoso, afaste o adicional destinado a compensar a periculosidade, sendo devido apenas quando se tratar de jornada normal. O enunciado 191 do TST conduz, necessariamente, ao entendimento de que acréscimos que não se vinculem à execução de trabalho efetivo não sejam integrados para efeito de incidência do adicional. Todavia, reconhecida a existência de condições de periculosidade, serão elas condições normais ou extraordinárias. (TRT/SP, Ac. 20010209918, j. 23-4-2001, Proc. 20000328191, 8ª T., Rel. José Carlos da Silva Arouca, *DOE/SP*, 12-6-2001)

▷ **Adicional de insalubridade. Integrações nos repousos.** O adicional de insalubridade é estipulado para remunerar um mês inteiro, nele já incluídos os repousos. Não há integrações adicionais sobre os repousos pela mesma origem do principal. (TRT/SP, Ac. 20010158353, j. 3-4-2001, Proc. 20000042697, 6ª T., Rel. Rafael E. Pugliese Ribeiro, *DOE/SP*, 27-4-2001)

▷ **Do adicional de periculosidade. Trabalhador que já recebe adicional de insalubridade.** O fato de receber adicional de insalubridade não constitui impedimento a que o trabalhador pleiteie o pagamento do adicional de periculosidade, ressalvada, naturalmente, a hipótese em que já perceba o adicional de insalubridade em grau máximo, caso em que faltar-lhe-ia o interesse jurídico. De resto, a lei proíbe a concomitância (art. 193, par. 2º, CLT). (TRT/SP, Ac. 19990534511, j. 5-10-1999, Proc. 02980536738, 5ª T., Rel. Francisco Antonio de Oliveira, *DOE/SP*, 22-10-1999)

Título III
Das normas especiais de tutela do trabalho

Capítulo I
Das Disposições Especiais sobre Duração e Condições de Trabalho

Seção I
Dos bancários

Art. 224. A duração normal do trabalho dos empregados em bancos, casas bancárias e Caixa Econômica Federal será de 6 (seis) horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de 30 (trinta) horas de trabalho por semana. (Redação dada pela Lei n. 7.430, de 17-12-1985.)

§ 1º A duração normal do trabalho estabelecida neste artigo ficará compreendida entre 7 (sete) e 22 (vinte e duas) horas, assegurando-se ao empregado, no horário diário, um intervalo de 15 (quinze) minutos para alimentação. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 2º As disposições deste artigo não se aplicam aos que exercem funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes, ou que desempenhem outros cargos de confiança, desde que o valor da gratificação não seja inferior a 1/3 (um terço) do salário do cargo efetivo. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 754, de 11-8-1969.)

Art. 225. A duração normal de trabalho dos bancários poderá ser excepcionalmente prorrogada até 8 (oito) horas diárias, não excedendo de 40 (quarenta) horas semanais, observados os preceitos gerais sobre a duração do trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.637, de 8-5-1979.)

Art. 226. O regime especial de 6 (seis) horas de trabalho também se aplica aos empregados de portaria e de limpeza, tais como porteiros, telefonistas de mesa, contínuos e serventes, empregados em bancos e casas bancárias. (Redação dada pela Lei n. 3.488, de 12-12-1958.)

Parágrafo único. A direção de cada banco organizará a escala de serviço do estabelecimento de maneira a haver empregados do quadro da portaria em função, meia hora antes e até meia hora após o encerramento dos trabalhos, respeitado o limite de 6 (seis) horas diárias. (Redação dada pela Lei n. 3.488, de 12-12-1958.)

► *Comentários*

As características e peculiaridades de algumas profissões exigem regulamentação distinta, daí surgindo o que normalmente é denominado *contratos especiais de trabalho*.

Como já advertia Mario de La Cueva, "não é possível aplicar as mesmas normas para situações diversas, nem se pode julgar com um critério único a serviços tão distintos, como o doméstico e o ferroviário"[112].

No mesmo sentido, Orlando Gomes: "Conquanto a relação contratual seja essencialmente a mesma, a variedade que assume influi na determinação dos direitos e obrigações que assistem às partes. Daí a necessidade de selecionar

112. *Derecho Mexicano del Trabajo*, cit., t. 1, p. 845.

e fixar os elementos que emprestam a cada tipo uma feição própria. A legislação, com efeito, não poderia unificá-los, sem desconhecer a realidade ou contrariá-la. Não será possível aplicá-la igualmente a todas as modalidades de relação contratual, porque há preceitos que se ajustam perfeitamente a algumas, mas são inaplicáveis a outras"[113].

Buscando atender às peculiaridades de cada profissão, o legislador estabeleceu disciplinação jurídica própria para diversas categorias profissionais[114].

A CLT, no seu contexto (arts. 224 a 351), cuida dos *bancários, dos empregados nos serviços de telefonia, telegrafia submarina e fluvial, de radiotelegrafia, radiotelefonia, músicos profissionais, operadores cinematográficos, ferroviários, tripulantes e embarcadiços, empregados em câmaras de frigoríficos, portuários e estivadores, trabalhadores em minas de subsolo, jornalistas profissionais, professores e químicos.*

As regras fundamentais instituídas para os profissionais mencionados são as seguintes:

Consideram-se bancários aqueles empregados que prestam serviços diretamente vinculados à atividade fundamental dos estabelecimentos de crédito.

Na lição sempre atual de Nélio Reis:

"É preciso que a natureza do trabalho e das funções esteja diretamente ligada às condições dos serviços próprios e específicos dos estabelecimentos de crédito".

Em consequência, ainda na lição do consagrado juslaboralista, "o zelador do edifício onde o Banco tem sua sede, o ascensorista, etc., ainda que trabalhando em banco ou casa bancária, não podem ser considerados como bancários"[115].

Súmula 257 do TST:

"O vigilante, contratado diretamente por banco ou por intermédio de empresas especializadas, não é bancário".

Igualmente, o motorista de banco:

"Motorista de banco não faz jus a vantagens concedidas aos bancários por norma coletiva" (TRT/1ª R. (RJ), RO 9.628/86, Ac. 5ª T. 636/87, Rel. Juiz Paulo Cardoso).

Como bancários devem ser considerados os empregados das *empresas de crédito, financiamento ou investimento*, a teor do que dispõe a Súmula 55 do TST:

"As empresas de crédito, financiamento ou investimento, também denominadas financeiras, equiparam-se aos estabelecimentos bancários para os efeitos do art. 224 da CLT".

1. *Jornada dos bancários*

Em conformidade com o disposto no art. 224 da CLT, a jornada dos bancários e daqueles que lhes sejam equiparados é de *6 horas contínuas*, nos dias úteis, com exceção dos sábados, ou seja, trabalham de 2ª a 6ª-feira.

Nos termos do § 1º do dispositivo legal nominado, a jornada de trabalho deve ser fixada entre sete e vinte e duas horas. Normalmente há um expediente para o público, e um expediente interno, que, entretanto, não pode ultrapassar *6*

113. Orlando Gomes, ob. cit., p. 86.

114. *Vide* relação na Legislação Complementar.

115. *Contratos Especiais de Trabalho*, Freitas Bastos, 1955, p. 110.

Orientações Jurisprudenciais da SDI-I – por ordem numérica 1211

Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Individuais – Subseção II do Tribunal Superior do Trabalho

Índice alfabético 1247
Orientações Jurisprudenciais da SDI-II – por ordem numérica 1253

Orientações Jurisprudenciais da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho

Índice alfabético 1267
Orientações Jurisprudenciais da SDC – por ordem numérica 1269

Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho – Pleno

Índice alfabético 1273
Orientações Jurisprudenciais do TST – Pleno – por ordem numérica 1275

Precedentes Normativos do Tribunal Superior do Trabalho

Índice alfabético 1277
Precedentes Normativos – por ordem numérica 1281

Instruções Normativas do Tribunal Superior do Trabalho

Índice alfabético 1289
Instruções Normativas – por ordem numérica 1291

Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho 1315

Enunciados aprovados na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho

Índice alfabético 1335
Enunciados – por ordem numérica 1339

Índice Alfabético-Remissivo da CLT e Legislação 1351

Bibliografia 1405

horas diárias, ou *30 horas semanais*, tendo como divisor para o cálculo do salário-hora 180.

Súmula 124 do TST:

"I – O divisor aplicável para o cálculo das horas extras do bancário, se houver ajuste individual expresso ou coletivo no sentido de considerar o sábado como dia de descanso remunerado, será:

a) 150, para os empregados submetidos à jornada de seis horas, prevista no *caput* do art. 224 da CLT;

b) 200, para os empregados submetidos à jornada de oito horas, nos termos do § 2º do art. 224 da CLT.

II – Nas demais hipóteses, aplicar-se-á o divisor:

a)180, para os empregados submetidos à jornada de seis horas prevista no *caput* do art. 224 da CLT;

b) 220, para os empregados submetidos à jornada de oito horas, nos termos do § 2º do art. 224 da CLT".

Na eventualidade de o horário do bancário ser prorrogado, por motivo excepcional (art. 225 da CLT), observado o limite máximo de 8 horas diárias e 40 horas semanais – o divisor para apuração do salário-hora é de 220:

Trabalhando 6 horas diárias, faz jus o bancário a um *intervalo de 15 minutos* para alimentação, período ou intervalo que não é computado na jornada de trabalho (art. 71, § 2º, da CLT):

"Dispõe o art. 71, § 2º, da CLT, não ser o intervalo para descanso computável na duração do trabalho. Essa regra, de alcance geral, em nada é incompatível com a norma especial dos bancários, art. 224, § 1º, da CLT, que assegura a estes empregados na jornada um intervalo de quinze minutos para alimentação" (TST, RR 1.780/91, 2ª T., Rel. Min. Ney Doyle, *DJU*, 6-9-1991, p. 12128).

Cumprindo jornada de 8 horas (art. 225), fará jus a um intervalo, no mínimo, de *uma hora*, e, no máximo, de *2 horas* (art. 71), salvo o disposto em acordo ou convenção coletiva.

2. *Horas extras do bancário*

Nos termos do art. 225 da CLT, excepcionalmente, a jornada de trabalho do bancário pode ser prorrogada até *8 horas diárias*. Excepcionalmente significa "de modo excepcional; por exceção; extraordinariamente; contra o costume ou uso"[116].

Assim, só excepcionalmente poderá a jornada do bancário exceder de 6 horas, observado o limite máximo de 8 horas. Se, entretanto, tal situação se prolonga no tempo, o excesso de 2 horas por dia há de ser remunerado como extraordinário e, por via de consequência, com adicional de 50% (CF/88, art. 7º, XVI), ou outro adicional estabelecido em acordo ou convenção coletiva.

No período da excepcionalidade (que a lei não delimita no tempo), não faz jus o bancário a horas suplementares (obviamente se observado o limite máximo de 8 horas):

Súmula 102, item IV, do TST:

"O bancário sujeito à regra do art. 224, § 2º, da CLT cumpre jornada de trabalho de oito horas, sendo extraordinárias as trabalhadas além da oitava".

O *sábado*, para os bancários, é dia útil não trabalhado:

116. Caldas Aulete, *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, Ed. Delta, 1958, v. 2, p. 2080.

Súmula 113 do TST:

"O sábado do bancário é dia útil não trabalhado e não dia de repouso remunerado, não cabendo assim a repercussão do pagamento de horas extras habituais sobre a sua remuneração".

Contudo, considerando a jornada de trabalho do bancário – 6 horas diárias, de 2ª a 6ª-feira, na eventualidade de trabalhar aos sábados, fará, obviamente, jus às horas suplementares.

A pré-contratação de horas extras com os bancários é prática vedada por jurisprudência sumulada; por pré-contratação entenda-se a contratação de horas extras já no ato de admissão do bancário:

Súmula 199 do TST:

"I – A contratação do serviço suplementar, quando da admissão do trabalhador bancário, é nula. Os valores assim ajustados apenas remuneram a jornada normal, sendo devidas as horas extras com o adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), as quais não configuram pré-contratação, se pactuadas após a admissão do bancário. II – Em se tratando de horas extras pré-contratadas, opera-se a prescrição total se a ação não for ajuizada no prazo de cinco anos, a partir da data em que foram suprimidas".

3. *Cargos de chefia*

O § 2º do art. 224 da CLT exclui do regime de 6 horas de trabalho (em caráter excepcional de 8 horas) os que desempenham funções de *direção*, *gerência*, *fiscalização*, *chefia* e equivalentes, ou ainda outros *cargos de confiança* – desde que percebam gratificação de função não inferior a *um terço do salário do cargo efetivo*.

O dispositivo em apreço tem ensejado, nos Tribunais, as mais diversas interpretações, não havendo, a rigor, entendimento uniforme sobre o que se deva entender por *cargo de confiança*.

Para Valentin Carrion, "a expressão cargo de confiança não tem aqui o alcance próprio que se lhe dá habitualmente no Direito do Trabalho, aquele cujo ocupante substitui o empregador perante terceiros, o representa, e é demissível *ad nutum*, tal como previsto para o gerente (art. 62). Isso é evidente não só porque o texto legal menciona funções que não são de confiança no sentido restrito, mas porque ainda o legislador acrescentou "e outros". Tem-se de concluir que qualquer cargo de supervisão preenche a exigência; ter ou não ter subordinados costuma ser a pedra de toque para sinalizar a chefia"[117].

Octavio Bueno Magano observa que "empregado de confiança é o que ocupa posições próprias do empregador, possuindo mandato e distinguindo-se dos demais empregados pelo padrão mais elevado de seus vencimentos. É o *alter ego* do empregador, colaborando estreitamente com ele, na consecução dos objetivos da empresa"[118].

Francisco Antonio de Oliveira observa que, "induvidosamente, não se traduzirá em funcionário de confiança, ainda que bancário, elemento que detenha *nomen juris* (chefe etc.), perceba gratificação de função, mas sequer tenha funcionários a ele subordinados, desenvolvendo de resto simples trabalhos burocráticos, sem nenhum poder de mando ou disciplinar. Inarredável, também, que detenha padrão mais elevado de vencimentos..."[119].

117. Ob. cit., 26. ed., p. 185.
118. *Do Poder Diretivo na Empresa*, cit., p. 214.
119. Ob. cit., p. 195.

4. *Empregados em portaria e limpeza – porteiros, telefonistas de mesa, contínuos e serventes de bancos e casas bancárias*

O art. 226 da CLT enumera, exaustivamente, os empregados que, conquanto não exerçam funções fundamentais, típicas dos estabelecimentos bancários, beneficiam-se, entretanto, do horário reduzido, ou seja, de 6 horas diárias. A enumeração se nos afigura exaustiva: empregados de portaria, de limpeza (salvo se houver terceirização), telefonistas de mesa, contínuos e serventes têm direito à jornada dos bancários.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 55 do Tribunal Superior do Trabalho. Financeiras.** As empresas de crédito, financiamento ou investimento, também denominadas financeiras, equiparam-se aos estabelecimentos bancários para os efeitos do art. 224 da CLT. (RA 105/74, *DJ*, 24-10-1974)

▷ **Súmula 93 do Tribunal Superior do Trabalho. Bancário.** Integra a remuneração do bancário a vantagem pecuniária por ele auferida na colocação ou na venda de papéis ou valores mobiliários de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, quando exercida essa atividade no horário e no local de trabalho e com o consentimento, tácito ou expresso, do banco empregador. (RA 121/79, *DJ*, 27-11-1979)

▷ **Súmula 102 do Tribunal Superior do Trabalho. Bancário. Cargo de confiança.** (Nova redação em decorrência da incorporação das Súmulas 166, 204 e 232 e das Orientações Jurisprudenciais 15, 222 e 288 da SDI-1 – Res. 129/2005; mantida – Res. 174/2011, *DEJT*, 27, 30 e 31-5-2011) I – A configuração, ou não, do exercício da função de confiança a que se refere o art. 224, § 2º, da CLT, dependente da prova das reais atribuições do empregado, é insuscetível de exame mediante recurso de revista ou de embargos. II – O bancário que exerce a função a que se refere o § 2º do art. 224 da CLT e recebe gratificação não inferior a um terço de seu salário já tem remuneradas as duas horas extraordinárias excedentes de seis. III – Ao bancário exercente de cargo de confiança previsto no art. 224, § 2º, da CLT são devidas as 7ª e 8ª horas, como extras, no período em que se verificar o pagamento a menor da gratificação de 1/3. IV – O bancário sujeito à regra do art. 224, § 2º, da CLT cumpre jornada de trabalho de 8 (oito) horas, sendo extraordinárias as trabalhadas além da oitava. V – O advogado empregado de banco, pelo simples exercício da advocacia, não exerce cargo de confiança, não se enquadrando, portanto, na hipótese do § 2º do art. 224 da CLT. VI – O caixa bancário, ainda que caixa executivo, não exerce cargo de confiança. Se perceber gratificação igual ou superior a um terço do salário do posto efetivo, essa remunera apenas a maior responsabilidade do cargo e não as duas horas extraordinárias além da sexta. VII – O bancário exercente de função de confiança, que percebe a gratificação não inferior ao terço legal, ainda que norma coletiva contemple percentual superior, não tem direito às sétima e oitava horas como extras, mas tão somente às diferenças de gratificação de função, se postuladas.

▷ **Súmula 109 do Tribunal Superior do Trabalho. Gratificação de fun-**

ção. Com alteração dada pela RA 97/1980, *DJ*, 19-9-1980. O bancário não enquadrado no § 2º do art. 224 da CLT, que receba gratificação de função, não pode ter o salário relativo a horas extraordinárias compensado com o valor daquela vantagem. (Redação original – RA 89/80, *DJ*, 29-8-1980)

▷ **Súmula 113 do Tribunal Superior do Trabalho. Bancário. Sábado. Dia útil.** O sábado do bancário é dia útil não trabalhado e não dia de repouso remunerado, não cabendo assim a repercussão do pagamento de horas extras habituais sobre a sua remuneração. (RA 115/80, *DJ*, 3-11-1980)

▷ **Súmula 117 do Tribunal Superior do Trabalho. Bancário. Categoria diferenciada.** Não se beneficiam do regime legal relativo aos bancários os empregados de estabelecimento de crédito pertencentes a categorias profissionais diferenciadas. (RA 140/80, *DJ*, 18-12-1980)

▷ **Súmula 119 do Tribunal Superior do Trabalho. Jornada de trabalho.** Os empregados de empresas distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários não têm direito à jornada especial dos bancários. (RA 13/81, *DJ*, 19-3-1981)

▷ **Súmula 124 do Tribunal Superior do Trabalho. Bancário. Salário-hora. Divisor.** (Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012, *DEJT*, 25, 26 e 27-9-2012) I – O divisor aplicável para o cálculo das horas extras do bancário, se houver ajuste individual expresso ou coletivo no sentido de considerar o sábado como dia de descanso remunerado, será: a) 150, para os empregados submetidos à jornada de seis horas, prevista no *caput* do art. 224 da CLT; b) 200, para os empregados submetidos à jornada de oito horas, nos termos do § 2º do art. 224 da CLT. II – Nas demais hipóteses, aplicar-se-á o divisor: a) 180, para os empregados submetidos à jornada de seis horas prevista no *caput* do art. 224 da CLT; b) 220, para os empregados submetidos à jornada de oito horas, nos termos do § 2º do art. 224 da CLT.

▷ **Súmula 199 do Tribunal Superior do Trabalho. Bancário. Pré-contratação de horas extras. Redação dada pela Res. 129/2005.** I – A contratação do serviço suplementar, quando da admissão do trabalhador bancário, é nula. Os valores assim ajustados apenas remuneram a jornada normal, sendo devidas as horas extras com o adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), as quais não configuram pré-contratação, se pactuadas após a admissão do bancário. II – Em se tratando de horas extras pré-contratadas, opera-se a prescrição total se a ação não for ajuizada no prazo de cinco anos, a partir da data em que foram suprimidas.

▷ **Súmula 226 do Tribunal Superior do Trabalho. Bancário. Gratificação por tempo de serviço. Integração no cálculo das horas extras.** A gratificação por tempo de serviço integra o cálculo das horas extras. (Res. 14/85, *DJ*, 19-9-1985)

▷ **Súmula 239 do Tribunal Superior do Trabalho. Bancário. Empregado de empresa de processamento de dados.** (Nova redação em decorrência da incorporação das OJ n. 64 e 126 da SDI-1 – Res. 129/2005) É bancário o empregado de empresa de processamento de dados que presta serviço a

banco integrante do mesmo grupo econômico, exceto quando a empresa de processamento de dados presta serviços a banco e a empresas não bancárias do mesmo grupo econômico ou a terceiros.

▷ **Súmula 240 do Tribunal Superior do Trabalho. Bancário. Gratificação de função e adicional por tempo de serviço.** O adicional por tempo de serviço integra o cálculo da gratificação prevista no art. 224, § 2º, da CLT. (Res. 15/85, *DJ*, 9-12-1985)

▷ **Súmula 247 do Tribunal Superior do Trabalho. Quebra de caixa. Natureza jurídica.** A parcela paga aos bancários sob a denominação "quebra de caixa" possui natureza salarial, integrando o salário do prestador de serviços, para todos os efeitos legais. (Res. 16/85, *DJ*, 13-1-1986)

▷ **Súmula 257 do Tribunal Superior do Trabalho. Vigilante.** O vigilante, contratado diretamente por banco ou por intermédio de empresas especializadas, não é bancário. (Res. 5/86, *DJ*, 31-10-1986) Referência: Lei n. 7.102/83, art. 3º; Dec-lei n. 1.034/69, art. 4º

▷ **Súmula 287 do Tribunal Superior do Trabalho. Jornada de trabalho. Gerente bancário. Nova redação.** A jornada de trabalho do empregado de banco gerente de agência é regida pelo art. 224, § 2º, da CLT. Quanto ao gerente-geral de agência bancária, presume-se o exercício de encargo de gestão, aplicando-se-lhe o art. 62 da CLT. (Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 16 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Banco do Brasil. ACP. Adicional de caráter pessoal. Indevido.** (Inserida em 13-2-1995 – Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

A isonomia de vencimentos entre servidores do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil, decorrente de sentença normativa, alcançou apenas os vencimentos e vantagens de caráter permanente. Dado o caráter personalíssimo do Adicional de Caráter Pessoal – ACP e não integrando a remuneração dos funcionários do Banco do Brasil, não foi ele contemplado na decisão normativa para efeitos de equiparação à tabela de vencimentos do Banco Central do Brasil.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 17 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Banco do Brasil. AP e ADI.** Os adicionais AP, ADI ou AFR, somados ou considerados isoladamente, sendo equivalentes a 1/3 do salário do cargo efetivo (art. 224, § 2º, da CLT), excluem o empregado ocupante de cargo de confiança do Banco do Brasil da jornada de 6 horas.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 18 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Complementação de aposentadoria. Banco do Brasil.** (Redação do item I alterada em decorrência do julgamento dos processos TST-IUJ E-ED-RR-301900-52.2005.5.09.0661 e ERR 119900-56.1999.5.04.0751 – Res. 175/2011, *DEJT*, 27, 30 e 31-5-2011)

I – O valor das horas extras integra a remuneração do empregado para o cálculo da complementação de aposentadoria, desde que sobre ele incida a contribuição à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, observado o respectivo regulamento no tocante à integração.

II – Os adicionais AP e ADI não integram o cálculo para a apuração do teto da complementação de aposentadoria.

III – No cálculo da complementação de aposentadoria deve-se observar a média trienal. (ex-OJs n. 19 e 289 ambas da SDI-1 – inseridas respectivamente em 5-6-1995 e 11-8-2003)

IV – A complementação de aposentadoria proporcional aos anos de serviços prestados exclusivamente ao Banco do Brasil somente se verifica a partir da Circular Funci n. 436/63.

V – O telex DIREC do Banco do Brasil n. 5003/ 1987 não assegura a complementação de aposentadoria integral, porque não aprovado pelo órgão competente ao qual a instituição se subordina.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 56 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Nossa Caixa-Nosso Banco (Caixa Econômica do Estado de São Paulo).** Regulamento. Gratificação especial e/ou anuênios. Direito reconhecido apenas àqueles empregados que tinham 25 anos de efetivo exercício prestados exclusivamente à caixa.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 123 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Bancários. Ajuda alimentação.** A ajuda alimentação prevista em norma coletiva em decorrência de prestação de horas extras tem natureza indenizatória e, por isso, não integra o salário do empregado bancário. Em 10-2-98, a SDI-Plena, por maioria, decidiu que ajuda alimentação paga ao bancário, em decorrência de prestação de horas extras por prorrogação de jornada, tem natureza indenizatória e, portanto, não integrativa ao salário.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 178 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Bancário. Intervalo de 15 minutos. Não computável na jornada de trabalho.** Inserida em 8-11-2000 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

Não se computa, na jornada do bancário sujeito a seis horas diárias de trabalho, o intervalo de quinze minutos para lanche ou descanso.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 224 do SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Complementação de aposentadoria. Reajuste. Lei n. 9.069/1995.** Inserida em 20-6-2001 (Nova redação *DEJT*, 16, 17 e 20-9-2010)

I – A partir da vigência da Medida Provisória n. 542, de 30-6-1994, convalidada pela Lei n. 9.069, de 29-6-1995, o critério de reajuste da complementação de aposentadoria passou a ser anual e não semestral, aplicando-se o princípio *rebus sic stantibus* diante da nova ordem econômica;

II – A alteração da periodicidade do reajuste da complementação de aposentadoria – de semestral para anual – não afeta o direito ao resíduo inflacionário apurado nos meses de abril, maio e junho de 1994, que deverá incidir sobre a correção realizada no mês de julho de 1995.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 4 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação Rescisória. Banco do Brasil. Adicional de Caráter Pessoal. ACP.** Procede, por ofensa ao art. 5º, inciso XXXVI, da CF/88, o pedido de rescisão de julgado que acolheu Adicional de Caráter Pessoal em favor de empregado do Banco do Brasil S.A.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 5 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação Rescisória. Banco do Brasil. AP e ADI. Horas Extras. Súmula 83 do TST. Aplicável.** Não se acolhe pedido de rescisão de julgado

que deferiu a empregado do Banco do Brasil S.A. horas extras após a sexta, não obstante o pagamento dos adicionais AP e ADI, ou AFR quando a decisão rescindenda for anterior à Orientação Jurisprudencial n. 17, da Seção de Dissídios Individuais do TST (7-11-94). Incidência das Súmulas 83 do TST e 343 do STF.

▷ **Precedente Normativo n. 10 do Tribunal Superior do Trabalho. Banco do Brasil como parte em DC no TRT.** (positivo). Redação alterada pela Res. 86/98 – *DJU*, 15-10-98. Os Tribunais Regionais do Trabalho são incompetentes para processar e julgar Dissídios Coletivos em que sejam partes o Banco do Brasil S.A. e entidades sindicais dos bancários.

▷ **Empregado de banco que ocupa cargo de "Encarregado de Serviços de Manutenção". Submissão ao regime legal dos bancários.** "Encarregado de Serviços de Manutenção" que presta serviços ao Banco, por ele devidamente registrado, beneficiário de toda a regulamentação coletiva relativa à classe na constância contratual é bancário, jungido, portanto, à jornada reduzida de 6 horas. O rol do art. 226 da CLT é meramente exemplificativo, não se tratando, ademais, de empregado pertencente à categoria diferenciada (En. 117, TST). Aplicação da regra geral de que o empregado filia-se à categoria da atividade preponderante desenvolvida pelo empregador. (TRT/SP, Ac. 20010281082, j. 22-5-2001, Proc. 20000020138, 6ª T., Rel. Maria Aparecida Duenhas, *DOE/SP*, 15-6-2001)

▷ **Trabalho bancário. Motorista. Exclusão da jornada especial.** Os motoristas empregados por bancos, como integrantes de categoria profissional diferenciada, não se beneficiam da jornada especial de 6 horas, que tem sua razão de ser nas condições extenuantes do trabalho tipicamente bancário. (TRT/SP, Ac. 20000424573, j. 14-8-2000, Proc. 02990325560, 8ª T., Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 12-9-2000)

▷ **Bancário. Contratação de horas extras à data da admissão. Exegese dos artigos 224 e 225 da Consolidação das Leis do Trabalho.** A contratação do serviço suplementar, quando da admissão do trabalhador bancário, é nula. Os valores assim ajustados apenas remuneram a jornada normal, sendo devidas as horas extras com o adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento). (TRT/6ª R., RO 5.920, de 1999, j. 8-8-2000, Rel. Juiz Nelson Soares Júnior, *DOE/PE*, 30-8-2000)

▷ **Nulidade. Negativa de prestação jurisdicional. Bancário. Função de confiança.** Havendo controvérsia sobre o desempenho de função de confiança bancária, é dever do órgão jurisdicional declinar as razões fáticas e jurídicas que lhe ditam o convencimento, à luz da prova constante dos autos e das alegações das partes. Simples menção à gratificação de função e remissão a uma Súmula do TST não atende à exigência constitucional e legal de motivação das decisões (CF/88, art. 93, IX; CLT, art. 832). Ademais, o descaso a tal garantia essencial do Estado Democrático de Direito pode inviabilizar o êxito da parte em recurso de revista, para o qual é imprescindível o prequestionamento da matéria no acórdão recorrido (Súmula n. 297 do TST). Recurso conhecido e provido

para anular-se a decisão do Regional, por negativa de prestação jurisdicional. (TST, RR 524.655, de 1999, j. 21-2-2001, 1ª T., Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 30-3-2001)

▷ **Horas extras. Bancário. Reflexo nos sábados. Enunciado n. 113 do TST.** Não havendo negociação coletiva em sentido contrário, prevalece o entendimento jurisprudencial desta Corte consubstanciado no Enunciado n. 113 do TST: O sábado do bancário é dia útil não trabalhado, não dia de repouso remunerado. Não cabe a repercussão do pagamento de horas extras habituais em sua remuneração. Recurso de revista conhecido e provido. (TST, RR 37830/2002-900-02-00, 1ª T., Rel. Lelio Bentes Corrêa, *DJ*, 5-11-2004)

Seção II
Dos empregados nos serviços de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, de radiotelegrafia e radiotelefonia

Art. 227. Nas empresas que explorem o serviço de telefonia, telegrafia submarina ou subfluvial, de radiotelegrafia ou de radiotelefonia, fica estabelecida para os respectivos operadores a duração máxima de 6 (seis) horas contínuas de trabalho por dia ou 36 (trinta e seis) horas semanais. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 6.353, de 20-3-1944.)

§ 1º Quando, em caso de indeclinável necessidade, forem os operadores obrigados a permanecer em serviço além do período normal fixado neste artigo, a empresa pagar-lhes-á extraordinariamente o tempo excedente com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o seu salário-hora normal.

§ 2º O trabalho aos domingos, feriados e dias santos de guarda será considerado extraordinário e obedecerá, quanto à sua execução e remuneração, ao que dispuserem empregadores e empregados em acordo, ou os respectivos sindicatos em contrato coletivo de trabalho. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 6.353, de 20-3-1944.)

Art. 228. Os operadores não poderão trabalhar, de modo ininterrupto, na transmissão manual, bem como na recepção visual, auditiva, com escrita manual ou datilográfica, quando a velocidade for superior a 25 (vinte e cinco) palavras por minuto.

Art. 229. Para os empregados sujeitos a horários variáveis, fica estabelecida a duração máxima de 7 (sete) horas diárias de trabalho e 17 (dezessete) horas de folga, deduzindo-se deste tempo 20 (vinte) minutos para descanso, de cada um dos empregados, sempre que se verificar um esforço contínuo de mais de 3 (três) horas.

§ 1º São considerados empregados sujeitos a horários variáveis, além dos operadores, cujas funções exijam classificação distinta, os que pertençam a seções de técnica, telefones, revisão, expedição, entrega e balcão. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 6.353, de 20-3-1944.)

§ 2º Quanto à execução e remuneração aos domingos, feriados e dias santos de guarda e às prorrogações de expediente, o trabalho dos empregados a que se refere o parágrafo anterior será regido pelo que se contém no § 1º do art. 227 desta Seção. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 6.353, de 20-3-1944.)

Art. 230. A direção das empresas deverá organizar as turmas de empregados, para a execução dos seus serviços, de maneira que prevaleça sempre o revezamento entre os que exercem a mesma função, quer em escalas diurnas, quer em noturnas.

§ 1º Aos empregados que exerçam a mesma função será permitida, entre si, a troca de turmas, desde que isso não importe em prejuízo dos serviços, cujo chefe ou en-

carregado resolverá sobre a oportunidade ou possibilidade dessa medida, dentro das prescrições desta Seção.

§ 2º As empresas não poderão organizar horários que obriguem os empregados a fazer a refeição do almoço antes das 10 (dez) e depois das 13 (treze) horas e a de jantar antes das 16 (dezesseis) e depois das 19:30 (dezenove e trinta) horas.

Art. 231. As disposições desta Seção não abrangem o trabalho dos operadores de radiotelegrafia embarcados em navios ou aeronaves.

► *Comentários*

O art. 227 da CLT enumera os profissionais que, prestando seus serviços a empresas que exploram as atividades a eles relacionadas, têm direito a jornada de **6 horas contínuas por dia**, ou **36 horas semanais**. Por isso, é fundamental pôr em destaque os profissionais enumerados, a saber: telefonista, operador de telegrafia submarina e subfluvial, de radiotelegrafia e radiotelefonia, que cumprem jornada reduzida de trabalho (6 por dia, 36 por semana), quando prestam seus serviços a empresas que explorem tais atividades.

Contudo, tem a jurisprudência abrandado tal entendimento, como se constata da leitura da Súmula 178 do TST:

"É aplicável à telefonista de mesa de empresa que não explora o serviço de telefonia o disposto no art. 227, e seus parágrafos, da CLT".

O art. 228 da CLT veda aos operadores o trabalho ininterrupto: "Os operadores não poderão trabalhar, de modo ininterrupto, na transmissão manual, bem como na recepção visual, auditiva, com escrita manual ou datilográfica – quando a velocidade for superior a vinte e cinco palavras por minuto".

Os empregados sujeitos a *horários variáveis*, ou seja, os operadores cujas funções exijam classificação distinta, os que pertençam a seções de técnica, telefones, revisão, expedição, entrega e balcão, têm a duração da jornada de trabalho fixada em, no máximo, *7 horas diárias*, e *17 horas de folga*, desse tempo deduzindo *20 minutos de descanso*, de cada um dos empregados, quando haja um esforço contínuo de mais de 3 horas.

O art. 230 da CLT determina às empresas a organização de turmas de revezamento entre os que exercem a mesma função, seja em escalas diurnas ou noturnas, facultado ao empregado a troca de turmas, inexistindo prejuízo para os serviços.

As refeições desses mesmos empregados devem observar os períodos fixados em lei: o almoço entre 10 e 13 horas; o jantar, até as 19:30 horas.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 178 do Tribunal Superior do Trabalho. Telefonista. Art. 227, e parágrafos, da CLT. Aplicabilidade.** É aplicável à telefonista de mesa de empresa que não explora o serviço de telefonia o disposto no art. 227, e seus parágrafos, da CLT. Ex-prejulgado n. 59. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Jornada. Telefonista. Caracterização.** Embora o Enunciado n. 178 do TST tenha sedimentado a jurisprudência a respeito da aplicação do contido no artigo 227 da CLT à tele-

fonista de mesa de empresa que não explora o serviço de telefonia, no presente caso, as recorridas não operavam apenas telefonia, mas também operavam computadores e, em regime de revezamento, atendiam diretamente a clientes, o que desnatura a aplicação do contido no citado artigo 227 da CLT. Os arestos transcritos admitem o recebimento do recurso de revista, por apresentarem teses que afastam a aplicação da jornada de telefonista àqueles trabalhadores que não se ativam de forma sucessiva e contínua na operação de telefones. Agravo conhecido e provido. **Recurso de revista. Aplicação analógica da jornada de telefonista. Inviabilidade.** Embora a decisão regional não tenha esclarecido se a atividade das reclamantes envolvia operações de *telemarketing*, restou patente que não operava telefone de forma exclusiva. A decisão recorrida encontra obstáculo no entendimento contido na Orientação Jurisprudencial n. 273 desta Corte. Recurso de revista conhecido e provido. (...) (TST, RR 29136/2002-900-05-00, 2ª T., Rel. Juiz Convocado Luiz Carlos Gomes Godoi, *DJ*, 5-11-2004)

▷ **Jornada especial. Telefonista.** A jornada especial prevista no art. 227 da CLT pressupõe o exercício exclusivo da atividade de telefonista. Não se aplica, portanto, à hipótese em que a atividade de telefonista é realizada em conjunto com outras atividades, ainda que aquela seja a tarefa preponderante. Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento. (TST, RR 763625/2001, 5ª T., Rel. Min. João Batista Brito Pereira, *DJ*, 17-9-2004)

Seção III
Dos músicos profissionais

Arts. 232 e 233. (Revogados tacitamente pela Lei n. 3.857, de 22-12-1960 – Lei da Ordem dos Músicos do Brasil.)

► *Comentários*

Os arts. 232 e 233 da CLT foram revogados pela Lei n. 3.857, de 22-12-1960.

São estes os seus aspectos fundamentais: a) a jornada de trabalho é de *5 horas*; b) esse limite pode ser elevado para *6 horas*, nos estabelecimentos de diversões públicas (cabarés, boates, *dancings*, salões de dança etc.); para *7 horas*, excepcionalmente, nos casos de festejos populares; c) na ocorrência de prorrogação, a hora a ela correspondente será remunerada com o dobro do valor do salário normal; d) o tempo destinado aos ensaios é computado como período de trabalho e, portanto, remunerado.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 312 do Supremo Tribunal Federal.** Músico integrante de orquestra da empresa, com atuação permanente e vínculo de subordinação, está sujeito à legislação geral do trabalho, e não a especial dos artistas.

▷ **Músico. Recebimento de "couvert" artístico diretamente da clientela do estabelecimento. Inexistência de relação de emprego.** Não há que falar em vínculo empregatício de músico com estabelecimento comercial, quando inexistia qualquer punição pela falta ao serviço, já que só recebia o *couvert* artístico quando comparecia, além de exercer a mesma função em

OBRAS DO AUTOR

- *Concussão e Extorsão, Elementos Comuns – Distinção* (monografia)
- *A Nova Lei de Greve*, Ed. Tribuna da Justiça, 1964 (esgotada)
- *Protesto, Sustação e Cancelamento de Títulos* (monografia), Sugestões Literárias, 1976
- *Questionário de Direito Financeiro e Finanças* (monografia), 1980
- *Remuneração do Repouso Semanal ao Comissionista* (monografia), Sugestões Literárias, Vox Juris Trabalhista – Seção de Doutrina
- *Consolidação das Leis do Trabalho*, 3. ed., Sugestões Literárias (esgotada)
- *Curso de Falência e Recuperação Judicial da Empresa*, 26. ed., Saraiva
- *Curso Prático de Processo do Trabalho*, 22. ed., Saraiva
- Execução, Falência e Insolvência, in *Processo do Trabalho – Estudos em Homenagem a Coqueijo Costa*, LTr
- *Locação Comercial* (fundo de comércio, estabelecimento comercial, ação renovatória), 10. ed., Saraiva
- *Manual das Sociedades Comerciais*, 20. ed., Saraiva
- *Teoria e Prática dos Títulos de Crédito*, 29. ed., Saraiva
- *Os Direitos Trabalhistas na Falência e Concordata do Empregador*, 2. ed., LTr
- Aspectos Processuais da Terceirização, in *Estudos de Direito – Homenagem ao Professor Washington Luiz da Trindade*, LTr
- A Importância do Direito Comercial para o Direito do Trabalho, in *Direito do Trabalho – Estudos em Homenagem ao Professor Luiz de Pinho Pedreira da Silva*, LTr
- O Contrato de Trabalho na Falência e Concordata do Empregador, in *Direito do Trabalho – Estudos*, LTr
- Responsabilidade Societária e Desconsideração da Personalidade Jurídica, in *Processo do Trabalho – Estudos em Homenagem ao Professor José Augusto Rodrigues Pinto*, LTr
- Exceção de Pré-Executividade no Processo do Trabalho, in *Temas Relevantes de Direito Material e Processual do Trabalho – Estudos em Homenagem ao Professor Pedro Paulo Teixeira Manus*, LTr
- A despersonalização da empresa e seus reflexos nas garantias dos direitos do trabalhador, in *A Transição do Direito do Trabalho no Brasil — Estudos em Homenagem a Eduardo Gabriel Saad*, LTr
- Os Direitos Trabalhistas na Falência do Empregador, in *Os Novos Paradigmas do Direito do Trabalho – Homenagem a Valentin Carrion*, Saraiva
- *Manual das Empresas de Segurança Privada*, Saraiva
- *O Procedimento Sumaríssimo no Processo do Trabalho*, 2. ed., Saraiva
- *Execução de Bens dos Sócios*, 11. ed., Saraiva
- *Enciclopédia Saraiva do Direito*, Verbetes: Greve (v. 40); Nome coletivo, nome comercial (v. 54); Ação renovatória, responsabilidade dos sócios (v. 65); Sentença falimentar (v. 68); Sinal de propaganda (v. 69); Sustação e cancelamento de protesto (v. 72); Título ao portador, título à ordem, título de crédito (v. 73)
- *CLT Comentada*, 8. ed., Saraiva
- *Direito de Empresa no Código Civil*, Saraiva.

outros estabelecimentos congêneres. (TRT/19ª R., RO 2000060543-69, j. 17-8-2000, Tribunal Pleno, Rel. Juiz João Leite, *DOE/AL*, 23-8-2000)

▷ **(...) Vínculo empregatício. Músico. Empregado sujeito à legislação específica.** Conforme salientado pelo acórdão regional, e de acordo com a legislação específica sobre o tema (Lei n. 3.857/60 e Portaria do MTb n. 3.347/86), o músico presta serviços eventuais à empresa apenas quando o tempo de trabalho não ultrapasse sete dias consecutivos e haja um intervalo de no mínimo trinta dias subsequentes entre a realização dos serviços. Não foi o que ocorreu no caso vertente. Constatou o Tribunal *a quo* que os Reclamantes, durante seis meses, trabalharam todos os fins de semana para a Reclamada, restando caracterizada a pessoalidade, a subordinação e a habitualidade. Incidência do Enunciado n. 126/TST. Recurso de Revista não conhecido. (TST, RR 515633/1998, 3ª T., Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, *DJ*, 19-12-2002)

Seção IV
Dos operadores cinematográficos

Art. 234. A duração normal do trabalho dos operadores cinematográficos e seus ajudantes não excederá de 6 (seis) horas diárias, assim distribuídas:

a) 5 (cinco) horas consecutivas de trabalho em cabina, durante o funcionamento cinematográfico;

b) 1 (um) período suplementar, até o máximo de 1 (uma) hora para limpeza, lubrificação dos aparelhos de projeção, ou revisão de filmes. (*Caput* com redação dada pelo Dec.-lei n. 6.353, de 20-3-1944.)

Parágrafo único. Mediante remuneração adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário da hora normal e observado um intervalo de 2 (duas) horas para folga, entre o período a que se refere a alínea *b* deste artigo e o trabalho em cabina de que trata a alínea *a*, poderá o trabalho dos operadores cinematográficos e seus ajudantes ter a duração prorrogada por 2 (duas) horas diárias, para exibições extraordinárias.

Art. 235. Nos estabelecimentos cujo funcionamento normal seja noturno, será facultado aos operadores cinematográficos e seus ajudantes, mediante acordo ou contrato coletivo de trabalho e com um acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário da hora normal, executar o trabalho em sessões diurnas extraordinárias e, cumulativamente, nas noturnas, desde que isso se verifique até 3 (três) vezes por semana e entre as sessões diurnas e as noturnas haja o intervalo de 1 (uma) hora, no mínimo, de descanso.

§ 1º A duração de trabalho cumulativo a que alude o presente artigo não poderá exceder de 10 (dez) horas.

§ 2º Em seguida a cada período de trabalho haverá um intervalo de repouso no mínimo de 12 (doze) horas.

► *Comentários*

Os arts. 234 e 235 da CLT disciplinam a jornada normal e a remuneração dos operadores cinematográficos, considerando as peculiaridades das suas funções, com as seguintes regras fundamentais:

1. *Jornada de trabalho*

Tanto os operadores quanto seus auxiliares têm jornada de trabalho que não pode exceder de 6 horas diárias, assim distribuídas:

a) 5 *horas* consecutivas em cabina, durante o funcionamento cinematográfico;

b) *uma hora* em período suplementar para limpeza e lubrificação dos aparelhos de projeção ou revisão de filmes.

2. *Prorrogação da jornada de trabalho*

A prorrogação da jornada de trabalho é, no máximo, de 2 *horas* para exibições extraordinárias, observado um intervalo de 2 horas entre a jornada normal e a extraordinária.

3. *Remuneração das horas extras*

As horas extraordinárias devem ser remuneradas com um adicional de 50% sobre a hora normal – CF, art. 7º, XVI.

4. *Intervalo interjornada*

O intervalo interjornada é, no mínimo, de 12 horas.

Seção IV-A
Do Serviço do Motorista Profissional

(Seção IV-A acrescentada pela Lei n. 12.619, de 30-4-2012)

Art. 235-A. Ao serviço executado por motorista profissional aplicam-se os preceitos especiais desta Seção.

Art. 235-B. São deveres do motorista profissional:

I – estar atento às condições de segurança do veículo;

II – conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;

III – respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso;

IV – zelar pela carga transportada e pelo veículo;

V – colocar-se à disposição dos órgãos públicos de fiscalização na via pública;

VI – (*Vetado*);

VII – submeter-se a teste e a programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica, instituído pelo empregador, com ampla ciência do empregado.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no inciso VI e a recusa do empregado em submeter-se ao teste e ao programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica previstos no inciso VII serão consideradas infração disciplinar, passível de penalização nos termos da lei.

Art. 235-C. A jornada diária de trabalho do motorista profissional será a estabelecida na Constituição Federal ou mediante instrumentos de acordos ou convenção coletiva de trabalho.

§ 1º Admite-se a prorrogação da jornada de trabalho por até 2 (duas) horas extraordinárias.

§ 2º Será considerado como trabalho efetivo o tempo que o motorista estiver à disposição do empregador, excluídos os intervalos para refeição, repouso, espera e descanso.

§ 3º Será assegurado ao motorista profissional intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, além de intervalo de repouso diário de 11 (onze) horas a cada 24 (vinte e quatro) horas e descanso semanal de 35 (trinta e cinco) horas.

§ 4º As horas consideradas extraordinárias serão pagas com acréscimo estabelecido na Constituição Federal ou mediante instrumentos de acordos ou convenção coletiva de trabalho.

§ 5º À hora de trabalho noturno aplica-se o disposto no art. 73 desta Consolidação.

§ 6º O excesso de horas de trabalho realizado em um dia poderá ser compensado,

pela correspondente diminuição em outro dia, se houver previsão em instrumentos de natureza coletiva, observadas as disposições previstas nesta Consolidação.

§ 7º (*Vetado.*)

§ 8º São consideradas tempo de espera as horas que excederem à jornada normal de trabalho do motorista de transporte rodoviário de cargas que ficar aguardando para carga ou descarga do veículo no embarcador ou destinatário ou para fiscalização da mercadoria transportada em barreiras fiscais ou alfandegárias, não sendo computadas como horas extraordinárias.

§ 9º As horas relativas ao período do tempo de espera serão indenizadas com base no salário-hora normal acrescido de 30% (trinta por cento).

Art. 235-D. Nas viagens de longa distância, assim consideradas aquelas em que o motorista profissional permanece fora da base da empresa, matriz ou filial e de sua residência por mais de 24 (vinte e quatro) horas, serão observados:

I – intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção, podendo ser fracionados o tempo de direção e o de intervalo de descanso, desde que não completadas as 4 (quatro) horas ininterruptas de direção;

II – intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, podendo coincidir ou não com o intervalo de descanso do inciso I;

III – repouso diário do motorista obrigatoriamente com o veículo estacionado, podendo ser feito em cabine leito do veículo ou em alojamento do empregador, do contratante do transporte, do embarcador ou do destinatário ou em hotel, ressalvada a hipótese da direção em dupla de motoristas prevista no § 6º do art. 235-E.

Art. 235-E. Ao transporte rodoviário de cargas em longa distância, além do previsto no art. 235-D, serão aplicadas regras conforme a especificidade da operação de transporte realizada.

§ 1º Nas viagens com duração superior a 1 (uma) semana, o descanso semanal será de 36 (trinta e seis) horas por semana trabalhada ou fração semanal trabalhada, e seu gozo ocorrerá no retorno do motorista à base (matriz ou filial) ou em seu domicílio, salvo se a empresa oferecer condições adequadas para o efetivo gozo do referido descanso.

§ 2º (*Vetado.*)

§ 3º É permitido o fracionamento do descanso semanal em 30 (trinta) horas mais 6 (seis) horas a serem cumpridas na mesma semana e em continuidade de um período de repouso diário.

§ 4º O motorista fora da base da empresa que ficar com o veículo parado por tempo superior à jornada normal de trabalho fica dispensado do serviço, exceto se for exigida permanência junto ao veículo, hipótese em que o tempo excedente à jornada será considerado de espera.

§ 5º Nas viagens de longa distância e duração, nas operações de carga ou descarga e nas fiscalizações em barreiras fiscais ou aduaneira de fronteira, o tempo parado que exceder a jornada normal será computado como tempo de espera e será indenizado na forma do § 9º do art. 235-C.

§ 6º Nos casos em que o empregador adotar revezamento de motoristas trabalhando em dupla no mesmo veículo, o tempo que exceder a jornada normal de trabalho em que o motorista estiver em repouso no veículo em movimento será considerado tempo de reserva e será remunerado na razão de 30% (trinta por cento) da hora normal.

§ 7º É garantido ao motorista que trabalha em regime de revezamento repouso diário mínimo de 6 (seis) horas consecutivas fora do veículo em alojamento externo ou, se na cabine leito, com o veículo estacionado.

§ 8º (*Vetado.*)

§ 9º Em caso de força maior, devidamente comprovado, a duração da jornada de trabalho do motorista profissional poderá ser elevada pelo tempo necessário para sair da situação extraordinária e chegar a um local seguro ou ao seu destino.

§ 10. Não será considerado como jornada de trabalho nem ensejará o pagamento de qualquer remuneração o período em que o motorista ou o ajudante ficarem espontaneamente no veículo usufruindo do intervalo de repouso diário ou durante o gozo de seus intervalos intrajornadas.

§ 11. Nos casos em que o motorista tenha que acompanhar o veículo transportado por qualquer meio onde ele siga embarcado, e que a embarcação disponha de alojamento para gozo do intervalo de repouso diário previsto no § 3º do art. 235-C, esse tempo não será considerado como jornada de trabalho, a não ser o tempo restante, que será considerado de espera.

§ 12. Aplica-se o disposto no § 6º deste artigo ao transporte de passageiros de longa distância em regime de revezamento.

Art. 235-F. Convenção e acordo coletivo poderão prever jornada especial de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso para o trabalho do motorista, em razão da especificidade do transporte, de sazonalidade ou de característica que o justifique.

Art. 235-G. É proibida a remuneração do motorista em função da distância percorrida, do tempo de viagem e/ou da natureza e quantidade de produtos transportados, inclusive mediante oferta de comissão ou qualquer outro tipo de vantagem, se essa remuneração ou comissionamento comprometer a segurança rodoviária ou da coletividade ou possibilitar violação das normas da presente legislação.

Art. 235-H. Outras condições específicas de trabalho do motorista profissional, desde que não prejudiciais à saúde e à segurança do trabalhador, incluindo jornadas especiais, remuneração, benefícios, atividades acessórias e demais elementos integrantes da relação de emprego, poderão ser previstas em convenções e acordos coletivos de trabalho, observadas as demais disposições desta Consolidação.

► *Comentários*

A Lei n. 12.619, de 30 de abril de 2012, acrescentou, à CLT, os arts. 235-A a 235-H, que disciplinam as relações de trabalho mediante vínculo empregatício, dos motoristas profissionais, estabelecendo os deveres fundamentais destes, bem como a prorrogação de jornada de trabalho.

A Lei nominada é reproduzida no Livro III – da Legislação.

Um dos aspectos fundamentais da lei em questão é o da responsabilidade do motorista profissional relacionada com a segurança, o que lhe obriga a respeitar observância e atenção ao horário da jornada de trabalho e momentos de repouso.

A jornada de trabalho é de oito horas diárias ou aquela fixada em convenções coletivas, admitindo-se a prorrogação até duas horas extras.

O repouso diário de onze horas a cada 24 horas pode ser usufruído na própria cabine do veículo ou em alojamento fornecido pelo empregador.

Releva notar que em viagens com duração superior a uma semana (caso dos caminhoneiros) haverá um descanso de trinta e seis horas por semana trabalhada, a ser usufruída no retorno.

Seção V
Do serviço ferroviário

Art. 236. No serviço ferroviário – considerado este o de transporte em estradas de

ferro abertas ao tráfego público, compreendendo a administração, construção, conservação e remoção das vias férreas e seus edifícios, obras de arte, material rodante, instalações complementares e acessórias, bem como o serviço de tráfego, de telegrafia, telefonia e funcionamento de todas as instalações ferroviárias – aplicam-se os preceitos especiais constantes desta Seção.

Art. 237. O pessoal a que se refere o artigo antecedente fica dividido nas seguintes categorias:

a) funcionários de alta administração, chefes e ajudantes de departamentos e seções, engenheiros residentes, chefes de depósitos, inspetores e demais empregados que exercem funções administrativas ou fiscalizadoras;

b) pessoal que trabalhe em lugares ou trechos determinados e cujas tarefas requeiram atenção constante; pessoal de escritório, turmas de conservação e construção da via permanente, oficinas e estações principais, inclusive os respectivos telegrafistas; pessoal de tração, lastro e revistadores;

c) das equipagens de trens em geral;

d) pessoal cujo serviço é de natureza intermitente ou de pouca intensidade, embora com permanência prolongada nos locais de trabalho; vigias e pessoal das estações do interior, inclusive os respectivos telegrafistas.

Art. 238. Será computado como de trabalho efetivo todo o tempo em que o empregado estiver à disposição da Estrada. (Redação primitiva restaurada pelo Dec.-lei n. 5, de 4-4-1966.)

§ 1º Nos serviços efetuados pelo pessoal da categoria *c*, não será considerado como de trabalho efetivo o tempo gasto em viagens do local ou para o local de terminação e início dos mesmos serviços. (Redação primitiva restaurada pelo Dec.-lei n. 5, de 4-4-1966.)

§ 2º Ao pessoal removido ou comissionado fora da sede será contado como de trabalho normal e efetivo o tempo gasto em viagens, sem direito à percepção de horas extraordinárias. (Redação primitiva restaurada pelo Dec.-lei n. 5, de 4-4-1966.)

§ 3º No caso das turmas de conservação da via permanente, o tempo efetivo do trabalho será contado desde a hora da saída da casa da turma até a hora em que cessar o serviço em qualquer ponto compreendido dentro dos limites da respectiva turma. Quando o empregado trabalhar fora dos limites da sua turma, ser-lhe-á também computado como de trabalho efetivo o tempo gasto no percurso da volta a esses limites. (Redação primitiva restaurada pelo Dec.-lei n. 5, de 4-4-1966.)

§ 4º Para o pessoal da equipagem de trens, só será considerado esse trabalho efetivo, depois de chegado ao destino, o tempo em que o ferroviário estiver ocupado ou retido à disposição da Estrada. Quando, entre dois períodos de trabalho, não mediar intervalo superior a 1 (uma) hora, será esse intervalo computado como de trabalho efetivo. (Redação primitiva restaurada pelo Dec.-lei n. 5, de 4-4-1966.)

§ 5º O tempo concedido para refeição não se computa como de trabalho efetivo, senão para o pessoal da categoria *c*, quando as refeições forem tomadas em viagem ou nas estações durante as paradas. Esse tempo não será inferior a 1 (uma) hora, exceto para o pessoal da referida categoria em serviço de trens. (Redação primitiva restaurada pelo Dec.-lei n. 5, de 4-4-1966.)

§ 6º No trabalho das turmas encarregadas da conservação de obras de arte, linhas telegráficas ou telefônicas e edifícios, não será contado como de trabalho efetivo o tempo de viagem para o local do serviço, sempre que não exceder de 1 (uma) hora, seja para ida ou para volta, e a Estrada fornecer os meios de locomoção, computando-se sempre o tempo excedente a esse limite. (Redação primitiva restaurada pelo Dec.-lei n. 5, de 4-4-1966.)

Art. 239. Para o pessoal da categoria *c*, a prorrogação do trabalho independe de acordo ou contrato coletivo, não podendo, entretanto, exceder de 12 (doze) horas, pelo que as empresas organizarão, sempre que possível, os serviços de equipagens de trens com destacamentos nos trechos das linhas de modo a ser observada a duração normal de 8 (oito) horas de trabalho.

§ 1º Para o pessoal sujeito ao regime do presente artigo, depois de cada jornada de trabalho haverá um repouso de 10 (dez) horas contínuas, no mínimo, observando-se, outrossim, o descanso semanal.

§ 2º Para o pessoal da equipagem de trens, a que se refere o presente artigo, quando a empresa não fornecer alimentação, em viagem, e hospedagem, no destino, concederá uma ajuda de custo para atender a tais despesas.

§ 3º As escalas do pessoal abrangido pelo presente artigo serão organizadas de modo que não caiba a qualquer empregado, quinzenalmente, um total de horas de serviço noturno superior às de serviço diurno.

§ 4º Os períodos de trabalho do pessoal a que alude o presente artigo serão registrados em cadernetas especiais, que ficarão sempre em poder do empregado, de acordo com o modelo aprovado pelo Ministro do Trabalho.

Art. 240. Nos casos de urgência ou de acidente, capazes de afetar a segurança ou regularidade do serviço, poderá a duração do trabalho ser excepcionalmente elevada a qualquer número de horas, incumbindo à Estrada zelar pela incolumidade dos seus empregados e pela possibilidade de revezamento de turmas, assegurando ao pessoal um repouso correspondente e comunicando a ocorrência ao Ministério do Trabalho, dentro de 10 (dez) dias da sua verificação.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, a recusa, sem causa justificada, por parte de qualquer empregado, à execução de serviço extraordinário será considerada falta grave.

Art. 241. As horas excedentes das do horário normal de 8 (oito) horas serão pagas como serviço extraordinário na seguinte base: as 2 (duas) primeiras com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário-hora normal; as 2 (duas) subsequentes com um adicional de 50% (cinquenta por cento) e as restantes com um adicional de 75% (setenta e cinco por cento).

Parágrafo único. Para o pessoal da categoria *c*, a primeira hora será majorada de 50% (cinquenta por cento), a segunda hora será paga com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) e as 2 (duas) subsequentes com o de 60% (sessenta por cento), salvo caso de negligência comprovada.

Art. 242. As frações de meia hora superiores a 10 (dez) minutos serão computadas como meia hora.

Art. 243. Para os empregados de estações do interior, cujo serviço for de natureza intermitente ou de pouca intensidade, não se aplicam os preceitos gerais sobre duração do trabalho, sendo-lhes, entretanto, assegurado o repouso contínuo de 10 (dez) horas, no mínimo, entre 2 (dois) períodos de trabalho e descanso semanal.

Art. 244. As estradas de ferro poderão ter empregados extranumerários, de sobreaviso e de prontidão, para executarem serviços imprevistos ou para substituições de outros empregados que faltem à escala organizada. (Redação primitiva restaurada pelo Dec.-lei n. 5, de 4-4-1966.)

§ 1º Considera-se "extranumerário" o empregado não efetivo, candidato à efetivação, que se apresentar normalmente ao serviço, embora só trabalhe quando for necessário. O extranumerário só receberá os dias de trabalho efetivo. (Redação primitiva restaurada pelo Dec.-lei n. 5, de 4-4-1966.)

§ 2º Considera-se de "sobreaviso" o empregado efetivo, que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço. Cada escala de "so-

breaviso" será, no máximo, de 24 (vinte e quatro) horas. As horas de "sobreaviso", para todos os efeitos, serão contadas à razão de 1/3 (um terço) do salário normal. (Redação primitiva restaurada pelo Dec.-lei n. 5, de 4-4-1966.)

§ 3º Considera-se de "prontidão" o empregado que ficar nas dependências da Estrada, aguardando ordens. A escala de prontidão será, no máximo, de 12 (doze) horas. As horas de prontidão serão, para todos os efeitos, contadas à razão de 2/3 (dois terços) do salário-hora normal. (Redação primitiva pela Lei n. 3.970, de 13-10-1961, e restaurada pelo Dec.-lei n. 5, de 4-4-1966.)

§ 4º Quando, no estabelecimento ou dependência em que se achar o empregado, houver facilidade de alimentação, as 12 (doze) horas de prontidão, a que se refere o parágrafo anterior, poderão ser contínuas. Quando não existir essa facilidade, depois de 6 (seis) horas de prontidão, haverá sempre um intervalo de 1 (uma) hora para cada refeição, que não será, nesse caso, computada como de serviço. (Redação primitiva restaurada pelo Dec.-lei n. 5, de 4-4-1966.)

Art. 245. O horário normal de trabalho dos cabineiros nas estações de tráfego intenso não excederá de 8 (oito) horas e deverá ser dividido em 2 (dois) turnos com intervalo não inferior a 1 (uma) hora de repouso, não podendo nenhum turno ter duração superior a 5 (cinco) horas, com um período de descanso entre 2 (duas) jornadas de trabalho de 14 (quatorze) horas consecutivas.

Art. 246. O horário de trabalho dos operadores telegrafistas nas estações de tráfego intenso não excederá de 6 (seis) horas diárias.

Art. 247. As estações principais, estações de tráfego intenso e estações do interior serão classificadas para cada empresa pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

► Comentários

1. Tráfego público

As normas dispostas nos arts. 236 a 247 da CLT, como deixa claro o art. 236, aplicam-se ao empregado *das estradas de ferro abertas ao tráfego público*, o que por si, exclui os empregados de ferrovias de uso exclusivo de empresas[120].

2. Empregados contemplados

As disposições concernentes aos ferroviários compreendem o pessoal da administração, construção, conservação e remoção das vias férreas e seus edifícios, obras de arte, material rodante, instalações complementares e acessórias, pessoal do serviço de tráfego, de telegrafia, telefonia e funcionários de todas as instalações ferroviárias.

A Lei n. 1.652, de 22-7-1952, estende a condição de ferroviários aos empregados das empresas que explorem os serviços de carros-restaurantes.

3. Jornada de trabalho

A jornada de trabalho dos ferroviários é de 8 horas diárias, e semanal de 44 horas – sendo computado como de trabalho efetivo todo o tempo em que o ferroviário permanece à disposição da respectiva estrada de ferro.

Na eventualidade de horas extras, o adicional correspondente será de cinquenta por cento – CF/88, art. 7º, XVI.

A jornada dos cabineiros, nas estações de tráfego intenso – 8 horas diárias –, deve ser dividida em dois turnos, com intervalo não inferior a uma hora. O horário de trabalho dos telegrafistas, nessas mesmas estações, será de 6 horas diárias.

4. Viagens de locomoção aos locais de trabalho

O art. 238 da CLT estabelece critérios

120. Valentin Carrion, ob. cit., p. 192; Mozart Victor Russomano, *Comentários à CLT*, cit., v. 2, p. 427; Sérgio Pinto Martins, *Comentários à CLT*, cit., p. 252.

distintos para o tempo destinado às locomoções dos ferroviários:

a) para os empregados das *equipagens de trens*, o tempo gasto em viagens do local ou para o local de terminação e início dos serviços não será considerado como de serviço efetivo;

b) aos empregados removidos ou comissionados fora da sede, o tempo gasto em viagens é considerado como de trabalho normal e efetivo, sem, porém, direito à percepção de horas extraordinárias;

c) nas turmas de conservação da via permanente, o tempo efetivo de trabalho é contado desde a hora da saída da casa da turma até a hora em que cessar o serviço. Quando o empregado trabalhar fora dos limites da sua turma, será computado como tempo de serviço aquele gasto no percurso de volta a esses limites;

d) para o pessoal de equipagem de trens é considerado de trabalho efetivo o tempo em que o ferroviário estiver ocupado ou retido à disposição da estrada;

e) para as turmas de conservação de obras de arte, linhas telegráficas, telefônicas ou edifícios, o tempo de viagem para o local de serviço não será contado, desde que não exceda de uma hora, seja para ida ou para volta, e a estrada fornecer os meios de locomoção.

O intervalo destinado à refeição só é computado como tempo de serviço para o pessoal de equipagens de trem – categoria *c* (art. 238, § 5º).

5. *Sobreaviso*

Denomina-se *sobreaviso* a situação do empregado que, embora em sua moradia, permanece aguardando, a qualquer momento, sua convocação para o serviço – art. 244, § 2º: "Considera-se de sobreaviso o empregado efetivo, que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço".

A escala de sobreaviso não pode ultrapassar de 12 horas – as horas de sobreaviso são contadas à razão de 1/3 do salário normal.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 61 do Tribunal Superior do Trabalho. Ferroviário.** Aos ferroviários que trabalham em estação do interior, assim classificada por autoridade competente, não são devidas horas extras (CLT, art. 243). (RA 105/74, *DJ*, 24-10-1974) Referência: CLT, art. 243

▷ **Súmula 67 do Tribunal Superior do Trabalho. Gratificação. Ferroviário.** Chefe de trem, regido pelo estatuto dos ferroviários (Decreto n. 35.530, de 19-9-59), não tem direito à gratificação prevista no respectivo art. 110. (RA 8/77 *DJ*, 11-2-1977) Referência: Decreto n. 35.530/59

▷ **Súmula 371 do Supremo Tribunal Federal.** Ferroviário que foi admitido como servidor autárquico não tem direito a dupla aposentadoria.

Seção VI
Das equipagens das embarcações da Marinha Mercante nacional, de navegação fluvial e lacustre, do tráfego nos portos e da pesca

Art. 248. Entre as horas 0 (zero) e 24 (vinte e quatro) de cada dia civil, o tripulante poderá ser conservado em seu posto durante 8 (oito) horas, quer de modo contínuo, quer de modo intermitente.

§ 1º A exigência do serviço contínuo ou intermitente ficará a critério do comandante e, neste último caso, nunca por período menor que 1 (uma) hora.

§ 2º Os serviços de quarto nas máquinas, passadiço, vigilância e outros que, consoante parecer médico, possam prejudicar a saúde do tripulante serão executados por períodos não maiores e com intervalos não menores de 4 (quatro) horas.

Art. 249. Todo o tempo de serviço efetivo, excedente de 8 (oito) horas, ocupado na forma do artigo anterior, será considerado de trabalho extraordinário, sujeito à compensação a que se refere o art. 250, exceto se se tratar de trabalho executado:

a) em virtude de responsabilidade pessoal do tripulante e no desempenho de funções de direção, sendo consideradas como tais todas aquelas que a bordo se achem constituídas em um único indivíduo com responsabilidade exclusiva e pessoal;

b) na iminência de perigo, para salvaguarda ou defesa da embarcação, dos passageiros, ou da carga, a juízo exclusivo do comandante ou do responsável pela segurança a bordo;

c) por motivo de manobras ou fainas gerais que reclamem a presença, em seus postos, de todo o pessoal de bordo;

d) na navegação lacustre e fluvial, quando se destina ao abastecimento do navio ou embarcação de combustível e rancho, ou por efeito das contingências da natureza da navegação, na transposição de passos ou pontos difíceis, inclusive operações de alívio ou transbordo de carga, para obtenção de calado menor para essa transposição.

§ 1º O trabalho executado aos domingos e feriados será considerado extraordinário, salvo se se destinar:

a) ao serviço de quartos e vigilância, movimentação das máquinas e aparelhos de bordo, limpeza e higiene da embarcação, preparo de alimentação da equipagem e dos passageiros, serviço pessoal destes e, bem assim, aos socorros de urgência ao navio ou ao pessoal;

b) ao fim da navegação ou das manobras para a entrada ou saída de portos, atracação, desatracação, embarque ou desembarque de carga e passageiros.

§ 2º Não excederá de 30 (trinta) horas semanais o serviço extraordinário prestado para o tráfego nos portos.

Art. 250. As horas de trabalho extraordinário serão compensadas, segundo a conveniência do serviço, por descanso em período equivalente no dia seguinte ou no subsequente dentro das do trabalho normal, ou no fim da viagem, ou pelo pagamento do salário correspondente.

Parágrafo único. As horas extraordinárias de trabalho são indivisíveis, computando-se a fração de hora como hora inteira.

Art. 251. Em cada embarcação haverá um livro em que serão anotadas as horas extraordinárias de trabalho de cada tripulante, e outro, do qual constarão, devidamente circunstanciadas, as transgressões dos mesmos tripulantes.

Parágrafo único. Os livros de que trata este artigo obedecerão a modelos organizados pelo Ministério do Trabalho, serão escriturados em dia pelo comandante da embarcação e ficam sujeitos às formalidades instituídas para os livros de registro de empregados em geral.

Art. 252. Qualquer tripulante que se julgue prejudicado por ordem emanada de superior hierárquico poderá interpor recurso, em termos, perante a Delegacia do Trabalho Marítimo, por intermédio do respectivo comandante, o qual deverá encaminhá-lo com a respectiva informação dentro de 5 (cinco) dias, contados de sua chegada ao porto.

► *Comentários*

A CLT dedica aos tripulantes os arts. 248 a 252. *Marítimos* são os trabalhadores que exercem suas funções a bordo dos navios e embarcações fluviais, o que os distingue dos estivadores, capatazes e arrumadores.

A legislação celetista disciplina o período em que o tripulante pode ser conservado em seu posto – 8 horas (serviços contínuos e intermitentes), considerando extraordinário o trabalho que exceda o limite referido, bem como o trabalho executado em domingos e feriados, salvo as exceções que enumera (art. 249, § 1º e alíneas).

Prevê, por outro lado, a compensação das horas extraordinárias – por descanso ou período equivalente.

Os marítimos, além das disposições legais mencionadas, sujeitam-se às regras do Regulamento de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob a Jurisdição Nacional (Dec. n. 2.596, de 19-5-1998).

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 96 do Tribunal Superior do Trabalho. Marítimo.** A permanência do tripulante a bordo do navio, no período de repouso, além da jornada, não importa em presunção de que esteja à disposição do empregador ou em regime de prorrogação de horário, circunstâncias que devem resultar provadas, dada a natureza do serviço. (RA 45/80, *DJ*, 16-5-1980)

▷ **Súmula 531 do Supremo Tribunal Federal.** É inconstitucional o Decreto 51.668, de 17-1-1963, que estabeleceu salário profissional para trabalhadores de transportes marítimos, fluviais e lacustres.

Seção VII
Dos serviços frigoríficos

Art. 253. Para os empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, depois de 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos de trabalho contínuo, será assegurado um período de 20 (vinte) minutos de repouso, computado esse intervalo como de trabalho efetivo.

Parágrafo único. Considera-se artificialmente frio, para os fins do presente artigo, o que for inferior, nas primeira, segunda e terceira zonas climáticas do mapa oficial do Ministério do Trabalho, a 15º (quinze graus), na quarta zona a 12º (doze graus), e nas quinta, sexta e sétima zonas a 10º (dez graus).

► *Comentários*

O trabalho executado no interior das Câmaras Frigoríficas, com temperaturas extremamente frias, coloca a saúde do trabalhador em graves riscos, justificando, outrossim, medidas legais de proteção.

Considera-se artificialmente frio o que for inferior a 15º (quinze graus), na primeira, segunda e terceira zonas, a 12º (doze graus), na quarta zona, e a 10º (dez graus), na quinta, sexta e sétima zonas climáticas, segundo o Mapa Oficial do Ministério do Trabalho (Portaria n. 21 da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego/ Mapa "Brasil Climas" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

Considerando as condições de trabalho desenvolvido no interior das câmaras frigoríficas, obviamente, além dos equipamentos de proteção indispensáveis, o artigo sob comento estabelece períodos de *vinte minutos de repouso,* depois de *uma hora e quarenta minutos de trabalho contínuo.*

Independentemente desse intervalo, o trabalho nas condições mencionadas enseja, igualmente, adicional de insalubridade, *ex vi* do disposto no art. 189 da CLT.

Livro I

Os direitos sociais na Constituição Federal

Seção VIII
Dos serviços de estiva

Arts. 254 a 284. (Revogados pela Lei n. 8.630, de 25-2-1993.)

► *Comentários*

Os dispositivos legais nominados foram revogados pela Lei n. 8.630, de 25-2-1993, que dispõe sobre o *regime jurídico de exploração dos Portos Organizados e das Instalações Portuárias*[121].

A lei nominada conceitua o *Porto Organizado* como o:

"... construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação, da movimentação de passageiros ou da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária".

Operação portuária compreende a movimentação de passageiros ou a movimentação e armazenagem de mercadorias, destinados ou provenientes de transporte aquaviário, realizada no porto organizado por operadores portuários.

Operador portuário é a pessoa jurídica (pré-qualificada) para a execução das operações portuárias, na área do porto organizado.

Os trabalhadores portuários avulsos podem organizar-se em *Cooperativas* e se estabelecer como operadores portuários.

121. *Vide* a referida lei na Legislação Complementar. Sobre o mesmo tema a Convenção 137 da OIT.

► *Jurisprudência*

▷ **Portuários. Trabalhadores avulsos. Indenização prevista no art. 59 da Lei n. 8.630/93.** Para o trabalhador avulso fazer jus à indenização prevista no art. 59 da Lei n. 8.630/93, necessário faz-se o preenchimento concomitante de dois requisitos ali previstos: estar o trabalhador matriculado em 31-12-90, exercendo comprovadamente atividade em caráter efetivo, desde a matrícula até a data da publicação da Lei n. 8.630/93, isto é, até 25-2-93 (art. 55); e ter requerido o cancelamento do registro profissional até a data-limite de 31-12-94 (art. 58). De acordo com o egrégio Regional, os Reclamantes não preencheram tais requisitos, uma vez que a lei é expressa quanto à exigência do caráter efetivo, já que laboravam de forma supletiva na ausência de trabalhador efetivo. Não poderiam, também, requerer o cancelamento dos registros, pois nem ao menos eram registrados profissionalmente como efetivos. Assim, inexistindo registro, impossível pretender seu cancelamento e a consequente indenização. Recurso conhecido, mas a que se nega provimento. (TST, RR 507.366, de 1998, j. 12-9-2001, 3ª T., Rel. Juíza Convocada Eneida Melo, *DJ*, 28-9-2001)

▷ **Remuneração pelos serviços de estiva.** A manobra da embarcação para auxiliar no carregamento do carvão não caracteriza o exercício de serviços de estiva, parecendo mais razoável entender que esta atividade é própria da função do marinheiro que, conforme prova oral, deve dentre suas atribuições auxiliar no governo do navio. "*Plus* salarial" indevido. (TRT/4ª R., j.

4-8-1999, RO 00689.004/96-6, 4ª T., Rel. Juiz Fabiano de Castilhos Bertoluci, *DJ*, 30-8-1999)

Seção IX
Dos serviços de capatazias nos portos

Arts. 285 a 292. (Revogados pela Lei n. 8.630, de 25-2-1993.[122])

▶ *Jurisprudência*

▷ **Encarregados de navio. Remuneração.** Os Encarregados de Navio, quando se ativam nos armazéns do Corredor de Exportação, não podem se equiparar aos serviços de capatazia, pois não têm envolvimento direto nas operações de embarque de cargas (automatizadas), razão pela qual sua remuneração é feita pelo salário-base e não pela produção. (TRT/SP, Ac. 20000048687, j. 19-1-2000, RO01 02990003910, 3ª T., Rel. Silvia Regina Pondé Galvão Devonald, *DOE/SP*, 15-2-2000)

Seção X
Do trabalho em minas de subsolo

Art. 293. A duração normal do trabalho efetivo para os empregados em minas no subsolo não excederá de 6 (seis) horas diárias ou de 36 (trinta e seis) semanais.

Art. 294. O tempo despendido pelo empregado da boca da mina ao local do trabalho e vice-versa será computado para o efeito de pagamento do salário.

Art. 295. A duração normal do trabalho efetivo no subsolo poderá ser elevada até 8 (oito) horas diárias ou 48 (quarenta e oito) semanais, mediante acordo escrito entre empregado e empregador ou contrato coletivo de trabalho, sujeita essa prorrogação à prévia licença da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho.

Parágrafo único. A duração normal do trabalho efetivo no subsolo poderá ser inferior a 6 (seis) horas diárias, por determinação da autoridade de que trata este artigo, tendo em vista condições locais de insalubridade e os métodos e processos do trabalho adotado.

Art. 296. A remuneração da hora prorrogada será no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) superior à da hora normal e deverá constar do acordo ou contrato coletivo de trabalho.

Art. 297. Ao empregado no subsolo será fornecida, pelas empresas exploradoras de minas, alimentação adequada à natureza do trabalho, de acordo com as instruções estabelecidas pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social e aprovadas pelo Ministro do Trabalho.

Art. 298. Em cada período de 3 (três) horas consecutivas de trabalho, será obrigatória uma pausa de 15 (quinze) minutos para repouso, a qual será computada na duração normal de trabalho efetivo.

Art. 299. Quando nos trabalhos de subsolo ocorrerem acontecimentos que possam comprometer a vida ou saúde do empregado, deverá a empresa comunicar o fato imediatamente à autoridade regional do trabalho, do Ministério do Trabalho.

Art. 300. Sempre que, por motivo de saúde, for necessária a transferência do empregado, a juízo da autoridade competente em matéria da segurança e da medicina do trabalho, dos serviços no subsolo para os de superfície, é a empresa obrigada a realizar

122. *Vide* a lei referida na Legislação Complementar.

essa transferência, assegurando ao transferido a remuneração atribuída ao trabalhador de superfície em serviço equivalente, respeitada a capacidade profissional do interessado. (Redação dada pela Lei n. 2.924, de 21-10-1956.)

Parágrafo único. No caso de recusa do empregado em atender a essa transferência, será ouvida a autoridade competente em matéria de segurança e medicina do trabalho, que decidirá a respeito. (Redação dada pela Lei n. 2.924, de 21-10-1956.)

Art. 301. O trabalho no subsolo somente será permitido a homens, com idade compreendida entre 21 (vinte e um) e 50 (cinquenta) anos, assegurada a transferência para a superfície nos termos previstos no artigo anterior.

► Comentários

1. Jornada de trabalho

O art. 293 da CLT fixa a jornada de trabalho dos empregados em minas no subsolo – em *6 horas diárias*, ou *36 semanais*.

O tempo despendido pelo empregado, da "boca da mina" ao local de trabalho, no subsolo, é computado como de serviço efetivo, fazendo jus o trabalhador ao respectivo salário.

A jornada de trabalho pode ser prorrogada até *8 horas diárias* ou *44 semanais* mediante acordo ou convenção coletiva – CF/88, art. 7º, XIII.

As horas suplementares devem ser remuneradas com adicional de 50% – CF/88, art. 7º, XVI.

A cada período de 3 horas consecutivas de trabalho, é obrigatória uma pausa de 15 minutos para repouso, pausa essa computada no tempo de serviço e, portanto, remunerada.

2. Transferência dos serviços no subsolo para a superfície

O desgaste físico do trabalhador em minas de subsolo é tão significativo que, em determinadas situações, torna-se necessária sua remoção do subsolo para o trabalho em superfície, o que é determinado pela autoridade competente – Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho, remoção essa que prescinde da concordância do empregador, por isso que obrigatório.

Na ocorrência dessa transferência, é assegurada ao trabalhador a remuneração atribuída ao trabalhador de superfície – respeitada a capacidade profissional do interessado.

3. Idade-limite

Levando em conta os riscos do trabalho em subsolo, a legislação estabelece limites de idade, fixando, o art. 301, a idade compreendida entre vinte e um e cinquenta anos.

A restrição ao trabalho da mulher, em tais locais, deixa de existir, em face do que dispõe o art. 5º, I, da CF/88 – "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações". Observar-se-á, com relação às mulheres, as condições que lhes são peculiares: gravidez, amamentação etc.

Seção XI
Dos jornalistas profissionais

Art. 302. Os dispositivos da presente Seção se aplicam aos que nas empresas jornalísticas prestem serviços como jornalistas, revisores, fotógrafos, ou na ilustração, com as exceções nela previstas.

§ 1º Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação

de notícias e artigos e a organização, orientação e direção desse trabalho.

§ 2º Consideram-se empresas jornalísticas, para os fins desta Seção, aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais, revistas, boletins e periódicos, ou a distribuição de noticiário, e, ainda, a radiodifusão em suas seções destinadas à transmissão de notícias e comentários.

Art. 303. A duração normal do trabalho dos empregados compreendidos nesta Seção não deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite.

Art. 304. Poderá a duração normal do trabalho ser elevada a 7 (sete) horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou a refeição.

Parágrafo único. Para atender a motivos de força maior, poderá o empregado prestar serviços por mais tempo do que aquele permitido nesta Seção. Em tais casos, porém, o excesso deve ser comunicado às Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, dentro de 5 (cinco) dias, com a indicação expressa dos seus motivos.

Art. 305. As horas de serviço extraordinário, quer as prestadas em virtude de acordo, quer as que derivam das causas previstas no parágrafo único do artigo anterior, não poderão ser remuneradas com quantia inferior à que resulta do quociente da divisão da importância do salário mensal por 150 (cento e cinquenta) para os mensalistas, e do salário diário por 5 (cinco) para os diaristas, acrescido de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento).

Art. 306. Os dispositivos dos arts. 303, 304 e 305 não se aplicam àqueles que exercem as funções de redator-chefe, secretário, subsecretário, chefe e subchefe de revisão, chefe de oficina, de ilustração e chefe de portaria.

Parágrafo único. Não se aplicam, do mesmo modo, os artigos acima referidos aos que se ocuparem unicamente em serviços externos.

Art. 307. A cada 6 (seis) dias de trabalho efetivo corresponderá 1 (um) dia de descanso obrigatório, que coincidirá com o domingo, salvo acordo escrito em contrário, no qual será expressamente estipulado o dia em que se deve verificar o descanso.

Art. 308. Em seguida a cada período diário de trabalho haverá um intervalo mínimo de 10 (dez) horas, destinado ao repouso.

Art. 309. Será computado como de trabalho efetivo o tempo em que o empregado estiver à disposição do empregador.

Arts. 310 a 314. (Revogados pelo Dec.-lei n. 972, de 17-10-1969.)

Art. 315. O Governo Federal, de acordo com os governos estaduais, promoverá a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação dos profissionais da imprensa.

Art. 316. (Prejudicado pelo Dec.-lei n. 368, de 19-12-1968.)

► *Comentários*

1. *Conceito de jornalista*

Jornalista é o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a "*busca de informações até a redação de notícias, artigos e a organização, orientação e direção desse trabalho*" (§ 1º art. 302 da CLT).

O Decreto-lei n. 972, de 17-10-1969, art. 2º, cuida da profissão de jornalista, considerando como tal: a) redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário; b) comentário ou crônica, pelo rádio ou pela televisão; c) entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada; d) plane-

jamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada; e) planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata a alínea *a*; f) ensino de técnicas de jornalismo; g) coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação; h) revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e à adequação da linguagem; i) organização e conservação de arquivo jornalístico, e pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias; j) execução da distribuição gráfica do texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação; l) execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico.

2. *Empresa jornalística*

O § 2º do art. 302 da CLT conceitua a empresa jornalística como aquela que tem, como atividade, a edição de jornais, revistas, boletins e periódicos, distribuição de noticiário e radiodifusão de notícias e comentários.

O art. 3º do Decreto-lei n. 972, de 17-10-1969, por sua vez, considera empresa jornalística aquela que tenha como atividade a edição de jornal ou revista, ou a distribuição de noticiário, com funcionamento efetivo, idoneidade financeira e registro legal.

São equiparadas às empresas jornalísticas as seções de empresa de radiodifusão, televisão e cinematografia, agências de publicidade e de notícias.

3. *Jornada de trabalho*

A duração normal da jornada diária do jornalista é de *5 horas*, tanto no período diurno quanto noturno – podendo ser prorrogada para *7 horas*, mediante acordo ou convenção coletiva (CF/88, art. 7º, XIII).

O limite mencionado pode ser extravasado na ocorrência de força maior, com comunicação ao Ministério do Trabalho.

As horas extraordinárias devem ser remuneradas com adicional de 50% (CF/88, art. 7º, XVI).

O rigorismo da jornada de trabalho não se aplica aos que exercem as funções de redator-chefe, secretário, subsecretário, chefe e subchefe de revisão, chefe de oficina, de ilustração e chefe de portaria. O mesmo ocorre com os que exerçam serviços externos, em face da total impossibilidade de controle de horários.

A exclusão do chefe de portaria se justifica, já que não pode ser considerado jornalista.

Observar-se-á o repouso semanal remunerado, bem como o intervalo interjornada de 10 horas (art. 308 da CLT).

Legislação pertinente: Decreto-lei n. 972/69; Decreto n. 83.284/79; Decreto n. 52.795/63; Lei n. 9.528/97; Lei n. 4.117/62 (parcialmente revogada pela Lei n. 9.472/97); Decreto n. 53.263/63.

► *Jurisprudência*

▷ **Precedente Normativo n. 55 do Tribunal Superior do Trabalho. Jornalista. Contrato de trabalho** (positivo). O empregador é obrigado a mencionar no contrato de trabalho o órgão de imprensa no qual o jornalista vai trabalhar.

▷ **Precedente Normativo n. 112 do Tribunal Superior do Trabalho. Jornalista. Seguro de vida** (positivo). Institui-se a obrigação do seguro de vida em favor de jornalista designado para prestar serviço em área de risco.

▷ **Jornalista. Reconhecimento da condição. Habilitação profissional e registro no conselho da categoria.** O Decreto n. 83.284/79 deu nova regulamentação ao Decreto-lei n. 972/69, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei n. 6.612/78, e modificou a redação do artigo 4º, todavia, manteve no *caput* a obrigatoriedade do prévio registro no órgão do Ministério do Trabalho e no inciso III a necessidade do diploma de curso de nível superior de Jornalismo ou de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, fornecido por estabelecimento de ensino reconhecido na forma da lei. O fato de a Reclamante ter exercido funções compatíveis com a de jornalista profissional, por si só, não dá ensejo à procedência do pedido, pois, para o reconhecimento da profissão de jornalista, seria necessário o preenchimento dos requisitos previstos na lei. O princípio da primazia da realidade sobre a forma não tem aplicação, porquanto, nesta hipótese, a forma é imperativo da lei e, portanto, essência do ato. O reconhecimento da condição de jornalista, neste caso, encontra óbice na falta de demonstração do preenchimento de requisitos essenciais da profissão, quais sejam, registro da Reclamante, como jornalista, no órgão competente, e de conclusão em curso superior de Comunicação Social, com habilitação em jornalismo. Recurso de Revista a que se nega provimento. (TST, RR 704.066/2000.8, 3ª T., Rel. Carlos Alberto Reis de Paula, *DJ*, 5-11-2004)

▷ **Colaborador de jornal. Vínculo de emprego.** O colaborador de jornal exerce atividade cujo traço marcante é o de utilizar-se de total liberdade de criação, com adoção de critérios e métodos exclusivamente seus para a produção de "matérias". Essa nuance é suficiente para descaracterizar a existência de subordinação e, em consequência, de vínculo de emprego. A própria legislação que dispõe sobre a profissão de jornalista – art. 5º, item um, do Decreto 83.284/79, que deu nova regulamentação ao Dec.-lei n. 972/69, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei n. 6.612, de 7 de dezembro de 1978 – não à toa definiu o "colaborador" como o exercente de trabalho de natureza técnica, científica ou cultural, mediante remuneração e sem relação de emprego. (TST, Ac. 284.623, j. 24-2-1999, RR 284.623, de 1996, 3ª T., Rel. Min. Francisco Fausto, *DJ*, 19-3-1999)

▷ **Jornalista. Empresa não jornalística. Jornada reduzida. Aplicação do Decreto-lei n. 972/69.** A discussão está centrada na aplicação da jornada dos jornalistas ao reclamante, empregado de empresa não jornalística. Estabelece o Decreto-lei n. 972/69 que: Equipara-se à empresa jornalística a seção ou serviço de empresa de radiodifusão, televisão ou divulgação cinematográfica, ou de agência de publicidade, onde sejam exercidas as atividades previstas no artigo 2º (art. 3º, § 1º). O art. 2º, por sua vez, dispõe que a profissão de jornalista compreende a coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação (g). Consignado pelo Regional que o reclamante, jornalista, exerceu funções relacionadas com a sua atividade profissional e que dentre as atividades desenvolvidas para a Ré, preparava material para imprensa em geral, escrita e falada e visual, folhetos, textos para filmes, colhia e redigia

notícias, entrevistas, reportagens em geral para o Boletim Informativo de Furnas, audiovisuais e outras atividades correlatas com a formação do Reclamante, certamente que a reclamada se equipara a empresa jornalística, razão pela qual é assegurado ao reclamante o direito à jornada de trabalho reduzida de cinco horas. Recurso de revista não provido. (TST, RR 666.560/00.1, 4ª T., Rel. Milton de Moura França, *DJ*, 14-11-2003)

▷ **Radialista. Gratificação da Lei n. 6.615/78.** Alinho-me ao entendimento jurisprudencial no sentido de que, com a edição da Lei n. 6.615/78, distinguiram-se as profissões: jornalista, como sendo aquele que trabalha em empresa jornalística, e radialista, aquele que trabalha para uma empresa de radiodifusão. Diante desta distinção, entendo que o reclamante, como trabalhava para a reclamada – empresa de radiodifusão –, é radialista, porém desempenhando atividades distintas dentro de um mesmo setor da profissão. Por tal razão, faz jus à gratificação pretendida, pois o art. 13 da Lei n. 6.615/78 assim prevê a situação ora *sub judice*. Revista provida. (TST, RR 349.634, de 1997, j. 24-11-1999, 1ª T., Rel. Juiz Convocado Domingos Spina, *DJ*, 11-2-2000)

▷ **Jornalista. Editor. Jornada reduzida. Horas extras.** Os cargos aos quais está excepcionada a jornada reduzida da profissão de jornalista constam expressamente do art. 306 da CLT, pelo que viola o citado dispositivo legal decisão que inclui no rol de exclusão da jornada reduzida o cargo de editor, porque exercente de cargo de confiança. Não encontra respaldo no art. 306 da CLT a tese recorrida, de que excluído da jornada reduzida o demandante, por exercer encargos de chefia. Recurso de revista parcialmente conhecido e provido. (TST, RR 753.241, de 2001, j. 19-9-2001, 2ª T., Rel. Juiz Convocado Aloysio Corrêa da Veiga, *DJ*, 11-10-2001)

Seção XII
Dos professores

Art. 317. O exercício remunerado do magistério, em estabelecimentos particulares de ensino, exigirá apenas habilitação legal e registro no Ministério da Educação. (Redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

§§ 1º, 2º e 3º (Suprimidos pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

Art. 318. Num mesmo estabelecimento de ensino não poderá o professor dar, por dia, mais de 4 (quatro) aulas consecutivas, nem mais de 6 (seis), intercaladas.

Art. 319. Aos professores é vedado, aos domingos, a regência de aulas e o trabalho em exames.

Art. 320. A remuneração dos professores será fixada pelo número de aulas semanais, na conformidade dos horários.

§ 1º O pagamento far-se-á mensalmente, considerando-se para este efeito cada mês constituído de quatro semanas e meia.

§ 2º Vencido cada mês, será descontada, na remuneração dos professores, a importância correspondente ao número de aulas a que tiverem faltado.

§ 3º Não serão descontadas, no decurso de 9 (nove) dias, as faltas verificadas por motivo de gala ou de luto em consequência de falecimento do cônjuge, do pai ou mãe, ou de filho.

Art. 321. Sempre que o estabelecimento de ensino tiver necessidade de aumentar o número de aulas marcado nos horários, remunerará o professor, findo cada mês, com

uma importância correspondente ao número de aulas excedentes.

Art. 322. No período de exames e no de férias escolares, é assegurado aos professores o pagamento, na mesma periodicidade contratual, da remuneração por eles percebida, na conformidade dos horários, durante o período de aulas. (Redação dada pela Lei n. 9.013, de 30-3-1995.)

§ 1º Não se exigirá dos professores, no período de exames, a prestação de mais de 8 (oito) horas de trabalho diário, salvo mediante o pagamento complementar de cada hora excedente pelo preço correspondente ao de uma aula.

§ 2º No período de férias, não se poderá exigir dos professores outro serviço senão o relacionado com a realização de exames.

§ 3º Na hipótese de dispensa sem justa causa, ao término do ano letivo ou no curso das férias escolares, é assegurado ao professor o pagamento a que se refere o *caput* deste artigo. (Parágrafo incluído pela Lei n. 9.013, de 30-3-1995.)

Art. 323. Não será permitido o funcionamento do estabelecimento particular de ensino que não remunere condignamente os seus professores, ou não lhes pague pontualmente a remuneração de cada mês.

Parágrafo único. Compete ao Ministério da Educação fixar os critérios para a determinação da condigna remuneração devida aos professores bem como assegurar a execução do preceito estabelecido no presente artigo.

Art. 324. (Revogado pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

► Comentários

1. Magistério particular e público regido pela CLT

Os dispositivos legais sob comento falam em *magistério em estabelecimentos particulares*, dando a entender que o magistério em estabelecimentos públicos está excluído das regras aqui dispostas, o que, por certo, não é interpretação correta. Desde que *celetistas*, todos os professores, primários, colegiais e universitários, beneficiam-se das disposições sob análise. Só estão excluídos os professores de estabelecimentos públicos sujeitos a regime estatutário próprio. Com acerto, observa Valentin Carrion, que "professores de estabelecimentos estaduais, municipais ou paraestatais, se não forem funcionários públicos ou não gozarem de situação análoga, ou proteção especial, estão automaticamente protegidos pelo Direito do Trabalho"[123].

No mesmo sentido, Francisco Antonio de Oliveira: "Os professores contratados por estabelecimentos de ensino público, se não forem estatutários ou se não gozarem de situação análoga, mediante lei especial, serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho"[124].

2. Requisitos para o exercício do magistério

O art. 317 da CLT, com a redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989, pressupõe, para o exercício do magistério, tão somente, *habilitação legal e registro no Ministério da Educação*.

Observe-se, porém, que, no âmbito do ensino universitário e pós-graduação, há exigências de mestrado e/ou doutoramento, sem o que o professor não estará habilitado.

3. Limite de aulas

Salvo em escolas públicas, onde percebam como funcionários públicos, nas

123. Ob. cit., 26. ed., p. 221.
124. Ob. cit., p. 225.

escolas e estabelecimentos particulares os professores, exceto aqueles com dedicação plena, *recebem por aulas ministradas*, e, nesse sentido, bem podem ser comparados, conquanto não se confundam, com os tarefeiros – por isso vulgarmente denominados *aulistas*.

Profissão das mais exaustivas: ministram aulas, muitas vezes em diversos estabelecimentos, mantêm a disciplina em sala de aula, falam e escrevem (no quadro-negro) durante todo um período e, finalmente, corrigem provas.

Daí o cuidado do legislador em limitar o número de aulas ministradas pelos professores, no mesmo estabelecimento – "não poderá o professor dar, por dia, mais de quatro aulas consecutivas, nem mais de seis, intercaladas" (art. 318 da CLT).

As aulas têm duração de 50 minutos, se diurnas, e de 40 minutos, se noturnas.

Carga horária superior implica pagamento de horas extraordinárias, com o consequente adicional de 50% (CF/88, art. 7º, XVI):

"Jornada do Professor – Diferenças Salariais. Da exegese do artigo 318 da CLT, depreende-se que inexiste o limite máximo de seis horas de trabalho para o professor, mas sim de seis horas-aula, num mesmo estabelecimento de ensino, o que leva à conclusão de que a jornada de trabalho do professor é de, no máximo, seis horas-aula diárias" (TST, RR 251.342/96, 2ª T., Rel. Min. Moacyr Roberto Tesch Auersvald, *DJU*, 20-11-1998, p. 185).

4. *Repouso semanal remunerado*

Aos professores é vedado ministrar aulas aos domingos – art. 319 da CLT, o que lhes assegura o repouso semanal sempre nesses mesmos dias.

Percebendo por hora-aula, e não por hora, o professor não tem incluído no seu salário o repouso semanal.

Em consequência, o repouso semanal deve ser fixado à razão de 1/6 (sexta-parte) sobre as horas-aula ministradas no decorrer do mês, de quatro semanas e meia:

Súmula 351 do TST:

"O professor que recebe salário mensal à base de hora-aula tem direito ao acréscimo de 1/6 a título de repouso semanal remunerado, considerando-se para esse fim o mês de quatro semanas e meia".

5. *Férias*

As férias dos professores não se confundem com as férias escolares. Todo professor faz, como os demais trabalhadores, jus às férias anuais (CF/88, art. 7º, XVII; CLT, art. 130).

Normalmente, porém, suas férias são gozadas em julho, coincidindo com as férias escolares do 1º semestre, e, conquanto se beneficiem com o recesso escolar do fim de cada ano letivo (dezembro/janeiro), a rigor, não estão, no período mencionado, de férias, podendo, por isso mesmo, ser convocados pela diretoria dos estabelecimentos.

Súmula 10 do TST:

"O direito aos salários do período de férias escolares assegurado aos professores (art. 322, *caput* e § 3º, da CLT) não exclui o direito ao aviso prévio, na hipótese de dispensa sem justa causa ao término do ano letivo ou no curso das férias escolares".

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 10 do Tribunal Superior do Trabalho. Professor. Dispensa sem**

justa causa. Término do ano letivo ou no curso de férias escolares. Aviso prévio. (Redação alterada em sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012, *DEJT*, 25, 26 e 27-9-2012)

O direito aos salários do período de férias escolares assegurado aos professores (art. 322, *caput* e § 3º, da CLT) não exclui o direito ao aviso prévio, na hipótese de dispensa sem justa causa ao término do ano letivo ou no curso das férias escolares.

▷ **Súmula 351 do Tribunal Superior do Trabalho. Professor. Repouso semanal remunerado. Lei n. 605/1949, art. 7º, § 2º, e art. 320 da CLT.** "O professor que recebe salário mensal à base de hora-aula tem direito ao acréscimo de 1/6 a título de repouso semanal remunerado, considerando-se para esse fim o mês de quatro semanas e meia." (Res. 68/97, *DJ*, 30-5-1997)

▷ **Súmula 12 do Supremo Tribunal Federal.** A vitaliciedade do professor catedrático não impede o desdobramento da cátedra.

▷ **Súmula 48 do Supremo Tribunal Federal.** É legítimo o rodízio de docentes livres na substituição do professor catedrático.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 65 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Professor adjunto. Ingresso no cargo de professor titular. Exigência de concurso público não afastada pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988, arts. 37, II, e 206, V).** (Inserida em 30-5-1994 – Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

O acesso de professor adjunto ao cargo de professor titular só pode ser efetivado por meio de concurso público, conforme dispõem os arts. 37, inciso II, e 206, inciso V, da CF/88.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 206 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Professor. Horas extras. Adicional de 50%.** Excedida a jornada máxima (art. 318 da CLT), as horas excedentes devem ser remuneradas com o adicional de, no mínimo, 50% (art. 7º, XVI, CF/88).

▷ **Orientação jurisprudencial n. 244 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Professor. Redução da carga horária. Possibilidade.** A redução da carga horária do professor, em virtude da diminuição do número de alunos, não constitui alteração contratual, uma vez que não implica redução do valor da hora-aula.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 38 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação Rescisória. Professor-Adjunto. Ingresso no cargo de professor-titular. Exigência de concurso público. (Lei 7.596/1987, Decreto 94.664/1987 e art. 206, V, CF/88).** A assunção do Professor-Adjunto ao cargo de Professor Titular de universidade pública, sem prévia aprovação em concurso público, viola o art. 206, inciso V, da Constituição Federal. Procedência do pedido de rescisão do julgado.

▷ **Precedente Normativo n. 31 do Tribunal Superior do Trabalho. Professor (janelas)** (positivo). Os tempos vagos (janelas) em que o professor ficar à disposição do curso serão remunerados como aula, no limite de 1 (uma) hora diária por unidade.

▷ **Precedente Normativo n. 78 do Tribunal Superior do Trabalho. Professor. Redução salarial não**

configurada (negativo). Não configura redução salarial ilegal a diminuição de carga horária motivada por inevitável supressão de aulas eventuais ou de turmas.

▷ **Professor. Critério de apuração do salário-hora para os professores.** Da interpretação do artigo 318 da CLT extrai-se que não existe limite máximo de 6 (seis) horas de trabalho para os professores, mas a proibição de o professor, no mesmo estabelecimento, dar, por dia, mais de quatro aulas consecutivas, ou mais de seis, intercaladas. Assim, não há que falar em jornada especial do professor, limitada ao máximo de 6 horas-aula por dia, devendo ser mantida a decisão do Regional que indeferiu o pedido de pagamento de diferenças salariais a partir de julho e agosto/93, pela aplicação da regra de cálculo do salário-hora preconizada na Lei n. 8.542/92 (artigo 6º, §§ 1º e 2º). Recurso de Revista desprovido. (TST, RR 504.777, de 1998, j. 3-10-2001, 3ª T., Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula, *DJ*, 19-10-2001)

Seção XIII
Dos químicos

Art. 325. É livre o exercício da profissão de químico em todo o território da República, observadas as condições de capacidade técnica e outras exigências previstas na presente Seção:

a) aos possuidores de diploma de químico, químico industrial, químico industrial agrícola ou engenheiro químico, concedido, no Brasil, por escola oficial ou oficialmente reconhecida;

b) aos diplomados em química por instituto estrangeiro de ensino superior, que tenham, de acordo com a lei e a partir de 14 de julho de 1934, revalidado os seus diplomas;

c) aos que, ao tempo da publicação do Decreto n. 24.693, de 12 de julho de 1934, se achavam no exercício efetivo de função pública ou particular, para a qual seja exigida a qualidade de químico, e que tenham requerido o respectivo registro até a extinção do prazo fixado pelo Decreto-lei n. 2.298, de 10 de junho de 1940.

§ 1º Aos profissionais incluídos na alínea *c* deste artigo, se dará, para os efeitos da presente Seção, a denominação de "licenciados".

§ 2º O livre exercício da profissão de que trata o presente artigo só é permitido a estrangeiros, quando compreendidos:

a) nas alíneas *a* e *b*, independentemente de revalidação do diploma, se exerciam, legitimamente, na República, a profissão de químico em a data da promulgação da Constituição de 1934;

b) na alínea *b*, se a seu favor militar a existência de reciprocidade internacional, admitida em lei, para o reconhecimento dos respectivos diplomas;

c) na alínea *c*, satisfeitas as condições nela estabelecidas.

§ 3º O livre exercício da profissão a brasileiros naturalizados está subordinado à prévia prestação do serviço militar, no Brasil.

§ 4º Só aos brasileiros natos é permitida a revalidação dos diplomas de químicos, expedidos por institutos estrangeiros de ensino superior.

Art. 326. Todo aquele que exercer ou pretender exercer as funções de químico é obrigado ao uso de Carteira de Trabalho e Previdência Social, devendo os profissionais que se encontrarem nas condições das alíneas *a* e *b* do art. 325 registrar os seus diplomas de acordo com a legislação vigente.

§ 1º A requisição de Carteiras de Trabalho e Previdência Social para uso dos químicos,

além do disposto no capítulo "Da Identificação Profissional", somente será processada mediante apresentação dos seguintes documentos que provem:

a) ser o requerente brasileiro, nato ou naturalizado, ou estrangeiro;

b) estar, se for brasileiro, de posse dos direitos civis e políticos;

c) ter diploma de químico, químico industrial, químico industrial agrícola ou engenheiro químico, expedido por escola superior oficial ou oficializada;

d) ter, se diplomado no estrangeiro, o respectivo diploma revalidado nos termos da lei;

e) haver, o que for brasileiro naturalizado, prestado serviço militar no Brasil;

f) achar-se o estrangeiro, ao ser promulgada a Constituição de 1934, exercendo legitimamente, na República, a profissão de químico, ou concorrer a seu favor a existência de reciprocidade internacional, admitida em lei, para o reconhecimento dos diplomas dessa especialidade. (Parágrafo e alíneas com redação dada pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)

§ 2º A requisição de que trata o parágrafo anterior deve ser acompanhada:

a) do diploma devidamente autenticado no caso da alínea *b* do artigo precedente, e com as firmas reconhecidas no país de origem e na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, ou da respectiva certidão, bem como do título de revalidação, ou certidão respectiva, de acordo com a legislação em vigor;

b) do certificado ou atestado comprobatório de se achar o requerente na hipótese da alínea *c* do referido artigo, ao tempo da publicação do Decreto n. 24.693, de 12 de julho de 1934, no exercício efetivo de função pública, ou particular, para a qual seja exigida a qualidade de químico, devendo esses documentos ser autenticados pelo Delegado Regional do Trabalho, quando se referirem a requerentes moradores nas capitais dos Estados, ou coletor federal, no caso de residirem os interessados nos municípios do interior;

c) de 3 (três) exemplares de fotografia exigida pelo art. 329 e de 1 (uma) folha com as declarações que devem ser lançadas na Carteira de Trabalho e Previdência Social de conformidade com o disposto nas alíneas do mesmo artigo e seu parágrafo único.

§ 3º Reconhecida a validade dos documentos apresentados, os Conselhos Regionais de Química registrarão, em livros próprios, os documentos a que se refere a alínea *c* do § 1º e, juntamente com a Carteira de Trabalho e Previdência Social emitida, os devolverão ao interessado.

Art. 327. Além dos emolumentos fixados no Capítulo "Da Identificação Profissional", o registro do diploma fica sujeito à taxa de Cr$ 30,00 (trinta cruzeiros).

Art. 328. Só poderão ser admitidos a registro os diplomas, certificados de diplomas, cartas e outros títulos, bem como atestados e certificados que estiverem na devida forma e cujas firmas hajam sido regularmente reconhecidas por tabelião público e, sendo estrangeiros, pela Secretaria do Estado das Relações Exteriores, acompanhados estes últimos da respectiva tradução, feita por intérprete comercial brasileiro.

Parágrafo único. Os Conselhos Federal e Regionais de Química publicarão, periodicamente, a lista dos químicos registrados na forma desta Seção.

Art. 329. A cada inscrito, e como documento comprobatório do registro, será fornecida pelos Conselhos Regionais de Química uma Carteira de Trabalho e Previdência Social numerada, que, além da fotografia, medindo 3 (três) por 4 (quatro) centímetros, tirada de frente, com a cabeça descoberta, e das impressões do polegar, conterá as declarações seguintes:

a) o nome por extenso;

b) a nacionalidade e, se estrangeiro, a circunstância de ser ou não naturalizado;

c) a data e lugar do nascimento;

d) a denominação da escola em que houver feito o curso;

e) a data da expedição do diploma e o número do registro no respectivo Conselho Regional de Química;

f) a data da revalidação do diploma, se de instituto estrangeiro;

g) a especificação, inclusive data, de outro título ou títulos de habilitação;

h) a assinatura do inscrito.

Parágrafo único. A carteira destinada aos profissionais a que se refere o § 1º do art. 325 deverá, em vez das declarações indicadas nas alíneas *d*, *e* e *f* deste artigo, e além do título – licenciado – posto em destaque, conter a menção do título de nomeação ou admissão e respectiva data, se funcionário público, ou do atestado relativo ao exercício, na qualidade de químico, de um cargo em empresa particular, com designação desta e da data inicial do exercício.

Art. 330. A Carteira de Trabalho e Previdência Social, expedida nos termos desta Seção, é obrigatória para o exercício da profissão, substitui em todos os casos o diploma ou título e servirá de carteira de identidade. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 5.922, de 25-10-1943.)

Art. 331. Nenhuma autoridade poderá receber impostos relativos ao exercício profissional de químico, senão à vista da prova de que o interessado se acha registrado de acordo com a presente Seção, e essa prova será também exigida para a realização de concursos periciais e todos os outros atos oficiais que exijam capacidade técnica de químico.

Art. 332. Quem, mediante anúncio, placas, cartões comerciais ou outros meios capazes de ser identificados, se propuser ao exercício da química, em qualquer dos seus ramos, sem que esteja devidamente registrado, fica sujeito às penalidades aplicáveis ao exercício ilegal da profissão.

Art. 333. Os profissionais a que se referem os dispositivos anteriores só poderão exercer legalmente as funções de químicos depois de satisfazerem as obrigações constantes do art. 330 desta Seção.

Art. 334. O exercício da profissão de químico compreende:

a) a fabricação de produtos e subprodutos químicos em seus diversos graus de pureza;

b) a análise química, a elaboração de pareceres, atestados e projetos de especialidade e sua execução, perícia civil ou judiciária sobre essa matéria, a direção e a responsabilidade de laboratórios ou departamentos químicos, de indústria e empresas comerciais;

c) o magistério nas cadeiras de química dos cursos superiores especializados em química;

d) a engenharia química.

§ 1º Aos químicos, químicos industriais e químicos industriais agrícolas que estejam nas condições estabelecidas no art. 325, alíneas *a* e *b*, compete o exercício das atividades definidas nos itens *a*, *b* e *c* deste artigo, sendo privativa dos engenheiros químicos a do item *d*.

§ 2º Aos que estiverem nas condições do art. 325, alíneas *a* e *b*, compete, como aos diplomados em medicina ou farmácia, as atividades definidas no art. 2º, alíneas *d*, *e* e *f* do Decreto n. 20.377, de 8 de setembro de 1931, cabendo aos agrônomos e engenheiros agrônomos as que se acham especificadas no art. 6º, alínea *h*, do Decreto n. 23.196, de 12 de outubro de 1933.

Art. 335. É obrigatória a admissão de químicos nos seguintes tipos de indústria:

a) de fabricação de produtos químicos;

b) que mantenham laboratório de controle químico;

c) de fabricação de produtos industriais que são obtidos por meio de reações químicas

dirigidas, tais como: cimento, açúcar e álcool, vidro, curtume, massas plásticas artificiais, explosivos, derivados de carvão ou de petróleo, refinação de óleos vegetais ou minerais, sabão, celulose e derivados.

Art. 336. No preenchimento de cargos públicos, para os quais se faz mister a qualidade de químico, ressalvadas as especializações referidas no § 2º do art. 334, a partir da data da publicação do Decreto n. 24.693, de 12 de julho de 1934, requer-se, como condição essencial, que os candidatos previamente hajam satisfeito as exigências do art. 333 desta Seção.

Art. 337. Fazem fé pública os certificados de análises químicas, pareceres, atestados, laudos de perícias e projetos relativos a essa especialidade, assinados por profissionais que satisfaçam as condições estabelecidas nas alíneas *a* e *b* do art. 325.

Art. 338. É facultado aos químicos que satisfizerem as condições constantes do art. 325, alíneas *a* e *b*, o ensino da especialidade a que se dedicarem, nas escolas superiores, oficiais ou oficializadas.

Parágrafo único. Na hipótese de concurso para o provimento de cargo ou emprego público, os químicos a que este artigo se refere terão preferência, em igualdade de condições.

Art. 339. O nome do químico responsável pela fabricação dos produtos de uma fábrica, usina ou laboratório deverá figurar nos respectivos rótulos, faturas e anúncios, compreendida entre estes últimos a legenda impressa em cartas e sobrecartas.

Art. 340. Somente os químicos habilitados, nos termos do art. 325, alíneas *a* e *b*, poderão ser nomeados *ex officio* para os exames periciais de fábricas, laboratórios e usinas e de produtos aí fabricados.

Parágrafo único. Não se acham compreendidos no artigo anterior os produtos farmacêuticos e os laboratórios de produtos farmacêuticos.

Art. 341. Cabe aos químicos habilitados, conforme estabelece o art. 325, alíneas *a* e *b*, a execução de todos os serviços que, não especificados no presente regulamento, exijam por sua natureza o conhecimento de química.

Art. 342. A fiscalização do exercício da profissão de químico incumbe aos Conselhos Regionais de Química.

Art. 343. São atribuições dos órgãos de fiscalização:

a) examinar os documentos exigidos para o registro profissional de que trata o art. 326 e seus §§ 1º e 2º e o art. 327, proceder à respectiva inscrição e indeferir o pedido dos interessados que não satisfizerem as exigências desta Seção;

b) registrar as comunicações e contratos, a que aludem o art. 350 e seus parágrafos, e dar as respectivas baixas;

c) verificar o exato cumprimento das disposições desta Seção, realizando as investigações que forem necessárias, bem como o exame dos arquivos, livros de escrituração, folhas de pagamento, contratos e outros documentos de uso de firmas ou empresas industriais ou comerciais, em cujos serviços tome parte 1 (um) ou mais profissionais que desempenhem função para a qual se deva exigir a qualidade de químico.

Art. 344. Aos sindicatos de químicos devidamente reconhecidos é facultado auxiliar a fiscalização, no tocante à observação da alínea *c* do artigo anterior.

Art. 345. Verificando-se, pelos Conselhos Regionais de Química, serem falsos os diplomas ou outros títulos dessa natureza, atestados, certificados e quaisquer documentos exibidos para os fins de que trata esta Seção, incorrerão os seus autores e cúmplices nas penalidades estabelecidas em lei.

Parágrafo único. A falsificação de diploma ou outros quaisquer títulos, uma vez verificada, implicará a instauração, pelo res-

pectivo Conselho Regional de Química, do processo que no caso couber.

Art. 346. Será suspenso do exercício de suas funções, independentemente de outras penas em que possa incorrer, o químico, inclusive o licenciado, que incidir em alguma das seguintes faltas:

a) revelar improbidade profissional, dar falso testemunho, quebrar o sigilo profissional e promover falsificações, referentes à prática de atos de que trata esta Seção;

b) concorrer com seus conhecimentos científicos para a prática de crime ou atentado contra a pátria, a ordem social ou a saúde pública;

c) deixar, no prazo marcado nesta Seção, de requerer a revalidação e registro do diploma estrangeiro, ou o seu registro profissional no respectivo Conselho Regional de Química.

Parágrafo único. O tempo de suspensão a que alude este artigo variará entre 1 (um) mês e 1 (um) ano, a critério do Conselho Regional de Química, após processo regular, ressalvada a ação da justiça pública.

Art. 347. Aqueles que exercerem a profissão de químico sem ter preenchido as condições do art. 325 e suas alíneas, nem promovido o seu registro, nos termos do art. 326, incorrerão na multa de 12 (doze) valores de referência a 300 (trezentos) valores de referência regionais, que será elevada ao dobro, no caso de reincidência.

Art. 348. Aos licenciados a que alude o § 1º do art. 325 poderão, por ato do Conselho Regional de Química, sujeito à aprovação do Conselho Federal de Química, ser cassadas as garantias asseguradas por esta Seção, desde que interrompam, por motivo de falta prevista no art. 346, a função pública ou particular em que se encontravam por ocasião da publicação do Decreto n. 24.693, de 12 de julho de 1934.

Art. 349. O número de químicos estrangeiros a serviço de particulares, empresas ou companhias não poderá exceder de 1/3 (um terço) aos dos profissionais brasileiros compreendidos nos respectivos quadros.

Art. 350. O químico que assumir a direção técnica ou cargo de químico de qualquer usina, fábrica, ou laboratório industrial ou de análise deverá, dentro de 24 (vinte e quatro) horas e por escrito, comunicar essa ocorrência ao órgão fiscalizador, contraindo, desde essa data, a responsabilidade da parte técnica referente à sua profissão, assim como a responsabilidade técnica dos produtos manufaturados.

§ 1º Firmando-se contrato entre o químico e o proprietário da usina, fábrica ou laboratório, será esse documento apresentado, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, para registro, ao órgão fiscalizador.

§ 2º Comunicação idêntica à de que trata a primeira parte deste artigo fará o químico quando deixar a direção técnica ou o cargo de químico, em cujo exercício se encontrava, a fim de ressalvar a sua responsabilidade e fazer-se o cancelamento do contrato. Em caso de falência do estabelecimento, a comunicação será feita pela firma proprietária.

Seção XIV
Das penalidades

Art. 351. Os infratores dos dispositivos do presente Capítulo incorrerão na multa de 3 (três) a 300 (trezentos) valores de referência regionais, segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, aplicada em dobro no caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

Parágrafo único. São competentes para impor penalidades as autoridades de primeira instância incumbidas da fiscalização dos preceitos constantes do presente Capítulo.

▶ ***Comentários***

1. ***Exercício da profissão***

O exercício da profissão de *químico*[125] é, como acentua o art. 325 da CLT, livre, em todo o território nacional, sem discriminação entre estrangeiros e brasileiros natos, estando, sem dúvida, revogado o § 4º do dispositivo legal nominado, tendo em vista o teor do art. 12, I, *a*, *b*, *c*, e II, da CF/88.

A disposição consolidada, por seu turno, faz menção a duas espécies de químicos: a) *diplomados* (letras *a* e *b*), e b) *licenciados*. Os primeiros compreendem: químicos, químicos industriais, agrícolas e engenheiro químico, e, ainda, os diplomados em química por instituto estrangeiro, com diploma revalidado no Brasil. Licenciados são aqueles que, à época da publicação do Decreto n. 24.693/34, já se achavam no exercício efetivo da profissão.

2. ***Dos Conselhos Federal e Regionais***

Com a criação dos conselhos citados (Lei n. 2.800, de 18-6-1956, e Decreto n. 85.877, de 7-4-1981), todas as funções anteriormente atribuídas ao Ministério do Trabalho (arts. 342, 343, 344, 346, 347, 348, 349, 350) foram confiadas aos órgãos de classe.

Capítulo II
Da Nacionalização do Trabalho

Seção I
Da proporcionalidade de empregados brasileiros

Art. 352. As empresas, individuais ou coletivas, que explorem serviços públicos dados em concessão, ou que exerçam atividades industriais ou comerciais, são obrigadas a manter, no quadro do seu pessoal, quando composto de 3 (três) ou mais empregados, uma proporção de brasileiros não inferior à estabelecida no presente Capítulo.

§ 1º Sob a denominação geral de atividades industriais e comerciais compreendem-se, além de outras que venham a ser determinadas em portaria do Ministro do Trabalho, as exercidas:

a) nos estabelecimentos industriais em geral;

b) nos serviços de comunicações, de transportes terrestres, marítimos, fluviais, lacustres e aéreos;

c) nas garagens, oficinas de reparos e postos de abastecimento de automóveis e nas cocheiras;

d) na indústria da pesca;

e) nos estabelecimentos comerciais em geral;

f) nos escritórios comerciais em geral;

g) nos estabelecimentos bancários, ou de economia coletiva, nas empresas de seguros e nas de capitalização;

h) nos estabelecimentos jornalísticos, de publicidade e de radiodifusão;

i) nos estabelecimentos de ensino remunerado, excluídos os que neles trabalhem por força de voto religioso;

j) nas drogarias e farmácias;

k) nos salões de barbeiro ou cabeleireiro e de beleza;

l) nos estabelecimentos de diversões públicas, excluídos os elencos teatrais, e nos clubes esportivos;

m) nos hotéis, restaurantes, bares e estabelecimentos congêneres;

n) nos estabelecimentos hospitalares e fisioterápicos cujos serviços sejam remunerados, excluídos os que neles trabalhem por força de voto religioso;

125. *Vide* também Lei n. 4.950-A, de 22-4-1966.

o) nas empresas de mineração;

p) nas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, por empregados sujeitos ao regime da CLT. (Acrescentada pela Portaria n. 3.151, de 19-3-1969.)

§ 2º Não se acham sujeitas às obrigações da proporcionalidade as indústrias rurais, as que, em zona agrícola, se destinem ao beneficiamento ou transformação de produtos da região e as atividades industriais de natureza extrativa, salvo a mineração.

Art. 353. Equiparam-se aos brasileiros, para os fins deste Capítulo, ressalvado o exercício de profissões reservadas aos brasileiros natos ou aos brasileiros em geral, os estrangeiros que, residindo no País há mais de 10 (dez) anos, tenham cônjuge ou filho brasileiro, e os portugueses. (Redação dada pela Lei n. 6.651, de 23-5-1979.)

Art. 354. A proporcionalidade será de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros, podendo, entretanto, ser fixada proporcionalidade inferior, em atenção às circunstâncias especiais de cada atividade, mediante ato do Poder Executivo, e depois de devidamente apurada pelo Departamento Nacional do Trabalho a insuficiência do número de brasileiros na atividade de que se tratar. (Nos termos do Dec. n. 81.663, de 16-5-1978.)

Parágrafo único. A proporcionalidade é obrigatória não só em relação à totalidade do quadro de empregados, com as exceções desta Lei, como ainda em relação à correspondente folha de salários.

Art. 355. Consideram-se como estabelecimentos autônomos, para os efeitos da proporcionalidade a ser observada, as sucursais, filiais e agências em que trabalhem 3 (três) ou mais empregados.

Art. 356. Sempre que uma empresa ou indivíduo explore atividades sujeitas a proporcionalidades diferentes, observar-se-á, em relação a cada uma delas, a que lhe corresponder.

Art. 357. Não se compreendem na proporcionalidade os empregados que exerçam funções técnicas especializadas, desde que, a juízo do Ministério do Trabalho, haja falta de trabalhadores nacionais.

Art. 358. Nenhuma empresa, ainda que não sujeita à proporcionalidade, poderá pagar a brasileiro que exerça função análoga, a juízo do Ministério do Trabalho, à que é exercida por estrangeiro a seu serviço, salário inferior ao deste, excetuando-se os casos seguintes:

a) quando, nos estabelecimentos que não tenham quadros de empregados organizados em carreira, o brasileiro contar menos de 2 (dois) anos de serviço, e o estrangeiro mais de 2 (dois) anos;

b) quando, mediante aprovação do Ministério do Trabalho, houver quadro organizado em carreira em que seja garantido o acesso por antiguidade;

c) quando o brasileiro for aprendiz, ajudante ou servente, e não o for o estrangeiro;

d) quando a remuneração resultar de maior produção, para os que trabalham à comissão ou por tarefa.

Parágrafo único. Nos casos de falta ou cessação de serviço, a dispensa do empregado estrangeiro deve preceder à de brasileiro que exerça função análoga.

Seção II
Das relações anuais de empregados

Art. 359. Nenhuma empresa poderá admitir a seu serviço empregado estrangeiro sem que este exiba a carteira de identidade de estrangeiro devidamente anotada.

Parágrafo único. A empresa é obrigada a assentar no registro de empregados os dados referentes à nacionalidade de qualquer

empregado estrangeiro e o número da respectiva carteira de identidade.

Art. 360. Toda empresa compreendida na enumeração do art. 352, § 1º, deste Capítulo, qualquer que seja o número de seus empregados, deve apresentar anualmente às repartições competentes do Ministério do Trabalho, de 2 de maio a 30 de junho, uma relação, em 3 (três) vias, de todos os seus empregados, segundo o modelo que for expedido. (Redação dada pelo Decreto-lei n. 6.353, de 20-3-1944.)

§ 1º As relações terão, na primeira via, o selo de três cruzeiros pela folha inicial e dois cruzeiros por folha excedente, além do selo do Fundo de Educação, e nelas será assinalada, em tinta vermelha, a modificação havida com referência à última relação apresentada. Se se tratar de nova empresa, a relação, encimada pelos dizeres – Primeira Relação – deverá ser feita dentro de 30 (trinta) dias de seu registro no Departamento Nacional da Indústria e Comércio ou repartições competentes.

§ 2º A entrega das relações far-se-á diretamente às repartições competentes do Ministério do Trabalho, ou, onde não as houver, às do Departamento da Receita Federal do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, que as remeterão desde logo àquelas repartições. A entrega operar-se-á contra recibo especial, cuja exibição é obrigatória, em caso de fiscalização, enquanto não for devolvida ao empregador a via autenticada da declaração.

§ 3º Quando não houver empregado far-se-á declaração negativa.

Art. 361. Apurando-se, das relações apresentadas, qualquer infração, será concedido ao infrator o prazo de 10 (dez) dias para defesa, seguindo-se o despacho pela autoridade competente.

Art. 362. As repartições às quais competir a fiscalização do disposto no presente Capítulo manterão fichário especial de empresa, do qual constem as anotações referentes ao respectivo cumprimento, e fornecerão aos interessados as certidões de quitação que se tornarem necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do pedido. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 1º As certidões de quitação farão prova até 30 de setembro do ano seguinte àquele a que se referirem e estarão sujeitas à taxa correspondente a 1/10 (um décimo) do salário mínimo regional. Sem elas nenhum fornecimento ou contrato poderá ser feito com o Governo da União, dos Estados ou Municípios, ou com as instituições paraestatais a eles subordinadas, nem será renovada autorização a empresa estrangeira para funcionar no País. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 2º A primeira via da relação, depois de considerada pela repartição fiscalizadora, será remetida anualmente à Secretaria de Emprego e Salário, como subsídio ao estudo das condições de mercado de trabalho, de um modo geral, e, em particular, no que se refere à mão de obra qualificada. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 3º A segunda via da relação será remetida pela repartição competente ao Centro de Documentação e Informática do Ministério do Trabalho e a terceira via devolvida à empresa, devidamente autenticada. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Seção III
Das penalidades

Art. 363. O processo das infrações do presente Capítulo obedecerá ao disposto no título "Do Processo de Multas Administrativas", no que lhe for aplicável, com observância dos modelos de auto a serem expedidos.

Art. 364. As infrações do presente Capítulo serão punidas com a multa de 6 (seis) a 600 (seiscentos) valores de referência regionais.

Parágrafo único. Em se tratando de empresa concessionária de serviço público, ou de sociedade estrangeira autorizada a funcionar no País, se a infratora, depois de multada, não atender afinal ao cumprimento do texto infringido poderá ser-lhe cassada a concessão ou autorização.

Seção IV
Disposições gerais

Art. 365. O presente Capítulo não derroga as restrições vigentes quanto às exigências de nacionalidade brasileira para o exercício de determinadas profissões nem as que vigoram para as faixas de fronteiras, na conformidade da respectiva legislação.

Art. 366. Enquanto não for expedida a carteira a que se refere o art. 359 deste Capítulo, valerá, a título precário, como documento hábil, uma certidão, passada pelo serviço competente do Registro de Estrangeiros, provando que o empregado requereu sua permanência no País.

Art. 367. A redução a que se refere o art. 354, enquanto o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho não dispuser dos dados estatísticos necessários à fixação da proporcionalidade conveniente para cada atividade, poderá ser feita por ato do Ministro do Trabalho e da Administração e mediante representação fundamentada da associação sindical.

Parágrafo único. O Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho deverá promover, e manter em dia, estudos necessários aos fins do presente Capítulo.

Seção V
Das disposições especiais sobre a nacionalização da Marinha Mercante

Art. 368. O comando de navio mercante nacional só poderá ser exercido por brasileiro nato.

Art. 369. A tripulação de navio ou embarcação nacional será constituída, pelo menos, de 2/3 (dois terços) de brasileiros natos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos navios nacionais de pesca, sujeitos a legislação específica. (Redação dada pela Lei n. 5.683, de 21-7-1971.)

Art. 370. As empresas de navegação organizarão as relações dos tripulantes das respectivas embarcações, enviando-as no prazo a que se refere a Seção II deste Capítulo à Delegacia do Trabalho Marítimo onde as mesmas tiverem sede.

Parágrafo único. As relações a que alude o presente artigo obedecerão, na discriminação hierárquica e funcional do pessoal embarcadiço, ao quadro aprovado pelo regulamento das Capitanias dos Portos.

Art. 371. A presente Seção é também aplicável aos serviços de navegação fluvial e lacustre e à praticagem nas barras, portos, rios, lagos e canais.

► *Comentários*

As disposições contidas nos arts. 352 a 371, a nosso ver, estão revogadas, por se constituírem em manifesta discriminação contra estrangeiros residentes no País, *ex vi* do disposto no art. 5º, *caput* e inciso XIII, da Constituição Federal: "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos *brasileiros* e aos *estrangeiros* residentes no País a inviolabilidade do direito à

vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade... XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer".

Subsiste a obrigação de apresentação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Documento de Informações Sociais (DIS).

Capítulo III
Da Proteção do Trabalho da Mulher

Seção I
Da duração e condições do trabalho

Art. 372. Os preceitos que regulam o trabalho masculino são aplicáveis ao trabalho feminino, naquilo em que não colidirem com a proteção especial instituída por este Capítulo.

Parágrafo único. Não é regido pelos dispositivos a que se refere este artigo o trabalho nas oficinas em que sirvam exclusivamente pessoas da família da mulher e esteja esta sob a direção do esposo, do pai, da mãe, do tutor ou do filho.

Art. 373. A duração normal de trabalho da mulher será de 8 (oito) horas diárias, exceto nos casos para os quais for fixada duração inferior.

Art. 373-A. Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, é vedado: (Artigo incluído pela Lei n. 9.799, de 26-5-1999.)

I – publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir; (Inciso incluído pela Lei n. 9.799, de 26-5-1999.)

II – recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível; (Inciso incluído pela Lei n. 9.799, de 26-5-1999.)

III – considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional; (Inciso incluído pela Lei n. 9.799, de 26-5-1999.)

IV – exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego; (Inciso incluído pela Lei n. 9.799, de 26-5-1999.)

V – impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez; (Inciso incluído pela Lei n. 9.799, de 26-5-1999.)

VI – proceder o empregador ou preposto a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias. (Inciso incluído pela Lei n. 9.799, de 26-5-1999.)

Parágrafo único. O disposto neste artigo não obsta a adoção de medidas temporárias que visem ao estabelecimento das políticas de igualdade entre homens e mulheres, em particular as que se destinam a corrigir as distorções que afetam a formação profissional, o acesso ao emprego e as condições gerais de trabalho da mulher. (Parágrafo incluído pela Lei n. 9.799, de 26-5-1999.)

Arts. 374 e 375. (Revogados pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

Art. 376. (Revogado pela Lei n. 10.244, de 27-6-2001.)

Art. 377. A adoção de medidas de proteção ao trabalho das mulheres é considerada de ordem pública, não justificando, em hipótese alguma, a redução de salário.

Os direitos sociais na Constituição Federal

1. Direito do Trabalho

A relevância do salário como instrumento vital à sobrevivência do trabalhador e sua família fez surgir, em todos os países, movimentos os mais diversos, e até antagônicos, visando sua efetiva proteção legal.

Os conflitos sociais, a *Rerum Novarum* de Leão XIII, os socialistas (do socialismo utópico de Proudhon ao materialismo histórico de Marx e Engels), culminariam por despertar o Estado, fazendo-o substituir o individualismo do sistema liberal (sintetizado na célebre fórmula *laisser-aller, laisser-faire*) pelo intervencionismo que redundaria na rigorosa disciplinação das relações trabalhistas.

Criam-se as chamadas *obrigações positivas do Estado*[1] assumindo o trabalho especial relevo, merecendo, por isso mesmo, maior solicitude do Estado.

A 31 de janeiro de 1917, a Constituição mexicana estabelecia, pela primeira vez, normas constitucionais de proteção ao trabalhador, limitando a jornada diária em oito horas, vedando o trabalho insalubre às mulheres e aos menores de dezesseis anos. Estabelecia, como predecessor do repouso semanal remunerado, um dia de descanso, para cada seis dias de trabalho. Assegurava à gestante, nos três meses anteriores ao parto, trabalho que não exigisse considerável esforço físico. E, pioneiramente, estabelecia o salário mínimo vital à sobrevivência do trabalhador.

Segue-se-lhe a Constituição de *Weimar*, de 11-8-1919, que colocava o trabalho sob a proteção do Estado, assegurando liberdade de associação para a defesa e melhoria das condições de vida do trabalhador. Instituía, outrossim, um sistema de seguro de vida para a proteção à maternidade e previdência contra as consequências econômicas da viuvez, da velhice, da invalidez e dos acidentes, proclamando, outrossim, que a todo trabalhador dar-se-ia a oportunidade de adquirir,

---

1. Mirkine Guetzévitch, *As Novas Tendências do Direito Constitucional*, Editora Nacional, 1933, tradução de Cândido Mota Filho, p. 80.

Art. 378. (Revogado pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

Seção II
Do trabalho noturno

Arts. 379 e 380. (Revogados pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

Art. 381. O trabalho noturno das mulheres terá salário superior ao diurno.

§ 1º Para os fins desse artigo, os salários serão acrescidos duma percentagem adicional de 20% (vinte por cento) no mínimo.

§ 2º Cada hora do período noturno de trabalho das mulheres terá 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

Seção III
Dos períodos de descanso

Art. 382. Entre 2 (duas) jornadas de trabalho, haverá um intervalo de 11 (onze) horas consecutivas, no mínimo, destinado ao repouso.

Art. 383. Durante a jornada de trabalho, será concedido à empregada um período para refeição e repouso não inferior a 1 (uma) hora nem superior a 2 (duas) horas salvo a hipótese prevista no art. 71, § 3º.

Art. 384. Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho.

Art. 385. O descanso semanal será de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas e coincidirá no todo ou em parte com o domingo, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa de serviço, a juízo da autoridade competente, na forma das disposições gerais, caso em que recairá em outro dia.

Parágrafo único. Observar-se-ão, igualmente, os preceitos da legislação geral sobre a proibição de trabalho nos feriados civis e religiosos.

Art. 386. Havendo trabalho aos domingos, será organizada uma escala de revezamento quinzenal, que favoreça o repouso dominical.

Seção IV
Dos métodos e locais de trabalho

Art. 387. (Revogado pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

Art. 388. Em virtude de exame e parecer da autoridade competente, o Ministro do Trabalho e da Administração poderá estabelecer derrogações totais ou parciais às proibições a que alude o artigo anterior, quando tiver desaparecido, nos serviços considerados perigosos ou insalubres, todo e qualquer caráter perigoso ou prejudicial mediante a aplicação de novos métodos de trabalho ou pelo emprego de medidas de ordem preventiva.

Art. 389. Toda empresa é obrigada:

I – a prover os estabelecimentos de medidas concernentes à higienização dos métodos e locais de trabalho, tais como ventilação e iluminação e outros que se fizerem necessários à segurança e ao conforto das mulheres, a critério da autoridade competente;

II – a instalar bebedouros, lavatórios, aparelhos sanitários; dispor de cadeiras ou bancos, em número suficiente, que permitam às mulheres trabalhar sem grande esgotamento físico;

III – a instalar vestiários com armários individuais privativos das mulheres, exceto os estabelecimentos comerciais, escritórios, bancos e atividades afins, em que não seja exigida a troca de roupa e outros, a critério da autoridade competente em matéria de segurança e higiene do trabalho, admitindo-se como suficientes as gavetas ou escani-

nhos, onde possam as empregadas guardar seus pertences;

IV – a fornecer, gratuitamente, a juízo da autoridade competente, os recursos de proteção individual, tais como óculos, máscaras, luvas e roupas especiais, para a defesa dos olhos, do aparelho respiratório e da pele, de acordo com a natureza do trabalho. (*Caput* e incisos com redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 1º Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 2º A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 390. Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 (vinte) quilos para o trabalho contínuo, ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional.

Parágrafo único. Não está compreendida na determinação deste artigo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.

Art. 390-A. (*Vetado*). (Artigo incluído pela Lei n. 9.799, de 26-5-1999.)

Art. 390-B. As vagas dos cursos de formação de mão de obra, ministrados por instituições governamentais, pelos próprios empregadores ou por qualquer órgão de ensino profissionalizante, serão oferecidas aos empregados de ambos os sexos. (Artigo incluído pela Lei n. 9.799, de 26-5-1999.)

Art. 390-C. As empresas com mais de 100 (cem) empregados, de ambos os sexos, deverão manter programas especiais de incentivos e aperfeiçoamento profissional da mão de obra. (Artigo incluído pela Lei n. 9.799, de 26-5-1999.)

Art. 390-D. (*Vetado*). (Artigo incluído pela Lei n. 9.799, de 26-5-1999.)

Art. 390-E. A pessoa jurídica poderá associar-se a entidade de formação profissional, sociedades civis, sociedades cooperativas, órgãos e entidades públicas ou entidades sindicais, bem como firmar convênios para o desenvolvimento de ações conjuntas, visando à execução de projetos relativos ao incentivo ao trabalho da mulher. (Artigo incluído pela Lei n. 9.799, de 26-5-1999.)

Seção V
Da proteção à maternidade

Art. 391. Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.

Parágrafo único. Não serão permitidos em regulamentos de qualquer natureza contratos coletivos ou individuais de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez.

Art. 391-A. A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na alínea *b* do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Artigo incluído pela Lei n. 12.812/2013.)

Art. 392. A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e

vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário. (Redação dada pela Lei n. 10.421, de 15-4-2002.)

§ 1º A empregada deve, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28º (vigésimo oitavo) dia antes do parto e ocorrência deste. (Redação dada pela Lei n. 10.421, de 15-4-2002.)

§ 2º Os períodos de repouso, antes e depois do parto, poderão ser aumentados de 2 (duas) semanas cada um, mediante atestado médico. (Redação dada pela Lei n. 10.421, de 15-4-2002.)

§ 3º Em caso de parto antecipado, a mulher terá direito aos 120 (cento e vinte) dias previstos neste artigo. (Redação dada pela Lei n. 10.421, de 15-4-2002.)

§ 4º É garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos: (Parágrafo incluído pela Lei n. 9.799, de 26-5-1999.)

I – transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho; (Inciso incluído pela Lei n. 9.799, de 26-5-1999.)

II – dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares. (Inciso incluído pela Lei n. 9.799, de 26-5-1999.)

§ 5º (*Vetado.*)

Art. 392-A. À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade nos termos do art. 392, observado o disposto no seu § 5º. (Artigo incluído pela Lei n. 10.421, de 15-4-2002.)

§ 1º (Revogado pela Lei n. 12.010, de 3-8-2009.)

§ 2º (Revogado pela Lei n. 12.010, de 3-8-2009.)

§ 3º (Revogado pela Lei n. 12.010, de 3-8-2009.)

§ 4º A licença-maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

Art. 393. Durante o período a que se refere o art. 392, a mulher terá direito ao salário integral e, quando variável, calculado de acordo com a média dos 6 (seis) últimos meses de trabalho, bem como aos direitos e vantagens adquiridos, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 394. Mediante atestado médico, à mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação.

Art. 395. Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

Art. 396. Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um.

Parágrafo único. Quando o exigir a saúde do filho, o período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente.

Art. 397. O SESI, o SESC, a LBA e outras entidades públicas destinadas à assistência à infância manterão ou subvencionarão, de acordo com suas possibilidades financeiras, escolas maternais e jardins de infância, distribuídos nas zonas de maior densidade de trabalhadores, destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 398. (Revogado pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 399. O Ministro do Trabalho e da Administração conferirá diploma de benemerência aos empregadores que se distinguirem pela organização e manutenção de creches e de instituições de proteção aos menores em idade pré-escolar, desde que tais serviços se recomendem por sua generosidade e pela eficiência das respectivas instalações.

Art. 400. Os locais destinados à guarda dos filhos das operárias durante o período da amamentação deverão possuir, no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária.

Seção VI
Das penalidades

Art. 401. Pela infração de qualquer dispositivo deste Capítulo, será imposta ao empregador a multa de 2 (dois) valores de referência a 20 (vinte) valores de referência regionais, aplicada pelas Delegacias Regionais do Trabalho ou por autoridades que exerçam funções delegadas. (Nos termos da Lei n. 6.205, de 29-4-1975.)

§ 1º A penalidade será sempre aplicada no grau máximo:

a) se ficar apurado o emprego de artifício ou simulação para fraudar a aplicação dos dispositivos deste Capítulo;

b) nos casos de reincidência.

§ 2º O processo na verificação das infrações, bem como na aplicação e cobrança das multas, será o previsto no título "Do Processo de Multas Administrativas", observadas as disposições deste artigo.

Arts. 401-A e 401-B. (*Vetados.*)

► *Comentários*

1. *Da igualdade entre o homem e a mulher*

Em conformidade com o art. 5º, I, da Constituição Federal de 1988:

> "Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações".

O art. 7º, XX, da mesma Carta Magna, protege o mercado de trabalho da mulher, *mediante incentivos específicos, nos termos da lei*, proibindo, outrossim, *diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil* (inciso XXX).

Assim considerando, há de ser vista como inconstitucional toda e qualquer restrição ao trabalho da mulher, salvo aquelas relacionadas com sua natureza, como, por exemplo, a licença-maternidade.

Atento a tais modificações, o Ministério do Trabalho editou, em 12 de outubro de 1988, a *Instrução Normativa n. 1* (*DOU*, 21-10-1988), vazada nos seguintes termos:

> "O artigo 5º da Constituição Federal preceitua que todos são iguais perante a lei e que não deve haver distinção de qualquer natureza.
>
> Por outro lado, o inciso I do referido artigo preconiza que 'homem e mulher são iguais em direitos e obrigações', sendo que o inciso XXX, do art. 7º, proíbe diferença de exercício de funções, de critério de admissão e de salários, por motivo de sexo.
>
> Face a esses dispositivos constitucionais, não cabe ao Poder Executivo, em especial ao Ministério do Trabalho, criar restrições ao trabalho da mulher.
>
> Assim, no que concerne à jornada, seja quanto a hora extra ou compensação de horas, seja quanto ao trabalho noturno,

aplicam-se à mulher os dispositivos que regulam o trabalho masculino. Deve-se observar as restrições ao trabalho da mulher apenas quando menor, conforme item 3, desta Instrução".

Em 24-10-1989, foi promulgada a Lei n. 7.855 (*DOU*, 29-10-1989), revogando vários artigos da CLT, que estabeleciam restrições ao trabalho da mulher. O art. 13 da referida lei assim dispõe:

"Revogam-se o parágrafo único do art. 16, os arts. 18, 19, 27, 28, 43, 44, 324, 374, 375, 378, 379, 380, 387, 418 e 446 da CLT e demais disposições em contrário".

Com a revogação do art. 387, ficou prejudicado também o 388.

Assim, restam os *incentivos específicos*, a que faz menção o inciso XX do art. 7º da CF/88, que, por depender de norma complementar, não foi, ainda, instituído, malgrado o tempo de promulgação da Carta Magna.

2. *Jornada de trabalho da mulher*

A jornada de trabalho da mulher é, igualmente, de *8 horas diárias* (salvo horários especiais em decorrência de legislação específica para determinadas profissões), e 44 semanais – CF/88, art. 7º, XIII; CLT, art. 373.

3. *Horas extras*

Por força da igualdade entre o homem e a mulher, não subsiste qualquer restrição à jornada extraordinária desta, não mais existindo a exigência de atestado médico, como estabelecia o art. 375 (revogado), bem como a intervenção sindical para a adoção de compensação, bastando a aquiescência da obreira.

O trabalho extraordinário (salvo o sistema de compensação) deve ser remunerado com adicional de 50% (CF/88, art. 7º, XVI).

4. *Trabalho noturno*

Não subsiste qualquer restrição ao trabalho noturno da mulher (salvo se menor de dezoito anos), observada a redução da hora e o pagamento do adicional respectivo.

5. *Trabalho insalubre e perigoso*

Com a proclamação de igualdade entre o homem e a mulher (CF/88, art. 5º, I), cessou, para esta última, a proibição de trabalho em condições de insalubridade e periculosidade.

Trabalhando em tais condições, fará, naturalmente, jus aos respectivos adicionais (*vide* comentários à Segurança e Medicina do Trabalho, arts. 154 a 201).

6. *Licença-maternidade*

A Constituição Federal de 1988 estipula, no art. 7º, XVIII: "licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias".

Alterou-se, assim, o prazo fixado no art. 392 da CLT, que era, anteriormente, de 84 dias. Esse prazo poderá, entretanto, ser aumentado, em casos excepcionais, mediante atestado médico, para duas semanas no período que antecede o parto, e duas semanas depois do parto (art. 392, § 2º, da CLT). Também, com a instituição do "Programa Empresa Cidadã", pela Lei n. 11.770/2008, a licença pode ser prorrogada por sessenta dias mediante incentivo fiscal.

O período da licença-maternidade, em que a mulher não trabalha, mas recebe seus salários, é de *interrupção* do contrato de trabalho, como lembra Pedro

Paulo Teixeira Manus: "Trata-se, como em outros casos, de período de interrupção do contrato de trabalho, já que inexiste prestação de serviços, mas há pagamento de salário. Tanto assim é que o próprio legislador constitucional cuidou de afirmar que se trata de licença *sem prejuízo do emprego e do salário*"[126].

A licença-maternidade é, na verdade, um *benefício previdenciário*, custeado pelos empregadores como um todo – contribuições calculadas sobre a folha de pagamento.

Daí observar Valentin Carrion:

"Houve evolução do instituto, deixando de ser encargo direto do empregador que contratou a gestante para ser suportado pelo empresariado como um todo, transformando-se em um instituto previdenciário, com vantagens para a empresa contratante e principalmente para a própria mulher, que terá menos razões de ser discriminada na contratação. Por isso, por essa evolução do instituto, deve-se considerar que o acréscimo constitucional (12 semanas ou 84 dias para 120 dias, pela Constituição Federal de 1988), é um direito previdenciário, que não obriga ao pagamento pelo empregador, mas apenas a permitir a ausência da gestante nesses dias todos, com licença remunerada pelo INSS"[127].

Para Amauri Mascaro Nascimento, são *cinco os princípios constitucionais* relacionados ao direito de licença à gestante:

"O *primeiro princípio* é o direito à licença, assegurado à gestante, para que possa, no período próximo ao parto, afastar-se das obrigações decorrentes do contrato de trabalho.

O *segundo princípio* é a manutenção da remuneração durante o afastamento, que, em consequência, caracteriza-se como interrupção do contrato de trabalho. É como se não tivesse havido desligamento. Todos os direitos salariais devem ser mantidos, não só o salário-base mas, também, os demais complementos de natureza remuneratória, sobre todos incidindo os mesmos encargos sociais previstos para todo e qualquer salário.

O *terceiro princípio* é a proibição de prejuízos ao emprego, questão que provoca discussões sobre a extensão dessa garantia. A Constituição garante a estabilidade da gestante no emprego (CF, art. 10, II, *b*, das Disposições Transitórias), desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Logo, durante a licença-gestante, esta não poderá ser despedida imotivadamente.

O *quarto princípio* é o prazo de 120 dias.

Sensível à necessidade de proteção do trabalho da mulher contra discriminações decorrentes da concessão de direitos sociais, como a licença-maternidade, a Constituição fixa o princípio segundo o qual a lei ordinária estabelecerá critérios destinados à proteção do mercado de trabalho da mulher, *quinto princípio constitucional* dentre os que regem a matéria"[128].

A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, II, *b*, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.

A Lei Penal admite o aborto, praticado por médico, quando não há outro meio de salvar a vida da gestante, ou, ainda, quando a gravidez resulte de es-

126. Ob. cit., p. 35, grifo nosso.

127. Ob. cit., p. 248.

128. *Direito do Trabalho na Constituição de 1988*, cit., p. 184.

tupro e o aborto é consentido pela gestante, ou seu representante legal, se incapaz (CP, art. 128, I e II).

Fora dessas condições, todo aborto é criminoso.

Nos termos do art. 395 da CLT, na ocorrência de *aborto não criminoso*, comprovado por atestado médico oficial, a mulher tem direito a um repouso remunerado de duas semanas, com direito ao retorno ao trabalho, após esse período.

O *parto antecipado* não tira à mulher o direito à licença-maternidade de que é, igualmente, de *cento e vinte dias*, *ex vi* do disposto no § 3º do art. 392 da CLT, acrescido pela Lei n. 10.421, de 15-4-2002.

Licença-maternidade à mãe adotiva

A Lei n. 10.421, de 15-4-2002, havia acrescentado à CLT o art. 392-A e seus parágrafos, estendendo a licença-maternidade à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial de crianças, na seguinte proporção:

I – criança até um ano, licença de *cento e vinte dias*;

II – a partir de um ano até quatro anos, licença de *sessenta dias*;

III – de quatro até oito anos, licença de *trinta dias*.

A matéria, no entanto, foi recentemente alterada pela Lei n. 12.010, de 3-8-2009, que revogou os §§ 1º a 3º do referido dispositivo. Dessa forma, passa-se a conceder à mãe adotante o período integral da licença-maternidade (120 dias), independentemente da idade da criança adotada.

A licença em apreço está condicionada à apresentação de *termo judicial* da adoção ou guarda da criança.

A extensão da licença-maternidade à mãe adotiva tem o manifesto propósito de incentivar a adoção de crianças abandonadas por seus legítimos pais e entregues a asilos públicos ou sociedade beneficentes.

A fonte de custeio das despesas decorrentes da licença-maternidade à mãe adotiva é a mesma que custeia as seguradas gestantes – a Previdência Social.

7. *Prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal*

A Lei n. 11.770, de 9-9-2008 (*DOU*, 10-9-2008), instituiu o denominado *Programa Empresa Cidadã*, destinado à prorrogação da licença-maternidade, mediante concessão de incentivo fiscal.

São pressupostos da prorrogação:

I – o prazo de prorrogação é de sessenta dias;

II – é facultativo, já que o empregador, pessoa jurídica, não está obrigado a concedê-la;

III – depende, outrossim, da solicitação da empregada, até o final do primeiro mês após o parto;

IV – durante o período da prorrogação, a empregada terá direito à remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo Regime Geral da Previdência Social;

V – no período da prorrogação, a empregada não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche – sob pena de perda do direito de prorrogação;

VI – a pessoa jurídica (o empregador) tributada com base no lucro real poderá deduzir, do imposto devido em cada período de apuração, o total da remuneração integral da empregada pago nos sessenta dias da prorrogação de sua licença – vedada a dedução como despesa operacional.

8. *Estabilidade da gestante*

Considerando a natureza previdenciária da licença-maternidade e, obviamente, procurando zelar pela manutenção do emprego à gestante, o art. 10, II, *b*, das Disposições Constitucionais Transitórias, instituiu a chamada *estabilidade da gestante*:

"Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:

(...)

II – fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

(...)

b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto".

Em consequência, salvo a ocorrência de justa causa (art. 482 da CLT), a empregada gestante não poderá ser dispensada no período mencionado – "desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto". É a chamada estabilidade da gestante.

Doutrina e jurisprudência agasalham entendimento diverso sobre a "confirmação da gravidez", entendendo vasta corrente tratar-se de *responsabilidade objetiva*, tornando irrelevante o conhecimento da gravidez pelo empregador, bastando esta para a confirmação da estabilidade no emprego:

"I – O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, *b*, do ADCT).

II – A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.

III – A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea *b*, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado" (Súmula 244 do TST).

À empregada doméstica é assegurada estabilidade da gestante, como dispõe o art. 4º da Lei n. 5.859, de 11-12-1972, com a redação dada pela Lei n. 11.324, de 19-7-2006:

"É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto".

9. *Estabilidade da gestante: direito à reintegração*

Nos termos do item II da Súmula 244 do TST:

"A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade".

10. *Trabalho prejudicial à gestante*

Na eventualidade de o trabalho ser prejudicial à gestação, faculta o art. 394 da CLT a rescisão do contrato de trabalho pela mulher, independentemente de aviso prévio ou descontos de seu salário (art. 487, § 2º, da CLT).

11. *Repouso remunerado em caso de aborto não criminoso*

Aborto não criminoso é aquele decorrente de ato espontâneo para o qual a mulher não tenha concorrido, como hemorragia, entre outras causas, ou permitido pela legislação penal:

"I – se não há outro meio de salvar a vida da gestante; II – se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal" (art. 128).

Na ocorrência desses fatos, devidamente comprovados por atestado médico oficial, fará jus a empregada a um *repouso remunerado de duas semanas*, ficando-lhe assegurado o direito de retornar a sua função.

O salário pago à gestante, nesse período, é *prestação previdenciária*, decorrente das contribuições patronais, com base na folha de pagamento. O empregador efetua o pagamento, descontando-o das contribuições previdenciárias a que está obrigado por força de lei.

Trata-se, portanto, de *benefício previdenciário*.

12. *Intervalo para amamentação*

No período de seis meses, prorrogáveis quando o exigir a saúde do filho, a empregada tem direito a *dois intervalos*, de meia hora cada, durante a jornada de trabalho, para amamentá-lo.

O empregador, salvo a existência de creche (a que não está obrigado), deve, todavia, manter berçário, com sala de amamentação, cozinha dietética e instalação sanitária, quando possua pelo menos trinta empregadas com mais de dezesseis anos (arts. 389, § 1º, e 400 da CLT).

A infração a tais regras implica multa administrativa.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 244 do Tribunal Superior do Trabalho. Gestante. Estabilidade provisória.** (Incorporadas as Orientações Jurisprudenciais n. 88 e 196 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, *b*, do ADCT).

II – A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.

III – A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea *b*, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 44 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Gestante. Salário maternidade.** É devido o salário maternidade, de 120 dias, desde a promulgação da CF/88, ficando a cargo do empregador o pagamento do período acrescido pela carta.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 30 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Estabilidade da gestante. Renúncia ou transação de direitos constitucionais. Impossibilidade.** (Republicada em decorrência de erro material – *DEJT*, 19, 20 e 21-9-2011) Nos termos do art. 10, II, *b*, do ADCT, a proteção à maternidade foi erigida à hierarquia constitucional, pois retirou do âmbito do direito potestativo do empregador a possibilidade de despedir arbitrariamente a empregada em estado gravídico. Portanto, a teor do artigo 9º da CLT, torna-se nula de pleno direito a cláusula que estabelece a possibilidade de renúncia ou transação,

pela gestante, das garantias referentes à manutenção do emprego e salário.

▷ **Precedente Normativo n. 6 do Tribunal Superior do Trabalho. Garantia de salário no período de amamentação.** (positivo). É garantido às mulheres, no período de amamentação, o recebimento do salário, sem prestação de serviços, quando o empregador não cumprir as determinações dos §§ 1º e 2º do art. 389 da CLT.

▷ **Precedente Normativo n. 22 do Tribunal Superior do Trabalho. Creche.** (positivo). Determina-se a instalação de local destinado à guarda de crianças em idade de amamentação, quando existentes na empresa mais de 30 (trinta) mulheres maiores de 16 (dezesseis) anos, facultado o convênio com creches.

▷ **Precedente Normativo n. 113 do Tribunal Superior do Trabalho. Transporte de acidentados, doentes e parturientes.** (positivo). Obriga-se o empregador a transportar o empregado, com urgência, para local apropriado, em caso de acidente, mal súbito ou parto, desde que ocorram no horário de trabalho ou em consequência deste. (Ex-JN 821)

▷ **Acordo de compensação. Mulher.** Após o advento da atual Constituição, os acordos de compensação envolvendo mulheres não mais dependem, para sua eficácia, da intervenção da entidade sindical. (TRT/12ª R., Ac. 3.989, j. 6-3-2001, RO 8.316, de 2000, 3ª T., Rel. Juiz Marcus Pina Mugnaini, *DJ/SC*, 2-5-2001)

▷ **Recurso de Revista. Gestante. Auxílio-maternidade.** A garantia à empregada gestante consagrada no art. 10, inciso II, letra *b*, do ADCT, não cuida da estabilidade e sim da garantia de emprego, por ser direito consagrado por teoria objetiva, qual seja, a existência do estado de gestação. A garantia prevista constitucionalmente veio para proteger a maternidade e o nascituro. O art. 131 da CLT prevê que durante o licenciamento compulsório da empregada por motivo de maternidade o salário maternidade será custeado pela Previdência Social, cujo benefício somente é devido à mulher empregada. Sendo o auxílio-maternidade uma norma de direito público, uma vez que é o Estado que arca com o benefício, esta não pode ser negociada. Recurso de Revista conhecido e desprovido. (TST, RR 459.432, de 1998, j. 23-5-2001, 3ª T., Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula, *DJ*, 24-8-2001)

▷ **Empregada doméstica. Salário-maternidade. Desconhecimento do estado gravídico.** O desconhecimento da gravidez quando da despedida sem justa causa da empregada, não exime o empregador da obrigação pelo pagamento do salário-maternidade, pois o art. 7º, parágrafo único, da Constituição Federal, combinado com o inciso XVIII do mesmo dispositivo constitucional, ao contemplar a empregada doméstica com a licença à gestante, não impôs qualquer condição. Efetivamente, o direito ao salário-maternidade pressupõe tão somente o estado gravídico da empregada na constância do contrato de trabalho. Logo, se a empregada grávida ficou impedida de gozar da licença à gestante, porque despedida injustamente, deve o empregador responder pelo ônus respectivo, convertendo-se o pagamento do salário-maternidade em indenização. Trata-se, na realidade, de uma responsabilidade objetiva decor-

mediante seu trabalho, o necessário à subsistência.

Tamanha a importância da Constituição alemã, de 1919, sobre os direitos sociais, que assim se manifestou Mário de La Cueva, na sua consagrada obra *Derecho Mexicano del Trabajo*:

"La Constitución de Weimar fue la obra europea más importante de la primera post-guerra-mundial. En ella plasmaron los ideales de una democracia social y muchos de los anhelos de los trabajadores"[2].

Com a promulgação da Constituição de Weimar, com efeito, o Direito Internacional do Trabalho ganha extraordinário impulso.

Por força do estabelecido no art. 23 do Pacto das Sociedades das Nações, obrigavam-se os países signatários a assegurar condições de trabalho equitativas e humanitárias para o homem, a mulher e a criança, em seus próprios territórios e nos países a que estendessem suas relações de comércio e indústria, para o que se obrigavam a criar as organizações internacionais que se fizessem necessárias.

Estava, pois, plantada a ideia que se concretizaria com o Tratado de Versalhes, criando a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com sede em Genebra (Suíça).

Dentre outros objetivos, busca a OIT, em todas as nações, instituir:

"1º) o pleno emprego e a elevação dos níveis de vida;

2º) o emprego de trabalhadores nas ocupações em que possam ter a satisfação de dar a mais ampla medida de suas habilidades e de oferecer sua maior contribuição ao bem-estar comum;

3º) o oferecimento, como meio para lograr esse fim e sob garantias adequadas para todos os interessados, de possibilidades de formação profissional e a transferência de trabalhadores, incluindo as migrações de mão de obra e de colonos;

4º) a adoção, em matéria de salários e rendimentos, jornada e outras condições de trabalho, de medidas destinadas a garantir a todos uma justa participação nos frutos do progresso e um salário mínimo vital para todos os que tenham um emprego e necessitem de tal proteção;

5º) o reconhecimento efetivo do direito às negociações coletivas; a cooperação de empresas e de trabalhadores para melhorar continuamente a eficiência da produção; e a colaboração de trabalhadores e empregadores na preparação e aplicação das medidas sociais e econômicas;

6º) a extensão das medidas de seguridade social para prover um rendimento básico aos que necessitam de tal proteção e assistência médica completa;

7º) a proteção adequada à vida e à saúde dos trabalhadores, em todas as ocupações;

8º) a proteção à infância e à maternidade;

9º) a facilidade de alimentos, habitação, recreio e cultura adequados;

10º) a garantia de iguais oportunidades educativas e profissionais"[3].

2. O Direito do Trabalho no Brasil

No Brasil, a rigor, a questão social só passou a preocupar o Poder Político após a

2. Mário de La Cueva, *Derecho Mexicano del Trabajo*, México, Porrúa, 1949, t. 1, p. 41.

3. Arnaldo Süssekind, Délio Maranhão, Segadas Viana, *Instituições de Direito do Trabalho*, 2. ed., Freitas Bastos, 1961.

rente dos riscos inerentes à condição de empregador. Revista conhecida e desprovida. (TST, RR 356.978, de 1997, j. 10-5-2000, 5ª T., Rel. Min. Rider Nogueira de Brito, *DJ*, 2-6-2000)

▷ **Intervalo para amamentação. Pagamento.** Não existe previsão legal de pagamento pelo período em que a mulher amamenta seu filho. O empregador é obrigado a conceder o intervalo e não a pagá-lo. Caso não o conceda, incide em infração administrativa, mas não são devidas horas extras, por falta de previsão legal. A reclamante já recebeu pelos dias trabalhados. (TRT/SP, Ac. 20010506556, j. 7-8-2001, RO01 20000324919, 3ª T., Rel. Sérgio Pinto Martins, *DOE/SP*, 21-8-2001)

▷ **Gestante. Reintegração recusada. Direito aos salários do período referente à licença-maternidade.** Defere-se o pagamento dos salários referentes ao período de licença-maternidade (120 dias – art. 7º, inciso XVIII, da Carta Magna e art. 392 celetário), considerando, para tanto, que quando da proposição da reintegração, a reclamante já se encontrava no sexto mês de gravidez, bem como a natureza da função por ela exercida — ascensorista, cujas características peculiares à função já levam a crer que realmente seria penoso executar seu mister sem incômodos. Contudo, não faz jus à indenização correspondente ao período da estabilidade assegurada constitucionalmente (ADCT, art. 10, II, *b*), uma vez recusada a reintegração proposta pelo reclamado no sétimo mês de gravidez, consoante sobressai de seu depoimento pessoal. (TRT/9ª R., Ac. 2.169, j. 26-1-2001, RO 10.674, de 1999, Rel. Desig. Juíza Rosemarie Diedrichs Pimpão, *DJPr*, 26-1-2001)

▷ **Estabilidade provisória. Aborto.** Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de duas semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento. Recurso de revista da reclamante conhecido e não provido. (TST, Ac. 269.064, j. 6-5-1998, RR 269.064, de 1996, 5ª T., Rel. Min. Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo, *DJ*, 5-6-1998)

▷ **Garantia de emprego à gestante. Fechamento de empresa. Art. 10, inciso II, letra *b*, do ADCT.** A empregada gestante faz jus à estabilidade de emprego conferida pelo art. 10, inciso II, alínea *b*, do ADCT, ainda que a despedida tenha ocorrido em virtude do fechamento da empresa, por se tratar, no caso, de uma garantia visando a não privar a gestante da conservação de um emprego que é vital para o nascituro, já que o salário percebido será utilizado em favor da subsistência e nutrição deste. (TST, j. 12-9-2001, RR 402.630, de 1997, 2ª T., Rel. Min. Vantuil Abdala, *DJ*, 5-10-2001)

Capítulo IV
Da Proteção do Trabalho do Menor

Seção I
Disposições gerais

Art. 402. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de 14 (quatorze) até 18 (dezoito) anos. (Redação dada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

Parágrafo único. O trabalho do menor reger-se-á pelas disposições do presente Capítulo, exceto no serviço em oficinas em que

trabalhem exclusivamente pessoas da família do menor e esteja este sob a direção do pai, mãe ou tutor, observado, entretanto, o disposto nos arts. 404, 405 e na Seção II. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 403. É proibido qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos. (Redação dada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola. (Redação dada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

a) (Revogada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

b) (Revogada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

Art. 404. Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas.

Art. 405. Ao menor não será permitido o trabalho: (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

I – nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para esse fim aprovado pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho; (Nos termos da Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

II – em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 1º (Revogado pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

§ 2º O trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá de prévia autorização do Juiz da Infância e da Juventude, ao qual cabe verificar se a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à sua formação moral. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 3º Considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho:

a) prestado de qualquer modo em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarés, *dancings* e estabelecimentos análogos;

b) em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes;

c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral;

d) consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas. (Parágrafo e alíneas com redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 4º Nas localidades em que existirem, oficialmente reconhecidas, instituições destinadas ao amparo dos menores jornaleiros, só aos que se encontrem sob o patrocínio dessas entidades será outorgada a autorização do trabalho a que alude o § 2º. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 5º Aplica-se ao menor o disposto no art. 390 e seu parágrafo único. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 406. O Juiz da Infância e da Juventude poderá autorizar ao menor o trabalho a que se referem as letras *a* e *b* do § 3º do art. 405:

I – desde que a representação tenha fim educativo ou a peça de que participe não possa ser prejudicial à sua formação moral;

II – desde que se certifique ser a ocupação do menor indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e não advir nenhum prejuízo à sua formação moral. (*Caput* e incisos com redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 407. Verificado pela autoridade competente que o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou à sua moralidade, poderá ela obrigá-lo a abandonar o serviço, devendo a respectiva empresa, quando for o caso, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de funções. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Parágrafo único. Quando a empresa não tomar as medidas possíveis e recomendadas pela autoridade competente para que o menor mude de função, configurar-se-á a rescisão do contrato de trabalho, na forma do art. 483. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 408. Ao responsável legal do menor é facultado pleitear a extinção do contrato de trabalho, desde que o serviço possa acarretar para ele prejuízos de ordem física ou moral. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 409. Para maior segurança do trabalho e garantia da saúde dos menores, a autoridade fiscalizadora poderá proibir-lhes o gozo dos períodos de repouso nos locais de trabalho.

Art. 410. O Ministro do Trabalho poderá derrogar qualquer proibição decorrente do quadro a que se refere o inciso I do art. 405 quando se certificar haver desaparecido, parcial ou totalmente, o caráter perigoso ou insalubre, que determinou a proibição.

Seção II
Da duração do trabalho

Art. 411. A duração do trabalho do menor regular-se-á pelas disposições legais relativas à duração do trabalho em geral, com as restrições estabelecidas neste Capítulo.

Art. 412. Após cada período de trabalho efetivo, quer contínuo, quer dividido em 2 (dois) turnos, haverá um intervalo de repouso, não inferior a 11 (onze) horas.

Art. 413. É vedado prorrogar a duração normal diária do trabalho do menor, salvo:

I – até mais 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, mediante convenção ou acordo coletivo nos termos do Título VI desta Consolidação, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) horas semanais ou outro inferior legalmente fixado;

II – excepcionalmente, por motivo de força maior, até o máximo de 12 (doze) horas, com acréscimo salarial de pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora normal e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento. (*Caput* e incisos com redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Parágrafo único. Aplica-se à prorrogação do trabalho do menor o disposto no art. 375, no parágrafo único do art. 376, no art. 378 e no art. 384 desta Consolidação. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 414. Quando o menor de 18 (dezoito) anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.

Seção III
Da admissão em emprego e da Carteira de Trabalho e Previdência Social

Art. 415. (Revogado pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)

Arts. 416 e 417. (Revogados pela Lei n. 5.686, de 3-8-1971.)

Art. 418. (Revogado pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

Arts. 419 a 423. (Revogados pela Lei n. 5.686, de 3-8-1971.)

Seção IV
Dos deveres dos responsáveis legais de menores e dos empregadores. Da aprendizagem

Art. 424. É dever dos responsáveis legais de menores, pais, mães, ou tutores, afastá-los de empregos que diminuam consideravelmente o seu tempo de estudo, reduzam o tempo de repouso necessário à sua saúde e constituição física, ou prejudiquem a sua educação moral.

Art. 425. Os empregadores de menores de 18 (dezoito) anos são obrigados a velar pela observância, nos seus estabelecimentos ou empresas, dos bons costumes e da decência pública, bem como das regras de higiene e medicina do trabalho.

Art. 426. É dever do empregador, na hipótese do art. 407, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de serviço.

Art. 427. O empregador, cuja empresa ou estabelecimento ocupar menores, será obrigado a conceder-lhes o tempo que for necessário para a frequência às aulas.

Parágrafo único. Os estabelecimentos situados em lugar onde a escola estiver a maior distância que 2 (dois) quilômetros, e que ocuparem, permanentemente, mais de 30 (trinta) menores analfabetos, de 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos, serão obrigados a manter local apropriado em que lhes seja ministrada a instrução primária.

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. (Redação dada pela Lei n. 11.180, de 23-9-2005.)

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o *caput* deste artigo caracteriza-se por suas atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

§ 5º A idade máxima prevista no *caput* não se aplica a aprendizes portadores de deficiência. (Parágrafo incluído pela Medida Provisória n. 251, de 14-6-2005.)

§ 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização. (Parágrafo incluído pela Lei n. 11.180, de 23-9-2005.)

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máxi-

mo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (Redação dada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

a) (Revogada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

b) (Revogada pelo Dec.-lei n. 9.576, de 12-8-1946.)

§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o *caput*, darão lugar à admissão de um aprendiz. (Redação dada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

§ 2º Os estabelecimentos de que trata o *caput* ofertarão vagas de aprendizes a adolescentes usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os estabelecimentos e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais. (Parágrafo incluído pela Lei n. 12.594, de 18-1-2012.)

Art. 430. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:

I – Escolas Técnicas de Educação;

II – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (*Caput* e incisos com redação dada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

Art. 431. A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços. (Redação dada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

a) (Revogada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

b) (Revogada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

c) (Revogada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

Parágrafo único. (*Vetado*.) (Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

Art. 432. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de 6 (seis) horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada. (Redação dada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até 8 (oito) horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica. (Redação dada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

§ 2º (Revogado pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o

aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5º do art. 428 desta Consolidação, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses: (Redação dada pela Lei n. 11.180, de 23-9-2005.)

a) (Revogada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

b) (Revogada pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz; (Inciso incluído pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

II – falta disciplinar grave; (Inciso incluído pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou (Inciso incluído pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

IV – a pedido do aprendiz. (Inciso incluído pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

§ 1º (Revogado pela Lei n. 3.519, de 30-12-1958.)

§ 2º Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

Seção V
Das penalidades

Art. 434. Os infratores das disposições deste Capítulo ficam sujeitos à multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com a lei, não podendo, todavia, a soma das multas exceder a 5 (cinco) vezes o salário mínimo, salvo no caso de reincidência, em que esse total poderá ser elevado ao dobro. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 435. Fica sujeita à multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional e ao pagamento da emissão de nova via a empresa que fizer na Carteira de Trabalho e Previdência Social anotação não prevista em lei. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Arts. 436 e 437. (Revogados pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)

Art. 438. São competentes para impor as penalidades previstas neste Capítulo os Delegados Regionais do Trabalho ou os funcionários por eles designados para tal fim[129].

Parágrafo único. O processo, na verificação das infrações, bem como na aplicação e cobrança das multas, será o previsto no título "Do Processo de Multas Administrativas", observadas as disposições deste artigo.

Seção VI
Disposições finais

Art. 439. É lícito ao menor firmar recibo pelo pagamento dos salários. Tratando-se, porém, de rescisão do contrato de trabalho, é vedado ao menor de 18 (dezoito) anos dar, sem assistência dos seus responsáveis legais, quitação ao empregador pelo recebimento da indenização que lhe for devida.

---

129. Redação original alterada tendo em vista as disposições contidas na Lei n. 8.422, de 13-5-1992 – "Art. 11. As Delegacias Regionais de Trabalho (DRT), incorporadas às unidades descentralizadas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pela Lei n. 8.099, de 5 de dezembro de 1990, ficam reinstituídas, com as competências e atribuições dos titulares, especialmente as estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho". *Vide* também Lei n. 9.649, de 27-5-1998, e Medida Provisória n. 2.216-37, de 31-8-2001, que atribuem competência ao Ministério do Trabalho e Emprego para a "fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, bem como aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas" (art. 14, XIX, *c*).

Art. 440. Contra os menores de 18 (dezoito) anos não corre nenhum prazo de prescrição.

Art. 441. O quadro a que se refere o item I do art. 405 será revisto bienalmente. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

► Comentários

1. Normas constitucionais de proteção ao trabalho do menor

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 7º, XXXIII, estabelece as seguintes regras para o trabalho do menor: a) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre; b) proibição de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; c) no art. 227, § 3º, assegura-lhes os seguintes direitos: I – previdenciários e trabalhistas; II – acesso à escola.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, estabelece disposições a serem observadas relativamente ao aprendizado (Lei n. 8.069, de 13-7-1990).

2. Idade mínima para o trabalho

A Constituição Federal de 1988, no seu art. 7º, XXXIII, proíbe o trabalho ao menor de *dezesseis anos*, salvo na condição de *aprendiz* (dos quatorze aos dezoito anos de idade).

As Constituições de *1824* (Imperial) e a Republicana de *1891* nada dispuseram a respeito. A primeira Constituição Federal a cuidar da questão foi a de *1934* (art. 121, letra *d*), seguindo-se-lhe a Constituição Federal de *1937* (art. 137, letra *j*), ambas estabelecendo o limite de *quatorze anos* para o trabalho, princípio mantido pela Carta Magna de *1946* (art. 157, IX). Esse limite foi reduzido para *doze anos*, pela Constituição Federal de *1967* (art. 158, X).

Originariamente, a Constituição Federal de 1988 fixava o limite de *quatorze anos*: "XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz".

A *Emenda n. 20*, de 15-12-1998, houve por bem elevar a proibição para *dezesseis anos*. Assim sendo, nenhum menor de dezesseis anos pode trabalhar, salvo em se tratando de *aprendizado metódico*, a partir dos *quatorze* até os dezoito anos.

3. Aprendizagem metódica

A Lei n. 8.069, de 13-7-1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, adaptando-se à Emenda Constitucional n. 20/98 e à promulgação da Convenção 182 e a Recomendação 190, da OIT, declara no seu art. 60 – "é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz". E, no art. 62, dispõe que: "considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor".

Segundo o diploma legal nominado, a formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I – garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;

II – atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III – horário especial para o exercício das atividades.

A legislação infraconstitucional já trazia no seu bojo normas disciplinadoras do aprendizado – arts. 428 a 433 da CLT.

O contrato de aprendizagem é, necessariamente, *escrito*, não podendo ser

estipulado por prazo superior a *dois anos*, exceto quando se tratar de menor aprendiz portador de deficiência.

A formação técnico-profissional, enfatiza o art. 428, § 4º, da CLT, caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

O art. 429 da CLT torna *obrigatório* aos estabelecimentos de qualquer natureza empregar e matricular, nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, número de aprendizes equivalentes a 5% no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores neles existentes.

Observe-se que, a par do aprendizado mencionado, o empregador que empregue menores é *obrigado* a conceder-lhes tempo necessário para a frequência às aulas (art. 427 da CLT).

A jornada de trabalho do aprendiz não excederá de *6 horas diárias* (art. 432 da CLT). Este limite pode ser estendido até *8 horas diárias*, para aqueles que tiverem completado o ensino fundamental.

O contrato de aprendizagem extingue-se no término do prazo nele fixado (2 anos), ou quando o aprendiz completa dezoito anos.

4. *Microempresas e empresas de pequeno porte*

Em conformidade com o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (LC n. 123/2006), tais empresas estão dispensadas de empregar aprendizes, mas, se o fizerem, como observa Julpiano Chaves Cortez (in *Comentários ao Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte*, Saraiva, 2008), estarão dispensadas de os matricular nos cursos profissionalizantes.

5. *Jornada de trabalho do menor não sujeito a aprendizado (16 a 18 anos)*

Nos termos do art. 411 da CLT, a duração do trabalho do menor rege-se pelas disposições pertinentes à duração do trabalho em geral (arts. 58 e seguintes) com as restrições estabelecidas nos arts. 412 a 414, a saber:

I – após cada período de trabalho, contínuo ou dividido em turnos, intervalo para repouso, nunca inferior a 11 horas;

II – *é proibido o trabalho extraordinário* – salvo para a compensação, normalmente com a supressão do expediente aos sábados – a chamada "semana inglesa", mediante acordo ou convenção coletiva, ou ainda na ocorrência de *força maior* (arts. 501 e s.).

6. *Proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre*

Como já se observou, a Constituição Federal de 1988, no seu art. 7º, XXXIII, é de clareza cristalina, vedando o trabalho do menor em período noturno: "proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito)...".

Assim, qualquer legislação infraconstitucional que admita o trabalho noturno ao menor está, incontestavelmente, revogada.

Observe-se que o trabalho noturno urbano é aquele que se processa das 22 às 5 horas, e, no setor rural, das 21 às 5 horas (na Lavoura), e das 21 às 4 horas (na Pecuária).

A mesma proibição subsiste com relação ao trabalho em condições de periculosidade e insalubridade: "proibição de trabalho... perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito)...".

7. *Quitação dos direitos trabalhistas*

Em conformidade com o disposto no art. 439 da CLT, *é lícito ao menor passar recibo de salários*. Em se tratando de recibo, ou qualquer outro documento, de *rescisão e quitação* do contrato de trabalho, é indispensável a assinatura de seus responsáveis.

Tal assistência, a nosso ver, pode ser suprida com a assinatura do respectivo sindicato:

"A assistência sindical prestada nos termos do § 1º, do art. 477 da CLT, supre aquela prevista no art. 439" (TRT/SP, RO 029002440497, Rel. Juiz Roberto Ferraiolo, *DOE/SP*, 10-9-1992, p. 126).

Sem o atendimento a uma ou outra exigência (responsáveis legais ou sindicato), a quitação é nula de pleno direito:

"Pedido de dispensa e termo de rescisão firmados por menor, sem assistência do responsável, hão de ser considerados nulos, por ausência de formalidade essencial" (TRT/RJ, RO 15.756/93, 1ª T., Rel. Juiz Carlos José Schaefer, *DJ/RJ*, 31-7-1995, p. 215).

8. *Prescrição*

Contra os menores de dezoito anos não corre nenhum prazo de prescrição – art. 440 da CLT.

O princípio é comum tanto ao menor trabalhador urbano como ao menor que labora no setor rural – Lei n. 5.889, de 8-6-1973, art. 10, parágrafo único.

9. *Penalidades*

Os arts. 434 a 438 da CLT cuidam das penalidades impostas àqueles que burlem a legislação pertinente aos menores, consistentes em penas pecuniárias, atualizadas na forma da lei.

10. *Frequência às aulas*

Objetivando a educação do menor, assegura-lhe a legislação (art. 427 da CLT) tempo necessário para a frequência às aulas.

O acesso à educação tanto é dever do Estado como, igualmente, dever de todos, ou seja, da família e das empresas, de um modo geral, como, aliás, enfatiza a Constituição Federal de 1988:

"Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Por isso o ônus imposto ao empregador – a concessão de tempo suficiente para que o menor possa ingressar na sala de aula no horário prefixado pelas escolas.

Na eventualidade de a empresa possuir mais de trinta menores analfabetos, entre 14 e 18 anos, distanciando-se a escola mais de 2 Km, estará obrigada a manter local adequado para que as aulas sejam ministradas.

▶ *Jurisprudência*

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 26 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho.** Salário normativo. Menor empregado. Art. 7º, XXX, da CF/88. Violação. Os empregados menores

não podem ser discriminados em cláusula que fixa salário mínimo profissional para a categoria.

▷ **Convenção coletiva. Cláusula discriminatória do trabalho do menor. Nulidade.** O menor só presta serviço sob duas condições: na qualidade de aprendiz e na condição de empregado. Nesta última o menor não pode sofrer qualquer discriminação salarial pelo simples fato da menoridade. Dispositivo normativo que consigna pagamento diferenciado para o menor empregado, além de infringir o princípio da igualdade inserto no inciso XXX da Carta Política vigente e no art. 462 consolidado, afronta da mesma forma o princípio da proteção do trabalhador, que rege a aplicação do direito do trabalho, sendo nulo de pleno direito. Pedido Anulatório formulado em Ação Anulatória, julgado procedente por unanimidade. (TRT/24ª R., Ac. 5.140, j. 31-10-1995, AD 22, de 1995, Tribunal Pleno, Rel. João de Deus Gomes de Souza, *DJ/MS*, 7-12-1995)

▷ **Adicional de horas extras. Regime compensatório.** Em razão da condição de menoridade do reclamante e da proibição a este de trabalho em local insalubre, resta afastada a validade do ajuste compensatório havido entre as partes. Aplicação do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e do inciso I do art. 405 da CLT. Decisão de origem que se mantém, ainda que por fundamento diverso, quanto à condenação da reclamada ao pagamento do adicional de horas extras decorrente da ilegalidade do regime compensatório, com reflexos no FGTS com a multa de 40%. (TRT/4ª R., RO 00802.381/96-0, j. 4-3-1999, 6ª T., Rel. Juíza Beatriz Zoratto Sanvicente, *DJ*, 22-3-1999)

▷ **Previdenciário. Rurícola. Prova da atividade rurícola. Súmula 7/STJ. Atividade exercida antes dos 14 anos de idade. Contagem de tempo de serviço para fins previdenciários. Possibilidade.** O reconhecimento do tempo de serviço rural, denegado pelo Tribunal *a quo*, com base nas provas produzidas, requer a reapreciação do quadro fático dos autos, inviável em sede de apelo especial, incidindo o óbice da Súmula n. 7 do STJ. O trabalho precoce, quanto mais de crianças menores de quatorze anos, tem sido repudiado por nosso sistema normativo com vistas à proteção da infância. No entanto, a proibição de trabalho em idade inferior a quatorze anos pela Carta Magna, respeitada pelas leis ordinárias, foi estabelecida em benefício dos menores, sendo desarrazoada a interpretação que implique prejuízo aos mesmos. Recurso especial parcialmente conhecido e nesta extensão provido. (STJ, Ac. REsp 335213/RS, j. 9-10-2001, 6ª T., Rel. Min. Vicente Leal, *DJ*, 29-10-2001)

▷ **Relação de emprego. Guarda mirim.** A colocação de menores no mercado de trabalho, como aprendizes, só será permitida se lhes for assegurada a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor. (TRT/15ª R., Ac. 035692/2001, j. 20-8-2001, RO 12.669, de 2000, 1ª T., Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, *DOE/SP*, 20-8-2001)

▷ **Contrato de trabalho de menor aprendiz. Ausência de formação educacional metódica. Descaracterização.** Não há falar em contrato

Revolução de 1930, que elevou Getúlio Vargas à Presidência da República.

Com efeito, nem a Constituição Imperial de 1824 e tampouco a Constituição Republicana de 1891 trazem qualquer disposição disciplinando as relações entre o capital e o trabalho.

A única menção ao trabalho feita pela Constituição Imperial de 1824 (art. 179, § 24) proclamava que nenhum gênero de trabalho podia ser proibido. Contudo, contraditoriamente, no § 25 do mesmo artigo, abolia as corporações de ofício, consagrando, de modo inequívoco, o liberalismo não intervencionista proclamado pelos revolucionários franceses de 1789.

O País, na verdade, inteiramente agrícola e sob o regime da escravidão, não havia ainda despertado para as questões sociais que agitavam a Europa, então em plena Revolução Industrial.

Essa situação não se alterou com a proclamação da República e a promulgação da Constituição de 1891, que, igualmente, não reservou nenhum capítulo às chamadas questões sociais.

País essencialmente católico e com forte influência da Igreja, nem por isso se deixaram, os constituintes de então, contaminar pelas ideias que, três meses após, ou seja, em 15-5-1891, lançavam as bases da *doutrina social da Igreja*, com a Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII.

É bem verdade que, tal como a Constituição anterior, a de 1891, garantia o "livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial" (art. 72, § 24), o que, todavia, não representava qualquer preocupação pela disciplinação legal das relações entre o trabalho e o capital, entregues, como gostam os neoliberalistas, "à livre negociação"!

Não se pode, contudo, olvidar iniciativas isoladas de parlamentares, que lograram a aprovação de leis ordinárias reguladoras de direitos trabalhistas, como, por exemplo, as férias anuais concedidas aos funcionários da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1889, ou, ainda, a Lei n. 1.637, de 5-1-1907, criando, no Brasil, a primeira lei sindical rural (o País era essencialmente agrícola).

Faça-se menção, inclusive, à frustrada tentativa de promulgação de um Código do Trabalho, que, aliás, por iniciativa do então deputado federal Maximiniano de Figueiredo, chegou a ser elaborado.

A promulgação do Código Civil, pela Lei n. 3.071, de 1º-1-1916, disciplinando a *locação de serviços* e a *empreitada* (arts. 1.216 a 1.247), constitui-se, sem dúvida, em marco sumamente importante na história do Direito do Trabalho no Brasil.

Contudo, ainda assim, como enfatiza Segadas Viana[4], "a legislação social no Brasil começou, decididamente, após a Revolução de 1930".

Efetivamente, tão logo vitorioso o movimento que colocou Getúlio Vargas na Presidência do então "Governo Provisório" (Dec. n. 19.398, de 11-11-1930), foi criado o Ministério do Trabalho, tendo à sua frente o Ministro Lindolpho Collor.

Entre outras inovações, cuidou o Governo Vargas de regulamentar o horário de trabalho dos comerciários (Dec. n. 21.186, de 22-3-1932) e dos industriários (Dec. n. 2.364, de 4-5-1932), instituindo, outrossim, as Comissões Mistas de Conciliação (Dec. n. 21.396, de 12-5-1932).

Regulamentou, igualmente, o trabalho das mulheres na indústria e no comércio (Dec. n. 21.417-A, de 17-5-1932),

4. Ob. cit., p. 54.

de trabalho de aprendiz, quando olvidados os requisitos para sua validade, tais como anotação na CTPS, e principalmente, questão essencial e imprescindível, a ausência de formação metódica em ofício e ocupação. (TRT/15ª R., Ac. 025336/ 1999, j. 1º-12-1999, RO 15.313 de 1998, 5ª T., Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva, *DOE/SP*, 1º-12-1999)

▷ **Salário mínimo. Jornada de trabalho reduzida.** O salário mínimo a que se refere o art. 7º, IV, da Constituição Federal é fixado com base na jornada normal de trabalho, ou seja, 8 horas diárias ou 44 semanais, estabelecido pelos arts. 7º, XIII, da Carta Magna e 58 da CLT. Daí por que o menor que labora em jornada de apenas 4 horas diárias não faz jus ao salário mínimo integral, já que a retribuição pecuniária deverá ser proporcional à jornada trabalhada. Recurso de embargos não conhecido. (TST, j. 23-10-2000, ERR 189.914, de 1995, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. Vantuil Abdala, *DJ*, 10-11-2000)

▷ **Dano moral e estético. Acidente de trabalho. Menor aprendiz. Mutilação. Responsabilidade. Indenização.** Caracterizando-se a ação/omissão da reclamada, o dano e o nexo causal entre esse e aquela, emerge de forma cristalina a responsabilidade da empregadora pelo acidente de trabalho, devendo responder pelo dano moral e estético. Agiganta-se ainda mais a obrigação de indenizar quando há mutilação, sendo o trabalhador menor aprendiz, em plena adolescência, período no qual o processo de formação da autoimagem e autoestima oscila do polo positivo ao negativo, sendo que as sequelas deixadas o acompanharão pelo resto de sua vida. (TRT/15ª R., Ac. 023141/2000, j. 4-7-2000, RO 8.628, de 1999, 2ª T., Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero Da Silva, *DOE/SP*, 4-7-2000)

▷ **Contrato de aprendizagem e estabilidade provisória.** O contrato de aprendizagem é, por sua própria natureza, transitório e, por isso mesmo, um contrato a termo, sendo, por via de consequência, incompatível com o instituto da estabilidade provisória. (TRT/SP, Ac. 02960419515, j. 20-8-1996, Proc. 02950095717, 6ª T., Rel. Amador Paes de Almeida, *DOE/SP*, 4-9-1996)

Título IV
Do contrato individual do trabalho

Capítulo I
Disposições Gerais

Art. 442. Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.

Parágrafo único. Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela. (Parágrafo incluído pela Lei n. 8.949, de 9-12-1994.)

Art. 442-A. Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade. (Artigo incluído pela Lei n. 11.644, de 10-3-2008, *DOU* 11-3-2008.)

► *Comentários*

1. *Conceito – natureza jurídica da relação de emprego*

A natureza jurídica da relação de emprego é, doutrinariamente, objeto de controvérsia, podendo-se, para fins didáticos, dividi-la em dois grandes grupos:

a) teoria anticontratualista;

b) teoria contratualista.

Para os adeptos da primeira corrente, não há falar em vínculo contratual, já que manifesta a ausência de vontade da parte, dos empregados, que se limitam a aceitar as condições unilateralmente ditadas pelos empregadores.

Dois são os argumentos básicos dos adeptos da teoria anticontratualista:

a) ausência de livre discussão por parte do empregado;

b) regras de ordem pública, imperativas e impostergáveis, que impedem a livre manifestação da vontade das partes.

Todavia, em que pesem as regras fundamentais ditadas pelo Estado (limitação da jornada de trabalho, salário mínimo, férias etc.) e o fato de o regulamento da empresa decorrer, em grande parte, da vontade do empregador, é inequívoca a liberdade do empregado para aceitar as condições estabelecidas previamente pelo empregador, característica que aproxima o contrato de trabalho com o contrato de adesão, conquanto com este não se confunda. Ressalte-se, por outro lado, que as normas de ordem pública não estão presentes apenas na relação de emprego, mas, a rigor, em todo relacionamento humano.

Daí a advertência de Russomano:

> "A intervenção estatal, delimitando o campo de ação dos indivíduos, está longe de ser novidade na teoria dos contratos. É fonte do espírito da época em que vivemos, que tem conferido ao Estado papel ativo de disciplina e organização social"[130].

Como observa Álvaro Villaça Azevedo, "é a vontade do Estado. É a lei, o or-

130. *O Empregador e o Empregado no Direito Brasileiro*, 7. ed., Rio de Janeiro, Forense, p. 58.

denamento jurídico positivo, que, fazendo surgir certas obrigações, como vimos, acaba por regular todas as outras"[131].

Com efeito, é sobretudo no contrato de trabalho que se faz presente a intervenção estatal, o que é admissível, como forma de se estabelecer o equilíbrio entre empregado e empregador, de molde a assegurar a igualdade entre os contratantes.

Malgrado tais aspectos, é inequívoca a natureza contratual do vínculo laboral, razão por que modernamente se pode falar em *contrato de trabalho*. E, conquanto contrato, com características manifestamente próprias, o que o distingue fundamentalmente dos contratos de Direito Civil.

A CLT, no artigo sob comento, consagra a natureza contratual da relação de emprego: "Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego".

2. *Características do contrato de trabalho*

De manifesta natureza contratual, a relação de emprego, como todo contrato, pressupõe a capacidade das partes e objeto lícito, não havendo, a rigor, forma prescrita em lei (salvo excepcionalmente, como ocorre com o trabalho temporário, de aprendizagem etc.).

Possui, outrossim, características que, embora não lhe sejam exclusivas, dele fazem parte, a saber: é de *natureza privada* – em que pesem as disposições de ordem pública; é, ainda, *consensual*, não se subordinando a formas específicas; basta para configurá-lo o acordo de vontades, tácito ou escrito; ademais disso, é *sinalagmático*, o que põe em relevo sua natureza *bilateral*; é, por outro lado, *comutativo*, por isso que estabelece direitos e obrigações recíprocas – a do empregado, de prestar serviços ou colocar-se à disposição do empregador; a do empregador, de pagar salários.

Há, destarte, de ser permanente, habitual e não eventual ou instantâneo, devendo ser, portanto, de *trato sucessivo*.

3. *Acordo tácito ou expresso*

Um dos princípios fundamentais do Direito do Trabalho é o da *primazia da realidade sob a forma*. Assim, basta a presença dos elementos caracterizadores da relação de emprego para a existência de contrato de trabalho, independentemente de forma escrita (salvo as exceções expressamente previstas em lei).

Por isso, admite a legislação (art. 442 da CLT) o contrato de trabalho *verbal*, o que leva Sérgio Pinto Martins a afirmar, com manifesto acerto, que "a reiteração na prestação de serviços pelo empregado ao empregador, sem oposição do último, caracteriza um ajuste tácito. Em razão da reiteração da prestação de serviços, presume-se que houve um ajuste entre as partes"[132].

4. *O contrato realidade*

O Direito do Trabalho, como se sabe, possui princípios que lhe são próprios e que, por certo, conferem-lhe ampla autonomia no campo da Ciência do Direito.

São as denominadas linhas diretrizes, tão bem conceituadas por Américo Plá Rodriguez:

131. *Teoria Geral das Obrigações*, 3. ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, p. 34.

132. *Comentários à CLT*, cit., p. 361.

"...linhas diretrizes que informam algumas normas e inspiram uma série de soluções, pelo que podem servir para promover e embasar a aprovação de novas normas, orientar a interpretação das existentes e resolver casos não previstos"[133].

Para Alonso Garcia, em obra clássica, por princípios gerais do Direito do Trabalho se há de entender "aquelas linhas diretrizes ou postulados que inspiram o sentido das normas trabalhistas e configuram a regulamentação das relações de trabalho, conforme critérios distintos dos que podem encontrar-se em outros ramos do direito"[134].

Dentre tais princípios ou linhas diretrizes, assume especial relevância no Direito do Trabalho o *princípio tutelar*, que busca conferir igualdade jurídica ao hipossuficiente, em manifesta desigualdade fática com relação ao empregador.

Pedra angular do Direito do Trabalho, como observa Mauricio Godinho Delgado, "influi em todos os segmentos do Direito Individual do Trabalho, influindo na própria perspectiva desse ramo, ao construir-se, desenvolver-se e atuar como direito"[135].

A tutela jurídica se impõe, obviamente não significando isso a incapacidade mental do trabalhador, mas a necessidade de se lhe assegurar igualdade jurídica, em decorrência da manifesta desigualdade econômica com relação ao empregador.

A natureza tutelar do Direito do Trabalho, como põe em relevo Marilena Indira Winter[136], justifica-se porque "recai sobre uma relação jurídica especial, onde a subordinação constitui elemento essencial. Sem ela, não existe relação de emprego, o que afasta a incidência da norma protetiva. Portanto, sempre onde atuar o Direito do Trabalho, haverá uma relação jurídica em que existe desigualdade – que se revela na subordinação. A subordinação, conceitualmente, pressupõe, iniludivelmente, uma sujeição".

Acrescente-se a tal elemento a desigualdade material em que se encontra o empregado, que tem tão somente no salário sua única fonte de subsistência, fatores que, de forma manifesta, justificam o princípio tutelar do Direito do Trabalho, principalmente considerando-se a fragilidade do trabalhador na relação laboral.

Como corolário do princípio tutelar, o Direito do Trabalho não se compraz com os aspectos meramente formais, mas sim com a realidade dos fatos, sobretudo considerando-se a prática usual, de grande número de empregadores, de simular atos negociais inexistentes, para desfigurar legítimas relações empregatícias. Na lição de Mauricio Godinho Delgado, a primazia da realidade sobre os aspectos formais "autoriza a descaracterização de uma pactuada relação civil (a que acrescentaríamos a mercantil), desde que no cumprimento do contrato despontem, concretamente, todos os elementos fático-jurídicos da relação de emprego"[137].

133. *Princípios de Direito do Trabalho*, São Paulo, LTr, 1978, p. 16.

134. *Derecho del Trabajo*, Barcelona, 1960, p. 247.

135. *Princípios de Direito Individual e Coletivo do Trabalho*, cit., p. 41.

136. Proteção jurídica do hipossuficiente no Direito do Trabalho e no Direito do Consumidor, in *Estudos de Direito do Trabalho*, São Paulo, LTr, 1997, p. 465.

137. *Princípios de Direito Individual e Coletivo de Trabalho*, cit., p. 60.

Daí proclamar velho acórdão do TFR, da lavra do Ministro Carlos Mário Velloso:

"O contrato de trabalho encerra uma realidade..." (TFR, RO 2.435, Ac. 2ª T., *DJU*, 1º-8-1977, p. 5171, Valentin Carrion, *Nova Jurisprudência em Direito do Trabalho*, 1977, p. 291, ementa n. 2.285).

Realidade que afasta os aspectos meramente formais, com a consequente primazia dos fatos.

A expressão "contrato-realidade", proposta por Mario de La Cueva[138], é, nos dias atuais, amplamente aceita, não podendo, por isso mesmo, ser ignorada pelo magistrado do trabalho:

"... em atenção a estas considerações, denomina-se ao contrato de trabalho *contrato-realidade*, pois existe não em decorrência do acordo abstrato de vontades, mas sim da realidade da prestação de serviços".

Assim, irrelevante rotular o obreiro de "representante comercial autônomo", ou ainda de "sócio", ou qualquer denominação análoga, com o propósito manifesto de acobertar legítima relação empregatícia.

Positivada a situação de subordinação, a pessoalidade na atividade exercida com habitualidade, patenteada está a relação de emprego.

Na oportuna observação de Jorge Luiz Souto Maior:

"... o ajuste de vontades firmado pelas partes nem sempre se direciona no sentido de reconhecer a existência de uma relação de emprego e apesar disso a relação de emprego, efeito daquele contrato firmado, aparece independente da vontade das partes"[139].

5. *Trabalho autônomo*

A relação de emprego se caracteriza por três elementos fundamentais: a) a *habitualidade*, que se traduz na prestação de serviços com frequência, com habitualidade (e não necessariamente todos os dias); b) a *pessoalidade*, com relação ao prestador de serviços. O empregado é sempre a mesma pessoa, não podendo fazer-se substituir por outrem, nem mesmo eventualmente; c) a *subordinação hierárquica*, ou seja, o empregado presta serviços mediante as ordens diretas do patrão, obrigando-se a cumpri-las fielmente. Tais ordens, porém, devem ser dadas em conformidade com as funções exercidas – não se pode determinar que um escriturário faça a limpeza do local de serviços, pois tais funções seriam do faxineiro, e assim sucessivamente.

O prestador de serviço autônomo, ao revés, trabalha com ampla liberdade, com escolha dos dias, fixando seu próprio horário, sem qualquer subordinação hierárquica, ou seja, não se submete às ordens do tomador de seus serviços.

Observe-se que, conquanto rotulado de autônomo, o indivíduo pode ter reconhecida sua situação de empregado pela Justiça do Trabalho, na forma do que prevê o art. 114 da Constituição Federal, convindo lembrar que, em conformidade com o art. 9º da CLT, são considerados nulos todos os atos praticados por tomadores de serviços que objetivem fraudar legítimas relações de emprego.

138. *Derecho Mexicano del Trabajo*, cit., t. 1, p. 475.

139. *O Direito do Trabalho como Instrumento de Justiça Social*, São Paulo, LTr, 2000, p. 300.

Ressalte-se, finalmente, que um autônomo, tornando seus serviços permanentes, habituais, e passando à condição de subordinado – trabalhando mediante ordens diretas de superiores hierárquicos –, pode ter sua situação convertida em empregado, para todos os fins de direito, buscando essa condição por meio de ação declaratória de vínculo empregatício na Justiça do Trabalho.

6. *Sociedade cooperativa e relação de emprego*

A sociedade cooperativa distingue-se das demais, por suas características específicas. Do latim *cooperatio*, que significa *ação de cooperar*, deixa entrever seu principal objetivo – a aglutinação de esforços para fins comuns. Sociedade de pessoas, com capital variável, que se propõe, mediante a cooperação de todos os sócios, um fim econômico.

J. X. Carvalho de Mendonça já a definia como "institutos modernos, tendentes a melhorar as condições das classes sociais, especialmente dos pequenos capitalistas e operários. Elas procuram libertar essas classes de dependência das grandes indústrias por meio da união das forças econômicas de cada uma; suprimem aparentemente o intermediário, nesse sentido: as operações ou serviços que constituem o seu objeto são realizados ou prestados aos próprios sócios e é exatamente para esse fim que se organiza a empresa cooperativa; diminuem despesas, pois, representando o papel do intermediário, distribuem os lucros entre a própria clientela associada; em suma, concorrem para despertar e assinar o hábito da economia entre os sócios"[140].

Pedro Barbosa Pereira conceitua as sociedades cooperativas como: "sociedades de capital variável, com fluxo e defluxo de sócios. Destinam-se elas a prestar serviços e vantagens, tendo, em regra, como seus únicos fregueses, os seus sócios. É para eles e por eles que se constitui e opera. Todos os sócios cooperam com o seu capital, no mínimo para que possa ela alcançar o seu objetivo. São cooperadores e cooperados ao mesmo tempo"[141].

A sociedade cooperativa oscila entre fins ideais e especulativos, pois, muito embora seu objetivo não seja o lucro, no que se assemelha à associação, este não está de todo afastado, já que dificilmente se sustentará uma cooperativa deficitária.

Por outro lado, manifesta a cooperação individual, inquestionavelmente, o suporte fático do instituto, inexistindo, outrossim, número limitado de sócios (senão para sua constituição, quando é exigido o número *mínimo* necessário de sócios a compor a administração), o que torna o seu capital variável, ao contrário do que sucede com as demais sociedades.

Tais elementos, que imprimem à sociedade cooperativa características exclusivas, permitem-nos conceituá-la como *sociedade de pessoas, com capital variável, que se propõe, mediante a cooperação de todos os sócios, a um fim econômico.*

O Código Civil de 2002 cuida da sociedade cooperativa no Livro II – Do Direito de Empresa (arts. 1.093/1.096) estabelecendo-lhe as características que lhe são próprias.

O art. 1.096 do Código nominado determina, na omissão da lei, a aplicação das disposições referentes às *sociedades simples*, sucedâneas da sociedade civil.

---

140. *Tratado de Direito Comercial Brasileiro*, Freitas Bastos, p. 240.

141. *Direito Comercial*, 1965, p. 331.

Por outro lado, ao dispor o art. 1.093 que "a sociedade cooperativa reger-se-á pelo disposto no presente capítulo, ressalvada a legislação especial", deixa claro o dispositivo legal que continua em vigor a Lei n. 5.764/71, com as modificações introduzidas pelo Código Civil atual.

A sociedade cooperativa pode assumir as mais diversas atividades:

1º) de produção agrícola;
2º) de produção industrial;
3º) *de trabalho (profissional ou de classe)*;
4º) de beneficiamento de produtos;
5º) de compras em comum;
6º) de vendas em comum;
7º) de consumo;
8º) de abastecimento;
9º) de crédito;
10º) de seguros;
11º) de construção de casas populares;
12º) de editoras e de cultura intelectual.

São cooperativas de trabalho aquelas que, constituídas entre operários de determinada profissão ou ofício, ou de ofícios de uma mesma classe, têm como finalidade primordial melhorar os salários e as condições de trabalho pessoal de seus associados e, dispensando a intervenção de patrão ou empresário, propõem-se a contratar e executar obras, tarefas, trabalhos ou serviços, públicos ou particulares, coletivamente, por todos ou por grupos de alguns.

No Direito do Trabalho, o conceito de empregado está, como se sabe, subordinado à natureza permanente da prestação de serviços. Daí a vinculação do empregado à empresa, princípio que decorre do art. 7º, XI, da Constituição Federal:

"São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....

XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei".

Possuindo natureza específica e contornos próprios, não se confunde o contrato de trabalho, distinguindo-se por inteiro dos contratos nominados do Direito Civil, com manifesta preponderância da ordem institucional sobre a concepção contratualista, como acentua o saudoso Nélio Reis.

Tal ordem de princípios, que implica inequívoca revisão de conceitos, com manifesta ressonância na autonomia da vontade, põe em relevo a prevalência do interesse público, consubstanciado nas normas imperativas e impostergáveis que disciplinam a relação empregatícia, tornando inquestionavelmente suspeitos os "intermediários" na prestação de serviços, sejam empresas locadoras de mão de obra, sejam cooperativas de trabalho.

São de todos conhecidos os ardis de que normalmente lançam mão os empregadores inescrupulosos, com o deliberado propósito de desfigurar as legítimas relações de emprego, com o propósito de furtar-se ao cumprimento dos encargos trabalhistas.

Consistem tais manobras em forçar, por meio da chamada "pressão econômica" (ou aceita ou é despedido e, às vezes, nem sequer admitido), seus empregados a se inscrever como *autônomos*, a formar *sociedades prestadoras de serviços* ou constituir *cooperativas de trabalho*.

Estas últimas são as preferidas por determinados setores empresariais, sobretudo os hospitais, para a contratação de médicos e enfermeiros. As casas de saúde firmam com as cooperativas, cons-

tituídas pelos próprios médicos a serem admitidos, um contrato de fornecimento de mão de obra. Os médicos e enfermeiros assim contratados nenhum vínculo jurídico possuem com o contratante de tais serviços, não fazendo jus, por isso mesmo, às férias, ao 13º salário, ao repouso semanal remunerado ou aos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Dispensados *ad nutum*, nem sequer podem postular o aviso prévio. E, o que é mais grave, direito trabalhista algum podem postular das cooperativas, já que não se vinculam a elas por laços laborais.

Malgrado tudo isso, esses médicos e enfermeiros mantêm permanente ligação com os nosocômios, prestando-lhes serviços com manifesta subordinação hierárquica e dependência econômica, sem vantagem de qualquer espécie que justifique a existência das cooperativas, que, via de regra, em que pese sua existência formal, não possuem bens de qualquer espécie, instrumental de trabalho etc.

Por isso a Justiça do Trabalho, em mais de uma oportunidade, no exame de cada caso concreto, tem repelido tais cooperativas, não raras vezes instrumentos de fraude contra a aplicação das leis trabalhistas.

Situação que vem a agravar-se sobremaneira com a promulgação da Lei n. 8.949, de 9-12-1994, que acrescentou ao art. 442 da CLT o parágrafo único, vazado nos seguintes termos:

"Art. 442. .....

Parágrafo único. Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela".

Esse dispositivo legal é, inquestionavelmente, uma porta aberta à fraude, já que, constituídas as cooperativas de trabalho, nenhuma relação empregatícia haverá entre os associados e a cooperativa, tampouco entre os prestadores de serviços, sejam médicos, engenheiros, advogados e até mesmo trabalhadores braçais, e a tomadora desses serviços!

Note-se que, no caso em tela, não se trata nem mesmo de terceirização, já que nesta há sempre vínculo laboral (com os respectivos encargos) entre o trabalhador (intelectual ou braçal) e a empresa prestadora de serviços.

Na existência de cooperativas de trabalho simplesmente inexistirão direitos trabalhistas.

Na verdade, o inconveniente não está no instituto em si, mas em sua inescrupulosa utilização com o propósito manifesto de fraudar a aplicação da legislação social.

A cooperativa de trabalho pode ter papel preponderante no combate ao desemprego, contribuindo de forma significativa para o progresso econômico e a paz social.

Como bem observa José Eduardo Gibello Pastore, em excelente artigo inserido na revista *LTr*, 62-05/639:

"Não é o instituto do cooperativismo que é perverso em si, mas a maneira com que o homem o utiliza que o torna nefasto ou benéfico à sociedade. Quando o tomador dos serviços desinformado, por exemplo, ou pseudocooperativados visam unicamente utilizar a cooperativa para, com isso, obter a redução de custos sem se preocupar com o aprimoramento da produção e com a realização adequada do trabalho, tal procedimento não condirá com o escopo do cooperativismo. Por outro lado, quando verificamos na prática

a atividade das cooperativas sadias, observamos o fenômeno do trabalho sendo concebido com absoluta dignidade e proporcionando, inclusive, a seus agentes, melhores condições de vida do que as oferecidas pelos sistemas de trabalho tradicionais".

Como põe em relevo o autor nominado, a cooperativa de trabalho legitima-se quando "provê fundos equivalentes às obrigações trabalhistas, amparando amplamente os cooperados, como, por exemplo, os fundos de descanso anual, poupança compulsória, assistência à saúde, responsabilidade previdenciária etc.".

Sem o atendimento de tais pressupostos, patenteando-se a utilização da cooperativa laboral com o único intuito de fraudar a aplicação da legislação social, não restará à Justiça do Trabalho, quando provocada, senão a aplicação do art. 9º da CLT, que inquina de nulidade os atos praticados com o propósito manifesto de desvirtuar ou impedir o cumprimento da legislação laboral.

É de se notar que o art. 17, § 1º, estabelece multa de R$ 500,00 por trabalhador prejudicado, dobrada em caso de reincidência, à Cooperativa que fraudar a lei sob comento. Resta saber se a fiscalização será eficiente.

7. *Trabalho proibido e trabalho ilícito*

Há manifesta distinção entre o *trabalho proibido* e o *trabalho ilícito*.

No primeiro, conquanto a atividade do empregador seja lícita, o trabalho é proibido, como é o caso do trabalho em atividades insalubres ou perigosas ao menor, vedado pelo art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

O trabalho é ilícito quando o seu objeto é vedado em lei, quando ofende a moral e os bons costumes, como ocorre com o jogo do bicho, exploração do lenocínio etc.

Na primeira hipótese, o vínculo trabalhista há de ser reconhecido, assegurando-se ao trabalhador todos os direitos que lhe são conferidos por força de lei. Como observa Sérgio Pinto Martins, "no caso do trabalho proibido, não há como justificar a nulidade total do pacto laboral. Ao contrário, trata-se de um ato jurídico anulável, em que prepondera o interesse privado individual, embora com a garantia da norma cogente, sendo protegido o interesse particular. Por isso, desrespeitada a lei, como na hipótese de o menor trabalhar ou de o menor trabalhar à noite, em face do inciso XXXIII do art. 7º da Lei Maior, terá direito ao reconhecimento da relação de emprego, no primeiro caso, e ao pagamento do adicional noturno, no segundo caso. Nas atividades proibidas, embora o negócio jurídico seja anulável, são produzidos efeitos jurídicos"[142].

Em se tratando de atividade ilegal, há que se destacar a posição do TST, alicerçada na Orientação Jurisprudencial n. 199: "Jogo do bicho. Contrato de trabalho. Nulidade. Objeto ilícito. Arts. 82 e 145 do Código Civil" (obs.: os artigos mencionados são do Código Civil de 1916, correspondentes aos arts. 104 e 166 do Código Civil de 2002).

Corrente há, entretanto, que sustenta não poder a nulidade do contrato acarretar negação plena dos efeitos jurídicos do ato, devendo a Justiça do Trabalho obstar o enriquecimento sem causa, valorizando a força do trabalho despendida, hipótese em que os direitos trabalhistas devem ser reconhecidos, sem, contudo, proclamar-se a relação empregatícia.

---

142. *Comentários à CLT*, cit.

Esta nos parece a posição do saudoso Valentin Carrion[143].

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 386 do Tribunal Superior do Trabalho. Policial militar. Reconhecimento de vínculo empregatício com empresa privada.** (Conversão da OJ n. 167 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)
Preenchidos os requisitos do art. 3º da CLT, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 185 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Contrato de trabalho com a Associação de Pais e Mestres – APM. Inexistência de responsabilidade solidária ou subsidiária do Estado.** Inserida em 8-11-2000 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)
O Estado-Membro não é responsável subsidiária ou solidariamente com a Associação de Pais e Mestres pelos encargos trabalhistas dos empregados contratados por esta última, que deverão ser suportados integral e exclusivamente pelo real empregador.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 191 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Contrato de empreitada. Dono da obra de construção civil. Responsabilidade.** (Nova redação – Res. 175/2011, *DEJT*, 27, 30 e 31-5-2011)
Diante da inexistência de previsão legal específica, o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 199 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Jogo do bicho. Contrato de trabalho. Nulidade. Objeto ilícito** (título alterado e inserido dispositivo) – *DEJT* divulgado em 16, 17 e 18-11-2010 – É nulo o contrato de trabalho celebrado para o desempenho de atividade inerente à prática do jogo do bicho, ante a ilicitude de seu objeto, o que subtrai o requisito de validade para a formação do ato jurídico.

▷ **Precedente Normativo n. 20 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Contrato escrito** (positivo). Sendo celebrado contrato por tarefa, parceria ou meação, por escrito, obriga-se o empregador a fornecer uma via deste ao empregado, devidamente datada e assinada pelas partes. (Ex-PN n. 24)

▷ **Vínculo empregatício. Necessidade da presença concomitante dos pressupostos do art. 3º da CLT. Configuração.** Na sociedade moderna, distinguem-se dois ramos de atividades ligadas à prestação de trabalho: trabalho subordinado e autônomo. O contrato individual de trabalho caracteriza-se pela subordinação jurídica, entendida como tal aquela resultante de um contrato, limitada ao âmbito de execução do trabalho ajustado; conduz ela ao caráter fiduciário da avença e é fonte de direitos e deveres dos contratantes. A dependência pessoal pode variar de grau, mas, de qualquer modo, estará sempre presente o direito do empregador de dar ordens ao empregado, ca-

143. *Comentários à CLT*, cit., p. 273, n. 5.

criando, nessa mesma época, as Inspetorias Regionais do Trabalho (Dec. n. 21.690, de 1º-8-1932).

Promulgada a Constituição Federal, de 16 de julho de 1934, todo o Título IV foi dedicado à ordem econômica e social, com o reconhecimento dos sindicatos, instituindo o art. 121, § 1º, *b*, um *salário mínimo* "capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador".

A jornada de trabalho era fixada em oito horas diárias, instituindo-se o repouso semanal e as férias anuais remuneradas.

Uma das mais expressivas inovações da Constituição Federal de 1934 foi, sem qualquer sombra de dúvida, a instituição da Justiça do Trabalho:

> "Art. 122. Para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social, fica instituída a Justiça do Trabalho...".

Conquanto não integrando o Poder Judiciário (o que só viria a ocorrer com a Constituição Federal de 1946), a criação das Comissões de Conciliação e da Justiça do Trabalho, inquestionavelmente, constitui-se em verdadeiro marco no Direito do Trabalho no Brasil.

Com a instalação do denominado "Estado Novo", regime discricionário criado por Getúlio Vargas em 1937, foi outorgada a Constituição Federal de 10 de novembro de 1937:

> "... resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje, em todo o País".

O art. 136 estabelecia que o trabalho era um *dever social*, tendo, por isso mesmo, direito à proteção e solicitude especiais do Estado.

Mantinha, outrossim, as conquistas sociais estabelecidas na Carta Magna anterior, acolhendo as mesmas regras para a fixação do salário mínimo:

> "... salário mínimo, capaz de satisfazer, de acordo com as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador".

Regime de manifesta natureza autoritária proibia a greve, considerando-a "recurso antissocial nocivo ao trabalho e ao capital e incompatível com os superiores interesses da produção nacional".

Ainda sob o regime do Estado Novo, é promulgada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º-5-1943, a *Consolidação das Leis do Trabalho*, que, na expressão de Segadas Viana, um dos integrantes da Comissão encarregada da elaboração do anteprojeto[5], não é uma "coleção de leis, mas a sua coordenação sistematizada; não sendo apenas um engenho de arquitetura legislativa, mas, e eminentemente, uma estruturação lógica do Direito Positivo"[6].

Considerada por vasta corrente de manifesta inspiração fascista, porque teria sido inspirada na Carta del Lavoro, de Benito Mussolini, a Consolidação das Leis do Trabalho tem sido, ao longo de todo esse tempo, um instrumento indis-

---

5. A Comissão de Redação do anteprojeto da CLT foi composta por José de Segadas Viana, Luiz Augusto do Rego Monteiro, Arnaldo Lopes Süssekind e Dorval Lacerda.

6. Ob. cit., p. 58.

bendo a este cumpri-las, desde que legítimas. A subordinação é consequência do direito de o empregador poder definir, no curso da relação empregatícia, o conteúdo de cada prestação laboral, já que é ele detentor dos meios de produção. As circunstâncias definidoras da relação de emprego se concentram na pessoa do trabalhador. Nele é que se irá verificar a presença dos pressupostos do art. 3º da CLT, quais sejam: pessoalidade, remuneração, habitualidade e subordinação. Presentes tais circunstâncias, há que se reconhecer a relação empregatícia. (TRT/15ª R., Ac. 039397/2001, j. 17-9-2001, RO 4.937/2000, 2ª T., Rel. Desig. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva, *DOE/SP*, 17-9-2001)

▷ **Vínculo empregatício. Ônus da prova.** Na configuração da existência da relação de emprego, há que ser cabalmente provada a concomitância dos elementos essenciais do contrato de trabalho, em todas as suas características: sinalagmático, não eventual, oneroso, bilateral, *intuitu personae* e subordinado. *In casu*, nenhum destes elementos restou comprovado, pelo que se mantém a sentença guerreada. (TRT/19ª R., RO 2000600257-69, j. 13-3-2001, Tribunal Pleno, Rel. Juiz Severino Rodrigues, *DOE/AL*, 22-3-2001)

▷ **Trabalhador rural. Filho menor de caseiro de chácara. Inexistência de vínculo empregatício.** É certo que não se pode perder de vista a realidade social e laboral do meio rural, onde o empregado ingressa com a família na fazenda ou nos sítios e chácaras para sobreviver com o seu trabalho. Porém, a simples presença de familiares do trabalhador efetivamente contratado jamais pode levar à conclusão de que com aqueles também se estabeleceu um contrato de trabalho. De fato, até pode dar a impressão de que esposa, filhas e filhos do empregado sejam também empregados. Todavia, para que tal ocorresse, necessariamente tem de haver um contrato de trabalho preexistente, sendo indispensável a conjugação dos elementos básicos consagrados na CLT, arts. 3º e 442, ou seja: a) contrato, ainda que tácito; b) prestação pessoal de serviços; c) de forma permanente; d) com subordinação; e) mediante salário. Recurso do Reclamante que se nega provimento. (TRT/9ª R., Ac. 13.861/2000, j. 23-6-2000, RO 13.267/99, Rel. Arnor Lima Neto, *DJ/PR*, 23-6-2000)

▷ **Relação de emprego. Princípio da primazia da realidade. Vínculo de emprego. Princípio da primazia da realidade.** O significado que atribuímos a este princípio é o da primazia dos fatos sobre as formas, as formalidades ou as aparências. Isto significa que em matéria de trabalho importa o que ocorre na prática, mais do que aquilo que as partes hajam pactuado de forma mais ou menos solene, ou expressa, ou aquilo que conste em documentos, formulários e instrumentos de controle (Américo Plá Rodriguez, *Princípios de Direito do Trabalho*, Editora LTr-SP, 1ª ed., 3ª tiragem, 1994, p. 227). (TRT/1ª R., RO 20.661/96, j. 2-3-1999, 6ª T., Rel. Juíza Doris Luise de Castro Neves, *DO/RJ*, 25-3-1999)

▷ **Relação de emprego "versus" contrato de arrendamento rural.** Hipótese em que a prova documental carreada com a defesa não invalida os depoimentos das testemunhas conduzidas pela parte-autora no que evidenciam a existência de vínculo de emprego, comprovada a prestação de serviços habitual na lavoura e no trato

de animais de propriedade do acionado, em atenção ao Princípio da Primazia da Realidade que informa o Direito Material do Trabalho. Recurso do reclamante provido. (TRT/4ª R., RO 00551.751/97-5, j. 13-2-2001, 1ª T., Rel. Juiz Álvaro Davi Boessio, *DJ*, 19-3-2001)

▷ **Mãe Crecheira. Vínculo Empregatício.** Da exegese da Lei n. 7.644/87, que regulamenta a atividade de "Mãe Social", pode-se concluir que a autora mantinha contrato especial de trabalho, regulado por lei extravagante, e nele ficou assegurado o direito à anotação do contrato na Carteira de Trabalho, sujeitando-se a penalidades por parte da entidade empregadora, bem como às disposições contidas na CLT. Irrelevância do "nomen iuris", a caracterizar a denominação do cargo, haja vista o princípio da primazia da realidade. Inegável o vínculo empregatício. (TST, RR 572.962/99, j. 27-6-2001, 2ª T., Rel. Juiz Convocado Aloysio Corrêa da Veiga, *DJ*, 24-8-2001)

▷ **Advogada. Vínculo de Emprego.** Embora firmado um contrato de empreitada de prestação de serviços de assistência jurídica com a reclamante, mas presente a subordinação jurídica, incompatível com o conteúdo dessa modalidade de contrato, revela-se a inexistência de trabalho autônomo. O Princípio da Primazia da Realidade orienta o Direito do Trabalho, não sendo fundamental o nome jurídico do contrato ou a denominação da função, mas, sim, como a relação jurídica efetivamente se desenvolveu e quais as tarefas realmente realizadas pelo trabalhador, em face do tomador de seus serviços. (TRT/6ª R., RO 5.945/99, j. 19-1-2000, Rel. Eneida Melo Correia de Araújo, *DOE/PE*, 15-2-2000)

▷ **Município. Concurso público. Contrato de trabalho. Nulidade. Recurso ordinário.** O princípio de proteção do hipossuficiente, e não somente a alimentariedade de sua retribuição, deve inspirar a adaptação da teoria geral das nulidades (efeito *ex tunc*), vez que não há igualdade jurídica entre as partes, para emprestar efeito *ex nunc* (a partir de então) à declaração da nulidade absoluta do ajuste de emprego, ante a impossibilidade de restituir-se o obreiro ao *status quo ante*. (TRT/1ª R., RO 8.639/96, j. 8-7-1998, 7ª T., Rel. Juiz Adalberto Zain, *DO/RJ*, 25-8-1998)

▷ **Relação de emprego. Atividade ilegal.** Não é juridicamente possível o reconhecimento do vínculo de emprego quando o objeto do alegado lavor do autor e da atividade de pessoa que toma seu serviço é ilícito, no caso, ligadas ao lenocínio que constitui ilícito penal. Isto porque, estar-se-ia desrespeitando um dos princípios ínsitos de todo o contrato que é o objeto lícito, conforme exige o art. 82 do Código Civil. (TRT/4ª R., RO 02164.271/98-0, j. 17-10-2000, 2ª T., Rel. Juíza Rejane Souza Pedra, *DJ*, 20-11-2000)

▷ **Contrato de trabalho. Objeto ilícito. Jogo do bicho.** O contrato de trabalho exige objeto lícito para que seja considerado válido. Não o sendo, como é o caso do tomador de apostas do jogo do bicho, caracteriza-se a nulidade do contrato laboral, mostrando-se, consequentemente, carecedor de ação o autor que visa ao reconhecimento do vínculo empregatício, bem como a condenação de verbas resilitórias. Recurso de revista conhecido e desprovido. (TST, RR 373.255/97, j. 6-12-2000, 2ª T., Rel. Min. Vantuil Abdala, *DJ*, 9-2-2001)

▷ **Jogo do bicho. Contrato de trabalho. Configuração. Impossibilidade.** Inviável o reconhecimento do vínculo empregatício, quando a relação de trabalho tem por objetivo o denominado "jogo do bicho", atividade ilícita, enquadrada como contravenção penal e que nulifica o contrato de trabalho, por força dos artigos 82 e 145 do Código Civil, subsidiariamente aplicáveis ao Direito do Trabalho. Trata-se de atividade legalmente proibida no território nacional e, por isso mesmo, é inaceitável que o Judiciário Trabalhista, em total desarmonia com o que prescreve o art. 82 do Código Civil, possa proclamar que entre o "dono da banca", o popular "bicheiro", e seu "arrecadador de apostas" exista típico contrato de trabalho, ao amparo da CLT e legislação complementar. Sabido que o contrato de trabalho é bilateral, e que o empregador deve ser a empresa, individual ou coletiva, que explora atividade econômica, que, frise-se, só pode ser lícita, inadmissível que se possa vislumbrar relação jurídica, ao amparo da legislação trabalhista, quando seu beneficiário é um contraventor. Se prevalecer esse entendimento, não será difícil, em futuro não muito distante, em face das enormes dificuldades econômico-financeiras de grande parcela de pessoas desempregadas neste País, de se proclamar o vínculo de emprego com "passadores de drogas", com os pequenos vendedores de pássaros silvestres, etc. O jogo do bicho, típica contravenção, assim como o tráfico de drogas e a venda de pássaros nativos, são ontologicamente ilícitos penais e, portanto, alijados do mundo jurídico como geradores de direitos, mas não de responsabilidade penal, tanto para o prestador do serviço, como para seu tomador. Recurso de revista provido. (TST, RR-765.398/01.2, 4ª T., Rel. Milton de Moura França, *DJ*, 19-3-2004)

▷ **Policial militar na ativa. Vínculo de emprego com empresas comerciais ou industriais. Dec.-lei n. 667/69.** Não obstante a vedação do art. 22 do Dec.-lei n. 667/69, é possível o reconhecimento de vínculo empregatício entre policial militar e empresa privada, desde que o objeto do contrato seja lícito ou não defeso em lei, tendo em vista que a desobediência ao referido preceito legal implica, apenas, punição administrativa e não a nulidade do contrato de trabalho. Recurso de revista conhecido e provido. (TST, RR 361.599/97, j. 24-5-2000, 5ª T., Rel. Min. Rider Nogueira de Brito, *DJ*, 16-6-2000)

▷ **(...) Vínculo de emprego. Cooperativa. Contratos de safra.** O Tribunal Regional registrou que, apesar de o reclamante ter prestado serviços por meio de contratos de safra a produtores rurais da região aos quais estava subordinado e deles recebia seu salário, quem exercia a atividade agroeconômica era a cooperativa que, para manter a sua usina de álcool, utilizava-se da cana plantada nas propriedades de seus associados, nas quais o demandante realizou serviços como trabalhador rural. Consignou, ainda, que a cooperativa só comprava cana dos cooperados e estes, por meio de contrato, só poderiam vendê-la para aquela. Com isso, extrai-se que a relação do recorrido com a cooperativa apenas serviu para intermediar o verdadeiro contrato de trabalho daquele com a recorrente, sendo ilativo da decisão a implícita

remissão ao Enunciado n. 331, item I, do TST. Não há, portanto, como se vislumbrar ofensa aos arts. 2º e 3º da CLT, ante a configuração dos requisitos dos aludidos dispositivos, cuja pretensa erronia só seria passível de modificação mediante o revolvimento do contexto fático-probatório, sabidamente refratário ao âmbito de cognição deste Tribunal, a teor do Enunciado n. 126. Recurso de Revista não conhecido. (...) (TST, RR 471.972/98, j. 3-10-2001, 4ª T., Rel. Min. Antônio José de Barros Levenhagen, *DJ*, 26-10-2001)

▷ **Cooperativa de trabalho.** O parágrafo único do art. 442, consolidado, deve ser analisado e entendido como parte integrante da estrutura jurídica nacional e com a qual deve harmonizar-se. Se o conjunto probatório deixou evidente a existência dos requisitos contidos no art. 3º, consolidado, estamos diante de uma relação empregatícia, e não uma cooperativa de trabalho. Do contrário, bastaria denominar uma entidade qualquer de Cooperativa para que os interessados usufruíssem da mão de obra de trabalhadores, eximindo-se de suas obrigações trabalhistas. O certo é que o legislador não incluiu na CLT o art. 442 para permitir a burla de direitos mínimos conquistados a duras penas pelos trabalhadores. Seria uma verdadeira incongruência. Recurso a que se nega provimento para manter a sentença pelos seus judiciosos fundamentos. (TRT/6ª R., RO 5.093/99, j. 10-12-1999, 1ª T., Rel. Marco Aurélio de Medeiros Lima, *DOE/PE*, 25-1-2000)

Art. 443. O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.

§ 1º Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada. (Parágrafo único renumerado pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 2º O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando: (Parágrafo e alíneas incluídos pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

a) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo;

b) de atividades empresariais de caráter transitório;

c) de contrato de experiência.

► *Comentários*

1. *Contrato por prazo indeterminado*

O contrato por prazo indeterminado, como o próprio nome deixa entrever, é aquele que não tem termo prefixado. É o contrato-regra, o contrato-padrão, que se estende ao longo do tempo.

Na lição de José Augusto Rodrigues Pinto, "nossa legislação firmou a regra da duração indeterminada para o contrato individual de emprego. Presume-se que a necessidade de utilização da energia do empregado corresponda à vocação da empresa para a perenidade"[144]. Daí dizer Octavio Bueno Magano que o contrato por prazo indeterminado é o "próprio padrão dos contratos de trabalho"[145].

144. *Curso de Direito Individual do Trabalho*, São Paulo, LTr, 1994, p. 209.

145. *Manual de Direito do Trabalho*, São Paulo, LTr, v. 2, p. 137.

Para Sérgio Pinto Martins, "o contrato de trabalho é um contrato por tempo indeterminado, de duração, de trato continuado, de prestações sucessivas no tempo. Havendo pacto laboral, presume-se que ele deve ser por prazo indeterminado, de acordo com o princípio da continuidade do contrato de trabalho"[146].

Dentro desse universo, o contrato por prazo indeterminado é a regra e o contrato por prazo determinado, a exceção.

2. *Contrato por prazo determinado*

O contrato individual de trabalho, como dispõe o art. 443 da CLT, pode ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, *e por prazo indeterminado ou determinado*.

Este último, na atual sistemática, é uma exceção, já que o contrato-padrão ou regra é o contrato por prazo indeterminado.

O contrato de trabalho por prazo determinado, a teor do que dispõe o § 2º do dispositivo legal nominado, tem como suporte fático a natureza ou transitoriedade do serviço ou da atividade empresarial, ou ainda, quando busque apurar a experiência do obreiro e sua integração à coletividade empresarial, ou seja, o contrato de experiência:

> "O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando:
>
> *a*) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo;
>
> *b*) de atividades empresariais de caráter transitório;
>
> *c*) de contrato de experiência".

A contratação por prazo certo, portanto, só pode ser feita para atender àquelas situações, ou seja, quando o serviço é de natureza transitória, ou quando as atividades empresariais possuem esse caráter, e nos contratos de experiência.

Tal restrição à celebração do contrato por prazo determinado demonstra, à saciedade, a preocupação do legislador em evitar o pacto laboral por prazo certo, que, no mais das vezes, tem um só objetivo – fraudar os mais legítimos direitos trabalhistas.

E foi exatamente essa a preocupação do Decreto-lei n. 229, de 28 de fevereiro de 1967, responsável entre nós pela limitação dos contratos por prazo determinado, "impedindo sua celebração indiscriminada e restringindo sua legitimidade aos casos que especifica", como observa Russomano.

Com efeito, anteriormente à vigência do decreto-lei mencionado, admitiam-se três tipos de contrato por prazo determinado:

a) contrato com termo prefixado;

b) contrato tendo em vista a execução de serviço especificado, cuja duração é limitada no tempo;

c) contrato cujo termo deve coincidir com a verificação de determinado acontecimento suscetível de previsão aproximada.

Observe-se que a contratação, na primeira hipótese – *contrato com termo prefixado* –, não estava sujeita a nenhuma exigência ou pressuposto, ficando sua celebração à livre escolha do empregador, ao revés do que ocorre atualmente, em que a contratação a termo, entre as limitações já referidas, teve seu prazo de duração reduzido de 4 para 2 anos, limitada sua prorrogação a uma única vez (art. 451 da CLT).

146. *Comentários à CLT*, cit., p. 368.

Mas o Decreto-lei n. 229/67, além das limitações ao contrato por prazo certo, trouxe também inovação de suma importância, adotando entre nós o contrato de experiência (art. 445, parágrafo único, da CLT), não acolhido até então pela nossa legislação social.

Acentuando as restrições legais ao contrato por prazo determinado, veda a lei atual sua celebração sucessivamente, excetuada, como já se frisou, uma única prorrogação. Daí considerar o art. 452 da CLT por prazo indeterminado "todo contrato que suceder, dentro de seis meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos".

Assim, fácil é verificar que "a finalidade dos textos legais foi a de desestimular o uso dos contratos de trabalho por tempo determinado, tendentes a frustrar a continuação no emprego, a contagem do tempo anterior e o pagamento de indenização por despedimento", como bem observa Valentin Carrion[147].

Como põe em relevo Pedro Paulo Teixeira Manus, o legislador preocupa-se em vedar a utilização de contratos a prazo sucessivo, ainda que com pequeno interregno, já que o ideal é a manutenção do vínculo entre as partes[148].

Com efeito, essa é uma tendência universal, pois a continuidade na prestação de serviços representa para o trabalhador a "segurança de uma ocupação duradoura e garantia para o sustento próprio e da família e, para o empregador, a formação de um quadro de empregados inseridos na empresa e habilitados para a execução dos serviços exigidos pela comunidade," na magnífica lição de Riva Sanseverino[149].

Exatamente com esse objetivo é que o art. 55 da Carta das Nações Unidas, de 1945, preconiza para os trabalhadores "níveis de vida mais elevados, *trabalho permanente para todos* e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social".

A leitura atenta do art. 443, § 3º, da CLT deixa patente a limitação legal do contrato por prazo determinado a duas hipóteses:

a) serviços transitórios, em razão do trabalho a ser executado pelo empregado, ou em decorrência da atividade empresarial;

b) contrato de experiência.

Como assinala José Augusto Rodrigues Pinto, "constituem exemplos clássicos de contratos por tempo determinado, em face da transitoriedade do serviço do empregado, os celebrados na construção civil e os de safra agrícola. Na construção civil, porque em cada etapa da obra são necessários serviços profissionais especializados (armador, pedreiro, carpinteiro, bombeiro hidráulico, etc.), que, uma vez terminados, não justificam a permanência ociosa do empregado, na obra. Mesmo para aqueles empregados sem qualquer qualificação profissional, como os serventes, o término da obra determina a ociosidade da permanência no emprego"[150].

A atividade empresarial pode, igualmente, autorizar a contratação de em-

147. Ob. cit., 26. ed., p. 271.

148. *Direito do Trabalho na Nova Constituição*, cit., p. 94.

149. *Curso de Direito do Trabalho*, trad. Elson Gottschalk, São Paulo, LTr, 1976, p. 262.

150. *Curso de Direito Individual do Trabalho*, cit.

pregados por tempo certo, como ocorre, por exemplo, nas empresas que se dedicam a explorar artigos de ocasião: festividades juninas, de Natal, Carnaval etc.

Nos termos do art. 445 da CLT, o contrato por prazo determinado não pode ser estipulado por mais de 2 *anos*, devendo ser necessariamente *escrito*; pode ser prorrogado uma única vez, sob pena de ser considerado por prazo indeterminado, *ex vi* do disposto no art. 451.

3. *Contrato de experiência*

O *contrato de experiência* é outra hipótese de admissão mediante prazo certo. Esse contrato, antes de tudo, objetiva verificar as aptidões profissionais do empregado. Mas não é tudo: objetiva, igualmente, a adaptação e integração do trabalhador à comunidade empresarial.

Com manifesto acerto, escreve Francisco Antonio de Oliveira: "busca-se, através do contrato de experiência, também denominado período de prova, verificar se o trabalhador atende aos requisitos exigidos pela empresa, com vistas à adaptação aos trabalhos a que estarão afetos, sem prescindir de razoável produção e produtividade, bem assim, de obediência às normas internas e de identificação com os objetivos da empresa e da adaptação e convivência pacífica perante o quadro funcional"[151].

É em razão desses aspectos que admitimos a contratação, por experiência, de qualquer trabalhador, ainda que não seja profissional qualificado:

"*Contrato de experiência. Requisitos.*

A lei não exige, para a validade de contratação experimental, qualquer qualificação profissional, nem a fundamentação empresarial quanto às razões do insucesso da experiência que levam à rescisão do pacto" (TRT/SP RO 8.219/86, 8ª T., j. 5-10-1987, Rel. Juiz Valentin Carrion).

Nos termos do art. 445, parágrafo único, da CLT, "o contrato de experiência não poderá exceder de *noventa dias*, sob pena de tornar-se contrato por prazo indeterminado".

Jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho admite sua prorrogação, observado, porém, o limite de noventa dias (Súmula 188 do TST).

Na eventualidade de o contrato de experiência ser rescindido pelo empregador, antes do seu término, faz jus o empregado ao aviso prévio:

Súmula 163 do TST:

"Aviso prévio. Contrato de experiência. Cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência, na forma do art. 481 da CLT".

4. *Comprovação de experiência prévia por tempo igual ou inferior a seis meses*

A Lei n. 11.644, de 10-3-2008, publicada no *DOU* de 11-3-2008, acrescentou à CLT o art. 442-A, vazado nos seguintes termos:

"Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade".

Fica, assim, vedada ao empregador exigência de experiência superior a seis meses – na mesma atividade.

São oportunos os comentários de Irani Ferrari a respeito do tema:

151. Ob. cit., p. 293.

"Assim, em se tratando da mesma atividade, a contratação pelo empregador não poderá exigir do candidato a emprego prova de experiência anterior por tempo igual ou superior a seis (6) meses, eis que este é o limite fixado pela lei para ser observado a partir de sua publicação no *Diário Oficial da União*.

A norma legislativa em foco não prevê nenhuma sanção para o empregador que descumpri-la.

Apesar disso, temos que a exigência não será mais colocada em anúncios públicos, eis que ficaria evidenciada a discriminação com relação a tempo de serviço no tocante a experiência prévia, essa sim sujeita a enquadramento do empregador pelo MTE ou pelo Ministério Público do Trabalho, e até, eventualmente, a ação por candidato que se achar discriminado, por analogia ao que dispõe o art. 7º, inciso XXX, da Constituição da República.

Parece-nos, contudo, que tal analogia apontada na justificativa do Projeto que deu origem à norma legal em foco seria um tanto forçada, eis que o mencionado preceito constitucional não trata de tempo de serviço, para qualquer efeito, mormente para comprovação de experiência para fins de contratação de empregado.

É bem verdade, ainda, que a iniciativa dessa lei não se aplica ao candidato ao primeiro emprego, vez que não possui experiência prévia a ser comprovada.

As empresas, porém, segundo se pode supor, não anunciarão o tempo de serviço a ser comprovado, fazendo-o pela solicitação de currículos sem levar em conta o tempo de experiência anterior[152].

152. *Suplemento Trabalhista – LTR*, 036/08.

5. *Contrato por prazo determinado para acréscimo no número de empregados*

Em razão do número crescente de desempregados em todo o País, o Governo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n. 1.724-E, de 1996, que se transformou na Lei n. 9.601, de 21 de janeiro de 1998.

A lei em apreço admite que se estabeleça, mediante *acordo ou convenção coletiva*, portanto com a direta intervenção dos respectivos sindicatos, a instituição de contrato por prazo determinado sem as restrições contidas no § 2º do art. 443 da CLT – ou seja, em qualquer atividade desenvolvida pela empresa.

Assim, pode o empresário, observadas as exigências estabelecidas no art. 3º da lei mencionada, admitir – sempre por *acordo* ou *convenção coletiva* – empregados por prazo determinado, prazo renovável ilimitadamente.

Instituído, necessariamente, por acordo ou convenção coletiva, deve o pacto normativo definir a multa devida na hipótese de rescisão antes do termo ajustado, bem como a multa a ser eventualmente aplicável na hipótese de descumprimento das cláusulas convencionais.

O prazo de duração de tais contratos é de *2 anos* (Decreto n. 2.490/98 – art. 3º).

O art. 3º da Lei n. 9.601/98 estabelece o limite de trabalhadores que podem ser contratados na forma aqui descrita.

Em conformidade com o dispositivo legal sob comento, o número de empregados por tempo determinado, objetivando o acréscimo de obreiros, não pode ultrapassar os seguintes percentuais:

I – 50% do número de trabalhadores, para parcela inferior a 50 empregados;

II – 35% para parcela entre 50 e 199 empregados;

III – 20% para parcela acima de 200 empregados.

Tais parcelas são calculadas sobre a média aritmética mensal do número de empregados contratados por prazo indeterminado do *estabelecimento*, e não da empresa, se esta eventualmente possui mais de um estabelecimento.

As vantagens transitórias objetivando a contratação sob o regime mencionado subsistiram por 18 meses, contados da publicação da Lei n. 9.601/98.

6. *Trabalho temporário*

Não raras vezes, vê-se a empresa sem condições de aproveitar o trabalho de determinado empregado, em consequência de férias ou qualquer outro fato que o afaste de suas funções. Não possuindo número suficiente de funcionários, a empregadora se vê na contingência de contratar, em caráter provisório, trabalhador que substitua aquele empregado no período de seu afastamento, ou, ainda, em condições excepcionais, em razão do incremento das vendas (festas natalinas, por exemplo), quando haja demanda de mão de obra.

Nessas condições, pode o empresário utilizar-se do denominado *trabalho provisório*, conceituado, no art. 2º da Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, como "aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços".

Tais trabalhadores substitutos são vinculados às *empresas de trabalho temporário*, constituídas na forma prevista no art. 6º da lei nominada.

A empresa prestadora de serviços pode ser individual (pessoa física) ou coletiva (pessoa jurídica), cuja atividade consista em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores qualificados.

Esses trabalhadores estão vinculados à empresa prestadora de serviços, e por ela são remunerados, inexistindo qualquer vínculo trabalhista com a empresa tomadora – "cabe à empresa de trabalho temporário remunerar e assistir os trabalhadores temporários relativamente aos seus direitos..." (art. 8º do Decreto regulamentador, n. 73.841/74).

Os direitos dos trabalhadores temporários estão declinados nos arts. 17 a 20 do decreto acima transcrito, publicado na Legislação Complementar.

O fornecimento dessa mão de obra é feito mediante contrato necessariamente *escrito* – com prazo de duração de *3 meses* –, salvo expressa autorização do órgão do Ministério do Trabalho e Emprego.

Nos termos da Súmula 331 do TST:

"I – A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei n. 6.019, de 3-1-1974).

II – A contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/88).

III – Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei n. 7.102, de 20-6-1983), de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV – O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador

dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V – Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n. 8.666, de 21-6-1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral".

Na eventualidade de a empresa prestadora de serviços vir a ter sua *falência* decretada, a empresa tomadora é solidariamente responsável pelo recolhimento das *contribuições previdenciárias* e pela *remuneração e indenização* devidas ao trabalhador, no período em que este lhe prestou serviços – art. 16 da Lei n. 6.019/74.

7. *Trabalho temporário para o trabalhador agrícola*

A Medida Provisória n. 410/2007[153], publicada do *Diário Oficial* de 29-12-2007, convertida na Lei n. 11.718/2008, alterou parcialmente a Lei n. 5.889/73, que regulamenta o trabalho rural, acrescentando o *contrato temporário para o trabalhador rural*.

Nos termos da Medida Provisória em apreço, o *produtor rural pessoa física* (excluídas as pessoas jurídicas) pode contratar, para serviços de natureza transitória, trabalhadores rurais, pelo prazo máximo de *dois meses* em cada ano.

Para tal contratação, não é exigida a anotação na Carteira Profissional, dispensando-se, outrossim, registro de tal admissão no Livro de Registro de Empregados.

Exige-se, contudo, sob pena de descaracterizar o contrato temporário, a inclusão do nome do trabalhador na GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social).

A Medida Provisória sob comento assegura ao trabalhador rural temporário as mesmas condições asseguradas aos admitidos por prazo indeterminado, inclusive a igualdade salarial (art. 7º, XXX, da CF).

Em face da exiguidade do tempo de serviço – dois meses – não fará a empregada rural jus à licença-maternidade, assegurada ao trabalhador a licença-paternidade de cinco dias.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 125 do Tribunal Superior do Trabalho. Contrato de trabalho. Art. 479 da CLT.** O art. 479 da CLT aplica-se ao trabalhador optante pelo FGTS, admitido mediante contrato por prazo determinado, nos termos do art. 30, § 3º, do Decreto n. 59.820, de 20.12.66. (RA 83/1981, *DJ*, 6-10-1981) Referência: Dec. n. 59.820/66, art. 30, § 3º; CLT, art. 479.

▷ **Súmula 163 do Tribunal Superior do Trabalho. Aviso prévio. Contrato de experiência.** Cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de

153. O texto legal é transcrito no Livro III – Legislação, junto à Lei n. 5.889/73 (Do Trabalho Rural), Profissões Regulamentadas.

pensável à convivência entre patrões e empregados.

Na verdade, inexistiu a inspiração fascista que lhe é atribuída, fato negado com veemência por Arnaldo Süssekind, em memorável palestra proferida por ocasião do Congresso Comemorativo do Cinquentenário da Consolidação das Leis do Trabalho, levado a efeito em Brasília, nos dias 28 e 29 de outubro de 1993, no auditório do Memorial JK:

"Quais as fontes e procedimentos que a Comissão adotou para compor o sistema orgânico, corrente, que é a CLT? Em primeiro lugar, procuramos sistematizar, com algumas adaptações, as normas de proteção individual do trabalho que correspondiam a três fases distintas: a dos decretos legislativos do Governo Provisório da Revolução de 1930; a das leis do Congresso Nacional na vigência da Constituição de 1934; a dos decretos-leis do chamado 'Estado Novo', configurado na Carta Constitucional de 1937. Essas normas de proteção individual de trabalho – sublinho bem esse aspecto – haviam sido inspiradas, basicamente, nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho e na encíclica *Rerum Novarum*".

E, enfaticamente, observa:

"Muita gente critica, até hoje, a existência do Poder Normativo da Justiça do Trabalho sob diferentes fundamentos. Há, entretanto, um fundamento que eu gostaria de rebater, qual seja, o de que se trata de invenção fascista. Que a Carta del Lavoro consagrou o poder normativo não há a menor dúvida. Mas ele nasceu muito antes da Carta del Lavoro e precede de muitos anos o fascismo na Itália.

E quero ainda ressaltar, conclui o douto juslaborista, que a unicidade sindical compulsória não é uma invenção fascista. *Isto é dito a torto e a direito*, pelos jornais, pelos parlamentares, até por alguns juristas; mas, na realidade, antes de Mussolini adotar a unidade sindical compulsória na Itália, um senhor chamado Lenin a adotou na Rússia alguns anos antes. E, antes de Lenin adotá-la na Rússia, ela já vinha sendo sustentada por Maxime Leroy, num livro editado em Paris, em 1913..."[7].

Com a redemocratização do País, em 1945, realizadas as eleições gerais, tendo sido promovida antes a *anistia geral* para os presos políticos, eleito o Presidente Eurico Gaspar Dutra, foi promulgada, pela Assembleia Constituinte, a Constituição Federal de 1946, inequivocamente a mais perfeita Constituição brasileira de todos os tempos.

A mais significativa inovação da Constituição em apreço, em matéria de direito social, foi, sem dúvida, a elevação da Justiça do Trabalho a órgão do Poder Judiciário:

"Art. 94. O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

I – Supremo Tribunal Federal;
II – Tribunal Federal de Recursos;
III – Juízes e Tribunais Militares;
IV – Juízes e Tribunais Eleitorais;
V – *Juízes e Tribunais do Trabalho*".

O poder normativo, já consagrado na CLT (arts. 867 e 868), era elevado, igualmente, à categoria de disposição constitucional, na forma do disposto no art. 122, § 2º:

7. CLT em debate (*Anais do Congresso Comemorativo do Cinquentenário da Consolidação das Leis do Trabalho*), LTr, 1994, p. 21-37.

experiência, na forma do art. 481 da CLT. Ex-prejulgado n. 42. (RA 102/1982, *DJ*, 11-10-1982 e 15-10-1982) Referência: CLT, art. 481.

▷ **Súmula 188 do Tribunal Superior do Trabalho. Contrato de trabalho. Experiência. Prorrogação.** O contrato de experiência pode ser prorrogado, respeitado o limite máximo de 90 dias. (Res. 10/1983, *DJ*, 9-11-1983)

▷ **Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho. Contrato de prestação de serviços. Legalidade.** I – A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei n. 6.019, de 3.1.74).

II – A contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/88).

III – Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei n. 7.102, de 20.6.83), de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV – O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V – Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n. 8.666, de 21-6-1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral. (Nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação – Res. 174/2011, *DEJT*, 27, 30 e 31-5-2011)

▷ **Súmula 195 do Supremo Tribunal Federal.** Contrato de trabalho para obra certa, ou de prazo determinado, transforma-se em contrato de prazo indeterminado, quando prorrogado por mais de quatro anos.

▷ **Precedente Normativo n. 20 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Contrato escrito** (positivo). Sendo celebrado contrato por tarefa, parceria ou meação, por escrito, obriga-se o empregador a fornecer uma via deste ao empregado, devidamente datada e assinada pelas partes.

▷ **Vínculo de emprego. Lei n. 6.019/74. Sucessão de contratos temporários. Nulidade e vínculo contratual único com o tomador.** A sucessão de contratos temporários regidos pela Lei 6.019/74, através de diversas empresas e por período superior a um ano, mormente quando não comprovada a presença dos motivos elencados no art. 2º da Lei em questão, motiva o reconhecimento de vínculo contratual único e por prazo indeterminado com o tomador (arts. 2º, 9º e 10 da Lei 9.019/74 c/c o art.

9º da CLT). (TRT/9ª R., Ac. 4.344, j. 9-2-2001, RO 16.930/99, Rel. Desig. Juíza Sandra Maria da Costa Ressel, *DJ/PR*, 9-2-2001)

▷ **Recurso Ordinário.** Considera-se desprovido de qualquer valor probatório o *contrato de experiência sem assinatura do prestador de serviços*, caracterizando-se, assim, o contrato de trabalho por prazo indeterminado e, por conseguinte, devido o aviso prévio indenizado. Recurso Ordinário parcialmente provido. (TRT/19ª R., RO 1999031285-69, Tribunal Pleno, Rel. Juíza Vanilza Lins, *DOE/AL*, 11-12-2000)

▷ **(...) Contrato de experiência. Nulidade. Aviso prévio.** O contrato de experiência tem a finalidade de verificar o desempenho profissional do empregado e sua integração na empresa, para se decidir sobre a conveniência de se estabelecer um contrato de trabalho de duração indeterminada. Como o Reclamante já havia trabalhado na Reclamada por quase dois anos, a celebração de contrato de experiência, apenas um mês após a rescisão imotivada do contrato de trabalho anterior, não se justifica, pois os contratantes já se conheciam, sendo desnecessário, portanto, um período de avaliação. Nesse caso, impõe-se a decretação de invalidade do contrato de experiência, ante o disposto no art. 9º da CLT, considerando-se como de duração indeterminada o último contrato de trabalho, cabendo o pagamento do aviso prévio, nos termos do art. 487, § 1º, da CLT. Recurso de Revista conhecido e provido, nesse aspecto. (TST, RR 391232/1997, j. 15-8-2001, 5ª T., Rel. Juiz Convocado Walmir Oliveira da Costa, *DJ*, 31-8-2001)

▷ **Contrato de experiência. Validade da cláusula que prevê a sua prorrogação automática.** Descabe falar em nulidade da cláusula que prevê a prorrogação automática do contrato de experiência, pois não há dispositivo na CLT que vede tal procedimento, devendo apenas ser respeitadas as demais normas atinentes ao referido contrato previstas nos artigos 445 e 451 da CLT, para que o prazo de 90 dias não seja extrapolado e não haja mais de uma prorrogação. Recurso de revista conhecido e desprovido. (TST, RR 13.390/2000-012-09-00.7, 5ª T., Rel. Juíza Convocada Rosita de Nazaré Sidrim Nassar, *DJ*, 17-9-2004)

▷ **Empregada doméstica. Contrato de experiência. Período contratual. Rescisão indireta. Art. 483, *d*, da CLT.** Manifestou a reclamada sua concordância acerca do período laboral, não se justificando as datas de início e término do vínculo empregatício consignadas na decisão *a quo*, devendo ser consideradas aquelas admitidas pela parte demandada em sua contestação. Não há pacto laboral expressamente acordado entre as partes, nem sequer na modalidade experimental. O que se constata no feito é a existência do contrato tácito afirmado pela recorrida. A Lei n. 5.859/72 não prevê a possibilidade do contrato de trabalho do empregado doméstico ser firmado a prazo determinado ou a título de experiência. Todavia, o contrato sujeito à prova (art. 443, § 2º, *c*, da CLT) não encontra, especificamente no caso do doméstico, qualquer vedação legal ou constitucional, sendo, então, perfeitamente viável. A lei, admitindo o contrato de trabalho dos domésticos, o admite nas duas modalidades – prazo

determinado e indeterminado. Assim, o empregado sujeita-se à normatividade do art. 442 da CLT, onde estabelecido que o contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso correspondente à relação de emprego. Com atinência à possibilidade de rescisão indireta, não há no feito qualquer prova de ter a autora ofertado à demandada sua CTPS para as devidas anotações, nem de que a empregadora tivesse se negado a proceder aos registros. (TRT/4ª R., j. 18-10-2000, RO 00973.611/98-7, 3ª T., Rel. Juiz Juraci Galvão Junior, *DJ*, 6-11-2000)

▷ **Contrato de safra. Caracterização.** O contrato de safra, modalidade de contrato de trabalho por tempo determinado e que, na estipulação da Lei n. 5.889/73, é aquele que "tenha sua duração dependente de variações estacionais da atividade agrária" (parágrafo único do art. 14). Somente não é caracterizado como contrato a termo certo e sim como sendo por prazo indeterminado quando demonstrado que o empregado, além de se ativar na época das colheitas/plantio, também moureja nas entressafras, o que não o caso dos autos. (TRT/15ª R., Ac. 33.418/2001, j. 6-8-2001, ROS 7.507/2000, 3ª T., Rel. Mauro César Martins de Souza, *DOE/SP*, 6-8-2001)

▷ **Intermediação de mão de obra. "Terceirização". Irregularidade na contratação. Caracterização de vínculo empregatício.** Constatada a irregularidade na contratação da empresa interposta, mormente porque a função exercida pelo reclamante sempre esteve diretamente ligada ao objeto final do empreendimento da reclamada e, configurados os requisitos do artigo 3º da CLT, com relevo especial à subordinação jurídica, imperioso o reconhecimento do vínculo empregatício com a tomadora dos serviços. Sentença que se mantém, no particular. (TRT/9ª R., Ac. 1.817, j. 26-1-2001, RO 4.165/2000, Rel. Desig. Juiz Arnor Lima Neto, *DJ/PR*, 26-1-2001)

Art. 444. As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.

▶ *Comentários*

Um dos princípios basilares do *Direito do Trabalho* é o *tutelar*, também denominado princípio da proteção, objetivando dar ao empregado igualdade jurídica na relação empregatícia, o que explica, entre outros aspectos, a imperatividade de parcela ponderável das normas trabalhistas e a indisponibilidade desses mesmos direitos.

Assim, conquanto sejam livres patrões e empregados para celebrar os contratos de trabalho, há que se observar, antes de tudo, "*as disposições de proteção ao trabalho*", instituídas no âmbito da Constituição Federal, na legislação infraconstitucional e nos acordos ou convenções coletivas.

Assim considerando, serão nulas quaisquer cláusulas contrárias à legislação protetora das relações de emprego.

"A vontade das partes na celebração do contrato de trabalho sofre acentuada limitação em virtude de numerosas normas de caráter imperativo", escreve Eduardo Gabriel Saad, que acrescenta,

com inegável procedência: "o dirigismo contratual é uma das características peculiares do Direito do Trabalho moderno. A autonomia da vontade nos contratos é universalmente limitada, porque ninguém mais acredita no dogma da liberdade de o empregado concluir um contrato de trabalho. Sua inferioridade econômica diante da outra parte (o empregador) não lhe permite agir com a liberdade que só pode manifestar-se entre iguais, sobretudo do ponto de vista econômico"[154].

Por isso que "as cláusulas regulamentares que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento", a teor do que dispõe a Súmula 51 do TST.

"I – As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento. II – Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro."

► *Jurisprudência*

▷ **Dissídio coletivo. Negociação coletiva. Limites. Restrição de direito previsto em lei. Estabilidade provisória. Retorno do benefício previdenciário. 1.** A flexibilização ou a redução das normas mínimas de proteção aos empregados garantidas constitucionalmente somente pode constituir objeto de negociação coletiva nos casos em que haja expresso permissivo constitucional para tanto. **2.** Juridicamente inadmissível a homologação de cláusula de acordo em dissídio coletivo que condiciona o gozo da garantia prevista na Lei n. 8.213/91 ao cumprimento de formalidade de incumbência do empregador e não do empregado. **3.** Recurso ordinário interposto pelo Ministério Público do Trabalho parcialmente provido. (TST, RODC 765.202/2001, j. 27-9-2001, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 9-11-2001)

▷ **Recurso ordinário em dissídio coletivo.** Acordo judicial. Cláusula que estabelece descontos salariais. Adequação ao Enunciado n. 342 do TST e à Orientação n. 18 da SDC. Dispõe o artigo 114 da Constituição Federal, em seu § 2º, que, "recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho" (destacou-se). Constata-se, pois, que o poder normativo da Justiça do Trabalho encontra limites bem definidos na Constituição Federal, não podendo estabelecer normas e condições contrárias às disposições legais mínimas de proteção ao trabalho. Registre-se que as limitações atinentes às disposições mínimas de proteção ao trabalhador devem ser igualmente observadas pelo Tribunal, ao homologar acordos celebrados pelas partes no curso do dissídio coletivo. Esta Corte tem reiteradamente declarado nulas as cláusulas de acordo coletivo que estabelecem descontos salariais de forma genérica, por afronta ao princípio da intangibilidade salarial, determinando

154. *CLT Comentada*, cit.

a sua adequação aos termos do Enunciado n. 342 do TST e da Orientação Jurisprudencial n. 18 da SDC. Recurso ordinário do Ministério Público provido. (TST, RODC 692.145/2000, j. 11-10-2001, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Rel. Min. Milton de Moura França, *DJ*, 9-11-2001)

Art. 445. O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, observada a regra do art. 451. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Parágrafo único. O contrato de experiência não poderá exceder de 90 (noventa) dias. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

► *Comentários*

O art. 445 da CLT estabelece o prazo máximo de duração dos contratos por prazo determinado e dos contratos de experiência, tema já abordado quando comentamos o art. 443.

O prazo de duração do contrato por prazo determinado é de, no máximo, *2 anos*, só podendo ser renovado uma vez (art. 451 da CLT), sob pena de transformar-se em contrato por prazo indeterminado.

Já o contrato de experiência tem duração máxima de *90 dias*.

De todo conveniente lembrar que o contrato por prazo determinado para incentivo à contratação de novos empregados é de *2 anos*, renovável sem as exigências do art. 451 da CLT.

Nos termos da Súmula 163 do TST:

"Cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência, na forma do art. 481 da CLT".

Outrossim, pode o contrato de experiência ser prorrogado:

Súmula 188 do TST:

"O contrato de experiência pode ser prorrogado, respeitado o limite máximo de 90 dias".

O contrato temporário para o trabalhador rural, como já afirmamos (item 7 dos comentários ao contrato por prazo determinado), é de dois meses (Lei n. 11.718/2008).

► *Jurisprudência*

▷ **Contrato por prazo determinado. Extinção.** Findo o prazo de noventa dias previsto no contrato de experiência, extingue-se automaticamente o ajuste, sem necessidade de justificativa do empregador. Recurso de revista desprovido. (TST, Ac. 9.567, j. 22-10-1997, RR 242.339/96, 3ª T., Rel. Manoel Mendes de Freitas, *DJ*, 28-11-1997)

▷ **Contrato de experiência. Suspensão por acidente de trabalho. Prestação de labor após ultrapassado o termo final. Aplicação das normas que regulam o contrato por prazo indeterminado.** Sendo o contrato de experiência uma espécie de contrato por prazo determinado, o que prevalece é o termo final convencionado. Ocorrendo acidente de trabalho no decorrer do contrato, este não tem a sua natureza modificada e, mesmo suspenso o trabalho, prevalece o prazo previamente fixado pelas partes. Somente por acordo expresso de vontade entre as partes, o termo final será deslocado. Na hipótese de ser ultrapassado o período

de experiência (noventa dias), com prestação de labor, passa o contrato a reger-se pelas regras próprias do contrato por prazo indeterminado. (TRT/24ª R., Ac. 585, j. 18-3-1999, RO 1.624/98, Tribunal Pleno, Rel. Abdalla Jallad, *DJ/MS*, 6-5-1999)

Art. 446. (Revogado pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

► Comentários

O artigo mencionado estava assim redigido:

"Presume-se autorizado o trabalho da mulher casada e do menor de 21 (vinte e um) anos e maior de 18 (dezoito). Em caso de oposição conjugal ou paterna, poderá a mulher ou o menor recorrer ao suprimento da autoridade judiciária competente.

Parágrafo único. Ao marido ou pai é facultado pleitear a rescisão do contrato de trabalho, quando a sua continuação for suscetível de acarretar ameaça aos vínculos da família, perigo manifesto às condições peculiares da mulher ou prejuízo de ordem física ou moral para o menor".

O dispositivo legal nominado já estava manifestamente revogado com o Estatuto da Mulher Casada – Lei n. 4.121/62, que pôs fim à incapacidade relativa da mulher. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, proclama em alto e bom som que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações...".

A menoridade trabalhista vai até os 18 anos. O trabalho é proibido ao menor de 16, salvo o aprendizado metódico, dos 14 aos 16 anos.

Art. 447. Na falta de acordo ou prova sobre condição essencial ao contrato verbal, esta se presume existente, como se a tivessem estatuído os interessados na conformidade dos preceitos jurídicos adequados à sua legitimidade.

► Comentários

Nos termos do artigo sob comento, inexistindo acordo ou prova sobre condição essencial ao contrato, ainda que este seja verbal, é de concluir que o pacto laboral foi ajustado em conformidade com os preceitos legais que disciplinam a relação empregatícia.

Em conformidade com a Súmula 12 do Tribunal Superior do Trabalho:

"As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção *juris et de jure*, mas apenas *juris tantum*".

Art. 448. A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.

► Comentários

O Direito do Trabalho, objetivando a preservação do emprego, desvinculou o empregado da pessoa física ou jurídica do empregador, vinculando-o à *empresa*. Esta última, como vimos nos comentários ao art. 2º da CLT, é a unidade econômica destinada à produção ou circulação de bens ou serviços, agrupamento de pessoas e bens destinados à exploração de uma atividade econômica organizada.

Assim, independentemente de quem seja o titular da empresa, o empregado a esta última está vinculado. Qualquer alteração na estrutura jurídica, mudança na propriedade ou cessão de quotas ou ações não afetará o contrato de trabalho.

O sucessor, *inter vivos* ou *causa mortis*, responde, em qualquer circunstância, pelos débitos trabalhistas.

O artigo sob comentário deve ser interpretado em consonância com o art. 10 da CLT: "qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados", respondendo o sucessor por tais obrigações.

► *Jurisprudência*

▷ **Sucessão de empresas. Fundo empresarial.** A aquisição do fundo de comércio caracteriza a sucessão, posto que restou transferida a parte principal da atividade-fim exercida pela empresa sucedida. Foi adquirido o cerne da existência da mesma. E, na sucessão, o que se transfere não são apenas bens corpóreos mas, principalmente, a organização econômico-social. (TRT/1ª R., RO 25.136/98, j. 29-8-2000, 8ª T., Rel. Juíza Maria das Graças Cabral Viégas Paranhos, *DO/RJ*, 14-9-2000)

▷ **Direito do trabalho. Sucessão trabalhista. Aquisição de imóvel para fins de reforma agrária. Incra. Não continuidade dos serviços. Falta de requisito para a sucessão. Arts. 10 e 448 da CLT. Precedentes. Recurso provido.** A sucessão trabalhista tem como premissa a continuidade na prestação dos serviços, não se configurando em caso de aquisição de imóvel, e não de empresa, para fins de reforma agrária. (STJ, Ac. REsp 94.009/PE, j. 30-4-1998, 4ª T., 1996/0024979-2, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, *DJ*, 28-9-1998)

▷ **Dono da obra. Sucessão do empreiteiro. Possibilidade.** Quando o dono da obra, mesmo residencial, assume o empreendimento, passando a administrar a construção e a contratar pessoalmente os trabalhadores, até então vinculados ao empreiteiro, caracteriza-se como sucessor deste, e deve responder tanto pelos créditos trabalhistas do período em que foi o empregador direto, como do anterior. (TRT/15ª R., Ac. 34.348/2001, j. 6-8-2001, RO 16.101/2001, 2ª T., Rel. Mariane Khayat, *DOE*, 6-8-2001)

▷ **Recurso de revista. Sucessão trabalhista. Bancos. Orientação Jurisprudencial n. 261 da SBDI-1/TST.** As obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para o banco sucedido, são de responsabilidade do sucessor, uma vez que a este foram transferidos os ativos, as agências, os direitos e deveres contratuais, caracterizando típica sucessão trabalhista. OJ n. 261/SBDI-1/TST. Recurso de Revista não conhecido. (TST, RR 659556/2000.0, 4ª T., Rel. Juiz Convocado Vieira de Mello Filho, *DJ*, 28-10-2004)

.....

Art. 449. Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho subsistirão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.

§ 1º Na falência, constituirão créditos privilegiados a totalidade dos salários devidos ao empregado e a totalidade das indenizações a que tiver direito. (Redação dada pela Lei n. 6.449, de 14-10-1977.)

§ 2º Havendo concordata na falência, será facultado aos contratantes tornar sem

efeito a rescisão do contrato de trabalho e consequente indenização, desde que o empregador pague, no mínimo, a metade dos salários que seriam devidos ao empregado durante o interregno.

► *Comentários*

1. *Os direitos trabalhistas na recuperação judicial e na falência do empregador*

A atual Lei de Falências – Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, alterou profundamente a legislação falimentar brasileira.

Desapareceram as concordatas preventiva e suspensiva, substituída a primeira pela denominada *recuperação judicial*, que objetiva viabilizar a superação de crise econômica do devedor, promovendo, outrossim, a preservação da empresa, como enfatiza o art. 47 da lei nominada:

"A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

2. *O crédito trabalhista na recuperação judicial*

Na recuperação judicial o devedor (no caso, o empregador) terá o prazo máximo de um ano para o pagamento dos débitos trabalhistas, vencidos até a data do pedido de recuperação.

Os créditos de natureza estritamente salarial, até o limite de *cinco salários mínimos*, igualmente vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, devem ser pagos no prazo máximo de trinta dias, como deixa claro o art. 54 da lei sob comento:

"Art. 54. O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

Parágrafo único. O plano não poderá, ainda, prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial".

O trabalhador não é obrigado, obviamente, a tolerar o atraso no pagamento de seus salários (o salário tem natureza alimentar), podendo pleitear, perante a Justiça do Trabalho, a rescisão do seu contrato laboral (art. 483, *d*, da CLT), com os valores decorrentes da rescisão por culpa do empregador. Note-se que a recuperação judicial (sucedânea da concordata preventiva), como a falência, não são consideradas força maior ou caso fortuito, constituindo meros riscos da atividade econômica.

Numa hipótese ou outra, a ação trabalhista prossegue na Justiça do Trabalho, até a apuração do valor da condenação – "que será inscrito no quadro-geral de credores pelo valor determinado em sentença" (art. 6º, § 2º).

Na ocorrência de falência, fundamental a intimação do administrador que representará, no Juízo trabalhista, a massa falida, sob pena de nulidade do processo – art. 76, parágrafo único.

Tal como ocorria na legislação anterior, poderá o juiz do trabalho, tanto na

recuperação judicial quanto na falência, oficiar ao juízo falimentar solicitando reserva de valor que estimar devida. Uma vez reconhecido líquido o direito, será o crédito incluído na classe própria.

É de observar que a legislação processual trabalhista prevê preferência em todas as fases processuais para o dissídio cuja decisão deva ser executada perante o juízo da falência (art. 768 da CLT).

3. *O crédito trabalhista na recuperação judicial da microempresa e empresa de pequeno porte*

A legislação falimentar prevê Plano Especial de Recuperação Judicial para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, assim consideradas aquelas sob a égide da Lei Complementar n. 123, de 14-12-2006.

O plano em apreço só abrange os *créditos quirografários*, não envolvendo, pois, os créditos trabalhistas, que devem ser saldados na época fixada na legislação social, legitimado o obreiro a acionar o empregador, na eventualidade de atraso nos pagamentos – art. 71, I.

4. *O crédito trabalhista na recuperação extrajudicial*

A nova legislação falimentar libera e reconhece a recuperação extrajudicial, vedada na lei anterior, no art. 2º, III.

A recuperação extrajudicial, como o próprio nome deixa entrever, é aquela acertada entre o devedor e seus respectivos credores, em que o primeiro obtém, dos segundos, a dilação, remissão de créditos ou cessão de bens, como forma de pagamento.

A recuperação extrajudicial não envolve créditos trabalhistas, como deixa claro o § 1º do art. 161 – "não se aplica o disposto neste Capítulo a titulares de créditos de natureza tributária, derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho...".

Observe-se, porém, a possibilidade de redução salarial objetivando favorecer a recuperação econômico-financeira da empresa, mediante acordo coletivo, *ex vi* do disposto no art. 7º, VI, da Constituição Federal.

5. *O crédito trabalhista na falência*

O crédito trabalhista na nova legislação subsiste com privilégio sobre todos os demais créditos, ao lado do crédito por acidente do trabalho, porém, limitado a *cento e cinquenta salários mínimos*; o que exceder deste valor é *crédito quirografário*, isto é, sem qualquer preferência, participando, portanto, das sobras:

> "Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:
>
> I – os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a *150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor*, e os decorrentes de acidentes de trabalho".

A limitação do crédito trabalhista a *cento e cinquenta salários mínimos* (o restante é crédito quirografário) colide com o disposto no art. 449, § 1º, da CLT – "na falência, constituirão créditos privilegiados a totalidade dos salários devidos ao empregado e a totalidade das indenizações a que tiver direito".

Este conflito, por certo, ensejará acirrados debates doutrinários, não se afastando a hipótese de decisões jurisprudenciais discordantes.

Contudo, é de observar que a incompatibilidade do art. 83 da Lei Falimentar com o § 1º do art. 449 da CLT é absoluta, afastando qualquer possibilidade de conciliação de ambos os dispositivos.

Assim considerando, entendemos manifestamente revogado o § 1º do art. 449 da CLT. A lei nova revoga a anterior quando regula por inteiro a mesma matéria, de forma a afastar qualquer processo de conciliação.

O § 2º do art. 449 da CLT está, por outro lado, igualmente revogado.

A "concordata na falência" era, obviamente, a *concordata suspensiva*, que deixou de existir.

O *caput* do art. 449 da CLT – "os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho subsistirão em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa" – tem sentido próprio.

Tanto a falência quanto a recuperação judicial ou extrajudicial hão de respeitar os direitos trabalhistas, resgatados da forma explicitada nos itens 2, 3, 4 e 5 destes Comentários.

Ressalte-se, finalmente, que, consumada a falência, com o desaparecimento da concordata suspensiva, extinto está o contrato de trabalho, respeitados os direitos trabalhistas a serem satisfeitos pela massa falida na proporção fixada no art. 83, I, da Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, ou seja: até *cento e cinquenta salários mínimos: crédito privilegiado*; o que exceder do valor nominado é crédito quirografário.

Em conformidade com o art. 151 da Lei de Falências – "os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador, serão pagos tão logo haja disponibilidade em caixa".

6. *Alienação dos bens do falido, qualquer que seja a sua forma, não implica sucessão tributária ou trabalhista*

Qualquer que seja a forma de alienação do ativo da massa falida (alienação da empresa, venda dos estabelecimentos isoladamente, ou alienação dos bens individualmente), não haverá sucessão tributária ou trabalhista:

"Art. 141. .....

II – o objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, as derivadas da legislação do trabalho e as decorrentes de acidentes de trabalho".

Na eventualidade de o arrematante prosseguir na exploração das mesmas atividades do falido (nas hipóteses de alienação da empresa ou aquisição de um dos seus estabelecimentos), e aproveitamento da mesma mão de obra do falido, ou seja, da utilização dos mesmos empregados, estes serão admitidos mediante *novos contratos de trabalho*, não respondendo o arrematante pelas obrigações decorrentes do contrato anterior.

Esta regra, por certo, tem enorme repercussão no Direito do Trabalho, significando manifesta restrição ao alcance do disposto no art. 448 da CLT – "a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados", salvo em se tratando de arrematação (da empresa ou do estabelecimento) em processo falimentar, como deixa claro a nova legislação.

Note-se que as atuais regras afetam, igualmente, o art. 10 da CLT — "qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados".

Imaginemos que, na falência do empregador, seus empregados percebam seus salários, observado o limite de cento

"A lei especificará os casos em que as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições de trabalho".

Na sistemática da Constituição de 1946, competia aos Estados a organização das suas justiças, na forma prevista no art. 124.

Nos termos do art. 123, competia à Justiça do Trabalho:

"... conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores, e as demais controvérsias oriundas de relações de trabalho, regidas por legislação especial".

O Trabalho é posto em relevo, dispondo o parágrafo único do art. 145:

"A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social".

Todas as conquistas sociais já estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho foram consagradas, com algumas inovações, tais como a *estabilidade no emprego* (conquista social já adotada pela CLT) e a "participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa", mantidas nas Constituições posteriores.

Com o movimento militar de 1964 e consequente deposição do Presidente Jango Goulart, foi promulgado o Ato Institucional n. 1, mantendo em vigor a Constituição de 1946, com prevalência, todavia, dos atos da Revolução que, na prática, redundaram em seguidas intervenções nos sindicatos, inibindo sensivelmente as campanhas de melhoria de condições de trabalho e, praticamente, fazendo cessar as greves, quase sempre desbaratadas com rigorosa investida policial.

O próprio poder normativo da Justiça do Trabalho ficava limitado à política salarial do governo.

Em 24 de janeiro de 1967, é promulgada, pelos Militares, nova Constituição Federal, alterada substancialmente pela Emenda Constitucional n. 1, de 17-10-1969.

Esta Constituição, de visível natureza castrense, mantinha a Justiça do Trabalho, inclusive com o poder normativo, sujeito, como já se acentuou, à política salarial do governo.

Os direitos do trabalhador foram todos assegurados na Carta Magna, inclusive a greve, muito embora sujeita a uma disciplinação draconiana que, na prática, a tornava inviável.

3. A Constituição Federal de 1988 e os direitos sociais

Com o fim do regime militar e redemocratização do País, foi promulgada a *Constituição Federal de 5-10-1988*, que trouxe, no seu bojo, significativas alterações, dentre as quais cumpre destacar o *salário mínimo familiar*.

Assegurou, outrossim, a irredutibilidade do salário (salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo), instituindo, destarte, proteção do salário, constituindo crime sua retenção dolosa pelo empregador.

O serviço extraordinário passou a ser remunerado, no mínimo, com um acréscimo de cinquenta por cento sobre a hora normal.

Ao empregado, quando da concessão das férias, foi assegurada, além da remuneração normal, uma gratificação de um terço.

e cinquenta salários mínimos, e nada mais recebam (o que ultrapassar do limite acima transcrito é crédito quirografário, que participa das sobras – se houver).

Ficam, portanto, tais empregados sem qualquer possibilidade de receber o restante de seus salários.

Adquirida a empresa, ou um dos seus estabelecimentos, quando da realização do ativo (art. 139 da Lei de Falências), o arrematante, ainda que venha a explorar a mesma atividade econômica do falido, não responderá pelas obrigações trabalhistas do devedor.

Ora, como se sabe, o que caracteriza a sucessão trabalhista é a aquisição do acervo e a continuação da mesma atividade econômica:

"O reconhecimento da sucessão de empresas depende do preenchimento de dois requisitos: é necessário que o estabelecimento, visto como unidade econômico-jurídica, tenha a sua propriedade transferida para outro titular, e os serviços prestados pelos trabalhadores não sofram solução de continuidade" (TST, 3ª T., RR 268.333/96.3, Rel. Min. Fausto Paula de Medeiros).

Fica, portanto, inteiramente afastada a hipótese de sucessão trabalhista e tributária, com a aquisição da unidade empresarial ou de estabelecimento comercial em hasta pública falimentar.

A intenção do legislador foi a de facilitar a aquisição da unidade econômica, com a continuidade da força produtora, mantendo, assim, a função social da empresa.

7. *A sucessão na recuperação judicial*

A mesma regra é adotada na recuperação judicial.

No capítulo concernente à recuperação judicial, o art. 50 da Lei Falimentar, ao estabelecer os meios de recuperação, prevê situações que, inequivocamente, alteram substancialmente a estrutura jurídica da empresa, merecendo destaque, entre outros, o trespasse do estabelecimento empresarial, alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas isoladas.

Objetivando facilitar o bem do ônus da sucessão, dispõe o parágrafo único do art. 60 que:

"O objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, inclusive as de natureza tributária, observado o disposto no § 1º do art. 141 desta Lei".

Ao revés do que dispõe o art. 141, II, da Lei Falimentar, que cuida da alienação na falência, o art. 60 não fala expressamente em obrigações de natureza trabalhista, levando inúmeros julgados a admitir a sucessão nas alienações havidas na recuperação judicial:

"O legislador no art. 60, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005, em relação à aquisição de filial ou unidade produtiva de empresa em recuperação judicial, silenciou quanto à sucessão nos créditos trabalhistas, diferente da falência (art. 141, II, da referida lei), em que desonerou o adquirente expressamente quanto à sucessão trabalhista. Nessa ordem de ideias, infere-se que, se pretendesse o legislador afastar a sucessão trabalhista na recuperação judicial, teria assim expressamente mencionado, como o faz em relação à falência. Desse modo, em caso de recuperação judicial (art. 60, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005), a aquisição de filial ou unidade produtiva da empresa conduz à sucessão

trabalhista do adquirente" (TRT/19ª Região, RO 01168.2006.006.19.00.0, *DJT* 19ª Região, Ano I, n. 79, 26-8-08, p. 3).

Com a devida vênia, discordamos da v. decisão. A aquisição de bens (filiais ou unidades isoladas) é fundamental à recuperação judicial das empresas. Admitir a sucessão trabalhista é tornar ineficaz a própria legislação e consequentemente a recuperação de empresas.

Irrelevante a circunstância de o art. 60, parágrafo único, da Lei Falimentar não se referir expressamente aos créditos de natureza trabalhista, dispondo, com clareza cristalina, que não haverá responsabilidade do adquirente por débitos de quaisquer espécie:

"O objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor...".

Obrigações no sentido amplo, inclusive as trabalhistas.

O Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) n. 3.934, tendo como relator o Ministro Ricardo Lewandowski, decidiu pela constitucionalidade do art. 60, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005, com as seguintes observações:

"Por essas razões, entendo que os arts. 60, parágrafo único, e 141, II, do texto legal em comento mostram-se constitucionalmente hígidos no aspecto em que estabelecem a inocorrência de sucessão de créditos trabalhistas, particularmente porque o legislador ordinário, ao concedê-los, optou por dar concreção a determinados valores constitucionais, a saber, a livre-iniciativa e a função social da propriedade – de cujas manifestações a empresa é uma das mais conspícuas em detrimento de outros, com igual densidade axiológica, eis que os reputou mais adequados ao tratamento da matéria".

No magistério de Jorge Lobo:

"Para viabilizar a execução do plano de recuperação, que contemple alienação judicial de estabelecimento, a Lei de Recuperação Judicial prevê, taxativamente, que o arrematante não será responsável, como sucessor, das dívidas trabalhistas, de acidente do trabalho, fiscais, previdenciárias, comerciais, civis, etc."[155].

No mesmo sentido, José da Silva Pacheco:

"De acordo com o expressamente determinado pelo parágrafo único do art. 60, a filial ou unidade produtiva isolada que for alienada a terceiro em hasta pública será por este recebida livre de qualquer ônus.

O arrematante deve receber o que lhe foi alienado sem qualquer ônus, não respondendo pelas obrigações do devedor referentes à filial ou unidade adquirida.

Não sucede o arrematante nas obrigações do devedor, ainda que se trate de obrigação tributária, de acidente de trabalho ou decorrente da legislação trabalhista"[156].

Interpretação diversa é, como facilmente se percebe, ignorar o sentido da disposição – "o objeto da alienação estará livre de qualquer ônus e não haverá sucessão do arrematante nas obrigações do devedor". Obrigações no sentido amplo, inclusive, obviamente, trabalhistas.

155. *Lei de Recuperação de Empresas e Falência*, Saraiva, 2005.

156. *Processo de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência*, Forense, 2006.

Como põe em relevo o Juiz Alexandre Lazarini, titular da 1ª Vara da Falência e Recuperações Judiciais:

"A ação de recuperação judicial atende o princípio exposto no art. 8º, *caput*, parte final da Consolidação das Leis do Trabalho, onde consta que as normas devem ser aplicadas 'de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público'.

No caso, o interesse público é manifestado pela Lei n. 11.101/2005 (art. 4º): a preservação da empresa e, por consequência, do emprego dos trabalhadores.

Atinge-se a função social da empresa, que deixa de ter uma natureza meramente privada, para ter uma forte tendência institucional, dadas as imposições públicas que lhe são feitas" (Conflito de Competência n. 7521, STJ).

8. *Quadro geral dos credores na falência*

A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:

1º) *créditos trabalhistas* (até o limite de cento e cinquenta salários mínimos) por empregado[157]; *crédito de acidente de trabalho*;

2º) *créditos com garantia real*, até o limite do bem gravado;

3º) *crédito tributário*, excetuadas as multas tributárias;

4º) *créditos com privilégio especial*, sobre os bens declinados no art. 964 do Código Civil de 2002; créditos a que a lei confira direito de retenção sobre a coisa dada em garantia;

5º) créditos com privilégio geral sobre os bens do devedor (art. 965 do CC de 2002);

6º) *créditos quirografários*, dentre os quais os créditos trabalhistas que excedam o limite de cento e cinquenta salários mínimos.

Observe-se que os créditos trabalhistas cedidos a terceiros serão considerados quirografários na sua totalidade – art. 83, § 4º.

São considerados *créditos extraconcursais*, sendo pagos com precedência sobre todos os demais:

1º) a remuneração do administrador judicial (o antigo síndico), seus respectivos auxiliares; salários dos empregados que tenham prestado serviços à massa falida (correspondente ao período respectivo);

2º) quantias fornecidas à massa falida pelos credores;

3º) despesas com a arrecadação dos bens, realização do ativo e custas do processo de falência;

4º) custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa falida tenha sido vencida;

5º) obrigações decorrentes de atos jurídicos válidos praticados durante a recuperação judicial, quando convolada em falência e tributos devidos após a decretação da quebra[158].

9. *O juízo universal falimentar*[159]

O juízo da falência é universal porque competente para todas as ações sobre

157. Art. 44 da Lei n. 4.886/65: "No caso de falência do representado as importâncias por ele devidas ao representante comercial, relacionadas com a representação, inclusive comissões vencidas e vincendas, indenização e aviso prévio, serão créditos da mesma natureza dos créditos trabalhistas".

158. Os créditos decorrentes de serviços prestados à massa falida, bem como os honorários do administrador judicial, são considerados créditos extraconcursais, sendo pagos com precedência sobre todos os demais.

159. Sobre o tema *supra*, *v.* Amador Paes de Almeida, *Curso de Falência e Recuperação de Empresas*, 20. ed., São Paulo, Saraiva, 2006, e *Os Direitos Trabalhistas na Falência e Concordata do Empregador*, 2. ed., São Paulo, LTr, 1998.

bens e interesses da massa falida, como, aliás, enfatiza o art. 76 da Lei Falimentar:

"O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, ressalvadas as causas trabalhistas, fiscais e aquelas não reguladas nesta Lei em que o falido figurar como autor ou litisconsorte ativo".

É, pois, no juízo da falência que se processam o concurso creditório, a arrecadação dos bens do falido, a habilitação dos créditos, os pedidos de restituição e todas as ações, reclamações e negócios de interesse da massa falida, daí decorrendo a sua indivisibilidade.

A universalidade redunda da chamada *vis attractiva* do juízo falimentar – ao juízo da falência devem concorrer todos os credores do devedor comum, comerciais ou civis, alegando e provando seus direitos.

Por juízo universal se há de entender, pois, a atração exercida pelo juízo da falência, sob cuja jurisdição concorrem todos os credores do devedor comum – o falido.

10. *As ações trabalhistas e a* vis attractiva *do juízo falimentar*

A *vis attractiva* do juízo falimentar, todavia, não é absoluta: abrange exclusivamente as ações reguladas na Lei de Falências, não prevalecendo para as ações não reguladas no diploma legal nominado, como acentua o art. 76:

"O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, *ressalvadas as causas trabalhistas, fiscais e aquelas não reguladas nesta lei*, em que o falido figurar como autor ou litisconsorte ativo".

Nessas condições, nas ações em que a massa falida seja autora ou litisconsorte, não prevalecerá a indivisibilidade do juízo falimentar, pois, como bem salientou venerando julgado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (*RT*, 128/671):

"As ações que devem ser tangidas no Juízo Universal da quebra são as intentadas contra a massa.

Trata-se de causas em que a massa é ré, não daquelas em que seja autora. Nestas, salvo quando consideradas na Lei de Falências, seguem-se as regras comuns relativas à competência".

Ressalte-se, porém, que nem todas as ações em que a massa figure como ré serão atraídas pelo juízo falimentar, pois, como já se observou, a indivisibilidade só alcança as ações reguladas na Lei de Falências.

Os conflitos surgidos em decorrência de relações disciplinadas pela legislação trabalhista devem ser dirimidos pela Justiça do Trabalho, não obstante o processo falimentar.

É que, por força do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal, a justiça trabalhista é o único órgão do Poder Judiciário com competência para julgar os dissídios oriundos da relação empregatícia.

Nessas condições, se, no decorrer de uma ação trabalhista, sobrevier a falência do empregador, a ação em questão não será atraída para o juízo da falência, em razão da manifesta incompetência *ratione materiae* deste.

Ao revés, a ação trabalhista prosseguirá normalmente, até sentença final, devendo o juízo trabalhista, ciente da quebra, determinar a citação do respectivo administrador, que representará a massa falida.

Por outro lado, declarada a falência do empregador, ver-se-á o empregado constrangido a acioná-lo, visando seus direitos trabalhistas. Tal ação, da mesma forma, será proposta perante a Justiça do Trabalho e não no juízo da falência.

Somente depois de apurado o crédito laboral, na Justiça do Trabalho, é que o empregado, munido da sentença trabalhista transitada em julgado, habilitar-se-á no juízo falimentar, com o privilégio que a legislação lhe assegura.

Apenas após a apuração na Justiça do Trabalho é que o crédito trabalhista adquire a liquidez necessária à sua habilitação, o que equivale a dizer que, em se tratando de sentença ilíquida, a liquidação se processará, igualmente, perante a Justiça Trabalhista:

"O crédito trabalhista, para que adquira liquidez e assim possa ser habilitado em falência, necessita de prévia apuração na Justiça do Trabalho" (*RT*, 465/100).

Na hipótese de a ação trabalhista não se ultimar com a necessária urgência, de molde a facultar ao empregado habilitar tempestivamente o seu crédito, em que pese a regra estabelecida no art. 768 da CLT (que assegura preferência para o dissídio cuja decisão deva ser executada perante o juízo da falência), a solução se encontra no *pedido de reserva*, estabelecido no art. 6º, § 3º, da Lei Falimentar.

O pedido de reserva pode ser feito pelo próprio empregado, instruído com os documentos hábeis (certidão do juízo trabalhista), ou, como preconiza Orlando Gomes, por ofício do próprio juiz do trabalho:

"Embora o processo trabalhista reserve preferência para o julgamento dos dissídios sobre pagamento de salário que derivam da falência do empregador, nem sempre essas questões são resolvidas a tempo de alcançar o prazo de habilitação no Juízo falimentar.

Diante dessas inevitáveis procrastinações, com prazos e recursos na Justiça do Trabalho, a solução mais apropriada seria a expedição de comunicação pelo Juízo do Trabalho ao juiz falimentar, após o julgamento em primeira instância, ordenando o caucionamento da quantia necessária para liquidação do crédito salarial, até final decisão de última instância"[160].

Ressalte-se que o crédito trabalhista apurado na Justiça do Trabalho *não está sujeito a impugnação no processo de habilitação* perante o juízo da falência, já que a este não é dado reformar sentença trabalhista:

"Sentença trabalhista com trânsito em julgado – Impugnação do respectivo *quantum* – Inadmissibilidade – Coisa julgada – Sentença confirmada.

Tratando-se de crédito trabalhista, reconhecido definitivamente pela Justiça do Trabalho, ao ser ele habilitado em falência não poderá sofrer impugnação alguma quanto ao seu valor" (*RT*, 468/59).

A atual Lei Falimentar põe fim à execução paralela que, na prática, não só ensejava conflitos de competência, como sensíveis prejuízos aos trabalhadores, a pretexto de servi-los[161].

Assim, uma vez apurado o crédito trabalhista, fixado o valor da condenação

160. *Curso de Direito do Trabalho*, cit., v. 1, p. 408.

161. *Vide* nosso *Os Direitos Trabalhistas na Falência e Concordata do Empregador*, cit., LTr; Amauri Mascaro Nascimento, *Curso de Direito Processual do Trabalho*, 21. ed., São Paulo, Saraiva, 2002; José Ajuricaba da Costa e Silva, artigo em *LTr*, 45-5/519.

e transitada em julgado a sentença, será o mesmo habilitado no juízo falimentar, observado o privilégio que lhe concede a lei, até o limite de cento e cinquenta salários mínimos – art. 6º, § 2º, da Lei de Falências.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 86 do Tribunal Superior do Trabalho. Deserção. Massa falida. Empresa em liquidação extrajudicial.** (incorporada a Orientação Jurisprudencial n. 31 da SDI-1) – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005
Não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação. Esse privilégio, todavia, não se aplica à empresa em liquidação extrajudicial.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 53 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de Segurança. Cooperativa em Liquidação Extrajudicial. Lei n. 5.764/71, art. 76. Inaplicável. Não suspende a execução.** A liquidação extrajudicial de sociedade cooperativa não suspende a execução dos créditos trabalhistas existentes contra ela.

▷ **Recurso de revista. Execução de crédito trabalhista iniciada anteriormente à decretação da falência do empregador.** O privilégio do crédito trabalhista só pode ser compreendido no próprio concurso de credores do processo de falência, eis que se trata de crédito privilegiado em relação aos créditos de natureza fiscal e real, *mas não em relação a outros créditos trabalhistas devidos pela massa falida, julgados em reclamações distintas*. Inafastável, portanto, a sua habilitação no juízo falimentar, em nome do tratamento isonômico a ser conferido aos créditos trabalhistas de mesma hierarquia. Afastada, assim, a alegada violação do artigo 114 da Carta Magna. A jurisprudência trazida a cotejo não impulsiona o conhecimento do recurso de revista, por óbice do Enunciado n. 266 do TST. Recurso de revista não conhecido. (TST, RR – 10077/2002-900-12-00.6, J. 23-4-2003, 2ª T., Rel. Min. Renato de Lacerda Paiva, *DJ*, 16-5-2003)

▷ **Recurso de embargos. Decretação de falência posterior ao julgamento da ação trabalhista. Competência da Justiça do Trabalho afastada pela C. Turma. Violação ao art. 114 da Constituição Federal.** 1. O simples fato da decretação da falência não importa na modificação da competência da Justiça do Trabalho de modo a atrair todos os processos para o juízo universal. 2. As ações trabalhistas continuam sendo processadas na Justiça do Trabalho. Vale dizer que todos os incidentes da execução são nela solucionados. 3. Apurado o crédito, com seu trânsito em julgado, a certidão deste crédito é que será expedida pela Justiça do Trabalho para ser ele, o crédito, habilitado no juízo falimentar. 4. Não cabe ao Juiz do Trabalho, apenas e tão somente, praticar atos de constrição de bens e de sua alienação para satisfação do crédito que, por fim, está sujeito ao rateio no juízo universal com os demais créditos de igual privilégio. 5. Enquanto não apurado o crédito não cessa a competência da Justiça do Trabalho. Uma vez apurado presta o Juízo do trabalho a jurisdição com a expedição da certidão para habilitação do crédito no juízo falimentar.

Embargos conhecidos e providos. (TST, E-RR – 718888/2000.0, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, j. 28-11-2005, *DJ*, 17-2-2006)

Art. 450. Ao empregado chamado a ocupar, em comissão, interinamente, ou em substituição eventual ou temporária, cargo diverso do que exercer na empresa, serão garantidas a contagem do tempo naquele serviço, bem como volta ao cargo anterior.

► Comentários

1. Cargos em comissão

Na administração pública são considerados cargos em comissão aqueles de livre provimento, independentemente de concurso. Geralmente são pessoas de confiança pessoal da autoridade, que livremente os escolhe e com a mesma liberdade pode demiti-las.

No âmbito do Direito do Trabalho, cargo em comissão significa o exercício de funções de confiança *strictu sensu* do empregador. Equivale ao *cargo de confiança*, de que é exemplo o exercício da gerência.

Em conformidade com a Súmula 372 do TST, a gratificação de função paga ao empregado, por mais de *dez anos*, passa a integrar a sua remuneração, não podendo mais ser retirada, ainda que o empregado seja revertido ao cargo efetivo:

"Gratificação de função. Supressão ou redução. Limites.

I – Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira.

II – Mantido o empregado no exercício da função comissionada, não pode o empregador reduzir o valor da gratificação".

2. Cargo em substituição

Cargo em substituição, como o próprio nome deixa entrever, é aquele exercido em caráter eventual, interinamente, normalmente em substituição a outro empregado.

No exercício dos cargos em comissão, o empregado, usualmente, goza de determinadas vantagens, as quais, entretanto, não se incorporam a seus direitos, como ocorre com o gerente que retorna a suas funções originárias. Inexiste aí violação à regra disposta no art. 468 da CLT.

É de observar que durante a substituição eventual o substituto faz jus ao salário do substituído – Súmula 159 do TST.

Tornada, porém, definitiva a substituição, inexistirá isonomia salarial (TST, RR 125.373/94, 2ª T., Rel. Min. Vantuil Abdala, *DJU*, 30-6-1995, p. 20696).

A gratificação de função percebida por mais de dez anos incorpora-se aos direitos do trabalhador, a teor do que dispõe a Súmula 372 do TST.

O tempo de serviço em comissionamento ou em substituição conta-se, para todos os efeitos, no tempo de serviço.

► Jurisprudência

▷ **Súmula 159 do Tribunal Superior do Trabalho. Substituição de caráter não eventual e vacância do cargo.** (incorporada a Orientação Jurisprudencial n. 112 da SDI-1) – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005

I – Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

II – Vago o cargo em definitivo, o empregado que passa a ocupá-lo não tem direito a salário igual ao do antecessor.

▷ **Substituição em períodos de férias. Diferenças salariais. Direito reconhecido. Inteligência do enunciado 159 do C. TST.** O Enunciado 159 do C. TST cuida da substituição que não tenha caráter meramente eventual, hipótese em que faz jus o empregado ao salário contratual do substituído. "Eventual" se refere àquilo que depende de acontecimento incerto, casual, fortuito, acidental. A substituição não eventual ocorre quando o substituto passa a ocupar o cargo quando das férias, licença-prêmio, ou mesmo quando o substituído é deslocado dentro da empresa para substituir em outro setor etc., hipóteses estas "previsíveis". Não importa o maior ou menor período de duração; a lei não fixa qualquer prazo, devendo o julgador se pautar pelo princípio da razoabilidade. (TRT/15ª R., Ac. 22.271/2001, j. 4-6-2001, ROS 20.646/2000, 2ª T., Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva, *DOE*, 4-6-2001)

Art. 451. O contrato de trabalho por prazo determinado que, tácita ou expressamente, for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo.

Art. 452. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 6 (seis) meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.

► *Comentários*

O art. 451 foi por nós analisado quando comentamos o art. 443, que cuida, em seus §§ 1º e 2º, dos contratos por prazo determinado, e com ele está umbilicalmente ligado, já que cuida dos prazos dos contratos referidos.

Em conformidade com o art. 445, o contrato por prazo determinado (celebrado com atenção às exigências das alíneas *a*, *b* e *c* do § 2º do art. 443) não pode ser superior a 2 anos, podendo ser renovado por igual prazo, além do que se tornará contrato por prazo indeterminado (art. 451).

O contrato de experiência, de que já nos ocupamos (*vide* comentários ao art. 443), tem seu prazo máximo fixado em 90 dias.

Ao tema está relacionada a Súmula 188 do TST: "o contrato de experiência pode ser prorrogado, respeitado o limite de 90 dias".

Em conformidade com o disposto no art. 451, todo contrato por prazo determinado que se suceder a outro, dentro de 6 meses, será considerado por prazo indeterminado.

Ressalte-se, porém, a exceção prevista na Lei n. 9.601, de 21-1-1998, que, com o objetivo de incrementar o acréscimo do número de empregados, passou a admitir o contrato por prazo determinado sem as restrições contidas nos arts. 443, § 2º, e 451, de que cuidamos especificamente no item 4 dos comentários ao art. 443.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 188 do Tribunal Superior do Trabalho. Contrato de trabalho.**

Experiência. Prorrogação. O contrato de experiência pode ser prorrogado, respeitado o limite máximo de 90 dias. (Res. 10/83, *DJ*, 9-11-1983)

▷ **Súmula 195 do Supremo Tribunal Federal.** Contrato de trabalho para obra certa, ou de prazo determinado, transforma-se em contrato de prazo indeterminado, quando prorrogado por mais de quatro anos.

▷ **Contrato de experiência. Cláusula de prorrogação tácita. Invalidade.** Tem-se por inválida a cláusula de prorrogação tácita inserida em contrato de experiência, operante na hipótese de ausência de manifestação em contrário de qualquer das partes. Tratando-se de modalidade contratual sabidamente desvantajosa para o empregado, a prorrogação, quando avençada, deve ser expressa, sob pena de transmutação do contrato de experiência em pacto por prazo indeterminado. (TRT/SP, Ac. 20010198100, j. 5-3-2001, RO 19990578748, 8ª T., Rel. Desig. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 22-5-2001)

▷ **Contrato de trabalho. Contrato por prazo determinado que sucede outro por prazo indeterminado. Validade.** Inexiste no ordenamento jurídico qualquer óbice de que um contrato por prazo indeterminado seja seguido por outro de prazo determinado, observando-se o correto pagamento das verbas rescisórias. Havendo elementos nos autos suficientes o bastante para formar a convicção do Órgão Julgador que ambos os contratos foram totalmente lícitos, não há como não lhes reconhecer validade. (TRT/15ª R., Ac. 25.300/99, j. 1º-12-1999, RO 10.970/98, 5ª T., Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva, *DOE*, 1º-12-1999)

▷ **Contrato a prazo determinado. Prorrogação. Ilicitude.** É ilícita a "prorrogação" do contrato de entressafra, pois de prorrogação não se trata, mas, sim, de sucessão. A dilação do prazo faz com que o contrato abrace também o período da safra, de forma que o obreiro terá trabalhado durante todo o ciclo produtivo e extrativo da cana-de-açúcar. Assim, deve, mesmo, o contrato vigorar sem determinação de prazo a partir do início da safra. (TRT/15ª R., Ac. 46.602/2001, j. 22-10-2001, ROS 26.211/99, Seção Especializada, Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier, *DOE*, 22-10-2001)

▷ **Contrato de aprendizagem. Prazo determinado. Estabilidade provisória. Descabimento.** A aprendizagem é contrato de trabalho especial, por tempo determinado, e, como tal, tem sua duração prefixada. É, portanto, contrato de trabalho em que as partes ajustam, antecipadamente, seu termo. Sendo assim, ao findar o período de aprendizagem, o empregador não está obrigado a admitir definitivamente o aprendiz, uma vez que se trata de modalidade de contrato especial. Dessa forma, não há que se falar em estabilidade. Recurso conhecido, mas desprovido. (TST, RR 457.254/98, j. 15-8-2001, 3ª T., Rel. Juíza Convocada Eneida Melo, *DJ*, 31-8-2001)

.....

Art. 453. No tempo de serviço do empregado, quando readmitido, serão computados os períodos, ainda que não contínuos, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa, salvo se houver sido despedido por falta grave, recebido indenização legal ou se aposentado espontaneamente. (Redação dada pela Lei n. 6.204, de 29-4-1975.)

§ 1º Na aposentadoria espontânea de empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista é permitida sua readmissão desde que atendidos aos requisitos constantes do art. 37, XVI, da Constituição, e condicionada à prestação de concurso público. (Parágrafo incluído pela Lei n. 9.528, de 10-12-1997.)[162]

§ 2º O ato de concessão de benefício de aposentadoria a empregado que não tiver completado 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, ou 30 (trinta), se mulher, importa em extinção do vínculo empregatício. (Parágrafo incluído pela Lei n. 9.528, de 10-12-1997.)[163]

► *Comentários*

Dispõe o art. 453 da CLT que no tempo de serviço do empregado, quando readmitido, serão computados os períodos, ainda que não contínuos, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa. É a chamada *soma de períodos descontínuos*.

Os períodos descontínuos só não serão somados na ocorrência de: a) falta grave do empregado; b) recebimento de indenização legal; c) aposentadoria espontânea.

A falta grave (art. 482 da CLT) afasta, como se sabe, qualquer indenização.

O pagamento de indenização (leia-se verbas rescisórias) afasta, igualmente, a soma de períodos.

A aposentadoria espontânea, voluntária, sob a égide dos §§ 1º e 2º do art. 453 da CLT, era causa de extinção do contrato de trabalho.

Ambos os dispositivos, porém, foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal – ADIn 1.721, Rel. Min. Carlos Britto, e ADIn 1.770, Rel. Min. Joaquim Barbosa.

Em consequência, como preleciona Arion Sayão Romita (*LTr* 70(12)/1415):

> "As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade, produzem efeitos contra todos (eficácia *erga omnes*) e efeito vinculante, relativamente aos órgãos do Poder Judiciário e à administração direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal (art. 102, § 2º, da Constituição da República, introduzido pela Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004; Lei n. 9.868, de 10 de novembro de 1999, art. 28, parágrafo único).
>
> Não subsiste, portanto, a controvérsia: a aposentadoria espontânea do empregado não extingue automaticamente o contrato de trabalho".

Em consequência dos julgamentos mencionados, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho cancelou a Orientação Jurisprudencial n. 177, que dispunha de forma contrária, ou seja, considerando a aposentadoria espontânea como causa extintiva do contrato de trabalho, mesmo quando o empregado continuasse na empresa, hipótese em que o segundo período era considerado vínculo distinto do primeiro, o que afastava a multa de 40% do FGTS, em relação ao período anterior à aposentadoria.

---

162. O Supremo Tribunal Federal, na ADIn 1.770-4, decidiu, em 14-5-1998, deferir a liminar requerida para "suspender, com eficácia *ex nunc*, a execução e aplicabilidade do § 1º do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho, na redação dada pela Lei n. 9.528, de 10-12-1997" (Acórdão publicado do *DJ*, de 6-11-1998).

163. O Supremo Tribunal Federal, na ADIn 1.721-3, decidiu, em 19-12-1997, deferir a liminar requerida para "suspender, até a decisão final da ação, a eficácia do § 2º do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho, introduzido pelo art. 3º da Lei n. 9.528, de 10-12-1997, em que se converteu a Medida Provisória n. 1.596-14, de 10-11-1997".

À empregada gestante foi concedida estabilidade remunerada de cento e vinte dias.

O 13º salário passou a ser pago com base na remuneração integral.

A carga semanal de 48 horas foi reduzida para 44 horas e, em se tratando de trabalho realizado em turnos ininterruptos, a jornada diária de 8 horas foi reduzida para 6 horas.

A prescrição para reclamar direitos trabalhistas foi elevada para cinco anos, observado o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

A estabilidade no emprego foi extinta (contrariando vasta corrente de sindicalistas), só subsistindo o *fundo de garantia do tempo de serviço* (criado no regime militar, em 1966).

Profunda alteração ocorreu na disciplinação das associações sindicais, antes ungidas ao Governo, e que, na sistemática adotada pela Constituição de 1988, é absolutamente livre, como enfatiza o inciso I do art. 8º:

"A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical".

A Constituição Federal de 1988, como facilmente se constata, dá ênfase especial aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, mantendo o princípio da irredutibilidade, integridade e intangibilidade do salário, atenta à sua natureza alimentar.

Na sua função disciplinadora, estabelece as regras mínimas a serem observadas por patrões e empregados, não sem deixar ampla margem à negociação direta, quando, desvinculando por inteiro os sindicatos do Estado, assegura-lhes papel preponderante na defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, nas esferas judicial e administrativa, proclamando, outrossim, o amplo reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos, não sem olvidar a importância da arbitragem – "frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros" (art. 114, § 1º).

4. Os direitos sociais na Constituição de 1988

A Constituição vigente, no art. 7º, assegura aos trabalhadores os seguintes direitos:

Proteção contra dispensa arbitrária

"I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos."

► *Comentários*

O dispositivo constitucional em apreço não consagra a estabilidade, mas, ao revés, institui *indenização compensatória* na ocorrência de despedida arbitrária. Outrossim, coloca no mesmo plano a dispensa arbitrária e a dispensa sem justa causa (José Ajuricaba da Costa Martins, *LTr*, 53-2/138, 1989).

Nos termos da Instrução Normativa n. 1, de 12-10-1988 (*DOU*, 21-10-1988):

"... constitui direito do trabalhador a relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar que a definirá e estabelecerá a indenização compensatória, dentre outros direitos.

Em conformidade com a nova orientação já decidiu o TST:

"Recurso de embargos – Aposentadoria espontânea – Ausência de extinção do contrato de trabalho – ADIn n. 1.721-3 – Incidência da multa de 40% sobre os depósitos do FGTS efetuados anteriormente à jubilação – O excelso Supremo Tribunal Federal, julgando a ADIn n. 1.721-3 e a ADIn n. 1.770-4, firmou posicionamento no sentido de que o contrato de trabalho permanece íntegro mesmo com a aposentadoria espontânea do trabalhador. Diante desse posicionamento, não resta dúvida de que a multa de 40% do FGTS, devida por ocasião do rompimento do contrato de trabalho por iniciativa da empresa, deve incidir sobre os depósitos do FGTS efetuados no período anterior à jubilação, sacados por força da aposentadoria espontânea. Embargos conhecidos e providos" (TST-E-RR-666.618/2000.3 – (Ac. SBDI-1) – Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, *DJU*, 19-12-2006, p. 1148).

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 138 do Tribunal Superior do Trabalho. Readmissão.** Em caso de readmissão, conta-se a favor do empregado o período de serviço anterior encerrado com a saída espontânea. Ex-Prejulgado n. 9. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 156 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Prazo.** Da extinção do último contrato é que começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação objetivando a soma de períodos descontínuos de trabalho. Ex-Prejulgado n. 31. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 363 do Tribunal Superior do Trabalho. Contrato nulo. Efeitos.** (Res. 97/2000, *DJ*, 18-9-2000 – Rep. *DJ*, 13-10-2000 e *DJ*, 10-11-2000. Redação alterada pela Res. 111/2002, *DJ*, 11-4-2002. Nova redação – Res. 121/2003 – *DJ*, 19-11-2003) A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

▷ **Súmula 215 do Supremo Tribunal Federal.** Conta-se a favor de empregado readmitido o tempo de serviço anterior, salvo se houver sido despedido por falta grave ou tiver recebido a indenização legal.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 42 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. FGTS. Multa de 40%.** Inserida em 25-11-1996 (Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 107 e 254 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – É devida a multa do FGTS sobre os saques corrigidos monetariamente ocorridos na vigência do contrato de trabalho. Art. 18, § 1º, da Lei n. 8.036/1990 e art. 9º, § 1º, do Decreto n. 99.684/1990.

II – O cálculo da multa de 40% do FGTS deverá ser feito com base no saldo da conta vinculada na data do efetivo pagamento das verbas rescisórias, desconsiderada a projeção do aviso prévio indenizado, por ausência de previsão legal.

▷ **Ação Direta de Inconstitucionalidade. Art. 3º da MP n. 1.596-14/97 (convertida na Lei n. 9.528/97),**

na parte em que incluiu § 2º no art. 453 da CLT. Alegada ofensa à Constituição. O direito à estabilidade no emprego cedeu lugar, com a Constituição de 1988 (art. 7º, I), a uma proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, consistente em uma indenização compensatória, entre outros direitos, a serem estipulados em lei complementar. A eficácia do dispositivo não ficou condicionada à edição da referida lei, posto haver sido estabelecida, no art. 10 do ADCT, uma multa a ser aplicada de pronto até a promulgação do referido diploma normativo (art. 10 do ADCT), havendo-se de considerar arbitrária e sem justa causa, para tal efeito, toda despedida que não se fundar em falta grave ou em motivos técnicos ou de ordem econômico-financeira, a teor do disposto nos arts. 482 e 165 da CLT. O diploma normativo impugnado, todavia, ao dispor que a aposentadoria concedida a empregado que não tiver completado 35 anos de serviço (aposentadoria proporcional por tempo de serviço) importa extinção do vínculo empregatício – efeito que o instituto até então não produzia –, na verdade, outra coisa não fez senão criar modalidade de despedida arbitrária ou sem justa causa, sem indenização, o que não poderia ter feito sem ofensa ao dispositivo constitucional sob enfoque. Presença dos requisitos de relevância do fundamento do pedido e da conveniência de pronta suspensão da eficácia do dispositivo impugnado. Cautelar deferida. DECISÃO: O Tribunal, por maioria, nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, que a julgava improcedente. Votou a Presidente, Ministra Ellen Gracie. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Falou pela *amicus curiae*, Federação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Correios e Telégrafos e Similares – FENTECT, o Dr. Roberto de Figueiredo Caldas. (Plenário, 11-10-2006. Publicação *DJ*, 20-10-2006, p. 47)

▷ **Recurso de revista – Aposentadoria espontânea – Continuidade da prestação de serviços – Contrato de trabalho – Efeitos – Indenização de 40% sobre os depósitos de FGTS –** Tendo em vista a decisão do Excelso Supremo Tribunal Federal, que afasta o entendimento de extinção do contrato de trabalho com a aposentadoria espontânea, restando íntegra a pactuação, com todas as suas consequências contratuais, devido é o pagamento da indenização de 40% sobre o FGTS do período do contrato de trabalho anterior à aposentadoria, conforme postulado pelo reclamante. Recurso de revista não conhecido. (TST, RR 2.383/2004-065-02-00.7 – (Ac. 1ª T.) – 2ª Reg. – Rel. Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, *DJU*, 7-12-2006, p. 1084)

Art. 454. (Revogado pela Lei n. 5.772, de 21-12-1971, e esta, por sua vez, foi revogada pela Lei n. 9.279[164], de 14-5-1996.)

► *Comentários*

O artigo sob comento cuidava das invenções do empregado na vigência do contrato de trabalho, e estava assim redigido:

164. A Lei n. 9.279, de 14-5-1996, regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

"Na vigência do contrato de trabalho, as invenções do empregado, quando decorrentes de sua contribuição pessoal e da instalação ou equipamento fornecidos pelo empregador, serão de propriedade comum, em partes iguais, salvo se o contrato de trabalho tiver por objeto, implícita ou explicitamente, pesquisa científica.

Parágrafo único. Ao empregador caberá a exploração do invento, ficando obrigado a promovê-la no prazo de um ano da data da concessão da patente, sob pena de reverter em favor do empregado a plena propriedade desse invento".

O artigo mencionado foi revogado pela Lei n. 9.279, de 14-5-1996, denominada *Lei da Propriedade Industrial*.

Inventar, do latim *invenio*, significa criar. A invenção não se confunde com a simples descoberta. Inventar é criar algo absolutamente inexistente. Em decorrência de sua repercussão econômica, a invenção é objeto de especial atenção da lei, assegurando-se a seu autor o direito de obter patente, isto é, o privilégio oficial que lhe garanta a propriedade e o uso exclusivo do invento.

Sem o registro, a invenção perde sua exclusividade, caindo sob o domínio público; isso implica a perda pelo inventor de sua comercialização ou industrialização exclusiva.

Daí dizer o art. 6º, § 1º, da Lei n. 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial):

"Salvo prova em contrário, presume-se o requerente legitimado a obter a patente".

Não raras vezes, a invenção é do empregado, daí decorrendo três situações distintas:

a) resulta da pesquisa ou atividade inventiva decorrente do contrato de trabalho, cuja execução ocorra no Brasil;

b) decorre da natureza dos serviços para os quais o empregado foi contratado;

c) resulta da exclusiva atividade inventiva do empregado, sem qualquer relação com o seu contrato de trabalho, ou que não tenham sido utilizados recursos, meios materiais, instalações ou equipamentos do empregador.

Nas duas primeiras hipóteses, a patente pertencerá exclusivamente ao empregador, que, todavia, poderá conceder ao empregado, autor do invento, participação nos ganhos; esta, porém, não se incorporará, a qualquer título, a seu salário (art. 89 da Lei n. 9.279/96).

Na terceira hipótese, quando a invenção não tenha qualquer relação com o contrato de trabalho, ou quando o empregado não tenha utilizado recursos do empregador, o invento é do empregado.

Na eventualidade de o empregado ter-se utilizado de recursos do empregador, ainda que a invenção não tenha relação com o contrato de trabalho, a propriedade da invenção é comum, em partes iguais.

Presume-se desenvolvido na vigência do contrato de trabalho o invento cuja patente tenha sido requerida pelo empregado até um ano após a extinção da relação empregatícia.

A exploração da patente pelo empregador na eventualidade de a invenção pertencer-lhe (art. 88) deve ser feita em um ano a contar da data da concessão (art. 91, § 3º), sob pena de sua transferência ao empregado.

► *Jurisprudência*

▷ **Recurso de revista. Competência da Justiça do Trabalho. Invenção do empregado. Código de Propriedade Industrial.** A fixação da com-

petência da Justiça do Trabalho se faz pela matéria ou natureza do litígio, desde que decorrente da relação de trabalho (art. 114 da CF). Não é porque o Código de Propriedade Industrial trata da invenção, que a matéria seria exclusiva da jurisdição civil (Vantuil Abdala), ainda mais quando há capítulo específico nessa lei, cuidando "Do invento ocorrido na vigência do contrato de trabalho", disso também falando o vetusto art. 454 da CLT. A competência firma-se em decorrência do contrato de trabalho, sem o qual essa criação não teria ocorrido (Sebastião Machado). Recurso de Revista conhecido e acolhido. (TST, RR 593.729/1999, j. 13-12-2000, 2ª T., Rel. Juiz Convocado José Pedro de Camargo, *DJ*, 16-2-2001)

Art. 455. Nos contratos de subempreitada responderá o subempreiteiro pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar, cabendo, todavia, aos empregados, o direito de reclamação contra o empreiteiro principal pelo inadimplemento daquelas obrigações por parte do primeiro.

Parágrafo único. Ao empreiteiro principal fica ressalvada, nos termos da lei civil, ação regressiva contra o subempreiteiro e a retenção de importâncias a este devidas, para a garantia das obrigações previstas neste artigo.

► *Comentários*

A empreitada é um instituto do Direito Civil. Na conceituação de Washington de Barros Monteiro, "é o contrato em que uma das partes se propõe a fazer ou a mandar fazer certa obra, mediante remuneração determinada ou proporcional ao serviço executado"[165].

Distingue-se a empreitada da relação de emprego, sobretudo, em face da ausência de subordinação do empreiteiro, que age com autonomia, contratando, por sua exclusiva responsabilidade, os operários indispensáveis à realização da obra e, não raras vezes, firmando com outros o chamado contrato de subempreitada.

A subempreitada é utilizada em larga escala pelas grandes empreiteiras ou construtoras: há empresas individuais ou coletivas, especializadas na construção de telhados, azulejamento, jardinagem, etc.

Os empregados contratados pelas subempreiteiras, na eventualidade de não receberem seus salários (ou por qualquer outra razão que implique inadimplemento de obrigações), tanto podem acionar o subempreiteiro como o próprio empreiteiro – "o direito de reclamação contra o empreiteiro principal...".

Trata-se, como facilmente se percebe, de responsabilidade solidária, razão por que entendemos lícita a propositura de ação contra ambos, ou diretamente contra o empreiteiro principal, já que o parágrafo único do dispositivo em exame enseja ação regressiva deste último contra o subempreiteiro.

Observe-se que o artigo sob comento cuida exclusivamente do empreiteiro principal, não fazendo qualquer alusão ao *dono da obra*, que, salvo manifesta comprovação de fraude, não responde pelo inadimplemento das obrigações, tanto do empreiteiro quanto do subempreiteiro.

165. *Curso de Direito Civil*, São Paulo, Saraiva, v. 2, p. 213.

▶ *Jurisprudência*

▷ **Súmula n. 331 do Tribunal Superior do Trabalho. Contrato de prestação de serviços. Legalidade.** I – A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei n. 6.019, de 3-1-1974). II – A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988). III – Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei n. 7.102, de 20-6-1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta. IV – O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. V – Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n. 8.666, de 21-6-1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada. VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 191 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Contrato de empreitada. Dono da obra de construção civil. Responsabilidade.** Diante da inexistência de previsão legal específica, o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora. (Nova redação – Res. 175/2011, *DEJT*, 27, 30 e 31-5-2011)

▷ **Vínculo de emprego e contrato de empreitada. Diferenças principais entre os dois contratos. Ausência de subordinação.** O contrato de empreitada exclui alguns dos requisitos inerentes ao vínculo empregatício, eis que o empreiteiro pode ser pessoa física ou jurídica, a prestação dos serviços pode apresentar continuidade ou não, e o contratado pode prestar seus serviços pessoalmente ou através de terceiros. A mais significativa diferença entre os dois contratos, no entanto, refere-se à ausência do poder de direção por parte do tomador, o que alija definitivamente a subordinação caracterizadora do vínculo de emprego. Sentença mantida. (TRT/15ª R., Ac. 29.639/2001, j. 10-7-2001, RO 35.700/2000, 5ª T., Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri, *DOE*, 10-7-2001)

▷ **Advogada. Vínculo de Emprego.** Embora firmado um **contrato de empreitada** de prestação de serviços de assistência jurídica com a reclamante,

mas presente a subordinação jurídica, incompatível com o conteúdo dessa modalidade de contrato, revela-se a inexistência de trabalho autônomo. O Princípio da Primazia da Realidade orienta o Direito do Trabalho, não sendo fundamental o nome jurídico do contrato ou a denominação da função, mas, sim, como a relação jurídica efetivamente se desenvolveu e quais as tarefas realmente realizadas pelo trabalhador, em face do tomador de seus serviços. (TRT/6ª R., RO 5.945/19, j. 19-1-2000, Rel. Eneida Melo Correia de Araújo, *DOE/PE*, 15-2-2000)

▷ **Empreiteira principal. Responsabilidade solidária.** Consoante dispõe o art. 455 da CLT nos contratos de subempreitada responderá o subempreiteiro pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar, cabendo, todavia, aos empregados, o direito de reclamação contra o empreiteiro principal pelo inadimplemento daquelas obrigações por parte do primeiro. Dispensável, portanto, que o empregado acione conjuntamente o subempreiteiro para o desenvolvimento válido e regular do processo. Recurso conhecido e provido. (TST, RR 718.630/2000.8, 4ª T., Rel. Juiz Convocado Luiz Antonio Lazarim, *DJ*, 8-10-2004)

Art. 456. A prova do contrato individual do trabalho será feita pelas anotações constantes da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou por instrumento escrito e suprida por todos os meios permitidos em direito.

Parágrafo único. À falta de prova ou inexistindo cláusula expressa a tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal.

▶ *Comentários*

O artigo sob comento consagra o princípio da *primazia da realidade sobre a forma*. O contrato de trabalho resulta comprovado, antes de tudo, das anotações constantes da Carteira Profissional, que são, assim, a prova por excelência da existência de vínculo empregatício. Tais anotações, entretanto, como proclama a *Súmula 12 do TST*, "... não geram presunção *juris et de jure*, mas apenas *juris tantum*".

Contudo, inexistindo as anotações mencionadas, todos os meios de prova são admitidos para positivar a existência do contrato de trabalho. São meios de prova admitidos em juízo: a confissão, os atos processados em juízo, documentos públicos ou particulares, testemunhas, presunções, exames, vistorias e arbitramento.

O parágrafo único do artigo em exame deixa clara a necessidade de especificação das funções a serem exercidas pelo empregado. Na ausência de cláusula expressa a respeito, deve-se concluir que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com sua condição profissional:

> "Ao avaliar, em cada caso, a execução de 'serviço compatível com a condição pessoal' do empregado, ao qual o trabalhador fica obrigado à falta de cláusula expressa que delimite as atribuições, cabe ao intérprete considerar não só a qualificação profissional e atributos, como também a situação concreta estabelecida. A copeira que também efetua limpeza na folga, faz serviço compatível" (TRT/SP, RO 02960017050, 6ª T., Rel. Juiz Carlos Francisco Berardo, *DJ/SP*, 30-4-1997, p. 68).

▶ *Jurisprudência*

▷ **Súmula 12 do Tribunal Superior do Trabalho. Carteira profissional.**

As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção "juris et de jure", mas apenas "juris tantum". (RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969)

▷ **Súmula 212 do Tribunal Superior do Trabalho. Despedimento. Ônus da prova.** O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado. (Res. 14/85, *DJ*, 19-9-1985).

▷ **Confissão ficta. Efeitos.** A confissão ficta da ré faz presumir verdadeiros os fatos alegados na inicial. Se a empresa não faz prova das alegações contidas na peça vestibular por meio de testemunhas, são considerados verdadeiros os fatos mencionados na exordial. Entender que o empregado precisa fazer prova das suas alegações no caso e que os documentos que trouxe aos autos fazem prova contra ele, seria não dar nenhum efeito à confissão e torná-la letra morta. A exceção seria os cartões de ponto, mas não se discutem horas extras nos autos. (TRT/SP, Ac. 20010566826, j. 31-7-2001, RO 20000324692, 3ª T., Rel. Sérgio Pinto Martins, *DOE/SP*, 18-9-2001)

Capítulo II
Da Remuneração

Art. 457. Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber. (Redação dada pela Lei n. 1.999, de 1º-10-1953.)

§ 1º Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador. (Redação dada pela Lei n. 1.999, de 1º-10-1953.)

§ 2º Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado. (Redação dada pela Lei n. 1.999, de 1º-10-1953.)

§ 3º Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada à distribuição aos empregados. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 458. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 1º Os valores atribuídos às prestações *in natura* deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, em cada caso, os dos percentuais das parcelas componentes do salário mínimo (arts. 81 e 82). (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 2º Para os efeitos previstos neste artigo, não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador: (§ 2º e incisos com redação dada pela Lei n. 10.243, de 19-6-2001.)

I – vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço;

II – educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático;

III – transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público;

IV – assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde;

V – seguros de vida e de acidentes pessoais;

VI – previdência privada;

VII – (*vetado*);

VIII – o valor correspondente ao vale-cultura. (Incluído pela Lei n. 12.761, de 2012.)

§ 3º A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual. (Parágrafo incluído pela Lei n. 8.860, de 24-3-1994.)

§ 4º Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de coocupantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família. (Parágrafo incluído pela Lei n. 8.860, de 24-3-1994.)

Art. 459. O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.

Parágrafo único. Quando o pagamento houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido. (Redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

Art. 460. Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.

Art. 461. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade. (Redação dada pela Lei n. 1.723, de 8-11-1952.)

§ 1º Trabalho de igual valor, para os fins deste Capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a 2 (dois) anos. (Redação dada pela Lei n. 1.723, de 8-11-1952.)

§ 2º Os dispositivos deste artigo não prevalecerão quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira, hipótese em que as promoções deverão obedecer aos critérios de antiguidade e merecimento. (Redação dada pela Lei n. 1.723, de 8-11-1952.)

§ 3º No caso do parágrafo anterior, as promoções deverão ser feitas alternadamente por merecimento e por antiguidade, dentro de cada categoria profissional. (Parágrafo incluído pela Lei n. 1.723, de 8-11-1952.)

§ 4º O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial. (Parágrafo incluído pela Lei n. 5.798, de 31-8-1972.)

Art. 462. Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo.

§ 1º Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito, desde que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo do empregado. (Pará-

grafo único renumerado pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 2º É vedado à empresa que mantiver armazém para venda de mercadorias aos empregados ou serviços estimados a proporcionar-lhes prestações *in natura* exercer qualquer coação ou induzimento no sentido de que os empregados se utilizem do armazém ou dos serviços. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 3º Sempre que não for possível o acesso dos empregados a armazéns ou serviços não mantidos pela empresa, é lícito à autoridade competente determinar a adoção de medidas adequadas, visando a que as mercadorias sejam vendidas e os serviços prestados a preços razoáveis, sem intuito de lucro e sempre em benefício dos empregados. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 4º Observado o disposto neste Capítulo, é vedado às empresas limitar, por qualquer forma, a liberdade dos empregados de dispor do seu salário. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 463. A prestação, em espécie, do salário será paga em moeda corrente do País.

Parágrafo único. O pagamento do salário realizado com inobservância deste artigo considera-se como não feito.

Art. 464. O pagamento do salário deverá ser efetuado contra recibo, assinado pelo empregado; em se tratando de analfabeto, mediante sua impressão digital, ou, não sendo esta possível, a seu rogo.

Parágrafo único. Terá força de recibo o comprovante de depósito em conta bancária, aberta para esse fim em nome de cada empregado, com o consentimento deste, em estabelecimento de crédito próximo ao local de trabalho. (Parágrafo incluído pela Lei n. 9.528, de 10-12-1997.)

Art. 465. O pagamento dos salários será efetuado em dia útil e no local do trabalho, dentro do horário do serviço ou imediatamente após o encerramento deste, salvo quando efetuado por depósito em conta bancária, observado o disposto no artigo anterior. (Redação dada pela Lei n. 9.528, de 10-12-1997.)

Art. 466. O pagamento de comissões e percentagens só é exigível depois de ultimada a transação a que se referem.

§ 1º Nas transações realizadas por prestações sucessivas, é exigível o pagamento das percentagens e comissões que lhes disserem respeito proporcionalmente à respectiva liquidação.

§ 2º A cessação das relações de trabalho não prejudica a percepção das comissões e percentagens devidas na forma estabelecida por este artigo.

Art. 467. Em caso de rescisão de contrato de trabalho, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento à Justiça do Trabalho, a parte incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de 50% (cinquenta por cento). (Redação dada pela Lei n. 10.272, de 5-9-2001.)

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às suas autarquias e fundações públicas. (Parágrafo incluído pela MP n. 2.180-35, de 24-8-2001.)

► *Comentários*

1. *Remuneração e salário*

O art. 457 da CLT deixa patente o sentido lato dado à remuneração, gênero do qual o salário é espécie – "compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo

empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber".

A remuneração é, como facilmente se conclui da leitura do art. 457 da CLT, tudo que o empregado recebe, do empregador ou de terceiros (gorjetas), em decorrência da prestação de serviços.

Russomano, escrevendo sobre o tema, observa que:

"No direito brasileiro, há distinção bastante nítida entre remuneração e salário. O conceito de remuneração é mais amplo. Tudo quanto o empregado aufere como consequência do trabalho que desenvolve, constitui remuneração, mesmo quando o pagamento não é feito às expensas da empresa, como no caso da gorjeta e dos prêmios oferecidos por clientes em troca dos serviços do trabalhador. Tais pagamentos são classificados entre os meios remuneratórios do trabalhador, porque derivam do contrato individual; mas não constituem salário, pelo fato de que não é o empregador quem os efetua, diretamente, do seu próprio bolso"[166].

O conceito nos permite concluir que, se a remuneração compreende tudo que o empregado recebe (do patrão ou de terceiros), em decorrência da prestação de serviços, salário é a contraprestação paga diretamente pelo empregador.

Cesarino Júnior faz nítida distinção entre *salário direto* e *salário indireto*, observando que:

"A Consolidação considera a remuneração um gênero, com duas espécies: o salário direto que é o pago pelo empregador em dinheiro ou em utilidade, e o salário indireto que é o recebido pelo empregado de outrem, que não o empregador, mas em consequência dos serviços a este prestados, ou as vantagens obtidas do próprio empregador, porém não consistentes de prestações em natureza ou em espécie"[167].

Orlando Gomes e Elson Gottschalk fazem a mesma distinção:

"A Consolidação das Leis do Trabalho, seguindo esta orientação uniforme das legislações sobre salário, propôs-se a distinguir, para determinados efeitos, este instituto da remuneração. Conceitua-se, assim, como salário, tão só as atribuições econômicas devidas e pagas diretamente pelo empregador contra prestação do serviço. Reserva, por outro lado, o termo remuneração para todos os proventos fruídos pelo empregado em função do emprego, inclusive os obtidos de terceiros, como as gorjetas"[168].

Remuneração, pois, é tudo aquilo que o empregado recebe, em decorrência de seus serviços, seja do empregador ou de terceiros. *Salário* é a contraprestação diretamente paga pelo empregador. A remuneração é gênero do qual o salário é espécie.

2. *Gratificações, comissões e percentagens, gorjetas, salário-utilidade, ajuda de custo, diárias para viagens e abonos*

O § 1º do art. 457 da CLT declara que integram o salário:

a) *Gratificações*

As gratificações podem ser conceituadas como espécie de recompensa do

166. *O Empregado e o Empregador no Direito Brasileiro*, cit., p. 603.

167. *Revista de Direito Social*, n. 22, 1994, p. 26.

168. *Curso Elementar de Direito do Trabalho*, 7. ed., Rio de Janeiro, Forense, p. 305.

AMADOR PAES DE ALMEIDA
Magistrado e Professor Universitário.

CLT

LEGISLAÇÃO · DOUTRINA · JURISPRUDÊNCIA

COMENTADA

8ª edição
Revista e atualizada
2014

100 ANOS
Saraiva

Enquanto isso, na ocorrência de despedida arbitrária ou sem justa causa, o art. 10 das Disposições Transitórias já determinou que o valor da indenização corresponderá a 40% (quarenta por cento) sobre o montante dos depósitos do FGTS, da correção monetária e dos juros capitalizados, dos depósitos não efetuados, inclusive dos decorrentes de verba salarial devida na rescisão.

Quanto aos empregados que não tenham o referido depósito do FGTS, aplica-se, em ocorrendo a rescisão contratual, o quanto determina a CLT, relativamente à indenização, bem como as disposições previstas no art. 32, parágrafo segundo, da CLPS e art. 2º da Lei n. 2.959/56".

O art. 10 das Disposições Transitórias da Constituição Federal declara que, até a promulgação da lei complementar a que se refere o inciso I do art. 7º, a proteção nele referida fica elevada para quatro vezes a porcentagem prevista no art. 18, § 1º, da Lei n. 8.036, de 11-5-1990 (Lei do FGTS) – "na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a 40% do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros".

A Convenção n. 158 da OIT, que, no art. 4º, condiciona a dispensa do empregado à causa justificada com a capacidade ou a conduta do trabalhador, ou, ainda, com as necessidades de funcionamento da empresa, foi denunciada pelo Governo brasileiro em 20-11-1997, não vigendo, pois, entre nós.

Vale lembrar que a lei complementar, prevista como norma infraconstitucional reguladora da matéria, não foi, até esta data, ultimada pelo Congresso Nacional.

Seguro-desemprego

"II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário."

► *Comentários*

O seguro-desemprego, em verdade, constitui-se numa das aspirações supremas, não só do trabalhador, mas de toda sociedade que se preze, na medida em que, desempregado, possa o trabalhador assegurar, a si e a seus familiares, condições mínimas de dignidade humana.

As Constituições Imperial de 1824 e as Republicanas, de 1891, 1934 e 1937, nada dispuseram a respeito do seguro-desemprego. A Constituição de 1946, no seu art. 157, XV, continha o título "*assistência ao desempregado*", disposição que, entretanto, não logrou complementação. A Constituição de 1967, no seu art. 158, XIII, assegurava ao trabalhador "previdência social, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, para seguro-desemprego, proteção da maternidade e nos casos de velhice, invalidez e morte", disposição mantida pela Emenda Constitucional de 1969 (art. 165, XVI).

Observe-se que, em consonância com a Constituição nominada, a legislação ordinária assegurava o benefício-desemprego – Decreto-lei n. 2.284, de 10-3-1986, regulamentado pelo Decreto n. 92.608, de 30 de abril de 1986.

Atualmente, o seguro-desemprego é disciplinado pela Lei n. 7.998, de 11-1-1990, que instituiu o denominado Fundo de Amparo ao Trabalhador, transcrito na Legislação Complementar.

empregador pela qualidade ou dedicação de seu empregado, ou simplesmente em decorrência de liberalidade.

Sobre as gratificações escreve Arnaldo Süssekind:

"Originariamente, as gratificações constituíam recompensas ou prêmios que o patrão conferia, arbitrariamente, aos seus empregados.

Por ser liberalidade, o ato patronal podia beneficiar a todos que para ele trabalhavam ou, apenas, aos que considerava como merecedores da gratificação. Em regra, a referida mercê era concedida ao ensejo das festas natalinas; em alguns casos, em dias comemorativos de grandes efemérides"[169].

As gratificações (exceto a natalina, transformada por lei em 13º salário) ou são *expressamente ajustadas* ou decorrem do denominado *ajuste tácito*. Na primeira hipótese (do ajuste expresso), a gratificação é, desde logo, de forma inequívoca, parte integrante do salário (§ 1º do art. 457); na segunda hipótese (do ajuste tácito), "a habitualidade, a periodicidade e a uniformidade em que são concedidas estabelecem a presunção de que o patrão contraiu a obrigação de conferi-las, desde que configuradas as condições a que costume subordinar o seu pagamento"[170]. E, nesse caso, passa a fazer parte integrante do salário. Com a objetividade que lhe é própria, afirma Valentin Carrion: "Somente as não habituais deixam de ser consideradas como ajustadas; as demais integram-se na remuneração para todos os efeitos"[171].

É, aliás, o que proclama a Súmula 207 do STF: "As gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário". Esclareça-se que a gratificação de Natal tornou-se obrigatória, tomando o nome de *13º salário* (Constituição Federal, art. 7º, VIII: "décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria"[172]).

b) *Comissões e percentagens*

Comissão é uma forma de salário condicionada à produção do empregado.

José Martins Catharino, em consagrada obra[173], conceitua-a como "salário variável, proporcional ao valor das transações ou negócios conseguidos pelo empregado".

Para Süssekind, comissão "constitui modalidade de retribuição condicionada ao serviço realizado pelo trabalhador"[174]. Segundo o renomado juslaboralista, confunde-se com a percentagem: "... é, assim, uma feição especial da remuneração por unidade de obra, correspondendo, normalmente, a uma *percentagem* ajustada sobre o valor do serviço ou negócio executado ou encaminhado pelo trabalhador".

Diversamente, Sérgio Pinto Martins faz nítida distinção entre comissões e percentagens, afirmando: "não se confundem, porém, a comissão com a percentagem: as comissões referem-se a um valor determinado, como: pagarei ao vendedor $ 10,00 por cada unidade vendida. As percentagens, como o próprio nome indica, seriam um percentual sobre as vendas, não tendo valor em numerário determinado"[175].

---

169. *Instituições de Direito do Trabalho*, cit., v. 1, p. 399.
170. *Instituições de Direito do Trabalho*, cit., p. 402.
171. Ob. cit., p. 294.
172. *Vide* também a Lei n. 4.090, de 13-7-1962.
173. *Tratado Jurídico do Salário*, cit., p. 519, n. 360.
174. *Instituições de Direito do Trabalho*, cit., v. 1, p. 395.
175. *Comentários à CLT*, cit., p. 396.

Idêntico é o pensamento de Amauri Mascaro Nascimento: "não se confundem a comissão e a percentagem, porque pode haver comissão estipulada em bases não percentuais, mas sim em quantia fixa por unidade vendida"[176].

Considerando que normalmente os vendedores e pracistas são remunerados por comissões sobre as vendas, a Lei n. 3.207, de 18-7-1957, que regulamenta as atividades de tais profissionais, dispõe no art. 4º que o pagamento das comissões e percentagens deverá ser feito mensalmente, facultado às partes (empregado e empregador) ajustarem outra época de pagamento que, entretanto, não poderá exceder de três meses (parágrafo único)[177].

A Súmula 340 do TST dispõe que "o empregado, sujeito a controle de horário, remunerado à base de comissões, tem direito ao adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas no mês, considerando-se como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas".

Atualíssima se nos afigura a advertência de Martins Catharino:

"A percentagem das comissões deve ser estipulada de modo a permitir ao empregado ganhar, ao menos, o salário vital determinado por lei, no caso que este mínimo já não esteja assegurado pela percepção de parcela fixa contratual. Isto posto, se o comissionado não consegue fazer jus, graças aos negócios que encaminha e conclui, ao mínimo vital, o empregador será obrigado a pagá-lo por inteiro ou simplesmente completá-lo"[178].

De todo conveniente acentuar que a Constituição Federal de 1988 assegura a todo trabalhador o salário mínimo (art. 7º, IV).

c) *Gorjetas*

Extremamente controvertidas na doutrina, afirma José Martins Catharino que "as gorjetas possuem características originais, daí a multiplicidade de teorias sobre sua natureza jurídica, todas procurando enfrentar suas duas particularidades principais: a de estarem subordinadas à vontade dos clientes e a de serem pagas por eles, sujeitos ocasionais e estranhos à relação de emprego"[179].

Amauri Mascaro Nascimento sustenta que "a gorjeta forma ao lado de outros efeitos econômicos correspondentes ao preço do trabalho, que mantêm uma posição de acessoriedade com o salário, e cujas peculiaridades em nada prejudicam venham a ser conceituadas como prestação de natureza retributiva"[180].

Espontaneamente concedidas pelos clientes, ou cobradas compulsoriamente (o que é mais comum em restaurantes e cafés), a gorjeta é parte integrante da remuneração, como proclama a Súmula 354 do TST:

"As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado".

Estes últimos títulos, aviso prévio (art. 487), adicional noturno (art. 73),

176. *O Salário*, cit., p. 293.
177. *Vide* Legislação Complementar.
178. *Tratado Jurídico do Salário*, cit., p. 521.
179. *Tratado Jurídico do Salário*, cit., p. 550.
180. *O Salário*, cit., p. 231.

horas extras (art. 59) e repouso semanal (art. 7º da Lei n. 605/49), são remunerados com base no salário.

Extremamente elucidativo v. acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – São Paulo, da lavra do saudoso Magistrado Valentin Carrion:

"Gorjetas – Repercussão.

As gorjetas integram a remuneração (CLT, art. 457, *caput*); não o salário. A lei, ao enunciar cada instituto, indica sua base de cálculo: salário ou remuneração. Assim, as gorjetas se refletem no cálculo das férias, FGTS e gratificação natalina. Entretanto, tal não ocorre quanto ao adicional noturno, aviso prévio, horas extras e repouso semanal remunerado, que levam em conta o salário *stricto sensu*" (TRT/SP, Processo n. 12.633/97, 9ª T., Ac. 15.893/98).

d) *Salário "in natura"*

O salário pode ser pago somente em dinheiro; pode ser pago parte em dinheiro (no mínimo 30%) e em utilidades. Do que se deduz que as utilidades podem somar 70% do salário.

As utilidades normalmente fornecidas pelo empregador são habitação, alimentação e vestuário, por isso postas em destaque no art. 458. Não são, porém, as únicas, como deixa claro o dispositivo legal nominado: "... ou outras prestações *in natura* que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado".

Nos termos do § 3º do art. 458, a habitação e a alimentação fornecidas pelo empregador como salário-utilidade não podem corresponder a mais de 25% e 20%, respectivamente, do *salário contratual*.

Para o trabalhador rural, o desconto por fornecimento de moradia é de 20%, e de alimentação 25%, sobre o salário mínimo – Lei n. 5.889, de 8-6-1973.

O vale-refeição fornecido pelo empregador por força do contrato de trabalho tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado para todos os efeitos legais – Súmula 241 do TST.

Já o vale-refeição, nos moldes do Programa de Alimentação do Trabalhador (Lei n. 6.321/76), não tem natureza salarial, não autorizando o desconto pelo empregador – Orientação Jurisprudencial n. 133 da Seção de Dissídios Individuais (SDI) do Tribunal Superior do Trabalho.

O *vale-transporte* utilizado para o deslocamento do empregado *residência-trabalho e vice-versa* não tem natureza salarial (Lei n. 7.418, de 16-12-1985).

Não podem ser vistas como salário, não autorizando o desconto pelo empregador, as utilidades diretamente vinculadas às funções e indispensáveis à execução dos serviços, como a moradia cedida gratuitamente a zelador de edifício:

"I – A habitação, a energia elétrica e veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares. II – O cigarro não se considera salário-utilidade em face de sua nocividade à saúde". (Súmula 367 do TST).

e) *Ajuda de custo e diárias*

A *ajuda de custo* tem manifesta natureza indenizatória, objetivando reembolsar despesas extraordinárias realizadas no decorrer do trabalho.

Não tem, por isso mesmo, natureza salarial:

"Definido que a parcela tenha natureza jurídica de ajuda de custo, não terá ela seu valor incluído no salário mensal para nenhum efeito, independentemente de exceder de 50% o valor dele, já que essa condição só se refere às diárias" (TST, RR 18.448/90.2, Ac. 3ª T. n. 3.970/91, Rel. Min. Manoel Mendes de Freitas).

Com efeito, a leitura apressada do § 2º do art. 457 pode induzir a equívoco. O parágrafo em questão divide-se em duas partes distintas: "não se incluem nos salários as ajudas de custo" / "assim como as diárias de viagem que não excedam de cinquenta por cento do salário percebido pelo empregado".

Em tais condições, só as diárias de viagem que excedam a 50% do salário incluem-se neste. A ajuda de custo não; ainda que exceda o limite mencionado, permanece e mantém sua natureza indenizatória.

As diárias de viagem, no Direito do Trabalho brasileiro, têm duas naturezas distintas, como deixa claro o § 2º do art. 457: até o limite de 50% do salário, constituem *indenização*, no que se assemelham à ajuda de custo – por isso que não se incluem no salário; excedendo o limite mencionado, tomam a forma de *parcela retributiva*, integrando-se, pois, ao salário.

Em conformidade com a Súmula 101 do TST:

"Integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que excedam a 50% (cinquenta por cento) do salário do empregado, enquanto perdurarem as viagens.

f) *Abonos*

Abono é, antes de tudo, um adiantamento em dinheiro, na maioria das vezes representando um *plus* concedido pelo empregador, considerando os mais diversos fatores: produtividade, assiduidade, etc., no que se assemelha ao *prêmio* – "salário vinculado a fatores de ordem pessoal do trabalhador"[181].

A nosso ver, o abono e o prêmio, concedidos por liberalidade do empregador, provada sua eventualidade, não podem ser considerados salário. Só a reiteração e a habitualidade lhes conferem tal natureza.

Instituídos em acordo ou convenção coletiva, têm inequívoca natureza salarial:

Súmula 209 do STF:

"O salário-produção, como outras modalidades de salário-prêmio, é devido, desde que verificada a condição a que estiver subordinado, e não pode ser suprimido unilateralmente pelo empregador, quando pago com habitualidade".

3. *Periodicidade de pagamento – retenção de salário*

O pagamento de salário deve ser realizado pelo empregador no período máximo de 30 dias (salvo as comissões de vendedores e pracistas, que podem ajustar com o patrão época diversa, respeitado o limite de três meses – Lei n. 3.207/57, art. 4º). O salário pago mensalmente deve ser efetuado no *quinto dia útil* do mês subsequente ao vencido.

"Súmula 381 – Correção monetária. Salário. Art. 459 da CLT. (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 124 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

181. Amauri Mascaro Nascimento, *O Salário*, cit., p. 322.

O pagamento dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido não está sujeito à correção monetária. Se essa data limite for ultrapassada, incidirá o índice da correção monetária do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a partir do dia 1º".

A retenção do salário de forma dolosa é crime, *ex vi* do art. 7º, X, da Constituição Federal – "proteção ao salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa".

Dolo, como se sabe, é meio artificioso (*dolus*: astúcia; manha; ardil; engano; insídia[182]).

A retenção dolosa é aquela feita com propósito predeterminado, com a intenção de prejudicar o empregado.

Não tem esse caráter a retenção autorizada pelo art. 487, § 2º, da CLT, na falta de aviso prévio por parte do empregado.

4. *Arbitramento e equiparação salarial*

a) Arbitramento

O art. 460 da CLT estabelece critério para se fixar o salário quando não hajam as partes (empregado e empregador) convencionado expressamente seu valor, inexistindo, outrossim, qualquer prova nesse sentido.

Na ausência de quaisquer elementos orientadores, terá o empregado direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, execute serviços idênticos, ou do que for habitualmente pago para serviços semelhantes.

Em qualquer circunstância, há de ser observado o salário mínimo (CF/88, art. 7º, IV).

182. Francisco Torrinha, *Dicionário Latino-Português*, cit., p. 269.

b) Equiparação salarial

A CF/88 proclama o princípio da *isonomia salarial*, vedando expressamente diferença e discriminação nesse âmbito:

"Art 7º São direitos dos trabalhadores...:

XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência".

Manifestamente recepcionado pela Carta Magna, o art. 461 consagra idêntico princípio – "sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade".

Os pressupostos fundamentais à equiparação salarial são os seguintes:

a) *identidade de funções*, ou seja, serviços idênticos, trabalho igual. Exercício das mesmas tarefas;

b) *trabalho de igual valor* é aquele desenvolvido com igual produtividade e mesma perfeição técnica;

c) *mesmo empregador* – nos termos do art. 2º da CLT, empregador é a empresa individual ou coletiva;

d) *mesma localidade* – o critério é administrativo; na mesma cidade, no mesmo Município, sendo irrelevante que ambos trabalhem na mesma região geoeconômica.

O *quadro de carreira* afasta a equiparação salarial, só sendo válido tal quadro quando homologado pelo Ministério do Trabalho:

Súmula 6, I, do TST:

"Para os fins previstos no parágrafo 2º do artigo 461 da CLT, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se, apenas, dessa exigência, o quadro de carreira das entidades de Direito Público da administração direta, autárquica e fundacional e aprovado por ato administrativo da autoridade competente".

A *diferença de 2 anos nas funções* igualmente afasta a equiparação salarial. Advirta-se, pois, conquanto o § 1º do art. 461 fale em *tempo de serviço não superior a 2 anos*, jurisprudência sumulada deixa claro tratar-se de tempo de serviço nas funções:

Súmula 6, II, do TST:

"Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego".

5. *Descontos nos salários: descontos por dano ou por culpa do empregado*

O art. 462 da CLT contém disposições que objetivam *proteger o salário*, proteção atualmente erigida em postulado constitucional, de molde a vedar descontos salariais indevidos:

a) Admitem-se apenas os descontos que resultem de adiantamentos (vales, por exemplo), ou que decorram de lei ou de acordo ou convenção coletiva; são admitidos descontos pelo fornecimento de utilidades, tais como moradia, alimentação, etc.; contribuição sindical; faltas injustificadas; contribuições previdenciárias; imposto de renda na fonte; retenção pelo não fornecimento de aviso prévio pelo empregado, entre outros.

b) Não se admite que o empregador forneça, em lugar de dinheiro, autorização por escrito para o consumo, em armazéns de propriedade deste, de produtos e bens que necessite o trabalhador, prática não raras vezes utilizada por fazendeiros, no interior do País, e que se nos afigura caso típico de crime contra o organização do trabalho, *ex vi* do disposto no art. 203 do Código Penal – *frustração de direito assegurado por lei trabalhista*.

Descontos por dolo ou culpa

São admitidos descontos salariais por prejuízos causados pelo empregado, quando este tenha agido com *dolo*, intenção predeterminada de causar avarias, por exemplo, o motorista de um ônibus que, propositadamente, provoque abalroamentos, causando, com isso, perdas ao empregador.

A *culpa*, que decorre da *imprudência*, *imperícia* ou *negligência*, provocando lesão não desejada pelo empregado, só autoriza descontos salariais, como forma de ressarcimento de prejuízos, quando expressamente prevista no contrato de trabalho.

É óbvio que tanto o *dolo* quanto a *culpa* do empregado devem ser sobejamente demonstrados, ainda mesmo quando, na hipótese de culpa, o desconto esteja previsto no contrato de trabalho:

"Tendo em vista o princípio constitucional da irredutibilidade salarial (art. 7º, VI, da Constituição Federal) e seu reflexo no disposto no art. 462 da CLT, tem-se por lógico o entendimento de que, em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito, desde que esta possibilidade tenha sido estipulada em contrato coletivo ou na ocorrência de dolo. É a interpretação que melhor se ajusta ao § 1º, em consonância com os elementos mencionados" (TST, RR 60.680/92.5, 3ª T., Acórdão n. 4.598/93, Rel. Min. Manoel Mendes de Freitas).

6. *Prova do pagamento de salário*

O art. 464 da CLT deixa claro que a prova, por excelência, do pagamento de salário é o recibo – "o pagamento do salário deverá ser efetuado contra recibo".

Em se tratando de empregado analfabeto, válida sua impressão digital, admitindo-se assinatura a rogo, assim denominada aquela aposta em documento, a pedido de analfabeto.

Nos termos do art. 439 da CLT, é lícito ao menor firmar recibo de salário. Somente o recibo de quitação do contrato de trabalho pressupõe a assinatura de seus responsáveis.

Objetivando dar segurança às empresas e, também, aos empregados, admite-se o depósito bancário dos salários em conta aberta em nome destes últimos. O comprovante do depósito equivale ao recibo de salário (Lei n. 9.528/97).

7. *Parte incontroversa das verbas rescisórias – pagamento em audiência*

Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho (qualquer que seja a causa do rompimento), na eventualidade de o empregado ingressar em juízo com ação trabalhista, o empregador deve, na primeira audiência, efetuar o pagamento das verbas rescisórias incontroversas – "sob pena de pagá-las acrescidas de cinquenta por cento".

É o que dispõe o art. 467 da CLT, com a redação dada pela Lei n. 10.272, de 5-9-2001:

> "Em caso de rescisão de contrato de trabalho, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento à Justiça do Trabalho, a parte incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de cinquenta por cento".

Observe-se que a antiga redação falava em "partes incontroversas do salário". A atual redação refere-se às *verbas rescisórias*.

Qual o alcance ou o sentido de "verbas rescisórias"? Normalmente se entende como tal o aviso prévio, férias e 13º salário proporcionais e depósitos fundiários com a respectiva multa.

Contudo, é de observar que a nova redação fala em caso de *rescisão*, em sentido amplo, para abranger, pois, todas as hipóteses de rompimento do contrato de trabalho.

Ora, na ocorrência de rescisão por iniciativa do empregado, não há falar em aviso prévio ou levantamento dos depósitos fundiários, o que nos faz concluir que por verbas rescisórias se há de entender aquilo que é *incontroversamente devido pelo empregador*, sejam as verbas ditas rescisórias (acima enumeradas), seja o simples saldo salarial, ou, ainda, outros valores que sejam efetiva e claramente devidos pelo empregador.

Incontroverso é aquilo que não está sujeito a dúvida; que é *certíssimo*; incontestável.

Ora, num primeiro momento, oferecida a contestação, havendo discrepância de valores, incontroverso só será aquilo que o empregador confessar efetivamente devido. É de considerar o usual abuso nas pretensões contidas nas iniciais, com postulação de valores que jamais seriam devidos, não só em razão do salário do obreiro como pelo tempo de serviço, prática infelizmente constante, que observamos várias, inúmeras vezes, ao longo de 25 anos como juiz presidente de Juntas de Conciliação e Julgamento.

Assim, em princípio, incontroverso é aquilo que o empregador confessa ser devido, salvo a hipótese, controvertida,

de o juiz, de ofício, e desde logo, fixar os valores que entenda incontroversos.

Ressalte-se que a disposição sob comento não se aplica à União, Estados, Municípios, autarquias e fundações públicas.

O art. 467 da CLT e a massa falida

Sempre sustentamos ser indevida a *dobra salarial* na ocorrência de falência do empregador[183]. É que, decretada a quebra, a atividade empresarial, normalmente, é encerrada quando o empresário é substituído pelo síndico.

Sujeito às regras disciplinadoras do processo falimentar (apuração do ativo, levantamento dos credores e posterior liquidação do passivo), não pode o síndico efetuar qualquer pagamento quando não haja numerário, tampouco sem autorização do juízo da falência.

E dinheiro em caixa só haverá se houver venda antecipada de bens, que prescinde de autorização judicial.

Em razão de tais aspectos é que não se pode condenar a massa falida no pagamento da dobra salarial, da mesma forma por que está a massa isenta do depósito recursal, a teor do que dispõe a Súmula 86 do TST:

"Não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação. Esse privilégio, todavia, não se aplica à empresa em liquidação extrajudicial".

Pelos mesmos motivos, não pode haver condenação da dobra salarial:

"Súmula 388 do Tribunal Superior do Trabalho. Massa falida. Arts. 467 e 477 da CLT. Inaplicabilidade. A massa falida não se sujeita à penalidade do art. 467 nem à multa do § 8º do art. 477, ambos da CLT".

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 6 do Tribunal Superior do Trabalho. Equiparação salarial. Art. 461 da CLT.** (Redação do item VI alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012, *DEJT*, 25, 26 e 27-9-2012)

I – Para os fins previstos no § 2º do art. 461 da CLT, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se, apenas, dessa exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional aprovado por ato administrativo da autoridade competente.

II – Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.

III – A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm, ou não, a mesma denominação.

IV – É desnecessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita.

V – A cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante.

183. *Vide* nosso *Os Direitos Trabalhistas na Falência e Concordata do Empregador*, cit.

VI – Presentes os pressupostos do art. 461 da CLT, é irrelevante a circunstância de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma, exceto se decorrente de vantagem pessoal, de tese jurídica superada pela jurisprudência de Corte Superior ou, na hipótese de equiparação salarial em cadeia, suscitada em defesa, se o empregador produzir prova do alegado fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito à equiparação salarial em relação ao paradigma remoto.

VII – Desde que atendidos os requisitos do art. 461 da CLT, é possível a equiparação salarial de trabalho intelectual, que pode ser avaliado por sua perfeição técnica, cuja aferição terá critérios objetivos.

VIII – É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.

IX – Na ação de equiparação salarial, a prescrição é parcial e só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento.

X – O conceito de "mesma localidade" de que trata o art. 461 da CLT refere-se, em princípio, ao mesmo município, ou a municípios distintos que, comprovadamente, pertençam à mesma região metropolitana.

▷ **Súmula 13 do Tribunal Superior do Trabalho. Mora.** O só pagamento dos salários atrasados em audiência não elide a mora capaz de determinar a rescisão do contrato de trabalho. (RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969)

▷ **Súmula 27 do Tribunal Superior do Trabalho. Comissionista.** É devida a remuneração do repouso semanal e dos dias feriados ao empregado comissionista, ainda que pracista. (RA 57/70, *DO/GB*, 27-11-1970)

▷ **Súmula 69 do Tribunal Superior do Trabalho. Rescisão do contrato. Nova redação.** A partir da Lei n. 10.272, de 5-9-2001, havendo rescisão do contrato de trabalho e sendo revel e confesso quanto à matéria de fato, deve ser o empregador condenado ao pagamento das verbas rescisórias, não quitadas na primeira audiência, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento). (Redação original – RA 10/77, *DJ*, 11-2-1977 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 86 do Tribunal Superior do Trabalho. Deserção. Massa falida.** (Nova redação em decorrência da incorporação da OJ n. 31 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005) Não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação. Esse privilégio, todavia, não se aplica à empresa em liquidação extrajudicial.

▷ **Súmula 101 do Tribunal Superior do Trabalho. Diárias de viagem. Salário.** (incorporada a Orientação Jurisprudencial n. 292 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

Integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que excedam a 50% (cinquenta por cento) do salário do empregado, enquanto perdurarem as viagens.

▷ **Súmula 127 do Tribunal Superior do Trabalho. Quadro de carreira.** Quadro de pessoal organizado em carreira, aprovado pelo órgão competente, excluída a hipótese de equiparação salarial, não obsta reclamação fundada em preterição, enquadramento ou reclassificação. (RA 103/81, *DJ*, 12-11-1981)

▷ **Súmula 173 do Tribunal Superior do Trabalho. Salário. Empresa. Cessação de atividades.** Extinto, automaticamente, o vínculo empregatício com a cessação das atividades da empresa, os salários só são devidos até a data da extinção. Ex-Prejulgado n. 53. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 203 do Tribunal Superior do Trabalho. Gratificação por tempo de serviço. Natureza salarial.** A gratificação por tempo de serviço integra o salário para todos os efeitos legais. (Res. 8/85, *DJ*, 11-7-1985). Referência: CLT, art. 457, § 1º.

▷ **Súmula 241 do Tribunal Superior do Trabalho. Salário-utilidade. Alimentação.** O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais. (Res. 15/85, *DJ*, 9-12-1985). Referência: CLT, art. 458.

▷ **Súmula 242 do Tribunal Superior do Trabalho. Indenização adicional. Valor.** A indenização adicional, prevista no art. 9º das Leis n. 6.708/79 e 7.238/84, corresponde ao salário mensal, no valor devido à data da comunicação do despedimento, integrado pelos adicionais legais ou convencionados, ligados à unidade de tempo mês, não sendo computável a gratificação natalina. (Res. 15/85, *DJ*, 9-12-1985)

▷ **Súmula 247 do Tribunal Superior do Trabalho. Quebra de caixa. Natureza jurídica.** A parcela paga aos bancários sob a denominação "quebra de caixa" possui natureza salarial, integrando o salário do prestador de serviços, para todos os efeitos legais. (Res. 16/85, *DJ*, 13-1-1986)

▷ **Súmula 253 do Tribunal Superior do Trabalho. Gratificação semestral. Repercussões** (Nova redação – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)
A gratificação semestral não repercute no cálculo das horas extras, das férias e do aviso prévio, ainda que indenizados. Repercute, contudo, pelo seu duodécimo na indenização por antiguidade e na gratificação natalina. Histórico: Redação original – Res. 1/1986, *DJ*, 23-5-1986

▷ **Súmula 258 do Tribunal Superior do Trabalho. Salário-utilidade. Percentuais. Nova redação.** Os percentuais fixados em lei relativos ao salário *in natura* apenas se referem às hipóteses em que o empregado percebe salário mínimo, apurando-se, nas demais, o real valor da utilidade. (Redação original – Res. 6/86, *DJ*, 31-10-1986 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 318 do Tribunal Superior do Trabalho. Diárias. Base de cálculo para sua integração ao salário.** Tratando-se de empregado mensalista, a integração das diárias ao salário deve ser feita tomando-se por base o salário mensal por ele percebido, e não o salário-dia, somente sendo devida a referida integração quando o valor das diárias, no mês, for superior à metade do salário mensal. (Res. 10/93, *DJ*, 29-11-1993)

▷ **Súmula 340 do Tribunal Superior do Trabalho. Comissionista. Horas extras. Nova redação.** O empregado, sujeito a controle de horário, remunerado à base de comissões, tem direito ao adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas no mês, considerando-se como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas. (Revisão do Enunciado 56 – RA

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

"III – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço."

► Comentários

A Constituição de 1988 trouxe alteração profunda com relação aos direitos sociais, pondo fim à *estabilidade decenal*. Observado o direito adquirido, nenhum empregado, no sistema atual, adquire estabilidade (salvo as estabilidades especiais, como a do dirigente sindical, a do cipeiro etc.)

O sistema único é o do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o que equivale a dizer que todos os empregados, atualmente, são necessariamente optantes, ou seja, ingressam no emprego automaticamente no sistema do FGTS (TST, RR 71.435, 1ª T., Ac. 3.996, Rel. Min. Indalécio Gomes Neto, *DOU*, 26-11-1993, p. 25725).

A legislação infraconstitucional que cuida da matéria é a Lei n. 8.036, de 10-5-1990, regulamentada pelo Decreto n. 99.684, de 8-11-1990, a Lei n. 8.046, de 9-1-1992 (que dispõe sobre a publicação de informações relativas ao fundo), e circulares, portarias e resoluções, transcritos na legislação complementar.

Salário mínimo

"IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim."

► Comentários

A elevação do salário mínimo à categoria de direito constitucional, no Brasil, ocorreu com a Constituição Federal de 1934, que assim dispunha no seu art. 121, § 1º:

"*b*) salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador".

Segue-se-lhe a Constituição de 1937 (art. 137):

"*h*) salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família".

Observa-se, aqui, extraordinário avanço social com relação à Constituição de 1934, com a inclusão da *família do trabalhador*. Pela primeira vez, reconheciam-se, pelo menos nas disposições constitucionais, as necessidades básicas, fundamentais não só do empregado, mas, inclusive, de sua família.

O texto constitucional foi praticamente adotado pelas Constituições posteriores (1946, art. 157, I; 1967, art. 158, I, alterado para o art. 161, I, na EC n. 1, de 1969).

É de observar que a CLT, com a redação dada ao art. 76, já dispunha:

"Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte".

105/74, *DJ*, 24-10-1974; Redação original – Res. 40/95, *DJ*, 17-2-1995 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 342 do Tribunal Superior do Trabalho. Descontos salariais. Art. 462, CLT.** Descontos salariais efetuados pelo empregador, com a autorização prévia e por escrito do empregado, para serem integrados em planos de assistência odontológica, médico-hospitalar, de seguro, de previdência privada, ou de entidade cooperativa, cultural ou recreativa associativa dos seus trabalhadores, em seu benefício e dos seus dependentes, não afrontam o disposto no art. 462 da CLT, salvo se ficar demonstrada a existência de coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico. (Res. 47/95, *DJ*, 20-4-1995)

▷ **Súmula 354 do Tribunal Superior do Trabalho. Gorjetas. Natureza jurídica. Repercussões. Revisão do Enunciado n. 290.** As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado. (Res. 71/97, *DJ*, 30-5-1997)

▷ **Súmula 367 do Tribunal Superior do Trabalho. Utilidades *in natura*. Habitação. Energia elétrica. Veículo. Cigarro. Não integração ao salário.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 24, 131 e 246 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – A habitação, a energia elétrica e veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares.

II – O cigarro não se considera salário-utilidade em face de sua nocividade à saúde.

▷ **Súmula 381 do Tribunal Superior do Trabalho. Correção monetária. Salário. Art. 459 da CLT.** (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 124 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

O pagamento dos salários até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido não está sujeito à correção monetária. Se essa data limite for ultrapassada, incidirá o índice da correção monetária do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a partir do dia 1º.

▷ **Súmula 202 do Supremo Tribunal Federal.** Na equiparação de salário, em caso de trabalho igual, toma-se em conta o tempo de serviço na função, e não no emprego.

▷ **Súmula 207 do Supremo Tribunal Federal.** As gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário.

▷ **Súmula 209 do Supremo Tribunal Federal.** O salário-produção, como outras modalidades de salário-prêmio, é devido, desde que verificada a condição a que estiver subordinado, e não pode ser suprimido unilateralmente pelo empregador, quando pago com habitualidade.

▷ **Súmula 459 do Supremo Tribunal Federal.** No cálculo da indenização por despedida injusta, incluem-se os adicionais, ou gratificações, que, pela habitualidade, se tenham incorporado ao salário.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 133 da SDI-1 do Tribunal Superior do**

Trabalho. Ajuda-alimentação. PAT. Lei n. 6.321/76. Não integração ao salário. A ajuda-alimentação fornecida por empresa participante do programa de alimentação ao trabalhador, instituído pela Lei 6.321/76, não tem caráter salarial. Portanto, não integra o salário para nenhum efeito legal.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 159 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Data de pagamento. Salários. Alteração.** Diante da inexistência de previsão expressa em contrato ou em instrumento normativo, a alteração de data de pagamento pelo empregador não viola o art. 468, desde que observado o parágrafo único do art. 459, ambos da CLT.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 181 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Comissões. Correção monetária. Cálculo.** O valor das comissões deve ser corrigido monetariamente para em seguida obter-se a média para efeito de cálculo de férias, 13º salário e verbas rescisórias.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 251 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Descontos. Frentista. Cheques sem fundos.** É lícito o desconto salarial referente à devolução de cheques sem fundos, quando o frentista não observar as recomendações previstas em instrumento coletivo.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 18 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Descontos autorizados no salário pelo trabalhador. Limitação máxima de 70% do salário-base.** Os descontos efetuados com base em cláusula de acordo firmado entre as partes não podem ser superiores a 70% do salário-base percebido pelo empregado, pois deve-se assegurar um mínimo de salário em espécie ao trabalhador.

▷ **Precedente Normativo n. 14 do Tribunal Superior do Trabalho. Desconto no salário** (positivo). Proíbe-se o desconto no salário do empregado dos valores de cheques não compensados ou sem fundos, salvo se não cumprir as resoluções da empresa.

▷ **Precedente Normativo n. 58 do Tribunal Superior do Trabalho. Salário. Pagamento ao analfabeto** (positivo). O pagamento de salário ao empregado analfabeto deverá ser efetuado na presença de 2 (duas) testemunhas.

▷ **Precedente Normativo n. 65 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Pagamento de salário** (positivo). O pagamento do salário será efetuado em moeda corrente e no horário de serviço, para isso permitido o seu prolongamento até duas horas após o término da jornada de trabalho.

▷ **Precedente Normativo n. 67 do Tribunal Superior do Trabalho. Remuneração por produção** (positivo). Quando o serviço for contratado por produção, a remuneração não poderá ser inferior à diária correspondente ao salário normativo.

▷ **Precedente Normativo n. 72 do Tribunal Superior do Trabalho. Multa. Atraso no pagamento de salário** (positivo). Estabelece-se multa de 10% sobre o saldo salarial, na hipótese de atraso no pagamento de salário até 20 dias, e de 5% por dia no período subsequente.

▷ **Precedente Normativo n. 93 do Tribunal Superior do Trabalho. Comprovante de pagamento** (positivo). O pagamento do salário será

feito mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e do qual constarão a remuneração, com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, os dias trabalhados ou o total da produção, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para a Previdência Social, e o valor correspondente ao FGTS.

▷ **Precedente Normativo n. 97 do Tribunal Superior do Trabalho. Proibição de estorno de comissões** (positivo). Ressalvada a hipótese prevista no art. 7º da Lei n. 3.207/57, fica vedado às empresas o desconto ou estorno das comissões do empregado, incidentes sobre mercadorias devolvidas pelo cliente, após a efetivação da venda.

▷ **Precedente Normativo n. 117 do Tribunal Superior do Trabalho. Pagamento do salário com cheque** (positivo). Se o pagamento do salário for feito em cheque, a empresa dará ao trabalhador o tempo necessário para descontá-lo, no mesmo dia.

▷ **Precedente Normativo n. 118 do Tribunal Superior do Trabalho. Quebra de material** (negativo). Não se permite o desconto salarial por quebra de material, salvo nas hipóteses de dolo ou recusa de apresentação dos objetos danificados, ou, ainda, havendo previsão contratual, de culpa comprovada do empregado.

Capítulo III
Da Alteração

Art. 468. Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

Parágrafo único. Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.

Art. 469. Ao empregador é vedado transferir o empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, não se considerando transferência a que não acarretar necessariamente a mudança do seu domicílio.

§ 1º Não estão compreendidos na proibição deste artigo os empregados que exerçam cargos de confiança e aqueles cujos contratos tenham como condição, implícita ou explícita, a transferência, quando esta decorra de real necessidade de serviço. (Redação dada pela Lei n. 6.203, de 17-4-1975.)

§ 2º É lícita a transferência quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

§ 3º Em caso de necessidade de serviço o empregador poderá transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, não obstante as restrições do artigo anterior, mas, nesse caso, ficará obrigado a um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% (vinte e cinco por cento) dos salários que o empregado percebia naquela localidade, enquanto durar essa situação. (Parágrafo incluído pela Lei n. 6.203, de 17-4-1975.)

Art. 470. As despesas resultantes da transferência correrão por conta do empregador. (Redação dada pela Lei n. 6.203, de 17-4-1975.)

▶ *Comentários*

1. *Princípio da inalterabilidade*

O art. 468 da CLT consagra o princípio da inalterabilidade do contrato de trabalho

por ato unilateral de qualquer das partes (empregado e empregador), salvo se *por mútuo consentimento* e, ainda assim, desde que da alteração não resultem prejuízos diretos ou indiretos ao empregado.

É o denominado *princípio da inalterabilidade contratual lesiva*, tão bem exposto por Mauricio Godinho Delgado[184] e Nélio Reis[185].

Em decorrência, pois, de tal princípio, fica inteiramente afastada a alteração unilateral e mesmo a consensual, se dela resultar prejuízos ao empregado.

As alterações mais usuais na prática serão discutidas a seguir.

2. *Redução salarial*

O princípio da *intangibilidade salarial* é estabelecido no art. 7º, VI e VII, da CF/88 – "são direitos dos trabalhadores: irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo"; "proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa".

Assim, salvo o disposto em acordo ou convenção coletiva, e consequente intervenção direta do respectivo sindicato, ao empregador é vedada redução salarial direta ou indireta, convindo acrescentar as formas sutis não raras vezes postas em prática, a saber: *redução das tarefas ou peças*, em se tratando de empregado que trabalhe nessa modalidade; *supressão ou redução dos percentuais* de empregados comissionistas.

A redução salarial autorizada pelo art. 503 da CLT – força maior ou prejuízos devidamente comprovados – está absolutamente revogada pelo art. 7º, VI, da CF/88.

Somente por meio de acordo ou convenção coletiva será possível a redução salarial.

3. *Transferência*

A transferência de uma localidade para outra é igualmente vedada (art. 469), não se considerando, todavia, transferência a que não acarretar, necessariamente, a mudança de domicílio do empregado. A expressão "domicílio" tem o sentido de *residência*, localidade onde o empregado tem moradia, onde reside.

Observe-se que, em determinados casos, conquanto não haja transferência para outra localidade, há visíveis prejuízos para o empregado, quando é transferido de um extremo a outro das grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, etc. Tais transferências não implicam, necessariamente, mudança de domicílio (leia-se residência), mas obrigam o empregado a despender, diariamente, cerca de 2 a 4 horas nos transportes coletivos e consequentes gastos com as passagens, o que levou a mais alta Corte da Justiça do Trabalho a editar a

Súmula 29 do TST:

"Empregado transferido, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, tem direito a suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte".

4. *Extinção do estabelecimento*

Na ocorrência de extinção do estabelecimento em que o empregado presta seus serviços, é lícita sua transferência para outra unidade da mesma empresa, como deixa claro o § 2º do art. 469, não

184. *Princípios de Direito Individual e Coletivo do Trabalho*, cit.; *Alterações Contratuais Trabalhistas*, São Paulo, LTr.

185. *Alteração do Contrato de Trabalho*, Freitas Bastos, 1955.

se considerando extinção a supressão de seções ou departamentos.

5. *Cargos de confiança*

A transferência, em princípio vedada aos empregados em geral, é, todavia, admitida com relação àqueles que exercem cargos de confiança *stricto sensu*, como, por exemplo, o *gerente* (art. 62, II, da CLT).

6. *Condição implícita ou explícita de transferência*

Em determinadas profissões, ainda que não haja condição explícita de transferência, essa é uma decorrência natural da própria atividade desenvolvida pelo obreiro, ou pelo empregador: é o caso, à guisa de exemplo, daqueles que trabalham em circos, ou ainda daqueles que exercem cargos de inspeção.

A cláusula explícita de transferência é aquela inserida nos contratos de trabalho, estabelecendo o direito do empregador de, a qualquer momento, transferir o empregado para outra localidade.

Numa ou outra hipótese, objetivando evitar transferências abusivas, o TST editou a Súmula 43:

"Presume-se abusiva a transferência de que trata o § 1º do art. 469 da CLT, sem comprovação da necessidade do serviço".

Escreve Valentin Carrion:

"Por necessidade de serviço, entenda-se a impossibilidade de a empresa desenvolver a atividade a contento, sem o concurso do empregado que transfere. É o que a doutrina indica: não haver no local profissional habilitado"[186].

186. Ob. cit., 25. ed., p. 326.

7. *Real necessidade de serviço*

Em conformidade com o que dispõe o § 3º do art. 469, em caso de necessidade imperiosa de serviço, lícita a transferência do empregado para outra localidade, desde que, porém, não haja, no local para onde foi transferido, trabalhador habilitado para o exercício das mesmas funções, sob pena de caracterizar-se a transferência abusiva, contra a qual pode o empregado interpor medida cautelar, *ex vi* do disposto no art. 659 da CLT:

"Competem privativamente aos Presidentes das Juntas, além das que lhes forem conferidas neste Título e das decorrentes de seu cargo, as seguintes atribuições:

(...)

IX – conceder medida liminar, até decisão final do processo, em reclamações trabalhistas que visem a tornar sem efeito transferência disciplinada pelos parágrafos do art. 469 desta Consolidação".

A prova da necessidade da transferência é ônus do empregador.

8. *Adicional de transferência*

Na ocorrência de transferência do empregado, *em decorrência de necessidade de serviço* (com as restrições já expostas), sendo tal transferência em *caráter provisório*, faz jus o empregado ao *adicional respectivo*, nunca inferior a 25% dos seus salários.

Definitiva a transferência, não fará jus ao adicional nominado:

"A vantagem da percepção do adicional de transferência só é cabível quando se trata de transferência provisória e realizada por necessidade de serviço" (TRT/SP, Ac. 02950050667, RO 02930357740, 4ª T., *DOE/SP*, 17-2-1995, p. 149).

O art. 470 da CLT, como não poderia deixar de ser, imputa ao empregador a responsabilidade pelo pagamento das despesas resultantes da transferência. Nesse sentido a Súmula 29 do TST, anteriormente citada.

Advirta-se, porém, que tais despesas não têm natureza salarial, mas de ressarcimento pelo custo despendido com o transporte de móveis e utensílios – da mudança, enfim.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 29 do Tribunal Superior do Trabalho. Transferência.** Empregado transferido, por ato unilateral do empregador, para local mais distante de sua residência, tem direito a suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte. (RA 57/70, *DO/GB*, 27-11-1970)

▷ **Súmula 43 do Tribunal Superior do Trabalho. Transferência.** Presume-se abusiva a transferência de que trata o § 1º do art. 469 da CLT, sem comprovação da necessidade do serviço. (RA 41/73, *DJ*, 14-6-1973) Referência: CLT, art. 469, § 1º.

▷ **Súmula 51 do Tribunal Superior do Trabalho. Norma regulamentar. Vantagens e opção pelo novo regulamento. Art. 468 da CLT.** (Incorporada a Orientação Jurisprudencial n. 163 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento.

II – Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro.

▷ **Súmula 173 do Tribunal Superior do Trabalho. Salário. Empresa. Cessação de atividades.** Extinto, automaticamente, o vínculo empregatício com a cessação das atividades da empresa, os salários só são devidos até a data da extinção. Ex-Prejulgado n. 53. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 209 do Supremo Tribunal Federal.** O salário-produção, como outras modalidades de salário-prêmio, é devido, desde que verificada a condição a que estiver subordinado, e não pode ser suprimido unilateralmente pelo empregador, quando pago com habitualidade.

▷ **Súmula 221 do Supremo Tribunal Federal.** A transferência de estabelecimento, ou a sua extinção parcial, por motivo que não seja de força maior, não justifica a transferência de empregado estável.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 76 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Substituição dos avanços trienais por quinquênios. Alteração do contrato de trabalho. Prescrição total. CEEE.** Inserida em 14-3-1994 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

A alteração contratual consubstanciada na substituição dos avanços trienais por quinquênios decorre de ato único do empregador, momento em que começa a fluir o prazo fatal de prescrição.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 113 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Adicional de transferência. Cargo de confiança ou previsão contratual de transferência.** Devido. Desde que a transferência seja provisória. O fato de o empregado

exercer cargo de confiança ou a existência de previsão de transferência no contrato de trabalho não exclui o direito ao adicional. O pressuposto legal apto a legitimar a percepção do mencionado adicional é a transferência provisória.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 159 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Data de pagamento. Salários. Alteração.** Diante da inexistência de previsão expressa em contrato ou em instrumento normativo, a alteração de data de pagamento pelo empregador não viola o art. 468, desde que observado o parágrafo único do art. 459, ambos da CLT.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 175 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Comissões. Alteração ou supressão. Prescrição total** (Inserida em 8-11-2000. Nova redação em decorrência da incorporação da OJ n. 248 da SBDI-1, *DJ*, 22-11-2005). A supressão das comissões, ou a alteração quanto à forma ou ao percentual, em prejuízo do empregado, é suscetível de operar a prescrição total da ação, nos termos da Súmula 294 do TST, em virtude de cuidar-se de parcela não assegurada por preceito de lei.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 244 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Professor. Redução da carga horária. Possibilidade.** A redução da carga horária do professor, em virtude da diminuição do número de alunos, não constitui alteração contratual, uma vez que não implica redução do valor da hora-aula.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 67 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de Segurança. Transferência. Art. 659, IX, da CLT.** Não fere direito líquido e certo a concessão de liminar obstativa de transferência de empregado, em face da previsão do inciso IX do art. 659 da CLT.

▷ **Precedente Normativo n. 77 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado transferido. Garantia de emprego** (positivo). Assegura-se ao empregado transferido, na forma do art. 469 da CLT, a garantia de emprego por 1 (um) ano após a data da transferência.

▷ **Transferência de empregado entre empresas do mesmo grupo econômico.** A mudança de empregador, em razão de transferência aceita de forma tácita pelo empregado para empresa do mesmo grupo econômico, não acarreta, necessariamente, a rescisão do primeiro contrato de trabalho. Trata-se de alteração compreendida no poder diretivo do empregador, cuja ilicitude, a teor do art. 468 da CLT, dependeria da prova do prejuízo e da ausência de consentimento, ainda que tácito. Assim, mantidas as mesmas condições de trabalho e contados os direitos trabalhistas da data de início do primeiro contrato, não se divisa ilicitude na transferência, necessária à caracterização da rescisão contratual. Recurso conhecido e provido. (TST, RR 391.129/1997.8, 3ª T., Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, *DJ*, 28-10-2004)

▷ **Redução salarial concomitante à redução de jornada.** Válida a redução salarial concomitante e proporcional à redução de jornada, procedida em evidente vantagem à empregada, possibilitando-lhe aquisição de novo emprego. Trata-se de alteração contratual advinda de mútuo consentimento,

que não implica em qualquer prejuízo à trabalhadora. A norma insculpida no artigo 7º, VI, da Constituição Federal contempla situação diversa, vedando a redução pura e simples dos salários levada a termo sem qualquer compensação. (TRT/9ª R., Ac. 7.704-2000, j. 7-4-2000, RO 9.856/99, Rel. Desig. Rosalie Michaele Bacil Batista, *DJPr*, 7-4-2000)

▷ **Adicional de transferência.** Inexistência de comprovação da alegação de que a transferência ocorreu de modo provisório. Não é devido, em consequência, o pagamento do adicional de transferência. **Reembolso. Despesas de mudança. Art. 470 da CLT.** Devido o pagamento das despesas de retorno do Reclamante ao local de origem, mesmo após a rescisão do contrato de trabalho. Recurso de revista a que se dá provimento parcial. (TST, RR 524.458/98, j. 3-5-2000, 5ª T., Rel. Min. Gelson de Azevedo, *DJ*, 19-5-2000)

▷ **Redução salarial sem a participação do sindicato. Impossibilidade.** O legislador constituinte, ao flexibilizar a norma que garante a irredutibilidade salarial dos empregados, ressalta que esse procedimento somente é possível mediante convenção ou acordo coletivo (art. 7º, VI, da Constituição Federal). Juridicamente inviável, sem a participação do sindicato, que a reclamada imponha a compensação, na data-base, de aumento real de salários que concedeu anteriormente, sob pena de ilegal redução salarial. Agravo não provido. (TST, A-E-RR 460.237/98.8, SBDI-I, Rel. Milton de Moura França, *DJ*, 5-11-2004)

▷ **Descontos de ISS. Devolução. Competência da Justiça do Trabalho.** Reconhecida a relação de emprego, cabível a determinação de devolução de descontos relativos ao ISS procedidos sobre as comissões pagas ao obreiro, por indevidos. Princípio da intangibilidade salarial inscrito no artigo 462 da CLT. A competência da Justiça do Trabalho para a causa tem origem constitucional, art. 114, já que a questão origina-se do contrato de trabalho. (TRT/9ª R., Ac. 22.560/2000, j. 13-10-2000, RO 15.212/99, 2ª T., Rel. Desig. Marlene T. Fuverki Suguimatsu, *DJPr*, 13-10-2000)

Capítulo IV
Da Suspensão e da Interrupção

Art. 471. Ao empregado afastado do emprego, são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.

Art. 472. O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.

§ 1º Para que o empregado tenha direito a voltar a exercer o cargo do qual se afastou em virtude de exigências do serviço militar ou de encargo público, é indispensável que notifique o empregador dessa intenção, por telegrama ou carta registrada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data em que se verificar a respectiva baixa ou a terminação do encargo a que estava obrigado.

§ 2º Nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento, se assim acordarem as partes interessadas, não será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação.

§ 3º Ocorrendo motivo relevante de interesse para a segurança nacional, poderá a autoridade competente solicitar o afastamento do empregado do serviço ou do local de trabalho, sem que se configure a suspensão do contrato de trabalho. (Revogado expressamente pela Lei n. 8.630, de 25-2-1993, que afastou do ordenamento jurídico brasileiro a normatividade do Dec.-lei n. 3, de 27-1-1966.)

§ 4º O afastamento a que se refere o parágrafo anterior será solicitado pela autoridade competente diretamente ao empregador, em representação fundamentada com audiência da Procuradoria Regional do Trabalho, que providenciará desde logo a instauração do competente inquérito administrativo. (Revogado expressamente pela Lei n. 8.630, de 25-2-1993, que afastou do ordenamento jurídico brasileiro a normatividade do Dec.-lei n. 3, de 27-1-1966.)

§ 5º Durante os primeiros 90 (noventa) dias desse afastamento, o empregado continuará percebendo sua remuneração. (Revogado expressamente pela Lei n. 8.630, de 25-2-1993, que afastou do ordenamento jurídico brasileiro a normatividade do Dec.-lei n. 3, de 27-1-1966.)

Art. 473. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

I – até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica; (Inciso incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

II – até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento; (Inciso incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

III – por 1 (um) dia, em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana; (Inciso incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)[187]

IV – por 1 (um) dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada; (Inciso incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

V – até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva; (Inciso incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

VI – no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra *c* do art. 65 da Lei n. 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar); (Inciso incluído pelo Dec.-lei n. 757, de 12-8-1969.)

VII – nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior; (Inciso incluído pela Lei n. 9.471, de 14-7-1997.)

VIII – pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo; (Inciso incluído pela Lei n. 9.853, de 27-10-1999.)

IX – pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro. (Inciso incluído pela Lei n. 11.304, de 11-5-2006)

Art. 474. A suspensão do empregado por mais de 30 (trinta) dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.

Art. 475. O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.

---

187. Prejudicado pelo art. 10, § 1º, do ADCT.

§ 1º Recuperando o empregado a capacidade de trabalho e sendo a aposentadoria cancelada, ser-lhe-á assegurado o direito à função que ocupava ao tempo da aposentadoria, facultado, porém, ao empregador, o direito de indenizá-lo por rescisão do contrato de trabalho, nos termos dos arts. 477 e 478, salvo na hipótese de ser ele portador de estabilidade, quando a indenização deverá ser paga na forma do art. 497. (Redação dada pela Lei n. 4.824, de 5-11-1965.)

§ 2º Se o empregador houver admitido substituto para o aposentado, poderá rescindir, com este, o respectivo contrato de trabalho sem indenização, desde que tenha havido ciência inequívoca da interinidade ao ser celebrado o contrato.

Art. 476. Em caso de seguro-doença ou auxílio-enfermidade, o empregado é considerado em licença não remunerada, durante o prazo desse benefício.

Art. 476-A. O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de 2 (dois) a 5 (cinco) meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, observado o disposto no art. 471 desta Consolidação. (Artigo e parágrafos incluídos pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)

§ 1º Após a autorização concedida por intermédio de convenção ou acordo coletivo, o empregador deverá notificar o respectivo sindicato, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da suspensão contratual.

§ 2º O contrato de trabalho não poderá ser suspenso em conformidade com o disposto no *caput* deste artigo mais de uma vez no período de 16 (dezesseis) meses.

§ 3º O empregador poderá conceder ao empregado ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial, durante o período de suspensão contratual nos termos do *caput* deste artigo, com valor a ser definido em convenção ou acordo coletivo.

§ 4º Durante o período de suspensão contratual para participação em curso ou programa de qualificação profissional, o empregado fará jus aos benefícios voluntariamente concedidos pelo empregador.

§ 5º Se ocorrer a dispensa do empregado no transcurso do período de suspensão contratual ou nos 3 (três) meses subsequentes ao seu retorno ao trabalho, o empregador pagará ao empregado, além das parcelas indenizatórias previstas na legislação em vigor, multa a ser estabelecida em convenção ou acordo coletivo, sendo de, no mínimo, 100% (cem por cento) sobre o valor da última remuneração mensal anterior à suspensão do contrato.

§ 6º Se durante a suspensão do contrato não for ministrado o curso ou programa de qualificação profissional, ou o empregado permanecer trabalhando para o empregador, ficará descaracterizada a suspensão, sujeitando o empregador ao pagamento imediato dos salários e dos encargos sociais referentes ao período, às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor, bem como às sanções previstas em convenção ou acordo coletivo.

§ 7º O prazo limite fixado no *caput* poderá ser prorrogado mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, desde que o empregador arque com o ônus correspondente ao valor da bolsa de qualificação profissional, no respectivo período.

► *Comentários*

1. *Suspensão do contrato de trabalho*

Em determinadas circunstâncias, o empregado deixa de prestar serviços e o

Não se considerava, como se percebe, senão as necessidades pessoais do trabalhador, não havendo qualquer menção à sua família. Explicitava, porém, a legislação ordinária, o que se deveria entender por necessidades normais: alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

A Constituição de 1988 deu inequívoca amplitude ao salário mínimo, incluindo entre as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Objetivo ideal, que os fatos desmentem, por total ausência de vontade política dos nossos governantes.

Outrossim, estabelece ainda o texto constitucional sob análise as seguintes regras: a) o salário mínimo deve ser fixado em *lei*, o que, em princípio, afasta a hipótese de sua fixação unilateral, por ato isolado do Executivo, pressupondo, necessariamente, a manifestação do Congresso Nacional, medida que seria salutar se tivesse este último a independência por todos desejada; b) o salário mínimo foi *nacionalmente unificado*, pondo fim à dolorosa experiência de salários desiguais (prática que se pretende ressuscitar), provocando intensa migração do nordeste para o sul, em razão do atrativo nominal de alguns reais a mais; c) às necessidades básicas, contempladas no art. 76 da CLT, acrescentou-se a educação e o lazer; d) medida salutar, e infelizmente ignorada pelo Executivo, é a dos *ajustes periódicos*, fundamentais à preservação do poder aquisitivo; e) e, finalmente, a proibição de sua vinculação a obrigações sem conteúdo salarial ou alimentar (STF, ADIn MC 1.458, TP, Rel. Min. Celso de Mello, 23-5-1996, *DJU*, 20-9-1996, p. 34531).

Piso salarial

"V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho."

► *Comentários*

Na lição objetiva e clara de Eduardo Gabriel Saad,

> "... a expressão *'piso salarial'* é conhecida de há muito na esfera do direito coletivo do trabalho. Designa a menor remuneração permitida em uma dada categoria profissional ou, o que não é muito frequente, numa empresa ou num grupo delas"[8].

O *piso salarial* é, na verdade, uma *criação dos sindicatos nas negociações coletivas*, como bem observa José Carlos Arouca[9].

De início, considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, é agora consagrado pela Constituição Federal.

O piso salarial é, portanto, um salário superior ao salário mínimo, sendo fixado, normalmente, em acordos e convenções coletivas.

A leitura do dispositivo constitucional deixa patente estar o piso salarial condicionado *"à extensão e à complexidade do trabalho"*, que, entretanto, não mereceu do constituinte qualquer conceituação, o que levou José Carlos Arouca, na oportunidade da promulgação da Carta Magna, a afirmar:

---

8. *Constituição e Direito do Trabalho*, LTr, p. 99.
9. *A Nova Constituição e os Trabalhadores*, publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo, p. 84.

patrão, em contrapartida, também não paga salários, muito embora o vínculo laboral subsista. Daí dizer Russomano: "o contrato de trabalho, na aparência, deixa de existir, continuando, entretanto, no plano invisível do Direito, a ter vida legal"[188].

Distingue-se a suspensão da extinção (ou rescisão), porque esta última põe fim ao contrato de trabalho, enquanto a suspensão, como o próprio nome indica, apenas suspende os efeitos do pacto laboral, subsistindo, todavia, o vínculo jurídico. Não há prestação de serviços, tampouco pagamento salarial. O período da suspensão, outrossim, não é computado no tempo de serviço.

Escreve Arnaldo Süssekind:

"Em casos de suspensão, dado que o contrato não se executa em nenhum dos seus aspectos, vigora a regra de que o respectivo período não é computado para efeito da aplicação das normas de proteção ao trabalhador.

Os Tribunais do Trabalho, de um modo geral, têm observado essa norma; e a doutrina ressalta os seus fundamentos, esteada na noção jurídica de que, quando o contrato não se executa, não é possível computar-se, para qualquer efeito, o tempo relativo a essa inexecução"[189].

Na lição de Russomano:

"A suspensão provoca a inatividade momentânea de todas as cláusulas contratuais.

Nem o empregado trabalha, nem o empregador lhe paga salários. O contrato não se revela de forma alguma.

O contrato não está vigorando. Por esses motivos, o prazo de qualquer suspensão contratual não é incluído no tempo de serviço do trabalhador, quer para efeito de indenização, quer para efeito de estabilidade"[190].

Durante a suspensão não é dado ao empregador fornecer ao empregado *aviso prévio*, inexistindo, no período respectivo, direito de rescisão do contrato de trabalho, por isso que paralisado temporariamente.

Decorrido o período correspondente à suspensão, cessada esta, com o retorno do empregado às suas funções, são asseguradas a ele todas as vantagens que, na sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertence na empresa.

São casos de suspensão do contrato de trabalho: *licença não remunerada; exercício de cargo público; mandato sindical; exercício do cargo de diretor de sociedade anônima*[191]; *aposentadoria provisória* (por invalidez); *participação em curso ou programação de qualificação profissional oferecida pelo empregador; participação em greve* (a participação em greve suspende o contrato de trabalho – art. 7º da Lei n. 7.783/89).

2. *Interrupção do contrato de trabalho*

Caracteriza-se a interrupção pela simples paralisação dos serviços; o empregado não presta serviços, mas o empregador paga seus salários; e o período de interrupção é computado no tempo de serviço.

188. *Comentários à CLT*, cit., v. 1, p. 493.

189. *Instituições de Direito do Trabalho*, cit., v. 1, p. 515.

190. *Comentários à CLT*, cit., v. 1, p. 493.

191. Súmula 269 do TST: "O empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço deste período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego".

Escreve Süssekind:

"Na interrupção o contrato não fica suspenso, tanto assim que o empregador é obrigado a remunerar (salário total ou parcial) o empregado, não obstante este não lhe prestar serviços; é um favor que a lei concede ao trabalhador"[192].

Os casos de interrupção são mais extensos: *férias; repouso semanal; feriados; estabilidade da gestante; casamento; licença-paternidade; falecimento do cônjuge, ascendentes ou descendentes; doação de sangue; alistamento militar; jurado; comparecimento a juízo; ausências justificadas pelo empregado; alistamento eleitoral; vestibular; afastamento do empregado por motivo de segurança nacional; acidente do trabalho* (não percebe salário, mas o período é computado no tempo de serviço, logo é de interrupção):

"O afastamento do empregado por motivo de acidente do trabalho e o consequente gozo de benefício previdenciário acarretam a interrupção do contrato de trabalho, e não a suspensão do mesmo, porque o tempo do afastamento é contado como de efetivo serviço..." (TST, Ac. 1.496/86, RR 7.831/85-9, 1ª T., Rel. Min. Orlando Lobato).

3. *Suspensão do empregado por mais de trinta dias*

A punição do empregado por ato faltoso pode resumir-se em mera *advertência*, ou resultar em *suspensão* e, finalmente, culminar com a punição extrema do Direito do Trabalho, a *demissão*.

A suspensão, todavia, não pode ultrapassar trinta dias, sob pena de caracterizar a dispensa injusta, fazendo jus o empregado às verbas ditas rescisórias.

O afastamento disciplinar do empregado (observado o limite estabelecido no art. 474 da CLT), sem o percebimento de salários, é de *suspensão*, salvo posterior decisão judicial tornando nula a punição.

4. *Efeitos da suspensão e interrupção nos contratos por prazo determinado*

Os contratos por prazo determinado, como se sabe, extinguem-se pelo decurso de prazo.

Ao firmarem, empregador e empregado, tal espécie de contrato (inclusive o de experiência), já fixam, desde logo, o dia de seu término.

Assim, o período de afastamento do empregado, seja em consequência da suspensão ou interrupção do contrato a termo, não altera seu curso regular; o contrato expira no dia predeterminado, salvo se as partes deliberaram subtrair o período de afastamento.

5. *Suspensão do contrato de trabalho por enfermidade*

O empregado doente e, por isso mesmo, impedido de exercer suas funções, tem direito ao denominado *auxílio-doença*, previsto no art. 59 da Lei n. 8.213, de 24-7-1991.

Em conformidade com a lei nominada, durante os primeiros quinze dias, consecutivos ao afastamento do empregado, a empresa deve remunerá-lo integralmente. A contar do 16º dia do afastamento, o empregado passará a receber o auxílio-doença, enquanto durar a enfermidade.

"No período de afastamento o contrato de trabalho estará *suspenso*. Os primeiros quinze dias do afastamento, quando

192. *Instituições de Direito do Trabalho*, cit., v. 1, p. 510.

é remunerado pelo empregador, são de *interrupção*. Numa hipótese ou outra, o empregado não pode ser despedido – salvo por justa causa" (TST, RR 12.778/90.4, *DJU*, 27-9-1991).

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 46 do Tribunal Superior do Trabalho. Acidente de trabalho.** As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina. (RA 41/73, *DJ*, 14-6-1973)

▷ **Súmula 89 do Tribunal Superior do Trabalho. Falta ao serviço.** Se as faltas já são justificadas pela lei, consideram-se como ausências legais e não serão descontadas para o cálculo do período de férias. (RA 69/78, *DJ*, 26-9-1978)

▷ **Súmula 155 do Tribunal Superior do Trabalho. Ausência ao serviço.** As horas em que o empregado falta ao serviço para comparecimento necessário, como parte, à Justiça do Trabalho, não serão descontadas de seus salários. Ex-Prejulgado n. 30. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 160 do Tribunal Superior do Trabalho. Aposentadoria por invalidez.** Cancelada a aposentadoria por invalidez, mesmo após cinco anos, o trabalhador terá direito de retornar ao emprego, facultado, porém, ao empregador, indenizá-lo na forma da lei. Ex-Prejulgado n. 37. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 269 do Tribunal Superior do Trabalho. Diretor eleito. Cômputo do período como tempo de serviço.** O empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço deste período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego. (Res. 2/88, *DJ*, 1º-3-1988)

▷ **Súmula 198 do Supremo Tribunal Federal.** As ausências motivadas por acidente do trabalho não são descontáveis do período aquisitivo das férias.

▷ **Súmula 217 do Supremo Tribunal Federal.** Tem direito de retornar ao emprego, ou ser indenizado em caso de recusa do empregador, o aposentado que recupera a capacidade de trabalho dentro de cinco anos, a contar da aposentadoria, que se torna definitiva após esse prazo.

▷ **Súmula 220 do Supremo Tribunal Federal.** A indenização devida a empregado estável, que não é readmitido ao cessar sua aposentadoria, deve ser paga em dobro.

▷ **Súmula 463 do Supremo Tribunal Federal.** Para efeito de indenização e estabilidade, conta-se o tempo em que o empregado esteve afastado, em serviço militar obrigatório, mesmo anteriormente à Lei n. 4.072, de 1º-6-1962.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 375 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Auxílio-doença. Aposentadoria por invalidez. Suspensão do contrato de trabalho. Prescrição. Contagem** (*DEJT* divulgado em 19, 20 e 22-4-2010). A suspensão do contrato de trabalho, em virtude da percepção do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez, não impede a fluência da prescrição quinquenal, ressalvada a hipótese de absoluta impossibilidade de acesso ao Judiciário.

▷ **Precedente Normativo n. 68 do Tribunal Superior do Trabalho.**

Empregado rural. Faltas ao serviço. Compras (positivo). Autoriza-se o chefe de família, se empregado rural, a faltar ao serviço um dia por mês ou meio dia por quinzena, para efetuar compras, sem remuneração ou mediante compensação de horário, mas sem prejuízo do repouso remunerado, desde que não tenha falta injustificada durante o mês.

▷ **Precedente Normativo n. 70 do Tribunal Superior do Trabalho. Licença para estudante** (positivo). Concede-se licença não remunerada nos dias de prova ao empregado estudante, desde que avisado o patrão com 72 horas de antecedência e mediante comprovação.

▷ **Precedente Normativo n. 80 do Tribunal Superior do Trabalho. Serviço militar. Garantia de emprego ao alistando** (positivo). Garante-se o emprego do alistando, desde a data da incorporação no serviço militar até 30 dias após a baixa.

▷ **Contrato de trabalho temporário entre empresas. Não pode superar três meses (Lei 6.019, arts. 9º e 10).** Suspenso o contrato do empregado, por acidente ou doença, o fenômeno da suspensão não atinge o contrato entre as empresas. Este se extingue *ope legis*, cessando qualquer responsabilidade do cliente em relação aos atos posteriores praticados pelo fornecedor da mão de obra. Inaplicável o Enunciado 331, IV, do TST. (TRT/SP, Ac. 20 010555344, j. 3-9-2001, RO 20000561171, 9ª T., Rel. Luiz Edgar Ferraz de Oliveira, *DOE/SP*, 18-9-2001)

▷ **Auxílio-doença. Demissão. Nulidade.** Embora o benefício previdenciário do auxílio-doença não produza o direito à estabilidade em sentido estrito, a garantia do emprego fica automaticamente assegurada pela própria suspensão em que, nessa hipótese, encontra-se o contrato, com respaldo legal no art. 63 da Lei n. 8.213/91. Esse aspecto, por si só, autoriza o reconhecimento da nulidade de demissão imotivada no curso de auxílio-doença. (TRT/SP, Ac. 20010461390, j. 6-8-2001, RO 20000416007, 8ª T., Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 21-8-2001)

▷ **Incompatibilidade dos contratos a termo certo com a garantia no emprego prevista no art. 118 da Lei 8.213/91.** Nos contratos de trabalho a prazo determinado não há suspensão ou interrupção do contrato, pois as partes contratantes sabem de antemão o termo final. Em decorrência, a modalidade dos contratos a prazo certo não admite qualquer tipo de garantia no emprego. O fato de não constar expressamente a exclusão dos empregados com contrato a termo da garantia analisada não significa que estejam acobertados pela forma legal, dada a incompatibilidade do instituto da estabilidade com as características dos contratos a termo certo. (TRT/SP, Ac. 20010481723, j. 7-8-2001, RO 20000 162676, 4ª T., Rel. Paulo Augusto Câmara, *DOE/SP*, 17-8-2001)

▷ **Contrato a termo. Acidente do Trabalho. Estabilidade provisória. Incompatibilidade.** O contrato experimental, modalidade de contrato a termo, é incompatível com o instituto da estabilidade provisória, previsto no artigo 118 da Lei 8.213. Acidente sofrido no curso do contrato de prova não tem o condão de suspender o fluxo do prazo (suspensão do contrato), exceto quando assim tenham

acordado as partes (CLT, art. 472, parágrafo 2º). Recurso obreiro improvido. (TRT/SP, Ac. 20010419661, j. 17-7-2001, RS 20010284880, 6ª T., Rel. Maria Aparecida Duenhas, *DOE/SP*, 24-7-2001)

▷ **Contrato. Suspensão. Aposentadoria por invalidez.** Não há incompatibilidade entre o pedido de reintegração e a situação do empregado como aposentado por invalidez, hipótese apenas presumidamente de caráter permanente, já que só se mantém se o beneficiário continuar sendo declarado inválido nas periódicas perícias médicas para verificação da persistência da incapacidade e apenas se tornando definitiva após a implementação da idade, tal como reconhecido pela Previdência Social. Assim, consoante o disposto no art. 475 da CLT e seus parágrafos, a aposentadoria por invalidez suspende o contrato de trabalho e só enseja a sua extinção após a conversão do benefício previdenciário em aposentadoria definitiva. (TRT/SP, Ac. 20010333490, j. 11-6-2001, RO 20000412044, 8ª T., Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 3-7-2001)

▷ **Greve abusiva. Suspensão e despedida. Legalidade.** A proibição da ruptura e a suspensão dos contratos de trabalho, durante a greve, é condicionada à observância das condições previstas na lei (artigo 7º e 14 da Lei n. 7.783/89). Legítima a despedida imotivada do empregado no período em que participou do movimento quando a greve é considerada abusiva pelos tribunais do trabalho. (TRT/9ª R., Ac. 13.998/2000, j. 23-6-2000, RO 14.662/99, 1ª T., Rel. Desig. Tobias de Macedo Filho, *DJPr*, 23-6-2000)

▷ **Pacto laboral. Suspensão oriunda de exercício de mandato sindical.** Estando o contrato de trabalho suspenso, em decorrência do obreiro encontrar-se exercendo atividades sindicais diretamente na sede do sindicato representativo de sua categoria, sob licença não remunerada, nos termos do artigo 543, § 2º, do estatuto consolidado, indevido é o pleito de percepção de salários referentes ao período em que perdurar esta situação. Recurso obreiro improvido. (TRT/19ª R., j. 30-1-2001, RO 1999021018-69, Tribunal Pleno, Rel. Juiz José Abílio, *DOE/AL*, 27-3-2001)

▷ **Unicidade contratual.** Conforme o entendimento predominante desta corte, cristalizado sob a forma do Enunciado n. 269, ao ser eleito para ocupar cargo de direção, o empregado tem seu contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço desse período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego, exceção que não se configurou no presente caso. Revista parcialmente provida. (TST, RR 362.291/97, j. 22-3-2000, 1ª T., Rel. Min. Ronaldo José Lopes Leal, *DJ*, 9-5-2000)

▷ **Licença-paternidade.** Restando incontroversa a prestação de serviços no período destinado à licença-paternidade e sendo a reclamada confessa quanto à ciência do nascimento, ainda que em data posterior, é patente o direito à interrupção do contrato de trabalho, não sendo crível que o obreiro omitisse tal ocorrência, renunciando tacitamente a um direito constitucionalmente assegurado. Reforma que se impõe para o reconhecimento do direito à conversão da licença-pater-

nidade em pecúnia, ante a impossibilidade de gozo oportuno (TRT/SP, Ac. 02970433774, j. 14-8-1997, RO 02960226997, 8ª T., Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 4-9-1997)

▷ **Militar. Alistamento. Estabilidade provisória. Artigo 472 da CLT.** 1. O simples alistamento para prestar o serviço militar não gera a garantia de emprego prevista no artigo 472 da CLT. 2. Recurso de revista conhecido e desprovido. (TST, Ac. 240.935, j. 10-3-1999, RR 240.935/96, 3ª T., Rel. Min. Francisco Fausto, *DJ*, 9-4-1999)

Capítulo V
Da Rescisão

Art. 477. É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa. (Redação dada pela Lei n. 5.584, de 26-6-1970.)

§ 1º O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 5.584, de 26-6-1970.)

§ 2º O instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quitação, apenas, relativamente às mesmas parcelas. (Redação dada pela Lei n. 5.584, de 26-6-1970.)

§ 3º Quando não existir na localidade nenhum dos órgãos previstos neste artigo, a assistência será prestada pelo representante do Ministério Público ou, onde houver, pelo Defensor Público e, na falta ou impedimento destes, pelo Juiz de Paz. (Redação dada pela Lei n. 5.584, de 26-6-1970.)

§ 4º O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro. (Redação dada pela Lei n. 5.584, de 26-6-1970.)

§ 5º Qualquer compensação no pagamento de que trata o parágrafo anterior não poderá exceder o equivalente a 1 (um) mês de remuneração do empregado. (Redação dada pela Lei n. 5.584, de 26-6-1970.)

§ 6º O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado nos seguintes prazos: (Parágrafo incluído pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou

b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

§ 7º O ato da assistência na rescisão contratual (§§ 1º e 2º) será sem ônus para o trabalhador e empregador. (Parágrafo incluído pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

§ 8º A inobservância do disposto no § 6º deste artigo sujeitará o infrator à multa de 160 BTN, por trabalhador, bem assim ao pagamento da multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, devidamente corrigido pelo índice de variação do BTN, salvo quando, comprovadamente, o

trabalhador der causa à mora. (Parágrafo incluído pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)[193]

§ 9º (*Vetado.*)

Art. 478. A indenização devida pela rescisão de contrato por prazo indeterminado será de 1 (um) mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou superior a 6 (seis) meses.

§ 1º O primeiro ano de duração do contrato por prazo indeterminado é considerado como período de experiência, e, antes que se complete, nenhuma indenização será devida.

§ 2º Se o salário for pago por dia, o cálculo da indenização terá por base 25 (vinte e cinco) dias. (Atualmente são 30 dias – vide nota de rodapé referente ao § 3º deste artigo.)

§ 3º Se pago por hora, a indenização apurar-se-á na base de 200 (duzentas) horas por mês. (Atualmente são 220 horas.)[194]

§ 4º Para os empregados que trabalhem à comissão ou que tenham direito a percentagens, a indenização será calculada pela média das comissões ou percentagens percebidas nos últimos 12 (doze) meses de serviço. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 5º Para os empregados que trabalhem por tarefa ou serviço feito, a indenização será calculada na base média do tempo costumeiramente gasto pelo interessado para realização de seu serviço, calculando-se o valor do que seria feito durante 30 (trinta) dias.

Art. 479. Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.

Parágrafo único. Para a execução do que dispõe o presente artigo, o cálculo da parte variável ou incerta dos salários será feito de acordo com o prescrito para o cálculo da indenização referente à rescisão dos contratos por prazo indeterminado.

Art. 480. Havendo termo estipulado, o empregado não se poderá desligar do contrato, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem.

§ 1º A indenização, porém, não poderá exceder àquela a que teria direito o empregado em idênticas condições. (Parágrafo único renumerado pelo Dec.-lei n. 6.353, de 20-3-1944.)

§ 2º (Revogado pela Lei n. 6.533, de 24-5-1978.)

Art. 481. Aos contratos por prazo determinado, que contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, aplicam-se, caso seja exercido tal direito por qualquer das partes, os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado.

Art. 482. Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

a) ato de improbidade;

b) incontinência de conduta ou mau procedimento;

---

193. Atente-se aqui para os termos da Lei n. 8.177, de 1º-3-1991, que, dentre outras providências, extinguiu o BTN a partir de 1º de fevereiro de 1991. Há que ser observada, ainda, toda a legislação posterior que alterou o sistema monetário do País e os termos da Lei n. 8.383, de 30-12-1991, que instituiu a UFIR.

194. Com o advento da Lei n. 605, de 5-1-1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado, o cálculo do salário mensal passou a ser efetuado na base do número de dias do mês, ou seja, 30 dias (art. 7ª, § 2ª). Por conseguinte, o número de horas mensais, considerando-se a jornada de 8 horas diárias, passou a ser 240. A Constituição Federal de 1988, ao limitar a jornada semanal a 44 horas, reduziu a base de cálculo do número de horas mensais para 220 – 44 semanais, seis dias úteis = 7h20min diários × 30 dias do mês = 220 horas mensais.

c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;

d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

e) desídia no desempenho das respectivas funções;

f) embriaguez habitual ou em serviço;

g) violação de segredo da empresa;

h) ato de indisciplina ou de insubordinação;

i) abandono de emprego;

j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

k) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

l) prática constante de jogos de azar.

Parágrafo único. Constitui igualmente justa causa para dispensa de empregado a prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios contra a segurança nacional. (A redação do parágrafo único, dada pelo Dec.-lei n. 3, de 27-1-1966, foi expressamente revogada pela Lei n. 8.630, de 25-2-1993.)

Art. 483. O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

a) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;

b) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;

c) correr perigo manifesto de mal considerável;

d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato;

e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;

f) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

g) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.

§ 1º O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço.

§ 2º No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho.

§ 3º Nas hipóteses das letras *d* e *g*, poderá o empregado pleitear a rescisão de seu contrato de trabalho e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo. (Parágrafo incluído pela Lei n. 4.825, de 5-11-1965.)

Art. 484. Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.

Art. 485. Quando cessar a atividade da empresa, por morte do empregador, os empregados terão direito, conforme o caso, à indenização a que se referem os arts. 477 e 497.

Art. 486. No caso de paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, prevalecerá o pagamento da indenização, que ficará a cargo do governo

responsável. (Redação dada pela Lei n. 1.530, de 26-12-1951.)

§ 1º Sempre que o empregador invocar em sua defesa o preceito do presente artigo, o tribunal do trabalho competente notificará a pessoa de direito público apontada como responsável pela paralisação do trabalho, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, alegue o que entender devido, passando a figurar no processo como chamada à autoria. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 6.110, de 16-12-1943.)

§ 2º Sempre que a parte interessada, firmada em documento hábil, invocar defesa baseada na disposição deste artigo e indicar qual o juiz competente, será ouvida a parte contrária, para, dentro de 3 (três) dias, falar sobre essa alegação. (Parágrafo incluído pela Lei n. 1.530, de 26-12-1951.)

§ 3º Verificada qual a autoridade responsável, a Junta de Conciliação ou Juiz dar-se-á por incompetente, remetendo os autos ao Juiz Privativo da Fazenda, perante o qual correrá o feito nos termos previstos no processo comum. (Parágrafo incluído pela Lei n. 1.530, de 26-12-1951.)

► *Comentários*

1. *Dispensa do empregado sem justa causa*

O contrato de trabalho é um contrato sob condição potestativa de qualquer das partes, do que resulta que, nos contratos por prazo indeterminado, a qualquer tempo (salvo situações excepcionais), tanto o empregador quanto o empregado podem dar por rescindida a relação de emprego, obviamente cumpridas as exigências legais.

Russomano, com a proficiência que lhe é de todos reconhecida, alinha as formas por meio das quais pode ser extinto o contrato de trabalho:

"I – consentimento recíproco das partes contratantes;

II – morte do empregado;

III – motivo de força maior;

IV – rescisão pronunciada perante a Justiça do Trabalho;

V – rescisão unilateral, deliberada pelo empregado ou pelo empregador;

VI – transcurso do termo, nos contratos por prazo determinado"[195].

A rescisão unilateral do contrato de trabalho, por parte do empregador, como já acentuamos, só pode ocorrer nos contratos por prazo indeterminado, como, aliás, preleciona Süssekind:

"A dispensa do empregado, no sentido próprio, como um ato que traduz o exercício de um direito, somente pode ocorrer nos contratos de trabalho por tempo indeterminado. A resilição unilateral, de que a dispensa é uma espécie, é a própria dos contratos sucessivos, sem prazo.

No contrato de trabalho a termo, nenhuma das partes tem o direito de dissolver o vínculo antes de expirado o respectivo prazo, o que seria um contrassenso: o direito de não cumprir o contrato. Assim, o afastamento do empregado, no contrato de trabalho a termo, é uma decorrência de um ato faltoso, de inexecução contratual. Rompe indevidamente o contrato aquele que descumpre as suas obrigações.

Não há falar, aqui, tecnicamente, em dispensa do empregado, que pressupõe o exercício de um direito potestativo.

Daí por que a indenização devida, nessa hipótese, é um modo de execução substitutivo da execução normal"[196].

195. *Comentários à CLT*, cit., v. 1, p. 508.

196. *Instituições de Direito do Trabalho*, cit., v. 1, p. 600.

Afirmamos, linhas atrás, o direito de dispensa do empregado, nos contratos por prazo indeterminado, *salvo situações excepcionais*. A estabilidade decenal *era* uma delas. Por estabilidade decenal definimos aquela adquirida após dez anos de serviços na mesma empresa, obviamente sem opção pelo sistema do FGTS.

Tal estabilidade, todavia, foi, como se sabe, extinta pela Constituição Federal de 1988, que só adotou o sistema do FGTS. Assim, não há mais falar em tal estabilidade, salvo raríssimos casos de direito adquirido (CF/88, art. 5º, XXXVI).

Conquanto não exista o obstáculo da estabilidade decenal, há, entretanto, outros limites à dispensa imotivada, como, por exemplo, as denominadas *estabilidades especiais*: dirigentes sindicais, cipeiros (titulares e suplentes), empregada gestante, ou, ainda, no período de suspensão do pacto laboral.

Na ocorrência de tais fatos, "a consequência da nulidade da dispensa, verificada quando a lei não a permite, é a reintegração no emprego", como afirma Süssekind[197].

Na ocorrência de dispensa imotivada, impõe-se, antes de tudo, o dever do empregador de fornecer ao empregado o competente *aviso prévio*, de que nos ocuparemos mais adiante.

Ao sacramentar a dispensa, está obrigado o empregador a pagar ao empregado férias proporcionais, 13º salário proporcional (computado o período do aviso prévio), além de liberar-lhe os depósitos do FGTS, acrescidos da multa de 40% (CF/88, art. 10, II, das Disposições Transitórias), lembrando-se que a Lei Complementar n. 110, de 29 de junho de 2001, instituiu a *contribuição social*, devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, de 10% sobre o montante dos depósitos referentes ao FGTS, que, acrescentada à multa de 40%, eleva o valor para 50%. A contribuição em apreço tem duração de 60 meses a contar de sua exigibilidade.

A indenização a que se referem os arts. 477 e 478 só subsiste para a rescisão antecipada dos contratos por prazo determinado (art. 479), podendo-se admitir como tal a multa do FGTS (CF/88, art. 10, II, das Disposições Transitórias).

A CF/88, em seu art. 7º, I, fala em "relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória".

Trata-se, porém, de dispositivo constitucional não autoaplicável, ainda não regulamentado pelo Congresso Nacional, malgrado datar-se a promulgação da Carta Magna de 5-10-1988!

a) *Recibo de quitação do empregado*

No ato da demissão, o empregado deve firmar um *recibo de quitação* dos valores recebidos, em decorrência da rescisão de seu contrato de trabalho. Na eventualidade de o empregado contar mais de *um ano* de serviço na empresa, é indispensável a assistência do respectivo sindicato – art. 477.

O menor de 18 anos pode assinar recibo de salário, mas o recibo de quitação do contrato de trabalho pressupõe a assinatura de seu responsável legal (art. 439 da CLT).

O recibo de quitação sem expressa ressalva tem efeito liberatório quanto às parcelas expressamente consignadas:

Súmula 330 do TST:

"A quitação passada pelo empregado, com assistência de entidade sindical de sua cate-

197. *Instituições de Direito do Trabalho*, cit., v. 1, p. 603.

"Mas o reconhecimento dos pisos pela Constituição não permite a sua aplicação imediata, eis que se vinculam à extensão e complexidade do trabalho. Difícil aferir-se o que vem a ser extensão do trabalho, já que não se confunde com a duração da jornada. A complexidade poderá ser tanto a penosidade como a exigência de capacitação técnica.

Em suma, ficando na dependência de lei ordinária que dará o conceito de extensão e complexidade do trabalho, o piso corresponderá a salário profissional ou categorial"[10].

E é, efetivamente, o que ocorreu. Sem qualquer vinculação à extensão e à complexidade do trabalho, o piso salarial, consagrado pela Constituição Federal, é o salário fixado em acordos e convenções coletivas e pelo Poder normativo da Justiça do Trabalho:

"*Competência Normativa da Justiça do Trabalho. Piso Salarial.* A Constituição da República, no seu artigo sétimo, inciso quarto, estabelece um princípio programático, no sentido de um reajuste periódico dos salários, de modo a lhe preservar o poder aquisitivo, como também, no inciso seguinte, prevê, dentre os direitos dos trabalhadores, piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. Por outro lado, a Lei n. 8.222/91 prevê, expressamente, a possibilidade de se estabelecer em sentença normativa pisos salariais, o que está conforme o art. 114, § 2º, da Carta Magna..." (TST, Ac. 1.291, Proc. n. 68.938, Dissídios Coletivos, Rel. Min. Indalécio Gomes Neto, *DJU*, 17-12-1993).

A Lei Complementar n. 103, de 14 de julho de 2000, autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituírem piso salarial, por força do disposto no parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal.

Em conformidade com o art. 1º da Lei Complementar nominada, ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, a instituir o piso salarial de que trata o inciso V do art. 7º da Carta Magna, para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo.

O piso salarial instituído pelos Estados e Distrito Federal não pode ser estendido aos servidores públicos municipais[11].

Irredutibilidade do salário

"VI – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo."

► *Comentários*

Silentes as Constituições anteriores, a Carta Magna de 1988 foi a primeira a proclamar, entre nós, a irredutibilidade do salário.

A CLT, entretanto, já cuidava da questão nos arts. 124 e 468.

Tendo natureza alimentar, o salário se constitui, na verdade, no único instrumento de subsistência do trabalhador e de sua família.

Em consequência do dispositivo constitucional, salvo expressa menção em acordo ou convenção coletiva e, portanto, sob o crivo das entidades sindicais, fica inteiramente afastada a possibilidade de o empregador, unilateralmente, reduzir, qualquer que seja o expediente utilizado, o salário, seja ele mínimo, norma-

10. Ob. cit., p. 84.

11. *Vide* Lei Complementar n. 103 na Legislação.

goria, ao empregador, com observância dos requisitos exigidos nos parágrafos do art. 477 da CLT, tem eficácia liberatória em relação às parcelas expressamente consignadas no recibo, salvo se oposta ressalva expressa e especificada ao valor dado à parcela ou parcelas impugnadas. I – A quitação não abrange parcelas não consignadas no recibo de quitação e, consequentemente, seus reflexos em outras parcelas, ainda que essas constem desse recibo. II – Quanto a direitos que deveriam ter sido satisfeitos durante a vigência do contrato de trabalho, a quitação é válida em relação ao período expressamente consignado no recibo de quitação" (com redação dada pela Resolução n. 108/2001, *DJ*, 18-4-2001).

b) *Pagamento das verbas rescisórias*

O pagamento das verbas rescisórias deve ser efetuado: I) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou II) até o décimo dia, contado da notificação da demissão, quando da ausência de aviso prévio, ainda que indenizado, ou haja dispensa de seu cumprimento.

A inobservância dos prazos mencionados implica multa correspondente a um salário (§ 8º do art. 477).

c) *A multa do art. 477, § 8º*

A multa em apreço só é cabível no atraso do pagamento de parcelas rescisórias incontroversas, não incidindo sobre parcelas rescisórias de matéria controvertida concernente ao reconhecimento de relação empregatícia, como, aliás, decidiu o TST:

"Multa. Artigo 477, § 8º, da CLT. Parcelas rescisórias. Vínculo empregatício. Controvérsia. A multa prevista no artigo 477, § 8º, da CLT refere-se exclusivamente ao atraso no pagamento de parcelas rescisórias incontroversas. Derivando as parcelas rescisórias de matéria controvertida no processo, referente ao reconhecimento em juízo de vínculo empregatício, indevido o pagamento de multa. 2. Embargos do Reclamante conhecidos, por divergência jurisprudencial, mas não providos. (TST-E-RR 423.159/98.9, SBDI-1, 9ª Reg., Rel. Desig. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 10-9-2004)

2. *Demissão espontânea do empregado*

Ao empregado é, igualmente, facultado dar por rescindido o contrato de trabalho por prazo indeterminado, sem que haja responsabilidade ou inadimplemento do empregador (não confundir com rescisão indireta).

O empregado, simplesmente, não lhe convindo o emprego, pede demissão.

Na ocorrência de tal fato, está obrigado a fornecer ao empregador o respectivo aviso prévio, sob pena de lhe serem descontados os salários correspondentes ao prazo respectivo – art. 487, § 2º, da CLT.

Tendo mais de um ano de serviço na empresa, o pedido de demissão e a respectiva quitação, necessariamente, deverão contar com a assistência do respectivo sindicato (art. 477, § 1º).

3. *Rescisão nos contratos por prazo determinado*

Os arts. 479 a 481 estabelecem regras para a rescisão antecipada dos contratos a termo. Tais contratos, como já foi exposto, extinguem-se de pleno direito, com o simples decurso do prazo. Ao firmá-los, já sabem de antemão as partes o seu prazo de duração.

Contudo, não raras vezes, tanto o empregado (o que é menos usual) como o empregador (o que é mais usual) rescindem unilateralmente tais contratos, antes de seu término, o que implica,

obviamente, ônus para a parte que tenha dado ensejo à rescisão.

A CLT estabelece regras para a ocorrência de rescisão unilateral antecipada desses contratos, a saber:

I – Nos contratos a termo *que não contenham cláusula assecuratória de rescisão antecipada*, a dispensa do empregado, sem justa causa, assegura-lhe uma indenização correspondente à metade da remuneração a que teria direito até o término do contrato.

Sendo do empregado a iniciativa da rescisão, cabe a este indenizar o empregador, indenização que não poderá exceder aquela a que teria direito na ocorrência de sua dispensa.

II – Aos contratos a prazo determinado *que contenham cláusula assecuratória de rescisão unilateral antecipada*, exercida pelo empregador, aplicam-se as regras dispostas para a rescisão dos contratos por prazo indeterminado, fazendo jus o empregado, portanto, ao aviso prévio, férias proporcionais, 13º salário proporcional e FGTS, com a respectiva multa.

Os contratos por *obra certa* e de *safra*, espécies de contrato a termo (art. 443, § 1º), regem-se, respectivamente, pela Lei n. 2.959, de 17-11-1956, e pela Lei n. 5.889, de 8-6-1973, a saber: "rescindido o contrato de trabalho em face do término da obra ou serviço, tendo o empregado mais de 12 (doze) meses de serviço, fica-lhe assegurada a indenização por tempo de trabalho na forma do art. 478 da Consolidação das Leis do Trabalho, com 30% (trinta por cento) de redução". "Expirado normalmente o contrato, a empresa pagará ao safrista, a título de indenização do tempo de serviço, importância correspondente a 1/12 (um doze avos) do salário mensal, por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias."

Em conformidade com a Súmula 125 do TST:

"O art. 479 da CLT aplica-se ao trabalhador optante pelo FGTS, admitido mediante contrato por prazo determinado, nos termos do art. 30, § 3º, do Decreto n. 59.820, de 20-12-66".

4. *Dispensa do empregado por justa causa*

I – Obrigações fundamentais

O contrato de trabalho, como já vimos, entre ser consensual, é, igualmente, *sinalagmático* e *comutativo*, estabelecendo, por via de consequência, direitos e obrigações recíprocos.

Algumas dessas obrigações assumem especial relevância, podendo, por isso mesmo, ser conceituadas como *obrigações fundamentais*, a saber:

a) para o empregado, a de *prestar serviços* ou colocar-se à disposição do empregador;

b) para o empregador, a de *pagar salários*, instrumento fundamental à sobrevivência do obreiro e de sua família.

Em decorrência do contrato de trabalho, o empregado coloca à disposição do empregador toda a sua força laborativa a ser desenvolvida de forma pessoal e sob as diretrizes traçadas pelo titular da empresa.

A pessoalidade, ou seja, a prestação pessoal dos serviços, deriva da própria natureza da relação de emprego, que é, como vimos, *intuitu personae* com relação ao empregado, o qual, por isso mesmo, não pode fazer-se substituir por outrem sem prévia autorização do empregador.

Com inequívoca propriedade, ressalta Mario de la Cueva que:

"El trabajador se obliga a poner a disposición del patrono su energía de trabajo y faltaría al cumplimiento de esta obligación si, en el desempeño del servicio, se hiciera sustituir por otra persona"[198].

Observe-se, porém, que, em determinadas circunstâncias, a prestação de serviços se torna impraticável por motivos inteiramente alheios à vontade do empregado.

É o que ocorre, por exemplo, com os trabalhadores na lavoura, na pecuária e até mesmo nos centros urbanos que, por motivos climáticos (chuva intensa, enchentes, etc.), não podem exercer suas funções normalmente.

Em tais condições, ainda que não prestem serviços, devem, todavia, colocar-se à disposição do empregador, sendo esta, a rigor, sua obrigação fundamental, como aliás se depreende da leitura do art. 4º da CLT:

"Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada".

Do que se conclui que, a rigor, a obrigação fundamental do empregado não é, unicamente, a de prestar serviços mas a de colocar-se à disposição do empregador.

Por isso que afirma José Martins Catharino:

"A obrigação fundamental do empregado é a de colocar sua força – trabalho – à disposição do empregador. Desde que assim o faça, faz jus à remuneração, mesmo que o empregador, em mora como credor (*accipiem*), não a utilize, sob suas ordens"[199].

A obrigação fundamental do empregador é a de pagar os salários do empregado. "A principal obrigação do empregador é pagar o salário ajustado", enfatiza Arnaldo Süssekind[200].

No mesmo sentido acentua Mozart Victor Russomano:

"A obrigação fundamental do empregador é remunerar os serviços que o trabalhador lhe presta. Por outras palavras: é o dever de pagar o salário, nas condições ajustadas"[201].

O salário, que tem nítida natureza alimentar, é objeto de especial tutela do Estado, cercando-se, por isso mesmo, de específica proteção legal.

Por isso que seu pagamento de forma irregular enseja ao empregado a rescisão indireta do contrato de trabalho, *ex vi* do disposto no art. 483, *d*, da CLT.

II – Obrigações secundárias

Além das obrigações fundamentais, acima postas em relevo, outras obrigações emergem do contrato de trabalho, algumas de nítido caráter moral, como, por exemplo, a urbanidade, que considera a condição humana dos pactuantes, exigindo, por parte do empregado e do empregador, recíproco tratamento condigno e respeitoso.

De modo geral, conquanto haja discrepância entre os autores, são os seguintes os deveres secundários, também denominados *obrigações complementares*:

a) Do empregado

Diligência e Fidelidade

O empregado deve dedicar-se a suas tarefas com especial atenção, tornando

198. *Derecho Mexicano del Trabajo*, cit., p. 600.
199. *Compêndio de Direito do Trabalho*, 2. ed., São Paulo, Saraiva, 1981, v. 1, p. 7.
200. *Instituições de Direito do Trabalho*, cit., v. 1, p. 295.
201. *O Empregador e o Empregado no Direito Brasileiro*, cit., p. 10.

seu trabalho produtivo e útil, evitando o desleixo e a indolência, caracterizadores da *desídia*, falta grave ensejadora da dispensa por justa causa.

O dever de fidelidade se traduz na integração do trabalhador à comunidade empresarial, evitando violar segredos da empresa ou, ainda, fazer-lhe concorrência, atos que, igualmente, constituem falta grave.

Disciplina e Bom Comportamento

A observância do Regulamento Interno da empresa é dever indeclinável do empregado, constituindo a transgressão a tais regras indisciplina ensejadora da rescisão contratual.

O bom comportamento se traduz no respeito à honra e boa fama dos superiores hierárquicos, como também dos colegas de serviço, devendo o empregado agir com probidade, continência de conduta, evitando a embriaguez, o mau comportamento, etc.

Obediência às Ordens do Empregador

A subordinação hierárquica, como já vimos, é o traço marcante do contrato de trabalho. Em razão dela, deve o empregado obediência às ordens de serviço emanadas de seus superiores hierárquicos. A inobservância às ordens pessoais e diretas implica insubordinação, que é considerada falta grave ensejadora da rescisão do pacto laboral por justa causa.

Em se tratando de bancário, às obrigações acima citadas há que se acrescentar a de pagar pontualmente suas contas, evitando a emissão contumaz de cheques sem provisão de fundos e o inadimplemento de encargos financeiros.

b) Do empregador

As obrigações secundárias do empregador são as seguintes:

Assegurar ao Empregado Condições de Trabalho

É dever do empregador não só colocar à disposição do empregado todos os meios necessários ao exercício de suas funções (utensílios, instrumentos e matéria-prima) como, inclusive, assegurar-lhe as condições indispensáveis a sua segurança e bem-estar, fornecendo-lhe, outrossim, os meios indispensáveis de proteção previstos em leis de ordem pública e, por isso mesmo, imperativas e impostergáveis.

Utilização dos Serviços na Forma Prevista no Contrato

Ao empregador é vedado utilizar-se do empregado em funções diversas daquela convencionada.

Qualquer alteração unilateral nas condições de trabalho, seja com relação às funções, aos salários, ou horário, é expressamente vedada em lei, a teor do que dispõe o art. 468 da CLT:

> "Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízo ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia".

Assim, a alteração unilateral é nula de pleno direito, e, mesmo que haja o consentimento do empregado, se da alteração resultam prejuízos diretos ou indiretos ao obreiro, o ato é de nenhuma validade.

É que, em casos tais, a lei trabalhista estabelece presunção *juris et de jure*, e, portanto, absoluta, de vício de vontade.

Com efeito, não é crível que o empregado, de livre e espontânea vontade, concorde com a alteração nas condições de trabalho que lhe seja desfavorável.

Em tais condições, não pode o empregador impor ao empregado o exercício

de funções estranhas àquelas para as quais foi contratado. Na ocorrência desse fato, legítima será a recusa do empregado, que, inclusive, poderá postular perante a Justiça do Trabalho a rescisão de seu contrato laboral, com o percebimento de indenização legal.

Exercício Moderado do Poder Disciplinar

Poder disciplinar é a faculdade do empregador de zelar pela observância do Regulamento Interno da empresa, mantendo a ordem e disciplina na comunidade empresarial, dispondo, para isso, de sanções que vão da simples advertência à suspensão e à dispensa por justa causa.

Divergem os autores quanto à natureza jurídica do poder disciplinar. Para renomada corrente, tal faculdade do empregador constitui mera decorrência do pacto laboral, tendo, por via de consequência, natureza *contratual*.

É o que afirma Riva Sanseverino, para quem tal poder:

"... é inerente à relação constituída contratualmente, qual seja a de que o trabalhador se sujeita a uma prestação em forma subordinada, e visa à realização de obrigações nascidas do contrato..."[202].

Manifestamente majoritária, tal corrente tem merecido integral apoio dos mais ilustrados juslaboralistas brasileiros, destacando-se, entre outros, José Augusto Rodrigues Pinto[203], Arion Sayão Romita[204], Antonio Lamarca[205] e Délio Maranhão, afirmando este último:

"... o chamado *poder disciplinar*, que não é poder mas *faculdade*, já que o contrato de trabalho, como dissemos, não estabelece um vínculo de natureza pessoal, deriva, por isso mesmo, do contrato que, por outro lado, o limita"[206].

Não menos expressiva é a corrente que vê no *direito de propriedade* o fundamento do poder disciplinar. Segundo os adeptos dessa teoria, a faculdade de o empregador punir seus empregados seria mera decorrência da propriedade daquele sobre os bens de produção.

Fervoroso adepto de tal corrente, enfatiza Evaristo de Moraes Filho:

"Por que pertencem ao patrão os poderes hierárquico, diretivo e disciplinar? Por uma razão bem singela e sem mistério algum: porque são os proprietários do negócio, do estabelecimento, os que adquiriram a senhoria sobre o mesmo, de seu proprietário, através de algum meio lícito em direito (...) cabe ao proprietário, nos limites do ordenamento jurídico, é claro, dispor do que lhe pertence, escolhendo quem deve participar da coisa, do seu uso, do seu gozo e proibindo aqueles que não sejam do seu agrado ou do seu interesse"[207].

Para outros, todavia, o poder disciplinar teria seu suporte fático na natureza institucional da empresa, como sustenta entre nós, com inegável brilhantismo, Luiz José de Mesquita em obra clássica:

"... para a corrente institucional, esse poder deriva da própria natureza da empresa,

202. *Curso de Direito do Trabalho*, trad. Elson Gottschalk, São Paulo, LTr, 1976, p. 211.

203. *Curso de Direito Individual do Trabalho*, cit., p. 262.

204. *O Poder Disciplinar do Empregador*, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1983, p. 2.

205. *Manual das Justas Causas*, São Paulo, Revista dos Tribunais, p. 120.

206. *Instituições de Direito do Trabalho*, cit., p. 283.

207. *Sucessão nas Obrigações e a Teoria da Empresa*, Rio de Janeiro, Forense, 1960, p. 169.

que é um agrupamento social organizado, uma instituição ou corpo social. Sendo toda sociedade formada para realizar uma finalidade, desde que a mesma seja lícita, a comunidade tem o direito de constranger seus membros individuais a conformar suas atividades com esse fim que, por isso mesmo, é social e não individual. Donde poder dispor a comunidade dos meios necessários para tal, isto é, poder usar penas disciplinares. Daí se conclui que em toda sociedade: 1º) Deve haver um poder ou autoridade, pois esta é inerente a toda instituição; 2º) esse poder é social, não individual (quer dizer, não pertence a uma classe ou a uma parte dos elementos que compõem o grupo, mas à totalidade dele) pois ele é exercido não para o bem particular, mas para o bem da coletividade; 3º) tal poder deve dispor dos meios necessários para realizar sua finalidade, isto é, deve dispor de penas ou sanções disciplinares.

Como dizem Légal e Brethe, o poder disciplinar supõe a instituição, e a teoria institucionalista é a única capaz de explicar a existência de um poder disciplinar nos agrupamentos privados, de fornecer-lhes seus títulos autênticos"[208].

Na verdade, ao revés do que sustentam os adeptos das teorias mencionadas, todas elas constituem fases sucessivas de um estágio histórico.

Com efeito, se remontarmos ao tempo em que o direito de propriedade era absoluto, período que vai da Idade Média ao fim do Estado Liberal que sucedeu à Revolução Francesa, a única explicação lógica do poder disciplinar seria a do *direito de propriedade*.

Ressalte-se que nessa fase histórica inexiste efetiva intervenção do Estado na ordem econômico-social, observando-se que, malgrado os movimentos isolados de trabalhadores, a rigor, o moderno *Direito do Trabalho* só surgiria com a Constituição de Weimar, em 11-8-1919.

Entre nós, tal estado perduraria até a Revolução de 1930, quando, efetivamente, o Estado brasileiro volta sua atenção para os problemas sociais, surgindo, a partir daí, as leis trabalhistas mais expressivas e que culminariam com a Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada por Getúlio Vargas, em 1º-5-1943.

Com a consagração do contrato de trabalho nos moldes atuais e a intervenção disciplinadora do Estado nas relações entre patrões e empregados (quando o direito de propriedade sofre as limitações que o condicionam ao bem-estar social), conquanto o empregador, nos regimes capitalistas, continue o titular exclusivo dos bens de produção, o poder disciplinar não mais encontra suporte fático no direito de propriedade, mas no próprio contrato de trabalho.

Com efeito, ainda que bilateral e consensual, o contrato de trabalho possui matizes que o distinguem fundamentalmente dos contratos civis.

Uma dessas características, e por certo a mais significativa, é a que estabelece o poder diretivo do empregador e consequente subordinação do empregado.

Com efeito, pelo contrato de trabalho, obriga-se o empregado a desenvolver seu labor sob a direção e ordens do empregador.

A subordinação, como vimos quando examinamos o contrato de trabalho, é a essência da relação de emprego.

Não se trata, por certo, de uma subordinação física (como sucedia no regime da escravidão), mas de uma subordina-

208. *Direito Disciplinar do Trabalho*, cit., p. 82.

ção jurídica, pela qual o empregador pode dispor da energia laboral do empregado de acordo com as conveniências da produção.

Em decorrência do poder diretivo e da subordinação, surge o dever de obediência às diretrizes traçadas pelo empregador.

O poder diretivo deste último e a subordinação do empregado a suas diretrizes estabelecem, dentro da organização empresarial, uma ordem hierárquica que justifica e caracteriza a natureza contratual do poder disciplinar.

Contudo, não se pode perder de vista a moderna tendência do Direito do Trabalho, que caminha inexoravelmente para a institucionalização da empresa, tendência já delineada na despersonalização da figura física ou jurídica do empregador, na continuidade do vínculo laboral independentemente das alterações levadas a efeito na estrutura jurídica da empresa, e que já acena com a cogestão e a participação dos empregados nos lucros dos negócios, como, aliás, enfatiza o art. 7º, XI, da atual Constituição Federal.

Com efeito, nos dias atuais a empresa assume especial relevo, para ela se conjugando interesses os mais diversos. A própria finalidade lucrativa do empresário, antes especulativa e sem limites, está condicionada ao interesse coletivo, com a constante vigilância do Poder Público, por meio de leis contra o abuso do poder econômico, como, aliás, enfatiza a Constituição Federal (art. 173, § 4º):

"A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros".

Vislumbra-se, igualmente, na empresa, o instrumento de sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias, por meio dos salários recebidos em decorrência dos serviços prestados.

O próprio Estado encontra, na empresa, um elemento fundamental de paz social, que decorre não só da manutenção de empregos, mas também do aprimoramento da produção indispensável à riqueza das nações, não se olvidando a tributação, receita indispensável à realização do bem-estar coletivo, do bem comum.

Vista sob tais ângulos, fácil é verificar que a empresa é muito mais que mero atributo da propriedade de seu titular, assumindo feição inequivocamente social.

E, se é verdade que não se pode igualá-la às instituições sociais tradicionais como a Igreja, a família, as Forças Armadas etc., certo é que sobretudo os grandes grupos empresariais, notadamente as multinacionais, perduram além da vida de seus respectivos membros (art. 448 da CLT), não raras vezes diluindo-se sua propriedade em ações de titularidade de seus próprios empregados. É o fenômeno da democratização do capital, no caminho da cogestão.

Exemplo claro do que afirmamos é o art. 11 da Constituição Federal, instituindo a figura do representante dos empregados nas empresas com mais de 200 obreiros.

Não sem razão afirma Nélio Reis:

"Entre as profundas revisões de conceitos, operadas por influência decisiva do Direito do Trabalho, situam-se as mais novas concepções quanto à figura da empresa, já não mais pacificamente encarada como mero atributo da propriedade, mas ela própria

ganhando uma dimensão legal especial merecedora dos cuidados da ciência jurídica"[209].

E é exatamente essa dimensão legal que imprime ao contrato de trabalho matizes próprios, não implicando equívoco a afirmativa de que, considerada a empresa como verdadeira instituição social, o próprio poder disciplinar passaria a ser exercido pelo empregador, por delegação do Poder Público e, por isso mesmo, sujeito à manifestação final da Justiça do Trabalho.

O contrato de trabalho possui duas espécies de obrigações, a saber:

a) obrigações contratuais;

b) obrigações legais.

As primeiras, como o próprio nome deixa entrever, decorrem de contrato e visam, antes de tudo, aos interesses dos pactuantes, ou seja, à produção, ao lucro e aos respectivos salários.

As obrigações legais, ao revés, emanam do Estado, impostas que são pelo Poder Público, objetivando o equilíbrio entre patrões e empregados, o aprimoramento da produção, etc.

Tais obrigações, constantes da legislação trabalhista, coexistem com as obrigações contratuais, sobre estas últimas sobrepondo-se, na eventualidade de conflito.

Ora, em face da importância da empresa na comunidade, é indispensável que ela se submeta a um comando que, enquanto não alcança a almejada cogestão, há de ser exercido pelo empregador, nos limites das disposições legais.

Outrossim, para que esse comando se realize sem tropeços, impõe a lei uma série de restrições a ambos os pactuantes, devendo o poder disciplinar ser exercido pelo empregador com ponderação e equilíbrio, sob pena de caracterizar-se o chamado abuso de direito. Tal abuso ocorrerá sempre que houver desproporção entre a falta e a punição, hipótese em que ao Judiciário Trabalhista é dado anular a punição, como ocorre, por exemplo, com a legislação francesa[210].

No Brasil, malgrado o silêncio da CLT, vasta corrente doutrinária e jurisprudencial admite o reexame e dosagem, pelo Judiciário Trabalhista, das sanções aplicadas ao empregado. Para os adeptos dessa corrente, o poder disciplinar não é discricionário, mas sujeito às restrições legais pertinentes, dentre as quais há de se pôr em relevo a teoria do abuso de direito. E, se é certo que o constituinte erigiu em mandamento constitucional a proteção contra a despedida arbitrária[211], não se podem, igualmente, admitir punições extremadas e injustas.

Por isso sustentamos, com a devida vênia de respeitáveis opiniões contrárias, que à Justiça do Trabalho cabe não só o exame da legalidade da punição imposta ao trabalhador mas, igualmente, a fixação de sua justa dosagem, considerando, para isso, diversos fatores, inclusive, e sobretudo a vida pregressa funcional do obreiro.

Dentro de tal contexto, não será heresia afirmar que o poder disciplinar, ainda exercido pelo empregador, venha, no futuro, a ser exercido conjuntamente com os próprios empregados, através de seus respectivos representantes, democraticamente escolhidos pela comunidade.

---

209. *Alteração do Contrato de Trabalho*, cit., p. 38.

210. O *Code du Travail*, art. 1º, 223-43, al. 2, faculta ao *Conseil du Proud'homnes* tornar sem efeito sanção disciplinar aplicada de forma irregular, injusta ou desproporcional.

211. Constituição Federal de 5-10-1988, art. 7º, I.

5. *Faltas graves do empregado*

A legislação brasileira adota o sistema enumerativo ou limitativo das faltas graves ensejadoras da dispensa do empregado por justa causa, bem como do empregador, e que possam, igualmente, dar causa à rescisão do pacto laboral por culpa deste último.

Na lição sempre lembrada de Dorval de Lacerda:

"O tipo enumerativo ou limitativo, ao qual se subordina a lei brasileira, tal como indica a sua própria denominação, é aquele no qual a lei enumera as faltas graves, tanto do empregador como do empregado, e limita, naturalmente, a ação do juiz à apreciação das figuras faltosas especificadas, não sendo a ele lícito aceitar qualquer fato ou ato que não coincida nos respectivos conceitos"[212].

Nesse caso, não é o juiz quem, em última análise, estabelece e admite a figura faltosa, mas a própria lei, restando àquele tão somente a função de estabelecer os conceitos e capitular os atos. A lei, então, diz o que entende ser a violação do pacto ou da relação de emprego, não sendo lícito a ninguém admitir uma nova figura faltosa, além daquelas que ela especifica. O critério de tal tipo legislativo é semelhante ao critério criminal: não haverá ato faltoso se não estiver enumerado na lei.

São atos faltosos do empregado, ensejadores da dispensa por justa causa (art. 482), os seguintes:

a) *ato de improbidade;*

b) *incontinência de conduta ou mau procedimento;*

c) *negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;*

d) *condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;*

e) *desídia no desempenho das respectivas funções;*

f) *embriaguez habitual ou em serviço;*

g) *violação de segredo da empresa;*

h) *ato de indisciplina ou de insubordinação;*

i) *abandono de emprego;*

j) *ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;*

k) *ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;*

l) *prática constante de jogos de azar.*

Vejamo-los isoladamente:

Improbidade

Etimologicamente significa "maldade, malícia, perversidade". *Ímprobo* é aquele que é moralmente mau; "que tem maus instintos; perverso, malvado; homem ímprobo"[213].

Malgrado conceituada de formas distintas pelos autores, no sentido que lhe empresta a corrente dominante, improbidade é todo ato de desonestidade do empregado, ou "atentado contra o patrimônio do empregador ou de terceiros, ou

212. Dorval de Lacerda, *A Falta Grave no Direito do Trabalho*, Rio de Janeiro, Revista do Trabalho, 1947, p. 9.

213. Caldas Aulete, *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, cit., p. 2677.

companheiros de trabalho", como a definem Orlando Gomes e Elson Gottschalk.

Dizem os renomados autores: "A jurisprudência inclina-se a configurá-la como um atentado contra o patrimônio do empregador, de terceiros, ou de companheiros de trabalho. Exige-se o dolo específico do *animus jurandi*, o locupletamento do infrator e o prejuízo da vítima"[214].

Antônio Lamarca, em sua consagrada obra *Manual das Justas Causas*[215], define a improbidade como "ação ou omissão dolosas do empregado subordinado, visando a uma vantagem para si ou para outrem, em decorrência do emprego, e com prejuízo real ou potencial para alguém".

A jurisprudência inclina-se para conceituar a improbidade como todo e qualquer ato do empregado contra o patrimônio do empregador, como, por exemplo, apropriação de dinheiro; desvio de material; ausência de prestação de contas; de vendas efetuadas; vendas sem nota, com apropriação do respectivo numerário, etc.

"A improbidade, ainda que cometida contra terceiros, autoriza a dispensa do empregado faltoso, na forma da alínea *a* do art. 482, da CLT" (TST, RR 3.401/80, *DJU*, 13-12-1986, p. 23268).

Incontinência de conduta

Incontinência etimologicamente significa sensualidade imoderada; incontinente é a pessoa submissa à luxúria, de vida sexual desregrada, censurável.

Russomano delineia seu exato perfil: "A incontinência de conduta importa em excessos censuráveis no modo de falar ou de agir. Esses excessos são, comumente, de *ordem sexual*. Devem ser de monta a criar incompatibilidade entre o trabalhador e o serviço; dependem da habitualidade do comportamento e do local em que os atos são praticados; dependem, acima de tudo, da condição pessoal do faltoso. A função desempenhada pelo empregado é importantíssima. O operário, muitas vezes, vive maritalmente; frequenta lugares públicos com sua companheira – mas nem por isso é incontinente, passível de ser despedido. Mas, se um professor se exibe nas praças, nas ruas, nos cinemas, etc., acompanhado de concubinas e meretrizes, vivendo vida dissoluta, sem constrangimento e sem recato, o estabelecimento de ensino em que ele funciona poderá dispensá-lo, pois seu exemplo é nocivo às finalidades do trabalho que desenvolve"[216].

Para Dorval de Lacerda, "entende-se por incontinência de conduta o procedimento do indivíduo que traduz uma vida irregular e bastante para, por isto, fazer-lhe perder a respeitabilidade e sobretudo, em sendo empregado, a confiança como elemento imprescindível do contrato de trabalho"[217].

A incontinência de conduta, pois, revela um comportamento sexual irregular, que afronta os costumes sociais, ou, como diz Valentin Carrion, "afeta o nível da moralidade pública"[218].

Assédio sexual

Nos termos do art. 216-A do Código Penal, acrescido ao estatuto repressivo

214. *Curso Elementar de Direito do Trabalho*, cit., v. 2, p. 561.

215. Cit., p. 335.

216. *Comentários à CLT*, cit., v. 1, p. 559.

217. *A Falta Grave no Direito do Trabalho*, cit., p. 84.

218. Dorval de Lacerda, *A Falta Grave no Direito do Trabalho*, cit., p. 84.

tivo, profissional, fixo, composto (parte fixa e comissões) etc.

Entendemos, com Eduardo Gabriel Saad, que a disposição constitucional em exame não conflita com a redução salarial, em decorrência da conjuntura econômica, prevista no art. 2º da Lei n. 4.923, de 23-12-1965, mesmo porque, nos termos do § 1º do artigo referido, para que ocorra a redução salarial (nunca superior a 25% do salário contratual, respeitado o salário mínimo), fundamental a presença do sindicato da categoria profissional.

A faculdade concedida às entidades sindicais de, mediante acordo ou convenção coletiva, reduzirem salários afasta, de vez, artimanhas utilizadas por maus empregadores no sentido de reduzir salários. O princípio, contudo, não é inflexível, mas, ao revés, flexível:

"O princípio protetor da irredutibilidade salarial, elevado ao patamar constitucional, não é absoluto, comportando exceção na própria *Lex Master*, desde que se efetive sob tutela sindical, por via da negociação coletiva. É o predomínio do interesse coletivo sobre o individual, fundamento maior do convívio social" (TRT/10ª R., RO 3.396/1994, Ac. 2.743, Rel. Juiz Lauro da Silva Aquino, *DJU*, 10-3-1995).

Garantia de salário mínimo

"VII – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável."

► Comentários

O salário pode assumir as mais diversas formas: salário fixo (quantia fixa invariável); salário misto (parte fixa, parte variável); salário variável (normalmente composto de comissões)[12].

Parcela ponderável de trabalhadores, como, por exemplo, os comerciários, percebem exclusivamente comissões, o que torna seus salários variáveis de mês a mês, segundo o maior ou menor número de vendas que efetuam.

O dispositivo constitucional sob comento deixa claro que, em qualquer circunstância, vendendo mais, ou vendendo menos (há épocas em que as vendas se retraem por motivos alheios ao empregado, sem que o fato possa caracterizar desídia), o empregado faz jus ao salário mínimo. Caso as comissões não atinjam o nível do salário mínimo, pois, o empregador é obrigado a complementá-lo.

Décimo terceiro salário

"VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria."

► Comentários

De longa data, era costume dos bons empregadores, quando, obviamente os lucros permitissem, gratificar seus empregados, por ocasião das festas natalinas. A gratificação em apreço era facultativa, não sendo uma imposição legal.

Posteriormente, como tal gratificação assumisse proporção generalizada e habitualidade manifesta, não podia mais ser ignorada, seja pela Justiça do Trabalho (considerando-a parte integrante da remuneração), seja pelo legislador, culminando

12. José Martins Catharino, *Tratado Jurídico do Salário*, Freitas Bastos, 1951. Amauri Mascaro Nascimento, *O Salário*, LTr, 1968.

pela Lei n. 10.224, de 15-5-2001 (*DOU*, 16-5-2001), o crime de assédio sexual está assim capitulado:

"Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função".

A CLT não faz qualquer referência ao assédio sexual, que pode partir de um(a) funcionário(a) hierarquicamente superior, portanto, de um(a) empregado(a) (diretor, chefe de departamento, etc.), a funcionário(a) subordinado(a), como do próprio empregador. Na primeira hipótese, envolvendo empregados, o assédio sexual se insere, de forma inequívoca, na *incontinência de conduta*. É incontinente o funcionário que, aproveitando-se de sua posição, constrange subalterno, visando atos libidinosos ou conjunção carnal.

É de observar que a vítima não é, necessariamente, a mulher, podendo ser também o homem. Observe-se, a propósito, que o dispositivo legal acima transcrito fala em "alguém", que tanto pode ser do sexo feminino como do masculino.

O assediador, conhecido o fato, pode ser despedido pela empresa por justa causa, consistindo o ato faltoso em incontinência de conduta.

De iniciativa do empregador, o assédio ensejará ao empregado dar por rescindido seu contrato de trabalho, com base no art. 483, *e*, da CLT, além de eventual ação de indenização por dano moral.

Mau procedimento

Esta figura faltosa, que facilmente poderia abranger inúmeras outras faltas, ou com elas confundir-se, tem, no Direito do Trabalho, *sentido restrito*, o que a afasta da incontinência de conduta, da improbidade ou da indisciplina e insubordinação.

Comete ou age com mau procedimento o empregado que, dolosamente, avaria maquinário, sabota a produção, faz ameaças a colegas de serviço, é agressivo ou hostil aos fregueses da empresa para a qual trabalha.

A incitação aos colegas de serviço para não cumprirem horas extras; a adulteração dos cartões de ponto, são, igualmente, formas de mau procedimento.

Negociação habitual

A negociação habitual só configura falta grave, ensejadora da dispensa por justa causa, quando para ela concorram os seguintes elementos:

I – *habitualidade;*

II – *ausência de permissão do empregador;*

III – *implicar concorrência à atividade do empregador;* ou

IV – *ser prejudicial ao serviço.*

A habitualidade pressupõe o caráter continuado, permanente, da negociação, não a caracterizando eventual venda de algum produto a colega de serviço, fora do expediente.

A proibição do empregador pode estar inserida no regulamento da empresa e, ainda que não haja expressa proibição, há de ser vedada quando concorra com a atividade empresarial.

"Negociação habitual – Justa causa.

A existência de uma firma concorrente, do empregado, é o quanto basta para a configuração da figura da concorrência desleal, sendo secundário se houve ou não comercialização de produtos idênticos aos da empre-

sa reclamada" (TRT/SP, RO 02940160605, 1ª T., Rel. Juiz Floriano Corrêa Vaz da Silva, *DOE/SP*, 19-12-1995, p. 28).

Condenação criminal

A condenação criminal, passada em julgado, quando não haja suspensão condicional da pena (*sursis*), constitui justa causa para a dispensa do empregado.

Três, portanto, são seus requisitos:

1º) condenação criminal;

2º) que haja transitado em julgado; e

3º) inexista suspensão condicional de pena.

Não é, portanto, a condenação criminal em si, mas a impossibilidade física do empregado de continuar prestando serviços, como preleciona Russomano: "só servem como justas causas as condenações criminais que impedem a continuidade física da prestação do trabalho"[219].

Observe-se que determinados delitos podem tornar impossível a continuação da relação empregatícia, ainda que haja suspensão da pena, como é o caso de furtos de objetos de pequeno valor, sendo o réu primário: a hipótese, à luz do Direito do Trabalho, envolveria a figura da *improbidade*, afastando o elemento fidúcia, suporte fático do vínculo laboral. Da mesma forma, sua eventual absolvição no Juízo Criminal não afasta, por si só, a justa causa para a dispensa:

"A absolvição do empregado por insuficiência de provas, no Juízo Criminal, não afasta a possibilidade de ser reconhecida falta grave em reclamação trabalhista" (TST, ROAR 11.929/94-7, Ac. SBDI-2 753/96, Rel. Min. Vantuil Abdala).

219. *Comentários à CLT*, cit., v. 1, p. 560.

Desídia

Desídia é sinônimo de preguiça, indolência, negligência. É desidioso o empregado que não cumpre com diligência suas funções.

Com inegável acerto, observa Dorval de Lacerda que negligência, e como tal a desídia, "é a falta de zelo, falta de interesse, falta de atenção na execução do serviço"[220].

Délio Maranhão, discorrendo sobre o tema, afirma que: "Desídia é negligência. E esta pressupõe a *culpa* do empregado", o que afastaria dessa figura faltosa do Direito do Trabalho o elemento intencional ou doloso (ao contrário do que sustenta Dorval de Lacerda), concluindo o renomado autor:

"Negligência se relaciona, principalmente, com desídia. O empregado que, intencionalmente, dolosamente, deixasse de executar o seu trabalho com o rendimento normal não seria negligente, desidioso. Estaria praticando verdadeiro ato de improbidade: sabotagem"[221].

As faltas injustificadas ao serviço são consideradas por inúmeros autores e remansosa jurisprudência como comportamento desidioso. Outros as situam como forma de indisciplina. A queda injustificada de produção, o abandono do posto de trabalho são outras demonstrações de desídia.

"Desídia. Faltas injustificadas.

Faltas frequentes e injustificadas ao serviço caracterizam desídia que autoriza a rescisão do contrato por justa causa" (TRT/SP, RO 0290009869, 9ª T., Ac. 02950381582,

220. *A Falta Grave no Direito do Trabalho*, cit., p. 118.

221. *Instituições de Direito do Trabalho*, cit., v. 1, p. 622.

Rel. Juiz Ildeu Albuquerque, *DOE/SP*, 19-9-1995, p. 38).

Embriaguez

Délio Maranhão, ao estudar a figura da embriaguez, faz oportuna observação quanto à existência de duas faltas: "uma importando violação da obrigação geral de conduta do empregado, refletindo-se no contrato de trabalho (embriaguez habitual); outra, violação da obrigação específica de execução do contrato (embriaguez em serviço)"[222].

A embriaguez habitual não se confunde com o hábito social de beber. Ao revés, patenteia um estado patológico extremamente nocivo à saúde física e mental do trabalhador, criando-lhe sérios embaraços às relações sociais, com sensíveis reflexos no desenvolvimento de seu trabalho.

Por isso que considerada falta grave ensejadora da dispensa por justa causa. Inspirou o legislador, como preleciona Dorval de Lacerda, "a necessidade de garantir a ordem interna do estabelecimento, a disciplina da empresa, a marcha normal do serviço e a boa execução do trabalho: a embriaguez degrada, desmoraliza e tira o senso de responsabilidade, sendo, destarte, justo que o empregador não pudesse confiar integralmente num empregado em tais condições"[223].

A embriaguez habitual, revelando "vício e desregramento", consubstancia manifesta *incontinência de conduta*; a embriaguez em serviço, ainda que eventual, assume extrema gravidade, ensejando, desde logo, a dispensa por justa causa.

Nesse sentido, a lição de José Martins Catharino: "a *habitual* é a que resulta de vício, costumeira, contumaz, mesmo não estando o empregado trabalhando, seja qual for seu agente ou via utilizada. É, portanto, falta crônica, que exige reiteração, podendo causar outras faltas, e não deixando de ser incontinência. A embriaguez *em serviço* é falta aguda, podendo ficar caracterizada mesmo em caso de 'pileque' ou 'porre' isolado, com grave repercussão no ambiente de trabalho, e quase sempre acompanhada de outras, como consequência: mau procedimento, indisciplina, insubordinação, ofensas, etc."[224].

A ingestão de outras drogas

Russomano, examinando a questão relacionada à ingestão de outras drogas nocivas ao comportamento ético do empregado, como morfina, cocaína, maconha e outras substâncias tóxicas, assim se manifesta:

> "A embriaguez pode ser motivada pelo álcool (a sua forma mais comum), mas também pode ser resultante do uso de dezenas de outras substâncias tóxicas e entorpecentes: morfina, cocaína, ópio, seus derivados, bem como os estimulantes tão generalizados hoje em dia. A lei não distinguiu. Estipulou, somente, que a embriaguez, na forma referida, constitui justa causa. É de se entender, pois, que, qualquer que seja o tóxico usado, esse fato autoriza a dispensa do trabalhador, visto que as consequências que dele resultam para a relação de emprego são sempre as mesmas"[225].

222. *Instituições de Direito do Trabalho*, cit., v. 1, p. 624.
223. *A Falta Grave no Direito do Trabalho*, cit., p. 137.
224. *Compêndio de Direito do Trabalho*, cit., v. 2, p. 330.
225. *Comentários à CLT*, cit., v. 2, p. 562.

Délio Maranhão tem idêntico pensamento:

"O empregado que, pelo fato de haver ingerido bebida alcoólica, ou tiver feito uso de outra substância inebriante (éter, ópio, cocaína, etc.), se apresentar no trabalho em tal grau de intoxicação, que seja capaz de perturbar o exato cumprimento de sua prestação, estará incorrendo em falta grave, ainda que isso ocorra uma única vez"[226].

A embriaguez habitual como enfermidade

Vasta corrente de juristas, dos mais renomados, sustenta, com base em estudos médicos, ser a embriaguez habitual muito mais uma enfermidade que ato faltoso do empregado.

Gyula Marcus, em seu *Manual Prático de Medicina Legal*[227], afirma categoricamente: "é o alcoolismo doença, com repercussões em todos os sistemas da economia, em razão da intoxicação crônica".

Almeida Júnior, em suas clássicas *Lições de Medicina Legal*[228], declara que "a embriaguez alcoólica pertence à psiquiatria".

A própria Organização Mundial de Saúde, de há muito, inclui o alcoolismo, em suas diversas fases, entre as doenças que provocam alterações mentais.

Tais fatos têm influenciado ponderável corrente doutrinária no sentido de excluir a embriaguez habitual das infrações trabalhistas, levando Amauri Mascaro Nascimento a afirmar que o empregado, nessas condições, precisa muito mais de assistência médica adequada que da perda do emprego, sugerindo, outrossim, seu encaminhamento à Previdência Social e a suspensão do contrato de trabalho, por auxílio-enfermidade[229].

No mesmo sentido, Pedro Paulo Teixeira Manus[230].

Seguindo essa mesma corrente doutrinária é que foi apresentado o Projeto de Lei n. 7.805/2010, de autoria do Senador Marcelo Crivella, então em trâmite, até o fechamento desta edição, perante a Câmara dos Deputados. A proposta visa a alteração do art. 482 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e do art. 132 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, excluindo a embriaguez habitual das infrações trabalhistas quando clinicamente comprovado o estado de alcoolismo crônico do trabalhador. A justa causa para a rescisão contratual nesses casos, de acordo com o Projeto de Lei em questão, somente será permitida se o trabalhador, diagnosticado como alcoolista crônico, deixar de se submeter a tratamento. Visa estabelecer, também, a garantia provisória de emprego ao alcoolista.

Atualmente, há acórdãos considerando a embriaguez habitual moléstia profissional:

"Justa Causa – Alcoolismo – Doença – Função social da empresa – O empregado, assim denominado 'alcoólatra', equipara-se àquele que sofreu uma moléstia profissional, a indicar o tratamento junto ao INSS, tanto que o alcoolismo crônico é formalmente reconhecido como doença pelo Código Internacional de Doenças (CID – referência

226. *Instituições de Direito do Trabalho*, cit., v. 1, p. 624.

227. *Manual Prático de Medicina Legal*, São Paulo, Sugestões Literárias, p. 59.

228. São Paulo, Ed. Nacional, 3. ed., 1956, p. 538.

229. *Compêndio de Direito do Trabalho*, São Paulo, LTr, p. 690.

230. *Direito do Trabalho na Nova Constituição*, cit., p. 141.

F-10.2), tornando imperioso afastar-se o enquadramento do artigo 482, 'f', da CLT. Da mesma forma, o empregador exerce uma função social obrigatória, e à empresa não cabe tão somente a faculdade de poder colocá-la em prática, mas sim o dever de exercê-la, sempre em benefício de outrem, e nunca em prejuízo. Tal princípio impõe que os interesses da empresa têm, obrigatoriamente, que transcender à pessoa do empresário unicamente, de modo a atingir a ordenação de suas relações com a própria sociedade" (TRT/SP, RO 00928200201902008, Ac. 10ª T. 20060006190, Rel. Juíza Vera Marta Publio Dias, *DOE/SP*, 7-2-2006, p. 11).

Contudo, é de observar que, enquanto não aprovadas medidas legislativas autorizando a suspensão do contrato de trabalho e o encaminhamento do empregado à Previdência Social, para submetê-lo a tratamento adequado, não se pode obrigar o empregador a aceitar, na comunidade empresarial, um elemento altamente desagregador como é o alcoólatra, não raras vezes colocando em risco a segurança e a própria vida de terceiros.

Violação de segredo da empresa

Dorval de Lacerda conceitua o segredo da empresa como "todo fato, ato, ou coisa, que, de uso do conhecimento exclusivo desta, não possa ou não deva ser tornado público, sob pena de causar um prejuízo remoto, mediato ou provável àquela"[231].

Em princípio, "o obreiro deve ter ciência do segredo da empresa em razão das funções que nela exerce". É o dever de fidelidade. Um engenheiro que participa da elaboração de um desenho industrial (conjunto de linhas e cores destinado à ornamentação dos produtos de determinada empresa) tem o dever fundamental de não divulgá-lo. Fazendo-o, entretanto, terá cometido falta grave, ensejadora da dispensa por justa causa.

Não cometerá falta grave o empregado que não esteja ligado ao segredo: um faxineiro que, ao efetuar a limpeza de um galpão industrial, toma ciência das novas linhas de um automóvel a ser lançado pela empresa não está obrigado a guardar segredo, salvo se notificado pelo empregador. Assim se manifesta Wagner Giglio:

"Àqueles trabalhadores cuja evolução mental não lhes propicie discernir o que é segredo de empresa, deverá o empregador comunicar os atos, fatos ou coisas que deverão ser mantidos secretos. Se não o fizer, a revelação de tais fatos, atos ou coisas, por esses empregados, não configurará violação de segredo, por falta de intenção do revelador. Ao divulgá-los, tais empregados ignoravam sua natureza secreta"[232].

Indisciplina

A indisciplina se caracteriza pela inobservância de ordens de natureza geral, normalmente inseridas no Regulamento da empresa. "A indisciplina", ensina Carlos de Bonhomme, "produz efeitos, ferindo o ordenamento interno da empresa, a ordem preestabelecida para a execução do trabalho e, assim, tinge a produção, quer em sua qualidade, quer em sua quantidade; já que se revela pela não obediência à ordem do serviço ou necessária ao trabalho"[233].

231. *A Falta Grave no Direito do Trabalho*, cit., p. 196.

232. *Justa Causa para o Despedimento do Empregado*, Ed. Florença, p. 215.

233. *Despedida Justa*, Ed. Guaíra, 1944, p. 223.

As ordens de serviço, como observa Russomano, "são de natureza geral, de índole disciplinar, dirigidas, abstratamente, a todos os empregados do estabelecimento"[234].

Cometeria ato de indisciplina o empregado que, contrariando norma geral e interna de proibição de fumar no local de serviço, atendendo a natureza das atividades empresariais (com risco de explosão e incêndio), insistisse no uso de cigarros em tal local.

Insubordinação

Enquanto a indisciplina é a desobediência a uma norma de ordem geral, normalmente disposta no Regulamento da empresa, a insubordinação é o descumprimento puro e simples de uma ordem pessoal.

Daí afirmar Délio Maranhão que "a indisciplina e a insubordinação importam violação da obrigação específica de obediência. Uma, em relação às normas de ordem geral, que regulam a execução do trabalho na empresa; e a outra, em relação a uma ordem especial dirigida a determinado empregado"[235].

Carlos de Bonhomme, com clareza e didática, observa que:

"A indisciplina e a insubordinação se distinguem e se destacam no Direito do Trabalho, cada qual assumindo feição peculiar e oferecendo conceito próprio e autônomo: a indisciplina é a violação ou quebra do princípio de ordem geral implantada na empresa pelo regulamento ou pelos usos; enquanto que a insubordinação é a violação ou quebra da ordem hierárquica, é o desrespeito a uma determinação especial e positiva dos superiores hierárquicos"[236].

É de ressaltar que a insubordinação pressupõe *recusa injustificada* a uma ordem pessoal e direta de superior hierárquico. Caracterizaria a falta mencionada a recusa de um faxineiro a efetuar a limpeza de determinado recinto, quando tal ordem lhe tenha sido dada. Destarte, não haverá indisciplina na recusa de um professor a executar tal serviço, que, obviamente, não se insere em suas funções específicas.

A recusa do empregado, pois, em acatar ordens que não estejam relacionadas com suas funções não constitui falta grave, não caracterizando, portanto, insubordinação.

Abandono de emprego

Nos contratos por prazo indeterminado, qualquer das partes pode rescindi-lo unilateralmente, desde, porém, que pré-avise a outra dessa intenção (art. 487).

Entretanto, essa exigência legal nem sempre é cumprida; não raras vezes empregados simplesmente deixam os serviços, não mais retornando à empresa, caracterizando-se, após trinta dias, o *abandono de emprego*.

Para Délio Maranhão caracteriza-se "o abandono pela ausência reiterada ao serviço, sem justo motivo, e sem permissão do empregador"[237].

São elementos fundamentais para a configuração do abandono: a) o afastamento injustificado ao serviço por prazo igual ou superior a trinta dias; b) o elemento subjetivo, ou seja, a intenção de não retornar ao trabalho.

234. *Comentários à CLT*, cit., v. 1, p. 562.
235. *Instituições de Direito do Trabalho*, cit., v. 1, p. 625.
236. *Despedida Justa*, cit., p. 229.
237. *Instituições de Direito do Trabalho*, cit., v. 1, p. 627.

Nesse sentido, a jurisprudência dos Pretórios Trabalhistas:

"Justa Causa – Abandono de emprego – Elementos tipificadores.

Para alicerçar a justa causa, é necessária a prova, a cargo do empregador, da consequência dos dois elementos tipificadores do abandono de emprego: o objetivo, consubstanciado na ausência prolongada e injustificada do obreiro, e o subjetivo, que se revela pelo *animus* de não mais retornar ao serviço" (TRT/SP, RO 02970226922, 8ª T., Rel. Juíza Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DJ/SP*, 2-6-1998, p. 160).

Por isso que se recomenda aos empregadores a notificação extrajudicial ou carta postal com AR (aviso de recebimento) ao empregado, para que este retorne imediatamente ao trabalho, sob pena de configuração do abandono.

A Súmula 32 do TST dispõe que:

"Presume-se o abandono de emprego se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de 30 (trinta) dias após a cessação do benefício previdenciário nem justificar o motivo de não o fazer".

Ato lesivo da honra e boa fama: a) de qualquer pessoa; b) do empregador ou de superiores hierárquicos

Ato lesivo da honra e boa fama

Na lição de Clóvis Beviláqua:

"Honra é a dignidade da pessoa que vive honestamente, que pauta seu proceder pelos ditames da moral; boa fama é a estima social de que a pessoa goza por se conduzir segundo os bons costumes"[238].

"Tradicionalmente", escreve Dorval de Lacerda, "os atos lesivos à honra e boa fama são aqueles que o Código Penal denomina crimes contra a honra, ou sejam, a calúnia, a difamação e a injúria, transportando-nos para o campo especial do Direito do Trabalho, ou seja, para o ato faltoso em estudo, a realização deste consubstancia, portanto, uma daquelas três figuras"[239].

A falta sob comento pressupõe dois elementos: "a) que o ato seja capaz de causar lesão ou dor intensa e, b) que haja a intenção de causar a dor moral"[240].

A calúnia, a difamação ou a injúria compõem os elementos indispensáveis à configuração do ilícito trabalhista sob comento. Dá-se a calúnia quando se imputa falsamente a alguém fato criminoso; a difamação é a afirmação que visa desacreditar publicamente alguém, ofendendo-lhe a dignidade pessoal; injúria é a ofensa ao decoro, à decência de outrem.

a) Ofensa à honra e boa fama de terceiros

A hipótese prevê os casos de ofensas, no local de serviço, a fregueses ou a companheiros de trabalho. O empregado que ofende com termos de baixo calão fregueses ou colegas de serviço comete falta grave ensejadora de dispensa por justa causa.

b) Ofensa à honra e boa fama do empregador ou de superior hierárquico

As ofensas podem ser dirigidas ao empregador ou a superiores hierárquicos,

238. *Código Civil Comentado*, 6. ed., Livr. Francisco Alves, 1940, v. 1, p. 473.

239. *A Falta Grave no Direito do Trabalho*, cit., p. 169.

240. Carlos de Bonhomme, *Despedida Justa*, cit., p. 237.

assacando contra eles fatos extremamente ofensivos a sua dignidade pessoal e que, sabidamente, não são verdadeiros.

Entendemos que, sobretudo em relação ao empregador, irrelevante que tais ofensas tenham sido proferidas fora do local de serviço; alcançada repercussão na comunidade, caracterizada está a falta nominada.

Ofensas físicas

A ofensa física é a agressão corporal, independentemente de lesão ou ferimento, configurando justa causa para o despedimento do agressor. Um ato de agressão, de violência a um colega de serviço, a superior hierárquico ou ao empregador é uma ofensa física, constituindo-se, salvo legítima defesa, falta grave:

"Comete falta grave, ensejadora da demissão por justa causa, o empregado que, injustificadamente, agride colega de serviço, no recinto da empresa, durante a jornada de trabalho" (TRT/SC, RO 2.152/89, *DJ/SC*, 7-5-1990, p. 23).

A *legítima defesa*, meio moderado e necessário com que se repele injusta agressão (art. 25 do CP), exclui a falta sob comento.

Prática constante de jogos de azar

Jogo de azar é aquele em que "o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente da sorte" (art. 50, § 3º, *a*, da Lei das Contravenções Penais).

Com inequívoca propriedade, lembra Russomano que: "o jogo leva à corrupção moral, assim como a embriaguez leva à degradação física... O trabalhador que joga tem um convite permanente à desonestidade. Mesmo que não advenham, de imediato, prejuízos para o empregador, os riscos são tantos, tantas são as probabilidades de que esses prejuízos se concretizem, que o empregador, precavidamente, poderá dispensar o jogador habitual"[241].

Três são os pressupostos da falta em apreço, como preleciona o consagrado autor:

"a) *Habitualidade*, pois só a prática constante do jogo, como diz a lei, é que pode ferir a confiança depositada no trabalhador; b) *jogos de azar*, pois apenas estes são considerados nocivos à formação moral do homem; c) *prática fora do serviço*"[242].

Os jogos recreativos, sem apostas, nos intervalos para descanso não consubstanciam a falta ora examinada; no local de serviço, em hora de expediente, caracterizaria *indisciplina*.

Como adverte Dorval de Lacerda: "as apostas são equiparadas ao jogo: basta apostar no seu resultado, e o exemplo mais frisante disto é o das *corridas de cavalos*"[243].

Atos atentatórios à segurança nacional

A figura faltosa sob enfoque foi introduzida na CLT pelo Dec.-lei n. 3, de 27-1-1966, portanto, sob a égide do governo militar então vigente. Nos termos do decreto-lei nominado, considera-se falta grave a prática, devidamente comprovada (por meio de inquérito administrativo), de atos atentatórios à segurança nacional.

A atual Lei de Segurança Nacional é a de n. 7.170, de 14-12-1983, sendo certo que a CF/88, em seu art. 5º, XXXV, declara que "a lei não excluirá da apre-

241. *Comentários à CLT*, cit., v. 1, p. 564.
242. *Comentários à CLT*, cit., v. 1, p. 565.
243. *A Falta Grave no Direito do Trabalho*, cit., p. 210.

ciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito", revogando, assim, qualquer dispositivo em contrário, inclusive a Súmula 150 do TST, vazada nos seguintes termos:

"Falece competência à Justiça do Trabalho para determinar a reintegração ou a indenização de empregado demitido com base nos atos institucionais", cancelada, aliás, pela Res. 121/2003, do TST, publicada no *DJ*, 19-11-2003.

Cheques sem fundos de bancário

O art. 508 da CLT reservava uma falta grave aos bancários que, de forma contumaz, não pagavam suas dívidas:

"Considera-se justa causa, para a rescisão do contrato de trabalho do empregado bancário, a falta contumaz de dívidas legalmente exigíveis".

A Lei n. 12.347, de 10 de dezembro de 2010, revogou o dispositivo, não podendo mais ser o inadimplemento reincidente de dívidas por parte do empregado bancário motivo de justa causa para a rescisão de seu contrato de trabalho.

Outras faltas graves de empregados

Além das faltas capituladas nos arts. 482 e 508 da CLT, por nós postas em destaque, o Estatuto Consolidado contém outras disposições envolvendo atos faltosos ensejadores da dispensa por justa causa, a saber: art. 240 – recusa do ferroviário em cumprir jornada extraordinária em casos de urgência ou acidente; art. 432 – aprendiz que não frequenta curso de aprendizagem; Lei n. 7.783/89 (Lei de Greve) – prática de atos agressivos; Decreto n. 95.247/87 – declaração falsa ou uso indevido de vale-transporte.

6. *Rescisão do contrato de trabalho por culpa do empregador*

O art. 483 da CLT declina os atos faltosos do empregador que ensejam ao empregado dar por rescindido o contrato de trabalho, a saber:

a) *exigência de serviços superiores às forças do empregado;*

b) *tratamento com rigor excessivo;*

c) *risco de mal considerável;*

d) *descumprimento, pelo empregador, das obrigações fundamentais do contrato de trabalho;*

e) *atos lesivos à honra e boa fama do empregado ou de seus familiares;*

f) *ofensas físicas;*

g) *redução do trabalho com prejuízo dos salários;*

h) *morte do empregador pessoa física (empresa individual).*

Examinemos as hipóteses mencionadas:

Exigência de serviços superiores às forças do empregado

O empregador deve exigir do empregado seus serviços nos limites de sua capacidade física ou intelectual. Valentin Carrion sintetiza, com objetividade, a falta em apreço: "serviços superiores às suas forças físicas (inapropriados à idade, saúde ou fortaleza), intelectuais ou de habilidades, alheios ao contrato: violando a qualificação profissional reconhecida pelo empregador"[244].

Observe-se que a disposição legal comentada fala em *forças do empregado*, sem, entretanto, defini-las, tornando absolutamente atuais os exemplos dados por Aluisio Gavazzoni:

244. Ob. cit., 23. ed, p. 383.

"*Exemplo 1* – Fulano, empregado da empresa X, tem como tarefa diária descarregar um caminhão de areia, o que lhe toma todo o dia de trabalho. Recebe ordens do patrão para, ao invés de descarregar um caminhão por dia, descarregar dois (serviço superior às forças do empregado).

Exemplo 2 – Fulano recebe ordens do patrão para trabalhar dezessete horas, quando a lei proíbe terminantemente que isso se dê (serviços defesos em lei).

Exemplo 3 – Fulana trabalha como recepcionista na empresa X. Recebe ordens do patrão para agradar, de qualquer maneira, os fregueses, inclusive aceitando propostas libidinosas dos mesmos (serviços contrários aos bons costumes).

Exemplo 4 – Fulano foi contratado para datilógrafo da empresa X. Entretanto, recebe ordens do patrão para trabalhar como contínuo (serviços alheios ao contrato)"[245].

Todos os exemplos acima transcritos demonstram formas de abuso de poder hierárquico, caracterizando, outrossim, as formas mais usuais de exigência de serviços superiores às forças do empregado. Ponha-se em relevo a advertência de Dorval de Lacerda: "a expressão forças refere-se não só às forças físicas, como também às forças mentais ou intelectuais"[246].

Tratamento com rigor excessivo

Um dos deveres fundamentais do empregador é tratar o empregado com urbanidade, com o respeito que se deve dedicar ao próximo, independentemente de sua condição social. O poder diretivo do empregador deve ser exercido sem arbitrariedade.

Como preleciona Aluisio Gavazzoni, "a falta de tratamento condizente com as boas normas de educação do patrão, ou seus prepostos, contra o empregado, é o que caracteriza o rigor excessivo, levando-se em conta fatores como grau de instrução, posição social, o meio onde os fatos ocorreram, etc., para atenuantes e mesmo desclassificantes da falta apontada"[247].

A figura faltosa é manifestação de intolerância, de grosseria inadmissível que, a nosso ver, independe de dolo, como ensina Dorval de Lacerda: "todo ato que exceder os limites naturais e jurídicos de tal comando e fiscalização é uma falta que pode incidir na figura do rigor excessivo"[248].

Objetiva e oportuna a observação de Francisco Antonio de Oliveira: "o rigor excessivo se traduz em comportamento anômalo por parte do patrão para com determinado empregado, destoando do tratamento normal que a todos distingue. O rigor excessivo destoa da média das coisas e demonstra intolerância em lugar da urbanidade que seria esperada"[249].

Exemplos de rigor excessivo podemos encontrar no empregador que se dirige a determinado empregado aos gritos, que procura humilhá-lo na presença de colegas de serviço. Como tal entendemos, também, a desproporção entre a falta e a punição: é excessiva a pena de suspensão ou dispensa a um empregado com abonadora vida pregressa funcional que tenha se atrasado alguns minutos no ingresso ao serviço.

---

245. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*, Ed. Nacional, 1963, v. 2, p. 271.

246. *A Falta Grave no Direito do Trabalho*, cit., p. 228.

247. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*, cit., v. 2, p. 272.

248. *A Falta Grave no Direito do Trabalho*, cit., p. 261.

249. Ob. cit., p. 420.

com a promulgação da Lei n. 4.090/62, denominada "*gratificação de Natal*":

"No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus".

A gratificação mencionada, na verdade um 13º salário, correspondia a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente.

Contudo, sob o ponto de vista constitucional, foi a Carta Magna de 1988 a primeira a elevar o 13º salário a tal patamar.

A Constituição atual assegura o direito ao 13º salário com base na remuneração integral, ou no valor da aposentadoria, "acolhendo, dessa forma, o entendimento jurisprudencial de que o cálculo da Gratificação de Natal haverá de corresponder ao que efetivamente percebe o empregado habitualmente e não apenas no salário-base", na expressão de Pedro Paulo Teixeira Manus[13].

A forma de pagamento do 13º salário observa as disposições ordinárias: Lei n. 4.090/62; Lei n. 4.749/65; Decreto n. 57.155/65; Lei n. 5.480/68; Decreto n. 63.912/68.

O 13º salário é devido aos empregados urbanos e rurais, inclusive ao empregado doméstico.

Adicional noturno

"IX – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno."

13. *Direito do Trabalho na Nova Constituição*, Atlas, 1989, p. 27.

► Comentários

O trabalho realizado em período noturno é sempre mais desgastante que o trabalho executado no período diurno, com manifestos reflexos físicos e até psíquicos, já que estabelece, inclusive, um desequilíbrio nos costumes da família, privando, em muitas oportunidades, o convívio do trabalhador com seus filhos.

Por isso que o assunto foi objeto de disciplinação constitucional; em *1937*, dispunha o art. 137 da referida Carta Magna que:

"*j*) o trabalho ã noite, a não ser quando efetuado periodicamente por turnos, será retribuído com remuneração superior ao diurno".

O princípio foi mantido nas Cartas que a sucederam, *1946* (art. 157, III); *1967* (art. 158, IV); *Emenda Constitucional de 1969* (art. 165, IV) – "salário ao trabalho noturno superior ao diurno".

A CLT tem, igualmente, disposição a respeito, recepcionada pela Constituição vigente, *ex vi* do disposto no art. 72, estipulando o adicional noturno (acréscimo de 20%, pelo menos, sobre a hora diurna), reduzindo a hora noturna para 52 minutos e trinta segundos, considerando, outrossim, como trabalho noturno aquele levado a efeito das 22 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte.

A Constituição Federal de 1988, no seu art. 7º, IX, mantém o princípio, estabelecendo "*remuneração do trabalho noturno superior à do diurno*", observados os percentuais declinados na legislação infraconstitucional, salvo percentuais mais elevados fixados em acordo ou convenção coletiva.

Risco de mal considerável

O art. 157 da CLT estabelece obrigações às empresas, destacando-se dentre elas a de "cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho".

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 7º, XXII, assegura aos trabalhadores "redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança".

Antonio Lamarca é extremamente feliz quando sintetiza em poucas palavras esta figura faltosa:

> "Há profissões em que o risco é inerente (mineiros, aviadores, paraquedistas, escafandristas, homens-rãs, etc.).
>
> Esses riscos, porém, devem ser os normais da profissão; se agravados pela incúria patronal, cabe o direito de resistência"[250].

Exemplo claro de mal considerável é o do médico que trata de doenças contagiosas e que não recebe da direção do hospital os meios indispensáveis de proteção, correndo o risco de adquirir a moléstia que procura combater.

Descumprimento pelo empregador das obrigações fundamentais do contrato de trabalho

O contrato de trabalho impõe a ambas as partes (empregado e empregador) uma série de obrigações; algumas fundamentais, outras de importância secundária, mas nem por isso menos significativas.

Dentre as obrigações mais relevantes impostas ao empregador, cumpre destacar a de pagar pontualmente os salários, instrumento fundamental à sobrevivência do trabalhador e de sua família.

Deve, ainda, o empregador assegurar ao empregado condições de trabalho, fornecendo-lhe os meios indispensáveis ao exercício de suas funções.

A utilização dos serviços do obreiro deve ser feita na forma prevista no contrato, não se admitindo alterações unilaterais, sobretudo se prejudiciais ao empregado.

Destarte, o poder disciplinar deve ser exercido de forma moderada, evitando excessos.

Das obrigações mencionadas ressalte-se, por sua importância, a pontualidade no pagamento dos salários – a mora salarial é intolerável para o obreiro, autorizando a rescisão indireta do contrato de trabalho.

Súmula 13 do TST:

> "O só pagamento dos salários atrasados em audiência não elide a mora capaz de determinar a rescisão do contrato de trabalho".

Atos lesivos à honra e boa fama do empregado ou de seus familiares

A ofensa à honra e boa fama – que atinge a dignidade do obreiro e violenta a estima social de que é merecedor na comunidade em que vive – enseja ao empregado dar por rescindido seu contrato de trabalho, como, inclusive, enseja-lhe ação de indenização por dano moral contra o empregador.

É o caso de um professor acusado, *indevidamente*, de assédio sexual a suas alunas: ainda que a falta não seja comprovada, tornada pública a acusação, sua vida profissional, na comunidade, estará irremediavelmente arruinada.

Note-se que a ofensa pode ser dirigida diretamente ao empregado, ou a seus familiares, esposa, companheira ou filhos.

---

250. *Manual das Justas Causas*, cit., p. 582.

Caluniosa, difamatória ou injuriosa, a ofensa à honra e boa fama do empregado ou de seus familiares enseja, igualmente, a ruptura da relação de emprego, por falta grave do empregador.

Ofensas físicas

A ofensa física tanto do empregador quanto do empregado é falta grave, ensejadora da rescisão do contrato de trabalho por justa causa. Se à lei repugna a agressão física ao empregador, da mesma forma repudia ofensa à integridade física do empregado.

Observe-se que a legítima defesa afasta a figura faltosa sob comento.

Redução do trabalho com prejuízo dos salários

Um dos artifícios mais sutis de alguns empregadores é a redução dos serviços do empregado, de forma a diminuir-lhe os salários, buscando induzi-lo a demitir-se. É o caso do empregado que recebe por peça ou tarefa e que, com a diminuição de seus serviços, tem reduzido seu salário.

A redução das comissões, com alteração nos ganhos do obreiro, ou a supressão pura e simples das comissões, envolvendo perda salarial, são formas de comportamento que consubstanciam falta grave do empregador, ensejadoras da ruptura do contrato laboral.

Morte do empregador pessoa física – empresa individual

A vinculação do empregado à empresa, e consequente despersonalização física ou jurídica do empregador, visou, inequivocamente, a preservação do emprego. Daí o princípio assentado no art. 448 da CLT de que "a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados".

Em tais condições, o contrato de trabalho subsiste na ocorrência de sucessão *causa mortis* ou *inter vivos*.

A legislação obreira, porém, contém uma exceção a essa regra, facultando ao empregado dar por rescindido seu contrato de trabalho no caso de falecimento do empregador constituído em empresa individual, ou seja, do empregador pessoa física – art. 483, § 2º, da CLT.

Lembra Russomano que "pela circunstância de ser o empregador constituído em empresa individual pode o empregado ter feito o contrato em atenção às suas condições pessoais. Morto aquele, as condições vigorantes ficam abaladas, porque, exemplificando, pode o empregado não ter nos herdeiros a confiança que tinha no empregador falecido"[251].

Não se deve confundir a hipótese em exame com a extinção da empresa, por morte do empresário (art. 485 da CLT).

Na hipótese sob comento, o empregado dá por rescindido o contrato de trabalho por morte do empregador pessoa física, por não lhe convir prestar serviços a seus herdeiros: "no caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho".

Na ocorrência do fato, não está o empregado na obrigação de cumprir o pré-aviso aos herdeiros do empresário, podendo, simplesmente, deixar os serviços, a eles não mais retornando.

Extinção da empresa por morte do empregador

Em determinadas circunstâncias, a morte do empregador traz como consequência o encerramento das atividades

251. *Comentários à CLT*, cit., v. 1, p. 577.

empresariais. Tal fato implica a rescisão do contrato de trabalho do obreiro, o que equivale a sua dispensa, fazendo-o credor das denominadas verbas rescisórias ou indenizatórias.

Desempenho de obrigações legais incompatíveis com a continuação do serviço

O § 1º do art. 483 da CLT contém hipótese de *suspensão* ou de *rescisão* do contrato de trabalho. É o caso de empregado eleito vereador de sua cidade e que, em razão de suas obrigações legais, vê-se impossibilitado de continuar prestando serviços – "o empregado poderá *suspender* a prestação dos serviços ou *rescindir* o contrato, quando desempenhar obrigações legais incompatíveis com a continuação do serviço".

Também nessa hipótese, não está obrigado a pré-avisar o empregador, tampouco fará jus a qualquer verba rescisória.

Rescisão indireta com permanência no emprego

O empregado pode, independentemente da ação trabalhista proposta, permanecer no emprego, aguardando o desfecho da ação, nas seguintes hipóteses: "não cumprir o empregador as obrigações do contrato" (normalmente mora salarial); "o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários" (redução das peças, de comissões, etc.).

7. *Culpa recíproca*

A culpa recíproca ocorre quando há simultaneidade ou sucessão de faltas, como expõe Antonio Lamarca[252]. É a chamada "compensação de faltas que se configura quando as partes têm, simultaneamente, a responsabilidade pelo ocorrido" – Russomano[253].

Nélio Reis observa que é indispensável para a configuração da hipótese sob comento que: "a) a culpa recíproca seja concomitante; b) seja determinante da dissolução do contrato; c) a culpa consequente seja grave"[254].

Proclamada judicialmente a culpa recíproca, em conformidade com a Súmula 14 do TST:

> "Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais".

Lembra Julpiano Chaves Cortez que, "em caso de culpa recíproca, a multa/indenização ou fundiária corresponderá à metade da prevista na situação da dispensa sem justa causa – Lei n. 8.036/90, art. 18, §§ 1º e 2º"[255].

Factum principis

Denomina-se *factum principis* o ato ou fato emanado de autoridade pública. Para Diogenes Gasparini, "é toda determinação estatal, positiva ou negativa, geral e imprescindível, que onera extraordinariamente ou que impede a execução do contrato e obriga a Administração Pública a compensar integralmente os prejuízos suportados pelo contratante particular"[256].

---

252. *Manual das Justas Causas*, cit., p. 287.

253. *Comentários à CLT*, cit., v. 1, p. 574.

254. *Alteração do Contrato de Trabalho*, cit., p. 337.

255. *Manual das Rescisões Trabalhistas*, 3. ed., São Paulo, LTr, p. 188.

256. *Direito Administrativo*, São Paulo, Saraiva, p. 265.

Assim, em conformidade com o art. 486 da CLT, havendo paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou, ainda, pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade empresarial, prevalecerá o pagamento de indenização, a cargo do governo responsável.

Cabe ao empregador invocar o *factum principis*, quando, então, notificar-se-á a autoridade pública indicada para que esta, no prazo de trinta dias, alegue o que entender de direito.

Obviamente a citação da autoridade pública estará sujeita ao crivo do Juiz do Trabalho, que, entretanto, poderá indeferi-la liminarmente, se entender não patenteado o *factum principis*.

Convencido da ocorrência do ato da autoridade, o Juiz do Trabalho dar-se-á por incompetente, determinando a remessa dos autos à Vara Privativa dos Feitos da Fazenda Pública (se municipal ou estadual), ou à Justiça Federal (se federal a autoridade).

Terminativa do feito na esfera da Justiça Trabalhista, dessa decisão caberá recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho.

Observe-se que não há falar em *factum principis*, na ocorrência de cancelamento de concessão, que é, como se sabe, transitória e precária, passível de revogação por ato unilateral da autoridade respectiva.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 13 do Tribunal Superior do Trabalho. Mora.** O só pagamento dos salários atrasados em audiência não elide a mora capaz de determinar a rescisão do contrato de trabalho. (RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969)

▷ **Súmula 14 do Tribunal Superior do Trabalho. Culpa recíproca. Nova redação.** Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais. (Redação original – RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 32 do Tribunal Superior do Trabalho. Abandono de emprego. Nova redação.** Presume-se o abandono de emprego se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de 30 (trinta) dias após a cessação do benefício previdenciário nem justificar o motivo de não o fazer. (Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 62 do Tribunal Superior do Trabalho. Abandono de emprego.** O prazo de decadência do direito do empregador de ajuizar inquérito, contra o empregado que incorre em abandono de emprego, é contado a partir do momento em que o empregado pretendeu seu retorno ao serviço. (RA 105/74, *DJ*, 24-10-1974)

▷ **Súmula 73 do Tribunal Superior do Trabalho. Falta grave. Nova redação.** A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória. (Redação original – RA 69/78, *DJ*, 26-9-1978 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 125 do Tribunal Superior do Trabalho. Contrato de trabalho. Art. 479 da CLT.** O art. 479 da CLT

aplica-se ao trabalhador optante pelo FGTS, admitido mediante contrato por prazo determinado, nos termos do art. 30, § 3º, do Decreto n. 59.820, de 20-12-66. (RA 83/81, *DJ*, 6-10-1981) Referência: Dec. n. 59.820/66, art. 30, § 3º – CLT, art. 479.

▷ **Súmula 171 do Tribunal Superior do Trabalho. Férias proporcionais. Contrato de trabalho. Extinção. Nova redação.** Salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses (art. 147 da CLT). Ex-prejulgado n. 51. (Redação original – RA 102/82, *DJ*, 11-10-1982, e *DJ*, 15-10-1982 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 173 do Tribunal Superior do Trabalho. Salário. Empresa. Cessação de atividades.** Extinto, automaticamente, o vínculo empregatício com a cessação das atividades da empresa, os salários só são devidos até a data da extinção. Ex-Prejulgado n. 53. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 244 do Tribunal Superior do Trabalho. Gestante. Estabilidade provisória. (Redação do item III alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012, *DEJT*, 25, 26 e 27-9-2012)**

I – O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, "b" do ADCT).

II – A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.

III – A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.

▷ **Súmula 330 do Tribunal Superior do Trabalho. "Quitação. Validade. Revisão do Enunciado n. 41. Com redação dada pela Res. n. 108/2001 – *DJ*, 18-4-2001.** A quitação passada pelo empregado, com assistência de entidade sindical de sua categoria, ao empregador, com observância dos requisitos exigidos nos parágrafos do art. 477 da CLT, tem eficácia liberatória em relação às parcelas expressamente consignadas no recibo, salvo se oposta ressalva expressa e especificada ao valor dado à parcela ou parcelas impugnadas. I – A quitação não abrange parcelas não consignadas no recibo de quitação e, consequentemente, seus reflexos em outras parcelas, ainda que essas constem desse recibo. II – Quanto a direitos que deveriam ter sido satisfeitos durante a vigência do contrato de trabalho, a quitação é válida em relação ao período expressamente consignado no recibo de quitação". (Res. 22/93, *DJ*, 21-12-1993)

▷ **Súmula 339 do Tribunal Superior do Trabalho. CIPA. Suplente. Garantia de emprego. CF/1988.** (Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 25 e 329 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – O suplente da CIPA goza da garantia de emprego prevista no art. 10, II,

"a", do ADCT a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

II – A estabilidade provisória do cipeiro não constitui vantagem pessoal, mas garantia para as atividades dos membros da CIPA, que somente tem razão de ser quando em atividade a empresa. Extinto o estabelecimento, não se verifica a despedida arbitrária, sendo impossível a reintegração e indevida a indenização do período estabilitário.

▷ **Súmula 371 do Tribunal Superior do Trabalho. Aviso prévio indenizado. Efeitos. Superveniência de auxílio-doença no curso deste.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 40 e 135 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

A projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias. No caso de concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio, todavia, só se concretizam os efeitos da dispensa depois de expirado o benefício previdenciário.

▷ **Súmula 378 do Tribunal Superior do Trabalho. Estabilidade provisória. Acidente do trabalho. Art. 118 da Lei n. 8.213/1991.** (Inserido item III – Res. 185/2012, *DEJT*, 25, 26 e 27-9-2012)

I – É constitucional o artigo 118 da Lei n. 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado.

II – São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.

III – O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia provisória de emprego decorrente de acidente de trabalho prevista no art. 118 da Lei n. 8.213/91.

▷ **Súmula 379 do Tribunal Superior do Trabalho. Dirigente sindical. Despedida. Falta grave. Inquérito judicial. Necessidade.** (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 114 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

O dirigente sindical somente poderá ser dispensado por falta grave mediante a apuração em inquérito judicial, inteligência dos arts. 494 e 543, § 3º, da CLT.

▷ **Súmula 388 do Tribunal Superior do Trabalho. Massa falida. Arts. 467 e 477 da CLT. Inaplicabilidade.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 201 e 314 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

A Massa Falida não se sujeita à penalidade do art. 467 e nem à multa do § 8º do art. 477, ambos da CLT.

▷ **Súmula 197 do Supremo Tribunal Federal.** O empregado com representação sindical só pode ser despedido mediante inquérito em que se apure falta grave.

▷ **Súmula 403 do Supremo Tribunal Federal.** É de decadência o prazo de trinta dias para instauração do inquérito judicial, a contar da suspensão, por falta grave, de empregado estável.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 16 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Taxa de homologação de rescisão contratual. Ilegalidade.**

É contrária ao espírito da lei (art. 477, § 7º, da CLT) e da função precípua do Sindicato a cláusula coletiva que estabelece taxa para homologação de rescisão contratual, a ser paga pela empresa a favor do sindicato profissional.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 14 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Aviso prévio cumprido em casa. Verbas rescisórias. Prazo para pagamento. (Art. 477, § 6º, *b*, da CLT)** Inserida em 25-11-1996 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

Em caso de aviso prévio cumprido em casa, o prazo para pagamento das verbas rescisórias é até o décimo dia da notificação de despedida.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 148 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Lei n. 8.880/ 1994, art. 31. Constitucionalidade.** Inserida em 27-11-1998 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

É constitucional o art. 31 da Lei n. 8.880/94 que prevê a indenização por demissão sem justa causa.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 162 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Multa. Art. 477 da CLT. Contagem do prazo. Aplicável o art. 132 do Código Civil de 2002.** Inserida em 26-3-1999 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

A contagem do prazo para quitação das verbas decorrentes da rescisão contratual prevista no artigo 477 da CLT exclui necessariamente o dia da notificação da demissão e inclui o dia do vencimento, em obediência ao disposto no artigo 132 do Código Civil de 2002 (artigo 125 do Código Civil de 1916).

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 238 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Multa. Art. 477 da CLT. Pessoa jurídica de direito público. Aplicável.** Inserida em 20-6-2001 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

Submete-se à multa do artigo 477 da CLT a pessoa jurídica de direito público que não observa o prazo para pagamento das verbas rescisórias, pois nivela-se a qualquer particular, em direitos e obrigações, despojando-se do *jus imperii* ao celebrar um contrato de emprego.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 253 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Estabilidade provisória. Cooperativa. Lei n. 5.764/71. Conselho fiscal. Suplente. Não assegurada.** O art. 55 da Lei n. 5.764/71 assegura a garantia de emprego apenas aos empregados eleitos diretores de Cooperativas, não abrangendo os membros suplentes.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 6 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação Rescisória. Cipeiro-Suplente. Estabilidade. ADCT da CF/88, art. 10, II, *a*. Súmula 83 do TST.** (Inserida em 20-9-2000. Nova redação – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) Rescinde-se o julgado que nega estabilidade a membro suplente de CIPA, representante de empregado, por ofensa ao art. 10, II, *a*, do ADCT da CF/88, ainda que se cuide de decisão anterior à Súmula 339 do TST. Incidência da Súmula 83 do TST.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 16 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Taxa de homologação de rescisão contratual. Ilegalidade.** É contrária ao espírito da lei (art. 477,

§ 7º, da CLT) e da função precípua do Sindicato a cláusula coletiva que estabelece taxa para homologação de rescisão contratual.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 30 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Estabilidade da gestante. Renúncia ou transação de direitos constitucionais. Impossibilidade.** (Republicada em decorrência de erro material – *DEJT*, 19, 20 e 21-9-2011) Nos termos do art. 10, II, *b*, do ADCT, a proteção à maternidade foi erigida à hierarquia constitucional, pois retirou do âmbito do direito potestativo do empregador a possibilidade de despedir arbitrariamente a empregada em estado gravídico. Portanto, a teor do artigo 9º da CLT, torna-se nula de pleno direito a cláusula que estabelece a possibilidade de renúncia ou transação, pela gestante, das garantias referentes à manutenção do emprego e salário.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 31 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Estabilidade do acidentado. Acordo homologado. Prevalência. Impossibilidade. Violação do art. 118, Lei 8.213/91.** Não é possível a prevalência de acordo sobre legislação vigente, quando ele é menos benéfico do que a própria lei, porquanto o caráter imperativo dessa última restringe o campo de atuação da vontade das partes.

▷ **Precedente Normativo n. 53 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Rescisão do contrato de trabalho do chefe de família** (positivo). A rescisão do contrato de trabalho rural, sem justa causa, do chefe da unidade familiar é extensiva à esposa, às filhas solteiras e aos filhos até 20 anos de idade, que exerçam atividades na propriedade, mediante opção destes.

▷ **Precedente Normativo n. 82 do Tribunal Superior do Trabalho. Dissídio coletivo. Garantia de salários e consectários.** (positivo). Defere-se a garantia de salários e consectários ao empregado despedido sem justa causa, desde a data do julgamento do dissídio coletivo até 90 dias após a publicação do acórdão, limitado o período total a 120 dias.

▷ **Precedente Normativo n. 93 do Tribunal Superior do Trabalho. Comprovante de pagamento** (positivo). O pagamento do salário será feito mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e do qual constarão a remuneração, com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, os dias trabalhados ou o total da produção, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para a Previdência Social, e o valor correspondente ao FGTS. (Ex-PN n. 153)

▷ **Quitação. Validade.** Conforme o Enunciado n. 330, já com a redação emprestada pela Resolução n. 108/2001 do TST, publicada no *DJ* de 19-4-2001, verifica-se que o termo de rescisão do contrato, mesmo que esteja devidamente formalizado, não inibe o direito de ação no que toca às parcelas não consignadas no recibo de quitação, e, consequentemente, seus reflexos em outras parcelas, ainda que essas constem desse recibo, e às diferenças de verbas já pagas, no caso de existência de ressalva, expressa e especificada, ao valor dado a elas. Assim, porque o recibo de quitação não tem o condão de conferir a eficácia liberatória plena postulada pela reclamada,

segundo o verbete sumular supracitado, fica inviabilizada a admissão da revista por esse prisma. Não conheço. (TST, RR 356.327/97, j. 24-10-2001, 1ª T., Rel. Min. Ronaldo José Lopes Leal, *DJ*, 14-12-2001)

▷ **Multa. Atraso na assistência à quitação.** O recibo de quitação só é válido quando feito com a assistência – vulgar e a tecnicamente denominada "homologação" – sindical ou do Ministério do Trabalho (CLT, art. 477, § 1º). Trata-se de condição de validade que, desatendida, não exonera o ex-empregador do dever legal de pagar os títulos resilitórios no dia imediato ao da terminação do contrato ou nos dez dias subsequentes à comunicação da dispensa, conforme o caso. E em consequência, sujeita-o às multas correspondentes. (TRT/SP, Ac. 20010751593, j. 11-6-2001, RO 20000357051, 7ª T., Rel. Desig. Iara Ramires da Silva, *DOE/SP*, 30-11-2001)

▷ **Recibo de quitação. Nulidade.** É vedado ao menor de 18 (dezoito) anos dar, sem assistência de seus responsáveis legais, quitação ao empregador pelo recebimento da indenização que lhe for devida (art. 439 da CLT). (...) (TRT/4ª R., RO 95.026576-4, j. 25-9-1996, 1ª T., Rel. Juíza Ester Pontremoli Vieira Rosa, *DJ*, 18-11-1996)

▷ **Verbas rescisórias. Prazo de pagamento. Aviso prévio encerrado no sábado. Pagamento no primeiro dia útil seguinte.** (TRT/SP, Ac. 20010576376, j. 11-9-2001, RO 20000502167, 6ª T., Rel. Rafael E. Pugliese Ribeiro, *DOE/SP*, 28-9-2001)

▷ **Ação de consignação em pagamento. Verbas rescisórias. Correção monetária.** O ajuizamento de ação de consignação destinada à quitação das verbas rescisórias após findo o prazo legal previsto no art. 477, § 6º, da CLT, não afasta a aplicação da multa prevista no parágrafo 8º do mesmo artigo e tampouco modifica a época própria para incidência da correção monetária. (TRT/9ª R., Ac. 3.728/2001, j. 9-2-2001, RO 8.191/2000, Rel. Desig. Juiz Celio Horst Waldraff, *DJPr*, 9-2-2001)

▷ **Justa causa.** Ainda que homologado, nos termos do art. 477 da CLT, o recibo de quitação não prova, nem representa confissão, a respeito da ocorrência de justa causa para a rescisão do contrato. (TRT/SP, Ac. 20010495384, j. 13-8-2001, RO 20000302052, 9ª T., Rel. Luiz Edgar Ferraz de Oliveira, *DOE/SP*, 28-8-2001)

▷ **Rescisão antecipada de contrato por prazo determinado. Indenização.** Havendo cláusula contratual que assegure o direito recíproco de rescisão antecipada do contrato de trabalho firmado por prazo determinado, tal rescisão opera-se segundo os princípios que regulam a rescisão de contrato por prazo indeterminado, restando afastada a incidência da indenização na forma prevista no art. 479 da CLT. Recurso de revista a que se dá provimento. (TST, RR 366.758/97, j. 28-3-2001, 5ª T., Rel. Min. Gelson de Azevedo, *DJ*, 27-4-2001)

▷ **Despedida sem justa causa. Contrato por prazo determinado.** Inexistindo no contrato de experiência firmado entre as partes cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, a rescisão antecipada, de iniciativa do empregador, faz incidir a regra prevista no art. 479 da CLT, que assegura ao empregado, a título de indenização, o pagamento, pela metade,

da remuneração a que faria jus até o fim do contrato. (TRT/4ª R., RO 00344.903/99-0, j. 31-1-2001, 4ª T., Rel. Juíza Teresinha Maria Delfina Signori Correia, *DJ*, 5-3-2001)

▷ **Demissão. Pedido confessado. Falta de homologação.** Tendo o empregado admitido claramente em depoimento pessoal haver tomado a iniciativa da demissão, não há mais por que perquirir sobre a observância do disposto no art. 477, par. 1º, da CLT, tendo em vista a prevalência da confissão perante o Juízo, livre de coação ou qualquer outra injunção de vício suscetível de acarretar a nulidade do ato. (TRT/SP, Ac. 20010443570, j. 30-7-2001, RO 20000416201, 8ª T., Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 14-8-2001)

▷ **Rescisão indireta, abandono de emprego e pedido de demissão.** A descaracterização da justa causa patronal, por decisão judicial, importa, necessariamente, no reconhecimento do abandono de emprego, se o empregado deixou o serviço, para aguardar o resultado da demanda, ainda que se tenha utilizado da faculdade que lhe confere o § 3º do artigo 483, da CLT. Impossível considerar este afastamento como pedido de demissão, que constitui ato de direito potestativo pelo qual o trabalhador apenas dá ciência ao patrão de que não mais irá trabalhar, sem imputar-lhe nenhuma justa causa. A rescisão indireta e o pedido de demissão repelem-se recíproca e necessariamente, como respectivas formas de resolução e resilição do contrato de trabalho. Rejeitada a justa causa patronal, remanesce a saída abrupta e sem justificativa do trabalhador, o que caracteriza abandono de emprego. Recurso ordinário provido para afastar o pedido de demissão e reconhecer o abandono de emprego. (TRT/SP, Ac. 20010710099, j. 6-11-2001, RO 20000597672, 5ª T., Rel. Fernando Antonio Sampaio da Silva, *DOE/SP*, 23-11-2001)

▷ **Plano de incentivo à demissão consentida. Indenização adicional indevida. Art. 9º da Lei n. 6.708/79.** A adesão a planos de demissão voluntária é espécie de resilição bilateral do contrato de trabalho. Não se trata de demissão por ato arbitrário do empregador, mas de acordo de vontades que extingue a relação empregatícia. Portanto, não está atendido o requisito da dispensa sem justa causa, disposto no artigo 9º da Lei n. 6.708/79. Recurso de revista conhecido e provido. (TST, RR 647.107/2000, j. 22-8-2001, 2ª T., Rel. Juiz Convocado Aloysio Corrêa da Veiga, *DJ*, 9-11-2001)

▷ **Desídia.** A falta injustificada ao serviço, por si só, não constitui justa causa, salvo se vier acompanhada de algum fato que a lei considere grave o suficiente para justificar a rescisão, conforme leitura dos arts. 130, § 1º, 131 e 473 da CLT. (TRT/SP, Ac. 20010167328, j. 16-4-2001, RO 20000293479, 9ª T., Rel. Juiz Luiz Edgar Ferraz de Oliveira, *DOE/SP*, 4-5-2001)

▷ **Rigor excessivo do empregador. Insubordinação não caracterizada.** A ré reconheceu haver mantido o empregado a sua disposição (de 17/12/98 a 29/12/98), sem qualquer atividade. Este fato caracteriza o constrangimento sofrido pelo empregado porque tratado de modo abusivo e vexatório. Os limites do poder diretivo – entre outros dispositivos, inclusive de ordem constitucional – estão abran-

Proteção ao salário

"X – proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa."

► Comentários

A expressão utilizada pelo constituinte deixa clara a distinção entre *retenção legal* e *retenção dolosa*. A primeira, isto é, a *retenção legal*, está prevista na legislação ordinária (arts. 487, § 2º, e 767 da CLT).

A retenção dolosa, como afirma Eduardo Gabriel Saad, "é aquela feita pelo empregador com a intenção de prejudicar o empregado"[14].

Em que pesem respeitáveis opiniões diversas, consideramos desnecessária lei ordinária definindo a retenção dolosa como crime, por entendermos recepcionado pela Constituição Federal vigente o art. 203 do Código Penal, que capitula como crime a *frustração de direito assegurado por lei trabalhista*:

"Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho:

Pena: detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, e multa, além da pena correspondente à violência".

Ora, a retenção dolosa de salário, por violência ou artifícios (descontos sabidamente indevidos, fornecimento de vales que só admitem compras em estabelecimentos de propriedade do empregador etc.), constitui crime manifesto contra a organização do trabalho, sem necessidade de interpretações mais acuradas. É, *data venia*, de clareza cristalina, como, aliás, deixa entrever v. acórdão do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo:

"Irredutibilidade de salário – Descontos. O princípio consagrado no art. 462, da CLT, foi elevado à categoria de norma constitucional (art. 7º, inciso X). A retenção dolosa do mesmo constitui crime. Os descontos são autorizados somente mediante concordância expressa do trabalhador e nas situações previstas pela lei" (TRT/SP, Proc. 02930376931, 5ª T., Ac. 9.402/95, Rel. Francisco Antonio de Oliveira).

Participação nos lucros

"XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei."

► Comentários

O Direito do Trabalho foi, sem sombra de dúvida, o primeiro ramo do Direito a contribuir, de forma efetiva, para a visão institucional da empresa – unidade econômica destinada à produção e circulação de bens ou serviços; agrupamento de pessoas e bens destinados à exploração de uma atividade econômica organizada; atividade econômica estruturada na trilogia *empresário*, *capital* e *trabalho*.

Como já observava Waldemar Ferreira, "a empresa é um organismo vivo, no interior do qual, empregador e empregados se unem em comunidade de produção e procuram, por sua atividade comum, atingir o mais alto nível econômico e o maior rendimento"[15].

Para a empresa conjugam-se os interesses lucrativos do empresário, de subsistên-

14. Ob. e loc. cits.

15. Waldemar Ferreira, *Instituições de Direito Comercial*, Freitas Bastos, 1947, t. 2, p. 45 e s.

gidos pelo artigo 483 da CLT o qual, na alínea *b*, repudia o rigor excessivo do empregador, a ponto de caracterizar a justa causa empresarial.
Eventual recusa do empregado em ser transferido é ato secundário e consequente das atitudes constrangedoras do empregador. Recurso improvido. (TRT/SP, Ac. 20010595940, j. 18-9-2001, RO 20000131436, 10ª T., Rel. Homero Andretta, *DOE/SP*, 2-10-2001)

▷ **Recurso de Revista. Justa causa. Abandono de emprego.** Não viola o disposto no artigo 482, alínea "i", da CLT a decisão que entendeu configurado o *animus* do abandono do emprego pela ausência injustificada do Reclamante ao trabalho por vinte e sete (27) dias consecutivos, seguida de briga entre empregados, com agressões físicas. O elemento subjetivo, neste caso, não guarda pertinência com a presunção decorrente da falta por mais de trinta (30) dias, mas, sim, da análise do contexto fático em que decorreu da longa ausência ao trabalho. Recurso de Revista não conhecido. (TST, RR 361.774/97, j. 2-8-2000, 3ª T., Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula, *DJ*, 25-8-2000)

▷ **Ação rescisória. Empregado despedido por prática de ato de improbidade. Absolvição no juízo criminal por falta de provas. Prova falsa. Art. 482, *a*, da CLT.** Sentença rescindenda em que se concluiu pela adequação da despedida do empregado por justa causa, com base nas informações constantes do inquérito policial e no fato de o empregado, devidamente assistido por seu sindicato, ter aceito sem ressalvas o motivo da despedida consignado no termo de rescisão contratual. Absolvição do empregado no juízo criminal por falta de provas. Inviabilidade do pedido rescisório com fundamento no inciso VI do art. 485 do CPC. Violação do art. 482, "a", da CLT que só seria comprovada mediante reapreciação de matéria fática. Recurso ordinário a que se nega provimento. (TST, ROAR 616.398/1999, j. 13-11-2001, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. Gelson de Azevedo, *DJ*, 14-12-2001)

▷ **Justa causa. Configuração. Ato de Improbidade agravado pelo cargo de confiança ocupado pelo reclamante.** O reclamante, ocupando cargo de gerente, traiu a confiança nele depositada pela sua empregadora, quando levou para seu uso objeto de propriedade desta e sem autorização, só devolvendo-o com a ocorrência da conclusão da inspeção realizada. Configuração de ato de improbidade que justifica a demissão por justa causa. (TRT/15ª R., Ac. 46.488/2001, j. 22-10-2001, RO 25.685/99, Seção Especializada, Rel. Antônio Mazzuca, *DOE/SP*, 22-10-2001)

▷ **Dispensa. Justa causa. Ato de improbidade. Desídia. Configuração.** 1. A configuração de improbidade (art. 482, *a*, da CLT) supõe a prática de atos em que resulte comprovada de forma sólida a má-fé, ou que revelem claramente desonestidade, abuso, fraude. Sobressai, como condição essencial à configuração da improbidade, o dolo do agente. 2. Já a desídia (art. 482, *e*, da CLT), se não requer a presença do dolo exigido na improbidade, pressupõe a existência ao menos de negligência ou imprudência ou, ainda, para alguns, também de imperícia –, como expressões da culpa nessa modalidade

de justa causa. 3. Assim, afigura-se inviável a caracterização das aludidas faltas justificadoras de dispensa motivada se o acórdão recorrido não consigna a existência de algum desses elementos. 4. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (TST, AIRR 813.783/01.0, 1ª T., Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 15-10-2004)

▷ **Assédio sexual. Rescisão indireta.** A empregada que sofre assédio sexual por superior hierárquico, registrando a ocorrência e sem que a administração empresarial tome quaisquer providências, tem autorizada a rescisão indireta do contrato de trabalho. (TRT/12ª R., Ac. 2.896, j. 13-2-2001, RO-V 6.632/2000, 1ª T., Rel. Juiz C. A. Godoy Ilha, *DJ/SC*, 30-3-2001)

▷ **Rescisão indireta do contrato de trabalho. Artigo 483 da CLT. Atrasos no pagamento de salários. Décimo terceiro salário. Não recolhimento do FGTS.** 1. A redação da alínea *d* do artigo 483 da CLT não encerra dúvida em relação à sua aplicabilidade. Não obstante opiniões em contrário, as obrigações contratuais inadimplidas pelo empregador não podem ser relativizadas, de modo a não se reconhecer como faltas de relevância o atraso no pagamento de salários, do décimo terceiro salário e do não recolhimento das contribuições para o FGTS. Evidencia-se, pois, que as faltas cometidas pela Reclamada não se afiguram leves. Se é possível avaliar a gravidade das faltas concernentes aos salários e décimo terceiro salário pelos dias de atraso, esse raciocínio não há como ser admitido quando verificado o não recolhimento das contribuições para o FGTS, pois, embora possa não representar um impacto direto no salário mensal, constitui real ameaça à única garantia à disposição do empregado para fazer face à dispensa imotivada, razão pela qual representa direito de amplo alcance social, cuja imperatividade não admite o uso de evasivas. 2. Recurso de revista conhecido e provido. (TST, RR 18.466/2000-015-09-40.4, 1ª T., Rel. Min. Emmanoel Pereira, *DJ*, 1º-10-2004)

▷ **Condenação criminal por furto. Justa causa.** A condenação de empregado pela Justiça Criminal é motivo ensejador da ruptura do contrato de trabalho pelos motivos indicados nas alíneas "a" e "d" do art. 482 da CLT, ainda que o furto tenha ocorrido fora das dependências da reclamada. (TRT/15ª R., Ac. 6.332/2000, j. 14-2-2000, RO 27.750/98, 5ª T., Rel. Eliana Felippe Toledo, *DOE*, 14-2-2000)

▷ **Justa causa. Embriaguez no local de trabalho.** O alcoolismo, apesar de ser atualmente considerado doença, está tipificado na CLT como ensejador de falta grave, acarretando a justa causa (*ex vi* do artigo 482, alínea "f", da CLT). Recurso de Revista conhecido e provido para julgar improcedente a Reclamação, invertidos os ônus da sucumbência, isento. (TST, RR 572.919/1999.0, 3ª T., Rel. Carlos Alberto Reis de Paula, *DJ*, 7-5-2004)

▷ **Embargos. Justa causa. Alcoolismo crônico. Art. 482, *f*, da CLT.** 1. Na atualidade, o alcoolismo crônico é formalmente reconhecido como doença pelo Código Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde, OMS, que o classifica sob o título de síndrome de dependência do álcool (referência F-10.2). É patologia que gera compulsão, impele o alcoo-

lista a consumir descontroladamente a substância psicoativa e retira-lhe a capacidade de discernimento sobre seus atos. Clama, pois, por tratamento e não por punição. 2. O dramático quadro social advindo desse maldito vício impõe que se dê solução distinta daquela que imperava em 1943, quando passou a viger a letra fria e hoje caduca do art. 482, *f*, da CLT, no que tange à embriaguez habitual. 3. Por conseguinte, incumbe ao empregador, seja por motivos humanitários, seja porque lhe toca indeclinável responsabilidade social, ao invés de optar pela resolução do contrato de emprego, sempre que possível, afastar ou manter afastado do serviço o empregado portador dessa doença, a fim de que se submeta a tratamento médico visando a recuperá-lo. 4. Recurso de embargos conhecido, por divergência jurisprudencial, e provido para restabelecer o acórdão regional. (TST, E-RR 586.320/99.1, SBDI-1, Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 21-5-2004)

▷ **Justa causa. Violação de segredo da empresa. Concorrência desleal.** Caracteriza justa causa por violação de segredo da empresa e concorrência desleal a prática de atos consistentes em apropriação e comercialização irregular de programas de informática desenvolvidos pela empresa. (TRT/15ª R., Ac. 644/2000, j. 18-1-2000, RO 29.388/98, 1ª T., Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, *DOE/SP*, 18-1-2000)

▷ **Justa causa. Desídia. Ato isolado.** Não constitui justa causa, em ordem de quebrar a confiança ínsita ao contrato de trabalho e autorizar a sua rescisão unilateral, a ocorrência de uma falta, durante a jornada de trabalho. Desidioso é o empregado que, na execução do serviço, revela reiteradamente má vontade e pouco zelo. Assim, somente quando reiterados os atos faltosos, seguidos de advertência do empregador, resta justificada a dispensa do empregado, por justa causa, fundada em desídia. **Indisciplina.** A indisciplina consiste na violação de um dever de obediência genérica tomado pelo empregador, ordens que podem estar contidas em circular, instruções gerais ou no regulamento da empresa, prestando-se a falta à graduação e individualização à categoria ou responsabilidade do empregado na empresa, não podendo ser penalizado com demissão por justa causa na primeira e inexplicável ocorrência faltosa. Recurso de Revista conhecido e negado provimento. (TST, RR 665.967/2000, j. 18-10-2000, 3ª T., Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula, *DJ*, 24-11-2000)

▷ **Justa causa. Ato de concorrência ao empregador. Art. 482, *c*, da CLT.** 1. A negociação habitual, nos termos tipificados na CLT, somente se configura se o empregado pratica ato de concorrência ao empregador, buscando tomar-lhe clientes e com isso reduzir-lhe o faturamento e causar-lhe prejuízo. 2. Ademais, o empregado é livre para trabalhar para diversos empregadores, sem estar gerando a concorrência ao empregador, porquanto o elemento da letra *c* do art. 482 da CLT não veda ao empregado a possibilidade de ativar-se em dois empregos, ou então, uma vez empregado, complementar seu salário com o exercício de atividade comercial autônoma em horário diferenciado daquele

em que se dedica ao emprego. 3. Recurso de revista conhecido e provido para, afastada a justa causa, restabelecer a sentença de origem. (TST, RR 713.081/00.0, 1ª T., Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 8-10-2004)

▷ **Da culpa recíproca.** Exige a concomitância de três elementos: nexo causal, proporcionalidade e atualidade. O binômio causa e efeito são consecutivos. Não se traduz em "culpa recíproca" o abandono do emprego pressionado pelo não pagamento de salários e descontos indevidos. O abandono foi uma consequência de sobrevivência face aos desmandos patrocinados pela empresa. (TRT/SP, Ac. 02960373213, j. 23-7-1996, RO01 02950090316, 5ª T., Rel. Francisco Antonio de Oliveira, *DOE/SP*, 5-8-1996)

▷ **"Factum principis". Paralisação da atividade da empresa em decorrência de lei municipal.** Reconhecida a impossibilidade de continuação da atividade econômica da empresa demandada em virtude da publicação de Lei Municipal, resta devidamente configurada a ocorrência do "factum principis", nos termos do artigo 486 da CLT. Recurso não conhecido. (TST, RR 486.793/98, j. 16-5-2001, 2ª T., Rel. Juiz Convocado Aloysio Corrêa da Veiga, *DJ*, 8-6-2001)

Capítulo VI
Do Aviso Prévio

Art. 487. Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra da sua resolução com a antecedência mínima de:

I – 8 (oito) dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior; (Inciso com redação pela Lei n. 1.530, de 26-12-1951.)[257]

II – 30 (trinta) dias aos que perceberem por quinzena ou mês, ou que tenham mais de 12 (doze) meses de serviço na empresa. (Inciso com redação pela Lei n. 1.530, de 26-12-1951.)

§ 1º A falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço.

§ 2º A falta de aviso prévio por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.

§ 3º Em se tratando de salário pago na base de tarefa, o cálculo, para os efeitos dos parágrafos anteriores, será feito de acordo com a média dos últimos 12 (doze) meses de serviço.

§ 4º É devido o aviso prévio na despedida indireta. (Parágrafo incluído pela Lei n. 7.108, de 5-7-1983.)

§ 5º O valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio indenizado. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.218, de 11-4-2001.)

§ 6º O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso, que integra seu tempo de serviço para todos os efeitos legais. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.218, de 11-4-2001.)

Art. 488. O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, e

257. Este inciso foi tacitamente revogado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelece 30 dias como o prazo mínimo de duração do aviso prévio. *Vide* comentários no item 1 – "Natureza jurídica do aviso prévio".

se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de 2 (duas) horas diárias, sem prejuízo do salário integral.

Parágrafo único. É facultado ao empregado trabalhar sem a redução das 2 (duas) horas diárias previstas neste artigo, caso em que poderá faltar ao serviço, sem prejuízo do salário integral, por 1 (um) dia, na hipótese do inciso I, e por 7 (sete) dias corridos, na hipótese do inciso II do art. 487 desta Consolidação. (Parágrafo incluído pela Lei n. 7.093, de 25-4-1983.)

Art. 489. Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo, mas, se a parte notificante reconsiderar o ato, antes de seu termo, à outra parte é facultado aceitar ou não a reconsideração.

Parágrafo único. Caso seja aceita a reconsideração ou continuando a prestação depois de expirado o prazo, o contrato continuará a vigorar, como se o aviso prévio não tivesse sido dado.

Art. 490. O empregador que, durante o prazo do aviso prévio dado ao empregado, praticar ato que justifique a rescisão imediata do contrato, sujeita-se ao pagamento da remuneração correspondente ao prazo do referido aviso, sem prejuízo da indenização que for devida.

Art. 491. O empregado que, durante o prazo do aviso prévio, cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão, perde o direito ao restante do respectivo prazo.

► *Comentários*

1. *Natureza jurídica do aviso prévio*

O aviso prévio é, inquestionavelmente, uma notificação que uma das partes do contrato de trabalho faz à outra, dando-lhe ciência da rescisão do pacto laboral. É, portanto, uma comunicação em que se dá ciência a outrem do fim de um contrato de trabalho, por prazo indeterminado.

Se emanado do empregador, objetiva fazer com que o empregado, no período respectivo, obtenha um novo emprego, para o que a jornada de trabalho, no decurso do aviso prévio, é reduzida de 2 horas diárias, sem qualquer prejuízo dos salários.

Por outras palavras, caso o empregador pretenda despedir o empregado sem justa causa, em se tratando de contrato por prazo indeterminado, impõe-se o aviso prévio, quando, então, no prazo de 30 dias (salvo estipulação diversa em contrato coletivo), o empregado tem reduzida a jornada diária em 2 horas, ou seja, trabalha 6, ganhando, porém, as 8 horas.

No sistema legislativo brasileiro, o aviso prévio é uma *obrigação legal*, de ordem pública, imperativa e impostergável, por isso que a própria Constituição Federal estabelece sua obrigatoriedade (art. 7º, XXI):

> "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social:
>
> (...)
>
> XXI – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei".

Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço

A Constituição Federal, no inciso XXI do art. 7º, revogando o inciso I do art. 487 da CLT, que estabelecia o aviso prévio de oito dias para os empregados que percebiam salários por semana, fixou o prazo do citado aviso em trinta dias,

instituindo, outrossim, o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

As normas constitucionais, quanto à sua aplicabilidade, são divididas em duas espécies:

a) normas constitucionais de eficácia plena (autoaplicáveis);

b) normas constitucionais programáticas (não autoaplicáveis).

As primeiras têm eficácia plena, independentemente de regulamentação. As segundas, ao revés, dependem, para a sua aplicabilidade, de norma regulamentadora, também denominada norma complementar.

Ao instituir entre nós o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, o constituinte relegou sua aplicabilidade à prévia criação, pelo legislador, de norma regulamentadora, também denominada legislação complementar. Daí a expressão "aviso prévio proporcional ao tempo de serviço... nos termos da lei" (art. 7º, XXI, da CF).

Tratava-se, portanto, de norma constitucional de eficácia limitada, denominada pelos autores norma programática.

A norma programática, após vinte e três anos, veio disciplinar e dar eficácia plena e imediata ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço – Lei n. 12.506/2011:

"Art. 1º O aviso prévio, de que trata o Capítulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa.

Parágrafo único. Ao aviso prévio previsto neste artigo serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias".

Por demais sucinta a lei em apreço permite, todavia, concluir que:

I – empregado com até um ano de serviço, na mesma empresa, na ocorrência de dispensa sem justa causa e na hipótese de despedida indireta – *aviso prévio de trinta dias*;

II – empregado com mais um ano na mesma empresa terá um *acréscimo de três dias por ano de serviço*;

III – o limite máximo de acréscimo do aviso prévio é de sessenta dias, que acrescido ao prazo de trinta dias perfaz um total de *noventa dias*.

Assim, fácil é concluir que ao empregado com mais de um ano de serviço na mesma empresa é devido aviso prévio de trinta dias, acrescido de três dias por ano que ultrapasse os primeiros doze meses. Nessa hipótese, portanto, o empregado, na ocorrência de dispensa, faria jus a um aviso prévio de trinta e três dias – em suma: ao aviso prévio de trinta dias acrescem-se três dias por ano de serviço prestado à mesma empresa.

O limite máximo é de noventa dias, período a que terá direito o empregado com mais de vinte anos de serviço.

O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço não é aplicado ao empregador na ocorrência de pedido de demissão do empregado.

A leitura do art. 1º da Lei n. 12.506/2011 deixa patente que o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço é benefício legal outorgado ao empregado, não sendo aplicado ao empregador na hipótese de demissão voluntária do obreiro.

Veja-se, a propósito – "o aviso prévio... será concedido... aos empregados...".

Em tais condições, na ocorrência de demissão espontânea do empregado, deve este pré-avisar ao empregador, com o prazo de trinta dias, não se aplicando a este último o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.

O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e o empregado doméstico

Questão que aguarda manifestação dos tribunais trabalhistas – sobretudo do TST – é a relacionada com a aplicação do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço ao empregado doméstico.

Observe-se que a Lei n. 12.506/2011 fala de empregado em serviço prestado na mesma *empresa*, o que, por certo, não é o caso do doméstico, assim considerado aquele que *presta* serviços de forma contínua e de finalidade *não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial desta* (Dec. n. 71.885/73, art. 3º, I).

Todavia, quando a Constituição Federal, no parágrafo único do art. 7º, fala nos direitos dos trabalhadores domésticos, assegura aos mesmos os direitos previstos no inciso XXI, ali incluído o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço agora regulamentado.

Sendo o aviso prévio uma obrigação legal e não consensual, entendemos que sem qualquer amparo e, por via de consequência, nula de pleno direito a "renúncia" ou "transação" dele.

Tal entendimento, aliás, é hoje manso e pacífico, sedimentado em jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, na forma do que dispõe a Súmula 276:

"O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o valor respectivo, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego (Resolução Administrativa n. 9/1988, *DJ*, 1º-3-1988)".

Da mesma forma se nos afigura nulo de pleno direito o pagamento em dinheiro das horas que, pela dação do aviso prévio, deveriam ser reduzidas da jornada de trabalho, entendimento este também já amplamente acolhido pela jurisprudência trabalhista, a teor do que dispõe a Súmula 230 do C. TST:

"É ilegal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes".

Do exposto se constata, pois, que, ao contrário do que ocorre em outras legislações, no Direito brasileiro o aviso prévio é obrigação legal, insuscetível de renúncia, firmando-se como direito constitucional do empregado na ocorrência de despedida injusta, em se tratando de contrato por prazo indeterminado.

2. *Cômputo do prazo do aviso prévio no contrato de trabalho: consequências práticas*

O § 1º do art. 487 da CLT determina que se compute o período do aviso prévio no contrato de trabalho para todos os efeitos:

"... garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço".

Assim, concedido o aviso prévio no dia 30 de determinado mês, o contrato de trabalho não se extingue nessa mesma data, mas 30 dias após.

Prorrogando-se o contrato de trabalho pelo período do aviso prévio, várias são

as consequências práticas: se, ao receber o aviso prévio, o empregado tinha 11 meses de serviço, com o cômputo do aviso prévio passa a ter 12 meses, ou um ano de serviço; e, se as férias eram proporcionais (11/12), passam a ser integrais (12/12), o mesmo ocorrendo com o 13º salário. Havendo reajuste salarial (por força de lei ou convenção ou acordo coletivo), no curso do aviso, o empregado é beneficiado, fazendo jus ao aumento, que se refletirá nas verbas rescisórias (aviso prévio, férias proporcionais, 13º salário proporcional e FGTS).

Integrando o tempo de serviço, para todos os efeitos (§ 1º do art. 487 da CLT), entendemos, embora haja divergência jurisprudencial, incidir sobre seu valor a contribuição previdenciária e o percentual fundiário, como, aliás, já decidiu o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (São Paulo):

"Aviso prévio. Contribuição Previdenciária e FGTS. Incidência. O percentual fundiário incide sobre o valor correspondente ao período do aviso prévio, ainda que não cumprido. Essa paga tem natureza salarial, não só porque a lei denomina de salários, como também porque o período respectivo corresponde a tempo de serviço (§ 1º, do art. 487, da CLT). Ao depois o empregado não pode sofrer nenhum prejuízo porque o empregador não lhe permitiu cumpri-lo" (TRT/SP, 13.376/87-0, Ac. 7ª T. 351/89, *DJ*, 20-1-1989).

Em sentido contrário, há os que entendem o aviso prévio como de natureza indenizatória (STF, RE 89.328, 2ª T., *LTr*, 42, I, III).

3. *O aviso prévio indenizado*

Não raras vezes, o empregador, ao despedir o empregado, não tem maior interesse em mantê-lo em serviço no período de cumprimento do aviso prévio, com a redução da jornada de trabalho em 2 horas diárias (art. 488 da CLT), preferindo, por isso, dispensá-lo, desde logo, pagando-lhe o valor correspondente ao período – é o chamado aviso prévio indenizado.

Há quem sustente que tal aviso, em face de seu caráter indenizatório, fugiria à regra do § 1º do art. 487 da CLT, pelo que não haveria falar em cômputo do período no contrato de trabalho.

Tal entendimento não tem, *data venia*, nenhum suporte jurídico. Ainda que indenizado, o aviso prévio não perde nunca sua natureza jurídica, e, ainda que se constitua numa notificação legal, consubstanciando o direito potestativo de rescisão do contrato laboral, de natureza salarial, a ele faz jus o empregado despedido sem justa causa:

"O aviso prévio indenizado é considerado tempo de serviço para todos os efeitos legais, inclusive no referente à aplicação de multa prevista em contrato coletivo" (TRT/SP 02870053465, Ac. 1ª T., 12.344/88, *DJ*, 1º-7-1988).

4. *Reconsideração do aviso prévio pelo empregador*

Conquanto a rescisão do contrato de trabalho só se efetive expirado o prazo do aviso prévio (art. 489 da CLT), pode este, em várias circunstâncias, ser reconsiderado pelo empregador que, desistindo da dispensa, procura torná-lo sem efeito.

Tal reconsideração, todavia, só tem amparo legal e só gera efeitos se contar com a aquiescência do empregado, facultado a este aceitar ou não a reconsideração.

Assim, para que o empregador anule um aviso prévio concedido a seu empregado, é preciso que haja concordância deste último; conforme determina o art. 489 da CLT:

"Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo, mas, se a parte notificante reconsiderar o ato, antes de seu termo, à outra parte é facultado aceitar ou não a reconsideração".

Aceita a reconsideração, o aviso prévio torna-se sem efeito, prosseguindo normalmente a relação de emprego, como se nada ocorrera.

5. *O aviso prévio nos contratos de experiência*

O contrato de experiência, conquanto uma espécie de contrato a termo, ou seja, por prazo determinado, com este não se confunde em razão de seu objetivo. Com efeito, como o próprio nome deixa entrever, o contrato de experiência visa a aprovação do empregado e, concomitantemente, a adaptação deste à comunidade empresarial. É, portanto, um *contrato de prova*. Bem-sucedido nesta, é o empregado admitido na empresa por prazo indeterminado.

Tal espécie de contrato pode ser celebrado de duas formas:

a) cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada;

b) com a cláusula assecuratória de tal direito.

Na primeira hipótese, se o contrato vem a ser rescindido pelo empregador antes do termo nele fixado (e que, como se sabe, não pode ultrapassar 90 dias), não está o empresário obrigado a pagar aviso prévio, mas tão somente a metade da remuneração a que o empregado teria direito até o término do contrato (art. 479 da CLT).

Assim, na dispensa antecipada de um empregado que percebesse R$ 200,00, faltando 15 dias para o término do contrato, o empregador teria de pagar-lhe R$ 50,00, ou seja, metade daquilo que lhe deveria ser pago até o término do contrato de experiência. Tal remuneração, no caso, é uma indenização pelo rompimento unilateral do contrato laboral, como expressamente define o dispositivo legal nominado: "... a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato".

Na segunda hipótese, ou seja, contendo o contrato de experiência cláusula assecuratória do direito recíproco da rescisão antecipada, dispensado o empregado, deve o empregador pagar-lhe aviso prévio, como se se tratasse de um contrato por prazo indeterminado. É o que dispõe expressamente o art. 481 da CLT:

"Aos contratos por prazo determinado, que contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, aplicam-se, caso seja exercido tal direito por qualquer das partes, os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado".

Por tais aspectos é que se torna conveniente a primeira forma, que, por onerar menos o empregador, não deve conter cláusula assecuratória do direito de rescisão antecipada, e que comumente se traduz no seguinte:

"Fica, qualquer das partes, autorizada a rescindir por antecipação o presente contrato".

Irrelevante, outrossim, a utilização de sofismas:

"Caso haja, por parte do empregador, rescisão antecipada do presente contrato, ficará este obrigado a pagar ao empregado a indenização, pela metade, daquilo que seria devido até o termo do mesmo, na forma prevista no art. 479 da CLT".

Tal cláusula, de forma inequívoca, equivale ao direito de rescisão unilateral por antecipação, impondo o pagamento do aviso prévio.

Note-se que, em qualquer das duas hipóteses, torna-se obrigatório o pagamento das férias proporcionais, com abono de 1/3, o 13º salário proporcional e os depósitos fundiários.

Na extinção do contrato de experiência pelo simples decurso de prazo, tenha este ou não cláusula do direito de rescisão antecipada (no caso não exercida), não há falar em aviso prévio:

"O contrato de experiência finda-se *pleno jure*, no termo estipulado no pacto, sendo desnecessário que qualquer das partes notifique, formalmente, a outra de que não pretende manter o vínculo" (TRT/SP, 02880021604, Ac. 1ª T. 11.806/89, *DJ*, 26-6-1989).

6. *Falta grave cometida pelo empregado no curso do aviso prévio*

O aviso prévio, só por si, não extingue o contrato de trabalho, como já vimos, pois a rescisão só se opera com o decurso do respectivo prazo (art. 489 da CLT). Assim, ainda que fornecido o aviso prévio ao empregado, o contrato de trabalho continua em vigor, podendo, inclusive, haver reconsideração do empregador, com a aquiescência do empregado.

Em tais condições, até a expiração do prazo do aviso prévio, vigem todas as condições, direitos e obrigações contratuais, tanto com relação ao empregador quanto ao empregado.

Não é raro ocorrer que empregados que recebam o aviso prévio passem a ter comportamento inteiramente irregular, executando seus serviços com má vontade, em flagrante desídia e muitas vezes cometendo até mesmo faltas outras de extrema gravidade, ensejadoras, desde logo, da despedida por justa causa (art. 482 da CLT).

Cometidas tais faltas no curso do aviso prévio, o empregado perde o direito ao restante deste, tal como dispõe o art. 491 da CLT.

7. *O pedido de demissão e o aviso prévio do empregado*

A dação do aviso prévio é obrigação bilateral que decorre do contrato de trabalho. Assim, também o empregado, toda vez que espontaneamente pretenda deixar o emprego, deve, igualmente, pré-avisar o empregador de seu propósito.

A lei não faz qualquer restrição ao pedido de demissão feito pelo analfabeto. Contudo, ainda assim, entendemos de bom alvitre determinados cuidados, um dos quais, a nosso ver, fundamental para escoimar de dúvida tal pedido: comunicar, por escrito, a intenção do empregado a seu respectivo sindicato, solicitando deste último carimbo de recebimento, na cópia; pagamento dos respectivos direitos no próprio sindicato, ainda que o empregado não tenha um ano de serviço.

Esses cuidados, que, a rigor, a lei não exige, são sugeridos porque inúmeras decisões, que não têm nosso apoio, insistem em ver com sérias restrições o

cia dos empregados e seus familiares, do Estado, em decorrência dos tributos indispensáveis à consecução de seus fins. Daí dizer José Cretella Jr. ser a empresa "pública ou privada, uma organização de produção dirigida a um fim: capital e trabalho conjugados no mesmo sentido"[16].

Vista a empresa como uma comunidade, nada mais justo que se admita aos empregados participação nos lucros, até porque tal participação se constitui não só num meio eficiente de integração do trabalhador no seio empresarial, como, inclusive, em forma eficiente de incrementar a produtividade.

A primeira Carta Magna a cuidar da questão foi a de *1946*, que, no seu art. 157, IV, assim dispunha:

"A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria da condição dos trabalhadores:

(...)

IV – participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa, nos termos e pela forma que a lei determinar".

Dependente de norma infraconstitucional para a regulamentação, tal participação jamais foi concretizada.

Com o advento da Constituição Federal de 1967, o princípio foi mantido com a consagração, em termos constitucionais, da cogestão – "com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, nos casos e condições que forem estabelecidos". A regra foi mantida com a Emenda Constitucional de 1969.

A Constituição vigente, por sua vez, mantém o princípio com uma alteração fundamental – a participação nos lucros desvinculada da remuneração –, afastando, assim, a tendência jurisprudencial que insistia em ver, na participação mencionada, um *plus* salarial que, uma vez concedido, passava a integrar o patrimônio do empregado e insuscetível de alteração unilateral do empregador, a teor do que dispunha a Súmula 251 do TST: "A parcela participação nos lucros da empresa, habitualmente paga, tem natureza salarial, para todos os efeitos legais", súmula essa cancelada por meio da Resolução n. 33, de 27-4-1994.

Com inegável propriedade observou Arion Sayão Romita:

"A Constituição corrige a orientação jurisprudencial de atribuir natureza salarial aos valores pagos pelo empregador a título de participação nos lucros.

Louvável, sem dúvida, é a iniciativa do constituinte, porque a incorporação compulsória desses pagamentos ao salário desestimula o empregador a conceder o benefício. As importâncias recebidas pelo empregado sob a rubrica – participação em lucros ou resultados – não se incorporam aos salários dos empregados, por decisão constitucional que, em boa hora, retificou a tendência jurisprudencial a considerá-las parcela integrante da remuneração"[17].

Na acurada observação de Sólon de Almeida Cunha, "é importante ressaltar que, ao desvincular a participação nos lucros e resultados da remuneração, a Constituição Federal tornou possível a sua concretização. Assim, os encargos sociais não pesam sobre as participações concedidas, além de não haver incorpo-

16. *Empresa Pública*, Bushatsky, 1973, p. 23.

17. *Os Direitos Sociais na Constituição e Outros Estudos*, LTr, 1991, p. 73.

pedido de demissão de empregados analfabetos, os quais, na Justiça do Trabalho, muitas vezes afirmam ter assinado o documento sem tomar ciência de seu conteúdo!

Por isso que, em tais casos, o empregador deve colher duas assinaturas de outros empregados que atestem o ânimo de deixar o emprego.

No caso do empregado menor, para as Leis Trabalhistas de 16 a 18 anos, a lei não estabelece qualquer restrição ao pedido de demissão. Contudo, ainda assim, entendemos conveniente que seu aviso prévio tenha ciência de seu responsável legal, normalmente o pai ou a mãe. Assim, em princípio, o aviso prévio firmado pelo menor é válido, só não o sendo o recibo de quitação, que deve, necessariamente, contar com a assistência de seus responsáveis legais, tal como dispõe o art. 439 da CLT:

"É lícito ao menor firmar recibo pelo pagamento dos salários. Tratando-se, porém, de rescisão do contrato de trabalho, é vedado ao menor de 18 (dezoito) anos dar, sem assistência dos seus responsáveis legais, quitação ao empregador pelo recebimento da indenização que lhe for devida".

É o que já decidiu o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo:

"O menor que se acha regularmente autorizado a trabalhar, investe-se da prerrogativa de contratar seus serviços bem como de pedir demissão do emprego..." (TRT/SP, 2ª T., Ac. 10.424/79, *DJ*, 19-10-1979).

Contudo, em que se pesem tais aspectos, a fim de evitar problemas na Justiça do Trabalho, é de todo conveniente exigir a ciência do responsável do menor, em aviso prévio por este assinado, na ocorrência, muito embora a lei não exija.

O pedido de dispensa do aviso prévio por parte do empregado demissionário também tem sido visto com grande reserva por inúmeros Juízes Trabalhistas, impondo-se determinados cuidados na concordância do empregador, como facilmente se depreende da decisão transcrita:

"O pedido de dispensa do cumprimento do aviso prévio por parte do empregado só deve ser admitido tendo em vista o caráter alimentar do salário, quando demonstrado que não resulta de vício de vontade" (TRT/PR, RO 2.456/86, Ac. 1ª T. 667/87).

Por isso que ao pedido de dispensa de seu cumprimento sugerimos a assinatura de duas testemunhas e do responsável legal, se se tratar de empregado menor de 18 anos.

8. *O não fornecimento do aviso prévio e suas consequências*

Caso a iniciativa da rescisão parta do empregador, que por qualquer razão decida despedir o empregado sem que ocorra justa causa, deve ele, como já vimos, fornecer aviso prévio. Se não o faz, arcará, fatalmente, com o pagamento do salário correspondente ao período do aviso, ou seja, de 30 dias, incluídos no salário os reajustes salariais concedidos à categoria profissional no curso daquele.

Ressalte-se que mesmo nessa hipótese (§ 1º do art. 487 da CLT) o tempo do aviso prévio pago pelo empregador será devidamente computado no contrato de trabalho com as implicações aqui examinadas exaustivamente, como, por exemplo, o acréscimo de 1/12 nas férias proporcionais e no 13º salário proporcional.

Na eventualidade de o empregado deixar o emprego sem pré-avisar o empregador, fica este último com o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo do aviso não fornecido – § 2º do art. 487 da CLT.

9. *Contagem do prazo do aviso prévio*

O art. 487 da CLT, que dispõe sobre o aviso prévio, é absolutamente omisso quanto à contagem do prazo.

Em se tratando de direito material, não há como aplicar subsidiariamente o CPC.

O Código Civil, inequivocamente fonte subsidiária do Direito do Trabalho, no seu art. 132, dispõe que:

> "Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, excluído o dia do começo, e incluído o do vencimento".

É, aliás, o entendimento do TST, a teor da Súmula 380:

> "Aplica-se a regra prevista no *caput* do art. 132 do Código Civil de 2002 à contagem do prazo do aviso prévio, excluindo-se o dia do começo e incluindo o do vencimento".

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 14 do Tribunal Superior do Trabalho. Culpa recíproca. Nova redação.** Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais. (Redação original – RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 44 do Tribunal Superior do Trabalho. Aviso prévio.** A cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, não exclui, por si só, o direito do empregado ao aviso prévio. (RA 41/73, *DJ*, 14-6-1973)

▷ **Súmula 73 do Tribunal Superior do Trabalho. Falta grave. Nova redação.** A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória. (Redação original – RA 69/78, *DJ*, 26-9-1978 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 163 do Tribunal Superior do Trabalho. Aviso prévio. Contrato de experiência.** Cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência, na forma do art. 481 da CLT. Ex-Prejulgado n. 42. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 182 do Tribunal Superior do Trabalho. Aviso prévio. Indenização compensatória. Lei n. 6.708/79. Com alteração dada pela Res. 5/83, *DJ*, 9-11-1983.** O tempo do aviso prévio, mesmo indenizado, conta-se para efeito da indenização adicional do art. 9º da Lei n. 6.708/79. (Res. 3/83, *DJ*, 19-10-1983)

▷ **Súmula 230 do Tribunal Superior do Trabalho. Aviso prévio. Substituição pelo pagamento das horas reduzidas da jornada de trabalho.** É ilegal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes. (Res. 14/85, *DJ*, 19-9-1985) Referência: CLT, arts. 9º, 442, 487, § 1º, e 488.

▷ **Súmula 253 do Tribunal Superior do Trabalho. Gratificação semestral. Repercussão nas férias, aviso prévio e horas extras. Nova redação.** A gratificação semestral não repercute nos cálculos das horas extras, das férias e do aviso prévio, ainda que indenizados. Repercute, contudo, pelo seu duodécimo na indenização por antiguidade e na gratificação natalina. (Redação original – Res. 1/86, *DJ*, 23-5-1986 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 276 do Tribunal Superior do Trabalho. Aviso prévio. Renúncia pelo empregado.** O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o valor respectivo, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego. (Res. 9/88, *DJ*, 1º-3-1988)

▷ **Súmula 305 do Tribunal Superior do Trabalho. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Incidência sobre o aviso prévio.** O pagamento relativo ao período de aviso prévio, trabalhado ou não, está sujeito a contribuição para o FGTS. (Res. 3/92, *DJ*, 5-11-1992)

▷ **Súmula 348 do Tribunal Superior do Trabalho. Aviso prévio. Concessão na fluência da garantia de emprego. Invalidade.** É inválida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego, ante a incompatibilidade dos dois institutos. (Res. 58/96, *DJ*, 28-6-1996)

▷ **Súmula 369 do Tribunal Superior do Trabalho. Dirigente sindical. Estabilidade provisória.** (Redação do item I alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012, *DEJT*, 25, 26 e 27-9-2012)

I – É assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo previsto no art. 543, § 5º, da CLT, desde que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra na vigência do contrato de trabalho.

II – O art. 522 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Fica limitada, assim, a estabilidade a que alude o art. 543, § 3º, da CLT a sete dirigentes sindicais e igual número de suplentes.

III – O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

IV – Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade.

V – O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade, visto que inaplicável a regra do § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.

▷ **Súmula 371 do Tribunal Superior do Trabalho. Aviso prévio indenizado. Efeitos. Superveniência de auxílio-doença no curso deste.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 40 e 135 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

A projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salá-

rios, reflexos e verbas rescisórias. No caso de concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio, todavia, só se concretizam os efeitos da dispensa depois de expirado o benefício previdenciário.

▷ **Súmula 380 do Tribunal Superior do Trabalho. Aviso prévio. Início da contagem. Art. 132 do Código Civil de 2002.** (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 122 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)
Aplica-se a regra prevista no *caput* do art. 132 do Código Civil de 2002 à contagem do prazo do aviso prévio, excluindo-se o dia do começo e incluindo o do vencimento.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 14 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Aviso prévio cumprido em casa. Verbas rescisórias. Prazo para pagamento. (Art. 477, § 6º, "b", da CLT)** Inserida em 25-11-1996 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)
Em caso de aviso prévio cumprido em casa, o prazo para pagamento das verbas rescisórias é até o décimo dia da notificação de despedida.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 82 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Aviso prévio. Baixa na CTPS.** A data de saída a ser anotada na CTPS deve corresponder à do término do prazo do aviso prévio, ainda que indenizado.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 83 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Aviso prévio. Prescrição.** Começa a fluir no final da data do término do aviso prévio. Art. 487, § 1º, CLT.

▷ **Precedente Normativo n. 24 do Tribunal Superior do Trabalho. Dispensa do aviso prévio** (positivo). O empregado despedido fica dispensado do cumprimento do aviso prévio quando comprovar a obtenção de novo emprego, desonerando a empresa do pagamento dos dias não trabalhados.

▷ **Ação rescisória. Violação literal de lei. Aviso prévio. Pedido de demissão. Empregado.** 1. Ação rescisória contra acórdão que mantém condenação no pagamento de aviso prévio, com fundamento na Súmula n. 278 do Tribunal Superior do Trabalho. 2. Viola os arts. 5º, inciso II, da Constituição Federal e 487, § 2º, da CLT decisão que condena a Reclamada ao pagamento de aviso prévio, não obstante tenham os Reclamantes postulado a resilição do contrato de trabalho. Em se tratando de demissão requerida pelos empregados, o aviso prévio é direito do empregador, que não tem qualquer obrigação de pagar salário referente a esse período, salvo se cumprido em serviço. Na verdade, cabe aos empregados o cumprimento do aviso prévio dado, trabalhando durante o período de 30 dias, ficando assegurado ao empregador, em caso de descumprimento, descontar o salário correspondente ao prazo respectivo. 3. Recurso ordinário dos Requeridos a que se nega provimento. (TST, ROAR 551.287/99, j. 27-3-2001, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 4-5-2001)

▷ **Aviso prévio sem redução da jornada. Ineficácia.** O aviso prévio é uma declaração de vontade de natureza constitutiva, que insere no contrato uma condição resolutiva: o decurso de um prazo que o extinguirá. Sua eficácia, porém, depende, assim,

do recebimento da comunicação, como da redução da jornada ou da duração total daquele prazo. O seu fundamento é a necessidade de se evitar a surpresa da resilição e os danos que daí advêm. E a não redução da duração do trabalho, por constituir descumprimento de obrigação acessória, embora não importe em nulidade, acarreta a ineficácia do aviso, ensejando uma indenização substitutiva. (TRT/SP, Ac. 20010161834, j. 9-4-2001, RO 01 20000352440, 7ª T., Rel. Luiz Carlos Gomes Godoi, *DOE/SP*, 18-5-2001)

▷ **Aviso prévio. Indenização. Ausência de prova da redução de jornada.** Deve a reclamada arcar com a indenização do aviso prévio, quando não faz prova, mediante a apresentação dos cartões de ponto pertinentes, de cuja guarda está incumbida, da redução da jornada de trabalho no período de pré-aviso. (TRT/SP, Ac. 20010180731, j. 16-4-2001, RO 01 20000411846, 8ª T., Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 22-5-2001)

▷ **Aviso prévio. Integração. Tempo de serviço. Plano de dispensa voluntária (PDV).** Se o próprio ordenamento jurídico garante ao empregado o direito à integração do período correspondente ao aviso prévio, correta a decisão do Regional que, ao examinar os termos da Proposta de Desligamento Incentivado, em face do disposto no artigo 487, § 1º, da CLT, reputa devida a referida integração no tempo de serviço das Reclamantes. Recurso de revista não conhecido. (TST, RR 404.867/97, j. 9-5-2001, 1ª T., Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 22-6-2001)

▷ **Aviso prévio. Cômputo no tempo de serviço para todos os efeitos. Estabilidade pré-eleitoral. Rescisão contratual nula.** O art. 487, § 1º, da CLT, assegura ao empregado a integração do aviso prévio, ainda que indenizado, no tempo de serviço para todos os efeitos legais. Assim sendo, a rescisão contratual só se torna efetiva após expirado o prazo do aviso. Considerando a projeção desse, a dispensa sem justa causa ocorreu quando já eficaz a vedação determinada pelo inciso V do art. 73 da Lei Eleitoral, daí por que correta a declaração de nulidade da rescisão, fazendo jus o empregado, portanto, à indenização substitutiva correspondente ao período de estabilidade pré-eleitoral. (TRT/15ª R., Ac. 30.627/2000, j. 15-8-2000, REO 26.958/99, 3ª T., Rel. Desig. Mauro César Martins de Souza, *DOE*, 15-8-2000)

▷ **Prescrição. Aviso prévio indenizado.** O aviso prévio indenizado é computado no tempo de serviço, efetivando-se a rescisão após expirado o respectivo prazo, inclusive para fins de cômputo da prescrição da ação. (TRT/15ª R., Ac. 4.555/2001, j. 30-1-2001, RO 24.340/99, 1ª T., Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, *DOE*, 30-1-2001)

▷ **1. Aviso prévio. Prescrição. Marco inicial do direito do autor em ajuizar ação reclamatória.** Nos termos do artigo 487, § 1º, da CLT, o período do aviso prévio integra, sempre, o tempo de serviço do empregado, ainda quando, por não ter sido concedido, converte-se no pagamento dos salários correspondentes. A indenização substitutiva constitui um ressarcimento do dano decorrente da falta de aviso prévio, permanecendo a relação na sua existência jurídica até o término do aviso. O artigo 489 da CLT prevê que a rescisão contratual torna-se

efetiva somente após expirado o prazo do aviso prévio. Assim, a eventual lesão aos direitos rescisórios, e consequente exigibilidade, protrai-se à data da efetiva rescisão que permanece sujeita à possibilidade de reconsideração do referido aviso. O prazo prescricional concernente aos direitos rescisórios tem, pois, como marco inicial a data da efetiva rescisão, que ocorre ao final do aviso prévio, ainda que indenizado. **2.** URP de fevereiro de 89. Limitação à data-base. **3.** Revista conhecida e parcialmente provida para limitar o pagamento das diferenças salariais decorrentes da URP de fevereiro de 89 à data-base subsequente da categoria. (TST, Ac. 2.731, j. 21-6-1995, RR 146.423/94, 5ª T., Rel. Min. Nestor Fernando Hein, *DJ*, 14-7-1995)

▷ **Gestante. Dispensa. Aviso prévio. Reconsideração. Ausência de concordância da empregada.** Dado o aviso prévio pelo empregador, a reconsideração só surtirá efeitos legais se contar com a anuência da empregada dispensada (artigo 489 da CLT). Recurso de revista desprovido. (TST, Ac. 4.763, j. 2-12-1993, RR 61.544/92, 3ª T., Rel. Min. Manoel Mendes de Freitas, *DJ*, 11-3-1994)

▷ **(...) Contrato de experiência. Nulidade. Aviso prévio.** O contrato de experiência tem a finalidade de verificar o desempenho profissional do empregado e sua integração na empresa, para se decidir sobre a conveniência de se estabelecer um contrato de trabalho de duração indeterminada. Como o Reclamante já havia trabalhado na Reclamada por quase dois anos, a celebração de contrato de experiência, apenas um mês após a rescisão imotivada do contrato de trabalho anterior, não se justifica, pois os contratantes já se conheciam, sendo desnecessário, portanto, um período de avaliação. Nesse caso, impõe-se a decretação de invalidade do contrato de experiência, ante o disposto no art. 9º da CLT, considerando-se como de duração indeterminada o último contrato de trabalho, cabendo o pagamento do aviso prévio, nos termos do art. 487, § 1º, da CLT. Recurso de Revista conhecido e provido, nesse aspecto. (TST, RR 391.232/97, j. 15-8-2001, 5ª T., Rel. Juiz Convocado Walmir Oliveira da Costa, *DJ*, 31-8-2001)

▷ **Falta grave. Abandono de emprego durante o aviso prévio.** Abandono de emprego, pelo trabalhador, após a cientificação do aviso prévio, somente retira-lhe o direito ao respectivo aviso prévio. Inteligência do Enunciado 73 do TST. Recurso provido parcialmente. (TST, Ac. 406.569, j. 18-3-1998, RR 406.569/97, 4ª T., Rel. Min. Leonaldo Silva, *DJ*, 3-4-1998)

▷ **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Incidência sobre o aviso prévio.** O pagamento relativo ao período de aviso prévio, trabalhado ou não, está sujeito à contribuição para o FGTS. Recursos de Revista não conhecidos. (TST, RR 705942/2000.0, 2ª T., Rel. José Luciano de Castilho Pereira, *DJ*, 12-11-2004)

Capítulo VII
Da Estabilidade

Art. 492. O empregado que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.

Parágrafo único. Considera-se como de serviço todo o tempo em que o empregado esteja à disposição do empregador.

Art. 493. Constitui falta grave a prática de qualquer dos fatos a que se refere o art. 482, quando por sua repetição ou natureza representem séria violação dos deveres e obrigações do empregado.

Art. 494. O empregado acusado de falta grave poderá ser suspenso de suas funções, mas a sua despedida só se tornará efetiva após o inquérito e que se verifique a procedência da acusação.

Parágrafo único. A suspensão, no caso deste artigo, perdurará até a decisão final do processo.

Art. 495. Reconhecida a inexistência de falta grave praticada pelo empregado, fica o empregador obrigado a readmiti-lo no serviço e a pagar-lhe os salários a que teria direito no período da suspensão.

Art. 496. Quando a reintegração do empregado estável for desaconselhável, dado o grau de incompatibilidade resultante do dissídio, especialmente quando for o empregador pessoa física, o tribunal do trabalho poderá converter aquela obrigação em indenização devida nos termos do artigo seguinte.

Art. 497. Extinguindo-se a empresa, sem a ocorrência de motivo de força maior, ao empregado estável despedido é garantida a indenização por rescisão do contrato por prazo indeterminado, paga em dobro.

Art. 498. Em caso de fechamento do estabelecimento, filial ou agência, ou supressão necessária de atividade, sem ocorrência de motivo de força maior, é assegurado aos empregados estáveis, que ali exerçam suas funções, direito à indenização, na forma do artigo anterior.

Art. 499. Não haverá estabilidade no exercício dos cargos de diretoria, gerência ou outros de confiança imediata do empregador, ressalvado o cômputo do tempo de serviço para todos os efeitos legais.

§ 1º Ao empregado garantido pela estabilidade que deixar de exercer cargo de confiança, é assegurada, salvo no caso de falta grave, a reversão ao cargo efetivo que haja anteriormente ocupado.

§ 2º Ao empregado despedido sem justa causa, que só tenha exercido cargo de confiança e que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa, é garantida a indenização proporcional ao tempo de serviço nos termos dos arts. 477 e 478.

§ 3º A despedida que se verificar com o fim de obstar ao empregado a aquisição de estabilidade sujeitará o empregador a pagamento em dobro da indenização prescrita nos arts. 477 e 478.

Art. 500. O pedido de demissão do empregado estável só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato e, se não o houver, perante autoridade local competente do Ministério do Trabalho ou da Justiça do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 5.584, de 26-6-1970.)

► *Comentários*

1. *Estabilidade*

Estabilidade é a garantia ao emprego, assegurada por força de lei ou contrato. Na lição de Russomano, "o instituto da estabilidade é a garantia, dada por lei, de que o empregado não mais poderá ser despedido pela livre vontade do empregador, nem mesmo mediante o pagamento de indenizações"[258].

Erigida em postulado constitucional pela Carta Magna de 1937 (art. 137, *f*), subsistiu até a Constituição de 1967 (art.

258. *Comentários à CLT*, cit., v. 1.

167, XIII), nesta última ao lado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), criado pela Lei n. 5.107, de 13-9-1966.

A CLT, por sua vez, no art. 492, consagra o princípio no âmbito da legislação infraconstitucional, segundo o qual o empregado com mais de 10 anos na mesma empresa não poderia ser dispensado senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas, por meio de inquérito judicial – art. 494: "o empregado acusado de falta grave poderá ser suspenso de suas funções, mas a sua despedida só se tornará efetiva após o inquérito e que se verifique a procedência da acusação".

O sistema alternativo instituído na Constituição Federal de 1967 – "estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido ou fundo de garantia equivalente" – foi extinto com a Constituição Federal de 1988, que só manteve o FGTS (art. 7º, III). É bem verdade que o inciso I do artigo nominado fala em "relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei, que preverá indenização compensatória".

Trata-se, porém, de dispositivo constitucional não autoaplicável, que, como se sabe, necessita de lei infraconstitucional que o regulamente.

Na ausência de tal disposição, pode-se, sem receio, afirmar que presentemente não mais subsiste a *estabilidade decenal*, salvo para as situações excepcionalíssimas daqueles empregados que, à época da promulgação da atual Carta Magna, 5-10-1988, já eram estáveis.

O sistema atualmente vigente é o do FGTS, disciplinado pela Lei n. 8.036, de 11-5-1990 (*vide* Legislação Complementar).

A estabilidade raras vezes era concedida contratualmente, ou seja, instituída espontaneamente pelo empregador, ainda que o empregado não contasse com 10 anos de serviço, gerando todos os efeitos da denominada estabilidade decenal.

As estabilidades instituídas em convenção ou acordo coletivo têm prazos determinados, por isso denominadas, ainda que impropriamente, *provisórias*.

2. *Estabilidades especiais*

Em que pese a extinção da estabilidade decenal (10 anos na mesma empresa), subsistem as denominadas *estabilidades especiais*, conferidas: aos *dirigentes sindicais* (art. 8º, VIII, da CF/88); à *empregada gestante* (art. 7º, XVIII, da CF/88); *cipeiros* (art. 165 da CLT); *dirigentes de cooperativas* (Lei n. 5.764/71); *acidentados no trabalho* (Lei n. 8.213/91); *representantes dos empregados nas Comissões de Conciliação Prévia das empresas* (Lei n. 9.958/2000).

A Súmula 379 do Tribunal Superior do Trabalho proclama a necessidade de inquérito judicial para a dispensa, por falta grave, do *dirigente sindical*:

> "O dirigente sindical somente poderá ser dispensado por falta grave mediante a apuração em inquérito judicial, inteligência dos arts. 494 e 543, § 3º, da CLT".

Estabelecida a necessidade de inquérito judicial para a dispensa, por justa causa, do empregado dirigente sindical, deve este ser proposto em 30 dias – sob pena de decadência:

Súmula 403 do STF:

> "É de decadência o prazo de trinta dias para instauração do inquérito judicial, a contar da suspensão, por falta grave, de empregado estável".

As estabilidades especiais não determinam a reintegração, por isso que também chamadas *provisórias*, como, aliás, estabelece a Orientação Jurisprudencial n. 24 da SDI-II do TST, pois, "em juízo rescisório, restringe-se a condenação quanto aos salários e consectários até o termo final da estabilidade", quando já exaurido o respectivo período de estabilidade.

O mesmo, entretanto, não ocorre com o titular da *estabilidade decenal*, que, despedido sem justa causa, ou com inobservância da prévia existência de inquérito judicial, poderá pleitear em Juízo sua reintegração:

"Art. 495. Reconhecida a inexistência de falta grave praticada pelo empregado, fica o empregador obrigado a readmiti-lo no serviço e a pagar-lhe os salários a que teria direito no período da suspensão".

Observe-se que há direito adquirido daqueles empregados que já possuíam a estabilidade decenal antes da sua extinção em 5-10-1988, com a promulgação da Constituição Federal.

Verificada, porém, a incompatibilidade entre empregador e empregado, resultante do litígio, quando, não raras vezes, os ânimos se acerbam, o juiz processante pode converter o pedido de reintegração em indenização, como dispõe o art. 496:

"Quando a reintegração do empregado estável for desaconselhável, dado o grau de incompatibilidade resultante do dissídio, especialmente quando for o empregador pessoa física, o Tribunal do Trabalho poderá converter aquela obrigação em indenização devida nos termos do artigo seguinte".

O dispositivo legal nominado (art. 497) fala em *indenização em dobro*: aplicável ao empregado titular da estabilidade decenal despedido sem justa causa, como também na hipótese de extinção da empresa sem a ocorrência de força maior.

A indenização em dobro aos estáveis é devida, igualmente, na ocorrência de fechamento do estabelecimento, filial ou agência, ou supressão necessária de atividade – art. 498.

3. *Cargos que não geram estabilidade*

O art. 499 deixa patente que os chamados *cargos de diretoria, gerência* ou outros de *confiança imediata* do empregador não ensejam estabilidade.

Os primeiros, *cargos de diretoria*, tanto se relacionam com as escolas nos diversos níveis como com as sociedades anônimas, em que são escolhidos empregados; a *gerência* está relacionada, sobretudo, com os estabelecimentos comerciais ou industriais, com as sociedades comerciais, sobretudo da sociedade limitada, em que, igualmente, são nomeados empregados de confiança *stricto sensu*. Por isso que sobre o tema assim se manifesta Süssekind: "não obstante pressuponha o contrato de trabalho a confiança mútua entre as partes, é certo que o exercício de determinadas funções exige uma confiança excepcional do empregador em relação aos empregados que a desempenham"[259].

Sérgio Pinto Martins lembra que "o cargo de confiança, a que se refere o art. 499, é o que a pessoa exerce com amplos poderes de mando, podendo admitir e dispensar empregados, comprar e vender em nome da empresa, ter procuração

259. *Instituições de Direito do Trabalho*, cit., v. 1, p. 684.

do empregador para gerir o negócio e salário mais elevado que os demais empregados"[260].

Para inúmeros autores o cargo de confiança a que se refere o artigo sob comento não se confunde com o cargo de *confiança bancária*, descrito no § 2º do art. 224 da CLT, "que não tem natureza especial e não necessita de amplos poderes", e que apenas se relaciona com a jornada de trabalho extraordinário do bancário.

4. *Cômputo do tempo de serviço*

Os cargos de diretoria, gerência ou quaisquer outros de confiança *stricto sensu* do empregador, como vimos, não geram estabilidade.

Contudo, o art. 499, *caput*, é de absoluta clareza; conquanto não ensejem estabilidade, é "ressalvado o cômputo do tempo de serviço para todos os efeitos legais".

Assim, diretores, gerentes ou quaisquer outros empregados compreendidos no quadro mencionado – cargos de efetiva confiança, muito embora não adquiram estabilidade em tais funções – têm o tempo de serviço computado para todos os efeitos legais.

A Súmula 269 do TST dispõe que:

> "O empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço deste período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego".

Há, como facilmente se verifica, entre a disposição contida no art. 499 – "ressalvado o cômputo do tempo de serviço para todos os efeitos legais" – e a conclusão da Súmula 269 do TST – "tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço deste período" – manifesta antinomia. Se o dispositivo consolidado deixa claro que o período do exercício do cargo de confiança *stricto sensu* deve ser computado, é no mínimo estranhável a conclusão da jurisprudência sumulada em sentido diverso!

Daí afirmarmos que, na forma do art. 499 da CLT, o tempo de serviço prestado no exercício de cargo de confiança deve ser computado para configurar a estabilidade na função primitiva, inexistindo opção pelo FGTS.

No mesmo sentido a lição de Russomano[261]: "o prazo em que o empregado está no exercício do cargo de confiança, todavia, integra o seu tempo de serviço efetivo, em função do qual variam suas prerrogativas".

A questão, todavia, não oferece senão interesse acadêmico, em decorrência da extinção da estabilidade decenal.

5. *Reversão ao cargo efetivo*

Dispõe o § 1º do art. 499 que o empregado que exerça *cargo de confiança* pode, a qualquer momento, retornar ao cargo efetivo, sem que tal alteração implique violação à regra disposta no art. 468 da CLT.

6. *Pedido de demissão de empregado estável*

Objetivando evitar falsos pedidos de demissão de empregados estáveis (decenal ou provisória), estabeleceu o art. 500

260. *Comentários à CLT*, cit., p. 531.

261. *Comentários à CLT*, cit., v. 1, p. 605.

ração destas, ainda que reiteradamente pagas, ao salário"[18].

Em consequência da nova disposição constitucional, portanto, fica a participação nos lucros e resultados totalmente desvinculada da remuneração:

"Gratificação Periódica – PL (Participação nos lucros). Integração ao Salário – artigo 7º, inciso II, da Constituição Federal de 88.

Nos termos do art. 7º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que garante aos trabalhadores a participação nos lucros, tal verba é desvinculada da remuneração, não se refletindo no décimo terceiro salário, férias, FGTS e aviso prévio" (TST, RR 134.608, 2ª T., Ac. 5.599, Rel. Min. Hylo Gurgel, *DJU*, 13-10-1995).

Inicialmente regulamentada por sucessivas medidas provisórias (MP n. 794/94; MP n. 860/95 etc.), foi, finalmente, a participação nos lucros ou resultados disciplinada pela Lei n. 10.101, de 19-12-2000, instituindo a negociação entre empregados e empresas, ou o acordo ou convenção coletiva, como instrumento para se estabelecer a referida participação, assim dispondo o seu art. 2º:

"A participação nos lucros ou resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados, mediante um dos procedimentos a seguir descritos, escolhidos pelas partes de comum acordo:

I – comissão escolhida pelas partes, integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria;

II – convenção ou acordo coletivo".

Na frustração das medidas mencionadas, facultado é às partes utilizarem-se da mediação e arbitragem, escolhidos de comum acordo entre as partes[19].

Observe-se que a Lei n. 12.832/2013, a rigor, tem um objetivo – a fixação de regras para a tributação do Imposto de Renda nos lucros obtidos pelo trabalhador, decorrente da participação no lucro da empresa.

Salário-família

"XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei."[20]

► *Comentários*

A primeira Constituição brasileira a instituir o salário-família foi a de 1967, que, no seu art. 157, II, assegurava "salário-família aos seus dependentes", redação mantida pela Emenda Constitucional de 1969, conquanto já tivesse sido contemplado pela legislação ordinária, através da Lei n. 4.266, de 3-10-1963.

A natureza jurídica do salário-família tem sido objeto de controvérsia entre os doutrinadores. José Martins Catharino, a respeito, observa que:

"... para o empregado, individualmente considerado, o subsídio por si recebido em nome dos filhos sob sua manutenção e poder funciona como simples elemento quantitativo adicionado ao salário, mas sem com este se confundir. Recebe-o como pessoa humana, com determinada responsabilidade social, e não como empregado contratante. Daí poder-se dizer: o subsídio familiar é um acréscimo ao salário, e não um adicional salarial, no sentido

18. *Os Direitos Individuais do Trabalho*; impacto sofrido ante a eficácia jurídica da Constituição Federal, nos dez anos de sua vigência, Tese de Doutoramento, 1998, p. 186.

19. O texto completo da Lei n. 10.101, de 19-12-2000, é publicado na Legislação Complementar.

20. Redação dada pela Emenda Constitucional n. 20, de 15-12-1998. O texto anterior assim dispunha: "XII – salário-família para os seus dependentes".

a obrigatoriedade da assistência do sindicato respectivo para a efetiva validade de tais demissões. Na ausência de órgão sindical na localidade da prestação de serviços, as Delegacias Regionais do Trabalho têm competência para tal assistência, podendo, outrossim, valer-se as partes da própria Justiça do Trabalho.

O dispositivo em apreço é de ordem pública e impostergável – "o pedido de demissão do empregado estável só será válido...", do que se conclui pela nulidade de qualquer pedido de demissão de empregado estável sem a assistência de qualquer dos órgãos mencionados.

Note-se que a assistência sindical é exigida em qualquer demissão de empregados, ainda que não estáveis, mas com mais de um ano de serviço – art. 477, § 1º, da CLT.

7. *Inquérito judicial (para a apuração de falta grave imputada a empregado estável)*

O inquérito judicial é um dissídio de natureza específica, conquanto individual, por isso denominado dissídio individual especial (art. 494 da CLT). Objetiva a apuração de falta grave imputada ao empregado estável. É uma ação do empregador, em que este é denominado *suscitante* e o empregado, *suscitado*.

Na ocorrência de suspensão do empregado estável, acusado de falta grave, tem o empregador o prazo de *trinta dias* para o ajuizamento da ação, sob pena de decadência, nos termos da Súmula 403 do STF:

"É de decadência o prazo de trinta dias para instauração do inquérito judicial, a contar da suspensão, por falta grave, de empregado estável".

Não positivada a falta grave, fica o empregador obrigado a readmitir o empregado, pagando-lhe os salários a que teria direito no período da suspensão.

Desaconselhável que seja a reintegração, em razão da manifesta incompatibilidade entre empregador e empregado, pode o juiz do trabalho converter a reintegração em indenização, observada a regra da Súmula 28 do TST:

"No caso de se converter a reintegração em indenização dobrada, o direito aos salários é assegurado até a data da primeira decisão que determinou essa conversão".

A execução, nessa última hipótese, é levada a termo pelo próprio juízo da condenação, sem necessidade de propositura de outra ação.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 28 do Tribunal Superior do Trabalho. Indenização. Nova redação.** No caso de converter a reintegração em indenização dobrada, o direito aos salários é assegurado até a data da primeira decisão que determinou essa conversão. (Redação original – RA 57/70, *DO/GB*, 27-11-1970 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 54 do Tribunal Superior do Trabalho. Optante.** Rescindindo por acordo seu contrato de trabalho, o empregado estável optante tem direito ao mínimo de 60% do total da indenização em dobro, calculada sobre o maior salário percebido no emprego. Se houver recebido menos do que esse total, qualquer tenha sido a forma de transação, assegura-se-lhe a complementação até aquele limite. (RA 105/74, *DJ*, 24-10-1974)

▷ **Súmula 98 do Tribunal Superior do Trabalho. FGTS. Indenização. Equivalência. Compatibilidade.** (Incorporada a Orientação Jurisprudencial n. 299 da SDI-1) – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005

I – A equivalência entre os regimes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da estabilidade prevista na CLT é meramente jurídica e não econômica, sendo indevidos valores a título de reposição de diferenças.

II – A estabilidade contratual ou a derivada de regulamento de empresa são compatíveis com o regime do FGTS. Diversamente ocorre com a estabilidade legal (decenal, art. 492 da CLT), que é renunciada com a opção pelo FGTS.

▷ **Súmula 244 do Tribunal Superior do Trabalho. Gestante. Estabilidade provisória.** (Redação do item III alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012, *DEJT*, 25, 26 e 27-9-2012)

I – O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, "b" do ADCT).

II – A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.

III – A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.

▷ **Súmula 269 do Tribunal Superior do Trabalho. Diretor eleito. Cômputo do período como tempo de serviço.** O empregado eleito para ocupar cargo de diretor tem o respectivo contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço deste período, salvo se permanecer a subordinação jurídica inerente à relação de emprego. (Res. 2/88, *DJ*, 1º-3-1988) Referência: CLT, arts. 2º, 3º, 4º e 499.

▷ **Súmula 339 do Tribunal Superior do Trabalho. CIPA. Suplente. Garantia de emprego. CF/1988.** (Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 25 e 329 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – O suplente da CIPA goza da garantia de emprego prevista no art. 10, II, "a", do ADCT a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

II – A estabilidade provisória do cipeiro não constitui vantagem pessoal, mas garantia para as atividades dos membros da CIPA, que somente tem razão de ser quando em atividade a empresa. Extinto o estabelecimento, não se verifica a despedida arbitrária, sendo impossível a reintegração e indevida a indenização do período estabilitário.

▷ **Súmula 369 do Tribunal Superior do Trabalho. Dirigente sindical. Estabilidade provisória.** (Redação do item I alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012, *DEJT*, 25, 26 e 27-9-2012)

I – É assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo previsto no art. 543, § 5º, da CLT, desde

que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra na vigência do contrato de trabalho.

II – O art. 522 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Fica limitada, assim, a estabilidade a que alude o art. 543, § 3º, da CLT a sete dirigentes sindicais e igual número de suplentes.

III – O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

IV – Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade.

V – O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade, visto que inaplicável a regra do § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.

▷ **Súmula 371 do Tribunal Superior do Trabalho. Aviso prévio indenizado. Efeitos. Superveniência de auxílio-doença no curso deste.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 40 e 135 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

A projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem efeitos limitados às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias. No caso de concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio, todavia, só se concretizam os efeitos da dispensa depois de expirado o benefício previdenciário.

▷ **Súmula 378 do Tribunal Superior do Trabalho. Estabilidade provisória. Acidente do trabalho. Art. 118 da Lei n. 8.213/1991.** (Inserido item III – Res. 185/2012, *DEJT*, 25, 26 e 27-9-2012)

I – É constitucional o artigo 118 da Lei n. 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado.

II – São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.

III – O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia provisória de emprego decorrente de acidente de trabalho prevista no art. 118 da Lei n. 8.213/91.

▷ **Súmula 379 do Tribunal Superior do Trabalho. Dirigente sindical. Despedida. Falta grave. Inquérito judicial. Necessidade.** (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 114 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

O dirigente sindical somente poderá ser dispensado por falta grave mediante a apuração em inquérito judicial. Inteligência dos arts. 494 e 543, § 3º, da CLT.

▷ **Súmula 396 do Tribunal Superior do Trabalho. Estabilidade provisória. Pedido de reintegração. Concessão do salário relativo ao período de estabilidade já exaurido. Inexistência de julgamento *extra petita*.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 106 e 116 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – Exaurido o período de estabilidade, são devidos ao empregado apenas os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, não lhe sendo assegurada a reintegração no emprego.
II – Não há nulidade por julgamento *extra petita* da decisão que deferir salário quando o pedido for de reintegração, dados os termos do art. 496 da CLT

- **Súmula 197 do Supremo Tribunal Federal.** O empregado com representação sindical só pode ser despedido mediante inquérito em que se apure falta grave.
- **Súmula 215 do Supremo Tribunal Federal.** Conta-se a favor de empregado readmitido o tempo de serviço anterior, salvo se houver sido despedido por falta grave ou tiver recebido a indenização legal.
- **Súmula 220 do Supremo Tribunal Federal.** A indenização devida a empregado estável, que não é readmitido ao cessar sua aposentadoria, deve ser paga em dobro.
- **Súmula 221 do Supremo Tribunal Federal.** A transferência de estabelecimento, ou a sua extinção parcial, por motivo que não seja de força maior, não justifica a transferência de empregado estável.
- **Súmula 403 do Supremo Tribunal Federal.** É de decadência o prazo de trinta dias para instauração do inquérito judicial, a contar da suspensão, por falta grave, de empregado estável.
- **Súmula 463 do Supremo Tribunal Federal.** Para efeito de indenização e estabilidade, conta-se o tempo em que o empregado esteve afastado, em serviço militar obrigatório, mesmo anteriormente à Lei 4.072, de 1º-6-1962.
- **Orientação Jurisprudencial n. 253 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Estabilidade provisória. Cooperativa. Lei n. 5.764/71. Conselho fiscal. Suplente. Não assegurada.** O art. 55 da Lei n. 5.764/71 assegura a garantia de emprego apenas aos empregados eleitos diretores de Cooperativas, não abrangendo os membros suplentes.
- **Orientação Jurisprudencial n. 6 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. 06. Ação Rescisória. Cipeiro-Suplente. Estabilidade. ADCT da CF/88, art. 10, II, *a*. Súmula 83 do TST.** (Inserida em 20-9-2000. Nova redação – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) Rescinde-se o julgado que nega estabilidade a membro suplente de CIPA, representante de empregado, por ofensa ao art. 10, II, *a*, do ADCT da CF/88, ainda que se cuide de decisão anterior à Súmula 339 do TST. Incidência da Súmula 83 do TST.
- **Orientação Jurisprudencial n. 23 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação Rescisória. Estabilidade. Período Pré-Eleitoral. Violação de Lei. Súmula 83 do TST. Aplicável.** Não procede pedido de rescisão de sentença de mérito que assegura ou nega estabilidade pré-eleitoral, quando a decisão rescindenda for anterior à Orientação Jurisprudencial n. 51, da Seção de Dissídios Individuais do TST (25-11-1996). Incidência da Súmula 83 do TST.
- **Orientação Jurisprudencial n. 24 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação Rescisória. Estabilidade Provisória. Reintegração em período posterior. Direito limitado aos salários e consectários do período da estabilidade.** Rescinde-se o

julgado que reconhece estabilidade provisória e determina a reintegração de empregado, quando já exaurido o respectivo período de estabilidade. Em juízo rescisório, restringe-se a condenação quanto aos salários e consectários até o termo final da estabilidade.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 63 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de Segurança. Reintegração. Ação Cautelar.** Comporta a impetração de Mandado de Segurança o deferimento de reintegração no emprego em Ação Cautelar.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 64 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de Segurança. Reintegração liminarmente concedida.** Não fere direito líquido e certo a concessão de tutela antecipada para reintegração de empregado protegido por estabilidade provisória decorrente de lei ou norma coletiva.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 65 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de Segurança. Reintegração liminarmente concedida. Dirigente Sindical.** Ressalvada a hipótese do art. 494 da CLT, não fere direito líquido e certo a determinação liminar de reintegração no emprego de dirigente sindical, em face da previsão do inciso X do art. 659 da CLT.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 30 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Estabilidade da gestante. Renúncia ou transação de direitos constitucionais. Impossibilidade.** (Republicada em decorrência de erro material – *DEJT*, 19, 20 e 21-9-2011) Nos termos do art. 10, II, *a*, do ADCT, a proteção à maternidade foi erigida à hierarquia constitucional, pois retirou do âmbito do direito potestativo do empregador a possibilidade de despedir arbitrariamente a empregada em estado gravídico. Portanto, a teor do artigo 9º da CLT, torna-se nula de pleno direito a cláusula que estabelece a possibilidade de renúncia ou transação, pela gestante, das garantias referentes à manutenção do emprego e salário.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 31 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Estabilidade do acidentado. Acordo homologado. Prevalência. Impossibilidade. Violação do art. 118, Lei 8.213/91.** Não é possível a prevalência de acordo sobre legislação vigente, quando ele é menos benéfico do que a própria lei, porquanto o caráter imperativo dessa última restringe o campo de atuação da vontade das partes.

▷ **Precedente Normativo n. 86 do Tribunal Superior do Trabalho. Representantes dos trabalhadores. Estabilidade no emprego** (positivo). Nas empresas com mais de 200 empregados é assegurada a eleição direta de um representante, com as garantias do art. 543, e seus §§, da CLT. (Ex-PN n. 138)

▷ **Inquérito judicial. Garantia provisória no emprego.** Desnecessário o ajuizamento de inquérito judicial para o despedimento por justa causa de empregado portador da garantia provisória no emprego. A exigência legal para tanto refere-se aos detentores da estabilidade plena, conforme disposto no art. 494 da CLT. **Dano moral. Competência da Justiça do Trabalho.** Insere-se no âmbito da competência material deste ramo especializado do Judiciário, traçado no art. 114 da Constituição Federal, a indenização

por dano moral causado ao trabalhador pelo empregador, tendo em vista que o conflito se estabelece entre as partes na relação de emprego. (TRT/17ª R., Ac. 2.164/2000, RO 5.490/98, Rel. Sérgio Moreira de Oliveira)

▷ **Dirigente sindical. Estabilidade provisória. Falta grave. Necessidade de inquérito judicial.** O artigo 543, § 3º, da CLT foi recepcionado pela nova CF. Assim, aplicável o que a CLT prevê para a apuração da falta grave, que é o inquérito judicial, conforme já pacificado nesta Corte, por meio da Orientação Jurisprudencial n. 114 da SDI/TST. Recurso conhecido e provido. (TST, RR 449.857/98, j. 10-10-2001, 5ª T., Rel. Min. Rider Nogueira de Brito, *DJ*, 16-11-2001)

▷ **Gestante. Necessidade de inquérito para apuração de falta grave.** Não existe necessidade de ajuizamento de inquérito para apuração de falta grave para a gestante, além do que esta tem garantia de emprego e não estabilidade. (TRT/SP, Ac. 20000487109, j. 12-9-2000, RO 19990433138, 3ª T., Rel. Sérgio Pinto Martins, *DOE/SP*, 26-9-2000)

▷ **Suspensão do contrato de trabalho. Empregado em gozo de benefício previdenciário. Ajuizamento de inquérito judicial para apuração de falta grave. Possibilidade.** Apesar de a lei prever o ajuizamento de inquérito para apuração de falta grave de empregado estável, não há irregularidade no procedimento patronal que assim o faz em relação ao empregado que tem seu contrato de emprego suspenso, por força de gozo de benefício previdenciário, porque do contrário seria reconhecer ao trabalhador que se encontra nessa circunstância uma estabilidade absoluta, que não encontra amparo legal. Ademais, é inconcebível a imposição ao patrão que mantenha em seus quadros empregado que acusa ter cometido falta grave, sendo realmente salutar a ambas as partes o ajuizamento de ação, porquanto o empregado manterá seu emprego até decisão judicial final acerca da falta que lhe é imputada e o empregador, dessa forma, previne-se de responsabilidade. (TRT/12ª R., Ac. 10.032, j. 28-8-2001, RO 992/2001, 2ª T., Rel. Juiz Telmo Joaquim Nunes, *DJ/SC*, 8-10-2001)

Capítulo VIII
Da Força Maior

Art. 501. Entende-se como força maior todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador, e para a realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente.

§ 1º A imprevidência do empregador exclui a razão de força maior.

§ 2º À ocorrência do motivo de força maior que não afetar substancialmente, nem for suscetível de afetar, em tais condições, a situação econômica e financeira da empresa, não se aplicam as restrições desta Lei referentes ao disposto neste Capítulo.

Art. 502. Ocorrendo motivo de força maior que determine a extinção da empresa, ou de um dos estabelecimentos em que trabalhe o empregado, é assegurada a este, quando despedido, uma indenização na forma seguinte:

I – sendo estável, nos termos dos arts. 477 e 478;

II – não tendo direito à estabilidade, metade da que seria devida em caso de rescisão sem justa causa;

III – havendo contrato por prazo determinado, aquela a que se refere o art. 479 desta Lei, reduzida igualmente à metade.

Art. 503. É lícita, em caso de força maior ou prejuízos devidamente comprovados, a redução geral dos salários dos empregados da empresa, proporcionalmente aos salários de cada um, não podendo, entretanto, ser superior a 25% (vinte e cinco por cento), respeitado, em qualquer caso, o salário mínimo da região.

Parágrafo único. Cessados os efeitos decorrentes do motivo de força maior, é garantido o restabelecimento dos salários reduzidos.

Art. 504. Comprovada a falsa alegação do motivo de força maior, é garantida a reintegração aos empregados estáveis, e aos não estáveis o complemento da indenização já percebida, assegurado a ambos o pagamento da remuneração atrasada.

► *Comentários*

1. *Força maior e caso fortuito*

Força maior é o acontecimento emanado de terceiro, impossibilitando o cumprimento da obrigação. Daí afirmar Álvaro Villaça Azevedo que: "a força maior é o fato de terceiro, ou do credor; é a atuação humana, não do devedor, que impossibilita o cumprimento obrigacional", dando o conceituado jurista exemplo didático: "suponham que o devedor se obrigue a vender sua casa, recebendo parte do preço, sendo logo em seguida desapropriado esse imóvel, ou que alguém deixe de entregar determinada mercadoria em certo lugar, por nele ter eclodido uma sedição. Nenhuma culpa pode caber ao devedor, tanto do imóvel como da mercadoria".

Já o *caso fortuito* é, ainda na lição do conceituado jurista, todo "acontecimento provindo da natureza, sem qualquer intervenção da vontade humana, como, por exemplo, a inundação de um rio, em consequência de que se arrasta uma ponte, impossibilitando tal fato o devedor, com seu caminhão, de transportar o objeto da prestação ao local certo, no dia certo. Esse devedor estará exonerado da responsabilidade de indenizar"[262].

Tanto a força maior quanto o caso fortuito geram os mesmos efeitos – "desonerando o devedor de sua responsabilidade pelo inadimplemento da obrigação"[263].

O Código Beviláqua, atento aos efeitos, conceituou conjuntamente a força maior e o caso fortuito (art. 1.058).

O novo Código Civil mantém o mesmo critério:

> "Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado. Parágrafo único. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir".

Ambos, portanto, tanto a força maior quanto o caso fortuito, são eventos que não cabem na possibilidade de o devedor obviar ou resistir, como, aliás, ressalta o art. 501 da CLT: "entende-se como força maior todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador, e para a realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente".

A imprevidência do empregador, consoante dispõe o § 1º do art. 501 da CLT, "exclui a razão da força maior".

262. *Teoria Geral das Obrigações*, cit., 1978, p. 329.
263. J. M. de Carvalho Santos, *Código Civil Brasileiro Interpretado*, cit.

Em conformidade com o art. 502, a ocorrência de força maior que determine a extinção da empresa ou do estabelecimento em que trabalhe o empregado não desobriga o empregador das indenizações, reduzindo-as, porém, à metade, com o pagamento, obviamente, das demais verbas rescisórias.

Na prática, os Tribunais Trabalhistas têm sido extremamente parcimoniosos no que diz respeito à ocorrência de força maior:

"A desapropriação do imóvel do empregador não pode ser tida como força maior" (TST, RR 2.188/75, 2ª T., 1.653/75, Rel. Min. Barata Silva).

"Dificuldades financeiras e instabilidade econômica não caracterizam força maior para o fechamento de uma unidade produtiva da empresa, prevista no art. 502 da CLT" (TRT/SP, RO 02950400463, *DJ/SP*, 3-4-1997, p. 39).

2. *A força maior e a redução dos salários*

O art. 503 da CLT, que autoriza, na ocorrência de *força maior* ou *prejuízos devidamente comprovados*, a redução salarial, observado o limite máximo de 25%, a nosso ver, está inteiramente *revogado* pelo art. 7º, VI, da CF/88, que só admite redução salarial pela via do acordo ou convenção coletiva, o que implica intervenção do sindicato dos empregados.

Deixa de existir, pois, na atual sistemática, a redução salarial unilateral, ainda que invocada a força maior ou prejuízos.

Comprovada a falsa alegação de força maior, farão jus os empregados, estáveis ou não, à complementação de suas indenizações.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 221 do Supremo Tribunal Federal.** A transferência de estabelecimento, ou a sua extinção parcial, por motivo que não seja de força maior, não justifica a transferência de empregado estável.

▷ **Risco do negócio. Força maior.** Não configuração de força maior – art. 501 da CLT –, hipótese diversa que não se confunde com eventual problema financeiro ou econômico do empregador. (TRT/4ª R., RO 00002.011/00-0, j. 31-5-2001, 6ª T., Rel. Juíza Vânia Cunha Mattos, *DJ*, 18-6-2001)

▷ **Indenização de 40% do FGTS. Falência.** Houve a rescisão do contrato de trabalho do reclamante com a falência. Há, portanto, dispensa, nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 da Lei n. 8.036/90. Falência não é motivo justo para a rescisão do contrato de trabalho, nem constitui força maior. Assim, é devida a indenização de 40% do FGTS, que é risco do negócio, devendo ser paga pelo empregador. (TRT/SP, Ac. 20010454424, j. 25-6-2001, RO 0120000144180, 1ª T., Rel. Desig. Sérgio Pinto Martins, *DOE/SP*, 7-8-2001)

▷ ***Habeas corpus*. Depositário infiel. Caso fortuito. Hipótese em que não há isenção de responsabilidade.** 1. O depositário só não responde pelos casos fortuitos e de força maior quando não se encontrar em mora com o juízo da execução, ou, então, quando, verificada qualquer destas hipóteses, conseguir comprovar isenção de culpa ou que o dano sobreviria ainda que sua obrigação fosse cumprida oportunamente. Inteligência extraída da interpretação do artigo 1.277 do Código

Civil brasileiro combinado com o texto dos artigos 1.058, parágrafo único, 955, 956 e 957 da mesma lei substantiva civil. 2. Recurso ordinário em *habeas corpus* desprovido. (TST, Ac. 4.220, j. 30-9-1997, ROHC 258.394/96, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. Francisco Fausto, *DJ*, 17-10-1997)

▷ **Incêndio. Destruição total da empresa. Inexistência de culpa ou dolo do empregador na ocorrência do sinistro.** Caracterização de caso fortuito, ante sua inevitabilidade e irresistibilidade. Recurso improvido. (TRT/15ª R., Ac. 10.167/92, RO 5.099/91, 1ª T., Rel. Milton de Moura França)

▷ **A imprevidência do empregador não se insere na previsão de "força maior" contida no art. 501 da CLT.** Destarte, o encerramento das atividades comerciais da filial não caracteriza motivo justo para se dispensar empregado estável, devendo o mesmo ser deslocado para continuar prestando seus serviços na matriz. (TRT/SP, Ac. 02990116839, j. 22-3-1999, RO 2980200489, 2ª T., Rel. Paulo Pimentel, *DOE/SP*, 13-4-1999)

Capítulo IX
Disposições Especiais

Art. 505. São aplicáveis aos trabalhadores rurais os dispositivos constantes dos Capítulos I, II e VI do presente Título.

Art. 506. No contrato de trabalho agrícola é lícito o acordo que estabelecer a remuneração *in natura*, contanto que seja de produtos obtidos pela exploração do negócio e não exceda de 1/3 (um terço) do salário total do empregado.

Art. 507. As disposições do Capítulo VII do presente Título não serão aplicáveis aos empregados em consultórios ou escritórios de profissionais liberais.

Parágrafo único. (Revogado pela Lei n. 6.533, de 24-5-1978.)

Art. 508. (Revogado pela Lei n. 12.347, de 10-12-2010.)

Art. 509. (Revogado pela Lei n. 6.533, de 24-5-1978.)

Art. 510. Pela infração das proibições constantes deste Título, será imposta à empresa a multa de valor igual a 30 (trinta) vezes o valor de referência regional[264], elevada ao dobro, no caso de reincidência, sem prejuízo das demais cominações legais. (Redação dada pela Lei n. 5.562, de 12-12-1968.)

▶ *Comentários*

1. *Disposições celetistas aplicáveis aos trabalhadores rurais*

O trabalho rural está sob a égide da Lei n. 5.889, de 8-6-1973, que, definindo o empregado rural e o respectivo empregador, estabelece as normas reguladoras dessa espécie de relação empregatícia (*vide* Legislação Complementar).

Contudo, aos trabalhadores rurais aplicam-se, igualmente, as normas dispostas no art. 7º e seus incisos da Constituição Federal vigente, por nós analisados na introdução a estes *Comentários*, sob o título "Os Direitos Sociais na Constituição Federal".

O art. 9º da Lei n. 5.889/73 disciplina as utilidades e os respectivos descontos por

264. A redação anterior ("multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional") foi alterada considerando as disposições contidas no Decreto-lei n. 229/67, Lei n. 6.205/75, Lei n. 6.986/82, Lei n. 7.855/89 e Lei n. 8.383/91.

seu fornecimento, com o que fica manifestamente revogado o art. 506 da CLT.

2. *Empregados em consultórios ou escritórios de profissionais liberais e artistas*

O art. 507 das *Disposições Especiais*, sob comento, determinava a não aplicação do instituto da estabilidade aos empregados em consultórios ou escritórios de profissionais liberais – "as disposições do Capítulo VII do presente Título não são aplicáveis aos empregados em consultórios ou escritórios de profissionais liberais".

O parágrafo único do dispositivo legal nominado estava assim redigido:

"Não se aplicam ao trabalho de artistas os dispositivos dos arts. 451 e 452 que se referem à prorrogação ou renovação do contrato de trabalho de artistas de teatro e congêneres".

Tais regras, entretanto, estão hoje revogadas. O *caput*, por força da extinção da estabilidade decenal e generalidade a todos os trabalhadores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – art. 7º, VII, da Constituição Federal de 1988; o parágrafo único, relacionado aos artistas, por força da Lei n. 6.533/78, regulamentada pelo Decreto n. 82.385/78, que disciplina o trabalho desses profissionais.

3. *Empregados em empresas teatrais*

O art. 509, revogado pela Lei n. 6.533/78, dispunha sobre as despesas de viagem e transporte de empregados de empresas teatrais. Não mais subsiste.

4. *Multas por infrações às disposições constantes deste título*

As denominadas multas administrativas são de competência do Ministério do Trabalho, com valores periodicamente atualizados.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 344 do Tribunal Superior do Trabalho. Salário-família. Trabalhador Rural. Revisão do Enunciado n. 227.** O salário-família é devido aos trabalhadores rurais, somente após a vigência da Lei 8.213/91. (Res. 51/95, *DJ*, 21-9-1995) Referência: CF-88, arts. 7º, inciso XII, 194, parágrafo único, inciso II, e 195, § 5º – Lei n. 8.213/91.

▷ **Súmula 196 do Supremo Tribunal Federal.** Ainda que exerça atividade rural, o empregado de empresa industrial ou comercial é classificado de acordo com a categoria do empregador.

▷ **Súmula 612 do Supremo Tribunal Federal.** Ao trabalhador rural não se aplicam, por analogia, os benefícios previstos na Lei n. 6.367, de 19-10-1976.

▷ **Súmula 613 do Supremo Tribunal Federal.** Os dependentes de trabalhador rural não têm direito a pensão previdenciária, se o óbito ocorreu anteriormente à vigência da Lei Complementar n. 11/71.

▷ **Precedente Normativo n. 20 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Contrato escrito** (positivo). Sendo celebrado contrato por tarefa, parceria ou meação, por escrito, obriga-se o empregador a fornecer uma via deste ao empregado, devidamente datada e assinada pelas partes.

▷ **Precedente Normativo n. 34 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Moradia** (positivo). Ao empregado que residir no local de trabalho fica assegurada a moradia

técnico e amplo de contraprestação a trabalho produtivo, sob o ponto de vista econômico"[21].

Amauri Mascaro Nascimento tece, a respeito, as seguintes observações:

"Não há como considerar o salário-família, apesar da denominação, como salário, uma vez que não tem nenhuma característica que o identifique com os pagamentos de natureza salarial, contraprestativos ou não, vinculados ao contrato individual de trabalho. Salário, no sentido legal, não é, apesar do nome, a menos que seja considerado uma forma de salário social, mas não salário contratual no sentido da legislação que rege a matéria"[22].

José Carlos Arouca vê, no salário-família, natureza previdenciária, afirmando textualmente:

"Verdadeiramente trata-se de benefício previdenciário, mesmo porque o empregador nada mais faz do que adiantar seu pagamento, reembolsando-o junto à Previdência Social"[23].

O salário-família, efetivamente, malgrado sua denominação, tem manifesta natureza previdenciária, disciplinado, inclusive, pela Lei n. 8.213, de 24-7-1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social.

Faz jus ao salário nominado o empregado e o trabalhador avulso que tenham salário de contribuição inferior ou igual a R$ 360,00, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados (art. 81 do Dec. n. 3.048, de 7-5-1999, que aprova o regulamento da Previdência Social).

O valor da quota é periodicamente reajustado e é devido até os catorze anos do menor, ou filho inválido de qualquer idade. O seu pagamento é condicionado à apresentação da respectiva certidão de nascimento do beneficiário. A lei pertinente é publicada na Legislação Complementar.

Jornada de oito horas diárias

"XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho."

► *Comentários*

A limitação da jornada de trabalho foi, inquestionavelmente, uma das mais significativas reivindicações dos trabalhadores, ao longo do tempo, o que levou Mario de La Cueva a afirmar que "o direito do trabalho surgiu com duas aspirações dos trabalhadores: a redução da jornada de trabalho e o aumento dos salários; são as medidas fundamentais para melhorar as condições dos trabalhadores"[24].

De início, a jornada de trabalho se estendia de sol a sol. O liberalismo, na época, sustentava a liberdade dos indivíduos, negando qualquer intervenção do Estado:

"El derecho civil, con su principio de la autonomía de la voluntad, hizo posible la extensión ilimitada de la jornada de trabajo y fue el liberalismo quien más enconadamente se apuso a su reglamentación: el hombre es libre; ¿Como prohibirle que trabaje durante diez, doce o catorce horas? ¿No equivale esa prohibición a impedirle que obtenga una ganancia lícita? La limitación de la jornada

21. *LTr*, 32/409.

22. *Direito do Trabalho na Constituição de 1988*, Saraiva, p. 194.

23. Ob. cit., p. 29.

24. Ob. cit., p. 621.

em condições de habitabilidade, conforme exigências da autoridade local.

▷ **Precedente Normativo n. 50 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Defensivos agrícolas** (positivo). O empregador rural é obrigado a possuir o receituário agronômico de defensivos agrícolas e a observar as medidas de prevenção nele contidas.

▷ **Precedente Normativo n. 53 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Rescisão do contrato de trabalho do chefe de família** (positivo). A rescisão do contrato de trabalho rural, sem justa causa, do chefe da unidade familiar é extensiva à esposa, às filhas solteiras e aos filhos até 20 anos de idade, que exerçam atividades na propriedade, mediante opção destes.

▷ **Precedente Normativo n. 62 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Conservação das casas** (positivo). Os empregadores são responsáveis pelos reparos nas residências que cedam aos empregados rurais, desde que os danos não decorram de culpa destes.

▷ **Precedente Normativo n. 64 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Horário e local de condução** (positivo). Fornecendo o empregador condução para o trabalho, informará ele aos empregados, previamente, os locais e horários do transporte.

▷ **Precedente Normativo n. 65 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Pagamento de salário** (positivo). O pagamento do salário será efetuado em moeda corrente e no horário de serviço, para isso permitido o seu prolongamento até duas horas após o término da jornada de trabalho.

▷ **Precedente Normativo n. 68 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Faltas ao serviço. Compras** (positivo). Autoriza-se o chefe de família, se empregado rural, a faltar ao serviço um dia por mês ou meio dia por quinzena, para efetuar compras, sem remuneração ou mediante compensação de horário, mas sem prejuízo do repouso remunerado, desde que não tenha falta injustificada durante o mês.

▷ **Precedente Normativo n. 69 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Pagamento de dia não trabalhado** (positivo). O empregado rural fará jus ao salário do dia, quando comparecer ao local de prestação de serviço ou ponto de embarque, se fornecida condução pelo empregador, e não puder trabalhar em consequência de chuva ou de outro motivo alheio à sua vontade.

▷ **Precedente Normativo n. 71 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Transporte. Condições de segurança** (positivo). Quando fornecidos pelo empregador, os veículos destinados a transportar trabalhadores rurais deverão satisfazer as condições de segurança e comodidade, sendo proibido o carregamento de ferramentas soltas junto às pessoas conduzidas.

▷ **Precedente Normativo n. 106 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Atividade insalubre. Fornecimento de leite** (positivo). Os empregadores que se dedicarem à pecuária leiteira fornecerão, diariamente, 1 (um) litro de leite aos trabalhadores que exerçam atividades insalubres.

▷ **Precedente Normativo n. 107 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Caixa de medicamentos** (positivo). Nos locais de trabalho no campo serão mantidos pelo empregador medicamentos e materiais de primeiros socorros.

▷ **Precedente Normativo n. 108 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Abrigo no local de trabalho** (positivo). Os empregadores rurais ficam obrigados a construir abrigos rústicos, nos locais de trabalho, para proteção de seus empregados.

▷ **Precedente Normativo n. 110 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado rural. Ferramentas. Fornecimento pelo empregador** (positivo). Serão fornecidas gratuitamente, pelo empregador, as ferramentas necessárias à execução do trabalho.

▷ **Empregado rural. Integração da utilidade "habitação".** Hipótese em que não há prova de que o empregador tenha fornecido a moradia por conta da retribuição dos serviços prestados. Indemonstrada a natureza salarial da utilidade fornecida, indevida sua integração ao salário do reclamante. Recurso do reclamante desprovido. (TRT/4ª R., RO 02062.521/97-9, j. 2-5-2001, 3ª T., Rel. Juiz Denis Marcelo de Lima Molarinho, *DJ*, 21-5-2001)

▷ **Transporte rural. Utilidade. Não configuração.** Se o local de trabalho não é servido por transporte público regular, o fornecimento de transporte, pelo empregador, reveste-se de caráter essencial e não de simples comodidade, constituindo-se condição para a prestação do trabalho e não retribuição pelo trabalho prestado, de forma que não se confunde com parcela de cunho salarial, à luz do que dispõe o parágrafo 2º do artigo 458 da CLT. (TRT/15ª R., Ac. 9.949/2001, j. 19-3-2001, RO 25.465/2000, 3ª T., Rel. Luiz Carlos de Araújo, *DOE*, 19-3-2001)

Título V
Da organização sindical

Capítulo I
Da Instituição Sindical

Seção I
Da associação em sindicato

Art. 511. É lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais, exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas.

§ 1º A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica.

§ 2º A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional.

§ 3º Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.

§ 4º Os limites de identidade, similaridade ou conexidade fixam as dimensões dentro das quais a categoria econômica ou profissional é homogênea e a associação é natural.

Art. 512. Somente as associações profissionais constituídas para os fins e na forma do artigo anterior e registradas de acordo com o art. 558 poderão ser reconhecidas como Sindicatos e investidas nas prerrogativas definidas nesta Lei.

Art. 513. São prerrogativas dos Sindicatos:

a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida;

b) celebrar convenções coletivas de trabalho[265];

c) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal;

d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal;

e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.

Parágrafo único. Os Sindicatos de empregados terão, outrossim, a prerrogativa de fundar e manter agências de colocação.

Art. 514. São deveres dos Sindicatos:

a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social;

---

265. Nos termos do art. 20 do Decreto-lei n. 229, de 28-2-1967 (*DOU*, 28-2-1967), que deu nova redação ao Título VI da CLT, os contratos coletivos de trabalho passaram a ser denominados convenções coletivas de trabalho.

b) manter serviços de assistência judiciária para os associados;

c) promover a conciliação nos dissídios de trabalho;

d) sempre que possível, e de acordo com as suas possibilidades, manter no seu Quadro de Pessoal, em convênio com entidades assistenciais ou por conta própria, um assistente social com as atribuições específicas de promover a cooperação operacional na empresa e a integração profissional na Classe. (Alínea acrescentada pela Lei n. 6.200, de 16-4-1975.)

Parágrafo único. Os Sindicatos de empregados terão, outrossim, o dever de:

a) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito;

b) fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais.

Seção II
Do reconhecimento e investidura sindical

Art. 515. As associações profissionais deverão satisfazer os seguintes requisitos para serem reconhecidas como Sindicatos:

a) reunião de 1/3 (um terço), no mínimo, de empresas legalmente constituídas, sob a forma individual ou de sociedade, se se tratar de associação de empregadores; ou de 1/3 (um terço) dos que integrem a mesma categoria ou exerçam a mesma profissão liberal, se se tratar de associação de empregados ou de trabalhadores ou agentes autônomos ou de profissão liberal;

b) duração de 3 (três) anos para o mandato da diretoria; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 771, de 19-8-1969.)

c) exercício do cargo de Presidente e dos demais cargos de administração e representação por brasileiros. (Nos termos da Lei n. 6.192, de 19-12-1974.)

Parágrafo único. O Ministro do Trabalho[266] poderá, excepcionalmente, reconhecer como Sindicato a associação cujo número de associados seja inferior ao terço a que se refere a alínea *a*.

Art. 516. Não será reconhecido mais de um Sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial.

Art. 517. Os Sindicatos poderão ser distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais. Excepcionalmente, e atendendo às peculiaridades de determinadas categorias ou profissões, o Ministro do Trabalho poderá autorizar o reconhecimento de Sindicatos nacionais.

§ 1º O Ministro do Trabalho outorgará e delimitará a base territorial do Sindicato.

§ 2º Dentro da base territorial que lhe for determinada é facultado ao Sindicato instituir delegacias ou seções para melhor proteção dos associados e da categoria econômica ou profissional ou profissão liberal representada.

Art. 518. O pedido de reconhecimento será dirigido ao Ministro do Trabalho instruído com exemplar ou cópia autenticada dos estatutos da associação.

§ 1º Os estatutos deverão conter:

a) a denominação e a sede da associação;

b) a categoria econômica ou profissional ou a profissão liberal cuja representação é requerida;

c) a afirmação de que a associação agirá como órgão de colaboração com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade social e da subordinação dos interesses econômicos ou profissionais ao interesse nacional;

d) as atribuições, o processo eleitoral e das votações, os casos de perda de mandato e de substituição dos administradores;

266. Atualmente Ministro do Trabalho e Emprego.

e) o modo de constituição e administração do patrimônio social e o destino que lhe será dado no caso de dissolução;

f) as condições em que se dissolverá a associação.

§ 2º O processo de reconhecimento será regulado em instruções baixadas pelo Ministro do Trabalho.

Art. 519. A investidura sindical será conferida sempre à associação profissional mais representativa, a juízo do Ministro do Trabalho, constituindo elementos para essa apreciação, entre outros:

a) o número de associados;

b) os serviços sociais fundados e mantidos;

c) o valor do patrimônio.

Art. 520. Reconhecida como sindicato a associação profissional, ser-lhe-á expedida carta de reconhecimento, assinada pelo Ministro do Trabalho, na qual será especificada a representação econômica ou profissional, conferida e mencionada a base territorial outorgada.

Parágrafo único. O reconhecimento investe a associação nas prerrogativas do art. 513 e a obriga aos deveres do art. 514, cujo inadimplemento a sujeitará às sanções desta Lei.

Art. 521. São condições para o funcionamento do Sindicato:

a) proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao Sindicato; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 9.502, de 23-7-1946.)

b) proibição de exercício de cargo eletivo cumulativamente com o de emprego remunerado pelo Sindicato ou por entidade sindical de grau superior;

c) gratuidade do exercício dos cargos eletivos;

d) proibição de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas no art. 511, inclusive as de caráter político-partidário; (Alínea incluída pelo Dec.-lei n. 9.502, de 23-7-1946.)

e) proibição de cessão gratuita ou remunerada da respectiva sede a entidade de índole político-partidária. (Alínea incluída pelo Dec.-lei n. 9.502, de 23-7-1946.)

Parágrafo único. Quando, para o exercício de mandato, tiver o associado de sindicato de empregados, de trabalhadores autônomos ou de profissionais liberais de se afastar do seu trabalho, poderá ser-lhe arbitrada pela Assembleia Geral uma gratificação nunca excedente da importância de sua remuneração na profissão respectiva.

Seção III
Da administração do sindicato

Art. 522. A administração do Sindicato será exercida por uma diretoria constituída, no máximo, de 7 (sete) e, no mínimo, de 3 (três) membros e de um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros, eleitos esses órgãos pela Assembleia Geral.

§ 1º A diretoria elegerá, dentre os seus membros, o Presidente do Sindicato.

§ 2º A competência do Conselho Fiscal é limitada à fiscalização da gestão financeira do Sindicato.

§ 3º Constituirão atribuição exclusiva da Diretoria do Sindicato e dos Delegados Sindicais, a que se refere o art. 523, a representação e a defesa dos interesses da entidade perante os poderes públicos e as empresas, salvo mandatário com poderes outorgados por procuração da Diretoria, ou associado investido em representação prevista em lei. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 9.502, de 23-7-1946.)

Art. 523. Os Delegados Sindicais destinados à direção das delegacias ou seções instituídas na forma estabelecida no § 2º do

art. 517 serão designados pela diretoria dentre os associados radicados no território da correspondente delegacia.

Art. 524. Serão sempre tomadas por escrutínio secreto, na forma estatutária, as deliberações da Assembleia Geral concernentes aos seguintes assuntos: (Redação dada pela Lei n. 2.693, de 23-12-1955.)

a) eleição de associado para representação da respectiva categoria prevista em lei; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 9.502, de 23-7-1946.)

b) tomada e aprovação de contas da Diretoria; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 9.502, de 23-7-1946.)

c) aplicação do patrimônio; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 9.502, de 23-7-1946.)

d) julgamento dos atos da Diretoria, relativos a penalidades impostas a associados; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 9.502, de 23-7-1946.)

e) pronunciamento sobre relações ou dissídio de trabalho. Neste caso, as deliberações da Assembleia Geral só serão consideradas válidas quando ela tiver sido especialmente convocada para esse fim, de acordo com as disposições dos estatutos da entidade sindical. O *quorum* para validade da Assembleia será de metade mais um dos associados quites; não obtido esse *quorum* em primeira convocação, reunir-se-á a Assembleia em segunda convocação com os presentes, considerando-se aprovadas as deliberações que obtiverem 2/3 (dois terços) dos votos. (Redação dada pela Lei n. 2.693, de 23-12-1955.)

§ 1º A eleição para cargos de diretoria e conselho fiscal será realizada por escrutínio secreto, durante 6 (seis) horas contínuas, pelo menos, na sede do Sindicato, na de suas delegacias e seções e nos principais locais de trabalho, onde funcionarão as mesas coletoras designadas pelos Delegados Regionais do Trabalho. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 9.502, de 23-7-1946.)

§ 2º Concomitantemente ao término do prazo estipulado para a votação, instalar-se-á, em Assembleia Eleitoral pública e permanente, na sede do Sindicato, a mesa apuradora, para a qual serão enviadas, imediatamente, pelos presidentes das mesas coletoras, as urnas receptoras e as atas respectivas. Será facultada a designação de mesa apuradora supletiva sempre que as peculiaridades ou conveniências do pleito a exigirem. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 9.502, de 23-7-1946.) (Nos termos da Lei n. 4.923, de 23-12-1965.)

§ 3º A mesa apuradora será presidida por membro do Ministério Público do Trabalho ou pessoa de notória idoneidade, designado pelo Procurador-Geral da Justiça do Trabalho ou Procuradores Regionais. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 9.502, de 23-7-1946.)

§ 4º O pleito só será válido na hipótese de participarem da votação mais de 2/3 (dois terços) dos associados com capacidade para votar. Não obtido esse coeficiente, será realizada nova eleição dentro de 15 (quinze) dias, a qual terá validade se nela tomarem parte mais de 50% (cinquenta por cento) dos referidos associados. Na hipótese de não ter sido alcançado, na segunda votação, o coeficiente exigido, será realizado o terceiro e último pleito, cuja validade dependerá do voto de mais de 40% (quarenta por cento) dos aludidos associados, proclamando o Presidente da mesa apuradora em qualquer dessas hipóteses os eleitos, os quais serão empossados automaticamente na data do término do mandato expirante, não tendo efeito suspensivo os protestos ou recursos oferecidos na conformidade da lei. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 9.502, de 23-7-1946.)

§ 5º Não sendo atingido o coeficiente legal para eleição, o Ministério do Trabalho declarará a vacância da administração, a partir do término do mandato dos membros em exercício, e designará administrador para o

Sindicato, realizando-se novas eleições dentro de 6 (seis) meses. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 9.502, de 23-7-1946.)

Art. 525. É vedada a pessoas físicas ou jurídicas, estranhas ao Sindicato, qualquer interferência na sua administração ou nos seus serviços.

Parágrafo único. Estão excluídos dessa proibição:

a) os Delegados do Ministério do Trabalho especialmente designados pelo Ministro ou por quem o represente;

b) os que, como empregados, exerçam cargos no Sindicato mediante autorização da Assembleia Geral.

Art. 526. Os empregados do Sindicato serão nomeados pela diretoria respectiva *ad referendum*, da Assembleia Geral, não podendo recair tal nomeação nos que estiverem nas condições previstas nos itens II, IV, V, VI, VII e VIII do art. 530 e, na hipótese de o nomeador haver sido dirigente sindical, também nas do item I do mesmo artigo. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 925, de 10-10-1969.)

Parágrafo único. (Revogado pela Lei n. 11.295, de 9-5-2006.)

§ 2º Aplicam-se ao empregado de entidade sindical os preceitos das leis de proteção do trabalho e de previdência social, inclusive o direito de associação em sindicato. (Redação dada pela Lei n. 11.295, de 9-5-2006.)

Art. 527. Na sede de cada Sindicato haverá um livro de registro, autenticado pelo funcionário competente do Ministério do Trabalho, e do qual deverão constar:

a) tratando-se de Sindicato de empregadores, a firma, individual ou coletiva, ou a denominação das empresas e sua sede, o nome, idade, estado civil, nacionalidade e residência dos respectivos sócios, ou, em se tratando de sociedade por ações, dos diretores, bem como a indicação desses dados quanto ao sócio ou diretor que representar a empresa no Sindicato;

b) tratando-se de Sindicato de empregados, ou de agentes ou trabalhadores autônomos ou de profissionais liberais, além do nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão ou função e residência de cada associado, o estabelecimento ou lugar onde exerce a sua profissão ou função, o número e a série da respectiva Carteira de Trabalho e Previdência Social e o número da inscrição no Instituto Nacional de Previdência Social. (Nos termos do Dec.-lei n. 72, de 21-11-1966.)

Art. 528. Ocorrendo dissídio ou circunstâncias que perturbem o funcionamento de entidade sindical ou motivos relevantes de segurança nacional, o Ministro do Trabalho poderá nela intervir, por intermédio de Delegado ou de Junta Interventora, com atribuições para administrá-la e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento. (Revogado expressamente pela Lei n. 8.630, de 25-2-1993, que afastou do ordenamento jurídico brasileiro a normatividade do Dec.-lei n. 3, de 27-1-1966.)

Seção IV
Das eleições sindicais

Art. 529. São condições para o exercício do direito do voto como para a investidura em cargo de administração ou representação econômica ou profissional:

a) ter o associado mais de 6 (seis) meses de inscrição no Quadro Social e mais de 2 (dois) anos de exercício da atividade ou da profissão; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.080, de 11-10-1945.)

b) ser maior de 18 (dezoito) anos;

c) estar no gozo dos direitos sindicais.

Parágrafo único. É obrigatório aos associados o voto nas eleições sindicais. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 530. Não podem ser eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, nem permanecer no exercício desses cargos:

I – os que não tiverem definitivamente aprovadas as suas contas de exercício em cargos de administração;

II – os que houverem lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical;

III – os que não estiverem, desde 2 (dois) anos antes, pelo menos, no exercício efetivo da atividade ou da profissão dentro da base territorial do Sindicato, ou no desempenho de representação econômica ou profissional;

IV – os que tiverem sido condenados por crime doloso enquanto persistirem os efeitos da pena;

V – os que não estiverem no gozo de seus direitos políticos;

VI – (Revogado pela Lei n. 8.865, de 29-3-1994.)

VII – má conduta, devidamente comprovada; (Inciso incluído pelo Dec.-lei n. 507, de 18-3-1969.)

VIII – (Revogado pela Lei n. 8.865, de 29-3-1994.)

Art. 531. Nas eleições para cargos de Diretoria e do Conselho Fiscal serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem maioria absoluta de votos em relação ao total dos associados eleitores.

§ 1º Não concorrendo à primeira convocação maioria absoluta de eleitores, ou não obtendo nenhum dos candidatos essa maioria, proceder-se-á a nova convocação para dia posterior, sendo então considerados eleitos os candidatos que obtiverem maioria dos eleitores presentes.

§ 2º Havendo somente uma chapa registrada para as eleições, poderá a Assembleia, em última convocação, ser realizada 2 (duas) horas após a primeira convocação, desde que do edital respectivo conste essa advertência.

§ 3º Concorrendo mais de uma chapa, poderá o Ministro do Trabalho designar o Presidente da sessão eleitoral, desde que o requeiram os associados que encabeçarem as respectivas chapas. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.080, de 11-10-1945.)

§ 4º O Ministro do Trabalho expedirá instruções regulando o processo das eleições.

Art. 532. As eleições para a renovação da Diretoria e do Conselho Fiscal deverão ser procedidas dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias e mínimo de 30 (trinta) dias, antes do término do mandato dos dirigentes em exercício. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.080, de 11-10-1945.)

§ 1º Não havendo protesto na ata da Assembleia Eleitoral ou recurso interposto por algum dos candidatos, dentro de 15 (quinze) dias, a contar da data das eleições, a posse da Diretoria eleita independerá da aprovação das eleições pelo Ministério do Trabalho. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.080, de 11-10-1945.)

§ 2º Competirá à Diretoria em exercício, dentro de 30 (trinta) dias da realização das eleições e não tendo havido recurso, dar publicidade ao resultado do pleito, fazendo comunicação ao órgão local do Ministério do Trabalho da relação dos eleitos, com os dados pessoais de cada um e a designação da função que vai exercer. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.080, de 11-10-1945.)

§ 3º Havendo protesto na ata da Assembleia Eleitoral ou recurso interposto dentro de 15 (quinze) dias da realização das eleições, competirá à Diretoria em exercício encaminhar, devidamente instruído, o processo eleitoral ao órgão local do Ministério do Trabalho, que o encaminhará para decisão do Ministro de Estado. Nesta hipótese, permanecerão na administração, até despacho final do processo, a Diretoria e o Conselho Fiscal que se encontrarem em exercício. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.080, de 11-10-1945.)

§ 4º Não se verificando as hipóteses previstas no parágrafo anterior, a posse da nova Diretoria deverá se verificar dentro de 30 (trinta) dias subsequentes ao término do mandato da anterior. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.080, de 11-10-1945.)

§ 5º Ao assumir o cargo, o eleito prestará, por escrito e solenemente, o compromisso de respeitar, no exercício do mandato, a Constituição, as leis vigentes e os estatutos da entidade. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Seção V
Das associações sindicais de grau superior

Art. 533. Constituem associações sindicais de grau superior as federações e confederações organizadas nos termos desta Lei.

Art. 534. É facultado aos Sindicatos, quando em número não inferior a 5 (cinco), desde que representem a maioria absoluta de um grupo de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, organizarem-se em federação. (Redação dada pela Lei n. 3.265, de 22-9-1957.)

§ 1º Se já existir federação no grupo de atividades ou profissões em que deva ser constituída a nova entidade, a criação desta não poderá reduzir a menos de 5 (cinco) o número de Sindicatos que àquela devam continuar filiados. (Parágrafo incluído pela Lei n. 3.265, de 22-9-1957.)

§ 2º As federações serão constituídas por Estados, podendo o Ministro do Trabalho autorizar a constituição de Federações interestaduais ou nacionais. (§ 1º renumerado pela Lei n. 3.265, de 22-9-1957.)

§ 3º É permitido a qualquer federação, para o fim de lhes coordenar os interesses, agrupar os Sindicatos de determinado município ou região a ela filiados, mas a União não terá direito de representação das atividades ou profissões agrupadas. (§ 2º renumerado pela Lei n. 3.265, de 22-9-1957.)

Art. 535. As Confederações organizar-se-ão com o mínimo de 3 (três) federações e terão sede na Capital da República.

§ 1º As confederações formadas por federações de Sindicatos de empregadores denominar-se-ão: Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, Confederação Nacional de Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Confederação Nacional de Transportes Terrestres, Confederação Nacional de Comunicações e Publicidade, Confederação Nacional das Empresas de Crédito e Confederação Nacional de Educação e Cultura.

§ 2º As confederações formadas por federações de Sindicatos de empregados terão a denominação de: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade, Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura.

§ 3º Denominar-se-á Confederação Nacional das Profissões Liberais a reunião das respectivas federações.

§ 4º As associações sindicais de grau superior da Agricultura e Pecuária serão organizadas na conformidade do que dispuser a lei que regular a sindicalização dessas atividades ou profissões.

Art. 536. (Revogado pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Parágrafo único. (Revogado pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 537. O pedido de reconhecimento de uma federação será dirigido ao Ministro do Trabalho acompanhado de um exemplar dos respectivos estatutos e das cópias autenticadas das atas da Assembleia de cada Sindicato ou federação que autorizar a filiação[267].

267. Centrais Sindicais: Lei n. 11.648, de 31-3-2008 (*DOU*, 31-3-2008 – Ed. extra) Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. O Presidente da república: faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º A central sindical, entidade de representação geral dos trabalhadores, constituída em âmbito nacional, terá as seguintes atribuições e prerrogativas: I – coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas; e II – participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores. Parágrafo único. Considera-se central sindical, para os efeitos do disposto nesta Lei, a entidade associativa de direito privado composta por organizações sindicais de trabalhadores. Art. 2º Para o exercício das atribuições e prerrogativas a que se refere o inciso II do *caput* do art. 1º desta Lei, a central sindical deverá cumprir os seguintes requisitos: I – filiação de, no mínimo, 100 (cem) sindicatos distribuídos nas 5 (cinco) regiões do País; II – filiação em pelo menos 3 (três) regiões do País de, no mínimo, 20 (vinte) sindicatos em cada uma; III – filiação de sindicatos em, no mínimo, 5 (cinco) setores de atividade econômica; e IV – filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% (sete por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional. Parágrafo único. O índice previsto no inciso IV do *caput* deste artigo será de 5% (cinco por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional no período de 24 (vinte e quatro) meses a contar da publicação desta Lei. Art. 3º A indicação pela central sindical de representantes nos fóruns tripartites, conselhos e colegiados de órgãos públicos a que se refere o inciso II do *caput* do art. 1º desta Lei será em número proporcional ao índice de representatividade previsto no inciso IV do *caput* do art. 2º desta Lei, salvo acordo entre centrais sindicais. § 1º O critério de proporcionalidade, bem como a possibilidade de acordo entre as centrais, previsto no *caput* deste artigo não poderá prejudicar a participação de outras centrais sindicais que atenderem aos requisitos estabelecidos no art. 2º desta Lei. § 2º A aplicação do disposto no *caput* deste artigo deverá preservar a paridade de representação de trabalhadores e empregadores em qualquer organismo mediante o qual sejam levadas a cabo as consultas. Art. 4º A aferição dos requisitos de representatividade de que trata o art. 2º desta Lei será realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. § 1º O Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, mediante consulta às centrais sindicais, poderá baixar instruções para disciplinar os procedimentos necessários à aferição dos requisitos de representatividade, bem como para alterá-los com base na análise dos índices de sindicalização dos sindicatos filiados às centrais sindicais. § 2º Ato do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego divulgará, anualmente, relação das centrais sindicais que atendem aos requisitos de que trata o art. 2º desta Lei, indicando seus índices de representatividade. Art. 5º Os arts. 589, 590, 591 e 593 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 589. (...) I – para os empregadores: *a*) 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente; *b*) 15% (quinze por cento) para a federação; *c*) 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo; e *d*) 20% (vinte por cento) para a 'Conta Especial Emprego e Salário'; II – para os trabalhadores: *a*) 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente; *b*) 10% (dez por cento) para a central sindical; *c*) 15% (quinze por cento) para a federação; *d*) 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo; e *e*) 10% (dez por cento) para a 'Conta Especial Emprego e Salário'; III – (revogado); IV – (revogado). § 1º O sindicato de trabalhadores indicará ao Ministério do Trabalho e Emprego a central sindical a que estiver filiado como beneficiária da respectiva contribuição sindical, para fins de destinação dos créditos previstos neste artigo. § 2º A central sindical a que se refere a alínea *b* do inciso II do *caput* deste artigo deverá atender aos requisitos de representatividade previstos na legislação específica sobre a matéria." (NR) "Art. 590. Inexistindo confederação, o percentual previsto no art. 589 desta Consolidação caberá à federação representativa do grupo. § 1º (Revogado). § 2º (Revogado). § 3º Não havendo sindicato, nem entidade sindical de grau superior ou central sindical, a contribuição sindical será creditada, integralmente, à 'Conta Especial Emprego e Salário'. § 4º Não havendo indicação de central sindical, na forma do § 1º do art. 589 desta Consolidação, os percentuais que lhe caberiam serão destinados à 'Conta

Editora Saraiva

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909
PABX: (11) 3613 3000
SACJUR: 0800 055 7688
De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
saraivajur@editorasaraiva.com.br
Acesse: www.editorasaraiva.com.br/direito

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE
Rua Costa Azevedo, 56 – Centro
Fone: (92) 3633-4227 – Fax: (92) 3633-4782 – Manaus

BAHIA/SERGIPE
Rua Agripino Dórea, 23 – Brotas
Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895
Fax: (71) 3381-0959 – Salvador

BAURU (SÃO PAULO)
Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 – Centro
Fone: (14) 3234-5643 – Fax: (14) 3234-7401 – Bauru

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO
Av. Filomeno Gomes, 670 – Jacarecanga
Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384
Fax: (85) 3238-1331 – Fortaleza

DISTRITO FEDERAL
SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 – Setor de Indústria e Abastecimento
Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951
Fax: (61) 3344-1709 – Brasília

GOIÁS/TOCANTINS
Av. Independência, 5330 – Setor Aeroporto
Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806
Fax: (62) 3224-3016 – Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO
Rua 14 de Julho, 3148 – Centro
Fone: (67) 3382-3682 – Fax: (67) 3382-0112 – Campo Grande

MINAS GERAIS
Rua Além Paraíba, 449 – Lagoinha
Fone: (31) 3429-8300 – Fax: (31) 3429-8310 – Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ
Travessa Apinagés, 186 – Batista Campos
Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038
Fax: (91) 3241-0499 – Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA
Rua Conselheiro Laurindo, 2895 – Prado Velho
Fone/Fax: (41) 3332-4894 – Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS
Rua Corredor do Bispo, 185 – Boa Vista
Fone: (81) 3421-4246 – Fax: (81) 3421-4510 – Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)
Av. Francisco Junqueira, 1255 – Centro
Fone: (16) 3610-5843 – Fax: (16) 3610-8284 – Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO
Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 – Vila Isabel
Fone: (21) 2577-9494 – Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565 – Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL
Av. A. J. Renner, 231 – Farrapos
Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567
Porto Alegre

SÃO PAULO
Av. Antártica, 92 – Barra Funda
Fone: PABX (11) 3616-3666 – São Paulo

196.907.008.001 | 962133

ISBN 978-85-02-17724-6

Almeida, Amador Paes de
CLT comentada / Amador Paes de Almeida. – 8. ed. rev. e atual. – São Paulo : Saraiva, 2014.

1. Trabalho - Leis e legislação - Brasil
I. Título.

CDU-34:331(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Consolidação das Leis do Trabalho : Direito do trabalho 34.331(81)(094)
2. Consolidação das Leis do Trabalho : Brasil : Direito do trabalho 34.331(81)(094)

Diretor editorial *Luiz Roberto Curia*
Gerente editorial *Thais de Camargo Rodrigues*
Assistente editorial *Sirlene Miranda de Sales*
Produtora editorial *Clarissa Boraschi Maria*
Preparação de originais *Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan*
Daniel Pavani Naveira
Bernardete Rodrigues de Souza Maurício
Arte e diagramação *Muiraquitã Editoração Gráfica*
Revisão de provas *Ana Beatriz Fraga Moreira*
Auriana Pereira Malaquias
Ivani A. M. Cazarim
Serviços editoriais *Camila Artioli Loureiro*
Kelli Priscila Pinto
Capa *Casa de Ideias/Daniel Rampazzo*
Produção gráfica *Marli Rampim*

Data de fechamento da edição: 1º-11-2013

Dúvidas?
Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

traerá consigo la reducción de las posibilidades de ganancia y es, por tanto, incompatible con la libertad natural del hombre".

Concluindo, o notável juslaboralista observa: "Así, con hábiles razones, saliendo en defensa de los mismos trabajadores, consiguió el liberalismo, durante el siglo pasado, detener la reglamentación"[25].

A instituição da jornada limitada viria pôr um ponto final a tais abusos, encontrando seus fundamentos, como observa Arnaldo Süssekind, "na *natureza biológica*, eis que visa a combater os problemas psicofisiológicos oriundos da fadiga e da excessiva racionalização do serviço; no *caráter social*, por isto que possibilita ao trabalhador viver, como ser humano, na coletividade a que pertence, gozando os prazeres materiais e espirituais criados pela civilização, entregando-se à prática de atividades recreativas, culturais ou físicas, aprimorando seus conhecimentos e convivendo com sua família; na *índole econômica*, porquanto restringe o desemprego e acarreta, pelo combate à fadiga, um rendimento superior na execução do trabalho"[26].

Com ampla e imparcial visão dos problemas sociais, observava o Papa Leão XIII, em sua consagrada Encíclica *Rerum Novarum*:

"Não é justo nem humano o exigir do homem tanto trabalho a ponto de fazer, pelo excesso de fadiga, embrutecer o espírito e enfraquecer o corpo. A atividade do homem é limitada como a sua natureza. O exercício e o uso aperfeiçoam-na, mas é preciso que de quando em vez se suspenda para dar lugar ao repouso. Não deve, portanto, o trabalho prolongar-se por mais tempo do que as forças o permitem".

Instituída, pela primeira vez, na Inglaterra (1847), a limitação da jornada de trabalho em 10 horas diárias, seguindo-se-lhe a França (1848), e assim sucessivamente, somente com o Tratado de Versalhes (1919) e a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) teve início o que se pode denominar internacionalização do Direito do Trabalho.

No Brasil, a rigor, somente a partir de 1930 é que foram proclamadas as primeiras leis trabalhistas, limitando a jornada de trabalho no comércio e na indústria, adotando-se a jornada diária de 8 horas.

No âmbito constitucional, foi a Constituição Federal de 1934 a que, pela primeira vez, entre nós, proclamou a jornada diária de trabalho em 8 horas:

"Art. 121. A Lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do país.

§ 1º A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador:

(...)

c) trabalho diário não excedente de oito horas, reduzíveis, mas só prorrogáveis nos casos previstos em lei".

Seguiu-se-lhe a Constituição Federal de 1937 (art. 137, *i*) – "dia de trabalho de oito horas, que poderá ser reduzido, e somente suscetível de aumento nos casos previstos em lei".

Recepcionada pela Carta Magna mencionada, no dia 1º de maio de 1943, era

25. Ob. cit., p. 622.
26. Ob. cit., p. 36.

§ 1º A organização das federações e confederações obedecerá às exigências contidas nas alíneas *b* e *c* do art. 515.

§ 2º A carta de reconhecimento das federações será expedida pelo Ministro do Trabalho, na qual será especificada a coordenação econômica ou profissional conferida e mencionada a base territorial outorgada.

§ 3º O reconhecimento das confederações será feito por decreto do Presidente da República.

Art. 538. A administração das federações e confederações será exercida pelos seguintes órgãos: (*Caput* e alíneas com redação dada pela Lei n. 2.693, de 23-12-1955.)

a) Diretoria;

b) Conselho de Representantes;

c) Conselho Fiscal.

§ 1º A Diretoria será constituída no mínimo de 3 (três) membros e de 3 (três) membros se comporá o Conselho Fiscal, os quais serão eleitos pelo Conselho de Representantes com mandato por 3 (três) anos. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 771, de 19-8-1969.)

§ 2º Só poderão ser eleitos os integrantes dos grupos das federações ou dos planos das confederações, respectivamente.

§ 3º O Presidente da federação ou confederação será escolhido dentre os seus membros, pela Diretoria.

§ 4º O Conselho de Representantes será formado pelas delegações dos Sindicatos ou das Federações filiadas, constituída cada delegação de 2 (dois) membros, com mandato por 3 (três) anos, cabendo 1 (um) voto a cada delegação. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 771, de 19-8-1969.)

§ 5º A competência do Conselho Fiscal é limitada à fiscalização da gestão financeira.

Art. 539. Para a constituição e administração das Federações serão observadas, no que for aplicável, as disposições das Seções II e III do presente Capítulo.

Seção VI
Dos direitos dos exercentes de atividades ou profissões e dos sindicalizados

Art. 540. A toda empresa ou indivíduo que exerçam respectivamente atividade ou profissão, desde que satisfaçam as exigências desta Lei, assiste o direito de ser admitido no Sindicato da respectiva categoria, salvo o caso de falta de idoneidade, devidamente comprovada, com recurso para o Ministério do Trabalho.

§ 1º Perderá os direitos de associado o sindicalizado que, por qualquer motivo, deixar o exercício de atividade ou de profissão.

§ 2º Os associados de Sindicatos de empregados, de agentes ou trabalhadores autônomos e de profissões liberais que forem

---

Especial Emprego e Salário." (NR) "Art. 591. Inexistindo sindicato, os percentuais previstos na alínea *c* do inciso I e na alínea *d* do inciso II do *caput* do art. 589 desta Consolidação serão creditados à federação correspondente à mesma categoria econômica ou profissional. Parágrafo único. Na hipótese do *caput* deste artigo, os percentuais previstos nas alíneas *a* e *b* do inciso I e nas alíneas *a* e *c* do inciso II do *caput* do art. 589 desta Consolidação caberão à confederação." (NR) "Art. 593. As percentagens atribuídas às entidades sindicais de grau superior e às centrais sindicais serão aplicadas de conformidade com o que dispuserem os respectivos conselhos de representantes ou estatutos. Parágrafo único. Os recursos destinados às centrais sindicais deverão ser utilizados no custeio das atividades de representação geral dos trabalhadores decorrentes de suas atribuições legais." (NR) Art. 6º (VETADO). Art. 7º Os arts. 578 a 610 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, vigorarão até que a lei venha a disciplinar a contribuição negocial, vinculada ao exercício efetivo da negociação coletiva e à aprovação em assembleia geral da categoria. Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 31 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

aposentados, estiverem em desemprego ou falta de trabalho ou tiverem sido convocados para prestação de serviço militar não perderão os respectivos direitos sindicais e ficarão isentos de qualquer contribuição, não podendo, entretanto, exercer cargo de administração sindical ou de representação econômica ou profissional.

Art. 541. Os que exercerem determinada atividade ou profissão onde não haja Sindicato da respectiva categoria, ou de atividade ou profissão similar ou conexa, poderão filiar-se a Sindicato de profissão idêntica, similar ou conexa, existente na localidade mais próxima.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica aos Sindicatos em relação às respectivas federações, na conformidade do Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577.

Art. 542. De todo ato lesivo de direitos ou contrário a esta Lei, emanado da Diretoria, do Conselho ou da Assembleia Geral da entidade sindical, poderá qualquer exercente de atividade ou profissão recorrer, dentro de 30 (trinta) dias, para a autoridade competente do Ministério do Trabalho.

Art. 543. O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva, não poderá ser impedido do exercício de suas funções, nem transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho das suas atribuições sindicais. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 1º O empregado perderá o mandato se a transferência for por ele solicitada ou voluntariamente aceita. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 2º Considera-se de licença não remunerada, salvo assentimento da empresa ou cláusula contratual, o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho no desempenho das funções a que se refere este artigo. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 3º Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional, até 1 (um) ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos desta Consolidação. (Redação dada pela Lei n. 7.543, de 2-10-1986.)

§ 4º Considera-se cargo de direção ou de representação sindical aquele cujo exercício ou indicação decorre de eleição prevista em lei. (Redação dada pela Lei n. 7.223, de 2-10-1984.)

§ 5º Para os fins deste artigo, a entidade sindical comunicará por escrito à empresa, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o dia e a hora do registro da candidatura do seu empregado e, em igual prazo, sua eleição e posse, fornecendo, outrossim, a este, comprovante no mesmo sentido. O Ministério do Trabalho fará no mesmo prazo a comunicação no caso da designação referida no final do § 4º. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 6º A empresa que, por qualquer modo, procurar impedir que o empregado se associe a sindicato, organize associação profissional ou sindical ou exerça os direitos inerentes à condição de sindicalizado fica sujeita à penalidade prevista na letra *a* do art. 553, sem prejuízo da reparação a que tiver direito o empregado. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 544. É livre a associação profissional ou sindical, mas ao empregado sindicalizado é assegurada, em igualdade de condições, preferência:

I – para a admissão nos trabalhos de empresa que explore serviços públicos ou mantenha contrato com os poderes públicos;

II – para ingresso em funções públicas ou assemelhadas, em caso de cessação coletiva de trabalho, por motivo de fechamento de estabelecimento;

III – nas concorrências para aquisição de casa própria, pelo Plano Nacional de Habitação ou por intermédio de quaisquer instituições públicas;

IV – nos loteamentos urbanos ou rurais, promovidos pela União, por seus órgãos de administração direta ou indireta ou sociedades de economia mista;

V – na locação ou compra de imóveis, de propriedade de pessoa de direito público ou sociedade de economia mista, quando sob ação de despejo em tramitação judicial;

VI – na concessão de empréstimos simples concedidos pelas agências financeiras do Governo ou a ele vinculadas;

VII – na aquisição de automóveis, outros veículos e instrumentos relativos ao exercício da profissão, quando financiados pelas autarquias, sociedades de economia mista ou agências financeiras do Governo;

VIII – (Revogado pela Lei n. 8.630, de 25-2-1993.)

IX – na concessão de bolsas de estudo para si ou para seus filhos, obedecida a legislação que regule a matéria. (Inciso incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 545. Os empregadores ficam obrigados a descontar na folha de pagamento dos seus empregados, desde que por eles devidamente autorizados, as contribuições devidas ao Sindicato, quando por este notificados, salvo quanto à contribuição sindical, cujo desconto independe dessas formalidades. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 925, de 10-10-1969.)

Parágrafo único. O recolhimento à entidade sindical beneficiária do importe descontado deverá ser feito até o décimo dia subsequente ao do desconto, sob pena de juros de mora no valor de 10% (dez por cento) sobre o montante retido, sem prejuízo da multa prevista no art. 553 e das cominações penais relativas à apropriação indébita. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 925, de 10-10-1969.)

Art. 546. Às empresas sindicalizadas é assegurada preferência, em igualdade de condições, nas concorrências para exploração de serviços públicos, bem como nas concorrências para fornecimento às repartições federais, estaduais e municipais e às entidades paraestatais.

Art. 547. É exigida a qualidade de sindicalizado para o exercício de qualquer função representativa de categoria econômica ou profissional, em órgão oficial de deliberação coletiva, bem como para o gozo de favores ou isenções tributárias, salvo em se tratando de atividades não econômicas.

Parágrafo único. Antes da posse ou exercício das funções a que alude o artigo anterior ou de concessão dos favores, será indispensável comprovar a sindicalização, ou oferecer prova, mediante certidão negativa da autoridade regional do Ministério do Trabalho, de que não existe Sindicato no local onde o interessado exerce a respectiva atividade ou profissão. (Nos termos da Lei n. 4.923, de 23-12-1965.)

Seção VII
Da gestão financeira do sindicato e sua fiscalização

Art. 548. Constituem o patrimônio das associações sindicais:

a) as contribuições devidas aos Sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades, sob a denominação de imposto sindical, pagas e arrecadadas na forma do Capítulo III deste Título;

b) as contribuições dos associados, na forma estabelecida nos estatutos ou pelas Assembleias Gerais;

c) os bens e valores adquiridos e as rendas produzidas pelos mesmos;

d) as doações e legados;

e) as multas e outras rendas eventuais.

Art. 549. A receita dos Sindicatos, Federações e Confederações só poderá ter aplicação na forma prevista nos respectivos orçamentos anuais, obedecidas as disposições estabelecidas na lei e nos seus estatutos. (*Caput* e parágrafos com redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

§ 1º Para alienação, locação ou aquisição de bens imóveis, ficam as entidades sindicais obrigadas a realizar avaliação prévia pela Caixa Econômica Federal ou pelo Banco Nacional da Habitação ou, ainda, por qualquer outra organização legalmente habilitada a tal fim.

§ 2º Os bens imóveis das entidades sindicais não serão alienados sem a prévia autorização das respectivas assembleias gerais, reunidas com a presença da maioria absoluta dos associados com direito a voto ou dos Conselhos de Representantes com a maioria absoluta dos seus membros.

§ 3º Caso não seja obtido o *quorum* estabelecido no parágrafo anterior, a matéria poderá ser decidida em nova Assembleia Geral, reunida com qualquer número de associados com direito a voto, após o transcurso de 10 (dez) dias da primeira convocação.

§ 4º Nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º a decisão somente terá validade se adotada pelo mínimo de 2/3 (dois terços) dos presentes, em escrutínio secreto.

§ 5º Da deliberação da Assembleia Geral, concernente à alienação de bens imóveis, caberá recurso voluntário, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, ao Ministro do Trabalho, com efeito suspensivo.

§ 6º A venda do imóvel será efetuada pela Diretoria da entidade, após a decisão da Assembleia Geral ou do Conselho de Representantes, mediante concorrência pública, com edital publicado no *Diário Oficial da União* e na imprensa diária, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de sua realização.

§ 7º Os recursos destinados ao pagamento total ou parcelado dos bens imóveis adquiridos serão consignados, obrigatoriamente, nos orçamentos anuais das entidades sindicais.

Art. 550. Os orçamentos das entidades sindicais serão aprovados, em escrutínio secreto, pelas respectivas Assembleias Gerais ou Conselho de Representantes, até 30 (trinta) dias antes do início do exercício financeiro a que se referem, e conterão a discriminação da receita e da despesa, na forma das instruções e modelos expedidos pelo Ministério do Trabalho. (*Caput* e parágrafos com redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

§ 1º Os orçamentos, após a aprovação prevista no presente artigo, serão publicados, em resumo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Representantes, que os aprovou, observada a seguinte sistemática:

a) no *Diário Oficial da União* – Seção I – Parte II, os orçamentos das Confederações, Federações e Sindicatos de base interestadual ou nacional;

b) no órgão de Imprensa Oficial do Estado ou Território ou jornal de grande circulação local, os orçamentos das Federações estaduais e Sindicatos distritais municipais, intermunicipais e estaduais.

§ 2º As dotações orçamentárias que se apresentarem insuficientes para o atendimento das despesas, ou não incluídas nos orçamentos correntes, poderão ser ajustadas

ao fluxo dos gastos, mediante a abertura de créditos adicionais solicitados pela Diretoria da entidade às respectivas Assembleias Gerais ou Conselhos de Representantes, cujos atos concessórios serão publicados até o último dia do exercício correspondente, obedecida a mesma sistemática prevista no parágrafo anterior.

§ 3º Os créditos adicionais classificam-se em:

a) suplementares, os destinados a reforçar dotações alocadas no orçamento; e

b) especiais, os destinados a incluir dotações no orçamento, a fim de fazer face às despesas para as quais não se tenha consignado crédito específico.

§ 4º A abertura dos créditos adicionais depende da existência de receita para sua compensação, considerando-se, para esse efeito, desde que não comprometidos:

a) o superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior;

b) o excesso de arrecadação, assim entendido o saldo positivo da diferença entre a renda prevista e a realizada, tendo-se em conta, ainda, a tendência do exercício; e

c) a resultante da anulação parcial ou total de dotações alocadas no orçamento ou de créditos adicionais abertos no exercício.

§ 5º Para efeito orçamentário e contábil sindical, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil, a ele pertencendo todas as receitas arrecadadas e as despesas compromissadas.

Art. 551. Todas as operações de ordem financeira e patrimonial serão evidenciadas pelos registros contábeis das entidades sindicais, executadas sob a responsabilidade de contabilista legalmente habilitado, em conformidade com o plano de contas e as instruções baixadas pelo Ministério do Trabalho. (*Caput* e parágrafos com redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

§ 1º A escrituração contábil a que se refere este artigo será baseada em documentos de receita e despesa, que ficarão arquivados nos serviços de contabilidade, à disposição dos órgãos responsáveis pelo acompanhamento administrativo e da fiscalização financeira da própria entidade, ou do controle que poderá ser exercido pelos órgãos da União, em face da legislação específica.

§ 2º Os documentos comprobatórios dos atos de receita e despesa, a que se refere o parágrafo anterior, poderão ser incinerados, após decorridos 5 (cinco) anos da data de quitação das contas pelo órgão competente.

§ 3º É obrigatório o uso do livro Diário, encadernado, com folhas seguidas e tipograficamente numeradas, para a escrituração, pelo método das partidas dobradas, diretamente ou por reprodução, dos atos ou operações que modifiquem ou venham a modificar a situação patrimonial da entidade, o qual conterá, respectivamente, na primeira e na última páginas, os termos de abertura e de encerramento.

§ 4º A entidade sindical que se utilizar de sistema mecânico ou eletrônico para sua escrituração contábil poderá substituir o Diário e os livros facultativos ou auxiliares por fichas ou formulários contínuos, cujos lançamentos deverão satisfazer a todos os requisitos e normas de escrituração exigidos com relação aos livros mercantis, inclusive no que respeita a termos de abertura e de encerramento e numeração sequencial e tipográfica.

§ 5º Na escrituração por processos de fichas ou formulários contínuos, a entidade adotará livro próprio para inscrição do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício, o qual conterá os mesmos requisitos exigidos para os livros de escrituração.

§ 6º Os livros e fichas ou formulários contínuos serão obrigatoriamente submetidos a registro e autenticação das Delegacias Regionais do Trabalho localizadas na base territorial da entidade.

§ 7º As entidades sindicais manterão registro específico dos bens de qualquer natureza, de sua propriedade, em livros ou fichas próprias, que atenderão às mesmas formalidades exigidas para o livro Diário, inclusive no que se refere ao registro e autenticação da Delegacia Regional do Trabalho local.

§ 8º As contas dos administradores das entidades sindicais serão aprovadas, em escrutínio secreto, pelas respectivas Assembleias Gerais ou Conselhos de Representantes, com prévio parecer do Conselho Fiscal, cabendo ao Ministro do Trabalho estabelecer prazos e procedimentos para a sua elaboração e destinação.

Art. 552. Os atos que importem em malversação ou dilapidação do patrimônio das associações ou entidades sindicais ficam equiparados ao crime de peculato julgado e punido na conformidade da legislação penal. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 925, de 10-10-1969.)

Seção VIII
Das penalidades

Art. 553. As infrações ao disposto neste Capítulo serão punidas, segundo o seu caráter e a sua gravidade, com as seguintes penalidades:

a) multa de 2 (dois) valores de referência a 100 (cem) valores de referência regionais, dobrada na reincidência; (Nos termos da Lei n. 6.205, de 29-4-1975.)

b) suspensão de diretores por prazo não superior a 30 (trinta) dias;

c) destituição de diretores ou de membros de conselho;

d) fechamento de Sindicato, Federação ou Confederação por prazo nunca superior a 6 (seis) meses;

e) cassação da carta de reconhecimento;

f) multa de 1/3 (um terço) do salário mínimo regional, aplicável ao associado que deixar de cumprir, sem causa justificada, o disposto no parágrafo único do art. 529. (Alínea incluída pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 1º A imposição de penalidades aos administradores não exclui a aplicação das que este artigo prevê para a associação. (Parágrafo único renumerado pelo Dec.-lei n. 925, de 10-10-1969.)

§ 2º Poderá o Ministro do Trabalho determinar o afastamento preventivo de cargo ou representação sindicais de seus exercentes, com fundamento em elementos constantes de denúncia formalizada que constituam indício veemente ou início de prova bastante do fato e da autoria denunciados. (Acrescentado pelo Dec.-lei n. 925, de 10-10-1969.)

Art. 554. Destituída a administração, na hipótese da alínea *c* do artigo anterior, o Ministro do Trabalho nomeará um Delegado para dirigir a associação e proceder, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, em Assembleia Geral por ele convocada e presidida, à eleição dos novos diretores e membros do Conselho Fiscal.

Art. 555. A pena de cassação da carta de reconhecimento será imposta à entidade sindical:

a) que deixar de satisfazer as condições de constituição e funcionamento estabelecidas nesta Lei;

b) que se recusar ao cumprimento de ato do Presidente da República, no uso da faculdade conferida pelo art. 536; (Alínea tacitamente revogada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967, que revogou o art. 536.)

c) que criar obstáculos à execução da política econômica adotada pelo Governo. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.080, de 11-10-1945.)

Art. 556. A cassação da carta de reconhecimento da entidade sindical não importará o cancelamento de seu registro,

nem, consequentemente, a sua dissolução, que se processará de acordo com as disposições da lei que regulam a dissolução das associações civis.

Parágrafo único. No caso de dissolução, por se achar a associação incursa nas leis que definem crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e a ordem política e social, os seus bens, pagas as dívidas decorrentes das suas responsabilidades, serão incorporados ao patrimônio da União e aplicados em obras de assistência social.

Art. 557. As penalidades de que trata o art. 553 serão impostas:

a) as das alíneas *a* e *b*, pelo Delegado Regional do Trabalho, com recurso para o Ministro de Estado;

b) as demais, pelo Ministro de Estado.

§ 1º Quando se tratar de associações de grau superior, as penalidades serão impostas pelo Ministro de Estado, salvo se a pena for de cassação da carta de reconhecimento de confederação, caso em que a pena será imposta pelo Presidente da República.

§ 2º Nenhuma pena será imposta sem que seja assegurada defesa ao acusado.

Seção IX
Disposições gerais

Art. 558. São obrigadas ao registro todas as associações profissionais constituídas por atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, de acordo com o art. 511 e na conformidade do Quadro de Atividades e Profissões a que alude o Capítulo II deste Título. As associações profissionais registradas nos termos deste artigo poderão representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses individuais dos associados relativos à sua atividade ou profissão, sendo-lhes também extensivas as prerrogativas contidas na alínea *d* e no parágrafo único do art. 513.

§ 1º O registro a que se refere o presente artigo competirá às Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho ou às repartições autorizadas em virtude da lei. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 925, de 10-10-1969.)

§ 2º O registro das associações far-se-á mediante requerimento, acompanhado da cópia autêntica dos estatutos e da declaração do número de associados, do patrimônio e dos serviços sociais organizados.

§ 3º As alterações dos estatutos das associações profissionais não entrarão em vigor sem aprovação da autoridade que houver concedido o respectivo registro.

Art. 559. O Presidente da República, excepcionalmente e mediante proposta do Ministro do Trabalho, fundada em razões de utilidade pública, poderá conceder, por decreto, às associações civis constituídas para a defesa e coordenação de interesses econômicos e profissionais e não obrigadas ao registro previsto no artigo anterior, a prerrogativa da alínea *d* do art. 513 deste Capítulo.

Art. 560. Não se reputará transmissão de bens, para efeitos fiscais, a incorporação do patrimônio de uma associação profissional ao da entidade sindical, ou das entidades aludidas entre si.

Art. 561. A denominação "sindicato" é privativa das associações profissionais de primeiro grau, reconhecidas na forma desta Lei.

Art. 562. As expressões "federação" e "confederação", seguidas da designação de uma atividade econômica ou profissional, constituem denominações privativas das entidades sindicais de grau superior.

Art. 563. (Revogado pelo Dec.-lei n. 925, de 10-10-1969.)

Art. 564. Às entidades sindicais, sendo-lhes peculiar e essencial a atribuição repre-

sentativa e coordenadora das correspondentes categorias ou profissões, é vedado, direta ou indiretamente, o exercício de atividade econômica.

Art. 565. As entidades sindicais reconhecidas nos termos desta Lei não poderão filiar-se a organizações internacionais, nem com elas manter relações, sem prévia licença concedida por decreto do Presidente da República. (Redação dada pela Lei n. 2.802, de 18-8-1956.)

Art. 566. Não podem sindicalizar-se os servidores do Estado e os das instituições paraestatais.

Parágrafo único. Excluem-se da proibição constante deste artigo os empregados das sociedades de economia mista, da Caixa Econômica Federal e das fundações criadas ou mantidas pelo Poder Público da União, dos Estados e Municípios. (Redação dada pela Lei n. 7.449, de 20-12-1985.)

Arts. 567 a 569. (Revogados pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Capítulo II
Do Enquadramento Sindical

Art. 570. Os Sindicatos constituir-se-ão, normalmente, por categorias econômicas ou profissionais específicas, na conformidade da discriminação do Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577, ou segundo as subdivisões que, sob proposta da Comissão do Enquadramento Sindical, de que trata o art. 576, forem criadas pelo Ministro do Trabalho.

Parágrafo único. Quando os exercentes de quaisquer atividades ou profissões se constituírem, seja pelo número reduzido, seja pela natureza mesma dessas atividades ou profissões, seja pelas afinidades existentes entre elas, em condições tais que não se possam sindicalizar eficientemente pelo critério de especificidade de categoria, é-lhes permitido sindicalizar-se pelo critério de categorias similares ou conexas, entendendo-se como tais as que se acham compreendidas nos limites de cada grupo constante do Quadro de Atividades e Profissões.

Art. 571. Qualquer das atividades ou profissões concentradas na forma do parágrafo único do artigo anterior poderá dissociar-se do Sindicato principal, formando um Sindicato específico, desde que o novo Sindicato, a juízo da Comissão do Enquadramento Sindical, ofereça possibilidade de vida associativa regular e de ação sindical eficiente.

Art. 572. Os Sindicatos que se constituírem por categorias similares ou conexas, nos termos do parágrafo único do art. 570, adotarão denominação em que fiquem, tanto quanto possível, explicitamente mencionadas as atividades ou profissões concentradas, de conformidade com o Quadro de Atividades e Profissões, ou se se tratar de subdivisões, de acordo com o que determinar a Comissão do Enquadramento Sindical.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese do artigo anterior, o Sindicato principal terá a denominação alterada, eliminando-se-lhe a designação relativa à atividade ou profissão dissociada.

Art. 573. O agrupamento dos Sindicatos em Federações obedecerá às mesmas regras que as estabelecidas neste Capítulo para o agrupamento das atividades e profissões em Sindicatos.

Parágrafo único. As Federações de Sindicatos de profissões liberais poderão ser organizadas independentemente do grupo básico da Confederação, sempre que as respectivas profissões se acharem submetidas, por disposições de lei, a um único regulamento. (§ 1º renumerado pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 574. Dentro da mesma base territorial, as empresas industriais do tipo artesanal poderão constituir entidades sindicais, de primeiro e segundo graus, distintas das associações sindicais das empresas congêneres, de tipo diferente.

Parágrafo único. Compete à Comissão do Enquadramento Sindical definir, de modo genérico, com a aprovação do Ministro do Trabalho, a dimensão e os demais característicos das empresas industriais de tipo artesanal.

Art. 575. O Quadro de Atividades e Profissões será revisto de dois em dois anos, por proposta da Comissão do Enquadramento Sindical, para o fim de ajustá-lo às condições da estrutura econômica e profissional do País.

§ 1º Antes de proceder à revisão do Quadro, a Comissão deverá solicitar sugestões às entidades sindicais e às associações profissionais.

§ 2º A proposta de revisão será submetida à aprovação do Ministro do Trabalho.

Art. 576. A Comissão do Enquadramento Sindical será constituída pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho, que a presidirá, e pelos seguintes membros: (Redação dada pela Lei n. 5.819, de 6-11-1972.)

I – 2 (dois) representantes do Departamento Nacional do Trabalho; (Redação dada pela Lei n. 5.819, de 6-11-1972.)

II – 1 (um) representante do Departamento Nacional de Mão de Obra; (Redação dada pela Lei n. 5.819, de 6-11-1972.)

III – 1 (um) representante do Instituto Nacional de Tecnologia, do Ministério da Indústria e do Comércio; (Redação dada pela Lei n. 5.819, de 6-11-1972.)

IV – 1 (um) representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, do Ministério da Agricultura; (Redação dada pela Lei n. 5.819, de 6-11-1972.)

V – 1 (um) representante do Ministério dos Transportes; (Redação dada pela Lei n. 5.819, de 6-11-1972.)

VI – 2 (dois) representantes das categorias econômicas; e (Redação dada pela Lei n. 5.819, de 6-11-1972.)

VII – 2 (dois) representantes das categorias profissionais. (Redação dada pela Lei n. 5.819, de 6-11-1972.)

§ 1º Os membros da CES serão designados pelo Ministro do Trabalho, mediante: (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

a) indicação dos titulares das Pastas, quanto aos representantes dos outros Ministérios; (Alínea incluída pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

b) indicação do respectivo Diretor-Geral, quanto ao do DNMO; (Alínea incluída pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

c) eleição pelas respectivas Confederações, em conjunto, quanto aos representantes das categorias econômicas e profissionais, de acordo com as instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho. (Alínea incluída pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 2º Cada membro terá um suplente designado juntamente com o titular. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 3º Será de 3 (três) anos o mandato dos representantes das categorias econômica e profissional. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 925, de 10-10-1969.)

§ 4º Os integrantes da Comissão perceberão a gratificação de presença que for estabelecida por decreto executivo. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 5º Em suas faltas ou impedimentos o Diretor-Geral do DNT será substituído na presidência pelo Diretor substituto do Departamento ou pelo representante desse na Comissão, nesta ordem. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 506, de 18-3-1969.)

§ 6º Além das atribuições fixadas no presente Capítulo e concernentes ao enquadramento sindical, individual ou coletivo, e à classificação das atividades e profissões, competirá também à CES resolver, com recurso para o Ministro do Trabalho, todas as dúvidas e controvérsias concernentes à organização sindical. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 577. O Quadro de Atividades e Profissões em vigor fixará o plano básico do enquadramento sindical.

Capítulo III
Da Contribuição Sindical

Seção I
Da fixação e do recolhimento da contribuição sindical

Art. 578. As contribuições devidas aos Sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação de "contribuição sindical", pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo. (Redação alterada tendo em vista o disposto no Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 579. A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do Sindicato representativo da mesma categoria ou profissão, ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 580. A contribuição sindical será recolhida, de uma só vez, anualmente, e consistirá: (Redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

I – na importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho, para os empregados, qualquer que seja a forma da referida remuneração; (Redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

II – para os agentes ou trabalhadores autônomos e para os profissionais liberais, numa importância correspondente a 30% (trinta por cento) do maior valor de referência fixado pelo Poder Executivo, vigente à época em que é devida a contribuição sindical, arredondada para Cr$ 1,00 (um cruzeiro) a fração porventura existente; (Redação dada pela Lei n. 7.047, de 1º-12-1982.)

III – para os empregadores, numa importância proporcional ao capital social da firma ou empresa, registrado nas respectivas Juntas Comerciais ou órgãos equivalentes, mediante a aplicação de alíquotas, conforme a seguinte Tabela progressiva: (Redação dada pela Lei n. 7.047, de 1º-12-1982.)

Classes de Capital	Alíquota %
1 – Até 150 vezes o maior valor de referência	0,8
2 – Acima de 150, até 1.500 vezes o maior valor de referência	0,2
3 – Acima de 1.500, até 150.000 vezes o maior valor de referência	0,1
4 – Acima de 150.000, até 800.000 vezes o maior valor de referência	0,02

§ 1º A contribuição sindical prevista na Tabela constante do item III deste artigo corresponderá à soma da aplicação das alíquotas sobre a porção do capital distribuído em cada classe, observados os respectivos limites. (Redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

§ 2º Para efeito do cálculo de que trata a Tabela progressiva inserta no item III deste artigo, considerar-se-á o valor de referência fixado pelo Poder Executivo, vigente à data de competência da contribuição, arredondando-se para Cr$ 1,00 (um cruzeiro) a fração porventura existente. (Redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho, que, no seu art. 58, dispõe:

"A duração normal de trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de oito horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite".

As Constituições de 1946 e 1967 (com a Emenda de 1969) mantiveram limite idêntico – 8 horas diárias, de segunda-feira a sábado (desconsiderado o domingo, como repouso semanal), importando, pois, em uma jornada semanal de 48 horas.

A atual Carta Magna, mantida a jornada diária em 8 horas, inovou, reduzindo o labor a 44 horas semanais.

Com isso, alterou-se o divisor mensal de 240 para 220 horas:

"A partir de cinco de outubro de oitenta e oito, com a modificação trazida pela atual Constituição da República, a jornada de trabalho passou a ser de quarenta e quatro horas semanais (artigo 7º, inciso XIII). Multiplicando-se pelas cinco semanas, tem-se como divisor, então, duzentas e vinte horas e não mais duzentas e quarenta, como era anteriormente" (TST, RR 137.321, 5ª T., Ac. 790, Rel. Min. Armando de Brito, *DJU*, 31-3-1995).

A redução da jornada semanal, contudo, não implicou redução salarial, como bem observa Sólon de Almeida Cunha:

"Assim, podemos concluir que a redução de jornada semanal, de 48 horas para 44, imposta pelo art. 7º, inc. XIII, da Constituição Federal:

1. não gerou redução nominal nos salários dos empregados;

2. trouxe o divisor de 240 horas/mês para 220 horas/mês; e

3. não afetou o art. 62 da Consolidação das Leis do Trabalho"[27].

Mas a Constituição Federal vigente não inovou apenas na redução da jornada semanal. Inovou, igualmente, quando admitiu "a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho".

É bem verdade que o art. 59 da CLT já admitia tal compensação – "a duração normal de trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho".

A expressão *contrato coletivo*, como se sabe, foi alterada para *convenção coletiva* (Dec.-lei n. 229/67).

O termo *acordo escrito* utilizado no *caput* do art. 59, a nosso ver, deve ser interpretado em consonância com a disposição constitucional que deixa claro tratar-se de *acordo ou convenção coletiva*, afastado, por via de consequência, o acordo individual de empregado e empregador, sem a assistência ou intervenção sindical.

Com efeito, no âmbito do Direito social, orientou-se o constituinte pela inegável valorização dos Sindicatos, revestindo-os de legitimação para representar os trabalhadores nas mais diversas circunstâncias (art. 8º, VI, da Carta Magna).

Fica, assim, afastada a possibilidade de acordo escrito individual como forma de compensação. Assim entendeu o TST

27. Ob. cit., p. 34.

§ 3º É fixada em 60% (sessenta por cento) do maior valor de referência, a que alude o parágrafo anterior, a contribuição mínima devida pelos empregadores, independentemente do capital social da firma ou empresa, ficando, do mesmo modo, estabelecido o capital equivalente a 800.000 (oitocentas mil) vezes o maior valor de referência, para efeito do cálculo da contribuição máxima, respeitada a Tabela progressiva constante do item III. (Redação dada pela Lei n. 7.047, de 1º-12-1982.)

§ 4º Os agentes ou trabalhadores autônomos e os profissionais liberais, organizados em firma ou empresa, com capital social registrado, recolherão a contribuição sindical de acordo com a Tabela progressiva a que se refere o item III. (Parágrafo incluído pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

§ 5º As entidades ou instituições que não estejam obrigadas ao registro de capital social, considerarão como capital, para efeito do cálculo de que trata a Tabela progressiva constante do item III deste artigo, o valor resultante da aplicação do percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o movimento econômico registrado no exercício imediatamente anterior, do que darão conhecimento à respectiva entidade sindical ou à Delegacia Regional do Trabalho, observados os limites estabelecidos no § 3º deste artigo. (Parágrafo incluído pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

§ 6º Excluem-se da regra do § 5º as entidades ou instituições que comprovarem, através de requerimento dirigido ao Ministério do Trabalho, que não exercem atividade econômica com fins lucrativos. (Parágrafo incluído pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

Art. 581. Para os fins do item III do artigo anterior, as empresas atribuirão parte do respectivo capital às suas sucursais, filiais ou agências, desde que localizadas fora da base territorial da entidade sindical representativa da atividade econômica do estabelecimento principal, na proporção das correspondentes operações econômicas, fazendo a devida comunicação às Delegacias Regionais do Trabalho, conforme localidade da sede da empresa, sucursais, filiais ou agências. (*Caput* e parágrafos com redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

§ 1º Quando a empresa realizar diversas atividades econômicas, sem que nenhuma delas seja preponderante, cada uma dessas atividades será incorporada à respectiva categoria econômica, sendo a contribuição sindical devida à entidade sindical representativa da mesma categoria, procedendo-se, em relação às correspondentes sucursais, agências ou filiais, na forma do presente artigo.

§ 2º Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam, exclusivamente, em regime de conexão funcional.

Art. 582. Os empregadores são obrigados a descontar, da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de março de cada ano, a contribuição sindical por estes devida aos respectivos Sindicatos. (*Caput* e parágrafos com redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

§ 1º Considera-se 1 (um) dia de trabalho para efeito de determinação da importância a que alude o item I do art. 580 o equivalente:

a) a 1 (uma) jornada normal de trabalho, se o pagamento ao empregado for feito por unidade de tempo;

b) a 1/30 (um trinta avos) da quantia percebida no mês anterior, se a remuneração for paga por tarefa, empreitada ou comissão.

§ 2º Quando o salário for pago em utilidades, ou nos casos em que o empregado receba, habitualmente, gorjetas, a contribuição sindical corresponderá a 1/30 (um

trinta avos) da importância que tiver servido de base, no mês de janeiro, para a contribuição do empregado à Previdência Social.

Art. 583. O recolhimento da contribuição sindical referente aos empregados e trabalhadores avulsos será efetuado no mês de abril de cada ano, e o relativo aos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais realizar-se-á no mês de fevereiro. (*Caput* e parágrafos com redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

§ 1º O recolhimento obedecerá ao sistema de guias, de acordo com as instruções expedidas pelo Ministro do Trabalho.

§ 2º O comprovante de depósito da contribuição sindical será remetido ao respectivo Sindicato; na falta deste, à correspondente entidade sindical de grau superior, e, se for o caso, ao Ministério do Trabalho.

Art. 584. Servirá de base para o pagamento da contribuição sindical, pelos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais, a lista de contribuintes organizada pelos respectivos Sindicatos e, na falta destes, pelas federações ou confederações coordenadoras da categoria. (Redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

Art. 585. Os profissionais liberais poderão optar pelo pagamento da contribuição sindical unicamente à entidade sindical representativa da respectiva profissão, desde que a exerça, efetivamente, na firma ou empresa e como tal sejam nelas registrados. (Redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

Parágrafo único. Na hipótese referida neste artigo, à vista da manifestação do contribuinte e da exibição da prova de quitação da contribuição, dada por Sindicato de profissionais liberais, o empregador deixará de efetuar, no salário do contribuinte, o desconto a que se refere o art. 582. (Redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

Art. 586. A contribuição sindical será recolhida, nos meses fixados no presente Capítulo, à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil S/A, ou aos estabelecimentos bancários nacionais integrantes do Sistema de Arrecadação dos Tributos Federais, os quais, de acordo com instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, repassarão à Caixa Econômica Federal as importâncias arrecadadas. (*Caput* e parágrafos com redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

§ 1º Integrarão a rede arrecadadora as Caixas Econômicas Estaduais, nas localidades onde inexistam os estabelecimentos previstos no *caput* deste artigo.

§ 2º Tratando-se de empregador, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais, o recolhimento será efetuado pelos próprios, diretamente ao estabelecimento arrecadador.

§ 3º A contribuição sindical devida pelos empregados e trabalhadores avulsos será recolhida pelo empregador e pelo Sindicato, respectivamente.

Art. 587. O recolhimento da contribuição sindical dos empregadores efetuar-se-á no mês de janeiro de cada ano, ou, para os que venham a estabelecer-se após aquele mês, na ocasião em que requeiram às repartições o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade. (Redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

Art. 588. A Caixa Econômica Federal manterá conta corrente intitulada "Depósitos da Arrecadação da Contribuição Sindical", em nome de cada uma das entidades sindicais beneficiadas, cabendo ao Ministério do Trabalho cientificá-la das ocorrências pertinentes à vida administrativa dessas entidades. (*Caput* e parágrafos com redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

§ 1º Os saques na conta corrente referida no *caput* deste artigo far-se-ão mediante ordem bancária ou cheque com as assinaturas conjuntas do Presidente e do Tesoureiro da entidade sindical.

§ 2º A Caixa Econômica Federal remeterá, mensalmente, a cada entidade sindical, um extrato da respectiva conta corrente, e, quando solicitado, aos órgãos do Ministério do Trabalho.

Art. 589. Da importância da arrecadação da contribuição sindical serão feitos os seguintes créditos pela Caixa Econômica Federal, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho: (Redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

I – para os empregadores: (Redação dada pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

a) 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente; (Incluída pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

b) 15% (quinze por cento) para a federação; (Incluída pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

c) 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo; e (Incluída pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

d) 20% (vinte por cento) para a "Conta Especial Emprego e Salário"; (Incluída pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

II – para os trabalhadores: (Redação dada pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

a) 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente; (Incluída pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

b) 10% (dez por cento) para a central sindical; (Incluída pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

c) 15% (quinze por cento) para a federação; (Incluída pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

d) 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo; e (Incluída pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

e) 10% (dez por cento) para a "Conta Especial Emprego e Salário"; (Incluída pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

III – (revogado); (Redação dada pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

IV – (revogado). (Redação dada pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

§ 1º O sindicato de trabalhadores indicará ao Ministério do Trabalho e Emprego a central sindical a que estiver filiado como beneficiária da respectiva contribuição sindical, para fins de destinação dos créditos previstos neste artigo. (Incluído pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

§ 2º A central sindical a que se refere a alínea *b* do inciso II do *caput* deste artigo deverá atender aos requisitos de representatividade previstos na legislação específica sobre a matéria. (Incluído pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

Art. 590. Inexistindo Confederação, o percentual previsto no art. 589 desta Consolidação caberá à federação representativa do grupo. (Redação dada pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

§ 1º (Revogado). (Redação dada pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

§ 2º (Revogado). (Redação dada pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

§ 3º Não havendo sindicato, nem entidade sindical de grau superior ou central sindical, a contribuição sindical será creditada, integralmente, à "Conta Especial Emprego e Salário". (Redação dada pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

§ 4º Não havendo indicação de central sindical, na forma do § 1º do art. 589 desta Consolidação, os percentuais que lhe caberiam serão destinados à "Conta Especial Emprego e Salário" (Incluído pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

Art. 591. Inexistindo sindicato, os percentuais previstos na alínea *c* do inciso I e na alínea *d* do inciso II do *caput* do art. 589 desta Consolidação serão creditados à federação correspondente à mesma categoria econômica ou profissional. (Redação dada pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

Parágrafo único. Na hipótese do *caput* deste artigo, os percentuais previstos nas

alíneas *a* e *b* do inciso I e nas alíneas *a* e *c* do inciso II do *caput* do art. 589 desta Consolidação caberão à confederação. (Redação dada pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

Seção II
Da aplicação da contribuição sindical[268]

Art. 592. A contribuição sindical, além das despesas vinculadas à sua arrecadação, recolhimento e controle, será aplicada pelos Sindicatos, na conformidade dos respectivos estatutos, visando aos seguintes objetivos: (Artigo com redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

I – Sindicatos de Empregadores e de Agentes Autônomos:

a) assistência técnica e jurídica;

b) assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica;

c) realização de estudos econômicos e financeiros;

d) agências de colocação;

e) cooperativas;

f) bibliotecas;

g) creches;

h) congressos e conferências;

i) medidas de divulgação comercial e industrial no País, e no estrangeiro, bem como em outras tendentes a incentivar e aperfeiçoar a produção nacional;

j) feiras e exposições;

l) prevenção de acidentes do trabalho;

m) finalidades desportivas.

II – Sindicatos de Empregados:

a) assistência jurídica;

b) assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica;

c) assistência à maternidade;

d) agências de colocação;

e) cooperativas;

f) bibliotecas;

g) creches;

h) congressos e conferências;

i) auxílio-funeral;

j) colônias de férias e centros de recreação;

l) prevenção de acidentes do trabalho;

m) finalidades desportivas e sociais;

n) educação e formação profissional;

o) bolsas de estudo.

III – Sindicatos de Profissionais Liberais:

a) assistência jurídica;

b) assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica;

c) assistência à maternidade;

d) bolsas de estudo;

e) cooperativas;

f) bibliotecas;

g) creches;

h) congressos e conferências;

i) auxílio-funeral;

j) colônias de férias e centros de recreação;

l) estudos técnicos e científicos;

m) finalidades desportivas e sociais;

n) educação e formação profissional;

o) prêmios por trabalhos técnicos e científicos.

IV – Sindicatos de Trabalhadores Autônomos:

a) assistência técnica e jurídica;

b) assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica;

c) assistência à maternidade;

d) bolsas de estudo;

e) cooperativas;

f) bibliotecas;

g) creches;

h) congressos e conferências;

i) auxílio-funeral;

j) colônias de férias e centros de recreação;

l) educação e formação profissional;

m) finalidades desportivas e sociais.

268. Redação alterada tendo em vista o disposto no Decreto-lei n. 229, de 28-2-1967.

§ 1º A aplicação prevista neste artigo ficará a critério de cada entidade, que, para tal fim, obedecerá, sempre, às peculiaridades do respectivo grupo ou categoria, facultado ao Ministro do Trabalho permitir a inclusão de novos programas, desde que assegurados os serviços assistenciais fundamentais da entidade.

§ 2º Os Sindicatos poderão destacar, em seus orçamentos anuais, até 20% (vinte por cento) dos recursos da contribuição sindical para o custeio das suas atividades administrativas, independentemente de autorização ministerial.

§ 3º O uso da contribuição sindical prevista no § 2º não poderá exceder do valor total das mensalidades sociais consignadas nos orçamentos dos Sindicatos, salvo autorização expressa do Ministro do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

Art. 593. As percentagens atribuídas às entidades sindicais de grau superior e às centrais sindicais serão aplicadas de conformidade com o que dispuserem os respectivos conselhos de representantes ou estatutos. (Redação dada pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008.)

Parágrafo único. Os recursos destinados às centrais sindicais deverão ser utilizados no custeio das atividades de representação geral dos trabalhadores decorrentes de suas atribuições legais. (Incluído pela Lei n. 11.648, de 31-3-2008)

Art. 594. (Revogado pela Lei n. 4.589, de 11-12-1964.)

Seção III
Da comissão da contribuição sindical

Arts. 595 a 597. (Revogados pela Lei n. 4.589, de 11-12-1964.)

Seção IV
Das penalidades

Art. 598. Sem prejuízo da ação criminal e das penalidades previstas no art. 553, serão aplicadas multas de 3/5 (três quintos) a 600 (seiscentos) valores de referência regionais[269], pelas infrações deste Capítulo, impostas pelas Delegacias Regionais do Trabalho.

Parágrafo único. A gradação da multa atenderá à natureza da infração e às condições sociais e econômicas do infrator.

Art. 599. Para os profissionais liberais, a penalidade consistirá na suspensão do exercício profissional, até a necessária quitação, e será aplicada pelos órgãos públicos ou autárquicos disciplinadores das respectivas profissões mediante comunicação das autoridades fiscalizadoras.

Art. 600. O recolhimento da contribuição sindical efetuado fora do prazo referido neste Capítulo, quando espontâneo, será acrescido da multa de 10% (dez por cento), nos 30 (trinta) primeiros dias, com o adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, ficando, nesse caso, o infrator, isento de outra penalidade. (*Caput* e parágrafos com redação dada pela Lei n. 6.181, de 11-12-1974.)

§ 1º O montante das cominações previstas neste artigo reverterá sucessivamente:

a) ao Sindicato respectivo;

b) à Federação respectiva, na ausência de Sindicato;

c) à Confederação respectiva, inexistindo Federação.

---

269. A redação anterior foi alterada considerando as disposições contidas na Lei n. 6.205/75, Lei n. 6.986/82, Lei n. 7.855/89. Devemos, ainda, atentar para os termos da Lei n. 8.383/91.

§ 2º Na falta de Sindicato ou entidade de grau superior, o montante a que alude o parágrafo precedente reverterá à conta "Emprego e Salário".

Seção V
Disposições gerais

Art. 601. No ato da admissão de qualquer empregado, dele exigirá o empregador a apresentação da prova de quitação da contribuição sindical.

Art. 602. Os empregados que não estiverem trabalhando no mês destinado ao desconto da contribuição sindical serão descontados no primeiro mês subsequente ao do reinício do trabalho.

Parágrafo único. De igual forma se procederá com os empregados que forem admitidos depois daquela data e que não tenham trabalhado anteriormente nem apresentado a respectiva quitação.

Art. 603. Os empregadores são obrigados a prestar aos encarregados da fiscalização os esclarecimentos necessários ao desempenho de sua missão e a exibir-lhes, quando exigidos, na parte relativa ao pagamento de empregados, os seus livros, folhas de pagamento e outros documentos comprobatórios desses pagamentos, sob pena da multa cabível.

Art. 604. Os agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais são obrigados a prestar aos encarregados da fiscalização os esclarecimentos que lhes forem solicitados, inclusive exibição de quitação da contribuição sindical.

Art. 605. As entidades sindicais são obrigadas a promover a publicação de editais concernentes ao recolhimento da contribuição sindical, durante 3 (três) dias, nos jornais de maior circulação local e até 10 (dez) dias da data fixada para depósito bancário.

Art. 606. Às entidades sindicais cabe, em caso de falta de pagamento da contribuição sindical, promover a respectiva cobrança judicial, mediante ação executiva, valendo como título de dívida a certidão expedida pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 925, de 10-10-1969.)

§ 1º O Ministério do Trabalho baixará as instruções regulando a expedição das certidões a que se refere o presente artigo, das quais deverá constar a individualização do contribuinte, a indicação do débito e a designação da entidade a favor da qual é recolhida a importância da contribuição sindical, de acordo com o respectivo enquadramento sindical.

§ 2º Para os fins da cobrança judicial da contribuição sindical, são extensivos às entidades sindicais, com exceção do foro especial, os privilégios da Fazenda Pública, para cobrança da dívida ativa.

Art. 607. São consideradas como documento essencial ao comparecimento às concorrências públicas ou administrativas e para o fornecimento às repartições paraestatais ou autárquicas a prova da quitação do respectivo imposto sindical e a de recolhimento da contribuição sindical, descontada dos respectivos empregados.

Art. 608. As repartições federais, estaduais ou municipais não concederão registro ou licenças para funcionamento ou renovação de atividades aos estabelecimentos de empregadores e aos escritórios ou congêneres dos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais, nem concederão alvarás de licença ou localização, sem que sejam exibidas as provas de quitação da contribuição sindical, na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. A não observância do disposto neste artigo acarretará, de pleno direito, a nulidade dos atos nele referidos,

bem como dos mencionados no art. 607. (Parágrafo incluído pela Lei n. 6.386, de 9-12-1976.)

Art. 609. O recolhimento da contribuição sindical e todos os lançamentos e movimentos nas contas respectivas são isentos de selos e taxas federais, estaduais ou municipais.

Art. 610. As dúvidas no cumprimento deste Capítulo serão resolvidas pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho, que expedirá as instruções que se tornarem necessárias à sua execução. (Redação dada pela Lei n. 4.589, de 11-12-1964.)

► Comentários

1. Autonomia sindical

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 8º, declara *ser livre a associação sindical*, proclamando, outrossim, sua *autonomia plena* com relação ao Estado:

"I – a lei não poderá exigir a autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical".

Em consequência, deixa de existir qualquer ingerência do Poder Público, pondo fim a CF/88 às constantes intervenções do Ministério do Trabalho, em passado não muito distante.

Os sindicatos, como pessoas jurídicas de direito privado, constituem-se como as sociedades ou associações privadas em geral, *deixando de existir a exigência de associação anterior a sua fundação*.

Como toda pessoa jurídica, pressupõem seus atos constitutivos (estatuto), devidamente registrados no órgão competente, que a Constituição Federal não especifica, tendo, porém, o Supremo Tribunal Federal concluído pela competência do Ministério do Trabalho – STF, MI 1.448-SP, Ac. TP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence.

No mesmo sentido, a Orientação Jurisprudencial n. 15 da Seção de Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho:

"Sindicato. Legitimidade 'ad processum'. Imprescindibilidade do registro no Ministério do Trabalho.

A comprovação da legitimidade *ad processum* da entidade sindical se faz por seu registro no órgão competente do Ministério do Trabalho, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988".

2. Unicidade sindical

Objetivando evitar a pulverização dos sindicatos, o que fatalmente ocorreria se adotado o pluralismo, malgrado a opinião de abalizada corrente, houve por bem o constituinte de 1988 manter o sistema da *unicidade sindical*, dispondo expressamente o art. 8º da CF/88:

"II – é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município".

3. Conceito de sindicato, categoria profissional e econômica, categoria diferenciada

a) Sindicato

É "um órgão de defesa e coordenação dos interesses econômicos ou profissionais de empregadores, empregados, agentes ou

trabalhadores autônomos e profissionais liberais", ensina Segadas Vianna[270].

Barreto Prado assim o define: "associação que tem por objeto a representação e defesa dos interesses gerais da correspondente categoria empresarial, e supletivamente dos interesses individuais dos seus membros"[271].

Valentin Carrion conceitua o sindicato de empregados como o "agrupamento estável de membros de uma profissão, destinado a assegurar a defesa e representação da respectiva profissão para melhorar as condições de trabalho", observando que "o sindicato patronal congrega os empregadores com a finalidade de defender seus interesses econômicos"[272].

b) Categoria profissional

"É constituída pelos trabalhadores que, como empregados ou em caráter autônomo, prestam serviços em atividades componentes da mesma categoria econômica", doutrina Evaristo de Moraes Filho[273].

c) Categoria econômica

Ainda na lição de Evaristo de Moraes Filho, a categoria econômica "é constituída pelos empregadores que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, ainda que sem fins lucrativos, compondo um todo homogêneo"[274].

d) Categoria diferenciada

O § 3º do art. 511 da CLT define a categoria diferenciada como aquela "que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares".

Integram tal categoria, pois, os empregados que estão sujeitos a regulamentação distinta ou a condições próprias, com relação aos demais empregados que trabalham na mesma empresa.

Daí observar Valentin Carrion que: "categoria profissional diferenciada é a que tem regulamentação específica do trabalho diferente da dos demais empregados da mesma empresa, o que lhe faculta convenções ou acordos coletivos próprios, diferentes dos que possam corresponder à atividade preponderante do empregador, que é regra geral"[275].

Reza a Súmula 374 do TST que:

> "Empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria. (ex-OJ n. 55 – Inserida em 25-11-1996)".

4. *Prerrogativas e deveres dos sindicatos*

Os poderes ou prerrogativas mais expressivas concedidas aos sindicatos estão, antes de tudo, proclamadas pela CF/88, em seu art. 8º:

> "III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;
>
> (...)

270. *Instituições de Direito do Trabalho*, cit., v. 2, p. 366.

271. *Curso de Direito Sindical*, 3. ed., São Paulo, LTr, p. 43.

272. Ob. cit., 25. ed., p. 402.

273. Anteprojeto do Código de Trabalho, *LTr*, 28/240.

274. Anteprojeto do Código de Trabalho, *LTr*, 28/240.

275. Ob. cit., 25. ed., p. 404.

VI – é obrigada a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho".

A representação da categoria, e não exclusivamente dos associados, a defesa de seus interesses coletivos e individuais, constituem, sem dúvida, o papel preponderante dos sindicatos, lembrando, porém, com Octavio Bueno Magano, que "a finalidade do sindicato não consiste exclusivamente na defesa senão, também, na promoção dos respectivos interesses"[276].

Os direitos individuais da categoria, a serem preservados judicialmente (objeto de análise nos comentários aos "Direitos Sociais na Constituição Federal", introdução a este trabalho, n. 5, III), têm sido objeto de acirradas controvérsias.

Concluindo pela substituição processual ampla, Nelson Nery e Rosa Maria A. Nery afirmam:

"Interesses individuais da categoria são aqueles que cada membro da categoria, sindicalizado ou não, possui como direito subjetivo. Pela Constituição Federal, 8º, III, tem o sindicato legitimidade para, como substituto processual, defender esses direitos em juízo"[277].

No mesmo sentido Evaristo de Moraes Filho[278]e Pedro Paulo Teixeira Manus[279].

Admitindo a substituição ampla pelo Sindicato, o *Supremo Tribunal Federal*, no julgamento do Mandado de Injunção n. 347-5, de 7-5-1993.

A presença obrigatória dos sindicatos nos acordos ou convenções coletivas já era, de longa data, prerrogativa concedida a eles, *ex vi* do disposto no art. 611 da CLT, a que se acrescenta a substituição processual, na denominada *ação de cumprimento* (art. 872 da CLT).

A *legitimatio ad causam* nos dissídios coletivos (art. 857 da CLT); a composição das Comissões de Conciliação Prévia intersindicais (art. 625-A, parágrafo único, da CLT) são outras prerrogativas das mais expressivas concedidas aos sindicatos, ressaltando seu papel preponderante na sociedade brasileira atual.

Não se olvide a prerrogativa concedida aos sindicatos para a instituição das denominadas contribuições sindicais (art. 513, *e*, da CLT) e assistenciais, a serem descontadas a favor do sindicato quando não haja oposição do empregado anteriormente ao desconto (STF, RE 88.022-SP, Ac. TP 16-11-1977, Rel. Min. Moreira Alves).

Digna de menção a faculdade concedida às confederações ou entidades de classe de âmbito nacional de propor perante o Supremo Tribunal Federal *ação de inconstitucionalidade* (CF/88, art. 103, IX) e *mandado de segurança coletivo* (art. 5º, LXX, *b*, da CF/88).

Dentre os *deveres* dos sindicatos cumpre ressaltar a de manterem serviços de *assistência judicial*, para os associados ou não (Lei n. 5.584/70, art. 18).

Ressalte-se a redação dada aos arts. 789, § 10, e 793 da CLT, pela Lei n. 10.288, de 20-9-2001:

"Art. 789. .....

§ 10. O sindicato da categoria profissional prestará assistência judiciária gratuita ao trabalhador desempregado ou que perceber salário inferior a cinco salários mínimos ou

276. *Manual de Direito do Trabalho* (Direito Coletivo do Trabalho), cit., v. 3, p. 79.

277. *Código de Processo Civil Comentado*, cit., p. 262.

278. *Congresso Latino-Americano de Direito do Trabalho*, Campinas, 11-8-1990.

279. *Direito do Trabalho na Nova Constituição*, cit., p. 283.

que declare, sob responsabilidade, não possuir, em razão dos encargos próprios e familiares, condições econômicas de prover à demanda".

"Art. 793. A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo".

Outrossim, devem, ainda, promover a fundação de cooperativas de consumo e crédito (o que, todavia, não é observado por sindicatos de reduzida expressão ou recursos), mantendo, por outro lado, escolas de alfabetização.

5. *Reconhecimento e investidura*

A autonomia sindical proclamada pela Constituição Federal (art. 8º, I) afasta, como já frisamos, qualquer ingerência pública para o reconhecimento e investidura sindical, salvo aquelas disposições comuns a todas as entidades, ainda que de direito privado, tais como número de diretores e respectivos mandatos, etc.

O Ministério do Trabalho e Emprego, com relação aos sindicatos, funciona, atualmente, como órgão de registro, estando para os sindicatos como a Junta Comercial está para as sociedades comerciais.

Não há falar, pois, em reconhecimento do sindicato pelo Ministério do Trabalho e Emprego, estando revogados todos os dispositivos celetistas nesse sentido.

Deve-se observar, porém, a disposição concernente à *unicidade sindical*, não se admitindo com base inferior a um Município e estando proibido o sindicato distrital.

Destarte, de todo conveniente assinalar que não subsiste a exigência contida no art. 520 da CLT, da existência de prévia associação para a consolidação de sindicato.

O art. 521, igualmente, está inteiramente revogado pela CF/88, convindo observar que a finalidade do sindicato é a defesa dos interesses profissionais de seus representados. O desvio de finalidade enseja à assembleia geral a destituição dos respectivos diretores.

6. *Órgãos diretivos*

São os seguintes os órgãos diretivos dos sindicatos:

a) *Diretoria* (com o mínimo de 3 e o máximo de 7 membros);

b) *Conselho Fiscal* (composto de 3 membros);

c) *Assembleia Geral* (que, como órgão máximo, elegerá os membros da diretoria e do Conselho Fiscal).

A fixação do número de diretores do Conselho Fiscal (exigência que não subsiste com relação às federações e confederações), considerada inconstitucional por ponderável corrente, é uma limitação ou disciplinação legal também existente com relação a outras sociedades ou associações de direito privado, como ocorre, à guisa de exemplo, com a sociedade anônima (Lei n. 6.404/76).

De todo conveniente lembrar que o dirigente sindical goza de estabilidade especial (provisória).

Assim considerando, a limitação ao número de diretores se nos afigura medida moralizadora, evitando, com isso, abusos de direito.

Veja-se a propósito v. acórdão do TST:

"Autonomia Sindical – Estabilidade – Empregados Beneficiários – Limitação (artigo 522 da CLT) – Inobservância – Abuso de direito.

Se é certo que a Carta Política, ao consagrar o princípio da ampla liberdade sindical

com a Súmula 85, alterada, porém, pelas Resoluções n. 121/2003 e 129/2005, que adotou nova redação, agora admitindo o acordo individual escrito:

"I. A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva. (ex-Súmula 85 — primeira parte — Res. 121/2003, *DJ*, 21-11-2003)

II. O acordo individual para compensação de horas é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário." (ex-OJ n. 182 — inserida em 8-11-2000)

Jornada de seis horas em turnos ininterruptos de revezamento

"XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva."

► *Comentários*

Trabalho realizado em turnos ininterruptos é aquele que se desenvolve sem solução de continuidade, mediante o revezamento dos trabalhadores.

Na objetiva análise de Valentin Carrion:

"A duração de seis horas é a jornada normal para os turnos que, sem solução de continuidade, se sucedem, substituindo-se no mesmo posto de trabalho. Nada altera o fato de que seja toda a empresa ou apenas a seção que assim funcionem. (...) E não se aplica aos turnos fixos, porque o sentido consagrado da expressão trabalho em revezamento sempre implicou a permanente alteração em rodízio da prestação laboral. A determinação quis proteger o empregado sujeito a regime de trabalho que contraria o relógio biológico do ser humano, sem lhe permitir a adaptação a ritmos cadenciados estáveis"[28].

Dois são os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício – jornada de 6 horas:

a) trabalho em turno de revezamento;

b) serviço ininterrupto.

Note-se que a concessão de intervalos para alimentação, como não poderia deixar de ser, não descaracteriza o sistema ininterrupto, o mesmo ocorrendo com a concessão do repouso semanal, benefício estendido a todos os trabalhadores.

No mesmo sentido, dispunha a Orientação Jurisprudencial n. 78 da Seção de Dissídios Individuais (SDI) do TST:

"Turnos ininterruptos de revezamento. Jornada de seis horas.

A interrupção do trabalho dentro de cada turno ou semanalmente, não afasta a aplicação do art. 7º, XIV, da CF/88".

E, coroando tal entendimento, dispõe a Súmula 360 (ex-OJ n. 78) da mesma Corte de Justiça:

"Turnos Ininterruptos de Revezamento – Intervalos Intrajornada e Semanal.

A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal, não descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 (seis) horas previsto no art. 7º, XIV, da CF/1988".

Repouso semanal

"XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos."

28. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*, 23. ed., São Paulo, Saraiva, 1998, p. 101.

(artigo 8º, inciso I), objetivou afastar o Estado de toda e qualquer interferência na criação de sindicato, na sua estruturação, em seu funcionamento, eleição de membros, etc., não menos certo que o exercício desse direito deve se dar nos exatos limites do regramento constitucional, desejado e expressamente acolhido pelo constituinte de 1988, e pela legislação ordinária. A reclamante foi eleita para compor a Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Empregados no Comércio do Distrito Federal, juntamente com mais 7 colegas, e, como ressalta o v. acórdão recorrido, há, no total, cerca de 126 (cento e vinte e seis) membros, entre suplentes e titulares, que igualmente fazem parte da referida entidade sindical. Neste contexto, creio existir nítido e inconfundível abuso de direito, por não se revelar juridicamente razoável que o exercício da liberdade sindical possa, de forma unilateral e irrestrita, impor ônus, encargo de tão significante relevância na esfera jurídica do empregador, quando não há respaldo no texto constitucional e muito menos na legislação ordinária. Impõe-se a fiel observância do preconizado pelo art. 532 da CLT, salvo critério ou parâmetro decorrente de expressa negociação ou lei posterior que venha a disciplinar diferentemente a questão, sob pena de abuso de direito a ser repelido pelo Judiciário. Recurso improvido" (TST, RR 280702/1996-6, Ac. 4ª T., 10ª R., Rel. Min. Milton de Moura França, *DJU*, 30-10-1998, p. 182).

7. *Administração e eleições sindicais*

As normas relativas às eleições sindicais, à administração de tais entidades e que acenam com intervenção nestas, diante de ameaça a seu regular funcionamento, ou motivos relevantes de segurança nacional, estão revogadas pela CF/88.

As disposições concernentes à administração e às eleições são agora livremente dispostas em seus respectivos Estatutos, obviamente observadas as regras estabelecidas para todas as associações e sociedades de direito privado.

É de observar que o aposentado filiado tem o direito de votar e ser votado nas eleições sindicais (CF/88, art. 8º, VII); ao funcionário público é garantido o direito à livre associação sindical (CF/88, art. 37, VI), direito que não assiste aos militares (CF/88, art. 142, IV).

8. *Preservação do sistema confederativo*

Nos termos do art. 8º, IV, da CF/88, resulta clara a preservação do sistema confederativo: *sindicato, federação e confederação.*

Como observa José Carlos Arouca:

"Com isto, cuidou-se de preservar a estrutura vertical existente na CLT: sindicatos, federações e confederações"[280].

9. *Estabilidade sindical*

O art. 540, § 3º, da CLT foi recepcionado pelo art. 8º, VIII, da Constituição Federal, vigente, que institui em nível constitucional a estabilidade do dirigente sindical:

"É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei".

Imprescindível a instauração do inquérito judicial para a apuração da falta grave imputada ao dirigente sindical – Súmula 379 do TST.

280. Ob. cit., p. 50.

A comunicação da inscrição como candidato a eventual eleição é obrigação da entidade sindical ao empregador, para a obtenção da estabilidade:

"*Dirigente sindical. Estabilidade provisória.* I – É assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo previsto no art. 543, § 5º, da CLT, desde que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra na vigência do contrato de trabalho". (Súmula 369 do TST)

10. *Liberdade de associação para empregadores e empregados*

A CF/88, enfaticamente, declara, em seu art. 8º, V, que "ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato".

A disposição constitucional é abrangente, o que leva Valentin Carrion a ressaltar que "a liberdade sindical se verifica em relação ao Estado (independência), em relação à massa trabalhadora (liberdade de determinar o quadro associativo), em relação à empresa (não sofrer discriminações), e aos direitos individuais (direito de filiar-se e de demitir-se)"[281].

Isso patenteia a manifesta revogação de dispositivos discriminatórios, estabelecendo vantagens ou preferências a empregados ou empregadores sindicalizados.

11. *Do enquadramento e desmembramento sindical*

A Constituição Federal de 5-10-1988 consagrou, como se sabe, a unicidade sindical, assim entendida a existência de um único sindicato representativo de um mesmo grupo de trabalhadores ou de empresários numa mesma região, dispondo o art. 8º, II:

"É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município".

Tal unicidade, contudo, há de ser interpretada em consonância com o espírito da atual Carta Magna, visivelmente inspirado na liberdade de associação profissional e sindical.

Com a autoridade que lhe é por todos consagrada, preleciona José Afonso da Silva:

"A associação sindical foi constitucionalmente contemplada com uma série de poderes especiais, que lhe demarcam um regime jurídico próprio, com prerrogativas próprias, que são distintas das demais associações, mesmo as chamadas profissionais"[282].

Dentro desse prisma a unicidade sindical na Carta Magna de 1988 não tem, por certo, o caráter restrito estabelecido na Constituição autoritária de 1937, sob a égide da qual o Decreto-lei n. 1.402, de 5-7-1939, disciplinava a constituição e o funcionamento dos sindicatos, sob intensa e direta fiscalização e ingerência do Ministério do Trabalho e Emprego.

Tal decreto, manifestamente autoritário, inequivocamente, induzia a interpretação restritiva das disposições rela-

281. Ob. cit., 25. ed., p. 422.

282. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, p. 335.

tivas à criação e ao funcionamento dos sindicatos.

À luz, porém, das novas disposições constitucionais, outro é o sentido a ser dado às normas jurídicas disciplinadoras do direito sindical. A linguagem do direito, na lição do consagrado mestre Miguel Reale, "não é fixa ou imutável".

Como afirma Amauri Mascaro Nascimento:

"Há diferença de contexto entre a unicidade de 1937, desejada pelo Estado e fruto da concepção autoritária que se pretendeu infundir no movimento sindical, e a unicidade de 1988, não imposta pelo Estado, meramente uma questão de preferência de relacionamento entre os próprios sindicatos, com o que são distintas sob o prisma histórico"[283].

O princípio da unicidade instituído no art. 8º, II, da Constituição Federal atual, por certo, repousa na representatividade da categoria profissional – em consequência do que a sindicalização é levada a efeito em razão dos interesses dos trabalhadores. Daí observar Mozart Victor Russomano que "a sindicalização se processa em função dos laços de solidariedade ou semelhança que aproximam certos empregados"[284].

Liberto da ingerência do Poder Público, o sindicato, na atual sistemática, decide sobre seu próprio *enquadramento*, definido por José Martins Catharino como "o ato que resulta da colocação das entidades sindicais em um todo sistemático, classificado e jurídico"[285].

Não se diga que, afastada a ingerência do Estado, o enquadramento sindical, agora espontâneo, tenha desaparecido. Como preleciona Arion Sayão Romita:

"O sistema de enquadramento sindical, sob controle do Ministério do Trabalho, foi abolido pela Constituição de 1988, *mas subsiste na prática*, porquanto a Lei Maior conservou a unicidade sindical e a sindicalização por categoria"[286].

Na expressão textual do saudoso Valentin Carrion, "o enquadramento oficial desapareceu com a Constituição Federal de 1988 (art. 8º), tendo sido substituído pelo espontâneo"[287].

O vínculo profissional é, antes de tudo, o suporte fático do enquadramento sindical relativamente aos empregados.

Contudo, a organização sindical pode abranger tanto atividade idêntica quanto as similares ou conexas.

Ressalte-se, ainda, a faculdade da sindicalização por profissão, como ocorre com as denominadas categorias diferenciadas.

Dentro do quadro mencionado, a aparente rigidez da unicidade sindical admite flexibilidades, dentre as quais se destaca o fenômeno denominado de *desmembramento sindical*.

Os sindicatos, com relação aos empregadores, constituem-se por categorias econômicas; relativamente aos empregados, *por categorias profissionais idênticas, similares ou conexas*.

Na ocorrência de concentração, quando o sindicato abrange categorias, similares ou conexas, facultada é a *dissociação*, a

283. *Direito do Trabalho na Constituição de 1988*, cit., p. 229.

284. *Comentários à CLT*, cit., v. 4, p. 1053.

285. *Tratado Elementar de Direito Sindical*, São Paulo, LTr, 1977, p. 124.

286. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, Revista dos Tribunais, jan./mar. 2000, p. 14.

287. Ob. cit., 25. ed., p. 435.

teor do que dispõe o art. 571, *caput*, da CLT:

"Qualquer das atividades ou profissões concentradas na forma do parágrafo único do artigo anterior poderá dissociar-se do sindicato principal, formando um sindicato específico...".

A parte final do dispositivo legal nominado, vazada nos seguintes termos: "... desde que o novo sindicato a juízo da Comissão de Enquadramento Sindical ofereça possibilidade de vida associativa regular e de ação sindical eficiente", foi inequivocamente revogada pelo inciso I do art. 8º da Constituição Federal, que assim dispõe:

"A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical".

De todo conveniente lembrar que o registro das entidades sindicais no Ministério do Trabalho e Emprego, a ser levado a efeito segundo as regras dispostas na Portaria GM/TEM n. 343, de 4-5-2000, não representa qualquer ingerência do Poder Público, constituindo-se, antes de tudo, na "verificação dos pressupostos legais", como afirma Eduardo Gabriel Saad[288] e como proclamou o Supremo Tribunal Federal (MI-144-SP, TP, ADIMC 1.121/RS), e, igualmente, o Tribunal Superior do Trabalho (SDC, RO-DC 80.163/93.4).

Assim, a dissociação ou desmembramento no sistema estabelecido após a promulgação da Constituição de 1988 independe de prévia anuência do Ministério do Trabalho e Emprego, bastando que os interessados, em assembleia geral, deliberem favoravelmente ao desmembramento e consequente criação de sindicato novo.

A dissociação não se cerca, na atual sistemática, do rigorismo formal do sistema celetista. Como adverte Wilson de Souza Campos Batalha:

"O sindicato é constituído por categorias definidas em seus estatutos. As categorias profissionais e econômicas não são estanques ou imutáveis, como ao tempo de vigência da CLT e da Comissão de Enquadramento Sindical. O Estado não define as categorias, não impõe cláusulas estatutárias, não condiciona a existência dos Sindicatos. O registro a que alude o art. 8º, I, da Constituição, não tem natureza constitutiva, mas meramente declaratória"[289].

Lembra Wilson Ramos Filho, com manifesta propriedade, que "na prática, as forças sociais estão em movimento e desse movimento é que devem ser extraídos os conteúdos jurídicos, interpretando a norma não em sua literalidade, mas no conjunto de normas que a Constituição, dirigente, concebeu para a organização social do País"[290].

Ora, se dúvida não pode subsistir quanto à legalidade de desmembramento de sindicatos que representem categorias profissionais similares ou conexas, de todo conveniente pôr em relevo outras situações em que a dissociação é absolutamente legítima, a saber:

288. *Suplemento Trabalhista LTr*, 92/2000.

289. *Sindicato/Sindicalismo*, São Paulo, LTr, 1952, p. 55.

290. *LTr*, 56-10/1206.

a) sindicatos que representem a categoria em mais de um município;

b) atividades específicas que propiciem a formação de sindicato próprio.

Na primeira hipótese, é de ressaltar que, em conformidade com o art. 8º, II, da Constituição Federal, o sindicato deve ter, necessariamente, como base a área de um município.

Na eventualidade de o sindicato estender sua representação a outros municípios, manifestamente legítimo o desmembramento, com a criação de sindicatos novos em municípios que extravasarem o limite da sede do primeiro, afirmando categoricamente Wilson Ramos Filho que "todos os sindicatos que representam a categoria em mais de um município podem sofrer desmembramento, respeitado o limite óbvio do município sede do sindicato anterior"[291].

Na segunda hipótese, o desmembramento dá-se em razão da própria representatividade, afirmando Wilson Ramos Filho que "sempre que determinada atividade se torne de tal forma específica que propicie aos trabalhadores o desejo de se constituir em sindicato específico, pode haver desmembramento de tal atividade, mesmo no âmbito do município sede do sindicato anterior".

E, numa advertência por demais significativa, conclui o eminente juslaborista:

"O sindicato antigo não tem o direito adquirido à sua base (territorial ou de representação), anterior, com fundamento único na sua Carta Sindical".

É, aliás, o que decidiu o Tribunal Superior do Trabalho, em caso de todo análogo:

"A formação de Sindicato por desmembramento, inspirada no princípio fundamental de liberdade, inserido na testeira do artigo 8º, da Constituição da República, não encontra óbice na existência de sindicato da mesma categoria profissional ou econômica com base intermunicipal ou interestadual, mesmo fundado anteriormente, pois a secessão de empresários ou de trabalhadores localizados em um ou mais de um município que integravam a base territorial anterior, não ofende o princípio constitucional da unicidade, exatamente por atender ao princípio superior de liberdade, consagrado universalmente e adotado pela Convenção n. 87 da OIT" (TST, RO-DC 57.414/92, Ac. SDC 493/94).

12. *Contribuição sindical*

Reportamo-nos à Introdução de nossos Comentários, "Os direitos sociais na Constituição Federal", n. 5, IV.

Como lá foi dito:

Os autores indicam quatro espécies de contribuições sindicais: a *legal*, estabelecida para todos os trabalhadores (art. 548, *a*, da CLT), a *assistencial*, instituída em assembleia geral da respectiva categoria, vedada, pelo Precedente Normativo n. 119 do TST, sua inserção em acordos, convenções ou sentenças normativas:

"Contribuições sindicais – Inobservância de preceitos constitucionais. A Constituição da República, em seus arts. 5º, XX e 8º, V, assegura o direito de livre associação e sindicalização. É ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outros da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Sendo nulas as

291. *LTr*, 56-10/1206.

estipulações que inobservem tal restrição, tornam-se passíveis de devolução os valores irregularmente descontados".

Sacramentando a legitimidade da cobrança da *contribuição assistencial* prevista em convenção coletiva, decidiu a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário n. 189.960-3, em decisão unânime, tendo como relator o Ministro Marco Aurélio (*DJU*, 10-8-2001 – Ata 22/2001), que:

"A contribuição prevista em convenção coletiva, fruto do disposto no art. 513, alínea *a*, da CLT, é devida por todos os integrantes da categoria profissional, não se confundindo com aquela versada na primeira parte do inciso IV do art. 8º, da Carta da República".

A *mensalidade*, paga espontaneamente pelos associados, e a *confederativa*, prevista no art. 8º, IV, da Constituição Federal, considerada por renomados jus-laboralistas não autoaplicável, foi, contudo, proclamada como autoexecutável pelo Supremo Tribunal Federal – Recurso Extraordinário n. 287.227-0. Tal contribuição, entendemos, deve ser paga por todos os trabalhadores, independentemente de sua condição de associado ou não.

Essa interpretação, contudo, não é uniforme:

"As cláusulas coletivas que estabelecem contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado, e, portanto, nulas, sendo passíveis de devolução, por via própria, os respectivos valores eventualmente descontados" (Orientação Jurisprudencial n. 17 da SDC do TST).

"Contribuição Confederativa. Art. 8º, IV, da Constituição Federal.

Trata-se de encargo que, por despido de caráter tributário, não sujeita senão os filiados da entidade de representação profissional. Interpretação que, de resto, está em consonância com o princípio da liberdade sindical consagrada na Carta da República" (STF, RE 173869/SP, j. 19-9-1997, Rel. Min. Ilmar Galvão).

13. *Penalidades*

As penalidades previstas nos arts. 553 a 557 estão todas revogadas, por força da autonomia sindical, consagrada no art. 8º, I, da CF/88 – "a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical".

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 286 do Tribunal Superior do Trabalho. Sindicato. Substituição processual. Convenção e acordos coletivos. Com alteração dada pela Res. 98/2000, *DJ*, 18-9-2000.** "A legitimidade do sindicato para propor ação de cumprimento estende-se também à observância de acordo ou de convenção coletivos." (Res. 19/88, *DJ*, 18-3-1988) Referência: CPC, art. 6º – CLT, arts. 857 e 872, parágrafo único.

▷ **Súmula 369 do Tribunal Superior do Trabalho. Dirigente sindical. Estabilidade provisória.** (Redação do item I alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012, *DEJT*, 25, 26 e 27-9-2012)

I – É assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro

da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo previsto no art. 543, § 5º, da CLT, desde que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra na vigência do contrato de trabalho.

II – O art. 522 da CLT foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Fica limitada, assim, a estabilidade a que alude o art. 543, § 3º, da CLT a sete dirigentes sindicais e igual número de suplentes.

III – O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

IV – Havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade.

V – O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade, visto que inaplicável a regra do § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.

▷ **Súmula 379 do Tribunal Superior do Trabalho. Dirigente sindical. Despedida. Falta grave. Inquérito judicial. Necessidade.** (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 114 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

O dirigente sindical somente poderá ser dispensado por falta grave mediante a apuração em inquérito judicial, inteligência dos arts. 494 e 543, § 3º, da CLT.

▷ **Súmula 197 do Supremo Tribunal Federal.** O empregado com representação sindical só pode ser despedido mediante inquérito em que se apure falta grave.

▷ **Súmula 406 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação Rescisória. Litisconsórcio. Necessário no polo passivo e facultativo no ativo. Inexistente quanto aos substituídos pelo sindicato.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 82 e 110 da SBDI-2 – Res. 137/2005, *DJ*, 22, 23 e 24-8-2005)

I – O litisconsórcio, na ação rescisória, é necessário em relação ao polo passivo da demanda, porque supõe uma comunidade de direitos ou de obrigações que não admite solução díspar para os litisconsortes, em face da indivisibilidade do objeto. Já em relação ao polo ativo, o litisconsórcio é facultativo, uma vez que a aglutinação de autores se faz por conveniência e não pela necessidade decorrente da natureza do litígio, pois não se pode condicionar o exercício do direito individual de um dos litigantes no processo originário à anuência dos demais para retomar a lide. (ex-OJ n. 82 da SBDI-2 – inserida em 13-3-2002)

II – O Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo descabida a exigência de citação de todos os empregados substituídos, porquanto inexistente litisconsórcio passivo necessário. (ex-OJ n. 110 da SBDI-2, *DJ*, 29-4-2003)

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 80 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Réu sindicato. Substituto processual na ação originária. Inexistência de litisconsórcio passivo necessário.** Quando o sindicato é réu na Ação Rescisória, por ter sido autor, como substituto proces-

sual na ação originária, é desnecessária a citação dos substituídos.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 121 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Substituição processual. Diferença do adicional de insalubridade. Legitimidade.** Inserida em 20-11-1997 (Nova redação – Res. 129/2005 – *DJ*, 20-4-2005)
O sindicato tem legitimidade para atuar na qualidade de substituto processual para pleitear diferença de adicional de insalubridade.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 65 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de Segurança. Reintegração liminarmente concedida. Dirigente Sindical.** Ressalvada a hipótese do art. 494 da CLT, não fere direito líquido e certo a determinação liminar de reintegração no emprego de dirigente sindical, em face da previsão do inciso X do art. 659 da CLT.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 8 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Dissídio coletivo. Pauta reivindicatória não registrada em ata. Causa de extinção.** A ata da assembleia de trabalhadores que legitima a atuação da entidade sindical respectiva em favor de seus interesses deve registrar, obrigatoriamente, a pauta reivindicatória, produto da vontade expressa da categoria.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 9 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Enquadramento sindical. Incompetência material da justiça do trabalho.** O dissídio coletivo não é meio próprio para o Sindicato vir a obter o reconhecimento de que a categoria que representa é diferenciada, pois esta matéria – enquadramento sindical – envolve a interpretação de norma genérica, notadamente do art. 577 da CLT.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 15 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Sindicato. Legitimidade "ad processum". Imprescindibilidade do registro no Ministério do Trabalho.** A comprovação da legitimidade "ad processum" da entidade sindical se faz por seu registro no órgão competente do Ministério do Trabalho, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 16 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Taxa de homologação de rescisão contratual. Ilegalidade.** É contrária ao espírito da lei (art. 477, § 7º, da CLT) e da função precípua do Sindicato a cláusula coletiva que estabelece taxa para homologação de rescisão contratual, a ser paga pela empresa a favor do sindicato profissional.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 17 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Contribuições para entidades sindicais. Inconstitucionalidade de sua extensão a não associados.** As cláusulas coletivas que estabeleçam contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado, e, portanto, nulas, sendo passíveis de devolução, por via própria, os respectivos valores eventualmente descontados.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 19 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Dissídio coletivo contra empresa. Legitimação da entidade sindical. Autorização dos trabalhadores dire-**

tamente envolvidos no conflito (inserido dispositivo) – *DEJT* divulgado em 16, 17 e 18-11-2010 – A legitimidade da entidade sindical para a instauração da instância contra determinada empresa está condicionada à prévia autorização dos trabalhadores da suscitada diretamente envolvidos no conflito.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 20 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Empregados sindicalizados. Admissão preferencial. Condição violadora do art. 8º, V, da CF/88** (inserido dispositivo) – *DEJT* divulgado em 16, 17 e 18-11-2010. Viola o art. 8º, V, da CF/88. Cláusula de instrumento normativo que estabelece a preferência, na contratação de mão de obra, do trabalhador sindicalizado sobre os demais.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 22 da SDC DO Tribunal Superior do Trabalho. Legitimidade "ad causam" do sindicato. Correspondência entre as atividades exercidas pelos setores profissional e econômico envolvidos no conflito. Necessidade** (inserido dispositivo) – *DEJT* divulgado em 16, 17 e 18-11-2010. É necessária a correspondência entre as atividades exercidas pelos setores profissional e econômico, a fim de legitimar os envolvidos no conflito a ser solucionado pela via do dissídio coletivo.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 23 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Legitimidade *ad causam*. Sindicato representativo de segmento profissional ou patronal. Impossibilidade.** A representação sindical abrange toda a categoria, não comportando separação fundada na maior ou menor dimensão de cada ramo ou empresa.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 36 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Empregados de empresa de processamento de dados. Reconhecimento como categoria diferenciada. Impossibilidade.** É por lei e não por decisão judicial que as categorias diferenciadas são reconhecidas como tais. De outra parte, no que tange aos profissionais da informática, o trabalho que desempenham sofre alterações, de acordo com a atividade econômica exercida pelo empregador.

▷ **Precedente Normativo n. 41 do Tribunal Superior do Trabalho. Relação nominal de empregados** (positivo). As empresas encaminharão à entidade profissional cópia das guias de contribuição sindical e assistencial, com a relação nominal dos respectivos salários, no prazo máximo de 30 dias após o desconto.

▷ **Precedente Normativo n. 81 do Tribunal Superior do Trabalho. Atestados médicos e odontológicos** (positivo). Assegura-se eficácia aos atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais do sindicato dos trabalhadores, para o fim de abono de faltas ao serviço, desde que existente convênio do sindicato com a Previdência Social, salvo se o empregador possuir serviço próprio ou conveniado.

▷ **Precedente Normativo n. 83 do Tribunal Superior do Trabalho. Dirigentes sindicais. Frequência livre** (positivo). Redação alterada pela Res. 123/2004, *DJU*, 6-7-2004. Assegura-se a frequência livre dos dirigentes sindicais para participarem de assembleias e reuniões sindicais devidamente convocadas e comprovadas, sem ônus para o empregador.

▷ **Precedente Normativo n. 91 do Tribunal Superior do Trabalho. Acesso de dirigente sindical à empresa** (positivo). Assegura-se o acesso dos dirigentes sindicais às empresas, nos intervalos destinados a alimentação e descanso, para desempenho de suas funções, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva.

▷ **Precedente Normativo n. 104 do Tribunal Superior do Trabalho. Quadro de avisos** (positivo). Defere-se a afixação, na empresa, de quadro de avisos do sindicato, para comunicados de interesse dos empregados, vedados os de conteúdo político-partidário ou ofensivo.

▷ **Precedente Normativo n. 111 do Tribunal Superior do Trabalho. Relação de empregados** (positivo). Obriga-se a empresa a remeter ao sindicato profissional, uma vez por ano, a relação dos empregados pertencentes à categoria.

▷ **Precedente Normativo n. 119 do Tribunal Superior do Trabalho. Contribuições sindicais. Inobservância de preceitos constitucionais** (positivo). Reformulação dada pela Res. 82/98 – *DJU*, 20-8-1998. A Constituição da República, em seus arts. 5º, XX, e 8º, V, assegura o direito de livre associação e sindicalização. É ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Sendo nulas as estipulações que inobservem tal restrição, tornam-se passíveis de devolução os valores irregularmente descontados.

▷ **Estabilidade provisória. Dirigente de associação profissional. Inaplicável.** A personalidade jurídica do sindicato tem origem no momento do registro de seus estatutos no órgão competente, cartório do registro civil, e da inscrição no Ministério do Trabalho, apenas e tão somente para efeito de cadastramento em face da unicidade sindical ainda conservada, sendo vedada a intervenção do Estado por via legislativa na fundação, instituição ou criação de qualquer entidade sindical, pena de vulneração do princípio fundamental da ampla liberdade da organização sindical. Assim, a regra constitucional mencionada não recepcionou diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho que exigiam requisitos para a fundação de sindicatos, inclusive o embrionário estágio das associações profissionais para a sua formação, razão pela qual a garantia que se assegurava aos dirigentes de associações profissionais tornou-se obsoleta, daí por que em compatibilidade com a aludida norma fundamental há de entender-se exclusivamente associação sindical ou sindicato para efeito da respectiva proteção estabilitária, que deverá restringir-se apenas aos membros dessas instituições. Revogação tácita dos arts. 512 e 558 da CLT e cancelamento do Enunciado n. 222 do Tribunal Superior do Trabalho (Resolução 84/98), ante a supremacia do artigo 8º, incisos I e VIII, parágrafo único da CF/88. Revista, conhecida e provida. (TST, RR 374.283/97, j. 7-11-2001, 1ª T., Rel. Juiz Convocado Vieira de Mello Filho, *DJ*, 14-12-2001)

► Comentários

A Constituição Federal de 1934 (art. 121, § 1º, *e*) foi a primeira Carta Magna brasileira a admitir o direito do trabalhador ao repouso semanal – "*repouso hebdomadário, de preferência aos domingos*". A Constituição de 1937, no seu art. 137, *d*, manteve o direito, com a seguinte redação: "o operário terá direito ao repouso semanal aos domingos e, nos limites das exigências técnicas da empresa, aos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local".

Contrariamente à Constituição de 1934, a Carta de 1937 estendia o direito ao repouso também aos feriados civis e religiosos.

Observe-se, entretanto, que as Constituições mencionadas não falavam em repouso semanal *remunerado*, mas apenas em repouso semanal.

Foi a Constituição Federal de 1946 a primeira a assegurar a *remuneração do repouso*, dispondo, no seu art. 157, VI, que têm direito os obreiros ao "repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos e, no limite das exigências técnicas da empresa, aos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local".

A CLT, por sua vez, no capítulo dedicado à *duração do trabalho*, dispõe, no art. 67:

"Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

Parágrafo único. Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização".

Em 5-1-1949, foi promulgada a Lei n. 605, dispondo sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário, nos dias feriados civis e religiosos, regulamentada pelo Decreto n. 27.048, de 12-8-1949, que fazem parte da Legislação Complementar deste trabalho.

A Constituição de 1967 (com a Emenda n. 1/69) manteve a mesma redação da Carta anterior – "repouso semanal remunerado e nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local".

A atual Constituição, não fazendo qualquer menção aos feriados civis e religiosos, dispõe apenas sobre o repouso semanal.

É óbvio, porém, que, recepcionando a Lei n. 605/49, subsiste o direito à remuneração dos feriados civis e religiosos.

De todo conveniente lembrar que a Convenção n. 14, da Organização Internacional do trabalho (OIT), a respeito do repouso semanal:

"Dispõe que todo trabalhador, no curso de cada período de 7 dias, deve ter um descanso que compreenda, no mínimo, vinte e quatro horas consecutivas, descanso que, sempre que possível, deve coincidir com o domingo".

Horas extras com acréscimo

"XVI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal."

► Comentários

Nenhuma das Constituições anteriores cuidou do assunto, mesmo porque a matéria já era disciplinada pela legisla-

▷ **Enquadramento sindical. Unicidade.** Em respeito aos princípios da unicidade sindical e da anterioridade previstos no art. 8º, inc. II, da Constituição da República, a base territorial do sindicato prevalece em favor daquele que tem essa representatividade há mais tempo. (TRT/12ª R., Ac. 9.906, j. 28-8-2001, RO-V 8.673/2000, 2ª T., Rel. Juiz Dilnei Ângelo Biléssimo, *DJ/SC*, 2-10-2001)

▷ **Possível a dissociação do sindicato principal de categorias concentradas para a formação de outro específico,** como permite o art. 571 da CLT, sem que se afete o princípio da unicidade sindical. (TRT/SP, Ac. 20000424999, j. 14-8-2000, RO01 02990346257, 8ª T., Rel. José Carlos da Silva Arouca, *DOE/SP*, 12-9-2000)

▷ **Autonomia sindical. Estabilidade. Empregados beneficiários. Limitação (artigo 522 da CLT). Inobservância. Abuso de direito.** Se é certo que a Carta Política, ao consagrar o princípio da ampla liberdade sindical (artigo 8º, I), objetivou afastar o Estado de toda e qualquer interferência na criação de sindicato, na sua estruturação, em seu funcionamento, eleição de seus membros, etc., não menos certo que o exercício desse direito deve se dar nos exatos limites do regramento constitucional, desejado e expressamente acolhido pelo constituinte de 1988 e pela legislação ordinária. O reclamante foi eleito, juntamente com mais 155 colegas, como ressalta o v. acórdão recorrido, havendo, portanto, 156 (cento e cinquenta e seis) membros, entre suplentes e titulares, que igualmente fazem parte dessa entidade sindical. Nesse contexto, creio existir nítido e inconfundível abuso do direito, por não se revelar juridicamente razoável que o exercício da liberdade sindical possa, de forma unilateral e irrestrita, impor ônus, encargo de tão significativa relevância na esfera jurídica do empregador, quando não há respaldo no texto constitucional e muito menos na legislação ordinária. Impõe-se a fiel observância do preconizado pelo artigo 522 da CLT, salvo critério ou parâmetro decorrente de expressa negociação ou lei posterior que venha a disciplinar diferentemente a questão, sob pena de abuso de direito a ser repelido pelo Judiciário. (TST, RR 439.195/98, j. 5-9-2001, 4ª T., Rel. Min. Milton de Moura França, *DJ*, 5-10-2001)

▷ **Contribuições Confederativa e Assistencial.** A E. SDC desta Corte firmou jurisprudência no sentido de que as cláusulas coletivas que estabeleçam contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, são ofensivas ao direito assegurado pela Constituição Federal de livre associação e sindicalização, e, portanto, nulas, sendo passíveis de devolução, por via própria, os respectivos valores eventualmente descontados. Recurso Ordinário conhecido e parcialmente provido. (TST, ROAA 755.419/2001, j. 11-10-2001, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Rel. Min. José Luciano de Castilho Pereira, *DJ*, 26-10-2001)

▷ **Substituição processual. Sindicato. Legitimidade ativa *ad causam*.** 1. A Constituição Federal, ao assegurar ao sindicato a defesa dos direitos individuais da categoria, outorgou-lhe titularidade para a propositura de qualquer ação, em nome próprio, visando a resguardar os direitos individuais ho-

mogêneos de integrantes da categoria profissional, havendo-se por tais os direitos de origem comum, que favoreçam, em tese, uma coletividade de empregados. 2. Ostenta o sindicato legitimidade ativa extraordinária *ad causam* para, como substituto processual, pleitear em juízo diferenças salariais decorrentes da aplicação do reajuste salarial quadrimestral previsto pela Lei n. 8.542/92. 3. Recurso de revista de que se conhece e a que se nega provimento. (TST, RR 314.709/96.4, 1ª T., Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 5-11-2004)

▷ **Ação rescisória. Terceiro interessado. Legitimidade ativa *ad causam*.** Se a decisão rescindenda acabou por implicar a perda da fonte de receita do Sindicato-Autor no que concerne aos empregados da Empresa-Ré, não se pode olvidar a sua condição de terceiro interessado, nos termos do art. 487, II, do CPC. **Ação de cumprimento. Competência da Justiça do Trabalho.** Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios que tenham origem no cumprimento de normas coletivas de trabalho, mesmo quando ocorram entre sindicatos ou entre sindicato de trabalhadores e empregador. Recurso desprovido quanto à preliminar de ilegitimidade ativa "ad causam" do Sindicato-Autor e, no mérito, provido, para julgar improcedente a Ação Rescisória. (TST, ROAR 537.666/99, j. 18-9-2001, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Desig. Min. José Simpliciano Fernandes, *DJ*, 16-11-2001)

▷ **Sumaríssimo. Ação de Sindicato contra empresa para cobrança de contribuições confederativas previstas em convenções coletivas. Aplicação.** Enquadram-se no procedimento sumaríssimo todos os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data de sua propositura, excetuando-se aqueles em que sejam parte os entes descritos no parágrafo único do art. 852-A da CLT e os dissídios coletivos. A ação de cumprimento é dissídio individual. (TRT/SP 2ª R., Ac. 20010163179, j. 17-4-2001, RS 20010148803, 6ª T., Rel. Sônia Aparecida Gindro, *DOE/SP*, 20-4-2001)

▷ **Enquadramento sindical. Atividade da empresa.** Incogitável a afronta à literalidade do art. 581, § 1º, da CLT, em razão de se reportar a empresas que realizam diversas atividades, sem que nenhuma seja preponderante, ao passo que o Regional salientou a predominância da atividade industrial da reclamada. Não se credencia, também, ao conhecimento do Tribunal, a divergência colacionada, em razão de o primeiro julgado não abordar o fato de a atividade realizada no local da prestação de serviços ser mera extensão daquela desenvolvida pela empresa e de o segundo não enfocar a questão do enquadramento sindical, a agigantar a sua inespecificidade, na esteira dos Enunciados ns. 23 e 296 do TST. Recurso de revista não conhecido. (TST, RR 468.320/98, j. 31-10-2001, 4ª T., Rel. Min. Antônio José de Barros Levenhagen, *DJ*, 14-12-2001)

▷ **Vigilante e vigia de obra. Enquadramento sindical.** Sem os requisitos da Lei 7.102/93, o enquadramento sindical de empregado de empresa ligada ao ramo da construção civil se dá de acordo com a atividade empresarial preponderante. (TRT/SP, Ac. 20010711052, j. 6-11-2001, RO 20000243439, 4ª T., Rel. Vilma Capato, *DOE/SP*, 23-11-2001)

Título VI
Das convenções coletivas de trabalho

Art. 611. Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais do trabalho. (*Caput* e parágrafos com redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 1º É facultado aos Sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar Acordos Coletivos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das empresas acordantes às respectivas relações de trabalho.

§ 2º As Federações e, na falta destas, as Confederações representativas de categorias econômicas ou profissionais poderão celebrar convenções coletivas de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, inorganizadas em Sindicatos, no âmbito de suas representações.

Art. 612. Os Sindicatos só poderão celebrar Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, por deliberação de Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, consoante o disposto nos respectivos Estatutos, dependendo a validade da mesma do comparecimento e votação, em primeira convocação, de 2/3 (dois terços) dos associados da entidade, se se tratar de Convenção, e dos interessados, no caso de Acordo, e, em segunda, de 1/3 (um terço) dos membros.

Parágrafo único. O *quorum* de comparecimento e votação será de 1/8 (um oitavo) dos associados em segunda convocação, nas entidades sindicais que tenham mais de 5.000 (cinco mil) associados. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 613. As Convenções e os Acordos deverão conter obrigatoriamente: (*Caput* e incisos com redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

I – designação dos Sindicatos convenentes ou dos Sindicatos e empresas acordantes;

II – prazo de vigência;

III – categorias ou classes de trabalhadores abrangidas pelos respectivos dispositivos;

IV – condições ajustadas para reger as relações individuais de trabalho durante sua vigência;

V – normas para a conciliação das divergências surgidas entre os convenentes por motivos da aplicação de seus dispositivos;

VI – disposições sobre o processo de sua prorrogação e de revisão total ou parcial de seus dispositivos;

VII – direitos e deveres dos empregados e empresas;

VIII – penalidades para os Sindicatos convenentes, os empregados e as empresas em caso de violação de seus dispositivos.

Parágrafo único. As Convenções e os Acordos serão celebrados por escrito, sem emendas nem rasuras, em tantas vias quantos forem os Sindicatos convenentes ou as empresas acordantes, além de uma destinada a registro. (Parágrafo único com redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 614. Os Sindicatos convenentes ou as empresas acordantes promoverão, con-

junta ou separadamente, dentro de 8 (oito) dias da assinatura da Convenção ou Acordo, o depósito de uma via do mesmo, para fins de registro e arquivo, no Departamento Nacional do Trabalho, em se tratando de instrumento de caráter nacional ou interestadual, ou nos órgãos regionais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, nos demais casos. (*Caput* e parágrafos com redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 1º As Convenções e os Acordos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data da entrega dos mesmos no órgão referido neste artigo.

§ 2º Cópias autênticas das Convenções e dos Acordos deverão ser afixadas de modo visível, pelos Sindicatos convenentes, nas respectivas sedes e nos estabelecimentos das empresas compreendidas no seu campo de aplicação, dentro de 5 (cinco) dias da data do depósito previsto neste artigo.

§ 3º Não será permitido estipular duração de Convenção ou Acordo superior a 2 (dois) anos.

Art. 615. O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial de Convenção ou Acordo ficará subordinado, em qualquer caso, à aprovação de Assembleia Geral dos Sindicatos convenentes ou partes acordantes, com observância do disposto no art. 612. (*Caput* e parágrafos com redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 1º O instrumento de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação de Convenção ou Acordo será depositado, para fins de registro e arquivamento, na repartição em que o mesmo originariamente foi depositado, observado o disposto no art. 614.

§ 2º As modificações introduzidas em Convenção ou Acordo, por força de revisão ou de revogação parcial de suas cláusulas, passarão a vigorar 3 (três) dias após a realização de depósito previsto no § 1º.

Art. 616. Os Sindicatos representativos de categorias econômicas ou profissionais e as empresas, inclusive as que não tenham representação sindical, quando provocados, não podem recusar-se à negociação coletiva. (*Caput* e parágrafos com redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 1º Verificando-se recusa à negociação coletiva, cabe aos Sindicatos ou empresas interessadas dar ciência do fato, conforme o caso, ao Departamento Nacional do Trabalho ou aos órgãos regionais do Ministério do Trabalho para convocação compulsória dos Sindicatos ou empresas recalcitrantes.

§ 2º No caso de persistir a recusa à negociação coletiva, pelo desatendimento às convocações feitas pelo Departamento Nacional do Trabalho ou órgãos regionais do Ministério de Trabalho ou se malograr a negociação entabulada é facultada aos Sindicatos ou empresas interessadas a instauração de dissídio coletivo.

§ 3º Havendo convenção, acordo ou sentença normativa em vigor, o dissídio coletivo deverá ser instaurado dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores ao respectivo termo final, para que o novo instrumento possa ter vigência no dia imediato a esse termo.

§ 4º Nenhum processo de dissídio coletivo de natureza econômica será admitido sem antes se esgotarem as medidas relativas à formalização da Convenção ou Acordo correspondente.

Art. 617. Os empregados de uma ou mais empresas que decidirem celebrar Acordo Coletivo de Trabalho com as respectivas empresas darão ciência de sua resolução, por escrito, ao Sindicato representativo da categoria profissional, que terá o prazo de 8 (oito) dias para assumir a direção dos entendimentos entre os interessados, devendo igual procedimento ser observado pelas empresas interessadas com relação ao Sindicato da respectiva categoria econômica.

(*Caput* e parágrafos com redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 1º Expirado o prazo de 8 (oito) dias sem que o Sindicato tenha se desincumbido do encargo recebido, poderão os interessados dar conhecimento do fato à Federação a que estiver vinculado o Sindicato e, em falta dessa, à correspondente Confederação, para que, no mesmo prazo, assuma a direção dos entendimentos. Esgotado esse prazo, poderão os interessados prosseguir diretamente na negociação coletiva até final.

§ 2º Para o fim de deliberar sobre o Acordo, a entidade sindical convocará Assembleia Geral dos diretamente interessados, sindicalizados ou não, nos termos do art. 612.

Art. 618. As empresas e instituições que não estiverem incluídas no enquadramento sindical a que se refere o art. 577 desta Consolidação poderão celebrar Acordos Coletivos de Trabalho com os Sindicatos representativos dos respectivos empregados, nos termos deste Título. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 619. Nenhuma disposição de contrato individual de trabalho que contrarie normas de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho poderá prevalecer na execução do mesmo, sendo considerada nula de pleno direito. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 620. As condições estabelecidas em Convenção, quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em Acordo. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 621. As Convenções e os Acordos poderão incluir, entre suas cláusulas, disposição sobre a constituição e funcionamento de comissões mistas de consulta e colaboração, no plano da empresa e participação nos lucros. Estas disposições mencionarão a forma de constituição, o modo de funcionamento e as atribuições das comissões, assim como o plano de participação, quando for o caso. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 622. Os empregados e as empresas que celebrarem contratos individuais de trabalho, estabelecendo condições contrárias ao que tiver sido ajustado em Convenção ou Acordo que lhes for aplicável, serão passíveis da multa neles fixada. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Parágrafo único. A multa a ser imposta ao empregado não poderá exceder da metade daquela que, nas mesmas condições, seja estipulada para a empresa. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 623. Será nula de pleno direito disposição de Convenção ou Acordo que, direta ou indiretamente, contrarie proibição ou norma disciplinadora da política econômico-financeira do Governo ou concernente à política salarial vigente, não produzindo quaisquer efeitos perante autoridades e repartições públicas, inclusive para fins de revisão de preços e tarifas de mercadorias e serviços. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, a nulidade será declarada, de ofício ou mediante representação, pelo Ministro do Trabalho ou pela Justiça do Trabalho, em processo submetido ao seu julgamento. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 624. A vigência de cláusula de aumento ou reajuste salarial, que implique elevação de tarifas ou de preços sujeitos à fixação por autoridade pública ou repartição governamental, dependerá de prévia audiência dessa autoridade ou repartição e sua expressa declaração no tocante à possibilidade de elevação da tarifa ou do preço e quanto ao valor dessa elevação. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 625. As controvérsias resultantes da aplicação de Convenção ou de Acordo

celebrado nos termos deste Título serão dirimidas pela Justiça do Trabalho. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

► Comentários

1. Convenção coletiva (conceito)

O art. 611 da CLT conceitua a convenção coletiva como o "acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho".

São seus traços fundamentais: a) é *bilateral*, porque decorre da livre negociação de dois sindicatos, de empregados e empregadores, do que resulta *consensual*; b) tem natureza *normativa*, porque cria direitos e obrigações aplicáveis aos contratos individuais dos trabalhadores por ela beneficiados; c) tem, outrossim, *aplicação restrita*, porque só as categorias econômicas e profissionais por ela abrangidas estão obrigadas a observá-la; d) é, finalmente, *intersindical*, porque celebrada, necessariamente, entre sindicatos.

Como ensina Guillermo Cabanellas, "uma das mais importantes funções atribuídas aos sindicatos é, sem dúvida, a normativa, isto é, o poder que lhes é conferido para a elaboração de regulamentos de ordem geral, aplicável à parcela ou à totalidade da categoria profissional, obviamente observadas as obrigações gerais e obrigatórias emanadas do Estado"[292].

A convenção coletiva é um negócio jurídico de caráter normativo, estabelecendo condições de trabalho a serem aplicadas aos contratos individuais já existentes, ou que venham a ser celebrados, no âmbito da mesma categoria profissional. Tem, portanto, caráter amplo, abrangendo vasto setor econômico e profissional, no que se distingue do acordo coletivo, este último de alcance restrito a uma ou mais empresas.

2. Acordo coletivo (conceito)

É prerrogativa dos sindicatos a celebração de convenções ou acordos: "Art. 611, § 1º É facultado aos Sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar Acordos Coletivos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das acordantes respectivas relações de trabalho".

Tanto a convenção coletiva quanto o acordo coletivo têm a mesma natureza jurídica (doutrinariamente objeto de sérias controvérsias). A distinção fundamental entre ambos é que a convenção é intersindical, ou seja, celebrada entre sindicatos patronais e de empregados. Já o acordo é levado a efeito entre um sindicato profissional (de empregados) e uma ou mais empresas. Não há, no acordo, intervenção de sindicato patronal.

Com a propriedade que lhe é inerente, doutrina Russomano:

> "No fundo, tanto a convenção coletiva quanto o chamado acordo coletivo têm a mesma natureza jurídica: as diferenças apenas residem em que a convenção é convênio necessariamente intersindical, enquanto o acordo se faz entre o sindicato de trabalhadores e uma ou mais empresas, sendo essa a

292. *Derecho Sindical y Corporativo*, Buenos Aires, Editorial Atalaya, 1946, p. 326.

razão do maior ou menor diâmetro do círculo de alcance de suas cláusulas"[293].

Escreve Francisco Antonio de Oliveira:

"A diferença entre a convenção e o acordo está em que aquela somente poderá formalizar-se em estando as partes devidamente representadas por seus respectivos sindicatos, e na falta do sindicato poderá funcionar a federação ou a confederação (art. 611, § 2º), e neste, o acordo, se formaliza com a presença tão somente do sindicato da categoria profissional, desnecessária a da categoria econômica"[294].

A faculdade de os empregados poderem, livremente, celebrar acordo coletivo com o titular da empresa, prevista no art. 617 da CLT, em que pesem abalizadas opiniões contrárias, parece-nos inteiramente revogada pelo art. 8º da CF/88, que estabelece a obrigatoriedade da participação do sindicato:

"VI – é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho".

Tal disposição constitucional é, inequivocamente, autoaplicável, afastando, assim, qualquer possibilidade de o sindicato furtar-se ao cumprimento de um dever legal.

3. *Inexistência de homologação pelo Ministério do Trabalho e Emprego*

A CLT, anteriormente, previa a homologação da convenção ou acordo coletivo, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, assim dispondo o art. 615, com a antiga redação, revogada pelo Decreto-lei n. 229/67:

"Compete ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou à autoridade por ele designada, homologar os contratos coletivos, devendo o seu registro e arquivamento ser processado no Departamento Nacional do Trabalho, Indústria e Comércio, de acordo com as instruções expendidas pelo Ministro".

Atualmente, há tão somente a obrigação de os sindicatos convenentes fornecerem ao Ministério do Trabalho e Emprego uma cópia da convenção ou acordo coletivo, para registro e arquivamento.

Como adverte Russomano, "a autoridade administrativa – a lei é clara, nesse ponto – desempenha papel automático: não pode pôr em dúvida os termos e condições do convênio"[295].

Lembra Valentin Carrion que: "inexiste homologação da convenção coletiva, à diferença de que se dava no Direito anterior. A autoridade não pode recusar-se a receber o instrumento: a simples entrega no protocolo é suficiente; vedada a apreciação do seu mérito e dispensada a publicação no diário oficial; a incompatibilidade de suas cláusulas com a lei enseja apenas comunicação à chefia de fiscalização que denunciará à Procuradoria do Trabalho, quando for o caso"[296].

4. *Prazo de duração (prorrogação, revisão e denúncia)*

Em conformidade com o disposto no art. 613, § 3º, o prazo máximo de duração de uma convenção ou acordo coletivo é de *2 anos*:

293. *Comentários à CLT*, cit., v. 2, p. 709.
294. Ob. cit., p. 510.
295. *Comentários à CLT*, cit., v. 2, p. 713.
296. Ob. cit., 25. ed., p. 452.

"Não será permitido estipular duração de convenção ou acordo superior a 2 (dois) anos".

Podem, contudo, ser *prorrogadas*, passar por *revisão, denúncia* ou *revogação* (art. 615).

5. *Conteúdo da convenção e acordo coletivo*

O art. 613 estabelece as cláusulas obrigatórias que deverão constar da convenção ou do acordo coletivo.

Ponha-se em relevo, porém, a advertência de Orlando Gomes e Elson Gottschalk:

"Não deve equivocar-se a linguagem usada pelo legislador em se referindo a conteúdo obrigatório da convenção coletiva. A predeterminação de seu conteúdo é disposto pelo livre concurso de vontade das partes convenentes como negócio de formação bilateral regulador dos contratos individuais em curso ou futuros"[297].

6. *Prazo de vigência das cláusulas e condições estabelecidas nas convenções ou acordos coletivos*

As cláusulas e condições estabelecidas nas convenções ou acordos coletivos não se inserem, de forma definitiva, nos contratos de trabalho; ao revés, têm duração limitada ao tempo de vigência do negócio jurídico, como deixa claro a Súmula 277 do TST:

"As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho".

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 85 do Tribunal Superior do Trabalho. Compensação de jornada** (Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 182, 220 e 223 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005. Item V inserido pela Res. 174/2011, *DEJT*, 27, 30 e 31-5-2011)

I – A compensação de jornada de trabalho deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.

II – O acordo individual para compensação de horas é válido, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário.

III – O mero não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada, inclusive quando encetada mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, se não dilatada a jornada máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.

IV – A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário.

V – As disposições contidas nesta súmula não se aplicam ao regime compensatório na modalidade "banco de horas", que somente pode ser instituído por negociação coletiva.

297. *Curso Elementar de Direito do Trabalho*, cit., p. 266.

▷ **Súmula 202 do Tribunal Superior do Trabalho. Gratificação por tempo de serviço. Compensação.** Existindo, ao mesmo tempo, gratificação por tempo de serviço outorgada pelo empregador e outra da mesma natureza prevista em acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa, o empregado tem direito a receber, exclusivamente, a que lhe seja mais benéfica. (Res. 8/85, *DJ*, 11-7-1985)

▷ **Súmula 264 do Tribunal Superior do Trabalho. Hora suplementar. Cálculo.** A remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, integrado por parcelas de natureza salarial e acrescido do adicional previsto em lei, contrato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa. (Res. 12/86, *DJ*, 31-10-1986)

▷ **Súmula 286 do Tribunal Superior do Trabalho. Sindicato. Substituição processual. Convenção e acordos coletivos.** (Com alteração dada pela Res. 98/2000, *DJ*, 18-9-2000) "A legitimidade do sindicato para propor ação de cumprimento estende-se também à observância de acordo ou de convenção coletivos." (Res. 19/88, *DJ*, 18-3-1988)

▷ **Súmula 374 do Tribunal Superior do Trabalho. Norma coletiva. Categoria diferenciada. Abrangência.** (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 55 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

Empregado integrante de categoria profissional diferenciada não tem o direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual a empresa não foi representada por órgão de classe de sua categoria.

▷ **Súmula 384 do Tribunal Superior do Trabalho. Multa convencional. Cobrança.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 150 e 239 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – O descumprimento de qualquer cláusula constante de instrumentos normativos diversos não submete o empregado a ajuizar várias ações, pleiteando em cada uma o pagamento da multa referente ao descumprimento de obrigações previstas nas cláusulas respectivas.

II – É aplicável multa prevista em instrumento normativo (sentença normativa, convenção ou acordo coletivo) em caso de descumprimento de obrigação prevista em lei, mesmo que a norma coletiva seja mera repetição de texto legal.

▷ **Súmula 423 do Tribunal Superior do Trabalho. Turno ininterrupto de revezamento.** Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento não têm direito ao pagamento da sétima e oitava horas como extras.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 25 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Expressão "lei" do art. 485, V, do CPC. Não inclusão do ACT, CCT, Portaria, Regulamento, Súmula e Orientação Jurisprudencial de Tribunal.** (Inserida em 20-9-2000. Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 118 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005)

Não procede pedido de rescisão fundado no art. 485, V, do CPC quando se aponta contrariedade à norma de

convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo de trabalho, portaria do Poder Executivo, regulamento de empresa e súmula ou orientação jurisprudencial de tribunal.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 2 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Acordo homologado. Extensão a partes não subscreventes. Inviabilidade.** É inviável aplicar condições constantes de acordo homologado nos autos de dissídio coletivo, extensivamente, às partes que não o subscreveram, exceto se observado o procedimento previsto no art. 868 e seguintes, da CLT.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 5 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Dissídio coletivo. Pessoa jurídica de direito público. Possibilidade jurídica. Cláusula de natureza social.** Em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, cabe dissídio coletivo exclusivamente para apreciação de cláusulas de natureza social. Inteligência da Convenção n. 151 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Decreto Legislativo n. 206/2010.

▷ **Convenção coletiva de trabalho. Limitação de acordo de prorrogação de jornada à chancela do sindicato laboral. Possibilidade.** As pactuações coletivas devem ser preservadas face a sua importância na harmonização entre o capital e o trabalho, notadamente, nos dias atuais, onde está em voga a flexibilização da legislação laboral, o que implica em um êxodo da normatização da esfera heterônoma para a autodeterminação coletiva. Assim, válida é a cláusula coletiva que impõe a necessidade de homologação pelo sindicato da categoria profissional, do acordo de prorrogação de jornada, eis que mais vantajosa ao trabalhador individualmente considerado que poderá contar com a salutar assistência sindical e à coletividade, porquanto a restrição do número de prorrogação de jornada beneficia a massa de trabalhadores desempregada, ampliando-se a possibilidade de novas contratações, inexistindo neste aspecto qualquer intenção em fraudar ou impedir os direitos assegurados na CLT. Recurso improvido por unanimidade. (TRT/24ª R., Ac. 1931, j. 2-9-1999, RO 1.492/98, Tribunal Pleno, Rel. João de Deus Gomes de Souza, *DJ/MS*, 7-10-1999)

▷ **Reajuste convencional. Convenção coletiva sem autenticação.** O instrumento normativo em cópia não autenticada possui valor probante, desde que não haja impugnação ao seu conteúdo, eis que se trata de documento comum às partes (Orientação Jurisprudencial 36 da SBDI-1 desta Corte).(...) (TST, RR 583.866/1999.0, 5ª T., Rel. Min. João Batista Brito Pereira, *DJ*, 12-11-2004)

ção ordinária, *ex vi* do disposto no art. 59, § 1º, na CLT, havendo disciplina própria para a jornada extraordinária do ferroviário (art. 241), da mulher (art. 376) e do menor (art. 413).

A elevação do adicional para 50%, sem dúvida, foi uma tentativa do constituinte de inibir a prestação de horas extras constantemente utilizadas por vasta parcela de empresas, com visível prejuízo para a saúde dos trabalhadores e desestímulo à contratação de maior número de empregados.

A Constituição Federal vigente, ao estabelecer o percentual de 50% de adicional por horas extras trabalhadas, a nosso ver, não faz distinção alguma em hora suplementar pactuada entre empregados e empregadores (por acordo ou convenção coletiva) e a hora suplementar denominada excepcional (força maior ou serviços inadiáveis). Num caso ou outro, o adicional é aquele fixado no texto constitucional, consagrando velho refrão de que onde o legislador não distinguiu, lícito não é, ao intérprete, fazê-lo.

Ressalte-se que a Lei n. 9.601/98, acrescentando o § 3º ao art. 59 da CLT, criou o "*Banco de Horas*", em que as horas trabalhadas em um dia podem ser compensadas com a diminuição da jornada em outro dia.

Férias anuais com gratificação de um terço

"XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal."

► Comentários

A primeira Constituição brasileira a cuidar das férias do trabalhador foi a de 1934, consagrando, no seu art. 121, § 1º, *f*, o direito de todo empregado "*às férias anuais remuneradas*".

Historicamente, no alvor da República, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 17-1-1890, instituiu férias anuais remuneradas, de quinze dias, a seus funcionários e aos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Em 24-12-1925, sancionava-se a Lei n. 4.582, instituindo igual direito aos empregados de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários do Distrito Federal (Rio de Janeiro).

A partir de então, com a criação do Ministério do Trabalho, outras providências legislativas foram tomadas, estendendo-se tal direito a outras categorias profissionais.

Em 1934, a Carta Magna universaliza tal direito, benefício reiterado na Constituição de 1937, estipulando, no seu art. 137, *e*, que, "depois de um ano de serviço ininterrupto em uma empresa de trabalho contínuo, o operário terá direito a uma licença anual remunerada".

Com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, no dia 1º de maio de 1943, todo o Capítulo IV (arts. 129 a 153) foi dedicado às férias anuais.

O princípio foi mantido nas Constituições de 1946 e 1967, reiterado na atual Constituição, com uma significativa inovação – *a gratificação de um terço do salário*, instrumentalizando o trabalhador com um *plus*, que lhe assegure o gozo das férias sem o comprometimento do salário, destinado às suas despesas normais.

Licença à gestante

"XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias."

Título VI-A
Das comissões de conciliação prévia

(Título incluído pela Lei n. 9.958, de 12-1-2000.)

Art. 625-A. As empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representante dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho.

Parágrafo único. As Comissões referidas no *caput* deste artigo poderão ser constituídas por grupos de empresas ou ter caráter intersindical.

Art. 625-B. A Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 10 (dez) membros, e observará as seguintes normas:

I – a metade de seus membros será indicada pelo empregador e a outra metade eleita pelos empregados, em escrutínio secreto, fiscalizado pelo sindicato da categoria profissional;

II – haverá na Comissão tantos suplentes quantos forem os representantes titulares;

III – o mandato dos seus membros, titulares e suplentes, é de 1 (um) ano, permitida uma recondução.

§ 1º É vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até 1 (um) ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.

§ 2º O representante dos empregados desenvolverá seu trabalho normal na empresa afastando-se de suas atividades apenas quando convocado para atuar como conciliador, sendo computado como tempo de trabalho efetivo o despendido nessa atividade.

Art. 625-C. A Comissão instituída no âmbito do sindicato terá sua constituição e normas de funcionamento definidas em convenção ou acordo coletivo.

Art. 625-D. Qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia se, na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria.

§ 1º A demanda será formulada por escrito ou reduzida a termo por qualquer dos membros da Comissão, sendo entregue cópia datada e assinada pelo membro aos interessados.

§ 2º Não prosperando a conciliação, será fornecida ao empregado e ao empregador declaração da tentativa conciliatória frustrada com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros da Comissão, que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.

§ 3º Em caso de motivo relevante que impossibilite a observância do procedimento previsto no *caput* deste artigo, será a circunstância declarada na petição inicial da ação intentada perante a Justiça do Trabalho.

§ 4º Caso exista, na mesma localidade e para a mesma categoria, Comissão de empresa e Comissão sindical, o interessado optará por uma delas para submeter a sua demanda, sendo competente aquela que primeiro conhecer do pedido.

Art. 625-E. Aceita a conciliação, será lavrado termo assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da Comissão, fornecendo-se cópia às partes.

Parágrafo único. O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficá-

cia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

Art. 625-F. As Comissões de Conciliação Prévia têm prazo de 10 (dez) dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.

Parágrafo único. Esgotado o prazo sem a realização da sessão, será fornecida, no último dia do prazo, a declaração a que se refere o § 2º do art. 625-D.

Art. 625-G. O prazo prescricional será suspenso a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia, recomeçando a fluir, pelo que lhe resta, a partir da tentativa frustrada de conciliação ou do esgotamento do prazo previsto no art. 625-F.

Art. 625-H. Aplicam-se aos Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista em funcionamento ou que vierem a ser criados, no que couber, as disposições previstas neste Título, desde que observados os princípios da paridade e da negociação coletiva na sua constituição.

► *Comentários*

1. *Acréscimo de letras do alfabeto aos dispositivos pertinentes da CLT*

Tal como sucedeu com a lei que instituiu o procedimento sumaríssimo na Justiça do Trabalho (Lei n. 9.957/2000), a Lei das Comissões de Conciliação se compõe de aditivos a dispositivos da CLT, constantes de letras do alfabeto, como, por exemplo: "art. 625-A", e assim sucessivamente.

Dessa forma, a legislação em apreço incorpora-se em definitivo às normas consolidadas.

2. *A instituição das Comissões de Conciliação Prévia é facultativa*

Efetivamente, a redação dada ao art. 625-A da CLT, acrescentado pela Lei n. 9.958/2000, não pode deixar dúvida a respeito: "As empresas e os sindicatos *podem* instituir Comissões de Conciliação Prévia...".

A obrigatoriedade de a questão trabalhista ser submetida à Comissão de Conciliação só ocorrerá se tal Comissão existir na localidade da prestação de serviços, *ex vi* do disposto no art. 625-D:

> "Qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia se, na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão no âmbito da empresa ou do Sindicato da categoria".

A expressão *qualquer demanda* deve ser interpretada restritivamente, devendo ser levada em consideração a natureza da ação. Há ações que, por sua própria natureza, não se sujeitam a prévia provocação das Comissões de Conciliação, como ocorre, por exemplo, com o mandado de segurança, ação rescisória, etc.

3. *Constituição das Comissões nas empresas e nos sindicatos*

Dispõe o art. 625-A da CLT que:

> "As empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho".

Vê-se, pois, que as Comissões em apreço podem ser instituídas: a) por empresa; b) por grupo de empresas; c) por sindicatos.

Nas duas primeiras hipóteses, ou seja, na Comissão por empresa ou por grupo de empresas, a iniciativa poderá partir

do empresário, de seus empregados ou de ambos conjuntamente.

Na eventualidade de a Comissão ser instituída por sindicatos, indispensável o acordo ou convenção coletiva (com a participação de entidades de patrões e empregados).

Resta saber se a criação dessas Comissões, no âmbito interno das empresas, sendo facultativa, interessará ao empregador, sobretudo considerando que aos representantes dos empregados é assegurada *estabilidade* – "é vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei" (§ 1º do art. 625-B).

Na eventualidade de existirem, no local da prestação de serviços, Comissões no âmbito da empresa e Comissão intersindical, cabe ao interessado, empregado ou empregador optar por uma delas – "sendo competente aquela que primeiro conhecer do pedido" (§ 4º do art. 625-D).

4. *Escolha dos membros das Comissões de empresas*

Em conformidade com o art. 625-B, a Comissão no âmbito da empresa terá no máximo 10 membros, sendo a metade indicada pelo empregador e a outra metade pelos empregados, mediante eleição secreta, devidamente fiscalizada pelo respectivo sindicato.

Para cada titular será escolhido um suplente – os suplentes do empregador serão por ele indicados, os dos empregados, escolhidos por escrutínio secreto, na mesma oportunidade da eleição dos respectivos titulares, naturalmente sob o crivo do sindicato da categoria profissional.

5. *Mandato dos representantes e suplentes*

A teor do que dispõe o art. 625-B, III, o mandato dos membros das Comissões é de *um ano*, permitida uma recondução. O prazo mencionado alcança os suplentes e, obviamente, é uniforme para os representantes dos empregados e dos empregadores, já que o dispositivo legal nominado não faz, a respeito, qualquer exceção.

Escolhidos livremente pelo empregador, seus representantes não gozam de qualquer estabilidade, já que a legislação enfatiza: "é vedada a dispensa dos representantes dos empregados...".

6. *Estabilidade dos representantes dos empregados*

Os representantes dos empregados gozarão de estabilidade (titulares e suplentes) até um ano após o final do mandato, só podendo ser dispensados na ocorrência de falta grave.

No âmbito da empresa, essa estabilidade, por certo, ensejará fatalmente clima de animosidade entre os por ela beneficiados e o empregador, razão por que entendemos que teria sido melhor a criação de Comissões que funcionassem junto às Delegacias Regionais do Trabalho.

Gozando de estabilidade, a eventual dispensa desses empregados ficará condicionada à prévia instauração de inquérito judicial na Justiça do Trabalho? Observe-se que a Súmula 379 do TST preconiza tal medida com relação ao dirigente sindical:

> "O dirigente sindical somente poderá ser dispensado por falta grave mediante a apuração em inquérito judicial, inteligência dos arts. 494 e 543, § 3º, da CLT".

7. *Prestação de serviços dos representantes dos empregados*

Em que pese a condição de membros das Comissões de Conciliação Prévia, os representantes dos empregados trabalharão normalmente, só se afastando de suas atividades quando convocados para atuar como conciliadores. O tempo despendido nessas funções será computado como de serviço regular, o que, na prática, constituirá, igualmente, motivo de animosidade com o respectivo empregador.

8. *Da provocação da Comissão de Conciliação*

Dispõe o art. 625-D, § 1º, que a demanda será formulada por escrito ou verbalmente, pelo interessado. Nesta última hipótese, a reclamação verbal será reduzida a termo por qualquer dos membros da Comissão de Conciliação.

A reclamação por escrito não se submete a qualquer formalismo, a ela não se estendendo os requisitos do art. 840 da CLT.

Não prevendo a legislação a presença obrigatória do advogado, o trabalhador pode, pessoalmente, provocar a Comissão de Conciliação, à instituição estendendo-se, pois, o *jus postulandi*.

Inexistindo na localidade Comissão de Conciliação, cabe ao empregado informar ao Juízo Trabalhista de tal circunstância, hipótese em que a ação perante o Poder Judiciário independe da prévia tentativa de conciliação extrajudicial.

9. *Da conciliação*

Formulada a reclamação, a Comissão tem *10 dias* para a realização da *sessão de conciliação*:

"Art. 625-F. As Comissões de Conciliação Prévia têm prazo de dez dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado".

Na sessão de conciliação deverão estar presentes o empregado e seu respectivo empregador, este último podendo fazer-se representar por preposto.

Aceita a conciliação, lavrar-se-á o termo, assinado pelas partes e pelos membros da Comissão, dele se fornecendo cópia aos interessados.

Não se conciliando as partes, terá a Comissão de Conciliação esgotadas as suas funções, fornecendo-se certidão da tentativa frustrada de composição amigável, certidão essa que, fundamentando eventual reclamação trabalhista perante a Justiça do Trabalho, será acrescentada à petição inicial.

Tal certidão será igualmente fornecida ao empregado e ao empregador se, em 10 dias, a contar da provocação do interessado, não se realizar a sessão de conciliação.

10. *Título executivo extrajudicial*

Até recentemente, o Processo do Trabalho só contava com um título executivo – o judicial, ou seja, a sentença líquida, transitada em julgado[298].

Inexistia, pois, no Processo Trabalhista, o denominado *título executivo extrajudicial*, de que são exemplo os títulos cambiais na Justiça Estadual (art. 585 do CPC).

Atualmente, porém, ao lado da sentença judicial trabalhista, o *termo de*

298. A sentença ilíquida, necessariamente, é submetida ao processo de liquidação, indispensável à fixação do valor da condenação. A sentença de que haja recurso só enseja execução provisória, que abrange tão somente a penhora e avaliação, não ensejando atos de alienação.

conciliação, emanado das respectivas Comissões, é *título executivo extrajudicial*, com plena eficácia executiva, o mesmo ocorrendo com os denominados "termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho".

A execução se processará perante as Varas do Trabalho do local da prestação de serviço, como se deduz da leitura do art. 877-A: "É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria".

Para a execução observar-se-ão as regras dispostas nos arts. 876 e s. da CLT, passando este (o art. 876) a ter a seguinte redação:

"As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executados pela forma estabelecida neste Capítulo".

11. *Título de quitação geral – salvo expressa ressalva*

O termo de conciliação firmado nas Comissões de Conciliação tem efeito liberatório, implicando a quitação geral dos direitos trabalhistas – salvo quanto às parcelas expressamente ressalvadas (art. 625-E, parágrafo único).

12. *Suspensão da prescrição*

Nos termos do art. 625-G, "o prazo prescricional será suspenso a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia, recomeçando a fluir, pelo que lhe resta, a partir da tentativa frustrada de conciliação ou do esgotamento do prazo previsto no art. 625-F".

Ora, na conformidade do disposto no art. 625-F, a Comissão tem *10 dias*, a partir da provocação do interessado, para realizar a sessão de conciliação, o que significa dizer que a prescrição estará suspensa por *10 dias*, já que incluído o dia da provocação – "a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia...".

13. *Constitucionalidade e obrigatoriedade da conciliação prévia*

Na existência de Comissão de Conciliação Prévia na localidade da prestação de serviço, o empregado deve, obrigatoriamente, submeter sua reivindicação à Comissão, como condição à propositura da ação trabalhista.

Decorre tal conclusão da linguagem imperativa empregada no art. 625-D da CLT:

"Qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia se, na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria".

Tal imposição não se nos afigura inconstitucional. Ao revés, o direito de ação não é absoluto. Na lição de Vicente Greco Filho, "o direito de pedir a prestação jurisdicional, não é incondicional e genérico. Ele nasce quando a pessoa reúne certas condições previstas na legislação processual e de direito material e que são: a legitimidade para a causa, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido"[299], a que se pode acrescentar, no Processo do Trabalho, a prévia submissão

299. *Direito Processual Civil Brasileiro*, 6. ed., São Paulo, Saraiva, v. 1.

da reivindicação à Comissão de Conciliação Prévia, erigida pela Lei n. 9.958/2000 em condição da ação trabalhista.

Comentando a instituição das Comissões de Conciliação Prévia, escreve Marcello Ribeiro Silva, douto Procurador do TRT da 18ª Região (Goiás):

"*Data venia* das opiniões em contrário, penso que o procedimento instituído pela lei em comento não fere o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional cristalizado no referido art. 5º, inciso XXXV, da Carta Magna, pois apenas cria uma nova condição da ação individual trabalhista, a exemplo do que já ocorre com o dissídio coletivo de natureza econômica"[300].

Não discrepa desse entendimento o Ministro do TST João Oreste Dalazen, citado, aliás, por Marcello Ribeiro Silva:

"Como se sabe, o direito público subjetivo de ação não é absoluto e incondicionado, de mero acesso aos tribunais. Ao revés, constitui direito cujo exercício acha-se submetido às condições previstas em lei. Ao legislador ordinário somente não é dado estipular condições que importem, por via oblíqua, anular ou aniquilar o direito de ação, mas pode fixar requisitos de atendimento obrigatório para o ingresso em juízo, como, aliás, costuma fazê-lo (CLT, art. 731; Lei n. 1.533/51, art. 5º, I; CPC, art. 267, inc. VI)"[301].

Concluindo pela constitucionalidade da lei instituidora das Comissões de Conciliação Prévia, Marco Antônio Aparecido de Lima tece as seguintes considerações:

"*Etapa conciliatória extrajudicial – Pressuposto processual para ajuizamento de ação trabalhista* – A lei deixa bem claro o caráter de obrigatoriedade de vencer-se a etapa conciliatória extrajudicial para viabilizar o ingresso em juízo de reclamatória à qual a mesma pertença... . Trata-se, portanto, de *pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo*, de que fala o inciso IV do art. 267 do Código de Processo Civil, uma vez que não observada a exigência pelo reclamante, o processo deverá ser extinto sem julgamento do mérito. De observar-se, também, que toda a matéria a ser discutida em futura reclamação trabalhista deverá ser submetida à CCP, não podendo o reclamante manifestar apenas parte do conflito junto à CCP, apresentando posteriormente em juízo matérias estranhas àquelas discutidas extrajudicialmente.

Inconstitucionalidade da Lei? – Em que pese a opinião contrária de alguns respeitáveis juristas que já se manifestaram sobre o tema, entendemos que não há inconstitucionalidade na lei pelo fato de conter obrigação de a parte demandante submeter o conflito à CCP antes do ingresso de reclamação trabalhista em juízo. Ora, esta necessária submissão do conflito à CCP não impede a apreciação da reclamação pelo Judiciário Trabalhista; *apenas estabelece a obrigação de vencer-se a esfera extrajudicial de negociação para viabilizar dita apreciação*. Ademais, a própria Constituição Federal estabelece em seu artigo 114 que apenas após frustrada a negociação coletiva é que se faculta ao interessado o ajuizamento de dissídio coletivo, e nem por isso se falou até hoje em conflito entre dispositivos constitucionais. Aliás, até mesmo antes da Constituição Federal de 1988, o parágrafo quarto do artigo 616 da CLT já estabelecia

300. Marcello Ribeiro Silva, *LTr*, Suplemento Trabalhista 128/00.

301. João Oreste Dalazen, *LTr*, 62-10/1305-1312.

esta obrigação, sem nunca falar-se em inconstitucionalidade"[302].

Raimundo Simão de Melo, com objetividade e clareza, ressalta a existência, no sistema jurídico brasileiro, de inúmeros pressupostos processuais que, não obstante, nunca foram inquinados de inconstitucionais, a saber:

"a prévia negociação coletiva, como pressuposto para o ajuizamento da ação de dissídio coletivo (art. 114, § 2º, da CLT, e art. 616, §§ 2º e 3º, da CLT), o transcurso de um ano para o ajuizamento da ação revisional de dissídio coletivo (CLT, art. 873), o esgotamento das instâncias desportivas privadas nos casos de disciplina e competições, nos termos da lei (CF, art. 217, § 1º), e o depósito prévio de 5% sobre o valor da causa, para o ajuizamento da ação rescisória no Cível (CPC, art. 488, inciso II)";

"o direito de ação, que inclui o de defesa, é um direito fundamental do cidadão assegurado pelo Estado, o qual deverá criar e promover instrumentos e meios adequados para a sua real eficácia, sendo a mediação e a conciliação dos conflitos sociais, antes da ação estatal, um dos mais importantes e democráticos desses instrumentos num Estado Democrático de Direito, como o nosso"[303].

Considerando constitucional a Lei n. 9.958/ 2000, assim se posiciona o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais):

"COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA
Lei n. 9.958/2000 – Constitucionalidade

Ementa: *Comissão de Conciliação Prévia – Inconstitucionalidade da Lei n. 9.958/2000* – O art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, garante ao cidadão o acesso ao Poder Judiciário. Contudo, isto não significa que este acesso ao órgão será feito sem limites ou condições previstos em lei. Assim, ao estabelecer o art. 625-D da CLT que qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia se, na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria, o legislador infraconstitucional não quis impedir a apreciação da ação trabalhista pelo Poder Judiciário, mas, tão somente, determinou que a questão litigiosa seja submetida, preliminarmente, à tentativa de composição amigável, perante a Comissão de Conciliação Prévia, valorizando o princípio da conciliação no Direito do Trabalho e a negociação individual e coletiva como forma de solução de conflitos trabalhistas. Nada mais, nada menos, sem qualquer prejuízo para o empregado, que, frustrada a fase conciliatória perante a Comissão de Conciliação Prévia, terá garantido o acesso ao Poder Judiciário" (TRT/3ª R., RO 1.827/2000, Ac. 3ª T., Rel. Juiz Rodrigo Ribeiro Bueno, *DJMG*, 5-12-2000, p. 17).

A tentativa de conciliação prévia se traduz, pois, num dos pressupostos processuais trabalhistas, tanto para os dissídios individuais (Lei n. 9.958/2000, art. 625-D) como para os dissídios coletivos (CF, art. 114, §§ 1º e 2º; Instrução Normativa n. 04/93, inciso V, *d*).

Não atendido tal pressuposto, ao juiz da Vara do Trabalho não restará outro procedimento senão julgar extinta a ação sem exame do mérito, nos termos do art. 267, IV, do Código de Processo Civil.

302. Marco Antônio Aparecido de Lima, *LTr*, Suplemento 081/00.

303. Raimundo Simão de Melo, *LTr*, Suplemento Trabalhista 169/00.

Sustentando não só a constitucionalidade da Lei n. 9.958, de 12-1-2000 (que instituiu as Comissões de Conciliação Prévia), e, na existência dos órgãos mencionados, a obrigatoriedade de sua prévia provocação, divergimos frontalmente da Resolução Administrativa n. 8, de 23-10-2002 (*DOE/SP*, 12-11-2002), do E. TRT da 2ª Região – SP, vazada nos seguintes termos:

"O comparecimento perante a Comissão de Conciliação Prévia é uma faculdade assegurada ao obreiro, objetivando a obtenção de um título executivo extrajudicial, conforme previsto pelo artigo 625-E, parágrafo único, da CLT, mas não constitui condição de ação, nem tampouco pressuposto processual na reclamatória trabalhista, diante do comando emergente do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal".

Por isso que fazemos nossas as observações de Eduardo Gabriel Saad:

"O exame conjunto do supracitado artigo 625-D da CLT leva à conclusão de que, existindo Comissão de Conciliação na empresa ou no respectivo sindicato profissional, o reclamante, antes de bater à porta da Justiça do Trabalho, é obrigado a tentar solução conciliatória para o seu dissídio perante a Comissão em tela.

De outra parte, temos como certo que as disposições legais sobre a Comissão de Conciliação Prévia não vulneram o inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal ('a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito').

Tais normas consolidadas não impedem o acesso do Reclamante ao Poder Judiciário; limitam-se a dizer que ele é obrigado a tentar, previamente, uma conciliação extrajudicial. Frustrada essa tentativa, fica o interessado em condições de pedir ao Judiciário que se manifeste sobre sua pretensão"[304].

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região posicionou-se no sentido da constitucionalidade pelo verbete de jurisprudência n. 06, da 1ª Turma, com o seguinte teor:

"Comissão de Conciliação Prévia – Pressuposto processual – Inobservância. Submeter a demanda à Comissão de Conciliação Prévia é pressuposto processual trabalhista (art. 625-D da CLT). Por ser matéria de ordem pública, deve ser apreciada de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição".

Conquanto não haja jurisprudência sumulada, o Tribunal Superior do Trabalho, por sua 3ª Turma, no RR 58279/2002-900-04-00-2, concluiu no sentido de que "é obrigatória a fase prévia de conciliação, constituindo-se em pressuposto para o desenvolvimento válido e regular do processo".

Eis a ementa na sua íntegra:

"Comissão de Conciliação Prévia – Existência no âmbito da empresa ou do sindicato – Obrigatoriedade da tentativa de conciliação antes de ajuizar demanda – Art. 625-D da CLT – Pressuposto processual – Princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV) – Extinção do processo, sem julgamento do mérito – Na forma do art. 625-D e seus parágrafos, é obrigatória a fase prévia de conciliação, constituindo-se em pressuposto para desenvolvimento válido e regular do processo. Historicamente a conciliação é fim institucional e primeiro da Justiça do Trabalho e, dentro do espírito do art. 114 da

304. *LTr – Suplemento Trabalhista* 034/03.

Constituição Federal, está a extensão dessa fase pré-processual delegada a entidades paraestatais. O acesso ao Judiciário não está impedido ou obstaculizado com a atuação da Comissão Prévia de Conciliação, porque objetivamente o prazo de 10 dias para realização da tentativa de conciliação não se mostra concretamente como empecilho ao processo judicial, máxime quando a parte tem a seu favor motivo relevante para não se enquadrar na regra. Revista conhecida, mas não provida"[305].

De todo conveniente pôr em relevo extrato da decisão do Supremo Tribunal Federal na Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.139-7:

"Caminhe-se, assim, para a melhor equação da espécie. Os dispositivos atacados não chegam, de forma clara, precisa, direta, a revelar o obrigatório esgotamento da fase administrativa. É certo, versam sobre a atividade a ser desenvolvida pela Comissão de Conciliação Prévia, aludindo, até mesmo, à juntada do documento que venha a ser elaborado, no caso de insucesso na tentativa de conciliação, à petição inicial da ação trabalhista. Dispensável é esforço maior para atribuir-se ao que se contém no novo artigo 625-D interpretação conforme o texto constitucional. Faço-o para assentar que as normas inseridas em nossa ordem jurídica pelo artigo 1º da Lei n. 9.958/2000, mais precisamente pelo novo preceito da Consolidação das Leis do Trabalho, dele decorrente – artigo 625-D —, não encerram obrigatória a fase administrativa, continuando os titulares de direito substancial a terem o acesso imediato ao Judiciário, desprezando a fase que é a revelada pela atuação da Comissão de Conciliação Prévia".

305. TST, 4ª Região, Rel. Min. Terezinha Célia Kineipp Oliveira, *DJU*, 22-11-2002, p. 648.

▶ *Jurisprudência*

▷ **A tentativa de conciliação em Comissão de Conciliação Prévia não se traduz em condição da ação.** A Lei 9.958/2000, que deu redação ao artigo 625-D da CLT, em nenhum momento fixa penalidade ao empregado que não se apresenta à Comissão de Conciliação Prévia, dirigindo-se diretamente ao Poder Judiciário. Não bastando isso, o direito de ação encontra-se garantido pelo artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal, sendo inadmissível através de lei ordinária a afronta ao referido mandamento constitucional. (TRT/SP, Ac. 20010749343, j. 30-10-2001, RS 20010405644, 3ª T., Rel. Marcelo Freire Gonçalves, *DOE/SP*, 27-11-2001)

▷ **Comissão de Conciliação Prévia. Não obrigatoriedade.** O empregado não está impedido pela Lei 9.958/2000 de discutir diretamente perante o Poder Judiciário a lesão de direito que entenda haver sofrido, mesmo que já esteja instalada a Comissão de Conciliação Prévia. Exigência dessa ordem fere o art. 5º, XXXV, da CF, impondo mecanismo restritivo ao exercício do direito de ação por parcela dos jurisdicionados, atuando como instrumento de discriminação entre os cidadãos. De resto a Lei 9.958/2000 não prevê penalidade para aquele que não se apresenta à Comissão, não se podendo guindar a mera tentativa de conciliação prévia à "condição da ação", o que, diga-se, traria inexorável inconstitucionalidade à referida previsão legal. (TRT/SP, Ac. 20010509334, j. 21-8-2001, RS01 20010321807, 6ª T., Rel. Desig. Sônia Aparecida Gindro, *DOE/SP*, 28-8-2001)

▷ **Execução de título extrajudicial. Incidência de descontos previdenciários.** É de competência da Justiça do Trabalho a execução de acordo homologado e não cumprido no Juízo Arbitral (Comissão Intersindical de Conciliação Prévia), inclusive da incidência de descontos previdenciários, por tratar-se de imperativo legal, conforme predispõe o art. 114, em seu § 3º, da CF. (TRT/12ª R., Ac. 8.577, j. 31-7-2001, AG-PET 4.289/2001, 1ª T., Rel. Juíza Lourdes Dreyer, *DJ/SC*, 31-8-2001)

▷ **Preliminar de extinção do processo sem julgamento do mérito. Carência de ação. Ausência de prévia submissão da demanda à comissão de conciliação prévia. Violação do artigo 625-D da CLT.** O disposto no artigo 625-D da CLT conduz ao entendimento de que a submissão prévia da demanda à Comissão de Conciliação representa verdadeiro pressuposto de constituição e validade do processo trabalhista, tal é o expresso comando da lei. E isto não representa qualquer ofensa ao inciso XXXV do artigo 5º da Constituição da República, uma vez que o direito de ação não é absoluto, ao contrário, pois submete-se a determinados pressupostos e condições previstos na lei processual. No caso, a Comissão de Conciliação Prévia, quando existente na localidade da prestação de serviços, constitui um pressuposto a ser cumprido por aquele que busca o acertamento de direitos no âmbito da Justiça do Trabalho, sob pena de ser julgado extinto o processo sem julgamento do mérito, na forma do artigo 267, IV, do CPC. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido. (TST, RR 1005/2002-086-15-00.4, 5ª T., *DJ*, 22-10-2004)

▷ **Carência de ação. Demanda trabalhista. Submissão a comissão de conciliação prévia. Extinção do feito sem resolução de mérito que não se pronuncia.** 1. Revela-se consentânea com os princípios constitucionais consagrados no artigo 5º, XXXV e LIV, da Carta Magna interpretação do artigo 625-D da Consolidação das Leis do Trabalho no sentido de que a norma consolidada estabelece mera faculdade às partes de tentar a composição perante comissão de conciliação prévia, antes de buscar a solução judicial do conflito. O termo de conciliação firmado poderá ter, então, eficácia liberatória geral – exceto se consignada ressalva expressa e específica quanto a parcelas a cujo respeito não se haja alcançado o consenso (artigo 625-E, parágrafo único, da CLT). Nessa hipótese, em que consubstanciada a quitação geral do contrato de trabalho, o empregado não poderá reclamar perante o Poder Judiciário diferenças resultantes dos títulos que tenham sido objeto do termo de conciliação, uma vez caracterizado ato jurídico perfeito. 2. A norma em comento tem por escopo facilitar a conciliação extrajudicial dos conflitos, com a finalidade de aliviar a sobrecarga do Judiciário Trabalhista. Ora, num tal contexto, milita contra os princípios que informam o processo do trabalho – notadamente os da economia e celeridade processuais – a decretação da extinção de processo já na sede extraordinária. Extinguir-se o feito em condições que tais, ainda mais na instância superior, importaria desconsiderar os enormes prejuízos advindos de tal retrocesso tanto para a parte autora como para a Adminis-

► Comentários

Somente a partir de 1934 (art. 121) foi a gestante objeto de preocupação do constituinte brasileiro, prevendo o § 1º, *h*, "assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurado a esta descanso, antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego...".

O princípio foi mantido nas Constituições que se lhe seguiram, "assistência médica e descanso sem prejuízo do emprego".

O descanso da gestante estabelecido no art. 392 da CLT era de doze semanas: quatro antes do parto, oito após.

A atual Constituição elevou esse prazo para *cento e vinte dias*, assegurados os salários e a manutenção do emprego.

Trata-se, na verdade, de *benefício previdenciário*, custeado por contribuições dos empregadores sobre a folha de pagamento.

Prorrogação da licença-maternidade. Facultativa – mediante incentivo fiscal

A Lei n. 11.770/2008, regulamentada pelo Decreto n. 7.052, de 23-12-2009, instituiu o "Programa Empresa Cidadã", que admite, em caráter facultativo, que o empregador, pessoa jurídica, prorrogue a licença-maternidade por sessenta dias, mediante incentivo fiscal (Título III, Cap. III – Da Proteção do Trabalho da Mulher, Seção 6 – licença-maternidade).

Licença-paternidade

"XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei."

► Comentários

A CLT já cuidava do assunto, dispondo, no seu art. 473, que o empregado poderia faltar ao serviço, sem prejuízo do salário "por 1 (um) dia em caso de nascimento do filho, no decorrer da primeira semana".

A Constituição atual elevou a ausência legal em licença remunerada.

A medida tem sido considerada, por críticos mais severos, absolutamente paternalista, embora sua adoção objetive, como facilmente se verifica, assistir a esposa ou companheira e o nascituro.

Tratando-se de dispositivo dependente de legislação complementar, estabelece o § 1º do art. 10 das Disposições Transitórias da Constituição que:

> "Até que a lei venha disciplinar o disposto no art. 7º, XIX, da Constituição, o prazo da licença-paternidade a que se refere o inciso é de cinco dias".

Estes cinco dias são corridos, condicionada a sua concessão a comunicação, ao empregador, do nascimento, e posterior prova do mesmo, com a respectiva certidão de nascimento.

A licença em apreço é remunerada.

Proteção ao mercado de trabalho da mulher

"XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei."

► Comentários

A disposição tem um claro objetivo – incrementar o emprego às mulheres, integrando-as no mercado de trabalho, mediante incentivos aos empresários. Observe-se que alguns incentivos já existiam, como, por exemplo, o pagamento do salário-maternidade pela Previdência Social.

tração Pública, ante o desperdício de recursos materiais e humanos já despendidos na tramitação da causa. Além do desperdício da prova, de todo o material processual já colhido, a extinção do feito poderia acarretar dificuldades intransponíveis sobretudo para a parte economicamente mais fraca quanto à nova produção de provas. 3. Não é de se olvidar, ademais, que, se as partes já recusaram a proposta conciliatória obrigatoriamente formulada pelo juiz da causa e até o presente momento não demonstraram interesse algum na conciliação, impor ao reclamante a obrigação de comparecer perante comissão de conciliação prévia somente para o cumprimento de mera formalidade, em busca da certidão de tentativa de acordo frustrado, para somente então ajuizar novamente a reclamatória, constitui procedimento incompatível com o princípio da instrumentalidade das formas. 4. Impossível deixar de considerar, ademais, que o crédito trabalhista destina-se ao suprimento das necessidades materiais básicas do empregado e de sua família, e que o retrocesso da marcha processual irá postergar ainda mais a satisfação do direito vindicado, protraindo no tempo situação comprometedora da dignidade do trabalhador. Recurso de revista conhecido em parte e não provido. (TST-RR-943/2003-074-02-00.9 - (Ac. 1ª T.) - 2ª Reg. - Red. Desig. Min. Lélio Bentes Corrêa. *DJU*, 1º-6-2007, p. 1084)

▷ **Recurso de embargos. Comissão de conciliação prévia. Termo de quitação. Efeitos.** Não há como limitar os efeitos liberatórios do termo de conciliação firmado perante a comissão de conciliação prévia quando não há qualquer parcela expressamente ressalvada, sob pena de se negar vigência a dispositivo de lei (CLT, artigo 625-E, parágrafo único). De tal forma, o termo de conciliação lavrado perante comissão regularmente constituída tem eficácia liberatória geral, excetuando-se apenas as parcelas ressalvadas expressamente. Embargos não conhecidos. (TST-E-RR-75/2003-751-04-00-0 - (Ac. SBDI-1) - 4ª Reg. - Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga. *DJU*, 30-3-2007, p. 1134)

Título VII
Do processo de multas administrativas

Capítulo I
Da Fiscalização, da Autuação e da Imposição de Multas

Art. 626. Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

Parágrafo único. Os fiscais do Instituto Nacional de Seguridade Social e das entidades paraestatais em geral, dependentes do Ministério do Trabalho, serão competentes para a fiscalização a que se refere o presente artigo, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho.

Art. 627. A fim de promover a instrução dos responsáveis no cumprimento das leis de proteção do trabalho, a fiscalização deverá observar o critério de dupla visita nos seguintes casos:

a) quando ocorrer promulgação ou expedição de novas leis, regulamentos ou instruções ministeriais, sendo que, com relação exclusivamente a esses atos, será feita apenas a instrução dos responsáveis;

b) em se realizando a primeira inspeção dos estabelecimentos ou dos locais de trabalho, recentemente inaugurados ou empreendidos.

Art. 627-A. Poderá ser instaurado procedimento especial para a ação fiscal, objetivando a orientação sobre o cumprimento das leis de proteção ao trabalho, bem como a prevenção e o saneamento de infrações à legislação mediante Termo de Compromisso, na forma a ser disciplinada no Regulamento da Inspeção do Trabalho. (Artigo incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)

Art. 628. Salvo o disposto nos arts. 627 e 627-A, a toda verificação em que o Auditor-Fiscal do Trabalho concluir pela existência de violação de preceito legal deve corresponder, sob pena de responsabilidade administrativa, a lavratura de auto de infração. (Redação dada pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)

§ 1º Ficam as empresas obrigadas a possuir o livro intitulado "Inspeção do Trabalho", cujo modelo será aprovado por portaria ministerial. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 2º Nesse livro, registrará o agente da inspeção sua visita ao estabelecimento, declarando a data e a hora do início e término da mesma, bem como o resultado da inspeção, nele consignando, se for o caso, todas as irregularidades verificadas e as exigências feitas, com os respectivos prazos para seu atendimento, e, ainda, de modo legível, os elementos de sua identificação funcional. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 3º Comprovada a má-fé do agente da inspeção, quanto à omissão ou lançamento de qualquer elemento no livro, responderá ele por falta grave no cumprimento do dever, ficando passível, desde logo, da pena de suspensão até 30 (trinta) dias, instaurando-se, obrigatoriamente, em caso de reincidência, inquérito administrativo. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 4º A lavratura de autos contra empresas fictícias e de endereços inexistentes, assim como a apresentação de falsos relató-

rios, constituem falta grave, punível na forma do § 3º. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 629. O auto de infração será lavrado em duplicata, nos termos dos modelos e instruções expedidos, sendo uma via entregue ao infrator, contra recibo, ou ao mesmo enviada, dentro de 10 (dez) dias da lavratura, sob pena de responsabilidade, em registro postal, com franquia e recibo de volta. (*Caput* e parágrafos com redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 1º O auto não terá o seu valor probante condicionado à assinatura do infrator ou de testemunhas, e será lavrado no local da inspeção, salvo havendo motivo justificado que será declarado no próprio auto, quando então deverá ser lavrado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Lavrado o auto de infração, não poderá ele ser inutilizado, nem sustado o curso do respectivo processo, devendo o agente da inspeção apresentá-lo à autoridade competente, mesmo se incidir em erro.

§ 3º O infrator terá, para apresentar defesa, o prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do auto.

§ 4º O auto de infração será registrado com a indicação sumária de seus elementos característicos, em livro próprio que deverá existir em cada órgão fiscalizador, de modo a assegurar o controle do seu processamento.

Art. 630. Nenhum agente da inspeção poderá exercer as atribuições do seu cargo sem exibir a carteira de identidade fiscal, devidamente autenticada, fornecida pela autoridade competente. (*Caput* e parágrafos com redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 1º É proibida a outorga de identidade fiscal a quem não esteja autorizado, em razão do cargo ou função, a exercer ou praticar, no âmbito da legislação trabalhista, atos de fiscalização.

§ 2º A credencial a que se refere este artigo deverá ser devolvida para inutilização, sob as penas da lei em casos de provimento em outro cargo público, exoneração ou demissão bem como nos de licenciamento por prazo superior a 60 (sessenta) dias e de suspensão do exercício do cargo.

§ 3º O agente da inspeção terá livre acesso a todas dependências dos estabelecimentos sujeitos ao regime da legislação trabalhista, sendo as empresas, por seus dirigentes, ou prepostos, obrigadas a prestar-lhe os esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições legais e a exibir-lhe, quando exigidos, quaisquer documentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

§ 4º Os documentos sujeitos à inspeção deverão permanecer, sob as penas da lei, nos locais de trabalho, somente se admitindo, por exceção, a critério da autoridade competente, sejam os mesmos apresentados em dia e hora previamente fixados pelo agente da inspeção.

§ 5º No território do exercício de sua função, o agente da inspeção gozará de passe livre nas empresas de transportes, públicas ou privadas, mediante a apresentação da carteira de identidade fiscal.

§ 6º A inobservância do disposto nos §§ 3º, 4º e 5º configurará resistência ou embaraço à fiscalização e justificará a lavratura do respectivo auto de infração, cominada a multa de valor igual a 15 (quinze) vezes o valor de referência regional até 150 (cento e cinquenta) vezes esse valor, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravantes, a situação econômico-financeira do infrator e os meios a seu alcance para cumprir a lei.

§ 7º Para o efeito do disposto no § 5º, a autoridade competente divulgará, em janeiro e julho de cada ano, a relação dos agentes da inspeção titulares da carteira de identidade fiscal.

§ 8º As autoridades policiais, quando solicitadas, deverão prestar aos agentes da inspeção a assistência de que necessitarem para o fiel cumprimento de suas atribuições legais.

Art. 631. Qualquer funcionário público federal, estadual ou municipal, ou representante legal de associação sindical, poderá comunicar à autoridade competente do Ministério do Trabalho as infrações que verificar.

Parágrafo único. De posse dessa comunicação, a autoridade competente procederá desde logo às necessárias diligências, lavrando os autos de que haja mister.

Art. 632. Poderá o autuado requerer a audiência de testemunhas e as diligências que lhe parecerem necessárias à elucidação do processo, cabendo, porém, à autoridade, julgar da necessidade de tais provas.

Art. 633. Os prazos para defesa ou recurso poderão ser prorrogados de acordo com despacho expresso da autoridade competente, quando o autuado residir em localidade diversa daquela onde se achar essa autoridade.

Art. 634. Na falta de disposição especial, a imposição das multas incumbe às autoridades regionais competentes em matéria de trabalho, na forma estabelecida por este Título.

Parágrafo único. A aplicação da multa não eximirá o infrator da responsabilidade em que incorrer por infração das leis penais.

Capítulo II
Dos Recursos

Art. 635. De toda decisão que impuser multa por infração das leis e disposições reguladoras do trabalho, e não havendo forma especial de processo, caberá recurso para o Diretor-Geral do Departamento ou Serviço do Ministério do Trabalho que for competente na matéria. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Parágrafo único. As decisões serão sempre fundamentadas. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 636. Os recursos devem ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, perante autoridade que houver imposto a multa, a qual, depois de os informar, encaminhá-los-á à autoridade de instância superior. (*Caput* e parágrafos com redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 1º O recurso só terá seguimento se o interessado o instruir com a prova do depósito da multa. (Revogado tacitamente pela Súmula Vinculante n. 21.)

§ 2º A notificação somente será realizada por meio de edital, publicada no órgão oficial, quando o infrator estiver em lugar incerto e não sabido.

§ 3º A notificação de que trata este artigo fixará igualmente o prazo de 10 (dez) dias para que o infrator recolha o valor da multa, sob pena de cobrança executiva.

§ 4º As guias de depósito ou recolhimento serão emitidas em 3 (três) vias e o recolhimento da multa deverá proceder-se dentro de 5 (cinco) dias às repartições federais competentes, que escriturarão a receita a crédito do Ministério do Trabalho.

§ 5º A segunda via da guia de recolhimento será devolvida pelo infrator à repartição que a emitiu, até o sexto dia depois de sua expedição, para a averbação no processo.

§ 6º A multa será reduzida de 50% (cinquenta por cento) se o infrator, renunciando ao recurso, a recolher ao Tesouro Nacional dentro do prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação ou da publicação do edital.

§ 7º Para a expedição da guia, no caso do § 6º, deverá o infrator juntar a notifica-

ção com a prova da data do seu recebimento, ou a folha do órgão oficial que publicou o edital.

Art. 637. De todas as decisões que proferirem em processos de infração das leis de proteção ao trabalho e que impliquem arquivamento destes, observado o disposto no parágrafo único do art. 635, deverão as autoridades prolatoras recorrer de ofício para a autoridade competente de instância superior. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 638. Ao Ministro do Trabalho é facultado avocar ao seu exame e decisão, dentro de 90 (noventa) dias do despacho final do assunto, ou no curso do processo, as questões referentes à fiscalização dos preceitos estabelecidos nesta Consolidação.

Capítulo III
Do Depósito, da Inscrição e da Cobrança

Art. 639. Não sendo provido o recurso, o depósito se converterá em pagamento.

Art. 640. É facultado às Delegacias Regionais do Trabalho, na conformidade de instruções expedidas pelo Ministro de Estado, promover a cobrança amigável das multas antes do encaminhamento dos processos à cobrança executiva. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 641. Não comparecendo o infrator, ou não depositando a importância da multa ou penalidade, far-se-á a competente inscrição em livro especial, existente nas repartições das quais se tiver originado a multa ou penalidade, ou de onde tenha provindo a reclamação que a determinou, sendo extraída cópia autêntica dessa inscrição e enviada às autoridades competentes para a respectiva cobrança judicial, valendo tal instrumento como título de dívida líquida e certa.

Art. 642. A cobrança judicial das multas impostas pelas autoridades administrativas do trabalho obedecerá ao disposto na legislação aplicável à cobrança da dívida ativa da União, sendo promovida, no Distrito Federal e nas capitais dos Estados em que funcionarem Tribunais Regionais do Trabalho, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, e nas demais localidades, pelo Ministério Público Estadual, nos termos do Decreto-lei n. 960, de 17 de dezembro de 1938.

Título VII-A
Da prova de inexistência de débitos trabalhistas

(Título incluído pela Lei n. 12.440, de 7-7-2011.)

Art. 642-A. É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

§ 1º O interessado não obterá a certidão quando em seu nome constar:

I – o inadimplemento de obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado proferida pela Justiça do Trabalho ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou

II – o inadimplemento de obrigações decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

§ 2º Verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, será expedida Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT.

§ 3º A CNDT certificará a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências e filiais.

§ 4º O prazo de validade da CNDT é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua emissão'".

► *Comentários*

A fiscalização do cumprimento das normas de proteção ao trabalho é da competência do Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio de seus respectivos fiscais.

Como lembra Valentin Carrion, "os direitos do trabalhador estão protegidos em dois níveis distintos: a inspeção ou fiscalização do trabalho, de natureza administrativa, e a proteção judicial através dos tribunais da Justiça do Trabalho"[306].

Na oportuna crítica de Francisco Antonio de Oliveira: "a fiscalização do trabalho tem caráter preventivo, de velar pelo cumprimento da legislação que rege a espécie, tem também atuação repressiva, quando presente o descumprimento, pela correção do ato e pela aplicação da pena pecuniária ou sanções outras, como o fechamento temporário ou mesmo definitivo do estabelecimento"[307].

O ideal seria que a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego fosse, antes de tudo, orientadora, preventiva e não meramente repressiva, sobretudo com relação às micro e médias empresas, as quais, normalmente, não possuem estrutura administrativa ou jurídica capaz de esclarecê-las de forma adequada quanto às exigências da legislação do trabalho.

É bem verdade que a leitura do art. 628, §§ 2º e 3º, da CLT deixa claro que a orientação e as exigências para o saneamento das irregularidades precedem, necessariamente, a imposição de multas.

---

306. Ob. cit., 25. ed., p. 462.
307. Ob. cit., p. 520.

O princípio da ampla defesa, consagrado no art. 5º, LV, da Constituição Federal assegura ao empresário autuado a utilização de defesa e recursos, não só na fase administrativa como na esfera judicial:

"aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes".

A pena pecuniária não afasta a eventualidade de sanção criminal, *ex vi* do disposto no Título IV do Código Penal: *Dos crimes contra a organização do trabalho*.

De todo conveniente frisar que o empresário que não repasse as contribuições previdenciárias, recolhidas de seus empregados, à Previdência Social comete o crime de apropriação indébita, *ex vi* do disposto no art. 168-A do Código Penal, acrescido ao Estatuto Repressivo pela Lei n. 9.983, de 14-7-2000.

A punibilidade se extingue se o empresário efetua o pagamento das contribuições indevidamente retidas (§ 1º, I, da lei nominada).

► *Jurisprudência*

▷ **(...) FGTS. Multa do artigo 22 da Lei n. 8.036/90. Beneficiário.** A multa do art. 22 da Lei n. 8.036/90 possui natureza administrativa e se refere especificamente à hipótese de o empregador não efetuar, no prazo legal, segundo o art. 15 da mesma Lei, os depósitos do FGTS, em conta vinculada do empregado, motivo pelo qual não reverte a seu favor, mas sim do Fundo. (...) (TST, RR 637585/2000.3, 2ª T., Rel. José Luciano de Castilho Pereira, *DJ*, 1º-10-2004)

▷ **Ação civil pública. Lesão a direitos do trabalhador. Irregularidades passíveis de sanção administrativa e judicial. Possibilidade de apreciação pelo Poder Judiciário.** Ainda que passíveis de fiscalização e sanção pela via administrativa, cujo poder de polícia é exercido pela Delegacia Regional do Trabalho, as irregularidades apontadas pelo representante do Ministério Público do Trabalho, quando representarem lesão a direitos difusos e coletivos, podem ser levadas à apreciação do Poder Judiciário por meio de ação civil pública (Lei Complementar n. 75/93). Nesse sentido, o reconhecimento judicial da procedência desses pedidos, com condenação em *astreintes*, não implica *bis in idem* em relação às multas administrativas aplicadas, porque a primeira, de natureza preventiva, decorre da mora da obrigação de fazer ou de não fazer e a segunda, de natureza discricionária (portanto, não condenatória), da inobservância a determinadas normas trabalhistas. (TRT/12ª R., Ac. 1.076, j. 12-12-2000, RO 6.935/2000, 1ª T., Rel. Juiz Idemar Antônio Martini, *DJ/SC*, 5-2-2001)

Título VIII
Da justiça do trabalho

Capítulo I
Introdução

Art. 643. Os dissídios, oriundos das relações entre empregados e empregadores, bem como de trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviços, em atividades reguladas na legislação social, serão dirimidos pela Justiça do Trabalho, de acordo com o presente Título e na forma estabelecida pelo processo judiciário do trabalho. (Redação dada pela Lei n. 7.494, de 17-6-1986.)

§ 1º As questões concernentes à Previdência Social serão decididas pelos órgãos e autoridades previstos no Capítulo V deste Título e na legislação sobre seguro social.

§ 2º As questões referentes a acidentes do trabalho continuam sujeitas a justiça ordinária, na forma do Decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, e legislação subsequente.

§ 3º A Justiça do Trabalho é competente, ainda, para processar e julgar as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão de obra – OGMO decorrentes da relação de trabalho. (Parágrafo incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)

► *Comentários*

1. *Competência material da Justiça do Trabalho*

Como facilmente se verifica, a Justiça do Trabalho deixa de restringir-se à composição das lides referentes à relação de emprego, para tornar-se, efetivamente, a Justiça do Trabalho.

Adquire, com a Emenda Constitucional n. 45, de 8-12-2004, competência material não só para julgar as controvérsias entre empregados e empregadores (relação de emprego), como, inclusive, os conflitos oriundos do trabalho.

Observe-se que a nova redação dada ao art. 114 da Constituição Federal substituiu a expressão "*trabalhadores e empregadores*" por "ações oriundas da relação de trabalho".

Em edições anteriores já advertíamos para a expressão "*trabalhadores*", contida no art. 114 da Constituição Federal, e que tinha ali significado de "empregados".

Na nova sistemática a Justiça do Trabalho passa a ser competente para processar e julgar as questões oriundas do *trabalho*, ainda que inexistam nelas as figuras do empregado e empregador.

Em tais condições, sua competência material ganha amplitude – é competente para processar e julgar as questões ou dissídios entre empregadores e empregados.

Sua competência típica, como observa Valentin Carrion, é a de "compor as lides referentes à relação de emprego (o chamado trabalho subordinado ou de integração na empresa) não eventual, entre os próprios interessados singulares (dissídios individuais), ou entre uma categoria profissional e a categoria econômica ou a respectiva empresa (dissídios coletivos)"[308].

308. Ob. cit., 25. ed., p. 470.

A Justiça do Trabalho continua, pois, a ser competente para processar e julgar as questões ou dissídios entre empregadores e empregados, pouco importando, como ensina Amauri Mascaro Nascimento, "o tipo de relação de emprego: seja a urbana, a rural, a doméstica, o emprego em domicílio, etc., basta estar-se diante de relação empregatícia para a questão situar-se no âmbito da competência material da Justiça do Trabalho"[309].

A Emenda Constitucional n. 45, de 8-12-2004, alterando a redação dada ao art. 114 da Constituição Federal de 1988, ampliou sensivelmente a competência material da Justiça do Trabalho, como deixa claro o dispositivo constitucional nominado:

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I – as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II – as ações que envolvam exercício do direito de greve;

III – as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;

IV – os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;

V – os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, *o*;

VI – as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;

VII – as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;

VIII – a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, *a*, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;

IX – outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei".

2. *Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho – Acidentes do Trabalho – Servidor público*

Após a Emenda Constitucional n. 45, de 8-12-2004, a competência material da Justiça do Trabalho já não se limita à solução dos conflitos empregatícios, abrangendo, igualmente, as demais controvérsias oriundas da relação de trabalho.

Note-se que nem todo trabalho envolve emprego, que só se consubstancia quando presentes a subordinação hierárquica, a habitualidade e a pessoalidade, com relação ao empregado.

Por outras palavras, trabalho é gênero do qual o emprego é espécie. Trabalho é todo esforço intelectual ou físico destinado à produção. Todos trabalham; nem todos, porém, são empregados.

Se é empregado, dúvida não pode haver: a Justiça do Trabalho é competente para decidir as controvérsias eventualmente surgidas com o empregador.

Mas, ainda que não haja emprego, a Justiça do Trabalho é, agora, competente em razão da matéria, para processar e julgar as controvérsias oriundas do trabalho, ainda que autônomo, independentemente de lei.

Observe-se que o empreiteiro *operário ou artífice*, conquanto não fosse empregado, já podia postular seus direitos na

309. *Curso de Direito Processual do Trabalho*, cit., p. 180.

Justiça do Trabalho, *ex vi* do disposto no art. 652, III, da CLT.

Da mesma forma, a Medida Provisória n. 2.164-41, de 24-8-2001, já havia estendido a competência material da Justiça do Trabalho à apreciação e julgamento das reclamações de operários portuários contra o órgão gestor de mão de obra, embora não haja entre eles relação de emprego – art. 643, § 3º, da CLT.

Em consequência da Emenda Constitucional sob comento, serão processadas e julgadas pela Justiça do Trabalho todas as questões oriundas do trabalho, envolvam ou não a relação de emprego.

Igualmente a *prestação civil de serviço* (arts. 593 a 609 do CC de 2002) passa ao âmbito da Justiça do trabalho; a *empreitada* (arts. 610 a 626 do CC de 2002), da mesma forma, já não mais restrita ao empreiteiro operário ou artífice.

As ações relativas à representatividade dos sindicatos, anteriormente de competência da Justiça Estadual, inserem-se, também, na competência material da Justiça do Trabalho, bem como as ações de indenização por dano moral ou patrimonial da relação de trabalho (e não somente da relação de emprego).

A execução, de ofício, das contribuições sociais (art. 195, I e II, da CF) decorrentes das sentenças que proferir continua de competência da Justiça do Trabalho.

Outras controvérsias decorrentes de relação de trabalho podem, na forma da lei, ser atribuídas à competência da Justiça trabalhista.

Como observa Grijalbo Fernandes Coutinho (*Informativo Anamatra*, n. 56) – "ao invés dos termos restritos do original do artigo 114 da Constituição Federal, que disciplinava a relação *entre trabalhadores e empregadores*, agora o texto novo da reforma manda julgar *as ações oriundas da relação de trabalho*, sem delimitar os atores deste processo. Havendo relação de trabalho *lato sensu*, seja de emprego ou não, os seus contornos serão apreciados pelo juiz do trabalho".

Os *acidentes do trabalho* e as indenizações deles decorrentes permanecem de competência da Justiça Estadual (art. 109, I, da CF).

"Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho" (STJ, Súmula 15).

"Compete à justiça ordinária estadual o processo e o julgamento, em ambas as instâncias, das causas de acidente do trabalho, ainda que promovidas contra a União, suas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista" (STF, Súmula 501).

Ressalte-se que a indenização decorrente de culpa ou dolo do empregador, na ocorrência de acidente do trabalho, que não se confunde com o seguro obrigatório com o INSS, é de competência da Justiça do Trabalho.

As questões que envolvam os funcionários públicos *stricto sensu* (estatutários) continuam sob a égide da Justiça Estadual (se funcionários estaduais ou municipais) ou da Justiça Federal (se funcionários federais), como decidiu o Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.395, interposta pela Associação dos Juízes Federais do Brasil.

Há controvérsia doutrinária quanto à competência para julgar as ações decorrentes da prestação de serviços por trabalhadores autônomos, como, por exemplo, honorários de profissionais liberais.

A fim de se evitar tais conflitos que, irremediavelmente já começam a refletir-

Os incentivos mencionados na disposição constitucional sob comento serão estabelecidos por lei ordinária.

Por outro lado, fundamental acentuar que o art. 5º, I, da Constituição vigente declara que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações...".

Em consequência, foram revogados, pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989 (publicado no *DOU* em 25-10-1989), os arts. 374, 375, 378, 380 e 387, todos relacionados com o trabalho da mulher, dispositivos que, a propósito de protegê-la, discriminavam-na, criando embaraços à sua contratação pelos empregadores.

Outrossim, a Lei n. 10.244, de 27-6-2001, revogando o art. 376 da CLT, que vedava a prestação de horas extras por mulheres, vem no manifesto propósito de ampliar o seu campo de trabalho.

Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço

"XXI – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei".

► *Comentários*

Com o advento da norma constitucional acima transcrita, muito embora não tenha sido regulamentado o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, foi este, o aviso prévio, elevado, desde logo, para *trinta dias*.

Assim, foi revogado parcialmente o art. 487 da CLT, que, no seu inciso I, falava em aviso prévio de oito dias, aos que recebessem por semana ou tempo inferior.

A respeito, no dia 12 de outubro de 1988, era editada a Instrução Normativa n. 1, do Ministério do Trabalho, que assim dispõe:

"O aviso prévio será, no mínimo, de 30 (trinta) dias. A proporcionalidade referida no texto constitucional depende de legislação infraconstitucional".

A proporcionalidade, por depender de norma regulamentadora, aguardava providência do legislador, o que só ocorreu com a Lei n. 12.506, de 11 de outubro de 2011.

Nos termos do art. 1º da Lei nominada:

"O aviso prévio de que trata o Capítulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa.

Parágrafo único. Ao aviso prévio previsto neste artigo serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo o total de até 90 (noventa) dias".

O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço é por nós examinado nos comentários ao art. 487 deste livro.

Proteção contra riscos inerentes ao trabalho

"XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança."

► *Comentários*

A primeira Constituição brasileira a cuidar da saúde, higiene e segurança do trabalho foi a de 1934, que, no seu art. 121, *h*, estabelecia "assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante". Seguiu-se-lhe a Constituição de 1937,

-se nos julgados, há, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei n. 6.542 de 2006, regulamentando o inciso XI do art. 114 da CF para dispor sobre competência da Justiça do Trabalho, referente à relação de trabalho, vazado nos seguintes termos:

"Art. 1º O art. 652 do Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea 'f':

'Art. 652. .....

f) compete ainda ao juiz do trabalho processar e julgar os litígios decorrentes de relações de trabalho que, não configurando vínculo empregatício, envolvam, entre outras, as ações:

I – de cobrança de crédito resultante de comissões de representante comercial ou de contrato de agenciamento e distribuição, quando o representante, agente ou distribuidor for pessoa física;

II – de cobrança de quota-parte de parceria agrícola, pesqueira, pecuária, extrativa vegetal e mineral, em que o parceiro outorgado desenvolva seu trabalho direta e pessoalmente, admitida a ajuda da família;

III – decorrentes de execução e de extinção de contratos agrários, entre o proprietário rural e o parceiro outorgado, quando este desenvolva seu trabalho direta e pessoalmente, ainda que com a ajuda dos membros da família;

IV – de cobrança de honorários decorrentes de exercício de mandato oneroso, exceto os que se qualifiquem como relação de consumo, nos termos da Lei n. 8.078, de 1990;

V – de cobrança de créditos de corretagem, inclusive de seguro, em face da corretora, em se tratando de corretor autônomo;

VI – de cobrança de honorários de leiloeiros, em face da casa de leilões;

VII – entre trabalhadores portuários e operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão de obra – OGMO;

VIII – entre empreiteiro e subempreiteiro, ou qualquer destes e o dono da obra, nos contratos de pequena empreitada, sempre que os primeiros concorrerem pessoalmente com seu trabalho para a execução dos serviços, ainda que mediante o concurso de terceiros;

IX – entre cooperativas de trabalho e seus associados;

X – de conflitos envolvendo as demais espécies de trabalhadores autônomos, tais como encanador, eletricista, digitador, jardineiro, entre outros;

XI – decorrentes de assédio moral'.

Art. 2º Ficam revogados os incisos III e V da alínea 'a' do art. 652 do Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943".

A lei em apreço não porá fim às controvérsias acerca da competência material da Justiça do Trabalho, em face da Emenda Constitucional n. 45/2004. Antes de tudo porque é meramente exemplificativa (não poderia mesmo ser exaustiva). Por outro lado, excluindo as relações qualificadas de consumo, deixa grave dúvida, já que o art. 2º do Código do Consumidor considera como tal "toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou **serviço** como depositário final".

Inclui-se, pois, como consumidor toda pessoa física que utiliza determinado serviço. Serviço, como preleciona Cretella Jr., "é a ação de servir. Consiste em atos do homem, atividades, desempenhos, prestações".

Interpretado no sentido amplo afastaria da Justiça do Trabalho competência para processar e julgar demanda envolvendo profissionais liberais, como médicos, advogados, etc., reduzindo sobremaneira a competência material da Justiça Obreira, como, aliás, já se observa com julgados dos próprios pretórios trabalhistas:

"Agravo de petição – Contrato de prestação de serviços advocatícios – Incompetência da Justiça do Trabalho – Tratando-se a hipótese de prestação de serviços advocatícios a pessoa física, em processos específicos e de forma esporádica, não pode ser inserida no conceito de 'relação de trabalho', mas sim de consumo. Isto porque o cliente, ou seja, o consumidor, deles se utiliza para satisfazer uma necessidade própria. Assim, ainda que se considerem as alterações promovidas pela Emenda Constitucional n. 45/2004 que conferiu nova redação ao artigo 114 da Constituição da República, ampliando a competência material da Justiça do Trabalho, para incluir as lides alusivas às relações de trabalho e não apenas relação de emprego, não há como afastar esta conclusão. A relação de consumo é regida pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/96), não configurando, nos termos da lei, relação de trabalho, para fins de aplicação do artigo 114, I, da Constituição. Aliás, o CDC (Lei n. 8.078/90) exclui todas as relações de caráter trabalhista, conforme exposto a seguir: 'Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo. Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços. § 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial. § 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista'. Portanto, inexiste relação de trabalho na atividade executada pelo advogado a um cliente, sendo incompetente a Justiça do Trabalho para apreciar e executar o feito. Agravo a que se nega provimento" (TRT 3ª Reg. AP 00996-2006-016-03-00-6 – (Ac. 4ª T.) – Rel. Juiz Julio Bernardo do Carmo. *DJMG*, 16-12-2006, p. 19).

No mesmo sentido a Súmula 363 do STJ:

"Compete à Justiça estadual processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente".

3. *Reconhecimento do vínculo empregatício*

Um dos princípios basilares do Direito do Trabalho é o da primazia dos fatos sobre os aspectos formais, denominado *princípio da realidade*, sobre o qual tecemos considerações anteriores.

Em muitas oportunidades ou o trabalhador, embora subordinado, é rotulado de autônomo, ou simplesmente "é contratado", sem registro ou qualquer direito.

Em tais condições, se o vínculo empregatício não é, espontaneamente, reconhecido pelo beneficiário dos serviços, ao trabalhador não resta outra alternativa senão buscar a prestação jurisdicional do Estado, requerendo a proclamação do contrato de trabalho com seus consectários legais.

A Justiça competente para o reconhecimento da relação empregatícia é a do trabalho.

4. *Contribuições sociais (INSS)*

A Emenda Constitucional n. 20, de 15-12-1998, acrescentou ao art. 114 da CF o § 3º, assim redigido:

"Compete ainda à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, *a*, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir".

O recolhimento das contribuições devidas à Previdência é feito *ex officio*, ou seja, independentemente de qualquer provocação das partes e, mesmo, da Previdência Social. É, outrossim, devido em todas as decisões cognitivas ou homologatórias.

A Lei n. 10.035, de 25-10-2000, objetivando regulamentar a execução das contribuições sociais, em face da Emenda Constitucional n. 20/98, acrescentou ao art. 832 da CLT os §§ 3º e 4º, que assim dispõem:

"§ 3º As decisões cognitivas ou homologatórias deverão sempre indicar a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.

§ 4º O INSS será intimado, por via postal, das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória, sendo-lhe facultado interpor recurso relativo às contribuições que lhe forem devidas".

A Emenda Constitucional n. 45, de 8-12-2004, mantém a competência da Justiça do Trabalho para a execução de tais contribuições – "a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, *a*, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir" (art. 114, VIII, da CF).

Esses dispositivos e suas implicações no andamento do processo trabalhista são analisados nos comentários ao art. 832.

▶ ***Jurisprudência***

▷ **Súmula 19 do Tribunal Superior do Trabalho. Quadro de carreira.** A Justiça do Trabalho é competente para apreciar reclamação de empregado que tenha por objeto direito fundado no quadro de carreira. (RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969)

▷ **Súmula 300 do Tribunal Superior do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Cadastramento no PIS.** Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ações de empregados contra empregadores, relativas ao cadastramento no Plano de Integração Social (PIS). (Res. 10/89, *DJ*, 14-4-1989) Referência: CF, art. 114 – CLT, art. 652, inc. IV – Leis Complementares n. 7/70 e 26/75.

▷ **Súmula 368 do Tribunal Superior do Trabalho. Descontos previdenciários e fiscais. Competência. Responsabilidade pelo pagamento. Forma de cálculo.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 32, 141 e 228 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005. Nova redação – Res. 138/2005, *DJ*, 23-11-2005. Redação do item II alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 16-4-2012 – Res. 181/2012, *DEJT*, 19, 20 e 23-4-2012)

I – A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição.

II – É do empregador a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais, re-

sultante de crédito do empregado oriundo de condenação judicial, devendo ser calculadas, em relação à incidência dos descontos fiscais, mês a mês, nos termos do art. 12-A da Lei n. 7.713, de 22/12/1988.

III – Em se tratando de descontos previdenciários, o critério de apuração encontra-se disciplinado no art. 276, § 4º, do Decreto n. 3.048/99 que regulamentou a Lei n. 8.212/91 e determina que a contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, seja calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário de contribuição.

▷ **Súmula 389 do Tribunal Superior do Trabalho. Seguro-desemprego. Competência da Justiça do Trabalho. Direito à indenização por não liberação de guias.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 210 e 211 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – Inscreve-se na competência material da Justiça do Trabalho a lide entre empregado e empregador tendo por objeto indenização pelo não fornecimento das guias do seguro-desemprego.

II – O não fornecimento pelo empregador da guia necessária para o recebimento do seguro-desemprego dá origem ao direito à indenização.

▷ **Súmula 235 do Supremo Tribunal Federal.** É competente para a ação de acidente do trabalho a justiça cível comum, inclusive em segunda instância, ainda que seja parte autarquia seguradora.

▷ **Súmula 501 do Supremo Tribunal Federal.** Compete à justiça ordinária estadual o processo e o julgamento, em ambas as instâncias, das causas de acidente do trabalho, ainda que promovidas contra a União, suas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

▷ **Súmula 736 do Supremo Tribunal Federal.** Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.

▷ **Súmula 10 do Superior Tribunal de Justiça.** Instalada a junta de conciliação e julgamento, cessa a competência do juiz de direito em matéria trabalhista, inclusive para a execução das sentenças por ele proferidas.

▷ **Súmula 15 do Superior Tribunal de Justiça.** Compete à justiça estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho.

▷ **Súmula 82 do Superior Tribunal de Justiça.** Compete à Justiça Federal, excluídas as reclamações trabalhistas, processar e julgar os feitos relativos à movimentação do FGTS.

▷ **Súmula 97 do Superior Tribunal de Justiça.** Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar reclamação de servidor público relativamente a vantagens trabalhistas anteriores à instituição do regime jurídico único.

▷ **Súmula 137 do Superior Tribunal de Justiça.** Compete à justiça comum estadual processar e julgar ação de servidor público municipal, pleiteando direitos relativos ao vínculo estatutário.

▷ **Súmula 161 do Superior Tribunal de Justiça.** É da competência da justiça estadual autorizar o levantamento dos valores relativos ao PIS/PASEP e FGTS, em decorrência do falecimento do titular da conta.

▷ **Súmula 165 do Superior Tribunal de Justiça.** Compete à justiça federal processar e julgar crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.

▷ **Súmula 170 do Superior Tribunal de Justiça.** Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo do ajuizamento de nova causa, com o pedido remanescente, no juízo próprio.

▷ **Súmula 173 do Superior Tribunal de Justiça.** Compete à justiça federal processar e julgar o pedido de reintegração em cargo público federal, ainda que o servidor tenha sido dispensado antes da instituição do regime jurídico único.

▷ **Súmula 180 do Superior Tribunal de Justiça.** Na lide trabalhista, compete ao TRT dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz estadual e junta de conciliação e julgamento.

▷ **Súmula 218 do Superior Tribunal de Justiça.** Compete à Justiça dos Estados processar e julgar ação de servidor estadual decorrente de direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão.

▷ **Súmula 225 do Superior Tribunal de Justiça.** Compete ao Tribunal Regional do Trabalho apreciar recurso contra sentença proferida por órgão de primeiro grau da Justiça Trabalhista, ainda que para declarar-lhe a nulidade em virtude de incompetência.

▷ **Súmula 236 do Superior Tribunal de Justiça.** Não compete ao Superior Tribunal de Justiça dirimir conflitos de competência entre juízes trabalhistas vinculados a Tribunais do Trabalho diversos.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 26 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Complementação de pensão requerida por viúva de ex-empregado.** Inserida em 1º-2-1995. (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

A Justiça do Trabalho é competente para apreciar pedido de complementação de pensão postulada por viúva de ex-empregado, por se tratar de pedido que deriva do contrato de trabalho.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 138 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Competência residual. Regime jurídico único. Limitação da execução.** Inserida em 27-11-1998. (Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 249 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

Compete à Justiça do Trabalho julgar pedidos de direitos e vantagens previstos na legislação trabalhista referente a período anterior à Lei n. 8.112/1990, mesmo que a ação tenha sido ajuizada após a edição da referida lei. A superveniência de regime estatutário em substituição ao celetista, mesmo após a sentença, limita a execução ao período celetista.

▷ **Competência. Regime celetista.** Sendo celetista o regime jurídico que regula as relações entre servidores e administração pública municipal, é da competência da Justiça do Trabalho o conhecimento das lides, nos termos do art. 114 da CF. (TRT/12ª R., Ac. 11.027, j. 28-8-2001, RO 2.892/2001, 1ª T., Rel. Juíza Lourdes Dreyer, *DJ/SC*, 24-10-2001)

▷ (...) **Descontos previdenciários e fiscais. Competência da Justiça do**

Trabalho. Nos termos dos arts. 43 da Lei n. 8.212/91, com a nova redação dada pela Lei n. 8.620/93, e 46 da Lei n. 8.541/92, a Justiça do Trabalho é competente para determinar que se proceda aos descontos previdenciários e fiscais sobre os créditos trabalhistas decorrentes de decisões judiciais. Inteligência da Orientação Jurisprudencial n. 141 da C. SBDI-1/TST. (TST, RR 567.933/1999.1, 3ª T., Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, *DJ*, 12-11-2004)

▷ **Danos moral e material provenientes de infortúnios do trabalho. Competência do Judiciário do Trabalho. Inteligência do artigo 7º, inciso XXVIII, e do artigo 114, ambos da Constituição. Prevalência da jurisprudência do STF favorável à competência da Justiça dos Estados e do Distrito Federal. Ressalva de entendimento pessoal.** As pretensões provenientes da moléstia profissional ou do acidente do trabalho reclamam proteções distintas, dedutíveis em ações igualmente distintas: uma de natureza nitidamente acidentária, em que é competente materialmente a Justiça Comum, a teor do artigo 109, inciso I, da Constituição c/c o artigo 129, inciso II, da Lei 8.213/91; e a outra de conteúdo eminentemente trabalhista, consubstanciada na indenização reparatória dos danos material e moral, em que é excludente a competência desta Justiça. Não desautoriza a competência do Judiciário do Trabalho o alerta de o direito remontar pretensamente ao artigo 159 do Código Civil de 1916. Isso nem tanto pela evidência de ele reportar-se, na verdade, ao artigo 7º, inciso XXVIII, da Constituição, mas sobretudo pela constatação de a pretensão indenizatória provir não da culpa aquiliana mas da culpa contratual do empregador, extraída da não observância dos deveres contidos no artigo 157 da CLT. Frise-se ainda a impropriedade do artigo 109, inciso I, da Constituição, para enfrentamento da controvérsia sobre a competência material da Justiça do Trabalho. É que segundo ali consta não cabe à Justiça Federal Comum processar e julgar as ações de acidente de trabalho, cuja competência o artigo 129, inciso II, da Lei 8.213/91 cometeu à Justiça Comum. Quer isso dizer que o Judiciário do Trabalho não tem competência para as ações previdenciárias nem para as ações acidentárias, sendo incontrastável no entanto sua competência para julgamento das ações reparatórias dos multicitados danos moral e material provenientes de acidentes de trabalho ou moléstias profissionais, conforme se infere do confronto entre o artigo 7º, inciso XXVIII, e o artigo 114, ambos da Constituição. Em que pesem tais considerações, o STF já consolidou a jurisprudência no sentido de a competência material, para julgamento de indenização, quer por dano material quer por dano moral, provenientes de infortúnio do trabalho, ser da Justiça dos Estados e do Distrito Federal e não da Justiça do Trabalho. Com ressalva de entendimento pessoal e atento ao princípio da disciplina judiciária, impõe-se o desprovimento do recurso para manter a decisão regional que entendera pela incompetência do Judiciário Trabalhista com base na jurisprudência do STF. Recurso conhecido e desprovido. (TST, RR 490/2002-371-05-00.9, 4ª T., Rel. Min. Barros Levenhagen, *DJ*, 12-11-2004)

Art. 644. São órgãos da Justiça do Trabalho: (*Caput* e alíneas com redação dada pelo Dec.-lei n. 9.797, de 9-9-1946.)

a) o Tribunal Superior do Trabalho;

b) os Tribunais Regionais do Trabalho;

c) as Juntas de Conciliação e Julgamento[310] ou os Juízos de Direito.

Art. 645. O serviço da Justiça do Trabalho é relevante e obrigatório, ninguém dele podendo eximir-se, salvo motivo justificado.

Art. 646. Os órgãos da Justiça do Trabalho funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

► *Comentários*

O art. 111 da Constituição Federal declara que são órgãos da Justiça do Trabalho:

I – o Tribunal Superior do Trabalho;

II – os Tribunais Regionais do Trabalho;

III – Juízes do Trabalho.

IV – Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

A Emenda Constitucional n. 45/2004 instituiu o Conselho Superior da Justiça do Trabalho a ser regulamentado por lei, cabendo-lhe exercer a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho (1º e 2º graus) com decisões que terão efeito vinculante (art. 111-A, § 2º, II, da CF).

A Emenda Constitucional n. 24, de 9-12-1999, extinguiu a representação classista na Justiça do Trabalho.

Em consequência, a redação do art. 644 da CLT foi alterada: deixando de existir as Juntas de Conciliação e Julgamento, surgiram em seu lugar as *Varas do Trabalho*, integradas por um só juiz: *o Juiz do Trabalho*.

Outrossim, a alta relevância dos serviços prestados pela Justiça do Trabalho, como órgão do Poder Judiciário (CF/88, art. 111), torna esses mesmos serviços obrigatórios, daí resultando, como adverte Russomano, que todo "aquele que for chamado para prestar à Justiça do Trabalho sua colaboração não se pode furtar a esse chamamento"[311].

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 192 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Competência e possibilidade jurídica do pedido.** (Redação Original – Res. 14/1983. Redação alterada pela Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003. Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 48, 105 e 133 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) I – Se não houver o conhecimento de recurso de revista ou de embargos, a competência para julgar ação que vise a rescindir a decisão de mérito é do Tribunal Regional do Trabalho, ressalvado o disposto no item II. II – Acórdão rescindendo do Tribunal Superior do Trabalho que não conhece de recurso de embargos ou de revista, analisando arguição de violação de dispositivo de lei material

310. Tendo em vista o disposto na Emenda Constitucional n. 24/99, que extinguiu a representação classista na Justiça do Trabalho, as Juntas de Conciliação e Julgamento passaram a ser denominadas *Varas do Trabalho*, integradas exclusivamente pelo Juiz do Trabalho.

311. *Comentários à CLT*, cit., v. 2, p. 793.

ou decidindo em consonância com súmula de direito material ou com iterativa, notória e atual jurisprudência de direito material da Seção de Dissídios Individuais (Súmula 333), examina o mérito da causa, cabendo ação rescisória da competência do Tribunal Superior do Trabalho. III – Em face do disposto no art. 512 do CPC, é juridicamente impossível o pedido explícito de desconstituição de sentença quando substituída por acórdão Regional. IV – É manifesta a impossibilidade jurídica do pedido de rescisão de julgado proferido em agravo de instrumento que, limitando-se a aferir o eventual desacerto do juízo negativo de admissibilidade do recurso de revista, não substitui o acórdão regional, na forma do art. 512 do CPC. V – A decisão proferida pela SDI, em sede de agravo regimental, calcada na Súmula 333, substitui acórdão de Turma do TST, porque emite juízo de mérito, comportando, em tese, o corte rescisório.

▷ **Precedente Normativo n. 29 do Tribunal Superior do Trabalho. Greve. Competência dos Tribunais para declará-la abusiva** (positivo). Compete aos Tribunais do Trabalho decidir sobre o abuso do direito de greve.

Capítulo II
Das Juntas de Conciliação e Julgamento[312] (Varas do Trabalho)

Seção I
Da composição e funcionamento

Art. 647. Cada Junta de Conciliação e Julgamento terá a seguinte composição: (*Caput* e alíneas com redação dada pelo Dec.-lei n. 9.797, de 9-9-1946.)

a) 1 (um) juiz do trabalho, que será seu Presidente;

b) 2 (dois) Juízes classistas, sendo um representante dos empregadores e outro dos empregados.

Parágrafo único. Haverá um suplente para cada Juiz classista. (Parágrafo único com redação dada pelo Dec.-lei n. 9.797, de 9-9-1946.)

Art. 648. São incompatíveis entre si, para os trabalhos da mesma Junta, os parentes consanguíneos e afins até o terceiro grau civil.

Parágrafo único. A incompatibilidade resolve-se a favor do primeiro Juiz classista designado ou empossado, ou por sorteio, se a designação ou posse for da mesma data.

Art. 649. As Juntas poderão conciliar, instruir ou julgar com qualquer número, sendo, porém, indispensável a presença do Presidente, cujo voto prevalecerá em caso de empate. (*Caput* e parágrafos com redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

§ 1º No julgamento de embargos deverão estar presentes todos os membros da Junta.

§ 2º Na execução e na liquidação das decisões funciona apenas o Presidente.

► *Comentários*

1. *Das Varas do Trabalho*

A leitura dos dispositivos declinados (arts. 647 a 667) deve ser interpretada em consonância com a Emenda Constitucional n. 24/99, que não só extinguiu

312. Com o advento da Emenda Constitucional n. 24/99, as JCJs passaram a ser denominadas Varas do Trabalho.

a representação classista como as Juntas de Conciliação e Julgamento, criando, em lugar destas últimas, as *Varas do Trabalho*, órgãos de 1º grau, tal como as Varas Cíveis e Criminais da Justiça Estadual.

2. *Composição e funcionamento das Varas do Trabalho*

As Varas do Trabalho são compostas de um só Juiz, o do Trabalho, o que implica reconhecer que o art. 647 está parcialmente revogado, em face da extinção dos denominados juízes classistas, não subsistindo, outrossim, os arts. 648 e 649.

Os embargos a que se refere o § 1º do art. 649, interpostos para as próprias Juntas de Conciliação e Julgamento, foram suprimidos do Processo do Trabalho pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.

Agora, juízo singular ou monocrático, os órgãos de 1º grau da Justiça do Trabalho funcionam, necessariamente, com seu *juiz titular*, contando, em determinadas Varas, com o respectivo juiz auxiliar, designado entre os juízes substitutos.

Cada Vara, portanto, conta com o respectivo *juiz titular*, dispondo, ainda, de uma *Secretaria*, que corresponde ao Cartório das Varas da Justiça Estadual, secretarias estas dirigidas por seu respectivo *diretor*, cujas funções são declinadas nos arts. 711 e 712 da CLT.

Conta, ainda, a Vara do Trabalho, além dos servidores de praxe, com os *oficiais de Justiça*, a quem incumbe a realização dos atos decorrentes da execução dos julgados, funcionando, concomitantemente, como *avaliadores* – art. 721 da CLT.

Em conformidade com o art. 112 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 45, de 8-12-2004:

"A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho".

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 222 do Supremo Tribunal Federal.** O princípio da identidade física do juiz não é aplicável às Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho.

Seção II
Da jurisdição e competência das Juntas (Varas do Trabalho)

Art. 650. A jurisdição de cada Junta de Conciliação e Julgamento abrange todo o território da Comarca em que tem sede, só podendo ser estendida ou restringida por lei federal. (Redação dada pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

Parágrafo único. As leis locais de Organização Judiciária não influirão sobre a competência de Juntas de Conciliação e Julgamento já criadas, até que lei federal assim determine. (Parágrafo incluído pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

Art. 651. A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.

§ 1º Quando for parte no dissídio agente ou viajante comercial, a competência será da Junta da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado e, na falta, será competente a Junta da localização em que o empregado tenha domicílio ou a localidade

mais próxima. (Redação dada pela Lei n. 9.851, de 27-10-1999.)

§ 2º A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento, estabelecida neste artigo, estende-se aos dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, desde que o empregado seja brasileiro e não haja convenção internacional dispondo em contrário.

§ 3º Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços.

Art. 652. Compete às Juntas de Conciliação e Julgamento:

a) conciliar e julgar:

I – os dissídios em que se pretenda o reconhecimento da estabilidade de empregado;

II – os dissídios concernentes a remuneração, férias e indenizações por motivo de rescisão do contrato individual de trabalho;

III – os dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice;

IV – os demais dissídios concernentes ao contrato individual de trabalho;

V – as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão de obra – OGMO decorrentes da relação de trabalho; (Inciso acrescido pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)

b) processar e julgar os inquéritos para apuração de falta grave;

c) julgar os embargos opostos às suas próprias decisões;

d) impor multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 6.353, de 20-3-1944.)

e) (Alínea suprimida pelo Dec.-lei n. 6.353, de 20-3-1944.)

Parágrafo único. Terão preferência para julgamento os dissídios sobre pagamento de salário e aqueles que derivarem da falência do empregador, podendo o Presidente da Junta, a pedido do interessado, constituir processo em separado, sempre que a reclamação também versar sobre outros assuntos.

Art. 653. Compete, ainda, às Juntas de Conciliação e Julgamento:

a) requisitar às autoridades competentes a realização das diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação, representando contra aquelas que não atenderem a tais requisições;

b) realizar as diligências e praticar os atos processuais ordenados pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou pelo Tribunal Superior do Trabalho; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 6.353, de 20-3-1944.)

c) julgar as suspeições arguidas contra os seus membros;

d) julgar as exceções de incompetência que lhes forem opostas;

e) expedir precatórias e cumprir as que lhes forem deprecadas;

f) exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, quaisquer outras atribuições que decorram da sua jurisdição.

Seção III
Dos presidentes das Juntas[313]

Art. 654. O ingresso na magistratura do trabalho far-se-á para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto. As nomeações subsequentes por promoção, alternadamente, por antiguidade e merecimento. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 1º Nas 7ª e 8ª Regiões da Justiça do Trabalho, nas localidades fora das respectivas sedes, haverá suplentes de juiz do trabalho

313. Cada Vara do Trabalho passou a possuir um Juiz Titular, nos termos da EC n. 24/99.

princípio mantido pelas Cartas Magnas subsequentes, a de 1946 e a de 1967, esta última acrescentando a "assistência sanitária, hospitalar e médica preventiva".

A CLT, por sua vez, dedica todo o Capítulo V do Título II à segurança e medicina do trabalho.

Adicional para atividades penosas, insalubres ou perigosas

"XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei."

► *Comentários*

A Constituição Federal de 1988 foi a primeira a dispor sobre o adicional em questão.

A CLT, nos arts. 192 e 193, já dispunha sobre o exercício do trabalho em condições de insalubridade e periculosidade, fixando, inclusive, os respectivos adicionais.

Inova, contudo, a atual Constituição, com a criação do denominado *adicional de penosidade*. O que se deve entender por atividade penosa?

Se houve recepção da legislação ordinária pela atual Constituição, quanto à insalubridade e periculosidade, a atividade penosa deve ser, necessariamente, definida por legislação ordinária.

Daí observar Amauri Mascaro Nascimento que:

"A Constituição criou o adicional por trabalho em atividades consideradas penosas, o que exigirá uma regulamentação da lei ordinária, com a elaboração de um quadro enumerando-as, a exemplo do que ocorre com o adicional de insalubridade, de modo que o preceito constitucional só pode ser aplicável nos termos da lei que tipificar essas atividades e fixar o valor e as condições de pagamento do adicional"[29].

A remuneração paga ao adicional de insalubridade, em conformidade com a Súmula 228 do TST, cuja eficácia está suspensa por decisão do STF, é com base no *salário básico*:

"Adicional de insalubridade. Base de cálculo. Nova redação – Res. 148/2008, *DJ*, 4 e 7-7-2008 – Republicada, *DJ*, 8, 9 e 10-7-2008. A partir de 9 de maio de 2008, data da publicação da Súmula Vinculante 4 do Supremo Tribunal Federal, o adicional de insalubridade será calculado sobre o salário básico, salvo critério mais vantajoso fixado em instrumento coletivo".

"Histórico: Nova redação – Res. 121/2003, *DJ*, 19, 20 e 21-11-2003 – n. 228 Adicional de insalubridade. Base de cálculo. O percentual do adicional de insalubridade incide sobre o salário mínimo de que cogita o art. 76 da CLT, salvo as hipóteses previstas na Súmula 17. Redação original – Res. 14/1985, *DJ*, 19-9-1985 e 24, 25 e 26-9-1985 – n. 228 Adicional de insalubridade. Base de cálculo. O percentual do adicional de insalubridade incide sobre o salário mínimo de que cogita o art. 76 da Consolidação das Leis do Trabalho."

A legislação infraconstitucional reserva especial atenção às pessoas portadoras de deficiência, visando sua plena integração na vida social, vedando expressamente toda forma de discriminação – Lei n. 7.853/89; Decreto n. 3.298/99; Decreto n. 5.296/2004; tendo o Brasil mediante o Decreto n. 3.956, de 8 de outubro de 2001, promulgado a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra tais pessoas.

29. *O Direito do Trabalho na Constituição de 1988*, p. 136.

presidente de Junta, sem direito a acesso, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, bacharéis em direito, de reconhecida idoneidade moral, especializados em direito do trabalho, pelo período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos. (Prejudicado pela Lei n. 7.221, de 2-10-1984.)

§ 2º Os suplentes de juiz do trabalho receberão, quando em exercício, vencimentos iguais aos dos juízes que substituírem. (Prejudicado pela Lei n. 7.221, de 2-10-1984.)

§ 3º Os Juízes Substitutos serão nomeados após aprovação em concurso público de provas e títulos realizado perante o Tribunal Regional do Trabalho da Região, válido por 2 (dois) anos e prorrogável, a critério do mesmo órgão, por igual período, uma só vez, e organizado de acordo com as instruções expedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.087, de 16-7-1974.)

§ 4º Os candidatos inscritos só serão admitidos ao concurso após apreciação prévia, pelo Tribunal Regional do Trabalho da respectiva Região, dos seguintes requisitos: (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

a) idade maior de 25 (vinte e cinco) anos e menor de 45 (quarenta e cinco) anos; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

b) idoneidade para o exercício das funções. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 5º O preenchimento dos cargos de Presidente de Junta, vagos ou criados por lei, será feito dentro de cada Região: (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967).

a) pela remoção de outro Presidente, prevalecendo a antiguidade no cargo, caso haja mais de um pedido, desde que a remoção tenha sido requerida, dentro de 15 (quinze) dias, contados da abertura da vaga, ao Presidente do Tribunal Regional, a quem caberá expedir o respectivo ato; (Redação dada pela Lei n. 6.090, de 16-7-1974.)

b) pela promoção de substituto, cuja aceitação será facultativa, obedecido o critério alternado de antiguidade e merecimento. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 6º Os Juízes do Trabalho, Presidentes de Junta, Juízes Substitutos e suplentes de Juiz tomarão posse perante o Presidente do Tribunal da respectiva Região. Nos Estados que não forem sede de Tribunal Regional do Trabalho, a posse dar-se-á perante o Presidente do Tribunal de Justiça, que remeterá o termo ao Presidente do Tribunal Regional da jurisdição do empossado. Nos Territórios, a posse dar-se-á perante o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da respectiva Região. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 655. (Revogado pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 656. O Juiz do Trabalho Substituto, sempre que não estiver substituindo o Juiz-Presidente de Junta, poderá ser designado para atuar nas Juntas de Conciliação e Julgamento. (*Caput* e parágrafos com redação dada pela Lei n. 8.432, de 11-6-1992.)

§ 1º Para o fim mencionado no *caput* deste artigo, o território da Região poderá ser dividido em zonas, compreendendo a jurisdição de uma ou mais Juntas, a juízo do Tribunal Regional do Trabalho respectivo.

§ 2º A designação referida no *caput* deste artigo será de atribuição do Juiz-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho ou, não havendo disposição regimental específica, de quem este indicar.

§ 3º Os Juízes do Trabalho Substitutos, quando designados ou estiverem substituindo os Juízes Presidentes de Juntas, perceberão os vencimentos destes.

§ 4º O Juiz-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho ou, não havendo disposição regimental específica, que este indicar, fará a lotação e a movimentação dos Juízes

Substitutos entre as diferentes zonas da Região na hipótese de terem sido criadas na forma do § 1º deste artigo.

Art. 657. Os Presidentes de Junta e os Presidentes Substitutos perceberão a remuneração ou os vencimentos fixados em lei. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Art. 658. São deveres precípuos dos Presidentes das Juntas, além dos que decorram do exercício de sua função: (*Caput* e alíneas com redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

a) manter perfeita conduta pública e privada;

b) abster-se de atender a solicitações ou recomendações relativamente aos feitos que hajam sido ou tenham de ser submetidos à sua apreciação;

c) residir dentro dos limites de sua jurisdição, não podendo ausentar-se sem licença do Presidente do Tribunal Regional;

d) despachar e praticar todos os atos decorrentes de suas funções, dentro dos prazos estabelecidos, sujeitando-se ao desconto correspondente a 1 (um) dia de vencimento para cada dia de retardamento.

Art. 659. Competem privativamente aos Presidentes das Juntas, além das que lhes forem conferidas neste Título e das decorrentes de seu cargo, as seguintes atribuições:

I – presidir às audiências das Juntas;

II – executar as suas próprias decisões, as proferidas pela Junta e aquelas cuja execução lhes for deprecada;

III – dar posse aos Juízes classistas nomeados para a Junta, ao chefe de Secretaria e aos demais funcionários da Secretaria;

IV – convocar os suplentes dos Juízes classistas, no impedimento destes;

V – representar ao Presidente do Tribunal Regional da respectiva jurisdição, no caso de falta de qualquer Juiz classista a 3 (três) reuniões consecutivas, sem motivo justificado, para os fins do art. 727;

VI – despachar os recursos interpostos pelas partes, fundamentando a decisão recorrida antes da remessa ao Tribunal Regional, ou submetendo-os à decisão da Junta, no caso do art. 894;

VII – assinar as folhas de pagamento dos membros e funcionários da Junta;

VIII – apresentar ao Presidente do Tribunal Regional, até 15 de fevereiro de cada ano, o relatório dos trabalhos do ano anterior;

IX – conceder medida liminar, até decisão final do processo, em reclamações trabalhistas que visem a tornar sem efeito transferência disciplinada pelos parágrafos do art. 469 desta Consolidação; (Inciso incluído pela Lei n. 6.203, de 17-4-1975.)

X – conceder medida liminar, até decisão final do processo, em reclamações trabalhistas que visem reintegrar no emprego dirigente sindical afastado, suspenso ou dispensado pelo empregador. (Inciso incluído pela Lei n. 9.270, de 17-4-1996.)

Seção IV
Dos Juízes classistas das Juntas[314]

Art. 660. Os Juízes classistas das Juntas são designados pelo Presidente do Tribunal Regional da respectiva jurisdição.

Art. 661. Para o exercício da função de Juiz classista da Junta ou suplente deste são exigidos os seguintes requisitos:

a) ser brasileiro; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

b) ter reconhecida idoneidade moral;

c) ser maior de 25 (vinte e cinco) anos e ter menos de 70 (setenta) anos; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

314. A Emenda Constitucional n. 24/99 extinguiu a representação classista na Justiça do Trabalho, estando, pois, revogados os arts. 660 a 667.

d) estar no gozo dos direitos civis e políticos;

e) estar quite com o serviço militar;

f) contar mais de 2 (dois) anos de efetivo exercício na profissão e ser sindicalizado.

Parágrafo único. A prova da qualidade profissional a que se refere a alínea *f* deste artigo é feita mediante declaração do respectivo Sindicato.

Art. 662. A escolha dos Juízes classistas das Juntas e seus suplentes far-se-á dentre os nomes constantes das listas que, para esse efeito, forem encaminhadas pelas associações sindicais de primeiro grau ao Presidente do Tribunal Regional.

§ 1º Para esse fim, cada Sindicato de empregadores e de empregados, com base territorial extensiva à área de jurisdição da Junta, no todo ou em parte, procederá, na ocasião determinada pelo Presidente do Tribunal Regional, à escolha de 3 (três) nomes que comporão a lista, aplicando-se à eleição o disposto no art. 524 e seus §§ 1º a 3º. (Redação dada pela Lei n. 5.657, de 4-6-1971.)

§ 2º Recebidas as listas pelo Presidente do Tribunal Regional, designará este, dentro de 5 (cinco) dias, os nomes dos Juízes classistas e dos respectivos suplentes, expedindo para cada um deles um título, mediante a apresentação do qual será empossado.

§ 3º Dentro de 15 (quinze) dias, contados da data da posse, pode ser contestada a investidura do Juiz classista ou do suplente, por qualquer interessado, sem efeito suspensivo, por meio de representação escrita, dirigida ao Presidente do Tribunal Regional.

§ 4º Recebida a contestação, o Presidente do Tribunal designará imediatamente relator, o qual, se houver necessidade de ouvir testemunhas ou de proceder a quaisquer diligências, providenciará para que tudo se realize com a maior brevidade, submetendo, por fim, a contestação ao parecer do Tribunal, na primeira sessão. (Redação dada pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

§ 5º Se o Tribunal julgar procedente a contestação, o Presidente providenciará a designação de novo Juiz classista ou suplente. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 6º Em falta de indicação pelos Sindicatos, de nomes para representantes das respectivas categorias profissionais e econômicas nas Juntas de Conciliação e Julgamento, ou nas localidades onde não existirem Sindicatos, serão esses representantes livremente designados pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, observados os requisitos exigidos para o exercício da função. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 663. A investidura dos Juízes classistas das Juntas e seus suplentes é de 3 (três) anos, podendo, entretanto, ser dispensado, a pedido, aquele que tiver servido, sem interrupção, durante metade desse período. (Redação dada pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

§ 1º Na hipótese da dispensa do Juiz classista a que alude este artigo, assim como nos casos de impedimento, morte ou renúncia, sua substituição far-se-á pelo suplente, mediante convocação do Presidente da Junta. (Redação dada pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

§ 2º Na falta do suplente, por impedimento, morte ou renúncia serão designados novo Juiz classista e o respectivo suplente, dentre os nomes constantes das listas a que se refere o art. 662, servindo os designados até o fim do período.

Art. 664. Os Juízes classistas das Juntas e seus suplentes tomam posse perante o Presidente da Junta em que têm de funcionar.

Art. 665. Enquanto durar sua investidura, gozam os Juízes classistas das Juntas e seus suplentes das prerrogativas asseguradas aos jurados.

Art. 666. Por audiência a que comparecerem, até o máximo de 20 (vinte) por mês, os Juízes classistas das Juntas e seus suplentes perceberão a gratificação fixada em lei. (Redação dada pela Lei n. 4.439, de 27-10-1964.)

Art. 667. São prerrogativas dos Juízes classistas das Juntas, além das referidas no art. 665:

a) tomar parte nas reuniões do Tribunal a que pertençam;

b) aconselhar às partes a conciliação;

c) votar no julgamento dos feitos e nas matérias de ordem interna do Tribunal, submetidas às suas deliberações;

d) pedir vista dos processos pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

e) formular, por intermédio do Presidente, aos litigantes, testemunhas e peritos, as perguntas que quiserem fazer, para esclarecimento do caso.

Capítulo III
Dos Juízos de Direito

Art. 668. Nas localidades não compreendidas na jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento, os Juízos de Direito são os órgãos de administração da Justiça do Trabalho, com a jurisdição que lhes for determinada pela lei de organização judiciária local.

Art. 669. A competência dos Juízos de Direito, quando investidos na administração da Justiça do Trabalho, é a mesma das Juntas de Conciliação e Julgamento, na forma da Seção II do Capítulo II.

§ 1º Nas localidades onde houver mais de um Juízo de Direito a competência é determinada, entre os Juízes do Cível, por distribuição ou pela divisão judiciária local, na conformidade da lei de organização respectiva.

§ 2º Quando o critério de competência da lei de organização judiciária for diverso do previsto no parágrafo anterior, será competente o Juiz do Cível mais antigo.

► *Comentários*

1. *Jurisdição*

Dá-se o nome de jurisdição (*jus* = direito e *dicere* = declarar) à faculdade atribuída a um juiz de declarar o direito. Vicente Greco Filho a define como "o poder, função e atividade de aplicar o direito a um fato concreto, pelos órgãos públicos destinados a tal, obtendo-se a justa composição da lide"[315].

Jurisdição é, portanto, o poder de declarar o direito, atribuído ao juiz. Na expressão "sintética" de José Augusto Rodrigues Pinto, "é o poder de julgar"[316].

A Lei federal n. 10.770, de 21-11-2003, publicada no *DOU* de 24-11-2003, no seu art. 28, faculta aos respectivos Tribunais Regionais do Trabalho, no âmbito da sua Região, alterar e estabelecer a jurisdição das Varas do Trabalho, bem como transferir-lhes a sede de um Município para outro, de acordo com a necessidade e agilização da prestação jurisdicional trabalhista.

2. *Competência territorial das Varas do Trabalho*

Se a jurisdição é o "poder de julgar", competência é o limite da jurisdição. É, portanto, uma limitação da própria jurisdição, podendo referir-se às pessoas (*ratione personae*) ou ao local (*ratione loci*).

315. *Direito Processual Civil Brasileiro*, cit., v. 1, p. 173.
316. *Processo Trabalhista de Conhecimento*, São Paulo, LTr, p. 109.

3. *Competência em razão das pessoas*

Determina-se a competência em razão das pessoas considerando-se a qualidade do autor ou do réu.

Russomano, doutrinando a respeito do tema, assim ensina:

"A competência de um tribunal pode ser fixada debaixo de três critérios: *ratione materiae*, isto é, em função da natureza do vínculo jurídico que é objeto do dissídio; *ratione personae*, isto é, em função das pessoas que formam esse vínculo jurídico; *ratione loci*, isto é, em função do lugar onde os fatos se desenrolam"[317].

4. *Competência funcional*

Não se pode olvidar a competência funcional pela qual se especificam os órgãos que devem atuar em determinado processo[318].

José Augusto Rodrigues Pinto, com a didática de consagrado mestre, lembra que por competência funcional se entende "a competência que deflui da hierarquia dos órgãos judiciários. É a competência em razão dos graus de jurisdição ou das instâncias a que cabe conhecer da matéria (instâncias de conhecimento)"[319].

5. *Competência territorial (ratione loci) das Varas do Trabalho*

A competência territorial pode ser definida como aquela fixada para delimitar territorialmente a jurisdição. Como já vimos, as questões oriundas dos contratos de trabalho devem ser dirimidas perante a Justiça do Trabalho. Esta, porém, por seus órgãos de 1º grau – as Varas do Trabalho –, encontra-se sediada nas mais diversas comarcas do País, impondo ao interessado uma indagação: em que Vara do Trabalho deve ser proposta a ação?

A legislação processual civil, como se sabe, fixa-se no *domicílio do réu* como um dos critérios determinantes da competência *ratione loci* (CPC, art. 94).

Observa Moacyr Amaral Santos:

"A justificação do princípio é simples. Compreende-se tenha o autor a faculdade de propor a ação quando bem entender. Mas seria conceder-se-lhe regalia demasiadamente exagerada permitir propô-la onde bem entender, pois isso redundaria em grande sacrifício do réu, ao qual devem ser asseguradas condições de defender-se sem maiores incômodos. O foro do domicílio, portanto, constitui um benefício do réu, a quem se resguarda dos caprichos do autor e dos incômodos das despesas além das que necessariamente deverá suportar por motivo de processo"[320].

Esse mesmo propósito orientou o legislador, ao estabelecer a competência territorial, fixando o foro (circunscrição jurisdicional do órgão do Poder Judiciário) onde deve ser proposta a ação trabalhista.

Com efeito, o direito do trabalho é, como já se observou, flagrantemente protecionista, visando assegurar ao trabalhador as condições indispensáveis à satisfação de suas necessidades básicas.

Por isso que, ao fixar o foro onde deve ser proposta a ação trabalhista, decidiu o legislador pelo *local da prestação de serviços*.

---

317. *Comentários à CLT*, cit., v. 2, p. 745.

318. Frederico Marques, *Manual de Direito Processual Civil*, São Paulo, Saraiva, v. 1, p. 199.

319. *Processo Trabalhista de Conhecimento*, cit., p. 116.

320. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, cit., v. 1, p. 192.

Local da prestação de serviços

Dispõe o art. 651 da CLT:

"A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento[321] é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro".

Assim sendo, seja o empregado autor ou réu, deve a ação trabalhista ser proposta no foro ou no local da prestação de serviços, muito embora tenha o serviço sido contratado ou ajustado em outro local ou no estrangeiro.

Com propriedade, Amauri Mascaro Nascimento adverte contra equívocos que possam surgir da leitura do dispositivo legal transcrito, afirmando:

"Não se confunda o princípio para concluir, erradamente, que tanto poderá ser movido o processo no local de trabalho ou no local da prestação de serviços. Não é isso que está no texto. A regra é uma só: a localidade onde o empregado trabalhou ou trabalha. Não a localidade onde o serviço foi ajustado. Assim, se o empregado é recrutado em São Paulo para trabalhar em Manaus, a ação deve ser movida em Manaus. Se mover a ação em São Paulo, haverá incompetência. Geralmente, coincidem o local da prestação de serviços com o do estabelecimento. Porém, pode não haver a coincidência; prevalecerá, em princípio, a mesma regra. Não é o local onde a empresa está estabelecida, mas o local em que o serviço desenvolveu-se que determinará a competência"[322].

O foro optativo: local da prestação de serviços ou da contratação

Essa regra, contudo, comporta exceção, em se tratando de empregador que desenvolva atividades em locais diversos, com a contratação do empregado num local para prestação de serviços noutro:

"§ 3º Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços" (CLT, art. 651).

À guisa de exemplo, imaginemos um empregado de uma empresa de ônibus (que faça o itinerário São Paulo-Campinas) que tenha sido contratado em Campinas e, logo em seguida, transferido para São Paulo. Na eventualidade de promover ação trabalhista, poderá esse empregado optar pelo foro de Campinas ou de São Paulo. Qualquer dos locais mencionados que seja escolhido terá competência *ratione loci* para processar e julgar o feito.

Em idêntica situação ficam os trabalhadores daquelas empresas que, em razão de suas atividades, deslocam-se de um lugar para outro, como, por exemplo, os espetáculos circenses, teatros, etc.

6. *Empregados que trabalham no exterior*

No processo do trabalho o foro-padrão é o do local da prestação de serviços (art. 651 da CLT).

Contudo, não raras vezes, mas, ao revés, a cada dia com mais frequência, empresas sediadas no Brasil deslocam trabalhadores para agências ou filiais situadas no exterior.

321. Varas do Trabalho.

322. *Curso de Direito Processual do Trabalho*, cit., p. 81.

Na ocorrência desse fato, os direitos são regidos pela legislação do país em que os serviços são prestados.

Todavia, conquanto sujeito à legislação social do país para o qual foi deslocado, pode o empregado postular seus direitos trabalhistas perante as Varas da Justiça do Trabalho, em face do que dispõe o art. 651, § 2º, da CLT: "A competência das Varas do Trabalho, estabelecida neste artigo, estende-se aos dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, desde que o empregado seja brasileiro e não haja convenção internacional dispondo em contrário".

A exigência de ser brasileiro, a nosso ver, não subsiste, estendendo-se tal direito também aos empregados estrangeiros domiciliados no Brasil, *ex vi* do disposto no art. 317 do Código de Bustamante, a que o País aderiu:

"A competência *ratione materiae* e *ratione personae*, na ordem das relações internacionais, não se deve basear, por parte dos Estados contratantes, na condição de nacionais ou estrangeiros das pessoas interessadas, em prejuízo destas".

De outro lado, é fundamental que, na hipótese em exame, a empresa esteja sediada no Brasil ou que aqui possua agências ou filiais.

É evidente que o trabalhador contratado para prestar serviços no exterior tanto pode optar pela jurisdição das Varas da Justiça do Trabalho como postular na própria Justiça do país em que se encontre.

7. *Empregados em embaixadas ou consulados estrangeiros*

Questão anteriormente objeto de acirrada controvérsia, hoje não oferece, todavia, qualquer dúvida. Os empregados celetistas que prestam serviços a embaixadas ou consulados estrangeiros estão sob a égide da competência da Justiça do Trabalho, a teor do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal:

"Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: I – as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;"

Estabelece-se, assim, a denominada competência internacional da Justiça Especializada. Por entes de direito público externo entendem-se "os Estados estrangeiros, suas missões diplomáticas, suas agências consulares, as missões especiais, as coletividades não estatais e os organismos internacionais e suas agências".

Ressalte-se que a competência em apreço estende-se unicamente àqueles servidores contratados no Estado onde se situem os entes públicos externos, ou seja, o chamado "Estado acreditado", tais como copeiros, cozinheiros, jardineiros, motoristas, etc., e que não se confundem com os agentes diplomáticos.

É de observar que vasta e respeitável corrente sustenta a manifesta distinção entre os *atos de império* e os *atos de gestão* dos entes públicos externos – embaixadas e consulados.

Os primeiros, isto é, os atos de império, cercam-se de *imunidade absoluta*, são atos de soberania. Os atos de gestão, ao revés, são aqueles relacionados com a administração interna, atos rotineiros e sem qualquer relação com os negócios públicos. Carlos Roberto Husek, conquanto faça restrição ao caráter científico da distinção, entende que o contrato

de trabalho "é ato de simples gestão"[323], o que justifica a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar os litígios entre empregados e embaixadas e consulados estrangeiros, como, aliás, decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

"Constitucional – Imunidade de Jurisdição – Reclamação trabalhista. Estado estrangeiro. Sofrendo o princípio da imunidade absoluta de jurisdição certos temperamentos em face da evolução do direito consuetudinário internacional, não é ele aplicável a determinados litígios decorrentes de relações rotineiras entre o Estado estrangeiro e os súditos do país em que o mesmo atua, de que é exemplo a reclamação trabalhista" (Ac. 2-DF Reg. n. 898.751-7, Rel. Min. Barros Monteiro, 4ª T., v. u., *DJU*, 3-9-1990, *EJSTJ*, 4:95, ementa n. 226).

Mas, se a competência da Justiça do Trabalho, em casos tais, é atualmente incontroversa, o problema relacionado à execução permanece sujeito à renúncia à imunidade jurisdicional de tais órgãos, já que inexiste contra estes execução forçada.

Como acentua Carlos Roberto Husek, "renunciando à sua imunidade o Estado poderá oferecer bens à penhora. Caso a renúncia exista, a sentença deve ser encaminhada, por via rogatória, ao Estado do agente diplomático para que lá possa ser eventualmente cumprida".

8. *O foro dos viajantes e agentes*

Para o empregado viajante ou agente, há regra especial quanto à competência de foro, *ex vi* do disposto no § 1º do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho:

"Quando for parte no dissídio agente ou viajante comercial, a competência será da Vara da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado e, na falta, será competente a Vara da localização em que o empregado tenha domicílio ou a localidade mais próxima".

O dispositivo legal nominado, com a redação dada pela Lei n. 9.851, de 27-10-1999, fixa a competência da Vara do Trabalho da localidade em que o empregador tenha agência ou filial, desde que o agente ou viajante a elas esteja subordinado. Caso contrário, competente será a Vara do Trabalho sediada no *domicílio do empregado*, ou, não havendo ali a Justiça do Trabalho, na localidade mais próxima.

9. *A inexistência do foro de eleição no Processo do Trabalho*

O Código Civil brasileiro, em seu art. 78, admite que as partes, nos contratos escritos, especifiquem o domicílio onde se exercitam e cumpram os direitos e obrigações deles decorrentes. É o chamado *forum domicilii* ou *fórum contratual*, que já era encontrado no direito romano, e que entre nós é denominado foro contratual ou de eleição.

O mesmo princípio é estatuído pelo Código de Processo Civil, que, em seu art. 111, dispõe:

"A competência em razão da matéria e da hierarquia é inderrogável por convenção das partes; mas estas podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de direito e obrigações".

Vale dizer que o foro de eleição só é admissível nas questões patrimoniais, ou

323. *Caderno Jurídico*, Amatra, São Paulo, set. 1998.

seja, nas causas decorrentes de direitos e obrigações.

O foro contratual ou de eleição obriga não só as partes como, também, seus herdeiros ou sucessores.

No direito do trabalho e no direito processual do trabalho não há lugar para o *forum contractus* ou foro de eleição, prevalecendo as disposições contidas no art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho, que podem, por isso mesmo, ser consideradas de ordem pública, imperativas e impostergáveis.

10. *Dos juízes das Varas do Trabalho*

Como já se observou, com a extinção do juiz classista, as Juntas de Conciliação e Julgamento foram transformadas em *Varas do Trabalho*, passando a funcionar com um único juiz, o *juiz togado do trabalho*, deixando de existir, por via de consequência, o "juiz presidente", que pressupunha a existência de órgão colegiado.

Cada Vara possui um *juiz titular*, que, eventualmente, poderá contar com um *juiz auxiliar*, recrutado dentre os juízes substitutos do trabalho (1º grau, na carreira do magistrado trabalhista).

O juiz do trabalho, juiz togado e de carreira, é, necessariamente, bacharel em Direito, recrutado para a magistratura por meio de concursos de títulos e provas.

Uma vez aprovado, é nomeado juiz do trabalho substituto.

Durante o período em que permanece como juiz substituto, ora auxilia o juiz titular, ora o substitui nas férias e eventuais impedimentos.

Sua promoção a titular dá-se pelo critério de antiguidade ou merecimento.

Não se aplicando ao processo do trabalho o princípio do *juiz certo* – "o juiz, titular ou substituto, que concluir a audiência julgará a lide..." (CPC, art. 132) –, não sofre o juiz substituto qualquer restrição no exercício de suas funções, podendo, inclusive, julgar os feitos anteriormente instruídos pelo juiz titular.

O juiz do trabalho substituto é promovido a juiz titular por antiguidade ou merecimento:

> "Art. 654. O ingresso na magistratura do trabalho far-se-á para o cargo de juiz do trabalho substituto. As nomeações subsequentes por promoção, alternadamente, por antiguidade e merecimento" (CLT).

Para ingressar na magistratura trabalhista o candidato deve ser maior de 25 anos e ter menos de 70 anos, devendo, ainda, possuir a necessária idoneidade para o exercício das funções.

Uma vez promovido para juiz titular, tem o magistrado o dever de:

I – manter perfeita conduta pública e privada;

II – abster-se de atender a solicitações ou recomendações relativamente aos feitos que hajam ou tenham de ser submetidos a sua apreciação;

III – residir dentro dos limites de sua jurisdição, não podendo ausentar-se sem licença do presidente do respectivo Tribunal Regional do Trabalho;

IV – despachar e praticar todos os atos decorrentes de suas funções, dentro dos prazos estabelecidos.

É da sua competência exclusiva:

1º) presidir as audiências;

2º) executar suas próprias decisões e aquelas cuja execução lhe for deprecada;

3º) despachar os recursos interpostos pelas partes;

4º) conceder liminar, até decisão final do processo, em reclamações trabalhistas

que visem a tornar sem efeito transferência disciplinada pelos parágrafos do art. 469 da Consolidação das Leis do Trabalho;

5º) conceder medida liminar até decisão final do processo, em reclamações que visem reintegrar no emprego dirigente sindical afastado, suspenso ou dispensado pelo empregador.

Com a extinção da representação classista e a instituição do juízo singular ou unipessoal, caem por terra aquelas decisões anteriormente reservadas ao órgão colegiado, o que, sem dúvida, amplia sobremaneira a atuação do magistrado do trabalho.

11. *Dos juízes classistas das Juntas*

A Emenda Constitucional n. 24, de 9-12-1999, pôs fim à representação classista na Justiça do Trabalho, em seus três órgãos: Varas do Trabalho, Tribunais Regionais e Tribunal Superior do Trabalho.

Em consequência, estão revogados os arts. 660 a 667 da CLT.

12. *O juiz de direito nas comarcas não abrangidas por jurisdição da Justiça do Trabalho*

Declara o art. 668 da CLT que nas localidades não compreendidas na jurisdição das Varas do Trabalho os juízes de direito são os órgãos da administração da Justiça do Trabalho. A disposição, pois, deixa claro que, nas comarcas onde não haja Varas do Trabalho, desde que sobre elas não se estenda jurisdição de Vara próxima, o juiz de direito local tem competência trabalhista.

Esclareça-se, contudo, que, conquanto investido de jurisdição trabalhista, na hipótese acima transcrita, o juiz de direito não é um órgão da Justiça do Trabalho, mas da Justiça Estadual, como todos sabemos.

Contudo, uma vez investido de tal jurisdição, sua competência é a mesma dos juízes do trabalho, sem qualquer restrição, e os recursos porventura interpostos de suas decisões trabalhistas são endereçados ao respectivo Tribunal Regional do Trabalho e não ao Tribunal de Justiça.

A competência do juiz de direito em matéria trabalhista se explica porque, como já verificamos, as Varas do Trabalho estão, normalmente, sediadas em comarcas de grande movimento fabril, exigindo-se, para sua instalação, um mínimo de 24 mil empregados ou o ajuizamento, de média igual ou superior, no último triênio, de, pelo menos, 240 reclamações anuais.

Assim, as comarcas que não preencham tais exigências não contam com órgãos da Justiça do Trabalho, e, se sobre elas não se estende jurisdição de Vara Trabalhista próxima, a competência trabalhista é entregue ao juiz de direito.

Nesse sentido o art. 112 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 45, de 8-12-2004:

> "A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho".

13. *Justiça Itinerante*

Com o manifesto objetivo de facilitar o acesso dos mais humildes ao Judiciário, sobretudo nas regiões com dificuldades sérias de transporte (há regiões no Brasil que só podem ser alcançadas com a utilização de embarcações fluviais), a Emenda Constitucional n. 45/2004 instituiu a chamada *Justiça Itinerante*, prática, aliás, que já vinha sendo adotada em regiões do Norte do País.

Aposentadoria

"XXIV – aposentadoria."

► *Comentários*

A Constituição de 1937, no seu art. 137, *l*, assegurava ao trabalhador "a instituição de seguros de velhice, invalidez, de vida e para os casos de acidentes do trabalho".

A Constituição de 1946 manteve o benefício, dispondo o art. 157, XVI – "previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte".

A Carta Magna de 1967 (com a EC n. 1/69), no art. 165, XVI, assegurava aos trabalhadores "previdência social nos casos de doença, velhice e morte...", instituindo, no inciso XIX, "aposentadoria para a mulher, aos trinta anos de trabalho, com salário integral".

A atual Constituição, no art. 7º, XXIV, fala, tão somente, em "aposentadoria", deixando sua disciplinação para a legislação infraconstitucional: Lei n. 8.213/91 (Planos de Benefícios da Previdência Social); Lei n. 9.477/97 (FAPI – Fundo de Aposentadoria Programada Individual e Plano de Incentivo à Aposentadoria Programada Individual).

Creches e pré-escolas

"XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas."

► *Comentários*

A assistência em apreço já era, como é, objeto de legislação ordinária, *ex vi* do disposto no art. 389, §§ 1º e 2º, da CLT:

"Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação".

"A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA, ou de entidades sindicais."

Observe-se que o art. 208, IV, da Constituição Federal dispõe ser dever do Estado a garantia de:

"... educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade".

Com a imposição da obrigação ao Poder Público, o ônus da manutenção de creches passa a ser do Estado e não do empregador, muito embora possa este último optar por creche própria (TRT/SP, Proc. 02930080846, Ac. 02940355910, 5ª T., Rel. Francisco Antonio de Oliveira).

Convenções e acordos coletivos

"XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho."

► *Comentários*

A Constituição Federal elevou à categoria de disposição constitucional o que já era consagrado pela legislação ordinária, a teor do que dispõem os arts. 611 a 625 da CLT[30].

30. A primeira Constituição brasileira a mencionar o reconhecimento das convenções e acordos coletivos foi a de 1934 (art. 121, *j*).

Trata-se do deslocamento de juízes e seus respectivos auxiliares, com a fixação temporária em determinada localidade, obviamente na jurisdição do respectivo tribunal, para o recebimento de reclamações de trabalhadores (celetistas e autônomos), realização de audiências e julgamento.

Para o exercício de tais atividades a Justiça do Trabalho poderá utilizar-se de equipamentos públicos e comunitários, *ex vi* do § 1º do art. 115 da Constituição Federal:

"Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários".

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 10 do Superior Tribunal de Justiça.** Instalada a junta de conciliação e julgamento, cessa a competência do juiz de direito em matéria trabalhista, inclusive para a execução das sentenças por ele proferidas.

▷ **Súmula 170 do Superior Tribunal de Justiça.** Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo do ajuizamento de nova causa, com o pedido remanescente, no juízo próprio.

▷ **Súmula 180 do Superior Tribunal de Justiça.** Na lide trabalhista, compete ao TRT dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz estadual e junta de conciliação e julgamento.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 232 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. FGTS. Incidência. Empregado transferido para o exterior. Remuneração.** O FGTS incide sobre todas as parcelas de natureza salarial pagas ao empregado em virtude de prestação de serviços no exterior.

▷ **Incompetência da Justiça do Trabalho.** Ainda que a União Federal participe no polo passivo ou como autora na ação mandamental, a competência é desta justiça obreira, pois tanto o inciso I como o inciso VIII do art. 109 da Constituição Federal, ao definirem a competência "ratione personae" da Justiça Federal, excepcionam expressamente a competência da Justiça do Trabalho, além de se dever considerar que a competência para apreciar o "writ", no nosso ordenamento jurídico, é definida pela autoridade coatora. Ademais, o art. 21, inciso VI, da LOMAN outorga privativamente aos Tribunais o julgamento originário dos mandados de segurança impetrados contra seus atos, os dos seus respectivos presidentes e os de suas Câmaras, Turmas ou Seções. (TST, ROMS 404.942/97, j. 6-4-2000, Órgão Especial, Rel. Min. Ronaldo José Lopes Leal, *DJ*, 2-6-2000).

▷ **Competência da Justiça do Trabalho. Indenização por dano moral.** A competência da Justiça do Trabalho para dirimir os dissídios motivados pelo dano moral não se estabelece linearmente, mas, sim, em decorrência da situação jurídica em que se encontra o trabalhador (período pré-contratual, contratual ou na extinção do contrato) e do nexo de causa e efeito da lesão perpetrada com o vínculo de

emprego ou de trabalho. Revista conhecida, mas não provida. (TST, RR 365.617/97, j. 13-6-2001, 4ª T., Rel. Min. Antônio José de Barros Levenhagen, *DJ*, 29-6-2001).

▷ **Complementação de aposentadoria – Incompetência *ratione materiae* da Justiça do Trabalho.** "A extinção do contrato de trabalho não desloca a competência jurisdicional trabalhista, caso contrário, um empregado despedido não poderia propor ação contra seu ex-empregador. O que vale é que o direito subjetivo pleiteado encontre sua fonte na relação de emprego. Assim, tem-se que o empregado aposentado permanece vinculado a seu empregador no que toca às obrigações previstas no contrato para vigorarem após a jubilação, como é o caso da complementação da aposentadoria." (TRT/9ª R., Ac. 3.179, j. 9-2-2001, RO 1.376/2000, Rel. Juiz Arion Mazurkevic, *DJPr*, 9-2-2001)

▷ **Da competência *ex ratione materiae*. Cargo em comissão. Regime jurídico único celetista.** É competente a Justiça do Trabalho para processar e julgar ação que tenha por objeto obrigações de índole laboral, ainda que se refira a cargo em comissão – demissível *ad nutum* da autoridade competente –, sendo imperioso, para tanto, correr a relação de serviço sob a égide das Normas da Consolidação das Leis do Trabalho. Prerrogativa conferida ao Ente Público, mediante art. 39 da CF/88, de instituir o regime jurídico aplicável aos seus servidores. (TRT/15ª R., Ac. 39.289/2001, j. 3-9-2001, RO 27.135/2000, 4ª T., Rel. Renato Buratto, *DOE/SP*, 3-9-2001)

▷ **Competência em razão do lugar. Art. 651 da CLT.** A competência para o processo e julgamento de reclamação trabalhista, em geral, é da localidade em que o empregado presta os serviços, sendo-lhe facultado ajuizar a reclamação trabalhista no foro da celebração do contrato de trabalho ou da prestação dos respectivos serviços (art. 651, *caput* e § 3º, da CLT). Não se pode cogitar de violação do art. 7º, XXXV, da Constituição Federal, quando fixada a competência *ex ratione loci* no local onde o empregado sempre trabalhou e não na cidade situada em diferente Estado para onde se mudou o empregado, após a rescisão contratual. (TST, RR 31261/2002-900-07-00.7, 1ª T., Rel. Juiz Convocado Aloysio Corrêa da Veiga, *DJ*, 5-11-2004)

▷ **Competência territorial. Prestação de serviço fora do local da celebração do contrato de trabalho.** De acordo com o § 3º do art. 651 da CLT, tratando-se de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, tem o empregado a faculdade de apresentar reclamação no foro da prestação de serviços ou no da celebração do contrato de trabalho. Conflito negativo de competência que se julga procedente. (TST, CComp 701.467/2000, j. 12-6-2001, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. Gelson de Azevedo, *DJ*, 10-8-2001)

▷ **Conflito de competência. Justiça do Trabalho. Competência territorial. Bancários. Art. 651, § 3º, da CLT.** 1. Conflito negativo de competência para o julgamento de ação trabalhista proposta por bancário submetido a diversas transferências no decurso do contrato de trabalho. 2. Ao empregado bancário submetido a sucessivas transferências e que, por-

tanto, ora trabalhou aqui, ora acolá, é lícito demandar em desfavor do empregador no local da contratação ou em quaisquer dos locais de prestação dos serviços. Inteligência do art. 651, § 3º, da CLT. 3. Conflito de competência acolhido para declarar a competência da Vara do Trabalho de Juazeiro – BA. (TST, CComp 734.467/2001, j. 3-4-2001, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 4-5-2001)

▷ **Trabalhador brasileiro. Trabalho prestado à embaixada brasileira. Legislação aplicável.** Trabalhador brasileiro domiciliado em país estrangeiro e que passe a prestar serviços à embaixada brasileira, aplica-se a lei do local da prestação dos serviços, porque se trata de contratação e prestação naquele país. Aplicação do princípio contido no artigo 114 da Constituição Federal e no Enunciado 207 do TST. (TRT/2ª R., Ac. 20010500426, j. 14-8-2001, RO 20000/180127, 5ª T., Rel. Pedro Paulo Teixeira Manus, *DOE/SP*, 28-9-2001)

▷ **Competência dos juizados cíveis especiais em matéria trabalhista. Inteligência do artigo 668 da CLT. Hipótese do permissivo constitucional do artigo 112.** A intelecção do art. 668 da CLT conduz à ilação de que, à ausência de junta de conciliação e julgamento em determinada localidade, o desempenho do juízo de direito se dá consoante as normas de organização judiciária local; assim, é permitida a atuação dos juizados cíveis especiais, por força da Lei n. 9.099/95 e da Lei Estadual n. 1.071/90, em dissídios trabalhistas quando se tratarem, conforme definição legal, de causas cíveis (não penais) de menor complexidade, e, neste particular, tais juizados atuam respaldados pelo permissivo contido no art. 112 da Constituição Federal. **Incompetência absoluta. Reconhecimento em sede de recurso ordinário em reclamatória trabalhista. Acordo homologado perante os juizados especiais cíveis. Impossibilidade. Imperatividade da discussão em ação rescisória.** Tendo em vista que o nulo, no sistema processual vigente, também transita em julgado, é vedado ao órgão julgador "ad quem", em sede de recurso ordinário, declarar sem efeito acordo homologado perante o juizado especial cível, por suposta incompetência absoluta em razão da matéria, porquanto oportuno seria, ante o fenômeno da coisa julgada, a eleição do estreito caminho da ação rescisória. (TRT/24ª R., Ac. 1.663, j. 16-7-1997, RO 324/97, Tribunal Pleno, Rel. Geralda Pedroso, *DJ/MS*, 25-8-1997)

Capítulo IV
Dos Tribunais Regionais do Trabalho

Seção I
Da composição e do funcionamento

Art. 670. Os Tribunais Regionais compor-se-ão: 1ª Região, de 54 (cinquenta e quatro) juízes, sendo 36 (trinta e seis) togados, vitalícios, e 18 (dezoito) classistas, temporários; 2ª Região, de 64 (sessenta e quatro) juízes, sendo 42 (quarenta e dois) togados, vitalícios e 22 (vinte e dois) classistas, temporários; 3ª Região, de 36 (trinta e seis) juízes, sendo 24 (vinte e quatro) togados, vitalícios e 12 (doze) classistas,

temporários; 4ª Região, de 36 (trinta e seis) juízes, sendo 24 (vinte e quatro) togados, vitalícios e 12 (doze) classistas, temporários; 5ª Região, de 29 (vinte e nove) juízes, sendo 19 (dezenove) togados, vitalícios e 10 (dez) classistas, temporários; 6ª Região, de 18 (dezoito) juízes, sendo 12 (doze) togados, vitalícios, e 6 (seis) classistas, temporários; 7ª Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 8ª Região, de 23 (vinte e três) juízes, sendo 15 (quinze) togados, vitalícios, e 8 (oito) classistas, temporários; 9ª Região, de 28 (vinte e oito) juízes, sendo 18 (dezoito) togados, vitalícios, e 10 (dez) classistas, temporários; 10ª Região, de 17 (dezessete) juízes, sendo 11 (onze) togados, vitalícios, e 6 (seis) classistas, temporários; 11ª Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 12ª Região, de 18 (dezoito) juízes, sendo 12 (doze) togados, vitalícios, e 6 (seis) classistas, temporários; 13ª Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 14ª Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 15ª Região, de 36 (trinta e seis) juízes, sendo 24 (vinte e quatro) togados, vitalícios, e 12 (doze) classistas, temporários; 16ª Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 17ª Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 18ª Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios, e 2 (dois) classistas, temporários; 19ª Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios e 2 (dois) classistas, temporários; 20ª Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios e 2 (dois) classistas, temporários; 21ª Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios e 2 (dois) classistas, temporários; 22ª Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios e 2 (dois) classistas, temporários; 23ª Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios e 2 (dois) classistas, temporários; 24ª Região, de 8 (oito) juízes, sendo 6 (seis) togados, vitalícios e 2 (dois) classistas, temporários, todos nomeados pelo Presidente da República[324].

§ 1º (*Vetado.*)

§ 2º Nos Tribunais Regionais constituídos de 6 (seis) ou mais Juízes togados, e

324. Redação dada pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968. Posteriormente sua redação foi alterada pelas seguintes leis: Lei n. 6.241/75 (criou a 9ª Região); Lei n. 6.635/79 (alterou a composição da 2ª Região); Lei n. 6.904/81 (alterou a composição da 1ª, 2ª, 4ª e 5ª Regiões); Lei n. 6.915/81 (criou a 11ª Região); Lei n. 6.927/81 (criou a 10ª Região); Lei n. 6.928/81 (criou a 12ª Região); Lei n. 7.119/83 (alterou a composição da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 6ª Regiões); Lei n. 7.324/85 (criou a 13ª Região); Lei n. 7.325/85 (alterou a composição da 5ª, 6ª, 8ª, 9ª e 10ª Regiões); Lei n. 7.520/86 (criou a 15ª Região); Lei n. 7.523/86 (criou a 14ª Região); Lei n. 7.671/88 (criou a 16ª Região); Lei n. 8.219/91 (criou a 19ª Região); Lei n. 7.842/89 (alterou a composição da 12ª Região); Lei n. 7.872/89 (criou a 17ª Região); Lei n. 7.873/89 (criou a 18ª Região); Lei n. 7.911/89 (alterou a composição da 4ª Região); Lei n. 7.962/89 (alterou a redação do inciso VII do art. 33 da Lei n. 7.729/89); Lei n. 8.215/91 (criou a 21ª Região); Lei n. 8.217/91 (alterou a composição da 8ª Região); Lei n. 8.221/91 (criou a 22ª Região); Lei n. 8.233/91 (criou a 20ª Região); Lei n. 8.430/92 (criou a 23ª Região); Lei n. 8.431/92 (criou a 24ª Região); Lei n. 8.471/92 (alterou a composição da 6ª Região); Lei n. 8.473/92 (alterou a composição da 15ª Região); Lei n. 8.474/92 (alterou a composição da 10ª Região); Lei n. 8.480/92 (alterou a composição da 2ª Região); Lei n. 8.491/92 (alterou a composição da 4ª Região); Lei n. 8.492/92 (alterou a composição da 9ª Região); Lei n. 8.493/92 (alterou a composição da 5ª Região); Lei n. 8.497/92 (alterou a composição da 3ª Região); Lei n. 8.531/92 (alterou a composição da 1ª Região); Lei n. 8.621/93 (alterou a composição da 12ª Região); Lei n. 8.947/94 (alterou a composição da 8ª Região).

menos de 11 (onze), 1 (um) deles será escolhido dentre advogados, 1 (um) dentre membros do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho e os demais dentre Juízes do Trabalho, Presidentes de Junta da respectiva Região, na forma prevista no parágrafo anterior. (Redação dada pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 3º (*Vetado.*)

§ 4º Os Juízes classistas referidos neste artigo representarão, paritariamente, empregadores e empregados. (Parágrafo incluído pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 5º Haverá 1 (um) suplente para cada Juiz classista. (Parágrafo incluído pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 6º Os Tribunais Regionais, no respectivo regimento interno, disporão sobre a substituição de seus Juízes, observados, na convocação de Juízes inferiores, os critérios de livre escolha e antiguidade, alternadamente. (Parágrafo incluído pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 7º Dentre os seus Juízes togados, os Tribunais Regionais elegerão os respectivos Presidente e Vice-Presidente, assim como os Presidentes de Turmas, onde as houver. (Parágrafo incluído pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 8º Os Tribunais Regionais da 1ª e 2ª Regiões dividir-se-ão em Turmas, facultada essa divisão aos constituídos de, pelo menos, 12 (doze) Juízes. Cada Turma se comporá de 3 (três) Juízes togados e 2 (dois) classistas, um representante dos empregados e outro dos empregadores. (Parágrafo incluído pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

Art. 671. Para os trabalhos dos Tribunais Regionais existe a mesma incompatibilidade prevista no art. 648, sendo idêntica a forma de sua resolução.

Art. 672. Os Tribunais Regionais, em sua composição plena, deliberarão com a presença, além do Presidente, da metade e mais um, do número de seus Juízes, dos quais, no mínimo, um representante dos empregados e outro dos empregadores. (*Caput* e parágrafos com redação dada pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 1º As Turmas somente poderão deliberar presentes, pelo menos, 3 (três) dos seus Juízes, entre eles os 2 (dois) classistas. Para a integração desse *quorum*, poderá o Presidente de uma Turma convocar Juízes de outra, da classe a que pertencer o ausente ou impedido.

§ 2º Nos Tribunais Regionais, as decisões tomar-se-ão pelo voto da maioria dos Juízes presentes, ressalvada, no Tribunal Pleno, a hipótese de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público (art. 116 da Constituição).

§ 3º O Presidente do Tribunal Regional, excetuada a hipótese de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público, somente terá voto de desempate. Nas sessões administrativas, o Presidente votará como os demais Juízes, cabendo-lhe, ainda, o voto de qualidade.

§ 4º No julgamento de recursos contra decisão ou despacho do Presidente, do Vice-Presidente ou do Relator, ocorrendo empate, prevalecerá a decisão ou despacho recorrido.

Art. 673. A ordem das sessões dos Tribunais Regionais será estabelecida no respectivo Regimento Interno.

Seção II
Da jurisdição e competência

Art. 674. Para efeito da jurisdição dos Tribunais Regionais, o território nacional é dividido nas 24 (vinte e quatro) Regiões seguintes:

1ª Região – Estado do Rio de Janeiro;

2ª Região – Estado de São Paulo (capital, grande São Paulo e Baixada Santista);

3ª Região – Estado de Minas Gerais;

4ª Região – Estado do Rio Grande do Sul;

5ª Região – Estado da Bahia;

6ª Região – Estado de Pernambuco;

7ª Região – Estado do Ceará;

8ª Região – Estados do Pará e do Amapá;

9ª Região – Estado do Paraná;

10ª Região – Distrito Federal;

11ª Região – Estados do Amazonas e de Roraima;

12ª Região – Estado de Santa Catarina;

13ª Região – Estado da Paraíba;

14ª Região – Estados de Rondônia e Acre;

15ª Região – Interior do Estado de São Paulo (área não abrangida pela jurisdição estabelecida na 2ª Região);

16ª Região – Estado do Maranhão;

17ª Região – Estado do Espírito Santo;

18ª Região – Estado de Goiás;

19ª Região – Estado de Alagoas;

20ª Região – Estado de Sergipe;

21ª Região – Estado do Rio Grande do Norte;

22ª Região – Estado do Piauí;

23ª Região – Estado do Mato Grosso;

24ª Região – Estado do Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. Os Tribunais têm sede nas cidades: Rio de Janeiro (1ª Região), São Paulo (2ª Região), Belo Horizonte (3ª Região), Porto Alegre (4ª Região), Salvador (5ª Região), Recife (6ª Região), Fortaleza (7ª Região), Belém (8ª Região), Curitiba (9ª Região), Brasília (10ª Região), Manaus (11ª Região), Florianópolis (12ª Região), João Pessoa (13ª Região), Porto Velho (14ª Região), Campinas (15ª Região), São Luís (16ª Região), Vitória (17ª Região), Goiânia (18ª Região), Maceió (19ª Região), Aracaju (20ª Região), Natal (21ª Região), Teresina (22ª Região), Cuiabá (23ª Região) e Campo Grande (24ª Região).

Art. 675. (Revogado pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

Art. 676. O número de regiões, a jurisdição e a categoria dos Tribunais Regionais, estabelecidos nos artigos anteriores, somente podem ser alterados pelo Presidente da República. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 9.797, de 9-9-1946. Tacitamente revogado pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968, e pela CF/88, art. 96, II.)

Art. 677. A competência dos Tribunais Regionais determina-se pela forma indicada no art. 651 e seus parágrafos e, nos casos de dissídio coletivo, pelo local onde este ocorrer.

Art. 678. Aos Tribunais Regionais, quando divididos em Turmas, compete: (*Caput*, incisos e alíneas com redação dada pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

I – ao Tribunal Pleno, especialmente:

a) processar, conciliar e julgar originariamente os dissídios coletivos;

b) processar e julgar originariamente:

1) as revisões de sentenças normativas;

2) a extensão das decisões proferidas em dissídios coletivos;

3) os mandados de segurança;

4) as impugnações à investidura de juízes classistas e seus suplentes nas Juntas de Conciliação e Julgamento;

c) processar e julgar em última instância:

1) os recursos das multas impostas pelas Turmas;

2) as ações rescisórias das decisões das Juntas de Conciliação e Julgamento, dos Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista, das Turmas e de seus próprios acórdãos;

3) os conflitos de jurisdição entre as suas Turmas, os Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista, as Juntas de Conciliação e Julgamento, ou entre aqueles e estas;

d) julgar em única ou última instância:

1) os processos e os recursos de natureza administrativa atinentes aos seus serviços auxiliares e respectivos servidores;

2) as reclamações contra atos administrativos de seu presidente ou de qualquer de seus membros, assim como dos Juízes de primeira instância e de seus funcionários;

II – às Turmas:

a) julgar os recursos ordinários previstos no art. 895, *a*;

b) julgar os agravos de petição e de instrumento, estes de decisões denegatórias de recursos de sua alçada;

c) impor multas e demais penalidades relativas a atos de sua competência jurisdicional, e julgar os recursos interpostos das decisões das Juntas dos Juízes de Direito que as impuserem.

Parágrafo único. Das decisões das Turmas não caberá recurso para o Tribunal Pleno, exceto no caso do inciso I da alínea *c* do item 1 deste artigo. (Redação dada pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

Art. 679. Aos Tribunais Regionais não divididos em Turmas, compete o julgamento das matérias a que se refere o artigo anterior, exceto a de que trata o inciso I da alínea *c* do item 1, como os conflitos de jurisdição entre Turmas. (Redação dada pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

Art. 680. Compete, ainda, aos Tribunais Regionais, ou suas Turmas: (*Caput* e alíneas com redação dada pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

a) determinar às Juntas e aos Juízes de Direito a realização dos atos processuais e diligências necessárias ao julgamento dos feitos sob sua apreciação;

b) fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões;

c) declarar a nulidade dos atos praticados com infração de suas decisões;

d) julgar as suspeições arguidas contra seus membros;

e) julgar as exceções de incompetência que lhes forem opostas;

f) requisitar às autoridades competentes as diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob apreciação, representando contra aquelas que não atenderem a tais requisições;

g) exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, as demais atribuições que decorram de sua Jurisdição.

Seção III
Dos presidentes dos Tribunais Regionais

Art. 681. Os presidentes e vice-presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho tomarão posse perante os respectivos Tribunais. (Redação dada pela Lei n. 6.320, de 5-4-1976.)

Parágrafo único. (Revogado pela Lei n. 6.320, de 5-4-1976.)

Art. 682. Competem privativamente aos Presidentes dos Tribunais Regionais, além das que forem conferidas neste e no título e das decorrentes do seu cargo, as seguintes atribuições:

I – (Revogado pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

II – designar os Juízes classistas das Juntas e seus suplentes; (Redação dada pela Lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

III – dar posse aos Presidentes de Juntas e Presidentes Substitutos, aos Juízes classistas e suplentes e funcionários do próprio Tribunal e conceder férias e licenças aos mesmos e aos Juízes classistas e suplentes das Juntas;

IV – presidir às sessões do Tribunal;

V – presidir às audiências de conciliação nos dissídios coletivos;

VI – executar suas próprias decisões e as proferidas pelo Tribunal;

VII – convocar suplentes dos Juízes classistas do Tribunal, nos impedimentos destes;

VIII – representar ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho contra os Presidentes e os Juízes classistas, nos casos previstos no art. 727 e seu parágrafo único;

IX – despachar os recursos interpostos pelas partes;

X – requisitar às autoridades competentes, nos casos de dissídio coletivo, a força necessária, sempre que houver ameaça de perturbação da ordem;

XI – exercer correição, pelo menos uma vez por ano, sobre as Juntas, ou parcialmente sempre que se fizer necessário, e solicitá-la, quando julgar conveniente, ao Presidente do Tribunal de Justiça, relativamente aos Juízes de Direito investidos na administração da Justiça do Trabalho;

XII – distribuir os feitos, designando os Juízes classistas que os devem relatar;

XIII – designar, dentre os funcionários do Tribunal e das Juntas existentes em uma mesma localidade, o que deve exercer a função de distribuidor;

XIV – assinar as folhas de pagamento dos Juízes classistas e servidores do Tribunal.

§ 1º Na falta ou impedimento do Presidente da Junta e do substituto da mesma localidade, é facultado ao Presidente do Tribunal Regional designar substituto de outra localidade, observada a ordem de antiguidade entre os substitutos desimpedidos.

§ 2º Na falta ou impedimento do Juiz classista da Junta e do respectivo suplente, é facultado ao Presidente do Tribunal Regional designar suplente de outra Junta, respeitada a categoria profissional ou econômica do representante e a ordem de antiguidade dos suplentes desimpedidos.

§ 3º Na falta ou impedimento de qualquer Juiz representante classista e seu respectivo suplente, é facultado ao Presidente do Tribunal Regional designar um dos Juízes classistas de Junta de Conciliação e Julgamento para funcionar nas sessões do Tribunal, respeitada a categoria profissional ou econômica do representante. (Parágrafo incluído pela Lei n. 3.440, de 27-8-1958.)

Art. 683. Na falta ou impedimento dos Presidentes dos Tribunais Regionais, e como auxiliares destes, sempre que necessário, funcionarão seus substitutos. (*Caput* e parágrafos com redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

§ 1º Nos casos de férias, por 30 (trinta) dias, licença, morte ou renúncia, a convocação competirá diretamente ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 2º Nos demais casos, mediante convocação do próprio Presidente do Tribunal ou comunicação do secretário deste, o Presidente Substituto assumirá imediatamente o exercício, ciente o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Seção IV
Dos Juízes representantes classistas dos Tribunais Regionais[325] (Revogada pela EC n. 24/99)

Art. 684. Os Juízes representantes classistas dos Tribunais Regionais são designados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Aos Juízes representantes classistas dos empregados e dos empregadores, nos Tribunais Regionais, aplicam-se as disposições do art. 661. (§ 1º renumerado pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

Art. 685. A escolha dos juízes classistas e suplentes dos Tribunais Regionais,

325. Atente-se, mais uma vez, à EC n. 24/99, que extinguiu a representação classista.

representantes dos empregadores e empregados, é feita dentre os nomes constantes das listas para esse fim encaminhadas ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho pelas associações sindicais de grau superior com sede nas respectivas Regiões.

§ 1º Para o efeito deste artigo, o Conselho de Representantes de cada associação sindical de grau superior, na ocasião determinada pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, organizará, por maioria de votos, uma lista de 3 (três) nomes.

§ 2º O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho submeterá os nomes constantes das listas ao Presidente da República, por intermédio do Ministro da Justiça. (Redação dada pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

Art. 686. (Suprimido pelo Dec.-lei n. 9.797, de 9-9-1946.)

Art. 687. Os Juízes representantes classistas dos Tribunais Regionais tomam posse perante o respectivo Presidente.

Art. 688. Aos Juízes representantes classistas dos Tribunais Regionais aplicam-se as disposições do art. 663, sendo a nova escolha feita dentre os nomes constantes das listas a que se refere o art. 685, ou na forma indicada no art. 686 e, bem assim, as dos arts. 665 e 667.

Art. 689. Por sessão a que comparecerem, até o máximo de 15 (quinze) por mês, perceberão os Juízes representantes classistas e suplentes a gratificação fixada em lei. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Parágrafo único. Os Juízes representantes classistas que retiverem processos além dos prazos estabelecidos no Regimento Interno dos Tribunais Regionais sofrerão automaticamente, na gratificação mensal a que teriam direito, desconto equivalente a 1/30 (um trinta avos) por processo retido. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

► *Comentários*

1. *Os Tribunais Regionais do Trabalho*

Pelo princípio do chamado *duplo grau de jurisdição*, consagrado pelo Direito brasileiro (com raras exceções, como, por exemplo, os processos submetidos ao *rito sumário*, instituído pela Lei n. 5.584/70, denominado vulgarmente "processo de alçada"), as causas devem ser apreciadas por dois órgãos jurisdicionais sucessivamente.

Esse princípio, conquanto severamente combatido por renomados juristas – Gabriel de Rezende Filho, entre outros –, constitui garantia efetiva assegurada ao litigante, admitindo o reexame da causa por Tribunais Superiores.

Como observa Moacyr Amaral Santos, o duplo grau de jurisdição "satisfaz a uma exigência humana. Ninguém se conforma com uma única decisão, que lhe seja desfavorável. Em segundo lugar, não se pode olvidar a possibilidade de sentenças injustas ou ilegais, e até mesmo proferidas por juízes movidos pelo temor (coação) ou sentimentos menos dignos (peita). Daí a segurança da justiça aconselhar o reexame das causas por meio dos recursos".

Por isso que existem os órgãos de 2º grau – os *Tribunais*.

Na Justiça do Trabalho, os órgãos de 2º grau ou 2ª instância são os *Tribunais Regionais do Trabalho*. Estes, como o próprio nome deixa entrever, são divididos em regiões, com jurisdição nos respectivos territórios.

Conquanto determinadas regiões estejam ainda abrangidas por um só Tribunal, a atual Constituição determina um Tribunal para cada Estado (art. 112).

Na verdade, conquanto órgãos de 2º grau e, portanto, verdadeira *corte de apelação*, os Tribunais Regionais têm duas competências:

1ª) recursal;

2ª) originária.

A primeira é própria dos Tribunais de Apelação, como "complemento lógico e natural do juízo, dando ao vencido o meio de obter a reforma da sentença", para usarmos a expressão de Gabriel de Rezende Filho.

A segunda, ao revés, diz respeito às questões que devam ser, desde logo, propostas perante os próprios Tribunais, aos quais cabe delas conhecer originariamente, como ocorre, por exemplo, com os dissídios coletivos.

Dividindo-se o Tribunal em Pleno e Turmas, cabe ao primeiro, ao *Pleno*:

I – processar, conciliar e julgar, originariamente, os dissídios coletivos;

II – processar e julgar, originariamente, as revisões de sentenças normativas; a extensão das decisões proferidas em dissídios coletivos; os mandados de segurança;

III – processar e julgar, em última instância, os recursos das multas impostas pelas Turmas; as ações rescisórias das decisões das Varas do Trabalho, dos juízes de direito investidos na jurisdição trabalhista, das Turmas e de seus próprios acórdãos; os conflitos de jurisdição entre as suas Turmas, os juízes de direito investidos na jurisdição trabalhista, as Varas do Trabalho, ou entre aqueles e estas;

IV – julgar, em única ou última instância, os processos e os recursos de natureza administrativa atinentes a seus serviços auxiliares e respectivos servidores; as reclamações contra atos administrativos de seu presidente ou de qualquer de seus membros, assim como dos juízes de 1ª instância e de seus funcionários.

Compete às *Turmas*:

I – julgar os recursos ordinários;

II – julgar os agravos de petição e de instrumento, estes de decisões denegatórias de recursos de sua alçada;

III – impor multas e demais penalidades relativas a atos de sua competência jurisdicional, e julgar os recursos interpostos das decisões das Varas do Trabalho e dos juízes de direito que as impuseram.

2. *Composição*

Com o fim da representação classista, os Tribunais Regionais do Trabalho são integrados atualmente por uma única espécie de juiz – o juiz togado, recrutado por concurso de provas e títulos, oriundo das Varas do Trabalho (promovido por antiguidade ou merecimento), e o juiz do denominado *quinto constitucional* (art. 94 da Constituição Federal), composto de membros do Ministério Público e de advogados, indicados estes últimos pela Ordem dos Advogados do Brasil.

3. *Funcionamento*

A composição dos Tribunais Regionais do Trabalho e seu respectivo funcionamento foram substancialmente alterados com a extinção dos juízes classistas, que, por isso mesmo, não só não mais integram as Cortes de Justiça mencionadas como, igualmente, não compõem seus diversos órgãos, do que resultam manifestamente alteradas as disposições contidas nos arts. 670 a 672 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Os Tribunais Regionais do Trabalho podem funcionar, segundo o número de

Como se sabe e proclama o art. 611, nominado, convenção "é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho".

O acordo coletivo, ao revés da convenção coletiva, tem abrangência mais restrita, estendendo-se exclusivamente aos empregados de uma ou mais empresas que celebrem condições específicas com o sindicato representativo da categoria (art. 611, § 1º, da CLT).

As convenções e acordos coletivos têm natureza normativa e são, por isso mesmo, fontes formais do Direito do Trabalho (STF, RE 77.650).

Proteção em face da automação

"XXVII – proteção em face da automação, na forma da lei."

► Comentários

Repete-se, aqui, o fenômeno ocorrido com a Revolução Industrial, nos alvores do século XX, fins do século XIX, quando um tear representava desemprego. Hoje, os denominados "*robôs*" e outros métodos de automação preocupam os juslaboralistas, os legisladores bem-intencionados, os sindicatos e os trabalhadores em geral.

Como se trata de disposição constitucional não autoaplicável, há necessidade da elaboração de norma regulamentadora.

Com inegável propriedade, Eduardo Gabriel Saad propõe, ao legislador ordinário, algumas sugestões:

"a) o empregado, cujos serviços se tornaram disponíveis, deverá ser indenizado como se se tratasse de despedida sem justa causa; b) determinar ao Poder Público que organize eventos de reabilitação profissional e c) implantar, no País, o seguro-desemprego em bases mais generosas que as atuais..."[31].

Seguro contra acidente de trabalho e indenização

"XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa."

► Comentários

A primeira Constituição que, entre nós, cuidou da matéria foi a de *1937*, que, no art. 137, *m*, determinava a "instituição de seguro de velhice, de invalidez, de vida e para os casos de acidente do trabalho". A Constituição de 1946, no seu art. 157, XVII, estipulava a obrigação "da instituição de seguro, pelo empregador, contra acidentes do trabalho". A Carta Magna de 1967, no art. 158, XVII, estabelecia o "seguro obrigatório pelo empregador contra acidentes do trabalho. A Emenda n. 1/69, por sua vez, mais explícita, instituía "previdência social nos casos de doença, velhice, invalidez e morte, seguro-desemprego, *seguro contra acidentes do trabalho...*".

O seguro contra acidente do trabalho é custeado pelo empregador – é o denominado *seguro obrigatório*, a cargo da Previdência Social.

O dispositivo constitucional sob comento deixa claro que, se o seguro obrigatório é de responsabilidade do INSS, a indenização, na ocorrência de dolo ou culpa do empregador, é de responsabilidade exclusiva deste último.

31. Ob. cit., p. 152.

seus membros, divididos ou não em Turmas.

Na eventualidade de funcionar dividido em Turmas, reservar-se-á ao *Pleno* a matéria prevista no art. 678 da Consolidação das Leis do Trabalho, já especificada, cumprindo às *Turmas* processar e julgar as questões relacionadas no inciso III, *a*, *b* e *c*, do dispositivo legal nominado.

A Lei n. 7.701/88 dispõe, em seu art. 6º, que "os Tribunais Regionais do Trabalho que funcionarem divididos em Grupos de Turmas promoverão a especialização de um deles com a competência exclusiva para a conciliação e julgamento de dissídios coletivos", denominado *Seção Especializada em Dissídios Coletivos*.

Há, ainda, o *Órgão Especial*, nos Tribunais com mais de 25 juízes, para o exercício de atribuições administrativas e jurisdicionais, *ex vi* do disposto no art. 93, XI, da Constituição Federal.

O art. 115 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 45, de 8-12-2004, dispõe que:

"Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

I – um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

II – os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antiguidade e merecimento, alternadamente.

§ 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo".

4. *Câmaras Regionais dos Tribunais Regionais*

Objetivando assegurar pleno acesso das partes às diversas fases do processo, em grau de recurso ou nos de competência originária dos TRTs, podem estes tribunais instituir *Câmaras Regionais*, com o deslocamento de uma determinada turma para outras localidades que não a sede da Corte trabalhista, obviamente nos limites da sua jurisdição.

É o que prevê o § 2º do art. 115 da Constituição Federal, por força da Emenda Constitucional n. 45/2004:

"Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo".

5. *Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho*

Destinada à formação e aperfeiçoamento dos magistrados do trabalho, passa a funcionar junto ao TST a escola do mesmo nome, cabendo-lhe, dentre outras funções, regular os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira da magistratura trabalhista (art. 111-A, § 2º, II, da CF com redação da EC n. 45/2004).

TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO NO BRASIL

REGIÃO	JURISDIÇÃO	SEDE
1ª Região	Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro – RJ
2ª Região	Estado de São Paulo[326]	São Paulo – SP
3ª Região	Estado de Minas Gerais	Belo Horizonte – MG
4ª Região	Estado do Rio Grande do Sul	Porto Alegre – RS
5ª Região	Estado da Bahia	Salvador – BA
6ª Região	Estado de Pernambuco	Recife – PE
7ª Região	Estado do Ceará	Fortaleza – CE
8ª Região	Estados do Pará e do Amapá	Belém – PA
9ª Região	Estado do Paraná	Curitiba – PR
10ª Região	Distrito Federal	Brasília – DF
11ª Região	Estados do Amazonas e de Roraima	Manaus – AM
12ª Região	Estado de Santa Catarina	Florianópolis – SC
13ª Região	Estado da Paraíba	João Pessoa – PB
14ª Região	Estados de Rondônia e Acre	Porto Velho – RO
15ª Região	Estado de São Paulo[327]	Campinas – SP
16ª Região	Estado do Maranhão	São Luís – MA
17ª Região	Estado do Espírito Santo	Vitória – ES
18ª Região	Estado de Goiás	Goiânia – GO
19ª Região	Estado de Alagoas	Maceió – AL
20ª Região	Estado de Sergipe	Aracaju – SE
21ª Região	Estado do Rio Grande do Norte	Natal – RN
22ª Região	Estado do Piauí	Teresina – PI
23ª Região	Estado do Mato Grosso	Cuiabá – MT
24ª Região	Estado do Mato Grosso do Sul	Campo Grande – MS

326. Corrigido nos termos das Leis n. 9.697, de 2-9-1998, e 10.770, de 21-11-2003, que restringiram à 2ª Região a Capital do Estado e os municípios de Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Cubatão, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarujá, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Moji das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Praia Grande, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Vicente, Suzano, Taboão da Serra, Vargem Grande e Vicente de Carvalho.

327. Área não abrangida pela jurisdição estabelecida na 2ª Região.

Os arts. 684 a 689 estão revogados pela Emenda Constitucional n. 24/99, que extinguiu a representação classista na Justiça do Trabalho.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região – São Paulo compõe-se dos seguintes órgãos:

1. Tribunal Pleno;
2. Órgão Especial;
3. Seção Especializada em Dissídios Coletivos e Individuais de Competência Originária (SDCI);
4. Turmas;
5. Corregedoria Regional.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 158 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória.** Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho, em ação rescisória, cabível é o recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho, em face da organização judiciária trabalhista. Ex-prejulgado n. 35. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 192 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Competência e possibilidade jurídica do pedido.** (Redação Original – Res. 14/1983. Redação alterada pela Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003. Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 48, 105 e 133 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) I – Se não houver o conhecimento de recurso de revista ou de embargos, a competência para julgar ação que vise a rescindir a decisão de mérito é do Tribunal Regional do Trabalho, ressalvado o disposto no item II. II – Acórdão rescindendo do Tribunal Superior do Trabalho que não conhece de recurso de embargos ou de revista, analisando arguição de violação de dispositivo de lei material ou decidindo em consonância com súmula de direito material ou com iterativa, notória e atual jurisprudência de direito material da Seção de Dissídios Individuais (Súmula nº 333), examina o mérito da causa, cabendo ação rescisória da competência do Tribunal Superior do Trabalho. III – Em face do disposto no art. 512 do CPC, é juridicamente impossível o pedido explícito de desconstituição de sentença quando substituída por acórdão regional. IV – É manifesta a impossibilidade jurídica do pedido de rescisão de julgado proferido em agravo de instrumento que, limitando-se a aferir o eventual desacerto do juízo negativo de admissibilidade do recurso de revista, não substitui o acórdão regional, na forma do art. 512 do CPC. V – A decisão proferida pela SDI, em sede de agravo regimental, calcada na Súmula 333, substitui acórdão de Turma do TST, porque emite juízo de mérito, comportando, em tese, o corte rescisório.

▷ **Súmula 201 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso ordinário em mandado de segurança. Revisão do Enunciado n. 154.** Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança cabe recurso ordinário, no prazo de 8 dias, para o Tribunal Superior do Trabalho, correspondendo igual dilação para o recorrido e interessados apresentarem razões de contrariedade. (Res. 7/85, *DJ*, 11-7-1985)

▷ **Súmula 214 do Tribunal Superior do Trabalho. Decisão interlocutória. Irrecorribilidade.** (Res. 14/1985, *DJ*, 19-9-1985. Redação alterada – Res.

43/1995, *DJ*, 17-2-1995, e Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003. Nova redação conferida pela Res. 127/2005, *DJ*, 14-3-2005) Decisão Interlocutória. Irrecorribilidade. Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão: a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT.

▷ **Súmula 285 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de revista. Admissibilidade parcial pelo Juiz-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho. Efeito.** O fato de o juízo primeiro de admissibilidade do recurso de revista entendê-lo cabível apenas quanto à parte das matérias veiculadas não impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sendo imprópria a interposição de agravo de instrumento. (Res. 18/88, *DJ*, 18-3-1988)

▷ **Súmula 303 do Tribunal Superior do Trabalho. Fazenda Pública. Duplo grau de jurisdição.** (Incorporadas as Orientações Jurisprudenciais n. 9, 71, 72 e 73 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo: a) quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos; b) quando a decisão estiver em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

II – Em ação rescisória, a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público, exceto nas hipóteses das alíneas *a* e *b* do inciso anterior.

III – Em mandado de segurança, somente cabe remessa *ex officio* se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.

▷ **Súmula 433 do Supremo Tribunal Federal.** É competente o Tribunal Regional do Trabalho para julgar mandado de segurança contra ato de seu presidente em execução de sentença trabalhista.

▷ **Súmula 505 do Supremo Tribunal Federal.** Salvo quando contrariarem a Constituição, não cabe recurso para o Supremo Tribunal Federal, de quaisquer decisões da Justiça do Trabalho, inclusive dos presidentes de seus tribunais.

▷ **Súmula 225 do Superior Tribunal de Justiça.** Compete ao Tribunal Regional do Trabalho apreciar recurso contra sentença proferida por órgão de primeiro grau da Justiça Trabalhista, ainda que para declarar-lhe a nulidade em virtude de incompetência.

▷ **Súmula 236 do Superior Tribunal de Justiça.** Não compete ao Superior

Tribunal de Justiça dirimir conflitos de competência entre juízes trabalhistas vinculados a Tribunais do Trabalho diversos.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 34 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho.** Acordo extrajudicial. Homologação. Justiça do Trabalho. Prescindibilidade. É desnecessária a homologação, por Tribunal Trabalhista, do acordo extrajudicialmente celebrado, sendo suficiente, para que surta efeitos, sua formalização perante o Ministério do Trabalho (art. 614 da CLT e art. 7º, inciso XXXV, da Constituição Federal).

Capítulo V
Do Tribunal Superior do Trabalho

Seção I
Disposições preliminares

Art. 690. O Tribunal Superior do Trabalho, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, é a instância superior da Justiça do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

Parágrafo único. O Tribunal funciona na plenitude de sua composição ou dividido em Turmas, com observância da paridade de representação de empregados e empregadores. (Redação dada pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

Arts. 691 e 692. (Suprimidos pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Seção II
Da composição e funcionamento do Tribunal Superior do Trabalho

Art. 693. O Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de 17 (dezessete) Juízes com a denominação de Ministros, sendo: (Tacitamente revogado.)[328]

a) 17 (dezessete) togados e vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros natos, maiores de 35 (trinta e cinco) anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada; (Redação dada pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

b) 10 (dez) classistas, com mandato de 3 (três) anos, em representação paritária dos empregadores e dos empregados, nomeados pelo Presidente da República de conformidade com o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo. (Redação dada pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 1º Dentre os Juízes Togados do Tribunal Superior do Trabalho, alheios aos interesses profissionais, serão eleitos o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor, além dos Presidentes das Turmas, na forma estabelecida em seu regimento interno. (Redação dada pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

§ 2º Para nomeação trienal dos Juízes classistas, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho publicará edital, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, convocando as associações sindicais de grau superior, para que cada uma, mediante maioria de votos do respectivo Conselho de Representantes, organize uma lista de três nomes, que será encaminhada, por intermédio daquele Tribunal, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores dentro do prazo que for fixado no edital[329]. (Redação dada pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

§ 3º Na lista de que trata o parágrafo anterior figurarão somente brasileiros natos,

328. *Vide* arts. 111 a 116 da Constituição Federal de 1988, já alterados pela EC n. 24/99.

329. *Vide* art. 111 da Constituição Federal de 1988, já alterado pela EC n. 24/99, que extinguiu a representação classista na Justiça do Trabalho.

de reconhecida idoneidade, maiores de 25 (vinte e cinco) anos, quites com o serviço militar, que estejam no gozo de seus direitos civis e políticos e contem mais de 2 (dois) anos de efetivo exercício da profissão ou se encontrem no desempenho de representação profissional prevista em lei. (Redação dada pela Lei n. 9.797, de 9-9-1956.)

§ 4º (*Vetado.*)

Art. 694. Os juízes togados escolher-se-ão: 7 (sete), dentre magistrados da Justiça do Trabalho, 2 (dois), dentre advogados no efetivo exercício da profissão, e 2 (dois), dentre membros do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho. (Tacitamente revogado.)

Art. 695. (Suprimido pelo Dec.-lei n. 9.797, de 9-9-1946.)

Art. 696. Importará em renúncia o não comparecimento do membro do Tribunal, sem motivo justificado, a mais de 3 (três) sessões ordinárias consecutivas. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)[330]

§ 1º Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o Presidente do Tribunal comunicará imediatamente o fato ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, a fim de que seja feita a substituição do juiz renunciante, sem prejuízo das sanções cabíveis. (Prejudicado pela LC n. 35, de 14-3-1979.)

§ 2º Para os efeitos do parágrafo anterior, a designação do substituto será feita dentre os nomes constantes das listas de que trata o § 2º do art. 693. (Redação dada pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

Art. 697. Em caso de licença superior a 30 (trinta) dias, ou de vacância, enquanto não for preenchido o cargo, os Ministros do Tribunal poderão ser substituídos mediante convocação de Juízes, de igual categoria, de qualquer dos Tribunais Regionais do Trabalho, na forma que dispuser o Regimento do Tribunal Superior do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 6.289, de 11-12-1975.)

Art. 698. (Suprimido pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Art. 699. O Tribunal Superior do Trabalho não poderá deliberar, na plenitude de sua composição senão com a presença de pelo menos 9 (nove) de seus juízes, além do Presidente. (Prejudicado pela Lei n. 7.701, de 21-12-1988.)

Parágrafo único. As turmas do Tribunal, compostas de 5 (cinco) Juízes, só poderão deliberar com a presença de pelo menos, 3 (três) de seus membros, além do respectivo presidente, cabendo também a este funcionar como relator ou revisor nos feitos que lhe forem distribuídos conforme estabelecer o regimento interno. (Prejudicado pela Lei n. 7.701, de 21-12-1988.)

Art. 700. O Tribunal reunir-se-á em dias previamente fixados pelo Presidente, o qual poderá, sempre que for necessário, convocar sessões extraordinárias. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Art. 701. As sessões do Tribunal serão públicas e começarão às 14 (quatorze) horas, terminando às 17 (dezessete) horas, mas poderão ser prorrogadas pelo Presidente em caso de manifesta necessidade. (*Caput* e parágrafos com redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

§ 1º As sessões extraordinárias do Tribunal só se realizarão quando forem comunicadas aos seus membros com 24 (vinte e quatro) horas, no mínimo, de antecedência.

§ 2º Nas sessões do Tribunal, os debates poderão tornar-se secretos, desde que, por motivo de interesse público, assim resolver a maioria de seus membros.

330. Artigo prejudicado pela LC n. 35/79 e pelo art. 95 da CF.

Seção III
Da competência do Tribunal Pleno

Art. 702. (*Vide* Lei n. 7.701, de 21-12-1988.)

Seção IV
Da competência da Câmara de Justiça do Trabalho

Arts. 703 a 705. (Suprimidos pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Seção V
Da competência da Câmara de Previdência Social

Art. 706. (Suprimido pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Seção VI
Das atribuições do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Art. 707. Compete ao Presidente do Tribunal: (*Caput* e alíneas com redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

a) presidir às sessões do Tribunal, fixando os dias para a realização das sessões ordinárias e convocando as extraordinárias;

b) superintender todos os serviços do Tribunal;

c) expedir instruções e adotar as providências necessárias para o bom funcionamento do Tribunal e dos demais órgãos da Justiça do Trabalho;

d) fazer cumprir as decisões originárias do Tribunal, determinando aos Tribunais Regionais e aos demais órgãos da Justiça do Trabalho a realização dos atos processuais e das diligências necessárias;

e) submeter ao Tribunal os processos em que tenha de deliberar e designar, na forma do Regimento Interno, os respectivos relatores;

f) despachar os recursos interpostos pelas partes e os demais papéis em que deva deliberar;

g) determinar as alterações que se fizerem necessárias na lotação do pessoal da Justiça do Trabalho, fazendo remoções *ex officio* de servidores entre os Tribunais Regionais, Juntas de Conciliação e Julgamento e outros órgãos; bem como conceder as requeridas que julgar convenientes ao serviço, respeitada a lotação de cada órgão;

h) conceder licenças e férias aos servidores do Tribunal, bem como impor-lhes as penas disciplinares que excederem da alçada das demais autoridades;

i) dar posse e conceder licença aos membros do Tribunal, bem como conceder licenças e férias aos Presidentes dos Tribunais Regionais;

j) apresentar ao Ministro da Justiça, até 31 de março de cada ano, o relatório das atividades do Tribunal e dos demais órgãos da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. O Presidente terá 1 (um) secretário por ele designado dentre os funcionários lotados no Tribunal, e será auxiliado por servidores designados nas mesmas condições. (Parágrafo único com redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Seção VII
Das atribuições do Vice-Presidente

Art. 708. Compete ao Vice-Presidente do Tribunal: (Redação dada pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

a) substituir o Presidente e o Corregedor em suas faltas e impedimentos; (Redação dada pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

b) (Suprimida pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

Parágrafo único. Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, será o Tribunal presidido pelo Juiz togado mais antigo, ou pelo mais idoso quando igual a antiguidade. (Redação dada pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

Seção VIII
Das atribuições do Corregedor

Art. 709. Compete ao Corregedor, eleito dentre os Ministros togados do Tribunal Superior do Trabalho: (Redação dada pelo Decreto-lei n. 229, de 28-2-1967.)

I – exercer funções de inspeção e correição permanente com relação aos Tribunais Regionais e seus Presidentes; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

II – decidir reclamações contra os atos atentatórios da boa ordem processual praticados pelos Tribunais Regionais e seus Presidentes, quando inexistir recurso específico; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

III – (Revogado pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 1º Das decisões proferidas pelo Corregedor, nos casos do artigo, caberá o agravo regimental, para o Tribunal Pleno. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 2º O Corregedor não integrará as Turmas do Tribunal, mas participará, com voto, das sessões do Tribunal Pleno, quando não se encontrar em correição ou em férias, embora não relate nem revise processos, cabendo-lhe, outrossim, votar em incidente de inconstitucionalidade, nos processos administrativos e nos feitos em que estiver vinculado por visto anterior à sua posse na Corregedoria. (Redação dada pela Lei n. 7.121, de 8-9-1983.)

► *Comentários*

Tribunal Superior do Trabalho – composição e funcionamento

Por força da Emenda Constitucional n. 45/2004 (art. 111-A da CF), o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete ministros, recrutados entre os juízes de carreira dos Tribunais Regionais do Trabalho, advogados com mais de dez anos de efetivo exercício da profissão indicados pela OAB e membros do Ministério Público do Trabalho, o denominado "quinto constitucional".

A Justiça do Trabalho possui três graus:

1º) as Varas do Trabalho;

2º) os Tribunais Regionais do Trabalho;

3º) o Tribunal Superior do Trabalho.

O Tribunal Superior do Trabalho é, pois, o órgão superior da Justiça do Trabalho, tendo, por isso mesmo, jurisdição sobre todo o País, como, aliás, proclama o art. 690 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Funciona com os seguintes órgãos:

I – Tribunal Pleno;

II – Órgão Especial;

III – Seção Especializada em Dissídios Coletivos;

IV – Seção Especializada em Dissídios Individuais;

V – Turmas;

VI – Presidência;

VII – Corregedoria-Geral;

VIII – Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho;

IX – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (criado pela EC n. 45/2004).

Ao *Tribunal Pleno* compete dar posse aos membros eleitos para os cargos de direção e aos ministros nomeados para o Tribunal; declarar a inconstitucionalidade ou constitucionalidade de lei; aprovar

súmulas; julgar incidentes de uniformização de jurisprudência em dissídios coletivos; elaborar o Regimento Interno do Tribunal.

O *Órgão Especial* tem competência judiciária e administrativa.

Em matéria judiciária compete-lhe:

a) decidir arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, quando considerada relevante pelas Seções Especializadas ou Turmas;

b) aprovar, modificar ou revogar enunciado da súmula de jurisprudência predominante em dissídios individuais e os precedentes normativos em dissídios coletivos;

c) julgar os incidentes de uniformização da jurisprudência em dissídios individuais;

d) processar e julgar as reclamações alusivas a matéria de sua competência;

e) julgar mandado de segurança impetrado contra atos do presidente ou de qualquer ministro do Tribunal, ressalvada a competência das Seções Especializadas;

f) julgar os recursos interpostos de decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho em mandado de segurança de interesse de juízes e servidores da Justiça do Trabalho;

g) julgar os recursos interpostos de decisão em matéria de concurso para a magistratura do trabalho;

h) julgar agravos regimentais interpostos contra decisões proferidas pelo corregedor-geral em matéria situada no âmbito da competência do órgão;

i) deliberar sobre as demais matérias jurisdicionais não incluídas na competência dos outros órgãos do Tribunal.

Compete à *Seção Especializada em Dissídios Coletivos*:

I – originariamente:

a) julgar os dissídios coletivos que excedam a jurisdição dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever suas próprias sentenças normativas, nos casos previstos em lei;

b) homologar as conciliações celebradas nos dissídios coletivos;

c) julgar as ações rescisórias propostas contra suas sentenças normativas;

d) julgar os mandados de segurança contra os atos praticados pelo presidente do Tribunal ou por qualquer dos ministros integrantes da Seção Especializada em Dissídios Coletivos;

e) julgar os conflitos de competência entre Tribunais Regionais do Trabalho em processos de dissídio coletivo;

f) processar e julgar as medidas cautelares incidentais nos processos de dissídio coletivo;

g) processar e julgar as ações em matéria de greve, quando o conflito exceder a jurisdição de Tribunal Regional do Trabalho;

II – em última instância, julgar:

a) os recursos ordinários interpostos contra as decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho em dissídios coletivos de natureza econômica ou jurídica;

b) os recursos ordinários interpostos contra as decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho em ações rescisórias e mandados de segurança pertinentes a dissídios coletivos;

c) os embargos infringentes interpostos contra decisão não unânime proferida em processo de dissídio coletivo de sua competência originária, salvo se a decisão atacada estiver em consonância com precedente normativo do Tribunal Superior do Trabalho ou da súmula de sua jurisprudência predominante;

d) os agravos regimentais pertinentes aos dissídios coletivos;

e) os agravos de instrumento interpostos contra despacho denegatório de recurso ordinário nos processos de sua competência;

f) os agravos regimentais interpostos contra decisões proferidas pelo corregedor-geral em matéria de direito coletivo do trabalho.

Compete à *Seção Especializada em Dissídios Individuais*:

I – originariamente, julgar:

a) as ações rescisórias propostas contra suas decisões e as das Turmas do Tribunal;

b) os mandados de segurança contra os atos praticados pelo presidente do Tribunal ou por qualquer dos ministros integrantes da Seção Especializada em Dissídios Individuais;

II – em única instância, julgar:

a) os agravos regimentais interpostos em dissídios individuais;

b) os conflitos de competência entre Tribunais Regionais e aqueles que envolvem juízes de direito investidos da jurisdição trabalhista e Varas do Trabalho em processos e dissídios individuais;

III – em última instância, julgar:

a) os recursos ordinários interpostos contra decisões dos Tribunais Regionais em processos de dissídio individual de sua competência originária;

b) os embargos interpostos das decisões divergentes das Turmas, ou destas com decisão da Seção de Dissídios Individuais, ou com enunciado de súmula e as que violarem literalmente preceito de lei federal ou da Constituição da República;

c) os agravos regimentais de despachos denegatórios proferidos pelos presidentes das Turmas, em matéria de embargos, na forma estabelecida no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho;

d) os agravos de instrumento interpostos contra despacho denegatório de recurso ordinário em processo de sua competência.

Às *Turmas* compete:

I – eleger seu presidente;

II – julgar:

a) recursos de revistas interpostos de decisão dos Tribunais Regionais do Trabalho nos casos previstos em lei;

b) agravos de instrumento dos despachos de presidente de Tribunal Regional que denegarem seguimento a recurso de revista, explicitando em que efeito a revista deve ser processada, caso provido;

c) agravos regimentais interpostos contra despachos dos relatores que negarem prosseguimento a recurso nos termos da lei e do Regimento Interno.

Ao *Órgão Especial, às Seções Especializadas e às Turmas* cabe, ainda, nos processos de sua competência:

I – julgar:

a) os embargos de declaração opostos a suas decisões;

b) as ações cautelares incidentais e as demais arguições;

c) os incidentes que lhes forem submetidos;

d) a restauração de autos perdidos, em se tratando de processo de sua competência;

e) homologar os pedidos de desistência dos recursos e o registro das desistências das ações, quanto aos feitos já incluídos em pauta para julgamento;

II – representar à autoridade quando, em autos ou documentos de que conhecer, houver indício de crime de ação pública.

A *Câmara de Justiça do Trabalho*, de que cuidavam os arts. 703 a 705, foi subs-

Aos sobrinhos Marco Aurélio, Sólon, Eduardo, Haydée de Cássia, André Luiz, Pedro, João Paulo e Maria, que, mais que sobrinhos, são como filhos.

Em tais condições, como conclui Sólon de Almeida Cunha, "além do seguro contra acidente do trabalho, que gera indenizações pela Previdência Social, o empregador passou a ser responsável pela indenização complementar em caso de dolo ou culpa"[32]. É, aliás, o que proclama a Súmula 229 do STF – "a indenização acidentária não exclui a do direito comum, em caso de dolo ou culpa do empregador".

Prescrição

"XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho."

► Comentários

A Constituição vigente, com a manifesta preocupação do constituinte de tornar mais rígidas as normas de proteção ao trabalhador, sempre sujeitas às constantes alterações da legislação ordinária, houve por bem disciplinar constitucionalmente a *prescrição*.

Uniformizados os prazos para os trabalhadores urbanos e rurais (EC n. 28, de 26-5-2000), a prescrição para reclamar judicialmente direitos trabalhistas é de 5 anos, limite este reduzido para 2 anos após o término do contrato de trabalho.

Sobre prescrição *vide* anotação ao art. 11 da CLT.

Isonomia salarial

"XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil."

► Comentários

O dispositivo constitucional transcrito deve ser interpretado em consonância com o art. 5º da mesma Carta:

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes".

A CLT, no art. 5º, já continha disposição legal ordinária vedando distinção salarial para as mesmas funções, disposição essa recepcionada pela Constituição:

"A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual sem distinção de sexo".

Observe-se que a igualdade salarial está condicionada a determinados parâmetros, ditados pela legislação ordinária (art. 461, § 1º, da CLT), que complementa o mandamento constitucional – "trabalho de igual valor, para os fins deste Capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a dois anos".

Releva notar que, na melhor interpretação do dispositivo legal transcrito, dispõe a Súmula 6 do TST, em seu item II, que, "para efeito de equiparação de salários, em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função, e não no emprego".

O § 2º do art. 461 da CLT afasta a equiparação salarial na existência, na empresa, de quadro de carreira, devida-

32. Ob. cit., p. 245.

tituída pelo TST, razão por que os dispositivos legais acima transcritos foram revogados.

A *Câmara de Previdência Social*, cuja competência vinha disciplinada no art. 706, foi suprimida pelo Decreto-lei n. 8.737, de 19-1-1946.

O *Conselho Superior da Justiça do Trabalho*, criado pela Emenda Constitucional n. 45/2004, é órgão encarregado de exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho, de 1º e 2º graus, como órgão central do sistema, com decisões vinculantes (art. 111-A, § 2º, I e II, da CF).

O art. 707 e suas alíneas declina as atribuições fundamentais do *Presidente* do Tribunal Superior do Trabalho.

O art. 709, por sua vez, disciplina as atividades exercidas pelo Ministro *Corregedor-Geral* do TST.

Ao *Vice-Presidente* cabe substituir o Presidente e o Corregedor em suas faltas e impedimentos.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 190 do Tribunal Superior do Trabalho. Poder normativo do TST. Condições de trabalho. Inconstitucionalidade. Decisões contrárias ao STF.** Decidindo ação coletiva ou homologando acordo nela havido, o Tribunal Superior do Trabalho exerce o poder normativo constitucional, não podendo criar ou homologar condições de trabalho que o Supremo Tribunal Federal julgue iterativamente inconstitucionais. (Res. 12/83, *DJ*, 9-11-1983)

▷ **Súmula 401 do Supremo Tribunal Federal.** Não se conhece do recurso de revista, nem dos embargos de divergência, do processo trabalhista, quando houver jurisprudência firme do Tribunal Superior do Trabalho no mesmo sentido da decisão impugnada, salvo se houver colisão com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

▷ **Súmula 457 do Supremo Tribunal Federal.** O Tribunal Superior do Trabalho, conhecendo da revista, julgará a causa, aplicando o direito à espécie.

▷ **CC. Conflito negativo entre Tribunais Regionais do Trabalho. Competência do TST.** A competência para dirimir conflito entre Tribunais Regionais do Trabalho e do colendo Tribunal Superior do Trabalho. Remessa dos autos aquela E. Corte. (STJ, Ccomp 11.164/RJ, Proc. 994/0033012-0, j. 13-3-1996, S3 – Terceira Seção, Rel. Min. Cid Flaquer Scartezzini, *DJ*, 29-4-1996)

▷ **Competência para elaborar regimentos internos, dispor sobre competência e atribuição dos órgãos administrativos dos tribunais (alíneas *a* e *b*, inciso I do art. 96 da CF/88. Violação dos arts. 22, I, e 24, XI, da CF/88. Inocorrência.** A Constituição Federal, no art. 96, alíneas *a* e *b*, atribui aos tribunais, dentre outros assuntos, a competência privativa para elaborar seus regimentos internos, dispor sobre a competência e funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos, organizar secretarias e serviços auxiliares e dos juízos a que lhes forem vinculados. Por evidente, inclui-se nesta competência a delimitação dos serviços de protocolo de petições, recursos e documentos que lhe são dirigidos. Assim, quando o Eg. TRT da 17ª Região, através de provimento TRT/17ª PRESI-SECOR n. 07/99, § 2º,

determinando que é expressamente vedada a utilização do Sistema de Protocolo Integrado entre as Varas do Trabalho da Capital e o Tribunal e vice-versa, não violou os arts. 22, I, e 24, XI, da CF/88. Na hipótese, a decisão dos embargos declaratórios foi publicada no *Diário da Justiça*, no dia 30/01/03, quinta-feira, o prazo para interposição de recurso de revista começou a correr no dia 31/06/99, sexta-feira e terminou em 07/02/03, sexta-feira, porém, o recurso de revista foi protocolizado no Regional somente em 11/02/03 (fl. 128), está fora do prazo. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (TST, AIRR 302/2001-006-17-00.2, 4ª T., Rel. Juiz Convocado José Antonio Pancotti, *DJ*, 28-10-2004)

Capítulo VI
Dos Serviços Auxiliares da Justiça do Trabalho

Seção I
Da secretaria das Juntas de Conciliação e Julgamento

Art. 710. Cada Junta terá 1 (uma) secretaria, sob a direção de funcionário que o Presidente designar, para exercer a função de chefe de secretaria, e que receberá, além dos vencimentos correspondentes ao seu padrão, a gratificação de função fixada em lei. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Art. 711. Compete à secretaria das Juntas:

a) o recebimento, a autuação, o andamento, a guarda e a conservação dos processos e outros papéis que lhe forem encaminhados;

b) a manutenção do protocolo de entrada e saída dos processos e demais papéis;

c) o registro das decisões;

d) a informação, às partes interessadas e seus procuradores, do andamento dos respectivos processos, cuja consulta lhes facilitará;

e) a abertura de vista dos processos às partes, na própria secretaria;

f) a contagem das custas devidas pelas partes, nos respectivos processos;

g) o fornecimento de certidões sobre o que constar dos livros ou do arquivamento da secretaria;

h) a realização das penhoras e demais diligências processuais;

i) o desempenho dos demais trabalhos que lhe forem cometidos pelo Presidente da Junta, para melhor execução dos serviços que lhe estão afetos.

Art. 712. Compete especialmente aos chefes de secretaria das Juntas de Conciliação e Julgamento: (*Caput* e alíneas com redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

a) superintender os trabalhos da secretaria, velando pela boa ordem do serviço;

b) cumprir e fazer cumprir as ordens emanadas do Presidente e das autoridades superiores;

c) submeter a despacho e assinatura do Presidente o expediente e os papéis que devam ser por ele despachados e assinados;

d) abrir a correspondência oficial dirigida à Junta e ao seu Presidente, a cuja deliberação será submetida;

e) tomar por termo as reclamações verbais nos casos de dissídios individuais;

f) promover o rápido andamento dos processos, especialmente na fase de execução, e a pronta realização dos atos e diligências deprecadas pelas autoridades superiores;

g) secretariar as audiências da Junta, lavrando as respectivas atas;

h) subscrever as certidões e os termos processuais;

i) dar aos litigantes ciência das reclamações e demais atos processuais de que devam ter conhecimento, assinando as respectivas notificações;

j) executar os demais trabalhos que lhe forem atribuídos pelo Presidente da Junta.

Parágrafo único. Os serventuários que, sem motivo justificado, não realizarem os atos, dentro dos prazos fixados, serão descontados em seus vencimentos, em tantos dias quantos os do excesso.

Seção II
Dos distribuidores

Art. 713. Nas localidades em que existir mais de uma Junta de Conciliação e Julgamento haverá um distribuidor.

Art. 714. Compete ao distribuidor:

a) a distribuição, pela ordem rigorosa de entrada, e sucessivamente a cada Junta, dos feitos que, para esse fim, lhe forem apresentados pelos interessados;

b) o fornecimento, aos interessados, do recibo correspondente a cada feito distribuído;

c) a manutenção de 2 (dois) fichários dos feitos distribuídos, sendo um organizado pelos nomes dos reclamantes e o outro dos reclamados, ambos por ordem alfabética;

d) o fornecimento a qualquer pessoa que o solicite, verbalmente ou por certidão, de informações sobre os feitos distribuídos;

e) a baixa na distribuição dos feitos, quando isto lhe for determinado pelos Presidentes das Juntas, formando, com as fichas correspondentes, fichários à parte, cujos dados poderão ser consultados pelos interessados, mas não serão mencionados em certidões.

Art. 715. Os distribuidores são designados pelo Presidente do Tribunal Regional, dentre os funcionários das Juntas e do Tribunal Regional, existentes na mesma localidade, e ao mesmo Presidente diretamente subordinados.

Seção III
Do cartório dos Juízos de Direito

Art. 716. Os cartórios dos Juízos de Direito, investidos na administração da Justiça do Trabalho, têm, para esse fim, as mesmas atribuições e obrigações conferidas na Seção I às secretarias das Juntas de Conciliação e Julgamento.

Parágrafo único. Nos Juízos em que houver mais de um cartório, far-se-á entre eles a distribuição alternada e sucessiva das reclamações.

Art. 717. Aos escrivães dos Juízos de Direito, investidos na administração da Justiça do Trabalho, competem especialmente as atribuições e obrigações dos chefes de secretaria das Juntas; e aos demais funcionários dos cartórios, as que couberem nas respectivas funções, dentre as que competem às secretarias das Juntas, enumeradas no art. 711.

Seção IV
Das secretarias dos Tribunais Regionais

Art. 718. Cada Tribunal Regional tem 1 (uma) secretaria, sob a direção do funcionário designado para exercer a função de secretário, com a gratificação de função fixada em lei. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Art. 719. Competem à secretaria dos Tribunais, além das atribuições estabelecidas no art. 711, para a secretaria das Juntas, mais as seguintes:

a) a conclusão dos processos ao Presidente e sua remessa, depois de despachados, aos respectivos relatores;

b) a organização e a manutenção de um fichário de jurisprudência do Tribunal, para consulta dos interessados.

Parágrafo único. No regimento interno dos Tribunais Regionais serão estabelecidas as demais atribuições, o funcionamento e a ordem dos trabalhos de suas secretarias.

Art. 720. Competem aos secretários dos Tribunais Regionais as mesmas atribuições conferidas no art. 712 aos chefes de secretaria das Juntas, além das que lhes forem fixadas no regimento interno dos Tribunais. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 9.797, de 9-9-1946, e pela Lei n. 409, de 25-9-1948.)

Seção V
Dos Oficiais de Justiça

Art. 721. Incumbe aos Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores da Justiça do Trabalho a realização dos atos decorrentes da execução dos julgados das Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Tribunais Regionais do Trabalho, que lhes forem cometidos pelos respectivos Presidentes. (*Caput* e parágrafos com redação dada pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 1º Para efeito de distribuição dos referidos atos, cada Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador funcionará perante uma Junta de Conciliação e Julgamento, salvo quando da existência, nos Tribunais Regionais do Trabalho, de órgão específico, destinado à distribuição de mandados judiciais.

§ 2º Nas localidades onde houver mais de uma Junta, respeitado o disposto no parágrafo anterior, a atribuição para o cumprimento do ato deprecado ao Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador será transferida a outro Oficial, sempre que, após o decurso de 9 (nove) dias, sem razões que o justifiquem, não tiver sido cumprido o ato, sujeitando-se o serventuário às penalidades da lei.

§ 3º No caso de avaliação, terá o Oficial de Justiça Avaliador, para cumprimento do ato, o prazo previsto no art. 888.

§ 4º É facultado aos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho cometer a qualquer Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador a realização dos atos de execução das decisões desses Tribunais.

§ 5º Na falta ou impedimento do Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador, o Presidente da Junta poderá atribuir a realização do ato a qualquer serventuário.

► *Comentários*

1. *Das Secretarias das Varas do Trabalho*

As Secretarias das Varas do Trabalho equivalem aos cartórios das Varas Cíveis e Criminais da Justiça Estadual.

A cada Vara corresponde uma Secretaria, dirigida pelo *diretor* (cargo equivalente ao de escrivão dos Cartórios das Varas da Justiça Estadual).

Em conformidade com o que dispõe o art. 96, *b*, da Constituição Federal, compete privativamente aos tribunais: "organizar suas secretarias e serviços auxiliares...".

Cabe à *Secretaria da Vara* a autuação, o andamento, a guarda e conservação dos processos, fornecendo, outrossim, às partes ou a seus advogados as informações que lhe sejam solicitadas, entre outras funções.

Ao *diretor* cumpre a superintendência dos serviços auxiliares da secretaria, zelando, outrossim, pelo rápido anda-

mento dos processos, submetendo ao juiz os despachos e demais expedientes que devam por ele ser proferidos e assinados.

É de ressaltar que os despachos meramente ordinatórios não prescindem da assinatura do juiz, podendo ser ultimados pelo diretor da secretaria, *ex vi* do disposto no art. 162 do Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária no Processo do Trabalho: "art. 162 do CPC: os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário".

2. *Dos distribuidores*

Existindo, na localidade, mais de uma Vara do Trabalho, o que normalmente ocorre nos centros de intensa atividade industrial ou comercial, haverá necessidade de *um distribuidor*, cuja função precípua, é distribuir, de forma idêntica, os processos que dão entrada em juízo.

3. *Dos Cartórios dos Juízes de Direito*

Como assinala o art. 668 da CLT, nas localidades não compreendidas na jurisdição das Varas do Trabalho, os juízes de direito estão, automaticamente, investidos da jurisdição trabalhista.

Na ocorrência desse fato, ao Cartório do Juízo Cível caberão as atividades exercidas pelas Secretarias das Varas do Trabalho.

4. *Das secretarias dos Tribunais Regionais do Trabalho*

Da mesma forma que ocorre com as Varas do Trabalho, a cada Tribunal Regional caberá uma Secretaria, que, além das atribuições das primeiras, tem também a de determinar a conclusão de processos ao Presidente e aos respectivos relatores.

O Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, como ocorre com os Regionais de intenso número de feitos, possui, na forma do seu Regimento e Regulamento Internos, as seguintes Secretarias:

1. Secretaria-Geral da Presidência

1.1. Secretaria de Assessoramento em Comunicação Social

1.2. Secretaria de Assessoramento Jurídico em Admissibilidade de Recursos

1.3. Secretaria de Assessoramento Jurídico em Expedição de Precatórios

1.4. Secretaria de Assessoramento Jurídico em Assuntos Administrativos

1.5. Secretaria de Assessoramento Jurídico aos Magistrados Convocados

1.6. Secretaria de Assessoramento Jurídico-Cultural

1.7. Secretaria da Escola da Magistratura

2. Secretaria da Vice-Presidência Administrativa

3. Secretaria da Vice-Presidência Judicial

4. Secretaria da Corregedoria Regional

5. Gabinetes de Juiz do Tribunal (64)

6. Gabinetes de Juiz Presidente de Vara do Trabalho (139)

7. Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária

7.1. Secretaria do Tribunal Pleno e Órgão Especial

7.2. Serviço de Registro, Autuação e Distribuição dos Feitos na 2ª Instância

7.3. Secretaria de Apoio Judiciário

7.4. Serviço de Depósitos Judiciais

7.5. Setor de Contadoria Judiciária

7.6. Setor de Taquigrafia

7.7. Secretaria de Dissídios Coletivos

7.8. Secretaria de Dissídios Individuais

7.9. Secretarias das Turmas (10)

7.10. Secretarias das Juntas de Conciliação e Julgamento (139)

7.11. Serviços de Distribuição dos Feitos de 1º Grau (15)

8. Diretoria Geral da Administração

8.1. Secretaria de Apoio Administrativo

8.2. Secretaria de Pessoal

8.3. Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira

8.4. Secretaria de Documentação

8.5. Secretaria de Informática

8.6. Secretaria de Assistência à Saúde e Outros Benefícios Sociais

9. Secretaria de Controle Interno.

5. *Dos oficiais de justiça avaliadores*

Os oficiais de justiça são auxiliares dos juízes, com a função precípua de efetuar intimações e outras diligências dentro da respectiva circunscrição judiciária.

Na Justiça do Trabalho a essas atribuições acrescenta-se a da penhora e avaliação, na fase executória.

Em conformidade com o que dispõe o art. 721, § 2º, sob comento, o oficial de justiça tem o prazo de *9 dias* para o cumprimento dos mandados que lhe sejam encaminhados, salvo a ocorrência de razões que justifiquem eventual atraso.

Em se tratando de avaliação de bem penhorado, o prazo é de *10 dias* (art. 888 da CLT).

6. *Das penalidades contra os membros da Justiça do Trabalho*

As disposições concernentes aos representantes classistas estão revogadas pela Emenda Constitucional n. 24/99.

O juiz da Vara do Trabalho está sujeito às disposições da *Lei Orgânica da Magistratura*.

Aos funcionários das Varas aplicam-se as disposições do Código Penal relativas aos crimes contra a Administração Pública.

7. *Multa contra o empregador*

Os §§ 1º e 2º do art. 729 não subsistem, em razão da extinção do cargo de representante classista.

O *caput* do artigo sob comento impõe multa ao empregador que se recusa a cumprir sentença transitada em julgado, determinando a readmissão ou reintegração de empregado, constituindo, na expressão de Russomano, uma "penalidade imposta ao devedor que insiste em se recusar a cumprir aquilo que a lei e a sentença lhe impõem, desrespeitando, assim, a vontade do legislador e o pronunciamento soberano do magistrado"[331].

8. *Multa aos que se recusam a depor como testemunhas*

Salvo as hipóteses previstas no art. 406 do Código de Processo Civil (de aplicação subsidiária no Processo do Trabalho), a testemunha não pode recusar-se a depor em juízo. Intimada a depor, se se recusa a comparecer em juízo, poderá o juiz, *ex officio*, multá-la, determinando, outrossim, sua condução coercitiva.

9. *Multa ao empregado que, sem relevante razão, enseja o arquivamento de reclamação trabalhista*

Os arts. 731 e 732 cominam pena ao reclamante que, apresentando reclamação verbal ao distribuidor, não se apresenta à secretaria da Vara do Trabalho no prazo de 5 dias, para reduzi-la a termo. Na mesma pena incorre o reclamante que, por duas vezes seguidas, der causa ao arquivamento.

Na prática, a tomada a termo da reclamação é feita no próprio ato da distri-

331. *A Execução das Obrigações de Fazer no Processo do Trabalho*, Rio de Janeiro, Konfino, 1956, p. 24.

buição, evitando o inconveniente de retorno do reclamante exclusivamente para essa previdência.

A perda do direito de ação por 6 meses ocorre se o reclamante der causa a dois arquivamentos seguidos. Ciente o juiz do segundo arquivamento, deve aplicar ao reclamante a punição em apreço.

O prazo de 6 meses é contado a partir da data em que é aplicada a punição[332].

Russomano acentua que "o art. 732 não exige que os arquivamentos sucessivos se verifiquem na mesma reclamação, nem sequer que as reclamações sejam dirigidas contra o mesmo empregador. Entendemos, por isso, que, verificados dois arquivamentos sucessivos, embora em reclamações distintas, o empregado será passível da penalidade mencionada na lei, pois o que se pretende punir é a incúria do trabalhador, verificada e comprovada em qualquer das duas hipóteses"[333].

O art. 733 fixa o valor das multas na ocorrência dos fatos de que nos ocupamos.

O art. 734 deixa patente a obrigação das repartições públicas e dos sindicatos fornecerem aos juízes do trabalho as informações que lhes sejam solicitadas, convindo acrescentar que o art. 653 confere ao juiz do trabalho poderes para requisitar às autoridades competentes a realização das diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação.

► *Jurisprudência*

▷ **Arquivamento da ação. Indeferimento do pedido de adiamento da audiência. Intimação do autor não realizada. Direito de acesso à justiça vilipendiado.** Não constitui prejuízo para o bom andamento dos serviços judiciários o adiamento da audiência inaugural quando houver a comprovação da impossibilidade de o procurador do autor estar presente na sessão. Por outra parte, o substabelecimento do mandato constitui faculdade, e não obrigação do mandatário. Bem como o amplo acesso à Justiça, assegurado pela Carta Magna, caracteriza-se também pelo cumprimento da obrigação legal imposta aos órgãos judiciários no sentido de proceder à intimação dos atos processuais. Assim, revela-se impróprio o arquivamento da ação quando a Secretaria da Vara não cientifica a parte interessada do indeferimento de seu pedido. (TRT/12ª R., Ac. 9.459, j. 14-8-2001, RO-V 278/2001, 2ª T., Rel. Juiz João Cardoso, *DJ/SC*, 21-9-2001).

▷ **Prazo. Recurso.** O prazo recursal conta-se a partir da publicação da sentença em audiência quando proferida na data previamente determinada da qual estavam cientes as partes e alertadas quanto ao Enunciado 197 do C. TST. A notificação expedida por funcionário da Secretaria da Vara do Trabalho, independentemente de determinação judicial, não tem o condão de reabrir prazo peremptório já exaurido. (TRT/SP, Ac. 20000503848, j. 26-9-2000, RO 19990467644, 3ª T., Rel. Marcelo Freire Gonçalves, *DOE/SP*, 10-10-2000).

▷ **Penhora. Subavaliação. Ônus da prova.** Cabe ao executado oferecer prova concreta para descaracterizar o valor atribuído ao bem penhorado –

332. Wagner Giglio, *Direito Processual do Trabalho*, 10. ed., São Paulo, Saraiva, 1997, p. 170.

333. *Comentários à CLT*, cit., v. 2, p. 823.

art. 818 da CLT. Documento de conteúdo genérico não faz prova da inexatidão da avaliação feita pelo Sr. Oficial de justiça avaliador. (TRT/15ª R., Ac. 4.477/2001, j. 30-1-2001, AP 16.000/99, SEP – Seção Especializada, Rel. Maria Cecília Fernandes Alvares Leite, *DOE*, 30-1-2001).

▷ **Penhora. Avaliação procedida pelo oficial de justiça avaliador. Art. 721 da CLT e Lei n. 5.645/70. Pertinência.** Na Justiça do Trabalho a penhora é levada a efeito pelo Oficial de Justiça, que também é Avaliador, nos termos do art. 721 da CLT e da Lei n. 5.645/70. Este servidor, tão logo concretiza a penhora, ultima a avaliação do bem constrito, tendo, portanto, fé pública para proceder a seu mister. (TRT/15ª R., Ac. 949/2001, j. 15-1-2001, AP 28.970/2000, 2ª T., Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva, *DOE*, 15-1-2001).

▷ **Licença-prêmio. Magistrado.** Os Magistrados, por serem disciplinados por lei específica, que não prevê a concessão de licença-prêmio, não fazem jus ao seu gozo (Lei n. 35/79, LOMAN). Recurso em Matéria Administrativa conhecido e desprovido. (TST, RMA 696.722/2000, j. 20-9-2001, Rel. Min. Rider Nogueira de Brito, *DJ*, 9-11-2001).

▷ **Magistrado. Ajuda de custo.** A Lei Orgânica da Magistratura Nacional, apesar de consagrar a possibilidade de vir o magistrado de receber ajuda de custo, não esclarece as hipóteses em que seria devido o pagamento desta indenização, dependendo tal dispositivo de regulamentação por lei ordinária. Já o art. 53 da Lei n. 8.112/90, de aplicação subsidiária aos magistrados, dispõe que a ajuda de custo se destina a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede. Assim, tendo os recorrentes sido removidos, a pedido, por sua exclusiva conveniência, não se caracteriza o interesse público a justificar as despesas ao erário público. Recurso não provido. (TST, RMA 549.190/99, j. 2-8-2001, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ronaldo José Lopes Leal, *DJ*, 26-10-2001).

▷ **Mandado de segurança. Obrigação de fazer. Multa. *Astreintes*.** A fixação da multa, na hipótese de descumprimento da obrigação de fazer, não transforma esta, de maneira a alterar o direito alcançado e, muito menos, se presta a legitimar a alternativa de opção entre o cumprimento da obrigação e o pagamento da multa. Concedida a liminar, tal como foi nos autos originários, inclusive com a cominação de multa diária com finalidade coativa, não poderá o empregador esquivar-se de cumprir com a obrigação de reintegrar o dirigente sindical e de manter o contrato de trabalho até "decisão final do processo". A pretensão da litisconsorte, de opção entre a reintegração e o pagamento da multa, não encontra respaldo no inciso X do art. 659 da CLT que, por demais taxativo, se presta não só dar garantia ao dirigente eleito, mas e principalmente para resguardar o exercício livre de um mandato representativo, com preservação da liberdade sindical, colocada acima de questões menores, inclusive de políticas sindicais. (TRT/2ª R., Ac. 1998013408, j. 18-8-1998, MS 1998004743, SDI, Rel. Argemiro Gomes, *DOE/SP*, 4-9-1998).

Capítulo VII
Das Penalidades

Seção I
Do "lock-out" e da greve

Art. 722. Os empregadores que, individual ou coletivamente, suspenderem os trabalhos dos seus estabelecimentos, sem prévia autorização do Tribunal competente, ou que violarem, ou se recusarem a cumprir decisão proferida em dissídio coletivo, incorrerão nas seguintes penalidades:

a) multa de 300 (trezentos) a 3.000 (três mil) valores de referência regionais[334];

b) perda do cargo de representação profissional em cujo desempenho estiverem;

c) suspensão, pelo prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, do direito de serem eleitos para cargos de representação profissional.

§ 1º Se o empregador for pessoa jurídica, as penas previstas nas alíneas *b* e *c* incidirão sobre os administradores responsáveis.

§ 2º Se o empregador for concessionário de serviço público, as penas serão aplicadas em dobro. Nesse caso, se o concessionário for pessoa jurídica o Presidente do Tribunal que houver proferido a decisão poderá, sem prejuízo do cumprimento desta e da aplicação das penalidades cabíveis, ordenar o afastamento dos administradores responsáveis, sob pena de ser cassada a concessão.

§ 3º Sem prejuízo das sanções cominadas neste artigo, os empregadores ficarão obrigados a pagar os salários devidos aos seus empregados, durante o tempo de suspensão do trabalho.

Arts. 723 a 725. (Revogados pela Lei n. 9.842, de 7-10-1999.)

Seção II
Das penalidades contra os membros da Justiça do Trabalho

Art. 726. Aquele que recusar o exercício da função de Juiz classista de Junta de Conciliação e Julgamento ou de Tribunal Regional, sem motivo justificado, incorrerá nas seguintes penas:

a) sendo representante de empregadores, multa de 6 (seis) a 60 (sessenta) valores de referência regionais e suspensão do direito de representação profissional por 2 (dois) a 5 (cinco) anos;

b) sendo representante de empregados, multa de 6 (seis) valores de referência regionais e suspensão do direito de representação profissional por 2 (dois) a 5 (cinco) anos[335].

Art. 727. Os Juízes classistas das Juntas de Conciliação e Julgamento, ou Juízes representantes classistas dos Tribunais Regionais, que faltarem a 3 (três) reuniões ou sessões consecutivas, sem motivo justificado, perderão o cargo, além de incorrerem nas penas do artigo anterior.

Parágrafo único. Se a falta for de presidente, incorrerá ele na pena de perda do cargo, além da perda dos vencimentos correspondentes aos dias em que tiver faltado às audiências ou sessões consecutivas.

Art. 728. Aos presidentes, membros, juízes, Juízes classistas, e funcionários auxiliares da Justiça do Trabalho, aplica-se o disposto no Título XI do Código Penal.

---

334. A redação anterior foi alterada considerando as disposições contidas nas Leis n. 6.205/75, 6.986/82 e 7.855/89. Devemos, ainda, atentar para os termos da Lei n. 8.383/91.

335. Alíneas *a* e *b* com a redação alterada nos termos das disposições contidas nas Leis n. 6.205/75, 6.986/82 e 7.855/89. Devemos, ainda, atentar para os termos das Leis n. 8.383/91, 9.782/99 e 10.522/2002.

Seção III
De outras penalidades[336]

Art. 729. O empregador que deixar de cumprir decisão passada em julgado sobre a readmissão ou reintegração de empregado, além do pagamento dos salários deste, incorrerá na multa de 3/5 (três quintos) a 3 (três) valores de referência por dia, até que seja cumprida a decisão.

§ 1º O empregador que impedir ou tentar impedir que empregado seu sirva como vogal em Tribunal de Trabalho, ou que perante este preste depoimento, incorrerá na multa de 30 (trinta) a 300 (trezentos) valores de referência regionais.

§ 2º Na mesma pena do parágrafo anterior incorrerá o empregador que dispensar seu empregado pelo fato de haver servido como vogal ou prestado depoimento como testemunha, sem prejuízo da indenização que a lei estabeleça.

Art. 730. Aqueles que se recusarem a depor como testemunhas, sem motivo justificado, incorrerão na multa de 3 (três) a 30 (trinta) valores de referência regionais.

Art. 731. Aquele que, tendo apresentado ao distribuidor reclamação verbal, não se apresentar, no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 786, à Junta ou Juízo para fazê-lo tomar por termo, incorrerá na pena de perda, pelo prazo de 6 (seis) meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.

Art. 732. Na mesma pena do artigo anterior incorrerá o reclamante que, por 2 (duas) vezes seguidas, der causa ao arquivamento de que trata o art. 844.

Art. 733. As infrações de disposições deste Título, para as quais não haja penalidades cominadas, serão punidas com a multa de 3 (três) a 300 (trezentos) valores de referência regionais, elevada ao dobro na reincidência.

Capítulo VIII
Disposições Gerais

Art. 734. (Prejudicado pelo Dec.-lei n. 72, de 21-11-1966.)

Art. 735. As repartições públicas e as associações sindicais são obrigadas a fornecer aos Juízes e Tribunais do Trabalho e à Procuradoria da Justiça do Trabalho as informações e os dados necessários à instrução e ao julgamento dos feitos submetidos à sua apreciação.

Parágrafo único. A recusa de informações ou dados a que se refere este artigo, por parte de funcionários públicos, importa na aplicação das penalidades previstas pelo Estatuto dos Funcionários Públicos por desobediência.

► *Comentários*

1. *Do "lock-out"*

Lock-out é a paralisação das atividades empresariais, como forma de pressão, no sentido de obrigar os respectivos empregados a aceitar as condições de trabalho pretendidas pelos empregadores.

Russomano assim o define: "O *lock-out* é a greve patronal: o encerramento provisório das atividades econômicas das empresas, com o intuito de obrigar os trabalhadores à aceitação de determinadas imposições do empregador"[337].

336. Alterações nos valores das penalidades a serem aplicadas feitas com base nas disposições contidas nas Leis n. 6.205/75, 6.986/82 e 7.855/89. Devemos, ainda, atentar para os termos da Lei n. 8.383/91.

337. *Comentários à CLT*, cit., v. 2, p. 805.

mente homologado pelo Ministério do Trabalho, a teor do que dispõe a citada Súmula 6 do TST.

A respeito do assunto, *vide* legislação infraconstitucional: Lei n. 7.716, de 5-1-1989 (que define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional); Lei n. 9.029, de 13-4-1995 (que veda a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de emprego).

Discriminação contra deficientes físicos

"XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência."

► Comentários

Os mesmos princípios que vedam a desigualdade salarial em razão da cor, da etnia, da religião ou do sexo e da nacionalidade, subsistem em relação aos empregados portadores de deficiência física.

Observe-se que a Lei n. 8.213, de 24-7-1991, estabelece, no seu art. 93, critérios para a admissão de empregados portadores de deficiência física:

"A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I – até 200 empregados 2%;
II – de 201 a 500 ..... 3%;
III – de 501 a 1.000 ..... 4%;
IV – de 1.001 em diante ..... 5%".

Outrossim, a mesma lei, no seu art. 118, estabelece a estabilidade do empregado acidentado no trabalho, pelo prazo de um ano, após a cessação do auxílio acidentário, independentemente de percepção do auxílio-acidente.

A Lei n. 9.029, de 13-4-1995, proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho.

O Decreto n. 3.956, de 8-10-2001, promulgou a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.

Nos termos do art. 1º, I, da referida Convenção, "deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social".

Distinção entre o trabalho manual, técnico e intelectual

"XXXII – proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos."

► Comentários

Trata-se de norma de proteção quanto à discriminação salarial. Como bem observa José Carlos Arouca, "a norma, em princípio, volta-se para a valorização do trabalho, sem que, no entanto, determine que haja um nivelamento salarial para toda e qualquer atividade, ou seja, será plenamente possível que o trabalho técnico tenha melhor remuneração que o manual. Mas a exigência de igualdade entre os profissionais respectivos faz com

Considerada atividade ilícita, o *lock-out* era, na Constituição Federal de 1937, visto como "recurso antissocial nocivo ao trabalho e ao capital e incompatível com os superiores interesses da produção nacional" (art. 139)

A CLT, em seu art. 722, comina multa aos empregadores na ocorrência de *lock-out* e, da mesma forma, estabelece sanção pecuniária aos que se recusarem a cumprir decisões proferidas em dissídios coletivos.

Na decretação de *lock-out* pelos empregadores, ficam estes responsáveis pelo pagamento dos salários de seus empregados, durante o período de suspensão do trabalho (art. 17 da Lei n. 7.783/ 1989).

2. *O direito de greve*

A Constituição Federal, em seu art. 9º, assegura o direito de greve, "competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender".

A leitura do dispositivo constitucional nominado deixa claro que compete aos próprios trabalhadores decidir sobre os interesses que devam, por meio da greve, defender. Não se deve inferir daí que os interesses dos grevistas são livremente estabelecidos. O direito de greve não é um direito absoluto e sem limites. Os interesses mencionados, obviamente, estão diretamente relacionados com a melhoria das condições de trabalho da respectiva categoria. Toda greve que não vise melhoria salarial ou novas condições de trabalho é abusiva, como devem ser vistos os movimentos paredistas com conotação política ou de solidariedade.

A inserção do direito de greve no capítulo dos *direitos sociais* é prova eloquente dessa limitação.

Como bem observa v. julgado do Tribunal Superior do Trabalho:

"A greve é direito assegurado em sede constitucional (arts. 9º e 37, inciso VII, da Carta Magna). Inobstante não é direito absoluto, posto que o Estado de Direito é incompatível com a existência de direitos absolutos. É medida extrema e como tal sofre limitações legais, as quais não observadas dão azo à declaração de abusividade do direito de greve, mormente em se tratando de serviços essenciais de transporte coletivo urbano (Lei n. 7.783, de 28 de junho de 1989)" (TST, RO 488.299/98.8, Ac. SDC/99, Rel. Min. Valdir Righetto).

3. *A greve nos serviços essenciais*

O art. 9º da Constituição Federal não faz qualquer distinção entre atividades acessórias e essenciais, ao contrário do que ocorria sob a égide da Constituição Federal de 1967 (com a Emenda n. 1/69), que, no art. 162, proibia a greve nos serviços públicos e atividades essenciais.

Não o fazendo, lícito não seria à lei regulamentadora estabelecer qualquer proibição de greve em atividades fundamentais.

Por serviços fundamentais se há de entender aqueles essenciais à comunidade, tais como os serviços de água, energia, luz, gás, esgotos, transportes, serviço funerário, hospitais e maternidades, farmácias e drogarias, entre outros.

Contudo, como não poderia deixar de ser, a Lei n. 7.783/89, em seus arts. 9º e 10, determina aos grevistas a manutenção de equipes encarregadas de assegurar os serviços cuja paralisação resultem prejuízos irreparáveis de bens e maquinários, bem como daqueles essenciais ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Nos termos da lei nominada, são consideradas essenciais as seguintes atividades: serviços de água, energia elétrica, gás e combustíveis, serviços médicos e hospitalares, medicamentos e alimentação, serviço funerário, transporte coletivo, esgoto e lixo, telecomunicação, guarda, uso e controle de substâncias radioativas e nucleares, processamento de dados, controle de tráfego aéreo e compensação bancária.

Releva notar que, na prática, os sindicatos nem sempre cumprem tal exigência, com graves prejuízos para a coletividade, o que tem levado os TRTs a imporem pesadas multas àqueles – nem sempre executadas, porém.

Note-se que a não observância de tais exigências legais constitui abuso de direito de greve.

4. *Condições para o exercício do direito de greve*

A greve só pode ser deflagrada após frustrada a negociação com os respectivos empregadores ou seus órgãos de representação – "Art. 3º Frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recurso via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho".

A Orientação Jurisprudencial n. 11 da Seção de Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho considera abusiva a greve levada a efeito sem prévia tentativa de conciliação – "Imprescindibilidade de tentativa direta e pacífica da solução do conflito. Etapa negocial prévia. É abusiva a greve levada a efeito sem que as partes hajam tentado, direta e pacificamente, solucionar o conflito que lhe constitui o objeto".

Frustrada a conciliação prévia, imprescindível a *assembleia geral*, que decidirá sobre a paralisação, definindo, outrossim, as reivindicações da categoria.

Nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei n. 7.783/89, o estatuto da entidade sindical deve disciplinar as formalidades da convocação e o *quorum* de deliberação, quando então serão estabelecidas as reivindicações da categoria.

A categoria profissional, por seu respectivo sindicato, notificará ao empregador, com 48 horas de antecedência, da paralisação. Nas atividades fundamentais, o prazo é de 72 horas.

5. *A greve abusiva (responsabilidade civil do sindicato)*

A inobservância de tais regras caracteriza a abusividade do movimento paredista (art. 14 da Lei n. 7.783/89), impondo ao respectivo sindicato as cominações legais, dentre as quais não se pode olvidar a *responsabilidade civil*.

Observe-se que a abusividade da greve impede a acolhida das pretensões dos grevistas, como deixa claro a Orientação Jurisprudencial n. 10 da Seção de Dissídios Coletivos (SDC) do TST:

"Greve abusiva não gera efeitos. É incompatível com a declaração de abusividade de movimento grevista o estabelecimento de quaisquer vantagens ou garantias a seus partícipes, que assumiram os riscos inerentes à utilização do instrumento de pressão máximo".

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 189 do Tribunal Superior do Trabalho. Greve. Competência da Justiça do Trabalho. Abusividade. Nova redação.** A Justiça do Trabalho é competente para declarar a abusividade, ou não, da greve. (Reda-

ção original – Res. 11/83, *DJ*, 9-11-1983 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 10 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho.** Greve abusiva não gera efeitos. É incompatível com a declaração de abusividade de movimento grevista o estabelecimento de quaisquer vantagens ou garantias a seus partícipes, que assumiram os riscos inerentes à utilização do instrumento de pressão máximo.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 11 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho.** Greve. Imprescindibilidade de tentativa direta e pacífica da solução do conflito. Etapa negocial prévia. É abusiva a greve levada a efeito sem que as partes hajam tentado, direta e pacificamente, solucionar o conflito que lhe constitui o objeto.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 38 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho.** Greve. Serviços essenciais. Garantia das necessidades inadiáveis da população usuária. Fator determinante da qualificação jurídica do movimento. É abusiva a greve que se realiza em setores que a lei define como sendo essenciais à comunidade, se não é assegurado o atendimento básico das necessidades inadiáveis dos usuários do serviço, na forma prevista na Lei 7.783/89.

▷ **Precedente Normativo n. 29 do Tribunal Superior do Trabalho. Greve. Competência dos tribunais para declará-la abusiva** (positivo). Compete aos Tribunais do Trabalho decidir sobre o abuso do direito de greve.

▷ **"Lock-out".** 1. O "lock-out" é a suspensão temporária, total ou parcial, das atividades da empresa, deliberada pelos empregadores, para defender seus interesses em face dos trabalhadores. É uma espécie de "greve patronal", um meio de autodefesa dos interesses patronais. 2. A extinção da empresa com a consequente dispensa sem justa causa de todos os seus empregados não pode ser caracterizada como "lock-out", já que nenhum empresário é obrigado a manter sua empresa em atividade. 3. Recurso Ordinário a que se nega provimento. (TST, RODC 626.100/2000, j. 19-10-2000, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Rel. Min. Rider Nogueira de Brito, *DJ*, 1º-12-2000)

▷ **"Lock-out". Não caracterizado:** "Não configura "lock-out" o despedimento de todos os assalariados de empresa que encerra sua atividade econômica". (TRT/2ª R., Ac. 1999002965, j. 8-11-1999, Proc. 1999000377, Secretaria de Dissídios Coletivos, Rel. Dora Vaz Treviño, *DOE/SP*, 26-11-1999)

▷ **Greve. Atividades essenciais.** A greve, como ato jurídico, deve sujeitar-se à regulamentação legal, sendo, portanto, abusivo o movimento deflagrado sem a observância dos requisitos formais contidos na Lei n. 7.783/89. Por outro lado, o direito de greve em atividades consideradas essenciais é condicionado ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, acarretando a inobservância de tal preceito a interferência do Poder Público com a finalidade de assegurar o efetivo cumprimento da lei, cabendo, para tanto, a fixação de multa por descumprimento da obrigação de fazer imposta (CPC, art. 461, § 4º). (TST, RODC 609.069/99, j. 19-10-2000, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Rel. Min. Ronaldo José Lopes Leal, *DJ*, 1º-12-2000)

▷ **Dissídio coletivo. Greve. Abusividade.** 1. A greve, embora constitua direito da categoria profissional, revela-se o instrumento máximo de pressão na relação coletiva do trabalho e, como tal, deve ser relegado a situações em que resulte cabalmente frustrada a negociação (art. 3º da Lei n. 7.783/89). 2. Ressentindo-se os autos de qualquer elemento de prova sobre a tentativa prévia de composição consensual para o conflito de interesses, insta declarar a abusividade da greve. Pertinência da Orientação Jurisprudencial n. 11 da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho. 3. Recurso ordinário interposto pelo Sindicato profissional Suscitado a que se nega provimento. (TST, RODC 584/2003-000-15-00.2, SDC, Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 13-8-2004)

▷ **Greve. Serviços ou atividades essenciais. Necessidades inadiáveis. Atendimento. Ordem judicial. Violação. Multa.** 1. Se o direito de greve é exercido em serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregados e os empregadores obrigam-se a garantir a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, enquanto durar a paralisação (arts. 9º, § 1º, da CF, 10, V, e 11, da Lei n. 7.783/89). 2. Faltando consenso prévio entre os atores sociais para a prestação de um mínimo de serviços, cabe ao Estado interferir no movimento, com o objetivo de evitar danos à sobrevivência, à saúde e à segurança da população (art. 12 da Lei n. 7.783/89). Nessa perspectiva, o art. 461, §§ 4º e 5º, do CPC autoriza o Poder Judiciário a que determine os parâmetros de serviços indispensáveis sob responsabilidade das partes, bem como a que fixe multa pelo descumprimento de obrigação de fazer. 3. Impende aplicar à entidade obreira que negligencia semelhante ordem judicial a multa então cominada. Do contrário, não se coíbe o exercício abusivo do direito de greve em setores vitais, causador de excessivos e irremediáveis prejuízos para a coletividade. Inteligência dos arts. 9º, § 2º, da Constituição Federal, e 15, da Lei 7.783/89. 4. Recurso ordinário interposto pelo Sindicato profissional a que se nega provimento, mantendo-se a declaração de abusividade do movimento paredista e a multa imposta por violação à ordem judicial liminar. (TST, RODC 77202/2003-900-04-00.2, SDC, Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 7-5-2004)

Título IX
Do Ministério Público do Trabalho

Capítulo I
Disposições Gerais

Art. 736. O Ministério Público do Trabalho é constituído por agentes diretos do Poder Executivo, tendo por função zelar pela exata observância da Constituição Federal, das leis e demais atos emanados dos poderes públicos, na esfera de suas atribuições.

Parágrafo único. Para o exercício de suas funções, o Ministério Público do Trabalho reger-se-á pelo que estatui esta Consolidação e, na falta de disposição expressa, pelas normas que regem o Ministério Público Federal.

Art. 737. O Ministério Público do Trabalho compõe-se da Procuradoria da Justiça do Trabalho e da Procuradoria da Previdência Social, aquela funcionando como órgão de coordenação entre a Justiça do Trabalho e o Ministério do Trabalho, ambas diretamente subordinadas ao Ministro de Estado. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Art. 738. (Revogado pelo art. 196 da CF/69, com a redação dada pela EC n. 7, de 13-4-1977.)

Art. 739. Não estão sujeitos a ponto os procuradores-gerais e os procuradores.

Capítulo II
Da Procuradoria da Justiça do Trabalho

Seção I
Da organização

Art. 740. A Procuradoria da Justiça do Trabalho compreende:

a) 1 (uma) Procuradoria-Geral, que funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho;

b) 24 (vinte e quatro)[338]Procuradorias Regionais, que funcionarão junto aos Tribunais Regionais do Trabalho. (Nos termos da Lei n. 8.470, de 5-10-1992.)

Art. 741. As Procuradorias Regionais são subordinadas diretamente ao procurador-geral.

Art. 742. A Procuradoria-Geral é constituída de 1 (um) procurador-geral e de procuradores.

Parágrafo único. As Procuradorias Regionais compõem-se de 1 (um) procurador regional, auxiliado, quando necessário, por procuradores adjuntos.

Art. 743. Haverá, nas Procuradorias Regionais, substitutos de procurador adjunto ou, quando não houver este cargo, de procurador regional, designados previamente por decreto do Presidente da República, sem ônus para os cofres públicos.

§ 1º O substituto tomará posse perante o respectivo procurador regional, que será a autoridade competente para convocá-lo.

---

338. Redação dada pelo Decreto-lei n. 9.797, de 9-9-1946. Posteriormente sua redação foi alterada pelas seguintes leis: Lei n. 6.241/75 (criou a 9ª Região); Lei n. 6.915/81 (criou a 11ª Região); Lei n. 6.927/81 (criou a 10ª Região); Lei n. 6.928/81 (criou a 12ª Região); Lei n. 7.324/85 (criou a 13ª Região); Lei n. 7.520/86 (criou a 15ª Região); Lei n. 7.523/86 (criou a 14ª Região); Lei n. 7.671/88 (criou a 16ª Região); Lei n. 8.219/91 (criou a 19ª Região); Lei n. 7.872/89 (criou a 17ª Região); Lei n. 7.873/89 (criou a 18ª Região); Lei n. 8.215/91 (criou a 21ª Região); Lei n. 8.221/91 (criou a 22ª Região); Lei n. 8.233/91 (criou a 20ª Região); Lei n. 8.430/92 (criou a 23ª Região); Lei n. 8.431/92 (criou a 24ª Região).

§ 2º O procurador regional será substituído em suas faltas e impedimentos pelo procurador adjunto, quando houver, e, havendo mais de um, pelo que for por ele designado.

§ 3º O procurador adjunto será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo procurador substituto.

§ 4º Será dispensado, automaticamente, o substituto que não atender à convocação, salvo motivo de doença, devidamente comprovada.

§ 5º Nenhum direito ou vantagem terá o substituto além do vencimento do cargo do substituído e somente durante o seu impedimento legal.

Art. 744. A nomeação do procurador-geral deverá recair em bacharel em ciências jurídicas e sociais, que tenha exercido, por 5 (cinco) ou mais anos, cargo de magistratura ou de Ministério Público, ou a advocacia.

Art. 745. Para a nomeação dos demais procuradores, atender-se-á aos mesmos requisitos estabelecidos no artigo anterior, reduzido a 2 (dois) anos, no mínimo, o tempo de exercício.

Seção II
Da competência da Procuradoria-Geral

Art. 746. Compete à Procuradoria-Geral da Justiça do Trabalho: (*Caput* e alíneas com redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

a) oficiar, por escrito, em todos os processos e questões de trabalho de competência do Tribunal Superior do Trabalho;

b) funcionar nas sessões do mesmo Tribunal, opinando verbalmente sobre a matéria em debate e solicitando as requisições e diligências que julgar convenientes, sendo-lhe assegurado o direito de vista do processo em julgamento sempre que for suscitada questão nova, não examinada no parecer exarado;

c) requerer prorrogação das sessões do Tribunal, quando essa medida for necessária para que se ultime o julgamento;

d) exarar, por intermédio do procurador-geral, o seu "ciente" nos acórdãos do Tribunal;

e) proceder às diligências e inquéritos solicitados pelo Tribunal;

f) recorrer das decisões do Tribunal, nos casos previstos em lei;

g) promover, perante o Juízo competente, a cobrança executiva das multas impostas pelas autoridades administrativas e judiciárias do trabalho;

h) representar às autoridades competentes contra os que não cumprirem as decisões do Tribunal;

i) prestar às autoridades do Ministério do Trabalho as informações que lhe forem solicitadas sobre os dissídios submetidos à apreciação do Tribunal e encaminhar aos órgãos competentes cópia autenticada das decisões que por eles devam ser atendidas ou cumpridas;

j) requisitar, de quaisquer autoridades, inquéritos, exames periciais, diligências, certidões e esclarecimentos que se tornem necessários no desempenho de suas atribuições;

l) defender a jurisdição dos órgãos da Justiça do Trabalho;

m) suscitar conflitos de jurisdição.

Seção III
Da competência das Procuradorias Regionais

Art. 747. Compete às Procuradorias Regionais exercer, dentro da jurisdição do Tribunal Regional respectivo, as atribuições indicadas na Seção anterior.

Seção IV
Das atribuições do procurador-geral

Art. 748. Como chefe da Procuradoria-Geral da Justiça do Trabalho, incumbe ao procurador-geral: (*Caput* e alíneas com redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

a) dirigir os serviços da Procuradoria-Geral, orientar e fiscalizar as Procuradorias Regionais, expedindo as necessárias instruções;

b) funcionar nas sessões do Tribunal Superior do Trabalho, pessoalmente ou por intermédio do procurador que designar;

c) exarar o seu "ciente" nos acórdãos do Tribunal;

d) designar o procurador que o substitua nas faltas e impedimentos e o chefe da secretaria da Procuradoria;

e) apresentar, até o dia 31 de março, ao Ministro do Trabalho, relatório dos trabalhos da Procuradoria-Geral no ano anterior, com as observações e sugestões que julgar convenientes;

f) conceder férias aos procuradores e demais funcionários que sirvam na Procuradoria e impor-lhes penas disciplinares, observada, quanto aos procuradores, a legislação em vigor para o Ministério Público Federal;

g) funcionar em Juízo, em primeira instância, ou designar os procuradores que o devam fazer;

h) admitir e dispensar o pessoal extranumerário da secretaria e prorrogar o expediente remunerado dos funcionários e extranumerários.

Seção V
Das atribuições dos procuradores

Art. 749. Incumbe aos procuradores com exercício na Procuradoria-Geral: (*Caput* e alíneas com redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

a) funcionar, por designação do procurador-geral, nas sessões do Tribunal Superior do Trabalho;

b) desempenhar os demais encargos que lhes forem atribuídos pelo procurador-geral.

Parágrafo único. Aos procuradores é facultado, nos processos em que oficiarem, requerer ao procurador-geral as diligências e investigações necessárias. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Seção VI
Das atribuições dos procuradores regionais

Art. 750. Incumbe aos procuradores regionais: (*Caput* e alíneas com redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

a) dirigir os serviços da respectiva Procuradoria;

b) funcionar nas sessões do Tribunal Regional, pessoalmente ou por intermédio do procurador adjunto que designar;

c) apresentar, semestralmente, ao procurador-geral, um relatório das atividades da respectiva Procuradoria, bem como dados e informações sobre a administração da Justiça do Trabalho na respectiva região;

d) requerer e acompanhar perante as autoridades administrativas ou judiciárias as diligências necessárias à execução das medidas e providências ordenadas pelo procurador-geral;

e) prestar ao procurador-geral as informações necessárias sobre os feitos em andamento e consultá-lo nos casos de dúvidas;

f) funcionar em juízo, na sede do respectivo Tribunal Regional;

g) exarar o seu "ciente" nos acórdãos do Tribunal;

h) designar o procurador que o substitua nas faltas e impedimentos e o secretário da Procuradoria.

Art. 751. Incumbe aos procuradores adjuntos das Procuradorias Regionais: (*Caput* e alíneas com redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

a) funcionar por designação do procurador regional, nas sessões do Tribunal Regional;

b) desempenhar os demais encargos que lhes forem atribuídos pelo procurador regional.

Seção VII
Da secretaria

Art. 752. A secretaria da Procuradoria-Geral funcionará sob a direção de um chefe designado pelo procurador-geral e terá o pessoal designado pelo Ministro do Trabalho. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Art. 753. Compete à secretaria:

a) receber, registrar e encaminhar os processos ou papéis entrados;

b) classificar e arquivar os pareceres e outros papéis;

c) prestar informações sobre os processos ou papéis sujeitos à apreciação da Procuradoria;

d) executar o expediente da Procuradoria;

e) providenciar sobre o suprimento do material necessário;

f) desempenhar os demais trabalhos que lhes forem cometidos pelo procurador-geral, para melhor execução dos serviços a seu cargo.

Art. 754. Nas Procuradorias Regionais, os trabalhos a que se refere o artigo anterior serão executados pelos funcionários para esse fim designados.

Capítulo III
Da Procuradoria de Previdência Social

Seção I
Da organização

Arts. 755 e 756. (Revogados tacitamente pelo Dec.-lei n. 72, de 21-11-1966.)

Seção II
Da competência da Procuradoria

Art. 757. (Revogado tacitamente pelo Dec.-lei n. 72, de 21-11-1966.)

Seção III
Das atribuições do procurador-geral

Art. 758. (Revogado tacitamente pelo Dec.-lei n. 72, de 21-11-1966.)

Seção IV
Das atribuições dos procuradores

Art. 759. (Revogado tacitamente pelo Dec.-lei n. 72, de 21-11-1966.)

Seção V
Da secretaria

Arts. 760 a 762. (Revogados tacitamente pelo Dec.-lei n. 72, de 21-11-1966.)

► ***Comentários***

1. ***O Ministério Público***

O Ministério Público é órgão do Poder Executivo que promove e fiscaliza a exe-

cução das leis no interesse da sociedade. Conquanto órgão do Poder Executivo, não pode, todavia, ser visto como mero representante deste. Na verdade, a complexidade de suas funções, revestindo-se do mais alto significado, situa-o em plano bem mais elevado, erigindo-o em verdadeira instituição, como, aliás, proclama Pimenta Bueno:

"O Ministério Público é uma grande e útil instituição; é o braço direito da sociedade e do governo, e a sua vigilância e intervenção perante os tribunais de justiça"[339].

Efetivamente, a relevância das funções por ele exercidas e o permanente aperfeiçoamento da instituição não admitem que se o qualifique como mero órgão auxiliar do Executivo, até porque, não raras vezes, deve e tem agido o Ministério Público com manifesta oposição e independência em relação a este último.

Exatamente por isso, renomados autores chegam a sustentar a prevalência das funções jurisdicionais, como o faz Enrico Spagna Musso:

"Em relação à análise do texto constitucional, pode-se afirmar que o Ministério Público constitui parte integrante do Poder Judiciário, do qual continua órgão ainda que possa, dadas as suas atribuições, realizar uma ligação com o Poder Executivo; que, em consequência, a sua posição ao Guarda-selos e, portanto, ao Governo, não é a de um órgão subordinado, mas de um órgão independente e dotado de garantias que lhe assegurem tal posição"[340].

Na verdade, o Ministério Público, por força da própria evolução por que vem passando, já não pode ser visto como simples órgão auxiliar do Executivo, e, muito embora no Brasil não se inclua entre os órgãos do Poder Judiciário (CF, art. 92), bem pode ser definido como instituição independente que representa não o Executivo propriamente dito, mas a sociedade, como, aliás, já assinalava Alfredo Valladão:

"Se todos os escritores proclamam que o Ministério Público é o representante da sociedade e da Lei, não se compreende que, ao mesmo tempo, o qualifiquem de representante do Executivo.

A sociedade e a lei podem ser ofendidas pelo Executivo.

Da mesma forma, o podem ser pelo Legislativo (visto que não é permitido tomar deliberações contra a Lei Máxima – a Constituição) e pelo Poder Judiciário, em decisões que mereçam ser recorridas. E não se concebe que o Ministério Público, que deve promover a reparação da ofensa, seja representante de qualquer destes poderes"[341].

A Constituição Federal, em seu Capítulo IV, põe em destaque o Ministério Público, proclamando suas funções como *essenciais à Justiça*, declarando o art. 127 que:

"O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis"[342].

339. *Apontamentos sobre o processo criminal brasileiro.*

340. *Justitia*, Ministério Público de São Paulo, 1966.

341. Apud Pontes de Miranda, *Comentários à Constituição de 1967.*

342. O Ministério Público está subordinado às normas previstas na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público — Lei n. 8.625/93.

Nos termos do § 1º do dispositivo constitucional nominado, "são princípios institucionais do Ministério Público a *unidade*, a *indivisibilidade* e a *independência funcional*".

O Ministério Público compreende:

I – *Ministério Público da União*, que, por sua vez, abrange:

a) o Ministério Público Federal;

b) o Ministério Público do Trabalho;

c) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II – *os Ministérios Públicos dos Estados*.

2. *Das atribuições do Ministério Público do Trabalho*

Cumprindo-lhe, pois, tutelar os interesses da sociedade, em nome da qual, aliás, promove a aplicação da lei, o Ministério Público está presente na Justiça do Trabalho – o *Ministério Público do Trabalho*.

Compete à Procuradoria-Geral da Justiça do Trabalho:

a) oficiar, por escrito, em todos os processos e questões de trabalho de competência do Tribunal Superior do Trabalho;

b) funcionar nas sessões do mesmo Tribunal, opinando verbalmente sobre a matéria em debate e solicitando as requisições e diligências que julgar convenientes, sendo-lhe assegurado o direito de vista do processo em julgamento sempre que for suscitada questão nova, não examinada no parecer exarado;

c) requerer prorrogação das sessões do Tribunal, quando essa medida for necessária para que se ultime o julgamento;

d) exarar, por intermédio do procurador-geral, o seu "ciente" nos acórdãos do Tribunal;

e) proceder às diligências e inquéritos solicitados pelo Tribunal;

f) recorrer das decisões do Tribunal, nos casos previstos em lei;

g) promover, perante o juízo competente, a cobrança executiva das multas impostas pelas autoridades administrativas e judiciárias do trabalho;

h) representar às autoridades competentes contra os que não cumprirem as decisões do Tribunal;

i) prestar às autoridades do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Previdência e Assistência Social as informações que lhe forem solicitadas sobre os dissídios submetidos à apreciação do Tribunal e encaminhar aos órgãos competentes cópia autenticada das decisões que por eles devam ser atendidas ou cumpridas;

j) requisitar de quaisquer autoridades inquéritos, exames periciais, diligências, certidões e esclarecimentos que se tornem necessários no desempenho de suas atribuições;

k) defender a jurisdição dos órgãos da Justiça do Trabalho.

Compete às procuradorias regionais:

a) dirigir os serviços da procuradoria-geral, orientar e fiscalizar as procuradorias regionais, expedindo as necessárias instruções;

b) funcionar nas sessões do Tribunal Superior do Trabalho, pessoalmente, ou por intermédio do procurador que designar;

c) exarar o seu "ciente" nos acórdãos do Tribunal Regional;

d) designar o procurador que o substitua nas faltas e impedimentos e o chefe da secretaria da procuradoria;

e) apresentar, até o dia 31 de março, ao Ministro do Trabalho e Emprego relatório dos trabalhos da procuradoria-geral anterior, com as observações e sugestões que julgar convenientes;

que, entre estes, prevaleça o critério de identidade de salários"[33].

Trabalho do menor

"XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos."[34]

► Comentários

Mais realistas e, inequivocamente, mais condizentes com a realidade brasileira, as Constituições de *1934* (art. 21, *d*), de *1937* (art. 137, *j*) e a de *1946* (art. 157, IX) estabeleciam a proibição de trabalho aos menores de *quatorze anos*.

A redação original do dispositivo constitucional sob exame também limitava a proibição ao trabalho aos menores de quatorze anos[35], alterando-se o limite para dezesseis, por recomendação da Organização Internacional do Trabalho.

A CLT cuida do trabalho do menor no Capítulo IV, Título III – "Da Proteção ao Trabalho do Menor". O limite fixado no art. 402, de doze anos, obviamente foi revogado pelo dispositivo constitucional sob comento, que o elevou para dezesseis anos, salvo aprendizado metódico, quando é fixado o limite de quatorze anos.

O trabalho noturno, insalubre ou perigoso, continua vedado ao menor de dezoito anos, subsistindo, assim, as regras dispostas nos arts. 403 e 404 da CLT, manifestamente recepcionados pela Carta Magna vigente.

Trabalhador avulso

"XXXIV – igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso."

► Comentários

Avulsos, como se sabe, são trabalhadores sem vínculo empregatício que, agrupados em sindicatos específicos, executam suas funções por escala das suas respectivas entidades, junto aos armazéns gerais, cais do porto, tais como os portuários em geral, estivadores, carregadores etc.

Valentin Carrion conceitua o trabalhador avulso como "aquele que presta serviços a inúmeras empresas, agrupado em entidade de classe, por intermédio desta e sem vínculo empregatício"[36].

O trabalhador avulso é escalado pelo próprio sindicato; o trabalho, normalmente, consiste em tarefas preestabelecidas: carregamento ou descarregamento de caminhões ou navios; a remuneração é paga pelo próprio sindicato que, por sua vez, cobra os serviços dos armadores e outros que utilizam tais operadores.

A Medida Provisória n. 595, de 6 de dezembro de 2012, convertida na Lei n. 12.815, de 5 de junho de 2013, substituiu os sindicatos pelos denominados *operadores portuários*, responsáveis pela gestão da mão de obra do trabalho portuário avulso.

Os operadores portuários são encarregados de constituir, em cada porto or-

33. Ob. cit., p. 28.

34. Redação dada pela Emenda Constitucional n. 20/98.

35. A redação original assim dispunha: "XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz".

36. Ob. cit., p. 32.

f) conceder férias aos procuradores e demais funcionários que sirvam na procuradoria e impor-lhes penas disciplinares, observada, quanto aos procuradores, a legislação em vigor para o Ministério Público Federal;

g) funcionar em juízo, em 1ª instância, ou designar os procuradores que o devam fazer;

h) admitir e dispensar o pessoal extranumerário da secretaria e prorrogar o expediente remunerado dos funcionários e extranumerários.

Dentre as funções atribuídas pela Constituição Federal de 1988, cumpre pôr em relevo a de "promover inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos", o que lhe confere legitimidade para firmar *termo de ajuste de conduta*.

Em conformidade com o art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, que instituiu a *ação civil pública*:

"Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial".

É por meio do inquérito civil, de manifesta natureza administrativa, que o Ministério Público apura agressão ao meio ambiente do trabalho ou violação a outras exigências legais de natureza laboral, o que normalmente culmina com a celebração, com as empresas, do denominado *termo de ajuste ou compromisso*, com a cominação de multa, na eventualidade de seu descumprimento.

O termo em apreço tem eficácia executiva, por força do que dispõe o art. 876 da CLT, com a redação dada pela Lei n. 9.958, de 12-1-2000:

"As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acórdãos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executados pela forma estabelecida neste Capítulo".

A Emenda Constitucional n. 45/2004 dá legitimidade ao Ministério Público do Trabalho para ajuizar dissídio coletivo, em caso de greve em atividade essencial, em que haja possibilidade de lesão do interesse público (art. 114, § 3º, da CF).

3. *Da Procuradoria da Previdência Social*

Os arts. 755 a 762 da CLT foram revogados pelo Decreto-lei n. 72, de 21-11-1966, que criou o INPS, atual INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 407 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Ministério Público. Legitimidade "ad causam" prevista no art. 487, III, "a" e "b", do CPC. As hipóteses são meramente exemplificativas.** (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 83 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) A legitimidade *ad causam* do Ministério Público para propor ação rescisória, ainda que não tenha sido parte no processo que deu origem à decisão rescindenda, não está limitada às alíneas *a* e *b* do inciso III do art. 487 do CPC, uma vez que traduzem hipóteses meramente exemplificativas.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 130 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Ministério Público. Arguição. "Custos legis". Ilegitimidade.** Inserida em 20-4-1998 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005) Ao exarar o parecer na remessa de ofício, na qualidade de *custos legis*, o Ministério Público não tem legitimidade para arguir a prescrição em favor de entidade de direito público, em matéria de direito patrimonial (arts. 194 do CC de 2002 e 219, § 5º, do CPC).

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 237 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. Ilegitimidade para recorrer.** O Ministério Público não tem legitimidade para recorrer na defesa de interesse patrimonial privado, inclusive de empresas públicas e sociedades de economia mista.

▷ **Preliminar de inconstitucionalidade do artigo 83, inciso IV, da Lei Complementar n. 75/93.** Tem-se que, embora a Constituição Federal tenha reconhecido as convenções e acordos coletivos do trabalho, não outorgou aos sindicatos poderes ilimitados, de modo que possam instituir contribuição não prevista em lei e não serem questionados em juízo sobre tais cláusulas. As normas coletivas devem obedecer aos ditames da lei e da Carta Magna, cabendo ao Ministério Público a função de fiscalizar a sua legalidade, mediante, inclusive, o ajuizamento de Ação Anulatória, prevista no artigo 83, inciso IV, da Lei Complementar n. 75/93 e em conformidade com os artigos 127 e 128 da Lei Maior. Recurso não provido. (...) **Preliminar de ilegitimidade ativa "*ad causam*".** O ajuizamento da presente ação no intuito de anular cláusulas da convenção coletiva, alusivas ao desconto e contribuição assistenciais, com base em possível violação de direito e liberdade dos trabalhadores insere-se na hipótese legal que confere legitimidade ao Ministério Público. Nesse sentido já se pronunciou reiteradamente a colenda SDC. Recurso não provido. (...) (TST, ROAA 736.405/2001, j. 11-10-2001, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Rel. Min. Wagner Pimenta, *DJ*, 9-11-2001)

▷ **Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, como dever institucional e irrecusável a defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art.** 127), contando para isto com o inquérito civil público e a ação civil pública (Lei Complementar n. 75 de 1993, artigo 83, III). O prestígio da Justiça do Trabalho alarga-se quando se revela capaz de restabelecer a ordem jurídica e social, para o que necessariamente concorre a superação dos litígios e conflitos nos locais de trabalho e não tardia e excepcionalmente no bojo de um processo. Assim, reconhecida a relação de emprego com empresa vinculada à administração pública, que invoca em seu favor a nulidade do contrato apoiada no artigo 37, inciso II da Constituição, constitui dever indeclinável do juiz alertá-la, já que ciente dos fatos para dar efetividade ao comando do parágrafo 6º do artigo 37 da Constituição que impõe à administração obediência aos princípios de legalidade e moralidade, para apurar a responsabilidade dos agentes senão tardia e excepcionalmente no bojo de um processo. Assim, reconhecida a relação de emprego com em-

presa vinculada à administração pública, que invoca em seu favor a nulidade do contrato apoiada no artigo 37, inciso II, da Constituição, constitui dever indeclinável do juiz alertá-la, já que ciente dos fatos para dar efetividade ao comando do parágrafo 6º do artigo 37 da Constituição que impõe à administração obediência aos princípios de legalidade e moralidade, para apurar a responsabilidade dos agentes responsáveis pelos danos que causarem por culpa ou dolo. (TRT/2ª R., Ac. 20010328321, j. 11-6-2001, RO01 20000329848, 8ª T., Rel. José Carlos da Silva Arouca, *DOE/SP*, 3-7-2001)

▷ **Ação de execução. Título extrajudicial.** "Termo de compromisso e ajuste de conduta". De acordo com o § 6º do art. 5º da Lei 7.347/85 e art. 876 da CLT (com redação da Lei n. 9.958/2000), o termo de compromisso firmado pelo infrator em procedimento investigatório, perante o Ministério Público do Trabalho, tem natureza de título executivo extrajudicial, possibilitando a execução desde logo perante esta Justiça do Trabalho. Desnecessário, nesses casos, propor antes ação civil pública. (TRT/2ª R., Ac. 20010140438, j. 27-3-2001, AP 20000528263, 6ª T., Rel. Sônia Aparecida Gindro, *DOE/SP*, 20-4-2001)

Título X
Do processo judiciário do trabalho

Capítulo I
Disposições Preliminares

Art. 763. O processo da Justiça do Trabalho, no que concerne aos dissídios individuais e coletivos e à aplicação de penalidades, reger-se-á, em todo o território nacional, pelas normas estabelecidas neste Título.

Art. 764. Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos.

§ 2º Não havendo acordo, o juízo conciliatório converter-se-á obrigatoriamente em arbitral, proferindo decisão na forma prescrita neste Título.

§ 3º É lícito às partes celebrar acordo que ponha termo ao processo, ainda mesmo depois de encerrado o juízo conciliatório.

Art. 765. Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.

Art. 766. Nos dissídios sobre estipulação de salários, serão estabelecidas condições que, assegurando justos salários aos trabalhadores, permitam também justa retribuição às empresas interessadas.

Art. 767. A compensação, ou retenção, só poderá ser arguida como matéria de defesa. (Redação nos termos do Dec.-lei n. 6.353, de 20-3-1944.)

Art. 768. Terá preferência em todas as fases processuais o dissídio cuja decisão tiver de ser executada perante o Juízo da falência.

Art. 769. Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título.

► *Comentários*

1. *O processo trabalhista*

A tutela jurisdicional do Estado é direito assegurado a todos, por força do que dispõe o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal. A forma de provocar a tutela jurisdicional é a ação – "direito público subjetivo de natureza constitucional"[343].

Processo é o movimento da ação em juízo. "Complexo de atos coordenados tendentes ao exercício da função jurisdicional"[344].

Dividido em dois grandes grupos, *individual* e *coletivo*, o processo do trabalho rege-se pelas normas estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho, que é, assim, a um só tempo, coletânea de leis materiais (o direito do trabalho) e processuais (o direito processual do trabalho).

---

343. José Frederico Marques, *Manual de Direito Processual Civil*, 8. ed., São Paulo, Saraiva, v. 1, p. 170.

344. Moacyr Amaral Santos, *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, cit., v. 1, p. 234.

2. *Juízo conciliatório*

A Emenda Constitucional n. 45/2004 deu nova redação ao art. 114 da Constituição Federal, não só ampliando sensivelmente a competência material da Justiça do Trabalho (*vide* o Capítulo VIII), mas também eliminando do seu texto a palavra *conciliar*. Com efeito, rezava o art. 114 que à Justiça do Trabalho competia "conciliar e julgar". Na nova redação compete à Justiça do Trabalho *processar e julgar*.

A tarefa de conciliar os conflitos oriundos da relação de emprego, a rigor, é da incumbência das *Comissões de Conciliação Prévia* (Lei n. 9.958/2000).

Isso não significa, porém, que ao juiz do trabalho não seja dado propor conciliação. É de lembrar que o art. 764 da CLT prevê a atuação do juiz no sentido de conciliar reclamante e reclamado – "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação".

Observe-se, com Manoel Antonio Teixeira Filho, que "a conciliação constitui um traço marcante dos órgãos da Justiça do Trabalho" (*LTr*, *69*:1-13).

Para isso os juízes devem empregar todos os esforços – "seus bons ofícios e persuasão".

No procedimento sumaríssimo (art. 852-E da CLT), em qualquer fase do processo, o juiz "criará os meios adequados de persuasão para a solução conciliatória do litígio". No procedimento ordinário, a proposta de conciliação é formulada logo na abertura da audiência (art. 846) e reiterada quando do encerramento da instrução, antes de ser proferida a decisão (art. 850).

Somente quando rejeitada a proposta inicial de conciliação é que se processará o feito, colhendo-se a defesa, ouvindo-se as partes e respectivas testemunhas.

Rejeitada a proposta final de conciliação é que o juiz proferirá decisão.

Observe-se, porém, que, independentemente da intervenção do juiz, as partes podem, em qualquer fase em que se encontre o processo, celebrar acordo, pondo fim ao litígio.

3. *Poderes do juiz*

O art. 765 proclama a faculdade concedida ao juiz de dirigir o processo com ampla liberdade, mas, evidentemente, sem atos de arbitrariedade, já que o cerceamento de defesa implica nulidade de todo o processado, uma vez consignado oportunamente o *protesto*, que, no processo do trabalho, equivale ao agravo retido no Processo Civil.

4. *Dissídios sobre estipulação de salários*

O art. 766 estabelece princípio a ser observado nos dissídios coletivos – art. 856 da CLT.

5. *Compensação ou retenção: matéria de defesa*

Compensação é, a rigor, a extinção de obrigações recíprocas entre pessoas devedoras uma da outra. "Dá-se a compensação quando duas pessoas reúnem ao mesmo tempo as qualidades de credora e devedora uma da outra"[345].

A compensação, no processo do trabalho, está restrita aos créditos de natureza trabalhista, sendo comum o empregador arguir, na eventualidade de a ação ser julgada procedente, compensação

345. Pedro Orlando, *Novíssimo Dicionário Jurídico Brasileiro*, Editora Lep, 1959, p. 138.

por adiantamento de parcela do 13º salário, ou vales por conta de salários:

Súmula 18 do TST:

"A compensação, na Justiça do Trabalho, está restrita a dívidas de natureza trabalhista".

Retenção é o direito de conservar cousa de outrem, até que este satisfaça obrigação que nos deve. A retenção pressupõe, como lembra Sérgio Pinto Martins: "a) ser o retentor credor; b) deter o credor legitimamente a cousa; c) haja relação de conexidade entre crédito e a cousa retida; d) não existir nenhum impedimento legal ou convencional para o seu exercício"[346].

O art. 487, § 2º, da CLT faculta ao empregador o direito de reter salários, correspondentes ao aviso prévio, que não lhe tenha sido dado por empregado que espontaneamente deixa emprego.

Momento de arguição: tanto a compensação quanto a retenção devem ser arguidas com a defesa:

Súmula 48 do TST:

"A compensação só poderá ser arguida com a contestação".

6. *Processo trabalhista e falência do empregador*

A competência da Justiça do Trabalho, na ocorrência de falência do empregador, estabelecida no art. 114 da CF/88, não envolve (malgrado respeitosas opiniões em sentido contrário) os atos executórios. Apurado o crédito laboral no juízo trabalhista, quando este adquire a liquidez necessária, sua habilitação (meramente formal e sem oportunidade de qualquer impugnação) far-se-á no juízo universal da falência:

"Execução trabalhista – Competência – Falência.

A execução trabalhista que sobrevém à declaração da falência é de competência do juízo falimentar, que disporá sobre o pagamento do crédito julgado pela Justiça do Trabalho" (STJ, Ccomp 12.955.9, Rel. Min. Antônio Torreão Braz, j. 26-4-1995, *DJU*, 16-5-1995, p. 13546).

No juízo falimentar, o crédito trabalhista, limitado a cento e cinquenta salários mínimos por credor, goza de preferência absoluta ao lado dos decorrentes de acidente de trabalho, em conformidade com o art. 83, I, da Lei de Recuperação Judicial e Extrajudicial de Empresa e Falência.

Como forma de apressar a habilitação do crédito trabalhista no juízo universal da falência é que se dá preferência aos processos trabalhistas em andamento, quando haja sido decretada a falência do empregador – "Art. 768: terá preferência em todas as fases processuais o dissídio cuja decisão tiver de ser executada perante o juízo da falência"[347].

7. *Procedimentos judiciais em que figure pessoa com idade superior a 65 anos*

Considerando a demora no andamento dos processos, a Lei n. 10.173, de 9-1-2001 (*DOU*, de 10-1-2001), acrescentou ao CPC os artigos que transcrevemos:

"Art. 1.211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente

346. *Comentários à CLT*, cit., p. 743.

347. Sobre o tema, *vide* nossos *Curso de Falência e Concordata*, cit., e *Os Direitos Trabalhistas na Falência e Concordata do Empregador*, cit.

pessoa com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância.

Art. 1.211-B. O interessado na obtenção desse benefício, juntando prova de sua idade, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

Art. 1.211-C. Concedida a prioridade, esta não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 65 (sessenta e cinco) anos".

De natureza eminentemente processual, sua aplicação ao processo do trabalho se nos afigura sem qualquer conflito com os princípios gerais deste, considerando o que dispõe o art. 769 da CLT.

8. *Aplicação subsidiária do processo civil*

O processo do trabalho não é mero apêndice do processo civil. *Data maxima venia*, equivocam-se os que, escudados em rançoso preconceito, negam sua autonomia.

Como preleciona Alfredo Rocco: "para que um corpo de doutrinas tenha razão de existir e de ser considerado como ciência autônomo, é necessário e suficiente: 1º) que ele seja bastante vasto a ponto de merecer um estudo adequado e particular; 2º) que ele contenha doutrinas homogêneas, dominadas por conceitos gerais comuns e distintos dos conceitos gerais informadores de outras disciplinas; 3º) que possua um método próprio isto é, que empregue processos especiais para o conhecimento das verdades que constituem objeto das suas investigações"[348].

Ora, tais elementos estão, inquestionavelmente, presentes no processo do trabalho – nos dias atuais, toda faculdade de direito mantém curso de direito processual trabalhista; outrossim, a existência de princípios que lhe são próprios; a utilização de métodos peculiares, destinados à aplicação do direito material nos casos concretos, constituem realidade que não pode ser posta em dúvida.

Isis de Almeida, sustentando a autonomia do processo do trabalho, enumera suas peculiaridades, observando que "há distinções profundas entre a prestação jurisdicional do Estado na área trabalhista e nas áreas civil e comercial, não se justificando, de maneira alguma, a absorção, pelo processo civil, das normas do processo trabalhista, ainda que se admita a existência de institutos básicos comuns a ambos"[349].

Magistralmente observa José Augusto Rodrigues Pinto que:

"Colocadas as noções de processo e direito processual, concluímos pela unidade ontológica deste último. Não há *processus*, pois o direito processual se submete a um corpo único de preceitos fundamentais vivificadores de sua função dentro do direito. Mas, tratando-se o direito processual de um sistema em si mesmo, e uma extensão do direito material, diversifica-se, a partir do tronco único para amoldar-se, através de seus ramos internos, aos respectivos desdobramentos do direito material. Assim, cada ramo interno se desenvolve em redor de um núcleo de preceitos

348. *Princípios de Direito Comercial*, trad. Cabral de Moncada (Faculdade de Coimbra), São Paulo, Saraiva, 1931, p. 72.

349. *Curso de Direito Processual do Trabalho*, São Paulo, Sugestões Literárias, p. 6.

fundamentais e adquire identidade própria mediante outros tantos que só a ele interessam ou dizem respeito"[350].

Wagner Giglio, ardoroso defensor da autonomia científica do Direito Processual do Trabalho, após longas considerações, conclui a respeito, com as seguintes observações: "Do ponto de vista científico, entendemos que o Direito Processual do Trabalho já é autônomo, pois possui institutos, princípios e fins próprios"[351].

Malgrado sua autonomia, o processo do trabalho carece de um código que o solidifique, dando-lhe a robustez de que necessita, e que, por certo, poria fim às omissões que, à luz do art. 769 da CLT, admitem a aplicação subsidiária do direito processual civil – "Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste título".

Dois, portanto, são os requisitos para a aplicação subsidiária do processo civil:

a) omissão da legislação processual trabalhista;

b) compatibilidade da norma processual civil subsidiária com os princípios gerais do processo do trabalho.

Daí o inegável acerto de v. acórdão do Tribunal Superior do Trabalho, da lavra do Ministro Marco Aurélio:

"Estando a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil jungida à harmonia com a sistemática adotada pelo legislador consolidado, forçoso é concluir que a definição demanda tarefa interpretativa mediante o cotejo do preceito que se pretenda ver aplicado com a sistemática da CLT" (TST, RR 7.583/85-A, Ac. TP 469/67).

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 18 do Tribunal Superior do Trabalho. Compensação.** A compensação, na Justiça do Trabalho, está restrita a dívidas de natureza trabalhista. (RA 28/69, *DOE/GB*, 21-8-1969)

▷ **Súmula 48 do Tribunal Superior do Trabalho. Compensação.** A compensação só poderá ser arguida com a contestação. (RA 41/73, *DJ*, 14-6-1973)

▷ **A compensação é matéria de defesa,** e deveria ter sido arguida, portanto, em contestação, nos exatos termos do art. 767 da CLT, razão pela qual preclusa está a oportunidade de invocá-la em sede de recurso ordinário diante da confissão e revelia da reclamada. (TRT/15ª R., Ac. 13.636/2001, j. 19-4-2001, RO 23.038/2000, 3ª T., Rel. Mauro César Martins de Souza, *DOE/SP*, 19-4-2001)

▷ **Compensação de valores – Impossibilidade.** Não há como deferir a compensação de valores, se esta não foi pleiteada na contestação. O acolhimento do pleito na fase recursal consistiria ofensa à coisa julgada. (TRT/24ª R., Ac. 2.227, j. 8-8-2001, AP 234/2001, Tribunal Pleno, Rel. Desig. Nicanor de Araújo Lima, *DJ/MS*, 20-9-2001)

Capítulo II
Do Processo em Geral

Seção I
Dos atos, termos e prazos processuais

Art. 770. Os atos processuais serão

350. *Processo Trabalhista de Conhecimento*, cit., p. 30.

351. *Direito Processual do Trabalho*, cit., p. 75.

públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

Parágrafo único. A penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.

Art. 771. Os atos e termos processuais poderão ser escritos a tinta, datilografados ou a carimbo.

Art. 772. Os atos e termos processuais, que devam ser assinados pelas partes interessadas, quando estas, por motivo justificado, não possam fazê-lo, serão firmados a rogo, na presença de 2 (duas) testemunhas, sempre que não houver procurador legalmente constituído.

Art. 773. Os termos relativos ao movimento dos processos constarão de simples notas, datadas e rubricadas pelos chefes de secretaria ou escrivães. (Redação nos termos da Lei n. 409, de 25-9-1948.)

Art. 774. Salvo disposição em contrário, os prazos previstos neste Título contam-se, conforme o caso, a partir da data em que for feita pessoalmente, ou recebida a notificação, daquela em que for publicado o edital no jornal oficial ou no que publicar o expediente da Justiça do Trabalho, ou, ainda, daquela em que for afixado o edital na sede da Junta, Juízo ou Tribunal. (Redação dada pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

Parágrafo único. Tratando-se de notificação postal, no caso de não ser encontrado o destinatário ou no de recusa de recebimento, o Correio ficará obrigado, sob pena de responsabilidade do servidor, a devolvê-la, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao Tribunal de origem. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Art. 775. Os prazos estabelecidos neste Título contam-se com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irreleváveis, podendo, entretanto, ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Parágrafo único. Os prazos que se vencerem em sábado, domingo ou feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Art. 776. O vencimento dos prazos será certificado nos processos pelos escrivães ou chefes de secretaria. (Redação nos termos da Lei n. 409, de 25-9-1948.)

Art. 777. Os requerimentos e documentos apresentados, os atos e termos processuais, as petições ou razões de recursos e quaisquer outros papéis referentes aos feitos formarão os autos dos processos, os quais ficarão sob a responsabilidade dos escrivães ou chefes de secretaria. (Redação nos termos da Lei n. 409, de 25-9-1948.)

Art. 778. Os autos dos processos da Justiça do Trabalho não poderão sair dos cartórios ou secretarias, salvo se solicitados por advogado regularmente constituído por qualquer das partes, ou quando tiverem de ser remetidos aos órgãos competentes, em caso de recurso ou requisição. (Redação dada pela Lei n. 6.598, de 1º-12-1978.)

Art. 779. As partes, ou seus procuradores, poderão consultar, com ampla liberdade, os processos nos cartórios ou secretarias.

Art. 780. Os documentos juntos aos autos poderão ser desentranhados somente depois de findo o processo, ficando traslado.

Art. 781. As partes poderão requerer certidões dos processos em curso ou arquivados, as quais serão lavradas pelos escrivães ou chefes de secretaria. (Redação nos termos da Lei n. 409, de 25-9-1948.)

Parágrafo único. As certidões dos processos que correrem em segredo de justiça dependerão de despacho do juiz ou presidente.

Art. 782. São isentos de selo as reclamações, representações, requerimentos, atos e processos relativos à Justiça do Trabalho.

► Comentários

1. *Dos atos processuais*

O processo se desenvolve por meio de atos sucessivos – são os atos processuais, que, na lição de Moacyr Amaral Santos, constituem, conservam, desenvolvem, modificam ou extinguem a relação processual. Como preleciona Frederico Marques: "o processo forma-se, desenvolve-se e finda-se através de vários atos praticados pelos sujeitos que dele participam, e que são os atos processuais. Estes atos constituem espécie de atos jurídicos em geral, distinguindo-se por um traço característico, que é o de pertencerem ao processo, e de produzirem efeitos diretos e imediatos sobre a relação processual, porquanto são eles que a constituem, movimentam e encerram"[352].

Sob o ângulo do processo, os atos processuais se constituem em manifestação de vontade – são os atos das partes, atos do juiz e atos de terceiros, tais como a petição inicial, a contestação, os despachos, a sentença, a citação, a intimação, o laudo pericial etc.

2. *Atos processuais por fac-símile*

A Lei n. 9.800, de 26-5-1999, vem de instituir, entre nós, o sistema de utilização de fac-símile para a prática de atos processuais que normalmente dependam de petição escrita.

A utilização de tal sistema não prejudica o cumprimento dos prazos, devendo os originais ser entregues, necessariamente, até 5 dias da data do seu término, exigência indispensável à convolação do ato. A medida facilita a tarefa do advogado, que, em inúmeras situações, não tem condições de cumprir, em prazos exíguos, determinações dos juízes, convindo acrescentar que os prazos peremptórios não podem ser alterados por vontade das partes. Ademais, a providência acolhe os mais modernos métodos de comunicação, como já se fez com o telegrama e o radiograma (art. 374 do CPC).

Na Justiça do Trabalho não é raro o juiz conceder ao empregador prazo de 48 horas para juntar aos autos *carta de preposição, procuração, prova de condição de empregado do preposto* etc.

A exiguidade do prazo, sobretudo quando a audiência se realiza em comarcas diversas, pode criar sérios embaraços à parte, sanada, porém, com a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile.

É indispensável que haja plena concordância entre a peça remetida pelo fac-símile e o original a ser entregue ao juízo, sob pena de a parte ser considerada litigante de má-fé, com as sequelas daí decorrentes.

A nova sistemática obrigará os tribunais a dotar as Varas do Trabalho dos meios indispensáveis à utilização do uso de fac-símile para o encaminhamento de petições e documentos.

3. *Dos termos processuais*

Ainda na lição de Frederico Marques:

"Termo processual em sentido lato é o ato escrito lavrado por funcionário ou servidor do juízo, no procedimento, para documentar e formalizar declarações de vontade e atos processuais complexos, bem como assinalar

352. *Manual de Direito Processual Civil*, cit., v. 1, p. 317.

ganizado, um órgão de gestão da mão de obra do trabalho portuário, destinado, entre outros encargos, a administrar o fornecimento da mão de obra (art. 32 da Lei n. 12.815/2012).

Aos trabalhadores avulsos são concedidos, pela Constituição, todos os direitos dos trabalhadores com vínculo empregatício, sem que estejam, todavia, ungidos aos tomadores dos serviços – "Inexiste vínculo empregatício entre os trabalhadores avulsos e os armadores, pois seus serviços a estes não têm continuidade, eis que duram, somente, enquanto seus navios estão atracados no porto, carregando ou descarregando" (TST, RR 12.616/90-6, Rel. Min. José Ajuricaba).

Trabalhadores domésticos

"Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social." (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 72/2013.)

► Comentários

Trabalhador doméstico é aquele "que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial desta", conceito este dado pela Lei n. 5.859, de 11-12-1972.

A conceituação nos permite extrair os elementos caracterizadores do trabalho doméstico, a saber: a) serviços de natureza contínua; b) finalidade não lucrativa; c) no âmbito residencial.

A expressão serviços contínuos pode induzir a enganos, fazendo crer que os serviços devam ser contínuos, diários, o que, por certo, não é a melhor interpretação. Por serviços contínuos se há de entender os serviços permanentes, constantes, ainda que não diários – é o caso das arrumadeiras que prestam seus serviços em determinados dias de semana. Só prolongada intermitência (trabalho executado periodicamente, sem continuidade) afasta a relação de emprego.

A jurisprudência, de um modo geral, tem recusado a condição de empregada doméstica à diarista; "o serviço doméstico prestado pela chamada *diarista* não caracteriza vínculo de emprego, em razão da descontinuidade e, muitas vezes, da ausência de subordinação que caracteriza tal forma de prestação do trabalho" (TRT/9ª Região, RO 06272/98, *Boletim AASP* 2138/250-e, Eduardo Gabriel Saad, Suplemento da *LTr* 18/1).

O trabalho desenvolvido pelo doméstico, por outro lado, não tem finalidade lucrativa para o empregador; não se destina à produção de bens ou serviços; ao revés, destina-se, exclusivamente, ao bem-estar da pessoa ou da família do empregador:

"O que configura a categoria profissional a que pertence o empregado não é a natureza do serviço prestado, mas principalmente o contexto em que o faz.

Se trabalha no âmbito residencial, com atividade *não destinada aos fins lucrativos dos contratantes*, é doméstico, e seu contrato de trabalho será regido pela Lei n. 5.859/72" (TRT/13ª Região, RO 1592/95, Ac. 24.966, 14-9-1995, Rel. Juiz Vicente Vanderlei N. de Brito, *DJ*, 14-9-1995).

datas e passagens do andamento e curso do processo. Em sentido estrito, o termo processual é ato escrito simples, redigido pelo escrivão, para o qual não prevê a lei conteúdo especificado"[353].

O art. 771 da CLT declara que "os atos e termos processuais poderão ser escritos a tinta, datilografados ou a carimbo", mas necessariamente no vernáculo, ou seja, em português.

4. *Prazos processuais*

Prazo é o espaço de tempo dentro do qual devem ser praticados os atos processuais:

"O processo visa solucionar a lide, realizando o direito. Logo, este é o seu objetivo principal. Para alcançá-lo, a ciência recomendaria agir sem pressa, tal como sucede nos laboratórios de pesquisa, onde o tempo não conta. Mas a solução do litígio não pode aguardar o resultado perfeito, pois, enquanto não vem, a vida corre e as partes sofrem prejuízo. Daí a solução oposta do jurista, agir com a menor perda de tempo, alcançar o final dentro do mais breve espaço entre dois ideais, o de rapidez e o de certeza", preleciona Moniz de Aragão[354].

Prazos legais, judiciais e convencionais

Os prazos, quanto à origem, são de três espécies: *legais, judiciais* e *convencionais*. Os primeiros provêm das leis, tal como ocorre com o prazo recursal e com a Lei n. 5.584, de 20-7-1970, que, uniformizando os prazos para recursos, no processo do trabalho, fixou-os em 8 dias. Os prazos judiciais são aqueles estabelecidos pelo juiz, como ocorre, por exemplo, na hipótese prevista no art. 182 do Código de Processo Civil. Os prazos convencionais são os livremente estabelecidos pelas partes, como sucede com a suspensão do processo, nos termos do art. 265 do Código de Processo Civil.

Prazos dilatórios e peremptórios

Os prazos, quanto à natureza, são:

a) *dilatórios*;

b) *peremptórios*.

Dilatórios são os prazos alteráveis por consenso das partes. Peremptórios, ao revés, são os improrrogáveis, os fatais. Os prazos dilatórios podem ser reduzidos ou prorrogados, como expressamente admite o art. 181 do Código de Processo Civil, o mesmo, porém, não ocorrendo com os prazos peremptórios, por isso que fatais.

Contagem dos prazos

Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do começo, incluindo-se o do vencimento, salvo se este cair em domingo, feriado ou em dia em que não houver expediente na Justiça.

Note-se que, se o começo do prazo não cair em dia útil, este só terá início no primeiro dia útil subsequente:

"Se a intimação ocorreu em véspera de feriado, domingo, início de férias ou de recesso, ou em dia em que não haja expediente normal no fórum, o prazo terá a contagem instaurada no primeiro dia útil subsequente", ensina Moniz de Aragão[355].

---

353. *Manual de Direito Processual Civil*, cit., v. 1, p. 334.

354. *Comentários ao Código de Processo Civil*, Rio de Janeiro, Forense, v. 2, p. 82.

355. *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., v. 2, p. 108.

Para o Poder Público e o Ministério Público, o prazo é contado em quádruplo para a contestação, e em dobro para o recurso (CPC, art. 188).

Dispõe a Súmula 262, I, do TST:

"I – Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no subsequente".

5. *Prazos processuais trabalhistas*

Apresentada a reclamação trabalhista, tem o reclamante 5 dias de prazo, após a distribuição, para reduzir a termo sua postulação (CLT, art. 786, parágrafo único). Recebida e protocolada a reclamação, o chefe da secretaria da Vara tem 48 horas para remeter a segunda via da petição, ou do termo da reclamação, ao reclamado, notificando-o, nessa mesma oportunidade, para comparecer à audiência de instrução e julgamento, devendo haver, entre a audiência e a notificação, um interregno de, no mínimo, 5 dias (CLT, art. 841).

A notificação postal (citação) será considerada cumprida 48 horas depois de sua regular postagem (TST, Súmula 16).

Na audiência, tem o reclamado 20 minutos para apresentar sua defesa (CLT, art. 847), admitindo-se, na prática, a apresentação de contestação escrita. Ao juiz é concedido o prazo de 15 minutos (tolerância), após a hora marcada para o início da audiência, para estar presente no ato (CLT, art. 815).

Apresentada exceção de suspeição ou incompetência, terá o excepto vista dos autos por 24 horas, devendo a decisão sobre a exceção ser proferida na audiência seguinte (CLT, art. 800), salvo, evidentemente, se a execução versar sobre a competência da Justiça do Trabalho, sob a alegação de inexistência de relação de emprego, quando só após regular instrução do feito poderá ser apreciada e, então, será julgada, a final, juntamente com o mérito.

Nas exceções de suspeição do juiz este designará audiência dentro de 48 horas (CLT, art. 802). As audiências devem ser realizadas na sede do juízo ou Tribunal, em dias úteis, entre 8 e 18 horas, não podendo ultrapassar 5 horas seguidas, salvo em se tratando de matéria urgente (CLT, art. 813).

Encerrada a instrução, têm as partes (reclamante e reclamado) 10 minutos para aduzir razões finais orais (CLT, art. 850), sendo, a seguir, proferida a decisão. A ata de audiência deve ser assinada pelo juiz em 48 horas (CLT, art. 851).

Na eventualidade de recurso ordinário, o prazo para sua interposição é de 8 dias (o prazo para todos os recursos trabalhistas é de 8 dias, o mesmo ocorrendo para as contrarrazões, por força da uniformização estabelecida no art. 6º da Lei n. 5.584/70). As custas processuais devem ser pagas em 5 dias da data da interposição do apelo, sob pena de deserção. Contudo, se tais custas não tiverem sido calculadas, em conformidade com a Súmula 53 do TST, o prazo de 5 dias é contado da intimação do cálculo. Em se tratando de massa falida, dispõe a Súmula 86 do TST inocorrer deserção de recurso por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação.

Transitada em julgado a decisão, o executado terá 48 horas para pagar ou garantir a execução (CLT, art. 880). Não garantida a execução, seguir-se-á a penhora de bens do executado, para o que terá o oficial de justiça 9 dias para cumprir o mandado (CLT, art. 721, § 2º), ultimando-se a avaliação em 10 dias (CLT, art. 888).

Penhorados os bens, terá o executado 5 dias para interpor embargos à execução (CLT, art. 884), seguindo-se a audiência de provas em 5 dias (CLT, art. 884, § 2º), em igual prazo devendo ser proferida a decisão quando não haja protesto por provas (CLT, art. 885).

Subsistente a penhora, designar-se-á a praça, que será anunciada por edital, com antecedência mínima de 20 dias (CLT, art. 888).

O arrematante, garantindo o lanço com o sinal de 20%, tem o prazo de 24 horas para completar o preço.

Em se tratando de inquérito judicial (dissídio individual especial) na ocorrência de suspensão do empregado estável, terá o empregador 30 dias de prazo para propor a ação, sob pena de decadência (CLT, art. 853).

As ações rescisórias devem ser propostas em 2 anos, a contar do trânsito em julgado da decisão que se pretende rescindir (art. 836 da CLT, c/c o art. 495 do CPC).

Ressalte-se o prazo prescricional de 5 anos (até o limite de 2 anos após a extinção do contrato de trabalho) na forma do que prescreve o art. 7º, XXIX, da Constituição Federal de 1988.

Prazos Processuais Trabalhistas

1. Redução a termo da reclamação: 5 dias, após a distribuição (art. 786 da CLT).
2. Remessa da 2ª via da petição ao reclamado: 48 horas, após o recebimento e protocolo da reclamação, designada audiência depois de 5 dias (art. 841 da CLT).
3. Prazo de cumprimento da notificação postal: 48 horas depois de sua regular postagem (Súmula 16 do TST).
4. Prazo para contestação oral em audiência: 20 minutos (art. 847 da CLT).
5. Manifestação do excepto na apresentação de exceção de incompetência: vista dos autos por 24 horas, salvo manifestação em audiência.
6. Julgamento das exceções de suspeição do juiz: 48 horas (art. 802 da CLT).
7. Horário das audiências: das 8 às 18 horas (art. 813 da CLT).
8. Razões finais orais: 10 minutos após o encerramento da instrução (art. 850 da CLT).
9. Prazo para os recursos e contrarrazões trabalhistas: 8 dias (art. 6º da Lei n. 5.584/70).
10. Pagamento das custas em recursos: dentro do prazo recursal (Lei n. 10.537/2002 – Súmula 53 do TST).
11. Prazo para a interposição de embargos declaratórios: 5 dias (art. 897 da CLT).
12. Depósito recursal: dentro do prazo para o recurso (8 dias) – Lei n. 5.584/70, Súmula 245 do TST.
13. Pagamento ou garantia da execução: 48 horas (art. 880 da CLT).
14. Cumprimento da penhora pelo oficial de justiça avaliador: 9 dias (art. 721, § 2º, da CLT).
15. Prazo para interpor embargos à execução: 5 dias, cabendo igual prazo para impugnação à sentença de liquidação (art. 884, § 3º, da CLT). É de ressaltar que o TST declarou inconstitucional a MP n. 2.180-35/2001, que, no seu art. 4º, dilatava o prazo de cinco para trinta dias de entes públicos para oposição de embargos à execução (TST RR 70/1992-011-04-007 – Ac. Tribunal Pleno – 4 Região, Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, *DJU*, 23-9-2005).
16. Audiência de provas em embargos à execução ou impugnação à conta de liquidação: 5 dias (art. 884, § 2º, da CLT).

17. Praça dos bens penhorados: 20 dias (art. 888 da CLT).
18. Garantia do lance por arrematante: 20% do seu valor (art. 888, § 2º da CLT).
19. Inquérito judicial contra empregado estável: 30 dias, contados da suspensão do empregado (art. 853 da CLT).
20. Prazo para interposição de ação rescisória: 2 anos, contados do trânsito em julgado da decisão (art. 495 do CPC).
21. Alegação de nulidade (protesto): na primeira vez em que deva falar nos autos ou em audiência (art. 795 da CLT).

6. *Contagem de prazo*

A regra disposta no art. 774 da CLT é a mesma do art. 184 do CPC – exclui-se o dia em que a parte é notificada ou intimada, contando-se o prazo a partir do dia seguinte (se dia útil). Na eventualidade de o término do prazo ocorrer em dia em que não haja expediente forense, prorroga-se o vencimento para o dia útil subsequente.

Intimada ou notificada a parte numa sexta-feira, o prazo só começa a ser contado a partir da segunda-feira (se dia útil); caindo num feriado, o prazo só começa na terça-feira:

Súmula 1 do TST:

"Quando a intimação tiver lugar na sexta-feira ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial será contado da segunda-feira imediata, inclusive, salvo se não houver expediente, caso em que fluirá no dia útil que se seguir".

No sábado, como se sabe, não há expediente, razão por que, intimada ou notificada a parte neste dia, o prazo só começa no dia útil subsequente, ou seja, na terça-feira:

Súmula 262 do TST:

"I – Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no subsequente. II – O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho (art. 177, § 1º, do RITST) suspendem os prazos recursais".

7. *Notificação postal*

De acordo com o art. 774, parágrafo único, da CLT, em se tratando de notificação postal, presume-se que o destinatário dela tomou conhecimento se, decorridas 48 horas da sua expedição, o Correio não a devolver à Vara do Trabalho respectiva:

Súmula 16 do TST:

"Presume-se recebida a notificação 48 horas depois de sua regular postagem. O seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constituem ônus de prova do destinatário".

8. *Vista dos autos*

As partes e seus respectivos advogados podem consultar os autos, nas Secretarias das Varas do Trabalho, durante o expediente. Os advogados podem retirar os autos mediante carga.

O Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados (Lei n. 8.906, de 4-7-1994), em seu art. 7º, XV, declara que:

"São direitos do advogado:

(...)

XV – ter vista dos processos judiciais ou administrativos de qualquer natureza, em cartório ou na repartição competente, ou retirá-los pelos prazos legais".

O advogado que não devolver os autos senão depois de intimado perde o direito de vista fora da Secretaria da Vara, incorrendo, outrossim, em multa, *ex vi* do disposto no art. 196 do CPC, sujeitando-se a procedimento disciplinar perante a Ordem dos Advogados.

► ***Jurisprudência***

▷ **Súmula 1 do Tribunal Superior do Trabalho. Prazo judicial.** Quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial será contado da segunda-feira imediata, inclusive, salvo se não houver expediente, caso em que fluirá no dia útil que se seguir. (RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969)

▷ **Súmula 16 do Tribunal Superior do Trabalho. Notificação.** Presume-se recebida a notificação 48 horas depois de sua regular postagem. O seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constituem ônus de prova do destinatário. (RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 30 do Tribunal Superior do Trabalho. Intimação da sentença.** Quando não juntada a ata ao processo em 48 horas, contadas da audiência de julgamento (art. 851, § 2º, da CLT), o prazo para recurso será contado da data em que a parte receber a intimação da sentença. (RA 57/70, *DO/GB*, 27-11-1970)

▷ **Súmula 53 do Tribunal Superior do Trabalho. Custas.** O prazo para pagamento das custas, no caso de recurso, é contado da intimação do cálculo. (RA 41/73, *DJ*, 14-6-1973)

▷ **Súmula 62 do Tribunal Superior do Trabalho. Abandono de emprego.** O prazo de decadência do direito do empregador de ajuizar inquérito, contra o empregado que incorre em abandono de emprego, é contado a partir do momento em que o empregado pretendeu seu retorno ao serviço. (RA 105/74, *DJ*, 24-10-1974)

▷ **Súmula 156 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Prazo.** Da extinção do último contrato é que começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação objetivando a soma de períodos descontínuos de trabalho. Ex-Prejulgado n. 31. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 197 do Tribunal Superior do Trabalho. Prazo.** O prazo para recurso da parte que, intimada, não comparecer à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença conta-se de sua publicação. (Res. 3/85, *DJ*, 1º-4-1985)

▷ **Súmula 245 do Tribunal Superior do Trabalho. Depósito recursal. Prazo.** O depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, sendo que a interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal. (Res. 15/85, *DJ*, 9-12-1985)

▷ **Súmula 262 do Tribunal Superior do Trabalho. Prazo judicial. Notificação ou intimação em sábado. Recesso forense.** (Incorporada a Orientação Jurisprudencial n. 209 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no subsequente.

II – O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho (art. 177, § 1º, do RITST) suspendem os prazos recursais.

▷ **Súmula 308 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição quinquenal** (Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 204 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da reclamação e, não, às anteriores ao quinquênio da data da extinção do contrato.

II – A norma constitucional que ampliou o prazo de prescrição da ação trabalhista para 5 (cinco) anos é de aplicação imediata e não atinge pretensões já alcançadas pela prescrição bienal quando da promulgação da CF/1988.

▷ **Súmula 350 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Termo inicial. Ação de cumprimento. Sentença normativa.** "O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas a partir da data de seu trânsito em julgado." (Res. 62/96, *DJ*, 4-10-1996)

▷ **Súmula 385 do Tribunal Superior do Trabalho. Feriado local. Ausência de expediente forense. Prazo recursal. Prorrogação. Comprovação. Necessidade. Ato administrativo do juízo "a quo".** (Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012, *DEJT*, 25, 26 e 27-9-2012)

I – Incumbe à parte o ônus de provar, quando da interposição do recurso, a existência de feriado local que autorize a prorrogação do prazo recursal.

II – Na hipótese de feriado forense, incumbirá à autoridade que proferir a decisão de admissibilidade certificar o expediente nos autos.

III – Na hipótese do inciso II, admite-se a reconsideração da análise da tempestividade do recurso, mediante prova documental superveniente, em Agravo Regimental, Agravo de Instrumento ou Embargos de Declaração.

▷ **Súmula 387 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso. Fac-símile. Lei n. 9.800/1999.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 194 e 337 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005; inserido item IV – Res. 174/2011, *DEJT* 27, 30 e 31-5-2011; inserido item IV – Res. 174/2011, *DEJT* 27, 30 e 31-5-2011)

I – A Lei n. 9.800/1999 é aplicável somente a recursos interpostos após o início de sua vigência.

II – A contagem do quinquídio para apresentação dos originais de recurso interposto por intermédio de fac-símile começa a fluir do dia subsequente ao término do prazo recursal, nos termos do art. 2º da Lei 9.800/1999, e não do dia seguinte à interposição do recurso, se esta se deu antes do termo final do prazo.

III – Não se tratando a juntada dos originais de ato que dependa de notificação, pois a parte, ao interpor o recurso, já tem ciência de seu ônus processual, não se aplica a regra do art. 184 do CPC quanto ao *dies a quo*, podendo coincidir com sábado, domingo ou feriado.

IV – A autorização para utilização do fac-símile, constante do art. 1º da Lei n. 9.800, de 26-5-1999, somente alcança as hipóteses em que o documento é dirigido diretamente ao órgão jurisdicional, não se aplicando à transmissão ocorrida entre particulares.

▷ **Súmula 310 do Supremo Tribunal Federal.** Quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial terá início na segunda-feira imediata, salvo se não houver expediente, caso em que começará no primeiro dia útil que se seguir.

▷ **Súmula 392 do Supremo Tribunal Federal.** O prazo para recorrer de acórdão concessivo de segurança conta-se da publicação oficial de suas conclusões, e não da anterior ciência à autoridade para cumprimento da decisão.

▷ **Súmula 428 do Supremo Tribunal Federal.** Não fica prejudicada a apelação entregue em cartório no prazo legal, embora despachada tardiamente.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 120 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso. Assinatura da petição ou das razões recursais. Validade.** (Nova redação - Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

O recurso sem assinatura será tido por inexistente. Será considerado válido o apelo assinado, ao menos, na petição de apresentação ou nas razões recursais.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 192 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Embargos declaratórios. Prazo em dobro. Pessoa jurídica de direito público. Decreto-lei n. 779/69.** É em dobro o prazo para a interposição de embargos declaratórios por Pessoa Jurídica de Direito Público.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 91 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de segurança. Autenticação de cópias pelas secretarias dos Tribunais Regionais do Trabalho. Requerimento indeferido. Art. 789, § 9º, da CLT.** Não sendo a parte beneficiária da assistência judiciária gratuita, inexiste direito líquido e certo à autenticação, pelas secretarias dos Tribunais, de peças extraídas do processo principal, para formação do agravo de instrumento.

▷ **Agravo de petição da executada. Não conhecimento dos embargos à arrematação.** O prazo de cinco dias para a interposição dos embargos à arrematação inicia-se após esta, desde que o executado esteja ciente da data da realização da praça ou leilão público. Aplicação do princípio da publicidade dos atos processuais. Hipótese em que o executado interpôs embargos à arrematação após o transcurso do prazo legal. Agravo de petição ao qual se nega provimento. (TRT/4ª R., AP 00118.721/97-6, j. 30-1-2001, 2ª T., Rel. Juíza Rejane Souza Pedra, *DJ*, 5-3-2001)

▷ **Rito procedimental. Alteração (ordinário x sumaríssimo). Direito intertemporal. Aplicabilidade imediata.** Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas – princípio processual *tempus regit actum*. A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. (...) (TRT/15ª R., Ac. 32.109/2001, j. 23-7-2001, RO 15.762/2000, 2ª T., Rel. Luís Carlos

Cândido Martins Sotero da Silva, *DOE*, 23-7-2001)

▷ **Tempestividade. Recurso ordinário apresentado à presidência do tribunal.** Prevê o art. 770 da CLT que os atos processuais podem ser realizados até às 20:00 horas. O recebimento do apelo às 18:30 pela Presidência do Tribunal, no último dia do octídio legal, adequou-se ao citado dispositivo e também à Resolução Administrativa da Corte "a quo", que estabelece o expediente das 8:00 às 19:00. O recebimento do apelo fora do octídio legal pelo Setor de Distribuição dos Feitos, por questões burocráticas, não pode prejudicar a parte, que apresentou seu inconformismo, segundo o prazo e horário previstos nos arts. 895 e 770 da CLT. Revista conhecida e provida. (TST, RR 348.070/97, j. 29-3-2000, 5ª T., Rel. Min. Rider Nogueira de Brito, *DJ*, 28-4-2000)

▷ **Embargos declaratórios. Prazo em dobro. Pessoa jurídica de direito público.** Este Tribunal, analisando a aplicação do artigo 1º do Decreto n. 779/69 à hipótese em que a pessoa jurídica de direito público opõe embargos de declaração, firmou o seguinte entendimento, consubstanciado na Orientação Jurisprudencial n. 192 da SBDI-1 do TST. É em dobro o prazo para a interposição de embargos declaratórios por pessoa jurídica de direito público. Entretanto, na hipótese, ainda que computado o prazo em dobro, verifica-se que os embargos declaratórios foram opostos fora do prazo. Revista não conhecida. (TST, RR 560/2001-022-15-00.9, 5ª T., Rel. Juíza Convocada Rosita de Nazaré Sidrim Nassar, *DJ*, 12-11-2004)

▷ **O prazo prescricional na Justiça do Trabalho não é dilatório.** A interrupção prescricional só acontece com o ajuizamento da reclamação, não com o simples *'animus'* do autor. (TRT/2ª R., Ac. 02950319160, j. 1º-8-1995, RO 02940030990, 10ª T., Rel. Plínio Bolívar de Almeida, *DOE/SP*, 15-8-1995)

▷ **Recurso ordinário. Tempestividade. Contagem do prazo. Intimação.** 1. O artigo 774, "caput", da CLT determina expressamente que o início da contagem dos prazos dar-se-á, conforme o caso, a partir da data em que for feita pessoalmente, ou recebida, a notificação. 2. Ilegal e inadmissível a praxe adotada pela MM. JCJ de origem consistente em se conceder cinco dias de prazo aos advogados das partes, após a intimação da r. sentença, a fim de comparecerem à secretaria para cientificarem-se da decisão, somente iniciando-se a contagem do prazo recursal após transcorrido o quinquídio. 3. Cuidando-se de prazo fatal e peremptório, não se compadece de elastecimento, por convenção tácita das partes, ou diretriz discricionária do próprio Juiz. Incidência dos artigos 182 e 183 do CPC e 775 da CLT. 4. Afigura-se intempestivo o recurso ordinário interposto fora do octídio legal, considerando-se como marco inicial da contagem do prazo recursal o dia subsequente à notificação das partes. 5. Recurso conhecido e não provido. (TST, RR 342.093/97, j. 12-4-2000, 1ª T., Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 26-5-2000)

▷ **Prazo recursal. Embargos intempestivos não retroagem para interromper o prazo do recurso principal.** A intempestividade deste é inafastável, ainda que o juiz conheça e

julgue os embargos de declaração. Os prazos peremptórios obrigam as partes e o juiz, e só podem ser prorrogados nas hipóteses do art. 182 do CPC. (TRT/2ª R., Ac. 20010643308, j. 8-10-2001, RO01 20000562879, 9ª T., Rel. Luiz Edgar Ferraz de Oliveira, *DOE/SP*, 26-10-2001)

▷ **Custas. Recolhimento e comprovação.** O prazo de recolhimento das custas, assim como o da comprovação, é fatal, peremptório. A intimação para comprovação do recolhimento não dilata, não suspende e nem interrompe esse prazo. Deserção caracterizada. (TRT/2ª R., Ac. 20010467143, j. 6-8-2001, RO 20000216466, 1ª T., Rel. Eduardo de Azevedo Silva, *DOE/SP*, 21-8-2001)

▷ **Prazos não peremptórios exauridos. Consequências.** A dilação de prazos não peremptórios é faculdade do Juízo na condução do processo. O requerimento deve ser formulado antes do exaurimento do prazo inicialmente fixado, sob pena do ato ser atingido pela preclusão. (TRT/2ª R., Ac. 20010481731, j. 7-8-2001, RO 20000162692, 4ª T., Rel. Paulo Augusto Câmara, *DOE/SP*, 17-8-2001)

▷ **Agravo de petição. Inobservância do prazo recursal.** O prazo recursal constitui critério objetivo de sua admissibilidade, implicando o seu desrespeito no nascimento de causa obstativa da análise do mérito nele ventilado. O agravo de petição, como os demais recursos da processualística laboral, enseja interposição no interregno de 08 (oito) dias (art. 897, CLT), ao cabo dos quais, dado ao seu caráter peremptório, incide a preclusão temporal. Recurso que não se conhece. (TRT/15ª R., Ac. 4.363/2001, j. 30-1-2001, AP 9.189/99, SEP – Seção Especializada, Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite, *DOE*, 30-1-2001)

▷ **1) Contrarrazões. Inexistência. Apresentação por *"fac simile"*. Originais não apresentados.** São inexistentes as contrarrazões apresentadas por *"fac simile"* quando a parte deixa de entregar em juízo os respectivos originais da petição dentro do quinquídio legal a que teria direito, nos termos do art. 2º da Lei n. 9.800/99; (...) (TST, ROAR 653.882/2000, j. 6-11-2001, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Ministro Ronaldo José Lopes Leal, *DJ*, 14-12-2001)

▷ **1) Citação postal inicial. Reclamação trabalhista. Irregularidade. Não configuração.** A pretensão de elidir a revelia e a pena de confissão, mediante o ajuizamento de ação rescisória, não prescinde de robusta comprovação da irregularidade da notificação inicial, valendo salientar que, no processo do trabalho, não se exige que a citação seja pessoal, bastando que seja entregue no endereço indicado ao zelador de prédio ou colocada na caixa postal, excetuando a hipótese em que o reclamado cria embaraços ou não é encontrado, situação que gera a notificação por edital. (...) (TST, ROAR 416.465/98, j. 30-10-2001, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. Ronaldo José Lopes Leal, *DJ*, 14-12-2001)

Seção II
Da distribuição

Art. 783. A distribuição das reclamações será feita entre as Juntas de Conciliação e

Julgamento, ou os Juízes de Direito do Cível, nos casos previstos no art. 669, § 1º, pela ordem rigorosa de sua apresentação ao distribuidor, quando o houver.

Art. 784. As reclamações serão registradas em livro próprio, rubricado em todas as folhas pela autoridade a que estiver subordinado o distribuidor.

Art. 785. O distribuidor fornecerá ao interessado um recibo do qual constarão, essencialmente, o nome do reclamante e do reclamado, a data da distribuição, o objeto da reclamação e a Junta ou o Juízo a que coube a distribuição.

Art. 786. A reclamação verbal será distribuída antes de sua redução a termo.

Parágrafo único. Distribuída a reclamação verbal, o reclamante deverá, salvo motivo de força maior, apresentar-se no prazo de 5 (cinco) dias, ao cartório ou à secretaria, para reduzi-la a termo, sob a pena estabelecida no art. 731.

Art. 787. A reclamação escrita deverá ser formulada em 2 (duas) vias e desde logo acompanhada dos documentos em que se fundar.

Art. 788. Feita a distribuição, a reclamação será remetida pelo distribuidor à Junta ou Juízo competente, acompanhada do bilhete de distribuição.

► *Comentários*

1. *Distribuição*

Distribuição é o meio de designação dos juízes com competência para conhecer, processar e julgar as causas propostas em determinada comarca.

Como assinala Moniz de Aragão, tem dois objetivos:

"1º) além de se destinar a fixar a competência entre juízos que o tenham igual;

2º) destina-se a equilibrar, entre eles, a quantidade de trabalho a ser desempenhado"[356].

Nelson Nery Jr. e Rosa Maria Andrade Nery ensinam que:

"A distribuição existe para dividir o trabalho entre juízos da mesma competência, evitando a sobrecarga de um deles relativamente aos demais. Na verdade é manifestação de divisão de competência de juízo e não de foro. Essa divisão deve ser o mais equânime possível, propiciando o mesmo número de feitos aos juízos da respectiva comarca ou justiça. Ocorre a divisão desde que haja mais de um juízo ou mais de um cartório"[357].

Note-se que, nas localidades em que não haja mais de uma Vara do Trabalho, obviamente inexiste distribuidor, devendo as reclamações ser apresentadas na própria Secretaria da Vara.

2. *Registro das reclamações*

As reclamações apresentadas ao distribuidor são, atualmente, digitadas no computador, que, imediatamente, fornece aos interessados a Vara a que foi distribuído o feito.

3. *Reclamações verbais e escritas*

As *reclamações verbais* são apresentadas no setor do mesmo nome, sendo encaminhadas ao distribuidor, que indicará a Vara a que foi distribuído o processo, com o comparecimento do reclamante à Secretaria daquela para redução a termo de sua reclamação.

356. *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., v. 2, p. 21.

357. *Código de Processo Civil Comentado*, cit., p. 524.

Outrossim, o trabalho doméstico há de desenvolver-se no âmbito da família do tomador de serviços – do empregador:

"O trabalho doméstico tem características próprias e especiais que o difere das demais atividades de trabalho. *Realizado no âmbito familiar e restrito ao espaço físico residencial* e de participação de familiares, parentes e afins" (TRT/PR, RO 879/91, Rel. Juiz Silvoney Sérgio Piovesan).

Aos empregados domésticos são, pois, estendidos todos os direitos atribuídos aos empregados em geral, direitos esses analisados nos comentários à CLT.

A Constituição Federal (art. 7º, parágrafo único) concedeu aos empregados domésticos os seguintes direitos: *proteção contra dispensa arbitrária mediante indenização compensatória* (I); *seguro-desemprego* (II); *FGTS* (III); *salário mínimo* (IV); *irredutibilidade do salário* (VI); *garantia de salário nunca inferior ao mínimo* (VII); *décimo terceiro salário* com base na remuneração integral (VIII); *remuneração do trabalho noturno* superior à do diurno (IX); *proteção ao salário* (X); *salário-família* (XII); *jornada semanal de 44 horas* (XIII); *repouso semanal remunerado*, preferencialmente aos domingos (XV); *remuneração do serviço extraordinário*, no mínimo, em 50% à do normal (XVI); *férias anuais remuneradas*, com gratificação de um terço (XVII); *licença à gestante* (XVIII); *licença-paternidade* (XIX); *aviso prévio* (XXI); *proteção contra riscos inerentes ao trabalho*, por meio de norma de saúde, higiene e segurança (XXII); *aposentadoria* (XXIV); *assistência gratuita aos filhos e dependentes* desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas (XXV); *reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho* (XXVI); *seguro contra acidentes de trabalho* (XXVIII); *proibição de diferença de salários*, de exercício de funções e de critério de submissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (XXX); *proibição de qualquer discriminação* no tocante a salário e critérios de admissão do *trabalhador portador de deficiência* (XXXI); *proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito* e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (XXXIII).

5. Da organização sindical

"Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II – é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV – a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V – ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

As *reclamações escritas* são apresentadas ao distribuidor em duas vias, acompanhadas dos documentos em que se fundar a pretensão.

Note-se que, se a petição vier desacompanhada dos documentos fundamentais à propositura da ação, o juiz determinará que o reclamante a emende ou complete, no prazo de 10 dias, na forma do art. 284 do CPC, de inequívoca aplicação subsidiária.

Atente-se para a Súmula 8 do Tribunal Superior do Trabalho: "A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença".

▶ *Jurisprudência*

▷ ***"Jus postulandi".*** Os empregadores têm a faculdade de reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final (artigo 791 da CLT), visto que a lei especial admite a demanda verbal, reduzida a termo na secretaria do juízo (artigo 839, alínea "a", e artigo 840, § 2º, da CLT). A lei geral posterior não revoga a lei especial, quando a própria Carta Magna consagra os princípios da oralidade e celeridade, nos juizados especiais, inspirados no processo trabalhista. Seria preciso revogação explícita ou implícita. E se não o fez, é porque o legislador não quis revogar a regra divergente que já existia; não quis, em suma, acabar com a exceção que absolutamente não é incompatível com o preceito geral, uma vez que cuida de situações peculiares. Não se deve restringir o livre acesso ao Judiciário não só pelo trabalhador, hipossuficiente, como também pelos microempresários, pequenas ou médias empresas, que não possam ou não desejem dispor de patrocínio advocatício. A administração da justiça é dirigida ao público, portanto, muito mais do que em benefício de uma classe. Recurso ordinário provido para julgar procedente a ação rescisória. (TST, Ac. 501, j. 14-3-1994, ROAR 61.493/92, Seção Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. Cnéa Moreira, *DJ*, 29-4-1994)

▷ **Petição inicial. Inépcia.** O comando inserto no "caput" e no § 1º do artigo 840 da CLT é claro: a reclamação poderá ser escrita ou verbal; porém, em sendo escrita, deverá conter, além de outros dados, uma breve exposição dos fatos de que resulta o dissídio, bem como o pedido. É evidente, assim, que a tal brevidade na narrativa dos fatos, permitida por lei, não afasta a imprescindibilidade da formulação expressa do pedido em si. Desse modo, se ausente aquele, é de declarar-se a inépcia da inicial. (TRT/15ª R., Ac. 26.120/2000, j. 18-7-2000, REO 37.142/98, 1ª T., Rel. Luiz Antonio Lazarim, *DOE*, 18-7-2000)

Seção III
Das custas e emolumentos

(Seção com redação dada pela Lei n. 10.537, de 27-8-2002)

Art. 789. Nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos do trabalho, nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à

base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e serão calculadas:

I – quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor;

II – quando houver extinção do processo, sem julgamento do mérito, ou julgado totalmente improcedente o pedido, sobre o valor da causa;

III – no caso de procedência do pedido formulado em ação declaratória e em ação constitutiva, sobre o valor da causa;

IV – quando o valor for indeterminado, sobre o que o juiz fixar.

§ 1º As custas serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão. No caso de recurso, as custas serão pagas e comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal.

§ 2º Não sendo líquida a condenação, o juízo arbitrar-lhe-á o valor e fixará o montante das custas processuais.

§ 3º Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.

§ 4º Nos dissídios coletivos, as partes vencidas responderão solidariamente pelo pagamento das custas, calculadas sobre o valor arbitrado na decisão, ou pelo Presidente do Tribunal.

Art. 789-A. No processo de execução são devidas custas, sempre de responsabilidade do executado e pagas ao final, de conformidade com a seguinte tabela:

I – autos de arrematação, de adjudicação e de remição: 5% (cinco por cento) sobre o respectivo valor, até o máximo de R$ 1.915,38 (um mil, novecentos e quinze reais e trinta e oito centavos);

II – atos dos oficiais de justiça, por diligência certificada:

a) em zona urbana: R$ 11,06 (onze reais e seis centavos);

b) em zona rural: R$ 22,13 (vinte e dois reais e treze centavos);

III – agravo de instrumento: R$ 44,26 (quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos);

IV – agravo de petição: R$ 44,26 (quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos);

V – embargos à execução, embargos de terceiro e embargos à arrematação: R$ 44,26 (quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos);

VI – recurso de revista: R$ 55,35 (cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos);

VII – impugnação à sentença de liquidação: R$ 55,35 (cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos);

VIII – despesa de armazenagem em depósito judicial – por dia: 0,1% (um décimo por cento) do valor da avaliação;

IX – cálculos de liquidação realizados pelo contador do juízo – sobre o valor liquidado: 0,5% (cinco décimos por cento) até o limite de R$ 638,46 (seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos).

Art. 789-B. Os emolumentos serão suportados pelo Requerente, nos valores fixados na seguinte tabela:

I – autenticação de traslado de peças mediante cópia reprográfica apresentada pelas partes – por folha: R$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos de real);

II – fotocópia de peças – por folha: R$ 0,28 (vinte e oito centavos de real);

III – autenticação de peças – por folha: R$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos de real);

IV – cartas de sentença, de adjudicação, de remição e de arrematação – por folha: R$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos de real);

V – certidões – por folha: R$ 5,53 (cinco reais e cinquenta e três centavos).

Art. 790. Nas Varas do Trabalho, nos Juízos de Direito, nos Tribunais e no Tribunal

Superior do Trabalho, a forma de pagamento das custas e emolumentos obedecerá às instruções que serão expedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

§ 1º Tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá solidariamente pelo pagamento das custas devidas.

§ 2º No caso de não pagamento das custas, far-se-á execução da respectiva importância, segundo o procedimento estabelecido no Capítulo V deste Título.

§ 3º É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

Art. 790-A. São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita:

I – a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica;

II – o Ministério Público do Trabalho.

Parágrafo único. A isenção prevista neste artigo não alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profissional, nem exime as pessoas jurídicas referidas no inciso I da obrigação de reembolsar as despesas judiciais realizadas pela parte vencedora.

Art. 790-B. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita.

▶ *Comentários*

1. *Custas processuais*

Eliézer Rosa, em seu consagrado *Dicionário de Processo Civil*[358], ensina que "custas são aquela parte das despesas judiciais que, relativas à formação, propulsão e terminação do processo, taxadas por lei; e hão de ser contadas contra a parte vencida segundo o princípio geral de direito processual – *victus victori expensas condenatur*, que é suscetível, em todo caso, de maior ou menor atenuação pela lei".

As custas são, pois, verdadeiras taxas judiciárias, cuja natureza tributária já foi proclamada pelo Supremo Tribunal Federal (RE 116.208-2, Ac. Tribunal Pleno, 20-4-1990, Rel. Min. Moreira Alves).

Despesas, ao revés, de sentido amplo, e, consequentemente, abrangendo as custas, são todos os gastos efetuados para levar um processo às suas finalidades[359].

As custas, nos dissídios individuais ou coletivos e ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, relativas ao processo de conhecimento, incidem à base de 2%, observado o mínimo de R$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos), sendo calculadas de acordo com as seguintes regras:

a) nos *dissídios individuais*, havendo *acordo*, salvo o que for convencionado em contrário, as custas são pagas em partes iguais, pelos respectivos litigantes, ou seja, divididas igualmente, já que outra interpretação do § 3º, do art. 789 (com a redação dada pela Lei n. 10.537/2002), levaria ao absurdo de pagamento dobrado das custas!

358. Rio de Janeiro, Editora de Direito, 1957, p. 165.
359. *RT*, 621/168.

Assim, repetimos, salvo disposição contrária dos litigantes, *havendo acordo*, as custas, fixadas sobre o seu valor, serão divididas em partes iguais.

Na prática, os juízes, atendendo às situações reais do empregado, em decorrência de desemprego, ou estado de miserabilidade, isentam-no do pagamento da sua parte, com o seguinte despacho:

"Custas em partes iguais, isento o Reclamante".

A isenção de custas ao empregado é faculdade concedida pelo § 3º do art. 790 (com a redação dada pela Lei n. 10.537/2002) – é facultado ao juiz, a requerimento, ou de ofício, o benefício da Justiça Gratuita (que equivale à isenção de custas e emolumentos) aos que percebam salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal ou declarem que não estejam em condições de pagá-las sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Negada que seja a isenção de custas, havendo o patrocínio jurídico do sindicato, este responderá solidariamente pelo pagamento (§ 1º do art. 790, com a redação dada pela Lei n. 10.537/2002);

b) na ocorrência de condenação (obviamente na procedência parcial ou total da ação), as custas são pagas pelo vencido na demanda, fixadas sobre o valor da causa;

c) sendo o valor indeterminado, tais custas são estabelecidas sobre o montante que o juiz fixar;

d) sendo ilíquida a condenação (hipótese em que o *quantum debeatur* é apurado em liquidação de sentença), o juiz arbitrar-lhe-á um valor e sobre este o montante das custas;

e) na extinção do processo sem julgamento do mérito, ou quando totalmente improcedente a ação, as custas são fixadas sobre o valor da causa, podendo haver, em tais hipóteses, isenção ao empregado que a ela faça jus;

f) nos *dissídios coletivos*, as partes vencidas responderão solidariamente pelo pagamento das custas, calculadas sobre o valor arbitrado na decisão.

No processo de execução são devidas custas, de responsabilidade do executado, e pagas a final, observada a tabela fixada no art. 789-A, acrescido à CLT pela Lei n. 10.537/2002.

Segundo dispõe o art. 790, a forma de pagamento das custas e emolumentos observará instrução do Tribunal Superior do Trabalho.

Os honorários do perito do Juízo são de responsabilidade do vencido no pedido objeto da perícia.

"Nas ações plúrimas as custas incidem sobre o respectivo valor global" – Súmula 36 do TST.

As pessoas jurídicas de direito público, União, Estados, Municípios e respectivas autarquias não estão sujeitas a prévio pagamento de custas, respondendo, porém, pelo reembolso das despesas judiciais realizadas pela parte vencedora.

Observe-se que em se tratando de *Massa Falida*, não há falar em deserção de recurso, por falta do pagamento das custas ou do depósito recursal:

Súmula 86 do TST:

"Não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação. Esse privilégio, todavia, não se aplica à empresa em liquidação extrajudicial".

As custas são pagas pelo vencido, após o *trânsito em julgado* da decisão, salvo na hipótese de recurso, em que o pagamento há de ser feito dentro do prazo recursal:

Art. 789, § 1º, da CLT:

"§ 1º As custas serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão. No caso de recurso, as custas serão pagas e comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal".

Nos inquéritos judiciais destinados à apuração de falta grave de empregados estáveis, o pagamento das custas é feito no prazo determinado pelo juiz:

Na eventualidade de reforma de decisão pelo órgão de grau superior (TRT ou TST), a parte vencedora em grau inferior está obrigada a pagar as custas:

Súmula 25 do TST:

"A parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está obrigada, independentemente de intimação, a pagar as custas fixadas na sentença originária, das quais ficara isenta a parte então vencida".

Os *emolumentos*, "despesas que se fazem na sustentação do pleito com extração de certidões, traslados de documentos"[360], devem ser pagos em 48 horas, a contar da sua extração pelo requerente, observados os valores fixados na tabela constante do art. 789-B, acrescentado à CLT pela Lei n. 10.537/2002.

O *benefício da Justiça Gratuita* afasta a cobrança de custas e emolumentos, preceito de ordem constitucional: "CF/88 – art. 5º, LXXIV – o Estado prestará assistência judiciária jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

A participação dos juízes de direito investidos de jurisdição trabalhista e seus funcionários, nas custas processuais, está expressamente vedada – CF/88, art. 95, parágrafo único, II.

360. Eliézer Rosa, ob. cit., p. 206.

▶ *Jurisprudência*

▷ **Súmula 25 do Tribunal Superior do Trabalho. Custas.** A parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está obrigada, independentemente de intimação, a pagar as custas fixadas na sentença originária, das quais ficará isenta a parte então vencida. (RA 57/70, *DO/GB*, 27-11-1970)

▷ **Súmula 36 do Tribunal Superior do Trabalho. Custas.** Nas ações plúrimas as custas incidem sobre o respectivo valor global. (RA 57/70, *DO/GB*, 27-11-1970)

▷ **Súmula 53 do Tribunal Superior do Trabalho. Custas.** O prazo para pagamento das custas, no caso de recurso, é contado da intimação do cálculo. (RA 41/73, *DJ*, 14-6-1973)

▷ **Súmula 86 do Tribunal Superior do Trabalho. Deserção. Massa falida. Empresa em liquidação extrajudicial.** (Incorporada a Orientação Jurisprudencial n. 31 da SDI-1) – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005

Não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação. Esse privilégio, todavia, não se aplica à empresa em liquidação extrajudicial.

▷ **Súmula 170 do Tribunal Superior do Trabalho. Sociedade de economia mista. Custas.** Os privilégios e isenções no foro da Justiça do Trabalho não abrangem as sociedades de economia mista, ainda que gozassem desses benefícios anteriormente ao Dec.-Lei n. 779, de 1969. Ex-prejulgado n. 50. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982) Referência: Del n. 779/69.

▷ **Súmula 223 do Supremo Tribunal Federal.** Concedida isenção de custas

ao empregado, por elas não responde o sindicato que o representa em juízo.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 33 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Deserção. Custas. Carimbo do banco. Validade.** O carimbo do banco recebedor na guia de comprovação do recolhimento das custas supre a ausência de autenticação mecânica.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 104 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Custas. Condenação acrescida. Inexistência de deserção quando as custas não são expressamente calculadas e não há intimação da parte para o preparo do recurso, devendo, então, ser as custas pagas ao final.** Não caracteriza deserção a hipótese em que, acrescido o valor da condenação, não houve fixação ou cálculo do valor devido a título de custas e tampouco intimação da parte para o preparo do recurso, devendo, pois, as custas ser pagas ao final. (Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 17-11-2008 – Res. 150/2008, *DJe* divulgado em 20, 21 e 24-11-2008)

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 140 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Depósito recursal e custas. Diferença ínfima. Deserção. Ocorrência.** Inserida em 27-11-1998 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

Ocorre deserção do recurso pelo recolhimento insuficiente das custas e do depósito recursal, ainda que a diferença em relação ao *quantum* devido seja ínfima, referente a centavos.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 148 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Custas. Mandado de Segurança. Recurso Ordinário. Exigência do pagamento.** (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 29 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

É responsabilidade da parte, para interpor recurso ordinário em mandado de segurança, a comprovação do recolhimento das custas processuais no prazo recursal, sob pena de deserção.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 158 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Custas. Comprovação de recolhimento. Darf eletrônico. Validade.** O denominado "DARF ELETRÔNICO" é válido para comprovar o recolhimento de custas por entidades da administração pública federal, emitido conforme a IN-SRF 162, de 4-11-1988.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 186 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Custas. Inversão do ônus da sucumbência. Deserção. Não ocorrência.**

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 88 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de segurança. Valor da causa. Custas processuais. Cabimento.** Incabível a impetração de mandado de segurança contra ato judicial que, de ofício, arbitrou novo valor à causa, acarretando a majoração das custas processuais, uma vez que cabia à parte, após recolher as custas, calculadas com base no valor dado à causa na inicial, interpor recurso ordinário e, posteriormente, agravo de instrumento no caso de o recurso ser considerado deserto.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 27 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Custas. Ausência de intimação. Deserção. Caracterização.** A deserção se impõe mesmo não tendo havido intimação, pois incumbe à

parte, na defesa do próprio interesse, obter os cálculos necessários para efetivar o preparo.

▷ **Custas Processuais. Isenção.** Em sendo polo passivo a União, os Estados, os Municípios, os Territórios Federais, o Distrito Federal e as respectivas autarquias e fundações, não haverá condenação em custas processuais (Lei n. 9.289, de 4 de julho de 1996, art. 4º, inciso I). (TRT/9ª R., Ac. 4.363/2001, j. 9-2-2001, RO 5.915/2000, Rel. Juiz Arnor Lima Neto, *DJPr*, 9-2-2001)

▷ **Custas processuais. Condenação do INSS. Pedido rescisório procedente. Violação ao § 1º, do art. 8º, da Lei n. 8.620/93.** A Lei n. 8.620/93, publicada no DO de 6-1-93, no § 1º do art. 8º, estabelece claramente a isenção do INSS ao pagamento de custas processuais, bem como traslados e outros emolumentos. Havendo, na sentença rescindenda, condenação da Autarquia ao pagamento de custas processuais, ao final, é evidente ter ocorrido violação ao referido dispositivo legal, autorizando a procedência do pedido rescisório para afastar tal determinação. (TRT/24ª R., Ac. 1.371, j. 1º-7-1999, AR 61/98, Tribunal Pleno, Rel. Munir Saad, *DJ/MS*, 3-8-1999)

▷ **Massa falida. Custas processuais. Isenção.** Consoante a diretriz perfilhada pela Súmula 86 do Egrégio TST, a Massa Falida beneficia-se tão somente da isenção de antecipação das custas processuais por ocasião da interposição de recurso, as quais deverão ser pagas ao final. Recurso de revista conhecido e parcialmente provido. (TST, RR 589.310/99, j. 1º-3-2000, 1ª T., Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 9-5-2000)

▷ **Sindicato. Substituto processual. Isenção ou dispensa do pagamento de custas.** A faculdade da concessão de isenção de custas de que cogita o artigo 789, § 9º, da CLT fica adstrita aos presidentes dos tribunais e beneficia somente aqueles que percebem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou que provarem o seu estado de miserabilidade. Não há como aplicar analogicamente o artigo 87 da Lei 8.078/90, porque ela não estabelece normas de direito do trabalho ou processual do trabalho, mas de proteção do consumidor. Ainda que pudesse ser adaptada à matéria trabalhista, não se aplicaria a sindicato que atua como substituto processual, por não se tratar de ação coletiva, mas de ação individual plúrima. (TST, Ac. 284.299, j. 13-04-1998, EDMC 284.299/96, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. Ronaldo José Lopes Leal, *DJ*, 15-5-1998)

▷ **Deserção. Guia de recolhimento de custas em fotocópia sem autenticação.** A apresentação do comprovante do recolhimento das custas processuais em fotocópia sem autenticação afronta o disposto no artigo 830 da CLT, ocasionando a deserção do recurso. Agravo a que se nega provimento. (TST, AIRR 1393/2001-202-01-40.6, 3ª T., Rel. Juíza Convocada Dora Maria da Costa, *DJ*, 12-11-2004)

▷ **Custas processuais. Município. Isenção. Violação do art. 790-A da CLT. Configuração.** A Lei n. 10.537/02, que disciplina o pagamento das custas na Justiça do Trabalho, alterou os arts. 789 e 790 da CLT e acrescentou o art. 790-A, isentando do pagamento de custas a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas que não explorem atividade econômica.

Logo, o acórdão regional, proferido após o advento da referida lei, ao condenar o Município-Recorrente ao recolhimento das custas processuais, violou o dispositivo consolidado em comento. Recurso de revista conhecido e provido. (TST, RR 116.457/2003-900-04-00.0, 4ª T., Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, *DJ*, 12-11-2004)

Seção IV
Das partes e dos procuradores

Art. 791. Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final.

§ 1º Nos dissídios individuais os empregados e empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato, advogado, solicitador, ou provisionado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado.

Art. 792. Os maiores de 18 (dezoito) e menores de 21 (vinte e um) anos e as mulheres casadas poderão pleitear perante a Justiça do Trabalho sem a assistência de seus pais, tutores ou maridos.

Art. 793. A reclamação trabalhista do menor de 18 (dezoito) anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo. (Redação dada pela Lei n. 10.288, de 20-9-2001.)

► *Comentários*

1. *"Jus postulandi"*

Em conformidade com o que dispõe o art. 36 do Código de Processo Civil, as partes, para ingressar em juízo, necessitam da presença do advogado:

> "A parte será representada em juízo por advogado legalmente habilitado. Ser-lhe-á lícito, no entanto, postular em causa própria, quando tiver habilitação legal ou, não a tendo, no caso de falta de advogado no lugar ou recusa ou impedimento dos que houver".

Nos termos, pois, do dispositivo legal nominado, só o advogado legalmente habilitado, assim considerado o bacharel em Direito devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pode praticar atos processuais, que lhe são privativos.

No processo do trabalho, com o manifesto propósito de facilitar a prestação jurisdicional ao trabalhador, adotou o legislador critério diverso, acolhendo o chamado *jus postulandi* – direito de postular independentemente de advogado –, como expressamente estatui o art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho:

> "Os empregados e empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final".

Ressalte-se que, embora o propósito do legislador tenha sido o de facilitar ao acesso do trabalhador, economicamente sempre mais fraco que o empregador, ao juízo, o *jus postulandi* estende-se também a este último, que pode responder às ações que contra si sejam movidas ou propor as que lhe sejam próprias sem a necessidade da outorga de mandato a advogado.

A faculdade, obviamente, estende-se também àqueles que, por força de lei, possam postular na Justiça do Trabalho,

como, por exemplo, o empreiteiro, operário ou artífice (CLT, art. 652, III).

Não alcança, porém, aqueles que, alheios à demanda, venham a sofrer turbação ou esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão judicial decorrente de penhora, arresto, sequestro, alienação judicial, etc., e que, por via de consequência, devam interpor embargos de terceiro, os quais fatalmente necessitarão de advogados. O *jus postulandi*, de todo conveniente ressaltar, não impede, porém, que o empregado ou o empregador se façam representar por advogados.

Ressalte-se, outrossim, que, em conformidade com a Súmula 425 do TST: "o *jus postulandi* das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos TRTs, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do TST".

2. *Maiores de 18 anos*

A maioridade trabalhista é de *18 anos*, idêntica, portanto, à do direito penal e, igualmente, à do Código Civil.

Plenamente capaz para o Direito do Trabalho, o empregado com 18 anos pode, livremente, mover contra o empregador ação trabalhista, utilizando-se do *jus postulandi*, ou por advogado por si constituído, podendo, valer, igualmente, da assistência de seu sindicato.

3. *Menores de 18 anos*

Com a redação dada pela Lei n. 10.288, de 20-9-2001, o art. 793 dispõe que:

> "A reclamação trabalhista do menor de 18 (dezoito) anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo".

4. *Mulher casada*

A mulher, desde o advento da Lei n. 4.121, de 17-8-1962, denominada "Estatuto da Mulher Casada", deixou de ser relativamente incapaz, cessando, em nível constitucional, toda e qualquer restrição ou discriminação a seus direitos, com o art. 5º, I, da CF/88, que proclama: "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações...".

Assim, apta está a mulher casada para, independentemente da assistência de seu marido, exercer todos os direitos que lhe são outorgados pelas leis do País.

Louve-se, entretanto, a CLT, que pioneiramente já proclamava o direito de a mulher casada postular na Justiça do Trabalho, sem assistência do marido.

▶ *Jurisprudência*

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 120 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso. Assinatura da petição ou das razões recursais. Validade.** (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

O recurso sem assinatura será tido por inexistente. Será considerado válido o apelo assinado, ao menos, na petição de apresentação ou nas razões recursais.

▷ **Decisão. Limites. Pedido inicial.** O *jus postulandi* não afasta nem anula a assistência técnica. Assim, quando a parte possui elementos suficientes para deduzir com precisão o pedido, configurando com correção seu enquadramento, não é dado ao juiz suprir a insuficiência revelada, diante do comando do artigo 128 do CPC, preciso ao dispor: "O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte". (TRT/2ª R., Ac. 20010209535, j. 23-4-2001, RO 20000099915, 8ª T., Rel. José Carlos da Silva Arouca, *DOE/SP*, 12-6-2001)

Seção V
Das nulidades

Art. 794. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

Art. 795. As nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.

§ 1º Deverá, entretanto, ser declarada *ex officio* a nulidade fundada em incompetência de foro. Nesse caso, serão considerados nulos os atos decisórios.

§ 2º O juiz ou Tribunal que se julgar incompetente determinará, na mesma ocasião, que se faça remessa do processo, com urgência, à autoridade competente, fundamentando sua decisão.

Art. 796. A nulidade não será pronunciada:

a) quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato;

b) quando arguida por quem lhe tiver dado causa.

Art. 797. O juiz ou Tribunal que pronunciar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.

Art. 798. A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

► *Comentários*

A ação é, como se sabe, o meio de provocar a prestação jurisdicional do Estado. Não pressupõe, como já se pretendeu, um direito material concreto. Ao revés, quer vista como direito subjetivo público, quer encarada como direito de natureza privada que se volta contra o demandado, não está a ação condicionada à existência de um direito material efetivo.

Proposta a ação, como meio de provocar a prestação jurisdicional do Estado, este se utiliza do *processo* como meio, instrumento, de sua função jurisdicional. Daí dizer que o processo é o *instrumento da jurisdição* (Moacyr Amaral Santos).

Este, o processo, desenvolve-se por meio de uma série de atos – *os atos processuais.*

"Atos processuais são atos do processo – ensina Moacyr Amaral Santos. A relação jurídica processual que se contém no processo se reflete em atos. São atos processuais os atos que têm importância jurídica para a relação processual, isto é, aqueles atos que têm por efeito a constituição, a conservação, o desenvolvimento, a modificação ou a cessação da relação processual."

Os atos processuais estão sujeitos a certos formalismos. Na expressão do eminente processualista nominado:

"No processo, mais que em qualquer outro ramo do direito, vige o princípio do formalismo. Direito processual é direito formal. É que as formas correspondem a uma necessidade de ordem, de certeza, de eficiência prática, e a sua regular observância representa uma garantia de regular e leal desenvolvimento do processo e garantia do direito das partes".

Os atos processuais, pois, têm, cada um deles, uma forma. No processo civil, conquanto consagrado o *princípio instrumental* – os atos processuais constituem-se em meios de que se servem as partes para alcançar um fim –, o fim do processo, observa-se, em que pese a linguagem

VI – é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII – o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII – é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização dos sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer."

► Comentários

I – Autonomia sindical

Um dos aspectos relevantes e mais significativos da atual Constituição Federal foi a concessão, aos sindicatos, de inteira autonomia, desprendendo-os da tutela estatal, a rigor, a responsável maior pelas constantes intervenções dos governantes, em época não distante.

Observada a unicidade sindical, os interessados podem, livremente, constituir seus sindicatos, representativos da categoria profissional (sindicatos dos empregados), ou da categoria econômica (órgãos representativos de empregadores), exigindo-se, unicamente, o seu registro no órgão competente.

Não especificando qual o órgão para registro (fundamental para a configuração da pessoa jurídica – art. 45 do CC), concluiu o STF pela competência do Ministério do Trabalho:

"Liberdade e unicidade sindical e competência para o registro de entidades sindicais (CF, art. 8º, I e II): recepção, em termos, da competência do Ministério do Trabalho, sem prejuízo da possibilidade de a lei vir a criar regime diverso ... controle jurisdicional da ilegalidade e do abuso do poder, incluída a omissão ou o retardamento indevidos" (STF, MI 1.448-SP, Ac. TP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).

No mesmo sentido, a Seção de Dissídios Coletivos (SDC) do TST – Orientação Jurisprudencial n. 15:

"Sindicato. Legitimidade *ad processum*. Imprescindibilidade do registro no Ministério do Trabalho. A comprovação da legitimidade *ad processum* da entidade sindical se faz por seu registro no órgão competente do Ministério do Trabalho, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988".

II – Unicidade sindical

Contrariando a tendência dos juslaboralistas e, até mesmo, recomendação da OIT, o constituinte manteve o sistema da unicidade sindical, em lugar do pluralismo, ou seja, a criação de múltiplos sindicatos para uma mesma categoria profissional.

A preocupação do constituinte foi, sem dúvida, a de evitar a pulverização dos sindicatos profissionais, considerando os aspectos socioeconômico-culturais do País, da sua imensidão territorial e as desigualdades regionais.

A unicidade é princípio comum aos sindicatos, federações e confederações.

Os sindicatos, contudo, não podem ter base territorial inferior a um município, facultada a criação de sindicatos que extravasem esse limite, admitido, porém, o desmembramento.

III – A substituição processual pelo sindicato

A Constituição Federal vigente deu,

do art. 244 do Código de Processo Civil, acentuado rigorismo, ao contrário do que ocorre no processo trabalhista. Este último, com efeito, em razão, sobretudo, de sua finalidade social e do próprio *jus postulandi*, abranda sensivelmente tais princípios, proclamando que as nulidades só ocorrerão se delas resultar manifesto prejuízo às partes:

"Art. 794. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes" (CLT).

As nulidades no processo do trabalho devem ser suscitadas pelas próprias partes, e só excepcionalmente devem ser arguidas ou proclamadas *ex officio*.

Com efeito, declara o art. 795 da Consolidação das Leis do Trabalho que:

"As nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos".

Nos termos do § 1º do dispositivo legal transcrito, só a nulidade fundada na *incompetência de foro* deve ser arguida ou declarada *ex officio*, o que, todavia, implica manifesto equívoco do legislador. A incompetência de foro, como se sabe, insere-se na chamada *incompetência relativa*, que envolve a incompetência decorrente do valor da causa e de foro, devendo ser suscitada pela parte interessada no momento processual oportuno, ou seja, por meio de exceção (arts. 304 e 799, respectivamente, do CPC e da CLT).

Não arguida na ocasião oportuna, dá-se a prorrogação de competência de foro.

Assim, na verdade, tal como ocorre no processo civil, a incompetência a ser declarada *ex officio*, na verdade, seria a *absoluta*, ou seja, a material (*ratione materiae*).

Entendemos lícita, também, a proclamação *ex officio* da nulidade de citação, cuja regularidade é imprescindível para a validade do processo, *ex vi* do disposto no art. 214 do Código de Processo Civil, de inequívoca aplicação subsidiária.

Ressalte-se, finalmente, a impossibilidade de acolhida de nulidade, quando suscitada por quem lhe tenha dado causa.

Por outro lado, sempre que se possa suprir a nulidade, esta não há de ser proclamada.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 225 do Superior Tribunal de Justiça.** Compete ao Tribunal Regional do Trabalho apreciar recurso contra sentença proferida por órgão de primeiro grau da Justiça Trabalhista, ainda que para declarar-lhe a nulidade em virtude de incompetência.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 7 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Advogado. Atuação fora da seção da OAB onde o advogado está inscrito. Ausência de comunicação (Lei n. 4.215/1963, § 2º, art. 56). Infração disciplinar. Não importa nulidade.** Inserida em 29-3-1996 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005) A despeito da norma então prevista no artigo 56, § 2º, da Lei n. 4.215/1963, a falta de comunicação do advogado à OAB para o exercício profissional em seção diversa daquela na qual tem inscrição não importa nulidade dos atos praticados, constituindo apenas infração disciplinar, que cabe àquela instituição analisar.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 115 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de revista. Nulidade por negativa de prestação jurisdicional.** (Alterada em decorrência da redação do inciso II do art. 894 da CLT, incluído pela Lei n. 11.496/2007 – Res. 182/2012, *DEJT*, 19, 20 e 23-4-2012)
O conhecimento do recurso de revista, quanto à preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, supõe indicação de violação do art. 832 da CLT, do art. 458 do CPC ou do art. 93, IX, da CF/1988.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 142 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Embargos de declaração. Efeito modificativo. Vista à parte contrária** (inserido dispositivo) – *DEJT* divulgado em 16, 17 e 18-11-2010.
É passível de nulidade decisão que acolhe embargos de declaração com efeito modificativo sem que seja concedida oportunidade de manifestação prévia à parte contrária.

▷ **Nulidade. Momento de arguição.** As nulidades deverão ser arguidas no primeiro momento em que a parte tiver de falar nos autos, sob pena de preclusão. (TST, ERR 104.921/94.9, Ac. SBDI-I 1.447/97, Rel. Min. Milton de Moura França)

▷ **Nulidade. Não observância do disposto no artigo 795 da CLT. Preclusão temporal. Ocorrência.** Conforme prescreve o artigo 795 consolidado, as nulidades deverão ser arguidas na primeira oportunidade em que a parte interessada tiver para falar nos autos. Na hipótese em tela, o agravante não observou tal imposição, pelo que, em consequência, o ato viciado tornou-se válido, em razão da preclusão temporal. Agravo de petição desprovido. (TRT/13ª R., Ac. 62.023, j. 16-1-2001, AGPE 597/2000, Rel. Aluisio Rodrigues, *DJ*, 3-3-2001)

▷ **Preliminar de nulidade relativa arguida pelo Ministério Público.** O Ministério Público não tem legitimidade para arguir preliminar de nulidade por violação ao contraditório e à ampla defesa, posto que a matéria deve ser arguida pela parte, pois lhe afeta a questão diretamente. Trata-se de nulidade relativa, que depende de provocação da parte e de indicação do prejuízo processual (art. 794 da CLT). Se a própria parte não se interessou em arguir a nulidade, nem se sentiu prejudicada, não se pode declará-la de ofício. Não se trata de nulidade absoluta, em que o juiz poderia declará-la *"ex officio"* (art. 113 do CPC). Rejeita-se a preliminar (TRT/2ª R., Ac. 02980053613, j. 3-2-1998, RO 02970057020, 3ª T., Rel. Sérgio Pinto Martins, *DOE/SP*, 17-2-1998)

Seção VI
Das exceções

Art. 799. Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência. (*Caput* e parágrafos com redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

§ 1º As demais exceções serão alegadas como matéria de defesa.

§ 2º Das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, salvo, quanto a estas, se terminativas do feito, não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes alegá-las novamente no recurso que couber da decisão final.

Art. 800. Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 24 (vinte e quatro) horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.

Art. 801. O juiz, presidente ou juiz classista, é obrigado a dar-se por suspeito, e pode ser recusado, por algum dos seguintes motivos, em relação à pessoa dos litigantes:

a) inimizade pessoal;

b) amizade íntima;

c) parentesco por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau civil;

d) interesse particular na causa.

Parágrafo único. Se o recusante houver praticado algum ato pelo qual haja consentido na pessoa do juiz, não mais poderá alegar exceção de suspeição, salvo sobrevindo novo motivo. A suspeição não será também admitida, se do processo constar que o recusante deixou de alegá-la anteriormente, quando já a conhecia, ou que, depois de conhecida, aceitou o juiz recusado ou, finalmente, se procurou de propósito o motivo de que ela se originou.

Art. 802. Apresentada a exceção de suspeição, o juiz ou Tribunal designará audiência dentro de 48 (quarenta e oito) horas, para instrução e julgamento da exceção.

§ 1º Nas Juntas de Conciliação e Julgamento e nos Tribunais Regionais, julgada procedente a exceção de suspeição, será logo convocado para a mesma audiência ou sessão, ou para a seguinte, o suplente do membro suspeito, o qual continuará a funcionar no feito até decisão final. Proceder-se-á da mesma maneira quando algum dos membros se declarar suspeito.

§ 2º Se se tratar de suspeição de Juiz de Direito, será este substituído na forma da organização judiciária local.

▶ *Comentários*

1. *Exceções*

Exceção é uma defesa de natureza processual que objetiva denunciar os vícios de constituição do processo ou fatos impeditivos do prosseguimento normal da relação processual.

O Código de Processo Civil distingue três espécies de exceção:

a) *de incompetência;*

b) *de impedimento;*

c) *de suspeição.*

Há duas espécies de incompetência: *1ª) a absoluta; 2ª) a relativa.* A primeira diz respeito à matéria e à hierarquia, devendo ser proclamada *ex officio*, independentemente, portanto, de arguição das partes, não podendo ser objeto de exceção. A segunda, a incompetência relativa, relacionada com o território (incompetência *ratione loci*) e com o valor da causa, deve, necessariamente, ser arguida em exceção.

As exceções de impedimento e suspeição envolvem os fatos relacionados nos arts. 134 e 135 do Código de Processo Civil, fatos esses que ou impedem o juiz de exercer suas funções ou são de molde a tornar fundada a suspeita de parcialidade do julgador, a saber:

Impedimentos

"Art. 134 (CPC). É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário:

I – de que for parte;

II – em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como órgão do Ministério Público, ou prestou depoimento como testemunha;

III – que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão;

IV – quando nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta; ou na linha colateral até o segundo grau;

V – quando cônjuge, parente consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau;

VI – quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa".

Suspeição

"I – amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes;

II – alguma das partes for credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau;

III – herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes;

IV – receber dádivas antes ou depois de iniciado o processo; aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa, ou administrar meios para atender às despesas do litígio;

V – interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes".

O juiz pode, outrossim, declarar-se suspeito por *motivo íntimo*, independentemente de explicação ou fundamentação.

2. *As exceções no processo do trabalho*

O processo trabalhista, contudo, por força do que dispõe o art. 799 da Consolidação das Leis do Trabalho, conhece apenas duas exceções:

a) de suspeição;

b) de incompetência.

Exceção de suspeição

A exceção de suspeição, como o próprio nome esclarece, envolve fatos que tornam suspeito de parcialidade o juiz de 1º grau e, eventualmente, o Tribunal. A expressão *suspeição* empregada no dispositivo consolidado é abrangente, envolvendo, via de consequência, todos os fatos relacionados no *impedimento* e na *suspeição* (CPC, arts. 134 e 135).

Exceção de incompetência

A Consolidação das Leis do Trabalho, em face do que dispõe o art. 799 – "Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência" –, não estabelece qualquer restrição à incompetência absoluta ou relativa, e, por conseguinte, tanto uma quanto outra podem ser arguidas em exceção.

O art. 801 da CLT alinha as hipóteses de suspeição, a saber:

a) inimizade pessoal;

b) amizade íntima;

c) parentesco por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau civil;

d) interesse particular na causa.

3. *Procedimento*

A exceção no processo trabalhista não precisa ser arguida por petição separada, como ocorre no processo civil (arts. 307 e 312), devendo ser interposta na oportunidade da contestação, em audiência. Assim, contrariamente ao que sucede no processo civil, não pode ser oposta em qualquer tempo ou grau de jurisdição, devendo ser articulada na audiência, por escrito ou verbalmente, para o que contará o excipiente com o prazo de 20 minutos.

Oposta a exceção, se de *incompetência*, abrir-se-á vista ao excepto, por 24 horas, devendo a sentença ser proferida na primeira audiência que se seguir; se se tratar de exceção de *suspeição*, o juiz

designará audiência, dentro de 48 horas, para instrução e julgamento.

A exceção, portanto, suspende o andamento do feito principal. Contudo, em se tratando de exceção de incompetência material por inexistência de vínculo empregatício, quando o reclamado proclama a ocorrência de trabalho autônomo, não têm os juízes do trabalho observado tal princípio, mas, ao revés, relegado para apreciação final, determinando a instrução. E isso por uma razão muito simples: o Direito do Trabalho não se compraz com os aspectos meramente formais, buscando, isso sim, a verdade intrínseca para a exata verificação da existência ou inexistência de relação de emprego, já que, como se sabe, grande número de empregadores insiste em disfarçar de autônomas verdadeiras e perfeitas relações empregatícias.

Das decisões proferidas nas exceções não cabe recurso (CLT, art. 799, § 2º), salvo se terminativas do feito. Assim, somente na oportunidade do recurso próprio poderá o interessado arguir novamente a exceção, como preliminar.

Inúmeros julgados, porém, têm admitido recurso, quando se trata de decisão que, acolhendo a exceção interposta, determina a remessa dos autos à Justiça Federal ou ordinária dos Estados. Argumentam tais acórdãos que a expressão *terminativa do feito* refere-se à jurisdição trabalhista. Assim, se uma sentença, acolhendo a exceção, determina o envio dos autos a outra Justiça, essa decisão foi terminativa do feito na Justiça do Trabalho.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 357 do Tribunal Superior do Trabalho. Testemunha. Ação contra a mesma reclamada. Suspeição.** "Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador". (Res. 76/97, *DJ*, 19-12-1997)

▷ **Exceção de suspeição e impedimento prejudicada.** Estando afastado das funções judicantes o excepto, não se vislumbra interesse de agir na lide em que se articula exceção de suspeição e impedimento, que obviamente perdeu objeto. Recurso Ordinário conhecido, mas não provido. (TST, ROEXSI 454.025/98, j. 23-9-1999, Órgão Especial, Rel. Min. Armando de Brito, *DJ*, 5-11-1999)

▷ **Suspeição.** Quem duvida da imparcialidade do Juiz deve suscitar exceção de suspeição. Não cabe a exceção se houve consentimento quanto à pessoa do Juiz (CLT, 801, parágrafo único). (TRT/2ª R., Ac. 02990315718, j. 22-6-1999, RE 02980359860, 6ª T., Rel. Rafael E. Pugliese Ribeiro, *DOE/SP*, 6-7-1999)

▷ **Recurso de revista. Exceção de incompetência em razão do lugar. Contestação. Oportunidade.** O artigo 799 da CLT dispõe que "nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência". Oposta a exceção de incompetência em razão do lugar, suspende-se o feito, até que a competência seja determinada com a indicação do juízo competente para dirimir a controvérsia. Antes da solução definitiva a respeito de quem tem competência territorial, na forma do artigo 651 da CLT, para o julgamento do pedido do reclamante, fica suspenso o curso do processo. O momento oportuno para a apresentação da con-

testação é após o julgamento da exceção. Nada obsta que a reclamada apresente a contestação simultaneamente com a exceção de incompetência *ratio loci*, mas não o fazendo, deve a ela ser dada oportunidade para tanto, de conformidade com os artigos 799 e 847 da CLT. (TST, RR 612.579/99.0, 1ª T., Rel. Juiz Convocado Aloysio Corrêa da Veiga, *DJ*, 28-5-2004)

▷ **Suspeição de testemunha. Amizade íntima. Configuração não demonstrada.** O art. 405 do Código de Processo Civil, no parágrafo 3º, III, considera suspeito para depor como testemunha o inimigo capital da parte, ou seu amigo íntimo. Segundo Aurélio, íntimo é aquele estreitamente ligado por afeição e confiança, podendo acrescentar-se, quem se vê impelido a faltar com a verdade para favorecer o amigo. Enfim, nem todo amigo é amigo íntimo. Assinale-se, a propósito, que a testemunha presta compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado (CPC, art. 414), sendo advertida pelo juiz de que incorre em sanção penal quem faz afirmação falsa, cala ou oculta a verdade (CPC, art. 415, parágrafo único). Por conseguinte, para configurar-se o impedimento, quando negada a intimidade real e insuperável, indispensável prova bastante da alegação. (TRT/2ª R., Ac. 20010032031, j. 16-10-2000, RO 19990488072, 8ª T., Rel. José Carlos da Silva Arouca, *DOE/SP*, 24-4-2001)

▷ **Testemunhas. Suspeição.** Não são suspeitas as testemunhas que litigam com o reclamado, pois não se equiparam a inimigo pessoal da parte. Revista não provida. (TST, Ac. 2.906, j. 17-4-1996, RR 161.311/95, 3ª T., Rel. Min. Roberto Della Manna, *DJ*, 21-6-1996)

Seção VII
Dos conflitos de jurisdição

Art. 803. Os conflitos de jurisdição podem ocorrer entre:

a) Juntas de Conciliação e Julgamento[361] e Juízes de Direito investidos na administração da Justiça do Trabalho;

b) Tribunais Regionais do Trabalho;

c) Juízos e Tribunais do Trabalho e órgãos da Justiça Ordinária;

d) (Revogada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Art. 804. Dar-se-á conflito de jurisdição:

a) quando ambas as autoridades se considerarem competentes;

b) quando ambas as autoridades se considerarem incompetentes.

Art. 805. Os conflitos de jurisdição podem ser suscitados:

a) pelos juízes e Tribunais do Trabalho;

b) pelo procurador-geral e pelos procuradores regionais da Justiça do Trabalho;

c) pela parte interessada, ou o seu representante.

Art. 806. É vedado à parte interessada suscitar conflitos de jurisdição quando já houver oposto na causa exceção de incompetência.

Art. 807. No ato de suscitar o conflito deverá a parte interessada produzir a prova de existência dele.

Art. 808. Os conflitos de jurisdição de que trata o art. 803 serão resolvidos: (Redação nos termos do Dec.-lei n. 6.353, de 20-3-1944.)

a) pelos Tribunais Regionais, os suscitados entre Juntas e entre Juízos de Direito, ou entre uma e outras, nas respectivas regiões;

361. Hoje, com o advento da EC n. 24/99, Varas do Trabalho.

b) pelo Tribunal Superior do Trabalho, os suscitados entre Tribunais Regionais, ou entre Juntas e Juízos de Direito sujeitos à jurisdição de Tribunais Regionais diferentes;

c) (Revogada pelo Dec.-lei n. 9.797, de 9-9-1946.)

d) pelo Supremo Tribunal Federal, os suscitados entre as autoridades da Justiça do Trabalho e as da Justiça Ordinária.

Art. 809. Nos conflitos de jurisdição entre as Juntas e os Juízos de Direito observar-se-á o seguinte:

I – o juiz ou presidente mandará extrair dos autos as provas do conflito e, com a sua informação, remeterá o processo assim formado, no mais breve prazo possível, ao Presidente do Tribunal Regional competente;

II – no Tribunal Regional, logo que der entrada o processo, o presidente determinará a distribuição do feito, podendo o relator ordenar imediatamente às Juntas e aos Juízos, nos casos de conflito positivo, que sobrestejam o andamento dos respectivos processos, e solicitar, ao mesmo tempo, quaisquer informações que julgue convenientes. Seguidamente, será ouvida a Procuradoria, após o que o relator submeterá o feito a julgamento na primeira sessão;

III – proferida a decisão, será a mesma comunicada, imediatamente, às autoridades em conflito, prosseguindo no foro julgado competente.

Art. 810. Aos conflitos de jurisdição entre os Tribunais Regionais aplicar-se-ão as normas estabelecidas no artigo anterior.

Art. 811. Nos conflitos suscitados na Justiça do Trabalho entre as autoridades desta e os órgãos da Justiça Ordinária, o processo do conflito, formado de acordo com o inciso I do art. 809, será remetido diretamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal.

Art. 812. (Revogado pelo Dec.-lei n. 9.797, de 9-9-1946.)

▶ *Comentários*

1. *Conflito de competência*

A expressão "conflito de jurisdição" foi substituída, no Processo Civil, por "conflito de competência", pois é de competência que se trata.

"Conflito de competência é a circunstância de fato que se caracteriza quando mais de um juízo se dá por competente (conflito positivo) ou incompetente (conflito negativo) para o julgamento da mesma ação. Deve ser dirimido para que apenas um seja declarado competente e possa julgar a causa", ensinam Nelson Nery Jr. e Rosa Maria Andrade Nery[362].

2. *Conflito positivo*

Ocorre o conflito positivo quando dois ou mais juízes se dão por competentes para processar e julgar a mesma causa.

3. *Conflito negativo*

O conflito negativo é exatamente o inverso do conflito positivo. No conflito negativo, um ou mais juízes dão-se por incompetentes. Nelson e Rosa Nery dão a exata ideia da ocorrência: "se o juízo para quem foi endereçada a causa se der por incompetente e remetê-la para o que julga ser o competente, não existirá, ainda, o conflito se este também se der por incompetente e remeter os autos a um terceiro juízo. O conflito negativo só se caracteriza quando um deles se der por incompetente e afirmar a competência de um dos juízos que já se declarara incompetente"[363].

362. *Código de Processo Civil Comentado*, cit., p. 425.
363. *Código de Processo Civil Comentado*, cit., p. 426.

4. *Formas de conflito na Justiça do Trabalho*

O art. 803 da CLT declina os conflitos de competência que podem ocorrer na Justiça do Trabalho:

I – juízes do trabalho e juízes de Direito investidos de jurisdição trabalhista;

II – Tribunais Regionais do Trabalho;

III – juízos e tribunais do trabalho e órgãos da Justiça Ordinária (leia-se Justiça Estadual).

Conquanto a CLT não faça menção, o conflito de competência pode ocorrer, igualmente, entre juízes e juízos trabalhistas e juízes e juízos federais, conquanto ambos tenham competência bem definida na Constituição Federal.

Os conflitos de competência podem ser suscitados:

a) pelos juízes e tribunais do trabalho;

b) pelo procurador-geral e procuradores regionais do trabalho;

c) pela parte interessada, autor ou réu, ou seus respectivos procuradores.

Observe-se que, em conformidade com o art. 806, é vedada à parte suscitar conflito de competência se já houver oposto exceção de incompetência, que, a rigor, tem a mesma finalidade.

A arguição de conflito de competência deve vir acompanhada de fundamentação e provas.

5. *Solução dos conflitos*

Entre juiz de vara do trabalho e juiz de direito investido de jurisdição trabalhista: a competência é do Tribunal Regional do Trabalho da respectiva região.

Súmula 180 do Superior Tribunal de Justiça:

"Na lide trabalhista, compete ao Tribunal Regional do Trabalho dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz estadual e junta de conciliação e julgamento"[364].

A Emenda Constitucional n. 45/2004, dando nova redação ao disposto no art. 114, V, da Constituição Federal, declara competir à Justiça do Trabalho processar e julgar "os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista".

Em consequência, cabe aos Tribunais Regionais decidirem conflitos de competência entre juízes de trabalho, entre juízes do trabalho e juízes de direito investidos de jurisdição trabalhista, cabendo ao Tribunal Superior do Trabalho processar e julgar os conflitos de competência entre Tribunais Regionais.

Entre juízes do trabalho e juízes federais, a competência é do Superior Tribunal de Justiça, como dispõe o art. 105, I, *d*, da Constituição Federal.

Entre o Tribunal Superior do Trabalho, juízes de direito e juízes federais: a competência é do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com o disposto no art. 102, I, *o*, da Constituição Federal:

"Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente:

(...)

o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, *entre tribunais superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal*".

Entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal de Justiça: a competência é do Supremo Tribunal Federal (art. 102, *o*): "entre tribunais superiores".

364. Agora denominada Vara do Trabalho.

O art. 812 foi expressamente revogado pelo Dec.-lei n. 9.797, de 9-9-1946.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 59 do Superior Tribunal de Justiça.** Não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes.

▷ **Súmula 170 do Superior Tribunal de Justiça.** Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo do ajuizamento de nova causa, com o pedido remanescente, no juízo próprio.

▷ **Súmula 180 do Superior Tribunal de Justiça.** Na lide trabalhista, compete ao TRT dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz estadual e junta de conciliação e julgamento.

▷ **Súmula 236 do Superior Tribunal de Justiça.** Não compete ao Superior Tribunal de Justiça dirimir conflitos de competência entre juízes trabalhistas vinculados a Tribunais do Trabalho diversos.

▷ **Conflito de competência. Territorial.** No conflito de normas que restringe a jurisdição de um órgão e amplia a competência de outro deve ser observada a norma mais nova, que, *"in casu"*, prevalece sobre a anterior. (TST, CComp 549.187/99, j. 18-10-1999, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. Ronaldo José Lopes Leal, *DJ*, 19-11-1999)

▷ **Conflito de competência. Embargos de terceiro. Ilegitimidade "ad causam". Execução por carta precatória. Juízo deprecante.** Em se tratando de execução por carta precatória, em que o juízo deprecante ordenou a citação, a penhora e a avaliação da reclamada, a competência para o julgamento dos embargos de terceiro, cuja discussão reside na ilegitimidade "ad causam" do sócio da empresa, é do juízo deprecante, uma vez que a determinação por ele emanada equivale à ordem de apreensão. Vale ressaltar que o exame dos embargos de terceiro, *"in casu"*, demandará a análise do processo de cognição para que seja dirimida a questão da ilegitimidade ou não do embargante, não sendo crível que o juízo deprecado, que apenas cumpriu função meramente instrumental demandada pelo juízo deprecante, possa fazê-la. Conflito negativo de competência a que se julga procedente. (TST, CComp 748.510/2001, j. 11-9-2001, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. Ronaldo José Lopes Leal, *DJ*, 5-10-2001)

▷ **Conflito negativo de competência. Execução por carta precatória. Vício de intimação. Data, hora e local de realização da praça e do leilão. Juízo deprecado.** Na hipótese de execução por carta precatória, nos casos em que houver vício ou irregularidade na penhora, a competência para o julgamento dos Embargos é do juízo deprecado. *In casu*, a questão objeto do Conflito de Competência diz respeito à nulidade da arrematação, ante suposto vício de intimação da data, hora e do local para realização de praça e leilão do bem penhorado. O impasse existente entre Juízo deprecante e deprecado envolve unicamente vício existente na alienação do

bem penhorado, não restando dúvida de que, nos termos do artigo 747 do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho, a competência para solucionar impasse surgido em carta precatória cumpre exclusivamente ao Juízo deprecado. Conflito Negativo de Competência improcedente, declarando-se que a competência para apreciar os Embargos à Arrematação é do Juízo deprecado, a 4ª Vara do Trabalho de Joinville-SC, para onde deverão ser remetidos os autos. (TST, CComp 131573/2004-000-00-00.7, SBDI-2, Rel. Min. José Simpliciano Fontes de F. Fernandes, *DJ*, 27-8-2004)

Seção VIII
Das audiências

Art. 813. As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão na sede do Juízo ou Tribunal em dias úteis previamente fixados, entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

§ 1º Em casos especiais, poderá ser designado outro local para a realização das audiências, mediante edital afixado na sede do Juízo ou Tribunal, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º Sempre que for necessário, poderão ser convocadas audiências extraordinárias, observado o prazo do parágrafo anterior.

Art. 814. Às audiências deverão estar presentes, comparecendo com a necessária antecedência, os escrivães ou chefes de secretaria. (Redação nos termos da Lei n. 409, de 25-9-1948.)

Art. 815. À hora marcada, o juiz ou presidente declarará aberta a audiência, sendo feita pelo chefe de secretaria ou escrivão a chamada das partes, testemunhas e demais pessoas que devam comparecer.

Parágrafo único. Se, até 15 (quinze) minutos após a hora marcada, o juiz ou presidente não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências. (Redação nos termos da Lei n. 409, de 25-9-1948.)

Art. 816. O juiz ou presidente manterá a ordem nas audiências, podendo mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem.

Art. 817. O registro das audiências será feito em livro próprio, constando de cada registro os processos apreciados e a respectiva solução, bem como as ocorrências eventuais.

Parágrafo único. Do registro das audiências poderão ser fornecidas certidões às pessoas que o requererem.

► *Comentários*

1. *Audiência e publicidade dos atos processuais*

Na objetiva definição de Eliézer Rosa, "audiência é ato processual público, solene e substancial do processo, presidido pelo juiz, onde se instrui, discute e decide a causa"[365].

Como preleciona Vicente Greco Filho:

> "a audiência atende às ideias de imediatidade do juiz, concentração e publicidade"[366].

Por isso que as audiências são públicas, salvo a hipótese de segredo de justiça, de rara ocorrência na Justiça do Trabalho.

365. *Dicionário de Processo Civil*, cit., p. 134.
366. *Direito Processual Civil Brasileiro*, cit., v. 2, p. 223.

inequivocamente, papel preponderante às entidades sindicais, ressaltando-se, entre outras atribuições, a legitimidade ampla da substituição processual.

Com efeito, a redação dada ao inciso III do art. 8º da Carta Magna, significando a legitimação dos órgãos sindicais para a propositura de dissídios individuais, amplia sensivelmente as hipóteses de substituição processual na esfera trabalhista, ressaltando-se, para os fins da exigência da lei (CPC, art. 6º), que a Constituição Federal é, como se sabe, a lei das leis.

E é essa Lei Magna que dispõe, no art. 8º, III, sob comento:

"... ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas".

Observe-se que a redação dada ao dispositivo constitucional nominado, afastando qualquer dúvida, em lugar da expressão "*representar*" (utilizada no art. 513 da CLT), fala na *defesa dos direitos e interesses individuais*, expressão de sentido amplo, que, por certo, não só abrange a representação propriamente dita, mas, também, a substituição processual.

A menção a *direitos individuais* deixa patente a legitimidade dos sindicatos para a propositura de dissídios individuais, único remédio jurídico para a defesa desses mesmos direitos na esfera judicial.

Os direitos individuais a serem preservados judicialmente só podem ser os dos integrantes da categoria, considerados individualmente, ou seja, do *sujeito sindical individual*.

Com a propriedade que todos lhes reconhecem, lembram Nelson Nery Jr. e Rosa Maria A. Nery:

"Interesses individuais da categoria são aqueles que cada membro da categoria, sindicalizado ou não, possui como direito subjetivo. Pela Constituição Federal, 8º, III, tem o sindicato legitimidade para, como substituto processual, defender esses direitos em juízo"[37].

Por isso que afirmamos que a atual Constituição Federal consagra, no âmbito da Justiça do Trabalho, de forma ampla e ilimitada, e não mais como excepcionalidade, a possibilidade de as entidades sindicais proporem dissídios na defesa dos direitos individuais dos integrantes da categoria profissional e não apenas dos associados, pondo-se fim à restrição contida no art. 872, parágrafo único, da CLT.

No mesmo sentido, Evaristo de Moraes Filho[38] e Pedro Paulo Teixeira Manus[39]. Em sentido oposto, a Súmula 310, I, do TST – "O artigo 8º, III, da Constituição Federal, não assegura a substituição processual pelo sindicato"*.

Posição severamente contestada por Nelson e Rosa Nery:

"O Tribunal Superior do Trabalho, 310, I, fere frontalmente a Constituição Federal, 8º, III. Conquanto não mencione expressamente o instituto da substituição processual, a Constituição Federal, 8º, III, autoriza o sindicato a agir como tal, quando lhe confere legitimidade para defender em juízo os direitos individuais da categoria. Não pode a norma infraconstitucional, seja legal, administrativa ou pretoriana, limitar a ação do sindicato, quando o texto constitucional não o autoriza. A restrição contida no Tribunal Superior do Trabalho 310, I, é inconstitucional"[40].

---

37. *Código de Processo Civil Comentado*, 5. ed., Revista dos Tribunais, p. 262.

38. *Congresso Latino-Americano de Direito do Trabalho*, Campinas, 11-8-1990.

39. *Direito do Trabalho*, 5. ed., Atlas, p. 283.

* Obs.: a Súmula 310 do TST foi cancelada pela Resolução n. 119/2003, *DJ*, 1º-10-2003.

40. Ob. cit., p. 263.

Em conformidade com o art. 93, IX, da Constituição Federal:

"todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes".

2. *Presença do juiz, das partes, dos advogados e testemunhas*

À hora designada para a audiência devem estar presentes, além dos servidores (diretor de secretaria; oficial judiciário), o juiz, as partes, seus procuradores, se houver (observe-se que as partes podem postular independentemente de advogados – o *jus postulandi*), e as testemunhas.

O parágrafo único do art. 815 da CLT concede ao juiz do trabalho uma tolerância de 15 minutos de atraso, após o que os presentes (exceto obviamente os servidores) podem retirar-se, consignando-se o fato na ata da audiência.

A tolerância em apreço é exclusivamente com relação ao juiz, não se estendendo às partes ou a seus advogados.

3. *Poder de polícia do juiz*

Em conformidade com o art. 816, "o juiz do trabalho manterá a ordem nas audiências, podendo mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem".

É o denominado *poder de polícia* conferido ao juiz e, igualmente, proclamado no art. 445 do Código de Processo Civil:

"O juiz exerce o poder de polícia, competindo-lhe:

I – manter a ordem e o decoro na audiência;

II – ordenar que se retirem da sala da audiência os que se comportarem inconvenientemente;

III – requisitar, quando necessário, a força policial".

Os fatos e atos ocorridos nas audiências são anotados em pastas ou livros, podendo ser fornecidas certidões aos interessados.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 9 do Tribunal Superior do Trabalho. Ausência do reclamante.** A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, não importa arquivamento do processo. (RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969)

▷ **Súmula 74 do Tribunal Superior do Trabalho. Confissão.** (Nova redação do item I e inserido o item III à redação em decorrência do julgamento do processo TST-IUJEEDRR 801385-77.2001.5.02.0017 – Res. 174/2011, *DEJT*, 27, 30 e 31-5-2011)

I – Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor. (ex-Súmula 74 – RA 69/1978, *DJ* 26-9-1978)

II – A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta (art. 400, I, CPC), não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores. (ex-OJ 184 da SBDI-1 – inserida em 8-11-2000)

III – A vedação à produção de prova posterior pela parte confessa somente a ela se aplica, não afetando o exercício, pelo magistrado, do poder/dever de conduzir o processo.

▷ **Súmula 122 do Tribunal Superior do Trabalho. Revelia. Atestado médico.** (Incorporada a Orientação Jurisprudencial n. 74 da SDI-1) – Res. 129/2005 – *DJ*, 20-4-2005
A reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, ainda que presente seu advogado munido de procuração, podendo ser ilidida a revelia mediante a apresentação de atestado médico, que deverá declarar, expressamente, a impossibilidade de locomoção do empregador ou do seu preposto no dia da audiência.

▷ **Súmula 197 do Tribunal Superior do Trabalho. Prazo.** O prazo para recurso da parte que, intimada, não comparecer à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença conta-se de sua publicação. (Res. 3/85, *DJ*, 1º-4-1985)

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 245 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Revelia. Atraso. Audiência.** Inexiste previsão legal tolerando atraso no horário de comparecimento da parte na audiência.

▷ **Atraso no comparecimento à audiência em prosseguimento. Confissão ficta.** O prazo de 15 minutos de tolerância estabelecido no art. 815, parágrafo único, da CLT é destinado ao juiz e não às partes (Orientação Jurisprudencial n. 245 da SBDI-1/TST). Assim, não configura cerceamento de defesa a aplicação da confissão ficta à parte que, devidamente intimada a comparecer à audiência em prosseguimento, nos termos do Enunciado n. 74/TST, comparece após o pregão das partes. (TST, RR 574843/99.9, 4ª T., Rel. Juiz Convocado Vieira de Mello Filho, *DJ*, 12-3-2004)

Seção IX
Das provas

Art. 818. A prova das alegações incumbe à parte que as fizer.

Art. 819. O depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz ou presidente.

§ 1º Proceder-se-á da forma indicada neste artigo, quando se tratar de surdo-mudo, ou de mudo que não saiba escrever.

§ 2º Em ambos os casos de que este artigo trata, as despesas correrão por conta da parte a que interessar o depoimento.

Art. 820. As partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz ou presidente, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento dos juízes classistas, das partes, seus representantes ou advogados.

Art. 821. Cada uma das partes não poderá indicar mais de 3 (três) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a 6 (seis). (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Art. 822. As testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas.

Art. 823. Se a testemunha for funcionário civil ou militar, e tiver de depor em hora de serviço, será requisitada ao chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.

Art. 824. O juiz ou presidente providenciará para que o depoimento de uma testemunha não seja ouvido pelas demais que tenham de depor no processo.

Art. 825. As testemunhas comparecerão a audiência independentemente de notificação ou intimação.

Parágrafo único. As que não comparecerem serão intimadas, *ex officio* ou a requerimento da parte, ficando sujeitas a condução coercitiva, além das penalidades do art. 730, caso, sem motivo justificado, não atendam à intimação.

Art. 826. (Tacitamente revogado pela Lei n. 5.584, de 26-6-1970.)

Art. 827. O juiz ou presidente poderá arguir os peritos compromissados ou os técnicos, e rubricará, para ser junto ao processo, o laudo que os primeiros tiverem apresentado.

Art. 828. Toda testemunha, antes de prestar o compromisso legal, será qualificada, indicando o nome, nacionalidade, profissão, idade, residência, e, quando empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador, ficando sujeita, em caso de falsidade, às leis penais.

Parágrafo único. Os depoimentos das testemunhas serão resumidos, por ocasião da audiência, pelo chefe de secretaria da Junta ou funcionário para esse fim designado, devendo a súmula ser assinada pelo Presidente do Tribunal e pelos depoentes. (Redação nos termos da Lei n. 409, de 25-9-1948.)

Art. 829. A testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.

Art. 830. O documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal. (Redação nos termos da Lei n. 11.925, de 17-4-2009.)

Parágrafo único. Impugnada a autenticidade da cópia, a parte que a produziu será intimada para apresentar cópias devidamente autenticadas ou o original, cabendo ao serventuário competente proceder à conferência e certificar a conformidade entre esses documentos. (Parágrafo incluído pela Lei n. 11.925, de 17-4-2009.)

► *Comentários*

1. *Conceito*

Prova é tudo aquilo que positiva a veracidade de uma proposição ou a realidade de um fato. Significa, pois, mostra, sinal, indício[367].

No sentido jurídico, prova é meio com que as partes procuram firmar a convicção do juiz.

Moacyr Amaral Santos distingue a prova em duas espécies:

a) prova objetiva;

b) prova subjetiva.

A primeira constitui o meio destinado a fornecer ao juiz "o conhecimento da verdade dos fatos deduzidos em juízo". A segunda, isto é, a prova subjetiva, é "aquela que se forma no espírito do juiz, seu principal destinatário, quanto à verdade desses fatos. A prova, então, consiste na convicção que as provas produzidas no processo geram no espírito do juiz quanto à existência ou inexistência dos fatos".

"Compreendida a prova judiciária como um todo, reunindo seus dois caracteres, objetivo e subjetivo, que se completam e não podem ser tomados separadamente, apreciada como fato e como indução lógica, ou, como diz João Monteiro, como 'meio com que se estabelece a existência positiva ou negativa do fato probando e como a própria certeza dessa existência', definimo-la: *prova é a soma dos fatos produtores da convicção, apurados no processo*"[368].

2. *Natureza*

Amauri Mascaro Nascimento enumera as cinco tendências que procuram

367. Caldas Aulete, *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, cit., v. 4, p. 4122.

368. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, cit. v. 2, p. 288.

mostrar a natureza da prova ou do direito probatório:

"Existem cinco tendências que procuram mostrar a natureza do direito probatório. A primeira teoria é da prova como fenômeno de *direito material*, sustentada por Salvatore Satta. A segunda é a teoria da prova como fenômeno de *natureza mista, material e processual*, considerando que há normas que regulam a prova fora do processo para fins extraprocessuais e outras normas dirigidas ao Juiz para que as aplique no processo. A terceira teoria é a da *natureza unicamente processual* das normas sobre provas, uma vez que são destinadas ao convencimento do Juiz. A quarta teoria é a da divisão das normas sobre prova em dois ramos, cada qual com sua natureza própria, *processual ou material*, como sustenta Jaime Guasp. A quinta teoria é a das normas sobre provas pertencentes ao denominado *direito judicial*, assim entendido o direito que tenha por objeto uma relação jurídica existente entre a justiça estatal e o indivíduo"[369].

3. *Objeto*

Pelo que expusemos, fácil é verificar que a prova objetiva convencer o julgador da existência de um direito ou da veracidade de um fato. E, como acentua o consagrado Moacyr Amaral Santos, esse é o objeto da prova.

Como preleciona Wagner Giglio, "os princípios gerais que informam a teoria da prova são estudados no Direito Processual Civil, e se aplicam ao processo trabalhista. As diferenças entre o processo originário e o trabalhista, nessa matéria, são poucas, pequenas e, regra geral, apenas de procedimento"[370]. Dependem de prova *os fatos controvertidos*, ou seja, aqueles não admitidos ou contestados.

"Os fatos por provar devem ser controvertidos ou controversos. Onde não haja controvérsia quanto aos fatos alegados pelos litigantes, a questão se traduz à mera aplicação do direito. Impõe-se a prova quando há *questão de fato*. Em consequência, reclamam prova os fatos contestados ou não admitidos verdadeiros pela parte contrária à que os alega"[371].

Todavia isso não significa que os fatos não contrariados não possam ser objeto de prova, pois ao juiz, em face do princípio inquisitório, é dado exigir prova do alegado, ainda que não contestado, "para o fim de formar com mais segurança o seu convencimento", ou ainda que se faça necessária a prova do ato jurídico, quando a lei exija que esta se revista de forma especial.

Não necessitam ser provados os *fatos notórios*, assim considerados aqueles de domínio geral, conhecidos pela coletividade, o mesmo ocorrendo com os fatos confessados, se compatíveis com as demais provas dos autos.

4. *Ônus da prova*

Diz o art. 818 da Consolidação das Leis do Trabalho que "a prova das alegações incumbe à parte que as fizer". Em princípio, pois o ônus da prova é de quem alega o fato. Esse princípio, devidamente interpretado, leva à seguinte conclusão:

a) ao reclamante cumpre provar os fatos constitutivos do seu direito;

369. *Curso de Direito Processual do Trabalho*, cit., p. 403-404.

370. *Direito Processual do Trabalho*, cit.

371. Moacyr Amaral Santos, *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, cit., v. 2, p. 294.

b) ao reclamado incumbe a prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do reclamante.

"Fato constitutivo" – diz Valentin Carrion – "é o fato capaz de produzir o direito que a parte pleiteia; geralmente é formado por vários elementos: desse complexo é que surge o direito (Lopes da Costa. *Direito Processual Civil*, III). A existência do trabalho subordinado ou de contratação do empregado são fatos constitutivos para quem pretende qualquer direito que deles decorra. Os fatos impeditivos são as circunstâncias excepcionais que retiram todos ou alguns efeitos, porque sua ausência constitui uma anomalia, eis que costumam acompanhar os fatos constitutivos (Chiovenda, *Instituições*, II, n. 277); a lei, quando os prevê expressamente, costuma dizer *exceto se, a não ser que, salvo se* (Ibidem, Lopes da Costa, *Direito Processual Civil*, III). Ao autor cabe provar os fatos constitutivos da demanda; ele não tem que provar todas e cada uma das circunstâncias que normalmente acompanham o fato constitutivo: a seriedade e validade do consentimento, a capacidade das partes, a licitude do objeto e, assim por diante; aquele que negar estas circunstâncias é que está obrigado a provar que, no caso, elas não existiram (Eliézer Rosa, citando Liebman, ob. cit., p. 233). Os fatos extintivos são os que fazem desaparecer um direito que se reconhece preexistiu (satisfação da pretensão, pagamento, prescrição, renúncia ou transação). Fato modificativo é o que substituiu alguns dos efeitos previstos por outros novos ou os alterou; é o caso da novação, quando o devedor contrai nova dívida com o credor para substituir a antiga. O trabalho em horário extraordinário é fato constitutivo; a existência de quadro de carreira para promoção é fato impeditivo do direito à equiparação; a prescrição do mesmo é causa extintiva"[372].

5. *Espécies de provas*

a) Depoimentos pessoais

No processo trabalhista o comparecimento à audiência é, como já observamos, *obrigatório*, não havendo, pois, necessidade de as partes o requererem. Presentes os litigantes, na inexistência de acordo, o juiz do trabalho ouvi-los-á em depoimentos pessoais.

São unânimes os autores em afirmar que a oitiva das partes objetiva a obtenção da *confissão*, que consiste no reconhecimento de um fato contra si alegado. Há confissão, diz o art. 348 do Código de Processo Civil, quando a parte admite a verdade de um fato, contrário ao seu interesse e favorável ao adversário.

A confissão extraída de depoimento pessoal é chamada *provocada*, que se distingue da *espontânea*, ou seja, da manifestada por petição, exatamente porque arrancada do depoimento.

O depoimento pessoal, na lição de Moacyr Amaral Santos, "não é prova, mas meio de prova". "Prova será a confissão dele resultante, com o reconhecimento da verdade dos fatos arguidos pelo adversário como fundamento do seu direito"[373]. Distingue-se do interrogatório porque este último é sempre determinado de ofício, a critério exclusivo do juiz:

"O juiz pode, de ofício, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimen-

372. Ob. cit., 25. ed., p. 601.

373. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, cit., v. 2, p. 390.

to pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa" (art. 342 do CPC).

O interrogatório, portanto, pode ser determinado, de ofício, em qualquer fase do processo:

"O interrogatório das partes (CPC, art. 342) não se confunde com o depoimento pessoal das mesmas (art. 343): aquele pode ser determinado mais de uma vez, em qualquer fase do processo, ao passo que o segundo é colhido apenas uma vez, em audiência"[374].

O interrogatório está previsto no art. 342 e o depoimento pessoal, no art. 343, ambos do Código de Processo Civil.

O primeiro, isto é, o interrogatório, visa esclarecer o juiz sobre pontos obscuros, facilitando sua convicção, indispensável à prolação da sentença. O depoimento pessoal, como já se observou, objetiva extrair a confissão da parte.

A rigor, o depoimento pessoal não é prova. A confissão resultante do depoimento sim é que é prova.

Consoante jurisprudência sumulada do TST:

Súmula 6, VIII, do TST:

"É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial".

Súmula 212 do TST:

"O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado".

Súmula 338, I, do TST:

"I – É ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma do art. 74, § 2º, da CLT. A não apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário".

b) Testemunhas

Testemunha é a pessoa que, não se confundindo com as partes, é convocada para depor em juízo sobre fato ou ato de que tenha conhecimento. É, pois, meio de prova consistente na declaração de uma pessoa física (que não as partes) sobre fatos ou atos controvertidos entre os litigantes.

Na lição do eminente processualista Moacyr Amaral Santos, os elementos característicos da testemunha são os seguintes:

1º) é uma pessoa física, não se admitindo o testemunho de pessoa jurídica, que só pode prestar informações, as quais, todavia, inserem-se na prova documental;

2º) é, sempre, uma pessoa estranha ao feito, não se confundindo com as partes;

3º) deve conhecer dos fatos litigiosos, direta ou indiretamente, para atestar quanto a sua existência;

4º) deve ser capaz de depor, preenchendo, via de consequência, determinados requisitos.

Com efeito, em conformidade com o que dispõe o art. 405 do Código de Processo Civil, são proibidos de depor:

374. *Bol. AASP, 1.690*:124, e *Ajuris, 54*:288.

Os *incapazes*, assim considerados os *interditos por demência*; os que, acometidos por enfermidade ou debilidade mental ao tempo em que ocorreram os fatos, não possam discerni-los, ou, ao tempo em que devem depor, não estão habilitados a transmitir as percepções; o *menor de 16 anos*, o *cego* e o *surdo*, quando a ciência do fato depender dos sentidos que lhes faltam.

Os *impedidos*. Determinadas pessoas, ainda que sejam *capazes*, estão, todavia, impedidas de ser testemunhas. São elas: o *juiz*, que é, como se sabe, parte integrante da relação processual e que, por isso mesmo, jamais poderá ser testemunha nos processos em que funcione como magistrado. Note-se, entretanto, que nada impede seja um juiz testemunha em processo no qual não funcione.

Impedida, igualmente, de depor é a *própria parte*, pois, como já frisamos, testemunha é pessoa estranha à lide. As declarações das pessoas envolvidas no feito não constituem prova testemunhal.

Por outro lado, há pessoas que, conquanto não se confundam com as partes, com elas se identificam de uma forma ou de outra e, em consequência, intervêm no processo, tais como o *tutor*, o *representante legal da pessoa jurídica* e os respectivos *advogados*.

Finalmente, atendendo ao grau de afeto e solidariedade que normalmente os prendem às partes, estão impedidos de testemunhar o *cônjuge*, os *ascendentes* e *descendentes* ou *colaterais* até o terceiro grau, exceto se o contrário exigir o interesse público ou se se tratar de causa relativa ao estado da pessoa.

Os *suspeitos*. Conquanto em princípio nenhum impedimento ocorra, certas pessoas, em razão de determinadas circunstâncias, são vistas como suspeitas, não podendo, por isso, ser testemunhas. São elas: a) o condenado por crime de falso testemunho, desde que com sentença com trânsito em julgado; b) o que, em razão de seus costumes, não for digno de fé, tal como o condenado por ilícitos penais, as meretrizes, o ébrio contumaz, etc.; c) o inimigo capital ou amigo íntimo de uma das partes; d) o que tiver interesse no litígio. As testemunhas *impedidas ou suspeitas* podem, eventualmente, ser ouvidas, desde que estritamente necessário (CPC, art. 405), mas, em tais circunstâncias, não prestarão compromisso de dizer a verdade, e o juiz lhes atribuirá o valor que possam merecer.

c) A prova testemunhal no processo do trabalho

A Consolidação das Leis do Trabalho é absolutamente omissa quanto às disposições acima transcritas, não podendo haver dúvida quanto à aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.

No processo trabalhista cada parte pode indicar até 3 testemunhas, à exceção do *inquérito judicial* (rescisão do contrato de trabalho de empregado estável), em que esse número se eleva a 6, e do *procedimento sumaríssimo*, que o reduz a 2 testemunhas para cada litigante (art. 852-H da CLT, com a redação dada pela Lei n. 9.957/2000).

As próprias partes devem conduzir suas testemunhas à audiência, independentemente de notificação (CLT, art. 825). Somente na recusa destas em comparecer espontaneamente é que a parte interessada requererá sua notificação, quando então estarão obrigadas ao comparecimento, sob pena de condução coercitiva.

No *procedimento sumaríssimo*, a intimação da testemunha está condicionada

à prova de prévio convite (§ 3º do art. 852-H da CLT):

"Só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer. Não comparecendo a testemunha intimada, o juiz poderá determinar sua imediata condução coercitiva".

Há, portanto, necessidade de comprovar, em juízo, o convite prévio à testemunha. A prova irrefutável de tal convite é, inegavelmente, a carta postal, com o respectivo *AR*.

Inexistindo prova de prévio convite, a afirmação da parte deve ser apreciada pelo juiz, considerando, sobretudo, o ônus da prova, evitando-se, outrossim, nulidade insanável por cerceio de direito de defesa.

As testemunhas são ouvidas logo após a tomada dos depoimentos pessoais das partes (reclamante e reclamado). Ouvem-se preliminarmente as testemunhas do reclamante e, a seguir, as do reclamado. Nessa oportunidade, após as indagações que o juiz entenda necessárias, podem os advogados, por intermédio do magistrado, formular suas próprias perguntas.

Observe-se que, em conformidade com a Súmula 357 do Tribunal Superior do Trabalho:

"Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador".

Na eventualidade de se tratar de testemunha incapaz, impedida ou suspeita, pode o advogado da parte interessada arguir sua *contradita* e *protesto*.

d) Contradita e protesto

Contradita é ato pelo qual o advogado da parte contra a qual foi arrolada uma testemunha denuncia seu impedimento, incapacidade, suspeição ou interesse na demanda. A contradita, na forma do que prevê o art. 414, § 1º, do Código de Processo Civil, é arguida antes da tomada do depoimento da testemunha. Acolhida a contradita, a testemunha será dispensada. Nesta hipótese poderá o advogado da parte que a arrolou requerer que se consigne, na ata de audiência, seu *protesto*, ato que no processo do trabalho declara o inconformismo da parte, ensejando a arguição da questão no recurso ordinário, fazendo as vezes do *agravo retido*, previsto no art. 522 do Código de Processo Civil, que, tal como o protesto, também pode ser interposto verbalmente na própria audiência (STJ, 4ª T., REsp 6.143-RJ, Rel. Min. Barros Monteiro, *DJU*, 24-6-1991, p. 8643).

Indeferida a contradita, igual protesto pode ser formulado pelo advogado da parte que a levantou.

Ressalte-se que, na oportunidade de sua arguição, pode o advogado que a formulou fazer prova de sua alegação, inclusive com documentos e testemunhas, no máximo 3, que são ouvidas em separado.

Facultado é ao juiz indeferir perguntas que entenda absolutamente estranhas ao objeto da lide, hipótese em que a parte pode requerer que as perguntas indeferidas sejam consignadas na ata de audiência (CPC, art. 416, § 2º).

e) Documentos

Documento é o instrumento representativo de um fato ou acontecimento. Conquanto possa apresentar defeitos, inegavelmente se constitui, em consequência de sua estabilidade, como a forma mais segura de "perpetuar a história dos fatos e as cláusulas dos contra-

tos celebrados pelas partes", na feliz expressão de Neves e Castro em seu clássico livro *Teoria das Provas e sua Aplicação aos Atos Civis*.

Compreende a prova documental as mais diversas espécies: contratos, recibos, fichas, carteira de trabalho, telegramas, declarações, fotografias, etc.

No processo do trabalho, os documentos só eram aceitos se no original ou em certidão autenticada. Contudo, com a nova redação dada ao art. 830 da CLT, o documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

E, na ocorrência de impugnação, a parte que a produziu será intimada para que apresente cópias devidamente autenticadas ou o original, cabendo ao serventuário competente proceder à conferência e certificar a conformidade entre os documentos em referência.

A juntada do documento pelo reclamante há de ser feita com a petição inicial e, pelo reclamado, com a defesa. Admite-se, todavia, a juntada posterior de documentos que se relacionem com fatos supervenientes.

Num caso ou noutro, é fundamental que se dê vista à parte contrária, sob pena de anulação do processo pela instância superior:

"Se uma das partes junta documento, qualquer que seja a fase do processo, impõe-se ao juiz ouvir, sobre o mesmo, a parte contrária. Anula-se o processo a partir de fls., para que seja, desde logo, ouvida a mesma sobre o documento, principalmente porque nesse documento baseia-se a decisão recorrida. Aplicação à hipótese também do art. 794 da CLT" (TST, RR 5.007/78, Rel. Min. Rezende Puech, *DJU*, 4-6-1980, p. 5125).

Em razão da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, na eventualidade de o documento encontrar-se em poder da parte contrária, o juiz poderá ordenar sua exibição, desde que o interessado formule pedido nesse sentido, individuando o documento, assinalando a finalidade da prova e indicando os fatos relacionados com o documento cuja exibição se pretenda, não sem detalhar as circunstâncias em que se fundou para afirmar que o documento existe e se encontra em poder da parte contrária.

A recusa na exibição (positivado que a parte possui o documento) implica admitir como verdadeiros os fatos que, por meio deste, se pretenda provar.

f) A prova pericial

Nem sempre dispõem as partes dos meios necessários para provar determinados fatos que, por sua própria natureza, não podem ser positivados por documentos ou testemunhas. Por outro lado, nem sempre estará o juiz em condições de verificar o fato, por lhe faltarem os conhecimentos técnicos indispensáveis. Em todas essas oportunidades a prova pericial surge como o instrumento adequado e indispensável, louvando-se o magistrado nos trabalhos elaborados por especialistas denominados *peritos*.

Deferida a prova pericial requerida, ou determinada *ex officio* pelo juiz, a perícia será realizada por perito único designado pelo juiz, podendo as partes indicar assistentes (Lei n. 5.584, de 20-7-1970).

Firmado compromisso pelo perito do juízo (os assistentes não prestam compromisso), uma vez apresentados os quesitos, deverá o perito ultimar seu laudo no prazo fixado pelo magistrado.

A prova pericial deve ser cogitada após a juntada da contestação aos autos

e levada a efeito antes que se realize a audiência, ensejando às partes a oitiva do perito, se necessária (CLT, art. 827).

Honorários do perito (depósito prévio)

A Lei n. 8.925/94, que alterou diversos dispositivos do Código de Processo Civil, adicionou ao art. 33 um parágrafo único, que autoriza o juiz, em caráter facultativo, a determinar o depósito prévio dos honorários do perito.

Tal disposição está fadada a gerar polêmica no processo do trabalho, onde de há muito é objeto de controvérsia.

Não contando com corpo de peritos próprios e, por isso mesmo, utilizando-se de peritos particulares, veem-se os juízes obrigados a determinar o depósito prévio dos honorários periciais, sem o que os louvados declinam da nomeação.

A disposição do Código de Processo Civil, a rigor, não apresenta qualquer discrepância com os princípios gerais do processo trabalhista, só encontrando obstáculo nos parcos recursos materiais do trabalhador.

Já os honorários do *assistente*, facultativamente indicado pelas partes, nos termos da Súmula 341 da mesma Corte de Justiça, são de responsabilidade da própria parte que o tenha contratado:

"A indicação do perito assistente é faculdade da parte, a qual deve responder pelos respectivos honorários, ainda que vencedora no objeto da perícia".

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 8 do Tribunal Superior do Trabalho. Juntada de documento.** A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença. (RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969)

▷ **Súmula 74 do Tribunal Superior do Trabalho. Confissão.** (Nova redação do item I e inserido o item III à redação em decorrência do julgamento do processo TST-IUJEEDRR 801385-77.2001.5.02.0017 - Res. 174/2011, *DEJT*, 27, 30 e 31-5-2011)

I - Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor. (ex-Súmula n. 74 - RA 69/1978, *DJ* 26-9-1978)

II - A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta (art. 400, I, CPC), não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores. (ex-OJ n. 184 da SBDI-1 - inserida em 8-11-2000)

III - A vedação à produção de prova posterior pela parte confessa somente a ela se aplica, não afetando o exercício, pelo magistrado, do poder/dever de conduzir o processo.

▷ **Súmula 212 do Tribunal Superior do Trabalho. Despedimento. Ônus da prova.** O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado. (Res. 14/85, *DJ*, 19-9-1985)

▷ **Súmula 217 do Tribunal Superior do Trabalho. Depósito recursal. Credenciamento bancário. Prova dispensável.** O credenciamento dos bancos para o fim de recebimento do depósito recursal é fato notório, independendo da prova. (Res. 14/85, *DJ*, 19-9-1985)

Releva notar que o STF, no julgamento do Mandado de Injunção n. 347-5, em sessão plenária de 7-5-1993, posicionou-se pela substituição processual ampla do sindicato, em qualquer ação judicial de interesse dos trabalhadores.

Ainda que se restrinja a substituição processual pelo sindicato aos denominados *direitos individuais homogêneos*, assim considerados aqueles com reflexos sociais que extravasam os limites do interesse singular, em momento oportuno o TST cancelou a Súmula 310 (Resolução n. 121/2003), pondo fim, assim, a uma restrição manifestamente inconstitucional.

IV – Contribuição sindical

Os autores indicam quatro espécies de contribuições sindicais: a *legal*, estabelecida para todos os trabalhadores (art. 548, *a*, da CLT), a *assistencial*, instituída em assembleia geral da respectiva categoria, vedada, pelo Precedente Normativo n. 119, do TST, a sua inserção em acordos, convenções ou sentenças normativas:

"Contribuições sindicais – Inobservância de preceitos constitucionais. A Constituição da República, em seus arts. 5º, XX, e 8º, V, assegura o direito de livre associação e sindicalização. É ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outros da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Sendo nulas as estipulações que inobservem tal restrição, tornam-se passíveis de devolução os valores irregularmente descontados".

A *mensalidade*, paga espontaneamente pelos associados, e a *confederativa*, prevista no art. 8º, IV, da Constituição Federal, considerada por renomados juslaboralistas não autoaplicável, foi, contudo, proclamada como autoexecutável pelo STF – Recurso Extraordinário n. 287.227-0. Tal contribuição, entendemos, deve ser paga por todos os trabalhadores, independentemente da sua condição de associado ou não.

V – Liberdade de associação

Em que pese o sistema de sindicato único, a Constituição Federal proclama a inteira liberdade do trabalhador vincular-se, ou não, ao seu sindicato.

A Constituição Federal vigente afasta, pois, a sindicalização compulsória.

VI – Participação do sindicato na negociação coletiva (convenções ou acordos)

As convenções e acordos coletivos, disciplinados nos arts. 611 a 625 da CLT, tal como já dispunha a legislação ordinária, terão, necessariamente, a participação dos sindicatos. As convenções e acordos coletivos são formas de negociações de caráter normativo aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais do trabalho.

Na lição de Valentin Carrion – "a distinção fundamental entre o contrato individual de trabalho e a convenção coletiva *lato sensu*, é que, enquanto o primeiro cria a obrigação de trabalhar e a de remunerar, a convenção coletiva prevê direitos e obrigações para os contratos individuais em vigor ou que venham a celebrar-se; como se diz, é mais uma lei do que um contrato, tem a vantagem de descer a minúcias e, melhor que a lei, adaptar-se às circunstâncias específicas das partes, do momento e do lugar"[41].

41. Ob. cit., p. 449.

▷ **Súmula 338 do Tribunal Superior do Trabalho. Jornada de trabalho. Registro. Ônus da prova.** (Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 234 e 306 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – É ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma do art. 74, § 2º, da CLT. A não apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário.

II – A presunção de veracidade da jornada de trabalho, ainda que prevista em instrumento normativo, pode ser elidida por prova em contrário.

III – Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir.

▷ **Súmula 341 do Tribunal Superior do Trabalho. Honorários do Assistente Técnico.** A indicação do perito assistente é faculdade da parte, a qual deve responder pelos respectivos honorários, ainda que vencedora no objeto da perícia. (Res. 44/95, *DJ*, 22-3-1995)

▷ **Súmula 357 do Tribunal Superior do Trabalho. Testemunha. Ação contra a mesma reclamada. Suspeição.** "Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador". (Res. 76/97, *DJ*, 19-12-1997)

▷ **Súmula 402 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Documento novo. Dissídio coletivo. Sentença normativa.** (Conversão da OJ n. 20 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) Documento novo é o cronologicamente velho, já existente ao tempo da decisão rescindenda, mas ignorado pelo interessado ou de impossível utilização, à época, no processo. Não é documento novo apto a viabilizar a desconstituição de julgado: a) sentença normativa proferida ou transitada em julgado posteriormente à sentença rescindenda; b) sentença normativa preexistente à sentença rescindenda, mas não exibida no processo principal, em virtude de negligência da parte, quando podia e deveria louvar-se de documento já existente e não ignorado quando emitida a decisão rescindenda.

▷ **Súmula 415 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de segurança. Art. 284 do CPC. Aplicabilidade.** (Conversão da OJ n. 52 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) Exigindo o mandado de segurança prova documental pré-constituída, inaplicável se torna o art. 284 do CPC quando verificada, na petição inicial do *mandamus*, a ausência de documento indispensável ou de sua autenticação.

▷ **Súmula 225 do Supremo Tribunal Federal.** Não é absoluto o valor probatório das anotações da carteira profissional.

▷ **Súmula 259 do Supremo Tribunal Federal.** Para produzir efeito em juízo não é necessária a inscrição, no registro público, de documentos de procedência estrangeira, autenticados por via consular.

▷ **Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça.** A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da

obtenção de benefício previdenciário.

▷ **Súmula 232 do Superior Tribunal de Justiça.** A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 36 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Instrumento normativo. Cópia não autenticada. Documento comum às partes. Validade.** Inserida em 25-11-1996 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

O instrumento normativo em cópia não autenticada possui valor probante, desde que não haja impugnação ao seu conteúdo, eis que se trata de documento comum às partes.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 134 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Autenticação. Pessoa jurídica de direito público. Dispensada. Medida Provisória n. 1.360, de 12-3-1996.** São válidos os documentos apresentados, por pessoa jurídica de direito público, em fotocópia não autenticada, posteriormente à edição da Medida Provisória n. 1.360/1996 e suas reedições.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 215 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Vale-transporte. Ônus da prova.** É do empregado o ônus de comprovar que satisfaz os requisitos indispensáveis à obtenção do vale-transporte.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 233 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Horas extras. Comprovação de parte do período alegado.** Inserida em 20-6-2001 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

A decisão que defere horas extras com base em prova oral ou documental não ficará limitada ao tempo por ela abrangido, desde que o julgador fique convencido de que o procedimento questionado superou aquele período.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 76 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação Rescisória. Ação cautelar para suspender execução. Juntada de documento indispensável. Possibilidade de êxito na rescisão do julgado.** É indispensável a instrução da ação cautelar com as provas documentais necessárias à aferição da plausibilidade de êxito na rescisão do julgado. Assim sendo, devem vir junto com a inicial da cautelar as cópias da petição inicial da ação rescisória principal, da decisão rescindenda, da certidão do trânsito em julgado e informação do andamento atualizado da execução.

▷ **Verdade real x verdade processual.** Apenas o processo penal deve se nortear pela verdade real. No processo do trabalho e no processo civil nem sempre se obtém a verdade real, mas a verdade decorrente da previsão legal, do ônus da prova, que não foi feito pelo autor, diante da sua confissão. Prevalece, assim, a verdade processual. (TRT/SP, Ac. 20010182610, j. 23-4-2001, Proc. 20000213017, 1ª T., Rel. Sérgio Pinto Martins, *DOE/SP*, 15-5-2001)

▷ **Prova. Controvérsia.** Fato não contestado é fato tido como incontroverso. A inexistência de controvérsia sobre o fato determina a ausência de objeto de prova. (TRT/SP, Ac. 20010194856, j. 17-4-2001, Proc. 20000045017, 6ª T., Rel. Rafael E. Pugliese Ribeiro, *DOE/SP*, 4-5-2001)

▷ **Comissões "por fora". Necessidade de produção de prova.** Sendo da

reclamante o ônus da prova quanto à função e salário negados pelo empregador, estes não podem ser fixados pelo juízo pela simples alegação de que é público e notório que no exercício do cargo de Gerente de Vendas a remuneração é muito superior, e que a notoriedade dos fatos independe de prova. Mantido o julgado que indeferiu pedido de diferença salarial. (TRT/24ª R., Ac. 2.335, j. 15-8-2001, RO 645/2001, Tribunal Pleno, Rel. Desig. Ricardo Geraldo M. Zandona, *DJ/MS*, 14-9-2001)

▷ **Prova empatada. Aplicação do princípio "*in dubio pro misero*".** Luiz de Pinho Pedreira da Silva anota na avaliação do princípio interpretativo do Direito do Trabalho, que sua singularidade está em "que ele constitui a inversão de seu congênere do direito comum, pois enquanto neste o favor, em caso de dúvida, é pelo devedor e pelo réu", no Direito especial do trabalho, conclui, "se faz na mesma situação, em benefício do empregado, que normalmente é credor e autor". Havendo paridade de provas, ou "prova empatada" escreve Pinho Pedreira, pelas maiores dificuldades com que arca o empregado para a produção de provas, numa situação como esta, a dúvida gerada no espírito do julgador há de ser dirimida *pro* operário (*Principiologia do Direito do Trabalho*, LTr, 1999, págs. 42/58). (TRT/SP, Ac. 20010423235, j. 16-7-2001, Proc. 20000013522, 8ª T., Rel. José Carlos da Silva Arouca, *DOE/SP*, 31-7-2001)

▷ **Confissão real, rainha das provas.** A confissão real extraída em Juízo, em prol das alegações da parte contrária, é o bastante para se reconhecer ou rejeitar pedido, sendo desnecessária a produção de outras provas e irrelevantes as realizadas, diante do disposto no art. 334, II, do CPC. (TRT/SP, Ac. 20010148102, j. 3-4-2001, Proc. 19990580807, 4ª T., Rel. Paulo Augusto Câmara, *DOE/SP*, 20-4-2001)

▷ **Confissão extrajudicial.** A confissão extrajudicial feita por via idônea e isenta de vício de vontade, estratificada em documento contra o qual não se lança impugnação de forma ou conteúdo, tem o mesmo valor da confissão judicial. Aplicação do art. 353 do CPC. (TRT/SP, Ac. 20010257157, j. 8-5-2001, Proc. 20000047060, 6ª T., Rel. Rafael E. Pugliese Ribeiro, *DOE/SP*, 29-5-2001)

▷ **Prova. Depoimento pessoal.** O depoimento pessoal altera e até invalida a moldura fática traçada na petição inicial e na defesa, prestando-se para fundamentar a solução a ser dada ao litígio. Sendo assim, no caso, não sobra espaço para defender o que foi desmentido em juízo. (TRT/SP, Ac. 20010012685, j. 22-1-2001, Proc. 19990410804, 8ª T., Rel. José Carlos da Silva Arouca, *DOE/SP*, 13-2-2001)

▷ **Cerceamento de defesa. Vínculo empregatício. Imprescindibilidade do depoimento das partes. Nulidade.** Nos termos do art. 848 da CLT, no processo do trabalho, o depoimento pessoal dos litigantes é formalidade que se insere no âmbito da faculdade do julgador, ante o princípio do livre convencimento. No entanto, convém que o julgador somente o dispense se, por exemplo, já estiver convencido ante as provas produzidas nos autos, se a matéria fática não for controvertida, ou, ainda, se a matéria for somente de direito. Assim, a análise é feita caso a caso, sob pena de se cometerem

equívocos, na medida em que a prova não é produzida apenas para o juízo do primeiro grau; o do segundo grau também necessita de prova amplamente produzida. Na hipótese, demonstrado o prejuízo que sofrera o reclamado com a dispensa do depoimento do reclamante, evidente o cerceamento de defesa. Recurso de Revista conhecido e provido. (TST, RR 680.422/2000, j. 29-8-2001, 5ª T., Rel. Min. João Batista Brito Pereira, *DJ*, 14-9-2001)

▷ **Horas extras. Depoimento do reclamante. Prova testemunhal. Prevalência.** Embora o artigo 334, inciso II, do CPC não mitigue o princípio do livre convencimento e apreciação da prova pelo magistrado (artigo 131 do CPC), disciplina de forma razoável a valoração que deve o julgador emprestar ao depoimento da parte. Assim, não merece prevalecer a prova testemunhal sobre o depoimento do Reclamante no sentido da inexistência de labor em sobrejornada. Ninguém melhor que a própria parte para noticiar a sua verdadeira jornada de trabalho. Recurso de Revista parcialmente conhecido e provido. (TST, RR 383.000/97, j. 15-8-2001, 5ª T., Rel. Min. Rider Nogueira de Brito, *DJ*, 14-9-2001)

▷ **Meios de prova. Relação de primazia.** Quando a controvérsia envolve fatos, não há regra que estabeleça relação de primazia entre os meios de prova (ressalvado, a princípio, o depoimento em que há confissão). Há regras que limitam ou restringem a prova quanto a determinados fatos. Mas para o fato em que todos os meios são admitidos, nenhuma regra manda atribuir mais valor a essa ou àquela prova, nem manda tomar por melhor a prova documental diante da testemunhal ou vice-versa. Prova é convencimento. É o elemento concreto que influi na percepção pessoal do Juiz, despertando-lhe o sentimento, provocando-lhe no espírito, dentro de um determinado contexto, a impressão do que é a verdade. A prova que lhe der o retrato dessa verdade será melhor prova. (TRT/SP, Ac. 02990075946, j. 3-3-1999, Proc. 02980051165, 1ª T., Rel. Eduardo de Azevedo Silva, *DOE/SP*, 16-3-1999)

▷ **Ônus da prova. Intervalo.** A prova de ausência de intervalo é do empregado, por se tratar de fato constitutivo do seu direito, nos termos do artigo 818 da CLT e inciso I do artigo 333 do CPC. O normal é ter intervalo. O anormal, não ter intervalo, deve ser provado pelo empregado. É a orientação de Malatesta, que também se aplica ao processo do trabalho. O reclamante não fez prova da ausência de intervalo. (TRT/SP, Ac. 20010629194, j. 2-10-2001, Proc. 20000497589, 3ª T., Rel. Sérgio Pinto Martins, *DOE/SP*, 23-10-2001)

▷ **Diferenças de FGTS. Ônus da prova.** É do reclamante o ônus de demonstrar os depósitos de FGTS supostamente efetuados a menor pela empresa. O Dec. 99.684/90 (art. 22) garante ao empregado o acesso à documentação necessária para a conferência dos depósitos efetuados, razão pela qual ele não está desamparado na produção de provas nesse sentido. Pedido a que se nega provimento. (TRT/SP, Ac. 20010554690, j. 3-9-2001, Proc. 20000505247, 9ª T., Rel. Antonio José Teixeira de Carvalho, *DOE/SP*, 18-9-2001)

▷ **Recurso de revista. Horas extras. Ônus de prova.** Se o pedido inicial é de horas extras, incumbe à Reclamante o ônus de provar o fato constitutivo do seu direito, incorrendo em ofensa ao art. 818 da CLT a decisão do Regional que atribui o encargo probatório ao Reclamado, quando na contestação não foi invocado fato constitutivo, impeditivo ou extintivo do direito. Recurso de Revista conhecido e provido, no particular, para excluir as horas extras. (TST, RR 396.350/97, j. 13-9-2000, 5ª T., Rel. Juiz Convocado Walmir Oliveira da Costa, *DJ*, 6-10-2000)

▷ **Prova documental. Possibilidade de juntada de documentos na fase de liquidação autorizada pela sentença. Ofensa ao princípio da eventualidade.** Inadmissível, por configurar ofensa à regra do art. 396 do CPC, a reabertura de possibilidade, à reclamada, para juntar em liquidação de sentença os documentos que não trouxe com a defesa. Aplica-se ao caso o princípio da eventualidade ou da preclusão. (TRT/SP, Ac. 20010111519, j. 19-3-2001, Proc. 19990575650, 8ª T., Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 10-4-2001)

▷ **Prova. Indeferimento por desnecessária. Faculdade do juízo. Inteligência do art. 130 do CPC.** É facultado ao Juiz indeferir prova desnecessária ou protelatória, "ex vi" do disposto no art. 130 do CPC, de manifesta aplicação subsidiária no Processo do Trabalho, obviamente fundamentando sua decisão. Inexistência de cerceamento de defesa, sobretudo quando se constata o acerto da decisão. (TRT/SP, Ac. 02970176593, j. 22-4-1997, Proc. 02960003130, 6ª T., Rel. Amador Paes de Almeida, *DOE/SP*, 30-4-1997)

▷ **Busca da verdade real. Verificação pelo juiz.** O juiz pode buscar a verdade real dos fatos, pois é ele que dirige o processo. Assim, nada impede que o juiz verifique a existência de horas extras que não foram pagas, mesmo que não apontadas pelo autor. A função do Judiciário não é só julgar processos, mas também fazer justiça. No caso concreto, foi isso que o juízo fez, pois notou que o reclamante não recebeu todas as horas extras prestadas e que a empresa tinha obrigação de as remunerar, visando evitar o seu enriquecimento ilícito em detrimento do trabalho dos outros. (TRT/SP, Ac. 20010411318, j. 10-7-2001, Proc. 20000324331, 3ª T., Rel. Sérgio Pinto Martins, *DOE/SP*, 7-8-2001)

▷ **I. Prova. Avaliação.** Os artigos 332 e 333 do Código de Processo Civil constituem normas programáticas que cuidam da prova de modo geral o primeiro e do encargo probatório o segundo. O juiz, por sua vez, a teor do que se contém no artigo 131 do mesmo diploma, aprecia livremente o quadro fático produzido, sem que o desacolhimento das razões deduzidas pela parte importem em ofensa aos dispositivos em causa. (...) (TRT/SP, Ac. 20010179857, j. 16-4-2001, 8ª T., Proc. 20000328698, Rel. José Carlos da Silva Arouca, *DOE/SP*, 22-5-2001)

▷ **Cerceamento de defesa. Ausência do advogado.** O indeferimento da prova testemunhal em razão da ausência do advogado, implica em restrição aos meios de prova e cerceamento de defesa. Persiste, na Justiça do Trabalho, o "ius postulandi", sendo suficiente a presença das partes à oitiva da prova testemunhal necessária ao esclarecimento da verdade real. (TRT/9ª

R., Ac. 13.880/2000, j. 23-6-2000, RO 13.489/99, Rel. Desig. Rosalie Michaele Bacila Batista, *DJPr*, 23-6-2000)

▷ **Testemunha. Acolhimento de contradita. Substituição. Silêncio da parte. Nulidade inexistente.** Acolhida a contradita, e silenciando a parte sobre a substituição da testemunha, queda-se preclusa a alegação de cerceio de defesa. Nulidade inexistente. Relação de Emprego. Ausência de prova. Não se reconhece relação de emprego negada pelo réu e não corroborada pela prova dos autos. Recurso desprovido. (TRT/13ª R., Ac. 60.107, j. 18-7-2000, REOR 1.137/2000, Rel. Ubiratan Moreira Delgado, *DJ*, 1-9-2000)

▷ **Cerceio de defesa. Contradita de testemunha.** É pacífico nesta Corte o entendimento de que: não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador (Enunciado n. 357 do TST). Decisão do Regional que conclui que é correto o deferimento da contradita, uma vez que a testemunha reconheceu a propositura de ação contra a reclamada e a ora reclamante foi sua testemunha naquele processo, configurando a troca de favores, contraria o verbete em foco. Recurso de revista conhecido e provido. (TST, RR 577233/1999.0, 4ª T., Rel. Juiz Convocado Vieira de Mello Filho, *DJ*, 24-9-2004)

▷ **Adicional de periculosidade. Prova técnica específica *vs.* Prova emprestada.** Não se pode negar a imprescindibilidade da realização de prova pericial para apuração de periculosidade. De acordo com o art. 195 consolidado, o Juiz deve determiná-la de ofício, mesmo que não haja requerimento da parte interessada. Nesse sentido, revela-se imperiosa a realização de perícia específica para a verificação de periculosidade, sendo inadmissível, em regra, a utilização de prova emprestada, tendo em vista a diversidade dos contextos material e temporal. Entretanto, a lei (artigo 195 da CLT), a doutrina e a jurisprudência vêm admitindo, no Processo do Trabalho, a prova pericial emprestada, desde que resulte caracterizada a identidade dos fatos. Ora, no caso em apreço, como já evidenciado, há absoluta identidade entre os referidos contextos. Some-se a isso o fato de que, "in casu", a partir de um exame mais cuidadoso do laudo pericial, prova especificamente determinada em juízo para a apuração do labor em condições perigosas, a Corte revisora extraiu dos fatos e circunstâncias nele narrados omissões e contradições inconcebíveis e inconciliáveis razão por que asseverou improsperável a sua conclusão no sentido de ser indevido o adicional em debate. Recurso de Revista empresário parcialmente conhecido, mas desprovido. (TST, RR 425.576/98, j. 31-10-2001, 2ª T., Rel. Juíza Convocada Anélia Li Chum, *DJ*, 14-12-2001)

▷ **Adicional de periculosidade. Laudo pericial. Prova emprestada.** Não está o julgador adstrito ao laudo pericial (CPC, art. 436), máxime quando fruto de vistoria técnica realizada em outra unidade da empresa, por desativado o local da prestação de serviços, podendo se valer de outros meios de prova à solução da lide (Orientação Jurisprudencial 278 da SDI-I). De todo viável a adoção, como prova emprestada, de laudo relativo a trabalhador exercente da mesma função do recla-

mante, no mesmo local de trabalho e sob as mesmas condições. São inespecíficos os arestos paradigmas, seja porque não dissentem da decisão atacada, seja porque se referem a diversa situação, seja por abordarem tese não debatida no Órgão julgador, como a de diferença entre risco e risco acentuado, inviável revolver questão fática (Enunciados 126 e 296 desta Corte). Violação não caracterizada a dispositivos de lei. Nem mesmo reflexa se vislumbra a arguida ofensa ao artigo 5º, LV, da Lei Maior, uma vez resolvida a lide com base no ordenamento jurídico pátrio. Inviável o conhecimento do recurso de revista pelas alíneas *a* e *c* do artigo 896 da CLT. Agravo de instrumento desprovido. (TST, AIRR 14161/2002-902-02-40.0, 5ª T., Rel. Juíza Convocada Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, *DJ*, 20-8-2004)

Seção X
Da decisão e sua eficácia

Art. 831. A decisão será proferida depois de rejeitada pelas partes a proposta de conciliação.

Parágrafo único. No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas. (Redação dada pela Lei n. 10.035, de 25-10-2000.)

Art. 832. Da decisão deverão constar o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas, os fundamentos da decisão e a respectiva conclusão.

§ 1º Quando a decisão concluir pela procedência do pedido, determinará o prazo e as condições para o seu cumprimento.

§ 2º A decisão mencionará sempre as custas que devam ser pagas pela parte vencida.

§ 3º As decisões cognitivas ou homologatórias deverão sempre indicar a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.035, de 25-10-2000.)

§ 4º A União será intimada das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória, na forma do art. 20 da Lei n. 11.033, de 21 de dezembro de 2004, facultada a interposição de recurso relativo aos tributos que lhe forem devidos. (Parágrafo acrescido pela Lei n. 11.457, de 16-3-2007.)

§ 5º Intimada da sentença, a União poderá interpor recurso relativo à discriminação de que trata o § 3º deste artigo. (Parágrafo acrescido pela Lei n. 11.457, de 16-3-2007.)

§ 6º O acordo celebrado após o trânsito em julgado da sentença ou após a elaboração dos cálculos de liquidação de sentença não prejudicará os créditos da União. (Parágrafo acrescido pela Lei n. 11.457, de 16-3-2007.)

§ 7º O Ministro de Estado da Fazenda poderá, mediante ato fundamentado, dispensar a manifestação da União nas decisões homologatórias de acordos em que o montante da parcela indenizatória envolvida ocasionar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico. (Parágrafo acrescido pela Lei n. 11.457, de 16-3-2007.)

Art. 833. Existindo na decisão evidentes erros ou enganos de escrita, de datilografia ou de cálculo, poderão os mesmos, antes da execução, ser corrigidos, *ex officio*, ou a requerimento dos interessados ou da Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Art. 834. Salvo nos casos previstos nesta Consolidação, a publicação das decisões e sua notificação aos litigantes, ou seus patronos, consideram-se realizadas nas próprias audiências em que forem as mesmas proferidas.

Art. 835. O cumprimento do acordo ou da decisão far-se-á no prazo e condições estabelecidas.

Art. 836. É vedado aos órgãos da Justiça do Trabalho conhecer de questões já decididas, excetuados os casos expressamente previstos neste Título e a ação rescisória, que será admitida na forma do disposto no Capítulo IV do Título IX da Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, sujeita ao depósito prévio de 20% (vinte por cento) do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor. (Com a redação dada pela Lei n. 11.495, de 22-6-2007.)

Parágrafo único. A execução da decisão proferida em ação rescisória far-se-á nos próprios autos da ação que lhe deu origem, e será instruída com o acórdão da rescisória e a respectiva certidão de trânsito em julgado. (Parágrafo incluído pela MP n. 2.180-35, de 24-8-2001.)

► *Comentários*

1. *A sentença trabalhista*

O art. 831 da CLT fala em decisão, referindo-se, obviamente, à sentença.

A recente reforma no CPC, levada a efeito pela Lei n. 11.232/2005, que deu nova redação ao § 1º do art. 162 do mesmo Estatuto, alterou sensivelmente o conceito de sentença então definida como a *decisão de juiz que põe fim ao processo*.

O art. 162 do CPC tem, agora, a seguinte redação:

"§ 1º Sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos arts. 267 e 269 desta Lei".

Na primeira hipótese (art. 267), *haverá extinção do processo sem exame do mérito*, quando ocorra um dos fatos previstos nos incisos do dispositivo legal nominado, como, por exemplo, quando o juiz indeferir a petição inicial, quando haja ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento regular do processo, quando ocorra a coisa julgada etc.

Haverá decisão de mérito quando:

a) o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor;

b) quando o réu reconhecer a procedência do pedido;

c) quando as partes transigirem;

d) quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição;

e) quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.

Há diversas espécies de sentenças. As mais comuns no processo do trabalho são:

a) definitivas;

b) terminativas;

c) interlocutórias.

As primeiras são as sentenças de mérito, ou seja, aquelas que põem fim ao processo, resolvendo a lide. As segundas, isto é, as sentenças terminativas, são aquelas que decidem o processo, sem, contudo, apreciar o mérito. São interlocutórias as que decidem os incidentes processuais.

Quanto à natureza jurídica, as sentenças são:

a) declaratórias;

b) constitutivas;

c) condenatórias.

São declaratórias quando se limitam a declarar a existência ou inexistência de uma relação jurídica. Constitutivas quando criam, alteram ou extinguem um estado ou uma relação jurídica. São condenatórias quando envolvem obrigação de dar, fazer ou não fazer alguma coisa, ensejando execução.

Em que pesem as restrições impostas ao magistrado – não pode conhecer senão das questões suscitadas e não pode

decidir senão nos limites em que a ação foi proposta –, goza o juiz moderno de ampla autonomia na apreciação das provas, sobressaindo pela importância a faculdade de decidir os litígios segundo sua livre convicção. No âmbito do processo do trabalho, por força de suas próprias características, um papel dinâmico é reservado ao juiz do trabalho, inclusive como decorrência da predominância do chamado princípio inquisitorial. Daí dizer o art. 765 da Consolidação das Leis do Trabalho que os juízos e Tribunais do Trabalho têm ampla liberdade na direção do processo. Por outro lado, nos termos do art. 4º da Lei n. 5.584/70, pode e deve o juiz do trabalho impulsionar *ex officio* o processo trabalhista no procedimento sumário, bem como naqueles em que o empregado ou empregador utilize o *jus postulandi*, isto é, reclamando pessoalmente, sem a assistência de profissional legalmente habilitado.

2. *Da conciliação*

Em conformidade com o disposto no art. 831 sob comento, a proposta de conciliação precede à sentença, que só deve ser proferida se rejeitada a solução amigável do conflito – "a decisão será proferida depois de rejeitada pelas partes a proposta de conciliação".

A Emenda Constitucional n. 45/2004, dando nova redação ao art. 114 da Constituição Federal, declara competir à Justiça do Trabalho *processar e julgar* as ações oriundas da relação de trabalho. Não faz, portanto, qualquer alusão à *conciliação*.

Contudo, na magistral observação de Manoel Antônio Teixeira Filho, "a conciliação constitui traço marcante dos órgãos da Justiça do Trabalho, mesmo se considerarmos que, a partir da Emenda Constitucional n. 45/2004, a Justiça do Trabalho terá competência para solucionar conflitos oriundos das relações de trabalho, em sentido amplo, e não apenas, os ocorrentes entre trabalhadores e empregadores, a possibilidade de o juiz formular propostas de conciliação *é fundamental*, sob todos os aspectos que se possa examinar" (*LTr*, *69*:1-13).

E o art. 764 da Consolidação das Leis do Trabalho, dando ênfase à conciliação, declara que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", concluindo que, para isso, "os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos", deixando claro o § 2º do dispositivo legal mencionado que só após frustrados esses esforços é que será proferida decisão.

Observe-se que no *procedimento sumaríssimo* inexistem momentos processuais em que a conciliação deva ser formulada, dispondo expressamente o art. 852-E da CLT: "Aberta a sessão, o juiz esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação e usará os meios adequados de persuasão para a solução conciliatória do litígio, em qualquer fase da audiência".

3. *Sentença homologatória de conciliação*

Conciliadas as partes, deve a conciliação ser homologada pelo juiz. A sentença de homologação é das mais simples – "homologa-se a conciliação para que esta tenha efeitos de direito. Pagas as custas, arquive-se", ou simplesmente "homologue-se". Essa homologação, entretanto, é verdadeira sentença que põe

fim ao processo, apresentando, outrossim, outra peculiaridade – é insuscetível de recurso, transitando desde logo em julgado.

Eventualmente, porém, na hipótese, remota, aliás, de a conciliação estar eivada de vício, será a sentença homologatória atacável pela via de *ação rescisória*, a ser proposta perante o Tribunal Regional do Trabalho.

Ao contrário do que comumente se afirma, a sentença homologatória de conciliação é sentença de mérito, como, aliás, enfatiza Vicente Greco Filho:

"Observe-se, porém, que não é meramente homologatória a sentença que homologa a transação (art. 269, III) ou conciliação. Estas são sentenças de mérito"[375].

Com efeito, a sentença homologatória de conciliação estabelece regras e consequências próprias das sentenças definitivas, dentre as quais cumpre pôr em relevo a eficácia executiva (art. 475-N do CPC):

"São títulos executivos judiciais:

(...)

III – a sentença homologatória de conciliação ou de transação, ainda que inclua matéria não posta em juízo".

Daí decisão do extinto 2º Tribunal de Alçada Civil, em voto da lavra do eminente juiz e douto processualista Antonio Marcato:

"A transação é ato homologável por sentença, à qual a lei empresta caráter de mérito, buscando com isso obter consequências que só das sentenças definitivas advêm" (2º TACiv., r. Sent. 161.676, 7ª Câm., j. 23-3-1993).

O mesmo princípio é consagrado no processo do trabalho, *ex vi* do disposto no art. 846 da Consolidação das Leis do Trabalho.

"Aberta a audiência, o juiz proporá a conciliação.

§ 1º Se houver acordo, lavrar-se-á termo, assinado pelo juiz e pelos litigantes, consignando-se o prazo e demais condições para seu cumprimento.

§ 2º Entre as condições a que se refere o parágrafo anterior, poderá ser estabelecida a de ficar a parte que não cumprir o acordo obrigada a satisfazer integralmente o pedido ou pagar uma indenização convencionada, sem prejuízo do cumprimento do acordo".

A sentença homologatória de conciliação, na forma do que dispõe o art. 831, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho, é irrecorrível – "no caso de conciliação, termo que for lavrado pelas partes, valerá como decisão irrecorrível".

Em consequência, como proclama a Súmula 259 do TST:

"Só por ação rescisória é atacável o termo de conciliação previsto no parágrafo único do art. 831 da CLT".

O trânsito em julgado só não ocorre para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas.

4. *Partes da sentença*

Nos termos do art. 832 da CLT, "da decisão deverão constar o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas, os fundamentos

375. *Direito Processual Civil Brasileiro*, cit., v. 2, p. 372.

A Constituição Federal, no inciso sob comento, fala de participação obrigatória dos sindicatos nas negociações coletivas, a nosso ver não distinguindo entre convenção e acordo coletivo, ambos espécies de autocomposição, como resultado de negociações coletivas – a convenção, de caráter mais amplo, e o acordo restrito a uma ou mais empresas.

Assim, há de ser interpretado o art. 617 da CLT, que só admite a celebração de acordo, diretamente pelos empregados de uma empresa, quando, esgotado o prazo de oito dias, não haja manifestação do respectivo sindicato, em igual prazo da Federação, silente, outrossim, a Confederação, no mesmo prazo.

A Constituição vigente, incontestavelmente, buscou a valorização das entidades profissionais na elaboração de normas que disciplinem as relações individuais de trabalho, com as suas respectivas peculiaridades.

VII – Participação do aposentado nas organizações sindicais

Evitando a discriminação do aposentado e até mesmo com o propósito manifesto de aproveitar sua experiência e conhecimento dos problemas da categoria, assegurou o constituinte sua participação (votar e ser votado) nas organizações sindicais, desde que filiado.

VIII – Estabilidade sindical

Os dirigentes sindicais, normalmente, em mais de uma oportunidade, veem-se obrigados a tomar posições em flagrante antagonismo com os empregadores – razão por que se instituiu, em favor dos mesmos, a estabilidade, que lhes assegura o direito ao emprego, salvo a prática de falta grave, ensejadora da dispensa por justa causa.

A estabilidade em apreço já era assegurada pela legislação ordinária, *ex vi* do disposto no art. 543, § 3º, da CLT:

"Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional, até 1 (um) ano após o final de seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos desta Consolidação" (redação da Lei n. 7.543/86).

A apuração da falta grave do dirigente sindical far-se-á por *inquérito judicial*, nos termos da Súmula 379 do TST.

Não especificando a Constituição Federal o número de dirigentes sindicais e seus suplentes, entendemos em vigor a disposição contida no art. 522 da CLT – "a administração dos sindicatos será exercida por uma diretoria constituída, no máximo, de sete e, no mínimo, de três membros e de um conselho fiscal composto de três membros, eleitos esses órgãos pela assembleia geral".

As disposições do art. 8º, acima comentadas, são aplicadas, também, às organizações sindicais rurais e às colônias de pescadores.

6. Direito de greve

"Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

da decisão e a respectiva conclusão". São as partes da sentença.

Do ponto de vista intrínseco, a sentença possui três partes:

a) *o relatório;*

b) *a fundamentação;*

c) *a conclusão.*

O *relatório* é a primeira parte da sentença, também chamada peça vestibular ou expositiva, na qual o juiz faz a individuação das partes, autor e réu, põe em destaque o pedido contido na inicial e a defesa, resumindo seus respectivos fundamentos.

O relatório objetiva, antes de tudo, expor ao próprio juiz processante a questão *sub judice*, no sentido de possibilitar-lhe juízo claro e seguro da lide.

No processo do trabalho, com inegável acerto, têm-se aceito sentenças com relatórios resumidos, muito embora necessariamente precisos:

> "Não se há por que falar em nulidade de sentença se esta, embora de forma sintética, contém relatório, fundamentos de fato e de direito e conclusão"[376].

Em conformidade com o que dispõe o art. 832 da Consolidação das Leis do Trabalho, o relatório há de conter:

a) o nome das partes;

b) resumo do pedido e da defesa;

c) resumo dos principais atos praticados na instrução e das questões incidentes.

O procedimento sumaríssimo (art. 852-I da CLT) dispensa o relatório:

> "A sentença mencionará os elementos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensando o relatório".

Segue-se a *fundamentação*, que é a própria motivação da sentença, com a necessária apreciação das provas e as razões que inspiraram a decisão.

Conquanto se possa admitir a fundamentação sintética, esta é, todavia, indispensável, sob pena de nulidade da sentença, já que o contrário "põe a administração da justiça a coberto da suspeita dos dois piores vícios que possam manchá-la: o arbítrio e a parcialidade".

A fundamentação da sentença está erigida em norma constitucional, *ex vi* do disposto no art. 93 da Constituição Federal:

> "IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e *fundamentais todas as decisões, sob pena de nulidade...*" (grifos do autor).

Finalmente, a *conclusão*, que contém a decisão da causa, também denominada da parte dispositiva.

Ressalte-se que a sentença pode ser *procedente* (na eventualidade de acolhida de todas as pretensões contidas na inicial); ou *procedente em parte* (na hipótese de serem acolhidas certas pretensões e rejeitadas outras), e, finalmente, *improcedente* (se admitida a veracidade dos fatos articulados na defesa), podendo, também, concluir pela *carência de ação* (se a relação de emprego não resultar provada), o que, para vasta corrente, implicaria a improcedência, considerando o exame do mérito.

Ressalte-se que a decisão ou sentença pode envolver obrigações de fazer – anotação da relação de emprego na carteira profissional; fornecimento de guias de

---

376. Calheiros Bonfim e Silvério dos Santos, *Dicionário de Decisões Trabalhistas*, 14. ed., ac. do TRT, 7ª R., Proc. 172/76.

seguro-desemprego, hipóteses em que deve fixar o prazo para o cumprimento do julgado (art. 835).

Da sentença devem, ainda, constar as custas, juros e correção monetária, bem como as contribuições a serem recolhidas à Previdência Social, e o Imposto de Renda devido à Fazenda Pública.

Em conformidade com jurisprudência sumulada:

Súmula 125 do STJ:

"O pagamento de férias não gozadas por necessidade do serviço não está sujeito à incidência do imposto de renda".

Súmula 211 do TST:

"Os juros de mora e a correção monetária incluem-se na liquidação, ainda que omisso o pedido inicial ou a condenação".

Súmula 215 do STJ:

"A indenização recebida pela adesão a programa de incentivo à demissão voluntária não está sujeita à incidência do imposto de renda".

Súmula 401 do TST:

"Ação rescisória. Descontos legais. Fase de execução. Sentença exequenda omissa. Inexistência de ofensa à coisa julgada. Os descontos previdenciários e fiscais devem ser efetuados pelo juízo executório, ainda que a sentença exequenda tenha sido omissa sobre a questão, dado o caráter de ordem pública ostentado pela norma que os disciplina. A ofensa à coisa julgada somente poderá ser caracterizada na hipótese de o título exequendo, expressamente, afastar a dedução dos valores a título de imposto de renda e de contribuição previdenciária".

5. *Erros ou inexatidões materiais da sentença*

"Ao publicar, baixando em Cartório, a sentença de mérito, o juiz cumpre e acaba o ofício jurisdicional. Com a sentença se esgota a atividade do juiz, o qual não mais poderá modificar a prestação jurisdicional dada, retratando-se, ainda que razões posteriores possam, até, demonstrar a injustiça da decisão. Somente por meio do recurso pode a parte obter o reexame da causa", proclama Vicente Greco Filho[377].

Contudo, em se tratando de inexatidões materiais ou erros de cálculo, pode o juiz, de ofício, independentemente de provocação das partes, corrigi-las. A alteração ou emenda do julgado, contudo, só é possível quando haja embargos declaratórios, de que cuidamos no Capítulo VI – Dos Recursos, arts. 893 e s.

6. *Ciência da decisão*

A audiência é, em princípio, contínua (art. 849), ou única (art. 852-C). Contudo, não sendo possível a conclusão do feito numa única audiência, esta será desdobrada em sessões subsequentes.

Processada e julgada a reclamação numa única audiência, as partes dela saem cientes da decisão.

Designada audiência de julgamento, cientes as partes dessa designação, são elas consideradas notificadas a partir da prolação do julgado.

Súmula 197 do TST:

"O prazo para recurso da parte que, intimada, não comparecer à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença conta-se de sua publicação".

377. *Direito Processual Civil Brasileiro*, cit., v. 2, p. 233.

7. *Coisa julgada*

A sentença, como ato de vontade do Estado (Carnelutti), produz, antes de tudo, uma declaração de direito, daí por que afirmarem os autores que toda sentença é declaratória, na medida em que declara o direito, ainda que possa ser meramente declaratória, declaratória-constitutiva ou declaratória-condenatória, "em correspondência às ações em que é proferida" (Moacyr Amaral Santos).

Outro efeito da sentença a merecer destaque é o de produzir a *hipoteca judiciária*, da qual decorre o *direito de sequela*, a que já nos referimos anteriormente, e que consiste na faculdade de o vencedor da demanda perseguir os bens do condenado onde estes se encontrarem, *ex vi* do disposto no art. 466 do Código de Processo Civil:

"A sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz na forma prescrita na Lei de Registros Públicos".

O efeito principal da sentença, entretanto, é a obtenção da coisa julgada (*res judicata*).

Há duas espécies de coisa julgada:

a) coisa julgada formal;

b) coisa julgada material.

A coisa julgada formal consiste na inimpugnabilidade da sentença como decorrência da preclusão:

"A coisa julgada formal consiste no fenômeno da imutabilidade da sentença pela preclusão dos prazos para recursos, seja porque dela não caibam mais recursos, seja porque estes não foram interpostos no prazo, ou porque do recurso se desistiu ou do interposto se renunciou..."[378].

Já a coisa julgada material é a imutabilidade da sentença, da qual decorre sua eficácia, como bem salienta o art. 467 do Código de Processo Civil:

"Denomina-se coisa julgada material a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário".

"A coisa julgada formal" – já proclamava Gabriel de Rezende Filho, com sua clareza de renomado mestre – "é de natureza processual, resultando da extinção dos recursos contra a sentença ou da preclusão dos prazos para a interposição dos recursos. A coisa julgada material ou substancial – condicionada à existência da coisa julgada formal – consiste na indiscutibilidade da existência da vontade concreta da lei, afirmada na sentença"[379].

A coisa julgada formal, que decorre da inimpugnabilidade da sentença, é o que se costuma chamar de *preclusão máxima*, ou seja, a circunstância de não haver mais possibilidade de ser reformada a decisão, por isso que a sentença transitou em julgado.

A coisa julgada material diz respeito ao conteúdo da sentença, como consequência da própria autoridade da *res judicata*, envolvendo, pois, o próprio direito. Formada a coisa julgada material, nenhum juiz, seja o promotor da sentença, seja outro qualquer, poderá examinar e decidir a mesma relação jurídica objeto da sentença.

---

378. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, cit., v. 3, p. 38.

379. V. 3, p. 47.

É o que estabelece o art. 836 da CLT: "É vedado aos órgãos da Justiça do Trabalho conhecer de questões já decididas, excetuados os casos expressamente previstos neste Título e a ação rescisória, que será admitida na forma do disposto no Capítulo IV do Título IX da Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, sujeita ao depósito prévio de 20% (vinte por cento) do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor", observado o prazo de 2 anos, a contar do trânsito em julgado da decisão rescindenda.

▶ *Jurisprudência*

▷ **Súmula 33 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de segurança. Decisão judicial transitada em julgado.** Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado. (RA 57/70, *DO/GB*, 27-11-1970)

▷ **Súmula 83 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Matéria controvertida.** (RA 69/1978, *DJ*, 26-9-1978. Redação alterada pela Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003. Nova redação em decorrência da incorporação da OJ n. 77 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) I – Não procede pedido formulado na ação rescisória por violação literal de lei se a decisão rescindenda estiver baseada em texto legal infraconstitucional de interpretação controvertida nos Tribunais. II – O marco divisor quanto a ser, ou não, controvertida, nos Tribunais, a interpretação dos dispositivos legais citados na ação rescisória é a data da inclusão, na Orientação Jurisprudencial do TST, da matéria discutida.

▷ **Súmula 158 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória.** Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho, em ação rescisória, cabível é o recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho, em face da organização judiciária trabalhista. Ex-Prejulgado n. 35. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 192 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Competência e possibilidade jurídica do pedido.** (Redação Original – Res. 14/1983. Redação alterada pela Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003. Nova redação em decorrência da incorporação das OJ n. 48, 105 e 133 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) I – Se não houver o conhecimento de recurso de revista ou de embargos, a competência para julgar ação que vise a rescindir a decisão de mérito é do Tribunal Regional do Trabalho, ressalvado o disposto no item II. II – Acórdão rescindendo do Tribunal Superior do Trabalho que não conhece de recurso de embargos ou de revista, analisando arguição de violação de dispositivo de lei material ou decidindo em consonância com súmula de direito material ou com iterativa, notória e atual jurisprudência de direito material da Seção de Dissídios Individuais (Súmula 333), examina o mérito da causa, cabendo ação rescisória da competência do Tribunal Superior do Trabalho. III – Em face do disposto no art. 512 do CPC, é juridicamente impossível o pedido explícito de desconstituição de sentença quando substituída por acórdão de Tribunal Regional ou superveniente sentença homologatória de acordo que puser fim ao litígio. (Redação do item III alterada na sessão do Tribunal Pleno de 17-11-2008 – Res. 150/2008, *DJe*, 20, 21 e 24-11-2008). IV – É manifesta a impossibilidade jurí-

dica do pedido de rescisão de julgado proferido em agravo de instrumento que, limitando-se a aferir o eventual desacerto do juízo negativo de admissibilidade do recurso de revista, não substitui o acórdão regional, na forma do art. 512 do CPC. V – A decisão proferida pela SDI, em sede de agravo regimental, calcada na Súmula 333, substitui acórdão de Turma do TST, porque emite juízo de mérito, comportando, em tese, o corte rescisório.

▷ **Súmula 197 do Tribunal Superior do Trabalho. Prazo.** O prazo para recurso da parte que, intimada, não comparecer à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença conta-se de sua publicação. (Res. 3/85, *DJ*, 1º-4-1985)

▷ **Súmula 211 do Tribunal Superior do Trabalho. Juros da mora e correção monetária. Independência do pedido inicial e do título executivo judicial.** Os juros de mora e a correção monetária incluem-se na liquidação, ainda que omisso o pedido inicial ou a condenação. (Res. 14/85, *DJ*, 19-9-1985)

▷ **Súmula 214 do Tribunal Superior do Trabalho. Decisão interlocutória. Irrecorribilidade.** Res. 14/1985, *DJ*, 19-9-1985. Redação alterada – Res. 43/1995, *DJ*, 17-2-1995 e Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003. Nova redação conferida pela Res. 127/2005, *DJ*, 14-3-2005) Decisão Interlocutória. Irrecorribilidade. Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão: a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT.

▷ **Súmula 259 do Tribunal Superior do Trabalho. Termo de conciliação. Ação rescisória.** Só por ação rescisória é atacável o termo de conciliação previsto no parágrafo único do art. 831 da CLT. (Res. 7/86, *DJ*, 31-10-1986)

▷ **Súmula 299 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Decisão rescindenda. Trânsito em julgado. Comprovação. Efeitos.** (Res. 9/1989 – *DJ*, 14-4-1989. Nova redação em decorrência da incorporação das OJ 96 e 106 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ* n. 22-8-2005) I – É indispensável ao processamento da ação rescisória a prova do trânsito em julgado da decisão rescindenda. II – Verificando o relator que a parte interessada não juntou à inicial o documento comprobatório, abrirá prazo de 10 (dez) dias para que o faça, sob pena de indeferimento. III – A comprovação do trânsito em julgado da decisão rescindenda é pressuposto processual indispensável ao tempo do ajuizamento da ação rescisória. Eventual trânsito em julgado posterior ao ajuizamento da ação rescisória não reabilita a ação proposta, na medida em que o ordenamento jurídico não contempla a ação rescisória preventiva. IV – O pretenso vício de intimação, posterior à decisão que se pretende rescindir, se efetivamente ocorrido, não permite a formação da coisa julgada material. Assim, a ação rescisória deve ser julgada extinta, sem julgamento do mérito, por carên-

cia de ação, por inexistir decisão transitada em julgado a ser rescindida.

▷ **Súmula 303 do Tribunal Superior do Trabalho. Fazenda Pública. Duplo grau de jurisdição.** (Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 9, 71, 72 e 73 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo:

a) quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos;

b) quando a decisão estiver em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

II – Em ação rescisória, a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público, exceto nas hipóteses das alíneas *a* e *b* do inciso anterior.

III – Em mandado de segurança, somente cabe remessa *ex officio* se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.

▷ **Súmula 368 do Tribunal Superior do Trabalho. Descontos previdenciários e fiscais. Competência. Responsabilidade pelo pagamento. Forma de cálculo.** (Redação do item II alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 16-4-2012 – Res. 181/2012, *DEJT*, 19, 20 e 23-4-2012.

I – A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição. (ex-OJ n. 141 da SBDI-1 – inserida em 27-11-1998)

II – É do empregador a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais, resultante de crédito do empregado oriundo de condenação judicial, devendo ser calculadas, em relação à incidência dos descontos fiscais, mês a mês, nos termos do art. 12-A da Lei n. 7.713, de 22-12-1988, com a redação dada pela Lei n. 12.350/2010.

III – Em se tratando de descontos previdenciários, o critério de apuração encontra-se disciplinado no art. 276, § 4º, do Decreto n. 3.048/1999 que regulamentou a Lei n. 8.212/1991 e determina que a contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, seja calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 198, observado o limite máximo do salário de contribuição. (ex-OJs n. 32 e 228 da SBDI-1 – inseridas, respectivamente, em 14-3-1994 e 20-6-2001)

▷ **Súmula 412 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Sentença de mérito. Questão processual.** (Conversão da OJ n. 46 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) Pode uma questão processual ser objeto de rescisão desde que consista em pressuposto de validade de uma sentença de mérito.

▷ **Súmula 304 do Supremo Tribunal Federal.** Decisão denegatória de mandado de segurança, não fazendo coisa julgada contra o impetrante, não impede o uso da ação própria.

▷ **Súmula 514 do Supremo Tribunal Federal.** Admite-se ação rescisória contra sentença transitada em julgado, ainda que contra ela não se tenham esgotado todos os recursos.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 21 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação Rescisória. Duplo Grau de Jurisdição. Trânsito em Julgado. Inobservância. Dl 779/1969, art. 1º, V. Incabível.** (Inserida em 20-9-2000. Nova redação – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) É incabível ação rescisória para a desconstituição de sentença não transitada em julgado porque ainda não submetida ao necessário duplo grau de jurisdição, na forma do Decreto-Lei n. 779/69. Determina-se que se oficie ao Presidente do TRT para que proceda à avocatória do processo principal para o reexame da sentença rescindenda.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 28 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação Rescisória. Juízo Rescisório. Restituição da parcela já recebida. Deve a parte propor ação própria.** (Cancelada pela Res. n. 149/2008.)

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 78 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Cumulação sucessiva de pedidos. Rescisão da sentença e do acórdão. Ação única. Art. 289 do CPC.** É admissível o ajuizamento de uma única ação rescisória contendo mais de um pedido, em ordem sucessiva, de rescisão da sentença e do acórdão. Sendo inviável a tutela jurisdicional de um deles, o julgador está obrigado a apreciar os demais, sob pena de negativa de prestação jurisdicional.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 2 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Acordo homologado. Extensão a partes não subscreventes. Inviabilidade.** É inviável aplicar condições constantes de acordo homologado nos autos de dissídio coletivo, extensivamente, às partes que não o subscreveram, exceto se observado o procedimento previsto no art. 868 e seguintes, da CLT.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 31 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Estabilidade do acidentado. Acordo homologado. Prevalência. Impossibilidade. Violação do art. 118, Lei 8.213/91.** Não é possível a prevalência de acordo sobre legislação vigente, quando ele é menos benéfico do que a própria lei, porquanto o caráter imperativo dessa última restringe o campo de atuação da vontade das partes.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 34 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Acordo extrajudicial. Homologação. Justiça do trabalho. Prescindibilidade.** É desnecessária a homologação, por Tribunal Trabalhista, do acordo extrajudicialmente celebrado, sendo suficiente, para que surta efeitos, sua formalização perante o Ministério do Trabalho (art. 614 da CLT e art. 7º, inciso XXXV, da Constituição Federal).

▷ **"Lei processual. Efeito imediato e irretroatividade. Rito sumaríssimo. Aplicação às demandas em curso inadmissível. Segurança concedida.** A lei processual tem efeito imediato, mas não retroage para

atingir atos processuais já praticados, sob pena de impedir o caminhar contínuo do processo em direção à sentença definitiva. Inteligência dos arts. 912 e 915, da CLT, e 284, do CPC." (TRT/2ª R., Ac. 2001017462, j. 26-7-2001, MS 2001002104, SDI, Rel. Plínio Bolívar de Almeida, *DOE/SP*, 28-9-2001)

▷ **Ação rescisória. Sentença homologatória. Cálculos de liquidação. Decisão terminativa.** 1. Ação rescisória ajuizada com escopo de desconstituir sentença meramente homologatória de cálculos de liquidação. 2. Não constitui decisão de mérito, passível de ataque mediante ação rescisória, a que se cinge a endossar o cálculo apresentado pelo exequente, sem emitir juízo de valor sobre o acerto ou o equívoco da conta. 3. Recurso ordinário a que se nega provimento, por fundamento diverso do adotado pelo Eg. Regional. (TST, ROAR 417.166/98, j. 9-5-2000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 30-6-2000)

▷ **Recurso ordinário. Ação rescisória. Desconstituição de sentença que homologou o acordo. Prejudicial de mérito renovada em contrarrazões acerca da decadência. Acolhida.** A sentença que homologou o acordo judicial constitui decisão irrecorrível (artigo 831, parágrafo único, da CLT), comportando ataque tão somente via Ação Rescisória (Enunciado 259 do TST). Nesse caso, a coisa julgada material, autorizadora do pedido de rescisão, forma-se na data do próprio ato homologatório, que tão somente formaliza o ajuste previamente estabelecido pelas partes, conferindo-lhe eficácia jurídica. (Inteligência da OJ 104 da SBDI-2). Processo extinto com exame do mérito, a teor do artigo 269, IV, do CPC. (TST, ROAR 801122/2001.7, SBDI-2, Rel. Min. José Simpliciano Fontes de F. Fernandes, *DJ*, 12-11-2004)

▷ **Prescrição. Suspensão.** Trata-se de uma ação declaratória, que apenas reconhece situação preexistente, e não modifica nada no mundo jurídico, pois olha para o passado e diz se a relação existe ou não. Se tenho uma pretensão referente à relação jurídica sujeita a declaratória não é uma sentença condicional. A parte interpõe ação trabalhista pleiteando a relação de emprego – que é prejudicial das outras, mas é prejudicial nos mesmos autos, porque a lesão que se tenha feito àquela relação jurídica que já existia, e não foi reclamada, prescreveu. *"In casu"*, trata-se de suspensão do processo, segundo o disposto no art. 265, alínea "a", item IV. Para que a primeira ação ajuizada interrompa a prescrição, é necessário que seu objeto guarde conexão com o objeto da ação posterior. Revista conhecida e não provida. (TST, RR 616.023/99, j. 21-2-2001, 3ª T., Rel. Desig. Min. Carlos Alberto Reis de Paula, *DJ*, 5-10-2001)

▷ **Ação declaratória de nulidade. Vício de citação. Cabimento.** Em rigor, a ação rescisória tem como único objetivo a desconstituição de sentença transitada em julgado e não a declaração de nulidade da citação ou inexistência da relação jurídica processual, matéria que não encontra seguro enquadramento em quaisquer das hipóteses dos incisos do art. 485 do CPC. Não se desconhece que o Tribunal Superior do Trabalho, em remansosa jurisprudência, cristalizada pela Orientação Jurisprudencial n. 46 da

SDI-II, vem admitindo a ação rescisória como meio hábil para ver reconhecida a nulidade de uma questão processual que consista no pressuposto de validade de uma sentença de mérito. Entretanto, a possibilidade do ajuizamento de ação rescisória não impede que a nulidade seja reconhecida pela via ordinária, através de ação declaratória, caracterizando verdadeiro concurso de ações. Precedentes do E. STF e do C. STJ admitindo persistir no direito brasileiro a *"querela nullitatis"*. (TRT/24ª R., Ac. 2.949, j. 17-10-2001, RO 550/2001, Tribunal Pleno, Rel. Amaury Rodrigues Pinto Júnior, *DJ/MS*, 21-11-2001)

▷ **Recurso de embargos. Violação aos artigos 128 e 460 do CPC. Julgamento *"extra petita"*. Configuração.** A sentença quando favorável ao autor, deve corresponder à natureza da ação e observar os limites do pedido de tal modo que, se a ação é condenatória, a sentença não deve ser constitutiva nem conceder além daquilo que foi pedido ou algo fora da *"litiscontestatio"*. Sentença que decide além do pedido, isto é, em título superior ao objeto da demanda, é *"ultra petita"* e como tal, em vez de ser anulada, o Tribunal deverá reduzir a condenação aos limites do pedido. A omissão da sentença é suprida com embargos de declaração. Recurso de Revista provido para adequar a decisão regional aos limites do pedido. (TST, ERR 295.825/96, j. 20-8-2001, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. João Batista Brito Pereira, *DJ*, 14-9-2001)

▷ **Ente público. Não interposição de recurso ordinário contra sentença condenatória. Julgamento da lide na segunda instância em face de remessa *"ex-officio"*. Manutenção da sentença pelo tribunal regional. Impossibilidade de interposição de recurso de revista.** A Remessa necessária não tem natureza de recurso e, portanto, não supre a omissão da parte que deixa de interpor Recurso Ordinário, sendo apenas uma forma de controle da legalidade das decisões proferidas contra o ente público, em face do interesse público em discussão. Somente havendo alteração, na segunda instância, do quanto decidido na primeira instância, é que o ente público, que não interpôs Recurso Ordinário, estará autorizado a interpor Recurso de Revista, podendo impugnar nesse caso, obviamente, a parte da decisão recorrida que agravou a sua situação no processo. Quando a decisão proferida na segunda instância simplesmente mantém a decisão proferida na primeira instância, ou, ainda, reforma-a para melhor, não se pode admitir a possibilidade de interposição de Recurso de Revista. A não interposição de Recurso Ordinário contra a sentença implica a aceitação tácita, pelo ente público, da decisão de primeiro grau que lhe foi desfavorável, e acarreta a preclusão absoluta do direito de recorrer. Revista não conhecida. (TST, RR 523.652/98, j. 22-8-2001, 5ª T., Rel. Min. Rider Nogueira de Brito, *DJ*, 16-11-2001)

▷ **Erro material. Prazo limite para correção.** É possível corrigir evidente erro material a qualquer tempo (inclusive no curso da execução), pois este não sofre os efeitos da preclusão e não transita em julgado (artigos 833 e 897-A, parágrafo único, da CLT. (TRT/9ª R., Ac. 5.576/2001, j. 2-3-2001, AP 3.523/2000, Rel. Desig. Juiz Luiz Eduardo Gunther, *DJPr*, 2-3-2001)

▷ **Compensação de valores. Impossibilidade.** Não há como deferir a compensação de valores, se esta não foi pleiteada na contestação. O acolhimento do pleito na fase recursal consistiria ofensa à coisa julgada. (TRT/24ª R., Ac. 2.227, j. 8-8-2001, AP 234/2001, Tribunal Pleno, Rel. Nicanor de Araújo Lima, *DJ/MS*, 20-9-2001)

Capítulo III
Dos Dissídios Individuais

Seção I
Da forma de reclamação e da notificação

Art. 837. Nas localidades em que houver apenas 1 (uma) Junta de Conciliação e Julgamento[380], ou 1 (um) escrivão do cível, a reclamação será apresentada diretamente à secretaria da Junta, ou ao cartório do Juízo.

Art. 838. Nas localidades em que houver mais de 1 (uma) Junta ou mais de 1 (um) Juízo, ou escrivão do cível, a reclamação será, preliminarmente, sujeita a distribuição, na forma do disposto no Capítulo II, Seção II, deste Título.

Art. 839. A reclamação poderá ser apresentada:

a) pelos empregados e empregadores, pessoalmente, ou por seus representantes, e pelos sindicatos de classe;

b) por intermédio das Procuradorias Regionais da Justiça do Trabalho.

Art. 840. A reclamação poderá ser escrita ou verbal.

§ 1º Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do Presidente da Junta, ou do juiz de direito a quem for dirigida, a qualificação do reclamante e do reclamado, uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

§ 2º Se verbal, a reclamação será reduzida a termo, em 2 (duas) vias datadas e assinadas pelo escrivão ou chefe de secretaria, observado, no que couber, o disposto no parágrafo anterior. (Redação nos termos da Lei n. 409, de 25-9-1948.)

Art. 841. Recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou chefe de secretaria, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência de julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 5 (cinco) dias. (Redação nos termos da Lei n. 409, de 25-9-1948.)

§ 1º A notificação será feita em registro postal com franquia. Se o reclamado criar embaraços ao seu recebimento ou não for encontrado, far-se-á a notificação por edital, inserto no jornal oficial ou no que publicar o expediente forense, ou, na falta, afixado na sede da Junta ou Juízo.

§ 2º O reclamante será notificado no ato da apresentação da reclamação ou na forma do parágrafo anterior.

Art. 842. Sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, se se tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento.

► *Comentários*

1. *Apresentação da reclamação trabalhista*

Os arts. 837 e 838 da CLT cuidam da apresentação da reclamação trabalhista, matéria objeto de exame nos comentários aos arts. 783 a 787.

380. Agora denominada Vara do Trabalho.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei."

► Comentários

As Constituições Imperial de *1824* e as Republicanas de *1891* e *1934* foram absolutamente omissas sobre o direito de greve.

A Constituição de *1937*, editada sob o regime do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, declarava-a, no seu art. 139, recurso antissocial, nocivo ao trabalho e incompatível com os superiores interesses da produção nacional.

Leis foram elaboradas no sentido de punir criminalmente os que participassem de qualquer movimento grevista, como o Decreto-lei n. 431, de 18-11-1938, e o próprio Código Penal, promulgado em 7-12-1940 (Dec.-lei n. 2.848), estabelecia pena a quem participasse de qualquer movimento de suspensão ou abandono coletivo de trabalho.

Com a queda do Estado Novo, já em pleno regime democrático, era aprovado o Decreto-lei n. 9.070, de 15-3-1946, reconhecendo e disciplinando o direito de greve e seu exercício pelos trabalhadores brasileiros.

O decreto-lei em apreço, com controvérsias acerca da sua constitucionalidade, vigeu, entre nós, por dezessete anos, disciplinando o exercício da greve, reconhecida, aliás, pela Constituição de *1946*, no seu art. 158.

Em 1º de junho de 1964, já no denominado regime militar, era promulgada a Lei n. 4.330, que, curiosamente, permitia a greve nas atividades acessórias e fundamentais, obrigando os grevistas a manterem *turmas de emergência* para a conservação de máquinas que exigissem assistência permanente.

Nas atividades essenciais, declinadas no art. 12, as autoridades deveriam guarnecer e fazer funcionar os respectivos serviços.

Na prática, a faculdade do Ministério do Trabalho de intervenção nos sindicatos, com nomeação de interventores, culminou por esvaziar o movimento sindical e, consequentemente, na redução sensível das greves.

A Constituição de 1988, no artigo sob comento, proclama o direito de greve; conquanto não vede a greve nos serviços essenciais, assim considerados aqueles indispensáveis à comunidade, dispõe o § 1º do referido artigo que lei ordinária definirá os "serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade".

A regulamentação do direito de greve é objeto da Lei n. 7.783, de 28-6-1989, que é objeto dos comentários aos arts. 723 a 725 da CLT.

Disposições constitucionais conexas com a greve: arts. 37 (EC n. 19/98) e 142, § 3º, IV (EC n. 18/98 e EC n. 45/2004).

7. Representação dos trabalhadores nos órgãos públicos

"Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação."

► Comentários

A medida é de grande alcance social, pois permite não só aos trabalhadores, mas também aos empregadores participação efetiva em órgãos gestores do

Nas localidades onde não haja senão uma Vara do Trabalho, a reclamação trabalhista é apresentada diretamente à secretaria.

Havendo, porém, na localidade, mais de uma Vara do Trabalho, a reclamação é apresentada ao distribuidor, que, por sua vez, a encaminha à respectiva Vara.

Nos termos do art. 839, a reclamação pode ser apresentada pelo próprio empregado ou pelo empregador (nas ações em que este seja autor), e pelos sindicatos, ou ainda pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, o que normalmente ocorre em reclamações movidas por menores desassistidos de seus responsáveis legais.

2. *Formas de reclamação trabalhista – verbal ou escrita*

A petição inicial no processo do trabalho poderá ser *verbal* ou *escrita*, não havendo necessidade de ser subscrita por advogado, em razão do *jus postulandi*, ou seja, o direito de postular no juízo trabalhista, podendo o interessado, por si mesmo, praticar todos os atos processuais.

Petição verbal

A petição verbal é formulada pelo próprio interessado (o reclamante), perante um funcionário da secretaria da Vara do Trabalho ou do cartório (se se tratar de localidade onde não haja Justiça do Trabalho, quando o juiz de direito acumula a jurisdição trabalhista), ou ainda perante o distribuidor (nas localidades onde haja mais de uma Vara Trabalhista).

Petição escrita

A petição escrita é adrede preparada pela própria parte, ou por seu procurador e advogado, via de regra datilografada; nela o interessado expõe os fatos e formula sua pretensão.

A Lei n. 9.800, de 26-5-1999, faculta a utilização do sistema de dados e imagens tipo fac-símile para a prática de atos processuais que dependem de petição escrita.

3. *Requisitos da petição inicial: o art. 840 da Consolidação das Leis do Trabalho e o art. 282 do Código de Processo Civil*

Distribuída a petição, seja verbal ou escrita, recebe o reclamante um recibo:

"Art. 785. O distribuidor fornecerá ao interessado um recibo do qual constarão, essencialmente, o nome do reclamante e do reclamado, a data da distribuição, o objeto da reclamação e a Junta ou o Juízo a que coube a distribuição".

A segunda via desse recibo é anexada à reclamação, sendo ambas remetidas à Vara ou ao cartório respectivo.

Em se tratando de petição verbal, esta só será reduzida a termo após a distribuição (CLT, art. 786), o que é feito com a presença do reclamante, que, para isso, deve, salvo motivo de força maior, apresentar-se à secretaria ou cartório, no prazo de 5 dias, a contar da data da distribuição, sob pena de perda, pelo prazo de 6 meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho:

"Art. 731. Aquele que, tendo apresentado ao distribuidor reclamação verbal, não se apresentar, no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 786, à Junta ou Juízo para fazê-lo tomar por termo, incorrerá na pena de perda, pelo prazo de 6 (seis) meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho".

Tais inconvenientes podem ser facilmente contornados com a redução a termo da petição verbal no próprio ato da distribuição, costume, aliás, normalmente observado.

Em decorrência, sobretudo, do *jus postulandi*, a petição inicial, seja ela verbal ou escrita, no processo trabalhista não se cerca do rigorismo formal instituído no processo civil, estabelecendo o art. 840 da Consolidação das Leis do Trabalho seus requisitos essenciais, a saber:

a) designação do juiz da Vara ou do juiz de direito a quem a petição for dirigida;

b) qualificação do reclamante e do reclamado;

c) breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio;

d) o pedido;

e) o valor da causa.

O art. 840 da Consolidação das Leis do Trabalho é absolutamente omisso quanto ao valor da causa. Todavia, dada sua importância em razão da instituição dos ritos *sumário* (Lei n. 5.584/70) e *sumaríssimo* (Lei n. 9.957/2000) no processo trabalhista, conveniente a aplicação subsidiária do art. 282, V, do Código de Processo Civil, muito embora possa o juiz, na omissão do autor, fixá-la.

O valor da causa, nos pedidos líquidos (de valores definidos), corresponde à soma da pretensão material. Nos pedidos ilíquidos, assim considerados aqueles que não trazem estabelecidos valores, relegando a apuração do *quantum debeatur* para fase posterior, o valor da causa é estabelecido por estimativa.

Observe-se que, nas causas submetidas ao procedimento sumaríssimo, o pedido deve ser, necessariamente, certo ou determinado, indicando o valor correspondente – art. 852-B, I, da CLT, com a redação dada pela Lei n. 9.957/2000 –, vedando, assim, pedido ilíquido.

Outrossim, desnecessário o protesto por provas e requerimento de citação do réu (reclamado), e isso porque no processo trabalhista, a rigor, as provas se encontram na audiência:

> "O reclamante e o reclamado comparecerão à audiência acompanhados das suas testemunhas, apresentando, nessa ocasião, as demais provas" (CLT, art. 845).

A citação do réu é levada a efeito *ex officio*, independentemente de solicitação da parte, como se constata da leitura do art. 841 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Salvo as hipóteses do art. 295 do CPC, em conformidade com a Súmula 263 do TST, "o indeferimento da petição inicial, por encontrar-se desacompanhada de documento indispensável à propositura da ação ou não preencher outro requisito legal, somente é cabível se, após intimada para suprir a irregularidade em dez dias, a parte não o fizer".

4. *Notificação postal (citação)*

A Consolidação das Leis do Trabalho denomina *notificação* tanto a citação quanto a intimação, conquanto ambas tenham, no processo, significado distinto.

Intimação, nos termos do art. 234 do CPC, "é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa".

A intimação pode ser levada a efeito de ofício, independentemente de provocação das partes, normalmente mediante publicação nos órgãos oficiais. Na Justiça do Trabalho a notificação é postal

– "art. 841, § 1º: a notificação será feita em registro postal..." –, excepcionalmente por edital, admitida, inclusive, a utilização de oficial de justiça, auxiliar que é do juízo.

Citação, como se sabe, é o chamamento de alguém a juízo para defender-se em ação contra si proposta ou ver-se-lhe instaurada a execução.

Define-a o art. 213 do Código de Processo Civil como "ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender".

Para a validade do processo é indispensável a citação inicial do réu, como expressamente dispõe o art. 214 do estatuto processual civil. A nulidade, pois, decorrente da ausência de citação inicial é insuprível, anulando *ab initio* a ação, exceto se o réu espontaneamente comparecer em juízo, hipótese em que seu comparecimento supre a ausência de citação.

Tamanha sua importância que a nulidade do processo pode ser reconhecida independentemente de provocação:

"O exame de anomalia na citação independe de provocação da parte, uma vez que ao Judiciário incumbe apreciar de ofício os pressupostos processuais, e as condições da ação (CPC, arts. 267, § 3º, e 301, § 4º)" (STJ, 4ª T., REsp 22.487-5-MG, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 2-6-1992, *DJU*, 29-9-1992, p. 10329).

Como preleciona Moniz de Aragão, o vício decorrente de nulidade de citação é dos mais graves, o que permite sua arguição "durante todo o curso da causa, a qualquer tempo em que o réu nela, e pela primeira vez, intervenha e enquanto lhe for possível interpor algum recurso, se já proferida a sentença, mesmo o extraordinário, que, nesse caso, não fica sujeito ao requisito do pré-questionamento, inexigível de quem, por defeito de citação, nada pudera, até então, questionar"[381].

5. *Espécies de citação*

Há várias espécies de citação:

Citação postal

Adotada tanto pela Consolidação das Leis do Trabalho quanto pelo Código de Processo Civil, a citação postal, como o próprio nome deixa entrever, é feita pelo Correio, por meio de registro postal com franquia. No caso de não ser encontrado o destinatário ou na recusa de recebimento, está o Correio obrigado, por força de lei, a devolver a citação postal no prazo de quarenta e oito horas (CLT, art. 774, parágrafo único).

A respeito dispõe a Súmula 16 do Tribunal Superior do Trabalho:

"Presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem. O seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário".

Por outro lado, ainda no processo do trabalho, não há necessidade de a carta (notificação postal) ser entregue diretamente ao destinatário (exigência estabelecida no CPC, art. 223, parágrafo único, para o citando), podendo ser simplesmente depositada na caixa de correspondência, ou ainda entregue na portaria – o ônus da prova de que não foi entregue a quem de direito recai sobre o próprio destinatário:

381. *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., v. 2, p. 172.

"A notificação ou citação inicial por via postal (art. 841, § 1º, da CLT) presume-se realizada quando tenha sido entregue na empresa a empregado do réu, a zelador do prédio comercial ou depositada em caixa postal da empresa, como admite a jurisprudência, já que não há previsão legal de pessoalidade na entrega da comunicação" (TST-E-RR 73-124/93-7, Ac. SBDI-I 2.144/96, Rel. Min. Vantuil Abdala).

Citação por oficial de justiça – mandado

A Consolidação das Leis do Trabalho, ao contrário do Código de Processo Civil, só estabelece, expressamente, a citação por oficial de justiça na fase executória (art. 880, § 2º).

Isso não significa, porém, que a citação inicial não possa ser feita na Justiça do Trabalho por oficial ou por mandado. O oficial de justiça, como deixa patente o Capítulo VI da Consolidação das Leis do Trabalho, é um auxiliar do juízo e, como tal, está na obrigação de cumprir as determinações do juiz do trabalho. Nessas condições, na eventualidade de o demandado encontrar-se em perímetro interurbano, fora do alcance do serviço postal, ou mesmo tentando opor embaraços à regular citação, poderá o juiz determinar que esta se faça por oficial.

Citação por edital

A Consolidação das Leis do Trabalho, em seu art. 841, § 1º, prevê expressamente a citação por edital, sempre que o reclamado criar embaraços a seu recebimento ou estiver em local incerto e não sabido. O edital em apreço deve ser inserto no *Diário Oficial* ou em qualquer outro jornal que costume publicar o expediente forense. Na ausência de jornais na localidade, o edital será afixado na sede da Vara do Trabalho.

No *procedimento sumaríssimo*, instituído pela Lei n. 9.957/2000, a citação por edital é expressamente vedada – art. 852-B, I: "não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado", sob pena de arquivamento.

Citação por hora certa

A Consolidação das Leis do Trabalho é inteiramente omissa a respeito desta espécie de citação, estabelecida nos arts. 227 a 229 do Código de Processo Civil. Entretanto, por força do que dispõe o art. 769 da CLT, e na inexistência de qualquer incompatibilidade com os princípios gerais do processo trabalhista, inequívoca sua aplicação subsidiária.

Citação por precatória e rogatória

Dá-se a citação por *precatória* sempre que o reclamado residir em outra localidade sobre a qual o juízo processante não possua jurisdição.

Ocorre a citação por *rogatória* quando o reclamado reside no estrangeiro. Sua aplicação no processo do trabalho é manifesta.

6. *Cumulação de ações*

Em conformidade com o art. 842 da CLT, havendo várias reclamações com identidade de matéria, movidas contra a mesma empresa, podem essas reclamações ser cumuladas num só processo.

É a denominada *cumulação de ações*, ou seja, a permissividade legal (art. 292 do CPC) de acumular, de reunir diversas ações num mesmo processo.

Moacyr Amaral Santos preleciona a respeito do tema:

"Essa permissibilidade de cumularem-se ações no mesmo processo, visando a decisão

das respectivas pretensões pela mesma sentença, encontra justificação e fundamento no princípio econômico que governa a doutrina processual contemporânea. Conforme esse princípio dever-se-á obter do processo o máximo resultado com o mínimo de energias processuais e com o menor dispêndio econômico", formulando, outrossim, a seguinte indagação: "Para que dois ou três processos, correspondentes a duas ou três ações, se estas podem cumular-se no mesmo processo, reduzindo-se o número dos atos processuais, o tempo e as despesas processuais, sem prejuízo para a justiça?"[382].

A cumulação de ações pressupõe:

a) compatibilidade dos pedidos;

b) competência do juízo;

c) procedimento adequado.

A cumulação de que trata o art. 842 sob comento é a inicial – *litisconsórcio ativo*, em que diversos empregados da mesma empresa ajuízam conjuntamente reclamação plúrima, ou ainda quando, verificada a identidade de matéria (art. 105 do CPC):

"Havendo conexão ou continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião das ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente".

A reconvenção (ação do réu contra o autor, no mesmo processo) é caso típico de cumulação de ações.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 16 do Tribunal Superior do Trabalho. Notificação. Nova redação.** Presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem. O seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário. (Redação original – RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 30 do Tribunal Superior do Trabalho. Intimação da sentença.** Quando não juntada a ata ao processo em 48 horas, contadas da audiência de julgamento (art. 851, § 2º, da CLT), o prazo para recurso será contado da data em que a parte receber a intimação da sentença. (RA 57/70, *DO/GB*, 27-11-1970)

▷ **Súmula 262 do Tribunal Superior do Trabalho. Prazo judicial. Notificação ou intimação em sábado. Recesso forense.** (Incorporada a Orientação Jurisprudencial n. 209 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no subsequente.

II – O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho (art. 177, § 1º, do RITST) suspendem os prazos recursais.

▷ **Súmula 263 do Tribunal Superior do Trabalho. Petição inicial. Indeferimento. Instrução obrigatória deficiente. Nova redação.** Salvo nas hipóteses do art. 295 do CPC, o indeferimento da petição inicial, por encontrar-se desacompanhada de documento indispensável à propositura da ação ou não preencher outro requisito legal, somente é cabível se, após intimada para suprir a irregularidade em 10 (dez) dias, a parte não o fizer. (Redação original – Res. 11/86, *DJ*, 31-10-1986 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

382. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, cit., v. 1, p. 162.

▷ **Súmula 384 do Tribunal Superior do Trabalho. Multa convencional. Cobrança.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 150 e 239 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – O descumprimento de qualquer cláusula constante de instrumentos normativos diversos não submete o empregado a ajuizar várias ações, pleiteando em cada uma o pagamento da multa referente ao descumprimento de obrigações previstas nas cláusulas respectivas.

II – É aplicável multa prevista em instrumento normativo (sentença normativa, convenção ou acordo coletivo) em caso de descumprimento de obrigação prevista em lei, mesmo que a norma coletiva seja mera repetição de texto legal.

▷ **Súmula 406 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Litisconsórcio. Necessário no polo passivo e facultativo no ativo. Inexistente quanto aos substituídos pelo sindicato.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 82 e 110 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005)

I – O litisconsórcio, na ação rescisória, é necessário em relação ao polo passivo da demanda, porque supõe uma comunidade de direitos ou de obrigações que não admite solução díspar para os litisconsortes, em face da indivisibilidade do objeto. Já em relação ao polo ativo, o litisconsórcio é facultativo, uma vez que a aglutinação de autores se faz por conveniência, e não pela necessidade decorrente da natureza do litígio, pois não se pode condicionar o exercício do direito individual de um dos litigantes no processo originário à anuência dos demais para retomar a lide. (ex-OJ n. 82 – inserida em 13-3-2002)

II – O Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo descabida a exigência de citação de todos os empregados substituídos, porquanto inexistente litisconsórcio passivo necessário. (ex-OJ n. 110, *DJ*, 29-4-2003)

▷ **Súmula 408 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Petição inicial. Causa de pedir. Ausência de capitulação ou capitulação errônea no art. 485 do CPC. Princípio "iura novit curia".** (Conversão das OJ n. 32 e 33 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005). Não padece de inépcia a petição inicial de ação rescisória apenas porque omite a subsunção do fundamento de rescindibilidade no art. 485 do CPC ou o capitula erroneamente em um de seus incisos. Contanto que não se afaste dos fatos e fundamentos invocados como causa de pedir, ao Tribunal é lícito emprestar-lhes a adequada qualificação jurídica ("iura novit curia"). No entanto, fundando-se a ação rescisória no art. 485, inc. V, do CPC, é indispensável expressa indicação, na petição inicial da ação rescisória, do dispositivo legal violado, por se tratar de causa de pedir da rescisória, não se aplicando, no caso, o princípio "iura novit curia".

▷ **Súmula 163 do Supremo Tribunal Federal.** Salvo contra a Fazenda Pública, sendo a obrigação ilíquida, contam-se os juros moratórios desde a citação inicial para a ação.

▷ **Súmula 216 do Supremo Tribunal Federal.** Para decretação da absolvição de instância pela paralisação do

processo por mais de trinta dias, é necessário que o autor, previamente intimado, não promova o andamento da causa.

▷ **Súmula 106 do Superior Tribunal de Justiça.** Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 120 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso. Assinatura da petição ou das razões recursais. Validade.** (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)
O recurso sem assinatura será tido por inexistente. Será considerado válido o apelo assinado, ao menos, na petição de apresentação ou nas razões recursais.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 54 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de Segurança. Embargos de Terceiro. Cumulação. Penhora. Incabível.** (Inserida em 20-9-2000. Nova redação – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) Ajuizados embargos de terceiro (art. 1.046 do CPC) para pleitear a desconstituição da penhora, é incabível a interposição de mandado de segurança com a mesma finalidade.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 69 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Fungibilidade Recursal. Indeferimento Liminar de Ação Rescisória ou Mandado de Segurança. Recurso para o TST. Recebimento como Agravo Regimental e devolução dos autos ao TRT.** Recurso Ordinário interposto contra despacho monocrático indeferitório da petição inicial de Ação Rescisória ou de Mandado de Segurança pode, pelo princípio de fungibilidade recursal, ser recebido como Agravo Regimental. Hipótese de não conhecimento do recurso pelo TST e devolução dos autos ao TRT, para que aprecie o apelo como Agravo Regimental.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 84 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação Rescisória. Petição inicial. Ausência da decisão rescindenda e/ou da certidão de seu trânsito em julgado devidamente autenticadas. Peças essenciais para a constituição válida e regular do feito. Arguição de ofício. Extinção do processo sem julgamento do mérito.** (Inserido em 8-11-2000 e dada nova redação em 26-11-2002 – *DJ*, 16-12-2002.) A decisão rescindenda e/ou a certidão do seu trânsito em julgado, devidamente autenticadas, à exceção de cópias reprográficas apresentadas por pessoa jurídica de direito público, a teor do art. 24 da Lei n. 10.522/2002, são peças essenciais para o julgamento da ação rescisória. Em fase recursal, verificada a ausência de qualquer delas, cumpre ao Relator do recurso ordinário arguir, de ofício, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do feito.

▷ **Dissídio individual plúrimo. Cumulação de pedidos. Inépcia da inicial.** No processo do trabalho, o indeferimento da petição inicial, por inépcia, só é cabível se, após intimada para suprir a irregularidade ou o defeito verificado na peça de ingresso da reclamação, em dez dias, a parte não o fizer, segundo dispõe o Enunciado

n. 263 deste Tribunal Superior. Para propositura de dissídio individual plúrimo, o art. 842 da CLT exige, tão somente, a pluralidade de reclamantes, no polo ativo da lide, e o mesmo empregador, no polo passivo, com cumulação de pedidos idênticos e mesma causa de pedir. Tais requisitos foram observados na petição inicial da reclamação, em que a pretensão deduzida foi de adicional de insalubridade e repercussão. Recurso de Revista conhecido, nesse particular, e provido. (TST, RR 376.781/97, j. 20-6-2001, 5ª T., Rel. Juiz Convocado Walmir Oliveira da Costa, *DJ*, 17-8-2001)

▷ **Limitação do litisconsórcio facultativo multitudinário.** No processo do trabalho, o art. 842 da CLT, que trata da reclamação plúrima, estabelece como requisitos para o acúmulo de reclamações num só processo apenas a identidade de matéria e o mesmo empregador. No caso dos autos, em se tratando de matéria exclusivamente de direito e tendo em vista a homogeneidade na causa de pedir e no pedido, não se justifica a limitação do litisconsórcio multitudinário. Contudo, no processo do trabalho, existe a previsão legal, contida no art. 843, § 2º, da CLT, de que, se por motivo ponderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão ou pelo seu sindicato. Revista de que se conhece e a que se dá provimento para, anulando as decisões ordinárias, determinar a remessa dos autos à Vara do Trabalho de origem a fim de que profira novo julgamento, devendo o juiz, com base no art. 843, § 2º, da CLT, dar oportunidade aos autores para que indiquem os seus representantes em número que entendam adequado para o prosseguimento da ação ou para que se façam representar pelo sindicato da categoria. (TST, RR 346.306/97, j. 31-5-2000, 1ª T., Rel. Min. Ronaldo José Lopes Leal, *DJ*, 18-8-2000)

▷ **Substituição Processual. Ação genérica e ação individual. Ausência de litispendência. Efeitos da coisa julgada "*erga omnes*":** Tendo conhecimento da ação genérica proposta pelo Sindicato, como substituto processual, o reclamante em ação individual ou plúrima deve requerer, em 30 dias, a suspensão do processo, sob pena de não se sujeitar aos efeitos *"erga omnes"* ou *"ultra partes"* da decisão a ser proferida na ação coletiva, a despeito de na hipótese não se induzir a litispendência. Aplicação analógica dos arts. 81 e 104, do Código de Defesa do Consumidor". (TRT/2ª R., Ac. 2000008150, j. 8-5-2000, AR 1996004134, SDI, Rel. João Carlos de Araújo, *DOE/SP*, 26-5-2000)

▷ **Menor assistida pela mãe. Ausência de notificação do Ministério Público do Trabalho para acompanhar o feito no 1º grau de jurisdição. Nulidade. Inocorrência.** A Eg. Subseção II da Seção Especializada em Dissídios Individuais desta alta Corte vem se posicionando no sentido de que, segundo o art. 793 da CLT, que cuida da representação e assistência processuais trabalhistas, estando a menor representada ou assistida por um de seus representantes legais, a intervenção do Órgão Ministerial no primeiro grau de jurisdição, apesar de relevante, não constitui requisito para a essência do ato. Assim sendo, há de

se rejeitar a arguição de nulidade do processado, por falta de notificação do "Parquet" para acompanhar o feito desde a sua instauração, mormente porque, em sede de Parecer exarado ordinariamente, não apontou o mesmo qualquer nulidade no desenvolvimento da instrução processual e propugnou, explícita e textualmente, pela confirmação do julgado originário que havia dado pela improcedência da Reclamação. Recurso de Revista conhecido, mas improvido. (TST, RR 425.093/98, j. 23-5-2001, 2ª T., Rel. Juiz Convocado Márcio Ribeiro do Valle, *DJ*, 22-6-2001)

▷ **Interesse de menor. Maioridade adquirida na data do ajuizamento da reclamatória. Ilegitimidade do Ministério Público para recorrer.** O art. 83, V e VI, da Lei Complementar n. 75/93 autoriza o Ministério Público a propor ações e recorrer de decisões, na defesa de direitos e interesses de menores. Entretanto, se quando da propositura da reclamação o obreiro efetivamente já possui a maioridade trabalhista, a teor dos arts. 439 e 440 da CLT, o Ministério Público não tem legitimidade para recorrer, devendo a parte assumir a defesa de seus interesses. Recurso de Revista não conhecido. (TST, RR 363.603/97, j. 16-5-2001, 2ª T., Rel. Juiz Convocado Márcio Ribeiro do Valle, *DJ*, 22-6-2001)

▷ **Inépcia da inicial. Poder de direção do processo.** Ao juiz incumbe dirigir o processo de modo que a jurisdição seja prestada integralmente, sem percalços que ensejem incidentes futuros ou desnecessária multiplicação de ações. Assim, em conformidade com o art. 284 do CPC, verificando-se que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos artigos 282 e 283 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, cabe ao juiz determinar que o autor a emende ou a complete no prazo de dez dias. E se a diligência não for cumprida, a petição inicial será indeferida, sem que se tenha de aguardar até o julgamento para a extinção do processo quanto àquele pedido. (TRT/2ª R., Ac. 20000257138, j. 22-5-2000, RO 01 02990252228, 8ª T., Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 13-6-2000)

▷ **Mandado de segurança. Valor de alçada não se confunde com valor da condenação. Inexistência de violação a direito líquido e certo. Segurança denegada.** Valor de alçada (atribuído à causa) não se confunde com o valor da condenação, porquanto suas naturezas e finalidades são distintas. O primeiro constitui requisito da petição inicial, tendo cabimento no ajuizamento da ação, segundo disposição específica do inciso V do art. 282 do CPC, havendo necessidade de indicação de seu valor inclusive em causas que não apresentem escopo econômico imediato, como prevê o art. 258 do mesmo diploma Adjetivo Civil. O valor da condenação, por sua vez, considera por estimativa os títulos deferidos, e não o vulto do pleiteado e é requisito indispensável na prolação de sentenças de mérito ilíquidas, por constituir a base de cálculo das custas processuais, consoante disposto pelo artigo 798, do Diploma Consolidado, como igualmente de supedâneo para o depósito recursal de que trata o art. 899, do mesmo Diploma Legal. Segurança que se denega, cassando a liminar. (TRT/2ª

R., Ac. 2000025321, j. 18-12-2000, MS 2000013196, SDI, Rel. Maria Aparecida Pellegrina, *DOE/SP*, 23-1-2001)

▷ **Ação rescisória. Recurso ordinário. Nulidade da citação no processo rescindendo.** A teor do art. 841 da CLT, a citação se procede mediante notificação postal, expedida automaticamente para o endereço do reclamado, fornecido pelo reclamante na petição inicial. Tal sistema afasta a necessidade de que a citação seja pessoal, ao réu ou a quem o represente, sendo suficiente, para sua validade, que a notificação seja entregue no correto endereço do reclamado. Recurso ordinário desprovido. (TST, ROAR 412.697/97, j. 16-10-2001, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. Antônio José de Barros Levenhagen, *DJ*, 9-11-2001)

▷ **Recurso de revista. Município. Notificação postal. Validade.** O artigo 769 da CLT preleciona que o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, na hipótese de omissão e desde que haja compatibilidade com suas normas. Por sua vez, o artigo 841, § 1º, da CLT dispõe que, em sede de processo do trabalho, a notificação-citatória far-se-á através de registro postal, não excepcionando nenhuma pessoa de sua aplicação. Sendo assim, e à míngua de previsão legal em sentido contrário, é válida a citação realizada ao Município por via postal e não por mandado. Revista conhecida e não provida. (TST, RR 664.857/2000, j. 29-8-2001, 5ª T., Rel. Juiz Convocado Guedes de Amorim, *DJ*, 14-9-2001)

▷ **Citação. Embaraços para o seu recebimento.** Se o Reclamado criar embaraços ao recebimento da citação via postal, deve ser feita a notificação por edital, nos termos do parágrafo único do artigo 841 da CLT. Recurso de Revista conhecido e provido. (TST, RR 523.684/98, j. 4-8-1999, 2ª T., Rel. Min. Valdir Righetto, *DJ*, 20-8-1999)

▷ **Processual. Sumaríssimo. Notificação devolvida. Extinção do processo. Negativa de prestação jurisdicional. Caracterização.** A devolução da notificação inicial, em virtude da alteração de endereço da reclamada, não enseja o "arquivamento" do processo. Agrava-se, se o juiz, antes da audiência, chama os autos à conclusão e decreta a sua extinção, por suposto descumprimento ao que dispõe o art. 852, da CLT. Tratando-se de irregularidade sanável, cumpre ao juiz conceder oportunidade, ainda que em curtíssimo prazo, para o reclamante apresentar novo endereço do reclamado. Se informado que o reclamado cria embaraços ao recebimento ou não sendo encontrado (1º, art. 841 da CLT), a solução é convertê-lo para o rito ordinário, determinando a citação por edital garantindo-se, assim, o direito constitucional de ação. A extinção só tem cabimento em caso de absoluta inércia do autor, sob pena de caracterizar negativa de prestação jurisdicional, em ofensa ao art. 5º, XXXV da CF/88. (TRT/15ª R., Ac. 533/2001, j. 15-1-2001, ROS 35.543/2000, 5ª T., Rel. José Antonio Pancotti, *DOE*, 15-1-2001)

▷ **Citação inicial. Embaraço ao recebimento.** Evidente o embaraço criado pelo reclamado ao recebimento da citação inicial via postal, correta a determinação de que a mesma se faça pela via editalícia, sem que se possa alegar, por isso, defeito de citação ou

FGTS, evitando-se desvio de finalidade, má aplicação dos fundos, supressão indevida das legítimas correções monetárias, que tantos prejuízos têm causado sobretudo aos obreiros.

A representação dos trabalhadores abrange outros órgãos, como, por exemplo, o Ministério do Trabalho (seguro-desemprego) e o INSS (previdência social).

8. Representação dos trabalhadores nas empresas

"Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores."

▶ ***Comentários***

O dispositivo constitucional em apreço é demonstração inequívoca do reconhecimento, pelo constituinte, da natureza institucional da empresa – atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens ou serviços, para a qual se conjugam os interesses dos empresários, dos trabalhadores e do próprio Estado.

Dependente de regulamentação, a representação dos empregados constituir-se-á em magnífico veículo de comunicação com os empregadores e, por certo, contribuirá e muito para o aperfeiçoamento dos meios de produção.

O art. 543 da CLT tem pertinência com a matéria.

cerceamento de defesa. Inteligência do art. 841, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (TRT/24ª R., Ac. 2.146, j. 10-9-1997, RO 813/97, Tribunal Pleno, Rel. Carlos Deodalto Salles, *DJ/MS*, 16-10-1997)

▷ **Mandado de segurança. Citação por edital. Admissibilidade.** Não se vislumbra qualquer irregularidade quando a parte é notificada, por edital, para ciência de penhora, praça e leilão designados, uma vez restadas infrutíferas as tentativas de encontrá-la nos endereços existentes nos autos. (TRT/2ª R., Ac. 2000005517, j. 10-4-2000, MS 1999017911, Rel. Gualdo Formica, *DOE/SP*, 28-4-2000)

▷ **Intimação da executada. Edital. Validade.** Dispõe o artigo 841, § 1º, da CLT que se fará notificação, citação ou intimação por edital. Se o ato é praticado por uma forma e atinge o seu fim, e essa intimação por edital do executado é outra forma, mas atinge o fim da lei, é válido. Portanto, não haverá respaldo para cabimento de mandado de segurança a determinação por edital, sob o argumento de que poderia o juiz fazê-lo através de citação ou intimação por hora certa. O *"modus operandi"*, em tais casos, é ditado pelo critério do juiz. Não ocorrendo com isso ato arbitrário ou ilegalidade a respaldar mandado de segurança. (TST, Ac. 1.720, j. 24-5-1994, ROMS 78.972/93, Seção Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. Cnea Moreira, *DJ*, 24-6-1994)

▷ **O art. 241, do CPC, é aplicável na Justiça do Trabalho, porque não é incompatível com o art. 774, da CLT.** O prazo só começa a correr após a juntada do mandado aos autos, quando a citação for pessoal ou com hora certa. Revista provida. (TST, Ac. 2.796, j. 18-11-1982, RR 297/82, 2ª T., Rel. Min. Marcelo Pimentel, *DJ*, 17-12-1982)

▷ **Cumulação subjetiva. Impossibilidade.** A única hipótese de cumulação subjetiva de ações prevista no processo do trabalho encontra-se no artigo 842 da CLT, o qual exige a identidade de matérias e da empresa reclamada. No caso dos autos, não se trata de pedidos idênticos. Processo extinto sem julgamento de mérito por unanimidade. (TRT/24ª R., Ac. 2.174, j. 6-10-1999, REO 675/99, Tribunal Pleno, Rel. João de Deus Gomes de Souza, *DJ/MS*, 16-11-1999)

Seção II
Da audiência de julgamento

Art. 843. Na audiência de julgamento deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, independentemente do comparecimento de seus representantes salvo, nos casos de Reclamatórias Plúrimas ou Ações de Cumprimento, quando os empregados poderão fazer-se representar pelo Sindicato de sua categoria. (Redação dada pela Lei n. 6.667, de 3-7-1979.)

§ 1º É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente.

§ 2º Se por doença ou qualquer outro motivo ponderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato.

Art. 844. O não comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não compareci-

mento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

Parágrafo único. Ocorrendo, entretanto, motivo relevante, poderá o presidente suspender o julgamento, designando nova audiência.

Art. 845. O reclamante e o reclamado comparecerão à audiência acompanhados das suas testemunhas, apresentando, nessa ocasião, as demais provas.

Art. 846. Aberta a audiência, o juiz ou presidente proporá a conciliação. (*Caput* e parágrafos com redação dada pela Lei n. 9.022, de 5-4-1995.)

§ 1º Se houver acordo lavrar-se-á termo, assinado pelo presidente e pelos litigantes, consignando-se o prazo e demais condições para seu cumprimento.

§ 2º Entre as condições a que se refere o parágrafo anterior, poderá ser estabelecida a de ficar a parte que não cumprir o acordo obrigada a satisfazer integralmente o pedido ou pagar uma indenização convencionada, sem prejuízo do cumprimento do acordo.

Art. 847. Não havendo acordo, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes. (Redação dada pela Lei n. 9.022, de 5-4-1995.)

Art. 848. Terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, podendo o presidente, *ex officio* ou a requerimento de qualquer juiz temporário, interrogar os litigantes. (Redação dada pela Lei n. 9.022, de 5-4-1995.)

§ 1º Findo o interrogatório, poderá qualquer dos litigantes retirar-se, prosseguindo a instrução com o seu representante.

§ 2º Serão, a seguir, ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver.

Art. 849. A audiência de julgamento será contínua; mas, se não for possível, por motivo de força maior, concluí-la no mesmo dia, o juiz ou presidente marcará a sua continuação para a primeira desimpedida, independentemente de nova notificação.

Art. 850. Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 10 (dez) minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão.

Parágrafo único. O Presidente da Junta, após propor a solução do dissídio, tomará os votos dos juízes classistas e, havendo divergência entre estes, poderá desempatar ou proferir decisão que melhor atenda ao cumprimento da lei e ao justo equilíbrio entre os votos divergentes e ao interesse social.

Art. 851. Os trâmites de instrução e julgamento da reclamação serão resumidos em ata, de que constará, na íntegra, a decisão. (*Caput* e parágrafos com redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

§ 1º Nos processos de exclusiva alçada das Juntas, será dispensável, a juízo do presidente, o resumo dos depoimentos, devendo constar da ata a conclusão do Tribunal quanto à matéria de fato.

§ 2º A ata será, pelo presidente ou juiz, junta ao processo, devidamente assinada, no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, contado da audiência de julgamento, e assinada pelos juízes classistas[383] presentes à mesma audiência.

Art. 852. Da decisão serão os litigantes notificados, pessoalmente, ou por seu representante, na própria audiência. No caso de revelia, a notificação far-se-á pela forma estabelecida no § 1º do art. 841.

383. Tendo em vista o disposto na Emenda Constitucional n. 24/99, que extinguiu a representação classista na Justiça do Trabalho, as Juntas de Conciliação e Julgamento passaram a ser denominadas *Varas do Trabalho*, integradas exclusivamente pelo Juiz do Trabalho.

▶ *Comentários*

1. *Da audiência de julgamento*

Conceito

Etimologicamente, audiência, do latim *audire*, significa ouvir, atender. Juridicamente, designa as sessões dos tribunais, quando são ouvidas as partes (autor e réu) e suas respectivas testemunhas.

Em razão dos princípios gerais do processo trabalhista, que se concentra fundamentalmente na audiência, como decorrência da oralidade, esta assume especial relevância, por isso que nela se realizam os atos mais significativos do processo laboral, a saber:

1) presença obrigatória das partes;

2) proposta inicial de conciliação;

3) articulação da defesa oral (com tolerância pela apresentação da defesa escrita);

4) depoimento pessoal das partes;

5) oitiva das testemunhas;

6) proposta final de conciliação;

7) razões finais orais;

8) sentença.

Em suma, enquanto a audiência no processo civil é apenas mais uma etapa do processo, no processo trabalhista ela abrange os atos mais significativos e de especial relevância.

Em princípio, a audiência, no processo do trabalho, é una, nela se concentrando todos os atos fundamentais do processo.

Nesse sentido dispõem os arts. 849 – "a audiência de julgamento será contínua..." – e 852-C – "as demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única..." –, ambos da CLT.

Todavia, na impossibilidade da realização de todos os atos do processo numa única audiência, esta se desdobrará em sessões subsequentes.

2. *Da presença das partes à audiência*

Reclamante e reclamado

Em conformidade com o que dispõe o art. 843 da Consolidação das Leis do Trabalho, na audiência devem estar presentes o reclamante e o reclamado, independentemente de seus advogados, se os tiverem.

A presença obrigatória das partes no processo trabalhista está, a nosso ver, intimamente ligada à conciliação. Como se sabe, cabe à Justiça do Trabalho *conciliar e julgar* as questões decorrentes da relação de emprego. Sua função primordial, pois, é conciliar, e só na eventualidade de esta se tornar impraticável é que julgará.

Ora, a presença das partes facilita sobremaneira a conciliação, permitindo ao juiz um contato direto com o reclamante e o reclamado.

Assim, atendendo a tal imperativo é que a presença das partes é obrigatória.

A substituição das partes – o preposto

Em que pese a disposição contida no art. 843 da CLT, admite-se a substituição das partes por terceiros.

O empregado pode fazer-se substituir por *colega de serviço* ou pelo *sindicato*, na ocorrência de *motivo ponderoso*, relevante, quando o juiz, ciente do fato, adiará a audiência para outra data em que o reclamante possa comparecer, evitando-se, com isso, o arquivamento da reclamação.

O empregador pode, em qualquer circunstância, substituir-se por gerente

ou *preposto*. Essa substituição do empregador objetiva permitir-lhe a continuidade de suas atividades, sem interrupções prejudiciais à produção, como, aliás, ressalta Wagner Giglio:

"Seria grandemente inconveniente senão materialmente impossível, em alguns casos, que se exigisse o comparecimento pessoal do empregador: o tempo gasto em audiência seria furtado à sua função precípua de dirigir o empreendimento, com grandes prejuízos para a produção. Atentando para essa circunstância, a legislação trabalhista permitiu que o empregador se fizesse substituir por gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o preponente"[384].

A figura do gerente não apresenta qualquer dificuldade. Como acentua Bento de Faria, "quando o comerciante não quer ou não pode atender pessoalmente aos negócios do seu estabelecimento comercial, ou de alguns deles, desde que possua mais de um, pode delegar poderes em alguém que toma o nome de feitor"[385], ou seja, o gerente, na acepção atual. Gerente é, pois, a pessoa encarregada da administração dos negócios, de acordo com os poderes delegados. A ele, pois, são conferidos poderes de gestão, com a faculdade de controlar empregados, admitindo-os, demitindo-os, e inclusive impondo-lhes suspensão, se for o caso.

O gerente pode ser um dos sócios expressamente designados no contrato social, ou um empregado de confiança *stricto sensu*.

O gerente, no Direito de Empresa (Código Civil de 2002), é denominado *administrador* (art. 1.011).

A figura do *preposto*, todavia, tem ensejado controvérsia, pois tanto pode designar o próprio gerente, que é também um preposto, quanto qualquer outro auxiliar.

Mas a dúvida reside na necessidade de ser ou não tal preposto um *empregado*.

A jurisprudência dominante é no sentido de que o preposto deve ser, necessariamente, empregado:

"Para a validade da representação da Reclamada, é indispensável que o preposto seja empregado, ao tempo da realização da audiência em que deveria prestar depoimento" (TST, 1ª T., RR 3.528/78, *DJU*, 8-6-1979, p. 4561).

Entendemos, todavia, de modo diverso. O preposto não há de ser, necessariamente, empregado. E a própria Consolidação das Leis do Trabalho, no art. 843, § 1º, deixa patente tal fato, quando declara: "qualquer outro preposto", nenhuma exigência fazendo no sentido de que este seja empregado. Ao revés, a única exigência estabelecida é no sentido de que "tenha conhecimento do fato".

Idêntico é o ponto de vista de Isis de Almeida:

"O reclamado é substituído pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e nosso entendimento sempre foi no sentido de que, na falta de gerente, o preposto seria qualquer pessoa vinculada à empresa, para ter conhecimento do fato da reclamação e por ela credenciado, no feito.

Não importaria a existência de uma relação de emprego, pois a lei não a tornou in-

384. *Direito Processual do Trabalho*, cit.

385. *Código Comercial Brasileiro Anotado*, 3. ed., Rio de Janeiro, Ed. Jacinto Ribeiro dos Santos, 1920, v. 1, p. 99.

dispensável expressamente, e preposto é aquele que assim for constituído pelo empregador, exigindo-se tão somente que tenha conhecimento do fato"[386].

Por isso que entendemos arbitrária e, *data venia*, ilegal decisão que exija vínculo empregatício entre o preposto e o preponente, como, aliás, ressalta o v. acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Rio de Janeiro):

"Preposto é substituto e não sinônimo de empregado. A lei faculta ao empregador fazer-se substituir por preposto e só quem pode nomeá-lo é o empregador. Não mencionando a lei que o preposto deva ser empregado, tal exigência por parte do julgador é arbitrária, ilegal e até descabida. Preposto deve ser de confiança irrestrita do empregador, por cuja confissão está obrigado a responder, e, por isso, pode muito bem não possuir empregado no qual deposite confiança de tal monta" (TRT-1ª R., RO 199/80, Ac. 892/80).

No mesmo sentido *v.* Acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região:

"*Preposto*. Desnecessária a condição de empregado para o desempenho da função de preposto perante a justiça do trabalho, em razão da ausência de determinação legal nesse sentido. O requisito primordial para substituir o empregador em audiência é o conhecimento dos fatos, nos termos do art. 843, § 1º, da CLT. Carta de preposição. Prazo. Possível e razoável a concessão de prazo para a juntada da carta de preposição, não havendo qualquer óbice legal para tanto" (TRT, 15ª Região (Campinas/SP), Proc. 16.882/99, Ac. 2ª T. 40.767/2000, Rel. Juíza Mariane Khayat, *DJSP* 6-11-2000, p. 3).

Substituição na microempresa e empresa de pequeno porte

É de se ressaltar que a Lei Complementar n. 123, de 14-12-2006 (Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), admite expressamente a indicação de preposto não empregado:

"Art. 54. É facultado ao empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, ainda que não possuam vínculo trabalhista ou societário".

O *advogado preposto* não é admitido, *ex vi* do disposto no art. 3º do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Lei n. 8.906, de 4-7-1994:

"É defeso ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente".

"Preposto. Advogado. Ilegitimidade de representação. Recurso de revista da reclamada. Deserção. Guias de recolhimento. Das razões de decidir não se depreende pronunciamento no sentido de que houve extravio da guia de recolhimento, como afirma a reclamada. Se sua intenção era discutir a juntada da mencionada guia, deveria ter opostos embargos de declaração no momento processual oportuno, a fim de obter o pronunciamento sobre o extravio que, agora, sustenta ter ocorrido. Não lhe socorre, portanto, a tentativa de demonstrar, nesta instância extraordinária, que, diversamente do consignado pelo Regional, efetivara o recolhimento das custas. Incide o óbice do Enunciado n. 297 do TST. Recurso de revista não

386. *Curso de Direito Processual do Trabalho*, cit.

conhecido. Ilegitimidade de representação processual. Preposto que atua como advogado. Quando a reclamada faz-se representar em audiência por preposto regularmente constituído, afirmando atuar também como seu advogado, cria-se uma situação distinta da que trata o Enunciado n. 164 do TST. Com efeito, não se pode admitir que a mesma pessoa esteja presente à audiência tanto como preposto da empresa, quanto como o advogado que o acompanha. A reunião na mesma pessoa importa em exacerbar as condições de ambos, gerando confusão ao processo e prejuízo à outra parte. Ainda que fosse possível admitir-se que o preposto viesse a atuar no processo como o advogado que subscreve o recurso, necessário seria a existência de momentos distintos e de mandato expresso. Não há como caracterizar mandato tácito nessa hipótese. Recurso de revista conhecido e desprovido" (TST, 2ª T., 6ª R., RR 460.991/1998.1, Rel. Desig. Min. Renato de Lacerda Paiva, *DJ*, 18-6-2004).

O não comparecimento das partes e suas consequências

As partes, como já vimos, devem obrigatoriamente comparecer à audiência. O empregador pode fazer-se substituir por gerente ou preposto que tenha conhecimento dos fatos. O empregado, excepcionalmente, ou seja, na ocorrência de doença ou qualquer outro motivo ponderoso, poderá substituir-se por colega de serviço ou pelo respectivo sindicato.

Todavia pode ocorrer que nem um nem outro compareça à audiência, daí advindo diversas consequências.

O arquivamento

Na eventualidade de o reclamante não comparecer à audiência inaugural, o processo será *arquivado*, com a condenação do ausente no pagamento das custas processuais, de que poderá ser isento se perceber salário igual ou menor do que o dobro do mínimo legal.

O arquivamento, entretanto, não impede que o reclamante proponha nova ação. Todavia, se der causa a novo arquivamento, sofrerá uma penalidade que consiste em não poder formular reclamação perante a Justiça do Trabalho pelo espaço de 6 meses (CLT, art. 732).

Não especificando o dispositivo legal nominado a partir de que data se aplica tal punição, duas correntes se formaram: uma conclui que tal prazo deve ser contado da data da punição; outra, mais benéfica para o empregado, opina pela aplicação da penalidade a partir da data do segundo arquivamento.

Note-se que o arquivamento só tem lugar se o reclamante não comparece à audiência inaugural. Se, porém, tomada a contestação e adiada a audiência para prestar depoimento pessoal, já não há falar em arquivamento, impondo-se o julgamento do mérito.

A revelia

Ausente o reclamado na audiência inaugural, aplicar-se-lhe-á a pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, art. 844).

A revelia, como se sabe, decorre da ausência de defesa e não propriamente da ausência do reclamado. Assim, se, embora ausente, comparece seu advogado, munido de defesa e da respectiva procuração, não há falar em revelia, em face do ânimo de defender-se. Sua ausência, porém, para prestar depoimento pessoal, redundará na pena de confissão ficta.

Equivocada se nos afigura a conclusão do TST na Súmula 122, considerando revel a reclamada se ausente à audiência em que deva apresentar defesa, ainda

que presente seu advogado, munido de procuração!

Quer-nos parecer que o princípio da oralidade, que faculta às partes, ou a seus advogados, desde que munidos de procuração judicial, formular defesa oral (art. 847 da CLT), foi postergado pela Corte Trabalhista[387].

O correto é a aplicação da confissão ficta à reclamada ausente, facultado ao advogado, credenciado pela procuração, formular defesa oral, o que afasta a revelia, como, aliás, decidiu a mesma Corte de Justiça:

"Revelia. Recurso de revista. Ausência da parte à audiência. Presença do advogado regularmente constituído. Apresentação de defesa. Revelia. Não configuração. A revelia é o não comparecimento da parte para se defender em juízo, deixando de responder aos termos do pedido inicial. Comparecendo, pois, o advogado da parte regularmente constituído e trazendo a peça de defesa, ou seja, contestando todos os argumentos trazidos na petição inicial, demonstrado está, de forma inequívoca, o ânimo de se defender da parte reclamada, razão pela qual não se configura a revelia, cabendo apenas a pena de confissão quanto à matéria de fato, quando não contrariada por outros elementos de prova. Revista conhecida e não provida" (TST, 1ª T., RR 804.133/2001.4, Rel. Min. Lélio Bentes Corrêa, *DJ*, 18-6-2004)

387. Súmula 122 do Tribunal Superior do Trabalho: "Revelia. Atestado médico. A reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, ainda que presente seu advogado munido de procuração, podendo ser ilidida a revelia mediante a apresentação de atestado médico, que deverá declarar, expressamente, a impossibilidade de locomoção do empregador ou do seu preposto no dia da audiência".

Ressalte-se que, em conformidade com a Súmula 122 do TST:

"A reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, ainda que presente seu advogado munido de procuração, podendo ser ilidida a revelia mediante a apresentação de atestado médico, que deverá declarar, expressamente, a impossibilidade de locomoção do empregador ou do seu preposto no dia da audiência".

A confissão ficta

A confissão ficta, como se verificou, é uma consequência da ausência da parte para prestar depoimento.

A Súmula 74 do Tribunal Superior do Trabalho, pondo fim à controvérsia acerca da possibilidade de se aplicar ao reclamante a pena de confissão, assim dispôs:

"I – Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor. (ex-Súmula 74 – RA 69/1978, *DJ* 26-9-1978)

II – A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta (art. 400, I, CPC), não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores. (ex-OJ n. 184 da SBDI-1 – inserida em 8-11-2000)

III – A vedação à produção de prova posterior pela parte confessa somente a ela se aplica, não afetando o exercício, pelo magistrado, do poder/dever de conduzir o processo".

3. *Conciliação inicial*

Constatada a presença das partes (reclamante e reclamado), antes de tomada a defesa e, portanto, antes que se estabeleça o contraditório, o juiz

proporá a denominada *conciliação inicial* – art. 846.

A conciliação é um ato jurisdicional, porque celebrado com a intervenção do magistrado, devendo ser proposta pelo juiz, obrigatoriamente, em dois momentos processuais:

a) antes da apresentação da defesa pelo reclamado;

b) após o encerramento da instrução, depois de aduzidas razões finais, e antes de ser proferida a sentença;

c) em qualquer fase da audiência no procedimento sumaríssimo.

A sentença que homologa conciliação transita desde logo em julgado e é, portanto, insuscetível de recurso, só podendo ser objeto de ação rescisória na ocorrência de uma das hipóteses previstas no art. 485 do Código de Processo Civil.

Observe-se que a conciliação, por força da Emenda Constitucional n. 45/2004, não é mais imposição constitucional, conquanto subsistente na legislação infraconstitucional e de manifesto interesse público, como forma de solução conciliatória de conflitos.

4. *Contestação*

Não conciliadas as partes, terá o reclamado (réu) 20 minutos para aduzir sua defesa, admitida na prática a contestação escrita. É o que reza o art. 847 da CLT: "não havendo acordo, o reclamado terá vinte minutos para aduzir sua defesa...".

A contestação, no processo trabalhista, é, pois, formulada oralmente ou apresentada sob forma escrita, *na própria audiência*.

A defesa ou contestação pode vir, e normalmente vem, acompanhada de *preliminar*, que significa aquilo que precede o objeto. No âmbito do direito processual diz-se das objeções levantadas antes do mérito e que ao juiz cumpre solucionar de plano.

Podem ser arguidas como *preliminares* no processo trabalhista as seguintes matérias:

1) inexistência ou nulidade de citação;
2) inépcia da inicial;
3) litispendência;
4) coisa julgada;
5) conexão;
6) carência de ação;
7) continência.

Inexistência ou nulidade de citação

A citação inicial, denominada no processo do trabalho *notificação*, é, como já se observou, postal. Não se cerca do rigorismo do processo civil, podendo ser depositada na caixa de correspondência ou simplesmente entregue na portaria. Seu não comparecimento, devidamente comprovado, implica nulidade *ab initio* de todo o processado (*vide* a respeito a Súmula 16 do TST).

Inépcia da inicial

A inicial é inepta quando, por lacunas e irregularidades, se torne ininteligível, fazendo impossível a verificação da exata pretensão, e dificultando sobremaneira a articulação da defesa. Ressalte-se, porém, que o informalismo do processo do trabalho faz com que o juízo trabalhista seja mais tolerante, admitindo-se, inclusive, a correção, em audiência, obviamente sem prejuízo da defesa, cujo prazo, aliás, deve ser devolvido.

Litispendência

Ocorre a litispendência quando uma ação é virtualmente reproduzida, ou seja, a exigência de duas causas envolvendo as mesmas partes e idêntico objeto. Po-

sitivada a existência de litispendência, deve o juiz julgar extinta a ação, sem o exame do mérito.

Coisa julgada

Dá-se a coisa julgada quando se reproduz ação já anteriormente ajuizada e com a sentença transitada em julgado, impondo-se a extinção do feito, igualmente sem exame do mérito.

Conexão

Ocorre a conexão quando uma ação guarda estreita relação com outra, sendo-lhes comum o objeto ou a causa de pedir. A ocorrência da conexão não redunda na extinção do feito, mas, ao revés, na remessa dos autos de um juízo para outro, observada a prevenção do juízo perante o qual tenha sido proposta a primeira ação.

Carência de ação

Comumente utilizada no processo do trabalho, ocorre quase sempre na negativa da relação empregatícia ou prestação de serviços. Tal preliminar, via de regra, está intimamente relacionada com o mérito, impondo-se a regular instrução do feito.

Outras questões, todavia, podem ser suscitadas sob tal título, tais como prescrição, decadência, ilicitude ou imoralidade do pedido, falta de preenchimento dos requisitos legais, etc.

Continência

"Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras", a teor do que dispõe o art. 104 do Código de Processo Civil.

A continência, como põe em relevo Celso Agrícola Barbi, não é senão "um caso especial de conexão", desta só se distinguindo em razão do objeto mais amplo.

Exemplo clássico de continência é dado por Celso Agrícola Barbi:

> "Duas ações entre as mesmas pessoas, relativas a um contrato de mútuo: em uma delas, cobra-se uma prestação, isto é, uma parte dele; na outra, cobra-se o mútuo. Logo, esta última contém a primeira"[388].

No campo do Direito do Trabalho poderíamos mencionar duas ações em que o reclamante, numa, postula incidência de horas extras nos títulos contratuais, e, em outra, as próprias horas extras. A segunda, porque mais ampla, abrangeria a primeira.

Na conexão ou na continência a solução é idêntica – a reunião das ações para decisão simultânea, como, aliás, dispõe o art. 105 do Código de Processo Civil, o que levou Celso Agrícola Barbi a observar, com a acuidade que lhe é própria:

> "Só se justificaria a definição legal de continência se o legislador pretendesse extrair alguma consequência da diferença que existe entre ela e a conexão. Como não há tratamento diversificado para os casos de continência, e eles têm as mesmas consequências da conexão, fica o art. 104 como simples formulação de conceito, sem aplicações especiais no sistema do Código".

Por isso que entendemos plenamente válida a arguição da continência como conexão, já que a solução para ambas é comum.

---

388. *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., v. 1, p. 608.

5. *Prescrição: arguição*

Prescrição, como se sabe, é a perda da ação atribuída a um direito, e, como lembra Beviláqua, é uma regra de ordem, de harmonia e de paz, imposta pela necessidade da certeza nas relações jurídicas.

Do ponto de vista do direito, é ela definida como o fato de se esgotar o prazo que alguém teria para pleitear seu direito, como doutrina Orlando de Castro. Conquanto se assemelhe à decadência, com ela não se confunde, pois, enquanto a prescrição é a perda da ação, a decadência é a perda do próprio direito.

Duas são as espécies de prescrição:

a) extintiva;

b) aquisitiva.

"Na prescrição aquisitiva predomina a força que cria, na extintiva a força que extermina", preleciona Washington de Barros Monteiro.

A prescrição, ainda que se trate de direitos patrimoniais, deve ser pronunciada de ofício.

A Lei n. 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, revogando expressamente a proibição da arguição *ex officio*, alterou a redação do § 5º do art. 219 do Código de Processo Civil, agora redigido da seguinte maneira – "o juiz pronunciará, de ofício, a prescrição".

Revogado, em consequência, o art. 194 do Código Civil de 2002, que, igualmente vedava tal arguição.

Em matéria de prescrição, pois, ainda que se trate de direitos patrimoniais, deve o juiz decretá-la de ofício, independentemente de provocação da parte interessada, não se lhe aplicando as restrições dos arts. 128 e 460 do Código de Processo Civil[389].

A determinação tem inequívoco caráter imperativo – "o juiz pronunciará, de ofício, a prescrição", independentemente de provocação da parte interessada.

É, pois, dever do juiz fazê-lo. Omissa a sentença, manifesta a oportunidade de embargos declaratórios.

A declaração de ofício da prescrição é objeto de controvérsia doutrinária. Sustentamos a sua aplicação no Processo do Trabalho, fazendo nosso o entendimento de Manoel Antonio Teixeira Filho – "a norma incidirá no Processo do Trabalho, pelo mesmo motivo que o art. 219, § 5º, do CPC, em sua redação anterior, era pacificamente aplicado ao processo do trabalho. Não haverá antagonismo com o art. 7º, inciso XXIX da Constituição Federal" (*LTr*, 70-03/298).

No mesmo sentido, v. acórdão do TRT da 15ª Região:

"Prescrição da ação. Norma de direito processual. Alteração. Vigência imediata. O pronunciamento da prescrição foi alçado a questão de ordem pública a partir da vigência da Lei 11.280/06, aplicável ao processo do trabalho por força do art. 769 da CLT e, em se tratando de norma processual, tem aplicabilidade imediata e atinge os processos em andamento, preservando-se os atos processuais praticados sob a égide da lei anterior" (TRT 15ª Reg. (Campinas/SP) RO 0529-2006-027-15-00-4 – (Ac. 17853/07-PATR, 2ª C.) – Rel. Juiz Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, *DJ/SP*, 27-4-2007, p. 70).

389. Art. 128 do CPC – "O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte".

Art. 460 do CPC – "É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado".

Livro II

A Consolidação das Leis do Trabalho Comentada

A prescrição na fase executória há de ser superveniente à sentença.

Autores há, entretanto, dos mais renomados, que só admitem a arguição da prescrição na defesa, como sustenta Francisco Antonio de Oliveira:

"... não invocada em defesa, oportunidade hábil, restará viciada pela preclusão. Prescrição hoje é mérito (art. 269, IV, do CPC). E, como tal, deverá ser invocada como matéria de defesa nos termos do art. 300 do CPC. O art. 162 do Código Civil está superado pela Lei Processual (Código Buzaid)"[390].

Idêntica opinião tem Eduardo Gabriel Saad:

"De fato, se a prescrição é matéria de mérito, é ela arguível na contestação, de sorte que a outra parte possa impugná-la. É o que deflui do art. 300 do CPC. Nossas considerações, porém, permitem que se admita a alegação da prescrição antes do encerramento da instrução, o que importa dizer que a outra parte terá o ensejo de reagir em consonância com os princípios do contraditório e da ampla defesa, constitucionalmente assegurados. Arguir a prescrição além do primeiro grau é contrariar os princípios que acabamos de enunciar"[391].

O Tribunal Superior do Trabalho, na Súmula 153 (antigo Prejulgado n. 27), tem entendido possível a arguição da prescrição na instância ordinária:

"Não se conhece da prescrição não arguida na instância ordinária".

Com isso, firmou-se a mais Alta Corte Trabalhista no entendimento de que a prescrição pode ser invocada a qualquer momento dentro da instância ordinária, ou seja, na defesa, ou mediante recurso ordinário.

Ressalte-se que, em se tratando de prestações sucessivas decorrentes de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja assegurado por lei – Súmula 294 do TST.

Por outro lado, nos termos da Súmula 114 da mesma Corte de Justiça (TST):

"É inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente".

Em sentido contrário a Súmula 327 do Supremo Tribunal Federal:

"O direito trabalhista admite a prescrição intercorrente".

6. *Defesa de mérito*

Como já verificamos, uma defesa pode envolver questões de natureza processual (preliminares ou exceção), devendo, necessariamente no processo do trabalho, conter a *defesa de mérito*, que é aquela voltada contra a pretensão do reclamante, também chamada de "resistência à pretensão", na expressão de Coqueijo Costa, para quem a defesa de mérito pode, igualmente, ser direta ou indireta:

"Direta, na contestação, quando se dirige contra o pedido, nos seus fundamentos de fato e de direito. Consiste: a) na negação dos fatos jurídicos afirmados pelo autor, como fundamento do seu pedido (não são verdadeiros ou são diversos dos alegados pelo autor); b) na admissão dos fatos alegados

390. *Consolidação das Leis do Trabalho Comentada*, cit.

391. *Suplemento Trabalhista*, n. 90/97, LTr, p. 439.

pelo autor, mas negação concomitante das consequências jurídicas que o autor lhes atribui (da existência dos fatos não resulta que o réu seja juridicamente obrigado a satisfazer o pedido do autor).

Indireta, quando não obstante verdadeiros os fatos, opõe ao direito pleiteado pelo autor outros fatos que o impedem, extinguem ou obstam aos efeitos. É também chamada 'objeção' e consiste: a) na admissão dos fatos constitutivos alegados pelo autor, na afirmação concomitante de outros, impeditivos ou extintivos (reconhece a dívida mas já pagou); b) na alegação de outros fatos que têm por conteúdo um direito do réu e obstam aos efeitos jurídicos afirmados pelo autor (se devo, o direito de cobrar está prescrito; devo, mas também sou credor). Esta objeção é a chamada 'exceção substancial'"[392].

Não admitindo o processo do trabalho a contestação por negação geral, impõe-se a impugnação de cada uma das pretensões formuladas na inicial, sob pena de ser acolhida aquela que não tenha sido objeto específico de defesa.

Imaginemos, pois, que numa petição inicial pretenda o reclamante verbas rescisórias como aviso prévio, 13º salário proporcional, férias proporcionais e, concomitantemente, pleiteie horas extras com incidência nos demais títulos, por força da habitualidade. Na hipótese de a contestação não impugnar as horas extras, fatalmente serão estas acolhidas, com a consequente incidência, já que nem sequer oposta qualquer objeção do reclamado. Assim, especial cuidado se impõe ao reclamado, quando de sua defesa de mérito.

Por força do chamado *princípio da eventualidade*, toda a matéria de defesa deve ser concentrada na contestação, como, aliás, enfatiza o art. 300 do Código de Processo Civil:

"Compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa...".

Note-se que, assim como ao autor não é permitido alterar a pretensão depois de citado o réu (art. 264 do CPC), a este também não é dado alterar ou aditar a defesa, salvo as exceções previstas no art. 303 do Código de Processo Civil, tais como o *direito superveniente*, ou seja, aquele decorrente de fato ocorrido posteriormente ao prazo fixado para a apresentação da contestação, como, por exemplo, as prestações sucessivas que se tornam exigíveis após a defesa; matéria que ao juiz é dado conhecer de ofício, como a existência ou não dos pressupostos processuais, e, finalmente, as questões que, por força de expressa autorização legal, possam ser formuladas em qualquer grau de jurisdição, como ocorre com a prescrição (art. 193 do CC).

7. *Antecipação da tutela jurisdicional*

A tutela antecipada é disposição adotada pela Lei n. 8.952, de 13-12-1994, e de grande alcance prático sobretudo no processo do trabalho.

Consoante prescreve o art. 273 do Código de Processo Civil:

"O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

392. *Direito Judiciário do Trabalho*, Rio de Janeiro, Forense, p. 244.

I – haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou

II – fique caracterizado o abuso de direito ou o manifesto propósito protelatório do réu".

Objetivando a antecipação dos efeitos da própria prestação jurisdicional, conquanto possa guardar semelhança com as medidas cautelares, com estas não se confunde. As cautelares, como se sabe, visam garantir o resultado da prestação jurisdicional, tendo, por isso mesmo, finalidade provisória e instrumental. Pressupõem, por outro lado, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. A tutela antecipada, ao revés, adianta o provimento jurisdicional, pressupondo, tão somente, o *periculum in mora*.

Não podendo ser decretada de ofício, depende de *requerimento do interessado*, residindo seu fundamento na prova inequívoca do direito e probabilidade ("verossimilhança") de serem verdadeiras as alegações do autor, desde que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou, ainda, seja manifestamente protelatória a defesa.

A decisão que concede a antecipação da tutela jurisdicional há de ser fundamentada – "na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento" (art. 273, § 1º, do CPC).

A execução, na hipótese de sua concessão, é provisória, não implicando, por isso mesmo, atos de alienação.

A tutela antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

Ainda que seja concedida a tutela, o processo prosseguirá normalmente até sentença final, que poderá confirmar a antecipação ou revogá-la.

Conquanto silente o art. 273 do Código de Processo Civil, seus incisos e parágrafos, quanto à interposição de recurso, afirmam Antonio Carlos Marcato e Nelson Nery Junior que a decisão que concede ou nega, bem como a que reforma a concessão da antecipação, "é impugnável por recurso de agravo".

Ora, o agravo de instrumento no processo do trabalho tem finalidade específica (CLT, art. 897, *b*), não sendo, portanto, o recurso adequado na ocorrência de tutela antecipada.

Não sendo definitiva a decisão, não há falar, igualmente, em recurso ordinário (CLT, art. 895, *a*), o que nos leva à conclusão de que da decisão em apreço não cabe, no processo do trabalho, qualquer recurso, podendo-se, todavia, ensejar a figura do *protesto* e, eventualmente, não se afastando a hipótese de mandado de segurança.

A tutela antecipada, como facilmente se constata, objetiva a celeridade processual, uma das características do processo do trabalho, razão por que sua aplicação subsidiária se nos afigura indiscutível, sobretudo em questões que envolvam a reintegração de empregados estáveis, transferências abusivas e outras hipóteses comuns no Judiciário Trabalhista.

8. *Reconvenção e compensação: momentos de arguição*

Reconvenção é a ação proposta pelo réu, contra o autor, perante o mesmo juízo em que é demandado, devendo ser interposta concomitantemente com a contestação.

Oswaldo da Silva Rico ensina:

"A reconvenção é a ação autônoma ou a contra-ação proposta pelo réu (reconvinte)

contra o autor (reconvindo), no mesmo processo (feito) e juízo em que é demandado"[393].

A *reconvenção* é, pois, ação e não meio de defesa. Na reconvenção, ao contrário da contestação e da exceção, o réu age formulando pedido próprio e autônomo.

Sua admissibilidade no processo trabalhista é aceita amplamente, muito embora haja restrições, inexistindo, como bem observa Wagner Giglio, qualquer incompatibilidade com os princípios gerais do Direito do Trabalho.

A *compensação*, por sua vez, é uma modalidade de extinção das obrigações e ocorre quando duas pessoas são, simultaneamente, credoras e devedoras uma da outra, por dívida líquida, certa e exigível, ou seja, de valor determinado, sujeito e objeto definidos, e não subordinado a termo ou condição, isto sim exigível.

Sua admissibilidade no processo do trabalho não apresenta qualquer dúvida, limitada, porém, às dívidas de natureza trabalhista (TST, Súmula 18).

O momento de arguição da *reconvenção* e da *compensação* é na apresentação da defesa, em audiência (TST, Súmula 48).

9. *Instrução processual*

"Art. 848. Terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo...".

No processo do trabalho, como decorrência do próprio princípio da oralidade, os atos processuais mais relevantes são realizados na audiência, ao contrário do que ocorre no processo civil.

Em razão do princípio nominado, a presença das partes se faz obrigatória na audiência de instrução e julgamento, quando então é formulada a defesa, para o que a parte tem 20 minutos, admitida a contestação escrita.

Nessa mesma audiência são formuladas, obrigatoriamente, as duas propostas de conciliação, e nessa oportunidade são tomados os depoimentos pessoais do reclamante e do reclamado (autor e réu), e ouvidas as testemunhas.

Ainda nessa mesma audiência, encerrada a instrução, são formuladas as razões finais orais, que equivalem ao memorial do processo civil, seguindo-se a sentença.

a) Depoimentos pessoais e interrogatório

Preliminarmente, como já acentuamos nos comentários ao art. 818 – Das Provas –, são tomados os depoimentos pessoais do reclamante e do reclamado.

Doutrinam Nelson Nery e Rosa Maria Nery:

"O depoimento pessoal é mecanismo de que se vale o juiz para aclarar pontos do processo que ele repute importantes para a decisão da causa. Durante o interrogatório, pode sobrevir a confissão da parte"[394].

Inclina-se a doutrina e jurisprudência pela não aplicação ao processo do trabalho da regra disposta no art. 344, parágrafo único, do CPC, que veda a quem ainda não depôs assistir ao interrogatório do *ex adversus*.

As justificativas nesse sentido, porém, *data maxima venia*, não convencem.

393. *Da Reconvenção e da Compensação no Direito Brasileiro*, São Paulo, Saraiva, p. 23.

394. *Código de Processo Civil Comentado*, cit., p. 623.

A rigor, o único obstáculo à aplicação salutar do princípio é o *jus postulandi*.

Se, todavia, ambos os litigantes estiverem acompanhados de seus respectivos advogados, nada impede que o reclamado se retire, enquanto o reclamante prestar depoimento pessoal.

O argumento de que a CLT contém regras próprias a respeito não nos parece convincente, pois a omissão é manifesta, ensejando ao juiz do trabalho invocar o art. 769 da CLT, que autoriza a aplicação subsidiária do Direito Processual Civil.

A parte que não comparecer para prestar depoimento pessoal é declarada confessa:

Súmula 74 do TST:

"I – Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor. II – A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta (art. 400, I, CPC), não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores".

Note-se que a presença das partes no processo do trabalho é obrigatória até a tomada ou dispensa dos depoimentos pessoais, após o que podem retirar-se – "findo o interrogatório, poderá qualquer dos litigantes retirar-se prosseguindo a instrução com o seu representante" (art. 848, § 1º, da CLT).

A Lei n. 9.022/95 e o depoimento pessoal no Processo do Trabalho

Dispõe o art. 848 da CLT, com a redação dada pela Lei n. 9.022/95, que:

"Terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, podendo o presidente, *ex officio*, ou a requerimento de qualquer juiz temporário, interrogar os litigantes".

A redação revogada tinha o seguinte teor:

"Não havendo acordo, seguir-se-á a instrução do processo, podendo o presidente, *ex officio* ou a requerimento de qualquer vogal, interrogar os litigantes".

A Lei n. 9.022/95, a rigor, procurou atualizar o dispositivo legal nominado, tendo em vista a nova investidura dada então aos vogais, transformados em *juízes classistas temporários* (Constituição Federal de 1967, com a EC n. 1/69).

Em ambas as redações o legislador utilizou-se da expressão *interrogatório*.

Com a extinção do juiz classista (EC n. 24/99), o art. 848 encontra-se parcialmente revogado, o que, num esforço de atualização, ensejaria o seguinte entendimento:

"Terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, podendo o presidente, *ex officio*, interrogar os litigantes".

A redação em apreço, falando em *interrogatório*, sem menção ao depoimento pessoal das partes, tem levado inúmeros juízes do trabalho a sustentar extinto, no processo trabalhista, este último, o depoimento pessoal, indeferindo, sistematicamente, reperguntas às partes, de que é exemplo o r. despacho que transcrevemos:

"Registre-se que o juízo indeferiu o requerimento formulado pelo patrono da reclamada de formular reperguntas ao reclamante, tendo em vista a alteração legislativa ocorrida no processo do trabalho (art. 848 da CLT, com a redação da Lei n. 9.022/95), por força da qual o legislador adotou o sistema de

interrogatório judicial, afastando o direito anteriormente previsto a respeito do depoimento pessoal".

Com tal entendimento ficam as partes na impossibilidade de tomada de depoimento pessoal, inclusive em questões eminentemente fáticas.

Ora, com a devida vênia, como demonstramos, a Lei n. 9.022/95 não alterou a redação anterior dada ao art. 848, quanto ao interrogatório, apenas atualizou o dispositivo legal quanto à figura dos vogais, na época convertidos em juízes temporários.

Já na vigência da redação revogada pela Lei n. 9.022/95, afirmava Russomano, com a autoridade que lhe é amplamente reconhecida:

"A Consolidação está mal redigida. Não se pode negar o direito de um litigante tomar as declarações do litigante que se opõe às suas pretensões, para esclarecimento e fixação do debate. Não se lhe pode tolher a chance de arrancar, em juízo, uma confissão da parte contrária. Dessa forma, tanto a parte quanto seu procurador podem requerer o depoimento pessoal da parte contrária"[395].

A mesma crítica era, igualmente, formulada por Sebastião Ribeiro de Oliveira, em seus *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*, em edição publicada anteriormente à Lei n. 9.022/95:

"A Consolidação, como observa Russomano (*Comentários*, II, p. 1.243), não foi feliz, na redação deste artigo, pois de sua leitura pode-se ter a impressão de que uma parte não seria admitida a formular perguntas para serem respondidas no depoimento de seu adversário, o que seria um absurdo. Não há, entretanto, quem defenda esta interpretação rigorista do dispositivo em causa. Basta, aliás, interpretá-lo em sistema com o art. 820 da própria CLT, para que se desfaça aquela primeira impressão. Por outro lado, o direito comum subsidiário, nesta como em outras omissões, prescreve que o depoimento pessoal será tomado pela mesma maneira prescrita para a tomada do depoimento das testemunhas, no qual é assegurada a formulação de quesitos pelas partes, sempre, é claro, por intermédio do juiz"[396].

Vê-se, pois, quanto equivocada é a afirmação de que a Lei n. 9.022/95 pôs fim ao depoimento pessoal no Processo do Trabalho. A lei nominada nada alterou com relação ao interrogatório, já contido na redação anterior, bastando que se consulte a CLT, anteriormente a 1995. Ambas as redações manifestamente equivocadas, e em inequívoco antagonismo à denominada Teoria Geral do Processo.

O interrogatório e o depoimento pessoal

Na lição de Luiz Dall' Agnol:

"O interrogatório das partes (CPC, art. 342) não se confunde com o depoimento pessoal das mesmas (art. 343); aquele pode ser determinado mais de uma vez, em qualquer fase do processo, ao passo que o segundo, é colhido apenas uma vez, em audiência"[397].

395. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*, 7. ed., Konfino, 1966, v. 5.

396. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*, Ed. Nacional de Direito, n. 1.963, v. 5, p. 219.

397. *Boletim da Associação dos Advogados de São Paulo*, n. 1.690, p. 124.

Do que se conclui que o interrogatório (ato do juiz) pode ser determinado a qualquer momento no decorrer do processo, cabendo à parte postular, em audiência, o depoimento pessoal do *ex adverso*.

Coqueijo Costa, em obra consagrada, observa que:

"A interpretação do Direito Processual do Trabalho não pode fugir das regras básicas da interpretação do Direito Processual Civil"[398].

Dentre tais regras cumpre pôr em relevo o contraditório e a repartição das provas.

A inquisitoriedade do processo do trabalho não pode ser levada ao extremo do Direito Penal, acusatório em suas linhas gerais.

Com efeito, o princípio inquisitorial do Processo do Trabalho não significa afastamento dos princípios gerais do processo, dentre os quais merece destaque o direito concedido às partes à tomada de depoimento do *ex adverso*.

Como põe em relevo Jorge Pinheiro Castelo:

"A autonomia do direito processual do trabalho não pode significar isolamento.

Pelo contrário, o direito processual do trabalho integra o direito processual. Por isso, deve observar a unidade de raciocínio da teoria geral do processo ligada ao objetivo final e comum a todos os ramos do direito processual, que é atender os escopos do sistema processual de natureza social, política e jurídica. Além disto, deve aproveitar os conceitos extraídos da teoria geral do direito processual, ou de qualquer segmento do direito processual, que possam ser tidos como universais, ou, pelo menos, aproveitar o método de raciocínio utilizado"[399].

Observe-se, outrossim, que os objetivos do interrogatório e do depoimento pessoal são distintos. O interrogatório, determinado pelo juiz, em qualquer fase do processo, visa esclarecer o magistrado sobre os *fatos da causa*. O depoimento pessoal, ao revés, é o meio pelo qual se busca a denominada *confissão provocada*.

No magistério de Moacyr Amaral Santos:

"No interrogatório as partes comparecem para elucidar os fatos da causa, com a finalidade de facilitar sua instrução probatória ou o julgamento da lide. De tal modo, o interrogatório poderá ser um *único* ou *vários*, conforme o considerar necessário ou útil o juiz, à medida que o processo se movimente, diversamente do depoimento pessoal que é um único, a realizar-se na audiência de instrução e julgamento (art. 343), salvo a hipótese de audiência antecipada (art. 847)"[400].

Por isso que, com precisão, o Código de Processo Civil, distinguindo o interrogatório do depoimento pessoal, não afasta o direito da parte à obtenção da confissão:

"Art. 342. O juiz pode, de ofício, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa.

Art. 343. Quando o juiz não o determinar de ofício, compete a cada parte requerer o

398. *Direito Judiciário do Trabalho*, Forense, 1978, p. 17.

399. *O Direito Processual do Trabalho na Moderna Teoria Geral do Processo*, LTr, 1993, p. 23.

400. *Comentários ao Código de Processo Civil*, Forense, 1976, v. IV, p. 86.

depoimento pessoal da outra, a fim de interrogá-la na audiência de instrução e julgamento".

Observe-se que, considerando o comparecimento obrigatório das partes, no processo do trabalho (art. 843 da CLT), e a audiência única (art. 849 da CLT), o momento para postular o depoimento pessoal do *ex-adverso* é na própria audiência, independentemente de interrogatório do juiz.

Prova eloquente do equívoco da interpretação restritiva é o art. 820 da CLT, deixando patente o direito das partes ao depoimento pessoal:

"As partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz ou presidente, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento dos juízes classistas, *das partes*, seus representantes ou advogados".

Excluídos os juízes classistas (EC n. 24/99), subsiste, de forma inequívoca, o direito da parte ao depoimento pessoal.

Cerebrina se nos afigura a interpretação restritiva do art. 820 da CLT, no sentido de que a reinquirição dependa da inquirição. Inexistindo esta, inexistiria aquela.

Ao revés, robustecendo o direito ao depoimento pessoal, independentemente do interrogatório, dispõe a Súmula 74 do TST:

"I – Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor".

Fácil é verificar, portanto, que o interrogatório não afasta o direito das partes ao depoimento pessoal, como, aliás, ressalta Bolívar Viegas Peixoto:

"Discute-se se o interrogatório pode ser requerido pelos litigantes.

Entendem alguns poucos que esta medida é privativa dos juízes.

Podemos concluir pelo texto da lei que não há limitação aos julgados para esta tomada de interrogatório porque a autorização àqueles não desautoriza o deferimento de qualquer das partes nesse sentido"[401].

Por isso, oportuna se nos afigura a advertência de Sérgio Pinto Martins:

"Não ouvir o reclamante ou o reclamado, quando há requerimento da parte, para esse fim, constituiria cerceamento de prova das partes, salvo se a matéria fática não fosse controvertida ou a questão fosse matéria de direito, pois a parte busca obter da outra a realidade do que teria ocorrido na relação entre ambos"[402].

Com inequívoca propriedade o pranteado Valentin Carrion observa que:

"O interrogatório dos litigantes é, com frequência, peça fundamental da instrução. Dificilmente a parte deixa de confessar algum ou muitos aspectos da controvérsia, seja por sinceridade, inadvertência ou definição de generalidades da pretensão.

Equivoca-se o magistrado que, por excesso de serviço e desejo de celeridade, dispensa o depoimento pessoal da parte, que poderá simplificar-lhe e às vezes tornar desnecessário o das testemunhas".

E, concluindo, afirma o douto magistrado e jurista:

---

401. *Iniciação ao Processo Individual do Trabalho*, 4. ed., Forense, p. 295.

402. *Comentários à CLT*, Atlas, 1998, p. 789.

"O texto do art. 848 'podendo o presidente...' contraria o mínimo senso de lógica e do princípio geral do processo. O depoimento dos litigantes é a mais pura e direta fonte de informação e convicção; o ônus da prova que pesa sobre cada uma das partes não pode depender da disposição do juiz em ouvir ou não o adversário, e seu indeferimento constitui gravíssimo cerceamento de defesa"[403].

Por violar o direito das partes, contrariando, outrossim, os princípios gerais do processo, facilmente se conclui pelo equívoco do legislador, não fazendo menção ao depoimento pessoal no art. 848 da CLT, não fosse conhecido o açodamento dos nossos legisladores.

À omissão, lamentável sobre todos os aspectos, e a certeza de que não houve intenção predeterminada de abolir-se o depoimento pessoal, facultado será ao advogado, diante ao radicalismo de alguns juízes, invocar a aplicação subsidiária do art. 343 do CPC, aplicação essa autorizada pelo art. 769 da CLT – "nos casos omissos, o Direito Processual Comum será fonte subsidiária do Direito Processual do Trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título".

Oportuno, por isso mesmo, v. acórdão da 9ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, vazado nos seguintes termos:

"Cerceamento de defesa.

Depoimento da parte contrária. Direito de quem o requer. Compatibilidade entre os arts. 848 da CLT e 343 do CPC. Nulidade da decisão se resultar manifesto prejuízo processual. O art. 848 da CLT faculta ao juiz ouvir o depoimento das partes, quando entender necessário. Essa faculdade, porém, não afasta o direito que as partes têm de requerer o depoimento da parte contrária, com fundamento no art. 343 do CPC, o qual é compatível com a norma trabalhista". (TRT/SP, AI 00750-2004-371-02-01-7, Ac. 9ª T. 20050665876, Rel. Juiz Luiz Edgar Ferraz de Oliveira, *DOE/SP*, 7-10-2005).

b) Testemunhas

Ouvidas as partes em depoimentos pessoais, "serão, a seguir, ouvidas as testemunhas...", de que nos ocupamos nos comentários ao art. 818 – Das provas.

Como já se acentuou, no procedimento ordinário, o número máximo de testemunhas para cada parte é 3; no procedimento sumaríssimo, esse número é reduzido para 2 testemunhas.

De suma importância reiterar que, em conformidade com o art. 825 da CLT, as próprias partes devem conduzir suas testemunhas à audiência, independentemente de notificação. Somente a recusa destas em comparecer espontaneamente é que autoriza sua notificação pelo juiz.

No procedimento sumaríssimo a intimação da testemunha está condicionada à prova de prévio convite (art. 852-H, § 3º, da CLT).

c) Prova pericial

Exaustivamente vista nos comentários ao art. 818 da CLT – Das provas –, a perícia, via de regra, é levada a efeito na fase instrutória, mas não necessariamente, uma vez que largamente utilizada também na fase executória, em liquidação de sentença.

Tal meio de prova pode ser requerido pela parte interessada, como determinado de ofício, pelo juiz.

403. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*, 29. ed., Saraiva, p. 681.

O perito é único, do juiz, podendo as partes indicar assistentes.

Os honorários do perito do juiz são de responsabilidade da parte sucumbente na pretensão relativa ao objeto da perícia.

Os honorários dos assistentes são de responsabilidade das partes – Súmula 341 do TST.

d) Razões finais orais

As razões finais orais, para o que as partes têm 10 minutos, equivalem ao memorial escrito do processo civil, consistindo no uso da palavra, pelos respectivos advogados, em análise sucinta e objetiva da prova colhida na instrução, pugnando cada qual pela acolhida de seus argumentos.

Na eventualidade de o julgamento não ser realizado logo após o encerramento da instrução, com designação de nova data, podem os advogados substituir as razões orais por *memoriais escritos*, admitidos em larga escala pelos juízes do trabalho.

e) Proposta de conciliação final

"Art. 850. (...) Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, ..."

A conciliação final objetiva pôr fim à lide, evitando a sentença que, obviamente, ensejará inconformismo do vencido e, eventualmente, na hipótese de procedência parcial, de ambos os litigantes.

f) Sentença

Com a extinção da representação classista (Emenda Constitucional n. 24, de 9-12-1999), o art. 850 da CLT ficou parcialmente revogado, já que deixou de existir o órgão colegiado a que ele se refere. O juízo de 1º grau, na Justiça do Trabalho, é, atualmente, monocrático, singular, e, por isso mesmo, o juiz do trabalho é o único julgador.

A sentença é transcrita na ata da audiência, assinada pelo juiz e pelas partes, se presentes.

Na eventualidade de a sentença ser proferida em sessão posterior, convocadas as partes, o prazo para recurso tem início da data da publicação:

Súmula 197 do TST:

"O prazo para recurso da parte que, intimada, não comparecer à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença conta-se de sua publicação".

Publicação, entenda-se, de sua juntada aos autos, que são, como se sabe, públicos.

Não juntada a ata de julgamento nos autos observar-se-á a regra disposta na Súmula 30 do TST:

"Quando não juntada a ata ao processo em 48 horas, contadas da audiência de julgamento (art. 851, § 2º, da CLT), o prazo para recurso será contado da data em que a parte receber a intimação da sentença".

► ***Jurisprudência***

▷ **Súmula 9 do Tribunal Superior do Trabalho. Ausência do reclamante.** A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, não importa arquivamento do processo. (RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969)

▷ **Súmula 18 do Tribunal Superior do Trabalho. Compensação.** A compensação, na Justiça do Trabalho, está restrita a dívidas de natureza trabalhista. (RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969)

▷ **Súmula 62 do Tribunal Superior do Trabalho. Abandono de emprego.** O prazo de decadência do direito do empregador de ajuizar inquérito, contra o empregado que incorre em abandono de emprego, é contado a partir do momento em que o empregado pretendeu seu retorno ao serviço. (RA 105/74, *DJ*, 24-10-1974)

▷ **Súmula 74 do Tribunal Superior do Trabalho. Confissão.** (Nova redação do item I e inserido o item III à redação em decorrência do julgamento do processo TST-IUJEEDRR 801385-77.2001.5.02.0017 – Res. 174/2011, *DEJT*, 27, 30 e 31-5-2011)

I – Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor. (ex-Súmula 74 – RA 69/1978, *DJ*, 26-9-1978)

II – A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta (art. 400, I, CPC), não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores. (ex-OJ n. 184 da SBDI-1 – inserida em 8-11-2000)

III – A vedação à produção de prova posterior pela parte confessa somente a ela se aplica, não afetando o exercício, pelo magistrado, do poder/dever de conduzir o processo.

▷ **Súmula 114 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição intercorrente.** É inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente. (RA 116/80, *DJ*, 3-11-1980)

▷ **Súmula 122 do Tribunal Superior do Trabalho. Revelia. Atestado médico.** (Incorporada a Orientação Jurisprudencial n. 74 da SDI-1) – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005

A reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, ainda que presente seu advogado munido de procuração, podendo ser ilidida a revelia mediante a apresentação de atestado médico, que deverá declarar, expressamente, a impossibilidade de locomoção do empregador ou do seu preposto no dia da audiência.

▷ **Súmula 153 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição.** Não se conhece de prescrição não arguida na instância ordinária. Ex-Prejulgado n. 27. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 156 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Prazo.** Da extinção do último contrato é que começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação objetivando a soma de períodos descontínuos de trabalho. Ex-Prejulgado n. 31. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 197 do Tribunal Superior do Trabalho. Prazo.** O prazo para recurso da parte que, intimada, não comparecer à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença conta-se de sua publicação. (Res. 3/85, *DJ*, 1º-4-1985)

▷ **Súmula 199 do Tribunal Superior do Trabalho. Bancário. Pré-contratação de horas extras.** (Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 48 e 63 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – A contratação do serviço suplementar, quando da admissão do trabalhador bancário, é nula. Os valores assim ajustados apenas remuneram a jornada normal, sendo devidas as horas extras com o adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), as quais não configuram pré-contratação, se pactuadas após a admissão do bancário.

II – Em se tratando de horas extras pré-contratadas, opera-se a prescrição total se a ação não for ajuizada no prazo de cinco anos, a partir da data em que foram suprimidas.

▷ **Súmula 206 do Tribunal Superior do Trabalho. FGTS. Incidência sobre parcelas prescritas. Nova redação.** A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS. (Redação original – Res. 12/85, *DJ*, 11-7-1985 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 259 do Tribunal Superior do Trabalho. Termo de conciliação. Ação rescisória.** Só por ação rescisória é atacável o termo de conciliação previsto no parágrafo único do art. 831 da CLT. (Res. 7/86, *DJ*, 31-10-1986)

▷ **Súmula 268 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Interrupção. Demanda trabalhista arquivada. Nova redação.** A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos. (Redação original – Res. 1/88, *DJ*, 1º-3-1988 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 275 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Desvio de função e reenquadramento.** (Res. 8/1988, *DJ*, 1º-3-1988. Redação alterada – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003. Nova redação em decorrência da incorporação da OJ n. 144 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – Na ação que objetive corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento.

II – Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado.

▷ **Súmula 294 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Alteração contratual. Trabalhador urbano. Cancela os Enunciados ns. 168 e 198.** Tratando-se de demanda que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei. (Res. 4/89, *DJ*, 14-4-1989)

▷ **Súmula 308 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição quinquenal.** I – Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da reclamação e, não, às anteriores ao quinquênio da data da extinção do contrato. II – A norma constitucional que ampliou o prazo de prescrição da ação trabalhista para 5 (cinco) anos é de aplicação imediata e não atinge pretensões já alcançadas pela prescrição bienal quando da promulgação da CF/1988. (Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

▷ **Súmula 326 do Tribunal Superior do Trabalho. Complementação de aposentadoria. Prescrição total.** (Nova redação – Res. 174/2011, *DEJT*, 27, 30 e 31-5-2011)

A pretensão à complementação de aposentadoria jamais recebida prescreve em 2 (dois) anos contados da cessação do contrato de trabalho.

▷ **Súmula 327 do Tribunal Superior do Trabalho. Complementação de aposentadoria. Diferenças. Prescrição parcial.** (Nova redação – Res. 174/2011, *DEJT*, 27, 30 e 31-5-2011)

A pretensão a diferenças de complementação de aposentadoria sujeita-se à prescrição parcial e quinquenal, salvo se o pretenso direito decorrer de verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já alcançadas pela prescrição, à época da propositura da ação.

▷ **Súmula 350 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Termo inicial. Ação de cumprimento. Sentença normativa.** "O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas a partir da data de seu trânsito em julgado." (Res. 62/96, *DJ*, 4-10-1996)

▷ **Súmula 362 do Tribunal Superior do Trabalho. FGTS. Prescrição.** (Res. 90/1999, *DJ*, 3-9-1999. Nova redação – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)
É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho.

▷ **Súmula 373 do Tribunal Superior do Trabalho. Gratificação semestral. Congelamento. Prescrição parcial.** (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 46 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)
Tratando-se de pedido de diferença de gratificação semestral que teve seu valor congelado, a prescrição aplicável é a parcial.

▷ **Súmula 377 do Tribunal Superior do Trabalho. Preposto. Exigência da condição de empregado.** (Res. 146/2008, *DJ*, 2-5-2008)
Exceto quanto à reclamação de empregado doméstico, ou contra micro ou pequeno empresário, o preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado. Inteligência do art. 843, § 1º, da CLT e do art. 54 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

▷ **Súmula 382 do Tribunal Superior do Trabalho. Mudança de regime celetista para estatutário. Extinção do contrato. Prescrição bienal.** (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 128 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)
A transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança de regime.

▷ **Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal.** Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação.

▷ **Súmula 327 do Supremo Tribunal Federal.** O direito trabalhista admite a prescrição intercorrente.

▷ **Súmula 341 do Supremo Tribunal Federal.** É presumida a culpa do patrão ou comitente pelo ato culposo do empregado ou preposto.

▷ **Súmula 349 do Supremo Tribunal Federal.** A prescrição atinge somente as prestações de mais de dois anos, reclamadas com fundamento em decisão normativa da justiça do trabalho, ou em convenção coletiva de trabalho, quando não estiver em causa a própria validade de tais atos.

▷ **Súmula 360 do Supremo Tribunal Federal.** Não há prazo de decadência para a representação de inconstitucionalidade prevista no art. 8º, parágrafo único, da Constituição Federal.

▷ **Súmula 403 do Supremo Tribunal Federal.** É de decadência o prazo de trinta dias para instauração do inquérito judicial, a contar da suspensão, por falta grave, de empregado estável.

▷ **Súmula 106 do Superior Tribunal de Justiça.** Proposta a ação no prazo

fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência.

▷ **Súmula 225 do Superior Tribunal de Justiça.** Compete ao Tribunal Regional do Trabalho apreciar recurso contra sentença proferida por órgão de primeiro grau da Justiça Trabalhista, ainda que para declarar-lhe a nulidade em virtude de incompetência.

▷ **Súmula 235 do Superior Tribunal de Justiça.** A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 38 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Empregado que exerce atividade rural. Empresa de reflorestamento. Prescrição própria do rurícola. (Lei n. 5.889/73, art. 10 e Decreto n. 73.626/74, art. 2º, § 4º** (Inserido dispositivo) – *DEJT* divulgado em 16, 17 e 18-11-2010 – Orientação Jurisprudencial da SBDI-1 – C-10. O empregado que trabalha em empresa de reflorestamento, cuja atividade está diretamente ligada ao manuseio da terra e de matéria-prima, é rurícola e não industriário, nos termos do Decreto n. 73.626, de 12-2-1974, art. 2º, § 4º, pouco importando que o fruto de seu trabalho seja destinado à indústria. Assim, aplica-se a prescrição própria dos rurícolas aos direitos desses empregados.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 83 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho.** Aviso prévio. Prescrição. Começa a fluir no final da data do término do aviso prévio. Art. 487, § 1º, CLT.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 115 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de revista. Nulidade por negativa de prestação jurisdicional.** (Alterada em decorrência do inciso II do art. 894 da CLT, incluído pela Lei n. 11.496/2007 – Res. 182/2012, *DEJT*, 19, 20 e 23-4-2012)
O conhecimento do recurso de revista, quanto à preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, supõe indicação de violação do art. 832 da CLT, do art. 458 do CPC ou do art. 93, IX, da CF/1988.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 129 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Complementação da pensão e auxílio-funeral.** A prescrição extintiva para pleitear judicialmente o pagamento da complementação de pensão e do auxílio-funeral é de 2 anos, contados a partir do óbito do empregado.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 130 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Ministério Público. Arguição. *Custos legis*. Ilegitimidade.** Inserida em 20-4-1998 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)
Ao exarar o parecer na remessa de ofício, na qualidade de *custos legis*, o Ministério Público não tem legitimidade para arguir a prescrição em favor de entidade de direito público, em matéria de direito patrimonial (arts. 194 do CC de 2002 e 219, § 5º, do CPC).

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 175 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Comissões. Alteração ou supressão. Prescrição total.** (Inserida em 8-11-2000. Nova redação em decorrência da incorporação da OJ n.

248 da SBDI-1, *DJ*, 22-11-2005) A supressão das comissões, ou a alteração quanto à forma ou ao percentual, em prejuízo do empregado, é suscetível de operar a prescrição total da ação, nos termos da Súmula 294 do TST, em virtude de cuidar-se de parcela não assegurada por preceito de lei.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 242 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição total. Horas extras. Adicional. Incorporação.** Embora haja previsão legal para o direito à hora extra, inexiste previsão para a incorporação ao salário do respectivo adicional, razão pela qual deve incidir a prescrição total.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 243 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho.** Prescrição total. Planos econômicos. Aplicável a prescrição total sobre o direito de reclamar diferenças salariais resultantes de planos econômicos.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 245 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Revelia. Atraso. Audiência.** Inexiste previsão legal tolerando atraso no horário de comparecimento da parte na audiência.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 12 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Decadência. Consumação antes ou depois da edição da Medida Provisória n. 1.577/97. Ampliação do prazo.** (Inserida em 20-9-2000. Nova redação em decorrência da incorporação da OJ n. 17 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005)

I – A vigência da Medida Provisória n. 1.577/97 e de suas reedições implicou o elastecimento do prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória a favor dos entes de direito público, autarquias e fundações públicas. Se o biênio decadencial do art. 495 do CPC findou após a entrada em vigor da referida medida provisória e até sua suspensão pelo STF em sede liminar de ação direta de inconstitucionalidade (ADIn 1753-2), tem-se como aplicável o prazo decadencial elastecido à rescisória.

II – A regra ampliativa do prazo decadencial para a propositura de ação rescisória em favor de pessoa jurídica de direito público não se aplica se, ao tempo em que sobreveio a Medida Provisória n. 1.577/97, já se exaurira o biênio do art. 495 do CPC. Preservação do direito adquirido da parte à decadência já consumada sob a égide da lei velha.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 18 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação Rescisória. Decadência. União. Lei Complementar n. 73/1993, art. 67. Lei 8.682/1993, art. 6º.** O art. 67 da Lei Complementar n. 73/1993 interrompeu todos os prazos, inclusive o de decadência, em favor da União no período compreendido entre 14-2-1993 e 14-8-1993.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 35 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação Rescisória. Planos Econômicos. Coisa Julgada. Limitação à data-base na fase de execução.** Não ofende a coisa julgada a limitação à data-base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos, quando a decisão exequenda silenciar sobre a limitação, uma vez que a limitação decorre de norma cogente. Apenas quando a sentença exequenda

houver expressamente afastado a limitação à data-base é que poderá ocorrer ofensa à coisa julgada.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 63 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de Segurança. Reintegração. Ação Cautelar.** Comporta a impetração de Mandado de Segurança o deferimento de reintegração no emprego em Ação Cautelar.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 80 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Decadência. "Dies a quo". Recurso deserto. Enunciado n. 100/TST.** O não conhecimento do recurso por deserção não antecipa o *dies a quo* do prazo decadencial para o ajuizamento da ação rescisória, atraindo, na contagem do prazo, a aplicação do Enunciado n. 100 do TST.

▷ **Homologação de acordo extrajudicial celebrado antes da audiência inaugural. Ausência do reclamante. Efeitos.** O Tribunal Regional, como a sentença, extinguiu, com fundamento no art. 844 da CLT, o processo sem julgamento do mérito, deixando de homologar acordo celebrado entre as partes em data anterior à designada para a audiência inaugural, em razão da ausência do Reclamante. Na espécie, é incontestada a validade do acordo, assinado pelas partes e seus patronos (fls. 9). A discussão cinge-se aos efeitos à ausência do Reclamante à audiência inaugural, em que a Reclamada requer a homologação judicial do acordo. A C. SBDI-2, apreciando recurso ordinário em ação rescisória ajuizada por ex-empregado que objetivava a desconstituição de sentença homologatória de acordo, em situação similar, já decidiu que, não demonstrado vício de consentimento, a ausência do Autor na inaugural não tem o condão de obstaculizar a homologação requerida. A imposição legal de presença das partes contida nos arts. 843 e 844 da CLT destina-se, exatamente, à realização de conciliação e ao prosseguimento do feito, na hipótese de frustração do acordo (ROAR-525.180/99, Relator Ministro Francisco Fausto, *DJ*, 11-10-2002). Recurso conhecido e provido. (TST, RR 1.301/2002-031-23-00.3, 3ª T., Rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, *DJ*, 21-5-2004)

▷ **Confissão aplicada. Impossibilidade de desconsideração após a assinatura do termo de audiência.** Impossível estabelecer no que constituiria pequeno atraso à audiência de conciliação e julgamento, em ordem a justificar o atraso da parte e, consequentemente, afastar a confissão aplicada. A norma de regência é expressa ao exigir a presença das partes no referido ato, tolerando-se o atraso somente quando ainda em curso a audiência. Mas, após sua suspensão ou encerramento, impossível afastar os efeitos gerados pela confissão aplicada à reclamada. (TRT/15ª R., Ac. 40.898/2001, j. 1º-10-2001, RO 13.471/2000, 1ª T., Rel. Antonio Miguel Pereira, *DOE*, 1º-10-2001)

▷ **1. Nulidade processual. Indeferimento do pedido de inquirição de partes. Cerceamento do direito de defesa.** A dispensa do depoimento dos Reclamantes na abertura da audiência de instrução e julgamento, quando, em tese, o Julgador ainda não havia formado seu convencimento sobre a matéria em debate, seguida de indeferimento do pedido de inquirição,

formulado pelo Reclamado, caracteriza cerceamento do direito de defesa. Salvo em caso de confissão ou de inutilidade ou impertinência da prova, ao Juiz não é dado indeferir a produção de prova sobre fatos relevantes, pertinentes e controvertidos da causa. Caracterizada a controvérsia acerca de qualquer fato importante para o justo deslinde do dissídio, impõe-se ao Juiz o dever de propiciar aos litigantes os meios hábeis ao esclarecimento de tais fatos, visto que a ninguém mais interessa a apuração dos fatos senão ao Juiz, pois lhe cumpre promover a subsunção dos fatos às normas jurídicas e, assim, distribuir a justiça. 2. Recurso de revista conhecido e provido. (TST, RR 563.244/1999.6, 1ª T., 5ª R., Rel. Min. Emmanoel Pereira, *DJ*, 10-9-2004)

▷ **Recurso de revista. I – Carta de preposição. Irregularidade.** A matéria discutida tem cunho eminentemente fático, porquanto o regional deixou consignado expressamente que o "reclamado demonstrou a regularidade de sua representação", atraindo o óbice do Enunciado n. 126 do TST que impede o revolvimento de fatos e provas em sede de Recurso de Revista. Outrossim, o parágrafo único do artigo 843 da CLT faculta ao empregador "fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, cujas declarações obrigarão o proponente", não exigindo a apresentação de "carta de preposição". Portanto, não havendo previsão no dispositivo legal apontado quanto à formalidade ressaltada pelo recorrente, a sua não observância não acarreta vulneração do mesmo. Por essa mesma razão não se verifica ofensa ao artigo 844 da CLT, porquanto o mesmo não exige apresentação de carta de preposição pelo empregador. Neste passo, o dissenso suscitado revela-se inespecífico, pois não aborda a mesma situação fática do acórdão regional. Com efeito, o primeiro julgado de fls. 238 cuida da hipótese em que "a parte deixa de designar, formalmente, preposto habilitado", o segundo "quando comparece apenas o advogado" e o primeiro de fls. 239 do "não cumprimento da determinação de comprovar a legitimidade de representação de quem subscreve a carta de preposto", situações diversas daquela enfrentada pela decisão recorrida, conforme acima ressaltado. Óbice dos Enunciados ns. 126 e 296 do TST. (...). (TST, RR 449.784/98, j. 15-8-2001, 5ª T., Rel. Juiz Convocado Guedes de Amorim, *DJ*, 28-9-2001)

▷ **Representação da empresa-reclamada por sócio em audiência. Desnecessidade de apresentação de carta de preposição. Artigo 843, § 1º, da CLT.** O sócio da reclamada que comparece à audiência para representá-la não precisa apresentar carta de preposição, que se destina ao empregado que, na condição de preposto, representa a empresa em juízo. Inteligência do artigo 843, § 1º, da CLT. Agravo de instrumento não provido. (TST, AIRR 870/2001-012-13-00.7, 4ª T., Rel. Milton de Moura França, *DJ*, 6-8-2004)

▷ **Produção de provas pelo revel.** Sendo una a audiência e encerrada a instrução processual, inviável o deferimento de produção de provas pelo revel. Recurso de Revista parcialmente conhecido e não provido. (TST, RR 335.591/97, j. 22-9-1999, 5ª T., Rel. Min. Armando de Brito, *DJ*, 15-10-1999)

▷ **Preliminar de nulidade por cerceio de defesa. Indeferimento da juntada dos cartões de ponto. Último momento processual para a juntada de documentos.** No Processo do Trabalho, o marco de fechamento da fase instrutória dá-se com a oitiva das testemunhas, tendo em vista que, apesar de realizadas várias sessões em dias diversos, a Audiência de Conciliação e Julgamento é considerada "una", podendo a parte, assim, juntar documentos até o encerramento da instrução, como é o caso aqui discutido. No momento da tomada de depoimentos, as partes se movimentam impugnando a documentação da ex-adversa, usando do princípio da oralidade que informa esta Justiça Especializada. (TST, RR 530.254/99, j. 19-5-1999, 5ª T., Rel. Min. Candeia de Souza, *DJ*, 13-8-1999)

▷ **Apresentação de réplica. Inexistência de previsão na CLT.** O reclamante não pediu para se manifestar sobre documentos. Teve oportunidade de apresentar suas razões finais (fls. 357/60), ocasião em que poderia se manifestar sobre os documentos. No processo do trabalho não existe prazo para apresentação de réplica, ainda mais quando a audiência é una, mas razões finais, como indica o artigo 850 da CLT. Cerceamento de prova inexistente. (TRT/2ª R., Ac. 20010648075, j. 9-10-2001, RO01 20000517768, 3ª T., Rel. Sérgio Pinto Martins, *DOE/SP*, 30-10-2001)

▷ **Defesa por negação geral. Aplicabilidade do art. 302 do CPC.** Nos termos do art. 302 do CPC, aplicado subsidiariamente ao processo trabalhista, cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na inicial. O que não foi contestado é admitido como verdadeiro. Recurso provido no particular. (TRT/24ª R., Ac. 4.006, j. 10-8-1995, RO 1.062/95, Tribunal Pleno, Rel. João de Deus Gomes de Souza, *DJ/MS*, 12-9-1995)

▷ **Contestação. Defesa genérica. Inexistência.** O Réu deve alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo claramente as razões de fato e de direito com que impugna o pedido, manifestando-se precisamente sobre todas as alegações contidas na petição inicial, presumindo-se verdadeiros os fatos não impugnados (arts. 300 e 302, do CPC). "A resposta deve examinar os fatos com exaustão e fazer-se acompanhar da prova documental. A defesa 'por negação geral' não produz efeito, correspondendo à inexistência de contestação" (Wagner Giglio, *Direito Processual do Trabalho*, 4ª edição, 1981, p. 146). A Reclamada não contestou o pedido, limitando-se a traçar parâmetros distintivos entre as definições de diárias urbanas e diárias rurais, não tendo alegado, sequer, onde realmente o empregado prestou serviços, se na área urbana ou rural (TRT/24ª R., Ac. 237, j. 1º-2-1994, RO 2.202/93, Tribunal Pleno, Rel. Geralda Pedroso, *DJ/MS*, 18-3-1994)

Seção II-A
Do procedimento sumaríssimo

(Seção incluída pela Lei n. 9.957, de 12-1-2000.)

Art. 852-A. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a 40 (quarenta) vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

Parágrafo único. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

Art. 852-B. Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo:

I – o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente;

II – não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado;

III – a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Junta de Conciliação e Julgamento.

§ 1º O não atendimento, pelo reclamante, do disposto nos incisos I e II deste artigo importará no arquivamento da reclamação e condenação ao pagamento de custas sobre o valor da causa.

§ 2º As partes e advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação.

Art. 852-C. As demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única, sob a direção de juiz presidente ou substituto, que poderá ser convocado para atuar simultaneamente com o titular.

Art. 852-D. O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

Art. 852-E. Aberta a sessão, o juiz esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação e usará os meios adequados de persuasão para a solução conciliatória do litígio, em qualquer fase da audiência.

Art. 852-F. Na ata de audiência serão registrados resumidamente os atos essenciais, as afirmações fundamentais das partes e as informações úteis à solução da causa trazidas pela prova testemunhal.

Art. 852-G. Serão decididos, de plano, todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo. As demais questões serão decididas na sentença.

Art. 852-H. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.

§ 1º Sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência, salvo absoluta impossibilidade, a critério do juiz.

§ 2º As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

§ 3º Só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer. Não comparecendo a testemunha intimada, o juiz poderá determinar sua imediata condução coercitiva.

§ 4º Somente quando a prova do fato o exigir, ou for legalmente imposta, será deferida prova técnica, incumbindo ao juiz, desde logo, fixar o prazo, o objeto da perícia e nomear perito.

§ 5º (*Vetado.*)

§ 6º As partes serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de 5 (cinco) dias.

§ 7º Interrompida a audiência, o seu prosseguimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo relevante justificado nos autos pelo juiz da causa.

Art. 852-I. A sentença mencionará os elementos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.

§ 1º O juízo adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e as exigências do bem comum.

§ 2º (*Vetado.*)

§ 3º As partes serão intimadas da sentença na própria audiência em que prolatada.

► *Comentários*

1. *A Lei n. 9.957/2000, que instituiu o procedimento sumaríssimo no processo do trabalho*

Como sustentamos em livro sobre o rito mencionado, à primeira vista a expressão *sumaríssimo* pode não ser bem interpretada, visão que, todavia, cede lugar a conclusão diversa se atentarmos para a existência, no processo do trabalho, do *rito sumário*, instituído pela Lei n. 5.584/70, de que nos ocupamos anteriormente.

Irrelevante a circunstância de a lei nominada não titular o rito de sumário ou da denominação que a praxe trabalhista consagrou "processo de alçada".

O rito a ser imprimido nas ações cujo valor não ultrapasse 2 salários mínimos (art. 2º, §§ 3º e 4º, da Lei n. 5.584/70) é, inequivocamente, sumário, o que significa, tal como o sumaríssimo, um procedimento despido de maiores formalidades, sucinto, rápido, breve, resumido, pouco importando o *nomen iuris* para classificá-lo.

Com propriedade, ao cuidar do tema, Wagner Giglio o faz sob o título "rito sumário", afirmando textualmente: "o rito sumário, entretanto, é reservado apenas aos dissídios individuais cujo valor não exceda o de duas vezes o salário mínimo (Lei n. 5.584/70, art. 2º, § 3º)"[404].

Assim, a instituição do rito sumaríssimo nada tem de estranho ou impróprio, ao revés do que sucedeu com o Código de Processo Civil, que previa o procedimento sumaríssimo sem que houvesse um procedimento sumário(!), o que levou o legislador a alterar a denominação para *sumário* pela Lei n. 8.952, de 13-12-1994.

O rito sumaríssimo tem importância das mais relevantes no processo do trabalho, visto que, ao disciplinar as reclamações trabalhistas submetidas ao procedimento nominado, fixou-se no valor de 40 vezes o salário mínimo, o que o faz abranger parcela ponderável das ações que tramitam na Justiça do Trabalho.

Ao revés do que sucedeu com o procedimento sumário, que foi instituído por lei especial (a Lei n. 5.584/70), a Lei n. 9.957/2000 compõe-se de aditivos a determinados dispositivos já contemplados na CLT. Exemplos:

"Art. 852-A. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo".

"Art. 852-B. Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo...", e assim sucessivamente.

Houve, igualmente, a inserção de parágrafos nos arts. 895 e 896 da CLT, que cuidam, respectivamente, do recurso ordinário e do recurso de revista, assim como foi acrescentado o art. 897-A ao mesmo Estatuto, artigo este que autoriza

404. *Direito Processual do Trabalho*, cit., p. 319.

Consolidação das Leis do Trabalho

Decreto-Lei n. 5.452,
de 1º de maio de 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este Decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2º O presente Decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1º de maio de 1943; 122º da Independência e 55º da República – GETÚLIO VARGAS – Alexandre Marcondes Filho.

o cabimento dos embargos de declaração da sentença ou acórdão proferido no procedimento de que cuidamos, e que, assim, insere-se no contexto da CLT, dela fazendo parte integrante.

2. *Dissídios nos quais é admitido o procedimento sumaríssimo*

O processo do trabalho conhece duas espécies de dissídios, como afirma Amauri Mascaro Nascimento:

"Sabemos que o processo trabalhista divide-se em dois tipos fundamentais não coincidentes em todos os seus aspectos e diferentes nos seus fins, os dissídios individuais e os dissídios coletivos"[405].

O dissídio individual caracteriza-se pela prevalência de interesses pessoais dos respectivos litigantes, ao contrário do que sucede no dissídio coletivo, em que prevalece o interesse de toda uma coletividade profissional.

Escreve Wagner Giglio:

"Nos dissídios individuais há conflito de interesses concretos de indivíduos determinados, enquanto nos dissídios coletivos se discutem interesses abstratos de uma categoria composta de número indeterminado de indivíduos"[406].

Os dissídios individuais podem, por sua vez, ser de três espécies:

a) dissídio individual simples;

b) dissídio individual plúrimo (litisconsórcio ativo);

c) dissídio individual especial (inquérito judicial para apuração de falta grave de empregado estável).

Em conformidade com o disposto no art. 852-A, acrescido à CLT pela Lei n. 9.957/2000, o procedimento sumaríssimo só pode ser observado no dissídio individual, sendo, por via de consequência, vedada sua adoção nos dissídios coletivos:

"Art. 852-A. Os *dissídios individuais*, cujo valor...".

Como é sabido, tais dissídios são propostos no juízo de 1º grau, ou seja, perante as *Varas do Trabalho*, denominação dada às antigas Juntas de Conciliação e Julgamento por força da Emenda Constitucional n. 24/1999, que pôs fim à representação classista na Justiça do Trabalho.

3. *Causas submetidas ao procedimento sumaríssimo*

a) Valor da causa

O legislador, ao disciplinar as reclamações trabalhistas submetidas ao procedimento sumaríssimo, fixou-se no *valor da causa*, tal como, aliás, ocorre no processo civil com as ações descritas no inciso II e alíneas do art. 275 do CPC e no art. 3º, I, da Lei dos Juizados Especiais.

No processo trabalhista ficam submetidos ao sumaríssimo os dissídios individuais cujo valor dado à causa não exceda 40 vezes o salário mínimo:

"Art. 852-A. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo".

b) O salário mínimo como parâmetro processual

A fixação do *salário mínimo* como parâmetro processual, em que pesem

405. *Curso de Direito Processual do Trabalho*, cit., p. 293.
406. *Direito Processual do Trabalho*, cit., p. 147.

respeitosas opiniões em contrário, a nosso ver, nada tem de inconstitucional, não violando, pois, a regra instituída no art. 7º, IV, da Constituição Federal, bastando assinalar a posição adotada pela Seção de Dissídios Individuais – Subseção I – do Tribunal Superior do Trabalho, na Orientação Jurisprudencial n. 11: "Alçada. Vinculação do Salário Mínimo. Recorribilidade. O art. 5º, inciso LV, e o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal/88, não revogaram o art. 2º, § 4º, da Lei n. 5.584/70", posteriormente convertida pela Resolução n. 75/97 (*DJ*, 19-12-1997) na Súmula 356 do TST:

"O art. 2º, § 4º, da Lei n. 5.584/70 foi recepcionado pela Constituição da República de 1988, sendo lícita a fixação do valor da alçada com base no salário mínimo".

Observa a Súmula 71 do TST que:

"A alçada é fixada pelo valor dado à causa na data do seu ajuizamento, desde que não impugnado, sendo inalterável no curso do processo".

4. *Da inicial no procedimento sumaríssimo*

Em conformidade com o art. 852-B, I, da CLT, com a redação dada pela Lei n. 9.957/2000, o pedido, no procedimento sumaríssimo, há de ser certo ou determinado, de valor líquido:

"O pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente".

Adotou-se a regra já disposta no art. 286 do CPC: "O pedido deve ser certo ou determinado...".

Certo é o pedido que define, desde logo, a pretensão do reclamante, delineando-lhe a qualidade e quantidade. *Determinado* é o pedido que põe em relevo a providência jurisdicional solicitada.

Muito embora a conjunção "ou" indique alternativa – "certo ou determinado" –, na verdade ambos os requisitos se completam:

"O pedido é formulado com duas extensões ou dois alcances: em caráter imediato o autor pede uma determinada providência jurisdicional (condenação, declaração, constituição ou extinção da relação jurídica), e em caráter mediato, o autor pede uma providência que traduz um bem jurídico material (o pagamento, a desocupação do imóvel, a nulidade do contrato, etc.). Ambos os aspectos podem ficar contidos na mesma expressão verbal que o formula, mas distinguem-se na essência porque o primeiro (o imediato) tem conteúdo processual e o segundo (mediato) de direito material", preleciona Vicente Greco Filho[407].

Eliézer Rosa, em seu consagrado *Dicionário de Processo Civil*, chama a atenção para a importância da petição inicial, observando que:

"Na petição inicial o autor enunciará a matéria da lide e as questões que lhe dão lugar, delimitará o seu objeto, indicará os sujeitos ativo e passivo e concluirá formulando o pedido do efeito jurídico que o juiz deve declarar ou constituir. A petição inicial variará, assim, segundo a natureza do pedido do autor. Se este pleitear a mera declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, a ação será declaratória. Se, ao invés, pleitear a rescisão de um contrato viciado por dolo ou fraude, a ação será constitutiva.

407. *Direito Processual Civil Brasileiro*, cit., v. 2, p. 95.

Se, enfim, pretender receber um crédito, de que é titular, a ação será condenatória. Os elementos da petição inicial são essenciais, porque por ele se identifica a lide"[408].

Não se admitirá, no sumaríssimo, o denominado *pedido genérico*, que se refere ao valor da pretensão (*quantum debeatur*), admitido no CPC e usual nos dissídios individuais trabalhistas, quando não se dispõe, de imediato, dos valores efetivamente devidos, na hipótese de a ação ser acolhida pelo juiz. É o caso, no processo do trabalho, de diferenças de comissões, valores devidos a título do FGTS, que, em princípio, alteram-se dia a dia, por força de juros e correção.

A exigência de petição certa ou determinada e de valor definido objetivava, sem dúvida, a obtenção de *sentença líquida*, prevista no § 2º, do art. 852, I: "Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida" – texto *vetado* pelo Executivo, sob o seguinte argumento:

"O § 2º, do art. 852-I, não admite sentença condenatória por quantia ilíquida, o que poderá, na prática, atrasar a prolação das sentenças, já que se impõe ao juiz a obrigação de elaborar cálculos, o que nem sempre é simples de realizar em audiência. Seria prudente vetar o dispositivo em relevo, já que a liquidação por simples cálculo se dará na fase de execução da sentença, que, aliás, poderá sofrer modificações na fase recursal".

Malgrado o *veto*, subsiste a regra da *petição líquida*, obrigando a parte (*jus postulandi*) ou seu advogado a formular cálculos das pretensões declinadas na inicial.

Note-se que não existe referência na Lei n. 9.957/2000 à faculdade de a parte emendar ou complementar a petição inicial, no prazo de 10 dias, expressamente prevista no art. 284 do CPC, o que, por certo, será elucidado pela jurisprudência que, fatalmente, se formará em torno da questão.

Prima facie, parece-nos que a intenção do legislador foi afastar tal possibilidade, quando, no art. 852-B, § 1º, dispõe que:

"O não atendimento, pelo reclamante, do disposto nos incisos I e II deste artigo importará no arquivamento da reclamação e condenação ao pagamento de custas sobre o valor da causa".

Acreditamos, porém, que a jurisprudência acabará por inclinar-se pela aplicação subsidiária do art. 284 do CPC, admitindo a emenda ou complementação da inicial, até por economia processual.

5. *Arquivamento da reclamação e custas processuais*

O não atendimento das exigências declinadas no art. 852-B, I e II, respectivamente a que determina a liquidez do pedido e a que obriga o reclamante a indicar, com exatidão, o nome e o endereço do reclamado, implica o arquivamento da reclamação, com o consequente pagamento das custas processuais fixadas sobre o valor da causa.

Ora, o arquivamento não impede a apresentação de nova reclamação, o que indica a conveniência da observância do disposto no art. 284 do CPC, que faculta ao reclamante emendar a inicial e, só na sua inércia, determinar o arquivamento da reclamação.

O juiz poderá isentar do pagamento das custas o empregado que perceba até

408. *Dicionário de Processo Civil*, cit., p. 287.

2 salários mínimos (art. 14, § 1º, da Lei n. 5.584/70), a mesma isenção sendo admitida nos tribunais àqueles que percebam "salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal ou provarem o seu estado de miserabilidade" (art. 789, § 9º, da CLT).

Observe-se que o não comparecimento do reclamante à audiência também implicará o arquivamento da reclamação, a teor do que dispõe o art. 844 da CLT: "o não comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação...".

6. *Exclusão da Administração Pública*

O parágrafo único do art. 852-A da CLT, com a redação da Lei n. 9.957/2000, exclui, expressamente, do procedimento sumaríssimo a Administração Pública direta, autárquica e as fundações públicas:

> "Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional".

A exclusão, a nosso ver, não se justifica, criando-se ao Poder Público mais um privilégio incompatível com a igualdade entre as partes, sobretudo quando se cogita, na reforma administrativa, já aprovada no Congresso Nacional, de submeter o servidor público ao regime da CLT.

Ressalte-se que, na esfera do Poder Judiciário como um todo, é exatamente o Poder Público que abarrota os pretórios com recursos manifestamente protelatórios, não bastassem os sucessivos escândalos de precatórios que se arrastam por anos a fio sem ser solucionados, contribuindo sobremaneira para a desmoralização da Justiça.

Observe-se que no processo sumário, instituído na Justiça Estadual, não houve exclusão da Administração Pública (*v.* arts. 275 a 281 do CPC).

Nem se afirme que a exclusão esteja vinculada aos prazos fixados em quádruplo quando a parte for a Fazenda Pública (art. 188 do CPC).

Nada impediria que o legislador adotasse prazo diverso no procedimento sumaríssimo. Note-se que no sumário, da Justiça Estadual, houve redução desse mesmo prazo, do quádruplo para o *dobro* (art. 277 do CPC): "... sendo ré a Fazenda Pública, os prazos contar-se-ão em dobro".

Para fins didáticos, é de todo conveniente lembrar que a expressão *Administração Pública* designa o Poder Público nas esferas da União, dos Estados e Municípios, abrangidas as respectivas autarquias e fundações públicas.

Positivamente não foi feliz o legislador ao excluir do âmbito do procedimento sumaríssimo a Administração Pública.

7. *Intervenção de terceiros*

Absolutamente omissa a Lei n. 9.957/2000, a intervenção de terceiros fatalmente ensejará polêmica doutrinária e jurisprudencial.

Entendemos lícita a aplicação subsidiária do art. 280 do CPC (do procedimento sumário no cível), por força do que dispõe o art. 769 da CLT.

Em tais condições, independentemente da controvérsia quanto ao cabimento no processo do trabalho, não se deve admitir oposição, nomeação à autoria, denunciação à lide e chamamento ao processo no sumaríssimo trabalhista, regra instituída igualmente pela Lei n. 9.099/95 (que criou o Juizado Especial).

Também a assistência, "modalidade de intervenção voluntária de terceiro"[409], deve ser repelida.

O *litisconsórcio*, contudo, há de ser admitido. Com efeito, não raras vezes a pluralidade de reclamantes surge no processo do trabalho, quando presente a afinidade de pretensões, o mesmo ocorrendo com a pluralidade de reclamadas, por força da solidariedade. São os denominados litisconsórcios ativo e passivo.

Observe-se que o litisconsorte não é terceiro, mas parte.

Em conformidade com o que dispõe o art. 46 do CPC:

"Duas ou mais pessoas podem litigar no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

I – entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;

II – os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito;

III – entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir;

IV – ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito".

8. *Citação – proibição da citação por edital*

Dispõe o art. 852-B, II, que "não haverá citação por edital".

A regra criará sério obstáculo à prestação jurisdicional. Na eventualidade de o reclamado estar, de antemão, em local incerto e não sabido, poderá o advogado optar pelo *procedimento comum*, obviamente, desde que o valor da pretensão seja adequado ao limite de 40 salários mínimos.

A disposição é de ordem pública, imperativa e impostergável.

Note-se que não é raro ocorrer na Justiça do Trabalho o "desaparecimento" do empregador, quando pequenos empresários encerram abruptamente suas atividades empresariais, tomando rumo ignorado.

Contudo, não é de afastar tal ocorrência uma vez proposta a "reclamação sumaríssima" quando, então, o remédio jurídico seria, com certeza, a citação por edital!

Na ocorrência de tal fato, deverá o juiz, de ofício, converter o procedimento sumaríssimo em ordinário, tornando possível a citação por edital, com o regular prosseguimento do feito?

Ora, nos termos da Súmula 71 do TST, "a alçada é fixada pelo valor dado à causa na data do seu ajuizamento, desde que não impugnado, sendo inalterável no curso do processo".

A disposição contida no art. 852-A, introduzido na CLT pela Lei n. 9.957/2000, é, como já se afirmou, de ordem pública, imperativa e impostergável, não podendo, por isso mesmo, ser alterada pelas partes ou pelo juiz.

A conversão do rito, *ex officio*, só se nos afigura possível nas hipóteses em que o valor dado à causa indique procedimento diverso daquele erroneamente escolhido pelo reclamante. Aí sim cabe ao juiz converter o rito naquele adequado à espécie.

Deverá, então, o juiz, na impossibilidade da citação por edital, suspender o feito, aguardando providência do principal interessado, fornecendo o paradeiro do reclamado?

Tal medida, se tomada pelo juiz, não constituiria intolerável obstáculo à efetivação da prestação jurisdicional?

409. Celso Agrícola Barbi, *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., v. 1, p. 291, n. 318.

Caberia ao juiz julgar extinta a ação?

A hipótese se nos afigura absurda, por total falta de amparo legal.

Mais uma vez caberá aos tribunais solucionar, pela via da jurisprudência, o grave impasse criado com a proibição da citação por edital.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 852-B da CLT:

"As partes e advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação".

Trata-se, aqui, do endereço das partes e dos advogados, estando o princípio consagrado no art. 39, II, do CPC.

Na inobservância da comunicação, as intimações enviadas ao endereço constante dos autos serão consideradas eficazes.

Não inova, pois, a Lei n. 9.957/2000, apenas consagrando regra processual já existente.

Em caso relacionado, decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

"Não tendo o procurador comunicado ao cartório sua mudança de endereço, válida se apresenta a intimação pela via postal encaminhada ao endereço constante dos autos"[410].

9. *Audiência una*

Determina o art. 852-C da Lei n. 9.957/2000 a observância de *audiência una* para o procedimento que disciplina:

"As demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única, sob a direção do juiz presidente ou substituto, que poderá ser convocado para atuar simultaneamente com o titular".

A audiência única não é novidade, já que prevista no procedimento ordinário: "A audiência é una, porém a praxe consagrou a sua divisão, dada a impossibilidade de realização de todos os atos numa e mesma sessão", adverte Amauri Mascaro Nascimento[411].

Buscou-se, no procedimento sumaríssimo, dar ênfase especial ao princípio da concentração, mediante o qual os atos fundamentais do processo são realizados em audiência única.

A fixação de prazo para o julgamento, a ser proferido na audiência, objetivou a celeridade processual:

"Art. 852-B, III – a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de *15 (quinze) dias* do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Junta de Conciliação e Julgamento"[412].

É bem verdade que a lei prevê *pauta especial* em audiências presididas por juiz auxiliar, o que de certa forma já ocorre, sem que a providência tenha dado resultado satisfatório.

Ressalte-se que na audiência o juiz proporá a conciliação, que, se rejeitada pelas partes, ensejará:

1) a defesa da reclamada;

410. *RF, 309*:118.

411. *Curso de Direito Processual do Trabalho*, cit., p. 180.

412. A Lei n. 9.957/2000 fala ainda em Juiz Presidente e Junta de Conciliação e Julgamento, expressões suprimidas pela Emenda Constitucional n. 24/99, que pôs fim à representação classista, denominando Varas do Trabalho as antigas Juntas de Conciliação e Julgamento.

2) a oitiva de testemunhas, limitadas ao número máximo de 2 para cada parte;

3) a sentença, a ser proferida finda a instrução, sendo, naturalmente, precedida da proposta final de conciliação.

A Lei n. 9.957/2000 não fala em *razões finais*, o que facultará ao juiz sua dispensa, mesmo porque, em conformidade com o art. 852-D, "o juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerando o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica".

Observe-se que na exigência de *prova técnica*, usual em inúmeras questões, e obrigatória em se tratando de insalubridade e periculosidade (art. 195, § 2º, da CLT), o juiz, fatalmente, adiará a audiência.

O § 7º do art. 852-H declara que, "interrompida a audiência, o seu prosseguimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo de *30 (trinta) dias*, salvo motivo relevante justificado nos autos pelo juiz da causa".

Assim há que considerar o adiamento na eventualidade de o perito, naturalmente em face da complexidade da matéria, não apresentar o laudo em tempo hábil.

É certo, porém, que os pedidos de insalubridade e periculosidade, sobretudo o primeiro, que prevê escalonamento do respectivo adicional em graus mínimo, médio e máximo (art. 192 da CLT), afiguram-se-nos incompatíveis com o rito sumaríssimo, o que, por certo, será mais bem definido pela jurisprudência.

Nos termos do art. 852-F da CLT, com a redação dada pela Lei n. 9.957/2000:

"Na ata de audiência serão registrados resumidamente os atos essenciais, as afirmações fundamentais das partes e as informações úteis à solução da causa trazidas pela prova testemunhal".

Também aqui não houve inovação, convindo acrescentar que o art. 851, § 1º, da CLT admite, nos processos de "alçada", que até mesmo o resumo dos depoimentos seja dispensado, a critério do juiz – "nos processos de exclusiva alçada das Juntas, *será dispensável*, a juízo do presidente, o resumo dos depoimentos, devendo constar da ata a conclusão do Tribunal quanto à matéria de fato".

10. *Da conciliação*

Em qualquer fase da audiência (que em princípio é una), o juiz envidará esforços no sentido de convencer as partes à conciliação. É o que reza o art. 852-E:

"Aberta a sessão, o juiz esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação e usará os meios adequados de persuasão para a solução conciliatória do litígio, em qualquer fase da audiência".

Observe-se que a conciliação, por força da Emenda Constitucional n. 45/2004, não é mais imposição constitucional, conquanto subsistente na legislação infraconstitucional e de manifesto interesse público, como forma de solução conciliatória de conflitos.

No procedimento comum, em duas oportunidades a proposta de conciliação deve ser obrigatoriamente formulada pelo juiz: na primeira, logo após a abertura da audiência: "Aberta a audiência, o juiz ou presidente proporá a conciliação" (art. 846 da CLT); na segunda, após concluída a instrução: "... o juiz ou presidente

renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão" (art. 850 da CLT).

No procedimento sumaríssimo, considerando a audiência única e a pretendida celeridade processual, o juiz pode, a qualquer momento, formular sua proposta de conciliação, o que, a rigor, os juízes já fazem em qualquer processo em andamento na Justiça do Trabalho. O que desaparece é o formalismo das duas propostas e dos respectivos momentos de sua formulação.

De todo conveniente lembrar que a sentença que homologa a conciliação é sentença de mérito, que transita desde logo em julgado, sendo, portanto, insuscetível de recurso.

Assim, só na remota possibilidade de estar eivada de vício será a sentença homologatória atacável pela via da *ação rescisória*, a ser proposta perante o Tribunal Regional do Trabalho.

Nesse sentido, jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho (Súmula 259):

> "Só por rescisória é atacável o termo de conciliação previsto no parágrafo único do art. 831 da Consolidação das Leis do Trabalho".

Tais princípios, como é obvio, são também aplicáveis no procedimento sumaríssimo.

Observe-se que a Lei n. 9.957/2000, ao revés do que sucede no sumário do cível, é omissa quanto ao cabimento da ação rescisória, o que autoriza concluir pela aplicação do art. 485 do CPC.

11. *Da defesa no procedimento sumaríssimo*

A Lei n. 9.957/2000 estranhamente silenciou sobre a defesa! Com efeito, o art. 852-E declara que: "Aberta a sessão, o juiz esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação e usará os meios adequados de persuasão para a solução conciliatória do litígio, em qualquer fase da audiência".

De outro lado, o art. 852-F dispõe que: "Na ata de audiência serão registrados resumidamente os atos essenciais, as afirmações fundamentais das partes e as informações úteis à solução da causa trazidas pela prova testemunhal".

No silêncio da lei instituidora do rito sumaríssimo, é de concluir pela observância da regra estabelecida para o procedimento ordinário, previsto no art. 847 da CLT:

> "Não havendo acordo, o reclamado terá 20 (vinte) minutos para aduzir sua defesa...".

A defesa, em princípio, deve ser oral (princípio da oralidade), sendo, contudo, largamente aceita a defesa escrita, que, inegavelmente, acelera o andamento do feito, não implicando nulidade sua adoção.

Como se sabe, tanto no cível quanto na Justiça do Trabalho não se admite a contestação por negação geral:

> "Cabe também ao réu manifestar-se sobre os fatos narrados na petição inicial. Presumem-se verdadeiros os fatos não impugnados..." (art. 302 do CPC).

Com a defesa devem ser apresentados os documentos em que esta se alicerça, as preliminares e as exceções eventualmente arguidas.

Da reconvenção

Reconvenção é a ação proposta pelo réu, contra o autor, perante o mesmo

juízo em que é demandado, devendo ser interposta concomitantemente com a contestação.

Escreve Oswaldo da Silva Rico:

"A reconvenção é ação autônoma ou contra-ação proposta pelo Réu (reconvinte), contra o autor (reconvindo), no mesmo processo (feito) e Juízo em que é demandado"[413].

A reconvenção é, pois, ação e não meio de defesa. Nela, ao contrário da contestação, o réu age formulando pedido próprio e autônomo.

Omissa a Lei n. 9.957/2000, entendemos ser a *reconvenção incompatível com o rito sumaríssimo*, tal, aliás, como ocorre no sumário do cível.

Lícito, porém, à reclamada, na contestação, "formular pedido em seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial" (art. 278, § 1º, do CPC).

Theotonio Negrão adverte que:

"As ações de rito sumário são consideradas dúplices. Por este motivo, não comportam reconvenção: na resposta, o réu poderá 'formular pedido, em seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos referidos na inicial'"[414].

Observe-se que idêntico é o princípio acolhido pela Lei n. 9.099/95 (Juizados Especiais), art. 31: "Não se admitirá a reconvenção. É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites do art. 3º desta lei, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia".

É o chamado *pedido contraposto*, de que fala expressamente o parágrafo único do art. 17 da Lei n. 9.099/95.

12. *Dos incidentes e exceções*

a) Incidentes

Reza o art. 852-G que:

"Serão decididos, de plano, todos os incidentes e exceções que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo. As demais questões serão decididas na sentença".

A disposição, relativamente aos *incidentes processuais*, repete a redação dada ao art. 29 da Lei n. 9.099/95: "serão decididos de plano todos os incidentes que possam interferir no regular prosseguimento da audiência. As demais questões serão decididas na sentença".

Incidente, também denominado *circunstância incidente*, é toda questão de natureza processual levantada pelas partes no decorrer do processo.

São incidentes processuais, dentre outros, a impugnação ao valor da causa, a assistência, a habilitação, a falsidade, a contradita de testemunhas, etc.

Há, contudo, incidentes que, por sua complexidade, não podem ser solucionados na própria audiência, como é o caso, desde logo lembrado, do *incidente de falsidade*, em que é expressamente prevista a prova pericial (art. 392 do CPC), o que implicará, necessariamente, a sustação do andamento do feito.

Observe-se que as decisões proferidas nas questões incidentais, denominadas *interlocutórias*, são, no processo do trabalho, irrecorríveis:

---

413. *Da Reconvenção e da Compensação no Direito Brasileiro*, cit., p. 38.

414. *Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor*, 28. ed., São Paulo, Saraiva, 1997, p. 265, n. 11.

"Art. 893. .....

§ 1º Os incidentes do processo serão resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recurso de decisão definitiva" (CLT).

Reiterando o princípio, a Súmula 214 do TST:

"Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão: a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT".

Contudo, em casos tais, imprescindível o *protesto*, ato que no processo do trabalho consigna o inconformismo da parte, ensejando a arguição da questão quando da interposição do respectivo recurso, sob pena de preclusão.

b) Exceções

Exceção é uma defesa de natureza processual que objetiva denunciar os vícios de constituição do processo ou fatos impeditivos do prosseguimento normal da relação processual.

O pranteado Valentin Carrion observa:

"Exceções, em sentido amplíssimo, são todos os meios de defesa quanto ao mérito ou ao processo que o réu pode opor. Em sentido menos amplo, são os meios de defesa indireta, processual, de rito ou preliminares ao mérito, como às vezes são chamadas; o réu não ataca a matéria de mérito, mas ataca o processo. Em sentido restrito e próprio, exceções são somente as processuais, que devem ser arguidas pelo réu, não podendo o juiz conhecê-las de ofício"[415].

O Código de Processo Civil contempla três exceções:

I – *A incompetência relativa* (a *incompetência absoluta*, que pode ser declarada de ofício, pode ser arguida em qualquer fase e grau de jurisdição, devendo, contudo, de preferência, ser deduzida como preliminar da defesa – *vide* arts. 112 e 113 do CPC).

No processo do trabalho, em face do informalismo, nada impede, porém, sua arguição em exceção, observando-se a respeito a lição de Theotonio Negrão em suas consagradas anotações ao Código de Processo Civil:

"A incompetência absoluta não deve ser alegada sob a forma de exceção (*RT* 601/61, *RJTJSP* 98/399, *JTA* 49/88), mas sim na contestação. Mas o fato de ser a incompetência absoluta alegada como exceção, em peça apartada, não impede a sua apreciação, por se tratar de matéria que deve ser conhecida de ofício pelo magistrado. Neste caso, porém, o processo não fica suspenso"[416].

II – *O impedimento*, cujas causas estão declinadas no art. 134 e incisos.

III – *A suspeição*, presente quando ocorre um dos fatos narrados no art. 135 e incisos do mesmo Estatuto Processual.

415. Ob. cit., 25. ed., p. 588.

416. *Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor*, cit., p. 282, n. 304.

Título I
Introdução

Art. 1º Esta Consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas.

► *Comentários*

A Consolidação das Leis do Trabalho, como o próprio nome deixa entrever, é uma compilação das leis trabalhistas, em vigor no Brasil, a partir de 10 de novembro de 1943, conquanto aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º-5-1943, sob o governo de Getúlio Vargas.

Distingue-se dos códigos na medida em que não cria um direito novo, sistematizando-o, mas, tão somente, reúne e organiza a legislação vigente.

Optou-se pela Consolidação e não pela codificação, considerando-se as constantes modificações nas condições e métodos de trabalho. Como se sabe, os meios e instrumentais do trabalho alteram-se a cada dia, num dinamismo incompatível com a estabilidade de que devem cercar-se os códigos.

Assim, as regras básicas, fundamentais, que disciplinam as relações de emprego, estão dispostas na CLT, como, aliás, enfatiza o art. 1º supratranscrito.

Observe-se que a legislação referida diz respeito, tão somente, às relações de emprego, não abrangendo aquelas outras de trabalho como, por exemplo, as estatutárias, que regem as relações do funcionário público com o Estado.

Trabalho é gênero do qual o emprego é espécie. O primeiro pode ser definido como todo esforço intelectual ou físico destinado à produção. Pode haver trabalho sem que haja emprego. Obviamente, onde houver emprego, haverá trabalho.

Em princípio, todos trabalham, embora nem todos sejam empregados.

O emprego só se delineia quando presentes a habitualidade, serviços permanentes diretamente relacionados à atividade empresarial e sob subordinação hierárquica, elementos estes que serão melhor analisados nas anotações do art. 3º.

Os funcionários públicos *stricto sensu* também trabalham. Contudo, ao revés do que ocorre com os empregados celetistas, subordinam-se a regras estatutárias próprias.

Note-se que nos Estados ou Municípios em que não tenha havido unificação do sistema, os servidores que não sejam admitidos mediante concurso público, salvo os de cargos em comissão, serão necessariamente celetistas e, como tal, sujeitos às normas da CLT[42].

A CLT disciplina as relações individuais como, inclusive, as coletivas de trabalho, regulamentando, outrossim, a estrutura e funcionamento da Justiça do Trabalho e o processo trabalhista.

---

42. Constituição Federal, art. 37, II: "A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação".

O processo do trabalho faz referência a duas exceções, *ex vi* do disposto no art. 799 da CLT:

"Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência".

A exceção de incompetência, a nosso ver, sem as restrições do CPC, tem sentido abrangente na CLT, para alcançar a *incompetência material* e a *incompetência em razão do lugar*, ainda que o § 1º do art. 795 do mesmo Estatuto proclame a declaração de ofício da primeira, ou seja, da material.

A exceção de suspeição, no processo do trabalho, abrange, naturalmente, as hipóteses que, no processo civil, são consideradas impedimento.

A exceção, nos casos mencionados, deve ser arguida pelo reclamado, em audiência, juntamente com a defesa de mérito.

Ressaltam Nelson Nery Jr. e Rosa Maria Andrade Nery que:

"O réu é o legitimado exclusivo para opor exceção de incompetência. Ao autor não é dado ajuizá-la porque, quando da propositura da ação, já exerceu a sua opção referentemente à competência, não podendo alegar a sua torpeza. O Ministério Público, fiscal da lei, não pode opor exceção de incompetência porque essa faculdade é apenas do réu; se o demandado concordar com a competência (relativa) escolhida pelo autor e omitir-se, deixando de arguir a incompetência relativa, ocorre a prorrogação da competência: o Juízo que era originariamente relativamente incompetente, pela inércia do réu se torna competente"[417].

A decisão de plano de tais exceções, prevista no art. 852-G em exame, afigura-se-nos temeridade, visto que poderá ensejar arbitrariedade do juiz, cerceando provas e direitos que fatalmente redundarão em nulidade processual insanável. É que o art. 800 da CLT pressupõe, na arguição de incompetência, o adiamento da audiência com vista ao excepto por 24 horas, e, se arguida a exceção de suspeição, designação de audiência, dentro de 48 horas, para intimação e julgamento da própria exceção.

Ad argumentandum, para que o juiz instrua as exceções e as julgue de plano, tarefa hercúlea, fundamental será que todos os elementos contidos nos autos dispensem a instrução estabelecida nos dispositivos celetistas referentes à matéria.

13. *Das provas*

a) Considerações gerais

O procedimento sumaríssimo, como se sabe, busca um rito despido de maiores formalismos, sucinto, breve e simples, razão por que dispõe o art. 852-H que:

"Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente".

Considerando a audiência una, significa isso que as próprias partes devem a ela comparecer, já devidamente munidas de suas respectivas provas, sem a necessidade de tê-las requerido previamente, conforme o art. 852-H, acima transcrito.

A disposição legal, conquanto bem-intencionada, não levou em conta circunstâncias outras que dificilmente ensejarão o *milagre da síntese*. Há provas, como a *pericial*, que implicam a

417. *Código de Processo Civil Comentado*, cit., p. 586, n. 3.

concessão de prazo ao louvado, a fim de que este ultime seu laudo.

Determinadas testemunhas (servidor público, militar) devem ser previamente requisitadas à autoridade competente (art. 823 da CLT), não podendo comparecer espontaneamente à audiência.

Tais fatos, por certo ignorados ou postos de lado pelo legislador, levarão os juízes, até para que não se cerceiem direitos, ao adiamento da audiência, como ocorre com frequência no procedimento ordinário e no sumário (Lei n. 5.584/70).

b) Prova documental

Documento, como se sabe, é o instrumento representativo de um fato ou acontecimento.

Na lição de Vicente Greco Filho, "documento é todo objeto do qual se extraem fatos em virtude da existência de símbolos, ou sinais gráficos, mecânicos, eletromagnéticos, etc."[418].

Compreende, pois, as mais diversas espécies: contratos, recibos, fichas, carteira de trabalho, telegramas, declarações, fotografias, etc.

No processo do trabalho os documentos só são aceitos se no original ou em certidão autenticada, ou quando conferida com a respectiva pública-forma ou cópia perante o juiz. E, na eventualidade de estarem redigidos em idioma estrangeiro, desde que acompanhados das respectivas traduções.

Observe-se que a Lei n. 9.957/2000 não faz qualquer referência em torno da autenticação, razão por que, na omissão, impõe-se a observância da regra disposta no art. 830 da CLT.

Os documentos devem ser, em princípio, fornecidos pelo reclamante com a inicial, quando indispensáveis à propositura da ação, como se nos afigura a certidão de julgamento nas ações de cumprimento previstas no art. 872 da CLT. É de ressaltar a admissão de juntada posterior de documentos relacionados a fatos supervenientes, assim como o dever de a reclamada juntá-los com a defesa.

Sobre eles devem as partes manifestar-se na audiência, o que, parece-nos, será, em determinados casos, uma temeridade. Há documentos que, por sua complexidade, tornam impraticável a manifestação imediata, sem análise mais completa.

Em tais circunstâncias, o indeferimento de prazo para vista desses documentos e manifestação sobre eles poderá ensejar cerceamento de defesa, com suas sérias implicações:

> "Se uma das partes junta documento, qualquer que seja a fase do processo, impõe-se ao juiz ouvir, sobre o mesmo, a parte contrária. Anula-se o processo a partir de fls., para que seja, desde logo, ouvida a mesma sobre o documento, principalmente porque nesse documento baseia-se a decisão recorrida. Aplicação à hipótese também do art. 794 da CLT" (TST, RR 5.007/78, Rel. Min. Rezende Puech, *DJU*, 4-7-1980, p. 5125).

c) Prova testemunhal

Nos termos do § 2º do art. 852-H em exame:

> "As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação".

Reduzido o número a 2 testemunhas para cada parte, devem estas comparecer

418. *Direito Processual Civil Brasileiro*, cit., v. 2, p. 201.

à audiência independentemente de intimação.

O princípio é o mesmo já previsto no procedimento comum, *ex vi* do disposto no art. 825 da CLT: "As testemunhas comparecerão à audiência independentemente de notificação ou intimação".

A apresentação das testemunhas à audiência é obrigação das partes. Estas, repita-se, devem comparecer à audiência acompanhadas das suas testemunhas, em número de 2 para cada parte.

Inexiste, tanto no procedimento comum como no sumário (Lei n. 5.584/70), e no sumaríssimo (Lei n. 9.957/2000), rol prévio de testemunhas.

Cabe à parte verificar se a testemunha se dispõe a comparecer espontaneamente à audiência. Normalmente as testemunhas do empregador cumprem determinação deste quando comparecem. A dificuldade maior é do reclamante; suas testemunhas, via de regra, sentem-se constrangidas, salvo se já não trabalham para o mesmo empregador.

Em qualquer caso, porém, a intimação é o procedimento mais prudente para essas testemunhas, razão por que deve o reclamante, por si ou por seu advogado, requerer tal intimação anteriormente à audiência, solicitando condução coercitiva caso não atendam à determinação judicial.

Na eventualidade de convite prévio para que tais testemunhas compareçam, é de todo conveniente fazê-lo por via postal, com o respectivo *AR*, em face da clareza do § 3º do dispositivo legal sob exame:

"Só será deferida intimação da testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer. Não comparecendo a testemunha intimada, o juiz poderá determinar a sua imediata condução coercitiva".

Há, portanto, necessidade de se comprovar em juízo o convite prévio à testemunha, sem o que, fatalmente, o juiz indeferirá o pedido de intimação.

Inexistindo prova de prévio convite, a afirmação da parte será apreciada pelo juiz, considerando, sobretudo, o ônus da prova, evitando-se, outrossim, nulidade insanável por cerceio de direito de defesa.

Deferida que seja a intimação, não comparecendo a testemunha, o juiz determinará sua condução coercitiva.

d) Prova técnica

"Art. 852-H. (...) § 4º Somente quando a prova do fato o exigir, ou for legalmente imposta, será deferida prova técnica, incumbindo ao juiz, desde logo, fixar o prazo, o objeto da perícia e nomear perito".

Em conformidade com o disposto no art. 145 do CPC, "quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito...".

Nem sempre dispõe o juiz dos meios necessários para a verificação de determinados fatos, impondo-se a nomeação de especialistas – os peritos.

O procedimento sumaríssimo admite a prova pericial em duas hipóteses:

I – quando a prova do fato o exigir;

II – quando legalmente imposta.

Na primeira hipótese, o próprio fato reclama a realização da prova pericial, como ocorre com o exame grafotécnico em incidente de falsidade documental.

Na segunda hipótese, a prova pericial é expressamente exigida por lei, de que é exemplo a apuração da insalubridade ou periculosidade: "Arguida em juízo insalubridade ou periculosidade, seja por empregado, seja por Sindicato em favor de grupo de associados, o *juiz designará*

perito habilitado na forma deste artigo, e, onde não houver, *requisitará perícia* ao órgão competente do Ministério do Trabalho" (art. 195, § 2º).

Verificada a necessidade da prova pericial, o juiz, desde logo, nomeará perito, estabelecendo prazo para apresentação do laudo, não sem antes fixar o objeto da perícia.

A Lei n. 9.957/2000 é absolutamente silente quanto a prazo para formulação de quesitos, já que expressamente vetado pelo Executivo o § 5º do art. 852-H, que assim dispunha:

"Faculta-se às partes, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a apresentação de quesitos, vedada a indicação de assistente técnico"[419].

O veto indica a necessidade de as partes formularem quesitos na própria audiência, o que não nos parece absurdo, pois facilmente terão os advogados condições de fazê-lo. Utilizado o *jus postulandi*, caberá ao juiz formulá-los.

O veto mencionado facultou a presença, no sumaríssimo, da figura dos *assistentes*, expressamente prevista no parágrafo único do art. 3º da Lei n. 5.584/70:

"Permitir-se-á a cada parte a indicação de um assistente, cujo laudo terá que ser apresentado no mesmo prazo assinado para o perito, sob pena de ser desentranhado dos autos".

Note-se que o perito é único, do juiz – art. 3º da Lei n. 5.584/70: "Os exames periciais serão realizados por perito único designado pelo juiz, que fixará prazo para entrega do laudo".

Já os honorários dos assistentes são de responsabilidade das respectivas partes:

Súmula 341 do TST:

"A indicação do perito assistente é faculdade da parte, a qual deve responder pelos respectivos honorários, ainda que vencedora no objeto da perícia".

O § 6º do art. 852-H determina a intimação das partes para que estas, em *5 dias*, se manifestem sobre o laudo. O prazo é comum:

"As partes serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de 5 (cinco) dias".

Observe-se que o juiz não se vincula às conclusões do perito, podendo o magistrado ou determinar que o laudo preste esclarecimentos (faculdade que também é das partes) ou, ainda, determinar nova perícia, ou, simplesmente, decidir contrariamente ao laudo, esclarecendo suficientemente, na fundamentação do julgado, suas conclusões.

14. *Da sentença*

a) Prazo para o julgamento

O art. 852-B, III, da CLT (com a redação da Lei n. 9.957/2000) estabelece prazo para o julgamento no procedimento sumaríssimo, assim dispondo:

419. *Razões do Veto*: "O veto ao § 5º do art. 852-H justifica-se porque o prazo de 72 horas para a apresentação de quesitos pode, em alguns casos, ser excessivo, já que tal ato processual poderá ser praticado na própria audiência, como de resto todos os demais, ou em prazo inferior a 72 horas, segundo o prudente critério do juiz. Ademais, em homenagem ao princípio da ampla defesa, não se justifica a vedação de indicação de assistente técnico, que em nada atrasa a prova pericial, pois seu laudo deve ser apresentado no mesmo prazo dado ao perito do Juízo".

"A apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de *15 (quinze) dias* do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário na Junta de Conciliação e Julgamento"[420].

Observe-se que, para o atendimento de tal disposição, é indispensável que a instrução, ainda que sumaríssima, se concretize numa audiência, o que nem sempre ocorrerá.

Ressalte-se, em abono da observação, que a audiência, em princípio única, poderá desdobrar-se em sessões subsequentes, a critério do juiz, em razão da impossibilidade prática de realizá-la numa única sessão.

É certo que o art. 852-D defere ao juiz liberdade para determinar as provas, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

Essa faculdade é prevista também nos arts. 765 da CLT e 130 do CPC, sem que isso represente arbítrio absoluto do julgador.

O indeferimento puro e simples de provas, sem qualquer justificativa, implica nulidade insanável, importando em cerceamento de defesa:

"O indeferimento imotivado de prova testemunhal implica cerceamento de defesa e acarreta a nulidade da decisão. O mesmo ocorre com o indeferimento, sem qualquer justificação, de requisição de certidão necessária à prova de alegação da parte"[421].

b) Apreciação das provas e elementos de convicção do juiz

O procedimento sumaríssimo enseja ao juiz liberdade para apreciar as provas, dando-lhes o valor que entender de direito, segundo as "regras de experiência comum ou técnica" (art. 852-D).

O princípio decorre da livre convicção do juiz, presente no art. 131 do CPC:

"O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento".

A liberdade na apreciação da prova, obviamente, não importa em arbítrio, visto que, nos termos do art. 852-I da lei em exame, na sentença o juiz mencionará os elementos que firmaram sua convicção.

É o que se extrai de v. acórdão do STJ:

"A livre apreciação da prova, desde que a decisão seja fundamentada, considerada a lei e os elementos existentes nos autos, é um dos cânones do nosso sistema processual" (STJ, 4ª T., REsp 7.870-SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, *DJU*, 3-9-1992, p. 469).

Regras de *experiência comum* são aquelas que decorrem da observação dos fatos "inerentes à cultura da esfera social a que pertence o juiz", preleciona Moacyr Amaral Santos[422].

Regras de *experiência técnica* são aquelas que decorrem dos conhecimentos especializados – "regras de experiência técnica, diversamente das de experiência comum, de ordinário não são do geral conhecimento, como as que tem o juiz,

420. Atualmente Vara do Trabalho.

421. *RT*, *96*:640 e *620*:44.

422. *Comentários ao Código de Processo Civil*, Rio de Janeiro, Forense, v. 4, p. 53.

mas provêm de conhecimentos especializados em ciências, arte ou profissão, solicitando o concurso do técnico para que sejam formuladas. São regras desconhecidas ou imperfeitamente conhecidas pelo juiz, que solicita para bom entendimento a cooperação do perito", ressalta Moacyr Amaral Santos[423].

c) Dispensa do relatório

Nos termos do art. 852-I, "a sentença mencionará os elementos de convicção do juízo, com resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, *dispensando o relatório*".

A dispensa do relatório, facilmente se percebe, tem um objetivo: a agilização da prestação jurisdicional, visto que, em princípio, a sentença deve ser proferida em audiência única, salvo adiamento a critério do juiz.

A sentença, como se sabe, tem três requisitos essenciais (art. 458 do CPC):

"I – *o relatório*, que conterá os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II – *os fundamentos*, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III – *o dispositivo*, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeteram".

Dispensando o relatório, não se consignará resumo do pedido inicial, tampouco da defesa.

d) Decisão justa e equânime, atenta aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum

É a disposição contida no § 1º do art. 852-I: "o juízo adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum".

O princípio já vem consagrado no art. 95 da Lei n. 9.099/95 (Juizados Especiais): "o juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais e às exigências do bem comum", e está presente no art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil:

"Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum".

Na verdade, a inovação, no âmbito do processo trabalhista, é a faculdade assegurada ao juiz de decidir por equidade.

e) Equidade

"Do ponto de vista objetivo e etimológico, equidade significa a adaptabilidade, a conveniência de uma norma a uma relação de fato, a sua correspondência com a natureza da própria relação, representando o princípio da igualdade entre os homens. Do ponto de vista subjetivo, significa o sentimento, a aspiração individual ou coletiva, no sentido de uma dada relação ser regulada de certo modo, pelo sentimento percebido como o mais adaptado e o mais conveniente àquela relação.

Não é mais que o abrandamento da lei, pois, consoante a própria jurisprudência dos tribunais, tornar a lei flexível e aplicá-la humanamente constitui a principal característica da equidade que, segundo Carlos Maximiliano, a ela não se deve recorrer senão para atenuar o rigor de um texto e o interpretar de modo compatível com o progresso do direito e solidariedade humana, e nunca se de-

423. *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., v. 4, p. 54.

vendo invocar para se agir ou decidir contra prescrição positiva, clara e precisa", escreve Pedro Orlando[424].

Na lição sempre lembrada de Carlos Maximiliano, "a equidade tem algo de superior a toda fórmula escrita ou tradicional, é um conjunto de princípios imanentes, constituindo de algum modo a substância jurídica da humanidade, sendo a sua natureza e o seu fim"[425].

Nos termos do § 1º do art. 852-B, acima transcrito, em cada caso o juiz buscará a decisão mais justa (que é, sem sombra de dúvida, a preocupação de todo magistrado), podendo decidir por equidade, dispondo, portanto, de maior flexibilidade na aplicação da norma jurídica aos casos concretos.

f) Sentença condenatória

As sentenças, quanto a sua natureza jurídica, são:

a) declaratórias;

b) constitutivas;

c) condenatórias[426].

As *sentenças declaratórias*, como se sabe, limitam-se a declarar a existência ou inexistência de uma relação jurídica.

As *sentenças constitutivas*, por sua vez, são aquelas que criam, alteram ou extinguem um estado ou uma relação jurídica.

Condenatórias quando envolvem uma obrigação de dar, fazer ou não fazer alguma coisa.

g) Sentença líquida ou ilíquida

A sentença, como se sabe, é *líquida* ou *ilíquida*. A primeira envolve condenação em quantia certa ou determinada, fixando-lhe o *quantum debeatur*, constituindo título executório. Ilíquida é a sentença que não especifica o valor da condenação, impondo-se sua prévia liquidação – o processo de liquidação de sentença, previsto no art. 879 da CLT: "Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos".

O § 2º do art. 852-I, aprovado pelo Congresso Nacional, exigia a liquidez da sentença proferida no rito sumaríssimo, disposição, entretanto, vetada pelo Executivo, com a justa ponderação de que tal exigência, entre atrasar a prolação das sentenças, impunha ao juiz a obrigação de elaborar cálculos, não raras vezes complexos, em plena audiência:

> "O § 2º do art. 852-I não admite sentença condenatória por quantia ilíquida, o que poderá, na prática, atrasar a prolação das sentenças, já que se impõe ao juiz a obrigação de elaborar cálculos, o que nem sempre é simples de se realizar em audiência. Seria prudente vetar o dispositivo em relevo, já que a liquidação por simples cálculo se dará na fase de execução da sentença, que, aliás, poderá sofrer modificações na fase recursal".

Assim, é lícita a sentença ilíquida, que, obviamente, haverá de sujeitar-se ao processo de liquidação. A menção à apuração do valor da condenação por *cálculo* é mera fundamentação do veto, não implicando, obviamente, fixação de princípio. Desse modo, dependendo de cada caso concreto, a liquidação da sentença poderá observar qualquer das formas previstas no art. 879 da CLT, ou seja, por cálculo, arbitramento ou artigos de liquidação.

---

424. *Novíssimo Dicionário Jurídico Brasileiro*, cit., p. 258.

425. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*, cit., p. 185.

426. Pontes de Miranda sustenta a existência da sentença mandamental, não acolhida, entretanto, pela doutrina tradicional.

h) Intimação da sentença

Em conformidade com o que dispõe o § 3º do art. 852-I, "as partes serão intimadas da sentença na própria audiência em que é prolatada".

É, aliás, o que declara o art. 834 da CLT, para o procedimento comum: "Salvo nos casos previstos nesta Consolidação, a publicação das decisões e sua notificação aos litigantes, ou seus patronos, consideram-se realizadas nas próprias audiências em que foram as mesmas proferidas".

No mesmo sentido a Súmula 197 do TST:

"O prazo para recurso da parte que, intimada, não comparece à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença, conta-se da sua publicação".

A súmula transcrita deixa claro que, na eventualidade de a audiência, em princípio único, ser adiada, as partes deverão, obviamente, sair intimadas e cientes de que, na audiência em prosseguimento, dar-se-á o julgamento.

Ressalte-se que a intimação da sentença tem consequências de ordem prática, visto que dela começa a fluir prazo para a interposição de recurso ordinário.

15. *Dos embargos declaratórios*

Nos termos do art. 535 do CPC, cabem embargos declaratórios quando:

"I – houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;

II – for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal".

A sentença há de ser precisa, isto é, situar-se nos limites das questões propostas, devendo ainda cercar-se da necessária clareza. Assim, na ocorrência de *obscuridade*, *contradição* ou *omissão*, deve a parte interessada interpor os chamados embargos declaratórios.

As inexatidões materiais ou erros de cálculo, tais como palavras consignadas erroneamente ou valores equívocos, podem ser corrigidos de ofício, pelo juiz (CPC, art. 463, I).

A sentença ou acórdãos proferidos no rito sumaríssimo podem, igualmente, ressentir-se dos vícios acima enumerados – *obscuridade*, *contradição* ou *omissão*.

A *obscuridade* se consubstancia na ausência de clareza, na linguagem que não se faz entender, pouco perceptível.

A *contradição* está presente nas proposições que não se conciliam. Normalmente ocorre quando há conflito entre a fundamentação e a conclusão ou dispositivo.

Há *omissão* quando determinada questão deixa de ser apreciada pelo julgador.

O art. 897-A e seu parágrafo único (acrescentados pela Lei n. 9.957/2000) dispõem que:

"Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

Parágrafo único. Os erros materiais poderão ser corrigidos de ofício ou a requerimento de qualquer das partes".

O dispositivo legal acima transcrito não discrepa das regras dispostas no art. 535 do CPC. Caberão embargos no 1º, 2º

ou 3º graus (Varas do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho ou Tribunal Superior do Trabalho) sempre que a decisão (sentença ou acórdão) ressentir-se de obscuridade, contradição ou omissão.

O prazo para interposição do recurso nominado[427] é de *5 dias* (contados da intimação da sentença ou acórdão) e é endereçado ao juiz prolator ou relator.

O art. 897-A reitera princípio consagrado no art. 463 do CPC – quanto ao *efeito modificativo* dos embargos declaratórios –, que assim dispõe:

"Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la:

I – para lhe corrigir de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo;

II – *por meio de embargos de declaração*".

Nesse mesmo sentido a Súmula 278 do TST:

"A natureza da omissão suprida pelo julgamento de embargos declaratórios pode ocasionar efeito modificativo no julgado".

Interpostos embargos declaratórios, fica *interrompido* o prazo para a arguição de outros recursos, por qualquer das partes (art. 538 do CPC).

Os embargos declaratórios "devem ser vistos como instrumento de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional"[428], mas, se interpostos com finalidade flagrantemente protelatória, facultado é ao juiz condenar o embargante por litigância de má-fé (art. 17, VII, do CPC)[429].

A Lei n. 9.957/2000 traz inovação processual trabalhista, acolhendo embargos declaratórios de *despachos denegatórios de recursos*, proferidos em manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do apelo denegado.

Na eventualidade de utilização de *fac-símile* para a interposição de embargos declaratórios, o prazo de cinco dias para entrega dos originais é contínuo, não ocorrendo interrupção ou suspensão:

"*Embargos de declaração – Fac-símile – Tempestividade – Contagem do prazo para a entrega dos originais* – A jurisprudência desta Corte, no tocante à contagem do prazo para apresentação dos originais, na hipótese de interposição de recurso via fac-símile, tem-se firmado no sentido de que o quinquídio fixado no art. 2º da Lei n. 9.800/1999 compreende o cômputo de todos os dias a partir do término do prazo recursal, não ocorrendo interrupção ou suspensão, procedendo-se, portanto, à contagem do prazo continuadamente, na forma do artigo 178 do Código de Processo Civil. No caso dos autos, todavia, não foi observada a regra sobre contagem dos prazos erigida no

427. A natureza recursal dos embargos declaratórios, conquanto objeto de controvérsia, não pode ser posta em dúvida. Moacyr Amaral Santos (*Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, cit., v. 3, p. 142) afirma textualmente: "da sentença *recorre* o prejudicado com o gravame que lhe causa a obscuridade, a dúvida, a contradição ou a omissão de que a mesma se ressente. Essa circunstância, o fato de visarem os embargos de declaração à reparação dos prejuízos que os defeitos da sentença trazem ao embargante, os caracteriza como recurso. Recurso para o próprio juiz que proferiu a sentença". Nelson Nery Jr. e Rosa Maria Nery advertem, quanto à natureza jurídica dos embargos declaratórios, que: "quer sejam interpostos contra decisão interlocutória, sentença ou acórdão, os embargos de declaração têm natureza jurídica de recurso (CPC 496, IV), sujeitando-se aos requisitos de admissibilidade e à teoria geral dos recursos" (*Código de Processo Civil*, cit., p. 781).

428. *Revista do Superior Tribunal de Justiça*, 30:378.

429. O inciso VII foi introduzido no art. 17 pela Lei n. 9.668, de 23-6-1998, para incluir nas hipóteses de litigância de má-fé a interposição de recurso com intuito manifestamente protelatório.

CPC, que determina a exclusão do dia do começo e a inclusão do dia do vencimento, consoante disposto no *caput* do artigo 184 do diploma processual civil, *de plena* aplicação à hipótese *sub examine*, a teor do contido no já mencionado artigo 2º da Lei n. 9.800/99. Assim, desde que iniciado, o prazo corre de forma contínua, não se suspendendo por qualquer motivo. Embargos conhecidos e providos" (TST, 2ª R., E-RR-543.968/99.3 (Ac. SBDI-1), Rel. Min. Lélio Bentes Corrêa, *DJU*, 13-2-2004, p. 446)

16. *Do recurso ordinário*

A Lei n. 9.957/2000 manteve o duplo grau de jurisdição no procedimento sumaríssimo, acrescentando § 1º ao art. 895 da CLT, vazado nos seguintes termos:

"Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário".

Com a adoção do duplo grau de jurisdição, o legislador acolheu instrumento de inegável protelação da prestação jurisdicional, o que concorrerá para que o procedimento sumaríssimo tenha o mesmo destino inglório do sumário, instituído pela Lei n. 5.584/70.

Melhor seria a adoção da irrecorribilidade das decisões no sumaríssimo, à semelhança do princípio adotado no procedimento sumário.

A irrecorribilidade das decisões, nos processos de reduzido valor pecuniário, não se nos afigura inconstitucional, não violentando, absolutamente, a regra disposta no art. 5º, LV, da Constituição Federal.

Observe-se que a própria Constituição acolhe o princípio da irrecorribilidade, ao dispor, no art. 121, § 3º, serem "irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem a Constituição e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança".

Pretendeu-se, é bem verdade, restringir as hipóteses do recurso ordinário, admitindo-o, tão somente, na ocorrência de *violação literal da lei, contrariedade a súmula de jurisprudência do TST* ou *violação direta da Constituição Federal* (art. 895, § 1º, I, da CLT, acrescentado pela Lei n. 9.957/2000).

O dispositivo em apreço, porém, foi vetado pelo Executivo.

Estava assim redigido:

"I – somente será cabível por violação literal da lei, contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou violação direta da Constituição da República, não se admitindo recurso adesivo".

O veto, por sua vez, tem as seguintes razões:

"Não seria conveniente manter a regra insculpida no inciso I do § 1º do art. 895, que contém severa limitação do acesso da parte ao duplo grau de jurisdição, máxime quando já se está restringindo o acesso ao Tribunal Superior do Trabalho".

Fica, pois, admitido o recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho das decisões proferidas pelo juiz de 1º grau no procedimento sumaríssimo[430], sem restrições fáticas ou de direito.

a) Pressupostos

O recurso ordinário, tanto no procedimento comum quanto no sumaríssimo,

430. A observância ou não do duplo grau de jurisdição é questão que tem dividido os autores, que, em grande número, veem-no como indispensável não só do ponto de vista constitucional (art. 5º, LV, da CF) como, inclusive, de efetiva justiça.

A relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação de serviço e não por aquelas do local da contratação (Res. 13/85, *DJ*, 11-7-1985).

Referência: Lei de Introdução ao Código Civil – Dec. n. 4.657/42, arts. 9º e 17 – Código de Bustamante, art. 198, c/c Dec. n. 18.874/29.

Art. 2º Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

§ 1º Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

► Comentários

1. A empresa

Nos termos do art. 2º, o empregador é a *empresa*, individual ou coletiva. Objetivando assegurar a continuidade no emprego, o Direito do Trabalho desvinculou-se da figura física ou jurídica do empregador, para, despersonalizando-o, colocar a empresa num dos polos da relação empregatícia. Esta, como se sabe, não é sujeito de direitos, que é condição da pessoa física ou jurídica.

Contudo, ao vincular o empregado à empresa, e não ao seu titular ou ao empresário, evitou o legislador que as alterações em sua estrutura jurídica (morte dos respectivos titulares, sucessão na titularidade etc.) ensejassem o rompimento da relação empregatícia, como deixa claro o art. 448 deste mesmo Estatuto[43].

Assim, na eventualidade de transferência da titularidade da empresa a outrem (compra e venda, cessão de quotas etc.), o empregado não é afetado por tais alterações, continuando em vigor o contrato de trabalho.

Empresa é a organização produtiva, gênero da qual o estabelecimento comercial é espécie. Waldirio Bulgarelli a define como "a atividade econômica organizada, exercida profissionalmente pelo empresário, através do estabelecimento"[44].

A empresa é individual quando seu titular é pessoa física e é coletiva quando a titularidade pertence a uma pessoa jurídica (sociedade comercial, industrial ou civil).

2. Riscos da atividade econômica

Em conformidade com o dispositivo legal em exame, os *riscos da atividade econômica* são exclusivamente do empregador, não podendo o empregado sofrer qualquer dano em seus direitos em decorrência de queda nas vendas, retração dos negócios ou insolvência da empresa.

Sendo a empresa uma organização

43. Art. 448 da CLT: "A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados".
44. *Sociedades Comerciais, Empresa e Estabelecimento*, 2. ed., Atlas, p. 22.

para ser admitido, deve atender a determinados pressupostos:

a) subjetivos;

b) objetivos.

Os primeiros (*subjetivos*) dizem respeito às partes, à legitimidade para recorrer. Disciplina-os o art. 499 do CPC, de inequívoca aplicação subsidiária no processo do trabalho: "o recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público", a que acrescentamos o juiz, de ofício, de sentença condenatória do Poder Público (Decreto-lei n. 779/69 e art. 475 do CPC).

Os pressupostos *objetivos* são: a existência de efetivo prejuízo (sucumbência); a recorribilidade da decisão; a tempestividade; o depósito recursal e o pagamento das custas processuais.

b) Procedimento

O recurso ordinário, no rito sumaríssimo, deve ser interposto no prazo de *8 dias*, a contar da intimação da sentença – "as partes serão intimadas da sentença na própria audiência em que prolatada" (§ 3º do art. 852-I)[431].

Conquanto silente a Lei n. 9.957/2000, dar-se-á vista ao recorrido para manifestar-se em contrarrazões.

No Tribunal Regional do Trabalho, a distribuição ao relator deve ser imediata – eliminou-se a prévia manifestação da Procuradoria do Trabalho, que falará oralmente, quando do julgamento do apelo, dispensando-se a figura do *revisor*.

"Art. 895. .....

II – será imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de *10 (dez) dias*, e a Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, *sem revisor*.

III – terá parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário o parecer, com registro na certidão".

O acórdão do Tribunal consistirá numa simples certidão de julgamento, com a indicação do processo, as razões de decidir do voto prevalente e a parte dispositiva, ou seja, a conclusão, a parte final da decisão.

Inspirou-se o legislador, facilmente se percebe, no art. 46 da Lei n. 9.099/95 (Juizado Especial): "o julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá como acórdão".

c) Turmas especializadas para apreciação de recursos ordinários interpostos no sumaríssimo

Buscando a celeridade dos julgamentos, prevê o § 2º do art. 895 da CLT, com a redação da Lei n. 9.957/2000, a criação de *turmas especializadas* nos Tribunais Regionais do Trabalho, para o julgamento dos recursos ordinários interpostos no procedimento sumaríssimo:

"§ 2º Os Tribunais Regionais, divididos em turmas, poderão designar Turmas para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo".

431. Art. 895 da CLT: "Cabe recurso ordinário para a instância superior: I – das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias. (...) § 1º Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário".

d) O agravo de instrumento

O agravo de instrumento tem, no processo do trabalho, uma finalidade específica – a reforma de despacho denegatório de recursos anteriormente interpostos.

Diz o art. 897 da CLT:

"Cabe agravo... *b*) de *instrumento*, dos despachos que denegarem a interposição de recursos".

Como preleciona Valentin Carrion, "qualquer que seja o recurso denegado, caberá agravo de instrumento, que outra finalidade não tem senão a de fazer subir ao Tribunal competente o recurso denegado"[432].

A omissão da Lei n. 9.957/2000 autoriza a aplicação do art. 897, *a*, da CLT, na eventualidade de denegação ao processamento do recurso ordinário (o mesmo se há de dizer do recurso de revista).

Observe-se que, na interposição do agravo de instrumento, este, nos termos da Lei n. 9.756/98 e da Lei n. 12.275/2010, deve forçosamente ser acompanhado de:

"I – ... cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, do depósito recursal referente ao recurso que se pretende destrancar, da comprovação do recolhimento das custas e do depósito recursal a que se refere o § 7º do art. 899 desta Consolidação;

II – facultativamente, com outras peças que o agravante reputar úteis ao deslinde da matéria de mérito controvertida" (art. 897, § 5º, I e II, da CLT).

O fornecimento de tais peças, como facilmente se percebe, objetiva a celeridade do julgamento. Assim, na eventualidade de se acolher o agravo de instrumento, a turma respectiva julgará, concomitantemente, o recurso ordinário: "provido o agravo a Turma deliberará sobre o julgamento do recurso principal..." (art. 897, § 7º, da CLT).

17. *Do recurso adesivo*

O veto ao inciso I do § 1º do art. 895 da CLT, com a redação da Lei n. 9.957/2000, que limitava a interposição de recurso ordinário no sumaríssimo e incluía proibição do recurso adesivo – "não se admitindo recurso adesivo" –, implica, obviamente, a acolhida de tal espécie recursal.

Assim, na omissão da Lei n. 9.957/2000, é de aplicar o *recurso adesivo*, expressamente admitido no processo do trabalho, por força da Súmula 283 do TST:

"O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, onde cabe, no prazo de oito dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária".

O recurso em apreço, obviamente, estará sujeito ao mesmo procedimento do recurso ordinário previsto na Lei n. 9.957/2000.

18. *Do recurso de revista*

No procedimento comum cabe recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do art. 896 da CLT, das decisões proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho que:

432. Ob. cit., 25. ed., p. 769.

"*a*) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte;

b) derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente, na forma da alínea *a*;

c) proferidas com violação literal de disposição de lei federal, ou afronta direta e literal à Constituição Federal".

Em conformidade com o § 4º do art. 896 da CLT, "a divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho".

No procedimento sumaríssimo houve manifesta restrição ao cabimento do recurso de revista, como se depreende da leitura do art. 896, § 6º, da CLT:

"Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição Federal".

Afasta-se, assim, a possibilidade da interposição de recurso de revista na ocorrência de violação à lei federal, não se admitindo, outrossim, arguição de violação por via oblíqua da Constituição, que ocorreria invocando-se a legislação infraconstitucional.

Observe-se que, negado processamento ao recurso de revista pelo juízo de admissibilidade (presidente do Tribunal Regional), pode a parte interpor agravo de instrumento para o Tribunal Superior do Trabalho, de que nos ocupamos neste Capítulo.

O recurso de revista, advirta-se, não se presta a reexame de fatos ou provas, como põe em relevo a Súmula 126 do TST:

"Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, *b*, da CLT) para reexame de fatos e provas".

Ademais disso, para ser admitido o recurso de revista, é indispensável que a causa ofereça *transcendência* com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica, nos termos da Medida Provisória n. 2.226, de 4-9-2001, de duvidosa constitucionalidade, ensejando, outrossim, interpretações subjetivas dos respectivos relatores acerca do que se deva entender por transcendência!

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 71 do Tribunal Superior do Trabalho. Alçada.** A alçada é fixada pelo valor dado à causa na data do seu ajuizamento, desde que não impugnado, sendo inalterável no curso do processo. (RA 69/78, *DJ*, 26-9-1978)

▷ **Súmula 303 do Tribunal Superior do Trabalho. Fazenda Pública. Duplo grau de jurisdição.** (Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 9, 71, 72 e 73 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo:

a) quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos;

b) quando a decisão estiver em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

II – Em ação rescisória, a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público, exceto nas hipóteses das alíneas *a* e *b* do inciso anterior.

III – Em mandado de segurança, somente cabe remessa *ex officio* se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.

▷ **Súmula 356 do Tribunal Superior do Trabalho. Alçada recursal. Vinculação ao salário mínimo.** "O art. 2º, § 4º, da Lei n. 5.584/70 foi recepcionado pela Constituição da República de 1988, sendo lícita a fixação do valor da alçada com base no salário mínimo". (Res. 75/97, *DJ*, 19-12-1997)

▷ **Súmula 365 do Tribunal Superior do Trabalho. Alçada. Ação rescisória e mandado de segurança.** (Conversão das Orientações Jurisprudenciais n. 8 e 10 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

Não se aplica a alçada em ação rescisória e em mandado de segurança.

▷ **Súmula 502 do Supremo Tribunal Federal.** Na aplicação do artigo 839, do Código de Processo Civil, com a redação da Lei 4.290, de 5.12.1963, a relação do valor da causa e salário mínimo vigente na capital do Estado, ou do território, para o efeito de alçada, deve ser considerada na data do ajuizamento do pedido.

▷ **Causa de alçada única. Sentença irrecorrível.** Não versando a lide sobre matéria constitucional, é de alçada exclusiva do Juízo de origem a causa cujo valor não supere o dobro do salário mínimo legal, nos termos do art. 2º, § 4º, da Lei n. 5.584/70. Recurso não conhecido. (TRT/13ª R., Ac. 60.156, j. 18-7-2000, REOR 1.189/2000, Rel. Ubiratan Moreira Delgado, *DJ*, 1º-9-2000)

▷ **Duplo grau de jurisdição e remessa oficial.** Continua em vigor a determinação insculpida no art. 1º, inciso V, do Decreto-Lei n. 779/69, que impõe o duplo grau de jurisdição às sentenças contrárias a entes públicos, privilégio não revogado pela Lei n. 5.584/70, nem pela Constituição Federal de 1988. Nesse passo, a Orientação Jurisprudencial n. 9 da SDI reforça tal entendimento, ao afirmar que, tratando-se de decisão contrária à entidade pública, é cabível a remessa de ofício mesmo no processo de alçada. Recurso de Revista conhecido e provido. (TST, RR 592.461/99, j. 7-2-2001, 2ª T., Rel. Min. José Luciano de Castilho Pereira, *DJ*, 9-3-2001)

▷ **Agravo de instrumento. Recurso de revista. Lei n. 9.957/2000. Rito sumaríssimo. Ação ajuizada antes do advento da lei nova. Aplicação do § 6º do art. 896 da CLT. Direito intertemporal.** A lei nova não tem o

condão de atingir situações processuais já constituídas sob o império da lei antiga, sob pena de ferir direitos processuais adquiridos. A inovação introduzida pela Lei n. 9.957/00, que alterou o procedimento vigente, com a criação do Rito Sumaríssimo, somente pode incidir sobre as ações propostas após a sua vigência, ou seja, sessenta dias da publicação (artigo 2º). O que define a adoção do Procedimento Sumaríssimo é a liquidez do pedido, acrescido do valor inferior a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da Reclamação Trabalhista, dados mencionados na Petição Inicial, que, por isso, define o momento processual para que se estabeleça o procedimento a ser adotado. (...) (TST, RR 727.749/2001, j. 17-10-2001, 3ª T., Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula, *DJ*, 9-11-2001)

▷ **Sumaríssimo. Descaracterização.** A petição inicial que traz pedidos cujos valores líquidos ultrapassem o limite de quarenta salários mínimos deve ser processada pelo rito ordinário, ainda que tenha o reclamante atribuído à causa importe inferior. Deve o Juízo *ex officio* adequar o valor da causa, observando o previsto no art. 259, II, do CPC, o que se justifica para que não haja desvio do rito procedimental. (TRT/SP 20000474082, RS, Ac. 6ª T. 20000526732, Rel. Sônia Aparecida Gindro, *DOE*, 17-10-2000)

▷ **1. Agravo de instrumento. Recurso de revista. Rito processual ordinário. Inalterabilidade no curso do processo.** Violação constitucional e legal aparentemente demonstradas. Agravo a que se dá provimento. **2. Recurso de revista. Rito processual ordinário. Inalterabilidade no curso do processo.** Tendo o recurso sido interposto e julgado sob a égide do rito ordinário, não poderia ser submetido ao rito sumaríssimo, visto que a definição do rito ocorre no momento do ajuizamento do feito, tornando-se inalterável no curso do processo, incidindo, à espécie, o princípio *"tempus regit actum"*. Lei posterior estabelecendo novo procedimento não se aplica às hipóteses em que o momento processual para a fixação do rito já foi ultrapassado. Assim, a Lei n. 9.957/2000 não se aplica aos recursos ordinários e de revista, bem como aos embargos declaratórios, a despeito de terem sido opostos na vigência da lei referida, quando não derivam de decisões proferidas nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo. Recurso de revista conhecido e provido. (TST, RR 743.517/2001, j. 3-10-2001, 3ª T., Rel. Juíza Convocada Eneida Melo, *DJ*, 26-10-2001)

▷ **Sumaríssimo. Ação de Sindicato contra empresa para cobrança de contribuições confederativas previstas em convenções coletivas. Aplicação.** Enquadram-se no procedimento sumaríssimo todos os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data de sua propositura, excetuando-se aqueles em que sejam parte os entes descritos no parágrafo único do art. 852-A, da CLT e os dissídios coletivos. A ação de cumprimento é dissídio individual. (TRT/SP 20010148803, RS, Ac. 6ª T. 20010163179, Rel. Sônia Aparecida Gindro, *DOE*, 20-4-2001)

▷ **Rito sumaríssimo. Embargos declaratórios. Desnecessário relatório.** A ausência de relatório em sen-

tença de embargos declaratórios, quando da adoção do rito sumaríssimo não traz nulidade, eis que o art. 852-I, da CLT alcança também essa decisão. (TRT/SP 20010048744, RS, Ac. 6ª T. 20010043319, Rel. Sônia Aparecida Gindro, *DOE*, 16-2-2001)

Seção III
Do inquérito para apuração de falta grave

Art. 853. Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Junta ou Juízo de Direito, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da suspensão do empregado.

Art. 854. O processo do inquérito perante a Junta ou Juízo obedecerá às normas estabelecidas no presente Capítulo, observadas as disposições desta Seção.

Art. 855. Se tiver havido prévio reconhecimento da estabilidade do empregado, o julgamento do inquérito pela Junta ou Juízo não prejudicará a execução para pagamento dos salários devidos ao empregado, até a data da instauração do mesmo inquérito.

► *Comentários*

1. *O dissídio individual especial (inquérito judicial)*

A Constituição Federal de 1988 pôs fim ao sistema da *estabilidade*, fixando um único regime – o do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (art. 7º, III).

Deixa, assim, de existir entre nós a estabilidade por tempo de serviço.

Existindo um só regime, deixa, igualmente, de existir a opção, já que todos, necessariamente, passam à condição de "fundiários", inclusive aqueles não optantes que ainda não haviam alcançado a estabilidade. Os que já haviam adquirido a estabilidade obviamente têm *direito adquirido* (art. 5º, XXXVI) e, via de consequência, reger-se-ão por tal sistema.

Estabilidade, como se sabe, é o *direito ao emprego*, isto é, direito que o empregado adquire, como decorrência do tempo de serviço, de não ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.

O contrato de trabalho é, inquestionavelmente, de natureza potestativa, ensejando, consequentemente, a qualquer das partes resili-lo unilateralmente, seja por meio de despedida, seja por meio da demissão.

A estabilidade, todavia, assegurando o direito do empregado, constitui-se em manifesto obstáculo à resilição unilateral, vedando, sobretudo, a dispensa do empregado.

Por isso que, referindo-se à estabilidade, assim a define Cesarino Júnior:

> "Garantia do emprego, assegurada a certas espécies de empregados, depois de determinado tempo de serviço na mesma empresa, ou em grupo empresário, consistente na impossibilidade jurídica de serem despedidos"[433].

Adquiria-se a estabilidade com o decurso de 10 anos na mesma empresa ou no mesmo grupo empresarial:

> "Art. 492. O empregado que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empre-

433. *Direito Social Brasileiro*, São Paulo, Freitas Bastos, 1963, p. 480.

sa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas" (CLT).

Estável, o empregado só é demissível na ocorrência de falta grave ou circunstância de força maior. Tais fatos, porém, devem ser comprovadamente demonstrados – em juízo, mediante inquérito judicial.

Na lição de Aluysio Sampaio, o *inquérito judicial* é "modalidade de ação prevista na lei processual trabalhista, constituindo o meio legal de que dispõe o empregador para resilir, através de autorização judicial, o contrato de trabalho de empregado estável acusado de prática de falta grave"[434].

Trata-se, pois, de *dissídio individual especial*, privativo do empregador, objetivando rescisão do contrato de trabalho de empregado estável. Disciplinam-no os arts. 853 e s. da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em conformidade com o dispositivo legal nominado, o empregador, no inquérito judicial denominado *requerente*, deverá ingressar com ação contra o empregado, denominado *requerido*, para o que terá o prazo de 30 dias, a contar da suspensão do empregado, suspensão esta, todavia, facultativa, pois pode não ocorrer, como deixa claro o art. 494 do estatuto consolidado, que cuida especificamente da estabilidade:

"O empregado acusado de falta grave poderá ser suspenso de suas funções, mas a sua despedida só se tornará efetiva após o inquérito em que se verifique a procedência da acusação".

Assim sendo, duas hipóteses poderão ocorrer:

a) o empregado acusado de falta grave é suspenso;

b) o empregado não é suspenso.

Na primeira hipótese, suspenso o empregado, terá o empregador o prazo de 30 dias, a contar da suspensão, para promover o inquérito judicial. E, conquanto haja discordância, tem-se como de *decadência* esse prazo (STF, Súmula 403):

"É de decadência o prazo de trinta dias para instauração do inquérito judicial, a contar da suspensão, por falta grave, de empregado estável".

Na segunda hipótese, o empregado, conquanto acusado de falta grave, não é afastado, nem suspenso, o que ensejará ao empregador o prazo de 5 anos para mover o inquérito judicial, quando então ocorrerá a prescrição:

"Mas tudo depende de ter sido ou não suspenso o empregado: se o foi – conforme a faculdade atribuída neste sentido ao empregador, pelo art. 494 – o prazo é de decadência; caso contrário, o prazo será de prescrição", escreve Luiz José de Mesquita[435].

É evidente, porém, que, na ocorrência de falta grave de empregado estável, o mais aconselhável será sua suspensão prévia, com o pronto ajuizamento (30 dias) do inquérito judicial, já que o contrário poderá ensejar o entendimento de que terá havido o chamado *perdão tácito*. Em conformidade com a Súmula 62 do TST:

434. *Dicionário Jurídico Trabalhista*, Ed. Fulgor, p. 69.

435. *Comentários às Súmulas do Supremo Tribunal Federal*, São Paulo, LTr.

"O prazo de decadência do direito do empregador de ajuizar inquérito, contra o empregado que incorre em abandono de emprego, é contado a partir do momento em que o empregado pretendeu seu retorno ao serviço".

Nos termos da Súmula 197 do STF:

"O empregado com representação sindical só pode ser despedido mediante inquérito em que se apure falta grave".

No mesmo sentido a Súmula 379 do Tribunal Superior do Trabalho:

"O dirigente sindical somente poderá ser dispensado por falta grave mediante a apuração em inquérito judicial, inteligência dos arts. 494 e 543, § 3º, da CLT".

Os salários do empregado estável, devidos anteriormente a sua suspensão, ou se esta não existiu, durante o processamento do inquérito, quando permanece trabalhando, é devido, podendo ser objeto de execução.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 62 do Tribunal Superior do Trabalho. Abandono de emprego.** O prazo de decadência do direito do empregador de ajuizar inquérito, contra o empregado que incorre em abandono de emprego, é contado a partir do momento em que o empregado pretendeu seu retorno ao serviço. (RA 105/74, *DJ*, 24-10-1974)

▷ **Súmula 77 do Tribunal Superior do Trabalho. Punição.** Nula é a punição de empregado se não precedida de inquérito ou sindicância internos a que se obrigou a empresa, por norma regulamentar. (RA 69/78, *DJ*, 26-9-1978)

▷ **Súmula 379 do Tribunal Superior do Trabalho. Dirigente sindical. Despedida. Falta grave. Inquérito judicial. Necessidade.** (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 114 da SDI-1 - Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005) O dirigente sindical somente poderá ser dispensado por falta grave mediante a apuração em inquérito judicial, inteligência dos arts. 494 e 543, § 3º, da CLT.

▷ **Súmula 197 do Supremo Tribunal Federal.** O empregado com representação sindical só pode ser despedido mediante inquérito em que se apure falta grave.

▷ **Súmula 403 do Supremo Tribunal Federal.** É de decadência o prazo de trinta dias para instauração do inquérito judicial, a contar da suspensão, por falta grave, de empregado estável.

▷ **Dirigente sindical. Inquérito para apuração de falta grave.** A dispensa do empregado ocupante de cargo de direção ou representação sindical deve ser antecedida de inquérito judicial, conforme inclusive preconizado na Súmula 197 do Excelso STF. O art. 543 da CLT, em seu par. 3º, é de meridiana clareza ao vedar a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos da Consolidação. Não menos explícita é a alínea *b* do art. 652 da CLT, ao estabelecer a competência das Juntas de Conciliação e Julgamento para processar e julgar os inquéritos para apuração de falta grave. O art. 853 da CLT não distingue entre a estabilidade definitiva (como

a decenal), a pactuada (como a contratual) ou a provisória (como a sindical, da gestante, dos membros da CIPA, do acidentado ou empregados dirigentes de cooperativa). (TRT/SP, Ac. 19990606776, j. 8-11-1999, Proc. 02980521641, 8ª T., Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 30-11-1999)

Capítulo IV
Dos Dissídios Coletivos

Seção I
Da instauração da instância

Art. 856. A instância será instaurada mediante representação escrita ao Presidente do Tribunal. Poderá ser também instaurada por iniciativa do presidente, ou, ainda, a requerimento da Procuradoria da Justiça do Trabalho, sempre que ocorrer suspensão do trabalho. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 7.321, de 14-2-1945.)

Art. 857. A representação para instaurar a instância em dissídio coletivo constitui prerrogativa das associações sindicais, excluídas as hipóteses aludidas no art. 856, quando ocorrer suspensão do trabalho. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 7.321, de 14-2-1945.)

Parágrafo único. Quando não houver sindicato representativo da categoria econômica ou profissional, poderá a representação ser instaurada pelas federações correspondentes e, na falta destas, pelas confederações respectivas, no âmbito de sua representação. (Redação dada pela Lei n. 2.693, de 23-12-1955.)

Art. 858. A representação será apresentada em tantas vias quantos forem os reclamados e deverá conter:

a) designação e qualificação dos reclamantes e dos reclamados e a natureza do estabelecimento ou do serviço;

b) os motivos do dissídio e as bases da conciliação.

Art. 859. A representação dos sindicatos para instauração da instância fica subordinada à aprovação de assembleia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, em primeira convocação, por maioria de 2/3 (dois terços) dos mesmos, ou, em segunda convocação, por 2/3 (dois terços) dos presentes.

Parágrafo único. (Revogado pelo Dec.-lei n. 7.321, de 14-2-1945.)

Seção II
Da conciliação e do julgamento

Art. 860. Recebida e protocolada a representação, e estando na devida forma, o Presidente do Tribunal designará a audiência de conciliação, dentro do prazo de 10 (dez) dias, determinando a notificação dos dissidentes, com observância do disposto no art. 841.

Parágrafo único. Quando a instância for instaurada *ex officio*, a audiência deverá ser realizada dentro do prazo mais breve possível, após o reconhecimento do dissídio.

Art. 861. É facultado ao empregador fazer-se representar na audiência pelo gerente, ou por qualquer outro preposto que tenha conhecimento do dissídio, e por cujas declarações será sempre responsável.

Art. 862. Na audiência designada, comparecendo ambas as partes ou seus representantes, o Presidente do Tribunal as convidará para se pronunciarem sobre as bases da conciliação. Caso não sejam aceitas as bases propostas, o Presidente submeterá aos interessados a solução que lhe pareça capaz de resolver o dissídio.

Art. 863. Havendo acordo, o Presidente o submeterá à homologação do Tribunal na primeira sessão.

Art. 864. Não havendo acordo, ou não comparecendo ambas as partes ou uma delas, o presidente submeterá o processo a julgamento, depois de realizadas as diligências que entender necessárias e ouvida a Procuradoria. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Art. 865. Sempre que, no decorrer do dissídio, houver ameaça de perturbação da ordem, o presidente requisitará à autoridade competente as providências que se tornarem necessárias.

Art. 866. Quando o dissídio ocorrer fora da sede do Tribunal, poderá o presidente, se julgar conveniente, delegar à autoridade local as atribuições de que tratam os arts. 860 e 862. Nesse caso, não havendo conciliação, a autoridade delegada encaminhará o processo ao Tribunal, fazendo exposição circunstanciada dos fatos e indicando a solução que lhe parecer conveniente.

Art. 867. Da decisão do Tribunal serão notificadas as partes, ou seus representantes, em registrado postal, com franquia, fazendo-se, outrossim, a sua publicação no jornal oficial, para ciência dos demais interessados.

Parágrafo único. A sentença normativa vigorará: (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 424, de 21-1-1969.)

a) a partir da data de sua publicação, quando ajuizado o dissídio após o prazo do art. 616, § 3º, ou, quando não existir acordo, convenção ou sentença normativa em vigor, da data do ajuizamento; (Alínea incluída pelo Dec.-lei n. 424, de 21-1-1969.)

b) a partir do dia imediato ao termo final de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa, quando ajuizado o dissídio no prazo do art. 616, § 3º. (Alínea incluída pelo Dec.-lei n. 424, de 21-1-1969.)

Seção III
Da extensão das decisões

Art. 868. Em caso de dissídio coletivo que tenha por motivo novas condições de trabalho e no qual figure como parte apenas uma fração de empregados de uma empresa, poderá o Tribunal competente, na própria decisão, estender tais condições de trabalho, se julgar justo e conveniente, aos demais empregados da empresa que forem da mesma profissão dos dissidentes.

Parágrafo único. O Tribunal fixará a data em que a decisão deve entrar em execução, bem como o prazo de sua vigência, o qual não poderá ser superior a 4 (quatro) anos.

Art. 869. A decisão sobre novas condições de trabalho poderá também ser estendida a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do Tribunal:

a) por solicitação de 1 (um) ou mais empregadores, ou de qualquer sindicato destes;

b) por solicitação de 1 (um) ou mais sindicatos de empregados;

c) *ex officio*, pelo Tribunal que houver proferido a decisão;

d) por solicitação da Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Art. 870. Para que a decisão possa ser estendida, na forma do artigo anterior, torna-se preciso que 3/4 (três quartos) dos empregadores e 3/4 (três quartos) dos empregados, ou os respectivos sindicatos, concordem com a extensão da decisão.

§ 1º O Tribunal competente marcará prazo, não inferior a 30 (trinta) nem superior a 60 (sessenta) dias, a fim de que se manifestem os interessados.

§ 2º Ouvidos os interessados e a Procuradoria da Justiça do Trabalho, será o processo submetido ao julgamento do Tribunal.

econômica produtiva, irrelevante será, para sua caracterização como empregador, a circunstância de explorar atividade mercantil, industrial ou civil (cultural, recreativa ou prestadora de serviços). Desde que assalarie e dirija a prestação pessoal de serviços, é empregadora.

3. *Profissionais liberais, instituições de beneficência, associações culturais e recreativas*

Nos termos do § 1º do artigo sob comento, equiparam-se aos empregadores os profissionais e associações acima declinadas. A expressão equiparam-se é inadequada, pois, na verdade, desde que mantenham assalariados, são empregadores, para todos os fins de direito.

Assim, nas entidades filantrópicas, salvo aqueles que colaborem por altruísmo ou espírito religioso, os que prestam serviços comuns: faxineiros, porteiros, zeladores, arrecadadores de contribuições, devem ser, necessariamente, vistos como empregados.

4. *Empresas públicas e sociedades de economia mista*

Na exploração de atividade econômica (receita industrial e comercial), o Estado utiliza-se de dois instrumentos:

a) a empresa pública;

b) a sociedade de economia mista.

Ambas, conquanto haja a presença do Estado, são, contudo, pessoas jurídicas de direito privado, como, aliás, ressalta o art. 173, § 1º, da Constituição Federal:

> "A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica, sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias".

Em tais condições, todos os seus empregados são, necessariamente, celetistas.

5. *Grupo de empresas*

É um dos fenômenos da economia moderna. Várias empresas se integram formando, sob direção única, um grupo empresarial. Cada uma das empresas mantém íntegras suas respectivas personalidades jurídicas, conquanto vinculadas por interesses comuns.

Na ocorrência de tal fenômeno, estando o grupo de empresas sob a direção, controle ou administração de outra, todas serão solidárias e, por conseguinte, responsáveis pelos direitos trabalhistas do empregado, ainda que este esteja vinculado a apenas uma delas.

Não se trata, bem se vê, de contrato plúrimo de trabalho, como deixa claro o Enunciado 129 do C. TST:

> "A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário".

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 129 do TST.** Contrato de trabalho. Grupo econômico. A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário. (RA 26/82, *DJ*, 4-5-1982)

▷ **Serventuário de cartório extrajudicial.** O vínculo jurídico entre o trabalhador contratado para a prestação de serviços em Cartório de Notas Extrajudiciais, entidade privada por

Art. 871. Sempre que o Tribunal estender a decisão, marcará a data em que a extensão deva entrar em vigor.

Seção IV
Do cumprimento das decisões

Art. 872. Celebrado o acordo, ou transitada em julgado a decisão, seguir-se-á o seu cumprimento, sob as penas estabelecidas neste Título.

Parágrafo único. Quando os empregadores deixarem de satisfazer o pagamento de salários, na conformidade da decisão proferida, poderão os empregados ou seus sindicatos, independentes de outorga de poderes de seus associados, juntando certidão de tal decisão, apresentar reclamação à Junta ou Juízo competente, observado o processo previsto no Capítulo II deste Título, sendo vedado, porém, questionar sobre a matéria de fato e de direito já apreciada na decisão. (Redação dada pela Lei n. 2.275, de 30-7-1954.)

Seção V
Da revisão

Art. 873. Decorrido mais de 1 (um) ano de sua vigência, caberá revisão das decisões que fixarem condições de trabalho, quando se tiverem modificado as circunstâncias que as ditaram, de modo que tais condições se hajam tornado injustas ou inaplicáveis.

Art. 874. A revisão poderá ser promovida por iniciativa do Tribunal prolator, da Procuradoria da Justiça do Trabalho, das associações sindicais ou de empregador ou empregadores interessados no cumprimento da decisão.

Parágrafo único. Quando a revisão for promovida por iniciativa do Tribunal prolator ou da Procuradoria, as associações sindicais e o empregador ou empregadores interessados serão ouvidos no prazo de 30 (trinta) dias. Quando promovida por uma das partes interessadas, serão as outras ouvidas também por igual prazo.

Art. 875. A revisão será julgada pelo Tribunal que tiver proferido a decisão, depois de ouvida a Procuradoria da Justiça do Trabalho.

► *Comentários*

1. *Conflitos coletivos de trabalho*

Conflitos coletivos de trabalho são aqueles havidos entre grupos ou categorias profissionais (empregados e empregadores), representados por seus respectivos sindicatos. Distinguem-se dos conflitos ou dissídios individuais porque, ao contrário destes, o interesse em jogo é abstrato, de determinada categoria econômica (empregadores) e profissional (empregados).

Como preleciona Russomano, "a diferença entre essas duas categorias de dissídio reside menos no número de litigantes do que no seu objetivo: enquanto nos dissídios individuais está em debate o interesse concreto de determinados indivíduos, nos dissídios coletivos se discute o interesse abstrato de determinada categoria profissional ou econômica"[436].

Amauri Mascaro Nascimento põe em relevo exatamente esta distinção, ao afirmar que: "de um modo geral, os conflitos trabalhistas são classificados em conflitos individuais e coletivos, segundo o interesse em choque, de indivíduos singularmente considerados ou de um grupo abstratamente compreendido. Os

436. *Comentários à CLT*, cit., v. 2, p. 930.

conflitos coletivos envolvem pessoas não determinadas mas unidas em torno de um ponto comum. Os individuais envolvem pessoas determinadas agindo no interesse próprio, direto e imediato"[437].

2. *Formas de solução dos conflitos coletivos*

O antagonismo entre o capital e o trabalho, a rigor, sempre existiu, agravado, naturalmente, com o fim do regime da escravidão e a revolução industrial, com seus modernos meios de produção.

Com a preocupação dos juristas, políticos e do próprio Estado, que se afastava da cômoda posição de mero espectador da questão social, e, sobretudo, em decorrência do agravamento dos conflitos coletivos do trabalho, várias formas de composição têm surgido na busca da tão almejada harmonização das relações entre patrões e empregados.

Modernamente podemos sintetizar as formas de solução dos conflitos coletivos de trabalho em três espécies:

a) livre negociação;

b) arbitragem;

c) jurisdicional.

A primeira solução, como o próprio nome deixa entrever, é encontrada e estabelecida pelas próprias partes interessadas, entre representação sindical profissional e representação da respectiva categoria econômica, ou seja, dos empregadores, normalmente por meio dos sindicatos, federações e confederações. É a chamada *negociação coletiva,* por meio da qual os órgãos sindicais (de patrões e empregados) livremente (e sem qualquer ingerência estatal) fixam normas e condições de trabalho.

Ao contrário do que normalmente se apregoa, a negociação coletiva é amplamente acolhida no Direito do Trabalho do Brasil, como deixam claro o art. 611 da CLT e o inciso XXVI do art. 7º da Constituição Federal:

"XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho".

Convenções ou acordos coletivos são espécies de contrato, já que este último, o contrato, não é senão uma convenção entre partes que se obrigam a dar, fazer ou não fazer alguma coisa.

Na verdade, a convenção coletiva de trabalho é um contrato bilateral sinalagmático e oneroso, de natureza normativa.

A segunda forma é por meio da figura do *árbitro*, livremente escolhido pelos órgãos sindicais, É a chamada *arbitragem voluntária*, que, por consenso das partes, dirime os conflitos trabalhistas coletivos, fixando as soluções que lhes aprouverem, como enfatiza o art. 114, § 2º, da Constituição Federal:

"Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo...".

O árbitro, normalmente, é um especialista na matéria que lhe é apresentada.

Omissa a legislação trabalhista sobre a arbitragem no âmbito do direito do trabalho, aplicar-se-ão, analogicamente, as normas da Lei n. 9.307, de 23-9-1999, naquilo que for compatível com o processo do trabalho, já que a arbitragem é um negócio jurídico processual que visa à declaração e ao acertamento das relações entre as partes, mediante poderes conferidos para tal fim a um terceiro, o árbitro.

437. *Curso de Direito Processual do Trabalho*, cit., p. 4.

A terceira forma é por meio do chamado *sistema jurisdicional* do Estado, que entre nós é exercido pela Justiça do Trabalho, conforme o que preceitua o § 2º do art. 114 da Constituição Federal:

"Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente".

Não se olvide a mediação.

3. *Espécies de dissídios coletivos – poder normativo*

Há duas espécies de dissídios coletivos:

a) *de natureza jurídica;*

b) *de natureza econômica.*

Os primeiros, ou seja, os dissídios de natureza jurídica, objetivam a interpretação, pelo Tribunal Regional do Trabalho, ou eventualmente pelo Tribunal Superior, de uma norma jurídica convencional ou legal "de interesse delimitado a uma categoria profissional ou econômica", como põe em relevo Valentin Carrion:

"O dissídio de natureza econômica, na realidade o mais comum, objetiva a criação de novas condições de trabalho, como, por exemplo, o aumento salarial para determinada categoria profissional, com efeito manifestamente *constitutivo*, quando se faz presente, na amplitude, o chamado *poder normativo* da Justiça do Trabalho"[438].

Poder normativo, também denominado competência normativa, é a faculdade concedida à Justiça do Trabalho de criar novas condições de trabalho. É, pois, o poder constitucional atribuído à Justiça do Trabalho de criar novas condições laborais:

"Art. 114. .....

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente".

A redação dada ao dispositivo constitucional transcrito tem levado renomados autores a circunscrever a competência normativa aos dissídios coletivos, como ocorre com Coqueijo Costa:

"A ação coletiva de natureza econômica ou jurídica envolve 'controvérsias de fixação de novas condições de trabalho', ou de 'aplicação', respectivamente (De Litala), e pode ser intentada, em qualquer caso, pela parte empresarial ou pela parte trabalhadora (Manoel Garcia).

A ação coletiva de natureza econômica envolve interesses coletivos abstratos, num conflito econômico ou de interesses, e quer obter um pronunciamento jurisdicional constitutivo do Tribunal Regional do Trabalho ou do Tribunal Superior do Trabalho (Plenos), para criar ou modificar condições de trabalho, sobretudo cláusulas salariais, provocando e obrigando o Juízo a proferir sentença 'dispositiva' (Carnelutti), 'constitutiva' (Chiovenda), ou 'determinativa' (Raseli), nunca condenatória (Jaeger); 'nella controversia colletiva di fissazioni di nuove condi-

438. Ob. cit., 25. ed., p. 671.

zione di lavoro' (Litala). É o poder normativo constitucional da Justiça do Trabalho em pleno exercício (art. 142, § 1º), pelo qual o Tribunal não aplica norma preexistente, mas cria novas condições de trabalho"[439].

Não obstante, diversamente pensa Pedro Vidal Neto, para quem o chamado *poder normativo* extravasa o limite da sentença normativa para estender-se, também, aos regimentos e organização dos serviços dos pretórios trabalhistas:

"É usual o emprego da expressão poder normativo da Justiça do Trabalho para designar sua faculdade de 'estabelecer normas e condições de trabalho', no julgamento de dissídios coletivos, consoante a previsão do § 1º do art. 142 da Constituição Federal. Entretanto, os casos de expressão do poder normativo da Justiça do Trabalho, dentro de nossa perspectiva, comportam determinação mais extensa. O poder de elaborar normas jurídicas conferido aos Tribunais do Trabalho se exerce de modo precípuo na composição dos conflitos de trabalho, mas também se exprime quando esses tribunais estabelecem os seus próprios regimentos e a organização de seus serviços".

E, justificando sua posição, afirma:

"Sirvam de exemplo disposições de regimentos internos de tribunais trabalhistas concernentes a certos agravos, por isso mesmo denominados regimentais e aos embargos declaratórios, assim como inúmeros provimentos, dentre os quais o que se refere ao regimento de custas e os que, na Segunda Região da Justiça do Trabalho, disciplinam a assistência judiciária, a intimação de testemunhas e o procedimento de liquidação por cálculo"[440].

O poder normativo, pois, amplia-se sobremaneira, para extravasar os limites dos dissídios coletivos, alcançando campo mais vasto, como a elaboração de recursos regimentais (agravo regimental no TST) e a organização de seus próprios serviços.

A eliminação da expressão "estabelecer normas e condições", contida no § 2º do art. 114 da Constituição Federal, tem levado autores renomados a sustentar a extinção do Poder Normativo da Justiça do Trabalho.

É o que afirma Marcos Neves Fava:

"a expressão 'estabelecer normas e condições', antes vigente no § 2º do art. 114 da Constituição Federal, foi suprimida, afastando-se de forma integral o poder abstrato e irrestrito de criação de normas pela Justiça do Trabalho" (*Suplemento Trabalhista LTr, 10*:5).

Ponto de vista diverso sustentam Manoel Antônio Teixeira Filho e Ives Gandra da Silva Martins Filho. Observa o primeiro:

"Verifica-se, em face disso, que a despeito de o Poder Normativo não haver sido anatematizado, banido (como muitos desejam), acabou sendo reduzido de modo expressivo".

Para Ives Gandra Filho:

"Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 45/2004, verifica-se que o Poder

439. *Direito Judiciário do Trabalho*, cit., p. 86.

440. *Do Poder Normativo da Justiça do Trabalho*, Tese de Doutoramento, p. 146. O artigo mencionado refere-se à Constituição de 1969.

Normativo atribuído à Justiça do Trabalho restou quantitativamente reduzido e qualitativamente alterado, na medida em que:

– apenas de comum acordo o dissídio coletivo poderá ser ajuizado, o que faz das Cortes trabalhistas verdadeiras *Cortes de Arbitragem*, pois a característica própria da arbitragem é a livre eleição das partes, mas uma vez eleito o árbitro, o procedimento para a composição do litígio é o judicial e legalmente já estabelecido, devendo sua decisão ser respeitada pelas partes; e

– os únicos dissídios coletivos genuínos serão aqueles propostos pelo Ministério Público, nos casos de greve em serviços essenciais, que comprometam o interesse público" (transcritos da revista *LTr* de janeiro de 2005).

Em verdade, houve, com a Emenda Constitucional n. 45/2004, inequívoca restrição ao Poder Normativo, mas não necessariamente a sua extinção.

Observe-se que, na vigência do § 2º do art. 114 (alterado pela EC n. 45/2004), o *Supremo Tribunal Federal* já havia estabelecido limites ao poder normativo, decidindo a Suprema Corte que a Justiça do Trabalho, no exercício de tal faculdade, "pode criar obrigações para as partes envolvidas nos dissídios desde que atue no vazio deixado pelo legislador e não se sobreponha ou contrarie a legislação em vigor, sendo-lhe vedado estabelecer normas e condições vedadas pela Constituição ao domínio da lei formal" (RE 197911-9/PE, 24-9-1996, Rel. Min. Octavio Galloti).

No mesmo sentido a Súmula 190 do TST:

"Ao julgar ou homologar ação coletiva ou acordo nela havido, o Tribunal Superior do Trabalho exerce o poder normativo constitucional, não podendo criar ou homologar condições de trabalho que o Supremo Tribunal Federal julgue iterativamente inconstitucionais".

Em tais condições, exercerá a Justiça do Trabalho o poder normativo, respeitadas as condições mínimas legais de proteção ao trabalho e às normas convencionais celebradas anteriormente.

O dissídio coletivo de *natureza jurídica*, a nosso ver, também subsiste. Observe-se que a redação anterior do § 2º do art. 114 da Constituição Federal não contemplava tal espécie de dissídio, tal, aliás, como ocorre com a redação dada pela EC n. 45/2004. Contudo, está previsto na Lei n. 7.701/88 (que dispõe sobre a especialização de turmas dos tribunais em processos coletivos): "Art. 1º O Tribunal Superior do Trabalho, nos processos de sua competência, será dividido em turmas e seções especializadas para a *conciliação e julgamento de dissídios coletivos de natureza econômica ou jurídica* e de dissídios individuais...".

4. *Competência originária*

A competência originária nos dissídios coletivos é:

a) dos Tribunais Regionais do Trabalho;

b) do Tribunal Superior do Trabalho.

Aos primeiros, isto é, aos Tribunais Regionais do Trabalho, cabe conhecer dos dissídios entre categorias profissionais sob sua jurisdição.

Ao segundo, ao Tribunal Superior do Trabalho, os dissídios coletivos que excedam a jurisdição dos Tribunais Regionais.

Conquanto de competência originária dos Tribunais, a tentativa de conciliação e a instrução podem ser delegadas, pelos presidentes das cortes mencionadas, aos juízes de 1º grau (Varas do Trabalho), ou aos juízes de direito investidos de juris-

dição trabalhista, sempre que o dissídio ocorra fora da sede do Tribunal.

Nessa hipótese, feita a proposta de conciliação e realizada a instrução pelo juízo de 1º grau, os autos são devolvidos à 2ª instância, que, ou homologará a conciliação, na eventualidade da sua ocorrência, ou julgará o dissídio. É o que dispõe o art. 866 da CLT.

Observe-se que, conquanto a Justiça do Trabalho já não tenha a obrigatoriedade constitucional de promover a conciliação – o art. 114 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 45/2004, declara expressamente: *"compete à Justiça do Trabalho processar e julgar"* –, a legislação ordinária (art. 860 da CLT) prevê a audiência de conciliação, de manifesto interesse público.

No magistério de Manoel Antônio Teixeira Filho, "a conciliação constitui um traço marcante dos órgãos da Justiça do Trabalho, a ponto de a CLT declarar, enfaticamente, que os litígios submetidos a essa jurisdição especializada 'serão sempre sujeitos à conciliação'" (*LTr*, *60*:1-13).

5. Instauração de instância: legitimidade ativa e passiva

Os dissídios coletivos podem ser instaurados pelas partes, de comum acordo – uma vez frustrada a negociação coletiva ou a arbitragem.

Em conformidade com o que dispõe o art. 8º, III, da Constituição Federal, cabe aos *sindicatos* defender os direitos coletivos das respectivas categorias, abstratamente consideradas.

O inciso VI do mesmo dispositivo constitucional pressupõe a participação obrigatória do sindicato nas negociações coletivas.

De outro lado, dispõe o art. 857 da CLT ser prerrogativa dos sindicatos a representação para instaurar a instância em dissídio coletivo.

Na ocorrência de greve em atividade essencial (art. 10 e incisos da Lei n. 7.783/89 – Lei de Greve), o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo – art. 114, § 3º, da Constituição Federal.

Inexistindo sindicato, a representação da categoria pode ser feita pelas federações e, na falta destas, pelas confederações, a teor do que dispõe o parágrafo único do art. 857 da CLT.

6. Requisito prévio para a instauração de dissídio coletivo pelos sindicatos

Assembleia geral: em conformidade com o art. 859 da CLT, a instauração de dissídio coletivo está subordinada a prévia assembleia geral dos associados interessados na solução do dissídio, seja ele de natureza jurídica ou econômica, observado o *quorum* estabelecido no dispositivo legal sob comento: "em primeira convocação, por maioria de 2/3 dos mesmos, ou, em segunda convocação, por 2/3 dos presentes".

7. Procedimento no dissídio coletivo de natureza econômica

A Instrução Normativa n. 4 do TST, que uniformizava o procedimento nos dissídios coletivos de natureza econômica, foi revogada pela Resolução n. 116/2003[441].

O procedimento pressupõe, necessariamente, petição endereçada ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho (ou do TST, se na esfera de jurisdição deste), acompanhada de ata de assembleia geral que autoriza o dissídio.

441. TST – Resolução n. 116, de 20-3-2003.

Observe-se que a petição deve ser assinada por ambas as partes, já que a instauração de dissídio coletivo depende de *comum acordo* – o que, na prática, significa o manifesto esvaziamento dos dissídios nominados.

As condições legais mínimas para instauração de dissídio são, entre outras concernentes ao trabalho, também aquelas estabelecidas nos arts. 616 e 856 a 859 da CLT.

Mencione-se que a instauração de dissídio coletivo, assim como a propositura de qualquer ação, deve preencher os requisitos legais e processuais para que se estabeleça validamente a relação processual.

Ninguém de bom senso arguirá de inconstitucional o art. 267, VI, do Código de Processo Civil, que estabelece as condições da ação, ou ainda o art. 282 do mesmo Estatuto, que disciplina os requisitos da petição inicial, princípio, aliás, a que não escapa a Consolidação das Leis do Trabalho, no seu art. 840.

A exigência dos pressupostos fundamentais à propositura da ação de forma alguma há de ser vista como violadora à regra prevista no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.

Com a sensatez que lhe é de todos reconhecida, afirma José Frederico Marques que:

"A ação, por ser direito constitucional à tutela de jurisdição, tem de vir regulada como posição funcional que se integra em uma relação de direito estruturada segundo o devido processo legal"[442].

Daí dizer, com inequívoco acerto, o ínclito Juiz Eurico Cruz Neto:

"... em termos processuais, deve obedecer ao ordenamento jurídico, sendo indubitável que o direito de ação se subordina aos requisitos legais, enfim, se torna imprescindível o preenchimento dos requisitos processuais que fixam as condições básicas, para que se estabeleça a relação processual.

É fundamental a presença dos pressupostos subjetivos e objetivos, bem como as condições da ação, sem as quais se impõe a extinção do processo sem julgamento do mérito, em conformidade com o disposto no art. 267 do CPC, pois é imprescindível a legitimidade, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido"[443].

A Emenda Constitucional n. 45/2004 estabeleceu um princípio fundamental a ser observado nos dissídios coletivos – a instauração de instância (salvo a hipótese de greve em atividades essenciais) depende da concordância de ambas as partes, o que equivale a dizer que desaparece a figura do suscitado, para figurarem tão somente os suscitantes.

A Emenda Constitucional citada, todavia, não criou regras procedimentais, razão por que, com as adaptações à exigência constitucional, prevalece, obviamente, o procedimento instituído na CLT, a saber:

PETIÇÃO INICIAL: endereçada ao presidente do Tribunal Regional do Trabalho

Observação: a petição inicial, necessariamente escrita, será assinada pelos presidentes dos respectivos sindicatos, ou advogados munidos de mandato, contendo a designação e qualificação dos suscitantes e a natureza do estabelecimento ou do serviço.

442. *Manual de Direito Processual Civil*, cit., v. 1, p. 170.

443. *LTr*, 1993, n. 193.

Outrossim, deve conter os motivos do dissídio (CLT, art. 858). Recomenda-se a juntada da ata da assembleia geral que autorizou a instauração do dissídio, bem como certidão da convenção coletiva ou sentença normativa até então em vigor.

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Observação: na eventualidade de o dissídio ocorrer fora da sede do Tribunal Regional do Trabalho, poderá o juiz presidente deste delegar ao juiz titular da respectiva Vara do Trabalho competência para propor conciliação. Na ocorrência de conciliação, os autos serão devolvidos ao Tribunal Regional do Trabalho para a necessária homologação. Não havendo conciliação, o juiz titular da Vara do Trabalho encaminhará o processo ao Tribunal Regional do Trabalho, com circunstanciado relatório dos fatos, indicando a solução que lhe parecer mais conveniente (CLT, arts. 860, 862, 863 e 866).

INSTRUÇÃO

Observação: inexistindo acordo, nos termos do art. 864 da CLT, serão realizadas as diligências que se fizerem necessárias; estas diligências bem podem ser consideradas como a instrução dos dissídios coletivos.

VISTA À PROCURADORIA

Observação: levada a efeito sucinta instrução, dar-se-á vista dos autos à Procuradoria da Justiça do Trabalho.

AUDIÊNCIA DE JULGAMENTO

Observação: na audiência de julgamento é admitida sustentação oral pelos suscitantes (RITRT, 2ª Região, arts. 109 e s.), praxe trabalhista adotada pelos demais Tribunais Regionais.

Obs.: *vide* Instrução Normativa n. 27 do TST.

8. *Extensão e revisão*

As decisões proferidas nos dissídios de natureza econômica podem ser objeto de *extensão* e *revisão*.

A extensão ocorre quando o órgão jurisdicional trabalhista estende o âmbito de aplicação das normas coletivas de trabalho. A revisão consiste, como o próprio nome deixa entrever, na faculdade concedida ao órgão jurisdicional, de ofício, por provocação da Procuradoria, ou ainda do sindicato, de rever suas decisões proferidas em dissídios coletivos quando, *após um ano de vigência*, se tiverem modificado as circunstâncias que as ditaram, de modo que tais condições se hajam tornado injustas ou inaplicáveis.

9. *Ação de cumprimento*

As sentenças normativas (declaratórias constitutivas) não são exequíveis, já que não são condenatórias. Assim, na eventualidade de os empregadores por elas abrangidos não as cumprirem espontaneamente, poderá o interessado, ou seu sindicato, mover contra eles a chamada *ação de cumprimento*, prevista no art. 872, parágrafo único, da CLT:

"Quando os empregadores deixarem de satisfazer o pagamento de salários, na conformidade da decisão proferida, poderão os empregados ou seus sindicatos, independentes de outorga de poderes de seus associados, juntando certidão de tal decisão, apresentar reclamação à Junta[444] ou Juízo competente, observado o processo previsto no Capítulo II deste Título, sendo vedado, porém, questionar sobre a matéria de fato e de direito já apreciada na decisão".

444. Atualmente Vara do Trabalho.

A ação mencionada é, pois, o remédio jurídico próprio para reclamar direito assegurado em sentença normativa.

Por se desenvolver perante o órgão de 1º grau (Vara do Trabalho), é a ação de cumprimento um dissídio individual, conquanto de natureza especial (não confundi-la com o inquérito judicial), fundada necessariamente em sentença normativa – verdadeiro título de crédito judicial. Por isso que forçosamente instruída com certidão do acórdão cujo cumprimento se reclama.

Nesta espécie de ação não se pode discutir matéria de fato e de direito, já devidamente apreciada na sentença normativa em que se baseia, mesmo porque, ainda que não transitada em julgado, tal sentença é de competência originária dos tribunais. Pode, contudo, o empregador arguir, em sua defesa, incapacidade econômico-financeira para o cumprimento do julgado (Lei n. 6.708, de 30-10-1979).

A ação de cumprimento pode ser proposta pelo próprio empregado, obviamente integrante da categoria profissional beneficiada pela sentença normativa, como por seu respectivo sindicato, que, no caso, atua, como substituto processual, já que, agindo como reclamante, age por conta própria, sem procuração do empregado, embora em benefício deste.

Em conformidade com a Súmula 246 do TST:

"É dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para propositura da ação de cumprimento".

10. *Vigência das cláusulas adotadas pela sentença normativa*

Dispõe o art. 867 da CLT que a sentença normativa tem vigência a partir:

a) da data da publicação do acórdão, quando ajuizado o dissídio sem observância do prazo de 60 dias fixado no art. 616, § 3º, da CLT, ou quando não haja acordo ou convenção coletiva, ou ainda sentença normativa em plena vigência;

b) no dia imediato ao termo final da vigência do acordo, convenção coletiva ou sentença normativa, quando observado o prazo do art. 616, § 3º, da CLT – 60 dias.

Nos termos da Súmula 277 do TST:

"As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho".

11. *Recurso*

Quando a sentença normativa emana do Tribunal Regional do Trabalho, dela cabe *recurso ordinário* para o Tribunal Superior do Trabalho. Originária do Tribunal Superior do Trabalho, nos dissídios coletivos que extravasem o limite de jurisdição dos Tribunais Regionais do Trabalho, o recurso cabível é o de *embargos*, no âmbito do próprio Tribunal Superior do Trabalho[445].

► *Jurisprudência*

▷ Súmula 190 do Tribunal Superior do Trabalho. Poder normativo do

445. A Lei n. 7.701, de 21-12-1988, no seu art. 2º, II, *c*, dispõe que cabem no Tribunal Superior do Trabalho "embargos infringentes interpostos contra decisão não unânime proferida em processo de dissídio coletivo de sua competência originária, salvo se a decisão atacada estiver em consonância com precedente jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou Súmula de sua jurisprudência predominante".

TST. Condições de trabalho. Inconstitucionalidade. Decisões contrárias ao STF. Decidindo ação coletiva ou homologando acordo nela havido, o Tribunal Superior do Trabalho exerce o poder normativo constitucional, não podendo criar ou homologar condições de trabalho que o Supremo Tribunal Federal julgue iterativamente inconstitucionais. (Res. 12/83, *DJ*, 9-11-1983)

▷ **Súmula 246 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação de cumprimento. Trânsito em julgado da sentença normativa.** É dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para propositura da ação de cumprimento. (Res. 15/85, *DJ*, 9-12-1985)

▷ **Súmula 277 do Tribunal Superior do Trabalho. Convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo de trabalho. Eficácia. Ultratividade.** (Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012, *DEJT*, 25, 26 e 27-9-2012)
As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho.

▷ **Súmula 286 do Tribunal Superior do Trabalho. Sindicato. Substituição processual. Convenção e acordos coletivos – Com alteração dada pela Res. 98/2000, *DJ*, 18-9-2000.** "A legitimidade do sindicato para propor ação de cumprimento estende-se também à observância de acordo ou de convenção coletivos." (Res. 19/88, *DJ*, 18-3-1988)

▷ **Súmula 350 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Termo inicial. Ação de cumprimento. Sentença normativa.** "O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas a partir da data de seu trânsito em julgado." (Res. 62/96, *DJ*, 4-10-1996)

▷ **Súmula 57 do Superior Tribunal de Justiça.** Compete à justiça comum estadual processar e julgar ação de cumprimento fundada em acordo ou convenção coletiva não homologados pela justiça do trabalho.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 188 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Decisão normativa que defere direitos. Falta de interesse de agir para ação individual.** Falta interesse de agir para a ação individual, singular ou plúrima, quando o direito já foi reconhecido através de decisão normativa, cabendo, no caso, ação de cumprimento.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 2 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho.** Acordo homologado. Extensão a partes não subscreventes. Inviabilidade. É inviável aplicar condições constantes de acordo homologado nos autos de dissídio coletivo, extensivamente, às partes que não o subscreveram, exceto se observado o procedimento previsto no art. 868 e seguintes, da CLT.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 5 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho**. Dissídio coletivo. Pessoa jurídica de direito público. Possibilidade jurídica. Cláusula de natureza social. Em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, cabe dissídio coletivo exclusivamente para apreciação de cláusulas de natureza social. Inteligência da Convenção n. 151 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Decreto Legislativo n. 206/2010.

definição constitucional, é celetista diante de sua natureza, tanto que efetivamente não se enquadra nas normas que regem o funcionalismo público. (TRT/SP, Ac. 20000487338, 3ª T., j. 19-9-2000, Proc. 20000234928, Rel. Décio Sebastião Daidone, *DOE/SP*, 3-10-2000)

▷ **Câmara Municipal.** Ilegitimidade *ad causam*. Não possuindo a Câmara Municipal personalidade jurídica, nem tampouco capacidade *ad processum* (art. 12 do CPC), não pode figurar como parte nas demandas. A ação deve ser proposta contra a Municipalidade. (TRT/SP, Ac. 02980240979, 4ª T., j. 12-5-1998, Proc. 02970130763, Rel. Sonia Maria Prince Franzini, *DOE/SP*, 22-5-1998)

▷ **Relação de trabalho. Prestação autônoma de serviços. Não configuração, em face da mera propriedade, pelo trabalhador, do instrumento de trabalho.** A mera condição de proprietário do instrumento de trabalho não qualifica o trabalhador como autônomo, quando provado que não dispunha de liberdade na condução da prestação de serviços, subordinando-se ao comando do tomador. (TRT/SP, Ac. 20000396715, 8ª T., j. 31-7-2000, Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 29-8-2000)

▷ **Grupo Econômico. Unicidade contratual. Fraude.** Aplicação do art. 453 da CLT. A verificação de Grupo Econômico não configura, por si só, a unicidade contratual de empregado que se ativou sob o comando de várias empresas componentes, através de distintos contratos de trabalho, ainda que em bases territoriais sindicais diversas. O § 2º do art. 2º da CLT fixa apenas a solidariedade entre elas, pelos contratos mantidos. Fraude não se presume, devendo ser provada para que possa ser tomada como tal. Por sucessivos contratos de trabalho, o trabalhador tem a proteção do disposto no art. 453 da CLT, para considerá-los como únicos, salvo se tiver recebido indenização legal, como se verifica com a liberação de depósitos fundiários e o pagamento da multa de 40% correspondente. (TRT/SP, Ac. 20000105060, 3ª T., j. 14-3-2000, Rel. Décio Sebastião Daidone, *DOE/SP*, 28-3-2000)

Art. 3º Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Parágrafo único. Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

▶ *Comentários*

A definição de empregado, dada pelo art. 3º, põe em relevo o caráter *intuitu personae* do vínculo empregatício com relação ao obreiro, deixando patente que este é, sempre, uma *pessoa física* – um homem ou uma mulher –, o que afasta, desde logo, a pessoa jurídica dessa condição.

Assim, um dos traços marcantes, senão uma das características básicas, é a *pessoalidade* consistente no caráter pessoal da prestação de serviços. Só excepcionalmente e, ainda assim, com prévia concordância do empregador, pode o empregado fazer-se substituir por outrem.

Como bem observa Mario de La Cueva:

"El derecho del trabajo protege al trabajador como ser humano y por la energía

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 7 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Dissídio coletivo. Natureza jurídica. Interpretação de norma de caráter genérico. Inviabilidade.** Não se presta o dissídio coletivo de natureza jurídica à interpretação de normas de caráter genérico, a teor do disposto no art. 313, II, do RITST.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 8 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Dissídio coletivo. Pauta reivindicatória não registrada em ata. Causa de extinção.** A ata da assembleia de trabalhadores que legitima a atuação da entidade sindical respectiva em favor de seus interesses deve registrar, obrigatoriamente, a pauta reivindicatória, produto da vontade expressa da categoria.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 11 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Greve. Imprescindibilidade de tentativa direta e pacífica da solução do conflito. Etapa negocial prévia.** É abusiva a greve levada a efeito sem que as partes hajam tentado, direta e pacificamente, solucionar o conflito que lhe constitui o objeto.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 19 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Dissídio coletivo contra a empresa. Legitimação da entidade sindical. Autorização dos trabalhadores diretamente envolvidos no conflito.** (Inserido dispositivo) – *DEJT* divulgado em 16, 17 e 18-11-2010 – A legitimidade da entidade sindical para a instauração da instância contra determinada empresa está condicionada à prévia autorização dos trabalhadores da suscitada diretamente envolvidos no conflito.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 29 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Edital de convocação e ata da assembleia geral. Requisitos essenciais para instauração de dissídio coletivo.** O edital de convocação da categoria e a respectiva ata da AGT constituem peças essenciais à instauração do processo de dissídio coletivo.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 32 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Reivindicações da categoria. Fundamentação das cláusulas. Necessidade. Aplicação do PN 37 do TST.** É pressuposto indispensável à constituição válida e regular da ação coletiva a apresentação em forma clausulada e fundamentada das reivindicações da categoria, conforme orientação do item VI, letra *e*, da IN 04/93.

▷ **Precedente Normativo n. 10 do Tribunal Superior do Trabalho. Banco do Brasil como parte em DC no TRT** (positivo). Redação alterada pela Res. 86/98 – *DJU* 15/10/98. Os Tribunais Regionais do Trabalho são incompetentes para processar e julgar Dissídios Coletivos em que sejam partes o Banco do Brasil S.A. e entidades sindicais dos bancários.

▷ **Precedente Normativo n. 37 do Tribunal Superior do Trabalho. Dissídio coletivo. Fundamentação de cláusulas. Necessidade** (positivo). Nos processos de dissídio coletivo só serão julgadas as cláusulas fundamentadas na representação, em caso de ação originária, ou no recurso.

▷ **Dissídio coletivo. Prevalência dos acordos coletivos celebrados com parte da categoria profissional sobre a sentença normativa.** Dispõe o artigo 114 da Constituição Federal, em seu § 2º, que, "recusando-se qualquer

das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho". À luz da norma constitucional em exame, o ajuizamento de dissídio coletivo tem por pressuposto o exaurimento das tentativas de negociação entre as partes. Nesse contexto, constata-se que o legislador constituinte de 1988 sinalizou no sentido de prestigiar a autocomposição dos conflitos trabalhistas, estimulando, sempre que possível, a sua solução pela via negocial. Por essa razão, aliás, a Constituição Federal é expressa ao dispor, em seu artigo 8º, III e VI, que "ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas", sendo obrigatória a sua participação nas negociações coletivas de trabalho. Fixadas essas premissas, não há como se atribuir à sentença normativa prevalência sobre acordos coletivos, extrajudicialmente celebrados com entidades sindicais representativas de parte da categoria profissional, sob pena de se estar decidindo na contramão dos princípios agasalhados pelo ordenamento constitucional em vigor. Recurso ordinário do sindicato parcialmente provido. (TST, RODC 709.468/2000, j. 11-10-2001, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Rel. Min. Milton de Moura França, *DJ*, 9-11-2001)

▷ **Normas previstas em instrumento normativo. Liberdade de negociação. Prevalência. Trabalhadores avulsos.** O reconhecimento da autoridade dos Sindicatos para negociar e firmar acordos e convenções coletivas de trabalho não pode ser questionado. Trata-se de negociação em que as partes ajustam condições de forma global. Não se pode alterar uma cláusula sem que implique mexer em toda a estrutura do ajuste. Não pode o Judiciário, nessas circunstâncias, pinçar esta ou aquela condição, porque ninguém melhor que as partes sabe o que melhor atende aos seus interesses. Precisamente por isso a Constituição Federal consagra o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho (inciso XXVI do artigo 7º da Constituição Federal de 1988), dispondo que ao Sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria (artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal de 1988). É o respeito à autonomia coletiva assegurado aos Sindicatos. (TST, RO 689.897/2000, j. 10-5-2001, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Rel. Min. Rider Nogueira de Brito, *DJ*, 8-6-2001)

▷ **Redução da hora noturna. Disposição convencional. Eficácia.** Porque resulta da livre negociação entre as categorias profissional e econômica, há que se considerar válida a cláusula convencional de não redução da hora noturna, quando o seu pagamento se dá com acréscimo no adicional (40%), já que incluído neste percentual o adicional previsto no art. 73 da CLT. (TRT/9ª R., Ac. 02105/2001, j. 26-1-2001, RO 3.219/2000, Rel Desig. Juiz Arnor Lima Neto, *DJ/PR*, 26-1-2001)

▷ **Dissídio coletivo de natureza econômica. Realização de acordo. Homologação judicial.** O acordo que não contraria nenhum dispositivo de ordem pública merece homologação,

em respeito à vontade soberana das partes, como forma autônoma de colocar fim ao conflito de interesse e de prestigiar a negociação coletiva (art. 7º, XXVI, da Constituição Federal c/c art. 863 da CLT). Acordo homologado. (TST, DC 775.200/01.4, SDC, Rel. Milton de Moura França, *DJ*, 3-10-2003)

▷ **Extensão de convenção coletiva de trabalho a entidades não convenentes, por meio de decisão judicial. Impossibilidade.** O art. 869 da CLT estabelece a possibilidade de se estender decisão sobre novas condições de trabalho (ou seja, sentença normativa) a todos os empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do Tribunal, inclusive *ex officio*. Porém, não existe previsão legal para a aplicação extensiva de Acordos ou Convenções Coletivas a todos os membros de uma categoria, mesmo porque tal procedimento desnaturaria o sentido desses instrumentos coletivos, baseados no ajuste de vontades espontaneamente firmado entre as partes envolvidas. Além disso, mesmo quando se trata de extensão de decisão, devem ser observados os requisitos e procedimentos descritos no art. 870 da CLT, o que não ocorreu na hipótese dos autos. Recursos Ordinários providos para, declarando a nulidade da decisão recorrida, determinar o retorno dos autos ao TRT de origem, a fim de que seja ofertada a devida prestação jurisdicional às partes. (TST, RODC 020.092/2002-000-02-00.3, SDC, Rel. Min. Rider de Brito, *DJ*, 28-5-2004)

▷ **Sindicato. Substituição processual ampla. Alcance da categoria profissional. Ação de cumprimento de sentença normativa. Interpretação do art. 872, parágrafo único, da CLT em conformidade com o art. 8º, III, da Carta Magna.** O Supremo Tribunal Federal sinalizou no sentido de que o art. 8º, III, da Constituição da República, ao gizar que ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, admitiria ampla substituição processual pelo sindicato. Nessa esteira, o Tribunal Superior do Trabalho cancelou a sua Súmula n. 310, que espelhava orientação contrária, passando a adotar, a partir de então, a tese de que a substituição processual assegurada ao sindicato pelo art. 8º, III, da Carta Magna é mais ampla, de modo a permitir à entidade sindical a legitimação extraordinária para atuar em nome de toda a categoria profissional, quando em debate interesses individuais homogêneos. Outrossim, considerando que a lei há que ser interpretada de modo a se conformar à Constituição, pode-se afirmar, no caso concreto, que a interpretação do preceito contido no parágrafo único do art. 872 da CLT em conformidade com a norma inscrita no art. 8º, III, da Carta Magna significa dizer que o sindicato não necessita de procuração dos substituídos para atuar como substituto processual da categoria profissional beneficiada pela sentença normativa. Não emerge, pois, da literalidade da norma consolidada a dicção de que o sindicato está legitimado a substituir processualmente apenas os integrantes da categoria profissional que sejam seus associados. Do contrário, a inconstitucionalidade do preceito celetista emergiria diante da disciplina da matéria pela Constituição da República. A hipótese é de interpretação conforme à Constituição. Agravo des-

provido. (TST, AIRR 60.530/2003-004-20-40.9, 4ª T., Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, *DJ*, 22-10-2004)

▷ **Dissídio coletivo de natureza jurídica. Necessidade de realização de assembleia geral.** A interpretação de norma coletiva pelo Poder Judiciário constitui necessidade da categoria profissional representada pelo sindicato, em face do conflito gerado pela imprecisão das cláusulas constantes de sentenças normativas, acordos ou convenções coletivas. Se a divergência interpretativa da norma coletiva pode atingir direito da categoria, e não da diretoria do sindicato, esta não estará legitimada a ingressar em juízo para que o Judiciário Trabalhista dirima a dúvida e esclareça a interpretação a ser dada à norma, senão mediante autorização prévia da categoria, o que pressupõe a realização de assembleia convocada especialmente para esse fim. O art. 857 da CLT, antes mesmo da Constituição Federal de 1988, já estabelecia como prerrogativa das associações sindicais a representação para instaurar a instância em dissídio coletivo, sem fazer qualquer distinção quanto à sua natureza (se econômica ou jurídica). E o art. 859 da CLT é claro ao estabelecer que a representação dos sindicatos para a instauração de instância fica subordinada à aprovação de assembleia. Recurso ordinário desprovido. (TST, RODC 733.336/2001, j. 27-9-2001, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Rel. Min. Rider Nogueira de Brito, *DJ*, 16-11-2001)

▷ **Dissídio coletivo de natureza jurídica. Aplicação de lei. Ilegitimidade ativa.** O empregador não detém legitimidade para instaurar dissídio coletivo de natureza jurídica que objetiva a declaração de aplicabilidade, aos contratos de trabalho com ele celebrados, de norma genérica e abstratamente prevista no ordenamento jurídico, destinada à generalidade dos empregados. Prerrogativa de representação conferida à entidade sindical (CF-88, arts. 8º, III e VI, 114, § 2º, e CLT, art. 857). **Ilegitimidade do sindicato.** Falta legitimidade ao sindicato da categoria econômica, cuja base territorial abrange vários Estados, para propor dissídio coletivo em relação a sindicatos da categoria profissional de diversas regiões de um dos Estados, visto que a assembleia que autorizou o ajuizamento da ação, realizada apenas na capital de outro Estado, não detém a necessária representatividade da categoria econômica. (TRT/9ª R., Ac. 4.126/2000, j. 18-2-2000, DC 9/98, Rel. Desig. Dirceu Pinto Junior, *DJPr*, 18-2-2000)

▷ **Legitimidade ativa. Categoria diferenciada.** Considerando que os trabalhadores na movimentação de mercadorias em geral estão legalmente legitimados como integrantes de categoria diferenciada, o seu sindicato representativo tem legitimidade ativa para instaurar Dissídio Coletivo quando frustradas as tentativas de negociação coletiva com o sindicato patronal. (TRT/12ª R., Ac. 31, j. 20-11-2000, DC-ORI 1.497/2000, SDC, Rel. Juiz Jorge Luiz Volpato, *DJ/SC*, 12-1-2001)

Capítulo V
Da Execução

Seção I
Das disposições preliminares

Art. 876. As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso

com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executados pela forma estabelecida neste Capítulo. (Redação dada pela Lei n. 9.958, de 12-1-2000.)

Parágrafo único. Serão executadas *ex officio* as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido. (Com a redação dada pela Lei n. 11.457, de 16-3-2007.)

Art. 877. É competente para a execução das decisões o Juiz ou Presidente do Tribunal que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio.

Art. 877-A. É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria. (Artigo incluído pela Lei n. 9.958, de 12-1-2000.)

Art. 878. A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou *ex officio* pelo próprio Juiz ou Presidente ou Tribunal competente, nos termos do artigo anterior.

Parágrafo único. Quando se tratar de decisão dos Tribunais Regionais, a execução poderá ser promovida pela Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Art. 878-A. Faculta-se ao devedor o pagamento imediato da parte que entender devida à Previdência Social, sem prejuízo da cobrança de eventuais diferenças encontradas na execução *ex officio*. (Artigo incluído pela Lei n. 10.035, de 25-10-2000.)

Art. 879. Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos. (Redação dada pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

§ 1º Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda, nem discutir matéria pertinente à causa principal. (Antigo parágrafo único transformado em § 1º pela Lei n. 8.432, de 11-6-1992.)

§ 1º-A. A liquidação abrangerá, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.035, de 25-10-2000.)

§ 1º-B. As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.035, de 25-10-2000.)

§ 2º Elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz poderá abrir às partes prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão. (Parágrafo incluído pela Lei n. 8.432, de 11-6-1992.)

§ 3º Elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. (Com a redação dada pela Lei n. 11.457, de 16-3-2007.)

§ 4º A atualização do crédito devido à Previdência Social observará os critérios estabelecidos na legislação previdenciária. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.035, de 25-10-2000.)

§ 5º O Ministro de Estado da Fazenda poderá, mediante ato fundamentado, dispensar a manifestação da União quando o valor total das verbas que integram o salário de contribuição, na forma do art. 28 da Lei n. 8.212, de 24-7-1991, ocasionar perda de escala decorrente da atuação do órgão jurídico. (Com a redação dada pela Lei n. 11.457, de 16-3-2007.)

Seção II
Do mandado e da penhora

Art. 880. Requerida a execução, o juiz ou

presidente do tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 48 (quarenta e oito) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora. (Com a redação dada pela Lei n. 11.457, de 16-3-2007.)

§ 1º O mandado de citação deverá conter a decisão exequenda ou o termo de acordo não cumprido.

§ 2º A citação será feita pelos oficiais de justiça.

§ 3º Se o executado, procurado por 2 (duas) vezes no espaço de 48 (quarenta e oito) horas, não for encontrado, far-se-á citação por edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede da Junta ou Juízo, durante 5 (cinco) dias.

Art. 881. No caso de pagamento da importância reclamada, será este feito perante o escrivão ou chefe de secretaria, lavrando-se termo de quitação, em 2 (duas) vias, assinadas pelo exequente, pelo executado e pelo mesmo escrivão ou chefe de secretaria, entregando-se a segunda via ao executado e juntando-se a outra ao processo. (Redação nos termos da Lei n. 409, de 25-9-1948.)

Parágrafo único. Não estando presente o exequente, será depositada a importância, mediante guia, em estabelecimento oficial de crédito ou, em falta deste, em estabelecimento bancário idôneo. (Redação dada pela Lei n. 7.305, de 2-4-1985.)

Art. 882. O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da mesma, atualizada e acrescida das despesas processuais, ou nomeando bens à penhora, observada a ordem preferencial estabelecida no art. 655 do Código Processual Civil. (Redação dada pela Lei n. 8.432, de 11-6-1992.)

Art. 883. Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da importância da condenação, acrescida de custas e juros de mora, sendo estes, em qualquer caso, devidos a partir da data em que for ajuizada a reclamação inicial. (Redação dada pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

Seção III
Dos embargos à execução e da sua impugnação

Art. 884. Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias[446] para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.

§ 1º A matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.

§ 2º Se na defesa tiverem sido arroladas testemunhas, poderá o Juiz ou o Presidente do Tribunal, caso julgue necessários seus depoimentos, marcar audiência para a produção das provas, a qual deverá realizar-se dentro de 5 (cinco) dias.

---

446. Prazo alterado para 30 dias, nos termos da Medida Provisória n. 2.180-35, de 24-8-2001, que, em seu art. 4º, acrescentou o art. 1º-B à Lei n. 9.494 de 10-9-1997: "O prazo a que se refere o *caput* dos arts. 730 do Código de Processo Civil, e 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a ser de trinta dias".
É de ressaltar que o TST, nos autos do Processo RR 70/1992-011-04-00.7, por seu Tribunal Pleno, em v. acórdão do Min. Ives Gandra Martins Filho, vem declarar a inconstitucionalidade do art. 4º da MP n. 2.180-35, de 24-8-2001, vazado nos seguintes termos: "Medida Provisória ampliando o prazo fixado nos arts. 730 do CPC e 884 da CLT, de dez e cinco, respectivamente, para trinta dias, para os entes públicos oporem embargos à execução – Medida Provisória n. 2.180-35/01 – Inconstitucionalidade à luz do art. 62, *caput*, da Constituição Federal".

§ 3º Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo. (Redação dada pela Lei n. 2.244, de 23-6-1954.)

§ 4º Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário. (Redação dada pela Lei n. 10.035, de 25-10-2000.)

§ 5º Considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal. (Parágrafo incluído pela MP n. 2.180-35, de 24-8-2001.)

Seção IV
Do julgamento e dos trâmites finais da execução

Art. 885. Não tendo sido arroladas testemunhas na defesa, o juiz ou presidente, conclusos os autos, proferirá sua decisão, dentro de 5 (cinco) dias, julgando subsistente ou insubsistente a penhora.

Art. 886. Se tiverem sido arroladas testemunhas, finda a sua inquirição em audiência, o escrivão ou secretário fará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, conclusos os autos ao juiz ou presidente, que proferirá sua decisão, na forma prevista no artigo anterior.

§ 1º Proferida a decisão, serão da mesma notificadas as partes interessadas, em registrado postal, com franquia.

§ 2º Julgada subsistente a penhora, o juiz ou presidente mandará proceder logo à avaliação dos bens penhorados.

Art. 887. A avaliação dos bens penhorados em virtude da execução de decisão condenatória, será feita por avaliador escolhido de comum acordo pelas partes, que perceberá as custas arbitradas pelo juiz, ou presidente do tribunal trabalhista, de conformidade com a tabela a ser expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho. (Prejudicado pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 1º Não acordando as partes quanto à designação de avaliador, dentro de cinco dias após o despacho que determinou a avaliação, será o avaliador designado livremente pelo juiz ou presidente do tribunal. (Prejudicado pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 2º Os servidores da Justiça do Trabalho não poderão ser escolhidos ou designados para servir de avaliador. (Prejudicado pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

Art. 888. Concluída a avaliação, dentro de 10 (dez) dias, contados da data da nomeação do avaliador, seguir-se-á a arrematação que será anunciada por edital afixado na sede do Juízo ou Tribunal e publicado no jornal local, se houver, com a antecedência de 20 (vinte) dias. (Artigo com redação dada pela Lei n. 5.584, de 26-6-1970.)

§ 1º A arrematação far-se-á em dia, hora e lugar anunciados e os bens serão vendidos pelo maior lance, tendo o exequente preferência para a adjudicação.

§ 2º O arrematante deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) do seu valor.

§ 3º Não havendo licitante, e não requerendo o exequente a adjudicação dos bens penhorados, poderão os mesmos ser vendidos por leiloeiro nomeado pelo Juiz ou Presidente.

§ 4º Se o arrematante, ou seu fiador, não pagar dentro de 24 (vinte e quatro) horas o preço da arrematação, perderá, em benefício da execução, o sinal de que trata o § 2º deste artigo, voltando à praça os bens executados.

Art. 889. Aos trâmites e incidentes do processo da execução são aplicáveis, naquilo em que não contravierem ao presente Título, os preceitos que regem o processo dos

executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.

Art. 889-A. Os recolhimentos das importâncias devidas, referentes às contribuições sociais, serão efetuados nas agências locais da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil S.A., por intermédio de documento de arrecadação da Previdência Social, dele se fazendo constar o número do processo. (Artigo incluído pela Lei n. 10.035, de 25-10-2000.)

§ 1º Concedido parcelamento pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o devedor juntará aos autos a comprovação do ajuste, ficando a execução da contribuição social correspondente suspensa até a quitação de todas as parcelas. (Com a redação dada pela Lei n. 11.457, de 16-3-2007.)

§ 2º As Varas do Trabalho encaminharão mensalmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil informações sobre os recolhimentos efetivados nos autos, salvo se outro prazo for estabelecido em regulamento. (Com a redação dada pela Lei n. 11.457, de 16-3-2007.)

Seção V
Da execução por prestações sucessivas

Art. 890. A execução para pagamento de prestações sucessivas far-se-á com observância das normas constantes desta Seção, sem prejuízo das demais estabelecidas neste Capítulo.

Art. 891. Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.

Art. 892. Tratando-se de prestações sucessivas por tempo indeterminado, a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até a data do ingresso na execução.

► *Comentários*

1. *Processo de execução*

Transitada em julgado a sentença, tem início, como se sabe, a execução.

A reforma introduzida no Processo Civil (Lei n. 11.232, de 22-12-2005) altera fundamentalmente o conceito de sentença, como, inclusive, dá dimensão diversa à execução por título judicial, que passa a ser vista como fase complementar do processo de conhecimento.

A sentença, por sua vez, já não pode ser conceituada como o ato do juiz que põe fim ao processo, para significar o reconhecimento, ou não, do direito, passando a execução a ser vista como fase de realização desse direito – "O processo tem de ser compreendido como o conjunto de atividades judiciais que vão desde o provocar o Estado-juiz a reconhecer o direito até a realizá-lo", afirma Cassio Scarpinella Bueno:

> "Processo é a junção do binômio reconhecimento (do direito) e realização (do direito). O que se dá ao longo do processo é que o foco das atividades e da atuação do Estado-juiz altera-se conforme as necessidades imediatas. o Estado-juiz praticará uns tantos atos voltados precipuamente à realização do direito tal qual descrito pelas partes em suas manifestações e praticará outros tantos voltados precipuamente à realização concreta do que foi reconhecido. Não está errado, muito pelo contrário, sustentar que cada uma dessas atividades possa ser compreendida como uma etapa, como uma fase do processo. Mas cada uma destas etapas, cada uma destas fases são elementos, são partes que compõem o todo que é o processo. Não são o processo. São parte dele".

Em tais condições a execução por título judicial há de ser vista como com-

plemento do processo de conhecimento, consagrando, a nosso ver, tese esposada por Gabriel de Rezende Filho de que a execução "é a fase lógica e complementar da ação", no mesmo sentido opinando Afonso Fraga:

"A execução, quer se desdobre na tela judiciária posteriormente à ação, como de ordinário ocorre, quer simultaneamente, como nos casos em que lhe empresta a forma e fases, apresenta-se sempre como o último esforço do direito para chegar à sua reintegração, como a fase coercitiva e derradeira da mesma ação, ou o epílogo de toda luta travada no pretório. É por esta razão que os juristas, com toda justeza, a consideram como um complemento da mesma ação, parte integrante do processo ou igualmente *consummatio judicati*".

"A procedimentalidade da execução por título judicial sofreu substancial mudança, já que vai orientar-se como complemento do processo de conhecimento", doutrina Ernane Fidélis dos Santos.

A execução por título judicial portanto, está umbilicalmente ligada à sentença, sendo "fruto, essencialmente, da atividade jurisdicional do Estado", nas palavras textuais de José Augusto Rodrigues Pinto.

Ao contrário da execução por título judicial a execução por títulos extrajudiciais independe de fase preliminar de reconhecimento judicial, já que por disposição expressa de lei tais títulos têm força executória.

A execução no processo do trabalho fundamenta-se no título judicial (sentença), como pode alicerçar-se em título extrajudicial, de que são exemplos o denominado *termo de ajuste*, firmado perante o Ministério Público, e o termo de conciliação, celebrado perante as Comissões de Conciliação Prévia – art. 876 da CLT, com a redação dada pela Lei n. 9.958/2000.

2. *Sentenças exequíveis*

A execução definitiva, assim considerada aquela que enseja penhora e alienação de bens, pressupõe sentença transitada em julgado: "as decisões passadas em julgado". Sentença transitada em julgado é aquela de que já não cabe qualquer recurso e que, por isso mesmo, se torna "imutável e indiscutível", como enfatiza o art. 467 do CPC.

A sentença de que tenha havido recurso com efeito suspensivo só enseja *execução provisória*, que se processa com a extração de carta de sentença, envolvendo apenas a penhora, sem, todavia, implicar atos de alienação, como deixa claro o art. 899 da CLT: "permitida a execução provisória até a penhora".

3. *Juízo competente para a execução*

Reza o art. 877 da CLT que competente para a execução é o "juiz ou presidente do tribunal que tiver conciliado ou julgado originariamente o dissídio".

Com a extinção da representação classista, e instituição do juiz singular nas Varas do Trabalho, perdem sentido, estando revogados os dispositivos consolidados que pressupunham a presença de decisão colegiada, reservando os atos da execução exclusivamente ao juiz presidente, como estabelece o art. 649 da CLT.

Todos os atos processuais do juízo são praticados por um só juiz – o juiz do trabalho.

A execução se processa, portanto, perante o juiz prolator da sentença exequenda.

Na eventualidade de o executado não possuir bens no foro da execução, far-se-á esta por *carta precatória executória*, perante o juiz do foro onde estejam os bens, ali se processando os atos de alienação, inclusive o processamento e julgamento dos embargos à execução (art. 884 da CLT).

A Lei n. 9.958, de 12-1-2000, acrescentou à CLT o art. 877-A, estabelecendo a competência para executar os títulos extrajudiciais agora existentes no processo do trabalho, a saber: o *termo de ajuste* firmado perante o Ministério Público do Trabalho, o *termo de conciliação* celebrado perante as Comissões de Conciliação Prévia e as *contribuições previdenciárias*, dispondo que: "é competente para a execução do título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria".

4. *Iniciativa da execução*

Ao contrário do que ocorre no processo civil, o juiz do trabalho pode, de ofício, promover a execução – art. 878 da CLT: "a execução poderá ser promovida por qualquer interessado ou *ex officio* pelo próprio juiz".

A expressão "qualquer interessado", utilizada no dispositivo consolidado acima transcrito, obviamente se refere *às partes*, convindo pôr em relevo que o principal interessado em promover a execução é o credor beneficiário no julgado, ou seja, o exequente.

Ao Ministério Público é atribuída legitimidade para promover a execução de decisões proferidas pelos Tribunais Regionais em processos de competência originária destes, ou, ainda, em dissídios individuais em que assistem incapazes ou menores.

5. *Sentença líquida*

Não basta o trânsito em julgado para que a sentença enseje execução definitiva, pois é imprescindível, igualmente, sua *liquidez*. Líquida é a sentença que envolve condenação em quantia certa ou determinada, fixando-lhe o valor ou objeto da obrigação. Ao revés, ilíquida é aquela que, conquanto condenatória, não especifica o valor da condenação.

6. *Liquidação de sentença*

O processo de liquidação de sentença objetiva tornar líquida a decisão, fazendo-a, assim, título executivo, de molde a ensejar a execução, na forma do que preceitua o art. 879 da Consolidação das Leis do Trabalho:

> "Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos".

Ressalte-se que, em conformidade com o § 1º-A do art. 879, "a liquidação abrangerá, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas".

a) Cálculos do contador

A liquidação *por cálculos* é levada a efeito pelo contador do juízo (liquidação por cálculos do contador), quando, para a apuração do *quantum debeatur*, bastar simples operação aritmética. É o caso, por exemplo, de uma sentença que condena o empregador a pagar ao empregado duas horas extras por dia, de segunda a sexta-feira. Ela é ilíquida porque não especifica o valor da condenação. Todavia, torna conhecidos os elementos da respectiva operação: duas horas extras por dia, de segunda a sexta-feira. Basta, pois, verificar o valor de tais horas,

personal de trabajo que desarrolla en la prestación de servicio; ahora bien, las personas morales o jurídicas son incapaces, dada su naturaleza, de prestar un servicio que consiste en energía humana de trabajo; y no se comprende cómo podrían aplicárseles las reglas sobre salario mínimo, jornada de trabajo, riesgos profesionales etc."[45].

De outro lado, para a efetiva caracterização da relação empregatícia e definição do empregado como tal, é indispensável que os serviços prestados sejam permanentes (não eventuais), tal como ressalta Orlando Gomes:

"O trabalho que se presta ocasional e transitoriamente não atribui a seu executor a condição jurídica de empregado"[46].

O serviço, pois, há de ser permanente, o que, entretanto, não significa, necessariamente, diário, podendo ser descontínuo, como ocorre, por exemplo, com os funcionários do Jockey Club que só trabalham nos dias de corridas, ou, ainda, com os plantonistas de fim de semana nos imóveis postos à venda pelas empresas imobiliárias. A continuidade dos serviços deve ser vista de acordo com a natureza da atividade empresarial.

O contrato de trabalho é *oneroso*, em consequência de que o salário é, igualmente, um dos elementos caracterizadores da relação empregatícia, o que afasta do âmbito do Direito do Trabalho o serviço gratuito.

Distingue-se o empregado do *trabalhador autônomo* porque este último exerce o seu trabalho com independência, conquanto, obviamente, observando as diretrizes da empresa. Inexiste, portanto, no trabalho autônomo, o elo de subordinação hierárquica, traço marcante da relação empregatícia.

Inexiste, outrossim, semelhança entre o empregado de que tratamos e o *trabalhador avulso*, este último sem vínculo empregatício, e que presta serviços a diversas empresas por intermédio de seus sindicatos, como, por exemplo, os estivadores.

Ao *trabalhador avulso* são assegurados os direitos trabalhistas instituídos para o empregado por força do que dispõe o art. 7º da Constituição Federal:

"XXXIV – igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso".

Tais direitos são exercidos pelo trabalhador avulso perante o próprio sindicato que o recruta para a prestação de serviços.

Cumpre lembrar que, se a condição de empregado não é desde logo reconhecida pelo empresário, pode o vínculo trabalhista ser proclamado pela Justiça do Trabalho (desde, obviamente, que provocada pelo obreiro), estando presentes os elementos caracterizadores acima enumerados.

Trabalhador temporário

Trabalhador temporário é a pessoa física que presta serviço a uma empresa, atendendo a necessidade transitória desta, em substituição de empregado ou para a realização de serviços extraordinários.

Nos termos do art. 16 do Decreto n. 73.841/74:

45. Ob. cit., p. 212.
46. *Curso de Direito do Trabalho*, Forense, 1978, p. 260.

multiplicá-lo pelo número de dias correspondentes, acrescentando ao valor apurado os adicionais respectivos.

O § 1º-B do art. 879 da CLT, com a redação da Lei n. 10.035, de 25-10-2000, determina a intimação prévia das partes para apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária.

"Elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz poderá abrir às partes prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão" (§ 2º do art. 879 da CLT).

As regras são:

1) a impugnação há de ser fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância;

2) pena de preclusão;

3) prazo sucessivo de 10 dias.

A expressão "conta líquida", obviamente, é aquela elaborada pela Contadoria Judiciária, sobre a qual, aliás, nem sempre eram ouvidas as partes, exatamente em decorrência da omissão do art. 879 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Nos termos da atual legislação, pois, fica ao prudente arbítrio do juízo dar vista às partes sobre as contas, ou, mais precisamente, sobre os cálculos da Contadoria Judiciária (e, na ausência, da Secretaria da respectiva Vara), evitando-se a homologação destes sem prévia manifestação e eventual impugnação das partes.

Faz-se, agora, nítida e correta distinção entre *impugnação à conta* e *impugnação à sentença de liquidação*. A primeira deve ocorrer antes que o juízo homologue os cálculos: "elaborada a conta e tornada líquida, o juiz poderá abrir às partes prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância...".

Diversa é a *impugnação à sentença de liquidação*, que é *a posteriori*, por isso que pressupõe decisão do juiz, fixando o valor da condenação, quando então se observará o § 3º do art. 884 da Consolidação das Leis do Trabalho: "somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo".

Adotada a impugnação antecipada, o silêncio de qualquer das partes implica preclusão, como, aliás, deixa claro o § 2º do art. 879 da CLT, afastando, por via de consequência, a possibilidade de impugnar-se a sentença de liquidação em embargos à execução.

No mesmo sentido o entendimento de José Pitas:

"Apresentada a conta de liquidação por uma das partes, pelas duas partes ou por terceiro, o juiz homologará aquela que apresentar evidência de acerto, independentemente de vista à parte contrária, ou às partes, podendo a mesma ser impugnada por ocasião da oponibilidade dos embargos à execução (CLT, art. 884, § 3º, c.c. art. 879, § 2º); ou o juiz dará vista, por dez dias, da conta, cuja matéria fixada pela sentença de liquidação, salvo erro material ou de cálculo (CLT, art. 833), não poderá ser rediscutida, em princípio, nos embargos (CLT, art. 879, § 2º)"[447].

Idêntico é o pensamento de Wagner Giglio:

447. *Suplemento LTr, 115*:92.

"Optando pela discussão antecipada, o juiz intimará as partes para impugná-la, no prazo de dez dias para cada uma, sucessivamente. Se as partes não oferecerem impugnação, ou aquela que não o fizer, não mais poderá ser utilizado o prazo dos embargos à execução para fazê-lo, porque a impugnação ficará preclusa"[448].

b) Arbitramento

Na liquidação por arbitramento, o juiz nomeia um perito (o perito do juízo), o qual, com a utilização de seus conhecimentos técnicos, formulará os cálculos e operações necessários para a fixação do valor da condenação.

c) Artigos de liquidação

A liquidação por artigos é a forma mais complexa de liquidação de sentença, sendo, todavia, a mais comum. Impõe-se toda vez que haja necessidade de alegar e provar fato novo. Não se imagine que por *fato novo* se há de entender pretensões fora do pedido ou da sentença, já que, em conformidade com o que dispõe o § 1º do art. 879 da Consolidação das Leis do Trabalho, "na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar a sentença liquidanda, nem discutir matéria pertinente à causa principal". Por *fato novo*, como adverte Alcides de Mendonça Lima, se há de entender "aquele que se vá refletir na fixação do valor da condenação ou na individuação do seu objeto". Exemplificando: o reclamante, na inicial, postula horas extras, não as especificando, porém. A sentença acolhe o pedido, mas também não as fixa, declarando textualmente:

"Isto posto e o que mais dos autos consta, julgo *procedente* a presente ação e, por via de consequência, condeno a Reclamada ..... a pagar ao Reclamante ..... horas extras em número e valor a serem apurados em liquidação de sentença, por artigos de liquidação".

A sentença condena o empregador a pagar horas extras, sem, contudo, fixá-las, não estabelecendo, outrossim, o seu valor. Impõe-se, então, a liquidação por artigos para que se prove o número de horas extras trabalhadas e o seu respectivo valor. Estes os fatos novos.

A liquidação por artigos sujeita-se ao rito ordinário (CPC, art. 475-N), iniciando-se com petição do exequente, na qual o juiz despachará determinando o processamento. O executado é notificado (por via postal) para apresentar impugnação aos artigos, no prazo de 15 dias.

Contestado o feito, realizar-se-ão as provas pelas quais as partes tenham protestado, inclusive depoimentos pessoais e testemunhas. A parte cujo depoimento tenha sido requerido, uma vez ausente, sofrerá pena de confesso quanto à matéria de fato.

Encerrada a instrução, o juiz da respectiva Vara proferirá decisão, fixando o valor da condenação.

d) Da liquidação de sentença no CPC e suas implicações no Processo do Trabalho

A Lei n. 11.232, de 22-12-2005, alterando as regras para a liquidação de sentença no Processo Civil, cuida da apuração do valor da condenação *por cálculos*, no art. 475-B e seus parágrafos; a liquidação por arbitramento far-se-á na forma prevista nos arts. 475-C e 475-D, e

448. *Direito Processual do Trabalho*, cit., 8. ed., p. 580.

seu parágrafo único; aos *artigos de liquidação* o CPC dedica os arts. 475-E e 475-F.

No que concerne à liquidação por cálculos, a novidade consiste em condicionar tal forma de apuração do valor da condenação a iniciativa do credor – "Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor requererá o cumprimento da sentença, na forma do art. 475-J desta lei, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo".

O condicionamento à iniciativa do credor não se aplica ao Processo do Trabalho, que possui regras próprias, lembrando-se que, em conformidade com o art. 878 da CLT, "a execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou *ex officio* pelo próprio juiz ou presidente do tribunal competente...".

Aplica-se ao Processo do Trabalho a regra estabelecida no § 1º do artigo sob comento (475-B), quando os dados fundamentais à elaboração dos cálculos estiverem em poder de terceiros, podendo o juiz requisitá-los, o que, aliás, o magistrado do trabalho, em casos tais, tem feito.

A utilização da contadoria do juízo (§ 3º do art. 475-B) é permitida pela legislação trabalhista – § 3º do art. 879 da CLT – "Elaborada a conta pelas partes ou pelos *órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho*...", lembrando-se que o § 2º do citado diploma legal assegura às partes vista dos autos para eventual impugnação.

Não se olvide, ainda, a oportunidade para impugnação por ocasião dos *embargos à execução* (art. 884, § 3º, da CLT), assegurando o direito do agravo de petição para o TRT (art. 897, *a*, da CLT).

Pelas razões expostas é que entendemos não ser aplicável ao Processo do Trabalho o § 4º do art. 475-B, que admite o prosseguimento da execução pelo valor originariamente pretendido pelo exequente, limitada a penhora ao valor encontrado pelo contador.

É de ressaltar que a execução provisória na Justiça do Trabalho vai até a penhora e avaliação (art. 899, *caput*, da CLT).

Quanto à *liquidação por arbitramento*, assim dispõe o parágrafo único do art. 607 do CPC:

"Apresentado o laudo, sobre o qual poderão as partes manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias, o juiz proferirá a sentença ou designará audiência de instrução e julgamento, se necessário".

Expressamente previsto no art. 879 da CLT, que não disciplina o seu procedimento, tem plena aplicação no Processo do Trabalho.

A *liquidação por artigos*, também adotada no Processo do Trabalho (art. 879 da CLT), é utilizada, como se sabe, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo – art. 475-E.

Como já assinalamos na letra *c* deste Título, por fato novo se há de entender aquele que, embora já proclamado na sentença, deva ser dimensionado de forma a se fixar com exatidão o valor da condenação.

Na omissão da CLT quanto ao procedimento para a liquidação por artigos, é de se aplicar supletivamente o rito ordinário, estabelecido no art. 475-F do CPC.

7. *Impugnação à sentença de liquidação*

Fixado o valor da condenação, ao *executado* só é lícito impugná-la por meio de *embargos à execução*, verdadeira ação em que o executado é autor e o exequente é réu. Com efeito, reza o art. 884, § 3º, da Consolidação das Leis do Trabalho que "somente nos embargos à penhora

poderá o executado impugnar a sentença de liquidação".

Contudo, para que o executado possa valer-se dos embargos nominados, fundamental é que garanta a execução, ou tenha penhorados seus bens, quando terá 5 dias para interpô-los.

Nessa mesma oportunidade, ou seja, no mesmo prazo, poderá o *exequente* impugnar a sentença de liquidação:

"... cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo".

Assim, duas situações distintas ocorrem:

a) o executado, inconformado com a sentença de liquidação, poderá impugná-la nos embargos à execução;

b) o exequente, por sua vez, poderá impugná-la, utilizando-se do mesmo prazo estabelecido para a interposição dos embargos à execução.

Isso não significa, entretanto, que deva utilizar-se da via dos embargos à execução, que são exclusivos do executado.

Com efeito, tais embargos, como espécie de ação exclusiva do executado, não constituem veículo próprio do exequente:

"Para impedir ou desfazer o processo de execução, livrar-se dele ou destruir ou limitar a eficácia do título executivo, coloca-se o devedor na posição de quem ataca, de quem se opõe, o que vale dizer que age, exerce direito de ação. Com efeito, opondo embargos, o devedor provoca, mediante processo de conhecimento, uma sentença que impeça o processo de execução ou desfaça ou restrinja a eficácia do título executivo.

De conseguinte, os embargos têm o caráter de ação pela qual o devedor formula uma pretensão consistente na anulação da execução ou no desfazimento ou restrição da eficácia do título executivo", ensina Moacyr Amaral Santos, que, delineando a verdadeira natureza jurídica dos embargos, conclui afirmando tratar-se de uma ação constitutiva[449].

Os embargos à execução são, pois, uma ação do executado e não do exequente. Este, no prazo estabelecido para a interposição dos embargos, pura e simplesmente, impugna a sentença de liquidação com a qual não se conforma.

8. *Da citação para pagar*

Transitada em julgado a decisão, fixado o *quantum* da condenação, revestida estará a sentença de todos os requisitos fundamentais para a execução, que se inicia com a citação do executado para o cumprimento do julgado.

Citação, como já se viu, é o chamamento de alguém a juízo para defender-se de ação contra si proposta ou ver-lhe instaurada a execução.

Em princípio a execução deve ser promovida pelo exequente, ou seja, pelo vencedor da demanda. Todavia, em sua falta, têm seus herdeiros ou dependentes o direito de fazê-lo, podendo a execução ser promovida, inclusive, por determinação do juízo, isto é, de ofício, independentemente de provocação.

Expedido o *mandado de citação*, é ele cumprido por oficial de justiça, devendo dele constar, necessariamente, um resumo da decisão exequenda.

9. *Da penhora*

Citado, poderá o executado livrar-se da execução, pagando seu débito, para o que terá 48 horas, podendo ainda garantir a

449. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, cit., 3. ed., v. 3, p. 380.

execução depositando o valor da condenação, ou ainda nomear bens à penhora.

Na eventualidade de o executado pretender liquidar seu débito, deverá comparecer à Secretaria da Vara do Trabalho, quando então se lavrará um *termo de pagamento e quitação*, em duas vias, permanecendo uma nos autos e a outra sendo entregue ao executado.

Desejando, entretanto, interpor embargos à execução, deverá o executado providenciar o depósito do valor correspondente à condenação, à disposição do juízo, ou ainda nomear bens à penhora.

A nomeação de bens à penhora há de ser feita por petição, discriminando devidamente os bens, respectivos valores e prova de sua propriedade, só sendo acolhida se houver concordância do exequente[450].

Aplicando-se à execução trabalhista os preceitos de natureza processual dos executivos fiscais (CLT, art. 889), há de ser observada a graduação de bens prevista no art. 11 da Lei n. 6.830, de 22-9-1980, a saber:

I – dinheiro;

II – título de dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em bolsa;

III – pedras e metais preciosos;

IV – imóveis;

V – navios e aeronaves;

VI – veículos;

VII – móveis e semoventes; e

VIII – direitos e ações.

Aceita a nomeação, será ela reduzida a termo, designando-se o respectivo depositário.

Não tomando o executado tais providências, ser-lhe-ão penhorados tantos bens quantos bastem ao pagamento do valor da condenação e demais encargos.

Penhora, na expressão simples e objetiva de Valentin Carrion, "é a apreensão e depósito de bens para garantir o pagamento da condenação". Definida por Frederico Marques como "ato coercitivo com que se prepara a expropriação dos bens do devedor", a penhora não priva o devedor da propriedade, mas apenas da disponibilidade:

Observa Frederico Marques:

> "Os bens em que a penhora recai, embora continuando de propriedade do devedor, subordinados se encontram ao processo executivo, onde adquirem a destinação especial de constituírem objeto da responsabilidade processual do executado".

A penhora é levada a efeito pelo oficial de justiça, que, na Justiça do Trabalho, é também avaliador – oficial de justiça avaliador (Lei n. 5.645/70). Este, tão logo concretiza a penhora, ultima, igualmente, a avaliação dos bens penhorados.

10. *Penhora de bens dos sócios (teoria da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade)*

A natureza protecionista do Direito do Trabalho e a desvinculação do empregado da pessoa física ou jurídica do empregador, com a sua vinculação à empresa, independentemente das alterações na estrutura jurídica desta, foram fatores

450. A recente reforma do CPC, no capítulo destinado ao cumprimento da sentença, vedando ao devedor a nomeação de bens à penhora – art. 475-J (Lei n. 11.232/2005) –, não tem aplicação no Processo do Trabalho, cujas disposições a respeito são absolutamente claras – art. 882 – "O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da mesma, atualizada e acrescida das despesas processuais, ou *nomeando bens à penhora...*".

preponderantes para a ampla acolhida, pela Justiça do Trabalho, da *disregard doctrine* – a teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

Na verdade, nenhum ramo do Direito se mostra tão adequado à aplicação da doutrina mencionada do que o Direito do Trabalho, até porque os riscos da atividade econômica, na forma da lei, são exclusivos do empregador:

"... é princípio informador do direito do trabalho que se o empregado não participa dos lucros do empreendimento, não poderá correr riscos e sofrer prejuízos..." (TRT/SP, AI 02950234962 – *Sumário Jurisprudencial*, 1995/15, p. 3).

Como põe em relevo Francisco Antonio de Oliveira:

"O direito do trabalho, informado por filosofia de proteção ao hipossuficiente, já se desprendeu de há muito do formalismo exacerbado. Razões de ordem fática e jurídica inexistem para que o sócio que corre o risco do empreendimento, que participa dos lucros, enriquece o seu patrimônio particular, seja colocado à margem de qualquer responsabilidade, quando a pessoa jurídica se mostre inidônea a responder por suas obrigações trabalhistas"[451].

No mesmo sentido *v.* Acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP):

"Execução trabalhista – Responsabilidade objetiva dos sócios. Despersonalização do empregador.

No processo do trabalho, a responsabilidade dos sócios é objetiva, respondendo os mesmos com seus respectivos patrimônios no caso de descumprimento de obrigações trabalhistas, de forma a obstar o completamento indevido do trabalho alheio. É facultado ao juiz, nesse caso, adotar a teoria da despersonalização do empregador, insculpida no *caput* do art. 2º da CLT, de modo que o crédito trabalhista persegue o patrimônio para onde quer que vá, como um direito de sequela. Se o patrimônio da empresa desaparece, pouco importando a causa, os sócios, diretores e dirigentes respondem com seus patrimônios particulares" (TRT/SP, 8ª T., Proc. 029603117006, Ac. 02970004580, *DOE*, 16-1-1997).

É, como facilmente se verifica, a proclamação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito do Direito do Trabalho, posição já amplamente acolhida no Tribunal Superior do Trabalho:

"Responsabilidade solidária – Sócio-quotista – Teoria da desconsideração da pessoa jurídica.

Em sede de direito do trabalho em que os créditos trabalhistas não podem ficar a descoberto, vem se abrindo uma exceção ao princípio da responsabilidade limitada do sócio, ao se aplicar a teoria da desconsideração da personalidade jurídica (*disregard of legal entity*) para que o empregado possa, verificando a insuficiência do patrimônio societário, sujeitar à execução os bens dos sócios individualmente considerados, porém solidariamente e ilimitadamente, até o pagamento integral dos créditos trabalhistas" (TST, ROAR 531.317/1999.4, Ac. SBDI 12 – TRT da 3ª Região, *DJU*, 10-12-1999, p. 30).

A teoria da desconsideração da pessoa jurídica foi consagrada na legislação brasileira, pioneiramente no art. 2º da

451. Ob. cit., p. 919.

CLT, posteriormente no art. 28 do Código do Consumidor e, finalmente, no art. 50 do Código Civil:

"Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica".

Em nosso livro *Execução de Bens dos Sócios*[452], sustentamos que o suporte fático da teoria da desconsideração reside no uso abusivo da sociedade, a fraude, como artifício para prejudicar terceiros, levado a efeito dentro de presumida legalidade, ou na ocorrência da denominada *confusão patrimonial*, que se dá com frequência nas sociedades em que o acionista ou quotista tem o domínio absoluto do capital social, inexistindo, em rigor, autonomia patrimonial da pessoa jurídica e, finalmente, na insuficiência do capital social para o exercício da atividade empresarial.

11. *Bem de família*

Bem de família é o imóvel destinado ao domicílio desta. No magistério sempre atual de Washington de Barros Monteiro, "é o instituto pelo qual o chefe de família destina um prédio para domicílio ou residência de sua família"[453].

É, portanto, a reserva de um abrigo para a família. Na expressão de Antônio Chaves é "um patrimônio separado, constituído por bem imóvel isento de execução, por dívida posterior à sua instituição pelos cônjuges, por um deles ou por terceiros, vedada a sua alienação ou alteração de seu destino, que é o de garantir, obedecidos os requisitos, limites e formalidade da lei, a estabilidade e o centro do lar, durante a vida de cada um daqueles e dos seus filhos, enquanto menores"[454].

Em conformidade com o art. 1.712 do Código Civil, o bem de família consiste em *prédio residencial*, urbano ou rural *com suas pertenças e acessórios*, podendo, ainda, abranger *valores mobiliários* a serem aplicados na conservação do imóvel e sustento da família.

O registro na circunscrição imobiliária correspondente é imprescindível, a teor do que dispõe o art. 1.714 do Código Civil – "o bem de família, quer instituído pelos cônjuges ou por terceiros, constitui-se pelo registro de seu título no Registro de Imóveis".

O bem de família é impenhorável por dívidas posteriores à sua instituição, salvo as provenientes de tributos relativos ao imóvel (IPTU, por exemplo) ou de despesas de condomínio.

Tal disposição é de ordem pública, imperativa e impostergável, não se admitindo a penhora de bem de família por outras dívidas senão aquelas expressamente consignadas no art. 1.715 do Código Civil.

Não há, assim, falar em penhorabilidade de bem de família por débitos trabalhistas, ainda que se argumente com sua natureza alimentar, como põe em relevo lúcido acórdão do TRT/SP:

452. 6. ed., Saraiva, p. 193.

453. *Curso de Direito Civil*; Parte Geral, Saraiva, p. 168.

454. *Tratado de Direito Civil*; Parte Geral, Revista dos Tribunais.

"Se por ocasião da penhora, o imóvel tem destinação específica, constituindo-se em bem de família, manifesta a impenhorabilidade, não encontrando acolhida a alegação de previdência do crédito trabalhista. Equivocada se nos afigura a afirmação de que entre a comodidade do devedor e a satisfação do crédito de natureza alimentar deve o ordenamento jurídico conferir primazia a este último interesse, por mais legítimo e revestido da maior relevância social" (TRT/SP, 8ª T., Ac. 20000257316, *DJ*, 13-6-2000).

12. *Dos embargos à execução*

Como já observamos (n. 3 desta Seção), os embargos à execução constituem verdadeira ação do executado. Ação constitutiva, na textual expressão de Moacyr Amaral Santos, visam eles "impedir ou desfazer o processo de execução, destruir ou limitar a eficácia do título executivo"[455], constituindo, por isso mesmo, ação do executado.

Garantido o juízo, ou com a nomeação de bens à penhora, pelo próprio executado, ou com a penhora levada a efeito pelo oficial de justiça, tem o executado *5 dias* para interpor *embargos à execução* (CLT, art. 884). Esse prazo tem início com a intimação da penhora e não da juntada aos autos do respectivo mandado, conforme preconiza o art. 16, III, da Lei n. 6.830, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho (CLT, art. 889).

A Medida Provisória n. 2.180-35, de 24-8-2001, acrescentou o art. 1º-B à Lei n. 9.494, de 10-9-1997, elevando o prazo do art. 884 da CLT para trinta dias:

"Art. 1º-B. O prazo a que se refere o *caput* dos arts. 730 do Código de Processo Civil, e 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a ser de trinta dias".

O prazo para interposição dos embargos à execução passa a ser, portanto, de *trinta dias*.

A alegação, de vasta corrente, de que tal prazo seria exclusivamente da Fazenda Pública, não nos convence, pois o diploma legal não nos leva a essa interpretação. Ao revés, parece-nos abrangente.

É de ressaltar que o TST, nos autos do Processo RR 70/1992-011-04-00-7, por seu Tribunal Pleno, em v. acórdão do Min. Ives Gandra Martins Filho, vem declarar a inconstitucionalidade do art. 4º da Medida Provisória n. 2.180-35, de 24-8-2001, vazado nos seguintes termos:

"MEDIDA PROVISÓRIA AMPLIANDO O PRAZO FIXADO NOS ARTS. 730 DO CPC E 884 DA CLT, DE DEZ E CINCO, RESPECTIVAMENTE, PARA TRINTA DIAS, PARA OS ENTES PÚBLICOS OPOREM EMBARGOS À EXECUÇÃO. MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.180-35/01 – INCONSTITUCIONALIDADE À LUZ DO ART. 62, *CAPUT*, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1. A jurisprudência do STF admite, ainda que excepcionalmente, o controle jurisdicional da urgência, pressuposto constitucional da medida provisória (STF-ADIMC-2.213/DF, Rel. Min. Celso de Mello, Pleno, 'in' *DJ* de 23/04/04).

2. A urgência para a edição de medidas provisórias é um requisito atrelado a dois critérios: um objetivo, de ordem jurídico temporal, identificado pela doutrina mais tradicional como verificação da impossibilidade de se aguardar o tempo natural do processo legislativo sumário; e outro subjetivo, que se relaciona não tanto a um determinado lapso temporal, mas, principalmente,

455. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, cit., 3. ed., v. 3, p. 380.

a um juízo político de oportunidade e conveniência (urgência política).

3. Na hipótese dos autos, a controvérsia gira em torno da caracterização, ou não, da urgência da Medida Provisória n. 2.180-35, de 24/08/01, e, consequentemente, discute-se sobre a constitucionalidade do art. 4º da referida norma, que estabelece dilatação do prazo em favor de entes públicos para oposição de embargos à execução, concedendo típico favor processual aos entes públicos.

4. Seguindo os fundamentos determinantes da decisão do Supremo Tribunal Federal nas ADIMC-1.753/DF e 1.910/DF (referentes à ampliação do prazo para ajuizamento de ação rescisória), deve-se concluir, na presente hipótese, que o favor processual concedido aos entes públicos, no sentido de triplicar o prazo para a oposição dos embargos à execução, carece de urgência política, ou seja, não se revela proporcional, apresentando-se como um privilégio inconstitucional.

Declaração de inconstitucionalidade do art. 4º da Medida Provisória n. 2.180-35, de 24/08/01.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista n. TST-RR-70/1992-011-04-00.7, em que é Recorrente FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL – FGTAS e Recorridos ELZA AVANCINI RAMIRES DA SILVA e OUTROS.

RELATÓRIO

Contra a decisão do 4º TRT que deu provimento ao agravo de petição dos Exequentes (fls. 1.284-1.288), a Executada interpõe o presente recurso de revista, pedindo reexame da seguinte questão: prazo de trinta dias para a oposição de embargos por ente público (fls. 1.291-1.312).

Admitido o apelo (fls. 1.315-1.316), recebeu razões de contrariedade (fls. 1.319-1.332), tendo o Ministério Público do Trabalho, em parecer da lavra da Dra. Adriane Reis de Araújo, opinado no sentido do não conhecimento da revista (fls. 1.343-1.346).

Levado o feito a julgamento perante a 4ª Turma desta Corte, em sessão de 01/12/04, decidiu-se, por unanimidade, suspender a proclamação do resultado da demanda e remeter os autos ao Pleno para se pronunciar sobre a constitucionalidade do art. 4º da Medida Provisória n. 2.180-35/01, nos termos dos arts. 97 da Constituição Federal de 1988 e 481 do CPC (fls. 1.349-1.357).

É o relatório.

VOTO

EMBARGOS Ã EXECUÇÃO – PRAZO PARA OPOSIÇÃO. ELASTECIMENTO DO ART. 730 DO CPC. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 4º DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.180-35/01. VIOLAÇÃO DO ART. 62 DA CF/88

Tese Regional: Ao julgar o agravo de petição interposto pelos Exequentes, o Regional deu-lhe provimento para declarar a intempestividade dos embargos à execução opostos pela Executada, ao fundamento de que a Medida Provisória n. 2.180-35, de 24/08/01, que ampliou o prazo do art. 730 do CPC para trinta dias, é inconstitucional, porque não ficou comprovada a urgência para a edição de medida provisória sobre matéria processual, devendo ser observado o prazo do art. 884 da CLT (fls. 1.285-1.286).

Antítese Recursal: A decisão de Turma do Regional, e não do Pleno, sobre inconstitucionalidade de medida provisória fere o disposto no art. 97 da CF. Por outro lado, argumenta a Recorrente que é de trinta dias o prazo para oposição de embargos à execução, tendo em vista que é constitucional a medida provisória que ampliou o prazo do art. 730 do CPC. O recurso vem calcado em violação dos arts. 1º, 2º, 5º, I, II, LIV, LV, 62, 93, IX, e 97 da CF.

Síntese Decisória: No que tange à inconstitucionalidade declarada pela Turma, cumpre observar que o Colegiado invocou precedente

do Órgão Especial, julgado em sessão do dia 28/03/03, por meio do qual se declarou incidentalmente a inconstitucionalidade da MP 1.984/00, com as reedições e alterações posteriores, cuja redação atual é a MP 2.180-35/01 (fl. 1.286). A alegada violação do art. 97 da CF não prospera, uma vez que o art. 481, parágrafo único, do CPC, com a redação dada pela Lei n. 9.756/98, autoriza que os órgãos fracionários dos tribunais deixem de submeter ao Plenário, ou ao Órgão Especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do Plenário do STF sobre a questão. No caso, o Regional invocou precedente do Órgão Especial para sedimentar seu posicionamento acerca da inconstitucionalidade, razão pela qual não se divisa a pretensa nulidade do acórdão, por violação do art. 97 da Carta Magna.

Em relação à inconstitucionalidade da MP-2.180-35/01, no capítulo que ampliou o prazo dos arts. 730 do CPC e 884 da CLT, de dez e cinco, respectivamente, para trinta dias, para oposição de embargos à execução por entes públicos, cumpre trazer à baila o dispositivo em exame, *verbis*:

'Art. 4º. A Lei n. 9.494, de 10 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 1º-A. ...

Art. 1º-B. O prazo a que se refere o *caput* dos arts. 730 do Código de Processo Civil, e 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a ser de trinta dias (NR)'.

Conforme se sabe, a referida medida provisória, embora ainda não tenha sido convertida em lei, produz efeitos normativos com força de lei, consoante dispõe o art. 62, *caput*, da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 2º da Emenda Constitucional n. 32/01, segundo o qual 'as medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional'.

Ora, a discussão nos presentes autos gira em torno da constitucionalidade da Medida Provisória n. 2.180-35, de 24/08/01, considerando que o Regional declarou a sua inconstitucionalidade, sob o fundamento da ausência de um de seus pressupostos autorizadores, qual seja, a urgência (CF, art. 62, *caput*).

A urgência para a edição de medidas provisórias é um requisito atrelado a dois critérios: um objetivo, de ordem jurídico-temporal, identificado pela doutrina mais tradicional como verificação da impossibilidade de se aguardar o tempo natural do processo legislativo sumário (Clèmerson Merlin Clève, *Medidas Provisórias*, Max Limonad 1999 – São Paulo, 2ª edição, p. 72); e outro subjetivo, que se relaciona não tanto a um determinado lapso temporal, mas, principalmente, a um juízo político de oportunidade e conveniência. Daí usar-se muitas vezes a expressão 'urgência política', significando que em algumas situações há questões de ordem política a reclamar a edição das medidas provisórias (José Levi Mello do Amaral Júnior, *Medida Provisória e sua conversão em lei*, Revista dos Tribunais – 2004 – São Paulo, pgs. 158-160).

Ora, já nesse ponto surge a primeira questão a ser enfrentada nestes autos, qual seja, a possibilidade de o STF adentrar no juízo político de oportunidade e conveniência para verificar a caracterização da urgência política de edição de medida provisória.

A jurisprudência do STF já se pronunciou sobre a questão, no sentido da excepcionalidade da censura jurisdicional aos pressupostos de urgência e relevância à edição de medidas provisórias. Entretanto, admite que tal seja empreendido sempre que houver

"Considera-se trabalhador temporário aquele contratado por empresa de trabalho temporário, para prestação de serviço destinado a atender necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de tarefas de outra empresa".

Este trabalhador está vinculado às denominadas empresas de trabalho temporário, cujo funcionamento depende de registro no Departamento Nacional de Mão de obra do Ministério do Trabalho.

O art. 4º da Lei n. 6.019/74 declara como empresa de trabalho temporário "a pessoa física ou jurídica urbana, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores, devidamente qualificados, por elas remunerados e assistidos".

Considera-se empresa tomadora de serviço ou cliente a pessoa física ou jurídica que, em virtude de necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou de acréscimo extraordinário de tarefas, celebra contrato de locação de mão de obra com empresa de trabalho temporário.

O contrato, necessariamente escrito, deve ter duração máxima de três meses, salvo autorização expressa do Ministério do Trabalho.

Ao trabalhador temporário é assegurado salário idêntico aos salários dos empregados da empresa tomadora.

Na ocorrência de falência da empresa de trabalho temporário, a empresa tomadora é solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas.

As disposições concernentes ao trabalho temporário estão no Livro III – Legislação das Profissões Regulamentadas.

Em conformidade com a Súmula 331, I, do TST:

"A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei n. 6.019, de 3-1-1974)".

Estagiário

O estágio de estudantes, como o próprio nome deixa entrever, visa propiciar aprimoramento técnico-profissional, como forma complementar de estudo e aprendizagem.

O art. 1º da Lei n. 11.788, de 25-9-2008, considera estágio curricular:

"... ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos".

O estágio de estudantes celebrado em conformidade com a legislação específica não se confunde com o contrato de trabalho, salvo se levado a efeito em fraude à lei (art. 9º da CLT).

A disciplinação jurídica do estágio está no Livro III – Legislação das Profissões Regulamentadas.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 129 do Tribunal Superior do Trabalho.** A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato

excesso de poder ou abuso institucional por parte do Presidente da República na edição de medidas provisórias. O precedente é elucidativo:

'(...) POSSIBILIDADE DE CONTROLE JURISDICIONAL DOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS (URGÊNCIA E RELEVÂNCIA) QUE CONDICIONAM A EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS. A edição de medidas provisórias, pelo Presidente da República, para legitimar-se juridicamente, depende, dentre outros requisitos, da estrita observância dos pressupostos constitucionais da urgência e da relevância (CF, art. 62, *caput*). Os pressupostos da urgência e da relevância, embora conceitos jurídicos relativamente indeterminados e fluidos, mesmo expondo-se, inicialmente, à avaliação discricionária do Presidente da República, estão sujeitos, ainda que excepcionalmente, ao controle do Poder Judiciário, porque compõem a própria estrutura constitucional que disciplina as medidas provisórias, qualificando-se como requisitos legitimadores e juridicamente condicionantes do exercício, pelo Chefe do Poder Executivo, da competência normativa primária que lhe foi outorgada, extraordinariamente, pela Constituição da República. Doutrina. Precedentes. A possibilidade de controle jurisdicional, mesmo sendo excepcional, apoia-se na necessidade de impedir que o Presidente da República, ao editar medidas provisórias, incida em excesso de poder ou em situação de manifesto abuso institucional, pois o sistema de limitação de poderes não permite que práticas governamentais abusivas venham a prevalecer sobre os postulados constitucionais que informam a concepção democrática de Poder e de Estado, especialmente naquelas hipóteses em que se registrar o exercício anômalo e arbitrário das funções estatais' (STF-ADIMC-2.213/DF, Rel. Min. Celso de Mello, Pleno, 'in' *DJ* de 23/04/04).

Na ADIMC-2.348/DF, o STF também ingressou na análise da configuração da situação de urgência a legitimar a adoção de medida provisória (MP-2.037-24, de 23/11/00). Nessa hipótese, a Corte deferiu a medida liminar, aduzindo, entre outros argumentos e de forma implícita, a não configuração objetiva da situação de urgência imprescindível para legitimar a adoção de medida provisória. Afirmou o Ministro Marco Aurélio, na ocasião, com apoio no precedente do Ministro Celso de Mello na ADIMC-1.753/DF, que:

'(...) o que justifica a edição de medidas provisórias é a existência de um estado de necessidade que impõe ao Poder Executivo a adoção imediata de providências de caráter legislativo, inalcançáveis segundo as regras ordinárias de legiferação, em face do próprio *periculum in mora* que certamente decorreria do atraso na concretização da prestação legislativa (...)' (cfr. STF-ADIMC-2.348/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, Pleno, 'in' *DJ* de 07/11/03, trecho do voto).

Vale registrar que há forte celeuma doutrinária sobre a possibilidade de a Corte Suprema enfrentar a questão da configuração dos pressupostos da relevância e urgência das medidas provisórias, sob o argumento de que com isso se desbordaria para o fenômeno da judicialização da política, implicando necessariamente a politização do Poder Judiciário. Entretanto, esta já é uma realidade no Supremo Tribunal Federal, que, ao enfrentar a questão do controle da urgência para edição de medidas provisórias, apresenta-se como um árbitro que "desempata" as disputas políticas (cfr. José Levi Mello do Amaral Júnior, *Medida Provisória e sua conversão em lei*, Revista dos Tribunais – 2004 – São Paulo, p. 163).

Ultrapassada a discussão sobre a possibilidade de se investigar a constitucionalidade de medida provisória pela análise da confi-

guração da urgência, passa-se ao exame da questão dos autos propriamente dita, qual seja, se há conflito do art. 4º da Medida Provisória n. 2.180-35/01 com o requisito da urgência, prescrito no art. 62, *caput*, da CF.

Considerando que a urgência é também a urgência política, ou seja, estado de necessidade legislativa para fazer face a uma demanda política de urgência inquestionável (visando ao resguardo do interesse e do patrimônio públicos) e cujas consequências faziam-se sentir imediatamente no erário (a perda de prazo nos embargos à execução implicava oneração dos cofres públicos a cada momento e em cada nova ação), seria possível afirmar, em tese, que não se caracterizaria afronta direta e inquestionável ao art. 62, *caput*, Carta Magna.

Entretanto, a questão dos autos é mais complexa, pois cuida da caracterização ou não da urgência e, consequentemente, da discussão sobre a constitucionalidade do art. 4º da Medida Provisória n. 2.180-35, de 24/08/01, devendo ser analisada sob o pálio da situação em concreto: medida provisória que estabelece dilatação do prazo em favor de entes públicos para oposição de embargos à execução, concedendo típico favor processual aos entes públicos, atendeu ao pressuposto da urgência, nos termos do art. 62, *caput*, da Constituição de 1988?

A constitucionalidade do art. 4º da Medida Provisória n. 2.180-35/01 ainda não foi ferida por esta Corte, nem pelo Supremo Tribunal Federal, entretanto, em caso análogo, referente à dilação do prazo de 2 (dois) para 5 (cinco) anos para ajuizamento de ação rescisória, o STF já teve a oportunidade de refutar a possibilidade de favorecimento unilateral da União, no que tange a benefícios processuais. O trecho do voto a seguir é elucidativo:

'(...) 2. Plausibilidade, ademais, da impugnação da utilização de medidas provisórias para alterar a disciplina legal do processo, à vista da definitividade dos atos nele praticados, em particular, de sentença coberta pela coisa julgada. 3. A igualdade das partes é imanente ao *procedural due process of law*; quando uma das partes é o Estado, a jurisprudência tem transigido com alguns favores legais que, além da vetustez, têm sido reputados não arbitrários por visarem a compensar dificuldades da defesa em juízo das entidades públicas; se, ao contrário, desafiam a medida da razoabilidade ou da proporcionalidade, caracterizam privilégios inconstitucionais: parece ser esse o caso das inovações discutidas, de favorecimento unilateral aparentemente não explicável por diferenças reais entre as partes e que, somadas a outras vantagens processuais da Fazenda Pública, agravam a consequência perversa de retardar sem limites a satisfação do direito do particular já reconhecido em juízo. 4. No caminho da efetivação do *due process of law* – que tem particular relevo na construção sempre inacabada do Estado de direito democrático – a tendência há de ser a da gradativa superação dos privilégios processuais do Estado, à custa da melhoria de suas instituições de defesa em juízo, e nunca a da ampliação deles ou a da criação de outros, como – é preciso dizê-lo – se tem observado neste decênio no Brasil' (STF-ADIMC-1.753/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Pleno, 'in' *DJ* de 12/06/98).

Revela-se necessário ressaltar que, nesse precedente, entendeu-se que o elastecimento do prazo de 2 (dois) para 5 (cinco) anos era inconstitucional, argumentando que se tratava de privilégio processual desmedido em favor da União. Entretanto, após o julgamento da medida cautelar na referida Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.753/DF (que ocorreu em 16/04/98) não houve mais reedição do preceito normativo, de forma que a própria ADIMC-1.753/DF foi julgada prejudicada em 17/09/98. Sucede que, logo após

o deferimento da medida cautelar supramencionada, foi editada a Medida Provisória n. 1.658-12, de 05/05/98, dando nova redação ao art. 188 do Código de Processo Civil, nos seguintes termos:

'Art. 4º Os arts. 188 e 485 da Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), passam a vigorar com as seguintes alterações: Art. 188. O Ministério Público, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, bem como suas autarquias e fundações, gozarão do prazo:

I – em dobro para recorrer e ajuizar ação rescisória; e

II – em quádruplo para contestar (NR)'.

Contra tal dispositivo uma nova ação direta de inconstitucionalidade (ADIMC-1.910/DF) foi ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal, tendo a Corte confirmado o entendimento anteriormente esposado no sentido da inconstitucionalidade do preceito. Merecem destaque os fundamentos dessa nova decisão:

'(...) preceitos que adoçam a pílula do edito anterior sem lhe extrair, contudo, o veneno da essência: medida cautelar deferida. (...) 2. Plausibilidade, ademais, da impugnação da utilização de medidas provisórias para alterar a disciplina legal do processo, à vista da definitividade dos atos nele praticados, em particular, de sentença coberta pela coisa julgada. 3. A igualdade das partes é imanente ao *procedural due process of law*; quando uma das partes é o Estado, a jurisprudência tem transigido com alguns favores legais que, além da vetustez, têm sido reputados não arbitrários por visarem a compensar dificuldades da defesa em juízo das entidades públicas; se, ao contrário, desafiam a medida da razoabilidade ou da proporcionalidade, caracterizam privilégios inconstitucionais: parece ser esse o caso na parte em que a nova medida provisória insiste, quanto ao prazo de decadência da ação rescisória, no favorecimento unilateral das entidades estatais, aparentemente não explicável por diferenças reais entre as partes e que, somadas a outras vantagens processuais da Fazenda Pública, agravam a consequência perversa de retardar sem limites a satisfação do direito do particular já reconhecido em juízo. 4. No caminho da efetivação do *due process of law* – que tem particular relevo na construção sempre inacabada do Estado de direito democrático – a tendência há de ser a da gradativa superação dos privilégios processuais do Estado, à custa da melhoria de suas instituições de defesa em juízo, e nunca a da ampliação deles ou da criação de outros, como – é preciso dizê-lo, se tem observado neste decênio no Brasil' (STF-ADIMC-1.910/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Pleno, 'in' *DJ* de 27/02/04).

É bem verdade que esse segundo precedente do Supremo Tribunal Federal merece uma série de observações e ressalvas, a começar pelo fato de ter ignorado o interesse público presente na questão, o qual, por si só, seria suficiente para justificar o reconhecimento da regra do prazo processual em dobro para o ajuizamento da ação rescisória, elastecendo para caso semelhante o favor processual já reconhecido pelo legislador aos entes públicos (qual seja, prazo em dobro para recorrer). Isso porque as Medidas Provisórias n. 1.703/98 e 1.798/99 e reedições não criaram um novo privilégio para os entes públicos, mas apenas elasteceram privilégio que há muito o legislador infraconstitucional já havia estabelecido: prazo dilatado para a defesa do interesse público do Estado, e não desmedido privilégio processual do Estado, como ficou registrado no voto supratranscrito.

No entanto, o fato é que, se o Supremo Tribunal Federal, em hipótese semelhante à dos presentes autos, declarou a inconstitucionalidade do dispositivo de medida provi-

sória que previa favor processual para a União ajuizar ação rescisória, conclui-se pela grande probabilidade de reconhecimento da inconstitucionalidade do art. 4º da Medida Provisória n. 2.180-35, de 24/08/01, pelo STF, uma vez que este fere a urgência constitucional no seu prisma subjetivo, ou seja, porque, conforme entendimento do STF, revela-se desproporcional o juízo de conveniência e oportunidade política que norteou a edição da referida Medida Provisória n. 2.180-35, de 24/08/01, no seu art. 4º.

Ressalte-se que a hipótese dos presentes autos é ainda mais emblemática, porquanto o favor processual concedido triplicou o prazo para a oposição dos embargos à execução, não sendo sequer possível construir a mesma argumentação que seria defensável em relação ao caso das medidas provisórias que concederam prazo em dobro para ajuizamento da ação rescisória (equiparando-a a recurso, cujo prazo já é atualmente dobrado). Isso porque o elastecimento do prazo de 10 para 30 dias enfraquece ainda mais o fundamento da necessidade política da medida provisória, reforçando a tese da sua inconstitucionalidade.

Assim sendo, DECLARO A INCONSTITUCIONALIDADE do art. 4º da Medida Provisória n. 2.180-35/01, nos termos da prerrogativa conferida pelos arts. 97 da Constituição Federal e 481 do CPC.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros do Egrégio Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, por maioria, vencidos os Exmos. Ministros João Oreste Dalazen, Rider Nogueira de Brito e Renato Lacerda Paiva, declarar a inconstitucionalidade do art. 4º da Medida Provisória n. 2.180-35/01, nos termos da prerrogativa conferida pelos arts. 97 da Constituição Federal e 481 do Código de Processo Civil" (TST, Tribunal Pleno, RR 70/1992-011-04-00-7, de 4-8-2005, rel. Min. Ives Gandra Martins Filho).

A matéria dos embargos nominados é restrita às hipóteses enumeradas no § 1º do art. 884 da Consolidação das Leis do Trabalho: *cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.*

O *cumprimento da decisão ou do acordo*, como facilmente se percebe, há de ser posterior à sentença, por isso que cumprimento da decisão, ou do acordo homologado pelo juízo. O mesmo se dirá da *quitação*, que há de ser superveniente à decisão, já que a quitação anterior à sentença deve ser, necessariamente, juntada aos autos na defesa, na contestação. A *prescrição* a que se refere o § 1º do art. 884 da Consolidação das Leis do Trabalho é a *prescrição intercorrente*, ou seja, aquela posterior ao julgado que se executa:

"A prescrição que se menciona é a do direito de executar a própria sentença, obviamente posterior, intercorrente", escreve Valentin Carrion[456].

Contudo, *data maxima venia*, em manifesto equívoco e em flagrante violação à própria legislação processual trabalhista (art. 884, § 1º, da CLT), o Tribunal Superior do Trabalho editou a Súmula 114, declarando "inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente".

Dois argumentos sustentam tal entendimento: a aplicação subsidiária do art. 40 da Lei n. 6.830, de 22-9-1980 (a Lei dos Executivos Fiscais), e a instauração *ex officio* da execução no processo do trabalho.

Ora, conquanto o art. 889 da Consolidação das Leis do Trabalho preveja a aplicação dos preceitos dos executivos

456. *Comentários à CLT*, 25. ed., Saraiva, p. 706-707.

fiscais na execução trabalhista, com a cautela elementar – "naquilo em que não contrariem ao presente título" –, não há falar em aplicação subsidiária na espécie, em face da clareza da legislação (CLT, art. 884, § 1º):

"A matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou *prescrição da dívida*".

Por outro lado, a disposição contida no art. 878 da Consolidação das Leis do Trabalho é facultativa:

"A execução *poderá* ser promovida por qualquer interessado, ou *ex officio* pelo próprio Juiz ou Presidente ou Tribunal...".

Assim, fazendo tábula rasa da legislação, a Súmula 114 eterniza as execuções com graves sequelas na vida econômica das empresas, favorecendo, inegavelmente, os litigantes negligentes.

Significativamente, porém, e concluindo de modo diverso, declara o Supremo Tribunal Federal na Súmula 327:

"O direito trabalhista admite a prescrição intercorrente".

Não tendo eficácia vinculativa, a decisão do Supremo não sensibilizou a revogação da Súmula 114, que, por isso mesmo, continua prevalecendo na esfera trabalhista, já que sumariamente indeferido recurso de revista que contrarie "notória e atual jurisprudência" do Tribunal Superior do Trabalho (Súmula 333), única forma de levar a questão ao Supremo Tribunal Federal, por meio de recurso extraordinário.

A prescrição da execução tem o mesmo prazo da ação principal, na forma, aliás, da Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal, e tem início do trânsito em julgado da sentença exequenda.

As inovações introduzidas no Código de Processo Civil pela Lei n. 11.232/2005, pondo fim aos embargos do devedor, nas execuções por título judicial, erigindo em seu lugar a impugnação (art. 475-L), não altera o Processo do trabalho que possui regras próprias, admitindo os embargos à execução (art. 884 da CLT). Contudo, como sustentamos, a matéria concernente às impugnações do art. 475-L (CPC), devem ser supletivamente aplicadas àquelas declinadas no § 1º do art. 884 da CLT.

E esta nos parece a posição mais correta e que, por isso mesmo, vem sendo amplamente aceita pela melhor doutrina[457].

Valentin Carrion alinha as seguintes hipóteses em que, igualmente, podem ser sustentadas nos embargos nominados:

"a) nulidades referentes ao título em si (falta de peças essenciais na carta de sentença, ou de assinatura do juiz e até falta de citação no processo de conhecimento, à revelia – conforme o CPC, art. 741, I [*atual art. 475-L conforme a Lei n. 11.232/2005*], salvo se foi validamente intimado da sentença, CLT, art. 852 –, exercendo função de rescisória, segundo Coqueijo Costa (*Ação Rescisória*); b) falta de capacidade processual do exequente (menoridade, alienação mental); c) falta de legitimação para a causa (não ser o próprio da relação formada no processo de cognição o autor ou o réu); falta de qualidade em caso

457. Eduardo Gabriel Saad, *CLT Comentada*, cit.; Arnaldo Süssekind, *Instituições de Direito do Trabalho*, cit.; Tostes Malta, *CLT Comentada*, Ed. Trabalhistas, 1980; Sérgio Pinto Martins, *Direito Processual do Trabalho*, São Paulo, Atlas, 1994; Estêvão Mallet, *Temas de Direito do Trabalho*, São Paulo, LTr, 1998.

de sucessão do autor (falecimento, cessação) ou do réu (falecimento; empresa que não o sucedeu ou que não é a mesma contra a que foi pronunciada a sentença e nem responde pelos ônus trabalhistas daquela); d) incompetência do juízo; e) suspeição do juiz; f) nulidade da citação ou da penhora; g) inexistência do depósito; h) excesso de execução; decretação de falência, onde o crédito deverá ser habilitado"[458].

Pondo fim a antiga controvérsia quanto à competência para julgamento de embargos em execução por carta precatória – se o juízo deprecado ou o juízo deprecante –, a Lei n. 8.953, de 13-12-1994, deu nova redação ao art. 747 do Código de Processo Civil:

"Na execução por carta, os embargos serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem unicamente vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens".

A questão, a rigor, não era relevante para o processo do trabalho, por força da aplicação subsidiária da Lei n. 6.830/80 (Lei dos Executivos Fiscais, CLT, art. 889), que, em seu art. 20, assim dispõe:

"Na execução por carta, os embargos do executado serão oferecidos no juízo deprecado, que os remeterá ao juízo deprecante, para instrução e julgamento.

Parágrafo único. Quando os embargos tiverem por objeto vício ou irregularidades de atos do próprio juízo deprecado, caber-lhe-á unicamente o julgamento dessa matéria".

Como facilmente se observa, o art. 747 do Código de Processo Civil tem hoje a mesma disposição do art. 20 da Lei dos Executivos Fiscais – ao juízo deprecado caberá competência para o julgamento exclusivamente quando a matéria suscitada nos embargos envolver "vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação de bens".

Note-se que, na forma dada à redação do art. 747 do Código de Processo Civil, os embargos podem ser interpostos no juízo deprecante ou no deprecado.

A Lei n. 6.830/80 (Lei dos Executivos Fiscais) é omissa quanto ao efeito suspensivo dos embargos à execução.

Omissa a Consolidação das Leis do Trabalho, como omissa a Lei dos Executivos Fiscais, quanto ao efeito suspensivo dos embargos (salvo se parciais), é de concluir por sua aplicação subsidiária no processo do trabalho.

13. *Recurso na fase executória: agravo de petição*

Da decisão proferida pelo juiz, nos embargos à execução, cabe *agravo de petição*, recurso em sentido restrito a ser interposto das decisões definitivas proferidas pelo juiz, na fase executória. Dele nos ocupamos nos comentários ao art. 897 da CLT.

14. *O praceamento dos bens*

Subsistente a penhora, cuidar-se-á dos atos de alienação dos bens penhorados, determinando o juiz a publicação de *edital de praça*, a ser feita no jornal local e afixado na sede do juízo, com antecedência mínima de 20 dias.

Omissa a Consolidação das Leis do Trabalho quanto aos requisitos do edital (art. 888), aplicar-se-ão subsidiariamente as seguintes disposições contidas no art. 686 do Código de Processo Civil:

458. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*, cit., p. 711.

"I – a descrição do bem penhorado, com suas características e, tratando-se de imóvel, a situação e divisas, com remissão à matrícula e aos registros;

II – o valor do bem;

III – o lugar onde estiverem os móveis, veículos e semoventes; e, sendo direito e ação, os autos do processo em que foram penhorados;

IV – o dia e a hora de realização da praça, se bem imóvel, ou o local, dia e hora de realização do leilão, se bem móvel;

V – a menção da existência de ônus...".

Ao contrário do que ocorre no processo civil, no processo trabalhista há apenas uma publicação, a partir da qual tem início o prazo de 20 dias fixado no art. 888 da Consolidação das Leis do Trabalho, quando então se realizará a praça.

O edital objetiva dar publicidade ao praceamento dos bens, visando maior concorrência, o que, sem dúvida, possibilita lanços mais elevados, evitando a alienação por preços vis. Daí dizer Amílcar de Castro não "ser válida a praça se não revestida de publicidade que lhe garanta, com a máxima plenitude, a livre concorrência dos pretendentes ou compradores"[459].

Praça ou hasta pública é uma das formas de *expropriação judicial*. O atual Código de Processo Civil reserva a praça para a alienação de *bens imóveis* (art. 697) e o leilão para os demais bens (art. 704). A Consolidação das Leis do Trabalho não estabelece essa distinção. Os bens penhorados são alienados numa só praça, pelo maior lanço, sendo irrelevante o valor da avaliação (art. 888, § 1º). Não havendo licitantes e inexistindo pedido de adjudicação, serão eles leiloados (CLT, art. 888, § 3º).

459. *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., Forense, v. 10, p. 282.

a) Intimação do devedor

Observe-se que, no processo trabalhista, ao revés do que sucede com o processo civil (§ 3º do art. 687), não há necessidade de prévia intimação do devedor, dando-lhe ciência do dia e hora da realização da praça ou leilão.

É que, em conformidade com o que dispõe o art. 888 da Consolidação das Leis do Trabalho, o praceamento do bem penhorado é previamente anunciado no edital (a ser fixado na sede do juízo ou publicado em jornal local). Por isso afirma Russomano, em seus consagrados *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*, que "o edital deverá avisar *a todos* com antecedência de vinte dias, em que local e quando se realizará a 1ª praça".

A ciência às partes (e, obviamente, ao devedor) é feita, pois, por meio do edital.

Ressalte-se, outrossim, que o art. 889 da Consolidação das Leis do Trabalho determina a adoção "dos preceitos que regem o processo dos executivos fiscais", sendo certo que o § 2º do art. 22 da Lei n. 6.830/80 nenhuma menção faz à intimação do devedor, só prevendo a intimação da Fazenda Pública, o que afasta a aplicação subsidiária do art. 687 do Código de Processo Civil.

Nada impede, porém, que, por medida de cautela, notifique-se o executado, dada sobretudo "a natureza violenta do ato, comprometendo o patrimônio do devedor", como bem adverte José Augusto Rodrigues Pinto em seu magnífico trabalho, *Execução Trabalhista*.

b) Arrematação

"Arrematação é a transferência coacta de bens penhorados mediante pagamento em dinheiro, para ulterior satisfação do exequente e, eventualmente, de

outros credores do executado que tenham ingressado na execução", ensina Frederico Marques. Como *expropriação judicial*, é "ato jurisdicional de natureza executiva"[460].

A arrematação se consuma de duas formas:

a) com a praça;

b) com o leilão.

A praça, como já se observou, deve ser, necessariamente, precedida de edital, com os requisitos já por nós postos em evidência.

No processo do trabalho há apenas uma praça, e os bens são alienados desde logo, pelo maior lanço, independentemente de avaliação. Normalmente é levada a efeito na própria Vara do Trabalho por onde se processa a execução, podendo, entretanto, ser realizada em outro local, desde que previamente anunciado, observados os dias e horários estabelecidos para a realização dos atos processuais, ou seja, dias úteis, das 6 às 20 horas (CLT, art. 770).

No dia e hora fixados no edital, um funcionário da Vara faz o *pregão*, divulgando, em voz alta, os bens levados à praça. Feito o pregão, seguem-se os lanços, ou seja, as ofertas feitas pelos arrematantes, valendo, obviamente, a maior. O arrematante, aceito o seu lanço, deve garanti-lo com um sinal de 20% de seu valor, completando o preço em 24 horas, sob pena de perda do sinal.

O *leilão* é levado a efeito na inexistência de licitantes na praça, não tendo o exequente requerido adjudicação (CLT, art. 888, § 3º). Omisso o estatuto laboral quanto ao procedimento estabelecido para o leilão, hão de ser observadas as prescrições contidas no art. 705 do Código de Processo Civil.

Nomeado leiloeiro pelo juiz, deve este:

I – providenciar a publicação do edital, anunciando a alienação;

II – realizar o leilão onde se encontrem os bens, ou no lugar designado pelo juiz;

III – expor aos pretendentes os bens ou as amostras das mercadorias;

IV – receber do arrematante a comissão estabelecida em lei ou arbitrada pelo juiz;

V – receber e depositar, dentro de 24 horas, à ordem do juiz, o produto da alienação;

VI – prestar contas nas 48 horas subsequentes ao depósito.

A arrematação, como ato jurisdicional, é franqueada a todos aqueles que estiverem na livre administração de seus bens, vedada, entretanto, aos tutores, curadores, testamenteiros, administradores, síndicos, liquidantes, quanto aos bens confiados a sua guarda e responsabilidade, ou, ainda, aos mandatários, juiz, secretário da Vara do Trabalho, depositário, avaliador e oficial de justiça.

Encerrada a arrematação, com a complementação do lanço, em 24 horas, deve ser lavrado o *auto* respectivo (auto de arrematação), a ser assinado pelo juiz, pelo diretor de secretaria, pelo arrematante e pelo funcionário que fez o pregão.

Assinado o auto, a arrematação estará "perfeita e acabada", tornando-se irretratável, só podendo ser desfeita na ocorrência das seguintes hipóteses:

I – por vício de nulidade;

II – se não for pago o preço ou se não for prestada a caução;

III – quando o arrematante provar, nos 5 (cinco) dias seguintes, a existência

460. *Manual de Direito Processual Civil*, cit., 4. ed., v. 4, p. 182.

de ônus real ou de gravame (art. 686, V) não mencionado no edital;

IV – a requerimento do arrematante, na hipótese de embargos à arrematação (art. 746, §§ 1º e 2º).

c) Adjudicação

O exequente pode requerer ao juiz da execução que os bens penhorados lhe sejam transferidos, dando-se então a adjudicação, "ato executivo de expropriação em que o credor figura como adquirente de bem ou bens penhorados".

"Distingue-se a adjudicação da arrematação, porque o adquirente dos bens penhorados, naquela, é o próprio credor, e, ainda, por não haver conversão dos bens penhorados em dinheiro, ao contrário do que se verifica na arrematação.

De outro lado, esta ultima meio e modo para posterior satisfação ao credor (com o pagamento em dinheiro), enquanto que a adjudicação já constitui, por si, o ato instrumental com que é atendida a pretensão do credor", escreve Frederico Marques[461].

Assim, desinteressado do lanço dado pelos licitantes, e pretendendo os bens para si, pode o credor requerer a adjudicação. Para que a adjudicação se dê pelo valor do maior lanço, deve o exequente comparecer à praça ou ao leilão, quando então requererá a adjudicação. Inexistindo licitantes, a adjudicação se dará pelo valor da avaliação, constante do edital.

O processo civil não admite a adjudicação de bens móveis, mas apenas de bens imóveis:

"Só pode haver adjudicação de imóvel, ou usufruto de imóvel ou de empresa. Bens de outra espécie, como veículos, móveis, semoventes e outros que, sem passarem pela praça, vão diretamente a leilão, não podem ser adjudicados: se o credor pretender adquiri-los, só poderá arrematá-los", doutrina Amílcar de Castro[462].

Dessa forma, no processo civil, em se tratando de bens móveis, deve o exequente comparecer ao leilão (a praça é destinada apenas aos bens imóveis) e ali formular seu lanço, utilizando seu respectivo crédito.

O processo trabalhista não estabelece tal restrição, e a redação dada ao art. 888, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho deixa clara a possibilidade de adjudicação de bens móveis e imóveis.

Ressalte-se que a adjudicação prefere à arrematação:

"A arrematação far-se-á em dia, hora e lugar anunciados e os bens serão vendidos pelo maior lance, *tendo o exequente preferência para a adjudicação*".

d) Remição

Remição, do verbo remir, significa adquirir de novo, resgatar, quitar. Juridicamente, é o ato pelo qual o executado resgata os bens penhorados, com o pagamento de sua dívida:

"Remir a execução significa atender voluntariamente à obrigação, realizando a prestação devida, mais juros, custas e honorários advocatícios, e tornando incompossível com isso o processo executório, só admissível

461. *Manual de Direito Processual Civil*, cit., 4. ed., v. 4, p. 182.

462. *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., v. 10, p. 360.

enquanto não se efetua a prestação pelo próprio obrigado", ensina Celso Neves[463].

Assim, a qualquer tempo, antes, porém, da arrematação e adjudicação, poderá o executado (ou qualquer por ele) remir os bens penhorados, pondo fim à execução. Para isso, deve depositar o valor total do débito, incluídos juros e correção monetária:

"Em qualquer hipótese, a remição só será deferível ao executado se este oferecer preço igual ao valor da condenação" (Lei n. 5.584/70, art. 13).

15. *Embargos à arrematação e adjudicação*

Omissa a Consolidação das Leis do Trabalho, plenamente admitidos no processo do trabalho os *embargos à arrematação* e à *adjudicação*, previstos no art. 746 do Código de Processo Civil:

"Art. 746. É lícito ao executado, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da adjudicação, alienação ou arrematação, oferecer embargos fundados em nulidade da execução, ou em causa extintiva da obrigação, desde que superveniente à penhora, aplicando-se, no que couber, o disposto neste Capítulo.

§ 1º Oferecidos embargos, poderá o adquirente desistir da aquisição.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, o juiz deferirá de plano o requerimento, com a imediata liberação do depósito feito pelo adquirente (art. 694, § 1º, inciso IV).

§ 3º Caso os embargos sejam declarados manifestamente protelatórios, o juiz imporá multa ao embargante, não superior a 20% (vinte por cento) do valor da execução, em favor de quem desistiu da aquisição".

Note-se que os fatos a serem arguidos nos embargos nominados são praticamente os mesmos que ensejam embargos à execução (CLT, art. 884), a serem interpostos em 5 dias da penhora. Contudo, é de clareza elementar o dispositivo legal que o ampara, exigindo que tais fatos sejam *supervenientes à penhora*, enquanto os fatos a serem alegados nos embargos à execução devem ser supervenientes à sentença. Os embargos à arrematação e à adjudicação, contrariamente aos embargos à execução, que se voltam contra a execução propriamente dita, visam exclusivamente os atos processuais executórios relacionados com a arrematação e a adjudicação, como se depreende da lição de Celso Neves:

"Pressuposto essencial desses embargos está na superveniência à penhora dos fatos jurídicos apontados como suscetíveis de constituir matéria de ataque à arrematação e à adjudicação. Os vícios que porventura ocorram no processo de execução até a penhora, estes constituem objeto dos embargos à execução"[464].

O prazo para interposição de tais embargos é de cinco dias, contados da arrematação, para a qual o executado foi intimado pessoalmente, ou da intimação da adjudicação.

A legitimação ativa é do executado, como enfatiza o art. 746 do Código de Processo Civil: "é lícito ao executado, no prazo de cinco dias, contados da... arrematação oferecer embargos...".

463. *Comentários ao Código de Processo Civil*, Rio de Janeiro, Forense, v. 7, p. 25.

464. *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., v. 7, p. 240.

Ao Dr. Antonio Luiz de Toledo Pinto, que me incentivou a empreender este trabalho; à minha dedicada assessora, Maria Inês Ebert Gatti, que, mercê de sua dedicação, tornou possível este livro.

de trabalho, salvo ajuste em contrário. (Com a redação dada pela Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Empregado e trabalhador autônomo.** Distinções. Autônomo é quem trabalha para si e aufere os lucros para si, fazendo dessa atividade a sua profissão (dentista, advogado, médico etc.). Aquele que presta serviço dentro de uma empresa, atendendo à finalidade desta e criando os meios para obtenção de lucro em favor da empresa, é empregado, nos termos do art. 3º da CLT. (TRT/SP, Ac. 20000405170, 9ª T., j. 7-8-2000, Rel. Luiz Edgar Ferraz de Oliveira, *DOE/SP*, 22-8-2000)

▷ **Contrato de trabalho. Onerosidade.** O contrato de trabalho, por natureza, é oneroso. Se o reclamante prestava serviços ao reclamado gratuitamente, havia trabalho voluntário e não contrato de emprego. (TRT/SP, Ac. 20000503414, 3ª T., j. 26-9-2000, Rel. Sérgio Pinto Martins, *DOE/SP*, 10-10-2000)

▷ **Advogado. Relação de emprego.** Presença de subordinação pela evidência de instruções recebidas, compromissos processuais atribuídos, correção de minutas das peças processuais redigidas, pagamento de salário fixo e pessoalidade naturalmente exigida para a confiança do patrocínio especializado. Vínculo reconhecido. (TRT/SP, Ac. 20000495390, 6ª T., j. 19-9-2000, Rel. Rafael E. Pugliesi Ribeiro, *DOE/SP*, 29-9-2000)

▷ **Policial militar. Reconhecimento de vínculo empregatício com empresa privada.** Preenchidos os requisitos do art. 3º da CLT, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar. Decisão em consonância com a Orientação Jurisprudencial n. 167 da SBDI-1 do TST. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (TST, AIRR 55831/2002-900-03-00, 1ª T., Rel. Lelio Bentes Corrêa, *DJ*, 8-10-2004)

▷ **Vínculo Empregatício. Condomínio. Condômino gestor-síndico.** Inexistência dos requisitos do art. 3º da CLT. A figura do gestor-síndico em autogestão de condomínio não se assemelha, em nada, ao empregado com vínculo empregatício, que não tem qualquer ingerência nos desígnios administrativos. Ao contrário, a figura tem os contornos do administrador-acionista em uma sociedade anônima, ou até do sócio-gerente em outros tipos de sociedades. Ganha um *pro labore* pelos seus serviços, mas nunca um salário. Ademais, sendo condômino, não pode ser empregado de si mesmo, confundindo-se com a própria figura do "empregador" (inc. X, art. 267, do CPC). (TRT/SP, Ac. 20010064227, 7ª T., j. 19-2-2001, Rel. Rosa Maria Zuccaro, *DOE/SP*, 23-3-2001)

▷ **Contrato-realidade. Músico de restaurante.** Trabalho restrito aos sábados. "A caracterização do contrato de trabalho independe do rótulo e formato que lhes deem as partes, mas na realidade que se revela na sua execução. Quando a força de trabalho dirige-se à consecução da atividade econômica, irrelevante que seja ocupada em apenas um dia da semana, desde que desta forma haja continuidade. A subordinação jurídica não se revela por submissão absoluta a regras disciplinares mas à execução do trabalho, tal como foi contratado". (TRT/SP, Ac. 20000318862, 8ª T., j. 19-6-2000, Rel.

Contudo, como litisconsorte necessário, indispensável a presença do arrematante:

"é indispensável a presença do arrematante, na qualidade de litisconsorte necessário, na ação de embargos à arrematação, porquanto o seu direito será discutido e decidido pela sentença. É pacífica a jurisprudência no sentido de que a falta de citação do litisconsorte necessário implica nulidade do processo" (STJ, 2ª T., REsp 18.550-0-SP, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, *DJU*, 22-11-1993, p. 24931).

Os embargos à arrematação e à adjudicação não têm efeito suspensivo (art. 739-A do CPC).

O prazo para interposição de tais embargos é de cinco dias, contados da adjudicação, alienação ou arrematação, na forma do art. 746 do Código de Processo Civil.

Todavia, quando se tratar de execução trabalhista, o procedimento a observar deve ser o do art. 884 e parágrafos da CLT.

Razão por que afirmamos que no processo do trabalho o prazo para a interposição dos embargos nominados é de 5 dias, a contar da arrematação.

16. *Recurso*

Da decisão proferida nos embargos à arrematação e à adjudicação cabe *agravo de petição*, recurso cabível das decisões proferidas pelo juiz, na fase executória, do qual nos ocupamos nos comentários ao art. 897 da CLT.

17. *Embargos de terceiro*

É comum, no processo de execução, a penhora ser levada a efeito sobre bens que não pertencem ao executado, quando é certo que, em princípio, só o devedor deve responder patrimonialmente para o cumprimento de suas obrigações.

Objetivando proteger aqueles que, não sendo partes numa demanda, nem atingidos pela sentença, sofram, todavia, penhora em seus bens é que existem os *embargos de terceiro*, conceituados por Hamilton de Moraes e Barros como "ação especial, de procedimento sumário, destinada a excluir bens de terceiro que estão sendo, ilegitimamente, objeto de ações alheias".

Na verdade, os embargos de terceiro, atualmente erigidos em *ação especial*, não objetivam apenas a exclusão de bens de terceiro, penhorados na execução de ações de que não tenham sido partes, podendo ser interpostos, também, contra ato judicial do qual decorra *constrição legítima*, em "qualquer feito, seja no processo de conhecimento, seja no de execução, seja no cautelar".

Voltam-se tais embargos, como facilmente se percebe, contra o ato judicial do qual decorre turbação ou esbulho na posse de bens de terceiro. Terceiro, como ensina Frederico Marques, "é a pessoa titular de um direito outro que não tenha sido atingido pela decisão judicial". Não é, portanto, a simples circunstância de não haver sido parte na demanda que caracteriza o terceiro, mesmo porque é lícito à própria parte opor embargos de terceiro, como deixa claro o art. 1.046, § 2º, do Código de Processo Civil:

"Equipara-se a terceiro a parte que, posto figure no processo, defende bens que, pelo título de sua aquisição ou pela qualidade em que os possuir, não podem ser atingidos pela apreensão judicial"[465].

465. *Manual de Direito Processual Civil*, cit., 4. ed., v. 4, p. 45.

No processo do trabalho, conquanto possam ser interpostos nas ações cautelares (arresto, sequestro, etc.), via de regra ocorrem no processo de execução, por ocasião da penhora, neste caso devendo ser opostos até *5 dias da arrematação, adjudicação ou remição*, antes, porém, da assinatura da carta respectiva (CPC, art. 1.048).

Distribuídos por dependência, são dirigidos, por via de consequência, à Vara do Trabalho por onde tramita o processo principal.

Autuados em separado, podem ser liminarmente acolhidos, desde que comprovadamente demonstrado que os bens penhorados não são do executado e tampouco podem ser alcançados pela execução. A acolhida liminar dos embargos não significa, todavia, sua procedência. Os embargos de terceiro constituem ação especial e, por isso mesmo, sujeitam-se à instrução, ainda que sumária:

"A imediata e definitiva procedência ou improcedência dos embargos, decretada de plano, é inconcebível", observa Hamilton de Moraes e Barros, que acrescenta ser "a citação inicial do embargado de rigor, pois que de ação se trata"[466].

Citado o embargado, terá este 10 dias para apresentar contestação, seguindo-se a feitura de provas pelas quais as partes hajam protestado, com a prolação da sentença. Não contestados, deve o juiz julgá-los em 5 dias (CPC, art. 1.053, c/c o art. 803 do mesmo estatuto processual).

Recurso

Os autores divergem quanto ao recurso cabível da sentença proferida em embargos de terceiro, no processo do trabalho. Entende-se, de um lado, que, erigidos em ação especial, o recurso cabível seria o *ordinário*, ensejando-se, assim, remédio jurídico mais amplo para o reexame do julgado. É essa a observação de Antonio Lamarca:

"Os embargos de terceiro não mais podem ser considerados meros incidentes da execução e o recurso deve ser o ordinário, não o agravo de petição (terceiro tem direito à prestação jurisdicional de conhecimento). Na pior das hipóteses, por analogia, poder-se-ia atender ao disposto nos arts. 884 e seguintes da CLT (rito dos embargos à execução)"[467].

Outros, ao revés, sustentam ponto de vista contrário, preconizando o *agravo de petição*, em face dos termos do art. 897, *a*, da Consolidação das Leis do Trabalho, que estabelece tal espécie de recurso nas decisões proferidas pelo juiz, nas execuções, tal como ocorre com Wagner Giglio e Isis de Almeida, sustentando este último:

"Alguns juízes e autores vêm entendendo que, sendo os embargos de terceiro uma ação, teriam de ser apreciados e julgados, sempre, pelo juiz da Vara do Trabalho ou juiz de direito investido de jurisdição trabalhista, como reclamatória ordinária, e a decisão sofreria, não um agravo de petição, mas recurso ordinário para a turma do TRT. Do acórdão, caberia recurso de revista para a turma do TST, e, da decisão da turma, embargos para o pleno.

466. *Comentários ao Código de Processo Civil*, Rio de Janeiro, Forense, v. 9, p. 311.

467. *Roteiro Judiciário Trabalhista*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1975.

A ponderação seria aceitável se os embargos de terceiro surgissem num arresto, antes da execução, portanto; mas não quando ocorressem de uma penhora, que é o caso mais comum no processo trabalhista. Aí, os embargos de terceiro seriam um incidente da execução, e se processariam perante o Juízo singular, o juiz da Vara do Trabalho ou o juiz de direito. Das decisões destes, como já dissemos, o recurso cabível seria o agravo de petição para a Turma do TRT, cuja decisão é irrecorrível, conforme dispõe o § 4º do art. 896 da CLT, quando é proferida em execução de sentença.

Admitir que os embargos de terceiro, na execução, entrem como ação, isto é, como reclamatória ordinária, seria procrastinar injustificadamente o andamento do processo, contrariando os princípios de economia e celeridade inerentes ao Processo Judiciário do Trabalho"[468].

Interpostos na fase executória, por ocasião da penhora, o recurso efetivamente cabível é o *agravo de petição, ex vi* do disposto no art. 897 da CLT.

"*a*) cabe agravo de petição, das decisões do juiz, nas execuções".

E, como deixa claro o art. 897, *a*, da Consolidação das Leis do Trabalho, acima transcrito, de suas decisões, na fase executória, o recurso cabível é o *agravo de petição*, endereçado ao Tribunal Regional do Trabalho.

Da decisão proferida pelo Tribunal acima, havendo inequívoca e direta violação à Constituição Federal, cabe *recurso de revista* para o Tribunal Superior do Trabalho, a teor do que dispõe o art. 896, § 2º, da CLT (com redação dada pelo art. 2º da Lei n. 9.756, de 17-12-1998):

"Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando:

(...)

§ 2º Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal".

Para a regular acolhida do processamento do recurso de revista, impõe-se, como se percebe, a demonstração de inequívoca violação à Carta Magna.

Com clareza a Súmula 266 do Tribunal Superior do Trabalho elucida a questão:

"A admissibilidade do recurso de revista contra acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiro, depende de demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal".

No mesmo sentido, decisão do Supremo Tribunal Federal:

"Constitucional. Trabalho. Recurso de Revista em execução de sentença. Ofensa direta à Constituição Federal. Lei n. 7.701, de 21-12-1988, art. 12, § 4º.

I – Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, em execução de sentença, inclusive de embargos de terceiro, não caberá o recurso de revista, salvo na hipótese de ofensa direta à Constituição Federal, Lei n. 7.701, de 21-12-1988, art. 12, § 4º, Súmulas 210 e 266 do TST.

468. *Curso de Direito Processual do Trabalho*, cit., p. 111.

II – RE inadmitido. Agravo não provido" (AgRg-AI 209.792-1, *DJU*, 22-5-1998, p. 9).

18. *As obrigações de fazer na Justiça do Trabalho*

As condenações envolvendo obrigações de fazer são comuns no Judiciário Trabalhista. Caso típico é a reintegração de empregado em suas funções, em decorrência da estabilidade, de investidura sindical ou, ainda, de convenções normativas, tais como estabilidade da gestante, no período de prestação de serviço militar, etc.

No direito processual civil, fica a critério do credor utilizar-se, na eventualidade de o devedor não satisfazer a obrigação, da faculdade de exigir perdas e danos, *ex vi* do disposto no art. 633 do Código de Processo Civil. Ocorre, pois, na espécie, o que em direito se convencionou chamar obrigação alternativa (CC/2002, art. 880).

As perdas e danos no Judiciário Trabalhista convertem-se em indenização, em conformidade com o que dispõe o art. 729 da CLT:

"O empregador que deixar de cumprir decisão passada em julgado sobre a readmissão ou reintegração de empregado, além do pagamento dos salários deste, incorrerá na multa de 3/5 a 3 valores de referência por dia, até que seja cumprida a decisão".

Todavia, tal situação pode eternizar-se, dando sequência a um litígio permanente, o que resultará numa situação de anormalidade, como observa Mozart Victor Russomano, que, em casos tais, preconiza a transformação da reintegração em indenizações, na forma prevista no art. 496 da CLT:

"A situação criada pela recusa do empregador, mesmo recaindo sobre ele o ônus de pagar a multa e de pagar os salários do empregado que fica inativo, é, entretanto, uma situação de anormalidade, de litígio permanente, de risco para a segurança social. Cabe, por isso, ao Juiz da execução, apreciar o caso com o devido cuidado. Não há interesse algum, para a própria Justiça do Trabalho, que seu pronunciamento, transformado em 'coisa julgada', possa ser desobedecido indefinidamente, mediante o pagamento da multa. Dessa forma, se se prolongar a situação, dela resultando incompatibilidade flagrante entre empregado e empregador, em nome do interesse coletivo que em nenhum caso pode ficar abaixo dos interesses individuais ou de classe (art. 8º, parte final); em nome do interesse do empregado – cuja situação é sempre insegura, visto que a cobrança dos salários, provavelmente terá que ser feita, de modo periódico, por execuções sucessivas; em nome do interesse da própria Justiça do Trabalho cuja sentença deve ser acatada, será certamente aconselhável que o Juiz da execução use da faculdade que a lei lhe dá, transformando a reintegração em indenizações *ex vi* do disposto no art. 476. Será a solução prática e o meio útil de se evitar o dissídio fatalmente próximo; se o empregado e empregador são incompatíveis entre si, de que valerá a reintegração do primeiro, senão como motivo de nova controvérsia?"[469].

Irrelevante, para a transformação da reintegração em indenização, a circunstância de a sentença exequenda não estabelecer a alternativa, sendo, portanto, omissa a respeito. Ainda que omissa a sentença, pode e deve o próprio juízo da

469. *Comentários à CLT*, cit., v. 2, p. 805.

execução transformar a obrigação de fazer em indenizações, como ensina Mozart Victor Russomano[470]:

"O pagamento das indenizações – não mencionado na decisão exequenda – não é, a rigor, uma alteração da sentença. As indenizações correspondem à obrigação. Se a sentença não mencionou esta correspondência de modo expresso, fê-lo implicitamente ao condenar o vencido a fazer algo, eis que a obrigação, em face do inadimplemento do devedor, por sua própria natureza jurídica, se resolve por indenizações em pecúnia".

Assim, na expressão do consagrado jurista:

"O juiz não está obrigado a prever, na sentença, a conversão da obrigação em pagamento de reparações pecuniárias. Mas nada impede que ele a faça. Ao invés, tudo o aconselha".

Não cumprida a sentença que determinou sua reintegração, pode e deve, como já se observou, o juiz do feito transformar a reintegração em indenização, que, na espécie, constituir-se-á no pagamento dos salários e demais direitos devidos pelo empregador, além das verbas rescisórias (aviso prévio, 13º salário proporcional, férias proporcionais e FGTS), calculados até o término do período prefixado de estabilidade provisória (TST, 2ª T., RR 1.516/79, Ac. 2.655/79, Rel. Min. Mozart V. Russomano, *DJU*, 8-2-1980, p. 550).

19. *Execução contra a Fazenda Pública*

Não raras vezes o empregador é o próprio Poder Público (União, Estados e Municípios), o que ocorre quando o servidor é contratado sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho.

Em tais circunstâncias, eventual conflito entre o servidor celetista e o Poder Público, a competência material é da Justiça do Trabalho, por força do que dispõe o art. 114 da Constituição Federal.

Assim, procedente a ação, com o trânsito em julgado da decisão, a execução contra a Fazenda Pública se processa de forma diversa daquela movida contra os particulares. E isto porque os bens públicos são impenhoráveis (CC, art. 100).

Inexistindo penhora, a Fazenda Pública é citada para opor embargos à execução, observando-se as regras do art. 884 e seus parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho.

O prazo para fazê-lo é objeto de controvérsia, entendendo alguns ser de 5 dias, outros, o quádruplo (4 vezes mais, ou seja, 20 dias). Na verdade, o Decreto-Lei n. 779/69 só admite prazos superiores à Fazenda Pública para *contestar e recorrer* (art. 1º, II e III), o mesmo ocorrendo com o art. 188 do Código de Processo Civil – "computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público".

Observe-se que a Lei n. 6.830/80 é omissa a respeito, o que nos leva a concluir que o prazo para a Fazenda Pública interpor embargos à execução é de *5 dias* (CLT, art. 884).

É de lembrar que a Medida Provisória n. 2.180-35/2001, que acrescentou o art. 1º-B à Lei n. 9.494/97, elevando o prazo para a interposição de embargos à execução para trinta dias, foi declarada inconstitucional pelo TST, como dá notícia v. acórdão estampado no n. 12, *retro*.

470. *A Execução das Obrigações de Fazer no Processo do Trabalho*, cit., p. 61 e s.

Subsiste, assim, o prazo de cinco dias para a interposição de embargos à execução pela Fazenda Pública.

Julgados os embargos, o recurso cabível é o agravo de petição, observado para este o prazo em quádruplo, não havendo falar em recurso *ex officio*.

20. *O precatório judiciário*

Inexistindo penhora dos bens públicos, a execução contra a Fazenda é feita por meio do *precatório*, que é uma requisição do Poder Judiciário à autoridade administrativa, como deixam claro o art. 100 e seus parágrafos da Constituição Federal[471].

471. "Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.
§ 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo.
§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.
§ 3º O disposto no *caput* deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.
§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
§ 6º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.
§ 7º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.
§ 8º É vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao que dispõe o § 3º deste artigo.
§ 9º No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.
§ 10. Antes da expedição dos precatórios, o Tribunal solicitará à Fazenda Pública devedora, para resposta em até 30 (trinta) dias, sob pena de perda do direito de abatimento, informação sobre os débitos que preencham as condições estabelecidas no § 9º, para os fins nele previstos.
§ 11. É facultada ao credor, conforme estabelecido em lei da entidade federativa devedora, a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federado.
§ 12. A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora,

O precatório judiciário é requisitado pelo juiz da Vara do Trabalho, em ofício ao presidente do respectivo Tribunal Regional do Trabalho, acompanhado das peças necessárias, e que são as seguintes:

1) petição inicial;

2) sentença;

3) acórdão da 2ª instância;

4) cálculo de condenação;

5) sentença de liquidação;

6) citação da Fazenda Pública para interposição de embargos, nos termos do art. 730 do Código de Processo Civil;

7) certidão de vencimento do prazo respectivo dos embargos;

8) indicação do nome da pessoa a quem deve ser paga a importância requisitada;

9) procuração com poderes especiais para receber e dar quitação, na eventualidade de pagamento ao advogado;

10) número da conta na qual deverão ser efetuados os depósitos;

11) parecer da Procuradoria Estadual da União, atestando que o precatório está em conformidade com os autos originais.

O precatório, assim formado, será encaminhado por ofício à autoridade administrativa competente para o respectivo pagamento.

A requisição é atendida por ordem cronológica de apresentação. A inobservância dessa ordem pode implicar sequestro da quantia necessária à satisfação do débito (art. 100, § 6º, da CF).

Tal sequestro, contudo, volta-se contra o credor que, indevidamente (porque em inobservância da ordem cronológica de apresentação), recebeu seu crédito[472].

21. *Execução das contribuições previdenciárias*

A Emenda Constitucional n. 20/98, dando nova redação ao art. 114 da Constituição Federal, instituiu a competência da Justiça do Trabalho para executar as contribuições previdenciárias devidas em decorrência de relação empregatícia, assim dispondo o § 3º do dispositivo constitucional nominado:

> "Compete ainda à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, *a*, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir".

O art. 195, I, *a*, e II, da Constituição Federal cuida exatamente das chamadas contribuições previdenciárias.

A Emenda Constitucional referida, na verdade, afasta a polêmica acerca da constitucionalidade da legislação ordinária que, já anteriormente, dispunha sobre a mesma matéria (Lei n. 7.787, de 30-6-1989, Lei n. 8.212, de 24-7-1991, Lei n. 8.620, de 15-1-1993).

---

incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.

§ 13. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário o disposto nos §§ 2º e 3º.

§ 14. A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.

§ 15. Sem prejuízo do disposto neste artigo, lei complementar a esta Constituição Federal poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, dispondo sobre vinculações à receita corrente liquida e forma e prazo de liquidação.

§ 16. A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente."

472. Moacyr Amaral Santos, Amílcar de Castro, Frederico Marques, Vicente Greco Filho.

É de todo conveniente lembrar que até a promulgação da Emenda n. 20/98, o Juiz do Trabalho limitava-se a oficiar ao INSS que, por sua vez, na esfera competente, providenciava a execução de eventual débito previdenciário.

É bem verdade que o art. 43 da Lei n. 8.212/91, com a redação dada pela Lei n. 8.620/93, dispunha que "nas ações trabalhistas de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência de contribuição previdenciária, o juiz, sob pena de responsabilidade, determinará o imediato recolhimento das importâncias devidas à Seguridade Social", disposição vista por parcela ponderável de juslaboralistas como flagrantemente inconstitucional.

Fruto, ou não, da voracidade fiscal do Poder Público, o fato é que a Emenda Constitucional n. 20/98 ampliou a competência da Justiça do Trabalho, que pode, agora, executar, de ofício, as contribuições previdenciárias devidas em decorrência das sentenças por ela proferidas, competência enfatizada pela Emenda Constitucional n. 45/2004 (art. 114, VIII).

Faltavam, contudo, normas procedimentais para a execução das mencionadas contribuições, já que havia divergência a respeito – seria o rito previsto na Lei dos Executivos Fiscais (n. 6.830/80)? Ou seria o processo de execução fundado em título judicial do Código de Processo Civil?

A questão veio a ser solucionada com a promulgação das Leis n. 10.035, de 25-10-2000, e 11.457, de 16-3-2007, que trouxeram alterações significativas nos arts. 831, 832, 876, 878, 879, 880, 884, 889-A e 897 da CLT.

O art. 831, no seu parágrafo único, proclama a *coisa julgada* da sentença homologatória de conciliação para as partes, excluindo a Previdência Social, que pode, assim, interpor recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho:

"Art. 831. .....

Parágrafo único. No caso de conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas".

O art. 832 sofreu o acréscimo dos §§ 3º e 4º, que assim dispõem:

"§ 3º As decisões cognitivas ou homologatórias deverão sempre indicar a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.

§ 4º A União será intimada das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória, na forma do art. 20 da Lei n. 11.033, de 21 de dezembro de 2004, facultada a interposição de recurso relativo aos tributos que lhe forem devidos".

Note-se que das sentenças homologatórias de conciliação, das quais não cabe recurso para as partes, entretanto, poderá o INSS recorrer, seja interpondo embargos declaratórios (de inegável natureza recursal), seja através de recurso ordinário para o respectivo Tribunal Regional.

Ambos os recursos limitar-se-ão às verbas e valores sobre os quais haja incidência das contribuições sociais.

O prazo para a interposição de tais recursos deve ser contado em dobro, *ex vi* do disposto no Decreto-Lei n. 229/67.

O art. 876 foi acrescido do parágrafo único, vazado nos seguintes termos:

"Parágrafo único. Serão executadas *ex officio* as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido".

A execução do débito previdenciário tem, portanto, por fundamento, sentença trabalhista, ou seja, *título executivo judicial* que conterá, necessariamente, as parcelas constantes da condenação ou acordo e o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento das contribuições sociais.

O art. 878-A, acrescentado à CLT pela Lei n. 10.035/2000, tem a seguinte redação:

"Faculta-se ao devedor o pagamento imediato da parte que entender devida à Previdência Social, sem prejuízo da cobrança de eventuais diferenças encontradas na execução *ex officio*".

O pagamento em apreço não retira à Previdência a faculdade de pugnar por diferenças, podendo o próprio Juízo, de ofício, apurar a necessidade de pagamento complementar.

O art. 879 disciplina a apuração do valor de sentença, ilíquida, trazendo os seguintes parágrafos, acrescentados pela Lei n. 10.035/2000:

"§ 1º-A. A liquidação abrangerá, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas.

§ 1º-B. As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente".

O processo de liquidação de sentença trabalhista, portanto, passa a abranger, além do débito ao empregado, decorrente da legislação social, também o crédito da previdência.

Conquanto unitária a execução, devem ser discriminadas, com exatidão, as verbas e títulos trabalhistas e previdenciários, que não se confundem.

Sobre os valores devidos à Previdência, esta, uma vez intimada, deve manifestar-se em dez dias – sob pena de preclusão.

Insatisfeita com a decisão do Juízo, nessa fase de apuração do valor da condenação, poderá a Previdência interpor *impugnação* à fixação do crédito previdenciário e, da decisão a ser proferida, opor agravo de petição.

Não poderá, a nosso ver, interpor *embargos à execução*, ação do executado e não do credor. Socorre-nos a redação dada ao § 4º do art. 884: "Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário".

O art. 880, que cuida do mandado de citação do executado, para pagamento do valor da condenação, determina a inclusão do crédito da Previdência Social que passa, assim, a ser parte no Processo Trabalhista.

O art. 889-A, igualmente acrescentado à CLT pela lei sob comento, disciplina o recolhimento das contribuições previdenciárias e o seu eventual parcelamento:

"Os recolhimentos das importâncias devidas, referentes às contribuições sociais, serão efetuados nas agências locais da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil S/A, por intermédio de documento de arrecadação da Previdência Social, dele se fazendo constar o número do processo.

§ 1º Concedido parcelamento pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o devedor juntará aos autos a comprovação do ajuste, ficando a execução da contribuição social correspondente suspensa até a quitação de todas as parcelas.

§ 2º As Varas do Trabalho encaminharão mensalmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil informações sobre os recolhimentos efetivados nos autos, salvo se outro prazo for estabelecido em regulamento".

O parcelamento do débito previdenciário, portanto, deve ser postulado diretamente no INSS, comprovando-se, mensalmente, o pagamento, nos autos do processo trabalhista, com o que estará suspensa a execução, obviamente, das contribuições sociais mencionadas.

O art. 897, § 8º, cuida da possibilidade de o recurso de *agravo* versar unicamente sobre as contribuições previdenciárias:

"§ 8º Quando o agravo de petição versar apenas sobre as contribuições sociais, o juiz da execução determinará a extração de cópias das peças necessárias, que serão autuadas em apartado, conforme dispõe o § 3º, parte final, e remetidas à instância superior para apreciação, após contraminuta".

O objetivo claro do dispositivo é a celeridade processual, pois a autuação em apartado do agravo de petição interposto pela Previdência não prejudicará a execução do crédito trabalhista.

Aspecto que merece relevância é o da necessidade de o *acordo* discriminar devidamente as parcelas e os títulos geradores da contribuição previdenciária, pois, na sua ausência, a contribuição recairá sobre o valor total do acordo, *ex vi* do disposto no art. 276, §§ 2º e 3º, do Decreto n. 3.048/99:

"§ 2º Nos acordos homologados em que não figurarem, discriminadamente, as parcelas legais de incidência da contribuição previdenciária, esta incidirá sobre o valor total do acordo homologado.

§ 3º Não se considera como discriminação de parcelas legais de incidência de contribuição previdenciária a fixação de percentual de verbas remuneratórias e indenizatórias constantes dos acordos homologados, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no parágrafo anterior".

A concretização de acordo, sem reconhecimento do vínculo empregatício, também não isenta do pagamento das contribuições sob comento, dispondo o § 7º do art. 276 do Decreto n. 3.048/99 que, na hipótese, a responsabilidade pelo pagamento é do réu, na ação.

Em conformidade com a Lei n. 8.212/91 e o Decreto n. 3.048/99, a contribuição previdenciária incide sobre os seguintes títulos:

"– *horas extras*, com seus adicionais (Dec. n. 3.048/99, art. 214, I);

– *adicionais de periculosidade, insalubridade e noturno* (Lei n. 8.212/91, art. 28, I);

– *saldo de salário* (Dec. n. 3.048/99, art. 214, I);

– *13º salário* (Dec. n. 3.048/99, art. 214, § 6º);

– *auxílio-doença* (primeiros 15 dias) (Lei n. 8.212/91, art. 28, I);

– *aviso prévio trabalhado* (Lei n. 8.212/91, art. 28, I);

– *comissões* (Lei n. 8.212/91, art. 28, I);

– *diárias com valor acima de 50% da remuneração total* (Dec. n. 3.048/99, art. 214, § 8º);

– *férias normais* com 1/3 (Lei n. 8.212/91, art. 28, I);

– *gorjetas* (Lei n. 8.212/91, art. 28, I);

José Carlos da Silva Arouca, *DOE/SP*, 18-7-2000)

▷ **Ao preso, condenado ou não, que trabalha na prisão, jamais poderá ser reconhecida relação de emprego com o Estado, que o obrigou a trabalhar mesmo na hipótese de ocorrer remuneração.** O trabalho, no Brasil, não tem conotações de pena ou castigo, mas, faltando-lhe todos os pressupostos básicos que configuram a relação de emprego, quer para o já condenado, quer para o preso à disposição da justiça, há de ser negado qualquer vínculo, especialmente, pela não configuração de vontades ou liberdade para a pactuação, entre as partes. Se abuso houver, o ressarcimento há de ser buscado na justiça comum. Revista conhecida e provida para decretar a carência de ação do autor. (TST, Ac. 1.352, RR 2.049, de 1978, j. 19-8-1980, 2ª T., Rel. Min. Marcelo Pimentel, *DJ*, 3-10-1980)

Art. 4º Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

Parágrafo único. Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar ... (*vetado*) ... e por motivo de acidente do trabalho. (Parágrafo incluído pela Lei n. 4.072, de 16-6-1962.)

► *Comentários*

O contrato de trabalho é, como se sabe, sinalagmático, estabelecendo, por via de consequência, direitos e obrigações recíprocas. Em razão de tal característica do pacto laboral, a obrigação principal do empregador é a de pagar salário, enquanto a do empregado é a de prestar serviços. Contudo, nem sempre há condições para a prestação de serviços, como, por exemplo, nos dias de chuva intensa nas lavouras. Na ocorrência de tal fato, conquanto o empregado não tenha, efetivamente, prestado serviços, é certo que permaneceu à disposição do empregador, fazendo, por isso mesmo, jus aos respectivos salários e ao tempo em que ali permaneceu.

Assim, desde que tenha colocado sua força laboral à disposição do empregador, terá o empregado cumprido sua obrigação fundamental e, ainda que não haja prestação de serviços, tal período será computado como de serviço efetivo.

Considera-se, igualmente, como tempo de serviço efetivo o período em que o empregado presta serviço militar por convocação, não se computando tal período se o engajamento é voluntário.

O mesmo ocorre com o empregado acidentado no trabalho. Na ocorrência de tais fatos (serviço militar e acidente do trabalho), haverá, pois, interrupção do contrato de trabalho, computando-se os períodos respectivos para efeito de indenização.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 463 do Supremo Tribunal Federal.** Para efeito de indenização e estabilidade, conta-se o tempo em que o empregado esteve afastado, em serviço militar obrigatório, mesmo anteriormente à Lei n. 4.072, de 16-6-1962. (*DJ*, 8-10-1964)

▷ **Súmula 46 do Tribunal Superior do Trabalho. Acidente de trabalho.**

– *gratificações*, ajustadas ou contratuais (Lei n. 8.212/91, art. 28, I);

– *prêmios* (Lei n. 8.212/91, art. 28, I);

– *quebra de caixa dos bancários* (Enunciado 247/TST) (Lei n. 8.212/91, art. 28, I);

– *salário-maternidade* (Lei n. 8.212/91, art. 28, § 2º) e *salário-utilidade* (art. 28, I);

– *salários* pagos na forma do disposto na alínea *b* do inciso II do art. 10 do ADCT, excluídos os casos de conversão em indenização previstos nos arts. 496 e 497 da CLT (Dec. n. 3.048/99, art. 214, § 12)" (César P. S. Machado, *Suplemento Trabalhista* 028/01, LTr).

Não incide contribuição previdenciária sobre os seguintes títulos:

"– *dobra do art. 467 da CLT* (Lei n. 8.212/91, art. 28, I);

– *aviso prévio indenizado* (Dec. n. 3.048/99, art. 214, § 9º, V, *f*);

– *diferenças de FGTS com 40%* (Dec. n. 3.048, art. 214, § 9º, V, *a*);

– *férias indenizadas com 1/3*, inclusive em dobro e proporcionais (Dec. n. 3.048/99, art. 214, § 9º, IV);

– *vale-transporte* (Dec. n. 3.048/99, art. 214, § 9º, VI);

– *seguro-desemprego* (Dec. n. 3.048/99, art. 214, § 9º, I);

– *multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias* (Dec. n. 3.048/99, art. 214, § 9º, XXII);

– *ajuda de custo* recebida na forma do art. 470 da CLT (Dec. n. 3.048/99, art. 214, § 9º, V, *f*);

– *diárias até 50% da remuneração total* (Dec. n. 3.048/99, art. 214, § 9º, VIII);

– *incentivo à demissão* (Dec. n. 3.048/99, art. 214, § 9º, V, *e*);

– *participação nos lucros ou resultados da empresa* (Dec. n. 3.048/99, art. 214, § 9º, X);

– *salário-família* (Lei n. 8.212/91, art. 28, § 9º, *a*)" (César P. S. Machado, *Suplemento Trabalhista* 028/01, LTr).

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 114 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição intercorrente.** É inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente. (RA 116/80, *DJ*, 3-11-1980)

▷ **Súmula 128 do Tribunal Superior do Trabalho. Depósito recursal.** (Nova redação em decorrência da incorporação das Orientações Jurisprudenciais n. 139, 189 e 190 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – É ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção. Atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso.

II – Garantido o juízo, na fase executória, a exigência de depósito para recorrer de qualquer decisão viola os incisos II e LV do art. 5º da CF/1988. Havendo, porém, elevação do valor do débito, exige-se a complementação da garantia do juízo.

III – Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.

▷ **Súmula 211 do Tribunal Superior do Trabalho. Juros de mora e correção monetária. Independência do pedido inicial e o título executivo judicial.** Os juros de mora e a correção monetária incluem-se na liquidação, ainda que omisso o pedido

inicial ou a condenação. (Res. 14/85, *DJ*, 19-9-1985)

▷ **Súmula 266 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de revista. Admissibilidade. Execução de sentença. Revisão do Enunciado 210.** A admissibilidade do recurso de revista contra acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiro, depende de demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal. (Res. 1/87, *DJ*, 23-10-1987 e 14-12-1987)

▷ **Súmula 399 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Cabimento. Sentença de mérito. Decisão homologatória de adjudicação, de arrematação e de cálculos.** (Conversão das OJ n. 44, 45 e 85, primeira parte, da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) I – É incabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação. II – A decisão homologatória de cálculos apenas comporta rescisão quando enfrentar as questões envolvidas na elaboração da conta de liquidação, quer solvendo a controvérsia das partes quer explicitando, de ofício, os motivos pelos quais acolheu os cálculos oferecidos por uma das partes ou pelo setor de cálculos, e não contestados pela outra.

▷ **Súmula 405 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Liminar. Antecipação de tutela.** (Conversão das OJ n. 1, 3 e 121 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) I – Em face do que dispõe a MP 1.984-22/00 e reedições e o artigo 273, § 7º, do CPC, é cabível o pedido liminar formulado na petição inicial de ação rescisória ou na fase recursal, visando a suspender a execução da decisão rescindenda. II – O pedido de antecipação de tutela, formulado nas mesmas condições, será recebido como medida acautelatória em ação rescisória, por não se admitir tutela antecipada em sede de ação rescisória.

▷ **Súmula 416 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de segurança. Execução. Lei n. 8.432/92. Art. 897, § 1º, da CLT. Cabimento.** (Conversão da OJ n. 55 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.

▷ **Súmula 417 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de segurança. Penhora em dinheiro.** (Conversão das OJ n. 60, 61 e 62 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) I – Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC. II – Havendo discordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco, ainda que atenda aos requisitos do art. 666, I, do CPC. III – Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe

da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC.

▷ **Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal.** Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação.

▷ **Súmula 163 do Supremo Tribunal Federal.** Salvo contra a Fazenda Pública, sendo a obrigação ilíquida, contam-se os juros moratórios desde a citação inicial para a ação.

▷ **Súmula 254 do Supremo Tribunal Federal.** Incluem-se os juros moratórios na liquidação, embora omisso o pedido inicial ou a condenação.

▷ **Súmula 255 do Supremo Tribunal Federal.** Sendo líquida a obrigação, os juros moratórios, contra a Fazenda Pública, incluídas as autarquias, são contados do trânsito em julgado da sentença de liquidação.

▷ **Súmula 327 do Supremo Tribunal Federal.** O direito trabalhista admite a prescrição intercorrente.

▷ **Súmula 433 do Supremo Tribunal Federal.** É competente o Tribunal Regional do Trabalho para julgar mandado de segurança contra ato de seu presidente em execução de sentença trabalhista.

▷ **Súmula 458 do Supremo Tribunal Federal.** O processo da execução trabalhista não exclui a remição pelo executado.

▷ **Súmula 10 do Superior Tribunal de Justiça.** Instalada a junta de conciliação e julgamento, cessa a competência do juiz de direito em matéria trabalhista, inclusive para a execução das sentenças por ele proferidas.

▷ **Súmula 46 do Superior Tribunal de Justiça.** Na execução por carta, os embargos do devedor serão decididos no juízo deprecante, salvo se versarem unicamente vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.

▷ **Súmula 134 do Superior Tribunal de Justiça.** Embora intimado da penhora em imóvel do casal, o cônjuge do executado pode opor embargos de terceiro para defesa de sua meação.

▷ **Súmula 232 do Superior Tribunal de Justiça.** A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 87 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Entidade pública. Exploração de atividade eminentemente econômica. Execução. Art. 883, da CLT.** (Inserida em 28-4-1997. Nova redação – *DJ*, 16-4-2004). É direta a execução contra a APPA e Minascaixa (§ 1º do art. 173, da CF/1988).

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 143 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Empresa em liquidação extrajudicial. Execução. Créditos trabalhistas. Lei n. 6.024/74.** A execução trabalhista deve prosseguir diretamente na Justiça do Trabalho mesmo após a decretação da liquidação extrajudicial. Lei n. 6.830/80, arts. 5º e 29, aplicados supletivamente (CLT, art. 889, e CF/1988, art. 114).

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 226 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Crédito trabalhista. Cédula de crédito rural. Cédula de crédito industrial. Penhorabilidade.** Inserida em 20-6-2001 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005) Diferentemente da cédula de crédito industrial garantida por alienação fiduciária, na cédula rural pignoratícia ou hipotecária o bem permanece sob o domínio do devedor (executado),

não constituindo óbice à penhora na esfera trabalhista. (Decreto-lei n. 167/1967, art. 69; CLT, arts. 10 e 30 e Lei n. 6.830/1980)

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 28 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação Rescisória. Juízo Rescisório. Restituição da parcela já recebida. Deve a parte propor ação própria.** (Cancelada pela Res. 149, de 17-11-2008)

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 53 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de Segurança. Cooperativa em Liquidação Extrajudicial. Lei 5.764/71, art. 76. Inaplicável. Não suspende a execução. A liquidação extrajudicial de sociedade cooperativa não suspende a execução dos créditos trabalhistas existentes contra ela.**

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 54 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de segurança. Embargos de terceiro. Cumulação. Penhora. Incabível.** (Inserida em 20-9-2000. Nova redação – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) Ajuizados embargos de terceiro (art. 1.046 do CPC) para pleitear a desconstituição da penhora, é incabível a interposição de mandado de segurança com a mesma finalidade.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 59 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de Segurança. Penhora. Carta de Fiança Bancária.** A Carta de Fiança Bancária equivale a dinheiro para efeito da gradação dos bens penhoráveis, estabelecida no art. 655 do CPC.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 66 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de Segurança. Sentença homologatória de Adjudicação. Incabível.** Incabível o Mandado de Segurança contra sentença homologatória de adjudicação, uma vez que existe meio próprio para impugnar o ato judicial, consistente nos embargos à adjudicação (CPC, art. 746).

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 89 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. "Habeas corpus". Depositário. Termo de depósito não assinado pelo paciente. Necessidade de aceitação do encargo. Impossibilidade de prisão civil.** A investidura no encargo de depositário depende da aceitação do nomeado que deve assinar termo de compromisso no auto de penhora, sem o que é inadmissível a restrição de seu direito de liberdade.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 93 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de Segurança. Possibilidade da penhora sobre parte da renda de estabelecimento comercial.** É admissível a penhora sobre a renda mensal ou faturamento de empresa, limitada a determinado percentual, desde que não comprometa o desenvolvimento regular de suas atividades.

▷ **Liquidação de sentença. Impugnação aos cálculos. Preclusão.** De acordo com a regra do art. 879, parágrafo 2º, da CLT, a impugnação aos cálculos deve ser fundamentada, com indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão. Logo, a parte deve necessariamente rebater os cálculos que preconiza incorretos com aqueles que reputa corretos, sob pena de preclusão de sua faculdade de impugnação. (TRT/SP,

Ac. 20000481666, j. 4-9-2000, Proc. 20000215966, 8ª T., Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 10-10-2000)

▷ **Medida Provisória ampliando o prazo fixado nos arts. 730 do CPC e 884 da CLT, de dez e cinco, respectivamente, para trinta dias, para os entes públicos oporem embargos à execução - Medida Provisória n. 2.180-35/01 - Inconstitucionalidade à luz do art. 62, *caput*, da Constituição Federal.** 1. A jurisprudência do STF admite, ainda que excepcionalmente, o controle jurisdicional da urgência, pressuposto constitucional da medida provisória (STF-ADIMC-2.213/DF, Rel. Min. Celso de Mello, Pleno, "in" *DJ* de 23-4-2004). 2. A urgência para a edição de medidas provisórias é um requisito atrelado a dois critérios: um objetivo, de ordem jurídico-temporal, identificado pela doutrina mais tradicional como verificação da impossibilidade de se aguardar o tempo natural do processo legislativo sumário; e outro subjetivo, que se relaciona não tanto a um determinado lapso temporal, mas, principalmente, a um juízo político de oportunidade e conveniência (urgência política). 3. Na hipótese dos autos, a controvérsia gira em torno da caracterização, ou não, da urgência da Medida Provisória n. 2.180-35, de 24-8-2001, e, consequentemente, discute-se sobre a constitucionalidade do art. 4º da referida norma, que estabelece dilatação do prazo em favor de entes públicos para oposição de embargos à execução, concedendo típico favor processual aos entes públicos. 4. Seguindo os fundamentos determinantes da decisão do Supremo Tribunal Federal nas ADIMC-1.753/DF e 1.910/DF (referentes à ampliação do prazo para ajuizamento de ação rescisória), deve-se concluir, na presente hipótese, que o favor processual concedido aos entes públicos, no sentido de triplicar o prazo para a oposição dos embargos à execução, carece de urgência política, ou seja, não se revela proporcional, apresentando-se como um privilégio inconstitucional. Declaração de inconstitucionalidade do art. 4º da Medida Provisória n. 2.180-35, de 24/08/01. (TST-RR-70/1992-011-04-00.7 - (Ac. TP) - 4ª Reg. - Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho, *DJU*, 23-9-2005)

▷ **Ação rescisória. Sentença homologatória de adjudicação.** Incabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de arrematação, conforme se vê do Verbete n. 44 da Orientação Jurisprudencial da SBDI-2. Recurso Ordinário provido. (TST, ROAR 725.769/2001, j. 11-9-2001, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. José Luciano de Castilho Pereira, *DJ*, 19-10-2001)

▷ **Lanço vil. Nulidade da adjudicação. Inexistência.** Não há a nível de legislação e doutrina um conceito objetivo do que venha ser considerado lanço vil, para efeito de anular a adjudicação. Cabe ao juiz, tendo como pressuposto as peculiaridades de cada caso concreto, tais como a facilidade ou dificuldade de comercialização do bem, dizer se o lanço deve ser tido como ínfimo ou não. Assim, não há de se considerar como vil o valor do lanço que só atinge trinta por cento da avaliação; mormente se sobre os referidos bens já ocorreu praça com resultado negativo. Agravo de Petição que se nega provimento, por unani-

midade. (TRT/24ª Região, Ac. 1.777, j. 12-6-2001, AP 163/2001, Tribunal Pleno, Rel. João de Deus Gomes de Souza, *DJ/MS*, 16-7-2001)

▷ **Arrematação. Preço vil.** O devedor não pode almejar a realização de bons negócios com a venda em hasta pública. Preço vil é o que não se presta a satisfazer uma parte razoável da dívida, tal como ocorre com a própria escusa da penhora (CPC, art. 659, parágrafo 2º). (TRT/SP, Ac. 20000065131, j. 15-2-2000, Proc. 19990621538, 6ª T., Rel. Rafael E. Pugliese Ribeiro, *DOE/SP*, 25-2-2000)

▷ **Impugnação à sentença de liquidação e embargos à execução.** Nos termos do par. 4º do art. 884 consolidado, a impugnação à sentença de liquidação e os embargos à execução devem ser apreciados "na mesma sentença". O fato de o Juízo não estar garantido por depósito ou penhora não autoriza ao juiz proferir decisão sobre a impugnação à sentença de liquidação, olvidando-se da existência do outro remédio jurídico. O princípio da celeridade não pode e nem deve atropelar a lei. (TRT/SP, Ac. 19990602363, j. 9-11-1999, Proc. 19990378650, 5ª T., Rel. Francisco Antonio de Oliveira, *DOE/SP*, 26-11-1999)

▷ **Embargos à execução violadores da *res judicata*.** Correta a r. decisão proferida pelo MM. Juízo executor que entende como expediente atentatório à dignidade da Justiça a oposição de embargos à execução em que pretende a executada convencer do direito à retenção de descontos previdenciários e fiscais, quando a mesma foi expressamente vedada pelo título executivo judicial transitado em julgado inalterado a respeito, matéria que já havia sido didaticamente tratada pela r. sentença de liquidação. Agravo patronal improvido (TRT/SP, Ac. 19990593275, j. 4-11-1999, Proc. 19990417647, 7ª T., Rel. Anélia Li Chum, *DOE/SP*, 19-11-1999)

▷ **Execução provisória. Agravo de petição.** Dispõe literalmente o artigo 899 da CLT que é permitida a execução provisória até a penhora. Logo, a execução provisória para na penhora, não podendo continuar com a apresentação de embargos e até de agravo de petição, como no caso presente. Não conheço do recurso. (TRT/SP, Ac. 20010378957, j. 25-6-2001, Proc. 20010202395, 1ª T., Rel. Sérgio Pinto Martins, *DOE/SP*, 17-7-2001)

▷ **Execução. Termo de ajuste de conduta constituído perante o Ministério Público do Trabalho. Competência da justiça laboral.** As inovações introduzidas no moderno direito instrumental, impulsionadas pela necessidade de se impor maior celeridade à solução dos conflitos sociais, permitem concluir que o preceito insculpido no art. 876 da Consolidação das Leis do Trabalho não constitui óbice à execução, no processo do trabalho, do chamado termo de ajuste de conduta, concebido no art. 5º, § 6º, da Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85), com eficácia de título executivo extrajudicial. Destarte, não há qualquer dúvida quanto à competência da Justiça Laboral para processar a respectiva ação executiva, ainda mais porque, em se tratando de instrumento constituído perante o Ministério Público do Trabalho, em defesa de interesses difusos e coletivos decorrentes das relações de emprego, a nenhum outro órgão judicial caberia

conhecer da matéria, em face do que estabelece o art. 114 da Constituição Federal. Recurso provido, a fim de que os autos sejam devolvidos ao Juízo "a quo" para o regular processamento da execução intentada pelo "Parquet". (TRT/13ª R., Ac. 55.528, j. 26-8-1999, AGPE 399/99, Rel. Francisco de Assis Carvalho e Silva, *DJ*, 21-11-2000)

▷ **Mandado de segurança. Precatório. Sequestro. Preterição na ordem de precedência.** O art. 100, § 2º, da Constituição Federal de 1988, quer em sua redação antiga como na atual, prevê a possibilidade de sequestro da quantia necessária à satisfação do débito, quando ocorrer preterimento do direito de precedência para o pagamento do precatório. A mesma regra consta do art. 731 do CPC. Na hipótese sob exame, o preterimento do direito de precedência foi consignado pela autoridade apontada como coatora, inexistindo nos autos prova conclusiva de que este inocorreu. Remessa de ofício e recurso ordinário desprovidos. (TST, RXOFROMS 711.026/2000, j. 18-10-2001, Seção Administrativa, Rel. Ministro Rider Nogueira de Brito, *DJ*, 14-12-2001)

▷ **Contribuições previdenciárias decorrentes de decisão proferida pela Justiça do Trabalho. Execução.** A partir da Emenda Constitucional n. 20/98 compete à Justiça do Trabalho executar de ofício as contribuições previdenciárias decorrentes de suas decisões, com força de título executivo judicial no tocante à matéria, independentemente de provocação do INSS e de inscrição na dívida ativa. Entendimento que mais ainda se impõe a partir da vigência da recente Lei n. 10.035, de 25 de outubro de 2000, aplicável aos processos executivos em curso. Agravo de petição provido. (TRT/4ª R., AP 50061.941/99-9, j. 31-1-2001, 4ª Turma, Rel. Juiz Hugo Carlos Scheuermann, *DJ*, 5-3-2001)

▷ **Agravo de instrumento. Violação de norma constitucional.** Tendo em vista decisões recentes do E. STF, dando provimento a recursos extraordinários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sob o entendimento de que o art. 12 do DL n. 509/69, que garante a impenhorabilidade dos bens, rendas e serviços dos Correios não se revela incompatível com o texto da atual Constituição Federal, tem-se que viola o seu art. 100 acórdão regional que determina a execução de forma direta e não pelo regime especial de precatórios. Agravo de instrumento provido e convertido em recurso de revista. **Recurso de revista. Impenhorabilidade dos bens, rendas e serviços da ECT. Art. 12 do DL n. 509/69.** Como o Excelso Pretório decidiu que o art. 12 do Decreto-Lei n. 509, de 20-3-69, é constitucional, os CORREIOS têm os mesmos privilégios da Fazenda Pública quanto à execução, submetendo-se ao regime especial de precatórios, impondo-se, pois, a observância do disposto no art. 100 da Constituição Federal. Recurso de Revista conhecido por violação do art. 100 da Constituição Federal e provido. (TST, RR 734.521/2001, j. 3-10-2001, 5ª T., Rel. Juiz Convocado Guedes de Amorim, *DJ*, 9-11-2001)

▷ **Fazenda Pública. Descumprimento de acordo. Execução. Forma de pagamento.** Partes que celebram acordo quando já expedido precatório requisitório para pagamento do débito

da ré. Comunicado do acordo, o Tribunal devolve o precatório ao Juízo de origem. O descumprimento do acordo, pela Fazenda Pública, consubstanciado na indevida dedução de imposto de renda do crédito do autor, levou à execução do ajuste. A forma de pagamento, nesta nova execução, será a requisição de novo precatório para pagamento do valor pactuado, atualizado, de que se deduzam eventuais parcelas quitadas antes do descumprimento do ajuste. Não há que se cogitar de aproveitamento do precatório anterior, devendo o credor sujeitar-se à ordem cronológica da nova requisição. Assim, também, se, para propiciar o acordo, ajustaram valor menor que o apurado em liquidação, este será o objeto da execução, e não o valor primitivo do débito. (TRT/9ª R., AC 21.834/2000, j. 29-9-2000, AP 1.645-PR, 2ª T., Rel. Marlene T. Fuverki Suguimatsu, *DJPr*, 29-9-2000)

▷ **Execução. Cédula hipotecária. Decreto-lei n. 167/67, art. 69. Decreto-lei n. 413/69, art. 57. Possibilidade de penhora. Lei n. 6.830/80, art. 29. Superprivilégio do crédito trabalhista. CTN, arts. 184 e 186.** O artigo 184 do Código Tributário Nacional assegura que respondem pelas dívidas a totalidade dos bens do devedor, inclusive os gravados por ônus real. A Lei n. 6.830/80, no artigo 29, estabelece que a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública não está sujeita a concurso de credores e, por consequência, a concurso de títulos. Assim, como o art. 186 do Código Tributário Nacional concede preferência absoluta ao crédito trabalhista (que se sobrepõe a qualquer outro), possível é a penhora dos bens vinculados às cédulas de crédito rural, comercial e industrial. Decisão por maioria. (TRT/24ª R., Ac. 2.036, j. 20-9-2000, AP 213/2000, Tribunal Pleno, Rel. Júlio César Bebber, *DJ/MS*, 9-11-2000)

▷ **Prescrição intercorrente. Processo de execução trabalhista. Incidência.** É certo que não se pode exigir que o juízo singular promova a execução, pois ele tem apenas uma faculdade, não uma obrigação. Porém, não menos certo é admitir que o juízo deva fazer conhecer às partes que não irá utilizar-se da faculdade prevista no artigo 878 consolidado, seja por meio de uma intimação para que as partes requeiram o que entender de direito, seja outra manifestação qualquer que impute o ônus da execução às partes. Não fazendo isto, é razoável admitir-se que os litigantes, principalmente o credor, fique na expectativa de que o juízo promova a execução. Portanto, a decisão do juízo *"a quo"* de arquivar o processo, sem qualquer intimação às partes, frustrou a expectativa de se ver prestada a jurisdição na fase satisfativa do processo para se chegar ao seu termo. Assim, não merece reparo a decisão agravada que afastou a prescrição intercorrente arguida nos Embargos à Execução. Agravo improvido, por unanimidade (TRT/24ª R., Ac. 743, j. 9-2-1995, AP 182/94, Tribunal Pleno, Rel. João de Deus Gomes de Souza, DJ/MS, 27-3-1995)

Capítulo VI
Dos Recursos

Art. 893. Das decisões são admissíveis os seguintes recursos: (Redação dada pela Lei n. 861, de 13-10-1949.)

I – embargos;

II – recurso ordinário;

III – recurso de revista;

IV – agravo.

§ 1º Os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva. (Parágrafo único renumerado pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

§ 2º A interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal não prejudicará a execução do julgado. (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Art. 894. No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de 8 (oito) dias: (Artigo alterado pela Lei n. 11.496, de 22-6-2007.)

I – de decisão não unânime de julgamento que:

a) conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, nos casos previstos em lei; e

b) (*Vetado.*)

II – das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. (*Revogado.*)

Art. 895. Cabe recurso ordinário para a instância superior:

I – das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias; e (Redação nos termos da Lei n. 11.925, de 17-4-2009.)

II – das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos. (Redação nos termos da Lei n. 11.925, de 17-4-2009.)

§ 1º Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário: (Parágrafo incluído pela Lei n. 9.957, de 12-1-2000.)

I – (*Vetado.*)

II – será imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de 10 (dez) dias, e a Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, sem revisor;

III – terá parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário o parecer, com registro na certidão;

IV – terá acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão.

§ 2º Os Tribunais Regionais, divididos em Turmas, poderão designar Turma para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo. (Parágrafo incluído pela Lei n. 9.957, de 12-1-2000.)

Art. 896. Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando: (Redação dada pela Lei n. 9.756, de 17-12-1998.)

a) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios

Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte; (Redação dada pela Lei n. 9.756, de 17-12-1998.)

b) derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente, na forma da alínea *a*; (Redação dada pela Lei n. 9.756, de 17-12-1998.)

c) proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal. (Redação dada pela Lei n. 9.756, de 17-12-1998.)

§ 1º O Recurso de Revista, dotado de efeito apenas devolutivo, será apresentado ao Presidente do Tribunal recorrido, que poderá recebê-lo ou denegá-lo, fundamentando, em qualquer caso, a decisão. (Redação dada pela Lei n. 9.756, de 17-12-1998.)

§ 2º Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei n. 9.756, de 17-12-1998.)

§ 3º Os Tribunais Regionais do Trabalho procederão, obrigatoriamente, à uniformização de sua jurisprudência, nos termos do Livro I, Título IX, Capítulo I do CPC, não servindo a súmula respectiva para ensejar a admissibilidade do Recurso de Revista quando contrariar Súmula da Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 9.756, de 17-12-1998.)

§ 4º A divergência apta a ensejar o Recurso de Revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 9.756, de 17-12-1998.)

§ 5º Estando a decisão recorrida em consonância com enunciado da Súmula da Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, poderá o Ministro Relator, indicando-o, negar seguimento ao Recurso de Revista, aos Embargos, ou ao Agravo de Instrumento. Será denegado seguimento ao Recurso nas hipóteses de intempestividade, deserção, falta de alçada e ilegitimidade de representação, cabendo a interposição de Agravo. (Parágrafo incluído pela Lei n. 7.701, de 21-12-1988.)

§ 6º Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República. (Parágrafo incluído pela Lei n. 9.957, de 12-1-2000.)

Art. 896-A. O Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. (Artigo incluído pela MP n. 2.226, de 4-9-2001.)

Art. 897. Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: (Redação dada pela Lei n. 8.432, de 11-6-1992.)

a) de petição, das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções; (Redação dada pela Lei n. 8.432, de 11-6-1992.)

b) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos. (Redação dada pela Lei n. 8.432, de 11-6-1992.)

§ 1º O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença. (Redação dada pela Lei n. 8.432, de 11-6-1992.)

As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina. (RA 41/73, *DJ*, 14-6-1973)

Art. 5º A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo.

► *Comentários*

A Constituição Federal vigente, no seu art. 7º, XXX, veda terminantemente diferença salarial por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, ou ainda qualquer discriminação entre o trabalho manual, técnico ou intelectual (inciso XXXII).

O artigo em exame, fiel ao princípio da isonomia salarial, veda, igualmente, discriminação salarial quando os empregados desenvolvem trabalho de igual valor.

Trabalho de igual valor, como o define o § 1º do art. 461 desse Estatuto, é aquele "feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica".

Obviamente, como será mais detalhadamente visto no exame do art. 461, a igualdade salarial é estabelecida para empregados que desenvolvam os mesmos trabalhos, pressupondo, por via de consequência, identidade de funções, desde que inexista tempo igual ou superior a dois anos no exercício dessas mesmas funções.

Irrelevante, outrossim, o sexo do empregado, se homem ou mulher. Preenchidos os requisitos acima enumerados, vedada é a distinção salarial.

Como enfatiza o dispositivo constitucional acima citado e o art. 5º da CLT, é vedada, pois, distinção salarial em prejuízo da mulher que cumpra, com a mesma perfeição e produtividade, tarefa desenvolvida pelo homem.

► *Jurisprudência*

▷ **Igualdade salarial.** Não atendimento dos pressupostos do artigo 461 da CLT. Pedido com base no princípio da isonomia. Impossibilidade. O princípio da isonomia salarial, tipicamente de natureza antidiscriminatória de tratamento salarial em razão de idade, *sexo*, cor ou estado civil (artigo quinto, inciso trinta, da Constituição Federal), não atrita com o artigo quatrocentos e sessenta e um da CLT, que cuida da equiparação salarial e que adota o mesmo princípio. A regra da igualdade formal condena a discriminação baseada exclusivamente na cor, na raça, no sexo e no estado civil do trabalhador, objetivando valorizar o ser humano, em respeito aos seus direitos fundamentais, mas não impede a desigualdade em razão da exigência de pressupostos, como o da identidade funcional e trabalho de igual valor. Ao preconizar a isonomia salarial, a CLT, em seu artigo quatrocentos e sessenta e um, é específica em exigir que, entre equiparando e paradigma, existam: identidade funcional; trabalho de igual valor (quantitativo e qualitativo); inexistência de diferença na função superior a dois anos; mesmo empregador; mesma localidade da prestação de serviços e inexistência de quadro de carreira na empresa. Logo, deferir pedido de diferenças salariais, sob o fundamento da isonomia, sem a estrita observância dos elementos identificadores da identidade funcional, de

§ 2º O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição não suspende a execução da sentença. (Redação dada pela Lei n. 8.432, de 11-6-1992.)

§ 3º Na hipótese da alínea *a* deste artigo, o agravo será julgado pelo próprio tribunal, presidido pela autoridade recorrida, salvo se se tratar de decisão de Juiz do Trabalho de 1ª Instância ou de Juiz de Direito, quando o julgamento competirá a uma das Turmas do Tribunal Regional a que estiver subordinado o prolator da sentença, observado o disposto no art. 679, a quem este remeterá as peças necessárias para o exame da matéria controvertida, em autos apartados, ou nos próprios autos, se tiver sido determinada a extração de carta de sentença. (Redação dada pela Lei n. 10.035, de 25-10-2000.)

§ 4º Na hipótese da alínea *b* deste artigo, o agravo será julgado pelo Tribunal que seria competente para conhecer o recurso cuja interposição foi denegada. (Parágrafo incluído pela Lei n. 8.432, de 11-6-1992.)

§ 5º Sob pena de não conhecimento, as partes promoverão a formação do instrumento do agravo de modo a possibilitar, caso provido, o imediato julgamento do recurso denegado, instruindo a petição de interposição: (Parágrafo incluído pela Lei n. 9.756, de 17-12-1998.)

I – obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, do depósito recursal referente ao recurso que se pretende destrancar, da comprovação do recolhimento das custas e do depósito recursal a que se refere o § 7º do art. 899 desta Consolidação; (Redação dada pela Lei n. 12.275, de 29-6-2010.)

II – facultativamente, com outras peças que o agravante reputar úteis ao deslinde da matéria de mérito controvertida. (Inciso incluído pela Lei n. 9.756, de 17-12-1998.)

§ 6º O agravado será intimado para oferecer resposta ao agravo e ao recurso principal, instruindo-a com as peças que considerar necessárias ao julgamento de ambos os recursos. (Parágrafo incluído pela Lei n. 9.756, de 17-12-1998.)

§ 7º Provido o agravo, a Turma deliberará sobre o julgamento do recurso principal, observando-se, se for o caso, daí em diante, o procedimento relativo a esse recurso. (Parágrafo incluído pela Lei n. 9.756, de 17-12-1998.)

§ 8º Quando o agravo de petição versar apenas sobre as contribuições sociais, o juiz da execução determinará a extração de cópias das peças necessárias, que serão autuadas em apartado, conforme dispõe o § 3º, parte final, e remetidas à instância superior para apreciação, após contraminuta. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.035, de 25-10-2000.)

Art. 897-A. Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. (Artigo incluído pela Lei n. 9.957, de 12-1-2000.)

Parágrafo único. Os erros materiais poderão ser corrigidos de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.

Art. 898. Das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público, ou, em qualquer caso, das proferidas em revisão, poderão recorrer, além dos interessados, o Presidente do Tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.

Art. 899. Os recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória

até a penhora. (Redação dada pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 1º Sendo a condenação de valor até 10 (dez) vezes o valor de referência regional, nos dissídios individuais, só será admitido o recurso inclusive o extraordinário, mediante prévio depósito da respectiva importância. Transitada em julgado a decisão recorrida, ordenar-se-á o levantamento imediato da importância do depósito, em favor da parte vencedora, por simples despacho do juiz. (Redação dada pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 2º Tratando-se de condenação de valor indeterminado, o depósito corresponderá ao que for arbitrado para efeito de custas, pela Junta ou Juízo de Direito, até o limite de 10 (dez) vezes o valor de referência regional. (Redação dada pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 3º (Revogado pela Lei n. 7.033, de 5-10-1982.)

§ 4º O depósito de que trata o § 1º far-se-á na conta vinculada do empregado a que se refere o art. 2º da Lei n. 5.107, de 13 de setembro de 1966, aplicando-se-lhe os preceitos dessa lei, observado, quanto ao respectivo levantamento, o disposto no § 1º. (Redação dada pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 5º Se o empregado ainda não tiver conta vinculada aberta em seu nome, nos termos do art. 2º da Lei n. 5.107, de 13 de setembro de 1966, a empresa procederá à respectiva abertura, para efeito do disposto no § 2º. (Redação dada pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 6º Quando o valor da condenação, ou o arbitrado para fins de custas, exceder o limite de 10 (dez) vezes o valor de referência regional, o depósito para fins de recurso será limitado a este valor. (Parágrafo incluído pela Lei n. 5.442, de 24-5-1968.)

§ 7º No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar. (Incluído pela Lei n. 12.275, de 29-6-2010.)

Art. 900. Interposto o recurso, será notificado o recorrido para oferecer as suas razões, em prazo igual ao que tiver o recorrente.

Art. 901. Sem prejuízo dos prazos previstos neste Capítulo, terão as partes vistas dos autos em cartório ou na secretaria.

Parágrafo único. Salvo quando estiver correndo prazo comum, aos procuradores das partes será permitido ter vista dos autos fora do cartório ou secretaria. (Parágrafo incluído pela Lei n. 8.638, de 31-3-1993.)

Art. 902. (Revogado pela Lei n. 7.033, de 5-10-1982.)

► *Comentários*

1. *Conceito (recurso voluntário e recurso por imperativo legal)*

Por uma série de circunstâncias estão as questões submetidas aos Tribunais sujeitas ao chamado *duplo grau de jurisdição*, em razão do qual é possível o reexame da sentença por um juízo superior. Daí a utilização do *recurso*, que, no sentido jurídico, significa o meio de que se vale a parte para o reexame da sentença que lhe tenha sido total ou parcialmente desfavorável, ou, como afirma João Monteiro, "provocação a novo exame dos autos para emenda ou modificação da primeira sentença"[473].

O duplo grau de jurisdição, que resulta na possibilidade de reexame da causa por um juízo superior (necessariamente colegiado, ou seja, composto de mais de um juiz), na verdade constitui uma ga-

473. *Teoria do Processo Civil e Comercial*, São Paulo, Programa, 1905, v. 3, p. 54.

rantia aos litigantes, como bem observa Giuseppe Chiovenda, "na medida em que um reiterado julgamento torna, já por si, possível a correção de erros, ou ainda porque os dois julgamentos são confiados a juízes diversos"[474].

Note-se que o objetivo do recurso não é, a rigor, a modificação ou reforma da sentença, mas o *reexame* da decisão. Se fixarmos o objetivo do recurso na reforma da decisão recorrida, fatalmente teríamos de excluir do seu âmbito o chamado recurso por imperativo legal, também denominado "de ofício"[475]. A menos que façamos distinção entre o que poderíamos chamar de *recurso propriamente dito* e *recurso impropriamente dito*. O primeiro, objetivando o reexame, visa também a reforma do julgado. O segundo, ao revés, só objetivaria o reexame.

Em razão, pois, do exposto é que fazemos nosso o conceito de recurso formulado por Oliveira e Cruz – "recurso é o meio pelo qual se provoca o reexame da decisão recorrida"[476] –, conceito que abrange, portanto, o chamado recurso por imperativo legal ou de ofício, que Moacyr Amaral Santos denomina "quase recurso ou procedimento análogo".

2. *Pressupostos do recurso (subjetivos e objetivos)*

Os recursos para serem admitidos devem atender a determinados pressupostos, que são de duas ordens:

a) subjetivos;

b) objetivos.

Os pressupostos subjetivos estão intimamente vinculados à parte que pode recorrer, ou seja, a chamada *legitimidade para recorrer*. Disciplina-a o art. 499 do Código de Processo Civil, de inequívoca aplicação subsidiária no processo trabalhista:

> "O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público".

O dispositivo legal transcrito deixa patente, pois, que o vencedor não pode recorrer. Com efeito, não teria sentido o recurso por parte de quem venceu a demanda, a menos que a decisão lhe tenha sido parcialmente desfavorável, hipótese em que terá plena legitimidade para recorrer da parte que lhe foi prejudicial. Quando o legislador fala em *parte vencida*, refere-se, obviamente, à parte vencida total ou parcialmente. Assim sendo, uma sentença *procedente em parte* poderá ensejar, e comumente enseja, dois recursos, interpostos por ambos os litigantes, inconformados com o resultado da ação. Note-se que o art. 505 do Código de Processo Civil é de absoluta clareza quando estabelece que "a sentença pode ser impugnada no todo ou em parte".

Na eventualidade de o feito abrigar diversos autores (litisconsórcio ativo) ou vários réus (litisconsórcio passivo), cada litisconsorte poderá recorrer da parte da sentença que lhe tenha sido desfavorável

---

474. *Instituições de Direito Processual Civil*, 3. ed., São Paulo, Saraiva, 1969, v. 3, p. 197.

475. Decreto-lei n. 779, de 21-8-1969:

"Art. 1º Nos processos perante a Justiça do Trabalho constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica:

(...)

V – o recurso ordinário *ex officio* das decisões que lhe sejam total ou parcialmente contrárias".

Veja também o art. 475 do Código de Processo Civil.

476. João Claudino Oliveira e Cruz, *Dos Recursos no Código de Processo Civil*, 3. ed., Rio de Janeiro, Forense, p. 9.

como consequência do chamado princípio da *autonomia dos litigantes*.

Possui legitimidade para recorrer o *terceiro prejudicado*, assim considerado aquele que, muito embora não tenha participado da relação jurídico-processual, tenha, portanto, sofrido prejuízo – é o chamado *recurso de terceiro prejudicado*.

Ensina Moacyr Amaral Santos:

"Terceiro prejudicado, com qualidade para recorrer, é, pois, todo aquele estranho à relação processual por ocasião do ato decisório impugnável, a quem causou prejuízo"[477].

É fundamental, portanto, que se positive a vinculação de seu interesse com a decisão recorrida, ou seja, "um nexo causal de interdependência entre o seu interesse e a relação jurídica submetida à apreciação judicial".

Pode recorrer, também, o Ministério Público, não só nas ações em que tenha figurado como parte como naquelas em que "oficiou como fiscal da lei" (CPC, art. 499, § 2º).

Finalmente, está obrigado a recorrer – recurso por imperativo legal – o juiz que profere decisão contra a União, os Estados-Membros, os Municípios e respectivas autarquias, como dispõe o Dec.-lei n. 779, de 21-8-1969, disposição contida, igualmente, no art. 475 do Código de Processo Civil.

Os pressupostos objetivos do recurso são: a existência de efetivo prejuízo, ou seja, a sucumbência; a recorribilidade da decisão; a tempestividade; o depósito recursal e o pagamento das custas processuais.

Como já observamos, só o vencido, parcial ou total, pode recorrer, não se admitindo recurso por quem não tenha tido prejuízo. Assim sendo, só o prejuízo justifica o recurso.

Por outro lado, é indispensável que a decisão seja suscetível de recurso, já que nem todas as sentenças são recorríveis. No processo do trabalho, temos o procedimento sumário, instituído pela Lei n. 5.584/70, o processo cujo valor dado à causa seja inferior ou igual a 2 salários mínimos vigentes na sede da Vara do Trabalho e que é insuscetível de recurso.

A tempestividade é requisito imprescindível, isto é, o recurso deve ser interposto *em tempo hábil*, tempestivamente, sem o que não será admitido.

No processo do trabalho, ao contrário do que ocorre no processo civil, as partes e os próprios advogados têm maior facilidade para a interposição do recurso, em razão da uniformização dos prazos.

Com efeito, enquanto no processo civil os prazos variam segundo a espécie de recurso, no processo do trabalho o prazo é um só para todos os recursos – 8 dias –, excetuados os embargos à execução (CLT, art. 884), que, a rigor, não são recursos, mas ações incidentais (Liebman), e o recurso extraordinário, cujo prazo é de 15 dias (CPC, art. 542, § 1º).

Havendo condenação em pecúnia, no processo do trabalho, mister se faz o chamado *depósito recursal* (CLT, art. 899, § 1º).

Inexistindo condenação em pecúnia, o depósito se torna dispensável, segundo a Súmula 161 do Tribunal Superior do Trabalho:

"Não havendo condenação em pecúnia, descabe o depósito prévio de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho".

477. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, cit., 3. ed., v. 3, p. 86.

Finalmente, para a acolhida do recurso impõe-se o pagamento das custas processuais, na eventualidade de este ser interposto pela parte que ao pagamento destas tenha sido condenada. Se tal condenação recai sobre o empregado, percebendo este até 2 salários mínimos, poderá ser dela isento, a critério do juiz.

Note-se, por força da Lei n. 8.950/94, que alterou diversos dispositivos do Código de Processo Civil, que, em conformidade com o § 2º adicionado ao art. 518 daquele Estatuto Processual Civil, apresentadas as contrarrazões de recurso, facultado é ao juiz o reexame dos pressupostos de admissibilidade do apelo.

Em conformidade com o disposto na Súmula 53 do Tribunal Superior do Trabalho, "o prazo para pagamento das custas, no caso de recurso, é contado da intimação do cálculo".

Denegado o recurso, a parte prejudicada pode interpor agravo de instrumento.

PRESSUPOSTOS SUBJETIVOS DO RECURSO
- o vencido, no todo ou em parte
- o terceiro prejudicado
- o Ministério Público
- o juiz, nas decisões proferidas contra o Poder Público

PRESSUPOSTOS OBJETIVOS DO RECURSO
- existência de efetivo prejuízo
- recorribilidade da decisão
- tempestividade
- depósito recursal
- pagamento das custas processuais e emolumentos

De ressaltar a validade do sistema *fac-símile* para a interposição de recurso:

"Válida a utilização do sistema fac-símile para a interposição de recursos, desde que apresentados os originais em tempo oportuno, vale dizer do prazo do recurso" (STF, AR-AI, 141.810-0-SP, 2ª T., Rel. Min. Carlos Velloso).

3. *Súmulas impeditivas de recurso*

Introduzido pela Lei n. 11.276, de 7-2-2006, o § 1º do art. 518 do CPC declara que o "juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal".

Omissa a CLT, que nenhuma referência faz a tal disposição, é de se indagar se é ela aplicável ou não ao Processo do Trabalho.

Conquanto voltada para o Processo Civil, visando a sua celeridade, seu objetivo se harmoniza com a natureza do Processo Trabalhista de inegável caráter social.

É de ressaltar que em conformidade com o art. 769 da CLT, aplicar-se-á o direito processual comum nos casos omissos, quando compatíveis com os princípios gerais do processo trabalhista.

Por tais aspectos, é que se sustenta sua aplicação subsidiária ao Processo do Trabalho.

Manoel Antônio Teixeira Filho, em erudito estudo sobre as alterações do Processo Civil e seus reflexos no Processo do Trabalho (in Revista *LTr*, março de 2006), sustenta a compatibilidade da regra, afirmando que:

"No Processo do Trabalho a regra será aplicável em relação ao recurso ordinário, nos casos em que a sentença impugnada estiver em consonância com súmula do TST ou do STF. O art. 896, § 5º da CLT permite ao relator negar seguimento aos recursos de revista, de embargos e de agravo de instrumento, quando a decisão recorrida estiver em consonância com súmula do TST".

Logo, plenamente aplicável no Processo do Trabalho, segundo o consagrado juslaboralista, opinião de que comungamos.

4. *Espécies de recursos*

"Art. 893. Das decisões são admissíveis os seguintes recursos:

I – embargos;

II – recurso ordinário;

III – recurso de revista;

IV – agravo."

O dispositivo legal sob comento é omisso, não atendendo, outrossim, à ordem cronológica dos recursos.

No processo do trabalho são admissíveis os seguintes recursos:

a) *recurso ordinário* (art. 895 da CLT);

b) *recurso adesivo* (art. 500 do CPC, de aplicação subsidiária);

c) *recurso de revista* (art. 896 da CLT);

d) *agravo de instrumento* (art. 897, *b*, da CLT);

e) *agravo de petição* (art. 897, *a*, da CLT);

f) *embargos infringentes e de divergência* (Lei n. 7.701/88, arts. 2º, II, *c*, e 3º, III, *b*);

g) *agravo regimental* (RI/TST, art. 235);

h) *recurso de revisão* (Lei n. 5.584/70, art. 2º, § 2º);

i) *embargos declaratórios* (art. 897-A da CLT);

j) *recurso extraordinário* (CF/88, art. 102);

k) *correição parcial* (art. 682, XI, da CLT – medida de ordem disciplinar que objetiva impedir "andamentos tumultuários dos feitos ou sanar erros quando as leis processuais não dão meios para se chegar a este resultado").

Vejamo-los.

a) Recurso ordinário

O recurso ordinário equivale à apelação do processo civil. É, portanto, o recurso que pode ser interposto das decisões que põem fim ao processo, tenham ou não apreciado o mérito (definitivas e terminativas). Contrariamente, porém, ao que ocorre com a apelação do processo civil, que só é interposta da sentença proferida por juízo de 1º grau, o recurso ordinário tanto pode ser interposto da sentença proferida pela Vara do Trabalho (1º grau) como das decisões proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho (2º grau), em processos de sua competência originária, tais como dissídio coletivo, ação rescisória, mandado de segurança:

"Art. 895. Cabe recurso ordinário para a instância superior:

I – das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias; e

II – das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos".

O recurso ordinário é admissível, portanto, das sentenças definitivas ou terminativas do feito na Justiça do Trabalho. Sentença definitiva, como já vimos, é aquela que, examinando o mérito, põe fim ao processo. Terminativa é a sentença que põe fim ao processo, sem, contudo, examinar o mérito. Nessas condições, suscetível de recurso ordinário a decisão que, julgando procedente exceção de incompetência material, declara incompetente a Justiça do Trabalho, determinando a remessa dos autos à Justiça Estadual ou Federal, na mais correta interpretação do art. 799, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ressalte-se que o processo do trabalho não admite recurso contra decisões interlocutórias, como deixa claro o § 1º do art. 893:

"Os incidentes do processo serão resolvidos pelo próprio juízo ou tribunal admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recurso da decisão definitiva".

Reitera o princípio a Súmula 214 do TST:

"Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão: a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT".

I – Recurso ordinário voluntário

Quando o recurso é interposto pela própria parte (necessariamente vencida no todo ou em parte), diz-se ser *voluntário*, por isso que espontaneamente proposto. Na lição de Moacyr Amaral Santos:

"Na consonância do princípio do duplo grau de jurisdição, concede-se à parte vencida o direito de recorrer da decisão para órgão jurisdicional hierarquicamente superior, a fim de que por este a matéria decidida seja reexaminada e novamente julgada. Trata-se de um direito concedido ao sucumbente que dele poderá valer-se ou não. Por isso mesmo, os recursos postos à disposição do sucumbente são todos eles voluntários. A exercibilidade do princípio está na dependência da vontade da parte vencida querer submeter a causa a reexame por órgão hierarquicamente superior"[478].

II – Recurso ordinário por imposição legal ("ex officio")

Visando o resguardo de determinados interesses (da União, Estados-Membros, Municípios e respectivas autarquias), o Decreto-lei n. 779/69 instituiu no âmbito do processo do trabalho o chamado *recurso por imposição legal*, também denominado *de ofício*, a ser suscitado pelo próprio juízo prolator da decisão que condena o Poder Público, ainda que não haja recurso das partes. Assim, todas as vezes em que o juiz da Vara do Trabalho condene qualquer das pessoas jurídicas de direito público acima nominadas deverá o próprio juízo *a quo* recorrer de sua decisão.

A apreciação da sentença recorrida pelo Tribunal Regional do Trabalho, em casos tais, constitui condição *sine qua non* para seu trânsito em julgado.

O recurso de ofício, cuja natureza é controvertida (recurso, quase recurso, recurso impropriamente dito), é interposto de forma simples e, como já observamos, não objetiva a reforma do julgado, mas tão somente o reexame da decisão, constituindo-se das seguintes expressões:

"Recorre-se de ofício da presente decisão, para o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, na forma prevista no art. 1º, inciso V, do Dec.-Lei n. 779, de 21 de agosto de 1969".

De todo conveniente ressaltar que o TST, na Súmula 303 (que incorporou as Orientações Jurisprudenciais n. 9, 71, 72 e 73 da SDI-I), decidiu que:

478. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, cit., 3. ed., v. 3, p. 78.

"I – Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo:

a) quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos; (ex-OJ n. 9 incorporada pela Res. n. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

b) quando a decisão estiver em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho. (ex-Súmula n. 303 – Res. n. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

II – Em ação rescisória, a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público, exceto nas hipóteses das alíneas 'a' e 'b' do inciso anterior. (ex-OJ n. 1 – Inserida em 3-6-1996)

III – Em mandado de segurança, somente cabe remessa 'ex officio' se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa. (ex-OJs n. 72 – Inserida em 25-11-1996 e n. 73 – Inserida em 3-6-1996)".

Observe-se que a Súmula 303, supratranscrita, vem de adotar a regra disposta nos §§ 2º e 3º do art. 475 do Código de Processo Civil, acrescentados pela Lei n. 10.352/2001, muito embora o Decreto-lei n. 779/69 não estabeleça limite ao recurso *ex officio*:

"Art. 1º Nos processos perante a Justiça do Trabalho, constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das autarquias ou fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica:

.....

V – o recurso ordinário 'ex officio' das decisões que lhe sejam total ou parcialmente contrárias;".

III – Efeitos do recurso ordinário

O recurso produz, uma vez interposto, dois efeitos:

a) devolutivo;

b) suspensivo.

O *efeito devolutivo* consiste no reexame, pelo juízo *ad quem*, da decisão recorrida. Daí dizer-se que o juízo *a quo* devolve ao juízo *ad quem* toda a matéria abordada em 1º grau.

Ensina Eliézer Rosa:

"A apelação é devolutiva no sentido de que, a partir do momento da sua interposição, o conhecimento da causa pertence ao Juízo 'ad quem', perante o qual são postas novamente em litígio as questões de fato e de direito suscitadas e discutidas, ou apenas suscitadas na instância inferior, a respeito das quais foi interposta a apelação"[479].

O efeito devolutivo, pois, consiste em atribuir ao juízo de 2º grau toda a matéria arguida em 1º grau.

O *efeito suspensivo*, por sua vez, consiste na suspensão da eficácia executiva da sentença: "entende-se por efeito suspensivo – preleciona Moacyr Amaral Santos – o que impede a eficácia executiva do ato decisório, desde o momento da interposição do recurso, e até que este seja decidido"[480].

479. *Dicionário de Processo Civil*, cit., p. 85.

480. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, cit., 3. ed., v. 3, p. 103.

No processo do trabalho, os recursos, e como tais o ordinário (CLT, art. 899), têm efeito meramente devolutivo, o que permite a propositura da *execução provisória*, uma vez extraída a *carta de sentença*, que, todavia, não faculta atos de alienação, indo, portanto, até a penhora. Alguns recursos, podem, porém, ser recebidos no efeito suspensivo, como o recurso ordinário interposto pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, nos dissídios coletivos (Lei n. 5.584/70, art. 8º).

Vê-se, pois, que o efeito devolutivo é a regra, sendo o efeito suspensivo uma exceção, como observa Coqueijo Costa ao referir-se ao recurso ordinário: "Não tem, nem pode ter, efeito suspensivo, pois este é exceção no processo do trabalho".

IV – Recurso ordinário no procedimento sumaríssimo

"Art. 895. .....

§ 1º Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, o recurso ordinário:

I – (*Vetado.*)

II – será imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de dez dias, e a Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, sem revisor;

III – terá parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário o parecer, com registro na certidão;

IV – terá acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão.

§ 2º Os Tribunais Regionais, divididos em Turmas, poderão designar Turma para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo"[481].

O procedimento sumaríssimo, como se sabe, tem o objetivo manifesto de acelerar o andamento dos processos cujo valor não ultrapasse 40 salários mínimos.

A expressão "sumaríssimo" designa um procedimento despido de formalismos, sucinto, breve, simples, rápido.

O recurso ordinário no procedimento sumaríssimo deve ser interposto no prazo de *8 dias*, a contar da intimação da sentença:

"As partes serão intimadas da sentença na própria audiência em que prolatada" (§ 3º do art. 852-I).

Conquanto silente a Lei n. 9.957/2000, interposto o recurso ordinário, dar-se-á vista ao recorrido para manifestar-se em contrarrazões.

No respectivo Tribunal Regional do Trabalho, a distribuição ao relator deve ser imediata – eliminou-se a prévia manifestação da Procuradoria do Trabalho, que, julgando necessário, falará oralmente, quando do julgamento do apelo, dispensando-se, outrossim, a figura do revisor.

"Art. 895. .....

(...)

II – será imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de dez dias, e a

481. Parágrafos acrescentados ao art. 895 pela Lei n. 9.957, de 12-1-2000.

Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, sem revisor;

III – terá parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário o parecer, com registro na certidão".

O acórdão do tribunal consiste numa simples certidão de julgamento, com a indicação do processo, as razões de decidir do voto prevalente e a parte dispositiva, ou seja, a parte final da decisão.

Buscando a celeridade dos julgamentos, prevê o § 2º, do art. 895, sob comento, a criação de *turmas especializadas* nos tribunais regionais, para o julgamento dos recursos ordinários interpostos no procedimento sumaríssimo:

"§ 2º Os Tribunais Regionais, divididos em Turmas, poderão designar Turma para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo"[482].

b) Recurso adesivo

Instituído pelo Código de Processo Civil, tem cabimento nas ações julgadas *procedentes em parte*, quando os litigantes são, a um só tempo, vencedores e vencidos, ou, como preleciona Moacyr Amaral Santos, "reciprocamente sucumbentes"[483].

Julgada procedente em parte a ação, a rigor, surgem dois vencedores e, concomitantemente, dois vencidos, ainda que parcialmente. O autor, obviamente, pretende tudo o que é postulado na inicial; o réu, ao revés, não objetiva senão a total improcedência da ação. Todavia, julgando procedente em parte a ação, o juiz condena o réu a pagar ao autor parte do pedido. Daí a ocorrência de dois vencedores e vencidos.

Na eventualidade de tal fato, se apenas uma das partes recorre, facultado é à outra (que não interpôs recurso) *aderir* ao recurso em questão.

Em princípio, cada parte deve interpor seu próprio recurso, observados os prazos e demais exigências legais, como enfatiza o art. 500 do Código de Processo Civil. Na ocorrência, porém, da hipótese acima mencionada, à parte que não recorreu é dado aderir ao recurso interposto pelo *ex adversus*.

O recurso adesivo tem, pois, como pressuposto fundamental o sucumbimento recíproco (*RT, 481*:116).

Conquanto efetivamente seja recurso, "pois tem as funções deste e os seus caracteres"[484], não é, todavia, um recurso independente, mas subordinado ao principal, razão por que o eminente processualista observa que "melhor fora se lhe desse a denominação de *recurso condicionado*, porquanto o está à existência do recurso principal".

"A denominação recurso adesivo – escreve Theotonio Negrão – é inadequada. Não há adesão, porém, divergência. Melhor seria denominá-lo *recurso subordinado ou dependente*".

Note-se que não pode haver recurso adesivo na inexistência do recurso principal, já que o primeiro está, necessariamente, subordinado ao segundo. Por isso que, na ocorrência de desistência do recurso principal, sua deserção ou inad-

482. *Vide* nosso *O Procedimento Sumaríssimo na Justiça do Trabalho*, São Paulo, Saraiva, p. 91.

483. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, cit., v. 3, p. 179.

484. Moacyr Amaral Santos, *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, cit., v. 3, p. 180.

trabalho de igual valor e dos demais pressupostos do artigo quatrocentos e sessenta e um da CLT, requisitos estes todos imprescindíveis à configuração da perfeita igualdade entre equiparando e paradigma, é afrontar literal e diretamente o dispositivo em exame. Recurso provido. (TST, RR 412.967, de 1997, j. 25-3-1998, 4ª T., Rel. Min. Milton de Moura França, *DJ*, 8-5-1998)

▷ **Menor de 18 anos. Norma Coletiva. Previsão de valor salarial inferior ao piso da categoria.** Impossibilidade, diante dos termos constitucionais. Reza o inciso XXX do art. 7º da Constituição Federal que é proibida a diferença de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. O direito de qualquer trabalhador de ser tratado sem discriminação quanto à sua idade é irrenunciável, tendo em vista a finalidade objetivada pelo Constituinte, ou seja, a de preservar a igualdade de tratamento dos cidadãos, sem preconceitos injustificados. (TRT/15ª, Ac. 29.947/1997, RO 3.612, de 1996, j. 1º-12-1999, 2ª T., Rel. Mariane Khayat, *DOE*, 1º-12-1999)

Art. 6º Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.

Parágrafo único. Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio. (Redação dada pela Lei n. 12.551, de 15-12-2011)

▶ *Comentários*

Nem sempre o empregado executa suas tarefas no estabelecimento da empresa. Inúmeras são as profissões em que o obreiro efetivamente trabalha no seu próprio domicílio, e só se dirige à empresa para a entrega do resultado do seu labor. É o que acontece, por exemplo, com as costureiras (muitas das quais sem que o empregador sequer as registre) e que trabalham para as empresas de confecções.

Ainda que tais obreiros se utilizem do seu próprio instrumental (máquinas de costura, por exemplo), e o labor se desenvolva em suas próprias residências, patenteados os elementos fáticos da prestação de serviços, existirá relação de emprego, não podendo haver qualquer distinção entre tal trabalho e aquele executado no interior do estabelecimento.

Como observa Mozart Victor Russomano:

> "O local da prestação de serviços não tem valor para configurar ou desfigurar os direitos do empregado brasileiro. Desde que exista relação de emprego, isto é, desde que exista de um lado o empregador e do outro lado o empregado, ganhando salário, prestando serviço permanente e debaixo de subordinação hierárquica, tanto o trabalhador que atua em sua própria casa, quanto o trabalhador que opera no estabelecimento industrial ou comercial ficam defendidos pelos princípios da consolidação"[47].

No trabalho em domicílio a subordinação hierárquica é, obviamente, menos rígida que aquela observada no interior do estabelecimento, sob as ordens diretas do empregador. Normalmente se

47. *Comentários à CLT*, 13. ed., Forense, v. 1, p. 28.

missibilidade, o recurso adesivo não será, igualmente, conhecido. A desistência do recurso principal, por seu turno, independe da anuência do recorrido – "o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso" (CPC, art. 501).

O recurso adesivo, no processo civil, só é admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial (CPC, art. 500, II). O prazo para sua interposição é de 10 dias, a contar da intimação do despacho que admitir o recurso principal. Silente o CPC quanto ao prazo para contrarrazões, entendemos deva ser de 10 dias, como decorrência do princípio da igualdade entre as partes.

É, outrossim, um recurso privativo das partes, o que leva Moacyr Amaral Santos a observar que não se estende ao terceiro prejudicado ou ao Ministério Público, salvo quando este funciona como parte:

"... o recurso adesivo configura-se como benefício conferido às partes, reciprocamente vencedoras e vencidas, não a outrem: nessa ordem de ideias, não se admite recurso adesivo àquele interposto por terceiro prejudicado ou pelo Ministério Público, se este não funcionar como parte no processo"[485].

Observe-se que, se a parte, no prazo legal, apresentar recurso autônomo, não pode, concomitantemente, opor recurso adesivo:

"Ao interpor recurso extraordinário seu, a parte renuncia a recurso adesivo subsequente ao apelo extremo da outra parte" (STF, 2ª T., RE 90.889-7-CE, j. 1º-6-1977, *DJU*, 3-7-1979, p. 5159).

Conquanto extremamente ágil, por isso que simplifica a interposição de recursos, ao mesmo tempo que representa um avanço no campo da lealdade processual, não foi o recurso adesivo, desde logo, aceito no âmbito trabalhista, levando o Tribunal Superior do Trabalho a proferir a Súmula 175, considerando-o incompatível com o processo do trabalho.

Veio prevalecer, todavia, a corrente que, com veemência, pugnava pela sua adoção[486], do que resultou a revogação da Súmula 175 pela de número 196, posteriormente revista pela *Súmula 283*:

"O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, onde cabe, no prazo de oito dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária".

Acolhido o recurso adesivo no processo do trabalho, houve, como facilmente se percebe da leitura da Súmula acima transcrita, uma adaptação dele, não só quanto ao prazo de *8 dias* (Lei n. 5.584, de 26-6-1970, art. 6º, que uniformizou os prazos recursais no âmbito do processo do trabalho) como, inclusive, sua admissão no recurso ordinário (que equivale à apelação do processo civil), no recurso de revista (que subsiste no processo trabalhista), nos embargos para o Pleno e no agravo de petição.

485. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, cit., v. 3, p. 182.

486. Coqueijo Costa, *Direito Judiciário do Trabalho*, cit., p. 440.

c) Recurso de revista

O recurso de revista, suprimido da legislação processual civil, e subsistente no processo do trabalho (CLT, art. 896), é um recurso que objetiva a uniformização da jurisprudência. Jurisprudência, como se sabe, em sentido amplo, significa os julgados dos tribunais. Em sentido restrito é a maneira constante e uniforme pela qual os tribunais resolvem determinadas questões de direito:

"Chama-se jurisprudência em geral – ao conjunto das soluções dadas pelos tribunais às questões de direito; relativamente a um caso particular, denomina-se jurisprudência – a decisão constante e uniforme dos tribunais sobre determinado ponto de direito"[487].

Fonte magnífica de interpretação do direito, a jurisprudência amolda o rigorismo legal à realidade social a que se destina a regra jurídica.

Para que se constitua jurisprudência, mister se faz a existência de inúmeros julgados num mesmo sentido. "Uma decisão isolada não constitui jurisprudência", adverte Carlos Maximiliano. "É fundamental que se repita, e sem variações de fundo. O precedente, para constituir jurisprudência, deve ser uniforme e constante. Quando esta satisfaz os dois requisitos, granjeia sólido prestígio, impõe-se como revelação presuntiva do sentir geral, da consciência jurídica de um povo em determinada época, deve ser observada enquanto não surgem razões muito fortes em contrário". Daí a conveniência da sua uniformização. Como lembra Mário Guimarães, "quando uma câmara decide de um jeito, outra de outro, esta reforma o que estatuiu ontem, aquela restabelece jurisprudência abandonada, ninguém sabe a quantas anda. O direito torna-se loteria e os leigos, que ignoram serem essas flutuações decorrentes da mutabilidade do pensamento humano, perdem confiança nas leis e nas autoridades"[488].

Visando estabelecer harmonia nas decisões judiciais, o recurso de revista busca, igualmente, fazer prevalecer a norma federal, objetivando o que Bezerra Diniz denomina "unidade de interpretação".

O recurso de revista não admite, pelos motivos expostos, discussão de questões fáticas, mas tão só e exclusivamente questões de direito – *quaestio juris* –, obviamente vinculadas a casos concretos.

Daí proclamar a Súmula 126 do TST ser:

"Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, letra *b*, da CLT) para reexame de fatos e provas".

Nos termos do art. 896 da CLT (com a redação dada pela Lei n. 9.756, de 17-12-1998), cabe *recurso de revista*, para o Tribunal Superior do Trabalho, das decisões em grau de recurso ordinário, nos dissídios individuais, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando:

"*a*) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a Súmula de Jurisprudência Uniforme dessa Corte;

487. Carlos Maximiliano, *Hermenêutica e Aplicação do Direito*, cit., p. 5-10.

488. *Recurso de Revista*, Livr. Martins, 1942, p. 26.

b) derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente, na forma da alínea *a*;

c) proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal".

Os pontos fundamentais extraídos da norma legal transcrita são os seguintes:

I – o recurso de revista é endereçado ao Tribunal Superior do Trabalho;

II – cabe de acórdãos proferidos pelos Tribunais Regionais, nos recursos ordinários oriundos de dissídios individuais;

III – pressupõe interpretação de lei federal diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou as Súmulas dessa mesma Corte (TST);

IV – ou quando haja divergência de interpretação de lei estadual, convenção coletiva, acordo coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do tribunal prolator do acórdão recorrido, como é, por exemplo, o regulamento de empresas do mesmo grupo, situadas em regiões diversas do País, como é o caso da Petrobras, bancos, etc.;

V – ou, ainda, na ocorrência de violação de literal disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.

No *procedimento sumaríssimo* o recurso de revista é mais restrito, só sendo admitido em duas únicas hipóteses:

a) contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho;

b) violação direta à Constituição Federal.

Comprovação de divergência

Nos termos da Súmula 337 do TST, para comprovação de divergência de jurisprudência, justificadora do recurso de revista, é necessário que o recorrente:

"I – Para comprovação da divergência justificadora do recurso, é necessário que o recorrente:

a) Junte certidão ou cópia autenticada do acórdão paradigma ou cite a fonte oficial ou o repositório autorizado em que foi publicado; e

b) Transcreva, nas razões recursais, as ementas e/ou trechos dos acórdãos trazidos à configuração do dissídio, demonstrando o conflito de teses que justifique o conhecimento do recurso, ainda que os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso.

II – A concessão de registro de publicação como repositório autorizado de jurisprudência do TST torna válidas todas as suas edições anteriores.

III – A mera indicação da data de publicação, em fonte oficial, de aresto paradigma é inválida para comprovação de divergência jurisprudencial, nos termos do item I, "a", desta súmula, quando a parte pretende demonstrar o conflito de teses mediante a transcrição de trechos que integram a fundamentação do acórdão divergente, uma vez que só se publicam o dispositivo e a ementa dos acórdãos;

IV – É válida para a comprovação da divergência jurisprudencial justificadora do recurso a indicação de aresto extraído de repositório oficial na internet, desde que o recorrente:

a) transcreva o trecho divergente;

b) aponte o sítio de onde foi extraído; e

c) decline o número do processo, o órgão prolator do acórdão e a data da respectiva publicação no *Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho*".

A divergência jurisprudencial ensejadora do recurso de revista, nos termos do § 4º do art. 896 da CLT, deve ser atual, não se admitindo seja ela ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho. No mesmo sentido a Súmula 333:

"Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho".

Do prequestionamento

Os recursos extraordinários, aqui incluído o recurso de revista (que, aliás, teve essa denominação anteriormente à Lei n. 861/49), pressupõem, para seu regular processamento, que a questão suscitada tenha sido prequestionada no juízo recorrido.

É o que dispõe a Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

Com minudência, a Súmula 297 do TST estabelece idêntico princípio:

"1. Diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito. 2. Incumbe à parte interessada, desde que a matéria haja sido invocada no recurso principal, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão. 3. Considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração".

A Súmula 184 da mesma Corte de Justiça (TST), por sua vez, informa que:

"Ocorre preclusão quando não forem opostos embargos declaratórios para suprir omissão apontada em recurso de revista ou de embargos".

A jurisprudência sumulada, tanto do Excelso Pretório quanto do Tribunal Superior do Trabalho, deixa patente a importância dos *embargos declaratórios*, que, como instrumento fundamental do prequestionamento, não podem ser vistos como protelatórios, se interpostos com tal objetivo.

Da transcendência no recurso de revista

A *transcendência* no *recurso de revista*, instituída pela Medida Provisória n. 2.226, de 4-9-2001, inegavelmente aplicada aos processos submetidos ao rito sumaríssimo, constitui sério obstáculo ao processamento do recurso nominado.

A medida provisória em apreço, acrescenta à CLT o art. 896-A, que tem a seguinte redação:

"Art. 896-A. O Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente, se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica".

Nos termos do art. 2º da medida provisória transcrita, "o Tribunal Superior do Trabalho regulamentará, em seu Regimento Interno, o processamento da transcendência do recurso de revista,

assegurada a apreciação da transcendência em sessão pública, com direito a sustentação oral e fundamentação da decisão".

Nada mais confuso e nebuloso! Prova eloquente do caos que se instalou na ordem jurídica do País. Se o propósito manifesto é o de reduzir os recursos, melhor, mais racional e mais ética a pura e simples supressão do recurso de revista.

Que se deve entender por transcendência? Entre os diversos sentidos que se pode dar à palavra: "excelência, superioridade, sagacidade, penetração, importância, sublime, metafísico, perspicaz, agudo, talento transcendente, filosofia transcendente (sistema filosófico que estuda as nossas faculdades debaixo do ponto de vista mais elevado da metafísica)"[489], tudo indica que a palavra transcendência foi empregada pelo "legislador" como sinônimo de *relevância*. Transcendente, assim, é o que é relevante, transcendental com relação "aos seus reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica"!

Subjetivismo intolerável que faz de cada relator um intérprete absolutista, e que, por isso mesmo, não foi aprovado no Congresso Nacional, razão por que não subsiste a exigência da transcendência.

Ressalte-se que a Medida Provisória n. 2.226 /2001 não prevê recurso da decisão que nega o processamento do recurso de revista quando o órgão julgador concluir pela ausência de transcendência, levando Eduardo Gabriel Saad a afirmar que "a irresignação do interessado se traduzirá na interposição do recurso de embargos"[490].

Uniformização da jurisprudência

A Lei n. 9.756/98 incluiu novas regras para o conhecimento do recurso de revista no processo do trabalho, tornando obrigatória a uniformização da jurisprudência dos Tribunais Regionais, a teor do que dispõe o § 3º do art. 896 da CLT:

"Os Tribunais Regionais do Trabalho procederão, obrigatoriamente, à uniformização de sua jurisprudência, nos termos do Livro I, Título IX, Capítulo I do CPC. Não servindo a súmula respectiva para ensejar a admissibilidade do Recurso de Revista quando contrariar Súmula da Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho".

O instituto da uniformização, na concepção mais atual, é de natureza *incidental*, não tendo, portanto, feição de recurso[491].

Objetiva, como o próprio nome deixa entrever, a uniformização da jurisprudência. Tal incidente só pode ocorrer na oportunidade de julgamento, por iniciativa de qualquer dos juízes da respectiva turma, ou a requerimento da parte, devidamente fundamentado:

"Não se conhece de pedido da parte, se deficientemente instruído, sem indicação do repertório de jurisprudência ou certidão dos acórdãos divergentes"[492].

O requerimento da parte, devidamente instruído na forma do julgado acima transcrito, deve ser formulado em petição avulsa ou nas razões do recurso (parágrafo único do art. 476 do CPC).

489. Caldas Aulete, *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, cit., v. 5, p. 5038.

490. *A Transcendência no Recurso de Revista*, *Suplemento LTr*, 149/01.

491. Barbosa Moreira, *Comentários ao Código de Processo Civil*, 6. ed., Rio de Janeiro, Forense, v. 5.

492. *Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*, 37:114.

Proclamada a divergência, designar-se-á sessão de julgamento, com distribuição de cópia do acórdão aos juízes. Ouvir-se-á, sempre, o Ministério Público do Trabalho, exigido *quorum* da maioria absoluta dos membros que integram o tribunal, constituindo-se a decisão em *precedente* na uniformização da jurisprudência. O precedente extraído na forma mencionada não enseja a admissibilidade de recurso de revista na eventualidade de contrariar súmula do Tribunal Superior do Trabalho.

O recurso de revista, de que nos ocupamos, tem efeito meramente *devolutivo* – § 1º do art. 896 da CLT –, devendo ser interposto no prazo de 8 dias. Esse prazo começa a correr da publicação do acórdão contra o qual se recorre. Conquanto endereçado ao Tribunal Superior do Trabalho, é encaminhado ao Presidente do respectivo Tribunal Regional. Este último poderá recebê-lo, determinando seu regular processamento, ou denegá-lo, hipótese em que cabe agravo de instrumento.

Nos termos do § 2º do art. 896 da CLT, "das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal".

A violação à norma constitucional, na hipótese aventada, há de ser direta, sob pena de o juízo de admissibilidade, exercido pelo Presidente do respectivo Tribunal Regional, indeferir de plano o processamento do recurso nominado.

d) Agravo de instrumento

O agravo de instrumento, no processo do trabalho, é um recurso em sentido restrito, por isso que cabe exclusivamente dos despachos que denegam outros recursos anteriormente interpostos.

À guisa de explicação: a parte, vencida no todo ou parcialmente, interpõe *recurso ordinário*. O juiz da Vara do Trabalho concluiu pela intempestividade do recurso, ou seja, conclui que o recurso em apreço foi interposto fora do prazo. O recorrente, inconformado com essa decisão, interpõe *agravo de instrumento* para o Tribunal Regional do Trabalho. Trata-se, portanto, de um recurso de decisão que conclui pelo indeferimento de processamento de recurso anteriormente interposto. Visa, pois, despachos denegatórios de recursos, como, aliás, enfatiza o art. 897, *b*, da CLT:

> "Cabe agravo: .....
>
> *b*) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos".

Como leciona Valentin Carrion, "qualquer que seja o recurso denegado, caberá agravo de instrumento, que outra finalidade não tem senão a de fazer subir ao Tribunal competente o recurso denegado"[493].

O agravo de instrumento, como o próprio nome indica, é autuado em separado, aplicando-se, para a formação do instrumento, a regra prevista nos arts. 524 e 525 do CPC, com a indicação, pelo agravante, das peças do processo que devam ser trasladadas.

O prazo para sua interposição é de 8 dias, devendo as custas respectivas ser pagas em cinco. O agravado terá igual prazo (8 dias) para apresentar suas con-

493. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*, cit.

trarrazões (contraminuta), podendo, por sua vez, requerer o traslado das peças que entenda indispensáveis. Interposto o agravo de instrumento, ao juízo *a quo* não é dado indeferi-lo (desde que, obviamente, preenchidos seus pressupostos), devendo remetê-lo ao juízo *ad quem*, que lhe dará ou não provimento.

A intempestividade na interposição do agravo de instrumento não é de molde a obstacular sua remessa ao *juízo ad quem*, como já decidiu o Supremo Tribunal Federal:

"Mesmo após a redação dada pela Lei n. 9.132/95 ao art. 528 do CPC, prevalece a regra ínsita à natureza do agravo de instrumento de despacho denegatório de recurso extraordinário, no sentido de que, mesmo intempestivo aquele agravo, não pode ele deixar de ser remetido pelo Presidente do tribunal *a quo* ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal" (Reclamação n. 645-0, *DJU*, 7-11-1997).

A aplicação de tal princípio no processo do trabalho, em face da omissão da CLT, sua inegável identidade com a natureza do agravo de instrumento e sua finalidade específica no processo laboral, parece-nos incontroversa, sendo idêntica a opinião de Eduardo Gabriel Saad:

"É fora de dúvida que esse entendimento da Corte Suprema também se aplica ao agravo de instrumento apresentado perante a Justiça do Trabalho, uma vez que as disposições específicas da Consolidação das Leis do Trabalho não fazem menção a essa matéria"[494].

O recurso nominado só tem efeito devolutivo, muito embora facultado seja ao juiz recebê-lo, também, no efeito suspensivo. Salvo quando o agravo de instrumento é interposto contra o despacho que não receber agravo de petição, o efeito será meramente devolutivo, não suspendendo a execução da sentença, como dispõe o § 2º do art. 897 da Consolidação das Leis do Trabalho, na redação da Lei n. 8.432, de 11-6-1992.

Ao juízo *a quo* é dado rever a decisão agravada em decorrência do chamado *juízo de reconsideração*, hipótese em que o agravo de instrumento fica prejudicado por perda do objeto.

Mantida a decisão, é determinada a remessa do agravo para o Tribunal Regional do Trabalho, que o julgará por uma de suas turmas.

Ressalte-se que, no processo do trabalho, o agravo de instrumento rege-se pelo art. 897, *b*, §§ 2º e 4º, da CLT, limitado seu cabimento aos despachos que denegarem a interposição de recurso (art. 897, *b*, da CLT). Assim, nenhum reflexo sofreu com a Lei n. 9.139/95, que introduziu alterações em seu processamento no âmbito do processo civil (*vide* Instrução Normativa n. 16 do TST – Republicada).

No processo do trabalho, o art. 897, com as alterações das Leis n. 9.756/98 e 12.275/2010, que introduziram novas regras para o processamento e julgamento do agravo de instrumento, está assim vazado:

"Art. 897. .....

§ 5º Sob pena de não conhecimento, as partes promoverão a formação do instrumento do agravo de modo a possibilitar, caso provido, o imediato julgamento do recurso denegado, instruindo a petição de interposição:

I – obrigatoriamente, com cópias da decisão, da certidão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados

494. *LTr – Suplemento Trabalhista*, n. 184/99.

do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, do depósio recursal referente ao recurso que se pretende destrancar, da comprovação do recolhimento das custas e do depósito recursal a que se refere o § 7º do art. 899 desta Consolidação; (*Redação dada pela Lei n. 12.275, de 29-6-2010.*)

II – facultativamente, com outras peças que o agravante reputar úteis ao deslinde da matéria de mérito controvertida.

§ 6º O agravado será intimado para oferecer resposta ao agravo e ao recurso principal, instruindo-a com as peças que considerar necessárias ao julgamento de ambos os recursos.

§ 7º Provido o agravo, a Turma deliberará sobre o julgamento do recurso principal, observando-se, se for o caso, daí em diante, o procedimento relativo a esse recurso".

Objetiva a lei nominada, como facilmente se percebe, a celeridade dos julgamentos. Assim, na eventualidade de o tribunal *ad quem* dar provimento ao agravo de instrumento, a turma respectiva julgará concomitantemente o recurso principal – "provido o agravo, a Turma deliberará sobre o julgamento do recurso principal...".

Pela nova sistemática, o agravante deve formar o instrumento do agravo não só com as peças obrigatórias (cópias da decisão agravada, certidão da respectiva intimação, procurações outorgadas aos procuradores do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, da comprovação do depósito recursal e do pagamento das custas), mas também com outras que permitam o julgamento do mérito na eventualidade de provimento do agravo.

Cumpre lembrar que, de acordo com a nova sistemática da Lei n. 12.275/2010, cumprirá ao agravante efetuar depósito recursal correspondente a 50% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

Determinado o processamento do agravo, o agravado deve ser intimado para apresentar sua contraminuta e, na mesma oportunidade, as contrarrazões do recurso principal, bem como das peças que julgar convenientes à solução de ambos os recursos.

e) Agravo de petição

Há, no processo do trabalho, três espécies de agravos: *de petição, de instrumento* e *regimental*. Este último, como o próprio nome indica, um recurso previsto no Regimento Interno do TST (art. 243), por isso que denominado agravo regimental.

O agravo de petição, que não subsiste no Código de Processo Civil (contemplava-o o antigo CPC de 1939), continua em vigor na Consolidação das Leis do Trabalho (art. 897, *a*), podendo ser interposto das decisões do juiz da Vara do Trabalho, ou do juiz de direito investido de jurisdição trabalhista, nas execuções.

Não explicitando o art. 897, *a*, da Consolidação das Leis do Trabalho quais as decisões suscetíveis de agravo de petição, discrepam os autores quanto ao limite de sua interposição.

Amauri Mascaro Nascimento, manifestamente favorável à aplicação mais ampla do agravo de petição, enumera as hipóteses do seu cabimento:

"As duas oportunidades nas quais o juiz decide definitivamente na execução de sentença são os embargos à penhora e os embargos à praça. Pode, também, decidir os artigos de liquidação, julgando-os não provados. Nestes três casos cabe agravo de pe-

tição contra as decisões proferidas em embargos à penhora, embargos à praça e artigos de liquidação julgados não provados. Porém, a lei abre campo para que outras decisões de execução sejam agraváveis, já que não faz essa restrição. Assim, o despacho que determina o levantamento dos depósitos de execução é agravável. Também o despacho que negar o levantamento é passível de agravo".

E, posicionado-se com relação às únicas restrições, a seu ver cabíveis, conclui:

"A única restrição natural ao agravo de petição refere-se, portanto, aos despachos simples, que são de mera rotina e andamento do processo e que, se agraváveis, seria impraticável o desenvolvimento do processo, truncado que ficaria com sucessivos recursos, impedindo a sua marcha para a frente"[495].

Igual ponto de vista tem Valentin Carrion:

"Qualquer decisão do juiz na execução, após o julgamento de embargos do executado (art. 884), é suscetível de agravo de petição. Com base no art. 893, § 1º, da CLT, que somente admite recurso da decisão definitiva, pretende-se limitar sua interposição, a fim de evitar recursos protelatórios (Giglio, *Novo DPT*, p. 314); tal restrição não tem apoio em lei; decisão definitiva, na terminologia do CPC/73, art. 820, quando nasceu aquele parágrafo, equivale a sentença de mérito ou sentença terminativa sem ser de mérito (Pontes de Miranda, *Comentários ao CPC de 1939*); porém, o processo de execução não visa uma sentença, mas a atuação de uma sanção já declarada, a satisfação do direito do exequente; se for um pagamento (hipótese mais comum aqui), a rigor, o processo de execução aponta para o momento em que o exequente receberá em seu patrimônio a importância monetária; parece forçado a querer identificar uma sentença definitiva, após cada ato importante da execução (edital de praça, arrematação, etc.). O próprio texto do art. 897 (... 'das decisões do juiz nas execuções'), pela sua abertura desencoraja aquela limitação; só há uma que a lei impôs: estar seguro o juízo (art. 884 e § 3º). Quanto ao perigo fundamentado, de recursos procrastinadores, pode ser combatido com a arma legal: o recebimento do agravo sem suspensão do feito. Modificamos nosso pensamento, anterior, para aceitarmos o cabimento do agravo de petição quando o juiz julgue não provados os artigos"[496].

Colocam-se em posição diversa Wagner Giglio e Coqueijo Costa, que só admitem o agravo de petição em decisões definitivas ou terminativas proferidas em execução, concluindo o ínclito membro do Tribunal Superior do Trabalho:

"Desde, porém, que os incidentes do processo serão resolvidos pelo próprio Juízo ou tribunal – e execução é processo – admitindo-se a apreciação das interlocutórias somente em recurso da decisão definitiva (CLT, art. 893, § 1º), o agravo de petição só se justifica contra sentenças terminativas ou definitivas, proferidas em execução"[497].

José Augusto Rodrigues Pinto, em sua excelente obra *Execução Trabalhista*, assim se posiciona sobre o controvertido tema:

495. *Curso de Direito Processual do Trabalho*, cit.

496. Ob. cit.

497. *Direito Processual do Trabalho*, cit.

"... o agravo de petição cabe, realmente:

a) das decisões definitivas em processo de execução trabalhista;

b) das decisões interlocutórias que envolvem matéria de ordem pública capaz de justificar o novo exame de seu conteúdo".

Manoel Antonio Teixeira Filho, por sua vez, reserva o agravo de petição:

"1) para a impugnação das sentenças proferidas na fase de execução propriamente dita (e não na de liquidação), que impliquem a extinção ou não, do correspondente processo; 2) a interponibilidade desse remédio específico em relação às interlocutórias somente deve ser admitida em casos excepcionais, como quando a lei não colocar ao alcance da parte prejudicada a oportunidade de manifestar, no recurso que vier a interpor da sentença, a sua insatisfação quanto à decisão interlocutória"[498].

Bezerra Diniz, por seu turno, acerca da matéria, assim expõe sua conclusão:

"À luz da análise dos trechos em epígrafe, frisa-se para arrematar que: é admissível agravo de petição das decisões do juiz nas execuções (art. 897, *a*), desde que a decisão proferida não tenha conteúdo de mero despacho ou seja decisão interlocutória (salvo se envolver matéria de ordem pública capaz de justificar o novo exame de seu conteúdo), nas decisões proferidas em Embargos à Execução; em Embargos à Arrematação; em Embargos à Adjudicação; das decisões que indeferirem liminarmente Embargos de Terceiro, bem como das decisões nele proferidas"[499].

A questão, como se vê, resume-se na interpretação dada ao art. 893, § 1º, da CLT, que determina que "os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva".

Pedro Vidal Neto, na ocorrência de dúvida quanto à interpretação do dispositivo legal nominado por parte do magistrado, sugere a acolhida do agravo de petição com seu processamento em apartado, tal como ocorre com o agravo de instrumento[500].

Cabe, pois, agravo de petição da sentença proferida em *embargos à execução*, ou que julga *arrematação* e *adjudicação*.

Não há recurso específico da sentença de liquidação, como deixa claro o § 3º do art. 884 da CLT:

"Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo".

O agravo de petição, como, aliás, todos os recursos trabalhistas, deve ser interposto em 8 dias.

Pressupõe, para seu regular processamento, o pagamento das custas, em 5 dias, a contar do recebimento da respectiva notificação, dando-se vista ao agravado para contrarrazões.

Seu julgamento é feito por uma das turmas do Tribunal Regional, ou pelo pleno, quando esse pretório não é dividido em turmas. Da decisão nele proferida não cabe recurso de revista para o

498. *Execução no Processo do Trabalho*, cit., p. 274.

499. José Janguiê Bezerra Diniz, *Os Recursos no Processo do Trabalho*, 3. ed., São Paulo, p. 170.

500. *Do Poder Normativo da Justiça do Trabalho*, cit.

exterioriza por meio de ordem de serviço, número de peças ou produção prefixadas etc.

Note-se que o trabalho em domicílio não se confunde com o trabalho doméstico. Este último é aquele desenvolvido pelo empregado doméstico no âmbito do lar do empregador, não tendo, para este último, finalidade lucrativa.

Do empregado doméstico cuida a Constituição Federal no seu art. 7º, parágrafo único, e no art. 7º, *a*, da CLT.

O trabalho em domicílio de que cuida o art. 6º da CLT está intimamente ligado à própria atividade empresarial, tendo finalidade lucrativa.

Aos profissionais que desenvolvam seu labor nessas condições são assegurados todos os direitos concedidos aos empregados em geral.

Os meios telemáticos e informatizados de comando equivalem aos meios usuais empregados pelos trabalhadores em domicílio.

► *Jurisprudência*

▷ **Relação de Emprego. Trabalho em domicílio.** Comprovado nos autos que o trabalho, embora realizado no domicílio da demandante, além de exclusivo, era controlado e mensurado pela produção diariamente entregue, e que tais serviços eram indispensáveis à atividade empresarial da ré, forçoso reconhecer-se a relação de emprego vindicada. (TRT, 2ª R., Ac. 20000300661, Turma: 6, j. 13-6-2000, Proc. 02990163080, Rel. Maria Aparecida Duenhas, *DOE/SP*, 30-6-2000)

Art. 7º Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam:

a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas;

b) aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais;

c) aos funcionários públicos da União, dos Estados e dos Municípios e aos respectivos extranumerários em serviço nas próprias repartições; (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.079, de 11-10-1945.)

d) aos servidores de autarquias paraestatais, desde que sujeitos a regime próprio de proteção ao trabalho que lhes assegure situação análoga à dos funcionários públicos. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.079, de 11-10-1945.)

Parágrafo único. (Revogado pelo Dec.-lei n. 8.079, de 11-10-1945.)

► *Comentários*

O exame do art. 7º e suas alíneas da CLT merece cuidado especial em decorrência de alterações legislativas posteriores.

Em conformidade com o disposto no *caput* do dispositivo legal nominado, não se aplicam os preceitos constantes do Estatuto Laboral, salvo determinação em contrário, às seguintes categorias profissionais:

a) empregados domésticos

Trabalho doméstico é aquele executado nas residências de terceiros, no

Tribunal Superior do Trabalho, salvo na hipótese de ofensa direta e literal à Constituição Federal, como reza o art. 896, § 2º, da CLT.

O agravo de petição, tal como o agravo de instrumento, é endereçado ao Tribunal Regional, mas interposto perante a Vara do Trabalho, cabendo ao juiz desta determinar seu regular processamento.

Nos termos do § 1º do art. 897 da Consolidação das Leis do Trabalho, na redação dada pela Lei n. 8.432, de 11-6-1992, "o agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença".

Com a medida se restringe a matéria a ser arguida no agravo de petição, evitando-se, como facilmente se percebe, recursos protelatórios, que, no mais das vezes, objetivam ganhar tempo. Em redação não muito clara e que já vem ensejando dúvidas e controvérsias, a lei nominada acima, na nova redação dada ao § 3º do art. 897 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispõe que o agravo de petição será julgado pelo próprio tribunal, presidido pela autoridade recorrida, salvo se se tratar de decisão do juiz da Vara do Trabalho ou do juiz de direito, quando o julgamento competirá a uma das turmas do Tribunal Regional do Trabalho a que estiver subordinado o prolator da sentença. Nesta última hipótese, o juízo de 1º grau remeterá as peças necessárias para o exame da matéria controvertida em *autos apartados*, o que não deixa bem claro se nessa hipótese o agravo de petição terá a mesma forma do agravo de instrumento, processando-se na forma da exigência estabelecida em autos apartados. Ainda, em conformidade com a alteração citada, o agravo de petição se processará nos próprios autos "se tiver determinada a extração de carta de sentença".

f) Embargos infringentes e de divergência

A expressão "embargos", no campo processual, tem, como bem assinala Vicente Greco Filho, sentido equívoco, ora definindo ação (embargos do devedor, embargos à execução), ora significando procedimento especial (embargos de terceiro), podendo, igualmente, significar *recurso*, como ocorre com os *embargos infringentes e de divergência*.

Vejamos as duas espécies.

Embargos infringentes

Os embargos nominados, no processo do trabalho, têm cabimento de *decisões não unânimes da Seção Especializada em Dissídios Coletivos*, em sua competência originária, e, obviamente, das revisões e extensões de suas sentenças normativas (art. 232 do RITST).

Cabem, igualmente, das *decisões* proferidas pela *Seção Especializada em Dissídios Individuais*, tal como mandado de segurança e Lei n. 7.701/88.

Os embargos infringentes não serão admitidos, ainda que haja voto divergente, se a decisão atacada estiver em consonância com precedente ou súmula de jurisprudência predominante do Tribunal Superior do Trabalho (Lei n. 7.701/88).

Tampouco serão admitidos de decisões superadas, como proclama a Súmula 333:

"Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho".

Da mesma forma serão incabíveis contra decisão proferida em agravo de instrumento oposto a despacho denegatório de recurso de revista, a teor do que dispõe a Súmula 353:

"Não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo, salvo: *a*) da decisão que não conhece de agravo de instrumento ou de agravo pela ausência de pressupostos extrínsecos; *b*) da decisão que nega provimento a agravo contra decisão monocrática do Relator, em que se proclamou a ausência de pressupostos extrínsecos de agravo de instrumento; *c*) para revisão dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade do recurso de revista, cuja ausência haja sido declarada originariamente pela Turma no julgamento do agravo; *d*) para impugnar o conhecimento de agravo de instrumento; *e*) para impugnar a imposição de multas previstas no art. 538, parágrafo único, do CPC, ou no art. 557, § 2º, do CPC; *f*) contra decisão de Turma proferida em Agravo interposto de decisão monocrática do relator, baseada no art. 557, § 1º-A, do CPC".

Embargos de divergência

Também denominados *embargos divergentes*, estão previstos na Lei n. 7.701/88:

"Art. 3º Compete à Seção de Dissídios Individuais julgar:

(...)

III – em última instância:

(...)

b) os embargos das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais. (*Nova redação dada pela Lei n. 11.496, de 22-6-2007.*)

Os embargos de divergência objetivam uniformizar a jurisprudência.

No processo do trabalho pressupõem:

a) decisões divergentes das turmas (não são admitidos de acórdãos da mesma turma);

b) decisões das turmas divergentes da Seção de Dissídios Individuais;

c) decisões das turmas divergentes de enunciados de súmulas;

d) decisões das turmas que violarem lei federal ou a Constituição Federal.

A divergência há de ser comprovada pelo embargante na forma prevista na Súmula 337:

"I – Para comprovação da divergência justificadora do recurso, é necessário que o recorrente: *a*) Junte certidão ou cópia autenticada do acórdão paradigma ou cite a fonte oficial ou o repositório autorizado em que foi publicado; e *b*) Transcreva, nas razões recursais, as ementas e/ou trechos dos acórdãos trazidos à configuração do dissídio, demonstrando o conflito de teses que justifique o conhecimento do recurso, ainda que os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso. II – A concessão de registro de publicação como repositório autorizado de jurisprudência do TST torna válidas todas as suas edições anteriores. III – A mera indicação da data de publicação, em fonte oficial, de aresto paradigma é inválida para comprovação de divergência jurisprudencial, nos termos do item I, "a", desta súmula, quando a parte pretende demonstrar o conflito de teses mediante a transcrição de trechos que integram a fundamentação do acórdão divergente, uma vez que só se publicam o dispositivo e a ementa dos acórdãos; IV – É válida para a comprovação da divergência jurisprudencial justificadora do recurso a indicação de aresto extraído de repositório oficial na internet, desde que o recorrente: *a*) transcreva o trecho divergente; *b*) aponte o sítio de onde foi

extraído; e *c*) decline o número do processo, o órgão prolator do acórdão e a data da respectiva publicação no *Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho*".

Os embargos nominados (infringentes e de divergência) são interpostos perante o presidente da respectiva seção (individual ou coletiva), no prazo de 8 dias a contar da publicação do acórdão.

Admitidos para processamento, dar-se-á vista ao embargado para manifestar-se em 8 dias.

Ultimado o parecer da Procuradoria-Geral, sorteados relator e revisor, os embargos serão levados a julgamento.

Da decisão do Presidente da Seção que denegar o processamento dos embargos caberá *agravo regimental*.

g) Agravo regimental

Como decorrência do Poder Normativo, que, na lição de Pedro Vidal Neto, não se esgota com o estabelecimento de normas para a composição dos conflitos coletivos laborais, o Tribunal Superior do Trabalho, no uso da competência prevista no art. 96, I, *a*, da Constituição Federal, editou seu Regimento Interno (aprovado pela Resolução Administrativa n. 908/2002), instituindo, no art. 243, o *agravo regimental*, que, na esfera daquele Tribunal, faz as vezes ou assemelha-se, em seu fim-objetivo, ao agravo de instrumento, uma vez que é interposto contra decisões que deneguem o processamento de recursos.

O art. 709, § 1º, da CLT a ele faz menção, erigindo-o como recurso das decisões proferidas pelo corregedor.

O Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, em seu art. 235 e incisos, dispõe que cabe *agravo regimental*, no prazo de 8 dias, para o Tribunal Pleno, a Seção Especializada (em Dissídios Individuais ou Coletivos) e as Turmas, observada a competência dos respectivos órgãos, nas seguintes hipóteses:

"I – do despacho do Presidente do Tribunal que denegar seguimento aos embargos infringentes;

II – do despacho do Presidente do Tribunal que suspender execução de liminares ou de decisão concessiva de mandado de segurança;

III – do despacho do Presidente do Tribunal que conceder ou negar suspensão da execução de liminar ou da sentença em cautelar;

IV – do despacho do Presidente do Tribunal concessivo de liminar em mandado de segurança ou em ação cautelar;

V – do despacho do Presidente do Tribunal proferido em pedido de efeito suspensivo;

VI – das decisões e despachos proferidos pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho;

VII – do despacho do Relator que negar prosseguimento a recurso, ressalvada a hipótese do art. 239;

VIII – do despacho do Relator que indeferir inicial de ação de competência originária do Tribunal; e

IX – do despacho ou da decisão do Presidente do Tribunal, de Presidente de Turma, do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho ou Relator que causar prejuízo ao direito da parte, ressalvados aqueles contra os quais haja recursos próprios previstos na legislação ou neste Regimento".

A Lei n. 7.701/88, por sua vez, prevê o agravo regimental em três situações:

a) da denegação de recursos em dissídio coletivo (art. 2º, II, *d*);

b) dos despachos denegatórios dos presidentes das turmas, em matéria de embargos infringentes e de divergência (art. 3º, III, *c*);

c) julgamento pelas turmas, em última instância, dos agravos nominados (art. 5º, *c*).

O agravo regimental, excetuado quando interposto das decisões do corregedor (caso em que envolve o mérito), é um recurso no sentido restrito, uma vez que se limita ao exame do despacho agravado. Tem, outrossim, efeito apenas devolutivo.

É interposto perante o prolator do despacho agravado, que, por sua vez, poderá reconsiderá-lo. Não o fazendo, determinará sua inclusão na pauta para o respectivo julgamento (RITST, art. 236).

Das decisões proferidas pelo juiz corregedor dos Tribunais Regionais cabe, igualmente, agravo regimental para o respectivo tribunal.

h) Recurso de revisão

Na eventualidade de o valor da causa ser indeterminado, cabe ao juiz da Vara do Trabalho, antes de dar início à instrução da causa, fixar-lhe o valor.

Em audiência, por ocasião das razões finais poderá qualquer das partes impugnar o valor fixado, e, se o juiz o mantiver, poderá o interessado interpor o chamado *recurso de revisão*.

O recurso em apreço foi criado pela Lei n. 5.584/70 (dispõe sobre normas de direito processual do trabalho). É um recurso endereçado ao presidente do Tribunal Regional do Trabalho, e visa, como facilmente se verifica, a revisão da decisão do juiz que se recusa a acolher a impugnação ao valor por ele fixado para a causa.

O recurso de revisão, que a Lei n. 5.584/70 denomina *pedido de revisão*, há de ser interposto em *quarenta e oito horas* a contar da decisão do juiz. Não tem efeito suspensivo, devendo ser instruído com a petição inicial e a ata da audiência, em cópia autenticada pela secretaria da Vara.

Remetida ao presidente do Tribunal, deve ser julgada, por este, em igual prazo, ou seja, *48 horas*.

i) Embargos declaratórios

A sentença há de ser precisa, isto é, situar-se nos limites das questões propostas, devendo ainda cercar-se da necessária clareza. Na ocorrência, porém, de inexatidão material ou erro de cálculo, tais como palavras consignadas erroneamente ou valores equívocos, pode o juiz que a prolatou corrigi-la de ofício, independentemente de provocação (CPC, art 463).

Entretanto, na ocorrência de *obscuridade*, *contradição* ou *omissão*, deve a parte interessada interpor os chamados *embargos declaratórios*, que, como ensina Moacyr Amaral Santos, "visam obter do juiz que esclareça ou elimine a omissão ou a obscuridade da sentença que proferiu".

Controvertida é a natureza dos embargos de declaração, também denominados embargos declaratórios. Para renomados juristas, como Gabriel de Rezende Filho e Lopes da Costa, tais embargos "não se constituem tecnicamente em recurso, pois a finalidade destes é a reforma ou anulação da sentença".

Diversamente, porém, sustenta Moacyr Amaral Santos, no que é acompanhado por Pontes de Miranda e Frederico Marques, quanto a sua natureza recursal:

"Da sentença recorre o *prejudicado* com o gravame que lhe causa a obscuridade, a dúvida, a contradição ou a omissão de que a mesma se ressente. Esta circunstância, o fato

de visarem os embargos de declaração à reparação dos prejuízos que os defeitos da sentença trazem ao embargante, os caracteriza como recurso. Recurso para o próprio juiz que proferiu a sentença"[501].

Com a revogação dos arts. 464 e 465 do Código de Processo Civil e a unificação dos embargos declaratórios no art. 535 do mesmo Estatuto Processual, pela Lei n. 8.950/94, que nele introduziu inúmeras alterações, dúvida já não pode existir quanto à natureza recursal dos embargos nominados:

"Art. 496. São cabíveis os seguintes recursos:

(...)

IV – *embargos de declaração*".

Com a nova redação dada ao art. 535 do Código de Processo Civil, já não há qualquer distinção entre os embargos declaratórios de sentença ou de acórdão, distinção que, aliás, não se justificava, mesmo porque os pressupostos eram e são absolutamente idênticos.

Do rol de motivos ensejadores dos embargos suprimiu-se a expressão *dúvida*, com isso se afastando a discussão de certa forma estéril entre dúvida objetiva e subjetiva.

A dúvida objetiva, "resultante da ambiguidade, dubiedade ou indeterminação de proposições inibidoras da apreensão do sentido", na verdade, está presente na ocorrência de obscuridade ou contradição, nada justificando sua inserção no texto legal, como ressalta Antonio de Pádua Ferraz Nogueira.

Atualmente, pois, a obscuridade, a contradição ou a omissão são os únicos motivos a ensejarem a interposição dos embargos:

"Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:

I – houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;

II – for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal".

O prazo para a interposição dos embargos de declaração foi igualmente unificado, sendo atualmente de *5 dias*, tanto em se tratando de sentença de 1º grau como de acórdão de 2º grau.

Ao contrário do que sucedia na sistemática revogada, os embargos mencionados já não suspendem o prazo para a interposição de outros recursos, mas, ao revés, interrompem-no para ambos os litigantes (art. 538 do CPC).

Na suspensão, como se sabe, os prazos se somam, computando-se o tempo anterior. Na interrupção, ao contrário, o tempo anterior fica prejudicado.

À primeira vista, pois, pode parecer que a *interrupção* implique favorecimento aos embargos meramente procrastinatórios, não fosse a multa instituída no parágrafo único, que varia de 1% a 10% sobre o valor da causa, na ocorrência de reiteração.

Cumpre pôr em relevo que os embargos declaratórios podem ter efeito modificativo, como acentua a Súmula 278 do Tribunal Superior do Trabalho:

"A natureza da omissão suprida pelo julgamento de embargos declaratórios pode ocasionar efeito modificativo no julgado".

Prequestionamento

Observe-se que a omissão ou contradição não arguida em embargos declara-

501. Moacyr Amaral Santos, *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., v. 4, p. 449.

tórios implica preclusão, não podendo ser suscitada em grau de recurso, na forma do que dispõe a Súmula 297 do Tribunal Superior do Trabalho:

"1. Diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito. 2. Incumbe à parte interessada, desde que a matéria haja sido invocada no recurso principal, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão. 3. Considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração".

Ressalte-se que a Lei n. 9.957/2000 (do rito sumaríssimo) introduziu no processo do trabalho os embargos declaratórios de *despachos denegatórios de recursos*, quando haja "manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso" (art. 897-A da CLT), a serem interpostos em qualquer dos ritos, sumário, sumaríssimo e ordinário.

j) Recurso extraordinário

O Supremo Tribunal Federal é o órgão máximo do Poder Judiciário. Cumpre-lhe, entre outras funções, zelar pela prevalência da Constituição e das leis federais. Assim, em todas as ocasiões em que as decisões de outros Tribunais possam ser contrárias às disposições contidas na Constituição Federal ou na lei federal, poderá o Supremo Tribunal Federal ser invocado por meio do *recurso extraordinário*, que é, portanto, o recurso a ser interposto de decisões proferidas em única ou última instância, nos casos previstos no art. 102, III, *a*, *b* e *c*, da Carta Magna:

O recurso da sentença proferida em procedimento sumário só é admitido na eventualidade de versar sobre matéria constitucional – "salvo se versarem sobre matéria constitucional, nenhum recurso caberá das sentenças proferidas nos dissídios da alçada..." (Lei n. 5.584/70, art. 2º, § 4º).

O apelo a ser interposto, na hipótese, em que pesem doutas opiniões contrárias, é, inegavelmente, o *recurso extraordinário*, *ex vi* do disposto no art. 102, III, da Constituição Federal:

"Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

(...)

III – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição".

Ora, o próprio dispositivo constitucional transcrito deixa claro que o recurso extraordinário tanto pode ser admitido em decisões de última como de única instância: "... as causas decididas *em única ou última instância*...".

Inexiste, no Texto Constitucional, qualquer referência a tribunal.

Observe-se que a exigência de que a decisão recorrida seja dos tribunais só é prevista na hipótese de *recurso especial* para o Superior Tribunal de Justiça:

"Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

(...)

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas, *em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios...*".

É, aliás, a lição de Barbosa Moreira: "... o confronto entre o art. 102, n. III, e o art. 105, n. III, ministra dado relevante. No segundo dispositivo, atinente ao *recurso especial*, cuidou-se de declarar claro que recorríveis só podem ser decisões de *tribunais*. Se a cláusula limitativa não figura no outro texto, conclui-se que, para o recurso extraordinário, não prevalece a limitação"[502].

Idêntica é a opinião de Vicente Greco Filho: "O art. 102, III da Constituição não mais exige que a decisão recorrida, para fins de recurso extraordinário, tenha sido proferida por tribunal. Basta que tenha sido a única ou última instância, de modo que caberá recurso no caso dos embargos infringentes das Leis n. 6.825, e 6.830, de 1980, *bem como nas decisões irrecorríveis da Justiça do Trabalho*, se presente um dos permissivos constitucionais"[503].

O Supremo Tribunal Federal, em v. acórdão da lavra do Ministro Néri da Silveira, decidiu da mesma forma:

"Em recente decisão (R.E. n. 136.154), o Plenário do STF, a 27.8.92, afirmou que, nas causas de alçada, nas quais se discuta matéria constitucional, não cabe apelação, mas recurso extraordinário, com base no art. 102, III, da Constituição Federal de 1988, eis que no regime constitucional vigente não mais se exige que a decisão de única ou última instância seja do tribunal, como sucedia na Emenda Constitucional n. 01/1969, art. 119, II. Se se trata de decisão, em instância única, de órgão judiciário, de primeiro grau, é possível a imediata interposição de recurso extraordinário, *ut* art. III, da Lei Maior, desde que se sustente que a decisão ofende a Constituição" (STF, RE 140.169-9/210, Rel. Min. Néri da Silveira, *DJ*, 19-3-1993).

Por isso que, com a devida vênia, entendemos que a interposição do recurso extraordinário, ao contrário do que vem sendo observado na Justiça do Trabalho com relação ao processo sumário, independe da interposição de recursos na esfera do Judiciário Trabalhista, desde que, comprovadamente, se observe violação à Constituição Federal.

Ressalte-se a faculdade de as partes interporem embargos declaratórios da decisão proferida no processo sumário na ocorrência das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil.

O prazo para a interposição do mencionado recurso é de 15 dias, devendo o recorrido contrariá-lo em igual prazo (arts. 542 e 543 do CPC).

Findo o prazo para impugnação, serão os autos remetidos ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o qual, em despacho fundamentado, admitirá ou não o recurso. Admitindo-o, recorrente e recorrido terão, cada um, o prazo de 10 dias para apresentação de suas razões, remetendo-se os autos, em seguida, ao Supremo.

O recurso extraordinário tem efeito apenas devolutivo, ensejando-se ao recorrido carta de sentença para execução provisória do julgado.

Denegado o recurso, o interessado terá *agravo de instrumento* no prazo de 10 dias, para o Supremo.

502. *Comentários ao Código de Processo Civil*, cit., v. 5, p. 524.

503. *Direito Processual Civil Brasileiro*, cit., v. 2, p. 319.

k) Correição parcial

Correição, do latim *correctio*, significa correção, reforma. De início, consistia a correição no poder detido pelo *monarca* de corrigir as irregularidades, erros e outras faltas ocorridas na Administração da Justiça.

De ordem antiquíssima, portanto, já existia ao tempo dos romanos, chegando aos portugueses por meio das Ordenações Filipinas e Manuelinas.

De início exclusiva dos reis e imperadores, a correição compreendia, entre outras atribuições, constatar as atividades de magistrados, verificando-lhes a probidade e eficiência.

Com a separação dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), findas as monarquias absolutistas, tais funções passaram a ser exercidas pelo próprio Judiciário, por intermédio do *juiz corregedor*.

Definida por Márcio Munhoz[504] como "providência de ordem disciplinar, destinada a impedir andamento tumultuário dos feitos ou sanar erro, quando as leis processuais não dão meios para se chegar a esse resultado", é a correição parcial severamente combatida por renomados juristas, sobre ela assim se manifestando o eminente processualista Alfredo Buzaid:

"O processo civil caminha através de recursos, admissíveis contra decisões injustas ou ilegais proferidas pela autoridade judiciária; não através de correições, ou de direito de representação, que são expedientes incompatíveis com a natureza da relação processual e a sistemática adotada pelo Código de 1939. A inserção da correição parcial nas leis de organização judiciária significa, em última análise, uma subversão dos princípios que estruturam o processo civil, atribuindo função judicante a um órgão meramente administrativo e disciplinar e conferindo à reclamação a virtude de modificar decisões judiciais, consideradas irrecorríveis pelo Código de Processo Civil".

Frederico Marques, escrevendo sobre a correição parcial, chega a considerá-la "um aleijão":

"A correição parcial é um instituto que a praxe vem admitindo e que se tornou até mesmo reconhecido, em ligeira referência ao diploma legal que regula o mandado de segurança; todavia é ele o maior aleijão de que temos conhecimento em nosso Direito Positivo"[505].

Malgrado tais críticas, a correição parcial subsiste em nossas leis de organização judiciária, estando, inclusive, prevista no art. 682, XI, da Consolidação das Leis do Trabalho, existindo, ainda, a figura do juiz corregedor, com a especificação de suas atribuições, *ex vi* do disposto nos incisos I e II do art. 709 do mesmo estatuto:

"I – exercer funções de inspeção e correição permanente com relação aos Tribunais Regionais e seus Presidentes;

II – decidir reclamações contra atos atentatórios da boa ordem processual praticados pelos Tribunais regionais e seus Presidentes, quando inexistir recurso específico".

A correição parcial, como facilmente se verifica, não é um recurso – com isso, aliás, estão de acordo todos os autores –, mas apenas providência de ordem disci-

504. *RT*, *201*:355.

505. *Manual de Direito Processual Civil*, cit., v. 1, p. 104-110.

plinar destinada a impedir tumulto ou erro, quando não existirem recursos específicos.

Na Justiça do Trabalho, a corregedoria é exercida, no âmbito da União, com jurisdição sobre os Tribunais Regionais, pelo ministro corregedor do Tribunal Superior do Trabalho, e, no âmbito das Varas do Trabalho, pelo juiz corregedor do Tribunal Regional do Trabalho.

Das decisões proferidas pelo juiz corregedor cabe agravo regimental para a Seção especializada, em 8 dias (RITRT/2ª R., art. 205; RITST, art. 235, IX).

5. *Depósito recursal*

Em conformidade com o que dispõe o art. 899, § 1º, da CLT, havendo condenação em pecúnia no processo do trabalho, mister se faz o chamado *depósito recursal*.

Inexistindo condenação em pecúnia, o depósito se torna dispensável, segundo dispõe a Súmula 161 do Tribunal Superior do Trabalho.

Em torno do depósito recursal as seguintes hipóteses podem ocorrer:

I – não havendo condenação em pecúnia (dinheiro), não há necessidade de depósito recursal;

II – havendo condenação em pecúnia de valor inferior ao teto máximo, impõe-se o depósito correspondente ao valor da condenação, se líquida, ou ao valor arbitrado pelo juízo, se ilíquida;

III – se o valor da condenação ou o valor arbitrado for superior ao teto máximo, o depósito recursal limitar-se-á a este;

IV – nas condenações em valor ilíquido, em grau de recurso, o órgão julgador arbitrará novo valor para fins de complementação do depósito já feito;

V – na interposição de recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho, ultimar-se-á o depósito da diferença entre o limite máximo para o recurso ordinário e o limite estabelecido para a revista, desde, porém, que o valor da condenação seja igual ou superior a este último;

VI – na interposição de recurso de embargos infringentes, da mesma forma que ocorre com o recurso de revista, haverá complementação do depósito recursal, observando-se sempre o limite máximo;

VII – na interposição de agravo de instrumento, o depósito recursal deverá corresponder a cinquenta por cento do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

Ressalte-se que, efetuado o depósito máximo, nenhum outro valor haverá a ser acrescido.

Estas as inovações trazidas com o art. 40 da Lei n. 8.177, de 1º-3-1991, de redação não muito clara, por isso mesmo objeto de interpretação pela Instrução Normativa n. 3/93 do Tribunal Superior do Trabalho, que poderá, periodicamente, rever os valores recursais, a teor do que dispõe o § 2º do inciso legal nominado[506].

▶ *Jurisprudência*

Custas e depósito recursal

▷ **Súmula 25 do Tribunal Superior do Trabalho. Custas.** A parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está obrigada, independentemente de intimação, a pagar as custas fixadas na sentença originária, das quais ficara isenta a parte então vencida. (RA 57/70, *DO/GB*, 27-11-1970)

506. Os valores correspondentes ao depósito recursal podem ser periodicamente revistos pelo TST, nos termos do inciso VI da Instrução Normativa n. 3/1993.

▷ **Súmula 36 do Tribunal Superior do Trabalho. Custas.** Nas ações plúrimas as custas incidem sobre o respectivo valor global. (RA 57/70, *DO/GB*, 27-11-1970)

▷ **Súmula 53 do Tribunal Superior do Trabalho. Custas.** O prazo para pagamento das custas, no caso de recurso, é contado da intimação do cálculo. (RA 41/73, *DJ*, 14-6-1973)

▷ **Súmula 86 do Tribunal Superior do Trabalho. Deserção. Massa falida. Empresa em liquidação extrajudicial.** (RA 69/1978, *DJ*, 26-9-1978. Nova redação em decorrência da incorporação da OJ n. 31 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005) Não ocorre deserção de recurso da massa falida por falta de pagamento de custas ou de depósito do valor da condenação. Esse privilégio, todavia, não se aplica à empresa em liquidação extrajudicial.

▷ **Súmula 99 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Deserção. Prazo.** (RA 62/1980, *DJ*, 11-6-1980. Redação alterada pela Res. 110/2002, *DJ*, 11-4-2002. Nova redação em decorrência da incorporação da OJ n. 117 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) Havendo recurso ordinário em sede de rescisória, o depósito recursal só é exigível quando for julgado procedente o pedido e imposta condenação em pecúnia, devendo este ser efetuado no prazo recursal, no limite e nos termos da legislação vigente, sob pena de deserção.

▷ **Súmula 128 do Tribunal Superior do Trabalho. Depósito recursal.** (RA 115/1981, *DJ*, 21-12-1981. Redação alterada pela Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003. Nova redação em decorrência da incorporação das OJ n. 139, 189 e 190 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – É ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção. Atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso.

II – Garantido o juízo, na fase executória, a exigência de depósito para recorrer de qualquer decisão viola os incisos II e LV do art. 5º da CF/1988. Havendo, porém, elevação do valor do débito, exige-se a complementação da garantia do juízo.

III – Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.

▷ **Súmula 161 do Tribunal Superior do Trabalho. Depósito. Condenação em pecúnia.** Não havendo condenação em pecúnia, descabe o depósito prévio de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho. Ex-Prejulgado n. 39. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 170 do Tribunal Superior do Trabalho. Sociedade de economia mista. Custas.** Os privilégios e isenções no foro da Justiça do Trabalho não abrangem as sociedades de economia mista, ainda que gozassem desses benefícios anteriormente ao Dec.-lei n. 779, de 1969. Ex-Prejulgado n. 50. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 217 do Tribunal Superior do Trabalho. Depósito recursal. Credenciamento bancário. Prova dispensável.** O credenciamento dos bancos para o fim de recebimento do depósito recursal é fato notório, independendo da prova. (Res. 14/85, *DJ*, 19-9-1985)

âmbito do lar, e sem finalidade lucrativa para o beneficiário.

A Lei n. 5.859, de 11-12-1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, define-o como "aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas".

A lei referida, regulamentada pelo Decreto n. 71.885, de 9-3-1973, concedeu aos domésticos *férias anuais remuneradas* de vinte dias e *benefícios previdenciários*.

Tais benefícios foram ampliados pela atual Constituição Federal (art. 7º, parágrafo único), que estendeu aos domésticos os seguintes direitos:

I – salário mínimo;

II – irredutibilidade salarial;

III – 13º salário;

IV – repouso semanal remunerado;

V – férias anuais com gratificação de um terço;

VI – licença à gestante de 120 dias;

VII – licença-paternidade;

VIII – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias;

IX – benefícios previdenciários.

O *salário mínimo* do doméstico é aquele estabelecido para o trabalhador urbano comum, ou seja, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família como moradia, alimentação, educação e saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo.

A *irredutibilidade do salário* não é princípio que se volta apenas contra as investidas do empregador no sentido de reduzir os ganhos do empregado, mas medida de cautela do contribuinte contra as políticas econômicas do governo que, nos últimos trinta anos, tem reduzido sensivelmente o poder de compra do trabalhador.

O *13º salário* observa, para com os domésticos, o mesmo princípio estabelecido para os empregados comuns, ou seja, com base na remuneração total. Em se tratando de mensalistas o repouso semanal remunerado já está incluído no salário.

As *férias anuais remuneradas*, já concedidas pela Lei n. 5.859/72, estão entre os direitos estendidos aos domésticos pela atual Carta Magna (art. 7º, parágrafo único).

Havia, contudo, controvérsia doutrinária e jurisprudencial quanto ao prazo.

A Constituição Federal de 1988 concedeu aos domésticos o direito às férias anuais, com gratificação de "um terço a mais do que o salário normal".

Não especificou, contudo, prazo e tampouco reportou-se ao art. 130 da CLT (que fixa as proporções de gozo), razão por que ponderável corrente sustentava o prazo de vinte dias, fixado na Lei n. 5.859/72 (art. 3º).

A Lei n. 11.324, de 20 de julho de 2006 (conversão da Medida Provisória n. 284/2006), pondo fim à dúvida existente quanto ao prazo das férias (se vinte ou trinta dias), estabeleceu o prazo de trinta dias, mantida a gratificação de um terço já assegurada pela Constituição Federal (art. 7º, XVII):

> "Art. 3º O empregado doméstico terá direito a férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias com, pelo menos, 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, após cada período de 12 (doze) meses de trabalho, prestado à mesma pessoa ou família".

A Lei n. 11.324/2006, no seu art. 2º, veda ao empregador doméstico efetuar

▷ **Súmula 245 do Tribunal Superior do Trabalho. Depósito recursal. Prazo.** O depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, sendo que a interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal. (Res. 15/85, *DJ*, 9-12-1985)

▷ **Súmula 223 do Supremo Tribunal Federal.** Concedida isenção de custas ao empregado, por elas não responde o sindicato que o representa em juízo.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 33 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Deserção. Custas. Carimbo do banco. Validade.** O carimbo do banco recebedor na guia de comprovação do recolhimento das custas supre a ausência de autenticação mecânica.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 104 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Custas. Condenação acrescida. Inexistência de deserção quando as custas não são expressamente calculadas e não há intimação da parte para o preparo do recurso, devendo, então, ser as custas pagas ao final.** Não caracteriza deserção a hipótese em que, acrescido o valor da condenação, não houve fixação ou cálculo do valor devido a título de custas e tampouco intimação da parte para o preparo do recurso, devendo, pois, as custas ser pagas ao final. (Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 17-11-2008 – Res. 150/2008, *DJe* divulgado em 20, 21 e 24-11-2008)

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 140 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Depósito recursal e custas. Diferença ínfima. Deserção. Ocorrência.** Inserida em 27-11-1998 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005) Ocorre deserção do recurso pelo recolhimento insuficiente das custas e do depósito recursal, ainda que a diferença em relação ao *quantum* devido seja ínfima, referente a centavos.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 148 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Custas. Mandado de Segurança. Recurso Ordinário. Exigência do pagamento.** (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 29 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005) É responsabilidade da parte, para interpor recurso ordinário em mandado de segurança, a comprovação do recolhimento das custas processuais no prazo recursal, sob pena de deserção.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 158 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Custas. Comprovação de recolhimento. Darf eletrônico. Validade.** O denominado "DARF ELETRÔNICO" é válido para comprovar o recolhimento de custas por entidades da administração pública federal, emitido conforme a IN-SRF 162, de 4-11-1988.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 186 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Custas. Inversão do ônus da sucumbência. Deserção. Não ocorrência.** No caso de inversão do ônus da sucumbência em segundo grau, sem acréscimo ou atualização do valor das custas e se estas já foram devidamente recolhidas, descabe um novo pagamento pela parte vencida, ao recorrer. Deverá ao final, se sucumbente, ressarcir a quantia.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 88 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de segurança. Valor da causa. Custas processuais. Cabimento.** Incabível a impetração

de mandado de segurança contra ato judicial que, de ofício, arbitrou novo valor à causa, acarretando a majoração das custas processuais, uma vez que cabia à parte, após recolher as custas, calculadas com base no valor dado à causa na inicial, interpor recurso ordinário e, posteriormente, agravo de instrumento no caso de o recurso ser considerado deserto.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 27 da SDC do Tribunal Superior do Trabalho. Custas. Ausência de intimação. Deserção. Caracterização.** A deserção se impõe mesmo não tendo havido intimação, pois incumbe à parte, na defesa do próprio interesse, obter os cálculos necessários para efetivar o preparo.

▷ **ECT. Depósito recursal. Dispensa. Dec.-lei n. 509/69. Recepção pela Constituição da República de 1988.** Não obstante a qualidade de Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, sendo esta responsável por serviço que constitui um dos monopólios da União (Serviços Postais), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT é beneficiária da garantia processual da dispensa do depósito prévio para recurso, nos termos do art. 12 do Decreto-Lei n. 509/69, porquanto referida norma, que a equiparou à Fazenda Pública para fins de impenhorabilidade de seus bens, rendas e serviços, foro, prazos e custas processuais, foi recepcionada pela Constituição da República de 1988. Por celeridade, superado o óbice da deserção, examinam-se os demais pressupostos da Revista e, desde logo, nega-se provimento ao Agravo de Instrumento. (TST, AIRR 698.262/2000, j. 24-10-2001, 5ª T., Rel. Min. João Batista Brito Pereira, *DJ*, 16-11-2001)

▷ **Agravo de instrumento. Custas e depósito recursal. Peças obrigatórias. Obrigatoriedade de traslado pelas partes.** Os comprovantes do recolhimento do depósito recursal e das custas processuais são indispensáveis ao exame do preparo do Recurso de Revista, e seu traslado é obrigatório nos termos da CLT (art. 897, § 5º). Se o agravante não promove o traslado das peças, mas o agravado providencia a juntada delas nos autos do agravo, atendido está o comando legal, encontrando-se regular a formação do Agravo de Instrumento. Recurso de Embargos não conhecido. (TST, EAIRR 586.892/1999, j. 11-12-2000, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Min. João Batista Brito Pereira, *DJ*, 2/2/2001)

▷ **Agravo de instrumento. Recurso de revista. Deserção.** Constata-se a deserção do recurso de revista, uma vez que comprovado a destempo o recolhimento do depósito recursal e das custas processuais posteriormente ao término do prazo recursal, cinco dias após a interposição do recurso de revista por meio de correio eletrônico. Agravo de instrumento conhecido e não provido. (TST, AIRR 670.760/2000, j. 21-2-2001, 1ª T., Rel Min. João Oreste Dalazen, *DJ*, 27-4-2001)

▷ **Depósito recursal e custas processuais – Fotocópia não autenticada. Deserção.** Constitui pressuposto de admissibilidade do recurso ordinário o recolhimento do depósito recursal e das custas estabelecidas na sentença, cuja comprovação deve ser realizada através da juntada das correspondentes guias RE e DARF, autenticadas

mecanicamente ou, pelo menos, com o carimbo da instituição bancária. Se essa comprovação se dá através de cópias sem autenticação, o desatendimento do disposto no art. 830, da CLT implica na deserção do recurso. (TRT/24ª R., Ac. 2.873, j. 4-10-2001, RO 573/2001, Tribunal Pleno, Rel. Ademar de Souza Freitas, *DJ/MS*, 19-11-2001)

Prazos

▷ **Súmula 30 do Tribunal Superior do Trabalho. Intimação da sentença.** Quando não juntada a ata ao processo em 48 horas, contadas da audiência de julgamento (art. 851, § 2º, da CLT), o prazo para recurso será contado da data em que a parte receber a intimação da sentença. (RA 57/70, *DO/GB*, 27-11-1970)

▷ **Súmula 197 do Tribunal Superior do Trabalho. Prazo.** O prazo para recurso da parte que, intimada, não comparecer à audiência em prosseguimento para a prolação da sentença conta-se de sua publicação. (Res. 3/85, *DJ*, 1º-4-1985)

▷ **Súmula 385 do Tribunal Superior do Trabalho. Feriado local. Ausência de expediente forense. Prazo recursal. Prorrogação. Comprovação. Necessidade. Ato administrativo do juízo "a quo".** (Redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012, *DEJT*, 25, 26 e 27-9-2012)

I – Incumbe à parte o ônus de provar, quando da interposição do recurso, a existência de feriado local que autorize a prorrogação do prazo recursal.

II – Na hipótese de feriado forense, incumbirá à autoridade que proferir a decisão de admissibilidade certificar o expediente nos autos.

III – Na hipótese do inciso II, admite-se a reconsideração da análise da tempestividade do recurso, mediante prova documental superveniente, em Agravo Regimental, Agravo de Instrumento ou Embargos de Declaração.

▷ **Súmula 319 do Supremo Tribunal Federal.** O prazo do recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal, em *habeas corpus* ou mandado de segurança, é de cinco dias.

▷ **Súmula 116 do Superior Tribunal de Justiça.** A Fazenda Pública e o Ministério Público têm prazo em dobro para interpor agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 192 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Embargos declaratórios. Prazo em dobro. Pessoa jurídica de direito público. Dec.-lei n. 779/69.** É em dobro o prazo para a interposição de embargos declaratórios por Pessoa Jurídica de Direito Público.

Recursos – generalidades

▷ **Súmula 8 do Tribunal Superior do Trabalho. Juntada de documento.** A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença. (RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969)

▷ **Súmula 164 do Tribunal Superior do Trabalho. Procuração. Juntada. Nova redação.** O não cumprimento das determinações dos §§ 1º e 2º do art. 5º da Lei n. 8.906, de 4-7-1994, e do art. 37, parágrafo único, do Código de Processo Civil importa o não conhecimento de recurso, por inexistente, exceto na hipótese de mandato tácito. (Redação original – RA 102/82,

DJ, 11-10-1982, e *DJ*, 15-10-1982 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 214 do Tribunal Superior do Trabalho. Decisão interlocutória. Irrecorribilidade.** (Res. 14/1985, *DJ*, 19-9-1985. Redação alterada – Res. 43/1995, *DJ*, 17-2-1995, e Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003. Nova redação conferida pela Res. 127/2005, *DJ*, 14-3-2005) Decisão Interlocutória. Irrecorribilidade. Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão: a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT.

▷ **Súmula 303 do Tribunal Superior do Trabalho. Fazenda Pública. Duplo grau de jurisdição.** (Res. 1/1992, *DJ*, 5-11-1992. Redação alterada – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003. Nova redação em decorrência da incorporação das OJ n. 9, 71, 72 e 73 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo: a) quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos; b) quando a decisão estiver em consonância com decisão plenária do Supremo Tribunal Federal ou com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

II – Em ação rescisória, a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público, exceto nas hipóteses das alíneas "a" e "b" do inciso anterior.

III – Em mandado de segurança, somente cabe remessa *ex officio* se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.

▷ **Súmula 387 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso. Fac-símile. Lei n. 9.800/1999.** (Inserido o item IV à redação – Res. 174/2011, *DEJT* 27, 30 e 31-5-2011)

I – A Lei n. 9.800/1999 é aplicável somente a recursos interpostos após o início de sua vigência.

II – A contagem do quinquídio para apresentação dos originais de recurso interposto por intermédio de fac-símile começa a fluir do dia subsequente ao término do prazo recursal, nos termos do art. 2º da Lei 9.800/1999, e não do dia seguinte à interposição do recurso, se esta se deu antes do termo final do prazo.

III – Não se tratando a juntada dos originais de ato que dependa de notificação, pois a parte, ao interpor o recurso, já tem ciência de seu ônus processual, não se aplica a regra do art. 184 do CPC quanto ao *dies a quo*, podendo coincidir com sábado, domingo ou feriado.

IV – A autorização para utilização do fac-símile, constante do art. 1º da Lei

n. 9.800, de 26-5-1999, somente alcança as hipóteses em que o documento é dirigido diretamente ao órgão jurisdicional, não se aplicando à transmissão ocorrida entre particulares.

▷ **Súmula 225 do Superior Tribunal de Justiça.** Compete ao Tribunal Regional do Trabalho apreciar recurso contra sentença proferida por órgão de primeiro grau da Justiça Trabalhista, ainda que para declarar-lhe a nulidade em virtude de incompetência.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 130 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Ministério Público. Arguição. *Custos legis*. Ilegitimidade.** Inserida em 20-4-1998 (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

Ao exarar o parecer na remessa de ofício, na qualidade de *custos legis*, o Ministério Público não tem legitimidade para arguir a prescrição em favor de entidade de direito público, em matéria de direito patrimonial (arts. 194 do CC de 2002 e 219, § 5º, do CPC).

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 237 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. Ilegitimidade para recorrer.** O Ministério Público não tem legitimidade para recorrer na defesa de interesse patrimonial privado, inclusive de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Recursos ordinário e adesivo

▷ **Súmula 158 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória.** Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho, em ação rescisória, cabível é o recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho, em face da organização judiciária trabalhista. Ex-Prejulgado n. 35. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 201 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso ordinário em Mandado de Segurança. Revisão do Enunciado n. 154.** Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança cabe recurso ordinário, no prazo de 8 dias, para o Tribunal Superior do Trabalho, correspondendo igual dilação para o recorrido e interessados apresentarem razões de contrariedade. (Res. 7/85, *DJ*, 11-7-1985)

▷ **Súmula 283 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso adesivo. Pertinência no processo do trabalho. Correlação de matérias. Revisão do Enunciado n. 196.** O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, onde cabe, no prazo de oito dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária. (Res. 16/88, *DJ*, 18-3-1988)

▷ **Súmula 272 do Supremo Tribunal Federal.** Não se admite como ordinário recurso extraordinário de decisão denegatória de mandado de segurança.

▷ **Súmula 423 do Supremo Tribunal Federal.** Não transita em julgado a sentença por haver omitido o recurso *ex officio*, que se considera interposto *ex lege*.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 92 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de segurança. Existência de recurso próprio.** Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial passível de reforma mediante recurso próprio, ainda que com efeito diferido.

Recurso de revista

▷ **Súmula 23 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso.** Não se conhece da revista ou dos embargos, quando a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos, e a jurisprudência transcrita não abranger a todos. (RA 57/70, *DO/GB*, 27-11-1970)

▷ **Súmula 126 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso. Cabimento.** Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, letra *b*, da CLT) para reexame de fatos e provas. (RA 84/81, *DJ*, 6-10-1981)

▷ **Súmula 192 do Tribunal Superior do Trabalho. Ação rescisória. Competência e possibilidade jurídica do pedido.** (Redação original – Res. 14/1983. Redação alterada pela Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003. Nova redação em decorrência da incorporação das OJ n. 48, 105 e 133 da SDI-II – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005)

I – Se não houver o conhecimento de recurso de revista ou de embargos, a competência para julgar ação que vise a rescindir a decisão de mérito é do Tribunal Regional do Trabalho, ressalvado o disposto no item II.

II – Acórdão rescindendo do Tribunal Superior do Trabalho que não conhece de recurso de embargos ou de revista, analisando arguição de violação de dispositivo de lei material ou decidindo em consonância com súmula de direito material ou com iterativa, notória e atual jurisprudência de direito material da Seção de Dissídios Individuais (Súmula 333), examina o mérito da causa, cabendo ação rescisória da competência do Tribunal Superior do Trabalho.

III – Em face do disposto no art. 512 do CPC, é juridicamente impossível o pedido explícito de desconstituição de sentença quando substituída por acórdão regional.

IV – É manifesta a impossibilidade jurídica do pedido de rescisão de julgado proferido em agravo de instrumento que, limitando-se a aferir o eventual desacerto do juízo negativo de admissibilidade do recurso de revista, não substitui o acórdão regional, na forma do art. 512 do CPC.

V – A decisão proferida pela SDI, em sede de agravo regimental, calcada na Súmula 333, substitui acórdão de Turma do TST, porque emite juízo de mérito, comportando, em tese, o corte rescisório.

▷ **Súmula 218 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de revista contra acórdão proferido em agravo de instrumento.** É incabível recurso de revista contra acórdão regional prolatado em agravo de instrumento. (Res. 14/85, *DJ*, 19-9-1985)

▷ **Súmula 221 do Tribunal Superior do Trabalho. Recursos de revista ou de embargos. Violação de lei. Indicação de preceito. Interpretação razoável.** (incorporada a Orientação Jurisprudencial n. 94 da SDI-1) – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005

I – A admissibilidade do recurso de revista e de embargos por violação tem como pressuposto a indicação expressa do dispositivo de lei ou da Constituição tido como violado.

II – Interpretação razoável de preceito de lei, ainda que não seja a melhor, não dá ensejo à admissibilidade ou ao conhecimento de recurso de revista ou de embargos com base, respectivamente, na alínea "c" do art. 896 e na alínea "b" do art. 894 da CLT. A violação há de estar ligada à literalidade do preceito.

▷ **Súmula 266 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de revista. Admissibilidade. Execução de sentença. Revisão do Enunciado n. 210.** A admissibilidade do recurso de revista contra acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiro, depende de demonstração inequívoca de violência direta à Constituição Federal. (Res. 1/87, *DJ*, 23-10-1987 e 14-12-1987) Referência: E-RR n. 1.674/81.

▷ **Súmula 285 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de revista. Admissibilidade parcial pelo Juiz-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho. Efeito.** O fato de o juízo primeiro de admissibilidade do recurso de revista entendê-lo cabível apenas quanto à parte das matérias veiculadas não impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sendo imprópria a interposição de agravo de instrumento. (Res. 18/88, *DJ*, 18-3-1988)

▷ **Súmula 296 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso. Divergência jurisprudencial. Especificidade.** (incorporada a Orientação Jurisprudencial n. 37 da SDI-1) – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005

I – A divergência jurisprudencial ensejadora da admissibilidade, do prosseguimento e do conhecimento do recurso há de ser específica, revelando a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, embora idênticos os fatos que as ensejaram.

II – Não ofende o art. 896 da CLT decisão de Turma que, examinando premissas concretas de especificidade da divergência colacionada no apelo revisional, conclui pelo conhecimento ou desconhecimento do recurso.

▷ **Súmula 333 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de Revista. Conhecimento. Revisão do Enunciado n. 42.** (Redação alterada pela Res. 155/2009, *DJe* do TST, 26-2-2009). "Não ensejam recursos de revista ou de embargos decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho." (Res. 25/94, *DJ*, 12-5-1994)

▷ **Súmula 337 do Tribunal Superior do Trabalho. Comprovação de divergência jurisprudencial. Recursos de revista e de embargos.** (Redação do item IV alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012, *DEJT* 25, 26 e 27-9-2012)

I – Para comprovação da divergência justificadora do recurso, é necessário que o recorrente:

a) Junte certidão ou cópia autenticada do acórdão paradigma ou cite a fonte oficial ou o repositório autorizado em que foi publicado; e

b) Transcreva, nas razões recursais, as ementas e/ou trechos dos acórdãos trazidos à configuração do dissídio, demonstrando o conflito de teses que justifique o conhecimento do recurso, ainda que os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso.

II – A concessão de registro de publicação como repositório autorizado de jurisprudência do TST torna válidas todas as suas edições anteriores.

III – A mera indicação da data de publicação, em fonte oficial, de aresto paradigma é inválida para comprovação de divergência jurisprudencial, nos termos do item I, "a", desta súmula,

quando a parte pretende demonstrar o conflito de teses mediante a transcrição de trechos que integram a fundamentação do acórdão divergente, uma vez que só se publicam o dispositivo e a ementa dos acórdãos.

IV – É válida para a comprovação da divergência jurisprudencial justificadora do recurso a indicação de aresto extraído de repositório oficial na internet, desde que o recorrente:

a) transcreva o trecho divergente;

b) aponte o sítio de onde foi extraído; e

c) decline o número do processo, o órgão prolator do acórdão e a data da respectiva publicação no *Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho*.

▷ **Súmula 401 do Supremo Tribunal Federal.** Não se conhece do recurso de revista, nem dos embargos de divergência, do processo trabalhista, quando houver jurisprudência firme do Tribunal Superior do Trabalho no mesmo sentido da decisão impugnada, salvo se houver colisão com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

▷ **Súmula 457 do Supremo Tribunal Federal.** O Tribunal Superior do Trabalho, conhecendo da revista, julgará a causa, aplicando o direito à espécie.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 111 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de revista. Divergência jurisprudencial. Aresto oriundo do mesmo Tribunal Regional. Lei n. 9.756/1998. Inservível ao conhecimento.** (Nova redação – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

Não é servível ao conhecimento de recurso de revista aresto oriundo de mesmo Tribunal Regional do Trabalho, salvo se o recurso houver sido interposto anteriormente à vigência da Lei n. 9.756/1998.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 219 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de revista ou de embargos fundamentado em orientação jurisprudencial do TST.** É válida, para efeito de conhecimento do recurso de revista ou de embargos, a invocação de Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, desde que, das razões recursais, conste o seu número ou conteúdo.

Agravos de instrumento, petição e regimental

▷ **Súmula 285 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de revista. Admissibilidade parcial pelo Juiz-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho. Efeito.** O fato de o juízo primeiro de admissibilidade do recurso de revista entendê-lo cabível apenas quanto a parte das matérias veiculadas não impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sendo imprópria a interposição de agravo de instrumento. (Res. 18/88, *DJ*, 18-3-1988)

▷ **Súmula 287 do Supremo Tribunal Federal.** Nega-se provimento do agravo quando a deficiência na sua fundamentação, ou na do recurso extraordinário, não permitir a exata compreensão da controvérsia.

▷ **Súmula 288 do Supremo Tribunal Federal.** Nega-se provimento a agravo para subida de recurso extraordinário, quando faltar no traslado o despacho agravado, a decisão recorrida, a petição de recurso extraordinário ou qualquer peça essencial à compreensão da controvérsia.

▷ **Súmula 315 do Supremo Tribunal Federal.** Indispensável o traslado das razões da revista, para julgamento,

pelo Tribunal Superior do Trabalho, do agravo para sua admissão.

▷ **Súmula 223 do Superior Tribunal de Justiça.** A certidão de intimação do acórdão recorrido constitui peça obrigatória do instrumento de agravo.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 132 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Agravo regimental. Peças essenciais nos autos principais.** Inexistindo lei que exija a tramitação do AG em autos apartados, tampouco previsão no Regimento Interno do Regional, não pode o Agravante ver-se apenado por não haver colacionado cópia de peças dos autos principais, quando o AG deveria fazer parte dele.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 217 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Agravo de instrumento. Traslado. Lei 9.756/98. Guias de custas e de depósito recursal.** Para a formação do Agravo de Instrumento, não é necessária a juntada de comprovantes de recolhimento de custas e de depósito recursal relativamente ao Recurso Ordinário, desde que não seja objeto de controvérsia no Recurso de Revista a validade daqueles recolhimentos.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 69 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Fungibilidade Recursal. Indeferimento Liminar de Ação Rescisória ou Mandado de Segurança. Recurso para o TST. Recebimento como Agravo Regimental e devolução dos autos ao TRT.** Recurso Ordinário interposto contra despacho monocrático indeferitório da petição inicial de Ação Rescisória ou de Mandado de Segurança pode, pelo princípio de fungibilidade recursal, ser recebido como Agravo Regimental. Hipótese de não conhecimento do recurso pelo TST e devolução dos autos ao TRT, para que aprecie o apelo como Agravo Regimental.

Execução – embargos de terceiro, à penhora e outros

▷ **Súmula 46 do Superior Tribunal de Justiça.** Na execução por carta, os embargos do devedor serão decididos no juízo deprecante, salvo se versarem unicamente vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.

▷ **Súmula 134 do Superior Tribunal de Justiça.** Embora intimado da penhora em imóvel do casal, o cônjuge do executado pode opor embargos de terceiro para defesa de sua meação.

▷ **Súmula 195 do Superior Tribunal de Justiça.** Em embargos de terceiro não se anula ato jurídico, por fraude contra credores.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 54 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de segurança. Embargos de terceiro. Cumulação. Penhora. Incabível.** (Inserida em 20-9-2000. Nova redação – Res. 137/2005, *DJ*, 22-8-2005) Ajuizados embargos de terceiro (art. 1.046 do CPC) para pleitear a desconstituição da penhora, é incabível a interposição de mandado de segurança com a mesma finalidade.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 66 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de Segurança. Sentença homologatória de Adjudicação. Incabível.** Incabível o Mandado de Segurança contra sentença homologatória de adjudicação, uma vez que existe meio próprio para impugnar o ato judicial, consistente nos embargos à adjudicação (CPC, art. 746).

Embargos declaratórios, infringentes e de divergência

▷ **Súmula 184 do Tribunal Superior do Trabalho. Embargos declaratórios. Omissão em revista. Preclusão.** Ocorre preclusão quando não forem opostos embargos declaratórios para suprir omissão apontada em recurso de revista ou de embargos. (Res. 6/83, *DJ*, 9-11-1983)

▷ **Súmula 221 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de revista. Violação de lei. Indicação de preceito.** (Cancelado o item II e conferida nova redação na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14-9-2012 – Res. 185/2012, *DEJT*, 25, 26, 27-9-2012)

I – A admissibilidade do recurso de revista por violação tem como pressuposto a indicação expressa do dispositivo de lei ou da Constituição tido como violado.

▷ **Súmula 278 do Tribunal Superior do Trabalho. Embargos de declaração. Omissão no julgado.** A natureza da omissão suprida pelo julgamento de embargos declaratórios pode ocasionar efeito modificativo no julgado. (Res. 11/88, *DJ*, 1º-3-1988)

▷ **Súmula 296 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso. Divergência jurisprudencial. Especificidade.** (Res. 6/1989, *DJ*, 14-4-1989. Nova redação em decorrência da incorporação da OJ n. 37 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

I – A divergência jurisprudencial ensejadora da admissibilidade, do prosseguimento e do conhecimento do recurso há de ser específica, revelando a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, embora idênticos os fatos que as ensejaram.

II – Não ofende o art. 896 da CLT decisão de Turma que, examinando premissas concretas de especificidade da divergência colacionada no apelo revisional, conclui pelo conhecimento ou desconhecimento do recurso.

▷ **Súmula 297 do Tribunal Superior do Trabalho. Pré-questionamento. Oportunidade. Configuração. Nova redação.** 1. Diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito. 2. Incumbe à parte interessada, desde que a matéria haja sido invocada no recurso principal, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão. 3. Considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração. (Redação original – Res. 7/89, *DJ*, 14-4-1989 – Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003)

▷ **Súmula 353 do Tribunal Superior do Trabalho. Embargos. Agravo. Cabimento.** (Revisão das Súmulas 195 e 335 – Res. 70/1997, *DJ*, 30-5-1997. Redação alterada pela Res. 121/2003, *DJ*, 19-11-2003. Nova redação – Res. 128/2005, *DJ*, 14-3-2005)

Não cabem embargos para a Seção de Dissídios Individuais de decisão de Turma proferida em agravo, salvo: a) da decisão que não conhece de agravo de instrumento ou de agravo pela ausência de pressupostos extrínsecos; b) da decisão que nega provimento a agravo contra decisão monocrática do Relator, em que se proclamou a ausência e pressupostos extrínsecos de agravo de instrumento; c) para revisão dos pressupostos extrínsecos de ad-

descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia.

Poderão, entretanto, ser descontadas as despesas com moradia, quando essa se referir a local diverso da residência em que ocorrer a prestação de serviço, desde, porém, que essa possibilidade tenha sido expressamente acordada com o empregado.

As despesas havidas com alimentação, vestuário, higiene ou moradia não se incorporam à remuneração para quaisquer efeitos (art. 2º, §§ 1º, 2º e 3º).

A *licença-gestante* da doméstica é de 120 dias e a remuneração não é paga pelo empregador, mas diretamente pela Previdência, como estabelecem os arts. 71 a 73 da Lei n. 8.213, de 24-7-1991 (que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências):

"Art. 71. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante cento e vinte dias, com início no período entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade".

"Art. 72. .....

§ 2º A empresa deverá conservar durante 10 (dez) anos os comprovantes dos pagamentos e os atestados correspondentes para exame pela fiscalização da Previdência Social.

§ 3º O salário-maternidade devido à trabalhadora avulsa será pago diretamente pela Previdência Social."

"Art. 73. Assegurado o valor de um salário mínimo, o salário-maternidade para as demais seguradas consistirá:

I – em um valor correspondente ao do seu último salário de contribuição, para a segurada empregada doméstica."

É evidente que, se o salário de contribuição não corresponde ao salário real, ao empregador cumpre pagar a diferença.

A Lei n. 11.324/2006, ao alterar a Lei n. 5.859/ 72, introduzindo-lhe o art. 4º-A, estabeleceu a estabilidade da empregada doméstica gestante, vedando a sua dispensa (salvo justa causa) desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

A *licença-paternidade*, correspondente a 5 dias (art. 10, § 1º, das Disposições Transitórias da Constituição Federal), é paga pelo empregador.

O *aviso prévio* de trinta dias é devido ao empregado doméstico que faz jus, também, ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, ainda não regulamentado.

Finalmente, fazem jus os empregados domésticos aos benefícios previdenciários, sendo segurados obrigatórios (Lei n. 8.212, de 24-7-1991, art. 12, II).

A Emenda Constitucional n. 72, de 2 de abril de 2013, acrescentou ao art. 7º da Constituição vigente o parágrafo único, estendendo aos trabalhadores domésticos os seguintes direitos: FGTS, seguro-desemprego, relação de emprego protegida contra dispensa sem justa causa, jornada de trabalho limitada a oito horas diárias e 44 semanais, horas extras, adicional noturno, salário-família, seguro contra acidentes de trabalho, salário mínimo e reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

b) trabalhadores rurais

Empregado rural, na conceituação dada pelo art. 2º da Lei n. 5.889, de 8-7-1993 (que estabelece normas reguladoras do trabalho rural), "é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não

missibilidade do recurso de revista, cuja ausência haja sido declarada originariamente pela Turma no julgamento do agravo; d) para impugnar o conhecimento de agravo de instrumento; e) para impugnar a imposição de multas previstas no art. 538, parágrafo único, do CPC, ou no art. 557, § 2º, do CPC.

▷ **Súmula 317 do Supremo Tribunal Federal.** São improcedentes os embargos declaratórios, quando não pedida a declaração do julgado anterior, em que se verificou a omissão.

▷ **Súmula 354 do Supremo Tribunal Federal.** Em caso de embargos infringentes parciais, é definitiva a parte da decisão embargada em que não houve divergência na votação.

▷ **Súmula 355 do Supremo Tribunal Federal.** Em caso de embargos infringentes parciais, é tardio o recurso extraordinário interposto após o julgamento dos embargos, quanto à parte da decisão embargada que não fora por eles abrangida.

▷ **Súmula 356 do Supremo Tribunal Federal.** O ponto omisso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

▷ **Súmula 401 do Supremo Tribunal Federal.** Não se conhece do recurso de revista, nem dos embargos de divergência, do processo trabalhista, quando houver jurisprudência firme do Tribunal Superior do Trabalho no mesmo sentido da decisão impugnada, salvo se houver colisão com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

▷ **Súmula 98 do Superior Tribunal de Justiça.** Embargos de declaração manifestados com notório propósito de pré-questionamento não têm caráter protelatório.

▷ **Súmula 168 do Superior Tribunal de Justiça.** Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado.

▷ **Súmula 169 do Superior Tribunal de Justiça.** São inadmissíveis embargos infringentes no processo de mandado de segurança.

▷ **Súmula 207 do Superior Tribunal de Justiça.** É inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra o acórdão proferido no tribunal de origem.

▷ **Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.** Inadmissível recurso especial quanto a questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal "*a quo*".

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 95 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Embargos para SDI. Divergência oriunda da mesma turma do TST. Inservível.** Em 19.05.1997, a SDI-Plena, por maioria, decidiu que acórdãos oriundos da mesma Turma, embora divergentes, não fundamentam divergência jurisprudencial de que trata a alínea "b", do artigo 894 da Consolidação das Leis do Trabalho para embargos à Seção Especializada em Dissídios Individuais, Subseção I.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 115 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso de revista. Nulidade por negativa de prestação jurisdicional.** (Alterada em decorrência da redação do inciso II do art. 894 da CLT, incluído pela Lei n. 11.496/2007 – Res. 182/2012, *DEJT*, 19, 20 e 23-4-2012)

O conhecimento do recurso de revista, quanto à preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, supõe indicação de violação do art. 832 da CLT, do art. 458 do CPC ou do art. 93, IX, da CF/1988.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 142 da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho. Embargos de declaração. Efeito modificativo. Vista à parte contrária.** (Inserido o item II à redação – Res. 178/2012, *DEJT*, 13, 14 e 15-2-2012)

I – É passível de nulidade decisão que acolhe embargos de declaração com efeito modificativo sem que seja concedida oportunidade de manifestação prévia à parte contrária.

II – Em decorrência do efeito devolutivo amplo conferido ao recurso ordinário, o item I não se aplica às hipóteses em que não se concede vista à parte contrária para se manifestar sobre os embargos de declaração opostos contra sentença.

Recurso extraordinário

▷ **Súmula 249 do Supremo Tribunal Federal.** É competente o Supremo Tribunal Federal para a ação rescisória quando, embora não tendo conhecido do recurso extraordinário, ou havendo negado provimento ao agravo, tiver apreciado a questão federal controvertida.

▷ **Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal.** Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

▷ **Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal.** Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.

▷ **Súmula 281 do Supremo Tribunal Federal.** É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.

▷ **Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal.** É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

▷ **Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.** É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

▷ **Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.** É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

▷ **Súmula 286 do Supremo Tribunal Federal.** Não se conhece do recurso extraordinário fundado em divergência jurisprudencial, quando a orientação do plenário do Supremo Tribunal Federal já se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.

▷ **Súmula 369 do Supremo Tribunal Federal.** Julgados do mesmo tribunal não servem para fundamentar o recurso extraordinário por divergência jurisprudencial.

▷ **Súmula 399 do Supremo Tribunal Federal.** Não cabe recurso extraordinário, por violação de Lei Federal, quando a ofensa alegada for a regimento de tribunal.

▷ **Súmula 432 do Supremo Tribunal Federal.** Não cabe recurso extraordinário com fundamento no art. 101, III, *d*, da Constituição Federal, quando a divergência alegada for entre decisões da Justiça do Trabalho.

▷ **Súmula 456 do Supremo Tribunal Federal.** O Supremo Tribunal Federal, conhecendo do recurso extraordiná-

rio, julgará a causa, aplicando o direito à espécie.

▷ **Súmula 505 do Supremo Tribunal Federal.** Salvo quando contrariarem a Constituição, não cabe recurso para o Supremo Tribunal Federal, de quaisquer decisões da Justiça do Trabalho, inclusive dos presidentes de seus tribunais.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 56 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho. Mandado de Segurança. Execução. Pendência de Recurso Extraordinário.** Não há direito líquido e certo à execução definitiva na pendência de Recurso Extraordinário, ou de Agravo de Instrumento visando a destrancá-lo.

Correição parcial

▷ **Súmula 267 do Supremo Tribunal Federal.** Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.

▷ **Orientação Jurisprudencial n. 5 do Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso ordinário. Cabimento.** (Conversão da Orientação Jurisprudencial n. 70 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005) Não cabe recurso ordinário contra decisão em agravo regimental interposto em reclamação correicional ou em pedido de providência.

▷ **O Corregedor Regional, ao decidir reclamação correcional, atua dentro de sua competência originária e, portanto, como órgão judicante de primeiro grau.** Interposto agravo regimental para o tribunal regional, este atua em segundo grau, exaurindo-se, aí, a atuação jurisdicional e, sendo, em consequência, incabível recurso ordinário para o TST (CLT, art. 895). (TST, AI-RO 213.642/95.7, Ac. SDI 2.935/96, Rel. Min. Manoel Mendes de Freitas).

Capítulo VII
Da Aplicação das Penalidades

Art. 903. As penalidades estabelecidas no Título anterior serão aplicadas pelo Juiz, ou Tribunal, que tiver de conhecer da desobediência, violação, recusa, falta ou coação, *ex officio*, ou mediante representação de qualquer interessado ou da Procuradoria da Justiça do Trabalho. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Art. 904. As sanções em que incorrerem as autoridades da Justiça do Trabalho serão aplicadas pela autoridade ou Tribunal imediatamente superior, conforme o caso, *ex officio*, ou mediante representação de qualquer interessado ou da Procuradoria. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 8.737, de 19-1-1946.)

Parágrafo único. Tratando-se de membro do Tribunal Superior do Trabalho será competente para a imposição de sanções o Senado Federal[507].

Art. 905. Tomando conhecimento do fato imputado, o Juiz, ou Tribunal competente, mandará notificar o acusado, para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, defesa por escrito.

§ 1º É facultado ao acusado, dentro do prazo estabelecido neste artigo, requerer a produção de testemunhas, até ao máximo de 5 (cinco). Nesse caso, será marcada audiência para a inquirição.

§ 2º Findo o prazo de defesa, o processo será imediatamente concluso para julgamento, que deverá ser proferido no prazo de 10 (dez) dias.

507. Revogado pela Constituição Federal de 1988, art. 102, I, *c*.

Art. 906. Da imposição das penalidades a que se refere este Capítulo, caberá recurso ordinário para o Tribunal Superior, no prazo de 10 (dez) dias, salvo se a imposição resultar de dissídio coletivo, caso em que o prazo será de 20 (vinte) dias.

Art. 907. Sempre que o infrator incorrer em pena criminal far-se-á remessa das peças necessárias à autoridade competente.

Art. 908. A cobrança das multas estabelecidas neste Título será feita mediante executivo fiscal, perante o Juiz competente para a cobrança de dívida ativa da Fazenda Pública Federal.

Parágrafo único. A cobrança das multas será promovida, no Distrito Federal e nos Estados em que funcionarem os Tribunais Regionais, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, e, nos demais Estados, de acordo com o disposto no Decreto-lei n. 960, de 17 de dezembro de 1938.

► *Comentários*

O art. 903 contém manifesto equívoco quando utiliza a expressão "título anterior". Como lembra Russomano, "o art. 903 parece referir-se ao Título VIII e não ao Título IX"[508].

As disposições concernentes às sanções aplicáveis aos membros da Justiça do Trabalho são atualmente disciplinadas pela Constituição Federal de 1988 – art. 102, I, *c*; art. 105, *a*, e Lei Complementar n. 35/79 – Lei Orgânica da Magistratura.

► *Jurisprudência*

▷ **Administrativo. Recurso em mandado de segurança. Processo disciplinar. Princípio da proporcionalidade.** I – Fatos que, ainda que verídicos, não poderiam fundamentar a aplicação da pena de aposentadoria compulsória ao Magistrado. Em que pese a discricionariedade atribuída à autoridade administrativa na aplicação da pena disciplinar ao servidor, como bem observa Celso Antônio Bandeira de Mello (*Curso de Direito Administrativo*, Malheiros, 9ª edição, 1997, p. 271), ela existe apenas para proporcionar em cada caso a escolha da providência ótima, isto é, daquela que efetivamente atinja o maior grau de satisfação do interesse público almejado pela lei. II – Quanto à decisão que determinou a prisão do Procurador do Município, ainda que discutível seu cabimento, foi tomada diante de uma situação concreta, de forma motivada, em que, aparentemente, houve desobediência a ordem judicial. E também no que se refere ao fato de ter o Juiz presidido leilões públicos, onde os bens que garantiam a execução fiscal eram arrematados por preço vil, pode-se asseverar que, se ilegalidade houve, esta ocorreu dentro de um feito judicial onde poderiam os eventuais prejudicados se valerem de medidas para reparar o erro. Cumpre asseverar que, em nenhum momento, se fez referência à possível má-fé do acusado. III – No pertinente às apontadas irregularidades cartorárias, insta afirmar que todos os depoimentos colhidos no processo administrativo que abordaram esse aspecto asseveraram tratar-se o acusado de um Juiz operante, assíduo e trabalhador. Em nenhum se fez referência à possível desídia do acusado na condução da 2ª Vara da Fazenda Pública do Estado da Bahia. Tais testemunhos sequer foram sope-

508. *Comentários à CLT*, cit.

sados quando da sessão administrativa, limitando-se a r. decisão a afirmar ser obrigação do Juiz a fiscalização do cartório. IV – O próprio Desembargador prolator das decisões tidas como depreciadas pelo acusado, em seu testemunho no processo administrativo, asseverou que o episódio se encontrava superado, tendo em conta as explicações formais apresentadas a ele como Presidente daquela e. Corte. Não havia, pois, que se renovar a questão, tendo em conta que o representante máximo do Judiciário daquele Estado já havia resolvido o problema, deixando claro, ao se dar como satisfeito com as explicações, que não havia qualquer desrespeito por parte do Magistrado. Recurso provido para reformar a decisão administrativa. (STJ, ROMS 13.346/BA (2001/0079922-5), j. 9-10-2001, 5ª T., Rel. Min. Félix Fischer, *DJ*, 5-11-2001)

▷ **Juiz de direito. Processo administrativo disciplinar. Afastamento. Irregularidades. Excesso de prazo. Ausência de demonstração do direito líquido e certo do recorrente.** 1. É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que, em se tratando de processo administrativo disciplinar, compete ao Poder Judiciário apreciar a regularidade do procedimento, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sem, contudo, adentrar no mérito administrativo. 2. Suficientemente motivado o ato de afastamento (artigo 93, inciso X, da Constituição da República, e artigo 6º, parágrafo 1º, da Resolução n. 7/92), não há falar em violação de direito líquido e certo. 3. Do que se extrai dos autos, o devido processo legal foi observado, sendo certo, ainda, que a minguada instrução processual inviabiliza o exame mais aprofundado das irregularidades apontadas e, como é sabido, a ação constitucional de mandado de segurança não admite produção de provas. 4. Inexiste nos autos prova inequívoca de que o excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar se deve exclusivamente à autoridade administrativa, não havendo como se afirmar violado o direito líquido e certo do impetrante. 5. Recurso improvido. (STJ, ROMS 12.390/BA (2000/0092344-3), j. 20-2-2001, 6ª T., Rel. Min. Hamilton Carvalhido, *DJ*, 17-9-2001)

▷ **Processual civil. Constitucional. Administrativo. Embargos de declaração. Art. 535 do CPC. Concessão de efeitos infringentes. Excepcionalidade. Processo administrativo disciplinar contra juízas. Ausência de *quorum* no tribunal *a quo*. Sucessivas arguições de suspeição e impedimento. Restituição dos autos ao colegiado estadual. Órgão competente para julgar seus integrantes. Prosseguimento da apuração na corregedoria e nova convocação de magistrados para composição do conselho da magistratura.** I – O acolhimento dos embargos de declaração para concessão de efeitos modificativos somente se verifica em casos excepcionalíssimos, respeitando-se, ainda, os indispensáveis princípios do contraditório e da ampla defesa. II – Conforme a cediça jurisprudência deste Tribunal e do Pretório Excelso, "em se verificando impedimento ou suspeição de membros da Corte competente, para conhecer de recurso interposto na demanda, cumprirá se verifique a possibilidade

de o julgamento realizar-se, pelo órgão competente, com a substituição, na forma regimental, dos impedidos ou suspeitos, inclusive, se a tanto necessário, mediante convocação de Juiz de instância inferior". Precedentes: STJ: RMS n. 3.520-SE, RHC n. 6.033-MS; STF: AO n. 106-MT e AO n. 238-9-PE. III – A teor do consignado no corpo do julgado, falece a este Tribunal Superior competência para apreciar supostas faltas disciplinares de magistrados vinculados a outro Órgão jurisdicional. Em sendo assim, despicienda a tese lançada no recurso integrativo requerendo "a declaração da extinção da pretensão punitiva das faltas disciplinares denunciadas". IV – Embargos de declaração rejeitados. (STJ, EDPET 1.253/PA (2000/0026014-2), j. 7-8-2001, 5ª T., Rel. Min. Gilson Dipp, *DJ*, 3-9-2001)

▷ **Administrativo. Mandado de segurança. Juiz de direito. Processo administrativo. Instauração. Sindicância. Procedimentos sumários. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Oferecimento de representação. Sessão de deliberação. Nulidades. Ausência. Aposentadoria.** A sindicância administrativa é meio sumário de investigação de irregularidades funcionais cometidas, sendo desprovida de procedimento formal e do contraditório, dispensando a defesa do indiciado e a publicação do procedimento. Não há cerceamento de defesa, nem violação ao devido processo legal em razão da inexistência de sustentação oral na sessão de julgamento do processo administrativo, dispondo, neste particular, a Lei Complementar n. 35/79 – LOMAN – que o julgamento de processo administrativo pode ser realizado em sessão fechada, na qual não tenham acesso os indiciados (art. 27). Tendo sido apurada em sindicância e posterior procedimento administrativo disciplinar, em que se assegurou o exercício pleno do direito de defesa, cometimento de falta grave o que incompatibiliza o magistrado para o desempenho do cargo, reveste-se de legalidade o ato administrativo que determinou a sua aposentadoria compulsória. A vinculação da instância administrativa somente se verifica nas hipóteses em que a absolvição criminal reconhecer a inexistência do fato ou negar a autoria do crime. Recurso ordinário desprovido. (STJ, ROMS 2.530/PI (1993/0002333-0), j. 5-6-2001, 6ª T., Rel. Min. Vicente Leal, *DJ*, 25-6-2001)

Capítulo VIII
Disposições Finais

Art. 909. A ordem dos processos no Tribunal Superior do Trabalho será regulada em seu regimento interno.

Art. 910. Para os efeitos deste Título, equiparam-se aos serviços públicos os de utilidade pública, bem como os que forem prestados em armazéns de gêneros alimentícios, açougues, padarias, leiterias, farmácias, hospitais, minas, empresas de transportes e comunicações, bancos e estabelecimentos que interessem à segurança nacional.

► *Comentários*

O Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho disciplina a ordem dos processos naquela Corte, e os Regimentos dos respectivos tribunais regionais, no âmbito de cada um, ressaltando-se que a Constituição Federal de 1988,

em seu art. 96, I, *a*, faculta aos tribunais: "eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos".

Outrossim, ressalta o art. 912 a prevalência das normas de caráter público, imperativas e impostergáveis, de aplicação imediata às relações iniciadas, mas não consumadas, antes da vigência da Consolidação.

O Ministério do Trabalho continua exercendo papel preponderante na aplicação da legislação trabalhista, "exercendo a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência", como determina o art. 87, parágrafo único, I, da CF/88.

Os demais artigos que compõem as disposições finais e transitórias estão absolutamente revogados, inclusive quanto à relação das atividades e serviços essenciais, substituída pela enumeração contida no art. 10 da Lei n. 7.783/89 (a Lei de Greve).

Título XI
Disposições finais e transitórias

Art. 911. Esta Consolidação entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Art. 912. Os dispositivos de caráter imperativo terão aplicação imediata às relações iniciadas, mas não consumadas, antes da vigência desta Consolidação.

Art. 913. O Ministro do Trabalho, expedirá instruções, quadros, tabelas e modelos que se tornarem necessários à execução desta Consolidação.

Parágrafo único. O Tribunal Superior do Trabalho adaptará o seu regimento interno e o dos Tribunais Regionais do Trabalho às normas contidas nesta Consolidação.

Art. 914. Continuarão em vigor os quadros, tabelas e modelos, aprovados em virtude de dispositivos não alterados pela presente Consolidação.

Art. 915. Não serão prejudicados os recursos interpostos com apoio em dispositivos alterados ou cujo prazo para interposição esteja em curso à data da vigência desta Consolidação.

Art. 916. Os prazos de prescrição fixados pela presente Consolidação começarão a correr da data da vigência desta, quando menores do que os previstos pela legislação anterior.

Art. 917. O Ministro do Trabalho marcará prazo para adaptação dos atuais estabelecimentos às exigências contidas no Capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho". Compete ainda àquela autoridade fixar os prazos dentro dos quais, em cada Estado, entrará em vigor a obrigatoriedade do uso da Carteira de Trabalho e Previdência Social, para os atuais empregados. (Redação nos termos da Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Parágrafo único. O Ministro do Trabalho fixará, para cada Estado e quando julgar conveniente, o início da vigência de parte ou de todos os dispositivos contidos no Capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho". (Redação nos termos da Lei n. 6.514, de 22-12-1977.)

Art. 918. Enquanto não for expedida a Lei Orgânica da Previdência Social, competirá ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho julgar os recursos interpostos com apoio no art. 1º, alínea *c*, do Decreto-lei n. 3.710, de 14 de outubro de 1941, cabendo recurso de suas decisões nos termos do disposto no art. 734, alínea *b*, desta Consolidação[509].

Parágrafo único. Ao diretor do Departamento de Previdência Social incumbirá presidir as eleições para a constituição dos Conselhos Fiscais dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e julgar, com recurso para a instância superior, os recursos sobre matéria técnico-administrativa dessas instituições.

Art. 919. Ao empregado bancário, admitido até a data da vigência da presente Lei, fica assegurado o direito à aquisição da estabilidade nos termos do art. 15 do Decreto n. 24.615, de 9 de julho de 1934.

Art. 920. Enquanto não forem constituídas as confederações, ou, na falta destas, a representação de classes, econômicas ou profissionais, que derivar da indicação desses órgãos ou dos respectivos presidentes,

509. Artigo tacitamente revogado pela atual legislação previdenciária.

será suprida por equivalente designação ou eleição realizada pelas correspondentes federações.

Art. 921. As empresas que não estiverem incluídas no enquadramento sindical de que trata o art. 577 poderão firmar contratos coletivos de trabalho com os sindicatos representativos da respectiva categoria profissional.

Art. 922. O disposto no art. 301 regerá somente as relações de emprego iniciadas depois da vigência desta Consolidação. (Artigo incluído pelo Dec.-lei n. 6.353, de 20-3-1944.)

► *Comentários*

Promulgada em 1º de maio de 1943, no Governo de Getúlio Vargas, a CLT entrou em vigor em 10 de novembro de 1943, estabelecendo-se, assim, um período de adaptação à legislação trabalhista, pela primeira vez implantada no País.

Como já se frisou, a CF/88 atribui competência aos tribunais para elaborarem seus próprios regimentos. A prescrição trabalhista é regida pelo art. 7º, XXIX da Constituição Federal: "ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho". Contra os trabalhadores menores de 18 anos não corre nenhuma prescrição (art. 440 da CLT).

As disposições concernentes à Previdência Social foram revogadas por legislação especial (Constituição Federal, art. 201 e s. e Lei Orgânica da Seguridade Social). O art. 919, que institui a estabilidade ao bancário, foi, igualmente, revogado.

Os contratos coletivos de trabalho, a que se refere o art. 921, foram substituídos pelos acordos e convenções coletivas (art. 611 da CLT).

O art. 922 refere-se ao trabalhador em minas de subsolo, a que se reportam os comentários ao art. 301.

Livro III

Legislação

eventual a empregador rural, sob dependência deste e mediante serviço".

Os empregados rurais não se beneficiavam das disposições da CLT, estando sujeitos a normas especiais – o chamado Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4.214, de 2-3-1963), substituído, posteriormente, pela Lei n. 5.889, de 8-6-1973, que dispõe sobre normas reguladoras do trabalho rural.

A lei em apreço regulamenta a prestação de serviços prestados em propriedades rurais e em prédios rústicos, atenta às condições específicas desse labor.

Subsiste com aplicação complementar da CLT, por força do que dispõe o seu art. 1º:

"As relações de trabalho rural serão reguladas por esta lei e, no que com ela não colidirem, pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho...".

Estavam, pois, os trabalhadores rurais parcialmente excluídos da CLT.

A atual Constituição equiparou-os aos trabalhadores urbanos, estendendo-lhes os direitos anteriormente atribuídos apenas a estes últimos. A Lei n. 11.718/2008, acrescentando o art. 14-A à Lei n. 5.889/73, estabeleceu obrigações ao produtor rural que contrata trabalhadores para o exercício de atividades temporárias.

Assim, tanto os trabalhadores urbanos quanto os rurais gozam dos mesmos direitos.

A Lei n. 5.889/73, todavia, subsiste, disciplinando as relações entre o trabalhador rural e seu empregador, como bem acentua Amauri Mascaro Nascimento:

"O que a Constituição ordena é que ao rural sejam assegurados os mesmos princípios e garantias, o que não exige legislação única para o urbano e o rural, mas duas legislações com as mesmas diretrizes básicas e com os aspectos específicos de cada uma das duas categorias"[48].

c) funcionário público

O Poder Público, nas suas três esferas, União, Estados e Municípios, utiliza-se dos chamados *servidores públicos*, que podem ser assim distribuídos:

a) servidores *stricto sensu*;

b) servidores *lato sensu*.

Os primeiros são os funcionários públicos propriamente ditos, admitidos pela administração mediante concurso de provas e títulos, salvo os comissionados (CF, art. 37, II).

Tais funcionários são também denominados estatutários porque sujeitos às normas estatutárias próprias, estando, por isso mesmo, excluídos da CLT.

Os segundos, ao revés, desde que não se beneficiem de situações análogas às dos funcionários *stricto sensu*, e não estejam sujeitos a regime próprio, regem-se pelas disposições da CLT.

São celetistas e, por via de consequência, abrangidos pela competência material da Justiça do Trabalho, os empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista (art. 173, § 1º, II, da CF).

Os servidores estatutários (funcionários *stricto sensu*) estão sujeitos à competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn 3.395).

48. *Direito do Trabalho na Constituição de 1988*, cit., p. 41.

Índice da Legislação sobre Temas Diversos
(alfabético por assunto)

Alimentação do trabalhador:

Lei n. 6.321, de 14-4-1976 775

Decreto n. 5, de 14-1-1991 776

Classistas – Extinção na Justiça do Trabalho:

Emenda Constitucional n. 24, de 9-12-1999 777

Contrato de trabalho por prazo determinado – Banco de horas:

Lei n. 9.601, de 21-1-1998 778

Decreto n. 2.490, de 4-2-1998 780

Instrução Normativa n. 3, de 1º-9-1997 (Empresas prestadoras de serviços a terceiros e de trabalho temporário) 782

Cooperativas de trabalho:

Lei n. 12.690, de 19-7-2012 784

Diárias de viagem – Natureza salarial:

Instrução Normativa n. 8, de 1º-11-1991 787

Empresas de pequeno porte (microempresas) – Regime previdenciário e trabalhista:

Lei Complementar n. 123, de 14-12-2006 (Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) 787

Fundo de Amparo ao Trabalhador:

Lei n. 10.608, de 20-12-2002 (*v.* Lei n. 7.998, de 11-1-1990) 788

Lei n. 7.998, de 11-1-1990 788

Lei n. 8.019, de 11-4-1990 793

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço:

Lei n. 8.036, de 11-5-1990 795

Decreto n. 99.684, de 8-11-1990 807

Lei n. 8.844, de 20-1-1994 821

Instrução Normativa n. 25, de 20-12-2001 821

Lei Complementar n. 110, de 29-6-2001 822

Decreto n. 3.913, de 11-9-2001 826

Decreto n. 3.914, de 11-9-2001 829

Portaria n. 366 (MTE), de 16-9-2002 831
Decreto n. 5.113, de 22-6-2004 834

Gratificação natalina (13º salário):

Lei n. 4.090, de 13-7-1962 835
Lei n. 4.749, de 12-8-1965 836
Decreto n. 57.155, de 3-11-1965 836
Decreto n. 63.912, de 26-12-1968 837
Lei n. 7.713, de 22-12-1988 838

Invenção e modelo de utilidade realizado pelo empregado:

Lei n. 9.279, de 14-5-1996 (arts. 88 a 93) 839

Menores de 16 anos – Proibição ao trabalho:

Constituição Federal de 1988, art. 7º, XXXIII 840
Emenda Constitucional n. 20, de 15-12-1998 840

Menores de 18 anos – Proibição ao trabalho:

Portaria n. 88 (SIT), de 28-4-2009 840

Participação nos lucros ou resultados da empresa:

Lei n. 10.101, de 19-12-2000 841

Piso salarial:

Lei Complementar n. 103, de 14-7-2000 843

PIS-PASEP:

Lei Complementar n. 7, de 7-9-1970 843
Lei Complementar n. 8, de 3-12-1970 845
Lei Complementar n. 26, de 11-9-1975 846
Lei n. 7.859, de 25-10-1989 847

Proibição de medidas discriminatórias para admissão de empregados:

Lei n. 9.029, de 13-4-1995 848

Registro sindical:

Portaria n. 186, de 10-4-2008 849

Repouso semanal remunerado:

Lei n. 605, de 5-1-1949 856
Decreto n. 27.048, de 12-8-1949 858

Salário-educação:

Decreto-lei n. 1.422, de 23-10-1975 862
Decreto n. 87.043, de 22-3-1982 864
Decreto n. 6.003, de 28-12-2006 868
Lei n. 9.766, de 18-12-1998 871

Salário-família:

Lei n. 4.266, de 3-10-1963 872

Decreto n. 53.153, de 10-12-1963 874

Lei n. 5.559, de 11-12-1968 880

Salário mínimo:

Lei n. 8.542, de 23-12-1992 881

Lei n. 8.716, de 11-10-1993 882

Seguro-desemprego:

Lei n. 8.900, de 30-6-1994 882

Trabalho noturno:

Decreto n. 5.005, de 8-3-2004 883

Vale-transporte:

Lei n. 7.418, de 16-12-1985 887

Decreto n. 95.247, de 17-11-1987 888

Legislação sobre Temas Diversos

Alimentação do trabalhador

Lei n. 6.321,
de 14 de abril de 1976
(Publicada no *DOU*, 19-4-1976)

Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.

Art. 1º As pessoas jurídicas poderão deduzir, do lucro tributável para fins do imposto sobre a renda o dobro das despesas comprovadamente realizadas no período-base, em programas de alimentação do trabalhador, previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho na forma em que dispuser o Regulamento desta Lei.

Nos termos do art. 12 do Decreto-lei n. 2.397, de 21-12-1987,

"IX – a dedução de que tratam os itens VII e VIII deste artigo, juntamente com a de que trata o art. 1º da Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976, não poderá reduzir o imposto devido, em cada período-base, em mais de 10% (dez por cento)";

E, de acordo com a Lei n. 9.532, de 10-12-1997:

"Art. 5º A dedução do imposto de renda relativa aos incentivos fiscais previstos no art. 1º da Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976, no art. 26 da Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e no inciso I do art. 4º da Lei n. 8.661, de 1993, não poderá exceder, quando considerados isoladamente, a quatro por cento do imposto de renda devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei n. 9.249, de 1995.

Art. 6º Observados os limites específicos de cada incentivo e o disposto no § 4º do art. 3º da Lei n. 9.249, de 1995, o total das deduções de que tratam:

I – o art. 1º da Lei n. 6.321, de 1976 e o inciso I do art. 4º da Lei n. 8.661, de 1993, não poderá exceder a quatro por cento do imposto de renda devido;

II – o art. 260 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, com a redação do art. 10 da Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991, o art. 26 da Lei n. 8.313, de 1991, e o art. 1º da Lei n. 8.685, de 20 de julho de 1993, não poderá exceder a quatro por cento do imposto de renda devido".

§ 1º A dedução a que se refere o *caput* deste artigo não poderá exceder em cada exercício financeiro, isoladamente, a 5% (cinco por cento) e cumulativamente com a dedução de que trata a Lei n. 6.297, de 15 de dezembro de 1975, a 10% (dez por cento) do lucro tributável.

§ 2º As despesas não deduzidas no exercício financeiro correspondente poderão ser transferidas para dedução nos dois exercícios financeiros subsequentes.

Art. 2º Os programas de alimentação a que se refere o artigo anterior deverão conferir prioridade ao atendimento dos trabalhadores de baixa renda e limitar-se-ão aos contratos pela pessoa jurídica beneficiária.

§ 1º O Ministério do Trabalho articular-se-á com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN, para efeito do exame e aprovação dos programas a que se refere a presente Lei. (*Primitivo parágrafo único passado a § 1º pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.*)

§ 2º As pessoas jurídicas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT poderão estender o benefício previsto nesse Programa aos trabalhadores por elas dispensados, no período de transição para um novo emprego, limitada a extensão ao período de seis meses. (*Parágrafo incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.*)

§ 3º As pessoas jurídicas beneficiárias do PAT poderão estender o benefício previsto nesse Programa aos empregados que estejam com contrato suspenso para participação em curso ou programa de qualificação profissional, limitada essa extensão ao período de cinco meses. (*Parágrafo incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.*)

Art. 3º Não se inclui como salário de contribuição a parcela paga *in natura*, pela empresa, nos programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Decreto n. 5, de 14 de janeiro de 1991

(Publicado no *DOU*, 15-1-1991)

Regulamenta a Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976, que trata do Programa de Alimentação do Trabalhador, revoga o Decreto n. 78.676, de 8 de novembro de 1976 e dá outras providências.

Art. 1º A pessoa jurídica poderá deduzir, do Imposto de Renda devido, valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do Imposto de Renda sobre a soma das despesas de custeio realizadas, no período-base, em Programas de Alimentação do Trabalhador, previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS), nos termos deste regulamento.

§ 1º As despesas realizadas durante o período-base da pessoa jurídica, além de constituírem custo operacional, poderão ser consideradas em igual montante para o fim previsto neste artigo.

§ 2º A dedução do Imposto de Renda estará limitada a 5% (cinco por cento) do imposto devido em cada exercício, podendo o eventual excesso ser transferido para dedução nos 2 (dois) exercícios subsequentes. (*Redação dada pelo Dec. n. 349, de 21-11-1991.*)

§ 3º As despesas de custeio admitidas na base de cálculo de incentivo são aquelas que vierem a constituir o custo direto e exclusivo do serviço de alimentação, podendo ser considerados, além da matéria-prima, mão

de obra, encargos decorrentes de salários, asseio e os gastos de energia diretamente relacionados ao preparo e à distribuição das refeições.

§ 4º Para os efeitos deste decreto, entende-se como prévia aprovação pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, a apresentação de documento hábil a ser definido em Portaria dos Ministros do Trabalho e Previdência Social; da Economia, Fazenda e Planejamento e da Saúde.

Art. 2º Para os efeitos do art. 2º da Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976, os trabalhadores de renda mais elevada poderão ser incluídos no programa de alimentação, desde que esteja garantido o atendimento da totalidade dos trabalhadores contratados pela pessoa jurídica beneficiária que percebam até 5 (cinco) salários mínimos.

§ 1º A participação do trabalhador fica limitada a 20% (vinte por cento) do custo direto da refeição. (*Parágrafo acrescido pelo Dec. n. 349, de 21-11-1991.*)

§ 2º A quantificação do custo direto da refeição far-se-á conforme o período de execução do programa aprovado pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, limitado ao máximo de 12 (doze) meses. (*Parágrafo acrescido pelo Dec. n. 349, de 21-11-1991.*)

Art. 3º Os Programas de Alimentação do Trabalhador deverão propiciar condições de avaliação do teor nutritivo da alimentação.

Art. 4º Para a execução dos programas de alimentação do trabalhador, a pessoa jurídica beneficiária pode manter serviço próprio de refeições, distribuir alimentos e firmar convênio com entidades fornecedoras de alimentação coletiva, sociedades civis, sociedades comerciais e sociedades cooperativas. (*Com a redação dada pelo Dec. n. 2.101, de 23-12-1996.*)

Parágrafo único. A pessoa jurídica beneficiária será responsável por quaisquer irregularidades resultantes dos programas executados na forma deste artigo.

Art. 5º A pessoa jurídica que custear em comum as despesas definidas no art. 4º, poderá beneficiar-se da dedução prevista na Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976, pelo critério de rateio do custo total da alimentação.

Art. 6º Nos Programas de Alimentação do Trabalhador (PAT), previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social, a parcela paga *in natura* pela empresa não tem natureza salarial, não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e nem se configura como rendimento tributável do trabalhador.

Art. 7º A pessoa jurídica deverá destacar contabilmente, com subtítulos por natureza de gastos, as despesas constantes do programa de alimentação do trabalhador.

Art. 8º A execução inadequada dos programas de Alimentação do Trabalhador ou o desvio ou desvirtuamento de suas finalidades acarretarão a perda do incentivo fiscal e a aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo único. Na hipótese de infringência de dispositivos deste regulamento, as autoridades incumbidas da fiscalização no âmbito dos Ministérios do Trabalho e da Previdência Social, da Economia, Fazenda e Planejamento, e da Saúde aplicarão as penalidades cabíveis no âmbito de suas competências.

Art. 9º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social expedirá instruções dispondo sobre a aplicação deste decreto.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se o Decreto n. 78.676, de 8 de novembro de 1976, e demais disposições em contrário.

Classistas – Extinção na Justiça do Trabalho

Emenda Constitucional n. 24,
de 9 de dezembro de 1999
(Publicada no *DOU*, 10-12-1999)

Altera dispositivos da Constituição Federal pertinentes à representação classista na Justiça do Trabalho.

Art. 1º Os arts. 111, 112, 113, 115 e 116 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 111.....

.....

III – Juízes do Trabalho.

§ 1º O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezessete Ministros, togados e vitalícios, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dos quais onze escolhidos dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, integrantes da carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho.

I – (*Revogado*).

II – (*Revogado*).

§ 2º O Tribunal encaminhará ao Presidente da República listas tríplices, observando-se, quanto às vagas destinadas aos advogados e aos membros do Ministério Público, o disposto no art. 94; as listas tríplices para o provimento de cargos destinados aos juízes da magistratura trabalhista de carreira deverão ser elaboradas pelos Ministros togados e vitalícios.

.....

"Art. 112. Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, e a lei instituirá as Varas do Trabalho, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juízes de direito."

"Art. 113. A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho."

"Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juízes nomeados pelo Presidente da República, observada a proporcionalidade estabelecida no § 2º do art. 111.

Parágrafo único. .....

.....

III – (*Revogado*)."

"Art. 116. Nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por um juiz singular.

Parágrafo único. (*Revogado*)."

Art. 2º É assegurado o cumprimento dos mandatos dos atuais ministros classistas temporários do Tribunal Superior do Trabalho e dos atuais juízes classistas temporários dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Juntas de Conciliação e Julgamento.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o art. 117 da Constituição Federal.

Contrato de trabalho por prazo determinado – Banco de horas

Lei n. 9.601,
de 21 de janeiro de 1998
(Publicada no *DOU*, 22-1-1998)

Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências.

Art. 1º As convenções e os acordos coletivos de trabalho poderão instituir contrato de trabalho por prazo determinado, de que trata o art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, independentemente das condições estabelecidas em seu § 2º, em qualquer atividade desenvolvida pela empresa ou estabelecimento, para admissões que representem acréscimo no número de empregados.

§ 1º As partes estabelecerão, na convenção ou acordo coletivo referido neste artigo:

I – a indenização para as hipóteses de rescisão antecipada do contrato de que trata

este artigo, por iniciativa do empregador ou do empregado, não se aplicando o disposto nos arts. 479 e 480 da CLT;

II – as multas pelo descumprimento de suas cláusulas.

§ 2º Não se aplica ao contrato de trabalho previsto neste artigo o disposto no art. 451 da CLT.

§ 3º (*Vetado*).

§ 4º São garantidas as estabilidades provisórias da gestante; do dirigente sindical, ainda que suplente; do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes; do empregado acidentado, nos termos do art. 118 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, durante a vigência do contrato por prazo determinado, que não poderá ser rescindido antes do prazo estipulado pelas partes.

Art. 2º Para os contratos previstos no art. 1º, são reduzidas, por sessenta meses, a contar da data de publicação desta Lei: (*Redação da MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.*)

I – a cinquenta por cento de seu valor vigente em 1º de janeiro de 1996, as alíquotas das contribuições sociais destinadas ao Serviço Social da Indústria – SESI, Serviço Social do Comércio – SESC, Serviço Social do Transporte – SEST, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, bem como ao salário educação e para o financiamento do seguro de acidente do trabalho;

II – para dois por cento, a alíquota da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de que trata a Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990.

Parágrafo único. As partes estabelecerão, na convenção ou acordo coletivo, obrigação de o empregador efetuar, sem prejuízo do disposto no inciso II deste artigo, depósitos mensais vinculados, a favor do empregado, em estabelecimento bancário, com periodicidade determinada de saque.

Art. 3º O número de empregados contratados nos termos do art. 1º desta Lei observará o limite estabelecido no instrumento decorrente da negociação coletiva, não podendo ultrapassar os seguintes percentuais, que serão aplicados cumulativamente:

I – cinquenta por cento do número de trabalhadores, para a parcela inferior a cinquenta empregados;

II – trinta e cinco por cento do número de trabalhadores, para a parcela entre cinquenta e cento e noventa e nove empregados; e

III – vinte por cento do número de trabalhadores, para a parcela acima de duzentos empregados.

Parágrafo único. As parcelas referidas nos incisos deste artigo serão calculadas sobre a média aritmética mensal do número de empregados contratados por prazo indeterminado do estabelecimento, nos seis meses imediatamente anteriores ao da data de publicação desta Lei.

Art. 4º As reduções previstas no art. 2º serão asseguradas desde que, no momento da contratação:

I – o empregador esteja adimplente junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

II – o contrato de trabalho por prazo determinado e a relação mencionada no § 3º deste artigo tenham sido depositados no Ministério do Trabalho.

§ 1º As reduções referidas neste artigo subsistirão enquanto:

I – o quadro de empregados e a respectiva folha salarial, da empresa ou estabelecimento, forem superiores às respectivas médias mensais dos seis meses imediatamente anteriores ao da data de publicação desta Lei; e

II – o número de empregados contratados por prazo indeterminado for, no mínino, igual à média referida no parágrafo único do art. 3º.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 344 do Tribunal Superior do Trabalho. Salário-família. Trabalhador Rural - Revisão do Enunciado n. 227.** O salário-família é devido aos trabalhadores rurais, somente após a vigência da Lei 8.213/91 (Res. 51/95, *DJ*, 21-9-1995). Referência: CF/88, arts. 7º, XII, 194, parágrafo único, II, e 195, § 5º; Lei n. 8.213/91.

▷ **Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça.** A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário.

▷ **Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho. Contrato de prestação de serviços. Legalidade.** (Nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação - Res. 174/2011, *DEJT*, divulgado em 27, 30 e 31-5-2011). I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei n. 6.019, de 3-1-74).

II - A contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da Constituição da República).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei n. 7.102, de 20-6-83), de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n. 8.666, de 21-6-1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral. (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação - Res. 174/2011, *DEJT*, 27, 30 e 31-5-2011)

Art. 8º As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

Parágrafo único. O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste.

§ 2º O Ministério do Trabalho tornará disponíveis ao INSS e ao Agente Operador do FGTS as informações constantes da convenção ou acordo coletivo de que trata o art. 1º e do contrato de trabalho depositado, necessárias ao controle do recolhimento das contribuições mencionadas, respectivamente, nos incisos I e II do art. 2º desta Lei.

§ 3º O empregador deverá afixar, no quadro de avisos da empresa, cópias do instrumento normativo mencionado no art. 1º e da relação dos contratados, que conterá, dentre outras informações, o nome do empregado, número da Carteira de Trabalho e Previdência Social, o número de inscrição do trabalhador no Programa de Integração Social – PIS e as datas de início e de término do contrato por prazo determinado.

§ 4º O Ministro do Trabalho disporá sobre as variáveis a serem consideradas e a metodologia de cálculo das médias aritméticas mensais de que trata o § 1º deste artigo.

Art. 5º As empresas que, a partir da data de publicação desta Lei, aumentarem seu quadro de pessoal em relação à média mensal do número de empregos no período de referência mencionado no artigo anterior terão preferência na obtenção de recursos no âmbito dos programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito, especialmente junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

.....

Art. 7º O descumprimento, pelo empregador, do disposto nos arts. 3º e 4º desta Lei sujeita-o a multa de quinhentas Unidades Fiscais de Referência – UFIR, por trabalhador contratado nos moldes do art. 1º, que se constituirá receita adicional do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, de que trata a Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias, contado a partir da data de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Decreto n. 2.490,
de 4 de fevereiro de 1998
(Publicado no *DOU*, 5-2-1998)

Regulamenta a Lei n. 9.601, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências.

Art. 1º As convenções e os acordos coletivos de trabalho poderão instituir contrato de trabalho por prazo determinado, de que trata o art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), independentemente das condições estabelecidas em seu § 2º, em qualquer atividade desenvolvida pela empresa ou estabelecimento, para admissões que representem acréscimo no número de empregados.

Parágrafo único. É vedada a contratação de empregados por prazo determinado, na forma do *caput*, para substituição de pessoal regular e permanente contratado por prazo indeterminado.

Art. 2º Fica o empregador obrigado a anotar na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do empregado a sua condição de contratado por prazo determinado, com indicação do número da lei de regência, e a discriminar em separado na folha de pagamento tais empregados.

Art. 3º Em relação ao mesmo empregado, o contrato por prazo determinado na forma da Lei n. 9.601, de 21 de janeiro de 1998, será de no máximo dois anos, permitindo-se, dentro deste período, sofrer sucessivas prorrogações, sem acarretar o efeito previsto no art. 451 da CLT.

Parágrafo único. O contrato por prazo determinado poderá ser sucedido por outro por prazo indeterminado.

Art. 4º Os depósitos mensais vinculados previstos no art. 2º, parágrafo único, da Lei n. 9.601/98, serão estipulados pelas partes nas convenções ou acordo coletivos.

§ 1º As partes deverão pactuar sobre o valor dos depósitos mensais vinculados, o

estabelecimento bancário receptor, a periodicidade de saque e as demais condições inerentes.

§ 2º O pacto acerca dos depósitos mensais vinculados não desonera o empregador de efetuar os depósitos para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

§ 3º Os depósitos de que trata o *caput* deste artigo não têm natureza salarial.

Art. 5º A média aritmética prevista no art. 3º, parágrafo único, da Lei n. 9.601/98, abrangerá o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 1997.

§ 1º Para se alcançar a média aritmética, adotar-se-ão os seguintes procedimentos:

a) apurar-se-á a média mensal, somando-se o número de empregados com vínculo empregatício por prazo indeterminado de cada dia do mês e dividindo-se o seu somatório pelo número de dias do mês respectivo;

b) apurar-se-á a média semestral pela soma das médias mensais dividida por seis.

§ 2º Os estabelecimentos instalados ou os que não possuem empregados contratados por prazo indeterminado a partir de 1º de julho de 1997 terão sua média aritmética aferida contando-se o prazo de seis meses a começar do primeiro dia do mês subsequente à data da primeira contratação por prazo indeterminado.

Art. 6º Fixada a média semestral, para se alcançar o número máximo de empregados que poderão ser contratados na modalidade do contrato por prazo determinado nos termos da Lei n. 9.601/98, proceder-se-á da seguinte forma:

I – para estabelecimentos com média semestral até 49 empregados, aplicar-se-á o percentual de cinquenta por cento;

II – para estabelecimentos com média semestral de cinquenta a 199 empregados, subtrair-se-á 49 empregados, aplicando-se o percentual de 35% sobre o remanescente, somando-se ao resultado 24,5 empregados;

III – para estabelecimentos com média semestral igual ou superior a duzentos empregados, subtrair-se-á 199 empregados e aplicar-se-á o percentual de vinte por cento sobre o remanescente, somando-se ao resultado 77 empregados.

Parágrafo único. No resultado obtido nos termos deste artigo, as frações decimais até quatro décimos serão desprezadas, considerando-se o número inteiro, e para as frações decimais iguais ou superiores a cinco décimos considerar-se-á o número inteiro imediatamente superior.

Art. 7º A redução de alíquotas previstas no art. 2º da Lei n. 9.601/98, será assegurada mediante depósito no órgão regional do Ministério do Trabalho do contrato escrito firmado entre empregado e empregador.

§ 1º Para efetuar o depósito, o interessado apresentará os seguintes documentos:

a) requerimento de depósito, dirigido ao Delegado Regional do Trabalho, onde o empregador declarará, sob as penas da lei, que no momento da contratação se encontra adimplente junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e FGTS e que as admissões representam acréscimo no número de empregados e obedecem aos percentuais legais;

b) cópia da convenção ou acordo coletivo;

c) segunda via dos contratos de trabalho por prazo determinado;

d) relação dos empregados contratados, que conterá, dentre outras informações, o número de CTPS, o número de inscrição do trabalhador no Programa de Integração Social (PIS) e as datas de início e de término do contrato especial por prazo determinado.

§ 2º Para a prorrogação do contrato de trabalho, exigir-se-á depósito do novo instrumento no órgão regional do Ministério do Trabalho.

Art. 8º O Ministério do Trabalho, por intermédio de cada Delegacia Regional do Trabalho, comunicará mensalmente ao órgão regional do INSS e ao agente operador do FGTS, para fins de controle do recolhimento das contribuições mencionadas nos incisos I e II do art. 2º da Lei n. 9.601/98, os dados disponíveis nos contratos depositados, principalmente:

I – qualificação da empresa;

II – nome, número da CTPS e número do PIS do empregado;

III – data de início e de término dos contratos de trabalho;

IV – outras informações relevantes da convenção ou acordo coletivo.

Art. 9º Os sindicatos ou empregados prejudicados poderão denunciar ao órgão regional do Ministério do Trabalho situações de descumprimento da Lei n. 9.601/98.

Art. 10. A inobservância de quaisquer dos requisitos previstos na Lei n. 9.601/98 e neste decreto descaracteriza o contrato por prazo determinado na forma do art. 1º da referida lei, que passa a gerar os efeitos próprios dos contratos por prazo indeterminado.

Art. 11. Caberá à fiscalização do Ministério do Trabalho e do INSS, no âmbito de suas competências, observar o fiel cumprimento das disposições contidas na Lei n. 9.601/98 e neste decreto.

Art. 12. As penalidades previstas no art. 7º da Lei n. 9.601/98 serão aplicadas pela autoridade competente do Ministério do Trabalho, de acordo com o disposto no Título VII da CLT, e pela autoridade competente do INSS, de acordo com o Decreto n. 2.173, de 5 de março de 1997.

Art. 13. Caberá ao INSS e ao agente operador do FGTS expedir atos normativos referentes aos recolhimentos da sua área de competência, previstos nos incisos I e II do art. 2º da Lei n. 9.601/98.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Instrução Normativa n. 3, de 1º de setembro de 1997

(Publicada no *DOU*, 1º-9-1999)

Dispõe sobre a fiscalização do trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros e empresas de trabalho temporário.

O Ministro de Estado de Trabalho..., resolve:

Art. 1º Baixar as seguintes instruções a serem observadas pela Fiscalização do Trabalho.

I – DA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS

Art. 2º Para os efeitos desta Instrução Normativa, considerando-se empresa de prestação de serviços a terceiros a pessoa jurídica de direito privado, de natureza comercial, legalmente constituída, que se destina a realizar determinado e específico serviço a outra empresa fora do âmbito das atividades-fim e normais para que se constitui esta última.

§ 1º As relações entre a empresa de prestação de serviços a terceiros e a empresa contratante são regidas pela lei civil.

§ 2º As relações de trabalho entre a empresa de prestação de serviços a terceiros e seus empregados são disciplinadas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

§ 3º Em se tratando de empresa de vigilância e de transporte de valores, as relações de trabalho estão reguladas pela Lei n. 7.102/83 e, subsidiariamente, pela CLT.

§ 4º Dependendo da natureza dos serviços contratados, a prestação dos mesmos poderá se desenvolver nas instalações físicas da empresa contratante ou em outro local por ela determinado.

§ 5º A empresa de prestação de serviços a terceiros contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus empregados.

§ 6º Os empregados da empresa de prestação de serviços a terceiros não estão subordinados ao poder diretivo, técnico e disciplinar da empresa contratante.

Art. 3º Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se contratante a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado que celebrar contrato com empresas de prestação de serviços a terceiros com a finalidade de contratar serviços.

§ 1º A contratante e a empresa prestadora de serviços a terceiros devem desenvolver atividades diferentes e ter finalidades distintas.

§ 2º A contratante não pode manter trabalhador em atividade diversa daquela para

a qual o mesmo fora contratado pela empresa de prestação de serviços a terceiros.

§ 3º Em se tratando de empresas do mesmo grupo econômico, onde a prestação de serviços se dê junto a uma delas, o vínculo empregatício se estabelece entre a contratante e o trabalhador colocado a sua disposição, nos termos do art. 2º da CLT.

§ 4º O contrato de prestação de serviços a terceiros pode abranger o fornecimento de serviços, materiais e equipamentos.

Art. 4º O contrato celebrado entre a empresa prestadora de serviços a terceiros e pessoa jurídica de direito público é tipicamente administrativo, com efeitos civis, na conformidade do § 7º, art. 10 do Decreto-lei n. 200/67 e da Lei n. 8.666/93.

Parágrafo único. Não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundamental, a contratação irregular de trabalhador mediante empresa interposta, de acordo com o Enunciado n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 5º Cabe à Fiscalização do Trabalho, quando da inspeção na empresa de prestação de serviços a terceiros ou na contratante, observar as disposições contidas nesta Instrução Normativa, especialmente no que se refere a:

a) registro de empregado – deve permanecer no local da prestação de serviços, para exame do contrato do trabalho e identificação do cargo para o qual o trabalhador foi contratado, salvo quando o empregado tiver cartão de identificação, tipo crachá, contendo nome completo, função, data de admissão e número do PIS/PASEP, hipótese em que a Fiscalização fará a verificação do registro na sede da empresa prestadora de serviços, caso esta sede se localize no município onde está sendo realizada a ação fiscal;

b) horário de trabalho – o controle de jornada de trabalho deve ser feito no local da prestação de serviços. Tratando-se de trabalhador externo (papeleta), este controle deve permanecer na sede da empresa prestadora de serviços a terceiros;

c) atividade do trabalhador – o agente da inspeção do trabalho deve observar as tarefas executadas pelo trabalhador da empresa prestadora de serviços, a fim de constatar se estas não estão ligadas às atividades-fim e essenciais da contratante;

d) o contrato social – o agente da inspeção do trabalho deve examinar os contratos sociais da contratante e da empresa prestadora de serviços, com a finalidade de constatar se as mesmas se propõem a explorar as mesmas atividades-fim;

e) contrato de prestação de serviços – o agente da inspeção do trabalho deve verificar se há compatibilidade entre o objeto do contrato de prestação de serviços e as tarefas desenvolvidas pelos empregados da prestadora, com o objetivo de constatar se ocorre desvio de função de trabalhador.

Parágrafo único. Presentes os requisitos configuradores da relação de emprego entre a contratante e os empregadores da empresa de prestação de serviços a terceiros ou desvio de função destes, lavrar-se-á, em desfavor da contratante, o competente auto de infração, pela caracterização do vínculo empregatício.

II – DA EMPRESA DE TRABALHO TEMPORÁRIO

Art. 6º Compreende-se como empresa de trabalho temporário a pessoa física ou jurídica urbana, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores devidamente qualificados, por estas remunerados e assistidos.

Art. 7º Considera-se trabalho temporário aquele prestado por pessoa física a uma empresa tomadora ou cliente, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços.

Art. 8º Considera-se empresa tomadora ou cliente a pessoa física ou jurídica urbana de direito público ou privado que celebrar contrato com empresa de trabalho temporário objetivando atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal, regular e permanente, ou a demanda extraordinária de serviços.

§ 1º A empresa de trabalho temporário tem seu funcionamento condicionado ao registro no Ministério do Trabalho.

§ 2º As relações entre a empresa de trabalho temporário e seus assalariados são regidas pela Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974.

Art. 9º Para os efeitos dos arts. 2º e 4º da Lei n. 6.019/74, considera-se respectivamente:

I – acréscimo extraordinário de serviço, não só aquela demanda oriunda de fatores imprevisíveis, como também os denominados "picos de venda" ou "picos de produção";

II – trabalhador devidamente qualificado, o portador de aptidão genérica inerente a qualquer trabalhador, e não somente o técnico ou especializado.

Art. 10. As relações entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente são regidas pela lei civil.

§ 1º A empresa de trabalho temporário transfere durante a vigência do contrato de trabalho o poder diretivo sobre os seus assalariados à empresa tomadora ou cliente.

§ 2º O trabalhador temporário pode atuar tanto na atividade-meio, quanto na atividade-fim da empresa tomadora ou cliente.

Art. 11. A empresa tomadora ou cliente exerce, durante a vigência do contrato firmado com a empresa de trabalho temporário, o poder disciplinar, técnico e diretivo sobre o assalariado colocado a sua disposição.

Art. 12. Incumbe à Fiscalização do Trabalho, quando da inspeção na empresa tomadora ou cliente, observar as disposições contidas nesta Instrução Normativa, especialmente, quanto à:

a) verificação de cláusula constante do contrato celebrado com a empresa de trabalho temporário, relativamente ao motivo justificador da demanda do trabalho temporário, bem como as modalidades de remuneração dessa contratação;

b) verificação no sentido de constatar se o contrato firmado entre a empresa contratante ou cliente e a empresa de trabalho temporário guarda consonância com o prazo de três meses em que é permitido o trabalhador temporário ficar à disposição da contratante ou cliente, salvo comunicação ao órgão local do Ministério do Trabalho, nos termos da Portaria n. 1. de 2-7-97, da Secretaria de Relações do Trabalho, em que se permite a prorrogação automática do contrato, desde que o período total do mesmo não exceda seis meses; e

c) verificação, sempre que possível, de dados referentes ao trabalhador temporário, no sentido de constatar se o mesmo não está trabalhando, além do prazo previsto na alínea anterior, em âmbito da contratante, mediante sucessivas contratações, por empresas de trabalho temporário diversas, com o intuito de afastar a relação de emprego.

Art. 13. Cabe à Fiscalização do Trabalho exigir da empresa de trabalho temporário e da empresa tomadora ou cliente a perfeita observância da Lei n. 7.855/89, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 18 da referida Lei, quando for o caso.

Art. 14. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Instrução Normativa n. 7, de 21 de fevereiro de 1990.

Lei n. 12.690,
de 19 de julho de 2012
(Publicada no *DOU*, 20-7-2012)

Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – Pronacoop; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

CAPÍTULO I
DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO

Art. 1º A Cooperativa de Trabalho é regulada por esta Lei e, no que com ela não colidir, pelas Leis n. 5.764, de 16 de dezembro de

1971, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

Parágrafo único. Estão excluídas do âmbito desta Lei:

I – as cooperativas de assistência à saúde na forma da legislação de saúde suplementar;

II – as cooperativas que atuam no setor de transporte regulamentado pelo poder público e que detenham, por si ou por seus sócios, a qualquer título, os meios de trabalho;

III – as cooperativas de profissionais liberais cujos sócios exerçam as atividades em seus próprios estabelecimentos; e

IV – as cooperativas de médicos cujos honorários sejam pagos por procedimento.

Art. 2º Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

§ 1º A autonomia de que trata o *caput* deste artigo deve ser exercida de forma coletiva e coordenada, mediante a fixação, em Assembleia Geral, das regras de funcionamento da cooperativa e da forma de execução dos trabalhos, nos termos desta Lei.

§ 2º Considera-se autogestão o processo democrático no qual a Assembleia Geral define as diretrizes para o funcionamento e as operações da cooperativa, e os sócios decidem sobre a forma de execução dos trabalhos, nos termos da lei.

Art. 3º A Cooperativa de Trabalho rege-se pelos seguintes princípios e valores:

I – adesão voluntária e livre;

II – gestão democrática;

III – participação econômica dos membros;

IV – autonomia e independência;

V – educação, formação e informação;

VI – intercooperação;

VII – interesse pela comunidade;

VIII – preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre-iniciativa;

IX – não precarização do trabalho;

X – respeito às decisões de asssembleia, observado o disposto nesta Lei;

XI – participação na gestão em todos os níveis de decisão de acordo com o previsto em lei e no Estatuto Social.

Art. 4º A Cooperativa de Trabalho pode ser:

I – de produção, quando constituída por sócios que contribuem com trabalho para a produção em comum de bens e a cooperativa detém, a qualquer título, os meios de produção; e

II – de serviço, quando constituída por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego.

Parágrafo único. (*Vetado.*)

Art. 5º A Cooperativa de Trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada.

Parágrafo único. (*Vetado.*)

Art. 6º A Cooperativa de Trabalho poderá ser constituída com número mínimo de 7 (sete) sócios.

Art. 7º A Cooperativa de Trabalho deve garantir aos sócios os seguintes direitos, além de outros que a Assembleia Geral venha a instituir:

I – retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas;

II – duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários;

III – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

IV – repouso anual remunerado;

V – retirada para o trabalho noturno superior à do diurno;

VI – adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas;

VII – seguro de acidente de trabalho.

§ 1º Não se aplica o disposto nos incisos III e IV do *caput* deste artigo nos casos em

que as operações entre o sócio e a cooperativa sejam eventuais, salvo decisão assemblear em contrário.

§ 2º A Cooperativa de Trabalho buscará meios, inclusive mediante provisionamento de recursos, com base em critérios que devem ser aprovados em Assembleia Geral, para assegurar os direitos previstos nos incisos I, III, IV, V, VI e VII do *caput* deste artigo e outros que a Assembleia Geral venha a instituir.

§ 3º A Cooperativa de Trabalho, além dos fundos obrigatórios previstos em lei, poderá criar, em Assembleia Geral, outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, custeio, aplicação e liquidação.

§ 4º (*Vetado.*)

§ 5º A Cooperativa de Trabalho constituída nos termos do inciso I do *caput* do art. 4º desta Lei poderá, em Assembleia Geral Extraordinária, estabelecer carência na fruição dos direitos previstos nos incisos I e VII do *caput* deste artigo.

§ 6º As atividades identificadas com o objeto social da Cooperativa de Trabalho prevista no inciso II do *caput* do art. 4º desta Lei, quando prestadas fora do estabelecimento da cooperativa, deverão ser submetidas a uma coordenação com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou ao prazo estipulado para a realização dessas atividades, eleita em reunião específica pelos sócios que se disponham a realizá-las, em que serão expostos os requisitos para sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe.

Art. 8º As Cooperativas de Trabalho devem observar as normas de saúde e segurança do trabalho previstas na legislação em vigor e em atos normativos expedidos pelas autoridades competentes.

Art. 9º O contratante da Cooperativa de Trabalho prevista no inciso II do *caput* do art. 4º desta Lei responde solidariamente pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho quando os serviços forem prestados no seu estabelecimento ou em local por ele determinado.

.....

CAPÍTULO III
DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

Art. 17. Cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito de sua competência, a fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei.

§ 1º A Cooperativa de Trabalho que intermediar mão de obra subordinada e os contratantes de seus serviços estarão sujeitos à multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por trabalhador prejudicado, dobrada na reincidência, a ser revertida em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

§ 2ºPresumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no § 6º do art. 7º desta Lei.

§ 3º As penalidades serão aplicadas pela autoridade competente do Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com o estabelecido no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 18. A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis as sanções penais, cíveis e administrativas cabíveis, sem prejuízo da ação judicial visando à dissolução da Cooperativa.

§ 1º (*Vetado.*)

§ 2º Fica inelegível para qualquer cargo em Cooperativa de Trabalho, pelo período de até 5 (cinco) anos, contado a partir da sentença transitada em julgado, o sócio, dirigente ou o administrador condenado pela prática das fraudes elencadas no *caput* deste artigo.

.....

Diárias de viagem – Natureza salarial

Instrução Normativa n. 8, de 1º de novembro de 1991

(Publicada no *DOU*, 4-11-1991)

Dispõe sobre as diárias de viagem.

Art. 1º Consideram-se como de natureza salarial as diárias de viagem quando, não sujeitas a prestação de contas, excederem a 50% (cinquenta por cento) do salário mensal do empregado, no mês em que forem pagas.

Parágrafo único. Não serão consideradas de natureza salarial as diárias de viagem quando sujeitas a prestação de contas, mesmo se o total dos gastos efetivamente incorridos exceder a 50% (cinquenta por cento) do salário do empregado, no mês respectivo.

Art. 2º Caracterizada a natureza salarial das diárias, a fiscalização do trabalho verificará se o montante respectivo foi computado na gratificação de Natal (13º salário), nas férias, no repouso semanal remunerado, na base de cálculo dos adicionais compulsórios bem como na base de incidência do FGTS.

Parágrafo único. O montante a ser considerado, para os efeitos deste artigo, será o total das diárias pagas e não apenas a parte que exceder a 50% (cinquenta por cento) do salário do mês respectivo.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Empresas de pequeno porte (microempresas) – Regime previdenciário e trabalhista

Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006

(Publicada no *DOU*, 15-12-2006)

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n. 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei n. 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

.....

Capítulo VI
DA SIMPLIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Seção I
Da Segurança e da Medicina do Trabalho

Art. 50. As microempresas e as empresas de pequeno porte serão estimuladas pelo poder público e pelos Serviços Sociais Autônomos a formar consórcios para acesso a serviços especializados em segurança e medicina do trabalho. (*Redação dada pela Lei Complementar n. 127, de 14-8-2007*)

Seção II
Das Obrigações Trabalhistas

Art. 51. As microempresas e as empresas de pequeno porte são dispensadas:

I – da afixação de Quadro de Trabalho em suas dependências;

II – da anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro;

III – de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem;

IV – da posse do livro intitulado "Inspeção do Trabalho"; e

V – de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.

Art. 52. O disposto no art. 51 desta Lei Complementar não dispensa as microempre-

sas e as empresas de pequeno porte dos seguintes procedimentos:

I – anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

II – arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;

III – apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP;

IV – apresentação das Relações Anuais de Empregados e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

Parágrafo único. (*Vetado.*)

O texto vetado dizia:

"O Comitê Gestor estabelecerá, por resolução, modo simplificado de apresentação das declarações previstas no inciso IV do caput *deste artigo".*

Art. 53. (*Revogado pela Lei Complementar n. 127, de 14-8-2007.*)

Seção III
Do Acesso à Justiça do Trabalho

Art. 54. É facultado ao empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, ainda que não possuam vínculo trabalhista ou societário.

Capítulo VII
DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 55. A fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental e de segurança, das microempresas e empresas de pequeno porte deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§ 1º Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada infração por falta de registro de empregado ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou, ainda, na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 2º (*Vetado.*)

O texto vetado dizia:

"§ 2º Ressalvadas as hipóteses previstas no § 1º deste artigo, caso seja constatada alguma irregularidade na primeira visita do agente público, este formalizará Notificação de Orientação para Cumprimento de Dispositivo Legal, conforme regulamentação, devendo sempre conter a respectiva orientação e plano negociado com o responsável pela microempresa ou empresa de pequeno porte".

§ 3º Os órgãos e entidades competentes definirão, em 12 (doze) meses, as atividades e situações cujo grau de risco seja considerado alto, as quais não se sujeitarão ao disposto neste artigo.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao processo administrativo fiscal relativo a tributos, que se dará na forma dos arts. 39 e 40 desta Lei Complementar.

Fundo de Amparo ao Trabalhador

Lei n. 7.998,
de 11 de janeiro de 1990

(Publicada no *DOU*, 12-1-1990)

(Com as alterações da Lei n. 10.608, de 20-12-2002, *DOU*, 23-12-2002, que assegura o pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo)

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei regula o Programa do Seguro-Desemprego e o abono de que tratam o inciso II do art. 7º, o inciso IV do art. 201 e o art. 239, da Constituição Federal, bem como institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

DO PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO

Art. 2º O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade:

I – prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo; (*Redação dada pela Lei n. 10.608, de 20-12-2002.*)

II – auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. (*Redação dada pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.*)

Art. 2º-A. Para efeito do disposto no inciso II do art. 2º, fica instituída a bolsa de qualificação profissional, a ser custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, à qual fará jus o trabalhador que estiver com o contrato de trabalho suspenso em virtude de participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo celebrado para este fim. (*Incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.*)

Art. 2º-B. Em caráter excepcional e pelo prazo de seis meses, os trabalhadores que estejam em situação de desemprego involuntário pelo período compreendido entre doze e dezoito meses, ininterruptos, e que já tenham sido beneficiados com o recebimento do Seguro-Desemprego, farão jus a três parcelas do benefício, correspondente cada uma a R$ 100,00 (cem reais).

§ 1º O período de doze a dezoito meses de que trata o *caput* será contado a partir do recebimento da primeira parcela do Seguro-Desemprego.

§ 2º O benefício poderá estar integrado a ações de qualificação profissional e articulado com ações de emprego a serem executadas nas localidades de domicílio do beneficiado.

§ 3º Caberá ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT o estabelecimento, mediante resolução, das demais condições indispensáveis ao recebimento do benefício de que trata este artigo, inclusive quanto à idade e domicílio do empregador ao qual o trabalhador estava vinculado, bem como os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT. (*Artigo e parágrafos incluídos pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.*)

Art. 2º-C. O trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada, conforme o disposto no § 2º deste artigo.

§ 1º O trabalhador resgatado nos termos do *caput* deste artigo será encaminhado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para qualificação profissional e recolocação no mercado de trabalho, por meio do Sistema Nacional de Emprego – SINE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

§ 2º Caberá ao CODEFAT, por proposta do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, estabelecer os procedimentos necessários ao recebimento do benefício previsto no *caput* deste artigo, observados os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT, ficando vedado ao mesmo trabalhador o recebimento do benefício, em circunstâncias similares, nos doze meses seguintes à percepção da última parcela. (*Artigo e parágrafos incluídos pela Lei n. 10.608, de 20-12-2002.*)

Art. 3º Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove:

I – ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data da dispensa;

▶ ***Comentários***

O art. 8º deixa clara a prevalência da lei ou do contrato, indicando, outrossim, o modo através do qual a autoridade administrativa e a própria Justiça do Trabalho devem conduzir-se na lacuna da legislação de inexistência de normas contratuais – "na falta de disposições (legais ou contratuais)".

Assim, inexistindo lei, considerar-se-á, na solução do "caso", a jurisprudência, decidindo-se, outrossim, por analogia, equidade e outros princípios e normas gerais do Direito.

Com efeito, a vida é sempre mais fértil que a mais fértil imaginação do jurista ou do legislador, não raras vezes ocorrendo casos concretos não contemplados em lei. Na ocorrência de tais fatos, a autoridade administrativa ou o juiz do trabalho decidirá adotando um dos seguintes princípios:

a) Jurisprudência

Jurisprudência, na lição de Carlos Maximiliano, "é o conjunto de soluções dadas pelos tribunais às questões de Direito; relativamente a um caso particular, denomina-se jurisprudência – a decisão constante e uniforme dos tribunais sobre determinado ponto de direito"[49].

Note-se que a jurisprudência, na hipótese do art. 8º, não é exclusivamente a dos tribunais trabalhistas, mas, também, a *jurisprudência administrativa*, ou seja, aquele conjunto de decisões tomadas anteriormente na esfera da administração como, por exemplo, pelo Ministério do Trabalho através das suas Delegacias Regionais.

A jurisprudência não é, como se sabe, fonte formal de direito. Contudo, como bem adverte Russomano:

> "O certo é, entretanto, que o doutrinador abre, pela sua crítica, pela sua investigação científica, caminho para o legislador do futuro. E o juiz, apreciando casos não previstos na lei, preenchendo suas lacunas, assenta normas práticas de solução dos conflitos jurídicos"[50].

b) Analogia

Consoante dispõe o art. 4º da Lei de Introdução ao Código Civil de 1916 (atual Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) – "quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito".

O mesmo princípio é instituído pelo CPC no seu art. 126 – "o juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna na lei. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito".

A analogia é o meio através do qual o juiz amplia a incidência da lei, aplicando-a a caso idêntico ou semelhante não contemplado pela legislação. Na lição de Caio Mário da Silva Pereira, "a analogia consiste no processo lógico, pelo qual o aplicador do direito estende o preceito legal aos casos não diretamente compreendidos em seu dispositivo"[51].

c) Equidade

A equidade é o meio através do qual o juiz abranda o rigorismo legal. Daí a

49. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*, Editora Globo, p. 189.

50. Ob. cit., v. 1, p. 45.

51. *Instituições de Direito Civil*, Forense, v. I, p. 64.

II – ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada ou ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

III – não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, previsto no Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, excetuado o auxílio-acidente e o auxílio suplementar previstos na Lei n. 6.367, de 19 de outubro de 1976, bem como o abono de permanência em serviço previsto na Lei n. 5.890, de 8 de junho de 1973;

IV – não estar em gozo do auxílio-desemprego; e

V – não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.

§ 1º A União poderá condicionar o recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação da matrícula e da frequência do trabalhador segurado em curso de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas. *(Incluído pela Lei n. 12.513, de 26-10-2011.)*

§ 2º O Poder Executivo regulamentará os critérios e requisitos para a concessão da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego nos casos previstos no § 1º, considerando a disponibilidade de bolsas-formação no âmbito do Pronatec ou de vagas gratuitas na rede de educação profissional e tecnológica para o cumprimento da condicionalidade pelos respectivos beneficiários. *(Incluído pela Lei n. 12.513, de 26-10-2011.)*

§ 3º A oferta de bolsa para formação dos trabalhadores de que trata este artigo considerará, entre outros critérios, a capacidade de oferta, a reincidência no recebimento do benefício, o nível de escolaridade e a faixa etária do trabalhador. *(Incluído pela Lei n. 12.513, de 26-10-2011.)*

Art. 3º-A. A periodicidade, os valores, o cálculo do número de parcelas e os demais procedimentos operacionais de pagamento da bolsa de qualificação profissional, nos termos do art. 2º-A desta Lei, bem como os pré-requisitos para habilitação serão os mesmos adotados em relação ao benefício do Seguro-Desemprego, exceto quanto à dispensa sem justa causa. *(Incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)*

Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por um período máximo de 4 (quatro) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 16 (dezesseis) meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação.

Parágrafo único. O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas no art. 3º desta Lei, à exceção do seu inciso II.

Art. 5º O valor do benefício será fixado em Bônus do Tesouro Nacional (BTN), devendo ser calculado segundo 3 (três) faixas salariais, observados os seguintes critérios:

I – até 300 (trezentos) BTN, multiplicar-se-á o salário médio dos últimos 3 (três) meses pelo fator 0,8 (oito décimos);

II – de 300 (trezentos) a 500 (quinhentos) BTN aplicar-se-á, até o limite do inciso anterior, a regra nele contida e, no que exceder, o fator 0,5 (cinco décimos);

III – acima de 500 (quinhentos) BTN, o valor do benefício será igual a 340 (trezentos e quarenta) BTN.

§ 1º Para fins de apuração do benefício, será considerada a média dos salários dos últimos 3 (três) meses anteriores à dispensa, devidamente convertidos em BTN pelo valor vigente nos respectivos meses trabalhados.

§ 2º O valor do benefício não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo.

§ 3º No pagamento dos benefícios, considerar-se-á:

I – o valor do BTN ou do salário mínimo do mês imediatamente anterior, para benefícios colocados à disposição do beneficiário até o dia 10 (dez) do mês;

II – o valor do BTN ou do salário mínimo do próprio mês, para benefícios colocados à disposição do beneficiário após o dia 10 (dez) do mês.

Art. 6º O seguro-desemprego é direito pessoal e intransferível do trabalhador, podendo ser requerido a partir do sétimo dia subsequente à rescisão do contrato de trabalho.

Art. 7º O pagamento do benefício do seguro-desemprego será suspenso nas seguintes situações:

I – admissão do trabalhador em novo emprego;

II – início de percepção de benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto o auxílio-acidente, o auxílio suplementar e o abono de permanência em serviço;

III – início de percepção de auxílio-desemprego.

Art. 7º-A. O pagamento da bolsa de qualificação profissional será suspenso se ocorrer a rescisão do contrato de trabalho. (*Incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.*)

Art. 8º O benefício do seguro-desemprego será cancelado: *(Redação dada pela Lei n. 12.513, de 26-10-2011.)*

I – pela recusa por parte do trabalhador desempregado de outro emprego condizente com sua qualificação registrada ou declarada e com sua remuneração anterior; *(Redação dada pela Lei n. 12.513, de 26-10-2011.)*

II – por comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação; *(Redação dada pela Lei n. 12.513, de 26-10-2011.)*

III – por comprovação de fraude visando à percepção indevida do benefício do seguro-desemprego; ou *(Redação dada pela Lei n. 12.513, de 26-10-2011.)*

IV – por morte do segurado. *(Redação dada pela Lei n. 12.513, de 26-10-2011.)*

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I a III deste artigo, será suspenso por um período de 2 (dois) anos, ressalvado o prazo de carência, o direito do trabalhador à percepção do seguro-desemprego, dobrando-se este período em caso de reincidência. *(Incluído pela Lei n. 12.513, de 26-10-2011.)*

§ 2º O benefício poderá ser cancelado na hipótese de o beneficiário deixar de cumprir a condicionalidade de que trata o § 1º do art. 3º desta Lei, na forma do regulamento. *(Incluído pela Lei n. 12.513, de 26-10-2011.)*

Art. 8º-A. O benefício da bolsa de qualificação profissional será cancelado nas seguintes situações:

I – fim da suspensão contratual e retorno ao trabalho;

II – por comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação;

III – por comprovação de fraude visando à percepção indevida da bolsa de qualificação profissional;

IV – por morte do beneficiário". (*Artigo incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.*)

Art. 8º-B. Na hipótese prevista no § 5º do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, as parcelas da bolsa de qualificação profissional que o empregado tiver recebido serão descontadas das parcelas do benefício do Seguro-Desemprego a que fizer jus, sendo-lhe garantido, no mínimo, o recebimento de uma parcela do Seguro-Desemprego. (*Artigo incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.*)

Art. 8º-C. Para efeito de habilitação ao Seguro-Desemprego, desconsiderar-se-á o período de suspensão contratual de que trata o art. 476-A da CLT, para o cálculo dos períodos de que tratam os incisos I e II do art. 3º desta Lei. (*Incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.*)

DO ABONO SALARIAL

Art. 9º É assegurado o recebimento de abono salarial no valor de um salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento, aos empregados que:

I – tenham percebido, de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), até 2 (dois) salários mínimos médios de remuneração mensal no período trabalhado e que tenham exercido atividade remunerada pelo menos durante 30 (trinta) dias no ano-base;

II – estejam cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos no Fundo de Participação PIS-Pasep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador.

Parágrafo único. No caso de beneficiários integrantes do Fundo de Participação PIS-Pasep, serão computados no valor do abono salarial os rendimentos proporcionados pelas respectivas contas individuais.

DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

Art. 10. É instituído o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico. *(Redação dada pela Lei n. 12.513, de 26-10-2011.)*

Parágrafo único. O FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, subordinando-se, no que couber, à legislação vigente.

Art. 11. Constituem recursos do FAT:

I – o produto da arrecadação das contribuições devidas ao PIS e ao Pasep;

II – o produto dos encargos devidos pelos contribuintes, em decorrência da inobservância de suas obrigações;

III – a correção monetária e os juros devidos pelo agente aplicador dos recursos do fundo, bem como pelos agentes pagadores, incidentes sobre o saldo dos repasses recebidos;

IV – o produto da arrecadação da contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 4º do art. 239 da Constituição Federal;

V – outros recursos que lhe sejam destinados.

Art. 12. (*Vetado*).

Art. 13. (*Vetado*).

Art. 14. (*Vetado*).

Art. 15. Compete aos Bancos Oficiais Federais o pagamento das despesas relativas ao Programa do Seguro-Desemprego e ao abono salarial conforme normas a serem definidas pelos gestores do FAT.

Parágrafo único. Sobre o saldo de recursos não desembolsados, os agentes pagadores remunerarão o FAT, no mínimo com correção monetária.

Arts. 16 e 17. *(Revogados pela Lei n. 8.019, de 11-4-1990.)*

.....

DA FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES

Art. 23. Compete ao Ministério do Trabalho a fiscalização do cumprimento do Programa de Seguro-Desemprego e do abono salarial.

Art. 24. Os trabalhadores e empregadores prestarão as informações necessárias, bem como atenderão às exigências para a concessão do seguro-desemprego e o pagamento do abono salarial, nos termos e prazos fixados pelo Ministério do Trabalho.

Art. 25. O empregador que infringir os dispositivos desta Lei estará sujeito a multas de 400 (quatrocentos) a 40.000 (quarenta mil) BTN, segundo a natureza da infração, sua extensão e intenção do infrator, a serem aplicadas em dobro, no caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade.

§ 1º Serão competentes para impor as penalidades as Delegacias Regionais do Trabalho, nos termos do Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

§ 2º Além das penalidades administrativas já referidas, os responsáveis por meios fraudulentos na habilitação ou na percepção do seguro-desemprego serão punidos civil e criminalmente, nos termos desta Lei.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. (*Vetado*).

Art. 27. A primeira investidura do CODEFAT dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta Lei.

Art. 28. No prazo de trinta dias as contribuições ao PIS e ao Pasep, arrecadadas a partir de 5 de outubro de 1988 e não utilizadas nas finalidades previstas no art. 239 da Constituição Federal, serão recolhidas como receita do FAT. *(Redação dada pela Lei n. 8.019, de 11-4-1990.)*

Parágrafo único. (*Vetado*).

Art. 29. *(Revogado pela Lei n. 8.019, de 11-4-1990).*

Art. 30. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias e apresentará projeto de lei regulamentando a contribuição adicional pelo índice de rotatividade, de que trata o § 4º do art. 239 da

Constituição Federal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário.

Lei n. 8.019,
de 11 de abril de 1990
(Publicada no *DOU*, 12-4-1990)

Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

Art. 1º A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS), criado pela Lei Complementar n. 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), criado pela Lei Complementar n. 8, de 3 de dezembro de 1970, será destinada, a cada ano, à cobertura integral das necessidades do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de que trata o art. 10 da Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Art. 2º Conforme estabelece o § 1º do art. 239 da Constituição Federal, pelo menos 40% da arrecadação mencionada no artigo anterior serão repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para aplicação em programas de desenvolvimento econômico.

§ 1º Os recursos repassados ao BNDES na forma do *caput* deste artigo serão corrigidos, mensalmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

§§ 2º e 3º (*Revogados pela Lei n. 9.365, de 16-12-1996.*)

§ 4º Correrá por conta do BNDES o risco das operações financeiras realizadas com os recursos mencionados no *caput* deste artigo.

Art. 3º Os juros de que trata o § 2º do artigo anterior serão recolhidos ao FAT a cada semestre, até o décimo dia útil subsequente a seu encerramento.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à correção monetária, com base na variação do BTN Fiscal, os recursos não recolhidos nos prazos previstos neste artigo.

Art. 4º A arrecadação das contribuições ao PIS a ao Pasep será efetuada através de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), nas condições estabelecidas pela legislação em vigor.

Art. 5º A alínea *b* do inciso IV do art. 69 da Lei n. 7.799, de 10 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"*b*) para o PIS e o PASEP, até o dia cinco do terceiro mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, exceção feita às modalidades especiais (Decreto-lei n. 2.445, de 29 de junho de 1988, arts. 7º e 8º), cujo prazo será o dia quinze do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador".

Art. 6º O Tesouro Nacional repassará mensalmente recursos ao FAT, de acordo com programação financeira para atender aos gastos efetivos daquele Fundo com seguro-desemprego, abono salarial e programas de desenvolvimento econômico do BNDES. (*Redação dada pela Lei n. 10.199, de 14-2-2001.*)

Art. 7º Em caso de insuficiência de recursos para o Programa de Seguro-Desemprego e o pagamento do Abono Salarial, decorrente do efetivo aumento destas despesas, serão recolhidas ao FAT, pelo BNDES, a cada exercício, as seguintes parcelas dos saldos de recursos repassados para financiamento de programas de desenvolvimento econômico:

I – no primeiro e segundo exercícios, até 20%;

II – do terceiro ao quinto exercícios, até 10%;

III – a partir do sexto exercício, até 5%.

§ 1º Os percentuais referidos nos incisos do *caput* deste artigo incidirão sobre o saldo ao final do exercício anterior, assegurada a correção monetária até a data do recolhimento.

§ 2º Caberá ao CODEFAT definir as condições e os prazos de recolhimento de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 8º A remuneração mencionada no parágrafo único do art. 15 da Lei n. 7.998, de 1990, constitui receita do FAT.

Parágrafo único. Compete ao CODEFAT estabelecer os prazos de recolhimento e o período-base de apuração da receita mencionada no *caput* deste artigo.

Art. 9º As disponibilidades financeiras do FAT poderão ser aplicadas em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil, e em depósitos especiais, remunerados e disponíveis para imediata movimentação, nas instituições financeiras oficiais federais de que trata o art. 15 da Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990. (*Redação dada pela Lei n. 8.352, de 28-12-1991.*)

§ 1º Parcela das disponibilidades financeiras do FAT constitui a reserva mínima de liquidez, destinada a garantir, em tempo hábil, os recursos necessários ao pagamento das despesas referentes ao Programa do Seguro-Desemprego e do Abono de que trata o art. 239 da Constituição Federal.

§ 2º O montante da reserva estabelecida no parágrafo anterior não pode ser inferior ao maior dentre os seguintes valores:

I – a diferença positiva, no exercício financeiro em curso, entre o produto da arrecadação das contribuições de que trata o art. 239 da Constituição Federal e o montante global dos pagamentos efetuados por conta das dotações orçamentárias para atender as despesas com o Programa do Seguro-Desemprego, com o Abono Salarial e com o Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a cargo do BNDES, custeados pela referida arrecadação;

II – o resultado da adição:

a) dos valores pagos a títulos de benefícios do seguro-desemprego nos seis meses anteriores, atualizados mês a mês pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou na sua ausência, pela variação de índice definido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), nos termos do inciso IX do art. 19 da Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e

b) de cinquenta por cento dos valores pagos a títulos de abono, nos termos do art. 9º da Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos doze meses anteriores, atualizados na forma prevista na alínea anterior.

§ 3º Os recursos da reserva mínima de liquidez somente poderão ser aplicados em títulos do Tesouro Nacional, por intermédio do Banco Central do Brasil.

§ 4º No exercício de 1991, as aplicações da parcela das disponibilidades financeiras que excederem o valor da reserva mínima de liquidez em depósitos especiais no Banco do Brasil S.A. serão no montante mínimo de Cr$ 220.000.000.000,00 (duzentos e vinte bilhões de cruzeiros).

§ 5º Os depósitos especiais de que trata o *caput* deste artigo serão remunerados, no mínimo pelos mesmos critérios e prazos aplicados aos depósitos das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, conforme disposto no art. 5º da Lei n. 7.862, de 30 de outubro de 1989, com a redação dada pelo art. 8º da Lei n. 8.177, de 1º de março de 1991, ou, da sua ausência, pela remuneração média diária paga pelos títulos do Tesouro Nacional, acrescidos, em ambos os casos, de juros de cinco por cento ao ano calculados *pro rata die.*

§ 6º O resultado da remuneração das disponibilidades financeiras de que trata este artigo constituirá receita do FAT.

§ 7º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES poderá utilizar recursos dos depósitos especiais referidos no *caput* deste artigo, para conceder financiamentos aos Estados e às entidades por eles direta ou indiretamente controladas, no âmbito de programas instituídos pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, tendo em vista as competências que lhe confere o art. 19 da Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e destinados à expansão do nível de emprego no País, podendo a União, mediante a apresentação de contragarantias adequadas, prestar garantias parciais a operações da espécie, desde que justificado em exposição de motivos conjunta dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Fazenda. (*Parágrafo incluído pela Lei n. 10.199, de 14-2-2001.*)

Art. 10. O art. 28 da Lei n. 7.998, de 1990, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 28. No prazo de trinta dias as contribuições ao PIS e ao PASEP, arrecadadas a partir de 5 de outubro de 1988 e não utilizadas nas finalidades previstas no art. 239 da Constituição Federal, serão recolhidas como receita do FAT".

Art. 11. Os recursos do PIS e do PASEP repassados ao BNDES, ao amparo do § 1º do art. 239 da Constituição Federal, antes da vigência da Lei n. 7.998, de 1990, acrescidos de correção monetária pela variação do IPC e de juros de 5% ao ano, constituirão direitos do FAT e serão contabilizados na forma do disposto no art. 2º desta lei.

Art. 12. O valor do abono a ser pago pelo FAT, nos casos de empregados participantes do Fundo de Participação PIS/PASEP, corresponderá à diferença entre o salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento e os rendimentos de suas contas individuais, apurados na forma das alíneas *b* e *c* do art. 3º da Lei Complementar n. 26, de 11 de agosto de 1975.

Parágrafo único. O pagamento do rendimento das contas individuais mencionadas no *caput* deste artigo é de competência do Fundo de Participação PIS/PASEP.

Art. 13. A operacionalização do Programa Seguro-Desemprego, no que diz respeito às atividades de pré-triagem e habilitação de requerentes, auxílio aos requerentes e segurados na busca de novo emprego, bem assim às ações voltadas para reciclagem profissional, será executada prioritariamente em articulação com os Estados e Municípios, através do Sistema Nacional de Emprego (SINE), nos termos da lei.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho poderá requisitar servidores, técnicos e administrativos, da Administração Federal direta, das autarquias, das fundações públicas e do Governo do Distrito Federal, para o desempenho das tarefas previstas no *caput* deste artigo e no art. 20 da Lei n. 7.998, de 1990, ouvida a Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

Art. 14. (*Vetado*).

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Ficam revogados os arts. 16, 17 e 29 da Lei n. 7.998, de 1990, e demais disposições em contrário.

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Lei n. 8.036,
de 11 de maio de 1990
(Publicada no *DOU*, 14-5-1990)

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

Art. 1º O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), instituído pela Lei n. 5.107, de 13 de setembro de 1966, passa a reger-se por esta lei.

Art. 2º O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas a que se refere esta lei e outros recursos a ele incorporados, devendo ser aplicados com atualização monetária e juros, de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações.

§ 1º Constituem recursos incorporados ao FGTS, nos termos do *caput* deste artigo:

a) eventuais saldos apurados nos termos do art. 12, § 4º;

b) dotações orçamentárias específicas;

c) resultados das aplicações dos recursos do FGTS;

d) multas, correção monetária e juros moratórios devidos;

e) demais receitas patrimoniais e financeiras.

§ 2º As contas vinculadas em nome dos trabalhadores são absolutamente impenhoráveis.

Art. 3º O FGTS será regido por normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, composto por representação de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais, na forma estabelecida pelo Poder Executivo. (*Redação dada pela MP n. 2.216-37, de 31-8-2001.*)

I – Ministério do Trabalho; (*Redação dada pela Lei n. 9.649, de 27-5-1998.*)

II – Ministério do Planejamento e Orçamento; (*Redação dada pela Lei n. 9.649, de 27-5-1998.*)

III – Ministério da Fazenda; (*Redação dada pela Lei n. 9.649, de 27-5-1998.*)

IV – Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; (*Redação dada pela Lei n. 9.649, de 27-5-1998.*)

V – Caixa Econômica Federal; (*Redação dada pela Lei n. 9.649, de 27-5-1998.*)

VI – Banco Central do Brasil. (*Redação dada pela Lei n. 9.649, de 27-5-1998.*)

§ 1º A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

§ 2º Os Ministros de Estado e os Presidentes das entidades mencionadas neste artigo serão os membros titulares do Conselho Curador, cabendo, a cada um deles, indicar o seu respectivo suplente ao Presidente do Conselho, que os nomeará. (*Redação dada pela Lei n. 9.649, de 27.5.98 e revogado pela MP n. 2.216-37, de 31-8-2001.*)

§ 3º Os representantes dos trabalhadores e dos empregados e seus respectivos suplentes serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Ministro do Trabalho e da Previdência Social, e terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 4º O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu Presidente. Esgotado esse período, não tendo ocorrido convocação, qualquer de seus membros poderá fazê-la, no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo necessidade, qualquer membro poderá convocar reunião extraordinária, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º As decisões do Conselho serão tomadas com a presença da maioria simples de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade. (*Redação dada pela MP n. 2.216-37, de 31-8-2001.*)

§ 6º As despesas porventura exigidas para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das respectivas entidades representadas.

§ 7º As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador, decorrentes das atividades desse órgão, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.

§ 8º Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que contará com uma Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS.

§ 9º Aos membros do Conselho Curador, enquanto representantes dos trabalhadores, efetivos e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo sindical.

Art. 4º A gestão da aplicação do FGTS será efetuada pelo Ministério da Ação Social, cabendo à Caixa Econômica Federal (CEF) o papel de agente operador.

Art. 5º Ao Conselho Curador do FGTS compete:

I – estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS, de acordo com os critérios definidos nesta Lei, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal;

II – acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados;

III – apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FGTS;

IV – pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle interno para os fins legais;

V – adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos do Ministério da Ação Social e da Caixa Econômica Federal,

que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades no que concerne aos recursos do FGTS;

VI – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

VII – aprovar seu regimento interno;

VIII – fixar as normas e valores de remuneração do agente operador e dos agentes financeiros;

IX – fixar critérios para parcelamento de recolhimentos em atraso;

X – fixar critério e valor de remuneração para o exercício da fiscalização;

XI – divulgar, no *Diário Oficial da União*, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do FGTS e os respectivos pareceres emitidos;

XII – fixar critérios e condições para compensação entre créditos do empregador, decorrentes de depósitos relativos a trabalhadores não optantes, com contratos extintos, e débitos resultantes de competências em atraso, inclusive aqueles que forem objeto de composição de dívida com o FGTS; *(Incluído pela Lei n. 9.711, de 20-11-1998.)*

XIII – em relação ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS: (*Incluído pela Lei n. 11.491, de 2007.*)

a) aprovar a política de investimento do FI-FGTS por proposta do Comitê de Investimento;

b) decidir sobre o reinvestimento ou distribuição dos resultados positivos aos cotistas do FI-FGTS, em cada exercício;

c) definir a forma de deliberação, de funcionamento e a composição do Comitê de Investimento;

d) estabelecer o valor da remuneração da Caixa Econômica Federal pela administração e gestão do FI-FGTS, inclusive a taxa de risco;

e) definir a exposição máxima de risco dos investimentos do FI-FGTS;

f) estabelecer o limite máximo de participação dos recursos do FI-FGTS por setor, por empreendimento e por classe de ativo, observados os requisitos técnicos aplicáveis;

g) estabelecer o prazo mínimo de resgate das cotas e de retorno dos recursos à conta vinculada, observado o disposto no § 19 do art. 20 desta Lei;

h) aprovar o regulamento do FI-FGTS, elaborado pela Caixa Econômica Federal; e

i) autorizar a integralização de cotas do FI-FGTS pelos trabalhadores, estabelecendo previamente os limites globais e individuais, parâmetros e condições de aplicação e resgate.

Art. 6º Ao Ministério da Ação Social, na qualidade de gestor da aplicação do FGTS, compete:

I – praticar todos os atos necessários à gestão da aplicação do Fundo, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos pelo Conselho Curador;

II – expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos para implementação dos programas aprovados pelo Conselho Curador;

III – elaborar orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos, discriminando-os por Unidade da Federação, submetendo-os até 31 de julho ao Conselho Curador do Fundo;

IV – acompanhar a execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana, decorrentes de aplicação de recursos do FGTS, implementados pela CEF;

V – submeter à apreciação do Conselho Curador as contas do FGTS;

VI – subsidiar o Conselho Curador com estudos técnicos necessários ao aprimoramento operacional dos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana;

VII – definir as metas a serem alcançadas nos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana.

Art. 7º À Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador, cabe:

I – centralizar os recursos do FGTS, manter e controlar as contas vinculadas, e emitir regularmente os extratos individuais correspondentes às contas vinculadas e participar da rede arrecadadora dos recursos do FGTS;

II – expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais dos bancos depositários, dos agentes financeiros, dos empregadores e dos trabalhadores, integrantes do sistema do FGTS;

III – definir os procedimentos operacionais necessários à execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana, estabelecidos pelo Conselho Curador com base nas normas e diretrizes de aplicação elaboradas pelo Ministério da Ação Social;

IV – elaborar as análises jurídica e econômico-financeira dos projetos de habitação popular, infraestrutura urbana e saneamento básico a serem financiados com recursos do FGTS;

V – emitir Certificado de Regularidade do FGTS;

VI – elaborar as contas do FGTS, encaminhando-as ao Ministério da Ação Social;

VII – implementar os atos emanados do Ministério da Ação Social relativos à alocação e aplicação dos recursos do FGTS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador;

VIII – garantir aos recursos alocados ao FI-FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas, na forma do *caput* do art. 13 desta Lei. (*Incluído pela Lei n. 11.491, de 2007.*)

Parágrafo único. O Ministério da Ação Social e a Caixa Econômica Federal deverão dar pleno cumprimento aos programas anuais em andamento, aprovados pelo Conselho Curador, sendo que eventuais alterações somente poderão ser processadas mediante prévia anuência daquele colegiado.

Art. 8º O Ministério da Ação Social, a Caixa Econômica Federal e o Conselho Curador do FGTS serão responsáveis pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 9º As aplicações com recursos do FGTS poderão ser realizadas diretamente pela Caixa Econômica Federal e pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, exclusivamente segundo critérios fixados pelo Conselho Curador do FGTS, em operações que preencham os seguintes requisitos: (*Redação dada pela Lei n. 10.931, de 2-8-2004.*)

I – garantias: (*Redação dada ao inciso e alíneas incluídas pela Lei n. 9.467, de 10-7-1997.*)

a) hipotecária;

b) caução de créditos hipotecários próprios, relativos a financiamentos concedidos com recursos do agente financeiro;

c) caução dos créditos hipotecários vinculados aos imóveis objeto de financiamento;

d) hipoteca sobre outros imóveis de propriedade do agente financeiro, desde que livres e desembaraçados de quaisquer ônus;

e) cessão de créditos do agente financeiro, derivados de financiamentos concedidos com recursos próprios, garantidos por penhor ou hipoteca;

f) hipoteca sobre imóvel de propriedade de terceiros;

g) seguro de crédito;

h) garantia real ou vinculação de receitas, inclusive tarifárias, nas aplicações contratadas com pessoa jurídica de direito público ou de direito privado a ela vinculada;

i) aval em nota promissória;

j) fiança pessoal;

l) alienação fiduciária de bens móveis em garantia;

m) fiança bancária;

n) outras, a critério do Conselho Curador do FGTS;

II – correção monetária igual à das contas vinculadas;

III – taxa de juros média mínima, por projeto, de 3% (três por cento) ao ano;

IV – prazo máximo de 30 (trinta) anos. (*Redação dada pela Lei n. 8.692, de 28-7-1993.*)

§ 1º A rentabilidade média das aplicações deverá ser suficiente à cobertura de todos os custos incorridos pelo Fundo e ainda à formação de reserva técnica para o atendimento de gastos eventuais não previstos, sendo da Caixa Econômica Federal o risco de crédito.

§ 2º Os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana. As disponibilidades financeiras devem ser mantidas em volume

que satisfaça as condições de liquidez e remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º O programa de aplicações deverá destinar, no mínimo, 60% (sessenta por cento) para investimentos em habitação popular.

§ 4º Os projetos de saneamento básico e infraestrutura urbana, financiados com recursos do FGTS, deverão ser complementares aos programas habitacionais.

§ 5º As garantias, nas diversas modalidades discriminadas no inciso I do *caput* deste artigo, serão admitidas singular ou supletivamente, considerada a suficiência de cobertura para os empréstimos e financiamentos concedidos. *(Redação dada pela Lei n. 9.467, de 10-7-1997.)*

§ 6º Mantida a rentabilidade média de que trata o § 1º, as aplicações em habitação popular poderão contemplar sistemática de desconto, direcionada em função da renda familiar do beneficiário, onde o valor do benefício seja concedido mediante redução no valor das prestações a serem pagas pelo mutuário ou pagamento de parte da aquisição ou construção de imóvel, dentre outras, a critério do Conselho Curador do FGTS. *(Incluído pela MP n. 2.216-37, de 31-8-2001.)*

§ 7º Os recursos necessários para a consecução da sistemática de desconto serão destacados, anualmente, do orçamento de aplicação de recursos do FGTS, constituindo reserva específica, com contabilização própria. *(Incluído pela MP n. 2.197-43, de 24-8-2001.)*

§ 8º É da União o risco de crédito nas aplicações efetuadas até 1º de junho de 2001 pelos demais órgãos integrantes do Sistema Financeiro da Habitação – SFH e pelas entidades credenciadas pelo Banco Central do Brasil como agentes financeiros, sub-rogando-se nas garantias prestadas à Caixa Econômica Federal. *(Incluído pela MP n. 2.196-3, de 24-8-2001.)*

Art. 10. O Conselho Curador fixará diretrizes e estabelecerá critérios técnicos para as aplicações dos recursos do FGTS, visando a:

I – exigir a participação dos contratantes de financiamentos nos investimentos a serem realizados;

II – assegurar o cumprimento, por parte dos contratantes inadimplentes, das obrigações decorrentes dos financiamentos obtidos;

III – evitar distorções na aplicação entre as regiões do País, considerando para tanto a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais.

Art. 11. Os depósitos feitos na rede bancária, a partir de 1º de outubro de 1989, relativos ao FGTS, serão transferidos à Caixa Econômica Federal no segundo dia útil subsequente à data em que tenham sido efetuados.

Art. 12. No prazo de 1 (um) ano, a contar da promulgação desta Lei, a Caixa Econômica Federal assumirá o controle de todas as contas vinculadas, nos termos do item I do art. 7º, passando os demais estabelecimentos bancários, findo esse prazo, à condição de agentes recebedores e pagadores do FGTS, mediante recebimento de tarifa, a ser fixada pelo Conselho Curador.

§ 1º Enquanto não ocorrer a centralização prevista no *caput* deste artigo, o depósito efetuado no decorrer do mês será contabilizado no saldo da conta vinculada do trabalhador, no primeiro dia útil do mês subsequente.

§ 2º Até que a Caixa Econômica Federal implemente as disposições do *caput* deste artigo, as contas vinculadas continuarão sendo abertas em estabelecimento bancário escolhido pelo empregador, dentre os para tanto autorizados pelo Banco Central do Brasil, em nome do trabalhador.

§ 3º Verificando-se mudança de emprego, até que venha a ser implementada a centralização prevista no *caput* deste artigo, a conta vinculada será transferida para o estabelecimento bancário da escolha do novo empregador.

§ 4º Os resultados financeiros auferidos pela Caixa Econômica Federal no período entre o repasse dos bancos e o depósito nas contas vinculadas dos trabalhadores destinar-se-ão à cobertura das despesas de administração do FGTS e ao pagamento da tarifa aos bancos depositários, devendo os eventuais saldos ser incorporados ao patrimônio do Fundo nos termos do art. 2º, § 1º.

expressão extremamente feliz de Russomano[52] – "é a ideia do justo. Abranda o rigor do texto. Aquece a frieza da lei".

d) Outros princípios e normas gerais do direito

Princípios gerais do direito são os próprios fundamentos do Direito. Na lição de Celso Agrícola Barbi[53], "são as ideias mais gerais que implicam o ordenamento jurídico de um país".

Não se olvidem, outrossim, os *costumes*, assim considerada a prática reiterada, geral e notória, de determinados atos, de uso restrito no direito atual, sobretudo no âmbito do Direito do Trabalho.

e) Direito comum

O direito comum, notadamente o Direito Civil, é parte subsidiária do Direito do Trabalho, naquilo que for compatível com os princípios fundamentais deste último.

Como acentua Eduardo Gabriel Saad:

"Onde o Direito do Trabalho for omisso, aparece como sua fonte subsidiária o direito comum. Aquele se originou deste último. Esta subsidiariedade é observada, também, no que se refere ao Direito Processual do Trabalho"[54].

► *Jurisprudência*

▷ "A responsabilidade subsidiária da empresa contratante tem amparo legal na regra da responsabilidade extracontratual, prevista no artigo 159 do Código Civil, **aplicável na Justiça do Trabalho por disposição do parágrafo único do artigo 8º da CLT.**" (TRT/SP, Ac. 20010023687, 1ª T., j. 29-1-2001, Rel. Plínio Bolívar de Almeida, *DOE/SP*, 13-2-2001)

▷ (...) 2. Apesar da autorização genérica dada ao juiz do trabalho para decidir com base na equidade (CLT, art. 89), é na falta de disposições legais ou contratuais que o juiz age com assento nela. **A equidade "opera não como norma, em si mesma, senão como um critério de criação das normas individualizadas"** (Nestor de Buen). 3. Revista não conhecida. (TST, Ac. 426, j. 21-3-1983, RR 5.229 de 1981, 1ª T., Rel. Min. Coqueijo Costa, *DJ*, 22-4-1983)

▷ **O poder normativo da Justiça do Trabalho ao instituir a norma coletiva deve observar os limites das leis e convenções mínimas de proteção ao trabalho impostas constitucionalmente, além dos princípios da *equidade*, da oportunidade, da conveniência ou da necessidade.** (TST, Ac. 299, j. 8-4-1996, RODC 200.023, de 1995, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Rel. Min. Orlando Teixeira da Costa, *DJ*, 3-5-1996)

Art. 9º Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação.

► *Comentários*

Os atos jurídicos podem revestir-se de determinados vícios que os tornam plenamente nulos.

É o que ocorre, por exemplo, quando são praticados por pessoas absolutamente incapazes, quando for ilícito ou impossível

52. Ob. cit.

53. *Comentários ao Código de Processo Civil*, Forense, v. I, t. II, p. 520.

54. *CLT Comentada*, LTr, p. 52.

§ 5º Após a centralização das contas vinculadas, na Caixa Econômica Federal, o depósito realizado no prazo regulamentar passa a integrar o saldo da conta vinculada do trabalhador a partir do dia 10 (dez) do mês de sua ocorrência. O depósito realizado fora do prazo será contabilizado no saldo no dia 10 (dez) subsequente após atualização monetária e capitalização de juros.

Art. 13. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalizarão juros de 3% (três por cento) ao ano.

§ 1º Até que ocorra a centralização prevista no item I do art. 7º, a atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do Fundo e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada no primeiro dia útil de cada mês, com base no saldo existente no primeiro dia útil do mês anterior, deduzidos os saques ocorridos no período.

§ 2º Após a centralização das contas vinculadas, na Caixa Econômica Federal, a atualização monetária e a capitalização de juros correrão à conta do Fundo e o respectivo crédito será efetuado na conta vinculada, no dia 10 (dez) de cada mês, com base no saldo existente no dia 10 (dez) do mês anterior ou no primeiro dia útil subsequente, caso o dia 10 (dez) seja feriado bancário, deduzidos os saques ocorridos no período.

§ 3º Para as contas vinculadas dos trabalhadores optantes existentes à data de 22 de setembro de 1971, a capitalização dos juros dos depósitos continuará a ser feita na seguinte progressão, salvo no caso de mudança de empresa, quando a capitalização dos juros passará a ser feita à taxa de 3% (três por cento) ao ano:

I – 3% (três por cento), durante os dois primeiros anos de permanência na mesma empresa;

II – 4% (quatro por cento), do terceiro ao quinto ano de permanência na mesma empresa;

III – 5% (cinco por cento), do sexto ao décimo ano de permanência na mesma empresa;

IV – 6% (seis por cento), a partir do décimo primeiro ano de permanência na mesma empresa.

§ 4º O saldo das contas vinculadas é garantido pelo Governo Federal, podendo ser instituído seguro especial para esse fim.

Art. 14. Fica ressalvado o direito adquirido dos trabalhadores que, à data da promulgação da Constituição Federal de 1988, já tinham o direito à estabilidade no emprego nos termos do Capítulo V do Título IV da CLT.

§ 1º O tempo do trabalhador não optante do FGTS, anterior a 5 de outubro de 1988, em caso de rescisão sem justa causa pelo empregador, reger-se-á pelos dispositivos constantes dos arts. 477, 478 e 497 da CLT.

§ 2º O tempo de serviço anterior à atual Constituição poderá ser transacionado entre empregador e empregado, respeitado o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da indenização prevista.

§ 3º É facultado ao empregador desobrigar-se da responsabilidade da indenização relativa ao tempo de serviço anterior à opção, depositando na conta vinculada do trabalhador, até o último dia útil do mês previsto em lei para o pagamento de salário, o valor correspondente à indenização, aplicando-se ao depósito, no que couber, todas as disposições desta lei.

§ 4º Os trabalhadores poderão a qualquer momento optar pelo FGTS com efeito retroativo a 1º de janeiro de 1967 ou à data de sua admissão, quando posterior àquela.

Art. 15. Para os fins previstos nesta lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei n. 4.749, de 12 de agosto de 1965.

§ 1º Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão de obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

§ 2º Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão de obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

§ 3º Os trabalhadores domésticos poderão ter acesso ao regime do FGTS, na forma que vier a ser prevista em lei.

§ 4º Considera-se remuneração as retiradas de diretores não empregados, quando haja deliberação da empresa, garantindo-lhes os direitos decorrentes do contrato de trabalho de que trata o art. 16. *(Incluído pela Lei n. 9.711, de 20-11-1998.)*

§ 5º O depósito de que trata o *caput* deste artigo é obrigatório nos casos de afastamento para prestação do serviço militar obrigatório e licença por acidente do trabalho. *(Incluído pela Lei n. 9.711, de 20-11-1998.)*

§ 6º Não se incluem na remuneração, para os fins desta Lei, as parcelas elencadas no § 9º do art. 28 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991. *(Incluído pela Lei n. 9.711, de 20-11-1998.)*

§ 7º Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o *caput* deste artigo reduzida para 2% (dois por cento). *(Incluído pela Lei n. 10.097, de 19-12-2000.)*

Art. 16. Para efeito desta lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.

Art. 17. Os empregadores se obrigam a comunicar mensalmente aos trabalhadores os valores recolhidos ao FGTS e repassar-lhes todas as informações sobre suas contas vinculadas recebidas da Caixa Econômica Federal ou dos bancos depositários.

Art. 18. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais. *(Redação dada pela Lei n. 9.491, de 9-9-1997.)*

§ 1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a 40% (quarenta por cento) do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros. *(Redação dada pela Lei n. 9.491, de 9-9-97.)*

§ 2º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o § 1º será de 20% (vinte por cento).

§ 3º As importâncias de que trata este artigo deverão constar da documentação comprobatória do recolhimento dos valores devidos a título de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, eximindo o empregador exclusivamente quanto aos valores discriminados. *(Redação dada pela Lei n. 9.491, de 9-9-1997.)*

Art. 19. No caso de extinção do contrato de trabalho prevista no art. 14 desta lei, serão observados os seguintes critérios:

I – havendo indenização a ser paga, o empregador, mediante comprovação do pagamento daquela, poderá sacar o saldo dos valores por ele depositados na conta individualizada do trabalhador;

II – não havendo indenização a ser paga, ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do trabalhador, o empregador poderá levantar em seu favor o saldo da respectiva conta individuali-

zada, mediante comprovação perante o órgão competente do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

Art. 19-A. É devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário. *(Incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)*

Parágrafo único. O saldo existente em conta vinculada, oriundo de contrato declarado nulo até 28 de julho de 2001, nas condições do *caput*, que não tenha sido levantado até essa data, será liberado ao trabalhador a partir do mês de agosto de 2002. *(Incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)*

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I – despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior; *(Redação dada pela MP n. 2.197-43, de 24-8-2001.)*

II – extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, declaração de nulidade do contrato de trabalho nas condições do art. 19-A, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado; *(Redação dada pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)*

III – aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV – falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V – pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80% (oitenta por cento) do montante da prestação;

VI – liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação;

VII – pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, ou lote urbanizado de interesse social não construído, observadas as seguintes condições: *(Alterado pela Lei n. 11.977, de 7-7-2009.)*

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

VIII – quando o trabalhador permanecer 3 (três) anos ininterruptos, a partir de 1º de junho de 1990, fora do regime do FGTS, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta; *(Redação dada pela Lei n. 8.678, de 13-7-1993.)*

IX – extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X – suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional;

XI – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna; *(Incluído pela Lei n. 8.922, de 25-7-1994.)*

XII – aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, regidos pela Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, permitida a utilização máxima de 50% (cinquenta por

cento) do saldo existente e disponível em sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data em que exercer a opção; *(Incluído pela Lei n. 9.491, de 9-9-1997.)*

XIII – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV; *(Incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)*

XIV – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave, nos termos do regulamento; *(Incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)*

XV – quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a 70 (setenta) anos; *(Incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)*

XVI – necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural, conforme disposto em regulamento, observadas as seguintes condições: (*Incluído pela Lei n. 10.878, de 8-6-2004.*)

a) o trabalhador deverá ser residente em áreas comprovadamente atingidas de Município ou do Distrito Federal em situação de emergência ou em estado de calamidade pública, formalmente reconhecidos pelo Governo Federal;

b) a solicitação de movimentação da conta vinculada será admitida até 90 (noventa) dias após a publicação do ato de reconhecimento, pelo Governo Federal, da situação de emergência ou de estado de calamidade pública; e

c) o valor máximo do saque da conta vinculada será definido na forma do regulamento;

XVII – integralização de cotas do FI-FGTS, respeitado o disposto na alínea *i* do inciso XIII do art. 5º desta Lei, permitida a utilização máxima de 30% (trinta por cento) do saldo existente e disponível na data em que exercer a opção. (*Alterado pela Lei n. 12.087, de 11-11-2009.*)

§ 1º A regulamentação das situações previstas nos incisos I e II assegura que a retirada a que faz jus o trabalhador corresponda aos depósitos efetuados na conta vinculada durante o período de vigência do último contrato de trabalho, acrescida de juros e atualização monetária, deduzidos os saques.

§ 2º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando beneficiar os trabalhadores de baixa renda e preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 3º O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel.

§ 4º O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 5º O pagamento da retirada após o período previsto em regulamento implicará atualização monetária dos valores devidos.

§ 6º Os recursos aplicados em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, referidos no inciso XII, serão destinados, nas condições aprovadas pelo CND, a aquisições de valores mobiliários, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, de que trata a Lei n. 9.491, de 1997, e de programas estaduais de desestatização, desde que, em ambos os casos, tais destinações sejam aprovadas pelo CND. *(Redação dada pela Lei n. 9.635, de 29-4-1998.)*

§ 7º Ressalvadas as alienações decorrentes das hipóteses de que trata o § 8º, os valores mobiliários a que se refere o parágrafo anterior só poderão ser integralmente vendidos, pelos respectivos Fundos, 6 (seis) meses após sua aquisição, podendo ser alienada em prazo inferior parcela equivalente a 10% (dez por cento) do valor adquirido, autorizada a livre aplicação do produto dessa alienação, nos termos da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976. *(Redação dada pela Lei n. 9.635, de 29-4-1998.)*

§ 8º As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização e no FI-FGTS são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos incisos I a XI e XIII a XVI do *caput* deste artigo, indisponíveis por seus titulares. *(Redação dada pela Lei n. 11.491, de 2007.)*

§ 9º Decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da efetiva transferência das quotas para os Fundos Mútuos de Privatização, os titulares poderão optar pelo retorno para sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. *(Incluído pela Lei n. 9.491, de 9-9-1997.)*

§ 10. A cada período de 6 (seis) meses, os titulares das aplicações em Fundos Mútuos de Privatização poderão transferi-las para outro fundo de mesma natureza. *(Incluído pela Lei n. 9.491, de 9-9-1997.)*

§ 11. O montante das aplicações de que trata o § 6º deste artigo ficará limitado ao valor dos créditos contra o Tesouro Nacional de que seja titular o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. *(Incluído pela Lei n. 9.491, de 9-9-1997.)*

§ 12. Desde que preservada a participação individual dos quotistas, será permitida a constituição de clubes de investimento, visando a aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização. *(Incluído pela Lei n. 9.491, de 9-9-1997.)*

§ 13. A garantia a que alude o § 4º do art. 13 desta Lei não compreende as aplicações a que se referem os incisos XII e XVII do *caput* deste artigo. (*Redação dada pela Lei n. 11.491, de 2007.*)

§ 14. Ficam isentos do imposto de renda: (*Redação dada pela Lei n. 11.491, de 2007.*)

I – a parcela dos ganhos nos Fundos Mútuos de Privatização até o limite da remuneração das contas vinculadas de que trata o art. 13 desta Lei, no mesmo período; e *(Incluído pela Lei n. 11.491, de 2007.)*

II – os ganhos do FI-FGTS e do Fundo de Investimento em Cotas – FIC, de que trata o § 19 deste artigo. *(Incluído pela Lei n. 11.491, de 2007.)*

§ 15. A transferência de recursos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição de ações, nos termos do inciso XII do *caput* deste artigo, ou de cotas do FI-FGTS não afetará a base de cálculo da multa rescisória de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 18 desta Lei. *(Redação dada pela Lei n. 11.491, de 2007.)*

§ 16. Os clubes de investimento a que se refere o § 12 poderão resgatar, durante os 6 (seis) primeiros meses da sua constituição, parcela equivalente a 5% (cinco por cento) das cotas adquiridas, para atendimento de seus desembolsos, autorizada a livre aplicação do produto dessa venda, nos termos da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976. *(Incluído pela Lei n. 9.635, de 29-4-1998.)*

§ 17. Fica vedada a movimentação da conta vinculada do FGTS nas modalidades previstas nos incisos V, VI e VII deste artigo, nas operações firmadas, a partir de 25 de junho de 1998, no caso em que o adquirente já seja proprietário ou promitente comprador de imóvel localizado no Município onde resida, bem como no caso em que o adquirente já detenha, em qualquer parte do País, pelo menos um financiamento nas condições do SFH. *(Incluído pela MP n. 2.197-43, de 24-8-2001.)*

§ 18. É indispensável o comparecimento pessoal do titular da conta vinculada para o pagamento da retirada nas hipóteses previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX e X deste artigo, salvo em caso de grave moléstia comprovada por perícia médica, quando será paga a procurador especialmente constituído para esse fim. *(Incluído pela MP n. 2.197-43, de 24-8-2001.)*

§ 19. A integralização das cotas previstas no inciso XVII do *caput* deste artigo será realizada por meio de Fundo de Investimento em Cotas – FIC, constituído pela Caixa Econômica Federal especificamente para essa finalidade. (*Incluído pela Lei n. 11.491, de 2007.*)

§ 20. A Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá os requisitos para a integralização das cotas referidas no § 19 deste artigo, devendo condicioná-la pelo menos ao atendimento das seguintes exigências: (*Incluído pela Lei n. 11.491, de 2007.*)

I – elaboração e entrega de prospecto ao trabalhador; e

II – declaração por escrito, individual e específica, pelo trabalhador de sua ciência quanto aos riscos do investimento que está realizando.

§ 21. As movimentações autorizadas nos incisos V e VI do *caput* serão estendidas aos contratos de participação de grupo de consórcio para aquisição de imóvel residencial, cujo bem já tenha sido adquirido pelo consorciado, na forma a ser regulamentada pelo Conselho Curador do FGTS. (*Incluído pela Lei n. 12.087, de 13-10-2009.*)

Art. 21. Os saldos das contas não individualizadas e das contas vinculadas que se conservem ininterruptamente sem créditos de depósitos por mais de cinco anos, a partir de 1º de junho de 1990, em razão de o seu titular ter estado fora do regime do FGTS, serão incorporados ao patrimônio do fundo, resguardado o direito do beneficiário reclamar, a qualquer tempo, a reposição do valor transferido. *(Redação dada pela Lei n. 8.678, de 13-7-1993.)*

Parágrafo único. O valor, quando reclamado, será pago ao trabalhador acrescido da remuneração prevista no § 2º do art. 13 desta Lei. *(Incluído pela Lei n. 8.678, de 13-7-1993.)*

Art. 22. O empregador que não realizar os depósitos previstos nesta Lei, no prazo fixado no art. 15, responderá pela incidência da Taxa Referencial – TR sobre a importância correspondente. *(Redação dada pela Lei n. 9.964, de 10-4-2000.)*

§ 1º Sobre o valor dos depósitos, acrescido da TR, incidirão, ainda, juros de mora de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) ou fração e multa, sujeitando-se, também, às obrigações e sanções previstas no Decreto-Lei n. 368, de 19 de dezembro de 1968. *(Redação dada pela Lei n. 9.964, de 10-4-2000.)*

§ 2º A incidência da TR de que trata o *caput* deste artigo será cobrada por dia de atraso, tomando-se por base o índice de atualização das contas vinculadas do FGTS. *(Redação dada pela Lei n. 9.964, de 10-4-2000.)*

§ 2º-A. A multa referida no § 1º deste artigo será cobrada nas condições que se seguem: *(Redação dada pela Lei n. 9.964, de 10-4-2000.)*

I – 5% (cinco por cento) no mês de vencimento da obrigação;

II – 10% (dez por cento) a partir do mês seguinte ao do vencimento da obrigação.

§ 3º Para efeito de levantamento de débito para com o FGTS, o percentual de 8% (oito por cento) incidirá sobre o valor acrescido da TR até a data da respectiva operação. *(Redação dada pela Lei n. 9.964, de 10-4-2000.)*

Art. 23. Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social a verificação, em nome da Caixa Econômica Federal, do cumprimento do disposto nesta Lei, especialmente quanto à apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores ou tomadores de serviço, notificando-os para efetuarem e comprovarem os depósitos correspondentes e cumprirem as demais determinações legais, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma que vier a ser regulamentada.

§ 1º Constituem infrações para efeito desta lei:

I – não depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS, bem como os valores previstos no art. 18 desta Lei, nos prazos de que trata o § 6º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; *(Redação dada pela MP n. 2.197-43, de 24-8-2001.)*

II – omitir as informações sobre a conta vinculada do trabalhador;

III – apresentar as informações ao Cadastro Nacional do Trabalhador, dos trabalhadores beneficiários, com erros ou omissões;

IV – deixar de computar, para efeito de cálculo dos depósitos do FGTS, parcela componente da remuneração;

V – deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais, após notificado pela fiscalização.

§ 2º Pela infração do disposto no § 1º deste artigo, o infrator estará sujeito às seguintes multas por trabalhador prejudicado:

a) de 2 (dois) a 5 (cinco) BTN, no caso dos incisos II e III;

b) de 10 (dez) a 100 (cem) BTN, no caso dos incisos I, IV e V.

§ 3º Nos casos de fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato à fiscalização, assim como na reincidência, a multa especificada no parágrafo anterior será duplicada, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 4º Os valores das multas, quando não recolhidas no prazo legal, serão atualizados monetariamente até a data de seu efetivo pagamento, através de sua conversão pelo BTN Fiscal.

§ 5º O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo

disposto no Título VII da CLT, respeitado o privilégio do FGTS à prescrição trintenária.

§ 6º Quando julgado procedente o recurso interposto na forma do Título VII da CLT, os depósitos efetuados para garantia de instância serão restituídos com os valores atualizados na forma de lei.

§ 7º A rede arrecadadora e a Caixa Econômica Federal deverão prestar ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social as informações necessárias à fiscalização.

Art. 24. Por descumprimento ou inobservância de quaisquer das obrigações que lhe compete como agente arrecadador, pagador e mantenedor do cadastro de contas vinculadas, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador, fica o banco depositário sujeito ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do montante da conta do empregado, independentemente das demais cominações legais.

Art. 25. Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o Sindicato a que estiver vinculado, acionar diretamente a empresa por intermédio da Justiça do Trabalho, para compeli-la a efetuar o depósito das importâncias devidas nos termos desta lei.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverão ser notificados da propositura da reclamação.

Art. 26. É competente a Justiça do Trabalho para julgar os dissídios entre os trabalhadores e os empregadores decorrentes da aplicação desta Lei, mesmo quando a Caixa Econômica Federal e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social figurarem como litisconsortes.

Parágrafo único. Nas reclamatórias trabalhistas que objetivam o ressarcimento de parcelas relativas ao FGTS, ou que, direta ou indiretamente, impliquem essa obrigação de fazer, o juiz determinará que a empresa sucumbente proceda ao recolhimento imediato das importâncias devidas a tal título.

Art. 27. A apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, é obrigatória nas seguintes situações:

a) habilitação e licitação promovida por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta, indireta ou fundacional ou por entidade controlada direta ou indiretamente pela União, Estado e Município;

b) obtenção, por parte da União, Estados e Municípios, ou por órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta, indireta, ou fundacional, ou indiretamente pela União, Estados ou Municípios, de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer entidades financeiras oficiais;

c) obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, outorga ou concessão de serviços ou quaisquer outros benefícios concedidos por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, salvo quando destinados a saldar débitos para com o FGTS;

d) transferência de domicílio para o exterior;

e) registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção.

Art. 28. São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação desta lei, quando praticados pela Caixa Econômica Federal, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos estabelecimentos bancários.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos desta lei, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores.

Art. 29. Os depósitos em conta vinculada, efetuados nos termos desta lei, constituirão despesas dedutíveis do lucro operacional dos empregadores e as importâncias levantadas a seu favor implicarão receita tributável.

Art. 29-A. Quaisquer créditos relativos à correção dos saldos das contas vinculadas do FGTS serão liquidados mediante lançamento pelo agente operador na respectiva conta do trabalhador. *(Incluído pela MP n. 2.197-43, de 24-8-2001.)*

Art. 29-B. Não será cabível medida liminar em mandado de segurança, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de

natureza cautelar ou preventiva, nem a tutela antecipada prevista nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil que impliquem saque ou movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS. *(Incluído pela MP n. 2.197-43, de 24-8-2001.)*

Art. 29-C. Nas ações entre o FGTS e os titulares de contas vinculadas, bem como naquelas em que figurem os respectivos representantes ou substitutos processuais, não haverá condenação em honorários advocatícios. *(Incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)*

Art. 29-D. A penhora em dinheiro, na execução fundada em título judicial em que se determine crédito complementar de saldo de conta vinculada do FGTS, será feita mediante depósito de recursos do Fundo em conta vinculada em nome do exequente, à disposição do juízo. *(Incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)*

Parágrafo único. O valor do depósito só poderá ser movimentado, após liberação judicial, nas hipóteses previstas no art. 20 ou para reversão ao Fundo. *(Parágrafo incluído pela MP n. 2.164-41, de 24-8-2001.)*

Art. 30. Fica reduzida para 1 1/2 (um e meio) por cento a contribuição devida pelas empresas ao Serviço Social do Comércio e ao Serviço Social da Indústria e dispensadas estas entidades da subscrição compulsória a que alude o art. 21 da Lei n. 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Art. 31. O Poder Executivo expedirá o Regulamento desta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua promulgação.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei n. 7.839, de 12 de outubro de 1989, e as demais disposições em contrário.

Decreto n. 99.684, de 8 de novembro de 1990

(Publicado no *DOU*, 12-11-1990)

Consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que com este baixa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos ns.:

I – 59.820, de 20 de dezembro de 1966;
II – 61.405, de 28 de setembro de 1967;
III – 66.619, de 21 de maio de 1970;
IV – 66.819, de 1º de julho de 1970;
V – 66.867, de 13 de julho de 1970;
VI – 66.939, de 22 de julho de 1970;
VII – 69.265, de 22 de setembro de 1971;
VIII – 71.636, de 29 de dezembro de 1972;
IX – 72.141, de 26 de abril de 1973;
X – 73.423, de 7 de janeiro de 1974;
XI – 76.218, de 9 de setembro de 1975;
XII – 76.750, de 5 de dezembro de 1975;
XIII – 77.357, de 1º de abril de 1976;
XIV – 79.891, de 29 de junho de 1977;
XV – 84.509, de 25 de fevereiro de 1980;
XVI – 87.567, de 16 de setembro de 1982;
XVII – 90.408, de 7 de novembro de 1984;
XVIII – 92.366, de 4 de fevereiro de 1986;
XIX – 97.848, de 20 de junho de 1989; e
XX – 98.813, de 10 de janeiro de 1990.

REGULAMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Nas relações jurídicas pertinentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) será observado o disposto neste regulamento.

Art. 2º Para os efeitos deste regulamento considera-se:

I – empregador, a pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, da Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu ser-

viço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão de obra;

II – trabalhador, a pessoa natural que prestar serviços a empregador, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

Capítulo II
DO DIREITO AO FGTS

Art. 3º A partir de 5 de outubro de 1988, o direito ao regime do FGTS é assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais, exceto aos domésticos, independentemente de opção.

Parágrafo único. Os trabalhadores domésticos poderão ter acesso ao regime do FGTS, na forma que vier a ser prevista em lei.

Art. 4º A opção pelo regime de que trata este regulamento somente é admitida para o tempo de serviço anterior a 5 de outubro de 1988, podendo os trabalhadores, a qualquer tempo, optar pelo FGTS com efeito retroativo a 1º de janeiro de 1967, ou à data de sua admissão, quando posterior.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao trabalhador rural (Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973), bem assim àquele:

a) que tenha transacionado com o empregador o direito à indenização, quanto ao período que foi objeto da transação; ou

b) cuja indenização pelo tempo anterior à opção já tenha sido depositada na sua conta vinculada.

Art. 5º A opção com efeito retroativo será feita mediante declaração escrita do trabalhador, com indicação do período de retroação.

§ 1º O empregador, no prazo de quarenta e oito horas, fará as devidas anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro do trabalhador, comunicando ao banco depositário.

§ 2º O valor da conta vinculada em nome do empregador e individualizada em relação ao trabalhador, relativo ao período abrangido pela retroação, será transferido pelo banco depositário para conta vinculada em nome do trabalhador.

Art. 6º O tempo de serviço anterior à opção ou a 5 de outubro de 1988 poderá ser transacionado entre empregador e empregado, respeitado o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da indenização simples ou em dobro, conforme o caso.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata este artigo, a transação deverá ser homologada pelo sindicato da categoria profissional, mesmo quando não houver extinção do contrato de trabalho.

Art. 7º O direito ao FGTS se estende aos diretores não empregados de empresas públicas e sociedades controladas direta ou indiretamente pela União (Lei n. 6.919, de 2 de junho de 1981).

Art. 8º As empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS.

Parágrafo único. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independentemente da denominação do cargo.

Capítulo III
DOS EFEITOS DA RESCISÃO OU EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

Art. 9º Ocorrendo despedida sem justa causa, ainda que indireta, com culpa recíproca por força maior ou extinção normal do contrato de trabalho a termo, inclusive a do trabalhador temporário, deverá o empregador depositar, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e, ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais cabíveis. *(Redação dada pelo Dec. n. 2.430, de 17-12-1997.)*

§ 1º No caso de despedida sem justa causa, ainda que indireta, o empregador depositará na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a 40% (quarenta por cento) do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros, não sendo permitida, para este fim a dedução dos saques ocorridos. *(Redação dada pelo Dec. n. 2.430, de 17-12-1997.)*

§ 2º Ocorrendo despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o parágrafo precedente será de 20% (vinte por cento).

§ 3º Na determinação da base de cálculo para a aplicação dos percentuais de que tratam os parágrafos precedentes, serão computados os valores dos depósitos relativos aos meses da rescisão e o imediatamente anterior, recolhidas na forma do *caput* deste artigo. *(Redação dada pelo Dec. n. 2.430, de 17-12-1997.)*

§ 4º O recolhimento das importâncias de que trata este artigo deverá ser comprovado quando da homologação das rescisões contratuais que exijam o pagamento da multa rescisória bem como quando da habilitação ao saque, sempre que não for devida a homologação da rescisão, observado o disposto no art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, eximindo o empregador, exclusivamente, quanto aos valores discriminados. *(Redação dada pelo Dec. n. 2.430, de 17-12-1997.)*

§ 5º Os depósitos de que tratam o *caput* e os §§ 1º e 2º deste artigo deverão ser efetuados nos seguintes prazos: *(Redação dada pelo Decreto n. 2.582, de 1998)*

a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou *(Incluído pelo Decreto n. 2.582, de 1998)*

b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento. *(Incluído pelo Decreto n. 2.582, de 1998)*

§ 6º O empregador que não realizar os depósitos previstos neste artigo, no prazo especificado no parágrafo anterior, sujeitar-se-á às cominações previstas no art. 30. *(Parágrafo acrescido pelo Dec. n. 2.430, de 17-12-1997.)*

▷ Decreto n. 2.582, de 7 de maio de 1998:

"Art. 2º Os depósitos efetuados nos prazos fixados neste Decreto, no período compreendido entre 16 de fevereiro de 1998 e a data de sua publicação, estão isentos das cominações previstas no § 6º do art. 9º do Regulamento Consolidado do FGTS".

§ 7º O depósito dos valores previstos neste artigo deverá ser efetuado, obrigatoriamente na CEF ou, nas localidades onde não existam unidades daquela empresa, nos bancos conveniados aplicando-se a estes depósitos o disposto no art. 32. *(Parágrafo acrescido pelo Dec. n. 2.430, de 17-12-1997.)*

§ 8º A CEF terá prazo de 10 (dez) dias úteis, após o recolhimento, para atender às solicitações de saque destes valores. *(Parágrafo acrescido pelo Dec. n. 2.430, de 17-12-1997.)*

§ 9º A CEF, para fins de remuneração como Agente Operador do FGTS, considerará recolhimento desses depósitos, da multa rescisória e dos saques desses valores com movimentações distintas. *(Parágrafo acrescido pelo Dec. n. 2.430, de 17-12-1997.)*

Art. 10. Caberá ao banco depositário e, após a centralização à Caixa Econômica Federal (CEF), prestar ao empregador, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da solicitação, as informações necessárias ao cumprimento do disposto nos §§ 1º e 2º do artigo precedente.

§ 1º As informações deverão discriminar os totais de depósitos efetuados pelo empregador, acrescidos dos respectivos juros e correção monetária.

§ 2º Caberá ao empregador comprovar o efetivo depósito dos valores devidos que não tenham ingressado na conta até a data da rescisão do contrato de trabalho.

Art. 11. Fica ressalvado o direito adquirido dos trabalhadores que, em 5 de outubro de 1988, já tinham o direito à estabilidade no emprego, nos termos do Capítulo V do Título IV da CLT.

o seu objeto, por não se revestirem da forma prescrita em lei ou não observarem a solenidade que a lei considere essencial, e, finalmente, quando a lei taxativamente os declarar nulos, *ex vi* do disposto no art. 166 do novo Código Civil.

Na lição de J. M. de Carvalho Santos:

"A nulidade não é senão uma sanção da violação da autoridade da lei, isto é, uma sanção dos atos praticados contra a disposição das leis proibitivas ou perceptivas, qualquer que seja o elemento do ato jurídico, que tenha sido visado pelo preceito legal: sujeito, objeto, conteúdo, cláusulas, formalidades internas e externas, publicidade, etc."[55].

As normas do Direito do Trabalho que estabelecem as regras básicas de proteção ao trabalhador são, inegavelmente, de ordem pública e, por isso mesmo, imperativas e impostergáveis, salvo as hipóteses expressamente previstas em lei (CF, art. 7º, VI).

A contrariedade a esta disciplinação legal e os atos praticados com o objetivo de *desvirtuá-la*, *impedi-la*, ou fraudá-la, são *nulos de pleno direito*.

A nulidade em apreço, como se verifica do dispositivo legal nominado, é absoluta – "de pleno direito". E, como tal, "não produz nenhum efeito. Nasce morto. É como se não houvesse sido praticado. Dele não defluem quaisquer consequências, nem direitos, nem deveres, para aqueles que o celebrarem", como observa Russomano[56].

Trata-se, bem se vê, de proteção legal extremamente rígida às normas de direito material do trabalho e não às disposições processuais, razão por que a elas não se aplica a regra disposta no art. 795 da CLT, que tem natureza eminentemente processual, ponto de vista que é, também, do eminente Russomano.

O ato mais comum de parcela ponderável dos empregadores é o de rotular, de falsos autônomos, legítimos empregados, obrigando-os, não raras vezes, a criar "empresas de representação", inscrever-se como autônomos junto à Previdência Social etc., quando, mediante rudimentar instrução, se verificam, facilmente, presentes todos os traços fundamentais da relação de emprego: pessoalidade na prestação de serviços, funções diretamente relacionadas com o objeto (atividade) da empresa e subordinação hierárquica, ao juiz do trabalho não restando senão fazer prevalecer o denominado princípio da *primazia da realidade sobre a forma*, considerando absolutamente nulo o contrato de autônomo, para proclamar a relação empregatícia, em todas as suas consequências legais.

Nula será, outrossim, qualquer alteração nas condições de trabalho que acarretem prejuízos ao trabalhador, em face do princípio da imperatividade das normas trabalhistas.

▶ *Jurisprudência*

▷ **Cooperativa.** Contrato de prestação de serviço com empresa do ramo da construção civil, para fornecimento de mão de obra continuada. Nulidade da intermediação. A proibição de vínculo de emprego contida no parágrafo único do art. 442 da CLT, em relação às cooperativas e empresas clientes, não autoriza *relações jurídicas que visem desvirtuar, impedir e fraudar a aplicação das normas de*

55. *Código Civil Brasileiro Interpretado*, 9. ed., Freitas Bastos, v. III, p. 226.

56. Ob. cit., v. 1, p. 47.

Art. 12. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, para a qual não tenha o trabalhador dado causa, fica assegurado, na forma do disposto nos arts. 477 a 486 e 497 da CLT, o direito à indenização relativa ao tempo de serviço anterior a 5 de outubro de 1988, que não tenha sido objeto de opção.

Art. 13. No caso de rescisão ou extinção do contrato de trabalho de empregado que conte tempo de serviço anterior a 5 de outubro de 1988 na qualidade de não optante, o empregador poderá levantar o saldo da respectiva conta individualizada, mediante:

I – comprovação do pagamento da indenização devida, quando for o caso; ou

II – autorização do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), quando não houver indenização a ser paga ou houver decorrido o prazo prescricional para reclamação de direitos por parte do trabalhador.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas neste artigo, os recursos serão liberados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da apresentação do comprovante de pagamento da indenização ou da autorização conferida pelo INSS.

Art. 14. No caso de contrato a termo, a rescisão antecipada, sem justa causa ou com culpa recíproca, equipara-se às hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9º, respectivamente, sem prejuízo do disposto no art. 479 da CLT.

Art. 15. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, pelo empregador, por justa causa, o trabalhador demitido somente terá direito ao saque de sua conta vinculada nas hipóteses previstas nos incisos III a VIII do art. 35.

Art. 16. Equipara-se a extinção normal do contrato a termo o término do mandato do diretor não empregado (arts. 7º e 8º) não reconduzido.

Capítulo IV
DAS CONTAS

Art. 17. As importâncias creditadas nas contas vinculadas em nome dos trabalhadores são impenhoráveis.

Art. 18. O saldo das contas vinculadas é garantido pelo Governo Federal, podendo ser instituído seguro especial para esse fim.

Art. 19. Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalizarão juros de três por cento ao ano.

§ 1º A correção monetária e os juros correrão à conta do FGTS.

§ 2º Para as contas vinculadas dos trabalhadores optantes, existentes em 22 de setembro de 1971, a capitalização dos juros dos depósitos continuará a ser feita levando-se em conta o período de permanência na mesma empresa, na seguinte progressão:

a) 3% (três por cento), durante os dois primeiros anos;

b) 4% (quatro por cento), do terceiro ao quinto ano;

c) 5% (cinco por cento), do sexto ao décimo ano;

d) 6% (seis por cento), a partir do décimo primeiro ano.

§ 3º O disposto no parágrafo precedente deixará de ser aplicado quando o trabalhador mudar de empresa, hipótese em que a capitalização dos juros passará a ser feita à taxa de 3% (três por cento) ao ano.

Art. 20. O crédito da atualização monetária e dos juros será efetuado na conta do trabalhador:

I – no primeiro dia útil de cada mês, com base no saldo existente no primeiro dia útil do mês anterior, até que ocorra a centralização das contas na CEF; e

II – no dia 10 de cada mês, com base no saldo existente no dia 10 do mês anterior, após a centralização prevista neste artigo.

§ 1º O saldo existente no mês anterior será utilizado como base para o cálculo dos juros e da atualização monetária após a dedução dos saques ocorridos no período, exceto os efetuados no dia do crédito.

§ 2º Caso no dia 10 não haja expediente bancário, considerar-se-á o primeiro dia útil subsequente, tanto para a realização do crédito quanto para a definição do saldo-base.

Art. 21. Até o dia 14 de maio de 1991, a CEF assumirá o controle de todas as contas vinculadas, passando os demais estabelecimentos bancários, findo esse prazo, à condição de agentes recebedores e pagadores do FGTS, mediante recebimento de tarifa a ser fixada pelo Conselho Curador.

§ 1º Até que a CEF implemente as disposições deste artigo, a conta vinculada continuará sendo aberta em nome do trabalhador, em estabelecimento bancário escolhido pelo empregador.

§ 2º Verificando-se mudança de emprego, a conta vinculada será transferida para o estabelecimento bancário da escolha do novo empregador.

Art. 22. A partir do segundo mês após a centralização das contas na CEF, fica assegurado ao trabalhador o direito de receber, bimestralmente, extrato informativo da conta vinculada.

Parágrafo único. A qualquer tempo a CEF, mediante solicitação, fornecerá ao trabalhador informações sobre sua conta vinculada.

Art. 23. O banco depositário é responsável pelos lançamentos efetuados nas contas vinculadas durante o período em que estiverem sob sua administração.

Art. 24. Por ocasião da centralização na CEF, caberá ao banco depositário emitir o último extrato das contas vinculadas sob sua responsabilidade, que deverá conter, inclusive, o registro dos valores transferidos e a discriminação dos depósitos efetuados na vigência do último contrato de trabalho.

Art. 25. Após a centralização das contas na CEF saldo de conta não individualizada e de conta vinculada sem depósito há mais de cinco anos será incorporado ao patrimônio do FGTS, resguardado o direito do beneficiário de reclamar, a qualquer tempo, a reposição do valor transferido, mediante comprovação de ter a conta existido.

Art. 26. A empresa anotará na Carteira de Trabalho e Previdência Social o nome e endereço da agência do banco depositário.

Parágrafo único. Após a centralização das contas na CEF, a empresa ficará desobrigada da anotação de que trata este artigo.

Capítulo V
DOS DEPÓSITOS

Art. 27. O empregador, ainda que entidade filantrópica, é obrigado a depositar, até o dia 7 de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8% (oito por cento) de remuneração paga ou devida no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei n. 4.749, de 12 de agosto de 1965.

Parágrafo único. Não integram a base de cálculo para incidência do percentual de que trata este artigo:

a) a contribuição do empregador para o Vale-Transporte (Decreto n. 95.247, de 17 de novembro de 1987); e

b) os gastos efetuados com bolsas de aprendizagem (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 64).

Art. 28. O depósito na conta vinculada do FGTS é obrigatório também nos casos de interrupção do contrato de trabalho prevista em lei, tais como:

I – prestação de serviço militar;

II – licença para tratamento de saúde de até 15 (quinze) dias;

III – licença por acidente de trabalho;

IV – licença à gestante; e

V – licença-paternidade.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, a base de cálculo será revista sempre que ocorrer aumento geral na empresa ou na categoria profissional a que pertencer o trabalhador.

Art. 29. O depósito a que se refere o art. 27 é devido, ainda, quando o empregado passar a exercer cargo de diretoria, gerência ou outro de confiança imediata do empregador.

Art. 30. O empregador que não realizar os depósitos previstos no prazo fixado no art. 27 sujeitar-se-á às obrigações e sanções previstas nos arts. 50 e 52 e responderá:

I – pela atualização monetária da importância correspondente; e

II – pelos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 20% (vinte por cento), incidentes sobre o valor atualizado.

§ 1º A atualização monetária será cobrada por dia de atraso, tomando-se por base os índices de variação do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTN Fiscal) ou, na falta deste, do título que vier a sucedê-lo, ou, ainda, a critério do Conselho Curador, por outro indicador da inflação diária.

§ 2º Se o débito for pago até o último dia útil do mês em que o depósito deveria ter sido efetuado, a multa será reduzida para 10% (dez por cento).

§ 3º O disposto neste artigo se aplica aos depósitos decorrentes de determinação judicial.

Art. 31. Até a centralização das contas na CEF, a apropriação na conta vinculada, para fins de atualização monetária e capitalização de juros, será feita:

I – no primeiro dia útil do mês subsequente, quando o depósito ocorrer no próprio mês em que se tornou devido;

II – no primeiro dia útil do mês do depósito, quando este ocorrer no mês subsequente àquele em que se tornou devido; e

III – no primeiro dia útil do mês do depósito, quando este ocorrer a partir do segundo mês subsequente ao em que se tornou devido, atualizado monetariamente e acrescido de juros, contados da data em que a apropriação deveria ter sido feita.

Art. 32. Os depósitos relativos ao FGTS, efetuados na rede bancária, serão transferidos à CEF no segundo dia útil subsequente à data em que tenham sido efetuados.

Art. 33. Os empregadores deverão comunicar mensalmente aos trabalhadores os valores recolhidos ao FGTS e repassar-lhes todas as informações recebidas da CEF ou dos bancos depositários sobre as respectivas contas vinculadas.

Art. 34. Os depósitos em conta vinculada constituirão despesas dedutíveis do lucro operacional dos empregadores e as importâncias levantadas a seu favor, receita tributável (Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990).

Capítulo VI
DOS SAQUES

Art. 35. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I – despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e por força maior comprovada com o depósito dos valores de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 9º; *(Redação dada pelo Dec. n. 2.430, de 17-12-1997.)*

II – extinção da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou, ainda, falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão do contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III – aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV – falecimento do trabalhador;

V – pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses; e

c) o valor de cada parcela a ser movimentada não exceda a 80% (oitenta por cento) do montante da prestação;

VI – liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário concedido no âmbito do SFH, desde que haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação, sem prejuízo de outras condições estabelecidas pelo Conselho Curador;

VII – pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) conte o mutuário com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes; e

b) seja a operação financiada pelo SFH ou, se realizada fora do Sistema, preencha os requisitos para ser por ele financiada;

VIII – quando permanecer 3 (três) anos ininterruptos, a partir de 14 de maio de 1990, sem crédito de depósitos;

IX – extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei n. 6.019, de 1974; (*Redação dada pelo Dec. n. 5.860, de 2006.*)

X – suspensão do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias; (*Redação dada pelo Dec. n. 5.860, de 2006.*)

XI – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna; (*Incluído pelo Dec. n. 5.860, de 2006.*)

XII – aplicação, na forma individual ou por intermédio de Clubes de Investimento – CI-FGTS, em quotas de Fundos Mútuos de Privatização – FMP-FGTS, conforme disposto no inciso XII do art. 20 da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990; (*Redação dada pelo Dec. n. 5.860, de 2006.*)

XIII – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV; e (*Incluído pelo Dec. n. 5.860, de 2006.*)

XIV – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave. (*Incluído pelo Dec. n. 5.860, de 2006.*)

§ 1º Os depósitos em conta vinculada em nome de aposentado, em razão de novo vínculo empregatício, poderão ser sacados também no caso de rescisão do contrato de trabalho a seu pedido.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos I e II, o trabalhador somente poderá sacar os valores relativos ao último contrato de trabalho.

§ 3º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.

§ 4º A garantia a que alude o art. 18 deste Regulamento não compreende as aplicações a que se refere o inciso XII deste artigo. *(Parágrafo acrescido pelo Dec. n. 2.430, de 17-12-1997.)*

§ 5º Os recursos automaticamente transferidos da conta do titular no FGTS em razão da aquisição de ações, bem como os ganhos ou perdas dela decorrentes, observado o disposto na parte final do § 1º do art. 9º, não afetarão a base de cálculo da indenização de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 9º deste Regulamento. *(Parágrafo acrescido pelo Dec. n. 2.430, de 17-12-1997.)*

§ 6º Os resgates de quotas dos FMP-FGTS e dos CI-FGTS, para os casos previstos nos incisos I a IV e VI a X deste artigo, somente poderão ocorrer com autorização prévia do Agente Operador do FGTS. (*Redação dada pelo Dec. n. 5.860, de 2006.*)

§ 7º Nos casos previstos nos incisos IV, VI e VII, o resgate de quotas implicará retorno à conta vinculada do trabalhador do valor resultante da aplicação. *(Parágrafo acrescido pelo Dec. n. 2.430, de 17-12-1997.)*

§ 8º O limite de 50% (cinquenta por cento) a que se refere o inciso XII deste artigo será observado a cada aplicação e após deduzidas as utilizações anteriores que não tenham retornado ao FGTS de modo que o somatório dos saques da espécie, atualizados, não poderá ser superior à metade do saldo atual da respectiva conta. *(Parágrafo acrescido pelo Dec. n. 2.430, de 17-12-1997.)*

Art. 36. O saque poderá ser efetuado mediante:

I – apresentação do recibo de quitação das verbas rescisórias, nos casos dos incisos I e II do artigo precedente;

II – apresentação de documento expedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que:

a) declare a condição de inativo, no caso de aposentadoria; ou

b) contenha a identificação e a data de nascimento de cada dependente, no caso de falecimento do trabalhador;

III – requerimento dirigido ao agente financeiro, nas hipóteses dos incisos V e VI, ou ao banco arrecadador, nos casos dos incisos VII e VIII, todos do artigo anterior;

IV – apresentação de cópia do instrumento contratual, no caso de contrato a termo;

V – declaração do sindicato representativo da categoria profissional, no caso de suspensão do trabalho avulso por período igual

ou superior a 90 (noventa) dias; (*Redação dada pelo Dec. n. 5.860, de 2006.*)

VI – comprovação da rescisão e da sua condição de aposentado, no caso do § 1º do art. 35; (*Redação dada pelo Dec. n. 5.860, de 2006.*)

VII – requerimento formal do trabalhador ao Administrador do FMP-FGTS, ou do CI-FGTS, ou por meio de outra forma estabelecida pelo Agente Operador do FGTS, no caso previsto no inciso XII do art. 35, garantida, sempre, a aquiescência do titular da conta vinculada; e (*Redação dada pelo Dec. n. 5.860, de 2006.*)

VIII – atestado de diagnóstico assinado por médico, devidamente identificado por seu registro profissional, emitido na conformidade das normas dos Conselhos Federal e Regional de Medicina, com identificação de patologia consignada no Código Internacional de Doenças – CID, e descritivo dos sintomas ou do histórico patológico pelo qual se identifique que o trabalhador ou dependente seu é portador de neoplasia maligna, do vírus HIV ou que caracterize estágio terminal de vida em razão de doença grave, nos casos dos incisos XI, XIII e XIV do art. 35. (*Incluído pelo Dec. n. 5.860, de 2006.*)

Parágrafo único. A apresentação dos documentos de que tratam os incisos I e IV do *caput* deste artigo poderá ser suprida pela comunicação para fins de autorização da movimentação da conta vinculada do trabalhador, realizada com uso de certificação digital e em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Agente Operador do FGTS. (*Incluído pelo Dec. n. 5.860, de 2006.*)

Art. 37. O saque de recursos na conta vinculada incluirá, obrigatoriamente, os valores nela depositados no mês do evento, mesmo que ainda não tenham sido creditados.

Art. 38. O saldo da conta vinculada do trabalhador que vier a falecer será pago a seu dependente, para esse fim habilitado perante a Previdência Social, independentemente de autorização judicial.

§ 1º Havendo mais de um dependente habilitado, o pagamento será feito de acordo com os critérios adotados pela Previdência Social para a concessão de pensão por morte.

§ 2º As quotas atribuídas a menores ficarão depositadas em caderneta de poupança e, salvo autorização judicial, só serão disponíveis após o menor completar 18 (dezoito) anos.

§ 3º Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os sucessores do trabalhador, na forma prevista no Código Civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 39. O direito de utilizar os recursos creditados em conta vinculada em nome do trabalhador não poderá ser exercido simultaneamente para a aquisição de mais de um imóvel.

Art. 40. O imóvel, adquirido com a utilização do FGTS, somente poderá ser objeto de outra operação com recursos do Fundo na forma que vier a ser disciplinada pelo Conselho Curador.

Art. 41. A solicitação de saque da conta vinculada será atendida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quando o documento for entregue na agência onde o empregador tenha efetuado o depósito do FGTS.

§ 1º Compete à CEF expedir instruções fixando prazo para os casos em que a entrega do documento não ocorra na agência mantenedora da conta ou quando o sacador solicitar que o saque seja liberado em outra agência, ou, ainda, quando o sacador optar pelo saque após o crédito de juros e atualização monetária relativos ao mês em que se verificar o pedido.

§ 2º Decorrido o prazo, sobre o valor do saque incidirá atualização monetária com base nos índices de variação do BTN Fiscal, ou outro que vier a sucedê-lo, ou, ainda, a critério do Conselho Curador, por outro indicador da inflação diária.

§ 3º No caso de valor aplicado em FMP-FGTS, e para os fins previstos nos incisos IV, VI e VII do art. 35, o prazo de 5 (cinco) dias contar-se-á a partir do retorno do valor resultante da aplicação à conta vinculada e não da data da solicitação. (*Parágrafo acrescido pelo Dec. n. 2.430, de 17-12-1997.*)

Art. 42. A movimentação da conta vinculada do FGTS por menor de dezoito anos dependerá da assistência do responsável legal.

Capítulo VII
DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE

Art. 43. A regularidade da situação do empregador perante o FGTS será comprovada pelo Certificado de Regularidade do FGTS, com validade em todo o território nacional, a ser fornecido pela CEF, mediante solicitação.

Art. 44. A apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS é obrigatória para:

I – habilitação em licitação promovida por órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional e por empresas controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;

II – obtenção de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer instituições financeiras públicas, por parte de órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, bem assim empresas controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;

III – obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, outorga ou concessão de serviços ou quaisquer outros benefícios concedidos por órgão da Administração Pública Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, salvo quando destinados a saldar débitos para com o FGTS;

IV – transferência de domicílio para o exterior; e

V – registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na extinção da empresa.

Art. 45. Para obter o Certificado de Regularidade, o empregador deverá satisfazer as seguintes condições:

I – estar em dia com as obrigações para com o FGTS; e

II – estar em dia com o pagamento de prestação de empréstimos lastreados em recursos do FGTS.

Art. 46. O Certificado de Regularidade terá validade de até 6 (seis) meses contados da data da sua emissão.

§ 1º No caso de parcelamento de débito, a validade será de 30 (trinta) dias.

§ 2º Havendo antecipação no pagamento de parcelas, o Certificado terá validade igual ao período correspondente às prestações antecipadas, observado o prazo máximo de 6 (seis) meses.

Capítulo VIII
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 47. Constituem infrações à Lei n. 8.036, de 1990:

I – não depositar mensalmente a parcela referente ao FGTS;

II – omitir informações sobre a conta vinculada do trabalhador;

III – apresentar informações ao Cadastro Nacional do Trabalhador, dos trabalhadores beneficiários, com erros ou omissões;

IV – deixar de computar, para efeito de cálculo dos depósitos do FGTS, parcela componente da remuneração;

V – deixar de efetuar os depósitos com os acréscimos legais, após notificado pela fiscalização.

Parágrafo único. Por trabalhador prejudicado o infrator estará sujeito às seguintes multas:

a) de dois a cinco BTN, nos casos dos incisos II e III; e

b) de dez a cem BTN, nos casos dos incisos I, IV e V.

Art. 48. Nos casos de fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato à fiscalização, assim como na reincidência, a multa especificada no artigo anterior será duplicada, sem prejuízo das demais cominações legais.

Art. 49. Os valores das multas, quando não recolhidas no prazo legal, serão atualizados monetariamente pelo BTN Fiscal até a data de seu efetivo pagamento.

Art. 50. O empregador em mora para com o FGTS não poderá, sem prejuízo de outras disposições legais (Decreto-lei n. 368, de 14 de dezembro de 1968, art. 1º):

I – pagar honorário, gratificação, *pro labore*, ou qualquer tipo de retribuição ou retirada a seus diretores, sócios, gerentes ou titulares de firma individual; e

II – distribuir quaisquer lucros, bonificações, dividendos ou interesses a seus sócios, titulares, acionistas, ou membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos.

Art. 51. O empregador em mora contumaz com o FGTS não poderá receber qualquer benefício de natureza fiscal, tributária ou financeira, por parte de órgão da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou de que estes participem (Decreto-lei n. 368, de 1968, art. 2º).

§ 1º Considera-se mora contumaz o não pagamento de valores devidos ao FGTS por período igual ou superior a 3 (três) meses, sem motivo grave ou relevante, excluídas as causas pertinentes ao risco do empreendimento.

§ 2º Não se incluem na proibição deste artigo as operações destinadas à liquidação dos débitos existentes para com o FGTS, o que deverá ser expressamente consignado em documento firmado pelo responsável legal da empresa, como justificação do crédito.

Art. 52. Pela infração ao disposto nos incisos I e II do art. 50, os diretores, sócios, gerentes, membros de órgãos fiscais ou consultivos, titulares de firma individual ou quaisquer outros dirigentes de empresa estão sujeitos à pena de detenção de 1 (um) mês a 1 (um) ano (Decreto-lei n. 368, de 1968, art. 4º).

Parágrafo único. Apurada a infração prevista neste artigo, a autoridade competente do INSS representará, sob pena de responsabilidade, ao Ministério Público, para a instauração da competente ação penal.

Art. 53. Por descumprimento ou inobservância de quaisquer das obrigações que lhe compete como agente arrecadador, pagador ou mantenedor do cadastro de contas vinculadas, na forma que vier a ser disciplinada pelo Conselho Curador, fica o banco depositário sujeito ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do montante da conta do empregado, independentemente das demais cominações legais.

Capítulo IX
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 54. Compete ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS), por intermédio do INSS, exercer a fiscalização do cumprimento do disposto na Lei n. 8.036, de 1990, de acordo com este regulamento e os arts. 626 a 642 da CLT, especialmente quanto à apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores.

Art. 55. O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da CLT, respeitado o privilégio do FGTS à prescrição trintenária.

Art. 56. A penalidade de multa será aplicada pelo Gerente de Atendimento de Relações de Emprego, do INSS, mediante decisão fundamentada, lançada em processo administrativo, assegurada ampla defesa ao autuado.

Parágrafo único. Na fixação da penalidade a autoridade administrativa levará em conta as circunstâncias e consequências da infração, bem como ser o infrator primário ou reincidente, a sua situação econômico-financeira e os meios ao seu alcance para cumprir a lei.

Art. 57. Quando julgado procedente o recurso interposto na forma do art. 636 da CLT, os depósitos efetuados para garantia de instância serão restituídos com os valores atualizados na forma da lei.

Art. 58. A rede arrecadadora e a CEF deverão prestar ao MTPS as informações necessárias à fiscalização.

Capítulo X
DO FUNDO E DO SEU EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 59. O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas e outros recursos a ele incorporados.

Parágrafo único. Constituem recursos incorporados ao FGTS:

a) eventuais saldos apurados nos termos do art. 68;

b) dotações orçamentárias específicas;

c) resultados de aplicações;

d) multas, correção monetária e juros moratórios auferidos; e

e) outras receitas patrimoniais e financeiras.

Art. 60. O exercício financeiro do FGTS será de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

§ 1º No final de cada exercício financeiro será realizado balanço anual do FGTS.

§ 2º As contas do FGTS serão escrituradas em registros contábeis próprios.

Capítulo XI
DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 61. As aplicações com recursos do FGTS poderão ser realizadas diretamente pela CEF, pelos demais órgãos integrantes do SFH e pelas entidades para esse fim credenciadas pelo Banco Central do Brasil como agentes financeiros, exclusivamente segundo critérios fixados pelo Conselho Curador, mediante operações em que sejam assegurados:

I – garantia real;

II – correção monetária igual à das contas vinculadas;

III – taxa de juros média mínima, por projeto, de 3% (três por cento) ao ano; e

IV – prazo máximo de retorno de 25 (vinte e cinco) anos.

§ 1º A rentabilidade média das aplicações deverá ser suficiente à cobertura de todos os custos incorridos pelo Fundo e ainda à formação de reserva técnica para o atendimento de gastos eventuais não previstos, sendo da CEF o risco de crédito.

§ 2º Os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana, sem prejuízo das disponibilidades financeiras que deverão ser mantidas em volume que satisfaça às condições de liquidez e à remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º O programa de aplicações deverá destinar, no mínimo, 60% (sessenta por cento) para investimentos em habitação popular.

§ 4º O Conselho Curador definirá o conceito de habitação popular considerando, em especial, a renda das famílias a serem atendidas.

§ 5º Os projetos de saneamento básico e infraestrutura urbana, financiados com recursos do FGTS, deverão ser complementares aos programas habitacionais.

§ 6º Nos financiamentos concedidos a pessoa jurídica de direito público será exigida garantia real ou vinculação de receitas.

Art. 62. O Conselho Curador fixará diretrizes e estabelecerá critérios técnicos para as aplicações dos recursos do FGTS, de forma que sejam:

I – exigida a participação dos contratantes de financiamentos nos investimentos a serem realizados;

II – assegurado o cumprimento, por parte dos contratantes, das obrigações decorrentes dos financiamentos obtidos; e

III – evitadas distorções na aplicação entre as regiões do País, considerando para tanto a demanda habitacional, a população e outros indicadores sociais.

Capítulo XII
DO CONSELHO CURADOR DO FGTS

Art. 63. O FGTS será regido segundo normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador.

Art. 64. Ao Conselho Curador compete:

I – estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS, de acordo com os critérios definidos na Lei n. 8.036, de 1990, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal;

II – apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FGTS;

III – acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados;

IV – pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle interno;

V – adotar as providências cabíveis para a correção de atos do MAS e da CEF, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades a que se destinam os recursos do FGTS;

VI – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

VII – fixar as normas e valores de remuneração do Agente Operador e dos Agentes Financeiros;

VIII – fixar critérios para o parcelamento de recolhimentos em atraso;

IX – fixar critérios e valor de remuneração da entidade ou órgão encarregado da fiscalização;

X – divulgar, no *Diário Oficial da União*, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como as contas do FGTS e os respectivos pareceres emitidos; e

XI – aprovar seu regimento interno.

Art. 65. O Conselho Curador do FGTS, presidido pelo Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social, tem a seguinte composição:

I – Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento;

II – Ministro de Estado da Ação Social;

III – Presidente do Banco Central do Brasil;

IV – Presidente da Caixa Econômica Federal;

V – três representantes dos trabalhadores; e

VI – três representantes dos empregadores.

§ 1º Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, bem como os seus suplentes, serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução uma vez.

§ 2º Os presidentes das entidades referidas nos incisos III e IV indicarão seus suplentes ao Presidente do Conselho Curador, que os nomeará.

§ 3º O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, mediante convocação de seu Presidente. Esgotado esse período, não tendo ocorrido convocação, qualquer de seus membros poderá fazê-la, no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo necessidade, qualquer membro poderá convocar reunião extraordinária, na forma do Regimento Interno.

§ 4º As decisões do Conselho Curador serão tomadas por maioria simples, com a presença de, no mínimo, 7 (sete) de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

§ 5º As despesas necessárias para o comparecimento às reuniões do Conselho Curador constituirão ônus das respectivas entidades representadas.

§ 6º As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador, decorrentes das atividades desse órgão, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.

§ 7º Competirá ao MTPS proporcionar, ao Conselho Curador, os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que contará com uma Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS.

§ 8º Aos membros efetivos do Conselho Curador e aos seus suplentes, enquanto representantes dos trabalhadores, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até 1 (um) ano após o término do mandato, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada.

§ 9º As funções de membro do Conselho Curador não serão remuneradas, sendo o seu exercício considerado serviço relevante.

Capítulo XIII
DO GESTOR DA APLICAÇÃO DO FGTS

Art. 66. Ao Ministério do Planejamento e Orçamento, na qualidade de Gestor da aplicação dos recursos do FGTS, compete: *(Redação dada pelo Dec. n. 1.522, de 13-6-1995.)*

I – praticar todos os atos necessários à gestão da aplicação do FGTS, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos pelo Conselho Curador;

II – expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos para a implementação

dos programas aprovados pelo Conselho Curador;

III – definir as metas a serem alcançadas pelos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana;

IV – estabelecer os critérios, procedimentos e parâmetros básico para a análise, seleção, contratação, acompanhamento e avaliação dos projetos a serem financiados com recursos do FGTS, com observância dos objetivos da política nacional de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana, estabelecidas pelo Governo Federal;

V – definir as prioridades, a metodologia e os parâmetros básicos que nortearão a elaboração dos orçamentos e planos plurianuais de aplicação dos recursos do FGTS;

VI – elaborar os orçamentos anuais e planos plurianuais de aplicação dos recursos, discriminando-os por Unidade da Federação e submetendo-os, até 31 de julho de cada ano, ao Conselho Curador;

VII – acompanhar a execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana, decorrentes da aplicação dos recursos do FGTS, implementadas pelo Agente Operador;

VIII – subsidiar o Conselho Curador com estudos técnicos necessários ao aprimoramento dos programas de habitação popular, saneamento e infraestrutura urbana;

IX – submeter ao Conselho Curador as contas do FGTS.

Parágrafo único. O Gestor da aplicação poderá firmar convênios com os Governos dos Estados e do Distrito Federal para, por intermédio de instâncias colegiadas constituídas de representantes do governo estadual, dos governos municipais, quando houver, e da sociedade civil, em igual número, enquadrar, hierarquizar e selecionar os pleitos de operações de crédito com recursos do FGTS.

Capítulo XIV
DO AGENTE OPERADOR DO FGTS

Art. 67. Cabe à CEF, na qualidade de Agente Operador do FGTS: *(Redação dada pelo Dec. n. 1.522, de 13-6-1995.)*

I – centralizar os recursos do FGTS, participar da rede incumbida de sua arrecadação, manter e controlar as contas vinculadas e emitir regularmente os extratos individuais correspondentes;

II – definir os procedimentos operacionais necessários à execução dos programas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana e ao cumprimento das resoluções do Conselho Curador e dos atos normativos do Gestor da aplicação do FGTS;

III – expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativos e operacionais dos bancos depositários, dos agentes financeiros e promotores, dos tomadores dos recursos, dos empregadores e dos trabalhadores, integrantes do sistema do FGTS;

IV – analisar, sob os aspectos jurídico e de viabilidade técnica, econômica e financeira, os projetos de habitação popular, infraestrutura urbana, e saneamento básico a serem financiados com recursos do FGTS;

V – avaliar o desempenho e a capacidade econômico-financeira dos agentes envolvidos nas operações de crédito com recursos do FGTS;

VI – conceder os créditos para as operações previamente selecionadas e hierarquizadas, desde que consideradas viáveis, de acordo com o disposto no inciso IV deste artigo, responsabilizando-se pelo acompanhamento de sua execução e zelando pela correta aplicação dos recursos;

VII – formalizar convênios com a rede bancária para recebimento de pagamento do FGTS, em conformidade com o disposto pelo Conselho Curador;

VIII – celebrar convênios e contratos, visando à aplicação dos recursos do FGTS, em conformidade com o disposto pelo Conselho Curador;

IX – elaborar as contas do FGTS, encaminhando-as ao Gestor da aplicação;

X – implementar os atos do Gestor relativos à alocação e à aplicação dos recursos do FGTS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador;

ordem pública protetoras do trabalho assalariado (CLT, art. 9º). (TRT/SP, Ac. 20000649842, 9ª T., j. 4-12-2000, Rel. Luiz Edgar Ferraz de Oliveira, *DOE/SP*, 19-12-2000)

▷ **Sucessão imprópria.** Dá-se sucessão imprópria e consequentemente solidariedade passiva, quando empresa distinta assume parte das atividades de outra, sem lhe assumir as obrigações trabalhistas com seus empregados dispensados, o que se configura fraude, nos termos do art. 9º da CLT, violando os artigos 10 e 448 do mesmo diploma legal. (TRT/SP, Ac. 20000367740, 3ª T., j. 18-7-2000, Rel. Décio Sebastião Daidone, *DOE/SP*, 1º-8-2000)

▷ **Solidariedade.** Alcance. A solidariedade é figura-tipo, que decorre da lei ou do contrato. Não aceita analogia; rejeita a presunção; não suporta aplicação extensiva. Se não houve fraude (CLT, 9º, c/c CC, 1.518), acordo de vontade (CC, 896) ou grupo econômico (CLT, 2º, parágrafo 2º), não há solidariedade. (TRT/SP, Ac. 20000064828, 6ª T., j. 15-2-2000, Rel. Rafael E. Pugliese Ribeiro, *DOE/SP*, 25-2-2000)

▷ **Vínculo de emprego.** Cooperativa. O art. 442 da CLT há de ser interpretado sistematicamente com os artigos 3º e 9º da mesma Consolidação. Isto porque, face aos princípios norteadores do Direito do Trabalho, onde a característica do contrato laboral deve repousar na realidade dos fatos, caracterizada a fraude na tentativa de desvirtuar a relação empregatícia havida, é de se aplicar a regra de proteção contida no artigo 9º celetizado, surgindo daí o contrato de trabalho. (TRT/SP, Ac. 20010118840, 10ª T., j. 20-3-2001, Rel. Vera Marta Publio Dias, *DOE/SP*, 30-3-2001)

Art. 10. Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa não afetará os direitos adquiridos por seus empregados.

▶ *Comentários*

O exame do art. 2º da CLT deixa claro o fenômeno da despersonalização física do empregador, enfatizando o dispositivo legal nominado, de que o empregador é a *empresa* individual ou coletiva.

A vinculação do empregado à empresa visou, como facilmente se percebe, garantir a sobrevivência do contrato de trabalho, na eventualidade de sucessão *inter vivos* ou *causa mortis*, no quadro dos titulares da mesma.

Assim, ainda que haja substituição de diretores, cessão de ações ou de quotas, morte do empresário individual, venda ou arrendamento do estabelecimento comercial, subsiste a relação de emprego, respondendo os sucessores pelas obrigações trabalhistas.

Em consonância com o princípio assentado no dispositivo legal em exame, dispõe o art. 448 da CLT que "a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados".

Assim, considera-se irrelevante cláusula de contratos de venda e compra, cessão de quotas, que liberem o adquirente de responsabilidades trabalhistas. Tal cláusula não terá, para o Direito do Trabalho, qualquer validade, só gerando efeitos no âmbito dos Direitos Civil e Comercial, entre os antigos titulares e o sucessor.

O artigo em exame, como se vê, deve ser interpretado em consonância com o art. 448 do Estatuto Consolidado que declara: "A mudança na propriedade ou

XI – emitir Certificado de Regularidade do FGTS;

XII – apresentar relatórios gerenciais periódicos e, sempre que solicitadas, outras informações, com a finalidade de proporcionar ao Gestor da aplicação e ao Conselho Curador meios para avaliar o desempenho dos programas, nos seus aspectos físico, econômico-financeiro, social e institucional, e sua conformidade com as diretrizes governamentais;

XIII – expedir atos normativos referentes aos procedimentos administrativo-operacionais a serem observados pelos agentes administradores dos FMP-FGTS e dos CI-FGTS, no que se refere às questões relacionadas ao cadastramento, ao fluxo de informações das movimentações e a resgates de quotas; *(Inciso acrescido pelo Dec. n. 2.430, de 17-12-1997.)*

XIV – determinar aos administradores dos FMP-FGTS e dos CI-FGTS o retorno das aplicações ao FGTS, nos casos de falecimento do titular, de aquisição de casa própria, de amortização ou liquidação de saldo devedor de financiamento do SFH e para o cumprimento de ordem judicial. *(Inciso acrescido pelo Dec. n. 2.430, de 17-12-1997.)*

Art. 68. Os resultados financeiros auferidos pela CEF, no período entre o repasse dos bancos e o depósito nas contas vinculadas dos trabalhadores, destinar-se-ão à cobertura das despesas de administração do FGTS e ao pagamento da tarifa aos bancos depositários, devendo os eventuais saldos ser incorporados ao patrimônio do Fundo, nos termos do art. 59, parágrafo único, alínea *a*.

Capítulo XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 69. É competente a Justiça do Trabalho para julgar os dissídios entre os trabalhadores e os empregadores, decorrentes da aplicação da Lei n. 8.036, de 1990, mesmo quando a União e a CEF figurarem como litisconsortes.

Parágrafo único. Nas reclamatórias trabalhistas que objetivem o ressarcimento de parcelas relativas ao FGTS, ou que, direta ou indiretamente, impliquem essa obrigação, o juiz determinará que a empresa sucumbente proceda ao recolhimento imediato das importâncias devidas a tal título.

Art. 70. Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou, ainda, o sindicato a que estiver vinculado, acionar diretamente a empresa para compeli-la a efetuar o depósito das importâncias devidas nos termos da Lei n. 8.036, de 1990.

Parágrafo único. A União e a CEF deverão ser notificadas da propositura da reclamação.

Art. 71. São isentos de tributos federais os atos e operações necessários à aplicação da Lei n. 8.036, de 1990, quando praticados pela CEF, pelos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores, pelos empregadores e pelos estabelecimentos bancários.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às importâncias devidas, nos termos da Lei n. 8.036, de 1990, aos trabalhadores e seus dependentes ou sucessores.

Art. 72. É facultado à entidade sindical representar os trabalhadores junto ao empregador, ao banco depositário ou à CEF, para obtenção de informações relativas ao FGTS.

Art. 73. É facultado ao empregador desobrigar-se da responsabilidade da indenização relativa ao termo de serviço anterior à opção, depositando na conta vinculada do trabalhador, até o último dia útil do mês previsto em lei para o pagamento de salário, o valor correspondente à indenização, aplicando-se ao depósito, no que couber, as disposições da Lei n. 8.036, de 1990, e deste Regulamento.

Capítulo XVI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 74. O MAS, a CEF e o Conselho Curador serão responsáveis pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos na Lei n. 8.036, de 1990, e neste Regulamento.

Art. 75. O Conselho Curador expedirá os atos necessários para que seja resguardada a integridade dos direitos do trabalhador, notadamente no que se refere à atualização dos respectivos créditos e à exata informação, quando da centralização das contas do FGTS na CEF.

Art. 76. Os trabalhadores admitidos a termo e os temporários, cujos contratos se extinguiram durante a vigência da Lei n. 7.839, de 12 de outubro de 1989, poderão movimentar suas contas vinculadas relativas a esses contratos, cabendo aos então empregadores fornecer os documentos necessários para o levantamento dos respectivos valores.

Art. 77. O disposto no art. 7º se aplica aos diretores não empregados das autarquias em regime especial e fundações sob supervisão ministerial (Lei n. 6.919, de 1981).

Art. 78. O MAS e a CEF deverão dar pleno cumprimento aos programas anuais em andamento, aprovados pelo Conselho Curador, sendo que eventuais alterações somente poderão ser processadas mediante prévia anuência daquele colegiado.

Art. 79. Até que se cumpra o disposto no art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional promover a execução judicial dos créditos da União decorrentes da aplicação de penalidades previstas na Lei n. 8.036, de 1990.

Lei n. 8.844,
de 20 de janeiro de 1994
(Publicada no *DOU*, 21-1-1994)

Dispõe sobre a fiscalização, apuração e cobrança judicial das contribuições e multas devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Art. 1º Compete ao Ministério do Trabalho a fiscalização e a apuração das contribuições ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem assim a aplicação das multas e demais encargos devidos.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal (CEF) e a rede arrecadadora prestarão ao Ministério do Trabalho as informações necessárias ao desempenho dessas atribuições.

Art. 2º Compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a inscrição em Dívida Ativa dos débitos para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, bem como, diretamente ou por intermédio da Caixa Econômica Federal, mediante convênio, a representação judicial e extrajudicial do FGTS, para a correspondente cobrança, relativamente à contribuição e às multas e demais encargos previstos na legislação respectiva. *(Redação dada pela Lei n. 9.467, de 10-7-1997.)*

§ 1º O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço fica isento de custas nos processos judiciais de cobrança de seus créditos. *(Parágrafo incluído pela Lei n. 9.467, de 10-7-1997.)*

§ 2º As despesas, inclusive as de sucumbência, que vierem a ser incorridas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Caixa Econômica Federal, para a realização da inscrição em Dívida Ativa, do ajuizamento e do controle e acompanhamento dos processos judiciais, serão efetuadas a débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. *(Parágrafo incluído pela Lei n. 9.467, de 10-7-1997.)*

§ 3º Os créditos relativos ao FGTS gozam dos mesmos privilégios atribuídos aos créditos trabalhistas. *(Parágrafo incluído pela Lei n. 9.467, de 10-7-1997.)*

§ 4º Na cobrança judicial dos créditos do FGTS, incidirá encargo de 10% (dez por cento), que reverterá para o Fundo, para ressarcimento dos custos por ele incorridos, o qual será reduzido para 5% (cinco por cento), se o pagamento se der antes do ajuizamento da cobrança. *(Redação dada pela Lei n. 9.964, de 10-4-2000.)*

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Instrução Normativa n. 25,
de 20 de dezembro de 2001
(Publicada no *DOU*, 27-12-2001)

Baixa instruções para a fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

– FGTS e das Contribuições Sociais instituídas pela Lei Complementar n. 110, de 29 de junho de 2001.

Art. 1º O Auditor Fiscal do Trabalho – AFT, quando da fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e das Contribuições Sociais instituídas pela Lei Complementar n. 110, de junho de 2001, observará o disposto nesta instrução.

Capítulo I
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 2º É obrigatória a verificação de regularidade dos recolhimentos do FGTS e das Contribuições Sociais em todas as ações fiscais, no meio urbano e rural, no setor público e privado, atributos que deverão ser incluídos nas Ordens de Serviço – OS.

Art. 3º O AFT solicitará ao empregador os documentos e livros necessários ao desenvolvimento da ação fiscal, podendo também notificá-lo por meio do Livro de Inspeção do Trabalho – LIT ou da Notificação para Apresentação de Documentos – NAD.

Art. 4º Em caso de fiscalização de empregador que adote controle único e centralizado dos documentos sujeitos à inspeção do trabalho e nos demais casos de dupla visita previstos em lei, o AFT concederá obrigatoriamente prazo para apresentação das guias de quitação do FGTS e das Contribuições Sociais, da Relação de Estabelecimentos Centralizados – REC, se for o caso, e da Relação de Empregados – RE com a identificação dos trabalhadores por estabelecimento.

Parágrafo único. Considera-se controle único e centralizado de documentos o efetuado em apenas um estabelecimento da empresa, para documentos sujeitos à inspeção do trabalho, à exceção do registro de empregado, do registro de horário de trabalho e do Livro de Inspeção do Trabalho, que deverão permanecer em cada estabelecimento.

Art. 5º O AFT poderá examinar os livros contábeis, fiscais e outros documentos de suporte à escrituração das empresas, assim como apreender documentos, materiais, livros e assemelhados para a verificação da existência de fraudes e irregularidades.

Art. 6º O AFT poderá consultar a CAIXA para obtenção de dados úteis ao desempenho de suas atribuições.

Art. 7º Se durante a ação fiscal forem constatados indícios de fraude a partir de divergências de informações nos documentos apresentados pela empresa, tais como Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, Cadastro Geral de Emprego e Desemprego – CAGED, guias de recolhimento de FGTS e das Contribuições Sociais, o AFT, sem prejuízo da sua ação fiscal, informará a Chefia, para fins de comunicação ao Ministério Público Federal.

.....

Art. 61. Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Instrução Normativa/SIT n. 17, de 31 de julho de 2000.

Lei Complementar n. 110,
de 29 de junho de 2001
(Publicada no *DOU*, 30-6-2001)

Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida de empregado sem justa causa, à alíquota de 10% (dez por cento) sobre o montante de todos os depósitos devidos, referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, durante a vigência do contrato de trabalho, acrescido das remunerações aplicáveis às contas vinculadas.

Parágrafo único. Ficam isentos da contribuição social instituída neste artigo os empregadores domésticos.

Art. 2º Fica instituída contribuição social devida pelos empregadores, à alíquota de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a remuneração devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas as parcelas de que trata o art. 15 da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990.

§ 1º Ficam isentas da contribuição social instituída neste artigo:

I – as empresas inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, desde que o faturamento anual não ultrapasse o limite de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);

II – as pessoas físicas, em relação à remuneração de empregados domésticos; e

III – as pessoas físicas, em relação à remuneração de empregados rurais, desde que sua receita bruta anual não ultrapasse o limite de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§ 2º A contribuição será devida pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar de sua exigibilidade.

Art. 3º Às contribuições sociais de que tratam os arts. 1º e 2º aplicam-se as disposições da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, e da Lei n. 8.844, de 20 de janeiro de 1994, inclusive quanto a sujeição passiva e equiparações, prazo de recolhimento, administração, fiscalização, lançamento, consulta, cobrança, garantias, processo administrativo de determinação e exigência de créditos tributários federais.

§ 1º As contribuições sociais serão recolhidas na rede arrecadadora e transferidas à Caixa Econômica Federal, na forma do art. 11 da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, e as respectivas receitas serão incorporadas ao FGTS.

§ 2º A falta de recolhimento ou o recolhimento após o vencimento do prazo sem os acréscimos previstos no art. 22 da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, sujeitarão o infrator à multa de 75% (setenta e cinco por cento), calculada sobre a totalidade ou a diferença da contribuição devida.

§ 3º A multa será duplicada na ocorrência das hipóteses previstas no art. 23, § 3º, da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, sem prejuízo das demais cominações legais.

Art. 4º Fica a Caixa Econômica Federal autorizada a creditar nas contas vinculadas do FGTS, a expensas do próprio Fundo, o complemento de atualização monetária resultante da aplicação, cumulativa, dos percentuais de 16,64% (dezesseis inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento) e de 44,08% (quarenta e quatro inteiros e oito décimos por cento), sobre os saldos das contas mantidas, respectivamente, no período de 1º de dezembro de 1988 a 28 de fevereiro de 1989 e durante o mês de abril de 1990, desde que:

I – o titular da conta vinculada firme o Termo de Adesão de que trata esta Lei Complementar;

II – até o 63º (sexagésimo terceiro) mês a partir da data de publicação desta Lei Complementar, estejam em vigor as contribuições sociais de que tratam os arts. 1º e 2º; e

III – a partir do 64º (sexagésimo quarto) mês da publicação desta Lei Complementar, permaneça em vigor a contribuição social de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. O disposto nos arts. 9º, II, e 22, § 2º, da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, não se aplica, em qualquer hipótese, como decorrência da efetivação do crédito de complemento de atualização monetária de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 5º O complemento de que trata o art. 4º será remunerado até o dia 10 do mês subsequente ao da publicação desta Lei Complementar, com base nos mesmos critérios de remuneração utilizados para as contas vinculadas.

Parágrafo único. O montante apurado na data a que se refere o *caput* será remunerado, a partir do dia 11 do mês subsequente ao da publicação desta Lei Complementar, com base na Taxa Referencial – TR, até que seja creditado na conta vinculada do trabalhador.

Art. 6º O Termo de Adesão a que se refere o inciso I do art. 4º, a ser firmado no prazo e na forma definidos em Regulamento, conterá:

I – a expressa concordância do titular da conta vinculada com a redução do comple-

mento de que trata o art. 4º, acrescido da remuneração prevista no *caput* do art. 5º, nas seguintes proporções:

a) 0% (zero por cento) sobre o total do complemento de atualização monetária de valor até R$ 2.000,00 (dois mil reais);

b) 8% (oito por cento) sobre o total do complemento de atualização monetária de valor de R$ 2.000,01 (dois mil reais e um centavo) a R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

c) 12% (doze por cento) sobre o total do complemento de atualização monetária de valor de R$ 5.000,01 (cinco mil reais e um centavo) a R$ 8.000,00 (oito mil reais);

d) 15% (quinze por cento) sobre o total do complemento de atualização monetária de valor acima de R$ 8.000,00 (oito mil reais);

II – a expressa concordância do titular da conta vinculada com a forma e os prazos do crédito na conta vinculada, especificados a seguir:

a) complemento de atualização monetária no valor total de R$ 1.000,00 (um mil reais), até junho de 2002, em uma única parcela, para os titulares de contas vinculadas que tenham firmado o Termo de Adesão até o último dia útil do mês imediatamente anterior;

b) complemento de atualização monetária no valor total de R$ 1.000,01 (um mil reais e um centavo) a R$ 2.000,00 (dois mil reais), em duas parcelas semestrais, com o primeiro crédito em julho de 2002, sendo a primeira parcela de R$ 1.000,00 (um mil reais), para os titulares de contas vinculadas que tenham firmado o Termo de Adesão até o último dia útil do mês imediatamente anterior;

c) complemento de atualização monetária no valor total de R$ 2.000,01 (dois mil reais e um centavo) a R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em cinco parcelas semestrais, com o primeiro crédito em janeiro de 2003, para os titulares de contas vinculadas que tenham firmado o Termo de Adesão até o último dia útil do mês imediatamente anterior;

d) complemento de atualização monetária no valor total de R$ 5.000,01 (cinco mil reais e um centavo) a R$ 8.000,00 (oito mil reais), em sete parcelas semestrais, com o primeiro crédito em julho de 2003, para os titulares de contas vinculadas que tenham firmado o Termo de Adesão até o último dia útil do mês imediatamente anterior;

e) complemento de atualização monetária no valor total acima de R$ 8.000,00 (oito mil reais), em sete parcelas semestrais, com o primeiro crédito em janeiro de 2004, para os titulares de contas vinculadas que tenham firmado o Termo de Adesão até o último dia útil do mês imediatamente anterior; e

III – declaração do titular da conta vinculada, sob as penas da lei, de que não está nem ingressará em juízo discutindo os complementos de atualização monetária relativos a junho de 1987, ao período de 1º de dezembro de 1988 a 28 de fevereiro de 1989, a abril e maio de 1990 e a fevereiro de 1991.

§ 1º No caso da alínea *b* do inciso I, será creditado valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), quando a aplicação do percentual de redução resultar em quantia inferior a este.

§ 2º No caso da alínea *c* do inciso I, será creditado valor de R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais), quando a aplicação do percentual de redução resultar em quantia inferior a este.

§ 3º No caso da alínea *d* do inciso I será creditado valor de R$ 7.040,00 (sete mil e quarenta reais), quando a aplicação do percentual de redução resultar em quantia inferior a este.

§ 4º Para os trabalhadores que vierem a firmar seus termos de adesão após as datas previstas nas alíneas *a* a *d* do inciso II, os créditos em suas contas vinculadas iniciar-se-ão no mês subsequente ao da assinatura do Termo de Adesão, observadas as demais regras constantes nesses dispositivos, quanto a valores, número e periodicidade de pagamento de parcelas.

§ 5º As faixas de valores mencionadas no inciso II do *caput* serão definidas pelos complementos a que se refere o art. 4º, acrescidos da remuneração prevista no *caput* do art. 5º, antes das deduções de que tratam o inciso I do *caput* e os §§ 1º e 2º.

§ 6º O titular da conta vinculada fará jus ao crédito de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, em uma única parcela, até ju-

nho de 2002, disponível para imediata movimentação a partir desse mês, nas seguintes situações:

I – na hipótese de o titular ou qualquer de seus dependentes ser acometido de neoplasia maligna, nos termos do inciso XI do art. 20 da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990;

II – quando o titular ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV;

III – se o trabalhador, com crédito de até R$ 2.000,00 (dois mil reais), for aposentado por invalidez, em função de acidente do trabalho ou doença profissional, ou aposentado maior de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

IV – quando o titular ou qualquer de seus dependentes for acometido de doença terminal.

§ 7º O complemento de atualização monetária de valor total acima de R$ 2.000,00 (dois mil reais) poderá, a critério do titular da conta vinculada, ser resgatado mediante entrega, em julho de 2002, ou nos 6 (seis) meses seguintes, no caso de adesões que se efetuarem até dezembro de 2002, de documento de quitação com o FGTS autorizando a compra de título, lastreado nas receitas decorrentes das contribuições instituídas pelos arts. 1º e 2º desta Lei Complementar, de valor de face equivalente ao valor do referido complemento nos termos e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

Art. 7º Ao titular da conta vinculada que se encontre em litígio judicial visando ao pagamento dos complementos de atualização monetária relativos a junho de 1987, dezembro de 1988 a fevereiro de 1989, abril e maio de 1990 e fevereiro de 1991, é facultado receber, na forma do art. 4º, os créditos de que trata o art. 6º, firmando transação a ser homologada no juízo competente.

Art. 8º A movimentação da conta vinculada, no que se refere ao crédito do complemento de atualização monetária, observará as condições previstas no art. 20 da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, inclusive nos casos em que o direito do titular à movimentação da conta tenha sido implementado em data anterior à da publicação desta Lei Complementar.

Art. 9º As despesas com as obrigações decorrentes dos montantes creditados na forma do art. 6º poderão ser diferidas contabilmente, para apropriação no resultado do balanço do FGTS, no prazo de até 15 (quinze) anos, a contar da publicação desta Lei Complementar.

Art. 10. Os bancos que, no período de dezembro de 1988 a março de 1989 e nos meses de abril e maio de 1990, eram depositários das contas vinculadas do FGTS, ou seus sucessores, repassarão à Caixa Econômica Federal, até 31 de janeiro de 2002, as informações cadastrais e financeiras necessárias ao cálculo do complemento de atualização monetária de que trata o art. 4º.

§ 1º A Caixa Econômica Federal estabelecerá a forma e o cronograma dos repasses das informações de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Pelo descumprimento dos prazos e das demais obrigações estipuladas com base neste artigo, os bancos de que trata o *caput* sujeitam-se ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do somatório dos saldos das contas das quais eram depositários, remunerados segundo os mesmos critérios previstos no art. 5º.

§ 3º Os órgãos responsáveis pela auditoria integrada do FGTS examinarão e homologarão, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei Complementar, o aplicativo a ser utilizado na validação das informações de que trata este artigo.

Art. 11. A Caixa Econômica Federal, até 30 de abril de 2002, divulgará aos titulares de contas vinculadas os respectivos valores dos complementos de atualização monetária a que têm direito, com base nas informações cadastrais e financeiras de que trata o art. 10.

Art. 12. O Tesouro Nacional fica subsidiariamente obrigado à liquidação dos valores a que se refere o art. 4º, nos prazos e nas condições estabelecidos nos arts. 5º e 6º, até o montante da diferença porventura ocorrida entre o valor arrecadado pelas contribuições sociais de que tratam os arts. 1º e 2º e aquele necessário ao resgate dos compromissos assumidos.

Art. 13. As leis orçamentárias anuais referentes aos exercícios de 2001, 2002 e 2003

assegurarão destinação integral ao FGTS de valor equivalente à arrecadação das contribuições de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei Complementar.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I – 90 (noventa) dias a partir da data inicial de sua vigência, relativamente à contribuição social de que trata o art. 1º; e

II – a partir do 1º (primeiro) dia do mês seguinte ao 90º (nonagésimo) dia da data de início de sua vigência, no tocante à contribuição social de que trata o art. 2º.

Decreto n. 3.913, de 11 de setembro de 2001

(Publicado no *DOU*, 12-9-2001)

Dispõe sobre a apuração e liquidação dos complementos de atualização monetária de saldos de contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de que trata a Lei Complementar n. 110, de 29 de junho de 2001.

Art. 1º Este Decreto regulamenta a forma de apuração dos complementos de atualização monetária das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de que trata a Lei Complementar n. 110, de 29 de junho de 2001, relativos aos saldos mantidos no período de 1º de dezembro de 1988 a 28 de fevereiro de 1989 e no mês de abril de 1990, a forma e os prazos para lançamento dos respectivos créditos nas contas vinculadas e a forma de adesão às condições de resgate dos referidos créditos.

Art. 2º A Caixa Econômica Federal calculará o complemento de atualização monetária relativo ao período de 1º de dezembro de 1988 a 28 de fevereiro de 1989, inclusive, e ao mês de abril de 1990, com base nos percentuais:

I – de 16,64% (dezesseis inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento), referente ao índice de janeiro de 1989, sobre o saldo mantido na conta vinculada no período de 1º de dezembro de 1988 a 28 de fevereiro de 1989, inclusive;

II – de 44,08% (quarenta e quatro inteiros e oito décimos por cento), referente ao índice de abril de 1990, sobre o saldo mantido no mês de abril de 1990;

III – de 16,64% (dezesseis inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento) e de 44,08% (quarenta e quatro inteiros e oito décimos por cento), cumulativos, sobre os saldos mantidos, respectivamente, no período de 1º de dezembro de 1988 a 28 de fevereiro de 1989, inclusive, e no mês de abril de 1990.

§ 1º O valor calculado na forma do *caput*, com a remuneração prevista no art. 5º e com a redução cabível especificada no inciso I do art. 6º, ambos da Lei Complementar n. 110, de 2001, será, a partir de 1º de maio de 2002, registrado na conta vinculada do trabalhador que tenha manifestado sua adesão às condições de resgate estabelecidas na Lei Complementar n. 110, de 2001, mediante assinatura do Termo de Adesão, para ser creditado nas condições, forma e prazos previstos neste Decreto.

§ 2º O valor do complemento de atualização monetária, após o seu registro na conta vinculada do trabalhador, efetuado segundo o disposto no § 1º, integra a base de cálculo das multas rescisórias de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 18 da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990.

Art. 3º A adesão às condições de resgate dos complementos de atualização monetária, estabelecidas na Lei Complementar n. 110, de 2001, deverá ser manifestada em Termo de Adesão próprio, nos moldes dos formulários aprovados em portaria conjunta da Advocacia-Geral da União e do Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º Mantido o conteúdo constante dos formulários do Termo de Adesão, as adesões poderão ser manifestadas por meios magnéticos ou eletrônicos, inclusive mediante teleprocessamento, na forma estabelecida em ato normativo do Agente Operador do FGTS.

§ 2º O titular de conta vinculada poderá, a partir de 5 de novembro de 2001, manifestar sua adesão às condições de resgate do

complemento de atualização monetária previstas na Lei Complementar n. 110, de 2001, independentemente do conhecimento prévio do valor do complemento.

§ 3º A critério do Agente Operador do FGTS e mediante ampla divulgação prévia, o início do processo de adesão poderá ser antecipado.

Art. 4º O titular da conta vinculada manifestará, no Termo de Adesão, sua concordância:

I – com a redução do complemento de que trata o art. 2º, remunerado até o dia 10 do mês de julho de 2001 com base nos mesmos critérios de remuneração das contas vinculadas, nas seguintes proporções:

a) 0% (zero por cento) sobre o total do complemento de atualização monetária de valor até R$ 2.000,00 (dois mil reais);

b) 8% (oito por cento) sobre o total do complemento de atualização monetária de valor de R$ 2.000,01 (dois mil reais e um centavo) a R$ 5.000,00 (cinco mil reais), assegurado o crédito mínimo de R$ 2.000,00 (dois mil reais), quando a aplicação do percentual de redução resultar em quantia inferior a esse valor;

c) 12% (doze por cento) sobre o total do complemento de atualização monetária de valor de R$ 5.000,01 (cinco mil reais e um centavo) a R$ 8.000,00 (oito mil reais), assegurado o crédito mínimo de R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais), quando a aplicação do percentual de redução resultar em quantia inferior a esse valor;

d) 15% (quinze por cento) sobre o total do complemento de atualização monetária de valor acima de R$ 8.000,00 (oito mil reais), assegurado o crédito mínimo de R$ 7.040,00 (sete mil e quarenta reais), quando a aplicação do percentual de redução resultar em quantia inferior a esse valor;

II – com a forma e os prazos do crédito na conta vinculada, consoante as seguintes especificações:

a) o complemento de atualização monetária no valor total de até R$ 1.000,00 (mil reais), será creditado até 30 de junho de 2002, em uma única parcela, para os titulares de contas vinculadas que tenham firmado o Termo de Adesão até o dia 31 de maio de 2002;

b) o complemento de atualização monetária no valor total de R$ 1.000,01 (mil reais e um centavo) a R$ 2.000,00 (dois mil reais), será creditado em duas parcelas semestrais, ocorrendo o crédito da primeira parcela, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), até 31 de julho de 2002, para os titulares de contas vinculadas que tenham firmado o Termo de Adesão até o dia 28 de junho de 2002;

c) o complemento de atualização monetária no valor total de R$ 2.000,01 (dois mil reais e um centavo) a R$ 5.000,00 (cinco mil reais), definido antes da dedução de que trata o inciso I, alínea *b*, será creditado em cinco parcelas semestrais, a partir de janeiro de 2003, para os titulares de contas vinculadas que tenham firmado o Termo de Adesão até o dia 30 de dezembro de 2002;

d) o complemento de atualização monetária no valor total de R$ 5.000,01 (cinco mil reais e um centavo), a R$ 8.000,00 (oito mil reais), definido antes da dedução de que trata o inciso I, alínea *c*, será creditado em sete parcelas semestrais, a partir de julho de 2003, para os titulares de contas vinculadas que tenham firmado o Termo de Adesão até o dia 30 de junho de 2003;

e) o complemento de atualização monetária no valor total acima de R$ 8.000,00 (oito mil reais), definido antes da dedução de que trata o inciso I, alínea *d*, será creditado em sete parcelas semestrais, a partir de janeiro de 2004, para os titulares de contas vinculadas que tenham firmado o Termo de Adesão até o dia 30 de dezembro de 2003;

III – em firmar, sob as penas da lei, declaração de que não está discutindo em juízo, nem ingressará em juízo para discutir, complementos de atualização monetária do FGTS relativos a junho de 1987, ao período de 1º de dezembro de 1988 a 28 de fevereiro de 1989, a abril e maio de 1990 e a fevereiro de 1991;

IV – em desistir de ação judicial que tenha interposto, inclusive na condição de litisconsorte, para pleitear o pagamento de complementos de atualização monetária citados no inciso III, conformando-se, por transação a

ser homologada em juízo, com as condições estabelecidas neste Decreto.

§ 1º Nos casos em que a adesão dependa de transação, serão consideradas como datas de adesão, para os efeitos das alíneas *a* a *e* do inciso II, as datas em que os titulares de contas vinculadas firmaram o Termo de Adesão, independentemente da homologação judicial da transação, que deverá ser requerida mesmo depois de efetuado o crédito na conta. *(Redação dada pelo Decreto n. 4.777, de 1-7-2003.)*

§ 2º Para os trabalhadores que vierem a firmar seus termos de adesão após as datas previstas nas alíneas *a* a *d* do inciso II, os créditos em suas contas vinculadas iniciar-se-ão no mês subsequente ao da assinatura do Termo de Adesão, observadas as demais regras constantes nesses dispositivos, quanto a valores, número e periodicidade de pagamento de parcelas.

§ 3º A data final para assinatura do Termo de Adesão é 30 de dezembro de 2003.

§ 4º Na ocorrência de óbito do titular da conta vinculada, o Termo de Adesão será firmado por todos os seus dependentes, habilitados perante a Previdência Social para a concessão de pensões por morte e, na falta de dependentes, por todos os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independentemente de inventário ou arrolamento.

Art. 5º O titular da conta vinculada fará jus ao crédito de que trata o inciso II do art. 4º deste Decreto, em uma única parcela, até junho de 2002, disponível para imediata movimentação a partir desse mês, nas hipóteses de o titular:

I – ou qualquer de seus dependentes ser acometido de neoplasia maligna;

II – ou qualquer de seus dependentes ser portador do vírus HIV;

III – com crédito de até R$ 2.000,00 (dois mil reais), ser aposentado por invalidez em função de acidente de trabalho ou doença profissional, ou ser aposentado maior de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

IV – de o titular ou qualquer de seus dependentes ser acometido de doença terminal.

Parágrafo único. Para efeito do inciso IV, apresentar-se-á diagnóstico médico claramente descritivo que, em face dos sintomas ou do histórico patológico, caracterize o estágio terminal de vida em razão da doença grave consignada no Código Internacional de Doenças – CID que acometa o trabalhador ou qualquer de seus dependentes, assinado por médico devidamente identificado por seu registro profissional e emitido na conformidade das normas dos Conselhos Federal e Regional de Medicina. *(Redação dada pelo Decreto n. 5.860, de 2006.)*

Art. 6º A movimentação da conta vinculada, relativamente ao crédito do complemento de atualização monetária, que não se enquadre nas hipóteses do art. 5º, observará as condições previstas no art. 20 da Lei n. 8.036, de 1990.

§ 1º As hipóteses de movimentação da conta vinculada previstas nos incisos I, II, III, IV, VIII, IX, X e XI do art. 20 da Lei 8.036, de 1990, e na Lei 7.670, de 8 de setembro de 1988, ocorridas anteriormente à data da edição da Lei Complementar n. 110, de 2001, autorizam o saque do complemento de atualização monetária após o crédito na conta vinculada.

§ 2º Após o crédito do complemento de atualização monetária na conta vinculada, nas condições do inciso II do art. 4º, será permitida a sua utilização para a amortização ou quitação de saldo devedor de financiamento de moradia própria no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, inclusive na modalidade de Carta de Crédito do FGTS, mediante encontro de contas, atendidas as condições do art. 20 da Lei n. 8.036, de 1990.

Art. 7º Os saques de que tratam o art. 5º e o § 1º do art. 6º poderão ser processados mediante transferência do valor correspondente para conta corrente do titular da conta vinculada, com a autorização deste.

Art. 8º A critério do titular da conta vinculada, o complemento de atualização monetária, de valor total superior a R$ 2.000,00 (dois mil reais), computada a dedução de que trata o inciso I do art. 4º, poderá ser resgatado mediante entrega, em julho de 2002, ou

nos seis meses seguintes, no caso de adesões que se efetuarem até dezembro de 2002, de documento de quitação com o FGTS em que se autoriza a compra de título, lastreado nas receitas decorrentes das contribuições instituídas pelos arts. 1º e 2º da Lei Complementar n. 110, de 2001, de valor de face equivalente ao valor do referido complemento, nos termos e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

Art. 9º O Agente Operador do FGTS, observadas as normas legais e regulamentares:

I – estabelecerá, em ato normativo, os procedimentos operacionais relativos ao exercício da adesão de que trata o art. 3º e à efetivação dos créditos nas contas vinculadas; e

II – promoverá, antes de iniciar o processo de adesão, ampla divulgação sobre os procedimentos, meios e forma de adesão, e distribuição dos respectivos formulários.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Decreto n. 3.914, de 11 de setembro de 2001

(Publicado no *DOU*, 12-9-2001)

Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar n. 110, de 29 de junho de 2001.

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a regulamentação da contribuição social devida por despedida de empregado sem justa causa e da contribuição social incidente sobre a remuneração mensal do trabalhador, instituídas pelos arts. 1º e 2º da Lei Complementar n. 110, de 29 de junho de 2001.

Art. 2º A contribuição social que tem por fato gerador a despedida de empregado sem justa causa é devida em relação às despedidas que ocorrerem a partir de 28 de setembro de 2001, inclusive.

§ 1º A base de cálculo da contribuição é o montante dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, acrescidos das remunerações previstas no art. 13 da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, bem como nos arts. 11 da Lei n. 7.839, de 12 de outubro de 1989, e 3º e 4º da Lei n. 5.107, de 13 de setembro de 1966, enquanto vigentes, devidos durante a vigência do contrato de trabalho.

§ 2º O valor do complemento de atualização monetária de que trata o art. 4º, com a remuneração prevista no art. 5º e com a redução cabível especificada no inciso I do art. 6º, todos da Lei Complementar n. 110, de 2001, que esteja registrado, na data da rescisão do contrato de trabalho, na conta vinculada do trabalhador que tenha firmado o Termo de Adesão a que se refere o art. 4º, inciso I, da mesma Lei Complementar, integra a base de cálculo da contribuição de que trata este artigo.

§ 3º O valor da contribuição será determinado pela aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre o valor da base de cálculo especificada nos §§ 1º e 2º.

§ 4º A contribuição deve ser paga nos seguintes prazos:

I – até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato, no caso em que o empregador concede o aviso-prévio nos termos do art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; ou

II – até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

§ 5º Os empregadores domésticos ficam isentos da contribuição social de que trata este artigo.

Art. 3º A contribuição social incidente sobre a remuneração do trabalhador é devida a partir da remuneração relativa ao mês de outubro de 2001 até a remuneração relativa ao mês de setembro de 2006.

§ 1º A contribuição incide sobre a remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador.

§ 2º A base de cálculo da contribuição é o valor da remuneração paga ou devida a cada trabalhador, computadas as parcelas de que trata o art. 15 da Lei n. 8.036, de 1990.

na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados".

As alterações mais comuns são a transferência de titulares (cessão de quotas, transferência de ações), sucessão de empresas nas suas mais variadas formas e que serão examinadas quando da análise do art. 448 da CLT.

Consoante o art. 141, II, da Lei de Falências (Lei n. 11.101/2005), a aquisição de bens, da própria empresa ou de estabelecimento do falido, não caracteriza sucessão trabalhista ou tributária.

A sucessão trabalhista na falência e recuperação judicial é exaustivamente examinada nos comentários ao art. 449 da CLT.

► *Jurisprudência*

▷ **Responsabilidade patrimonial: sucessão: As disposições dos artigos 10 e 448 da CLT não têm outro sentido senão assegurar os efeitos persecutórios da condenação em face do titular do substrato econômico do efetivo devedor.** Os desdobramentos da personalidade jurídica deste em outras entidades, ainda que formalmente distintas, possibilitam que estas últimas sejam alcançadas pelos efeitos da execução, desde que verificada a transferência de algum dos elementos formadores da empresa em sua acepção jurídica. O exercício da mesma atividade, por sócio comum, aponta para a existência de responsabilidade da empresa constituída ou alterada posteriormente à formação do título. (TRT/SP, AgP 03226-1997-311-02-00-1, Ac. 7ª T. 20060198022, Rel. Luiz Antonio M. Vidigal, *DOE/SP*, 4-4-2006)

▷ **Sucessão de empresas.** Uso de marca. Empresa é a organização dos fatores da produção exercida pelo empresário. Incólume a atividade empresarial das ex-empregadoras, através da agravante, atual detentora do principal bem da empresa — a marca (direito patrimonial que tem por objeto bens incorpóreos). Estabelecida no mesmo endereço, comercializando os mesmos produtos, com a mesma marca, nos mesmos locais, inegável sua responsabilidade trabalhista. Agravo de petição rejeitado. (TRT/SP, AgP 03062-1996-064-02-00-2, Ac. 7ª T. 20050273609, Rel. Catia Lungov, *DOE/SP*, 20-5-2005)

Art. 11. O direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve: (Redação dada pela Lei n. 9.658, de 5-6-1998.)

I – em 5 (cinco) anos para o trabalhador urbano, até o limite de 2 (dois) anos após a extinção do contrato; (Inciso incluído pela Lei n. 9.658, de 5-6-1998.)

II – em 2 (dois) anos, após a extinção do contrato de trabalho, para o trabalhador rural. (Inciso incluído pela Lei n. 9.658, de 5-6-1998.)

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às ações que tenham por objeto anotações para fins de prova junto à Previdência Social. (Parágrafo incluído pela Lei n. 9.658, de 5-6-1998.)

§ 2º (*Vetado.*)

§ 3º (*Vetado.*)

► *Comentários*

1. *Conceito de prescrição*

O art. 11 foi substancialmente alterado pelo art. 7º da Constituição Federal, que assim dispõe:

§ 3º O valor do pagamento antecipado de remuneração ou de gratificação de Natal integra a base de cálculo da contribuição social relativa ao mês em que ocorrer o pagamento antecipado.

§ 4º O valor da contribuição será determinado pela aplicação da alíquota de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a base de cálculo especificada nos §§ 2º e 3º.

§ 5º A contribuição incidente sobre a remuneração paga ou devida em cada mês deve ser paga até o dia 7 do mês subsequente ou, não havendo expediente bancário no dia 7, até o último dia útil que o anteceder.

§ 6º Ficam isentas da contribuição social de que trata este artigo:

I – as empresas inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, desde que o faturamento anual não ultrapasse o limite de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);

II – as pessoas físicas, em relação à remuneração de empregados domésticos; e

III – as pessoas físicas, em relação à remuneração de empregados rurais, desde que sua receita bruta anual não ultrapasse o limite de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§ 7º Para os fins do disposto no § 6º, poderão ser utilizadas informações constantes dos cadastros administrados pela Secretaria da Receita Federal, na forma estabelecida em convênio.

Art. 4º O sujeito passivo das contribuições sociais de que trata este Decreto é o empregador, considerado como tal a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão de obra, independente da responsabilidade solidária ou subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, considera-se empregado ou trabalhador toda pessoa física que prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão de obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

Art. 5º O pagamento das contribuições sociais de que trata este Decreto fora dos prazos estabelecidos sujeita o infrator aos acréscimos previstos no art. 22 da Lei n. 8.036, de 1990, e nos §§ 2º e 3º do art. 3º da Lei Complementar n. 110, de 2001.

Art. 6º A exigência fiscal da contribuição social, que não tenha sido paga por iniciativa do contribuinte, será formalizada em notificação de débito, lavrada por Auditor-Fiscal do Trabalho ou pela Repartição competente do Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos de ato normativo do Ministro de Trabalho e Emprego.

Art. 7º As contribuições sociais de que trata este Decreto, inclusive os acréscimos legais correspondentes, serão pagos na rede bancária arrecadadora do FGTS, na forma a ser estabelecida pelo Agente Operador do FGTS.

§ 1º Os valores recolhidos pela rede bancária serão transferidos à Caixa Econômica Federal no segundo dia útil subsequente à data em que tenham sido recolhidos.

§ 2º A Caixa Econômica Federal procederá ao registro das receitas, relativas às contribuições sociais que lhe forem transferidas pela rede bancária, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na forma regulada pelo Ministério da Fazenda.

Art. 8º A falta de pagamento das contribuições de que trata este Decreto resultará no impedimento da emissão, pela Caixa Econômica Federal, do Certificado de Regularidade do FGTS, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.

Art. 9º O Ministério do Trabalho e Emprego expedirá as normas para disciplinar os procedimentos de administração das contribuições sociais de que trata este Decreto.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria n. 366,

de 16 de setembro de 2002

(Publicada no *DOU*, 17-9-2002)

Aprova normas para autorizar o saque do FGTS de contas vinculadas, em nome de empregadores, individualizadas por empregados na condição de não optante, quando não há indenização a ser paga ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do trabalhador.

Capítulo I
DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO

Art. 1º Os processos administrativos de autorização para o saque do saldo de contas vinculadas do FGTS, em nome de empregadores, individualizadas por empregado não optante, quando não há indenização a ser paga, ou decorrido o prazo prescricional para a reclamação de direitos por parte do trabalhador, iniciar-se-ão com o requerimento, dirigido ao Delegado Regional do Trabalho, protocolizado na sede da Delegacia Regional do Trabalho – DRT ou da sua Subdelegacia Regional do Trabalho – SDT, conforme o caso.

Art. 2º Na organização do processo, o requerimento e documentos que o acompanham serão protocolizados e organizados em ordem cronológica, observadas as normas que regulam o processo administrativo.

Art. 3º O requerimento deve comprovar que o saldo da conta vinculada do requerente, individualizada em relação a empregado não optante, pode ser levantado em virtude de:

I – decurso do prazo da prescrição bienal; ou

II – não haver indenização a ser paga, pois a extinção do contrato de trabalho decorre de:

a) pedido de demissão;

b) aposentadoria, ressalvado o caso de invalidez e aposentadoria compulsória;

c) falecimento do empregado;

d) término e rescisão antecipada de contrato de trabalho com prazo determinado;

e) dispensa por justa causa, ressalvados os contratos com vigência inferior a um ano;

f) dispensa sem justa causa, em que não há direito à indenização por tempo de serviço;

g) acordo judicial sem pagamento de indenização; ou

h) mudança do regime de trabalho, de celetista para estatutário.

Capítulo II
DO REQUERIMENTO DE SAQUE DO FGTS

Art. 4º O requerimento de saque do FGTS deve conter:

I – órgão ou autoridade administrativa ao qual se dirige;

II – razão social ou nome do postulante;

III – endereço completo e telefone;

IV – CNPJ/CEI;

V – nome e número do Banco/Agência e número/DV da conta corrente;

VI – formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos; e

VII – data e assinatura do requerente ou de seu representante legal, com identificação do signatário.

Art. 5º O requerimento a que se refere o artigo anterior deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

I – estatuto ou contrato social e alterações, acompanhado de certidão atualizada expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro de Documentos, listando a última alteração estatutária ou contratual e assembleia registrada;

II – ato de nomeação e posse do representante legal de órgão ou entidade pública;

III – procuração conferida pelo requerente ou por seu representante legal, constando a identificação completa do mandatário e os poderes para requerer a liberação do FGTS, se for o caso;

IV – ato de delegação de competência do representante de órgão ou entidade da admi-

nistração pública, para requerer a liberação do FGTS, se for o caso;

V – declaração de responsabilidade pela veracidade das informações e documentos fornecidos, firmado pelo representante legal do requerente;

VI – termo de assunção de responsabilidade por eventual demanda, administrativa ou judicial, de iniciativa do empregado ou sucessor acerca do FGTS objeto da liberação, firmado pelo requerente;

VII – Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT ou outro documento vigente à época do desligamento do empregado, devidamente homologado, conforme previsto no art. 477, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho;

VIII – Termo de Declaração de opção pelo FGTS, se for o caso;

IX – certidão atualizada que comprove a inexistência de reclamação trabalhista proposta por empregado cujo nome esteja relacionado no pedido de liberação, emitida pela Justiça do Trabalho na jurisdição onde o empregado exerceu suas atividades, quando for invocada a prescrição;

X – relação, emitida em três vias, devidamente datadas e assinadas, contendo razão social, nome fantasia e número do CNPJ/CEI do empregador e, em colunas distintas, o número da conta vinculada cujo saque esteja sendo pleiteado, o nome dos empregados não optantes em ordem alfabética e numerados, contendo o respectivo número e série da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, número de inscrição no PIS-PASEP, datas de admissão, afastamento, nascimento e, ainda, da opção e da retroação, quando houver;

XI – comprovação de existência da conta vinculada em nome do empregador, individualizada em nome do empregado não optante, mediante extrato ou relação atualizada fornecida pela Caixa Econômica Federal;

XII – no caso de aposentadoria do empregado, documento emitido por órgão oficial de Previdência, que comprove a espécie e a data de concessão do benefício;

XIII – certidão de óbito, no caso de falecimento do empregado;

XIV – no caso de rescisão havida em demanda judicial, cópia da decisão transitada em julgado ou do Termo de Conciliação devidamente homologado pelo juízo;

XV – no caso de mudança do regime de trabalho, de celetista para estatutário, documento legal que comprove a mudança; e

XVI – Certificado de Regularidade de Recolhimento do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

§ 1º A documentação deve ser apresentada no original ou por cópias autenticadas, admitida a autenticação feita pelo funcionário responsável pelo recebimento.

§ 2º A critério da autoridade competente, outros documentos poderão ser exigidos para o saneamento de eventuais dúvidas.

§ 3º Na impossibilidade de apresentação de todos os documentos necessários, caberá à autoridade competente decidir pela substituição do documento ausente.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, em se tratando de TRCT ou documento similar vigente à época, o documento substituto deve conter elementos que comprovem o motivo do afastamento e a extinção do contrato de trabalho há mais de dois anos.

§ 5º Os dados cadastrais relativos às contas vinculadas do tipo não optante devem ser conferidos e, se for o caso, corrigidos junto à Caixa Econômica Federal, por iniciativa do requerente, antes da protocolização do requerimento na DRT ou na SDT.

Capítulo III
DO PROCESSO

Seção I
Da Instrução e Análise

Art. 6º Após protocolizado o requerimento, o Setor/Núcleo do FGTS tomará as providências administrativas necessárias à organização e ao andamento do processo, cabendo-lhe:

I – receber os processos protocolizados, adotando os procedimentos de autuação e

juntada dos documentos apresentados, e, a seguir, distribuí-los para análise;

II – verificar se existe Notificação para o Depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – NDFG, ou outro documento de levantamento de débito que a substitua, lavrada em desfavor do requerente e ainda em tramitação na DRT e, em caso positivo, anexar ao processo cópia do documento de infração;

III – comunicar ao setor competente da DRT, para que ocorra a implementação da ação fiscal, quando existir indício de débito para com o FGTS, verificado em pesquisa realizada nos sistemas disponíveis;

IV – analisar os documentos autuados no processo, bem como as alegações do requerente, emitindo parecer que servirá de fundamentação para a decisão a ser proferida;

V – encaminhar o processo à autoridade competente, para decisão;

VI – enviar ao requerente comunicação e cópia da decisão, bem como da Autorização de Saque, se for o caso; e

VII – havendo deferimento do pedido, encaminhar à Caixa Econômica Federal uma via da Autorização de Saque, bem como cópias do requerimento, da decisão, da relação de contas vinculadas e, quando houver, da NDFG ou outro documento de levantamento de débito do FGTS que a substitua, em trâmite administrativo.

Art. 7º Cabe às SDT a autuação e o encaminhamento dos requerimentos, bem como dos demais documentos nela protocolizados, ao Setor/Núcleo do FGTS da DRT a que se vinculam, para análise e decisão do pedido.

Art. 8º O Delegado Regional do Trabalho determinará de ofício ou a requerimento do interessado a realização de diligências que se revelarem necessárias à apuração dos fatos.

Seção II
Da Decisão

Art. 9º A decisão do processo compete:

I – aos Delegados Regionais do Trabalho, em primeira instância; e

II – ao Diretor do Departamento de Fiscalização, em segunda instância.

Art. 10. A decisão será motivada, evitando-se o uso de expressões vagas, códigos ou siglas, podendo ser:

I – pelo deferimento total;

II – pelo deferimento parcial, seja em relação ao número de contas ou em relação ao período abrangido; ou

III – pelo indeferimento.

§ 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 2º A autoridade deve encaminhar cópia da decisão de primeira instância ao Departamento de Fiscalização do Trabalho, quando for contrária à manifestação da área técnica.

Capítulo IV
DA CIÊNCIA

Art. 11. O requerente será notificado, por escrito, do inteiro teor das decisões, mantendo-se cópia no processo, podendo a ciência ser dada:

I – pessoalmente;

II – por via postal, telegráfica ou outro meio de telecomunicação escrita, com prova de recebimento; ou

III – por edital, publicado no *DOU*, caso não seja possível a notificação na forma prevista nos incisos anteriores.

Art. 12. Considera-se feita a notificação:

I – pessoalmente, na data da ciência;

II – por via postal, telegráfica, ou outro meio de telecomunicação escrita, na data do recebimento ou da juntada do comprovante no processo, quando não for possível a constatação da data do recebimento; ou

III – por edital, dez dias após sua publicação.

Capítulo V
DO RECURSO

Art. 13. Da decisão caberá recurso ao Diretor do Departamento de Fiscalização, no prazo de dez dias, contado a partir da notificação, no caso do requerente, ou da divulgação oficial da decisão recorrida, no caso de terceiros que não sejam parte no processo.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

Capítulo VI
DA AUTORIZAÇÃO DE SAQUE

Art. 14. Na autorização para liberação do saque, constará relação com os dados dos empregados e das contas vinculadas do tipo não optante.

Parágrafo único. A autorização de saque será válida apenas para as contas vinculadas cujos dados cadastrais estejam devidamente conferidos e, se for o caso, corrigidos junto à Caixa Econômica Federal.

Capítulo VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Cada DRT somente analisará pedidos relativos a contas vinculadas, individualizadas por empregados em sua área de atuação.

Parágrafo único. Quando as contas vinculadas forem descentralizadas, somente serão analisadas aquelas relativas aos empregados que trabalharam em estabelecimentos da respectiva Unidade da Federação onde o pedido foi protocolizado.

Art. 16. A Secretaria de Inspeção do Trabalho baixará norma fixando modelos de declarações e de requerimento padronizados a serem utilizados na instrução do processo.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Fica revogada a Portaria n. 484, de 29 de junho de 2001.

Decreto n. 5.113,
de 22 de junho de 2004

(Publicado no *DOU*, 23-6-2004, e retificado em 24-6-2004)

Regulamenta o art. 20, inciso XVI, da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências.

Art. 1º O titular de conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS que resida em área do Distrito Federal ou de Município, em situação de emergência ou estado de calamidade pública objeto de decreto do respectivo Governo, poderá movimentar a referida conta por motivo de necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorram de desastre natural.

§ 1º Para os fins da movimentação de que trata este artigo, o decreto municipal ou do Distrito Federal que declare a situação de emergência ou o estado de calamidade pública deverá ser publicado no prazo máximo de trinta dias, contados do primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência do desastre natural.

§ 2º A movimentação da conta vinculada de que trata o *caput* só poderá ocorrer após o reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública em portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional.

§ 3º A solicitação de movimentação será admitida até noventa dias da publicação do ato de reconhecimento de que trata o § 1º.

Art. 2º Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se desastre natural:

I – vendavais ou tempestades;

II – vendavais muito intensos ou ciclones extratropicais;

III – vendavais extremamente intensos, furacões, tufões ou ciclones tropicais;

IV – tornados e trombas d'água;

V – precipitações de granizos;

VI – enchentes ou inundações graduais;

VII – enxurradas ou inundações bruscas;

VIII – alagamentos; e

IX – inundações litorâneas provocadas pela brusca invasão do mar.

Art. 3º A comprovação da área atingida de que trata o *caput* do art. 1º será realizada mediante fornecimento à Caixa Econômica Federal, pelo Município ou pelo Distrito Federal, de declaração das áreas atingidas por desastres naturais, que deverá conter a descrição da área no seguinte padrão:

I – nome do distrito, cidade e unidade da Federação, caso todas as unidades residenciais existentes no distrito tenham sido atingidas;

II – nome do bairro, cidade e unidade da Federação, caso todas as unidades residenciais existentes no bairro tenham sido atingidas;

III – nome do logradouro, bairro ou distrito, cidade e unidade da Federação, caso a área atingida se restrinja às unidades residenciais existentes naquele logradouro; ou

IV – identificação da unidade residencial, nome do logradouro, bairro ou distrito, cidade e unidade da Federação, caso a área atingida se restrinja a determinada unidade residencial.

§ 1º Para elaboração da declaração referida no *caput*, deverá ser observada a avaliação realizada pelos órgãos de defesa civil municipal e do Distrito Federal.

§ 2º A declaração referida no *caput* deverá conter a identificação do Município atingido pelo desastre natural, as informações relativas ao decreto municipal ou do Distrito Federal e à portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional que reconheceu a situação de emergência ou o estado de calamidade pública, e a Codificação de Desastre, Ameaças e Riscos – CODAR.

Art. 4º O valor do saque será equivalente ao saldo existente na conta vinculada, na data da solicitação, limitado à quantia correspondente a R$ 6.220,00 (seis mil duzentos e vinte reais), por evento caracterizado como desastre natural, desde que o intervalo entre uma movimentação e outra não seja inferior a doze meses. (*Redação dada pelo Decreto n. 7.664, de 11-1-2012.*)

Art. 5º O titular da conta vinculada que não dispuser de meios para comprovação do endereço residencial poderá fazê-la com apresentação de declaração emitida pelo Governo municipal ou do Distrito Federal.

Art. 6º A Caixa Econômica Federal expedirá, no prazo de até dez dias contados da data de publicação deste Decreto, atos normativos referentes aos procedimentos administrativos e operacionais a serem observados para a movimentação de que trata o art. 1º.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Fica revogado o Decreto n. 5.014, de 12 de março de 2004.

Gratificação natalina

Lei n. 4.090,
de 13 de julho de 1962

(Publicada no *DOU*, 26-7-1962)

Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.

Art. 1º No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus.

§ 1º A gratificação corresponderá a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente.

§ 2º A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do parágrafo anterior.

§ 3º A gratificação será proporcional:

I – na extinção dos contratos a prazo, entre estes incluídos os de safra, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro; e

II – na cessação da relação de emprego resultante da aposentadoria do trabalhador, ainda que verificada antes de dezembro.

Art. 2º As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para os fins previstos no § 1º do art. 1º desta Lei.

Art. 3º Ocorrendo rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho, o empregado receberá a gratificação devida nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei, calculada sobre a remuneração do mês da rescisão.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lei n. 4.749,
de 12 de agosto de 1965
(Publicada no *DOU*, 13-8-1965)

Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962.

Art. 1º A gratificação salarial instituída pela Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962, será paga pelo empregador até o dia 20 de dezembro de cada ano, compensada a importância que, a título de adiantamento, o empregado houver recebido na forma do artigo seguinte.

Parágrafo único. (*Vetado.*)

Art. 2º Entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o empregador pagará, como adiantamento da gratificação referida no artigo precedente, de uma só vez, metade do salário recebido pelo respectivo empregado no mês anterior.

§ 1º O empregador não estará obrigado a pagar o adiantamento, no mesmo mês, a todos os seus empregados.

§ 2º O adiantamento será pago ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.

Art. 3º Ocorrendo a extinção do contrato de trabalho antes do pagamento de que trata o art. 1º desta Lei, o empregador poderá compensar o adiantamento mencionado com a gratificação devida nos termos do art. 3º da Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962, e, se não bastar, com outro crédito de natureza trabalhista que possua o respectivo empregado.

Art. 4º As contribuições devidas ao Instituto Nacional de Previdência Social, que incidem sobre a gratificação salarial referida nesta Lei, ficam sujeitas ao limite estabelecido na legislação da Previdência Social.

Art. 5º Aplica-se, no corrente ano, a regra estatuída no art. 2º desta Lei, podendo o empregado usar da faculdade estatuída no seu § 2º no curso dos primeiros 30 (trinta) dias de vigência desta Lei.

Art. 6º O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, adaptará o Regulamento aprovado pelo Decreto n. 1.881, de 14 de dezembro de 1962, aos preceitos desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Decreto n. 57.155,
de 3 de novembro de 1965
(Publicado no *DOU*, 4-11-1965)

Expede nova regulamentação da Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962, que instituiu a gratificação de Natal para os trabalhadores, com as alterações introduzidas pela Lei n. 4.749, de 12 de agosto de 1965.

Art. 1º O pagamento da gratificação salarial, instituída pela Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962, com as alterações constantes da Lei n. 4.749, de 12 de agosto de 1965, será efetuado pelo empregador até o dia 20 de dezembro de cada ano, tomando-se por base a remuneração devida nesse mês, de acordo com o tempo de serviço do empregado no ano em curso.

Parágrafo único. A gratificação corresponderá a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente, sendo que a fração igual

ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral.

Art. 2º Para os empregados que recebem salário variável, a qualquer título, a gratificação será calculada na base de 1/11 (um onze avos) da soma das importâncias variáveis devidas nos meses trabalhados até novembro de cada ano. A esta gratificação se somará a que corresponder à parte do salário contratual fixo.

Parágrafo único. Até o dia 10 de janeiro de cada ano, computada a parcela do mês de dezembro, o cálculo da gratificação será revisto para 1/12 (um doze avos) do total devido no ano anterior, processando-se a correção do valor da respectiva gratificação com o pagamento ou compensação das possíveis diferenças.

Art. 3º Entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o empregador pagará, como adiantamento da gratificação, de uma só vez, metade do salário recebido pelo empregado no mês anterior.

§ 1º Tratando-se de empregados que recebem apenas salário variável, a qualquer título, o adiantamento será calculado na base da soma das importâncias variáveis devidas nos meses trabalhados até o anterior àquele em que se realizar o mesmo adiantamento.

§ 2º O empregador não estará obrigado a pagar o adiantamento no mesmo mês a todos os seus empregados.

§ 3º A importância que o empregado houver recebido a título de adiantamento será deduzida do valor da gratificação devida.

§ 4º Nos casos em que o empregado for admitido no curso do ano, ou, durante este, não permanecer à disposição do empregador durante todos os meses, o adiantamento corresponderá à metade de 1/12 (um doze avos) da remuneração, por mês de serviço ou fração superior a 15 (quinze) dias.

Art. 4º O adiantamento será pago ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.

Art. 5º Quando parte da remuneração for paga em utilidades, o valor da quantia efetivamente descontada e correspondente a essas será computado para fixação da respectiva gratificação.

Art. 6º As faltas legais e as justificadas ao serviço não serão deduzidas para os fins previstos no art. 2º deste Decreto.

Art. 7º Ocorrendo a extinção do contrato de trabalho, salvo na hipótese de rescisão com justa causa, o empregado receberá a gratificação devida, nos termos do art. 1º, calculada sobre a remuneração do respectivo mês.

Parágrafo único. Se a extinção do contrato de trabalho ocorrer antes do pagamento de que trata o art. 1º, o empregador poderá compensar o adiantamento mencionado no art. 3º, com o valor da gratificação devida na hipótese de rescisão.

Art. 8º As contribuições devidas aos Institutos de Aposentadoria e Pensões que incidem sobre a gratificação salarial serão descontadas levando-se em conta o seu valor total e sobre este aplicando-se o limite estabelecido na Previdência Social.

Parágrafo único. O desconto, na forma deste artigo, incidirá sobre o pagamento da gratificação efetuado no mês de dezembro.

Art 9º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Decreto n. 63.912, de 26 de dezembro de 1968

(Publicado no *DOU*, 27-12-1968)

Regula o pagamento da gratificação de Natal ao trabalhador avulso e dá outras providências.

Art 1º O trabalhador avulso, sindicalizado ou não, terá direito, na forma do art. 3º da Lei n. 5.480, de 10 de agosto de 1968, à gratificação de Natal instituída pela Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962.

§ 1º Considera-se trabalhador avulso, para os efeitos deste Decreto, entre outros:

a) estivador, trabalhador de estiva em carvão e minérios e trabalhador em alvarenga;

b) conferentes de carga e descarga;

c) consertador de carga e descarga;

d) vigia portuário;

e) trabalhador avulso de capatazia;

f) trabalhador no comércio armazenador (arrumador);

g) ensacador de café, cacau, sal e similares;

h) classificador de frutas;

i) amarrador.

§ 2º No caso da fusão das categorias profissionais a que se refere o art. 2º da Lei n. 5.480, de 10 de agosto de 1968, o profissional que permanecer qualificado como trabalhador avulso continuará a fazer jus à gratificação de Natal.

§ 3º O Ministro do Trabalho e Previdência Social, mediante solicitação do sindicato e ouvida a Comissão de Enquadramento Sindical, poderá incluir outras categorias de trabalhadores na relação constante do § 1º.

Art. 2º Para cobertura dos encargos decorrentes da gratificação de Natal, o requisitante ou tomador de serviços e trabalhador avulso recolherá 9% (nove por cento) sobre o total da remuneração a ele paga, sendo:

I – 8,4% (oito inteiros e quatro décimos por cento) ao sindicato da respectiva categoria profissional, até 48 (quarenta e oito) horas após a realização do serviço, devendo o recolhimento ser acompanhado de uma via da folha-padrão;

II – 0,6% (seis décimos por cento) ao Instituto Nacional de Previdência Social, na forma da legislação de previdência social.

Parágrafo único. O Departamento Nacional da Previdência Social baixará normas sobre o recolhimento da contribuição devida ao INPS pelo requisitante ou tomador da mão de obra.

Art. 3º Do percentual de que trata o item I do art. 2º:

I – 7,74% (sete inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) se destinam ao pagamento da gratificação de Natal;

II – 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) se destinam à cobertura das despesas administrativas decorrentes, para o sindicato, da aplicação deste Decreto, observado o disposto no art. 8º, parágrafo único.

Art. 4º O sindicato depositará no Banco do Brasil ou em Caixa Econômica Federal, na forma do Decreto-lei n. 151, de 9 de fevereiro de 1967, dentro de 5 (cinco) dias após o recebimento em conta intitulada "Lei n. 5.480 – Gratificação de Natal do Trabalhador Avulso", a parcela de que trata o item I do art. 3º.

Art. 5º O sindicato de cada categoria de trabalhador avulso efetuará o pagamento referente à gratificação de Natal, na terceira semana dos meses de junho e/ou de dezembro, no valor total creditado em nome do trabalhador até o mês anterior.

Art. 6º É vedado ao sindicato efetuar qualquer adiantamento com recursos destinados ao pagamento da gratificação de Natal.

Art. 7º Para o pagamento da gratificação de Natal:

I – o sindicato, em tempo hábil, comunicará ao estabelecimento bancário o valor devido a cada um dos respectivos trabalhadores avulsos;

II – o sindicato, na véspera do dia do pagamento, entregará a cada trabalhador avulso cheque nominal no valor correspondente ao seu crédito;

III – o estabelecimento bancário, ao receber o cheque, o confrontará com a comunicação do sindicato e fará o pagamento.

Art. 8º Compete às federações representativas das categorias profissionais de trabalhadores avulsos fiscalizar o exato cumprimento, pelos sindicatos respectivos, do disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Cada sindicato depositará em conta especial no Banco do Brasil S.A., em nome da federação respectiva, até o décimo dia útil do mês seguinte, 25% (vinte e cinco por cento) da parcela de que trata o item II do art. 3º.

Art. 9º Este Decreto vigorará a contar de 13 de novembro de 1968, revogadas as disposições em contrário.

Lei n. 7.713,
de 22 de dezembro de 1988
(Publicada no *DOU*, 23-12-1988)

Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

.....

Art. 26. O valor da Gratificação de Natal (13º salário) a que se referem as Leis n. 4.090, de 13 de julho de 1962, e de n. 4.281, de 8 de novembro de 1963, e o art. 10 do Decreto-lei n. 2.413, de 10 de fevereiro de 1988, será tributado à mesma alíquota (art. 25) a que estiver sujeito o rendimento mensal do contribuinte, antes de sua inclusão.

.....

Invenção e modelo de utilidade realizado pelo empregado

Lei n. 9.279,
de 14 de maio de 1996
(Publicada no *DOU*, 15-5-1996)

Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

.....

Capítulo XIV
DA INVENÇÃO E DO MODELO DE UTILIDADE REALIZADO POR EMPREGADO OU PRESTADOR DE SERVIÇO

Art. 88. A invenção e o modelo de utilidade pertencem exclusivamente ao empregador quando decorrerem de contrato de trabalho cuja execução ocorra no Brasil e que tenha por objeto a pesquisa ou a atividade inventiva, ou resulte esta da natureza dos serviços para os quais foi o empregado contratado.

§ 1º Salvo expressa disposição contratual em contrário, a retribuição pelo trabalho a que se refere este artigo limita-se ao salário ajustado.

§ 2º Salvo prova em contrário, consideram-se desenvolvidos na vigência do contrato a invenção ou o modelo de utilidade, cuja patente seja requerida pelo empregado até 1 (um) ano após a extinção do vínculo empregatício.

Art. 89. O empregador, titular da patente, poderá conceder ao empregado, autor de invento ou aperfeiçoamento, participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração da patente, mediante negociação com o interessado ou conforme disposto em norma da empresa.

Parágrafo único. A participação referida neste artigo não se incorpora, a qualquer título, ao salário do empregado.

Art. 90. Pertencerá exclusivamente ao empregado a invenção ou o modelo de utilidade por ele desenvolvido, desde que desvinculado do contrato de trabalho e não decorrente da utilização de recursos, meios, dados, materiais, instalações ou equipamentos do empregador.

Art. 91. A propriedade de invenção ou de modelo de utilidade será comum, em partes iguais, quando resultar da contribuição pessoal do empregado e de recursos, dados, meios, materiais, instalações ou equipamentos do empregador, ressalvada expressa disposição contratual em contrário.

§ 1º Sendo mais de um empregado, a parte que lhes couber será dividida igualmente entre todos, salvo ajuste em contrário.

§ 2º É garantido ao empregador o direito exclusivo de licença de exploração e assegurada ao empregado a justa remuneração.

§ 3º A exploração do objeto da patente, na falta de acordo, deverá ser iniciada pelo empregador dentro do prazo de 1 (um) ano, contado da data de sua concessão, sob pena de passar à exclusiva propriedade do empregado a titularidade da patente, ressalvadas as hipóteses de falta de exploração por razões legítimas.

§ 4º No caso de cessão, qualquer dos cotitulares, em igualdade de condições, poderá exercer o direito de preferência.

Art. 92. O disposto nos artigos anteriores aplica-se, no que couber, às relações entre o trabalhador autônomo ou o estagiário e a empresa contratante e entre empresas contratantes e contratadas.

"XXIX – ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho". (*Redação dada pela EC n. 28/2000.*)

Prescrição, como se sabe, é a perda do *direito à ação*.

As ações devem ser exercidas em determinados prazos fixados em lei, sob pena de se eternizar o respectivo direito, o que, na prática, ensejaria inequívoca intranquilidade às partes, com efeitos nocivos para a própria sociedade. Daí dizer Moacyr Amaral Santos: "A prescrição pressupõe um direito que, embora nascido e efetivo, não foi exigido, em caso de sua violação, por via judicial, isto é, por ação que lhe correspondesse, em tempo oportuno"[57].

Distingue-se a prescrição da decadência porque, enquanto na prescrição o que se extingue é o direito à ação, na decadência o que ocorre é a *perda do direito*. É evidente que a perda do direito necessariamente acarreta a extinção da respectiva ação.

2. *Da arguição da prescrição no Processo do Trabalho (momento processual)*

A CLT não contém qualquer disposição relacionada com o momento em que se pode arguir a prescrição, razão por que é de se aplicar o art. 193 do novo Código Civil, que assim dispõe:

"A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita".

O dispositivo legal nominado, de inequívoca aplicação subsidiária no Processo do Trabalho, deixa claro que, em qualquer *grau de jurisdição*, a prescrição pode ser invocada pela parte que a aproveita. Por *qualquer grau de jurisdição* se há de entender "a exata situação em que se encontra o processo: no juízo (1º grau), ou no tribunal (2º grau)", como afirma Everaldo de Souza, autor da sugestão adotada pelo legislador para a redação final dada ao art. 193, acima transcrito.

Na lição de Maria Helena Diniz:

"A prescrição poderá ser arguida na primeira instância, que está sob a direção de um juiz singular, e na segunda instância, que se encontra em mãos de um colegiado de juízes superiores. Pode ser invocada em qualquer fase processual: na contestação, na audiência de instrução e julgamento, nos debates, em apelação, em embargos infringentes, sendo que no processo em fase de execução não é cabível a arguição de prescrição, exceto se superveniente à sentença transitada em julgado. Os arts. 193 do CC e 303, III, do CPC são exceções à regra geral do art. 300 do CPC, de que toda a matéria de defesa do réu deve concentrar-se na contestação. Isto é assim porque o art. 193 do CC é norma especial, prevalecendo sobre o art. 300 do CPC, que é norma geral. Logo, a prescrição é matéria que pode ser alegada em qualquer instância (CPC, art. 300, III), mesmo depois da contestação e até, pela primeira vez, no recurso de apelação (CPC, art. 741, VI)"[58].

Em outras palavras: a prescrição pode ser alegada não só perante o juízo de 1º grau, como perante o juízo da apelação.

57. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, 3. ed., Saraiva, v. II, p. 90 e 173.

58. *Novo Código Civil Anotado*, Saraiva, 2002, p. 190.

Art. 93. Aplica-se o disposto neste Capítulo, no que couber, às entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, federal, estadual ou municipal.

Parágrafo único. Na hipótese do art. 88, será assegurada ao inventor, na forma e condições previstas no estatuto ou regimento interno da entidade a que se refere este artigo, premiação de parcela no valor das vantagens auferidas com o pedido ou com a patente, a título de incentivo.

.....

Art. 244. Revogam-se a Lei n. 5.772, de 21 de dezembro de 1971, a Lei n. 6.348, de 7 de julho de 1976, os arts. 187 a 196 do Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940, os arts. 169 a 189 do Decreto-lei n. 7.903, de 27 de agosto de 1945, e as demais disposições em contrário.

Menores de 16 anos – Proibição ao trabalho

Constituição Federal de 1988

(Publicada no *DOU*, 5-10-1988)

.....

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

.....

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; *(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 20, de 15-12-1998.)*

Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998

(Publicada no *DOU*, 16-12-1998)

Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º .....

XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

.....

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

.....

Menores de 18 anos – Proibição ao trabalho

Portaria n. 88, de 28 de abril de 2009

(Publicada no *DOU*, 29-4-2009)

A Secretária de Inspeção do Trabalho, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso I do art. 405 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, resolve:

Art. 1º Para efeitos do art. 405, inciso I, da CLT, são considerados locais e serviços perigosos ou insalubres, proibidos ao trabalho do menor de 18 (dezoito) anos, os descritos no item I – Trabalhos Prejudiciais à Saúde e à Segurança, do Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008, que publicou a Lista das Piores Formas do Trabalho Infantil.

Art. 2º Fica revogada a Portaria n. 20, de 13 de setembro de 2001, publicada no *Diário Oficial da União* n. 177, de 14 de setembro de 2001, Seção I, p. 46.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Participação nos lucros ou resultados da empresa

Lei n. 10.101,
de 19 de dezembro de 2000
(Publicada no *DOU*, 20-12-2000)

Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei regula a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do art. 7º, inciso XI, da Constituição.

Art. 2º A participação nos lucros ou resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados, mediante um dos procedimentos a seguir descritos, escolhidos pelas partes de comum acordo:

I – comissão escolhida pelas partes, integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria;

II – convenção ou acordo coletivo.

§ 1º Dos instrumentos decorrentes da negociação deverão constar regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos substantivos da participação e das regras adjetivas, inclusive mecanismos de aferição das informações pertinentes ao cumprimento do acordado, periodicidade da distribuição, período de vigência e prazos para revisão do acordo, podendo ser considerados, entre outros, os seguintes critérios e condições:

I – índices de produtividade, qualidade ou lucratividade da empresa;

II – programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente.

§ 2º O instrumento de acordo celebrado será arquivado na entidade sindical dos trabalhadores.

§ 3º Não se equipara a empresa, para os fins desta Lei:

I – a pessoa física;

II – a entidade sem fins lucrativos que, cumulativamente:

a) não distribua resultados, a qualquer título, ainda que indiretamente, a dirigentes, administradores ou empresas vinculadas;

b) aplique integralmente os seus recursos em sua atividade institucional e no País;

c) destine o seu patrimônio a entidade congênere ou ao poder público, em caso de encerramento de suas atividades;

d) mantenha escrituração contábil capaz de comprovar a observância dos demais requisitos deste inciso, e das normas fiscais, comerciais e de direito econômico que lhe sejam aplicáveis.

Art. 3º A participação de que trata o art. 2º não substitui ou complementa a remuneração devida a qualquer empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade.

§ 1º Para efeito de apuração do lucro real, a pessoa jurídica poderá deduzir como despesa operacional as participações atribuídas aos empregados nos lucros ou resultados, nos termos da presente Lei, dentro do próprio exercício de sua constituição.

§ 2º É vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de participação nos lucros ou resultados da empresa em periodicidade inferior a um semestre civil, ou mais de duas vezes no mesmo ano civil.

§ 3º Todos os pagamentos efetuados em decorrência de planos de participação nos lucros ou resultados, mantidos espontaneamente pela empresa, poderão ser compensados com as obrigações decorrentes de acordos ou convenções coletivas de trabalho atinentes à participação nos lucros ou resultados.

§ 4º A periodicidade semestral mínima referida no § 2º poderá ser alterada pelo Poder Executivo, até 31 de dezembro de 2000, em função de eventuais impactos nas receitas tributárias.

§ 5º A participação de que trata este artigo será tributada pelo imposto sobre a renda exclusivamente na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos, no ano do recebimento ou crédito, com base na tabela

progressiva anual constante do Anexo e não integrará a base de cálculo do imposto devido pelo beneficiário na Declaração de Ajuste Anual.

§ 6º Para efeito da apuração do imposto sobre a renda, a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa será integralmente tributada, com base na tabela progressiva constante do Anexo.

§ 7º Na hipótese de pagamento de mais de uma parcela referente a um mesmo ano-calendário, o imposto deve ser recalculado, com base no total da participação nos lucros recebida no ano-calendário, mediante a utilização da tabela constante do Anexo, deduzindo-se do imposto assim apurado o valor retido anteriormente.

§ 8º Os rendimentos pagos acumuladamente a título de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa serão tributados exclusivamente na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos, sujeitando-se, também de forma acumulada, ao imposto sobre a renda com base na tabela progressiva constante do Anexo.

§ 9º Considera-se pagamento acumulado, para fins do § 8º, o pagamento da participação nos lucros relativa a mais de um ano-calendário.

§ 10. Na determinação da base de cálculo da participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados, poderão ser deduzidas as importâncias pagas em dinheiro a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de separação ou divórcio consensual realizado por escritura pública, desde que correspondentes a esse rendimento, não podendo ser utilizada a mesma parcela para a determinação da base de cálculo dos demais rendimentos.

Art. 4º Caso a negociação visando à participação nos lucros ou resultados da empresa resulte em impasse, as partes poderão utilizar-se dos seguintes mecanismos de solução do litígio:

I – mediação;

II – arbitragem de ofertas finais.

§ 1º Considera-se arbitragem de ofertas finais aquela em que o árbitro deve restringir-se a optar pela proposta apresentada, em caráter definitivo, por uma das partes.

§ 2º O mediador ou o árbitro será escolhido de comum acordo entre as partes.

§ 3º Firmado o compromisso arbitral, não será admitida a desistência unilateral de qualquer das partes.

§ 4º O laudo arbitral terá força normativa, independentemente de homologação judicial.

Art. 5º A participação de que trata o art. 1º desta Lei, relativamente aos trabalhadores em empresas estatais, observará diretrizes específicas fixadas pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Consideram-se empresas estatais as empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 6º Fica autorizado o trabalho aos domingos nas atividades do comércio em geral, observada a legislação municipal, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição. (*Redação dada pela Lei n. 11.603, de 5-12-2007.*)

Parágrafo único. O repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho e outras a serem estipuladas em negociação coletiva. (*Redação dada pela Lei n. 11.603, de 5-12-2007.*)

Art. 6º-A. É permitido o trabalho em feriados nas atividades do comércio em geral, desde que autorizado em convenção coletiva de trabalho e observada a legislação municipal, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição. (*Incluído pela Lei n. 11.603, de 5-12-2007.*)

Art. 6º-B. As infrações ao disposto nos arts. 6º e 6º-A desta Lei serão punidas com a multa prevista no art. 75 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. (*Incluído pela Lei n. 11.603, de 5-12-2007.*)

Parágrafo único. O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho. (*Incluído pela Lei n. 11.603, de 5-12-2007.*)

Art. 7º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória n. 1.982-76, de 26 de outubro de 2000.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Piso salarial

Lei Complementar n. 103, de 14 de julho de 2000

(Publicada no *DOU*, 17-7-2000)

Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22.

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do art. 7º da Constituição Federal para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

§ 1º A autorização de que trata este artigo não poderá ser exercida:

I – no segundo semestre do ano em que se verificar eleição para os cargos de Governador dos Estados e do Distrito Federal e de Deputados Estaduais e Distritais;

II – em relação à remuneração de servidores públicos municipais.

§ 2º O piso salarial a que se refere o *caput* poderá ser estendido aos empregados domésticos.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PIS-PASEP

Lei Complementar n. 7, de 7 de setembro de 1970

(Publicada no *DOU*, 9-9-1970)

Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências.

Art. 1º É instituído, na forma prevista nesta Lei, o Programa de Integração Social, destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas.

§ 1º Para os fins desta Lei, entende-se por empresa a pessoa jurídica, nos termos da legislação do Imposto de Renda, e por empregado todo aquele assim definido pela legislação trabalhista.

§ 2º A participação dos trabalhadores avulsos, assim definidos os que prestam serviços a diversas empresas, sem relação empregatícia, no Programa de Integração Social, far-se-á nos termos do Regulamento a ser baixado, de acordo com o art. 11 desta Lei.

Art. 2º O Programa de que trata o artigo anterior será executado mediante Fundo de Participação, constituído por depósitos efetuados pelas empresas na Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal poderá celebrar convênios com estabelecimentos da rede bancária nacional, para o fim de receber os depósitos a que se refere este artigo.

Art. 3º O Fundo de Participação será constituído por duas parcelas:

a) a primeira, mediante dedução do Imposto de Renda devido, na forma estabelecida no § 1º deste artigo, processando-se o seu recolhimento ao Fundo juntamente com o pagamento do Imposto de Renda;

b) a segunda, com recursos próprios da empresa, calculados com base no faturamento, como segue:

1) no exercício de 1971, 0,15%;

2) no exercício de 1972, 0,25%;

3) no exercício de 1973, 0,40%;

4) no exercício de 1974 e subsequentes, 0,50%.

§ 1º A dedução a que se refere a alínea *a* deste artigo será feita sem prejuízo do direito de utilização dos incentivos fiscais previstos na legislação em vigor e calculada com base no valor do Imposto de Renda devido, nas seguintes proporções:

a) no exercício de 1971: 2%;

b) no exercício de 1972: 3%;

c) no exercício de 1973 e subsequentes: 5%.

§ 2º As instituições financeiras, sociedades seguradoras e outras empresas que não realizam operações de vendas de mercadorias participarão do Programa de Integração Social com uma contribuição ao Fundo de Participação de recursos próprios de valor idêntico do que for apurado na forma do parágrafo anterior.

§ 3º As empresas que a título de incentivos fiscais estejam isentas, ou venham a ser isentadas, do pagamento do Imposto de Renda contribuirão para o Fundo de Participação, na base de cálculo como se aquele tributo fosse devido, obedecidas as percentagens previstas neste artigo.

§ 4º As entidades de fins não lucrativos, que tenham empregados assim definidos pela legislação trabalhista, contribuirão para o Fundo na forma da lei.

§ 5º A Caixa Econômica Federal resolverá os casos omissos, de acordo com os critérios fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 4º O Conselho Monetário Nacional poderá alterar, até 50% (cinquenta por cento), para mais ou para menos, os percentuais de contribuição de que trata o § 2º do art. 3º, tendo em vista a proporcionalidade das contribuições.

Art. 5º A Caixa Econômica Federal emitirá, em nome de cada empregado, uma Caderneta de Participação – Programa de Integração Social – movimentável na forma dos arts. 8º e 9º desta Lei.

Art. 6º A efetivação dos depósitos no Fundo correspondente à contribuição referida na alínea *b* do art. 3º será processada mensalmente a partir de 1º de julho de 1971.

Parágrafo único A contribuição de julho será calculada com base no faturamento de janeiro; a de agosto, com base no faturamento de fevereiro; e assim sucessivamente.

Art. 7º A participação do empregado no Fundo far-se-á mediante depósitos efetuados em contas individuais abertas em nome de cada empregado, obedecidos os seguintes critérios:

a) 50% (cinquenta por cento) do valor destinado ao Fundo será dividido em partes proporcionais ao montante de salários recebidos no período;

b) os 50% (cinquenta por cento) restantes serão divididos em partes proporcionais aos quinquênios de serviços prestados pelo empregado.

§ 1º Para os fins deste artigo, a Caixa Econômica Federal, com base nas informações fornecidas pelas empresas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei, organizará um Cadastro-Geral dos participantes do Fundo, na forma que for estabelecida em regulamento.

§ 2º A omissão dolosa de nome de empregado entre os participantes do Fundo sujeitará a empresa a multa, em benefício do Fundo, no valor de 10 (dez) meses de salários, devidos ao empregado cujo nome houver sido omitido.

§ 3º Igual penalidade será aplicada em caso de declaração falsa sobre o valor do salário e do tempo de serviço do empregado na empresa.

Arts. 8º e 9º (*Revogados pela LC n. 26, de 11-9-1975.*)

Art. 10. As obrigações das empresas, decorrentes desta Lei, são de caráter exclusivamente fiscal, não gerando direitos de natureza trabalhista nem incidência de qualquer contribuição previdenciária em relação a quaisquer prestações devidas, por lei ou por sentença judicial, ao empregado.

Parágrafo único. As importâncias incorporadas ao Fundo não se classificam como rendimento do trabalho, para qualquer efeito da legislação trabalhista, de Previdência Social ou Fiscal e não se incorporam aos salários ou gratificações, nem estão sujeitas ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 11. Dentro de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência desta Lei, a Caixa Econô-

mica Federal submeterá à aprovação do Conselho Monetário Nacional o regulamento do Fundo, fixando as normas para o recolhimento e a distribuição dos recursos, assim como as diretrizes e os critérios para a sua aplicação.

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional pronunciar-se-á, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do seu recebimento, sobre o projeto de regulamento do Fundo.

Art. 12. As disposições desta Lei não se aplicam a quaisquer entidades integrantes da Administração Pública federal, estadual ou municipal, dos Territórios e do Distrito Federal, direta ou indireta adotando-se, em todos os níveis, para efeito de conceituação, como entidades da Administração Indireta, os critérios constantes dos Decretos-leis n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, e 900, de 29 de setembro de 1969.

Art. 13. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Lei Complementar n. 8, de 3 de dezembro de 1970

(Publicada no *DOU*, 4-12-1970)

Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e dá outras providências.

Art. 1º É instituído, na forma prevista nesta Lei Complementar, o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

Art. 2º A União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios contribuirão para o Programa, mediante recolhimento mensal ao Banco do Brasil das seguintes parcelas:

I – União:

1% (um por cento) das receitas correntes efetivamente arrecadadas, deduzidas as transferências feitas a outras entidades da Administração Pública, a partir de 1º de julho de 1971; 1,5% (um e meio por cento) em 1972 e 2% (dois por cento) no ano de 1973 e subsequentes.

II – Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios:

a) 1% (um por cento) das receitas correntes próprias, deduzidas as transferências feitas a outras entidades da Administração Pública, a partir de 1º de julho de 1971; 1,5% (um e meio por cento) em 1972 e 2% (dois por cento) no ano de 1973 e subsequentes;

b) 2% (dois por cento) das transferências recebidas do Governo da União e dos Estados através do Fundo de Participações dos Estados, Distrito Federal e Municípios, a partir de 1º de julho de 1971.

Parágrafo único. Não recairá, em nenhuma hipótese, sobre as transferências de que trata este artigo, mais de uma contribuição.

Art. 3º As autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios contribuirão para o Programa com 0,4% (quatro décimos por cento) da receita orçamentária, inclusive transferências e receita operacional, a partir de 1º de julho de 1971; 0,6% (seis décimos por cento) em 1972 e 0,8% (oito décimos por cento) no ano de 1973 e subsequentes.

Art. 4º As contribuições recebidas pelo Banco do Brasil serão distribuídas entre todos os servidores em atividades, civis e militares, da União, dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, bem como das suas entidades da administração indireta e fundações, observados os seguintes critérios:

a) 50% (cinquenta por cento) proporcionais ao montante da remuneração percebida pelo servidor, no período;

b) 50% (cinquenta por cento) em partes proporcionais aos quinquênios de serviços prestados pelo servidor.

Parágrafo único A distribuição de que trata este artigo somente beneficiará os titulares, nas entidades mencionadas nesta Lei Complementar, de cargo ou função de provimento efetivo ou que possam adquirir estabilidade, ou de emprego de natureza não eventual, regido pela legislação trabalhista.

Art. 5º O Banco do Brasil S.A., ao qual competirá a administração do Programa, manterá contas individualizadas para cada

servidor e cobrará uma comissão de serviço, tudo na forma que for estipulada pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º Os depósitos a que se refere este artigo não estão sujeitos a imposto de renda ou contribuição previdenciária, nem se incorporam, para qualquer fim, à remuneração do cargo, função ou emprego.

§§ 2º a 6º (*Revogados pela LC n. 26, de 11-9-1975.*)

Art. 6º (*Revogado pela LC n. 19, de 25-6-1974.*)

Art. 7º As importâncias creditadas nas contas do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e do Programa de Integração Social são inalienáveis e impenhoráveis, e serão obrigatoriamente transferidas de um para outro, no caso de passar o servidor, pela alteração da relação de emprego, do setor público para o privado, e vice-versa.

Art. 8º A aplicação do disposto nesta Lei Complementar aos Estados e Municípios, às suas entidades da administração indireta e fundações, bem como aos seus servidores, dependerá de norma legislativa estadual ou municipal.

Art. 9º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lei Complementar n. 26,
de 11 de setembro de 1975
(Publicada no *DOU*, 12-9-1975)

Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

Art. 1º A partir do exercício financeiro a iniciar-se em 1º de julho de 1976, serão unificados, sob a denominação de PIS-PASEP, os fundos constituídos com os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), instituídos pelas Leis Complementares n. 7 e 8, de 7 de setembro e de 3 de dezembro de 1970, respectivamente.

Parágrafo único. A unificação de que trata este artigo não afetará os saldos das contas individuais existentes em 30 de junho de 1976.

Art. 2º Ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo, são mantidos os critérios de participação dos empregados e servidores estabelecidos nos arts. 7º e 4º, respectivamente, das Leis Complementares n. 7 e 8, referidas, passando a ser considerado, para efeito do cálculo dos depósitos efetuados nas contas individuais, o valor global dos recursos que passarem a integrar o PIS-PASEP.

Parágrafo único. Aos participantes cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos e que percebem salário mensal igual ou inferior a 5 (cinco) vezes o respectivo salário mínimo regional, será assegurado, ao final de cada exercício financeiro, depósito mínimo equivalente ao salário mínimo regional mensal, vigente, respeitada a disponibilidade de recursos.

Art. 3º Após a unificação determinada no art. 1º, as contas individuais dos participantes passarão a ser creditadas:

a) pela correção monetária anual do saldo credor, obedecidos os índices aplicáveis às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN);

b) pelos juros mínimos de 3% (três por cento) calculados anualmente sobre o saldo credor corrigido;

c) pelo resultado líquido adicional das operações realizadas com recursos do PIS-PASEP, deduzidas as despesas administrativas e as provisões de reserva cuja constituição seja indispensável.

Art. 4º As importâncias creditadas nas contas individuais dos participantes do PIS-PASEP são inalienáveis, impenhoráveis e, ressalvado o disposto nos parágrafos deste artigo, indisponíveis por seus titulares.

§ 1º Ocorrendo casamento, aposentadoria, transferência para a reserva remunerada, reforma ou invalidez do titular da conta individual, poderá ele receber o respectivo saldo, o qual,

no caso de morte, será pago a seus dependentes, de acordo com a legislação da Previdência Social e com a legislação específica de servidores civis e militares ou, na falta daqueles, aos sucessores do titular, nos termos da lei civil.

§ 2º Será facultada, no final de cada exercício financeiro posterior ao da abertura da conta individual, a retirada das parcelas correspondentes aos créditos de que tratam as alíneas *b* e *c* do art. 3º.

§ 3º Aos participantes cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos e que percebem salário mensal igual ou inferior a 5 (cinco) vezes o respectivo salário mínimo regional, será facultada, ao final de cada exercício financeiro, retirada complementar que permita perfazer valor igual ao do salário mínimo regional mensal vigente, respeitadas as disponibilidades de suas contas individuais.

Art. 5º É mantido, para os recursos do PIS-PASEP, inclusive aqueles a que se refere o art. 1º da Lei Complementar n. 17, de 12 de dezembro de 1973, o sistema de aplicação unificada estabelecido na Lei Complementar n. 19, de 25 de junho de 1974.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei Complementar entrará em vigor em 1º de julho de 1976, revogados os arts. 8º e seu parágrafo, e 9º, e seus §§ 1º e 2º, da Lei Complementar n. 7, de 7 de setembro de 1976, e os §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 5º da Lei Complementar n. 8, de 3 de dezembro de 1970, e as demais disposições em contrário.

Lei n. 7.859,
de 25 de outubro de 1989
(Publicada no *DOU*, 26-10-1989)

Regula a concessão e o pagamento do abono previsto no § 3º do art. 239 da Constituição Federal.

Art. 1º É assegurado o recebimento de abono anual, no valor de um salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento, aos empregados que:

I – perceberem de empregadores, que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), até dois salários mínimos médios de remuneração mensal no período trabalhado, e que tenham exercido atividade remunerada pelo menos durante trinta dias no ano-base;

II – estejam cadastrados, há pelo menos cinco anos (art. 4º, § 3º, da Lei Complementar n. 26, de 11 de setembro de 1975) no Fundo de Participação PIS-PASEP ou no Cadastro Nacional do Trabalhador.

Parágrafo único. No caso de beneficiários integrantes do Fundo de Participação PIS-PASEP, o abono anual será pago com os rendimentos das contas individuais, a cargo do Fundo, e complementado, quando for o caso, com recursos oriundos da arrecadação das contribuições dos programas mencionados neste artigo.

Art. 2º O abono será pago pelo Banco do Brasil S.A. e pela Caixa Econômica Federal, mediante:

I – depósito em nome do trabalhador;

II – saque em espécie; ou

III – folha de salários.

§ 1º Ao Banco do Brasil S.A. caberá o pagamento aos servidores e empregados dos contribuintes mencionados no art. 14 do Decreto-lei n. 2.052, de 3 de agosto de 1983, e à Caixa Econômica Federal, aos empregados dos contribuintes a que se refere o art. 15 do mesmo Decreto-lei.

§ 2º Os recursos financeiros, necessários à complementação prevista no parágrafo único do art. 1º, serão consignados no Orçamento da União e repassados ao Banco do Brasil S.A. e à Caixa Econômica Federal, de acordo com as datas de desembolsos previstas nos respectivos cronogramas.

§ 3º As instituições financeiras pagadoras manterão em seu poder, à disposição das autoridades fazendárias, por processo que possibilite a sua imediata recuperação, os comprovantes de pagamentos efetuados.

Art. 3º O Ministro da Fazenda expedirá as instruções necessárias à execução desta Lei, relacionadas com:

I – a aprovação do cronograma de pagamento e de desembolso;

II – os procedimentos para operacionalização do abono; e

III – a remuneração dos agentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Proibição de medidas discriminatórias para admissão de empregados

Lei n. 9.029,
de 13 de abril de 1995
(Publicada no *DOU*, 17-4-1995)

Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

Art. 1º Fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 2º Constituem crime as seguintes práticas discriminatórias:

I – a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez;

II – a adoção de quaisquer medidas, de iniciativa do empregador, que configurem:

a) indução ou instigamento à esterilização genética;

b) promoção do controle de natalidade, assim não considerado o oferecimento de serviços e de aconselhamento ou planejamento familiar, realizados através de instituições públicas ou privadas, submetidas às normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Pena: detenção de um a dois anos e multa.

Parágrafo único. São sujeitos ativos dos crimes a que se refere este artigo:

I – a pessoa física empregadora;

II – o representante legal do empregador, como definido na legislação trabalhista;

III – o dirigente, direto ou por delegação, de órgãos públicos e entidades das administrações públicas direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 3º Sem prejuízo do prescrito no art. 2º e nos dispositivos legais que tipificam os crimes resultantes de preconceito de etnia, raça ou cor, as infrações do disposto nesta Lei são passíveis das seguintes cominações: (*Redação dada pela Lei n. 12.288, de 20-7-2010.*)

I – multa administrativa de dez vezes o valor do maior salário pago pelo empregador, elevado em cinquenta por cento em caso de reincidência;

II – proibição de obter empréstimo ou financiamento junto a instituições financeiras oficiais.

Art. 4º O rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório, nos moldes desta Lei, além do direito à reparação pelo dano moral, faculta ao empregado optar entre: (*Redação dada pela Lei n. 12.288, de 20-7-2010.*)

I – a readmissão com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais;

II – a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Registro sindical

Portaria n. 186,
de 10 de abril de 2008
(Publicada no *DOU*, 14-4-2008)

Art. 1º Os pedidos de registro sindical no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE observarão os procedimentos administrativos previstos nesta Portaria.

Capítulo I
DOS PEDIDOS DE REGISTRO SINDICAL E DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

Seção I
Da solicitação e análise dos pedidos

Art. 2º Para a solicitação de registro, a entidade sindical deverá acessar o Sistema do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES, disponível no endereço eletrônico www.mte.gov.br, e seguir as instruções ali constantes para a emissão do formulário de pedido de registro.

§ 1º Após a transmissão dos dados e confirmação do envio eletrônico do pedido, o interessado deverá protocolizar, para formação de processo administrativo, unicamente na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE da unidade da Federação onde se localiza a sede da entidade sindical, sendo vedada a remessa via postal, os seguintes documentos:

I – requerimento original gerado pelo Sistema, assinado pelo representante legal da entidade;

II – edital de convocação dos membros da categoria para a assembleia geral de fundação ou ratificação de fundação da entidade, do qual conste a indicação nominal de todos os municípios, estados e categorias pretendidas, publicado, simultaneamente, no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação diária na base territorial, com antecedência mínima de dez dias da realização da assembleia para as entidades com base municipal, intermunicipal ou estadual e de trinta dias para as entidades com base interestadual ou nacional;

III – ata da assembleia geral de fundação da entidade e eleição, apuração e posse da diretoria, com a indicação do nome completo e número do Cadastro Pessoas Físicas – CPF dos representantes legais da entidade requerente, acompanhada de lista contendo o nome completo e assinatura dos presentes;

IV – estatuto social, aprovado em assembleia geral e registrado em cartório, que deverá conter os elementos identificadores da representação pretendida, em especial a categoria ou categorias representadas e a base territorial;

V – comprovante original de pagamento da Guia de Recolhimento da União – GRU, relativo ao custo das publicações no Diário Oficial da União, conforme indicado em portaria ministerial, devendo-se utilizar as seguintes referências: UG 380918, Gestão 00001 e Código de recolhimento 68888-6, referência 38091800001-3947;

VI – certidão de inscrição do solicitante no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica – CNPJ, com natureza jurídica específica; e

VII – comprovante de endereço em nome da entidade.

§ 2º O processo será encaminhado preliminarmente à Seção de Relações do Trabalho da SRTE, para efetuar a conferência dos documentos que acompanham o pedido de registro sindical e encaminhá-lo, por meio de despacho, à Coordenação-Geral de Registro Sindical da Secretaria de Relações do Trabalho – CGRS para fins de análise.

Art. 3º A entidade sindical que pretenda registrar alteração estatutária referente a categoria e/ou base territorial, deverá estar com cadastro ativo no CNES e protocolizar na SRTE do local onde se encontre sua sede, os seguintes documentos, além dos previstos nos incisos V, VI e VII do § 1º do art. 2º desta Portaria, vedada a remessa via postal ou o protocolo na sede do Ministério do

Como preleciona Carvalho Santos, em lição que subsiste, em seus consagrados *Comentários ao Código de Processo Civil*:

"Não exige a lei que a prescrição seja alegada na primeira vez que a parte a quem a aproveita fale no feito. Até nas razões finais, é direito seu alegar a prescrição.

Perante a instância superior da apelação, a alegação pode ser feita nas respectivas razões, embora não tenha sido alegada a prescrição em primeira instância.

Até mesmo no momento do debate oral, quer em primeira instância, quer perante a segunda instância, no ato do julgamento, em seguida ao relatório do juiz relator, como é admitido em muitas legislações processuais, ainda pode ser alegada a prescrição.

A regra é esta: não se presume renunciar a prescrição quem, sem a alegar, desde logo, aproveita defesa sobre o mérito, razão pela qual é admissível a alegação em qualquer fase do processo"[59].

No mesmo sentido, a lição de Washington de Barros Monteiro, em seu clássico *Curso de direito civil*[60].

Moacyr Amaral Santos, eminente processualista e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, enumerando as defesas suscitáveis posteriormente à contestação, observa:

"São ainda admissíveis defesas novas, depois da contestação, quando por lei puderem ser formuladas em qualquer tempo e juízo. Assim, por exemplo, o impedimento do juiz, ou a sua suspeição da qual teve ciência o réu posteriormente à contestação, a prescrição que pode ser alegada em qualquer instância, pela parte interessada"[61].

As lições subsistem. Conquanto não se possa confundir instância com jurisdição, *grau de jurisdição* (art. 193 do CC) significa que a prescrição pode ser invocada em qualquer fase em que se encontra o processo, nos juízos de 1º e 2º graus, salvo na fase executória, em que a prescrição há de ser superveniente à sentença transitada em julgado.

Russomano observa que "o Direito do Trabalho é um ramo do Direito autônomo, com natureza científica própria, mas subordinado aos princípios gerais do Direito", razão por que "aplicam-se ao Direito do Trabalho, portanto, os princípios universais e nacionais da prescrição – os primeiros comuns a todos os povos; os segundos, consubstanciados no Código Civil, já que é quase omissa a lei especial, inclusive quanto às causas impeditivas, suspensivas e interruptivas do prazo prescricional"[62].

Outra não é a posição de Isis de Almeida:

"No Processo do Trabalho – em que predominam as preclusões de fase, por força da sua excessiva oralidade e concentração dos atos processuais na chamada audiência de julgamento – tem-se estabelecido que o momento próprio de arguição da prescrição é a defesa. Diante, porém, da expressa determinação legal – admitindo a alegação em qualquer tempo, durante o processo, ou seja, como quer o direito francês, em qualquer *estado da causa* – é induvidosa a sua arguição, pela primeira vez, até mesmo nas razões

59. 9. ed., Freitas Bastos, v. III, p. 380.
60. Parte Geral, Saraiva, v. I, p. 301.
61. Ob. cit., v. II, p. 184.
62. Ob. cit., v. 1, p. 57.

Trabalho e Emprego: *(Redação dada pela Portaria n. 2.451, de 2-12-2011.)*

I – requerimento original gerado pelo Sistema, assinado pelo representante legal da entidade. *(Redação dada pela Portaria n. 2.451, de 2-12-2011.)*

II – edital de convocação dos membros das categorias representada e pretendida para a assembleia geral de alteração estatutária da entidade, do qual conste a indicação nominal de todos os municípios, estados e categorias pretendidas, publicado, simultaneamente, no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação diária na base territorial, com antecedência mínima de dez dias da realização da assembleia para as entidades com base municipal, intermunicipal ou estadual e de trinta dias para as entidades com base interestadual ou nacional;

III – ata da assembleia geral de alteração estatutária da entidade e eleição, apuração e posse da diretoria, com a indicação do nome completo e número do Cadastro Pessoas Físicas – CPF dos representantes legais da entidade requerente, acompanhada de lista contendo o nome completo e assinatura dos presentes; e

IV – estatuto social, aprovado em assembleia geral e registrado em cartório, do qual deverá constar a base e categoria ao final representada.

§ 1º As fusões ou incorporações de entidades sindicais são consideradas alterações estatutárias. *(Parágrafo único renumerado pela Portaria n. 2.451, de 2-12-2011.)*

§ 2º A solicitação de registro de alteração estatutária deverá ser preenchida no Sistema do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES, disponível no endereço eletrônico www.mte.gov.br. *(Incluído pela Portaria n. 2.451, de 2-12-2011.)*

§ 3º Não será permitida a tramitação de mais de uma solicitação de registro de alteração estatutária simultaneamente. *(Incluído pela Portaria n. 2.451, de 2.12.2011.)*

Art. 4º Os pedidos de registro sindical ou de alteração estatutária serão analisados na CGRS, que verificará se os representados constituem categoria, nos termos da Lei, bem como a existência, no CNES, de outras entidades sindicais representantes da mesma categoria, na mesma base territorial da entidade requerente.

Art. 5º O pedido será arquivado pelo Secretário de Relações do Trabalho, com base em análise fundamentada da CGRS nos seguintes casos:

I – não caracterização de categoria econômica ou profissional para fins de organização sindical, nos termos da legislação pertinente;

II – insuficiência ou irregularidade dos documentos apresentados, na forma dos arts. 2º, 3º e 22;

III – coincidência total de categoria e base territorial do sindicato postulante com sindicato registrado no CNES;

IV – quando a base territorial requerida englobar o local da sede de sindicato, registrado no CNES, representante de idêntica categoria; e

V – quando o pedido for protocolado em desconformidade com o § 1º do art. 2º.

§ 1º Nos pedidos de registro e de alteração estatutária de federações e confederações, será motivo de arquivamento, ainda, a falta de preenchimento dos requisitos previstos no Capítulo IV desta Portaria.

§ 2º A análise de que trata o inciso I deste artigo deverá identificar todos os elementos exigidos por Lei para a caracterização de categoria econômica, profissional ou específica.

Seção II
Da publicação do pedido

Art. 6º Após a verificação, pela CGRS, da regularidade dos documentos apresentados e a análise de que tratam os arts. 4º e 5º, o pedido de registro sindical ou de alteração estatutária será publicado no Diário Oficial da União, para fins de publicidade e abertura de prazo para impugnações.

Art. 7º Quando for constatada a existência de dois ou mais pedidos de registro ou alteração estatutária com coincidência total ou parcial de base territorial e categoria, proceder-se-á da seguinte forma:

I – caso ambos tenham protocolizados com a documentação completa, deve-se publicar pela ordem de data do protocolo do pedido; e

II – nos pedidos de registro ou de alteração estatutária, anteriores a esta Portaria, que tenham sido protocolizados com a documentação incompleta, deverá ser publicado primeiramente aquele que, em primeiro lugar, protocolizar a documentação completa.

Parágrafo único. Nos casos descritos neste artigo, se as partes interessadas estiverem discutindo o conflito de representação na via judicial, os processos ficarão suspensos, nos termos do art. 16.

Art. 8º Serão publicadas no Diário Oficial da União e devidamente certificadas no processo as decisões de arquivamento, das quais poderá o interessado apresentar recurso administrativo, na forma do Capítulo XV da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Capítulo II
DAS IMPUGNAÇÕES

Seção I
Da publicação e dos requisitos para impugnações

Art. 9º Publicado o pedido de registro sindical ou de alteração estatutária, a entidade sindical de mesmo grau, registrada no CNES, que entenda coincidentes sua representação e a do requerente, poderá apresentar impugnação, no prazo de trinta dias, contado da data da publicação de que trata art. 6º, diretamente no protocolo do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo vedada impugnação por qualquer outro meio, devendo instruí-la com os seguintes documentos, além dos previstos nos incisos V, VI e VII do § 1º do art. 2º desta Portaria:

I – requerimento, que deverá indicar claramente o objeto do conflito e configurar a coincidência de base territorial e de categoria;

II – documento comprobatório do registro sindical expedido pelo MTE, com identificação da base territorial e da categoria representada, ressalvada ao interessado a utilização da faculdade prevista no art. 37 da Lei n. 9.784, de 1999;

III – estatuto social atualizado, aprovado em assembleia geral da categoria;

IV – ata de apuração de votos do último processo eleitoral;

V – ata de posse da atual diretoria; e

VI – formulário de atualização sindical extraído do endereço eletrônico www.mte.gov.br, devidamente preenchido e assinado.

§ 1º A entidade sindical impugnante que estiver com suas informações atualizadas no CNES fica dispensada da apresentação dos documentos previstos nos incisos III a VI do *caput* deste artigo.

§ 2º Não serão aceitas impugnações coletivas, apresentadas por meio do mesmo documento por um impugnante a mais de um pedido ou por vários impugnantes ao mesmo pedido.

Seção II
Da análise dos pedidos de impugnação

Art. 10. As impugnações serão submetidas ao procedimento previsto na Seção III deste Capítulo, exceto nos seguintes casos, em que serão arquivadas pelo Secretário de Relações do Trabalho, após análise da CGRS:

I – inobservância do prazo previsto no *caput* do art. 9º;

II – ausência de registro sindical do impugnante, exceto se seu pedido de registro ou de alteração estatutária já houver sido publicado no Diário Oficial da União, mesmo que se encontre sobrestado, conforme § 5º do art. 13;

III – apresentação por diretoria de sindicato com mandato vencido;

IV – inexistência de comprovante de pagamento da taxa de publicação;

V – não coincidência de base territorial e categoria entre impugnante e impugnado;

VI – impugnação apresentada por entidade de grau diverso da entidade impugnada, salvo por mandato;

VII – na hipótese de desmembramento, que ocorre quando a base territorial do impugnado é menor que a do impugnante, desde que não englobe o município da sede do sindicato impugnante e não haja coincidência de categoria específica;

VIII – na ocorrência de dissociação de categorias ecléticas, similares ou conexas, para a formação de entidade com representação de categoria mais específica;

IX – ausência ou irregularidade de qualquer dos documentos previstos no art. 9º; e

X – perda do objeto da impugnação, ocasionada pela retificação do pedido da entidade impugnada.

§ 1º A decisão de arquivamento será fundamentada e publicada no Diário Oficial da União, dela cabendo recurso administrativo, na forma do Capítulo XV da Lei n. 9.784, de 1999.

§ 2º O pedido de desistência de impugnação somente será admitido por meio de documentos originais, protocolizados neste Ministério, devidamente assinados pelo representante legal da entidade com mandato válido, vedada a sua apresentação por fax ou e-mail, devendo sua legalidade ser analisada pela CGRS antes da decisão do Secretário de Relações do Trabalho.

Seção III
Da autocomposição

Art. 11. A CGRS deverá informar ao Secretário de Relações do Trabalho as impugnações não arquivadas, na forma do art. 10, para notificação das partes com vistas à autocomposição.

Art. 12. Serão objeto do procedimento previsto nesta Seção:

I – os pedidos de registro impugnados, cujas impugnações não tenham sido arquivadas nos termos do art. 10; e

II – os casos previstos no inciso II do art. 7º.

Art. 13. Serão notificados, na forma do § 3º do art. 26 da Lei n. 9.784, de 1999, os representantes legais das entidades impugnantes e impugnadas, para comparecimento a reunião destinada à autocomposição, que será realizada no âmbito da SRT ou da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego da sede da entidade impugnada, com antecedência mínima de quinze dias da data da reunião.

§ 1º O Secretário de Relações do Trabalho ou o servidor por ele designado iniciará o procedimento previsto no *caput* deste artigo, convidando as partes para se pronunciarem sobre as bases de uma possível conciliação.

§ 2º Será lavrada ata circunstanciada da reunião, assinada por todos os presentes com poder de decisão, da qual conste o resultado da tentativa de acordo.

§ 3º As ausências serão consignadas pelo servidor responsável pelo procedimento e atestadas pelos demais presentes à reunião.

§ 4º O acordo entre as partes fundamentará a concessão do registro ou da alteração estatutária pleiteada, que será concedido após a apresentação de cópia do estatuto social das entidades, registrado em cartório, com as modificações decorrentes do acordo, cujos termos serão anotados no registro de todas as entidades envolvidas no CNES, na forma do Capítulo V.

§ 5º Não havendo acordo entre as partes, o pedido ficará sobrestado até que a Secretaria de Relações do Trabalho seja notificada do inteiro teor de acordo judicial ou extrajudicial ou decisão judicial que decida a controvérsia.

§ 6º Considerar-se-á dirimido o conflito quando a entidade impugnada retirar, de seu estatuto, o objeto da controvérsia claramente definido, conforme disposto no inciso I do art. 9º.

§ 7º O pedido de registro será arquivado se a entidade impugnada, devidamente noti-

ficada, não comparecer à reunião prevista neste artigo.

§ 8º Será arquivada a impugnação e concedido o registro sindical ou de alteração estatutária se a única entidade impugnante, devidamente notificada, não comparecer à reunião prevista neste artigo.

§ 9º Havendo mais de uma impugnação, serão arquivadas as impugnações das entidades que não comparecerem à reunião, mantendo-se o procedimento em relação às demais entidades impugnantes presentes.

§ 10. As reuniões de que trata este artigo serão públicas, devendo a pauta respectiva ser publicada em local visível, acessível aos interessados, com antecedência mínima de cinco dias da data da sua realização.

Capítulo III
DO REGISTRO

Seção I
Da concessão

Art. 14. O registro sindical ou de alteração estatutária será concedido com fundamento em análise técnica da SRT, nas seguintes situações:

I – decorrido o prazo previsto no art. 9º sem que tenham sido apresentadas impugnações ao pedido;

II – arquivamento das impugnações, nos termos do art. 10;

III – acordo entre as partes; e

IV – determinação judicial dirigida ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 15. A concessão de registro sindical ou de alteração estatutária será publicada no Diário Oficial da União, cujos dados serão incluídos no CNES, os quais deverão ser permanentemente atualizados, na forma das instruções expedidas pela Secretaria de Relações do Trabalho.

Parágrafo único. A SRT expedirá, após a publicação da concessão do registro ou da alteração estatutária, certidão com os dados constantes do CNES.

Seção II
Da suspensão dos pedidos

Art. 16. Os processos de registro ou de alteração estatutária ficarão suspensos, neles não se praticando quaisquer atos, nos seguintes casos:

I – por determinação judicial;

II – na hipótese prevista no parágrafo único do art. 7º;

III – durante o procedimento disposto na Seção III do Capítulo II;

IV – no período compreendido entre o acordo previsto no § 4º do art. 13 e a entrega, na SRT, dos respectivos estatutos sociais com as alterações decorrentes do acordo firmado entre as partes;

V – quando as entidades que tiveram seus registros anotados, na forma do Capítulo V, deixarem de enviar, no prazo previsto no § 2º do art. 25, novo estatuto social, registrado em cartório, com a representação sindical devidamente atualizada; e

VI – na redução, pela federação ou confederação, do número mínimo legal de entidades filiadas, conforme previsto no § 3º do art. 20; e

VII – se o interessado deixar de promover os atos que lhe competem, no prazo de trinta dias, após regularmente notificado para sanear eventuais irregularidades.

Seção III
Do cancelamento

Art. 17. O registro sindical ou a alteração estatutária somente será cancelado nos seguintes casos:

I – por ordem judicial que determine ao Ministério do Trabalho e Emprego o cancelamento do registro, fundada na declaração de ilegitimidade da entidade para representar a categoria ou de nulidade dos seus atos constitutivos;

II – administrativamente, se constatado vício de legalidade no processo de concessão,

assegurados ao interessado o contraditório e a ampla defesa, bem como observado o prazo decadencial previsto no art. 53 da Lei n. 9.784, de 1999;

III – a pedido da própria entidade, nos termos do art. 18; e

IV – na ocorrência de fusão ou incorporação entre duas ou mais entidades, devidamente comprovadas com a apresentação do registro em cartório e após a publicação do registro da nova entidade.

Art. 18. Quando a forma de dissolução da entidade sindical não estiver prevista em seu estatuto social, o pedido de cancelamento do registro no CNES deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – edital de convocação de assembleia específica da categoria para fins de deliberação acerca do cancelamento do registro sindical, publicado na forma do inciso II do § 1º do art. 2º desta Portaria; e

II – ata de assembleia da categoria da qual conste como pauta a dissolução da entidade e a autorização do cancelamento do registro sindical.

Art. 19. O cancelamento do registro de entidade sindical deverá ser publicado no Diário Oficial da União e será anotado, juntamente com o motivo, no CNES, cabendo o custeio da publicação ao interessado, se for a pedido, em conformidade com o custo da publicação previsto em portaria específica deste Ministério.

Capítulo IV
DAS ENTIDADES DE GRAU SUPERIOR

Seção I
Da formação e do registro

Art. 20. Para pleitear registro no CNES, as federações e confederações deverão organizar-se na forma dos arts. 534 e 535 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e das leis específicas.

§ 1º Para o registro sindical ou de alteração estatutária, a federação deverá comprovar ter sido constituída por, no mínimo, cinco sindicatos registrados no CNES.

§ 2º A confederação deverá comprovar, para fins de registro sindical ou de alteração estatutária, ser formada pelo número mínimo de três federações registradas no CNES.

§ 3º O requisito do número mínimo de filiados para a constituição de entidades de grau superior previsto na CLT deverá ser mantido pela entidade respectiva.

§ 4º A inobservância do § 3º deste artigo importará na suspensão do registro da entidade sindical de grau superior até que seja suprida a exigência legal, garantida à entidade atingida pela restrição manifestação prévia, no prazo de dez dias, contado da intimação realizada para essa finalidade.

Art. 21. A filiação de uma entidade de grau inferior a mais de uma entidade de grau superior não poderá ser considerada para fins de composição do número mínimo previsto em lei para a criação ou manutenção de uma federação ou confederação.

Parágrafo único. As entidades de grau superior coordenam o somatório das entidades a elas filiadas, devendo, sempre que possível, sua denominação corresponder fielmente a sua representatividade.

Art. 22. Os pedidos de registro sindical e de alterações estatutárias de federações e confederações serão instruídos com os seguintes documentos, além dos previstos nos incisos V, VI e VII do § 1º do art. 2º desta Portaria:

I – requerimento original gerado pelo Sistema, assinado pelo representante legal da entidade. *(Redação dada pela Portaria n. 2.451, de 2-12-2011.)*

II – estatutos das entidades que pretendam criar a federação ou confederação, registrado em cartório, contendo autorização para criação de entidade de grau superior, ou editais de convocação de assembleia geral específica para autorização de entidade de grau superior, publicado no Diário Oficial da União com antecedência mínima de trinta dias da data da assembleia;

III – edital de convocação dos conselhos de representantes das entidades fundadoras da entidade de grau superior, para assembleia geral de ratificação da fundação da entidade, publicado no Diário Oficial da União com antecedência mínima de trinta dias da data da assembleia, do qual conste a ratificação da fundação, a filiação das entidades e a aprovação do estatuto;

IV – ata da assembleia geral de ratificação de fundação da entidade constando a eleição, apuração e posse da diretoria, com a indicação do nome completo e número do Cadastro Pessoas Físicas – CPF dos representantes legais da entidade requerente, acompanhada de lista contendo o nome completo e assinatura dos presentes;

V – estatuto social, aprovado em assembleia geral e registrado em cartório;

VI – comprovante de registro sindical no CNES das entidades fundadoras da entidade de grau superior; e

VII – nas alterações estatutárias de entidade superior, o objeto da alteração deverá constar do edital e da ata da assembleia geral.

Seção II
Das impugnações

Art. 23. Os pedidos de registro ou de alteração estatutária de federações e confederações poderão ser objeto de impugnação por entidades do mesmo grau cujas entidades filiadas constem da formação da nova entidade.

§ 1º A análise das impugnações, na forma da Seção II do Capítulo II, verificará se a criação da nova entidade ou a alteração estatutária viola o princípio da unicidade sindical e, ainda, se reduz o número mínimo de entidades filiadas necessário à manutenção de entidade registrada no CNES.

§ 2º Configurar-se-á conflito de representação sindical entre entidades de grau superior quando houver a coincidência entre a base territorial dos sindicatos ou federações fundadoras da nova entidade com os filiados da entidade preexistente.

Art. 24. Na verificação do conflito de representação, será realizado o procedimento previsto na Seção III do Capítulo II.

Parágrafo único. Na ocorrência de redução de número mínimo de filiados da entidade de grau superior, o processo de registro sindical ficará suspenso, até que conste do CNES nova filiação de entidade de grau inferior, que componha o número mínimo previsto na CLT.

Capítulo V
DA ANOTAÇÃO NO CNES

Art. 25. Quando a publicação de concessão de registro sindical ou de alteração estatutária no Diário Oficial da União implicar exclusão de categoria ou base territorial de entidade sindical registrada no CNES, a modificação será anotada no registro da entidade preexistente, para que conste, de forma atualizada, a sua representação.

§ 1º A entidade sindical cuja categoria ou base territorial for atingida pela restrição poderá apresentar manifestação escrita, no prazo de dez dias, contado da publicação de que trata o *caput* deste artigo, exceto se atuar como impugnante no processo de registro sindical ou de alteração estatutária.

§ 2º A anotação no CNES será publicada no Diário Oficial da União, devendo a entidade que tiver seu cadastro anotado juntar, em trinta dias, novo estatuto social do qual conste sua representação devidamente atualizada, sob pena de suspensão do processo de registro sindical, nos termos do inciso V do art. 16.

Art. 26. Para a fiel correspondência entre o trâmite dos processos de registro sindical e de alteração estatutária e os dados do CNES, neste serão anotados todos os atos praticados no curso dos processos.

Parágrafo único. Será procedida a anotação no CNES, após trinta dias da apresentação do estatuto retificado, no registro da entidade que celebrou acordo com base no procedimento previsto na Seção III do Capítulo II, permanecendo suspenso o registro da enti-

dade que não cumpriu o disposto no inciso IV do art. 16.

Capítulo VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. Os documentos previstos no § 1º do art. 2º serão conferidos pelas Seções de Relações do Trabalho das Superintendências Regionais do Trabalho no prazo máximo de trinta dias da data de recebimento do processo.

Parágrafo único. Os documentos relacionados nesta Portaria serão apresentados em originais ou cópias, desde que apresentadas juntamente com os originais para conferência e visto do servidor.

Art. 28. Os processos administrativos de registro sindical e de alteração estatutária deverão ser concluídos no prazo máximo de cento e oitenta dias, ressalvada a hipótese de atraso devido a providências a cargo do interessado, devidamente justificadas nos autos.

Art. 29. As entidades sindicais deverão manter seu cadastro no CNES atualizado no que se refere a dados cadastrais, diretoria e filiação a entidades de grau superior, conforme instruções constantes do endereço eletrônico www.mte.gov.br.

Art. 30. A contagem dos prazos previstos nesta Portaria será feita na forma prevista no Capítulo XVI da Lei n. 9.784, de 1999.

Art. 31. A SRT deverá providenciar a publicação, no Diário Oficial da União, dos atos relativos aos pedidos de registro sindical e de alteração estatutária, tais como arquivamento, admissibilidade de impugnação, suspensão, cancelamento, concessão e anotação no CNES.

Art. 32. Caberá aos interessados promover as diligências necessárias junto ao Poder Judiciário, a fim de que o Ministério do Trabalho e Emprego seja notificado para cumprimento de decisão judicial.

Art. 33. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e se aplica a todos os processos em curso neste Ministério.

Art. 34. Revoga-se a Portaria n. 343, de 4 de maio de 2000.

Repouso semanal remunerado

Lei n. 605,
de 5 de janeiro de 1949
(Publicada no *DOU*, 14-1-1949)

Dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.

Art. 1º Todo empregado tem direito ao repouso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, preferentemente aos domingos e, nos limites das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local.

Art. 2º Entre os empregados a que se refere esta Lei, incluem-se os trabalhadores rurais, salvo os que operem em qualquer regime de parceria, meação, ou forma semelhante de participação na produção.

Art. 3º O regime desta Lei será extensivo àqueles que, sob forma autônoma, trabalhem agrupados, por intermédio de Sindicato, Caixa Portuária, ou entidade congênere. A remuneração do repouso obrigatório, nesse caso, consistirá no acréscimo de 1/6 (um sexto) calculado sobre os salários efetivamente percebidos pelo trabalhador e paga juntamente com os mesmos.

Art. 4º É devido o repouso semanal remunerado, nos termos desta Lei, aos trabalhadores das autarquias e de empresas industriais, ou sob administração da União, dos Estados e dos Municípios, ou incorporadas nos seus patrimônios, que não estejam subordinados ao regime do funcionalismo público.

Art. 5º Esta Lei não se aplica às seguintes pessoas:

a) (*Revogada pela Lei n. 11.324, de 2006.*)

b) aos funcionários públicos da União, dos Estados e dos Municípios e aos respectivos extranumerários em serviço nas próprias repartições;

c) aos servidores de autarquias paraestatais, desde que sujeitos a regime próprio de

proteção ao trabalho que lhes assegure situação análoga à dos funcionários públicos.

Parágrafo único. São exigências técnicas, para os efeitos desta Lei, as que, pelas condições peculiares às atividades da empresa, ou em razão do interesse público, tornem indispensável a continuidade do serviço.

Art. 6º Não será devida a remuneração quando, sem motivo justificado, o empregado não tiver trabalhado durante toda a semana anterior, cumprindo integralmente o seu horário de trabalho.

§ 1º São motivos justificados:

a) os previstos no art. 473 e seu parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho;

b) a ausência do empregado devidamente justificada, a critério da administração do estabelecimento;

c) a paralisação do serviço nos dias em que, por conveniência do empregador, não tenha havido trabalho;

d) a ausência do empregado, até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de seu casamento;

e) a falta ao serviço com fundamento na lei sobre acidente do trabalho;

f) a doença do empregado, devidamente comprovada.

§ 2º A doença será comprovada mediante atestado de médico da instituição de previdência social a que estiver filiado o empregado, e, na falta deste e sucessivamente, de médico do Serviço Social do Comércio ou da Indústria; de médico da empresa ou por ela designado; de médico a serviço de repartição federal, estadual ou municipal, incumbida de assuntos de higiene ou de saúde pública; ou, não existindo estes, na localidade em que trabalhar, de médico de sua escolha. *(Redação dada pela Lei n. 2.761, de 26-4-1956.)*

§ 3º Nas empresas em que vigorar regime de trabalho reduzido, a frequência exigida corresponderá ao número de dias em que o empregado tiver de trabalhar.

Art. 7º A remuneração do repouso semanal corresponderá:

a) para os que trabalham por dia, semana, quinzena ou mês, à de 1 (um) dia de serviço, computadas as horas extraordinárias habitualmente prestadas; *(Redação dada pela Lei n. 7.415, de 9-12-1985.)*

b) para os que trabalham por hora, à de sua jornada normal de trabalho, computadas as horas extraordinárias habitualmente prestadas; *(Redação dada pela Lei n. 7.415, de 9-12-1985.)*

c) para os que trabalham por tarefa ou peça, o equivalente ao salário correspondente às tarefas ou peças feitas durante a semana, no horário normal de trabalho, dividido pelos dias de serviço efetivamente prestados ao empregador;

d) para o empregado em domicílio, o equivalente ao cociente da divisão por 6 (seis) da importância total da sua produção na semana.

§ 1º Os empregados cujos salários não sofram descontos por motivo de feriados civis ou religiosos são considerados já remunerados nesses mesmos dias de repouso, conquanto tenham direito à remuneração dominical.

§ 2º Consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal do empregado mensalista ou quinzenalista, cujo cálculo de salário mensal ou quinzenal, ou cujos descontos por falta sejam efetuados na base do número de dias do mês ou de 30 (trinta) e 15 (quinze) diárias, respectivamente.

Art. 8º Excetuados os casos em que a execução do serviço for imposta pelas exigências técnicas das empresas, é vedado o trabalho em dias feriados, civis e religiosos, garantida, entretanto, aos empregados a remuneração respectiva, observados os dispositivos dos arts. 6º e 7º desta Lei.

Art. 9º Nas atividades em que não for possível, em virtude das exigências técnicas das empresas, a suspensão do trabalho, nos dias feriados civis e religiosos, a remuneração será paga em dobro, salvo se o empregador determinar outro dia de folga.

Art. 10. Na verificação das exigências técnicas a que se referem os artigos anteriores, ter-se-ão em vista as de ordem econômica, permanentes ou ocasionais, bem como as peculiaridades locais.

Parágrafo único. O Poder Executivo, em decreto especial ou no regulamento que ex-

pedir para fiel execução desta Lei, definirá as mesmas exigências e especificará, tanto quanto possível, as empresas a elas sujeitas, ficando desde já incluídas entre elas as de serviços públicos e de transportes.

Art. 11. *(Revogado pela Lei n. 9.093, de 12-9-1995.)*

Art. 12. As infrações ao disposto nesta Lei serão punidas, com multa de R$ 40,25 (quarenta reais e vinte e cinco centavos) a R$ 4.025,33 (quatro mil e vinte e cinco reais e trinta e três centavos), segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou, aplicada em dobro no caso de reincidência e oposição à fiscalização ou desacato à autoridade. *(Redação dada pela Lei n. 12.544, de 8-12-2011.)*

Art. 13. Serão originariamente competentes, para a imposição das multas de que trata a presente Lei, os delegados regionais do Ministério do Trabalho e, nos Estados, onde houver delegação de atribuições, a autoridade delegada.

Art. 14. A fiscalização da execução da presente Lei, o processo de autuação dos seus infratores, os recursos e a cobrança das multas reger-se-ão pelo disposto no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 15. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Decreto n. 27.048,
de 12 de agosto de 1949
(Publicado no *DOU*, 16-8-1949)

Aprova o regulamento da Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento que a este acompanha, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, pelo qual reger-se-á a execução da Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Regulamento a que se refere o Decreto n. 27.048,
de 12 de agosto de 1949

Art. 1º Todo empregado tem direito a repouso remunerado, num dia de cada semana, preferentemente aos domingos, nos feriados civis e nos religiosos, de acordo com a tradição local, salvo as exceções previstas neste Regulamento.

Art. 2º As disposições do presente Regulamento são extensivas:

a) aos trabalhadores rurais, salvo os que trabalhem em regime de parceria agrícola, meação ou forma semelhante de participação na produção;

b) aos trabalhadores que, sob forma autônoma, trabalhem agrupados, por intermédio de sindicato, caixa portuária ou entidade congênere, tais como estivadores, consertadores, conferentes e assemelhados;

c) aos trabalhadores das entidades autárquicas, dos serviços industriais da União, dos Estados, dos Municípios e dos Territórios, e das empresas por estes administradas ou incorporadas, desde que não estejam sujeitos ao regime dos funcionários ou extranumerários ou não tenham regime próprio de proteção ao trabalho, que lhes assegure situação análoga à daqueles servidores públicos.

Art. 3º O presente Regulamento não se aplica:

a) aos empregados domésticos, assim considerados os que prestam serviço de natureza não econômica a pessoa ou a família, no âmbito residencial destas;

b) aos funcionários da União, dos Estados, dos Municípios e dos Territórios, bem como aos respectivos extranumerários, em serviço nas próprias repartições.

Art. 4º O repouso semanal remunerado será de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas.

Art. 5º São feriados civis, e como tais obrigam ao repouso remunerado em todo o Território Nacional, aqueles que a lei determinar.

Parágrafo único. Será também obrigatório o repouso remunerado nos dias feriados locais, até o máximo de sete, desde que declarados como tais por lei municipal, cabendo à autoridade regional competente em matéria de trabalho expedir os atos necessários à observância do repouso remunerado nesses dias.

Art. 6º Excetuados os casos em que a execução dos serviços for imposta pelas exigências técnicas das empresas, é vedado o trabalho nos dias de repouso a que se refere o art. 1º, garantida, entretanto, a remuneração respectiva.

§ 1º Constituem exigências técnicas, para os efeitos deste Regulamento, aquelas que, em razão do interesse público, ou pelas condições peculiares às atividades da empresa ou ao local onde as mesmas se exercitarem, tornem indispensável a continuidade do trabalho, em todos ou alguns dos respectivos serviços.

§ 2º Nos serviços que exijam trabalho em domingo, com exceção dos elencos teatrais e congêneres, será estabelecida escala de revezamento, previamente organizada e constante de quadro sujeito a fiscalização.

§ 3º Nos serviços em que for permitido o trabalho nos feriados civis e religiosos, a remuneração dos empregados que trabalharem nesses dias será paga em dobro, salvo se a empresa determinar outro dia de folga.

Art. 7º É concedida, em caráter permanente e de acordo com o disposto no § 1º do art. 6º, permissão para o trabalho nos dias de repouso a que se refere o art. 1º, nas atividades constantes da relação anexa ao presente Regulamento.

§ 1º Os pedidos de permissão para quaisquer outras atividades, que se enquadrem no § 1º do art. 6º, serão apresentados às autoridades regionais referidas no art. 16, que os encaminharão ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, devidamente informados.

§ 2º A permissão dar-se-á por decreto ao Poder Executivo.

Art. 8º Fora dos casos previstos no artigo anterior admitir-se-á, excepcionalmente, o trabalho em dia de repouso:

a) quando ocorrer motivo de força maior, cumprindo à empresa justificar a ocorrência perante a autoridade regional a que se refere o art. 15, no prazo de 10 (dez) dias;

b) quando, para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, a empresa obtiver da autoridade regional referida no art. 15 autorização prévia, com discriminação do período autorizado, o qual, de cada vez, não excederá de 60 (sessenta) dias, cabendo neste caso a remuneração em dobro, na forma e com a ressalva constante do art. 6º, § 3º.

Art. 9º Nos dias de repouso, em que for permitido o trabalho, é vedada às empresas a execução de serviços que não se enquadrem nos motivos determinantes da permissão.

Art. 10. A remuneração dos dias de repouso obrigatório, tanto o do repouso semanal como aqueles correspondentes aos feriados, integrará o salário para todos os efeitos legais e com ele deverá ser paga.

§ 1º A remuneração do dia de repouso corresponderá, qualquer que seja a forma de pagamento do salário:

a) para os contratados por semana, dia ou hora à de um dia normal de trabalho, não computadas as horas extraordinárias;

b) para os contratados por tarefa ou peça, ao equivalente ao salário correspondente às tarefas ou peças executadas durante a semana, no horário normal de trabalho, dividido pelos dias de serviço efetivamente prestados ao empregador;

c) para os trabalhadores rurais, que trabalham por tarefa predeterminada, ao cociente da divisão do salário convencionado pelo número de dias fixado para a respectiva execução.

§ 2º A remuneração prevista na alínea *a* será devida aos empregados contratados por mês ou quinzena, cujo cálculo de salário

do recurso ordinário, o que torna lícito o conhecimento dela pela segunda instância, sem que se entenda violado o princípio do duplo grau de jurisdição. E assim, *é de se afastar a hipótese do prequestionamento indispensável*"[63].

Acolhida que seja, a interpretação restritiva da *Súmula 153* do TST – só admitindo a arguição da prescrição na instância ordinária, desde que formulada na esfera dos graus jurisdicionais ordinários –, deve a prescrição ser proclamada, quando tempestivamente arguida pela parte interessada.

Não se argumente com a necessidade do prequestionamento, absolutamente irrelevante, nesta espécie. Com efeito, se se admite a arguição da prescrição em grau de recurso ordinário, independentemente da sua invocação em juízo de primeiro grau, não há falar em prequestionamento.

A prescrição, portanto, não sofre o efeito preclusivo da contestação, podendo, por via de consequência, ser arguida em qualquer instância, independentemente do prequestionamento. A prescrição, pois, se insere entre as "questões que, sem se terem submetido ao conhecimento do juízo inferior, entram diretamente a integrar o objeto da atividade cognitiva de segundo grau", na lúcida observação de José Carlos Barbosa Moreira[64].

3. *A prescrição trabalhista na ordem constitucional vigente*

Com a inserção da prescrição trabalhista no Título II, Capítulo II, que cuida dos *direitos sociais*, na Constituição Federal vigente – art. 7º, XXIX, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 28, de 25-5-2000 –, a matéria a ela concernente torna-se, inquestionavelmente, de ordem pública, e, consequentemente, superada por inteiro, no Processo do Trabalho, a restrição ditada pelo § 5º do art. 219 do Código de Processo Civil.

Na acurada observação de José Luiz Lauria J. de Mello:

"É indiscutivelmente, a prescrição trabalhista, modernamente, tratada como matéria de *direito processual constitucional*, posto que visa à proteção dos interesses existentes da própria sociedade. E, em sendo assim, por ser norma constitucional, em sede trabalhista, sua declaração é dever de ofício, na medida que inexiste a possibilidade de sua renúncia prévia ou tácita, de vez que os prazos ditados pela Carta Política, no sentido de estabelecer a pacificação social e a certeza jurídica, não podem ser alterados, a não ser por renúncia expressa do prescribente. Daí ser imperioso ao juiz do trabalho o dever de declará-la de ofício, sob pena de negativa de vigência da norma esculpida na letra *a*, do inciso XXIX, do art. 7º, da Constituição Federal/88"[65].

Idêntica é a conclusão de Eduardo Gabriel Saad:

"O inciso XXIX do art. 7º da Constituição Federal não faz depender a decretação da prescrição no processo trabalhista de prévia arguição da parte interessada. *Destarte, cabe ao juiz declará-la de ofício*"[66].

E de forma incisiva, declara o renomado juslaborista – "a nosso ver, o Enun-

63. *Manual da Prescrição Trabalhista*, 2. tir., LTr, p. 61.
64. *Comentários ao Código de Processo Civil*, 6. ed., Forense, v. V, p. 404, n. 248.
65. *LTr*, 59(9)/1208.
66. *CLT Comentada*, cit., p. 61.

mensal ou quinzenal, ou cujos descontos por faltas ao serviço sejam efetuados em base inferior a 30 (trinta) ou 15 (quinze) dias, respectivamente.

Art. 11. Perderá a remuneração do dia de repouso o trabalhador que, sem motivo justificado ou em virtude de punição disciplinar, não tiver trabalhado durante toda a semana, cumprindo integralmente o seu horário de trabalho.

§ 1º Nas empresas em que vigorar regime de trabalho reduzido, a frequência exigida corresponderá ao número de dias em que houver trabalho.

§ 2º Não prejudicarão a frequência exigida as ausências decorrentes de férias.

§ 3º Não serão acumuladas a remuneração do repouso semanal e a do feriado civil ou religioso, que recaírem no mesmo dia.

§ 4º Para os efeitos do pagamento da remuneração, entende-se como semana o período da segunda-feira a domingo, anterior à semana em que recair o dia de repouso definido no art. 1º.

Art. 12. Constituem motivos justificados:

a) os previstos no art. 473, e seu parágrafo, da Consolidação das Leis do Trabalho;

b) a ausência do empregado, justificada, a critério da administração do estabelecimento, mediante documento por esta fornecido;

c) a paralisação do serviço nos dias em que, por conveniência do empregador, não tenha havido trabalho;

d) a falta ao serviço, com fundamento na Lei de Acidentes do Trabalho;

e) a ausência do empregado, até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de seu casamento;

f) a doença do empregado, devidamente comprovada, até 15 (quinze) dias, caso em que a remuneração corresponderá a 2/3 (dois terços) da fixada no art. 10.

§ 1º A doença será comprovada mediante atestado passado por médico da empresa ou por ela designado e pago.

§ 2º Não dispondo a empresa de médico da instituição de previdência a que esteja filiado o empregado, por médico do Serviço Social da Indústria ou do Serviço Social do Comércio, por médico de repartição federal, estadual ou municipal, incumbida de assunto de higiene ou saúde, ou, inexistindo na localidade médicos nas condições acima especificadas, por médico do sindicato a que pertença o empregado ou por profissional da escolha deste.

§ 3º As entradas no serviço, verificadas com atraso, em decorrência de acidentes de transportes, quando devidamente comprovados mediante atestado da empresa concessionária, não acarretarão, para o trabalhador, a aplicação do disposto no art. 11.

Art. 13. Para os efeitos da legislação do trabalho e das contribuições e benefícios da Previdência Social, passará a ser calculado na base de 30 (trinta) dias ou 240 (duzentos e quarenta) horas o mês que, anteriormente, o era na base de 25 (vinte e cinco) dias ou 200 (duzentas) horas.

Art. 14. As infrações ao disposto na Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949, ou neste Regulamento, serão punidas, segundo o caráter e a gravidade, com a multa de cem a cinco mil cruzeiros.

Art. 15. São originariamente competentes para a imposição das multas de que trata este Regulamento as autoridades regionais do trabalho: no Distrito Federal, o Diretor da Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho; nos Estados, os Delegados Regionais do Trabalho; e, nos Estados onde houver delegação de atribuições a autoridade delegada.

Art. 16. A fiscalização da execução do presente Regulamento, bem como o processo de autuação de seus infratores, reger-se-ão pelo disposto no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 17. O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

RELAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 7º

I – INDÚSTRIA

1) Laticínios (excluídos os serviços de escritório).

2) Frio industrial, fabricação e distribuição de gelo (excluídos os serviços de escritório).

3) Purificação e distribuição de água (usinas e filtros) (excluídos os serviços de escritório).

4) Produção e distribuição de energia elétrica (excluídos os serviços de escritório).

5) Produção e distribuição de gás (excluídos os serviços de escritório).

6) Serviços de esgotos (excluídos os serviços de escritório).

7) Confecção de coroas de flores naturais.

8) Pastelaria, confeitaria e panificação em geral.

9) Indústria do malte (excluídos os serviços de escritório).

10) Indústria do cobre eletrolítico, de ferro (metalúrgica) e do vidro (excluídos os serviços de escritório).

11) Turmas de emergência nas empresas industriais, instaladoras e conservadoras de elevadores e cabos aéreos.

12) Trabalhos em curtumes (excluídos os serviços de escritório).

13) Alimentação de animais destinados à realização de pesquisas para preparo de soro e outros produtos farmacêuticos.

14) Fundição e siderurgia (fornos acesos permanentemente (excluídos os serviços de escritório).

15) Lubrificação e reparos do aparelhamento industrial (turma de emergência).

16) Indústria moageira (excluídos os serviços de escritório).

17) Usinas de açúcar e de álcool (com exclusão de oficinas e escritórios).

18) Indústria do papel de imprensa (excluídos os serviços de escritórios).

19) Indústria de vidro (excluídos os serviços de escritório).

20) Indústria de produção de zarcão (excluídos os serviços de escritório).

21) Indústria de cerâmica em geral (excluídos os serviços de escritório).

22) Indústria de produção de carvão (excluídos os serviços de escritório).

23) Indústria do cimento (excluídos os serviços de escritório).

24) Indústria de acumuladores elétricos, unicamente nos setores referentes a carga e descarga de baterias, moinho e cabina elétrica, excluídos os demais serviços.

25) Indústria do chá (excluídos os serviços de escritório).

26) Indústria petroquímica (excluídos os serviços de escritório).

27) Indústria de extração de óleos vegetais comestíveis (excluídos os serviços de escritório).

28) Indústria têxtil (excluídos os serviços de escritório).

II – COMÉRCIO

1) Varejistas de peixe.

2) Varejistas de carnes frescas e caça.

3) Venda de pão e biscoitos.

4) Varejistas de frutas e verduras.

5) Varejistas de aves e ovos.

6) Varejistas de produtos farmacêuticos (farmácias, inclusive manipulação de receituário).

7) Flores e coroas.

8) Barbearias (quando funcionando em recinto fechado ou fazendo parte do complexo do estabelecimento ou atividade mediante acordo expresso com os empregados).

9) Entrepostos de combustíveis, lubrificantes e acessórios para automóveis (postos de gasolina).

10) Locadores de bicicletas e similares.

11) Hotéis e similares (restaurantes, pensões, bares, cafés, confeitarias, leiterias, sorveterias e bombonerias).

12) Hospitais, clínicas, casas de saúde e ambulatórios.

13) Casas de diversões (inclusive estabelecimentos esportivos em que o ingresso seja pago).

14) Limpeza e alimentação de animais em estabelecimentos de avicultura.

15) Feiras-livres e mercados, inclusive os transportes inerentes aos mesmos.

16) Porteiros e cabineiros de edifícios residenciais.

17) Serviço de propaganda dominical.

18) Artigos regionais nas estâncias hidrominerais. (*Acrescentado pelo Decreto n. 88.341,*

de 30-5-1983, que por sua vez foi revogado pelo Decreto s/n. de 10-5-1991.)

19) Comércio em portos, aeroportos, estradas, estações rodoviárias e ferroviárias.

20) Comércio em hotéis.

21) Agências de turismo, locadoras de veículos e embarcações.

22) Comércio em postos de combustíveis.

23) Comércio em feiras e exposições. *(Números 19 a 23 acrescidos pelo Dec. n. 94.591, de 10-7-1987.)*

III – TRANSPORTES

1) Serviços portuários.

2) Navegação (inclusive escritórios unicamente para atender a serviço de navios).

3) Trânsito marítimo de passageiros (exceto serviços de escritório).

4) Serviço propriamente de transportes (excluídos os transportes de carga urbanos e os escritórios e oficinas, salvo as de emergência).

5) Serviço de transportes aéreos (excluídos os departamentos não ligados diretamente ao tráfego aéreo).

6) Transporte interestadual (rodoviário), inclusive limpeza e lubrificação dos veículos.

7) Transporte de passageiros por elevadores e cabos aéreos.

IV – COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE

1) Empresas de comunicações telegráficas, radiotelegráficas e telefônicas (excluídos os serviços de escritório e oficinas, salvo as de emergência).

2) Empresas de radiodifusão, televisão, de jornais e revistas (excluídos os escritórios). *(Com a redação dada pelo Dec. n. 94.591, de 10-7-1987.)*

3) Distribuidores e vendedores de jornais e revistas (bancas e ambulantes).

4) Anúncios em bondes e outros veículos (turma de emergência).

V – EDUCAÇÃO E CULTURA

1) Estabelecimentos de ensino (internatos, excluídos os serviços de escritório e magistério).

2) Empresas teatrais (excluídos os serviços de escritório).

3) Bibliotecas (excluídos os serviços de escritório).

4) Museu (excluídos os serviços de escritório).

5) Empresas exibidoras cinematográficas (excluídos os serviços de escritório).

6) Empresas de orquestras.

7) Cultura física (excluídos os serviços de escritório).

8) Instituições de culto religioso.

VI – SERVIÇOS FUNERÁRIOS

1) Estabelecimentos e entidades que executem serviços funerários.

VII – AGRICULTURA E PECUÁRIA

1) Limpeza e alimentação de animais em propriedades agropecuárias.

2) Execução de serviços especificados nos itens anteriores desta Relação.

Salário-educação

Decreto-Lei n. 1.422, de 23 de outubro de 1975

(Publicado no *DOU*, 24-10-1975)

Dispõe sobre o Salário-Educação.

Art. 1º O salário-educação, previsto no art. 178 da Constituição, será calculado com base em alíquota incidente sobre a folha do salário de contribuição, como definido no art. 76 da Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960, com as modificações introduzidas pelo Decreto-lei n. 66, de 21 de novembro de 1966, e pela Lei n. 5.890, de 8 de junho de 1973, não se aplicando ao salário-educação o disposto no art. 14, *in fine*, dessa Lei, relativo à limitação da base de cálculo da contribuição.

§ 1º O salário-educação será estipulado pelo sistema de compensação do custo atuarial,

cabendo a todas empresas recolher, para este fim, em relação aos seus titulares, sócios e diretores e aos empregados independentemente da idade, do estado civil e do número de filhos, a contribuição que for fixada em correspondência com o valor da quota respectiva.

§ 2º A alíquota prevista neste artigo será fixada por ato do Poder Executivo, que poderá alterá-la mediante demonstração, pelo Ministério da Educação e Cultura, da efetiva variação do custo real unitário do ensino de 1º Grau.

§ 3º A contribuição da empresa obedecerá aos mesmos prazos de recolhimento e estará sujeita às mesmas sanções administrativas, penais e demais normas relativas às contribuições destinadas à Previdência Social.

§ 4º O salário-educação não tem caráter remuneratório na relação de emprego e não se vincula, para nenhum efeito, ao salário ou à remuneração percebida pelos empregados das empresas compreendidas por este Decreto-lei.

§ 5º Entende-se por empresa, para os fins deste Decreto-lei, o empregador como tal definido no art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho e no art. 4º da Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação dada pelo art. 1º da Lei n. 5.890, de 8 de junho de 1973, bem como as empresas e demais entidades públicas ou privadas, vinculadas à Previdência Social, ressalvadas as exceções previstas na legislação específica e excluídos os órgãos da Administração Direta.

Art. 2º O montante da arrecadação do salário-educação, em cada Estado e Território e no Distrito Federal, depois de feita a dedução prevista no § 3º deste artigo, será creditado pelo Banco do Brasil S/A, em duas contas distintas:

a) 2/3 (dois terços) em favor dos programas de ensino de 1º Grau, regular e supletivo, no respectivo Estado, Território ou Distrito Federal;

b) 1/3 (um terço) em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

§ 1º Os recursos de que trata a alínea *a* deste artigo serão empregados nos Estados e no Distrito Federal, de acordo com planos de aplicação aprovados pelos respectivos Conselhos de Educação, e nos Territórios de conformidade com o Plano Setorial de Educação e Cultura.

§ 2º O terço destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação será aplicado:

a) em programas de iniciativa própria do Ministério da Educação e Cultura, de pesquisa, planejamento, currículos, material escolar, formação e aperfeiçoamento de pessoal docente e outros programas especiais relacionados com o ensino de 1º Grau;

b) na concessão de auxílios, na forma do disposto nos arts. 42 e 54, e seus parágrafos, da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, sempre respeitando critérios que levem em conta o grau de desenvolvimento econômico e social relativo, tal como especificados em Regulamento e, especialmente, os *deficits* de escolarização da população na faixa etária entre os 7 (sete) e os 14 (quatorze) anos, em cada Estado e Território e no Distrito Federal, de modo a contemplar os mais necessitados.

§ 3º O INPS reterá, do montante recolhido, a título de taxa de administração, a importância equivalente a 1% (um por cento), depositando o restante no Banco do Brasil, para os fins previstos neste artigo.

Art. 3º Ficam isentas do recolhimento do salário-educação:

I – as empresas que, obedecidas as normas que forem estabelecidas em Regulamento, mantenham, diretamente e às suas expensas, instituições de ensino de 1º Grau ou programas de bolsas para seus empregados e os filhos destes;

II – as instituições públicas de ensino de qualquer grau, e as particulares, devidamente registradas e reconhecidas pela Administração Estadual de ensino;

III – as organizações hospitalares e de assistência social, desde que comprovem enquadrar-se nos benefícios da Lei n. 3.577, de 4 de julho de 1959;

IV – as organizações de fins culturais que, para este fim, vierem a ser definidas no Regulamento.

Art. 4º O Ministério da Educação e Cultura fiscalizará a aplicação de todos os recursos provenientes do salário-educação, na forma do Regulamento e das instruções que para esse fim forem baixadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 5º O Poder Executivo baixará decreto aprovando Regulamento deste Decreto-lei, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 6º Este Decreto-lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1976, revogadas a Lei n. 4.440, de 27 de outubro de 1964, e demais disposições em contrário.

Decreto n. 87.043,
de 22 de março de 1982
(Publicado no *DOU*, 23-3-1982)

Regulamenta o Decreto-lei n. 1.422, de 23 de outubro de 1975, que dispõe sobre o cumprimento do art. 178 da Constituição por empresas e empregadores de toda natureza, mediante a manutenção do ensino de 1º Grau gratuito ou recolhimento da contribuição do Salário-Educação.

Art. 1º As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter o ensino de 1º Grau gratuito para seus empregados e para os filhos destes, entre os 7 (sete) e 14 (quatorze) anos, ou a concorrer para esse fim, mediante a contribuição do Salário-Educação[510].

Art. 2º O Salário-Educação, previsto no art. 178 da Constituição, instituído pela Lei n. 4.440, de 27 de outubro de 1964, e reestruturado pelo Decreto-lei n. 1.422, de 23 de outubro de 1975, é uma contribuição patronal devida pelas empresas comerciais, industriais e agrícolas e destinada ao financiamento do ensino de 1º Grau dos empregados de qualquer idade, e dos filhos destes, na faixa etária dos 7 (sete) aos 14 (quatorze) anos, suplementando os recursos públicos destinados à manutenção e ao desenvolvimento desse grau de ensino.

Parágrafo único. Consideram-se empresas, para os efeitos desta regulamentação, em relação à Previdência Social, Urbana e Rural, respectivamente:

I – O empregador, como tal definido no art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho e no art. 4º da Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960, com redação dada pelo art. 1º da Lei n. 5.890, de 8 de junho de 1973.

II – A empresa, o empregador e o produtor rurais, como tal definidos no Estatuto da Terra, item VI do art. 4º da Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, no § 1º do art. 1º da Lei n. 6.260, de 6 de novembro de 1975, e no item *b* do § 1º do art. 3º da Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971, dos quais se origine o produto rural mencionado no § 1º do art. 15 da Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971.

III – Todas as demais empresas e entidades públicas, sociedades de economia mista e empresas privadas, vinculadas à Previdência Social.

Art. 3º O Salário-Educação é estipulado com base no custo de ensino de 1º Grau, cabendo a todas as empresas vinculadas à Previdência Social, Urbana e Rural, respectivamente, recolher:

I – 2,5% (dois e meio por cento) sobre a folha de salário de contribuição, definido na legislação previdenciária, e sobre a soma dos salários-base dos titulares, sócios e diretores, constantes dos carnês de contribuintes individuais.

II – 0,8% (oito décimos por cento) sobre o valor comercial dos produtos rurais definidos no § 1º do art. 15, da Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971.

§ 1º A incidência do Salário-Educação sobre os valores dos salários-base de titulares, sócios e diretores somente ocorrerá quando

510. A Lei n. 9.394/96 determina que o ensino fundamental iniciar-se-á aos 6 anos.

houver contribuições para o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, em virtude de pagamentos pelas empresas a empregados ou autônomos.

§ 2º O cálculo da contribuição mencionada no item I deste artigo incidirá sobre os valores da folha de salário de contribuição somados aos dos salários-base lançados nos carnês de contribuintes individuais, até o limite máximo de exigência das contribuições previdenciárias.

§ 3º A contribuição de 0,8% (oito décimos por cento) mencionada no item II deste artigo será adicional à fixada no item I do art. 15 da Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971, e deverá ser recolhida na mesma guia, nas mesmas condições e sob as mesmas sanções.

§ 4º As alíquotas da contribuição a que se refere este artigo poderão ser alteradas, mediante demonstração pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, da variação do custo efetivo do ensino de 1º Grau.

§ 5º Integram a receita do Salário-Educação as multas, a correção monetária e os juros de mora a que estão sujeitos os contribuintes em atraso com o pagamento da contribuição.

Art. 4º O crédito mensal do montante da arrecadação do Salário-Educação será efetuado, após trânsito automático pelo Tesouro das Unidades da Federação, às respectivas Secretarias de Educação, através do Ministério da Educação e Cultura e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, diretamente pelo Banco do Brasil S/A, obedecido o disposto no art. 3º do Decreto-lei n. 1.755, de 31 de dezembro de 1979 e no art. 8º do Decreto-lei n. 1.805, de 1º de outubro de 1980, sob a forma de duodécimos anualmente fixados, pelo Ministério da Educação e Cultura, mediante proposta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com a devida concordância do Ministério da Previdência e Assistência Social.

§ 1º O Banco do Brasil S/A apartará até o dia 20 de cada mês, da conta "FPAS – ARRECADAÇÃO A TRANSFERIR", o montante correspondente ao valor legal do duodécimo, para trânsito na conta do Tesouro Nacional, cabendo ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social 1% (um por cento) a título de taxa de administração.

§ 2º As diferenças, para mais ou para menos, nos valores creditados, serão apuradas, ao final de cada exercício, e compensadas, ou pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ou pelo Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, até 31 de março do exercício seguinte.

§ 3º O Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social e o Banco do Brasil S/A enviarão, mensalmente, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, todas as informações estatísticas e contábeis relativas à arrecadação e à transferência dos recursos do Salário-Educação, inclusive sua participação na Dívida Ativa, por Unidade da Federação.

Art. 5º Do crédito mencionado no art. 4º, 2/3 (dois terços) do recolhimento em cada Unidade da Federação e nos Territórios serão creditados à respectiva Secretaria de Educação, e 1/3 (um terço) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Parágrafo único. Todos os recursos do Salário-Educação, mesmo os transferidos às Unidades da Federação e aos Territórios, serão mantidos em depósito no Banco do Brasil S.A., de onde só poderão ser retirados para serem aplicados na forma do disposto neste artigo. *(Redação dada pelo Dec. n. 88.374, de 7-6-1983.)*

Art. 6º Os recursos transferidos às Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Territórios serão por elas aplicados na educação de 1º Grau, quer regular, quer supletiva, de acordo com planos aprovados pelos respectivos Conselhos de Educação, obedecidas as diretrizes do Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos.

Art. 7º Os recursos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação serão aplicados: *(Redação dada pelo Dec. n. 88.374, de 7-6-1983.)*

a) em programas de iniciativa própria do Ministério da Educação e Cultura que envol-

vam pesquisa, planejamento, currículos, material escolar, formação e aperfeiçoamento de pessoal docente e outros programas especiais, relacionados com o ensino de 1º Grau, visando sempre assegurar aos alunos condições de eficiência escolar e formação integral nesse grau de ensino;

b) na concessão de auxílios, na forma do disposto nos arts. 43 e 54, e seus parágrafos, da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, levando em conta, especialmente, os déficits de escolarização da população na faixa etária de 7 (sete) aos 14 (quatorze) anos em cada Estado ou Território e no Distrito Federal, de modo a contemplar, entre estes, os mais necessitados.

§ 1º Para os fins expressos nas alíneas *a* e *b* do artigo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação manterá levantamentos estatísticos e estudos técnicos atualizados que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, os esforços dos sistemas de ensino das Unidades da Federação e dos Territórios, de modo a propiciar-lhes os recursos adicionais de que necessitem.

§ 2º Em combinação com os critérios estabelecidos nos arts. 43 e 54, e seus parágrafos, da Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação levará em conta outros indicadores que permitam o mais racional ajustamento dos programas e projetos aos objetivos do Salário-Educação, envolvendo necessariamente:

a) os aspectos peculiares da realidade nacional, regional ou local, quer permanentes, quer transitórios ou circunstanciais;

b) o grau de desenvolvimento econômico e social relativo das Unidades da Federação e dos Territórios;

c) os aspectos específicos relacionados com a natureza dos programas ou projetos objeto do auxílio.

§ 3º A aplicação dos recursos previstos neste artigo desdobrar-se-á em projetos e atividades que constarão do Orçamento Próprio do FNDE, destinando-se, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) para apoiar programas municipais ou intermunicipais de desenvolvimento do ensino de 1º Grau.

§ 4º A habilitação dos municípios para a obtenção dos recursos de que trata o parágrafo anterior fica condicionada, entre outros requisitos, à aprovação, por lei, do Estatuto do Magistério Municipal. *(Acrescido pelo Dec. n. 91.781, de 15-10-1985.)*

§ 5º A medida estabelecida no § 4º deste artigo deverá entrar em vigor até 31 de dezembro de 1986. *(Acrescido pelo Dec. n. 91.781, de 15-10-1985.)*

Art. 8º Estão, respectivamente, excluídas ou isentas do recolhimento da contribuição do Salário-Educação:

I – a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como suas respectivas autarquias;

II – as instituições oficiais de ensino de qualquer grau;

III – as instituições particulares de ensino de qualquer grau, devidamente autorizadas ou reconhecidas, mediante apresentação dos atos de registro nos órgãos próprios dos sistemas de ensino;

IV – as organizações hospitalares e de assistência social, desde que portadoras do Certificado de Fins Filantrópicos expedido pelo órgão competente, na forma do disposto no Decreto-lei n. 1.572, de 1º de setembro de 1977;

V – as organizações de fins culturais que, através de Portaria do Ministro da Educação e Cultura, venham a ser reconhecidas como de significação relevante para o desenvolvimento cultural do País.

Art. 9º As empresas poderão deixar de recolher a contribuição do Salário-Educação ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social quando optarem pela manutenção do ensino de 1º Grau, quer regular, quer supletivo, através de: *(Redação dada pelo Dec. n. 88.374, de 7-6-1983.)*

a) escola própria gratuita para os seus empregados ou para os filhos destes, e, havendo vaga, para quaisquer crianças, adolescentes e adultos;

b) programa de bolsas tendo em vista a aquisição de vagas na rede de ensino parti-

cular de 1º Grau para seus empregados e os filhos destes, recolhendo, para esse efeito, no FNDE, a importância correspondente ao valor mensal devido a título de Salário-Educação;

c) indenização das despesas realizadas pelo próprio empregado com sua educação de 1º Grau, pela via supletiva, fixada nos limites estabelecidos no § 1º do art. 10 deste Decreto, e comprovada por meio de apresentação do respectivo certificado;

d) indenização para os filhos de seus empregados, entre 7 (sete) e 14 (quatorze) anos, mediante comprovação de frequência em estabelecimentos pagos, fixada nos mesmos limites da alínea anterior;

e) esquema misto, usando combinações das alternativas anteriores.

Parágrafo único. As operações concernentes à receita e à despesa com o recolhimento do Salário-Educação e com a manutenção direta ou indireta do ensino, previstas no art. 3º e neste artigo, deverão ser lançadas sob o título "Salário-Educação", na escrituração tanto da empresa quanto da escola, ficando sujeitas à fiscalização, nos termos do art. 3º deste Decreto e demais normas aplicáveis.

Art. 10. São condições para a opção a que se refere o artigo anterior: *(Redação dada pelo Dec. n. 88.374, de 7-6-1983.)*

I – responsabilidade integral, pela empresa, das despesas com a manutenção do ensino, direta ou indiretamente;

II – equivalência dessas despesas ao total da contribuição correspondente ao Salário-Educação respectivo;

III – prefixação de vagas em número equivalente ao quociente da divisão da importância correspondente a 2,5% (dois e meio por cento) da folha mensal do salário de contribuição pelo preço da vaga de ensino de 1º Grau a ser fixado anualmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

§ 1º O preço fixado passa a ser, para os beneficiários do sistema, o valor da anuidade, não sendo o aluno obrigado a efetivar qualquer complementação, cabendo ainda à empresa, à escola e à família zelar, solidariamente, por sua frequência e aproveitamento.

§ 2º As variações para menos, decorrentes da matrícula efetiva ou de alterações nas folhas do salário de contribuição serão compensadas, mediante o recolhimento da diferença no Banco do Brasil S/A, à conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para distribuição na forma do art. 5º deste Decreto.

Art. 11. A cobertura financeira necessária ao cumprimento do disposto no art. 9º será efetuada:

I – no caso da alínea *a*, mensalmente, pela empresa, à sua escola;

II – no caso da alínea *b*, trimestralmente e diretamente à escola, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

III – no caso das alíneas *c* e *d*, semestralmente e diretamente aos beneficiários ou responsáveis pelos mesmos, pela empresa.

§ 1º As empresas optantes deverão efetuar, mensalmente, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o recolhimento da diferença referida no § 2º do art. 10, entre o valor gerado e o valor aplicado nas formas de opção previstas nas alíneas *a*, *c*, *d* e *e* do art. 9º, para distribuição na forma do art. 5º deste Decreto.

§ 2º (*Revogado pelo Dec. n. 994, de 25-11-1993.*)

Art. 12. A autorização para a forma alternativa de cumprimento da obrigação patronal, referida no art. 9º deste Decreto, será o documento mediante o qual a empresa faz a opção prevista no art. 178 da Constituição, devidamente protocolado no Ministério da Educação e Cultura, tudo de conformidade com as instruções que, para tal fim, forem baixadas, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

§ 1º O documento a que se refere este artigo comprovará, perante os órgãos fiscalizadores, o cumprimento formal da obrigação fixada no art. 1º deste Decreto.

§ 2º Compete ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação comunicar ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social quais as empresas optantes pelo cumprimento da obrigação constitucional sob a forma de manutenção direta ou indireta de ensino.

Art. 13. Cabe ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social a arrecadação bem como a fiscalização do Salário-Educação e da manutenção direta ou indireta de ensino pelas empresas, obedecidos os mesmos prazos e mesmas sanções administrativas e penais, e as demais normas das contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social.

Parágrafo único. A fiscalização a ser exercida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, sem prejuízo das atribuições dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e Distrito Federal, das Secretarias de Educação das Unidades da Federação e do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, este na forma do *caput* deste artigo, incidirá sobre todas as fases de arrecadação, transferência e manutenção direta ou indireta de ensino, conforme disposto neste Decreto.

Art. 14. Fica suspensa, até ulterior deliberação, a cobrança da contribuição do Salário-Educação sobre a soma dos salários-base dos titulares, sócios e diretores e sobre o valor comercial dos produtos rurais, prevista nos itens I, *in fine*, e II do art. 3º deste Decreto.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto n. 76.923, de 26 de dezembro de 1975, e demais disposições em contrário.

Decreto n. 6.003, de 28 de dezembro de 2006

Regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educação, a que se referem o art. 212, § 5º, da Constituição, e as Leis n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e 9.766, de 18 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei n. 9.766, de 18 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Disposições Gerais

Art. 1º A contribuição social do salário-educação obedecerá aos mesmos prazos, condições, sanções e privilégios relativos às contribuições sociais e demais importâncias devidas à Seguridade Social, aplicando-se-lhe, no que for cabível, as disposições legais e demais atos normativos atinentes às contribuições previdenciárias, ressalvada a competência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, sobre a matéria.

§ 1º A contribuição a que se refere este artigo será calculada com base na alíquota de dois inteiros e cinco décimos por cento, incidente sobre o total da remuneração paga ou creditada, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais, e será arrecadada, fiscalizada e cobrada pela Secretaria da Receita Previdenciária.

§ 2º Entende-se por empregado, para fins do disposto neste Decreto, as pessoas físicas a que se refere o art. 12, inciso I, da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 3º Para os fins previstos no art. 3º da Lei n. 11.098, de 13 de janeiro de 2005, o FNDE é tratado como terceiro, equiparando-se às demais entidades e fundos para os quais a Secretaria da Receita Previdenciária realiza atividades de arrecadação, fiscalização e cobrança de contribuições.

Art. 2º São contribuintes do salário-educação as empresas em geral e as entidades públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral da Previdência Social, entendendo-se como tais, para fins desta incidência, qualquer firma individual ou sociedade que assuma o risco de atividade econômica, urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem assim a sociedade de economia mista, a empresa pública e demais sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, nos termos do art. 173, § 2º, da Constituição.

Parágrafo único. São isentos do recolhimento da contribuição social do salário-educação:

I – a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações;

II – as instituições públicas de ensino de qualquer grau;

III – as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, devidamente registradas e reconhecidas pelo competente órgão de educação, e que atendam ao disposto no inciso II do art. 55 da Lei n. 8.212, de 1991;

IV – as organizações de fins culturais que, para este fim, vierem a ser definidas em regulamento;

V – as organizações hospitalares e de assistência social, desde que atendam, cumulativamente, aos requisitos estabelecidos nos incisos I a V do art. 55 da Lei n. 8.212, de 1991.

Art. 3º Cabe à Procuradoria-Geral Federal a representação judicial e extrajudicial do FNDE, inclusive a inscrição dos respectivos créditos em dívida ativa.

Art. 4º Integram a receita da contribuição social do salário-educação os acréscimos legais a que estão sujeitos os contribuintes em atraso.

Art. 5º A contribuição social do salário-educação não tem caráter remuneratório na relação de emprego e não se vincula, para nenhum efeito, ao salário ou à remuneração percebida pelos empregados das empresas contribuintes.

Art. 6º Do montante arrecadado na forma do art. 1º deste Decreto será deduzida a remuneração da Secretaria da Receita Previdenciária, correspondente a um por cento, conforme previsto no art. 15, § 1º, da Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Art. 7º A Secretaria da Receita Previdenciária enviará ao FNDE as informações necessárias ao acompanhamento da arrecadação, fiscalização e repasse da contribuição social do salário-educação, inclusive quanto à sua participação nos parcelamentos e nos créditos inscritos em dívida ativa.

§ 1º Para fins do disposto no *caput* deste artigo, deverão ser encaminhados ao FNDE, em meio magnético ou eletrônico, os arquivos contendo as informações da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP e Guia da Previdência Social – GPS, bem assim outras informações necessárias ao efetivo controle da arrecadação.

§ 2º Além das informações previstas no § 1º, deverão ser encaminhados mensalmente ao FNDE dados consolidados da arrecadação do salário-educação, discriminados por natureza de receita e por unidade da federação.

§ 3º A Secretaria da Receita Previdenciária prestará contas, anualmente, ao Conselho Deliberativo do FNDE, dos resultados da arrecadação da contribuição social do salário-educação, nos termos do art. 58 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 8º A Secretaria da Receita Previdenciária disponibilizará ao FNDE, na Conta Única do Tesouro Nacional, o valor total arrecadado a título de salário-educação, na forma do art. 1º, deduzindo a remuneração a que se refere o art. 6º.

§ 1º A apuração de todos os valores arrecadados a título de salário-educação, inclusive os provenientes de créditos constituídos, incluídos ou não em parcelamentos, será feita a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da arrecadação, devendo o montante apurado ser disponibilizado ao FNDE até o dia 10 do mesmo mês.

§ 2º O valor devido a título de salário-educação, arrecadado em decorrência do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, deverá ser disponibilizado ao FNDE até o dia 20 do mês subsequente ao da arrecadação.

Art. 9º O montante recebido na forma do art. 8º será distribuído pelo FNDE, observada, em noventa por cento de seu valor, a arrecadação realizada em cada Estado e no Distrito Federal, em quotas, da seguinte forma:

I – quota federal, correspondente a um terço do montante dos recursos, será destinada ao FNDE e aplicada no financiamento de programas e projetos voltados para a universalização da educação básica, de forma a propiciar a redução dos desníveis socioeducacionais existentes entre Municípios, Estados, Distrito Federal e regiões brasileiras;

ciado n. 153 do Tribunal Superior do Trabalho tornou-se ineficaz a teor do precitado dispositivo constitucional"[67].

Observe-se, com Lauria J. de Mello, que, ao erigir em princípio constitucional a prescrição, afastou-se o constituinte da legislação ordinária:

"Temos que a norma da letra *a*, do inciso XXIX, do art. 7º, da CF/88, é de aplicação imediata e autoaplicável, de vez que, se pretendesse o contrário, teria o legislador constituinte remetido a prescrição trabalhista à legislação ordinária, fazendo constar do texto a expressão 'conforme definido em lei', ou a expressão 'nos termos da lei', como tantas vezes determinou na própria constituição (v.g., inciso XI, do art. 7º, da CF/88)"[68].

Releva notar que a Emenda n. 28, de 26-5-2000, apenas estabeleceu o mesmo prazo prescricional para trabalhadores urbanos e rurais – sem nenhuma remessa do intérprete à legislação infraconstitucional.

4. *Incapazes e menores*

Segundo nossa lei substantiva civil a prescrição não corre contra os incapazes.

A mesma regra é estabelecida para o menor, *ex vi* do disposto no art. 440 da CLT – "*contra os menores de 18 anos não corre nenhum prazo de prescrição*".

5. *Termo inicial*

A prescrição tem início no momento em que surge o direito à postulação judicial. Ensina Wilson S. C. Batalha que "é a partir do momento em que se torna possível a propositura da ação que se inicia a fluência do prazo prescricional"[69].

Não é outro o entendimento de Valentin Carrion:

"A contagem da prescrição inicia-se no momento em que o empregado toma conhecimento do ato legítimo; exatamente no dia preciso em que poderia exigir a prestação"[70 e 71].

6. *Suspensão e interrupção da prescrição*

A prescrição é suscetível de suspensão ou interrupção. Na ocorrência de suspensão, cessadas as condições que a determinaram, conta-se o prazo anterior. Na segunda hipótese, ou seja, na interrupção, o prazo anterior não é computado, desaparece, deixa de existir, dando-se início a um novo prazo, inteiramente independente do anterior.

Em conformidade com a Súmula 268 do TST – "a ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos".

7. *Prescrição intercorrente*

Prescrição intercorrente é aquela que decorre da paralisação do processo de conhecimento ou de execução, por inércia do autor.

Sua existência no Processo Trabalhista é objeto de controvérsia. Contudo, de nossa parte, concluímos, com Russomano, pela sua ocorrência no processo laboral – "nós sustentamos, com respaldo em decisão do Supremo Tribunal Federal, que existe prescrição intercor-

67. Ob. e loc. cits.
68. Ob. e loc. cits.
69. Ob. cit., p. 365.
70. Ob. cit., 26. ed., p. 71.
71. Mozart Victor Russomano, ob. cit., p. 58.

II – quota estadual e municipal, correspondente a dois terços do montante dos recursos, será creditada mensal e automaticamente em favor das Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e em favor dos Municípios para financiamento de programas, projetos e ações voltadas para a educação básica.

§ 1º A quota estadual e municipal da contribuição social do salário-educação será integralmente redistribuída entre o Estado e seus Municípios de forma proporcional ao número de alunos matriculados na educação básica das respectivas redes de ensino no exercício anterior ao da distribuição, conforme apurado pelo censo educacional realizado pelo Ministério da Educação.

§ 2º O repasse da quota a que se refere o inciso II, decorrente da arrecadação recebida pelo FNDE até o dia 10 de cada mês, será efetuado até o vigésimo dia do mês do recebimento.

§ 3º O repasse da quota a que se refere o inciso II, decorrente da arrecadação recebida no FNDE após o dia 10 de cada mês, será efetuado até o vigésimo dia do mês subsequente ao do recebimento.

§ 4º Os dez por cento restantes do montante da arrecadação do salário-educação serão aplicados pelo FNDE em programas, projetos e ações voltadas para a universalização da educação básica, nos termos do § 5º do art. 212 da Constituição.

Art. 10. As ações fiscais e demais procedimentos tendentes à verificação da regularidade fiscal relativa ao salário-educação, inclusive para fins de expedição da certidão negativa de débito a que se refere o art. 257 do Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999, serão realizados pela Secretaria da Receita Previdenciária, à qual competirá a expedição do documento.

§ 1º Sem prejuízo da competência prevista no art. 1º, § 1º, o FNDE poderá monitorar e fiscalizar o cumprimento das obrigações relativas ao salário-educação e, constatada inobservância de qualquer dispositivo, representará à Secretaria da Receita Previdenciária para as devidas providências.

§ 2º A partir da vigência deste Decreto, os contribuintes com mais de um estabelecimento e que estavam, até então, obrigados ao recolhimento direto do salário-educação por força do Decreto n. 4.943, de 30 de dezembro de 2003, deverão eleger como estabelecimento centralizador o mesmo que já houver sido informado para esse fim à Secretaria da Receita Previdenciária e manter nele toda a documentação de interesse da fiscalização, inclusive a relativa ao Sistema de Manutenção do Ensino Fundamental – SME.

§ 3º Os Auditores Fiscais da Secretaria da Receita Previdenciária e os técnicos do FNDE têm livre acesso à documentação necessária à consecução dos objetivos previstos neste artigo, não se aplicando para estes fins as disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, empresários, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

Disposições Transitórias

Art. 11. O recolhimento da contribuição social do salário-educação será feito da seguinte forma:

I – os créditos relativos a competências de 1/2007 em diante, exclusivamente à Secretaria da Receita Previdenciária, por meio da GPS, juntamente com as contribuições previdenciárias e demais contribuições devidas a terceiros;

II – os créditos relativos a competências anteriores a 1/2007, não recolhidos no prazo regulamentar e pendentes de constituição, exclusivamente à Secretaria da Receita Previdenciária, por GPS com código de pagamento específico para o salário-educação;

III – os créditos relativos a competências anteriores a 1/2007, já constituídos pelo FNDE, exclusivamente por meio do Comprovante de Arrecadação Direta – CAD, até que se complete o processo de migração para a Secretaria da Receita Previdenciária, das bases necessárias à apropriação dos respectivos recebimentos, na forma que vier a ser estabelecida no ato de que trata o art. 12.

§ 1º Fica mantida a competência do FNDE sobre os créditos por ele constituídos, incluídos

ou não em parcelamentos, relativos a competências anteriores a 1/2007, até que ocorra a migração para a Secretaria da Receita Previdenciária das bases de que trata o inciso III.

§ 2º Depois de concluída a migração a que se refere o inciso III, os créditos já constituídos pelo FNDE, incluídos ou não em parcelamentos, relativos a competências anteriores a 1/2007, serão recolhidos exclusivamente à Secretaria da Receita Previdenciária, por GPS, com código de pagamento específico para o salário-educação.

§ 3º Para o cumprimento do disposto no inciso I, o contribuinte informará na GFIP código de terceiros ímpar, cuja composição inclui o salário-educação, e para cumprimento do disposto nos incisos II e III e no § 2º não fará qualquer alteração nas GFIP já entregues, relativas àquelas competências, uma vez que as informações nelas contidas serviram de base para o repasse a terceiros da contribuição correspondente.

§ 4º Nos lançamentos de créditos de salário-educação relativos a competências anteriores a 1/2007 observar-se-á o disposto no art. 144 do Código Tributário Nacional, inclusive quanto ao preenchimento da GFIP, que deverá consignar código de terceiros par, que exclui o salário-educação de sua composição.

§ 5º O código de pagamento específico para o salário-educação a que se referem o inciso II e o § 2º será divulgado, com a devida antecedência, pelo FNDE, aos contribuintes sujeitos ao recolhimento direto daquela contribuição.

Art. 12. Os processos administrativo-fiscais decorrentes dos créditos a que se refere o inciso III do art. 11 serão transferidos para a Secretaria da Receita Previdenciária, na forma e prazo que vierem a ser definidos em ato conjunto a ser baixado pelo FNDE e por aquela Secretaria.

Disposições Finais

Art. 13. A Secretaria da Receita Previdenciária e a Procuradoria-Geral Federal ficam autorizadas, observada a área de competência, a baixar ato normativo para operacionalização das ações decorrentes deste Decreto.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogados os Decretos n. 3.142, de 16 de agosto de 1999, e 4.943, de 30 de dezembro de 2003.

Lei n. 9.766,
de 18 de dezembro de 1998
(Publicada no *DOU*, 19-12-1998)

Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências.

Art. 1º A contribuição social do Salário-Educação, a que se refere o art. 15 da Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, obedecerá aos mesmos prazos e condições, e sujeitar-se-á às mesmas sanções administrativas ou penais e outras normas relativas às contribuições sociais e demais importâncias devidas à Seguridade Social, ressalvada a competência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, sobre a matéria.

§ 1º Estão isentas do recolhimento da contribuição social do Salário-Educação:

I – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas autarquias e fundações;

II – as instituições públicas de ensino de qualquer grau;

III – as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, devidamente registradas e reconhecidas pelo competente órgão estadual de educação, e que atendam ao disposto no inciso II do art. 55 da Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV – as organizações de fins culturais que, para este fim, vierem a ser definidas em regulamento;

V – as organizações hospitalares e de assistência social, desde que atendam, cumulativamente, aos requisitos estabelecidos nos incisos I a V do art. 55 da Lei n. 8.212, de 1991.

§ 2º Integram a receita do Salário-Educação os acréscimos legais a que estão sujeitos os contribuintes em atraso.

§ 3º Entende-se por empresa, para fins de incidência da contribuição social do Salá-

rio-Educação, qualquer firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica, urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, bem como as empresas e demais entidades públicas ou privadas, vinculadas à Seguridade Social.

Art. 2º A Quota Estadual e Municipal do Salário-Educação, de que trata o § 1º e seu inciso II do art. 15 da Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, será integralmente redistribuída entre o Estado e seus Municípios de forma proporcional ao número de alunos matriculados no ensino fundamental nas respectivas redes de ensino, conforme apurado pelo censo educacional realizado pelo Ministério da Educação. (*Redação dada pela Lei n. 10.832, de 29-12-2003.*)

Art. 3º O Salário-Educação não tem caráter remuneratório na relação de emprego e não se vincula, para nenhum efeito, ao salário ou à remuneração percebida pelos empregados das empresas contribuintes.

Art. 4º A contribuição do Salário-Educação será recolhida ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ou ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Parágrafo único. O INSS reterá, do montante por ele arrecadado, a importância equivalente a um por cento, a título de taxa de administração, creditando o restante no Banco do Brasil S.A., em favor do FNDE, para os fins previstos no art. 15, § 1º, da Lei n. 9.424, de 1996.

Art. 5º A fiscalização da arrecadação do Salário-Educação será realizada pelo INSS, ressalvada a competência do FNDE sobre a matéria.

Parágrafo único. Para efeito da fiscalização prevista neste artigo, seja por parte do INSS, seja por parte do FNDE, não se aplicam as disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes, empresários, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

Art. 6º As disponibilidades financeiras dos recursos gerenciados pelo FNDE, inclusive os arrecadados à conta do Salário-Educação, poderão ser aplicadas por intermédio de instituição financeira pública federal, na forma que vier a ser estabelecida pelo seu Conselho Deliberativo.

Art. 7º O Ministério da Educação e do Desporto fiscalizará, por intermédio do FNDE, a aplicação dos recursos provenientes do Salário-Educação, na forma do regulamento e das instruções que para este fim forem baixadas por aquela autarquia, vedada sua destinação ao pagamento de pessoal. (Vide *MP n. 339, de 28-12-2006.*)

Art. 8º Os recursos do Salário-Educação podem ser aplicados na educação especial, desde que vinculada ao ensino fundamental público. (Vide *MP n. 339, de 28-12-2006.*)

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua publicação. (Vide *Dec. n. 6.003, de 2006*, e *MP n. 339, de 28-12-2006.*)

Art. 10. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória n. 1.607-24, de 19 de novembro de 1998.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revoga-se a Lei n. 8.150, de 28 de dezembro de 1990.

Salário-família

Lei n. 4.266,
de 3 de outubro de 1963
(Publicada no *DOU*, 8-10-1963)

Institui o salário-família do trabalhador e dá outras providências.

Art. 1º O salário-família, instituído por esta Lei, será devido, pelas empresas vinculadas à Previdência Social, a todo empregado, como tal definido na Consolidação das Leis do Trabalho, qualquer que seja o valor e a forma de sua remuneração, e na proporção do respectivo número de filhos.

Art. 2º O salário-família será pago sob a forma de uma quota percentual, calculada sobre o valor do salário mínimo local, arre-

dondado esta para o múltiplo de 1.000 (mil) seguinte, por filho menor de qualquer condição, até 14 (catorze) anos de idade.

Art. 3º O custeio do salário-família será feito mediante o sistema de compensação, cabendo a cada empresa, qualquer que seja o número e o estado civil de seus empregados, recolher, para esse fim, ao Instituto ou Institutos de Aposentadoria e Pensões a que estiver vinculada, a contribuição que for fixada em correspondência com o valor da quota percentual referida no art. 2º.

§ 1º A contribuição de que trata este artigo corresponderá a uma percentagem incidente sobre o salário mínimo local multiplicado pelo número total de empregados da empresa, observados os mesmos prazos de recolhimento, sanções administrativas e penais e demais condições estabelecidas com relação às contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social.

§ 2º As contribuições recolhidas pelas empresas, nos termos deste artigo, constituirão, em cada Instituto, um "Fundo de Compensação do Salário-Família", em regime de repartição anual, cuja destinação será exclusivamente a de custeio do pagamento das quotas, não podendo a parcela relativa às respectivas despesas de administração exceder de 0,5% (meio por cento) do total do mesmo Fundo. *(O "Fundo de Compensação do Salário-Família" foi extinto pela Lei n. 5.890, de 8-6-1973.)*

Art. 4º O pagamento das quotas do salário-família será feito pelas próprias empresas, mensalmente, aos seus empregados, juntamente com o do respectivo salário, nos termos do art. 2º.

§ 1º Quando os pagamentos forem semanais ou por outros períodos, as quotas serão pagas juntamente com o último relativo ao mês.

§ 2º Para efeito do pagamento das quotas, exigirão as empresas, dos empregados, as certidões de nascimento dos filhos, que a isto os habilitam.

§ 3º As certidões expedidas para os fins do § 2º deste artigo são isentas de selo, taxas ou emolumentos de qualquer espécie, assim como o reconhecimento de firmas a elas referente, quando necessário.

§ 4º Dos pagamentos de quotas feitos, guardarão as empresas os respectivos comprovantes, bem como as certidões, para o efeito da fiscalização dos Institutos, no tocante ao reembolso a que se refere o art. 5º.

Art. 5º As empresas serão reembolsadas, mensalmente, dos pagamentos das quotas feitos aos seus empregados, na forma desta Lei, mediante desconto do valor respectivo no total das contribuições recolhidas ao Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 6º A fixação do salário mínimo, de que trata o Capítulo II do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, terá por base unicamente as necessidades normais do trabalhador sem filhos, considerando-se atendido, com o pagamento do salário-família instituído por esta Lei, o preceituado no art. 157, I, da Constituição Federal.

Art. 7º Ficam fixados, pelo período de 3 (três) anos, os seguintes valores relativos à presente Lei:

I – de 5% (cinco por cento) para cada quota percentual a que se refere o art. 2º;

II – de 6% (seis por cento) para a contribuição de que trata o art. 3º.

§ 1º Se, findo o período previsto neste artigo, não forem revistos os valores nele fixados, continuarão a vigorar até que isto se venha a efetuar.

§ 2º A qualquer alteração no valor de uma das percentagens deverá corresponder proporcionalmente o da outra, de modo a que seja assegurado o perfeito equilíbrio do custeio do sistema, no regime de repartição anual.

Art. 8º Os empregados abrangidos pela presente Lei ficam excluídos do campo de aplicação do Decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941, no tocante ao abono às famílias numerosas.

Art. 9º As quotas do salário-família não se incorporarão, para nenhum efeito, ao salário ou remuneração devidos aos empregados.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor a partir do primeiro dia do mês que se seguir ao decurso de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Parágrafo único. Dentro do prazo referido

neste artigo, o Poder Executivo expedirá o Regulamento desta Lei.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Decreto n. 53.153,
de 10 de dezembro de 1963
(Publicado no *DOU*, 11-12-1963)

Aprova o Regulamento do Salário-Família do Trabalhador.

Art. 1º Fica aprovado, sob denominação de "Regulamento do Salário-Família do Trabalhador", o Regulamento que a este acompanha, assinado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, destinado à fiel execução da Lei n. 4.266, de 3 de outubro de 1963.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor em 1º de dezembro de 1963, revogadas as disposições em contrário.

Regulamento da Lei do Salário-Família do Trabalhador, instituído pela Lei n. 4.266,
de 3 de outubro de 1963

Capítulo I
DO DIREITO AO SALÁRIO-FAMÍLIA

Art. 1º O "salário-família" instituído pela Lei n. 4.266, de 3 de outubro de 1963, visando a dar cumprimento ao preceituado no art. 157, n. I, parte final, da Constituição Federal, tem por finalidade assegurar aos trabalhadores por ela abrangidos quotas pecuniárias destinadas a auxiliá-los no sustento e educação dos filhos, observadas as condições e limites na mesma lei estabelecidos e os termos do presente Regulamento.

Art. 2º O salário-família é devido aos seus empregados, por todas as empresas vinculadas ao sistema geral da Previdência Social instituído pela Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) e como tal nessa mesma Lei definidas, excetuadas as repartições públicas, autárquicas e quaisquer outras entidades públicas, com relação aos respectivos servidores não filiados ao Sistema Geral de Previdência Social, bem como aos demais para os quais já vigorar regime legalmente estabelecido de "salário-família".

Art. 3º Tem direito ao salário-família todo empregado, como tal definido no art. 3º e seu parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho, qualquer que seja o valor e a forma de sua remuneração, em serviço nas empresas mencionadas no art. 2º com a ressalva constante da parte final do mesmo artigo.

Parágrafo único. Quando pai e mãe forem empregados, nos termos deste artigo, assistirá a cada um, separadamente, o direito ao salário-família, com relação aos respectivos filhos.

Art. 4º O salário-família é devido na proporção do número de filhos menores de qualquer condição, até 14 (catorze) anos de idade.

Parágrafo único. Consideram-se filhos de qualquer condição os legítimos, legitimados, ilegítimos e adotivos, nos termos da legislação civil.

Art. 5º A prova de filiação, asseguradora do direito ao salário-família, será feita mediante a certidão do Registro Civil de nascimento, ou, para os casos especiais de filiação ilegítima, pelas demais provas admitidas na legislação civil (arts. 29 e 31).

§ 1º As certidões expedidas para os fins deste artigo poderão conter apenas breve extrato dos dados essenciais e, nos termos do § 3º do art. 4º da Lei n. 4.266, de 3 de outubro de 1963, são isentas de selo, taxas ou emolumentos de qualquer espécie, assim como o reconhecimento de firmas a elas referentes, quando necessário.

§ 2º Os Cartórios do Registro Civil poderão, consoante as possibilidades do serviço, estabelecer prazo de até 10 (dez) dias para sua concessão.

§ 3º Quando do registro do nascimento, os Cartórios expedirão, desde logo, conjuntamente com a certidão comum, o breve extrato dos dados essenciais, para efeito deste Regulamento, nos termos do § 1º deste artigo.

Art. 6º O salário-família será devido a partir do mês em que for feita pelo empregado, perante a respectiva empresa, prova de filiação relativa a cada filho, nos termos dos arts. 4º e 5º, mediante a entrega do documento correspondente, e até o mês, inclusive, em que completar 14 (catorze) anos de idade.

Art. 7º Para efeito da manutenção do salário-família, o empregado é obrigado a firmar, perante a empresa, em janeiro e julho de cada ano, declaração de vida e residência do filho, ficando sujeito às sanções aplicáveis de acordo com a legislação penal vigente, pela eventual declaração falsa prestada, além de a mesma constituir falta grave, por ato de improbidade, ensejando a rescisão do contrato de trabalho, pelo empregador, por justa causa, conforme prevê a letra *a* do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (arts. 29 e 31). *(Redação dada pelo Dec. n. 54.014, de 10-7-1964.)*

Parágrafo único. A falta dessa declaração obrigatória pelo empregado, na época própria, importará na imediata suspensão do pagamento da quota respectiva, pela empresa, até que venha a ser efetivada. *(Redação dada pelo Dec. n. 54.014, de 10-7-1964.)*

Art. 8º Em caso de falecimento do filho, o empregado é obrigado a fazer imediata comunicação do óbito à empresa, para efeito de cessação da respectiva quota (art. 29), apresentando a respectiva certidão ou declaração escrita.

Art. 9º As indicações referentes à prova da filiação de cada filho serão lançadas, pela empresa, na "Ficha de salário-família" do empregado, conforme modelo anexo a este Regulamento (n. I), de concessão a seu cargo, devendo permanecer o documento correspondente em poder da empresa, enquanto estiver ele a seu serviço.

Art. 10. O direito ao salário-família cessará automaticamente:

I – por morte do filho, a partir do mês seguinte ao do óbito;

II – por completar 14 (catorze) anos de idade, a partir do mês seguinte ao da data aniversária;

III – com relação à empresa respectiva, pela cessação da relação de emprego entre a mesma e o empregado, a partir da data em que esta se verificar.

Art. 11. Cessado o direito ao salário-família, por qualquer dos motivos enumerados no art. 10, serão imediatamente restituídos ao empregado, mediante recibo, passado no verso da "Ficha" respectiva, os documentos correspondentes aos filhos, devido, porém, ser sempre conservada pela empresa a "Ficha" e os atestados de vida e residência, para efeito da fiscalização prevista na Seção III do Capítulo III.

Capítulo II
DAS QUOTAS DE SALÁRIO-FAMÍLIA E DO RESPECTIVO PAGAMENTO

Art. 12. A cada filho, nas condições previstas neste Regulamento, corresponderá uma quota de salário-família no valor de 5% (cinco por cento) do salário mínimo local, arredondado este para o múltiplo de cruzeiro seguinte, para efeito do cálculo.

Art. 13. O pagamento das quotas do salário-família será feito pelas próprias empresas, mensalmente, aos seus empregados, juntamente com o do respectivo salário.

§ 1º Quando os pagamentos forem semanais, ou por outros períodos, as quotas serão pagas juntamente com o último relativo ao mês. (*Primitivo parágrafo único renumerado para § 1º pelo Decreto n. 59.122, de 24-8-1966.*)

§ 2º No caso de empregado na situação do art. 476 da Consolidação das Leis do Trabalho, a empresa solicitará ao Instituto de Aposentadoria e Pensões respectivo que passe a efetuar-lhe o pagamento da quota ou quotas de salário-família juntamente com a

prestação do auxílio-doença, fazendo-se a necessária ressalva, por ocasião do reembolso de que tratam os arts. 21 a 25. (*§ 2º acrescido pelo Decreto n. 59.122, de 24-8-1966.*)

Art. 14. Ocorrendo desquite ou separação entre os pais, ou, ainda, em caso de abandono legalmente caracterizado ou de perda de pátrio poder, o salário-família poderá passar a ser pago diretamente aquele dos pais ou, quando for o caso, a outra pessoa, a cujo encargo ficar o sustento do filho, se assim o determinar o Juiz competente.

Art. 15. Ocorrendo a admissão do empregado no decurso do mês, ou a cessação da relação de emprego, por qualquer motivo, o salário-família será pago ao empregado na proporção dos dias do mês decorridos a partir da data da admissão ou até a data em que a cessação se verificar, arredondando o respectivo valor para o múltiplo de cem cruzeiros seguintes.

Art. 16. Em caso de transferência do empregado para localidade de nível de salário mínimo diferente, as quotas de salário-família serão calculadas e pagas proporcionalmente ao número de dias do mês decorridos em uma e outra das regiões.

Art. 17. O empregado dará quitação à empresa de cada recebimento mensal das quotas de salário-família, na própria folha de pagamento, ou por outro sistema legalmente admitido de modo porém a que essa quitação fique perfeita e facilmente caracterizada.

Parágrafo único. A empresa deverá conservar os comprovantes a que se refere este artigo, para efeitos da fiscalização prevista na Seção III do Capítulo III.

Capítulo III
DO CUSTEIO

Seção I
Da Contribuição e do Recolhimento

Art. 18. O custeio do salário-família será feito mediante o sistema de compensação previsto no art. 3º da Lei n. 4.266, de 3 de outubro de 1963, consoante as disposições deste Capítulo.

Art. 19. Caberá a cada empresa, qualquer que seja o número, a idade e o estado civil de seus empregados, e independentemente de terem estes, ou não, filhos nas condições referidas no art. 4º, recolher mensalmente, ao Instituto ou Institutos de Aposentadoria e Pensões a que estiver vinculada, a contribuição relativa ao salário-família, que corresponderá a uma percentagem de 4,3% (quatro e três décimos por cento) incidente sobre o salário de contribuição, definido na legislação de Previdência Social, de todos os empregados da empresa nos termos do art. 35 e seu § 2º da Lei n. 4.863, de 29 de novembro de 1965. (*Redação dada pelo Dec. n. 59.122, de 24-8-1966.*)

Art. 20. O recolhimento da contribuição de que trata o art. 19 será feito conjuntamente com as contribuições destinadas ao custeio da Previdência Social, observados, para esse efeito, os mesmos prazos, sanções administrativas e penais e demais condições estabelecidas, com relação as últimas, na Lei n. 3.807, de 26 de agosto de 1960, na forma do seu Regulamento Geral expedido pelo Decreto n. 48.959-A, de 19 de setembro de 1960.

§ 1º O recolhimento se fará mediante as próprias guias em uso para as contribuições destinadas à Previdência Social, com a inclusão do título "Contribuição do Salário-Família".

§ 2º As guias de recolhimento conterão, ou terão anexadas, obrigatoriamente, a relação nominal dos empregados que, no mês a que se referem, receberam salário-família, apondo-se, ao lado de cada nome, o correspondente número de filhos e valor global das quotas pagas.

§ 3º Da relação nominal mencionada no § 2º, ficará cópia em poder da empresa, para efeito da fiscalização prevista na Seção III do Capítulo III.

§ 4º Se assim julgarem conveniente, poderão os Institutos autorizar o recolhimento da contribuição do salário-família por meio

de guia especial, expedindo para esse efeito as necessárias instruções.

Seção II
Do Reembolso das Quotas Pagas

Art. 21. Dos pagamentos da quotas de salário-família feitos aos seus empregados serão as empresas reembolsadas mensalmente, pela forma estabelecida nesta Seção.

Art. 22. O reembolso se fará mediante desconto, no total das contribuições mensais a recolher ao respectivo Instituto de Aposentadoria e Pensões, no valor global das quotas de salário-família, efetivamente pagas no mês.

Parágrafo único. O total das contribuições a que se refere este artigo compreende as contribuições da Previdência Social e a do salário-família.

Art. 23. Para efeito do reembolso fará a empresa no verso da guia de recolhimento referida no art. 20, ou onde couber, o demonstrativo do saldo a recolher de acordo com o disposto no art. 22, discriminando: o total das contribuições da Previdência Social, o da contribuição do salário-família, a soma global dessas contribuições, o valor total das quotas de salário-família pagas no mês aos seus empregados e o líquido a recolher, seguindo-se a assinatura do responsável pela empresa.

Parágrafo único. A operação de recolhimento e compensação, tal como prevista neste artigo, entender-se-á como quitação simultânea, por parte do Instituto, quanto às contribuições mensais recolhidas, e, por parte da empresa, quanto ao reembolso do valor global das quotas de salário-família por ela pagas e declaradas.

Art. 24. Se o líquido apurado no demonstrativo de que trata o art. 23 for favorável à empresa, deverá esta entregar, juntamente com a guia de recolhimento, o "Recibo de Reembolso de Diferença do Salário-Família" para o efeito simultâneo da quitação do recolhimento das contribuições e do recebimento da importância correspondente ao crédito a que tiver crédito.

Parágrafo único. O recibo a que se refere este artigo deverá ser feito pela empresa, de acordo com o modelo anexo a este Regulamento (n. II), em duas vias, uma das quais lhe será devolvida, devidamente autenticada, juntamente com a guia quitada.

Art. 25. Os Institutos de Aposentadoria e Pensões organizarão seus serviços de modo a que as operações referidas nos arts. 23 e 24 sejam realizadas, pelos órgãos arrecadadores, no mesmo ato pela forma mais simplificada e rápida possível.

Seção III
Da Fiscalização

Art. 26. A exatidão das operações e recolhimento das contribuições e de reembolso das quotas, assim como a legalidade e efetividade do pagamento das quotas de salário-família, de acordo com a Lei n. 4.266, de 3 de outubro de 1963, nos termos do presente Regulamento, estão sujeitas à fiscalização dos respectivos Institutos de Aposentadoria e Pensões, aplicando-se-lhe as disposições da Lei Orgânica da Previdência Social e do seu Regulamento Geral, em especial o art. 246 deste último.

Art. 27. As operações concernentes ao pagamento das quotas de salário-família e a contribuição a este relativa deverão ser lançadas, sob o título "Salário-Família", na escrituração mercantil das empresas a isto obrigadas, nos termos do disposto no art. 80 da Lei Orgânica da Previdência Social.

Art. 28. Todas as empresas, mesmo quando não obrigadas à escrituração mercantil, deverão manter, rigorosamente em dia e com toda clareza, os lançamentos das "Fichas de Salário-Família", exibindo-as à fiscalização dos Institutos, para a respectiva rubrica, sempre que lhes for exigida, assim como as provas de filiação, comprovantes de pagamento, atestados de vida e residência, guias de recolhimento quitadas e correspondentes segundas vias das relações nominais, segundas vias

dos recibos de reembolso e demais documentos e lançamentos contábeis que possam interessar à mesma fiscalização.

Art. 29. O pagamento de quota de salário-família sem o respectivo comprovante (art. 17), sem prova de filiação respectiva oportunamente apresentada (art. 6º, parte inicial), sem a declaração de vida e residência, firmada, na época própria, pelo empregado (art. 7º), além da idade-limite de 14 (catorze) anos (art. 6º, parte final, e art. 10, item II), após a comunicação do óbito do filho (art. 8º e art. 10, item I), ou após a cessação da relação de emprego (art. 10, item III), importará na sua imediata glosa, cabendo à fiscalização o levantamento do débito correspondente para imediato recolhimento ao Instituto, observadas, no tocante à cobrança, as condições e sanções prescritas na Lei Orgânica da Previdência Social e no seu Regulamento Geral. *(Redação dada pelo Dec. n. 54.014, de 10-7-1964.)*

§ 1º Verificada alguma das hipóteses de que trata este artigo, a empresa ressarcirá o Instituto, no primeiro recolhimento que se seguir à verificação do fato, pelos pagamentos indevidos, fazendo a indicação da redução correspondente no reembolso de que tratam os arts. 23 e 24.

§ 2º A falta de comunicação oportuna do óbito do filho (art. 8º), bem como a prática comprovada de fraude de qualquer natureza, por parte do empregado, para efeito da concessão ou da manutenção do salário-família, autoriza a empresa a descontar nos pagamentos de quotas devidas com relação a outros filhos, se houver, ou, em caso contrário, no próprio salário do empregado, o valor de quotas que a este tenham sido porventura indevidamente pagas, para ressarcimento ao Instituto, na forma do § 1º.

§ 3º O desconto mensal a que se refere o § 2º não poderá exceder de 6 (seis) cotas ou de 30% (trinta por cento) do valor do salário; salvo no caso de cessação da relação de emprego, em que poderá ser feito globalmente.

§ 4º Comprovada a participação da empresa em fraude de qualquer natureza, com relação aos pagamentos do salário-família, ressarcirá ela ao Instituto, pela forma prevista no § 1º.

Art. 30. Mediante comunicação da fiscalização ao órgão arrecadador do Instituto, na falta da medida mencionada no § 1º do art. 29, desde que reconhecido pela empresa ou após o respectivo julgamento definitivo pelos órgãos competentes da Previdência Social, poderá ser débito ali referido automaticamente descontado da importância a ser reembolsada à empresa nos termos dos arts. 23 e 24 deste Regulamento.

Art. 31. Verificada a existência de fraude na documentação ou no pagamento relativo ao salário-família, que importe em prática de crime, a fiscalização independente da glosa e do ressarcimento previstos nos arts. 29 e 30, representará imediatamente para que seja promovida pelo Instituto a instauração da ação penal cabível contra o responsável ou responsáveis pela fraude.

Seção IV
Do Fundo de Compensação do Salário-Família

Art. 32. As contribuições a que se refere o art. 19, recolhidas pelas empresas, nos termos deste Regulamento constituirão, em cada Instituto de Aposentadoria e Pensões, um "Fundo de Compensação do Salário-Família", em regime de repartição anual, cuja destinação será exclusivamente a de custeio do pagamento das quotas, ressalvado o disposto no art. 33.

Art. 33. Cada Instituto poderá utilizar parcela não excedente a 0,5% (meio por cento) do total anual do Fundo de que trata o art. 32, para o atendimento das respectivas despesas de administração.

Art. 34. Para efeito de administração do "Fundo" e execução das atividades de controle, coordenação e orientação das disposições relativas ao salário-família, de acordo com o disposto no presente Regulamento, haverá, em cada Instituto, os serviços estritamente

necessários, na proporção dos encargos que lhe correspondem.

Parágrafo único. Os encargos de provimento efetivo, de qualquer natureza, criados em decorrência do que trata este artigo somente poderão ser providos por candidatos habilitados em concurso público, de acordo com o disposto no art. 126 da Lei Orgânica da Previdência Social.

Art. 35. A escrituração, nos Institutos, das operações contábeis relativas ao "Fundo", obedecerão às normas que forem expedidas pelo Departamento Nacional da Previdência Social.

Art. 36. O depósito diário das importâncias das contribuições arrecadadas, consoante o disposto no presente Regulamento, no Banco do Brasil ou nos estabelecimentos bancários autorizados, será feito pelo valor líquido recebido, promovendo-se a compensação, de acordo com o que dispuserem as normas a que se refere o art. 35.

Capítulo IV
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37. Os empregados abrangidos pelo presente Regulamento ficam excluídos do campo de aplicação do Decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941, no tocante ao abono às famílias numerosas.

Art. 38. As quotas do salário-família não se incorporarão, para nenhum efeito, inclusive fiscal ou de previdência social, ao salário ou remuneração dos empregados.

Art. 39. Nos casos omissos, a Lei Orgânica da Previdência Social e o seu Regulamento Geral serão fontes subsidiárias das disposições da Lei n. 4.266, de 3 de outubro de 1963, e deste Regulamento.

Art. 40. Compete à Justiça do Trabalho dirimir as questões suscitadas entre os empregados e as empresas, no tocante ao pagamento das quotas de salário-família, ressalvada a matéria especificamente de competência dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e dos órgãos de controle da Previdência Social, nos termos da Lei e deste Regulamento.

Art. 41. Consoante o disposto no art. 6º da Lei n. 4.266, de 3 de outubro de 1963, a fixação do salário mínimo, de que trata o Capítulo II do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, terá por base unicamente as necessidades normais do trabalhador sem filhos, tendo em vista o custeio do sistema de salário-família de que trata o presente Regulamento.

Art. 42. As empresas abrangidas por este Regulamento não compreendidas na ressalva constante da parte final do art. 2º, que, em razão de contrato coletivo de trabalho, regulamento interno ou ajuste individual, já venham concedendo, aos seus empregados, quotas de salário-família, observarão as seguintes condições:

I – se o valor da quota relativa a cada filho for inferior ao mencionado no art. 12, deverá ser reajustado para este, podendo a empresa haver o respectivo reembolso, pelo total, segundo a forma prevista na Seção II do Capítulo III deste Regulamento;

II – se o valor da quota relativa a cada filho for superior ao mencionado no art. 12, poderá a empresa haver o respectivo reembolso, pela forma prevista na Seção II do Capítulo III deste Regulamento, até o limite deste último valor.

Art. 43. O sistema de salário-família estabelecido neste Regulamento poderá ser aplicado aos trabalhadores avulsos, filiados ao sistema geral da Previdência Social, que ainda não dispuserem de sistema próprio, a requerimento dos órgãos sindicais interessados, por ato do Ministro do Trabalho e Previdência Social, cabendo aos mesmos órgãos sindicais, no que couber as obrigações correspondentes às empresas em condições idênticas às já vigentes para as referidas categorias com relação à aplicação da Leis do Repouso Remunerado, da Gratificação de Natal e de Férias.

Art. 44. As percentagens referentes aos valores das quotas e da contribuição do salário-família, fixadas respectivamente nos arts. 12 e 19, vigorarão pelo período de 3 (três)

rente no Direito do Trabalho. O ajuizamento da ação trabalhista tem efeito meramente interruptivo sobre o prazo prescricional"[72].

Não é essa, todavia, a posição do TST, como se conclui da sua Súmula 114 – "é inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente".

Em sentido absolutamente oposto, o STF, na Súmula 327, dispõe que – "o direito trabalhista admite a prescrição intercorrente".

8. *Declaração de ofício*

A Lei n. 11.232/2006, alterando a redação do § 5º do art. 219 do Código de Processo Civil, determina que o juiz, de ofício, independentemente de provocação da parte, declare a prescrição ainda que se trate de direitos patrimoniais.

A disposição tem natureza imperativa – "§ 5º O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição".

Com isso, fica revogado o art. 194 do Código Civil que veda, ao juiz, suprir de ofício a alegação de prescrição, salvo se favorável ao absolutamente incapaz.

A nova regra é plenamente aplicável no Processo do Trabalho *ex vi* do disposto no art. 769 da CLT.

Em que pese renomados autores sustentarem a inaplicabilidade da arguição de ofício da prescrição, no processo do trabalho, entendemos de modo diverso, fazendo nossa a conclusão do douto José Augusto Rodrigues Pinto:

"A alteração do art. 219, § 5º, do CPC pela Lei n. 11.280/2006 inverte totalmente o modo de tratar a **prescrição**, em termos de reconhecimento de seu efeito, de ofício, pelo juízo, tornando-o matéria de ordem pública.

A reversão implica igualar **prescrição e decadência**, no plano da declaração judicial sem provocação de parte interessada.

O propósito do legislador foi incrementar a celeridade processual pela simplificação do ato, de modo a tornar mais ágil a entrega da prestação jurisdicional.

Sendo a legislação processual trabalhista omissa a respeito da iniciativa para a declaração dos efeitos prescricionais, aplica-se aos dissídios do trabalho a alteração da Lei n. 11.280/2006, como já se aplicava o próprio art. 219, § 5º, antes dela.

O revel é beneficiário pela disposição da Lei n. 11.280/2006 com o reconhecimento *ex officio*, de prescrição ocorrente contra o autor da ação nos dissídios de natureza civil e trabalhista"[73].

Pela proclamação *ex officio* da prescrição, decidiu o TST:

"Norma processual. Prescrição. Aplicação de ofício. Artigo 219, § 5º, do CPC. Com a alteração da redação do parágrafo 5º do artigo 219 do CPC, que decorreu da Lei n. 11.280/2006, com vigor a partir de 90 dias da data de publicação (17 de fevereiro de 2006), o juiz pronunciará, de ofício, a prescrição. Assim, deve ser observada a norma processual vigente à época da decisão do Regional, para aplicação ao caso concreto *tempus regit actum*. Não pronunciada a prescrição de ofício pelo Regional, fica configurada a violação do dispositivo de lei em referência. Recurso de revista parcialmente conhecido e provido". (TST, RR 195/2006-107-22-00, Ac. 5ª T, *DJ*, 26-6-2008, p. 290)

72. Ob. cit., p. 58.

73. *LTr*, 70(4)/395.

anos, de acordo com o estabelecido pelo art. 7º da Lei n. 4.266, de 3 de outubro de 1963.

§ 1º Um ano antes de expirar o período a que se refere este artigo, o Departamento Nacional da Previdência Social promoverá, em conjunto com o Serviço Atuarial e os Institutos de Aposentadoria e Pensões, os necessários estudos a propósito das percentagens vigentes, no sentido de propor, ou não, sua revisão, conforme for julgado cabível.

§ 2º Se, findo o período de 3 (três) anos, não forem revistos os valores das percentagens aludidas neste artigo, continuarão estes a vigorar enquanto isto não se venha efetuar.

§ 3º Qualquer alteração no valor de uma das percentagens deverá corresponder proporcionalmente o da outra, de modo a que seja assegurado o perfeito equilíbrio do custeio do sistema, no regime de repartição anual.

§ 4º De acordo com o mesmo princípio mencionado no § 3º, qualquer alteração nas condições da concessão do salário-família, que importe em acréscimo de dependentes, elevação de limite de idade ou outras vantagens não previstas na Lei n. 4.266, de 3 de outubro de 1963, dependerá sempre do aumento do valor da percentagem da contribuição prevista no art. 19.

Art. 45. Os Institutos proporão, no prazo máximo de 8 (oito) dias, ao Departamento Nacional da Previdência Social, a Organização necessária, de acordo com o disposto no art. 34 e seu parágrafo único, com a criação das Divisões ou Serviços, cargos e funções gratificadas, no nível e no número indispensável para esse fim.

Parágrafo único. O Departamento Nacional da Previdência Social expedirá os atos necessários ou proporá os que excederem à sua competência, no prazo máximo de 8 (oito) dias.

Art. 46. Consoante o disposto no art. 10 da Lei n. 4.266, de 3 de outubro de 1963, o sistema de salário-família nela previsto, na forma estabelecida neste Regulamento, entrará em vigor a 1º de dezembro de 1963, referindo-se, portanto, à primeira contribuição e ao pagamento das primeiras quotas aos salários correspondentes ao mês de dezembro, observado o disposto no art. 6º.

Lei n. 5.559, de 11 de dezembro de 1968

(Publicada no *DOU*, 12-12-1968)

Estende o direito ao salário-família instituído pela Lei n. 4.266, de 3 de outubro de 1963, e dá outras providências.

Art. 1º Fica estendido aos filhos inválidos de qualquer idade o salário-família instituído pela Lei n. 4.266, de 3 de outubro de 1963.

Art. 2º O empregado aposentado por invalidez ou por velhice pelo sistema geral da Previdência Social tem direito ao salário-família instituído pela Lei n. 4.266, de 3 de outubro de 1963.

Parágrafo único. Aos demais empregados aposentados pelo sistema geral da Previdência Social que já contem ou venham a completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se do sexo masculino, ou de 60 (sessenta) anos de idade, se do sexo feminino, é assegurado o mesmo direito de que trata este artigo.

Art. 3º O salário-família a que se referem os arts. 1º e 2º e seu parágrafo correrá por conta do "Fundo de Compensação do Salário-Família", criado pelo art. 3º, § 2º, da Lei n. 4.266, de 3 de outubro de 1963, e será pago pelo INPS simultaneamente com as mensalidades de aposentadoria.

Art. 4º As cotas do salário-família não se incorporarão, para nenhum efeito, à aposentadoria.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte ao de sua publicação, sem prejuízo das alterações a serem introduzidas no "Regulamento do Salário-Família do Trabalhador" para atender ao que nela se dispõe.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Salário mínimo

Lei n. 8.542,
de 23 de dezembro de 1992
(Publicada no *DOU*, 24-12-1992)

Dispõe sobre a política nacional de salários e dá outras providências.

Art. 1º A política nacional de salários, respeitado o princípio da irredutibilidade, tem por fundamento a livre negociação coletiva e reger-se-á pelas normas estabelecidas nesta Lei.

§ 1º *(Revogado pela Lei n. 10.192, de 14-2-2001.)*

§ 2º *(Revogado pela Lei n. 10.192, de 14-2-2001.)*

Art. 2º *(Revogado pela Lei n. 8.880, de 27-5-1994.)*

Art. 3º *(Revogado pela Lei n. 8.880, de 27-5-1994.)*

Art. 4º *(Revogado pela Lei n. 8.880, de 27-5-1994.)*

Art. 5º *(Revogado pela Lei n. 8.880, de 27-5-1994.)*

Art. 6º Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, por jornada normal de trabalho, capaz de satisfazer, em qualquer região do País, às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

§ 1º O salário mínimo diário corresponderá a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo mensal, e o salário mínimo horário a 1/220 (um duzentos e vinte avos) do salário mínimo.

§ 2º Para os trabalhadores que tenham por disposição legal a jornada máxima diária de trabalho inferior a 8 (oito) horas, o salário mínimo será igual ao definido no parágrafo anterior multiplicado por 8 (oito) e dividido pelo máximo legal.

Art. 7º *(Revogado pela Lei n. 8.880, de 27-5-1994.)*

Art. 8º O art. 40 da Lei n. 8.177, de 1º de março de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 40. O depósito recursal de que trata o art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho fica limitado a Cr$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), nos casos de interposição de recurso ordinário, e de Cr$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), em se tratando de recurso de revista, embargos infringentes e recursos extraordinários, sendo devido a cada novo recurso interposto no decorrer do processo.
>
> § 1º Em se tratando de condenação imposta em ação rescisória, o depósito recursal terá, como limite máximo, qualquer que seja o recurso, o valor de Cr$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros).
>
> § 2º A exigência de depósito aplica-se, igualmente, aos embargos, à execução e a qualquer recurso subsequente do devedor.
>
> § 3º O valor do recurso ordinário, quando interposto em dissídio coletivo, será equivalente ao quádruplo do previsto no *caput* deste artigo.
>
> § 4º Os valores previstos neste artigo serão reajustados bimestralmente pela variação acumulada do INPC do IBGE dos dois meses imediatamente anteriores".

Art. 9º *(Revogado pela Lei n. 8.880, de 27-5-1994.)*

Art. 10. *(Revogado pela Lei n. 8.700, de 27-8-1993.)*

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei n. 8.419, de 7 de maio de 1992, e o inciso II do art. 41 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, mantidos os efeitos financeiros quanto ao reajuste dos benefícios em janeiro.

Lei n. 8.716,
de 11 de outubro de 1993
(Publicada no *DOU*, 13-10-1993)

Dispõe sobre a garantia do salário mínimo e dá outras providências.

Art. 1º Aos trabalhadores que perceberem remuneração variável, fixada por comissão, peça, tarefa ou outras modalidades, será garantido um salário mensal nunca inferior ao salário mínimo.

Art. 2º A garantia assegurada pelo artigo anterior estende-se também aos trabalhadores que perceberem salário misto, integrado por parte fixa e parte variável.

Art. 3º É vedado ao empregador fazer qualquer tipo de desconto em mês subsequente a título de compensação de eventuais complementações feitas em meses anteriores para cumprimento do disposto nos arts. 1º e 2º.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Seguro-desemprego

Vide Fundo de Amparo ao Trabalhador – Lei n. 7.998, de 11-1-1990.

Lei n. 8.900,
de 30 de junho de 1994
(Publicada no *DOU*, 1º-7-1994)

Dispõe sobre o benefício do seguro-desemprego, altera dispositivo da Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e dá outras providências.

Art. 1º O art. 2º da Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O programa do seguro-desemprego tem por finalidade:

I – prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta;

II – auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional".

Art. 2º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de três a cinco meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo CODEFAT.

§ 1º O benefício poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, observado o disposto no artigo anterior.

§ 2º A determinação do período máximo mencionado no *caput* deste artigo observará a seguinte relação entre o número de parcelas mensais do benefício do seguro-desemprego e o tempo de serviço do trabalhador nos trinta e seis meses que antecederam a data de dispensa que deu origem ao requerimento do seguro-desemprego:

I – três parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo seis meses e no máximo onze meses, no período de referência;

II – quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo doze meses e no máximo vinte e três meses, no período de referência;

III – cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo vinte e quatro meses, no período de referência.

§ 3º A fração igual ou superior a quinze dias de trabalho será havida como mês integral, para os efeitos do parágrafo anterior.

§ 4º O período máximo de que trata o *caput* poderá ser excepcionalmente prolongado em até dois meses, para grupos especí-

ficos de segurados, a critério do CODEFAT, desde que o gasto adicional representado por este prolongamento não ultrapasse, em cada semestre, dez por cento do montante da Reserva Mínima de Liquidez, de que trata o § 2º do art. 9º da Lei n. 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei n. 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

§ 5º Na determinação do prolongamento do período máximo de percepção do benefício do seguro-desemprego, o CODEFAT observará, dentre outras variáveis, a evolução geográfica e setorial das taxas de desemprego no País e o tempo médio de desemprego de grupos específicos de trabalhadores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Trabalho noturno

Decreto n. 5.005, de 8 de março de 2004

(Publicado no *DOU*, 9-3-2004)

Promulga a Convenção n. 171 da Organização Internacional do Trabalho relativa ao Trabalho Noturno.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo n. 270, de 13 de novembro de 2002, o texto da Convenção n. 171 da Organização Internacional do Trabalho relativa ao Trabalho Noturno, adotada em Genebra em 26 de junho de 1990;

Considerando que o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação junto à Diretoria-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, em 18 de dezembro de 2002;

Considerando que a Convenção entrou em vigor internacional em 4 de janeiro de 1995, e entrou em vigor para o Brasil em 18 de dezembro de 2003;

DECRETA:

Art. 1º A Convenção n. 171 da Organização Internacional do Trabalho relativa ao Trabalho Noturno, adotada em Genebra em 26 de junho de 1990, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Convenção 171 relativa ao trabalho noturno

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho:

Convocada em Genebra pelo Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho e tendo ali se reunido a 6 de junho de 1990, em sua septuagésima sétima sessão;

Tomando nota das disposições das Convenções e Recomendações internacionais do trabalho sobre o trabalho noturno dos menores e, em particular, das disposições da Convenção e da Recomendação sobre o trabalho noturno dos menores (trabalhos não industriais), 1964; da Convenção (revista) sobre o trabalho noturno dos menores (indústrias), 1984, e da Recomendação sobre o trabalho noturno dos menores (agricultura), 1921;

Tomando nota das disposições das Convenções internacionais do trabalho sobre o trabalho noturno da mulher e, em particular, aquelas da Convenção (revista) sobre o trabalho noturno (mulheres), 1948, e de seu Protocolo de 1990; da Recomendação sobre o trabalho noturno das mulheres (agricultura), 1921, e do parágrafo 5 da Recomendação sobre a proteção da maternidade, 1952;

Tomando nota das disposições da Convenção sobre a discriminação (emprego e ocupação), 1958;

Tomando nota das disposições da Convenção sobre a proteção da maternidade (revista), 1952;

Após ter decidido adotar diversas propostas sobre o trabalho noturno, questão que constitui o quarto item da agenda da sessão; e

Após ter decidido que essas propostas deveriam tomar a forma de uma Convenção internacional, adota, nesse vigésimo sexto dia do mês de junho de mil novecentos e noventa, a seguinte Convenção, que será denominada Convenção sobre o Trabalho Noturno, 1990:

Artigo 1

Para os fins da presente Convenção:

a) a expressão "trabalho noturno" designa todo trabalho que seja realizado durante um período de pelo menos sete horas consecutivas, que abranja o intervalo compreendido entre a meia-noite e as cinco horas da manhã, e que será determinado pela autoridade competente mediante consulta prévia com as organizações mais representativas dos empregadores e de trabalhadores ou através de convênios coletivos;

b) a expressão "trabalhador noturno" designa todo trabalhador assalariado cujo trabalho exija a realização de horas de trabalho noturno em número substancial, superior a um limite determinado. Esse número será fixado pela autoridade competente mediante consulta prévia com as organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores, ou através de convênios coletivos.

Artigo 2

1. Esta Convenção aplica-se a todos os trabalhadores assalariados, com exceção daqueles que trabalham na agricultura, a pecuária, a pesca, os transportes marítimos e a navegação interior.

2. Todo Membro que ratificar a presente Convenção poderá excluir total ou parcialmente da sua área de aplicação, com consulta prévia junto às organizações representativas dos empregadores e dos trabalhadores interessados, categorias limitadas de trabalhadores, quando essa aplicação apresentar, no caso das categorias citadas, problemas particulares e importantes.

3. Todo Membro que fizer uso da possibilidade prevista no parágrafo 2 deste Artigo deverá indicar as categorias particulares de trabalhadores assim excluídas, e as razões da sua exclusão, nos relatórios relativos à aplicação da Convenção que apresentar em virtude do Artigo 22 da Constituição da OIT. Também deverá indicar todas as medidas que tiver adotado a fim de estender progressivamente as disposições da Convenção a esses trabalhadores.

Artigo 3

1. Deverão ser adotadas, em benefício dos trabalhadores noturnos, as medidas específicas exigidas pela natureza do trabalho noturno, que abrangerão, no mínimo, aquelas mencionadas nos Artigos 4 a 10, a fim de proteger a sua saúde, ajudá-los a cumprirem com suas responsabilidades familiares e sociais, proporcionar aos mesmos possibilidades de melhoria na sua carreira e compensá-los de forma adequada. Essas medidas deverão também ser adotadas no âmbito da segurança e da proteção da maternidade, a favor de todos os trabalhadores que realizam trabalho noturno.

2. As medidas a que se refere o parágrafo anterior poderão ser aplicadas de forma progressiva.

Artigo 4

1. Se os trabalhadores solicitarem, eles poderão ter direito a que seja realizada uma avaliação do seu estado de saúde gratuitamente e a serem assessorados sobre a maneira de atenuarem ou evitarem problemas de saúde relacionados com seu trabalho:

a) antes de sua colocação em trabalho noturno;

b) em intervalos regulares durante essa colocação;

c) no caso de padecerem durante essa colocação problemas de saúde que não sejam devidos a fatores alheios ao trabalho noturno.

2. Salvo declaração de não serem aptos para o trabalho noturno, o teor dessas avaliações não será comunicado a terceiros sem o seu consentimento, nem utilizado em seu prejuízo.

Artigo 5

Deverão ser colocados à disposição dos trabalhadores que efetuam trabalho noturno serviços adequados de primeiros socorros, inclusive disposições práticas que permitam que esses trabalhadores, em caso necessário, sejam transladados rapidamente até um local onde possam receber tratamento adequado.

Artigo 6

1. Os trabalhadores noturnos que, por razões de saúde, sejam declarados não aptos para o trabalho noturno serão colocados, quando for viável, em função similar para a qual estejam aptos.

2. Se a colocação nessa função não for viável, serão concedidos a esses trabalhadores os mesmos benefícios que a outros trabalhadores não aptos para o trabalho ou que não podem conseguir emprego.

3. Um trabalhador noturno declarado temporariamente não apto para o trabalho noturno gozará da mesma proteção contra a demissão ou a notificação de demissão que os outros trabalhadores que não possam trabalhar por razões de saúde.

Artigo 7

1. Deverão ser adotadas medidas para assegurar que existe uma alternativa do trabalho noturno para as trabalhadoras que, à falta dessa alternativa, teriam que realizar esse trabalho:

a) antes e depois do parto, durante o período de, pelo menos, dezesseis semanas, das quais oito, pelo menos, deverão ser tomadas antes da data estimada para o parto;

b) com prévia apresentação de certificado médico indicando que isso é necessário para a saúde da mãe ou do filho, por outros períodos compreendidos;

I) durante a gravidez;

II) durante um lapso determinado além do período posterior ao parto estabelecido em conformidade com o item a) do presente parágrafo, cuja duração será determinada pela autoridade competente e prévia consulta junto às organizações mais representativas dos empregadores e de trabalhadores.

2. As medidas referidas no parágrafo 1 do presente Artigo poderão consistir da colocação em trabalho diurno quando for viável, a concessão dos benefícios de seguridade social ou a prorrogação da licença-maternidade.

3. Durante os períodos referidos no parágrafo 1 do presente Artigo:

a) não deverá ser demitida, nem receber comunicação de demissão, a trabalhadora em questão, salvo por causas justificadas não vinculadas à gravidez ou ao parto;

b) os rendimentos da trabalhadora deverão ser mantidos em nível suficiente para garantir o sustento da mulher e do seu filho em condições de vida adequadas. A manutenção desses rendimentos poderá ser assegurada mediante qualquer uma das medidas indicadas no parágrafo 2 deste Artigo, por qualquer outra medida apropriada, ou bem por meio de uma combinação dessas medidas;

c) a trabalhadora não perderá benefícios relativos a grau, antiguidade e possibilidades de promoção que estejam vinculados ao cargo de trabalho noturno que desempenha regularmente.

4. As disposições do presente Artigo não deverão ter como efeito a redução da proteção e os benefícios relativos à licença-maternidade.

Artigo 8

A compensação aos trabalhadores noturnos em termos de duração do trabalho, remuneração ou benefícios similares deverá reconhecer a natureza do trabalho noturno.

Artigo 9

Deverão ser previstos serviços sociais apropriados para os trabalhadores noturnos e, quando for preciso, para aqueles trabalhadores que realizarem um trabalho noturno.

Artigo 10

1. Antes de se introduzir horários de trabalho que exijam os serviços de trabalhadores noturnos, o empregador deverá consultar os representantes dos trabalhadores interessados acerca dos detalhes desses horários e sobre as formas de organização do trabalho noturno que melhor se adaptem ao estabelecimento e ao seu pessoal, bem como sobre as medidas de saúde no trabalho e os serviços sociais que seriam necessários. Nos estabelecimentos que empregam trabalhadores noturnos, essas consultas deverão ser realizadas regularmente.

2. Para os fins deste Artigo, a expressão "representantes dos trabalhadores" designa as pessoas reconhecidas como tais pela legislação ou a prática nacionais, de acordo com a Convenção sobre os representantes dos Trabalhadores, 1971.

Artigo 11

1. As disposições da presente Convenção poderão ser aplicadas mediante a legislação nacional, convênios coletivos, laudos arbitrais ou sentenças judiciais, através de uma combinação desses meios ou de qualquer outra forma conforme as condições e a prática nacionais. Deverão ser aplicadas por meio da legislação na medida em que não sejam aplicadas por outros meios.

2. Quando as disposições desta Convenção forem aplicadas por meio da legislação, deverão ser previamente consultadas as organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores.

Artigo 12

As ratificações formais da presente Convenção serão transmitidas ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

Artigo 13

1. A presente Convenção somente vinculará os Membros da Organização Internacional do Trabalho cujas ratificações tenham sido registradas pelo Diretor-Geral.

2. Esta Convenção entrará em vigor em doze meses após o registro das ratificações de dois Membros por parte do Diretor-Geral.

3. Posteriormente, esta Convenção entrará em vigor, para cada Membro, doze meses após o registro da sua ratificação.

Artigo 14

1. Todo Membro que tenha ratificado a presente Convenção poderá denunciá-la após a expiração de um período de dez anos contado da entrada em vigor mediante ato comunicado ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia só surtirá efeito um ano após o registro.

2. Todo Membro que tenha ratificado a presente Convenção e não fizer uso da faculdade de denúncia prevista pelo presente Artigo dentro do prazo de um ano após a expiração do período de dez anos previstos no parágrafo anterior, ficará obrigado por novo período de dez anos e, posteriormente, poderá denunciar a presente Convenção ao expirar cada período de dez anos, nas condições previstas no presente Artigo.

Artigo 15

1. O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que lhe sejam comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Ao notificar aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe tenha sido comunicada, o Diretor-Geral chamará a atenção dos Membros para a data de entrada em vigor da presente Convenção.

Artigo 16

O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário-Geral das Nações Unidas, para fins de registro, conforme o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas, as informações completas referentes a quaisquer ratificações, declarações e atos de denúncia que tenha registrado de acordo com os Artigos anteriores.

Artigo 17

Sempre que julgar necessário, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá apresentar à Conferência um relatório sobre a aplicação da presente Convenção e decidirá sobre a oportunidade de inscrever na agenda da Conferência a questão da sua revisão total ou parcial.

Artigo 18

1. Se a Conferência adotar uma nova Convenção que revise total ou parcialmente a presente Convenção e a menos que a nova Convenção disponha contrariamente:

a) a ratificação, por um Membro, da nova Convenção revista, implicará, de pleno direito, não obstante o disposto pelo Artigo 22, a denúncia imediata da presente Convenção, desde que a nova Convenção revista tenha entrado em vigor;

b) a partir da entrada em vigor da Convenção revista, a presente Convenção deixará de estar aberta à ratificação dos Membros.

2. A presente Convenção continuará em vigor, em qualquer caso, em sua forma e teor atuais, para os Membros que a tiverem ratificado e que não ratificaram a Convenção revista.

Artigo 19

As versões inglesa e francesa do texto da presente convenção são igualmente autênticas.

Vale-transporte

Lei n. 7.418,
de 16 de dezembro de 1985

(Publicada no *DOU*, 17-12-1985)

Institui o Vale-Transporte e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Vale-Transporte (*vetado*) que o empregador, pessoa física ou jurídica, antecipará ao empregado para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais. *(Redação dada pela Lei n. 7.619, de 30-9-1987.)*

§ 1º *(Revogado pela MP n. 2.165-36, de 23-8-2001.)*

§ 2º *(Revogado pela Lei n. 7.619, de 30-9-1987.)*

Art. 2º O Vale-Transporte, concedido nas condições e limites definidos nesta Lei, no que se refere à contribuição do empregador:

a) não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos;

b) não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

c) não se configura como rendimento tributável do trabalhador. *(Primitivo art. 3º, renumerado pela Lei n. 7.619, de 30-9-1987.)*

Art. 3º *(Revogado pela Lei n. 9.532, de 10-12-1997.)*

Art. 4º A concessão do benefício ora instituído implica a aquisição pelo empregador dos Vales-Transporte necessários aos deslocamentos do trabalhador no percurso residência-trabalho e vice-versa, no serviço de transporte que melhor se adequar. (Vide *MP n. 2.189-49, de 2001, e MP n. 280, de 2006.)*

Parágrafo único. O empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico. *(Primitivo art. 5º, renumerado pela Lei n. 7.619, de 30-9-1987.)*

Art. 5º A empresa operadora do sistema de transporte coletivo público fica obrigada a emitir e a comercializar o Vale-Transporte, ao preço da tarifa vigente, colocando-o à disposição dos empregadores em geral e assumindo os custos dessa obrigação, sem repassá-los para a tarifa dos serviços. *(Primitivo art. 6º, renumerado pela Lei n. 7.619, de 30-9-1987, que também renumerou os demais artigos.)*

§ 1º Nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, será instalado, pelo menos, um posto de vendas para cada grupo de cem mil habitantes na localidade, que comercializarão todos os tipos de Vale-Transporte. *(Redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)*

§ 2º Fica facultado à empresa operadora delegar a emissão e a comercialização do Vale-Transporte, bem como consorciar-se em central de vendas, para efeito de cumprimento do disposto nesta Lei.

§ 3º Para fins de cálculo do valor do Vale-Transporte, será adotada a tarifa integral do deslocamento do trabalhador, sem descontos, mesmo que previstos na legislação local.

Art. 6º O poder concedente fixará as sanções a serem aplicadas à empresa operadora que comercializar o vale diretamente ou através de delegação, no caso de falta ou insuficiência de estoque de Vales-Transporte necessários ao atendimento da demanda e ao funcionamento do sistema.

Art. 7º Ficam resguardados os direitos adquiridos do trabalhador, se superiores aos instituídos nesta Lei, vedada a cumulação de vantagens.

Art. 8º Asseguram-se os benefícios desta Lei ao empregador que proporcionar, por meios próprios ou contratados, em veículos adequados ao transporte coletivo, o deslocamento integral de seus trabalhadores.

Art. 9º Os Vales-Transporte anteriores perdem sua validade decorridos 30 (trinta) dias da data de reajuste tarifário.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Decreto n. 95.247,
de 17 de novembro de 1987
(Publicado no *DOU*, 18-11-1987)

Regulamenta a Lei n. 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o Vale-Transporte, com a alteração da Lei n. 7.619, de 30 de setembro de 1987.

Capítulo I
DOS BENEFICIÁRIOS E DO BENEFÍCIO DO VALE-TRANSPORTE

Art. 1º São beneficiários do Vale-Transporte, nos termos da Lei n. 7.418, de 16 de dezembro de 1985, os trabalhadores em geral, tais como: *(Redação dada pelo Dec. n. 2.880, de 15-12-1998.)*

I – os empregados, assim definidos no art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho;

II – os empregados domésticos, assim definidos na Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972;

III – os trabalhadores de empresas de trabalho temporário, de que trata a Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

IV – os empregados a domicílio, para os deslocamentos indispensáveis à prestação do trabalho, percepção de salários e os necessários ao desenvolvimento das relações com o empregador;

V – os empregados do subempreiteiro, em relação a este e ao empreiteiro principal, nos termos do art. 455 da Consolidação das Leis do Trabalho;

VI – os atletas profissionais de que trata a Lei n. 6.354, de 2 de setembro de 1976;

VII – *(Revogado pelo Dec. n. 2.880, de 15-12-1998.)*

Parágrafo único. Para efeito deste Decreto, adotar-se-á a denominação beneficiário para identificar qualquer uma das categorias mencionadas nos diversos incisos deste artigo.

Art. 2º O Vale-Transporte constitui benefício que o empregador antecipará ao trabalhador para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

Parágrafo único. Entende-se como deslocamento a soma dos segmentos componentes da viagem do beneficiário, por um ou mais meios de transporte, entre sua residência e o local de trabalho.

Art. 3º O Vale-Transporte é utilizável em todas as formas de transporte coletivo público urbano ou, ainda, intermunicipal e interestadual com características semelhantes ao urbano, operado diretamente pelo poder público ou mediante delegação, em linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo os serviços seletivos e os especiais.

Art. 4º Está exonerado da obrigatoriedade do Vale-Transporte o empregador que proporcionar, por meios próprios ou contratados, em veículos adequados ao transporte coletivo, o deslocamento, residência-trabalho e vice-versa, de seus trabalhadores.

Parágrafo único. Caso o empregador forneça ao beneficiário transporte próprio ou fretado que não cubra integralmente os deslocamentos deste, o Vale-Transporte deverá ser aplicado para os segmentos da viagem não abrangidos pelo referido transporte.

Art. 5º É vedado ao empregador substituir o Vale-Transporte por antecipação em dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. No caso de falta ou insuficiência de estoque de Vale-Transporte, necessário ao atendimento da demanda e ao funcionamento do sistema, o beneficiário será ressarcido pelo empregador, na folha de pagamento imediata, da parcela correspondente, quando tiver efetuado, por conta própria, a despesa para seu deslocamento.

Art. 6º O Vale-Transporte, no que se refere à contribuição do empregador:

I – não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do beneficiário para quaisquer efeitos;

II – não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

III – não é considerado para efeito de pagamento da Gratificação de Natal (Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962, e art. 7º do Decreto-Lei n. 2.310, de 22 de dezembro de 1986);

IV – não configura rendimento tributável do beneficiário.

Capítulo II
DO EXERCÍCIO DO DIREITO DO VALE-TRANSPORTE

Art. 7º Para o exercício do direito de receber o Vale-Transporte o empregado informará ao empregador, por escrito:

I – seu endereço residencial;

II – os serviços e meios de transporte mais adequados ao seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§ 1º A informação de que trata este artigo será atualizada anualmente ou sempre que ocorrer alteração das circunstâncias mencionadas nos itens I e II, sob pena de suspensão do benefício até o cumprimento dessa exigência.

§ 2º O benefício firmará compromisso de utilizar o Vale-Transporte exclusivamente para seu efetivo deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

§ 3º A declaração falsa ou o uso indevido do Vale-Transporte constituem falta grave.

Art. 8º É vedada a acumulação do benefício com outras vantagens relativas ao transporte do beneficiário, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 4º deste Decreto.

Art. 9º O Vale-Transporte será custeado:

I – pelo beneficiário, na parcela equivalente a 6% (seis por cento) de seu salário básico ou vencimento, excluídos quaisquer adicionais ou vantagens;

II – pelo empregador, no que exceder à parcela referida no item anterior.

Parágrafo único. A concessão do Vale-Transporte autorizará o empregador a descontar, mensalmente, do beneficiário que exercer o respectivo direito, o valor da parcela de que trata o item I deste artigo.

▶ *Jurisprudência*

▷ **Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal.** Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação.

▷ **Súmula 264 do Supremo Tribunal Federal.** Verifica-se prescrição intercorrente pela paralisação da ação rescisória por mais de cinco anos.

▷ **Súmula 327 do Supremo Tribunal Federal.** O direito trabalhista admite a prescrição intercorrente.

▷ **Súmula 6 do Tribunal Superior do Trabalho, item IX.** Na ação de equiparação salarial, a prescrição é parcial e só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento.

▷ **Súmula 114 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição intercorrente.** É inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente. (RA 116/80, *DJ*, 3-11-1980)

▷ **Súmula 153 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição.** Não se conhece de prescrição não arguida na instância ordinária. Ex-prejulgado n. 27. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 156 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Prazo.** Da extinção do último contrato é que começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação objetivando a soma de períodos descontínuos de trabalho. Ex-prejulgado n. 31. (RA 102/82, *DJ*, 11 e 15-10-1982)

▷ **Súmula 268 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Interrupção. Demanda trabalhista arquivada.** A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos. (Com a redação dada pela Res. 121/2003)

▷ **Súmula 275 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição parcial. Desvio de função e reenquadramento.** I – Na ação que objetive corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento. II – Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado. (Com a redação dada pela Res. 129/2005)

▷ **Súmula 294 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Alteração contratual. Trabalhador urbano – Cancela os Enunciados ns. 168 e 198.** Tratando-se de demanda que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei. (Res. 4/89, *DJ*, 14-4-1989)

▷ **Súmula 308 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição quinquenal.** I. Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da reclamação e, não, às anteriores ao quinquênio da data da extinção do contrato. II. A norma constitucional que ampliou o prazo de prescrição da ação trabalhista para 5 (cinco) anos é de aplicação imediata e não atinge pretensões já alcançadas pela prescrição bienal quando da promulgação da CF/1988. (Res. 6/1992, *DJ*, 5-11-1992. Nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial n. 204 da SDI-1 – Res. 129/2005, *DJ*, 20-4-2005)

Art. 10. O valor da parcela a ser suportada pelo beneficiário será descontado proporcionalmente à quantidade de Vale-Transporte concedida para o período a que se refere o salário ou vencimento e por ocasião de seu pagamento, salvo estipulação em contrário, em convenção ou acordo coletivo de trabalho, que favoreça o beneficiário.

Art. 11. No caso em que a despesa com o deslocamento do beneficiário for inferior a 6% (seis por cento) do salário básico ou vencimento, o empregado poderá optar pelo recebimento antecipado do Vale-Transporte, cujo valor será integralmente descontado por ocasião do pagamento do respectivo salário ou vencimento.

Art. 12. A base de cálculo para determinação da parcela a cargo do beneficiário será:

I – o salário básico ou vencimento mencionado no item I do art. 9º deste Decreto; e

II – o montante percebido no período, para os trabalhadores remunerados por tarefa ou serviço feito ou quando se tratar de remuneração constituída exclusivamente de comissões, percentagens, gratificações, gorjetas ou equivalentes.

Capítulo III
DA OPERACIONALIZAÇÃO DO VALE-TRANSPORTE

Art. 13. O poder concedente ou órgão de gerência com jurisdição sobre os serviços de transporte coletivo urbano, respeitada a lei federal, expedirá normas complementares para operacionalização do sistema do Vale-Transporte, acompanhando seu funcionamento e efetuando o respectivo controle.

Art. 14. A empresa operadora do sistema de transporte coletivo público fica obrigada a emitir e comercializar o Vale-Transporte ao preço da tarifa vigente, colocando-o à disposição dos empregadores em geral e assumindo os custos dessa obrigação, sem repassá-los para a tarifa dos serviços.

§ 1º A emissão e a comercialização do Vale-Transporte poderão também ser efetuadas pelo órgão de gerência ou pelo poder concedente, quando este tiver a competência legal para emissão de passes.

§ 2º Na hipótese do parágrafo precedente, é vedada a emissão e comercialização de Vale-Transporte simultaneamente pelo poder concedente e pelo órgão de gerência.

§ 3º A delegação ou transferência da atribuição de emitir e comercializar o Vale-Transporte não elide a proibição de repassar os custos respectivos para a tarifa dos serviços.

Art. 15. Havendo delegação da emissão e comercialização de Vale-Transporte, ou constituição de consórcio, as empresas operadoras submeterão os respectivos instrumentos ao poder concedente ou órgão de gerência para homologação dos procedimentos instituídos.

Art. 16. Nas hipóteses do artigo anterior, as empresas operadoras permanecerão solidariamente responsáveis com a pessoa jurídica delegada ou pelos atos do consórcio, em razão de eventuais faltas ou falhas no serviço.

Art. 17. O responsável pela emissão e comercialização do Vale-Transporte deverá manter estoques compatíveis com os níveis de demanda.

Art. 18. A comercialização do Vale-Transporte dar-se-á em centrais ou postos de venda estrategicamente distribuídos na cidade onde serão utilizados.

Parágrafo único. Nos casos em que o sistema local de transporte público for operado por diversas empresas ou por meios diferentes, com ou sem integração, os postos de vendas referidos neste artigo deverão comercializar todos os tipos de Vale-Transporte.

Art. 19. A concessão do benefício obriga o empregador a adquirir Vale-Transporte em quantidade e tipo de serviço que melhor se adequar ao deslocamento do beneficiário.

Parágrafo único. A aquisição será feita antecipadamente e à vista, proibidos quaisquer descontos e limitada à quantidade estritamente necessária ao atendimento dos beneficiários.

Art. 20. Para cálculo do valor do Vale-Transporte, será adotada a tarifa integral, relativa ao deslocamento do beneficiário, por um ou mais meios de transporte, mesmo que a legislação local preveja descontos.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, não são consideradas desconto as reduções tarifárias decorrentes de integração de serviços.

Art. 21. A venda do Vale-Transporte será comprovada mediante recibo sequencialmente numerado, emitido pela vendedora em duas vias, uma das quais ficará com a compradora, contendo:

I – o período a que se referem;

II – a quantidade de Vale-Transporte vendida e de beneficiários a quem se destina;

III – o nome, endereço e número de inscrição da compradora no Cadastro Geral de Contribuintes no Ministério da Fazenda – CGCMF.

Art. 22. O Vale-Transporte poderá ser emitido conforme as peculiaridades e as conveniências locais, para utilização por:

I – linha;

II – empresa;

III – sistema;

IV – outros níveis recomendados pela experiência local.

Art. 23. O responsável pela emissão e comercialização do Vale-Transporte poderá adotar a forma que melhor lhe convier à segurança e facilidade de distribuição.

Parágrafo único. O Vale-Transporte poderá ser emitido na forma de bilhetes simples ou múltiplos, talões, cartelas, fichas ou quaisquer processos similares.

Art. 24. Quando o Vale-Transporte for emitido para utilização num sistema determinado de transporte ou para valer entre duas ou mais operadoras, será de aceitação compulsória, nos termos de acordo a ser previamente firmado.

§ 1º O responsável pela emissão e comercialização do Vale-Transporte pagará às empresas operadoras os respectivos créditos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, facultado às partes pactuar prazo maior.

§ 2º O responsável pela emissão e comercialização do Vale-Transporte deverá apresentar, mensalmente, demonstrativos financeiros dessa atividade, ao órgão de gerência que observará o disposto no art. 28.

Art. 25. As empresas operadoras são obrigadas a manter permanentemente um sistema de registro e controle do número de Vale-Transporte emitido, comercializado e utilizado, ainda que a atividade seja exercida por delegação ou por intermédio de consórcio.

Art. 26. No caso de alteração na tarifa de serviços, o Vale-Transporte poderá:

I – ser utilizado pelo beneficiário, dentro do prazo a ser fixado pelo poder concedente; e

II – ser trocado, sem ônus, pelo empregador, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que a tarifa sofrer alteração.

Capítulo IV
DOS PODERES CONCEDENTES E ÓRGÃOS DE GERÊNCIA

Art. 27. O poder concedente ou órgão de gerência, na área de sua jurisdição, definirá:

I – o transporte intermunicipal ou interestadual com características semelhantes ao urbano;

II – os serviços seletivos e os especiais.

Art. 28. O poder concedente ou órgão de gerência fornecerá, mensalmente, ao órgão federal competente, informações estatísticas que permitam avaliação nacional, em caráter permanente, da utilização do Vale-Transporte.

Art. 29. As operadoras informarão, mensalmente, nos termos exigidos pelas normas locais, o volume de Vale-Transporte emitido, comercializado e utilizado, a fim de permitir a avaliação local do sistema, além de outros dados que venham a ser julgados convenientes a esse objetivo.

Art. 30. Nos atos de concessão, permissão ou autorização serão previstas sanções às

empresas operadoras que emitirem ou comercializarem o Vale-Transporte diretamente, por meio de delegação ou consórcio, em quantidade insuficiente ao atendimento da demanda.

Parágrafo único. As sanções serão estabelecidas em valor proporcional às quantidades solicitadas e não fornecidas, agravando-se em caso de reincidência.

Capítulo V
DOS INCENTIVOS FISCAIS

Art. 31. O valor efetivamente pago e comprovado pelo empregador, pessoa jurídica, na aquisição de Vale-Transporte, poderá ser deduzido como despesa operacional, na determinação do lucro real, no período-base de competência da despesa.

Art. 32. Sem prejuízo da dedução prevista no artigo anterior, a pessoa jurídica empregadora poderá deduzir do Imposto de Renda devido, valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do Imposto de Renda sobre o montante das despesas comprovadamente realizadas, no período-base, na concessão do Vale-Transporte.

Parágrafo único. A dedução a que se refere este artigo, em conjunto com as de que tratam as Leis n. 6.297, de 15 de dezembro de 1975, e n. 6.321, de 14 de abril de 1976, não poderá reduzir o imposto devido em mais de 10% (dez por cento), observado o que dispõe o § 3º do art. 1º do Decreto-lei n. 1.704, de 23 de outubro de 1979, podendo o eventual excesso ser aproveitado nos dois exercícios subsequentes.

Art. 33. Ficam assegurados os benefícios de que trata este Decreto ao empregador que, por meios próprios ou contratados com terceiros, proporcionar aos seus trabalhadores o deslocamento residência-trabalho e vice-versa, em veículos adequados ao transporte coletivo, inclusive em caso de complementação do Vale-Transporte.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica nas contratações de transporte diretamente com empregados, servidores, diretores, administradores e pessoas ligadas ao empregador.

Art. 34. A pessoa jurídica empregadora deverá registrar em contas específicas que possibilitem determinar, com clareza e exatidão em sua contabilidade, as despesas efetivamente realizadas na aquisição do Vale-Transporte ou, na hipótese do artigo anterior, os dispêndios e encargos com o transporte do beneficiário, tais como aquisição de combustível, manutenção, reparos e depreciação dos veículos próprios, destinados exclusivamente ao transporte dos empregados, bem assim os gastos com as empresas contratadas para esse fim.

Parágrafo único. A parcela de custo, equivalente a 6% (seis por cento) do salário básico do empregado, que venha a ser recuperada pelo empregador, deverá ser deduzida do montante das despesas efetuadas no período-base, mediante lançamento a crédito das contas que registrem o montante dos custos relativos ao benefício concedido.

Capítulo VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Os atos de concessão, permissão e autorização vigentes serão revistos para cumprimento do disposto no art. 30 deste regulamento.

Art. 36. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37. Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto n. 92.180, de 19 de dezembro de 1985.

Índice da Legislação das Profissões Regulamentadas
(alfabético por profissão)

Aeronauta:

Lei n. 7.183, de 5-4-1984 897

Aeroviário:

Decreto n. 1.232, de 22-6-1962 905

Agente comunitário de saúde:

Lei n. 11.350, de 5-10-2006 909

Aprendiz:

Decreto n. 5.598, de 1º-12-2005 (aprendiz) 913

Instrução Normativa n. 26, de 20-12-2001 (fiscalização nos programas de aprendizagem) 918

Artistas e técnicos em espetáculos de diversões:

Lei n. 6.533, de 24-5-1978 921

Assistente social:

Lei n. 8.662, de 7-6-1993 925

Atleta profissional de futebol:

Lei n. 12.395, de 16-3-2011 929

Bibliotecário:

Lei n. 9.674, de 25-6-1998 (exercício da profissão) 934

Cabineiros de elevador:

Lei n. 3.270, de 30-9-1957 936

Deficiente físico:

Lei n. 8.213, de 24-7-1991 (acidentados) 936

Lei n. 7.853, de 24-10-1989 (integração social, apoio etc.) 941

Decreto n. 3.298, de 20-12-1999 (acesso ao trabalho) 944

Decreto n. 3.956, de 8-10-2001 (discriminação) 952

Desportista profissional:

Lei n. 9.615, de 24-3-1998 (institui normas gerais sobre desporto) 954

Doméstico:

Lei n. 5.859, de 11-12-1972 978

Decreto n. 71.885, de 9-3-1973 980

Lei n. 7.195, de 12-6-1984 (dispõe sobre a responsabilidade civil das agências de empregados domésticos) 981

Decreto n. 3.361, de 10-2-2000 (faculta o acesso do empregado doméstico ao FGTS)... 981

Educação física:

Lei n. 9.696, de 1º-9-1998 982

Eleições – Contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais:

Lei n. 9.504, de 30-9-1997 983

Eletricistas:

Lei n. 12.740, de 8-12-2012 (redefine critérios para caracterização de atividades perigosas) 983

Engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários:

Lei n. 4.950-A, de 22-4-1966 (remuneração) 984

Resolução n. 12, de 1971 984

Estágio de estudantes:

Lei n. 11.788, de 25-9-2008 985

Fisioterapeuta e terapeuta:

Lei n. 8.856, de 1º-3-1994 (jornada semanal de trabalho) 989

Jornalistas:

Decreto-lei n. 972, de 17-10-1969 989

Mãe social:

Lei n. 7.644, de 18-12-1987 990

Médicos e cirurgiões-dentistas:

Lei n. 3.999, de 15-12-1961 (salário mínimo dos profissionais que enumera) 992

Médicos-residentes:

Lei n. 6.932, de 7-7-1981 994

Motorista profissional:

Lei n. 12.619, de 30-4-2012 995

Músicos:

Lei n. 3.857, de 22-12-1960 999

Peão de rodeio:

Lei n. 10.220, de 11-4-2001 1002

Pescadores – Seguro-desemprego:

Lei n. 10.779, de 25-11-2003 1003

Porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de edifícios de apartamentos residenciais:

Lei n. 2.757, de 23-4-1956 1004

Portos – Exploração de portos organizados e instalações portuárias:

Lei n. 12.815, de 5-6-2013 1004

Decreto n. 1.035, de 30-12-1993 (adicional de indenização do trabalhador portuário avulso) 1022

Decreto n. 1.886, de 29-4-1996 (requisição de mão de obra) 1023

Lei n. 9.719, de 27-11-1998 (proteção ao trabalho portuário) 1024

Postos de combustível (Empregados em):

Lei n. 9.956, de 12-1-2000 (vedação à automação) 1026

Professores de educação física:

Vide Educação física (Lei n. 9.696, de 1º-9-1998) 982

Radialista:

Lei n. 6.615, de 16-12-1978 1027

Radiologia (Técnico em):

Lei n. 7.394, de 29-10-1985 1029

Lei n. 10.508, de 10-7-2002 (*v.* Lei n. 7.394, de 29-10-1985) 1029

Secretário:

Lei n. 7.377, de 30-9-1985 1030

Técnico industrial e técnico agrícola:

Lei n. 5.524, de 5-11-1968 1031

Decreto n. 4.560, de 30-12-2002 (*v.* Decreto n. 90.922, de 6-2-1985) 1032

Decreto n. 90.922, de 6-2-1985 1032

Técnicos estrangeiros – Não aplicação da legislação vigente:

Decreto-lei n. 691, de 18-7-1969 1036

Trabalhador avulso:

Lei n. 5.085, de 27-8-1966 (direito a férias) 1037

Decreto n. 80.271, de 1º-9-1977 1037

Decreto n. 90.927, de 7-2-1985 1039

Trabalhador contratado no Brasil para trabalho no exterior:

Lei n. 7.064, de 6-12-1982 1041

Decreto n. 89.339, de 31-1-1984 (regula artigos da Lei do trabalho no exterior) 1044

Trabalho nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo:

Lei n. 5.811, de 11-10-1972 1045

Trabalho portuário:

Lei n. 7.002, de 14-6-1982 (jornada noturna nos portos) 1047

Trabalho rural:

Lei n. 5.889, de 8-6-1973 (normas reguladoras do trabalho rural) 1047

Lei n. 11.718, de 20-6-2008 (trabalho temporário) 1050

Decreto n. 73.626, de 12-2-1974 (regula as relações individuais e coletivas de trabalho rural) 1058

Trabalho temporário:

Lei n. 6.019, de 3-1-1974 1062

Decreto n. 73.841, de 13-3-1974 (regulamenta a Lei do Trabalho Temporário) 1064

Trabalho voluntário:

Decreto n. 4.519, de 13-12-2002 (em unidades de conservação federais) 1069

Trabalho voluntário a instituições de fins não lucrativos:

Lei n. 9.608, de 18-2-1998 1069

Decreto n. 5.313, de 16-12-2004 (regulamenta o serviço voluntário) 1070

Treinador profissional de futebol:

Lei n. 8.650, de 22-4-1993 1070

Vaqueiro:

Lei n. 12.870, de 15-10-2013 (trato e condução de espécies animais) 1071

Vendedores, viajantes ou pracistas empregados:

Lei n. 3.207, de 18-7-1957 1072

Vigilantes:

Lei n. 7.102, de 20-6-1983 (segurança para estabelecimentos financeiros, empresas de vigilância e transporte de valores) 1072

Legislação das Profissões Regulamentadas

Aeronauta

Lei n. 7.183,
de 5 de abril de 1984
(Publicada no *DOU*, 6-4-1984)

Regula o exercício da profissão de aeronauta e dá outras providências.

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I
Do Aeronauta e da sua Classificação

Art. 1º O exercício da profissão de aeronauta é regulado pela presente Lei.

Art. 2º Aeronauta é o profissional habilitado pelo Ministério da Aeronáutica, que exerce atividade a bordo de aeronave civil nacional, mediante contrato de trabalho.

Parágrafo único. Considera-se também aeronauta, para os efeitos desta Lei, quem exerce atividade a bordo de aeronave estrangeira, em virtude de contrato de trabalho regido pelas leis brasileiras.

Art. 3º Ressalvados os casos previstos no Código Brasileiro do Ar, a profissão de aeronauta é privativa de brasileiros.

Parágrafo único. As empresas brasileiras que operam em linhas internacionais poderão utilizar comissários estrangeiros, desde que o número destes não exceda a 1/3 (um terço) dos comissários existentes a bordo da aeronave.

Art. 4º O aeronauta no exercício de função específica a bordo de aeronave, de acordo com as prerrogativas da licença de que é titular, tem a designação de tripulante.

Art. 5º O aeronauta de empresa de transporte aéreo regular que se deslocar, a serviço desta, sem exercer função a bordo de aeronave tem a designação de tripulante extra.

Parágrafo único. O aeronauta de empresa de transporte aéreo não regular ou serviço especializado tem a designação de tripulante extra somente

quando se deslocar em aeronave da empresa, a serviço desta.

Art. 6º São tripulantes:

a) Comandante: piloto responsável pela operação e segurança da aeronave – exerce a autoridade que a legislação aeronáutica lhe atribui;

b) Copiloto: piloto que auxilia o Comandante na operação da aeronave;

c) Mecânico de Voo: auxiliar do Comandante, encarregado da operação e controle de sistemas diversos conforme especificação dos manuais técnicos da aeronave;

d) Navegador: auxiliar do Comandante, encarregado da navegação da aeronave quando a rota e o equipamento o exigirem, a critério do órgão competente do Ministério da Aeronáutica;

e) Radioperador de Voo: auxiliar do Comandante, encarregado do serviço de radiocomunicações nos casos previstos pelo órgão competente do Ministério da Aeronáutica; e

f) Comissário: é o auxiliar do Comandante, encarregado do cumprimento das normas relativas à segurança e atendimento dos passageiros a bordo e da guarda de bagagens, documentos, valores e malas postais que lhe tenham sido confiados pelo Comandante.

§ 1º A guarda dos valores fica condicionada à existência de local apropriado e seguro na aeronave, sendo responsabilidade do empregador atestar a segurança do local.

§ 2º A guarda de cargas e malas postais em terra somente será confiada ao comissário quando no local inexistir serviço próprio para essa finalidade.

Art. 7º Consideram-se também tripulantes, para os efeitos desta Lei, os operadores de equipamentos especiais instalados em aeronaves homologadas para serviços aéreos especializados, devidamente autorizados pelo Ministério da Aeronáutica.

Seção II
Das Tripulações

Art. 8º Tripulação é o conjunto de tripulantes que exercem função a bordo de aeronave.

Art. 9º Uma tripulação poderá ser: mínima, simples, composta e de revezamento.

Art. 10. Tripulação mínima é a determinada na forma da certificação de tipo de aeronave e a constante do seu manual de operação, homologada pelo órgão competente do Ministério da Aeronáutica, sendo permitida sua utilização em voos: locais de instrução, de experiência, de vistoria e de traslado.

Art. 11. Tripulação simples é a constituída basicamente de uma tripulação mínima acrescida, quando for o caso, dos tripulantes necessários à realização do voo.

Art. 12. Tripulação composta é a constituída basicamente de uma tripulação simples, acrescida de um piloto qualificado a nível de piloto em comando, um mecânico de voo, quando o equipamento assim o exigir, e o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do número de comissários.

Parágrafo único. Aos tripulantes acrescidos à tripulação simples serão asseguradas, pelo empregador, poltronas reclináveis.

Art. 13. Tripulação de revezamento é a constituída basicamente de uma tripulação simples, acrescida de mais um piloto qualificado a nível de piloto em comando, um copiloto, um mecânico de voo, quando o equipamento assim o exigir, e de 50% (cinquenta por cento) do número de comissários.

Parágrafo único. Aos pilotos e mecânicos de voo acrescidos à tripulação simples serão asseguradas, pelo empregador, acomodações para o descanso horizontal e, para os comissários, número de assentos reclináveis igual à metade do seu número com aproximação para o inteiro superior.

Art. 14. O órgão competente do Ministério da Aeronáutica, considerando o interesse da segurança de voo, as características da rota e do voo, e a programação a ser cumprida, poderá determinar a composição da tripulação ou as modificações que se tornarem necessárias.

Art. 15. As tripulações compostas ou de revezamento só poderão ser empregadas em voos internacionais e nas seguintes hipóteses:

a) mediante programação;

b) para atender a atrasos ocasionados por condições meteorológicas ou por trabalhos de manutenção; e

c) em situações excepcionais, mediante autorização do Ministério da Aeronáutica.

Parágrafo único. Uma tripulação composta poderá ser utilizada em voos domésticos para atender a atrasos ocasionados por condições meteorológicas desfavoráveis ou por trabalhos de manutenção.

Art. 16. Um tipo de tripulação só poderá ser transformado na origem do voo e até o limite de 3 (três) horas, contadas a partir da apresentação da tripulação previamente escalada.

Parágrafo único. A contagem de tempo para limite da jornada será a partir da hora da apresentação da tripulação original ou do tripulante de reforço, considerando o que ocorrer primeiro.

Capítulo II
DO REGIME DE TRABALHO

Seção I
Da Escala de Serviço

Art. 17. A determinação para a prestação de serviço dos aeronautas, respeitados os períodos de folgas e repousos regulamentares, será feita:

a) por intermédio de escala especial ou de convocação, para realização de cursos, exames relacionados com o adestramento e verificação de proficiência técnica;

b) por intermédio de escala, no mínimo semanal, divulgada com antecedência mínima de 2 (dois) dias para a primeira semana de cada mês e 7 (sete) dias para as semanas subsequentes, para os voos de horário, serviços de reserva, sobreaviso e folga; e

c) mediante convocação, por necessidade de serviço.

Art. 18. A escala deverá observar, como princípio, a utilização do aeronauta em regime de rodízio e em turnos compatíveis com a higiene e segurança do trabalho.

Art. 19. É de responsabilidade do aeronauta manter em dia seus certificados de habilitação técnica e de capacidade física estabelecidos na legislação em vigor, cabendo-lhe informar ao serviço de escala, com antecedência de 30 (trinta) dias, as respectivas datas de vencimento, a fim de que lhe seja possibilitada a execução dos respectivos exames.

Seção II
Da Jornada de Trabalho

Art. 20. Jornada é a duração do trabalho do aeronauta, contada entre a hora da apresentação no local de trabalho e a hora em que o mesmo é encerrado.

§ 1º A jornada na base domiciliar será contada a partir da hora de apresentação do aeronauta no local de trabalho.

§ 2º Fora da base domiciliar, a jornada será contada a partir da hora de apresentação do aeronauta no local estabelecido pelo empregador.

§ 3º Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, a apresentação no aeroporto não deverá ser inferior a 30 (trinta) minutos da hora prevista para o início do voo.

§ 4º A jornada será considerada encerrada 30 (trinta) minutos após a parada final dos motores.

Art. 21. A duração da jornada de trabalho do aeronauta será de:

a) 11 (onze) horas, se integrante de uma tripulação mínima ou simples;

b) 14 (quatorze) horas, se integrante de uma tripulação composta; e

c) 20 (vinte) horas, se integrante de uma tripulação de revezamento.

§ 1º Nos voos de empresa de táxi-aéreo, de serviços especializados, de transporte aéreo regional ou em voos internacionais regionais de empresas de transporte aéreo regular realizados por tripulação simples, se houver interrupção programada da viagem por mais 4 (quatro) horas consecutivas, e

Nota à 8ª Edição

Convidados a empreender este trabalho, cientes de obras de autores de grande porte, com o mesmo objeto, desde logo optamos pela observância da mais estreita fidelidade às necessidades didáticas, preocupação que nos tem orientado ao longo da nossa vida dedicada à Magistratura do Trabalho e ao professorado universitário. Por essa razão nossos comentários sobre toda a legislação trabalhista, constitucional e ordinária, são formulados em linguagem clara, precisa e objetiva, de molde a não induzir o leitor a qualquer equívoco de interpretação.

Para isso, dividimos o nosso trabalho em quatro Livros, a saber: o *Livro I* cuida dos direitos constitucionais do trabalho, abordando os dispositivos da Constituição Federal de 1988 que estabelecem os fundamentos do Direito do Trabalho no Brasil; o *Livro II* refere-se às normas trabalhistas consolidadas, acompanhadas de comentários e jurisprudência dos tribunais do trabalho, com destaque para as Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho; o *Livro III* transcreve a legislação complementar, por assunto e menção especial à respectiva legislação: à guisa de exemplo – "*alimentação do trabalhador: Lei n. 6.321, de 14-4-1976, Decreto n. 5, de 14-1-1991*", e assim sucessivamente, o que, sem dúvida, facilita a abordagem do tema e exame da legislação específica. Destaque especial é dado às normas processuais complementares, sob o título "*Processo do Trabalho*"; ainda no *Livro III*, estampamos a *Lei de Greve* e o *Bem de Família*, destacando-se este último pela sua impenhorabilidade; finalmente o *Livro IV*, que se ocupa das Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (em matéria trabalhista), com destaque, inclusive, para as Orientações Jurisprudenciais, Precedentes Normativos e Instruções Normativas do Tribunal Superior do Trabalho.

Índice geral por matéria e índice alfabético e remissivo facilitam sobremaneira o manuseio desta obra, recomendada, sobretudo por seus aspectos didáticos, a advogados, contadores, economistas, acadêmicos, empresários, sindicalistas e tantos outros que, com frequência, veem-se obrigados a compilar a legislação trabalhista brasileira.

O leitor, ao longo desta obra, é convenientemente advertido para as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional n. 24/99, que extinguiu a representação classista na Justiça do Trabalho, suprimindo a expressão Junta de Conciliação e Julgamento, substituída por Vara do Trabalho, passando o Juiz do Trabalho a atuar como juiz singular em 1ª instância.

▷ **Súmula 327 do Tribunal Superior do Trabalho. Complementação de aposentadoria. Diferenças. Prescrição.** A pretensão a diferenças de complementação de aposentadoria sujeita-se à prescrição parcial e quinquenal, salvo se o pretenso direito decorrer de verbas não recebidas no curso da relação de emprego e já alcançadas pela prescrição, à época da propositura da ação. (Nova redação – Res. 174/2011, *DEJT* divulgado em 27, 30 e 31-5-2011)

▷ **Súmula 350 do Tribunal Superior do Trabalho. Prescrição. Termo inicial. Ação de cumprimento. Sentença normativa.** O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas a partir da data de seu trânsito em julgado. (Res. 62/96, *DJ*, 4-10-1996)

▷ **Súmula 362 do Tribunal Superior do Trabalho. FGTS. Prescrição.** É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho. (Com a redação dada pela Res. 121/2003)

▷ **Recurso ordinário.** Prescrição quinquenal dos direitos da reclamante. Decretação de ofício. Possibilidade. Lei n. 11.280/06. O Código de Processo Civil no art. 219, § 5º, inserido pela Lei n. 11.280/06, aqui aplicado subsidiariamente à CLT, permite a declaração da prescrição *ex officio* ante a elevação de seu *status* à matéria de ordem pública. Assim, em outros termos, a prescrição declarada extingue, não apenas a ação que assegura um direito, mas também o próprio direito. (TRT 23ª Reg., RO 02211.2005.036.23.00-4, Rel. Juiz Osmair Couto, *DJE*, n. 64, 16-8-2006, p. 8-9)

Art. 12. Os preceitos concernentes ao regime de seguro social são objeto de lei especial.

▶ *Comentários*

Modernamente se faz nítida distinção entre Previdência Social e Seguridade Social. A primeira, como a conceitua o art. 1º da Lei n. 8.212, de 24-7-1991 (que dispõe sobre a organização da seguridade social), compreende "o conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social".

Visa, pois, a previdência social assegurar aos beneficiários (trabalhadores e dependentes) os meios necessários de sobrevivência, em decorrência de aposentadoria, morte do titular, incapacidade física ou mental etc. Já a *seguridade social*, como observa Russomano[74], "tem uma área de incidência muito mais ampla e muito mais profunda que aquela tradicionalmente reservada à Previdência Social".

Sérgio Pinto Martins conceitua esta última como "um conjunto de princípios, normas e instituições, integrado por ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social"[75].

Ambas, a previdência social e a seguridade social, fazem parte integrante do Direito Previdenciário, ramo do direito inversamente independente do Direito do Trabalho, conquanto com esse último intimamente interligado.

74. *Curso de Previdência Social*, Forense, p. 47.
75. *Direito da Seguridade Social*, Atlas, p. 19.

forem proporcionadas pelo empregador acomodações adequadas para repouso dos tripulantes, a jornada terá a duração acrescida da metade do tempo de interrupção, mantendo-se inalterados os limites prescritos na alínea *a*, do art. 29, desta Lei.

§ 2º Nas operações com helicópteros a jornada poderá ter a duração acrescida de até 1 (uma) hora para atender exclusivamente a trabalhos de manutenção.

Art. 22. Os limites da jornada de trabalho poderão ser ampliados de 60 (sessenta) minutos, a critério exclusivo do Comandante da aeronave e nos seguintes casos:

a) inexistência, em local de escala regular, de acomodações apropriadas para o repouso da tripulação e dos passageiros;

b) espera demasiadamente longa, em local de espera regular intermediária, ocasionada por condições meteorológicas desfavoráveis ou por trabalho de manutenção; e

c) por imperiosa necessidade.

§ 1º Qualquer ampliação dos limites das horas de trabalho deverá ser comunicada pelo Comandante ao empregador, 24 (vinte e quatro) horas após a viagem, o qual, no prazo de 15 (quinze) dias, a submeterá à apreciação do Ministério da Aeronáutica.

§ 2º Para as tripulações simples, o trabalho noturno não excederá de 10 (dez) horas.

§ 3º Para as tripulações simples nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, a hora de trabalho noturno será computada como de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

Art. 23. A duração do trabalho do aeronauta, computados os tempos de voo, de serviço em terra durante a viagem, de reserva e de 1/3 (um terço) do sobreaviso, assim como o tempo do deslocamento, como tripulante extra, para assumir voo ou retornar à base após o voo e os tempos de adestramento em simulador, não excederá a 60 (sessenta) horas semanais e 176 (cento e setenta e seis) horas mensais.

§ 1º O limite semanal estabelecido neste artigo não se aplica ao aeronauta que estiver sob o regime estabelecido no art. 24 desta Lei.

§ 2º O tempo gasto no transporte terrestre entre o local de repouso ou da apresentação, e vice-versa, ainda que em condução fornecida pela empresa, na base do aeronauta ou fora dela, não será computado como de trabalho para fins desta Lei.

Art. 24. Para o aeronauta pertencente à empresa de táxi-aéreo ou serviços especializados, o período máximo de trabalho consecutivo será de 21 (vinte e um) dias, contados do dia de saída do aeronauta de sua base contratual até o dia do regresso à mesma, observado o disposto do art. 34 desta Lei.

Parágrafo único. O período consecutivo de trabalho, no local de operação, não poderá exceder a 17 (dezessete) dias.

Seção III
Do Sobreaviso e Reserva

Art. 25. Sobreaviso é o período de tempo não excedente a 12 (doze) horas, em que o aeronauta permanece em local de sua escolha, à disposição do empregador, devendo apresentar-se no aeroporto ou outro local determinado, até 90 (noventa) minutos após receber comunicação para o início de nova tarefa.

§ 1º O número de sobreavisos que o aeronauta poderá concorrer não deverá exceder a 2 (dois) semanais ou 8 (oito) mensais.

§ 2º O número de sobreavisos estabelecidos no parágrafo anterior não se aplica aos aeronautas de empresas de táxi-aéreo ou serviço especializado.

Art. 26. Reserva é o período de tempo em que o aeronauta permanece, por determinação do empregador, em local de trabalho à sua disposição.

§ 1º O período de reserva para aeronautas de empresas de transporte aéreo regular não excederá de 6 (seis) horas.

§ 2º O período de reserva para aeronautas de empresas de táxi-aéreo ou de serviços especializados não excederá de 10 (dez) horas.

§ 3º Prevista a reserva, por prazo superior a 3 (três) horas, o empregador deverá asse-

gurar ao aeronauta acomodações adequadas para o seu descanso.

Seção IV
Das Viagens

Art. 27. Viagem é o trabalho realizado pelo tripulante, contado desde a saída de sua base até o regresso à mesma.

§ 1º Uma viagem pode compreender uma ou mais jornadas.

§ 2º É facultado ao empregador fazer com que o tripulante cumpra uma combinação de voos, passando por sua base, sem ser dispensado do serviço, desde que obedeça à programação prévia, observadas as limitações estabelecidas nesta Lei.

§ 3º Pode o empregador exigir do tripulante uma complementação de voo para atender à realização ou à conclusão de serviços inadiáveis, sem trazer prejuízo da sua programação subsequente, respeitadas as demais disposições desta Lei.

Seção V
Dos Limites de Voo e de Pouso

Art. 28. Denomina-se "hora de voo", ou "tempo de voo" o período compreendido entre o início do deslocamento, quando se tratar de aeronave de asa fixa, ou entre a "partida" dos motores, quando se tratar de aeronave de asa rotativa, em ambos os casos para fins de decolagem até o momento em que, respectivamente, se imobiliza ou se efetua o "corte" dos motores, ao término do voo (calço a calço).

Art. 29. Os limites de voo e pousos permitidos para uma jornada serão os seguintes:

a) 9 (nove) horas e 30 (trinta) minutos de voo e 5 (cinco) pousos, na hipótese de integrante de tripulação mínima ou simples;

b) 12 (doze) horas de voo e 6 (seis) pousos, na hipótese de integrante de tripulação composta;

c) 15 (quinze) horas de voo e 4 (quatro) pousos, na hipótese de integrante de tripulação de revezamento; e

d) 8 (oito) horas sem limite de pousos, na hipótese de integrante de tripulação de helicópteros.

§ 1º O número de pousos, na hipótese da alínea *a* deste artigo, poderá ser estendido a 6 (seis), a critério do empregador; neste caso o repouso que precede a jornada deverá ser aumentado de 1 (uma) hora.

§ 2º Em caso de desvio para alternativa, é permitido o acréscimo de mais 1 (um) pouso aos limites estabelecidos nas alíneas *a*, *b* e *c* deste artigo.

§ 3º As empresas de transporte aéreo regional que operam com aeronaves convencionais e turboélice poderão acrescentar mais 4 (quatro) pousos, aos limites estabelecidos neste artigo.

§ 4º Os limites de pousos estabelecidos nas alíneas *a*, *b* e *c* deste artigo, não serão aplicados às empresas de táxi-aéreo e de serviços especializados.

§ 5º O Ministério da Aeronáutica, tendo em vista as peculiaridades dos diferentes tipos de operação, poderá reduzir os limites estabelecidos na alínea *d* deste artigo.

Art. 30. Os limites de tempo de voo do tripulante não poderão exceder em cada mês, trimestre ou ano, respectivamente:

a) em aviões convencionais: 100 – 270 – 1.000 horas;

b) em aviões turboélices: 100 – 255 – 935 horas;

c) em aviões a jato: 85 – 230 – 850 horas; e

d) em helicópteros: 90 – 260 – 960 horas.

§ 1º Quando o aeronauta tripular diferentes tipos de aeronave será observado o menor limite.

§ 2º Os limites de tempo de voo para aeronautas de empresas de transporte aéreo regular, em espaço inferior a 30 (trinta) dias serão proporcionais ao limite mensal mais 10 (dez) horas.

Art. 31. As horas realizadas como tripulante extra serão computadas para os limites de

jornada, semanais e mensais de trabalho, não sendo as mesmas consideradas para os limites de horas de voo previstos no art. 30 desta Lei.

Seção VI
Dos Períodos de Repouso

Art. 32. Repouso é o espaço de tempo ininterrupto após uma jornada, em que o tripulante fica desobrigado da prestação de qualquer serviço.

Art. 33. São assegurados ao tripulante, fora de sua base domiciliar, acomodações para seu repouso, transporte ou ressarcimento deste, entre o aeroporto e o local de repouso e vice-versa.

§ 1º O previsto neste artigo não será aplicado ao aeronauta de empresas de táxi-aéreo ou de serviços especializados quando o custeio do transporte e hospedagem, ou somente esta, for por elas ressarcido.

§ 2º Quando não houver disponibilidade de transporte ao término da jornada, o período de repouso será computado a partir da colocação do mesmo à disposição da tripulação.

Art. 34. O repouso terá a duração diretamente relacionada ao tempo da jornada anterior, observando-se os seguintes limites:

a) 12 (doze) horas de repouso, após jornada de até 12 (doze) horas;

b) 16 (dezesseis) horas de repouso, após jornada de mais de 12 (doze) horas e até 15 (quinze) horas; e

c) 24 (vinte e quatro) horas de repouso, após jornada de mais de 15 (quinze) horas.

Art. 35. Quando ocorrer o cruzamento de 3 (três) ou mais fusos horários em um dos sentidos da viagem, o tripulante terá, na sua base domiciliar, o repouso acrescido de 2 (duas) horas por fuso cruzado.

Art. 36. Ocorrendo o regresso de viagem de uma tripulação simples entre 23:00 (vinte e três) e 6:00 (seis) horas, tendo havido pelo menos 3 (três) horas de jornada, o tripulante não poderá ser escalado para trabalho dentro desse espaço de tempo no período noturno subsequente.

Seção VII
Da Folga Periódica

Art. 37. Folga é o período de tempo não inferior a 24 (vinte e quatro) horas consecutivas em que o aeronauta, em sua base contratual, sem prejuízo de remuneração, está desobrigado de qualquer atividade relacionada com seu trabalho.

§ 1º A folga deverá ocorrer, no máximo, após o 6º (sexto) período consecutivo de até 24 (vinte e quatro) horas à disposição do empregador, contado a partir da sua apresentação, observados os limites estabelecidos nos arts. 21 e 34 desta Lei.

§ 2º No caso de voos internacionais de longo curso, que não tenham sido previamente programados, o limite previsto no parágrafo anterior poderá ser ampliado de 24 (vinte e quatro) horas, ficando o empregador obrigado a conceder ao tripulante mais 48 (quarenta e oito) horas de folga além das previstas no art. 34 desta Lei.

§ 3º A folga do tripulante que estiver sob o regime estabelecido no art. 24 desta Lei será igual ao período despendido no local da operação, menos 2 (dois) dias.

Art. 38. O número de folgas não será inferior a 8 (oito) períodos de 24 (vinte e quatro) horas por mês.

§ 1º Do número de folgas estipulado neste artigo, serão concedidos 2 (dois) períodos consecutivos de 24 (vinte e quatro) horas devendo pelo menos um destes incluir um sábado ou um domingo.

§ 2º A folga só terá início após a conclusão do repouso da jornada.

Art. 39. Quando o tripulante for designado para curso fora da base, sua folga poderá ser gozada nesse local, devendo a empresa assegurar, no regresso, uma licença remunerada de 1 (um) dia para cada 15 (quinze) dias fora da base.

Parágrafo único. A licença remunerada não deverá coincidir com sábado, domingo ou feriado, se a permanência do tripulante fora da base for superior a 30 (trinta) dias.

Capítulo III
DA REMUNERAÇÃO E DAS CONCESSÕES

Seção I
Da Remuneração

Art. 40. Ressalvada a liberdade contratual, a remuneração do aeronauta corresponderá à soma das quantias por ele percebidas da empresa.

Parágrafo único. Não se consideram integrantes da remuneração as importâncias pagas pela empresa a título de ajudas de custo, assim como as diárias de hospedagem, alimentação e transporte.

Art. 41. A remuneração da hora de voo noturno, assim como as horas de voo como tripulante extra, será calculada na forma da legislação em vigor, observados os acordos e condições contratuais.

§ 1º Considera-se voo noturno o realizado entre o pôr e o nascer do sol.

§ 2º A hora de voo noturno para efeito de remuneração é contada à razão de 52'30" (cinquenta e dois minutos e trinta segundos).

Art. 42. As frações de hora serão computadas para efeito de remuneração.

Seção II
Da Alimentação

Art. 43. Durante a viagem, o tripulante terá direito à alimentação, em terra ou em voo, de acordo com as instruções técnicas dos Ministérios do Trabalho e da Aeronáutica.

§ 1º A alimentação assegurada ao tripulante deverá:

a) quando em terra, ter a duração mínima de 45' (quarenta e cinco minutos) e a máxima de 60' (sessenta minutos); e

b) quando em voo, ser servida com intervalos máximos de 4 (quatro) horas.

§ 2º Para tripulante de helicópteros a alimentação será servida em terra ou a bordo de unidades marítimas, com duração de 60' (sessenta minutos), período este que não será computado na jornada de trabalho.

§ 3º Nos voos realizados no período de 22:00 (vinte e duas) às 6:00 (seis) horas, deverá ser servida uma refeição se a duração do voo for igual ou superior a 3 (três) horas.

Art. 44. É assegurada alimentação ao aeronauta na situação de reserva ou em cumprimento de uma programação de treinamento entre 12:00 (doze) e 14:00 (quatorze) horas, e entre 19:00 (dezenove) e 21:00 (vinte e uma) horas, com duração de 60' (sessenta minutos).

§ 1º Os intervalos para alimentação não serão computados na duração da jornada de trabalho.

§ 2º Os intervalos para alimentação de que trata este artigo não serão observados, na hipótese de programação de treinamento em simulador.

Seção III
Da Assistência Médica

Art. 45. Ao aeronauta em serviço fora da base contratual, a empresa deverá assegurar assistência médica em casos de urgência, bem como remoção por via aérea, de retorno à base ou ao local de tratamento.

Seção IV
Do Uniforme

Art. 46. O aeronauta receberá gratuitamente da empresa, quando não forem de uso comum, as peças de uniforme e os equipamentos exigidos para o exercício de sua atividade profissional, estabelecidos por ato da autoridade competente.

Seção V
Das Férias

Art. 47. As férias anuais do aeronauta serão de 30 (trinta) dias.

Art. 48. A concessão de férias será participada ao aeronauta, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo o empregado assinar a respectiva notificação.

Art. 49. A empresa manterá atualizado um quadro de concessão de férias, devendo existir um rodízio entre os tripulantes do mesmo equipamento quando houver concessão nos meses de janeiro, fevereiro, julho e dezembro.

Art. 50. Ressalvados os casos de rescisão de contrato, as férias não poderão se converter em abono pecuniário.

Capítulo IV
DAS TRANSFERÊNCIAS

Art. 51. Para efeito de transferência, provisória ou permanente, considera-se base do aeronauta a localidade onde o mesmo está obrigado a prestar serviços e na qual deverá ter domicílio.

§ 1º Entende-se como:

a) transferência provisória o deslocamento do aeronauta de sua base, por período mínimo de 30 (trinta) dias e não superior a 120 (cento e vinte) dias, para prestação de serviços temporários, sem mudança de domicílio, à qual retorna tão logo cesse a incumbência que lhe foi cometida; e

b) transferência permanente, o deslocamento do aeronauta de sua base, por período superior a 120 (cento e vinte) dias, com mudança de domicílio.

§ 2º Após cada transferência provisória o aeronauta deverá permanecer na sua base pelo menos 180 (cento e oitenta) dias.

§ 3º O interstício entre transferências permanentes será de 2 (dois) anos.

§ 4º Na transferência provisória serão assegurados ao aeronauta acomodações, alimentação e transporte a serviço e, ainda, transporte aéreo de ida e volta, e no regresso uma licença remunerada de 2 (dois) dias para o 1º (primeiro) mês, mais 1 (um) dia para cada mês ou fração subsequente, sendo que no mínimo 2 (dois) dias não deverão coincidir com o sábado, domingo ou feriado.

§ 5º Na transferência permanente serão assegurados ao aeronauta pela empresa:

a) uma ajuda de custo, para fazer face às despesas de instalação na nova base, não inferior a 4 (quatro) vezes o valor do salário mensal, calculado o salário variável por sua taxa atual multiplicada pela média do correspondente trabalho, em horas ou quilômetros de voo, nos últimos 12 (doze) meses;

b) o transporte aéreo para si e seus dependentes;

c) a translação da respectiva bagagem; e

d) uma dispensa de qualquer atividade relacionada com o trabalho pelo período de 8 (oito) dias, a ser fixado por sua opção, com aviso prévio de 8 (oito) dias, à empresa, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes à sua chegada à nova base.

§ 6º Na forma que dispuser o regulamento desta Lei, poderá ser a transferência provisória transformada em transferência permanente.

Art. 52. O aeronauta deverá ser notificado pelo empregador com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias na transferência permanente e 15 (quinze) dias na provisória.

Capítulo V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53. Além dos casos previstos nesta Lei, as responsabilidades do aeronauta são definidas no Código Brasileiro do Ar, nas leis e regulamentos em vigor e no que decorrer do contrato de trabalho, acordos e convenções internacionais.

Art. 54. Os tripulantes das aeronaves das categorias administrativa e privada de indústria e comércio ficam equiparados, para os efeitos desta Lei, aos de aeronaves empregados em serviços de táxi-aéreo.

Art. 55. Os Ministros de Estado do Trabalho e da Aeronáutica expedirão as instruções que se tornarem necessárias à execução desta Lei.

Art. 56. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 57. Revogam-se as disposições em contrário.

Aeroviário

Decreto n. 1.232,
de 22 de junho de 1962
(Publicado no *DOU*, 22-6-1962)

Regulamenta a profissão de Aeroviário.

Capítulo I
DO AEROVIÁRIO E SUA CLASSIFICAÇÃO

Art. 1º É aeroviário o trabalhador que, não sendo aeronauta, exerce função remunerada nos serviços terrestres de Empresa de Transportes Aéreos.

Parágrafo único. É também considerado aeroviário o titular de licença e respectivo certificado válido de habilitação técnica expedidas pela Diretoria de Aeronáutica Civil para prestação de serviços em terra, que exerça função efetivamente remunerada em aeroclubes, escolas de aviação civil, bem como o titular ou não, de licença e certificado, que preste serviço de natureza permanente na conservação, manutenção e despacho de aeronaves.

Art. 2º O aeroviário só poderá exercer função, para a qual se exigir licença e certificado de habilitação técnica expedidos pela Diretoria de Aeronáutica Civil e outros órgãos competentes, quando estiver devidamente habilitado.

Art. 3º Os ajudantes são os aeroviários que auxiliam os técnicos, não lhes sendo facultada a execução de mão de obra especializada, sob sua responsabilidade quando for exigido certificado de habilitação oficial para o técnico de quem é auxiliar.

Art. 4º Qualquer outra denominação dada aos trabalhadores enquadrados no art. 1º e seu parágrafo único, não lhes retirará a classificação de aeroviário, exceção única para aquelas atividades diferenciadas, expressamente previstas em lei e que dispuserem, nessa conformidade de Estatuto próprio.

Art. 5º A profissão de aeroviário compreende os que trabalham nos serviços:

a) de manutenção
b) de operações
c) de auxiliares
d) gerais.

Art. 6º Nos serviços de Manutenção estão incluídos, além de outros aeroviários que exerçam funções relacionadas com a manutenção de aeronaves, Engenheiros, Mecânicos de Manutenção nas diversas especializações designadas pela Diretoria de Aeronáutica Civil tais como:

I – Motores Convencionais ou Turbinas
II – Eletrônica
III – Instrumentos
IV – Rádio Manutenção
V – Sistemas Elétricos
VI – Hélices
VII – Estruturas
VIII – Sistema Hidráulico
IX – Sistemas diversos.

Art. 7º Nos serviços de Operações estão incluídas geralmente, as funções relacionadas como o tráfego, as telecomunicações e a meteorologia, compreendendo despachantes e controladores de voo, gerentes, balconistas, recepcionistas, radiotelegrafistas, radiotelefonistas, radioteletipistas, meteorologistas e outros aeroviários que exerçam funções relacionadas com as operações.

Art. 8º Nos serviços Auxiliares, estão incluídas as atividades compreendidas pelas profissões liberais, instrução, escrituração, contabilidade e outras relacionadas com a organização técnica e comercial da empresa.

Art. 9º Nos serviços gerais, estão incluídas as atividades compreendidas pela limpeza e vigilância de edifícios, hangares, pistas, rampas, aeronaves e outras relacionadas com a conservação do Patrimônio Empresarial.

Capítulo II
DO REGIME DE TRABALHO

Art. 10. A duração normal do trabalho do aeroviário não excederá de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

§ 1º A prorrogação do horário diário de 8 (oito) horas é permitida até o máximo de 2 (duas) horas, só podendo ser excedido este limite nas exceções previstas em lei ou acordo.

§ 2º Nos trabalhos contínuos que excedam de 6 (seis) horas, será obrigatória a concessão de um descanso de no mínimo, 1 (uma) hora e, máximo de 2 (duas) horas, para refeição.

§ 3º Nos trabalhos contínuos que ultrapassem de 4 (quatro) horas será obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos para descanso.

Art. 11. Para efeito de remuneração, será considerado como jornada normal, o período de trânsito gasto pelo aeroviário em viagem a serviço da empresa independente das diárias, se devidas.

Art. 12. É assegurado ao aeroviário uma folga semanal remunerada de 24 (vinte e quatro) horas contínuas, de preferência aos domingos.

Parágrafo único. Nos serviços executados por turno, a escala será organizada, de preferência de modo a evitar que a folga iniciada a 0 (zero) hora de um dia termine às 24 (vinte e quatro) horas do mesmo dia.

Art. 13. Havendo trabalho aos domingos por necessidade do serviço será organizada uma escala mensal de revezamento que favoreça um repouso dominical por mês.

Art. 14. O trabalho nos dias feriados nacionais, estaduais e municipais será pago em dobro, ou compensado com o repouso em outro dia da semana, não podendo este coincidir com o dia de folga.

Parágrafo único. Além do salário integral, será garantida ao aeroviário, a vantagem de que trata este artigo, quando escalado pela empresa mesmo que não complete as horas diárias de trabalho, por conveniência ou determinação da Empresa.

Art. 15. As férias anuais dos aeroviários serão de 30 (trinta) dias corridos.

Art. 16. Os aeroviários só poderão exercer outra função diferente daquela para a qual foram contratados, quando previamente e com sua anuência expressa, for procedida a respectiva anotação na Carteira Profissional.

Parágrafo único. O aeroviário chamado a ocupar cargo diverso do constante do seu contrato de trabalho, em comissão ou em substituição, terá direito a perceber salário que competir ao novo cargo, enquanto ao seu desempenho, bem como contagem de tempo de serviço para todos os efeitos, e retorno a função anterior com as vantagens outorgadas à categoria que detinha.

Capítulo III
DA REMUNERAÇÃO

Art. 17. O salário é contraprestação do serviço.

§ 1º Integram o salário a importância fixa estipulada, com as percentagens, gratificações ajustadas, abonos, excluídas ajuda de custo e diárias, quando em viagem ou em serviço fora da base.

§ 2º Quando se tratar de aeroviário que perceba salários acrescidos de comissões, percentagens, ajudas de custo e diárias, estas integram igualmente o salário, sendo que as duas últimas só serão computadas quando não excederem 50% (cinquenta por cento) do salário percebido.

§ 3º O trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito será acrescido de 20% (vinte por cento) pelo menos, sobre a hora diurna.

§ 4º A hora de trabalho noturno será computada com 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

§ 5º Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte.

§ 6º Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos,

aplica-se às horas de trabalho noturno o disposto neste artigo e seus parágrafos.

Art. 18. O trabalho em atividades insalubres ou perigosas, assim consideradas pelas autoridades competentes, será remunerado na forma da lei.

Art. 19. A remuneração das horas excedentes à prorrogação que se refere o § 3º do art. 17 será paga pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) superior à hora normal, salvo acordo escrito entre as partes.

Parágrafo único. Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo com assistência do Sindicato ou contrato coletivo, excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda o horário normal da semana nem seja ultrapassado o limite máximo de 10 (dez) horas diárias.

Art. 20. A duração normal do trabalho do aeroviário, habitual e permanente empregado na execução ou direção em serviço de pista, é de 6 (seis) horas.

Parágrafo único. Os serviços de pista, a que se refere este artigo, serão os assim considerados, em portaria baixada pela Diretoria de Aeronáutica Civil.

Capítulo IV
DA HIGIENE E DA SEGURANÇA DO TRABALHO

Art. 21. O aeroviário portador da licença expedida pela Diretoria de Aeronáutica Civil será submetido periodicamente a inspeção de saúde, atendidos os requisitos da legislação em vigor.

Art. 22. As peças de vestuário e respectivos equipamentos individuais, de proteção, quando exigidos pela autoridade competente, serão fornecidos pela empresa sem ônus para o aeroviário.

Parágrafo único. Se, para o desempenho normal da função, for exigida pela empresa, peça de vestuário que a identifique, será a mesma também fornecida sem ônus para o aeroviário.

Art. 23. O Ministério do Trabalho e Previdência Social, por sua Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho, classificará os serviços e locais considerados insalubres ou perigosos na forma da legislação vigente, e desse fato dará ciência à Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e notificará a Empresa.

Art. 24. As Empresas, o Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Ministério da Aeronáutica, dentro de suas atribuições, deverão providenciar para que os aeroviários possam adquirir suas refeições a preços populares em todas as bases onde ainda não existam restaurantes do SAPS.

Capítulo V
DAS TRANSFERÊNCIAS

Art. 25. Para efeito de transferência, considera-se base de aeroviário, a localidade onde tenha sido admitido.

Art. 26. É facultado à empresa designar o aeroviário para prestar serviço fora de sua base em caráter permanente ou a título transitório até 120 (cento e vinte) dias.

§ 1º Na transferência, por período superior a 120 (cento e vinte) dias, considerada em caráter permanente, será assegurada ao aeroviário a gratuidade de sua viagem, dos que vivem sob sua dependência econômica, reconhecida pela instituição de previdência social e respectivos pertences.

§ 2º O prazo fixado neste artigo, para efeito de transferência a título transitório, poderá ser dilatado, quando para serviços de inspeção fora da base e mediante acordo.

§ 3º É assegurado ao aeroviário em serviço fora da base, também a gratuidade de sua viagem e do transporte de sua bagagem.

§ 4º Enquanto perdurar a transferência transitória, o empregador é ainda obrigado a pagar diárias compatíveis com os respectivos níveis salariais e de valor suficiente a cobrir

as despesas de estadias e alimentação, nunca inferiores, entretanto, a 1 (um) dia do menor salário da categoria profissional da base de origem.

§ 5º Quando o empregador fornecer estadia ou alimentação, é-lhe facultado reduzir até 50% (cinquenta por cento) o valor da diária fixado no parágrafo anterior, arbitrada em 25% (vinte e cinco por cento) cada utilidade.

§ 6º Ao aeroviário transferido em caráter permanente é assegurado o pagamento de uma ajuda de custo de 2 (dois) meses de seu salário fixo.

Art. 27. A transferência para o exterior será precedida de contrato específico entre o empregado e o empregador.

Art. 28. Ao aeroviário transferido dentro do território nacional fica assegurado por 90 (noventa) dias o direito do seu retorno e de sua família, ao local anterior ou à base de origem quando dispensado sem justa causa, confirmada pelo Juízo de 2ª Instância.

Parágrafo único. No caso de demissão ou morte do aeroviário brasileiro transferido para o exterior, fica também assegurado pela Empresa o prazo de 60 (sessenta) dias o seu repatriamento, pela Empresa, bem como o de seus dependentes.

Capítulo VI
DO TRABALHO DA MULHER E DO MENOR

Art. 29. É proibido o trabalho da mulher e do menor, aeroviário, nas atividades perigosas ou insalubres, especificadas nos quadros para esse fim aprovados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo único. Em virtude de exame e parecer da autoridade competente o Ministério do Trabalho e Previdência Social poderá estabelecer derrogações totais ou parciais às proibições a que alude este artigo, quando tiver desaparecido, nos serviços considerados perigosos ou insalubres, todo e qualquer caráter perigoso ou prejudicial, mediante aplicação de novos métodos de trabalho ou pelo emprego de medidas de ordem preventiva.

Art. 30. É proibido o trabalho noturno da aeroviária, considerando este trabalho, o que for executado dentro dos limites estabelecidos neste Regulamento.

Parágrafo único. Estão excluídas desta proibição, as maiores de 18 (dezoito) anos que executem serviços de radiotelefonia ou radiotelegrafia, telefonia, enfermagem, recepção e nos bares ou restaurantes, e ainda as que não participando de trabalho contínuo ocupem postos de direção.

Art. 31. Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a aeroviária terá direito a um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado ainda o retorno à função que ocupava.

Art. 32. Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, terá também direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de meia hora cada um.

Parágrafo único. Quando o exigir a saúde do filho, este período poderá ser dilatado a critério da autoridade médica competente.

Art. 33. É proibido o trabalho de aeroviário menor de 18 (dezoito) anos em serviços noturnos e em atividades exercidas nas ruas, praças e outros logradouros, sem prévia autorização do Juiz de Menores.

Art. 34. É proibida a prorrogação da duração normal de trabalho dos menores de 18 (dezoito) anos, salvo nas exceções previstas em lei.

Art. 35. A empresa que empregar menores, fica obrigada a conceder-lhes o tempo que for necessário para a frequência às aulas e na forma da lei.

Art. 36. À empresa é vedado empregar mulher em serviço que demande força muscular superior a vinte quilos, para trabalho contínuo, ou vinte e cinco quilos para o trabalho ocasional.

Parágrafo único. Não está compreendida na proibição deste artigo a remoção de material feita por impulsão e tração mecânica ou manual sobre rodas.

Art. 37. Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da aeroviária, o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.

Parágrafo único. Não serão permitidas, em regulamentos de qualquer natureza, contratos coletivos ou individuais de trabalho, restrições ao direito da aeroviária por motivo de casamento ou gravidez.

Art. 38. É proibido o trabalho da aeroviária grávida no período de 6 (seis) semanas antes e de 6 (seis) semanas depois do parto.

§ 1º Para fins previstos neste artigo, o afastamento da aeroviária de seu trabalho será determinado pelo atestado médico a que alude o art. 375 da CLT, que deverá ser visado pelo empregador.

§ 2º Em casos excepcionais os períodos de repouso antes e depois do parto poderão ser aumentados de mais 2 (duas) semanas cada um, mediante atestado médico, dado na forma do parágrafo anterior.

Art. 39. Durante o período a que se refere o artigo anterior, a aeroviária terá direito aos salários integrais, calculados de acordo com a média dos 6 (seis) últimos meses de trabalho, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava.

Parágrafo único. A concessão do auxílio maternidade por parte de instituição de previdência, não isenta a empregadora da obrigação a que alude este artigo.

Capítulo VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. Além dos casos previstos neste Decreto, os direitos, vantagens e deveres do aeroviário são os definidos na legislação, contratos e acordos.

Art. 41. O aeroviário escalado para prestar serviços em voo será obrigatoriamente segurado contra acidentes na mesma base do seguro de passageiros.

Art. 42. É facultado ao empregador, conceder descontos até 90% (noventa por cento) no preço das passagens ao aeroviário, esposa e filhos menores que queiram gozar suas férias fora da base, respeitado o disposto nas Condições Gerais do Transportes Aéreo.

Art. 43. Será alterado o Decreto n. 50.660, de 29-5-61, a fim de que os aeroviários participem da Comissão Permanente de Estudos Técnicos de Aviação Civil.

Art. 44. Os infratores deste Decreto são passíveis das penalidades estabelecidas pelas autoridades competentes, dentro de suas atribuições específicas, de acordo com a legislação vigente.

Art. 45. O presente Decreto entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agente comunitário de saúde

Lei n. 11.350,
de 5 de outubro de 2006
(Publicada no *DOU*, 6-10-2006)

Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional n. 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

Art. 1º As atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, passam a reger-se pelo disposto nesta Lei.

Art. 2º O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional.

Art. 3º O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades

A seguridade social, de um modo geral, tem suas normas básicas estabelecidas na Constituição Federal, que dela cuida no Capítulo II do Título VII – Da Ordem Social.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 87 do Tribunal Superior do Trabalho. Previdência privada.** Se o empregado, ou seu beneficiário, já recebeu da instituição previdenciária privada, criada pela empresa, vantagem equivalente, é cabível a dedução do seu valor do benefício a que faz jus, por norma regulamentar anterior. (RA 69/78, *DJ*, 26-9-1978)

de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

Parágrafo único. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

I – a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;

II – a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;

III – o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV – o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

V – a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e

VI – a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

Art. 4º O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Art. 5º O Ministério da Saúde disciplinará as atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde, de controle e de vigilância a que se referem os arts. 3º e 4º desta Lei e estabelecerá os parâmetros dos cursos previstos nos incisos II do *caput* do art. 6º e I do *caput* do art. 7º desta Lei, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 6º O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I – residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;

II – haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e

III – haver concluído o ensino fundamental.

§ 1º Não se aplica a exigência a que se refere o inciso III aos que, na data de publicação desta Lei, estejam exercendo atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde.

§ 2º Compete ao ente federativo responsável pela execução dos programas a definição da área geográfica a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 7º O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I – haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e

II – haver concluído o ensino fundamental.

Parágrafo único. Não se aplica a exigência a que se refere o inciso II aos que, na data de publicação desta Lei, estejam exercendo atividades próprias de Agente de Combate às Endemias.

Art. 8º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição Federal, submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, salvo se, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, lei local dispuser de forma diversa.

Art. 9º A contratação de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos ou entes da administração direta dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios certificar, em cada caso, a existência de anterior processo de seleção pública, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional n. 51, de 14 de fevereiro de 2006, considerando-se como tal aquele que tenha sido realizado com observância dos princípios referidos no *caput* deste artigo.

Art. 10. A administração pública somente poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente Comunitário de Saúde ou do Agente de Combate às Endemias, de acordo com o regime jurídico de trabalho adotado, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

II – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III – necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei n. 9.801, de 14 de junho de 1999; ou

IV – insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

Parágrafo único. No caso do Agente Comunitário de Saúde, o contrato também poderá ser rescindido unilateralmente na hipótese de não atendimento ao disposto no inciso I do *caput* do art. 6º desta Lei, ou em função de apresentação de declaração falsa de residência.

Art. 11. Fica criado, no Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Quadro Suplementar de Combate às Endemias, destinado a promover, no âmbito do SUS, ações complementares de vigilância epidemiológica e combate a endemias, nos termos do inciso VI do *caput* e parágrafo único do art. 16 da Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Parágrafo único. Ao Quadro Suplementar de que trata o *caput* deste artigo aplica-se, no que couber, além do disposto nesta Lei, o disposto na Lei n. 9.962, de 22 de fevereiro de 2000, cumprindo-se jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 12. Aos profissionais não ocupantes de cargo efetivo em órgão ou entidade da administração pública federal que, em 14 de fevereiro de 2006, a qualquer título, se achavam no desempenho de atividades de combate a endemias no âmbito da FUNASA é assegurada a dispensa de se submeterem ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de seleção pública efetuado pela FUNASA ou por outra instituição, sob a efetiva supervisão da FUNASA e mediante a observância dos princípios a que se refere o *caput* do art. 9º desta Lei.

§ 1º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde e do Controle e da Transparência instituirá comissão com a finalidade de atestar a regularidade do processo seletivo para fins da dispensa prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º A comissão será integrada por 3 (três) representantes da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, um dos quais a presidirá, pelo Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Saúde e pelo Chefe da Auditoria Interna da FUNASA.

Art. 13. Os Agentes de Combate às Endemias integrantes do Quadro Suplementar a que se refere o art. 11 desta Lei poderão ser colocados à disposição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito do SUS, mediante convênio, ou para gestão associada de serviços públicos, mediante contrato de consórcio público, nos termos da Lei n. 11.107, de 6 de abril de 2005, mantida a vinculação à FUNASA e sem prejuízo dos respectivos direitos e vantagens.

Art. 14. O gestor local do SUS responsável pela contratação dos profissionais de que trata esta Lei disporá sobre a criação dos

cargos ou empregos públicos e demais aspectos inerentes à atividade, observadas as especificidades locais.

Art. 15. Ficam criados 5.365 (cinco mil, trezentos e sessenta e cinco) empregos públicos de Agente de Combate às Endemias, no âmbito do Quadro Suplementar referido no art. 11 desta Lei, com retribuição mensal estabelecida na forma do Anexo desta Lei, cuja despesa não excederá o valor atualmente despendido pela FUNASA com a contratação desses profissionais.

§ 1º A FUNASA, em até 30 (trinta) dias, promoverá o enquadramento do pessoal de que trata o art. 12 desta Lei na tabela salarial constante do Anexo desta Lei, em classes e níveis com salários iguais aos pagos atualmente, sem aumento de despesa.

§ 2º Aplica-se aos ocupantes dos empregos referidos no *caput* deste artigo a indenização de campo de que trata o art. 16 da Lei n. 8.216, de 13 de agosto de 1991.

§ 3º Caberá à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disciplinar o desenvolvimento dos ocupantes dos empregos públicos referidos no *caput* deste artigo na tabela salarial constante do Anexo desta Lei.

Art. 16. Fica vedada a contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, salvo na hipótese de combate a surtos endêmicos, na forma da lei aplicável.

Art. 17. Os profissionais que, na data de publicação da Medida Provisória n. 297, de 9 de junho de 2006, exerciam atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, vinculados diretamente aos gestores locais do SUS ou a entidades de administração indireta, não investidos em cargo ou emprego público e não alcançados pelo disposto no parágrafo único do art. 9º, poderão permanecer no exercício destas atividades, até que seja concluída a realização de processo seletivo público pelo ente federativo, com vistas ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 18. Os empregos públicos criados no âmbito da FUNASA, conforme disposto no art. 15 desta Lei e preenchidos nos termos desta Lei, serão extintos, quando vagos.

Art. 19. As despesas decorrentes da criação dos empregos públicos a que se refere o art. 15 desta Lei correrão à conta das dotações destinadas à FUNASA, consignadas no Orçamento Geral da União.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Fica revogada a Lei n. 10.507, de 10 de julho de 2002.

ANEXO

(Redação dada pela Lei n. 12.702, de 2012)

TABELA SALARIAL DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Em R$

CLASSE	NÍVEL	SALÁRIO – 40 H				
		EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE				
		1º MAR 2008	1º FEV 2009	1º JUL 2010	1º JUL 2011	1º JUL 2012
ESPECIAL	V	2.098,81	2.479,55	2.905,75	2.906,11	3.011,11
	IV	1.996,99	2.370,79	2.741,96	2.872,07	2.977,07
	III	1.944,19	2.313,96	2.673,09	2.839,22	2.944,22
	II	1.898,81	2.259,47	2.604,68	2.792,36	2.897,36
	I	1.889,67	2.248,83	2.584,57	2.759,97	2.864,97

C	V	1.844,21	2.197,02	2.521,00	2.727,76	2.832,76
	IV	1.842,12	2.147,28	2.459,62	2.696,73	2.801,73
	III	1.840,02	2.140,02	2.441,06	2.665,88	2.770,88
	II	1.837,93	2.136,93	2.428,91	2.635,21	2.740,21
	I	1.835,83	2.133,83	2.415,75	2.592,09	2.697,09
B	V	1.833,74	2.130,74	2.403,60	2.561,85	2.666,85
	IV	1.831,65	2.127,65	2.391,45	2.532,78	2.637,78
	III	1.829,56	2.124,56	2.380,30	2.503,88	2.608,88
	II	1.827,47	2.121,47	2.369,15	2.475,15	2.580,15
	I	1.825,38	2.118,38	2.358,00	2.446,58	2.551,58
A	V	1.823,29	2.115,29	2.345,85	2.407,10	2.512,10
	IV	1.821,20	2.112,20	2.334,70	2.379,94	2.484,94
	III	1.819,12	2.109,12	2.323,56	2.352,94	2.457,94
	II	1.817,03	2.106,03	2.312,41	2.326,10	2.431,10
	I	1.814,95	2.102,95	2.301,27	2.301,27	2.406,27

Aprendiz

Decreto n. 5.598,
de 1º de dezembro de 2005
(Publicado no *DOU*, 2-12-2005)

Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências.

Art. 1º Nas relações jurídicas pertinentes à contratação de aprendizes, será observado o disposto neste Decreto.

Capítulo I
DO APRENDIZ

Art. 2º Aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parágrafo único. A idade máxima prevista no *caput* deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.

Capítulo II
DO CONTRATO DE APRENDIZAGEM

Art. 3º Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

Parágrafo único. Para fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.

Art. 4º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

Art. 5º O descumprimento das disposições legais e regulamentares importará a nulidade do contrato de aprendizagem, nos termos do art. 9º da CLT, estabelecendo-se o vínculo empregatício diretamente com o empregador responsável pelo cumprimento da cota de aprendizagem.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica, quanto ao vínculo, a pessoa jurídica de direito público.

Capítulo III
DA FORMAÇÃO TÉCNICO--PROFISSIONAL E DAS ENTIDADES QUALIFICADAS EM FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL METÓDICA

Seção I
Da Formação Técnico-Profissional

Art. 6º Entendem-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A formação técnico--profissional metódica de que trata o *caput* deste artigo realiza-se por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico--profissional metódica definidas no art. 8º deste Decreto.

Art. 7º A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:

I – garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental;

II – horário especial para o exercício das atividades; e

III – capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Parágrafo único. Ao aprendiz com idade inferior a dezoito anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Seção II
Das Entidades Qualificadas em Formação Técnico-Profissional Metódica

Art. 8º Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica:

I – os Serviços Nacionais de Aprendizagem, assim identificados:

a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;

b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;

c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR;

d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT; e

e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP;

II – as escolas técnicas de educação, inclusive as agrotécnicas; e

III – as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º As entidades mencionadas nos incisos deste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.

§ 2º O Ministério do Trabalho e Emprego editará, ouvido o Ministério da Educação, normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso III.

Capítulo IV

Seção I
Da Obrigatoriedade da Contratação de Aprendizes

Art. 9º Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricu-

lar nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

§ 1º No cálculo da percentagem de que trata o *caput* deste artigo, as frações de unidade darão lugar à admissão de um aprendiz.

§ 2º Entende-se por estabelecimento todo complexo de bens organizado para o exercício de atividade econômica ou social do empregador, que se submeta ao regime da CLT.

Art. 10. Para a definição das funções que demandem formação profissional, deverá ser considerada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º Ficam excluídas da definição do *caput* deste artigo as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do inciso II e do parágrafo único do art. 62 e do § 2º do art. 224 da CLT.

§ 2º Deverão ser incluídas na base de cálculo todas as funções que demandem formação profissional, independentemente de serem proibidas para menores de dezoito anos.

Art. 11. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes entre quatorze e dezoito anos, exceto quando:

I – as atividades práticas da aprendizagem ocorrerem no interior do estabelecimento, sujeitando os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade, sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

II – a lei exigir, para o desempenho das atividades práticas, licença ou autorização vedada para pessoa com idade inferior a dezoito anos; e

III – a natureza das atividades práticas for incompatível com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos adolescentes aprendizes.

Parágrafo único. A aprendizagem para as atividades relacionadas nos incisos deste artigo deverá ser ministrada para jovens de dezoito a vinte e quatro anos.

Art. 12. Ficam excluídos da base de cálculo de que trata o *caput* do art. 9º deste Decreto os empregados que executem os serviços prestados sob o regime de trabalho temporário, instituído pela Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1973, bem como os aprendizes já contratados.

Parágrafo único. No caso de empresas que prestem serviços especializados para terceiros, independentemente do local onde sejam executados, os empregados serão incluídos na base de cálculo da prestadora, exclusivamente.

Art. 13. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica previstas no art 8º.

Parágrafo único. A insuficiência de cursos ou vagas a que se refere o *caput* será verificada pela inspeção do trabalho.

Art. 14. Ficam dispensadas da contratação de aprendizes:

I – as microempresas e as empresas de pequeno porte; e

II – as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional.

Seção II
Das Espécies de Contratação do Aprendiz

Art. 15. A contratação do aprendiz deverá ser efetivada diretamente pelo estabelecimento que se obrigue ao cumprimento da cota de aprendizagem ou, supletivamente, pelas entidades sem fins lucrativos mencionadas no inciso III do art. 8º deste Decreto.

§ 1º Na hipótese de contratação de aprendiz diretamente pelo estabelecimento que se obrigue ao cumprimento da cota de aprendizagem, este assumirá a condição de empregador, devendo inscrever o aprendiz em programa de aprendizagem a ser ministrado

pelas entidades indicadas no art. 8º deste Decreto.

§ 2º A contratação de aprendiz por intermédio de entidade sem fins lucrativos, para efeito de cumprimento da obrigação estabelecida no *caput* do art. 9º, somente deverá ser formalizada após a celebração de contrato entre o estabelecimento e a entidade sem fins lucrativos, no qual, dentre outras obrigações recíprocas, se estabelecerá as seguintes:

I – a entidade sem fins lucrativos, simultaneamente ao desenvolvimento do programa de aprendizagem, assume a condição de empregador, com todos os ônus dela decorrentes, assinando a Carteira de Trabalho e Previdência Social do aprendiz e anotando, no espaço destinado às anotações gerais, a informação de que o específico contrato de trabalho decorre de contrato firmado com determinado estabelecimento para efeito do cumprimento de sua cota de aprendizagem; e

II – o estabelecimento assume a obrigação de proporcionar ao aprendiz a experiência prática da formação técnico-profissional metódica a que este será submetido.

Art. 16. A contratação de aprendizes por empresas públicas e sociedades de economia mista dar-se-á de forma direta, nos termos do § 1º do art. 15, hipótese em que será realizado processo seletivo mediante edital, ou nos termos do § 2º daquele artigo.

Parágrafo único. A contratação de aprendizes por órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional observará regulamento específico, não se aplicando o disposto neste Decreto.

Capítulo V
DOS DIREITOS TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Seção I
Da Remuneração

Art. 17. Ao aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.

Parágrafo único. Entende-se por condição mais favorável aquela fixada no contrato de aprendizagem ou prevista em convenção ou acordo coletivo de trabalho, onde se especifique o salário mais favorável ao aprendiz, bem como o piso regional de que trata a Lei Complementar n. 103, de 14 de julho de 2000.

Seção II
Da Jornada

Art. 18. A duração do trabalho do aprendiz não excederá seis horas diárias.

§ 1º O limite previsto no *caput* deste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tenham concluído o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

§ 2º A jornada semanal do aprendiz, inferior a vinte e cinco horas, não caracteriza trabalho em tempo parcial de que trata o art. 58-A da CLT.

Art. 19. São vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

Art. 20. A jornada do aprendiz compreende as horas destinadas às atividades teóricas e práticas, simultâneas ou não, cabendo à entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica fixá-las no plano do curso.

Art. 21. Quando o menor de dezoito anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.

Parágrafo único. Na fixação da jornada de trabalho do aprendiz menor de dezoito anos, a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica levará em conta os direitos assegurados na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

Seção III
Das Atividades Teóricas e Práticas

Art. 22. As aulas teóricas do programa de aprendizagem devem ocorrer em ambiente

físico adequado ao ensino, e com meios didáticos apropriados.

§ 1º As aulas teóricas podem se dar sob a forma de aulas demonstrativas no ambiente de trabalho, hipótese em que é vedada qualquer atividade laboral do aprendiz, ressalvado o manuseio de materiais, ferramentas, instrumentos e assemelhados.

§ 2º É vedado ao responsável pelo cumprimento da cota de aprendizagem cometer ao aprendiz atividades diversas daquelas previstas no programa de aprendizagem.

Art. 23. As aulas práticas podem ocorrer na própria entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica ou no estabelecimento contratante ou concedente da experiência prática do aprendiz.

§ 1º Na hipótese de o ensino prático ocorrer no estabelecimento, será formalmente designado pela empresa, ouvida a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, um empregado monitor responsável pela coordenação de exercícios práticos e acompanhamento das atividades do aprendiz no estabelecimento, em conformidade com o programa de aprendizagem.

§ 2º A entidade responsável pelo programa de aprendizagem fornecerá aos empregadores e ao Ministério do Trabalho e Emprego, quando solicitado, cópia do projeto pedagógico do programa.

§ 3º Para os fins da experiência prática segundo a organização curricular do programa de aprendizagem, o empregador que mantenha mais de um estabelecimento em um mesmo município poderá centralizar as atividades práticas correspondentes em um único estabelecimento.

§ 4º Nenhuma atividade prática poderá ser desenvolvida no estabelecimento em desacordo com as disposições do programa de aprendizagem.

Seção IV
Do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Art. 24. Nos contratos de aprendizagem, aplicam-se as disposições da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990.

Parágrafo único. A Contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço corresponderá a dois por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao aprendiz.

Seção V
Das Férias

Art. 25. As férias do aprendiz devem coincidir, preferencialmente, com as férias escolares, sendo vedado ao empregador fixar período diverso daquele definido no programa de aprendizagem.

Seção VI
Dos Efeitos dos Instrumentos Coletivos de Trabalho

Art. 26. As convenções e acordos coletivos apenas estendem suas cláusulas sociais ao aprendiz quando expressamente previsto e desde que não excluam ou reduzam o alcance dos dispositivos tutelares que lhes são aplicáveis.

Seção VII
Do Vale-Transporte

Art. 27. É assegurado ao aprendiz o direito ao benefício da Lei n. 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o vale-transporte.

Seção VIII
Das Hipóteses de Extinção e Rescisão do Contrato de Aprendizagem

Art. 28. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar vinte e quatro anos, exceto na hipótese de aprendiz deficiente, ou, ainda antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;

II – falta disciplinar grave;

III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; e

IV – a pedido do aprendiz.

Parágrafo único. Nos casos de extinção ou rescisão do contrato de aprendizagem, o empregador deverá contratar novo aprendiz, nos termos deste Decreto, sob pena de infração ao disposto no art. 429 da CLT.

Art. 29. Para efeito das hipóteses descritas nos incisos do art. 28 deste Decreto, serão observadas as seguintes disposições:

I – o desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz referente às atividades do programa de aprendizagem será caracterizado mediante laudo de avaliação elaborado pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica;

II – a falta disciplinar grave caracteriza-se por quaisquer das hipóteses descritas no art. 482 da CLT; e

III – a ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo será caracterizada por meio de declaração da instituição de ensino.

Art. 30. Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 da CLT às hipóteses de extinção do contrato mencionadas nos incisos do art. 28 deste Decreto.

Capítulo VI
DO CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE APRENDIZAGEM

Art. 31. Aos aprendizes que concluírem os programas de aprendizagem com aproveitamento será concedido pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica o certificado de qualificação profissional.

Parágrafo único. O certificado de qualificação profissional deverá enunciar o título e o perfil profissional para a ocupação na qual o aprendiz foi qualificado.

Capítulo VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego organizar cadastro nacional das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica e disciplinar a compatibilidade entre o conteúdo e a duração do programa de aprendizagem, com vistas a garantir a qualidade técnico-profissional.

Art. 33. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34. Revoga-se o Decreto n. 31.546, de 6 de outubro de 1952.

Instrução Normativa n. 26,
de 20 de dezembro de 2001
(Publicada no *DOU*, 27-12-2001)

Baixa instruções para orientar a fiscalização das condições de trabalho no âmbito dos programas de aprendizagem.

I – DO CONTRATO DE APRENDIZAGEM

Art. 1º O contrato de aprendizagem, conforme conceituado no art. 428 da CLT, é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 anos e menor de 18 anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

§ 1º O prazo de duração do contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos, como disciplina o art. 428, § 3º, da CLT.

§ 2º O contrato deverá indicar expressamente o curso, objeto da aprendizagem, a jornada diária, a jornada semanal, a remuneração mensal, o termo inicial e final do contrato.

§ 3º São condições de validade do contrato de aprendizagem, em observância ao contido no art. 428, § 1º, da CLT:

I – registro e anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

II – matrícula e frequência do aprendiz à escola de ensino regular, caso não tenha concluído o ensino obrigatório;

III – inscrição do aprendiz em curso de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, nos moldes do art. 430 da CLT;

IV – existência de programa de aprendizagem, desenvolvido através de atividades teóricas e práticas, contendo os objetivos do curso, conteúdos a serem ministrados e a carga horária.

§ 4º Para a definição das funções que demandam formação profissional deverão ser considerados a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e os seguintes fatores: *(Parágrafo com redação da IN n. 26 , de 20-12-2002.)*

I – o nível das capacidades profissionais e dos conhecimentos técnico-teóricos requeridos para o exercício da atividade profissional;

II – a duração do período de formação necessário para a aquisição das competências e habilidades requeridas; e

III – a adequação da função às necessidades da dinâmica de um mercado de trabalho em constante mutação.

§ 5º O cálculo do número de aprendizes a serem contratados terá por base o total de trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, excluindo-se aquelas: *(Parágrafo com redação da IN n. 26, de 20-12-2002.)*

I – desenvolvidas em ambientes que comprometam a formação moral do adolescente;

II – cuja presunção de insalubridade ou periculosidade, relativa ao serviço ou local de trabalho, não possa ser elidida;

III – que exijam habilitação profissional de nível técnico ou superior;

IV – cujo exercício requeira licença ou autorização vedadas para menores de dezoito anos;

V – objeto de contrato de trabalho por prazo determinado, cuja vigência dependa da sazonalidade da atividade econômica;

VI – caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do inciso II e do parágrafo único do art. 62 da CLT; e

VII – prestadas sob o regime de trabalho temporário instituído pela Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1973.

§ 6º Para comprovar a impossibilidade prevista no inciso II do parágrafo anterior, a empresa deverá apresentar parecer circunstanciado, assinado por profissional legalmente habilitado em segurança e saúde no trabalho, que deverá ser renovado quando promovidas alterações nos locais de trabalho ou nos serviços prestados. *(Parágrafo com redação da IN n. 26, de 20-12-2002.)*

§ 7º Os serviços executados por trabalhadores terceirizados deverão ser computados na cota da empresa prestadora de serviços. *(Parágrafo com redação da IN n. 26, de 20-12-2002.)*

Art. 2º Ao empregado aprendiz é garantido o salário mínimo hora, considerado para tal fim o valor do salário mínimo hora fixado em lei, salvo condição mais benéfica garantida ao aprendiz em instrumento normativo ou por liberalidade do empregador.

Art. 3º A duração da jornada do aprendiz não excederá de 6 (seis) horas diárias, nelas incluídas as atividades teóricas e/ou práticas, vedadas a prorrogação e a compensação da jornada, inclusive nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 413 da CLT.

§ 1º O limite da jornada diária poderá ser de até 8 (oito) horas para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, desde que nelas sejam incluídas as atividades teóricas.

Art. 4º As férias do empregado aprendiz deverão coincidir com um dos períodos das férias escolares do ensino regular quando solicitado, em conformidade com o § 2º do

Título II
Das normas gerais de tutela do trabalho

Capítulo I
Da Identificação Profissional

Seção I
Da Carteira de Trabalho e Previdência Social

Art. 13. A Carteira de Trabalho e Previdência Social é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, inclusive de natureza rural, ainda que em caráter temporário, e para o exercício por conta própria de atividade profissional remunerada. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, a quem:

I – proprietário rural ou não, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência, e exercido em condições de mútua dependência e colaboração;

II – em regime de economia familiar e sem empregado, explore área não excedente do módulo rural ou de outro limite que venha a ser fixado, para cada região, pelo Ministério do Trabalho. (Parágrafo e incisos com redação dada pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)

§ 2º A Carteira de Trabalho e Previdência Social e respectiva Ficha de Declaração obedecerão aos modelos que o Ministério do Trabalho adotar. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)

§ 3º Nas localidades onde não for emitida a Carteira de Trabalho e Previdência Social poderá ser admitido, até 30 (trinta) dias, o exercício de emprego ou atividade remunerada por quem não a possua, ficando a empresa obrigada a permitir o comparecimento do empregado ao posto de emissão mais próximo. (Redação dada pela Lei n. 5.686, de 3-8-1971.)

§ 4º Na hipótese do § 3º: (Parágrafo incluído pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)

I – o empregador fornecerá ao empregado, no ato da admissão, documento do qual constem a data da admissão, a natureza do trabalho, o salário e a forma de seu pagamento;

II – se o empregado ainda não possuir a carteira na data em que for dispensado, o empregador lhe fornecerá atestado de que conste o histórico da relação empregatícia. (Parágrafo e incisos com redação dada pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)

Seção II
Da emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social

Art. 14. A Carteira de Trabalho e Previdência Social será emitida pelas Delegacias Regionais do Trabalho ou, mediante convênio, pelos órgãos federais, estaduais e municipais da administração direta ou indireta. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)

Parágrafo único. Inexistindo convênio com os órgãos indicados ou na inexistência destes, poderá ser admitido convênio com

art. 136 da CLT, sendo vedado o parcelamento, nos termos do § 2º do art.134 da CLT.

Art. 5º A alíquota do depósito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS será de 2% (dois por cento) da remuneração paga ou devida ao empregado aprendiz, em conformidade com o § 7º do art. 15 da Lei n. 8.036/90.

II – DAS ESCOLAS TÉCNICAS E DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Art. 6º As Escolas Técnicas de Educação e as entidades sem fins lucrativos poderão atender a demanda dos estabelecimentos por formação técnico-profissional se verificada, junto aos Serviços Nacionais de Aprendizagem, inexistência de cursos ou insuficiência de oferta de vagas, em face do disposto no art. 430, inciso I, da CLT.

Art. 7º Os Auditores-Fiscais do Trabalho verificarão se as entidades sem fins lucrativos que contratam aprendizes, em conformidade com o art. 431 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, efetuaram o devido registro e a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e se estão assegurando os demais direitos trabalhistas e previdenciários oriundos da relação de emprego especial de aprendizagem, examinando, ainda:

I – a existência de certificado de registro da entidade sem fins lucrativos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como entidade que objetiva à assistência ao adolescente e à educação profissional;

II – a existência de programa de aprendizagem contendo, no mínimo, objetivos do curso, conteúdos a serem desenvolvidos e carga horária prevista;

III – declaração de frequência escolar do aprendiz no ensino regular;

IV – contrato ou convênio firmado entre a entidade e o estabelecimento tomador dos serviços para ministrar a aprendizagem; e

V – os contratos de aprendizagem firmados entre a entidade e cada um dos aprendizes.

Parágrafo único. Deverão constar nos registros e nos contratos de aprendizagem a razão social, o endereço e o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ da empresa tomadora dos serviços de aprendizagem, que estiver atendendo a obrigação estabelecida no art. 429 da CLT.

Art. 8º Persistindo irregularidades nas entidades sem fins lucrativos, após esgotadas as ações administrativas para saná-las, o Auditor-Fiscal do Trabalho deverá encaminhar relatório circunstanciado à autoridade regional competente, por intermédio de sua chefia imediata, para providências das devidas comunicações ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público Estadual, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público do Trabalho.

III – DO PLANEJAMENTO DA AÇÃO FISCAL

Art. 9º Para efeito de fiscalização da obrigatoriedade de contratação de aprendizes, caberá ao Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente – GECTIPA, identificar a oferta de cursos e vagas pelas instituições de aprendizagem e a demanda de aprendizes por parte dos estabelecimentos.

Art. 10. A demanda de aprendizes será identificada por atividade econômica, em cada município, a partir dos dados oficiais do Governo Federal, tais como RAIS e CAGED, excluindo-se as microempresas e empresas de pequeno porte, dispensadas do cumprimento do art. 429 da CLT, conforme previsto no art. 11 da Lei n. 9.841, de 5 de outubro de 1999.

Art. 11. Poderá ser adotada, sem prejuízo da ação fiscal direta, a notificação via postal – fiscalização indireta – para convocar, individual ou coletivamente, os empregadores a apresentarem documentos, em dia e hora previamente fixados, a fim de comprovarem a regularidade da contratação de empregados aprendizes, conforme determina o art. 429 da CLT.

§ 1º No procedimento de notificação via postal será utilizado, como suporte instrumental, sistema informatizado de dados destinado a facilitar a identificação dos estabelecimentos obrigados a contratarem aprendizes.

Art. 12. A Chefia de Fiscalização do Trabalho designará, ouvido o GECTIPA, Auditores-Fiscais do Trabalho para realizarem a fiscalização indireta para o cumprimento da aprendizagem.

Art. 13. Verificada a falta de correlação entre as atividades executadas pelo aprendiz e as previstas no programa de aprendizagem, configurar-se-á o desvio de finalidade da aprendizagem. O Auditor-Fiscal do Trabalho deverá promover as ações necessárias para adequar o aprendiz ao programa, sem prejuízo das medidas legais pertinentes.

Art. 14. A aprendizagem somente poderá ser realizada em ambientes adequados ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, devendo o Auditor-Fiscal do Trabalho realizar inspeção tanto na entidade responsável pela aprendizagem quanto no estabelecimento do empregador.

§ 1º Os ambientes de aprendizagem devem oferecer condições de segurança e saúde, em conformidade com as regras do art. 405 da CLT, e das Normas Regulamentadoras, aprovadas pela Portaria n. 3.214/78.

§ 2º Constatada a inadequação dos ambientes de aprendizagem às condições de proteção ao trabalho de adolescentes, deverá o Auditor-Fiscal do Trabalho promover ações destinadas a regularizar a situação, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, comunicando o fato às entidades responsáveis pela aprendizagem e ao GECTIPA da respectiva unidade da Federação.

Art. 15. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 18 (dezoito) anos.

Art. 16. São hipóteses de rescisão antecipada do contrato de aprendizagem:

I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;

II – falta disciplinar grave nos termos do art. 482 da CLT;

III – ausência injustificada à escola regular que implique perda do ano letivo; e

IV – a pedido do aprendiz.

§ 1º A hipótese do inciso I somente ocorrerá mediante manifestação da entidade executora da aprendizagem, a quem cabe a sua supervisão e avaliação, após consulta ao estabelecimento onde se realiza a aprendizagem.

§ 2º A hipótese do inciso III será comprovada através da apresentação de declaração do estabelecimento de ensino regular.

§ 3º Nas hipóteses de rescisão antecipada do contrato de aprendizagem não se aplicam os arts. 479 e 480 da CLT, que tratam da indenização, por metade, da remuneração a que teria direito até o termo do contrato.

Art. 17. Persistindo irregularidades quanto à aprendizagem e esgotadas no âmbito da fiscalização as medidas legais cabíveis, deverá ser encaminhado relatório à autoridade regional do Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da chefia imediata, para que aquela promova as devidas comunicações ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério Público Estadual.

Art.18. Caso existam indícios de infração penal, o Auditor-Fiscal do Trabalho deverá relatar o fato à autoridade regional, por intermédio da chefia imediata, que de ofício comunicará ao Ministério Público Federal ou Estadual.

Art. 19. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Artistas e técnicos em espetáculos de diversões

Lei n. 6.533,
de 24 de maio de 1978

(Publicada no *DOU*, 26-5-1978, e retificada no *DOU*, 28-6-1978)

Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de Técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências.

Art. 1º O exercício das profissões de Artista e de Técnico em Espetáculos de Diversões é regulado pela presente Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, é considerado:

I – Artista, o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública;

II – Técnico em Espetáculos de Diversões, o profissional que, mesmo em caráter auxiliar, participa, individualmente ou em grupo, de atividade profissional ligada diretamente à elaboração, registro, apresentação ou conservação de programas, espetáculos e produções.

Parágrafo único. As denominações e descrições das funções em que se desdobram as atividades de Artista e de Técnico em Espetáculos de Diversões constarão do regulamento desta lei.

Art. 3º Aplicam-se as disposições desta lei às pessoas físicas ou jurídicas que tiverem a seu serviço os profissionais definidos no artigo anterior, para realização de espetáculos, programas, produções ou mensagens publicitárias.

Parágrafo único. Aplicam-se, igualmente, as disposições desta Lei às pessoas físicas ou jurídicas que agenciem colocação de mão de obra de profissionais definidos no artigo anterior.

Art. 4º As pessoas físicas ou jurídicas de que trata o artigo anterior deverão ser previamente inscritas no Ministério do Trabalho.

Art. 5º Não se incluem no disposto nesta Lei os Técnicos em Espetáculos de Diversões que prestam serviços a empresa de radiodifusão.

Art. 6º O exercício das profissões de Artista e de Técnico em Espetáculos de Diversões requer prévio registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, o qual terá validade em todo o território nacional.

Art. 7º Para registro do Artista ou do Técnico em Espetáculos de Diversões, é necessário a apresentação de:

I – diploma de curso superior de Diretor de Teatro, Coreógrafo, Professor de Arte Dramática, ou outros cursos semelhantes, reconhecidos na forma da Lei; ou

II – diploma ou certificado correspondentes às habilitações profissionais de 2º Grau de Ator, Contrarregra, Cenotécnico, Sonoplasta, ou outras semelhantes, reconhecidas na forma da Lei; ou

III – atestado de capacitação profissional fornecido pelo Sindicato representativo das categorias profissionais e, subsidiariamente, pela Federação respectiva.

§ 1º A entidade sindical deverá conceder ou negar o atestado mencionado no item III, no prazo de 3 (três) dias úteis, podendo ser concedido o registro, ainda que provisório, se faltar manifestação da entidade sindical, nesse prazo.

§ 2º Da decisão da entidade sindical que negar a concessão do atestado mencionado no item III deste artigo, caberá recurso para o Ministério do Trabalho, até 30 (trinta) dias, a contar da ciência.

Art. 8º O registro de que trata o artigo anterior poderá ser concedido a título provisório, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, com dispensa do atestado a que se refere o item III do mesmo artigo, mediante indicação conjunta dos Sindicatos de empregadores e de empregados.

Art. 9º O exercício das profissões de que trata esta Lei exige contrato de trabalho padronizado, nos termos de instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho.

§ 1º O contrato de trabalho será visado pelo Sindicato representativo da categoria profissional e, subsidiariamente, pela Federação respectiva, como condição para registro no Ministério do Trabalho, até a véspera da sua vigência.

§ 2º A entidade sindical deverá visar ou não o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, findos os quais ele poderá ser registrado no Ministério do Trabalho, se faltar a manifestação sindical.

§ 3º Da decisão da entidade sindical que negar o visto, caberá recurso para o Ministério do Trabalho.

Art. 10. O contrato de trabalho conterá, obrigatoriamente:

I – qualificação das partes contratantes;

II – prazo de vigência;

III – natureza da função profissional, com definição das obrigações respectivas;

IV – título do programa, espetáculo ou produção, ainda que provisório, com indicação do personagem nos casos de contrato por tempo determinado;

V – locais onde atuará o contratado, inclusive os opcionais;

VI – jornada de trabalho, com especificação do horário e intervalo de repouso;

VII – remuneração e sua forma de pagamento;

VIII – disposição sobre eventual inclusão do nome do contratado no crédito de apresentação, cartazes, impressos e programas;

IX – dia de folga semanal;

X – ajuste sobre viagens e deslocamentos;

XI – período de realização de trabalhos complementares, inclusive dublagem, quando posteriores a execução do trabalho de interpretação objeto do contrato;

XII – número da Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo único. Nos contratos de trabalho por tempo indeterminado deverá constar, ainda, cláusula relativa ao pagamento de adicional, devido em caso de deslocamento para prestação de serviço fora da cidade ajustada no contrato de trabalho.

Art. 11. A cláusula de exclusividade não impedirá o Artista ou Técnico em Espetáculos de Diversões de prestar serviços a outro empregador em atividade diversa da ajustada no contrato de trabalho, desde que em outro meio de comunicação, e sem que se caracterize prejuízo para o contratante com o qual foi assinada a cláusula de exclusividade.

Art. 12. O empregador poderá utilizar trabalho de profissional, mediante nota contratual, para substituição de Artista ou de Técnico em Espetáculos de Diversões, ou para prestação de serviço caracteristicamente eventual, por prazo não superior a 7 (sete) dias consecutivos, vedada a utilização desse mesmo profissional, nos 60 (sessenta) dias subsequentes, por essa forma, pelo mesmo empregador.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho expedirá instruções sobre a utilização da nota contratual e aprovará seu modelo.

Art. 13. Não será permitida a cessão ou promessa de cessão de direitos autorais e conexos decorrentes da prestação de serviços profissionais.

Parágrafo único. Os direitos autorais e conexos dos profissionais serão devidos em decorrência de cada exibição da obra.

Art. 14. Nas mensagens publicitárias, feitas para cinema, televisão ou para serem divulgadas por outros veículos, constará do contrato de trabalho, obrigatoriamente:

I – o nome do produtor, do anunciante e, se houver, da agência de publicidade para quem a mensagem é produzida;

II – o tempo de exploração comercial da mensagem;

III – o produto a ser promovido;

IV – os veículos através dos quais a mensagem será exibida;

V – as praças onde a mensagem será veiculada;

VI – o tempo de duração da mensagem e suas características.

Art. 15. O contrato de trabalho e a nota contratual serão emitidos com numeração sucessiva e em ordem cronológica.

Parágrafo único. Os documentos de que trata este artigo serão firmados pelo menos em duas vias pelo contratado, ficando uma delas em seu poder.

Art. 16. O profissional não poderá recusar-se à autodublagem, quando couber.

Parágrafo único. Se o empregador ou tomador de serviços preferir a dublagem por terceiros, ela só poderá ser feita com autorização, por escrito, do profissional, salvo se for realizada em língua estrangeira.

Art. 17. A utilização de profissional contratado por agência de locação de mão de obra, obrigará o tomador de serviço solidariamente pelo cumprimento das obrigações legais e contratuais, se se caracterizar a tentativa, pelo tomador de serviço, de utilizar a agência para fugir às responsabilidades e obrigações decorrentes desta Lei ou de contrato.

Art. 18. O comparecimento do profissional na hora e no lugar da convocação implica a percepção integral do salário, mesmo que o trabalho não se realize por motivo independente de sua vontade.

Art. 19. O profissional contratado por prazo determinado não poderá rescindir o contrato de trabalho sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem.

Parágrafo único. A indenização de que trata este artigo não poderá exceder àquela a que teria direito o empregado em idênticas condições.

Art. 20. Na rescisão sem justa causa, no distrato e na cessação do contrato de trabalho, o empregado poderá ser assistido pelo Sindicato representativo da categoria e, subsidiariamente, pela Federação respectiva, respeitado o disposto no art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 21. A jornada normal de trabalho dos profissionais de que trata esta Lei, terá nos setores e atividades respectivos, as seguintes durações:

I – Radiodifusão, fotografia e gravação: 6 (seis) horas diárias, com limitação de 30 (trinta) horas semanais;

II – Cinema, inclusive publicitário, quando em estúdio: 6 (seis) horas diárias;

III – Teatro: a partir de estreia do espetáculo terá a duração das sessões, com 8 (oito) sessões semanais;

IV – Circo e variedades: 6 (seis) horas diárias, com limitação de 36 (trinta e seis) horas semanais;

V – Dublagem: 6 (seis) horas diárias, com limitação de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º O trabalho prestado além das limitações diárias ou das sessões semanais previstas neste artigo será considerado extraordinário, aplicando-se-lhe o disposto nos artigos 59 a 61 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º A jornada normal será dividida em 2 (dois) turnos, nenhum dos quais poderá exceder de 4 (quatro) horas, respeitado o intervalo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 3º Nos espetáculos teatrais e circenses, desde que sua natureza ou tradição o exijam, o intervalo poderá, em benefício do rendimento artístico, ser superior a 2 (duas) horas.

§ 4º Será computado como trabalho efetivo o tempo em que o empregado estiver à disposição do empregador, a contar de sua apresentação no local de trabalho, inclusive o período destinado a ensaios, gravações, dublagem, fotografias, caracterização, e todo aquele que exija a presença do Artista, assim como o destinado a preparação do ambiente, em termos de cenografia, iluminação e montagem de equipamento.

§ 5º Para o Artista, integrante de elenco teatral, a jornada de trabalho poderá ser de 8 (oito) horas, durante o período de ensaio, respeitado o intervalo previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 22. Na hipótese de exercício concomitante de funções dentro de uma mesma atividade, será assegurado ao profissional um adicional mínimo de 40% (quarenta por cento), pela função acumulada, tomando-se por base a função melhor remunerada.

Parágrafo único. É vedada a acumulação de mais de duas funções em decorrência do mesmo contrato de trabalho.

Art. 23. Na hipótese de trabalho executado fora do local constante do contrato de trabalho, correrão à conta do empregador, além do salário, as despesas de transporte e de alimentação e hospedagem, até o respectivo retorno.

Art. 24. É livre a criação interpretativa do Artista e do Técnico em Espetáculos de Diversões, respeitado o texto da obra.

Art. 25. Para contratação de estrangeiro domiciliado no exterior, exigir-se-á prévio recolhimento de importância equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do ajuste à Caixa Econômica Federal em nome da entidade sindical da categoria profissional.

Art. 26. O fornecimento de guarda-roupa e demais recursos indispensáveis ao cumprimento das tarefas contratuais será de responsabilidade do empregador.

Art. 27. Nenhum Artista ou Técnico em Espetáculos de Diversões será obrigado a interpretar ou participar de trabalho possível de pôr em risco sua integridade física ou moral.

Art. 28. A contratação de figurante não qualificado profissionalmente, para atuação esporádica, determinada pela necessidade de características artísticas da obra, poderá ser feita pela forma da indicação prevista no art. 8º.

Art. 29. Os filhos dos profissionais de que trata esta Lei, cuja atividade seja itinerante, terão assegurada a transferência da matrícula e consequente vaga nas escolas públicas locais de 1º e 2º Graus, e autorizada nas escolas particulares desses níveis, mediante apresentação de certificado da escola de origem.

Art. 30. Os textos destinados à memorização, juntamente com o roteiro de gravação ou plano de trabalho, deverão ser entregues ao profissional com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, em relação ao início dos trabalhos.

Art. 31. Os profissionais de que trata esta Lei têm penhor legal sobre o equipamento e todo o material de propriedade do empregador, utilizado na realização de programa, espetáculo ou produção, pelo valor das obrigações não cumpridas pelo empregador.

Art. 32. É assegurado o direito ao atestado de que trata o item III do art. 7º ao Artista ou Técnico em Espetáculos de Diversões que, até a data da publicação desta Lei tenha exercido, comprovadamente, a respectiva profissão.

Art. 33. As infrações ao disposto nesta Lei serão punidas com multa de 2 (duas) a 20 (vinte) vezes o maior valor de referência previsto no art. 2º, parágrafo único da Lei n. 6.205, de 29 de abril de 1975, calculada à razão de um valor de referência por empregado em situação irregular.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, embaraço ou resistência à fiscalização, emprego de artifício ou simulação com o objetivo de fraudar a Lei, a multa será aplicada em seu valor máximo.

Art. 34. O empregador punido na forma do artigo anterior, enquanto não regularizar a situação que deu causa à autuação, e não recolher multa aplicada, após esgotados os recursos cabíveis, não poderá:

I – receber qualquer benefício, incentivo ou subvenção concedidos por órgãos públicos;

II – obter liberação para exibição de programa, espetáculo, ou produção, pelo órgão ou autoridade competente.

Art. 35. Aplicam-se aos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões as normas da legislação do trabalho, exceto naquilo que for regulado de forma diferente nesta Lei.

Art. 36. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 37. Esta Lei entrará em vigor no dia 19 de agosto de 1978, revogadas as disposições em contrário, especialmente o art. 35, o § 2º do art. 480, o parágrafo único do art. 507 e o art. 509 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1943, a Lei n. 101, de 1947, e a Lei n. 301, de 1948.

Assistente social

Lei n. 8.662,
de 7 de junho de 1993
(Publicada no *DOU*, 8-6-1993)

Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

Art. 1º É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I – os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II – os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III – os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei n. 1.889, de 13 de junho de 1953.

Parágrafo único. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei.

Art. 3º A designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente.

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV – (*Vetado*);

V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI – realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III – assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V – assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII – dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX – elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos

conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI – fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII – ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais. (*Incluído pela Lei n. 12.317, de 26-8-2010.*)

Art. 6º São alteradas as denominações do atual Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), para, respectivamente, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Art. 7º O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.

§ 1º Os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) são dotados de autonomia administrativa e financeira, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º Cabe ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos Assistentes Sociais, no cumprimento desta lei.

Art. 8º Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições:

I – orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;

II – assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário;

III – aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;

IV – aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;

V – funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;

VI – julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS;

VII – estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;

VIII – prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social;

IX – (*Vetado*).

Art. 9º O fórum máximo de deliberação da profissão para os fins desta lei dar-se-á nas reuniões conjuntas dos Conselhos Federal e Regionais, que inclusive fixarão os limites de sua competência e sua forma de convocação.

Art. 10. Compete aos CRESS, em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício das seguintes atribuições:

I – organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos;

II – fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região;

III – expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa;

IV – zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional;

V – aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional;

VI – fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais;

VII – elaborar o respectivo Regimento Interno e submetê-lo a exame e aprovação do

fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.

Art. 11. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) terá sede e foro no Distrito Federal.

Art. 12. Em cada capital de Estado, de Território e no Distrito Federal, haverá um Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) denominado segundo a sua jurisdição, a qual alcançará, respectivamente, a do Estado, a do Território e a do Distrito Federal.

§ 1º Nos Estados ou Territórios em que os profissionais que neles atuam não tenham possibilidade de instalar um Conselho Regional, deverá ser constituída uma delegacia subordinada ao Conselho Regional que oferecer melhores condições de comunicação, fiscalização e orientação, ouvido o órgão regional e com homologação do Conselho Federal.

§ 2º Os Conselhos Regionais poderão constituir, dentro de sua própria área de jurisdição, delegacias seccionais para desempenho de suas atribuições executivas e de primeira instância nas regiões em que forem instalados, desde que a arrecadação proveniente dos profissionais nelas atuantes seja suficiente para sua própria manutenção.

Art. 13. A inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os Assistentes Sociais ao pagamento das contribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com os Conselhos Regionais.

Art. 14. Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.

Parágrafo único. Somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social.

Art. 15. É vedado o uso da expressão Serviço Social por quaisquer pessoas de direito público ou privado que não desenvolvam atividades previstas nos arts. 4º e 5º desta lei.

Parágrafo único. As pessoas de direito público ou privado que se encontrem na situação mencionada neste artigo terão o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da vigência desta lei, para processarem as modificações que se fizerem necessárias a seu integral cumprimento, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

Art. 16. Os CRESS aplicarão as seguintes penalidades aos infratores dos dispositivos desta Lei:

I – multa no valor de 1 (uma) a 5 (cinco) vezes a anuidade vigente;

II – suspensão de 1 (um) a 2 (dois) anos de exercício da profissão ao Assistente Social que, no âmbito de sua atuação, deixar de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta;

III – cancelamento definitivo do registro, nos casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz.

§ 1º Provada a participação ativa ou conivência de empresas, entidades, instituições ou firmas individuais nas infrações a dispositivos desta lei pelos profissionais delas dependentes, serão estas também passíveis das multas aqui estabelecidas, na proporção de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

§ 2º No caso de reincidência na mesma infração no prazo de 2 (dois) anos, a multa cabível será elevada ao dobro.

Art. 17. A Carteira de Identificação Profissional expedida pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), servirá de prova para fins de exercício profissional e de Carteira de Identidade Pessoal, e terá fé pública em todo o território nacional.

Art. 18. As organizações que se registrarem nos CRESS receberão um certificado que as habilitará a atuar na área de Serviço Social.

Art. 19. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) será mantido:

I – por contribuições, taxas e emolumentos arrecadados pelos CRESS, em percentual a ser definido pelo fórum máximo instituído pelo art. 9º desta lei;

II – por doações e legados;

III – por outras rendas.

Art. 20. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) contarão cada um com 9 (nove) membros efetivos: Presidente, Vice-Presidente, 2 (dois) Secretários, 2 (dois) Tesoureiros e 3 (três) membros do Conselho Fiscal, e 9 (nove) suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais, por via direta, para um mandato de 3 (três) anos, de acordo com as normas estabelecidas em Código Eleitoral aprovado pelo fórum instituído pelo art. 9º desta lei.

Parágrafo único. As delegacias seccionais contarão com 3 (três) membros efetivos: um Delegado, um Secretário e um Tesoureiro, e 3 (três) suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais da área de sua jurisdição, nas condições previstas neste artigo.

Art. 21. (*Vetado.*)

Art. 22. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais terão legitimidade para agir contra qualquer pessoa que infringir as disposições que digam respeito às prerrogativas, à dignidade e ao prestígio da profissão de Assistente Social.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei n. 3.252, de 27 de agosto de 1957.

Atleta profissional de futebol

Lei n. 12.395,
de 16 de Março de 2011

Altera as Leis n. 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei n. 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências.

Art. 1º Os arts. 5º, 6º, 8º, 10, 11, 12-A, 13, 14, 16, 18, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 39, 40, 42, 45, 46, 46-A, 50, 53, 55, 56, 57, 84, 88, 91 e 94 da Lei n. 9.615[511], de 24 de março de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

.....

Art. 2º A Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 27-B, 27-C, 28-A, 29-A, 56-A, 56-B, 56-C, 87-A, 90-C, 90-D, 90-E e 90-F:

.....

Art. 3º Os arts. 1º, 3º e 5º da Lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituída a Bolsa-Atleta, destinada prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, sem prejuízo da análise e deliberação acerca das demais modalidades, a serem feitas de acordo com o art. 5º desta Lei.

§ 1º A Bolsa-Atleta garantirá aos atletas benefício financeiro conforme os valores fixados no Anexo desta Lei, que serão revistos em ato do Poder Executivo, com base em estudos técnicos sobre o tema, observado o limite definido na lei orçamentária anual.

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º, ficam criadas as seguintes categorias de Bolsa-Atleta:

I – Categoria Atleta de Base, destinada aos atletas que participem com destaque das categorias iniciantes, a serem determinadas pela respectiva entidade nacional de administração do desporto, em conjunto com o Ministério do Esporte;

II – Categoria Estudantil, destinada aos atletas que tenham participado de eventos nacionais estudantis, reconhecidos pelo Ministério do Esporte;

III – Categoria Atleta Nacional, destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional, indicada pela respectiva entidade nacional de administração do desporto e que atenda aos critérios fixados pelo Ministério do Esporte;

511. Alterações já processadas no texto da referida lei.

sindicatos para o mesmo fim. (Redação dada pela Lei n. 5.686, de 3-8-1971.)

Art. 15. Para obtenção da Carteira de Trabalho e Previdência Social o interessado comparecerá pessoalmente ao órgão emitente, onde será identificado e prestará as declarações necessárias. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)

Art. 16. A Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, além do número, série, data de emissão e folhas destinadas às anotações pertinentes ao contrato de trabalho e as de interesse da Previdência Social, conterá:

I – fotografia, de frente, modelo 3 x 4;

II – nome, filiação, data e lugar de nascimento e assinatura;

III – nome, idade e estado civil dos dependentes;

IV – número do documento de naturalização ou data da chegada ao Brasil e demais elementos constantes da identidade de estrangeiro, quando for o caso. (*Caput* e incisos com redação dada pela Lei n. 8.260, de 12-12-1991.)

Parágrafo único. A Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS será fornecida mediante a apresentação de:

a) duas fotografias com as características mencionadas no inciso I;

b) qualquer documento oficial de identificação pessoal do interessado, no qual possam ser colhidos dados referentes ao nome completo, filiação, data e lugar de nascimento. (Parágrafo com redação dada pela Lei n. 8.260, de 12-12-1991.)

Art. 17. Na impossibilidade de apresentação, pelo interessado, de documento idôneo que o qualifique, a Carteira de Trabalho e Previdência Social será fornecida com base em declarações verbais confirmadas por 2 (duas) testemunhas, lavrando-se, na primeira folha de anotações gerais da carteira, termo assinado pelas mesmas testemunhas. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)

§ 1º Tratando-se de menor de 18 (dezoito) anos, as declarações previstas neste artigo serão prestadas por seu responsável legal. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)

§ 2º Se o interessado não souber ou não puder assinar sua carteira, ela será fornecida mediante impressão digital ou assinatura a rogo. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)

Arts. 18 e 19. (Revogados pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

Art. 20. As anotações relativas a alteração do estado civil e aos dependentes do portador da Carteira de Trabalho e Previdência Social serão feitas pelo Instituto Nacional do Seguro Social e somente em sua falta, por qualquer dos órgãos emitentes. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)[76]

Art. 21. Em caso de imprestabilidade ou esgotamento do espaço destinado a registros e anotações, o interessado deverá obter outra carteira, conservando-se o número e a série da anterior. (Redação dada pela Lei n. 5.686, de 3-8-1971.)

§§ 1º e 2º (Revogados pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)

Arts. 22, 23 e 24. (Revogados pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)

Seção III
Da entrega das Carteiras de Trabalho e Previdência Social

Art. 25. As Carteiras de Trabalho e Previdência Social serão entregues aos interessados pessoalmente, mediante recibo.

76. O INPS teve sua denominação alterada para Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pela Lei n. 8.029, de 12-4-1990, e Decreto n. 99.350, de 27-6-1990.

IV – Categoria Atleta Internacional, destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva de âmbito internacional integrando seleção brasileira ou representando o Brasil em sua modalidade, reconhecida pela respectiva entidade internacional e indicada pela entidade nacional de administração da modalidade;

V – Categoria Atleta Olímpico ou Paraolímpico, destinada aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos ou Paraolímpicos e cumpram os critérios fixados pelo Ministério do Esporte em regulamento;

VI – Categoria Atleta Pódio, destinada aos atletas de modalidades individuais olímpicas e paraolímpicas, de acordo com os critérios a serem definidos pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto em conjunto com o Comitê Olímpico Brasileiro – COB ou Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB e o Ministério do Esporte, obrigatoriamente vinculados ao Programa Atleta Pódio.

§ 3º A Bolsa-Atleta será concedida prioritariamente aos atletas de alto rendimento das modalidades olímpicas e paraolímpicas filiadas, respectivamente, ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB ou ao Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB e, subsidiariamente, aos atletas das modalidades que não fazem parte do programa olímpico ou paraolímpico.

§ 4º A concessão do benefício para os atletas participantes de modalidades individuais e coletivas que não fizerem parte do programa olímpico ou paraolímpico fica limitada a 15% (quinze por cento) dos recursos orçamentários disponíveis para a Bolsa-Atleta.

§ 5º Não serão beneficiados com a Bolsa-Atleta os atletas pertencentes à categoria máster ou similar."

"Art. 3º .....

I – possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas-Atleta de Base, Nacional, Internacional, Olímpico ou Paraolímpico, Pódio, e possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos e máxima de 20 (vinte) anos para a obtenção da Bolsa-Atleta Estudantil, até o término das inscrições;

II – estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva;

III – estar em plena atividade esportiva;

IV – apresentar declaração sobre valores recebidos a título de patrocínio de pessoas jurídicas públicas ou privadas, incluindo-se todo e qualquer montante percebido eventual ou regularmente, diverso do salário, assim como qualquer tipo de apoio em troca de vinculação de marca;

V – ter participado de competição esportiva em âmbito nacional ou internacional no ano imediatamente anterior em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta, com exceção da Categoria Atleta Pódio;

VI – estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, exclusivamente para os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil;

VII – encaminhar, para aprovação, plano esportivo anual, contendo plano de treinamento, objetivos e metas esportivas para o ano de recebimento do benefício, conforme critérios e modelos a serem estabelecidos pelo Ministério do Esporte;

VIII – estar ranqueado na sua respectiva entidade internacional entre os 20 (vinte) primeiros colocados do mundo em sua modalidade ou prova específica, exclusivamente para atletas da Categoria Atleta Pódio."

"Art. 5º O Ministro de Estado do Esporte submeterá ao Conselho Nacional do Esporte – CNE a análise e deliberação acerca de pleito de concessão de bolsas para atletas de modalidades não olímpicas e não paraolímpicas, e respectivas categorias, que serão atendidas no exercício subsequente pela Bolsa-Atleta, observando-se o Plano Nacional do Desporto e as disponibilidades financeiras."

Art. 4º A Lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 4º-A, 7º-A e 8º-A:

"Art. 4º-A. A Bolsa-Atleta será concedida pelo prazo de 1 (um) ano, a ser paga em 12 (doze) parcelas mensais.

§ 1º Os atletas que já recebem o benefício e que conquistarem medalhas nos jogos olímpicos e paraolímpicos bem como os atletas da Categoria Atleta Pódio terão prioridade para renovação das suas respectivas bolsas.

§ 2º A prioridade para renovação da Bolsa-Atleta não desobriga o atleta ou seu representante ou procurador legal de obedecer a todos os procedimentos, inclusive de inscrição, e prazos estabelecidos pelo Ministério do Esporte, bem como de apresentação da respectiva prestação de contas."

"Art. 7º-A. Os critérios para reconhecimento de competições válidas para a concessão do benefício serão estabelecidos pelo Ministro de Estado do Esporte."

"Art. 8º-A. As formas e os prazos para a inscrição dos interessados na obtenção do benefício, bem como para a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e dos resultados esportivos propostos e alcançados pelos atletas beneficiados, serão fixados em regulamento."

Art. 5º Fica instituído o Programa Atleta Pódio destinado aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas individuais.

§ 1º O Programa Atleta Pódio garantirá aos atletas beneficiados apoio supletivo visando ao seu máximo desempenho esportivo para representação oficial do Brasil em competições esportivas internacionais e será destinado aos atletas de alto rendimento nas modalidades dos programas olímpico e paraolímpico.

§ 2º Não serão beneficiados os atletas pertencentes à categoria máster ou similar.

Art. 6º O Programa Atleta Pódio tem como finalidade melhorar o resultado esportivo de atletas brasileiros em competições internacionais, por meio das seguintes ações:

I – viabilização de equipe técnica multidisciplinar para planejamento, treinamento e acompanhamento dos atletas selecionados;

II – viabilização da participação em competições internacionais;

III – realização de treinamentos e intercâmbios internacionais;

IV – fornecimento de equipamentos e materiais esportivos de alta performance.

Parágrafo único. As ações listadas nos incisos I a IV não são necessariamente cumulativas e serão viabilizadas por meio de convênios celebrados entre o Ministério do Esporte e o Comitê Olímpico Brasileiro – COB, Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB ou entidades nacionais de administração do desporto.

Art. 7º Para pleitear o ingresso no Programa Atleta Pódio, o atleta deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – estar em plena atividade esportiva;

II – estar vinculado a uma entidade de prática esportiva ou a alguma entidade nacional de administração do desporto;

III – declarar se recebe qualquer tipo de patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, o valor efetivamente recebido e qual a vigência do contrato, entendendo-se por patrocínio todo e qualquer valor pecuniário eventual ou regular diverso do salário, assim como qualquer tipo de apoio em troca de vinculação de marca;

IV – estar ranqueado na respectiva entidade internacional entre os 20 (vinte) primeiros colocados do mundo em sua modalidade ou prova específica e ser indicado pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto em conjunto com o Comitê Olímpico Brasileiro – COB ou Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB e o Ministério do Esporte;

V – encaminhar, para aprovação, plano esportivo, conforme critérios e modelos a serem estabelecidos pelo Ministério do Esporte.

Art. 8º Os atletas serão beneficiados para um ciclo olímpico completo, sendo que a sua permanência no Programa Atleta Pódio será reavaliada anualmente, estando condicionada ao cumprimento do plano esportivo previamente aprovado pelo Ministério do Esporte e à permanência no ranqueamento, conforme disposto no inciso IV do art. 7º.

§ 1º Para efeito desta Lei, ciclo olímpico e paraolímpico é o período de 4 (quatro) anos compreendido entre a realização de 2 (dois) Jogos Olímpicos ou 2 (dois) Jogos Paraolímpicos, de verão ou de inverno, ou o que restar até a realização dos próximos Jogos Olímpicos ou Jogos Paraolímpicos.

§ 2º A concessão de Bolsa-Atleta na Categoria Atleta Pódio está obrigatoriamente vinculada à participação no Programa Atleta Pódio.

Art. 9º As despesas decorrentes do Programa Atleta Pódio correrão à conta de recursos orçamentários específicos alocados ao Ministério do Esporte e no limite de suas dotações.

Art. 10. O plano esportivo de que trata o inciso V do art. 7º deverá estar de acordo com o modelo e os critérios específicos para a respectiva modalidade esportiva, a serem definidos pelo Ministério do Esporte.

Art. 11. As formas e os prazos para a inscrição dos interessados na obtenção das ações previstas nos incisos I a IV do art. 7º, bem como para a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e dos resultados esportivos propostos e alcançados pelos atletas beneficiados, serão fixados em regulamento.

Art. 12. Fica instituído o Programa Cidade Esportiva, destinado aos Municípios brasileiros incentivadores do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, na forma do regulamento.

Parágrafo único. O Programa Cidade Esportiva poderá ser estendido aos Estados e ao Distrito Federal.

Art. 13. O Programa Cidade Esportiva tem como finalidade reconhecer iniciativas públicas locais e regionais de apoio ao desenvolvimento do esporte olímpico e paraolímpico brasileiro e fomentar novas iniciativas públicas no mesmo sentido, na forma do regulamento.

Art. 14. Para pleitear o reconhecimento de que trata o art. 13 e o apoio do Programa Cidade Esportiva, o Município deverá preencher os requisitos a serem definidos pelo Poder Executivo.

Art. 15. O Programa Cidade Esportiva será realizado por meio de instrumento convenial entre a União e os entes federados participantes.

Parágrafo único. As despesas decorrentes do Programa Cidade Esportiva referentes à parcela da União correrão à conta de recursos orçamentários específicos alocados ao Ministério do Esporte e no limite de suas dotações.

Art. 16. Fica criada a Rede Nacional de Treinamento, vinculada ao Ministério do Esporte, composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais ou locais, articulada para o treinamento de modalidades dos programas olímpico e paraolímpico, desde a base até a elite esportiva.

Art. 17. A Rede Nacional de Treinamento fomentará o desenvolvimento regional e local de talentos e jovens atletas, em coordenação com o Comitê Olímpico Brasileiro – COB e o Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, além de centros regionais e locais, na forma e condições definidas em ato do Ministro de Estado do Esporte.

Art. 18. O Poder Executivo publicará no Diário Oficial da União texto consolidado da Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998.

Art. 19. Ficam revogados:

I – o § 4º do art. 5º, o parágrafo único do art. 8º, o inciso II do art. 18, os incisos I a III do § 2º do art. 28, os incisos I a V do § 7º do art. 29, o § 3º do art. 31, o art. 33, os incisos I e II do § 3º do art. 56 e os incisos III e IV do art. 57 da Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998;

II – a Lei n. 6.354, de 2 de setembro de 1976.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

(Lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004)

Bolsa-atleta – Categoria Atleta de Base

Atletas Eventualmente Beneficiados	Valor Base Mensal
Atletas de quatorze a dezenove anos de idade, com destaque nas categorias de base do esporte de alto rendimento, tendo obtido até a terceira colocação nas modalidades individuais de categorias e eventos previamente indicados pela respectiva entidade nacional de administração do desporto ou que tenham sido eleitos entre os dez melhores atletas do ano anterior em cada modalidade coletiva, na categoria indicada pela respectiva entidade e que continuem treinando e participando de competições nacionais.	R$ 370,00 (trezentos e setenta reais)

Bolsa-Atleta – Categoria Estudantil

Atletas Eventualmente Beneficiados	Valor Base Mensal
Atletas de quatorze a vinte anos de idade, que tenham participado de eventos nacionais estudantis reconhecidos pelo Ministério do Esporte, tendo obtido até a terceira colocação nas modalidades individuais ou que tenham sido eleitos entre os seis melhores atletas em cada modalidade coletiva do referido evento e que continuem treinando e participando de competições nacionais.	R$ 370,00 (trezentos e setenta reais)

Bolsa-Atleta – Categoria Atleta Nacional

Atletas Eventualmente Beneficiados	Valor Base Mensal
Atletas que tenham participado do evento máximo da temporada nacional ou que integrem o *ranking* nacional da modalidade divulgado oficialmente pela respectiva entidade nacional da administração da modalidade, em ambas as situações, tendo obtido até a terceira colocação, e que continuem treinando e participando de competições nacionais. Os eventos máximos serão indicados pelas respectivas confederações ou associações nacionais da modalidade.	R$ 925,00 (novecentos e vinte e cinco reais)

Bolsa-Atleta – Categoria Atleta Internacional

Atletas Eventualmente Beneficiados	Valor Base Mensal
Atletas que tenham integrado a seleção brasileira de sua modalidade esportiva, representando o Brasil em campeonatos sul-americanos, pan-americanos ou mundiais, reconhecidos pelo Comitê Olímpico Brasileiro – COB ou Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB ou entidade internacional de administração da modalidade, obtendo até a terceira colocação, e que continuem treinando e participando de competições internacionais.	R$ 1.850,00 (mil, oitocentos e cinquenta reais)

Bolsa-Atleta – Categoria Atleta Olímpico ou Paraolímpico

Atletas Eventualmente Beneficiados	Valor Base Mensal
Atletas que tenham integrado as delegações olímpica ou paraolímpica brasileiras de sua modalidade esportiva, que continuem treinando e participando de competições internacionais e cumpram critérios definidos pelo Ministério do Esporte.	R$ 3.100,00 (três mil e cem reais)

Bolsa-Atleta: Categoria Atleta Pódio

Atletas Eventualmente Beneficiados	Valor Base Mensal
Atletas de modalidades olímpicas e paraolímpicas individuais que estejam entre os vinte melhores do mundo em sua prova, segundo ranqueamento oficial da entidade internacional de administração da modalidade e que sejam indicados pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto em conjunto com o respectivo Comitê Olímpico Brasileiro – COB ou Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB e com o Ministério do Esporte.	Até R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Bibliotecário

Lei n. 9.674,
de 25 de junho de 1998
(Publicada no *DOU*, 26-6-1998)

Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências.

Capítulo I
DA PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO

Art. 1º O exercício da profissão de Bibliotecário, em todo o território nacional, somente é permitido quando atendidas as qualificações estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. A designação "Bibliotecário", incluída no Quadro das Profissões Liberais, Grupo 19, da Consolidação das Leis do Trabalho, é privativa dos Bacharéis em Biblioteconomia.

Art. 2º (*Vetado.*)

Art. 3º O exercício da profissão de Bibliotecário é privativo:

I – dos portadores de diploma de Bacharel em Biblioteconomia, expedido por instituições de ensino superior oficialmente reconhecidas, registradas nos órgãos competentes, de acordo com a legislação em vigor;

II – dos portadores de diploma de graduação em Biblioteconomia, conferido por instituições estrangeiras de ensino superior, reconhecidas pelas leis do país de origem, e revalidados no Brasil, de acordo com a legislação vigente;

III – dos amparados pela Lei n. 7.504, de 2 de julho de 1986.

Capítulo II
DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Art. 4º O exercício da profissão de Bibliotecário, no âmbito das pessoas jurídicas de direito público e privado, é privativo dos Bacharéis em Biblioteconomia.

Art. 5º (*Vetado.*)

Capítulo III
DOS CONSELHOS DE BIBLIOTECONOMIA

Arts. 6º a 23. (*Vetados.*)

Capítulo IV
DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

Arts. 24 e 25. (*Vetados.*)

Capítulo V
DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA DOS CONSELHOS REGIONAIS DE BIBLIOTECONOMIA

Arts. 26 a 28. (*Vetados.*)

Capítulo VI
DO REGISTRO DE BIBLIOTECÁRIOS

Art. 29. O exercício da função de Bibliotecário é privativo dos bibliotecários inscritos nos quadros do Conselho Regional da respectiva jurisdição, nos termos desta Lei.

§ 1º É obrigatória a citação do número de registros no Conselho Regional, em todos os documentos de responsabilidade profissional.

§ 2º (*Vetado.*)

Art. 30. Ao profissional devidamente registrado no Conselho Regional serão fornecidas a carteira de identidade profissional e a cédula de identidade de Bibliotecário, que terão fé pública, nos termos da Lei.

Capítulo VII
DO REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

Arts. 31 e 32. (*Vetados.*)

Capítulo VIII
DO CADASTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

Art. 33. (*Vetado.*)

§ 1º (*Vetado.*)

§ 2º (*Vetado.*)

§ 3º As Bibliotecas Públicas localizadas em Municípios com até dez mil habitantes e cujo acervo não ultrapasse a duzentos exemplares catalogados poderão funcionar sob a supervisão de um Técnico em Biblioteconomia, devidamente registrado perante o Conselho e, neste caso, deverão comunicar ao respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia a criação, o funcionamento e a responsabilidade técnica da Biblioteca, para fins de anotação e controle, sendo isentas de qualquer taxa ou contribuição.

Art. 34. (*Vetado.*)

Capítulo IX
DAS ANUIDADES, TAXAS, EMOLUMENTOS, MULTAS E RENDA

Arts. 35 a 37. (*Vetados.*)

Capítulo X
DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E RECURSOS

Art. 38. A falta do competente registro, bem como do pagamento da anuidade, caracterizará o exercício ilegal da profissão de Bibliotecário.

Art. 39. Constituem infrações disciplinares:

I – exercer a profissão quando impedido de fazê-lo ou facilitar, por qualquer modo, o seu exercício a não registrados;

II – praticar, no exercício profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção penal;

III – não cumprir, no prazo estipulado, determinação emanada do Conselho Regional em matéria de competência deste, após regularmente notificado;

IV – deixar de pagar ao Conselho Regional, nos prazos previstos, as contribuições a que está obrigado;

V – faltar a qualquer dever profissional previsto nesta Lei;

VI – transgredir preceitos do Código de Ética Profissional.

Parágrafo único. As infrações serão apuradas levando-se em conta a natureza do ato e as circunstâncias de cada caso.

Art. 40. As penas disciplinares, consideradas a gravidade da infração cometida e a reincidência das mesmas, consistem em:

I – multa de um a cinquenta vezes o valor atualizado da anuidade;

II – advertência reservada;

III – censura pública;

IV – suspensão do exercício profissional de até três anos;

V – cassação do exercício profissional com a apreensão da carteira profissional.

§ 1º A pena de multa poderá ser combinada com qualquer das penalidades enumeradas neste artigo, podendo ser aplicada em dobro em caso de reincidência da mesma infração.

§ 2º A falta de pagamento da multa prevista neste Capítulo no prazo estipulado determinará a suspensão do exercício profissional, sem prejuízo da cobrança por via executiva.

§ 3º A suspensão por falta de pagamento de anuidades, taxas e multas somente cessará com o recolhimento da dívida, podendo estender-se a até três anos, decorridos os quais o profissional terá, automaticamente, cancelado seu registro, se não resgatar o débito, sem prejuízo da cobrança executiva.

§ 4º A pena de cassação do exercício profissional acarretará ao infrator a perda do direito de exercer a profissão, em todo o território nacional, com apreensão da carteira de identidade profissional.

§ 5º Ao infrator suspenso por débitos será admitida a reabilitação profissional mediante novo registro, satisfeitos, além das anuidades em débito, as multas e demais emolumentos e taxas cabíveis.

Art. 41. (*Vetado.*)

Art. 42. Nenhuma penalidade será aplicada sem que tenha sido assegurado ao infrator amplo direito de defesa.

Art. 43. (*Vetado.*)

Art. 44. Não caberá ao infrator outro recurso por via administrativa.

Art. 45. As denúncias só serão recebidas quando assinadas com a qualificação do denunciante e acompanhadas dos elementos comprobatórios do alegado, tramitando em caráter reservado, vedada a divulgação do nome do denunciante.

Art. 46. As pessoas não habilitadas que exercerem a profissão regulamentada nesta Lei estão sujeitas às penalidades previstas na Lei de Contravenções Penais e ao pagamento de multa, a ser definida pelo Conselho Federal.

Capítulo XI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 47. São equivalentes, para todos os efeitos, os diplomas de Bibliotecário, de Bacharel em Biblioteconomia e de Bacharel em Biblioteconomia e Documentação, expedidos até a data desta Lei por escolas oficialmente reconhecidas e registradas nos órgãos competentes, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 48. As pessoas não portadoras de diploma, que tenham exercido a atividade até 30 de janeiro de 1987, e que já estão devidamente registradas nos quadros dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, estão habilitadas no exercício da profissão.

Arts. 49 a 51. (*Vetados.*)

Art. 52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 53. (*Vetado.*)

Cabineiros de elevador

Lei n. 3.270,
de 30 de setembro de 1957
(Publicada no *DOU*, 3-10-1957)

Fixa em 6 (seis) o número de horas de trabalho diário dos cabineiros de elevador e dá outras providências.

Art. 1º É fixado em 6 (seis) o número de horas de trabalho diário dos cabineiros de elevador.

Parágrafo único. É vetado a empregador e empregado qualquer acordo visando ao aumento das horas de trabalho fixadas no art. 1º desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Deficiente físico

Lei n. 8.213,
de 24 de julho de 1991
(Publicada no *DOU*, 25-7-1991, e republicada em 14-8-1998)
(Publicação consolidada da Lei n. 8.213, de 24-7-1991, determinada pelo art. 12 da Lei n. 9.528, de 10-12-1997)

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

.....

Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

§ 1º A empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador.

§ 2º Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho.

§ 3º É dever da empresa prestar informações pormenorizadas sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular.

§ 4º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social fiscalizará e os sindicatos e entidades representativas de classe acompanharão o fiel cumprimento do disposto nos parágrafos anteriores, conforme dispuser o Regulamento.

Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I – doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II – doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

§ 1º Não são consideradas como doença do trabalho:

a) a doença degenerativa;

b) a inerente a grupo etário;

c) a que não produza incapacidade laborativa;

d) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

§ 2º Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II deste artigo resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente do trabalho.

Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:

I – o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II – o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;

d) ato de pessoa privada do uso da razão;

e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;

III – a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;

IV – o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão de obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 1º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho.

§ 2º Não é considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão

que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.

Art. 21-A. A perícia médica do INSS considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexo técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças – CID, em conformidade com o que dispuser o regulamento. (*Incluído pela Lei n. 11.430, de 2006.*)

§ 1º A perícia médica do INSS deixará de aplicar o disposto neste artigo quando demonstrada a inexistência do nexo de que trata o *caput* deste artigo. (*Incluído pela Lei n. 11.430, de 2006.*)

§ 2º A empresa poderá requerer a não aplicação do nexo técnico epidemiológico, de cuja decisão caberá recurso com efeito suspensivo, da empresa ou do segurado, ao Conselho de Recursos da Previdência Social. (*Incluído pela Lei n. 11.430, de 2006.*)

Art. 22. A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário de contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.

§ 1º Da comunicação a que se refere este artigo receberão cópia fiel o acidentado ou seus dependentes, bem como o sindicato a que corresponda a sua categoria.

§ 2º Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, não prevalecendo nestes casos o prazo previsto neste artigo.

§ 3º A comunicação a que se refere o § 2º não exime a empresa de responsabilidade pela falta do cumprimento do disposto neste artigo.

§ 4º Os sindicatos e entidades representativas de classe poderão acompanhar a cobrança, pela Previdência Social, das multas previstas neste artigo.

§ 5º A multa de que trata este artigo não se aplica na hipótese do *caput* do art. 21-A. (*Incluído pela Lei n. 11.430, de 2006.*)

Art. 23. Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro.

.....

Subseção V
Do Auxílio-Doença

Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

Parágrafo único. Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

Art. 60. O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz. (*Redação dada pela Lei n. 9.876, de 26-11-1999.*)

§ 1º Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de 30 (trinta) dias, o auxílio-doença será devido a contar da data da entrada do requerimento.

§ 2º (*Revogado pela Lei n. 9.032, de 28-4-1995.*)

§ 3º Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento da atividade

por motivo de doença, incumbirá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral. *(Redação dada pela Lei n. 9.876, de 26-11-1999.)*

§ 4º A empresa que dispuser de serviço médico, próprio ou em convênio, terá a seu cargo o exame médico e o abono das faltas correspondentes ao período referido no § 3º, somente devendo encaminhar o segurado à perícia médica da Previdência Social quando a incapacidade ultrapassar 15 (quinze) dias.

Art. 61. O auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 91% (noventa e um por cento) do salário de benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei. *(Redação dada pela Lei n. 9.032, de 28-4-1995.)*

.....

Art. 63. O segurado empregado em gozo de auxílio-doença será considerado pela empresa como licenciado.

Parágrafo único. A empresa que garantir ao segurado licença remunerada ficará obrigada a pagar-lhe durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença.

.....

Subseção VI
Do Salário-Família

Art. 65. O salário-família será devido, mensalmente, ao segurado empregado, exceto ao doméstico, e ao segurado trabalhador avulso, na proporção do respectivo número de filhos ou equiparados nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, observado o disposto no art. 66.

Parágrafo único. O aposentado por invalidez ou por idade e os demais aposentados com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou 60 (sessenta) anos ou mais, se do feminino, terão direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria.

Art. 66. O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até 14 (quatorze) anos de idade ou inválido de qualquer idade é de:

I – Cr$ 1.360,00 (um mil trezentos e sessenta cruzeiros), para o segurado com remuneração mensal não superior a Cr$ 51.000,00 (cinquenta e um mil cruzeiros)[512];

II – Cr$ 170,00 (cento e setenta cruzeiros), para o segurado com remuneração mensal superior a Cr$ 51.000,00 (cinquenta e um mil cruzeiros)[513].

Art. 67. O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado, nos termos do regulamento. *(Redação dada pela Lei n. 9.876, de 26-11-1999.)*

Art. 68. As cotas do salário-família serão pagas pela empresa, mensalmente, junto com o salário, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições, conforme dispuser o Regulamento.

§ 1º A empresa conservará durante 10 (dez) anos os comprovantes dos pagamentos e as cópias das certidões correspondentes, para exame pela fiscalização da Previdência Social.

§ 2º Quando o pagamento do salário não for mensal, o salário-família será pago juntamente com o último pagamento relativo ao mês.

Art. 69. O salário-família devido ao trabalhador avulso poderá ser recebido pelo sindicato de classe respectivo, que se incumbirá de elaborar as folhas correspondentes e de distribuí-lo.

Art. 70. A cota do salário-família não será incorporada, para qualquer efeito, ao salário ou ao benefício.

---

512. Valores atualizados pela Portaria MPS n. 727, de 30-5-2003, a partir de 1º-6-2003, para, respectivamente, R$ 13,48 (treze reais e quarenta e oito centavos) e R$ 560,81 (quinhentos e sessenta reais e oitenta e um centavos).

513. Valores atualizados pela Portaria MPAS n. 4.479, de 4-6-1998, a partir de 1º-6-1998, para, respectivamente, R$ 1,07 (um real e sete centavos) e R$ 324,45 (trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 26. Os sindicatos poderão, mediante solicitação das respectivas diretorias, incumbir-se da entrega das Carteiras de Trabalho e Previdência Social pedidas por seus associados e pelos demais profissionais da mesma classe. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Parágrafo único. Não poderão os sindicatos, sob pena das sanções previstas neste Capítulo, cobrar remuneração pela entrega das Carteiras de Trabalho e Previdência Social, cujo serviço nas respectivas sedes será fiscalizado pelas Delegacias Regionais ou órgãos autorizados. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Arts. 27 e 28. (Revogados pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

► Comentários

A denominada *Carteira de Trabalho e Previdência Social* é, inquestionavelmente, documento de suma importância para a configuração da relação de emprego e qualificação profissional do obreiro, muito embora as anotações nela levadas a efeito gerem presunção meramente *juris tantum* e, portanto, relativas, elidíveis, por isso mesmo, por prova em contrário, como enfatiza a Súmula 12 do TST.

O dispositivo legal ora sob comento deixa claro tratar-se de documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego urbano ou rural, bem como para o exercício, por conta própria, de atividade profissional remunerada.

Admitido o empregado, terá o seu empregador 48 horas para devolvê-la ao obreiro, com as respectivas anotações.

O § 3º do art. 13 admite a contratação de empregado sem a apresentação da Carteira Profissional, nas localidades onde não haja órgão expedidor do documento nominado, concedendo-se ao obreiro o prazo de 30 dias para o fornecimento ao empregador da carteira respectiva.

Nesta hipótese, deve o empregador fornecer, a seu empregado, documento consignando sua admissão, com a respectiva data, funções exercidas e salários.

Observe-se que, em conformidade com o que dispõe o art. 41, a Carteira Profissional não dispensa a utilização de livro de registro de seus empregados, podendo ser adotados fichas ou sistema eletrônico.

A importância e finalidade da Carteira Profissional é posta em relevo pela própria Exposição de Motivos da CLT:

"No concernente à identificação profissional, há quem incorra em absoluto equívoco, ignorando o sentido exato dessa instituição jurídica. Houve quem lhe apontasse, apenas, a utilidade de mero instrumento do contrato de trabalho, quando, na verdade, é este, embora de grande alcance, apenas um aspecto da carteira profissional, cujo caráter fundamental é o de documento de qualificação profissional, constituindo mesmo a primeira manifestação da tutela do Estado ao trabalhador, antes formalmente *desqualificado* sob o ponto de vista profissional e, a seguir, com a emissão daquele título habilitado à ocupação de um emprego ou ao exercício de uma profissão. Não há como subordinar essa criação típica do Direito Social ao papel acessório de prova do contrato de trabalho, quando, como se vê, a sua emissão antecede ao ajuste do emprego e agora, pela Consolidação, passará a constituir uma condição obrigatória para o trabalho".

A Carteira Profissional, portanto, além de positivar o vínculo empregatício, é documento que atesta as aptidões pro-

Subseção VII
Do Salário-Maternidade

Art. 71. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante cento e vinte dias, com início no período entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade. *(Redação dada pela Lei n. 10.710, de 5-8-2003.)*

Parágrafo único. *(Revogado pela Lei n. 9.528, de 10-12-1997.)*

Art. 71-A. À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1 (um) ano de idade, de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade. (*Artigo incluído pela Lei n. 10.421, de 15-4-2002.*)

Parágrafo único. O salário-maternidade de que trata este artigo será pago diretamente pela Previdência Social. *(Acrescentado pela Lei n. 10.710, de 5-8-2003.)*

Art. 72. O salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração integral. *(Redação dada pela Lei n. 9.876, de 26-11-1999.)*

§ 1º Cabe à empresa pagar o salário-maternidade devido à respectiva empregada gestante, efetivando-se a compensação, observado o disposto no art. 248 da Constituição Federal, quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço. *(Acrescentado pela Lei n. 10.710, de 5-8-2003.)*

§ 2º A empresa deverá conservar durante 10 (dez) anos os comprovantes dos pagamentos e os atestados correspondentes para exame pela fiscalização da Previdência Social. (*Primitivo parágrafo único renumerado pela Lei n. 10.710, de 5-8-2003.*)

§ 3º O salário-maternidade devido à trabalhadora avulsa será pago diretamente pela Previdência Social. *(Acrescentado pela Lei n. 10.710, de 5-8-2003.)*

Art. 73. Assegurado o valor de um salário mínimo, o salário-maternidade para as demais seguradas, pago diretamente pela Previdência Social, consistirá: *(Redação dada pela Lei n. 10.710, de 5-8-2003.)*

I – em um valor correspondente ao do seu último salário de contribuição, para a segurada empregada doméstica; *(Inciso incluído pela Lei n. 9.876, de 26-11-1999.)*

II – em um doze avos do valor sobre o qual incidiu sua última contribuição anual, para a segurada especial; *(Inciso incluído pela Lei n. 9.876, de 26-11-1999.)*

III – em um doze avos da soma dos doze últimos salários de contribuição, apurados em um período não superior a quinze meses, para as demais seguradas. *(Inciso incluído pela Lei n. 9.876, de 26-11-1999.)*

.....

Subseção XI
Do Auxílio-Acidente

Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. *(Redação dada pela Lei n. 9.528, de 10-12-1997.)*

.....

Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

Parágrafo único. *(Revogado pela Lei n. 9.032, de 28-4-1995.)*

.....

Lei n. 7.853,
de 24 de outubro de 1989
(Publicada no *DOU*, 25-10-1989)

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no *caput* deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objeto desta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I – na área da educação:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;

e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

II – na área da saúde:

a) a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico e ao encaminhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência;

b) o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidente do trabalho e de trânsito, e de tratamento adequado a suas vítimas;

c) a criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação;

d) a garantia de acesso das pessoas portadoras de deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados, e de seu adequado tratamento neles, sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;

e) a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado;

f) o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as pessoas portadoras de deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a integração social;

III – na área da formação profissional e do trabalho:

a) o apoio governamental à formação profissional, e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional;

b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns;

c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privado, de pessoas portadoras de deficiência;

d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regulamente a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência;

IV – na área de recursos humanos:

a) a formação de professores de nível médio para a Educação Especial, de técnicos de nível médio especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores para formação profissional;

b) a formação e qualificação de recursos humanos que, nas diversas áreas de conhecimento, inclusive de nível superior, atendam à demanda e às necessidades reais das pessoas portadoras de deficiências;

c) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência;

V – na área das edificações:

a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.

Art. 3º As ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal; por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência.

§ 1º Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias.

§ 2º As certidões e informações a que se refere o parágrafo anterior deverão ser fornecidas dentro de 15 (quinze) dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos, e só poderão ser utilizadas para a instrução da ação civil.

§ 3º Somente nos casos em que o interesse público, devidamente justificado, impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação.

§ 4º Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, a ação poderá ser proposta desacompanhada das certidões ou informações negadas, cabendo ao juiz, após apreciar os motivos do indeferimento, e, salvo quando se tratar de razão de segurança nacional, requisitar umas e outras; feita a requisição, o processo correrá em segredo de justiça, que cessará com o trânsito em julgado da sentença.

§ 5º Fica facultado aos demais legitimados ativos habilitarem-se como litisconsortes nas ações propostas por qualquer deles.

§ 6º Em caso de desistência ou abandono da ação, qualquer dos colegitimados pode assumir a titularidade ativa.

Art. 4º A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

§ 1º A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica

sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

§ 2º Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.

Art. 5º O Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.

Art. 6º O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, certidões, informações, exame ou perícias, no prazo que assinalar, não inferior a 10 (dez) dias úteis.

§ 1º Esgotadas as diligências, caso se convença o órgão do Ministério Público da inexistência de elementos para a propositura de ação civil, promoverá fundamentadamente o arquivamento do inquérito civil, ou das peças informativas. Neste caso, deverá remeter a reexame os autos ou as respectivas peças, em 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, que os examinará, deliberando a respeito, conforme dispuser seu Regimento.

§ 2º Se a promoção do arquivamento for reformada, o Conselho Superior do Ministério Público designará desde logo outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

Art. 7º Aplicam-se à ação civil pública prevista nesta Lei, no que couber, os dispositivos da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985.

Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa:

I – recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta;

II – obstar, sem justa causa, o acesso de alguém a qualquer cargo público, por motivos derivados de sua deficiência;

III – negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho;

IV – recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, quando possível, à pessoa portadora de deficiência;

V – deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;

VI – recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

Art. 9º A Administração Pública Federal conferirá aos assuntos relativos às pessoas portadoras de deficiência tratamento prioritário e apropriado, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, bem como sua completa integração social.

§ 1º Os assuntos a que alude este artigo serão objeto de ação, coordenada e integrada, dos orgãos da Administração Pública Federal, e incluir-se-ão em Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, na qual estejam compreendidos planos, programas e projetos sujeitos a prazos e objetivos determinados.

§ 2º Ter-se-ão como integrantes da Administração Pública Federal, para os fins desta Lei, além dos órgãos públicos, das autarquias, das empresas públicas e sociedades de economia mista, as respectivas subsidiárias e as fundações públicas.

Art. 10. A coordenação superior de assuntos, ações governamentais e medidas referentes a pessoas portadoras de deficiência caberá "a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência, da República. (*Alterado pela lei n. 11.958; de 26-6-2009.*)

Parágrafo único. À autoridade encarregada da coordenação superior mencionada no *caput* deste artigo caberá, principalmente, propor ao Presidente da República a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, seus planos, programas e projetos e cumprir as instruções superiores que lhes digam respeito, com a cooperação dos demais órgãos da Administração Pública Federal.

Art. 11. (*Revogado pela Lei n. 8.028, de 12-4-1990.*)

Art. 12. Compete à Corde:

I – coordenar as ações governamentais e medidas que se refiram às pessoas portadoras de deficiência;

II – elaborar os planos, programas e projetos subsumidos na Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, bem como propor as providências necessárias a sua completa implantação e seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos e as de caráter legislativo;

III – acompanhar e orientar a execução, pela Administração Pública Federal, dos planos, programas e projetos mencionados no inciso anterior;

IV – manifestar-se sobre a adequação à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência dos projetos federais a ela conexos, antes da liberação dos recursos respectivos;

V – manter, com os Estados, Municípios, Territórios, o Distrito Federal e o Ministério Público, estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à integração social das pessoas portadoras de deficiência;

VI – provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil de que trata esta Lei, e indicando-lhe os elementos de convicção;

VII – emitir opinião sobre os acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, no âmbito da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

VIII – promover e incentivar a divulgação e o debate das questões concernentes à pessoa portadora de deficiência, visando à conscientização da sociedade.

Parágrafo único. Na elaboração dos planos, programas e projetos a seu cargo, deverá a Corde recolher, sempre que possível, a opinião das pessoas e entidades interessadas, bem como considerar a necessidade de efetivo apoio aos entes particulares voltados para a integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 13. (*Revogado pela MP n. 2.216-37, de 31-8-2001.*)

Art. 14. (*Vetado.*)

Art. 15. Para atendimento e fiel cumprimento do que dispõe esta Lei, será reestruturada a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, e serão instituídos, no Ministério do Trabalho, no Ministério da Saúde e no Ministério da Previdência e Assistência Social, órgãos encarregados da coordenação setorial dos assuntos concernentes às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 16. O Poder Executivo adotará, nos 60 (sessenta) dias posteriores à vigência desta Lei, as providências necessárias à reestruturação e ao regular funcionamento da Corde, como aquelas decorrentes do artigo anterior.

Art. 17. Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subsequentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País.

Art. 18. Os órgãos federais desenvolverão, no prazo de 12 (doze) meses contado da publicação desta Lei, as ações necessárias à efetiva implantação das medidas indicadas no art. 2º desta Lei.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

Decreto n. 3.298,
de 20 de dezembro de 1999
(Publicado no *DOU*, 21-12-1999)

Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I – deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II – deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III – incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I – deficiência física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (*Redação dada pelo Decreto n. 5.296, de 2-12-2004.*)

II – deficiência auditiva – perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz; (*Redação dada pelo Decreto n. 5.296, de 2-12-2004.*)

III – deficiência visual – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (*Redação dada pelo Decreto n. 5.296, de 2-12-2004.*)

IV – deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

a) comunicação;

b) cuidado pessoal;

c) habilidades sociais;

d) utilização dos recursos da comunidade; (*Redação dada pelo Decreto n. 5.296, de 2-12-2004.*)

e) saúde e segurança;

f) habilidades acadêmicas;

g) lazer; e

h) trabalho;

V – deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

Capítulo II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 5º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em consonância com o Programa Nacional de Direitos Humanos, obedecerá aos seguintes princípios;

I – desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural;

II – estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico; e

III – respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

Capítulo III
DAS DIRETRIZES

Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

.....

III – incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer;

.....

V – ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho; e

VI – garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista.

Capítulo IV
DOS OBJETIVOS

Art. 7º São objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

I – o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade;

II – integração das ações dos órgãos e das entidades públicos e privados nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, edificação pública, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social;

.....

Capítulo V
DOS INSTRUMENTOS

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

.....

III – a aplicação da legislação específica que disciplina a reserva de mercado de trabalho, em favor da pessoa portadora de deficiência, nos órgãos e nas entidades públicos e privados;

.....

Capítulo VI
DOS ASPECTOS INSTITUCIONAIS

.....

Art. 11. Ao CONADE, criado no âmbito do Ministério da Justiça como órgão superior de deliberação colegiada, compete:

.....

II – acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte,

cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana e outras relativas à pessoa portadora de deficiência;

.....

Capítulo VII
DA EQUIPARAÇÃO DE OPORTUNIDADES

Art. 15. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal prestarão direta ou indiretamente à pessoa portadora de deficiência os seguintes serviços:

I – reabilitação integral, entendida como o desenvolvimento das potencialidades da pessoa portadora de deficiência, destinada a facilitar sua atividade laboral, educativa e social;

II – formação profissional e qualificação para o trabalho;

.....

Seção I
Da Saúde

Art. 16. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela saúde devem dispensar aos assuntos objeto deste Decreto tratamento prioritário e adequado, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

.....

II – o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidentes domésticos, de trabalho, de trânsito e outros, bem como o desenvolvimento de programa para tratamento adequado a suas vítimas;

III – a criação de rede de serviços regionalizados, descentralizados e hierarquizados em crescentes níveis de complexidade, voltada ao atendimento à saúde e reabilitação da pessoa portadora de deficiência, articulada com os serviços sociais, educacionais e com o trabalho;

.....

Art. 19. Consideram-se ajudas técnicas, para os efeitos deste Decreto, os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social.

.....

IV – equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para uso por pessoa portadora de deficiência;

.....

Art. 28. O aluno portador de deficiência matriculado ou egresso do ensino fundamental ou médio, de instituições públicas ou privadas, terá acesso à educação profissional, a fim de obter habilitação profissional que lhe proporcione oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

§ 1º A educação profissional para a pessoa portadora de deficiência será oferecida nos níveis básico, técnico e tecnológico, em escola regular, em instituições especializadas e nos ambientes de trabalho.

§ 2º As instituições públicas e privadas que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico à pessoa portadora de deficiência, condicionando a matrícula à sua capacidade de aproveitamento e não a seu nível de escolaridade.

§ 3º Entende-se por habilitação profissional o processo destinado a propiciar à pessoa portadora de deficiência, em nível formal e sistematizado, aquisição de conhecimentos e habilidades especificamente associados a determinada profissão ou ocupação.

§ 4º Os diplomas e certificados de cursos de educação profissional expedidos por instituição credenciada pelo Ministério da Educação ou órgão equivalente terão validade em todo o território nacional.

Art. 29. As escolas e instituições de educação profissional oferecerão, se necessário,

serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da pessoa portadora de deficiência, tais como:

I – adaptação dos recursos instrucionais: material pedagógico, equipamento e currículo;

II – capacitação dos recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados; e

III – adequação dos recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação.

Seção III
Da Habilitação e da Reabilitação Profissional

Art. 30. A pessoa portadora de deficiência, beneficiária ou não do Regime Geral de Previdência Social, tem direito às prestações de habilitação e reabilitação profissional para capacitar-se a obter trabalho, conservá-lo e progredir profissionalmente.

Art. 31. Entende-se por habilitação e reabilitação profissional o processo orientado a possibilitar que a pessoa portadora de deficiência, a partir da identificação de suas potencialidades laborativas, adquira o nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso e reingresso no mercado de trabalho e participar da vida comunitária.

Art. 32. Os serviços de habilitação e reabilitação profissional deverão estar dotados dos recursos necessários para atender toda pessoa portadora de deficiência, independentemente da origem de sua deficiência, desde que possa ser preparada para trabalho que lhe seja adequado e tenha perspectivas de obter, conservar e nele progredir.

Art. 33. A orientação profissional será prestada pelos correspondentes serviços de habilitação e reabilitação profissional, tendo em conta as potencialidades da pessoa portadora de deficiência, identificadas com base em relatório de equipe multiprofissional, que deverá considerar:

I – educação escolar efetivamente recebida e por receber;

II – expectativas de promoção social;

III – possibilidades de emprego existentes em cada caso;

IV – motivações, atitudes e preferências profissionais; e

V – necessidades do mercado de trabalho.

Seção IV
Do Acesso ao Trabalho

Art. 34. É finalidade primordial da política de emprego a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho ou sua incorporação ao sistema produtivo mediante regime especial de trabalho protegido.

Parágrafo único. Nos casos de deficiência grave ou severa, o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo poderá ser efetivado mediante a contratação das cooperativas sociais de que trata a Lei n. 9.867, de 10 de novembro de 1999.

Art. 35. São modalidades de inserção laboral da pessoa portadora de deficiência:

I – colocação competitiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciaria, que independe da adoção de procedimentos especiais para sua concretização, não sendo excluída a possibilidade de utilização de apoios especiais;

II – colocação seletiva: processo de contratação regular, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, que depende da adoção de procedimentos e apoios especiais para sua concretização; e

III – promoção do trabalho por conta própria: processo de fomento da ação de uma ou mais pessoas, mediante trabalho autônomo, cooperativado ou em regime de economia familiar, com vista à emancipação econômica e pessoal.

§ 1º As entidades beneficentes de assistência social, na forma da lei, poderão intermediar a modalidade de inserção laboral de que tratam os incisos II e III, nos seguintes casos:

I – na contratação para prestação de serviços, por entidade pública ou privada, da

pessoa portadora de deficiência física, mental ou sensorial: e

II – na comercialização de bens e serviços decorrentes de programas de habilitação profissional de adolescente e adulto portador de deficiência em oficina protegida de produção ou terapêutica.

§ 2º Consideram-se procedimentos especiais os meios utilizados para a contratação de pessoa que, devido ao seu grau de deficiência, transitória ou permanente, exija condições especiais, tais como jornada variável, horário flexível, proporcionalidade de salário, ambiente de trabalho adequado às suas especificidades, entre outros.

§ 3º Consideram-se apoios especiais a orientação, a supervisão e as ajudas técnicas entre outros elementos que auxiliem ou permitam compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, de modo a superar as barreiras da mobilidade e da comunicação, possibilitando a plena utilização de suas capacidades em condições de normalidade.

§ 4º Considera-se oficina protegida de produção a unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo desenvolver programa de habilitação profissional para adolescente e adulto portador de deficiência, provendo-o com trabalho remunerado, com vista à emancipação econômica e pessoal relativa.

§ 5º Considera-se oficina protegida terapêutica a unidade que funciona em relação de dependência com entidade pública ou beneficente de assistência social, que tem por objetivo a integração social por meio de atividades de adaptação e capacitação para o trabalho de adolescente e adulto que devido ao seu grau de deficiência, transitória ou permanente, não possa desempenhar atividade laboral no mercado competitivo de trabalho ou em oficina protegida de produção.

§ 6º O período de adaptação e capacitação para o trabalho de adolescente e adulto portador de deficiência em oficina protegida terapêutica não caracteriza vínculo empregatício e está condicionado a processo de avaliação individual que considere o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa.

§ 7º A prestação de serviços será feita mediante celebração de convênio ou contrato formal, entre a entidade beneficente de assistência social e o tomador de serviços, no qual constará a relação nominal dos trabalhadores portadores de deficiência colocados à disposição do tomador.

§ 8º A entidade que se utilizar do processo de colocação seletiva deverá promover, em parceria com o tomador de serviços, programas de prevenção de doenças profissionais e de redução da capacidade laboral, bem assim programas de reabilitação caso ocorram patologias ou se manifestem outras incapacidades.

Art. 36. A empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

I – até duzentos empregados, dois por cento;

II – de duzentos e um a quinhentos empregados, três por cento;

III – de quinhentos e um a mil empregados, quatro por cento; ou

IV – mais de mil empregados, cinco por cento.

§ 1º A dispensa de empregado na condição estabelecida neste artigo, quando se tratar de contrato por prazo determinado, superior a noventa dias, e a dispensa imotivada, no contrato por prazo indeterminado, somente poderá ocorrer após a contratação de substituto em condições semelhantes.

§ 2º Considera-se pessoa portadora de deficiência habilitada aquela que concluiu curso de educação profissional de nível básico, técnico ou tecnológico, ou curso superior, com certificação ou diplomação expedida por instituição pública ou privada, legalmente credenciada pelo Ministério da Educação ou

fissionais, sendo ainda indispensável à colocação e à inscrição sindical.

Ressalte-se que, conquanto obrigatória a Carteira Profissional, grande é o número de trabalhadores que prestam serviços sem as anotações respectivas. São os empregados sem registro, absorvidos aos milhares pela denominada *economia informal*.

Tais trabalhadores, malgrado a inexistência de anotação da relação empregatícia em suas carteiras profissionais, podem, obviamente observado o período prescricional, postular seus direitos trabalhistas na Justiça do Trabalho, lançando mão dos diversos meios de prova admitidos em juízo.

Os arts. 15 a 26 cuidam, antes de tudo, da parte burocrática relacionada com a obtenção da Carteira Profissional, a saber: 1º) o interessado na sua obtenção deve comparecer ao órgão emitente pessoalmente, a quem a Carteira será entregue mediante recibo; 2º) a entrega da Carteira Profissional pode ser efetuada pelos respectivos sindicatos, vedada a cobrança de qualquer remuneração por tal serviço; 3º) o documento sob comento conterá, necessariamente, a fotografia do titular; nome, filiação, data e lugar do nascimento; assinatura do portador; nome, idade e estado civil dos dependentes. Em se tratando de estrangeiro, número do documento de naturalização ou data de chegada ao Brasil. Ao receber a Carteira Profissional, o interessado deve identificar-se com documento oficial, de que a Carteira de Identidade é o exemplo clássico. Na inexistência de documento que o identifique, lavrar-se-á um termo de declaração, confirmada por duas testemunhas. Em se tratando de menor de dezoito anos, tais declarações serão prestadas por seu responsável legal. O analfabeto consignará sua impressão digital.

As anotações relativas à alteração do estado civil do titular ou relacionadas com os seus dependentes devem ser feitas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Na eventualidade de segunda via (em caso de imprestabilidade do documento ou esgotamento do espaço destinado às anotações), esta conservará o número e a série da anterior.

► *Jurisprudência*

▷ **Súmula 12 do Tribunal Superior do Trabalho. Carteira profissional.** As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção *juris et de jure*, mas apenas *juris tantum*. (RA 28/69, *DO/GB*, 21-8-1969)

▷ **Empregado público. Contratação sem concurso antes da promulgação da Constituição Federal. Validade.** A falta de registro na carteira de trabalho por culpa da empregadora não obsta o vínculo empregatício. O fato da reclamada não observar os requisitos formais para o vínculo de emprego não implica inexistência de contrato de trabalho válido, porquanto este teve início antes da Carta Magna, quando não havia exigência de concurso público, e perdurou de forma contínua após o seu advento. (TRT/15ª R., Ac. 28.293/2000, j. 31-7-2000, REO 22.820, de 1995, Seção Especializada, Rel. Fany Fajerstein, *DOE*, 31-7-2000)

▷ **Recurso de revista. Ação declaratória. Vínculo de emprego com anotação na carteira de trabalho. Prescrição.** A ação declaratória que visa à anotação da carteira de trabalho,

órgão equivalente, ou aquela com certificado de conclusão de processo de habilitação ou reabilitação profissional fornecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

§ 3º Considera-se, também, pessoa portadora de deficiência habilitada aquela que, não tendo se submetido a processo de habilitação ou reabilitação, esteja capacitada para o exercício da função.

§ 4º A pessoa portadora de deficiência habilitada nos termos dos §§ 2º e 3º deste artigo poderá recorrer à intermediação de órgão integrante do sistema público de emprego, para fins de inclusão laboral na forma deste artigo.

§ 5º Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego estabelecer sistemática de fiscalização, avaliação e controle das empresas, bem como instituir procedimentos e formulários que propiciem estatísticas sobre o número de empregados portadores de deficiência e de vagas preenchidas, para fins de acompanhamento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 37. Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência o direito de se inscrever em concurso público, em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

§ 1º O candidato portador de deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado no mínimo o percentual de cinco por cento em face da classificação obtida.

§ 2º Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

Art. 38. Não se aplica o disposto no artigo anterior nos casos de provimento de:

I – cargo em comissão ou função de confiança, de livre nomeação e exoneração; e

II – cargo ou emprego público integrante de carreira que exija aptidão plena do candidato.

Art. 39. Os editais de concursos públicos deverão conter:

I – o número de vagas existentes, bem como o total correspondente à reserva destinada à pessoa portadora de deficiência;

II – as atribuições e tarefas essenciais dos cargos;

III – previsão de adaptação das provas, do curso de formação e do estágio probatório, conforme a deficiência do candidato; e

IV – exigência de apresentação, pelo candidato portador de deficiência, no ato da inscrição, de laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

Art. 40. É vedado à autoridade competente obstar a inscrição de pessoa portadora de deficiência em concurso público para ingresso em carreira da Administração Pública Federal direta e indireta.

§ 1º No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias do concurso deverá requerê-lo, no prazo determinado em edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.

§ 2º O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no edital do concurso.

Art. 41. A pessoa portadora de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas neste Decreto, participará de concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne:

I – ao conteúdo das provas;

II – à avaliação e aos critérios de aprovação;

III – ao horário e ao local de aplicação das provas; e

IV – à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

Art. 42. A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de

deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

Art. 43. O órgão responsável pela realização do concurso terá a assistência de equipe multiprofissional composta de três profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e três profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato.

§ 1º A equipe multiprofissional emitirá parecer observando:

I – as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição;

II – a natureza das atribuições e tarefas essenciais do cargo ou da função a desempenhar;

III – a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas;

IV – a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize; e

V – a CID e outros padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

§ 2º A equipe multiprofissional avaliará a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência do candidato durante o estágio probatório.

Art. 44. A análise dos aspectos relativos ao potencial de trabalho do candidato portador de deficiência obedecerá ao disposto no art. 20 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 45. Serão implementados programas de formação e qualificação profissional voltados para a pessoa portadora de deficiência no âmbito do Plano Nacional de Formação Profissional – PLANFOR.

Parágrafo único. Os programas de formação e qualificação profissional para pessoa portadora de deficiência terão como objetivos:

I – criar condições que garantam a toda pessoa portadora de deficiência o direito a receber uma formação profissional adequada;

II – organizar os meios de formação necessários para qualificar a pessoa portadora de deficiência para a inserção competitiva no mercado laboral; e

III – ampliar a formação e qualificação profissional sob a base de educação geral para fomentar o desenvolvimento harmônico da pessoa portadora de deficiência, assim como para satisfazer as exigências derivadas do progresso técnico, dos novos métodos de produção e da evolução social e econômica.

.....

Capítulo VIII
DA POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS

Art. 49. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, responsáveis pela formação de recursos humanos, devem dispensar aos assuntos objeto deste Decreto tratamento prioritário e adequado, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I – formação e qualificação de professores de nível médio e superior para a educação especial, de técnicos de nível médio e superior especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores e professores para a formação profissional;

II – formação e qualificação profissional, nas diversas áreas de conhecimento e de recursos humanos que atendam às demandas da pessoa portadora de deficiência; e

III – incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência.

.....

Capítulo XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

.....

Art. 57. Fica criada, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, comissão especial, com a finalidade de apresentar,

no prazo de cento e oitenta dias, a contar de sua constituição, propostas destinadas a:

I – implementar programa de formação profissional mediante a concessão de bolsas de qualificação para a pessoa portadora de deficiência, com vistas a estimular a aplicação do disposto no art. 36; e

II – propor medidas adicionais de estímulo à adoção de trabalho em tempo parcial ou em regime especial para a pessoa portadora de deficiência.

Parágrafo único. A comissão especial de que trata o *caput* deste artigo será composta por um representante de cada órgão e entidade a seguir indicados:

I – CORDE;

II – CONADE;

III – Ministério do Trabalho e Emprego;

IV – Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social;

V – Ministério da Educação;

VI – Ministério dos Transportes;

VII – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e

VIII – INSS.

.....

Art. 59. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação,

Art. 60. Ficam revogados os Decretos ns. 93.481, de 29 de outubro de 1986, 914, de 6 de setembro de 1993, 1.680, de 18 de outubro de 1995, 3.030, de 20 de abril de 1999, o § 2º do art. 141 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999, e o Decreto n. 3.076, de 1º de junho de 1999.

Decreto n. 3.956, de 8 de outubro de 2001

(Publicado no *DOU*, 9-10-2001)

Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Art. 1º A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência

Os Estados-Partes nesta Convenção,

.....

Convieram no seguinte:

Artigo I

Para os efeitos desta Convenção, entende-se por:

1. Deficiência

O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

2. Discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência:

a) o termo "discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

b) Não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado-Parte para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Nos casos em que a legislação interna preveja a declaração de interdição, quando for necessária e apropriada para o seu bem-estar, esta não constituirá discriminação.

Artigo II

Esta Convenção tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade.

Artigo III

Para alcançar os objetivos desta Convenção, os Estados-Partes comprometem-se a:

1. Tomar as medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de qualquer outra natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade, entre as quais as medidas abaixo enumeradas, que não devem ser consideradas exclusivas:

a) medidas das autoridades governamentais e/ou entidades privadas para eliminar progressivamente a discriminação e promover a integração na prestação ou fornecimento de bens, serviços, instalações, programas e atividades, tais como o emprego, o transporte, as comunicações, a habitação, o lazer, a educação, o esporte, o acesso à justiça e aos serviços policiais e as atividades políticas e de administração;

b) medidas para que os edifícios, os veículos e as instalações que venham a ser construídos ou fabricados em seus respectivos territórios facilitem o transporte, a comunicação e o acesso das pessoas portadoras de deficiência;

c) medidas para eliminar, na medida do possível, os obstáculos arquitetônicos, de transporte e comunicações que existam, com a finalidade de facilitar o acesso e uso por parte das pessoas portadoras de deficiência; e

d) medidas para assegurar que as pessoas encarregadas de aplicar esta Convenção e a legislação interna sobre esta matéria estejam capacitadas a fazê-lo.

2. Trabalhar prioritariamente nas seguintes áreas:

a) prevenção de todas as formas de deficiência preveníveis;

b) detecção e intervenção precoce, tratamento, reabilitação, educação, formação ocupacional e prestação de serviços completos para garantir o melhor nível de independência e qualidade de vida para as pessoas portadoras de deficiência; e

c) sensibilização da população, por meio de campanhas de educação, destinadas a eliminar preconceitos, estereótipos e outras atitudes que atentam contra o direito das pessoas a serem iguais, permitindo desta forma o respeito e a convivência com as pessoas portadoras de deficiência.

.....

Artigo XIV

1. O instrumento original desta Convenção, cujos textos em espanhol, francês, inglês e português são igualmente autênticos, será depositado na Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, que enviará cópia autenticada de seu texto, para registro e publicação, ao Secretariado das Nações Unidas, em conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

2. A Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos notificará os Estados-membros dessa Organização e os Estados que tiverem aderido à Convenção sobre as assinaturas, os depósitos dos instrumentos de ratificação, adesão ou denúncia, bem como sobre as eventuais reservas.

Desportista profissional

Lei n. 9.615,
de 24 de março de 1998
(Publicada no *DOU*, 25-3-1998)

Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

Capítulo I
DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O desporto brasileiro abrange práticas formais e não formais e obedece às normas gerais desta Lei, inspirado nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito.

§ 1º A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto.

§ 2º A prática desportiva não formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes.

Capítulo II
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 2º O desporto, como direito individual, tem como base os princípios:

I – da soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva;

II – da autonomia, definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva;

III – da democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação;

IV – da liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidade do setor;

V – do direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não formais;

VI – da diferenciação, consubstanciado no tratamento específico dado ao desporto profissional e não profissional;

VII – da identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional;

VIII – da educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante, e fomentado por meio da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional;

IX – da qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral;

X – da descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual, distrital e municipal;

XI – da segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial;

XII – da eficiência, obtido por meio do estímulo à competência desportiva e administrativa.

Parágrafo único. A exploração e a gestão do desporto profissional constituem exercício de atividade econômica sujeitando-se, especificamente, à observância dos princípios: (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

I – da transparência financeira e administrativa; (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

II – da moralidade na gestão desportiva; (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

III – da responsabilidade social de seus dirigentes; (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

IV – do tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional; e (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

V – da participação na organização desportiva do País. (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

Capítulo III
DA NATUREZA E DAS FINALIDADES DO DESPORTO

Art. 3º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I – desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II – desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III – desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

Parágrafo único. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I – de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

II – de modo não profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio. (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

a) (revogada); (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

b) (revogada). (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Capítulo IV
DO SISTEMA BRASILEIRO DO DESPORTO

Seção I
Da composição e dos objetivos

Art. 4º O Sistema Brasileiro do Desporto compreende:

I – o Ministério do Esporte; (*Redação dada pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

II – (*Revogado pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

III – o Conselho Nacional do Esporte – CNE; (*Redação dada pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

IV – o sistema nacional do desporto e os sistemas de desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração, integrados por vínculos de natureza técnica específicos de cada modalidade desportiva.

§ 1º O Sistema Brasileiro do Desporto tem por objetivo garantir a prática desportiva regular e melhorar-lhe o padrão de qualidade.

§ 2º A organização desportiva do País, fundada na liberdade de associação, integra o patrimônio cultural brasileiro e é considerada de elevado interesse social, inclusive para os fins do disposto nos incisos I e III do art. 5º da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993. (*Redação dada pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 3º Poderão ser incluídas no Sistema Brasileiro de Desporto as pessoas jurídicas que desenvolvam práticas não formais, promovam a cultura e as ciências do desporto e formem e aprimorem especialistas.

Seção II
Dos Recursos do Ministério do Esporte

Art. 5º Os recursos do Ministério do Esporte serão aplicados conforme dispuser o Plano Nacional do Desporto, observado o disposto nesta Seção. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º (*Revogado pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 2º (*Revogado pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 3º Caberá ao Ministério do Esporte, ouvido o CNE, nos termos do inciso II do art. 11, propor o Plano Nacional do Desporto, decenal, observado o disposto no art. 217 da Constituição Federal. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 4º (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 6º Constituem recursos do Ministério do Esporte: (*Redação dada pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

I – receitas oriundas de concursos de prognósticos previstos em lei;

II – adicional de quatro e meio por cento incidente sobre cada bilhete, permitido o arredondamento do seu valor feito nos concursos de prognósticos a que se refere o Decreto-Lei n. 594, de 27 de maio de 1969, e a Lei n. 6.717, de 12 de novembro de 1979, destinado ao cumprimento do disposto no art. 7º;

III – doações, legados e patrocínios;

IV – prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal, não reclamados;

V – outras fontes.

§ 1º O valor do adicional previsto no inciso II deste artigo não será computado no montante da arrecadação das apostas para fins de cálculo de prêmios, rateios, tributos de qualquer natureza ou taxas de administração.

§ 2º Do adicional de 4,5% (quatro e meio por cento) de que trata o inciso II deste artigo, 1/3 (um terço) será repassado às Secretarias de Esporte dos Estados e do Distrito Federal ou, na inexistência destas, a órgãos que tenham atribuições semelhantes na área do esporte, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade da Federação, para aplicação prioritária em jogos escolares de esportes olímpicos e paraolímpicos, admitida também sua aplicação nas destinações previstas nos incisos I, VI e VIII do art. 7º desta Lei. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 3º A parcela repassada aos Estados e ao Distrito Federal na forma do § 2º será aplicada integralmente em atividades finalísticas do esporte, sendo pelo menos 50% (cinquenta por cento) investidos em projetos apresentados pelos Municípios ou, na falta de projetos, em ações governamentais em benefício dos Municípios. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 4º Trimestralmente, a Caixa Econômica Federal – CAIXA apresentará balancete ao Ministério do Esporte, com o resultado da receita proveniente do adicional de que trata o inciso II deste artigo. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 7º Os recursos do Ministério do Esporte terão a seguinte destinação: (*Redação dada pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

I – desporto educacional;

II – desporto de rendimento, nos casos de participação de entidades nacionais de administração do desporto em competições internacionais, bem como as competições brasileiras dos desportos de criação nacional;

III – desporto de criação nacional;

IV – capacitação de recursos humanos:

a) cientistas desportivos;

b) professores de educação física; e

c) técnicos de desporto;

V – apoio a projeto de pesquisa, documentação e informação;

VI – construção, ampliação e recuperação de instalações esportivas;

VII – apoio supletivo ao sistema de assistência ao atleta profissional com a finalidade de promover sua adaptação ao mercado de trabalho quando deixar a atividade;

VIII – apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência.

Art. 8º A arrecadação obtida em cada teste da Loteria Esportiva terá a seguinte destinação:

I – quarenta e cinco por cento para pagamento dos prêmios, incluindo o valor correspondente ao imposto sobre a renda;

II – vinte por cento para a Caixa Econômica Federal – CEF, destinados ao custeio total da administração dos recursos e prognósticos desportivos;

III – dez por cento para pagamento, em parcelas iguais, às entidades de práticas desportivas constantes do teste, pelo uso de suas denominações, marcas e símbolos;

IV – quinze por cento para o Ministério do Esporte; (*Redação dada pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

V – 10% (dez por cento) para a Seguridade Social. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Parágrafo único. (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 9º Anualmente, a renda líquida total de um dos testes da Loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro-COB, para treinamento e competições preparatórias das equipes olímpicas nacionais.

§ 1º Nos anos de realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Pan-Americanos, a renda líquida de um segundo teste da Loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB, para o atendimento da participação de delegações nacionais nesses eventos.

§ 2º Ao Comitê Paraolímpico Brasileiro serão concedidas as rendas líquidas de testes da Loteria Esportiva Federal nas mesmas condições estabelecidas neste artigo para o Comitê Olímpico Brasileiro – COB.

Art. 10. Os recursos financeiros correspondentes às destinações previstas no inciso III do art. 8º e no *caput* do art. 9º constituem receitas próprias dos beneficiários que lhes serão entregues diretamente pela CAIXA. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º O direito da entidade de prática desportiva de resgatar os recursos de que trata o inciso III do art. 8º desta Lei decai em 90 (noventa) dias, a contar da data de sua disponibilização pela Caixa Econômica Federal – CEF. (*Incluído pela Lei n. 11.118, de 2005.*)

§ 2º Os recursos que não forem resgatados no prazo estipulado no § 1º deste artigo serão repassados ao Ministério do Esporte para aplicação em programas referentes à política nacional de incentivo e desenvolvimento da prática desportiva. (*Incluído pela Lei n. 11.118, de 2005.*)

§ 3º (VETADO) (*Incluído pela Lei n. 11.118, de 2005.*)

Seção III
Do Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDB

Art. 11. O CNE é órgão colegiado de normatização, deliberação e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte, cabendo-lhe: (*Redação dada pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

I – zelar pela aplicação dos princípios e preceitos desta Lei;

II – oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional do Desporto;

III – emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais;

IV – propor prioridades para o plano de aplicação de recursos do Ministério do Esporte; (*Redação dada pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

V – exercer outras atribuições previstas na legislação em vigor, relativas a questões de natureza desportiva; (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

VI – aprovar os Códigos de Justiça Desportiva e suas alterações, com as peculiaridades de cada modalidade; e (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

VII – expedir diretrizes para o controle de substâncias e métodos proibidos na prática desportiva. (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Parágrafo único. O Ministério do Esporte dará apoio técnico e administrativo ao CNE. (*Redação dada pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

Art. 12. (VETADO)

Art. 12-A. O CNE será composto por vinte e dois membros indicados pelo Ministro do Esporte, que o presidirá. (*Redação dada pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

Parágrafo único. Os membros do Conselho e seus suplentes serão indicados na forma da regulamentação desta Lei, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução. (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Seção IV
Do Sistema Nacional do Desporto

Art. 13. O Sistema Nacional do Desporto tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento.

Parágrafo único. O Sistema Nacional do Desporto congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normatização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente: (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – o Comitê Olímpico Brasileiro – COB;

II – o Comitê Paraolímpico Brasileiro;

III – as entidades nacionais de administração do desporto;

IV – as entidades regionais de administração do desporto;

V – as ligas regionais e nacionais;

VI – as entidades de prática desportiva filiadas ou não àquelas referidas nos incisos anteriores;

VII – a Confederação Brasileira de Clubes. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 14. O Comitê Olímpico Brasileiro – COB, o Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB e as entidades nacionais de administração do desporto, que lhes são filiadas ou vinculadas, constituem subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º Aplica-se aos comitês e às entidades referidas no *caput* o disposto no inciso II do art. 217 da Constituição Federal, desde que seus estatutos estejam plenamente de acordo com as disposições constitucionais e legais aplicáveis. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 2º Compete ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB o planejamento das atividades do esporte de seus subsistemas específicos. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 15. Ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB, entidade jurídica de direito privado, compete representar o País nos eventos olímpicos, pan-americanos e outros de igual natureza, no Comitê Olímpico Internacional e nos movimentos olímpicos internacionais, e fomentar o movimento olímpico no território nacional, em conformidade com as disposições da Constituição Federal, bem como com as disposições estatutárias e regulamentares do Comitê Olímpico Internacional e da Carta Olímpica.

§ 1º Caberá ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB representar o olimpismo brasileiro junto aos poderes públicos.

§ 2º É privativo do Comitê Olímpico Brasileiro – COB e do Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPOB o uso das bandeiras, lemas, hinos e símbolos olímpicos e paraolímpicos, assim como das denominações "jogos olímpicos", "olimpíadas", "jogos paraolímpicos" e "paraolimpíadas", permitida a utilização destas últimas quando se tratar de eventos vinculados ao desporto educacional e de participação. (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 3º Ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB são concedidos os direitos e benefícios conferidos em lei às entidades nacionais de administração do desporto.

§ 4º São vedados o registro e uso para qualquer fim de sinal que integre o símbolo olímpico ou que o contenha, bem como do hino e dos lemas olímpicos, exceto mediante prévia autorização do Comitê Olímpico Brasileiro – COB.

§ 5º Aplicam-se ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, no que couber, as disposições previstas neste artigo.

Art. 16. As entidades de prática desportiva e as entidades de administração do desporto, bem como as ligas de que trata o art. 20, são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomo, e terão as competências definidas em seus estatutos. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º As entidades nacionais de administração do desporto poderão filiar, nos termos de seus estatutos, entidades regionais de administração e entidades de prática desportiva.

§ 2º As ligas poderão, a seu critério, filiar-se ou vincular-se a entidades nacionais de administração do desporto, vedado a estas, sob qualquer pretexto, exigir tal filiação ou vinculação.

§ 3º É facultada a filiação direta de atletas nos termos previstos nos estatutos das respectivas entidades de administração do desporto.

Art. 17. (VETADO)

Art. 18. Somente serão beneficiadas com isenções fiscais e repasses de recursos públicos federais da administração direta e indireta, nos termos do inciso II do art. 217 da Constituição Federal, as entidades do Sistema Nacional do Desporto que:

I – possuírem viabilidade e autonomia financeiras;

II – (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

III – atendam aos demais requisitos estabelecidos em lei;

IV – estiverem em situação regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas; (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

V – demonstrem compatibilidade entre as ações desenvolvidas para a melhoria das respectivas modalidades desportivas e o Plano Nacional do Desporto. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Parágrafo único. A verificação do cumprimento das exigências contidas nos incisos I a V deste artigo será de responsabilidade do Ministério do Esporte. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 19. (VETADO)

Art. 20. As entidades de prática desportiva participantes de competições do Sistema Nacional do Desporto poderão organizar ligas regionais ou nacionais.

§ 1º (VETADO)

§ 2º As entidades de prática desportiva que organizarem ligas, na forma do *caput* deste artigo, comunicarão a criação destas às entidades nacionais de administração do desporto das respectivas modalidades.

§ 3º As ligas integrarão os sistemas das entidades nacionais de administração do desporto que incluírem suas competições nos respectivos calendários anuais de eventos oficiais.

§ 4º Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, é facultado às entidades de prática desportiva participarem, também, de campeonatos nas entidades de administração do desporto a que estiverem filiadas.

§ 5º É vedada qualquer intervenção das entidades de administração do desporto nas ligas que se mantiverem independentes.

§ 6º As ligas formadas por entidades de prática desportiva envolvidas em competições de atletas profissionais equiparam-se, para fins do cumprimento do disposto nesta Lei, às entidades de administração do desporto. (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 7º As entidades nacionais de administração de desporto serão responsáveis pela organização dos calendários anuais de eventos oficiais das respectivas modalidades. (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

Art. 21. As entidades de prática desportiva poderão filiar-se, em cada modalidade, à entidade de administração do desporto do Sistema Nacional do Desporto, bem como à correspondente entidade de administração do desporto de um dos sistemas regionais.

Art. 22. Os processos eleitorais assegurarão:

I – colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos;

II – defesa prévia, em caso de impugnação, do direito de participar da eleição;

III – eleição convocada mediante edital publicado em órgão da imprensa de grande circulação, por três vezes;

IV – sistema de recolhimento dos votos imune a fraude;

V – acompanhamento da apuração pelos candidatos e meios de comunicação.

Parágrafo único. Na hipótese da adoção de critério diferenciado de valoração dos votos, este não poderá exceder à proporção de um para seis entre o de menor e o de maior valor.

Art. 23. Os estatutos das entidades de administração do desporto, elaborados de conformidade com esta Lei, deverão obrigatoriamente regulamentar, no mínimo:

obrigando o empregador ao recolhimento das contribuições previdenciárias, impõe à entidade demandada também uma obrigação de fazer, não se configurando meramente declaratória. Como tal, está sujeita ao crivo da prescrição. Revista conhecida e provida. (TST, RR 517.174, de 1998, j. 30-8-2000, 5ª T., Rel. Min. João Batista Brito Pereira, *DJ*, 22-9-2000)

Seção IV
Das anotações

Art. 29. A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, sendo facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

§ 1º As anotações concernentes à remuneração devem especificar o salário, qualquer que seja sua forma de pagamento, seja ele em dinheiro ou em utilidades, bem como a estimativa da gorjeta. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 2º As anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social serão feitas:

a) na data-base;

b) a qualquer tempo, por solicitação do trabalhador;

c) no caso de rescisão contratual; ou

d) necessidade de comprovação perante a Previdência Social. (§ 2º com redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

§ 3º A falta de cumprimento pelo empregador do disposto neste artigo acarretará a lavratura do auto de infração, pelo Fiscal do Trabalho, que deverá, de ofício, comunicar a falta de anotação ao órgão competente, para o fim de instaurar o processo de anotação. (Redação dada pela Lei n. 7.855, de 24-10-1989.)

§ 4º É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.270, de 29-8-2001.)

§ 5º O descumprimento do disposto no § 4º deste artigo submeterá o empregador ao pagamento de multa prevista no art. 52 deste Capítulo. (Parágrafo incluído pela Lei n. 10.270, de 29-8-2001.)

Art. 30. Os acidentes do trabalho serão obrigatoriamente anotados pelo Instituto Nacional do Seguro Social na carteira do acidentado. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 926, de 10-10-1969.)

Art. 31. Aos portadores de Carteiras de Trabalho e Previdência Social fica assegurado o direito de as apresentar aos órgãos autorizados, para o fim de ser anotado o que for cabível, não podendo ser recusada a solicitação, nem cobrado emolumento não previsto em lei. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 32. As anotações relativas a alterações no estado civil dos portadores de Carteira de Trabalho e Previdência Social serão feitas mediante prova documental. As declarações referentes aos dependentes serão registradas nas fichas respectivas, pelo funcionário encarregado da identificação profissional, a pedido do próprio declarante, que as assinará. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Parágrafo único. As Delegacias Regionais e os órgãos autorizados deverão comunicar ao Departamento Nacional de Mão de Obra todas as alterações que anotarem nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social.

I – instituição do Tribunal de Justiça Desportiva, nos termos desta Lei;

II – inelegibilidade de seus dirigentes para desempenho de cargos e funções eletivas ou de livre nomeação de:

a) condenados por crime doloso em sentença definitiva;

b) inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;

c) inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;

d) afastados de cargos eletivos ou de confiança de entidade desportiva ou em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da entidade;

e) inadimplentes das contribuições previdenciárias e trabalhistas;

f) falidos.

Parágrafo único. Independentemente de previsão estatutária é obrigatório o afastamento preventivo e imediato dos dirigentes, eleitos ou nomeados, caso incorram em qualquer das hipóteses do inciso II, assegurado o processo regular e a ampla defesa para a destituição. (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

Art. 24. As prestações de contas anuais de todas as entidades de administração integrantes do Sistema Nacional do Desporto serão obrigatoriamente submetidas, com parecer dos Conselhos Fiscais, às respectivas assembleias gerais, para a aprovação final.

Parágrafo único. Todos os integrantes das assembleias gerais terão acesso irrestrito aos documentos, informações e comprovantes de despesas de contas de que trata este artigo.

Seção V
Dos Sistemas do Desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

(*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 25. Os Estados e o Distrito Federal constituirão seus próprios sistemas, respeitadas as normas estabelecidas nesta Lei e a observância do processo eleitoral.

Parágrafo único. Aos Municípios é facultado constituir sistemas próprios de desporto, observado o disposto nesta Lei e, no que couber, na legislação do respectivo Estado. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Capítulo V
DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL

Art. 26. Atletas e entidades de prática desportiva são livres para organizar a atividade profissional, qualquer que seja sua modalidade, respeitados os termos desta Lei.

Parágrafo único. Considera-se competição profissional para os efeitos desta Lei aquela promovida para obter renda e disputada por atletas profissionais cuja remuneração decorra de contrato de trabalho desportivo. (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

Art. 27. As entidades de prática desportiva participantes de competições profissionais e as entidades de administração de desporto ou ligas em que se organizarem, independentemente da forma jurídica adotada, sujeitam os bens particulares de seus dirigentes ao disposto no art. 50 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, além das sanções e responsabilidades previstas no *caput* do art. 1.017 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, na hipótese de aplicarem créditos ou bens sociais da entidade desportiva em proveito próprio ou de terceiros. (*Redação dada pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 1º (parágrafo único original) (Revogado). (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 2º A entidade a que se refere este artigo não poderá utilizar seus bens patrimoniais, desportivos ou sociais para integralizar sua parcela de capital ou oferecê-los como garantia, salvo com a concordância da maioria absoluta da assembleia geral dos associados e na conformidade do respectivo estatuto. (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 3º (*Revogado pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 4º (*Revogado pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 5º O disposto no art. 23 aplica-se, no que couber, às entidades a que se refere o *caput* deste artigo. (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 6º Sem prejuízo de outros requisitos previstos em lei, as entidades de que trata o *caput* deste artigo somente poderão obter financiamento com recursos públicos ou fazer jus a programas de recuperação econômico-financeiros se, cumulativamente, atenderem às seguintes condições: (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – realizar todos os atos necessários para permitir a identificação exata de sua situação financeira; (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

II – apresentar plano de resgate e plano de investimento; (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

III – garantir a independência de seus conselhos de fiscalização e administração, quando houver; (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

IV – adotar modelo profissional e transparente; e (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

V – apresentar suas demonstrações financeiras, juntamente com os respectivos relatórios de auditoria, nos termos definidos no inciso I do art. 46-A desta Lei. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 7º Os recursos do financiamento voltados à implementação do plano de resgate serão utilizados: (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

I – prioritariamente, para quitação de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas; e (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

II – subsidiariamente, para construção ou melhoria de estádio próprio ou de que se utilizam para mando de seus jogos, com a finalidade de atender a critérios de segurança, saúde e bem-estar do torcedor. (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 8º Na hipótese do inciso II do § 7º, a entidade de prática desportiva deverá apresentar à instituição financiadora o orçamento das obras pretendidas. (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 9º É facultado às entidades desportivas profissionais constituírem-se regularmente em sociedade empresária, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil. (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 10. Considera-se entidade desportiva profissional, para fins desta Lei, as entidades de prática desportiva envolvidas em competições de atletas profissionais, as ligas em que se organizarem e as entidades de administração de desporto profissional. (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 11. Os administradores de entidades desportivas profissionais respondem solidária e ilimitadamente pelos atos ilícitos praticados, de gestão temerária ou contrários ao previsto no contrato social ou estatuto, nos termos da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 12. (VETADO) (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 13. Para os fins de fiscalização e controle do disposto nesta Lei, as atividades profissionais das entidades de que trata o *caput* deste artigo, independentemente da forma jurídica sob a qual estejam constituídas, equiparam-se às das sociedades empresárias. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 27-A. Nenhuma pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, seja detentora de parcela do capital com direito a voto ou, de qualquer forma, participe da administração de qualquer entidade de prática desportiva poderá ter participação simultânea no capital social ou na gestão de outra entidade de prática desportiva disputante da mesma competição profissional. (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 1º É vedado que duas ou mais entidades de prática desportiva disputem a mesma competição profissional das primeiras séries ou divisões das diversas modalidades desportivas quando: (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

a) uma mesma pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente, através de relação contratual, explore, controle ou administre

direitos que integrem seus patrimônios; ou, (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

b) uma mesma pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente, seja detentora de parcela do capital com direito a voto ou, de qualquer forma, participe da administração de mais de uma sociedade ou associação que explore, controle ou administre direitos que integrem os seus patrimônios. (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 2º A vedação de que trata este artigo aplica-se: (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

a) ao cônjuge e aos parentes até o segundo grau das pessoas físicas; e (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

b) às sociedades controladoras, controladas e coligadas das mencionadas pessoas jurídicas, bem como a fundo de investimento, condomínio de investidores ou outra forma assemelhada que resulte na participação concomitante vedada neste artigo. (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 3º Excluem-se da vedação de que trata este artigo os contratos de administração e investimentos em estádios, ginásios e praças desportivas, de patrocínio, de licenciamento de uso de marcas e símbolos, de publicidade e de propaganda, desde que não importem na administração direta ou na cogestão das atividades desportivas profissionais das entidades de prática desportiva, assim como os contratos individuais ou coletivos que sejam celebrados entre as detentoras de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como de televisão por assinatura, e entidades de prática desportiva para fins de transmissão de eventos desportivos. (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 4º A infringência a este artigo implicará a inabilitação da entidade de prática desportiva para percepção dos benefícios de que trata o art. 18 desta Lei. (*Redação dada pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 5º As empresas detentoras de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como de televisão por assinatura, ficam impedidas de patrocinar ou veicular sua própria marca, bem como a de seus canais e dos títulos de seus programas, nos uniformes de competições das entidades desportivas. (*Redação dada pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 6º A violação do disposto no § 5º implicará a eliminação da entidade de prática desportiva que lhe deu causa da competição ou do torneio em que aquela se verificou, sem prejuízo das penalidades que venham a ser aplicadas pela Justiça Desportiva. (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

Art. 27-B. São nulas de pleno direito as cláusulas de contratos firmados entre as entidades de prática desportiva e terceiros, ou entre estes e atletas, que possam intervir ou influenciar nas transferências de atletas ou, ainda, que interfiram no desempenho do atleta ou da entidade de prática desportiva, exceto quando objeto de acordo ou convenção coletiva de trabalho. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 27-C. São nulos de pleno direito os contratos firmados pelo atleta ou por seu representante legal com agente desportivo, pessoa física ou jurídica, bem como as cláusulas contratuais ou de instrumentos procuratórios que: (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – resultem vínculo desportivo; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – impliquem vinculação ou exigência de receita total ou parcial exclusiva da entidade de prática desportiva, decorrente de transferência nacional ou internacional de atleta, em vista da exclusividade de que trata o inciso I do art. 28; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

III – restrinjam a liberdade de trabalho desportivo; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

IV – estabeleçam obrigações consideradas abusivas ou desproporcionais; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

V – infrinjam os princípios da boa-fé objetiva ou do fim social do contrato; ou (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

VI – versem sobre o gerenciamento de carreira de atleta em formação com idade

inferior a 18 (dezoito) anos. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 28. A atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo, firmado com entidade de prática desportiva, no qual deverá constar, obrigatoriamente: (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – cláusula indenizatória desportiva, devida exclusivamente à entidade de prática desportiva à qual está vinculado o atleta, nas seguintes hipóteses: (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

a) transferência do atleta para outra entidade, nacional ou estrangeira, durante a vigência do contrato especial de trabalho desportivo; ou (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

b) por ocasião do retorno do atleta às atividades profissionais em outra entidade de prática desportiva, no prazo de até 30 (trinta) meses; e (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – cláusula compensatória desportiva, devida pela entidade de prática desportiva ao atleta, nas hipóteses dos incisos III a V do § 5º. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º O valor da cláusula indenizatória desportiva a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo será livremente pactuado pelas partes e expressamente quantificado no instrumento contratual: (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – até o limite máximo de 2.000 (duas mil) vezes o valor médio do salário contratual, para as transferências nacionais; e (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – sem qualquer limitação, para as transferências internacionais. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 2º São solidariamente responsáveis pelo pagamento da cláusula indenizatória desportiva de que trata o inciso I do *caput* deste artigo o atleta e a nova entidade de prática desportiva empregadora. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

III – (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 3º O valor da cláusula compensatória desportiva a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo será livremente pactuado entre as partes e formalizado no contrato especial de trabalho desportivo, observando-se, como limite máximo, 400 (quatrocentas) vezes o valor do salário mensal no momento da rescisão e, como limite mínimo, o valor total de salários mensais a que teria direito o atleta até o término do referido contrato. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 4º Aplicam-se ao atleta profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da Seguridade Social, ressalvadas as peculiaridades constantes desta Lei, especialmente as seguintes: (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – se conveniente à entidade de prática desportiva, a concentração não poderá ser superior a 3 (três) dias consecutivos por semana, desde que esteja programada qualquer partida, prova ou equivalente, amistosa ou oficial, devendo o atleta ficar à disposição do empregador por ocasião da realização de competição fora da localidade onde tenha sua sede; (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – o prazo de concentração poderá ser ampliado, independentemente de qualquer pagamento adicional, quando o atleta estiver à disposição da entidade de administração do desporto; (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

III – acréscimos remuneratórios em razão de períodos de concentração, viagens, pré-temporada e participação do atleta em partida, prova ou equivalente, conforme previsão contratual; (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

IV – repouso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, preferentemente em dia subsequente à participação do atleta na partida, prova ou equivalente, quando realizada no final de semana; (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

V – férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias, acrescidas do abono de férias, coincidentes com o recesso das atividades desportivas; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

VI – jornada de trabalho desportiva normal de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 5º O vínculo desportivo do atleta com a entidade de prática desportiva contratante constitui-se com o registro do contrato especial de trabalho desportivo na entidade de administração do desporto, tendo natureza acessória ao respectivo vínculo empregatício, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais: (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – com o término da vigência do contrato ou o seu distrato; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – com o pagamento da cláusula indenizatória desportiva ou da cláusula compensatória desportiva; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

III – com a rescisão decorrente do inadimplemento salarial, de responsabilidade da entidade de prática desportiva empregadora, nos termos desta Lei; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

IV – com a rescisão indireta, nas demais hipóteses previstas na legislação trabalhista; e (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

V – com a dispensa imotivada do atleta. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 6º (*Revogado pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 7º A entidade de prática desportiva poderá suspender o contrato especial de trabalho desportivo do atleta profissional, ficando dispensada do pagamento da remuneração nesse período, quando o atleta for impedido de atuar, por prazo ininterrupto superior a 90 (noventa) dias, em decorrência de ato ou evento de sua exclusiva responsabilidade, desvinculado da atividade profissional, conforme previsto no referido contrato. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 8º O contrato especial de trabalho desportivo deverá conter cláusula expressa reguladora de sua prorrogação automática na ocorrência da hipótese prevista no § 7º deste artigo. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 9º Quando o contrato especial de trabalho desportivo for por prazo inferior a 12 (doze) meses, o atleta profissional terá direito, por ocasião da rescisão contratual por culpa da entidade de prática desportiva empregadora, a tantos doze avos da remuneração mensal quantos forem os meses da vigência do contrato, referentes a férias, abono de férias e 13º (décimo terceiro) salário. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 10. Não se aplicam ao contrato especial de trabalho desportivo os arts. 479 e 480 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 28-A. Caracteriza-se como autônomo o atleta maior de 16 (dezesseis) anos que não mantém relação empregatícia com entidade de prática desportiva, auferindo rendimentos por conta e por meio de contrato de natureza civil. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º O vínculo desportivo do atleta autônomo com a entidade de prática desportiva resulta de inscrição para participar de competição e não implica reconhecimento de relação empregatícia. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 2º A filiação ou a vinculação de atleta autônomo a entidade de administração ou a sua integração a delegações brasileiras partícipes de competições internacionais não caracteriza vínculo empregatício. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica às modalidades desportivas coletivas. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 29. A entidade de prática desportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com ele, a partir de 16 (dezesseis) anos de idade, o primeiro contrato especial de trabalho desportivo, cujo prazo não poderá ser superior a 5 (cinco) anos. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Parágrafo único. (VETADO)

§ 2º É considerada formadora de atleta a entidade de prática desportiva que: (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – forneça aos atletas programas de treinamento nas categorias de base e complementação educacional; e (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – satisfaça cumulativamente os seguintes requisitos: (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

a) estar o atleta em formação inscrito por ela na respectiva entidade regional de administração do desporto há, pelo menos, 1 (um) ano; (*Incluída pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

b) comprovar que, efetivamente, o atleta em formação está inscrito em competições oficiais; (*Incluída pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

c) garantir assistência educacional, psicológica, médica e odontológica, assim como alimentação, transporte e convivência familiar; (*Incluída pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

d) manter alojamento e instalações desportivas adequados, sobretudo em matéria de alimentação, higiene, segurança e salubridade; (*Incluída pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

e) manter corpo de profissionais especializados em formação tecnicodesportiva; (*Incluída pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

f) ajustar o tempo destinado à efetiva atividade de formação do atleta, não superior a 4 (quatro) horas por dia, aos horários do currículo escolar ou de curso profissionalizante, além de propiciar-lhe a matrícula escolar, com exigência de frequência e satisfatório aproveitamento; (*Incluída pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

g) ser a formação do atleta gratuita e a expensas da entidade de prática desportiva; (*Incluída pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

h) comprovar que participa anualmente de competições organizadas por entidade de administração do desporto em, pelo menos, 2 (duas) categorias da respectiva modalidade desportiva; e (*Incluída pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

i) garantir que o período de seleção não coincida com os horários escolares. (*Incluída pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 3º A entidade nacional de administração do desporto certificará como entidade de prática desportiva formadora aquela que comprovadamente preencha os requisitos estabelecidos nesta Lei. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 4º O atleta não profissional em formação, maior de quatorze e menor de vinte anos de idade, poderá receber auxílio financeiro da entidade de prática desportiva formadora, sob a forma de bolsa de aprendizagem livremente pactuada mediante contrato formal, sem que seja gerado vínculo empregatício entre as partes. (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 5º A entidade de prática desportiva formadora fará jus a valor indenizatório se ficar impossibilitada de assinar o primeiro contrato especial de trabalho desportivo por oposição do atleta, ou quando ele se vincular, sob qualquer forma, a outra entidade de prática desportiva, sem autorização expressa da entidade de prática desportiva formadora, atendidas as seguintes condições: (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – o atleta deverá estar regularmente registrado e não pode ter sido desligado da entidade de prática desportiva formadora; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – a indenização será limitada ao montante correspondente a 200 (duzentas) vezes os gastos comprovadamente efetuados com a formação do atleta, especificados no contrato de que trata o § 4º deste artigo; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

III – o pagamento do valor indenizatório somente poderá ser efetuado por outra entidade de prática desportiva e deverá ser efetivado diretamente à entidade de prática desportiva formadora no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da vinculação do atleta à nova entidade de prática desportiva, para efeito de permitir novo registro em entidade de administração do desporto. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 6º O contrato de formação desportiva a que se refere o § 4º deste artigo deverá incluir obrigatoriamente: (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – identificação das partes e dos seus representantes legais; (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – duração do contrato; (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

III – direitos e deveres das partes contratantes, inclusive garantia de seguro de vida e de acidentes pessoais para cobrir as atividades do atleta contratado; e (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

IV – especificação dos itens de gasto para fins de cálculo da indenização com a formação desportiva. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 7º A entidade de prática desportiva formadora e detentora do primeiro contrato especial de trabalho desportivo com o atleta por ela profissionalizado terá o direito de preferência para a primeira renovação deste contrato, cujo prazo não poderá ser superior a 3 (três) anos, salvo se para equiparação de proposta de terceiro. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

III – (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

IV – (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

V – (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 8º Para assegurar seu direito de preferência, a entidade de prática desportiva formadora e detentora do primeiro contrato especial de trabalho desportivo deverá apresentar, até 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do contrato em curso, proposta ao atleta, de cujo teor deverá ser cientificada a correspondente entidade regional de administração do desporto, indicando as novas condições contratuais e os salários ofertados, devendo o atleta apresentar resposta à entidade de prática desportiva formadora, de cujo teor deverá ser notificada a referida entidade de administração, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento da proposta, sob pena de aceitação tácita. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 9º Na hipótese de outra entidade de prática desportiva resolver oferecer proposta mais vantajosa a atleta vinculado à entidade de prática desportiva que o formou, deve-se observar o seguinte: (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – a entidade proponente deverá apresentar à entidade de prática desportiva formadora proposta, fazendo dela constar todas as condições remuneratórias; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – a entidade proponente deverá dar conhecimento da proposta à correspondente entidade regional de administração; e (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

III – a entidade de prática desportiva formadora poderá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da proposta, comunicar se exercerá o direito de preferência de que trata o § 7º, nas mesmas condições oferecidas. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 10. A entidade de administração do desporto deverá publicar o recebimento das propostas de que tratam os §§ 7º e 8º, nos seus meios oficiais de divulgação, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data do recebimento. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 11. Caso a entidade de prática desportiva formadora oferte as mesmas condições, e, ainda assim, o atleta se oponha à renovação do primeiro contrato especial de trabalho desportivo, ela poderá exigir da nova entidade de prática desportiva contratante o valor indenizatório correspondente a, no máximo, 200 (duzentas) vezes o valor do salário mensal constante da proposta. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 12. A contratação do atleta em formação será feita diretamente pela entidade de prática desportiva formadora, sendo vedada a sua realização por meio de terceiros. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 13. A entidade de prática desportiva formadora deverá registrar o contrato de formação desportiva do atleta em formação na entidade de administração da respectiva modalidade desportiva. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 29-A. Sempre que ocorrer transferência nacional, definitiva ou temporária, de atleta profissional, até 5% (cinco por cento) do valor pago pela nova entidade de prática desportiva serão obrigatoriamente distribuídos entre as entidades de práticas desportivas que contribuíram para a formação do atleta, na proporção de: (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – 1% (um por cento) para cada ano de formação do atleta, dos 14 (quatorze) aos 17 (dezessete) anos de idade, inclusive; e (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – 0,5% (meio por cento) para cada ano de formação, dos 18 (dezoito) aos 19 (dezenove) anos de idade, inclusive. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º Caberá à entidade de prática desportiva cessionária do atleta reter do valor a ser pago à entidade de prática desportiva cedente 5% (cinco por cento) do valor acordado para a transferência, distribuindo-os às entidades de prática desportiva que contribuíram para a formação do atleta. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 2º Como exceção à regra estabelecida no § 1º deste artigo, caso o atleta se desvincule da entidade de prática desportiva de forma unilateral, mediante pagamento da cláusula indenizatória desportiva prevista no inciso I do art. 28 desta Lei, caberá à entidade de prática desportiva que recebeu a cláusula indenizatória desportiva distribuir 5% (cinco por cento) de tal montante às entidades de prática desportiva responsáveis pela formação do atleta. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 3º O percentual devido às entidades de prática desportiva formadoras do atleta deverá ser calculado sempre de acordo com certidão a ser fornecida pela entidade nacional de administração do desporto, e os valores distribuídos proporcionalmente em até 30 (trinta) dias da efetiva transferência, cabendo-lhe exigir o cumprimento do que dispõe este parágrafo. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 30. O contrato de trabalho do atleta profissional terá prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses nem superior a cinco anos. (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Parágrafo único. Não se aplica ao contrato especial de trabalho desportivo do atleta profissional o disposto nos arts. 445 e 451 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 31. A entidade de prática desportiva empregadora que estiver com pagamento de salário de atleta profissional em atraso, no todo ou em parte, por período igual ou superior a 3 (três) meses, terá o contrato especial de trabalho desportivo daquele atleta rescindido, ficando o atleta livre para se transferir para qualquer outra entidade de prática desportiva de mesma modalidade, nacional ou internacional, e exigir a cláusula compensatória desportiva e os haveres devidos. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º São entendidos como salário, para efeitos do previsto no *caput*, o abono de férias, o décimo terceiro salário, as gratificações, os prêmios e demais verbas inclusas no contrato de trabalho.

§ 2º A mora contumaz será considerada também pelo não recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias.

§ 3º (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 4º (*Incluído e vetado pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

Art. 32. É lícito ao atleta profissional recusar competir por entidade de prática desportiva quando seus salários, no todo ou em parte, estiverem atrasados em dois ou mais meses;

Art. 33. (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 34. São deveres da entidade de prática desportiva empregadora, em especial: (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

I – registrar o contrato especial de trabalho desportivo do atleta profissional na entidade de administração da respectiva modalidade desportiva; (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – proporcionar aos atletas profissionais as condições necessárias à participação nas competições desportivas, treinos e outras atividades preparatórias ou instrumentais; (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

III – submeter os atletas profissionais aos exames médicos e clínicos necessários à prática desportiva. (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Art. 35. São deveres do atleta profissional, em especial: (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

I – participar dos jogos, treinos, estágios e outras sessões preparatórias de competições com a aplicação e dedicação correspondentes às suas condições psicofísicas e técnicas; (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

II – preservar as condições físicas que lhes permitam participar das competições desportivas, submetendo-se aos exames médicos e tratamentos clínicos necessários à prática desportiva; (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

III – exercitar a atividade desportiva profissional de acordo com as regras da respectiva modalidade desportiva e as normas que regem a disciplina e a ética desportivas. (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Art. 36. (*Revogado pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 1º (*Revogado pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 2º (*Revogado pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 3º (*Revogado pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 4º (*Revogado pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 5º (*Revogado pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Art. 37. (*Revogado pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Art. 38. Qualquer cessão ou transferência de atleta profissional ou não profissional depende de sua formal e expressa anuência. (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Art. 39. O atleta cedido temporariamente a outra entidade de prática desportiva que tiver os salários em atraso, no todo ou em parte, por mais de 2 (dois) meses, notificará a entidade de prática desportiva cedente para, querendo, purgar a mora, no prazo de 15 (quinze) dias, não se aplicando, nesse caso, o disposto no *caput* do art. 31 desta Lei. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º O não pagamento ao atleta de salário e contribuições previstas em lei por parte da entidade de prática desportiva cessionária, por 2 (dois) meses, implicará a rescisão do contrato de empréstimo e a incidência da cláusula compensatória desportiva nele prevista, a ser paga ao atleta pela entidade de prática desportiva cessionária. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 2º Ocorrendo a rescisão mencionada no § 1º deste artigo, o atleta deverá retornar à entidade de prática desportiva cedente para cumprir o antigo contrato especial de trabalho desportivo. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 40. Na cessão ou transferência de atleta profissional para entidade de prática desportiva estrangeira observar-se-ão as instruções expedidas pela entidade nacional de título.

§ 1º As condições para transferência do atleta profissional para o exterior deverão integrar obrigatoriamente os contratos de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva brasileira que o contratou. (*Renumerado do parágrafo único para § 1º pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 2º O valor da cláusula indenizatória desportiva internacional originalmente pactuada entre o atleta e a entidade de prática desportiva cedente, independentemente do pagamento da cláusula indenizatória desportiva nacional, será devido a esta pela entidade de prática desportiva cessionária caso esta venha a concretizar transferência internacional do mesmo atleta, em prazo inferior a 3 (três) meses, caracterizando o conluio com a entidade de prática desportiva estrangeira. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 41. A participação de atletas profissionais em seleções será estabelecida na forma como acordarem a entidade de administração convocante e a entidade de prática desportiva cedente.

§ 1º A entidade convocadora indenizará a cedente dos encargos previstos no contrato de trabalho, pelo período em que durar a convocação do atleta, sem prejuízo de eventuais ajustes celebrados entre este e a entidade convocadora.

§ 2º O período de convocação estender-se-á até a reintegração do atleta à entidade que o cedeu, apto a exercer sua atividade.

Art. 42. Pertence às entidades de prática desportiva o direito de arena, consistente na prerrogativa exclusiva de negociar, autorizar ou proibir a captação, a fixação, a emissão, a transmissão, a retransmissão ou a reprodução de imagens, por qualquer meio ou processo,

de espetáculo desportivo de que participem. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º Salvo convenção coletiva de trabalho em contrário, 5% (cinco por cento) da receita proveniente da exploração de direitos desportivos audiovisuais serão repassados aos sindicatos de atletas profissionais, e estes distribuirão, em partes iguais, aos atletas profissionais participantes do espetáculo, como parcela de natureza civil. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica à exibição de flagrantes de espetáculo ou evento desportivo para fins exclusivamente jornalísticos, desportivos ou educativos, respeitadas as seguintes condições: (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – a captação das imagens para a exibição de flagrante de espetáculo ou evento desportivo dar-se-á em locais reservados, nos estádios e ginásios, para não detentores de direitos ou, caso não disponíveis, mediante o fornecimento das imagens pelo detentor de direitos locais para a respectiva mídia; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – a duração de todas as imagens do flagrante do espetáculo ou evento desportivo exibidas não poderá exceder 3% (três por cento) do total do tempo de espetáculo ou evento; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

III – é proibida a associação das imagens exibidas com base neste artigo a qualquer forma de patrocínio, propaganda ou promoção comercial. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 3º O espectador pagante, por qualquer meio, de espetáculo ou evento desportivo equipara-se, para todos os efeitos legais, ao consumidor, nos termos do art. 2º da Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 43. É vedada a participação em competições desportivas profissionais de atletas não profissionais com idade superior a vinte anos. (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Art. 44. É vedada a prática do profissionalismo, em qualquer modalidade, quando se tratar de:

I – desporto educacional, seja nos estabelecimentos escolares de 1º e 2º graus ou superiores;

II – desporto militar;

III – menores até a idade de dezesseis anos completos.

Art. 45. As entidades de prática desportiva são obrigadas a contratar seguro de vida e de acidentes pessoais, vinculado à atividade desportiva, para os atletas profissionais, com o objetivo de cobrir os riscos a que eles estão sujeitos. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º A importância segurada deve garantir ao atleta profissional, ou ao beneficiário por ele indicado no contrato de seguro, o direito a indenização mínima correspondente ao valor anual da remuneração pactuada. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 2º A entidade de prática desportiva é responsável pelas despesas médico-hospitalares e de medicamentos necessários ao restabelecimento do atleta enquanto a seguradora não fizer o pagamento da indenização a que se refere o § 1º deste artigo. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 46. Ao estrangeiro atleta profissional de modalidade desportiva, referido no inciso V do art. 13 da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, poderá ser concedido visto, observadas as exigências da legislação específica, por prazo não excedente a 5 (cinco) anos e correspondente à duração fixada no respectivo contrato especial de trabalho desportivo, permitida uma única renovação. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º É vedada a participação de atleta de nacionalidade estrangeira como integrante de equipe de competição de entidade de prática desportiva nacional nos campeonatos oficiais quando o visto de trabalho temporário recair na hipótese do inciso III do art. 13 da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 2º A entidade de administração do desporto será obrigada a exigir da entidade de prática desportiva o comprovante do visto de trabalho do atleta de nacionalidade estrangeira fornecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sob pena de cancelamento da inscrição desportiva. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

(Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 33. As anotações nas fichas de declaração e nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social serão feitas seguidamente sem abreviaturas, ressalvando-se no fim de cada assentamento as emendas, entrelinhas e quaisquer circunstâncias que possam ocasionar dúvidas. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 34. Tratando-se de serviço de profissionais de qualquer atividade, exercido por empreitada individual ou coletiva, com ou sem fiscalização da outra parte contratante, a carteira será anotada pelo respectivo sindicato profissional ou pelo representante legal de sua cooperativa.

Art. 35. (Revogado pela Lei n. 6.533, de 24-5-1978.)

► *Comentários*

1. *Contrato-realidade*

Um dos princípios fundamentais do Direito do Trabalho é o da *primazia da realidade sobre a forma*, também denominado contrato-realidade, expressão criada por Mário de La Cueva, e tão bem descrita por Maurício Godinho Delgado:

"No Direito do Trabalho deve-se pesquisar, preferentemente, a prática concreta efetivada ao longo da prestação de serviços, independentemente da vontade eventualmente manifestada pelas partes na respectiva relação jurídica.

A prática habitual – na qualidade de uso – altera o contrato pactuado, gerando direitos e obrigações novos às partes contratantes (respeitada a fronteira da inalterabilidade contratual lesiva).

Desse modo, o conteúdo do contrato não se circunscreve ao transposto no correspondente instrumento escrito, incorporando amplamente todos os matizes lançados pelo cotidiano da prestação de serviços. O princípio do contrato-realidade autoriza, assim, por exemplo, a descaracterização de uma pactuada relação civil de prestação de serviços, desde que, no cumprimento do contrato, despontem, concretamente, todos os elementos fático-jurídicos da relação de emprego (trabalho por pessoa física, com pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e sob subordinação)"[77].

Positivados, pois, os elementos fundamentais do vínculo empregatício, tão bem postos em relevo pelo eminente juslaboralista, ainda que inexista anotação na Carteira de Trabalho e consequente registro, provocada a Justiça do Trabalho, não restará a esta senão a proclamação do contrato de trabalho, determinando, outrossim, a anotação da respectiva Carteira.

2. *A obrigatoriedade da Carteira e das anotações*

Conquanto a relação de emprego possa, também, ser pactuada verbalmente (art. 442 da CLT), a Carteira Profissional é, como já frisamos, obrigatória.

Assim, tão logo admitido, é obrigação do empregado apresentá-la ao empregador, que, por sua vez, terá 48 horas para nela anotar: a data da admissão; o salário ajustado; condições especiais, se existentes; formas de pagamento; eventuais salários em utilidades e estimativa de gorjeta.

Da mesma forma deverá o empregador anotar todas as alterações supervenientes à admissão.

77. *Princípios do Direito Individual e Coletivo do Trabalho*, LTr, p. 60.

Art. 46-A. As ligas desportivas, as entidades de administração de desporto e as de prática desportiva envolvidas em qualquer competição de atletas profissionais, independentemente da forma jurídica adotada, ficam obrigadas a: (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

I – elaborar suas demonstrações financeiras, separadamente por atividade econômica, de modo distinto das atividades recreativas e sociais, nos termos da lei e de acordo com os padrões e critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, e, após terem sido submetidas a auditoria independente, providenciar sua publicação, até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente, por período não inferior a 3 (três) meses, em sítio eletrônico próprio e da respectiva entidade de administração ou liga desportiva; (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – apresentar suas contas juntamente com os relatórios da auditoria de que trata o inciso I ao Conselho Nacional do Esporte – CNE, sempre que forem beneficiárias de recursos públicos, na forma do regulamento. (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 1º Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação tributária, trabalhista, previdenciária, cambial, e das consequentes responsabilidades civil e penal, a infringência a este artigo implicará: (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

I – para as entidades de administração do desporto e ligas desportivas, a inelegibilidade, por dez anos, de seus dirigentes para o desempenho de cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação, em quaisquer das entidades ou órgãos referidos no parágrafo único do art. 13 desta Lei; (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

II – para as entidades de prática desportiva, a inelegibilidade, por cinco anos, de seus dirigentes para cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação em qualquer entidade ou empresa direta ou indiretamente vinculada às competições profissionais da respectiva modalidade desportiva. (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 2º As entidades que violarem o disposto neste artigo ficam ainda sujeitas: (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

I – ao afastamento de seus dirigentes; e (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

II – à nulidade de todos os atos praticados por seus dirigentes em nome da entidade, após a prática da infração, respeitado o direito de terceiros de boa-fé. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 3º Os dirigentes de que trata o § 2º serão sempre: (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

I – o presidente da entidade, ou aquele que lhe faça as vezes; e (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

II – o dirigente que praticou a infração ainda que por omissão. (*Incluído pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

§ 4º (*Incluído e vetado pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

Capítulo VI
DA ORDEM DESPORTIVA

Art. 47. No âmbito de suas atribuições, os Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros e as entidades nacionais de administração do desporto têm competência para decidir, de ofício ou quando lhes forem submetidas pelos seus filiados, as questões relativas ao cumprimento das normas e regras de prática desportiva.

Art. 48. Com o objetivo de manter a ordem desportiva, o respeito aos atos emanados de seus poderes internos, poderão ser aplicadas, pelas entidades de administração do desporto e de prática desportiva, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – censura escrita;

III – multa;

IV – suspensão;

V – desfiliação ou desvinculação.

§ 1º A aplicação das sanções previstas neste artigo não prescinde do processo administrativo no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º As penalidades de que tratam os incisos IV e V deste artigo somente poderão ser aplicadas após decisão definitiva da Justiça Desportiva.

Capítulo VII
DA JUSTIÇA DESPORTIVA

Art. 49. A Justiça Desportiva a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 217 da Constituição Federal e o art. 33 da Lei n. 8.028, de 12 de abril de 1990, regula-se pelas disposições deste Capítulo.

Art. 50. A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidos nos Códigos de Justiça Desportiva, facultando-se às ligas constituir seus próprios órgãos judicantes desportivos, com atuação restrita às suas competições. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º As transgressões relativas à disciplina e às competições desportivas sujeitam o infrator a:

I – advertência;

II – eliminação;

III – exclusão de campeonato ou torneio;

IV – indenização;

V – interdição de praça de desportos;

VI – multa;

VII – perda do mando do campo;

VIII – perda de pontos;

IX – perda de renda;

X – suspensão por partida;

XI – suspensão por prazo.

§ 2º As penas disciplinares não serão aplicadas aos menores de quatorze anos.

§ 3º As penas pecuniárias não serão aplicadas a atletas não profissionais.

§ 4º Compete às entidades de administração do desporto promover o custeio do funcionamento dos órgãos da Justiça Desportiva que funcionem junto a si. (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Art. 51. O disposto nesta Lei sobre Justiça Desportiva não se aplica aos Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros.

Art. 52. Os órgãos integrantes da Justiça Desportiva são autônomos e independentes das entidades de administração do desporto de cada sistema, compondo-se do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, funcionando junto às entidades nacionais de administração do desporto; dos Tribunais de Justiça Desportiva, funcionando junto às entidades regionais da administração do desporto, e das Comissões Disciplinares, com competência para processar e julgar as questões previstas nos Códigos de Justiça Desportiva, sempre assegurados a ampla defesa e o contraditório. (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 1º Sem prejuízo do disposto neste artigo, as decisões finais dos Tribunais de Justiça Desportiva são impugnáveis nos termos gerais do direito, respeitados os pressupostos processuais estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 217 da Constituição Federal.

§ 2º O recurso ao Poder Judiciário não prejudicará os efeitos desportivos validamente produzidos em consequência da decisão proferida pelos Tribunais de Justiça Desportiva.

Art. 53. No Superior Tribunal de Justiça Desportiva, para julgamento envolvendo competições interestaduais ou nacionais, e nos Tribunais de Justiça Desportiva, funcionarão tantas Comissões Disciplinares quantas se fizerem necessárias, compostas cada qual de 5 (cinco) membros que não pertençam aos referidos órgãos judicantes, mas sejam por estes escolhidos. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º (VETADO)

§ 2º A Comissão Disciplinar aplicará sanções em procedimento sumário, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

§ 3º Das decisões da Comissão Disciplinar caberá recurso ao Tribunal de Justiça Desportiva e deste ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva, nas hipóteses previstas nos respectivos Códigos de Justiça Desportiva. (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 4º O recurso ao qual se refere o parágrafo anterior será recebido e processado com efeito suspensivo quando a penalidade exceder de duas partidas consecutivas ou quinze dias.

Art. 54. O membro do Tribunal de Justiça Desportiva exerce função considerada de relevante interesse público e, sendo servidor público, terá abonadas suas faltas, computando-se como de efetivo exercício a participação nas respectivas sessões.

Art. 55. O Superior Tribunal de Justiça Desportiva e os Tribunais de Justiça Desportiva serão compostos por nove membros, sendo (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

I – dois indicados pela entidade de administração do desporto; (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

II – dois indicados pelas entidades de prática desportiva que participem de competições oficiais da divisão principal; (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

III – dois advogados com notório saber jurídico desportivo, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil; (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

IV – 1 (um) representante dos árbitros, indicado pela respectiva entidade de classe; (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

V – 2 (dois) representantes dos atletas, indicados pelas respectivas entidades sindicais. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º (*Revogado*). (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 2º O mandato dos membros dos Tribunais de Justiça Desportiva terá duração máxima de quatro anos, permitida apenas uma recondução. (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 3º É vedado aos dirigentes desportivos das entidades de administração e das entidades de prática o exercício de cargo ou função na Justiça Desportiva, exceção feita aos membros dos conselhos deliberativos das entidades de prática desportiva. (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 4º Os membros dos Tribunais de Justiça Desportiva poderão ser bacharéis em Direito ou pessoas de notório saber jurídico, e de conduta ilibada. (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 5º (VETADO). (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Capítulo VIII
DOS RECURSOS PARA O DESPORTO

Art. 56. Os recursos necessários ao fomento das práticas desportivas formais e não formais a que se refere o art. 217 da Constituição Federal serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além dos provenientes de:

I – fundos desportivos;

II – receitas oriundas de concursos de prognósticos;

III – doações, patrocínios e legados;

IV – prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal não reclamados nos prazos regulamentares;

V – incentivos fiscais previstos em lei;

VI – dois por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios. (*Incluído pela Lei n. 10.264, de 2001.*)

VII – outras fontes. (*Renumerado pela Lei n. 10.264, de 2001.*)

VIII – 1/6 (um sexto) dos recursos destinados ao Ministério dos Esportes a que se refere o inciso II do art. 6º desta Lei, calculado após deduzida a fração prevista no § 2º do referido artigo. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do *caput* 85% (oitenta e cinco por cento) serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB e 15% (quinze por cento) ao Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, devendo ser observado, em ambos os casos, o

conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 2º Dos totais dos recursos correspondentes ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB, ao Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB e à Confederação Brasileira de Clubes – CBC: (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – 10% (dez por cento) serão destinados ao desporto escolar, em programação definida conjuntamente com a Confederação Brasileira do Desporto Escolar – CBDE; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – 5% (cinco por cento) serão destinados ao desporto universitário, em programação definida conjuntamente com a Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 3º Os recursos a que se refere o inciso VI serão exclusiva e integralmente aplicados em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos desportivos. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 4º Os recursos de que trata o § 3º serão disponibizados aos beneficiários no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de ocorrência de cada sorteio, conforme disposto em regulamento. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 5º Dos programas e projetos referidos no § 3º será dada ciência ao Ministério da Educação e ao Ministério do Esporte. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 6º Cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação dos recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro – COB, ao Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB e à Confederação Brasileira de Clubes – CBC em decorrência desta Lei. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 7º O Ministério do Esporte deverá acompanhar os programas e projetos referidos no § 3º deste artigo e apresentar anualmente relatório da aplicação dos recursos, que deverá ser aprovado pelo Conselho Nacional do Esporte, sob pena de a entidade beneficiada não receber os recursos no ano subsequente. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 8º O relatório a que se refere o § 7º deste artigo será publicado no sítio do Ministério do Esporte na internet, do qual constarão: (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – os programas e projetos desenvolvidos por entidade beneficiada; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – os valores gastos; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

III – os critérios de escolha de cada beneficiário e sua respectiva prestação de contas. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 9º Os recursos citados no § 1º serão geridos diretamente pelo Comitê Olímpico Brasileiro – COB e pelo Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, ou de forma descentralizada em conjunto com as entidades nacionais de administração ou de prática do desporto. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 10. Os recursos financeiros de que trata o inciso VIII serão repassados à Confederação Brasileira de Clubes – CBC e destinados única e exclusivamente para a formação de atletas olímpicos e paraolímpicos, devendo ser observado o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 56-A. É condição para o recebimento dos recursos públicos federais que as entidades nominadas nos incisos I, II e III do parágrafo único do art. 13 desta Lei celebrem contrato de desempenho com o Ministério do Esporte, na forma do regulamento. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º Entende-se por contrato de desempenho o instrumento firmado entre o Ministério do Esporte e as entidades de que trata o *caput*, com vistas no fomento público e na execução de atividades relacionadas ao Plano Nacional do Desporto, mediante cumprimento de metas de desempenho. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 2º São cláusulas essenciais do contrato de desempenho: (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela entidade; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e dos respectivos prazos de execução ou cronograma; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

III – a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

IV – a que estabelece as obrigações da entidade, entre as quais a de apresentar ao Ministério do Esporte, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do seu objeto, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

V – a que estabelece a obrigatoriedade de apresentação de regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do poder público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 56-B desta Lei; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

VI – a de publicação no Diário Oficial da União de seu extrato e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória referida no inciso V, sob pena de não liberação dos recursos nele previstos. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 3º A celebração do contrato de desempenho condiciona-se à aprovação do Ministério do Esporte quanto ao alinhamento e à compatibilidade entre o programa de trabalho apresentado pela entidade e o Plano Nacional do Desporto. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 4º O contrato de desempenho será acompanhado de plano estratégico de aplicação de recursos, considerando o ciclo olímpico ou paraolímpico de 4 (quatro) anos, em que deverão constar a estratégia de base, as diretrizes, os objetivos, os indicadores e as metas a serem atingidas. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 5º Para efeito desta Lei, ciclo olímpico e paraolímpico é o período de 4 (quatro) anos compreendido entre a realização de 2 (dois) Jogos Olímpicos ou 2 (dois) Jogos Paraolímpicos, de verão ou de inverno, ou o que restar até a realização dos próximos Jogos Olímpicos ou Jogos Paraolímpicos. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 6º A verificação do cumprimento dos termos do contrato de desempenho será de responsabilidade do Ministério do Esporte. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 7º O Ministério do Esporte poderá designar comissão técnica de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos termos do contrato de desempenho, que emitirá parecer sobre os resultados alcançados, em subsídio aos processos de fiscalização e prestação de contas dos resultados do contrato sob sua responsabilidade perante os órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 8º O descumprimento injustificado das cláusulas do contrato de desempenho é condição para a sua rescisão por parte do Ministério do Esporte, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 9º Cópias autênticas integrais dos contratos de desempenho celebrados entre o Ministério do Esporte e as entidades nominadas nos incisos I, II e III do parágrafo único do art. 13 desta Lei, serão disponibilizadas na página eletrônica oficial daquele Ministério. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*).

Art. 56-B. Sem prejuízo de outras normas aplicáveis a repasse de recursos para a assinatura do contrato de desempenho será exigido das entidades beneficiadas que sejam regidas por estatutos cujas normas disponham expressamente sobre: (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

III – constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

IV – prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo: (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das normas brasileiras de contabilidade; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 56-C. As entidades interessadas em firmar o contrato de desempenho deverão formular requerimento escrito ao Ministério do Esporte, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos: (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – estatuto registrado em cartório; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – ata de eleição de sua atual diretoria; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

III – balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício; (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

IV – inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes; e (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

V – comprovação da regularidade jurídica e fiscal. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 57. Constituirão recursos para a assistência social e educacional aos atletas profissionais, aos ex-atletas e aos atletas em formação os recolhidos: (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

I – diretamente para a federação das associações de atletas profissionais – FAAP, equivalentes a: (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor correspondente à parcela ou parcelas que compõem o salário mensal, nos termos do contrato do atleta profissional pertencente ao Sistema Brasileiro do Desporto, a serem pagos mensalmente pela entidade de prática desportiva contratante; e (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

b) 0,8% (oito décimos por cento) do valor correspondente às transferências nacionais e internacionais, a serem pagos pela entidade de prática desportiva cedente; e (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

II – diretamente para a Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol – FENAPAF, equivalentes a 0,2% (dois décimos por cento) do valor correspondente às transferências nacionais e internacionais de atletas da modalidade de futebol, a serem pagos no ato do recebimento pela entidade de prática desportiva cedente; (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

III – (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

IV – (*Revogado pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 1º A entidade responsável pelo registro de transferências de atleta profissional de entidade de prática desportiva para outra deverá exigir, sob pena de sua não efetivação, além dos documentos necessários, o comprovante do recolhimento dos valores fixados neste artigo. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 2º Os recursos de que trata este artigo serão integralmente aplicados em conformidade com programa de assistência social e educacional, previamente aprovado pelas entidades de que tratam os incisos I e II deste artigo, nos termos dos seus estatutos. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 58. (VETADO)

Capítulo IX
DO BINGO

Art. 59. (*Revogado pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Arts. 60 a 81 (*Revogados pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Capítulo X
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 82. Os dirigentes, unidades ou órgãos de entidades de administração do desporto, inscritas ou não no registro de comércio, não exercem função delegada pelo Poder Público, nem são consideradas autoridades públicas para os efeitos desta Lei.

Art. 82-A. As entidades de prática desportiva de participação ou de rendimento, profissional ou não profissional, promoverão obrigatoriamente exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas, nos termos da regulamentação. (*Incluído pela Lei n. 12.346, de 2010.*)

Art. 83. As entidades desportivas internacionais com sede permanente ou temporária no País receberão dos poderes públicos o mesmo tratamento dispensado às entidades nacionais de administração do desporto.

Art. 84. Será considerado como efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período em que o atleta servidor público civil ou militar, da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou fundacional, estiver convocado para integrar representação nacional em treinamento ou competição desportiva no País ou no exterior. (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

§ 1º O período de convocação será definido pela entidade nacional de administração da respectiva modalidade desportiva, cabendo a esta ou aos Comitês Olímpico ou Paraolímpico Brasileiros fazer a devida comunicação e solicitar ao Ministério do Esporte a competente liberação do afastamento do atleta, árbitro e assistente, cabendo ao referido Ministério comunicar a ocorrência ao órgão de origem do servidor ou militar. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos profissionais especializados e dirigentes, quando indispensáveis à composição da delegação.

Art. 84-A. Todos os jogos das seleções brasileiras de futebol, em competições oficiais, deverão ser exibidos, pelo menos, em uma rede nacional de televisão aberta, com transmissão ao vivo, inclusive para as cidades brasileiras nas quais os mesmos estejam sendo realizados. (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Parágrafo único. As empresas de televisão de comum acordo, ou por rodízio, ou por arbitramento, resolverão como cumprir o disposto neste artigo, caso nenhuma delas se interesse pela transmissão. O órgão competente fará o arbitramento. (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Art. 85. Os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as instituições de ensino superior, definirão normas específicas para verificação do rendimento e o controle de frequência dos estudantes que integrarem representação desportiva nacional, de forma a harmonizar a atividade desportiva com os interesses relacionados ao aproveitamento e à promoção escolar.

Art. 86. É instituído o Dia do Desporto, a ser comemorado no dia 23 de junho, Dia Mundial do Desporto Olímpico.

Art. 87. A denominação e os símbolos de entidade de administração do desporto ou prática desportiva, bem como o nome ou apelido desportivo do atleta profissional, são de propriedade exclusiva dos mesmos, contando com a proteção legal, válida para todo o território nacional, por tempo indeterminado, sem necessidade de registro ou averbação no órgão competente.

Parágrafo único. A garantia legal outorgada às entidades e aos atletas referidos neste artigo permite-lhes o uso comercial de sua denominação, símbolos, nomes e apelidos.

Art. 87-A. O direito ao uso da imagem do atleta pode ser por ele cedido ou explorado, mediante ajuste contratual de natureza civil e com fixação de direitos, deveres e condições inconfundíveis com o contrato especial de trabalho desportivo. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 88. Os árbitros e auxiliares de arbitragem poderão constituir entidades nacionais, estaduais e do Distrito Federal, por modalidade desportiva ou grupo de modalidades, objetivando o recrutamento, a formação e a prestação de serviços às entidades de administração do desporto. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Parágrafo único. Independentemente da constituição de sociedade ou entidades, os árbitros e seus auxiliares não terão qualquer vínculo empregatício com as entidades desportivas diretivas onde atuarem, e sua remuneração como autônomos exonera tais entidades de quaisquer outras responsabilidades trabalhistas, securitárias e previdenciárias.

Art. 89. Em campeonatos ou torneios regulares com mais de uma divisão, as entidades de administração do desporto determinarão em seus regulamentos o princípio do acesso e do descenso, observado sempre o critério técnico.

Art. 89-A. As entidades responsáveis pela organização de competições desportivas profissionais deverão disponibilizar equipes para atendimento de emergências entre árbitros e atletas, nos termos da regulamentação. (*Incluído pela Lei n. 12.346, de 2010.*)

Art. 90. É vedado aos administradores e membros de conselho fiscal de entidade de prática desportiva o exercício de cargo ou função em entidade de administração do desporto.

Art. 90-A. (*Incluído e vetado pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

Art. 90-B. (*Incluído e vetado pela Lei n. 10.672, de 2003.*)

Art. 90-C. As partes interessadas poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis, vedada a apreciação de matéria referente à disciplina e à competição desportiva. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Parágrafo único. A arbitragem deverá estar prevista em acordo ou convenção coletiva de trabalho e só poderá ser instituída após a concordância expressa de ambas as partes, mediante cláusula compromissória ou compromisso arbitral. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 90-D. Os atletas profissionais poderão ser representados em juízo por suas entidades sindicais em ações relativas aos contratos especiais de trabalho desportivo mantidos com as entidades de prática desportiva. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 90-E. O disposto no § 4º do art. 28 quando houver vínculo empregatício aplica-se aos integrantes da comissão técnica e da área de saúde. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Art. 90-F. Os profissionais credenciados pelas Associações de Cronistas Esportivos quando em serviço têm acesso a praças, estádios e ginásios desportivos em todo o território nacional, obrigando-se a ocupar locais a eles reservados pelas respectivas entidades de administração do desporto. (*Incluído pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Capítulo XI
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 91. Até a edição dos Códigos da Justiça dos Desportos Profissionais e Não Profissionais continuam em vigor os atuais Códigos, com as alterações constantes desta Lei.

Art. 92. Os atuais atletas profissionais de futebol, de qualquer idade, que, na data de entrada em vigor desta Lei, estiverem com passe livre, permanecerão nesta situação, e a rescisão de seus contratos de trabalho dar-se-á nos termos dos arts. 479 e 480 da CLT.

Art. 93. O disposto no art. 28, § 2º, desta Lei somente produzirá efeitos jurídicos a partir de 26 de março de 2001, respeitados os direitos adquiridos decorrentes dos contratos de trabalho e vínculos desportivos de atletas profissionais pactuados com base na

legislação anterior. (*Redação dada pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Parágrafo único. (VETADO) (*Incluído e vetado pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Art. 94. O disposto nos arts. 27, 27-A, 28, 29, 29-A, 30, 39, 43, 45 e no § 1º do art. 41 desta Lei será obrigatório exclusivamente para atletas e entidades de prática profissional da modalidade de futebol. (*Redação dada pela Lei n. 12.395, de 2011.*)

Parágrafo único. É facultado às demais modalidades desportivas adotar os preceitos constantes dos dispositivos referidos no *caput* deste artigo. (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Art. 94-A. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei, inclusive a distribuição dos recursos, gradação das multas e os procedimentos de sua aplicação. (*Incluído pela Lei n. 9.981, de 2000.*)

Art. 95. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 96. São revogados, a partir da vigência do disposto no § 2º do art. 28 desta Lei, os incisos II e V e os §§ 1º e 3º do art. 3º, os arts. 4º, 6º, 11 e 13, o § 2º do art. 15, o parágrafo único do art. 16 e os arts. 23 e 26 da Lei n. 6.354, de 2 de setembro de 1976; são revogadas, a partir da data de publicação desta Lei, as Leis n. 8.672, de 6 de julho de 1993, e 8.946, de 5 de dezembro de 1994.

Doméstico

Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972

(Publicada no *DOU*, 12-12-1972)

Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências.

Art. 1º Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas, aplica-se o disposto nesta Lei.

Art. 2º Para admissão ao emprego deverá o empregado doméstico apresentar:

I – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II – Atestado de boa conduta;

III – Atestado de saúde, a critério do empregador.

Art. 2º-A. É vedado ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia. (*Incluído pela Lei n. 11.324, de 19-7-2006.*)

§ 1º Poderão ser descontadas as despesas com moradia de que trata o *caput* deste artigo quando essa se referir a local diverso da residência em que ocorrer a prestação de serviço, e desde que essa possibilidade tenha sido expressamente acordada entre as partes. (*Incluído pela Lei n. 11.324, de 19-7-2006.*)

§ 2º As despesas referidas no *caput* deste artigo não têm natureza salarial nem se incorporam à remuneração para quaisquer efeitos. (*Incluído pela Lei n. 11.324, de 19-7-2006.*)

Art. 3º O empregado doméstico terá direito a férias anuais remuneradas de 30 (trinta) dias com, pelo menos, 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, após cada período de 12 (doze) meses de trabalho, prestado à mesma pessoa ou família. (*Redação dada pela Lei n. 11.324, de 19-7-2006.*)

Art. 3º-A. É facultada a inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de que trata a Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, mediante requerimento do empregador, na forma do regulamento. (*Artigo incluído pela Lei n. 10.208, de 23-3-2001.*)

Art. 4º Aos empregados domésticos são assegurados os benefícios e serviços da Lei Orgânica da Previdência Social na qualidade de segurados obrigatórios.

Art. 4º-A. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto. (*Incluído pela Lei n. 11.324, de 19-7-2006.*)

Art. 5º Os recursos para o custeio do plano de prestações provirão das contribuições abaixo, a serem recolhidas pelo empregador até o último dia do mês seguinte àquele a que se referirem e incidentes sobre o valor do salário mínimo da região:

I – 8% (oito por cento) do empregador;

II – 8% (oito por cento) do empregado doméstico.

(O disposto nos incisos I e II está prejudicado. Agora, de acordo com o art. 20 da Lei n. 8.212, de 24-7-1991, a contribuição do empregado doméstico variará dependendo do salário de contribuição mensal, entre 8% (oito por cento) e 11% (onze por cento).

A contribuição do empregador, nos termos do art. 24 da Lei n. 8.212, de 24-7-1991, será de 12% (doze por cento) sobre o salário de contribuição mensal do empregado doméstico.)

§ 1º O salário de contribuição para o empregado doméstico que receber salário superior ao mínimo vigente incidirá sobre a remuneração constante do contrato de trabalho registrado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, até o limite de 3 (três) salários mínimos regionais. (*Parágrafo incluído pela Lei n. 6.887, de 10-12-1980.*)

§ 2º A falta de recolhimento, na época própria, das contribuições previstas neste artigo sujeitará o responsável ao pagamento do juro moratório de 1% (um por cento), ao mês, além da multa variável de 10% (dez por cento) a 50% (cinquenta por cento) do valor do débito. (*Primitivo parágrafo único transformado em § 2º pela Lei n. 6.887, de 10-12-1980.)*

Art. 6º Não serão devidas quaisquer das contribuições discriminadas nos itens II a VII da Tabela constante do artigo 3º do Decreto n. 60.466, de 14 de março de 1967.

Art. 6º-A. O empregado doméstico que for dispensado sem justa causa fará jus ao benefício do seguro-desemprego, de que trata a Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, no valor de um salário mínimo, por um período máximo de três meses, de forma contínua ou alternada. *(Artigo incluído pela Lei n. 10.208, de 23-3-2001.)*

§ 1º O benefício será concedido ao empregado inscrito no FGTS que tiver trabalhado como doméstico por um período mínimo de quinze meses nos últimos vinte e quatro meses contados da dispensa sem justa causa. *(Parágrafo incluído pela Lei n. 10.208, de 23-3-2001.)*

§ 2º Considera-se justa causa para os efeitos desta Lei as hipóteses previstas no art. 482, com exceção das alíneas *c* e *g* e do seu parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho. *(Parágrafo incluído pela Lei n. 10.208, de 23-3-2001.)*

Art. 6º-B. Para se habilitar ao benefício, o trabalhador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego: *(Artigo incluído pela Lei n. 10.208, de 23-3-2001.)*

I – Carteira de Trabalho e Previdência Social, na qual deverão constar a anotação do contrato de trabalho doméstico e a data da dispensa, de modo a comprovar o vínculo empregatício, como empregado doméstico, durante pelo menos quinze meses nos últimos vinte e quatro meses; *(Inciso incluído pela Lei n. 10.208, de 23-3-2001.)*

II – termo de rescisão do contrato de trabalho atestando a dispensa sem justa causa; (*Inciso incluído pela Lei n. 10.208, de 23-3-2001.*)

III – comprovantes do recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, durante o período referido no inciso I, na condição de empregado doméstico; *(Inciso incluído pela Lei n. 10.208, de 23-3-2001.)*

IV – declaração de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto auxílio-acidente e pensão por morte; e *(Inciso incluído pela Lei n. 10.208, de 23-3-2001.)*

V – declaração de que não possui renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família. *(Inciso incluído pela Lei n. 10.208, de 23-3-2001.)*

Art. 6º-C. O seguro-desemprego deverá ser requerido de sete a noventa dias contados da data da dispensa. (*Artigo incluído pela Lei n. 10.208, de 23-3-2001.*)

Art. 6º-D. Novo seguro-desemprego só poderá ser requerido a cada período de

Observe-se que a **microempresa** e a **empresa de pequeno porte** estão, igualmente, obrigadas a anotar a carteira de trabalho de seus empregados e ao arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações (art. 52, I e II, da Lei Complementar n. 123, de 14-12-2006 — Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).

3. *A devolução da Carteira ao empregado*

Feitas as anotações indispensáveis, deve o empregador devolver a Carteira Profissional ao empregado, sob pena de multa e prisão (art. 53 da CLT e Lei n. 5.553/68).

4. *Anotações prejudiciais ao empregado*

O poder disciplinar na empresa é exercido por seu respectivo titular.

Fervoroso adepto da natureza institucional da empresa, Luiz José de Mesquita lembra, com inegável propriedade, que, "sendo a empresa uma instituição social diferençada, não igualitária, que, por sua natureza exige uma hierarquia de autoridades, a atividade do empregado deve ser prestada dentro de uma subordinação hierárquica à do empreendedor"[78].

Por poder hierárquico se há de entender, na soberba definição do autor nominado, "a faculdade em virtude da qual uma pessoa, o sujeito-ativo chamado superior hierárquico, exerce um direito-função sobre a atividade humana profissional de outra, o sujeito passivo, chamado inferior-hierárquico, segundo o interesse social da instituição, para legislar, governar, e sancionar no que respeita à ordem profissional da empresa"[79].

O poder diretivo a cargo do empresário não é, contudo, discricionário. Ao revés, tem seus limites traçados pelo Direito do Trabalho, que disciplina as relações entre empregados e empregadores.

Assim, eventualmente, determinados atos faltosos do empregado, exaustivamente declinados no art. 482 da CLT, podem ser objeto de punição por parte do empregador: advertência, suspensão e, finalmente, dispensa por justa causa.

Tais punições, conquanto possam ser impostas ao empregado e a ele comunicadas por escrito, não podem, todavia, ser anotadas na Carteira Profissional, na medida em que venham a dificultar novo emprego. É de assinalar que anotações precipitadas podem ensejar, por parte do empregado, ação de indenização por dano moral, plenamente admitida no âmbito do Direito do Trabalho.

► *Jurisprudência*

▷ **Condições especiais. Inteligência do artigo 29 da CLT.** O contrato de trabalho do caso dos autos não contém qualquer cláusula especial que necessitasse ser registrada na CTPS do reclamante. Condição especial é o pacto por tempo determinado, a hipótese do inciso I do artigo 62 da CLT e não o acordo de compensação. (TRT/SP, Ac. 20000380606, j. 25-7-2000, 3ª T., Proc. 19990385958, Rel. Sérgio Pinto Martins, *DOE/SP*, 8-8-2000)

78. *Direito Disciplinar do Trabalho*, 2. ed., LTr, p. 41.

79. Ob. cit., p. 48-9.

dezesseis meses decorridos da dispensa que originou o benefício anterior. *(Artigo incluído pela Lei n. 10.208, de 23-3-2001.)*

Art. 7º Esta Lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias vigorando 30 (trinta) dias após a publicação do seu regulamento.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Decreto n. 71.885, de 9 de março de 1973

(Publicado no *DOU*, 9-3-1973)

Aprova o Regulamento da Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, e dá outras providências.

Art. 1º São assegurados aos empregados domésticos os benefícios e serviços da Lei Orgânica da Previdência Social, na conformidade da Lei número 5.859, de 11 de dezembro de 1972.

Art. 2º Excetuando o Capítulo referente a férias, não se aplicam aos empregados domésticos as demais disposições da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. As divergências entre empregado e empregador doméstico relativas as férias e anotação na Carteira do Trabalho e Previdência Social, ressalvada a competência da Justiça do Trabalho, serão dirimidas pela Delegacia Regional do Trabalho.

Art. 3º Para os fins constantes da Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, considera-se:

I – empregado doméstico aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas.

II – empregador doméstico a pessoa ou família que admita a seu serviço empregado doméstico.

Art. 4º O empregado doméstico, ao ser admitido no emprego, deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Carteira de Trabalho e Previdência Social.

II – Atestado de Boa Conduta emitido por autoridade policial, ou por pessoa idônea, a juízo do empregador.

III – Atestado de Saúde, subscrito por autoridade médica responsável, a critério do empregador doméstico.

Art. 5º Na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado doméstico serão feitas, pelo respectivo empregador, as seguintes anotações:

I – data de admissão;

II – salário mensal ajustado;

III – início e término das férias;

IV – data da dispensa.

Art. 6º Após cada período contínuo de 12 (doze) meses de trabalho prestado à mesma pessoa ou família, a partir da vigência deste Regulamento, o empregado doméstico fará jus a férias remuneradas, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho de 20 (vinte) dias úteis, ficando a critério do empregador doméstico a fixação do período correspondente.

Art. 7º Filiam-se à Previdência Social, como segurados obrigatórios, os que trabalham como empregados domésticos no território nacional, na forma do disposto na alínea I do artigo 3º deste Regulamento.

Art. 8º O limite de 60 anos para Filiação à Previdência Social, previsto no art. 4º do Decreto-lei n. 710, de 28 de julho de 1969, não se aplica ao empregado doméstico que:

I – inscrito como segurado facultativo para todos os efeitos, nessa qualidade já vinha contribuindo na forma da legislação anterior.

II – já sendo segurado obrigatório, tenha adquirido ou venha a adquirir a condição de empregado doméstico, após se desligar de emprego ou atividade de que decorria aquela situação.

Art. 9º Considerar-se-á inscrito para os efeitos da Lei n. 5.859 de 11 de dezembro de 1972, o empregado doméstico que se qualificar, junto ao Instituto Nacional de Previdência Social, mediante apresentação da Carteira do Trabalho e Previdência Social.

§ 1º Os empregados domésticos, inscritos como segurados facultativos, passam a partir da vigência deste Regulamento, à condição de segurados obrigatórios, independentemente de nova inscrição.

§ 2º A inscrição dos dependentes incumbe ao próprio segurado e será feita, sempre que possível, no ato de sua inscrição.

Art. 10. O auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez do empregado doméstico serão devidos a contar da data de entrada do respectivo requerimento.

Art. 11. O custeio das prestações a que se refere o presente Regulamento será atendido pelas seguintes contribuições:

I – do segurado, em percentagem correspondente a 8% (oito por cento) do seu salário de contribuição, assim considerado, para os efeitos deste Regulamento, o valor do salário mínimo regional.

II – do empregador doméstico, em quantia igual à que for devida pelo segurado.

Parágrafo único. Quando a admissão, dispensa ou afastamento do empregado doméstico ocorrer no curso do mês, a contribuição incidirá sobre 1/30 avos do salário mínimo regional por dia de trabalho efetivamente prestado.

Art. 12. O recolhimento das contribuições, a cargo do empregador doméstico, será realizado na forma das instruções a serem baixadas pelo Instituto Nacional de Previdência Social, em formulário próprio, individualizado por empregado doméstico.

Parágrafo único. Não recolhendo na época própria as contribuições a seu cargo, ficará o empregador doméstico sujeito às penalidades previstas no artigo 165 do Regulamento Geral da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n. 60.501, de 14 de março de 1969.

Art. 13. Aplica-se ao empregado doméstico e respectivo empregador, no que couber, o disposto no Regulamento Geral da Previdência Social aprovado pelo Decreto n. 60.501, de 14 de março de 1969.

Art. 14. O Ministro do Trabalho e Previdência Social baixará as instruções necessárias à execução do presente Regulamento.

Art. 15. O presente Regulamento entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lei n. 7.195,
de 12 de junho de 1984
(Publicada no *DOU*, 13-6-1984)

Dispõe sobre a responsabilidade civil das Agências de Empregados Domésticos.

Art. 1º As agências especializadas na indicação de empregados domésticos são civilmente responsáveis pelos atos ilícitos cometidos por estes no desempenho de suas atividades.

Art. 2º No ato da contratação, a agência firmará compromisso com o empregador, obrigando-se a reparar qualquer dano que venha a ser praticado pelo empregado contratado, no período de 1 (um) ano.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Decreto n. 3.361,
de 10 de fevereiro de 2000
(Publicado no *DOU*, 11-2-2000)

Regulamenta dispositivos da Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico, para facultar o acesso do empregado doméstico ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e ao Programa do Seguro-Desemprego.

Art. 1º O empregado doméstico poderá ser incluído no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de que trata a Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, mediante requerimento

do empregador, a partir da competência março do ano 2000.

§ 1º Para efeito deste Decreto, o requerimento consistirá na apresentação da guia de recolhimento do FGTS, devidamente preenchida e assinada pelo empregador, na Caixa Econômica Federal – CEF ou na rede arrecadadora a ela conveniada.

§ 2º Efetivado o primeiro depósito na conta vinculada, o empregado doméstico será automaticamente incluído no FGTS.

Art. 2º A inclusão do empregado doméstico no FGTS é irretratável com relação ao respectivo vínculo contratual e sujeita o empregador às obrigações e penalidades previstas na Lei n. 8.036, de 1990.

Art. 3º O benefício do seguro-desemprego de que trata a Lei n. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, será concedido ao trabalhador, vinculado ao FGTS, que tiver trabalhado como doméstico por um período mínimo de quinze meses nos últimos vinte e quatro meses, contados da data de sua dispensa sem justa causa.

Art. 4º Para se habilitar ao seguro-desemprego, o trabalhador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego:

I – Carteira de Trabalho e Previdência Social, na qual deverá constar a anotação do contrato de trabalho doméstico e a data da dispensa, de modo a comprovar o vínculo empregatício, como empregado doméstico, durante pelo menos quinze meses nos últimos vinte e quatro meses;

II – termo de rescisão do contrato de trabalho atestando a dispensa sem justa causa;

III – comprovantes do recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, durante o período referido no inciso I, na condição de empregado doméstico;

IV – declaração de que não está em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto auxílio-acidente e pensão por morte; e

V – declaração de que não possui renda própria de qualquer natureza, suficiente à sua manutenção e de sua família.

§ 1º Na contagem do tempo de serviço de que trata o inciso I deste artigo, serão considerados os meses em que foram efetuados depósitos no FGTS, em nome do trabalhador como empregado doméstico, por um ou mais empregadores.

§ 2º Considera-se um mês de atividade, para efeito do inciso I deste artigo, a fração igual ou superior a quinze dias.

Art. 5º O valor do benefício do seguro-desemprego do empregado doméstico corresponderá a um salário mínimo e será concedido por um período máximo de três meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de dezesseis meses.

Parágrafo único. O benefício do seguro-desemprego só poderá ser requerido novamente a cada período de dezesseis meses decorridos da dispensa que originou o benefício anterior, desde que satisfeitas as condições estabelecidas no artigo anterior.

Art. 6º A CEF definirá os procedimentos operacionais necessários à inclusão do empregado doméstico e seu empregador no FGTS.

Art. 7º Caberá ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, mediante resolução, estabelecer as medidas operacionais que se fizerem necessárias à concessão do benefício do seguro-desemprego.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Educação física

Lei n. 9.696,
de 1º de setembro de 1998
(Publicada no *DOU*, 2-9-1998)

Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física.

Art. 1º O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física.

Art. 2º Apenas serão inscritos nos quadros dos Conselhos Regionais de Educação Física os seguintes profissionais:

I – os possuidores de diploma obtido em curso de Educação Física, oficialmente autorizado ou reconhecido;

II – os possuidores de diploma em Educação Física expedido por instituição de ensino superior estrangeira, revalidado na forma da legislação em vigor;

III – os que, até a data do início da vigência desta Lei, tenham comprovadamente exercido atividades próprias dos Profissionais de Educação Física, nos termos a serem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação Física.

Art. 3º Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto.

Art. 4º São criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Educação Física.

Art. 5º Os primeiros membros efetivos e suplentes do Conselho Federal de Educação Física serão eleitos para um mandato-tampão de dois anos, em reunião das associações representativas de Profissionais de Educação Física, criadas nos termos da Constituição Federal, com personalidade jurídica própria, e das instituições superiores de ensino de Educação Física, oficialmente autorizadas ou reconhecidas, que serão convocadas pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais de Educação Física – FBAPEF, no prazo de até noventa dias após a promulgação desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eleições – Contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais

Lei n. 9.504,
de 30 de setembro de 1997
(Publicada no *DOU*, 1º-10-1997)

Estabelece normas para as eleições.

.....

Art. 100. A contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais não gera vínculo empregatício com o candidato ou partido contratantes.

Eletricistas

Lei n. 12.740,
de 8 de dezembro de 2012

Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas, e revoga a Lei n. 7.369, de 20 de setembro de 1985.

Art. 1º O art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I – inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II – roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

.....

§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Lei n. 7.369, de 20 de setembro de 1985.

Engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários

Lei n. 4.950-A, de 22 de abril de 1966

(Publicada no *DOU*, 29-4-1966)

Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

Art. 1º O salário mínimo dos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária é o fixado pela presente Lei.

Art. 2º O salário mínimo fixado pela presente Lei é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos no art. 1º, com relação de emprego ou função, qualquer que seja a fonte pagadora.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei as atividades ou tarefas desempenhadas pelos profissionais enumerados no art. 1º são classificadas em:

a) atividades ou tarefas com exigência de 6 (seis) horas diárias de serviço;

b) atividades ou tarefas com exigência de mais de 6 (seis) horas diárias de serviço.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é a fixada no contrato de trabalho ou determinação legal vigente.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei os profissionais citados no art. 1º são classificados em:

a) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de 4 (quatro) anos ou mais;

b) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de menos de 4 (quatro) anos.

Art. 5º Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea *a* do art. 3º, fica fixado o salário-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário mínimo comum vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea *a* do art. 4º, e de 5 (cinco) vezes o maior salário mínimo comum vigente no País, para os profissionais da alínea *b* do art. 4º.

Art. 6º Para a execução de atividades e tarefas classificadas na alínea *b* do art. 3º, a fixação do salário-base mínimo será feito tomando-se por base o custo da hora fixado no art. 5º desta Lei, acrescidas de 25% as horas excedentes das 6 (seis) diárias de serviços.

Art. 7º A remuneração do trabalho noturno será feita na base da remuneração do trabalho diurno, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Resolução n. 12, de 1971

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução da Lei n. 4.950-A, de 22 de abril de 1966, em relação aos servidores públicos sujeitos ao regime estatutário.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 26 de fevereiro de 1969, nos autos da Representação n. 716, do Distrito Federal, a execução da Lei n. 4.950-A, de 22 de abril de 1966, em relação aos servidores públicos sujeitos ao regime estatutário.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Estágio de estudantes

Lei n. 11.788,
de 25 de setembro de 2008
(Publicada no *DOU*, 26-9-2008)

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis ns. 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n. 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Capítulo I
DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos rela-

tórios referidos no inciso IV do *caput* do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

I – identificar oportunidades de estágio;

II – ajustar suas condições de realização;

III – fazer o acompanhamento administrativo;

IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

Capítulo II
DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do *caput* do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do *caput* do art. 3º desta Lei.

Capítulo III
DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

Capítulo IV
DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

Capítulo V
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

Capítulo VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;

II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do *caput* deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 428. .....

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja

concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

.....

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

.....

§ 7º Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental".

Art. 20. O art. 82 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (*Revogado*)".

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as Leis ns. 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n. 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

Fisioterapeuta e terapeuta

Lei n. 8.856,
de 1º de março de 1994
(Publicada no *DOU*, 2-3-1994)

Fixa a Jornada de Trabalho dos Profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.

Art. 1º Os profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional ficarão sujeitos à prestação máxima de 30 horas semanais de trabalho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Jornalistas

Decreto-Lei n. 972,
de 17 de outubro de 1969
(Publicado no *DOU*, 21-10-1969)

Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.

.....

Art. 2º A profissão de jornalista compreende, privativamente, o exercício habitual e remunerado de qualquer das seguintes atividades:

a) redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário;

b) comentário ou crônica, pelo rádio ou pela televisão;

c) entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada;

d) planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada;

e) planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata a alínea *a*;

f) ensino de técnicas de jornalismo;

g) coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação;

h) revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e a adequação da linguagem;

i) organização e conservação de arquivo jornalístico, e pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias;

▷ **Anotação na CTPS. Responsabilidade do empregador. Aplicação do art. 29 da CLT.** Se o empregado está de posse da CTPS e se recusa a entregá-la, o empregador não pode admiti-lo a seu serviço, já que as anotações previstas no art. 29 da CLT são obrigatórias. Se há admissão sem as anotações, a presunção é a de que a recusa tenha partido do empregador. Constatada a violação aos preceitos celetistas, a expedição de ofícios é medida que se impõe, encontrando expressa previsão no art. 631 da CLT. (TRT/SP, Ac. 20000135245, j. 27-3-2000, 8ª T., Proc. 0299152177, Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva, *DOE/SP*, 18-4-2000)

Seção V
Das reclamações por falta ou recusa de anotação

Art. 36. Recusando-se a empresa a fazer as anotações a que se refere o art. 29 ou a devolver a Carteira de Trabalho e Previdência Social recebida, poderá o empregado comparecer, pessoalmente ou por intermédio de seu sindicato, perante a Delegacia Regional ou órgão autorizado, para apresentar reclamação. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 37. No caso do art. 36, lavrado o termo de reclamação, determinar-se-á a realização de diligência para instrução do feito, observado, se for o caso, o disposto no § 2º do art. 29, notificando-se posteriormente o reclamado por carta registrada, caso persista a recusa, para que, em dia e hora previamente designados, venha prestar esclarecimentos ou efetuar as devidas anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou sua entrega. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Parágrafo único. Não comparecendo o reclamado, lavrar-se-á termo de ausência, sendo considerado revel e confesso sobre os termos da reclamação feita, devendo as anotações ser efetuadas por despacho da autoridade que tenha processado a reclamação. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

Art. 38. Comparecendo o empregador e recusando-se a fazer as anotações reclamadas, será lavrado um termo de comparecimento, que deverá conter, entre outras indicações, o lugar, o dia e hora de sua lavratura, o nome e a residência do empregador, assegurando-se-lhe o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do termo, para apresentar defesa.

Parágrafo único. Findo o prazo para a defesa, subirá o processo à autoridade administrativa de primeira instância, para se ordenarem diligências, que completem a instrução do feito, ou para julgamento, se o caso estiver suficientemente esclarecido.

Art. 39. Verificando-se que as alegações feitas pelo reclamado versam sobre a não existência de relação de emprego, ou sendo impossível verificar essa condição pelos meios administrativos, será o processo encaminhado à Justiça do Trabalho, ficando, nesse caso, sobrestado o julgamento do auto de infração que houver sido lavrado. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 1º Se não houver acordo, a Junta de Conciliação e Julgamento, em sua sentença, ordenará que a Secretaria efetue as devidas anotações, uma vez transitada em julgado, e faça a comunicação à autoridade competente para o fim de aplicar a multa cabível. (Redação dada pelo Dec.-lei n. 229, de 28-2-1967.)

§ 2º Igual procedimento observar-se-á no caso de processo trabalhista de qualquer natureza, quando for verificada a falta de anotações na Carteira de Trabalho e Previdência

j) execução da distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação;

l) execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico.

Art. 3º Considera-se empresa jornalística, para os efeitos deste Decreto-lei, aquela que tenha como atividade a edição de jornal ou revista, ou a distribuição de noticiário, com funcionamento efetivo, idoneidade financeira e registro legal.

§ 1º Equipara-se a empresa jornalística a seção ou serviço de empresa de radiodifusão, televisão ou divulgação cinematográfica, ou de agência de publicidade, onde sejam exercidas as atividades previstas no art. 2º.

§ 2º *(Revogado pela Lei n. 6.612, de 7-12-1978.)*

§ 3º A empresa não jornalística sob cuja responsabilidade se editar publicação destinada a circulação externa, promoverá o cumprimento desta lei relativamente aos jornalistas que contratar, observado, porém, o que determina o art. 8º, § 4º.

.....

Mãe social

Lei n. 7.644,
de 18 de dezembro de 1987

(Publicada no *DOU*, 21-12-1987)

Dispõe sobre a Regulamentação da Atividade de Mãe Social e dá outras Providências.

Art. 1º As instituições sem finalidade lucrativa, ou de utilidade pública de assistência ao menor abandonado, e que funcionem pelo sistema de casas-lares, utilizarão mães sociais visando a propiciar ao menor as condições familiares ideais ao seu desenvolvimento e reintegração social.

Art. 2º Considera-se mãe social, para efeito desta Lei, aquela que, dedicando-se à assistência ao menor abandonado, exerça o encargo em nível social, dentro do sistema de casas-lares.

Art. 3º Entende-se como casa-lar a unidade residencial sob responsabilidade de mãe social, que abrigue até 10 (dez) menores.

§ 1º As casas-lares serão isoladas, formando, quando agrupadas, uma aldeia assistencial ou vila de menores.

§ 2º A instituição fixará os limites de idade em que os menores ficarão sujeitos às casas-lares.

§ 3º Para os efeitos dos benefícios previdenciários, os menores residentes nas casas-lares e nas Casas da Juventude são considerados dependentes da mãe social a que foram confiados pela instituição empregadora.

Art. 4º São atribuições da mãe social:

I – propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados;

II – administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes;

III – dedicar-se, com exclusividade, aos menores e à casa-lar que lhes forem confiados.

Parágrafo único. A mãe social, enquanto no desempenho de suas atribuições, deverá residir, juntamente com os menores que lhe forem confiados, na casa-lar que lhe for destinada.

Art. 5º À mãe social ficam assegurados os seguintes direitos:

I – anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II – remuneração, em valor não inferior ao salário mínimo;

III – repouso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas;

IV – apoio técnico, administrativo e financeiro no desempenho de suas funções;

V – 30 (trinta) dias de férias anuais remuneradas nos termos do que dispõe o capítulo IV, da Consolidação das Leis do Trabalho;

VI – benefícios e serviços previdenciários, inclusive, em caso de acidente do trabalho, na qualidade de segurada obrigatória;

VII – gratificação de Natal (13º salário);

VIII – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou indenização, nos termos da legislação pertinente.

Art. 6º O trabalho desenvolvido pela mãe social é de caráter intermitente, realizando-se pelo tempo necessário ao desempenho de suas tarefas.

Art. 7º Os salários devidos à mãe social serão reajustados de acordo com as disposições legais aplicáveis, deduzido o percentual de alimentação fornecida pelo empregador.

Art. 8º A candidata ao exercício da profissão de mãe social deverá submeter-se a seleção e treinamento específicos, a cujo término será verificada sua habilitação.

§ 1º O treinamento será composto de um conteúdo teórico e de uma aplicação prática, esta sob forma de estágio.

§ 2º O treinamento e estágio a que se refere o parágrafo anterior não excederão de 60 (sessenta) dias, nem criarão vínculo empregatício de qualquer natureza.

§ 3º A estagiária deverá estar segurada contra acidentes pessoais e receberá alimentação, habitação e bolsa de ajuda para vestuário e despesas pessoais.

§ 4º O Ministério da Previdência e Assistência Social assegurará assistência médica e hospitalar à estagiária.

Art. 9º São condições para admissão como mãe social:

a) idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos;

b) boa sanidade física e mental;

c) curso de primeiro grau, ou equivalente;

d) ter sido aprovada em treinamento e estágio exigidos por esta Lei;

e) boa conduta social;

f) aprovação em teste psicológico específico.

Art. 10. A instituição manterá mães sociais para substituir as efetivas durante seus períodos de afastamento do serviço.

§ 1º A mãe social substituta, quando não estiver em efetivo serviço de substituição, deverá residir na aldeia assistencial e cumprir tarefas determinadas pelo empregador.

§ 2º A mãe social, quando no exercício da substituição, terá direito à retribuição percebida pela titular e ficará sujeita ao mesmo horário de trabalho.

Art. 11. As instituições que funcionam pelo sistema de casas-lares manterão, além destas, Casas de Juventude, para jovens com mais de 13 (treze) anos de idade, os quais encaminharão ao ensino profissionalizante.

Parágrafo único. O ensino a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser ministrado em comum, em cada aldeia assistencial ou em várias dessas aldeias assistenciais reunidas, ou, ainda, em outros estabelecimentos de ensino, públicos ou privados, conforme julgar conveniente a instituição.

Art. 12. Caberá à administração de cada aldeia assistencial providenciar a colocação dos menores no mercado de trabalho, como estagiários, aprendizes ou como empregados, em estabelecimentos públicos ou privados.

Parágrafo único. As retribuições percebidas pelos menores nas condições mencionadas no *caput* deste artigo serão assim distribuídas e destinadas:

I – até 40% (quarenta por cento) para a casa-lar a que estiverem vinculados, revertidos no custeio de despesas com manutenção do próprio menor;

II – 40% (quarenta por cento) para o menor destinados a despesas pessoais;

III – até 30% (trinta por cento) para depósito em caderneta de poupança ou equivalente, em nome do menor, com assistência da instituição mantenedora, e que poderá ser levantado pelo menor a partir dos 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 13. Extinto o contrato de trabalho, a mãe social deverá retirar se da casa-lar que ocupava, cabendo à entidade empregadora providenciar a imediata substituição.

Art. 14. As mães sociais ficam sujeitas às seguintes penalidades aplicáveis pela entidade empregadora:

I – advertência;

II – suspensão;

III – demissão.

Parágrafo único. Em caso de demissão sem justa causa, a mãe social será indenizada, na forma da legislação vigente, ou levantará os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, com os acréscimos previstos em lei.

Art. 15. As casas-lares e as aldeias assistenciais serão mantidas exclusivamente com rendas próprias, doações, legados, contribuições e subvenções de entidades públicas ou privadas, vedada a aplicação em outras atividades que não sejam de seus objetivos.

Art. 16. Fica facultado a qualquer entidade manter casas-lares, desde que cumprido o disposto nesta Lei.

Art. 17. Por menor abandonado entende-se, para os efeitos desta Lei, o "menor em situação irregular" pela morte ou abandono dos pais, ou, ainda, pela incapacidade destes.

Art. 18. As instituições que mantenham ou coordenem o sistema de casas-lares para o atendimento gratuito de menores abandonados, registradas como tais no Conselho Nacional do Serviço Social, ficam isentas do recolhimento dos encargos patronais à previdência social.

Art. 19. Às relações do trabalho previstas nesta Lei, no que couber, aplica-se o disposto nos Capítulos I e IV do Título II, Seções IV, V e VI do Capítulo IV do Título III e nos Títulos IV e VII, todos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 20. Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho e do Ministério da Previdência e Assistência Social, observadas as áreas de atuação, a fiscalização do disposto nesta Lei, competindo à Justiça do Trabalho dirimir as controvérsias entre empregado e empregador.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

Médicos e cirurgiões-dentistas

Lei n. 3.999,
de 15 de dezembro de 1961
(Publicada no *DOU*, 21-12-1961)

Altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas.

Art. 1º O salário mínimo dos médicos passa a vigorar nos níveis e da forma estabelecida na presente lei.

Art. 2º A classificação de atividades ou tarefas, desdobrando-se por funções, será a seguinte:

a) médicos (seja qual for a especialidade);

b) auxiliares (auxiliar de laboratorista e radiologista e internos).

Art. 3º Não se compreende na classificação de atividades ou tarefas, previstas nesta lei (obrigando ao pagamento de remuneração), o estágio efetuado para especialização ou melhoria de tirocínio, desde que não exceda ao prazo máximo de seis meses e permita a sucessão regular no quadro de beneficiados.

Art. 4º É salário mínimo dos médicos a remuneração mínima, permitida por lei, pelos serviços profissionais prestados por médicos, com a relação de emprego, a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 5º Fica fixado o salário mínimo dos médicos em quantia igual a três vezes e o dos auxiliares a duas vezes mais o salário mínimo comum das regiões ou sub-regiões em que exercerem a profissão.

Art. 6º O disposto no art. 5º aplica-se aos médicos que, não sujeitos ao horário previsto na alínea *a* do art. 8º, prestam assistência domiciliar por conta de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, como empregados destas, mediante remuneração por prazo determinado.

Art. 7º Sempre que forem alteradas as tabelas do salário mínimo comum, nas localidades onde o salário mínimo geral corresponder a valor inferior a metade da soma do mais alto e do mais baixo salário mínimo em vigor no país, o salário mínimo dos médicos será reajustado para valor correspondente a três vezes e o dos auxiliares para duas vezes mais esta metade.

Art. 8º A duração normal do trabalho, salvo acordo escrito que não fira de modo algum o disposto no artigo 12, será:

a) para médicos, no mínimo de duas horas e no máximo de quatro horas diárias;

b) para os auxiliares será de quatro horas diárias.

§ 1º Para cada noventa minutos de trabalho gozará o médico de um repouso de dez minutos.

§ 2º Aos médicos e auxiliares que contratarem com mais de um empregador, é vedado o trabalho além de seis horas diárias.

§ 3º Mediante acordo escrito, ou por motivo de força maior, poderá ser o horário normal acrescido de horas suplementares, em número não excedente de duas.

§ 4º A remuneração da hora suplementar não será nunca inferior a 25% (vinte e cinco por cento) à da hora normal.

Art. 9º O trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20% (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.

Art. 10. O profissional, designado para servir fora da cidade ou vila para a qual tenha sido contratado, não poderá:

a) perceber importância inferior a do nível mínimo de remuneração que vigore naquela localidade;

b) sofrer redução, caso se observe nível inferior.

Art. 11. As modificações futuras de critério territorial para a fixação dos salários mínimos comuns, em tabelas, aproveitarão, também, para os dos médicos.

Art. 12. Na hipótese do ajuste ou contrato de trabalho ser incluído à base-hora, o total da remuneração devida não poderá perfazer quantia inferior a 25 (vinte e cinco) vezes o valor da soma das 2 (duas) primeiras horas, conforme o valor horário calculado para a respectiva localidade.

Art. 13. São aplicáveis ao salário mínimo dos médicos as disposições de caráter geral, sobre o salário mínimo, constantes, do Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT).

Art. 14. A aplicação da presente lei não poderá ser motivo de redução de salário, nem prejudicará a situação de direito adquirido.

Art. 15. Os cargos ou funções de chefias de serviços médicos somente poderão ser exercidos por médicos, devidamente habilitados na forma da lei.

Art. 16. A partir da vigência da presente lei, o valor das indenizações estaduais na CLT, que venham, a ser devidas, será desde logo calculado e pago de conformidade com os níveis de remuneração nela fixados.

Art. 17. *(Revogado pelo Decreto-lei n. 66, de 21-11-1966.)*

Art. 18. Aos médicos que exerçam a profissão como empregados de mais de um empregador é permitido contribuir, cumulativamente, na base dos salários efetivamente recebidos nos diversos empregos, até o máximo de dez vezes o maior salário mínimo geral vigente para os trabalhadores não abrangidos por esta lei, cabendo aos respectivos empregadores recolher as suas cotas, na proporção dos salários pagos.

Art. 19. As instituições de fins beneficentes e caritativos, que demonstrem não poder suportar o pagamento dos níveis mínimos de salários instituídos na presente lei, será facultado requerer ao Conselho Nacional do Serviço Social isenção total ou redução dos mesmos salários.

§ 1º A isenção, para ser concedida, deve subordinar-se à audiência do órgão sindical e da Associação Médica Brasileira, por intermédio de sua federada regional e, bem assim, do Serviço de Estatística da Previdência e do Trabalho, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

§ 2º A isenção poderá ser declarada, em cada caso, na fase da execução da sentença proferida em litígio trabalhista, pelo Juízo ou Tribunal competente, podendo, contudo, a execução ser reaberta, independente de qualquer prazo prescricional, sempre que o interessado prove alteração superveniente das condições econômicas da instituição.

Art. 20. Os benefícios desta lei estendem-se aos profissionais da medicina e seus auxiliares que trabalham ou venham a trabalhar em organizações industriais e agrícolas, localizadas em zonas urbanas e rurais.

§ 1º As empresas que já tenham serviço médico-social organizado, conservarão seus

médicos e auxiliares com as vantagens decorrentes desta lei, levando-se em consideração o tempo de serviço, as distâncias e outros fatores que possam influir na organização do horário, de acordo com as necessidades do serviço.

.....

Art. 21. São automaticamente nulos todos os contratos de trabalho que, de qualquer forma, visem a elidir a presente Lei.

Art. 22. As disposições desta Lei são extensivas aos cirurgiões-dentistas, inclusive aos que trabalham em organizações sindicais.

Art. 23. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Médicos-residentes

Lei n. 6.932,
de 7 de julho de 1981
(Publicada no *DOU*, 9-7-1981)

Dispõe sobre as atividades do médico-residente e dá outras providências.

Art. 1º A Residência Médica constitui modalidade de ensino de pós-graduação, destinada a médicos, sob a forma de cursos de especialização, caracterizada por treinamento em serviço, funcionando sob a responsabilidade de instituições de saúde, universitárias ou não, sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional.

§ 1º As instituições de saúde de que trata este artigo somente poderão oferecer programas de Residência Médica depois de credenciadas pela Comissão Nacional de Residência Médica.

§ 2º É vedado o uso da expressão "residência médica" para designar qualquer programa de treinamento médico que não tenha sido aprovado pela Comissão Nacional de Residência Médica.

Art. 2º Para a sua admissão em qualquer curso de Residência Médica o candidato deverá submeter-se ao processo de seleção estabelecido pelo programa aprovado pela Comissão Nacional de Residência Médica.

Art. 3º O médico-residente admitido no programa terá anotado no contrato padrão de matrícula:

a) a qualidade de médico-residente, com a caracterização da especialidade que cursa;

b) o nome da instituição responsável pelo programa;

c) a data de início e a prevista para o término da residência;

d) o valor da bolsa paga pela instituição responsável pelo programa.

Art. 4º Ao médico-residente é assegurado bolsa no valor de R$ 2.384,82 (dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), em regime especial de treinamento em serviço de 60 (sessenta) horas semanais. *(Redação dada pela Lei n. 12.514, de 2011.)*

§ 1º O médico-residente é filiado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS como contribuinte individual. *(Redação dada pela Lei n. 12.514, de 2011.)*

§ 2º O médico-residente tem direito, conforme o caso, à licença-paternidade de 5 (cinco) dias ou à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias. *(Redação dada pela Lei n. 12.514, de 2011.)*

§ 3º A instituição de saúde responsável por programas de residência médica poderá prorrogar, nos termos da Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008, quando requerido pela médica-residente, o período de licença-maternidade em até 60 (sessenta) dias. *(Redação dada pela Lei n. 12.514, de 2011.)*

§ 4º O tempo de residência médica será prorrogado por prazo equivalente à duração do afastamento do médico-residente por motivo de saúde ou nas hipóteses dos §§ 2º e 3º. *(Redação dada pela Lei n. 12.514, de 2011.)*

§ 5º A instituição de saúde responsável por programas de residência médica oferecerá ao médico-residente, durante todo o período de residência: *(Redação dada pela Lei n. 12.514, de 2011.)*

I – condições adequadas para repouso e higiene pessoal durante os plantões; *(Incluído pela Lei n. 12.514, de 2011.)*

II – alimentação; e *(Incluído pela Lei n. 12.514, de 2011.)*

III – moradia, conforme estabelecido em regulamento. *(Incluído pela Lei n. 12.514, de 2011.)*

§ 6º O valor da bolsa do médico-residente poderá ser objeto de revisão anual. *(Incluído pela Lei n. 12.514, de 2011.)*

Art. 5º Os programas dos cursos de Residência Médica respeitarão o máximo de 60 (sessenta) horas semanais, nelas incluídas um máximo de 24 (vinte e quatro) horas de plantão.

§ 1º O médico-residente fará jus a um dia de folga semanal e a 30 (trinta) dias consecutivos de repouso, por ano de atividade.

§ 2º Os programas dos cursos de Residência Médica compreenderão, num mínimo de 10% (dez por cento) e num máximo de 20% (vinte por cento) de sua carga horária, atividades teórico-práticas, sob a forma de sessões atualizadas, seminários, correlações clínico-patológicas ou outras, de acordo com os programas preestabelecidos.

Art. 6º Os programas de Residência Médica credenciados na forma desta Lei conferirão títulos de especialistas em favor dos médicos residentes neles habilitados, os quais constituirão comprovante hábil para fins legais junto ao sistema federal de ensino e ao Conselho Federal de Medicina.

Art. 7º A interrupção do programa de Residência Médica por parte do médico residente, seja qual for a causa, justificada ou não, não o exime da obrigação de, posteriormente, completar a carga horária total de atividade prevista para o aprendizado, a fim de obter o comprovante referido no artigo anterior, respeitadas as condições iniciais de sua admissão.

Art. 8º A partir da publicação desta Lei, as instituições de saúde que mantenham programas de Residência Médica terão um prazo máximo de 6 (seis) meses para submetê-los à aprovação da Comissão Nacional de Residência Médica.

Art. 9º Esta Lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Motorista profissional

Lei n. 12.619,
de 30 de abril de 2012
(Publicada no *DOU*, 2-5-2012)

Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências.

Art. 1º É livre o exercício da profissão de motorista profissional, atendidas as condições e qualificações profissionais estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Integram a categoria profissional de que trata esta Lei os motoristas profissionais de veículos automotores cuja condução exija formação profissional e que exerçam a atividade mediante vínculo empregatício, nas seguintes atividades ou categorias econômicas:

I – transporte rodoviário de passageiros;

II – transporte rodoviário de cargas;

III – (VETADO);

IV – (VETADO).

Art. 2º São direitos dos motoristas profissionais, além daqueles previstos no Capítulo II do Título II e no Capítulo II do Título VIII da Constituição Federal:

I – ter acesso gratuito a programas de formação e aperfeiçoamento profissional, em cooperação com o poder público;

II – contar, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, com atendimento profilático, terapêutico e reabilitador, especialmente em relação às enfermidades que mais os acometam, consoante levantamento oficial, respeitado o disposto no art. 162 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943;

III – não responder perante o empregador por prejuízo patrimonial decorrente da ação de terceiro, ressalvado o dolo ou a desídia do motorista, nesses casos mediante comprovação, no cumprimento de suas funções;

IV – receber proteção do Estado contra ações criminosas que lhes sejam dirigidas no efetivo exercício da profissão;

V – jornada de trabalho e tempo de direção controlados de maneira fidedigna pelo empregador, que poderá valer-se de anotação em diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo, nos termos do § 3º do art. 74 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, ou de meios eletrônicos idôneos instalados nos veículos, a critério do empregador.

Parágrafo único. Aos profissionais motoristas empregados referidos nesta Lei é assegurado o benefício de seguro obrigatório, custeado pelo empregador, destinado à cobertura dos riscos pessoais inerentes às suas atividades, no valor mínimo correspondente a 10 (dez) vezes o piso salarial de sua categoria ou em valor superior fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Art. 3º O Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção IV-A:

"TÍTULO III

.....

CAPÍTULO I

.....

SEÇÃO IV-A
DO SERVIÇO DO MOTORISTA PROFISSIONAL

Art. 235-A. Ao serviço executado por motorista profissional aplicam-se os preceitos especiais desta Seção.

Art. 235-B. São deveres do motorista profissional:

I – estar atento às condições de segurança do veículo;

II – conduzir o veículo com perícia, prudência, zelo e com observância aos princípios de direção defensiva;

III – respeitar a legislação de trânsito e, em especial, as normas relativas ao tempo de direção e de descanso;

IV – zelar pela carga transportada e pelo veículo;

V – colocar-se à disposição dos órgãos públicos de fiscalização na via pública;

VI – (VETADO);

VII – submeter-se a teste e a programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica, instituído pelo empregador, com ampla ciência do empregado.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no inciso VI e a recusa do empregado em submeter-se ao teste e ao programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica previstos no inciso VII serão consideradas infração disciplinar, passível de penalização nos termos da lei.

Art. 235-C. A jornada diária de trabalho do motorista profissional será a estabelecida na Constituição Federal ou mediante instrumentos de acordos ou convenção coletiva de trabalho.

§ 1º Admite-se a prorrogação da jornada de trabalho por até 2 (duas) horas extraordinárias.

§ 2º Será considerado como trabalho efetivo o tempo que o motorista estiver à disposição do empregador, excluídos os intervalos para refeição, repouso, espera e descanso.

§ 3º Será assegurado ao motorista profissional intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, além de intervalo de repouso diário de 11 (onze) horas a cada 24 (vinte e quatro) horas e descanso semanal de 35 (trinta e cinco) horas.

§ 4º As horas consideradas extraordinárias serão pagas com acréscimo estabelecido na Constituição Federal ou mediante instrumentos de acordos ou convenção coletiva de trabalho.

§ 5º À hora de trabalho noturno aplica-se o disposto no art. 73 desta Consolidação.

§ 6º O excesso de horas de trabalho realizado em um dia poderá ser compensado, pela correspondente diminuição em outro dia, se houver previsão em instrumentos de natureza coletiva, observadas as disposições previstas nesta Consolidação.

§ 7º (VETADO).

§ 8º São consideradas tempo de espera as horas que excederem à jornada normal de trabalho do motorista de transporte rodoviário de cargas que ficar aguardando para carga ou descarga do veículo no embarcador ou destinatário ou para fiscalização da mercadoria transportada em barreiras fiscais ou alfandegárias, não sendo computadas como horas extraordinárias.

§ 9º As horas relativas ao período do tempo de espera serão indenizadas com base no salário-hora normal acrescido de 30% (trinta por cento).

Art. 235-D. Nas viagens de longa distância, assim consideradas aquelas em que o motorista profissional permanece fora da base da empresa, matriz ou filial e de sua residência por mais de 24 (vinte e quatro) horas, serão observados:

I – intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção, podendo ser fracionados o tempo de direção e o de intervalo de descanso, desde que não completadas as 4 (quatro) horas ininterruptas de direção;

II – intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, podendo coincidir ou não com o intervalo de descanso do inciso I;

III – repouso diário do motorista obrigatoriamente com o veículo estacionado, podendo ser feito em cabine leito do veículo ou em alojamento do empregador, do contratante do transporte, do embarcador ou do destinatário ou em hotel, ressalvada a hipótese da direção em dupla de motoristas prevista no § 6º do art. 235-E.

Art. 235-E. Ao transporte rodoviário de cargas em longa distância, além do previsto no art. 235-D, serão aplicadas regras conforme a especificidade da operação de transporte realizada.

§ 1º Nas viagens com duração superior a 1 (uma) semana, o descanso semanal será de 36 (trinta e seis) horas por semana trabalhada ou fração semanal trabalhada, e seu gozo ocorrerá no retorno do motorista à base (matriz ou filial) ou em seu domicílio, salvo se a empresa oferecer condições adequadas para o efetivo gozo do referido descanso.

§ 2º (VETADO).

§ 3º É permitido o fracionamento do descanso semanal em 30 (trinta) horas mais 6 (seis) horas a serem cumpridas na mesma semana e em continuidade de um período de repouso diário.

§ 4º O motorista fora da base da empresa que ficar com o veículo parado por tempo superior à jornada normal de trabalho fica dispensado do serviço, exceto se for exigida permanência junto ao veículo, hipótese em que o tempo excedente à jornada será considerado de espera.

§ 5º Nas viagens de longa distância e duração, nas operações de carga ou descarga e nas fiscalizações em barreiras fiscais ou aduaneira de fronteira, o tempo parado que exceder a jornada normal será computado como tempo de espera e será indenizado na forma do § 9º do art. 235-C.

§ 6º Nos casos em que o empregador adotar revezamento de motoristas trabalhando em dupla no mesmo veículo, o tempo que exceder a jornada normal de trabalho em que o motorista estiver em repouso no veículo em movimento será considerado tempo de reserva e será remunerado na razão de 30% (trinta por cento) da hora normal.

§ 7º É garantido ao motorista que trabalha em regime de revezamento repouso diário mínimo de 6 (seis) horas consecutivas fora do veículo em alojamento externo ou, se na cabine leito, com o veículo estacionado.

§ 8º (VETADO).

§ 9º Em caso de força maior, devidamente comprovado, a duração da jornada de trabalho do motorista profissional poderá ser elevada pelo tempo necessário para sair da situação extraordinária e chegar a um local seguro ou ao seu destino.

§ 10. Não será considerado como jornada de trabalho nem ensejará o pagamento de qualquer remuneração o período em que o motorista ou o ajudante ficarem espontaneamente no veículo usufruindo do intervalo de repouso diário ou durante o gozo de seus intervalos intrajornadas.

§ 11. Nos casos em que o motorista tenha que acompanhar o veículo transportado por qualquer meio onde ele siga embarcado, e que a embarcação disponha de alojamento para gozo do intervalo de repouso diário previsto no § 3º do art. 235-C, esse tempo não será considerado como jornada de trabalho, a não ser o tempo restante, que será considerado de espera.

§ 12. Aplica-se o disposto no § 6º deste artigo ao transporte de passageiros de longa distância em regime de revezamento.

Art. 235-F. Convenção e acordo coletivo poderão prever jornada especial de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso para o trabalho do motorista, em razão da especificidade do transporte, de sazonalidade ou de característica que o justifique.

Art. 235-G. É proibida a remuneração do motorista em função da distância percorrida, do tempo de viagem e/ou da natureza e quantidade de produtos transportados, inclusive mediante oferta de comissão ou qualquer outro tipo de vantagem, se essa remuneração ou comissionamento comprometer a segurança rodoviária ou da coletividade ou possibilitar violação das normas da presente legislação.

Art. 235-H. Outras condições específicas de trabalho do motorista profissional, desde que não prejudiciais à saúde e à segurança do trabalhador, incluindo jornadas especiais, remuneração, benefícios, atividades acessórias e demais elementos integrantes da relação de emprego, poderão ser previstas em convenções e acordos coletivos de trabalho, observadas as demais disposições desta Consolidação."

Art. 4º O art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

"Art. 71. .....

.....

§ 5º Os intervalos expressos no *caput* e no § 1º poderão ser fracionados quando compreendidos entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, desde que previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais do trabalho a que são submetidos estritamente os motoristas, cobradores, fiscalização de campo e afins nos serviços de operação de veículos rodoviários, empregados no setor de transporte coletivo de passageiros, mantida a mesma remuneração e concedidos intervalos para descanso menores e fracionados ao final de cada viagem, não descontados da jornada."

.....

Art. 7º (VETADO).

Art. 8º (VETADO).

Art. 9º As condições sanitárias e de conforto nos locais de espera dos motoristas de transporte de cargas em pátios do transportador de carga, embarcador, consignatário de cargas, operador de terminais de carga, operador intermodal de cargas ou agente de cargas, aduanas, portos marítimos, fluviais e secos e locais para repouso e descanso, para os motoristas de transporte de passageiros em rodoviárias, pontos de parada, de apoio, alojamentos, refeitórios das empresas ou de terceiros terão que obedecer ao disposto nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outras.

Art. 10. (VETADO).

Art. 11. (VETADO).
Art. 12. (VETADO).

Músicos

Lei n. 3.857,
de 22 de dezembro de 1960
(Publicada no *DOU*, 23-12-1960)

Cria a Ordem dos Músicos do Brasil e Dispõe sobre a Regulamentação do Exercício da Profissão de Músico e dá outras Providências.

.....

Capítulo III
DA DURAÇÃO DO TRABALHO

Art. 41. A duração normal do trabalho dos músicos não poderá exceder de 5 (cinco) horas, excetuados os casos previstos nesta lei.

§ 1º O tempo destinado aos ensaios será computado no período de trabalho.

§ 2º Com exceção do destinado à refeição, que será de 1 (uma) hora, os demais intervalos que se verificarem, na duração normal do trabalho ou nas prorrogações, serão computados como de serviço efetivo.

Art. 42. A duração normal do trabalho poderá ser elevada:

I – a 6 (seis) horas, nos estabelecimentos de diversões públicas, tais como: cabarés, boates, *dancings*, *taxi-dancings*, salões de danças e congêneres, onde atuem 2 (dois) ou mais conjuntos.

II – Excepcionalmente, a 7 (sete) horas, nos casos de força maior, ou festejos populares e serviço reclamado pelo interesse nacional.

§ 1º A hora de prorrogação, nos casos previstos no item II deste artigo, será remunerada com o dobro do valor do salário normal.

§ 2º Em todos os casos de prorrogação do período normal de trabalho, haverá obrigatoriamente, um intervalo para repouso de 30 (trinta) minutos, no mínimo.

§ 3º As prorrogações de caráter permanente deverão ser precedidas de homologação da autoridade competente.

Art. 43. Nos espetáculos de ópera, bailado e teatro musicado, a duração normal do trabalho, para fins de ensaios, poderá ser dividida em dois períodos, separados por intervalo de várias horas, em benefício do rendimento artístico e desde que a tradição e a natureza do espetáculo assim o exijam.

Parágrafo único. Nos ensaios gerais, destinados à censura oficial, poderá ser excedida a duração normal do trabalho.

Art. 44. Nos espetáculos de teatro musicado, como revista, opereta e outros gêneros semelhantes, os músicos receberão uma diária por sessão excedente das normais.

Art. 45. O músico das empresas nacionais de navegação terá um horário especial de trabalho, devendo participar, obrigatoriamente, de orquestra ou como solista:

a) nas horas do almoço ou jantar;

b) das 21 às 22 horas;

c) nas entradas e saídas dos portos, desde que este trabalho seja executado depois das 7 e antes das 22 horas.

Parágrafo único. O músico de que trata este artigo ficará dispensado de suas atividades durante as permanências das embarcações nos portos, desde que não haja passageiros a bordo.

Art. 46. A cada período de seis dias consecutivos de trabalho corresponderá um dia de descanso obrigatório e remuneração, que constará do quadro de horário afixado pelo empregador.

Art. 47. Em seguida a cada período diário de trabalho, haverá um intervalo de 11 (onze) horas, no mínimo, destinado ao repouso.

Art. 48. O tempo em que o músico estiver à disposição do empregador será computado como de trabalho efetivo.